XXI ENCONTRO de PESQUISADORES

DESAFIOS EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL

05 e 06 de novembro de 2020

Uni-FACEF - Centro Universitário Municipal de Franca

Palestras / Apresentações de Pesquisas
Oficinas / Minicursos / Mesas de Discussão

Realização

GEDE GRUPO DE ESTUDOS DE DESENVOLVIMENTO

PÓS GRADUAÇÃO Uni-FACEF

Uni-FACEF Centro Universitário Municipal de Franca

www.unifacef.com.br

XXI ENCONTRO de PESQUISADORES
DESAFIOS EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Uni-FACEF - Centro Universitário Municipal de Franca

Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional

GEDE – Grupo de Estudos em Desenvolvimento

XXI ENCONTRO DE PESQUISADORES

Desafios em Desenvolvimento Regional

ANAIS

Silvio Carvalho Neto
Marinês Santana Justo Smith
Paulo de Tarso Oliveira
(Orgs.)

ISBN: 978-65-88771-04-4

FRANCA-SP

2020

© 2020 dos autores

Direitos de Publicação

Uni-FACEF Centro Universitário Municipal de Franca

www.unifacef.com.br

Os textos submetidos são de responsabilidade dos autores.

ANAIS do XXI Encontro de Pesquisadores: Desafios em Desenvolvimento Regional. Silvio Carvalho Neto; Marinês S. J. Smith; Paulo de Tarso Oliveira (Orgs.). – Franca: Uni-FACEF, 2020.
E37ep.

ISBN: 978-65-88771-04-4

1.Interdisciplinar - Encontro. 2. Desenvolvimento Econômico. 3. Desenvolvimento Humano/Social. 4. Políticas Públicas. 5. Educação.
6. Tecnologia. 7. Pesquisa. 8. Resumos II.T.

CDD 050

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – É proibida a reprodução total ou parcial de qualquer forma ou por qualquer meio. A violação dos direitos do autor (lei 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal. Todo o conteúdo apresentado neste livro é de responsabilidade exclusiva de seus autores.

Editora Uni-FACEF Centro Universitário de Franca
Associada à ABEC – Associação Brasileira de Editores Científicos

Promoção:

Uni-FACEF - Centro Universitário Municipal de Franca

Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Regional
GEDE - Grupo de Estudos de Pesquisa em Desenvolvimento

Comissão Organizadora:

Prof. Dr. Silvio Carvalho Neto (Uni-FACEF)
Profa Dra. Marines S. J. Smith (Uni-FACEF)
Prof. Dr. Paulo de Tarso Oliveira (Uni-FACEF)

Comissão Científica:

Profa Dra. Melissa F. Cavalcanti Bandos (Uni-FACEF)
Profa Dra. Barbara Fadel (Uni-FACEF/ UNESP)
Profa Dra. Raquel Cristina Rangel de Jesus Cesario de Mello Paiva Ferreira (Uni-FACEF)
Prof. Dr. José Alfredo de Pádua Guerra (Uni-FACEF)
Profa Dra. Sheila F. Pimenta e Oliveira (Uni-FACEF)
Prof. Dr. Alfredo José Machado Neto (Uni-FACEF)
Prof. Dr. Daniel F. Pires (Uni-FACEF)
Profa Dra. Daniela de Figueiredo Ribeiro (Uni-FACEF)
Prof. Dr. Hélio Braga Filho (Uni-FACEF)
Profa Dra. Naiá Sadi Câmara (Uni-FACEF)
Prof. Dr. Donaldo de Assis Borges (Uni-FACEF)

Organização Executiva:

Alba Valéria Penteado Orsolini
Ângela Cristina Basílio de Freitas
Ângela Tornatore Nogueira
Daniela Cristina Raiz Raymundo
Noemia Lopes Toledo
Welton Roberto Silva

Apoio:

SUMÁRIO

(Ordem Alfabética de Títulos dos Artigos)

A campanha promovida por Pardal Mallet e Machado de Assis em prol do reconhecimento dos direitos autorais 8

A Cartomante: Uma análise das relações dialógicas entre os contos de Lima Barreto e Machado de Assis 22

A educação financeira como fator de desenvolvimento pessoal e profissional do universitário: Um estudo no município de Santa Fé do Sul (SP) 32

A EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO COMO LIBERDADE: Reflexões sobre Experiências Brasileiras 45

A Estratégia Saúde da Família à luz do conceito de desenvolvimento de Amartya Sen 56

A IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO BRASIL:Agentes de implementação,avanços e contradições 67

A Incidência da Pandemia nas Atividades de Petróleo e Gás Natural e na Esfera do Direito Marítimo 80

A influência dos atores na gestão tributária dos municípios e no processo de Políticas Públicas 88

A influência e as consequências de um diagnóstico de psicopatologia na vida de um indivíduo na sociedade 103

A maternidade e a universidade: uma relação possível? 111

A moda como fator de impacto na economia mundial: A influência do ícone Elvis Presley no comportamento de uma geração 119

A pandemia do covid-19 e a queda de empregos na indústria calçadista de Franca: um olhar para a população em situação de rua 136

A pesquisa científica e as políticas públicas de certificação ambiental e selos de performance em sustentabilidade: uma análise bibliométrica 143

A proteção da propriedade literária no séc. XIX: análise dos contratos assinados entre os romancistas do período romântico e o editor B. L. Garnier 156

A questão ambiental e a globalização na perspectiva da teoria da complexidade de Edgar Morin 170

A União Estável Homoafetiva e o Casamento Homoafetivo - dignidade humana, liberdade, igualdade, desenvimento humano e social 175

A utilização do marketing sensorial nas mídias digitais 187

Análise comparativa dos impactos da exposição excessiva de universitários brasileiros e portugueses às redes sociais 197

Análise da política pública do turismo no contexto da aglomeração urbana de franca 204

Análise de Risco de Crédito nas Cooperativas Financeiras no Cenário Atual 213

Análise do sofrimento e do prazer no trabalho: Reflexões a partir do estudo em uma empresa do setor automotivo 221

Aplicabilidade do neuromarketing como ferramenta estratégica na fidelização de clientes: um estudo em uma rede de postos de combustíveis na cidade de Santa Fé do Sul 235

Articulação entre Ensino, Pesquisa e Extensão em Economia Solidária: a experiência INCOOP/NuMI-EcoSol 246

As Contribuições da Educação Física no Processo de Inserção do Deficiente Intelectual no Mercado de Trabalho ... 261

As empresas e o sistema de cotas para portadores de necessidades especiais: avaliação de equidade e desempenho organizacional em Santa Fé do Sul - SP 268

As histórias em quadrinhos na perspectiva da Ciência da Informação: Uma análise preliminar 277

As vantagens do e-commerce e sua contribuição para a sobrevivência da economia diante da crise resultante da pandemia Covid-19 290

Aspectos Relevantes do Microempreendedor Individual – Mei 301

ASPECTOS E SUGESTÕES DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER: uma visão dividida de atuação da União, Estado e Município 317

Atribuições dos Agentes Comunitários de Saúde na comunicação nos serviços de saúde 332

Auditanalytics: a análise estratégica de dados eletrônicos no processo de auditoria interna 337

Avanço e retrocessos do desenvolvimento brasileiro 348

BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR: política pública de inclusão digital de estudantes da educação básica 362

Bibliotecas públicas e não-público: a mediação para além dos livros 375

Cenário da Informação em Saúde: A Utilização de Sistemas Hospitalares do SUS na Gestão Hospitalar 384

COLEÇÕES ESPECIAIS EM BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS: considerações sobre preservação e acesso ao patrimônio bibliográfico 392

Como as organizações podem aprender a construir conhecimento via ensino a distância: uma análise preliminar 400

Comportamento ambiental de estudantes universitários brasileiros e portugueses 414

Constructionof Social Knowledge in Brazil: stateofart 2005 to 2017 428

Contexto de produção documental em microempresas: especificidades na identificação na identificação de funções e atividades 441

CONTOS CHAPEUZINHO VERMELHO E FITA VERDE NO CABELO: análise das obras literárias à luz da psicologia analítica de Carl Gustav Jung 456

Contribuições do Prontuário Eletrônico e da Equipe Multiprofissional na Alta Responsável 466

Coordenação Pedagógica: formação continuada em educação sexual 472

Cultura e Competência Informacional em Tempos de Fake News 483

Desigualdade de Gênero no Mercado de Trabalho e as Formas de Enfrentamento Alicerçadas na OIT 493

DESINFORMAÇÃO E CAOS: A propagação das fake news em meio a pandemia 504

Direito Difuso:a população transgênero e o Provimento nº 73/2018 do Conselho Nacional de Justiça 509

Diretrizes para a representação terminológica musical: o uso do método análise de domínio 515

Diretrizes para uma ontologia musical: os recursos da terminologia 522

DIVERSIDADE E ENSINO SUPERIOR: uma interpretação na mediação da informação 531

DO MODELO ANALÍTICO AO CREALÍTICO: Por que os sistemas de Inteligência Estratégica devem evoluir para fontes de imaginação 543

Educação Infantil: como garantir o acesso universal a essa política pública? 553

Empreendedoras do século XX: Madam C.J. Walker, Virgínia Woolf e Gabrielle Chanel 561

Engajamento em mídias sociais no contexto organizacional 569

ENTRE O AMOR E O ÓDIO: Uma leitura de "O búfalo", Clarice Lispector 577

ESTUDOS CULTURAIS DE RECEPÇÃO COMO APORTE TEÓRICO PARA A ALFABETIZAÇÃO MIDIÁTICA: diálogos entre a Comunicação e a Ciência da Informação 590

Indicação Geográfica da Alta Mogiana e a Produção de Café Especial - Contribuições para o Desenvolvimento Sustentável 600

Índices de Liquidez - Ferramenta de Auxílio para a Gestão Empresarial 609

Introdução da temática direitos humanos no Programa Competências Socioemocionais e Projeto de Vida desenvolvido em uma escola da região de Franca 621

Letramento Informacional como ferramenta de desenvolvimento da BNCC 626

Limitações do desenvolvimento local do município paulista de Franca, diante da falta de descentralização dos recursos 638

Memória, aprendizagem e a construção do conhecimento: um estudo a partir do desenvolvimento cognitivo em Piaget 646

Microtesauro sobre feminismo: instrumento de aprendizado dentro do ambiente informacional 656

O controle judicial da regulação técnica: um estudo sobre a dimensão institucional do exame de proporcionalidade 671

O lúdico como ferramenta educacional e os desafios perante a pandemia 679

O pacto global de migração e os refugiados sírios 688

O papel da comunicação organizacional no compartilhamento de informações: um estudo em uma unidade de ensino superior privada 694

O PAPEL DAS ORGANIZAÇÕES NA GESTÃO E DESENVOLVIMENTO DO CAPITAL INTELECTUAL: um estudo de caso em uma empresa de pescado da região Noroeste Paulista – SP 708

O Projeto “Boas provocações mediadas pelas histórias infantis": Secretaria Municipal de Educação de Franca-SP .. 721

O Surgimento da Telemedicina para o enfrentamento da Pandemia e as Reflexões das Alterações Administrativas e Legislativas em face a Saúde e aos Planos de Saúde 730

O uso da classificação para a representação de diferentes domínios em bibliotecas e recursos audiovisuais 738

O uso da informação externa e do processo de Inteligência Competitiva como diferenciais competitivos no contexto dos agronegócios 746

O uso do Conhecimento e da Inteligência enquanto recursos estratégicos no contexto da Gestão de Inovação nas Organizações 759

O varejo farmacêutico brasileiro: sua evolução até os dias atuais 772

Os possíveis caminhos da gamificação para a educação 784

Planejamento Orçamentário na Gestão das Finanças Públicas 797

Política Nacional de Urgência e Emergência no século XXI: Contexto, Percurso Histórico e Desafios a serem superados 805

POLÍTICA SOCIAL E O PROGRAMA CRIANÇA FELIZ: regressão no campo do direito 812

Políticas públicas de saneamento - Desafios para a universalização diante do Novo Marco Legal - Lei 14.026/2020 827

Políticas públicas e sua efetividade na pandemia do coronavírus em 2020 834

Previdência privada: vale a pena o investimento? 841

Promoção e desenvolvimento da leitura como problema público no município de Franca-SP: uma análise de política pública 853

PRÁTICA DO JUDÔ COMO ESTRATÉGIA PARA PROMOÇÃO DA SAÚDE E INCLUSÃO DE PESSOAS COM SÍNDROME DE DOWN: revisão de literatura 866

Qual o papel da empresa para se alcançar uma sociedade justa e com equidade? 876

Redução das Questões de Contabilidade nas Provas ENADE DE Administração 888

Reflexões sobre as Alterações Administrativas e Executivas em face a Incidência da Pandemia nas áreas da Engenharia, Construção e Infraestrutura 906

REINSERÇÃO SOCIAL DE CONDENADOS: um estudo do Programa de Penas e Medidas Alternativas do TRE/SP 917

Relação entre Estresse e Resistência a mudanças em equipes de Unidades de Terapia Intensiva de uma Unidade de Saúde no interior de São Paulo 925

RELEVÂNCIA DA FISIOTERAPIA EM PACIENTES DIAGNOSTICADOS COM MIELOMENINGOCELE: revisão de literatura 935

Saúde e Políticas Públicas: Estudos sobre a cidade de Franca/SP 943

Segurança do paciente: fatores contribuintes para os incidentes em um serviço de urgência e emergência 956

Tecnologia educacional webquest no ensino da enfermagem: revisão integrativa 971

Trabalho interdisciplinar (Serviço Social e psicologia) na Educação Infantil: um estudo, em andamento, de contribuições para o desenvolvimento social na cidade de Franca-SP 984

Transgressão e ruptura: iluminação e encontro na construção do herói 992

Uma análise jurídica da influência das falsas memórias no processo penal brasileiro: nos crimes contra a dignidade sexual 1007

Uma análise da produção acadêmico-científica brasileira sobre Educação a Distância em 2017 1019

Wikifavelas - Dicionário de Favelas Marielle Franco: um modelo de sistematização Wiki na Organização e Representação da Informação 1032

A CAMPANHA PROMOVIDA POR PARDAL MALLET E MACHADO DE ASSIS EM PROL DO RECONHECIMENTO DOS DIREITOS AUTORAIS

THE CAMPAIGN PROMOTED BY PARDAL MALLET AND MACHADO DE ASSIS FOR THE RECOGNITION OF COPYRIGHT

Área temática: Desenvolvimento Social e Políticas Públicas – outras áreas temáticas

Ana Cristina Alves de Paula
Universidade Estadual Paulista (Unesp) – campus de São José do Rio Preto/SP
Graduanda em Letras Português/Francês
a.cris.letras@gmail.com

Resumo

No presente estudo, buscamos analisar as principais propostas relacionadas à regulamentação dos direitos autorais ocorridas no Brasil durante o século XIX, com o objetivo de evidenciar as principais demandas existentes em relação ao reconhecimento do trabalho literário. Por meio do método dedutivo com técnica de pesquisa bibliográfica, procuramos determinar a importância dos debates políticos ao final do século para a definição das práticas literárias, bem como avaliar seu papel na instituição da figura do autor enquanto proprietário dos textos literários produzidos. A garantia de pagamento para os autores de textos literários demonstrou-se apenas um dos fatores implicados nas negociações referentes à concretização legislativa da defesa dos direitos autorais.

Palavras-chave: Direitos autorais, Pardal Mallet, Gazeta de Notícias.

Abstract

In the present study, we seek to analyze the main proposals related to the regulation of copyright that occurred in Brazil during the 19th century, with the objective of highlighting the main existing demands in relation to the recognition of literary work. Through the deductive method with bibliographic research technique, we seek to determine the importance of political debates at the end of the century for the definition of literary practices, as well as to evaluate their role in the institution of the figure of the author as owner of the produced literary texts. The guarantee of payment for the authors of literary texts proved to be only one of the factors involved in the negotiations regarding the legislative implementation of the defense of copyright.

Keywords: Copyright, Pardal Mallet, News Gazette.

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho pretende analisar a campanha promovida por Joaquim Maria Machado de Assis (1839-1908) e João Carlos de Medeiros Pardal Mallet (1864-1894) em prol do reconhecimento dos direitos autorais como garantia para os escritores quanto à utilização de seus escritos. Seguindo os debates legislativos, procuramos determinar a importância dessa atuação na definição das práticas literárias, bem como avaliar seu papel na instituição da figura autoral enquanto proprietária dos textos literários. Nessa perspectiva, assegurar o direito à exploração dos lucros advindos da comercialização das reproduções de suas obras no mercado, bem longe de um privilégio, seria o reconhecimento legal de uma propriedade adquirida pelo trabalho.

O estudo da contribuição de João Carlos de Medeiros Pardal Mallet (Bagé/RS, 09 de dezembro de 1864 – Caxambu/MG, em 24 de novembro de 1894) e Joaquim Maria Machado de Assis (Rio de Janeiro/RJ, 21 de julho de 1839 – Rio de Janeiro/RJ, 29 de setembro de 1908) ao jornal Gazeta de Notícias é o principal objetivo desse trabalho.

Intenciona-se discutir a articulação Literatura-sociedade com olhares renovados a partir das reivindicações pela regulamentação dos direitos autorais e da exposição pública das dificuldades

experimentadas pelo escritor que desejasse viver de seu trabalho intelectual no Brasil, promovidas, destacadamente, por Machado de Assis e Pardal Mallet e outros renomados escritores nacionais por meio de campanhas e publicação de cartas abertas e artigos jornalísticos, em busca de retratações públicas e da garantia de seus direitos através da justiça. Pretende também a contribuição aos grandes jornais da imprensa nacional do final do século XIX quanto à regulamentação da atividade literária.

Como segundo objetivo, tem-se a análise da constituição, os estatutos e das deliberações da Sociedade de Homens de Letras do Brasil, bem como dos Projetos de Lei apresentados pelo deputado Augusto Montenegro e pelo artista Pedro Américo de Figueiredo e Mello, apoiando-se numa abordagem comparativa, com vistas a compreender o que pensavam os intelectuais sobre o particular modo de funcionamento do sistema brasileiro de remuneração dos escritores e a proteção jurídica aos direitos autorais no Brasil, num momento de grandes transformações no campo específico dessas regulamentações.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O trabalho se desenvolveu por meio de pesquisa bibliográfica, em fontes primárias (especialmente periódicos), com a análise das cartas abertas, correspondências e artigos jornalísticos disponíveis on-line, assinados pelos autores nacionais que se dedicaram de maneira tão fundamental à defesa dos direitos autorais como expressão do trabalho intelectual no meio literário brasileiro no século XIX.

Tais fontes primárias foram disponibilizadas no site da Fundação Biblioteca Nacional, que oferece aos usuários o portal de periódicos nacionais da Hemeroteca Digital Brasileira. Encontramos os documentos, desse modo, em http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/, digitando as palavras-chave “Pardal Mallet” e “Homens de Lettras”.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O direito autoral, ramo do Direito Privado que trata das relações jurídicas decorrentes da criação do intelecto humano, bem como da exploração econômica dessas obras, é hoje compreendido como uma modalidade de propriedade intelectual. Todavia, no Brasil do século XIX, tal como ocorreu na Europa do final dos setecentos e início do oitocentos, vigoraram dois conceitos – o de propriedade literária e o de direitos autorais – que não são sinônimos (LAJOLO; ZILBERMAN, 2015, p. 78).

Os temas dos direitos dos autores e prerrogativas de livreiros moveram a sociedade brasileira ao longo do século XIX e permitiram a subsistência da nascente indústria de livros no Brasil, devendo ser compreendidos como parte de uma produção literária mais ampla. As reivindicações dos escritores brasileiros se intensificaram, sobretudo, na primeira década do regime republicano, implantado em nome da modernização do país.

Durante o império, é sabido, não surgiu nenhuma lei que regulasse os direitos autorais, sendo possível publicar obras de autores brasileiros e mesmo traduzir obras estrangeiras sem pagar qualquer direito autoral. Os intelectuais que lutaram pelo estabelecimento da república eram os mesmos que proclamavam a necessidade de valorizar o tipo de trabalho que eram capazes de produzir, procurando se mobilizar em torno de um direito novo que não encontrava apoio em uma legislação apropriada à produção e difusão de bens culturais.

O jornalista e escritor João Carlos de Medeiros Pardal Mallet, militante da causa dos escritores, formulou a questão dos direitos autorais desde o prisma da relação entre o proprietário dos meios de produção e os operários, sublinhando o teor da exploração, por aqueles, do trabalho desses. Na época, grande parte dos intelectuais não adotou tão claramente o posicionamento político de Mallet, mas alguns se revelaram unânimes em um ponto, exposto por Machado de Assis, Adolfo Caminha e Olavo Bilac: os editores aproveitavam-se do trabalho alheio, com grandes vantagens para suas empresas.

Em linhas gerais e sumárias, após a indicação de Benjamin Constant para o Ministério da Instrução Pública, em 1890, o jovem Pardal Mallet publicou uma série de cartas abertas ao novo ministro tratando de questões relativas ao direito autoral. Publicadas na *Gazeta de Notícias* em 26 e 29 de abril e 1, 3, 4 e 9 de maio de 1890, as cartas registravam a opinião do escritor a respeito da regulação da atividade literária no Brasil, tocando questões como o retorno pecuniário aos autores e considerando os plágios como uma atitude que enfraquecia a cultura nacional, conforme indica Jean

Bastardis no estudo “Os direitos autorais em discussão no Brasil durante o século XIX” (BASTARDIS, 2018). Em seu artigo, Jean Bastardis analisa as principais propostas relacionadas à regulamentação dos direitos autorais ocorridas no Brasil durante o século XIX, no objetivo de evidenciar as principais demandas existentes em relação ao reconhecimento do trabalho literário.

Segundo Mallet, os direitos autorais constituíam a forma mais correta para tratar as garantias ao sustento dos literatos. O autor defendia que na doutrina do direito autoral, com a substituição defendida do conceito de propriedade pelo de trabalho, o esforço artístico emergiria como uma atividade como outra qualquer, necessária e proveitosa à coletividade, mas que deveria primeiramente aproveitar ao trabalhador, retomando, de certa forma, o posicionamento adotado por José de Alencar.

Segundo Rodrigo Camargo de Godoi, que percorreu os embates em torno da propriedade literária no Rio de Janeiro (1856-1875) em capítulo dedicado a José de Alencar, em 1875, Alencar apresentou à Câmara dos Deputados projeto de lei acerca da proteção da propriedade literária, militando a favor da profissionalização do escritor brasileiro e pelo reconhecimento da atividade literária e afirmação da obra como propriedade passível de se auferir lucros, mas sem perder o seu valor estético. (GODOI, 2017, p. 11).

Com essa elaboração, Mallet procurou acomodar as questões polêmicas relacionadas à retribuição pecuniária ao esforço do artista, procurando solucionar os problemas enfrentados por diversos literatos brasileiros quanto a sua subsistência. Para o escritor, conforme indica Jean Bastardis, os problemas das classes artísticas do país quanto à afirmação da atividade autoral se originavam da falta de compreensão da justiça dessa retribuição (BASTARDIS, 2018). Mas nada era tão danoso quanto a ausência de um sentido de classe que unisse os trabalhadores das Letras. Nesse sentido, Mallet localizava “uma manifestação inconsciente da superioridade intelectual do artista” – um reforço de imposição da originalidade individual (GAZETA DE NOTÍCIAS, 1890).

O escritor considerou serem naturais as dificuldades enfrentadas para a formação de associações de artistas no Brasil, concluindo que o individualismo constituía o centro da questão. Uma vez que o ego constitui uma dimensão bastante importante nas disputas relativas ao direito autoral, é interessante atentar para sua relevância negativa sobre a montagem de iniciativas associativas que fortaleceriam, ao menos em teoria, as garantias relacionadas ao trabalho intelectual (apud BASTARDIS, 2018).

Era claro o objetivo de Mallet – ao afirmar serem todos operários das Letras, centralizava a questão sobre o trabalho que realizavam, pelo qual deveriam ser remunerados. Nesse sentido, Mallet buscou demonstrar como diversas profissões envolvidas na indústria livreira careciam de proteção (apud BASTARDIS, 2018). Ainda sobre essa preocupação que relacionava associação e profissionalização do escritor, nos primeiros meses de 1890, Pardal Mallet publicou no jornal *Gazeta de Notícias* uma série de artigos (PEREIRA, 2014).

3.1 ANÁLISE DA CAMPANHA IDEALIZADA POR PARDAL MALLET E MACHADO DE ASSIS EM PROL DO RECONHECIMENTO DOS DIREITOS AUTORAIS

Quando a comissão de juristas nomeada pelo Governo Provisório trabalhava para elaborar o projeto da Constituição Republicana que, revista por Rui Barbosa, seria adotada provisoriamente e, em seguida, submetida ao Congresso, cujos representantes iriam ser eleitos a 25 de setembro de 1890, teve início no Rio de Janeiro um movimento de que Machado de Assis iria participar ativamente e que se destinava a valorizar o oficio de escritor.

O deflagrador desse movimento foi o jovem jornalista panfletário João Carlos de Medeiros Pardal Mallet, quando, nos primeiros meses de 1890, o jornal *Gazeta de Notícias* abrira um concurso literário, oferecendo prêmios em dinheiro. De acordo com Raimundo Magalhães Júnior (1981),

> Pardal Mallet, capaz de atitudes extremadas, e que enfrentaria seu próprio colaborador num duelo a espada, era um boêmio de espírito prático, um homem de ideias avançadas que, sob certos aspectos, se projetava adiante de seu tempo, defendendo teses arrojadas, que só muitas décadas depois iriam triunfar.

O fato, porém, é que o artigo causou sensação e mobilizou o meio intelectual. Ele continuou a debater o assunto, sob o título de “Direito Autoral”, numa série de “Cartas Abertas a Benjamin Constant”, publicadas a 26 e 29 de abril, 1°, 3, 4 e 9 de maio de 1890.

Por que as cartas abertas se dirigiam a Benjamin Constant? Porque era este membro do Governo Provisório da República, um professor, um intelectual, que acabara de ser indicado para o Ministério da Instrução Pública, junto a quem os escritores tinham mais fácil acesso. Nessas cartas, referia Pardal Mallet alguns dos abusos mais comuns:

> Aqui, no Rio de Janeiro, existem 10 diários que publicam pelo menos um folhetim-romance traduzido, pelo qual não recebe nenhuma remuneração (GAZETA DE NOTÍCIAS, 1890).

Em artigo na *Gazeta de Notícias,* a 23 de abril, sob o título de "Literatos na Ponta", comentou Pardal Mallet:

> O problema consiste, não em dar dinheiro a literatos, mas sim em desenvolver os meios de produção literária (GAZETA DE NOTÍCIAS, 1890).

Para sanar o mencionado problema, indicava meios indiretos:

> Serve primeiramente um decreto fazendo a instrução primária obrigatória. Aqui no Rio de Janeiro, por exemplo, com uma população de 400 mil pessoas, há apenas 150 mil pessoas, o máximo, que leem jornais. E o desenvolvimento da instrução primária, aumentando o número dos consumidores, valoriza mais a produção (GAZETA DE NOTÍCIAS, 1890).

Em relação ao teatro, escrevia: "A faculdade de traduzir livremente influi não só sobre a diminuição do trabalho original, como também sobre a qualidade do pagamento" – obviamente ao autor nacional. Tanto as traduções como as obras originais, ao serem representadas, eram remuneradas, até então, a 10 mil-réis por ato. Quando o eram.

Pardal Mallet foi mais além, denunciando a pirataria literária, praticada pela imprensa dos estados, da qual dizia desdenhosamente:

> Os jornais da roça não vivem senão de transcrever o Bilac e Coelho Neto, que têm sido as maiores vítimas (GAZETA DE NOTÍCIAS, 1890).

Sobre traduções ilegais, por exemplo, Mallet destacou a facilidade em apropriar-se de textos estrangeiros. Tal problema gerava o inconveniente de destinar maior esforço para a tradução de obras estrangeiras que para a criação brasileira de obras originais. Outro problema eram os chamados "trabalhos de tesoura", apropriações indevidas de textos de diversos formatos por jornais brasileiros. Era comum deparar com o reaproveitamento de artigos de outros jornais ou mesmo a republicação sem referências, por não haver leis que assegurassem direitos autorais.

Ressalta-se aqui artigo de Pardal Mallet, datado de 09 de maio de 1890:

> Corta-se com a maior sem cerimônia uma poesia ou um conto de autor brasileiro publicado em qualquer jornal e estampa-se o mesmo em outro jornal ou revista sem dar a menor satisfação ao autor. Os contos de Coelho Neto e Artur Azevedo são reproduzidos em dezenas de jornais em todo o Brasil sem que eles recebam um níquel por isso. Enquanto isso, a família de Fagundes Varela está na miséria. Até agora nada se sabe sobre o pedido de pensão da viúva de Macedo. E a viúva de José de Alencar costuma comprar um camarote para assistir a *O guarani* (apud BROCA, 1991, p. 135).

Machado de Assis também tinha razões de queixa, nesse terreno, pois seus trabalhos em prosa e verso eram frequentemente transcritos em jornais, revistas e almanaques de vários recantos do país, sem qualquer retribuição (MAGALHÃES JUNIOR, 1981, p. 165).

Insistia Pardal Mallet na necessidade de "um tratado reconhecendo a propriedade literária internacional que, proposto à França, talvez abreviasse o reconhecimento da nossa atual forma de governo" (GAZETA DE NOTÍCIAS, 1890). O artigo era de 24 de abril de 1890, mais de cinco meses após a proclamação da República, fato a que a França, sendo embora republicana, ainda se mostrava indiferente.

Na quinta carta aberta, Pardal Mallet falava de um projeto apresentado no Senado do Império, em 1886, pelo Senado Pedro Leão Veloso, e calcado sobre a legislação em vigor na Bélgica, que

> não resolvia inteiramente os magnos problemas dos interessados da classe,

> mas era, em todo caso, um campo aberto à discussão e representava o primeiro progresso a que melhores reformas se podiam seguir (GAZETA DE NOTÍCIAS, 1890).

Mas, segundo Pardal Mallet, "o velho imperador não queria ouvir falar de legislação sobre a matéria". Adiante, classificava de "farsa" o tratado sobre a propriedade literária e artística, celebrado a 09 de setembro de 1889 entre o Brasil e Portugal.

Na sexta carta, apresentou o esboço de um projeto destinado a garantir tal propriedade, "mais ou menos calcado na legislação da Columbia".

Os artigos de Mallet geraram alguns comentários antipáticos na *Gazeta de Notícias*, que julgaram exagerada a análise da questão da falta de proteção literária. O autor, com sua índole polemista, não tardou em responder, destacando que o centro da questão consistia não em dar dinheiro a literatos, mas sim em desenvolver os meios de produção literária. Seus esforços em chamar a atenção para a necessidade de fundar-se no Rio de Janeiro uma sociedade capaz de defender os direitos dos escritores (não para a simples leitura de trabalhos literários, mas para fins práticos), pois, surtiram alguns resultados (PEREIRA, 2014).

Em 15 de maio, a *Gazeta de Notícias* noticiou a fundação da Sociedade dos Homens de Letras. A ambiguidade do significado disso se originava da informação de ser a dita sociedade dirigida por Ferreira de Araújo, o proprietário do jornal que revidara antipaticamente ao artigo inicial de Mallet. Pertenciam também à diretoria Machado de Assis, José do Patrocínio, Emílio Rouède, Alcindo Guanabara e o idealizador, Pardal Mallet; nos estatutos, outras assinaturas mostram a adesão à causa por parte de Valentim Magalhães, Aquiles Varejão, Olavo Bilac, Aluísio Azevedo e Artur Azevedo.

Fato interessante é que o mencionado grupo de escritores se reunia principalmente na casa de Antonio Mariano Alberto de Oliveira, no bairro da Engenhoca, em Niterói, conforme anota o Dicionário Biobibliográfico de Membros da ABL (2007). Machado de Assis, em especial, foi muito solidário com esse efêmero e bem intencionado movimento (MAGALHÃES JUNIOR, 1981, p. 170).

Alguns artigos do estatuto, reproduzidos pelo crítico literário José Brito Broca, eram indicadores dos objetivos do grupo e incluíam (BROCA, 1991, p 135):

> [...] Conseguir do governo brasileiro uma lei regulando os direitos autorais;
> [...] Socorrer, a juízo da diretoria, os que sendo reconhecidamente homens de letras caírem na indigência, ou às suas famílias, em caso de morte;
> [...] Influir para a publicação de obras de reconhecido mérito escritas pelos sócios; [...] Estabelecer as condições para a formação de um fundo social;
> [...] Estabelecer direitos, entre os quais, o de encarregar-se a sociedade da cobrança dos honorários dos sócios;

O movimento teve imediata repercussão em São Paulo, onde a *Gazeta de Notícias* informou o aparecimento de entidade similar, em cuja diretoria figuravam Almeida Nogueira (presidente), Filinto de Almeida e Américo de Campos Sobrinho.

A *Gazeta de Notícias* noticiou, em 30 de maio, a primeira reunião da diretoria, mas, ao fim de algum tempo, desapareceu das colunas dos mencionados jornais o noticiário referente à instituição. O crítico Brito Broca concluiu que essa tentativa não passou de um projeto malogrado (apud PEREIRA, 2014).

3.2 ANÁLISE DA CONSTITUIÇÃO, DO ESTATUTO E DAS DELIBERAÇÕES DA SOCIEDADE DE HOMENS DE LETRAS DO BRASIL

Ainda sobre essa preocupação que relacionava associação e profissionalização do escritor, nos primeiros dias da República se deu outra fracassada iniciativa, quando Pardal Mallet publicou na *Gazeta de Notícias* a já mencionada série de artigos chamando a atenção para a necessidade de se fundar no Rio de Janeiro uma agremiação de homens de letras, não para a simples leitura de trabalhos literários, mas para fins práticos.

Tal agremiação deveria, segundo Mallet (GAZETA DE NOTÍCIAS, 1890):

a) Encarregar-se da cobrança das transcrições dos trabalhos de seus sócios, para o que teria correspondentes em todas as cidades importantes do Brasil ("a associação poderia fazer muito facilmente o trabalho que seria difícil a cada um pessoalmente");

b) Pedir procurações aos autores estrangeiros para cobrar as transcrições ou traduções de seus trabalhos no Brasil;

c) Auxiliar aqueles sócios que caíssem na miséria;

d) Sistematizar a propaganda para a obtenção dos tratados e decretos relativos à propriedade literária.

Como fontes de renda, a Associação teria, ainda segundo Mallet (GAZETA DE NOTÍCIAS, 1890):

a) Uma percentagem sobre todas as cobranças feitas;

b) Pediria às empresas jornalísticas e teatrais que lhe cedessem uma pequena percentagem sobre os lucros líquidos.

Durante a monarquia, é sabido, não surgiu nenhuma lei que regulasse os direitos autorais, sendo possível publicar obras de autores brasileiros e mesmo traduzir obras estrangeiras sem pagar qualquer direito autoral.

Pardal Mallet merece ser incorporado à galeria dos grandes defensores do direito autoral no Brasil. Seus esforços, pois, surtiram alguns resultados.

Como resultado da mobilização provocada por seus artigos, realizou-se sob a presidência de Ferreira de Araújo, diretor da *Gazeta de Notícias,* uma reunião de intelectuais, às 2 horas da tarde do dia 07 de maio de 1890, estando presentes, entre outros, Machado de Assis, Coelho Neto, Olavo Bilac, Raul Pompeia, Guimarães Passos, Medeiros e Albuquerque, Artur Azevedo, Aluízio Azevedo, José do Patrocínio, Alcindo Guanabara, João Ribeiro, Emílio Rouède, Aquiles Varejão, Gastão Bousquet, Moreira Sampaio, Figueiredo Coimbra, Valentim Magalhaes, Gonzaga Duque, Pereira da Silva, Pedro Rabelo e outros, no total de 50.

Nessa reunião, foi declarada constituída a Sociedade de Homens de Letras do Brasil, sendo eleitos (GAZETA DE NOTÍCIAS, 1890):

Presidente	Ferreira de Araújo
Vice-Presidentes	Machado de Assis e José do Patrocínio
Secretários	Pardal Mallet e Emílio Rouède
Tesoureiro	Alcindo Guanabara

Ferreira de Araújo nomeou uma comissão para redigir os estatutos, composta de Olavo Bilac, Aquiles Varejão, Artur Azevedo, Aluízio Azevedo e Valentim Magalhães.

Alguns artigos dos estatutos são indicadores dos objetivos do grupo e incluem:

> [...] Conseguir do governo brasileiro uma lei regulando os direitos autorais.
> [...] Socorrer, a juízo da diretoria, os que sendo reconhecidamente homens de letras caírem na indigência, ou às suas famílias, em caso de morte.
> [...] Influir para a publicação de obras de reconhecido mérito escritas pelos sócios.
> [...] Estabelecer as condições para a formação de um fundo social.

Os estatutos, definitivamente aprovados a 14 de maio, estabelecendo tabelas de preços, percentagens, direitos e deveres dos sócios, levaram as assinaturas dos membros da comissão de redação e dos diretores. A *Gazeta de Notícias* noticia, em 30 de maio, a primeira reunião da diretoria.

O movimento teve imediata repercussão em São Paulo, de onde veio um entusiástico telegrama, transmitindo a adesão de um grupo de intelectuais que ali se reuniram para o mesmo fim. O telegrama era assinado por “Almeida Nogueira, presidente da reunião; Filinto de Almeida e Américo de Campos Sobrinho, secretários”.

Entretanto, a Sociedade de Homens de Letras do Brasil não passou de um efêmero e bem-intencionado movimento.

A primeira reclamação apresentada à diretoria partiu de Artur Azevedo, de quem o *Diário de Campinas* transcrevera um conto, sem nada pagar. A diretoria decidiu não agir contra esse jornal, por não ter sido feita ainda uma ampla divulgação de seu programa de ação. Foi, então, redigido o seguinte:

> Aviso – A Sociedade dos Homens de Letras do Brasil está resolvida a aplicar, desta data em diante, o art. 261 do Código: Imprimir, gravar, lithographar, ou introduzir quaesquer escriptos, ou estampas, que tiverem sido feitos, compostos, ou traduzidos por cidadãos brasileiros, emquanto

> estes viverem, e dez annos depois da sua morte, se deixarem herdeiros. / Penas - de perda de todos os exemplares para o autor, ou traductor, ou seus herdeiros; ou na falta delles, do seu valor, e outro tanto, e de multa igual ao tresdobro do valor dos exemplares. / Assim, resolvido a tornar de agora em diante efetiva esta lei, a diretoria estabelece a tabela provisória de 5$000 por qualquer transcrição de trabalho de um sócio, devendo o dinheiro ser remetido ao tesoureiro. / E, para inteiro conhecimento de todos, faz pública esta sua resolução. / Rio, 29 de maio de 1890. – *Ferreira de Araújo, Machado de Assis, Emílio Rouède, Pardal Mallet.*

Os demais diretores, ausentes à reunião, deixaram de assinar.

Em 09 de junho, a Sociedade de Homens de Letras decidia enviar à Europa um delegado, na pessoa de Dermeval da Fonseca, para fazer contato com sociedades congêneres, e eram aceitos como sócios Quintino Bocaiúva (então Ministro das Relações Exteriores), Rui Barbosa (então Ministro da Fazenda), Sílvio Romero, Araripe Júnior, o Barão de Paranapiacaba, Múcio Teixeira, B. Lopes, Luís Delfino, a Baronesa de Mamanguape, Adelina Lopes Vieira, Corina Coaraci, França Júnior, Alberto de Oliveira, Mário de Alencar, Luís Murat, Silva Jardim, Sampaio Ferraz, Sizenando Nabuco, Aristides Lobo (ex-minisro do Interior e Justiça) e vários outros, elevando o número dos sócios a mais de uma centena (GAZETA DE NOTÍCIAS, 1890).

Foi, então, que a instituição deliberou constituir suas delegações sem diversos pontos do território nacional, sendo escolhidos (GAZETA DE NOTÍCIAS, 1890):

Amazonas	Bento Aranha e Aprígio de Meneses
Pará	Dário Freire
Maranhão	Artur Azevedo, Aluízio Azevedo, Coelho Neto e Dr. Paulo Pereira
Piauí	Dr. Coelho Rodrigues
Ceará	Araripe Júnior
Rio Grande do Norte	José Leão e Tobias Monteiro
Pernambuco	Sizenando Nabuco, Anibal Falcão e Henrique Stepple
Alagoas	Guimarães Passos e Oliveira e Silva
Sergipe	Sílvio Romero, Martinho Garcez e João Ribeiro
Bahia	Pedreira Franco, Urbano Neves, Urbano Ribeiro, Urbano Duarte, Moreira Sampaio, Euclides Freitas e Salustiano Sebrão
Espírito Santo	Dr. Gomes de Castro Filho
Minas Gerais	Padre José Joaquim Corrêa de Almeida e Dr. Felício dos Santos
Distrito Federal	Machado de Assis, Olavo Bilac, Figueiredo Coimbra, Bocaiúva Filho, Alcindo Guanabara e Gonzaga Duque
São Paulo	Gastão Bousquet, Júlio Ribeiro, Mário de Alencar, Raul Pompeia, Gaspar da Silva, Medeiros e Albuquerque e Valetim Magalhães

Paraná	Emiliano Perneta e Manuel Silveira da Mota
Santa Catarina	Oscar Rosas
Goiás	Henrique Silva
Mato Grosso	Dr. Antônio Azeredo

Nessa lista, publicada pela *Gazeta de Notícias* em 14 de junho, o Estado da Paraíba fora inexplicavelmente omitido. Tais representações deveriam nomear os correspondentes que iriam se incumbir das cobranças em cada uma dessas regiões. Ao fim de algum tempo, desapareceu das colunas da *Gazeta de Notícias* o noticiário referente à instituição.

Tudo não passara de um belo sonho. Mas o episódio representa, sem dúvida, um importante dado para a biografia de Machado de Assis. A Academia Brasileira de Letras, criada em 1896 graças a sua liderança e ao espírito associativo de outros escritores que assinaram a ata de fundação da Sociedade dos Homens de Letras, perdeu o componente reivindicatório, trabalhista e profissionalizante que parecia marcar os objetivos da primeira entidade.

De acordo com Marisa Lajolo e Regina Zilberman, a Academia presidida por Machado corresponde antes ao projeto descrito em *A Conquista,* de Coelho Neto, onde, depois de discutir com os colegas escritores e jornalistas frustrados o fato de a literatura nada render financeiramente, uma das personagens propõe organizar as bases de uma sociedade artística e literária (LAJOLO, ZILBERMAN, 1996).

Na carta de Joaquim Nabuco, dirigida a Machado de Assis, em 1904, revela-se o esvaziamento da função profissionalizante sofrido no trajeto da reivindicativa Sociedade dos Homens de Letras para a nova Academia Brasileira de Letras, que, ao reunir escritores consagrados, serviria antes para canonizá-los do que para profissionalizá-los (ou, ao menos, conscientizá-los de que a profissionalização é possível). Nabuco e Machado buscavam atrair para a associação segmentos poderosos da sociedade e, assim, fortalecer o próprio grupo.

Contudo, a situação do escritor não era, em absoluto, confortável, uma vez que continuavam a ser remunerados e/ou divulgados de forma pífia. Relativamente aos direitos autorais, até meados do século XX, o panorama não diferiu muito do século anterior.

3.3 ANÁLISE COMPARATIVA DOS PROJETOS DE AUGUSTO MONTENEGRO E PELO ARTISTA PEDRO AMÉRICO DE FIGUEIREDO E MELLO

No bojo dos debates sobre os direitos dos autores, em 1893, o deputado Augusto Montenegro e o artista Pedro Américo de Figueiredo e Mello apresentaram também, cada um, a sua proposta de legislação. A contemporaneidade das propostas causou discussões acaloradas em plenário, mas apresentavam diferenças importantes na forma e no conteúdo relacionado à defesa dos direitos autorais.

O projeto apresentado pelo pintor e deputado paraibano Pedro Américo de Figueiredo e Mello (Areia/PB (Brasil), em 29 de abril de 1843 – Florença (Itália), em 7 de outubro de 1905) agrupava seu conhecimento a respeito da questão dos direitos autorais, acumulado em suas participações em congressos e outros eventos ocorridos, principalmente, na França. Fazendo referência aos projetos anteriores, encaminhados por José de Alencar e Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque, apresentou, então, o seu próprio projeto, pretendendo oferecer uma contribuição que superasse uma mera compilação dos projetos anteriores.

Num contexto de profundos embates teóricos, em 09 de setembro de 1886, a Associação Literária e Artística Internacional, de grande influência francesa, apresentou, em sua primeira versão, a Convenção de Berna. Esta primeira versão foi aditada e completada em 04 de maio de 1896, por um ato adicional e uma declaração interpretativa, vigorando a partir de 09 de dezembro de 1897 (SOUZA, 2005).

Os princípios essenciais estabelecidos neste documento eram o do tratamento nacional, através do qual os estrangeiros dos países unionistas devem receber o mesmo tratamento dispensado aos nacionais, o da proteção automática, que não deve ser subordinada a procedimentos formais anteriores, e a proteção mínima, que inclui os beneficiários, as obras e os direitos, que não podem ser postergadas pelas legislações nacionais e têm aumentado progressivamente com o passar dos anos (SOUZA, 2005).

No relatório "A PROTEÇÃO DA PROPRIEDADE LITERÁRIA NO SÉC. XIX: análise dos contratos assinados entre os romancistas do período romântico e o editor B. L. Garnier", apresentado à PROPe-UNESP, relativo à pesquisa de Iniciação Científica – PIBIC/ CNPq/Reitoria, gestão 2018/2019, sob orientação da Profa. Dra. Lúcia Granja, avançou-se neste debate, promovendo-se a análise das discussões no parlamento imperial de três projetos de lei destinados a proteger a propriedade literária no Brasil, de autoria dos deputados Aprígio Guimarães (1856), Gavião Peixoto (1857) e José de Alencar (1875).

Em 1890, Pedro Américo foi eleito deputado pela sua província natal, a Parahyba do Norte, pelo Partido Republicano, para a Assembleia Constituinte. Durante seu mandato apresenta alguns projetos ligados às artes e à cultura. Entre eles, a proposta da fundação de uma Galeria Nacional de Belas Artes (independente, artística e financeiramente, da proposta da Escola Nacional de Belas Artes), a proposta de criação de um teatro nacional, um projeto sobre a criação de universidades no Brasil e o tal projeto de lei sobre os direitos autorais.

Em 1893, findo seu mandato de deputado, nada o motivou mais a permanecer no Brasil. Não queria viver em um lugar que ele não amava e que não lhe proporcionava maiores possibilidades, no sentido de um mercado farto para o seu trabalho. Voltou para a Itália definitivamente, onde veio a falecer.

Em 1891, com a promulgação da primeira Constituição Republicana (de que Pedro Américo fora um dos constituintes), os autores tiveram garantidos alguns direitos sobre suas criações, conforme o art. 72, § 26, do texto daquela Carta Magna: "Aos autores de obras litterarias e artisticas é garantido o direito exclusivo de reproduzil-as pela imprensa ou por qualquer outro processo mecanico. Os herdeiros dos autores gozarão desse direito pelo tempo que a lei determinar".

Seis dias após a rejeição da Convenção Literária entre Brasil e França, Pedro Américo apresenta um Projeto de Lei ao Legislativo, procurando conferir maior concretude ao mencionado dispositivo constitucional e, assim, garantir direitos idênticos a quaisquer artistas, a despeito de sua pátria de origem e residência. Ele evocou seus conhecimentos e experiência nos negócios artísticos para oferecer ao Congresso um projeto que pudesse regular as questões ora em discussão (ZACCARA; AUGUSTI; FRANCA FILHO, 2016).

O projeto contava com enxutos onze artigos e fora subscrito inicialmente por dezesseis outros deputados: A. Fialho, Luiz Murat, Conto Cartaxo, A. Cavalcanti, Martinho Rodrigues, J. de Serpa, J. Retumba, Nelson de Vasconcellos, B. Carneiro, Oliveira Pinto, Antonio Olyntho, Mursa, Seabra, Manuel Coelho Bastos do Nascimento, Homero Baptista e M. Caetano (ZACCARA; AUGUSTI; FRANCA FILHO, 2016).

Chama atenção desde logo o fato de o projeto não estabelecer, como o fizeram alguns de seus antecessores, qualquer tipo de distinção em termos de nacionalidade do autor, ou seja, fosse este último brasileiro ou estrangeiro, gozariam todos de idêntica proteção autoral, como se percebe nos arts. 1º e 2º do projeto de Pedro Américo:

> Dos direitos autoraes
> Art.1° É garantido o direito autoral a todo o cidadão, nacional ou estrangeiro, que produzir obra litteraria, artística ou scientifica de sua própria concepção, ou composição.
> § 1° Este direto consiste em que somente elle pode assignar o seu nome na dita obra, alteral-a, modifical-a, occultal-a caprichosamente, mutilal-a, ou mesmo destruil-a.
> § 2° tal direito só é transmissível por expressa vontade próprio autor.
> Dos direitos de propriedade do autor sobre suas obras
> Art. 2º. É igualmente garantido o direito de propriedade a todo cidadão, nacional ou estrangeiro, que produzir obra litteraria, artistica ou scientifica de sua própria concepção ou composição.
> § 1°. Consiste este direito em que sómente o autor de uma obra litteraria, artistica ou scientifica de sua própria concepção ou composição póde alienal-a no todo ou em parte, expol-a, reproduzil-a ou autorisar a sua reproducção e tirar della o genero de proveito que bem lhe parecer.
> § 2°. É um direito transmissivel como de qualquer outra propriedade.[34]

A partir dos artigos 1º e 2º pode-se compreender a separação dos direitos autorais em relação à propriedade literária, uma vez que esta é assegurada e definida no segundo artigo, além de ser exposta pelo artigo 4º a independência de um direito em relação ao outro.

> Art. 4º. A alheiação dos direitos de propriedade litteraria, artística ou scientifica não accarreta, salvo convenção ou consentimento expresso em contracto especial, a alheiação dos direitos autoraes, nem a autorisação ao cessionário de reproduzir de qualquer modo inclusive a traducção, a obra alienada.

Se o direito autoral garantia ao responsável pela produção da obra o direito de assiná-la e decidir sobre sua finalidade, o direito de propriedade conferia o domínio sobre a alienação da obra, de sua reprodução e exposição.

Muitas décadas depois, a atual Lei nº 9610, de 19 de fevereiro de 1998, que altera, atualiza e consolida a legislação brasileira descobre direitos autorais, continuaria a adotar essa divisão em seu art. 22, in verbis: "Art. 22. Pertencem ao autor os direitos morais e patrimoniais sobre a obra que criou".

Em outras palavras, ao alienar os direitos patrimoniais de sua obra, o autor não deixa de manter uma série de outros direitos (morais), de forma que, por consequência, mantêm certo poder sobre sua produção artística, podendo interferir, como acima citado, no processo de reprodução ou tradução da obra alienada. Com fundamento nessa mesma dicotomia, a transmissão a terceiros dos chamados "direitos autoraes" (como p. ex. a alteração ou a destruição da obra) dependia de expressa vontade do autor (art. 1º, §2º, do Projeto de Lei), o que não ocorre mais hoje em dia (art. 24, §1º, da Lei nº 9.610/1998). Os direitos patrimoniais, porém, eram transmissíveis (e assim continuam) como quaisquer outros direitos de propriedade (art. 2º, §2º, do Projeto de Lei).

Como a maioria dos projetos anteriores, a proposta de Pedro Américo estabelecia um prazo de vigência para os direitos de propriedade literária, defendendo, conforme o seu art. 3°, o gozo vitalício pelo autor mais cinquenta anos após sua morte por seus herdeiros ou representantes legais. Comparando-se o projeto de lei de Pedro Américo com o de José de Alencar, de 1875, há discordância quanto à duração da cessão dos direitos autorais a terceiros, que para o romancista não tem qualquer limitação (ZACCARA; AUGUSTI; FRANCA FILHO, 2016).

A atual Lei n° 9.610/98 fixa, em seu art. 41, que "os direitos patrimoniais do autor perduram por setenta anos contados de 1° de janeiro do ano subsequente ao de seu falecimento, obedecida a ordem sucessória da lei civil." No parágrafo único do mesmo artigo, ainda adiciona: "Aplica-se às obras póstumas o prazo de proteção a que alude o caput deste artigo".

Pedro Américo, tratando da questão dos tradutores, estabelece uma diferença terminológica importante entre esses dois atores sociais: o autor e o tradutor. O deputado paraibano não atribui o estatuto de autor ao tradutor, mas, assim como já o fizera José Alencar em seu projeto de 1875, prevê que o trabalho de tradução deve, também, ser protegido de apropriações indevidas, conforme §4°, do art 4º do Projeto de Lei de Pedro Américo (ZACCARA; AUGUSTI; FRANCA FILHO, 2016):

> §4° O traductor ou reproductor mecânico de obra litterarias, artística ou scientifica do domínio publico gosará dos direitos de propriedade sobre a sua tradução ou reprodução, não podendo porém impedir que outros publiquem, ou exponham á venda outras traducções ou reproduções do mesmo objeto.

Note-se que, muito embora tradutor e autor estejam protegidos pelo projeto de lei, diferem em seu estatuto, de forma que ao primeiro cabe o direito de alterar, mutilar ou ocultar sua produção artística ou literária, enquanto que ao segundo cabe tão somente o direito sobre sua cópia ou tradução, não cabendo a este último fazer por si qualquer restrição quanto à circulação social de outras cópias ou traduções da mesma obra, a menos que tenha negociado nesse sentido com o detentor dos direitos patrimoniais de autor. Isso, na prática, representaria, em termos de mercado livreiro a abertura ao livre comércio, uma vez que a mesma obra poderia sofrer inúmeras traduções, desde que respeitados os direitos do autor. Com efeito, o §2° do art. 5º do projeto de lei de Pedro Américo prevê que os direitos da propriedade literária abrangem o direito exclusivo de fazer ou autorizar a tradução da obra (ZACCARA; AUGUSTI; FRANCA FILHO, 2016).

O art. 7° de seu projeto de lei estabelece que "a cessão de um objecto de arte não confere ao adquirente, salvo ajuste em contrario, o direito de reproducção, qualquer que seja o gênero desta." De modo a preservar o interesse público, no parágrafo §2° do mesmo artigo, prevê-se, contudo, que

> si, porém, o adquirente for o Estado, o município, ou algum estabelecimento publico, e a reproducção for julgada de evidente interesse nacional, cessa o direito que tinha o autor de a impedir em absoluto, restando-lhe apenas o de escolher os reproductores, e de exigir uma indemnisação pecuniária adequada.

> As disposições do art. 7° e de seus sucessivos parágrafos não se estendiam, porém, às obras de architetura que não tiverem um caracter evidentemente artístico, aos planos e estampas explicativas, mappas geographicos, topographicos e outros congêneres, sem mérito especial, moveis para uso de escolas e mais estabelecimentos públicos, e em geral ás obras anonymas feitas para auxiliar o ensino, o trabalho, ou para satisfazer as necessidades intellectuaes sem transcendência.

Em suma, Pedro Américo, nesse último parágrafo firma, de certa forma, dois campos opostos no que tange à produção figurativa: um que pertenceria ao domínio da arte, sendo constituído por obras cujo atributo principal seria a "transcendência" e outro, pertencente a um domínio associado a finalidades "práticas", vocacionados à reprodutibilidade técnica, como o uso escolar ou de trabalho, supostamente destituídos de finalidades ou qualidades propriamente artísticas.

O projeto não termina sem, antes, mencionar, nos arts. 8º a 11, a questão do plágio e os mecanismos de proteção contra a violação de quaisquer dos direitos autorais, punida com multa e indenização ao autor. Pedro Américo dispunha sobre as citações, adaptações ou transcrições que não objetivavam ganhos comerciais como intervenções que não constituíam violações do direito de propriedade literária e artística, uma vez que apresentassem "caracteres de evidente originalidade não contidas na obra inicial" (ZACCARA; AUGUSTI; FRANCA FILHO, 2016)..

Particularmente interessante é o caráter protetivo do art. 10, que pune a depreciação proposital de obra artística ou literária com o fim claro ou oculto de prejudicar o autor. As críticas polemistas com avaliação de obras artísticas ou científicas feitas com objetivo de prejudicar o autor poderiam incorrer em violação dos direitos dos autores sobre suas obras, sendo punida como tal (ZACCARA; AUGUSTI; FRANCA FILHO, 2016).

O projeto de Pedro Américo – e de tantos outros projetos sobre direitos autorais que o antecederam – não chegou a prosperar.

Em 1891, o deputado do Pará, Augusto Montenegro, apresentou sua proposta de regulação. Seu objetivo seria propor uma lei sobre a questão que não ficasse atrelada a disposições estabelecidas por outro país. Sob o argumento de manutenção da soberania brasileira, portanto, o deputado propunha uma lei que ele mesmo declarou ser uma adaptação da alemã referente à questão. Após uma rápida discussão com Pedro Américo, Montenegro apresentou sua proposta, que avançava sobre as questões envolvidas com novidades em relação aos projetos anteriores (BASTARDIS, 2018).

Os direitos de autor seriam garantidos também aos estrangeiros, contanto que tivessem no Brasil um representante legal, algo muito próximo do que havia sido proposto em outras ocasiões. Na contramão do que estabeleciam os projetos anteriores, a limitação de tempo para gozo dos direitos pelos herdeiros ou representantes após a morte do autor ficava limitado a apenas dez anos, após o que se encontrariam as obras em domínio comum, que posteriormente foi nomeado domínio público. De seu projeto ficava claro o interesse em controlar o que se declarava serem obras artísticas e literárias. O artigo 4º estabelecia que o gozo dos direitos estaria limitado àquelas obras que trouxessem o nome do autor estampado. Por isso, obras anônimas, e mesmo pseudônimas, estariam excluídas da proteção do direito autoral (BASTARDIS, 2018).

O projeto de Montenegro conferia aos autores um controle sobre a utilização de suas obras, para montagem de espetáculos teatrais, traduções e mesmo adaptações, prática disciplinada pela primeira vez por sua proposta. As obras de autores nacionais que não fossem originalmente concebidas para o teatro não poderiam ser representadas, salvo nos casos em que tivessem autorização concedida pelo autor. Os autores estrangeiros sem representantes legais no país, contudo, não tinham esse direito garantido (BASTARDIS, 2018).

Os últimos artigos do projeto definiam o que se deveria entender por "contrafação" e estabeleciam punições dirigidas aos contrafatores. Entendendo como contrafação "toda reprodução

parcial ou integral, fraudulenta ou de má fé, de uma obra literária, científica ou artística, [...] por quaisquer processos mecânicos, sem o consentimento do seu autor", o projeto estabelecia como punição a apreensão dos objetos contrafeitos e pagamento de multa. Além disso, o deputado defendia a destruição dos utensílios empregados na prática do delito.

A proposta de Montenegro serviu de base para discussões que se estenderam por cinco anos. Em 1894, do interior da Comissão de Instrução Pública e sob a relatoria de José Joaquim de Campos da Costa de Medeiros e Albuquerque, outro projeto, baseado nos primeiros apontamentos de Augusto Montenegro, foi apresentado à Câmara. As discussões realizadas durante aquele ano revelavam a grande concordância entre os dois proponentes, guardando-se alguma reserva, sobretudo, em relação aos entendimentos a respeito do direito de tradução. O projeto de Medeiros e Albuquerque abandonava uma disposição defendida por Montenegro que dizia respeito à reserva da exploração do direito de tradução para o próprio autor (BASTARDIS, 2018).

Outra questão que diferenciou as propostas relacionava-se à duração do direito. Se para Augusto Montenegro parecia positivo resguardar o direito dos autores vitaliciamente e por mais dez anos após sua morte, Medeiros e Albuquerque preferiu estabelecer a duração do gozo do direito por cinquenta anos a contar da data de publicação da obra. Montenegro, contudo, declarou concordar com a mudança afirmando que "o nobre deputado [...] e a ilustre comissão admitem um sistema, a meu ver melhor, que aquele que eu havia apregoado e no qual existia um elemento incerto, qual é a morte, que podia aumentar ou diminuir o prazo da garantia". Na nova redação proposta, portanto, ficaria mais imparcial e melhor definida a extensão temporal da garantia dos direitos dos autores (BASTARDIS, 2018).

Após discussões, o projeto ainda seguiu para o Senado, sendo promulgado, na forma da Lei n° 496 (que veio a ser denominada Medeiros e Albuquerque, em homenagem ao seu relator e autor efetivo), em 1° de agosto de 1898. A Lei guardava traços evidentes do projeto de 1893, como a definição do que não seria considerado como contrafação, reservando certa liberdade de ação autoral à citação, adaptação e imitação. Também as definições do que se entenderia por direitos de autor e, especialmente, de "obra literária, científica ou artística" presentes na lei deveram bastante ao projeto de Augusto Montenegro. Todavia, esta norma seria revogada em 1916, pelo então novo Código Civil, que destinou capítulo específico sobre o tema – "Da propriedade literária, científica e artística" –, para abordar as questões relacionadas aos direitos autorais.

Dos meandros das discussões sobre a lei de direitos autorais brasileira, durante a década de 1890, acompanhando a publicidade da questão nos principais periódicos em circulação, percebe-se a supervalorização da atuação do deputado Medeiros e Albuquerque, sobretudo após a fundação da Academia Brasileira de Letras, em 1897.

É certo que sua capacidade de articulação resultou na votação de um projeto de lei sobre os direitos autorais, mas igualmente certo é que a concepção do projeto deveu muito à proposta apresentada por Augusto Montenegro, que continuou contribuindo com o desenvolvimento da lei nos debates posteriores.

Os esforços de definição e de institucionalização dos direitos autorais no Brasil responderam também ao interesse de caracterização do fazer do escritor nacional.

Atuando como solução frente às dificuldades financeiras enfrentadas pela maioria dos escritores, as garantias expressas em lei em relação aos direitos dos autores possibilitariam a estes agentes culturais serem identificados enquanto tais, além de permitirem receber algum retorno pelo trabalho empreendido. Ainda que o retorno não fosse suficiente, como destacou José de Alencar e a maioria dos escritores do XIX, o demorado processo de constituição do direito autoral no Brasil – que vai da primeira expressão legal relacionada a publicações de textos, na década de 1830, até a sua inclusão final no texto da lei brasileira, no final da década de 1890 – promoveu um ambiente favorável à reunião de grupos intelectuais suficientemente legitimados para a construção de uma coletividade reconhecida como extrato mais elevado da cultura brasileira à época.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pardal Mallet foi um dos primeiros a manifestar sua posição em prol do reconhecimento dos direitos autorais, conceito que prefere empregar, em vez da ainda então bastante usual noção de "propriedade literária", segundo ele, característica de uma visão de mundo capitalista. O jovem militante da causa dos escritores formula a questão desde o prisma da relação entre o proprietário dos meios de produção e os operários, sublinhando o teor da exploração, por aqueles, do trabalho desses (MALLET, 1890).

Se, nem sempre, os intelectuais adotam tão claramente o posicionamento político de Mallet, eles se revelam unânimes em um ponto: os editores aproveitavam-se no trabalho alheio, com grandes vantagens para suas empresas.

Após indicação de Benjamin Constant para o Ministério da Instrução Pública, em 1890, Pardal Mallet publicou uma série de cartas abertas ao novo ministro tratando de questões relativas ao direito autoral. Divididas em seis partes, as cartas registravam a opinião do escritor a respeito da regulação da atividade literária no Brasil, tocando questões como o retorno pecuniário aos autores e considerando os plágios como uma atitude que enfraquecia a cultura nacional.

Segundo Mallet, os direitos autorais, que distingue do termo propriedade literária, constituíam a forma mais correta para tratar as garantias ao sustento dos literatos. Mallet, retomando o posicionamento defendido também por José de Alencar, em 1875, defendia que na doutrina do direito autoral, com a substituição defendida do conceito de propriedade pelo de trabalho, o esforço artístico emergiria como uma atividade como outra qualquer, necessária e proveitosa à coletividade, mas que deveria primeiramente aproveitar ao trabalhador.

Com essa elaboração, procurou acomodar as questões polêmicas relacionadas à retribuição pecuniária ao esforço do artista, buscando solucionar os problemas enfrentados por diversos literatos brasileiros quanto a sua subsistência. Para o escritor, era da falta de compreensão da justiça dessa retribuição que se originavam os problemas das classes artísticas do país, mas nada era tão danoso quanto a ausência de um sentido de classe que unisse os trabalhadores das Letras. Nesse sentimento que atingiria todos os escritores, Mallet localizava “uma manifestação inconsciente da superioridade intelectual do artista”, um reforço de imposição da originalidade individual, poderíamos dizer. Nesse sentido, um dos pilares da nova organização do campo literário causava um dos principais problemas à afirmação da atividade autoral.

O escritor considerou serem naturais, portanto, as dificuldades enfrentadas para a formação de associações de artistas no Brasil, concluindo que o individualismo constituía o centro da questão. Uma vez que o ego constitui uma dimensão bastante importante nas disputas relativas ao direito autoral, é interessante atentar para sua relevância negativa sobre a montagem de iniciativas associativas que fortaleceriam, ao menos em teoria, as garantias relacionadas ao trabalho intelectual. Era claro seu objetivo de afirmar serem todos operários das Letras, centralizando a questão sobre o trabalho que realizavam, pelo qual deveriam ser remunerados. Nesse sentido, Mallet buscou demonstrar como diversas profissões envolvidas na indústria livreira careciam de proteção.

Não é possível perseguir até que ponto as Cartas tiveram impacto no cenário cultural e afirmar se elas influenciaram a definição da legislação que se seguiu, mas é certo que nelas encontra-se registrado o estado das discussões sobre a temática dos direitos autorais no Brasil, ao final do século XIX. De qualquer forma, Pardal Mallet merece ser incorporado à galeria dos grandes defensores do direito autoral no Brasil (MAGALHÃES JUNIOR, 1981, p. 165).

O problema da garantia de direitos sobre a produção literária em território brasileiro não resultou em conquistas significativas durante o séc. XIX. De qualquer modo, pode-se afirmar que a campanha idealizada por Pardal Mallet e os Projetos de Lei de Pedro Américo e Augusto Montenegro constituem peças importantes para a história dos direitos autorais e da propriedade literária no Brasil e trouxeram para o cenário nacional elementos importantes para o avanço da discussão sobre o tema.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Gustavo Martins. Breve histórico da evolução do direito de autor no Brasil, no século XIX. In: *Instituto dos advogados brasileiros.* Rio de Janeiro: IAB, 2012. Disponível em: <http://www.iabnacional.org.br>. Acesso em: 18 maio 2018.

BASTARDIS, Jean. Os direitos autorais em discussão no Brasil durante o século XIX. In: *Revista de história* [38]; João Pessoa, jan./ jun. 2018. Disponível em: <www.periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/srh/article/view/37007>. Acesso em: 30 abr. 2019.

BILAC, Olavo. *Registro:* crônicas da Belle Époque carioca. Organização Alvaro Santos Simões Jr. Campinas: Ed. da Unicamp, 2011.

BROCA, Brito José. *Naturalistas, parnasianos e decadentistas*: vida literária do realismo ao pré-modernismo. Campinas: EDUNICAMP, 1991.

CAMINHA, Adolfo. *Cartas literárias.* Rio de Janeiro: s. e., 1895. Disponível em: <https://bibdig.biblioteca.unesp.br/handle/10/26013>. Acesso em: 30 abr. 2019.

CANDIDO, Antonio. *Formação da Literatura Brasileira*. Momento decisivos. 15a ed. Rio de Janeiro:

Ouro sobre azul, 2014. [1a. Edição de 1959].
ENCYCLOPAEDIA BRITANNICA CONSULTORIA EDITORIAL LTDA. *Enciclopédia Barsa*. São Paulo, 1987. v. 10.
FERREIRA, Tania Maria T. Bessone da Cruz. *Direito de propriedade ou propriedade* literária: os debates sobre autoria no Brasil imperial (1862-1889). Disponível em: <http://www.livroehistoriaeditorial.pro.br/pdf/taniabessone.pdf>. Acesso em: 18 maio 2018.
GODOI, Rodrigo Camargo. *José de Alencar e os embates em torno da propriedade literária no Rio de Janeiro (1856-1875).* Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-21862017000300573&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 22 maio 2018.
GRANJA, Lúcia. Fontes para o estudo da edição no Brasil: os contratos e recibos da editora B. L. Garnier, 2015. Disponível em: <http://www.circulacaodosimpressos.iel.unicamp.br/index.php?cd=4&lang=pt>. Acesso em 14 de maio de 2018.
_____. Rio - Paris: primórdios da publicação da Literatura Brasileira chez Garnier. *Revista Letras* (UFSM), 2013a.
_____. Um editor no espaço público: Baptiste-Louis Garnier e a consolidação da coleção em Literatura Brasileira. *Revista Estudos Linguísticos*. São Paulo, 45 (3): p. 1205- 1216, 2016.
HEMEROTECA DIGITAL BRASILEIRA. *Gazeta de Notícias (RJ) – 1890 a 1899.* Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 15 jul. 2020.
LAJOLO, Marisa; ZILBERMAN, Regina. *A formação da leitura no Brasil*. São Paulo: Ática, 1996.
_____. *A profissionalização do escritor no Brasil do século XIX*. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/fragmentum/article/view/20738>. Acesso em: 21 maio 2018.
LAROUSSE CULTURAL. São Paulo: Círculo do Livro, 1993. v. 15 e 18.
MAGALHÃES JÚNIOR, Raimundo. *Vida e obra de Machado de Assis.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981. 3. v.
NEVES, Lúcia Maria Bastos P. *Do privilégio à propriedade literária*: a questão da autoria no Brasil imperial (1808-1861). Disponível em: <http:// www.livroehistoriaeditorial.pro.br/pdf/ luciabastosneves.pdf>. Acesso em: 15 maio 2018.
PEREIRA, Milena da Silveira. *A crítica que fez história:* as associações literárias no oitocentos. São Paulo: Editora UNESP, 2014. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/w2qbk/pdf/pereira-9788568334508.pdf>. Acesso em: 30 abr. 2019.
SOUZA, Silvia Cristina Martins de. **Um objeto "perdido de moda"?:** literatura dramática e mercado editorial fluminense na metade do século XIX.
ZACCARA, Madalena; AUGUSTI, Valéria; FRANCA FILHO, Marcílio Toscano. **A pena e o pincel:** o Projeto de Lei de Pedro Américo sobre a propriedade artística e literária e o diálogo entre política, direito, história e arte. 19&20, Rio de Janeiro, v. XI, n. 1, jan./jun. 2016. Disponível em: <http://www.dezenovevinte.net/criticas/pa_direito.htm>. Acesso em: 24 set. 2019.

A CARTOMANTE: UMA ANÁLISE DAS RELAÇÕES DIALÓGICAS ENTRE OS CONTOS DE LIMA BARRETO E MACHADO DE ASSIS

A CARTOMANTE: AN ANALYSIS OF DIALOGICAL RELATIONS BETWEEN THE TALES OF LIMA BARRETO AND MACHADO DE ASSIS

Área temática: Outras Áreas

SERDEIRA, Brenda Aryane
Universidade Estadual Paulista "Júlio Mesquita Filho" – UNESP FCLAr
Mestranda no Programa de Pós-graduação em Estudos Literários
Brenda.serdeira@unesp.br

Resumo
Nesta pesquisa, apresentamos uma leitura dos contos "A Cartomante", do escritor Machado de Assis e o conto também intitulado "A Cartomante", de Lima Barreto, tendo em vista a aplicação teórica sobre o conceito de dialogismo. O objetivo do trabalho é observar e analisar as semelhanças entre os textos, bem como os aspectos que os diferem, e revelar, por meio dessa comparação, como se constroem as relações dialógicas entre eles. Esta pesquisa tem caráter bibliográfico, com fundamentação teórica nos estudos de Bakhtin (2000) e Fiorin (2006), para discorrer sobre os conceitos de dialogismo, interdiscurso e intertexto. Além disso, para estudo dos autores e suas relações com a literatura brasileira, bem como alguns aspectos da escrita de cada um deles, foram utilizadas as reflexões de Bosi (2017), Candido (1977/ 1989), Schwarcz (2017), entre outros estudiosos. Dessa forma, acreditamos que esta pesquisa traz uma contribuição histórica, social e acadêmica, uma vez que analisa aspectos relevantes de dois escritores, em uma perspectiva voltada para a literatura brasileira.

Palavras-chave: A Cartomante, Machado de Assis, Lima Barreto.

Abstract
This research presents a reading of the tale "A Cartomante", by the writer Machado de Assis and the tale also entitled "A Cartomante", written by Lima Barreto, owing to a theoretical application on the concept of dialogism. The objective of this research is to analyse the similarities between the texts, as well as the aspects that differ them, and to reveal, through this comparison, how the dialogical relations are constructed between them. This research has a bibliographic character with a theoretical foundation in the studies of Bakhtin (2000) e Fiorin (2006), to discuss the concepts of dialogism, interdiscourse and intertext. In addition, for the study of the authors and their relation with Brazilian literature, as well as the writing aspects of each one, used as reflections by Bosi (2017), Candido (1977/1989), Schwarcz (2017). Thus, we believe that this research brings a historical, social and academic contribution, since it analyses relevant aspects of two writers, in a perspective focused on Brazilian literature.

Keywords: A Cartomante, Machado de Assis, Lima Barreto.

1 INTRODUÇÃO

O propósito deste artigo é apresentar uma leitura de dois contos, um de Machado de Assis e o outro de Lima Barreto, escritores que se destacam, no contexto da Literatura Brasileira, pela produção de romances e contos, sendo este último o gênero escolhido para realização desta pesquisa exploratória, cujo corpus se constitui de "A cartomante", título das duas narrativas. Buscamos observar, nesse seguimento, quais são as possíveis relações de sentido entre elas.

O conto de Machado de Assis foi publicado em 28 de novembro de 1884, na *Gazeta de Notícias* e pertence, portanto, a produção madura do autor, como aponta a crítica. Já o conto de Lima Barreto foi publicado em 1910, na *Ordem e Progresso*, uma revista cívico-literária. O interesse para

realização desta pesquisa surgiu, portanto, após questionarmos o que poderia estar sinalizado pelos títulos, na figura mística da cartomante, uma vez consultada pelas personagens dos dois contos que buscam, nos resultados das duas consultas, soluções para seus conflitos.

Nesse sentido, tendo como subsídio as reflexões bakhtinianas e orientados entre as balizas do conceito de dialogismo, exploraremos, inicialmente, as relações de sentido entre dois enunciados, a fim de entendermos as possíveis relações entre os dois contos.

Assim, é objetivo da pesquisa estudar os conceitos de dialogismo, de interdiscurso e intertexto, no entendimento de duas narrativas de dois grandes autores da literatura brasileira, bem como propor uma leitura dos contos escolhidos, uma vez investigados no que se assemelham e diferem-se.

Este trabalho tem, portanto, caráter exploratório, com fundamentação teórica nos estudos de Bakhtin (2000) e Fiorin (2006), que nos possibilitarão discorrer sobre os conceitos de dialogismo, interdiscurso e intertexto. Além disso, utilizamo-nos, para estudo dos autores no curso histórico da Literatura brasileira, as reflexões de Bosi (2017), Candido (1977/ 1989), Schwarcz (2017), entre outros.

Este trabalho faz parte de uma pesquisa de mestrado, em andamento, voltada para o estudo das narrativas de Lima Barreto, intituladas: “Escritor e seu tempo: uma leitura dos contos ‘Numa e Ninfa’, ‘O homem que sabia javanês’ e ‘A Nova Califórnia’”.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Os autores e a literatura brasileira

Nos subcapítulos a seguir, fazemos uma contextualização dos dois autores estudados nesta pesquisa: Machado de Assis e Lima Barreto. Os dois se destacam na literatura brasileira pelos seus contos e romances, e apresentam relações de convergência e discordância, as quais serão apenas citadas neste trabalho.

2.1.1 Machado de Assis

Machado de Assis nasceu no Rio de Janeiro, em 1839, filho de um pintor mulato e de uma lavadeira. Ficou órfão muito cedo e, ainda criança apareceram os sintomas de epilepsia e gagueira, que o acompanharam por toda a vida. O autor foi um autodidata, e aos dezesseis anos começou a trabalhar como tipógrafo, e foi nessa época que compôs seus primeiros versos. Aos trinta anos, Machado casou com uma portuguesa, Carolina, que o acompanhou até o fim da vida. O autor, nos fins do século XIX era considerado um dos maiores romancistas brasileiros e foi o primeiro presidente da Academia Brasileira de Letras. Morreu em 1908, em razão de uma úlcera cancerosa.

Para a crítica, o escritor tem duas fases: uma chamada “romântica” e uma “realista”, iniciada com a publicação, em 1881, de *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, o chamado “salto qualitativo”, ou seja, o romance foi um divisor de águas para a literatura do Brasil, e uma revolução tanto ideológica quanto formal, como também aponta Bosi (2017).

O crítico Antonio Candido (1977), em “Esquema de Machado de Assis”, observa a característica de muitos romances e contos do autor, que ficam em “aberto”, ou ainda, permitem uma dupla leitura. Nesse sentido, ressalta também a característica machadiana das relações entre o fato real ou imaginado, ou seja, o que aconteceu ou aquilo que o leitor pensa ter acontecido.

O fato é que a grandeza do escritor permanece e, como aponta Bosi (2017, p. 184): “O ponto mais alto e mais equilibrado da prosa realista brasileira acha-se na ficção de Machado de Assis”. O escritor, portanto, tem papel relevante e inovador no contexto da literatura brasileira.

2.1.2 Lima Barreto

Afonso Henriques de Lima Barreto, escritor do período Pré-Modernista da literatura brasileira, nasceu no Rio de Janeiro, em 13 de maio de 1881, filho de um tipógrafo e de uma professora primária, ambos mestiços. Em 1888, aos sete anos, perdeu a mãe, vítima de tuberculose e nesta mesma época assistiu à Abolição da Escravatura. O pai foi um dos primeiros demitidos com a Proclamação da República, em 1889, e então eles passaram a morar na Ilha do Governador. Lima Barreto completou o curso secundário e matriculou-se na Escola Politécnica em 1897, que abandonou em 1903.

Lima vivia intensas crises de depressão e de entrega à bebida, e por esta razão, foi internado duas vezes no Hospício Nacional, em 1914 e 1919. Morreu de colapso cardíaco aos 41 anos de idade, em 1922. Sua trágica biografia reflete nas suas obras: o desajuste do mulato, a ambição, o fracasso, a loucura, o alcoolismo. Por várias vezes responsabiliza o pai pela vida infeliz e atribui o insucesso ao preconceito, especialmente racial, como destaca Bosi (2017).

Quanto ao período Pré-Modernista da Literatura brasileira destaca-se, sobretudo, por representar um período de transição, em que os temas das obras criticam o Brasil arcaico e desenvolvem problemáticas sociais. Para completar este entendimento, o período é definido como "[...] tudo o que, nas primeiras décadas do século, problematiza a nossa realidade social e cultural" (BOSI, 2017, p. 327).

Antonio Candido (1989), em seu ensaio "Os olhos, a barca e o espelho" tece algumas considerações sobre a produção de Lima Barreto, especialmente no que diz respeito ao fato de que para Lima, a literatura deve ser sincera, ou melhor, transmitir as ideias do escritor de modo simples. Assim, observa-se que é típico que haja, na sua produção, a fusão de problemas sociais com problemas pessoais. O critico também comenta o fato de que essa fusão de homem e sociedade nem sempre foi benéfica para as produções do autor, o que atrapalhou uma realização plena enquanto ficcionista, provavelmente e razão do empenho pessoal o qual Lima tinha com a literatura. Candido observa, também, através das reflexões de Antônio Arnoni Prado, que o autor, algumas vezes, construía boas cenas ficcionais partindo do registro cotidiano.

Lilia Moritz Schwarcz (2017), em *Lima Barreto Triste Visionário*, aborda a ambiguidade de Lima e afirma: "Lima Barreto era desse jeito, cheio de ironias, deboches, contradições e acertos, ideias fortes e recorrentes, idiossincrasias, angústias, sofrimentos. Um escritor que sempre viveu entre dois mundos, espaciais, culturais e sociais" (SCHWARCZ, 2017, p. 11).

Para Rosenfeld (1994, p. 126) "A obra de Lima Barreto ocupa uma posição importante no desenvolvimento intelectual do Brasil", e ainda segundo ele: "[...] agita-se e ferve em seus livros a essência brasileira daquela época de transição com uma vivacidade às vezes arrepiante [...]". (ROSENFELD, 1994, p. 120).

Outro ponto importante é que se considera, ainda, que há, na prosa limabarretiana, no que diz respeito ao espírito crítico, tanto a manifestação no campo ideológico quanto estilístico, e realça: "O que parece apenas espontâneo e instintivo em sua prosa narrativa é, no fundo, consciente, e não raro, polêmico" (BOSI, 2017, p. 340).

Assim, Lima Barreto se destaca na produção de romances, contos e crônicos e é importante para o cenário literário brasileiro.

2.1.3 Relação entre os autores

Analisar os contos de Machado de Assis e Lima Barreto implica uma relação interessante: pode-se pensar que Lima inspira-se no Bruxo do Cosme Velho para seus escritos, mas não é bem assim.

Por vezes, a comparação entre ambos cria um verdadeiro "Fla-Flu", ou seja, uma espécie de embate entre os autores, como destaca Schwarcz (2017). A antropóloga observa que, por mais que Machado tenha falecido no começo da carreira de Lima e não existam registros de encontros entre os dois, o fato é que há "tentativas" de opor o escritor de *Memórias Póstumas de Brás Cubas* ao de *Triste Fim de Policarpo Quaresma.*

Cabe destacar que não é objetivo deste trabalho tratar dessas relações entre os autores, pois o que se quer observar com a presente pesquisa é uma análise de relações de sentido, semelhanças e divergências de dois contos dos autores que levam o mesmo título e tentar entender, por meio da análise, como é a figura da cartomante nas narrativas.

2.2 O dialogismo, o interdiscurso e o intertexto

Para realizar uma leitura dos contos propostos nesta pesquisa, faz-se necessário discorrer, incialmente, acerca do dialogismo, conceito fundamental e estudado pelo denominado Círculo de Bakhtin[1], o qual trata de questões literárias, filosóficas, linguísticas, entre outras. O dialogismo, de acordo com Fiorin (2006a, p.18), é o "princípio unificador da obra de Bakhtin" e diz respeito às "[...] relações de sentido que se estabelecem entre dois enunciados", ou seja, não são as unidades da

[1] O Círculo de Bakhtin é formado por estudiosos como Voloshinov, Medviédev, Bakhtin e outros.

língua (orações) que são dialógicas, mas sim os enunciados, que por sua vez são acontecimentos únicos, irrepetíveis e, que cada vez veiculados, constituem características próprias. Para o filósofo russo, todo enunciado é perpassado pela palavra do outro, o que significa que todo discurso é constituído a partir de outro. Para completar esse entendimento, Fiorin (2006a, p.19) afirma que: "[...] todos os enunciados no processo de comunicação, independentemente de sua dimensão, são dialógicos. Neles, existe uma dialogização interna da palavra, que é sempre perpassada pela palavra do outro, é sempre e inevitavelmente, a palavra do outro".

Dessa forma, Fiorin (2006a) observa que o dialogismo se dá de três formas na obra bakhtiniana, e discorre, portanto, sobre cada uma delas.

O primeiro conceito de dialogismo, de acordo com Fiorin (2006a, p. 22), é "o modo real de funcionamento da linguagem, é o princípio constitutivo do enunciado", como apontado inicialmente. Assim, em um enunciado, há sempre ao menos duas vozes, ainda que não apareçam no fio do discurso. Assim, completa Fiorin (2006a, p. 22) que: "Um enunciado é sempre heterogêneo, pois ele revela duas posições, a sua e àquela em oposição à qual ele se constrói".

Cabe destacar, antes de avançar aos outros conceitos, acerca da diferenciação entre diálogo, entendida como: "[...] 'solução de conflitos', entendimento', 'consenso'" (FIORIN, 2006a) e o dialogismo propriamente dito, o qual trata Bakhtin e os consequentes estudos, que por sua vez é entendido como relações de concordância ou não. Nesse sentido:

> As relações dialógicas podem ser tanto contratuais ou polêmicas, de divergência ou de convergência [...] A relação contratual com um enunciado, a adesão a ele, a aceitação de seu conteúdo fazem-se no ponto de tensão dessa voz com outras vozes sociais. Se a sociedade é dividia em grupos sociais, com interesses divergentes, então os enunciados são sempre espaço de luta entre vozes sociais, o que significa que são inevitavelmente o lugar da contradição. (FIORIN, 2006a, p. 22-3)

Já o segundo conceito de dialogismo é aquele que, ao contrário do primeiro, mostra-se no fio do discurso, ou seja, trata da integração pelo enunciador da voz ou das vozes de outros no enunciado, e: "Nesse caso, o dialogismo é uma forma composicional" (FIORIN, 2006a, p. 30). Existem duas formas de inserir o discurso do outro no enunciado, a primeira em que o discurso do outro é abertamente citado e notavelmente dividido do discurso citante denominada por Bakhtin de discurso objetivado. E a segunda forma que não há nenhuma separação muito visível do enunciado citante e do citado, chamado de discurso bivocal. É neste conceito que Fiorin discorre acerca da noção de intertextualidade, a qual será discutida posteriormente nesta pesquisa.

No terceiro conceito, o dialogismo é a fonte de constituição de pensamento e ação de cada indivíduo e o seu princípio de ação, ou seja, diz respeito a uma posição de alteridade, uma vez que: "O princípio geral do agir é que o sujeito age em relação aos outros; o indivíduo constitui-se em relação ao outro. Isso significa que o dialogismo é o princípio de constituição do indivíduo e o seu princípio de ação". (FIORIN, 2006a, p. 53).

Em suma, para concluir o entendimento acerca do dialogismo, utilizam-se as palavras de Bakhtin:

> O objeto do discurso de um locutor, seja ele qual for, não é objeto do discurso pela primeira vez neste enunciado, e este locutor não é o primeiro a falar dele. O objeto, por assim dizer, já foi falado, controvertido, esclarecido e julgado de diversas maneiras, é o lugar onde se cruzam, se encontram e separam diferentes pontos de vista, visões do mundo, tendências. [...] É isso que constitui o discurso do outro (de uma forma pessoal ou impessoal), e esse discurso não pode deixar de repercutir no enunciado. O enunciado está voltado não só para o seu objeto, mas também para o discurso do outro acerca desse objeto. [...] Entretanto, o enunciado está ligado não só aos elos que o precedem, mas também aos elos que lhe sucedem na cadeia da comunicação verbal. [...] Mas o enunciado, desde o início, elabora-se em função da eventual reação-resposta, a qual é o objetivo preciso de sua elaboração. [...] Logo de início, o locutor espera deles (dos ouvintes, enquanto participantes ativos da comunicação verbal) uma resposta, uma compreensão responsiva ativa.

> Todo enunciado se elabora como que para ir ao encontro dessa resposta (BAKHTIN, 2000, p.319-320).

Isto posto, as explicações acerca dos conceitos de dialogismo são importantes na medida em que é através dessas reflexões que se apresentam os conceitos de interdiscurso e intertexto, os quais não aparecem na obra de Bakhtin propriamente com essa nomenclatura, mas que estão intimamente ligados às reflexões supracitadas e que serão, portanto, utilizados na presente pesquisa.

Evidencia-se que: "Em Bakhtin, a questão do interdiscurso aparece sob o nome de dialogismo" (FIORIN, 2006b, p.165). Assim, entende-se, segundo Fiorin (2006b) que há relações dialógicas que se dão entre enunciados, ou seja, através do sentido, e aquelas que se dão entre textos, o que implica a materialidade textual. Considera-se a interdiscursividade então como a relação e repetição de temas, figuras, ideias, e a intertextualidade como relação dialógica e materialização textual, em que um autor toma um texto de outro autor, estabelecendo relações que podem ser de convergência ou divergência. Nas palavras do autor:

> Há claramente uma distinção entre as relações dialógicas entre enunciados e aquelas que se dão entre textos. Por isso, chamaremos qualquer relação dialógica, na medida em que é uma relação de sentido, interdiscursiva. O termo intertextualidade fica reservado apenas para os casos em que a relação discursiva é materializada em textos (FIORIN, 2006b, p. 181).

Cabe ressaltar, portanto, que toda intertextualidade implica também uma interdiscursividade, mas que o contrário não necessariamente precisa acontecer. É possível perceber, ainda segundo o estudioso, que o conceito adotado, de intertextualidade, pensando na obra bakhtiniana, é restrito, pois necessita desta materialidade textual supracitada.

Desse modo, após os conceitos apreendidos, o objetivo da pesquisa apresentada neste encontro é aplica-los em dois contos da literatura brasileira: "A Cartomante", de Machado de Assis, com o conto homônimo de Lima Barreto, a fim de compreender como se dão as relações de sentido entre ambos, além de realizar uma leitura dos aspectos que os diferem.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Como procedimento metodológico para este trabalho, que se encontra na área de Literatura brasileira, partimos de uma pesquisa bibliográfica crítica, que sustenta nossa investigação no que diz respeito à contextualização dos autores estudados, mediante os estudos sobre dialogismo que queremos realizar, tendo em vista uma análise comparativa dos contos "A Cartomante", do escritor Machado de Assis e do conto homônimo de Lima Barreto.

Nosso embasamento teórico está fundamentado em leituras de textos teóricos e ensaísticos de autores como Bosi (2017), Fiorin (2006), Candido (1977/1989) e Bakhtin (2000).

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO: UMA ANÁLISE DAS RELAÇÕES DIALÓGICAS ENTRE OS CONTOS DE MACHADO DE ASSIS E LIMA BARRETO

Nesta seção apresentamos uma aplicação teórica dos conceitos apreendidos na fundamentação teórica deste trabalho, ou seja, como se constroem, entre os contos corpus da pesquisa, as relações dialógicas. Analisamos, portanto, as semelhanças dos textos no que diz respeito aos aspectos de temas e figuras, além de destacar os aspectos que os diferem. Buscamos, também, uma leitura da figura da cartomante em cada conto, na medida em que é figura central nas narrativas.

Dessa forma, a fim de discutir como ocorrem as relações dialógicas entre os contos de Machado de Assis e Lima Barreto, ambos intitulados "A Cartomante", faz-se necessário, inicialmente, discorrer brevemente, e de modo geral, sobre as situações narrativas de cada um deles.

No início do conto de Machado de Assis, ambientado no Rio de Janeiro em 1869, há uma conversa entre as personagens Camilo e Rita, e esta conta ao homem que foi a uma cartomante, a qual adivinhou seus problemas e angústias amorosas, enquanto ele ri da situação, afinal há muito tempo não acreditava em superstições. Camilo ainda adverte a mulher que um homem, Vilela, poderia ter visto-a. Posteriormente, o leitor então, através de flashback, é levado a conhecer o

triângulo amoroso que envolve as personagens citadas: os dois homens são amigos de infância, Rita é casada com Vilela, e amante de Camilo.

O problema da situação narrativa ocorre quando Camilo recebe uma carta, anônima, que o chama de "imoral" e que mostra conhecimento da relação extraconjugal. A atitude dele é se afastar de Vilela, a fim de não levantar suspeitas. Nesse momento, o leitor descobre que foi por conta das cartas que Rita procurou a cartomante, citada no início do conto, e que lhe retomou a confiança. Algumas semanas passam, e Camilo recebe um bilhete, justamente de Vilela, convidando-o para uma visita em casa, e se desespera. Assustado e sem saber o que fazer, andando pelas ruas do Rio de Janeiro, o homem decide crer nas superstições de Rita, vai até a cartomante, que lhe assegura que não acontecerá nada a ele ou à moça. Restituída à paz, Camilo segue para a casa de Vilela, e no último parágrafo do conto, ao adentrar a sala da casa, tanto o homem quanto o leitor surpreendem-se, pois Rita está morta e Vilela agarra o amigo, matando-o com dois tiros.

Já o conto de Lima Barreto apresenta as frustrações de um homem que, por não conseguir prosperar em qualquer coisa que tente, acredita que tal situação é proveniente de algo místico. Há cinco anos não recebia algum dinheiro, vivia de auxílios dos amigos e as contas da casa, portanto, ficavam por conta da mulher, de quem o marido sentia pena. Com a certeza de que as frustrações eram fruto de "coisa feita", o homem resolve procurar uma cartomante, e chama atenção, no jornal, madame Dadá, que poderia desfazer qualquer tipo de feitiçaria. Ele arranja o dinheiro, e parte para a descoberta e desfeita dos males. Fazia planos no caminho, de como as coisas na vida voltariam a ser boas. Quando chega ao local da consulta, eis a surpresa tanto do desafortunado quanto do leitor: a cartomante era a própria mulher do homem.

Assim, após a situação dos contos, bem como entendimento da teoria e dos conceitos de interdiscursividade e intertextualidade, abordados por Fiorin (2006), segundo reflexões de Bakhtin, e discorridos na fundamentação teórica desta pesquisa, é possível observar que há, entre os contos, a materialização textual, ou seja, a relação intertextual, nos títulos, que são os mesmos nos dois: A Cartomante. A personagem que leva o título é, portanto, figura fundamental para a construção de ambas narrativas.

No que diz respeito às relações de sentido, ou seja, as relações de interdiscursividade, é possível observar que o conto de Lima Barreto lembra o conto de Machado de Assis na relação de temas, figuras e ideias: em ambos é a figura da cartomante que as personagens buscam para solucionar seus conflitos, sejam eles amorosos (conto de Machado) ou sejam eles financeiros (conto de Lima Barreto). A personagem que leva o título representa, portanto, um misticismo que é procurado pelas personagens na tentativa de explicar os problemas e buscar soluções. Além disso, observa-se também que esta mulher tranquiliza as personagens que a procuram, dando a elas otimismos e esperanças para o futuro.

A fim de justificar as afirmações supracitadas, fazemos uma leitura dos contos, evidenciando a figura da cartomante, do aspecto místico e do otimismo de cada personagem ao pensar nas previsões, e uma busca-se entender a desmistificação da figura em cada uma das narrativas.

O conto de Machado de Assis é iniciado com uma relação de intertexto, afinal há uma relação explicita a Shakespeare na primeira frase do conto: "Hamlet observa a Horácio que há mais coisas no céu e na terra do que sonha a nossa filosofia" (ASSIS, 2015, p. 434). Essa fala, como observam os estudos de Coutinho (2007), desperta um tom místico para a narrativa machadiana, que permanece até o final. Tal alusão a Hamlet é feita por Rita, ao explicar a Camilo que havia procurado uma cartomante no dia anterior e o homem ri da situação. Nesse sentido, destaca-se o ceticismo de Camilo, que ao contrário da moça, não acreditava em "coisas misteriosas" e a tranquilidade que esta adquire após a visita:

> Camilo riu outra vez:
> — Tu crês deveras nessas coisas? perguntou-lhe.
> Foi então que ela, sem saber que traduzia Hamlet em vulgar, disse-lhe que havia muita coisa misteriosa e verdadeira neste mundo. Se ele não acreditava, paciência; mas o certo é que a cartomante adivinhara tudo. Que mais? A prova é que ela agora estava tranquila e satisfeita. (ASSIS, 2015, p. 434-5).

Posteriormente, sabe-se que a descrença de Camilo é algo adquirido na vida adulta:

> Também ele, em criança, e ainda depois, foi supersticioso, teve um arsenal

> inteiro de crendices, que a mãe lhe incutiu e que aos vinte anos desapareceram. No dia em que deixou cair toda essa vegetação parasita, e ficou só o tronco da religião, ele, como tivesse recebido da mãe ambos os ensinos, envolveu-os na mesma dúvida, e logo depois em uma só negação total. Camilo não acreditava em nada. Por quê? Não poderia dizê-lo, não possuía um só argumento: limitava-se a negar tudo. E digo mal, porque negar é ainda afirmar, e ele não formulava a incredulidade (ASSIS, 2015, p. 435).

No decorrer da situação narrativa, como já foi dito, o narrador apresenta o triângulo amoroso formado entre as personagens Rita, Vilela e Camilo, bem como as cartas que este recebe que o chamam de "imoral", o que preocupa os amantes. Por esse motivo, a mulher procura então a cartomante do início da narrativa, ou seja, a busca se dá um momento de apuro, de tentativa de entender os problemas e solucioná-los, além de evidenciar, novamente, a tranquilidade passada pela mulher: "Foi por esse tempo que Rita, desconfiada e medrosa, correu à cartomante para consultá-la sobre a verdadeira causa do procedimento de Camilo. Vimos que a cartomante restituiu-lhe a confiança, [...]" (ASSIS, 2015, p. 436).

No entanto, o momento maior de tensão se dá quando Camilo recebe o bilhete de Vilela, chamando-o para a casa deste. O momento então é de desespero e de angústias do amante, que cogita, inclusive, ir armado, pois tinha medo do que poderia acontecer. Decide ir o mais rápido possível, entretanto, uma das ruas estava trancada devido à queda de uma carroça. Tal rua, no entanto, não está ao acaso no caminho do homem:

> Quase no fim da Rua da Guarda Velha, o tílburi teve de parar, a rua estava atravancada com uma carroça, que caíra. Camilo, em si mesmo, estimou o obstáculo, e esperou. No fim de cinco minutos, reparou que ao lado, à esquerda, ao pé do tílburi, ficava a casa da cartomante, a quem Rita consultara uma vez, e nunca ele desejou tanto crer na lição das cartas (ASSIS, 2015, p. 437).

É interessante notar que ele, tão cético no início da narrativa, agora quer acreditar no que as cartas poderiam lhe dizer, e a ideia de consultar a mulher estava em seus pensamentos:

> A agitação dele era grande, extraordinária, e do fundo das camadas morais emergiam alguns fantasmas de outro tempo, as velhas crenças, as superstições antigas. [...] E inclinava-se para fitar a casa... Depois fez um gesto incrédulo: era a ideia de ouvir a cartomante, que lhe passava ao longe, muito longe, com vastas asas cinzentas; desapareceu, reapareceu, e tornou a esvair-se no cérebro; (ASSIS, 2015, p. 437).

Camilo vai então ao encontro da cartomante, bate na casa, não aparece ninguém, mas ele não desiste, tal era o desespero: "[...] mas era tarde, a curiosidade fustigava-lhe o sangue, as fontes latejavam-lhe; ele tornou a bater uma, duas, três pancadas. Veio uma mulher; era a cartomante" (ASSIS, 2015, p. 438). Nesse trecho, é possível observar que Camilo poderia ter ido embora do lugar, ou nem ao menos entrado, mas ele insiste, ou seja, tem a vontade de estar lá, de ter suas inquietações resolvidas, em buscar explicações ou tranquilidade. Nota-se também, a intensidade, pois são três pancadas, ou seja, há uma intensificação do estado de espírito do homem.

Eles entram, Camilo senta-se e ela joga as cartas, e "adivinha" que ele está assustado, o que o deixa maravilhado. A leitura das cartas então revela ao homem:

> Então ela declarou-lhe que não tivesse medo de nada. Nada aconteceria nem a um nem a outro; ele, o terceiro, ignorava tudo. Não obstante, era indispensável muita cautela: ferviam invejas e despeitos. Falou-lhe do amor que os ligava, da beleza de Rita... Camilo estava deslumbrado. A cartomante acabou, recolheu as cartas e fechou-as na gaveta.
> — A senhora restituiu-me a paz ao espírito, disse ele estendendo a mão por cima da mesa e apertando a da cartomante (ASSIS, 2015, p. 438).

Nota-se, portanto, que as inquietações de Camilo são, ao menos neste momento, solucionadas. Novamente, observa-se que, por mais que não acreditasse em nada disso quando Rita comenta, no momento de maior tensão da sua vida, é o místico, o sobrenatural que ele busca para resolver seus maiores problemas. Tal tom de otimismo permanece: "Tudo lhe parecia agora melhor, as outras cousas traziam outro aspecto, o céu estava límpido e as caras joviais. Chegou a rir dos seus receios, que chamou pueris;" (ASSIS, 2015, p. 439).

Por isso, o homem toma coragem para encontrar Vilela, e quando chega a casa, tem-se então o fim do conto em um tom assustador, quando Camilo adentra a sala: "Entrando, Camilo não pôde sufocar um grito de terror: — ao fundo sobre o canapé, estava Rita morta e ensanguentada. Vilela pegou-o pela gola, e, com dois tiros de revólver, estirou-o morto no chão" (ASSIS, 2015, p. 439).

Neste conto, então, é possível perceber que seu final fica em aberto, inconcluso, como é típico da narrativa machadiana e, ainda que o leitor seja levado a pensar no erro da leitura das cartas pela cartomante, ainda assim o desfecho fica permeado por dúvidas, como por exemplo, diante do que se deu com a descoberta de uma relação extraconjugal, como apontado por Costa (2018).

A fim de fazer uma análise dos aspectos semelhantes e que diferem os contos, passamos, portanto, para uma leitura da narrativa de Lima Barreto, iniciada com as frustrações de um homem, além da certeza de que seus problemas eram decorrentes de algo misterioso, como aponta o trecho inicial: "Não havia dúvida que naqueles atrasos e atrapalhações de sua vida, alguma influência misteriosa preponderava. Era ele tentar qualquer coisa, logo tudo mudava" (BARRETO, 2010, p. 302). É possível perceber também que a personagem se lamenta por toda a situação em que se encontra e, nesse sentido, chama a atenção como enaltece a figura da esposa, que cuida da casa e assume as contas: "Se não fossem as costuras da mulher, não sabia bem como poderia ter vivido até ali. Há cinco anos que não recebia vintém de seu trabalho" (BARRETO, 2010, p. 302).

O homem deseja sair dessa situação, ainda que não saiba exatamente como, porém, destacam-se novamente a confiança de que seus azares provinham de algo "sobrenatural", como exemplificado no trecho: "A certeza, porém, de que todas as suas infelicidades vinham de uma influência misteriosa, deu-lhe mais alento. Se era 'coisa feita', havia de haver por força quem a desfizesse" (BARRETO, 2010, p. 302). Assim, resolve buscar a cartomante, mas novamente, acentuam-se os elogios dados a mulher:

> Pobre de sua mulher! Avelhantada precocemente, trabalhando que nem uma moura, doente, entretanto a sua fragilidade transformava-se em energia para manter o casal.
> Ela saía, virava a cidade, trazia costuras, recebia dinheiro, e aquele angustioso lar ia se arrastando, graças aos esforços da esposa.
> Bem! As coisas iam mudar! Ele iria a uma cartomante e havia de descobrir o que e quem atrasavam a sua vida. (BARRETO, 2010, p. 302-3)

A cartomante em questão, Madame Dadá, é encontrada em um anúncio de jornal que lhe despertou simpatia. Novamente, destaca-se o fato das certezas de que suas atrapalhações eram fruto até mesmo de invejas: "Não quis procurar outra; era aquela, pois já adquirira a convicção de que aquela sua vida vinha sendo trabalhada pela mandinga de algum preto mina, a soldo do seu cunhado Castrioto, que jamais vira com bons olhos o seu casamento com a irmã" (BARRETO, 2010, p. 303).

O homem, depois de conseguir dinheiro emprestado, vai até a cartomante. Outro aspecto interessante a ser analisado é a mudança de tom na narrativa, dada à consciência da personagem, que parece deixar de lado todos os problemas e é atingida por uma onda de otimismo, de felicidade, de perspectivas de mudanças:

> O mistério ia desfazer-se e o malefício ser cortado. A abastança voltaria à casa; compraria um terno para o Zezé, umas botinas para Alice, a filha mais moça; e aquela cruciante vida de cinco anos havia de lhe ficar na memória como passageiro pesadelo.
> Pelo caminho tudo lhe sorria. Era o sol muito claro e doce, um sol de junho; eram as fisionomias risonhas dos transeuntes; e o mundo, que até ali lhe aparecia mau e turvo, repentinamente lhe surgia claro e doce (BARRETO, 2010, p. 303).

Neste sentido, há uma semelhança com os sentimentos de Rita e Camilo, do conto de Machado de Assis, que também acreditam na força desta personagem para sanar suas angústias. Além disso, como já foi observado, Camilo, ao ir de encontro à cartomante, estava exaltado, inquieto, o que também ocorre com a personagem de Lima, pois, ao esperar pela mulher, chama a atenção o estado de espírito: "Entrou, esperou um pouco, com o coração a lhe saltar do peito" (BARRETO, 2010, p. 303).

Tal é a surpresa- da personagem e do leitor- quando o cliente anterior sai e tem-se o desfecho da narrativa: "O consulente saiu e ele foi afinal à presença da pitonisa. Era sua mulher" (BARRETO, 2010, p. 303).

Assim, é possível perceber, após a leitura do conto, que há uma desmistificação da figura da cartomante, a quem o homem buscava em uma tentativa de solucionar seus problemas. Ao final não é possível saber qual teria sido a surpresa, por exemplo, da mulher e porque ela escondia o ofício do marido. Sobre este conto, cabe destacar também as reflexões de Schwarcz (2017, p. 293), que afirma que Lima:

> Retomou, então, um tema forte do momento, quando a ciência procurava se impor diante das várias formas de prever o futuro, buscando dominá-lo, Cartomantes continuavam a ser, porém, uma coqueluche naquela cidade dada a tantos modernismos, e o escritor devia querer afirmar-se nesse momento, como voz crítica e cética.

Para completar este entendimento, Viana (2004, p. 16) também aponta que:

> [...] observamos que este conto de Lima Barreto apresenta uma visão desmistificadora da cartomancia ao revelar a causa e a falsidade de sua prática. Lima Barreto apresenta uma crítica desta prática sob a forma de linguagem literária e assim envia sua mensagem, dá o seu conselho [...].

Após a leitura das duas narrativas, é possível observar, portanto, aspetos que as diferem. É interessante que as personagens de Lima Barreto, com exceção de "Madame Dadá", não são nomeadas, ao contrário das de Machado. Além disso, outro aspecto que merece destaque é que tanto Rita quanto Camilo consultam a cartomante, ou seja, há uma leitura das cartas, as quais o leitor provavelmente cogita que foram erradas, ou que ambos foram enganados, por exemplo, ao contrário da personagem de Lima Barreto, cuja desmistificação se dá antes mesmo que o homem possa continuar com suas expectativas, que são quebradas ao ver a figura da própria esposa. Neste sentido, observamos também que há algumas descrições no conto de Machado de Assis para tratar da cartomante, e sabe-se que ela é uma italiana, seu espaço tem um "ar de pobreza", por exemplo, o que não é feito na narrativa limabarretiana.

Assim, ao realizar a leitura dos dois contos propostos e levando em conta os conceitos teóricos apreendidos, é possível observar uma relação de sentido entre eles, em que os autores constroem personagens que vão à busca de uma cartomante para ter esperança, para melhorar de vida. Ambos ainda, ao terem finais diferentes do que é esperado pelas personagens, acabam por desmistificar a figura da cartomante, que erra as cartas de Rita e Camilo, no conto de Machado de Assis, e que acaba com as ilusões da personagem de Lima Barreto.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, ao analisarmos os contos "A Cartomante", de Machado de Assis com o conto homônimo de Lima Barreto, é possível evidenciar a relação dialógica entre eles no que diz respeito à figura da personagem que dá o título às narrativas, que desmistifica a visão da cartomancia, na medida em que erra as cartas na narrativa machadiana e dissipa as ilusões da personagem limabarretiana. Nesse sentido, evidenciamos também que as personagens buscam o universo místico na tentativa de restituir a paz ou vão à busca de explicações para os problemas e inquietações do universo real, além de ressaltar que em ambas narrativas a visão da cartomante cria uma atmosfera de otimismo e de expectativas de progresso para as personagens.

Compreendemos, também, que há diferentes sentidos que perpassam as narrativas, pois no conto de Machado de Assis o leitor é levado a pensar em um possível erro de leitura das cartas no

curso da consulta realizada pela cartomante, o que não ocorre no conto de Lima Barreto. Além disso, foi possível observar, na narrativa machadiana, uma relação de intertexto entre materialidades textuais, pois há referência a uma frase emblemática de *Hamlet*, de Shakespeare.

Uma vez realizado um estudo comparativo entre os contos homônimos de Machado de Assis e Lima Barreto, inventariamos, conforme nosso propósito afirmado de início, dadas invariantes que sustentam, entre dois dos seus contos, um diálogo entre aqueles autores importantes da Literatura brasileira.

REFERÊNCIAS

ASSIS, Machado de. *Obra completa em quatro volumes*. 3. ed. São Paulo: Editora Nova Aguilar, 2015.

BAKHTIN, Mikhail Mikhailovitch. Estética da Criação verbal. Tradução de Paulo Bezerra. São Paulo: Martis Fontes, 2000.

BARRETO, Lima. *Contos Completos de Lima Barreto.* Organização e introdução Lilia Moritz Schwarcz. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

BOSI, Alfredo. *História concisa da Literatura Brasileira***.** 52.ed. São Paulo: Cultrix, 2017.

CANDIDO, A. *Vários Escritos*. São Paulo: Duas Cidades, 1977.

_____. *A Educação Pela Noite & Outros Ensaios*. 1. ed. São Paulo: Editora Ática, 1989.

COSTA, Fernando Rodrigues da. ASPECTOS DO FANTÁSTICO NO CONTO "A CARTOMANTE" DE MACHADO DE ASSIS. CONGRESSO INTERNACIONAL ABRALIC 2018: *Circulação, tramas & sentidos na Literatura*, Uberlândia, VOLUME, NUMERO, p. 1670-1680, dez./2018. Disponível em: https://abralic.org.br/anais/arquivos/2018_1547570762.pdf. Acesso em: 12 set. 2020

FIORIN, José Luiz. *Introdução ao pensamento de Bakhtin*. São Paulo: Ática, 2006, p. 18-59a.

_____. Interdiscursividade e intertextualidade. In_____: BRAIT, Beth (org.) *Bakhtin: outros conceitos-chave.* São Paulo: Contexto, 2006b.

ROSENFELD, A. *Letras e Leituras.* São Paulo: Perspectiva 1994.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Lima Barreto:* Triste visionário. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

VELLOSO, Elizabete. "Polifonia de vozes em 'A cartomante'". *Revista Temas & Matizes* - Unioeste - Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação - Vol. 5 - Nº 9 - 1º Semestre de 2006, p. 89-96.

VIANA, Nildo. A Literatura Crítica-Progressiva de Lima Barreto. *Revista Possibilidades*, v. 1, n. 1, p. 10-17, jul./2004.

A EDUCAÇÃO FINANCEIRA COMO FATOR DE DESENVOLVIMENTO PESSOAL E PROFISSIONAL DO UNIVERSITÁRIO: UM ESTUDO NO MUNICÍPIO DE SANTA FÉ DO SUL (SP)

FINANCIAL EDUCATION AS A FACTOR OF PERSONAL AND PROFESSIONAL DEVELOPMENT IN THE UNIVERSITY: A STUDY IN THE MUNICIPALITY OF SANTA FÉ DO SUL (SP)

Área temática: Desenvolvimento Social e Políticas Públicas.

AURÉLIO, Victória
Centro Universitário de Santa Fé do Sul
Administradora
vyckes24@hotmail.com
TIOSSI, Fabiano Martin
Centro Universitário de Santa Fé do Sul
Doutor em Engenharia de Produção
fmartintiossi@yahoo.com.br
TERNERO, Ederson Mela
Centro Universitário de Santa Fé do Sul
Administrador
edinhoternero@gmail.com

Resumo

Existe um grande déficit encontrado na população em relação a gestão de seus recursos financeiros, e isso a leva a decisões menos eficazes e racionais, deixando cada vez mais clara a necessidade de uma boa educação financeira. Quando o indivíduo é financeiramente educado, é possível conseguir melhores estabilidade e qualidade de vida, podendo ainda construir um patrimônio financeiro sólido e permanente. A educação financeira permite desenvolver conhecimentos, comportamentos e atitudes que auxiliam na tomada de decisões financeiras e, em muitos casos, os problemas financeiros são causados pela falta de educação financeira do que a falta da renda propriamente dita. O objetivo deste estudo é apresentar como a educação financeira pode interferir na formação do patrimônio ao longo da vida do ser humano, a partir de suas expectativas e experiências ainda na vida acadêmica. Este estudo foi realizado a partir de uma revisão de literatura e de uma pesquisa de campo descritiva, com a elaboração de um instrumento de pesquisa na modalidade questionário, e o público alvo foram os universitários de um Centro Universitário do interior de São Paulo. A pesquisa proporcionou a compreensão do conhecimento que os alunos possuem sobre a educação financeira, resultado este que pode estimular o desenvolvimento de novas pesquisas.

Palavras-chave**:** Educação Financeira, Desenvolvimento Pessoal, Profissional.

Abstract

There is a large deficit found in the population in relation to the management of its financial resources, and this leads to less effective and rational decisions, making the need for a good financial education increasingly clear. When the individual is financially educated, it is possible to achieve better stability and quality of life, while also being able to build a solid and permanent financial patrimony. Financial education allows you to develop knowledge, behaviors and attitudes that assist in making financial decisions and, in many cases, financial problems are caused by a lack of financial education than the lack of income itself. The objective of this study is to present how financial education can interfere in the formation of heritage throughout the life of human beings, based on their expectations and experiences in academic life. This study was carried out based on a literature review and a descriptive field research, with the development of a questionnaire research instrument, and the target audience was university students from a University Center in the interior of São Paulo. The research

provided an understanding of the knowledge that students have about financial education, a result that can stimulate the development of new research.

Keywords: Financial Education, Personal, Professional Development.

1 INTRODUÇÃO

No novo cenário globalizado as pessoas possuem uma falta de conhecimento financeiro, e isso o leva a decisões menos eficazes e racionais, e as tornam alheias aos produtos financeiros ofertados pelo mercado, explicitando cada vez mais, a necessidade da educação financeira, como ferramenta então essencial para a tomada de decisões dos indivíduos (JONSSON; SÖDERBERG; WILHELMSSON, 2017).

Segundo Ferreira (2007), a educação financeira, aliada ao fortalecimento dos conceitos da psicologia econômica, pode colaborar de forma importante para encaminhar os inúmeros problemas socioeconômicos do Brasil rumo a um avanço. É possível estabelecer uma relação comparativa entre uma organização e a vida de uma pessoa pois ambas precisam de administração, e baseada na correta tomada de decisões obtém-se como consequência o êxito em seus empreendimentos.

A educação financeira se torna então um caminho onde o indivíduo melhoras sua compreensão sobre os produtos financeiros, e os riscos do mercado, proporcionando o desenvolvimento de habilidades e da confiança que é necessária para uma tomada de decisão segura (POTRICH; VIEIRA; SILVA, 2016).

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Planejamento Financeiro

Segundo Lacombe (2009, p. 70) “o planejamento é um poderoso instrumento de intervenção na realidade e que, se bem utilizado, constitui ferramenta fundamental para o desenvolvimento das organizações.” Para Vasconcellos Filho (1982, p. 882) “o planejamento é uma técnica para estabelecer e manter o sentido de direção, a fim de que as pessoas possam atuar de maneira consistente para fazer o progresso naquela direção.

Kwasnicka (1995) defini a função do planejamento como uma análise das informações relevantes do presente e do passado e a avaliação das probabilidades do futuro, de forma que a organização possa atingir seus objetivos já pré-estabelecidos.

Para que uma decisão seja tomada da melhor maneira, é necessário que um bom planejamento seja elaborado. Maximiano (2007), afirma que o processo de planejamento é a ferramenta para administrar as relações com o futuro. Para se ter sucesso empresarial, o administrador precisa ter a consciência das mudanças que existem no mercado e se manter alerta ao seu ambiente, externo e interno, para que, dessa forma, torne-se competitivo sem hipótese de enganos.

O planejamento financeiro, por sua vez, tem a função de direcionar uma empresa e estabelecer um modo que possibilite que seus objetivos financeiros possam ser alcançados, um bom plano financeiro pode ser definido como uma declaração do que deve ser realizado no futuro. Na maioria das vezes as decisões dentro de uma empresa tendem a passar por um processo mais demorado, e sua implantação também, visto que grandes decisões exigem análises antecedentes (LEMES; CHEROBIM e RIGO, 2002).

Segundo o Grupo BTG Pactual (2020), o planejamento financeiro deve ser realizado seguindo 6 passos, conforme apresentado na Figura 1:

Figura 1: Passos para o Planejamento Financeiro

Fonte: BTG Pactual (2018)

O processo de planejamento financeiro se encontra na necessidade da empresa crescer, de uma forma que seja ordenada, trazendo a adequação de padrões, princípios, métodos através de processos racionais, práticos e competitivos no tempo. Com isso, o sistema de planejamento financeiro e orçamentário busca antecipar a visualização dos possíveis resultados futuros, que em determinado prazo devem ser alcançados, variando sempre em seu detalhamento de empresa para empresa (ZDANOWICZ,2002).

2.2 Educação Financeira

Segundo com a Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Econômico (OCDE), a educação financeira é:

> [...] o processo pelo qual os investidores e consumidores financeiros melhoram sua compreensão dos produtos financeiros, conceitos e riscos e, através da informação, do ensino e/ou do assessoramento objetivo, desenvolvem as habilidades e confiança necessárias para adquirir maior consciência dos riscos e oportunidades financeiras, tomar decisões com informações, saber onde buscar ajudas e tomar qualquer ação eficaz para melhorar seu bem-estar financeiro (OCDE, 2005, p. 9).

De acordo com Gallery et al. (2011, p.288), educação financeira é "a capacidade de fazer julgamentos inteligentes e decisões eficazes em relação ao uso e gestão do dinheiro". Segundo Lelis (2006), a educação financeira se torna importante, pois ela abrange conhecimento de como aumentar sua renda, e como administrá-la. Atuando ainda como ferramenta para que o ser humano possa administrar seu próprio dinheiro.

De forma objetiva, Medeiros (2003) e Lelis (2006), descrevem que a educação financeira é um tema no qual se discute a verdadeira importância do dinheiro, como administrá-lo, ganhá-lo, gastá-lo, poupá-lo e consumi-lo da maneira correta.

A educação financeira permite ao indivíduo desenvolver conhecimentos, comportamentos e atitudes que o auxiliam a tomar decisões financeiras autônomas e responsáveis nesse cenário de

grande complexidade e mudanças (OCDE, 2005). Segundo a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE, 2005), há evidências de que, em muitos casos, os problemas de dívidas são causados mais pela falta de educação financeira básica do que pela falta de renda.

A educação financeira é refletida na administração do dinheiro. A gestão financeira pessoal ou planejamento financeiro pessoal consiste em estabelecer e seguir uma estratégia mais ou menos deliberada e dirigida para a manutenção ou acumulação de bens e valores que irão formar o patrimônio de uma pessoa e de sua família. Essa estratégia pode estar voltada para o curto, médio ou longo prazo e visa garantir a tranquilidade econômico-financeira do indivíduo (CAMARGO, 2007).

A OCDE (2005) elege 10 princípios e recomendações de educação financeira para países membros e não membros, conforme listados abaixo:

Quadro 1- Recomendações OCDE

10 Recomendações de Educação Financeira da OCDE
1 - A educação deve ser promovida de uma forma justa e sem viés, ou seja, o desenvolvimento das competências financeiras dos indivíduos precisa ser embasado em informações e instruções apropriadas, livres de interesse particular
2 - Os programas de educação financeira devem focar as prioridades de cada país, isto é, se adaptarem à realidade nacional, podendo incluir, em seu conteúdo, aspectos básicos de um planejamento financeiro, como as decisões de poupança, de endividamento, de contratação de seguros, bem como conceitos elementares de avaliar a situação de seus planos de pensão, necessitando agir apropriadamente para defender seus interesses.
3 - O processo de educação financeira deve ser considerado, pelos órgãos administrativos e legais de um país, como um instrumento para o crescimento e a estabilidade econômica, sendo necessário que se busque complementar o papel exercido pela regulamentação do sistema financeiro e pelas leis de proteção ao consumidor.
4 - O envolvimento das instituições financeiras no processo de educação financeira deve ser estimulado, de tal forma que a adotem como parte integrante de suas práticas de relacionamento com seus clientes, provendo informações financeiras que estimulem a compreensão de suas decisões, principalmente nos negócios de longo prazo e naqueles que comprometam expressivamente a renda atual e futura de seus consumidores.
5 - A educação financeira deve ser um processo contínuo, acompanhando a evolução dos mercados e a crescente complexidade das informações que os caracterizam.
6 - Por meio da mídia, devem ser veiculadas campanhas nacionais de estímulo à compreensão dos indivíduos quanto à necessidade de buscarem a capacitação financeira, bem como o conhecimento dos riscos envolvidos nas suas decisões. Além disso, precisam ser criados sites específicos, oferecendo informações gratuitas e de utilidade pública.
7 - A educação financeira deve começar na escola. É recomendável que as pessoas se insiram no processo precocemente.
8 - As instituições financeiras devem ser incentivadas a certificar que os clientes leiam e compreendam todas as informações disponibilizadas, especificamente quando forem relacionadas aos negócios de longo prazo ou aos serviços financeiros com consequências relevantes.
9-Os programas de educação financeira devem focar, particularmente, aspectos importantes do planejamento financeiro pessoal, como a poupança e a aposentadoria, o endividamento e a contratação de seguros.
10-Os programas devem ser orientados para a construção da competência financeira, adequando-se a grupos específicos, e devem ser elaborados da forma mais personalizada.

Fonte: OCDE (2005).

De acordo com essas 10 recomendações o caminho a ser traçado para que o país possa atingir excelência na educação financeira, o Brasil não faz parte desta associação até o presente momento, mas segundo informações do site da BBC News (2020), o Brasil está alinhando suas forças para entrar nesta associação internacional, que por sua vez só viria a beneficiar o pais e a sua população.

2.3 Endividamento Brasileiro

Segundo Pinheiro (2008), a educação financeira e o endividamento estão atrelados, pois essa educação coopera com o sistema econômico, permite aos agentes consumir produtos e serviços financeiros de forma adequada, reduzindo o descumprimento de obrigações com terceiros.

De acordo com Marques e Frade (2003), o endividamento é o saldo devedor de um agregado, o que significa dizer que endividamento é a utilização de recursos de terceiros para fins de consumo, ao se apossar desse recurso se estabelece um compromisso em devolver, com a data estabelecida, tal montante, normalmente acrescido de juros e correção monetária.

O consumidor se endivida por diversos fatores como: dificuldade financeira pessoal, que impossibilita o cumprimento de suas obrigações, desemprego, falta de controle nos gastos, compras para terceiros, atraso de salário, comprometimento da renda com despesas, redução da renda, doenças, má fé, sendo todos estes fatores agravados em época de crise econômica do país (FIORENTINI, 2004).

O SPC (2020), fez um levantamento em março de 2020, onde o relatório apresentava que os principais motivos que levam os brasileiros a inadimplência estão o desemprego (26%), a redução da renda (14%), o descontrole financeiro (11%) e o empréstimo em nome de terceiros (5%). A população jovem é a mais endividada, cerca de 40% já estiveram ou estão com o nome sujo nos órgãos de proteção ao crédito como o SPC/Serasa, aponta o estudo realizado pela Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas (CNDL) e o Serviço de Proteção ao Crédito (SPC).

Segundo ao SPC (2020), um levantamento feito em todas as capitais pela Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas (CNDL) e pelo Serviço de Proteção ao Crédito (SPC Brasil), revela que quase metade (48%) dos consumidores brasileiros não controla o seu orçamento, seja porque confiam apenas na memória para anotar despesas (25%), não fazem nenhum registro dos ganhos e gastos (20%) ou delegam a função para terceiros (2%), e que existe uma rejeição pelo planejamento, considerado como muito importante para uma vida financeira saudável.

É evidente a necessidade de uma melhor abordagem quanto a educação financeira no Brasil, quando observados dados recentes. De acordo com o Relatório de Cidadania Financeira (BANCO CENTRAL, 2018), com base em dados da pesquisa internacional Global Findex, o comportamento de poupar dos brasileiros é menos frequente em comparação aos países em desenvolvimento da América Latina e aos países de renda per capita em Paridade de Poder de Compra (PPC) semelhante ao do Brasil.

De acordo com o SPC (2020), um levantamento realizado pela Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas (CNDL) e pelo Serviço de Proteção ao Crédito (SPC Brasil) ,estima-se que quatro em cada dez (38,8%) brasileiros adultos estavam negativados em fevereiro, equivalente a 60,8 milhões de pessoas. Cada endividado deve em média R$ 3.257,80, dívidas estas que se encontram concentradas nos bancos em (52,69%), seguido por Comércio (17,49%) e Comunicações (11,94%).

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

3.1 Etapas da Pesquisa

Este estudo foi realizado a partir de 2 etapas, conforme descrito abaixo:

1- Revisão de literatura: de acordo com Pereira (2016), para proceder a revisão de literatura é fundamental tornar evidente e referenciar os estudos publicados anteriormente com propósito de posicionamento sobre o assunto, podendo ser livros, periódicos ou outros que contribuam para a pesquisa.

2- Pesquisa de campo descritiva: segundo Gil (2008), a pesquisa de campo consiste na busca real de dados, informações e conhecimentos para resolução ou resposta de um problema existente. Já a pesquisa descritiva tem como fundamento expor as variáveis de um determinado fenômeno ou população, e suas características para definição de sua natureza (VERGARA, 2000).

Esta pesquisa é classificada ainda como exploratória, pois tem como finalidade, segundo Marconi e Lakatos (2001), aumentar a familiaridade do pesquisador com esses fatos ou fenômenos.

Para apoiar e fundamentar a aplicação da pesquisa de campo descritiva, foi elaborado um instrumento de pesquisa na modalidade “questionário”, composto por questões fechadas, com o intuito de responder o problema e atender ao objetivo de pesquisa propostos. O questionário, de acordo com Marconi e Lakatos (2001, p. 203), “é um instrumento de coleta de dados, constituído por uma série ordenada de perguntas, que devem ser respondidas por escrito e sem a presença do entrevistador.” A elaboração deste instrumento de coleta de dados se deu apoiado na literatura sobre o tema e tomando também como base orientações técnicas demonstradas no sítio oficial do Serasa Experian (2020).

Após a construção do instrumento de coleta de dados, foi aplicado um teste piloto para verificar a viabilidade do questionário, tomando como fundamento legal a afirmação de Lakatos e Marconi (2001), que citam ser o teste piloto importante para que possibilite ao pesquisador a antecipação das possíveis reações do participante, realizando um teste do instrumento de coleta de dados que mostrará, com maior segurança, os procedimentos a serem seguidos. Participaram do teste piloto 20 pessoas, conforme perfil estabelecido para o público-alvo da pesquisa, seguindo ao que propõe Gil (2002), ao afirmar que a quantidade de participantes do teste piloto pode ser entre 10 e 20 pessoas.

3.2 DEFINIÇÃO DA AMOSTRAGEM DA PESQUISA

Definiu-se como público, alvo para coleta de dados, alunos de graduação de um Centro Universitário localizado no interior do Estado de São Paulo de até 24 anos. Este Centro Universitário está no segmento educacional há 39 anos, oferecendo 14 cursos em nível de graduação e em nível de pós graduação lato sensu. Conforme dados coletados em sua secretaria geral, possui, até o final de junho do corrente ano, 2.496 alunos regularmente matriculados.

Após o levantamento do total de acadêmicos em nível de graduação, partiu-se para a definição da amostragem para a coleta de dados. A escolha dos participantes foi feita a partir da amostragem não probabilística, tendo como principal motivo o fato da população não estar toda disponível (MATTAR,2005) e ainda, a amostragem por conveniência, baseado no critério de acessibilidade e disponibilidade dos participantes (HAIR *et al.*, 2009). Este critério foi escolhido devido ao vírus e a paralisação das aulas, que dificultou a seleção dos respondentes presencialmente.

Considerando a natureza dos critérios de seleção apresentados e o atual cenário nacional, o principal recurso utilizado para esta pesquisa foi o *Google Forms*, uma vez que esta ferramenta possibilita o acesso aos estudantes via Internet.

A análise e discussão dos resultados estão baseados no levantamento obtido pela plataforma Google e será considerada representativa da população estudada.

O cálculo da amostra foi feito com o nível de confiança de 90% e com a margem de erro de 5%. A amostragem indicou 384 pessoas. Com o intuito de obter o máximo de respostas, o instrumento de coleta de dados foi enviado a aproximadamente 600 pessoas, considerando grupos de *whatsapp* de diferentes turmas do Centro Universitário, ficando disponível por 20 dias. O retorno de respostas foi de 279, o que representa 11,17% da população.

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

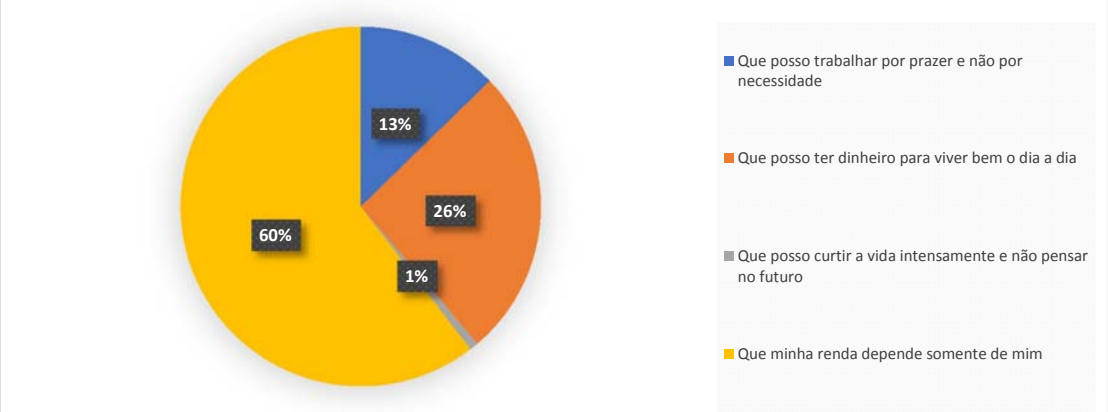
Tendo em vista que o objetivo deste estudo é apresentar como a educação financeira pode interferir na formação do patrimônio ao longo da vida do ser humano, a partir de suas expectativas e experiências ainda na vida acadêmica, foi aplicado um questionário (conforme descrito na metodologia) no período de 25 de junho a 15 de julho do corrente ano. O questionário elaborado possuía 08 perguntas fechadas de múltipla escolha, e buscou entender como está a educação financeira na vida deste público jovem e a forma que lidam ou pensam sobre o dinheiro

Tendo em vista que o público alvo foram universitários com até 24 anos, logo de início era questionada a idade do participante. Caso este apresentasse acima da idade máxima permitida, era exibida uma mensagem de agradecimento, relatando que o perfil do participante não se encaixava no escopo da pesquisa e, em seguida, encerrado o processo de resposta.

Dos 279 participantes, 33 pessoas tinham mais de 25 anos e 243 pessoas responderam o instrumento de coleta de dados.

Logo de início, o respondente era indagado sobre seu entendimento a respeito do termo “independente financeiramente”, conforme apresentado no Gráfico 1. As respostas foram variadas, mas o destaque se deu para a compreensão de que a renda depende somente da própria pessoa, não levando-o a buscar outras fontes de recurso.

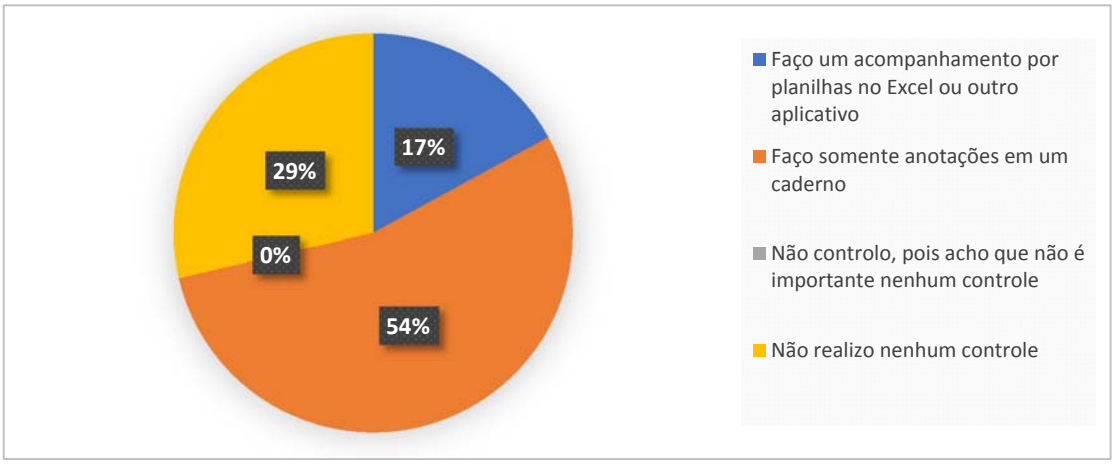
Gráfico 1- O que é ser independente financeiramente



Fonte: Do próprio autor.

Após questionar sobre sua percepção de independência financeira, indagou-se sobre como estes realizam o acompanhamento dos recursos financeiros. Quase 30% do público não tem o hábito de realizar qualquer controle, fato que representa preocupação, visto que, segundo levantamento feito em março de 2020 pelo SPC, a ausência do planejamento financeiro é responsável por grande parte da inadimplência do brasileiro. E ainda, pelos resultados da pesquisa, nota-se que mais da metade dos participantes faz apenas controle por meio de anotações manuais (Gráfico 2).

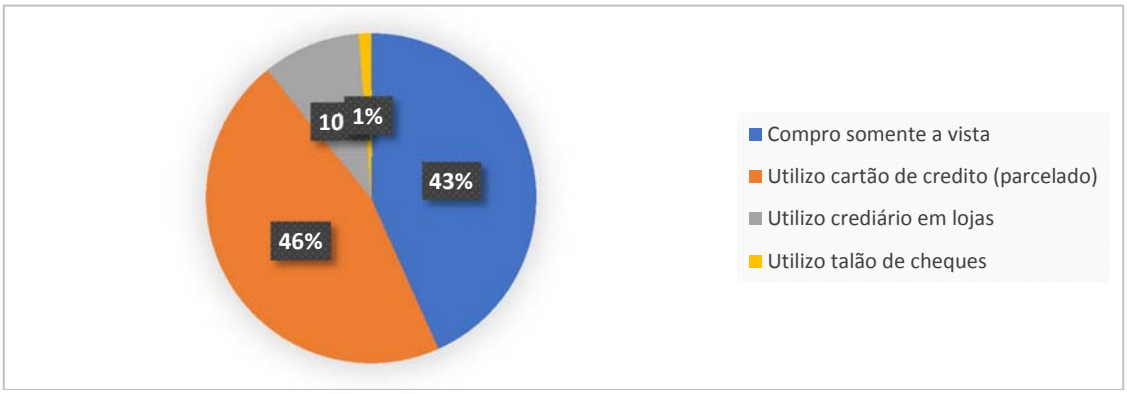
Gráfico 2- Controle dos recursos financeiros



Fonte: Do próprio autor.

Os participantes foram questionados sobre a forma de realização de suas compras.43% afirmam comprar somente à vista, fato considerado positivo por não assumirem dívida, mas, 46% endivida-se por meio de cartão de crédito. Ao comparar estes resultados com o Gráfico 7, percebe-se uma discrepância, pois neste, 83% afirma não estar endividado.

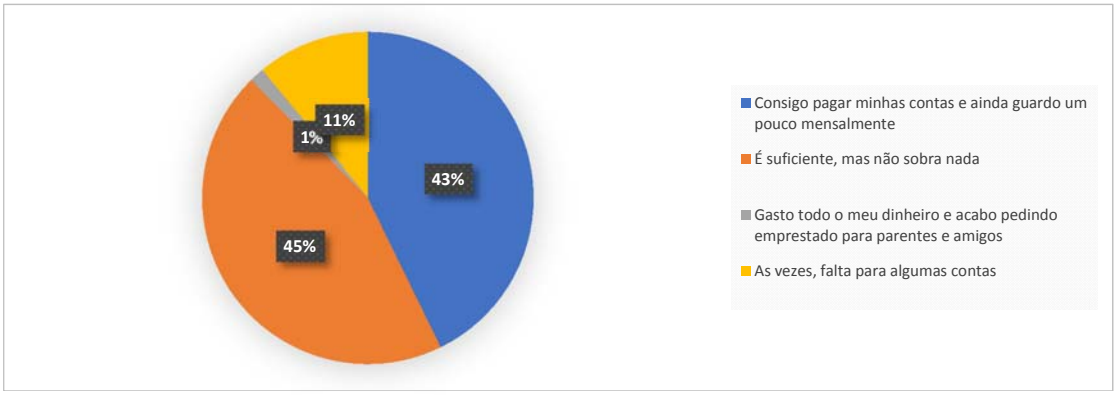
Gráfico 3- Como paga suas compras



Fonte: Do próprio autor.

A próxima questão implicava em saber se a receita obtida ao final do mês é suficiente para arcar com suas despesas. 88% dos participantes responderam que sim, que conseguem pagar suas contas, mas que, em algumas situações (45%), apenas pagam, sem poder poupar qualquer valor (Gráfico 4).

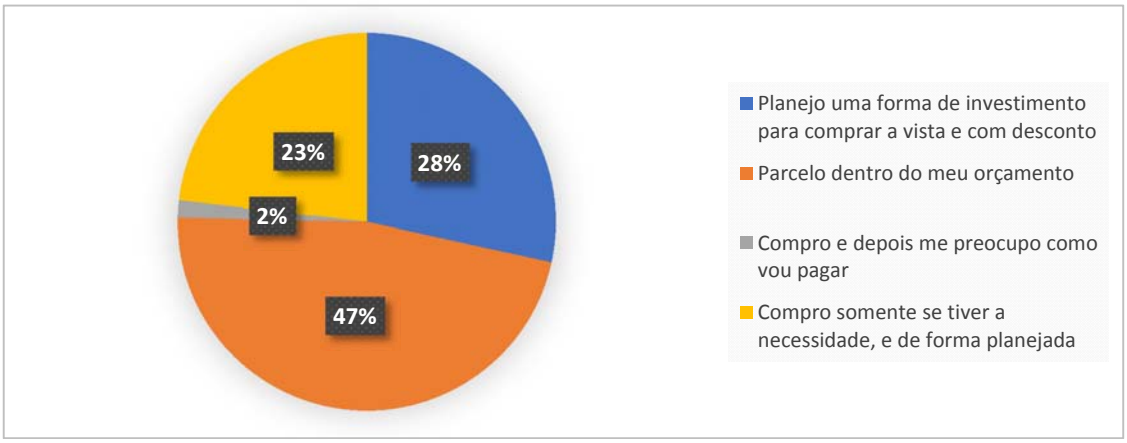
Gráfico 4- Capacidade financeira para pagar as dívidas



Fonte: Do próprio autor.

Pesquisas apontam que a compulsividade por compras é um dos fatores que contribuem para o endividamento da população. A partir desta informação, foi perguntado ao público-alvo como este costuma realizar suas compras. O resultado mostra que 47% destes jovens assumem dívidas para adquirir algum bem, mas, no entanto, há 28% que planejam tal despesa de forma a gerar algum retorno que contribua para a aquisição à vista e com desconto deste bem (Gráfico 5).

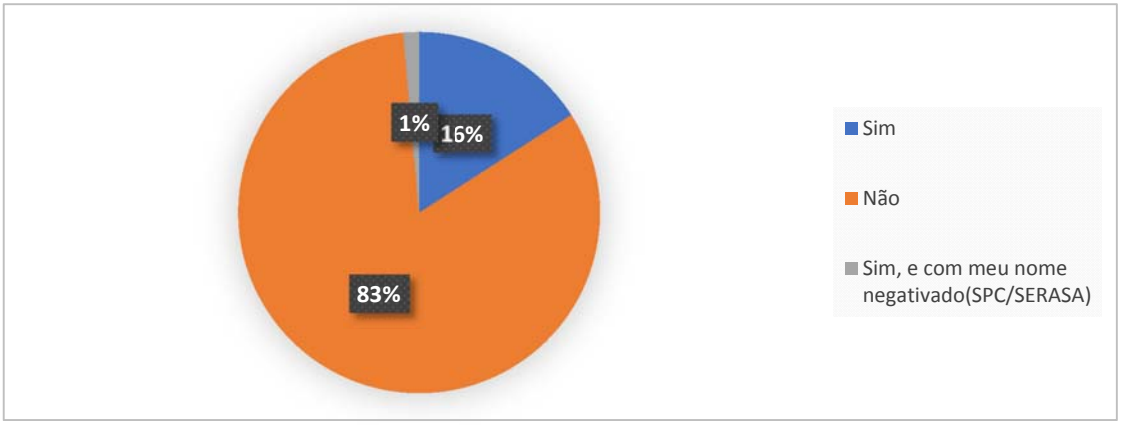
Gráfico 5: Planejamento das compras



Fonte: Do próprio autor.

A partir de dados divulgados pelo SPC/SERASA (2020), sabe-se que grande parte da população brasileira se encontra com dívidas, e que a população mais jovem é a mais endividada. Com isso, fez-se este questionamento aos participantes da pesquisa. Os resultados demonstraram que apenas 16% dos respondentes possuem dívidas. Logo, as decorrências deste estudo vão na contramão da média nacional, mas divergem do resultado apresentado no Gráfico 3. Com esta implicação, levanta-se a hipótese de que o público participante entenda que "estar endividado" acontece somente se estiver com o nome negativado.

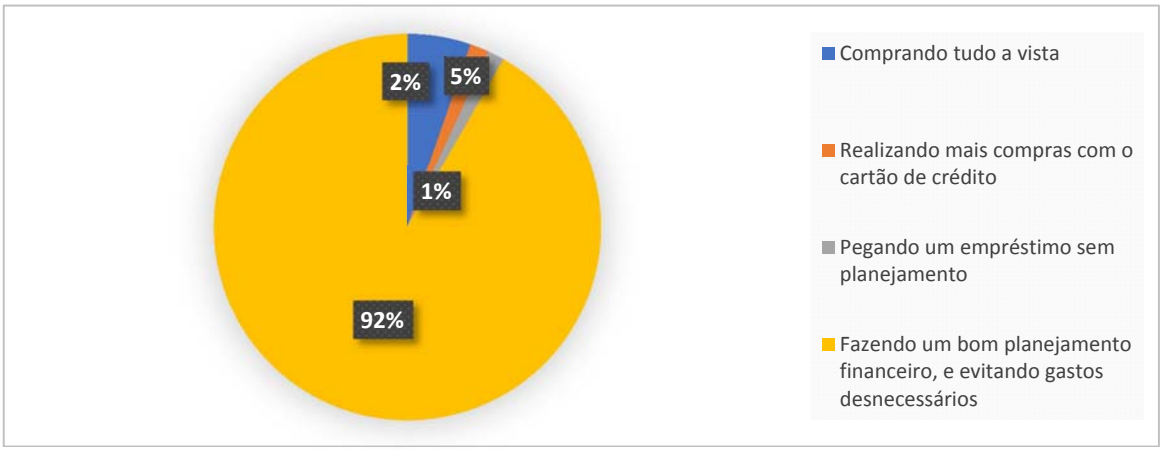
Gráfico 6- Possui dívidas



Fonte: Do próprio autor.

Foi questionado aos participantes como uma pessoa endividada poderia se tornar adimplente novamente. Assim, 92% apontaram que fazer um bom planejamento financeiro é uma das estratégias mais adequadas. Isso demostra que este público mais jovem percebe a importância de uma boa educação financeira (Gráfico 7).

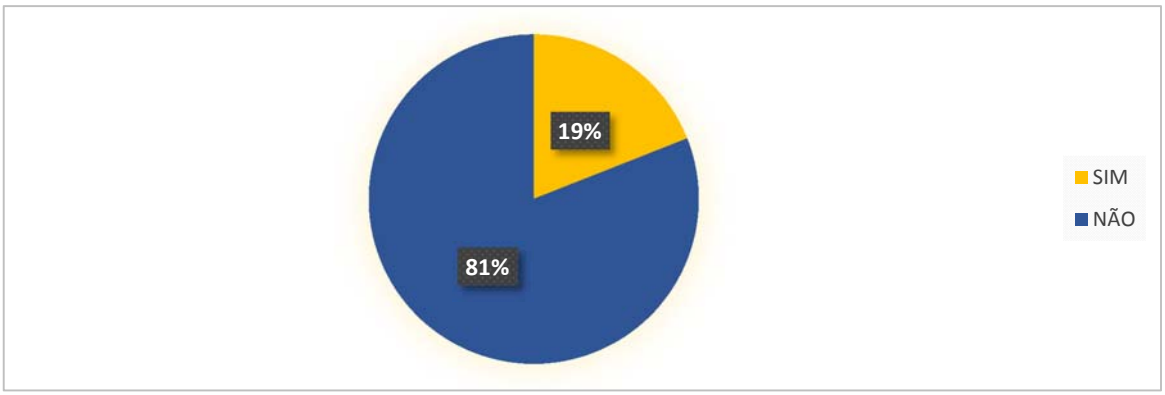
Gráfico 7- Como se tornar adimplente



Fonte: Do próprio autor.

Por fim, os participantes responderam se já participaram de algum curso/palestra sobre educação financeira. Apenas 19% respondem já ter participado, o que justifica, a partir de uma análise interpretativa dos dados que este público necessita de orientações pontuais sobre educação financeira (Gráfico 8).

Gráfico 8- Participação em cursos/palestras sobre educação financeira



Fonte: Do próprio autor.

Analisando de forma geral os dados da pesquisa é possível afirmar que a falta de controle nos gastos é um dos fatores que mais contribui para o endividamento brasileiro, os resultados deste estudo mostram que o público jovem necessita de informações acerca do assunto aprendendo, dentre outras, a forma como realizar um planejamento financeiro e controlar de forma efetiva suas entradas e saídas de dinheiro.

5 CONCLUSÃO

O objetivo deste estudo foi apresentar como a educação financeira pode interferir na formação do patrimônio ao longo da vida do ser humano, a partir de suas expectativas e experiências ainda na vida acadêmica, usando como público-alvo os universitários. A educação financeira proporciona ao indivíduo a compreensão sobre o mercado e os produtos financeiros que os compõem, transformando a informação em formação e orientações claras para o desenvolvimento das competências necessárias para a seu enriquecimento pessoal e profissional (OCDE, 2005).

A pesquisa proporcionou a compreensão de que os alunos possuem uma ausência de conhecimento sobre a educação financeira e está compreensão os faz compreender a importância da educação financeira, entretanto não existe a informação correta a seu alcance, trazendo falhas no processo de planejamento e execução dos seus recursos financeiros, se o indivíduo não possui as informações claras, não compreende e não consegue corrigir seus hábitos.

O estudo também mostra que os alunos conhecem sim os hábitos corretos, porém, muitas vezes, acabam errando por falta do entendimento mais profundo da educação financeira. É necessário que o indivíduo entenda o valor real de sua renda, pois esta compreensão proporcionará a gestão correta de seus ganhos. Vale ressaltar que existem estudos que mostram que, em muitos casos, os problemas de dívidas são causados mais pela falta de educação financeira básica do que pela falta de renda em si (OCDE,2005).

Logo, sugere-se como ações futuras a este público, ainda em seu processo de formação profissional, a implantação de estratégias que forneçam conhecimentos sobre educação financeira, de forma a evitar que sua formação pessoal e profissional sejam lesadas pelo desconhecimento de técnicas específicas.

REFERÊNCIAS

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Educação financeira nas escolas**: desafios e caminhos. In: Relatório de Cidadania Financeira. 2018. p. 119-128. Disponível em: Acesso em: 08 de fevereiro de 2020.

BTG PACTUAL. **Planejamento Financeiro**: o que é e por que é importante., p. 1, 23 jun. 2007. Disponível em: https://www.btgpactualdigital.com/blog/financas/planejamento-financeiro. Acesso em: 9 mar. 2020.

CAMARGO, C. **Planejamento financeiro pessoal e decisões financeiras organizacionais**: relações e implicações sobre o desempenho organizacional no varejo. Curitiba, 2007. Centro de Pesquisa e Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal do Paraná, 2007.

D'AQUINO, C. **Educação financeira**: como educar seus filhos. 1 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003. 180 p.

FERREIRA, V. R. M. **Psicologia Econômica**: origens, modelos, propostas. Tese. Doutorado em Psicologia Social. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2007. 316 p.

FIORENTINI, S. R. B., Ed. **Inadimplência:** Como evitar e resolver. Sebrae, 2004.

GALLERY, N.; GALLERY, G.; BROWN, K.; FURNEAUX, C.; PALM, C. Financial literacy, and pension investment decisions. **Financial Accountability & Management**, EUA, v. 27, n. 3, p. 286-307, 2011.

GIL, A. C. **Como construir hipóteses**? In: Como elaborar projetos de pesquisa. 4 ed. São Paulo: Atlas,2007. p.31-39.

HAIR JR, J. F.; BLACK, W. C.; BABIN, B. J.; ANDERSON, R. E.; TATHAM, R. L. **Análise Multivariada de Dados**. 6. ed. Porto Alegre: Bookman, 2009.

JONSSON, S.; SÖDERBERG, I.; WILHELMSSON, M. **Investigation of the impact of financial literacy**, risk attitude, and saving motives on the attenuation of mutual fund investors' disposition bias. Managerial Finance, v. 43, n. 3, p.1-29, 2017.

KWASNICKA, E. L. **Introdução à administração**. 5ª edição. São Paulo: Atlas, 1995.

LACOMBE, F. **Teoria geral da administração.** São Paulo: Saraiva, 2009.

LELIS, M. G. **Educação financeira e empreendedorismo**. Centro de Produções Técnicas, 2006.

LEMES JUNIOR, A. B.; CHEROBIM, A. P., RIGO, C. M. **Administração financeira**: princípios, fundamentos e práticas brasileiras. Rio de Janeiro: Campus, 2002.

MACHADO, L. **A importância do planejamento financeiro**. 2008. 41 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Controladoria e Auditoria) - Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Cornélio Procópio, Cornélio Procópio, 2008.

MAXIMIANO, A. C. A. **Fundamentos de administração:** manual compacto para as disciplinas TGA e introdução à administração. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

MARQUES, M. L. M.; FRADE, C. **Regular o sobre endividamento**. Coimbra, 2003. Faculdade de Economia, Universidade de Coimbra, 2003.

MATTAR, F. N. **Pesquisa de marketing.** 3.ed. São Paulo: Atlas, 2001.

MATTAR, F. N. **Pesquisa de marketing**: metodologia, planejamento. 6' ed. São Paulo: Atlas, 2005.

MEDEIROS, C. D. L. G. **Educação financeira**: O complemento indispensável ao empreendedorismo. Campina Grande, 2003. Departamento de Sistemas e Computação do Centro de Ciências e Tecnologia. Universidade Federal de Campina Grande, 2003.

MERRILL, W. C.; FOX, K. A. **Estatística Econômica:** Uma Introdução. São Paulo: Atlas, 1977. 738 p.

MICHEL, M. H.. **Metodologia e pesquisa científica em ciências sociais**: um guia prático para acompanhamento da disciplina e elaboração de trabalhos monográficos. São Paulo: Atlas, 2005.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Metodologia do trabalho científico.** 4.ed. São Paulo: Atlas, 1992.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos metodologia científica**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2001.

OCDE – ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO. **Improving Financial Literacy**: Analysis of issues and policies. Paris, 2005. 181 p.

OCDE. **Financial education for youth and in schools**: OECD/INFE policy guidance, challenges, and case studies. 2013. Disponível em: Acesso em: 20 fev. 2020.

PEREIRA, J. M. **Manual de metodologia da pesquisa científica**. 4ª. ed. São Paulo: Atlas, 2016.

PINHEIRO, R. P. **Educação financeira e previdenciária**: as novas fronteiras dos fundos de pensão. Fundos de Pensão e Mercado de Capitais. São Paulo: Peixoto Neto, 2008.

POTRICH, A. C. G. VIEIRA, K. M.; SILVA, W. M. D. **Development of a financial literacy model for university students**. Management Research Review, v. 39, n. 3, p.1-30, 2016.

ROCHA, R. H. **Educação financeira em pauta**. Disponível em:69<http ://www.hsm.com.br/artigos/educacao-financeira-em-pauta>. Acesso em: 10 abril 2020.

SPC BRASIL**. 4 em cada 10 brasileiros estavam negativados em fevereiro**, aponta levantamento CNDL/SPC Brasil. p. 1, 26 mar. 2020. Disponível em: https://www.spcbrasil.org.br/pesquisas/indice/7283. Acesso em: 27 abr. 2020.

TRIVIÑOS, A. N. da S**. Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 2008.

VASCONCELLOS, F., P**. Planejamento estratégico:** formulação, implantação e controle. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1982.

VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 3.ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2000.

YIN, R. K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. 2.ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.
ZDANOWICZ, J. E**. Fluxo de caixa: uma decisão de planejamento e controle financeiros**. 9ªed. Porto Alegre. Sagra Luzzato, 2002.

A EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO COMO LIBERDADE: REFLEXÕES SOBRE EXPERIÊNCIAS BRASILEIRAS.

DEVELOPMENT EDUCATION AS FREEDOM: REFLECTIONS ON BRAZILIAN EXPERIENCES.

Área temática 1. Desenvolvimento Social e Políticas Públicas
Subárea 1.5. Educação e Desenvolvimento

SQUILANTE, Débora Luz
Mestranda no Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Regional
Centro Universitário Municipal de Franca – Uni - FACEF
deb.squilante@gmail.com

CREMONINI, Adriana
Mestranda no Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Regional
Centro Universitário Municipal de Franca – Uni - FACEF
dricremonini@gmail.com

CINTRA, Liane Ney Machado
Mestranda no Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Regional
Centro Universitário Municipal de Franca – Uni - FACEF
lianecintra@hotmail.com

RIBEIRO, Daniela de Figueiredo
Docente no Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Regional
Centro Universitário Municipal de Franca – Uni - FACEF
danifiribeiro@yahoo.com.br

Resumo

Diante das dificuldades educacionais reveladas durante a pandemia de 2020, observa-se a necessidade de se refletir sobre a educação oferecida em um contexto brasileiro e aquela que poderia colaborar com a diminuição da desigualdade e promover participação includente de todos os cidadãos. O objetivo do atual artigo é discutir três pesquisas empíricas a luz do referencial teórico de Amartya Sen e Martha Nussbaum. Observou-se que no Brasil existem fontes diversas de privação de liberdade, não só somente relacionadas a pobreza em termos de renda, mas a exclusão ou inclusão de grupos sociais, como negros, o que é fonte de preconceito e violência. Conclui-se sobre a importância de experiências que gerem a consideração pelo outro e a discussão pública como pilares para a liberdade e a democracia.

Palavras-chave: Desenvolvimento como liberdade, Educação, Democracia

Abstract

In view of the educational difficulties revealed during the 2020 pandemic, there is a need to reflect on the education offered in a Brazilian context and that which could collaborate with reducing inequality and promoting inclusive participation for all citizens. The aim of the current article is to discuss three empirical researches in the light of the theoretical framework of Amartya Sen and Martha Nussbaum. It was observed that in Brazil there are several sources of deprivation of liberty, not only related to poverty in terms of income, but the exclusion or inclusion of social groups, such as blacks, which is a source of prejudice and violence. It concludes about the importance of experiences that generate consideration for the other and public discussion as pillars for freedom and democracy.

Keywords: Development as Freedom, Education, Democracy

1 INTRODUÇÃO

Este artigo tem como objetivo discutir conceitos relativos à educação para o Desenvolvimento como Liberdade, refletindo sobre os subsídios que oferecem ao contexto escolar e suas vicissitudes. Na primeira parte deste trabalho, apresentamos o referencial teórico que utilizamos para analisar a realidade atual da sociedade contemporânea e do contexto escolar. Na segunda parte, apresentamos pesquisas empíricas que ao encontro da proposta deste artigo, fomentando discussões atualizadas e com o intuito de traçar um caminho para à Educação para a Liberdade e à Educação para a Democracia, ambas com potencial suficiente no sentido de provocar transformação nas relações sociais, diminuição das deficiências educacionais e conseqüente desigualdades sociais, bem como a compreensão da diversidade como um fator positivo do mundo global. Esse trabalho é particularmente importante diante o momento em que estamos vivendo no mundo e particularmente no Brasil; referimo-nos a pandemia mundial COVID-19. Esse cenário nos leva a refletir sobre o desenvolvimento social e econômico brasileiro, que vem sendo estudado e analisado na literatura nacional e internacional com a intenção de promover melhorias nas condições de vida e bem estar.

De acordo com Barreto et.al (2020), a pandemia por Covid-19, que se iniciou na China em dezembro de 2019, representa um dos maiores desafios sanitários em escala mundial desse século. Os aspectos intensamente preocupantes se revelam no insuficiente conhecimento sobre o novo coronavírus, alta velocidade de disseminação e a capacidade de causar mortes em populações vulneráveis. O Brasil é caracterizado por sua enorme desigualdade social e demográfica, o que significa que há contingentes populacionais em maior situação de risco, devido à falta de saneamento básico, precárias condições de moradia, alta prevalência de comorbidade e a obrigatoriedade de permanecer em situação de aglomerações.

Em relação ao âmbito educacional, no ano de 2020, Martins e Almeida (2020) esclarecem que as instituições de ensino suspenderam as aulas presenciais, já que o distanciamento social é uma medida necessária para diminuir a transmissão do novo coronavírus. Com essa suspensão do ensino presencial, a maioria das instituições deram continuidade no ano letivo por meio do ensino remoto ou não presencial. Os autores observam que o estabelecimento de atividades pedagógicas não presenciais como solução para o cumprimento da carga horária desconsiderou o fato de que a sociedade brasileira é demarcada por grande desigualdade social e que por conta disso, muitos alunos não teriam acesso a conexão. Até a data de execução deste trabalho, as aulas da Rede de Ensino permanecem remotas, assim como a desigualdade no acesso. Esta realidade é contrária as ideias apresentadas por Jacques Delors, em relatório preparado pela Comissão Internacional a pedido da UNESCO, em 2012, com a finalidade de repensar e articular as diferentes etapas da educação para o Século XXI, que afirma que as políticas educativas devem ter como imperativo lutar contra o insucesso escolar e pelo estabelecimento de uma educação preparada para lidar com a diversidade e com igualdade de possibilidades de escolarização.

Sobre a pandemia mundial e as deficiências educacionais que estão se agravando cada dia mais, observa-se a importância da participação social para debates e decisões públicas que alteram o curso de vida de muitos cidadãos. Amartya Sen (2010), enfatiza que os membros da sociedade que estão diretamente envolvidos em problemáticas sociais devem ter a oportunidade de participar das decisões que lhes afetam, alteram ou mantém a sua realidade atual, mas para que isso ocorra de forma efetiva, as pessoas precisam adquirir conhecimentos e grau de instrução básico, e estes últimos, quando negamos a uma parte da população se constitui em privação da liberdade participativa. Evidencia-se a gravidade da realidade atual, diante o fato das pessoas precisarem dos espaços educacionais para compreenderem seus direitos a argumentação pública e a impossibilidade de acesso a estes mesmos espaços. Nessa direção, destacamos a importância de reavaliar os parâmetros de uma sociedade democrática, que de acordo com a filósofa Martha Nussbaum (2019), esta deve oferecer ao seu povo uma democracia humana e sensível, além da capacidade de promover certas competências em seus cidadãos, entre as quais, capacidade de raciocinar adequadamente sobre temas políticos que influenciam a nação, capacidade de reconhecer os outros como pessoas de direitos iguais, capacidade de se preocupar com a vida dos outros e compreender o que as diferentes políticas significam para as oportunidades e experiências dos diferentes tipos de cidadãos e capacidade de julgar criticamente os líderes políticos.

Segundo Sen e Kliksberg (2010), os cidadãos que estão desprovidos de liberdades políticas – independentemente de sua classe econômica ou status social – estão privados de uma liberdade básica e de uma constituinte essencial do bem-estar. A partir deste conhecimento, afirmamos que a maior tarefa do Sistema Educacional brasileiro após o período de distanciamento social e do

estabelecimento de aulas remotas – que alcança poucos alunos e exclui todos os outros – é o fortalecimento do mecanismo de participação social. Indaga-se: Qualquer educação oferece espaços de participação social? E ainda, qualquer tipo de educação esclarece que as pessoas têm direito a participação social e a desfrutar de liberdades fundamentais, favorecendo uma vida digna?

2 O PAPEL DA EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO COMO LIBERDADE

Amartya Sen (2010) ao apresentar a concepção de Desenvolvimento como Liberdade, demonstra que ela se polariza com visões econômicas tradicionais, as quais identificam desenvolvimento como sinônimo de crescimento, como aumento do Produto Nacional Bruto (PNB), rendas das pessoas, industrialização e avanço tecnológico. Ressalta-se que o crescimento do PNB e das rendas individuais, assim como modernizações sociais, industriais e tecnológicas, não estão sendo desvalorizados dentro dessa concepção de desenvolvimento, mas são aspectos identificados como um meio de expandir liberdades que possam ser desfrutadas por membros da sociedade, e não como objetivo único e prioritário a ser alcançado. Dessa forma, o Desenvolvimento, para o autor, é um processo de expansão das liberdades reais, o que exige a remoção das principais fontes de privação de liberdade, pois as privações restringem ou negligencia a participação da vida social, política e econômica de um grande número de pessoas.

Nessa seqüência, credita-se que a liberdade se torna o ponto de partida para o desenvolvimento, já que a mesma desempenha um papel instrumental para sua promoção. Sen (2010) descreveu em seus estudos cinco tipos de liberdades instrumentais, sendo elas: liberdades políticas (decisão de escolha de governantes), facilidades econômicas (recursos econômicos para consumo), oportunidades sociais (concretizações das necessidades básicas dos cidadãos), garantias de transparência (necessidade de abertura e confiança) e segurança protetora (proteção contra a miséria e desemprego). As liberdades citadas se relacionam entre si com a intenção de promover a plenitude da liberdade humana em geral, diferentemente de uma perspectiva de desenvolvimento voltada para o aumento do acúmulo de capital.

Nessa direção, Amartya Sen (2010), aprofunda a discriminação entre desenvolvimento com enfoque no crescimento econômico e desenvolvimento focal na liberdade. A liberdade está relacionada aos processos de tomada de decisão e também as oportunidades de obter resultados valiosos para os seres humanos, os quais têm razão em valorizar. Ademais, a liberdade para participar de debates públicos e de interações sociais possui um papel construtivo na formação de valores e éticas. Os níveis de renda real dispostos pelas pessoas são importantes pela sua correspondência a aquisição de bens e serviços e da possibilidade de usufruir padrões de vida proporcionados por estas aquisições. No entanto, o enfoque na expansão do acúmulo de capital, não é capaz de aferir sobre as oportunidades que as pessoas têm razões para valorizar e que não estão diretamente ligadas à prosperidade econômica, como a liberdade para viver uma vida longa, ter um emprego prazeroso, participar ativamente de sua comunidade e escapar da morbidez evitável.

Com o intuito de aumentar as possibilidades de produção, a análise econômica contemporânea tem se direcionado para o conceito de capital humano, o qual entende que a qualidade produtiva dos seres humanos tem uma participação integral na promoção e sustentação do crescimento econômico. Inversamente, a perspectiva da capacidade humana tem se preocupado com o potencial das pessoas para levar a vida que elas têm razão em valorizar e para melhorar as escolhas reais que elas possuem, considerando o grau de suas liberdades substantivas. Os seres humanos não são meros meios de produção, e apesar do conceito de capital humano ser uma parte importante no desenvolvimento, é urgente a necessidade de ampliar a sua concepção e reconhecer que as pessoas são a finalidade de todo o processo de desenvolvimento. O papel dos seres humanos se encontra muito além da produção econômica, sendo relevante as formas como a expansão de capacidades humanas geram mudanças sociais, contribuindo para o desenvolvimento social e político. Essas capacidades têm sua relevância direta para o bem estar e a liberdade das pessoas, também possui papel indireto na influência de mudanças sociais, e por último papel indireto na produção econômica (SEN, 2010). Para Mattos (2017) é imprescindível que as pessoas compreendam o mundo de possibilidades ao seu redor, já que uma escolha sem compreensão não pode ser vista como escolha livre. Sobre esse tema, Sen (2010) afirma que a capacidade de uma pessoa equivale às combinações alternativas de funcionamentos cuja realização é possível para ela, o que se concretiza na liberdade para ter estilos de vida diversos. A educação, quando se propõe como um modelo que educa para as capacidades, em prol de desenvolver a condição de agente, contribui para ampliar e qualificar os mecanismos de participação dos indivíduos na sociedade, tendo como objetivo promover a democracia e consequentemente, o equilíbrio social. A Educação e a

saúde básica são exemplos de disposições sociais ligadas à formação e o fornecimento das capacidades.

É evidente que o mundo contemporâneo e globalizado apresenta vantagens, mas a preocupação ética e humana da perspectiva de desenvolvimento como liberdade, exige a reavaliação da adequação dos arranjos institucionais nacionais e globais pertencentes a esta atualidade, pois as desigualdades notadas no âmbito internacional e dentro de cada país resultam em disparidades na riqueza, assimetrias brutais no poder e nas oportunidades políticas, sociais e econômicas (SEN e KLIKSBERG, 2010). O capitalismo global tem atuado para ampliar o domínio das relações de mercado, e com isso, há diminuição do espaço de atenção para o estabelecimento da democracia e da educação elementar. Os autores Sen e Kliksberg (2010), demonstram que as crianças latino-americanas entram para a escola primária, mas se mantém também as elevadas taxas de repetência, abandono e a baixa taxa de conclusão desse ciclo educativo. Como consequência, se perpetua a desigualdade social, deficiência na educação e a transmissão geracional da pobreza.

De acordo com Ribeiro (2018), o atual contexto educacional impõe uma linearidade nos processos de aprendizagem, exigindo uma padronização de ritmos e estágios que devem ser alcançados por todos, pressupondo a uniformidade no desenvolvimento e a priorização do desenvolvimento cognitivo, o que resulta em tédio ou na impotência de criar. Diferentemente de uma educação para a liberdade que tem como foco a promoção da condição de agente, permitindo atenção maior na potência criativa e transformadora dos indivíduos. Para Amartya Sen (2010), o desenvolvimento está fundamentado na condição de agente das pessoas, o qual é definido como a capacidade de agir livremente através dos próprios fins e normas e com a intenção de ampliar a liberdade dos indivíduos. O autor esclarece que o aumento na liberdade da condição de agente significa um acréscimo na capacidade de promover objetivos que se tem razão em promover. Na concretização desses objetivos, acontece a realização da condição de agente, a qual se relaciona com objetivos e valores que as pessoas têm razão para buscar. De fato, há uma interdependência entre liberdade e responsabilidade. O autor supracitado afirma que as liberdades substantivas as quais as pessoas desfrutam e exercem suas responsabilidades, dependem das circunstâncias pessoais, sociais e ambientais. Os indivíduos quando privados de seu bem estar e de sua condição de agente, também são afastados do potencial para conduzir uma vida responsável, já que responsabilidade requer liberdade (SEN, 2017).

Sen e Kliksberg (2010) enfatizam que os valores éticos são predominantes para o progresso econômico e social, pois influenciam fortemente o que ocorre no interior de cada sociedade. Esses valores mobilizam os seres humanos para determinados comportamentos e para o comprometimento ou afastamento de responsabilidades comunitárias. Contudo, quando as pessoas são educadas para admirarem o homo economicus, ideal criado dentro da perspectiva dominante de desenvolvimento como crescimento econômico – o que é reproduzido e perpetuado no sistema escolar (GRIFO NOSSO) - tendem a buscar a maximização do lucro. E nessa busca desenfreada pelo aumento do acúmulo de capital, as pessoas perdem ou enfraquecem a capacidade de indignação diante diferentes tipos de exclusões, além de ser deteriorado ou eliminado, no interior da sociedade, a discussão sobre valores éticos.

Martha Nussbaum (2019) declara que com a intensa pressão pelo crescimento econômico em âmbito global, tem ocorrido mudanças no currículo, no ensino e no financiamento de escolas, faculdades e universidades. Nesse sentido, a autora faz a diferenciação entre uma educação voltada para a cidadania e uma educação voltada para o lucro, a qual tem ganhado mais espaço no cenário atual. A primeira possibilita a compreensão empática das diferentes experiências humanas e do quão complexo é o mundo que habitamos, mas sem desvalorizar a importância da ciência e das ciências sociais, pois estas últimas não são inimigas das humanidades. Em contrapartida, a educação voltada para o lucro tem se dedicado a ensinar ciências a partir do treinamento de competências sem o raciocínio crítico, análise lógica e imaginação. Para a autora, quando o foco do desenvolvimento são produtos que possam ser comercializáveis, a capacidade de pensar e de argumentar são desprezadas. A cultura do crescimento econômico se aproxima de testes padronizados e de conteúdos que possam ser avaliados a partir desta quantificação e a partir disso, a meta da educação e do currículo escolar, é a riqueza pessoal ou nacional. Evidencia-se que o modelo de desenvolvimento econômico não se preocupa com os pré-requisitos necessários para manter a democracia estável, como a qualidade das relações raciais e de gênero, igualdade distributiva e social e aperfeiçoamento de aspectos vinculados a qualidade de vida das pessoas.

Em contrapartida, o Modelo de Desenvolvimento Humano está altamente vinculado a democracia. Martha Nussbaum (2019) afirma que esse modelo favorece a firme proteção da

liberdade política, da liberdade da palavra, de associação e prática religiosa e dos direitos fundamentais das áreas de educação e saúde. De fato, poder opinar na escolha das políticas que governam a vida das pessoas é um aspecto fundamental de uma vida digna. Ressalta-se que a democracia permanece estável com o apoio de cidadãos adequadamente educados e capacitados para compreender que os eleitores fazem escolhas que têm impacto significativo na vida das pessoas que discordam deles. Nesse seguimento, Nussbaum (2019) apresenta sugestões do que as escolas devem fazer para criar cidadãos para uma democracia saudável, e dentre elas, destaca-se o desenvolvimento da capacidade de se preocupar genuinamente com os outros, promover o sentimento de responsabilidade e favorecer ativamente o raciocínio crítico, a competência e a coragem para dar conta de manifestar opiniões discordantes. As escolas devem ter um lugar de destaque no seu planejamento curricular para as humanidades e para as artes, pois estas disciplinas, ao serem ensinadas por meio de uma educação participativa, é capaz de estimular e aprimorar a capacidade de perceber o mundo através do olhar de outra pessoa, o que inclui compreender suas emoções, anseios e desejos.

Sobre esse espaço escolar após o período de pandemia, Oliveira et al. (2020) pontua que algumas estratégias, até o momento, parecem mais adequadas, como intervenções condizentes com o perfil do professor, uso assertivo do tempo despendido com o conteúdo escolar, uso sensato com os deveres de casa, tentativa de reduzir o absenteísmo escolar e tutoria acentuada e de qualidade para os alunos diagnosticados com maior risco no que tange a dificuldade escolar. Inversamente, estratégias focadas em aumentar intensivamente o tempo de permanência nas escolas ou ampliar o recurso a tecnologias parece fadado ao fracasso, pois gerariam elevação de estresse e sintomas de depressão, que poderão ser manifestas por parte dos alunos e professores. Indaga-se como os critérios de seleção de estratégias educacionais serão criados e sob quais influencias, e também, se a opinião de pais, alunos e gestores escolar terá influência nas tomadas de decisão a nível governamental.

Trazemos algumas dessas reflexões para esse artigo, considerando o âmbito escolar e com embasamento predominante nos estudos do economista indiano Amartya Sen e da filósofa Martha Nussbaum, os quais defendem a educação como um instrumento para promover a democracia e o desenvolvimento como liberdade. As hipóteses levantadas foram: *qual é o papel da educação no mundo pós-pandêmico? Um país com elevado nível instrução formal apresenta comportamentos observados como mais adequados diante à pandemia? A instrução formal adequada se vincula a democracia e a condição de agente ou ao desenvolvimento cognitivo?* Frente a esses questionamentos, se torna necessário a apreciação de estudos teóricos e empíricos que subsidiam essa temática.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Serão trazidos três artigos empíricos acerca da situação educacional brasileira, tanto em termos de violência escolar, quanto preconceito, diversidade e participação social. As experiências relatadas nos artigos científicos serão discutidas à luz da teoria de Amartya Sen sobre o desenvolvimento como liberdade e pelos pressupostos educacionais trazidos por Martha Nussbaum e Jacques Delors.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O primeiro artigo a ser discutido foi escrito a partir de um convite feito a cineasta e psicanalista Mirian Chnaiderman para produzir um vídeo pertencente ao projeto "*São Paulo educando pela diferença para a igualdade*". O destino final desde vídeo era o de pertencer a um curso voltado para os professores da rede pública com o objetivo de instrumentalizá-los a lidar com questões de preconceito racial na sala de aula. O pressuposto desse projeto era de que os professores não estavam preparados para lidar com a alteridade com a justificativa de que não teriam tido formação para tal,sendo o tema principal dessa proposta, enfatizar o papel da escola e do educador diante a diversidade (CHNAIDERMAN, 2005). Após um período de escuta de diferentes posições relacionada a temáticas étnicas e da própria percepção de mundo da autora, Mirian Chnaiderman decidiu que a prioridade era falar da questão das diferenças e da dificuldade em relação a qualquer alteridade.

A presença silenciosa do negro na cidade de São Paulo foi um dos aspectos observados nesta produção, a qual foi direcionada por alguns questionamentos, como "*Quantos negros você encontra em uma fila de um cinema de bairro*? Em um restaurante de um bairro de classe média-alta você encontra negros? (2005, p.57). Depois de 15 anos da publicação deste material, essas perguntas ainda ressoam no silêncio do preconceito racial. Recorre-se a Bauman (1999) para

compreender a formação de localidades de e para brancos, as quais representam as tentativas de homogeneização do espaço, tornando-o artificialmente concebido. Essa regularidade traz como consequência a desconfiança e a intolerância diante o diferente, tendendo a isolá-los e bani-los. Segundo o autor, esse tipo funcionamento lógico do espaço urbano atinge graus mais elevados em comunidades mais uniformes e mais segregadas do ponto de vista racial, étnico e de classe. Nesse tipo de localidade homogênea, é mais difícil desenvolver qualidades de caráter e habilidades necessárias para lidar com a diferença humana, já que aprendem a amar a alteridade quem convive com a diferença e variedade, assumindo suas próprias responsabilidades em situações de ambivalência. Nessa direção, Amartya Sen e Kliksberg (2010) pontuam que a imposição de pertencer a uma categorização única, pela qual as pessoas são segregadas em prol de algum sistema singular e abrangente, a tese universal de que os todos os seres humanos são iguais perde a sua força, da mesma forma que enfraquece a plausível compreensão de que somos também diversamente diferentes. Chnaiderman, apresenta suas próprias reflexões sobre a falta de um lugar em um mundo dominado por brancos e também onde o ser negro se vincula a situações de "*miséria, com a luta pela sobrevivência*" (2005, p. 59).

Em uma escola Estadual localizada na cidade de São Paulo, Chnaiderman (2005) promoveu um bate papo com três professores, sendo que a professora de artes também era diretora. Nessa conversa, destacaram o preconceito vinculado a questão de gênero e reconheceram a importante de trabalhar com a temática do preconceito, pois percebiam o vínculo deste com situações de violência no contexto escolar. No entanto, a postura da diretora se contradiz com seu reconhecimento, pois relatou que ao ser abordada por algumas alunas que lhe solicitaram a exposição de um painel sobre diversidade de gênero, reconheceu que "enrolou as meninas até o final do ano" (2005, p.60). Nesse bate papo, os participantes adicionaram a identificação dos preconceitos referentes a religião, aos pobres e a quem mora em determinado lugar da cidade Para Jacques Delors (2012), no atual mundo globalizado, a educação adquire a responsabilidade especial de edificar a solidariedade e o humanismo para contrabalancear os aspectos econômicos e tecnicistas, particularmente no que tange a aceitação das diferenças espirituais e culturais. O autor pontua que para que as escolas atuem como barreiras contra a violência, a atuação não se direciona apenas para se acomodar com a alteridade, mas ultrapassar a simples noção neutra de tolerância, criando condições para que a tolerância e o respeito ao outro sejam livremente escolhidos por cada pessoa.

Outro ponto relevante da conversa de Chnaiderman (2005, p.61), foi o relato do professor de filosofia que perguntou em sala de aula "*Quem daqui pode dizer que é negro*? e a resposta obtida foi de três alunos que se manifestaram ao erguerem a mão, mas envergonhadamente. Essa situação concretiza o que Sen e Kliksberg (2010) nomearam de exclusão conceitual, a qual alcança efeitos profundos na humanidade, pois influencia a forma como vemos uns aos outros, além da nossa liberdade de escolher como vemos a nós mesmos. Ressalta-se que esse tipo de privação impeditiva bloqueia a capacidade de os indivíduos agirem como cidadãos políticos de uma nação ou do mundo. Esse impedimento decorre a partir da imposição social de uma identidade não refletida, pela qual as pessoas são classificadas de acordo com sistemas de divisão competitivos entre si, impactando amplamente a vida humana, dependendo do sistema no qual cada um é colocado.

Prosseguindo com a sua produção, Chnaiderman (2005), entrevistou um representante de uma ONG, o qual declarou que o racismo também existia na periferia, exemplificando a reação das pessoas que ao cruzarem, a noite e na rua, com uma pessoa negra ou branca, diferem entre atravessar a rua ou continuar andando. Nesse contexto, se faz imprescindível questionar se ao negro, desde o nascimento, já são impostas privações á liberdade, diminuindo também a sua condição de agente, tanto por falta de dispositivos sociais democráticos, como por barreiras discriminatórias. Para Sen (2010), desenvolvimento é um processo de expansão das liberdades reais, o que exige a remoção das principais fontes de privação de liberdade, pois estas restringem ou negligenciam a participação da vida social, políticas e econômica de um grande número de pessoas. As liberdades substantivas – como participação política ou acesso à educação e saúde – são componentes constitutivos do desenvolvimento e a sua relevância não teria como obrigação contribuir indiretamente com o crescimento econômico ou industrial, apesar de ser um fato que essas liberdades e direitos acabam por contribuir, eficazmente, para estes progressos. É necessário reconhecer a persistência de privações entre segmentos sociais, como verificados neste trabalho, sobre os negros da cidade de São Paulo. Qualquer indivíduo, com liberdades substantivas, age e ocasiona mudanças, sendo suas realizações julgadas de acordo com valores e objetivos próprios, mesmo que haja avaliações externas; trata-se, portanto, de um aspecto da condição de agente, que é um membro público e participante de ações econômicas, sociais e políticas (SEN, 2010). Também se

indaga sobre o conjunto capacitário e os funcionamentos possíveis dos negros em uma sociedade dominada e comandada por brancos, mesmo dentro de uma sociedade dita democrática. Amartya Sen (2010) pontua que o conceito de "funcionamentos" retrata uma diversidade de coisas que uma pessoa considera valioso fazer ou ter. Enquanto a combinação dos funcionamentos representa realizações efetivas, o conjunto capacitário reflete a liberdade para realizar as combinações alternativas de funcionamentos dentre as quais a pessoa possa optar. Portanto, entende-se que a capacidade de um indivíduo se baseia nas combinações alternativas de funcionamento cuja realização é possível de ser realizada para ela. Contudo, capacidade é um tipo de liberdade, mas que representa a liberdade para ter estilos de vida diversos. De fato, dentre alternativas substanciais, a possibilidade de escolher é, por si mesmo, um funcionamento valioso.

O segundo artigo analisado trata de uma pesquisa intervenção realizada por meio do Programa Arte Solidária, o qual foi implementado em 2015 através de uma parceria do Uni-FACEF com a Secretaria Municipal de Educação de Franca-SP e a Oficina de Arte Lua Nova. O artigo foi realizado por Ribeiro (2018) e sua equipe de pesquisa. Sobre a escola municipal, ela se configura como educação básica e atende a partir da fase I até o 5º ano do ensino fundamental, nos períodos matutino e vespertino. A autora descreve a Oficina de Arte Lua Nova como um espaço de criação e aprendizagem que envolve crianças, adolescentes e adultos, com atuação nas áreas de orientação a pais e formação de educadores, dispondo do objetivo de educar através da arte. Para a execução deste trabalho, a autora selecionou a metodologia de Pesquisa-intervenção, juntamente com os 21 estagiários do quarto ano do curso de psicologia do Centro Universitário Municipal de Franca, e para tal fizeram o uso do Sociodrama como abordagem norteadora. Também citaram a utilização de recursos artísticos nas diversas linguagens: Visual, corporal, musical e literária. Esse trabalho foi desenvolvido com 29 crianças, as quais foram divididas por faixa etária em cinco grupos, contabilizando dez sessões. Com o intuito de discutir os resultados desta pesquisa, efetua-se a separação dos 5 grupos, assim como a autora propõe.

Nas primeiras sessões, o grupo 1 apresentou dificuldades na demonstração de vínculos entre as crianças do grupo e entre as crianças com os estagiários. O clima predominante deste grupo era o desentendimento, o qual foi substituído nas últimas sessões pela aprendizagem das regras de convivência, capacidade de resolver alguns conflitos e maior facilidade, por parte das crianças, em demonstrar suas opiniões e interesses (RIBEIRO, 2018). De acordo com Mattos (2017), a sociedade democrática consente a liberdade de expressão e de atuação, o que permite ao ser humano agir em diferentes perspectivas e realizar escolhas conscientes dentro desta multifacetada convivência. Nessa direção, Sen (2010) pontua que as liberdades substantivas dentro de uma sociedade democrática promovem indivíduos capazes de eleger aquilo que é importante para si e com aptidão real para fazer aquilo que valorizam. Quando as crianças, participantes do Projeto Arte Solidária, tiveram condições de escolherem de maneira consciente e livre, ou seja, com conhecimento e percepção do que se passava ao seu redor, elas elegeram o que era melhor para si e para o coletivo.Essa mudança foi possível devido ao estímulo criado pelo meio para desenvolver a condição de agente. Essa condição, segundo Zambam (2009) possui uma característica peculiar na identidade e no modo de agir do indivíduo, que atua como membro de uma sociedade, procurando ser responsável por suas escolhas e ao mesmo tempo impulsionador do desenvolvimento do lugar onde está inserido.

Sobre o grupo 2, Ribeiro (2018) observou que o clima inicial era de confiança e que o tema protagônico era o medo. Para lidar com o medo, as crianças recorreriam a violência e reproduziam aspectos de seu ambiente, o que foi transformado no decorrer das sessões. As crianças desenvolveram a capacidade de lidar com seus medos de outros modos, além de ampliaram seu modo de se relacionar com o mundo. Para Nussbaum (2019), no percurso desenvolvimental das crianças, é essencial que elas aprendam a reconhecer os modos pelos quais as fragilidades humanas são experimentadas no amplo conjunto de circunstâncias sociais, captando como diferentes tipos de organizações sociais e políticas atingem as vulnerabilidades compartilhadas por todos seres humanos. Quando foi oferecido para este grupo, um espaço que atendessem as necessidades das crianças, escutando a voz de cada uma delas, além da demanda coletiva, novas capacidades e funcionamentos foram desabrochados. Pontua-se que a violência precisaestar sempre em pauta nos estudos da área de educação, pois como observou Ribeiro et. al (2020) a violência se trata de um fenômeno cultural e um forte agravante na saúde das crianças e adolescentes.

Referente ao grupo 3, nas primeiras sessões, foi observado por Ribeiro (2018) que as crianças apresentavam dificuldades em falar uma de cada vez e de respeitar opiniões diversas. No encerramento, ficou evidente a instauração de um clima de confiança no grupo, no qual puderam

compartilhar os conflitos vividos fora das sessões e buscar soluções para lidar com diferentes situações. Nussbaum (2019) esclarece que as crianças não aprendem de forma automática a perceberem o outro como um ser humano completo e com necessidades próprias, e não como objetos que existem para satisfazer suas prioridades. Por causa disso, o interesse em desenvolver as competências de compreensão e da capacidade de imaginar são elementos fundamentais dentro de uma educação democrática. Portanto, os sistemas educacionais que estão preocupados em contribuir com a estabilidade da democracia favorecem situações e competências, nas quais as crianças possam se perceber como membros de uma nação heterogênea e de um mundo ainda mais heterogêneo, fomentando a curiosidade respeitosa e a participação na resolução de problemas comuns (NUSSBAUM, 2019). Adiciona-se a percepção de Mattos (2017) que elencou o espaço escolar como indicado para a promoção, valorização, reconhecimento e transformação das culturas, possibilitando também o desenvolvimento da empatia.

De acordo com Ribeiro (2018), as crianças pertencentes ao grupo 4, por também participarem do projeto, construíram outro modo de convivência embasados no respeito e na cooperação com os colegas e com a natureza. E por meio dessa vivência, puderam refletir sobre a própria situação e possíveis resoluções. Nussbaum (2019) enfatiza a importância de se dar atenção a capacidade própria das crianças de pensarem por si só. A estrutura lógica se contrapõe a preconceitos e estereótipos sem parâmetros e favorece a capacidade de identificar hipocrisias, aspecto essencial na vida democrática. A autora acrescenta quando cada pessoa tem a voz atuante, há a percepção de que são responsáveis por suas próprias ideias, e por conseguinte, por suas ações.

Em relação ao grupo 5, o clima era de desconfiança e receio, notado pelo fato de as crianças já se conhecerem e mesmo assim, pouco verbalizarem, o que também sinalizou baixo vínculo entre elas (RIBEIRO, 2018). No andamento das sessões foi observado o aumento das expressões verbais e maior interesse em participar de brincadeiras e atividades. No encerramento, o clima predominante era de respeito, solidariedade e cooperação. Esse espaço social, proporcionado pelo Projeto Arte Solidária, demonstrou ser diferente, e até oposto, das escolas de Educação Básica. Nesta última, as crianças são pressionadas a demonstrar competências – associadas a educação para o lucro – desde a idade pré escolar, perdendo oportunidades de aprender por meio de brincadeiras e jogos que favorecem a aprendizagem ativa, investigativa e questionadora. (NUSSBAUM, 2019). Nota-se que o Projeto Arte Solidária estabeleceu uma relação intrínseca entre democracia, artes e humanidades. Para Nussbaum (2019), essa relação pode ser entendida como o real sentido de uma sociedade democrática, que é aquela que se baseia no respeito ao grupo e também o crescimento em conjunto, isso se dá através do reconhecimento das capacidades e valorização da dignidade humana.

Com o estabelecimento de um programa adequado de serviços sociais, a qualidade de vida pode ser significativamente melhorada, mesmo com baixos níveis de renda. Serviços básicos de saúde ou educação fundamental são cruciais para a formação e o aproveitamento das capacidades humanas, o que influencia na expansão de liberdades individuais. Entende-se que uma variedade de instituições sociais governamentais ou não governamentais – como o projeto Arte Solidária (GRIFO NOSSO) – contribui para os processos de desenvolvimento, particularmente devido aos seus impactos sobre a expansão e sustentação das liberdades individuais (SEN, 2010). Portanto, o fortalecimento e a proteção das liberdades e capacidades humanas devem ser sustentados pelo Estado e pela sociedade, ambos com papeis amplos e conjuntamente direcionados para que os fins e os meios do desenvolvimento tenham como perspectiva a liberdade no centro do processo (SEN, 2010).

Elencamos outra pesquisa, realizada por Ribeiro, et al. (2020), a qual adentrou propriamente o contexto escolar. Os autores selecionaram a abordagem etnográfica, devido a possibilidade de esta colocar o pesquisador em contato direto com a situação pesquisada e poder apreender de forma ampla e integrada a complexidade da unidade social elegida. Em associação com esta abordagem, selecionaram a Observação Participante. Ribeiro, et al. (2020), buscaram identificar os alunos mais envolvidos em situações de violência e em seguida elegeram um, entre todos, para realizar duas sessões de entrevista individual a partir dos eixos temáticos: história de vida, violências na escola, na família e na comunidade. Nos resultados desta pesquisa é possível reconhecer diversas situações de violência, sendo algumas abordadas neste trabalho.

Os autores evidenciaram que a maior frequência das violências da escola surge do relacionamento entre aluno e professor, sendo manifestadas por diversas formas, como distanciamento combinado com baixa afetividade e punições e repressões desproporcionais a situação real. Também foram notados discursos que comparavam e selecionavam os alunos, entre os “bons” e os “ruins”, e dentro dessa classificação, poucos alunos se encaixavam no modelo exaltado.

Na concepção de Ribeiro (2018), as estratégias e lógicas educacionais são estabelecidas de acordo com o ideal hegemônico de desenvolvimento postulado em uma sociedade, com a finalidade de consolidar metas esperadas. A educação, com a expectativa de produzir subjetividades mantenedores da ordem contemporânea globalizada, tende a fomentar a competição e valorar as pessoas de acordo com a posição que ocupam na escala social, a qual é determinada exclusivamente pelo critério econômico. Devido ao modo tradicional de conceber o desenvolvimento, a escola tem se posicionado de forma contrária a promover a condição de agente. Nessa direção, Nussbaum (2019) compreende que a educação para o crescimento econômico se preocupa em preparar alunos para terem sucesso em prova-padrão e posteriormente, causar impacto no mercado. Nas reflexões da autora, esse formato educacional se assemelha a um cenário em que as crianças permanecem sentadas passivamente em suas carteiras, enquanto os conteúdos são expostos pelo professor e materiais didáticos e assimilados de maneira acrítica pelos alunos.

Na pesquisa de Ribeiro, et al. (2020), os alunos, muitas vezes, manifestaram comportamento pautados na violência através de “desdém” e “indiferença”. Outro resultado desta pesquisa se refere ás situações de violências institucionais, as quais foram expressas entre os alunos. Os autores identificaram situações de agressões físicas, verbais, bullying e trocas de conteúdo pornográfico no decorrer da aula. A violência também ocorreu, nesta unidade social, por parte dos alunos contra a instituição, como desrespeito às regras e depredação do patrimônio pertencente a escola. É evidente que a violência no espaço escolar é o sintoma de um contexto social que não promove a interdependência entre liberdade e responsabilidade, bloqueando, principalmente a condição de agente. Ribeiro (2018) elencou que para se tornar agente é necessário viabilizar a autonomia de pensamento e construir novos valores sociais de desenvolvimento. A autora enfatiza a importância de uma educação para o desenvolvimento humano, que visa formar indivíduos que possam compreender os problemas mundiais, serem participativos e atuantes na resolução dos mesmos.

E sobre as intervenções da instituição escolar, Ribeiro, et al. (2020) perceberam a ocorrência de atribuição de punições sem que se oferecesse um espaço de escuta aos alunos. Os conflitos eram resolvidos por meio de advertências e suspensões. O espaço de escuta fomentaria discussões e possibilidade de pensar e questionar. Sobre isso, Martha Nussbaum (2019) analisa que a liberdade de pensamento dos alunos se torna perigosa, se a expectativa for a formação de trabalhadores obedientes e tecnicamente treinados para executar projetos de elite que se direcionem para o investimento externo e a sofisticação tecnológica. Pelas razões expostas, afirma-se que no mundo inteiro os cursos de artes e humanidades estão sendo eliminados de todos os níveis curriculares e em contrapartida, cursos técnicos estão progressivamente ganhando espaço.

Também foi observado por Ribeiro et al. (2020), situações de inclusão inferiorizante diante a presença de alunos não alfabetizados e sem condições de acompanhar no ano escolar o qual estavam inseridos. Na discussão sobre os alunos em posição de inclusão desfavorável, recorre-se a Sen (2011) que enfatiza que a democracia faz com que as pessoas se interessem pela vida dos demais, compreendendo o modo como outros vivem e suas dificuldades. Contudo, não basta garantir a existência de uma instituição mais democrática, o seu êxito depende dos padrões de comportamento real das pessoas e do funcionamento das interações sociais. É na escola, portanto, que se deve começar a educação para uma cidadania consciente e ativa, com o intuito de que a democracia progrida e se adapte as condições de cada país sem ter a sua vitalidade constantemente ameaçada. Embora a escola não possa sozinha, lidar com todos os efeitos da exclusão social, espera-se que ela possa contribuir para o desenvolvimento do querer viver juntos, através do entendimento primordial de que a socialização de cada indivíduo e o seu desenvolvimento pessoal não são processos opostos e nem devem ser estimulados em períodos separados (DELORS, 2012). Adiciona-se que faz parte do papel da democracia a prevenção da violência comunitária causada por distinções comunais e diferenças raciais, através de uma política democrática que gere valores protetores e contrários a violência (SEN, 2011).

Os autores Amartya Sen e Martha Nussbaum nos permitem compreender os relacionamentos travados no contexto escolar e suas vicissitudes, assim como a sua subordinação ao modelo social vigente, que toma os seres humanos como meros meios de produção em prol de uma elite. Para Sen (2010), a educação faz parte das liberdades instrumentais, pois se constituem como oportunidades sociais, objetivando influenciar o indivíduo a cultivar uma vida melhor, mais equitativa e digna. Esse pensamento entra em consonância com as ideias da filósofa Martha Nussbaum (2019), que em seus estudos revela que a educação deve ser vista como uma possibilidade de expandir os direitos humanos e as liberdades, favorecendo a compreensão, tolerância, amizade em um âmbito internacional, independente de crenças ou raças.

O contexto educacional brasileiro tem muitos desafios pela frente para a construção de escolas que sejam verdadeiramente democráticas e que cumpram com o artigo 2015 da Constituição Federal Brasileira (1988), que declara que a Educação, como Direito de todos, deverá visar o pleno desenvolvimento da pessoa, prepará-la para exercer a cidadania e qualificá-la para o trabalho. Durante esse período singular que estamos enfrentando, é particularmente importante rever a dinâmica escolar, seus conteúdos, objetivos e finalidade como instituição de ensino e como dispositivo social privilegiado nos seios das sociedades. A Pandemia mundial causada pelo novo coronavírus e os impactos gerados na sociedade brasileira, e especificamente dentro do contexto educacional, ainda serão contabilizados. A reflexão permitida por meio deste trabalho referente a transformação dos espaços escolares após o retorno das aulas presenciais converge com as afirmações de Mattos (2017), sobre a necessidade de investir em uma educação de qualidade, como meta coletiva de uma nação, resultando em perspectivas de igualdade, a qual opera na equalização das condições de vida. De fato, a educação pode se tornar um dispositivo social que favoreça o desenvolvimento de capacidades através da libertação, desenvolvimento intelectual, atuações críticas, conscientes e sustentáveis, objetivando a formação de sujeitos com condição de agente, opondo-se ao ato de ensinar a partir da transferência de conhecimentos e conteúdos para um corpo indeciso e acomodado.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Existem vários tipos de privação ao redor do globo terrestre e dentre os países desenvolvidos e subdesenvolvidos - como violação dos direitos civis e políticos, destituição econômica, ausência de assistência médica e educação - e todas elas podem ser corrigidas ou amenizadas por meio de mudanças sociais (SEN e KLIKSBERG, 2010). Para alcançar tais mudanças, há de se reconhecer os dois tipos de injustiça que freiam a justiça global e aparecem em diferentes países e em diferentes localidades dentro de um país. Neste trabalho, a privação estudada se vincula a falta de acesso a dispositivos sociais democráticos, inclusivos e de qualidade. Especificamente, elencamos o sistema de ensino brasileiro, pois as deficiências pertencentes a esta área podem se agravar ainda mais neste período de pandemia, já que em um contexto social com enormes desigualdades, é evidente que muitas crianças não estão se beneficiando de aulas remotas ou não presenciais.

Debater sobre uma educação mais democrática e humanista antes da instalação de uma crise na saúde pública já era um desafio devido a diversidade de posicionamentos políticos, culturais e sociais. Com a disseminação mundial do COVID 19,o fechamento das escolas, a paralização de diversos setores sociais e o medo instaurado surgem indagações sobre as possíveis consequências no âmbito da aprendizagem escolar de alunos de diferentes idades e camadas sociais.Oliveira et al. (2020) declara que eventos como a pandemia transparecem a fonte e a origem das desigualdades, mas mesmo diante essas informações, ainda há dificuldades em desenvolver estratégias mais genéricas e fortes a curto prazo. Isso significa que pode ocorrer a manutenção ou ampliação das desigualdades, escancarando as carências do setor público brasileiro. Um caminho para reverter esse prognóstico é maior atenção as diversidades sociais e culturais dos alunos e a qualificação dos docentes.

Com o comprometimento de uma educação democrática, revela-se a importância das considerações da filósofa Nussbaum (2019), que defende que a educação deve ter como principal objetivo formar cidadãos críticos, reflexivos e argumentativos. Para tal, chamamos atenção para a diferenciação entre uma educação voltada para o lucro e uma educação voltada para a cidadania. Os estudos empíricos demonstraram que a lógica tradicional de preparar as pessoas para o mercado e para aquisição de riquezas nacionais ou pessoais, apresenta sérias consequências, como o aumento da inclusão desfavorável ou exclusões, discriminações étnicas e raciais, dificuldades significativas em lidar com a alteridade e dissensos e favorecimento da violência e sua perpetuação. Por outro lado, a diminuição ou exclusão de disciplinas humanistas no planejamento curricular, impede o desenvolvimento de competências que amenizariam os trágicos – e velhos – dilemas apresentados. Reforça-se que é por meio das ciências humanas e das artes, que os indivíduos são despertados para desenvolverem a empatia e o olhar para o mundo através da perspectiva de outros olhares. Os cidadãos do mundo precisam de competências que ultrapassem os conhecimentos lógicos e factuais para que sejam capazes de lidar com a diversidade, além de usá-las como fator positivo e impulsionador do desenvolvimento de uma sociedade democrática e equitativa.

REFERÊNCIAS

BARRETO, et. al. O que é urgente e necessário para subsidiar as políticas de enfrentamento da pandemia de COVID-19 no Brasil? **Revista Brasileira de Epidemiologia**, Rio de Janeiro, vol.23, 2020.Disponível:<https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-790X2020000100101&tlng=pt>. Acesso: 25 de set, 2020.

BAUMAN, Zygmunt; PENCHEL, Marcus. **Globalização: as consequências humanas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da Republica Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: 1988.

CHNAIDERMAN, M. Minorias, discriminação étnica, preconceito, miséria... da tragédia cotidiana a uma ética da alteridade. In: ABRAMOWICS, A.; SILVÉRIO, V. R. (orgs). **Afirmando diferenças: montando o quebra cabeça da diversidade na escola.** Campinas: Papirus, 2005.

DELORS, J. et al. Educação: um tesouro a descobrir: relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre *Educação para o* Século XXI.Coord. Jacques Delors. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: **UNESCO**, 2012.

MARTINS, V. ALMEIDA, J. EDUCAÇÃO EM TEMPOS DE PANDEMIA NO BRASIL: saberes fazeres escolares em exposição nas redes e a educação on-line como perspectiva. **Revista Docência Cibercultura**, Rio de Janeiro, vol. 4, nº2, p.15, 2020.

MATTOS, I. B. A. Educação como condição para o desenvolvimento das capacidades e para o fortalecimento da democracia. In: ZAMBAM, N.; KUJAWA, H. A. (orgs) Estudos sobre Amartya Sen: Políticas Públicas, Capabilities e Desenvolvimento. Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2017.

NUSSBAUM, M. **Sem fins lucrativos: Por que a democracia precisa das humanidades. São** Paulo, editora Martins fontes, 2019.

RIBEIRO, D, F. MARQUES, M, R, G. OLIVEIRA, C, M. BREVIGLIERI, H. VIOLÊNCIA, EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO COMO LIBERDADE: UM ESTUDO DE CASO DE UM ALUNO IDENTIFICADO COMO FREQUENTE VÍTIMA E AGRESSOR NOS EPISÓDIOS DE VIOLÊNCIA EM UMA ESCOLA PÚBLICA DO INTERIOR PAULISTA. **Revista Reflexões**, Fortaleza – CE, ano 9, nº17, 2020.

RIBEIRO, F. D. Desenvolvimento como Liberdade e Educação: a pesquisa intervenção sociodramática e a promoção da condição de agente. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional – Centro Universitário Municipal de Franca, 2018.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. Editora Companhia das Letras, 2010.

SEN, A. **Desigualdade Reexaminada**. Rio de Janeiro: Editora Record LTDA, 2017.

SEN, A.; KLIKSBERG, B. **As pessoas em primeiro lugar: A ética do desenvolvimento e os problemas do mundo globalizado**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SEN, A. **A ideia de justiça**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

ZAMBAM, N. J. **A teoria de justiça de Amartya Sen: Liberdade e desenvolvimento sustentável.** 2009. Tese (Filosofia) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Disponível em: <http://repositorio.pucrs.br/dspace/handle/10923/3497>. Acesso: 25 de set. 2020.

OLIVEIRA, J. B. A. GOMES, M. BARCELLOS, T. A Covid 19 e a volta às aulas: Ouvindo as evidências. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, Rio de Janeiro, v.28, n.108, p. 555-578, jul./set. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s0104 40362020002802885> Acesso 25 set. 2020

Ana A ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA À LUZ DO CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO DE AMARTYA SEN

THE FAMILY HEALTH STRATEGY IN THE LIGHT OF AMARTYA SEN´S DEVELOPMENT CONCEPT

Área temática: Psicologia, Saúde e Desenvolvimento

COMPARINI, Camila Trevisan Carvalho
Enfermeira, Especialista em Saúde Pública, Apoio em Saúde e Gestão das Redes de Atenção, Discente do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional do Uni-FACEF
camilatrevizan.ead@gmail.com

RODRIGUES, Ana Lúcia de Castro
Médica Ginecologista, Docente do curso de Graduação em Medicina, Discente do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional do Uni-FACEF
analucar@uol.com.br

CINTRA, Núbia de Souza
Médica otorrinolaringologista, Docente do curso de Graduação em Medicina, Discente do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional do Uni-FACEF
nubiamed@gmail.com

CINTRA JÚNIOR, Welton de Araujo
Administrador Público, Especialista em Gestão Pública Municipal, Discente do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional do Uni-FACEF
weltonacj@sabesp.com.br

RIBEIRO, Daniela de Figueiredo
Psicóloga, Docente do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional do Uni-FACEF
danifiribeiro@yahoo.com.br

GAZAFFI, Lívia Maria Lopes
Enfermeira, Docente do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional do Uni-FACEF
liviamalopes@gmail.com

Resumo
O direito à saúde no Brasil está garantido na Constituição Federal de 1988 e a implantação do Sistema Único de Saúde (SUS) proporcionou melhorias na qualidade de vida da população, principalmente a partir da expansão e consolidação da Atenção Primária à Saúde (APS), que tem a Saúde da Família como estratégia prioritária. Este artigo buscou discutir a Estratégia Saúde da Família (ESF), suas responsabilidades, princípios, diretrizes e funcionamento, bem como, sua relação com conceito do economista Amartya Sen de desenvolvimento como liberdade, em que o foco na condição humana é essencial. Para tanto, foi realizada uma revisão narrativa em busca de materiais teóricos que subsidiaram a discussão sobre o conceito ampliado de saúde e a concepção das potencialidades da ESF à luz da ideia de desenvolvimento como liberdade de Sen. Tal estudo foi realizado no segundo semestre de 2020. Foi possível identificar coerência e aproximações entre os ideais e as publicações da política de saúde no Brasil, em especial no que tange a APS e o referencial teórico de Amartya Sen. Diante disso, foram constatados muitos avanços alcançados pelo SUS, com a implantação da ESF: uma vez que a concepção de saúde foi ampliada, o olhar para a pessoa e não para a doença se tornou mais evidente. Ou seja, as políticas públicas de saúde passaram a ter papel fundamental na busca pelo desenvolvimento como liberdade.

Palavras-chave: Estratégia Saúde da Família, Desenvolvimento como liberdade, Amartya Sen.

Abstract
The right to health in Brazil is guaranteed by the Federal Constitution of 1988 and the implementation of the Unified Health System (SUS) provided improvements in the quality of life of Brazilian population, mainly from the expansion and consolidation of Primary Health Care (PHC), which stablishes Family Health as priority strategy. This article discusses the Family Health Strategy (FHS), its responsibilities, principles, guidelines and functioning, as well as its relation to the economist Amartya Sen's concept of development as freedom, in which the focus on the human condition is essential. In this sense, the article proposes a narrative review that gathers theoretical materials supporting the discussion about the expanded concept of health and the conception of the potentialities of the Family Health Strategy in the light of Sen's development as freedom idea. The above-mentioned study was carried out in the second semester of 2020. It was possible to identify coherence and relations between the ideals and publications of health policy in Brazil, especially with regards to Primary Health Care, and Amartya Sen's theoretical framework. Based on these findings, it was possible do attest advances in SUS by the implementation of the Family Health Strategy: once public health policies became based on an expanded health concept, the patient became the focus of health care, instead of the disease. That is, public health policies gained a fundamental role in the promotion of development as freedom.

Keywords: Family Health Strategy, Development as freedom, Amartya Sen.

INTRODUÇÃO

A dignidade humana está relacionada ao desenvolvimento e a garantia de direitos sociais, e somente se concretizará com o pleno desenvolvimento das capacidades humanas, sendo então inegável a conexão entre vida digna e acesso a saúde (DAOU; BRITO FILHO, 2020). Como princípio a irradiar todos os demais, o princípio da dignidade humana, fundamentado na República Federativa do Brasil deve ser assegurado pelos Poderes constituídos do Estado.

A saúde é um direito fundamental da dignidade humana, sendo, portanto, direito de todos e um dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem a redução do risco de doença e de outros agravos e o acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação (BRASIL, 2000). O texto da Constituição Federal de 1988 manifesta claramente princípios de universalidade e de igualdade no acesso à saúde, tendo como pressuposto, inequívoco, a ideia de justiça social capaz de garantir tal direito consubstancial à sociedade. Estes fios condutores, associados à integralidade da assistência e à descentralização da gestão, representam em última análise, as normas fundamentais que regem o Sistema Único de Saúde (SUS), um novo modelo, ou paradigma, que tem, como metas, ampliar as ações que visam a equidade, a viabilidade fiscal e financeira, além do aprimoramento da eficiência, da qualidade e da satisfação dos usuários (SIQUEIRA-BATISTA; SCHRAMM, 2004).

O SUS posicionou a saúde como prática social e não apenas como fenômeno biológico, fazendo desaparecer a figura do indigente sanitário. Proporcionou qualidade de vida à população e melhorias consideráveis nos indicadores de saúde. Tais resultados foram possíveis uma vez que o SUS, por meio de políticas descentralizadoras, buscando reorganizar o sistema de saúde e o modelo de atenção, deu ênfase à Política de Atenção Primária à Saúde, através da Estratégia Saúde da Família (ESF) criada em 1994 como programa, embasada no conceito ampliado de saúde, entendendo a saúde não apenas como ausência de doença, mas perpassando por aspectos sociais, ambientais, econômicos e políticos, desvinculando assim do modelo biomédico centrado e curativo (FISCHBORN, 2015).

Portanto, os caminhos construídos pela ESF se aproximam da ideia defendida por Amartya Sen, que entende o desenvolvimento como liberdade, sendo a Saúde uma liberdade instrumental, sem a qual não é possível o desenvolvimento. Os indivíduos privados de suas capacidades básicas não se tornam agentes ativos nos seus processos de escolhas (FISCHBORN, 2015). Nesta perspectiva, o presente artigo busca discutir a ESF, suas responsabilidades, princípios, diretrizes e funcionamento, bem como a interface com o referencial teórico do economista Amartya Sen, demonstrando que apesar dos imensos desafios ainda enfrentados pelo SUS, esta política pública tem influência na garantia de liberdades dos cidadãos brasileiros e consequentemente contribui para o desenvolvimento como liberdade.

DIREITO À SAÚDE E DIGNIDADE HUMANA

É inegável a relação entre vida digna, desenvolvimento, garantia de direitos sociais e acesso a saúde. A Organização Mundial de Saúde (OMS) define saúde como um estado de completo bem-estar físico, mental e social, e não consiste apenas na ausência de doença ou enfermidade (OMS, 2006). A principal conclusão de Almeida Filho (2011), em seu livro "o que é saúde?", é que não se pode utilizar da visão singular do conceito saúde, pois é necessário um olhar pluralista ou de várias "saúdes". Assim, o conceito acima citado da OMS tem se expandido, buscando incorporar outros conceitos e atualmente saúde não é apenas algo isolado, mas o resultado de todas as condições em que vive a população, é portando necessário observar o ser humano como um todo, para a partir de então pensar em políticas públicas para garantir a saúde do indivíduo e comunidade (DAOU e BRITO FILHO, 2020).

São marcos históricos da concepção política de direitos sociais, a Revolução Industrial, a Revolução Francesa e o Manifesto Comunista de 1869. No campo da saúde pública destacam-se a Lei dos Pobres na Inglaterra, no século XIX e a Medicina de Estado da Alemanha, em 1889. As políticas públicas compensatórias das desigualdades sociais se tornaram realidade na Europa, no século XX, após a segunda guerra mundial e no Brasil foram criados no Estado Novo, com Getúlio Vargas, a previdência social e leis trabalhistas (LORENZO, 2006).

O governo Vargas, reconhecido pela literatura como um marco na configuração de políticas sociais no Brasil, criou em 1930 o Ministério da Educação e Saúde Pública (MESP) que passou por sucessivas reformulações, sendo responsável pela prestação de serviço para aqueles identificados como pré-cidadãos, ou seja, que não se encontravam habilitados a usufruir os serviços oferecidos pelas caixas e pelos serviços previdenciários. Em 1946, com a promulgação de uma nova Constituição, a saúde pública teve sua estrutura centralizada com múltiplos programas e serviços verticalizados para implementar ações sanitárias, que reforçaram a permanência da disjunção entre saúde pública e assistência médica, foco em ações sobre doenças específicas e deslocamento do processo de discussão e decisão para arenas fora da burocracia pública (BRASIL, 2011)

Segundo o Conselho Nacional de Secretários de Saúde (CONASS):

> [...] desde meados da década de 1950, a dinâmica política da sociedade brasileira começava a permitir a compreensão das proposições de mudanças nas políticas da saúde, promovidas pelos "desenvolvimentistas", que defendiam a ideia da saúde como questão de superestrutura, isto é, não como causa do desenvolvimento econômico e social, mas uma consequência dele (BRASIL, 2011).

O período militar, de 1964 a 1984, caracterizou-se pelo predomínio financeiro das instituições previdenciárias e a mercantilização crescente da saúde, onde os serviços médicos prestados pelas empresas privadas aos previdenciários e sua forma de pagamento se tornou uma incontrolável fonte de corrupção. Com o tempo, este modelo de saúde começou a mostrar as suas mazelas por ter priorizado a medicina curativa, sendo incapaz de resolver os problemas de saúde coletiva e de atender uma população cada vez mais marginalizada, por não ter carteira assinada. Amplificando assim, as reivindicações de soluções imediatas para estes problemas, começando a se organizar o movimento sanitário, que segundo Escorel (1998), buscava conciliar a produção do conhecimento e a prática política, envolvendo-se com organizações da sociedade civil nas suas demandas pela democracia do país (BRASIL, 2011).

O movimento sanitário apresentava como alternativa para o sistema de saúde, a participação popular, a universalização dos serviços, a defesa do caráter público e a descentralização, e mesmo antes da Nova República, realizou sua estratégia de ocupação de todos os espaços de discussão, articulando com lideranças políticas e neste contexto, com fim do regime militar, foi convocada em 1986 a 8ª Conferência Nacional de Saúde que consolidou as discussões prévias de sanitaristas, gestores e políticos comprometidos com a reforma do sistema até então vigente (BRASIL, 2011).

Em seu relatório final, de acordo com a publicação da revista RET-SUS nº 35, ficou claro que as mudanças necessárias para a melhoria do sistema de saúde brasileiro não seriam alcançadas apenas com uma reforma administrativa e financeira, era preciso que se ampliasse o conceito de saúde e se fizesse uma revisão da legislação, ou seja, era preciso implantar uma Reforma Sanitária.

Esse documento trouxe também um conceito mais abrangente de saúde, como uma resultante das condições de alimentação, habitação, educação, renda, meio-ambiente, trabalho, transporte, lazer, liberdade, acesso à posse de terra e a serviços de saúde. E, os delegados da 8ª Conferência atribuíram ao Estado o dever de garantir condições dignas de vida e apontaram a necessidade de integrar a política de saúde às demais políticas econômicas e sociais (FIOCRUZ, 2008).

Assim, o Brasil institucionalizou o direito à saúde a todos os cidadãos brasileiros com a promulgação da Constituição Federal de 1988. Essa conquista foi resultado de um longo processo de redemocratização, sendo os direitos sociais uma reação da Constituinte e da sociedade ao período de restrição de liberdades anterior a ela. A Constituição legitimou o Estado Social e Democrático de Direito, trazendo um catálogo de direitos sociais, todos inseridos nos direitos fundamentais (DAOU & BRITO FILHO, 2020).

A Constituição Cidadã, assim conhecida, ofereceu ao povo brasileiro a oportunidade de efetivar um sistema integrado e gratuito que cuidasse da prevenção, promoção, cura e reabilitação da saúde. O seu texto demonstrava que a concepção do SUS estava baseado na formulação de um modelo de saúde voltado às necessidades da população, fortalecendo deste modo a cidadania e após várias negociações, em setembro de 1990, foi promulgada a Lei Orgânica da Saúde, a Lei nº 8080 (BRASIL, 2011).

O SUS ainda está em processo de consolidação e apresenta vários avanços, reconhecendo os fatores determinantes e condicionantes da saúde, como alimentação, moradia, saneamento básico, meio ambiente, trabalho, renda, educação, transporte, lazer, acesso aos bens e serviços essenciais. Esses fatores sofrem influência direta de aspectos históricos e cotidianos momentâneos, como a situação de vulnerabilidade, onde o sujeito fica suscetível à danos por ação de eventos externos, como fenômenos físicos, sociais e biológicos, reconhecendo que a suscetibilidade e o grau de risco não é o mesmo entre todos os membros de uma sociedade. Os grupos com piores condições socioeconômicas são mais acometidos por doenças agudas e crônicas, incapacidades físicas e mentais em idades mais precoces, sofrem maior número de acidentes domiciliares e urbanos, têm menor acesso a cuidados com a saúde e esses são de pior qualidade. Portanto, a redução da vulnerabilidade em saúde pública depende da formação e implementação de políticas públicas, visando a diminuição das desigualdades sociais, assegurando o direito à promoção, proteção e recuperação da saúde (LORENZO,2006).

Lorenzo (2006) afirma que quanto maior a parcela da população vulnerável, mais difíceis serão as possibilidades de atender às suas necessidades, por meio de políticas públicas de saúde. É muito importante considerar características geográficas, vulnerabilidades especiais como gênero feminino, trabalhadores em risco, idades extremas, grupos raciais e étnicos em desvantagem social e outros, cuja visibilidade depende da sua capacidade de organização civil, diretamente proporcional ao seu capital cultural e social.

A globalização produziu um “ciclo vicioso” composto de desigualdades que levam à pobreza e à exclusão social com impacto negativo sobre as condições de saúde, onde desigualdade, pobreza e enfermidade constituem um típico movimento de retroalimentação, ou seja, é possível afirmar que os grupos sociais mais vulneráveis são, em verdade, reflexos de uma exclusão histórica (COTTA, et al 2007).

Tendo em vista a caracterização constitucional do direito à saúde, fica evidente a forma de atuação estatal, por meio de políticas públicas para garantia de direitos fundamentais sociais, sendo o papel do Estado a promoção da dignidade, assegurando recursos que possibilitem um maior número de liberdades para que os seres humanos desenvolvam seu projeto racional de vida e sua personalidade (DAOU e BRITO FILHO, 2020).

Portanto, é fundamental estimular a ação política de indivíduos e sociedade, pensando a saúde de maneira social, cultural, ética, política e científica, onde a população passa a ser o sujeito do processo de produção de cuidado. Ou seja, não basta garantir o acesso ao serviço de saúde é preciso garantir condições de vida digna, desse modo, o direito à saúde é indissociável do direito social (MOROSINI; FONSECA; PEREIRA, 2008).

Nesse contexto, a adoção de políticas públicas de saúde que visam o conceito ampliado e buscam pela valorização da dignidade humana, se inserem os sistemas de atenção à saúde, que são respostas sociais deliberadas às necessidades de saúde da população. No Brasil, a Atenção Primária à Saúde (APS), como estratégia de organização do SUS, através das Redes de Atenção à Saúde (RAS) permitem ofertar uma atenção contínua e integral a determinada população. A RAS é coordenada pela APS, prestada em tempo e local oportunos, com o custo certo, com a qualidade certa e de forma humanizada, e com responsabilidades sanitárias e econômicas (MENDES, 2010).

Para fortalecer as ações e serviços de saúde da APS, institui-se a Política Nacional de Atenção Básica (PNAB), que é resultado da experiência acumulada por conjunto de atores envolvidos historicamente com o desenvolvimento e a consolidação do SUS, como movimentos sociais, usuários, trabalhadores e gestores das três esferas de governo. A PNAB considera os termos Atenção Básica (AB) e APS como equivalentes, de forma a associar a ambas os princípios e as diretrizes definidas nessa política pública, que tem na Saúde da Família sua estratégia prioritária para expansão e consolidação da APS (BRASIL, 2017).

ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE E A ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA

A Conferência Internacional sobre Cuidados Primários de Saúde realizada pela OMS em Alma-Ata em setembro de 1978 e sua Declaração foi um momento histórico que trouxe dimensão global à responsabilidade de oferecer atenção à saúde para todas as pessoas, colocando todos os governos do mundo na posição de protagonista dessa grande missão (BRASIL, 2008).

Naquela ocasião, a meta *"Saúde para todos no ano 2000"* passou a ser o marco do redirecionamento dos sistemas de saúde, ratificando que a promoção e a proteção da saúde dos povos são essenciais para o contínuo desenvolvimento econômico e social, contribuindo para uma qualidade de vida melhor, bem como para a paz mundial (BRASIL, 2009).

Para a OPAS (2019) a APS é o primeiro ponto de contato, oferecendo atendimento abrangente, acessível e baseado na comunidade, capaz de resolver em torno de 80% das necessidades de saúde de um indivíduo ao longo de sua vida. Na sua essência, a APS cuida das pessoas, não apenas trata doenças ou condições específicas e está enraizada no compromisso com a justiça social e a equidade, bem como no reconhecimento do direito fundamental ao mais alto padrão atingível de saúde, conforme ressaltado no artigo 25 da Declaração Universal dos Direitos Humanos:

> "Todo ser humano tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar a si e a sua família saúde e bem estar, inclusive alimentação, vestuário, habitação, cuidados médicos e os serviços sociais indispensáveis [...]".

Enfim, o conceito de APS vem sendo redefinido na literatura, mas a OMS desenvolveu uma definição coesa baseada em três componentes:

> "Garantir que as pessoas tenham acesso a serviços abrangentes de promoção, proteção, prevenção, cura, reabilitação e cuidados paliativos ao longo da vida, priorizando estrategicamente as principais funções do sistema voltadas para indivíduos, famílias e para a população em geral como elementos centrais da prestação de serviços integrados em todos os níveis de atenção;
> Agir de forma sistemática sobre os determinantes mais amplos de saúde (incluindo características e comportamentos sociais, econômicos, ambientais, bem como das pessoas), por meio de políticas públicas e ações baseadas em evidências em todos os setores; e
> Empoderar indivíduos, famílias e comunidades para otimizar sua saúde, como defensores de políticas que promovam e protejam a saúde e o bem-estar, como co-desenvolvedores de serviços sociais e de saúde por meio de sua participação e como cuidadores de saúde de si mesmos e de outras pessoas" (OPAS, 2019).

No Brasil, o SUS posicionou a saúde como prática social, não apenas como fenômeno

biológico e buscando reorganizar o sistema de saúde, por meio de políticas descentralizadoras deu ênfase na Atenção Primária à Saúde, implantando a ESF, que foi considerada avanço concreto, reconhecendo ainda, críticas ao autoritarismo do modelo médico-científico e heterogeneidades das concepções ideológicas na sua implantação nas diversas regiões do país (FISCHBORN, 2015; LORENZO, 2006).

A Saúde da Família (SF), desde sua implantação em 1994, seguindo os princípios e diretrizes preconizadas pelo SUS, foi a responsável pela melhoria da qualidade de vida de milhões de brasileiros, contribuindo de forma decisiva para a mudança do modelo de atenção à saúde, tornando-o mais eficiente, equânime e mais próximo à realidade de cada usuário, de cada comunidade, respeitando suas especificidades (BRASIL, 2008).

Segundo Gil (2006) entre 1998 a 2004 houve uma expansão significativa das equipes de SF em todas as regiões do Brasil, embora com maior concentração em municípios de menor porte e com menor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Mas, em 2006, no contexto do Pacto pela Saúde, a PNAB foi publicada e ampliou o escopo e a concepção da APS ao incorporar os atributos da APS abrangente, reconhecendo a Saúde da Família como modelo substitutivo e de reorganização da APS (MELO et.al, 2018). E desde então, o número de equipes vem aumentando, sendo que em 2007 eram aproximadamente 24.000 equipes de SF e atualmente o Brasil conta com 43.369 equipes, o que representa uma cobertura populacional de 63,7%, conforme relatório disponível na plataforma e-gestor-AB (BRASIL, 2020)

A PNAB, documento que reúne as diretrizes e normas orientadoras das ações dos governos federal, estaduais e municipais, foi publicada em 2006 e passou por duas revisões, em 2011 e 2017, com vistas à regulamentação de implantação e operacionalização vigentes, no âmbito do SUS, estabelecendo-se as diretrizes para a organização da APS na RAS, sendo conceituada da seguinte forma:

> [...] como conjunto de ações de saúde individuais, familiares e coletivas que envolvem promoção, prevenção, proteção, diagnóstico, tratamento, reabilitação, redução de danos, cuidados paliativos e vigilância em saúde, desenvolvida por meio de práticas de cuidado integrado e gestão qualificada, realizada com equipe multiprofissional e dirigida à população em território definido, sobre as quais as equipes assumem responsabilidade sanitária (BRASIL, 2017)

A APS é a principal porta de entrada e centro de comunicação da RAS, coordenadora do cuidado e ordenadora das ações e serviços disponibilizados na rede, sendo ofertada integralmente e gratuitamente a todas as pessoas, de acordo com suas necessidades e demandas do território, considerando os determinantes e condicionantes de saúde. São princípios e diretrizes do SUS e da RAS a serem operacionalizados na AB, a universalidade, a equidade e a integralidade, a regionalização e hierarquização, territorialização, população adscrita, cuidado centrado na pessoa, resolutividade, longitudinalidade do cuidado, coordenação do cuidado, ordenação da rede e participação da comunidade (BRASIL, 2017).

Esses princípios e diretrizes se configuram em um processo progressivo e singular que considera e inclui as especificidades locorregionais, ressaltando a dinamicidade do território e a existência de populações específicas, itinerantes e dispersas, que também são de responsabilidade da equipe enquanto estiverem no território, em consonância com a política de promoção da equidade em saúde (BRASIL, 2017).

A ESF pressupõe o trabalho multiprofissional e em equipe como ferramenta para a integralidade do cuidado à saúde na APS. De acordo com Fischborn (2015) as equipes da ESF são compostas por médico, enfermeiro, auxiliar ou técnico de enfermagem e agentes comunitários de saúde, podendo contar ainda com dentistas e auxiliar de consultório dentário ou técnico de higiene bucal, sendo que cada equipe é responsável deve direcionar o atendimento às famílias que residem na área sob sua responsabilidade, respeitando a cultura individual do usuário e estimulando a educação em saúde da população a fim de promover o autocuidado, a autonomia individual e coletiva, buscando sempre o fortalecimento de vínculo com a comunidade.

Portanto, a APS considera a pessoa em sua singularidade e inserção sociocultural, buscando

produzir a atenção integral, incorporar as ações de vigilância em saúde, visa o planejamento e a implementação de ações públicas para a proteção da saúde da população, a prevenção e o controle de riscos, agravos e doenças, bem como para a promoção da saúde (BRASIL, 2017).

As equipes de SF funcionam em unidades básicas de saúde, com carga horária mínima de 40 horas/semanais, possibilitando acesso facilitado. A população adscrita por equipe é de 2.000 a 3.500 pessoas, podendo existir outros arranjos de adscrição, conforme vulnerabilidades, riscos e dinâmica comunitária, facultando aos gestores locais, conjuntamente com as equipes e o conselho municipal ou local de saúde esta decisão. Para que estas equipes atinjam seu potencial resolutivo, de forma a garantir a coordenação do cuidado, ampliando o acesso, é necessário adotar estratégias que permitam a definição de um amplo escopo dos serviços a serem ofertados, de forma que seja compatível com as necessidades e demandas de saúde das pessoas que vivem naquele território, considerando políticas e programas prioritários e em parceria com o controle social (BRASIL, 2017).

Os esforços brasileiros com esta política pública foram reconhecidos e a ESF foi elogiada pela OMS em 2008, por meio do Relatório sobre APS, com reconhecimento honroso e recomendando a sua adoção como ação bem-sucedida na área. Mas, mesmo com este cenário, ainda podem ser destacadas algumas fragilidades, como infraestrutura inadequada, o subfinanciamento, o modelo assistencial, rotatividade de profissionais, dificuldade de atração de profissionais médicos, deficiência na formação de profissionais da área da saúde para trabalhar com a APS (BRASIL, 2009).

Logo, o melhor caminho para a formação de profissionais de saúde capazes de responder às demandas da coletividade, perfaz, além da incorporação dos princípios do SUS, a necessidade de exercitar diariamente a “arte da alteridade” que é deslocar o “eu” em direção ao “outro”. Ter empatia pelo outro e reconhecer que ele possui sonhos, medos, crenças, desejos e frustações. Enfim, o sujeito inserido dentro de um contexto socioeconômico e cultural, deve ser tratado como um todo, onde a saúde é concebida por um conceito muito mais amplo que apenas ausência de doença (COTTA, 2007).

CONCEITO AMPLIADO DE SAÚDE E DESENVOLVIMENTO COMO LIBERDADE

Como visto até aqui, o movimento da reforma sanitária, culminou na 8ª Conferência Nacional de Saúde, que foi fundamental para a construção do texto da Saúde da Constituição de 1988 e a criação do SUS, organizado em princípios e diretrizes que definiram a APS como diretriz norteadora e articuladora para a transformação do modelo de atenção à saúde vigente (BRASIL, 2009)

Ainda assim, parte da população, por não ter acesso a serviço de saúde, convive com a morbidade desnecessária e até mesmo com a mortalidade prematura. E as equipes da ESF são capazes de implementar ações e medidas, juntamente com usuários e suas famílias, para diminuir os óbitos por causas evitáveis. Porém, a cobertura da população por estas equipes, apesar de estimulada pelo governo federal, ainda não é satisfatória e quando implantadas as equipes opta-se por localizá-las em área de maior vulnerabilidade social, locais esses que desfavorecem a condição humana digna de viver. Mas, que em contrapartida tem na ESF um acolhimento digno por uma equipe de saúde multiprofissional, oferta de medicamentos, participação de grupos operativos e são encaminhados para outros serviços de saúde, quando necessário (FISCHBORN, 2015).

Existe consciência de que as desigualdades entre ricos e pobres, em relação à saúde, são injustas, porque limitam as oportunidades, e se relacionam diretamente com a miséria. A retroalimentação entre moléstia e miséria, mostra total ausência de liberdade, incapacidade para realizar os funcionamentos elementares, impedimento para qualquer possibilidade de escolher e alcançar situações que promovam o bem-estar (SIQUEIRA-BATISTA; SCHRAMM, 2004).

Segundo Amartya Sen (2000), desenvolvimento não pode ser descrito como um aumento da renda agregada de uma nação ou da renda per capita da população, mas sim como a ampliação das liberdades que os indivíduos desfrutam. O aumento da liberdade deve ser o meio e o fim do desenvolvimento, uma vez que a ampliação das liberdades leva ao desenvolvimento da sociedade e esse por sua vez, promove a ampliação das liberdades. A liberdade é a base fundamental de estruturação de uma organização social justa, e constitui valor moral substantivo fundamental do ordenamento da sociedade. Portanto, reconhece que são condições para a justiça social, a garantia, promoção e valorização da liberdade. Como crítico da visão de bem-estar do utilitarismo, Sen desenvolve uma abordagem normativa sobre os pilares dos funcionamentos e das capacitações (CORREA JÚNIOR, 2012).

Sen (2000) conceitua “funcionamentos” como várias coisas que uma pessoa pode considerar valiosas fazer ou ter; representam as metas que pretende realizar em decorrência da liberdade de

escolhas; não dependem do poder econômico, mas das necessidades sociais, culturais ou ambientais; e contribuem para o seu bem-estar.

> Um funcionamento é uma realização de uma pessoa: o que ele ou ela consegue fazer ou ser. Isso reflete uma parte do 'estado' daquela pessoa. Tem que ser distinguido dos instrumentos que são utilizados para alcançar aquelas realizações. Por exemplo, o ato de andar de bicicleta tem que ser distinguido do fato de se possuir uma bicicleta. Ele também precisa ser distinguido da satisfação gerada por esse funcionamento, na verdade, andar de bicicleta não deve ser identificado com o prazer obtido através desta ação. Um funcionamento é, portanto, diferente de ter bens (e as correspondentes características), que é posterior, e ter utilidade (na forma de resultado satisfatório daquele funcionamento), que é um importante objetivo, prioridade (SEN, 2000, p.93).

A saúde é um dos principais funcionamentos a que o indivíduo deve ter acesso e tudo o que impede que isso se efetive configura-se como privação e limitação de acesso à liberdade. Desse modo, ter uma alimentação adequada, estar livre de doenças evitáveis e esquivar-se de uma morte prematura são funcionamentos essenciais para uma vida digna (FISCHBORN, 2015).

A "capacidade" consiste nas combinações alternativas de funcionamentos cuja realização é possível; representa a liberdade de poder realizar os funcionamentos considerados importantes e capazes de satisfazer as vontades; constituindo um tipo de liberdade, por exemplo para ter estilos de vida diversos; sendo, portanto base referencial para a avaliação de justiça social.

> Por exemplo, uma pessoa abastada que faz jejum pode ter a mesma realização de funcionamentos quanto a comer ou nutrir-se que uma pessoa destituída, forçada a passar fome extrema, mas a primeira pessoa possui um "conjunto capacitário" diferente do da segunda (a primeira *pode* escolher comer bem e ser bem nutrida de um modo impossível para a segunda) (SEN, 2000, p.93).

O "Conjunto capacitário" representa a liberdade para realizar as possíveis combinações alternativas de funcionamento, dentre as quais o indivíduo pode escolher efetivar algum, ou ainda saber que estão a seu dispor para utilização. Sen acredita que desenvolvimento é o processo de expansão das liberdades reais que o homem desfruta. O desenvolvimento consiste na eliminação de privações de liberdade que limitam as escolhas e as oportunidades das pessoas de exercerem ponderadamente sua condição de agente. A eliminação de privações de liberdades substanciais, argumenta-se aqui, é constitutiva do desenvolvimento (SEN, 2000).

Na perspectiva de Sen (2000), as liberdades substantivas representam dimensões fundamentais para o desenvolvimento de uma sociedade, independente do crescimento econômico, mas para o enriquecimento da vida humana, provendo capacidades elementares como erradicação da fome, alfabetização e educação, saúde, segurança, participação política e liberdade de expressão; permitindo satisfação de necessidades básicas de ordem econômica, social e também existencial.

As vezes a ausência de liberdades substantivas relaciona-se diretamente com a pobreza econômica, que rouba das pessoas a liberdade de saciar a fome, de obter uma nutrição satisfatória ou remédios para doenças tratáveis, a oportunidade de vestir-se ou morar de modo apropriado, de ter acesso a água tratada ou saneamento básico. Em outros casos, a privação da liberdade vincula-se diretamente à carência de serviços públicos e assistência social, como por exemplo a ausência de programas epidemiológicos, de um sistema bem planejado de assistência médica e educação ou de instituições eficazes para a manutenção da paz e da ordem locais. Em outros casos a violação da liberdade resulta diretamente de uma negação de liberdades políticas e civis por regimes autoritários

e de restrições impostas à liberdade de participar da vida social, política e econômica da comunidade (SEN, 2000).

Sen (2000) identifica cinco liberdades instrumentais, entendidas como direitos e oportunidades que são fundamentais e reforçam umas às outras, sendo meios para que as pessoas possam ser agentes do desenvolvimento, cujo fim é a liberdade de se ter a vida que racionalmente se escolhe viver. São liberdades instrumentais: as facilidades econômicas, a segurança protetora, as oportunidades sociais, as garantias de transparência e as liberdades políticas. Neste contexto, a liberdade como oportunidade social perpassa pelo acesso ao serviço de saúde. E no âmbito da ESF, o conhecimento da realidade de moradia, trabalho e de vida do usuário, favorece a construção de confiança, estimula a autonomia e a interação do indivíduo com o mundo (FISCHBORN, 2015).

Citando Amartya Sen, Lorenzo (2006) considera que o bem-estar social é um somatório de bem-estar individual, definido pela forma como o sujeito está e se sente no mundo e não como uma massa de sujeitos homogêneos, com necessidades e desejos idênticos. As pessoas se sentem realizadas por meio de um conjunto de funcionamentos interligados e capacidades. Funcionamentos que são elementares, como estar saudável e nutrido, e complexos, como ser feliz, amado e útil para a comunidade.

Portanto as políticas públicas devem gerar acessos a bens e serviços, a oportunidades, a escolhas e capacidades pessoais de realização, levando em consideração a importância da diversidade cultural dos grupos alvo, que devem estar presentes e participantes na formulação e implementação dessas políticas.

Citando Sen (1999), Fischborn (2015) conclui que uma pessoa saudável, no conceito ampliado de saúde é um cidadão livre. Assim, a autora entende que os princípios do SUS, implementados por meio da ESF, que inclusive serve de referência de modelo para o mundo, considera o desenvolvimento pessoal e coletivo do usuário e caminha no sentido de conhecer e de valorizar a condição humana, e por isso, a ESF pode ser considerada também um modelo de desenvolvimento, uma vez que objetiva tornar seus usuários livres e saudáveis.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse estudo identificou coerência e aproximação entre o SUS, a ESF e o desenvolvimento como liberdade de Amartya Sen, porém reconhece que não foi possível esgotar as discussões acerca dos temas e sim estimular a produção de novos estudos com a mesma intencionalidade.

Refletindo sobre as disposições citadas nesse texto, conclui-se que a saúde é um dos direitos fundamentais de maior destaque, quando se tem como alvo uma vida humana digna. Em outro sentido, é preciso afirmar que a dignidade humana será alcançada quando permitir ao ser humano o pleno desenvolvimento de suas capacidades.

Considerando esse contexto e o pensamento de Amartya Sen sobre o desenvolvimento como liberdade, percebe-se a inegável conexão entre direito de acesso à saúde e desenvolvimento, ou seja, do exercício pleno da cidadania. Assim, é indispensável a valorização do capital humano e social, a capacidade do indivíduo de autodeterminar-se e de moldar seu próprio destino como cidadão agente. Diante disso, no cenário brasileiro foram constatados muitos avanços alcançados pelo SUS, com a implantação da ESF, uma vez que a concepção de saúde foi ampliada, o olhar para a pessoa e não para a doença se tornou mais evidente. Ou seja, as políticas públicas de saúde passaram a ter papel fundamental na busca pelo desenvolvimento como liberdade. Enfim, a APS precisa ser encarada como Direito Humano inalienável, amparada por mecanismos legais e compromissos financeiros que garantam sua manutenção ao longo do tempo.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA FILHO, N. *O que é saúde?*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2011.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. *Ed. Revista dos Tribunais*: São Paulo, 2000.

BRASIL. Conselho Nacional de Secretários de Saúde. *SUS 20 anos*. Brasília: CONASS, 2009.

_____. _____. *Sistema Único de Saúde*. Brasília: CONASS, 2011. 291 p. (Coleção para entender a gestão do SUS, 1).

_____. Ministério da Saúde. *Temático Saúde da Família*. Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde, 2008. 56p. (Painel de Indicadores do SUS, 4).
_____. _____. Portaria nº 2.436, de 21 de setembro de 2017. *Política Nacional de Atenção Básica.* Brasília: 2017.

_____. _____. Secretaria de Atenção Primária à Saúde (SAPS). *Plataforma e-gestor*. Disponível em: <https://egestorab.saude.gov.br/paginas/acessoPublico/relatorios/relHistoricoCobertura.xhtml>. Acesso em:

CORREA JÚNIOR, Carlos Barbosa. As liberdades instrumentais de Amartya Sen e os novos indicadores de desenvolvimento. 2012. Dissertação (Mestrado em Administração). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2012.

COTTA, R. M. M. et al. Pobreza, injustiça e Desigualdade Social: repensando a formação de Profissionais de Saúde. *Revista Brasileira de Educação Médica*. V. 31, n.3, 2007.

DAOU, H. S; BRITO FILHO, J. C. M. Direito à Saúde e Desenvolvimento. *Argumenta Journal Law*, Jacarezinho, n. 31, p. 289-314, fev. 2020. Disponível em: <http://seer.uenp.edu.br/index.php/argumenta/article/view/1668>. Acesso em: 20 set. 2020.

FIOCRUZ. Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio. 8ª Conferência Nacional de Saúde: o SUS ganha forma. *RET-SUS*, Rio de Janeiro, n. 35, p. 6-7, mar. 2008. Disponível em: <http://www.epsjv.fiocruz.br/sites/default/files/retsus_revista_35.pdf>. Acesso em 14 out. 2020.

FISCHBORN, A. F. Saúde e Desenvolvimento: uma análise do conceito de desenvolvimento de Amartya Sen. *DRd Desenvolvimento Regional em Debate*. v. 5, n. 1, jan/jun 2015.

GIL, C. R. Atenção primária de saúde da família: sinergias e singularidades do contexto brasileiro. *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 22, n. 6, p. 1171-81, jun. 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-311X2006000600006>. Acesso em 15 out. 2020.

LORENZO, C. Vulnerabilidade em saúde Pública: implicações para as políticas públicas. *Revista Brasileira de Bioética*, v. 2, n. 3, 2006.

MELO, E. A. et al. Mudanças na Política Nacional de Atenção Básica: entre retrocessos e desafios. *Saúde Debate*, Rio de Janeiro, v. 42, n. 1, p. 38-51, set. 2018. Edição Especial. Disponível em: < http://dx.doi.org/10.1590/0103-11042018s103 >. Acesso em 6 out. 2020.

MENDES, E. V. As Redes de Atenção à Saúde. *Ciênc. Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 15, n. 5, p. 2297-2305, ago. 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-81232010000500005 >. Acesso em 5 out. 2020.

MOROSINI, M. V.; FONSECA, A. F.; PEREIRA, I. B. Educação em saúde. In: PEREIRA, I. B.; LIMA, J. C. F. (Org.) *Dicionário da educação profissional em saúde*. Rio Janeiro: EPSJV, 2008. p. 155-162.

OMS. Constitution of the World Health Organization. Basic Documents, Forty-fifth edition, Supplement,
October 2006. Disponível em: <http://www.who.int/governance/eb/who_constitution_en.pdf>. Acesso em 18 out. 2020

OPAS. Folha Informativa: Atenção Primária à Saúde. Jan. 2019. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/topicos/atencao-primaria-saude>. Acesso em 07 out. 2020.

SEN, A. *Sobre Ética e Economia*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

_____. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SIQUEIRA-BATISTA, R.; SCHRAMM, F.R. A saúde entre a iniqüidade e a justiça: contribuições da

igualdade complexa de Amartya Sen. *Ciênc. Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, p. 129-142, mar. 2005. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-81232005000100020>. Acesso em 6 out. 2020.

A IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO BRASIL: AGENTES DE IMPLEMENTAÇÃO, AVANÇOS E CONTRADIÇÕES.

THE IMPLEMENTATION OF THE INCLUSIVE EDUCATION POLICY IN BRAZIL: IMPLEMENTATION AGENTS, ADVANCES AND CONTRADICTIONS.

Área temática 1. Desenvolvimento Social e Políticas Públicas
Subárea 1.5. Educação e Desenvolvimento

CINTRA, Liane Ney Machado
Mestranda no Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Regional
Centro Universitário Municipal de Franca – Uni - FACEF
lianecintra@hotmail.com

CREMONINI, Adriana
Mestranda no Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Regional
Centro Universitário Municipal de Franca – Uni - FACEF
dricremonini@gmail.com

SQUILANTE, Débora Luz
Mestranda no Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Regional
Centro Universitário Municipal de Franca – Uni - FACEF
deb.squilante@gmail.com

RIBEIRO, Daniela de Figueiredo
Docente no Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Regional
Centro Universitário Municipal de Franca – Uni - FACEF
danifiribeiro@yahoo.com.br

Resumo

O atual artigo se propõe a investigar o processo de implementação da Política de Educação inclusiva no Brasil, tornando os dados desta política pública atualizados, partindo do pressuposto que este processo é igualmente importante para a concretização de estratégias de democratização no contexto escolar. Foi realizada uma revisão de literatura por meio da seleção de trabalhos científicos nas bases de dados Scholar Google. Foram utilizadas as seguintes palavras: “Política de Educação Inclusiva” e “implementação”. Como resultados foram encontradas 567 publicações científicas, sendo selecionadas: um artigo e uma dissertação de mestrado profissional e um trabalho de conclusão de curso de graduação, de acordo com os critérios de inclusão e exclusão definidos previamente, totalizando 3 trabalhos científicos. Conclui-se que muitos são os desafios para a implementação de uma educação inclusiva, sejam eles de reestruturação física, formação continuada ou conhecimento legislativo. A contradição existente entre as resoluções políticas na área da educação, desde a Lei de Diretrizes e Bases de 1996, e o que encontramos de concreto no cenário educacional atual, é imensa. Entretanto, a mudança de paradigma e a aproximação de políticas verdadeiramente inclusivas são fundamentais para o fim de processos históricos segregacionistas, além de serem úteis para a prevenção de futuras atitudes baseadas em capacitismo, já que o convívio com a diversidade permite a valorização da diferença, e por conseguinte, contribui para a construção de sociedades mais justas e democráticas.

Palavras-chave: Educação, Política Nacional, Democracia.

Abstract

The current article proposes to investigate the process of implementing the Inclusive Education Policy in Brazil, making the data of this public policy uptade, assuming that this process is equally important for the implementation of the democratization policy in the school context. A literature review was carried out through the selection of scientific papers in the Google Scholar databases. The following words were used: “Inclusive Education Policy” and “implementation”. As a

result, 567 scientific publications were found, being selected: an article and a professional master's dissertation and an undergraduate course conclusion work, according to the defined and defined criteria, totaling 3 scientific papers. It is concluded that there are many challenges for the implementation of inclusive education, whether in the physical area, continuing education or legislative knowledge. The contradiction that exists between the political resolutions in the area of education, since the *Lei de Diretrizes e Bases de 1996* (Law of Guidelines and Bases of 1996), and what we find concrete in the current educational scenario, is immense. However, the paradigm shift and the approach of inclusive technologies are fundamental for the end of segregationist historical processes, in addition to being useful for the prevention of future attitudes based on capacitism, since living with diversity allows valuing difference**,** and therefore contributes to the construction of fairer and more democratic societies.

Keywords: Education, National Policy, Democracy.

1 INTRODUÇÃO

Esse trabalho se propõe a investigar o processo de implementação da Política de Educação inclusiva no Brasil, tornando os dados desta política pública atualizados e partindo do pressuposto que este processo é igualmente importante para a concretização de estratégias de democratização no contexto escolar. A implementação é reconhecida como um processo autônomo e com tomada de decisões, divergindo de teorias que a apresentam como um processo passivo e restrito a uma etapa do ciclo de Políticas Públicas (SILVIA e MELO, 2000). Leonardo Secchi (2014), pontua que há obstáculos, falhas e desvios na fase da implementação nas diversas áreas da política pública, incluindo na educação. Os elementos para analisar um processo de implementação são vários, como pessoas e organizações com interesses, competências e comportamentos diversos e os relacionamentos vigentes entre as pessoas, instituições com regras formais e informais, recursos financeiros, materiais, informativos e políticos. De fato, é necessário se ter uma visão estratégica dos problemas que emergem na implementação, incluindo questões críticas, como a viabilidade da política discutida e os problemas de coordenação interorganizacional. Nessa perspectiva, a implementação é estudada como um espaço de tomada de decisões, já que ela própria se constitui como fonte de informações para a formulação de políticas. Também se considera que os implementadores são criadores de políticas públicas, pois o uso ou consumo dos produtos da política alteram a própria política (SILVIA e MELO, 2000).

A intenção de pesquisar o processo de implementação de políticas públicas na área da educação, requer envolvimento com o próprio conceito de Políticas Públicas no âmbito da sociedade contemporânea. De acordo com Secchi (2014), Políticas Públicas se referem ao conteúdo concreto e simbólico de decisões políticas e do processo de construção e atuação dessas decisões, sendo seu estabelecimento motivado pela demanda de resolver um problema coletivamente relevante. Seguindo esta linha de raciocínio, a política pública deve ser intencional e ser capaz de interferir e alcançar os destinatários das diretrizes estruturantes ou operacionais por meio de orientações persuasivas ou dissuasivas.

Destacam-se considerações sobre Leis brasileiras que regem os Sistemas de Ensino. O direito a educação foi reconhecido a partir na Constituição Federal de 1988, antes disso o Estado não tinha a obrigação formal de garantir a educação de qualidade a todos os brasileiros, o ensino público era tratado como uma assistência, dada àqueles que não podiam pagar. Ela assegura atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino. Nos artigos 205 e 206 (BRASIL,1988), afirma-se, respectivamente, “a Educação como um direito de todos, garantindo o pleno desenvolvimento da pessoa, o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho” e “a igualdade de condições de acesso e permanência na escola”. Em âmbito internacional salienta-se a importância da Declaração de Salamanca para que a Educação fosse debatida e refletida, buscando novos modelos, paradigmas e valores. De acordo com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO, 1994) esta Declaração foi um documento elaborado na Espanha por meio da Conferência Mundial sobre Educação Especial em 1994, fornecendo diretrizes básicas para a formulação e reforma de políticas e sistemas educacionais de acordo com o movimento de inclusão social, influenciando significativamente as políticas educacionais de várias partes do mundo, incluindo o Brasil. O documento defende que toda criança tem direito fundamental à educação, e deve ser dada a oportunidade de atingir e manter o nível adequado de aprendizagem. Elenca também que toda criança possui características, interesses, habilidades e necessidades de aprendizagem que são

únicas, sendo assim, os sistemas educacionais precisam ser designados e os programas educacionais devem ser implementados no sentido de se levar em conta a vasta diversidade de tais características e necessidades. Com relação àqueles com necessidades educacionais especiais, exprime a importância de terem acesso à escola regular, com a intenção de acomodá-los dentro de uma Pedagogia centrada na criança, capaz de satisfazer tais necessidades, além do embasamento em uma orientação inclusiva e constituída de meios mais eficazes de combater atitudes discriminatórias, construindo assim uma sociedade inclusiva e que alcance a educação para todos.

Em 1996, foi decretada, no Brasil, a Lei Nº 9.394 que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional (LDB), a qual declarou se inspirar nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, visando o pleno desenvolvimento do educando, além do preparo para cidadania e qualificação para o trabalho. No capítulo V apresenta a Educação Especial e afirma, no artigo 58, que esta modalidade de ensino é oferecida preferencialmente na rede de ensino regular e o público alvo são educandos com necessidades especiais. Sua importância histórica se relaciona a garantia de atendimento aos educandos com necessidades especiais, apesar do questionamento social do conceito de "portador" e a substituição pelo termo "pessoa com necessidades especiais" em documentos mais atuais (DAIANE LOPES, 2018). Essa Lei também inova ao estabelecer o papel do Estado no oferecimento de serviços, recursos e apoios mantenedores da qualidade educacional e o dever das escolas em responder as demandas destes educandos. Em contrapartida, destaca-se a polêmica do termo *preferencialmente* que tem sido debatido por diversos grupos de interesse, como acadêmicos e organizações do terceiro setor, com a justificativa de que este vocabulário abre espaço para procedimentos de exclusão nos sistemas educativos (FERREIRA, 2009). Por outro lado, os defensores deste termo pontuam que seu significado está vinculado ao direito dos pais em matricular seus filhos em escolas especiais, o que não diminui o dever da escola em receber todos os alunos sem discriminação.

Em 2001, é lançado O Plano Nacional de Educação – PNE, Lei nº 10.172 que afirma que a exclusão escolar é a forma mais perversa e irremediável de exclusão social, já que nega o direito elementar a cidadania e reproduz o círculo da pobreza e marginalização, diminuindo a perspectivas de futuro de muitos brasileiros. Ademais, apresentam que o fato de muitas crianças estarem fora da escola não se relaciona a déficit de vagas, mas a precariedade do ensino e às condições próprias de exclusão social de vários segmentos populacionais. De acordo com o PNE, cabe ao Ministério da Educação o papel indutor e de cooperação técnica e financeira, tratando de corrigir acentuadas diferenças regionais, elevando a qualidade geral da educação no País. Em 2007, o decreto nº 6.094 dispões sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, sendo visado a mobilização social pela melhoria da qualidade da educação básica. No artigo 2 e inciso IX é garantido o acesso e permanência das pessoas com necessidades educacionais especiais nas classes comuns do ensino regular, fortalecendo a inclusão educacional nas escolas públicas. Esse Decreto não faz uso da ideia de "preferencialmente" na rede de ensino regular, portanto, afirma-se concordância com a afirmativa do inciso IX de que o mesmo fortalece a inclusão educacional. Em 2008, o Grupo de Trabalho nomeado pela Portaria nº 555/2007, prorrogada pela Portaria nº 948/2007, entrega ao Ministro da Educação o documento intitulado Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Este documento apresenta a sua importância ao reconhecer que o movimento mundial pela inclusão é uma ação política, cultural, social e pedagógica, compreendendo a defesa do direito de todos os alunos estarem juntos, aprendendo, participando e sem nenhuma modalidade de discriminação neste processo. Esse documento determina que o objetivo desta política é assegurar a inclusão de alunos com necessidades especiais desde a educação infantil até o ensino superior, além de garantir a formação de professores para o atendimento educacional especializado. Ademais, apresenta garantias relacionadas a barreiras físicas e comunicacionais.

Em 2020, o mundo e o Brasil foram acometidos por um grave problema de saúde pública, a pandemia COVID-19. No Brasil, desde o mês de março as escolas públicas e privadas não estão oferecendo a modalidade de ensino presencial, devido a recomendação da Organização Mundial de Saúde sobre a necessidade de distanciamento social para inibir a disseminação do novo coronavírus (MARTINS e ALMEIDA, 2020). Nesse novo cenário, o Conselho Nacional de Educação (CNE) esclarece o funcionamento do ensino durante este período específico um, através de documento online no dia 28 de abril. Este documento reforça que a legislação brasileira admite que os sistemas de ensino estão autorizados a realização de atividades à distância durante períodos de emergência, incluindo a modalidade de educação especial. Adiciona-se que as redes de ensino e as escolas deverão adequar a metodologia de ensino aos recursos tecnológicos necessários, admitindo-se que

as atividades não presenciais podem ser organizadas oficialmente, assim como validadas como conteúdo acadêmico aplicado. No momento atual, os artefatos tecnológicos representam esperança e continuidade do ensino, ao mesmo tempo, intensifica e expõe a exclusão digital de grande parte da população brasileira, o que traz a grave consequência de crianças e jovens à margem do ano letivo. Ainda sobre esse cenário pandêmico, o Instituto Pólis lançou, em julho de 2020, o documento online denominado *raça e covid no município de São Paulo* por meio do qual, demonstra que há iniquidade racial diante os efeitos da pandemia, pois morrem mais pessoas negras do que o esperado e comparativamente maior que os brancos. Questiona-se diante o exposto sobre educação e pandemia: Quais ações e políticas afirmativas serão implementadas para compensar a população que ficou fora das escolas neste ano letivo? Qual será o olhar para famílias negras que estarão ainda mais vulneráveis após o período de pandemia dentro dos sistemas educativos brasileiros?

E mais recentemente, no dia 01 de outubro de 2020 foi publicado no diário oficial da União o Decreto nº 10.502 de 30/09/2020, do governo federal e por meio do Ministério da Educação (MEC), que Institui *Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida.* Em termos práticos, isso significa modificação da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, vigente desde 2008. Essa alteração tem fomentado debates em diversos segmentos sociais, muitos opostos. O Decreto declara, no 1º artigo, a obrigatoriedade da União, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios na implementação de programas e ações visando a garantia dos direitos à educação e ao atendimento educacional especializado aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação. Já no 2º artigo, no qual se encontra a maior parte das manifestações públicas, afirma-se que a educação especial é *preferencialmente* oferecida na rede regular de ensino para os educandos com deficiência.

Organizações não governamentais e especialistas na área da educação especial como Instituto Jô Clemente da cidade de São Paulo e a RibDown da cidade de Ribeirão preto, interior de SP, se declararam publicamente contrários ao Decreto, considerando-o como retrocesso. O Instituto Jô Clemente sinaliza que o documento publicado contraria os esforços empreendidos por diversos grupos de pessoas com deficiência e suas famílias em suas lutas pela verdadeira inclusão. Ademais, a convivência com a diversidade é fator positivo ao aprendizado e por isso, o público alvo da educação especial não pode ser privado do convívio com os outros educandos. Em 2009, Windyz Ferreira já havia pontuado que o termo *preferencialmente* permite que as escolas afirmem que não dispõem de recursos suficientes e professores preparados para receberem e manterem estes alunos em seus espaços, reforçando a ideia de que escolas segregadas seriam as mais apropriadas, ferindo o princípio democrático da inclusão. E a Ribdown fortalece debates nas redes sociais ao pontuar que escola especial não é sinônimo de escola inclusiva. Também esclarecem que a motivação desta Lei se dá por interesses econômicos e não por interesses em direitos humanos, justificando que o governo não se preocupa em investir na consolidação da educação inclusiva, na acessibilidade, na qualificação e na remuneração dos professores e agora decidiram por garantir o direito da família de escolher onde querem matricular seus filhos a partir de crenças e justificativas embasadas em *capacitismo* e discriminação. Amartya Sen (2010) declara que, como membros da sociedade, devemos estar atentos ao conflito real que ocorre entre as liberdades participativas e os interesses de grupos específicos, como os dirigentes políticos. Sobre o termo *capacitismo, este* se refere a ideia de que pessoas com deficiência são menos capazes que pessoas sem deficiência em qualquer aspecto da vida, generalizando para a incapacidade de produzir, aprender, escolher, sentir e ter preferências. Pode envolver, ainda, a discriminação com os corpos desses sujeitos devido a não correspondência com um padrão normativo instaurado (COSTA e CABRAL, 2018).

Outras posições contrárias ao decreto parte do Laboratório de Estudos e Pesquisas em Ensino e Diferença (LEPED/FE/Unicamp), que o considerou um ato que fere a dignidade humana, além de golpear toda a sociedade brasileira que se coloca em defesa da educação inclusiva, desmontando a Política de 2008. Na mesma direção, o Conselho Federal de Psicologia fez uso das palavras retrocesso e segregação, ao se colocar também contrário à alteração. Ademais, no dia 02 de outubro, a Deputada Federal e Ativista pela educação afirmou ter protocolado um Projeto de Decreto Legislativo com a finalidade de sustar a decisão do governo, se posicionando totalmente contra o decreto nº 10.502 de 30/09/2020 assinado pelo atual Presidente da República Jair Messias Bolsonaro.

Para avançar nos estudos sobre as Políticas Públicas na área de Educação e conseguinte, propor revisões para que estas se direcionem a oferecer uma educação verdadeiramente inclusiva, democrática e de qualidade, primeiro se faz necessário identificar os resultados atuais da

implementação da Política de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva no Brasil, vigente desde 2008. Portanto, este trabalho objetiva verificar a implementação desta política nos últimos dois anos, considerando a abordagem multicêntrica e com intenção de atualização de dados, os quais também podem subsidiar posicionamentos referentes a *Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida*. Justifica-se que a implementação é responsável por produzir resultados concretos e mudar realidades sócio históricas e culturais, almejando uma sociedade mais equitativa, com práticas democráticas, oportunidades reais e liberdades substantivas.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

De acordo com o economista indiano Amartya Sen (2010), diante do oferecimento de dispositivos sociais adequados, as pessoas têm de ser reconhecidas como ativamente envolvidas na composição de seu próprio destino, e não apenas como beneficiárias passivas dos programas de desenvolvimento. Na correspondência entre Estado, Sociedade e Políticas Públicas, ressalta-se que as políticas públicas devem se direcionar para a ampliação das capacidades humanas e das liberdades substantivas do povo de uma nação, pois a partir do aumento da liberdade humana geral, o povo terá melhores condições de intervir positivamente na política pública e nos dispositivos sociais. O resultado esperado é a promoção contínua de um relacionamento saudável e recíproco entre pessoas e o desenvolvimento do país. Nesse caminho Sen (2010) pontua que é essencial para a base avaliatória de políticas públicas que ocorra o debate público e a averiguação crítica, mesmo que haja maior dificuldade em chegar a um consenso, pois o exercício da escolha social a partir de maior apoio público superaria a tendência dos governantes de tomar decisões baseadas exclusivamente no aumento de renda real. O autor acrescenta que os direitos políticos e civis básicos são notáveis por sua importância direta para a vida humana, também por seu papel instrumental de aumentar a possibilidade das pessoas obterem atenção política e ainda pelo papel construtivo na apreciação de necessidades dentro de um contexto social.

Segundo Ghanem (2007) a democracia é vista como um esforço permanente, pois um dos maiores desafios da influência em políticas públicas está no empenho em unir todas as forças voltadas para o campo governamental e da sociedade civil para assim poder romper com aparelhos tradicionais de poderes mantenedores da injustiça social. Em contrapartida, Delors (2012) pontua que no contexto de uma economia mundial em rápida transformação, o problema permanece ser o da partilha desigual de conhecimentos e de competências, mesmo no interior de países vistos como desenvolvidos. A educação é um fator de coesão na luta contra a exclusão social, já que se encontra em um espaço privilegiado para receber as diversidades e especificidades individuais.

No entanto, atualmente, os sistemas de ensino formais têm sido apontados como locais de limitação a realização pessoal, pois apresentam o mesmo modelo cultural e intelectual para todas as crianças, sem considerar a amplitude dos talentos individuais. Por causa disso, nem todas as crianças obtém o mesmo proveito dos recursos educativos, chegando a situações de insucesso escolar e posterior evasão. Delors (2012) acrescenta que o princípio da competição, impregnado nos sistemas formais de ensino, parece, à primeira vista, adequado ao desenvolvimento intelectual dos alunos, mas acaba por se traduzir em uma prática excessivamente seletiva e baseada nos resultados escolares. Nesse contexto educacional, são frequentes os resultados de marginalização e exclusão social, particularmente por que essas crianças futuramente representarão a categoria dos não diplomados, os quais são vistos pela sociedade empregatícia, com menor capacidade para o emprego e privados de possibilidades de inserção social. Na concepção de Rocha (2008), no Brasil, as escolas aderiram aos valores neoliberalizantes de aceleração do tempo, da competitividade e produtividade, buscando a estabilidade através da exclusão dos educandos quanto aos processos decisórios associados à dimensão política, pedagógica e institucional, além da precarização e deterioração crescente do trabalho docente. Em relação a Política de Educação Especial e Inclusiva no Brasil, a autora observa que essas iniciativas têm alcançado apenas uma inclusão precária e restrita a localização geográfica.

O economista indiano Amartya Sen (2010), insere e aprofunda o conceito de exclusão, como uma forma de privação social e de injustiça. A *exclusão injusta* é constituída pela ausência de acesso e participação social e também do amplo leque de violações dos direitos humanos, como a negação de liberdades básicas. E a *inclusão injusta* está correlacionada com grande parte dos problemas de privação no mundo, pois se apresenta em termos desfavoráveis de inclusão, ou seja, a relação participativa do indivíduo na sociedade é profundamente desigual. Uma modalidade de exclusão necessária de aprofundamento é a *exclusão conceitual*. De acordo com o autor, a exclusão conceitual

fomenta impactos deletérios na humanidade, já que ela modifica a forma como vemos uns aos outros e a nossa liberdade de escolher como percebemos a nós mesmos. Esse tipo de privação é impeditiva, já que bloqueia a capacidade dos indivíduos de agirem como cidadãos políticos de uma nação ou do mundo. No contexto escolar, o conceito de *capacitismo* se apresenta como uma modalidade da exclusão conceitual apresenta por Sen (GRIFO NOSSO). Os mitos sobre as incapacidades das pessoas com deficiência atravessam continuamente o cotidiano escolar e acabam por gerar a exclusão daqueles educandos que já se mobilizaram, com variados esforços, para ter acesso a este espaço (FERREIRA, 2009). Este grupo tem menor possibilidade de atenção política, pois desde a educação formal onde estão inseridos desde a infância, não são reconhecidos como sujeitos de direitos.

Gonçalves (2016) cita que a adesão e atuação ativa da sociedade é fundamental para a eficiência da atuação da Administração Pública. Na prática, isso significa que a sociedade deve participar da concepção, decisão e implementação das políticas públicas por meio de variados institutos participativos, os quais são organizados para escutar as demandas e os interesses da população. Com essa participação conjunta de diversos atores sociais, é possível a condução de melhorias nas políticas públicas implementadas ou na criação de novas políticas que visem a resolução de problemas sociais. Nessa direção, Sen (2010) pontua que os membros da sociedade que estão diretamente envolvidos em problemáticas sociais devem ter a oportunidade de participar das decisões que lhes afetam, alteram ou mantém a sua realidade atual, mas para que isso ocorra de forma efetiva, as pessoas precisam adquirir conhecimentos e grau de instrução básico, e estes últimos, quando negados a uma parte da população, se constitui em privação da liberdade participativa.

Leonardo Secchi (2016) evidencia que o problema público - como o caso de uma educação que não atingiu o patamar inclusivo - pode estar presente na sociedade há muito tempo, mas os possíveis destinatários das políticas públicas aprenderam a conviver com ele. De acordo com Sen (2010), os fatores econômicos e sociais, como a supracitada educação básica, são importantes por si mesmos e pelo papel que desempenham quando oferecem as pessoas oportunidades de enfrentar o mundo com coragem e liberdade. Portanto, se faz necessária a criação de condições nas quais os indivíduos tenham oportunidades reais de julgar o tipo de vida que gostariam de conduzir e que com justiça valorizam, opondo-se ao mecanismo de ajustamento psicológico frente a imposição a viver uma vida indigna. Afirma-se que indivíduos destituídos têm inclinação a conformar-se com sua privação devido a sua necessidade imediata de sobrevivência e podem, por causa desta condição concreta de existência, não terem coragem de exigir mudanças radicais.

Para Rocha (2008), o termo inclusão significa o acesso à escola, ao patrimônio cultural e aos conhecimentos sistematizados e para tal, se faz necessário a construção de relações democráticas e de transformações sociais. Na contemporaneidade, o ideal democrático precisa ser reinventado para que as políticas sociais e o fundamento de solidariedade não sejam desmantelados em muitos países. Nesse cenário, Sen (2010) esclarece que a educação tem como propósito informar as crianças sobre as diferentes culturas no mundo e ajudá-las a desenvolver o uso da razão e o exercício da liberdade, os quais serão usados em sua vida, superando a crença equivocada que as tradições, sejam elas familiares, religiosas, políticas ou sociais, tornam as escolhas bem informadas de como viver desnecessárias.

Os diversos atores sociais envolvidos nas políticas públicas da área da educação devem acompanhar as alterações legais, assim como devem participar da formulação e implementação destas políticas com consciência crítica e responsável. Para Secchi (2014), mesmo que o Estado moderno se destaque no estabelecimento de políticas públicas – denominadas de políticas governamentais devido a origem estatal – uma pluralidade de atores têm atuado diante problemas públicos, o que influencia no desbaratamento entre esferas estatais e não estatais, principalmente porque os problemas públicos e a consequente necessidade de enfrentá-los envolvem atores políticos diversos.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A revisão foi realizada por meio da seleção de trabalhos científicos nas bases de dados Scholar Google. Foram utilizadas as seguintes palavras chaves: “Política de Educação Inclusiva” e “implementação”. Os critérios de inclusão para a elaboração do artigo foram:

a) Artigos publicados nos últimos dois anos, de 2018 a 2020;
b) Artigos publicados para a realidade brasileira;
c) Artigos completos, disponíveis gratuitamente e online;

d) Estudos descritivos e empíricos.
Os critérios de exclusão foram:
e) Artigos de revisão;
f) Artigos que não consideram a Política Pública de Educação Inclusiva;
g) Artigos que não abordaram a implementação da temática estudada
h) Artigos de revisão bibliográfica ou teóricos.

Na base de dados Scholar Google, utilizando a combinação de palavras-chaves "Política de Educação Inclusiva and implementação" foram encontradas 567 publicações científicas, sendo selecionados: um artigo, uma dissertação de mestrado profissional, e um trabalho de conclusão de curso de graduação com os critérios de inclusão e exclusão definidos previamente, totalizando 3 trabalhos científicos.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O primeiro trabalho a ser discutido é de Camargo e Carvalho (2019) que realizaram uma pesquisa no interior do Mato Grosso do Sul com o objetivo de investigar a implementação da Política de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva na Rede Municipal. Para tal, as autoras abordaram a percepção dos agentes implementadores, sendo estes os profissionais da Secretaria de Educação, equipe de gestão escolar e os professores regentes, professores do atendimento educacional especializado e profissionais de apoio. No decorrer deste trabalho, três unidades escolares foram selecionadas para observação e entrevistas. Esta pesquisa averiguou, nos resultados parciais, que a maioria dos alunos com deficiência se encontravam retidos nos anos iniciais do Ensino Fundamental e que não havia medidas específicas para alteração desta realidade. E nos resultados finais, os dados apontaram que o capacitismo, expressado pelos agentes implementadores, e as condições de infraestrutura das escolas interferem de maneira negativa na implementação de políticas na área da educação, em especial na Educação Especial com perspectiva Inclusiva. As autoras conceituam o capacitismo como forma de discriminação da pessoa com deficiência, percebendo-a como menos capaz de aprender e se desenvolver no contexto educacional. Neste trabalho, ficou claro como a percepção, valores, preconceitos e atitudes discriminatórias dos agentes implementadores influenciam no sucesso de implementação de uma política educacional, impactando de maneira significativa no atendimento da população destinatária.

Para Ferreira (2009), o combate à discriminação de pessoas com deficiência no contexto escolar pode ser realizado a partir de ações pedagógicas participativas, o que inclui maior atenção a voz daqueles que experimentam o percurso do processo de ensino e aprendizagem. Com essa organização, é possível fomentar no cotidiano escolar a conscientização de todos os envolvidos e a construção conjunta da cultura inclusiva. Atenta-se para o fato de que crianças e jovens que estão à margem do sistema educacional, mesmo quando alcançam meramente o acesso físico a este, estão privados de suas liberdades substantivas. Para Sen (2010), o indivíduo com liberdades substantivas é quem age e ocasiona mudanças em seu ambiente, tornando-se um membro público e participante de ações econômicas, sociais e políticas. Isso significa que a menor capacidade da criança com deficiência de agir no mundo de forma saudável para ela e viável para a sociedade, pode ter sido consequência de um processo de privação de liberdades, contrariando suposições originadas da meritocracia, a qual desconsidera ações do contexto social e da história de vida das pessoas (COSTA e CABRAL, 2008).

A invisibilidade social de um segmento populacional, como os educandos com necessidades especiais, além de sustentar a privação de sua liberdade, constrói barreiras de acesso na realização de seus funcionamentos e a formação de um conjunto capacitário singular pertencente ao indivíduo. Amartya Sen (2010), explica que o conceito de *funcionamentos* retrata uma diversidade de coisas que uma pessoa considera valioso fazer ou ter. Assim, enquanto a combinação dos funcionamentos representa realizações efetivas, o conjunto capacitário reflete a liberdade para realizar as combinações alternativas de funcionamentos dentre as quais a pessoa possa optar. Portanto, entende-se que a capacidade de um indivíduo se baseia nas combinações alternativas de funcionamento cuja realização é possível de ser realizada para ela, estendendo-se a liberdade para ter estilos de vida diversos. Nessa linha de raciocínio, evidencia-se a urgência em desconstruir o conceito de meritocracia, o qual valida a exclusão e não permite a aceitação de estilos de vida diversos, pois reforça a crença de que as conquistas pessoais são frutos de meros esforços individuais e da força de vontade, culpando tão somente o indivíduo por obter ou não conquistas sociais ou status altamente valorizado (COSTA e CABRAL, 2008).

O segundo trabalho apresentado trata-se de uma dissertação apresentada no Programa de

Mestrado Profissional em Políticas Públicas da Universidade Federal de Pernambuco. Nesse estudo, realizado por Sá (2018), os dados coletados e analisados referiram-se ao Campo Pesqueira do Instituto Federal de Pernambuco, visivelmente marcado pela diversidade cultural de seus discentes (indígenas e negros) e da presença significativa de movimentos estudantis de LGBTQ+, feminismo, negros e alunos com deficiência, demandando a necessidade de refletir sobre a implementação de uma educação inclusiva. De acordo com a autora, o Instituto tem cumprido o seu papel na educação inclusiva de forma satisfatória, pois traz um relevante aporte teórico no que se refere às políticas que valorizam essa perspectiva. Sá (2018) relata que algumas lacunas foram encontradas com relação à falta de estrutura para a adequação de todos os tipos de diversidade e deficiência, tais como acessibilidade, atuação com minorias sexuais de forma aberta e livre de preconceitos e falta de preparo de alguns professores no que tange a falta de motivação e relação entre pares.

A fim de lidar com as lacunas que impendem a implementação de uma educação inclusiva, Sá (2018) elencou a necessidade de formação continuada para os docentes, a promoção de um ambiente escolar igualitário e o envolvimento dos pais e responsáveis no processo de educação. Essas medidas enaltecem a ideia de que o contexto educacional é responsável pela formação integral dos indivíduos. De acordo com Delors (2012), essa formação precisa ser voltada para a capacidade de discernir e agir dos indivíduos, os quais tomarão consciência de si mesmo e do meio em que vivem, capacitando-os a desempenhar seu papel social no mundo, o que vai ao encontro com as ideias apontadas por Martha Nussbaum (2017), que defende uma educação voltada para o desenvolvimento como liberdade e a promoção da democracia. A filósofa acredita que a educação deve ter como objetivo principal formar cidadãos críticos, reflexivos e argumentativos, mas para tal, os educandos precisam ter contato com um ensino voltado para as artes e humanidades, pois essas disciplinas carregam a função de despertar a empatia e o olhar para o mundo através da perspectiva do outro, competências mantenedoras da democracia. À vista disso, reafirma-se a importância da construção de escolas mais democráticas, que segundo Ghanem (2000) devem caminhar em sentido oposto de uma realidade na qual as diferentes categorias sociais são representadas de maneira desproporcional pelo corpo discente dos diversos níveis e modalidades de ensino. Dessa forma, democratizar o ensino é oferecer a todos oportunidades iguais de acesso à Educação, desde que este acesso não seja apenas espacial, mas verdadeiramente inclusivo e com aproveitamento das diversidades. Destarte, Sen (2010) ressalta que há diferença entre uma educação que prepara crianças para escolher com consciência sobre as alternativas de estilos de vida e aquela que conduz a seguir o que está predeterminado por uma minoria dominante e com voz de comando. Na comparação entre o primeiro e o segundo trabalho discutido nota-se que as escolas que promovem a diversidade como fator positivo – como a escola exposta por Sá (2018) – estão caminhando para a primeira descrição de Sen, enquanto as escolas investigadas por Costa e Cabral (2008) se assemelham a segunda.

O terceiro trabalho discorrido foi de Oliveira (2019), que se propôs a analisar a implementação da educação inclusiva nas escolas do campo da rede de ensino do município de Goiás/GO e a conhecer a realidade deste contexto específico, justificando o interesse em atuar na área, após concluir a sua graduação. Para coleta e análise de dados, o autor selecionou a metodologia qualitativa e a entrevista semi estruturada, sendo os sujeitos participantes as duas gestoras da rede municipal de ensino. O autor afirma que conhecer a visão dos gestores é essencial devido a dependência da atuação da gestão para que os postulados legais e políticos tenham efetividade na prática pedagógica dentro das escolas.

Os resultados apontaram que as gestoras concordaram que a formação continuada dos professores é fundamental para a aprendizagem de novas propostas e práticas de ensino, pois através deste recurso, os professores podem responder ao processo de ensino de acordo com as características dos alunos e assegurar a qualidade do todo. Também expressaram alto valor aos recursos humanos, como o papel dos professores regulares e professores de apoio, principalmente os que são pertencentes ao Atendimento Educacional Especializado (AEE). O autor observou que a rede municipal de educação de Goiás demonstrou avanços na formação e capacitação do professor para lidar com a diversidade na sala de aula. Esse fato foi possível após ocorrer parceria entre as escolas do município e a Universidade Federal de Goiás (UFG), pois esta oferece, todos os anos, formação continuada de 5 meses para professores e gestores do Município. Em 2009, Ferreira sinalizou que a maioria dos educadores não possuem clareza conceitual do que significa inclusão dentro da dinâmica do cotidiano escolar e tampouco conhecem propostas legais acerca dos direitos humanos ou direitos específicos das pessoas com deficiência. As pesquisas estudadas neste trabalho são de 2018 a 2020, sendo possível perceber que ocorreu progresso no aspecto de

obtenção do conhecimento do professor, o que é explicado pela oferta de cursos específicos e também pelo maior interesse sobre o tema inclusão por parte de gestores.

Em contrapartida, o domínio conceitual intrínseco a área de Educação Inclusiva ainda precisa ser estendido a mais localidades do Sistema de Ensino e com maior coerência, objetivando aproximação de teoria e prática, pois alguns aspectos garantidos por Lei não são concretizados no dia a dia do contexto escolar, como revelado na pesquisa de Oliveira (2019), a qual constatou que nas escolas do Campo haviam 22 estudantes com deficiência matriculados e somente 05 contavam com atendimento educacional especializado, ficando 17 alunos sem atendimento. A realidade escolar marcada por ausência de recursos suficientes para o aprendizado de todos é contrária aos pressupostos da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, decretada em 2008. Ademais, apenas 1 escola possuía sala de recursos multifuncionais, o que diminui, consequentemente, a entrada de professores de apoio, os quais foram reconhecidos por Oliveira (2019) como profissionais importantes para a implementação efetiva desta Política Nacional.

Nos três trabalhos apresentados, evidencia-se falhas no processo de implementação da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva. Secchi (2014) esclarece que após a fase de tomada de decisão sobre como agir diante determinado problema público, há casos em que as políticas públicas não se concretizam como planejado, devido a diversas razões, como falta de habilidade administrativo-organizacional, falta de legitimidade da decisão ou interferências na implementação causadas pela presença de interesses opostos. No caso da política pública estudada neste trabalho, afirma-se que está ocorrendo inabilidade administrativo-organizacional e a presença de interesses opostos, que a princípio, não tem conseguido se comunicar adequadamente e buscar consensos. Justifica-se que os gestores nem sempre possuem o que é necessário para contribuir positivamente com a efetivação do que foi proposto legalmente – recursos materiais, motivacionais e intelectuais – e ainda, os interesses são opostos, pois a família, escola, gestão escolar, administração pública e terceiro setor não estão atuando em articulação e em prol do desenvolvimento e amadurecimento de ações inclusivas direcionadas ao bem comum. Ressalta-se que apesar do interesse de alguns grupos pela Educação Inclusiva, os destinatários das políticas públicas podem apresentar dificuldades em articular estes interesses, pois o potencial de influência de determinados grupos se torna prejudicado quando os interessados estão dispersos geograficamente e se caracterizam como heterogêneos, tornando-se incapazes de organizar recursos em consonância com seus objetivos (SECCHI, 2014). Por isso, defende-se a importância da governança pública, a qual se insere no campo da gestão de políticas públicas e é identificada como um modelo de interação horizontal entre atores estatais e não estatais no processo de construção de políticas públicas, significando que diferentes atores deveriam ter o direito de influenciar na elaboração destas políticas, e por conseguinte, na participação e implementação e avaliação. Sublinha-se que o terceiro setor se enquadra nesse conjunto de pluralismo esperado pela governança pública, devido a defesa de interesses coletivos, o que explica o surgimento das notas de repúdios apresentadas por várias organizações não governamentais depois do decreto Nº 10.502 de 30 de setembro de 2020, que institui a Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao longo da Vida.

O ministro da Educação, Milton Ribeiro, no lançamento da nova política de Educação Especial (PNEE), no dia 30 de setembro de 2020, declarou que um dos principais norteadores desta Política é a valorização da singularidade e do direito de escolha dos alunos e de seus familiares sobre o local de oferta da escolarização, dada as opções de escolas regulares, especializadas ou bilíngues de surdos (GOVERNO BRASILEIRO, 2020). A intenção declarada não é coerente com os resultados deste trabalho, visto que está aberta a possibilidade de segregar alunos de acordo com suas características peculiares, sorrateando oportunidades de ter contato com a diversidade e aprender com ela. Na pesquisa de Camargo e Carvalho (2019) nota-se que as crenças distorcidas dos agentes implementadores se tornaram um entrave na aceitação e aproveitamento da diversidade no contexto escolar, o que não será resolvido, e ainda poderá ser agravado, no percurso de implementação da Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao longo da Vida, já que a própria escola poderá incentivar a retirada das crianças da rede regular de ensino, visto que não foram devidamente preparadas, como pontuou Oliveira (2019) ao notar a insignificância de recursos humanos e materiais no interior das escolas. Ademais, a pesquisa de Oliveira (2019) revelou a dificuldade das famílias em matricular seus filhos deficientes na rede regular de ensino, prolongando o início da vida escolar das crianças. No entanto, a dificuldade se associou a parceria precária entre escola e família, o que pode ser resolvido com uma gestão escolar sólida e bem informada nos quesitos diversidade, formação humana, democracia e inclusão social. Contrário ao

que é afirmado pelo ministro, a valorização da singularidade se aproxima mais da Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva, a qual está sendo rebaixada e desmontada sem argumentos técnicos e científicos suficientes.

Por um lado, percebe-se a necessidade de melhorar o nível de conhecimento de agentes implementadores e de combater a discriminação, e por outro, oferecer os recursos favorecedores da educação inclusiva, antes de avaliá-la como pouco efetiva e substituí-la. A nova Política tem sido defendida por representantes do governo por possibilitar que os sistemas de ensino dos estados, do Distrito Federal e dos municípios recebam apoio para instalar salas de recursos multifuncionais ou específicas, dar cursos de formação inicial ou continuada a professores, melhorar a acessibilidade arquitetônica e pedagógica nas escolas, além de aprimorar ou criar Centros de Serviço de Atendimento Educacional Especializado (GOVERNO BRASILEIRO, 2020). Esses recursos já estavam garantidos na Lei anterior (2008), mas ocorreram falhas em sua implementação, já que muitas escolas se situam aquém do esperado em termos de acessibilidade e formação do corpo docente, o que deveria ser o foco de atenção atual dos governantes, do terceiro setor e da sociedade civil. Com esta exposição, entende-se, que a substituição da Política de 2008 pela Política de 2020 além de não ser significativa para resolver as falhas de implementação identificados neste trabalho, aumenta a probabilidade de afastar, ainda mais, as crianças e os jovens que já estão incluídos de maneira desfavorável no interior das escolas, delegando-os ao espaço de exclusão social permanente.

Conferências internacionais, como as promovidas pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), concordam que a educação é decisiva para o enfrentamento dos problemas contemporâneos, mas para tal se faz necessário a elaboração de políticas públicas embasadas na visão global dos sistemas educativos e de suas demandas contemporâneas, como a aceitação da diversidade como aspecto essencial a manutenção de sociedades democráticas. (MATTOS, 2015; GRIFO NOSSO). Indaga-se, neste ponto, se há mediação suficiente e de qualidade entre os diferentes atores sociais para a identificação das demandas escolares e seus principais entraves. Assim como, se faz imprescindível questionar se todos os grupos sociais envolvidos na Educação, principalmente pais, professores e alunos apresentaram seus posicionamentos e foram devidamente escutados antes do desmonte da Política Nacional de Educação Especial na perspectiva de Educação Inclusiva decretada há 12 anos. Mesmo que esses questionamentos não sejam respondidos de imediato, concorda-se com Silvia e Melo (2000) sobre a necessidade de se valorizar o aprendizado que é obtido dos processos de implementação das diversas Políticas Públicas. Ao estudar o protagonismo próprio da implementação, seus alcances, falhas e dinamismos particulares, a percebemos como um sistema contínuo, interacional e que oferece aprendizados novos e capazes de gerar reflexão, tomada de decisão e alteração de aspectos da política pública, tornando-a melhor.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considera-se a amplitude e a complexidade de se fazer política pública educacional no Brasil, de maneira a contemplar as necessidades de todos os indivíduos envolvidos, sendo, portanto, fundamental que o processo de implementação da Política de Educação Inclusiva, seja aplicado de forma colaborativa. Secchi (2016) pontua que, para que as Políticas Públicas atinjam a sua função máxima, é necessário que haja maior promoção e melhoria da cooperação entre os atores políticos, em que os mesmos exercitem o seu poder de participação, considerando o momento atual do país, seus problemas, limitações e oportunidades.

A implementação da Política Nacional de Educação na perspectiva de Educação Inclusiva se tornou objeto de estudo deste trabalho devido à compreensão de que a implementação, por si só, é constituída por um processo dinâmico, com características próprias e com possibilidade de novos aprendizados capazes de influenciar as avaliações das Políticas Públicas e tomadas de decisões mais acertadas e úteis para a sociedade. As falhas de implementação descritas por este trabalho, a partir das pesquisas de Sá (2018), Camargo e Carvalho (2019), Oliveira (2019) revelam que vários artigos da PNEE de 2008 não foram cumpridos, seja por falta de recursos materiais, discriminação intrínseca de implementadores responsáveis ou pela indispensabilidade de maior conhecimento sobre o valor positivo da diversidade. Com o descumprimento desta política, é imprescindível discutir a necessidade de mudanças, alterações e esforços conjuntos de todos os envolvidos pela Educação brasileira. Ao mesmo tempo, é necessário questionar se o desmonte da Política Nacional de 2008 é o suficiente para resolver as atuais demandas escolares, visto que as falhas de implementação tiveram como problemas centrais a perpetuação da discriminação e o pouco investimento nas unidades de

ensino, problemas estes anteriores e posteriores ao decreto de 2008. Em contrapartida, nota-se que as realizações efetivas dos programas referentes à educação inclusiva são dependentes da forma como cada agente de implementação enfrenta as falhas de implementação e a subsequente articulação com as soluções de problemas, como demonstrado na investigação de Sá (2018), em que o diferencial foram as pessoas e seus interesses em se aproximar de aportes teóricos que tratam da diversidade no contexto educacional. Esse dado também foi confirmado na pesquisa de Oliveira (2019), que observou avanços significativos na atuação dos professores diante do que a diversidade propicia no contexto escolar, após ocorrer a parceria entre escolas do município com a Universidade de Goiás. Essa ação concreta comprova que a parceria e a articulação entre diferentes unidades de ensino contribuem para o Empoderamento de agentes implementadores, possibilitando a mitigação de queixas escolares que perduram há muito tempo na sociedade brasileira, fazendo com que muitas famílias se sintam inseguras em matricular seus filhos com deficiência, como encontrado na pesquisa de Oliveira (2019). Esta insegurança e o afastamento das famílias da rede regular de ensino se deve às características relacionais entre os agentes implementadores e o público alvo da educação inclusiva, como constataram Camargo e Carvalho (2019). Os autores verificaram que atitudes discriminatórias e enraizadas no capacitismo por parte dos agentes implementadores, além de falta de consenso entre eles, revelam aspectos culturais internalizados na sociedade como um todo, interferindo e limitando os resultados de ações inclusivas e em prol do reconhecimento da diversidade como valor positivo.

Conclui-se que muitos são os desafios para a implementação de uma educação inclusiva, sejam eles de reestruturação física, formação continuada ou conhecimento legislativo. A contradição existente entre as resoluções políticas na área da educação, desde a Lei de Diretrizes e Bases de 1996, e o que encontramos de concreto no cenário educacional atual são imensas. Entretanto, a mudança de paradigma e a aproximação de políticas verdadeiramente inclusivas são fundamentais para o fim de processos históricos segregacionistas, além de serem úteis para a prevenção de futuras atitudes baseadas em capacitismo, já que o convívio com a diversidade permite a valorização da diferença, e por conseguinte, contribui para a construção de sociedades mais justas e democráticas. Devido aos estudos apresentados neste artigo, (SÁ, 2018; CAMARGO e CARVALHO, 2019; OLIVEIRA, 2019) admite-se, novamente, a importância da formação continuada dos profissionais envolvidos com a educação inclusiva, pois é através dela que se realiza a manutenção de pessoas capacitadas para este processo, que por vezes é complexo e desafiante, sendo irrefutável a ideia de que o acúmulo de saberes e a construção de experiências e reflexões a partir de práticas docentes favorecem o desenvolvimento de escolas democráticas. Assim, no seguimento deste caminho, torna-se possível favorecer o desenvolvimento cognitivo, emocional e social dos educandos, independente de características peculiares do alunado, como o público alvo da PNEE de 2020, permitindo a promoção do desenvolvimento como liberdade, o convívio, a socialização, a empatia e o senso de ajuda nos indivíduos. Incentiva-se, ainda, a continuidade dos estudos sobre este tema para que o sistema educacional consiga, junto ao poder público, identificar falhas de implementação de políticas educacionais e reavaliem as demandas reais dos beneficiários desta política.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Ministério da Educação. Declaração de Salamanca sobre Princípios, Políticas e Práticas em Educação Especial. Salamanca (Espanha), junho de 1994. Disponível em : <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf > Acesso 08 out.2020

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: 1988.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: 1988. Disponível em : <https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/CON1988_05.10.1988/art_205_.asp> Acesso em 08 out.2020

BRASIL, Ministério da Educação. LEI Nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. **Diretrizes e bases da educação nacional (LDB)**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn1.pdf>. Acesso: 16 set. 2020.

BRASIL, Ministério da Educação**.** Lei n° 13.005/2014 **Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências**. Disponível: <http://pne.mec.gov.br/18-planos-subnacionais-de-

educacao/543-plano-nacional-de-educacao-lei-n-13-005-2014>. Acesso: 16 set. 2020.
BRASIL, Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. MEC/SECADI**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=16690-politica-nacional-de-educacao-especial-na-perspectiva-da-educacao-inclusiva-05122014&Itemid=30192>. Acesso:16 set. 2020.
BRASIL. Lei nº 6.094de 24 de abril de 2007. **Dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6094.htm>. Acesso: 16 set. 2020.
BRASIL. Ministério da Educação (MEC). Conselho Nacional de Educação esclarece principais dúvidas sobre o ensino no país durante pandemia do coronavírus. **MEC**, CNE, 2020. Disponível em:<http://portal.mec.gov.br/busca-geral/12-noticias/acoes-programas-e-projetos-637152388/87161-conselho-nacional-de-educacao-esclarece-principais-duvidas-sobre-o-ensino-no-pais-durante-pandemia-do-coronavirus>. Acesso: 01 de out. 2020.
CAMARGO, F.P. CARVALHO, C. P. O Direito à Educação de Alunos com Deficiência: a Gestão da Política de Educação Inclusiva em Escolas Municipais Segundo os Agentes Implementadores. **Revista Brasileira de Educação Especial**, vol.25, nº4, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-65382019000400617&tlng=pt> Acesso: out 2020.
COSTA, L.M.L. RUTH, P.C. Para um mundo acessível: Mudando a forma de olhar para a deficiência. **Associação Brasileira de Psicologia e Medicina Comportamental COMUNIDADE**, 2018. Disponível em: < http://abpmc.org.br/arquivos/textos/1523217415045b75cb8.pdf>.
INCLUSÃO JÁ – Em defesa do direito à educação inclusiva. CARTA-CONVOCAÇÃO do LEPED contra a destruição da inclusão escolar no Brasil. Site **Inclusão já**, 01 de out, 2020. Disponível em: <https://inclusaoja.com.br/2020/10/01/carta-convocacao-do-leped-contra-a-destruicao-da-inclusao-no-brasil/>. Acesso: 02 out. 2020.
CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Mudança na política de educação especial e retrocesso e segregação: Entenda posicionamento do CFP. Site: **cfp.org.br**, 5 de out. 2020. Disponível em: < https://site.cfp.org.br/mudanca-na-politica-de-educacao-especial-e-retrocesso-e-segregacao-entenda-posicionamento-do-cfp/>. Acesso: 07 de out de 2020.
DELORS, J. et al. Educação: um tesouro a descobrir: relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre *Educação para o* Século XXI.Coord. Jacques Delors. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: **UNESCO**, 2012.
FERREIRA, W.B. Direitos da pessoa com deficiência e inclusão nas escolas**. Dhnet,org**, Bases de dados DHnet, 2009. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/dados/cursos/edh/redh/03/03_ferreira_direitos_deficiencia.pdf>. Acesso: 01 de out 2020.
GOVERNO BRASILEIRO. Nova Política de Educação Especial é lançada em Brasília. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/noticias/educacao-e-pesquisa/2020/09/nova-politica-nacional-de-educacao-especial-e-lancada-em-brasilia>. Acesso: 13 de out. 2020.
INSTITUTO JÔ CLEMENTE (IJC). Posicionamento sobre o decreto nº 10.502, de 30 setembro de 2020 que instituiu a nova Política Nacional de Educação Especial. Site **IJC.org**, 01 de out de 2020. Disponível em: <https://www.ijc.org.br/pt-br/noticias/Paginas/posicionamento-sobre-o-decreto-da-politica-nacional-de-educacao-especial.aspx>. Acesso: 02 de out de 2020.
INSTITUTO PÓLIS. Raça e COVID no município de São Paulo. Site **polis.org.br**, jul de 2020. Disponível em: <https://polis.org.br/estudos/raca-e-covid-no-msp>. Acesso: 24 set. 2020.
LOPES, D. ***Psicologia e a pessoa com deficiência***. Porto Alegre: SAGAH, 2018
MARTINS, V. ALMEIDA, J. EDUCAÇÃO EM TEMPOS DE PANDEMIA NO BRASIL: saberes fazeres escolares em exposição nas redes e a educação on-line como perspectiva. **Revista Docência Cibercultura**, Rio de Janeiro, vol. 4, nº2, p.15, 2020.
MATTOS, I. B. A. Educação como condição para o desenvolvimento das capacidades e para o fortalecimento da democracia. In: ZAMBAM, N.; KUJAWA, H. A. (orgs) Estudos sobre Amartya Sen: Políticas Públicas, Capabilities e Desenvolvimento. Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2017.
NUSSBAUM, M. **Sem fins lucrativos: Por que a democracia precisa das humanidades. São** Paulo, editora Martins fontes, 2019.
OLIVEIRA, J. B. A. GOMES, M. BARCELLOS, T. A Covid 19 e a volta às aulas: Ouvindo as evidências. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**,Rio de Janeiro, v.28, n.108, p.

555-578, jul./set. 2020 A1. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s0104-40362020002802885> Acesso 25 set. 2020

OLIVEIRA, T. A. A implementação da educação inclusiva nas escolas do campo da cidade e Goiás/GO na perspectiva de gestores. Trabalho de conclusão de curso de graduação (Licenciatura em Educação no Campo), Goiás, Universidade Federal de Goiás (UFG), 2019.

RIBDOWN – Associação Síndrome de Down de Ribeirão Preto. Escola especial não é inclusiva. Site **Ribdown.org**, 02 de out de 2020. Disponível em: <https://www.ribdown.org.br/>. Acesso: 02 de out de 2020.

ROCHA, M. L. Inclusão ou exclusão? Produção de subjetividade nas práticas de formação. **Psicologia em Estudo**, Maringá, vol. 13, n.3, p. 477-484, jul./set. 2008.

SECCHI, L. Ciclo de políticas Públicas. IN: **Análise de Políticas Públicas: Diagnóstico de problemas e recomendação de soluções**. Editora CENGAGE Learning, São Paulo, 2016.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. Editora Companhia das Letras, 2010.

SEN, A. **Desigualdade Reexaminada**. Rio de Janeiro: Editora Record LTDA, 2017.

SEN, A.; KLIKSBERG, B. **As pessoas em primeiro lugar: A ética do desenvolvimento e os problemas do mundo globalizado**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SILVA et al. **A implantação de programas e ações inclusivas em um município do oeste paulista: PDDE Acessibilidade**. Revista Colloquium Humanarum, vol. 15, n. Especial 2, JulDez, 2018, p. 657-669. Disponível em<http://www.unoeste.br/site/enepe/2018/suplementos/area/Humanarum/Educa%C3%A7%C3A3o/A%20IMPLANTA%C3%87%C3%83O%20DE%20PROGRAMAS%20E%20A%C3%87%C3%95ES%20INCLUSIVAS%20EM%20UM%20MUNIC%C3%8DPIO%20DO%20OESTE%20PAULISTA%20PDDE%20ACESSIBILIDADE.pdf>. Acesso 27 de set 2020.

SILVIA, P, L B; MELO, M, A, B. O Processo de Implementação de Políticas Públicas no Brasil: Características e determinantes da avaliação de programas e projetos. Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, Núcleo de estudos de políticas públicas – NEEP, 2000.

ZAMBAM, N. J. **A teoria de justiça de Amartya Sen: Liberdade e desenvolvimento sustentável.** 2009. Tese (Filosofia) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Disponível em: <http://repositorio.pucrs.br/dspace/handle/10923/3497>. Acesso: 25 de set. 2020.

SECCHI, L. **Políticas Públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos**. Editora CENGAGE Learning, São Paulo, 2014.

A INCIDÊNCIA DA PANDEMIA NAS ATIVIDADES DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL E NA ESFERA DO DIREITO MARITÍMO

THE INCIDENCE OF PANDEMIC ON OIL AND NATURAL GAS ACTIVITIES AND THE SPHERE OF MARITIME LAW

Desenvolvimento Social e Políticas Públicas: Desenvolvimento Regional e Local.

SANTOS, Rafael Menguer Bykowski dos
Faculdade de Direito de Franca (FDF)
Bacharelando em Direito pela FDF
rafaelmenguer2001@gmail.com

TEIXEIRA, Ana Tereza Jacintho
Centro Universitário de Franca (Uni-FACEF)
Doutora em Direito pela Universidad Del Museo Social Argentino (UMSA)
anatlanza@hotmail.com

Resumo

O estudo como ponto teórico investiga as alterações e modificações fundamentadas pela pandemia relacionadas as atividades de petróleo e gás natural e na esfera do direito marítimo brasileiro. Sendo a pandemia de caráter global, a mesma fundamentou transformações administrativas de órgãos reguladores de forma intensa de caráter nacional. A relevância do estudo se baseia na atualidade dessas modificações, bem como uma problemática enfrentada hoje pela sociedade brasileira contemporânea, a eficiência da gestão governamental para o abastecimento de combustível e de uso doméstico do gás natural. Dessa forma, justifica-se a necessidade de investigações sobre a delimitação do problema dentro do ponto de vista teórico do presentes estudo, ou seja, a incidência da pandemia nas atividades de petróleo e gás natural e na esfera do direito marítimo. O trabalho utiliza uma metodologia dedutiva, bem como dos métodos de pesquisa de análise conteúdo bibliográfico e documental, através dos atos e normas administrativas de nível federal e estadual relacionadas ao tema. Nesta senda, o objetivo do estudo é de forma geral uma análise ampla e adequada para a solução da questão e identificar quais foram essas modificações estabelecidas. Já em caráter especial, abordar as alterações mais relevantes e suas vantagens e desvantagens dentro do paradigma administrativo brasileiro.

Palavras-chave: Pandemia, petróleo e gás natural, direito marítimo.

Abstract

The study as a theoretical point investigates the changes and modifications based on the pandemic related to the activities of oil and natural gas and in the sphere of Brazilian maritime law. Since the pandemic is of a global nature, it has substantially transformed administrative transformations of regulatory bodies on a national basis. The relevance of the study is based on the timeliness of these changes, as well as a problem faced today by contemporary Brazilian society, the efficiency of government management for the supply of fuel and domestic use of natural gas. Thus, the need for investigations on the delimitation of the problem within the theoretical point of view of the present study is justified, that is, the incidence of the pandemic in the activities of oil and natural gas and in the sphere of maritime law. The work uses a deductive methodology, as well as research methods to analyze bibliographic and documentary content, through federal and state level administrative acts and rules related to the theme. In this way, the study in general aims at a broad and adequate analysis for the solution of the question and to identify which were these established changes. Already in a special character, address the most relevant changes and their advantages and disadvantages within the Brazilian administrative paradigm.

Keywords: Pandemic, oil and natural gas, maritime law.

1 INTRODUÇÃO

As modificações executivas e legislativas ocorrem nas esferas federal e estadual em decorrência da pandemia da "COVID-19" ocorrem diariamente, sendo de grande relevância o estudo para o desenvolvimento regional brasileiro a análise dessas alterações em todos os níveis da administração pública nacional.

A nível federal, a estrutura atual passa por modificações em face as posturas dos órgãos dirigentes com relação às suas atribuições. Do mesmo modo, novos modelos estruturais determinam novas proposições. Acima de tudo, é fundamental ressaltar que a contínua evolução da pandemia nos leva a considerar a reestruturação administrativa para o sentido do desenvolvimento econômico e social brasileiro.

A nível estadual, as modificações superiores levaram a novas medidas e atribuições aos órgãos dirigentes de cada região, tomando suas próprias precauções e diligências. Nessa perspectiva surge uma nova estrutura regional com o fim de dar continuidade ao desenvolvimento mesmo com as novas situações e medidas atípicas.

Por outro lado, a constante divulgação das informações facilita exploração pela metodologia e métodos preconizados para a avaliação dos resultados do estudo, estabelecendo a execução dos pontos preconizados nas novas normas legais e administrativas, para a áreas essenciais abordadas, venham a ressaltar as medidas emergências estabelecidas no campo pátrio.

Este trabalho tem como objetivo a analise das alterações administrativas em face a incidência da pandemia nas atividades de petróleo, gás natural e na esfera do direito marítimo, sendo que para atingir o escopo da investigação, ou seja, delimitar as modificações e especificar suas vantagens e desvantagens, foi realizada uma extensa pesquisa bibliográfica e documental, bem como utilizado o método dedutivo de análise do material, coadunando tais aspectos a uma exploração das normas legislativas, executivas e administrativas relacionadas ao problema.

Primeiramente, o estudo aborda e ressalta as modificações e consequências das alterações a atividades de petróleo e gás natural no que se refere aos leilões, cronograma produtivo, atividades presenciais, eventos, projetos de infraestrutura petrolífera, audiências públicas, abastecimento de combustível, entre outros.

Posteriormente o estudo aborda de forma as modificações na esfera do direito marítimo, no que se refere a fiscalização, leilões de portos, medidas do Tribunal Marítimo e da Marinha do Brasil, bem como modificações que afetam os serviços petrolíferos e de gás natural.

Como referencial teórico, a pesquisa buscou a investigação dessas alterações pela incidência da pandemia que está ocorrendo no Brasil e no mundo, bem como, com o progresso de contaminação, fundamentaram modificações executivas, principalmente no gerenciamento e administração das áreas essenciais preceituadas no estudo. Os aspectos mais relevantes dessas alterações, as vantagens e desvantagens dessas mudanças advindas do estado de calamidade, são ponderados neste trabalho.

Dessa forma, são apresentadas e analisadas as modificações ocorridas pela administração pública, passando pelas áreas da engenharia, construção e infraestrutura. Nesse prisma, são então abordados a legislação e os decretos mais relevantes aplicados, com o escopo de perceber e especificar a nova realidade das esferas e seu desenvolvimento diante da pandemia da "COVID-19".

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Como referencial teórico, o estudo investiga e preceitua as alterações e modificações ocorridas nas atividades de petróleo, gás natural e na esfera do direito marítimo no âmbito federal, estadual e administrativo em face as consequências da incidência da pandemia gerada pelo "coronavírus".

Ainda, referenciar as vantagens e desvantagens dessas medidas suspensivas para o desenvolvimento regional nacional com base nas alterações executivas, legislativas e administrativas no ponto teórico do presente trabalho.

O trabalho observa as principais modificações ocorridas, sendo que suas alterações geraram consequências a toda a sociedade brasileira contemporânea, especialmente, no que se refere a produção e abastecimento de combustível e gás natural, logicamente, justificando a plena análise do

estudo, sobre as medidas tomadas em nível federal e estadual relacionadas as atividades e serviços de petróleo e gás natural, bem como inter-relacionando a esfera do direito marítimo brasileiro.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O trabalho em seus procedimentos metodológicos utilizou uma metodologia dedutiva, bem como dos métodos de pesquisa e análise de conteúdo bibliográfico e documental, coadunando aos atos normativos, administrativos, legislativos das esferas federal e estadual, da mesma forma das agências reguladoras relacionadas as atividades e serviços de petróleo e gás natural, que tiveram suas modificações fundamentadas pelo "coronavírus".

Ademais, observa as alterações dos entes fiscalizadores do mar oceânico brasileiro, especialmente no que se refere, a Marinha do Brasil, autoridade responsável pela seguridade e cumprimento da legislação marítima pátria.

Portanto, através desses métodos visou estabelecer quais foram as vantagens e desvantagens dessas medidas da Administração Pública, que se justificam pela presente atualidade e importância do trabalho, contribuindo para a análise de uma temática que afeta toda a sociedade brasileira contemporânea.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A pandemia gerou as mais diversas modificações, bem como fundamentou a nível federal o Decreto Legislativo n.º 09, de 20 de março de 2020, e a Lei n.º 13.979, de 06 de fevereiro de 2020, denominada "Lei do Coronavirus".

Nessa perspectiva temos as atividades de petróleo e de gás natural. De acordo com a Lei dos Órgãos Reguladores, a Lei nº 13.848, de 25 de junho de 2019, as minutas e propostas para alteração de decisões normativas de interesse geral para participantes do mercado, consumidores ou usuários de serviços regulamentados devem ser submetidas a consulta pública antes que uma decisão seja tomada por comitê de direção ou conselho completo da agência reguladora em questão, bem como a regulamentação da agência pode, por decisão de conselho completo, convocar uma audiência pública para reunir contribuições para uma decisão experiente sobre qualquer questão de relevância, essas medidas foram suspensas.

Portanto, recentemente, a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) e a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ) cancelaram todos os eventos e suspenderam as audiências públicas, em decorrência das medidas do Governo Federal para evitar a propagação da pandemia. Outras agências reguladoras tomaram semelhantes medidas para limitar o acesso do público às suas instalações e para desencorajar as reuniões pessoais.

A atividade administrativa das agências reguladoras foi também impactada pela pandemia com uma decisão de suspender a contagem regressiva dos processos, conforme já determinado por vários tribunais e órgãos administrativos em todo o país. Nesse sentido, a ANP promulgou a Resolução n.º 812, de 23 de março de 2020, que suspendeu os prazos processuais até 30 de abril, exceto para casos de processamento urgente, o que foi posteriormente prorrogado até o fim da situação de calamidade.

Nessa mesma linha, a ANEEL promulgou a Portaria n.º 6.310, de 25 de março de 2020, suspendendo os prazos processuais por 30 dias, já prorrogado, justificando que no presente período, as decisões da instituição continuaram a ser publicadas regularmente na mídia oficial, e que os documentos serão recebidos exclusivamente por meio eletrônico. Enquanto a medida excepcional estiver em vigor, não há atendimento presencial. Outra medida adotada pela ANEEL ressalta as reuniões da diretoria, que deveram ser encontros virtuais enquanto a situação de calamidade pública nacional perdurar, sendo obrigatória a apresentação oral dos agentes do setor ser vídeo gravado e enviado à agência.

Já a ANTAQ suspendeu os períodos a partir de 21 de março até 30 de abril, por meio da Portaria n.º 80, de 19 de março de 2020, também prorrogado. De outro bordo, a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) suspendeu os prazos de seus processos administrativos por 90 dias corridos, prorrogado posteriormente, conforme a Resolução n.º 5.878 de 26 de março de 2020, e flexibilizou os prazos para cumprimento de contratos e obrigações regulatórias no âmbito de

infraestrutura e transporte ferroviário e rodoviário de transporte de cargas e passageiros, expresso na Resolução n.º 5.879, de 26 de março de 2020.

Curial observar que a ANP tomou medidas específicas, na, já citada, Resolução n.º 812/020, que enfatizou que os agentes reguladores são responsáveis pelo abastecimento de combustíveis, de forma que quaisquer atos que causem danos ao abastecimento estarão sujeitos às penalidades da ANP. A agência determinou que quaisquer mudanças nas rotinas operacionais capazes de afetar, no todo ou em parte, o abastecimento nacional de petróleo, seus derivados, gás natural e biocombustíveis deverá ser comunicado à ANP, com os respectivos planos de ação, com vistas ao acompanhamento da prestação de serviços e consequentemente ao abastecimento doméstico.

Quanto às consultas e audiências públicas, a ANP indicou na medida que na regra foram suspensas, e que outras medidas necessárias foram adaptadas, excepcionalmente, sem necessidade de consulta de audiências públicas. A base para tal medida excepcional seria a situação de emergência atual e seu poder geral de precaução, a fim de proteger o abastecimento doméstico de combustível.

Nessa perspectiva, o não cumprimento dos requisitos previsto na Lei dos Órgãos Reguladores, embora compreensível tendo em vista o atual situação, pode suscitar questionamentos pelo fato de os atos administrativos serem formais, principalmente se as agências reguladoras deixam de observar as medidas estritamente necessárias e razoáveis. Por fim, cabe ressaltar que a ANP decidiu pela dispensa ou adiamento de determinadas fiscalizações previstas na Resolução n.º 52, de 02 de dezembro de 2015, para instalações de tratamento de petróleo e derivados, e na Resolução n.º 734, de 26 de junho de 2018, para instalações de produção de biocombustíveis.

O Ministério de Minas e Energia (MME) publicou a Portaria n.º 134, de 28 de março de 2020, postergando para um prazo indeterminado diversos leilões. Os atos de retomada definirão os novos prazos para as etapas que estavam em andamento até 30 de março de 2020 e demais providências necessárias para fazer frente ao impactos de qualquer adiamento, incluindo a repetição de etapas já concluídas.

É importante destacar que diversas medidas nas esferas federal e estadual, pretenderam proibir a interrupção de serviços essenciais, inclusive públicos, por falta de pagamento. Alguns recentes exemplos desse tipo de iniciativa são a Resolução Normativa n.º 878, de 24 de março de 2020, da ANEEL, a Lei n.º 8.769, de 23 de março de 2020 do Estado do Rio de Janeiro e a Deliberação n.º 973, de 26 de março de 2020, da Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo (ARSESP).

De outro bordo, na esfera do direito marítimo, em 20 de março de 2020, a Agência Nacional de Transporte Hidroviário (ANTAQ) informou que os portos públicos e privados e demais instalações portuárias, bem como as atividades de transporte aquaviário interestadual e internacional permaneceram em operação. As empresas remessas deveriam cumprir as medidas de contenção da pandemia, seguindo as instruções dadas pelas autoridades de saúde pública e pelo Governo Federal.

Nessa mesma linha, a ANTAQ informou que a suspensão irrestrita do transporte de passageiros não foi medida sugerido pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), que na visão da instituição a suspensão total do serviços de transporte de passageiros poderiam ter um impacto negativo sobre o acesso a serviços médicos, no deslocamento de profissionais da saúde e sobre o fornecimento de vacinas, insumos e medicamentos em todo os estados brasileiros.

Além disso, o instituto também emitiu a Portaria n.º 80, de 18 de março de 2020, que suspendeu a contagem regressiva dos prazos de 21 de março de 2020 a 30 de abril de 2020, prorrogados por ordem da Diretoria da ANTAQ. Nesse descortino, a marinha do Brasil, a autoridade portuária brasileira, não emitiu no começo da pandemia nenhuma regra ou orientação sobre as medidas de contenção contra o vírus.

A Diretoria de Portos e Costas (DPC) informou em comunicado que a validade dos certificados e as declarações de conformidade que expiram até 7 de julho de 2020 foram estendidos por mais 120 dias, o mesmo valeu para as defesas e recursos administrativos, que tiveram seus prazos prorrogados por igual período.

Ademais, o Tribunal Marítimo emitiu a Portaria n.º 18, de 23 de março de 2020, prorrogando a suspensão de termos processuais. Nos termos da Portaria n.º 17, de 23 de março de 2020, o tribunal também estendeu até 15 de agosto de 2020 os prazos de validade dos certificados de registro de armador, o que foi prorrogado, bem como os certificados de inscrição no Registro Especial Brasileiro (REB) e Pré-REB válidos até 31 de julho de 2020.

No seguir, em 13 de março de 2020, o Ministério da Saúde (MS) suspendeu a temporada de cruzeiros, e anunciou que pelo menos um navio de cruzeiro poderia servir como hospital para

pacientes da pandemia. Em 19 de março de 2020, a Agência Nacional do Petróleo, Gás e Combustíveis Naturais (ANP), o Ministério Público do Trabalho - Unidade de Coordenação Nacional Portuária e Aquaviária Trabalho em Transporte (Conatpa), Ministério da Economia - Secretaria do Trabalho, Marinha do Brasil - DPC, ANVISA e o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), com base no Acordo de Cooperação Técnica (ACT) denominado Operação Ouro Negro, que reúne os órgãos reguladores com jurisdição administrativa sobre a atividade offshore, recomendam a várias empresas do setor medidas preventivas e outras destinadas a garantir os direitos dos trabalhadores e a segurança das operações, em função do surto.

No Parecer Técnico n.º 47/ /SEI/GIALI/GGFIS/DIRE4/ANVISA, de 03 de junho de 2020, a ANVISA recomendou que as embarcações em trânsito internacional deve apresentar a Caderneta Médica ao solicitar o passe-livre. O navio de carga em uma rota internacional, mediante avaliação prévia, receberá passe-grátis para atracar e operar, mas nenhum tripulante pode desembarcar por 14 dias a partir da data de saída do navio do último porto de escala estrangeiro, exceto o desembarque de um tripulante indispensável à operação.

Por fim, o Banco Nacional de Desenvolvimento Social (BNDES) aprovou uma medida emergencial que suspende a amortização de empréstimos de até seis 6 meses, posteriormente prorrogado. Essa suspensão foi estendida aos financiamentos realizados pelo instituto com recursos do FMM, observados os prazos máximos de carência previstos na legislação pertinente e considerando as políticas e regras de crédito do BNDES.

Portanto, é notável as extensas mudanças realizadas tanto pelos órgãos administrativos do petróleo e do gás natural, quanto nas alterações do direito marítimo brasileiro, pelas medidas das agências reguladoras e do Tribunal Marítimo. Nessa realidade, apesar do grande impacto no gerenciamento dessas atividades e de sua produção, as agências e os indivíduos encontraram novas formas de planejamento que permitiram estabelecer as medidas de nível federal, estadual e administrativo, sem deixar de dar continuidade da produção e ao abastecimento nacional de combustível, gás natural e de outros serviços, orientando as diretrizes para a continuidade do progresso e desenvolvimento, mesmo em estado de calamidade.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo teve como ponto teórico a investigação das alterações e modificações administrativas e executivas geradas pela pandemia da “COVID-19” nas atividades de petróleo e gás natural e na esfera do direito marítimo no Brasil. A pesquisa fundamentou-se em um método de extensa fonte de referências bibliográficas e documentais, da mesma forma que usou uma metodologia dedutiva.

O trabalho concluiu seu objetivo, ou seja, investigou as modificações e alterações nas áreas de ponto teórico do presente estudo, bem como no gerenciamento dos leilões, cronograma produtivo, atividades presenciais, eventos, projetos de infraestrutura petrolífera, audiências públicas, abastecimento de combustível, medidas do Tribunal Marítimo e da Marinha do Brasil, a administração dos portos e entre outros.

O estudo foi fundamentado nas leis federais, resoluções e portarias administrativas e nos decretos estaduais brasileiros sobre o ponto teórico preceituado sobre as modificações e alterações que mudaram o gerenciamento dessas atividades e do direito marítimo nacional, bem como ressalva ao final as vantagens e desvantagens do estabelecimento dessas alterações para as respectivas áreas, da mesma forma que relaciona com o desenvolvimento regional brasileiro.

Em tal perspectiva, as ações e normatizações estatais de nível federal e estadual buscaram dar as melhores condições para que empresas e agências pudessem gerenciar, administrar, estabelecer e encontrar novas formas de planejamento, reconhecendo as dificuldades enfrentadas pela nação brasileira em um momento atípico como o estado de calamidade pública, mas sem deixar de respeitar condições específicas associadas as atividades de petróleo e gás natural, bem como a legislação pertinente ao direito marítimo pátrio.

Por derradeiro, conclui-se que as alterações normativas, legislativas e executivas já realizadas foram necessárias para enfrentar um momento emergencial, ou seja, foram essenciais para administrar todo o estado de calamidade nacional advindo do “coronavírus”. Concernente a isso, com o passar do tempo, mais modificações legislativas foram realizadas, certamente deixando a marca da pandemia em toda a legislação nacional, da mesma forma alterando de forma plena toda a área da engenharia, construção e infraestrutura.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 13.848, de 25 de junho de 2019. **Dispõe sobre a gestão, a organização, o processo decisório e o controle social das agências reguladoras, altera a Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, a Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, a Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, a Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, a Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, a Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000, a Lei nº 9.986, de 18 de julho de 2000, a Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, a Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, a Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005, e a Lei nº 10.180, de 6 de fevereiro de 2001**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2019/Lei/L13848.htm. Acesso em: 09 set. 2020.

BRASIL. Decreto-Legislativo n.º 06, de 20 de março de 2020. **Reconhece, para os fins do art. 65 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a ocorrência do estado de calamidade pública, nos termos da solicitação do Presidente da República encaminhada por meio da Mensagem nº 93, de 18 de março de 2020.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/portaria/DLG6-2020.htm#:~:text=DECRETO%20LEGISLATIVO%20N%C2%BA%206%2C%20DE,18%20de%20mar%C3%A7o%20de%202020. Acesso em: 09 set. 2020.

BRASIL. Lei n.º 13.979, de 06 de fevereiro de 2020. **Dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/l13979.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%2013.979%2C%20DE%206%20DE%20FEVEREIRO%20DE%202020&text=Disp%C3%B5e%20sobre%20as%20medidas%20para,Art. Acesso em: 09 set. 2020.

BRASIL. Marinha do Brasil. Tribunal Marítimo. Portaria n.º 17, de 23 de março de 2020. **Prorroga os prazos de validade dos Certificados de Registro Armador (CRA), do Registro Especial Brasileiro (REB) e do Pré-registro do REB.** Disponível em: https://www.marinha.mil.br/tm/sites/www.marinha.mil.br.tm/files/file/noticias/geral/Port%2017-2020.pdf. Acesso em: 09 set. 2020.

BRASIL. Marinha do Brasil. Tribunal Marítimo. Portaria n.º 18/TM, de 23 de março de 2020. **Suspensão dos prazos processuais**. Disponível em: https://www.marinha.mil.br/tm/sites/www.marinha.mil.br.tm/files/file/noticias/geral/Port%2018-2020.pdf. Acesso em: 09 set. 2020.

BRASIL. Ministério da Infraestrutura. Agência Nacional de Transportes Aquaviários. **Portaria n.º 80, de 19 de março de 2020**. Disponível em: https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-80-de-19-de-marco-de-2020-249027702. Acesso em: 09 set. 2020.

BRASIL. Ministério da Infraestrutura. Agência Nacional de Transportes Terrestres. Resolução n.º 5.878 de 26 de março de 2020. **Suspende os prazos processuais no âmbito dos processos administrativos sancionadores de que trata a Resolução nº 5.083, de 27 de abril de 2016**. Disponível em: https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-n-5.878-de-26-de-marco-de-2020-249994492. Acesso em: 09 set. 2020.

BRASIL. Ministério da Infraestrutura. Agência Nacional de Transportes Terrestres. Resolução n.º 5.879, de 26 de março de 2020. **Dispõe sobre a flexibilização de prazos para cumprimento de obrigações contratuais e regulatórias, em razão da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus, no âmbito da infraestrutura e serviço de transporte ferroviário de cargas e do transporte rodoviário de cargas e de passageiros, e dá outras providências**. Disponível em: https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-n-5.879-de-26-de-marco-de-2020-249995776. Acesso em: 09 set. 2020.

BRASIL. Ministério da Infraestrutura. Portaria n.º 80, de 18 de março de 2020. Disponível em: https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-80-de-19-de-marco-de-2020-249027702. Acesso em: 09

set. 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Parecer Técnico n.º 47/ /SEI/GIALI/GGFIS/DIRE4/ANVISA, de 03 de junho de 2020. **Uso de luvas e máscaras em estabelecimentos da área de alimentos no contexto do enfrentamento ao COVID-19**. Disponível em: http://portal.anvisa.gov.br/documents/219201/4340788/NOTA_TECNICA_N__47.2020.SEI.GIALI_0_uso_de_EPIs.pdf/41979d87-50b8-4191-9ca8-aa416d7fdf6e. Acesso em: 09 set. 2020.

BRASIL. Ministério de Minas e Energia. Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis. Resolução n.º 52, de 02 de dezembro de 2015. **Estabelece a regulamentação para a construção, a ampliação e a operação de instalações de movimentação de petróleo, seus derivados, gás natural, inclusive liquefeito (GNL), biocombustíveis e demais produtos regulados pela ANP.** Disponível em: https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=310877. Acesso em: 09 set. 2020.

BRASIL. Ministério de Minas e Energia. Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis. Resolução n.º 734, de 28 de junho de 2018. **Regulamenta a autorização para o exercício da atividade de produção de biocombustíveis e a autorização de operação da instalação produtora de biocombustíveis.** Disponível em: http://legislacao.anp.gov.br/?path=legislacao-anp/resol-anp/2018/junho&item=ranp-734-2018#:~:text=RANP%20734%20%2D%202018,-Imprimir%20Salvar%20em&text=Regulamenta%20a%20autoriza%C3%A7%C3%A3o%20para%20o,da%20instala%C3%A7%C3%A3o%20produtora%20de%20biocombust%C3%ADveis.&text=Art.,-1%C2%BA%20Esta%20Resolu%C3%A7%C3%A3o&text=XXIV%20%2D%20produtor%20de%20biocombust%C3%ADveis%3A%20pessoa,atividade%20de%20produ%C3%A7%C3%A3o%20de%20biocombust%C3%ADveis. Acesso em: 09 set. 2020.

BRASIL. Ministério de Minas e Energia. Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis. Resolução n.º 812, de 23 de março de 2020. **Define procedimentos a serem adotados pelos agentes regulados pela ANP, enquanto durarem as medidas temporárias de enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus (Covid-19) estabelecidas pelos Estados e Municípios da Federação**. Disponível em: https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-n-812-de-23-de-marco-de-2020-249312776. Acesso em: 09 set. 2020.

BRASIL. Ministério de Minas e Energia. Agência Nacional de Energia Elétrica. Portaria n.º 6.310, de 25 de março de 2020. Disponível em: https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-6.310-de-24-de-marco-de-2020-249621232. Acesso em: 09 set. 2020.

BRASIL. Ministério de Minas e Energia. Agência Nacional de Energia Elétrica. Resolução Normativa n.º 878, de 24 de março de 2020. **Medidas para preservação da prestação do serviço público de distribuição de energia elétrica em decorrência da calamidade pública atinente à pandemia de coronavírus (COVID-19).** Disponível em: https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-normativa-n-878-de-24-de-marco-de-2020-249621270. Acesso em: 09 set. 2020.

BRASIL. Ministério de Minas e Energia. **Portaria n.º 134, de 28 de março de 2020**. Disponível em: https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-134-de-28-de-marco-de-2020-250263670. Acesso em: 09 set. 2020.

RIO DE JANEIRO (Estado). Lei n.º 8.769, de 23 de março de 2020. **Dispõe sobre medidas de proteção à população fluminense durante o plano de contingência do novo Coronavírus da Secretaria de Estado de Saúde**. Disponível em: https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=391904. Acesso em: 09 set. 2020.

SÃO PAULO (Estado). Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo. Deliberação n.º 973, de 26 de março de 2020. **Dispõe sobre medidas emergenciais a serem**

implementadas pelas concessionárias de distribuição de gás canalizado do Estado de São Paulo, em caráter extraordinário, para auxiliar no combate a disseminação do COVID-19 e seus efeitos. Disponível em: https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=391793. Acesso em: 09 set. 2020.

A influência dos atores na gestão tributária dos municípios e no processo de Políticas Públicas.

FREITAS, Fabiana Alvarenga Cunha
Centro Universitário Municipal de Franca – Uni-FACEF
Mestranda do Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Regional - Uni-FACEF

NETO, Alfredo José Machado Neto
Orientador Docente do Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Regional – Uni-FACEF

BANDOS, Melissa Franchini Cavalcanti
Docente do Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Regional - Uni-FACEF

RESUMO

O movimento de descentralização municipal característico, tanto do processo de reforma do estado quanto da redemocratização do país, impulsiona a transferência de poder, recursos e atribuições para os governos locais. Esse processo de descentralização tem como objetivo promover a melhoria da prestação de serviços, o aumento da eficiência do gasto público e a elevação da qualidade de vida da população. Os municípios foram os principais beneficiários da descentralização fiscal, iniciada em meados da década de 1970 e intensificada a partir da Constituição de 1988, com a atribuição de competências tributárias próprias aos municípios e ampliação das participações no produto da arrecadação de impostos federais e estaduais. Diante de tal cenário, os Municípios são vistos como agentes centrais na promoção de políticas públicas e, para aumentar as chances de sobrevivência e prosperidade, precisam usar técnicas, métodos e modelos de administração, assim como dispor de receitas próprias essenciais ao seu financiamento. É preciso parar de improvisar e começar a profissionalizar a gestão municipal. Porém, ainda hoje, os agentes políticos elaboram políticas públicas de forma improvisada, com visão de curto prazo, mais especificamente no curso de seus mandatos, pautadas quase sempre no "achismo" ou em interesses particulares ou corporativistas. É necessário que, os Municípios adquirem mais compromisso com a implantação e execução de políticas públicas que sejam efetivas, sustentáveis e que visem o bem-estar de toda uma sociedade.
Propõe-se, através deste artigo analisar o papel da Administração tributária municipal na geração de receitas públicas próprias, essenciais à concretização das políticas públicas, assim como a influência do comportamento dos diversos atores envolvidos, em especial os agentes políticos, e suas possíveis consequências no

processo dessas políticas.
Baseado no pensamento da sustentabilidade, este artigo permite concluir que o comportamento e o papel dos diversos atores, torna-se fundamental para o desenvolvimento sustentável de políticas públicas, que deverão ser baseadas em esforços para um único fim, partindo de um compromisso para o futuro e com solidariedade entre gerações.
Para tanto, realizou-se uma pesquisa bibliográfica, descritiva, exploratória, de abordagem qualitativa, fundamentada nos critérios da revisão integrativa de literatura, considerando a importância da temática estudada.

Palavras-chave: Municípios, receitas próprias, políticas públicas, sustentabilidade.

INTRODUÇÃO.

A promulgação da Constituição Federal de 1988 configurou um marco de grandes mudanças às unidades municipais brasileiras, que vivenciaram um aumento expressivo nas receitas provenientes de transferências fiscais dos estados e da União, bem como dos recursos auferidos por meio da arrecadação própria, mas também passaram a arcar com o peso da responsabilidade de gerir esses recursos e ofertar serviços públicos básicos à população local.

Os municípios brasileiros foram os entes mais beneficiados pelos ideais descentralizadores introduzidos pela Constituição de 1988, pois se tornaram mais independentes na alocação de recursos próprios, bem como no financiamento e na administração de suas receitas (Souza, 2002) e na ampliação das competências municipais, asseverando-lhes maior autonomia financeira (Santos, 2003). No entanto, nem todos os municípios são capazes de se sustentar financeiramente, demandando recursos advindos dos entes superiores (Souza e Blumm, 1999).

O movimento de descentralizações política, administrativa e fiscal intensificado a partir de 1988 tinha como objetivo promover a transferência de poder, recursos e atribuições para os governos locais. Além disso, esse fenômeno impulsionou o processo de emancipação municipal com o intuito de aproximar o poder público da sociedade, promovendo a melhoria da prestação de serviços.

Nesse sentido, nas últimas décadas foi registrado o ressurgimento da importância do campo de conhecimento denominado políticas públicas, assim como das instituições, regras e modelos que regem sua decisão, elaboração, implementação e avaliação. Vários fatores contribuíram para a maior visibilidade dessa área em países como o Brasil. (Souza e Blumm, 1999)

Diante de tal perspectiva, os atores representam um papel fundamental no processo de execução das chamadas políticas públicas, sendo, esta, estabelecida por uma miríade de atores. São os atores que conseguem sensibilizar a opinião pública sobre problemas de relevância coletiva. São os atores que têm influência na decisão do que entra ou não na agenda. São eles que estudam e elaboram propostas, tomam decisões e fazem que intenções sejam convertidas em ações. (DIAS, MATOS, 2017, p. 78)

A palavra "ator" é importada das artes cênicas para as ciências políticas,

porque explicita a conotação de interpretação de papéis. Desse modo, há um entendimento de que os indivíduos, grupos e organizações que influenciam o processo político não têm comportamentos ou interesses estáticos, mas sim dinâmicos de acordo com os papéis que interpretam. (DIAS, MATOS, 2017, p. 78).

Os atores interagem, alocam recursos, constroem coalizões, resolvem conflitos em um cenário político. Há também um viés elitista no emprego da palavra "ator", pois, enquanto os atores interpretam papéis em um enredo e cenário, a plateia assiste passivamente ao desenrolar da história.

Na elaboração de políticas públicas, ainda hoje vereadores, deputados, senadores, prefeitos e governos inteiros elaboram política pública de forma improvisada, com visão de curto prazo, pautadas no "achismo" ou em interesses particulares ou corporativistas. Não restam dúvidas de que há muito espaço para melhorias, e esforça-se para que políticas públicas sejam mais adequadas, tenham mais benefícios de longo prazo e sejam tecnicamente consistentes, com financiamentos adequados, socialmente sensíveis e politicamente viáveis.

Em suma, que sejam sustentáveis. Os meios de sustentabilidade, revelam formas do comportamento humano: a realização pelo Estado das políticas públicas, que são exercícios do setor público, a qual retorna para a população as contribuições que esta realiza pelo pagamento de tributos. Desse modo, é necessário esforços que possuem um único fim e que merecem atenção para que seja verificado se estão contribuindo ou não para a sustentabilidade. O seu alcance pressupõe o desenvolvimento, de modo sustentável, do comportamento, ou seja, só será atingido quando houver um amadurecimento de todos os atores envolvidos.

Este artigo foi estruturado em três seções. Além desta, introdutória, tem-se a seção 2 que apresenta os temas: conceitos e o papel da administração tributária municipal, políticas públicas e conceitos, atores no processo de políticas públicas, sua relação na arrecadação de receitas próprias e no processo de políticas públicas, assim como algumas palavras a respeito de sustentabilidade, desenvolvimento sustentável como representativos do referencial teórico. E, por fim, na terceira seção, apresentam-se as considerações finais.

A partir da visão aqui exposta, enfatiza-se a importância e o papel da Administração tributária municipal na geração de receitas públicas próprias, essenciais à concretização de políticas públicas

Analisa-se, também, a influência do comportamento dos diversos atores envolvidos, em especial os agentes políticos, e suas possíveis consequências no processo de políticas públicas, frequentemente baseado em preferências individuais ou coletivas, cujo conteúdo muito das vezes pode ser divergente daquele da coletividade, baseada em jogos políticos, caracterizados por interesses individuais de cunho eleitoreiro, sem qualquer viés de sustentabilidade.

O PAPEL DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA MUNICIPAL: INFLUÊNCIA NO PROCESSO DE POLÍTICAS PÚBLICAS.

O debate público sobre tributação no Brasil continua marcado por mitos e lacunas. Muito se fala em reformar profundamente um sistema tributário que pouco

se conhece[1]. Pesquisa realizada entre os congressistas revelou que a esmagadora maioria é favorável a uma reforma ampla e profunda, porém somente uma parcela ínfima julga-se muito bem informada sobre o sistema tributário que pretende mudar tão radicalmente[2] (AFONSO *et. al,* 1998).

Aprofundando as discussões, verifica-se que cada vez mais espaço é dedicado a discutir quais seriam os impostos mais recomendados pela teoria ou organismos internacionais[3] e quase nenhuma atenção é dada a administração tributária (que, em geral, só aparece na grande mídia quando há uma greve nacional de fiscais) (AFONSO *et. al,* 1998).

No Brasil, o pouco conhecimento da realidade tributária e, mais ainda, de sua administração, é bem mais acentuado no caso dos municípios. Muitos ainda acreditam que as prefeituras dependem exclusiva ou basicamente de transferências repassadas pelas esferas superiores, o que, até certo ponto, ainda é a realidade (AFONSO *et. al,* 1998).

No entanto, após a Constituição de 1988, houve um forte incremento da arrecadação própria municipal e muito já se investiu na melhoria de sua máquina fazendária, com soluções criativas e localizadas. Ainda assim, as comparações com os outros países e entre as prefeituras revelam que resta um enorme potencial para se elevar a arrecadação municipal e, ao mesmo tempo, melhorar a qualidade do sistema tributário do país (AFONSO *et. al,* 1998).

Dentro dos limites descritos no texto constitucional para discriminação de competências tributárias, os municípios possuem a prerrogativa em concentrar-se mais em um ou outro tributo, evitando o ônus político de uma imposição tributária, e submeter-se em maior ou menor grau, aos recursos repassados pelas outras instâncias governamentais através de transferências intergovernamentais.

Apesar de necessárias, as transferências intergovernamentais apresentam aspectos negativos. Um desses aspectos está relacionado ao fato de que a existência de transferências vultuosas desestimula o esforço de arrecadação dos níveis subnacionais, uma vez que seus governantes poderão reduzir o ônus político evitando a cobrança de tributos de seus eleitores (TRISTÃO, 2003).

---

[1] Para não dizer que, às vezes, não se sabe sequer o número de tributos cobrados (dada a confusão entre impostos e as inúmeras modalidades de contribuições e taxas), quando não a importância relativa de cada um desses tributos — como ficou evidenciado, no início dos anos 90, nas ideias ditas revolucionárias de reforma que limitasse o sistema a um imposto único sobre transações financeiras, ou acrescido de um excise tax. (Afonso, *et. al,* 1998)

[2] Segundo recente pesquisa do Ibep (1998), abrangendo 73% dos deputados federais e 62% dos senadores, 95% dos entrevistados consideram que a reforma tributária é extremamente ou muito necessária e 92% acham que deveria ser reformulado amplamente o atual sistema. Porém, quando indagados sobre o seu nível de informação sobre a reforma tributária, 58% responderam que e apenas médio e 8% informaram ser baixo ou muito baixo, contra apenas 23% que disseram ter um nível alto e 6% muito alto. Para se informar sobre a matéria, 49% disseram procurar seminários, cursos, estudos e notas técnicas, enquanto apenas 22% recorrem a publicações jornalísticas e 20% a reuniões com especialistas. (Afonso, *et. al*, 1998)

[3] Dos projetos de reforma tributária do imposto único até o mais recente — por uma mudança abrangente, defendida pelo Ministério da Fazenda ainda em 1997 —, as discussões técnicas cada vez são mais dedicadas a simular os impactos do novo sistema proposto sobre os contribuintes e, principalmente, a divisão de receitas entre cada nível de governo. Curiosamente, quase sempre buscam concluir que todos ganham, apesar de ninguém perder. (Afonso, *et. al*. 1998)

As transferências intergovernamentais, ao propiciar uma fonte de receita sem a contrapartida do custo político da cobrança de tributos, desestimulam o esforço fiscal dos governos municipais. (TRISTÃO, 2003).

Aos municípios, em decorrência da autonomia municipal instituída pelo artigo 18 da CF/88, fica assegurada a administração própria no que se refere a assuntos de seu peculiar interesse, especialmente com relação aos tributos de sua competência e à organização dos serviços públicos locais. Para tanto é necessário receitas públicas.

Segundo ANGÉLICO (1994, p. 44), receita pública, em seu sentido mais amplo, é o recolhimento de bens aos cofres públicos, portanto, o autor considera como sinônimos as expressões ingresso, entrada e receita pública.

SILVA (1996, p 85) distingue receita pública de ingresso. Para o autor receitas públicas são entradas que se incorporam sem reservas ao patrimônio estatal, enquanto ingressos são simples movimentos de fundos restituíveis no futuro.

Assim, o objetivo da administração tributária é a obtenção junto à sociedade de contrapartida de recursos necessários à manutenção do Estado, com um custo mínimo de arrecadação e observando os princípios de equidade, legalidade e a uniformidade.

Para tanto, deve-se observar também que o custo total da arrecadação tributária, que inclui o custo incorrido pelo governo na administração tributária e o custo incorrido pelos contribuintes e seus agentes no atendimento dos requisitos tributários legais (TRISTÃO, 2003).

A base de um sistema tributário efetivo é uma máquina de administração tributária eficiente. A Administração Tributária deve ter prioridade de recursos, justamente porque é a origem de receita que irá financiar as demandas do município na concretização de políticas públicas. Daí a disposição constitucional determinar essa prioridade em seu artigo 37, incisos XVIII e XXIII.

Só que a realidade é outra. O que se vê é exatamente o contrário. Na maioria dos municípios faltam desde estrutura física até mesmo corpo técnico, principalmente no que diz respeito aos cargos que possuem competências para a execução de atividades relacionadas a fiscalização e cobrança de tributos. O que parece é que, os políticos ainda não entenderam a importância dos órgãos tributários, quiçá o seu papel no processo de políticas públicas. "Prefeito não gosta de cobrar tributos" é um tabu que deve cair.

É preciso mudar urgentemente esse quadro, sob pena de falência dos municípios, que nos últimos anos ganharam novas incumbências, mas sem o correspondente aporte financeiro. A política pública é um exercício constante do setor público, que retorna para a população as contribuições que ela realiza ao pagar tributos. Os retornos consistem na solução de problemas diversos, pela atividade dos órgãos públicos, que se articulam visando atender aos anseios do Estado.

Assim, os políticos, em todas as esferas políticas, principalmente nos municípios, objeto de estudo deste artigo, são atores fundamentais para o efetivo funcionamento da administração municipal tributária, e para o processo de políticas públicas. Quando estão investidos de cargos no Executivo possuem legitimidade para propor e fazer acontecer políticas de grande impacto social.

POLÍTICAS PÚBLICAS E CONCEITOS.

É inegável o recente crescimento dos estudos na área de políticas públicas no Brasil. O crescente interesse por essa temática está diretamente relacionado às mudanças recentes da sociedade brasileira. O intenso processo de inovação e experimentação em programas governamentais - resultado em grande parte da competição eleitoral, da autonomia dos governos locais, bem como dos programas de reforma do Estado -, assim como as oportunidades abertas à participação nas mais diversas políticas setoriais (ARRETCHE, 2003).

Em primeiro lugar, cabe aqui resolver uma questão fundamental antes de adentrar na temática: políticas públicas são sempre e necessariamente empreendidas pelo Estado. Mesmo que algumas definições possam admitir a produção de bens coletivos através de ações planejadas e organizadas ao longo do tempo e do espaço a partir de organizações não-governamentais, entende-se neste artigo que o conceito de políticas públicas exige a presença e a ação estatal para dar a elas o sentido de abrangência e não-exclusividade de seus resultados (ARRETCHE, 2003).

Somente o Estado possui os atributos de legitimidade social, de permanência e organização jurídico-legal, indispensáveis à produção consequente e duradoura das políticas públicas, cuja elaboração por organizações privadas (ou pelo mercado, mais generalizadamente) seria inviável ou pelo menos incompleta (ARRETCHE, 2003).

Não existe uma única, nem melhor, definição sobre o que seja política pública. Mead (1995) a define como um campo do estudo da política que analisa o governo à luz de grandes questões públicas e Lynn (1980) como um conjunto de ações do governo que irão produzir efeitos específicos. Peters (1986) segue o mesmo veio: política pública é a soma das atividades dos governos, que agem diretamente ou por delegação, e que influenciam a vida dos cidadãos. (SOUZA, 2007).

Desse modo, grupos de interesses têm papel importante no processo de definição das políticas públicas; organizações não-governamentais podem ser entidades encarregadas de realizar as políticas públicas. Mas a definição delas é exclusiva do Estado (ARRETCHE, 2003).

A definição mais conhecida continua sendo a de Laswell (1958), ou seja, decisões e análises sobre política pública implicam responder às seguintes questões: quem ganha o quê, por quê e que diferença faz. Já a definição mais clássica é atribuída a Lowi *apud* Rezende (2004: 13): política pública é "uma regra formulada por alguma autoridade governamental que expressa uma intenção de influenciar, alterar, regular, o comportamento individual ou coletivo através do uso de sanções positivas ou negativas”[4].

Apesar de optar por abordagens diferentes, as definições de políticas públicas assumem, em geral, uma visão holística do tema, uma perspectiva de que o todo é mais importante do que a soma das partes e que indivíduos, instituições, interações,

[4] Há mais de quarenta anos, Bachrach e Baratz (1962) demonstraram que não fazer nada em relação a um problema também é uma forma de política pública.

ideologia, e interesses contam, mesmo que existam diferenças sobre a importância relativa desses fatores (SOUZA, 2007).

Neste artigo, entende-se políticas públicas como processos. Privilegia-se sua dimensão constitutiva e não seu aspecto ideológico. É evidente que as políticas públicas visam produzir efeitos, realizar metas, proporcionar bens e serviços à população. Mas elas não se resumem a fins: se assim fosse, bastaria encontrar e aplicar técnicas eficientes e racionais para obter resultados positivos (SOUZA, 2007).

Desaparecia assim a questão política, reduzida a mero problema de eficácia econômica. E mesmo a questão institucional - a necessidade de regras, normas e procedimentos - estaria enfraquecida, já que a finalidade e a consecução dos objetivos sobrepor-se-ia a qualquer consideração sobre os meios (SOUZA, 2007).

O arcabouço institucional organiza o processo de definição das políticas, interage com ele (as instituições não dinâmica estratégica da atuação no nível do Estado (SOUZA, 2007).

Para Lourenço (2005, p. 41), o entendimento das políticas públicas brasileiras exige a compreensão do processo político e social do País, com também forças externas que impulsionam e limitam a elaboração e a implementação das mesmas.

Der acordo com o Instituto de Estudos, Formação e Assessoria em Políticas Públicas (Polis), que é uma ONG de atuação nacional, ´(...) política pública é a forma de efetivar direitos,
Intervindo na realidade social. Ela é o principal instrumento utilizado para coordenar programas e ações públicas" (POLIS, 2006).
Em suma, qualquer definição de política pública é arbitrária. Não há um consenso na literatura especializada quanto à definição do que seja uma política pública. No entanto, definições de políticas públicas, mesmo as minimalistas, guiam nosso olhar para o lócus onde os embates em torno de interesses, preferências e ideias se desenvolvem, isto é, os governos.

3. ATORES NO PROCESSO DE POLÍTICAS PÚBLICAS.

Na literatura das ciências políticas, os atores são todos aqueles indivíduos, grupos ou organizações que desempenham um papel na arena política. Os atores relevantes em um processo de política pública são aqueles que têm capacidade de influenciar, direta ou indiretamente, o conteúdo e os resultados da política pública. São os atores que conseguem sensibilizar a opinião pública sobre problemas de relevância coletiva. São os atores que fazem com que intenções sejam convertidas em ações (DIAS, MATOS, 2017).

A palavra "ator" é importada das artes cênicas para as ciências políticas, porque explicita a conotação de interpretação de papeis. Nesse sentido, há um entendimento de que os indivíduos, grupos e organizações que influenciam o processo político não têm comportamentos ou interesses estáticos, mas sim dinâmicos de acordo com os papéis que interpretam (DIAS, MATOS, 2017).

Há também um viés elitista no emprego da palavra "ator", pois, enquanto os atores interpretam papeis em um enredo e cenário, a plateia assiste passivamente

ao desenrolar da história. E, é exatamente este enredo que acontece na vida real nos bastidores dos protagonistas do elenco dos atores políticos. (DIAS, MATOS, 2017)

Os políticos, agentes públicos, são atores fundamentais no processo de políticas públicas. Quando estão investidos de cargos no Executivo ou no Legislativo possuem legitimidade para propor e fazer acontecer políticas públicas de grande impacto social. O papel primordial dos políticos é o estabelecimento de objetivos políticos, em outras palavras, identificar os problemas públicos e decidir quais políticas públicas são adequadas para combatê-los. (DIAS, MATOS, 2017).

É através de um problema de cunho público que os agentes políticos encontram oportunidades para sobressaírem através da execução de seu trabalho, como sendo um favor que faz a população e não um dever que a ele é imposto no exercício de seu mandato. Desse modo são beneficiados ou prejudicados eleitoralmente pelo desempenho das políticas públicas, o que deveria na verdade ser uma obrigação ao assumirem um cargo público.

Ressalta-se que, além do estabelecimento de objetivos políticos, da representação de interesses e das funções simbólicas, os políticos também exercem funções educativas e informativas, formando opinião e construindo consensos em torno de causas éticas e ideológicas. (DIAS, MATOS, 2017).

Porém, o que se percebe, na realidade, é o predomínio de escolhas eminentemente políticas. Os políticos se embatem com aqueles tantos que os apoiaram eleitoralmente e que esperam por cargos na estrutura governamental. Nesse caso, os políticos são acusados de desprezar critérios de mérito em suas escolhas. Arriscam desempenhos pobres na condução da máquina pública, e na condução de políticas públicas, por falta de capacidade técnica nos níveis de direção e chefia.

É a velha visão do dilema entre uma visão retrospectiva e outra prospectiva, entre atores políticos e partidos: "compensar apoio recebido no passado" e "apostar em dividendos políticos futuros". E a consequência de todo esse dilema é o enfraquecimento da fonte de receitas públicas, a chamada administração tributária municipal. Esta é diretamente atingida por escolhas políticas, uma vez que se trata de um órgão estritamente técnico, sendo visto na maioria das vezes como responsáveis pelo declínio da imagem política de atores que estão no poder.

Na visão estreita dos políticos, trata-se do órgão responsável pela perda votos, e não de um órgão responsável pela geração de receitas essenciais ao funcionamento da máquina pública, indispensáveis ao financiamento e consequente concretização de políticas públicas.

Segundo os teóricos do governo da burocracia, são os servidores públicos de carreira que detêm a primazia política, pois têm o conhecimento de como funciona a estrutura do estado (sabem dizer o que é ou não institucionalmente factível), têm facilidade de organizar seus próprios interesses. É a burocracia que, afinal, implementa as políticas públicas, podendo interpretar com sua ótica e interesse as prescrições vindas da esfera política (Lowi, 1969; LipsKy, 1980; Peters, 2001)[5].

[5] Uma aplicação da interpretação de governo da burocracia para a política industrial brasileira é feita por Rua e Aguiar (1995)

A abordagem neocorporativista, por sua vez, diz que são os grupos de interesse que dominam tanto os partidos políticos quanto a máquina estatal. Sindicatos de trabalhadores, agremiações empresariais, colegiados profissionais e militares e grupos de pressão são capazes de usar o *espirit de corps*, para que seus recursos sejam determinantes no processo de construção das políticas públicas (Schmitter, 1974).

O principal viés dessas correntes interpretativas é a descrença exagerada na capacidade de outras categorias fazerem valer seus interesses nos sistemas democráticos. Ou seja, os modelos elitistas centram a atenção no copo meio cheio (alguns poucos detêm o poder), e se furtam a reconhecer que o copo também está meio vazio (outros tantos também conseguem influenciar).

Da mesma forma que o modelo elitista, o modelo pluralista tenta responder a uma questão básica da ciência política: "Afinal, quem é que manda?". Ao contrário do elitismo, o modelo pluralista não percebe a predominância de um ator ou conjunto de atores, chegando à conclusão de que todos conseguem influenciar, de alguma maneira, as decisões e os caminhos tomados pela comunidade política.

A partir dessa perspectiva, faz-se necessária a seguinte indagação: "Afinal, quem é que realmente manda?". "Quem é o agente principal na consecução do processo de políticas públicas?".

São especialmente pertinentes tais indagações, visto que, independentemente do modelo, o que se observa no cenário brasileiro, principalmente na esfera municipal, são políticas públicas cada vez mais produzidas, não por atores políticos que respondem aos sentimentos dos eleitores, mas aos interesses de poderosos grupos de interesse especial e muito distanciados do público em geral (DIAS, MATOS, 2017).

O reconhecimento deste problema, ao lado de tantos outros, permite pressupor, com base no pensamento da sustentabilidade, a necessidade de mudança de comportamento, unindo esforços despendidos pelos diversos atores para que as políticas e o “agir” sejam estabelecidos e adequados de acordo com os objetivos identificados, e não como atores que tentam promover seus próprios interesses, ou como objetos influenciados por grupos de interesses e pelas circunstâncias do ambiente.

SUSTENTABILIDADE, DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E POLÍTICAS PÚBLICAS.

A discussão sobre o desenvolvimento sustentável tem estado presente em diversos setores da sociedade, sendo objeto de estudos, reflexões e debates presentes tanto no âmbito acadêmico, como nos movimentos sociais, ONGs e mídia (TAVARES, 2005).

A ideia de desenvolvimento sustentável tem sido construída a partir de distintas perspectivas, em contraponto à visão tradicional de desenvolvimento herdada do século XIX, que privilegia o crescimento econômico e a industrialização como sinônimos de desenvolvimento, desconsiderando o caráter finito dos recursos naturais (TAVARES, 2005).

Nesse sentido, o desenvolvimento sustentável resgata as premissas de equidade social, responsabilidade ecológica e a participação cidadã como partes indissociáveis do desenvolvimento. Nessa perspectiva, a participação cidadã é uma possibilidade para a gestão das políticas públicas direcionadas ao desenvolvimento economicamente viável, socialmente justo e ecologicamente equilibrado (TAVARES, 2005).

Mas o que vem a ser sustentabilidade? A sustentabilidade é um meio de vida ou uma forma de viver que, devido à sua complexidade, não permite uma descrição por completo. Trata-se de um modo de pensar e de agir das pessoas, sociedades e comunidades do presente e do futuro. Ela pressupõe também uma série de considerações acerca do pensamento – que é complexo – e pode estar presente nos indicadores e nas políticas públicas (SIMÃO el. al., 2010).

O pensamento sobre a sustentabilidade resulta em revoluções, evoluções, amadurecimento e desenvolvimento das relações pessoais e organizacionais, entre si e perante o meio, o que pode ser verificado inclusive na forma de escrita da ciência, na qual o pesquisador passa a se incluir quando descreve e pesquisa as formas de alcance da mesma (SIMÃO el. al. 2010).

Assim, propõe-se que o pensar sustentabilidade determine o amadurecimento sustentável das pessoas e das organizações e que, entre outros comportamentos, esteja expresso nas políticas públicas (SIMÃO el. al. 2010).

Nesse sentido, esforços são despendidos para alcançá-la. Trata-se de um fenômeno complexo, que não permite segregações, e sim, apenas compreensão. O pensamento complexo pode compreender a sustentabilidade, mas não consegue discernir as inúmeras relações entre suas vertentes. Portanto, se o objetivo é alcançar a sustentabilidade é necessário unir esforços para entendê-la, alcançá-la e, assim, dividi-la e estudar suas inter-relações. FONTE?

Os esforços, as ações e o pensar são regidos, portanto, pelo pensamento da sustentabilidade, e, nesse sentido, todas as práticas das pessoas e das organizações estão sob esse objetivo (SIMÃO el. al. 2010).

Para Acserald e Leroy (1999), o projeto de uma sociedade sustentável está na construção de uma sustentabilidade democrática no país, reivindicando e fazendo com que as camadas populares se tornem sujeitos políticos de seu ambiente material, territorial, social, econômico e ambiental. A sociedade sustentável é aquela em que o desenvolvimento está integrado à natureza, com respeito à diversidade biológica e sócio-cultural, exercício responsável e consequente da cidadania, distribuição equitativa das riquezas e condições dignas de desenvolvimento.

A criação de oportunidades sociais contribui diretamente para a expansão das capacidades humanas e da qualidade de vida. A participação cidadã a fim de ser um processo de mobilização das energias sociais, dos recursos e das potencialidades locais, para a implementação de mudanças que elevem as oportunidades sociais e as condições de vida no plano local (movimento endógeno), carece de articulação das condições objetivas e subjetivas do município para assumir a gestão das políticas públicas e da capacidade de gerenciamento dos municípios, através do executivo, ONGs e demais segmentos sociais com o controle social das políticas (SIMÃO *et. al*., 2010).

E a recompensa disto vai além dos resultados da operação técnica legal na

implementação das políticas públicas, influenciando, sobretudo, as habilidades produtivas e criativas das pessoas, da ação política e o crescimento econômico, através da prudência ecológica, eficiência econômica e justiça social (SACHS, 1993).

Assim, a ideia de sustentabilidade implica na premissa de que é preciso definir uma limitação nas possibilidades de crescimento e um conjunto de iniciativas que levem em conta a existência de interlocutores e atores sociais relevantes e ativos através de práticas educativas e de um processo de diálogo informado, o que reforça um sentimento de co responsabilização e de constituição de valores éticos (SIMÃO *et. al.,* 2010).

O desenvolvimento sustentável é o meio para a sustentabilidade e, assim, só é possível verificá-lo se as pessoas, as organizações e as instituições estiverem envolvidas por um objetivo que direciona seus comportamentos para a sustentabilidade (SIMÃO *el. al*., 2010).

Desse modo, como as pessoas se desenvolvem e amadurecem com relação ao conhecimento, as pessoas, as organizações e as instituições também, mas nos esforços para a sustentabilidade. Contudo, é preciso ser sustentável para alcançar a sustentabilidade. Nesse sentido, a evolução das sociedades e das nações pressupõe um processo de desenvolvimento. (SIMÃO *et. al*, 2010).

Portanto, incorporar a característica “sustentável” ao desenvolvimento é um esforço conjunto entre os atores, entre o setor público e privado. As políticas públicas são uma ferramenta utilizadas para esse fim, e, independentemente de qual for a dimensão de sua aplicação, elas estarão impactando no processo de desenvolvimento (SIMÃO *el.al.,* 2010).

Em suma, o desafio desse momento é o da implementação de metodologias capazes de garantir a equidade e a sustentabilidade do desenvolvimento, a partir da capacidade de continuidade dos efeitos benéficos dos programas e políticas, permitindo também, uma distribuição de maneira justa, compatível e tornando mais sensatos e efetivos os gastos públicos (TAVARES, 2005).

E a participação de diversos atores sociais é uma condição essencial, pois como diz um provérbio africano: não se herda o mundo dos nossos pais, mas tomamos emprestado dos nossos filhos. Isto significa dizer, que além da participação, tem-se o desafio de sair da esfera do discurso para ser mais pragmáticos, no sentido da implementação de metodologias capazes de possibilitarem o alcance de resultados desejados e que esses resultados sejam aqueles desejados por todas as sociedades presentes e futuras (TAVARES, 2005).

CONSIDERAÇÕES FINAIS.

Retomando os objetivos deste trabalho, de apresentar e discutir o campo da ciência política dedicado ao estudo de políticas públicas, os problemas públicos, os instrumentos, e a influência dos atores políticos na gestão tributária, bem como a sustentabilidade, como forma de comportamento imprescindível para a concretização de políticas públicas que promovam a participação frente às mudanças recentes da sociedade brasileira.

Ademais, pouco se conhece do papel dos municípios no debate fiscal

brasileiro. "Prefeito não gosta de cobrar imposto" é um tabu que precisa ser revisto. O debate público sobre tributação no Brasil continua marcado por mitos e lacunas. Muito se fala em reformar profundamente um sistema tributário que pouco se conhece. Pesquisas revelam que entre os congressistas, a grande maioria esmagadora é favorável a uma reforma ampla e profunda, porém somente uma parcela ínfima julga-se muito bem informada sobre o sistema tributário que pretende mudar tão radicalmente.

No Brasil, o pouco conhecimento da realidade tributária e, mais ainda, de sua administração, é bem mais acentuado no caso dos municípios.

No entanto, após a Constituição de 1988, houve um forte incremento da arrecadação própria municipal e muito já se investiu na melhoria de sua máquina fazendária, com soluções criativas e localizadas. Por exemplo, muitos municípios já cobram há muito tempo IPTU, taxas e até mesmo ISS, usando guias de recolhimento com código de barra e leitura ótica, recursos modernos da informática até hoje pouco utilizados pela União.

Ainda assim, as comparações com os outros países e entre as prefeituras revelam que resta um enorme potencial para se elevar a arrecadação municipal e, ao mesmo tempo, melhorar a qualidade do sistema tributário do país, reconhecendo, assim, o potencial de geração de receita própria inexplorada.

A essa altura, vale retomar o tema específico de políticas públicas e observar a necessidade de recursos financeiros para sua realização, por parte dos Municípios. Em primeiro lugar, cabe resolver uma questão fundamental: políticas públicas são sempre e necessariamente empreendidas pelo Estado. Mesmo que algumas definições possam admitir a produção de bens coletivos através de ações planejadas e organizadas ao longo do tempo e do espaço a partir de organizações não-governamentais, entende-se que o conceito de políticas públicas exige a presença e a ação estatal para dar a elas o sentido de abrangência e não-exclusividade de seus resultados.

Sendo realista, não se faz políticas públicas sem receitas arrecadadas pelo Estado, sem a entrada, nos cofres públicos, dos recursos necessários à concretização de tais políticas.

Porém, é necessário refletir que a aproximação de autoridades administrativas, ou mesmo de legisladores, dos interesses dos diferentes grupos sociais, pode levar ao sacrifício das políticas públicas em favor do interesse pessoal de alguns e da venalidade. Estudos de situações concretas revelam um padrão muito distinto, onde prevalece a troca, a negociação e barganha, o dissenso e a contradição quanto aos objetivos.

Ao invés de controle, autoridade e legitimidade verifica-se ambiguidade de objetivos, problemas de coordenação intergovernamental, recursos limitados e informação escassa [6]. O processo de políticas públicas pode ser melhor representado como um jogo entre implementadores onde papéis são negociados, os graus de adesão ao programa variam, e os recursos entre atores são objeto de barganha[7]. Ademais, tais atores em sua grande maioria, como também estudiosos e especialistas, enfrentam grandes limitações cognitivas sobre os fenômenos sobre os

[6] CF por exemplo Lane, Jan Erik, *The Public Sector: concepts, models and approaches*, Sage, 1993
[7] Bardach, Eugene (1977), *The Implemetation Game*, The MIT Press

quais intervêm, além de outros fatores, como preferências individuais ou coletivas através de programas e políticas, cujo conteúdo substantivo pode ser divergente daquele da coletividade.

Nessa perspectiva, projetos e programas não podem ser vistos como um projeto ideal e coletivo, mas como experimentação social, como um exercício constante do setor público, que retorna para a população as contribuições que ela realiza ao pagar tributos.

Apesar de existirem diversos problemas para serem solucionados, discute-se, na academia, nas empresas e na forma de agir e de pensar das pessoas, uma preocupação maior: a garantia da sobrevivência, atual e futura, expressa pela sustentabilidade - a qual é almejada e é o objetivo a ser atingido. Contudo, todas as ações realizadas pelas pessoas e organizações passaram a ser balizadas por esse propósito, que depende de diversos esforços.

Entre os meios de alcance da sustentabilidade, é possível citar algumas revelações do comportamento das pessoas e organizações, como a responsabilidade social e as políticas públicas - esforços que possuem um único fim e que merecem atenção para que seja verificado se estão contribuindo ou não para a sustentabilidade. Assim, o seu alcance pressupõe o desenvolvimento, de modo sustentável, do comportamento, ou seja, só será atingido quando houver um amadurecimento por parte de todos os atores.

Nessa perspectiva. é inegável a importância da sustentabilidade. Sustentabilidade é um meio de vida ou forma de viver que, devido à sua complexidade, não permite uma descrição por completo. Trata-se de um modo de pensar e de agir para as pessoas, sociedades e comunidades do presente e do futuro. O pensamento sobre a sustentabilidade resulta em revoluções, evoluções, amadurecimento e desenvolvimento das relações pessoais e organizacionais, entre si e perante o meio, o que pode ser verificado inclusive na forma de escrita da ciência, na qual o pesquisador passa a se incluir quando descreve e pesquisa as formas de alcance da mesma.

É essa forma de pensar que deve compreender todos os atores envolvidos no processo de políticas públicas, desde os detentores do poder de decisão até a sociedade, sem qualquer viés de cunho paternalista e eleitoreiro, não permitindo segregações, e sim, apenas compreensão.

Visto que, as políticas públicas impactam no desenvolvimento, resta apenas acompanhar e mensurar o efeito delas no objetivo das nações - uma evolução sustentável que corresponda aos anseios da população.

Sendo assim, é imprescindível que os governantes, líderes e gestores municipais tenham a noção do papel dos órgãos arrecadatórios, essenciais no financiamento de forma contínua de recursos para a concretização de políticas públicas Estas devem se propostas e estabelecidas de modo que resultem na sustentabilidade, que deve ser elaborada e pensada em conjunto com a sociedade, visando condições compatíveis para o bem-estar da população.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.

AFONSO, José R. R.; ARAUJO, Erika A. A capacidade de gastos dos municípios brasileiros: arrecadação própria e receita disponível. In: NEVES, Gleisi H. et al. Os municípios e as eleições de 2000. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer, 2000. p. 35-55 (Cadernos Adenauer, 4).

ANGÉLICO, João. Contabilidade Pública. 8ª ed. São Paulo: Editora Atlas, 1994.

ARÉVALO, Jorge L.; MENDOZA, Baltazar M. Federalismo fiscal. Chiapas y Nuevo León: un análisis comparativo. Economía Unam, v. 12, n. 34, p. 106-123, 2015.

ARRETCHE, Marta. Dossiê agenda de pesquisa em políticas públicas. Revista Brasileira de Ciências Sociais, fev. 2003, v. 18, n. 51, pp. 7-9.

CAETANO, Cleyde C. R.; Ávila, Lucimar A. C; TAVARES, Marcelo. A relação entre as transferências governamentais, a arrecadação tributária própria e o índice de educação dos municípios do estado de Minas Gerais. Rio de Janeiro, v. 51, n. 5, set./out. 2017.

DIAS, R., MATOS, F. Políticas Públicas – Princípio, Propósitos e Processos. São Paulo: Atlas, 2017.

HOWLETT, M. el.al. Política Pública: seus ciclos e subsistemas – uma abordagem integral. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

MANGIERI, Francisco Ramos. Administração Tributária Municipal: Eficiência e Inteligência Fiscal. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2015.

PEREZ, Marcos Augusto. A participação da sociedade na formulação, decisão e execução das políticas públicas. In: BUCCI, Maria Paula Dallari (org). Políticas Públicas Reflexões sobre o conceito. São Paulo: Saraiva, 2006. pp. 163-176

REIS, Paulo R. C da; COSTA, Thiago, de M. T. da. SILVEIRA; Suely, de F, R. Receita pública e bem-estar social nos municípios mineiros emancipados no período de 1988 a 1997. REAd. Revista Eletrônica de Administração. Porto Alegre, v. 19, n. 1, jan./abr. 2013.

_____. AFONSO, José Roberto Rodrigues et. al. Municípios, Arrecadação e Administração Tributária: Quebrando tabus. Revista do BNDES, n. 10, dez. 1998. Biblioteca digital. Disponível em: https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/handle/1408/872?mode=full. Acesso em: 03.dez.2019.

SACHS, Ignacy. Estratégias de transição para o século XXI: desenvolvimento e meio ambiente. São Paulo. Studio Nobel/Fundap, 1993.

SANTOS, Angela M. S. P. Município, descentralização e território. Rio de Janeiro: Forense, 2008.

SECCHI, Leonardo. Análise de Políticas Públicas - Diagnóstico de Problemas, Recomendação de Soluções. São Paulo: Cengage Learning, 2016. pp. 7-56.

SECCHI, Leonardo. Políticas Públicas. Conceitos, Esquema de análise, Casos Práticos. São Paulo: Cengage Learning, 2013. pp. 78-103.

SILVA, Lino M. da. Contabilidade Governamental. 3ª ed. São Paulo: Editora Atlas, 1996.

SILVA, Pedro Luiz Barros; MELO, Marcus André Barreto de. O Processo de Implementação de políticas públicas no Brasil: características determinantes da avaliação de programas e projetos. NEPP/UNICAMP. 2000. Caderno n. 48, pp. 2-16.

SILVA, Vitorino A. Constituição de 1988 e federalismo tributário: impactos sobre as finanças municipais. Dissertação (mestrado em economia) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1992

SIMÃO, et.al. Indicadores, Políticas Públicas e a In: SILVA, CL; SOUZA-LIMA, JE. Políticas Públicas e Indicadores para o Desenvolvimento Sustentável. São Paulo: Saraiva, 2010. pp. 35-54

SOUZA, Celina; BLUMM, Márcia. Autonomia política local: uma revisão da literatura. Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais, v. 17, n. 48, pp. 51-67, 1999.

SOUZA, Celina. Estado da Arte da Pesquisa em Políticas Públicas. In: HOCHMAN, Gilberto; ARRETCHE, Marta; MARQUES, Eduardo. Políticas Públicas no Brasil. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2007. Pp 65-85.

TAVARES, Everkley Magno Freire. Avaliação de Políticas Públicas de Desenvolvimento Sustentável: dilemas teóricos e pragmáticos. Holos, ano 21, mai. 2005.

TRISTÃO, José Américo Martelli. A ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS Uma avaliação do desempenho da arrecadação. São Paulo, 2003. 167 f. Tese (Doutorado em Administração) FGV/EAESP. São Paulo, 2003. (tese/dissertação).

OZAKI, Marcos T.; BIDERMAN, Ciro. A importância do regime de estimativa de ISS para a arrecadação tributária dos municípios brasileiros. Revista de Administração Contemporânea, v. 8, n. 4, p. 99-114, 2004.

A INFLUÊNCIA E AS CONSEQUÊNCIAS DE UM DIAGNÓSTICO DE PSICOPATIA NA VIDA DE UM INDIVÍDUO NA SOCIEDADE ATUAL

CARDOSO, João Marcus Roque.
Graduando em psicologia – UniFACEF

ABRÃO, Mauricio Crivelenti.
Graduando em psicologia - UniFACEF

AZEVEDO, Mateus Lemos de.
Graduando em psicologia - UniFACEF

GRACIOLI, Sofia Muniz Alves.
Doutora em Psicologia – USP/Ribeirão Preto

Uni-FACEF Centro Universitário de Franca

RESUMO

A psicopatia é um distúrbio mental grave, caracterizado por diversos transtornos mentais, em especial, pode se citar o transtorno antissocial que leva o indivíduo a ter comportamentos amorais e também a violação dos direitos de outras pessoas, além de outros tipos de transtornos. A relevância do presente artigo é aprofundar um assunto que muito se discute atualmente, mas tem se poucas respostas acerca do mesmo. O objetivo é analisar e elencar as dificuldades enfrentadas durante o tratamento e na convivência social de tais indivíduos. A metodologia usada foi uma revisão bibliográfica crítica com uso de artigos científicos e livros sobre o tema. O conceito de psicopatia se desenvolveu ao longo dos anos até chegar ao que conhecemos hoje. A psicopatia se apresenta nos atos cotidianos, porém é pouco perceptível para pessoas comuns. O tratamento da psicopatia é algo bem complexo, pois até os dias de hoje não há comprovações que um sujeito psicopata conseguiu ser curado. Muitas pessoas usariam a psicoterapia como uma forma de melhora e autoconhecimento, mas o que se vê com as pesquisas é que a psicoterapia na maioria dos casos prejudica mais ainda o sujeito, pois ele não tem vontade alguma de mudar e não se sente infeliz com nenhum de seus comportamentos antissociais. O que é mais indicado nesses casos é o uso de fármacos, para pelo menos tentar minimizar os efeitos desse transtorno de personalidade que agrava cerca de 4% da população mundial. A psicopatia é complexa, mas com o avanço da ciência, ela adquiriu 2 instrumentos padronizados, muito eficientes, que ajuda a diagnosticar a psicopatia, que são: o PCL-R de Robert Hare, e o teste de Rorscharch, conhecido como manchas de tinta, juntamente com a avaliação psiquiátrica. Cabe ressaltar, que esses testes analisam a reincidência criminal do indivíduo, que quanto maior for sua pontuação nos testes, maior a

reincidência de voltar a cometer os crimes. Compreender um pouco dos distúrbios que podem estar presentes em um diagnóstico de psicopatia é essencial para que se possa trabalhar com as limitações do indivíduo na sociedade. Quando se compreende alguns dos diagnósticos que permeiam tal característica, é possível ampliar um leque para tê-lo melhor inserido socialmente e conhecer as limitações dessa realidade. Analisando tais circunstâncias, a psicopatia é um distúrbio mental grave e de complexo diagnóstico dificultando o trabalho dos psicólogos e dos psiquiatras, mas a ciência está evoluindo e trouxe testes para ajudar esse problema como a escala PCL-R do Hare e o teste de Rorscharch de tinta. Algumas saídas para que tais dificuldades sejam amenizadas são a aceitação do próprio sujeito em relação ao seu transtorno, investimento em pesquisas e ciência, pois assim as dificuldades encontradas no tratamento de sujeitos psicopatas sejam amenizadas e haja um maior entendimento em relação a esse tema, quebrando certos preconceitos.

Palavras-Chaves: Psicopatia; Transtorno Antissocial; Distúrbio Mental

1. INTRODUÇÃO

A psicopatia é um distúrbio mental grave, onde o indivíduo apresenta comportamentos antissociais e amorais, sem demonstração de culpa ou remorso, sendo incapaz de amar, aprender com as experiências, incapaz de criar laços profundos com outros indivíduos e se mostrando extremamente egocêntrico.

Em convivência com a sociedade, a pessoa com psicopatia tem a tendência a causar danos para as outras pessoas ou ao bem-estar da sociedade geral. O diagnóstico de psicopatia é severo e implica em vários danos na vida do indivíduo em um meio comum, sua convivência passa a ser mal vista e sua patologia gera um preconceito á pessoa. Numa sociedade cheia de mitos e pouca informação, o baixo entendimento sobre tal caso gera uma resistência muito grande do meio com o indivíduo, e ao ser reconhecido com psicopatia, a vida do sujeito tende a sofrer graves mudanças, que foram demarcadas no presente artigo.

A relevância do presente artigo é que por ser um tema pouco discutido necessita de uma atenção especial, pois impacta a vida das pessoas de uma forma muito forte.

O objetivo deste artigo é analisar e elencar as dificuldades durante o tratamento e da convivência social que indivíduos psicopatas passam em seus dia-a-dia e como eles reagem as essas consequências.

A metodologia utilizada foi uma revisão bibliográfica crítica com uso de artigos científicos e livros a respeito do assunto.

2. O CONCEITO DE PSICOPATIA: EVOLUÇÃO AOS DIAS ATUAIS

O conceito de psicopatia foi desenvolvido e estudado através dos anos, até chegar na definição que temos hoje, sendo incluído no código penal. A etimologia da palavra tem origem do grego psykhé (mente) com pathos (sofrimento).

Schnneider (1968) define personalidades psicóticas como “aqueles que sofrem com a sua anormalidade ou que assim fazem sofrer a sociedade”.

Definido no dicionário online como uma “perturbação da personalidade que se manifesta essencialmente por comportamentos antissociais (passagens a ato), sem culpabilidade aparente” (PSICOPATIA, 2020, s.p), o comportamento psicótico tem basicamente características a ausência de empatia ou culpa e características anti-sociais, além de ser perceptível nos atos cotidianos e dificilmente identificado por pessoas comuns.

Uma das características de indivíduos psicopatas é apresentar comportamentos antissociais, de acordo com o DSM-5 (2014), o “transtorno da personalidade antissocial é um padrão de desrespeito e violação dos direitos dos outros”, e em alguns casos o indivíduo pode apresentar também um “transtorno da personalidade narcisista ou transtornos psicóticos”. O transtorno de personalidade antissocial já foi visto de várias maneiras:

> Esse padrão também já foi referido como psicopatia, sociopatia ou transtorno da personalidade dissocial. Visto que falsidade e manipulação são aspectos centrais do transtorno da personalidade antissocial, pode ser especialmente útil integrar informações adquiridas por meio de avaliações clínicas sistemáticas e informações coletadas de outras fontes colaterais (DSM-5, 2014, p. 659)

Psicopatas são pessoas aparentemente comuns, porém apresentam algumas características que desviam da norma, é possível apenas defini-los com base nas suas atitudes cotidianas. Filho (2009, p. 338) apud Checkley (1941/1976) enumera algumas características:

> Charme superficial e boa inteligência; 2) Ausência de delírios e outros sinais de pensamento irracional; 3) Ausência de nervosismo e manifestações psiconeuróticas; 4) Não-confiabilidade; 5) Tendência à mentira e insinceridade; 6) Falta de remorso ou vergonha; 7) Comportamento antissocial inadequadamente motivado; 8) Juízo empobrecido e falha em aprender com a experiência; 9) Egocentrismo patológico e incapacidade para amar; 10) Pobreza generalizada em termos de reações afetivas; 11) Perda específica de insight; 12) Falta de reciprocidade nas relações interpessoais; 13) Comportamento fantasioso e nãoconvidativo sob influência de álcool e às vezes sem tal influência; 14) Ameaças de suicídio raramente levadas a cabo; 15) Vida sexual impessoal, trivial e pobremente integrada; 16) Falha em seguir um plano de vida. (FILHO apud CHECKLEY, 1941/1976, p. 338)

No sistema judiciário brasileiro, o indivíduo psicótico é tratado no Art. 26 do Código Penal – Decreto de Lei 2848/40 (BRASIL, 1940) como “inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento”, sendo assim, a pena definida para os delitos cometidos pode ser reduzido de um a dois terços, no caso do agente, em virtude da sua perturbação de saúde mental não era inteiramente capaz de entender o caráter ilícito do fato.

3. COMO É REALIZADO E QUAIS SÃO AS DIFICULDADES PARA O TRATRAMENTO PARA A PSICOPATIA

O tratamento na psicopatia é algo muito discutido, mas ao mesmo tempo têm-se poucas respostas a cerca desse processo. Muitas pessoas podem pensar que a psicoterapia seria uma saída para alavancar esse tratamento e possivelmente até uma suposta cura, mas segundo Hare (2013) a psicoterapia não seria muitas vezes uma forma de melhorar essa situação, muito pelo contrário, em determinadas situações a terapia pode piorar o indivíduo, pois é comprovado que o sujeito psicopata não se sente motivado em quase nenhuma situação e assim abandonam a terapia muito facilmente nas primeiras sessões. Muitos indivíduos com a psicopatia depois de fazerem terapia apontam um maior grau de violência quando são liberados, enquanto que os psicopatas que não passaram pelo processo da terapia se mostram um pouco menos violentos. Portanto é visto que a psicoterapia é muitas vezes erroneamente ligada a melhora de um psicopata, sendo que na maioria dos casos ela pode até piorar o comportamento dos sujeitos, sendo que os mesmo não sentem nenhum pouco de empatia ou qualquer outro sentimento que os faça mudar seu comportamento para melhor.

Morana (2006, s.p) diz o seguinte sobre o tratamento:

> Os pacientes portadores de TP demandam excessiva atenção por parte da equipe profissional e muitos são considerados irritantes e de difícil manejo, contribuindo para dificuldades contra transferenciais que dificultam ainda mais a condução do tratamento. Existe alguma evidência sugerindo que pessoas que preenchem critérios plenos para psicopatia não são tratáveis por qualquer forma de terapia disponível na atualidade. O seu egocentrismo em geral e o desprezo pela psiquiatria em particular dificultam muito o seu tratamento.

Entende se então que além das dificuldades encontradas no sujeito psicopata(falta de empatia e de culpa) há as dificuldades externas que seriam a relação equipe x psicopatas, que é muito deteriorada porque alguns profissionais da área da saúde tem a visão de que os psicopatas são irritantes e difíceis de lidar, dificultando mais esse processo de melhora.

Algo que dificulta no tratamento de psicopatia segundo Barbosa (2008) é que os psicopatas raramente procuram a terapia como uma forma de melhorar seus comportamentos, porque em geral quem procura a terapia é quem esta descontente e insatisfeita com sua situação atual, mas os psicopatas não, eles se sentem totalmente satisfeitos com tudo que acontecem em suas vidas, não tendo nenhuma tristeza, autoestima baixa, e nem mesmo depressão. Segundo Barbosa (2008) algo que seria mais eficaz nessas situações de psicopatia seria o uso das terapias biológicas, medicando o sujeito. Ou seja, o psicopata não tem vontade alguma de fazer terapia, e quando comparecem as sessões é obrigado por algum familiar, tudo isso porque ele se sente bem com seus comportamentos e seu estilo de vida, sem assumir nenhuma culpa ou angústias.

4. COMO É O MÉTODO DE DIAGNÓSTICO DA PSICOPATIA

Segundo a tese de Hilda Morana (2004), existem dois instrumentos padronizados que facilitam para identificar os psicopatas, os instrumentos padronizados são o PCL-R de Hare e a teste de Rorscharch, juntamente com a avaliação psiquiátrica.

Segundo João Carlos Alchieri (2004) em sua tese as técnicas de tinta o teste de Rorscharch é um teste conhecido como manchas de tinta, sendo um instrumento que usa estímulos visuais pouco desenvolvidos possibilitando a comprovação da organização perceptual e a projeção dos aspectos internos do examinando.

Hare com seu teste concluiu um resultado interessante nas suas palavras:

> Muitos estudos verificaram que os prisioneiros com altos escores que os prisioneiros com altos escores no PCL-R, portanto identificados como psicopatas, estão mais do que duas vezes propensos a reincidência criminal do que outros prisioneiros (HARE,1995, p.29)

A psicopatia é um distúrbio mental grave e de complexo diagnóstico esses instrumentos visam apenas a auxiliar o examinando se ele tem a probabilidade ou não de reincidência criminal de acordo com os resultados e as analises dos instrumentos.

Nas palavras de Morana:

> A escala do Hare PCL-R - Psychopatic Checklist Revised - vem preencher essa dificuldade diagnóstica. Permite, através de um ponto de corte determinado, a identificação de características de personalidade compatíveis com o conceito de psicopatia, características essas entendidas como condições mórbidas que pressupõem comportamento antissocial destrutivo e elevada tendência à reincidência delitiva. Desta forma, a psicopatia inclui-se entre os transtornos antissociais da personalidade como forma mais grave de manifestação. Tal gravidade é entendida como menor possibilidade de reabilitação, dificuldade de ajuste à instituição prisional, reincidência em crime e violência. (MORANA, 2003, p. 35)

Ou seja, quanto maior grau de psicopatia mais complicado fica para o individuo viver em sociedade, de se adaptar a prisão, e sua repetição ao crime e violência voltará com mais facilidade.

Segundo Hare mesmo o ambiente sendo um fator que influencia ele esclarece:

> Hare afirma, ainda, que os fatores sociais e a criação embora ajudem a modelar a “expressão” do transtorno, nada podem fazer quanto a incapacidade do indivíduo sentir empatia ou desenvolver uma consciência. Sua pesquisa atestou que, a qualidade de vida familiar se demonstra muito menos influente sobre a posterior criminalidade em infratores psicopatas do que em indivíduos não psicopatas. (HARE, 2013, p.181)

Por mais que no behaviorismo diz que o ambiente molda o comportamento, de acordo com as pesquisas de Hare o contexto familiar não influencia tanto a criminalidade pelos psicopatas.

Hare (1991) define que ‘’O PCL-R é uma escala com destino a

pontuação para qualificar a psicopatia em populações forenses masculinas, ele é um dos instrumentos mais utilizados em âmbito forense em vários países. ''Ou seja, o PCL-R contribuiu muito a qualificar a psicopatia em âmbitos forenses.

O psicólogo Gacono comenta sobre os testes:

> Em pesquisa realizada com o uso do Rorscharch e do PCL-R em população forense verificou que os que apresentaram altas pontuações no PCL-R evidenciaram refratariedade ao tratamento, apresentaram maior quantidade de registros por indisciplina e um elevado risco para reincidência, tanto em crimes violentos como não violentos. (GACONO, 1998, p.29)

Ou seja, no teste de Rorscharch e do PCL-R quantos mais elevados eram os resultados dos testes mais resistentes ao tratamento os indivíduos eram.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo geral do presente trabalho foi analisar e elencar as dificuldades no tratamento de indivíduos diagnosticados com psicopatia e na sua convivência em sociedade no dia-a-dia e como eles reagem as essas consequências, já os objetivos específicos foram definir o termo psicopatia e correlaciona-lo com as psicopatologias apresentadas pelo indivíduo, apresentar a visão jurídica do Brasil em relação à essas pessoas, descrever como é realizado o diagnóstico e tratamento e definir as dificuldades encontradas, sendo assim o artigo buscou englobar a maior parte de informações sobre o tema.

Acreditávamos em várias hipóteses durante o início do trabalho, sendo que algumas delas foram caindo, e com a pesquisa bibliográfica sendo executada, vimos que tais hipóteses na verdade possuíam outro significado. Como por exemplo, no começo do trabalho pensávamos que a psicoterapia era um forte aspecto que ajudaria durante o tratamento do indivíduo psicopata, mas através das nossas pesquisas chegamos ao resultado que, em alguns casos a terapia se torna um obstáculo e dificulta ainda mais tal processo. Outro exemplo de hipótese era que, o método de diagnóstico para a psicopatia era de fácil realização, e através das pesquisas realizadas vimos que tal processo é bem complexo e envolveu bem mais do que uma simples observação do sujeito em questão.

Vendo tais circunstâncias, pensamos que pode haver algumas saídas para que a situação seja amenizada ou pelo menos haja maior entendimento sobre o assunto e dessa forma possa haver um compreendimento melhor por parte das pessoas e assim o tema “psicopatia” tenha alguns de seus paradigmas quebrados.

Como prognóstico, digo que, com a aceitação do próprio indivíduo, sabendo que ele possui tal transtorno de personalidade, o tratamento ficaria mais fácil de ser realizado. Mas como a maioria dos sujeitos psicopatas não admitem e nem aceitam que possuem tal transtorno, o que indico seria melhoras nas relações sociais dessa pessoa, ou seja, o entorno dessa pessoa deveria ser mais trabalhado, para que eles aprendam a lidar com o indivíduo psicopata e possam encaminha-lo para melhores caminhos, aceitando suas dificuldades e ajudando-o a se relacionar melhor em sua sociedade.

Vejo também, que deve-se investir mais em ciência, ou seja, em pesquisas relacionadas a esse tema, para que todas as dificuldades encontradas

atualmente durante o tratamento e na relação entre sujeitos psicopatas, seja um dia amenizada e possa haver um melhor entendimento sobre o assunto, quebrando assim alguns preconceitos existentes.

Durante a realização de tal artigo, encontramos algumas dificuldades que deixaram nosso trabalho um pouco mais complexo. A primeira seria a dificuldade de achar material, tal dificuldade deve-se a dois motivos: o primeiro é que por ser um tema de difícil entendimento e alta complexidade, em alguns momentos nos faltava materiais, e quando encontrávamos algum, era um pouco repetitivo. O segundo motivo foi por causa da pandemia do Corona Vírus, que nos impediu de fazermos pesquisas na biblioteca física da faculdade, fazendo com que a gente se dispusesse apenas de matérias onlines e livros que já possuíamos em mãos.

Tal dificuldade literária acarretou em termos que nos adaptar em relação a nossa busca de conteúdo, tendo que buscar nossas informações em revistas onlines, artigo onlines e em sites especializados no assunto.

Pensar em futuras pesquisas a partir da de vocês!!!

REFERÊNCIAS

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos**: DSM-5; tradução: Maria Inês Corrêa Nascimento... et al.]; revisão técnica: Aristides Volpato Cordioli ... [et al.]. – 5. ed. – Dados eletrônicos. – Porto Alegre: Artmed, 2014. Disponível em: <http://www.niip.com.br/wp-content/uploads/2018/06/Manual-Diagnosico-e-Estatistico-de-Transtornos-Mentais-DSM-5-1-pdf.pdf>. Acesso em: 14 abr. 2020

ALCHIERI, C.J (2004). **Técnicas de manchas de tinta**. Tese de Doutorado, UFRN, Natal. Disponível em: <https://docero.com.br/doc/x18ecx>. Acesso em: 11 abr. 2020.

BITTENCOURT, M. I. G. F. Conceito de psicopatia: elementos para uma definição. **Revista FGV**, v. 33, n. 4, P. 20-34, 1981. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/abp/article/view/18612/17353>. Acesso em: 14 abr. 2020

BRASIL. Lei nº 2848. Da Imputabilidade Pena. Brasília:Senado Federal, 2017. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/529748/codigo_penal_1ed.pdf >. Acesso em: 14 abr. 2020

FILHO, N. H.; T, M. A. P.; DIAS, A. C. G.. Psicopatia**:** o construto e sua avaliação. **Aval. psicol**., dez 2009, vol.8, no.3, p.337-346. ISSN 1677-0471. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/avp/v8n3/v8n3a06.pdf>. Acesso em: 14 abr. 2020

HARE, Robert D. **Sem consciência: o mundo perturbador dos psicopatas que vivem entre nós.** Porto Alegre: Artmed, 2013.

MORANA, C.H. P (2003). **Identificação do ponto de corte para a escala PCL-R**. Tese de Doutorado, USP, São Paulo. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/5/5142/tde-14022004-

211709/publico/HildaMorana.pdf>. Acesso em: 11 abr. 2020.

MORANA, C.H.P **Transtorno de personalidade, psicopatia e serial killers**. São Paulo,2006.Disponível em : http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-44462006000600005. Acesso em: 13 abr. 2020

PSICOPATIA. **Dicionário online de português**, 28 abr. 2020. Disponível em < https://www.dicio.com.br /psicopatia/ >. Acesso em 28 abr. 2020.

SCHNNEIDER, K. **Psicopatologia clínica**. 1a.ed. São Paulo: Editora Mestre Jou; 1968.

SILVA, A. B B. **Mentes perigosas: o psicopata mora ao lado**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008.

A MATERNIDADE E A UNIVERSIDADE: UMA RELAÇÃO POSSÍVEL?

MATERNITY AND UNIVERSITY: A POSSIBLE RELATIONSHIP?

Área temática: 1.5 Educação e Desenvolvimento

CINTRA, Soraia Veloso
Universidade Federal de Uberlândia
Doutora em Serviço Social
soraia.veloso@ufu.br
FELIPE, Naiara Aparecida
Universidade Federal de Uberlândia
Bacharela em Serviço Social
naiarafelipe873@gmail.com

Resumo

O presente artigo apresenta resultados da pesquisa intitulada **Impacto da maternidade na vida das mulheres universitárias**, realizado em 2018 na Universidade Federal de Uberlândia, campus de Ituiutaba (MG), com aprovação do comitê de ética em pesquisa da instituição (**CAAE:** 82675418.0.0000.5152). Os dados levantados mostraram como se dá a conciliação da maternidade com a universidade para mulheres que foram mães durante o curso de graduação em Serviço Social. As pesquisadoras queriam saber quais eram as maiores dificuldades que enfrentavam, se tinham conhecimento de seus direitos, e se tiveram 'prejuízos' para conseguir concluir o curso, como trancamento de disciplinas e/ou outras atividades. Por meio de entrevistas, as mulheres contaram que a tarefa não foi fácil, mas contaram com o apoio familiar, principalmente de outras mulheres; e com a compreensão dos próprios professores, já que algumas levavam os bebês para sala de aula ao término da 'licença maternidade'. Percebe-se que as universidades brasileiras não foram pensadas para este público. Mas as mulheres que se tornam mães durante a graduação são uma realidade e políticas de inclusão para garantir a permanência delas é necessária.

Palavras-chave: universidade, maternidade, mulheres

Abstract

This article presents results of the research entitled Impact of motherhood on the lives of university women, conducted in 2018 at the Federal University of Uberlândia, campus of Ituiutaba (MG), with approval from the institution's research ethics committee (CAAE: 82675418.0.0000.5152). The surveyed data showed how the conciliation between motherhood and university for women who were mothers during the undergraduate course in Social Work occurs. The researchers wanted to know what were the biggest difficulties they faced, if they were aware of their rights, and if they had 'losses' to be able to complete the course, such as locking up subjects and / or other activities. Through interviews, women said that the task was not easy, but they had family support, especially from other women; and with the understanding of the teachers themselves, since some took the babies to the classroom at the end of 'maternity leave'. It is clear that Brazilian universities were not designed for this audience. But women who become mothers during graduation are a reality and inclusion policies to ensure their permanence is necessary.

Keywords: university, motherhood, women

1 INTRODUÇÃO

Segundo dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep, 2013), o número de mulheres que ingressaram no ensino superior supera o de homens a cada ano. O percentual médio de alunas até 2013 foi de 55% do total em cursos de graduação presenciais.

Se o recorte for feito para os concluintes, o índice sobe para 60%. No último ano do decênio, do total aproximado de 6 milhões de matrículas, 3,4 milhões foram de mulheres, contra 2,7 milhões do sexo oposto. Na conclusão dos estudos, 491 mil alunas formaram-se, enquanto 338 mil homens terminaram seus cursos em 2013. Em maior ou menor número, elas estão em áreas como Medicina, Direito, Engenharias, Matemática, entre outras.

De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2014), das mulheres ocupadas com 16 anos ou mais, 18,8% possuem ensino superior completo, enquanto o percentual dos homens, na mesma categoria, é de 11%. Nesta mesma pesquisa, existem dados de que as mulheres são maioria na categoria de Ensino Médio completo ou superior incompleto: 39,1% de mulheres contra 33,5% de homens.

Em 2016, segundo Censo da Educação Superior, as mulheres eram maioria entre os alunos das graduações. Entre o número de ingressantes, elas correspondiam a 53,9% dos calouros. Essa proporção aumentava mais no total de alunos que se formaram: 59,9% de mulheres ante 40,1% de homens. Já entre as licenciaturas, cursos voltados à formação de professores, as mulheres correspondiam a 71,6% dos alunos. O problema é que mesmo com a escolaridade mais alta, a remuneração média das mulheres no Brasil chega a 64,39% do que os homens ganham. Mas elas continuam estudando.

Se a entrada de mulheres nas universidades é uma conquista registrada no século XX, conciliar os estudos com a maternidade é um desafio. A tarefa não é fácil, pois este espaço dificilmente contempla estas mulheres. Elas precisam se dividir e multiplicar ao mesmo tempo. Esta é a realidade das reflexões apresentadas neste artigo que partiram da pesquisa intitulada **Impactos da maternidade na vida das mulheres universitárias**, realizada com estudantes da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), campus de Ituiutaba (MG). O desafio para concluir o curso escolhido é enorme. Segundo Yannoulas (2007), a sociedade é estruturada em torno de um processo histórico em que há dominação masculina e subordinação feminina. Até mesmo a universidade expressa esta questão, sendo um espaço masculino, não pensado para as particularidades das mulheres.

2 A MATERNIDADE E A UNIVERSIDADE

Durante os primeiros meses, o bebê se encontra em um estado de grande dependência, apresentando necessidades como comer, beber, estar limpo, aquecido e aliviado de dores. A troca de afeto também é importante, algo que só o contato humano pode satisfazer. Estar perto do bebê durante 24 horas é algo que a maioria das mães deseja. Se isso é uma realidade, como conciliar a maternidade com a universidade? Isso é mesmo possível?

A Universidade é um lugar na qual formam sujeitos, trocas de experiências, lugar de lutas e conquistas. Chegar ao curso superior é um processo no qual cada um pode reconhecer seus direitos e deveres como cidadãos. Mas conciliar maternidade e vida acadêmica não é tarefa fácil para as mulheres. Elas ocuparam seu lugar de direito na academia, porém, para as que são mães e assumem a maternidade, a tarefa é um pouco mais difícil, ainda que a licença maternidade tenha sido estendida para as estudantes. Segundo Nascimento (2004, p. 227):

> [...] a licença tem dois objetivos: possibilitar à mulher a recuperação física do parto e a possibilidade da presença da mãe com a criança em tão importante período. As mulheres têm direito de fazer trabalhos em casa com acompanhamento docente e têm direito a prestar exame final. A educação é um direito social fundamental garantido pela Constituição Federal de 1988. Não deve ser deixada de lado quando a estudante engravida.

Apesar da existência legal que permite a licença maternidade, há um ponto que tem que ser discutido que são os direitos que estão contidos nas normas das universidades. As atividades práticas, como o estágio obrigatório e o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), não entram na licença, ou seja, se estiver em período letivo, a estudante em licença deverá trancar estas atividades ou se virar para fazê-las. As normas gerais da graduação da UFU, deixam isso bem claro:

> Art. 228. Na avaliação da solicitação de Regime Especial de Aprendizagem, a Coordenação de Curso deverá levar em consideração a natureza do(s) componente(s) curricular(es) incluídos na solicitação.

> § 2° Para os componentes curriculares exclusivamente práticos e para os estágios obrigatórios, quando não couberem exercícios domiciliares, **não** será concedido o Regime Especial de Aprendizagem, salvo em casos excepcionais, por deliberação do Colegiado de Curso.

Na fase universitária a rotina é baseada em estudos, estágios, trabalhos, além da conciliação com os afazeres domésticos e /ou o trabalho fora do lar para aquelas que são casadas (legalmente ou não), com filhos. Nem sempre a família terá acesso a creche pública ou condições para pagar uma creche particular. A conclusão do curso pode ter que ser adiada pelos imprevistos.

As políticas estudantis tendem a funcionar como ações facilitadoras para a permanência e conclusão dessas estudantes. É preciso que estas políticas reconheçam também estas mulheres como grupo social em desvantagem de permanência, quando na condição de mães,

O problema é que as Universidades não foram pensadas para mulheres com filhos, independentes da idade de ambos. Até porque espera-se que entrem neste espaço ainda jovens, e sem esta 'bagagem' adicional. Porém, em alguns cursos, como é o caso do Serviço Social, mulheres com filhos de todas as idades são atraídas pela possibilidade de estudo. Na UFU, no campus pesquisado, elas são maioria absoluta e seus filhos são presença constante nas salas de aula.

3 O QUE ELAS FALARAM

A metodologia utilizada permitiu a identificação das dificuldades/ facilidades e o conhecimento das alunas que foram mães durante a graduação. O campus Pontal é fora de sede instalado na cidade de Ituiutaba (MG) com 11 cursos. Foram selecionadas mulheres que se enquadraram nos critérios estabelecidos: idade superior a 18 anos, que estivessem no curso de Serviço Social, que ficaram grávidas e tiveram seus filhos durante a graduação, e que utilizaram o direito à licença maternidade. Desta forma, cinco universitárias responderam positivamente à participação, conforme tabela 1

Tabela 1: Mulheres universitárias participantes da pesquisa

Identificação	Idade	Cor	Filhos	Estado civil	Período cursado	Renda	Trabalhava fora do lar
Estudante 1	28	Branca	2	União estável	8ª	2 SM	Não
Estudante 2	35	Negra	2	Casada	3º	3 SM	Sim
Estudante 3	35	Branca	3	União estável	6º	2 SM	Não
Estudante 4	29	Negra	2	Divorciada	-	2 SM	Sim
Estudante 5	26	Parda	3	União estável	8ª	2 SM	Sim

Fonte: Roteiro de questões respondido pelas próprias estudantes (2018)

Elas têm entre 26 e 35 anos, duas são brancas, duas pretas e uma se identificou como parda, duas têm 3 filhos; três tem 2 filhos; quatro estão casadas (seja legalmente ou em união estável), e uma está divorciada (estudante 4), tendo passado pelo processo logo após a gravidez, o que tornou a conciliação dos estudos, maternidade e trabalho, um fardo ainda mais difícil de carregar. Na tabela, não aparece o período cursado, pois no momento da entrevista ela não estava mais no chamado período ideal, por ter sido reprovada em algumas disciplinas e trancado outras. Mesmo assim, não desistiu do curso.

Elas foram entrevistadas no próprio espaço da Universidade tendo respondido às questões previamente elaboradas. A primeira pergunta tratava justamente da conciliação: quais foram os impactos encontrados em conciliar a faculdade e a maternidade.

> "O maior impacto foi conseguir conciliar os horários, desde as consultas de pré-natal, internações e quando meus filhos precisam de mim, em horário

> de aula. Além disso, também fica difícil participar de eventos e praticamente impossível participar de viagens. Existe também a falta de empatia por parte de alguns professores. Porque pra mim, meus filhos são prioridade, e isso incomoda, pois exigem muita doação na vida acadêmica, e se não ocorre você fica mal vista". (Estudante 1, 2018).
>
> "Dificuldade de organizar um horário para estudar em casa e participar de eventos na faculdade". (Estudante 2, 2018)
>
> "Os impactos foram ter que deixar o meu bebê com a minha mãe que mora longe e a conciliação com as atividades acadêmicas". (Estudante 3, 2018)
> "Os impactos encontrados foram realmente conseguir ir até o final do semestre de estágio, acompanhar as matérias e voltar o estágio com meu filho pequeno." (Estudante 4, 2018).
>
> "Os impactos é a saúde, a indisposição no período gestacional, e quando o bebê nasceu, não tinha com quem deixar e tive que levar até completar os 11 meses, para pôr na creche" (Estudante 5 2018).

Com essas respostas nota-se, que as dificuldades foram grandes e que tiveram impasses para seguirem estudantes. Ainda assim, não desistiram. As situações têm semelhanças, e que não é uma luta só de uma, a dupla jornada de trabalho mostra que por mais que a universidade cobre dessas alunas, elas não desistiram. Chama atenção o relato de uma das entrevistadas que afirmou que levava todos os dias o bebê para a sala de aula.

Mas ela, está longe de ser a única, afinal o município de Ituiutaba não dispõe de vagas em creche para todas as crianças, apesar da legislação pertinente. Também a UFU não dispõe de espaço próprio neste sentido.

Ainda neste aspecto, o curso de Serviço Social é um diferencial dentro do campus, pois trata-se de curso matutino e a presença de crianças é constante, independente da idade, normalmente pelo fato da criança não ter com quem ficar naquele momento. É um dos poucos cursos cujos professores (homens ou mulheres) permitem que as mães levem seus filhos, desde que elas consigam manter as crianças sem 'atrapalhar' a própria sala. Todas têm consciência, porém, que este não é o melhor espaço para os pequenos.

Outra questão abordada, foi o regime especial de afastamento, a licença maternidade das estudantes. As pesquisadoras queriam saber se todas gozaram dos 120 permitidos pela lei. Apesar de todas terem respondido que fizeram uso, acabaram voltando antes do término e apenas uma deu entrada oficial para apenas 90 dias, por medo de não conseguir acompanhar a turma pela quantidade de atividades a serem realizadas. Isso mostra que por mais que maternidade na vida da mulher seja prioridade, tem casos que para não perder o ritmo, fazem sacrifícios para terminar a graduação, sem ficar devendo matérias.

> "Me afastei somente 3 meses (90 dias) por medo de não conseguir acompanhar a turma pela quantidade de atividades a serem realizadas". (Estudante 2, 2018)

Esta estudante, porém, pode contar com a colaboração de outra mulher, sua mãe, para ficar com o bebê, trazendo de certa forma maior segurança. Ela, que também trabalha, só conseguiu creche para o filho depois que o mesmo fez um ano. É a realidade também da Estudante 1 que teve dois filhos durante a graduação, mas usou o regime especial em apenas uma delas. Na outra estava de férias e quando retornou deixou seu filho com mãe também para não perder o ritmo das atividades acadêmicas.

> "Me afastei 120 dias na primeira gravidez, e na segunda não foi preciso, porque foi nas férias, fiquei os dois meses das férias com ele e já voltei para universidade, as minhas duas gestações foram durante a graduação" (Estudante 1, 2018).

As respostas, chamaram a atenção pois elas demonstram que tinham desejo de concluir o

curso. Tanto que nem utilizaram totalmente a licença e o regime especial. É o caso de Estudante 5que após 40 dias do parto voltou à sala de aula, trazendo sua filha junto.

E como conciliar a maternidade com as atividades acadêmicas? Elas responderam que foi difícil. Em alguns casos, somente bem a noite conseguiam estudar.

> "No início é mais difícil pois prejudica a amamentação, a preocupação em deixar o bebê tão pequeno e dependente da mãe, os seios também ficam doloridos pois enchem de leite e não tem o bebê perto para mamar." (Estudante 1, 2018)

> "Não está sendo fácil, pois as atividades acadêmicas exigem um certa dedicação, são muitos conteúdos e agora tem o estágio, assim com os cuidados com meus filhos." (Estudante 2, 2018)

> "É muito difícil conciliar, o bebê não deixa estudar se estiver de frente a ele, eu só estudo quando estou na faculdade ou quando ele está dormindo." (Estudante 3, 2018)

> "Foi difícil devido a adaptação com o bebê, pois tinha que estar em contato com a turma e com os professores para não perder as matérias." (Estudante 4, 2018)

> "Foi difícil, só dava para fazer as atividades acadêmicas após as 22h00 quando todos estavam dormindo". (Estudante 5 2018)

Para que pudessem estar em sala de aula, foi perguntando como se organizaram. Duas deixavam com a mãe, ou seja, outra mulher acaba assumindo os cuidados com o recém-nascido. Importante ressaltar que nenhuma das entrevistadas citou o pai da criança como figura responsável pelos cuidados durante o período que estavam estudando.

> "Deixo meus filhos com minha mãe, pra ir para faculdade e para o estágio." (Estudante 1, 2018).

> "Na organização eu conto com a ajuda da minha mãe na parte da manhã para olhar ele e quando faço estágio que é 2 vezes na semana." (Estudante 3, 2018).

A creche é importante para a volta a sala de aula, mas somente Estudante 2, conseguiu. Sua rotina de estudos é bem difícil, porque ela também trabalha fora do lar.

> "Me organizei assim após sair do trabalho o meu tempo é para meus filhos e as tarefas domésticas, a única forma que encontrei para estudar foi acordar 4h30 e as 6h30 começo a me organizar para sair de casa para levar meu filho menor para creche." (Estudante 2, 2018).

Estudante 4 e Estudante 5não conseguiram vagas nas creches municipais e não podiam arcar com os custos de uma creche particular. A primeira trancou disciplinas para conseguir cuidar do filho e, em algumas também levava o filho. O mesmo ocorrendo com Tempestade.

> "A volta foi mais complicada, pois não tinha com quem deixar e não tinha vaga na creche e a situação financeira não estava boa para pagar alguém para ficar com ele, por isso fiquei devendo matérias do curso." (Estudante 4, 2018)

> "A volta foi difícil, pois não tinha com quem deixar o bebê, e tive que levar durante os 11 meses, para pôr na creche. (Estudante 5 2018)

As entrevistadas foram questionadas sobre o conhecimento prévio de seus direitos e deveres para utilizar o regime especial de aprendizagem, o que na prática significaria continuar estudando, mas em casa, podendo fazer trabalhos e provas. Felizmente, todas disseram que sim. Mas o aproveitamento não é o mesmo. Elas têm que estudar sozinhas, fazer os trabalhos e seguir os prazos estipulados pelos professores. As informações sobres os direitos são repassados pela coordenação do curso tão logo elas compartilham a notícia da gravidez.

O último questionamento é o que elas acreditam que deveria ter na Universidade que facilitaria o dia a dia das estudantes mães e todas disseram a mesma coisa: um espaço para que as crianças ficassem enquanto estivessem em sala de aula.

> "Seria bom se existisse um espaço dentro da Universidade, para que nossos filhos pudessem ficar em horário de aula. Também seria muito válido a conscientização dos professores para que houvesse mais empatia com alunas mães, principalmente de crianças até 3, 4 anos que precisam muito das mães." (Estudante 1, 2018).
>
> "Uma creche onde nossos filhos poderiam ficar enquanto nós mães estuda-se." (Estudante 2, 2118)
>
> "Seria bom se existisse um espaço dentro da Universidade para as crianças ficarem, ajudaria muito." (Estudante 3, 2018)
>
> "Trocador, uma creche universitária, um brinquedoteca que facilitaria a vida da mãe universitária." (Estudante 4, 2018)
>
> "Uma creche, facilitaria muito, ainda mais no meu caso que tive que levar meu bebê durante os 11 meses" (Estudante 5 2018)

A UFU não oferece creche em nenhum dos seus *campi*. Mas para atender as mulheres que se tornaram mães, a política estudantil criou o auxílio-creche e as alunas tinham que se inscrever via edital. Nesta pesquisa o auxílio não foi mencionado, pois ainda não estava em vigor quando as entrevistas foram feitas. Ele não consegue atender a toda demanda e o valor é insuficiente para o pagamento de uma creche particular. A brinquedoteca do curso de Pedagogia também já foi alvo de estudos para verificação de utilização do espaço, mas esbarra na necessidade de ter profissionais acompanhando os estudantes e na legislação.

Estudar é um direito e estas mulheres garantiram o seu. Elas sabem que não é fácil conciliar a maternidade com o dia a dia da universidade. Mas, nem por isso, vão deixar de lado os seus sonhos – seja ser mãe, seja ter um curso superior. Não cabe julgamento. Em 10 anos de funcionamento do curso de Serviço Social, apenas uma estudante abandonou o curso após a maternidade. Ela até tentou conciliar, mas uma depressão pós-parto dificultou sua volta.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante das reflexões e análises, conclui-se que cada vez mais, as mulheres estão procurando ter um curso superior, mas a Universidade é um campo/ instituição que não está preparada para as particularidades delas. Nos estudos e desenvolvimento do trabalho, as pesquisadoras conheceram o Coletivo MãeEstudante da Universidade Federal de Santa Catarina, no qual as mães universitárias contam suas dificuldades, e como vem garantindo seus espaços nos *campi*. As experiências das entrevistadas e do Coletivo podem colaborar com políticas mais efetivas de apoio e permanência.

Na própria UFU, cenário da pesquisa, a licença maternidade para as estudantes é respeitada integralmente, porém, estágio e TCC ficam foram do regime especial. No curso de Serviço Social, o ensino prático é acompanhado de disciplina em sala de aula, o que significa que a nova mãe realmente não conseguirá esta conciliação. Apesar de não ter sido abordada por nenhuma das entrevistadas a questão do estágio precisa ser discutida, pois a mulher terá que escolher entre trancar a matéria e ficar atrasada durante esse período ou seguir em frente tendo menos tempo com o recém-nascido.

Como resultado percebe-se que por mais que a licença maternidade (regime especial de

aprendizagem) foi importante, as alunas relataram que é difícil está conciliação. Todos os cursos deveriam olhar de forma mais inclusiva para as mulheres, pois os homens não passam por este momento e, quando passam, acabam tendo mais apoio do que elas (basta ver reportagens de homens que ficam viúvos com filhos pequenos, por exemplo).

REFERÊNCIAS

BARROSO, Carmem e MELLO, Guiomar Namo de. **O acesso da mulher ao ensino superior brasileiro**. Disponível em <http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/cp/article/view/1813/1786> Acesso em: 10 de novembro de 2017.

BLAY, Eva Alterman e CONCEIÇÃO, Rosana R. da. **A mulher como tema nas disciplinas da USP**. Cadernos de Pesquisa, n° 76, fev. p. 50-56, 1991. BRASIL, Ministério da Educação. Trajetória da Mulher na Educação Brasileira 1996-2003.

BRASIL (2005) PORTAL MEC. **Educar na Universidade**. Ministério de Educação, Brasília. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arqui¬vos/pdf/educar%20na%20diversidade.pdf>. Acesso em 14 novembro de 2017.

BRASIL (2017) Ministério da Educação. **Aluna Gestante**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12946:aluna-gestante-&catid=323:orgaos-vinculados > Acesso em:15 de novembro de 2017.

CINTRA, V. Soraia. **O serviço social na divisão social do trabalho** – permanências e condicionalidades para as mulheres. 2017. Disponível em http://www.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1527505614_ARQUIVO_ST115-Oservicosocialnadivisaosocialdotrabalho-Soraia.pdf

CRAVEIRO V, Adriéli e MACHADO G, Jéssica. **A predominância do sexo feminino na profissão do Serviço Social**: uma discussão em torno desta questão. Anais II Simpósio Gênero e Políticas Públicas ISSN2177-8248 Universidade Estadual de Londrina, 18 e 19 de agosto de 2011. GT7-Gênero e Trabalho – Coordenação: Cássia Maria Carloto.

FARIA T, Juliana. **A Maternidade**: A Construção de Um Novo Papel Na Vida da Mulher. Disponível em: <http://br.monografias.com/trabalhos3/maternidade-construcao-papel-vida-mulher/maternidade-construcao-papel-vida-mulher2.shtml> Acesso em: 10 de novembro de 2017

Guia Acadêmico. UFU, Disponível em: <http://www.reitoria.ufu.br/Resolucoes/ataCONGRAD-2011-15.pdf.>. Acesso em: 13 de novembro de 2017.

Instituto Nacional de Estudo e Pesquisa Educacionais Anísio Teixeira. **Estáticas da Trajetória da Mulher**. Disponível em:< http://www.inep.gov.br/estatisticas/trajetoria_mulher/default.htm> Acesso em: 10 de novembro de 2017.

LETA, Jacqueline. **As mulheres na ciência brasileira**: crescimento, contrastes e um perfil de sucesso. Estud. av. vol.17 nº.49 São Paulo Sept./Dec. 2003. Disponível em< http://www.scielo.br/scielo > Acesso em: 10 de novembro de 2017.

MONFREDINI, I. **A universidade como espaço de formação de sujeitos**. Santos – SP, 2016.

NASCIMENTO, Amauri Mascaro. **Iniciação ao direito do trabalho**. 30ª ed. – São Paulo: LTr, 2004.

PASSOS, Elizete S. **A mulher na Universidade Federal da Bahia**: avanços e recuos. Bahia Análise & Dados Salvador, v.7, n.2 set. p. 142-150, 1997.

QUEIROZ, Delcele Mascarenhas. **Mulheres no ensino superior no Brasil**. In: 23ª Reunião Anual da Associação Nacional de Pesquisa e Pós- Graduação em Educação - ANPED, 2000, Caxambu. Caderno de resumos. Rio de Janeiro: ANPED, 2000. Disponível em <http://www.anped.org.br/reunioes/23/textos/0301t.PDF. > Acesso em: 10 de novembro de 2017.

RABELO, O. Josiane e COSTA, O. Marta e T. S. MARTINS, Bárbara. **A educação feminina no Brasil em meados do século XIX e início do século XX**. GT6 - Educação, Gênero e Diversidade. Artigo publicado em 2013. Disponível em < https://eventos.set.edu.br/index.php/enfope/article/viewFile/1195/295> Acesso em: 12 de junho de

2018.

URPIA, Ana Maria, SAMPAIO Sonia Maria. **Tornar-se mãe no contexto acadêmico**: dilemas da conciliação maternidade - vida universitária, Revista do Centro de Artes, Humanidades e Letras vol. 3 (2) 2009.

YANNOULAS, Silvia. Mulheres e Ciência. Série Anis 47, Brasília, Letras Livres, 2007, p. 1-10.

A MODA COMO FATOR DE IMPACTO NA ECONOMIA MUNDIAL: A INFLUÊNCIA DO ÍCONE ELVIS PRESLEY NO COMPORTAMENTO DE UMA GERAÇÃO

Kátia Muller Sanches
Escola Prática de Negócios – UNIFACEF
Email de contato: katiamullersanches@yahoo.com.br

Resumo: É fato que moda, cabelos e comportamentos sempre sofreram influências dos ícones da música, cinema, enfim, das artes em geral. O objetivo deste trabalho é mostrar as influências que ícone Elvis Presley trouxe a partir da década de 1950 até a década de 1970, e que até hoje continuam gerando impacto na moda, nos cabelos e na economia como um todo. Os conceitos utilizados abordam temas como música, cinema e televisão como influenciadores da moda em geral. Coletou-se os dados através de pesquisa bibliográfica sobre o ídolo Elvis Presley, bem como sua filmografia e musicografia. Utilizou-se também para a pesquisa, livros, periódicos e sites. O trabalho propõe uma viagem através da história de um ídolo que trouxe, principalmente quando apareceu pela primeira vez na televisão, uma corrida desenfreada por moda, cabelo e comportamento que até nos dias atuais é impactante no setor econômico mundial.

Palavras-chave: Moda, cabelo, tendência, Elvis Presley.

1 Introdução

Dentro do conceito histórico da década de 1950, os chamados “Anos Dourados” sofreram grandes revoluções culturais e econômicas devido a invasão da propaganda nas rádios e da recém criada televisão. O mundo pós-guerra foi marcado por vários conflitos entre o bloco capitalista e socialista, e a corrida espacial era o marco de um novo futuro cultural, nos padrões de beleza; e na moda não poderia ser diferente (TODAMATÉRIA, 2017).

Os Estados Unidos estavam vivendo um momento de prosperidade e confiança, já que haviam se transformado em fiadores econômicos e políticos do mundo ocidental após a vitória dos aliados na guerra. Isso fez surgir durante esse período, uma juventude abastada e consumista, que vivia com o conforto que a modernidade lhes oferecia. Melhores condições de habitação, desenvolvimento das comunicações, a busca pelo novo, pelo conforto e consumo são algumas das características dessa época.

Como meio de disseminação de informações, a televisão provavelmente teve um impacto indireto na moda, permitindo que as pessoas assistissem aos acontecimentos que cercavam ricos e famosos que viviam do luxo,

prazer e elegância. (TORTORA, EUBANK, 2005).

Os anos cinquenta foram marcados como o período em que os adolescentes foram chamados de adolescentes, e as empresas aumentaram sua comercialização de roupas para essa população, pois era evidente as influências sofridas por estes oriundas do cinema, televisão, revistas e da música rock, que ditaram o estilo da juventude. Com o enorme poder do nome, alguns músicos criaram sua própria moda e seu estilo influenciando pessoas, tendências e mercados, ocasionando muitas vezes, uma revolução na maneira de se vestir e pentear, ou seja, no padrão de beleza como um todo. (TORTORA, EUBANK, 2005).

Ao som do *rock and roll*, estilo de música que surgiu na década de 1950, a juventude norte-americana buscava sua própria moda, estilo e identidade, tendo como inspiração o ídolo Elvis Presley, que continua sendo um daqueles raros ícones cujo legado da moda sobreviveu à sua carreira.

Considerado uma das figuras mais importantes da cultura pop do século XX, Elvis Presley, bonito, talentoso e carismático se consagrou como cantor e ator. No palco, exibia uma performance ativa e sensual para a época, tanto que as apresentações na televisão tiveram imagens da cintura para baixo censuradas devido aos movimentos que fazia com os quadris. Suas marcas foram os macacões extravagantes com pedras preciosas e as correntes de ouro. Seus cabelos que eram bem penteados com bastante brilhantina para fazer um grande topete na frente, além de suas fartas costeletas copiadas infinitamente pelos jovens da época. (BREWER-GIORGIO, 1988).

Diante disso, o objetivo deste trabalho é mostrar as influências que ícone Elvis Presley trouxe a partir da década de 1950 até a década de 1970, e que até hoje continuam gerando impacto na moda, nos cabelos e na economia como um todo.

Os ícones e celebridades influenciam a conduta dos consumidores com seus estilos, roupas, cabelos, etc. As percepções e intenções dos consumidores de comprar um produto estão relacionadas às suas características ou imitam uma figura pessoal que o está usando. Assim, as empresas disseminam rapidamente seus novos produtos e moldam a identidade social dos consumidores, uma vez que estes procedam com suas intenções de compra.

O recorte pelas abordagens da moda e economia deve-se ao fato de que ambas caminham juntas e fazem parte de uma fatia de mercado que cresce todos os anos, tanto no Brasil como no mundo todo. Assim, a justificativa pelo tema centra-se na escolha do ícone Elvis Presley, responsável por influenciar grande parte da moda e estilos de sua época até nos dias atuais.

Para atender aos objetivos propostos, o estudo realizou levantamento bibliográfico em livros, periódicos e bases de dados nacionais e internacionais, como Scielo, Lilacs. Na opinião de Köche (1997, p. 122) uma pesquisa bibliográfica é "[...] a que se desenvolve tentando explicar um problema, utilizando o conhecimento disponível a partir das teorias publicadas em livros ou obras congêneres".

A introdução é a parte primeira do trabalho, onde foram definidos os objetivos, a justificativa e a metodologia a serem utilizadas. O item 2, aborda as tendências da moda nos anos de 1950. Aprofundando na temática, o item 3 e 4 revela o surgimento do mito Elvis Presley e seu estilo de se vestir. A influência dos ícones e celebridades no comportamento do consumidor e da economia é o

destaque do item 5. O item 6 mostra o impacto dos mercados da moda e beleza na economia mundial, e finalizando o trabalho, as considerações finais trazem as principais conclusões sobre o tema.

2 As tendências da moda na década de 1950

A moda permite transmitir características internas, como personalidade, lugar social, cultura, pensamentos e outras tantas características subjetivas do sujeito, além de valores culturais expressos ou subjacentes na sociedade que podem ser refletidos no modo de se vestir.

Como se sabe, a moda diz muito sobre a sociedade se seu tempo. A palavra “moda” é deriva do latim modus e significa “modo”, “maneira”, “costume” e “comportamento”. Como vestimenta, é composta de diversos estilos que podem ter sido influenciados por vários aspectos, como os costumes e valores de cada época (AULETE, 2017).

Segundo Carvalho (2009), diferentemente dos séculos passados, o século XX é marcado por rápidas transformações no mundo. As guerras, a criação do automóvel e as linhas de produção, a aviação, os eletrodomésticos, a conquista do espaço, dentre outros avanços, marcaram profundamente os modos de viver do homem moderno e seguiram gerando transformações no comportamento, na política, na cultura e na economia do mundo todo, possibilitando que o vestuário também se modificasse, refletindo cada uma dessas transformações, principalmente, no vestuário.

Nos anos de 1950, a mulher se tornou mais feminina e glamourosa. Metros e metros de tecidos eram gastos para confeccionar um vestido, bem amplo e na altura dos tornozelos. A cintura era bem marcada e os sapatos eram de saltos altos, além das luvas e outros acessórios luxuosos, como peles e joias. O clima era de sofisticação e aparência, a maquilagem estava na moda e era o auge das tintas para cabelos, que passaram a fazer parte da vida de milhões de mulheres. (TODAMATÉRIA, 2017).

Nomes importantes da criação de moda como o espanhol Cristobal Balenciaga, considerado o grande mestre a alta costura, Hubert de Givenchy, Pierre Balmain, Chanel, Madame Grès, Nina Ricci e Christian Dior, transformaram essa época na mais glamourosa e sofisticada de todas. (FRINGS, 2012).

O visual completo da década de 1950 era maduro, sedutor e muito organizado. Conforme explica Braga (2004), os vestidos, saias e roupas íntimas eram constrangedores, mas uma grande variedade de novas “roupas de lazer” permitia que as pessoas se vestissem casualmente em casa. Esperava-se que as mulheres estivessem impecavelmente vestidas e arrumadas em público ou quando o cônjuge estivesse em casa, sempre com chapéus, sapatos, bolsas, cintos, luvas e joias em coordenação. Na privacidade, as mulheres se vestiam de maneira muito mais simples e confortável. Eventualmente, essas modas casuais se tornaram roupas públicas também.

> A moda dos anos 50 também ajudou a definir o lugar de uma mulher na sociedade, especialmente para as esposas. Cinco tipos diferentes de roupas começaram a surgir para as mulheres durante a década, cada uma com um objetivo definido e rígido. As roupas femininas

> poderiam, pela primeira vez, ser facilmente classificadas em roupas para trabalhos domésticos ou descansar em casa, sair para fazer recados ou realizar negócios, roupas de maternidade, roupas adequadas para festas para reuniões sociais ou, para mulheres de menor nível socioeconômico estação do que a classe média emergente, uniformes de trabalho. Esses diferentes estilos visavam impressionar e agradar a outros, incluindo maridos, vizinhos, amigos e empregadores, com muito menos ênfase sobre se essas modas expressavam a identidade individual das mulheres que as usavam. (FRINGS, 2012, p. 34).

Havia dois estilos de beleza feminina: o estilo jovial de Grace Kelly e Audrey Hepburn e o estilo fatal de Rita Hayworth e Ava Gardner. Contudo, os dois grandes símbolos de beleza da década de 1950 foram Marilyn Monroe e Brigitte Bardot, que misturavam esses dois estilos. Se alguém adotasse um estilo mais *pin-up*, Marilyn Monroe e Elizabeth Taylor seriam mais definidoras. (BRAGA, 2004).

Figura 1. Panorama da moda feminina na década de 1950.
Fonte: TORTORA, EUBANK, 2005.

A Figura 1 acima, mostra as tendências e os diferentes estilos da moda feminina no período entre 1955 a 1959, que foram marcados pelas saias e vestidos com o comprimento abaixo dos joelhos e normalmente tinha a cintura bem marcada e as saias volumosas e rodadas.

Paralelamente ao estilo feminino, um visual mais juvenil foi desenvolvido aos homens, com Audrey Hepburn sendo um ícone popular. O visual consistia principalmente em calças de cigarretes/capri, com um suéter bem arrumado e um par de sapatilhas. Funcional e minimalista.

Os tecidos costumavam ser luxuosos, especialmente para roupas de

noite. Veludo, tule, seda e cetim eram populares. Algodão e lã eram frequentemente usados em roupas de dia, além de novos tecidos sintéticos. O poliéster e o rayon eram usados para fazer todos os tipos de roupas, de blusas e camisas masculinas a vestidos e ternos (BRAGA, 2004).

Para os homens, a moda mudou muito pouco ao longo da década. As opções foram os ternos, casacos esportivos, calças, blusas ou roupas casuais, todos em tecidos e estilos semelhantes. Ocasionalmente, padrões mais ousados podem surgir para roupas casuais, mas as roupas de negócios permanecem praticamente inalteradas nos anos cinquenta. As roupas de trabalho para os trabalhadores geralmente eram do estilo militar, porque a maioria dos homens na época servia nas forças armadas ou ainda fazia parte das forças armadas ((FRINGS, 2012).

A figura 2, retrata os diversos estilos da moda masculina na década de 1950, que era mais simples, com a predominância do estilo americano do pós-guerra e o domínio das cores sóbrias, cinza, azul escuro e marrom.

Figura 2. Panorama da moda masculina na década de 1950.
Fonte: TORTORA, EUBANK, 2005.

A beleza dos anos 1950 é mais ou menos uma versão mais natural da beleza dos anos 1940. As sobrancelhas eram naturalmente grossas, com um arco no centro. O delineador alado recebeu todo o seu amor na década, muitas vezes feito com o lábio vermelho clássico. A sombra se destacava com a branca ou azul brilhante. O cabelo era ondulado e encaracolado, geralmente emoldurando o rosto pendurado pelos lados. Outro olhar de cabelo era encaracolado, com os cachos afastados do rosto, dando ao rosto todos os holofotes e uma aparência feminina. Fitas também eram populares para amarrar rabos de cavalo e trança. (CARVALHO, 2009).

Segundo Carvalho (2009), a conformidade dos anos1950 acabou “saindo pela culatra”, mas o estilo de vida de alta manutenção acabou dando lugar à

cultura rebelde nos anos 1960. Os adolescentes queriam ser indivíduos que não pareciam com seus pais e suas mães e estavam prontos para se libertar novamente. Os modismos duravam pouco e as roupas eram feitas de maneira barata. As roupas não eram mais constritivas e eram mais soltas e muito mais curtas. O visual hippie e a minissaia gráfica davam às mulheres escolhas e da maneira como se expressavam.

Os anos cinquenta viram um novo desenvolvimento na cena musical com o Rock and Roll e o Rhythm & Blues tornando-se altamente populares. Esta década viu o surgimento de ícones da música como Elvis, Johnny Cash e June Carter (BRAGA, 2004).

A juventude americana buscava sua própria moda tendo como ídolo principal Elvis Presley. Assim, apareceu a moda colegial que teve origem no *sportswear*. As saias rodadas deram lugar para as calças cigarretes até o tornozelo, sapatos baixos, suéter e o jeans.

Ao final dos anos cinquenta, a confecção se apresentava como a grande oportunidade de democratização da moda, que começou a fazer parte da vida cotidiana. Nesse cenário, dava início um mercado com grande potencial – o da moda jovem, que se tornaria o grande filão dos anos de 1960.

3 O mito Elvis Presley

A incrível história de vida de Elvis Presley começou quando Elvis Aaron Presley nasceu em Vernon, em 8 de janeiro de 1935 em Mississipi, Estados Unidos e morreu em Graceland, em 16 de agosto de 1977, aos 42 anos.

Elvis e seus pais se mudaram para Memphis, Tennessee, em 1948, e se formou na Humes High School, em 1953. As influências musicais de Elvis eram a música pop e country da época e a música gospel, que frequentava a igreja junto com seus pais. Em 1954, Elvis começou sua carreira de cantor com o lendário selo Sun Records, em Memphis. Em 1956, já era uma sensação internacional (BIOGRAPHY, 2020).

Com um som e um estilo que combinaram de maneira única as diversas influências musicais de Elvis e obscureceram e desafiaram as barreiras sociais e raciais da época, inaugurando uma nova era da música e da cultura popular americanas. A história de vida dinâmica de Elvis Presley, desde seu começo humilde até sua ascensão ao estrelato, é uma jornada fascinante que rendeu a Elvis seu ainda invicto título de Rei do Rock and Roll.

Suas músicas são inesquecíveis - resistiram ao teste do tempo, especialmente seus singles da década de 1950, década em que tocou a música número 1 por seis meses completos naquele ano. Uma estatística ainda mais incrível: Elvis só começou na RCA em janeiro de 1956; só faltam dois anos para ser convocado para o Exército dos EUA; ele fez quatro filmes durante esse período. Um testemunho de sua incrível descoberta é o fato de ele ter conseguido vender o dobro de discos em toda a década de 1950, com apenas esses dois anos de gravação do que qualquer outro artista (BIOGRAPHY, 2020).

Globalmente, vendeu mais de um bilhão de discos, mais do que qualquer outro artista. Suas vendas nos EUA renderam prêmios de ouro, platina ou multiplatina por 131 álbuns e singles diferentes, muito mais do que qualquer outro artista. Entre seus muitos prêmios e distinções, 14 indicações ao Grammy (3 vitórias) da Academia Nacional de Artes e Ciências da Gravação, o Grammy *Lifetime Achievement Award*, que ele recebeu aos 36 anos, e foi nomeado um dos dez jovens mais destacados pelos Estados Unidos. Sem nenhum dos privilégios especiais que seu status de celebridade poderia ter lhe concedido, ele serviu honrosamente seu país no Exército dos EUA (BREWER-GIORGIO, 2004).

Também estão em andamento pesquisas para documentar suas conquistas recordes em vendas em outros países. Estima-se que 40% das vendas recordes totais de Elvis tenham ocorrido fora dos Estados Unidos.

Elvis Presley estrelou 31 longas-metragens como ator e dois documentários de concertos lançados teatralmente, todos com sucesso financeiro. Por vários anos, ele foi um dos principais filmes de bilheteria de Hollywood e um de seus atores mais bem pagos. Seus dois filmes mais aclamados pela crítica, Jailhouse Rock (1957) e King Creole (1958) tornaram-se clássicos de sua época. Algumas de suas músicas mais vendidas vieram de seus filmes. Onze de seus álbuns da trilha sonora do filme foram para os dez primeiros e, desses, quatro foram para o número um (BREWER-GIORGIO, 2004).

A trilha sonora de GI Blues (1960), foi a número um na parada de álbuns da Billboard Top 100 por 10 semanas e permaneceu na parada por 111 semanas. O álbum do Blue Hawai foi o número um por 20 semanas e ficou nas paradas por 79 semanas. Seu primeiro LP de material sagrado, His Hand in Mine, seguiu dois meses depois. Chegou ao número 13 na parada pop dos EUA e ao número 3 na Grã-Bretanha, números notáveis para um álbum gospel. ((BIOGRAPHY, 2020).

Não só de música viveu Elvis, mas também de muitas drogas para dormir ou para ficar acordado, chegando no final de sua vida numa dosagem de 5300 pílulas tomadas em oito meses, ironicamente concluídas em suas últimas palavras: “Querida vou ao banheiro ler um pouco”, o livro *The power of Jesus* _ tudo bem, não vá cair no sono. Elvis sorri e responde _ não vou. Conseguiu enfim, não cair no sono como de costume, mas dormir para sempre.

4 O estilo irreverente de se vestir de Elvis Presley

Nos seus 42 anos de existência, Elvis mudou a maneira como os homens se vestem; e continua sendo um daqueles raros ícones cujo legado da moda sobreviveu à sua carreira. Atualmente, não se veste mais os macacões de lamé[1]. Mas, o rei continua a ter uma influência tão grande em seu guarda-roupa como sempre. (FAGUNDES, 2012).

Aclamado como “O Rei do Rock and Roll”, Elvis Presley é mais conhecido por seu impacto na indústria da música e por seus papéis nos filmes, tornando-o um dos maiores ícones da cultura pop e os mais notáveis símbolos

[1] Lamé é um tipo de tecido adornado por finas lâminas prateadas. O termo vem do francês *lamé* e corresponde à ideia de tecido brilhoso por nele se entremearem fios ou adornos metálicos dourados e prateados. (LACY, 2016).

sexuais masculinos de todos os tempos. Além de contribuir para o avanço maciço da revolução do rock and roll, Presley também deixou sua marca pelas roupas que vestia quando se apresentou, com uma originalidade nunca vista antes que conquistou a nação. (LACY, 2016).

Em 1957, vestindo um terno dourado para a capa do álbum *50.000.000 de Elvis Fans Can't be Wrong,* roupa deslumbrante que custou US$ 10.000, mostrou ao mundo que estava pronto para assumir seu trono como o garoto de ouro do entretenimento.

Quando Elvis entrou na cultura pop em meados dos anos de 1950, adotou as rígidas regras de gênero da época e incentivou os jovens a experimentar roupas, que antes eram um passatempo puramente feminino. Em um clima de conformidade com a Brooks Brothers, a predileção de Elvis por roupas rosa chiclete, renda, cílios de rímel e camisas cortadas no umbigo, interrompeu o *status quo.* Liderou a fluidez de gênero antes mesmo de ser uma coisa, e abriu o caminho para os ternos cor-de-rosa quentes de Harry Styles. (LACY, 2016).

Elvis gostava de se vestir da cor rosa, usava cinto e meias nesta cor, conforme ilustra a Figura 3. Mas, o look mais memorável do Rei foi seu macacão extravagante na cor rosa, que abriu as portas para uma nova geração de machos.

Figura 3 – Macacões de Elvis Presley
Fonte: LACY, 2016.

Elvis expandiu as fronteiras de gênero ao longo de sua carreira, tornando famosas as estampas florais nos anos sessenta, quando ele usava uma camisa de hibisco vermelha para o filme *Blue Hawaii*. (LACY, 2016).

Mas, o visual mais memorável de Elvis continua sendo seus macacões extravagantes, que desnudam o corpo, que abriram a porta para uma nova geração. David Bowie levou a silhueta do macacão de Elvis a extremos, vestindo macacões de spandex projetados para atrair um olhar erótico. A extravagância do figurino de

Elvis liberou os homens para usar roupas mais escandalosas do que usavam desde o século XIX. Sessenta anos depois, ainda se desfruta das liberdades de alfaiataria que ele inaugurou. (FAGUNDES, 2012).

O visual de Elvis de meados do século - camisa de boliche de dois tons com uma gola estourada, paletó, calça cavada e mocassins - continua sendo o estilo mais icônico e acessível de Presley, simbolizado no filme de 1957 *Jailhouse Rock*. (ARAÚJO, 2020).

O estilo rockabilly foi recuperado a cada nova geração. Interpretações recentes vieram de músicos que usam pompadour, como Alex Turner e La Roux. Continua sendo um dos momentos decisivos da história do rock 'n' roll: Elvis, vestido da cabeça aos pés em couro provocante, rodando pelo concerto de *68 Comeback Special.* (LACY, 2016).

A Figura 4 ilustra Presley vestido em um justo couro preto, cantando e tocando guitarra em um estilo desinibido.

Figura 4 – Roupa de couro de Elvis Presley
Fonte: LACY, 2016.

Elvis tinha uma imagem específica do rock and roll para reter. Um de seus traços mais reconhecíveis era o cabelo. A Figura 5, exibe os cabelos de Elvys penteados para trás nas laterais e em uma leve onda no topo de sua cabeça (e mais tarde com um cacho distinto), seu cabelo era o que o identificava como um símbolo do rock and roll (BREWER-GIORGIO, 1988).

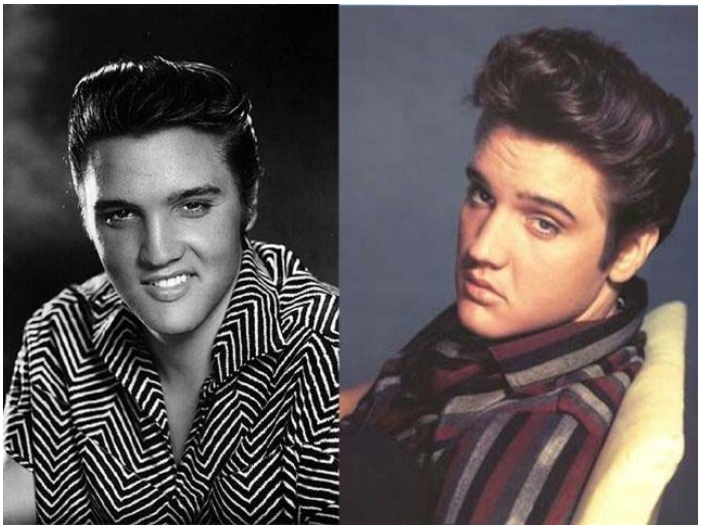


Figura 5 – Os penteados que marcaram um estilo
Fonte: Fonte: BREWER-GIORGIO, 1988.

Em 1970, Elvis se apresentou no que é provavelmente reconhecido como sua roupa mais famosa até hoje. O macacão Elvis Aloha causou sensação nas indústrias da moda e da música. A Figura 6 abaixo retrata Elvis com o macacão branco apertado apresenta uma gola alta e angular, que caiu em um V reto no peito. A roupa era adornada com pedras patrióticas em azul e ouro vermelho, com numerosas águias americanas. (ARAÚJO, 2020).

Figura 6 – O macacão Aloha de Elvis
Fonte: BREWER-GIORGIO, 1988.

Elvis era um verdadeiro ícone em seu tempo e conseguiu se manter relevante ainda hoje. Sua música inspirou músicos e seu senso de moda inspirou tendências e designers por anos.

5 A influência dos ícones e celebridades no comportamento do consumidor e da economia

Ao longo da história humana, as pessoas expressaram admiração por heróis que possuíam habilidades extraordinárias e alcançaram objetivos sobre-humanos. Para muitos, as celebridades cumprem esse papel e são proeminentes em várias atividades de comunicação de marketing.

Um estudo da Universidade de Taiwan revelou que os consumidores mostram maior *recall* de produtos que foram aprovados por celebridades - independentemente de serem ou não fãs de verdade. O cérebro humano distingue celebridades da mesma forma que reconhece pessoas que realmente conhecemos. O efeito é que, se os consumidores são fãs, eles valorizam mais os produtos que as celebridades estão endossando - é como se eles estivessem recebendo conselhos de um amigo valorizado (BANISTER, COCKER, 2013).

Para exemplificar a questão, a influência de Elvis Presley é conhecida e celebrada em todo o mundo - mesmo por consumidores que não estavam vivos em 1977. O que coloca Elvis sozinho neste quesito, o que o coloca em segundo lugar na lista das celebridades mortas mais bem-sucedidas da Forbes em 2015, com US$ 55 milhões. Elvis já vendeu mais de um bilhão de discos até o momento, o que é mais do que qualquer outro artista. Além disso, em recente leilão de mercadorias de Elvis pertencentes a colecionadores de terceiros arrecadou mais de US$ 730.000, incluindo um registro de nascimento, vendido por US$ 87.500; as calças vermelhas e brancas de estilo ocidental criadas para seu primeiro papel no filme de 1957 *"Loving You*", que custou US$ 42.000. (LACY, 2016).

Mas as recordações de Elvis ficam muito, muito mais pessoais. E é indiscutivelmente o apetite do consumidor por mercadorias como seus cabelos e registros médicos - mesmo décadas após sua morte - que tornam a marca Elvis distinta. Além disso, há reuniões de fãs de Elvis, imitadores e aparições, que, no mínimo, demonstram ainda mais interesse sustentado.

Assim, as marcas tiram vantagem disso, utilizando cada vez mais as comunidades de celebridades. O apoio de celebridades é geralmente visto como uma opção viável para as marcas aumentarem a conscientização, ganharem credibilidade e promoverem produtos. Cerca de 14% a 19% dos anúncios veiculados nos EUA apresentavam celebridades que endossavam produtos e marcas. Um número ainda mais alto em outros mercados. A Nike gasta US$ 475 milhões por ano para conseguir que os atletas endossem sua marca. A *Marketwatch* relata que um simples anúncio de uma marca que assina uma celebridade ou atleta pode fazer com que os preços das ações subam ligeiramente e aumentem as vendas em 4%, em média (MORAES et al., 2019).

Com as celebridades que atestam ou promovem seus produtos, as marcas podem aumentar a conscientização, a confiança e a familiaridade, que são variáveis importantes no processo de tomada de decisão de compra. Os consumidores sentem mais simpatia por uma marca, se seus produtos são promovidos por uma celebridade que eles admiram ou se relacionam. É um efeito psicológico simples: subconscientemente, as pessoas acreditam que a compra de um produto que é promovido por uma celebridade que admiram, lhes permitirá imitar

os traços desejados da celebridade ou atrair pessoas semelhantes para suas vidas. Associarão o sucesso, a beleza, a habilidade atlética etc. das celebridades com um produto específico (BANISTER, COCKER, 2013).

Um estudo recente da Universidade do Arkansas, em colaboração com a Manchester Business School, em Londres, descobriu que os consumidores (de 18 a 24 anos) assumem um papel ativo no desenvolvimento de suas identidades e aparência com base em celebridades. Eles são mais suscetíveis a recomendações de marcas de celebridades do que outros grupos etários. As pesquisas da Nielson realizadas em 2015 quebraram o nível de confiança nos formatos de publicidade por diferentes gerações. Os pesquisadores descobriram que os endossos de celebridades ressoam mais fortemente com o público da geração Z (com idades entre 15 e 20 anos) e da geração do milênio (com idades entre 21 e 34). (MORAES et al., 2019).

Com a crescente importância das mídias sociais na jornada de compra de um comprador, as empresas estão evoluindo e intensificando o jogo de endosso em diferentes canais. As mídias sociais são uma maneira de os consumidores, em particular os mais jovens, se envolverem e criarem conexões íntimas com as celebridades que seguem, tornando o lugar para essas celebridades conectarem uma empresa ou um produto em suas contas pessoais de mídia social. Celebridades de mídias sociais, como Kim Kardashian ou Justin Bieber, podem receber US $ 20.000 por um único tweet de 140 caracteres. (MORAES et al., 2019).

No século XXI, provavelmente todos os indivíduos são influenciados por promoções, principalmente quando envolvem sua celebridade favorita. Este último é conhecido como endosso de celebridade.

6 O impacto dos mercados da moda e beleza na economia mundial

A moda é uma indústria global altamente sofisticada, somente nos Estados Unidos consumidores gastaram quase US $ 380 bilhões em roupas e calçados em 2017. A indústria, que abrange tudo, desde marcas têxteis e de vestuário a atacadistas, importadores e varejistas, emprega mais de 1,8 milhões de pessoas nos Estados Unidos. (BUREAU OF LABOR ESTATISTIC, 2020).

A indústria da moda dos EUA evoluiu de suas raízes na fabricação para um novo design de alto valor e outros trabalhos criativos, agora concentra-se nas partes de alto valor da cadeia de suprimentos global de vestuário: pesquisa e desenvolvimento (P&D), design e marketing.

Os impactos das mídias sociais, novos modelos de negócios, fabricação avançada e mudanças demográficas estão levando a mudanças significativas em todos os aspectos da indústria da moda com o potencial de remodelá-lo nos próximos anos.

Nesse cenário de mudança, a cidade de Nova York continua sendo uma potência global da moda. A área metropolitana é responsável por mais de um em cada três dos quase 19.000 estilistas que trabalham nos Estados Unidos. Em 2017, a indústria da moda de Nova York empregava 4,6% do total do setor privado força de trabalho e gerou mais de US $ 11,3 bilhões em salários e US $ 3,2 bilhões em receita tributária. (BUREAU OF LABOR ESTATISTIC, 2020).

A York Fashion Week teve um impacto econômico anual maior (US $

600 milhões) do que o Super Bowl (US $ 347 milhões) e gerou mais receita do que seus rivais Londres, Paris e Milão juntos. (BUREAU OF LABOR ESTATISTIC, 2020).

As indústrias relacionadas à moda e vestuário empregam trabalhadores em profissões que exigem um aumento variedade de educação e habilidades altamente técnicas. A indústria de fabricação de vestuário emprega cerca de 123.000 trabalhadores nos Estados Unidos. O emprego na indústria ainda inclui ocupações tradicionalmente associadas ao vestuário manufatura, como operadores de máquinas de costura, alfaiates e operadores de máquinas têxteis e modeladores. (BANISTER, COCKER, 2013).

A maioria dos empregos de moda e vestuário está no setor de varejo, com mais de 1,4 milhão de pessoas empregado em todo o país em estabelecimentos de varejo de vestuário. Esses trabalhos, que variam de funcionários para gerentes e executivos, pagam quase US$ 29.500, em média.

À medida que a produção de vestuário se deslocava para o exterior, os consumidores americanos aumentaram dramaticamente as compras de roupas de fabricação estrangeira. Atualmente, a maioria das roupas vendidas nos Estados Unidos são importados, apesar das barreiras comerciais que aumentam os preços pagos pelos consumidores em muitos itens. No ano de 2017, os consumidores americanos adquiriram mais de US $ 136,8 bilhões em vestuário do exterior, enquanto que os fabricantes americanos de vestuário exportaram quase US $ 10,5 bilhões, resultando em um déficit comercial de US $ 126,3 bilhões. Mais de um terço dessas importações vieram da China (43,4 por cento), com Vietnã (13,2%), Índia (5,1%), Indonésia (4,9%) e Bangladesh (4%), completando os cinco principais países de origem. (BUREAU OF LABOR ESTATISTIC, 2020).

O mercado global de cosméticos deve angariar US$ 429,8 bilhões no período de 2016-2020 (BUREAU OF LABOR ESTATISTIC, 2020). Cuidados com o sol, cuidados com a pele, cabelos, desodorantes, cosméticos para maquiagem e cores e fragrâncias são alguns dos produtos cosméticos predominantemente disponíveis e usados por indivíduos.

A indústria da beleza desempenha um papel importante na vida das pessoas. Mulheres e homens em todo o mundo querem ter uma boa aparência e se sentir bem, e os cosméticos são uma das muitas maneiras de conseguir isso. Por isso, é importante conhecer as estatísticas recentes da indústria da beleza, seus fatos e tendências, para se manter informado.

Ao longo da história, as tendências foram definidas pelos famosos e influentes. Cada geração se lembra de uma tendência única, como os trajes e os penteados do cantor e ator de Elvis Presley. No entanto, hoje em dia as pessoas comuns também podem ser pioneiras, com a ajuda das mídias sociais.

Com a influência das mídias sociais hoje, a indústria de cosméticos teve um crescimento ainda maior. As pessoas podem acompanhar facilmente as tendências e manter-se atualizadas, enquanto as marcas de cosméticos podem comercializar seus produtos.

O primeiro lugar vai para os cuidados com os cabelos, com 24% da receita do setor. A indústria de cuidados com a pele está crescendo rapidamente devido a uma maior conscientização sobre o significado dos cuidados com a pele. Os homens se tornaram mais conscientes dessa importância, e o mercado de cuidados com a pele dos homens é uma parte importante desse aumento. (BUREAU

OF LABOR ESTATISTIC, 2020).

Durante a recessão americana de 2007-2009, houve um aumento global do Produto Interno bruto (PIB) e das economias em várias regiões. Atualmente, o aumento do PIB de vários países está afetando positivamente o mercado global de cosméticos, melhorando as economias de vários países e aumentando a capacidade de gastos dos indivíduos. O aumento do nível de renda disponível dos indivíduos em várias regiões os leva a comprar bens de luxo pessoais, o que, por sua vez, está influenciando positivamente o crescimento do mercado global.

Segundo o Bureau of Labor Statistics, nos EUA existem quase um milhão de pessoas empregadas nos segmentos de serviços primários do mercado e há fortes expectativas de crescimento. Claramente, esta é uma indústria em ascensão:

Barbeiros, cabeleireiros e cosmetologistas: 656.000 em 2014, 10% do crescimento esperado em 2024.

Manicures e pedicures: 113.600 em 2014, 10% de crescimento esperado até 2024.

Especialistas em cuidados com a pele: 55.000 em 2014, com um crescimento esperado de 12% até 2024. Crescimento específico esperado para empresas que atendem homens.

Massoterapeutas: 168.800 empregados em 2014, com um enorme crescimento de 22% até 2024. (BUREAU OF LABOR ESTATISTIC, 2020).

No Brasil, em recente levantamento realizado pela Associação Brasileira da Indústria de Higiene Pessoal, Perfumaria e Cosméticos (ABIHPEC) juntamente com o Instituto FSB Pesquisa, o país se tornou o terceiro com o maior mercado de estética no mundo, ficando atrás, apenas, dos Estados Unidos, que têm 16,5% e da China com 10,3%. (MENDES, 2019).

Os números são reforçados com a pesquisa realizada pelo Euromonitor, que destaca que o mercado brasileiro de produtos de cuidados pessoais para homens representa 13% das vendas globais. A previsão do instituto de pesquisa é que, até 2021, a América Latina seja a líder do crescimento mundial – com o Brasil acima da média do continente. Afirma ainda que as vendas cresceram 70% no Brasil entre 2012 e 2017, saltando de R$ 11,7 bilhões para R$ 19,8 bilhões. Isso tem ajudado a fortalecer as marcas 100% nacionais. Segundo Mendes (2019), dados da pesquisa da Euromonitor International, as vendas do setor de produtos de beleza e cuidados pessoais alcançaram R$ 109,7 bilhões em 2018, uma alta real (descontada a inflação) de 1,53, aponta ainda que o Brasil possui 500 mil salões formais e uma perspectiva de um crescimento de 4,5% até 2021. Os números atuais dão a dimensão da força desse ramo de negócios no Brasil, um dos campeões mundiais no consumo per capita de cosméticos. (MENDES, 2019).

Com relação ao setor da moda é o que mais cresce no Brasil, e essa indústria vem apresentando crescimento frequente acompanhado pelo varejo que vem batendo recordes nos últimos anos. Esse cenário fez o Brasil subir de 7º para 5º lugar no consumo de roupas no ranking mundial. A Indústria de moda sempre esteve presente na economia dos países desenvolvidos, e o Brasil é o sexto produtor têxtil do mundo.

A Federação das Indústrias do estado de São Paulo (FIESP) que até

2021 a estimativa é de crescimento acumulado de 13% do mercado de moda no Brasil, com média de 3,1% ao ano, o que pode levar a recorde de produção, de 6,68 bilhões de peças (FIESP, 2018).

A importância da atividade para a economia é inquestionável. De acordo com o balanço do Comitê da Cadeia Produtiva da Indústria Têxtil, Confecção e Vestuário da Fiesp (Comtextil), em 2017 foram movimentados mais de 220 bilhões de reais, para se ter uma ideia, foram vendidas mais de 6 bilhões de peças de vestuário, com uma média de 30 peças para cada brasileiro. (MERCADO & CONSUMO, 2019).

7. Considerações finais

O trabalho objetivou mostrar como os ícones e as celebridades movimentam os mercados e as economias do mundo todo, em seus diversos setores desde tempos distantes. O tema principal para este estudo centralizou-se no ícone Elvis Presley, que desde da década de 1950 até hoje continua gerando impacto na moda, nos cabelos e na economia como um todo.

O principal motivador do sucesso da marca *post mortem* de Elvis é um ramo emocional, a nostalgia. A maneira de trabalhar o corpo, juntamente com o modo como de se vestir e expressar, criou memórias de momentos positivos e emocionantes que as pessoas desejavam prolongar.

Elvis Presley é o rei indiscutível do Rock and Roll. Seu talento, boa aparência, sensualidade, carisma e bom humor o levaram a ganhar milhões de dólares, Elvis mudou a TV, a música, o cinema e a maneira de vestir da geração dos anos de 1950 e 1970.

Com seu primeiro lançamento em 1956, Elvis deixou sua marca no guarda-roupa masculino e feminino no final dos anos cinquenta, garantindo seu lugar no radar da cultura pop mundial para sempre. Como ícone da moda adotou as rígidas regras de gênero da época e incentivou os jovens a experimentar roupas, liberando os homens para usar roupas mais escandalosas do que usavam desde o século XIX. A moda adolescente adquiriu a maioria de suas tendências do mundo da música.

Esses resultados possibilitaram a compreensão de que a moda é um dos maiores símbolos da sociedade atual e que, embora as escolhas que fazemos com relação a ela seja um ato individual, todos estão sujeitos a influências, que vão desde os meios de comunicação às pessoas que fazem parte de nosso dia-a-dia, família, amigos e até desconhecidos.

Portanto, as celebridades sempre tiveram influência no público em geral e exercem influência de várias maneiras, porque muitas pessoas olham para eles e afirmam se relacionar com essa pessoa e uma das grandes influências que as celebridades têm está na indústria da moda.

Conclui-se que o comportamento do consumidor é fundamental na indústria da moda e da beleza, e as tendências e estilos usados pelos ícones e celebridades aumentam o reconhecimento da marca e melhoram os retornos financeiros. As empresas exploram o poder das celebridades, pois são pessoas famosas e são instantaneamente reconhecíveis e atraem o interesse do consumidor,

chamando a atenção de uma marca de uma maneira que nenhum outro tipo de publicidade consegue.

Isso já acontecia com Elvis Presley em 1956, quando foi considerado pelo jornal *The Wall Street Journal*, como “Elvis Presley hoje é um negócio", devido ao impacto que causou no mercado de consumo jovem americano.

Referências

ARAÚJO, I. *Elvis Presley*. 2020. Disponível em: <https://escolaeducacao.com.br/elvis-presley/> Acesso em: 25 jun. 2020.

AULETE, C. *Aulete Digital*: Dicionário contemporâneo da língua portuguesa. 2017.

BANISTER, E. N.; COCKER, H. L. A cultural exploration of consumers interactions and relationships with celebrities. *Journal of Marketing Management*, v. 30, p. 1-29, 2013.

BIOGRAPHY. *Biografia de Elvis Presley*. Jun. 2020. Disponível em: <https://www.biography.com/musician/elvis-presley> Acesso em: 24 jun. 2020.

BRAGA, J. *História da moda*: uma narrativa. São Paulo: Anhembi Morumbi, 2004.

BREWER-GIORGIO, G. *Elvis está vivo?* Rio de Janeiro: Record, 1988.

BRITO, S. *Elvis Presley*: guia estudo. Disponível em <https://www.guiaestudo.com.br/elvis-presley >. Acesso em: 25 jun 2020.

BUREAU OF LABOR ESTATISTIC. *Occupational employment statistics*. Disponível em: <https://www.bls.gov/oes/current/oessrci.htm> Acesso em: 26 jun. 2020.

CARVALHO, U. *Apostila de Projeto de Coleção*. História da Indumentária. Ministério da Educação Secretaria de Educação Média e Tecnológica Instituto Federal e Educação, Ciência e Tecnologia e Santa Catarina Campus Araranguá, 2009.

FAGUNDES, C. *A história de Elvis Presley*. Set. 2012. Disponível em: <https://www.clickriomafra.com.br/rocknauta/a-historia-de-elvis-presley> Acesso em: 25 jun. 2020.

FIESP. *Mercado de moda deve crescer 3,1% ao ano até 2021.* Maio, 2018. Disponível em: <https://www.fiesp.com.br/noticias/mercado-de-moda-deve-crescer-31-ao-ano-ate-2021/> Acesso em: 27 jun. 2020.

FRINGS, G. S. *Moda:* do conceito ao consumidor. 9. ed. Porto Alegre. Bookman, 2012.

KINDERSLEY, D. *O livro da moda*: história do vestuário, imagens e ideias para

compor o estilo pessoal. São Paulo: Publifolha, 2014.

KÖCHE, J. C. *Fundamentos de metodologia científica.*14. ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

LACY, L. *Will there ever be another icon like Elvis? Probably not*. 2016. Disponível em: <https://www.thedrum.com/news/2016/08/16/will-there-ever-be-another-icon-elvis-probably-not> Acesso em: 27 jun. 2020.
MAZUR, L.; SHAW, R. *Marketing accountability*: improving business performance. London: Financial Times, 1997.

MENDES, J. Mercado de cosméticos cresce, apesar da crise. *Correio Brasiliense,* jun. 2019. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/economia/2019/06/06/internas_economia,760579/mercado-de-cosmeticos-cresce-apesar-da-crise.shtml> Acesso em: 26 jun. 2020.

MERCADO & CONSUMO. *Varejo de vestuário cresce 8,14% no país*. Jun. 2019. Disponível em: <https://www.mercadoeconsumo.com.br/2019/06/21/varejo-de-vestuario-cresce-814-no-pais/> Acesso em: 28 jun. 2020.

MORAES, M.; GOUNTAS, J.; GOUNTAS, S. et al. Celebrity influences on consumer decision making: new insights and research directions. *Journal of Marketing Management*, v. 35, n. 13-14, p. 1159-92, 2019.

ROSARIO, M. As novidades do mercado de beleza, que movimenta 10,9 bilhões de reais/ano. *Veja São Paulo*, 27 set. 2019. Disponível em: <https://vejasp.abril.com.br/cidades/capa-beauty-fair/> Acesso em: 27 jun. 2020.

TODAMATÉRIA. *História*: anos 50. 2017. Disponível em: <https://www.todamateria.com.br/anos-50/> Acesso em: 10 abr. 2019.

TORTORA, P. G.; EUBANK, K. *Survey of historic costume*: a history of western dress (4th Ed.). New York: Fairchild Publications, Inc., 2005.

A PANDEMIA DO COVID-19 E A QUEDA DE EMPREGOS NA INDÚSTRIA CALÇADISTA DE FRANCA: UM OLHAR PARA A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA

THE PANDEMIC OF COVID-19 AND THE REDUCTION OF JOBS IN FOOTWEAR INDUSTRY OF FRANCA: PERSPECTIVES FOR THE HOMELESS POPULATION

Área temática: Direito, Trabalho e Serviço Social.

ALVES, João Vítor Dantas

Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho".

Mestrando em Serviço Social

joao.dantas@unesp.br

BARBOSA, Agnaldo de Sousa

Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho".

Pós-Doutor pela Universidade de Coimbra-POR

agnaldo.barbosa@unesp.br

Resumo

A pandemia do Covid-19 reduziu significativamente os empregos no mundo todo, em especial nos países periféricos. Nesse sentido, o artigo é justificado uma vez que, por conta do isolamento social, as vulnerabilidades materiais tornaram-se mais latentes e as desigualdades aumentaram ainda mais. Portanto, como a cidade de Franca possui considerável números de empregados na indústria calçadista, é essencial que se estudo o impacto da pandemia neste setor. Ademais, diante do aprofundamento das desigualdades, o artigo pretende demonstrar como a queda dos empregos na indústria calçadista pode resultar no aumento da população em situação de rua no município, em uma relação inversamente proporcional. Para tanto, utilizou-se de metodologia mista, com estudo quantitativo e qualitativo, observando qual porcentagem da população em situação de rua possui relação com a indústria calçadista francana e qual a quantidade de empregos formais na indústria em série-histórica. Também foi lançado mão do método dedutivo, com estudos a nível nacional, para chegar a conclusões na seara local. Por fim, quantos aos resultados, observou-se que a pandemia reduziu a empregabilidade da indústria francana ao menor número de sua história e conjuntamente com a constatação que a maioria das pessoas em situação de rua são ex-sapateiros, espera-se um aumento da quantidade de cidadãos nesta condição por conta da pandemia Covid-19.

Palavras-chave: Pandemia do covid-19, indústria calçadista em Franca e população em situação de rua.

Abstract

The Covid-19 pandemic has significantly reduced jobs worldwide, especially in peripheral countries. Thus, the article is justified since, due to social isolation, material vulnerabilities have become more latent and inequalities have increased even more. Therefore, as the city of Franca has considerable numbers of employees in the footwear industry, it is essential to study the impact of the pandemic in this sector. Furthermore, in view of the deepening of inequalities, the article intends to demonstrate how the fall in jobs in the footwear industry can result in an increase in the population living on the streets in the municipality, in an inversely proportional relationship. For this purpose, a mixed

methodology was used, with a quantitative and qualitative study, observing which percentage of the homeless population has a relationship with the Franca footwear industry and the amount of formal jobs in the historical series industry. The deductive method was also used, with studies at the national level, to reach conclusions in the local area. Finally, as far as the results are concerned, it was observed that the pandemic reduced the employability of the Franca industry to the lowest number in its history and together with the observation that most people on the street are ex-cobblers, an increase in number of citizens in this condition due to the Covid-19 pandemic.

Keywords: Pandemic 19 covid, footwear industry in Franca and homeless population.

1. INTRODUÇÃO

O período de pandemia, quarentena e isolamento social aprofundou o Brasil em uma das suas maiores crises econômicas da história. No entanto, vale ressaltar que o País, desde 2014, também passa por uma profunda crise política e social, o que agrava ainda mais a recessão econômica.

Evidentemente, por conta das medidas de distanciamento social, a atividade produtiva foi profundamente impactada. Segundo a Organização Internacional do Trabalho, o desemprego na América Latina e no Caribe deve aumentar em 4% ou 5%, elevando o número total de desempregados a 41 milhões de pessoas (OIT, 2020). No Brasil os dados não deixam de ser dramáticos. A taxa atual de desemprego é próxima a 12% e, no país, cerca de 13 milhões de pessoas estão ocupadas, sendo que deste montante, 5,7 milhões estão desocupadas por desalento (IBGE, 2020).

Ainda, de acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD COVID19 que está em andamento cerca de 3 milhões de pessoas foram afastadas dos seus postos de trabalho desde o começo da pandemia até o dia 12/09/2020 (IGBE, 2020). A taxa de desocupação no Estado de São Paulo segundo a pesquisa é de 13,3% a 15,3% (IBGE, 2020). Ainda em São Paulo, 288 mil pessoas ocupadas e afastadas deixaram de receber remuneração (IBGE, 2020). A quantidade de horas trabalhadas em média também é menor do que as 44 horas semanais permitidas na CLT. A média brasileira é de cerca de 34 horas trabalhadas por semana, enquanto a paulista é de 35 horas trabalhadas semanalmente (IBGE, 2020).

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

David Harvey em sua obra “A condição pós-moderna” explica detalhadamente como o modo de produção capitalista passa de um método de acumulação rígido para um método de acumulação flexível (HARVEY,2008). Nesse sentido, com a aplicação do Toyotismo às formas de produção industrial aliada ao desenvolvimento tecnológico, o trabalho humano foi progressivamente sendo trocado por maquinário.

Se antes, na égide do Taylorismo e do Fordismo, o maquinário servia para o aumento da produção, no regime de acumulação flexível, o trabalho humano, por diversos aspectos, pôde ser completamente substituído. Mas há outro aspecto importante que este mundo flexível do trabalho traz à tona e que deve ser visualizado: as formas mais precárias de contratação no mundo laboral.

A flexibilização do trabalho tem sua gênese com a crise dos anos 70 (HARVEY, 2008). Nesse contexto histórico os grandes capitalistas viram seus lucros diminuírem e era necessário implementar uma agenda no mundo laboral de derruição de direitos sociais para a consolidação, *a posteriori*, do neoliberalismo. Por conseguinte, foi dado início nos anos de 1970 a um processo de reestruturação produtiva que está em marcha até os dias de hoje. Ricardo Antunes em sua obra “O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital” explica com clareza como dá-se toda a reestruturação das formas de trabalho em todo o mundo, utilizando como exemplo os *zero hour contract*, invenção inglesa do que é chamado de contrato intermitente no Brasil (ANTUNES, 2018).

Outrossim, para que essa agenda de destruição dos empregos formais ocorra é preciso que

os Estados também ajam no sentido de precarizar as relações de trabalho. Uma das formas que isso é visível é a ausência de políticas públicas para a geração de emprego formal e o incentivo ao "empreendedorismo" e à uberização do trabalho. Com efeito, a reestruturação do trabalho também incentiva o desemprego estrutural (ANTUNES e POCHMANN, 2007), de forma que não resta opção ao trabalhador a não ser submeter-se ao trabalho extremamente precarizado.

Ao cabo, Engels já demonstrava como o pauperismo e a ausência de emprego possuem intima relação quando da análise das pessoas em situação de rua no contexto da primeira revolução industrial na Inglaterra (ENGELS, 2008). Evidentemente que há um discurso moralista e ideológico que tenta ofuscar a ciência, vociferando que a população em situação de rua é composta por indivíduos de condutas erráticas e que esta situação deu-se por livre e espontânea escolha. A desconstrução científica deste mito é imprescindível para que a população em geral possa enxergar esta população enquanto verdadeiro produto do acúmulo de riqueza e da concentração de renda.

3. MÉTODOS

Para analisar a relação entre a pandemia do covid-19 e a queda de empregos recorreu-se aos dados da Organização Internacional do Trabalho para que fosse possível comprovar cientificamente que a pandemia acarretou realmente queda na quantidade de postos de trabalho na América Latina. Afunilando ainda mais a pesquisa para estudar-se a situação brasileira, foram lançados mãos de dados do IBGE, mais especificamente da Pesquisa Nacional – PNAD Covid 19 onde foi possível constatar que, seguindo a regra dos países latinos, no Brasil também ocorreu redução dos postos de emprego.

Nesse sentido, um dos objetos de estudo é a indústria calçadista francana, visto que é um dos setores (talvez o maior) que mais emprega no município de Franca-SP. Para tanto, para vislumbrar qual foi o impacto da pandemia na geração de empregos na cidade utilizou-se dos relatórios mensais do SINDIFRANCA até Agosto de 2020.

O outro objeto de estudo é a população em situação de rua na cidade de Franca-SP. Para entender ainda mais essa população, primordialmente, foi estudado a primeira e única pesquisa nacional sobre a população em situação de rua, realizada em 2009. Por meio dessa pesquisa foi possível visualizar se o desemprego foi um dos principais motivos para levar as pessoas às ruas. Para corroborar as constatações também foi estudado o último censo de São Paulo-SP com o mesmo objetivo.

Para alcançar o objetivo de entender quais as razões de francanos acabarem nas ruas e se os motivos são os mesmos dos que são argüidos a nível nacional, foram levadas em conta duas pesquisas: a pesquisa Datalink 2012 realizada pela própria municipalidade e uma pesquisa feita a nível de graduação na UNESP-Franca em 2016. Faz-se a ressalva de que, infelizmente, as pesquisas são precárias, desatualizadas e não muito aprofundadas, vez que o município de Franca-SP não realiza censo sobre essa população desde 2012. Portanto, as porcentagens expostas no trabalho podem não condizer fielmente com a realidade.

O método dedutivo foi utilizado, saindo do *macro* para o *micro* na tentativa de perceber comunicações entre um e outro. Por esse motivo foram realizados estudos a nível nacional para, por fim, verificar se as condições anotadas também refletem-se localmente. Por fim, também foi optado pela utilização da denominada pesquisa mista ou método misto. Isto é, análise quantitativa-qualitativa. Por meio deste referencial metodológico foi possível verificar o quanto foi impactada a indústria calçadista francana pela pandemia, bem como qual a porcentagem da população em situação de rua já possuiu algum vínculo com essa indústria. Portanto, a pesquisa mista é imprescindível para qualificar os dados objetivos, verificando uma tendência e um perfil dos objetos pesquisados.

4. ANÁLISES E DISCUSSÕES

No município de Franca-SP a realidade não poderia ser diferente na pandemia. A cidade é publicamente conhecida pela potência que outrora já teve sua indústria calçadista. De acordo com o Sindicato da Indústria de Calçados de Franca-SP (SINDIFRANCA), desde janeiro de 2020 o ano

corrente apresenta a menor quantidade de trabalhadores, em estatística mensal, desde o ano 2000. Os postos de trabalho estão cada vez menores (SINDIFRANCA, 2020):

Janeiro de 2020	15.699 empregados
Fevereiro de 2020	16.601 empregados
Março de 2020	16.327 empregados
Abril de 2020	13.493 empregados
Maio de 2020	11.127 empregados
Junho de 2020	10.348 empregados
Julho de 2020	9.912 empregados
Agosto de 2020	10.184 empregados

Por mais que em Agosto tenha ocorrido ligeiro aumento nos quadros de empregados da indústria calçadista, vê-se que o Agosto de 2020, em comparação com os outros, é o que menos tem empregados formais (SINDIFRANCA, 2020):

Agosto de 2000	19.108 empregados
Agosto de 2001	18.635 empregados
Agosto de 2002	19.568 empregados
Agosto de 2003	22.020 empregados
Agosto de 2004	28.231 empregados
Agosto de 2005	26.073 empregados
Agosto de 2006	25.392 empregados
Agosto de 2007	26.684 empregados
Agosto de 2008	27.781 empregados
Agosto de 2009	25.001 empregados
Agosto de 2010	28.891 empregados
Agosto de 2011	28.992 empregados
Agosto de 2012	29.454 empregados
Agosto de 2013	29.865 empregados
Agosto de 2014	27.136 empregados
Agosto de 2015	24.492 empregados
Agosto de 2016	22.824 empregados
Agosto de 2017	21.452 empregados

Agosto de 2018	18.988 empregados
Agosto de 2019	17.54 empregados
Agosto de 2020	10.184 empregados

A queda referente a Agosto de 2019 é de 42%. Ademais, ilustrando ainda mais quão aterradores são os números da indústria calçadista francana durante a pandemia, o saldo total entre admissões e demissões em 2020 é de -4.218 pessoas empregadas para uma média de -527 empregados (SINDIFRANCA, 2020). Por fim, a pesquisa do SINDIFRANCA expõe que o número de trabalhadores da indústria calçadista diminuiu mais do que a média nacional e estadual (SINDIFRANCA, 2020):

Queda em Franca de empregos no setor calçadista (2019-2020)	29,3%
Queda paulista de empregos no setor calçadista (2019-2020)	22,2%
Queda nacional de empregos setor calçadista (2019-2020)	13,6%

Com o maior setor industrial em completa crise, as vulnerabilidades materiais aumentam – e muito! Diante desse cenário, não é incomum que populações que vivem em situação de rua tenham aumentos expressivos a ponto de ser sensível aos olhos. Passa-se, portanto, à análise da população em situação de rua no plano *macro* e *micro.*

O último e único censo produzido a nível nacional é o “Rua: aprendendo a contar”, a pesquisa nacional sobre a população em situação de rua do Governo Federal, produzido em 2009. Portanto, após 2009 tudo que se tem a nível nacional são estimativas.

Uma das prospecções mais confiáveis, sem dúvida, é a realizada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Em 2020 o Instituto soltou nota técnica com uma estimativa da população em situação de rua de setembro de 2002 a março de 2020, portanto, anterior à pandemia.

Segundo o IPEA a estimativa é de que atualmente 221.869 pessoas estão em situação de rua em todo o território nacional. Isso significa um aumento desde 2012 de 140% (IPEA, 2020). Segundo a mesma estimativa, cerca de 15.435 pessoas viviam, no total, em situação de rua nas cidades médias brasileiras.

O Município de Franca-SP é considerado uma “cidade média”. Assim como a grande maioria das cidades brasileiras, a população em situação de rua não possui atenção prioritária do governo municipal. Isso é visível, por exemplo, na data da última pesquisa para mensurar e qualificar esta população na cidade: o último estudo francano foi de 2012.

No ano de 2012, a Prefeitura Municipal divulgou estatísticas que afirmavam que 220 pessoas viviam nas ruas (FRANCA, 2012), no entanto, se verificadas declarações oficiais da Administração Pública francana esse número é ainda maior, visto a estimativa do Abrigo Provisório era de que, em 2016, mensurava que Franca tinha cerca de 800 pessoas estavam em situação de rua. Já em 2018 a Secretaria de Ação Social Municipal divulgou que essa população já chegava a 600 pessoas (GCN, 2016).

Ademais, a pesquisa de 2012 traz em seu bojo um dado importante para pensar as políticas públicas de geração e emprego, renda e assistência, no pós-pandemia na cidade: 38,5% das pessoas que estão em situação de rua em Franca, antes de perderem seus empregos, eram sapateiros (FRANCA, 2012). Ou seja, pouco antes do *boom* produtivo na indústria calçadista

francana em 2013, praticamente 40% da população em situação de rua trabalhava na indústria do calçado.

É importante aliar os dados atuais com as tendências apresentadas nas pesquisas e censos anteriores. Nesse sentido, o censo nacional é grande valia. De acordo, com a pesquisa realizada pelo Governo Federal 29,8% acabaram ficando em situação de rua por conta do desemprego (BRASIL, 2009). Ainda em um plano *macro* no censo de 2019 sobre a população em situação de rua em São Paulo-SP, vê-se que 25,8% ficaram em condição de rua por conta da perda de emprego (SÃO PAULO, 2019). Já em Franca-SP, a pesquisa Datalink expôs que 17% das pessoas que viviam nas ruas em 2012 estavam nesta condição por conta do desemprego (Franca, 2012).

Em pesquisa realizada pela assistente social Letícia Sabino de Almeida Silva, 52,9% dos entrevistados em Franca afirmam que pretendem conseguir inserção no mercado de trabalho (SILVA, 2016). Ainda, 64,7% disseram que para sair da situação de rua era necessário, antes de mais nada, conseguir um trabalho (SILVA, 2016). As pesquisas científicas são importantes pois desconstroem o mito de que as pessoas em situação de rua estão nessa condição "porque querem". Ou, ainda, que "se construir moradia, resolve". A população em situação de rua está intimamente ligada com o processo de precarização do trabalho e de desemprego estrutural.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

É visível que a nível nacional e municipal a mensuração da população em situação de rua é elemento deficiente. A última pesquisa nacional foi produzida em 2009, enquanto em Franca-SP, em 2012. Para que seja possível a formulação de políticas públicas adequadas, antes de mais nada, é preciso quantificar e qualificar o cidadão que é público-alvo a ser atingido. Por ora, como as pesquisas não são realizadas, os estudiosos sobre a matéria e os formuladores de políticas públicas ficam à mercê de estimativas.

Ainda que se tenham apenas estimativas, ao menos estas últimas, dão elementos importantes, principalmente no que diz respeito à importância das políticas públicas de emprego e renda como forma de retirar as pessoas que estão em situação de rua. No caso de Franca, vê-se que a indústria calçadista continua em abissal declínio. As estatísticas sobre as exportações do SINDIFRANCA expõem esse declínio: a queda de faturamento período janeiro-agosto de 2020 em comparação ao ano passado é de 46,7% (SINDIFRANCA, 2020).

As últimas notícias da imprensa é que o setor calçadista esboçou alguma recuperação e que pretende recontratar funcionários demitidos (G1, 2020) , mas vale ressaltar que a própria imprensa francana explicitou: Franca tem o menor quadro de funcionários da indústria calçadista em sua história (JORNAL DA FRANCA, 2020). Portanto, provavelmente a população que precisará da rede de assistência social no município durante e no pós pandemia do Covid-19 deve aumentar significativamente.

Nesse mesmo sentido, é provável que a população em situação de rua na cidade durante o período de pandemia e também posteriormente deve crescer. Para evitar ou minimizar este cenário, o poder público deve atuar de forma diligente e atento verificando os impactos não só econômicos do período de isolamento e quarentena, mas também sociais.

Essa situação de vulnerabilidade social pode ser visualizada pelo dado impressionante de que cerca de 100 mil pessoas no município auferiram o auxílio-emergencial (GCN, 2020), isto é, cerca de 26,6% da população do município (IBGE, 2020).

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. **O Privilégio da Servidão: o novo proletariado de serviços na era digital**. São Paulo: Boitempo, 2018.

ANTUNES, Ricardo; POCHMANN, Márcio. **A DESCONTRUÇÃO DO TRABALHO E A EXPLOSÃO DO DESEMPREGO ESTRUTURAL E DA POBREZA NO BRASIL**. Clacso. Porto Alegre, 2007. Disponível em: http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/clacso-crop/20120708071300/08antu2.pdf. Acesso em 14 de outubro de 2020.

BRASIL. **Pesquisa nacional sobre a população em situação de rua.** Brasília, 2009.
ENGELS, Friedrich. A situação da classe trabalhadora na Inglaterra. Ed. São Paulo: Boitempo, 2008
FRANCA, Prefeitura Municipal; Secretaria de Ação Social. **Pesquisa População em Situação de Rua**, 2012.
G1. **Setor calçadista de Franca, SP, dá sinais de recuperação e recontrata demitidos durante a pandemia.** Disponível em: https://g1.globo.com/sp/ribeirao-preto-franca/noticia/2020/10/07/setor-calcadista-de-franca-sp-da-sinais-de-recuperacao-e-recontrata-demitidos-durante-a-pandemia.ghtml. Acesso em 08 de outubro de 2020.
GCN. **Quase 100 mil pessoas em Franca recebem Auxílio Emergencial.** Disponível em: https://gcn.net.br/noticias/412010/franca/2020/08/quase-100-mil-pessoas-recebem-auxilio-emergencial-em-franca. Acesso em 08 de outubro de 2020.
_____. Franca tem 800 moradores de rua, diz Abrigo Provisório. Disponível em: https://gcn.net.br/noticias/314658/franca/2016/03/franca-tem-800-moradores-de-rua-diz-abrigo-provisorio. Acesso em 08 de outubro de 2020.
HARVEY, David. A condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. Editora Loyola. São Paulo, 2008.
INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cidades e Estados.** Disponível em: https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/sp/franca.html. Acesso em 08 de outubro de 2020.
_____.**Desemprego.** Disponível em: https://www.ibge.gov.br/explica/desemprego.php#:~:text=O%20que%20%C3%A9%20desemprego,basta_____%20n%C3%A3o%20possuir%20um%20emprego. Acesso em 08 de outubro de 2020.
Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD COVID19. Disponível em: https://covid19.ibge.gov.br/pnad-covid/trabalho.php. Acesso em 08 de outubro de 2020.
INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Nota técnica: Estimativa sobre a população em situação de rua no Brasil (setembro de 2012 a março de 2020).** Brasília, 2020. Disponível em : https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/nota_tecnica/200612_nt_disoc_n_73.pdf. Acesso em 08 de outubro de 2020.
JORNAL DA FRANCA. **Franca tem o menor quadro de trabalhadores no setor calçadista.** Disponível em: http://www.jornaldefranca.com.br/franca-tem-o-menor-quadro-de-trabalhadores-no-setor-calcadista-da-historia. Acesso em 08 de outubro de 2020.
ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **OIT: Forte aumento do desemprego na América Latina e no Caribe deixa milhões sem renda.** Disponível em: https://www.ilo.org/brasilia/noticias/WCMS_749687/lang--pt/index.htm. Acesso em 08 de outubro de 2020.
SÃO PAULO. **Censo População em situação de rua 2019.** São Paulo, 2019. Disponível em: https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiZDZkOGM2OWQtZmUyMS00MjU5LTljYzQtNTNjY2FmOTc2NDc3IiwidCI6ImE0ZTA2MDVjLWUzOTUtNDZlYS1iMmE4LThlNjE1NGM5MGUwNyJ9. Acesso em 08 de outubro de 2020.
SILVA, Letícia Sabino de Almeida. **Trabalho e população em situação de rua no município de Franca-SP: uma relação intrínseca do capitalismo**. Trabalho de Conclusão de curso. Franca, 2016.
SINDICATO DA INDÚSTRIA DE CALÇADOS DE FRANCA-SP. **Relatório mensal – NICC pólo Franca.** Franca, 2020.

A pesquisa científica e as políticas públicas de certificação ambiental e selos de performance em sustentabilidade: uma análise bibliométrica

Andréia Cristina de Britto Leal
Mestranda em desenvolvimento regional pelo Uni-FACEF
sadeiabr@yahoo.com.br

Naiá Sadi Câmara
Doutora em Linguística e Língua Portuguesa pela UNESP
Centro Universitário Municipal de Franca - Uni-FACEF/Unaerp
naiasadi@gmail.com

RESUMO

O presente artigo possui como objetivo levantar e mapear artigos científicos que tratam de políticas públicas com foco em certificação e selos de performance em sustentabilidade, emitidos por organizações da sociedade civil organizada, a fim de identificar o conceito de sustentabilidade adotado pela academia no campo das Políticas Públicas de certificação, e como essa perspectiva pode influenciar o futuro dos modelos de negócios sustentáveis. Assim, por meio de uma pesquisa bibliométrica na base de dados da *Scielo*, foram encontrados 66 artigos a partir das palavras-chave: *certification*, *sustainability* e *small business*. As análises priorizaram as pesquisas envolvendo pequenos negócios. Verificou-se como as investigações e as propostas de mudanças da pesquisa científica colaboraram para a revisão dos conceitos de sustentabilidade, podendo assim influenciar novas tendências de mercado e a constituição de novos modelos de negócios com propósitos subsidiados no tripé da sustentabilidade.

Palavras-chave: Políticas Públicas. Certificação. Sustentabilidade. Pesquisa Científica.

ABSTRACT

The objective of this article is to find and map scientific articles regarding public policy focusing on certification and seals of performance and sustainability, issued by the civil society in order to identify the concept of sustainability adopted by the academy in the area of Public Policy for certification and how this perspective can influence the future of sustainable business models. Thus, through a bibliometric research on the Scielo database, 66 articles containing the keywords: certification, sustainability and small business were found. The analyses prioritized the researches involving small businesses. It was confirmed how the investigations and the proposals for changes in the scientific research collaborate with a revision of the

concepts of sustainability, thus being able to influence new market trends and the formation of new business models with purposes subsidized by the triple bottom line.

Keywords: Public Policy. Certification. Sustainability. Scientific Research

1 Introdução

No contexto da Pandemia Covid-19, as crises nas áreas da saúde, sociais, econômicas e políticas trouxeram em pauta nas agendas sociais o papel da ciência na sociedade. De um lado, a necessidade da criação de vacinas e o controle gerencial e socorrista dos órgãos públicos de saúde, evidenciaram o papel das ciências e a necessidade de formar e ter pesquisadores pelo mundo, identificando genomas, testando e buscando a cura; de outro, a "indústria da pandemia", lugar onde o lucro material, o jogo político, e a lógica econômica imperam e a negação da ciência é estratégia de manipulação.

Partindo do princípio de que a pesquisa científica para o desenvolvimento humano é de fundamental importância e que os problemas relacionados à sustentabilidade se intensificaram na era Covid-19, nesta pesquisa apresentamos uma análise de artigos científicos que versam sobre sustentabilidade, a fim de primeiro identificar as definições e suas redes semânticas e, depois, verificar se o que nos apresenta a ciência corresponde e ou contribui para as demandas práticas.

No Brasil, os problemas relacionados à sustentabilidade vem se intensificando com a destruição da ôe do Pantanal pelos incêndios, e como nos mostra Cortella (2019), é evidente o nível alarmante e urgente que o país se encontra, bem como a carência de ações conscientes voltadas para práticas mais sustentáveis:

> "Toda agressão ao meio ambiente é autofágica, ela é autodestrutiva, é a lógica da simbiose da vida junto, ela tem uma marca muito forte em toda a trajetória da própria natureza e dentro dela, da vida humana, isto é, tudo que for feito ao hospedeiro, vai acontecer ao hóspede. No nosso caso, os humanos, que somos hóspedes exatamente nessa relação de vida junta dentro do nosso planeta." (CORTELLA, 2019, online)

As mudanças ambientais provocadas pelo distanciamento social, tais como a regeneração de vários ambientes: o retorno de golfinhos nas águas calmas e menos turvas de Veneza, (Itália), javalis andando pelos centros urbanos de Barcelona (Espanha) e um puma selvagem visto nas ruas desertas de Santiago (Chile)[1], entre outros impactos, provocaram discussões, debates entre sociedade civil, ativistas, órgãos públicos e privados que, junto às pesquisas científicas, tentam compreender e encontrar soluções que revertam os gravíssimos danos que o homem causa na natureza desde há muito tempo.

[1] Disponível em: https://www.opovo.com.br/jornal/vidaearte/2020/03/30/natureza-da-sua-resposta-para-os-tempos-de-quarentena.html. Acesso em: 16 outubro 2020.

Desse contexto, realizamos uma pesquisa em artigos científicos que tratam do termo sustentabilidade como base conceitual, publicados entre 2016 a 2020, a fim de verificar os avanços e as adequações que as diferentes definições e conceituações apresentam e sua relação com as práticas sustentáveis.

A Sustentabilidade da espécie humana no aspecto social, econômico ou ambiental, depende de mudanças nas formas de vida e nas práticas de consumo, e portanto de investimentos também no aspecto cultural, pois só assim, como nos mostra Deheinzelin (2019), amparados nesses 4 eixos, poderão ocorrer mudanças que impactarão de modo positivo na sustentabilidade do planeta. Por meio de investimentos em educação, arte e ciências os sujeitos podem evoluir com ética, cidadania e responsabilidades sociais e ambientais.

A linearidade do capitalismo acumulativo "extrair, produzir, descartar", pautado no PIB de crescimento econômico crescente e ilimitado, já se mostrou como ilusório e ineficaz. A necessidade da população mundial que cresce em ritmo exponencial demanda ações mais criativas, plurais e sistêmicas[2] que valorizem a criatividade, a cultura local e o auxílio da tecnologia, uma Economia criativa Circular (reorganizando a cadeia produtiva que passa a usar os recursos naturais ao invés de consumi-los, além de otimizar seu uso no ponto máximo, eliminando resíduos e reutilizando energia para mitigar desperdícios)[3].

O capitalismo distributivo ou regenerativo surge como uma alternativa pertinente, viável e contemporânea. Apresentado pela primeira vez à Organização das Nações Unidas (ONU), em 2011, a "Economia Donut" de Raworth (2019) revolucionou os debates sobre desenvolvimento sustentável e serviu de base para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ONU, 2015). A economista premiada mundialmente inovou o conceito de capitalismo trazendo-o para uma visão sistêmica e orgânica do globo, desenhando os recursos naturais com limites inegociáveis denominado de "teto ecológico" e o "alicerce social" destacando a proporção de pessoas no mundo que carecem dos bens essenciais à vida, uma condição que não se pode ser indiferente.

A interconectividade da sociedade contemporânea define práticas de consumo diversas e pulverizadas entre as gerações[4], o que têm sido motivo de conflitos que se mostram como desafios à gestão dentro das organizações público ou privados da atualidade, entretanto, essa convivência multigeracional desponta como potencial força motivadora para enfrentamento dos desafios contemporâneos, contrastando conceitos desde capitalismo acumulativo a capitalismo distributivo. Nesse contexto, Câmara e Padovani (2018) relatam as mudanças na educação a partir da migração de uma educação formal para informal ofertada por plataformas multimídia o que demonstra que as práticas de consumo influenciam nas formas de vida e, consequentemente, no entendimento de termos como sustentabilidade.

As Organizações da Sociedade Civil (OSCs) têm desempenhado papel fundamental como representativa dos anseios de uma comunidade sustentável, seja no aspecto social, ambiental e além da cultural, em defesa da diversidade de

[2] Laszlo, 2020.
[3] Weetman, 2019.
[4] Geração Silenciosa (idades acima de 65 anos); Geração Baby Boomer (idades de 50 a 64 anos); Geração X (idades de 35 a 49); Geração Y ou Millennials (idades de 21 a 34); Geração Z ou Centennials (idades de 15 a 20 anos).

gêneros e raças, com discurso plural que vai além do aspecto estritamente econômico, desde a redemocratização do Brasil, no final dos anos 1980. A participação das OSCs nas políticas públicas proporciona melhor definição dos problemas públicos e permite capilaridade e viabilidade de sua implementação.

Além das OSCs, a academia também contribui para a revisão de conceitos, pesquisas que reverberam e muitas vezes determinam e definem as práticas sustentáveis no mundo empresarial, como é o caso das empresas certificadas com o selo "B", que estabelecem que seus negócios são pautados pelo ato de gerar Benefício, propostas da Economia Circular e da Economia Criativa, conceitos surgidos em meados de 1980 e 1990 e que estão em constante processo de aprimoramento a cada nova publicação.

Nesta pesquisa, pretende-se identificar como esses novos conceitos são tratados nas pesquisas científicas publicadas entre 2016 e 2020, a fim de identificar se há e, em caso afirmativo, como se dá a evolução nas definições do termo sustentabilidade, bem como as discussões acerca dos conceitos derivados, críticas, potencialidades e fragilidades e consequentemente, seus impactos na sociedade e nos modelos de negócios.

Sendo assim, parte-se da hipótese de que a pesquisa científica aliada à política pública de certificação ambiental impactam positivamente nas reflexões acerca do termo sustentabilidade nas dimensões social, ambiental, econômica, e principalmente, cultural, uma vez que, os artigos, como gênero de divulgação científica (CÂMARA, 2014), também exercem função de gênero educativo, instigando reflexões e quiçá, mudanças nas formas de vida e nas práticas sustentáveis.

Este trabalho parte da visão de políticas públicas multisetoriais defendida por Secchi (2013), que entende o problema público como uma carência ou um excesso que existe na sociedade, na qual a implementação de uma ação é viabilizada pelo modelo *bottom-up*, ou seja, o problema público parte da auto-organização da rede de atores[5] e a implementação sofre modelagens a fim de garantir a resolução do problema.

A busca bibliométrica na base de dados *Scielo.org* traçou os caminhos dos procedimentos metodológicos e sua análise possibilitou definir o papel das micro e pequenas empresas (MPEs) no desenvolvimento sustentável regional.

2 Políticas Públicas – Certificação - sustentabilidade

A relação que propusemos buscar nos artigos entre sustentabilidade e políticas de certificação justifica-se pelo fato de que as práticas sustentáveis, sejam as realizadas por órgãos públicos ou empresas privadas, sofrem regulações legais direcionadas pelas políticas públicas responsáveis por direcionar, regular, controlar e ´punir. Corrêa (2006) afirma que "o Brasil é reconhecido como um dos países com uma das legislações mais avançadas em relação à necessidade de proteção do

[5] Rede de atores no processo de políticas públicas, na visão de Secchi (2013), compreende-se: partidos políticos, burocracia, grupos de interesse, organizações da sociedade civil e os movimentos sociais.

meio ambiente, porém é preciso buscar novos meios para colocá-la em prática e intensificar os já existentes." E que:

Instituído pelo Conselho Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial, o Sistema Brasileiro de Certificação – SBC busca estabelecer uma estrutura de certificação de conformidade adequada às necessidades do Brasil, segundo informações do site do Inmetro, possuindo suas próprias regras e procedimentos de gestão, reconhecidamente como sistema pelo Estado Brasileiro.

Tabela 1 – Certificados ISO 9001:2015 e 14001:2015 dentro do SBAC

Padrão Normativo	**Número de Certificados**	
	Concedidos	**Válidos**
ABNT NBR ISO 14001:2015	1.374	1.066
ABNT NBR ISO 9001:2015	11.189	8.627

Fonte: www.Inmetro.gov.br – adaptado pelos autores.

Pressupõe-se que certificações devam seguir rigorosas e periódicas auditorias para garantir sua manutenção e caso haja descumprimento dos requisitos, ações punitivas e de ampla divulgação devem ser instauradas. Como pode ser observado na tabela acima, cerca de 22% dos certificados concedidos perdem sua validade, o que demonstra que as empresas deixam de cumprir os requisitos exigidos para sua obtenção. (CORRÊA, 2006, p.190)

> Nessa perspectiva, salientamos a necessidade do estímulo estatal à busca da certificação pelas empresas, especialmente as pequenas e médias, para atingir uma tripla finalidade: a redução do impacto ambiental, a defesa da concorrência no plano interno e para manter e aumentar o mercado internacional dos produtos e serviços brasileiros.

Segundo Secchi (2013, p. 59) "Certificados e selos são instrumentos regulatórios que se baseiam no princípio da adesão, como o processo de certificação de Organizações Sociais de Interesse Público (OSCIPs) pelo Ministério da Justiça e o programa de Rotulagem Ambiental da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT)." Ainda nas palavras de Secchi (2013, p. 63), "a avaliação de uma política pública compreende a definição de critérios, indicadores e padrões (*performance standards*)".

Um estudo recente demonstra que gestores com mentalidade *bottom-line* (direcionada pelo lucro e resultados financeiros) prejudicam a produtividade e geram insatisfação e comportamentos negativos nos funcionários que perderam o respeito e a lealdade pelo chefe, que negligencia aspectos como ética e bem-estar, em razão exclusivamente do lucro, obtendo resultados contrários aos pretendidos. Os pesquisadores da *Baylor University*, no Texas (EUA), entrevistaram 866 profissionais, sendo metade gestores e a outra metade seus funcionários. (BIGARELLI, 2019)

Legislação para regular e normatizar os impactos ambientais existe. O texto da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 em seu capítulo segundo, que trata da competência "DA UNIÃO", artigo 23, incisos VI e VII, deixa claro que é dever de todos zelar pelo meio ambiente: "É competência comum da

União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios"; "VI - proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas"; "VII - preservar as florestas, a fauna e a flora;".

No capítulo sexto, que trata "DO MEIO AMBIENTE", o artigo 225 diz que "Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.", apropriando-se das conclusões diagnosticadas na Declaração de Estocolmo, em junho de 1972, primeira assembleia geral das Nações Unidas sediada pela capital da Suécia.

Tendo a Certificação e concessão de selos de performance e, sustentabilidade como uma política pública, considerando os atores com discurso pautado no pluralismo e a implementação no modelo *bottom-up*, espera-se que sua difusão no mercado possibilite negócios sustentáveis que possuam potencial de impactar positivamente o desenvolvimento regional.

Freiria (2019) propõe novos paradigmas para o Direito na tentativa de buscar maior efetividade nas questões ambientais, exaltando a pluralidade, a flexibilidade e a interdisciplinaridade do discurso jurista, ressalva ainda, que:

> é preciso repensar os papéis do direito, como condição de uma maior efetividade das políticas ambientais. A obrigatoriedade dos padrões de condutas definidos pela lei é de fundamental importância para se atingir os objetivos das políticas ambientais, no caso, para pautar uma relação mais equilibrada do homem com o meio ambiente. No entanto, a realidade tem mostrado que a profusão de legislações ambientais, nas mais variadas temáticas, não tem necessariamente resultado no necessário maior equilíbrio nas relações do homem com o meio ambiente. (FREIRIA, 2019, p. 75)

Nesse sentido, as instituições do século XXI, público ou privada, tem a possibilidade de aproveitar as propostas construídas pela economia criativa e pela economia circular que visam otimizar ao máximo os aspectos social e ambiental do tripé da sustentabilidade, obtendo o econômico como consequência do esforço em aproveitar a criatividade da rede de interessados na instituição e a energia do processo produtivo que outrora era descartada.

3 Procedimentos Metodológicos

Como procedimentos metodológicos foi adotada a pesquisa bibliográfica e bibliométrica de artigos científicos contidos na base de dados *Scielo*, combinando o método descritivo para elencar as políticas públicas de certificação, bem como as campanhas do Ministério do Meio Ambiente e Leis ambientais correlatas.

Para realizar a pesquisa de trabalhos acadêmicos, especificamente artigos publicados em periódicos, a base de dados *Scielo* foi eleita por estar licenciada sob a Licença *Creative Commons* que consiste em compartilhar pesquisas científicas completas e de forma gratuita.

No processo de análise, foram encontrados 66 trabalhos, que após

terem sido abertos o texto na íntegra, utilizou-se a ferramenta localizar do aplicativo editor de texto, para pesquisar as palavras chaves: certificação (distinguindo-se a certificação tida na área ambiental ou de responsabilidade social da empresas dos certificados concedidos como reconhecimento de educação em uma área específica de conhecimento profissional); em seguida buscou-se a palavra-chave sustentabilidade ou o prefixo "sustent" para trazer palavras com alguma relação ao verbo sustentar ou ao adjetivo sustentável. Tendo as duas primeiras buscas sendo satisfatórias, na sequência utilizou-se a palavra-chave pequena empresa.

4 Resultados

No período de cinco anos, de 2016 a 2020, a busca apresentou 66 artigos científicos nos idiomas inglês e português. Após nova filtragem, considerando apenas as pesquisas que abordaram certificação ambiental ou socialmente responsável, resultou em 43 artigos no idioma português (limitado para evitar divergência de interpretação), com as seguintes palavras-chaves: *certification*, *sustainability* e *small business* (utilizadas em idioma inglês como padronização do uso acadêmico). Foram aplicadas as lógicas booleanas "and" e "or" respectivamente, junto aos termos *sustainability* e *small business*. E "and not" junto ao termo *medical*, excluindo os trabalhos referentes às especializações e certificações médicas, o resultado foi organizado no quadro a seguir:

Tabela 2 – Resultado de artigos pesquisados na base de dados *Scielo*.br

	Título	**Periódico**
1	Cumprimento dos requisitos da certificação FSC/CoC por indústrias moveleiras do Rio de Janeiro	Ciência Florestal
2	Relação entre natureza jurídica de prestadores de serviços e qualidade na atenção básica brasileira	Cadernos de Saúde Pública
3	Da ilegalidade à certificação florestal: estudo de caso do manejo florestal comunitário no Baixo Amazonas	Ciência Florestal
4	Análise dos fatores de influência e diagnóstico da gestão dos resíduos da construção civil (RCC) nos canteiros de obra da cidade do Recife-PE	urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana
5	Incentivos competitivos e cooperativos em relações diádicas: um estudo de caso na cadeia de uvas orgânicas	Revista de Economia e Sociologia Rural
6	Validação do treinamento on-line para multiplicadores do programa Vida Ativa Melhorando a Saúde (vamos)	Journal of Physical Education
7	Impacto econômico da construção sustentável: a reforma do Estádio do Mineirão	urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana

8	Processo de Acreditação das Escolas Promotoras de Saúde em âmbito mundial: revisão sistemática	Ciência &ampSaúde Coletiva
9	Fatores relacionados com a maturidade do sistema de gestão ambiental de empresas industriais brasileiras	Revista de Administração de Empresas
10	Produção de material de referência certificado de óxido de hólmio(iii) em ampolas	Química Nova
11	Diálogos sobre o processo de trabalho em saúde bucal no Brasil: uma análise com base no PMAQ-AB	Cadernos de Saúde Pública
12	Processo de trabalho em saúde bucal na atenção básica: desigualdades intermunicipais evidenciadas pelo PMAQ-AB	Saúde em Debate
13	Análise espacial da qualidade da Atenção Básica em Saúde no Brasil	Saúde em Debate
14	Uma abordagem sociológica das certificações: o caso do selo de aprovação SBC	Revista Brasileira de Ciências Sociais
15	Educação, Institucionalização e Legitimação: novas arquiteturas educativas à luz do modelo neo-institucional em Portugal	Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação
16	Melhoramento de batata para resistência à murcha bacteriana no Brasil: um breve histórico vis-à-vis um protocolo de seleção mais efetivo	Horticultura Brasileira
17	Assimetrias de informação, qualidade e mercados da certificação: a necessidade de uma intervenção institucional	Revista de Economia Contemporânea
18	Perfil de queixas técnicas relacionadas a seringas hipodérmicas de uso único comercializadas no Brasil após certificação compulsória	Saúde em Debate
19	A Controvérsia do uso dos Testes Psicológicos por Psicólogos e Não Psicólogos	Psicologia: Ciência e Profissão
20	Ensino de didática e aprendizagem da docência na formação inicial de professores	Cadernos de Pesquisa
21	O uso da autobiografia na educação de adultos: modos narrativos de valorização e legitimação da experiência profissional	Revista Brasileira de Educação
22	Aumento da Eficácia do Aprendizado de Soldagem por Aulas Práticas Assistidas por Audiovisual de Forma Não Passiva	Soldagem &ampInspeção
23	Implantação da ISO 14001:2004: estudo de caso de uma indústria de papel da Região Centro-Sul do Paraná	REAd. Revista Eletrônica de Administração (Porto Alegre)
24	Bibliotecas verdes e sustentáveis no Brasil	Transinformação

25	Determinantes para um Sistema de Informação Florestal	Floresta e Ambiente
26	O que fazer no ano que vem? articulações entre juventude, tempo e escola	Educação em Revista
27	Coprodução de Serviço de Vigilância Sanitária: Certificação e Classificação de Restaurantes	Revista de Administração Contemporânea
28	Juventudes, Educação do Campo e Formação Técnica: um estudo de caso no IFMT	Educação &ampRealidade
29	Fatores associados à percepção e atitude de consumidores de carne bovina com certificação de origem em Uberlândia, Minas Gerais	Revista Ceres
30	Estratégias de marketing na área de sementes	Arquivos do Instituto Biológico
31	Diretrizes para a fase de projetos de edificações públicas sob o foco da sustentabilidade ambiental: estudo de caso de uma Instituição Federal de Ensino Superior (IFES) de acordo com o sistema de certificação LEED	Interações (Campo Grande)
32	Ofícios e estratégias de acumulação: o caso do despenseiro da Inquisição de Lisboa Antonio Gonçalves Prego (1650-1720)	Topoi (Rio de Janeiro)
33	Sentidos sobre agroecologia na produção, distribuição e consumo de alimentos agroecológicos em Florianópolis, SC, Brasil	Interface - Comunicação, Saúde, Educação
34	Ecological impacts of non-native tree species plantations are broad and heterogeneous: a review of Brazilian research	Anais da Academia Brasileira de Ciências
35	Motivos para atuação e formação profissional: percepção de doulas	Physis: Revista de Saúde Coletiva
36	Acesso oblíquo à educação superior: decisões de tribunais de justiça estaduais	Cadernos de Pesquisa
37	Palinologia de espécies de Asteraceae de utilidade medicinal para a região dos Campos Gerais, Ponta Grossa, PR, Brasil	Hoehnea
38	Normativa de Produção Orgânica no Brasil: a percepção dos agricultores familiares do assentamento da Chapadinha, Sobradinho (DF)	Revista de Economia e Sociologia Rural
39	Fatores socioeconômicos que influenciam na disposição de consumidores em adquirir carne bovina com certificação de origem em Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil	Arquivos do Instituto Biológico
40	Objetivos e desafios da política de compras públicas sustentáveis no Brasil: a opinião dos especialistas	Revista de Administração Pública
41	Associação entre o grau de implantação da Rede Amamenta Brasil e indicadores de amamentação	Cadernos de Saúde Pública

42	A construção da sexologia como profissão em Portugal: composição de um grupo profissional e tipos de sexólogos	Ciência &ampSaúde Coletiva
43	A experiência brasileira na erradicação da febre aftosa e o emprego do sistema I-ELISA 3ABC/EITB para certificação sanitária de bovinos e bubalinos	Arquivos do Instituto Biológico

A princípio, partindo da análise dos títulos e do periódico correspondente aos trabalhos publicados, observa-se a inter/transdisciplinaridade do termo sustentabilidade, que perpassa pela área da saúde, economia, sociologia, educação, administração além da solidificada área ambiental. Como exemplo, pode-se citar os seguintes periódicos: Revista de Economia e Sociologia Rural, Transinformação, Revista de Administração de Empresas, Anais da Academia Brasileira de Ciências, Ciência Florestal entre outros.

Como análise dos trabalhos, iniciou-se pelos periódicos da área de saúde pública que, nesta busca, não trouxeram relação com o termo sustentabilidade, apenas certificação sanitária entre outras condizentes da área hospitalar ou certificação profissional. Portanto, foram descartados 21 trabalhos da análise do termo sustentabilidade. Dentre os descartados também se encontram os da área de educação que utilizaram o verbo sustentar, o que pode evidenciar carência de abordagem do termo sustentabilidade na educação formal.

Dos 22 trabalhos analisados, o tripé da sustentabilidade predomina. A definição de sustentabilidade é restringida na dimensão ambiental na maioria dos artigos, isso quando não é deixada a interpretação a cargo do leitor.

A certificação florestal é apresentada como estratégia para indústria moveleira tendo como diferencial de mercado uma cadeia de valor pautada pela extração legal de madeiras. O termo sustentável aparece uma única vez e sem definição. Em outro trabalho, também de certificação florestal, aprofunda-se no prefixo “sustent”, ao qual deriva sustentável e sustentabilidade em 31 citações no corpo do texto. Traz a participação da sociedade e sua relevante coerção para mitigar o desrespeito às leis que regulam o desmatamento e aborda sustentabilidade a partir do tripé: social, ambiental e econômico.

Na agricultura orgânica, a certificação ambiental garante um produto livre de agrotóxicos, o que possibilita destaque no mercado emergente em exigências desse tipo. Além de agregar valor, viabiliza as adequações às exigências para manutenção da certificação orgânica. Sustentabilidade desse modo é abordada na dimensão ambiental, aliada à agroecologia, apresentada como alternativa para reverter os impactos econômicos e ambientais do agronegócio, além de garantia de segurança alimentar e nutricional.

Quando abordado o setor de construção civil em um artigo, além de sustentável aparecer somente uma vez, foi evidenciado que sustentabilidade ainda é um tema novo na construção civil, por exemplo, os resíduos da construção não são reciclados e, portanto, ainda não participam de uma economia circular. Em outro trabalho, tendo sustentabilidade citada 17 vezes e entendida pelo tripé social, ambiental e econômico, a construção civil foi estudada a partir da certificação *Leadership in Energy and Environmental Design* (LEED) que analisa a eficiência energética e o impacto ambiental com avaliações em nove categorias: Processo

Integrativo, Localização e Transporte, Terrenos Sustentáveis, Eficiência Hídrica, Energia e Atmosfera, Materiais e Recursos, Qualidade do Ambiente Interno, Inovação, Processos e Prioridade Regional. O estudo conclui que a certificação LEED diferencia os empreendimentos sustentáveis, também reconhecidos como *Green building*, daqueles tidos como "esverdeados" ou "*greenwashing"* que não são pautados pelos conceitos de sustentabilidade, mas apenas se apropriam de características verdes que rementem à ideia de respeito ao meio ambiente, mas que de fato nada contribuem para o desenvolvimento sustentável.

No setor têxtil, sustentabilidade é estudada a partir da certificação ISO 14001 e a relação de maturidade do Sistema de Gestão Ambiental (SGA), como potenciais controles de impactos ambientais, ferramenta de estratégia empresarial e garantia de qualidade para os consumidores. Têm-se ainda como fator de influência positiva no nível de maturidade do SGA apurado no estudo a divulgação de relatórios de informações ambientais que evidenciam a política de desempenho ambiental e as ações para preservação do meio ambiente junto aos *stakeholders*. De modo geral, das pesquisas científicas analisadas, o termo sustentabilidade foi abordado com superficialidade, muitas vezes tendo sido reduzido ao discurso da ONU, de 1987, contido no Relatório Brundtland, "sustentável é o desenvolvimento que satisfaz as necessidades presentes, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprir suas próprias necessidades" (CMMAD,1991, p. 46), ou obteve ênfase na dimensão ambiental desconsiderando o aspecto social e sua relevância como tripé estruturante da sustentabilidade.

O aspecto cultural da sustentabilidade não foi mencionado nos trabalhos analisados, o conceito não foi trabalhado em profundidade.

5 Considerações Finais

De todos os setores analisados nesta pesquisa, entende-se que inovação é ferramenta indispensável do século XXI para implementar as mudanças sociais e ambientais nos modelos de negócios idealizados pelos clientes internos e exigidos pelos clientes externos. Essa demanda por ética e transparências nas relações de negócios, bem como a mitigação de impactos nocivos ao meio ambiente e aos seus habitantes, se apresentam em uma linha crescente impulsionada pelas gerações Millennials e Centennials que escutam falar de sustentabilidade desde as primeiras Conferências da ONU, para citar as mais notáveis, Rio92 (1992), Rio+10 (2002) e Rio+20 (2012).

Com a Agenda 2030 (ONU, 2015), possibilitada pelos acordos firmados a partir da Rio+20, o cenário acadêmico é brindado com propostas inovadoras construídas pelas pesquisas científicas de cerca de 20 anos antes, prospectando um futuro com práticas mais sustentáveis para a sociedade e para o mundo dos negócios.

Porém nos artigos analisados, evidenciamos que apenas o tripé da sustentabilidade foi utilizado para contextualizar o termo sustentabilidade. É importante pontuar que essa conceituação já foi superada no discurso de diversos autores com livros publicados entre 2019 e 2020, como exemplo, Elkington (2020), Raworth (2019), Deheinzelin (2019) e Weetman (2019). Todos esses autores já

empregam a dimensão cultural como fator complementar ao tripé da sustentabilidade, valorizando as ideias criativas para inovar e solucionar problemas com grande impacto social, ambiental ou econômico.

A contribuição da pesquisa científica é fundamental para os alicerces culturais da sociedade e das exigências por modelos de negócios mais sustentáveis. Percebeu-se um conceito raso de sustentabilidade nos artigos científicos analisados contrastando com publicações relevantes de autores como Elkington (2020), que foi criador do tripé da sustentabilidade e que durante a pandemia reviu seu conceito e o atualizou.

Para que as práticas sustentáveis no contexto atual, que envolvem a dimensão cultural e as soluções criativas, ganhem escala, as políticas públicas de certificação possuem potencial para difusão voluntária ou até mesmo de maneira coercitiva para barrar impactos danosos e ilícitos no meio ambiente ou relativos a trabalho escravo ou com uso de trabalho infantil.

A mudanças ocorridas nas definições de sustentabilidade demonstram que a academia responde às demandas sociais, sobretudo na era Covid-19 somado a era digital. Apontam para a necessidade de humanização das práticas sociais e de consumo, considerada como saída principal que garantirá a manutenção do planeta e, consequentemente, da espécie humana. Essas demandas identificadas na sociedade aliadas às políticas públicas de certificação, ao serem apresentadas pela pesquisa científica, possibilitam o entendimento e provável aplicação por parte das empresas fechando o ciclo de atores públicos.

6 Referências

BIGARELLI, Barbara. **Gestores preocupados apenas com o lucro pioram desempenho geral.** Valor Econômico. São Paulo. 27/08/2019. Disponível em: https://valor.globo.com/carreira/noticia/2019/08/27/gestores-preocupados-apenas-com-o-lucro-pioram-desempenho-geral.ghtml. Acessado em 05 de setembro de 2019.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Promulgada por Ulysses Silveira Guimarães. Brasília, 5 de outubro de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 26 nov. 2019.

CORTELLA, Mario Sérgio. **Toda agressão ao meio ambiente é autofágica**. Podcast: Academia CBN - Pensar bem faz bem, 2'24", 12 nov. 2019, 07:12 a.m. Disponível em: https://podcasts.apple.com/ie/podcast/toda-agress%C3%A3o-ao-meio-ambiente-%C3%A9-autof%C3%A1gica/id949942980?i=1000456563184>. Acesso em: 26 nov. 2019.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO (CMMAD). **Nosso futuro comum**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1991.
CONSELHO NACIONAL DE METROLOGIA, NORMALIZAÇÃO E QUALIDAE INDUSTRIAL. **Resolução n. 07, de 31 dez. 1975**. Inmetro, Rio de Janeiro. Disponível em:

<https://certifiq.inmetro.gov.br/Consulta/CertificacoesValidasConcedidas>. Acesso em: 04 dez. 2019.

DEHEINZELIN, Lala. **Novas Economias Viabilizando Futuros Desejáveis: Introdução à Fluxonomia 4D**. 1ª ed. São Paulo: 2019.

ELKINGTON, John. **Green Swans: The Coming Boom in Regenerative Capitalism.** 1ª ed. New York: 2020.

FREIRIA, Rafael Costam. **Direito, gestão e políticas públicas ambientais**. *e-book* -Editora Senac São Paulo: São Paulo, 2019.

LASZLO, Alexander. Laszlo, Kathia Castro. Dunsky, Halim. **Redefining success: designing systemic sustainable strategies**. First published: 12 January 2010. Disponível em: https://doi.org/10.1002/sres.982. Acesso em 13 out. 2020.

ONU. **Conheça os novos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU**. 2015ª. Acesso em 19/07/2019. Disponível em https://nacoesunidas.org/ conheca- os-novos-17- objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel-da-onu/

ONU. **Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**. 2015b. Acesso em 19/07/2019. Disponível em https://nacoesunidas. Org/ pos2015/ agenda2030/.

SECCHI, Leonardo. **Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos** / Leonardo Secchi. 2 ed. São Paulo: Cengage Learning, 2013.
WEETMAN, Catherine. **Economia Circular: conceitos de estratégias para fazer negócios de forma mais inteligente, sustentável e lucrativa**; tradução de Afonso Celso da Cunha Serra. 1 ed. São Paulo: Autêntica Business, 2019.

A PROTEÇÃO DA PROPRIEDADE LITERÁRIA NO SÉC. XIX: ANÁLISE DOS CONTRATOS ASSINADOS ENTRE OS ROMANCISTAS DO PERÍODO ROMÂNTICO E O EDITOR B. L. GARNIER

THE PROTECTION OF LITERARY PROPERTY IN XIX CENTURY: ANALYSIS OF THE CONTRACTS SIGNED BETWEEN NOVELISTS OF THE ROMANTIC PERIOD AND THE EDITOR B. L. GARNIER

Área temática: Desenvolvimento Social e Políticas Públicas – outras áreas temáticas

Ana Cristina Alves de Paula
Universidade Estadual Paulista (Unesp) – campus de São José do Rio Preto/SP
Graduanda em Letras Português/Francês
a.cris.letras@gmail.com

Resumo

A Livraria Garnier foi fundada em 1844, no Rio de Janeiro, como uma filial da editora francesa Garnier Frères, fundada em 1833 por Auguste (1812-1887) e Hyppolyte (1815-1911) Garnier. À frente da unidade brasileira, estava o irmão mais novo de ambos, Baptiste-Louis Garnier (1823-1893). O estabelecimento, que funcionou em dois diferentes endereços da Rua do Ouvidor, viria a se tornar uma das mais importantes livrarias e editoras do Brasil no século XIX. Os temas dos direitos dos autores e prerrogativas de livreiros moveram a sociedade brasileira ao longo do século XIX e permitiram a subsistência da nascente indústria de livros no Brasil, devendo ser compreendidos como parte de uma produção literária mais ampla. Embora os livros fossem impressos na Europa, a Garnier mantinha uma equipe de redatores, revisores e tradutores altamente qualificados, pagava os direitos autorais e investia importantes quantias na edição de obras literárias. Assim, obteve os direitos de publicação dos mais célebres escritores da época, apresentando ao leitor brasileiro as obras de romancistas consagrados. Por meio do método dedutivo com técnica de pesquisa bibliográfica, o objetivo da presente de pesquisa é o estudo dos contratos e recibos assinados entre B.L. Garnier e os brasileiros Bernardo Joaquim da Silva Guimarães, Joaquim Manuel de Macedo e José Martiniano de Alencar, buscando uma melhor compreensão da composição do cânone literário brasileiro.

Palavras-chave: Propriedade literária, Contratos literários, B. L. Garnier.

Abstract

The Garnier Bookstore was founded in 1844, in Rio de Janeiro, as a subsidiary of the French publisher Garnier Frères, founded in 1833 by Auguste (1812-1887) and Hyppolyte (1815-1911) Garnier. At the head of the Brazilian unit was the younger brother of both, Baptiste-Louis Garnier (1823-1893). The establishment, which operated at two different addresses on Ouvidor Street, became one of the most important bookstores and publishers in Brazil in the 19th century. The themes of authors rights and booksellers prerogatives moved Brazilian society throughout the 19th century and allowed the nascent book industry in Brazil to survive, and should be understood as part of a broader literary production. Although the books were printed in Europe, Garnier maintained a team of highly qualified writers, proofreaders and translators, paid royalties and invested large sums in publishing literary works. Thus, he obtained the publication rights of the most famous writers of the time, presenting the works of renowned novelists to the Brazilian reader. Through the deductive method with bibliographic research technique, the objective of this research is to study the contracts and receipts signed between B.L.Garnier and Bernardo Joaquim da Silva Guimarães, Joaquim Manuel de Macedo and José Martiniano de Alencar, seeking a better understanding of the composition of the Brazilian literary canon.

Keywords: Literary property, Literary contracts, B. L. Garnier.

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho se enquadra na pesquisa Machado de Assis e os Garnier: autor e editores, itinerário de consagração conjunta nos cenários nacional e internacional (Projeto Pq-CNPQ, março de 2017 a fevereiro de 2020), a qual propõe um estudo da obra de Machado de Assis, em sua relação com as ações dos editores Garnier, por meio da análise de fontes primárias.

A consolidação da prática de remunerar regularmente os escritores não ocorreu antes de 1840. Há recebimentos registrados a partir de 1841, época em que o regime monárquico adotado após a separação política de Portugal se estabiliza, com a ascensão de Pedro II ao trono brasileiro (LAJOLO; ZILBERMAN, 2015, p. 76). No mesmo período, são paulatinamente dominadas as revoltas regionais que ameaçaram a unidade do império durante a administração regencial, entre 1831 e 1840. A Corte carioca assumia e consolidava a supremacia cultural da nação, posição mantida até o final do século XIX. É, porém, depois de 1860 que se solidifica o modo particular de funcionamento do sistema brasileiro de remuneração dos escritores. Observando o período entre 1858 e 1872, verifica-se a hegemonia do livreiro Baptiste-Louis Garnier, que, desde meados de 1840, administrava a filial brasileira da empresa da família, sediada em Paris.

O objetivo geral da presente de pesquisa é o estudo dos contratos e recibos assinados entre B.L. Garnier e Bernardo Joaquim da Silva Guimarães, Joaquim Manuel de Macedo e José Martiniano de Alencar, fontes primárias já disponibilizadas no site do Projeto Temático FAPESP (2011/0734209), durante o qual a orientadora desta pesquisa os reuniu e preparou a publicação. Encontramos os documentos, desse modo, em http://www.circulacaodosimpressos.iel.unicamp.br.

Em linhas gerais e sumárias, o quadro cronológico das contendas relativas ao reconhecimento da propriedade intelectual e literária no Brasil toma aproximadamente oitenta anos. Antes dele, vigoravam os privilégios, depois de sua abolição, a aceitação de que o autor era responsável e senhor de sua criação artística ou científica, mas somente após 1898 pôde esse indivíduo contar com a proteção legal de que carecia (LAJOLO; ZILBERMAN, 2015, p. 71). Data de 12 de julho de 1821 a Lei da Liberdade de Imprensa, que, ao abolir a censura prévia em Portugal, reconhece, no Art. 2, a propriedade literária. Três anos depois, com o Brasil já emancipado desde 1822, a Constituição nacional incorpora duas posições de cunho liberal: os privilégios, exceto os de utilidade pública, são extintos, e seus poderes, no caso da propriedade intelectual, transferidos para os criadores; e assevera-se que os inventores detêm a propriedade intelectual das suas descobertas ou das suas produções e conservam essa prerrogativa por algum tempo (LAJOLO; ZILBERMAN, 2015, p. 68). O privilégio migra do Estado para o autor, cuja propriedade sobre seus produtos é reconhecida.

A legislação brasileira não incorpora o tom progressista do Federal Copyright Act norte-americano, mas, de algum modo, ressoa, em sua formulação, conteúdos dali emanados. Porém, a garantia da propriedade intelectual não é objeto de uma legislação específica, e sim matéria do Código Penal, de 1830, cujo artigo 261 define como crime “imprimir, gravar, litografar ou introduzir quaisquer escritos ou estampas que tivessem sido feitos, compostos ou traduzidos por cidadãos brasileiros, enquanto estes viverem e dez anos depois de sua morte, se deixarem herdeiros”. A punição vem na forma do confisco dos volumes publicados ou do pagamento de multa, que leva em conta o “valor dos exemplares”. Todavia, a lei não foi aplicada em virtude da indefinição da ideia de propriedade literária.

A questão dos direitos autorais, no entanto, permaneceu pendente, para recrudescer no final dos anos sessenta e início dos setenta, sendo somente, em 1889, assinado um acordo entre o Imperador do Brasil e o Rei de Portugal. A falta de uma política mais agressiva refletia ainda problemas de ordem interna, demonstrando o difícil caminho de estruturação de um campo intelectual autônomo, ao longo do oitocentos.

A contrafação minava a indústria do livro no Brasil, prejudicando, sobretudo, os autores que desejassem sustentar-se financeiramente com dividendos auferidos do exercício de sua profissão intelectual.

Os temas dos direitos dos autores e prerrogativas de livreiros moveram a sociedade brasileira ao longo do século XIX e permitiram a subsistência da nascente indústria de livros no Brasil, devendo ser compreendidos como parte de uma produção literária mais ampla. A participação e o apoio dos escritores à consolidação da linha editorial de Garnier contribuiu para o processo de formação da literatura brasileira (CANDIDO, 2014, [1959]) e progressivas estruturação e consolidação dos campos literário e editorial. (BOURDIEU, 1996).

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O trabalho se desenvolveu por meio de pesquisa bibliográfica, em fontes primárias (periódicos, para a recepção crítica) e de análise dos contratos e recibos disponíveis on-line sobre os editores Garnier e seus autores, que se dedicaram de maneira tão fundamental à publicação dos textos produzidos pelo meio literário brasileiro no século XIX. Foi especialmente necessário que se recorresse a vários métodos, uma vez que a história dos editores e edições aparece em fragmentos, por meio daquilo que restou de seus contratos, catálogos, recibos, notas, faturas, em meio a outros documentos, trocados entre editores, fornecedores, autores, leitores (ou outros compradores de maior volume).

3 EXPANSÃO DA IMPRENSA NO SÉCULO XIX

De acordo com Silvia Cristina Martins de Souza (2009), no início do ano de 1859, o *Correio Mercantil* publicou um artigo intitulado *O jornal e o livro*, de autoria de Machado de Assis, um jovem de 20 anos na ocasião. Nele, Machado perguntava se o jornal mataria o livro ou se o livro absorveria o jornal, concluindo que, embora o jornal promovesse o escritor e fosse um meio privilegiado e democrático de difusão de produtos literários, ele não aniquilaria totalmente o livro, pois ambos tinham seus espaços e públicos definidos (SOUZA, 2009).

Longe de ser fruto das ansiedades de um aspirante ao mundo das letras, essas questões fizeram parte das inquietações de muitos escritores oitocentistas mais experientes, dentro e fora do Brasil, num momento em que a imprensa periódica começou a se expandir e a oferecer novas possibilidades para a divulgação e reconhecimento para os escritores e suas obras (SOUZA, 2009).

Foi nos anos 1820 que as primeiras filiais de livrarias francesas se instalaram no Rio de Janeiro. Para organização de um circuito de cultura letrada num contexto marcado pela rarefação do impresso, teve papel significativo a chegada de livreiros impressores franceses experientes como Plancher, Gueffier e Ogier. Na década seguinte, livrarias, tipografias e editoras já começariam paulatinamente a se expandir, favorecidas tanto pelo transporte regular por vapores, que abriu o mercado de livros das províncias do Império, quanto pela ausência de leis relativas a direitos autorais, que acabou por incentivar as edições clandestinas e contrafações (SOUZA, 2009).

Ao contrário do que normalmente se imagina, os primeiros sinais do aumento de publicação de livros já podem ser localizados nos anos 1850, quando o campo editorial foi ocupado por Paula Brito. Da sua Imperial Tipografia Dois de Dezembro, ele comandou a publicação e venda de livros e jornais naquela década, abrindo portas para jovens escritores, que nele encontraram um “mecenas” disposto a publicar suas primeiras obras, tal como ocorreu com Machado de Assis (SOUZA, 2009).

O declínio dos negócios de Paula Brito, seguido do seu falecimento, abriu espaço para Garnier se firmar como o editor de maior reputação no Rio. Sob o selo de sua editora, os fluminenses tiveram acesso a autores lidos e aclamados nos círculos letrados, pois, diferentemente de Paula Brito, Garnier optou por editar nomes já consagrados (SOUZA, 2009).

Silvia Cristina Martins afirma que foram diversos os métodos de edição utilizados no século XIX. Em um deles (aparentemente o mais corrente entre os escritores de renome) cabia ao editor bancar sozinho todas as despesas envolvidas na produção do livro, ao mesmo tempo em que este recebia, por parte dos editados, a cessão dos direitos sobre as obras. Essa foi uma situação corrente nos diversos contratos assinados entre Garnier e vários escritores (SOUZA, 2009).

Garnier foi, sem dúvida, um personagem bastante controverso, despertando sentimentos de admiração em alguns escritores como Machado de Assis, que não lhe poupava elogios por sua capacidade empreendedora, assim como de rejeição em outros, como Aluízio de Azevedo, Gonçalves Dias e Coelho Neto, que nele viam um empresário oportunista (SOUZA, 2009).

Embora não tenha sido o único livreiro editor de destaque e importância no Rio de Janeiro do século XIX, Garnier foi, sem dúvida, o mais famoso no cenário em construção do mercado editorial brasileiro. Além de pioneiro e principal editor de Machado de Assis, Garnier tinha por princípio, como já mencionado, editar obras de escritores de renome, além de um aguçado faro para selecionar as que lhe renderiam melhores retornos financeiros (SOUZA, 2009).

Outro método de edição bastante utilizado foi o de subscrições. Isso é o que aparece em outra nota, esta publicada no *Correio Mercantil* do dia 23 de janeiro de 1859, por meio da A. J. Pereira da Silva, estabelecida na rua da Quitanda nº 190, que avisava ter aberto uma

> [...] assinatura para reimpressão do drama de costumes militares, original português em 3 atos e 4 quadros, pelo Sr. José Romano [...] aprovado pelo real conservatório de Lisboa intitulado *29 ou Honra e Glória*. Achando-se

> esgotada a edição que chegou de Lisboa, deste sublime drama tantas vezes representado e aplaudido nos teatros desta Corte, julgamos fazer algum serviço ao publico com esta nova edição. Preço da assinatura 1$, e fechada esta custará 2$. (SOUZA, 2009).

Em outros casos, as edições corriam por conta e risco dos autores, que contavam com tipografias dispostas a fazer "qualquer impressão com brevidade e por preço razoável" para divulgar seus trabalhos. Nesses casos, também, as vendas dos exemplares poderiam ser realizadas nas bilheterias e escritórios dos teatros, que se transformaram em verdadeiros "pontos de vendas" dessas edições, assim como as vendas poderiam ficar sob responsabilidade do próprio autor (SOUZA, 2009).

João do Rio legou um testemunho a respeito de uma outra forma de venda no seu *A alma encantadora das ruas*, ao rememorar os tempos em que José de Alencar e Manuel Antonio de Almeida utilizavam escravos de ganho para vender seus livros em balaios que carregavam pelas ruas da cidade, o que vem simultaneamente corroborar a ideia de que Alencar lançou mão de editores pouco renomados e de métodos alternativos de vendagem de suas obras no início de sua carreira (SOUZA, 2009).

Nas três últimas décadas do século XIX, esse quadro foi passando por modificações e as edições e vendas de livros começaram a se valer cada vez mais da imprensa periódica para fazer publicidade, sem contar que livreiros e editores de renome também começaram a apostar em edições "populares", entendendo-se como popular aqui as edições que passavam por um certo tratamento (reduzindo a qualidade do papel, fazendo encadernações em brochuras e estabelecendo como padrão os tamanhos *in oitavo* e *in décimo segundo*) para baixar seu custo e aumentar sua tiragem e consumo (SOUZA, 2009).

Em 1873, por exemplo, Garnier lançou a sua Biblioteca de Algibeira, da qual constavam obras de escritores como José de Alencar e Bernardo Guimarães, que foram vendidas sob um formato "acomodado a qualquer bolso que não seja do colete". Tal situação pode ser explicada, em parte, pelas dificuldades experimentadas pelos escritores de viverem de suas próprias penas, situação por eles próprios tantas vezes denunciada, mas também não se pode deixar de considerar que, naquele novo contexto, as relações entre autores, editores e leitores já haviam passado por grandes transformações e o mercado de livros baratos se transformara em um fenômeno que não podia mais ser ignorado (SOUZA, 2009).

Apesar de opiniões diferentes circularem sobre esse assunto, o certo é que os escritores do século XIX utilizaram conjuntamente a imprensa periódica e o livro para sobreviver, divulgar seus trabalhos e alcançar reconhecimento.

Ao percorrer o século XIX, encontramos a vasta produção de romances-folhetins em todo o Brasil e constatamos que essa prática, importada da França, foi adotada por grande parte dos romancistas românticos.

A história do romance-folhetim, aqui, teve início na década de 1830, no *Jornal do Commercio*. A partir daí, consoante Germana Maria Araújo Sales (2012), a prática da divulgação de prosas em pedaços se alastrou na maior parte dos jornais fluminenses e alcançou os outros estados do país, reproduzindo o mesmo modelo da produção em capítulos e, conservando os autores franceses como carro chefe entre as publicações, acompanhados de outros nomes estrangeiros, como os portugueses e espanhóis, e de autores brasileiros que aderiram vivamente à técnica.

O gênero se estabeleceu e ganhou sucesso imediato, o que se deveu, conforme Marlyse Meyer (1996, p. 59), às "novas condição de corte, suspense, com as necessárias redundâncias para reativar memórias ou esclarecer o leitor que pegou o bonde andando". Dessa forma, a narrativa era interrompida em um momento de clímax e, quase sempre, no capítulo seguinte, o narrador atualizava, generosamente, o leitor, acerca do percurso do enredo (SALES, 2012).

Entre os brasileiros que publicaram na seção folhetim e alcançaram a consagração, destacam-se Joaquim Manuel de Macedo, Bernardo Joaquim da Silva Guimarães e José Martiniano de Alencar.

4 A PROFISSIONALIZAÇÃO DO ESCRITOR NACIONAL NO SÉCULO XIX

Nesta pesquisa, tem-se por um dos objetivos a investigação do processo de profissionalização dos autores nacionais românticos no século XIX, e os contratos, rendimentos e reivindicações por eles empreendidos. Num momento em que o público do Rio de Janeiro passou a ser objeto de projetos editoriais específicos, começaram a conviver diferentes sistemas de publicação

e de venda de livros na cidade, estabelecendo novas relações entre autor e editor, e favorecendo, simultaneamente, o aparecimento de diferentes estratégias de contrafação.

No século XIX, o livro adquiriu no Brasil um significado importante na educação, apesar de ter sido produzido aqui muito tardiamente, em função da instalação tardia de prelos e das atividades de impressão, assim como do fim da censura, que só se efetivaram após a vinda da família real portuguesa (SOUZA, 2009).

Efetivamente só começou a ser impresso, de forma sistemática, no início do século XIX. O controle da produção, importação e circulação de impressos e livros em geral permitiu que Portugal dificultasse durante o período colonial o livre acesso aos livros no Brasil, mesmo a grupos privilegiados ou membros de categorias que de maneira geral tinham necessidade de constituir pequenas bibliotecas (FERREIRA, 2000).

Tania Maria Tavares Bessone da Cruz (2000) leciona que somente com o estabelecimento da Corte e a criação da Impressa Régia do Rio de Janeiro, pelo decreto de 18 de maio de 1808, instalou-se uma casa impressora oficial – a Impressão Régia – que permitiria a existência de publicações regulares e negócios com livros e publicações sem que se dependesse exclusivamente da importação de obras estrangeiras. No entanto manteve-se ainda um controle formal, uma censura prévia, com censores régios do Desembargo do Paço exercendo suas funções sobre todos os escritos importados, traduzidos ou produzidos no Brasil. Essa rigidez em relação à impressão de livros ou à divulgação daqueles vindos do estrangeiro só se alterou com a revolução do Porto em 1820, quando teve início uma relativa liberdade de imprensa, adotada em agosto de 1821, por efeito das Cortes Portuguesas, que também deveriam ser aplicadas em terras brasileiras (NEVES; FERREIRA, 1989).

A presença de comerciantes portugueses que, entre outros produtos, vendiam livros nas casas comerciais do Rio de Janeiro, já era então significativa. Misturavam secos e molhados, livros, calendários, baralhos, unguentos e outros produtos em suas casas comerciais. Estes “tratantes de livros”, como eram chamados então, só tinham um competidor importante: os livreiros franceses que viram no mercado brasileiro um importante e promissor terreno a ser explorado (FERREIRA, 2000).

O número de leitores não era tão abundante, considerando-se os níveis de analfabetismo na época, mas se revelava promissor. A partir da Impressão Régia, deu-se uma reviravolta na quantidade e na qualidade das obras introduzidas no Brasil, e mesmo aquelas que constavam das listagens de livros proibidos, segundo os controles e critérios das autoridades portuguesas, passaram a circular com certa facilidade. Os dados mais importantes sobre esta afirmação podem ser computados pelas licenças pedidas ao Desembargo do Paço para importação e despacho de livros nas Alfândegas da Corte, nos Registros de Estrangeiros, nos editais da Intendência de Polícia e também nos anúncios publicados nos jornais da época (FERREIRA, 2000).

Além deste crescimento de livrarias, gráficas e editoras na Corte do Rio de Janeiro, um público leitor mais distante seria atingido posteriormente, sobretudo por intermédio de um serviço de transporte regular de vapores entre o Rio de Janeiro e todas as províncias marítimas do Brasil, já no ano de 1839. Como o Rio de Janeiro se destacava com uma produção gráfica regular, os mais prejudicados foram os centros urbanos regionais que iniciavam uma produção local de livros, sem tradição, e que só se recuperaram no século XX (FERREIRA, 2000).

Paralelamente a isto, houve uma longa negociação, durante todo o século XIX, para que se chegasse a uma relativa proteção aos direitos autorais no Brasil que pareciam não ser muito importantes para alguns políticos e comerciantes locais, mas que conheceram alguns esforços das autoridades portuguesas na Europa, mais preocupadas e temerosas com as perdas financeiras e os desdobramentos dessa omissão legal (HALLEWELL, 1985).

Apesar destas iniciativas de proteção aos autores e algumas reservas à publicação, as autoridades tiveram neste período um fraco controle sobre o processo de impressão e divulgação de obras. Desde o Tratado Brasil/Portugal de 29 de agosto de 1825 – no qual se reconhecia a Independência do Brasil e que “as propriedades dos súditos portugueses seriam protegidas e religiosamente guardadas no Brasil”, e do artigo 261 do Código Criminal do Império, de dezembro de 1830, que definia como crime “imprimir, gravar, litografar ou introduzir quaisquer escritos ou estampas que tivessem sido feitos, compostos ou traduzidos por cidadãos brasileiros, enquanto estes viverem e dez anos depois de sua morte, se deixarem herdeiros” (HALLEWELL, 1985, p. 170-171) – não houve nenhuma proposta específica para regulamentar a questão.

Na segunda metade do século, alguns políticos brasileiros apresentaram na Câmara dos Deputados projetos de lei sobre os direitos autorais, destacando-se, sobretudo, duas tentativas

levadas a efeito por Gavião Peixoto. Em seus escritos, Quintino Bocaiúva, importante político e escritor, enfatizava a urgência da criação de uma legislação que protegesse os direitos de propriedade artística e literária. Todas estas críticas e sugestões não levaram, no entanto, à existência de proteção internacional dos direitos autorais que só vai se implantar efetivamente no Brasil em 1912, antecedida pela convenção firmada no início do governo republicano, em 1889 (FERREIRA, 2000).

A despeito das vozes que se levantaram em contrário, as contrafações multiplicaram-se, transformando-se num problema candente para os que estavam sendo lesados. Afinal, muitas dessas edições não passavam de publicações clandestinas realizadas sem conhecimento dos autores (SOUZA, 2009).

Ao não pagar direitos autorais aos escritores, os editores podiam oferecer volumes a preços mais acessíveis. Como decorrência desse fenômeno, foi muito comum que escritores estrangeiros, sobretudo portugueses, procurassem várias maneiras de resguardar seus direitos autorais além-mar (SOUZA, 2009).

De acordo com Silvia Cristina Martins de Souza (2009), um exemplo sugestivo neste sentido é o do dramaturgo lusitano Manuel Pinheiro Chagas, autor do drama intitulado *A morgadinha de Val Flor*, sucesso de bilheteria no Brasil desde a segunda metade do século XIX até inícios do século XX, que nomeou o editor Garnier seu procurador, em 12 de abril de 1869, para

> contratar com qualquer empresa teatral do Império do Brasil a representação do drama em cinco atos, de que é autor, denominado *A morgadinha de Val Flor*, pelo preço que ajustar ou às vistas ou como julgar mais conveniente, recebendo o produto e preço destes contratos e dando deles quitação, e igualmente lhe confere iguais poderes para imprimir e contratar com qualquer empresa tipográfica a impressão ou venda do mencionado drama unicamente para o mesmo Império do Brasil, recebendo também o produto destes contratos e dando deles quitação. E mais disse que também confere ao dito seu procurador os necessários poderes para se opor à usurpação dos direitos dele outorgante [...] (SOUZA, 2009).

O fragmento é interessante por conter duas ideias que merecem ser sublinhadas. Nele, pode-se perceber que Pinheiro Chagas não apenas procurava garantir seu direito de propriedade literária, mas que também acreditava que o autor deveria ser necessariamente remunerado onde sua obra fosse apresentada publicamente, acabando por expor os prejuízos dos quais os escritores estavam sendo vítimas (SOUZA, 2009).

Na medida em que transcendia o texto como fenômeno sociocultural, a literatura dramática distinguia-se dos demais gêneros literários por seu potencial lucrativo. Ao contrário do romance e da poesia, o teatro convertera-se em um bom negócio, tanto para os empresários da cena como para empresários do livro (GODOI, 2017).

Não foi possível saber se as intenções de Pinheiro Chagas em relação à *A morgadinha de Val Flor* foram contempladas. Independentemente disso, tudo leva a crer que ele continuou sendo vítima de publicações clandestinas, tanto que em 1879 enviou uma carta a Pedro II protestando contra o fato de no Brasil as impressões e exibições teatrais acontecerem à revelia dos autores, acabando por beneficiar apenas os editores e os empresários teatrais (SOUZA, 2009).

Gustave de Molinari, economista e jurista belga bem conhecido dos advogados do Rio Janeiro no século XIX, defendia que a produção literária e artística demandava tanto capital e trabalho quanto a produção industrial ou agrícola (GODOI, 2015). Com efeito, assegurar ao escritor o direito à exploração dos lucros advindos da comercialização das reproduções de suas obras no mercado, bem longe de um privilégio, era para Molinari o reconhecimento legal de uma propriedade adquirida pelo trabalho. No entanto, embora até 1848 o autor tivesse identificado avanços significativos no reconhecimento da propriedade artística e literária em âmbito internacional, este continuava sendo o nó górdio da questão. Indiscriminadamente e em prejuízo dos escritores, livreiros belgas continuavam produzindo contrafações de edições francesas, enquanto que livreiros franceses não perdoavam obras alemãs, inglesas e italianas. Já do outro lado do Canal da Mancha o mesmo acontecia entre a Inglaterra e os Estados Unidos. “Em resumo”, sintetizava Molinari (1853, p. 476, apud GODOI, 2015), “a pilhagem era universal”.

Em 1843, era justamente essa “imoralidade internacional” o objeto das preocupações de Alexandre Herculano em um artigo publicado no *Panorama* de Lisboa. Porém, apesar de sublinhar que a “questão da propriedade literária é hoje uma gravíssima questão da velha Europa”, o autor

centrava fogo contra livreiros franceses estabelecidos no Rio de Janeiro que, em suas palavras, "tomaram para honesto modo de vida roubar quanto a imprensa de Portugal produz. Seja bom ou seja mau, não há livro, folheto, artigo de jornal popular, que não seja reproduzido pela imprensa francesa na América" (apud GODOI, 2015). Chamados de "traficantes literários", "salteadores covardes", entre outros epítetos, os impressores e livreiros franceses que, de fato, ao lado dos belgas, dominavam o mercado editorial no Rio de Janeiro no início da década de 1840 (GODOI, 2014, p. 111-112), eram acusados por Herculano de espoliar escritos portugueses sem devidamente creditar seus autores.

O artigo não tratava abertamente do ressarcimento monetário do autor português plagiado do lado de cá do Atlântico. Ao que tudo indica, Herculano defendia tão somente que era dever de livreiros e impressores honestos "escrupulosamente indica[rem] as fontes a que recorrem". Enquanto isso, os leitores brasileiros apareciam como vítimas desse "baixo latrocínio": "este povo rude e ignorante – dizem eles [os franceses] na profundeza dos seus pensamentos – lê sem entender, e esquece-se do que tem lido; lancemos nas colunas dos nossos jornais-ecos, dos nossos livros-alheios, quanto em Portugal se pensar e escrever" (apud GODOI, 2015).

As contrafações de obras portuguesas foram de tal monta que datam também dos anos 1850 as primeiras iniciativas dos governos português e brasileiro objetivando firmar acordos que protegessem a propriedade literária nos dois países. No entanto, a falta de consenso na decisão dos critérios a serem adotados e a lentidão dos negociadores brasileiros acabou interrompendo as discussões, que só foram retomadas em 1889 quando finalmente foi assinado o *Acordo para a proteção das obras literárias artísticas* entre Brasil e Portugal (SOUZA, 2009).

Não foram os literatos portugueses, porém, as únicas vítimas de tais práticas que cada vez mais se disseminaram no mercado editorial do Rio de Janeiro. No ano de 1861, Gonçalves Dias foi surpreendido com a notícia de que suas obras poéticas haviam sido reimpressas no Rio sem seu conhecimento e que os exemplares estavam sendo vendidos "a troco de barato, frustrando-o assim da mais sagrada das propriedades" (SOUZA, 2009).

O romancista Joaquim Manuel de Macedo vivenciou situação parecida, como se pode constatar através de um artigo publicado no jornal *A Marmota*, de 30 de janeiro de 1852, intitulado "O direito de propriedade", que dizia:

> O direito de propriedade é garantido em toda a sua plenitude – este é o artigo da Constituição por ora em vigor; porém este santo direito tem sido entendido por cada um a seu modo [...]. O Sr. Dr. J. Manuel de Macedo compôs a bem conhecida comédia *Fantasma branco* que foi representada e sempre aplaudida entre nós quando subiu à cena no teatro de São Pedro. Sem que o autor desse licença, *nem autorizasse alguém para dá-la uma cópia desta comédia foi tirada, e ela levada à cena no teatro de Santa Isabel*, em Pernambuco! Chegando ao Sr. Macedo a notícia deste fato, consta-nos que o Sr. engarregará um hábil jurisconsulto a instauração do processo, que será levado até onde necessário for [grifos no original]. (SOUZA, 2009).

Como no período imperial inexistiam leis que garantissem a propriedade literária no Brasil, o que só ocorreu com a entrada em vigor do artigo 345 do Código Penal da República, quando os casos de contrafação que chegavam nos tribunais eram avaliados por juízes que se respaldavam em julgamentos sobre casos similares emitidos por tribunais europeus, o que torna compreensível a decisão de Joaquim Manuel de Macedo de procurar refúgio na justiça (SOUZA, 2009).

As discussões e disputas sobre autoria giraram também em torno de questões envolvendo plágios e imitações. Imitação ou adaptação era o nome dado ao ato de se apropriar de um enredo original, adaptando-o a outros tipos e contextos. Para a disseminação dessa prática, foi essencial a propagação do teatro musicado (SOUZA, 2009). Plágio, por sua vez, era um termo que tinha um significado próximo ao que tem hoje, isso é, o de fazer passar por seu um trabalho alheio, sendo que a imitação, quando muito próxima ao texto original, podia também ser considerada plágio, evidenciando o quanto eram tênues as fronteiras que separavam as noções de imitação e plágio naqueles tempos (SOUZA, 2009).

Dentre os escritores brasileiros de renome que foram vítimas de plágios e imitações, pode-se destacar o aqui já citado Joaquim Manuel de Macedo e José de Alencar (SOUZA, 2009). Em 1876, a *Revista Ilustrada* mencionou a imitação de uma peça de Alencar nos seguintes termos:

> A adoração de um pé que no *Sapatinho de cetim* dá lugar a todo o enredo,

> os personagens mais importantes e até alguns diálogos da comédia do Sr. Fernando Caldeira, são criação do Sr. José de Alencar na *Pata da gazela.*
> Isto porém em nada prejudica o *Sapatinho de cetim,* que é uma boa comédia. E pode-se dizer que se o Sr. José de Alencar fornece o cabedal e, o Sr. Fernando Caldeira foi um exímio sapateiro.
> E fica assim tudo conciliado
> Ao menos enquanto não chega o Sr. José de Alencar que em sabendo da história bem pode estar pelos autos, e então o ginásio que se aguente no balanço
> Se por causa do *Guarani* ele trouxe o Heller tonto por muito tempo, o que não fará neste caso, que é decerto muito mais grave? (SOUZA, 2009).

José de Alencar parece ter ficado conhecido por reagir veementemente quando se sentia lesado nos seus direitos de autor, tanto que as atitudes que tomara em um destes incidentes – o que envolveu a adaptação do seu romance *O guarani,* realizada por Visconti Coaracy e Pereira da Silva para companhia teatral do ator Jacinto Heller – estavam ainda muito vivas na memória do autor desta nota (SOUZA, 2009).

As circunstâncias envolvendo essa adaptação merecem ser apontadas, de acordo com os estudos de João Roberto Faria (1982), especialista em literatura e história do teatro brasileiro, que publicou grande parte da documentação referente à polêmica da "Questão Guarani".

Em 1857, o romance "O Guarani" de José de Alencar foi publicado em folhetim no *Diário do Rio de Janeiro*, transformando-se nos anos seguintes em um fenômeno. Em dezembro de 1870, estreava no Teatro Lírico Fluminense a ópera de Carlos Gomes baseada no romance. Graças à "Hora do Brasil", programa radiofônico brasileiro, ainda hoje é possível reconhecer as notas iniciais do prelúdio de "Il Guarani". José de Alencar, no entanto, apesar de mostrar-se lisonjeado com o sucesso da ópera, entre os mais íntimos teria confessado reservas diante das alterações que o maestro livremente introduzira na história de Peri e Ceci (FARIA, 1982, p. 60).

Em fins de 1873, no vácuo do sucesso da ópera, Jacinto Heller, empresário do teatro Fênix Dramática, decidiu fazer uma adaptação do romance para os palcos, projetada para integrar o repertório do teatro musicado que então gozava de imenso sucesso na Corte (FARIA, 1982, p. 60).

Jacinto Heller contratou Luiz José Pereira da Silva e José Alves Visconti Coaracy para realizarem a adaptação. A correspondência de Alencar demonstra que houve conversas preliminares entre ele e Coaracy sobre as condições em que se daria a montagem da peça. Porém, já em abril de 1874, quando o *Jornal do Comme*rcio começou a divulgar os anúncios da representação, Alencar publicou no mesmo jornal uma nota acusando o roubo de sua propriedade literária. Essa nota desencadeou uma série de artigos na imprensa (FARIA, 1982, p. 60).

Tudo começou quando José de Alencar, descontente com o trabalho realizado por Visconti Coaracy e Pereira da Silva, escreveu uma carta ao presidente do Conservatório Dramático dele exigindo providências em relação ao que denominava de deturpação sofrida por sua obra, acusando simultaneamente o Conservatório de ser conivente com a espoliação que sofrera (SOUZA, 2009).

A defesa da propriedade literária como expressão do trabalho intelectual aparecia logo na primeira nota, em que o romancista denunciava a "espoliação" de seu romance:

> Consta-me que está anunciada a próxima representação de um drama extraído do meu romance *O Guarani*. O empresário que anuncia não obteve licença minha, e, sem ela, creio que ninguém pode explorar o que me pertence pelo mais legítimo dos títulos de propriedade.
>
> Como autor, eu devia esperar que o Conservatório Dramático, instituído para regenerar a arte, não consentisse semelhante espoliação. Pretendo pugnar pelo meu direito. Os tribunais decidirão se neste país do monopólio há ou não uma propriedade literária, e se aos teatros deste corte é lícito viver dos remendos de obras alheias, cerzidas em farsas e chocarrices.

Em meio à discussão com o presidente do Conservatório Dramático, Alencar oferecia uma interpretação do artigo 261 do Código Criminal, distinguindo plágio e contrafação, o último classificado como furto.

Na resposta endereçada a Alencar, assinada por Cardoso de Menezes, então presidente do Conservatório, foi ressaltado que estava entre as atribuições do presidente dessa associação, em conformidade com o Decreto n° 4.666,

> [...] pôr o veto nas peças dramáticas que ofenderem a moral, a decência; a religião, e no exercício da censura literáriapara com os outros teatros subsidiados não lhe é lícito repelir da cena, antes que lhe cumpre acolher com benevolência, as boas imitações de produções laureadas.
> O decreto português de 1806 concede um prêmio aos imitadores de composições dramáticas: o projeto de regulamentos para o teatro, que tive a honra de submeter à aprovação do Ministério do Império, contém idêntica disposição. (SOUZA, 2009).

Como o Decreto n° 4.666 é de 1871, pode-se sugerir que ele só veio referendar algo que ocorria na prática nos meios teatrais brasileiros havia um bom tempo. Além disso, é digno de nota que esse mesmo decreto, ao invés de reprovar o uso de uma mesma ideia por mais de um autor, acolhia "com benevolência as boas imitações de produções laureadas", explicitando as características peculiares das quais estavam revestidas as discussões sobre plágio naquela ocasião (SOUZA, 2009).

Essas mesmas peculiaridades podem ser localizadas nos termos de uma outra carta escrita por Cardoso de Menezes ao mesmo Alencar três anos mais tarde:

> Não temos lei que regule a propriedade literária.
> Os juízes brasileiros, socorrendo-se da interpretação doutrinal e dos arestos proferidos pelos tribunais das nações cultas em matéria de contrafação de produções da inteligência, são os que devem decidir [...]. Todas as vezes que nenhum prejuízo causar à propriedade de outrem e a segunda obra não prejudicar a primeira, a questão do plagiato não é da competência dos tribunais.
> [...] Pertence aos tribunais manter a propriedade do autor, mas sua reputação na República das Letras, sua reputação como autor, é abandonada à sua própria defesa. (SOUZA, 2009).

Outras pessoas entraram na contenda por meio de pseudônimos, como Guaicuru e Peri, até que, já em fins de abril, Jacinto Heller e José de Alencar finalmente entraram em acordo sobre a adaptação de *O Guarani*. Afinal, havia muito dinheiro envolvido (FARIA, 1982, p. 62-78).

A primeira cláusula do acordo vetava a impressão do drama, enquanto a segunda dava exclusividade à companhia Fênix Dramática para montá-lo em duas séries de espetáculos, sem, contudo, exceder o número de 50 representações. A terceira e última cláusula estipulava que os anúncios deviam informar que a peça fora extraída do romance *O Guarani*, "com o consentimento do autor". Alencar endossou o acordo no dia 29 de abril e a peça finalmente estreou dias depois, em 09 de maio. Tudo transcorria bem, até que em agosto, depois da 31ª representação, o romancista impetrou um embargo judicial alegando quebra da segunda cláusula do acordo. Ele seguramente entendeu que a primeira série não deveria avançar para além da 25ª representação (FARIA, 1982, p. 78).

Novamente a polêmica alastrou-se pela imprensa. Dessa vez, Alencar pelejou contra o Dr. José Antonio Fernandes Lima, advogado contratado por Jacinto Heller para tentar derrubar o embargo. Enfim, já em setembro, um segundo e derradeiro acordo foi celebrado entre o romancista e o empresário teatral cioso dos prejuízos (FARIA, 1982, 84-97).

Não surpreende, portanto, que Joaquim Manuel de Macedo, José de Alencar e tantos outros saíssem em busca de retratações públicas ou procurassem garantir seus direitos através da justiça. E ao expor publicamente seu repúdio a tais práticas, eles demonstravam estar procurando se mobilizar em torno de um direito novo que não encontrava apoio nem em uma legislação apropriada à produção e difusão de bens culturais, nem em um público habituado a impor suas preferências (SOUZA, 2009).

O não reconhecimento de direitos autorais para autores em geral, sobretudo estrangeiros, trazia prejuízo a todos, inclusive a livreiros e editores, segundo opinião de vários contemporâneos. No entanto, Hallewell analisa a questão e afirma que se esta liberalidade não existisse, a nascente indústria de livros no Brasil não teria subsistido, sufocada que seria pela produção europeia, com produtos mais baratos, e com melhores mecanismos de distribuição.

Para enfocar a questão do ponto de vista das relações entre Brasil e Portugal, a documentação consular trocada entre estes países, nas décadas de 1850 e 1860, é muito rica de informações. Desde as primeiras tentativas no sentido de negociar direitos autorais, abrangendo

todos os itens e princípios gerais que evitassem “reclamações recíprocas” e que tiveram origem no tratado de 29 de agosto de 1825, não se teve ação tão objetiva. Em 1851 iniciaram-se as negociações do governo português com o brasileiro para celebração de uma convenção literária (FERREIRA, 2000).

A correspondência consular trocada nesta ocasião demonstrava as dificuldades dos negociadores portugueses em relação aos representantes brasileiros, sobretudo quanto ao controle da propriedade literária. O Visconde de Atonguia, membro da missão portuguesa, em carta dirigida a José de Vasconcelos e Souza, seu superior hierárquico, escreveu:

> Desejando o governo de Sua Majestade obstar por todos os meios ao seu alcance ao manifesto e escandaloso roubo da propriedade literária de autores portugueses que nesse país se está praticando, dando assim os brasileiros ao mundo inteiro uma bem triste ideia da capacidade dos seus escritores, entendo dever propor ao Governo Imperial um projeto de convenção literária fundada no princípio de uma perfeita reciprocidade, na esperança de que levado do mesmo princípio moral e de ordem [...] (FERREIRA, 2000).

No entanto, não se tratava exclusivamente de questões de propriedade literária, mas também de direitos e deveres sobre produtos portugueses importados pelo Brasil e vice-versa. O comércio em geral incorporava-se ao problema e sempre haveria um forte interesse de se recuperar outros tipos de negociações anteriores. Desejava-se neste processo formar-se uma base legal satisfatória, à semelhança de acordos que já existiam entre a França e a Bélgica (FERREIRA, 2000).

Estas dificuldades nas negociações resultaram na ausência de legislação e permitiram a impressão de muitas contrafações, sobretudo dos autores portugueses preferidos pelos leitores brasileiros. O problema se tornou candente para aqueles que eram lesados, levando-se em consideração o fato de que a literatura portuguesa era fortemente apreciada, sobretudo a obra de Eça de Queiroz, e que os editores brasileiros, sabendo que muitos leitores existentes no Brasil gostavam também de Almeida Garrett, Alexandre Herculano, Camilo Castelo Branco, entre outros, não tinham pejo em publicá-los aqui sem nenhum benefício para os autores (FERREIRA, 2000).

Porém toda a sociedade, além de editores e autores, estava envolvida com o debate sobre o fato de as contrafações representarem um ônus para os direitos individuais e públicos, sem mencionar que as próprias relações do Brasil com outros países ressentiam-se da falta de seriedade quanto às ações sobre o tema (FERREIRA, 2000).

Como nada estava ainda sedimentado, algumas decisões legais se faziam baseadas em artigos relativos a direitos, já existentes na Constituição do Império. Por exemplo, em 1880 a Corte Suprema julgou o caso Paulina Maria Constant Proença contra Antônio José de Mello. Este havia reimpresso o Guia Médico-Cirúrgico, de autoria do falecido marido de D. Paulina, o médico português José Henriques Proença, sem prévia autorização e tampouco um ressarcimento à família quanto aos valores recolhidos pela venda da obra.

O novo desafio colocado aos jurisconsultos era decidir se a viúva do autor, a brasileira Paulina Constant de Proença, possuía ou não, na qualidade de herdeira e tutora dos filhos do casal, direitos sobre o livro do marido. Fora do âmbito das edições literárias, o caso envolvia cifras consideráveis, na casa dos 20 contos de réis (GODOI, 2015). Depois de uma batalha judicial aguerrida o advogado da lesada obteve voto favorável para que a reivindicação da viúva foi atendida, com base no artigo 179, § 22, da Constituição Imperial, relativo ao direito de propriedade, já que não havia outro fundamento legal para decisão (FERREIRA, 2000).

O Brasil do século XIX viu se acumularem queixas de escritores brasileiros e estrangeiros acerca da contrafação de suas obras em território nacional. Com exceção do artigo 261 do Código Criminal de 1830, e até a promulgação da Lei 496 de 1° de agosto de 1898, não havia dispositivo legal no país que garantisse a propriedade literária em sua plenitude (GODOI, 2017).

5 ANÁLISE DOS CONTRATOS LITERÁRIOS

O contrato é o principal instrumento jurídico de desenvolvimento das atividades econômicas. Como tal, sofreu diversas mutações ao longo do tempo, seguindo a lógica imposta pelo ideário dominante em cada período histórico. No Estado moderno, partindo-se da análise do liberalismo, a concepção de contrato, bem como a sua teoria geral, teve forte influência do pensamento individualista, centrado na autonomia privada e na igualdade formal entre os contratantes (AZEVÊDO,

2011).

A partir do liberalismo, o contrato passou a ser realmente considerado como mecanismo que propicia a circulação de riquezas, assumindo papel central na esfera jurídico-econômica. Com as codificações, peculiares ao liberalismo, e a consequente dicotomia direito público e direito privado, os contratos têm sua disciplina afetada ao do direito civil, principal ramo privatista (AZEVÊDO, 2011).

Em um segundo momento, o do Estado Social, de contornos intervencionistas, ganharam relevo os aspectos sociais do contrato. De mero acordo de vontades destinado a produzir efeitos jurídicos, o contrato agregou ao seu conceito a ideia de instrumento de efetivação da justiça social. Não se concebia mais a autonomia total das partes envolvidas no negócio jurídico, tampouco a obrigatoriedade absoluta dos termos da avença, traduzida na conhecida expressão pacta sunt servanda. Surge, pois, um arcabouço jurídico voltado a garantir a igualdade material entre os pactuantes, calcado em cânones que ganharam a denominação de “princípios sociais” (AZEVÊDO, 2011).

Os contratos literários podem ser classificados como atípicos ou inominados, vez que não se encontram previstos em lei, regendo-se pelas normas da teoria geral dos contratos. Também se classificam como contratos não solenes – aqueles de forma livre, para os quais a lei não reclama nenhuma formalidade para o seu aperfeiçoamento, podendo ser celebrados por qualquer forma, ou seja, por escrito particular ou verbalmente. Este foi o caso dos contratos de B. L. Garnier.

Os contratos assinados entre B.L. Garnier e os brasileiros Bernardo Joaquim da Silva Guimarães, Joaquim Manuel de Macedo e José Martiniano de Alencar afiguram-se como contratos de adesão, ainda que tal conceito não existisse à época. Coaduna-se com o entendimento de que o Novo Código Civil chancela a existência de contratos de adesão fora da relação de consumo, vez que, geralmente, os formuladores de contratos de adesão são grandes empresas, de direito público ou privado. Pode-se afirmar que a livraria e editora de B. L. Garnier formulava contratos de adesão com seus autores.

O contrato de adesão trata-se de negócio jurídico bilateral ou plurilateral, no qual apenas uma das partes – proponente ou estipulante –, decide, previamente, quais as cláusulas serão efetivamente inseridas no contrato, de modo que, a outra parte – aderente –, apenas anui ou não, com aquilo já estabelecido, ficando esta impedida de modificar substancialmente as condições do contrato.

Essa restrição à autonomia de vontade suportada por uma das partes é a principal característica que difere o contrato de adesão do contrato tradicional, chamado por grande parte da doutrina de paritário, isto é, onde as partes estabelecem as condições contratuais conjuntamente, de modo igualitário.

Quando nos aproximamos dos contratos literários, temos a impressão de que os contratos são rígidos em relação aos autores/tradutores e benéficos para o editor, o que não deixa de ser verdade e gerou certa má fama para B. L. Garnier no Brasil. No entanto, é preciso observar que as discussões em torno da propriedade literária não haviam ainda estabelecido convenções na Europa e se encontravam, no Brasil, ainda dispersas. Em Portugal, principalmente, protestava-se contra o escandaloso roubo praticado em relação aos autores portugueses, através da publicação de edições no Brasil de suas obras sem o pagamento de direitos (GRANJA, 2015).

Retomando o que foi dito acima, no contrato de adesão as cláusulas são padronizadas, fixas, "pétreas". E as cláusulas dos contratos de B. L. Garnier são praticamente fixas, o que impõe uma mesma e determinada forma de agir aos autores contratados, que não puderam exercer sua liberdade e autonomia a termos mais favoráveis. Pode-se especular que a livraria e editora Garnier mantinha contratos semelhantes em relação aos seus autores com o fito de restringir os direitos dos autores, e, consequentemente, os direitos daqueles que lhe sucederiam.

Destaca-se, nos contratos, o fato de Garnier adquirir “a propriedade plena e inteira não só da primeira como de todas as seguintes” edições (MINISTÉRIO DE EDUCAÇÃO E SAÚDE, 1939, p. 177), de modo que os autores abrem mão de seus escritos, vende sua propriedade e renunciando à posse da autoria dos textos, o que nos leva à instabilidade do conceito de propriedade intelectual na época (LAJOLO; ZILBERMAN, 2015, p. 77).

Tais gestos podem significar que Garnier não precisava se preocupar com a comercialização da primeira edição dos livros previstos; e se reservava o direito de lançar novas impressões, deixando para mais adiante a definição da época da publicação e do número de volumes (LAJOLO; ZILBERMAN, 2015, p. 77). Como a maioria desses livros não foram reeditados antes do início do século XX, é de supor que Garnier conhecia o alcance mercantil de seus editados, não se comprometendo com o futuro deles a médio prazo (LAJOLO; ZILBERMAN, 2015, p. 77).

Assim sendo, o editor muito frequentemente adquiria a propriedade perpétua sobre a obra,

estendendo muitas vezes essa obrigação aos descendentes do escritor, como lemos em vários instrumentos de B. L. Garnier.

Fato é que, até hoje, falecendo uma pessoa, o seu conjunto de bens e as obrigações são transferidos aos seus herdeiros de forma automática (artigo 1.784 do Código Civil), formando necessariamente um condomínio que será dissolvido com a partilha de bens realizada no procedimento chamado de inventário. Então, com a partilha dos bens finalizada, aquele conjunto patrimonial do falecido passa a ter outro titular de direito, chamado de sucessor, que receberá os direitos, pretensões e obrigações de que o morto era titular, tanto os ativos quanto os passivos.

Ademais, é importante consignar que nos termos do artigo 5º, inciso XXX, da Constituição Federal, é garantido o direito de herança. Consoante as normas supra colacionadas, verifica-se de forma flagrante que a Carta Magna protege de forma veemente o direito de herança aos parentes (em linha reta ou colateral) do de cujus, seja qual for a natureza ou qualidade essencial dos direitos a serem sucedidos.

É de se lembrar que o direito do autor implica relação de propriedade superior à titulação sobre a propriedade material. Transcende, o direito do autor, à mera propriedade assegurada na Constituição e na legislação civil clássica, porque acrescenta uma relação pessoal material, que fortalece esta detenção de propriedade imaterial. Ostenta, pois, além das garantias pertinentes à propriedade material, aquelas próprias da relação imaterial (GANDRA, 1998).

Os contratos de B. L. Garnier não poderiam impor restrição à linha sucessória dos romancistas contratados, transferindo-lhes a obrigação pactuada. Naturalmente os herdeiros não se transformam em autores das obras após o falecimento do autor; todavia, a lei impõe a transferência da titularidade da obra, motivo pelo qual seria direito deles auferir proveito econômico.

Os direitos patrimoniais do autor hoje perduram por setenta anos contados de 1° de janeiro do ano subsequente ao de seu falecimento, obedecida a ordem sucessória da lei civil (art. 41 da Lei n° 9.610/98). Desta feita, não pairam dúvidas de que todos os direitos autorais e conexos referentes às obras, são transferidos, após o falecimento do Autor, aos seus herdeiros, notadamente em respeito ao princípio do *droit de saisine*.

No final do século XIX, porém, era permitido aos autores celebrar negócio jurídico tencionando a alienação perpétua de suas obras, renunciando à propriedade sobre elas, prescindindo da anuência dos herdeiros para a validade do negócio.

Assim, em uma análise sobre a validade dos contratos firmados entre B. L. Garnier e seus autores, há de se verificar os aspectos subjetivos, perscrutando quais pessoas celebram o acordo, e os aspectos objetivos, identificando quais obras e direitos são transacionados. Por óbvio, atualmente afastam-se da regularidade todos os negócios que objetivam a alienação dos direitos de autor. Mas, na época, não havia previsão expressa neste sentido, garantindo vantagens excessivas ao editor e excessivamente gravosas aos romancistas. Não havia negociação de cláusulas e condições por B. L. Garnier, limitando o autor a aderir ou não aos seus termos leoninos.

Especula-se que os autores contratantes que se sentissem lesados poderiam, ao menos, ter requerido a revisão judicial do pacto, para que se determinasse o reequilíbrio das prestações entre eles e B. L. Garnier. Nesta pesquisa, contudo, não se tomou conhecimento do ajuizamento de ações neste sentido.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No processo de estabelecimento do mercado literário brasileiro no século XIX, foi se construindo entre literatos, leitores e editores a compreensão da propriedade literária e, posteriormente, dos chamados direitos autorais. Procurou-se analisar as principais propostas relacionadas à regulamentação dos direitos autorais ocorridas no Brasil durante o século XIX, no objetivo de evidenciar as principais demandas existentes em relação ao reconhecimento do trabalho literário. Seguindo os debates legislativos, intentou-se determinar a importância dessa atuação na definição das práticas literárias, bem como avaliar seu papel na instituição da figura autoral enquanto proprietária dos textos literários.

Os esforços de definição e de institucionalização dos direitos autorais no Brasil responderam também ao interesse de profissionalização do escritor nacional. Atuando como solução frente às dificuldades financeiras enfrentadas pela maioria dos escritores, as garantias expressas em lei em relação aos direitos dos autores possibilitariam a estes agentes culturais serem identificados enquanto tais, além de permitirem receber algum retorno pelo trabalho empreendido. Ainda que o retorno não fosse suficiente, como destacou José de Alencar e a maioria dos escritores do XIX, o demorado processo de constituição do direito autoral no Brasil – que vai da primeira expressão legal

relacionada a publicações de textos, na década de 1830, até a sua inclusão final no texto da lei brasileira, no final da década de 1890 – promoveu um ambiente favorável à reunião de grupos intelectuais suficientemente legitimados para a construção de uma coletividade reconhecida como extrato mais elevado da cultura brasileira à época.

O Brasil do século XIX viu se acumularem queixas de escritores brasileiros e estrangeiros acerca da contrafação de suas obras em território nacional, que prejudicava, sobretudo, os autores que desejassem sustentar-se financeiramente com dividendos auferidos do exercício de sua profissão intelectual.

A ausência de um aparato legal adequado para pôr fim a tais práticas levou o legislativo a elaborar inúmeros projetos de lei tendo por objeto a propriedade literária e artística. Apresentou-se neste trabalho uma leitura dos projetos de lei de direitos autorais, formalizando o anseio pelo reconhecimento da atividade literária e afirmação da obra como propriedade passível de se auferir lucros, mas sem perder o seu valor estético.

Após reunir todas as fontes contratuais relativas aos escritores românticos (contratos e recibos assinados entre eles e os irmãos Garnier) em uma publicação completa e final (transcrição do texto), precedidas de um estudo sobre esses contratos e recibos, concluiu-se que os contratos eram rígidos em relação aos autores/tradutores e benéficos para o editor. B. L. Garnier não precisava se preocupar com a comercialização da primeira edição dos livros previstos e se reservava o direito de lançar novas impressões, deixando para mais adiante a definição da época da publicação e do número de volumes (LAJOLO; ZILBERMAN, 2015, p. 77). Como a maioria desses livros não foram reeditados antes do início do século XX, é de supor que Garnier conhecia o alcance mercantil de seus editados, não se comprometendo com o futuro deles a médio prazo (LAJOLO; ZILBERMAN, 2015, p. 77). Assim sendo, o editor muito frequentemente adquiria a propriedade perpétua sobre a obra, estendendo muitas vezes essa obrigação aos descendentes do escritor.

Não se pode olvidar que as relações contratuais devem se pautar pela busca incessante da igualdade material entre os pactuantes, em substituição à já superada igualdade formal, preconizada pela legislação de cunho liberal. Nas relações regidas pelo atual Código Civil, como consequência da adoção dos princípios sociais da contratação, especialmente o da equivalência material, também existe fundamento para a invalidação das cláusulas consideradas leoninas.

Os contratos de B. L. Garnier estão repletos de cláusulas leoninas, aquelas em que uma das partes (no caso, o editor) insere no contrato algo que venha a interferir ou retirar um direito da outra parte (os romancistas) ou aplicar-lhe uma obrigação onerosa e excessiva, geralmente criando uma desigualdade na relação contratual.

O supedâneo para tal invalidação seria o abuso de direito. Contudo, à época que os contratos foram firmados, não havia previsão expressa na legislação civil ou constitucional. Por isso, não seria possível aos autores lesados por B. L. Garnier caracterizar o abuso de direito por abuso da sua posição contratual como editor e livreiro, ferindo a boa-fé e a função social do contrato. Entender de modo distinto seria negar a justiça social que até hoje é devida aos romancistas analisados e tantos outros.

REFERÊNCIAS

AUGUSTI, Valéria. *Os fundamentos da propriedade literária por José de Alencar*. Disponível em: <http://editorarevistas.mackenzie.br/index.php/tl/article/view/4542/3515 >. Acesso em: 22 maio 2018.

AZEVÊDO, Pedro Pontes de. Vulnerabilidade e abusividade nos contratos civis e de consumo . In: *Âmbito Jurídico*, Rio Grande, XIV, n. 90, jul 2011. Disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=9811>. Acesso em: 09 mar. 2019.

FERREIRA, Tania Maria Tavares Bessone da Cruz. **Livros e sociedade: a formação de leitores no século XIX**. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistateias/article/view/23822/16803>. Acesso em: 04 fev. 2019.

FIUZA, Cézar. **Direito civil**: curso completo. 11. ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2008.

GAGGIOLI, Sthefane Moraes. **O contrato de adesão**. Disponível em:

<https://sthegaggi.jusbrasil.com.br/artigos/147672070/o-contrato-de-adesao>. Acesso em: 09 mar. 2019.

GONÇALVES, Carlos Roberto. *Direito civil brasileiro*: contratos e atos unilaterais. 8ª ed. São Paulo: Saraiva, 2011. v. 3.

GRANJA, Lúcia. *Fontes para o estudo da edição no Brasil*: os contratos e recibos da editora B. L. Garnier, 2015. Disponível em: < http://www.circulacaodosimpressos.iel.unicamp.br/index.php?cd=4&lang=pt>. Acesso em 14 de maio de 2018.

LAJOLO, Marisa; ZILBERMAN, Regina. *A formação da leitura no Brasil*. São Paulo: Ática, 1996.

_____. *A profissionalização do escritor no Brasil do século XIX*. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/fragmentum/article/view/20738>. Acesso em: 21 maio 2018.

MIRAGEM, Bruno. Função social do contrato, boa-fé e bons costumes: nova crise dos contratos e a reconstrução da autonomia negocial pela concretização das cláusulas gerais. IN: MARQUES, Cláudia Lima (coord.) *A nova crise do contrato: estudos sobre a nova teoria contratual*. São Paulo: RT, 2007.

SOUZA, Silvia Cristina Martins de. **Um objeto "perdido de moda"?**: literatura dramática e mercado editorial fluminense na metade do século XIX. Disponível em: <http://www.casaruibarbosa.gov.br/dados/DOC/revistas/Escritos_3/FCRB_Escritos_3_6_Silvia_Cristina_Martins_de_Souza.pdf>. Acesso em: 04 fev. 2019.

A QUESTÃO AMBIENTAL E A GLOBALIZAÇÃO NA PERSPECTIVA DA TEORIA DA COMPLEXIDADE DE EDGAR MORIN
THE ENVIRONMENTAL ISSUE AND GLOBALIZATION FROM THE PERSPECTIVE OF EDGAR MORIN'S COMPLEXITY THEORY

Área temática: Desenvolvimento Ambiental/Sustentável

SOUZA, Regina Maria
Economista IE/UFU, mestre e doutora em Serviço Social UNESP/Franca, docente do Centro Universitário de Santa Fé do Sul/SP, rgeconomia@gmail.com
PRADO, Ana Paula dos Santos
Bacharel em Direito UNIFEV, mestranda em Educação UEMS/Paranaíba, graduanda em Psicologia Centro Universitário de Santa Fé do Sul/SP, anapaula.educaon@gmail.com
GARCIA, Ricardo Alexandre Rodrigues, mestre em Direito, docente do Centro Universitário de Santa Fé do Sul/SP, ricardogarciaadv@hotmail.com
TERNERO, Ederson Mella
Bacharel em Administração UNIFEV, coordenador do curso de Administração do Centro Universitário de Santa Fé do Sul/SP, administracao@funecsantafe.edu.br.

RESUMO

O objetivo central deste trabalho é discutir a compreensão de Edgar Morin sobre a questão ambiental, tendo em vista que o autor compreender que a noção de desenvolvimento engloba os múltiplos desenvolvimentos da prosperidade e do bem-estar, a melhoria geral das condições de vida, a redução das desigualdades, a paz social e a democracia. O desenvolvimento do presente trabalho pautou-se em revisão de literatura pertinente à temática. A teoria da complexidade segue e vislumbra o horizonte da mudança paradigmática. A obra do autor traz elementos responsáveis por caracterizar, conceitualmente, os fenômenos ambientais como fenômenos complexos, além de discutir a limitação compreensiva e a incapacidade discursiva que as sociedades contemporâneas apresentam diante desses fenômenos, focalizando seu estudo no interior dos contextos escolares. Para ser possível compreender a complexidade da questão ambiental, se faz necessária uma outra abordagem que leve em conta o sujeito conceptor na construção mesma do objeto, uma vez que, nos marcos do pensamento ocidental sujeito e objeto, natureza e sociedade são termos que se excluem. Compreende que enquanto a ciência clássica fragmenta os fenômenos e impede toda a tomada de consciência global, a ecologia geral suscita o problema da relação entre o homem e a natureza no seu conjunto, na sua amplitude, na sua atualidade. Morin propõe a perspectiva conceitual eco-bioantropossocial por meio da qual natureza, sociedade e homem podem ser pensados conjuntamente, suas implicações mútuas podem ser enxergadas e a partir do qual essas três noções são ressignificadas. A natureza passa a ser compreendida por meio da noção de ecossistema, desenvolvida nos anos 1930, a partir da qual o ambiente deixa de ser uma unidade unicamente territorial para ser entendido como uma realidade organizadora. Afirma que as intervenções humanas ignoravam e ainda ignoram a profundidade das variações ecológicas que elas produzem, sendo que o homem colhe agora, as consequências dos desequilíbrios que ele mesmo provocou anteriormente, destacado que não se

pode escapar da natureza. Ao tentar dominar o meio ambiente, o homem se torna coagido por ele. Como uma reação, o homem desenvolve tecnologias que buscam controlar ou minimizar a crise que ele mesmo provocou.

Palavras-chave: Questão ambiental. Teoria da Complexidade. Intervenção Humana.

Abstract

The main objective of this work is to discuss Edgar Morin's understanding of the environmental issue, considering that the author understands that the notion of development encompasses the multiple developments of prosperity and well-being, the general improvement of living conditions, the reducing inequalities, social peace and democracy. The development of this work was based on a literature review relevant to the theme. Complexity theory follows and envisions the horizon of paradigmatic change. The author's work brings elements responsible for characterizing, conceptually, environmental phenomena as complex phenomena, in addition to discussing the comprehensive limitation and discursive incapacity that contemporary societies present in the face of these phenomena, focusing their study within the school contexts. To be able to understand the complexity of the environmental issue, another approach is needed that takes into account the conceptor subject in the very construction of the object, since, in the framework of Western thought, subject and object, nature and society are terms that are excluded . He understands that while classical science fragments the phenomena and prevents all global awareness, the general ecology raises the problem of the relationship between man and nature as a whole, in its breadth, in its present day. Morin proposes the eco-bio-anthroposocial conceptual perspective through which nature, society and man can be thought together, their mutual implications can be seen and from which these three notions are re-signified. Nature comes to be understood through the notion of ecosystem, developed in the 1930s, from which the environment is no longer a solely territorial unit to be understood as an organizing reality. He affirms that human interventions ignored and still ignore the depth of the ecological variations that they produce, and that man now reaps the consequences of the imbalances that he himself caused previously, emphasizing that one cannot escape from nature. When trying to dominate the environment, man becomes coerced by it. As a reaction, man develops technologies that seek to control or minimize the crisis that he himself caused.

Keywords: Environmental issue. Complexity Theory. Human Intervention.

Edgar Morin e a questão ambiental

De acordo com Morin (2013) a sociedade vivencia um conjunto de múltiplas crises interdependentes e interferentes que é provocado por uma mundialização fundada na globalização, na ocidentalização e demanda por desenvolvimento.

Em vista da dominação imposta pela sociedade ocidental, a expressão desenvolvimento materializou-se no aspecto fundamental desse processo, na via de salvação para a humanidade.

Morin (2013) defende que a noção de desenvolvimento engloba os múltiplos

desenvolvimentos da prosperidade e do bem-estar, a melhoria geral das condições de vida, a redução das desigualdades, a paz social, a democracia.

De modo efetivo, ressalta que a locomotiva do desenvolvimento tecnoeconômico deve puxar os vagões do bem-estar, da harmonia social, da democracia.

Para Morin (2013) o contexto atual indica que o que denominou de desenvolvimento tecnoeconômico é compatível com as ditaduras nas quais a escravização dos trabalhadores e a repressão policial se destacam, como foi o caso no Chile e no Brasil e como demonstra o hiperdesenvolvimento atual da China, que valoriza de modo significativo a produção e comercialização de bens de consumo e desconsidera a manutenção de condições dignas para o trabalhador, assim a preservação das comunidades locais.

De fato, o crescimento é compreendido como propulsor evidente e infalível do desenvolvimento.

Piva (2004) destaca que o pensamento de Morin se articula à educação ambiental, sob a perspectiva epistemológica, apoiando as discussões atuais sobre a temática.

De acordo com Viégas (2002) a teoria da complexidade segue e vislumbra o horizonte da mudança paradigmática, vista a obra do autor traz elementos responsáveis por caracterizar, conceitualmente, os fenômenos ambientais como fenômenos complexos, além de discutir a limitação compreensiva e a incapacidade discursiva que as sociedades contemporâneas apresentam diante desses fenômenos, focalizando seu estudo no interior dos contextos escolares.

Em consonância com Gonçalves (1989), pode-se afirmar que o meio ambiente vem enfrentando descaminhos ao longo da história, o que se materializa nas demandas enfrentadas pelos movimentos ecológicos. De acordo com o autor, ecologistas precisam compreender a necessidade de desenvolver outras formas de relação com a natureza, que não perpasse a radicalidade, o que demanda a adoção de outras técnicas, de outras relações entre os homens, enfim, o desenvolvimento de uma nova perspectiva cultural.

Em seu livro: O Método, Morin (2016) desenvolve uma reflexão acerca da ecologia ou dessa relação homem-sociedade-natureza, em que o autor desenvolve com maior profundidade e elaboração seu pensamento acerca da complexidade.

Para Morin (2016) menciona para que seja possível compreender a complexidade da questão ambiental, se faz necessária uma outra abordagem que leve em conta o sujeito conceptor na construção mesma do objeto, uma vez que, nos marcos do pensamento ocidental sujeito e objeto, natureza e sociedade são termos que se excluem.

Compreende que enquanto a ciência clássica fragmenta os fenômenos e impede toda a tomada de consciência global, a ecologia geral suscita o problema da relação entre o homem e a natureza no seu conjunto, na sua amplitude, na sua atualidade.

Piva (2004) destaca que Morin propõe a perspectiva conceitual eco-bioantropossocial por meio da qual natureza, sociedade e homem podem ser pensados conjuntamente, suas implicações mútuas podem ser enxergadas e a partir do qual essas três noções são ressignificadas.

A natureza passa a ser compreendida por meio da noção de ecossistema,

desenvolvida nos anos 1930, a partir da qual o ambiente deixa de ser uma unidade unicamente territorial para ser entendido como uma realidade organizadora.

A partir desse período, é possível conceber a complexidade eco-organizadora, ligando as duas concepções antitéticas da natureza que dominaram o século XIX, que são, por um lado: a concepção organística, matricial, maternal, harmoniosa; e por outro: a concepção cruel, inspiradora, eliminadora, dum certo darwinismo concebido em termos de luta e de seleção (MORIN, 2016).

Gonçalves (1989) ressalta que para Morin, tais concepções constituem, as duas faces de uma única realidade, que se mostra contraditória. A noção de homem também se altera, já que este não pode mais ser considerado de modo genérico, como a espécie destruidora da natureza. Morin (2016) compreende que é o homem, sob determinadas formas de organização inserido numa cultura, que vem exercendo tal ação destrutiva, e não o homem de modo genérico.

De modo efetivo, a imposição de algumas certas regras sociais, como os direitos de propriedade, as proibições e obrigações de corte, colheita, pasto, caça e pesca, são também a sobreimpressão sobre as regras eco-organizadoras, de novas regras humanas de organização da natureza (MORIN, 2016).

Morin (2015) afirma que as intervenções humanas ignoravam e ainda ignoram a profundidade das variações ecológicas que elas produzem, sendo que o homem colhe agora, as consequências dos desequilíbrios que ele mesmo provocou anteriormente, destacado que não se pode escapar da natureza. Ao tentar dominar o meio ambiente, o homem se torna coagido por ele. Como uma reação, o homem desenvolve tecnologias que buscam controlar ou minimizar a crise que ele mesmo provocou.

Entretanto, o homem também se torna dependente das novas tecnologias, que o envolvem em uma tecnosfera e o torna prisioneiro de máquinas artificiais.

Verifica-se no contexto atual, segundo Morin (2015) uma intensa competição entre a degradação ecológica que destruí o meio ambiente e as soluções tecnológicas que tratam os efeitos destes males, que acabam por gerar novos mecanismos de degradação. Materializa-se uma situação grave, que gera a necessidade de retomada da comunicação entre ciência e consciência, entre fato e valor. A ecologia geral constitui-se na ciência que adotada posições radicais no sentido de propiciar uma tomada de consciência.

Segundo Morin (2015) a consciência ecológica surge na esteira da ciência ecológica, ao reconhecer a existência de duas faces de que a sociedade é vitalmente dependente da eco-organização natural e de que esta está profundamente comprometida, trabalhada e degradada nos e pelos processos sociais.

Diante desta situação, a consciência ecológica aprofunda-se em consciência eco-antropossocial, desenvolve-se em consciência política na tomada de consciência de que a desorganização da natureza suscita o problema da organização da sociedade. Esta consciência ecopolítica suscita um movimento de formas individuais (éticas e dietéticas) e coletivas, existenciais e militantes.

Surge, desta forma a questão da educação ambiental, enquanto uma ação estratégica em busca da formação de indivíduos capazes não mais de dominar, mas de seguir/guiar a natureza.

Morin (2015) compreende que a junção entre a natureza e a humanidade

necessitará, de uma superação da técnica atual que por sua vez necessita de uma superação do modo de pensar atual, inclusive científico.

Nesse contexto, a educação básica assume um papel elementar, pois a verdadeira reforma do pensamento não pode começar pelo ensino superior e sim pelo ensino básico.

CONCLUSÃO

Cabe considerar que as questões ambientais estão cada vez mais presentes no cotidiano da sociedade, entretanto, a educação ambiental é elementar em todos os níveis do processo de ensinar, e de modo fundamental, nas séries iniciais da escolarização.

O espaço cotidiano para que a criança estabeleça contato com seu ecossistema, é cada vez mais restrito, assim a incorporação da temática meio ambiente nos sistemas de ensino, como um assunto que faça parte de toda formação escolar do indivíduo, contribui para a formação de um cidadão consciente e apto para decidir e atuar na realidade socioambiental de modo comprometido.

Tendo em vista que a escola é o local em que tem sequência o processo de socialização da criança, emerge como o ponto central do aprendizado de comportamentos necessários à construção do cidadão, como ocorre com a consciência ambiental. Da educação ambiental devem fazer parte: valores, habilidades, conhecimento específico, responsabilidades e aspectos capazes de promover o progresso das relações éticas entre os indivíduos e os ecossistemas de diferentes regiões do globo terrestre.

REFERÊNCIAS

GONÇALVES, C. W. P. **Os (des)caminhos do meio ambiente**. São Paulo: Contexto, 1989.

MORIN, E. **A Via Para o Futuro da Humanidade.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

MORIN, E. **O Método I:** a natureza da natureza. 3. ed. Porto Alegre: Sulina, 2016.

MORIN, E. **O Método I:** a vida da vida. 5. ed. Porto Alegre: Sulina, 2015.

PIVA. A. A difusão do pensamento de Edgar Morin na pesquisa em educação ambiental no Brasil. In: ENCONTRO DA ANPPAS, 2, 2004, Indaiatuba. **Anais...** Indaiatuba: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade, 2014. Disponível em: http://www.anppas.org.br/encontro_anual/encontro2/GT/GT10/adriana_piva.pdf. Acesso em: 20 out. 2019.

VIÉGAS, A. **A educação ambiental nos contextos escolares**: para além da limitação compreensiva e da incapacidade discursiva. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, UFF, Niterói. 2002.

A UNIÃO ESTÁVEL HOMOAFETIVA E O CASAMENTO CIVIL HOMOAFETIVO: DIGNIDADE HUMANA, LIBERDADE, IGUALDADE, DESENVOLVIMENTO HUMANO E SOCIAL

THE HOMOAFFECTIVE STABLE UNION AND HOMOAFFECTIVE CIVIL MARRIAGE: HUMAN DIGNITY, FREEDON, EQUALITY, HUMAN AND SOCIAL DEVELOPMENT

Desenvolvimento Social e Políticas Públicas: Direito, Trabalho e Serviço Social

MOREIRA, Fernando Mazzotta
UNI-FACEF (Centro Universitário Municipal de Franca)
Mestrando em Desenvolvimento Regional pela UNI-FACEF
mazzotta@gmail.com

BORGES, Donaldo de Assis
UNI-FACEF (Centro Universitário Municipal de Franca)
Doutor em História pela UNESP
donaldo.borges@gmail.com

Resumo

O presente estudo visa organizar e descrever informações originadas de produções acadêmico-científicas, legislações e decisões judiciais acerca de um tema polêmico: a união estável homoafetiva e o casamento homoafetivo. O respeito a diversidade sexual é um fator a ser tratado como uma questão de desenvolvimento ínsito da pessoa humana, justificando-se seu estudo, razão pela qual é imprescindível resguardar sua proteção. O tratamento desigual que suprime a liberdade sexual, afronta princípios fundamentais do Estado Constitucional brasileiro. Ao analisar os novos arranjos familiares denota-se a necessidade de que seus direitos fundamentais sejam assegurados, posto que são abarcados pelos princípios da dignidade da pessoa humana, da liberdade e da igualdade. Em que pese a ausência de legislação específica, o Poder Judiciário vem agindo e decidindo casos concretos, permitindo-se aos casais homoafetivos a garantia jurídica de seus direitos, a fim de que deixem de ser vítimas de uma sociedade que os vê de forma preconceituosa, demonstrando, portanto, um avanço em termos de desenvolvimento social. O estudo também tem por objetivo fornecer subsídios para uma pesquisa ulterior que pretende verificar as condições reais de vida de pessoas unidas por laços de afetividade diante da problemática de eventual falta de eficácia social do direito decorrente de decisão judicial. Ao final, conclui-se sobre a importância dos princípios constitucionais que orientaram decisões judiciais a favor da união estável homoafetiva e do casamento de pessoas do mesmo sexo, garantindo e preservando suas dignidades, numa perspectiva humanística.

Palavras-chave: Homoafetividade, Dignidade Humana, Casamento.

Abstract

The present study aims to organize and describe information originating from academic-scientific productions, laws and judicial decisions about a controversial topic: the same-sex stable union and the same-sex marriage. Respect for sexual diversity is a factor to be treated as an issue of the human person's unique development, justifying their study, which is why it is essential to protect their protection. The unequal treatment that suppresses sexual freedom is contrary to fundamental principles of the Brazilian Constitutional State. When analyzing the new family arrangements, there is a need for their fundamental rights to be guaranteed, since they are encompassed by the principles of human dignity, freedom and equality. Despite the absence of specific legislation, the Judiciary has been acting and deciding specific cases, allowing homoaffective couples the legal guarantee of their

rights, so that they no longer fall victim to a society that sees them in a prejudiced manner, demonstrating, therefore, an advance in terms of social development. The study also aims to provide subsidies for further research that aims to verify the real living conditions of people united by ties of affection in the face of the problem of possible lack of social effectiveness of the law resulting from a judicial decision. In the end, it concludes about the importance of the constitutional principles that guided judicial decisions in favor of the same-sex stable union and the marriage of people of the same sex, guaranteeing and preserving their dignities, in a humanistic perspective.

Keywords: Homo-affectivity, Human Dignity, Marriage.

1 INTRODUÇÃO

A importância e relevância do tema, decorre, sobretudo, em virtude das discussões e polêmicas que o envolvem, posto haver uma lacuna acerca de sua proteção legal no ordenamento jurídico brasileiro que apenas foi suprida com a intervenção do Poder Judiciário ao compatibilizar a legislação ao texto Constitucional.

Denota-se que houve, sem dúvida, uma evolução no contexto histórico social, marcando o surgimento de novos direitos. A temática é de enorme amplitude e complexidade, pois está intimamente ligada aos princípios da dignidade humana, da liberdade e da igualdade de direitos, trazendo avanços jurisprudenciais significativos dentro do ordenamento jurídico.

A partir da Resolução nº 175, do Conselho Nacional de Justiça, de 14 de maio de 2013, que dispõe sobre a união estável e o casamento de pessoas do mesmo sexo, regulamentando a questão, obteve-se avanços significativos, não apenas no mundo jurídico, mas, principalmente no aspecto do desenvolvimento social, apoiado no princípio da dignidade humana, posto que se trata de um marco na luta por direitos de liberdade e também de igualdade.

Os direitos que estão sendo conquistados por casais homoafetivos decorrem da luta por uma sociedade mais justa e igualitária, ainda que haja muita resistência advinda do preconceito.

O Poder Judiciário brasileiro veio ao encontro deste desejo de liberdade e igualdade, sobrepondo-se aos interesses de uma sociedade extremamente conservadora, e, desta forma, permitiu-se resguardar uma série de direitos aos casais homoafetivos, que se unem pelo afeto e em razão da manifesta vontade de constituir família.

A liberdade, inclusive a sexual, é um direito alicerçado na Declaração Universal dos Direitos Humanos e que tem como seu objetivo dar as pessoas a garantia de não perecerem nas mãos de tiranos e governos arbitrários.

Em que pese a expressa previsão do Código Civil brasileiro e da própria Constituição Federal da necessidade de diversidade sexual do par como necessária para o casamento (art. 226, § 3º, CF/88 e art.1.514, Código Civil), este requisito não pode mais ser admitido, tendo-se em vista que não se compatibiliza com o intuito de buscar uma sociedade igualitária, na qual o ser humano deve ser tratado como titular de direitos.

A metodologia científica empregada quanto aos objetivos se classifica na condição de pesquisa descritiva. Os procedimentos de coleta de informações serão a partir da bibliografia selecionada que trata do tema, visando consolidar conhecimentos, além de fontes legislativas e jurisprudenciais.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

O referencial teórico da presente pesquisa foi estruturado em seis tópicos, a saber: Homossexualidade; Preconceito; Homossexualidade e Dignidade Humana; Homossexualidade e Homoafetivaidade; União e Casamento Homoafetivo no Brasil e, Famílias Compostas por Homessexuais.

2.1 HOMOSSEXUALIDADE

Na acepção de Cunha e Moreira o termo homossexual:

> [...], deriva-se do grego e do latim, que vulgarmente refere-se a relações sexuais, sob qual forma entre pessoas do mesmo sexo (homo = mesmo). A palavra foi empregada pela primeira vez em 1869, por uma médica húngara, Karoly Maria Benket, a qual escreveu uma carta ao Ministério da Justiça da Alemanha no Norte em defesa dos homossexuais que estavam sendo perseguidos por questões políticas (CUNHA; MOREIRA, 1999, p.25).

De acordo com Goffman, "as pessoas que têm um estigma particular (nesse caso, a homossexualidade) tendem a ter experiências semelhantes de aprendizagem relativa à sua condição e a sofrer mudanças semelhantes na concepção do eu" (GOFFMAN, 1988, p. 41).

A homossexualidade pode definir-se como uma característica de quem sente atração física, emocional e/ou espiritual por outra pessoa do mesmo sexo.

Ou ainda, simplesmente a preferência sexual de uma pessoa pela outra pessoa do mesmo sexo.

A questão atinente à homossexualidade vem sendo discutida e estudada há muito tempo por diversos profissionais da área de saúde, sendo que em a princípio buscou-se saber o que os então denominados homossexuais tinham de diferente dos heterossexuais; entretanto com o passar do tempo e, em decorrência da evolução cultural e humana, após vários estudos, estes profissionais entenderam que a homossexualidade se difere da heterossexualidade apenas na questão atinente ao relacionamento.

Buscou-se, arduamente, através da medicina, pesquisar as funcionalidades do corpo humano, com o objetivo de estabelecer diferenças entre homossexuais e heterossexuais, conforme assevera Maria Berenice Dias:

> Durante anos a Medicina pesquisou o sistema nervoso central, os hormônios, o funcionamento do aparelho genital, e nada encontrou de diferente entre homo e heterossexual. Tentou mudar o comportamento humano tido como desviante usando os mais diversos métodos, mas todos os resultados foram nulos. Abandonada a ideia de ver a homossexualidade como doença, a mesma passou a ser encarada como uma forma de ser diferente da maioria, que se diferencia apenas no relacionamento amoroso e sexual. (DIAS, 2000. p.35)

A homossexualidade, pode ser definida como a atração entre indivíduos do mesmo sexo, sejam estes homens ou mulheres, não havendo que se falar que a pessoa se tornou homossexual em decorrência de sua criação ou devido a fatores genéticos.

Não há que se falar que se trata de uma doença, e não há que se falar, ainda, que houve culpa de alguém pelo simples motivo de uma pessoa ser homossexual, posto que para a definição da sexualidade deve-se levar em conta quatro elementos: sexo biológico, identidade psicológica, papel social e preferência afetiva.

Portanto, partindo do ponto de vista da psicanálise, o fato do indivíduo ser homossexual não quer dizer que ele seja doente.

> É necessário destacar que os psiquiatras revisores da CID concluíram que a homossexualidade não é doença. Contudo, o sofrimento dos homossexuais, quando a causa é seu comportamento sexual, deve ser considerado como decorrência da discriminação e repressão social. Em decorrência disso, pode-se afirmar que todos os homossexuais são saudáveis sob o ponto de vista psíquico e físico. (CUNHA; MOREIRA,1999, p.25).

Torna-se, portanto, indispensável o reconhecimento dos direitos dos homossexuais, pois ainda que ausente lei reguladora, não se pode falar em ausência de direitos.

2.2 PRECONCEITO

Entende-se por preconceito a opinião preconcebida que gera discriminação. No caso, específico da homofobia, ainda hoje não há abertura suficiente para discussão em sociedade.

Para o indivíduo preconceituoso, a heterossexualidade é considerada como a única forma de sexualidade, não havendo aceitação e compreensão acerca de outras formas de relacionamento

realizadas por outras pessoas, sobretudo em razão dos padrões estabelecidos pela sociedade, pela família e por princípios religiosos. A situação decorrente do preconceito contra os homossexuais acaba por resultar muitas vezes em violência, agressões e até mesmo morte.

As relações homoafetivas, em que pese o grande esforço de movimentos sociais, ainda são deixadas de lado pela sociedade em decorrência do preconceito e da falta de amparo legislativo.

Assim como todos os outros segmentos que também são alvos de discriminação as relações homossexuais sujeitam-se a deficiência de normatização jurídica relegadas à margem da sociedade.

Diversos casos de violência contra homossexuais são registrados a todo o momento em todos os lugares, estas vítimas são agredidas fisicamente em bares, praças, boates, escolas, faculdades, nas ruas, mesmo em ambientes religiosos e, em alguns casos, dentro de suas próprias casas.

Em consonância, Maria Berenice Dias conclui:

> [...] de nada adianta assegurar respeito à dignidade humana e à liberdade. Pouco vale afirmar a igualdade de todos perante a lei, [...], que não são admitidos preconceitos ou qualquer forma de discriminação. Enquanto houver segmentos alvos da exclusão social, tratamento desigualitário entre homens e mulheres, enquanto a homossexualidade for vista como crime, castigo ou pecado, não se está vivendo em um Estado Democrático de Direito (DIAS, p.30, 2008).

Na acepção de Freud, segundo Ângela Caniato, o preconceito é, possivelmente, uma das mais eficientes e perversas estratégias de controle e de exclusão sociais, pois a violência das representações preconceituosas (violência simbólica) perfura/ilude as estruturas psíquicas conscientes e, como em um susto-traumático (FREUD, 2006, apud CANIATO, p.22, 2008).

Segundo Hannah Arendt (ARENDT, 2000, apud CANIATO, p.28, 2008), o processo implantado pelo preconceito se expande e atravessa todo o tecido social, e se torna possível porque sustentado em decorrência da banalização do mal. Ele torna o homem contemporâneo insensível aos estragos humanos da violência social e deixa todos indiferentes ao sofrimento dos outros indivíduos (CANIATO, p. 26, 2008).

Os homossexuais são grandes vítimas deste processo cruel e degradante, que os vitimiza de maneira impiedosa.

O tratamento desigual e degradante é visto como normal, sendo banalizado.

2.3 HOMOSSEXUALIDADE E DIGNIDADE HUMANA

Agir de forma respeitosa com o direito do outro está intimamente relacionado à capacidade de autodeterminar-se, é observar e tratar as pessoas com respeito e dignidade, como forma de gerir sua vida da melhor maneira.

O ser humano deve ser visto como um fim em si mesmo e não como meio para a proteção dos interesses de outrem. Este é o ideal kantiano de dignidade, assim sintetizado:

> No reino dos fins, tudo tem ou um preço ou uma dignidade. Quando uma coisa tem preço, pode ser substituída por algo equivalente; por outro lado, a coisa que se acha acima de todo preço, e por isso não admite qualquer equivalência, compreende uma dignidade". (KANT, 2005, p. 77).

Devemos buscar garantir às pessoas não apenas direitos relacionados à possibilidade de sobrevivência física, mas de uma vida digna. O ideal de dignidade humana deve compreender diversos aspectos da vida, impondo-se de um lado o dever de abstenção de condutas que possam violá-la e, de outro, o dever de agir visando alcançar sua efetividade e proteção.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos oficializa, em seu artigo primeiro, a visão igualitária da dignidade humana, pregando a liberdade e igualdade de todos, sem distinção. Sua função não é a de identificar pessoas que merecem poder ou privilégios, mas impedir que algum grupo de pessoas se julgue inerentemente melhor que outros grupos, a fim de evitar que ocorra novamente o que ocorreu na segunda grande guerra, na qual os nazistas se julgavam superiores aos judeus, negros, ciganos e portadores de necessidades especiais. Esta é a função protetora da dignidade, que funciona como um limite à atuação do Estado e da sociedade, protegendo,

consequentemente, direitos fundamentais.

Ingo Sarlet (2010, p. 135) se refere à essa função como “proteção pela dignidade”, e emprega esse princípio como limite à restrição dos direitos fundamentais.

O uso que deve ser feito da função protetora é justamente a proteção do núcleo essencial de determinado direito fundamental que eventualmente deva sofrer alguma restrição. A dignidade delimita o denominado núcleo intangível do direito fundamental.

A função protetora, ou de defesa, pode ser apontada como a razão pela qual o princípio da dignidade humana foi adotado pelos tratados e também pelas constituições contemporâneas, tornando-o um valor universal, legitimando-o.

Portanto, o apelo à noção de dignidade humana, para além dessa função protetora mostrar-se-ia inadequado.

A outra função da dignidade humana, é a denominada substancial, que se refere às funções ou tarefas do Estado na promoção da dignidade.

A função substancial, na visão de Ingo Sarlet, seria indicadora das tarefas do Estado na promoção da dignidade, assumindo notável “status” positivo. O Estado, desta maneira, passaria a ter obrigação de promover os meios necessários para se alcançar a dignidade, bem como de afastar os obstáculos que impeçam as pessoas de viver com dignidade (SARLET, 2010, p. 127). Esta função, portanto, estaria relacionada à promoção dos direitos fundamentais de natureza social, que são aqueles que impõem uma obrigação de fazer ao Estado, a exemplo dos direitos à saúde, à seguridade social, à educação, ao lazer, ao trabalho entre outros.

Em suma, ao mencionarmos que todos devem ter direito a uma mesma dignidade, seria dizer que todos merecem que seja oportunizada igual consideração a seus interesses, estaríamos falando da função protetora. Contudo, referida noção não seria objetiva o suficiente, a fim de demonstrar quais prestações outros indivíduos ou o próprio Estado estariam obrigados para que fosse respeitada a dignidade de outrem, abarcando aqui a denominada função substancial.

Esta última, função substancial, somente pode ser cumprida quando analisada a partir da ideia de igualdade de consideração e respeito à autonomia.

No Brasil, o princípio da dignidade da pessoa humana está previsto na Constituição Federal, em seu art. 1º, inciso III, como fundamento da República Federativa do Brasil, é um valor unificador dos direitos fundamentais.

A dignidade é um pressuposto da ideia de democracia, justiça social, igualdade e, principalmente, de solidariedade humana, sendo, pois, inerente a condição de pessoa, não comportando gradações. Assim, todas as pessoas devem possuir igual dignidade.

Na visão de Alexandre de Moraes (2002, p. 128):

> A dignidade é um valor espiritual e moral inerente à pessoa, que se manifesta singularmente na autodeterminação consciente e responsável da própria vida e que traz consigo a pretensão ao respeito por parte das demais pessoas, constituindo-se em um mínimo invulnerável que todo estatuto jurídico deve assegurar, de modo que, somente excepcionalmente, possam ser feitas limitações ao exercício dos direitos fundamentais, mas sempre sem menosprezar a necessária estima que merecem todas as pessoas enquanto seres humanos.

Tratando-se de um dos fundamentos da República Federativa Brasileira, o princípio da dignidade da pessoa humana, evidentemente, também, acaba por nortear o Direito Civil, possibilitando a integral tutela da pessoa humana, seja ela individual, seja como membro de uma entidade familiar.

Na visão de Amartya Sen (2001, p. 137): “Nem os bens primários, nem os recursos, definidos de modo abrangente, podem representar a capacidade que uma pessoa realmente desfruta.”

O desenvolvimento das capacidades humanas é condição para a avaliação das condições de justiça nas sociedades democráticas. Desta forma, à pessoa humana, a fim de que ocorra uma efetivação da justiça, deve ser assegurada de forma radical e interdependente as garantias do acesso e exercício às denominadas liberdades substantivas, que podem ser entendidas como capacidades elementares, dentre outras como participação política e liberdade de expressão, dentro da qual insere-se a liberdade sexual.

Fomentar a organização da justiça, na atualidade, não depende, prioritariamente, do acesso a bens, mas das condições de participação social e de escolha livre dos cidadãos. A condição de agente é a característica que imprime em cada pessoa uma identidade peculiar e comprometida com

os direitos humanos. A pluralidade que marca o atual período clama pelo aprimoramento da democracia como um valor moral e a liberdade sexual é uma garantia democrática.

A concepção de desenvolvimento no pensamento de Amartya Sen confere importância fundamental a liberdade individual como fator indispensável para a conquista da condição de agente aos indivíduos.

Desta forma, liberdade é determinante para o desenvolvimento do indivíduo e dignidade humana é o princípio ensejador deste processo.

Os ideais de dignidade humana e desenvolvimento social devem estar inter-relacionados.

Na concepção de Amartya Sen:

> Os fins e os meios do desenvolvimento exigem que a perspectiva da liberdade seja colocada no centro do palco. Nessa perspectiva, as pessoas têm de ser vistas como ativamente envolvidas – dada a oportunidade – na conformação de seu próprio destino, e não apenas como beneficiárias passivas dos frutos de engenhosos programas de desenvolvimento. O Estado e a sociedade têm papéis amplos no fortalecimento e na proteção das capacidades humanas. São papéis de sustentação, e não de entrega sob encomenda (SEN, 2000, p. 71).

Essa afirmativa reforça a concepção de liberdade sexual como garantia para dignidade humana e um dos fatores determinantes para o desenvolvimento social.

2.5 HOMOSSEXUALIDADE E HOMOAFETIVIDADE

Desde os primórdios da civilização a homossexualidade é conhecida, contudo sempre foi associada a ideia de desvio, doença ou perversão, desta forma empregava-se pejorativamente o termo homossexualismo.

Em decorrência de movimentos sexuais pela luta de direitos e buscando a aceitação no Brasil, buscou-se empregar vocábulos como homossexualidade e homoafetividade, inseridos no contexto acadêmico e social.

A evolução social, a empatia e o desenvolvimento humano fazem com que surja mais aceitação, em que pese o grande preconceito.

Segundo a jurista e Desembargadora aposentada Maria Berenice Dias:

> Não é crime nem pecado, não é uma doença nem um vício. Também não é um mal contagioso, nada justificando a dificuldade que as pessoas têm de conviver com lésbicas, gays, bissexuais, travestis e intersexuais, identificados pela sigla LGBTI. É simplesmente, nada mais, nada menos, outra forma de viver, diferente do padrão majoritário. Mas nem tudo o que é diferente merece ser discriminado. Muito menos ser alvo de exclusão social. A origem da homossexualidade não se conhece. Aliás, nem interessa, pois, quando se buscam causas, parece que se está atrás de um remédio, de um tratamento para encontrar cura para algum mal." (2016, p.270).

Aliás, o termo homoafetividade foi utilizado pela primeira vez, por Maria Berenice Dias (DIAS, 2008, p. 77), com a finalidade de evitar uma conotação pejorativa relativa às relações afetivas entre pessoas do mesmo sexo, definindo que as uniões entre pares iguais são alicerçadas na afetividade.

Este novo substantivo passou a ser adotado não só por juristas, mas, também, a ser reproduzido em várias outras áreas, tendo sido incluído em dicionários.

A partir deste neologismo foi possível estabelecer um nome menos ofensivo e preconceituoso para definir as relações estabelecidas por pessoas do mesmo sexo.

2.6 UNIÃO E CASAMENTO HOMOAFETIVO NO BRASIL

No Brasil não há previsão constitucional ou lei que tratam do casamento e da união homoafetiva, aliás, a Constituição Federal prevê no parágrafo 3.º do artigo 226 que: "Para efeito da proteção do Estado, é reconhecida a união estável entre o homem e a mulher como entidade familiar, devendo a lei facilitar sua conversão em casamento." (BRASIL, 1988).

Porém na visão de Maria Berenice Dias:

> Nem a Constituição nem a lei, ao tratarem do casamento, fazem qualquer referência ao sexo

> dos nubentes. Portanto, não há qualquer impedimento, quer constitucional, quer legal, para o casamento entre pessoas do mesmo sexo. Também, entre os impedimentos para o casamento, não se encontra a diversidade de sexo do par. O que obstaculizava a realização do casamento era somente o preconceito. Aliás, a construção doutrinária sobre casamento inexistente tem como único ponto de sustentação a alegada impossibilidade do casamento homossexual. (2016, p.158).

A autora sustenta, ainda (2016, p.158/159), que a Lei Maria da Penha estabeleceu a definição de família para abranger as relações homoafetivas, a partir da decisão do Supremo Tribunal Federal que garantiu às uniões homoafetivas a equivalência da união estável já existente entre casais heterossexuais e iniciou-se a conversão para o casamento. Havendo, ainda, autorização do Superior Tribunal de Justiça para o casamento e, finalmente o Conselho Nacional de Justiça proibiu que fosse negado o acesso ao casamento entre pessoas do mesmo sexo.

Em que pese a omissão legislativa em permitir expressamente o casamento e uniões homoafetivas, motivada por pensamentos religiosos, ou, ainda, visando não desagradar ao eleitor, a inexistência de lei específica não é suficiente para obstar o direito.

Ademais, o conceito de família ao longo do tempo vem passando por diversas modificações que refletem o desenvolvimento social, passando de uma entidade institucionalizada e estritamente matrimonial, de procriação e economia básica (transmissão de patrimônio e circulação de riquezas), para uma entidade instrumental, que visa o alcance da felicidade por seus indivíduos. A felicidade representa a realização profissional, econômica e pessoal, pautando-se, para tanto, na igualdade e na dignidade da pessoa humana.

O próprio Supremo Tribunal Federal não reconhecia a família constituída por pessoas do mesmo sexo, situação que apenas veio a modificar-se, no ano de 2011, a partir do julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade n.º 4277 e Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental n.º 132, julgadas conjuntamente.

O relator das ações foi o Ministro Ayres Britto, que construiu nova interpretação ao artigo 1.723, do Código Civil, a partir da Constituição, a fim de permitir o reconhecimento de uniões estáveis constituídas por pessoas do mesmo sexo.

Segue a síntese do voto do Ministro que tem 49 páginas:

> [...]18. Realmente, em tema do concreto uso do sexo nas três citadas funções de estimulação erótica, conjunção carnal e reprodução biológica, a Constituição brasileira opera por um intencional silêncio. Que já é um modo de atuar mediante o saque da kelseniana norma geral negativa, segundo a qual "tudo que não estiver juridicamente proibido, ou obrigado, está juridicamente permitido" [...]
> [...]36. Por último, anoto que a Constituição Federal remete à lei a incumbência de dispor sobre a assistência do Poder Público à adoção, inclusive pelo estabelecimento de casos e condições da sua (dela, adoção) efetivação por parte de estrangeiros (§5º do art. 227); E também nessa parte do seu estoque normativo não abre distinção entre adotante "homo" ou "heteroafetivo". E como possibilita a adoção por uma só pessoa adulta, também sem distinguir entre o adotante solteiro e o adotante casado, ou então em regime de união estável, penso aplicar-se ao tema o mesmo raciocínio de proibição do preconceito e da regra do inciso II do art. 5º da CF, combinadamente com o inciso IV do art. 3º e o §1º do art. 5º da Constituição. Mas é óbvio que o mencionado regime legal há de observar, entre outras medidas de defesa e proteção do adotando, todo o conteúdo do art. 227, cabeça, da nossa Lei Fundamental. 37. Dando por suficiente a presente análise da Constituição, julgo, em caráter preliminar, parcialmente prejudicada a ADPF nº 132-RJ, e, na parte remanescente, dela conheço como ação direta de inconstitucionalidade. No mérito, julgo procedentes as duas ações em causa. Pelo que dou ao art. 1.723 do Código Civil interpretação conforme à Constituição para dele excluir qualquer significado que impeça o reconhecimento da união contínua, pública e duradoura entre pessoas do mesmo sexo como "entidade familiar", entendida esta como sinônimo perfeito de "família". Reconhecimento que é de ser feito segundo as mesmas regras e com as mesmas consequências da união estável heteroafetiva. É como voto (STF, 2011, on-line).

A partir desta decisão, proferida em 04 de maio de 2011, os Ministros do Supremo Tribunal Federal reconheceram por unanimidade a possibilidade da união estável de pessoas do mesmo sexo.

Novamente, na concepção de Acir de Matos Gomes: "O Brasil é um país que adota o regime democrático. É, portanto, um Estado Democrático de Direitos, que valora os direitos e garantias fundamentais e permite a interpretação das leis conforme a Constituição Federal". (GOMES, 2019, p. 237).

Contudo, foi somente a partir da Resolução n. º 175/2013, do Conselho Nacional de Justiça, que dispôs sobre a habilitação, celebração de casamento civil, ou de conversão de união estável em casamento, entre pessoas de mesmo sexo, que foi possível o casamento de homossexuais entre si

Assim consta da Resolução: "Art. 1º É vedada às autoridades competentes a recusa da habilitação, celebração de casamento civil ou de conversão de união estável em casamento entre pessoas do mesmo sexo." (CNJ, 2013, on-line).

Desta forma, consolidou-se a possibilidade de casamento, tanto para casais heteroafetivos como homoafetivos.

2.4 FAMILIAS COMPOSTAS POR HOMOSSEXUAIS

É possível conceber-se a família, por meio de vastas concepções, posto que a família está em constante mutação.

No presente momento, a sociedade aparenta estar mais amadurecida, vez que demonstra estar aceitando novos parâmetros e concepções familiares, entretanto, muito deve ser feito no sentido de eliminar a discriminação e estigmas que norteiam a homoafetividade.

Segundo Rodrigo da Cunha Pereira e Maria Berenice Dias, pode-se acrescentar que:

> Na segunda metade do século passado intensificou-se ainda mais o processo dessas transformações, podendo ser mencionados alguns fatores que contribuíram para tais mudanças: o declínio do patriarcalismo, impulsionado pela revolução feminista; o desenvolvimento do saber científico adicionado ao fenômeno da globalização, e a redistribuição sexual no campo trabalhista, possibilitaram uma significativa alteração na própria concepção de família. A passagem para o novo milênio conduz a valores como o respeito à dignidade humana, a não-discriminação à orientação sexual, mas transmite como valor mais significativo uma vitória: a família como o espaço para o desenvolvimento do companheirismo, do afeto e, sobretudo, uma célula de formação do indivíduo e elemento que funda o próprio sujeito. Não é mais primordial um núcleo voltado para os interesses exclusivamente econômico e de procriação, onde sempre esteve presente a presumida supremacia masculina (PEREIRA; DIAS, 2001, p. 14).

A doutrina dominante em torno da Igreja buscou sempre utilizar-se do casamento como forma de propagar a fé cristã valendo-se da máxima "crescei e multiplicai-vos".

Portanto, a impossibilidade de concepção existente nos vínculos denominados homossexuais, permitiu com que os cristãos os repudiassem, sempre deixando os casais homoafetivos à margem da sociedade.

Porém, se a dita impossibilidade de reproduzir-se dos casais homoafetivos fosse o único empecilho capaz de impedir seu reconhecimento como família, poder-se-ia dizer, também que os casais heterossexuais inférteis também não poderiam ser tratados como família.

No entanto, mais recentemente, a sociedade depara-se com novas configurações em seus domicílios, porém a família ainda continua a exercer a denominada função de proteção, fundando-se, ainda, na exteriorização dos sentimentos.

Em decorrência das várias funções da família, dentre as suas possíveis configurações, deve-se questionar: por que não considerar o casal homoafetivo como família? Seria este casal inapto para o exercício das funções familiares como os demais casais em decorrência da impossibilidade de procriação realizada de forma natural?

Até a promulgação da Constituição Federal de 1988, admitia-se como merecedora de proteção apenas as uniões constituídas pelo casamento. Contudo, após sua promulgação o casamento deixou de ser reconhecido como única base da sociedade, a definição da instituição familiar tornou-se mais abrangente. Abraçou-se o princípio do pluralismo das entidades familiares reconhecendo-se a possibilidade de novos arranjos familiares.

Muitos anos se passaram até que o conceito legal de família, em construção interpretativa a partir da Lei Maria da Penha (Lei nº. 11.340/2006) admitisse no sistema jurídico as denominadas uniões homoafetivas, conforme disposto art. 5º, em seu parágrafo único:

> Art.5º: Para os efeitos desta Lei, configura violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e de dano moral ou patrimonial:
> I – [...]

> II - no âmbito familiar, compreendida como a comunidade formada por indivíduos que são ou se consideram aparentados, unidos por laços naturais, por afinidade ou por vontade expressa;
> III – [...]
> **Parágrafo único. As relações enunciadas neste artigo independem de orientação sexual. (grifos nossos)** (BRASIL, 2006).

Permite-se harmonizar o conceito legal da família brasileira com a previsão do casamento estabelecida pelo artigo 1.514 do Código Civil, fazendo-se com que não prevaleça à oposição de sexos, mas explicitando que a heterossexualidade não é mais a única condição para o casamento.

Desta forma, fazendo-se um cotejamento dos dispositivos legais e utilizando-se da hermenêutica construtiva jurídica, permite-se em uma interpretação analógica, observando-se a inteligência dos princípios fundamentais da liberdade, da igualdade, da autodeterminação, do pluralismo, da não-discriminação, da intimidade e sobretudo da dignidade da pessoa humana, reconhecer o direito à livre orientação sexual e da união homoafetiva, como entidade familiar.

Nesse sentido, mais uma vez, dispõe a jurista Maria Berenice Dias:

> [...] de nada adianta assegurar respeito à dignidade humana e à liberdade. Pouco vale afirmar a igualdade de todos perante a lei, [...], que não são admitidos preconceitos ou qualquer forma de discriminação. Enquanto houver segmentos alvos da exclusão social, tratamento desigualitário entre homens e mulheres, enquanto a homossexualidade for vista como crime, castigo ou pecado, não se está vivendo em um Estado Democrático de Direito. (DIAS, 2008, p. 30).

Depreende-se que as novas configurações familiares surgem para modificar de maneira efetiva o sistema tradicional familiar, enfrentando enormes desafios.

Diversos são os preconceitos e dúvidas existentes na sociedade em relação a essa nova forma de constituir família, ora denominada homoparentalidade (relações de parentalidade exercidas por homens e mulheres homoafetivos).

No dizer de Acir de Matos Gomes: “Da mesma forma que não existem cores fora do conjunto, não existe ser humano desconectado do princípio da dignidade que contém o da diversidade; portanto, é na soma e no reconhecimento da diversidade que se pode encontrar a paz”. (GOMES, 2019, p. 253).

Insta salientar que não se põe em debate a capacidade dos novos casais homoafetivos, neste exercício da parentalidade, uma vez que inexiste diferenças no desenvolvimento psicológico, juntamente com aspectos voltados à adaptação social destas famílias quando comparadas com outras formas e arranjos familiares.

Contudo, ainda se encontram obstáculos para a aceitação das diferenças, mesmo estas sendo intrínsecas à condição humana, posto que, assim como um indivíduo não é igual a outro, uma família não pode ser igual à outra.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Trata-se de pesquisa descritiva e bibliográfica que visa reunir conhecimentos acerca do estágio atual do direito da união estável homoafetiva e do casamento homoafetivo. A presente pesquisa tem caráter preparatório para ulterior pesquisa que analisará as condições reais de vida de pessoas unidas por laços de afetividade em face dos direitos que lhes foram atribuídos pela via judicial.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O artigo demonstra as dificuldades enfrentadas por pessoas ligadas pela afetividade, que são discriminadas por serem do mesmo sexo, sendo deixadas à margem pela sociedade, demonstra, ainda, a importância da atuação da sociedade para eliminar estas diferenças, sob a ótica da dignidade humana, com importante atuação do Poder Judiciário, a fim de dirimir as diferenças e reduzir o preconceito.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento social deve ser visto além das fronteiras unicamente econômicas. As liberdades individuais, sobretudo sexuais são fatores determinantes para um desenvolvimento humano digno, com respeito a diversidade, observando-se não apenas as vontades e desejos da maioria, mas, também, das minorias que são deixadas à margem da sociedade.

Em que pese uma notável inércia legislativa que deveria buscar a eliminação da discriminação, grupos sociais e o Poder Judiciário têm contribuído para dirimir essas diferenças.

A emancipação das minorias sexuais somente será possível com o respeito que deve ser dado ao direito de escolha de pessoas do mesmo sexo poderem conviver em harmonia sem serem deixadas de lado.

As pessoas para serem livres necessitam de condições para exercer a liberdade. O respeito à dignidade humana engloba o respeito a livre escolha de relacionamento.

Depreende-se que a partir das decisões judiciais começa a haver uma sensível redução das desigualdades, essas decisões permeadas pelo princípio da dignidade da pessoa humana, permitem a igualdade dos diferentes grupos sociais.

Deve-se respeitar a liberdade, em especial, a liberdade sexual, posto tratar-se de um direito de igualdade assegurado pela Declaração Universal dos Direitos Humanos que visa dar garantia para que os indivíduos não sofram o arbítrio de tiranos e governos autoritários.

A sociedade conservadora e as diversas religiões não devem interferir na vida sexual e reprodutiva da população, a fim de cercear direitos.

A família ao longo dos tempos vem concebendo uma nova roupagem, superando a visão tradicionalista, decorrentes das mudanças ocorridas na realidade social que fizeram com que a própria Constituição Federal brasileira desvinculasse a família do casamento tradicional, adequando-se às realidades fáticas, consubstanciada em princípios que devem nortear e permitir o desenvolvimento humano e social, com respeito a diversidade de opiniões, inclusive.

A dignidade humana é o princípio preponderante capaz de nortear e guiar as pessoas para obterem um desenvolvimento social em que possam efetivamente exercer suas escolhas, sem perseguições ou julgamentos.

A doutrina pátria leva em consideração o afeto como elemento fundamental e justificador das relações públicas, contínuas e duradouras com o intuito de constituir família, não deixando margem para a exclusão de qualquer relacionamento que tenha esses atributos do conceito de família, respeitando-se a dignidade humana na sua condição de componente fundamental para o desenvolvimento social.

Os mesmos princípios constitucionais que orientaram decisões judiciais a favor da união estável homoafetiva e do casamento de pessoas do mesmo sexo, garantindo e preservando suas dignidades, numa perspectiva humanística, podem também servir para afastar a inércia legislativa.

As conquistas de direitos da homoafetividade por via judicial são conquistas importantes a favor da dignidade da pessoa humana, da liberdade e da igualdade entre as pessoas. Deve-se, na medida do possível, esclarecer que tais conquistas se deram por vias democráticas.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm.>. Acesso em 07 de set. 2020.

BRASIL, Lei 11.340, de 07 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm>. Acesso em 07 de set.

2020.

BRASIL, Supremo Tribunal Federal. Ação direta de inconstitucionalidade n.º 4277/DF e Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental n.º 132/RJ – Distrito Federal. Relator; Ministro Ayres Britto. Pesquisa de Jurisprudência. Disponível em: < http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/noticiaNoticiaStf/anexo/ADI4277revisado.pdf>. Acesso em 13 set. 2020.

CANIATO, Ângela. **A violência do preconceito: a desagregação dos vínculos coletivos e das subjetividades**. Arquivos Brasileiros de Psicologia. Maringá, v. 60, n. 2, 2008. Disponível em: <http:// http://pepsic.bvsalud.org/pdf/arbp/v60n2/v60n2a04.pdf>. Acesso em: 07 set. 2020.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. Resolução nº175, de 14/05/2013. Disponível em: < https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/1754>. Acesso em 13 set. 2020.

CUNHA, Graciela Leães Álvares da; MOREIRA, José Alberto Marques. **Os efeitos jurídicos da união homossexual**. Porto Alegre: Data Certa, 1999.

DIAS, Maria Berenice. **Direito à Diferença.** Revista Jurídica Areópago da Faculdade Unifaimi, Ano I (2008), Edição nº 3. Disponível em: <http://www.faimi.edu.br/v8/RevistaJuridica/Edicao3/Homoafetividade%20e%20o%20direito%20à%20diferença%20-%20berenice.pdf>. Acesso em 07 de set. 2020.

_____. **Liberdade sexual e direitos humanos. In: família e cidadania. O Novo Código Civil e a Vacatio Legis**. Anais do III Congresso Brasileiro de Direito de Família. Disponível em: < http://www.mariaberenice.com.br/manager/arq/(cod2_650)16__liberdade_sexual_e_direitos_humanos.pdf>. Acesso em 12 de set. 2020.

_____. **União homossexual: o preconceito e a justiça**. Porto Alegre: Livraria Advogado, 2000.

_____. **Manual de Direito das Famílias**, 11ª. edição, revista, atualizada e ampliada, São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016.

GOFFMAN, E. **Estigma**: **notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. Rio de Janeiro: LTC, 1988.

GOMES, Acir de Matos. **União Homoafetiva: Análise Retórica e Jurídica**. Franca, SP: Lemos e Cruz, 2019.

KANT, Immanuel. **Fundamentação da Metafísica dos Costumes**. Tradução: Inês A. Lohbauer. São Paulo: Martin Claret, 2004.

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. **Elementos de Direito Administrativo**. São Paulo: Ed. RT 1980.

MORAES, Alexandre de. **Constituição do Brasil interpretada e legislação constitucional**. São Paulo: Atlas, 2002.

PEREIRA, Rodrigo da Cunha; DIAS, Maria Berenice. **Direito de Família e o Novo Código Civil**. Prefácio à Primeira Edição. Belo Horizonte: Del Rey, 2001.

SARLET, Ingo Wolfgang. **Dignidade da pessoa humana e direitos fundamentais na Constituição Federal de 1988**. 8. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2010.

SARMENTO, Daniel. **A ponderação de interesses na Constituição Federal**. Rio de Janeiro: Lúmen Juris, 2000.

_____. **Livres e iguais: Estudos de direito constitucional**. Rio de Janeiro: Lúmen Juris, 2006.

SEN, Amartya. **A Desigualdade reexaminada**. Tradução de Ricardo Donielli Mendes. Rio de Janeiro: Record, 2001.

_____ **Desenvolvimento como Liberdade**. Tradução de Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

A UTILIZAÇÃO DO MARKETING SENSORIAL NAS MÍDIAS DIGITAIS

THE USE OF SENSORIAL MARKETING IN DIGITAL MEDIA

Área temática: 2.6 Outras áreas temáticas

GUILHEN, Diego Ribeiro
Centro Universitário de Santa Fé do Sul – UNIFUNEC
Graduando em Administração
diegoguilhen97@gmail.com

DUARTE, Renan Gustavo Vilalva
Centro Universitário de Santa Fé do Sul – UNIFUNEC
Graduando em Administração
regvd33f@gmail.com

NUNES, Lucio Lombardi Teixeira
Centro Universitário de Santa Fé do Sul – UNIFUNEC
Docente do curso de Administração
lltnunes@hotmail.com

RESUMO

No anseio de buscar maior aproximação e relacionamento mais cordial com os clientes, o conceito de marketing sensorial foi desenvolvido, com base no comportamento do consumidor. Objetivo: Discutir os conceitos de marketing e sua evolução ao longo dos anos; as adaptações e mudanças do marketing referentes à inovação tecnológica e o uso do marketing sensorial nas mídias digitais. Justificativa: relevância do uso do marketing para promover a aproximação emocional do cliente com o produto ou marca desejado. Metodologia: pesquisa bibliográfica que consiste na consulta de material científico já publicado por diferentes autores, em diferentes fontes, que estejam disponíveis ao público. Resultados: Trata-se do oferecimento de experiências que envolvam os cinco sentidos (audição, visão, olfato, paladar e tato); esta estratégia permite que o consumidor tenha uma conexão emocional com o produto ou marca, o que aumenta a possibilidade de compra e fidelidade do cliente. No âmbito do uso das mídias digitais, no entanto, existem limitações, especialmente no que diz respeito ao oferecimento de experiências de olfato, tato e paladar. Entretanto, isso não significa que o marketing sensorial não possa ser aproveitado nos ambientes digitais. Conclusão: As empresas podem investir nos recursos visuais e auditivos, principalmente, e também em experiência de compra por meio de uma interface simples, intuitiva, páginas personalizadas, atendimento humanizado, ou seja, existem outras estratégias que podem ser utilizadas no meio digital para oferecer ao cliente experiências emocionais e profundas no processo de compra.

Palavras-chave: Marketing, Comportamento, Mídias digitais.

ABSTRACT

In the desire to seek greater closeness and a more cordial relationship with customers, the concept of sensory marketing was developed, based on consumer behavior. Objective: To discuss marketing concepts and their evolution over the years; adaptations and changes in marketing related to technological innovation and the use of sensory marketing in digital media. Justification: relevance of using marketing to promote the client's emotional approach to the desired product or brand. Methodology: bibliographic research that consists of consulting scientific material already published by different authors, in different sources, that are available to the public. Results: It is about offering experiences that involve the five senses (hearing, sight, smell, taste and touch); this strategy allows the consumer to have an emotional connection with the product or brand, which increases the

possibility of purchase and customer loyalty. In the context of the use of digital media, however, there are limitations, especially with regard to offering experiences of smell, touch and taste. However, this does not mean that sensory marketing cannot be used in digital environments. Conclusion: Companies can invest in visual and auditory resources, mainly, and also in shopping experience through a simple, intuitive interface, personalized pages, humanized service, that is, there are other strategies that can be used in the digital environment to offer emotional and deep experiences in the purchase process.

Keywords: Marketing, Behavior, Digital media.

1 INTRODUÇÃO

A evolução no mercado tem afetado de forma significativa as empresas e suas estratégias, os consumidores têm ficado cada vez mais exigentes e o desenvolvimento tecnológico tem trazido a necessidade de que as empresas utilizem as mídias digitais como ferramentas de marketing e comunicação. Frente a esta tecnologia, tem se tornado essencial que as empresas entreguem a seus clientes experiências de compra únicas, que os envolvam de forma integral, especialmente as experiências multissensoriais têm sido uma estratégia empregadas por estas empresas, no chamado marketing sensorial (ACEVEDO, 2016).

O marketing sensorial tem relação com a possibilidade de o cliente explorar uma marca ou produto por meio de seus cinco sentidos, o que favorece uma conexão emocional do cliente com a empresa. O sistema sensorial humano é composto por receptores sensoriais que se ligam ao sistema nervoso, é responsável pelo processamento de informações sensoriais que o indivíduo recebe (ACEVEDO, 2016).

O marketing sensorial tem sido utilizado como estratégia que permite a diferenciação da experiência de compra, aproximando cliente e marca; é uma estratégia que permite atingir de forma mais profunda o consumidor, sua parte mais sensível. O que se discute no presente trabalho, portanto, é o uso do marketing sensorial nas mídias digitais.

Sabe-se que o uso de mídias digitais se tornou indispensável para as empresas que desejam se aproximar de seus clientes, oferecer suporte, interação e praticidade. Trata-se de uma necessidade, pois cada vez mais, os consumidores estão conectados e desejam praticidade no processo de compras.

Considerando que nas mídias digitais existem limitações quanto ao oferecimento de experiências multissensoriais, especialmente com relação a olfato e tato, por exemplo, o uso desse tipo de estratégia de marketing deve ser adaptado.

O objetivo do estudo é, portanto, debater acerca do uso de estratégias de marketing sensorial nas mídias digitais, e de que forma isso pode ocorrer. Para tanto, os objetivos específicos se referem à discussão a respeito dos conceitos de marketing e sua evolução ao longo dos anos; as adaptações e mudanças do marketing referentes à novação tecnológica e o uso do marketing sensorial nas mídias digitais.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Conceitos de marketing

De acordo com a “American Marketing Association” – Associação Americana de Marketing (AMA), o conceito de marketing foi modificado ao longo dos anos. O primeiro deles surge logo nos primórdios da AMA (1935), que define o marketing como ações que visam apresentar e direcionar os serviços e produtos aos consumidores. Nesse sentido, reflete-se na maximização da utilidade dos vendedores, cujo propósito era aumentar a eficiência na distribuição de produtos e serviços. Para tanto, o Marketing se posiciona como uma atividade de negócios.

Posteriormente, a AMA (1985) renovou seu conceito de marketing de modo a adequar aos contextos de época. Nesse sentido, o marketing passou a levar em consideração a satisfação dos clientes nas transações. Segundo a AMA (1985), o marketing passou a ser definido como um

processo destinado a planejar diversos aspectos dos produtos ou bens, tais como o preço, a forma como será distribuído, o conceito, entre outros; a fim de satisfazer os objetivos do interessado.

Assim a preocupação essencial é garantir o valor dos produtos ou serviços frente ao consumidor. O sucesso de uma empresa, que é evidente ao se analisar alcançar os objetivos e o aumento das vendas e dos lucros, dá-se através do suprimento das necessidades dos consumidores, por isso é importante que se leve em consideração a opinião dos consumidores (FREDERICO, 2008).

Já em 2004, a AMA divulgou sua mais recente definição de marketing, que dá a diretriz contemporânea do que se entende por esse conceito. Segundo AMA (2004), o marketing define-se como uma atividade organizacional com processos de criação e comunicação com os clientes, incluindo a administração da relação entre produtor e cliente; com isso beneficiando a empresa e aqueles que possuem algum interesse nesta.

Nessa perspectiva, o marketing se apresenta como uma função organizacional que tem o propósito de criar o valor do seu produto ou serviço frente aos clientes e também aos investidores. Nesse aspecto, o marketing é fundamental em todas as áreas da empresa. Assim, é possível que o marketing consiga conduzir o futuro de uma empresa, no gerenciamento do desejo dos consumidores, aumentando a receita e agradando os investidores, além de possibilitar um cenário atrativo para a prospecção de novos *stakeholders* (FREDERICO, 2008).

Conforme afirma Kunsch (2006), marketing se define por conquistar e manter clientes. Extrapolando o sentido de agradar os clientes, o marketing consiste em convencer o cliente da unicidade e diferencial do produto/serviço. Desta forma, o marketing não mais é compreendido como um meio de chamar atenção dos clientes para que estes comprem seu produto, mas além disso, fazer com que estes se identifiquem com a empresa e seus produtos, de forma a sempre recorrer a esta quando precisar, e não a outras que ofereçam o mesmo produto ou serviço.

Ademais, o foco do marketing não é apenas o mercado, mas vai além. Para alcançar o pleno sucesso, ele deve ser trabalhado em todas as áreas, Kunsch (2006) aponta que o marketing faz parte de todas as áreas da empresa, independentemente de seu porte; é uma filosofia empresarial em torno da qual gira o sucesso de atividades relacionadas ao público como pesquisas, propagandas e promoções. Quando bem estabelecido, os processos de marketing podem maximizar o lucro advindo do investimento em tais atividades.

Nesta perspectiva, há dois fatores inquestionáveis que se deve ter em mente ao idealizar o planejamento de marketing: i) a concorrência no mercado é vasta e os investimentos em publicidade são altos para atrair consumidores; ii) os clientes são cada vez mais rigorosos e cientes dos seus direitos. Tais fatores são os principais responsáveis pela alteração da forma de relacionamento empresa-consumidor.

Com o crescimento da concorrência, o marketing passa de mero recurso para estratégia essencial para o cumprimento de metas da organização. Assim, desenvolve-se a lógica no ambiente interno das empresas de sugerir que todos os funcionários, seja qual for a função, tenham em vista o universo do mercado e as necessidades dos clientes.

Segundo Frederico (2008), uma vez que o cliente tem contato com um produto ou serviço e lhe atribui um valor maior que aos concorrentes do mercado, provavelmente significa que está satisfeito. Assim, a satisfação de um cliente está diretamente relacionada com confiança e fidelidade. A confiança do consumidor é o fator determinante para a fidelização no relacionamento; e representa a crença na competência, integridade e confiabilidade da outra parte. Assim, os relacionamentos baseados na confiança são de extremo valor para o mercado, a ponto de as partes desejarem compromissar-se voluntariamente. É a partir dessas concepções que o marketing amplia seus horizontes, se tornando uma ferramenta essencial e principal para a sobrevivência das empresas.

Estes estudos contribuem cada vez mais para o aprimoramento do conceito de marketing, trazendo a necessidade de se analisar e interpretar o mundo mercadológico a partir de novas perspectivas, cada vez mais inovadoras. A possibilidade de se oferecer o produto certo, no momento adequado, para o cliente ideal e com efetividade, faz com que o marketing assuma uma postura mais criativa, inovando processos e fazendo parte de todo o desenvolvimento do produto até chegar ao consumidor final. O marketing rompe barreiras outrora estagnadas de conceitos arcaicos que se baseavam apenas na propaganda, de modo que passa a articular todo o processo produtivo, desde o desenvolvimento até o consumidor.

Para Larentis e Slongo (2008), uma empresa não consegue agir sozinha nesse meio, para

entregar seus produtos ao público, tornando necessária a atuação de diferentes canais de marketing para intermediar essa relação. Esta correspondência é importante para um bom desempenho desses canais e da empresa, que unificada a seus intermediários, consegue atingir maior número de consumidores e, de maneira mais eficaz, uma vez que estes passam a perceber os bens e produtos de forma positiva.

Para Larentis e Slongo (2008), conquistar um espaço competitivo não basta. Além disso, é preciso se sustentar competitivo ao longo do tempo. Assim, cunha-se o termo competitividade sustentável, que é aquela que vai durar. As organizações com competitividade sustentável não dependem apenas de um único canal de marketing, mas de várias abordagens e estratégias. Ainda segundo o autor, para se sustentar vantagens competitivas, é preciso levantar algumas barreiras que podem basear-se em fatores como as restrições de opções do concorrente e o tamanho do mercado. Entender como essas vantagens funcionam é essencial para se manter e sustentar essas barreiras ao longo do tempo, pois o investimento nesse fator é constante, e ter uma boa ideia do funcionamento pode reduzir ou evitar o gasto desnecessário dos recursos nesse sentido.

2.2 O marketing sensorial

O conceito de marketing sensorial surgiu no campo da psicologia do comportamento ao estudar o consumidor e o conceito de experiência do cliente na década de 1980. Nas teorias de marketing, o conceito de experiência é fenomenológico, ou seja, tem relação com a forma com a qual o consumidor percebe e interpreta uma situação vivida. A experiência é, portanto, uma situação de troca de estímulos, que pode ocorrer no momento da procura, compra e consumo dos produtos (SARQUIS; MORAIS; CASAGRANDE, 2015).

O marketing sensorial se trata de uma modalidade e estratégia de marketing que englobe o oferecimento de experiências multissensoriais aos consumidores, ou seja, que permite abranger o cliente em cinco sentidos. O intuito é oferecer uma experiência única e diferenciada de compra, que vai além da simples exposição do produto em vitrines, mas que permite envolver o cliente em níveis mais profundos (SOARES, 2013).

O uso do marketing sensorial acaba agregando maior valor à marca, maior confiança e fidelidade por parte dos consumidores que se sentem mais próximos. O marketing sensorial funciona de forma a englobar o consumidor em uma experiência de abranger todos os seus sentidos, sensoriais, emocionais, cognitivos e comportamentais (LOVELOCK; WRITZ; HEMZO, 2011).

De acordo com Acevedo (2016), quando o consumidor é colocado em numa situação de experiência sensorial, os efeitos emocionais de prazer e excitação causam uma sensação de satisfação, que se relaciona com o aumento da probabilidade de compra, sendo então, uma ótima estratégia de marketing. Os estudos em marketing sensorial contribuem para melhorar o entendimento a respeito das diferentes estratégias mercadológicas que podem contribuir para melhoria na comunicação entre empresa e cliente.

Este tipo de marketing favorece uma comunicação mais próxima, subjetiva, emocional com o consumidor, além de abranger deste com o produto e a marca. Conforme visto anteriormente, o marketing não se trata apenas de uma ação que engloba o aumento das vendas, igualmente, o marketing sensorial não serve apenas para vender mais produto, mas sim, para compreender os clientes, aproximá-los, oferecer a eles uma experiência de estímulo sensorial, criação de vínculos emocionais.

De forma geral, as marcas oferecem aos consumidores, experiências únicas, sendo necessário planejar adequadamente as ações com base no público-alvo e suas necessidades e expectativas. O intuito é obter benefícios tanto emocionais quanto funcionais, aproximar cliente e marca; assim, o uso dessa estratégia contribui de várias formas com a empresa e seu relacionamento com o consumidor, sendo uma estratégia competitiva (SARQUIS; MORAIS; CASAGRANDE, 2015).

A internet possibilita a exposição de informações de maneira ilimitada. No mundo contemporâneo, o ambiente digital já faz parte do cotidiano dos indivíduos em praticamente todos os campos de atividade, apontando assim para uma nova estrutura sociocultural. A interatividade proporcionada pela inserção de dispositivos tecnológicos tem se tornado bastante relevante e vem modificando as características das interações (SILVA; KNOLL, 2017).

Brandão (2011, p. 3) destaca que:

> O impacto da tecnologia digital também atingiu em cheio as empresas. A maneira de fazer negócios está mudando com o desenvolvimento tecnológico. Na Internet, as empresas têm um espaço virtual em que podem atender aos seus clientes. Mais do que isso, toda a estrutura de uma empresa pode mudar com a atuação digital, da logística à comunicação. Se antes uma loja, em um ponto de venda real, requeria uma localização nobre, este valor deixa de ter importância na rede. O fator "proximidade" deixa de existir: agora, o consumidor está a mesma distância de uma empresa e todas as suas concorrentes - apenas um clique. Dentro deste contexto, outros valores emergem. A possibilidade de troca de informações que a Internet proporciona cria outro valor de importância determinante no novo cenário empresarial: o relacionamento com os clientes (BRANDÃO, 2011, p. 3).

Verifica-se que a tecnologia está presente na rotina do ser humano em diversas atividades, seja profissionalmente, nos estudos ou nas suas relações sociais. A mesma vem se atualizando com o passar do tempo, sendo reconstruída diversas vezes, assim, torna-se essencial que os indivíduos e empresas aprendam a conviver com essas transformações. A tecnologia da informação, sobretudo, trouxe diversas vantagens, uma vez que proporcionou uma melhoria no modo de comunicar-se e transmitir informações (FERREIRA; FERREIRA, 2018).

O percentual de usuários da internet no Brasil passou de 2,87%, no ano de 2000, para 45% no ano de 2011. No ano de 2012, constatou-se que mais de 50 milhões de brasileiros tinham acesso à internet. Esse percentual de usuários frequentes, apesar de inferior ao de alguns dos países europeus, é relativamente alto, tendo em vista a grande população que reside no Brasil (KINDER, 2012).

As tecnologias de comunicação e informação vêm evoluindo com o passar do tempo, proporcionado uma conexão cada vez maior com diferentes indivíduos, em diferentes lugares, fornecendo a eles informações sobre qualquer assunto de interesse. Nos dias de hoje, o acesso à internet se popularizou, as pessoas possuem as informações na palma das mãos através da tecnologia móvel, juntamente as ferramentas de busca têm sido melhoradas. Alcança-se um novo nível comunicativo, no qual os dados são transmitidos rapidamente aos indivíduos. Com isso, a competitividade de mercado vem se tornando cada vez maior, os consumidores têm acesso a diversos tipos de produtos ao mesmo tempo, fazendo com que sua tomada de decisão se baseie em detalhes mínimos. Estabelece-se então, a necessidade de adaptação por parte das empresas a essa nova cultura social (OKADA; DE SOUZA, 2011).

Silva e Knoll (2017, p. 104) destacam que:

> O mercado está se adaptando aos poucos a essas mudanças em relação ao consumidor, pois nem todos conseguem entender o que seus clientes desejam. Assim, a importância do relacionamento com cliente e a escolha da mídia social adequada ao tipo de serviço que a empresa desenvolve poderá facilitar o uso das estratégias relacionadas ao marketing digital. No ambiente virtual, é o interesse do cliente pelo assunto que ativa a comunicação e não mais o interesse da empresa em fazer com que ele conheça o seu produto (SILVA; KNOLL, 2017).

Tem-se então que a internet se tornou grande aliada das empresas, consolidando-se como uma mídia efetiva que pode levar à necessidade de estimular a marca e os produtos. Dessa forma, estabeleceu-se sobre o marketing, a necessidade de impulsionar as vendas por esse meio de comunicação, aprimorando o relacionamento entre empresa e consumidor, estimulando boas experiências, aumentando a demanda e maximizando os resultados da organização (SANTOS E SILVA, 2010).

No mercado on-line, o marketing pode atuar na propagação de novos produtos, na conquista de novos mercados, entre outros. O Marketing Digital pode ser realizado através de publicações em sites de busca, e-mails, blogs, redes sociais, etc. É uma ferramenta que permite o direcionamento do cliente ao produto de forma ágil (SOUZA; OLIVEIRA, 2016).

De Mendes (2017, p. 14) também discorre sobre o surgimento e o objetivo do Marketing Digital, como:

> Surge então o marketing digital como um meio de ações para possibilitar de forma estruturada e orientada os métodos de comunicação realizados pelas empresas, onde se conseguem, através da internet, novos caminhos para a divulgação de produtos e serviços, abrindo oportunidade para a expansão do negócio, angariação de clientes, aumento da visibilidade e interatividade, bem como o aumento da sua rede de relacionamentos (...) O foco do marketing digital não se centra apenas no uso das tecnologias. Vai muito para além disso. O grande e principal objetivo passa por perceber as pessoas, utilizando para tal essa tecnologia. É fundamental perceber como os potenciais clientes utilizam os meios digitais e como se deve rentabilizar essa informação para interagir de forma eficaz (MENDES, 2017, p.14).

O marketing digital, conforme dito, é resultado de uma união entre o marketing e a internet, que possibilitou uma comunicação mais interativa, que aprimora as formas que as organizações possuem de alcançar seu público-alvo. Sua utilização consiste na criação de web sites, na inclusão de propagandas em sites de busca, notícias, etc.; em estratégias relacionadas aos envios de e-mail de marketing, evitando o envio de spam; criação de comunidades em redes sociais; entre outros (SANTOS E SILVA, 2010).

3 METODOLOGIA

Este artigo foi desenvolvido utilizando metodologia de pesquisa bibliográfica que consiste na consulta de material científico já publicado por diferentes autores, em diferentes fontes, que estejam disponíveis ao público. Os materiais que podem ser consultados nesta metodologia podem ser livros, artigos científicos, jornais, revistas, teses, artigos encontrados em bases on-line, entre outros. O objetivo da metodologia de pesquisa bibliográfica é permitir que o autor se aproxime do tema escolhido, colhendo informações de diversas fontes e criando sua discussão e base teórica a partir delas. O papel do autor é selecionar os artigos que se relacionam com o tema, verificar as informações apresentadas e evidenciar semelhanças e diferenças, construindo material para sua elaboração (PRODANOV; FREITAS, 2013).

A pesquisa bibliográfica serve como base para diversos outros tipos de estudo, pois, toda sondagem precisa partir de uma construção teórica. Sendo assim, para a realização deste trabalho, foram selecionados artigos pertinentes ao tema escolhido, procurados através das palavras-chave e analisados a fim de identificar quais eram mais adequados. Aqueles artigos identificados como fora do tema foram descartados; é importante que os textos pesquisados sirvam como base de sustentação as ideias apresentadas. Após a seleção dos artigos, foi elaborada a base teórica e discussão a partir das informações apresentadas pelos autores citados. A pesquisa bibliográfica precisa ser realizada em uma linguagem que permita que o trabalho seja acessível tanto para a comunidade científica quanto para o público (PRODANOV; FREITAS, 2013).

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Conforme o que se observou ao longo do trabalho, o uso do marketing sensorial é possível nas mídias digitais, pois pode-se explorar os sentidos como visão e audição, bem como pode-se utilizar demais recursos que promovam a aproximação emocional do cliente com o conteúdo apresentado. Neste sentido, é importante debater a respeito de uma importante ferramenta digital cada vez mais utilizada para o marketing: o Instagram, especificamente, os *stories.*

O Instagram é uma rede social que permite o compartilhamento de fotos e vídeos, podendo ser acessada tanto pelo computador quando pelo celular, embora o uso pelo aplicativo de celular seja o mais popular e também o mais indicado. A rede apresenta um potencial muito alto de investimento, já que cresce cerca de 23% ao ano, muito mais do que outras redes sociais (SPINA, 2016).

Na plataforma comercial, o Instagram apresenta importantes informações para empresas, como gênero, faixa etária, localização dos seguidores, bem como os horários que apresentam maior fluxo de acessos. Tais informações são valiosas para promover ações de marketing (LICHTENHELD; DUARTE, BORTOLON, 2018).

No uso do *stories* é possível cativar o cliente de forma a, por exemplo, transmitir a energia de

se participar de um evento, mostrando uma festa com muitas cores, movimento, música animada; este tipo de vídeo curto acaba influenciando o consumidor, especialmente se utilizam-se cores específicas para cativar determinado sentimento que pode ser escolhido, de acordo com as necessidades da empresa (LICHTENHELD; DUARTE, BORTOLON, 2018).

Cada sentido humano pode ser utilizado como base para o desenvolvimento de diferentes experiências sensoriais para os clientes, e as estratégias de marketing sensorial, frequentemente, englobam o uso de qualquer estímulo que seja baseado nos sentidos humanos. A intenção é promover uma experiência única emocional, impactante. Os elementos sensoriais que podem ser utilizados nestas estratégias são: visão, com formas, espaço físico, cor, iluminação, símbolos visuais, imagens; a audição com som, músicas, ritmos; o olfato com cheiros; paladar com sabor; e o toque, com texturas, temperaturas, pressão (SARQUIS; MORAIS; CASAGRANDE, 2015).

Considerando que as mídias digitais são uma das principais formas de alcançar os clientes atualmente, é importante pensar de que maneira o marketing sensorial pode ser utilizado neste contexto, visto que os clientes não podem sentir ou tocar o produto por este meio, por exemplo. Assim, uma das estratégias é utilizar os recursos dessas mídias a fim de oferecer as experiências diferenciadas como, por exemplo, uma descrição detalhada e criativa; o investimento em recursos visuais; atenção na experiência do usuário; e o atendimento humanizado. Assim, tem-se várias possibilidades de alcançar o cliente, oferecer para ele uma oportunidade diversificada mesmo que através de uma tela.

O uso de recursos visuais, por exemplo, é um dos principais componentes do marketing sensorial e suas estratégias, e é totalmente possível oferecer experiências únicas para os clientes por meio das mídias digitais com imagens, vídeos bem produzidos. O recurso visual permite compreender pelos olhos diferentes formas, cores, dimensões, iluminação; então uma das estratégias do marketing sensorial nas mídias digitais é utilizar-se deste recurso (GOBÉ, 2001).

Outro recurso totalmente possível é o uso da audição, ou seja, os estímulos auditivos que envolvem a capacidade de perceber sons; os sons são ótimos estímulos para ativar circuitos emocionais e causar respostas positivas nos clientes. É possível utilizar sons, ritmos e músicas como formas de afetar a percepção do consumidor sobre o serviço, produto ou marca. Segundo Sarquis, Moraes e Casagrande (2015, p. 8), “o consumidor atribui significado ao som e costuma projetar sensações/imagens, mesmo quando não enxerga o emissor”.

Então, quando se trata de mídias digitais, é importante e possível investir nestes dois sentidos, além de outras ferramentas que possam oferecer uma experiência de compra diferenciada. Um layout agradável, fácil, o atendimento humanizado, páginas personalizadas, tudo que possa fazer com que o cliente se sinta próximo da marca, ou que perceba nitidamente a diferença entre fazer compras ali ou em outro site de outra marca.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com o que foi observado ao longo do trabalho, o marketing se trata de uma das ferramentas mais importantes para empresas que desejam investir não somente em aumento das vendas, mas na relação com seus clientes. Assim, o avanço tecnológico tem aumentado a possibilidade de as empresas utilizarem diferentes recursos para oferecerem aos clientes experiências de compra únicas.

Assim, o marketing sensorial se destaca como uma importante estratégia que permite que o cliente tenha uma experiência diferenciada, emocional e uma conexão com a marca por meio do estímulo de seus sentidos. Considerando que, cada vez mais, os clientes desejam praticidade no processo de compra, as mídias digitais têm sido amplamente utilizadas, especialmente no que se refere a compras e buscas de produtos on-line.

Nesse sentido, é importante que as marcas desenvolvam estratégias para adaptar o uso de marketing sensorial nas mídias digitais. É possível concluir que dois sentidos podem ser muito bem explorados nestas mídias: visão e audição. Mas as marcas não devem se limitar a isso, o oferecimento de uma experiência única que envolva emoção e aproximação do cliente pode ser alcançado com a adaptação das páginas, oferecimento de uma experiência de usuário única no site, atendimento personalizado e humanizado, entre outras possibilidades.

A primeira imagem usada no artigo foi retirada de um banco de imagens pago, e foi feita em

uma padaria brasileira. Essa foto foi colocada na sequência da pesquisa com o intuito de conseguir ativar uma parte do cérebro, chamada de lóbulo occipital, na qual se processam estímulos visuais captados pelos olhos, que interpretam informações por meio de comparações, seleção e integração. Está ligada também à memória visual, quando se lê um livro, por exemplo.

Figura 1 - Foto de uma padaria

Fonte: Depositphotos, 2019

Nos seguintes *stories* foram feitos *flayers* interativos com comidas diferentes. A primeira feita com cores mais fortes, com uma frase de efeito, figura de uma coxinha, típico prato brasileiro, bem apetitosa e uma promoção. Na segunda imagem, foram utilizadas imagens menos chamativas, apenas uma frase que condizia com o tempo da época que se encontrava frio. A cor escura remete a palavra não, medo e profundidade, dessa maneira afastando a pessoa a escolher. A foto da pizza sem muitos efeitos, pela metade e sem ofertas.

Figura 2 - *Flayer* de comidas.

Fonte: Elaborado pelo autor.

Por fim, foram deixados dois *stories* de pesquisa para que os participantes escolhessem qual *flayer* agradou mais, com um sistema de votação e um com uma pergunta do motivo da escolha.

Desta maneira é demonstrado como construir uma estratégia dentro das redes sociais.

Figura 3 - Pesquisa *stories* do *instagram.*

Fonte: Elaborado pelo autor.

Assim é possível adaptar o marketing sensorial às mídias digitais, oferecendo ao cliente uma experiência de compra única, diferenciada, que permita uma relação emocional e profunda do cliente com a marca ou produto, o que favorece a compra e a fidelidade pela identificação do cliente com as experiências vivenciadas por ele naquele ambiente, mesmo que seja on-line. No momento atual de pandemia em que vivemos, as mídias sociais estão sendo a forma mais segura de alcançar os clientes. Então é primordial aderir a novas estratégias de comércio, sem deixar de conservar relacionamentos afetivos.

REFERÊNCIAS

ACEVEDO, C. R. **Os efeitos do marketing sensorial sobre a experiência de compra do consumidor no ponto de venda.** Semana Acadêmica, 2016. Disponível em: https://semanaacademica.org.br/system/files/artigos/os_efeitos_do_marketing_sensorial_sobre_a_experiencia_de_compra_do_consumidor_no_ponto_de_venda.pdf. Acesso em: 01 set. 2020.

AMERICAN MARKETING ASSOCIATION (AMA). Chicago, 1935 – 2018. Disponível em: https://www.ama.org/academics/Pages/ARC-Home.aspx. Acesso em: 01 set. 2020.

DE MENDES, M. C. **Estratégias de marketing digital nas empresas B2B** - Americana S. A. (Relatório de Estágio de Mestrado) Instituto Politécnico de Leiria, Leiria, mar. 2017.

DEPÓSITPHOTOS. **Figura de uma padaria**. Disponível em: https://br.depositphotos.com/. Acesso em: 25 set. 2020

FERREIRA, J. B.; FIGUEIREDO FERREIRA, M. A utilização do marketing digital em uma empresa prestadora de serviços. **Revista da Universidade Vale do Rio Verde**, v. 16, n. 2, p. 1-12, ago./dez. 2018. Disponível em: http://periodicos.unincor.br/index.php/revistaunincor/article/view/4626. Acesso em: 30 ago. 2020

FIGURA 2. **Figura de comida**. Elaborado pelos próprios autores. 2019.

FIGURA 3. **Pesquisa de stories no Instagram**. Elaborado pelos próprios autores. 2019

FREDERICO, E. 2008. O que é marketing**. Revista Antenna Web,** v. 1, n. 4, p. 1-8. Disponível em:

http://www.antennaweb.com.br/edicao4/. Acesso em: 01 set. 2020.
KUNSCH, M. M. K. **Obtendo resultados com relações públicas**. 2. ed. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2006.

LARENTIS, F.; SLONGO, L. A. Relacionamento em canais de marketing como fonte de vantagem competitiva sustentável: um estudo com fabricantes de móveis e lojas exclusivas. **Revista de Administração-RAUSP**, v. 43, n.3, p. 209-223, 2008. Disponível em: http://www.spell.org.br/documentos/ver/4411/relacionamento-em-canais-de-marketing-como-fonte-de-vantagem-competitiva-sustentavel--um-estudo-com-fabricantes-de-moveis-e-lojas-exclusivas. Acesso em: 01 set. 2020.

LICHTENHELD, A. F.; DUARTE, C. V.; BORTOLON, A. **O Instagram como estratégia de marketing digital:** uma pesquisa ação na Wood Lanches. 2018. Disponível em: https://multivix.edu.br/wp-content/uploads/2018/12/o-instagram-como-estrategia-de-marketing-digital-uma-pesquisa-acao-na-wood-lanches.pdf. Acesso em: 01 set. 2020.

LOVELOCK, C; WIRTZ, J; HEMZO, M. **Marketing de serviços.** 7.ed. São Paulo: Pearson Education, 2011.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. **Metodologia do trabalho científico:** métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2 ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013. Disponível em: https://www.feevale.br/institucional/editora-feevale/metodologia-do-trabalho-cientifico---2-edicao. Acesso em: 01 set. 2020.

SANTOS E SILVA, W. F**. Marketing digital:** um estudo de caso sobre a utilização de um guia comercial. 22f. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Administração de Empresas) - Centro Universitário de Brasília - UNICEUB, Brasília, 2010. Disponível em: https://repositorio.uniceub.br/jspui/bitstream/235/10087/1/20751069.pdf. Acesso em: 15 ago. 2020.

SARQUIS, A. B.; MORAIS, A. A. A.; CASAGRANDE, J. Marketing sensorial na comunicação de marca: um ensaio teórico. **Revista Brasileira de Gestão e Inovação**, v. 2, n. 3, p. 1-22, 2015. Disponível em: < https://www.researchgate.net/publication/300522698_MARKETING_SENSORIAL_NA_COMUNICACAO_DE_MARCA_UM_ENSAIO_TEORICO_SENSORY_MARKETING_IN_THE_BRAND_COMMUNICATIONS_A_THEORETICAL_ESSAY. Acesso em: 01 set. 2020.

SILVA, E. F. P.; KNOLL, G. F. Análise da presença digital de uma empresa produtora de eventos. **Disciplinarum scientia** - Série: Artes, Letras e Comunicação, Santa Maria, v. 18, n. 1, p. 101-114, 2017. Disponível em: https://periodicos.ufn.edu.br/index.php/disciplinarumALC/article/view/2449/0. Acesso em: 30 jul. 2020.

SOARES, M. M. **Implementação da estratégia de marketing sensorial**: uma abordagem empírica. 2013.110f. Dissertação (Mestrado em Ciências Econômicas e Empresariais) -Universidade dos Açores, p. 09-14. Ponta Delgada, 2013. Disponível em: https://repositorio.uac.pt/bitstream/10400.3/2863/1/DissertMestradoMelindaMeloSoares2013.pdf. Acesso em: 01 set. 2020.

SOUZA, C. H. B.; OLIVEIRA, T. D. Marketing digital: estudo das principais estratégias para as empresas inseridas no mercado on-line. Vianna Sapiens - **Revista das Faculdades Integradas Vianna Júnior**, Juiz de Fora, v. 7, n. 1, p. 316-329, jan./jun. 2016. Disponível em: www.viannasapiens.com.br›revista›article›download. Acesso em: 15 ago. 2020

SPINA, F. **Como fazer mídia paga para inbound marketing**. 2016. Disponível em: https://resultadosdigitais.com.br/blog/como-fazer-midia-paga-inbound-marketing/. Acesso em: 01 set. 2020.

ANÁLISE COMPARATIVA DOS IMPACTOS DA EXPOSIÇÃO EXCESSIVA DE UNIVERSITÁRIOS BRASILEIROS E PORTUGUESES ÀS REDES SOCIAIS

COMPARATIVE ANALYSIS OF THE IMPACTS OF EXCESSIVE EXPOSURE OF BRAZILIAN AND PORTUGUESE UNIVERSITIES TO SOCIAL NETWORKS

Psicologia, Saúde e Desenvolvimento

PRADO, Ana Paula dos Santos
Bacharel em Direito UNIFEV, mestranda em Educação UEMS/Paranaíba, graduanda em Curso de Psicologia, PIBIC/UNIFUNEC, anapaula.educaon@gmail.com

SOUZA, Regina Maria de
Economista IE/UFU, mestre e doutora em Serviço Social UNESP/Franca, docente do Centro Universitário de Santa Fé do Sul/SP, rgeconomia@gmail.com

Resumo

O acesso cada vez mais fácil à tecnologia vem produzindo efeitos inegáveis em todos os domínios da vida. O uso excessivo da mídia eletrônica, gera um excesso de informações que produz diversas consequências cerebrais. Mais especificamente a internet tem produzido modificações nas estruturas cerebrais dos jovens, que são responsáveis, entre variadas funções, pelo processamento cognitivo de informações. Destaque-se também uma importante alteração em direção às formas mais superficiais de funcionamento mental, caracterizadas pelo que se denomina de escaneamento rápido, além de mudanças expressivas nas funções de contemplação e de consolidação de memória. Diante destas questões o objetivo deste projeto é realizar um estudo comparativo sobre os impactos da exposição excessiva às redes no comportamento de universitários portugueses e brasileiros. A pesquisa será realizada por meio de entrevista semiestruturada aplicada para os universitários de uma instituição de ensino superior em cada país. Entenda-se ainda, que a troca de informação assumiu formas cada vez mais rápidas e mais reduzidas nos jovens pertencentes às novas gerações, o que levou à criação do que se denomina de "cognição digital", isto é, a utilização das novas e recém-criadas habilidades de funcionamento mental que são expressivamente distintas daquelas de gerações que não utilizaram os dispositivos eletrônicos de hoje. Está cada vez mais claro que esses recursos, quando usados em excesso, não promovem um avanço das habilidades cerebrais. É latente também entre jovens universitários a dependência de celulares, a intensificação do fenômeno do *sexting*, a intensificação da dependência de internet e a dificuldade de lidar com os problemas e frustrações cotidianas.

Palavras-chave: Dependência de internet. Habilidades cerebrais. Universitários. Cognição.

Abstract

The increasingly easy access to technology has had undeniable effects in all areas of life. The excessive use of electronic media generates an excess of information that produces several brain consequences. More specifically, the internet has produced changes in the brain structures of young people, who are responsible, among various functions, for the cognitive processing of information. Also noteworthy is an important shift towards more superficial forms of mental functioning, characterized by what is called fast scanning, in addition to significant changes in the functions of contemplation and memory consolidation. In view of these issues, the objective of this project is to carry out a comparative study on the impacts of excessive exposure to networks on the behavior of Portuguese and Brazilian university students. The research will be conducted through semi-structured interviews applied to university students at a higher education institution in each country. It should also be understood that the exchange of information took on increasingly faster and reduced forms in young people belonging to new generations, which led to the creation of what is called “digital cognition”, that is, the use of new and newly - mental functioning skills are created that are significantly different from those of generations that have not used today's electronic devices. It is increasingly clear that these resources, when used in excess, do not advance brain skills. Cellular dependence is also latent among young university students, the intensification of the sexting phenomenon, the intensification of internet dependence and the difficulty of dealing with everyday problems and frustrations.

Keywords: Internet addiction. Brain skills. College students. Cognition.

INTRODUÇÃO

A questão central que se coloca como problema de pesquisa é: Verifica-se, no contexto atual, um uso excessivo e patológico de mídias interativas entre jovens universitários, ocasionando compulsão e dependência?

O uso da internet e mais especificamente das redes sociais disponibiliza um ambiente altamente estimulante e recompensador, pois proporciona acesso fácil a um conjunto de atividades e não requer presença física. Para os adolescentes e jovens universitários, esse é um ambiente extremamente sedutor. Os mesmos permanecem conectados por períodos cada vez mais longos porque desejam estar a par de tudo o que diz respeito ao mundo virtual. Dessa forma, sempre vigilantes, recebem cada notícia (esperada ou não) que aparece em sua página do Facebook, Twitter, Instagram, *blogs*, frequentemente dando maior magnitude emocional às situações da vida *online* do que às experiências da vida real, como os conteúdos ministrados em sala de aula.

Tal processo de reforço contínuo torna muito ativa a recompensa dos mecanismos cerebrais o tempo todo, o que perpetua e revigora os comportamentos de conexão imperativa, muitas vezes podendo levar ao surgimento de comportamentos compulsivos, aumentando, por exemplo, a prevalência de transtornos psíquicos.

A cognição, bem como o funcionamento mental, nos adolescentes é treinada

de maneira diferente, e eles exibem traços e características de funcionamento que são muito diversos daqueles das gerações anteriores. As consequências devem ser avaliadas no longo prazo, pois mesmo que ganhem mais foco, rápida tomada de decisão, capacidade de multitarefa, tais habilidades mentais nem sempre se traduzem em melhor qualidade de funcionamento.

DESENVOLVIMENTO EMOCIONAL E SUPEREXPOSIÇÃO ÀS REDES SOCIAIS

Cabe considerar que a maturidade de uma pessoa, grupo ou sociedade ocorre principalmente por meio dos relacionamentos verticais que desenvolvem com pessoas de todas as idades e graus de escolaridade e dos exemplos de pessoas mais velhas a quem somos expostos, como pais e outros parentes, professores, empregadores e líderes. Nessa perspectiva, o desconforto do que é desconhecido para indivíduo, cria a possibilidade de pensar de maneira diferente, tendo em vista que o amadurecimento ocorre quando as a convicções do indivíduo são confrontadas. O que leva ao questionamento sobre as pessoas da geração digital: Elas têm a chance de viver todo esse processo ou elas serão poupadas? (YOUNG; ABREU, 2019).

De fato, a internet incentiva os jovens a assumirem um modelo mais horizontal de comunicação, exposição e troca. Assim, a geração digital tem experimentado uma profunda imersão com pessoas que têm interesses semelhantes e afinidades, convivendo em um ambiente altamente customizado que, cada vez mais, espelha seus valores pessoais ou do grupo, o que os torna mais impermeáveis ao conhecimento que reside fora de sua bolha (PARISER; HELSPER, 2011).

As alterações que ocorrem no cérebro, desencadeadas pelas novas interações, também são a causa-raiz da compreensão cognitiva do mundo pelos adolescentes e jovens (FUENTES et al, 2014).

A geração atual está envolvida em um ambiente muito customizado, podendo-se notar que as informações que estão fora desse modelo são naturalmente filtradas ou bloqueadas. Dessa forma, esses jovens provavelmente não são incomodados por coisas que não lhes agradam, já que eles acessam somente as redes sociais, sites e aplicativos que chamam sua atenção, recebendo atualizações de conteúdo sobre informações com as quais se importam e participam de grupos sobre assuntos que lhes interessam. Ou seja, participam do que os estimula e evitam o que não lhes dá satisfação.

Emerge o risco de se tornarem uma geração fechada em seu próprio mundo, concentrada em seus próprios valores, com pouca consciência e uma visão estreita do mundo (COLL; MONEREO, 2010).

Ressalte-se ainda que a exposição às mídias modernas, redes sociais e aplicativos contidos em celulares também está associada a aumento da obesidade, problemas de sono, oscilações de humor, comportamentos agressivos e comportamentos ligados à falta de atenção nas aulas e o empobrecimento do vocabulário.

Embora os efeitos a longo prazo permaneçam ainda desconhecidos, os efeitos a curto prazo são considerados preocupantes, principalmente em relação às funções executivas desenvolvidas pelo cérebro, demandando atenção e estudo (YOUNG; ABREU, 2019).

Pode-se mencionar, por exemplo, a emergência da ansiedade. Stallard (2010) menciona que os sintomas de transtornos de ansiedade específicos são moldados pelos desafios sequenciais do desenvolvimento nos processos cognitivo, comportamental e social. O autor destaca ainda a existência de comorbidades como a depressão e o abuso de substâncias psicoativas.

Young e Abreu (2011) afirmam que ao se envolverem em situações de risco, os adolescentes mostram um comportamento arriscado, destemido e agressivo, que é determinado pela plasticidade das redes que ligam as regiões cerebrais. Os referidos comportamentos ousados não devem ser entendidos pelos adultos como o resultado de insensatez, rebeldia ou decorrência indireta de problemas comportamentais ou emocionais. De modo efetivo, verdade, tais ações podem ser mais bem compreendidas como derivadas de um raciocínio de curto alcance, ou seja, decorrentes de um processo ainda inacabado de maturação cerebral. O cérebro não amadurece ao se expandir, mas ao intensificar a interconectividade de seus diferentes componentes.

O processo de maturação cerebral ocorre por meio de um aumento exponencial do processo de mielinização (ou de comunicação) entre os diferentes grupos neuronais, tornando o jovem mais apto à realização de atividades distintas, com maior grau de complexidade e função, à medida que o tempo passa. Isso ocorre principalmente naquelas regiões cerebrais envolvidas no julgamento, nas interações sociais e no planejamento de longo prazo, funções vitais para um melhor bem-estar individual e social (MALLOY-DINIZ et al, 2016).

Ao longo do tempo, ocorre o processo de regulação emocional. Enquanto as conexões aumentam em virtude da execução repetida de um conjunto de comportamentos, novas possibilidades de amadurecimento cerebral começam a aparecer. O sistema límbico, que está em atividade desde os primeiros dias de vida, é responsável pelo funcionamento emocional, além de intermediar as funções de aprendizado e de memória, cria um cenário emocional para as experiências do adolescente, mostrando para o organismo, por meio das emoções, as situações de ameaça e de perigo provenientes do meio ambiente e que, transmitidas pelas emoções, preparam o organismo para a ação.

Dessa forma, a amígdala assume o comando no disparo das emoções (medo, tristeza e raiva), capacitando, então, o organismo para os comportamentos de luta ou fuga, ao conferir uma maior habilidade de ação no entorno ambiental.

Tal mecanismo primitivo de funcionamento emocional estimula os adolescentes a deixarem para trás o conforto da família para buscarem novos ambientes, o que ocasiona a competitividade entre os membros de um mesmo grupo. Nessa tentativa de explorar e se diferenciar, os adolescentes compartilham tudo nas redes sociais, onde estão e o que estão fazendo, vestindo ou comendo e até sua opinião sobre qualquer coisa (FUENTES, 2014)

Os comportamentos referidos, contribuem para o surgimento de uma geração incapaz de compreender o mundo além de seus desejos e necessidades.

METODOLOGIA

Para o desenvolvimento deste trabalho foi utilizada a abordagem de pesquisa qualitativa que segundo Creswell (2010) é um meio para explorar e para entender o significado que os indivíduos ou os grupos atribuem a um problema social ou humano. O processo de pesquisa envolve as questões e os dados coletados no ambiente do participante, a análise dos dados indutivamente construída a partir das particularidades para os temas gerais e as interpretações feitas pelo pesquisador acerca do significado dos dados.

No que concerne ao método, neste artigo foi utilizado o método dedutivo, que segundo Volpato (2013) consiste na elaboração de ideias, teses e hipóteses, com a posterior coleta de dados para teste dessas conjecturas. Coletados os dados de que trata a pesquisa, os mesmos foram analisados, sendo obtidas as generalizações possíveis.

A ocorrência e verificação de fatos, embasou a interpretação da realidade. A observação apoiará a teoria, particularmente pelo caráter inusitado das informações que serão obtidas por meio de aplicação de entrevista semiestruturada.

A pesquisa de que é alvo este projeto realizou uma comparação entre os resultados obtidos junto a adolescentes e jovens universitários brasileiros e portugueses, que serão confrontados com as categorias teóricas selecionadas, a fim de se abstrair as semelhanças e diferenças existentes entre as informações obtidas (CRESWELL, 2010).

O presente projeto também foi fundamentado por meio de literatura acadêmica sobre a temática, o que proporcionará uma estrutura para estabelecer a importância do estudo e também uma referência para comparar os resultados obtidos (CRESWELL, 2010).

No que concerne à amostra, esta foi calculada por meio de procedimentos estatísticos, a partir do total de alunos matriculados nos cursos de graduação do Instituto Politécnico de Leiria-Portugal e do Centro Universitário de Santa Fé do Sul-Brasil no ano de 2020, tendo referência os procedimentos preconizados por Gil (1990):

$$n = \frac{0^2 \times p \times q \times N}{e^2 \times (N - 1) + 0^2 \times p \times q}$$

No que concerne às variáveis fundamentais foram delimitadas aquelas que se referem aos caracteres básicos do que se investiga: idade, sexo, acesso à internet e redes sociais, comportamentos cotidianos, aspectos das relações interpessoais e afetivas, já que segundo Trivinos (2009) são as variáveis que dimensionam o campo que se investiga.

Os dados foram obtidos por meio da aplicação de entrevista semiestruturada, que combina perguntas fechadas (ou estruturadas) e abertos, em que o entrevistado tem a possibilidade de discorrer o tema proposto, sem respostas ou condições prefixadas pelo pesquisador (MINAYO, 1998).

RESULTADOS

Os adolescentes e jovens universitários brasileiros e portugueses apresentam um grau significativo de dependência da internet e fundamentalmente das redes sociais, o que tem modificado o seu padrão de comportamento. A superexposição à informação, modifica os padrões de memória e atenção, impactado em sua cognição, aprendizado e padrões de sono.

A prática do *sexting* tem se convertido em uma forma de expressão da sexualidade entre jovens e adolescentes. Por meio das redes sociais e dos aplicativos, manifestam a sua sexualidade, produzindo e compartilhando imagens de nudez e sexo. Tal prática envolve mensagens eróticas e insinuações sexuais, que substituem e empobrecem as relações afetivas. Também se constitui em um recurso utilizado por adolescentes e jovens que enfrentam problemas com a própria imagem e que preferem o anonimato ou a distância proporcionada pelo aparato digital.

A necessidade da interação entre membros da mesma espécie, inclui, como elemento-chave, a comunicação entre indivíduos. Essa comunicação é necessária para o bem-estar e para a sobrevivência. Nas espécies mais avançadas, o altruísmo, a defesa de ideais comuns e as emoções coletivas são parte da memória e da intercomunicação. Os homens procuram laços, geralmente culturais ou de afinidades e, com base nas memórias comuns, são formados os grupos. Diante do fenômeno da intensificação das relações virtuais entre adolescentes e jovens universitários, as relações interpessoais e a convivência cotidiana são substituídas por relações customizadas e pelo isolamento virtual, causando a intensificação do adoecimento psíquico, potencializando a ansiedade, a depressão e o sentimento de impotência frente à realidade, assim como o aumento do uso de psicofármacos.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO AMERICANA DE PSICOLOGIA. **Manual diagnóstico e estatística de transtornos mentais-** DSM-5. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.

BARLOW, D. H. (Org.). **Manual clínico dos transtornos psicológicos**: tratamento passo a passo. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2016.

COLL, C.; MONEREO, C. **Psicologia da Educação Virtual**: Aprender e Ensinar com as Tecnologias da Informação e da Comunicação. Porto Alegre: Penso, 2010.

CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa**: métodos qualitativo, quantitativo e misto. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.

DALGALARRONDO, P. **Psicopatologia e Semiologia dos Transtornos Mentais**. 3. ed. Porto alegre: Artmed, 2019.

FUENTES, D. et al. **Neuropsicologia teoria e pratica.** 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.

IZQUIERDO, I. **Memória** . 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2018.

MALLOY-DINIZ, L. F. et al. (Org.). **Neuropsicologia: aplicações clínicas**. Porto

Alegre: Artmed, 2016.

MINAYO, M. C. S. O desafio da pesquisa social. In: MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa Social:** teoria, método e criatividade. 29. ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 5. ed. São Paulo; Rio de Janeiro: Hucitec; Abrasco, 1998.

PARISER, E.; HELSPER, E. **The filter bubble**: What the Internet is hiding from you. London, UK: Viking/ Penguin, 2011. Disponível em: http://www.lse.ac.uk/assets/richmedia/channels/publicLecturesAndEvents/slides/20110620_1830_theFilterBubble_sl.pdf. Acesso em: 25 out. 2019.

SHAUGHNESSY, J. J. ; ZECHMEISTER, E. B.; ZECHMEISTER, J. S. **Metodologia de Pesquisa em Psicologia**. 9. ed. Porto Alegre: AMGH, 2012.

STALLARD, P. **Ansiedade:** Terapia Cognitivo Comportamental para crianças e jovens. Porto Alegre: Armed, 2010.

VOLPATO, G. **Ciência**: da filosofia à publicação. 6. ed. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2013.

YOUNG, K.; ABREU, C. N. **Dependência de internet em crianças e adolescentes:** fatores de risco, intervenção e tratamento. Porto Alegre: Artmed, 2019.

YOUNG, K.; ABREU, C. N. **Dependência de Internet**: Manual e Guia de Avaliação e Tratamento. Porto Alegre: Artmed, 2011.

Análise da política pública do turismo no contexto da aglomeração urbana de Franca

ANALYSIS OF THE PUBLIC POLICY FOR TOURISM IN THE CONTEXT OF THE URBAN AGGLOMERATION IN FRANCA

Área 1: Desenvolvimento Social e Políticas Públicas
1.1 Desenvolvimento Regional e Local

SILVA, Lucas Froner de Oliveira
Centro Universitário Uni-FACEF
Bacharel em Administração
adm.lucasfroner@gmail.com

CÂMARA, Naiá Sadi
Centro Universitário Uni-FACEF/Unaerp
Doutora em Linguística e Língua Portuguesa
naiasadi@gmail.com

Resumo

A aglomeração urbana de Franca foi criada em 2018 pelo Governo do Estado de São Paulo para implementação das funções públicas de interesse comum no sentido de fomentar políticas públicas nesta região. Os dezenove municípios integrantes da aglomeração urbana de Franca: Aramina, Buritizal, Cristais Paulista, Franca, Guaíra, Guará, Igarapava, Ipuã, Itirapuã, Ituverava, Jeriquara, Miguelópolis, Patrocínio Paulista, Pedregulho, Restinga, Ribeirão Corrente, Rifaina, São Joaquim da Barra e São José da Bela Vista, formam um agrupamento territorial contínuo, apresentando limites comuns e relações de integração funcional de natureza socioeconômica e manifesta tendência de continuidade urbana entre grupos de municípios. Este artigo tem por objetivo geral analisar a política pública do turismo no contexto da aglomeração urbana de Franca, a fim de verificar se objetivos do Estado e dos Municípios que integram a aglomeração urbana de Franca estão em conexão de prioridades de interesse regional. Os resultados a partir da análise dos convênios de repasse por parte do Estado de São Paulo, demonstram uma implementação da política pública do Turismo ocorre de maneira desconexa, tendo em vista, a criação ou alteração de regiões e investimentos não regionalizados.

Palavras-chave: política pública, turismo, aglomeração urbana.

Resume

The urban agglomeration of Franca was created in 2018 by the Government of the State of São Paulo to implement public functions of common interest in order to foster public policies in this region. The nineteen municipalities that comprise the urban agglomeration of Franca: Aramina, Buritizal, Cristais Paulista, Franca, Guaíra, Guará, Igarapava, Ipuã, Itirapuã, Ituverava, Jeriquara, Miguelópolis, Patrocínio Paulista, Pedregulho, Restinga, Ribeirão Corrente, Rifaina, São Joaquim da Barra and São José da Bela Vista, form a continuous territorial grouping, presenting common limits and relations of functional integration of a socioeconomic nature and manifesting a trend of urban continuity between groups of municipalities. This article aims to analyze the public policy of tourism in the context of the urban agglomeration of Franca, from an initial approach to the concepts of public policy and urban agglomeration, in order to verify whether the objectives of the State and the Municipalities that integrate the urban agglomeration of Franca are linked to priorities of regional interest. The results from the analysis of the transfer agreements by the State of São Paulo, demonstrate an implementation of the public policy of Tourism in a disconnected way, having in view, the creation or alteration of regions and non-regionalized investments.

Keywords: public policy, tourism, urban agglomeration

INTRODUÇÃO

Os Estados mediante lei complementar[1] podem instituir regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, constituídas por agrupamentos de municípios limítrofes, para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum, outrossim o Estado de São Paulo já dispunha sobre normas para regionalização das atividades da administração estadual, ao qual se destaca no *caput* da redação do Decreto N. 48.162, de 3 de julho de 1967[2].

Já em 1984, o Estado de São Paulo traz ao processo de regionalização uma nova forma de organização do território com as denominadas Regiões de Governo[3] inseridas nas Regiões Administrativas. O texto dessa legislação não faz menção a políticas públicas, mas sim a política governamental, inclusive com atribuição aos órgãos criados pelo decreto, representados pelo Colegiado da Administração Estadual por meio de suas secretarias e delegados. Assim, foi criada a Região de Governo de Franca com os municípios de Aramina, Batatais, Buritizal, Cristais Paulista, Guará, Igarapava, Ipuã, Itirapuã, Ituverava, Jeriquara, Miguelópolis, Patrocínio Paulista, Pedregulho, Restinga, Ribeirão Corrente, Rifaina e São José da Bela Vista pelo Decreto n. 22.593, de 22 de agosto de 1984 em função da disponibilidade de funções públicas de interesse comum.

Na década de 1990, foi publicada a Lei Complementar nº 760, de 01/08/1994 que estabeleceu as diretrizes para a organização regional do Estado de São Paulo com a definição de aglomeração urbana:

> *Artigo 4° - Considerar-se-á aglomeração urbana o agrupamento de municípios limítrofes, a exigir planejamento integrado e a recomendar ação coordenada dos entes públicos nele atuantes, orientada para o exercício das funções públicas de interesse comum, que apresente, cumulativamente, as seguintes características:*
> *I - relações de integração funcional de natureza econômica-social; e*
> *II - urbanização contínua entre municípios ou manifesta tendência nesse sentido.*

A partir dessa lei, criou-se a aglomeração urbana de Franca[4] com 19 municípios paulistas de: Aramina, Buritizal, Cristais Paulista, Franca, Guaíra, Guará, Igarapava, Ipuã, Itirapuã, Ituverava, Jeriquara, Miguelópolis, Patrocínio Paulista, Pedregulho, Restinga, Ribeirão Corrente, Rifaina, São Joaquim da Barra e São José da Bela Vista. Nota-se, nessa nova configuração, que em comparação a Região Administrativa e de Governo originais e a atual aglomeração urbana, temos a ausência de Batatais que apesar de pertencer a Região Administrativa e de Governo de Franca, compõe a Região Metropolitana de Ribeirão Preto, da mesma forma temos Orlândia, pertencente a Região de Governo de São Joaquim da Barra[5] outrora integrada da Região Administrativa de Franca, também integrada a Região Metropolitana de Ribeirão Preto. Em contrapartida temos a inclusão do município de Guaíra, pertencente a Região Administrativa e de Governo de Barretos, na aglomeração urbana de Franca (AUF).

---

[1] artigo 25 § 3º, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (CF88)

[2] 5.º - o interesse em facilitar o diálogo e a colaboração entre Estado e Municípios através da instituição de unidades territoriais que reúnam vários municípios interdependentes social e economicamente de modo a que novas formas associativas sejam encontradas visando ao desenvolvimento local.

[3] Decreto n. 22.592, de 22 de agosto de 1984 Cria a Região de Governo de Franca com sede no município do mesmo nome

[4] Lei Complementar nº 1.323, de 22 de maio de 2018

[5] Decreto nº 32.141, de 14 de agosto de 1990 Altera a redação do inciso VI do artigo 4º do Decreto nº 26.581, de 05/01/1987 e inclui dispositivos) artigo 4º, incisos XII, XIII e XIV)

Concomitante a organização de aglomeração urbana de Franca, foi criado o Conselho de Desenvolvimento[6] para especificar as funções públicas de interesse comum ao Estado e aos Municípios dentre os campos funcionais do Planejamento e uso do solo, Transporte e sistema viário regional, Habitação, Saneamento ambiental, Meio ambiente, Desenvolvimento econômico, Atendimento social, Esportes e lazer, e o Turismo.

1. REFERENCIAL TEÓRICO

Resultado dos estudos realizados[7] a fundamentação teórica acerca das definições de aglomeração e políticas públicas se deu através do estudo de artigos e capítulos específicos da literatura disponível que versão sobre o assunto.

Com relação a definição de territórios em especial de Aglomeração faz-se aqui uma abordagem a PECQUEUR (2000 apud VERDI, A.R.; PIRES, E.L.S, 2008)[8], segundo o qual temos por aglomeração "o local se desenvolve pela acumulação quantitativa de atividades" e as políticas públicas como "fundadas essencialmente nos incentivos fiscais a localização ou na organização de zonas de infraestruturas que incentivam a aglomeração".

Segundo Teixeira (2008), as aglomerações "são concentrações setoriais e espaciais de atividades produtivas movidas pela disponibilidade de um recurso natural, pela tradição e vocação da atividade, pelo acúmulo de conhecimento científico-tecnológico ou pela existência de mercado", desta forma, em seu texto sobre Políticas públicas para o Desenvolvimento Regional e Local o autor faz essa abordagem de promoção dos Arranjos Produtivos Locais na forma de aglomeração de micro e pequenas empresas.

Nesse contexto, segundo Dias (2003 apud Galdino; Costa 2011) temos por política pública "como um conjunto de ações executadas pelo estado como sujeito, dirigidas a atender as necessidades de toda a sociedade", e segundo Secchi (2013) temos como primeiro nó conceitual a abordagem estática e multicêntrica no estabelecimento de políticas públicas e apresenta por definição de política pública como "uma diretriz elaborada para enfrentar um problema público" (Secchi, 2013).

A política Nacional de Turismo, publicada em 2008, cujos objetivos almejam propiciar os recursos necessários para investimentos com o aproveitamento do espaço turístico e das características ambientais e socioeconômicas regionais existentes, apresenta uma categorização dos municípios das Regiões Turísticas, em cinco diferentes categorias definidas como A, B, C, D e E, conforme resultado obtido na análise de cluster, com base na Relação Anual de Informações Sociais – RAIS para o número de estabelecimentos formais cuja atividade principal é hospedagem e o número de empregos formais no setor, e a estimativa de turistas a partir do Estudo de Demanda Doméstica e da Demanda Internacional pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas – FIPE.

A análise de cluster supracitado é uma técnica de análise multivariada através o método de interdependência onde nenhuma variável é dependente de outra com objetivo de agrupar dados de acordo com as similaridades entre eles.

De acordo com o MAPA DO TURISMO 2019-2021[9], o Estado de São Paulo possui 149 municípios do estado estão nas categorias A, B e C, que contemplam aqueles que concentram o fluxo de turistas domésticos e internacionais os demais 205 municípios figuram nas categorias D e E. sem fluxo turístico nacional e internacional expressivo, no entanto, alguns possuem apenas o fluxo turístico regional. Observa-se uma concentração de casos nas categorias D e E o reflete a realidade de que o turismo se encontra em um estágio inicial.

A aglomeração urbana de Franca abrange a região turística Lagos do Rio Grande que é formada especificamente pelos municípios de Aramina (D), Batatais (C), Cristais Paulista (E), Franca (B), Guará (D), Igarapava (D), Itirapuã (E), Ituverava (C), Miguelópolis (C), Nuporanga (D), Orlândia

[6] Lei Complementar nº 1.323 de 22 de maio de 2018

[7] Disciplinas de Economia Regional, e Urbana e Políticas Públicas e Desenvolvimento Regional do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional – Mestrado Acadêmico Interdisciplinar do Uni-FACEF

[8] As dinâmicas territoriais locais na globalização: aspectos conceituais e metodológicos Geosul, Florianópolis, v. 23, n. 46, p 33-53, jul./dez. 2008

[9] Site do Ministério do Turismo disponível em http://www.mapa.turismo.gov.br/mapa/init.html#/home

(D), Patrocínio Paulista (D), Pedregulho (D), Rifaina (D), e Santo Antônio da Alegria (E). Ao fazer o agrupamento dos municípios da aglomeração urbana de Franca em relação a região turística Lagos do Rio Grande temos em destaque os municípios Aramina, Cristais Paulista, Franca, Guará, Igarapava, Itirapuã, Ituverava, Miguelópolis, Patrocínio Paulista, Pedregulho e Rifaina.

Além destes, destaque para os municípios, Ipuã pertencente a Região Turística Alta Mogiana e Sales Oliveira pertencente a Turística Caminhos da Mogiana e a exceção de todos Guaíra pertencente da Região Turística Águas Sertanejas e as regiões administrativas e de governo de Barretos.

Município	Aglomeração Urbana	Região Turística	Região Administrativa	Região de Governo	Região Metropolitana
Aramina	Franca	Lagos do Rio Grande	Franca	Franca	-
Buritizal	Franca	-	Franca	Franca	-
Cristais Paulista	Franca	Lagos do Rio Grande	Franca	Franca	-
Franca	Franca	Lagos do Rio Grande	Franca	Franca	-
Guaíra	**Franca**	**Águas Sertanejas**	**Barretos**	**Barretos**	**-**
Guará	Franca	Lagos do Rio Grande	Franca	Franca	-
Igarapava	Franca	Lagos do Rio Grande	Franca	Franca	-
Ipuã	**Franca**	**Alta Mogiana**	**Franca**	**São Joaquim da Barra**	**-**
Itirapuã	Franca	Lagos do Rio Grande	Franca	Franca	-
Ituverava	Franca	Lagos do Rio Grande	Franca	Franca	-
Jeriquara	Franca	-	Franca	Franca	-
Miguelópolis	Franca	Lagos do Rio Grande	Franca	Franca	-
Patrocínio Paulista	Franca	Lagos do Rio Grande	Franca	Franca	-
Pedregulho	Franca	Lagos do Rio Grande	Franca	Franca	-
Restinga	Franca	-	Franca	Franca	-
Ribeirão Corrente	Franca	-	Franca	Franca	-
Rifaina	Franca	Lagos do Rio Grande	Franca	Franca	-
São Joaquim da Barra	Franca	-	Franca	São Joaquim da Barra	-
São José da Bela Vista	Franca	-	Franca	Franca	-

Tabela 1 Fonte: Próprio Autor

Apesar dos municípios de Batatais, Nuporanga e Orlândia integrarem a Região Administrativa Franca, estes fazem parte da Região Metropolitana de Ribeirão Preto (RMRP), assim como, Santo Antônio da Alegria que integra as regiões administrativas e de governo de Ribeirão Preto.

Município	Aglomeração Urbana	Região Turística	Região Administrativa	Região de Governo	Região Metropolitana
Batatais	**-**	**Lagos do Rio Grande**	**Franca**	**Franca**	**Ribeirão Preto**
Morro Agudo	-	-	Franca	São Joaquim da Barra	Ribeirão Preto
Nuporanga	-	Lagos do Rio Grande	Franca	São Joaquim da Barra	Ribeirão Preto
Orlândia	**-**	**Lagos do Rio Grande**	**Franca**	**São Joaquim da Barra**	**Ribeirão Preto**
Sales Oliveira	**-**	**Caminhos da Mogiana**	**Franca**	**São Joaquim da Barra**	**Ribeirão Preto**
Santo Antônio da Alegria	-	Lagos do Rio Grande	Ribeirão Preto	Ribeirão Preto	Ribeirão Preto

Tabela 2 Fonte: Próprio Autor

A Lei Complementar nº 1.261, de 29 de abril de 2015[10], que estabeleceu as condições e requisitos para a classificação de Estâncias e de Municípios de Interesse Turístico no Estado de São Paulo pode ser considerada um avanço principalmente em relação aos Municípios de Interesse Turístico, visto que, viabiliza o investimento em municípios com potencial turístico.

No caso das Estâncias Turísticas, elas devem apresentar condições indispensáveis e cumulativas, a saber:

> I - ser destino turístico consolidado, determinante de um turismo efetivo gerador de deslocamentos e estadas de fluxo permanente de visitantes;
> II - possuir expressivos atrativos turísticos de uso público e caráter permanente, naturais, culturais ou artificiais, que identifiquem a sua vocação [...]"

Já os Municípios de Interesse Turístico (MIT) deverão apresentar as condições, a saber:

> I - ter potencial turístico;
> II - dispor de serviço médico emergencial e, no mínimo, dos seguintes equipamentos e serviços turísticos**:** meios de hospedagem no local ou na região, serviços de alimentação e serviço de informação turística;
> III - dispor de infraestrutura básica capaz de atender as populações fixas e flutuantes no que se refere a abastecimento de água potável e coleta de resíduos sólidos;
> IV - possuir expressivos atrativos turísticos, plano diretor de turismo e Conselho Municipal de Turismo, [...]

No que diz respeito aos segmentos turísticos, a lei supracitada traz a segmentação de turismo baseada nas definições do órgão de turismo nacional tendo como opções o turismo Social, o Ecoturismo, Cultural, Religioso, de Estudos e de Intercâmbio, de Esportes, de Pesca, Náutico de Aventura, de Sol e Praia, de Negócios e Eventos, Rural e de Saúde.

Alguns desses segmentos apresentam semelhanças, tais como: o ecoturismo e turismo cultural no que tange ao patrimônio cultural; de Estudos e Intercâmbio com Negócios e Eventos decorrentes dos encontros de interesse profissionais, técnico, científico e social; de Esportes e Aventura considerando a modalidades desportivas de rendimento e participação, de Pesca e Náutico na utilização de embarcações náuticas na a prática da pesca amadora ou movimentação turística.

Ainda que empiricamente é possível supor que essas semelhanças viabilizam a análise de conglomerados ou *clusters* e de maneira prática a escalabilidade do fluxo turístico.

Desta forma, a abordagem inicial aos conceitos de aglomerações, políticas públicas, *clusters* e da própria forma de categorização e segmentação da política pública e sua regionalização se fez necessária mediante a pesquisa realizada na busca do entendimento sobre as dinâmicas territoriais que podem estar envolvidas na implantação ou implementação da política pública do Turismo na aglomeração urbana de Franca.

[10] Disponível em https://www.al.sp.gov.br/norma/174594

2. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A implantação ou implementação efetiva de uma política pública se dá pela aplicação de recursos humanos, materiais ou financeiros. Desta forma, dentro do escopo deste artigo foram pesquisados os recursos liberados pela Secretaria de Turismo do Estado de São Paulo, de modo a, verificar os investimentos na política pública do turismo na região turística Lagos do Rio Grande que totalizaram R$ 2.390.27217 no período de 2017 ao 1ºsemestre de 2020 para os municípios de Ituverava, Miguelópolis, Patrocínio Paulista e Rifaina, sendo que, o município de Rifaina foi o que mais recebeu recursos no total de R$ 1.362.769,56.

Em pesquisa aos sites institucionais dos municípios de Ituverava, Miguelópolis, Patrocínio Paulista e Rifaina foram encontrados alguns indícios da aplicação desses recursos com base na data da liberação do recurso financeiro pela DADETUR e na data da publicação do processo licitatório com o respectivo objetivo por parte dos municípios.

A aplicação desses recursos se destinou a reforma de próprios públicos[11] relacionados pelos respectivos municípios em seu inventário turístico e a eventual construção de novos mobiliários urbanos como, por exemplo: ampliação e construção de Restaurante no Parque Abrão Bisco, a Infraestrutura Turística: Portal de Entrada da Cidade e avenida de acesso (Antônio Floriano Leme) em Rifaina[12].

DEPARTAMENTO DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO DOS MUNICÍPIOS TURÍSTICOS				
Município	**Ano**	**Convênio**	**R$**	**Total**
Rifaina	2017	093/2017	250.000,00	385.026,08
Rifaina	2017	094/2017	135.026,08	
Rifaina	2018	-	107.600,20	389.551,30
Rifaina	2018	-	118.591,25	
Rifaina	2018	-	121.408,75	
Rifaina	2018	-	41.951,10	
Ituverava	2019	337/2018	80.156,32	260.508,03
Ituverava	2019	337/2018	40.078,15	
Ituverava	2019	337/2018	140.273,56	
Miguelópolis	2019	356/2018	80.050,12	80.050,12
Patrocínio Paulista	2019	342/2018	118.215,73	506.000,00
Patrocínio Paulista	2019	342/2018	387.784,27	
Rifaina	2019	012/2018	147.464,93	296.175,51
Rifaina	2019	012/2018	148.710,58	
Rifaina	2019	106/2018	45.026,08	45.026,08
Rifaina	2019	107/2018	39.538,79	167.804,41
Rifaina	2019	107/2018	128.265,62	
Ituverava	2020	224/2019	58.400,00	58.400,00
Miguelópolis	2020	155/2019	43.358,28	43.358,28
Patrocínio Paulista	2020	197/2019	79.186,18	79.186,18
Rifaina	2020	150/2019	79.186,18	79.186,18

Figura 1 Tabela de Repasses Acumulada DADETUR (Fonte: Próprio autor)

Em que pese que o investimento na revitalização (reforma) de próprios públicos e mobiliários urbanos do inventário turismo, pode ser uma ação inicial para implementar a política pública do

[11] Denominação de bens públicos destinados ao uso comum do povo, tais como: prédios e demais logradouros públicos.
[12] Disponível em https://www.turismo.sp.gov.br/dadetur/recursos-liberados

turismo a falta de uma coordenação na implantação de outros equipamento públicos se apresenta como uma hipótese a falta de maiores investimentos setorizados.

Em se considerando o Turismo enquanto política pública, deveria ter havido maiores investimentos em Miguelópolis que recebeu entre 2019 e 2020 o montante de R$ 123.408,40 e Igarapava que nada recebeu, pois salvo as condições de acesso esses municípios desfrutam do mesmo recurso natural para exploração que são as águas do Rio Grande.

Ainda na abordagem aos municípios de Miguelópolis, Igarapava e Rifaina é possível fazer a inferência sobre os segmentos turísticos a serem implantados ou implementados de forma setorizada, tal como o turismo náutico com a finalidade da movimentação turística e o turismo de pesca com atividades turísticas decorrentes da prática da pesca amadora, sem descartar o turismo de aventura.

Destacamos também e o ecoturismo com atividades turísticas que utilizam o patrimônio natural e cultural, e o Turismo Cultural com atividades turísticas relacionadas a vivência do patrimônio histórico e cultural, uma vez que, Rifaina e Igarapava, por exemplo, eram atendidas respectivamente pelas linha Rio Grande e Igarapava da Companhia Mogiana de Estradas de Ferro que promoveu o desenvolvimento regional nesta região no século 20. Na extensão histórica Companhia Mogiana de Estradas de Ferro e sua influência sobre a região administrativa, de governo e da aglomeração urbana de Franca resgatamos o fato do município de Ipuã pertencer a região turística da Alta Mogiana e Sales Oliveira na região turística Caminhos da Mogiana.

3. CONCIDERAÇÕES FINAIS

A partir da pesquisa documental sobre o tema foi possível averiguar a abordagem a política pública do Turismo desde a criação da região administrativa até a aglomeração urbana de Franca. Com base nas pesquisas realizadas concluímos que a organização regional no Estado de São Paulo a partir das regiões administrativas e posteriormente com as regiões de governo se deu em função da concentração de funções públicas de interesse comum e determinadas localidades, todavia a criação das Regiões de Governo não demonstrou sua efetividade, haja visto que, com a formação da região metropolitana de Ribeirão Preto e posteriormente da aglomeração urbana de Franca, a região de governo de São Joaquim da Barra se dividiu.

Se considerarmos que, de maneira pragmática, a implantação ou implementação de uma política pública se dê com a aplicação de recursos financeiros de fato a divisão dos municípios em uma ou outra formatação regional pouco importaria, não podemos descartar o texto da legislação que resume de maneira normativa o planejamento estratégico para a efetivação de uma política pública, neste caso do Turismo. Da mesma forma, não podemos pensar no Turismo sem uma abordagem a outras políticas públicas ou funções públicas de interesse comum ao Estado e aos Municípios, tais como de Transporte e sistema viário regional, saneamento ambiental, meio ambiente e do próprio desenvolvimento econômico, principalmente de regiões que exploram os recursos naturais para o Turismo. Sendo assim, a divisão e união de municípios em regiões sem que haja um vínculo histórico, ou ainda, uma tendência vocacional coloca em risco a efetivação da política pública do turismo de maneira regionalizada.

Conclui-se que o esforço do estado brasileiro através de seus entes federados tem se concentrado na regionalização do turismo, de modo a, identificar a sua vocação, entretanto, a hipótese dessa regionalização se dar a partir políticas de governo e não de políticas de Estado tem evidências nos municípios de Batatais, Guaíra, Ipuã, Orlândia e Sales Oliveira conforme apresentado ao longo do texto.

A partir desta pesquisa, podemos sugerir a hipótese que a política pública do turismo na aglomeração urbana de Franca não se apresenta de maneira regionalizada, ou seja, os municípios têm buscado recursos financeiros para implementar essa política, através do inventário turístico de maneira desconexa em relação a região.

Neste sentido, o pensamento em rede, bem como, do local para o global na implementação da política pública de turismo requer o pensamento sobre as formas de fruição dos atrativos turísticos. Não se pode se pensar em políticas públicas padronizadas para todas as regiões quando é evidente a existência de uma diversidade, de diferentes contextos e níveis de desenvolvimento.

Sobre a fruição dos atrativos turísticos, não podemos deixar de destacar as produções audiovisuais para as mídias digitais tendo em vista sua capacidade de difusão de conteúdo. Como parte da pesquisa realizada para esse artigo é possível avaliar que os sites institucionais dos

municípios são estáticos quanto a função de promoção do atrativo turístico. A exemplo dessa análise podemos sugerir a campanha "São Paulo pra Todos ou SP pra todos" veiculado na televisão e na internet que em 90 segundos que apresenta alguns municípios com destino turístico consolidado.

Desta forma, avaliamos a importância na aglomeração urbana em cumprir seu papel de organizar essas ações no sentido de gerar deslocamentos e fluxo permanente de visitantes a essas localidades.

Por fim, conclui-se que os investimentos do Estado de São Paulo na política pública do turismo, mediante convênio com os municípios, têm se dado de forma desconexa com a sua política de organização regional em relação a formação da aglomeração urbana de Franca, uma vez que, o objeto dos convênios não demonstram prioridades de interesse regional, compatibilizados com os objetivos do Estado e dos Municípios que integram a região.

REFERÊNCIAS

Amato Neto, João Gestão de sistemas locais de produção e inovação (clusters/ APLs): um modelo de referência... / João Amato Neto. - - São Paulo: Atlas, 2009.

BRASIL. Decreto n. 48.162, de 3 de julho de 1967. Dispõe sobre normas para regionalização das atividades da administração estadual. Lex: legislação do Estado de São Paulo. Disponível em https://www.al.sp.gov.br/norma/86653 acessado em 10 de set. 20.

BRASIL. Decreto N. 22.592, de 22 de agosto de 1984. Dispõe sobre descentralização das atividades do Estado, mediante criação de novas Regiões de Governo e dá outras providências. Lex: legislação do Estado de São Paulo. Disponível em https://www.al.sp.gov.br/norma/55519 acessado em 10 de set. 20.

BRASIL. Decreto N. 22.593, de 22 de agosto de 1984. Cria a Região de Governo de Franca com sede no município do mesmo nome. Lex: legislação do Estado de São Paulo. Disponível em https://www.al.sp.gov.br/norma/55518 acessado em 10 de set. 20.

BRASIL. Decreto nº 26.581, de 05 de janeiro de 1987. Compatibiliza as regiões administrativas com as regiões de Governo criadas pelo Decreto nº 22970, de 29/11/1984 Lex: legislação do Estado de São Paulo. Disponível em https://www.al.sp.gov.br/norma/49664 acessado em 10 de set. 20.

BRASIL. Decreto nº 32.141, de 14 de agosto de 1990. Altera a redação do inciso VI do artigo 4º do Decreto nº 26.581, de 05/01/1987 e inclui dispositivos) artigo 4º, incisos XII, XIII e XIV). Lex: legislação do Estado de São Paulo. Disponível em https://www.al.sp.gov.br/norma/22107 acessado em 10 de set. 20.

BRASIL. Lei Complementar nº 760, de 01 de agosto de 1994. Estabelece diretrizes para a Organização Regional do Estado de São Paulo. Lex: legislação do Estado de São Paulo. Disponível em https://www.al.sp.gov.br/norma/12941 acessado em 10 de set. 20.

BRASIL. Lei Complementar nº 1.261, de 29 de abril de 2015. Estabelece condições e requisitos para a classificação de Estâncias e de Municípios de Interesse Turístico e dá providências correlatas. Lex: legislação do Estado de São Paulo. Disponível em https://www.al.sp.gov.br/norma/55519 acessado em 16 de set. 20.

BRASIL. Lei Complementar nº 1.323, de 22 de maio de 2018 - Cria a aglomeração urbana de Franca, e dá providências correlatas. Lex: legislação do Estado de São Paulo. Disponível em https://www.al.sp.gov.br/norma/186440 acessado em 10 de set. 20.

BRASIL. Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008 Dispõe sobre a Política Nacional de Turismo, define as atribuições do Governo Federal no planejamento, desenvolvimento e estímulo ao setor turístico; revoga a Lei no 6.505, de 13 de dezembro de 1977, o Decreto-Lei no 2.294, de 21 de novembro de 1986, e dispositivos da Lei no 8.181, de 28 de março de 1991; e dá outras providências.

Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11771.htm acessado em 13 de out. 20.

BRASIL. MAPA DO TURISMO BRASILEIRO 2019. MINISTÉRIO DO TURISMO/ Secretaria Nacional de Estruturação do Turismo - Departamento de Ordenamento do Turismo - Coordenação Geral de Mapeamento e Gestão Territorial do Turismo, 2019 disponível em: http://www.regionalizacao.turismo.gov.br/images/conteudo/LIVRO_Mapa.pdf

História do estado de São Paulo: a formação da unidade paulista/ Nilo Odalia, João Ricardo de Castro Caldeira (org.). – 1 ed. – São Paulo: Editora UNESP; Imprensa Oficial, Arquivo Público do Estado, 2010. 3v. (308 p.): il.

SECCHI, Leonardo. Políticas Públicas. Conceitos, Esquema de análise, Casos Práticos. São Paulo: Cengage Learning, 2013. 188p.

ANÁLISE DE RISCO DE CRÉDITO NAS COOPERATIVAS FINANCEIRAS NO CENÁRIO ATUAL

CREDIT RISK ANALYSIS IN FINANCIAL COOPERATIVES IN THE CURRENT SCENARIO

Dinâmicas Territoriais e Desenvolvimento Regional: Gestão Organizacional e Empreendedorismo

RIOS, Lorena Gabriela Gonçalves Souza
Faculdade Aldete Maria Alves/FAMA
Graduanda em Ciências Contábeis
loresgabi@gmail.com
OLIVEIRA, Rubens Adriano Costa de
Faculdade Aldete Maria Alves/FAMA
Graduando em Ciências Contábeis
rubensbim28@hotmail.com
FERRACINI, Maria José Floriano
Faculdade Aldete Maria Alves/FAMA
Mestre em Ciências Ambientais
coorcontabeisfama@hotmail.com

Resumo
O Brasil tem enfrentado constantes dificuldades no cenário atual econômico, onde o desemprego cresce com um expressivo e preocupante número, gerando consequências em toda a economia nacional. Deste modo, o processo de concessão de crédito ganha relevância, tendo em vista que aqueles que procuram esta alternativa sofrem diretamente ou indiretamente com esta realidade. É neste contexto, então, que se faz necessário o estudo da atuação das cooperativas na concessão de crédito, pois o cooperativismo tem se apresentado como uma alternativa viável de trabalho e geração de renda. O cooperativismo apresenta a proposta de melhorar o capital social ao proporcionar o crescimento conjunto e igualitário dos cooperados. O presente trabalho, portanto, ressalta a importância das cooperativas de crédito com aspectos conceituais, bem como a interação histórica do cooperativismo para compreender a sua atuação até nos dias atuais, compreendendo a sua estrutura e composição. Por conseguinte, foi feita uma análise conceitual dos elementos do cooperativismo e a sua aplicabilidade, ressaltando o risco de crédito e a inadimplência como consequência da concessão de crédito, apontando aspectos analíticos para a escolha do cliente através de uma análise embasada do seu perfil social e econômico. Por fim, foi feita uma breve análise acerca a relação do cooperativismo com o desenvolvimento socioeconômico.

Palavras-chave: Cooperativismo, Concessão de crédito, Risco de crédito.

Abstract
Brazil has faced constant difficulties in the current economic scenario, where unemployment grows with an expressive and worrying number, generating consequences for the entire national economy. In this way, the credit granting process gains relevance, considering that those who seek this alternative suffer directly or indirectly from this reality. It is in this context, then, that it is necessary to study the role of cooperatives in granting credit, since cooperativism has been presented as a viable alternative for work and income generation. Cooperativism presents the proposal to improve social capital by providing the joint and equal growth of cooperative members. The present work, therefore, highlights the importance of credit unions with conceptual aspects, as well as the historical interaction of cooperatives to understand their performance even today, understanding their structure and composition. Therefore, a conceptual analysis of the elements of cooperativism and its applicability was made, emphasizing credit risk and default as a consequence of the granting of credit, pointing out analytical aspects for the choice of the customer through an analysis based on his social and economic. Finally, a brief analysis was made about the relationship between cooperativism and socioeconomic development.

Keywords: Cooperativism, Granting of credit, Credit risk.

1 INTRODUÇÃO

Cooperativismo é um grupo de pessoas que tem um interesse comum e busca de uma forma coletiva uma melhoria na sociedade. Com isso vêm as cooperativas de crédito financeiras que são sem fins lucrativos e tem por sua finalidade prestar serviços financeiros de forma eficiente e simples sendo sempre vantajosa aos seus associados com taxas de juros mais atrativas em liberação de crédito e também traz uma liberação menos burocrática, dando assim uma possibilidade maior para quem está iniciando como produtor rural, pequenos e grandes empreendedor ou para quem quer adquirir um bem, encontrando, assim, nas cooperativas, uma forma de atendimento personalizado, atendendo nas suas necessidades de forma direta.

Define-se também como uma filosofia de vida que buscar transformar o mundo em um lugar mais justo, feliz, equilibrado e com melhores oportunidades para todos. Um caminho que mostra que é possível unir desenvolvimento econômico e desenvolvimento social, produtividade e sustentabilidade, o individual e o coletivo. (Organização das Cooperativas do Brasil , OCB, 2020).

O cooperativismo nasceu como uma reação ao capitalismo e, hoje, pode se transformar numa forma superior de empresa, uma vez que as relações mais relevantes para a constituição da nossa sociedade são as relações pessoais, e a cooperativa funciona como uma organização de pessoas.

Faz-se necessário trazer a luz do conhecimento o que diz respeito às formas e processos que procuram reduzir os riscos que a concessão de crédito pode causar, uma vez que o nosso país passa, em um contínuo crescimento, por uma instabilidade econômica e, afinal, este se relaciona diretamente na sustentabilidade financeira da cooperativa.

A concessão de crédito pode trazer para a cooperativa transtornos grandiosos, tendo como o risco maior uma proporção irreparável do valor concedido. A cobrança, portanto, possui um papel de suma importância juntamente à política de crédito.

Portanto, as operações de crédito possuem a inadimplência como um dos maiores riscos que podem prejudicar o desenvolvimento da cooperativa e provocar instabilidade financeira no mercado capital, impedindo o crescimento e a organização da instituição e, consequentemente, frustrando o fator social que esta exerce na sociedade.

Para evitar importunos que afetem o funcionamento das cooperativas, o caixa deve ser controlado, levando em consideração o giro financeiro da instituição.

O primeiro objetivo da avaliação é garantir que a cooperativa receba o dinheiro como retorno. As formas nas quais a análise ocorre é procurando por restrições no nome, analisando o perfil de crédito do indivíduo, analisando o comprometimento de sua renda e, também, através da análise de seus documentos.

O principal objetivo da análise de crédito numa instituição financeira (como para qualquer emprestador) é o de identificar os riscos nas situações de empréstimo, evidenciar conclusões quanto à capacidade de pagamento do tomador, e fazer recomendações relativas à melhor estruturação e tipo de empréstimo a conceder, à luz das necessidades financeiras do solicitante, dos riscos identificados e mantendo, adicionalmente, sob perspectiva, a maximização dos resultados da instituição. (SCHRICKEL, 2000, p.57).

Portanto, busca-se com este artigo identificar os pontos característicos do cooperativismo, mediante análise histórica e a estrutura nacional que o compõe atualmente, bem como o breve entendimento do funcionamento das cooperativas. Logo, através disto, compreender o conceito e a aplicabilidade do crédito e seus elementos, principalmente no que tange ao risco do crédito e os procedimentos para a análise de crédito em consonância ao desenvolvimento socioeconômico.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

O cooperativismo nasceu como uma resposta à medidas desiguais no mercado financeiro, tornando-se importante fator social no que tange ao processo de desenvolvimento social com objetivos econômicos de produção e coordenação. Portanto, quanto maior a capacitação da gestão das cooperativas, mais eficaz será o resultado alcançado.

O desenvolvimento só é realizado mediante um processo que permite o acúmulo de capital físico e uma aliança entre empresas que, acima de serem livres concorrentes, geram eficiência coletiva em uma soma conjunta vislumbrando ganhos coletivos através da cooperação entre elas. Esta cooperação propicia uma crescente dinâmica entre a informação e a tecnologia favorecendo as inovações, que é o que se destaca na competitividade nos dias atuais (PUTNAM 1993, p. 177).

Cooperativismo é uma filosofia de vida que buscar transformar o mundo em um lugar mais justo, feliz, equilibrado e com melhores oportunidades para todos. Um caminho que mostra que é

possível unir desenvolvimento econômico e desenvolvimento social, produtividade e sustentabilidade, o individual e o coletivo. (OCB, 2019).

Dessa forma, com base na Lei nº 5.764/71, em seu art. 4º, "as cooperativas são sociedades de pessoas, com forma e natureza jurídica própria, de natureza civil, não sujeita a falência, constituídas para prestar serviços aos associados" (BRASIL, 1971).

Para o Conselho Federal de Contabilidade, Resolução 920/01, que aprova a NBC T 10.8,

> Entidades cooperativas são aquelas que exercem as atividades na forma da lei específica, por meio de atos cooperativos, que se traduzem-na prestação de serviços diretos aos seus associados, sem objetivo de lucro, para obterem em comum melhores resultados para cada um deles em particular. Identificam-se de acordo com os objetivos ou pela natureza das atividades desenvolvidas por elas, ou por seus associados. (BRASIL, 2001).

A cooperativa de crédito é uma instituição financeira formada para prestar serviços exclusivamente para seus associados, sendo neles donos e usuários da cooperativa, usufruindo de seus produtos e serviços. O cooperativismo não visa lucros, os direitos e deveres são iguais para todos e a adesão é livre e voluntária, desta forma o resultado positivo adquirido pela cooperativa, conhecido como sobra, é repartido entre os cooperados de acordo com as operações realizadas por cada um na cooperativa, sendo assim, os ganhos voltam para a mão dos cooperados, estando os mesmos sujeitos a participar do rateio de eventuais perdas na proporção dos serviços usufruídos.

Para Santos, Gouveia e Vieira (2012, p. 29), a cooperativa de crédito "[...] engloba as cooperativas destinadas a promover a poupança e financiar necessidades ou empreendimentos dos seus associados".

As cooperativas são supervisionadas pelo Banco do Brasil, ao contrário de outros ramos do cooperativismo, como transporte, agropecuária, etc.

As cooperativas de crédito submetem-se á Lei Complementar 130/2009, bem como á legislação do Sistema Financeiro Nacional-SFN e das sociedades cooperativas. Essa "lei, criada em 17 de abril de 2009 permite que, segundo o Banco do Brasil," as cooperativas forneçam credito e captar depósitos a vista e a prazo dos respectivos associados, realizar operações com outras instituições financeiras e obter recursos de pessoas jurídicas, a taxas favorecidas ou isentas de remuneração, além de outras operações". Entretanto, não podem realizar diretamente operações centrai de crédito, operações estas restritas às instituições financeiras como, por exemplo, captação de recursos e concessão de empréstimos.

"As cooperativas tanto singulares quanto centrais serão levadas a planejar com maior cuidado a estruturação da sociedade já no momento de sua formação" (BACEN 2003, p. 05), desta forma as cooperativas singulares passam a ter mais responsabilidades em relação aos sócios, governo e participantes em geral de suas operações, através de uma transparência maior na sua constituição e operações que venham a acontecer.

Com o avanço tecnológico surgem novas formas de risco necessitando um gerenciamento mais complexo, exigindo assim das organizações a adequação do sistema de controle dos riscos. Segundo Gitman (2002, p. 200) risco é "a possibilidade de prejuízo financeiro" acrescenta ainda que "o termo risco é usado alternativamente como incerteza, ao referir-se a variabilidade de retorno associada a um dado ativo".

De acordo com Silva (2003), risco de crédito é a probabilidade de que o recebimento não ocorra, ou seja, é igual a 1 (um) menos a probabilidade de recebimento. A imprevisibilidade do recebimento do valor liberado ao cliente é que apontam para o risco do crédito, ou seja, o retorno do capital liberado está focado na capacidade do devedor honrar seus compromissos nos prazos estipulados e na natureza da operação, quando a mesma se tornar uma operação com garantia de maior facilidade de liquidez. O autor define análise de crédito como,

> a analise de crédito é uma técnica de previsão que permite a empresa vendedora estimular a capacidade de pagamento em curti prazo do pretendente ao crédito. Atualização da análise de crédito é justificada pelo fato de que apenas a análise cadastral é suficiente para avaliar a capacidade de pagamento do pretendente (SANTOS, 2001, p.44).

A instituição ou cooperativa faz a análise como forma de garantir que o indivíduo terá condições de pagar o crédito pedido, assim fornecendo o que foi pedido. Segundo a avaliação, poderá variar em valor liberado, taxa de juros e quantidade de parcelas.

No cotidiano social e empresarial o crédito é mais expressivo do que imaginamos, principalmente na relação entre cooperativa e cooperados. A palavra crédito deriva do latim *creditu*, que significa confiança. De acordo com Santos, crédito refere-se à troca de um valor presente por uma promessa de reembolso futuro, não necessariamente certo, em virtude do fator risco (SANTOS, 2006, p. 58). Já o renomado Schrickel, afirma que crédito é todo ato de vontade ou disposição de alguém de destacar ou ceder, temporariamente, parte do seu patrimônio a um terceiro, com a expectativa de que esta parcela volte a sua posse integralmente, após decorrido o tempo estipulado (SCHRICKEL,1998, p. 97). Ou seja, confia que a pessoa que requereu o crédito cumpra com o pagamento deste.

Portanto, a relação de confiança dos dois polos deve ser fortalecida por critérios estabelecidos fim de que o crédito seja cedido àquele que o demanda. A confiança está centralizada no efetivo pagamento que deve ser disposta pelo consumidor que está tomando o crédito e não deve deixar resquícios de dúvidas de que não será capaz de quitar os compromissos firmados contratualmente junto ao mercado. Santos afirma que crédito inclui duas noções fundamentais: confiança, expressa na promessa de pagamento e tempo, que se refere ao período fixado entre a aquisição e a liquidação da dívida (SANTOS, p.58, 2006).

Assim, os critérios e procedimentos definidos serão usados na concessão ou não do crédito, de acordo com a real situação do cliente tomador do crédito, estabelecendo-se prazos e limites para tal feito. Por conseguinte, as empresas devem estar aptas para os riscos naturais que ocorrem devido à concessão do crédito e preparadas para como será realizada a cobrança.

Para que a concessão de crédito seja deferida àquele que a requere é necessário que haja uma ficha cadastral indispensavelmente preenchida de modo correto com a assinatura do cliente, que será usado para a futura cobrança de modo legal. Para Blatt, um dos mais eficazes e tradicionais instrumentos de análise de crédito ainda é, e jamais deixará de ser, a ficha cadastral (BLATT, p. 169, 1999).

Em suma, de acordo com o Assaf Neto, por um lado uma empresa concede crédito troca produtos por uma promessa de pagamento futuro. Por outro lado, uma empresa obtém crédito recebe produtos e assume o compromisso de efetuar o pagamento futuro, resultando em uma operação em que o comprador firma o compromisso de quitar sua dívida (ASSAF NETO; SILVA, p. 203, 2002).

Segundo o site DEPS TECNOLOGIA (2019) o risco de crédito se refere à probabilidade de um cliente faltar com os pagamentos de qualquer tipo de dívida. Neste caso a cooperativa busca, de melhor forma, não apenas fornecer crédito, mas fornece-lo de forma a que o indivíduo seja capaz de realizar o pagamento do crédito requerido.

O primeiro objetivo da avaliação é garantir que a cooperativa receba o dinheiro como retorno. As formas nas quais a análise ocorre é procurando por restrições no nome, analisando o perfil de crédito do indivíduo, analisando o comprometimento de sua renda e, também, através da análise de seus documentos.

O principal objetivo da análise de crédito numa instituição financeira (como para qualquer emprestador) é o de identificar os riscos nas situações de empréstimo, evidenciar conclusões quanto à capacidade de pagamento do tomador, e fazer recomendações relativas à melhor estruturação e tipo de empréstimo a conceder, à luz das necessidades financeiras do solicitante, dos riscos identificados e mantendo, adicionalmente, sob perspectiva, a maximização dos resultados da instituição. SCHRICKEL (2000).

Para analisar o processo de liberação de crédito, surgiu da necessidade de precificação de avaliação do risco de crédito. Blatt explica que:

> Pesquisadores da matéria chegaram á conclusão de que o processo de decisão consiste em colher ou relembrar um conjunto de informações, e a partir daí, formar um juízo quantitativo ou qualitativo, baseado em experiência passada. (BLATT, 2009, p.108).

A principal finalidade da análise de crédito seria, portanto, evitar perdas, levando em consideração que contribui para possível maximização do capital dos associados e crescimento das organizações. Dessa forma o trabalho de Rogers e Rogers (2012, p 03) descreve que “os objetivos principais da análise de crédito são a possibilidade de identificar riscos, a evidenciação de quanto a

capacidade de pagamento do tomador, recomendações relativas a melhor estruturação e qualificação da concessão."

Como prevenção os bancos e as cooperativas de crédito têm uma série itens para a avaliação do perfil do tomador de crédito a fim de evitarem perdas. Segundo Securato (1997, p. 13) "na economia brasileira, com tantas mudanças, as preocupações são sempre mais contundentes, visto que podem levar o banco a ter sérios problemas". Dessa maneira existem algumas técnicas para se descobrir o perfil do tomador de crédito. Na definição de Rogers e Rogers (2013, p. 13)

Para estabelecimento de gerenciamento na concessão usa-se da política de crédito, esta norteia a seleção, padrões e os termos do crédito. Gitman (2004) define como a política de 13 decidir até que ponto conceder o crédito a um cliente e quanto conceder (limite de crédito).

Schrickel discorre acerca da análise de crédito e afirma que esta envolve a habilidade de fazer uma decisão de crédito, dentro de um cenário incerto que sofre constantes mutações. Esta habilidade depende da capacidade de analisar logicamente situações, não raro, complexas, e chegar a uma conclusão clara, prática e factível de ser implementada (SCHRICKEL, 1998, p.59).

A análise de crédito estará sempre em evidência nas cooperativas imprescindivelmente para fortalecer o relacionamento com o cliente e evitar os riscos que podem ocorrer. Faz-se mister que a política de crédito seja definida de forma objetiva para servir como uma ferramenta orientativa no processo de decisão gerencial, alinhando todos os aspectos da análise de crédito, desde a prazos até mesmo aos mecanismos de cobrança.

Como prevenção os bancos e as cooperativas de crédito têm uma série itens para a avaliação do perfil do tomador de crédito a fim de evitarem perdas. Segundo Securato (p.13, 2002) "na economia brasileira, com tantas mudanças, as preocupações são sempre mais contundentes, visto que podem levar o banco a ter sérios problemas". Dessa maneira existem algumas técnicas para se descobrir o perfil do tomador de crédito.

Para as decisões das concessões de crédito, são utilizados importantes critérios que contribuem para a análise detalhada do cliente, no intuito de diminuir os riscos de crédito e o transtorno gerado pela inadimplência futura. Esses critérios são nomeados como os 5 C's do crédito, os quais são: caráter, condições, capital, capacidade e colateral.

O caráter, ainda que seja um elemento subjetivo, é fundamental para conhecer os valores éticos e morais do cliente que primem pelo pagamento de suas obrigações. É necessário conhecer os vínculos sociais e culturais, colher informações no que tange ao seu ciclo social, nível educacional, desenvolvimento social do local onde vive, o tempo em que trabalhou nos empregos que teve, quais foram as atividades desenvolvidas e afins. Nesta análise, pontos primordiais para construir o caráter do cliente para a concessão do crédito é consultar empresas em que o cliente tem o costume de comprar a prazo e os bancos os quais se relaciona.

Em suma, o caráter, que é um dos elementos mais importantes para esta tomada de decisão, se refere à análise que determinará se o cliente é passível de honrar os compromissos firmados com a cooperativa.

Na sequência, observa-se a capacidade que consiste na habilidade e competência do cliente pagar suas dívidas, examinando as empresas que já se relacionaram com o cliente em questão, quando se trata de pessoa física. No caso de pessoa jurídica, além deste ponto, analisa também o quadro dos dirigentes da empresa e da capacidade de geração desta.

Isto posto, temos as condições, que consiste em conhecer se o cliente do crédito qual âmbito do mercado este está inserido e se neste cenário há alguma dificuldade iminente que pode acarretar riscos financeiros. Segundo Silva, citado por Securato (p. 17, 2002) essas condições "são os fatores externos e macroeconômicos que exercem forte influência na atividade empresarial" em que o cliente está inserido.

Já a análise do capital diz respeito à situação econômico-financeira do cliente que consiste em bens e recursos que este possui para cumprir com os compromissos realizados, ou seja, capacidade da renda do cliente e o quanto dela está comprometida com outras dívidas.

Por fim, temos o critério colateral, conhecido também por garantia, que reside em criação de alternativas de pagamento que resguardam o cumprimento das responsabilidades do cliente para com a cooperativa. Em síntese, diz respeito ao bem que servirá de pagamento, caso haja o descumprimento dos parâmetros contratuais.

Além dos 5 C's do crédito, há também o Credit Scoring, método utilizado para a avaliação da concessão do crédito que mediante a análise dos dados cadastrais do cliente, atribui uma pontuação de crédito para este, ou seja, é um processo que indica a probabilidade que um cliente possui através de características necessárias para a concessão de crédito (MATIAS, p. 127, 2007).

A cobrança é um dos principais atributos que devem ser estabelecidos na concessão do crédito, pois é o método utilizado pela cooperativa para que postule o que lhe é por direito, ou seja, o capital investido na negociação de crédito.

Outrossim, a cobrança é parte essencial do ciclo do negócio e toma um lugar relevante a cada dia mais neste âmbito do crédito, em que deve ser realizada com sensatez por parte daquele que cobra e de modo rápido e eficiente atuando como uma base sustentável para o giro de capital da cooperativa, maximizando os lucros e o fluxo de caixa e minimizando as perdas de negócios futuros (SILVA, p.140, 2008).

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A metodologia é uma forma de conduzir uma pesquisa para a resolução de um problema. Através disso observa-se que, para desenvolver de forma adequada um trabalho, atingindo os objetivos propostos e alcançando a resolução do problema é importante a escolha de uma metodologia adequada.

Assim, o presente estudo será desenvolvido inicialmente por meio de pesquisa bibliográfica que, conforme Lakatos e Marconi, (2011), abrange toda a bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo. Tem como finalidade colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que foi escrito, dito ou filmado sobre determinado assunto.

Segundo Cervo e Bervian (1983, apud RAUPP e BEUREN, 2003, p. 86), a pesquisa bibliográfica: (...) explica um problema a partir de referenciais teóricos publicados em documentos. Pode ser realizada independentemente ou como parte da pesquisa descritiva ou experimental. Ambos os casos buscam conhecer e analisar as contribuições culturais ou científicas do passado existentes sobre um determinado assunto, tema ou problema.

Após a pesquisa bibliográfica será realizada uma pesquisa de campo com o objetivo de conseguir informações ou conhecimentos acerca do problema proposto, para o qual se procura uma resposta.

A pesquisa de campo “consiste na observação de fatos e fenômenos tal como ocorrem espontaneamente, na coleta de dados a eles referentes e no registro de variáveis que se presumem relevantes, para analisá-los” (MARCONI; LAKATOS, 2011, p. 69).

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Através do trabalho exposto, é possível perceber o quanto é importante o bom funcionamento do cooperativismo e uma política de crédito sólida e estruturada, com uma boa gestão e princípios a serem seguidos para que ocorra de forma benéfica tanto para a cooperativa quanto para o cliente.

O tema da política de crédito é mais recorrente no cotidiano do que notamos, portanto, faz-se necessária a compreensão do bom funcionamento em consonância com o desenvolvimento social, mediante análise econômica nacional.

No contexto da Cooperativa é importante que além de vender, seja recebido o que vendeu, para que ocorra o giro do capital. Portanto, é necessário ressaltar que quanto menos rigorosa for a análise de crédito, mais vendas poderá ter, porém mais propensa a sofrer inadimplência a Cooperativa estará.

Desta forma, conferir crédito no cenário econômico contemporâneo, lembrando-se da crise econômica e política que o país tem vivenciado há anos, consequentemente poderá ocorrer inadimplências em um número crescente. Sendo assim, a política de crédito deve aderir métodos mais rigorosos a fim de reduzir o máximo de transtornos e se tornar um negócio mais seguro.

Algumas providências que foram tomadas no âmbito da Cooperativa, como emissões de boletos e bloqueio automático do cadastro após o cliente ficar com contas em atraso, possibilitou a redução da inadimplência, o que faz concluir a extrema relevância de uma política de crédito bem definida e o método de cobrança bem estruturado, pois é através destes componentes bem qualificados e ajustados que evitarão prejuízos dentro das Cooperativas e, consequentemente, da atuação destas em consonância ao desenvolvimento social.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com Gitman, risco pode ser definido como “possibilidade de perda, ou como variabilidade de retornos esperados relativos a um ativo; incerteza seria outro termo formalmente usado com o mesmo sentido de risco” (GITMAN, p. 183, 1997). No entender de Brito, o risco de crédito também pode ser exposto pelos prejuízos que a empresa poderá ter se o cliente que adquiriu

a dívida não liquidar suas obrigações no período acordado de vencimento, em que lhe foi cedido (BRITO, p. 162, 2003).

O risco de crédito se determina pela possibilidade das obrigações de uma dívida não serem liquidadas da forma que se determina no acordo inicial, ou seja, pela possibilidade do devedor não pagar a obrigação financeira.

Para que haja uma análise de crédito eficaz e responsável é necessário uma gestão eficiente e forte atuando como uma ferramenta essencial para conceder o crédito, pois é assim que a cooperativa poderá conhecer o associado, a quem irá conceder o crédito e, da mesma forma, evitará os riscos, como a inadimplência outrora mencionada.

Contudo, entende-se que os riscos fazem parte da construção sólida de uma empresa, em que esta se fortifica quando se coloca a mercê de um risco. A venda à prazo a um cliente na forma de crédito coloca à prova os recursos da cooperativa, pois, ainda que sob a análise o cliente tenha sido aprovado, pode ser que não pague a dívida ativa, porém com uma gestão rigorosa e princípios que regem o processo do crédito submetido a outrem, pode-se ver sob uma perspectiva de um crescimento em potencial constante.

REFERÊNCIAS

ANGELO, Claudio Felisoni, SILVEIRA, Augusto Giesbrecht. Finanças no varejo. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2000, p. 249.

ASSAF NETO, Alexandre; SILVA, César A.T. Administração do capital de giro. 2. ed. Sao Paulo: Atlas, 2002.

ASSAF NETO, Alexandre SILVA. Mercado financeiro. 9ª edição. São Paulo: Atlas, 2009.

BLATT, Adriano. Avaliação de Risco e Decisão de Crédito – Um Enfoque Prático/Adriano Blatt. São Paulo: Ed. Nobel,1999.

BRASIL. BANCO CENTRAL. Brasília. Resolução 3106, de 25.06.2003. Disponível em: . Acesso em agosto de 2008.

BRASIL. **Constituição (1988).** Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 27 de maio de 2020.

BRASIL. Lei nº 5.764/71,16 de dezembro de1971. Das Sociedades Cooperativas. Disponível, http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5764.htm.Acesso em 20 de abr.,2016

_____. Conselho Federal de Contabilidade. Resolução 920/01. NBC T 10.8 - Entidades Cooperativas. 2001. Disponível em: <www.cfc.org.br/sisweb/sre/docs/RES_920>. Acesso em: 20 abr. 2016

DEPS TECNOLOGIA. Qual a importância de uma análise de crédito e risco automatizada. Disponível em https://deps.com.br/qual-importancia-de-uma-analise-de-credito-e-risco-automatizada/. Acesso em 27 de maio de 2020.

GITMAN, Lawrence J. Princípios de administração financeira. 7. ed. São Paulo: Harbra, 1997.

MATIAS, Alberto Borges. Finanças Corporativas de Curto Prazo: A Gestão do Valor do Capital de Giro. Volume. São Paulo: Atlas, 2007

OCB - Organização das Cooperativas do Brasil. Disponível em: http://www.ocb.org.br Acesso em maio de 2020.

PUTNAM, Roberto D. The prosperous community: social capital and public life. In: The americanProspect. nº13, mar, 1993.

RODRIGUES, Chrystian Marcelo. Análise de crédito e risco [livro eletrônico] Chrystian Marcelo Rodrigues. – Curitiba: Ibpe x, 2012

RODRIGUES, Chrystian Marcelo. Análise de Crédito e risco. Curitiba: Ibpex, 2011.

SANTOS; Ariovaldo dos; GOUVEIA, Fernando Henrique Câmara; VIEIRA, Patrícia dos Santos. **Contabilidade das Sociedades Cooperativas:** Aspectos Gerais e Prestação de Contas. 2. ed. São Paulo: Altas, 2012.

SANTOS, José Odálio dos. Análise de Crédito – Empresas e Pessoas Físicas. 2ª edição. São Paulo. Ed. Atlas: 2003.
SCHRICKEL, Wolfgang Kurt. Análise de Crédito: Concessão e Gerência de Empréstimos. 5ª. Ed. São Paulo: Atlas, 2000.

SCHRICKEL, Wolfgang Kurt. Análise de crédito. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1998.

SCHRICKEL, Wolfgang Kurt. Análise de crédito: concessão e gerencia de empréstimos. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

SECURATO, J. R. (2002). Crédito: análise e avaliação do risco - pessoas físicas e jurídicas. São Paulo: Saint Paul. NLM. Securato JR.

SILVA, José Pereira da. Gestão e análise de risco de crédito. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2003.

ANÁLISE DO SOFRIMENTO E DO PRAZER NO TRABALHO: REFLEXÕES A PARTIR DO ESTUDO EM UMA EMPRESA DO SETOR AUTOMOTIVO

ANALYSIS OF PAIN AND PLEASURE AT WORK: REFLECTIONS FROM THE STUDY IN AN AUTOMOTIVE COMPANY

Área temática: 1.6 Outras Temáticas
(Ergonomia e Saúde no trabalho)

CANALLE, Sâmia Roma
Universidade Federal de São Carlos - UFSCar
Bacharel em Engenharia de Produção
E-mail: samia.canalle@gmail.com

FONTES, Andréa Regina Martins
Universidade Federal de São Carlos - UFSCar
Doutora em Engenharia de Produção
E-mail: afontes@ufscar.br

VIEIRA, Marina Helena Pereira
Universidade de São Paulo - USP
Doutoranda em Engenharia de Produção
E-mail: marinahelena3@hotmail.com

Resumo
Este artigo apresenta uma análise do quadro mental de trabalhadores de uma indústria automobilística, por meio da utilização de uma ferramenta para a avaliação de sofrimento e prazer no trabalho, aplicado tanto no ambiente administrativo como no chão de fábrica. Foram entrevistados 22 funcionários de setores administrativos e operacionais de uma indústria multinacional alemã localizada no interior do estado de São Paulo. Por meio da interpretação das respostas relativas à percepção dos trabalhadores, procurou-se identificar os elementos das condições de trabalho que influenciavam na carga mental, sendo estes possíveis causadores de sofrimento ou prazer. Os resultados evidenciaram que as vivências de prazer, dentro do contexto do trabalho, estão fortemente relacionadas com a capacidade de exercer o raciocínio e, como consequência, relacionados à atividade mental. Nesse sentido, os aspectos cognitivos receberam destaque tanto nas experiências positivas que geram prazer, quanto nas vivências que geram sofrimento e, portanto, devem receber atenção tanto na pesquisa acadêmica quanto na prática organizacional, para a busca pelo trabalho equilibrante.

Palavras-chave: Psicodinâmica do Trabalho, Carga Mental, Sofrimento e Prazer.

Abstract
This article presents an analysis of the mental condition of workers in an automobile industry, through the use of a tool for the assessment of suffering and pleasure at work, applied in the administrative sector and on the factory floor. 22 employees from administrative and operational sectors of a German multinational industry located in the interior of the state of São Paulo were interviewed. Through the interpretation of the answers that refer to the workers' perception, the elements of the working conditions that influenced the mental load were identified, which are possible causes of suffering or pleasure. The results showed that the experiences of pleasure, within the context of work, are strongly related to the ability to exercise reasoning and, as a consequence, related to mental activity. In this sense, cognitive aspects were highlighted both in positive experiences that generate pleasure and in experiences that generate suffering and, therefore, they should receive attention both in academic research and in organizational practice, in the search for balanced work.

Keywords: Psychodynamics of Work, Mental Load, Pain and Pleasure.

1 INTRODUÇÃO

Um ambiente de trabalho saudável pode ser descrito como aquele em que trabalhadores e gestores contribuem ativamente para promoção e proteção da saúde, da segurança e do bem-estar de todos os funcionários (OMS, 2020). O trabalho pode ser um poderoso promotor da saúde mental, tema enfocado neste artigo, ao proporcionar espaços de sociabilidade, de formação da subjetividade, identidade pessoal e coletiva, autoestima e habilidades emocionais, mas também, de modo reverso, pode propiciar sofrimento e adoecimento (CCVISAT, 2020, p.4).

Um trabalho negativo pode levar a problemas de saúde física e mental de trabalhadores, além do uso abusivo de drogas ou álcool, faltas e perda de produtividade (OMS, 2020). A promoção da saúde no local de trabalho complementa as medidas de segurança e saúde ocupacional como parte dos esforços combinados de empregadores, trabalhadores e autoridades nacionais para melhorar a saúde e o bem-estar no trabalho (OIT, 2020).

Os conflitos entre a organização do trabalho e o funcionamento psíquico dos trabalhadores podem gerar sofrimento e exigem estratégias defensivas para sua atenuação (OLIVEIRA, 2001). Nos ambientes laborais, cabe ao indivíduo, agir de modo a completar as lacunas de uma tarefa, fazendo uso de estratégias defensivas individuais ou coletivas, determinantes para a execução do trabalho (ABRAHÃO, 2000). Podemos chamar esta adaptação de inteligência no trabalho (WISNER, 1994).

Para Dejours (2011), o ser humano se caracteriza por uma grande variedade de comportamentos, pois cada indivíduo carrega consigo uma história pessoal formada por seus desejos, motivações, necessidades psicológicas, cultura e aprendizados, que refletem na maneira de lidar com diferentes situações de trabalho. Nesse sentido, torna-se importante a compreensão das possíveis causas de sofrimento e prazer no mundo do trabalho, indicando a importância do entendimento do sujeito como ser singular, valorizando sua inteligência no trabalho e características comportamentais como fonte para a análise e concepção de espaços de trabalho.

Uma abordagem possível para aprofundar o entendimento das relações existentes entre trabalho e saúde/doença mental é a Psicodinâmica do Trabalho. Partindo do pressuposto de que o trabalho é mediador tanto dos processos de promoção de saúde quanto dos processos de adoecimento, a Psicodinâmica do Trabalho entende que a saúde mental no trabalho não está relacionada à ausência de sofrimento, mas sim às possibilidades de busca pelo prazer e transformação dos fatores geradores de sofrimento e adoecimento, tornando o trabalho mais digno e gratificante (GIONGO; MONTEIRO; SOBROSA, 2017)

Prazer é conceituado como uma sensação de bem-estar e plenitude, sendo, portanto, um potencializador ou uma via de resgate à saúde. Tal sentimento tem relação com a experiência de vida, desejos, valores, com a construção social e psicológica que desenha a vida de cada ser humano. Em contrapartida, o sofrimento é a energia pulsional que não acha descarga no exercício do trabalho, acumulando-se no aparelho psíquico e ocasionando um sentimento de desprazer e tensão (D'OLIVEIRA *et al*., 2017).

Para Seligmann-Silva (2011) a organização do trabalho pode ser definida como a forma de conceber os conteúdos da atividade de trabalho, bem como a sua divisão entre os trabalhadores. A forma como ocorre à articulação entre organização-processo é fundamental tanto para produção quanto para a saúde dos trabalhadores.

Dessa forma, o trabalho não deve ser considerado somente como fonte de sofrimento, pois ele pode conferir ao organismo maior resistência contra a fadiga e a doença, desde que haja uma boa adequação entre a estrutura mental do trabalhador e a organização do trabalho (DEJOURS, 2011). Assim, se a organização do trabalho permite o diálogo, o uso da criatividade do trabalhador, a autonomia na execução das tarefas, para que se transforme aquilo que faz sofrer em algo diferente e em consonância com as aspirações do trabalhador, então o sofrimento inicial pode transformar-se em prazer (DEJOURS; BARROS, LANCMAN, 2016).

Dada a relevância da compreensão do prazer e sofrimento no trabalho para a construção da saúde individual e coletiva no ambiente de trabalho, essa pesquisa tem como objetivo avaliar a carga mental de trabalhadores de uma indústria automobilística, por meio da utilização de uma ferramenta para a avaliação de sofrimento e prazer no trabalho. A ferramenta é aplicada em forma de entrevista tanto no ambiente administrativo como no chão de fábrica, sendo o roteiro baseado no Inventário sobre Trabalho e Riscos de Adoecimento (ITRA), instrumento proposto por Mendes (2007), construído a partir da abordagem da Psicodinâmica do Trabalho.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A psicodinâmica do trabalho teve seu marco teórico oficializado pelo médico do trabalho, psiquiatra e psicanalista francês Christophe Dejours, na década de 1980, com a publicação de *Travail: usure mentale: Essai de psychopathologie du travail* (traduzido no Brasil sob o nome de A Loucura do Trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho) em 1987 (DARIO; LOURENÇO, 2018). Entre seus conceitos principais, o sofrimento criativo e o sofrimento patogênico, a psicodinâmica do trabalho busca trazer para as organizações o conhecimento das consequências individuais e sociais do sofrimento humano no trabalho (DEJOURS; ABDOUCHELI; JAYET, 2007).

Tradicionalmente o estudo do prazer e sofrimento no trabalho é articulado à organização do trabalho, apresentando os impactos para o funcionamento psíquico dos trabalhadores. Os resultados dependem do quanto as relações estabelecidas com o trabalho são consideradas satisfatórias, ou não (MENDES; TAMAYO, 2001). Assim, por meio da dialética prazer e sofrimento no trabalho, tem-se procurado identificar como os indivíduos gerenciam essas situações dentro do seu cotidiano de trabalho, e buscam manter sua saúde física e mental.

De acordo com Dario e Lourenço (2018), o trabalho provoca diferentes graus de motivação e de satisfação no trabalhador, principalmente quanto à forma e ao meio no qual desempenha sua tarefa. Há que se considerar a importância do trabalho no destino individual, evidenciando, inclusive, sua importância como fator de equilíbrio psicológico. É possível atestar que, fora as condições de sobrevivência e subsistência, “o trabalho possibilita ao indivíduo exercer sua potencialidade criativa, desde que as condições ambientais e profissionais sejam facilitadoras, levando-o à plena realização, do contrário, o trabalho que pareça sem sentido, tende a levar o indivíduo à frustração” (ALTHUSSER, 1994, p. 19).

Dejours, Abdoucheli e Jayet (2007), afirmam que não há uma forma de organização do trabalho única que atenda a todos os tipos de necessidades, de modo a minimizar a carga psíquica de todos os trabalhadores. Para ele, as aptidões psicomotoras, psicossensoriais e psíquicas devem ser empregadas na atividade do trabalhador, combinadas de modo a trazer o equilíbrio psicossomático, resultando na sensação de prazer. Para os autores, o bem-estar do trabalhador depende do emprego de atividades psíquicas no trabalho, e principalmente da autonomia que lhe é conferida para executar cada tarefa da maneira como lhe parece melhor.

No ambiente laboral, o sofrimento surge quando se chocam as aspirações, os desejos e os valores do indivíduo com as prescrições da organização do trabalho, acrescido pelo fato de o trabalhador utilizar seus mecanismos de defesa para transformar ou se adaptar a tal situação sem sucesso (DEJOURS; BARROS; LANCMAN, 2016).

Os aspectos físicos e mentais do trabalho estão inter-relacionados e é frequente que a sobrecarga de um deles acarrete na sobrecarga dos demais (WISNER, 1994). Isso pode ser observado, por exemplo, no trabalho de um analista de sistemas, cujas atividades predominantemente necessitam do uso da lógica (alta carga cognitiva), o que pode lhe conferir um aumento de carga psíquica, resultando em um descontrole emocional.

A avaliação da carga mental e de emoções estressantes pode ser feita por meio da identificação de traduções somáticas no trabalhador, como em uma arritmia sinusal ou no registro de pestanejar das pálpebras (BONOMO; ARAÚJO, 2009). Diagnósticos da ocorrência de sensações como o medo e a angústia no trabalho podem ser feitas a partir de avaliações como estas (DEJOURS; ABDOUCHELI; JAYET, 2007). Contudo, os autores defendem que a carga psíquica possui um caráter qualitativo e dinâmico, não mensurável.

Assim, um trabalho é equilibrante se durante a sua execução a carga psíquica é liberada ou diminuída, causando relaxamento. Caso contrário, o trabalho é fatigante, fonte de tensão e desprazer (DEJOURS; ABDOUCHELI; JAYET, 2007).

Nesse contexto, pode-se dizer que “carga de trabalho representa o conjunto de esforços desenvolvido para atender às exigências das tarefas.” (SELIGMANN-SILVA, 2011, p. 85). Tais esforços podem ser tanto físicos como mentais. A carga psíquica constitui-se de uma subclassificação dos esforços mentais, referente à mobilização de sentimentos e ao controle emocional, trata-se do esforço psicoafetivo. Outra subclassificação da carga mental consiste na carga cognitiva. Segundo Corrêa (2003), enquanto a carga psíquica caracteriza-se pela sua relação com o fator afetivo no trabalho e sua significação para o trabalhador, a carga cognitiva relaciona-se com o uso da memória, raciocínios, imposições da tarefa e decisões. Wisner (1994) cita como exemplo de situações em que a carga cognitiva é intensa e complexa a prática da agricultura e o trabalho hospitalar.

Há ainda a divisão da carga mental em quantitativa e qualitativa, onde a primeira se refere à quantidade de trabalho em relação ao tempo e a segunda diz respeito ao nível de complexidade da tarefa (SELIGMANN-SILVA, 2011). Um exemplo em que pode haver uma sobrecarga qualitativa e uma subcarga quantitativa é o trabalho de um ator, pois durante o seu turno de trabalho, pode ser que em boa parte do tempo ele seja um coadjuvante, ou fique na espera pelo seu momento de entrar em ação. No entanto, durante o período em que o ator está em ação, a sua atividade requer um grande esforço mental para lembrar-se dos textos e executar a dramatização de forma convincente.

Dada a importância e complexidade das cargas de trabalho que implicam em prazer ou sofrimento, o objetivo deste trabalho é compreender esse contexto em uma indústria automotiva, por meio dos procedimentos metodológicos descritos no próximo tópico.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este trabalho do ponto de vista da pesquisa é de natureza aplicada. A sua forma de abordagem é qualitativa, baseada em aspectos não mensuráveis. Do ponto de vista dos seus objetivos, caracteriza-se como exploratória, enquanto que do ponto de vista dos procedimentos técnicos, denomina-se levantamento, por haver a interrogação direta das pessoas cujo comportamento se deseja conhecer (GIL, 2010).

Emprega-se como método o estudo de caso, buscando compreender de forma mais detalhada a situação e a atividade de trabalho de funcionários do setor automobilístico e os impactos gerados pela organização do trabalho no bem estar físico e mental dos operadores. Para Yin (2015) o estudo de caso tem por finalidade tentar esclarecer porque as decisões foram tomadas, como foram implementadas e com quais resultados alcançados.

No Quadro 1 estão resumidos os principais procedimentos a serem adotados em cada etapa deste trabalho.

Quadro 1 – Procedimentos de Pesquisa

Etapas	Procedimentos
i. Referencial Teórico	Embasamento teórico: Psicodinâmica do Trabalho (definição, carga mental e sofrimento e prazer no trabalho).
ii. Definição dos roteiros das entrevistas	Elaboração dos roteiros a partir do referencial teórico e dos estudos de referência (APÊNDICE 1)
iii. Aplicação das entrevistas e observações de campo	Obtenção da percepção dos trabalhadores por meio da aplicação de entrevistas para com 22 indivíduos: 11 do setor administrativo (Cálculos Técnicos) e 11 do setor operacional (Unidade Produtiva - Montagem); e observações do ambiente de trabalho.
iv. Tratamento e análise dos dados	Cruzamento de informações obtidas por meio das entrevistas e observações de campo e referencial teórico.
v. Conclusão	Retorno ao objetivo proposto e síntese com os principais achados da pesquisa

Fonte: Elaborado pelas autoras, 2020

O objeto de estudo é a percepção dos funcionários de uma empresa pertencente ao setor automobilístico, localizada na cidade de Sorocaba (SP). A empresa em estudo possui sua sede na Alemanha e é uma das líderes mundiais em componentes automotivos, industriais e aeroespaciais. Atualmente são produzidas três marcas na planta de Sorocaba (base do estudo), sendo a única no Brasil, em três segmentos: Automotivo (montadoras), *Aftermarket* Automotivo (mercado de reposição direcionado a oficinas mecânicas, lojas e distribuidoras de autopeças) e Indústria (atendendo a vários segmentos industriais). O âmbito de atuação da empresa é tanto o mercado interno quanto o externo, sendo que as relações no exterior são garantidas por um processo de excelência, pois as compras internacionais seguem rigorosamente as exigências dos clientes, que correspondem basicamente às grandes montadoras.

Participaram da pesquisa dois diferentes setores, sendo um administrativo (CT: Cálculos Técnicos) e outro operacional (UP: Unidade Produtiva - Montagem), cuja amostragem em cada um destes foi não probabilística acidental, de 11 elementos cada, totalizando 22 respondentes.

O setor de CT é responsável por realizar projetos de cálculos técnicos, com grande percentual de utilização de *softwares*. São realizadas análises técnicas como suporte ao desenvolvimento de produto, com a utilização de programas de cálculo, ferramentas de teste e outros materiais. Treinamentos são realizados aos colaboradores das áreas de desenvolvimento de

produtos da linha visando uma aplicação adequada e eficaz das ferramentas fornecidas. É incentivado o desenvolvimento de estudos e aquisição de conhecimento por parte dos colaboradores, que já chegaram à terceira posição em número de patentes registradas com relação às demais unidades fabris. É também incentivada a pós-graduação, seja mestrado, doutorado ou MBA, por meio de parcerias com universidades.

O outro setor escolhido foi a UP, onde ocorre a montagem de diversos itens, como gaiolas plásticas e metálicas, buchas e axiais. Nesta unidade, há cerca de dez máquinas monitoradas diariamente, dentre elas as totalmente ou semi automatizadas e também as atividades completamente manuais. Os funcionários são capacitados para exercer diversas funções, estratégia adotada pela supervisão para garantir a flexibilidade de manejo da mão de obra, além de e evitar a repetição de operações.

Para a elaboração do roteiro de entrevista (Apêndice 1), utilizou-se como referência o Inventário sobre Trabalho e Riscos de Adoecimento (ITRA), instrumento proposto por Mendes (2007). O inventário é composto por quatro escalas: i) Escala de Avaliação do Contexto de Trabalho (EACT), Escala de Avaliação dos Danos Relacionados ao Trabalho (EADRT), Escala de Indicadores de Prazer e Sofrimento no Trabalho (EIPST) e Escala de Custo Humano no Trabalho (ECHT). A entrevista usada nas pesquisas em clínica do trabalho, no referencial da psicodinâmica, prioriza a escuta como uma premissa básica. O pesquisador deve estar livre para escutar o que está fora de sua expectativa. As hipóteses devem acompanhar as questões, as quais não devem seguir um roteiro ritualístico ou inflexível (MENDES, 2007).

Com base nas respostas das entrevistas aplicadas, os dados foram analisados e são apresentados no próximo tópico.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados apresentam uma visão geral das observações de campo, as principais percepções identificadas no ambiente de trabalho a partir dos relatos, e uma comparação entre os dois setores estudados.

4.1 Caracterização do ambiente

A respeito das condições do ambiente, puderam-se observar algumas características de ambos os locais de trabalho. O setor de CT, embora possua apenas 19 funcionários, divide o ambiente com cerca de mais 50 funcionários, o que proporciona benefícios como a facilidade de comunicação entre eles, porém, prejuízos como barulho indesejável. A iluminação e arejamento do local são adequados. O setor UP, quando comparada às demais unidades de produção, possui um ambiente agradável, com pouco ruído e é a única área em que há climatização.

Observa-se uma relação entre a porcentagem de homens e mulheres que trabalham em cada setor (UP = 70% feminino e 30% masculino e CT = 84% masculino e 16% feminino), que se devem às características que são desejáveis pela empresa de acordo com o perfil das atividades. No trabalho de CT, com público predominantemente masculino, é frequente a necessidade de processamento de informações espaciais (ligada a geometria dos objetos). Por outro lado, as mulheres demonstram desempenho superior em atividades motoras finas que envolvem movimentos de pequena amplitude, o que justifica a predominância do sexo feminino nas atividades de montagem de peças pequenas.

Com relação ao bem estar físico dos funcionários, a empresa oferece um programa de ginástica laboral com atividades que buscam amenizar ou evitar problemas de saúde. A realização da ginástica laboral é feita durante cerca de nove minutos por dia, com exercícios selecionados de acordo com as atividades mais comuns do setor. No caso do CT, a massagem, de aproximadamente sete minutos, é feita no próprio posto de trabalho, com intuito de aliviar tensões causadas pela posição exaustiva em frente a um computador, sendo o foco regiões do pescoço, cervical, braços e mãos.

Além disso, todos os funcionários têm à disposição a orientação de uma profissional da fisioterapia à prática da ginástica holística com uma hora de duração semanal, que pode ser feita como prevenção ou correção e visa à postura adequada, equilíbrio, força e alongamento do corpo. No setor de CT, grande parte dos funcionários faz uso desse benefício como medida de prevenção, sendo o período de uma hora considerado como horário de trabalho. No entanto, para os funcionários do setor UP, esse benefício só pode ser aproveitado fora do seu horário de trabalho, em vista da não interrupção da produção.

4.2 Análise da percepção dos trabalhadores

Realizada a partir das respostas dos questionários, considerando cinco eixos principais: i) sensações causadas pelo trabalho; ii) vivências positivas no trabalho; iii) vivências negativas no trabalho; iv) exigências decorrentes do trabalho; e v) avaliação do contexto de trabalho.

4.2.1 Sensações causadas pelo trabalho

A "dúvida sobre a capacidade de fazer as tarefas", foi apontada como a principal sensação negativa causada pelo trabalho pelo setor administrativo (cerca de 36% dos respondentes). Segundo os trabalhadores da CT, a tarefa exige uma carga cognitiva elevada e a falta de prescrições mais detalhadas cria insegurança para o atingimento dos resultados.

Essa sensação negativa pode levar a um acúmulo de carga psíquica devido às suas insatisfações que os impedem de realizar um trabalho equilibrante, no qual aspectos que trazem sofrimento estão em equilíbrio com aspectos de satisfação no trabalho (DEJOURS, ABDOUCHELI; JAYET, 2007).

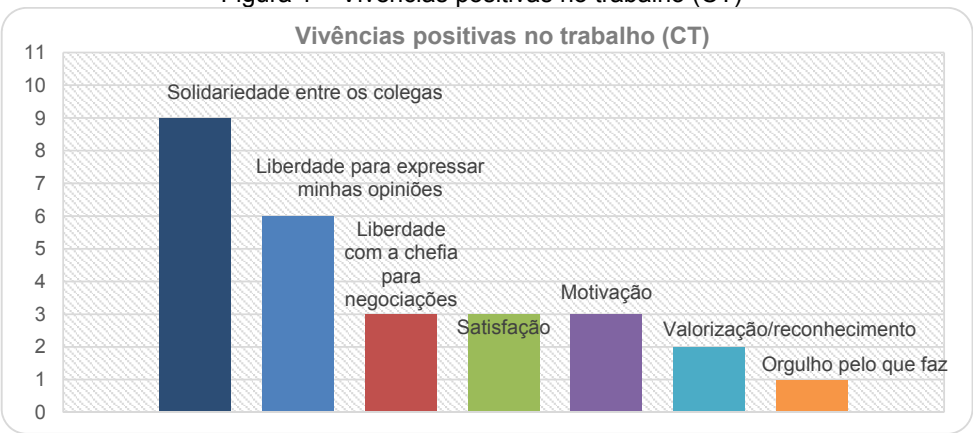
Para os respondentes do setor operacional, duas sensações negativas ficaram em igual porcentagem (cerca de 27%), são elas: "dúvida sobre a capacidade de fazer as tarefas" e "vontade de ficar sozinho". A explicação dada pelos respondentes é de que a tarefa é muito simples e que eles não têm liberdade para tomar decisões.

Diferentemente do setor CT, os trabalhadores do UP questionam a capacidade de executar a tarefa não pelo conteúdo, mas pela falta dele. E ainda, por acharem as tarefas repetitivas e esvaziadas, sentem-se privados de liberdade para agir. De acordo com a Seligmann-Silva (2011) e Dejours, Abdoucheli e Jayet (2007), a autonomia do trabalhador ao realizar suas tarefas é fundamental para o seu bem-estar.

4.2.2 Vivências positivas no trabalho

Quanto às vivências positivas no trabalho. Para o CT, houve uma alternativa apontada pela maioria dos funcionários, "solidariedade entre os colegas", o que demonstra a coesão de opiniões com relação à sinergia e cooperação no grupo. Isto pode ser uma estratégia de defesa coletiva (MENDES, 1999), em meio a dificuldades em comum identificadas por eles. A figura 1 mostra as vivências positivas dos funcionários do CT.

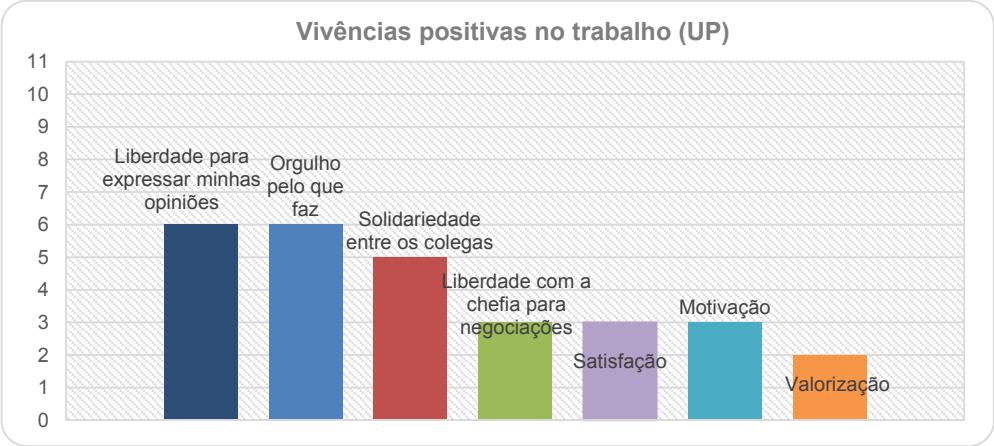
Figura 1 – Vivências positivas no trabalho (CT)



Fonte: Elaborado pelas autoras, 2020

No caso da UP, duas opções se destacaram "Liberdade para expressar minhas opiniões" e "orgulho pelo que faz". Para este grupo, a liberdade de expressão é um fator valorizado devido à rigidez das tarefas prescritas associada ao baixo grau de liberdade de execução encontrado nas atividades da linha de montagem. Nos relatos, foi evidenciada a prática de gestão em oferecer liberdade de expressão de opiniões dos funcionários, o que impacta na sensação de orgulho pelo trabalho realizado, dada a forma alternativa de participação na configuração do processo. Para Sznelwar, Abrahão e Mascia (2006), a rigidez da organização do trabalho retira a possibilidade dos trabalhadores buscarem uma adaptação espontânea do trabalho à sua realidade. A figura 2 mostra as vivências positivas dos funcionários da UP.

Figura 2 – Vivências positivas no trabalho (UP)



Fonte: Elaborado pelas autoras, 2020

4.2.3 Vivências negativas no trabalho

Nos relatos, foram registrados como fatores que os funcionários de CT não gostam: "insatisfação" e a "insegurança/medo" devido a falta de orientação e planejamento das atividades, a ociosidade, a falta de comprometimento da chefia; a imobilidade hierárquica e a burocracia. Relataram ainda que as atividades que mais atuam nas vivências negativas são: atividades de curto prazo, reuniões com a chefia, relatórios técnicos e processos burocráticos.

A literatura explica que a fragilidade nas relações trabalhistas foi uma das características do desenvolvimento histórico do mercado de trabalho brasileiro. Por este motivo, é presente, até os dias de hoje, a sensação, por parte dos trabalhadores, de insegurança em relação à estabilidade e continuidade do próprio emprego (SILVA; ARGIMON; WENDT, 2012).

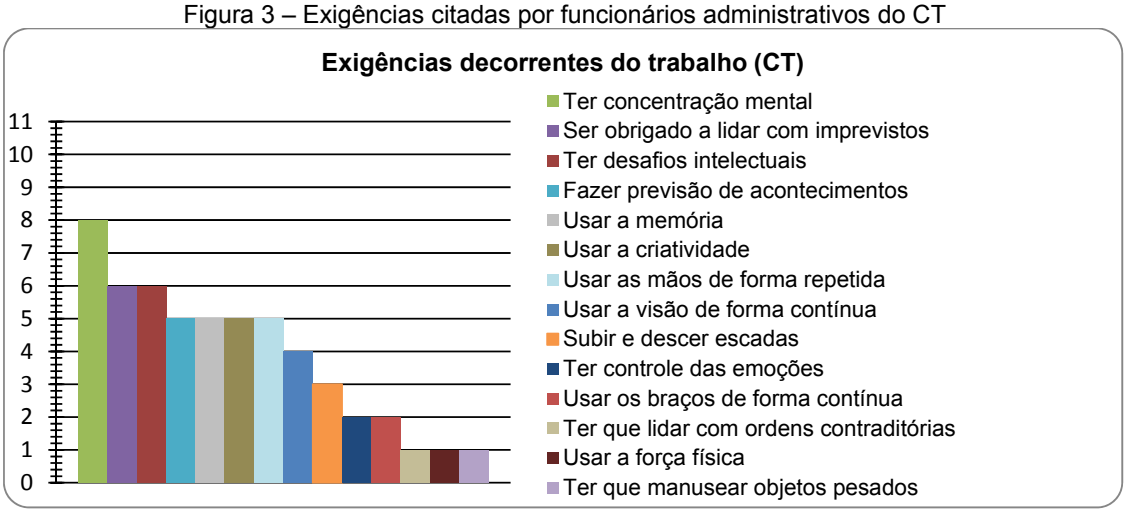
Na UP, a principal vivência negativa foi o "estresse", que segundo eles é causado principalmente por: cobranças de produtividade, reclamações de clientes e problemas com máquinas. Segundo Oliveira (2001), conflitos entre organização do trabalho e aspectos psíquicos podem gerar sofrimento aos trabalhadores.

4.2.4 Exigências decorrentes do trabalho

A maior parte dos entrevistados do CT citou "Ter concentração mental" como uma exigência do trabalho. Outras seis exigências que são reconhecidas por cerca de metade dos entrevistados como decorrentes do trabalho estão relacionadas à grande necessidade de carga mental para o desenvolvimento das atividades do setor (atividades de análise e raciocínio lógico, elaboração de relatórios, concentração e leitura), conforme figura 3.

A carga mental se refere às tensões induzidas numa pessoa pelas exigências do trabalho mental, tais como o processamento de informação relacionado com o conhecimento, a memorização, a procura de soluções em determinados momentos e a relação entre as exigências do trabalho e as capacidades mentais de que dispõe para fazer frente a tais exigências. Está relacionada com as tarefas que implicam fundamentalmente processos cognitivos e aspetos afetivos, tais como, a concentração, a atenção, a memorização, a coordenação de ideias e a tomada de decisão (FERREIRA; FERREIRA, 2014).

Figura 3 – Exigências citadas por funcionários administrativos do CT

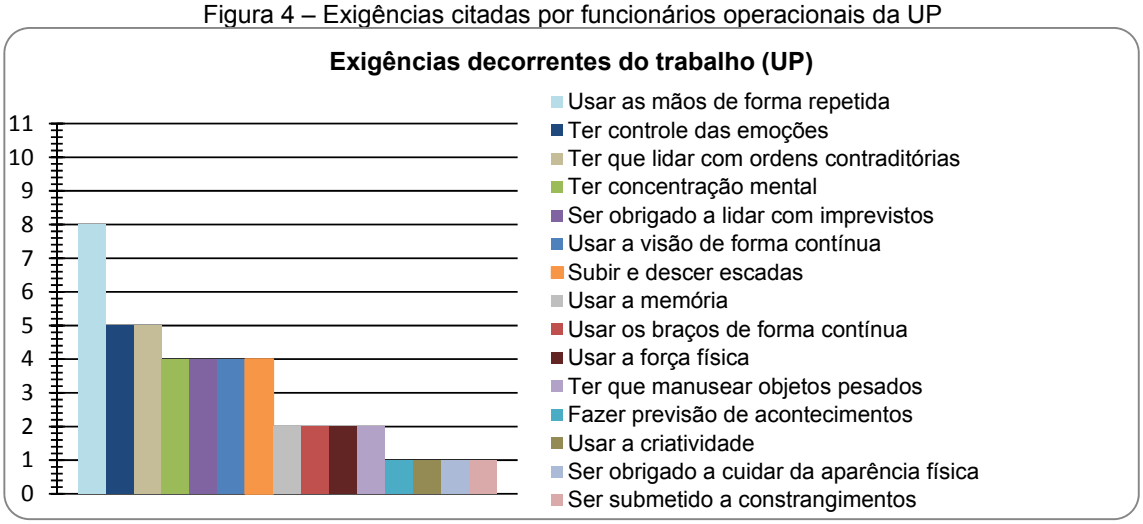


Fonte: Elaborado pelas autoras, 2020

Quanto aos funcionários operacionais da UP, verifica-se que a maior exigência do trabalho é "usar a mão de forma repetida", devido à montagem repetitiva de peças pequenas. O dispêndio fisiológico e biomecânico imposto pelas exigências do contexto de trabalho define o Custo Físico e envolve fatores como usar a força física, usar os braços de forma contínua, ficar em posição curvada, caminhar, ser obrigado a ficar em pé, ter que manusear objetos pesados, fazer esforço físico, usar as pernas de forma contínua, usar as mãos de forma repetida, subir e descer escadas (MENDES; FERREIRA, 2007).

Além da carga física, observa-se que "ter controle das emoções" e "ter que lidar com ordens contraditórias" aparecem nas respostas de quase metade dos entrevistados. Os resultados podem ser vistos na figura 4.

Figura 4 – Exigências citadas por funcionários operacionais da UP



Fonte: Elaborado pelas autoras, 2020

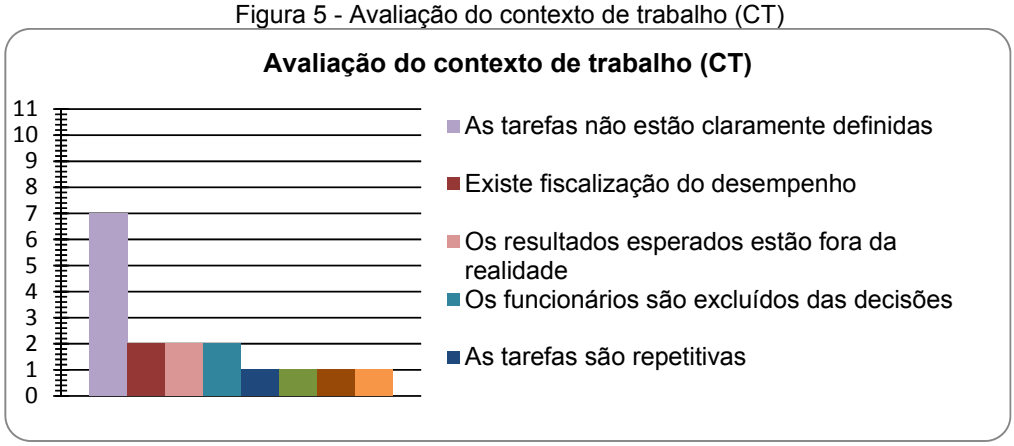
Nesse contexto, é interessante ressaltar que distúrbios músculo-esqueléticos (DME) podem resultar da ação de múltiplos fatores do trabalho, sejam demandas físicas ou psicossociais. Estudos epidemiológicos mostram existir uma associação entre DME e demandas físicas, como a repetitividade de movimentos, as posturas anômalas e o uso de força física (FERNANDES; ASSUNCAO; CARVALHO, 2010). Demandas psicossociais também têm sido identificadas como fatores de risco para DME como o ritmo acelerado, por exemplo, que é o fator de risco mais citado na literatura especializada, especialmente associado aos DME em extremidades superiores.

4.2.5 Avaliação do contexto de trabalho

Ao avaliar o contexto de trabalho, houve grande destaque no setor de CT para “as tarefas não estão claramente definidas”, conforme figura 5. Segundo os trabalhadores essa avaliação acontece devido a grande diferença entre o que a empresa determina para ser feito e o que realmente é executado pelo trabalhador.

Segundo Sznelwar, Abrahão e Mascia (2006) é necessário atuar na discrepância entre o trabalho prescrito e o trabalho real, as dificuldades encontradas no desenvolvimento do trabalho, muitas vezes, decorrem do fato da tarefa ser definida sem que se considere a variabilidade intrínseca que permeia toda a situação de trabalho.

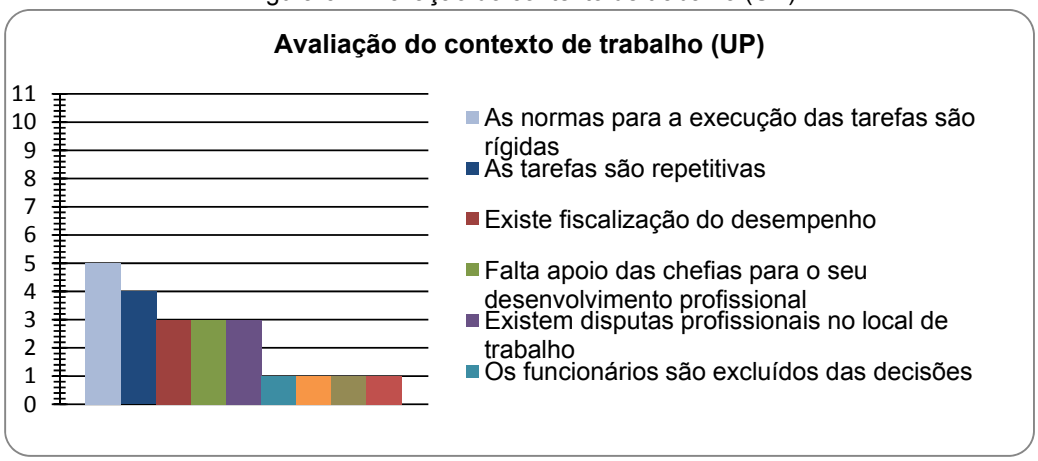
Figura 5 - Avaliação do contexto de trabalho (CT)



Fonte: Elaborado pelas autoras, 2020

Para os trabalhadores da UP destaca-se “as normas para execução das tarefas são muito rígidas” como avaliação do contexto do trabalho, conforme pode ser visto na figura 6. Segundo os relatos, esta avaliação acontece devido as normas para execução das tarefas serem muito rígidas e inflexíveis, fato que ainda é fiscalizado pela supervisão, conforme apontado.

Figura 6 - Avaliação do contexto de trabalho (UP)



Fonte: Elaborado pelas autoras, 2020

4.3 Comparação entre os setores e busca de um trabalho equilibrante

No **Erro! Fonte de referência não encontrada.** são sistematizadas as principais respostas dos trabalhadores e suas respectivas hipóteses explicativas, de acordo com as respostas, entre os setores de Cálculos Técnicos e Unidade Produtiva.

Quadro 2: Principais comparativos da percepção entre setores

PRINCIPAIS PERCEPÇÕES RELATADAS	SETORES	
	CT	UP
Queixas de desconforto	Coluna baixa e pescoço	Coluna alta
Causas	Permanência na postura sentada estática usando computador	Exigências físicas da tarefa prescrita (trabalho manual de montagem)
Sensações	Dúvida sobre a capacidade de fazer tarefas	Dúvida sobre a capacidade de fazer tarefas e vontade de ficar sozinho
Causas	Exigência cognitiva da tarefa (atenção, conhecimento e tomada de decisão)	Exigência física da tarefa (falta de autonomia, tarefa esvaziada e repetitiva)
Vivência positiva	Solidariedade entre os colegas	Liberdade para expressar minhas opiniões; e orgulho pelo que faz
Causas	Ausência de competitividade, estratégia coletiva de defesa	A liberdade de expressão como contraponto à rigidez da tarefa e valorização do trabalhador
Vivência negativa	Insatisfação; e insegurança/medo	Estresse
Causas	Falta de orientação e planejamento das atividades, ociosidade, falta de comprometimento da chefia; imobilidade hierárquica; burocracia	Cobranças de produtividade, reclamações de clientes e problemas com máquinas
Principal exigência	Ter concentração mental	Usar as mãos de forma repetida
Causas	Atividades de análise e raciocínio lógico, elaboração de relatórios, concentração e leitura	Montagem repetitiva de peças pequenas
Avaliação do contexto	As tarefas não estão claramente definidas	As normas para execução das tarefas são muito rígidas
Causas	Discrepância entre o que a empresa prescreve e o que o trabalho realmente precisa fazer	Excesso de padronização imposta pela área de Qualidade

Fonte: Elaborado pelas autoras, 2020

O consenso dos funcionários com relação à algumas vivências negativas, traz oportunidades para a sugestão de modificações na organização do trabalho que possam proporcionar menor sofrimento. De acordo com Martins, Robazzi e Bobroff (2010), embora o trabalho possa ser fonte de sofrimento, por outro lado, proporciona vivências de prazer, pois é por meio dele que o ser humano constrói sua vida e se insere no mundo laboral, não somente como forma de sobrevivência, mas também para realização pessoal e profissional. Assim, o trabalho possibilita o processo de formação do indivíduo, em sua produtividade técnica, política, cultural, estética e artística envolvendo a subjetividade. Segundo as autoras, em certas condições, o resultado da relação do trabalhador com o labor pode desencadear vivências de sofrimento. Há uma correlação entre a personalidade do indivíduo, o seu projeto individual e a prescrição do trabalho que não leva em consideração o aspecto da subjetividade inerente nesta relação.

Outras informações relevantes para a construção do prazer obtidas por meio das entrevistas dizem respeito ao que os funcionários mais gostam no seu trabalho. Para o setor CT foram identificadas as seguintes respostas: oportunidade de desenvolver pesquisas científicas, a preocupação da empresa em oferecer benefícios relacionados ao bem-estar físico do trabalhador, a

colaboração e o bom relacionamento entre colegas, a realização de trabalhos que exigem carga mental, como por exemplo a proposição de melhorias por meio de estudos e análises. Um dos participantes da pesquisa justifica por que se realiza com este tipo de atividade com a seguinte resposta: “porque gosto de aprender”.

Já os trabalhadores da UP citaram a organização, o alcance de metas, o revezamento de atividades e boas condições de trabalho, com esclarecimentos como: “Gosto de tudo, aqui não é um trabalho pesado”.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho possibilitou a identificação de elementos nas condições de trabalho que influenciam na carga mental, podendo causar sofrimento ou prazer. Foram identificadas algumas das principais causas que podem estar relacionadas aos constrangimentos vividos nas atividades de trabalho em questão com o intuito de proporcionar um trabalho equilibrante.

Considerando-se a possibilidade de distorção do sofrimento por interesse ou estratégias defensivas individuais e coletivas (ABRAHÃO, 2000; WISNER, 1994), além da individualidade de cada indivíduo ao lidar com as situações de trabalho (DEJOURS, 2011; WISNER, 1994) tem-se que o diagnóstico acerca do bem-estar mental do trabalhador é bastante complexo.

A partir da percepção dos trabalhadores do CT destacaram-se as seguintes relações na carga psíquica: ‘exigência cognitiva da tarefa; falta de prescrição mais detalhada; distanciamento entre o que é prescrito pela empresa e a realidade do trabalho; insegurança/medo no desenvolvimento das atividades’ e como estratégia defensiva ‘o trabalho coletivo’. Entretanto, a possibilidade de produzir conhecimento e o desenvolvimento de estratégias coletivas e apoio e compreensão, são caracterizadas como experiências positivas, que geram prazer no trabalho.

Na percepção dos trabalhadores do UP destacaram-se: ‘a rigidez da prescrição; falta de liberdade para lidar com as variabilidades; cobranças por resultado; tarefas esvaziadas e repetitivas’ e como estratégia defensiva ‘a possibilidade de expressar opinião’.

A partir dessas considerações, é possível observar que tanto em trabalhos mais operacionais quanto administrativos, a carga cognitiva recebe maior destaque nas verbalizações de desgastes e sofrimentos vivenciados no trabalho. Entretanto, quando se lê nas verbalizações que os destaques ocorrem também nessa ordem, como por exemplo, “tenho satisfação em contribuir intelectualmente com a proposição de melhorias”, pode-se perceber que as vivências de prazer, dentro do contexto do trabalho, estão fortemente relacionadas com a capacidade de exercer o raciocínio e, como consequência, relacionados à atividade mental. Nesse sentido, os aspectos cognitivos receberam destaque tanto nas experiências positivas que geram prazer, quanto nas vivências que geram sofrimento e, portanto, devem receber atenção tanto na pesquisa acadêmica quanto na prática organizacional, para a busca pelo trabalho equilibrante.

As informações coletadas pela percepção dos trabalhadores podem enriquecer análises, possibilitando diferentes enfoques na interpretação dos dados. Propõe-se a elaboração de trabalhos futuros que busquem superar tais limitações.

REFERÊNCIAS

ABRAHÃO, Júlia Issy. Reestruturação Produtiva e Variabilidade do Trabalho: Uma Abordagem da Ergonomia. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**. Brasília, v. 16, n. 1, p. 49-54, 2000.

ALTHUSSER, L. Concepções sobre o trabalho. In: KANAANE, R. **Comportamento humano nas organizações:** o homem rumo ao século XXI. São Paulo: Atlas, 1994.

BONOMO, Ana Myriam Sánchez; ARAUJO, Tereza Cristina Cavalcanti Ferreira de. Psicologia aplicada à cardiologia: um estudo sobre emoções relatadas em exame de holter. Psic.: Teor. e Pesq., Brasília, v. 25, n. 1, p. 65-74, 2009.

CCVISAT - Centro Colaborador da Vigilância dos Agravos à Saúde do Trabalhador. **Boletim Epidemiológico Transtornos Mentais Relacionados ao Trabalho no Brasil**, 2006–2017. Edição nº 13, ano IX. Abril/2019. Disponível em: https://renastonline.ensp.fiocruz.br/sites/default/files/arquivos/recursos/ccvisat_bol_transtmentais_final_0.pdf. Acesso em: 20 set. 2020.

CORRÊA, Fábio de Paula. **Carga mental e ergonomia**. 2003. 167p. (Dissertação de Mestrado). Ergonomia. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis: 2003.

DARIO, Vanusa Cristina; LOURENÇO, Mariane Lemos. Cultura organizacional e vivências de prazer e sofrimento no trabalho: um estudo com professores de instituições federais de ensino superior. **Revista Organizações em Contexto**, v. 14, n. 27, p. 345-395, 2018.

DEJOURS, Christophe, BARROS, Juliana de Oliveira, LANCMAN, Selma. A centralidade do trabalho para a construção da saúde. **Revista de Terapia Ocupacional**, v. 27, n.2, p. 228-35, 2016.

DEJOURS, Christophe. Psicopatologia do Trabalho - Psicodinâmica do Trabalho. **Laboreal**, v. 7, n. 1, p. 13-16, 2011.

DEJOURS, Christophe; ABDOUCHELI, Elisabeth; JAYET, Christian. **Psicodinâmica do Trabalho:** contribuições da escola dejouriana à análise da relação prazer, sofrimento e trabalho. São Paulo: Atlas, 2007. 152 pág.

D'OLIVEIRA, Camila Arantes Ferreira Brecht *et al*. Prazer e sofrimento no trabalho: perspectivas de docentes de enfermagem. **Revista Baiana de Enfermagem**, v. 31, n. 3, 2017.

FERNANDES, Rita de Cássia Pereira; ASSUNCAO, Ada Ávila; CARVALHO, Fernando Martins. Tarefas repetitivas sob pressão temporal: os distúrbios musculoesqueléticos e o trabalho industrial. **Ciênc. saúde coletiva**, v. 15, n. 3, p. 931-942, 2010.

FERREIRA, Maria Margarida; FERREIRA, Carlos. Carga mental e carga psíquica em profissionais de enfermagem. Revista Portuguesa de Enfermagem de Saúde Mental, Porto, n. spe1, p. 47-52, 2014.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2010.

GIONGO, Carmem Regina; MONTEIRO, Janine Kieling; SOBROSA, Gênesis Marimar Rodrigues. Suinocultor: vivências de prazer e sofrimento no trabalho precário. **Psicologia & Sociedade,** Belo Horizonte, v. 29, e147648, 2017.

MARTINS, Júlia Trevisan; ROBAZZI, Maria Lúcia do Carmo Cruz; BOBROFF, Maria Cristina Cescatto. Prazer e sofrimento no trabalho da equipe de enfermagem: reflexão à luz da psicodinâmica Dejouriana. **Rev. esc. enferm. USP**, v. 44, n. 4, p. 1107-1111, 2010.

MENDES, Ana Magnólia. **Psicodinâmica do Trabalho**: teoria, método e pesquisas. São Paulo: Casa

do Psicólogo, 2007.

MENDES, Ana Magnólia; FERREIRA, Mário César. **Inventário sobre trabalho e riscos de adoecimento:** Psicodinâmica do trabalho, teoria, método e pesquisa. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007.

MENDES, Ana Magnólia; TAMAYO, Álvaro. Valores organizacionais e prazer-sofrimento no trabalho. **Psico-USF**, v. 6, n. 1, p. 39-46, 2001.

OIT – Organização Internacional do Trabalho. **Promoción de la salud y el bienestar en el trabajo**. Disponível em: http://www.ilo.org/safework/areasofwork/workplace-health-promotion-and-well-being/lang--es/index.htm. Acesso em 18 set. 2020.

OLIVEIRA, Regina Márcia Rangel de. A abordagem das Lesões por Esforços Repetitivos/Distúrbios Osteomusculares Relacionados ao Trabalho-LER/DORT no Centro de Referência em Saúde do Trabalhador do Espírito Santo-CREST/ES. 2001. (Dissertação de Mestrado). Escola Nacional de Saúde Pública-ENSP/FIOCRUZ do Rio de Janeiro, 2001.

OMS – Organização Mundial da Saúde. **Empresas devem promover saúde mental de funcionários no ambiente de trabalho.** Disponível em: https://nacoesunidas.org/oms-empresas-devem-promover-saude-mental-de-funcionarios-no-ambiente-trabalho/ Acesso em: 20 set. 2020.

SELIGMANN-SILVA, Edith. Trabalho e desgaste mental: o direito de ser dono de si mesmo. In: **Trabalho e desgaste mental**: o direito de ser dono de si mesmo. 2011.

SILVA, Marli Appel; ARGIMON, Irani Iracema de Lima; WENDT, Guilherme Welter. Insegurança no trabalho e sua relação com a saúde psicológica do trabalhador. **Revista da Sociedade de Psicologia do Rio Grande do Sul**, v.12, n1, p. 40-48, 2012.

SZNELWAR, Laerte Idal; ABRAHÃO, Júlia Issy; FAUSTO, Leopoldo Mascia. Trabalhar em centrais de atendimento: a busca de sentido em tarefas esvaziadas **Rev. bras. saúde ocup**. v.31 n.114, 2006.

WISNER, Alain. **A inteligência no trabalho:** textos selecionados de ergonomia. São Paulo: Fundacentro, 1994.

YIN, Robert. K. **Estudo de caso:** Planejamento e Métodos. Porto Alegre: Bookman, 2015.

APÊNDICE 1

ROTEIRO DA ENTREVISTA
(Adaptado do questionário de percepção de Mendes, 2007)

Setor: _____
Cargo: _____**Tempo no cargo atual:** _____
Sexo: _____
Há quanto tempo trabalha na empresa? _____

1. Como é a sua postura na maior parte do tempo (em pé, sentado, andando)?
2. Quais as atividades mais cansativas fisicamente no seu atual trabalho?
3. Quais as atividades que mais te deixam tenso ou preocupado, que te "enchem a cabeça".
4. Sem contar o almoço, janta e ceia, você realiza pausas (descansa um pouco durante suas atividades)? Caso sim, quantas vezes por dia? E por quantos minutos?
5. Você já teve algum desconforto (do tipo sensação de peso no corpo, formigamento, dormência, dor contínua, agulhada, pontada) em alguma região do corpo nos últimos 6 meses?
6. Há quanto tempo você sente esse(s) desconforto(s)?
7. Na sua opinião, das atividades que você realiza, qual(is) a(s) que mais contribui(em) para esse(es) desconforto(s)?
8. O que você mais gosta no seu trabalho? Por quê?
9. O que você menos gosta no seu trabalho? Por quê? Como isso poderia melhorar/mudar?

10. Quais das sensações abaixo você acredita que o seu trabalho lhe causa?
a. Vontade de ficar sozinho
b. Conflito nas relações familiares/amizades
c. Agressividade/impaciência da sua parte
d. Sensação de vazio/solidão
e. Vontade de desistir de tudo
f. Tristeza
g. Dúvida sobre a capacidade de fazer as tarefas
h. Outra. Qual? _____

11. Com relação ao seu trabalho, quais das vivências positivas abaixo você possui?
a. Liberdade com a chefia para negociações
b. Solidariedade entre os colegas
c. Liberdade para expressar minhas opiniões
d. Satisfação
e. Motivação
f. Orgulho pelo que faz
g. Valorização/reconhecimento
h. Outra. Qual? _____

12. Com relação ao seu trabalho, quais das vivências negativas abaixo você possui?
a. Estresse
b. Insatisfação
c. Sobrecarga
d. Frustração
e. Insegurança/medo
f. Falta de reconhecimento
g. Discriminação
h. Outra. Qual? _____

13. Quais das exigências abaixo são decorrentes do seu trabalho?
a. Ter controle das emoções
b. Ter que lidar com ordens contraditórias
c. Ser obrigado a cuidar da aparência física
d. Ser submetido a constrangimentos
e. Transgredir valores éticos
f. Ser obrigado a lidar com imprevistos
g. Fazer previsão de acontecimentos
h. Usar a visão de forma contínua
i. Usar a memória
j. Ter desafios intelectuais
k. Ter concentração mental
l. Usar a criatividade
m. Usar a força física
n. Ter que manusear objetos pesados
o. Usar os braços de forma contínua
p. Usar as mãos de forma repetida
q. Subir e descer escadas
r. Outra. Qual? _____

14. Quais dos itens abaixo correspondem à avaliação que você faz do seu contexto de trabalho?
a. O ritmo de trabalho é excessivo
b. As tarefas são cumpridas com pressão de prazos
c. As normas para a execução das tarefas são rígidas
d. Existe fiscalização do desempenho
e. Os resultados esperados estão fora da realidade
f. As tarefas são repetitivas
g. As tarefas não estão claramente definidas
h. A autonomia é inexistente
i. Os funcionários são excluídos das decisões
j. Existem disputas profissionais no local de trabalho
k. Falta apoio das chefias para o seu desenvolvimento profissional
l. As condições de trabalho são precárias
m. Existe muito barulho no ambiente de trabalho
n. Outra. Qual? _____

Obrigada por sua colaboração!

APLICABILIDADE DO NEUROMARKETING COMO FERRAMENTA ESTRATÉGICA NA FIDELIZAÇÃO DE CLIENTES: UM ESTUDO EM UMA REDE DE POSTO DE COMBUSTÍVEIS NA CIDADE DE SANTA FÉ DO SUL

APPLICABILITY OF NEUROMARKETING AS A STRATEGIC TOOL IN CLIENT LOYALTY: A STUDY IN A FUEL STATION NETWORK IN THE CITY OF SANTA FÉ DO SUL

Dinâmicas Territoriais e Desenvolvimento Regional: Outras áreas temáticas.

GOMES, Wellington Bertocco
UNIFUNEC – Centro Universitário de Santa Fé do Sul/SP
Graduando em Administração
wellington-09@hotmail.com

NEPUMOCENO, Nádia Eduarda Martins
UNIFUNEC – Centro Universitário de Santa Fé do Sul/SP
Graduanda em Administração
nadia_eduarda@hotmail.com

Resumo

O processo de fidelização de clientes tem gerado muita dificuldade para todas as empresas, a alta competitividade do mercado e o cliente cada dia mais exigente torna as ações organizacionais cada vez mais complexas, é necessário estar se adaptando constantemente as mudanças, além de exigir muito conhecimento e cautela de seus dirigentes nas tomadas de decisões, portanto é necessário mergulhar profundamente no universo dos seus clientes e compreender suas reais necessidades e desejos, assim evitando falhas durante o processo de tomada de decisões. O momento atual de pandemia deixa claro que não basta apenas atrair os consumidores para a sua empresa, e sim a importância em criar relações afetiva e estável na busca por fidelização e atração de clientes. Este trabalho tem como objetivo aplicar a ferramenta de neuromarketing destacando o fator emoção na busca da fidelização dos clientes de uma rede de postos combustíveis. O estudo foi elaborado a partir de uma pesquisa de campo onde foi aplicado um questionário com os clientes da empresa, com o objetivo de identificar as principais necessidades dos consumidores que utilizam dos serviços da rede de postos de combustíveis. A pesquisa servirá de base para identificar quais deverão ser ações práticas e realizada pela rede de combustíveis trabalhando o marketing e o neuromarketing, na busca de atrair e fidelizar seus clientes. Ao final da pesquisa pode-se concluir que a aplicação do neuroromarketing como ferramenta de marketing pode aprofundar o conhecimento das empresas em relação aos seus clientes e melhorar o relacionamento, cliente/empresa.

Palavras-chave: Neuromarketing, Relacionamento, Fidelização.

Abstract

The customer loyalty process has created a lot of difficulty for all companies, the high competitiveness of the market and the increasingly demanding customer become organizational actions more complex each day complex, it is necessary to constantly adapt to changes, in addition to requiring a lot of knowledge and caution of its leaders in making decision, so it is necessary to deepen into the universe of its customers and understand their real needs and wishes, for not to take risks in making decision. The current pandemic moment makes it clear that it is not enough to just attract consumers to the companies, it is important to create an affective and stable relationship in the search for customer loyalty and attraction. This work objective is applying the neuromarketing tool highlighting the emotion factor in the search for customer loyalty in a gas stations network. The study was based on a survey where a questionnaire was applied to the company's customers, in order to identify the main needs of consumers who use the services of the gas stations network. The research will serve as a basis to identify which practical actions should be carried out by the gas stations network using marketing and neuromarketing, in the search to attract and retain their customers. At the end of the research it can be concluded that the application of neuroromarketing as a marketing tool can deepen

the knowledge of companies in relation to their customers and improve the relationship, the client / company partnership.

Keywords: Neuromarketing, Relationship, Loyalty.

1 INTRODUÇÃO

Um dos maiores problemas enfrentados pelas organizações nos últimos tempos é conseguir, conquistar e criar um relacionamento sólido e contínuo entre seus clientes e a marca. Muitas vezes o consumidor final procura um diferencial na hora de fechar uma compra, algo que satisfaça seus desejos de forma que esta compra gere boas emoções e traga uma experiência positiva e satisfatória.

Segundo Silva (2019), o processo de conhecer o cliente é amplamente vasto e ambíguo, é necessário entender seus reais sentimentos sobre um determinado produto ou marca, para tomada decisões assertivas e obter resultados mais positivos, o neuromarketing é uma ferramenta do marketing que junto com a neurociência busca entender o cliente de forma profunda e tornar a tomada de decisão dos gestores mais cristalina.

De acordo com Carmo (2020), quanto mais acirrada a competitividade, maior as necessidades organizacionais a serem estrategicamente geridas para garantir a sua sobrevivência no mercado, atuar de forma assertiva pode fazer toda diferença nos resultados da empresa. O neuromarketing é uma ferramenta do marketing que vem sendo amplamente utilizada pelas empresas para tentar conhecer melhor seus clientes e toda complexidade que envolve o momento da escolha de uma marca ou produto, além de compreender os motivos que podem levá-los a substituí-los por outro. Portanto, é importante para qualquer empresa compreender a mente dos consumidores frente as relações de trocas, e assim estabelecer relações de fidelidade entre os consumidores e as marcas.

A competitividade do segmento torna-se cada vez mais difícil o trabalho das empresas no processo de compreender e analisar seu público-alvo é necessário ir além e buscar compreender as verdadeiras necessidades e desejos dos clientes e tentar supri-las de forma consistente e efetiva, gerando a boas emoções, a aplicação do neuromarketing como ferramenta estratégica, enfatizando o fator emoção pode ser um grande aliado na fidelização de clientes.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Marketing e a fidelização de clientes

O marketing nos dias de hoje, tornou-se uma peça essencial nos mais diferentes tipos de organizações, sendo essa ferramenta responsável pela segmentação de mercado, fundamentação do público-alvo da empresa, estabelecimento de estratégias voltadas para a imagem da organização perante os consumidores, fornecedores, parceiros e concorrentes. Além de reconhecer necessidades e desejos de seus clientes, visando a elaboração de produtos e serviços que realmente atendam às necessidades dos mesmos, assim promovendo a satisfação e até mesmo a superação de expectativas dos clientes em relação a empresa, conseguindo atingir a fidelização dos mesmos (KOTLER, 1999). Maso (2010, p.7), reforça que o “enfoque é ter uma estratégia de marketing, cuja essência é a busca constante em satisfazer o cliente. Assim sendo, é de grande importância que as organizações compreendam o comportamento, necessidades e o processo de compra do consumidor”.

Segundo Rocha, Ferreira e Silva (2012), o marketing tem a função de regular a oferta que a organização possui com a demanda presente no mercado de bens e serviços, visando atender as necessidades e os desejos da sociedade, ou seja, agregar valor aos produtos ofertados por meio de diferenciais no produto ou nos serviços associados, buscando proporcionar maior satisfação ao consumidor, levando em consideração principalmente seu bem estar a longo prazo, respeitando as exigências e limitações impostas pela sociedade.

2.2 Neuromarketing como ferramenta na estratégica na fidelização de cliente

O termo Neuromarketing surgiu a partir da junção de duas palavras "Neuro" e "Marketing". A palavra “neuro” sugere a ciência que representa o estudo do cérebro e de sua diversidade. O marketing é uma estratégia destinada a entender e atender as necessidades e desejos dos

consumidores, trazendo benefícios para as empresas e aos clientes, ou seja, o neuromarketing tem como função compreender o cérebro humano, diante das ações de marketing. (FERREIRA, 2018). Peruzzo, complementa que

O neuromarketing é a união dos ecossistemas, neurociência e marketing, com o objetivo de mensurar os estados mentais consistentes e inconsistentes dos consumidores, transformando esse conhecimento em bens de consumo que curem, provisoriamente, esta insatisfação do cliente, gerando um estado de fidelidade circunstancial. (PERUZZO, 2015, p.10).

Trata-se uma ferramenta de análise, que estuda o fator de decisão de consumo dos indivíduos quando expostos a situações adversas, através de reações e processos inconscientes que são baseados em experiências, preferências e crenças. Ele tem a capacidade de esclarecer os pensamentos, sentimentos e desejos que são desenvolvidos pelo inconsciente de cada ser humano (VIDIGAL FILHO, 2018).

Peruzzo (2015), apresenta que o neuromarketing é uma estratégia de marketing, capaz de estudar e analisar o comportamento do ser humano por meio de processos e estudos que tenham como objeto o cérebro. Redivo e Gouveia (2018), complementam que a ferramenta surgiu da necessidade de verificar, analisar e compreender as preferências e motivações do ser humano, com o objetivo de aperfeiçoar as estratégias de marketing desenvolvidas pelas empresas. Ele surgiu em virtude da necessidade de entender o que o consumidor realmente pensa sobre determinado produto, serviço ou marca. O neuromarketing tem como objetivo, estudar e compreender como o cérebro dos consumidores são influenciados por meio das estratégias de marketing. Visto que, essa ferramenta é composta por estudos e diretrizes de diversas áreas do conhecimento como medicina, psicologia de consumo, neurociência e marketing, com isso é possível desvendar como o ser humano é atingido pela publicidade, bom como são impulsionados ao consumo (SAMPAIO et. al, 2019).

Segundo Lindstrom (2012), uma das ferramentas utilizadas pelo neuromarketing em suas ações de mercado é o brand sensorial, o qual consiste em utilizar dos cinco sentidos (visão, tato, olfato, paladar e audição), com o intuito de se estabelecer uma relação entre empresa e consumidores por meio das emoções. E para que isso ocorra de forma eficaz é fundamental remeter algum desses sentidos a sua marca e/ou empresa, porém de forma habitual, ou seja, de forma imperceptível, onde os consumidores não percebam que estão sendo influenciados em lembrar de sua marca de forma direta.

2.2.1 O fator emoção no neuromarketing

São poucas as formas de mensurar o fator emocional de um consumidor, entre elas através do estudo do neuromarketing. O fator emocional de forma geral relaciona-se com todos os fatores demais fatores que compreende o brand sensorial que influenciam diretamente e/ou indiretamente o indivíduo durante um período decisório. A emoção é um dos fatores capazes de fazer com que o ser humano realize ações irracionais e impulsivas, levando em consideração somente o momento, os sentimentos e as lembranças.

Almeida e Arruda (2014), ressaltam que os estudos acerca do neuromarketing comprovam que ao longo do processo de tomada de decisões, são levados em consideração diversos pontos a serem analisados, principalmente os relacionados ao fator emocional e sentimental, visto que este processo se dá em razão de inúmeros estímulos recebidos pelo cérebro humano.

De acordo com Camargo (2013), os estudos acerca do neuromarketing levam consideração todos os processos automáticos do cérebro humano, que são tomados de formas inconscientes, não intencionais, de forma rápida quase que automática e que são afetadas diretamente pelas misturas de suas emoções. De modo que o estudo da neurociência e do neuromarketing complementam as técnicas e recursos utilizados pelas empresas, oferecendo um entendimento mais consistente dos dados comportamentais dos consumidores e seus fatores que influenciam na tomada de decisões.

2.3 O estudo comportamental dos consumidores

Segundo Solomon (2016), o consumidor é aquela pessoa que observa o mercado, cria e identifica uma necessidade ou desejo, dessa forma, realiza uma compra para satisfazê-lo. O consumidor pode ser final que é aquele retratado pela pessoa física ou pode ser organizacional que é aquele representado pela pessoa jurídica. O comportamento do consumidor é um processo que é bastante complexo, e envolve várias etapas que são influenciadas por inúmeros fatores no mercado atual.

O estudo do comportamento do consumidor é um assunto de grande relevância a todos os tipos de empresas, pois ele procura esclarecer qual o motivo que leva as pessoas desejarem e comprarem um produto ou a prestação de um serviço. Esse comportamento se consiste em uma série de atividades realizadas por clientes que buscam bens de consumo para satisfazerem suas necessidades e que acabam resultando em decisões e atos, como por exemplo , de comprar e utilizar determinados produtos e serviços, como também pagar um determinado valor por eles (SILVA et al., 2019).

Segundo Santos (2018), o comportamento de cada consumidor é diferente um do outro e está ligado à fase em que ele está passando em um determinado momento de sua vida, por exemplo, idosos tem uma renda maior do que jovens que acabaram de entrar no mercado de trabalho, ou também casais com filhos tem necessidades diferentes daqueles que começaram uma família recentemente.

De acordo com Limeira (2008), alguns dos fatores que influenciam no comportamento do consumidor são os fatores pessoais que são um conjunto de estados fisiológicos e psicológicos; fatores ambientais que são os valores compartilhados, opiniões de familiares e amigos, além da política e veículos de comunicação; fatores situacionais que são o tempo e as características das lojas e empresas e, por último, mas não menos importante, os fatores de estímulos de marketing que são os produtos, preços, distribuição e promoção que visam provocar a fidelidade do consumidor.

As empresas precisam compreender os seus consumidores em um nível muito alto, pois isso transmite a segurança de que os produtos e serviços certos estão sendo assertivos aos seus determinados público-alvo. Para conhecer melhor os seus consumidores, as empresas procuram analisar e compreender o seu comportamento quando eles selecionam, compram, consomem ou descartam produtos e serviços que satisfizeram a sua necessidade ou desejo. Por isso, ao estudar esse comportamento o administrador busca refletir sobre o que motiva os clientes a comprar e quais são os fatores externos e internos que os fazem tomar essas decisões (MERLO e CERIBELI, 2014).

Os consumidores passam por um processo ao comprar bens que é chamado de decisão de compra, esse processo decorre de inúmeros fatores e diz respeito a fases que um determinado cliente passa, na procura de um produto que satisfaça seus desejos e necessidades. As organizações que desejam criar um diferencial competitivo, procuram compreender esses processos para sair na frente de outras concorrências, assim garantindo a confiança e conquista de clientes (KOTLER e KELLER., 2006).

No mercado consumidor em que as empresas se encontram atualmente, existem diversos tipos de consumidores, por essa razão a análise e entendimento do processo de decisão de compra vem sendo discutida desde os meados dos anos 70, pois essa compreensão faz com que as empresas ofertem os melhores produtos e serviços a todos os públicos. Hoje em dia, quem permanece no mercado, são as empresas que estão em uma constante busca de conhecer e entender seus clientes. Por isso, o comportamento do consumidor é um dos objetos de maior discussão no mundo (SANTANA et al., 2016).

2.4 O poder da marca no mercado

Segundo Schneider (2018), a marca é um símbolo ou não que tem como objetivo identificar determinados bens e serviços de uma empresa, dessa forma diferenciando o mesmo dos concorrentes. Ao criar uma marca para o seu negócio, os empresários acabam criando um meio de passar informações, benefícios e valores a todos os seus consumidores.

De acordo com Nascimento (2017), as marcas fazem com que as organizações obtenham uma identidade fortalecida no mercado, levando ao desenvolvimento e efetivação de possíveis vendas, resultando na confiabilidade de seus produtos e serviços, agregando valor a seus consumidores, fazendo com que os clientes comprem o que a empresa tem a oferecer e passem a defender a marca da organização.

A marca é uma forma estratégica de uma organização para criar um diferencial competitivo em relação as concorrências pois com ela as empresas conseguem criar um forte apelo e uma ligação emocional com os clientes dessa forma desenvolvendo relações fortes e duradouras. Ao desenvolver uma marca forte e consolidada, a organização se destaca no imenso mercado competitivo do mundo atual, assim garantindo o sucesso de toda a empresa (WHELLER, 2019).

A identidade da marca é uma coisa tangível, ou seja, você pode a ver e a observar, além da mesma fazer um apelo aos sentidos dos seres humanos. As marcas tem diversas funções como, concorrer entre si quando existem vários produtos da mesma marca e os mesmos concorrem entre

eles; de se identificar individualmente por meio de um produto; de revelação ao lançar um produto ou serviço no mercado consumidor, e também a função de diferenciar, promover e divulgar produtos e serviços (PINHEIRO et al., 2019).

O valor da marca está relacionado com os efeitos positivos ou negativos causados pela gestão do uso do nome da marca em um determinado produto ou serviço. Por isso, é vital que as organizações estejam sempre procurando cuidar e aperfeiçoar as suas marcas para que assim consigam um maior reconhecimento pelas pessoas. A marca perfeita é aquela que evidencia suas informações, fazendo com que despertem interesse nos consumidores de consumir produtos ou serviços da mesma (SOUZA et al., 2019).

Segundo Mallmann (2016), para uma organização conseguir construir uma marca consolidada leva-se muito tempo, assim deve-se manter tudo nos mínimos detalhes e ser cuidadoso para manter a valorização da mesma no mercado atual, a marca deve esclarecer e ser clara sobre os elementos que os clientes desejam e necessitam, para que dessa forma consigam estabelecer grandes compromissos, oferecendo benefícios, recompensas, valores e personalidade que agradem a diversos tipos de públicos existentes.

De acordo com Semprebon e Prado (2016), as marcas são um elemento primordial na relação entre a organização e o consumidor, representando as percepções e os sentimentos dos clientes em relação ao desempenho de um determinado produto ou serviço. O poder da marca é a habilidade de uma marca de influenciar no comportamento do consumidor, levando-o a realizar ou consumir alguma coisa para satisfazer necessidade ou desejo. Assim, como as melhores marcas, que acabam trazendo um sentimento de garantia de qualidade a seus clientes, fazendo com que a empresa se diferencie em meio ao mercado consumidor e em relação as concorrências.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Segundo Praça (2015), metodologia é definida como um conjunto de etapas e instrumentos baseados em técnicas específicas, pelo qual uma pessoa direciona o seu projeto de pesquisa de caráter científico. Essas etapas e instrumentos auxiliam o pesquisador a obter resultados confiáveis na elaboração de seu projeto. Leão (2019), apresenta que a metodologia engloba todas as atividades teóricas ou práticas que são desenvolvidas e necessitam de procedimentos adequados para a sua realização. Esses procedimentos são chamados de diretrizes metodológicas que ajudam pesquisadores a desenvolver trabalhos com eficácia e competência.

O estudo foi elaborado a partir de uma pesquisa de campo onde foi aplicado um questionário online com os clientes da empresa, com o objetivo de identificar as principais necessidades dos consumidores que utilizam dos serviços da rede de postos de combustíveis. Para a aplicação eficaz do questionário foi utilizada a plataforma *Google Forms,* para a confecção da pesquisa, e do aplicativo *WhatsApp* para o alcance e aplicação da mesma aos entrevistados, de modo que os questionamentos fossem respondidos de forma clara, sucinta e anônima por meio de seus smartfones, observando para que fosse preservada a identidade dos participantes.

Posteriormente, com as respostas obtidas, se faz realizável o levantamento de informações necessárias para análise e estudo do cenário, visando a elaboração de ações estratégicas que poderão ser adotadas pela rede de combustíveis, em meio ao momento pandêmico que passamos , desta forma trabalhando principalmente a área de marketing e a ferramenta de neuromarketing, objetivando estabelecer uma relação afetiva e estável na busca pela fidelização e atração de clientes.

Em um universo de 1000 caminhoneiro em média, foram entrevistados 167 pessoas, que auxiliaram de amostra na pesquisa , desenrolando-se com a aplicação de um questionário aos caminhoneiros, que são os principais consumidores da rede de postos de combustíveis, visando reconhecer quais as principais necessidades deste público, principalmente no momento pandêmico atual, visto que se trata de profissionais que percorrem rodovias de todo o Brasil, e possuem contatos direto com diferentes pessoas em diferentes localidades. Com isso necessitam mais do que nunca de pontos de apoio que ofereçam o suporte básico para o seu descanso, higienização, segurança, alimentação e manutenção de seus instrumentos de trabalho. Deste modo, cabem aos postos de combustíveis localizados à beira das rodovias, oferecer esses serviços primordiais no dia à dia destes profissionais, em especial ao cenário da COVID19.

De acordo com Gerhardt e Silveira (2009), a pesquisa de campo tem como característica a investigação realizada junto a coleta de dados feitos em grupos de pessoas. Dessa maneira, ela tem por finalidade a observação de fatos e fenômenos e como eles ocorrem na realidade, após a observação, esses fatos são analisados e interpretados com bases em fundamentações teóricas. A

pesquisa quantitativa tem como objetivo a aquisição de resultados certeiros, que passem segurança e não aqueles que são passíveis de distorção ao analisar e interpretar. Este tipo de pesquisa é capaz de identificar com profundidades certos aspectos, suas relações e estruturas. Além de que a pesquisa quantitativa também pode fazer suposições que explicam o porquê que as coisas acontecerem de determinada maneira (FERNANDES, et al, 2018).

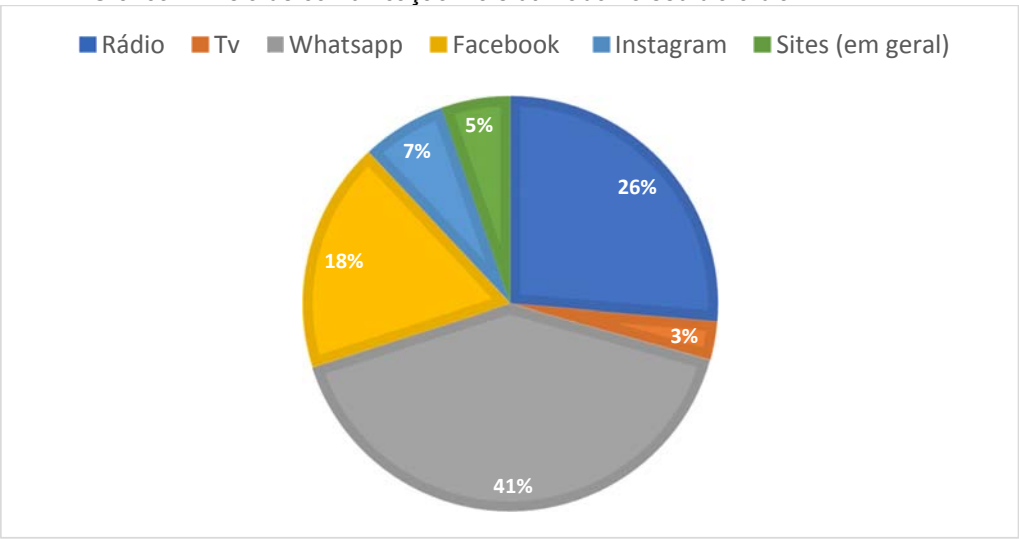
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A pesquisa foi realizada no período de 03 de agosto de 2020 ao 08 de agosto de 2020, realizada de forma on-line e em algumas situações de forma presencial em uma das unidades da rede, a aplicação dos questionários foi realizada através da plataforma *Google Forms.* Durante o período foram aplicados 167 questionários, o público-alvo desta pesquisa foram os caminhoneiros/motoristas clientes da rede, os quais representam maior parte dos clientes da rede de postos de combustíveis.

O questionário contou com três perguntas, onde basicamente buscava-se averiguar primeiramente o meio de comunicação mais assertiva para se utilizar com este público em especial e assim de maneira assertiva identificar quais são as maiores necessidades e dificuldades enfrentadas por estes profissionais no seu dia a dia nas rodovias brasileiras.

A partir dos resultados coletados pode-se estabelecer um parâmetro para trabalhar o fator emocional na fidelização de clientes. O questionário foi elaborado estrategicamente para conhecer mais a fundo as realidades enfrentadas por estes profissionais. Ao serem questionados a respeito de quais meios de comunicações eles mais utilizavam no seu dia a dia, foi possível se observar que cerca de 85% dos entrevistados apontaram que os meios mais utilizados respectivamente são Whatsapp, rádio e Facebook, conforme o gráfico 1, onde notasse que pelo fato de passarem grande parte do seu dia sob a direção de automóveis, é indispensável que a comunicação seja rápida, direta e assertiva.

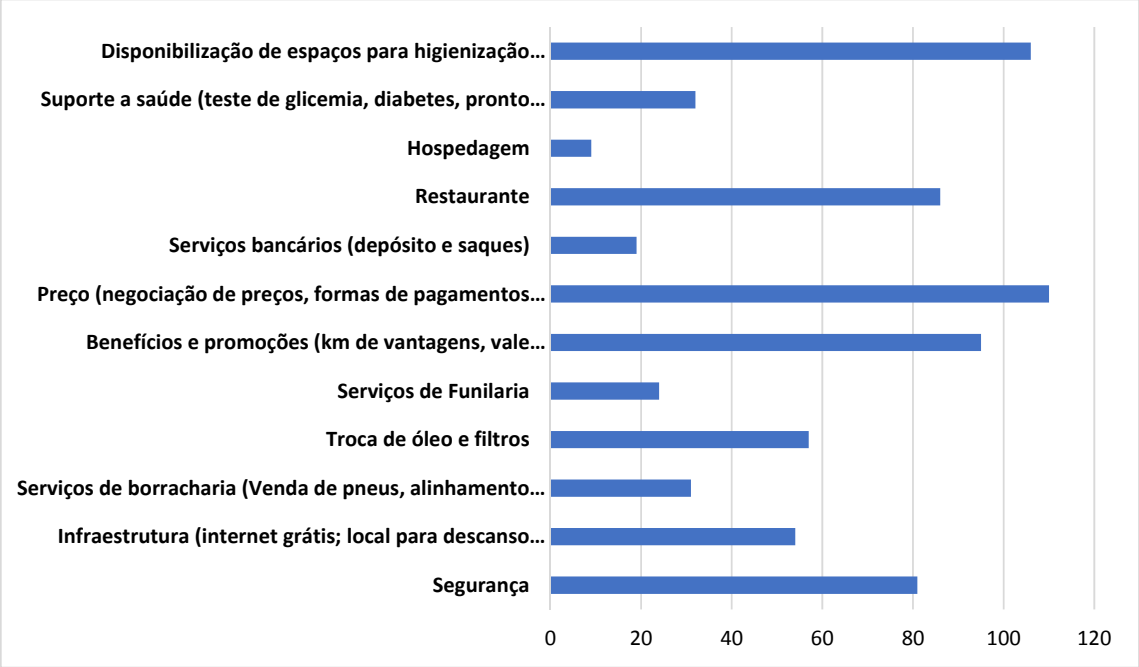
Gráfico 1: Meio de comunicação mais utilizado no seu dia a dia.



Fonte: Dos próprios autores.

Outro aspecto importante da pesquisa, foi tentar identificar quais pontos são essenciais para o motorista para escolher um ponto de parada durante uma viagem, desta forma é possível identificar quais as necessidades enfrentadas por esses profissionais no desempenhar de suas funções. Conforme apresentado no Gráfico 2:

Gráfico 2: Pontos essenciais para a escolha de um ponto de parada.



Fonte: Dos próprios autores.

Por meio desta segunda pergunta podemos observar que os pontos mais essenciais para estes profissionais ao escolherem um ponto de parada durante uma viagem é preço e formas de pagamentos; disponibilização de espaços para higienização; benefícios e promoções, alimentação e segurança.

Vale observar que pelo fato de postos de combustíveis trabalharem com produtos de fácil substituição, ou seja, produtos idênticos, é notório a grande concorrência nos preços dos produtos (combustíveis). Como isso é essencial o oferecimento de diferentes formas de pagamentos, a fim de trazer maior conforto e comodidades para os consumidores, assim como a disponibilidade de promoções e benefícios para os clientes, como descontos em abastecimentos acima de “x” litros, vale refeições, serviços gratuitos ou com descontos, entre outros.

Relevante ressaltar também, principalmente no momento no qual estamos vivendo de pandemia, onde a preocupação com a saúde e higienização se redobrou, cerca de 64% dos entrevistados apontaram como pontos essencial a disponibilização de espaços para a realização de higienização com chuveiros e água quente, e outros 20% enfatizaram os serviços básicos com a saúde, como teste rápidos de glicemia e diabetes, e até mesmo orientação básicas de higienização e prevenção. Outros 52% apresentaram a necessidade pontos para alimentação.

Outro ponto foi em relação a segurança, visto que muitas vezes as cargas transportadas são de grande valor, com isso a necessidade do ponto de parada ser seguro, desta forma trazendo segurança tanto para o motorista, quanto para a transportadora que o mesmo trabalha e até para o contratante da carga a ser transportada.

O terceiro questionamento realizado foi em relação as dificuldades encontradas no realizar de suas funções, ou quais necessidades os postos de combustíveis que margeiam as rodovias brasileiras não atendem, ou são insuficientes.

Gráfico 3 - Maiores dificuldades encontradas no realizar de suas funções, ou quais necessidades os postos de combustíveis que margeiam as rodovias brasileiras não atendem, ou são insuficientes.

Fonte: Dos próprios autores.

Com a aplicação da terceira pergunta pode-se observar que as maiores dificuldades encontradas são relacionaras a preço e formas de pagamentos, alimentação cara e/ou baixa qualidade, e falta de local adequado para banho e higienização.

Muitos relatos obtidos por estes profissionais foram decorrentes a cobrança de seus patrões para que seja realizado o abastecimento e compra de produtos em postos de combustíveis que possuem preços mais atrativos no mercado, ou até mesmo em unidade que possuem parcerias com as transportadoras.

Outro ponto relatado pelos motoristas entrevistados foi acerca das alimentações oferecidas, sendo em sua maioria cara e no intuito de deixar essa alimentação mais barata diminuem drasticamente a qualidade das refeições oferecidas.

É possível observar-se também dificuldades em conseguir pontos para a higienização, onde seja possível tomar banho quente, e ter cuidados básicas de higiene, onde muitos postos que margeiam as rodovias não oferecem a estrutura necessárias para amparo destes profissionais. Além da insegurança constante devido aos roubos de cargas, furtos de rodas e pneus.

A partir dos resultados obtidos é notório as dificuldades enfrentadas por estes profissionais no desempenhar as suas funções, e como os postos de combustíveis possuem um papel tão importante para essa classe trabalhadora, sendo responsável por todo amparo e atendimento das necessidades dos motoristas.

Como o auxílio da ferramenta do neuromarketing é possível promover uma comunicação mais direta entre empresa e clientes, com a utilização das redes sociais, e elaboração de estratégias de marketing voltadas para facilidades de pagamentos, incentivos e cuidados com a saúde, programa de benefícios e brindes direcionais a este público em específico, a fim de se estabelecer um relacionamento duradouro entre as partes, atrás da fidelização com a marca.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

É notório que os profissionais caminhoneiros são peças fundamentais no desenvolvimento econômico e social do país, sendo eles responsáveis pelo transporte de insumos e matérias prima para os mais diferentes pontos da cadeia produtiva. Os postos de combustíveis exercem um papel fundamental na manutenção dos serviços prestados por estes profissionais, os postos de combustível é uma das organizações responsáveis por todo amparo aos motoristas e aos veículos ao longo dos trajetos percorridos.

Os postos de combustíveis espalhados as margens das rodovias, passaram a ser muito mais que um ponto de parada, passaram a representar também um local de segurança para uma noite de descanso, um ponto onde esse profissional consegue realizar contato com seus familiares, haja vista que muitos destes passam dias, semanas ou até mesmo meses sem voltar para sua casa.

As estratégias do neuromarketing relacionadas com fator emocional, o qual estuda os fatores

que influenciam diretamente ou indiretamente no processo de decisão de consumo dos seres humanos sejam estas baseadas em experiências, preferencias, em experiências, preferencias, memorias e crenças, a rede de posto de combustíveis já apresentava algumas ações estratégias baseada no conceito abordado pela ferramenta, com o objetivo de desenvolver ações que visam estabelecer relacionamentos duradouros entre empresa e seus consumidores de forma que enaltecesse a fidelização dos mesmo com a marca.

A empresa já desenvolve ações com auxílio da ferramenta neuromarketing em alguns aspectos, podemos citar: participação ativa dos proprietários no dia a dia da organização, o qual faz transparecer uma maior segurança e proximidade entre a empresa e seus consumidores; oferecimento de serviços de borracharia e venda de pneus, funilaria, troca de óleo e filtros, disponibilidade de banheiros com chuveiros com água quente de forma gratuita aos usuários da unidade. Outras ações que podem ser destacadas são: disponibilização de espaço para sala de TV, com oferecimento ambiente climatizado com poltronas para repouso, TV a cabo, WIFI e tomadas para carregar aparelhos celulares; além de outros espaços como estacionamento monitorado e com controle de saída e entrado por meio de um sistema de cancelas, centros de apoio aos motoristas com barbeiro e enfermeira para primeiros cuidados, academia ao ar livre, paroquia com cultos mensais, loja de conveniência e loja de calçados diretos da fábrica.

A pesquisa deixa claro também que devido a ocorrência da pandemia do novo corona vírus, a relação estabelecida entre postos de combustíveis e clientes foi de fundamental relevância, visto a necessidade de auxílio e suporte para enfrentamento da doença. Com os dados obtidos com aplicação da pesquisa foi possível compreender a fundo as reais necessidades e dificuldades enfrentadas por esse público, e a partir deste ponto, elaborar novas estratégias e ações organizacionais, de modo que fosse possível estabelecer relações mais afetivas e estáveis, bem como promover a fidelização e atração de clientes.

Analisando o cenário atual, a empresa colocou em prática também as seguintes ações: distribuição gratuita de máscaras, sabonetes e álcool em gel para a higienização, proteção e prevenção; realização de campanhas em parceria com a companhia distribuidora de combustíveis para aplicação de vacinas contra o vírus H1N1 (vírus da gripe), realização de teste de glicemia, aferição de pressão artéria e temperatura corporal, além de dicas e orientação para prevenção.

Outra ação aplicada foi o parcelamento de compras de combustíveis e lubrificantes realizadas em cartão na função crédito, e o oferecimento de acúmulo de pontos para a troca em vales alimentações e desconto em abastecimentos, por meio de um programa mantido pela companhia distribuidora de combustível.

É certo que diversas ações da empresa já estão relacionadas a aplicação da ferramenta do neuromarketing fatos este que são demonstrados na pesquisa que mostra um aumento significativo da satisfação e preferência dos consumidores pelas unidades da rede ao escolherem um posto de combustível para parada e o aumento considerado das vendas mesmo com o cenário atual instalado na economia do país.

Diante dos fatos expostos no trabalho deixa-se como sugestão que a empresa utilize forma mais intensa as redes sociais, principalmente do aplicativo Whatsapp como ferramenta de contato direto com os clientes, principalmente para retorno do feedback, esta ação demostra preocupação e cuidado com os clientes e melhora a proximidade. Aplicação e utilização de um CRM (Customer Relationship Management) poderiam melhorar ainda mais o banco de dados da empresa e aproximar ainda mais seus clientes possibilitando assim o desenvolvimento de estratégias mais definidas e assertivas na construção de um relacionamento mais duradouro e na fidelização dos clientes.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, C. F. C. de; ARRUDA, D. M. de O. **O neuromarketing e a neurociência do comportamento do consumidor**: o futuro por meio da convergência de conhecimentos. Revista Ciências & Cognição, v.19, Fortaleza, 2014.
.

CAMARGO, P. **Neuromarketing**: a nova pesquisa de comportamento do consumidor. São Paulo: Atlas, 2013.

CARMO, W.J. **Indústria e varejo:** estratégias de competitividade. Curitiba: Appris, 2020.

FERNANDES, A.M., et al. **Metodologia de pesquisa de dissertações sobre inovação:** análise

bibliométrica. Revista Desafio Online, v.6, Campo Grande – MS, 2018.

FERREIRA, E. M. M. **Abordagem ao neuromarketing e a sua relação com o marketing digital**. 2018. Disponível em: <https://recipp.ipp.pt/bitstream/10400.22/13269/1/eduarda_ferreira_MMD_2018.pdf>.Acesso em: 14 mar. 2020.

GERHARDT, T.E., SILVEIRA, D.T. **Mértodos de pesquisa.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

KOTLER, P. **Administração de marketing**. 6.ed. São Paulo: Atlas, 1999.

KOTLER, P; KELLER, K. L. **Administração de marketing**. 12.ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2006.

LEAO, L. M. **Metodologia do estudo e pesquisa:** facilitando a vida dos estudantes, professores e pesquisadores. Petrópolis, RJ: Vozes, 2019.

LINDSTROM, M. Brandsense: **Segredos sensoriais por trás das coisas que compramos**. 2 ed. Porto Alegre: Bookman, 2012.

LIMEIRA, T.M.V. **Comportamento do consumidor brasileiro**. São Paulo: Saraiva, 2008.

MALLMANN, Q. **O valor & o poder das marcas**: tendências mercadológicas**.** Revista de propriedade intelectual - Direito contemporâneo, Aracaju - SE, v.10, 2016.

MASO, L. **Marketing de relacionamento**: o que é? para que serve? qual sua importância para o cliente?. Vol. 5 – nº 10. Revista de Administração e Ciência Contábeis de Ideau. 2010.

MERLO, E.M.; CERIBELI, H.B. **Comportamento do consumidor**. Rio de Janeiro: LTC, 2014.

NASCIMENTO, A.V.S. **Técnicas projetivas e a sua importância para os estudos do branding sensorial e constituição de imagem de marca**: a utilização do ZMET no caso UNIMED NOROESTE/RS. Relatório de Dissertação - Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul – UNIJUÍ, Ijuí-RS, 2017.

PERUZZO, M. **As três mentes do neuromarketing**. Rio de Janeiro: Altas Books, 2015.

PINHEIRO, H.M. et al. **Gestão de marca e construção da reputação**: o hotel Alpestre no Tripadvisor. Revista Observatório, Palmas - TO, v.5, 2019.

PRAÇA, F.S.G. **Metodologia da pesquisa científica:** organização estrutural e os desafios para redigir o trabalho de conclusão. Revista Eletrônica “Diálogos Acadêmicos”, Alto da Semar, Sertãozinho – SP, 2015.

REDIVO, C.; GOUVEIA, T. A. **O uso do neuromarketing para decifrar o consumidor**. 2018. Disponível: <https://ojs.latic.uerj.br/ojs/index.php/aproximando/article/view/144/104>. Acesso em: 14 out. 2019.

ROCHA, A.; FERREIRA, J. B.; SILVA J. F. **Administração de marketing**. São Paulo SP: Atlas, 2012.

SAMPAIO, L.; et al. **Netflix e o neuromarketing**: primeiras incursões. 2019. Disponível em: <http://portalintercom.org.br/anais/sul2019/resumos/R65-1504-1.pdf>. Acesso em: 14 out. 2019.

SANTANA, D.O.; et al. **Estudos sobre o comportamento do consumidor na scielo**. Revista DE LA FAHCE, Argentina, v.5, 2016.

SANTOS, D. F. **O comportamento do consumidor no varejo farmacêutico**. Monografia - Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul – UNIJUÍ, Ijuí-RS, 2018.

SCHNEIDER, L. **Marketing digital e a gestão das marcas**: o caso do Frigorífico Alibem. Relatório de Dissertação - Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul – UNIJUÍ, Ijuí-RS, 2018.

SEMPREBON, E., PRADO, P.H.M. **A influência do poder no relacionamento entre consumidor e marca**. Revista de Administração Contemporânea, Curitiba-PR, v.20, 2016.

SILVA, A.G.G. **Globalização e o mercado financeiro brasileiro:** uma revisão de literatura. Trabalho de Conclusão de Curso em Faculdade CESMAC do Sertão, Palmeira dos Índios – AL, 2019.

SILVA, M.; et al. **Cocriação de valor e comportamento do consumidor no ensino superior privado**. Caderno Profissional de Marketing – UNIMEP, Piracicaba, v.7, n°1, 2019.

SOLOMON, M.R. **O comportamento do consumidor**: comprando, consumindo e sendo. 11.ed. São Paulo: BOOKMAN, 2016.

SOUZA, B., et al. **O valor da marca e a perspectiva do cliente:** um estudo aplicado ao setor de tecnologia da informação e documentação. European Journal of Applied Business Management, v.5, 2019.

VIDIGAL FILHO, J.R. **Análise do neuromarketing aplicado às campanhas comerciais das principais empresas aéreas atuantes no brasil**. 2018. Disponível em:<https://www.riuni.unisul.br/bitstream/handle/12345/6559/TCC%20PUBLICAR.pdf?sequene=4 >. Acesso em: 14 mar 2020.

WHEELER, A. **Design de identidade da marca**: guia essencial para toda a equipe de gestão de marcas. 5 ed. Porto Alegre: Bookman, 2019.

ARTICULAÇÃO ENTRE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO EM ECONOMIA SOLIDÁRIA: A EXPERIÊNCIA INCOOP/NUMI-ECOSOL

ARTICULATION BETWEEN TEACHING, RESEARCH AND EXTENSION IN SOLIDARY ECONOMY: THE INCOOP / NUMI-ECOSOL EXPERIENCE

Área temática: Educação e Desenvolvimento

FERREIRA, Danilo Malta
Centro Universitário Municipal de Franca (Uni-FACEF)
Engenheiro Civil, Mestre e Doutor em Engenharia Urbana
danilomalta@facef.br

Resumo

A superação de problemas da realidade social como a exclusão social e desigualdades estruturais implica na produção de conhecimentos pela Universidade, em especial a Universidade Pública, que articule pesquisa, ação na realidade e processos educativos. Este processo de produção necessita passar a incluir o tornar o conhecimento acessível como parte do processo de produzir conhecimento. A atuação da Universidade mobiliza diferentes conceitos e princípios a depender da concepção ou forma econômica que pretende reforçar. A Economia Solidária como concepção econômica, baseada em princípios como autogestão, cooperação e solidariedade, tem sido considerada estratégia para superação de tais problemas. E sua promoção tem relações com a produção de novos conhecimentos, algo que as Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares, como experiências da Universidade, começaram a fazer, atuando no campo da Economia Solidária. Esta pesquisa teve como objetivo sistematizar a experiência do Núcleo Multidisciplinar e Integrado de Estudos, Formação e Intervenção em Economia Solidária (NuMI-EcoSol), sucessor da Incubadora Regional de Cooperativas Populares, da Universidade Federal de São Carlos. As estratégias gerais da pesquisa são: 1. pesquisa pós-fato: a partir da análise de documentos e depoimentos; 2. estudo de um caso: a experiência da atuação do NuMI-EcoSol desde sua origem em 1999 até 2014. Os resultados obtidos evidenciam a articulação entre pesquisa científica, a partir da realidade, acesso ao conhecimento mediante processos educativos e ação na realidade.
Palavras-chave: Economia Solidária; Universidade Pública; Articulação Ensino, Pesquisa e Extensão.

Abstract

Overcoming social reality problems such as social exclusion and structural inequalities implies the production of knowledge by the University, especially the Public University, which articulates research, action in reality and educational processes. This production process needs to start including making knowledge accessible as part of the process of producing knowledge. The University's activities mobilize different concepts and principles depending on the conception or economic form it intends to reinforce. The Solidarity Economy as an economic conception, based on principles such as self-management, cooperation and solidarity, has been considered a strategy to overcome such problems. And its promotion is related to the production of new knowledge, something that the Technological Incubators of Popular Cooperatives, as experiences of the University, began to do, acting in the field of Solidary Economy. This research aimed to systematize the experience of the Multidisciplinary and Integrated Center for Studies, Training and Intervention in Solidarity Economy (NuMI-EcoSol), successor to the Regional Incubator of Popular Cooperatives, of the Federal University of São Carlos. The general research strategies are: 1. post-fact research: from the analysis of documents and testimonies; 2. case study: the experience of NuMI-EcoSol's performance from its origin in 1999 to 2014. The results obtained show the articulation between scientific research, based on reality, access to knowledge through educational processes and action in reality.

Keywords: Solidarity Economy; Public University; Articulation Teaching, Research and Extension.

1 INTRODUÇÃO

As questões que originaram este trabalho têm como ponto de partida: 1. o fenômeno da Economia Solidária, que vem sendo apontado por diversos autores como forma econômica alternativa à forma vigente atual e estratégica para outra concepção de desenvolvimento e; 2. as Instituições de Ensino Superior, entre elas as Universidades, e em especial a Universidade Pública, como instituição estratégica para transformação da sociedade, com ênfase em sua relevância social, para além da relevância científica, e que busca maior inclusão, menor desigualdade e erradicação da pobreza. Quais seriam as possíveis relações entre esses fenômenos, Economia Solidária e a Universidade Pública?

Para aumento da compreensão sobre o fenômeno da Economia Solidária, é importante examinar diferentes perspectivas, abordagens conceituais e teóricas. Do mesmo modo, é fundamental examinar as abordagens conceituais e teóricas sobre Universidades, em especial as experiências das Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCPs).

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Economia Solidária como objeto de conhecimento e prática: conceitos, teorias e experiências

Mesmo que haja diversidade de compreensões sobre a origem, o atual significado e a importância da Economia Solidária, é possível afirmar que se trata de uma concepção econômica que marca significativa diferença em relação a outras mais conhecidas. De modo geral, a Economia Solidária visa contribuir para a superação de problemas da realidade social, como a precarização do trabalho, a exclusão social, as intensificações das desigualdades econômicas e sociais, a pobreza, a poluição ambiental, entre outras questões que são associadas ao sistema econômico atualmente hegemônico, a Economia Capitalista.

Basicamente, de acordo com a crítica marxista, a Economia Capitalista é um sistema econômico baseado numa distinção entre proprietários privados dos meios de produção e os que não possuem estes meios, e que, portanto, precisam vender sua força de trabalho, se tornando assalariados[1]. Tal economia é orientada para o mercado, o qual busca atender. Segundo o método marxista, o lucro seria a base deste sistema em que os donos dos meios de produção se apropriam da chamada mais-valia, a diferença entre valor final de uma mercadoria produzida, o valor dos meios de produção e o valor do trabalho. Surge como modo de produção no século XVI sob a forma de manufatura, quando os proprietários, sem serem produtores diretos de mercadorias, passam a participar do processo de produção destas. (SINGER, 1979). Trata-se de uma forma econômica hegemônica que chega a ser confundida como sinônimo de Economia. No entanto, há uma diversidade de divergências e conflitos em torno do conceito de Economia. Estas divergências se relacionam com as diversas formas econômicas existentes, a relação entre as formas coexistentes, as formas possíveis e as possibilidades de surgimento de novas ou transição entre essas formas.

Em relação às perspectivas e abordagens conceituais de Economia Solidária, é possível encontrar na literatura descrições, análises e debates sobre os princípios e valores fundamentais desta concepção econômica, principalmente a autogestão, a cooperação e a solidariedade. A autogestão pressupõe que os trabalhadores de um empreendimento tenham a posse dos meios de produção, tenham um processo de tomada de decisão democrática, com a busca do consenso e o voto quando houver necessidade, divisão de trabalho mais equilibrada, compartilhamento dos ganhos e perdas, entre outros. Já o princípio de cooperação contrapõe à noção de competição - ao cooperar, os trabalhadores se associam em torno de objetivos comuns e deixam de competir entre si. A solidariedade é um conceito que, fora do âmbito da EcoSol, costuma ser entendido com viés caritativo, pressupondo a manutenção da relação entre desiguais. No âmbito da EcoSol assume carga simbólica e subjetiva, destacando o princípio da igualdade entre as pessoas, com respeito à diversidade e passa a remeter à ideia de co-depêndencia social (AMORIM, 2010). Participação, centralidade no trabalho e no ser humano, cooperativismo popular são exemplos de outros conceitos debatidos na literatura sobre Economia Solidária.

[1] Não é o foco deste trabalho o exame do funcionamento do Sistema Capitalista, mas apenas considerar posições de alguns dos seus principais críticos.

Em relação às perspectivas e abordagens teóricas sobre Economia Solidária é possível encontrar na literatura, tanto entre os autores favoráveis, quanto entre os autores críticos, diversas compreensões teóricas sobre o fenômeno. Pinto (2004) afirma que a Economia Solidária tem origem entre os trabalhadores que, ao ingressarem em empreendimentos coletivos agregando recursos próprios, o fazem devido às restrições de acesso à economia formal ou permanência nela em situações precárias. Os autores Pitaguari e Câmara (2010) têm compreensão similar, afirmando que a Economia Solidária aparece como resposta às contradições do modo de produção capitalista que priva os trabalhadores dos meios de produção e os submetem ao assalariamento ou ao desemprego. Afirmam ainda que considerando que o mundo está sob uma das maiores crises cíclicas da história, que amplia a indignação da população e sua desesperança em se inserir no mercado capitalista, entidades do poder público e da sociedade civil vêm desenvolvendo árduo trabalho para geração de trabalho e renda para a população excluída dentro do que, para estes autores, é a Economia Solidária. Esta primeira vertente de compreensão teórica entende a Economia Solidária como compensação das crises do sistema capitalista. Gaiger (2013) questiona esta primeira vertente ao afirmar que a Economia Solidária não é oriunda exclusivamente de um fenômeno sazonal e relativa às flutuações da economia de mercado. Este autor defende que os empreendimentos solidários constituem formas consistentes de vida econômica, não como compensação do modo vigente e suas crises, mas como via de combate a ele e em defesa de novas formas de vida econômica dotada de outros fundamentos.

Em uma segunda vertente de compreensão da Economia Solidária, autores apresentam críticas a Economia Solidária baseados principalmente na tradição marxista. De acordo com Germer (2009), a Economia Solidária é um sintoma de recesso momentâneo da consciência de classe do proletariado que tem espaço ocupado por ideologias pequeno-burguesas, visto como fenômeno positivo por organismos internacionais, devido seu potencial em neutralizar o ímpeto revolucionário desta classe. De acordo com Menezes (2007), a Economia Solidária tem sido formulada por expressivos intelectuais da esquerda, que por mais que tenham participado da resistência contra a ditadura militar no Brasil, são agora participantes do que a autora considera um projeto político conciliador e funcional à lógica neoliberal. Para Gaiger (2013), a Economia Solidária recebe, com frequência, críticas vindas de teses e categorias da economia política marxista, sobretudo, de sustentação ideológica e programática. O autor alerta sobre o risco do elevado grau de finalismo, próprio das ideologias, e compreende que tais críticas surgem principalmente sobre formulações mais audaciosas como a que afirma que a Economia Solidária é um novo modo de produção não capitalista. Segundo o autor, estas formulações audaciosas incorrem em insuficiente explicitação conceitual e teórica

Em uma terceira vertente de compreensão teórica, Singer e Souza (2000) afirmam que a Economia Solidária surge como modo de produção e distribuição alternativa ao capitalismo e que a primeira se parece com um híbrido entre o capitalismo e a pequena produção de mercadorias, mas é uma síntese de ambas que as superam. Para Singer (2002), a economia solidária é outro modo de produção, com princípios como propriedade coletiva (ou associada) do capital e o direito à liberdade individual. Segundo o autor, os empreendimentos associativos se constituem numa forma social de produção que historicamente se desenvolve contestando a organização capitalista do trabalho. Gaiger (2013) discorda ao afirmar que se trata de uma transformação social de longo prazo e não um novo modo de produção, defendendo que o possível papel da economia solidária está em comprovar que em termos de desenvolvimento das forças produtivas, a autogestão não é inferior à gestão capitalista. Ademais, ressalta que esta nova “forma social de produção” tem a tendência de se abrigar, de forma contraditória, sob o modo de produção capitalista.

Lavile (1994) defende que a Economia Solidária articula as três modalidades de economia (mercantil, não-mercantil, não monetária) na perspectiva de uma Economia Plural, nos termos de Polanyi (1957). Afirma ainda que a Economia Solidária se constitui como conjunto de atividades econômicas com lógica distinta do mercado capitalista e do estado. Afirma que a economia capitalista é centrada no capital, no acúmulo, nas relações competitivas e no interesse individual; já o Estado detém uma autoridade centralizada e propriedades institucionalizadas; enquanto a Economia Solidária está centrada em fatores humanos, na reciprocidade e nas formas coletivas de propriedade. França-Filho (2006) apresenta uma concepção de Economia Solidária como via sustentável-solidária de desenvolvimento em detrimento de uma via insercional-competitiva. Para este autor, a Economia Solidária está pautada na construção de estratégias territoriais de desenvolvimento em torno do fomento de outra dinâmica econômica.

.Com um rápido levantamento da literatura é possível perceber que as inciativas econômicas solidárias estão em diferentes etapas de uma cadeia produtiva como produção, distribuição,

comercialização, consumo e iniciativas de finanças solidárias. (GOMES *et al.*, 2002). A Economia Solidária constitui-se como um movimento que vem se fortalecendo nestes últimos anos por meio da organização popular que reúne diversos atores sociais, que podem ser classificados em: iniciativas econômicas solidárias, gestores públicos e entidades de apoio e fomento (EAFs). Existem diversos tipos de iniciativas econômica solidárias: cooperativas de trabalho que podem ser de produção ou de serviços (as cooperativas constituem a principal forma de empreendimento econômico solidário existente), coletivos informais e associações que não necessariamente mantêm relações comerciais.

Entre os gestores públicos, na esfera federal, existiu entre 2013 e 2018 a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES/MTE) que tinha como objetivo promover diversas atividades de apoio à Economia Solidária em todo o país[2]. Ou seja, a Economia Solidária segue agora sem amparo de uma entidade nacional. Nas esferas estadual e municipal, atualmente, existem setores, departamentos ou mesmo secretarias, porém cada localidade de uma forma própria, dependendo do projeto político e da importância dada à Economia Solidária em cada região.

Quanto as EAFs, elas são organizações civis sem fins lucrativos, públicas ou privadas, que realizam ações de apoio e fomento direto às iniciativas econômicas solidárias, seja por meio de capacitação, assessoria técnica e de gestão. Existem os articuladores em EcoSol que consistem em estruturas de coordenação de redes, centrais de cooperativas, feiras e fóruns de Economia Solidária (CORTEGOSO E SHIMBO, 2005).

Entre as EAFs existem as Universidades que têm como expoente de fomento à Economia Solidária as Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCPs). Em 1996, influenciada por uma concepção de extensão como "transferência de tecnologia" e a partir das experiências de incubadoras de empresas de base tecnológica, de viés capitalista, surge a incubadora tecnológica de cooperativas populares na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), com intuito de promover empreendimentos cooperativos populares no entorno do campus universitário. Com a difusão da metodologia desta primeira incubadora, outras começaram a se organizar em outras Universidades. A partir de 1998 formou-se, até então com seis incubadoras, a Rede de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (a rede de ITCPS). (VECHIA *et al.*, 2011)

As ITCPS divergem das incubadoras de empresas, não apenas pelo tipo de inciativas que fomentam, mas pelo tipo de forma econômica que reforçam. Aquelas têm intuito de fomentar a Economia Solidária enquanto essas estão interessadas em reforçar a forma econômica de mercado capitalista e fazem isto a partir de um esforço para "incluir" um público já incluído socialmente, em geral, profissionais graduados. Para isto, oferecem um conjunto de instrumentos, tecnologias, conhecimentos desenvolvidos pelas Universidades para fomento de empresas nascentes. É fato que avançam em relação ao tipo de atuação da Universidade, porém atuam a partir da Universidade prestando serviços a empresas incubadas, com foco na geração de emprego, renda e na promoção de ambientes empreendedores e inovadores. Já as ITCPS, a partir da atuação na realidade social, fazem assessoria com foco na geração de trabalho coletivo e renda, mas também atuam para além dos empreendimentos, fomentando a cooperação entre empreendimento e outros atores dentro de territórios. Esta pesquisa tem como objeto empírico uma ITCP, inicialmente chamada de Incubadora Regional de Cooperativas Populares (INCOOP) e hoje institucionalizada na Universidade Federal de São Carlos como Núcleo Multidisciplinar e Integrado de Estudos, Formação e Intervenção em Economia Solidária (NuMI-EcoSol).

De forma semelhante ao que foi apresentado quanto aos conceitos, teorias e experiências de Economia Solidária, não há um conceito único e universalmente válido de Universidade. Tais conceitos foram construídos, consolidados e trazem aspectos de tempos e espaços culturais, sociais, políticos e econômicos diversos, sendo, portanto, também importante examinar tal debate.

2.2 Papel da Universidade como produção e acesso ao conhecimento no campo da Economia Solidária

De modo geral, as Universidades Públicas se organizam em torno das atividades de ensino, seja ele de graduação ou pós-graduação, de pesquisa científica e de extensão. No entanto, professores e estudantes raramente realizam os três tipos de atividades e mesmo quando o fazem não é

[2] A SENAES foi rebaixada a subsecretaria desde a gestão Temer e depois deixou de existir. (RIBEIRO, 2019)

considerando um mesmo objeto ou tema. Neste sentido, de onde vêm as informações que são utilizadas nas atividades de ensino? Elas são atualizadas? Por quem? Com que frequência e a partir de quais critérios? Qual a relação das atividades de ensino com as pesquisas realizadas? Quais os pontos de partida das pesquisas? Todos os professores e estudantes estão envolvidos? Quais os critérios para esta participação? O conhecimento produzido chega até as pessoas que dele necessitam? As pesquisas impactam as atividades de ensino e extensão? Em que medida? Quem faz extensão? Estas são questões sobre a atuação da Universidade, que em geral ocorre de forma segmentada, ou seja, com pouca articulação entre ensino, pesquisa e extensão (MAZZILLI, 2011). Existem experiências que fazem, ou ao menos tentam realizar, ensino, pesquisa e extensão em torno do mesmo objeto ou com maior grau de articulação entre si? E para além de haver articulação, qual a relação entre essas atividades e a identidade ou papel da Universidade?

Existe um princípio da Universidade Pública que é o da Indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão. O conceito de indissociabilidade é compreendido de diversas formas, abrangendo mera formalidade até uma concepção de que a partir de sua operacionalização a Universidade passa a atuar em perspectiva transformadora da realidade. Independente da concepção, o que se pode observar é que a operacionalização da indissociabilidade pouco ocorre na prática e mesmo quando ocorre não é em perspectiva transformadora da realidade, sendo que sua operacionalização é uma das condições favorecedoras, mas não suficiente, para tal transformação.

Segundo Botomé (1996), ensino, pesquisa e extensão se relacionam com a identidade da Universidade. No entanto, o autor afirma ser um equívoco considerar ensino, pesquisa e extensão como papel da Universidade, quando são apenas atividades por meio das quais a Universidade operacionaliza sua função, cumprindo seu papel. O equívoco está na substituição de sua efetiva função pelas atividades que realiza. Devido a este equívoco, o autor atribui falta de identidade a Universidade que confunde atividades de rotina com sua razão de ser. As atividades de ensino, pesquisa e extensão não são fins da Universidade, mas meios pelos quais a Universidade realiza seu fim, que o autor defende ser: produzir conhecimento novo e relevante, tornando o conhecimento existente acessível a todos.

Mas o que caracteriza tal processo de produção de conhecimento, considerando tornar o conhecimento acessível como parte de processo? Qual a relação entre este processo de produzir conhecimento e as atividades de ensino, pesquisa e extensão? Como produzir conhecimento e torná-lo acessível por meio da articulação entre ensino, da pesquisa e da extensão? O que caracterizaria esta articulação?

De acordo com Botomé (1996), conhecimento sobre o processo de produção de conhecimento já está disponível em razoável quantidade, seja no campo filosófico, seja no plano metodológico, apenas enquanto “manual de orientação” ou apresentações do método científico reduzido a técnicas e instrumentos. Por exemplo, o autor apresenta processos comportamentais básicos em pesquisa científica, da delimitação de um problema até a coleta de dados.

Uma fase do processo de produção de conhecimento que é comum a todos é a delimitação de um tema de pesquisa com a possibilidade de elaboração e escolha de uma pergunta de pesquisa como início do processo de investigação ou pesquisa científica. Se este processo de delimitação é algo comum a todos, é importante examinar tal processo, mais precisamente a origem da escolha de um tema, um problema ou pergunta de pesquisa. Como ocorre esse processo de escolha ou delineamento de um problema de pesquisa? A atividade de pesquisa na Universidade tem se limitado mais a esforços de indivíduos do que algo institucional. Porém, o conhecimento produzido parece mais destinado a satisfação de quem faz pesquisa do que a melhoria das condições de vida das pessoas em geral. No entanto, limitar a origem da pesquisa e do processo de produção de conhecimento à curiosidade ou interesse do pesquisador ou àquilo que a literatura técnica internacional aponta é reduzir muito as fontes e as necessidades de produção de conhecimento. (BOTOMÉ, 1996)

O contato com os problemas da sociedade revela questões a serem respondidas. Alguns problemas podem ser respondidos por conhecimentos produzidos por outros pesquisadores e outros problemas necessitam de novos estudos. Situações em que é necessário intervenção profissional também são importantes oportunidades para gerar conhecimento. Se a origem da pesquisa não tem relação com os problemas com os quais a sociedade se defronta, dificilmente seus resultados dirão respeito a estes problemas e, nesse sentido, a origem também determina as possibilidades de utilização do conhecimento produzido.

Ademais, mesmo que o ponto de partida não seja um problema ou situação da realidade, qualquer conhecimento produzido precisa ficar acessível a quem dele necessita. A Universidade serve (ou deveria servir) para produzir conhecimento sendo que produzir conhecimento é um processo que

deve incluir tornar esse conhecimento produzido acessível e não apenas disponível, típico da mera divulgação. Nesta concepção, tornar o conhecimento disponível é colocar à disposição de quem necessita, somente informações decorrentes de uma pesquisa. No entanto é necessário um esforço a mais para que tais informações se tornem comportamento e não apenas considerações verbais baseadas nas informações. A descoberta de um novo conceito não é suficiente enquanto processo de produção de conhecimento e é neste sentido que acesso deve ser parte integrante da noção de "produzir". (CORTEGOSO et al, 1997)

De modo geral, a pesquisa científica deve se tornar acessível por diversos processos educativos, oportunidades para as pessoas aprenderem transformar conhecimento em comportamentos. Isto deveria ocorrer de forma privilegiada nos cursos de graduação, sendo que graduação não deve se limitar a transmissão de conhecimentos, muito menos conhecimentos que muitas vezes já estão superados ou são alienados da realidade. Ensino de graduação deve ser subsidiado pelo que está sendo pesquisado, preferencialmente se baseado em situações da realidade que poderiam levar a um efetivo aprendizado. É válido destacar que educação de nível superior não é apenas curso de graduação. As necessidades sociais de aprendizagem de nível superior são muito maiores do que apenas aquelas visando um diploma universitário que autorize o exercício de uma profissão. Vários segmentos da sociedade necessitam de diversos tipos de ensino que só a Universidade pode oferecer e isto poderia ocorrer considerando as diversas atividades abarcadas sob o nome de Extensão. (Botomé, 1996)

Contudo, pesquisa e educação devem ser articuladas e ter como essência a Extensão, pois separadas têm mais chance de ficarem isoladas e não ter relação alguma com problemas da sociedade. Se a extensão é tida como uma atividade à parte, isso faz com que a pesquisa e educação, em geral apontadas como alienadas, não modifiquem suas práticas. A partir de um diagnóstico de que a Universidade está separada da sociedade é proposta uma terceira atividade – a extensão – ao invés de se corrigir o que há de equivocado ou incompleto com o ensino e a pesquisa.

Neste contexto, são diversas as lacunas de conhecimento que poderiam servir como origem de processos de produção de conhecimento. Este trabalho identificou como lacuna experiências que articulem ensino, pesquisa e extensão no campo da Economia Solidária.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

3.1 Problema, pergunta, hipótese e estratégias gerais da pesquisa

De modo geral, o método em pesquisa científica tem como etapas a percepção de um problema teórico ou prático, elaboração de uma pergunta de pesquisa, elaboração de possível solução (hipótese) e a verificação desta hipótese para, então, tirar conclusões. (LAVILLE e DIONNE, 1999)

O problema desta pesquisa é quanto a ausência de articulação entre ensino, pesquisa e extensão na atuação da Universidade, sobretudo a Universidade Pública. A partir deste problema, a pergunta de pesquisa é: *Quais as possíveis relações entre a Universidade Pública, tendo em vista seu papel de produção de conhecimento, em especial as ITCPS, tomando como caso decisivo a experiência do NuMI-EcoSol?*

A Hipótese a ser verificada é: *O NuMI-EcoSol possibilita que membros da comunidade acadêmica se envolvam com o processo de produção de conhecimento, com o desenvolvimento de pesquisas, a partir da ação na realidade e tenham acesso ao conhecimento produzido em oportunidades educativas e na própria ação na realidade de forma articulada em Economia Solidária.*

A partir da hipótese elaborada foi possível estabelecer as estratégias gerais de pesquisa e condução da coleta de dados para poder verificá-las, tendo como caso o NuMI-EcoSol.

Esta pesquisa contou com as estratégias gerais: 1. Levantamento pós-fato, a partir da análise de documentos e depoimentos; 2. Estudo de um caso - a experiência da atuação do Núcleo Multidisciplinar e Integrado de Estudos, Formação e Intervenção em Economia Solidária da Universidade Federal de São Carlos (NuMI-EcoSol/UFSCar) sucessor da Incubadora Regional de Cooperativas Populares (INCOOP), de sua origem em 1999 até 2014.

3.2 Caracterização do objeto empírico: NuMI-EcoSol (sucessor da INCOOP)

O Núcleo Multidisciplinar e Integrado de Estudos, Formação e Intervenção em Economia Solidária da Universidade Federal de São Carlos (NuMI-EcoSol/UFSCar) é o sucessor da Incubadora

Regional de Cooperativas Populares (INCOOP), criada em 1998, como um projeto e em seguida foi transformada em programa de extensão. Foi influenciado pelo surgimento da primeira ITCP na Universidade Federal do Rio de Janeiro que teve iniciativa expandida para outras universidades, com apoio financeiro do governo federal. Na UFSCar, nasceu do esforço conjunto de alguns núcleos de extensão, que deram suporte, inclusive financeiro, para o início das atividades junto à população de um bairro de pessoas pobres e estigmatizadas. O NuMI-EcoSol é membro da Rede de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (Rede de ITCPS) desde sua origem em 1999, composta por incubadoras de diversas universidades no país.

A equipe do NuMI-EcoSol é composta por docentes, profissionais de diferentes campos de atuação profissional e alunos de graduação e pós-graduação de diferentes áreas do conhecimento que assessoram iniciativas solidárias, articulando ensino, pesquisa e extensão. Neste sentido, mantém um conjunto amplo e diversificado de projetos de atendimento a segmentos da população que se apresentam excluídos do mercado de trabalho ou inseridos nele de forma precária. A assessoria aos grupos populares é realizada sob a orientação dos princípios da Economia Solidária, em diferentes situações: com ou sem demandantes externos, com diferentes tipos de demandantes e parceiros, com ou sem definição prévia dos segmentos envolvidos da população, com ou sem atividade produtiva indicada e em diferentes territórios.

Quanto à ação na realidade social, é dada centralidade na assessoria, na forma de incubação, a empreendimentos e grupos para constituição de iniciativas de Economia Solidária. É possível distinguir, observando a atuação da Incubadora entre 1999 e 2014, três momentos distintos em relação às estratégias gerais adotadas. Primeiramente a atuação entre 1998 e 2008 com centralidade na incubação de cooperativas populares e atuação no movimento de Economia Solidária; entre 2009 e 2011, com atuação preferencial em dois territórios, sendo um urbano e outro rural, com fomento ao protagonismo dos empreendimentos econômicos solidários existentes nestes territórios na criação de novas inciativas econômicas solidárias e no aumento do acesso dos moradores dos territórios a outros direitos de cidadania (como saúde, educação matemática, lazer, cultura etc.), estratégia adotada até a extinção de um ator protagonista, a cooperativa de limpeza e; a partir de 2012 com atuação preferencial no território urbano, momento em que surge novo ator protagonista, o Banco Comunitário de Desenvolvimento Nascente.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 Articulação entre pesquisa, ação na realidade social e processos educativos no âmbito do NuMI-EcoSol

A hipótese que se pretende verificar neste artigo é da articulação entre pesquisa, a ação na realidade e processos educativos como produção de conhecimento, no âmbito das equipes e dos projetos de extensão do NuMI-EcoSol.

Em geral as equipes internas do NuMI-EcoSol estão associadas a projetos em que se captou recurso mediante participação em editais públicos. Em algumas ocasiões há projetos que envolvem várias equipes e até projetos que envolvem toda equipe do núcleo. Estas equipes internas e respectivos projetos produzem conhecimentos específicos (que se relacionam mais com os temas que são objetos das equipes) e gerais (quanto ao NuMI-EcoSol como um todo) e os tornam acessíveis para trabalhadores dos EES, moradores dos territórios de atuação, parceiros diversos, para estudantes da disciplina ACIEPE[3], a equipe geral do núcleo, para gestores públicos e outros participantes do movimento de EcoSol por meio de processos educativos e ação na realidade social. O nome dos projetos e composição da equipe de cada projeto pode ser observado no Quadro 1.

QUADRO 1 - Projetos de ensino, pesquisa e extensão, fontes de financiamento e respectivas equipes

	Título do Projeto	Equipe: Função e Quantidade
1	Ação de um Polo incubador de Cooperativas Populares na UFSCar	Um professor
		Quatro graduados
		13 graduandos

[3] Tipo de disciplina existente na UFSCar desde 2002, denominada Atividade Curricular de Integração Ensino, Pesquisa e Extensão (ACIEPE). O NUMI-EcoSol oferece uma ACIEPE sobre Economia Solidária e Cooperativismo Popular.

2	Projeto de Assessoria para o Programa Piloto de Implementação de Cooperativas Populares no Estado de São Paulo	Dois Professores Dois graduados 13 graduandos
3	Formação de 4 Cooperativas (Limpeza, Costura, Reciclagem e Mudas) no Município de São Carlos	14 Professores Três Pós-graduandos Quatro Graduados 24 Graduandos
4	Formação de Cooperativa Popular de Catadores de Resíduos Recicláveis em Jaboticabal	Uma Professora Uma Graduada Três Graduandos
5	Diagnóstico para Formação de Cooperativa Popular de Catadores de Resíduos Recicláveis em Ribeirão Preto	Uma Professora Cinco Graduandos
6	Produção de Conhecimento Simultaneamente a Incubação de Empreendimentos Solidários no Assentamento Rural Pirituba II, Itapeva / SP - Região de Consad. (INEMA RURAL)	Um Professor Dois Graduados Dois Graduandos
7	Produção de Conhecimento e compromisso social na formação de profissionais de nível superior para EcoSol	Uma Professora Sete Graduados 15 Graduandos
8	Assessoria a incubação de uma cooperativa popular na cidade de Rio Claro - Multibrás/Consulado da Mulher	Dois professores Três graduados Sete graduados
9	Busca de melhor inserção no mercado da reciclagem de resíduos por meio de invest. e ação conj. entre Univers. e Coop. de Catadores	Três professores 25 graduados Sete graduandos
10	Organização de consumidores como condição para sustentabilidade de empreendimentos solidários	Um professor Dois graduados
11	Incubação de empreendimentos econômicos coletivos autogestionários. com agricultura familiar da região de Araras e do assentamento Horto Loreto para produção e comercialização de derivados de cana e tomate orgânicos (INCUBAF)	Um Professor Cinco Graduado Uma Graduanda
12	Incubação de Novas ITCPs na UNESP / núcleos sede, de Assis, Ourinhos, de Presidente Prudente	Relatório não encontrado
13	Cooperasolmat: uma cooperativa solidária, ampliando a coleta seletiva de Matão/SP	Relatório não encontrado
14	Ampliando e articulando iniciativas de Economia Solidária para desenvolvimento local em territórios urbanos e rurais	14 Professores Três Pós-graduandos Duas Técnicas administrativas Oito Graduados 20 Graduandos
15	Economia solidária e desenvolvimento em território urbano: Jardim Gonzaga e Jardim Monte Carlo – São Carlos – SP	Seis Professores Um graduado
16	Proposição de diretrizes para PP em EcoSol: como condição para desenvolvimento de território urbano: caso Jardins Gonzaga e Monte Carlo – São Carlos – SP	23 Professores Oito Pós-graduandos Dois Técnico administrativos 19 Graduados 39 Graduandos
17	Constituição de Arranjos Produtivos Locais na Cadeia da Música Independente em São Carlos	Um professor Quatro graduados Um graduando
18	Ampliação e articulação de iniciativas de Economia Solidária como estratégia para desenvolvimento local sustentável	Nove professores Um graduado Quinze graduandos
19	Análise da Cadeia Logística de produtos fabricados com Fuxico e a partir de resíduos como tecido, para Empreendimento Econômico Solidário	Um professor Dois pós-graduandos Quatro graduados
20	Construção de conhecimentos conjunta e articulação de ITCPs no Estado de São Paulo (Projeto Articulação)	Quatro Professores Três Pós-graduandos Nove Graduados

21	Centros digitais e cadeias produtivas - agregação de tecnologia e desenvolvimento territorial	Cinco professores
22	Fomento as ITCPs: Economia Solidária como estratégia para o desenvolvimento local e sustentável: contribuições da Incubadora Regional de Cooperativas Populares da Universidade Federal de São Carlos (PRONINC 2010)	18 Professores
		Sete Pós-graduandos
		Oito Graduados
		45 Graduandos
23	Constituição de Cadeias Produtivas Solidárias como estratégia para desenvolvimento local sustentável	Cinco Professores
		Um Graduado
24	Formação de estudantes e produção de conhecimento simultaneamente a consolidação de empreendimento econômico solidário dentro da cadeia dos usos múltiplos da madeira, localizado no assentamento rural Pirituba II, Itapeva, região de CONSAD e Território da Cidadania	Seis Professores
		Um Pós-graduando
		Quatro Graduados
		Cinco Graduandos
25	Inserção produtiva de inscritos no Cadastro Único em Empreendimentos Econômicos Solidários na Cadeia Produtiva da Alimentação	Três Professores
		Dois Graduados
		Dois Graduandos
26	Ampliação e consolidação de cadeia produtiva da limpeza em projeto de desenvolvimento territorial com Economia Solidária	Uma Professora
		Um Graduado
27	Análise do processo de desenvolvimento de produtos de confecção para Empreendimento Econômico Solidário	Dois Professores
		Um Pós-graduando
28	Desenvolvimento Territorial sustentável por meio de ações Multidisciplinares e Integradas de Estudos, Formação e Intervenção em Economia Solidária.	Doze Professores
		Quatro Pós-graduandos
		Dois Técnicos Administrativos
		Treze Graduados
29	Desenvolvimento Territorial do Jd. Gonzaga e entorno - São Carlos-SP, mediante o fortalecimento da rede de EES, a consolidação do BC Nascente e a melhoria do acesso a direitos de cidadania	Sete professores
		Oito Graduados
		Um graduando
30	Ampliação e diversificação de ações de fomento à Economia Solidária na implantação do NuMI-EcoSol	Seis Professores
		Uma Técnica Administrativa
		Cinco Graduados
		Um Graduando
31	Articulação e constituição de redes entre EES a partir do protagonismo de um empreendimento de catadores de resíduos recicláveis como estratégia de fortalecimento da EcoSol	Dois docentes
		Dois graduados
		Seis graduandos
32	Promoção de práticas éticas, responsáveis e solidárias de comercialização e consumo como suporte e fomento à Economia Solidária	Seis Professores
		Uma Técnica Administrativa
		Um Graduado
		Três Graduandos
33	Inserção laboral de pessoas com transtorno mental e usuários de álcool ou outras drogas por meio da Economia Solidária	Seis Professores
		Três graduados
34	Caracterização de condições favorecedoras e desfavorecedoras de ações em Economia Solidária na região do campus Lagoa do Sino no processo de estruturação das atividades de ensino, pesquisa e extensão: a contribuição da equipe do NuMI-EcoSol	Uma Professora
		Uma Graduada
		Quatro Graduandos
35	Implementação e sistematização de processos de fomento à Economia Solidária a partir da atuação do NuMI-EcoSol	Dois Professores
		Uma Técnica Administrativa
		Seis Graduandos
36	Habitação Popular, Desenvolvimento Urbano e Economia Solidária como estratégia para o Desenvolvimento Territorial e proposição de diretrizes para Políticas Públicas.	Cinco Professores
		Três Pós-graduandos
		Uma Graduanda
37	Estudos de viabilidade para a constituição de empreendimentos de Economia Solidária para atendimento à comunidade acadêmica em trânsito em São Carlos	Seis Professores
		Uma Técnica Administrativa
		Dez Graduados
		Cinco Graduandos
38		Seis Professores

	Comercialização e consumo de produtos e serviços de Economia Solidária em São Carlos e região	Uma Técnica Administrativa
		Seis Graduado
		16 Graduandos
39	Estímulo a implantação de cooperativas sociais em São Carlos e região	Seis Professores
		Uma Técnica Administrativa
		Sete Graduados
		Quatro Graduandos
40	Economia Solidária: Obstáculos e estratégias para o Desenvolvimento Territorial	Oito Professores
		Quatro Graduados
		Nove Graduandos
41	Ações de suporte em saúde e educação matemática à Empreendimentos de Economia Solidária e ao NuMI-EcoSol – São Carlos	Seis Professores
		Uma Técnica Administrativa
		Dois Graduados
		Três Graduandos

Fonte: Elaborado pelo autor.

Com a coleta destes dados foi possível identificar 41 projetos de extensão entre 1998 e 2014. A partir desta coleta e elaboração do Quadro 1, é possível identificar que a grande maioria dos projetos com relatórios analisados tem equipes formadas por professores, graduados e estudantes de graduação (são 19 de 27), e que 21 projetos contam com estudantes de graduação. Também é possível identificar quantos membros de cada função aparecem nos relatórios analisados. Em 27 dos 41 projetos de extensão executados entre 1998 e 2014, o NuMI-EcoSol envolveu pelo menos 41 professores, 21 pós-graduandos, 4 técnicos administrativos, 70 graduados e 190 graduandos, o que possibilita verificar que se trata de uma oportunidade para comunidade acadêmica produzir conhecimento articulando pesquisa, ação na realidade e educação.

Para verificação de qual atuação na realidade por parte das equipes internas é derivada pesquisa científica foi elaborada uma planilha com: 1. o título de projetos de extensão; 2.a equipe executora e; 3. A produção científica (publicações) e oportunidades educativas (como estágio, TCC, IC) que o membro da equipe participou ou produziu individualmente, que para tanto foi realizada busca nos currículos lattes de cada membro e identificado tema e período das publicações. Um exemplo deste preenchimento para um projeto pode ser observado no Quadro 2.

QUADRO 2 – Exemplo da Produção científica a partir da atuação no NuMI-EcoSol na cadeia produtiva de alimentação

Projeto	Equipe		Publicações e oportunidades educativas derivadas do projeto
Inserção produtiva de inscritos no Cadastro Único em Empreendimentos Econômicos Solidários na Cadeia Produtiva da Alimentação – PROEXT/MEC 2010	Professores	Professora da Terapia Ocupacional (UFSCar)	Não derivou qualquer publicação com relação a este projeto de extensão
		Professora A da Enfermagem (UFSCar)	Apresentação de trabalho Título: Economia solidaria, 10eguridad y cualidad de vida em el 10eguridade: la generacion del trabajo, sueldos, salud y 10eguridade alimentaria nutricional. Evento: XVI Congreso Latinoamericano de Nutrición. Ano: 2012
		Professora B da Enfermagem (UFSCar)	Apresentação de trabalhos 1. Título: Economia Solidária e práticas educativas em saúde: promovendo qualidade de vida no território. Ano: 2011. 2. Título: Economia solidaria, 10eguridad y cualidad de vida em el 10eguridade: la generacion del trabajo, sueldos, salud y 10eguridade alimentaria nutricional. Evento: XVI Congreso Latinoamericano de Nutrición. Ano: 2012
	Graduados	Profissional Agrônomo	Não derivou publicação
		Profissional Biólogo	Não derivou publicação

	Estudantes de Graduação	Estudante de Ciências Biológicas	Não derivou publicação
		Estudante de Enfermagem	Estágios: 1. 03/2008 – 06/2008: Estágios, UFSCAR – INCOOP, Estágio realizado, curso de Inclusão digital de sócios de empreendimentos solidários: introdução a alguns recursos disponíveis em computadores; 2. 08/2009 – 11/2010: Estágios, UFSCAR – INCOOP, Estágio realizado, Estagiária da frente de trabalho Qualidade de vida. Orientações outra natureza: 1. Ampliando e articulando iniciativas de Economia Solidária para desenvolvimento local em territórios urbanos e rurais; 2010; Orientação de outra natureza; (Enfermagem) – Universidade Federal de São Carlos, Ministério do Desenvolvimento Social e combate à fome; Orientador: Professora B da Enfermagem. Apresentação de trabalhos Título: Economia Solidária e práticas educativas em saúde: promovendo qualidade de vida no território. Ano: 2011.

Fonte: Elaborado pelo autor

A partir da ação na realidade por meio do projeto de extensão "Inserção produtiva de inscritos no Cadastro Único em Empreendimentos Econômicos Solidários na Cadeia Produtiva da Alimentação" financiado pelo programa PROEXT do ministério da Educação (MEC), é possível observar que as duas professoras e uma estudante de graduação da equipe apresentaram trabalhos na área do projeto, sobre alimentação. Neste exemplo já é possível afirmar que há no NuMI-EcoSol articulação entre a pesquisas científicas e ação na realidade. Se considerarmos que a ação na realidade é também uma oportunidade educativa e que no processo de produção, o conhecimento deve se tornar acessível e isto se dá através de oportunidades educativas diversas, também já seria possível afirmar que há articulação entre pesquisa, ação na realidade e processos educativos.

No caso específico de estudantes de pós-graduação foi elaborado o Quadro 3 em que se pode observar um levantamento das dissertações e teses desenvolvidas no âmbito do NuMI-EcoSol.

QUADRO 3 - Levantamento de pesquisas de doutorado e mestrado no âmbito do NuMI-EcoSol

Mestrado / Doutorado	Título da pesquisa / Programa / Ano
Tese	Pessoas com deficiência organizando-se em cooperativas: uma alternativa de trabalho. Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, UFSCar. Defendida em dezembro de 2004.
Tese	Trabalho, reabilitação psicossocial e rede social: concepções e relações elaboradas por usuários de serviços de saúde mental envolvidos em projetos de inserção laboral, doutorado em Enfermagem Psiquiátrica. Universidade de São Paulo, USP Ano de obtenção: 2009
Dissertação	Economia Solidária, Cooperativa de Catadores de Resíduos Recicláveis e o Poder Público Municipal: uma experiência no município de Jaboticabal-SP, Programa de Pós-Graduação em Engenharia Urbana. Defesa: abril de 2005.
Dissertação	A Utilização dos Métodos de Planejamento Participativo durante o Processo de Incubação de Cooperativas Populares. 2007. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) - Universidade Federal de São Carlos.
Dissertação	Prospecção de Oportunidades para Cooperativas de Catadores da Região de São Carlos - SP na Reciclagem de Plásticos. 2007. Dissertação (Mestrado em Ciência e Engenharia dos Materiais) – Universidade Federal de São Carlos, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.
Dissertação	Economia Solidária e Desenvolvimento Local: uma reflexão preliminar dos programas do Governo Federal no Período 2003-2007. 2008. Dissertação (Mestrado em Engenharia Urbana) - Universidade Federal de São Carlos.
Dissertação	Saúde Mental e inclusão social pelo trabalho na perspectiva da Economia Solidária - a experiência dos integrantes do Recriart. 2009. Dissertação (Mestrado em Enfermagem) - Universidade Federal de São Carlos, Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo.
Dissertação	Incubação de Cooperativas Populares e Extensão Universitária - O Caso da INCOOP - Incubadora Regional de Cooperativas Populares da UFSCar. 2010. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) - Universidade Federal de São Carlos.
Dissertação	Empreendimentos econômicos solidários de catadores no estado de São Paulo: cadeias produtivas de resíduos, processos tecnológicos e parcerias produtivas de resíduos, processos tecnológicos e

	parcerias. 2010. Dissertação (Mestrado em Ciência, Tecnologia e Sociedade) - Universidade Federal de São Carlos, Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo.
Dissertação	Economia Solidária como estratégia de Desenvolvimento Territorial: a atuação da INCOOP no Jardim Gonzaga e entorno, São Carlos, SP. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Engenharia Urbana, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2010.
Dissertação	O processo de incubação de um empreendimento coletivo autogestionário de usuários de um Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) a experiência da equipe de incubação. 2011. Dissertação (Mestrado em Enfermagem) - Universidade Federal de São Carlos, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.
Dissertação	Autogestão e tecnologia em cooperativa de catadores (as) de resíduo: uma análise intersubjetiva sob a óptica do campo CTS. 2011. Dissertação (Mestrado em Ciência, tecnologia e sociedade) - Universidade Federal de São Carlos, Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo.
Dissertação	Variáveis de empreendimento econômico solidário organizado em cadeia produtiva que impactam no desenvolvimento local de um território urbano. 2011. Programa de Pós-graduação em Engenharia Urbana. Universidade Federal de São Carlos.
Dissertação	A presença de processos autogestionários nos empreendimentos de Economia Solidária pesquisados pelo SIES e a contribuição no campo CTS. Dissertação (Mestrado em Ciência, Tecnologia e Sociedade) - Universidade Federal de São Carlos, 2012.
Dissertação	ETNOMATEMÁTICA E ECONOMIA SOLIDÁRIA: o caso de um grupo de produção de sabão caseiro. Dissertação (Mestrado em Educação Para a Ciência) - Faculdade de Ciências de Bauru, Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo. 2012.
Dissertação	Cooperativas de catadores e parcerias com gestores públicos: aspectos promotores de autonomia. Dissertação (Mestrado em Ciência, Tecnologia e Sociedade) - Universidade Federal de São Carlos, Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo. 2012.
Dissertação	Conversão do conhecimento: estudo de caso em incubadora universitária de empreendimentos de economia solidária. Dissertação (Mestrado em Ciência, Tecnologia e Sociedade) - Universidade Federal de São Carlos, 2012.
Dissertação	Educação CTS e descrição de situação-problema para ensino de práticas de consumo ético, solidário e responsável para crianças. Dissertação (Mestrado em Ciência, Tecnologia e Sociedade) - Universidade Federal de São Carlos, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. 2013.
Dissertação	Produção autogestionária de janelas e adequação sociotécnica. Caso: Carcenaria Coletiva de Mulheres, assentamento Pirituba II, Itapeva/SP. 144f. Dissertação (Mestrado) Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo do Instituto de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2013.
Dissertação	A experiência educativa de um banco comunitário na periferia de São Carlos/SP. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de São Carlos, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. 2014
Dissertação	A atuação dos terapeutas ocupacionais em experiências de geração de trabalho e renda no âmbito da saúde mental: estudo sobre a realidade do estado de São Paulo. Dissertação (Mestrado em Programa de Pós-Graduação em Terapia Ocupacional) - Universidade Federal de São Carlos, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. 2014
Dissertação	Economia solidária e dinâmica familiar de catadores de materiais recicláveis: um estudo no campo Ciência, Tecnologia e Sociedade. Dissertação (Mestrado em Ciência, Tecnologia e Sociedade) - Universidade Federal de São Carlos, Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo. 2014.

Fonte: Levantamento da Equipe do NuMI-EcoSol

Para as dissertações e teses desenvolvidas no âmbito do NuMI-EcoSol (QUADRO 3) é possível observar que os temas se relacionam com o tema da EcoSol e que há indicações de objetos empíricos que são empreendimentos ou iniciativas de economia solidária assessoradas pelo NuMI-EcoSol.

O conjunto das pesquisas e publicações de cada equipe, que são realizadas a partir dos projetos compõe as pesquisa e publicações do NuMI-EcoSol como um todo. O NuMI-EcoSol elaborou e procura manter atualizada uma lista do que tem chamado de produções científicas. Esta lista contém as produções desde o início de sua atuação. No Quadro 4 pode der observada síntese quantitativa desta produção acadêmica.

QUADRO 4 - Levantamento quantitativo da produção de conhecimento do NuMI-EcoSol até 2014

Tipos de publicação		Quantidade	Total
Produção bibliográfica	Artigos completos publicados em periódicos	39	566
	Livros publicados/organizados ou edições	11	
	Capítulos de livros publicados	49	
	Textos em jornais de notícias/revistas	3	
	Trabalhos completos publicados em anais de congressos	142	
	Resumos expandidos publicados em anais de congressos	20	
	Resumos publicados em anais de congressos	125	
	Apresentações de trabalho	172	
	Demais tipos de produção bibliográfica	5	
Produção técnica	Trabalhos técnicos	6	52
	Demais tipos de produção técnica	46	
Orientações em andamento	Tese de Doutorado	6	31
	Dissertação de mestrado	4	
	Iniciação científica	6	
	Orientações de outra natureza	2	
	Monografia de conclusão de curso de especialização	12	
Supervisões e Orientações concluídas	Supervisão de pós-doutorado	1	152
	Tese de Doutorado	2	
	Dissertação de mestrado	21	
	Monografia de conclusão de curso de aperfeiçoamento/ especialização	1	
	Trabalho de conclusão de curso de graduação	28	
	Iniciação científica	28	
	Orientações de outra natureza	71	
Projetos de pesquisa		24	
Prêmios e títulos		2	
Participação em eventos		172	
Organização de eventos		11	

Fonte: Adaptado de documento interno do NuMI-EcoSol

O levantamento da produção acadêmica indica que existe produção científica no NuMI-EcoSol e em diferentes tipos. Assim é possível verificar a articulação entre pesquisa, ação na realidade e processos educativos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo possibilitou explicitar evidências de que a produção de conhecimento, a partir da realidade, possibilitou acesso ao conhecimento via processos educativos e ação na realidade (como uma forma de extensão) e indicam estratégias e condições para experimentação de iniciativas para articulação entre Ensino, Pesquisa e Extensão.

O processo de produção de conhecimento, como papel da Universidade, se dá pela articulação entre as atividades de ensino, pesquisa e extensão. Este processo deve incluir tornar o conhecimento produzido acessível e é importante a quem ele se dirige ou beneficia. A pesquisa científica, a partir da ação na realidade possibilita a produção de conhecimentos que se tornam acessíveis pela educação e pela ação na realidade. Quem tem e quem deveria ter acesso à educação superior? Este processo de produção, que pode passar por algo aparentemente simples e corriqueiro, não é o mais habitual na Universidade. Em geral o conhecimento se torna, no máximo disponível, e não chega, ou demora chegar, a quem dele necessita.

A experiência das ITCPs embora sejam, em geral, mais conhecidas pela atuação enquanto extensão universitária (muitas incubadoras começaram e a grande maioria ainda é projetos ou programas de extensão), tanto pesquisa, quanto ensino estão presentes. Existem experiências de ITCPs nas Universidades, que produzem conhecimento articulando pesquisa, ação na realidade e processos educativos.

A experiência examinada nesta pesquisa, o NuMI-EcoSol, desde sua origem, parte da ação na realidade e busca articular esta ação com pesquisa e processos educativos. É possível perceber, na trajetória do NuMI-EcoSol as diversas mudanças nas estratégias de atuação. A opção pela ação na realidade social difere do que é mais comum na Universidade que é a teoria explicativa dos fenômenos sociais.

Como parte deste processo de promoção da EcoSol pelo no NuMI-EcoSol, tanto o processo de produção de conhecimento quanto as ações na realidade e as atividades educativas envolveram estudantes de graduação e pós-graduação, graduados e professores. Os trabalhadores associados foram envolvidos em ações educativas, mas ainda não participam ativamente do processo de produção de conhecimento científico, apesar de participarem indiretamente e participarem da produção de outros saberes. Qual seria o potencial para as experiências em analise se os trabalhadores fossem protagonistas do processo de produção de conhecimento científico?

As contribuições deste trabalho possibilitam a reflexão sobre o papel da Universidade, sobretudo a Universidade Pública e a Economia Solidária. A Universidade pode ser pensada para além de formadora de profissionais para o mercado de trabalho ou como produtora de pesquisas científicas apartadas da realidade, mas como produtora de conhecimento que se torna acessível por meio da articulação entre educação, pesquisa e ação na realidade. E a Economia Solidária não deve ser pensada apenas como geração de trabalho e renda ou como política compensatória, mas como estratégia em que moradores e cidadãos de um dado território podem ser protagonistas, ou seja, para além da renda e dos ganhos econômicos, se prevê a participação e a autonomia dos mesmos, na perspectiva de produção de seus próprios conhecimentos populares e científicos por meio deste repensar do papel da Universidade Pública.

REFERÊNCIAS

AMORIM, Andressa Nunes. **Economia Solidária – princípios e contradições.** Dissertação (Mestrado) em Política Social pelo Programa de Pós-graduação em Política Social da Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2010.

BOTOMÉ, Silvio Paulo. **Pesquisa Alienada e Ensino Alienante:** O equívoco da extensão universitária. Petrópolis, RJ: Editora Vozes; São Carlos, SP: Editora da Universidade Federal de São Carlos; Caxias do Sul, RS: Editora da Universidade de Caxias do Sul, 1996.

CORTEGOSO, A. L., *et al*. A integração dos processos comportamentais de intervir em situações e de produzir conhecimento como objeto de estudo e objetivo de intervenção profissional. **Chronos** (Caxias do Sul), Caxias do Sul, v. 30, n.1, p. 70-102, 1997.

CORTEGOSO, Ana Lucia e SHIMBO, Ioshiaqui. Empreendimentos solidários, universidades, movimentos sociais e gestores públicos: articulação de esforços na promoção da Economia Solidária no Brasil de hoje. In: **2ª Jornada Universitaria sobre Cooperativismo, Economía Solidaria y Procesos Asociativos**. Montevidéo, 2005.

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho. (Org.) et al. **Ação pública e economia solidária: uma perspectiva internacional**. Salvador: EDUFBA; Editora da UFRGS, 2006. 326 p. (Série Sociedade e Solidariedade). ISBN 85-7025-859-3.

_____. Teoria e Prática em Economia Solidária: problemática, desafios e vocação. **Civitas** (Porto Alegre), v. 7, p. 155-174, 2007.

GAIGER, Luiz Inácio. **A Economia Solidária diante do modo de produção capitalista.** Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/crh/article/view/18642 >. Acesso em: set. de 2013.

GERMER, C. A "Economia Solidária": Uma crítica Marxista. **Estudos de Direito Cooperativo e Cidadania**, Curitiba, 2009.

GOMES, Fabiana Pereira, KLEIN, Maurício José, et al. **Introdução a Economia Solidária.** Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES): Ministério do Trabalho e Emprego - M.T.E. 2002.

LAVILLE, Jean-Louis. (org.) **L_économie solidare: une perspective internacionale**. Paris, Desclée de Brouwer ,1994.

LAVILLE, Christian e DIONNE, Jean. **A construção do saber:** manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas. Tradução Heloisa Monteiro e Francisco Settineri. Porto Alegre: Artmed; Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

MAZZILLI, Sueli. Ensino, pesquisa e extensão: reconfiguração da universidade brasileira em tempos de redemocratização do Estado. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, v.27, n.2, p. 205-221, maio/ago. 2011

MENEZES, M. T. C. G. **Economia Solidária**: elementos para uma crítica marxista. Rio de Janeiro, Gramma, 2007.

PINTO, J. L. R. **Economia Solidária:** um elogio à associação em tempos de crise. Tese de Doutorado. Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, IUPERJ, Rio de Janeiro, RJ, 2004.

PITAGUARI S. O. E CÂMARA M. R. G. As motivações e desafios para a consolidação da Economia solidária. In: BORINELLI B., SANTOS L. M. L. E PITAGUARI S. O. (Org.). **Economia Solidária em Londrina, aspectos conceituais e a experiência institucional.** Londrina: UEL, 2010.

POLANYI, Karl. **The Great Transformation.** Foreword by Robert M. MacIver. Boston: Beacon Press, 1957.

RIBEIRO, Mônica. O lugar da Economia Solidária no atual governo. **Conexão Planeta: inspiração para a ação.** Disponível em: < https://conexaoplaneta.com.br/blog/o-lugar-da-economia-solidaria-no-atual-governo/#fechar> , Acesso em: set de 2020.

SINGER, P. **Curso de Introdução à Economia Política.** Rio de Janeiro, 5ª ed. Forense-Universitária, 1979.

SINGER, Paul. **Introdução a Economia Solidária**. São Paulo: Contexto. 2002.

SINGER, Paul. e SOUZA, André Ricardo. **A economia solidária no Brasil**: a autogestão como resposta ao desemprego. São Paulo: Contexto, 2000.

VECHIA, Renato Della., et al. A Rede de ITCPs - Passado, Presente e alguns Desafios para o Futuro. **Diálogo**, 18. 2011.

AS CONTRIBUIÇÕES DA EDUCAÇÃO FÍSICA NO PROCESSO DE INSERÇÃO DO DEFICIENTE INTELECTUAL NO MERCADO DE TRABALHO

THE CONTRIBUTIONS OF PHYSICAL EDUCATION IN THE INTELLECTUAL DISABLED INSERT PROCESS IN THE LABOR MARKET

Área temática: Psicologia, Saúde e Desenvolvimento.

SERAFIM, Patrícia Amanda
Universidade Estadual Paulista (UNESP)
prof.patriciaserafim@gmail.com
DOS SANTOS, Iani Fassa
Universidade de São Paulo (USP)
ianifs@gmail.com

Resumo

O trabalho é considerado um ambiente importante para as pessoas com Deficiência Intelectual por representar a possibilidade de construção da identidade, desenvolvimento social e emocional. Tendo em vista as limitações e estigmas gerados na profissionalização do deficiente intelectual, acreditamos que a Educação Física (EF) pode contribuir no desenvolvimento de habilidades e capacidades para a aproximação desse sujeito com o mercado de trabalho. Nessa perspectiva, procuramos nesse estudo, através de uma revisão bibliográfica, analisar e descrever os empasses no percurso de inclusão no mercado de trabalho de pessoas com Deficiência Intelectual, assim como, a contribuição da EF nesse processo. Concluímos que a aprendizagem das pessoas com DI deve acontecer em ambientes reais, com pessoas reais e que a EF pode contemplar todos esses requisitos, contribuindo para a aprendizagem, desenvolvimento e formação profissional de pessoas com DI.

Palavras-chave: inclusão no trabalho, deficiência intelectual, educação física adaptada.

Abstract

Work is considered an important environment for people with Intellectual Disabilities because it represents the possibility of building identity, social and emotional development. In view of the limitations and stigmas generated in the professionalization of the intellectual disabled, we believe that physical education can contribute to the development of skills and abilities to bring this subject closer to the labor market. In this perspective, we sought in this study, through a bibliographic review, to analyze and describe the impasses of the process of inclusion in the labor market of people with Intellectual Disabilities, as well as the contribution of physical education in this process. We conclude that the learning of people with ID should happen in real environments, with real people and that PE can address all these requirements, contributing to the learning, development and professional training of people with ID.

Keywords: inclusion at work, intellectual disability, adapted physical education.

1 INTRODUÇÃO

Historicamente, o mundo tem vivenciado muitas evoluções, a tecnologia trouxe rapidez e praticidade para uma sociedade multifuncional. Quesitos necessários e cobrados por várias esferas sociais, principalmente no mundo do trabalho. Nesta perspectiva, ao pensar essas cobranças e relacioná-las com a Deficiência Intelectual (DI), vemos a incompatibilidade entre suas competências pessoais e as exigências ambientais, podendo assim entender a raiz do problema da baixa inserção dos DI no mercado de trabalho.

A DI é caracterizada por limitações significativas tanto no funcionamento intelectual como no

comportamento adaptativo expresso em habilidades conceituais, sociais e práticas, originadas antes dos dezoito anos de idade (AMERICAN ASSOCIATION ON INTELLECTUAL AND DEVELOPMENTAL DISABILITIES, 2010).

De acordo com o censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2010, dos 45,6 milhões de brasileiros, cerca de 24% declarou possuir alguma deficiência (intelectual, física, visual e/ou auditiva), sendo 26,5% mulheres e 21,2% homens. Foram registrados, 2,6 milhões de pessoas com DI. Ainda de acordo com este levantamento, entre a população com deficiência, aqueles que exercem alguma ocupação profissional, representam 23,6%, e 40,2% dessas pessoas trabalham com carteira assinada. De acordo com esses dados, as pessoas com DI são as que apresentam maior limitação, ou seja, menor índice de inserção no mercado de trabalho, tanto para homens quanto para mulheres, correspondendo a 22,2% e 16,11%, respectivamente.

Socialmente a ideia hegemônica ainda atribui às pessoas com DI muitos rótulos e estigmas como: carga, moléstia, incapazes de trabalhar, de cursar o de ensino regular, de cursar a universidade e de incluírem-se.

Descontruir esses conceitos e possibilitar novos olhares para a DI é um dos grandes desafios para profissionais como: Pedagogos, Terapeutas Ocupacionais, Psicólogos e Profissionais de Educação Física. E é sobre a atuação dessa última profissão que iremos focar esse trabalho.

A contribuição inclusiva da Educação Física (EF) vai além do desenvolvimento de práticas motoras, promovendo também os aspectos afetivos, cognitivos, sociais, a autonomia e relação interpessoal, ou seja, proporciona desenvolvimento de forma global. Sendo assim, a EF tem a possibilidade de contribuir de forma significativa no processo de inclusão do DI no mercado de trabalho, pois desenvolve requisitos para a aprendizagem de situações-problemas que são frequentes nesses ambientes, como: trabalho coletivo, regras, socialização, agilidade, disciplina, emoções e perdas.

A EF é constituída em uma ampla área de adaptação ao permitir, a participação de pessoas em atividades físicas adequadas às suas capacidades, propiciando a estes tal experiência, além da valorização e a integração na sociedade. Quando a educação física é adaptada ao aluno que possui alguma deficiência, possibilita ao mesmo a compreensão de suas limitações e capacidades, dando suporte na busca de uma melhor adaptação (CIDADE; FREITAS, 1997).

As principais aproximações do DI com a EF acontecem em instituições filantrópicas especializadas, como é o caso da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), e de modo geral essas instituições são estruturadas no paradigma pedagógico de caráter biomédico, cujo foco das aulas de EF está apenas em ser uma alternativa ao ócio, sendo assim práticas incipientes tanto para o desenvolvimento de suas defasagens quanto para a capacitação profissional de pessoas com DI.

Segundo Saviani (2012), a escola realiza a ponte entre o indivíduo e a sociedade, e entre o indivíduo e o trabalho, como atividade vital humana. Com isso, concedemos às APAEs o papel de promover o desenvolvimento de adolescentes e adultos com DI, sendo a ponte essencial para este sujeito inserir-se no mundo do trabalho, tendo o respaldo de um programa de atividades físicas que contemplem as necessidades dos DI.

Contudo, é notória a importância de relacionar a tríade Deficiência Intelectual, Educação Física e Mercado de Trabalho. Possibilitando às pessoas com DI maiores possibilidades de desenvolvimento de suas capacidades, habilidades e conhecimento de si mesmos e do mundo ao seu redor.

Nessa perspectiva, o presente artigo tem como objetivo analisar e descrever os empasses do processo de inclusão no mercado de trabalho de pessoas com Deficiência Intelectual, assim como, a contribuição da educação física nesse processo.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa foi desenvolvida através de revisão de literatura, tendo como base artigos científicos encontrados nas plataformas de dados relacionadas à área de Ciências da Educação e Ciências da Saúde: Biblioteca Eletrônica Científica Online (SciELO), Education Resource Information Center (ERIC), Biblioteca Virtual da Saúde (BVS), Public Medline (Pubmed). Nestas plataformas de busca, foram usadas as palavras-chave “inclusão no trabalho”, “deficiência intelectual”, “educação física” e seus sinônimos.

Para melhorar os resultados da pesquisa, foram aplicados filtros de conteúdo: artigos, livros, jornais e revistas; de todos os idiomas, sendo esses traduzidos para português; texto completo

disponível; ordenados em maior relevância.Também foram utilizados dados do IBGE, American Association on Intellectual and Developmental Disabilities, American Association on Mental Retardation e Organização Mundial da Saúde (OMS).

3 RESULTADOS

A literatura vem demonstrando, de acordo com uma perspectiva histórica, que várias mudanças ocorreram no modo de conceber e lidar com a deficiência, assim como a criação de documentos que reafirmam a importância da inclusão, tais como: Declaração de Jomtien em 1990; Declaração de Salamanca em 1994; Convenção da Guatemala em 1999; Declaração Internacional de Montreal sobre Inclusão em 2001 e Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, a qual foi ratificada pelo Brasil em 2008 e aprovada pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 2007 (BRASÍLIA, 2010).

Assim, gradativamente as sociedades democráticas vêm discutindo e defendendo a inclusão como direito de todos. No Brasil um grande marco foi a Constituição de 1988, ampliando as normas vigentes e estabelecendo vários direitos para todas as pessoas, abrangendo também aquelas com deficiências. Dentre os direitos assegurados podemos citar: direito à educação, à segurança, à saúde, ao lazer, à moradia e ao trabalho (GUGEL, 2003). Além disso, no que compete ao trabalho, torna-se expressa a proibição de qualquer forma de discriminação no tocante ao salário e critérios de admissão do trabalhador com deficiência (SIMONELLI & CAMAROTTO, 2011).

Para promover a inclusão das pessoas com deficiência no mundo do trabalho, a Legislação Brasileira estabeleceu uma reserva legal de cargos, conhecida como Lei de Cotas, lei nº 8213/91 que, em seu artigo 93, descreve: “a empresa com 100 (cem) ou mais empregados está obrigada a preencher de 2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento) dos seus cargos com beneficiários reabilitados ou pessoas portadoras de deficiência, habilitadas, na seguinte proporção: I- até 200 empregados, 2%; II- de 201 a 500, 3%; III- de 501 a 1.000, 4% ; IV- de 1.001 em diante, 5%” (lei nº 8213/91, art. 93)

Após a promulgação da Lei de Cotas, foi regulamentado, em 1999, o decreto nº 3.298 que estabelece como compromisso do Estado a formação profissional da pessoa com deficiência, qualificação profissional e ingresso no mercado de trabalho (BRASIL, 1999). Essa lei também dispõe sobre as modalidades para a inserção laboral da pessoa com deficiência, defendendo a igualdade de oportunidades para essas pessoas no acesso ao trabalho (VELTRONE & ALMEIDA, 2010).

Vale ressaltar que apesar da existência de uma legislação que favoreça a inclusão das pessoas com deficiências no trabalho, este tipo de ação não garante a permanência dessas pessoas no emprego (GUGEL, 2003; SASSAKI, 2003).

Segundo Redig e Glat (2017), algumas empresas contratam pessoas com deficiências apenas para evitar sanções; não exigem sua frequência e /ou as deixam subutilizadas, sem uma função ou tarefa relevante para desempenhar. Ou seja, formalmente estão empregadas, mas, na prática, não estão trabalhando. Sawaia (2004, p. 35), denomina essa situação como “violência moral” que, “no plano social sustenta todas as formas de inclusão perversa, o que significa a inserção social pela perda da dignidade, pelo preconceito e culpabilização por sua própria condição social”. Em outras palavras, como não se acredita no potencial de produtividade de pessoas com deficiência, o foco é, geralmente, colocado nas limitações do sujeito e não se reconhece as barreiras existentes no ambiente de trabalho bem como a dificuldade das demais pessoas em lidar com ele.

Sendo assim, negar trabalho para a pessoa com DI, limita enormemente a constituição para essas pessoas como gênero humano e da sociedade. O olhar apenas biológico a esta deficiência ainda é naturalizado pelos saberes dominantes, impossibilitando o convívio social pleno e o seu desenvolvimento. Por essa compreensão a educação assume, para todos, em destaque para aqueles que apresentam a DI, o papel de direcionar o desenvolvimento humano, ou seja, a humanização. Nessa direção as mudanças relacionadas a educação e ao mundo do trabalho precisam ser da ordem estrutural, pois as contradições desumanas do capitalismo são estruturais, portanto inseparáveis desse sistema, caso contrário haverá a continuidade do esvaziamento humano e desestruturação social. Estamos a favor do desenvolvimento da capacidade humana e na contramão do movimento de negação do pleno desenvolvimento para grande parcela das pessoas com DI (BARBOSA, et al., 2017).

Para tanto, é necessário superar o viés assistencialista e filantrópico que permeiam as práticas institucionais voltadas a essa população, para que possibilitem a sua efetiva inclusão. Sendo importante atualizar e reavaliar as concepções que fundamentam os conceitos acerca das pessoas

com DI, bem como ampliar as informações no sentido de modificar as atitudes geradoras de situações de exclusão vividas pelas mesmas (TOLDRÁ; MARQUE; BRUNELLO, 2010). O desconhecimento e a desinformação geram preconceitos e dificultam as oportunidades de inclusão social, e ao contrário, o acesso a informação adequada é considerado um poderoso instrumento de sensibilização para o desenvolvimento social e respeito à diversidade no trabalho. Portanto, cabe às empresas disseminarem o reconhecimento pela igualdade de oportunidades a partir de um fazer compartilhado, cooperativo com as instituições e a sociedade, pautado na ética das relações humanas e valorização da diversidade, objetivando-se a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, por meio da inclusão das pessoas com DI no mercado de trabalho (TOLDRÁ; MARQUE; BRUNELLO, 2010).

Nessa perspectiva, é fundamental que se criem programas de orientação e formação profissional que visem ampliar conhecimentos e habilidades dos aprendizes para o trabalho, de forma a proporcionar uma experiência mais articulada com a realidade social (CORDEIRO; OLIVEIRA, 2011). No entanto, a educação profissional não deve ser reduzida ao ensino de habilidade ou técnicas específicas, ou mesmo ao ensino de comportamentos adequados e menos desviantes para as pessoas com deficiências, mas principalmente, deve visar à formação do homem para o mundo do trabalho, com as diversas relações que se travam nele, para que tenha conhecimento de seus direitos e deveres e possa se mobilizar e atuar por mudanças (CORDEIRO, 2013, P. 29-30).

Segundo Furtado (2013), é comum que a preparação/capacitação profissional da pessoa com DI sejam privilegiadas àquelas atividades julgadas como simples, cansativas e que dispensam esforços intelectuais. Denari (2006) ressalta a tendência em julgar que, treinando algumas habilidades simples, se prepara a pessoa com DI para o trabalho. Dessa forma, a capacitação para as pessoas com DI deve ser voltada para desenvolver e aprimorar as habilidades, e os serviços de formação profissional devem objetivar o desenvolvimento de competências adaptativas ao real ambiente de trabalho, tais como comunicação e relacionamento interpessoal, proporcionando instruções claras e objetivas para que as pessoas incluídas possam realizar suas atividades no trabalho.

Com base no exposto, podemos pensar no papel da EF para contribuir com a formação profissional de pessoas com DI, baseando em sua subárea, a Educação Física Adaptada, que engloba as suas intervenções ao atendimento das necessidades específicas de cada pessoa, em que adaptações são realizadas para possibilitar a sua participação em atividades dessa natureza (WINNICK, 2004).

Ampliando ainda mais a conceituação da Educação Física Adaptada, podemos dizer que ela se baseia no estudo e a intervenção profissional no universo das pessoas que apresentam diferentes e peculiares condições para a prática das atividades físicas. Seu foco é o desenvolvimento da cultura corporal de movimento. Atividades como ginástica, dança, jogos e esporte, conteúdos de qualquer programa de atividade física, devem ser consideradas tendo em vista o potencial de desenvolvimento pessoal (e não a deficiência em si) (PEDRINELLI; VERENGUER, 2008).

Deste modo, a EF apresenta um caráter eminentemente prático e deve ser compreendida, segundo Neira (2009), como uma disciplina que proporciona o desenvolvimento de comportamentos e pré-requisitos necessários para a construção de conhecimentos e habilidades mais complexos e que dependerão, basicamente, das oportunidades vivenciadas pelos educandos, inclusive aqueles com DI, e que devem ser oportunizadas pelos professores, pois, como relata Daolio (2010), as práticas corporais são criações humanas e não seguem leis naturais e universais, podendo ser modificadas quando estiverem gerando algum tipo de discriminação, descontentamento ou exclusão.

O papel do professor de EF deve ser o de interventor intencional, estimulando o aluno a progredir em seus conhecimentos e habilidades através de propostas desafiadoras que o leve a buscar soluções, por intermédio da sua própria vivência e das relações interpessoais. Isto não deve significar uma educação autoritária, mas uma educação que possibilite ao aluno, por meio de estratégias estabelecidas pelo professor, construir o seu próprio conhecimento, com a reestruturação e reelaboração dos significados que são transmitidos ao individuo pelo seu meio sociocultural (BONAMIGO et al, 1982).

Nesse sentido, a EF assume o desafio de proporcionar aos indivíduos condições de autoconhecimento e desenvolvimento psicomotor. Na consecução dessa tarefa, direcionar-se a uma ação educativa integral do ser humano, em que, reconhece o indivíduo como um ser completo e único, capaz de pensar, sentir e agir de forma consciente, superando a clássica dualidade entre o corpo e a mente e construindo um ser humano que vive em harmonia consigo mesmo e com a sua totalidade.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Podemos concluir que a aprendizagem das pessoas com DI deve acontecer em ambientes reais, com pessoas reais, em escolas e instituições na perspectiva inclusiva. Logo, atuando nesses espaços temos a EF, uma disciplina que pode envolver e contemplar os requisitos para a aprendizagem, desenvolvimento e formação profissional de pessoas com DI, utilizando para isso estratégias e recursos que envolvam situações coletivas e contextualizadas com a cultura corporal do movimento, em situações reais de jogos e atividades, enfim, vivências que contribuam para a formação integral do DI.

REFERÊNCIAS

AMERICAN ASSOCIATION ON INTELLECTUAL AND DEVELOPMENTAL DISABILITIES (2010). Intellectual disability: Definition, classification, and systems of Supports. Disponível em: http://www.aaidd.org/IntellectualDisabilityBook/content_2678.cfm. Acesso em: 09 Mar. 2020.

AMERICAN ASSOCIATION ON MENTAL RETARDATION. Retardo Mental: definição, classificação e sistemas de apoio. Porto Alegre: Artmed, 2006.

BANCO MUNDIAL, Secretaria Especial de Direitos Humanos – Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência e Coordenadoria Nacional para a Integração de Pessoa Portadora de Deficiência. Apostila Aliança para um Desenvolvimento Inclusivo. Brasília, Brasil: 2004.

BARBOSA, L. C. et al. EXCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL NO MUNDO DO TRABALHO. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate,** Salvador, v. 9, n. 1, p. 266-275, mai. 2017. ISSN 2175-5604. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/17288>. Acesso em: 07 Mar. 2020.

BONAMIGO et al. **Como ajudar a criança no seu desenvolvimento**. Porto Alegre - RS, Editora da Universidade UFGRS, 1982.

BRASIL . **Constituição Federal** (1988). Brasília, DF: Imprensa Oficial, 1988.

_____. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei n° 8.069, de 13 de julho de 1990. Brasília, DF: Imprensa Oficial, 1990.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional** – LDBEN, nº. 9.394/96. Brasília, DF: Senado Federal, 1996.

_____. **Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva.** Brasília, DF: MEC/SEESP, 2008. ONU. Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948). Disponível em: Acesso em: 09 ago. 2020.

CIDADE, R. E.; FREITAS, P. S. **Noções sobre Educação Física e Esporte para Pessoas Portadoras de deficiência**. Uberlândia, 1997.
CORDEIRO, D. R. C. L. **A inclusão de pessoas com deficiência na rede regular de educação profissional**. 2013. 184 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Marília, 2013.

CORDEIRO, D. R. C. L.; OLIVEIRA, A. A. S. A educação profissional de pessoas com deficiência: um levantamento de teses e dissertações. In: **CONGRESSO BRASILEIRO MULTIDISCIPLINAR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL, 6.; ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISADORES EM EDUCAÇÃO ESPECIAL**, 7., 2011, Londrina. Anais. Londrina: UEL. p. 2662-73, 2011.

DAOLIO, J. (coord.) **Educação Física Escolar**: olhares a partir da cultura. Campinas-SP: Autores

Associados, 2010.

DENARI, F.E. Universo e destinação de adultos com deficiência mental: respostas institucionais a seus direitos de cidadania. In L.A.R., Martins, J., Pires, G.N.L., Pires, & F.R.L.V., Melo (Orgs.), **Inclusão: compartilhando saberes** (pp. 206-226). Petrópolis: Vozes, 2006.

FURTADO, A. V. **Pessoas com deficiência intelectual e a inclusão no mercado de trabalho** (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, Minas Gerais, 2013.

GLAT, R.; PLETSCH, M. D. **Inclusão escolar de alunos com necessidades especiais.** Rio de Janeiro: EdUERJ, 2012.

GUGEL, M.A. Trabalho para pessoas portadoras de deficiência, instrumento de pleno exercício da cidadania. In **Associação de pais e amigos dos excepcionais [APAE]**, Trabalho e deficiência mental: perspectivas atuais (pp.17-34). Brasília: Dupligráfica Editora, 2003.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (2012). **Censo Demográfico 2010**: Características gerais da população, religião e pessoas com deficiência. Rio de Janeiro. Disponível em:http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/caracteristicas_religiao_deficiencia/default_caracteristicas_religiao_deficiencia.shtm. Acesso em: 09 ago. 2020.

JESUS, D. M. O que nos impulsiona a pensar a pesquisa-ação colaborativo-crítica como possibilidade de instituição de práticas educacionais mais inclusivas? In: BAPTISTA, C. R.; CAIADO, K. R. M.; JESUS, D. M. (Orgs). **Educação especial: diálogo e pluralidade**. Porto Alegre: Mediação, p. 139-60, 2010.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar**: O que é? Por quê? Como fazer? 2. ed. São Paulo: Moderna, 2006.

_____. Igualdade e diferenças na escola: como andar no fio da navalha. In: ARANTES, Valéria Amorim (Org.). **Inclusão escolar**: pontos e contrapontos. São Paulo: Summus, 2006b, p. 15-30.

MARTINS, L. A. R. Pesquisa-ação numa perspectiva inclusiva: reflexões e ações. In: BAPTISTA, C. R.; CAIADO, K. R. M.; JESUS, D. M. (Orgs). **Educação especial**: diálogo e pluralidade. Porto Alegre: Mediação, p. 161-70, 2010.

MAZZOTTA, M. J. S. **Educação especial no Brasil**: histórico e políticas públicas. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

NEIRA, M. G. **Educação Física Desenvolvendo Competência**. São Paulo, Phorte Editora, 3° Edição, 2009.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde. Tradução e revisão Amélia Leitão. Lisboa: OMS, 2004.

PEDRINELLI, V. J.; VERENGUER, R. C. G. Educação física adaptada: introdução ao universo das possibilidades. In: GORGATTI, M. G.; COSTA, R. F. (Org.). **Atividade física adaptada**: qualidade de vida para pessoas com necessidades especiais. 2. ed. Barueri: Manole, p. 1-27, 2008.

PRIETO, R G. Atendimento escolar de alunos com necessidades educacionais especiais: um olhar sobre as políticas públicas de educação do Brasil. In: ARANTES, Valéria Amorim (Org.). **Inclusão escolar**: pontos e contrapontos. São Paulo: Summus, p. 31- 73; 2006.

REDIG, A G; GLAT, R. Programa educacional especializado para capacitação e inclusão no trabalho de pessoas com deficiência intelectual. **Ensaio: aval.pol.públ.Educ**., Rio de Janeiro , v. 25, n. 95, p. 330-355, Apr. 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40362017000200330&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 20 Mar. 2020.

RODRIGUES, David. Questões preliminares sobre o desenvolvimento de políticas de Educação Inclusiva. In: BRASIL. **Inclusão: revista da educação especial**. Brasília, DF: MEC/SEEP, v. 4, n. 1, p. 33-40, jan./jun. 2008.

SASSAKI, R.K. Educação profissional e emprego de pessoas com deficiência mental pelo paradigma da inclusão. In **Associação de pais e amigos dos excepcionais [APAE]**, Trabalho e deficiência mental: perspectivas atuais (pp.111-132). Brasília: Dupligráfica Editora, 2003.

SAVIANI, D. **A nova lei da educação**: trajetórias, limites e perspectivas. 11ª. ed. Campinas: Autores Associados, 2008.

SAWAIA, B. B. Uma análise da violência pela filosofia da alegria: paradoxo, alienação ou otimismo ontológico crítico? In: SOUZA, L.; TRINDADE, Z. A. (Orgs.). **Violência e exclusão: convivendo com paradoxos.** São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004. p. 21-42.

SILVA, Nara Liana Pereira; FURTADO, Adelaine Vianna. Inclusão no trabalho: a vivência das pessoas com deficiência intelectual. In: **Interação em psicologia**. V. 16. Juiz de Fora/MG. EDUFPR, 2012. p. 95-100.

SIMONELLI, A.P., & CAMAROTTO, J.A. As políticas brasileiras e internacionais de incentivo ao trabalho de pessoas com deficiência: uma reflexão. **Cadernos de Terapia Ocupacional**, 19, 333-342, 2011.

TOLDRÁ, R. C.; MARQUE, C. B. De; BRUNELLO, M. I. B. Desafios para a inclusão no mercado de trabalho de pessoas com deficiência intelectual: experiências em construção . **Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo**, São Paulo, v. 21, n. 2, p. 158-165, aug. 2010. ISSN 2238-6149. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/rto/article/view/14099>. Acesso em: 29 fev. 2020.

VELTRONE, A.A. & ALMEIDA, M.A. Perfil da pessoa com deficiência no mercado de trabalho na cidade de São Carlos-SP. **Revista de Educação Especial**, 23, 73-90, 2010.

WINNICK, J. P. **Educação física e esportes adaptados**. 3. ed. Barueri, SP: Manole, 2004.

AS EMPRESAS E O SISTEMA DE COTAS PARA PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS: AVALIAÇÃO DE EQUIDADE E DESEMPENHO ORGANIZACIONAL EM SANTA FÉ DO SUL-SP

THE COMPANIES AND THE QUOTA SYSTEM FOR CARRIERS OF SPECIAL NEEDS: EVALUATION OF EQUITY AND ORGANIZATIONAL PERFORMANCE IN SANTA FÉ DO SUL – SÃO PAULO

Área temática: Desenvolvimento Regional e Local

CLEMENTE, Kalebe Camargo Lourenco
Centro Universitário de Santa Fé do Sul – SP, UNIFUNEC
Graduando em Administração
kalebecamargojs@hotmail.com
SOUZA, Regina Maria de
Centro Universitário de Santa Fé do Sul – SP, UNIFUNEC
Doutora em Serviço Social
rgeconomia@gmail.com

Resumo

O objetivo deste trabalho é analisar a inserção de portadores de necessidades especiais nas empresas de Santa Fé do Sul, com destaque para a possibilidade de maximização do desempenho organizacional das mesmas, por meio de seu enquadramento na lei de cotas para deficientes. A responsabilidade social estimula as pessoas a um nível de exposição maior para fora dos muros da organização, de forma a construir uma relação de benefícios mútuos com parceiros e colaboradores considerados pouco convencionais pela maior parte do mercado. A principal resistência à implementação de ações ou programas de responsabilidade social, tais como a contratação de portadores de necessidades especiais é o receio das transformações que esse processo pode gerar. A fim de verificar os benefícios e as demandas a serem atendidas para a inclusão de portadores de necessidades especiais, elegeram-se como foco de estudo, duas empresas instaladas na cidade de Santa Fé do Sul-SP, que se enquadram na classificação de médias empresas, e são do setor privado. Ambas já realizaram a adoção do sistema de cotas para deficientes. Como resultados, chegou-se a consideração de que a empresa 2 entende o papel das cotas, já que nela existe alguma dinâmica de sensibilização em relação à inserção do deficiente. Ao se considerar a empresa 1, por sua vez, percebe-se que o processo é mais incipiente e que não existe por parte do gestor dessa empresa ou pela pessoa que é responsável pela gestão de pessoas uma noção do quanto pode ser benéfica a inserção de um deficiente no mercado de trabalho e dentro de uma empresa.

Palavras-chave: Necessidades especiais, Equidade Social, Eficácia organizacional.

Abstract

The objective of this work is to analyze the insertion of people with special needs in companies in Santa Fé do Sul, with emphasis on the possibility of maximizing their organizational performance, through its framework in the law of quotas for the disabled. Social responsibility encourages people to higher level of exposure outside the walls of the organization, in order to build a relationship of mutual benefits with partners and employees considered unconventional by most of the market. The main resistance to the implementation of actions or social responsibility programs, such as the hiring of people with special needs is the fear of the transformations that this process can generate. In order to verify the benefits and demands to be met for the inclusion of people with special needs, they were chosen as the focus of the study, two installed companies in the city of Santa Fé do Sul – SP, which fall within the classification of medium-sized enterprises, and are from the private sector. Both have already undertaken the acquisition of the quota system for the disabled. As a result, it was considered that company 2 understands the role of quotas, since that there is some awareness-raising dynamics in relation to the insertion of the disabled. When considering company 1, in turn, it is perceived that the process is more incipient and that it does not exist on the part of the manager of that company or the person responsible for personnel management a notion of how the

insertion of a disabled person in the labour market and within a company can be beneficial.

Keywords: Special needs. Work. Social Equity. Organizational effectiveness.

1 INTRODUÇÃO

A inclusão de colaboradores com algum tipo de deficiência no mercado de trabalho é um grande desafio, como também geram muitas oportunidades para as empresas no que se refere ao seu crescimento e estimulo de criação de critérios mais sofisticados para olhar as pessoas nos processos de avaliação, desenvolvimento e valorização. A Lei de Cotas para as PCD determina que as empresas a partir de 100 ou mais funcionários necessitam ter em seu quadro de colaboradores uma quantidade de cargos reservada para essas pessoas, com uma porcentagem que vária de 2% a 5% do quadro geral de funcionários. Visto a importância da inclusão das PCD nas empresas, foi observado a necessidade de analisar a inserção de portadores de necessidades especiais nas empresas de Santa Fé do Sul, com destaque para a possibilidade de maximização do desempenho organizacional das mesmas, por meio do enquadramento na lei de cotas para deficientes, e também verificar a percepção dos gestores no que se refere ao desempenho desses colaboradores já inseridos nas empresas de Santa Fé do Sul-SP, com destaque para as vantagens da utilização dos mesmos. Esse trabalho foi desenvolvido em sua primeira etapa com base em revisão de literatura, e em seguida foi definido o referencial teórico, citações e assimilação das fontes consultadas. Na sequência os temas selecionados foram discutidos, sendo produzido o texto inicial, com base em leitura analítica, apreensão do conteúdo e interpretação. Já na sua segunda parte, foi selecionada duas empresas de Santa Fé do Sul - SP que são classificadas como médias empresas, afim de realizar a aplicação de uma entrevista semiestruturada a respeito de como é o processo de inclusão das PCD nas respectivas empresas. Na aplicação da entrevista semiestruturada foi seguido todos os procedimentos de ética em pesquisas que se utilizam de sujeitos humanos.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

De acordo com Dutra (2017), a responsabilidade social estimula as organizações e os colaboradores a ampliarem sua rede de relacionamentos e influência. Dessa maneira, as fronteiras organizacionais são alargadas e é possível visualizar novas possibilidades no que se refere à inserção de pessoas com deficiência nas empresas, proporcionando a elas um clima organizacional favorável, com uma boa relação interpessoal entre os colaboradores da organização.

Considerando-se então a expansão das fronteiras organizacionais das empresas, esta pode se dar por meio do físico e/ou intelectual. Nesse sentido, para exemplificar, as organizações podem expandir suas fronteiras das duas formas, e, ao alargá-las, passam a desenvolver uma visão crítica sobre sua realidade, criando condições concretas de desenvolvimento organizacional.

Em gestão de carreira, uma abordagem que ganha força a partir dos anos 1990 é a da carreira sem fronteiras, que discute a necessidade de as pessoas pensarem suas carreiras para além das fronteiras de suas organizações. Levando em conta este fato, é necessário que, além dos indivíduos, as empresas também pensem a sua estrutura organizacional para além de suas características tradicionais, buscando novas estratégias e aproveitando as possibilidades postas pela legislação vigente no país, tal qual ocorre com a Lei de Cotas para deficientes.

No Brasil, a Lei de Cotas para deficientes demorou a entrar em vigor, fato que constituiu relativamente em um atraso para o país. Nesse contexto, foi com a própria mobilização das pessoas com deficiência, que procuraram seus direitos e exigiram uma medida para diminuir as desigualdades carregadas pelo tempo, que a lei passou a ganhar força. Apesar disso, foi apenas no ano de 1999, que a Lei de Cotas começou a ser aplicada e cobrada, de maneira efetiva, no país, tendo sido regulamentada pelo decreto Federal n° 3.298/99.

De acordo com Cairo Jr. (2018), a garantia de postos de trabalho, por meio de fixação de um sistema de cotas aos portadores de necessidades especiais, efetiva-se por meio do preceito contido no artigo 93, da Lei nº 8.213/91(BRASIL, 1991):

> A empresa com 100 (cem) ou mais empregados está obrigada a preencher de 2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento) dos seus cargos com benefícios reabilitados ou pessoas portadoras de deficiência, habilitadas, na seguinte proporção: I – até 200 empregados, 2%; II – de 201 a 500, 3%; III – de 501 a 1.000, 4% IV – de 1.001 em diante, 5% (BRASIL, 1991, não

> paginado).

A legislação reserva, dessa forma, um percentual do total de cargos existentes em uma empresa com mais de cem empregados para os portadores de deficiência. Abaixo desse número, a obrigação de contratar tal espécie de trabalhador só será exigida por força de convenção ou acordo coletivo de trabalho ou em vista da consciência social dos gestores da empresa.

Apesar de o mencionado dispositivo legal fazer referência expressa a "empresa", a regra é aplicada a qualquer entidade que mantenha mais de cem empregados no seu quadro de pessoas, inclusive associações sem fins lucrativos (CAIRO Jr., 2018).

Quanto à fiscalização e multa pelo não cumprimento da lei referente à contratação de pessoas com deficiência, existem dois órgãos que praticam essa inspeção de forma independente, o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e o Ministério Público do Trabalho (MPT).

> No caso do MTE, cabem às Superintendências Regionais do Trabalho e Emprego (SRTE), que estão sediadas em cada unidade da federação, acompanhar e cobrar as empresas de acordo com a localidade da matriz, mesmo que a maior parte de seus funcionários esteja distribuída pelas filiais. O MPT atua no combate à discriminação no trabalho, por meio da Procuradoria-Geral, com sede em Brasília (DF), das 24 Procuradorias Regionais instaladas nas capitais dos Estados e das cem Procuradorias do Trabalho em Municípios (PTM) instaladas em algumas capitais e em cidades do interior (SCHWARZ; HABER, 2009, p.72).

A lei em questão que assegura o percentual dessas pessoas nas empresas é a mesma que calcula a multa pelo não cumprimento dela. Esse valor é calculado conforme situa a Portaria nº 1.199/2003, realizando a multiplicação do número de trabalhadores com deficiência ou reabilitados que não são contratados pelo valor mínimo legal. Sendo assim, para empresas com 200 empregados o acréscimo é de zero a 20%, para empresas com 201 a 500 empregados, acréscimo de 20 a 30%, para empresas com 501 a 1.000 empregados, acréscimo de 30 a 40% e para empresas com mais de 1.000 empregados, acréscimo de 40 a 50%.

É possível afirmar que a partir de 2001 a estimativa de contratação de PCD aumentou com a intensificação da fiscalização, tornando o mercado cada vez mais diversificado e incluso e abrindo as portas de trabalho das empresas, que passaram a ter enormes desafios. As empresas que abrem suas portas, no início do processo, enxergam o recrutamento e seleção desses colaboradores (PCD) como um programa exclusivo, de modo que, em um primeiro momento, o objetivo é preencher a cota e estar de acordo com a lei. A partir do momento da admissão, com o decorrer dos dias, começam a surgir outros fatores que influenciam a contratação, o que traz novos desafios para as empresas, como indicam Schwarz e Haber (2009, p.27):

> À medida que o processo avança, surgem outros fatores que influenciam a contratação, evidenciando novos desafios envolvidos na inclusão desses colaboradores. Características como ramo de atividade, áreas de atuação, capilaridade geográfica, estrutura arquitetônica, cultura interna, conscientização da liderança e o próprio momento vivenciado pela empresa representam variáveis importantes na definição da rota que será traçada para a inclusão de colaboradores com deficiência.

Durante o processo de inclusão a empresa começa a visualizar novos desafios e vê a necessidade de alteração quanto a sua postura em relação à contratação das PCD. Com isso, torna-se essencial no início do processo de contratação a adoção de um conjunto de ações entre todos os departamentos da empresa, não deixando a responsabilidade pela questão da inclusão para o setor de gestão de pessoas. De modo efetivo, o gestor de recursos humanos começa a ser o regulamentador do processo, capacitando os colaboradores até a alta liderança na prática da inclusão das pessoas com deficiência, até que a empresa estruture um formato adequado para a recepção e inclusão dos novos contratados.

> É de suma importância que o gestor desenvolva um processo de acompanhamento do empregado com deficiência, com objetivo de favorecer sua integração com os colegas e a chefia, além das adaptações às rotinas

> de trabalho. Esta é uma medida que visa a garantir a satisfação deste colaborador, assim como favorecer sua produção e estimular seu desenvolvimento pessoal e profissional, o que implicará a sua permanência na empresa (SCHWARZ; HABER, 2009, p.169).

Levando em consideração o fato de que cada empresa possui uma cultura e climas organizacionais distintos, não existe uma solução rápida para que tal processo seja o mais eficiente possível. Dessa forma, para cada empresa há um desafio e um caminho diferente a percorrer, nos quais a riqueza de cada experiência se encontra nas suas diferenças, que estão relacionadas às pessoas, opiniões, programas, desafios, ações e soluções. Sendo assim, os processos que dão certo são um sucesso, uma vez que partem da real vontade de incluir profissionais com deficiência por parte da empresa. A disposição para receber essas pessoas e a aceitação do desafio, sem medo de errar e considerando esse processo um benefício, se torna vantajoso para a empresa em todos os aspectos, principalmente no que se refere à cultura, motivação e diferencial competitivo.

Quando colocado em questão o diferencial competitivo, que é resultado da prática da abertura de oportunidades de empregos para PCD, colabora-se para o aumento econômico e social, não exclusivamente das empresas, mas também do Brasil. Nesse percurso, as empresas que se destacam são aquelas que veem esse processo de inclusão como um benefício tanto interno quanto externo. O empresário deve analisar a questão da inclusão como uma discussão cada vez mais presente em nossa sociedade, encarando-a como um processo de transformação cultural a partir da quebra de conceitos e paradigmas, que levará a empresa a atrair olhares positivos, de modo a se tornar e ser vista como uma organização que está disposta a encarar novos desafios e que abre portas para todos os tipos de pessoas, um ponto forte na questão da escolha do cliente quando surge o desejo de compra, já que há uma sensibilização muito grande em todas as questões que envolvem o âmbito social, sendo a inclusão de pessoas portadoras de necessidade uma dessas questões principais.

Nesse sentido, os benefícios para as empresas não são só externos (a visão de clientes, fornecedores, investidores), mas também são alcançados de maneira interna dentro da própria empresa, uma vez que o contato com as PCD traz motivação e um desejo de crescimento pessoal para todos, empregadores, colaboradores, fornecedores e clientes, resultando em um estímulo para criar um círculo de relação interpessoal talvez inalcançável sem a inclusão das mesmas no ambiente de trabalho. Como indica Dutra (2017), a escolha de tais posturas por parte da empresa, transforma a atitude das pessoas de manter o *status quo* para uma visão mais empreendedora e inovadora.

> Já está comprovado por experiências no Brasil e no exterior que uma empresa que contempla a diversidade entre seus colaboradores adquire um diferencial competitivo, pois, diante de mercados cada vez mais globalizados, saber lidar com as diferenças é fundamental para o sucesso e a sustentabilidade do negócio (SCHWARZ; HABER, 2009, p.21).

No entanto, para que toda essa transformação aconteça de forma positiva, alcançando-se os resultados desejados, deve haver a conscientização, independente da hierarquia dentro da empresa, seja ela estratégica, tática ou operacional, sobre os perfis das pessoas PCD, como também de suas necessidades particulares, esperanças e percepção de sua realidade concreta. Assim, a partir do momento que o processo avança e a relação interpessoal se torna cada vez mais efetiva, a empresa assume um papel de naturalidade quanto a essas questões.

É importante considerar ainda que o sistema de reservas de vagas por meio de cotas não é considerado discriminatório. Muito pelo contrário, por meio dele pretende-se conferir igualdade de condições àquelas pessoas que são discriminadas no acesso ao mercado de trabalho pelo fato de serem portadores de necessidade especiais (discriminatória positiva). A citada Convenção nº 159 da OIT possui, inclusive, dispositivo nesse sentido:

> [...] As medidas positivas especiais com a finalidade de atingir a igualdade efetiva de oportunidades e de tratamento entre os trabalhadores deficientes e os demais trabalhadores, não deve, ser vistas como discriminatórias em relação a estes últimos (ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO, 1991, não paginado).

A conduta do empregador que deixa de admitir trabalhador portador de deficiência,

justamente por essa circunstância e sem qualquer critério objetivo, contraria o que está disposto no art. 7º, XXXI, da CF/88 e é tipificada como crime previsto pelo art. 8º, da Lei 7.853/89:

> Art. 8º. Constitui crime punível com reclusão de 2 (dois) a 5 (cinco) anos e multa: (Redação dada pela Lei nº 13.146, de 2015). III – negar ou obstar emprego, trabalho ou promoção à pessoa em razão de sua deficiência. (BRASIL, 1998, não paginado).

Importante ainda mencionar que, apesar de inexistir estabilidade direta no emprego do portador de deficiência, a legislação garante que, uma vez extinto o seu contrato de trabalho, a vaga daí decorrente só pode ser preenchida por outro trabalhador que tenha condições semelhantes.

Como já foi dito, o contrato de aprendizagem celebrado com empregados portadores de necessidades especiais tem algumas características próprias, que são as seguintes:

- Em relação à idade do trabalhador, não há qualquer limitação, como ocorre com os demais empregados cuja idade máxima é de 24 anos;
- O prazo máximo de duração do contrato de dois anos é observado quando o aprendiz possui tais limitações.

Além disso, a Lei nº 13.146/15 mudou a redação dos parágrafos §6º e 8º do art. 428 da CLT, que tratam especificamente da relação de emprego de aprendizagem com trabalhadores deficientes.

> Contrato de aprendizagem é o contrato de trabalho especial, ajustado por escrito e por prazo determinado, em que o empregador se compromete a assegurar ao maior de 14 (quatorze) e menor de 24 (vinte e quatro) anos inscrito em programa de aprendizagem formação técnico-profissional metódica, compatível com o seu desenvolvimento físico, moral e psicológico, e o aprendiz, a executar com zelo e diligência as tarefas necessárias a essa formação.
>
> § 6º Para os fins do contrato de aprendizagem, a comprovação da escolaridade de aprendiz portador de deficiência mental deve considerar, sobretudo, as habilidades e competências relacionadas com a profissionalização.
>
> § 8º Para o aprendiz com deficiência com 18 (dezoito) anos ou mais, a validade do contrato de aprendizagem pressupõe anotação na CTPS e matrícula e frequência em programa de aprendizagem desenvolvido sob orientação de entidade qualificada em formação técnico-profissional metódica. (BRASIL, 2015, não paginado).

Da mesma forma, foi alterada a redação do inciso I, art. 433 da CLT, que lista as hipóteses de rescisão do contrato de trabalho de aprendizagem por justa causa. Em seu artigo 433, a CLT afirma que o contrato de aprendizagem extinguir-se-á no seu termo ou quando o aprendiz completar 24 (vinte e quatro) anos, ressalvada a hipótese prevista no § 5º do art. 428 desta consolidação, ou ainda antecipadamente quando o ocorrer desempenho insuficiente ou inadaptação do aprendiz, salvo para o aprendiz com deficiência quando desprovido de recursos de acessibilidade e de apoio necessário ao desempenho de suas atividades.

Quanto ao ambiente para receber pessoas portadores de qualquer tipo de deficiência, é necessário que não haja discriminação em nenhum processo, ou seja, do momento do recrutamento até a integração das mesmas. A principal avaliação a ser seguida é a garantia de oportunidades iguais aos colaboradores com e sem deficiência, já que a atitude de ser imparcial na seleção traz muitos benefícios à própria empresa, que estabelece direito iguais a todos. Dessa maneira, sempre se estará enfocando a avaliação das características dos colaboradores que irão contribuir com o bom andamento da empresa e não os avaliando por suas limitações. Isso deve ocorrer para evitar que o candidato com deficiência seja inserido em alguma atividade considerada fácil só pela questão da sua deficiência, o que seria considerado discriminatório. É de suma importância, portanto, que o candidato execute tarefas que estejam ao seu alcance e de acordo com suas qualidades, o que estimulará o mesmo a crescer e contribuir cada vez mais com suas potencialidades.

Também é preciso que o processo não possua nenhum tipo de preconceito tanto da parte

dos colaboradores tanto do responsável pelo processo seletivo para não desconhecer e deixar passar despercebido as desenvolturas e atributos especiais de pessoas que desejam entrar no trabalho e produzir, sendo os critérios de cobrança também iguais para todos, usando o mesmo poder de liderança para colaboradores portadores ou não de deficiência.

> Nunca é demais lembrar que também é dever do gestor coibir e reprimir qualquer tipo de discriminação. Qualquer organização precisa manter normas internas sobre o tratamento a ser dispensado aos empregados, assim como às pessoas com deficiência, prevendo sanções para práticas abusivas, desrespeitosas e discriminatórias (SCHWARZ; HABER, 2009, p.68).

De modo fundamental, o deficiente inserido em empresas mostra dedicação e empenho para o trabalho nas mesmas proporções ou em grau superior ao que se verifica quando as referidas atividades são desenvolvidas por funcionários convencionais. Quando inseridos nas atividades corretas constituem-se em exímios funcionários, denotando grande eficiência e comprometimento com a organização, de forma que representam uma opção de contratação de grande relevância para empresas de distintos setores da atividade produtiva, comercial ou industrial, como comprovam Schwazer e Haber (2009):

> Ao se analisar o tempo de permanência no emprego, as pessoas com deficiência levam vantagem em relação à população sem deficiência, conforme atestam os números da pesquisa anteriormente citada: 36% dos profissionais com deficiência, contra 34% dos sem deficiência, mantêm vínculo empregatício por mais de cinco anos. Com base nesta análise, é possível dizer que a Lei de Cotas tem contribuído para a empregabilidade efetiva dessa parcela da população (SCHWARZ; HABER, 2009, p.77).

Por fim, desse modo, pode-se afirmar que os deficientes inseridos no contexto organizacional são tão ou até mais eficientes do que os demais funcionários, pois quando inseridos nas atividades adequadas terão a oportunidade de mostrar o seu potencial e a sua capacidade de execução de tarefas com eficiência e dedicação.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

No que se refere ao método utilizado no desenvolvimento do projeto, elegeu-se o Método Estruturalista, já que este considera, como lembrado por Marconi e Lakatos (2004), a importância de se pesquisar um fenômeno concreto, elevá-lo ao plano abstrato, por meio do objeto de estudo, para em seguida retornar ao concreto por meio de uma realidade estruturada e relacionada com a experiência do sujeito social, com destaque para o estudo das relações sociais e a posição que estas determinam para os indivíduos e grupos. O método escolhido considera ainda a possibilidade de constituição de um modelo que possa retratar a estrutura social em que ocorrem tais relações, sem desconsiderar as normas e leis vigentes na sociedade que é alvo da pesquisa.

Quanto aos procedimentos metodológicos, cabe destacar inicialmente que este projeto foi executado inicialmente por meio de pesquisa bibliográfica em produção intelectual relativa ao tema proposto. Após definido o referencial teórico, ocorreu o fichamento, citação e identificação das fontes consultadas. Na sequência, os temas selecionados foram discutidos, sendo produzido texto inicial, com base em leitura analítica, apreensão do conteúdo e interpretação. Por meio do confronto de ideias, foi possível confirmar ou refutar hipóteses iniciais. Assim, o percurso metodológico deste trabalho adequa-se à metodologia científica, já que, como bem afirmam Cervo e Bervian (2002), a ciência é entendida como uma busca constante de explicações e de soluções, com o intuito de promover a aproximação com a verdade por meio de métodos que proporcionem controle, sistematização e segurança acerca das informações apresentadas.

Além de ser produzido a partir de uma revisão bibliográfica, o presente trabalho desenvolveu-se também com base em pesquisa de campo, envolvendo, em uma de suas etapas de execução, sujeitos humanos. Ressalta-se a necessidade de submissão deste artigo ao Comitê de Ética em Pesquisa do Centro Universitário de Santa Fé do Sul, bem como confecção de Carta de Informação ao Sujeito da Pesquisa, Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e entrevista semiestruturada. Cabe ressaltar ainda que as fontes selecionadas serão apresentadas nas

referências deste projeto.

Em uma segunda fase de realização do trabalho, foi realizado contato oficial, por meio da Coordenação de Curso, com os gestores de duas empresas de Santa Fé do Sul-SP, selecionadas para fins de autorização de aplicação de entrevista semiestruturada para os que optaram por contribuir com a pesquisa em questão. Sobre as empresas selecionadas, há a empresa 1, do segmento industrial e a empresa 2, que trabalha no segmento de confecções. Na aplicação da entrevista semiestruturada foram seguidos todos os procedimentos de ética em pesquisas que se utilizam de sujeitos humanos.

Por fim, na fase posterior foi elaborado o relatório final e o artigo a serem apresentados em eventos científicos locais, regionais e nacionais.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para a análise das informações teóricas apresentadas anteriormente, foram aplicadas duas entrevistas semiestruturadas a fim de avaliar a adoção do sistema de cotas para deficientes nas empresas 1 e 2 dos segmentos industrial e de confecções da cidade de Santa Fé do Sul. As duas empresas se enquadram na classificação de médias empresas e são empresas do setor privado, a empresa 1 possui 105 colaboradores e a empresa 2 tem um total de 104 colaboradores.

Ambas as empresas já realizaram a adoção do sistema de cotas para deficientes, e ao serem questionadas sobre o motivo dessa escolha, a empresa 1 justificou o fato lembrando a obrigação determinada pela legislação, enquanto a empresa 2 relatou que ao observarem o número de colaboradores perceberam a necessidade da inclusão de indivíduos com deficiência seguindo o que é estabelecido em lei.

Quando questionadas sobre os benefícios advindos da prática da adoção de tal sistema, a empresa 1 afirmou que no momento não possui nenhum benefício e alega que não conseguiu uma quantidade ideal de funcionários para que possam ver resultados positivos. Analisando essa questão, pode-se perceber que há uma inconsistência na resposta, já que os resultados advindos da adoção do sistema de cotas para PCD podem ser observados a partir do trabalho de qualquer pessoa com deficiência, independentemente da quantidade existente das mesmas dentro das empresas. Nesse sentido, percebe-se que a empresa 1 não faz uma análise das vantagens que pode obter com a contratação de uma pessoa portadora de deficiência, tanto no aspecto do trabalho em si, como também em relação a melhoria e evolução do clima e de sua cultura organizacional, o que nos leva a percepção de que adotar o sistema de cotas para a empresa 1 está mais relacionado com a necessidade de obtenção de benefícios fiscais e não com o objetivo de proporcionar ao colaborador com deficiência o ingresso no mercado de trabalho e a sua manutenção. Além disso, não há uma preocupação em oferecer aos seus colaboradores a convivência com as diferenças no sentido de gerar o processo de humanização e de sensibilização em relação às questões sociais que existem no país.

A empresa 2, por outro lado, quando questionada sobre o mesmo tema, considera, em sua resposta que, ao adotar o sistema de cotas para contratação de portadores de deficiência, está proporcionando a esse grupo a oportunidade de se autodesenvolverem, e criando um ambiente de comoção, de superação e ajuda mútua entre seus colaboradores, que passam a enxergar a empresa com outros olhos, o que, por sua vez, gera admiração pela empresa e consequente aumento de desempenho dos mesmos. É levado em consideração também, pela empresa 2, a quebra de preconceitos que ocorre com tal prática, já que, segundo a mesma, aos poucos todos seus colaboradores vão desmitificando a ideia de que deficientes não têm capacidade para exercerem as funções relacionadas ao trabalho e à socialização.

Analisando a resposta da empresa 2, é possível observar uma grande diferença em relação a percepção de valores e benefícios que a contratação de colaboradores com deficiência pode proporcionar. A empresa 2 consegue visualizar a importância que esses colaboradores possuem no ambiente de trabalho, e, ao valorizá-los, faz também com que os demais funcionários convencionais consigam perceber o sentimento de superação que parte dos portadores de deficiência em seus ofícios, o que acaba por gerar mais motivação dentro do ambiente de trabalho, já que todos estão envolvidos em um processo de ajuda mútua, incentivado pela empresa.

Dentro da empresa 2, portanto, os gestores consideraram que a partir do momento em que é feita a inclusão de PCD, cria-se um sentimento de positividade e o ambiente de trabalho se torna mais promissor, já que começa haver maior desempenho de todos, com uma busca contínua de superação por parte dos colaboradores, na realização das tarefas exigidas dentro da empresa.

Um ponto muito importante considerado pela empresa, como já mencionado, sendo este ainda um dos principais objetivos da lei de cotas, é a quebra de preconceitos para com as pessoas com deficiência, gerada dentro do ambiente de trabalho. É relatado, pela empresa 2, que a partir do trabalho dos portadores de deficiência, os outros colaboradores, em geral, começam a repensar e quebrar estigmas, como a ideia de que deficientes não têm capacidade para ter um emprego e estabelecerem relações sociais, como qualquer outro tipo de pessoa. Ademais, a empresa 2 se preocupa em oferecer a esses colaboradores, por meio da inclusão, a oportunidade de se auto desenvolverem.

Em relação aos setores em que os deficientes atuam, a empresa 1 relata que os colaboradores trabalham na linha de produção e qualidade, e a empresa 2 informa que esses colaboradores também trabalham na linha de produção, especificamente como costureiras, o que se justifica em função da empresa 2 ser do segmento de confecção, que tem uma grande adesão no mercado nacional e internacional, o que gera por sua vez uma grande produtividade para atender as demandas do mercado.

Na última questão abordada pela pesquisa, as empresas relatam como é o desempenho dos colaboradores com deficiência no dia a dia do ambiente de trabalho. A partir do que relata a empresa 1, que apenas indica que os colaboradores não possuem nenhum problema, pode-se considerar que há uma baixa sensibilização em relação a inserção de PCD, tendo em vista que não foi externalizado na resposta nenhuma dificuldade e tampouco foi relatado as facilidades que esses colaboradores possuem para se inserirem dentro da empresa.

A empresa 2, sob um outro viés, para responder tal questão, relata sobre a deficiência auditiva de uma colaboradora em específico, lembrando como foi necessário que fossem criadas técnicas para compreendê-la e assim, desenvolver uma boa comunicação com a mesma. É informado também que o empenho dessa colaboradora é ótimo e que não houve problemas nem dificuldades no momento de ensinar a ela as tarefas que deveria realizar. Ao argumentar que tal colaboradora tem esperteza e aprende com facilidade, a empresa 2 demonstra ter uma preocupação mais sensível com o bem-estar dessa classe de trabalhadores, o que é exemplificado por esse caso em específico. Isso pode ser comprovado quando a empresa relata que, nos casos em que se faz necessário uma explicação mais densa e abrangente para a colaboradora citada, como em reuniões e palestras, é solicitada a mesma, pela empresa, a presença de sua irmã, que transmite o conteúdo do encontro. Outras vezes, segundo a empresa 2, são utilizados bilhetes, mensagens ou sinais para facilitar o processo de comunicação, sempre havendo opções para esse processo.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A lei de cotas para deficientes é uma realidade na sociedade brasileira, sendo de extrema relevância para a inclusão desses indivíduos e extremamente benéfica para os próprios. De maneira geral, a maioria das pessoas com algum tipo de deficiência é focada naquilo que está fazendo e tem um excelente desempenho em relação às tarefas que são executadas dentro das empresas, não deixando nada a desejar em relação aos demais colaboradores convencionais.

Foi possível analisar, a partir da pesquisa realizada com este trabalho, que a empresa 2 entende o papel das cotas e que existe alguma dinâmica de sensibilização em relação à inserção do deficiente, diferente do que ocorre com a empresa 1, na qual se percebe que esse processo é mais incipiente e que não existe por parte do gestor dessa empresa ou pela pessoa que é responsável pela gestão de pessoas, uma noção do quanto pode ser benéfica a inserção de um deficiente no mercado de trabalho e dentro de uma empresa, e o entendimento da importância desse processo para as estratégias de responsabilidade social.

No que se refere à análise dos dados, foi possível perceber que a empresa 2 já tem um processo de inserção de deficientes estruturado, reconhece o valor e a importância dessa inserção para a empresa, e considera que pessoas com deficiência têm o mesmo desempenho que os demais colaboradores e não necessariamente possuem dificuldades em relação ao processo de aprendizado. A empresa 1, em contrapartida, se mostra menos sensível a respeito do processo de inserção, e inclusive, se posiciona no sentido de dizer que só adota o sistema de lei de cotas porque essa é uma obrigação. Além disso, não perceberam ainda nenhum benefício em relação à adoção desse sistema, tendo relatado o desempenho dos colaboradores com deficiência somente como bom, sem se preocuparem em ressaltar alguma qualidade desses colaboradores, ou algum benefício notado nas relações interpessoais de seu quadro de funcionários, de modo que com isso, percebe-se que não há um processo de sensibilização e cooperação por parte dessa empresa, para com a quebra de

preconceitos, por exemplo.

Para finalizar, em função da realização dessa pesquisa ter ocorrido com um número reduzido de organizações, devido às limitações para se conseguir abertura de outras instituições da cidade para a execução do trabalho, sugere-se o desenvolvimento de outros estudos em outras empresas, a fim de levantar mais dados que mostrem os benefícios da adoção do sistema de cotas para deficientes. Dessa forma, além do presente trabalho, outros poderão contribuir para com esse objetivo, o que poderá, consequentemente, fazer com que empresas, no geral, ao terem conhecimento dos benefícios da adoção desse sistema, passem a adotá-lo com mais consciência e sensibilidade.

REFERÊNCIAS

BALDUCCI, D.; KANAANE, R. Relevância da gestão de pessoas no clima organizacional de uma empresa de engenharia. **Bol. - Acad. Paul. Psicol.**, São Paulo, v. 27, n. 2, p. 133-147, dez. 2007.Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415711X2007000200012&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 20 fev. 2020.

BRASIL. **Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.** Brasília, DF, 1991. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8213cons.htm. Acesso em: 03 março. 2020.

CAIRO JR., J. **Curso de Direito do trabalho**. 14. ed. Salvador: JusPodivm, 2018.

CERVO, A. L. BERVIAN, P. A. **Metodologia científica**. 5.ed. São Paulo: Prentice Hall, 2002.

DUTRA, J. S. **Gestão de pessoas**: realidade atual e desafios futuros. São Paulo: Atlas, 2017.

DUTRA, J. S.; HIPOLITO, J. A. Monteiro; SILVA, C. M. Gestão de pessoas por competências: o caso de uma empresa do setor de telecomunicações. **Rev. adm. contemp**., Curitiba,v.4,n.1,p.161-176,abr.2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141565552000000100009&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 05 jan. 2020.

MARCONI, M. A; LAKATOS, E. V.. **Metodologia científica**. São Paulo: Editor Atlas, 2004.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Convenção sobre Reabilitação Profissional e Emprego de Pessoas Deficientes:** Convenção 159. 1991. Disponível em: <http://portal.mpt.mp.br/wps/wcm/connect/portal_mpt/99576997-81eb-472a-b086 43fe4aba1423/Convencao_151OIT_%28Mensagem_presidencial%29_2008.pdf?MOD=AJPERES&CONVERT_TO=url&CACHEID=ROOTWORKSPACE.Z18_395C1BO0K89D40AM2L613R2000-99576997-81eb-472a-b086-43fe4aba1423-kQPMvuw>. Acesso em; 01 fev. 2020.

ROBBINS, S. P.; JUDGE, T. A.; SOBRAL, F. **Comportamento Organizacional:** Teoria e prática no contexto brasileiro. 14. ed. Campinas: Pearson, 2011.

SCHWARZ A.; HABER J. **Cotas:** como vencer os desafios da contratação de pessoas com deficiência. 2009. Disponível em: < https://dicaquente.com.br/images/stories/ebooks/cotas.pdf >. Acesso em: 15 março 2020.

AS HISTÓRIAS EM QUADRINHOS NA PERSPECTIVA DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO: UMA ANÁLISE PRELIMINAR

COMICS FROM THE PERSPECTIVE OF INFORMATION SCIENCE: A PRELIMINARY ANALYSIS

Área temática: 1.6 Outras áreas temáticas

SANTANA, Fernanda Lacerda
Faculdade de Filosofia e Ciências "Júlio de Mesquita Filho" - UNESP
Graduanda do curso Biblioteconomia
Bolsista PET - MEC
f.santana@unesp.br

SILVA, Amanda Mendes
Faculdade de Filosofia e Ciências "Júlio de Mesquita Filho" - UNESP
Graduanda do curso Biblioteconomia
amanda.m.silva@unesp.br

JESUS, Samantha Augusta dos Santos de
Faculdade de Filosofia e Ciências "Júlio de Mesquita Filho" - UNESP
Mestranda no Programa de Pós Graduação em Ciência da Informação
Agência financiadora: Capes
sas.jesus@unesp.br

PEGORARO NOVAES, Fernanda Carolina
Faculdade de Filosofia e Ciências "Júlio de Mesquita Filho" - UNESP
Doutoranda no Programa de Pós Graduação em Ciência da Informação
Agência financiadora: CNPq
fernanda.pegoraro@unesp.br

Resumo

Considerando que a Ciência da Informação (CI) deve organizar todo tipo de conhecimento produzido pela sociedade, as HQs, também necessitam de um olhar específico para a sua organização; justamente pela sua importância social através de críticas e registros de momentos históricos. Dito isso, essa pesquisa se justifica visando demonstrar a importância desse objeto de estudo para a área da CI.

Desse modo, a natureza da presente pesquisa é quali-quantitativa, do tipo descritiva exploratória, e tem como objetivo geral averiguar o que está sendo discutido sobre as HQs no âmbito da CI por meio de uma análise preliminar. E para isso, foram estabelecidos os seguintes objetivos específicos: a. realizar uma pesquisa preliminar em bases de dados para recuperar trabalhos sobre HQs; b. verificar quais temáticas são mais consideradas por pesquisadores em CI no domínio em HQs. Para a composição do *corpus* documental, foram utilizadas as bases de dados *Library Information Science and Technology Abstracts* (LISTA) e na Base de Dados Referenciais de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação (BRAPCI). Conclui-se por meio desse estudo, que por mais que existam pesquisas sobre HQs em desenvolvimento no âmbito da CI, ainda há muitos aspectos a serem analisados e desenvolvidos sobre esse domínio, como os processos de indexação, classificação e entre outros tipos de SOC. Desse modo, enfatiza-se a importância do desenvolvimento de pesquisas relacionadas a HQs na área da Ciência da Informação.

Palavras-chave: Histórias em Quadrinhos, Ciência da Informação, Sistemas de Organização do Conhecimento.

Abstract

Considering that Information Science (IS) must organize all types of knowledge produced by society, HQs, also need a specific look at their organization; precisely because of its social importance through criticisms and records of historical moments. That said, this research is justified in order to demonstrate the importance of this object of study for the IS area. Thus, the nature of the present research is qualitative and quantitative, of an exploratory descriptive type, and its general objective is to ascertain what is being discussed about HQs within the scope of IS through a preliminary analysis. And for that, the following specific objectives were established: a. perform a preliminary search in databases to retrieve works on comic books; b. to verify which themes are most considered by IS researchers in the comics domain. For the composition of the documentary corpus, the databases Library Information Science and Technology Abstracts (LISTA) and the Base de Dados Referenciais de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação (BRAPCI) were used. It is concluded through this study, that although there is research on HQs under development within the scope of the IS, there are still many aspects to be analyzed and developed on this domain, such as the indexing, classification processes and among other types of KOS. Thus, the importance of developing research related to HQs in the Information Science area is emphasized.

Keywords: Comics, Information Science, Knowledge Organization Systems.

1 INTRODUÇÃO

Desde dos primórdios da humanidade, o homem criou o registro por meio de desenhos, desde do período Paleolítico, retratando a sua rotina, os animais que caçavam, seus rituais e suas colheitas. Posteriormente, no período da Idade de Bronze, os egípcios utilizavam os desenhos para relatar sua religião, seus deuses, seus rituais funerais e sua mitologia. Sem esses registros a humanidade não teria noção de como viviam tais civilizações antigas e como ainda carrega tais traços em suas identidades.

Após esse período, emerge-se a Era Moderna e no período da Revolução Industrial, é criada a prensa, que possibilitou a circulação de informação e reprodução em grandes quantidades de documentos, como jornais. E foram em jornais que surgiram as Histórias em Quadrinhos (HQs); antes em pequenas lâminas ou *Comics strips* – mas após o *Yellow Kid*, tudo mudou havendo avanços nesse meio de comunicação.

Na década de 80, as HQs, com uma função social mais forte, trouxeram críticas sociais, como “Maus de Art Spiegelman”, “V de Vingança” de Alan Moore, “Batman: o cavaleiro das trevas” de Frank Miller, “O contrato com Deus” de Will Eisner e entre outros. Essas *Graphic Novels* mudaram o cenário dos Quadrinhos, por retratarem momentos históricos e movimentos sociais como em “V de Vingança” as ditaduras, em “Maus” a 2ª Guerra Mundial pelo olhar de um sobrevivente e em “Batman” do Frank Miller, como a mídia pode influenciar o julgamento de uma população em massa.

Considerando que a Ciência da Informação (CI) deve organizar todo tipo de conhecimento produzido pela sociedade, as HQs, também necessitam de um olhar específico para a sua organização; justamente pela sua importância social através de críticas e registros de momentos históricos. Dito isso, essa pesquisa se justifica visando demonstrar a importância desse objeto de estudo para a área da CI.

Desse modo, a natureza da presente pesquisa é quali-quantitativa, do tipo descritiva exploratória, e tem como objetivo geral averiguar o que está sendo discutido sobre as HQs no âmbito da CI por meio de uma análise preliminar. E para isso, foram estabelecidos os seguintes objetivos específicos: a. realizar uma pesquisa preliminar em bases de dados para recuperar trabalhos sobre HQs; b. verificar quais temáticas são mais consideradas por pesquisadores em CI no domínio em HQs.

Para a composição do *corpus* documental, foram utilizadas as bases de dados *Library Information Science and Technology Abstracts* (LISTA) e na Base de Dados Referenciais de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação (BRAPCI).

Os próximos capítulos, na sequência, introduzirão HQs e sistemas de organização do conhecimento para demonstrar e fundamentar a importância da análise desse tipo de objeto de estudo para o âmbito da CI.

2 HISTÓRIAS EM QUADRINHOS

Em 5 de maio de 1895, foi criada a primeira HQ na tirinha *At the Circus in Hogan's Alley*. Essa tirinha deu origem ao *Yellow Kid* criada pelo Richard Felton Outcault, dentro do jornal *The New York World*; que satirizava a vida de imigrantes em cortiços em Nova York.

Richard Outcault mudou os parâmetros das tirinhas, pois anteriormente, eram desenhadas lâminas sem balões de fala, como algumas charges atuais. Richard foi responsável por criar os balões de fala, as sequência de imagens e deu vida a um personagem fixo, que sempre aparecia em suas histórias.

Decorrente a isso, vários jornais e artistas copiaram esses aspectos do *Yellow Kid*, e assim, popularizaram-se as artes sequenciais. Após esse surgimento, em 1938, surge pela 1ª vez um "super herói" chamado "Superman", dentro da revista *Action Comics*, criado pelos Joe Shuster e Jerry Siegel; que proporcionou um momento auge aos "super heróis", até a sua queda em 1956.

Isso ocorreu pela grande quantidade de "super heróis" criados pela *Detective Comics* (DC) e *Marvel*. Mesmo *DC Comics* sendo dona da *Action Comics,* criaram o "Batman" com o propósito de ter o seu próprio herói; e assim, sequencialmente foram criadas histórias que se misturavam sobre o mundo dos "super heróis" e as histórias de detetives. Também foram criadas as legiões de super heróis, como por exemplo, o "Quarteto Fantástico", a "Sociedade da Justiça" e entre outros.

Com isso, após o surgimento do artigo *Seduction of the innocent,* pelo Dr. Fredric Wertham, foi introduzida a ideia de que os "super heróis" fazem mal aos jovens por induzi-los a crimes, rebeldias e entre outros. Com esse fato, as editoras almejando contornar tis críticas, criaram o *Comics Code Authority,* responsável por avaliar o que deve ter ou não ter dentro das *Comics.*

Decorrente a isso, as HQs sofreram uma queda, pois tinham que ter histórias mais infantis e assim, muitos leitores as deixaram de lado, não as consumindo mais. Porém, em 1978 foi criada a *Graphic Novel,* com a sua primeira história "Um contrato com Deus", por Will Eisner, trazendo temáticas mais adultas e outro formato de HQs.

Atualmente ainda existem as histórias mais infantis dentro das HQs, como a *Looney Tunes*, onde percebe-se "confortos bobos" entre os personagens. A a DC também criou um selo chamado "DC INK" voltado para o público infanto juvenil, com histórias da "Ravena", do quadrinista Gabriel Piccolo; ao mesmo tempo; há histórias com temáticas adultas como "Heróis em Crise", onde o escritor Tom King aborda traumas do passado dos heróis.

Sendo assim, percebe-se um paralelo entre HQs e o consumo das mesmas por meio de suas temáticas e é por isso, que enfatiza-se o seu estudo dentro da área da CI; pois retratam fatos históricos, filosofias, críticas sociais, e também proporcionam incentivo à leitura por meio de suas histórias interativas.

2 ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO (OC) SISTEMAS DE ORGANIZAÇÃO E REPRESENTAÇÃO DO CONHECIMENTO (SOC)

Primeiramente, para realizar a discussão sobre a representação de HQs, é necessária a compreensão dos conceitos de Organização do Conhecimento (OC) e Sistemas de Organização do Conhecimento (SOC); pois qualquer representação realizada na CI, partirão destes mencionados. A CI analisa, interage e interpreta as relações entre os discursos, as comunidades e os documentos, sendo responsável pelas manifestações concretas do conhecimento produzido por determinados grupos de domínios do conhecimento (CAPURRO, 2003).

O conhecimento, de acordo com Lima e Alvares (2012) e Wilson (2006), relaciona-se com a experiência de cada indivíduo; processos cognitivos de compreensão, interpretação e aprendizado ocorrem na mente humana, assim como construção, desconstrução e reconstrução de conceitos – e na própria mente, há interação com o mundo exterior. Dessa forma, compreende-se que o conhecimento é assimilado de acordo com a percepção de cada indivíduo.

É importante considerar que o conhecimento, apesar de ser um processo que ocorre em cada indivíduo, não é apenas individual, mas também social; pois é relacionado a culturas, valores e princípios. Dito isso, quando fatores externos sociais interferem na maneira de um ser humano ver o mundo, o conhecimento torna-se subjetivo (inerente ao objeto) e quando esse mesmo ser interage com o mundo sendo capaz de assimilar o conhecimento existente e a partir de novas ideias construir um novo conhecimento, o mesmo torna-se social. Dessa forma, Wilson (2006, p.38) descreve que "o conhecimento construído a partir de mensagens nunca poderá ser exatamente o mesmo que aquele vindo da base do conhecimento que emitiu a mensagem". Compreende-se que o processo do conhecimento é percebido de dois modos: conhecimento como processo cognitivo e individual e conhecimento (conjunto de saberes) acumulado ao longo do tempo por um indivíduo e socializado

(em uma ciência ou atividade humana) (LIMA; ALVARES, 2012; CURRAS, 2010).

O conhecimento socializado é relacionado com a prática da organização social do conhecimento, principalmente no âmbito da CI (também é estudada em outras áreas como: antropologia, computação, filosofia, linguística, psicologia, sociologia, etc.), por obterem o mesmo ponto de intersecção em se tratando de teorias, ideologias e paradigmas.

A OC conhecida internacionalmente como *Knowledge Organization (KO)*, é considerada um campo de pesquisa, ensino e prática desenvolvida na área da Ciência da Informação (HJØRLAND, 2016). Tem como característica "[...] descrever, representar, arquivar e organizar documentos e representações de documentos, bem como assuntos e conceitos tanto por humanos quanto por programas de computador" (HJØRLAND, 2016, p.1, tradução livre).

Smiraglia (2001) define a OC como uma construção de ferramentas para o armazenamento e recuperação de entidades documentárias, e com isso, define que objeto de estudo da OC são os documentos, especificamente as obras bibliográficas desenvolvendo metodologias através de conceitos. E conforme Hjørland (2006), o campo da OC é impulsionado pelos estudos e avanços de pesquisas em CI. Considerando essa abordagem, destacam-se cinco "tecnologias de estruturas" principais em se tratando da evolução da OC, que são: (1) classificação e indexação; (2) documentação; (3) armazenamento e recuperação da informação; (4) bibliometria; (5) texto completo, hipertexto e internet.

Dicionários, ontologias, taxonomias, e entre outros são são considerados um tipo de SOC – internacionalmente conhecido como *Knowledge Organization System (KOS)*; compreendidos como representações do conhecimento (SCHIESSL; SHINTAKU, 2012).

Os SOC são considerados sistemas conceituais semanticamente estruturados com o objetivo de estabelecer padronização terminológica. Tais sistemas conceituais são considerados ferramentas para interpretar estruturas do conhecimento; portanto, também são conhecidos como ferramentas semânticas (CARLAN, 2010; HJØRLAND, 2008).

É importante considerar que os SOC auxiliam a busca e recuperação da informação final através da estrutura conceitual que representa uma base do conhecimento. Ademais, possibilitam a construção de mapas do conhecimento, assim como a criação de um novo conhecimento a partir do existente (SOERGEL, 1999; VICKERY, 2008).

Tendo isso, considerando a importância de OC e SOC para a representação de conceitos, neste trabalho, como já mencionado, para analisar como a temática HQs tem sido trabalhada na literatura da CI, irá ser realizado um levantamento preliminar da produção científica em duas bases dados, uma brasileira e outra internacional. Dessa forma, o próximo capítulo descreverá a metodologia selecionada para esta pesquisa ser possível.

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A natureza da presente pesquisa é quali-quantitativa do tipo descritiva exploratória. Dos procedimentos metodológicos, foi realizado o levantamento dos dados da pesquisa para composição do *corpus* documental nas bases de dados *Library Information Science and Technology Abstracts* (LISTA) e na Base de Dados Referenciais de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação (BRAPCI).

A LISTA é uma base de busca gratuita que tem indexado periódicos, livros e relatórios de pesquisa da área da ciência da informação e da biblioteconomia (EBSCO, 2020). A BRAPCI é o produto de um projeto que tem como objetivo "[...] subsidiar estudos e propostas na área da Ciência da Informação, fundamentando-se em atividades planejadas institucionalmente." (BUFREM *et al.*, 2010).

Para a busca nessas bases foi utilizada a estratégia de busca a seguir:

Quadro 1 - Estratégia de Busca

"história em quadrinho" OR "hq" OR "comic books"

Fonte: Elaborado pelas autoras (2020).

No levantamento foi apenas considerado artigos científicos; e assim descartando outros tipos de documentos, tais como notícias, matérias de jornais, que muitas vezes a LISTA recupera.

Os artigos deveriam estar em português, inglês ou espanhol, com uma cobertura dos últimos 5 anos, compreendendo os anos de 2015 a 2019.

Após o levantamento foi realizado uma leitura superficial nos artigos, atentando-se aos resumos, à introdução e, principalmente às palavras-chave, tendo como objetivo verificar se os textos analisados condizem com a temática estudada.

Posteriormente foi realizado uma análise dos autores mais citados, ao qual foi identificado os autores mais citados por esses artigos.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A busca resultou em um total de 15 artigos na BRAPCI e 32 na LISTA, ou seja, esses foram os artigos que compuseram o corpus documental. Porém para fins de análise foi verificado se esses artigos condizem com o tema proposto. Para isso, foi realizada uma leitura flutuante, sendo enfatizado o resumo e a introdução desses artigos, resultando na composição do corpus de análise de 14 artigos da BRAPCI e 10 artigos da LISTA, ou seja, 24 artigos. Adiante é possível observar o Quadro 2 com os artigos que compuseram o corpus de análise.

Quadro 2 - Corpus de Análise

Autoria	Ano de publicação	Título
MONTARDO, S. P.; BRANCO, M. A. A.	2015	Narrativas em histórias em quadrinhos: adaptação para dispositi...
RADFORD, G. P.; RADFORD, M. L.; ALPERT, M.	2015	Representations of the library and the librarian in a modern comic…
MARTÍNEZ NAZARIO, M.	2015	La carencia de cómics em las bibliotecas universitarias: estudio...
MORIGI, V. J.; MASSONI, L. F. H.; LOUREIRO, T. R.	2016	Apropriações e usos das histórias em quadrinhos na literatura d...
CULBERTSON, A.; JACKSON, P.	2016	Comics and the modern library catalog: new rules for breaking...
BEATY, B.	2016	Superhero fan service: audience strategies in the...
GORDON, I.	2016	Refiguring media: tee shirts as a site of audience engagement...
SMEATON, K,; MAYBEE, C.; BRUCE, C.; HUGHES, H.	2016	Crossing literacy and informed learning boundaries with Manga
PRADO, C. C.; SOUSA JUNIOR, C. E.; PIRES, M. L.	2017	Histórias em quadrinhos: uma ferramenta para a educação e pro...
COSTA, R. S.	2017	Informação e memória cultural na era transmidiática: as adaptaç...
BRIENZA, C.	2017	*Qui est Charlie*...? A sociological perspective on *Charlie Hebdo*...
CHAPMAN, K.; YATES, S. D.	2017	The impact of the monographs crisis on the field of commun...
RAMOS, R. B. T.; DUMONT, L. M. M.	2018	O leitor e a leitura de histórias em quadrinhos de super-heróis d...
VERGUEIRO, W.	2018	Um artista completo das histórias em quadrinhos: Will Eisner e s...
BRAGA JR., A. X.; SANTOS, G. M. C. F. L.; SILVA, M. P. F.	2018	Arquétipos em quadrinhos: *Kuroko no Basket* e o uso dos "Deres"
OLIVEIRA, C. V.	2018	Oficina de criação de histórias em quadrinhos com o uso de soft...
MARGOLIN, S.; BROWN, M.; WARD, S. L.	2018	Comics, questions, action! Engaging students and instruction libr...
SCANLON, M.	2018	Canadian comic books at library and archives Canada

ELIAS, R. R.; SIEBERT, S.	2018	A transfiguração discursiva e identitária de batman e coringa: o c...
RAMOS, R. B. T.	2019	O que dizem as leitoras de histórias em quadrinhos de super-he...
BARI, V. A.	2019	Como um vilão brasileiro dos quadrinhos influenciou a criação d...
ALMEIDA, M. A.	2019	O frasco quebrado: a bibliografia e a cultura da convergência
KUHLMANN, M.; WALKER, L.	2019	Superheros in the stacks: halloween comicfest and wichita state...
SILVA, A. P.; MIGUEL, L. F.	2020	Totalitarismo e a ideia de liberdade em *V de Vingança*: a ficção...

Fonte: Elaborado pelas autoras (2020).

No primeiro artigo de Prado, Sousa Junior e Pires (2017), as palavras que foram estabelecidas pelos autores foram: histórias em quadrinhos, promoção da saúde, saúde, educação e comunicação. O artigo trata a respeito do papel das histórias em quadrinhos (HQs) como instrumento na comunicação para promoção de saúde e da educação, tendo em vista que esses instrumentos desempenham papel fundamental e recomendado para uma difusão de conhecimento, no que diz respeito à hábitos nocivos e insalubres, tendo como objetivo uma melhora na qualidade de vida. Como podemos observar as palavras-chave condizem com o documento em si e tratam a respeito dos HQs.

Os autores que foram mais citados ainda no artigo de Prado, Sousa Junior e Pires (2007), dentre eles, podemos observar (CARUSO; CARVALHO; SILVEIRA, 2002) com 3 citações; (RAMOS, 2006), (CORRÊA; RÔÇAS; LOPES; ALVES, 2016) e (SANTOS, 2012) com 2 citações; e (NATANSOHN, 2004) e (VERGUEIRO, 2007) com 1 citação cada um dos autores.

No artigo de Ramos e Dumont (2018) as palavras-chave são leitura, histórias em quadrinhos de super-heróis, leitor e introjeção do conhecimento. O artigo apresenta a respeito das experiências de leituras por brasileiros e norte-americanos de histórias em quadrinhos de super-heróis, mais especificamente Marvel e DC Comics, no qual é analisado, a partir do diálogo entre a etnometodologia e a ciência da informação, a repercussão e influência dessas leituras na vida desses leitores por meio de fatos e experiências vividas posteriormente à leitura em seu cotidiano.

Os autores mais citados nesse artigo apresentado são (ISER, 1999) com 7 citações e (RAMOS, 2017) e (EISNER, 1999) e (DUMONT; PINHEIRO, 2015) com apenas 1 citação cada um deles.

Já no artigo de Ramos (2019) apresenta-se as seguintes palavras-chave: história em quadrinhos, leitores, etnometodologia e introjeção do conhecimento. O artigo apresenta a respeito da repercussão e influência que a leitura de histórias em quadrinhos de super-heróis, mais especificamente, Marvel e DC Comics, tem nas leitoras mulheres sob base da Etnometodologia e da Ciência da Informação, tendo em vista que elas se apropriam desse conhecimento, que posteriormente são empregados em seu cotidiano em diferentes cenários.

Os autores mais citados foram (BARI, 2008) com 3 citações; (DUMONT; PINHEIRO, 2015) e (ISER, 1996-1999) com 2 citações; e (BUARQUE, 2006), (CHARTIER, 2003), (DUMONT; ESPÍRITO SANTO, 2007), (PETIT, 2008) e (SCHENKER, 2019) com apenas 1 citação em cada um deles.

No artigo de Vergueiro (2018) com as palavras-chave Will Eisner, história em quadrinhos e indústria cultural, o autor apresenta uma homenagem ao centenário de nascimento de Will Eisner, com a sua biografia enfatizando sua produção de histórias em quadrinhos; tendo em vista que Eisner dedicou sua vida inteira ao desenvolvimento e divulgação da linguagem das histórias em quadrinhos, tendo como crença sua diversa aplicação.

Os autores mais citados foram (MOYA; CHAVES, 2017), com 7 citações, e (PESSOA, 2014) com apenas 1. No artigo de Bari (2019), cuja palavras-chave são história em quadrinhos – Brasil, garra cinzenta e Renato Silva, o autor analisa a uma história em quadrinho brasileira, intitulada “a garra cinzenta”, em que se perpetuou internacionalmente como produção *mainstream*, como a criação do Batman; tendo em vista que pode ser considerada uma das mais importantes produções femininas do gênero história em quadrinhos. Essa análise teve como objetivo verificar as influências desse HQ em outros *maistream* nos posteriores 70 anos.

A autora faz 10 autocitação (BARI, 2008); 9 vezes cita (ARMOND; SILVA, 2011); 6 vezes (VERGUEIRO; SANTOS, 2016); 5 vezes (SOUZA, 2013); 2 vezes cada um dos seguintes autores

(GONÇALO JÚNIOR, 2004) e (GONZALEZ, 2007); e 1 vez os autores adiante (CAGNIN, 2016), (CLARK, A; CLARK, L., 1991), (EISNER, 2010), (GROENSTEEN, 2015) e (VIANA, 2013).

Costa (2017) com as palavras-chave história em quadrinhos, cinema, gêneros discursivos, memória cultural e adaptação, em seu artigo faz uma análise das adaptações de histórias em quadrinhos de super-heróis para o cinema, no qual mais especificamente a *Marvel Studios* é analisada, tendo em vista o contexto em que nos inserimos (cultura de convergência, informação e memória são muito importantes nesse processo). Conclui-se que essas adaptações constrói uma memória cultural através de jogo de memórias em um processo dialógico.

Os autores mais citados foram (STAM, 2006) por 6 vezes; (OLIVEIRA, 2009) por 3 vezes; e (RUSSO, 2010) e (LINS, 2000) 1 vez citados cada um. Braga Junior, Santos e Silva (2018) apresentam as seguintes palavras-chave arquétipos nos quadrinhos, *kuroko no basket* e *dere*. Eles tratam em seus artigos a respeito de um mangá de esportes *kuroko no basket*, em que é identificados arquétipos – como o personagem age, design geral e alguns elementos implícitos até no nome do personagem.

Os autores mais citados foram (BRAGA JUNIOR, 2011), (LUYTEN, 2000; 2005) e (CHINEN, 2013) com 1 citação. Almeida (2019) cujas palavras-chave são bibliografia, textos, cultura da convergência, histórias em quadrinhos e circulação da informação, apresentam um releitura de "Bibliografia e Sociologia dos Textos", estabelecendo conexões com os desafios e perspectivas após 3 décadas de sua publicação. Essas conexões são estabelecidas a partir da área das histórias em quadrinhos, com reflexões da representação social e o conceito de convergência focado na apropriação social do conhecimento; sendo que é mesclado uma revisão bibliográfica e um ensaio teórico, e no final levanta-se um conjunto de coordenas teóricas e temáticas para contribuir na atualização e ampliação do escopo do campo de pertinência diante dos desafios culturais atuais.

Os autores mais citados foram (MCKENZIE, 2018) 21 vezes e (ALMEIDA, 2009; 2016) 1 vez. Morigi, Massoni e Loureiro (2016) escolheram as seguintes palavras-chave: história em quadrinhos, mapeamento bibliográfico e ciência da informação para o seu artigo, que realizam um mapeamento bibliográfico nos estudos da ciência da informação na área de desenvolvimento das histórias em quadrinhos, o qual é verificado os usos e apropriação; como resultado foi possível identificar que os HQs possuem suas relevâncias, auxiliam no aprendizado e possui benefícios, além de poder aplicar em pesquisas.

Os autores mais citados (BARI, 2007) com 13 citações; (SANTOS; GANZAROLLI, 2011) com 8 citações; (COSTA; ORRICO, 2009) e (VERGUEIRO, 1998; 2005) com 6 citações; (ASSIS, 2011) com 5 citações; (SANTOS; VERGUEIRO, 2012) e (PIGOZZI, 2013) com 4 citações, (OLIVEIRA; NÓBREGA, 2013) e (RAMOS; DUMONT, 2008) e (SILVA, 2011) com 3 citações; (FREIRE, 2006) e (SILVA, A. G.; SILVA, L. G., 2012) com 2 citações; e (BECKER; GROSCH, 2008), (BRETAS, 2005), (CARVALHO, 2012), (MARINHO, 2004), (NEVES, 2007) e (SILVA JÚNIOR; PEREIRA; SOARES, 2013) apenas uma citação cada um deles.

Montardo e Branco (2015) escolheram como palavras-chave histórias em quadrinhos, narrativas, dispositivos móveis de leitura digital e teoria fundamentada. O artigo deles tratam a respeito das diferenças de adaptação das histórias em quadrinhos para dispositivos móveis e leituras digitais, sendo explorado. É verificado o viés metodológico, e os fenômenos culturais que são explorados são a *Infinite Comics* e a *Madefire*, sendo elaborados exclusivamente para dispositivos móveis.

Os autores mais citados foram (EISNER, 2005; 2010) com 17 citações, (FRANCO, 2004) com 5; e (JOHNSON, 2001) com 4 citações.

Oliveira (2018) escolhe como palavras-chave criação de quadrinhos, oficina e I bienal de imagens na ciência, arte, tecnologia, educação e cultura. O texto apresenta sobre uma oficina que foi criada de criação de história em quadrinhos utilizando um software no evento da I Bienal nacional de imagens na ciência, arte, tecnologia, educação e cultura.

O autor mais citado foi (EISNER, 1989), sendo citado por 5 vezes.

Brienza (2017) como palavras-chave, ele escolheu *alternative, underground, and indie comix; art spiegelman; nerd entitlement; political cartoons; comics publishing*. Nesse artigo o autor defende acerca do papel-chave das histórias em quadrinhos, como cultura global – em especial do Charlie Hebdo; elucidando toda cultura e questões sociológicas sobre a história cultural e prática de publicação que existe na França e outras nações que são produtoras e de quadrinhos; além daqueles que não são reconhecidos durante os séculos XX e XXI.

Os autores mais citados foram (GROENSTEEN, 2013) por 3 vezes; (MCCLOUD, 2001) e (SABIN, 1993; 2001) por 2 vezes; e (BOURDIEU, 1993), (BRIENZA, 2011a; 2011b), (DRISCOLL,

2012), (GRAVETT; DUNNING, 2014), (GROVE, 2010), (KINSELLA, 2000), (LOMAN, 2010), (LOPES, 2009), (MAZUR; DANNER, 2014) e (SCHODT, 1983) citados 1 vez cada um deles.

O artigo de Culbertson e Jackson (2016) tem as seguintes palavras-chave: *comic books, special collections, collection stwardship, cataloging* e *academic libraries*. O texto aborda sobre questões discutidas para inclusão de histórias em quadrinhos dentro da biblioteca universitária como material para uso acadêmico, tendo em vista que a Universidade do Estado de San Diego identificou como oportunidade para se tornar pioneira em novos modos de acesso desse tipo de coleção, como na catalogação, organização, armazenamento e recuperação.

Os autores mais citados foram (FEE, 2008) 2 vezes; e (HANNA; CAIN, 2014?) 1 única vez.

Kuhmann e Walker (2019), cujas palavras-chave são *academic library, graphic novels, comic books, strips, etc., comic conventions, programing, outreach*, aborda em seu artigo o apelo que os *graphic novel* e os *comic books* tem em relação as bibliotecas acadêmicas tanto para leitura pessoal quanto para estudo acadêmico, e a presente pesquisa teve como objetivo discutir sobre os desafios e os benefícios de incluir uma convenção de quadrinhos em uma biblioteca acadêmica.

Os autores mais citados foram (O'ENGLISH; MATTHEWS; LINDSAY, 2006) por 4 vezes; (SLATER; KARDOS, 2017) e (TOREN, 2010) por 3 vezes; (CUBBAGE, 2016), (DENWIDDIE; HAMDAN, 2013) e (GOLOMB, 2010) por 2 vezes; e (DAVIS, 2010), (EVANS, 2010), (GRAHAM, 2010), (HARRISON; KAUFMAN, 2013), (HOOVER, 2012), (KNIPP; WALKER; DURNEY; PEREZ, 2015), (KORTE, 2018), (MATZ, 2004), (NARGIS; JOSEPH, 2012) e (WAGNER, 2010).

Margolin, Brown e Ward (2018) escolheram as seguintes palavras-chave: *action research, comics, first-year undergraduates, graphic novels, higher education, information literacy, pre-entry, question-asking, research as inquiry, transition* e *US*. Os autores apresentam sobre o CQC (*Comic-Questions Curriculum*) – combina perguntas dos alunos com foco em quadrinhos, que possibilita o envolvimento de alunos e bibliotecários para desenvolver habilidades para trabalhos de nível universitário e coloca o bibliotecário na posição de parceiro nesses trabalhos; além de possibilitar adaptar em outros contextos.

Os autores mais citados foram (WARD; BROWN; MARGOLIN, 2017) por 6 vezes; (HOOVER, 2011), (SCHWARZ, 2006; 2007) e (UPSON; HALL, 2013) por 2 vezes; e (DALBETO; OLIVEIRA, 2015), (DUFFY, 2010), (GREEN, 2014), (HARRIS, 2006), (JACOBS, 2014), (JEFFERSON, 2014), (NORTON, 2003) e (WILLIAMS, 2008) por 1 vez cada um deles.

Radford, G. P., Radford, M. L.e Alpert (2015) em seu artigo escolheram as palavras-chave *Libraries, philosophy, librarians, comic books, rex libris, Slavoj Žižek*. Os autores abordam a respeito do trabalho de Žižek, tendo como objetivo compreender a representação do bibliotecário e da biblioteca na cultura popular por meio da leitura psicanalítica da série de quadrinhos Rex Libris.

Os autores que mais citados foram (ECO, 1984; 1994; 2005; 2008) com 12 citações; (GROENSTEEN, 2007) e (SABIN, 1993) com 3 citações; e (BABIC, 2014), (BARKER, 1990), (EISNER, 1985), (PAGOWSKY; RIGBY, 1993) e (RADFORD, G. P.; RADFORD, M. L., 2001) com 1 citação cada um deles.

Martínez Nazario (2015) os autores apresentam as seguintes palavras-chave: *comic, superhéroe,* recurso bibliográfico, *desarrollo de coleciones, bibliotecas universitarias, currículo, investigación, Puerto Rico*. Esse artigo teve como objetivo investigar a ausência de história em quadrinhos em uma biblioteca acadêmica em Porto Rico e demonstrar o seu valor acadêmico na sua integração como recurso bibliográfico, para isso foi realizado consulta bibliográfica e entrevistado bibliotecários, o que se conclui com a não aquisição é que não há uma justificativa curricular e há uma ausência de recomendações.

Os autores mais citados foram (SCOTT, 1990;1998) por 4 vezes; (LAVIN, 1998) por 3 vezes; (CUBBAGE, 2010), (KLOCK, 2002; 2013), (LAYCOCK, 2005) e (O'ENGLISH, 2009) por 2 vezes; e (AROS AHUMADA; DÍAZ JARA; NARANJO REYES; RIVEROS BASOALTO; TOLEDO FIGUEROA, 2013), (DECANDIDO, 1991), (FERNÁNDEZ FERNÁNDEZ; BRAVO, 2009), (GOLDSMITH, 2009), (HATFIELD; HEER; WORCESTER, 2013), (HIGHSMITH, 1992), (HOPPENSTAND, 2014), (PYLES, 2012), (WEINER, 2010) e (YOUNG, 2014).

Silva e Miguel (2020) tem como palavras-chave histórias em quadrinhos, literatura contemporânea e ficção distópica. Os autores discutem a respeito da relação entre escrita literária e narrativa visual no romance gráfico "V de Vingança", a partir disso os autores problematizam uma distopia da literatura pós-moderna na questão da liberdade individual no contexto de um regime político autoritário.

Os autores mais citados nesse contexto são (ECO, 2008) por 3 vezes; (ADORNO; HORKHEIMER, 1996), (EISNER, 1999), (SANTOS, 1995) e (TUCKER, 2018) por 2 vezes; e por fim,

(CANCLINI, 1998), (FEIJÓ, 1984), (HOWE, 2013) e (SHOL; CODESPOTI, 1990) por 1 vez cada um deles.

Beaty (2016), com suas palavras-chave *serial continuity, superhero comic books, superhero movies, superheroes*, apresenta em seu artigo as estratégias desenvolvida pela Marvel Studios para aumento do público interno e externo, ao qual empresta da Marvel Comics, com intuito de diminuir riscos econômicos; o qual nota-se que levaram ao fascínio por super-heróis da mesma forma que os seus quadrinhos.

Os autores mais citados foram (HATFIELD, 2013) por 4 vezes; (WOO, 2011) por 3 vezes; (MCALLISTER, 2001) por 2 vezes; e (GORDON, 2003), (GUTINES, 2014) e (NDALIANIS, 2009) com 1 citação cada uma delas.

Gordon (2016) escolheu como palavras-chave *brands, comic books, superheroes, trademarks*. Seu artigo apresenta sobre como as vendas de HQs de super-heróis diminuíram mesmo com o avanço e entrada ao cinema, por conta que surgiram novas mídias que surgiram e, consequentemente, novas formas de engajamento, o que fez com que as mídias antigas sofresse transformação. E assim surge camisetas como meio importante para o público se envolver; de forma mais precisa o artigo apresenta um relato histórico desse processo.

Os autores mais citados foram (GORDON, 1998) com 4 citações; (TUSHNET, 2007) e (SCHUDSON, 1978) com 2 citações; e (GARVEY, 1996) e (GROSSBERG; WARTELLA; WHITNEY; WISE, 2006) com 1 citação cada um deles.

O artigo de Scanlon (2018) não há palavras-chave, ele analisa as principais partes das coleções de quadrinhos das bibliotecas e arquivos do Canadá (LAC) e dá uma visão geral do conteúdo de cada parte, no qual fornece informação de como pesquisadores pode acessar sobre quadrinhos, além de explorar outros acervos de quadrinhos relacionados ao LAC; sintetizando traz informações de como pesquisadores pode fazer uso de coleções de quadrinhos.

Os autores mais citados foram (HIRSH; LOUBERT, 1971) por 2 vezes.

Smeaton, Maybee, Bruce e Hughes (2016) não apresentam palavras-chave. No artigo é apresentado uma pesquisa que investiga as experiências de aprendizagem de alunos do ensino médio conduzido numa biblioteca de uma escola australiana que possui de baixa renda, por meio de uma oficina de alfabetização que foi incluída ficção e arte de mangá.

Os autores mais citados foram (BRUCE, 1997; 2008) por 5 vezes; (BRITZ, 2004) por 2 vezes; e (HATELEY, não datado), (HUGHES; BOZORGIAN; ALLAN, 2014), (MORI, 2006); (SCHWARZ, 2010), (SNOWBALL, 2005) e (THOMPSON, 2007; 2012) com 1 citação cada um deles

Elias e Siebert (2018) apresentam como palavras-chave condições de produção, identidade, transfiguração, texto de imagem, Batman, e O Cavaleiro das Trevas. No artigo os autores investigam as condições de produção para determinar as identidades das personagens Batman e Coringa, no processo de transfiguração discursiva da obra; como o processo de tradução de novas versões – do hq para o desenho animado; além da análise discursiva sobre identidade cultural.

Os autores mais citados foram (SOUZA, 1998; 2001) por 15 vezes e (VERGUEIRO, 2011) 1 única vez.

E por último, o artigo de Chapman e Yates (2017), cujas palavras-chave escolhidas foram *monographs crisis, communications, citation analysis* e *ebooks*, os autores apresentam uma continuação de um estudo sobre referências de monografias, a fim de desenhar outras conclusões sobre o uso de monografias; ou seja, fizeram análise das referências utilizadas na área da comunicação para identificar o uso de monografias em diferentes formatos de itens, inclusive cinema, história em quadrinhos, sites, etc.

Os autores mais citados foram (WOOLWINE, 2014) 2 vezes; e (FEELEY, 2008); (JONES; COURANT, 2014) e (NEVILLE; HENRY, 2014) 1 vez citado cada um deles.

Em relação às palavras-chave dos textos, em sua maioria condizem com a proposta do presente artigo, ou seja, aplicam de alguma forma os *comic*, *comic books* e as histórias em quadrinhos (HQs), com exceção de alguns que não aprofundam sobre a temática, como é o caso do artigo de Chapman e Yates (2017), que os autores fizeram um estudo para referências em monografias em diferentes formatos, e um desses formatos são as histórias em quadrinhos, porém isso não é aprofundado.

No contexto dos artigos que foram relevantes para a presente pesquisa, foi possível identificar a aplicação de HQ em diferentes contextos, tais como, na análise, e mais especificamente, na análise de diferentes tipos de HQs – esportivos, por exemplo; influência da leitura de HQs, adaptação para o cinema – como a Marvel e a DC, por exemplo; mapeamento bibliográfico de HQs, relatos de experiência com a temática, adaptação de leituras para o formato digital, importância dos

HQs em ambientes acadêmicos – como, por exemplo, no auxílio da alfabetização – os desafios da inclusão desses HQs em bibliotecas, estratégias que as empresas tem tomado para atrair novos públicos e etc.

Em relação às autorias mais citadas, somado o número de citação dos autores, todos os artigos do corpus de análise, pôde-se observar que os seguintes obtiveram mais citações: Eisner e Bari (26 cada um deles), Mackenzie (21), Souza (20), Eco (15), Vergueiro e Santos (10), Armond e Silva (9), Vergueiro (8) e Santos e Ganzarolli (8). Vale ressaltar que o Vergueiro de Vergueiro e Santos (10) é o mesmo do Vergueiro (8), dessa maneira pode-se considerar que Vergueiro obteve 18 citações. Também é necessário lembrar que muitos artigos, como vimos anteriormente citaram o mesmo autor várias vezes, dessa maneira, nem sempre o número é significativo, como, por exemplo, Souza obteve um total de 20 citações, porém 15 vezes foi no mesmo artigo de Elias e Siebert (2018).

Para complementar, foi verificado a incidência dos autores em diversos artigos. Nesse caso, Vergueiro (7) e Eisner (5) foram os autores que tiveram uma maior frequência em vários dos artigos apresentados. Demonstrando, dessa maneira, que de fato são autores que trazem relevância para os estudos de histórias em quadrinhos.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com as pesquisas desenvolvidas nas bases de dados, verificou-se que a maior parte dos artigos abordaram as temáticas: linguagem e educação; sendo que outros aspectos da CI não foram identificados; como o desenvolvimento de SOCs para promover melhor representação desse tipo de objeto de estudo. Ainda sobre essa perspectiva de análise, foram reconhecidos autores brasileiros que desenvolvem pesquisas sobre HQs no âmbito da CI, como Waldomiro Vergueiro (que é um pesquisador muito reconhecido nesse domínio).

O autor Will Eisner, é citado em muitos textos, e mesmo sendo o criador das *Graphic Novels*, se dedicou a estudos de linguagem em HQs; o que demonstra a interdisciplinaridade de uma outra área com a CI para propiciar uma nova demanda de conhecimento.

A CI, por ser interdisciplinar, proporciona várias ramificações de conhecimento. Neste trabalho, isso se torna perceptível ao constatar que todos os autores – recuperados no *corpus* documental – focaram seus estudos no domínio das HQs por meio de construção das histórias, como a narrativa, e incentivo à leitura.

Outro aspecto importante identificado nesta pesquisa, foi a recuperação de poucos artigos sobre HQs em bases de dados específicas em CI, como a BRAPCI (14 artigos) e LISTA (10 artigos); sendo que em uma pesquisa a *priori* havia uma maior quantidade de trabalhos, porém, com o conteúdo fora da temática.

Portanto, conclui-se por meio desse estudo, que por mais que existam pesquisas sobre HQs em desenvolvimento no âmbito da CI, ainda há muitos aspectos a serem analisados e desenvolvidos sobre esse domínio, como os processos de indexação, classificação e entre outros tipos de SOC. Desse modo, enfatiza-se a importância do desenvolvimento de pesquisas relacionadas a HQs na área da Ciência da Informação.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. A. O frasco quebrado: a bibliografia e a cultura da convergência. **Em questão**, Porto Alegre, v. 25, p. 243-263, 2019.

BARI, V. A. Como um vilão brasileiro dos quadrinhos influenciou a criação do Batman: a garra cinzenta ataca. **Cajueiro**, Aracaju, v. 1, n. 2, p. 106-179, 2019.

BEATY, B. Superhero fan service: audience strategies in the contemporary interlinked Hollywood blockbuster. **The information society**, [*s.l.*], v. 32, n. 5, p. 318-325, 2016.

BRAGA JR., A. X.; SANTOS, G. M. C. F. L.; SILVA, M. P. F. Arquetipos em historieta: *Kuroko no Basket* and the use of the “Deres”. **Revista Cajueiro**, [Aracaju], v. 1, n. 1, p. 88-119, 2018.

BRIENZA, C. Qui est Charlie...? A sociological perspective on Charlie Hebdo and the culture of comics. **Pub Res Q**, [*s.l.*], v. 33, p. 373-379, 2017.

BUFREM, L. S. *et al*. Modelizando práticas para a socialização de informações: a construção de saberes no ensino superior. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 15, n. 2, 2010. Disponível em: https://brapci.inf.br/index.php/res/about. Acesso em: 9 out. 2020.

CAPURRO, R. Epistemologia e Ciência da Informação. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO - ENANCIB, 5., 2003, Belo Horizonte. **Anais** [...]. Belo Horizonte: Programa de Pós-graduação da Escola de Ciência da Informação da UFMG, 2003. 1 CR-ROM.

CARLAN, E. **Sistemas de organização do conhecimento**: uma reflexão no contexto da Ciência da Informação. 195 f. 2010. Dissertação. (Mestrado em Ciência da Informação) - Faculdade de Ciência da Informação, Universidade de Brasília, Brasília, 2010.

CHAPMAN, K.; YATES, S. D. The impact of the monographs crisis on the field on communication**, The Journal of Academic Librarianship**, v. 43, p. 163-169, 2017.

COSTA, R. S. Informação e memória cultural na era transmidiática: as adaptações dos quadrinhos Marvel para o cinema. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 18., 2017. **Anais** [...]. Marília: ENANCIB, 2017.

CULBERTSON, A.; JACKSON, P. Comics and the modern library catalog: new rules for breaking the rules. **The serial librarian**, [*s.l.*], v. 71, n. 3-4, p. 162-172, 2016.

CURRAS, E. **Ontologias, taxonomia e tesauros em teoria de sistemas e sistemática**. Brasília: Thesaurus, 2010.

EBSCO Information Services. **Library, Information Science and Technology Abstracts**. 2020. Disponível em: http://www.ebsco.com/products/research-databases/library-information-science-and-technology-abstracts. Acesso em: 27 ago. 2020.

ELIAS, R. R.; SIEBERT, S. A transfiguração discursiva e identitária de Batman e Coringa: o cavaleiro das trevas. **Policromias**, [*s.l.*], ano 3, p. 92-116, 2018.

FEIJÓ, M. **Quadrinhos em ação: um século de história**. São Paulo: Moderna,1997.

GORDON, I. Refiguring media: tee shirts as a site of audience engagement With superheroes. **The information society**, v. 32, n. 5, p. 326-332, 2016.

HJØRLAND, B. Core concepts in library and information science. **Royal School of Library and Information Science, Denmark**, 2006.

HJØRLAND, B. Deliberate bias in knowledge organization. **Advances in Knowledge Organization**, v. 11, p. 256-261, 2008.

HJØRLAND, B. Knowledge organization (KO). **KO Knowledge Organization**, v. 43, n. 6, p. 475-484, 2016.

KUHLMANN, M.; WALKER, L. Superheroes in the stacks: halloween comicfest and Wichita state university. **Journal of library administration**, [*s.l.*], v. 59, p. 298-313, 2019.

LIMA, J. L. O.; ALVARES, L. Organização e representação da informação e do conhecimento. In: ALVARES, L. (Org.). **Organização da informação e do conhecimento**: conceitos, subsídios interdisciplinares e aplicações. São Paulo: B4 Editores, 2012. 248 p. Capítulo 1, p. 21-48.

MARGOLIN, S.; BROWN, M.; WARD, S. L. Comics, questions, action! engaging students and instruction librarians wit h the comics-questions curriculum. **Journal of information literacy**, [*s.l.*], v. 12, n. 2, p. 60-75, 2018.

MOYA, Á. **História da história em quadrinhos**. São Paulo: Brasiliense, 1993.

MOACY, C. **A explosão criativa dos quadrinhos**. 5. ed. Petrópolis: Editora Vozes Ltda, 1977.
MONTARDO, S. P.; BRANCO, M. A. A.; NUNES, R. F. Narrativas em histórias em quadrinhos: adaptação para dispositivos móveis de leitura digital. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, p. 255-272, 2015.

MORIGI, V. J.; MASSONI, L. F. H.; LOUREIRO, T. R. Apropriações e usos das histórias em quadrinhos na literatura de ciência da informação. **Inf. Inf.**, Londrina, v. 21, n. 1, p. 56-79, 2016.

MARTÍNEZ NAZARIO, M. La carência de cómics en las bibliotecas universitarias: estudio de caso del sistema de bibliotecas de la Universidad de Puerto Rico. **Biblios**, [*s.l.*], n. 59, 2015.

OLIVEIRA, C. V. Oficina de criação de histórias em quadrinhos com o uso de software. **Ci. Inf.**, Brasília, DF, v. 43, n. 3, p. 227-233, 2014.

PRADO, C. C.; SOUSA JUNIOR, C. E.; PIRES, M. L. Histórias em quadrinhos: uma ferramenta para a educação e promoção da saúde. **Reciis** – Rev Eletron Comum Inf Inov Saúde, v. 11, n. 2, p. 1-12, 2017.

RAMOS, R. B. T.; DUMONT, L. M. M. O leitor e a leitura de histórias em quadrinhos de super-heróis da Marvel e da DC Comics: contribuições da etnometodologia aos estudos em ciência da informação. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 19., 2018. **Anais** [...]. Londrina: ENANCIB, 2018.

RAMOS, R. B. T. O que dizem as leitoras de histórias em quadrinhos de super-heróis sobre essa leitura. **Revista Cajueiro**, Aracaju, v. 1, n. 2, p. 198-224, 2019.

RADFORD, G. P.; RADFORD, M. L.; ALPERT, M. Representations of the library and the librarian in a modern comic book series. **Journal of documentation**, [*s.l.*], v. 71, n. 6, p. 1265-1288, 2015.

SCANLON, M. Canadian comic books at library and archives Canada. **Papers of the bibliographical society of Canada**, [*s.l.*], v. 56, n. 1-2, 37-51, 2018.

SCHIESSL, M; SHINTAKU, M. Sistemas de Organização do Conhecimento. In: ALVARES, L. (Org.). **Organização da informação e do conhecimento**: conceitos, subsídios interdisciplinares e aplicações. São Paulo: B4 Editores, 2012. 248 p. Capítulo 2, p. 49-118.

SCIELO. **SciELO Brazil**. Disponível em: http://www.scielo.br/. Acesso em: 9 out. 2020.

SIGEL, A. Knowledge federation from a knowledge organization perspective: a position paper. **Position paper for Knowledge Federation***,* 2008.

SILVA, A. P.; MIGUEL, L. F. Totalitarismo e a ideia de liberdade em *V de Vingança*: a ficção gráfica de Alan Moore e David Lloyd. **Policromias** – Revista de Estudos do Discurso, Imagem e Som, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, p. 147-173, 2020.

SMEATON, K.; MAYBEE, C.; BRUCE, C.; HUGHES, H. Crossing literacy and informed learning boundaries with Manga. **Access**, [*s.l.*], 2016.

SMIRAGLIA, R. P. **The nature of a work***:* implications for the organization of knowledge. Lanham: Scarecrow Press, 2001

SOERGEL, D. The rise of ontologies or the reinvention of classification. **Journal of the American Society of Information Science***,* v. 50, n. 12, p. 119-1120, 1999.

VERGUEIRO, W. Um artista completo das histórias em quadrinhos: Will Eisner e seu legado para a 9ª Arte. **Revista Cajueiro**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, 2018.

VICKERY, B. **A note on knowledge organization**. 2008. Disponível em: <http://www.iva.dk/bh/lifeboat_ko/CONCEPTS/Vickery_a_note_on_knowledge_organisation.htm>. Acesso em: 14 set. 2019.

WILSON, T. A problemática da gestão do conhecimento. In: TARAPANOFF, K. (Org.). **Inteligência, informação e conhecimento**. Brasília: IBICT, UNESCO, 2006. p. 37-55.

AS VANTAGENS DO E-COMMERCE E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA A SOBREVIVÊNCIA DA ECONOMIA DIANTE DA CRISE RESULTANTE DA PANDEMIA COVID 19

THE ADVANTAGES OF E-COMMERCE AND ITS CONTRIBUTION TO THE SURVIVAL OF THE ECONOMY BEFORE THE CRISIS RESULTING FROM PANDEMIC COVID 19

Área temática: Tecnologia e Sistemas.

PEIXOTO, Isabela Granero
Centro Universitário Municipal de Franca (Uni-FACEF)
Mestranda em Desenvolvimento Regional pelo Uni-FACEF
isabelagraneropeixoto@gmail.com

CARVALHO NETO, Silvio
Centro Universitário Municipal de Franca (Uni-FACEF)
Douto em Administração pela USP
silvio@facef.br

Resumo

A pandemia causada pelo vírus SARS CoV-2 vem comprometendo todo o mundo e levantando questões sobre as providencias mais assertivas para o enfrentamento da mesma. Diante do problema encontram-se três vertentes influenciadoras da crise: a comportamental, sanitária e econômica. A crise comportamental baseia-se na mudança radical de hábitos desde o uso de máscaras e álcool em gel, até o isolamento social. A crise sanitária que resulta em grade chance de um desmoronamento do sistema de saúde de todo o mundo perante a rapidez de propagação do vírus. E a crise econômica resultante das políticas de isolamento para diminuição de propagação do vírus. Para controlar a propagação do vírus, autoridades determinaram o encerramento do trabalho de diversas áreas por tempo indeterminado, do comercio em geral, funcionando apenas os serviços essenciais como: supermercados, farmácias, hospitais, polícia e funerárias. Diante do colapso econômico causado pela pandemia, as empresas passaram a adotar novas medidas para sobreviver ao cenário econômico atual. Diante dos novos hábitos adotados, o que mais tem auxiliado na sobrevivência dessas empresas é a utilização do e-commerce. Em resposta a problemática deste trabalho, foram apresentadas as razões pelas quais as vendas online podem ser vistas como artificio para sobreviver durante a crise, além de inúmeras vantagens como comodidade dos consumidores na realização das compras, e dos próprios empresários na redução dos custos operacionais.
Palavras-chave: Pandemia, crise econômica, e-commerce.

Abstract

The pandemic caused by the SARS CoV-2 virus has been compromising the whole world and raising questions about the most assertive measures to deal with it. Faced with the problem there are three strands influencing the crisis: behavioral, health and economic. The behavioral crisis is based on a radical change in habits, from the use of masks and gel alcohol, to social isolation. The health crisis that results in a great chance of a collapse of the health system worldwide due to the rapid spread of the virus. And the economic crisis resulting from isolation policies to reduce the spread of the virus. In order to control the spread of the virus, authorities determined the closure of work in various areas for an indefinite period, of commerce in general, with only essential services such as supermarkets, pharmacies, hospitals, police and funeral homes functioning. Faced with the economic collapse caused by the pandemic, companies began to adopt new measures to survive the current economic scenario. In view of the new habits adopted, what has most helped the survival of these companies is the use of e-commerce. In response to the problem of this work, the reasons why online sales can be seen as an artifice to survive during the crisis were presented, in addition to numerous advantages such as the convenience of consumers when making purchases, and the entrepreneurs themselves in reducing operating costs.
Keywords: Pandemic, economic crisis, e-commerce.

1 INTRODUÇÃO

Em dezembro de 2019, foi diagnosticado o primeiro caso da síndrome respiratória aguda grave (SARS-CoV-2) denominada Covid 19. O vírus se iniciou em Wuhan, na China, por meio de um morcego contaminado ingerido por uma pessoa. A partir daí, mais de 27 países, incluindo o Brasil tiveram casos confirmados de Covid 19. Devido a velocidade de propagação do vírus a OMS anunciou em 11 de março de 2020 uma pandemia.

Para Zhang et al. Mais de 2.800 óbitos foram confirmados até 27 de fevereiro de 2020. Hoje há 38.340.693 casos confirmados e só no Brasil o número de casos ultrapassam 5.113.628. O número de óbitos até 13 de outubro de 2020 chega a 1.000.000 em nível mundo, e só no Brasil os óbitos chegam a 150.998.

No presente momento, por falta de testes de Corona vírus, o Brasil vem realizando os mesmos somente em pacientes mais graves, com isso a estimativa de casos e propagação do vírus não é exata. Deste modo, os governantes passaram a tomar providencias mais severas para controlar a proliferação do vírus. Apesar de o diagnóstico instantâneo e o isolamento social serem fundamentais determinações para controlar a pandemia, não só o Brasil como todo o mundo, se depara com um problema muito importante também, o desiquilíbrio econômico. A crise econômica constitui-se a todas as adversidades econômicas recorrentes da mudança comportamental, medo do colapso de saúde e em razão disso, o declínio do comercio. Diante do caos econômico diversos empresários adotaram o sistema de e-commerce para sobreviver à crise, este método vem auxiliando no equilíbrio da economia neste momento tão adverso.

A evolução tecnológica promoveu a expansão da internet, através dela possibilitou o progresso do e-commerce, que alcança a cada dia que passa mais apreciadores desta ideia, em razão da pressa e insuficiência de tempo atualmente na vida das pessoas, e principalmente diante dessas adversidades que o mundo vem enfrentando o comercio eletrônico tornou-se um facilitador tanto para os empresários que mantem suas organizações solidas diante da crise, quanto para os consumidores que não precisam se expor ao vírus e que utilizam da comodidade de não ter que sair de casa para comprar o que desejam.

Atualmente, o mundo vive a “Era da Informação”. E com o progresso tecnológico advindo da Terceira Revolução Industrial também chamada Revolução Informacional que começou em meados do século XX, facilitou a expansão de práticas na indústria e comercio que usam a tecnologia para empreender, com isso, a competitividade vem aumentando cada vez mais e quem não se adapta a esse novo método de mercado, fica em desvantagem, tornando-se inferior em relação a concorrência e a aqueles que não tem medo de se arriscar.

Para Cardoso (2001), a internet vem inovando os padrões de marketing tradicional, no qual as regras se mantem, porem são utilizadas novas estratégias de competição.

A introdução da internet no dia a dia das pessoas modificou a forma de se comportarem. Atualmente, é quase impossível imaginar a humanidade sem a internet, principalmente pela comodidade e facilidade que esse artificio oferece.

Hoje, todas as empresas fazem uso deste recurso, há casos de algumas que nem existiriam se não fosse este artifício, é o caso das empresas online.

Conforme já exposto, é evidente o valor da internet atualmente em virtude dos incontáveis benefícios que disponibiliza, como comunicação, comodidade, e disponibilidade dos serviços 24 horas, tanto para os clientes quanto para as instituições, através da sua evolução, surgiu um modelo prático e inovador de comercio, conhecido como e-commerce este sistema fundamenta-se na compra e venda de produtos ou serviços através da internet, a fim de melhorar o processo de vendas facilitando o modo de realizar as compras, visto que simplifica a busca de produtos em inúmeros fornecedores diferentes sem a necessidade de deslocamento, contribuindo com o desenvolvimento da economia em função da oportunidade que as pessoas possuem de comprarem o que quiserem, em qualquer hora do dia e de qualquer lugar do mundo por meio do comercio eletrônico.

Este tipo de comercio é uma alternativa muito apreciada pelas empresas em geral, e igualmente, vem ganhando cada vez mais espaço no cotidiano dos consumidores através de todas as facilidades que apresenta.

Atualmente, no período que o mundo inteiro vem enfrentando com a pandemia, este meio ganhou muita força, não só pelas facilidades já oferecidas, mas, com relação ao isolamento, os

clientes podem consumir os produtos desejados e as empresas encontraram uma forma para sobreviver diante da crise.

Diante do que foi mostrado, este projeto apresenta o seguinte problema de pesquisa: o e-commerce pode ser usado como estratégia de sobrevivência das empresas diante da crise econômica causada pela Pandemia Covid-19?

A fim de responder a problemática da pesquisa, o presente trabalho tem como objetivo geral identificar se o e-commerce pode ser utilizado como meio estratégico para as empresas sobreviverem diante da crise causada pela Pandemia Covid-19.

Pretende-se como objetivo específico, mostrar quais os fatores advindos da pandemia Covid-19, e as principais vantagens que impulsionaram o notório crescimento do *e-commerce* no Brasil e no Mundo.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 A HISTÓRIA DA INTERNET NO BRASIL

Segundo Albertin (2010), a internet teve seu início no ano de 1969, criada pela empresa *Advanced Research Projects Agency* (batizado como Arpanet), que faz parte do departamento de defesa americano dos EUA. Na época seu objetivo era o alcance de estratégias militares e não de interesses sociais, originalmente criada com o intuito de servir como uma rede principal de comunicação nos tempos de crises.

Conforme Silva L W (2001), a Arpanet ganhou mais força no âmbito acadêmico a partir de 1982. Inicialmente seu uso era exclusivamente destinado aos EUA, mas tempos depois estendeu-se para outros países, como Holanda, Dinamarca e Suécia. Como consequência disto, passou a ser chamada de internet.

De acordo com o artigo “Internet no Brasil” (2018), a introdução da Internet no Brasil ocorreu em 1988, através da união e iniciativa das instituições acadêmicas FAPESP (Fundação de Amparo à pesquisa do Estado de São Paulo) e UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro), além do LNCC (Laboratório Nacional de Computação Cientifica).

Ainda, de acordo com o artigo “Internet no Brasil” (2018), a liberação da internet para fins comerciais no Brasil deu-se a partir do final do ano de 1994, por meio de um projeto da Embratel com o início da utilização da internet discada. Em abril de 1995, iniciava-se um processo de otimização e melhorias para o acesso à internet, inclusive a ampliação da velocidade da mesma.

Desde aquela época, a internet vem melhorando cada vez mais, hoje torna-se indispensável o uso da mesma, todos os benefícios que ela oferece tornam-se necessários na vida das pessoas.

2.2 E-COMMERCE

Em concordância com o que descreve o dicionário online Aurélio (2016), define-se comercio como: “Compra, troca ou venda de mercadorias, produtos, valores, etc.”

Para Costa (2009), a evolução da internet, forçou uma transformação na economia visto a nova realidade que se instalava, em que o conhecimento começa a depender da tecnologia para disseminar-se, especialmente com relação a prática de negócios.

Conforme Junior (2007, apud Silva e Marques, 2016, p. 16)

> O comercio eletrônico, assim como uma loja comum, é um conjunto de atividades, onde existe um vendedor com a finalidade de vender um produto, assim como um comprador que está interessado por este produto e a partir desses interesses dará início a uma negociação comercial (JUNIOR. 2007, p.2)

Para Silva e Oliveira (2019), o e-commerce, também conhecido como comercio eletrônico, é uma forma de comercio a distancia, onde o fornecedor e o consumidor estão distantes fisicamente, não havendo, para tanto, limite territorial, contudo, estão interligados, em regra, através de uma rede de computadores que pode ser a internet.

Deste modo, define-se e-commerce, como um modo de comercio de produtos e serviços, utilizado exclusivamente por meio da internet.

De acordo com Amor (2000), o comercio eletrônico é uma inovação quando o assunto é fazer

negócios, modificando vários componentes estratégicos, deste modo implica em um conjunto de benefícios em potencial, como por exemplo disponibilidade de tempo ininterrupto para a realização de transações online, ausência ou baixo custo com aluguel, estoque e mão de obra. Contudo, exige muito investimento financeiro e tecnológico com relação a logística, tais investimentos que são indispensáveis em qualquer negócio.

Para Diniz et al. (2011), antigamente as vendas de produtos eram bastante restritas a apenas pequenos objetos como livros, CDs e outros de fácil aquisição. Com o decorrer dos anos juntamente a evolução da tecnologia, tornou-se possível a compra de diversos tipos de produtos e serviços de variados preços, desde uma simples caneta até TVs, pacotes de viagens ou automóveis.

Conforme diz Goberto (2011), dentre todas as vantagens oferecidas pelo e-commerce, as que mais destacam-se são:

- **Transformar-se em Referência**: dentro do universo virtual, é mais fácil tornar-se conhecido no mercado, visto que a divulgação neste meio é instantânea e os consumidores estão a todo tempo conectados.
- **Alta Disponibilidade**: com relação a isso, o e-commerce é um recurso extremamente facilitador se comparado com o comercio físico, de modo que se torna possível a aquisição de produtos e serviços a qualquer hora do dia com a comodidade de não precisar sair de casa.
- **Estoque Funcional**: quando o cliente vai a uma loja física, corre o risco de frustrar-se perante a incerteza de disponibilidade do produto, já no comercio eletrônico torna-se possível a realização de vendas de produtos sem estoque, através da produção por demanda.
- **Redução do Custo Operacional**: ao comparar as despesas de uma loja física e uma virtual, percebe-se uma grande diferença, pois dentro do comercio eletrônico é possível eliminar diversos custos, como: aluguel, manutenção de espaço, estoque, salário de funcionários, entre outros.

Para Silva e Oliveira (2019), frisa-se que os inúmeros benefícios e vantagens que o e-commerce traz, são proporcionados aos dois polos da relação, ou seja, tanto para os clientes, quanto para as empresas.

Com relação aos clientes, observa-se, conforme o Sebrae (2017), as seguintes vantagens:

- Maior comodidade na compra do produto ou serviço;
- Disponibilidade da loja estar aberta 24 horas por dia;
- Acesso a qualquer momento por meio de smartphones ou outros aparelhos com conexão a internet;
- Facilidade nas pesquisas comparativas;
- Acesso de forma rápida a todos os setores e produtos disponíveis para venda.

Para Castro (2011), “Outro diferencial do e-commerce é que é possível o sistema da empresa interagir de forma individual com cada cliente, possibilitando assim um marketing personalizado e obviamente aumentar as vendas com esse tipo de atendimento.”

Porem, assim como em qualquer tipo de negócio, o e-commerce também apresenta algumas desvantagens. De acordo com o SEBRAE (2017), são:

- Vulnerabilidade de hackers para dados de cartões e senhas bancários;
- Compras incorretas em razão da despadronização do tamanho de roupas, calçados e outros itens do vestuário;
- Possíveis atrasos ou danificação do produto durante a entrega

Entretanto, essas dificuldades estão sendo cada vez mais evitadas por meio de investimentos em tecnologia e treinamentos pessoais.

2.3 O COMERCIO ELETRONICO NO BRASIL

Segundo Mendonça (2016), no Brasil a empresa pioneira em um modelo semelhante ao comercio eletrônico foi a Magazine Luiza. Isso aconteceu em 1992, dois anos após o lançamento da Word Wide Web e antes de ter internet no Brasil, pois a mesma só foi liberada pelo ministério das comunicações em 1995. Esse modelo foi otimizado e transformado posteriormente em loja virtual.

Ainda conforme Mendonça (2016), literalmente dentro da internet, a pioneira em loja virtual no Brasil foi a Brasoftware, a qual foi desenvolvida em 1996 pelo fundador e editor do blog BizRevolution, Ricardo Jordão Magalhães.

Conforme descrito por Monteiro (2017):

> O *e-commerce* continua apresentando um cenário positivo, principalmente por conta da consolidação do modelo *marketplace* no país, do aumento no número dos consumidores virtuais e do consumo via mobile (Monteiro. 2017. p. 12).

Para Bowles (2020), o mercado brasileiro de comercio eletrônico já vinha registrando índices de crescimento maiores que o do varejo tradicional a alguns anos. Uma outra análise realizada com base nos dados da Euromonitor mostra que, entre os anos de 2014 e 2019, o e-commerce cresceu cinco vezes mais rápido que o comercio tradicional. No período a penetração do comercio eletrônico dobrou: foi de 4% para 8% e trouxe consigo o *mobile commerce*, que chegou a 3% da penetração. Ainda assim, o comercio eletrônico chegou ao final de 2019 com uma penetração menor do que a vista em mercados desenvolvidos. E, portanto, com grandes oportunidades de crescimento no Brasil.

Segundo as pesquisas de Webshoppers (2018), o *e-commerce* continua em ascensão, mesmo durante período de crise econômica no país não parou de crescer, considerando-o um ótimo ramo de atividade.

2.4 A PANDEMIA DE SARS-COV-2 (COVID 19)

Para Croda e Garcia (2020), em 31 de dezembro de 2019, foi notificada a Organização Mundial da Saúde (OMS) a ocorrência de um surto de pneumonia na cidade de Wuhan, província de Hubei, República Popular da China. Rapidamente, identificou-se o agente etiológico, um novo coronavírus: SARS-COV-2. O surto teve início em um mercado de frutos do mar e animais vivos.

Ainda conforme Croda e Garcia (2020), a primeira reunião do Comitê de Emergência sobre o surto do novo coronavírus na China, convocada pela OMS de acordo com o Regulamento Sanitário Internacional, ocorreu em 23 de janeiro de 2020. Nessa reunião, não houve consenso sobre se o evento constituía uma Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII). Na segunda reunião, realizada em 30 de janeiro, foi constatado o crescimento no número de caso e países que reportaram casos confirmados, o que levou a declaração do surto como ESPII.

Para Noronha et Al. (2020), desde que foi detectada em dezembro de 2019, a COVID-19 vem se alastrando pelos diferentes continentes, tendo sido caracterizada como uma pandemia pela Organização Mundial da Saúde (OMS).

Para Leite et al. (2020), em 12 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou como pandemia a doença causada pelo novo coronavírus (SARS-COV-2). A infecção (COVID 19), além de ser mais transmissível, tem letalidade estimada em cerca de 14 vezes a da influenza. O alto índice de contágio, com cada indivíduo infectando de 2 a 3 pessoas, em média, causa a expansão da epidemia em progressão geométrica.

Segundo Croda e Garcia (2020), em fevereiro de 2020, de acordo com as melhores práticas da OMS para nomear novas doenças infecciosas humanas, a doença causada pelo novo coronavírus recebeu a denominação COVID-19, em referência ao tipo de vírus e ao ano de início da epidemia: *Coronavírus disease*-2019. Até o final desse mês, eram quase 80 mil casos confirmados e 2.838 óbitos por COVID-19 na China e, mais aproximadamente, 6 mil casos confirmados e 86 óbitos em outros 53 países.

Ainda para Croda e Garcia (2020), no Brasil, o primeiro caso foi confirmado em 26 de fevereiro de 2020. Os dois primeiros casos confirmados eram de indivíduos do sexo masculino, residentes na cidade de São Paulo, que haviam regressado de viagem a Itália.

Devido a velocidade de contágio do vírus, a OMS declarou em 11 de março de 2020 o início de uma pandemia.

Para Leite et al. (2020), no Brasil, onde a transmissão comunitária em todo território nacional foi declarada em 20 de março, mais de 147 mil casos e 10 mil mortes por COVID-19 haviam sido confirmados até 9 de maio de 2020.

De acordo com o site NCOV2019.LIVE, só no Brasil, o número de casos ultrapassa 5.113.628 e os óbitos chegam a 150.998 até o dia 13 de outubro de 2020.

Conforme Zoccai, et al, (2020), esse aumento na mortalidade se deve principalmente pelo fato de o vírus causar dificuldade respiratória aguda grave, podendo ocasionar infecções que podem levar a pneumonia viral.

Segundo Leite et al. (2020), a apresentação inicial da COVID-19 se assemelha a uma gripe, com sintomas de febre, tosse, dor de garganta e coriza. Aproximadamente 80% dos pacientes se

recuperam sem complicações, sendo classificados como leves ou moderados. Os 20% restantes evoluem com dispneia e hipoxemia secundárias, a pneumonia viral extensa, e necessitam de internação para oxigenioterapia, além de outras intervenções. Um quarto desses evolui para o estado crítico devido a insuficiência respiratória, coagulação intravascular disseminada, choque circulatório ou disfunção orgânica múltipla, requerendo cuidados de terapia intensiva. A letalidade nesse último grupo é superior a 40%.

Conforme Conti (2020), a pandemia do vírus SARS-COV-2 tem abalado o mundo e suscitado questões sobre as medidas mais eficazes no seu enfrentamento. No centro do problema, a implementação de medidas de distanciamento social eficazes para salvar vidas e eficientes em seus custos. O autor ressalta o surgimento da Crise Tripla advinda da Pandemia. A mesma engloba três vertentes, são elas: crise comportamental; crise sanitária; e crise econômica. A comportamental, consiste na exigência de rápida mudança de hábitos sociais, desde os hábitos de higiene, e até mesmo padrões maiores como tamanhos de eventos a serem realizados. A sanitária consiste na possibilidade real de um colapso no sistema de saúde diante a velocidade de contágio do vírus. E a econômica que consiste em todas as dificuldades econômicas resultantes das mudanças de comportamentos, do aumento de aversão ao risco, medo crescente perante o colapso do sistema de saúde, queda do comercio pela imposição do isolamento social entre outros.

No tocante a medida de adoção da quarentena, apesar de o diagnóstico imediato e a quarentena serem fundamentais determinações para conter a pandemia, não só o Brasil como todo o mundo, se depara com um grande inconveniente, o desiquilíbrio econômico. Esta medida prejudicou todas as empresas do país, aumentou o desemprego, causando uma desenfreada crise econômica no Brasil e no mundo. Frente ao caos econômico diante da pandemia, varios empresários passaram a utilizar o sistema de comercio eletrônico para superar à crise, este método vem auxiliando no equilíbrio da economia diante de um momento tão desfavorável.

2.5 IMPACTOS DO CORONAVÍRUS NA ECONOMIA BRASILEIRA E O E-COMMERCE COMO ESTRATÉGIA DE SOBREVIVENCIA DAS EMPRESAS

Para Nanneti (2020), ao falar no passado que varejo deveria ser mais proativo, focado no cliente, absorvendo a tecnologia para oferecer aos clientes conveniência, segurança e cada vez mais opções de compra, éramos unanimes a afirmar que isto levaria 10 anos. Pois bem, com a pandemia levou menos de 10 dias para o varejo perceber que deveria se adaptar ou morreria.

Conforme citado anteriormente, pode-se dizer que a pandemia impactou drasticamente na economia mundial.

De acordo com Bowles (2020), um dos impactos mais marcantes da pandemia da COVID-19 na economia brasileira se dará na mudança de hábitos do consumidor brasileiro e, com ele, do perfil do varejo nacional.

Para Conti (2020), nesse contexto de alta incerteza, um risco econômico grave é o de destruição das cadeias produtivas, provocando o desabastecimento de produtos essenciais ainda durante a pandemia e possivelmente tornando mais lenta a recuperação econômica.

Diante deste cenário caótico advindo da crise econômica instalada na pandemia do novo COVID-19, os empresários passaram a adotar um método que já apresentava constante crescimento, desde seu surgimento, o chamado *e-commerce* ou comercio eletrônico.

Segundo site Isto é dinheiro (2020), as vendas online foram o único caminho encontrado pelas lojas para sobreviverem neste período de quarentena.

Segundo Bowles (2020), o e-commerce que já havia crescendo e conquistando espaço no gosto do consumidor, consolida-se e chega a um novo patamar.

Na opinião de Ivo (2020), o e-commerce brasileiro tem vivido o seu melhor momento e mês após mês registra números animadores. Em julho, o comercio eletrônico registrou o 3° melhor mês da história ficando atrás apenas de maio e novembro. Comparando o período de maio, junho e julho deste ano em relação ao tradicionalmente mais forte do e-commerce (novembro, dezembro e janeiro), houve um aumento de 259,3 milhões de acessos aos sites de e-commerce durante o período. Trata-se de uma média de 86,4 milhões de visitas incrementais as lojas virtuais todos os meses.

Para o site Isto é dinheiro (2020), o Brasil registrou um aumento médio de 400% no número de lojas que abriram o comercio eletrônico por mês durante o isolamento social.

Diante disso, percebe-se a importância do comercio eletrônico a partir da crise que se instalou no Brasil em 2020.

Para Bowles (2020), com a pandemia da COVID-19 e o forçoso isolamento social de boa parte da população, este crescimento ganhou um impulso. Com boa parte do comercio tradicional com as portas fechadas, muitos setores vivenciaram o crescimento de suas vendas online nos primeiros dois meses de pandemia no Brasil. E isso fica claro quando se percebe o aumento do tráfego nos principais sites nacionais de comercio eletrônico entre os meses de fevereiro e maio deste ano.

Conforme Ivo (2020), enquanto por volta de 17 de março, boa parte do país começava a entrar em isolamento social com expectativa de breve retorno para abril, foi em maio que começou a se consolidar um "novo normal". O mês é historicamente um período forte dos varejos físico e eletrônico por conta do dia das mães. Desta vez, entretanto, o brasileiro passava a celebrar pela primeira vez na história, uma data comemorativa a distância. Isso fez explodir os acessos as lojas virtuais, como nunca se tinha visto em um mês de maio. Segundo dados do relatório setores do e-commerce, que analisou as 200 maiores lojas virtuais e 15 setores da indústria, maio registrou um aumento de 32,7% nos acessos em relação ao início da pandemia.

Em função deste momento de pandemia, isolamento social e mudanças de hábitos da população em geral, pode-se perceber de acordo com o gráfico abaixo o considerável crescimento do comercio eletrônico.

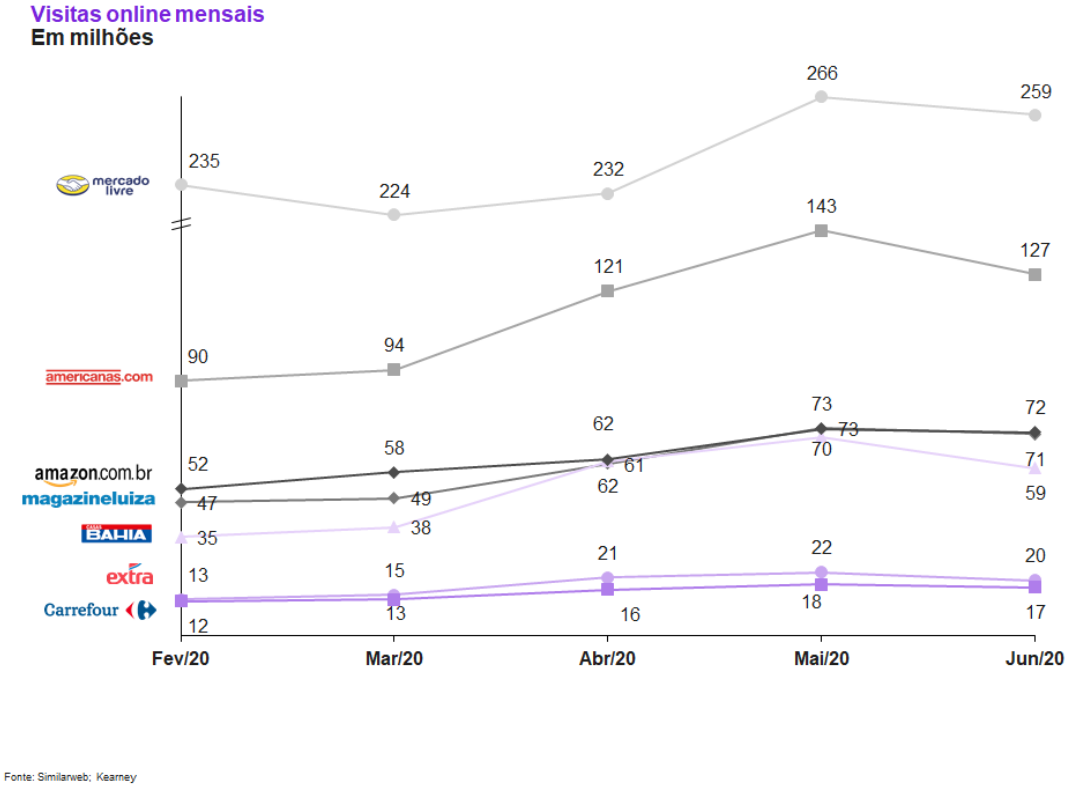


Figura 1: Visitas Online Mensais

Segundo Bowles (2020), ao observar o gráfico percebe-se que no período de pandemia, o volume de visualizações no site da Americanas.com saltou de 90 milhões de visitas por mês para 143 milhões. O mesmo ocorreu com a Amazon.com que teve um aumento de 52 milhões para 73 milhões; com as operações online do Magazine Luiza de 47 milhões para 73 milhões; e das Casas Bahia de 35 milhões a 70 milhões. Na prática, este aumento significa que durante o período mais crítico de isolamento social, 4 em 5 brasileiros realizaram alguma compra online. E aqui se percebe a mudança no comportamento do consumidor. Uma pesquisa do Instituto Ipsos aponta que o período fez com que os brasileiros passassem a se sentir mais confortáveis com a realização de compras online.

Conforme Bernardes (2017), o e-commerce tornou-se economicamente lucrativo, pois, além das vantagens que disponibiliza como comodidade, é um ramo que mesmo em tempo de crise vem

crescendo continuamente, tanto no número de vendas, quanto ao de consumidores.

De acordo com Silva e Oliveira (2019), o e-commerce desponta na atualidade como um sistema extremamente fortalecido e eficaz para a economia nacional, reunindo, um crescente e significativo número de adeptos com o passar dos anos, ao aperfeiçoar a arquitetura da informação deste modelo para ganhar um maior número de consumidores virtuais.

Para Bowles (2020), um recente estudo da consultoria de gestão estratégica Kearney analisou os impactos da COVID-19 no comportamento de consumo dos brasileiros. Ele indica que as compras online devem registrar R$111 bilhões em 2020, 49% a mais do que em 2019, quando o mercado faturou R$75 bilhões. Quando considerada a projeção para o período de 2020 a 2024, a análise aponta que o mercado deve crescer a uma taxa de 17,3% ao ano no período, chegando a aproximadamente R$211 bilhões em 2024, novamente considerando o cenário macroeconômico base.

Conforme o site Isto é Dinheiro (2020), ABComm defende que até o começo das ações para conter o Corona vírus no país, no início da segunda quinzena de março a média mensal de aberturas era de 10 mil, após o decreto de quarentena o número saltou para 50 mil no mês. O levantamento indicou que mais de 100 mil lojas aderiram o sistema de e-commerce e os setores que estão em alta são: moda, alimentos e serviços.

Ainda conforme o site Isto é Dinhero (2020), ABComm e Konduto apontam que foi registrado um aumento de 40% no numero de vendas online e os seis setores que obtiveram mais crescimento são de calçados (99,44%), Bebidas (78,90%), Eletrodomésticos (49,29%), Autopeças (44,64%), Supermercado (38,92%), Artigos Esportivos (25,75%), Moveis e Decoração (23,61%) e Moda (18,38%).

O comercio eletrônico teve grande evolução com o passar do tempo em razão do avanço da internet e mudança de hábitos das pessoas. Através do avanço tecnológico, modificações tornam-se necessárias e empresas precisam se moldar aos novos mecanismos disponíveis no mercado. Hoje em dia, as pessoas usam a internet como meio de busca, tanto para comprar algum produto, quanto para fazer pesquisas de preços em diversos fornecedores simultaneamente, características estas que são consideradas vantajosas dentro desta modalidade.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

De acordo com o proposto por Vergara (2000), tem-se que: Quanto aos fins, a pesquisa é explicativa, porque visa explicar como o e-commerce pode ser usado como estratégia de sobrevivência das empresas, em momentos de instabilidade econômica, em especial durante a crise econômica causada pela pandemia Covid 19. É descritiva porque visa expor o funcionamento dos *e-commerce's,* e é exploratória porque visa estudar uma realidade ainda não explorada. Quanto aos meios, a pesquisa tem caráter bibliográfico porque foram utilizados materiais científicos disponibilizados para o público em geral. O universo da pesquisa compreende algumas empresas de comercio eletrônico.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

De acordo com os resultados obtidos através da pesquisa, o principal foi o crescimento acentuado do comercio eletrônico durante o atual período da pandemia do COVID-19. Pode-se perceber que o crescimento ocorreu de modo completo em três vertentes. Ocorreu um aumento de empresas de comercio eletrônico que resolveram adotar este tipo de varejo para sobreviverem diante da crise econômica advinda do isolamento social. Consequentemente cresceu o número de vendas deste tipo de negócio. Além disso, nota-se um volume muito maior de clientes deste tipo comercio, inseridos no contexto do "novo normal", os consumidores passaram a adotar estes serviços para enfrentar o momento pelo qual o mundo enfrenta.

Bowles (2020), aponta que diante de dados a tendência deve se consolidar. Do total que utiliza estes aplicativos por causa da pandemia, 56% afirmam que devem continuar a usar os serviços com a mesma frequência. Outros 35% também continuarão, só que com menos frequência.

Por meio dos resultados obtidos em buscas associadas ao objetivo geral, e de acordo com informações expostas ao longo deste projeto, apresentadas por vários autores, pode-se observar o uso do e-commerce como estratégia de vendas, por meio do seu continuo crescimento, levando em conta as facilidades que este recurso oferece como comodidades, rapidez, flexibilidade nas compras, redução de custos e aumento de faturamento.

Respondendo a problemática deste trabalho, por meio das informações apresentadas, constata-se que o e-commerce não só pode, como está sendo muito utilizado como estratégia de sobrevivência das empresas não só no Brasil como no mundo, neste período de crise econômica causada pela pandemia do novo Corona Vírus. Com a adoção deste método, devido as vantagens apontadas no decorrer deste trabalho, a economia está girando, as empresas estão produzindo e faturando, mesmo diante de um período tão turbulento como este que se apresenta.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com a pesquisa realizada, pode-se perceber a existência de diversas variáveis que impulsionaram o comercio eletrônico dentro deste contexto global resultante do novo coronavírus.

Dentre essas variáveis que contribuíram com o crescimento do e-commerce, temos as vantagens que este tipo de varejo oferece tanto para os consumidores, quanto para os empresários do ramo.

Para os consumidores, podemos citar as principais que são: praticidade, chance de pesquisa pelo melhor preço, maior comodidade na compra do produto ou serviço, disponibilidade da loja aberta durante o dia todo, acesso instantâneo a todos os setores e produtos disponíveis para venda.

Com relação aos empresários, pode-se notar as seguintes vantagens oferecidas por este tipo de negócio: facilidade em transformar-se em referência por meio das divulgações instantâneas na internet aos consumidores conectados, o estoque funcional através da produção por demanda, a redução do custo operacional, e a chance do sistema da empresa interagir de forma única com cada cliente, resultando deste modo em um aumento das vendas e em uma maior fidelização dos clientes.

Através destas vantagens, com a inserção da pandemia do COVID-19, empreendedores do mundo todo passaram a apostar neste tipo de negócio. Durante este período, o e-commerce que já se encontrava em constante ascensão, passou a tomar outra proporção de crescimento. Os investidores passaram a enxergar neste tipo de comercio a chance de sobrevivência, e até mesmo de crescimento diante da crise econômica do novo coronavírus, instalada entre o fim de 2019 até a atualidade.

O objetivo geral e os específicos foram alcançados, visto que foi possível comprovar por meio das informações apontadas durante o estudo, que o comercio eletrônico pode ser considerado uma estratégia das empresas não só no Brasil, mas em nível mundial, neste período de crise econômica impactada pela pandemia COVID-19. Por meio da utilização do e-commerce, devido as vantagens apontadas durante esta pesquisa, as empresas voltaram a produzir e faturar, e a economia está girando, mesmo diante de um período tão caótico e desiquilibrado como o que se apresenta.

REFERÊNCIAS

ALBERTIN, A. L. **Comercio Eletrônico: Modelo, aspectos e Contribuições de sua aplicação**. 6. Ed. São Paulo: Atlas S. A, 2010.

AMOR, D. A (R) **Evolução dos E-business: Vivendo e Trabalhando em um Mundo Interconectado**. 1 Ed. São Paulo: MAKRON Books, 2000. 606p.

BERNARDES, Rafaela. **E-Commerce Negócio Rentável mesmo em Tempos de Crise Financeira**. 2017. Disponível em: <https://www.aredacao.com.br/noticias/93448/e-commerce-negocio-rentavel-mesmo-em-tempos-de-crise-financeira>. Acesso em: 10 jul. 2020.

BOWLES, Esteban. **A Covid-19 e a transformação do comercio eletrônico no Brasil**. 2020. Disponível em: https://www.ecommercebrasil.com.br/artigos/a-covid-19-e-a-transformacao-do-comercio-eletronico-no-brasil/. Acesso em 10 de out. 2020.

CARDOSO, M. S. FILHO, C.G. **CRM em ambiente e-business: Como se relacionar com clientes, aplicando novos recursos da Web.** 1 Ed. São Paulo: Editora Atlas, 2001. 155p.

CASTRO, Wellington César. **E-Commerce – Vantagens para consumidores e empresas**. 2011. Disponível em: https://www.oficinadanet.com.br/artigo/e-commerce/e-commerce--vantagens-para-consumidores-e-para-as-empresas. Acesso em: 20 set. 2020.

CONTI, Thomas Victor. **Crise Tripla do Covid-19: um olhar econômico sobre políticas públicas de combate a pandemia**. 2020. Disponível em: http://thomasvconti.com.br/pubs/coronavirus/. Acesso em 10 jul. 2020.

COSTA, F. L. **Comercio Eletrônico: Hábitos do Consumidor na Internet. 2009**. Disponível em: http://www.fpl.edu.br/2013/media/pdfs/mestrado/dissertaçoes_2009/dissertaçao_fabiano_leite_costa_2009.pdf. Acesso em: 07 jul. 2020.

CRODA, Júlio Henrique Rosa; GARCIA, Leila Posenato. **Resposta Imediata da Vigilância em Saúde a epidemia da COVID-19**. 2020. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2237-96222020000100100. Acesso em: 10 set.2020.

DICIONARIO do Aurélio. 2016. Disponível em: https://dicionariodoaurelio.com/. Acesso em: 07 jul. 2020.

DINIZ, L. L et al. **O Comercio Eletrônico como Ferramenta Estratégica de Vendas para Empresas**. III Encontro Cientifico e Simpósio de Educação Unisalesiano, Lins,p. 1-13, out.2011. Disponível em: http://www.inisalesiano.edu.br/simposio2011/publica/artigo0093.pdf Acesso em 08 jul.2020.

DRIGGIN E, MADHAVAN MV, BIKDELI B, CHUICH T, LARACY J, BONDI-ZOCCAI G, et al. **Cardiovascular Considerations for Patients, Health Care Workers, and Health Systems During the Coronavírus Disease 2019 (COVID 19) Pandemic. 2020. Journal of the American College of Cardiology**. 2020. Disponível em: http://sobedrj.com.br/novo/2020/04/artigo-cardiovascular-considerations-for-patients-health-care-workers-and-health-systems-during-the-coronavirus-disease-2019-covid-19-pandemic/. Acesso em: 20 jul.2020.

E-BIT REVISTA ELETRONICA WEBSHOPPERS. 2018. Disponível em: <https://www.ebit.com.br/webshoppers>. Acesso em: 12 jul. 2020.

GOBERTO, M. **As Grandes Vantagens de um Comercio Eletrônico**. 2011. Disponível em: https://ecommercenews.com.br/artigos/cases/as-grandes-vantagens-de-um-comercio-eletronico/. Acesso em 8 de julho de 2020.

INTERNET NO BRASIL. Disponível em: https://brasileescola.uol.com.br/informatica/internet-no-brasil.htm. Acessado em: 11 jul. 2020.

ISTO É DINHEIRO -**Pandemia do Corona vírus faz e-commerce explodir no Brasil**. 2020. Disponível em: https://www.istoedinheiro.com.br/pandemia-do-coronavirus-faz-e-commerce-explodir-no-brasil/
Acesso em: 16 jul. 2020.

IVO, Diego. **Como a pandemia está mudando as estratégias de marketing no e-commerce**. 2020. Disponível em: https://www.ecommercebrasil.com.br/artigos/como-a-pandemia-esta-mudando-as-estrategias-de-marketing-no-e-commerce/. Acesso em: 15 set.2020.

LEITE, Iuri da Costa et al. **O papel da atenção primária na rede de atenção a saúde no Brasil: limites e possibilidades no enfrentamento da COVID-19. 2020. Cadernos de Saúde Pública**. Disponível em: http://cadernos.ensp.fiocruz.br/csp/artigo/1093/o-papel-da-atencao-primaria-na-rede-de-atencao-a-saude-no-brasil-limites-e-possibilidades-no-enfrentamento-da-covid-19. Acesso em: 01 out. 2020.

MENDONÇA, Herbert Garcia. **E-Commerce**. 2016. Revista Inovação, Projetos e Tecnologias – IPTEC. Vol. 4, N.2. Disponível em: https://periodicos.uninove.br/iptec/article/view/9361. Acesso em: 20 set. 2020.

MONTEIRO, Keine. **WEBSHOPPERS**. 2017. Disponível em: https://www.ebit.com.br/webshoppers. Acesso em: 9 jul. 2020.

NANNETTI, Marcos. **O lado bom da crise da Covid-19 para o setor de e-commerce**. 2020. Disponível em: https://www.ecommercebrasil.com.br/artigos/o-lado-bom-da-crise-da-covid-19-para-o-setor-de-e-commerce/. Acesso em: 07 out. 2020.

NORONHA, Kenya Valeria Micaela de Souza et al. **Pandemia por COVID 19 no Brasil: análise da demanda e da oferta de leitos hospitalares e equipamentos de ventilação assistida segundo diferentes cenários**. 2020. Cadernos de Saúde Pública (CSP). Disponível em: https://www.scielosp.org/article/csp/2020.v36n6/e00115320/pt/. Acesso em: 13 out. 2020.

SEBRAE. **Vantagens e Desvantagens do Comercio Eletrônico**. 2017. Disponível em: http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/vantagens-e-desvantagens-do-comercio-eletronico,3e8a438af1c92410VgnVCM100000b272010aRCRD. Acesso em:28 set. 2020.

SCHIFFMANN, Avi. **Estatísticas Mundiais do Covid-19**. Disponível em: https://ncov2019.live/. Acesso em: 13 out.2020.

SILVA, Caroline Ribeiro; MARQUES, Emerson. **Evolução do Comercio Eletrônico**. 2016. 73 p. Monografia (Administração)- Fundação Universitária Vida Crista, São Paulo, 2016.

SILVA, Leonardo Werner. **Internet foi criada em 1969 com o nome de "Arpanet" nos EUA**. Folha de São Paulo, São Paulo, 12 ago. 2001. Cotidiano, p. 1.

SILVA, Marta Helena Figueiredo; OLIVEIRA, Fabio Machado. **O Comercio Eletrônico como Ferramenta de Vendas no Mercado**. *Interdisciplinary Scientific Journal*. 2019. Disponivel em: http://revista.srvroot.com/linkscienceplace/index.php/linkscienceplace/article/view/714. Acesso em: 01 out. 2020.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração**. 3. Ed. São Paulo: Atlas, 2000.

ZHANG H, PENNINGER JM, LI Y, ZHONG N, SLUTSKY AS. **Angiotensin-converting enzyme 2 (ACE2) as a SARS-CoV-2 receptor: molecular mechanisms and potential therapeutic target**. Intensiv Care Med. 2020: 46:586-590 doi: 10.1007/s00134-020-05985-9.

ASPECTOS RELEVANTES DO MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL – MEI

Leila Beatriz Costa Reis
Pós-graduanda no Programa de Desenvolvimento Empresarial – Escola Prática de Negócios Uni-FACEF/ACIF
leila@metodocontabil.com.br

Resumo: Com a edição das Leis Complementares 123/2006 e 128/2008, que instituíram o Micro Empreendedor Individual (MEI), as pessoas que trabalhavam informalmente tiveram a oportunidade de se regularizarem e contribuírem de forma diferenciada e única à União, Estados e Municípios, conforme a atividade. Essa modalidade de empresa é voltada para a pessoa que trabalha informalmente e que ao se formalizar se torna pequeno empresário. Nesse sentido, o MEI dispõe de mecanismos facilitadores para alavancar os negócios e conduzi-los de forma a torná-los produtivos, para tanto é necessário se informar sobre a viabilidade dessa formalização. Desta maneira, o objetivo deste trabalho é mostrar os direitos e deveres pertinentes ao MEI, tecer algumas considerações sobre os aspectos abordados, demonstrando que uma maior disseminação das características dos MEIs implicará em melhor planejamento frente às inúmeras questões que permeiam a atividade empresarial. A metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica com abordagem qualitativa, na forma de coleta de informações a respeito do cenário do microempreendedorismo, através de dados disponibilizados pela Associação do Comércio e Indústria de Franca (ACIF).

Palavras-chave: Microempreendedor individual, informalidade, legislação trabalhista, legislação previdenciária.

1. Introdução

A economia informal tem como acepção o autoemprego e outras formas de sobrevivência adotada por trabalhadores que apresentam dificuldades em ingressar (ou retornar) ao mercado de trabalho, ou até mesmo por opção, aufere renda por meio de formas de trabalho por conta própria. São diversos os fatores que levam a informalidade, assim como, o desemprego.

Por outro lado, o trabalho informal é marcado pela violação de direitos, falta de proteção social e previdência social como seguro-desemprego, auxílio-acidente e outros benefícios previdenciários. Ao adoecer, esses trabalhadores não tem direito a nenhuma licença para tratar da saúde, também quando envelhecem não há possibilidade de aposentar anteriormente a idade estipulada pelo governo, e após a morte não há nenhum amparo aos seus dependentes. Essa ausência de benefícios e garantias também afeta a falta de medidas para proteção e saúde ocupacional, pois a ausência de vínculo empregatício tira o direito também de auxílios e assistências em casos de doenças e acidentes.

Para essa situação ter oportunidade de ser diferente, destaca-se

atualmente o programa Microempreendedor Individual (MEI), que tem como finalidade auxiliar os microempreendedores a formalizarem suas atividades. Instituído pela Lei Complementar n. 128, de 19 de dezembro de 2008, visa contribuir para a legalização dos negócios informais, como vendedores, doceiros, manicures, cabeleireiros e eletricistas, entre outros.

O microempreendedor individual surgiu a partir da criação da Lei da Micro e Pequena Empresa, sancionada em 2006. Em 2009, um capítulo da Lei foi regulamentado pelo Congresso Nacional e instituiu a figura jurídica do MEI, criado com o objetivo de formalizar os trabalhadores que atuam por conta própria. A criação do MEI é uma das principais políticas da lei, da qual também fazem parte desburocratização, desoneração tributária, acesso a mercados, crédito, inovação e tecnologia, acesso à justiça, entre outras. (SEBRAE, 2012).

Assim, frente a tantos benefícios e estimulados pela facilidade na constituição, muitos trabalhadores informais optaram por se formalizar através do MEI. Segundo dados do Sebrae, desde a implantação em 2009, o MEI contabilizava 7 milhões de pessoas em 2017. Atualmente, o Brasil ultrapassou a marca de 10 milhões de microempreendedores individuais, a modalidade registrou 586 mil novas adesões nos 4 primeiros meses de 2020 (DINIZ, 2020).

Apesar disso, o MEI oferece uma série de vantagens e deveres a cumprir, entretanto, não está isento de algumas burocracias fiscais e o empreendedor corre o risco de perder os benefícios se as obrigações do MEI não forem realizadas de forma adequada, e o profissional poderá sofrer prejuízos.

O presente estudo se justifica pela evidente utilização do sistema MEI por parte dos indivíduos que a ele aderem, em sua grande maioria, como meio para economia de impostos e facilidade de abertura de empresa, sem que sejam analisadas as minúcias deste tipo empresarial e suas respectivas consequências.

Com uma demanda crescente, resta saber se esses microempreendedores antes de se formalizarem buscam orientações junto aos profissionais da contabilidade acerca da sua viabilidade, das vantagens e desvantagens, quando da sua formalização. Para tanto, o objetivo deste trabalho é mostrar os direitos e deveres pertinentes ao MEI, tecer algumas considerações sobre os aspectos abordados, demonstrando que uma maior disseminação das características dos MEIs implicará em melhor planejamento frente às inúmeras questões que permeiam a atividade empresarial.

Para atender aos objetivos propostos será realizada uma revisão da bibliografia, com pesquisas em livros, periódicos e sites que abordam o tema. A metodologia empregada será a abordagem qualitativa, que procura qualificar opiniões, dados, nas formas de coleta de informações a respeito do cenário do microempreendedorismo. Para tanto, por meio de levantamento de dados disponibilizados pela Associação do Comércio e Indústria de Franca (ACIF), será mostrado o cenário da formalização do MEI na cidade de Franca-SP, no período de janeiro de 2019 a janeiro de 2020. Sob a ótica da legislação trabalhista, serão analisados os aspectos legais de contratações, direitos, garantias e deveres dos trabalhadores.

2. Da informalidade ao microempreendedor individual

O conhecimento sobre o termo de trabalho formal ou informal surgiu no início do século XX, na era Vargas com a implantação do termo de corporativismo, mas entre 1930 e 1940 a ideia de formalidade e informalidade foi construída aos poucos. Nessa época, o trabalho informal era visto como uma saída para o indivíduo mal sucedido na área formal, sendo assim o desemprego era considerado o maior motivo para aumento e surgimento do trabalho informal (SOUZA FILHO, 2007).

A origem do termo “setor informal" segundos os autores Mendes e Campo (2004), Souza Filho (2007) e Alves (2001), surgiu a partir de estudos feitos pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) em 1972, sobre relatórios de situações que estavam ocorrendo em Gana e no Quênia (África), pois nesses países encontrou-se grande problema de desemprego e trabalhadores em situações desprovidas de qualquer forma de proteção e regularidade em relação às leis. Nesses estudos foi possível perceber a concepção de dois setores sobre a organização do trabalho.

O trabalho informal pode tanto indicar uma estratégia de sobrevivência face à perda de uma ocupação formal, como uma opção de vida de alguns segmentos de trabalhadores que preferem desenvolver o seu próprio negócio. (FERNANDES, 1998).

Segundo Pereira (2012), um grande motivo para o surgimento do setor informal foi a grande implementação de equipamentos com novas técnicas e novas organizações do mundo do trabalho, assim desencadeando um processo de mudanças na vida do trabalhador formal. E essas mudanças causaram consequências para os trabalhadores, ocorrendo diminuição de vagas e exigência de certos conhecimentos e práticas que muitos tiveram dificuldades para se adaptar, assim, buscando alguma forma de obter dinheiro, ponto importante que se deu início aos termos formal e informal.

De acordo com Neves (2013), o termo de trabalho informal surgiu com mudanças no mercado de trabalho, que a partir de uma crise industrial e o aumento de desemprego e condições precárias, o trabalho informal era visto como algo momentâneo pelos estudiosos, porém com passar do tempo, o trabalho sem vínculo empregatício teve crescimento e fixação, visto como uma forma de obter alguma renda econômica. Ainda de acordo com o mesmo autor, a grande dificuldade de encontrar emprego está levando várias pessoas em busca do trabalho informal, como por exemplo, feirantes, pipoqueiros, sapateiros, eletricistas, vendedores, técnicos de serviços gerais, manicures, pintores, diaristas, cuidadoras, entre outros. Tornando-se uma alternativa, com a necessidade de se inserir ao mercado de trabalho, sendo um modo de sobrevivência em questão da geração de renda.

Para exemplificar os níveis de desemprego, a Organização Internacional do trabalho (OIT), informa que a taxa de desemprego chegou a 5,6 % em 2017, representando média de 192 milhões de pessoas desempregadas. Assim, conforme os relatórios da OIT, as formas de trabalho como trabalhadores familiares não remunerados e trabalhadores por conta própria, formam mais de 42% da ocupação geral, havendo então crescimento desse campo de trabalho.

No Brasil, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) informou que até agosto de 2019, a informalidade no mercado de trabalho bateu o

recorde, eram ao todo 38,8 milhões de pessoas nessas condições. Esses dados são de pessoas do setor privado e trabalhadores domésticos sem carteira assinada, trabalhadores por conta própria e empregadores sem CNPJ e trabalhadores familiares auxiliares. (PAMPLONA, 2019).

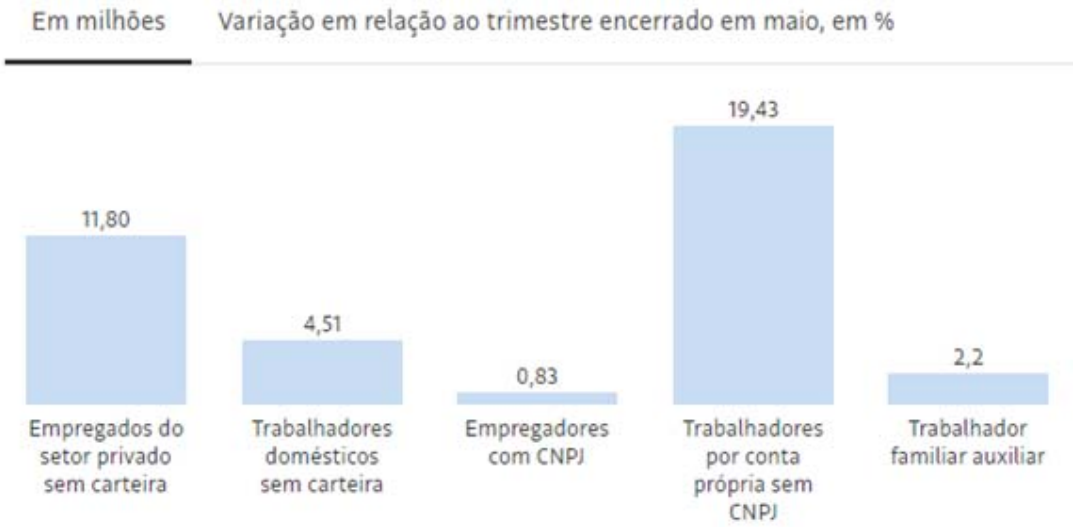


Figura 1 – Números dos informais em 2019.
Fonte: PAMPLONA, 2019.

O trabalho informal é caracterizado pela ausência de formalidades, de acordo com Vasconcellos (1994), muitas vezes o trabalhador informal se encontra com sentimento de independência pessoal, própria responsabilidade pessoal, pois sua característica é a ausência da figura de um patrão, horários flexíveis diariamente e ausência de dias de trabalhos fixos, pode sair e fazer algo que precisa no horário que for necessário, com essa flexibilidade do trabalho informal é possível dividir os dias entre o trabalho, afazeres pessoais, lazer e sua família. Por outro lado, o trabalho informal, segundo Pastore (2006 apud SASAKI, VASQUES-MENEZES, 2012), é um setor desprotegido, excluído de benefícios da legislação trabalhista se diferenciando do campo formal, que por sua vez é protegido pela lei e decorre de benefícios através da contribuição da previdência social.

O trabalho informal sem nenhum vínculo empregatício é composto por ausência de direitos e benefícios ditos pela legislação trabalhista. Conforme aborda Medeiros e Macêdo (2006), o trabalhador pode ser colocado em riscos com sua saúde sem nenhum apoio, preconceitos e principalmente a desregulamentação dos direitos trabalhistas. Essa situação pode gerar sofrimento e preocupação no presente em questões de saúde e sobre o futuro em questão de benefício da aposentadoria.

Para Pamplona (2013), o trabalhador informal é aquele que se encontra com trabalho em desacordo com a legislação trabalhista, tributária e previdenciária, é visto como área independente, caracterizado pela ausência de auxílios, aposentadoria, sem benefícios contratados através da carteira de trabalho como férias, décimo terceiro, descanso remunerado, pagamento de horas extras, permissão para saque do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), seguro

desemprego e etc.

Neves (2013) mostra que no período de 1992 a 2002 houve o aumento de 87% de trabalhadores sem vínculo empregatício que são os trabalhadores informais, como também aumento de trabalho por conta própria, sendo aqueles donos de seu próprio negócio ditos como autônomos. O autor entende que, nesse mercado de trabalho informal, é possível considerar as intensas cargas tais como a presença de precarizações em relação às condições estruturais, ausência de benefícios e garantias trabalhistas. Em questão da ausência de benefícios, na legislação trabalhista se encontra uma crítica sobre sua rigidez das leis, pois tem-se leis rígidas e mercado flexível, com isso as leis de proteção amparam aquele que está enquadrado em relações de subordinação (empregado-empregador) com o registro de carteira, sendo um alto custo de uma contratação legal, gerando altas despesas ao trabalhador que optar por fazer parte desses modelos de garantias e proteção ao trabalho (PASTORE, 2004).

Combater a informalidade, portanto, significa enfrentar uma questão que afeta a produtividade da economia, a arrecadação do governo e o bem-estar dos indivíduos. Logo, melhorar as vertentes de capital humano, financeiro e social apresenta-se como um dos caminhos adequados para tanto. Daí porque se defende a formalização como espaço destinado a alterar essa realidade, permitindo o aperfeiçoamento do ambiente empreendedor.

3. MEI: A política pública do empreendedorismo

Visando o desenvolvimento da justiça social e da valorização do trabalho humano, a Constituição Federal do Brasil estipula tratamento jurídico diferenciado às microempresas e as empresas de pequeno porte, de modo a facilitar as suas obrigações administrativas, tributárias, creditícias e previdenciárias.

Essa situação descrita pela Constituição passou a existir de fato com a criação da Lei Complementar n. 123/2006, que instituiu o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, dentre outros dispositivos e também a criação do Simples Nacional, um regime diferenciado aplicável à estas empresas.

Esse regime consiste em apuração diferenciada de impostos, diminuição de cumprimento de obrigações trabalhistas e previdenciárias e obrigações acessórias e facilidade ao acesso a créditos. É considerada microempresa, desde que não se enquadre nas hipóteses de vedação, a empresa que apresentar faturamento anual até R$360.000,00 e empresa de pequeno porte, que igualmente não se enquadre nas hipóteses de vedação, e que apresentar faturamento até R$4.800.000,00, estabelecido pela Lei Complementar n. 155/2016, que alterou o §3º da lei Complementar n. 123/2006 (BRASIL, 2016).

Em razão da importância do empreendedorismo para o desenvolvimento econômico, políticas públicas foram criadas para auxiliar a promoção das atividades empreendedoras. Um exemplo deste tipo de política é a Lei Complementar n. 128/2008, que criou o Microempreendedor Individual (MEI), dando oportunidades de legalização ao trabalhador informal.

Ao MEI é permitido a contratação de apenas um funcionário e um faturamento anual de até R$81.000,00 ou proporcional, conforme o início de

atividade. A lei permite ao empreendedor o cadastro no CNPJ, e com isso contar com as vantagens oferecidas à uma pessoa jurídica, como emissão de nota fiscal, abertura de conta em bancos, contratação de um funcionário, acesso a créditos.

O objetivo da formalização do MEI não possui caráter exclusivamente econômico ou fiscal (BRASIL, 2008), ou seja, o de favorecer apenas a arrecadação dos cofres públicos. A política visa, também, promover a inclusão de pessoas no sistema previdenciário. Tal característica pode ser exemplificada pela contribuição previdenciária do MEI (5% sobre o salário mínimo), taxa que está entre as menores praticadas no sistema previdenciário tradicional e que confere ao empreendedor o direito de cobertura previdenciária (HAMMES, 2015). De acordo com Moreira (2013) a lei busca resgatar a cidadania do empreendedor por meio da criação de oportunidades de inclusão social e jurídica, criando possibilidades para aumentar a renda e gerar segurança para os empreendedores.

Os MEI são isentos de alguns impostos, a saber: Imposto de renda de pessoas jurídicas (IRPJ), Contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL), Programa de integração social (PIS), Contribuição para o financiamento da seguridade social (COFINS) e o Imposto sobre produtos industrializados (IPI), Contribuições para entidades privadas de serviço social e de formação profissional vinculado ao sistema sindical e demais entidades de serviço social autônomo e demais contribuições instituídas pela União. As políticas públicas de fomento ao empreendedorismo geram impactos na economia como geração de renda e criação de postos de trabalho e promovem e apoiam a criação de novos negócios (CRECENTE; GIMÉNE; RIVERA, 2016).

Figura 2 – Números dos MEIs no Brasil.
Fonte: DINIZ, 2020.

Dessa forma, pode ser observado na figura 2, a evolução na quantidade de empreendedores individuais desde seu início em 2009 até 2020, de apenas 44 mil formalizações para 10 milhões. O número de MEIs teve alta de 10,6% em comparação ao final de 2019, quando fechou em 9,43 milhões. Somente nos primeiros quatro meses de 2020, a modalidade registrou 586 mil novas adesões,

sendo que em abril, foram 98.000 novos registros. (DINIZ, 2020).

É importante que se crie ambientes favoráveis para auxiliar os empreendedores a alcançarem suas metas e consequentemente a continuidade de suas atividades, por meio de condições que facilitem sua permanência no cenário econômico como viabilização de microcrédito, legislação, assim como outras políticas públicas voltadas para o empreendedorismo qualificação profissional (NATIVIDADE, 2009).

Para ser registrado como MEI, a área de atuação do profissional precisa estar na lista oficial da categoria, já que o MEI foi criado com o objetivo de regularizar a situação de profissionais informais. Para ser MEI, é necessário:

Figura 3 – Condições para formalizar-se no MEI
Fonte: Sebrae, 2020.

O microempreendedor individual terá como despesas apenas o pagamento mensal do Simples Nacional. O cálculo corresponde a 5% do limite mensal do salário mínimo e mais R$ 1,00 (um real), a título de ICMS, caso seja contribuinte desse imposto e/ou R$5,00 (cinco reais), a título de ISS, caso seja contribuinte desse imposto.

Figura 4 – Despesas com a formalização no MEI
Fonte: Sebrae, 2020.

A importância do MEI para os microempreendedores dos ramos de pequenos negócios se refere à condição de informalidade existente neste campo dentro do contexto econômico atual. A regulamentação do MEI tem como objetivo trazer benefícios sociais aqueles que se encontram nesta situação. Diante da burocracia enfrentada na formalização do empreendimento, faz-se necessário a conscientização dos trabalhadores quanto à importância para o desenvolvimento econômico e social.

4 As vantagens e desvantagens da formalização do MEI

Ao formalizar o MEI, o trabalhador informal passa a obter benefícios dos quais os mesmos não tinham acesso antes da formalização. O programa oferece diversas vantagens, com intuito de transformá-los em microempreendedores individuais. Entretanto, há diversos pontos que devem ser observados antes da formalização. Abaixo, o quadro 1 ilustra os aspectos positivos e os aspectos a serem observados antes de formalizar-se pelo MEI.

ASPECTOS POSITIVOS DO MEI	ASPECTOS A SEREM OBSERVADOS ANTES DA FORMALIZAÇÃO DO MEI
- Abertura da CNPJ e concessão de alvarás no momento da abertura – Sair da informalidade	- Limite de faturamento de R$81.000,00 ou R$6.750,00, proporcional aos meses de abertura da empresa.
- Sem custo de constituição	- Contratação de somente 1 funcionário
- Não precisa de Contabilidade	- Nome Empresarial – Razão Social (nome da pessoa acompanhado do CPF).
- Se ultrapassar o valor ou quiser mudar para Microempresa, segue no CNPJ, a data da abertura da MEI.	- Aposentadoria – 1 salário mínimo e somente por idade (Há a opção de pagar uma guia complementar no percentual de 15% para ter direito a aposentadoria por tempo de contribuição).
- Menor burocracia	- Se tiver outro vínculo empregatício, não recebe seguro desemprego.
- Dispensa da emissão de nota fiscal para consumidor	- Restrição de atividades.
- DAS – Guia Única de Arrecadação. Valor fixo no ano, independentemente do valor do faturamento.	- Se vender com cartão de crédito no valor acima de R$60.000,00, fica obrigado a entregar a DIRF (Declaração de Imposto de Renda na Fonte)
- Conta corrente de pessoa jurídica	- Diferencial de alíquotas – sobre qualquer compra de outro Estado, fica obrigado ao recolhimento.
- Acesso à linha de crédito para pessoa jurídica	- Se a receita ultrapassar mais de 20% do limite do MEI, desenquadra retroativo e é obrigado a recolher as diferenças desde do início do período.

- Direito ao auxílio maternidade, auxílio reclusão, auxílio doença, pensão por morte e aposentadoria por idade.	- Atividades de serviços hidráulicos, eletricidade, pintura, alvenaria, carpintaria ou de manutenção ou reparo de veículos, a empresa contratante estará sujeita ao recolhimento de 20% sobre os serviços prestados, inclusive prestação de serviços para CEI – cadastro específico do INSS, é utilizado por pessoas físicas equiparadas por lei à empresas, também estará obrigada. Uma pessoa física, ao contratar um MEI para prestar um dos serviços acima descritos fica também obrigada ao recolhimento de 20% sobre o valor faturado pelo MEI. Prática comum na construção civil.
- Se ultrapassar o limite do faturamento em até 20%, continua como MEI e se desenquadra no ano seguinte.	- Patrimônio pessoal em risco. Muitos empreendedores enfrentam a falta de conhecimento de como administrar financeiramente os negócios e não separam as contas da empresa com as pessoais, o que pode colocar em risco o patrimônio pessoal do sócio– poderá ser utilizado para eventuais pagamentos de dívidas da pessoa jurídica.
- Contratação de 1 funcionário com custo de 3% da Previdência Social e 8% do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).	- Mesmo sem movimento, fica obrigada a pagar as guias mensalmente.
- Apoio do Sebrae	- Perda de direitos previdenciários e trabalhistas quando se utilizam de CNPJ para contratar empregados.

Quadro 1 – Aspectos positivos do MEI e Aspectos a serem observados antes da formalização do MEI.
Fonte: Elaborado pela autora, adaptado de Sebrae, 2020.

A formalização do MEI implica na melhoria de desempenho dos empreendimentos, aumento da renda do trabalhador, além da promoção do desenvolvimento local.

O faturamento máximo permitido é de R$81 mil e existe uma tolerância de 20% para o faturamento do microempreendedor individual. Ou seja, caso o faturamento chegar a R$97,2 mil será considerado nesta categoria, no período em curso, se desenquadrando no próximo ano. Entretanto, se esse faturamento de fato ultrapassar os 20% dos R$81 mil estabelecidos por lei, o MEI deverá se enquadrar em outro tipo de regime tributário e categorização no mesmo ano, realizando o pagamento dos impostos sobre o valor retroativamente.

O CNPJ que lhe dá o status de pessoa jurídica que, entre outras coisas, possibilita, por exemplo, a abertura de uma conta jurídica junto a um banco e o acesso a linhas de crédito específicos para a categoria empresarial. A realização desse cadastro permite que o MEI se torne formalmente uma pessoa jurídica (SILVA

et al., 2014). Mas, se resolver fechar a empresa haverá de arcar com as custas normais, como qualquer outro CNPJ, para o fechamento, ao fazer a baixa do MEI.

A opção pelo regime possibilita a emissão de Nota Fiscal no modelo eletrônico, podendo ser a Nota Fiscal de Produto e/ou Nota Fiscal de Serviço.

Contratação de até 1 empregado, com baixo custo – 3% Previdência e 8% FGTS do salário mínimo ou salário da categoria por mês. O empregado contribui com 7,5 a 14% (conforme a faixa salarial) para a Previdência. Esse benefício permite ao empreendedor admitir até um empregado a baixo custo, possibilitando desenvolver melhor o seu negócio e crescer.

A limitação de funcionários pode também ser uma desvantagem caso necessite expandir suas atividades e contratar mais um funcionário. Desta forma, sua mão-de-obra e capacidade produtiva devem ser mais limitadas, impedindo um pouco a expansão do negócio.

Além do custo reduzido, a formalização é rápida e simples, sem burocracia. Após a formalização o empreendedor terá de fazer, anualmente, uma única Declaração de faturamento, também de forma fácil e simples através da Internet

O fato de haver impostos fixos é uma vantagem quando há receita do empreendimento, torna-se uma desvantagem caso ele não tenha nenhuma receita em algum período, pois o imposto deverá ser pago mesmo assim, ao contrário de outros regimes de tributação que você só paga mediante o faturamento.

A formalização do MEI também permite a união para compras em conjunto através da formação de consórcio de fins específicos. A Lei faculta a união de microempreendedores individuais com vistas à formação de consórcios com o fim específico de realizar compras. Essa medida permitirá aos empreendedores condições mais vantajosas em preços e condições de pagamento das mercadorias compradas uma vez que o volume comprado será maior. Apesar de ser um benefício contemplado pela Lei Complementar 123/2006, não há relatos de constituição de Consórcios por parte dos MEIs.

Dentre outros já citados, há os benefícios para os próprios usuários, como cobertura do plano de previdência social (aposentadoria por idade, aposentadoria por invalidez, auxílio-doença, salário maternidade, auxílio-acidente, pensão por morte e auxílio-reclusão) (HAMMES, 2015).

Contudo, é importante se informar com maiores detalhes com um contador a respeito da previdência social. Os empreendedores que quiserem se formalizar através do MEI, perdem o benefício da aposentadoria por tempo de contribuição. Direito mantido caso o contribuinte opte por recolher uma complementação no percentual de 15%. A lei previdenciária não permite que a pessoa aposentada por invalidez tenha empresa em seu nome.

Além disso, o valor da aposentadoria é de apenas um salário mínimo. Mais um motivo para que meios alternativos de aposentadorias à previdência social sejam buscados. Independente de qual seja a modalidade de aposentadoria. Ter registro de MEI pode excluir a família do programa Bolsa Família, mas isso depende dos requisitos do benefício, dentre os quais o principal é a renda familiar.

Para quem tem carteira assinada, conforme as regras da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), e empreenda por meio da formalização do MEI, é possível ter registro como pessoa jurídica. Todo trabalhador celetista pode ter um

registro como pessoa jurídica e prestar serviços de forma autônoma.

A formalização com a política do MEI, é capaz de reduzir a burocracia, diminuir a carga tributária, ampliar acesso a mercados não acessíveis no trabalho informal, o que pode contribuir para o fortalecimento dos pequenos empreendimentos (SOUZA et al., 2012). Por outro lado, o empreendedor individual não poderá ter nenhum sócio e nem abrir dois estabelecimentos. Isso limita a capacidade de expansão do negócio.

Entre os benefícios menos reconhecidos pelos empreendedores nos estudos de Julião, Leone e Neto (2014) e Souza et al. (2012) destacaram-se: possibilidade de vender para o governo e contratação de funcionário, redução das despesas fixas e o preço repassado ao cliente.

Toda atividade comercial, industrial ou de serviço precisa de autorização da Prefeitura para ser exercida. Para o Microempreendedor Individual essa autorização (licença ou alvará) será concedida de graça, sem o pagamento de qualquer taxa, o mesmo acontecendo para o registro na Junta Comercial.

O Microempreendedor Individual – MEI tem acesso a assessoria contábil gratuita para a realização da inscrição e da opção ao SIMEI e à primeira declaração anual simplificada da microempresa individual (DASN – SIMEI), por meio de uma rede de empresas contábeis optantes pelo Simples Nacional". Para identificar a rede Escritórios de Contabilidade do seu município, deve-se acessar o site da FENACON.

O principal agente que confere apoio ao desenvolvimento dos empreendedores é o Sebrae, gerando conhecimento através de capacitações com cursos, assessoria, consultoria e orientações. No geral, os empreendedores contam com a ajuda do Sebrae e as Prefeituras Municipais para formalizarem o negócio.

Apoio ofertado pelo Sebrae pode gerar impactos em relação ao conhecimento, que é a base para o sucesso do empreendimento, com incentivos de educação, com apoio no processo de planejamento e controle dos empreendimentos, que proporcionará um desempenho eficiente para que os novos empreendimentos se solidifiquem no mercado (HAMMES, 2015; JULIÃO; LEONE; NETO,2014).

Algumas atividades MEI podem encontrar dificuldades na hora de legalizar. Isso porque existem prefeituras que não permitem a atuação de ambulantes dentro de seus municípios. Portanto, é importante que o empreendedor busque as informações necessárias antes de começar o processo de registro, para que não seja necessário desfazer algo que nem iniciou.

Os microempreendedores individuais fazem parte do grupo beneficiado pelo Auxílio Emergencial de R$600 anunciado pelo governo para mitigar o impacto econômico da pandemia da Covid-19. Segundo o Sebrae, 3,6 milhões de MEIs vão ser beneficiados, o que representa 36% da categoria. Terão direito ao benefício pessoas com renda familiar de até R$ 3.135 ou R$ 522,50 por pessoa. (DINIZ, 2020). Portanto, cabe aos contabilistas a importante missão de esclarecer sobre o funcionamento e a divulgação dos benefícios e das barreiras da formalização do MEI perante o seu público alvo.

5. Os números do empreendedorismo na cidade de Franca

De acordo com dados do IBGE, o município de Franca em 2019 apontava uma população estimada de 353 mil habitantes, ocupando o 21º lugar em termos de maior população do estado. A população rural constitui-se apenas de 1,76% do total de habitantes, apesar de que sua densidade demográfica é considerada alta, de 526,09 hab./km², percentual muito superior ao comparado com a média do estado de São Paulo (167,97hab./km²). (IBGE, 2019). É sede de região administrativa composta por 23 municípios fazendo limite com os municípios paulistas de Batatais, Cristais Paulista, Patrocínio Paulista, Ribeirão Corrente, Restinga e São José da Bela Vista e com os municípios mineiros de Claraval e Ibiraci. Franca é conhecida nacionalmente como "A capital nacional do calçado masculino", por ser a maior produtora de calçados masculinos da América Latina. O polo calçadista de Franca possui toda a estrutura produtiva de um cluster, pois, além de possuir as fábricas de calçados, a cidade conta também com produtores de insumos, como solados, adesivos, curtumes, matrizarias, máquinas e equipamentos, e sobretudo, tem apoio de instituições que visam desenvolver e difundir inovações tecnológicas e gerenciamento como o Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT), o Serviço Nacional da Indústria (SENAI), Serviço de Apoio à Pequena e Micro Empresa (SEBRAE), e as universidades que oferecem cursos relacionados ao setor. Segundo o Relatório Estatístico do Sindicato da Indústria de Franca, a indústria calçadista fechou o ano de 2019 com 14.402 funcionários. Com a produção de 24 milhões de pares de calçados e exportou cerca de US$ 68,481 milhões, um aumento de 1,64% em receita no comparativo ao ano de 2018. (SINDIFRANCA, 2019). Em Franca, de acordo com dados da ACIF (2020), 93,8% das empresas ativas são MPEs (Micro e Pequenas Empresas). Entre as atividades mais desenvolvidas na cidade estão o comércio varejista de artigos de vestuário e acessórios; fabricação de calçados de couro. A constituição dos MEIs na cidade de Franca no ano 2019 foram de 5.353. Em janeiro de 2020 já contava com 435, em diversos segmentos, conforme a tabela abaixo.

MEI		
	2019	2020
Janeiro	495	435
Fevereiro	481	
Março	427	
Abril	430	
Maio	436	
Junho	371	
Julho	491	
Agosto	543	
Setembro	448	
Outubro	492	
Novembro	455	
Dezembro	284	
TOTAL	5353	

Tabela 2 – Quantidade de MEIs na cidade de Franca.
Fonte: ACIF, 2020.

Desde 2015, a cidade de Franca disponibiliza a Sala do Empreendedor Móvel levando até a população a possibilidade de formalização de seus empreendimentos, bem como a estrutura de crédito do Banco do Povo Paulista, que também é disponibilizado na Sala do Empreendedor, instalada juntamente à Prefeitura Municipal de Franca/SP. A legislação citada visou apenas demonstrar a magnitude e importância do empreendedor à economia brasileira, que observou sua prevalência frente às grandes corporações.

SETORES COM MAIOR NÚMERO DE ABERTURA DE MEI		
CNAE	**QUANTIDADE**	**SETOR**
4781400	962	Comércio varejista de artigos do vestuário e acessórios
9602501	746	Outras atividades de serviços pessoais
7319002	580	Atividades de publicidade não especificadas anteriormente
4782201	550	Comércio varejista de calçados e artigos de viagem
4399103	544	Serviços especializados para construção não especificados anteriormente
1531902	418	Fabricação de calçados de couro
9700500	350	Serviços Domésticos

Tabela 3 – Setores com maior abertura de MEIs.
Fonte: ACIF, 2020.

Do total de microempreendedores de Franca, o comércio varejista voltado a artigos de vestuário é o ramo que mais atrai novos empreendedores, com 962 empresas, seguido por serviços pessoais, com 746, e atividades de publicidades com 580 cadastros ativos, o que pode ser visualizado na Tabela 3.

Sendo assim, o MEI evidencia que é uma política pública de fomento ao empreendedorismo, pois está cumprindo com um dos objetivos, que é de aumentar o interesse das pessoas para considerarem o empreendedorismo como uma opção, proporcionando oportunidade e motivando os empreendedores.

6. Considerações finais

O trabalho buscou mostrar os direitos e deveres no momento da formalização do MEI**,** nas esferas previdenciária e trabalhista. Assim, analisou-se os aspectos da informalidade, que ganha evidência nos demais setores do país e, mais precisamente, nas atividades de pequenos negócios, tais como vendedores ambulantes, costureiras, confeiteiras, eletricista, pedreiros, mecânicos, bares, minimercados, livrarias, feirantes e outros. A razão para que as pessoas fiquem na economia informal são, dentre outras, a falta de crédito, excesso de imposto, e as altas taxas de juros.

Com a promulgação da Lei Complementar nº 128/2008, que instituiu o Microempreendedor individual (MEI), gerou-se uma oportunidade aos trabalhadores informais para legalizarem seus negócios. Através de um portal de serviços do governo federal que integra e promove o acesso a soluções que facilitam o dia a dia

do trabalhador, as pessoas podem abrir sua própria empresa com direito à cidadania, como CNPJ, direitos e benefícios trabalhistas e previdenciários. As pessoas podem fazer sua formalização preenchendo formulários e realizando o pagamento com baixo custo mensal. Com isso, terá direitos e benefícios previdenciários como aposentadoria por idade ou invalidez, auxílio-doença, salário maternidade e pensão por morte (família).

Entretanto, os trabalhadores devem ficar atentos no momento da formalização do MEI. É necessário que procurem esclarecimentos para eventuais dúvidas, junto aos profissionais habilitados para conhecerem algumas disfunções na utilização da política do microempreendedor individual.

Todo microempreendedor individual possui uma série de vantagens e deveres a cumprir. Apesar do pagamento de tributos ser bem simplificado, o MEI não está isento de algumas burocracias fiscais. Pelo contrário, está sob risco de perder os benefícios.

Referências

ALVES, Maria Aparecida. *"Setor informal" ou trabalho informal*? uma abordagem crítica sobre o conceito de informalidade. 2001. 166 f. Dissertação (Mestrado) Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001.

ALMEIDA, Maria Goretti de; CARMO, Larissa de Andrade; SILVA, Seffra Renata Ramos da. O trabalho informal como alternativa no mundo de trabalho atual. *IV Seminário Cetros,* Itaperi, p.413-423, 31 maio 2013.

BRASIL**.** *Lei Complementar nº 123*, de 14 de dezembro de 2006. Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, dispondo sobre o tratamento diferenciado e favorecido às ME e EPP no âmbito dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 14 dez. 2006.

_____. *Lei Complementar nº. 128/2008,* de 19 de dezembro de 2008. Altera a Lei Complementar n. 123, de 14 de dezembro de 2006, altera as Leis nos 8.212, de 24 de julho de 1991, 8.213, de 24 de julho de 1991, 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil, 8.029, de 12 de abril de 1990, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 22 dez. 2008.

_____. *Lei Complementar n. 155,* de 27 de outubro de 2016. Altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, para reorganizar e simplificar a metodologia de apuração do imposto devido por optantes pelo Simples Nacional; altera as Leis nºs 9.613, de 3 de março de 1998, 12.512, de 14 de outubro de 2011, e 7.998, de 11 de janeiro de 1990; e revoga dispositivo da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 28 dez. 2016.

CRECENTE, R., F.; GIMÉNEZ, B., M.; RIVERA G., L., F. Subjective perception of

entrepreneurship. Differences among countries. *Journal of Business Research*, v. 69, n. 11, p. 5158-62, 2016.

DINIZ, Joana. Números do MEI no Brasil chegam a 10 milhões. *Poder360*, 28 abr. 2020. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/economia/numero-de-meis-no-brasil-chega-a-10 milhoes/#:~:text=O%20Brasil%20ultrapassou%20a%20marca,4%20primeiros%20meses%20de%202020.> Acesso em: 9 jul. 2020.

FERNANDES, C. A. O futuro do Trabalhador no Brasil**.** *Consulex*, Revista Jurídica, São Paulo, ano 2, n. 15, mar. 1998.

HAMMES, Elia Denise. A política pública do microempreendedor individual e a importância do espaço local na sua implementação. *Seminário Nacional Demandas Sociais e Políticas Públicas na Sociedade Contemporânea*, 2015.

IBGE. *Canais: cidades@:* São Paulo: Franca, 2019. Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: < https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/franca/panorama>. Acesso em: 10 jul. 2020.

JULIÃO, F; LEONE, R.J G; R V NETO; ALIPIO. Fatores determinantes da satisfação de usuários do programa microempreendedor individual. *Teoria e Prática em Administração (TPA),* v. 4, n. 1, 2014.

MEDEIROS, Luiza Ferreira Rezende de; MACÊDO, Kátia Barbosa. Catador de material reciclável: uma profissão para além da sobrevivência? *Psicologia & Sociedade*, Brasília, v. 2, n. 18, p.62-71, ago. 2006.

MENDES, René; CAMPOS, Ana Cristina Castro. Saúde e Segurança no trabalho informal: desafios e oportunidades para a indústria brasileira. *Revista Brasileira de Medicina do Trabalho*, Belo Horizonte, v. 02, n. 03, p.209-223, jul. 2004.

MOREIRA, Rafael de Farias Costa. Empreendedorismo e inclusão produtiva: uma análise de perfil do microempreendedor individual beneficiário do Programa Bolsa Família. *Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – Ipea*, 2013.

NATIVIDADE, D., R. Empreendedorismo feminino no Brasil: políticas públicas sob análise. *Revista de Administração Pública*, v. 43, n. 1, p. 231-256, 2009.

NEVES, Cíntia Ries P. *Percepção de risco ocupacional no trabalho de vendedores porta-porta.* 2013. 112 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2013.

PAMPLONA, Nicolas. Informalidade no país atinge quase 40 milhões de pessoas, diz IBGE. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 27 set. 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/09/quase-40-milhoes-de-trabalhadores-estao-na-informalidade-diz-

ibge.shtml#:~:text=Foram%20226%20mil%20novos%20trabalhadores%20nesse%20setor%20em%20um%20ano.&text=Deste%20total%2C%20596%20mil%20(ou,chegou%20a%201%2C8%20milh%C3%A3o.> Acesso em: 3 jul. 2020.

PASTORE, José. Informalidade: estragos e soluções. In: CONGRESSO DO COPPEAD. *Anais.* Rio de Janeiro. 2004. Disponível em: <http://www.josepastore.com.br/artigos/ti/ti_014.htm> Acesso em: 2 jul. 2020.

PEREIRA, Cibélia Aparecida. *O Trabalho domiciliar e sua importância no circuito de valorização do capital no setor de confecções*. 2012. 15 f. Dissertação (Mestrado) Universidade Estadual de Londrina (UEL). Londrina, 2012.

SASAKI, Maria Amélia; VASQUES-MENEZES, Ione. Trabalhador informal e Previdência Social: o caso dos trabalhadores por conta própria de Brasília-DF**.** *Política & Sociedade,* Florianópolis, v. 11, n. 21, p.173-197, jul. 2012.

SEBRAE. Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. *Microempreendedor individual.* 2020. Disponível em: https://portaldoempreendedor.me/mei-abrir?gclid=CjwKCAjwxqX4BRBhEiwAYtJX7WqTdn84PGjBqZju4QjvOHmH28tHp3K_qPTADqO4I8Si3yOvjiL54hoC6P4QAvD_BwE> Acesso em: 1 jul. 2020.

_____. *Sebrae 2022*: Mapa Estratégico do Sistema Sebrae. Brasília: SEBRAE, 2012.

SILVA, Maira Jessika Fernandes et al. A percepção econômico-financeira do microempreendedor individual em Goiás. *Revista Pensamento Contemporâneo em Administração*, v. 8, n. 3, p. 71-85, 2014.

SINDIFRANCA. Sindicato das Indústrias de Calçados de Franca. *Relatório mensal NICC polo Franca 2019.* Fevereiro. 2019. Disponível em: file:///C:/Users/Downloads/estatistica_202001241724024775950..pdf Acesso em: 10 jul. 2020.

SOUZA FILHO, Augusto. *Trabalho na sociedade contemporânea*: trabalho informal. Faculdade Novos Horizontes. Belo Horizonte. 2007.

SOUZA, Edicléia Lopes Cruz de; SOUZA, Edinéia Lopes Cruz de. Diferenças socioeconômicas entre trabalhadores informais e formais paranaenses*. Publicatio Uepg:* Ciências Sociais Aplicadas, Ponta Grossa, v. 20, n. 1, p.35-45, set. 2012.

ASPECTOS E SUGESTÕES DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER: uma visão dividida de atuação da União, Estado e Município

ASPECTS AND SUGGESTIONS FOR PUBLIC POLICIES TO COMBAT VIOLENCE AGAINST WOMEN: a divided view of the Union, State and Municipality's activities

Área: Desenvolvimento Social e Políticas Públicas
Subárea: Direito, Trabalho e Serviço Social

ROSA, João Pedro Cucolicchio
Graduado em Direito pela Faculdade de Direito de Franca, especialista em Direito Tributário e Direito Público com ênfase em Gestão Pública
Discente do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu*, Mestrado em Desenvolvimento Regional, do Centro Universitário Municipal de Franca – Uni-FACEF
Procurador Jurídico da Câmara Municipal de Taquaritinga.
joaopedrocrosa@bol.com.br

BORGES, Donaldo de Assis
Docente do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu*, Mestrado em Desenvolvimento Regional, do Centro Universitário Municipal de Franca – Uni-FACEF
Doutor em História pela UNESP
donaldo.borges@gmail.com

BANDOS, Melissa Franchini Cavalcanti
Docente do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu*, Mestrado em Desenvolvimento Regional, do Centro Universitário Municipal de Franca – Uni-FACEF
Doutora em Administração pela FEA-USP
melissafcb@gmail.com

Resumo

O presente artigo tem como objetivo, através da análise dos aspectos, atores, condições e consequências acerca da violência contra mulheres, tanto no âmbito local como regional e nacional, realizar uma análise crítica e a consequente propositura de políticas públicas de enfrentamento à violência contra a mulher nas três esferas de atuação governamental, através de levantamento bibliográfico, dados obtidos juntos ao Centro de Atendimento à mulher vítima de violência – CRAM, da cidade de Franca – SP, dados estatísticos oferecidos por relatórios e pesquisas como o Atlas da violência 2020 e do Senado Federal e entrevista com a vereadora Cristina Vitorino. Mediante tais informações, considerando-se o agravante imposto pelo período em que as pessoas precisaram se recolher em suas residências, por conta da pandemia de COVID-19, tornando as vulnerabilidades ainda mais sensíveis, com problemas de alcoolismo, diminuição da renda, desemprego e efeitos semelhantes a conclusão será a oferta de políticas públicas, melhorias e inovações no combate à violência contra a mulher.

Palavras-chave: Violência contra a mulher, políticas públicas, vulnerabilidade.

Abstract

The present article, through the analysis of aspects, actors, conditions and consequences about violence against women, both at the local, regional and national levels, to carry out a critical analysis and the consequent proposition of public policies to confront violence against women in the three spheres of governmental activity, through bibliographic survey, data obtained together with the Service Center for Women Victims of Violence - CRAM, in the city of Franca - SP, statistical data offered by reports and research such as the Atlas of violence 2020 and the Federal Senate and interview with councilwoman Cristina Vitorino. Based on this information, considering the aggravating factor imposed by the period in which people had to retreat to their homes, due to the COVID-19 pandemic, making

vulnerabilities even more sensitive, with problems of alcoholism, decreased income, unemployment and similar effects the conclusion will be the offer of public policies, improvements and innovations in the fight against violence against women.

Keywords: Violence against women, public policies, vulnerability

1 INTRODUÇÃO

A violência contra a mulher ocupa diuturnamente espaços indigestos nos noticiários, tabloides, e páginas policiais, fato este que, por si só já acende um sinal não de alerta, mas de emergência, e pior, um sem-número de casos acaba por não ocupar espaço público algum, mas sim o corpo, a mente e a alma daquelas que amargam caladas, reclusas, impotentes de gritar e exteriorizar os abusos sofridos, em suas mais diversas formas, físicas, psicológicas, morais, patrimoniais, sexuais.

Diante desta problemática tão vil perpetrada contra as mulheres, buscar-se-á compreender quais os fatores principais que dão ensejo à violência, quem são aqueles que a praticam, e aquelas que a sofrem, porque tamanha crueldade, porque o Estado não as ouve, ou se ouve, de forma tão tímida e ineficiente, o que pode ser feito para que nefastos índices recuem e futuramente desapareçam, enfim, traçar a origem do problema e soluções viáveis que podem ser praticadas, oferecendo alternativas benéficas a todos.

Com base em uma pesquisa exploratória através levantamento bibliográfico, de literatura em artigos científicos, livros, sítios eletrônicos, manuais, além de uma entrevista com a vereadora e Procuradora da Mulher de Franca, Cristina Vitorino e dados quantitativos obtidos junto ao Centro de Atendimento à mulher vítima de violência – CRAM, foi possível obter um entendimento a respeito dos motivos, causas, efeitos e consequências da violência contra a mulher, bem como uma visão da forma com que as políticas públicas com tal recorte são criadas, além de alternativas para melhorias.

Destaca-se oportunamente que o cargo de Procuradora da Mulher, atualmente exercido pela vereadora Cristina Vitorino, refere-se à Procuradoria Especial da Mulher, órgão independente criado junto à Câmara Municipal de Franca, que não possui vínculo com os demais órgãos do Poder Legislativo, e que, dentre outras atribuições, devem receber, examinar e encaminhar denúncias de violência doméstica e fiscalizar e acompanhar a execução de programas do governo municipal, que visem a promoção da igualdade de gênero, como disciplina a Resolução 603 de 2 de outubro de 2019 da cidade de Franca – SP.

Em termos latos, violência de gênero é tida como aquela que se produz e reproduz no bojo do sistema patriarcal, fundamentada na hierarquização naturalizada do gênero e do sexo, além de uma supervalorização do lado masculino ao feminino, sendo esta violência física, psicológica, mental ou sexual (BUSIN *apud* CAMPOS, TCHALEKIAN; PAIVA 2020).

Legalmente, a Lei 11.340 de 7 de agosto de 2006, a Lei Maria da Penha, conceitua violência doméstica, contra a mulher como qualquer ação ou omissão baseada em gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial (artigo 5°).

Citando Beauvoir (1949), a cartilha da Política Nacional de enfrentamento à violência contra as mulheres (2011), ao lecionar sobre a construção social dos sexos, relata que a submissão da mulher ao homem é fruto de uma perspectiva sob a qual o feminino é destituído de identidade cultural e histórico, tornando-se algo natural e biológico.

Faz-se necessário consignar que a violência contra a mulher é uma prática nefasta, mas que acabou sendo perpetrada ao longo do tempo, principalmente justificada pela cultura machista, pela dominação do sexo masculino sobre o feminino. Para Moraes e Ribeiro (2012), em trabalho realizado junto a homens que praticaram violência doméstica, haviam momentos de tensão quando se debruçava sobre o assunto da divisão de poderes e os papéis dos homens e das mulheres.

É possível considerar, neste ínterim, que há uma associação entre a virilidade, a honra e um suposto controle de si, com a masculinidade e com a violência. Tais aspectos acabam compondo um espectro negativo que enfatiza a relação desarmônica entre o gênero e a violência. Outrossim, a violência doméstica emerge diante da impossibilidade de se reproduzir um equilíbrio entre os gêneros no bojo de uma relação (COUTO et al, 2006).

Moraes e Ribeiro (2012), afirmam que ainda que os homens reconhecessem a impropriedade do ato violento, estes viam as mulheres como as principais responsáveis por manter o lar como asilo incólume da família, e uma vez rompido tal paradigma, as mulheres eram consideradas as responsáveis pelas desarmonias e eventuais conflitos ali ocorridos.

Para Einhardt e Sampaio (2020), ao analisar a situação de violência contra a mulher, relatam que a masculinidade ocupa lugar de intransitividade, ou seja, dispensa relações, é autossuficiente e basta por si mesmo, mas o outro lado, no caso, a mulher, é vista como um mero acessório na relação, devendo se manter passiva e resignada diante do outro.

Ademais, elenca ainda como elemento chave na violência doméstica, o ciúme, diretamente relacionado com a ideia de que o homem tem a posse da mulher (EINHARDT e SAMPAIO 2020).

A violência contra a mulher acontece em todos os países, raças e culturas. Este fato ocorre porque este tipo de violência tem raízes na discriminação, na visão de que a mulher é frágil e submissa ao homem (MACDONALD apud LIMA et al, 2016).

Lima et al (2016), prosseguem que ao longo da história, esta problemática foi camuflada pela sociedade e interpretada como uma situação familiar, na qual apenas a família era protagonista da sua resolução.

Pois bem, fica então bastante evidente que a violência doméstica possui raízes profundas na cultura machista solidificada ao longo do tempo, no patriarcalismo, na dominação do sexo masculino sobre o feminino, cunhado ao passar dos tempos.

Todavia, tais ideias necessitam de uma desconstrução urgente, uma vez que, se mantidas e patrocinadas, certamente incorreria em barbáries cada vai mais recorrentes com o passar dos tempos, vitimando pessoas inocentes.

Diante disto, algumas considerações devem ser feitas, para que políticas públicas possam ser traçadas, tendo, principalmente como foco, as mulheres mais suscetíveis a sofrer com a violência doméstica.

O Brasil passou por alguns avanços legislativos e políticos no combate à violência contra a mulher. A exemplo disto, podem ser citados a entrada do Brasil na convenção de Belém do Pará em 1995, criação da Secretaria de Políticas para Mulheres em 2003, criação da Lei n°. 10.778 de 24 de novembro de 2003, em que se torna obrigatória a notificação de todos os casos de violência contra a mulher, assistidas em serviços de saúde, pública ou privada, e ainda a criação da Lei n° 11.340 de 7 de agosto de 2006, a chamada Lei Maria da Penha, principal instrumento jurídico de proteção e prevenção à violência.

A Lei Maria da Penha criou mecanismos para coibir a violência, como punição aos agressores, criação de juizados especiais de violência doméstica e familiar, cria as casas-abrigo que recebem mulheres em situação de risco ou em violência. Posteriormente, fora reforçada pela criação da central de atendimento à mulher – Ligue 180, serviço criado para receber denúncias, relatos e reclamações, além de orientar mulheres sobre seus direitos e sobre a legislação vigente, fazendo com que a Lei Maria da Penha fosse cumprida de forma mais eficaz e homogênea (LIMA et al, 2016).

Outro instrumento fundamental para a avaliação e aprimoramento das políticas públicas voltadas para a proteção dos direitos das mulheres, foi a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito instaurada no Congresso Nacional no ano de 2012, finalizada em 2013, com um relatório deveras esclarecedor.

A CPMI, ao longo de sua existência realizou dezenas de audiências, visitas à instituições e órgãos de proteção à mulher, ouviu centenas de pessoas envolvidas nesta luta.

Dentre os principais aspectos destacados pela comissão, pode-se elencar a gloriosa conquista que foi a criação da Lei Maria da Penha, principalmente diante do rompimento com a visão meramente punitivista, incorporando recortes de prevenção, assistência e contenção da violência, dentre outras benesses (CAMPOS, 2015).

O relatório ainda destacou o avanço do país na criação de mecanismos de enfrentamento à violência, mas destacou a necessidade de que não desacelere no enfrentamento, erradicando a tolerância estatal no procedimento e julgamento destes crimes, além de exaltar a conferência nacional e o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (CAMPOS, 2015).

Destaca-se ainda, como um dos pilares fundamentais do presente estudo, a realidade da violência contra a mulher no Município de Franca-SP.

Nesta oportunidade, a entrevistada, Vereadora Cristina Vitorino, Procuradora Especial da Mulher na cidade de Franca, ressaltou o caráter da culturalidade nas ocorrências de violências, a agressividade mais acentuada no período de pandemia de COVID-19, a dificuldade que determinadas mulheres, vítimas de violência enfrentavam para fazer a denúncia, a falta de diálogo entre as instituições, Ministério Público, Defensoria Pública, Poder Judiciário, Polícia, a incipiência de políticas públicas criadas a partir do Poder Legislativo, dentre outros pontos que serão exaustivamente desenvolvidos aos longo do estudo.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Inicialmente, forçosa é a análise de alguns dados estatísticos sobre o assunto, na busca de elucidar a gravidade do problema.

De acordo com o Atlas da Violência de 2020, no ano de 2018, 4.519 mulheres perderam suas vidas, número que se traduz em 4,3 homicídios para cada 100 mil habitantes do sexo feminino, o que simboliza uma queda de mais de 9% entre 2017 a 2018. Todavia, quando analisado o período compreendido entre 2008 a 2018, verifica-se um aumento nos índices de violência, na ordem de 4,2 percentuais.

Outro fator que salta aos olhos, é que apesar da queda de 12,3% nos homicídios das mulheres não negras, para as mulheres negras a redução foi de 7,2%. No período decenal, para as mulheres não negras, a queda foi de 11,7%, para as negras houve um aumento de 12,4%, o que vem para confirmar que as questões de raça são ainda muito marcantes.

Ainda com base no Atlas da Violência de 2020, a análise dos dados que consideram homicídios de mulheres nas residências por armas de fogo, duas informações podem ser extraídas, a primeira de que a taxa de homicídios praticados fora da residência, seguiu a tendência tanto anual quanto decenal; já a taxa de homicídio na residência, seguiu outro padrão, com aumento de 8,3% entre 2013 a 2018, que são dados relevantes para analisar a ocorrência de violência doméstica.

> Observa-se que 30,4% dos homicídios de mulheres ocorridos em 2018 no Brasil teriam sido feminicídios – crescimento de 6,6% em relação a 2017 –, indicando crescimento da participação da mortalidade na residência em relação ao total de mulheres vítimas de homicídio. Esse percentual é compatível com os resultados apresentados no Anuário Brasileiro de Segurança Pública, em que a proporção de feminicídios em relação aos homicídios de mulheres registrados pelas polícias civis foi de 29,4% (Bueno et al., apud Atlas da violência, 2020, pg. 39).

Outra fonte de dados que vem para externalizar de forma contundente a dimensão da violência contra a mulher e o risco que esse mal inflige na sociedade, é o Relatório de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, pesquisa feita pelo DataSenado em conjunto com o Observatório da Mulher contra a Violência.

De acordo com este relatório, os principais responsáveis pelas agressões são companheiros (41%) e ex-companheiros (37%), em que, na maioria dos casos, encontrava-se alcoolizado (37%), com ciúmes (26%), inconformado com o término do relacionamento (12%) ou drogado (7%), o que reafirma os aspectos edificados de poder e dominação supostamente existentes entre homens e mulheres. (Relatório, 2019)

Importante destacar o perfil da mulher agredida. Nos estudos de Costa et al (2011), verificou-se um perfil de mulheres jovens (75%), com 1 a 3 filhos (73,4%), que viviam com o companheiro (81,2%), que foi o principal agressor (81,2%), principalmente com violência psicológica (100%), na própria residência (84,3%).

Já no Município de Franca, conforme dados obtidos juntos ao Centro de Atendimento à mulher vítima de violência – CRAM, entre os meses de novembro de 2019 a agosto de 2020, o perfil das mulheres que denunciaram atos violentos praticados contra si, seguiu o seguinte perfil: possuem de 41 a 60 (36%), são brancas (55%), heterossexuais (90%), possuem renda de até um salário mínimo (21%), ou de um a dois salários mínimos (18%), sofreram violência psicológica (70%) ou física (62%), praticadas por seus companheiros (52%).

Partindo-se das lições do economista indiano Amartya Sen, em Desenvolvimento como Liberdade, é necessário que haja uma atuação para que as mulheres recebam um tratamento que as iguale, tutelando suas necessidades como paciente. Todavia, há pontos de intersecção entre a propulsão das pessoas como agente de mudanças e a consolidação destas como paciente.

Em que pese serem posturas distintas, a primeira função depende da segunda, ou seja, ser um agente depende que a pessoa já possua a figura como paciente bem fixada na sociedade, o fato de que o agente pode ter de ver a si mesmo também como paciente não altera as modalidades e as responsabilidades adicionais inevitavelmente associadas à condição de agente de uma pessoa (SEN, 2010, p. 248-249).

Paralelamente, pode-se afirmar que as políticas públicas de proteção à mulher agem nesse núcleo de tutela como paciente, como na proteção oferecida pela Lei Maria da Penha, o atendimento e ampliação da atuação das Delegacias das Mulheres e assim por diante, porém, há uma premente necessidade de propulsão da figura feminina, tornando-a livre das anilhas postas com o passar dos

tempos através da hierarquização masculina, adaptando-se à visão de Sen, políticas de formação de agentes ativos.

Para Sen (2010, p. 248-249):

> Talvez o argumento mais imediato para que haja um enfoque sobre a condição de agente das mulheres possa ser precisamente o papel que essa condição pode ter na remoção das iniquidades que restringem o bem-estar feminino. Trabalhos empíricos recentes evidenciam o modo como o respeito e a consideração pelo bem-estar das mulheres são acentuadamente influenciados por variáveis como o potencial das mulheres para auferir uma renda independente, encontrar emprego fora de casa, ter direitos de propriedade, ser alfabetizadas e participai como pessoas instruídas nas decisões dentro e fora da família. Nos países em desenvolvimento, mesmo a desvantagem feminina no quesito da sobrevivência em comparação com os homens parece diminuir drasticamente – podendo até mesmo ser eliminada – quando há progresso da condição de agente nesses aspectos.

O que se pretende, dito isto, é a elucidação tanto das políticas de tutela e proteção, que desempenham um papel de excelência na defesa das mulheres, principalmente nos casos de violência, concomitantemente à políticas de expansão de sua figura, ofertando-as condições plenas de vida, através de renda, incentivo ao mercado de trabalho, estudo ainda que na fase adulta, como o escopo principal de alça-la à condição de agente ativa, conferindo, assim, maior espectro de atuação, tanto no âmbito familiar quanto na esfera pública.

Inclusive, no já mencionado Relatório de violência contra a mulher do Senado Federal, 2019, 34% das mulheres agredidas dependem financeiramente do agressor, ou seja, tal sistemática acaba alimentando uma violência cíclica. Por exemplo, uma vítima, ao depender do agressor, acaba por tolerar a violência, e, como já foi mencionado anteriormente, grande parte dos agentes ativos da violência estão sob efeito de álcool quando da prática do abuso, tornando aquele ato violento recorrente.

Todavia, é necessária a construção das ideias através de políticas públicas de base, aquelas que promovem a igualdade entre os desiguais, que protege e tutela os direitos das mulheres.

Na literatura sobre o tema, alguns avanços nas políticas públicas em defesa da mulher devem ser destacados, mas muito ainda necessita ser feito para que haja, realmente, uma condição de bem-estar destas pessoas.

O conceito de políticas públicas é bastante amplo e não goza de uma conceituação uníssona, todavia, para Bucci citada por Gonçalves (2006, p. 75), políticas públicas são programas de ação governamental voltados à concretização de direitos.

Partindo-se da premissa básica de que política pública é a atuação de um dos atores, seja ele o Estado, a sociedade civil, uma pessoa jurídica, sob um escopo multicêntrico, para a consecução de um fim, apto a sanar certo problema social, resta evidente que as ações criadas na intenção de proteger e tutelar os direitos das mulheres passam a ser vistas como políticas públicas.

Outrossim, dentre os principais avanços obtidos pela luta das mulheres, é necessário que se diga que as políticas voltadas para o enfrentamento da violência doméstica se baseiam na visão de que a ação governamental deve objetivar o fortalecimento das mulheres e a expansão da cidadania, contribuindo, desta maneira, para e edificação da igualdade e ampliação do caráter democrático do Estado (GODINHO apud CORDEIRO, 2017).

Impende deixar bem claro a noção de desigualdade havida entre homens e mulheres, muito devido ao que já fora explicitado, acerca da sedimentação histórica de “superioridade” do *ethos* masculino sobre o feminino e pela cultura de abusos, todavia, não é por este motivo que tais abusos devem ser aceitos e absolvidos, pelo contrário, devem ser dilapidados para que, de forma equânime, busque-se a igualdade entre os gêneros.

A exemplo disto, no Brasil, até meados do Século XX, os homicídios cometidos pelos parceiros contra as mulheres, hoje denominados feminicídios, eram justificados como legítima defesa da honra, (PINTO et al, 2017).

Conforme Campos (2015), a concentração da atuação feminista na área da segurança pública, deu-se com as denúncias de absolvição dos “crimes da honra” (legítima defesa da honra masculina) ou “crimes da paixão” e a visão familista, sob o argumento de que problemas familiares deveriam ser resolvidos em casa.

Nos dizeres de Cordeiro (2017, p. 3), diante de um contexto em que homens e mulheres vivenciavam os mesmos problemas de formas distintas, surgem demandas por políticas públicas, com foco nessas desigualdades, a fim de que encaminhamentos e soluções fossem apontados levando em

conta as relações de dominação que social e culturalmente foram estabelecidas dos homens sobre as mulheres.

Nessa senda, por exemplo, no atendimento tirado junto à Defensoria Pública, a Lei Maria da Penha dissolve a necessidade de comprovação de insuficiência de recursos por parte da mulher, visto que já há uma presunção de que, aquelas mulheres vítimas de violência doméstica já se encontram em situação de vulnerabilidade, portanto, um necessitado jurídico (AGUIAR; D'OLIVEIRA; SCHRAIBER, 2020).

Isto posto, a inserção das mulheres como público-alvo de políticas públicas sob o enfoque do gênero, indica um avanço considerável na busca da ampliação da democracia, uma vez que reconhece que ambos os gêneros possuem os mesmos diretos, mas necessidades específicas, carecendo, desta forma, de atuações específicas por parte dos atores, principalmente do Estado (CORDEIRO, 2017).

Adentrando, especificamente, no rol de atuações já praticadas pelo Estado, é salutar traçar uma linha divisória entre o funcionamento de aparelhos criados com este fim, em trama ou em rede.

Para Aguiar, D'Oliveira e Schraiber (2020), o funcionamento em rede pressupõe uma articulação das ações e dos serviços, além de incluir uma interação entre os agentes responsáveis por tais, com fim precípuo de uma construção consensual de um projeto assistencial comum. Já o funcionamento em trama, não pressupõe a constituição de modos de assistência em comum entre os serviços, o que acaba por satisfazer apenas determinadas formas de articulação entre as ações assistenciais.

De outra maneira, o funcionamento em rede busca uma ação integral, a trama sobrepõe determinado serviço sobre outros, sem uma ideia de unidade.

Essa condição se demonstra bastante clara quando se observa os pontos de intersecção entre as atuações dos agentes responsáveis pelas políticas públicas, como o Poder Público em sua variada forma de atuação, legislativa, judiciária e executiva, sociedade civil, terceiro setor, Ministério Público, Defensoria Pública e órgãos de investigação.

Este panorama foi inclusive demonstrado na entrevista realizada com a Vereadora e Procuradora Especial da Mulher de Franca, Cristina Vitorino, ao narrar a dificuldade de uma vítima em realizar a denúncia, e que, após agir em conjunto com outros órgãos, inclusive o judiciário, em curto lapso de tempo, a situação acabou sendo resolvida, mais rapidamente do que se estivesse agindo sozinha, o que aponta para uma necessidade premente de atuação em rede das instituições.

Para Cordeiro (2017), as políticas voltadas para mulheres sob a perspectiva de gênero, são políticas sociais, uma vez que incidem sobre as relações desiguais existentes entre homens e mulheres, com escopo de alterar tal cenário e equilibrar a equidade entre os gêneros. Geralmente, políticas sociais gozam de uma essência compensatória e redistributiva. Ademais, tais políticas têm uma dupla função, geram produtos corpóreos, na medida em que produzem também impactos subjetivos, ligados à esfera comportamental.

Para Lucena (2017), mulheres que dispõe de uma rede de apoio social sofrem menos violência doméstica, quando comparadas com àquelas que não gozam de tal rede. Para os autores, o que dá sustentação da base das relações sociais é a reciprocidade e a solidariedade, e em um cenário de ausência destes sentimentos, vê-se um aumento na intolerância nas resoluções dos conflitos.

Porém, há que se destacar que a literatura nos apresenta alguns problemas que carecem de solução. O principal deles é a falta de capacitação, de especialização dos agentes ativos na criação, condução e práticas das políticas públicas.

Campos (2015) aduz que, na forma narrada pelo relatório da CPMI, a rede especializada de serviços é deficiente, falta profissionais capacitados, os serviços são concentrados nas capitais ou regiões metropolitanas.

Tal colocação vai de encontro com o que apresentou a Procuradora Especial da Mulher de Franca, Cristina Vitorino em entrevista:

> O Estado precisa investir em profissionais que realmente ame a profissão. Uma pessoa que vai trabalhar em uma DDM (sigla para Delegacia da Mulher) não pode ser o mesmo profissional que passou em um concurso para trabalhar em delegacias comuns, ele tem que respeitar e entender que a violência contra a mulher é grave e que não pode ser mais aceita". Conclui afirmando que mulheres vítimas de violência doméstica acabam sofrendo discriminação dentro da própria delegacia.

Um dos problemas mais citados na literatura sobre o assunto foi o da capacitação dos agentes que deverão atuar diretamente com as mulheres vitimadas pela violência, como servidores de delegacias, da saúde e das Casas Abrigo, bem como da falta de fortalecimentos das estruturas destes serviços.

Para Campos (2015), a falta de estrutura das DEAMs (delegacia especializada de apoio à mulher), é oriunda de alguns fatores, quais sejam, a ausência de servidores, estrutura física incipiente, ausência de plantões 24 horas, desmotivação dos profissionais.

Cordeiro (2017) ao realizar uma entrevista com Angélica Brandão, coordenadora do Núcleo de Abrigamento da SecMulher, retrata, segundo a entrevistada que um dos atores fundamentais para a implantação de uma política pública neste sentido é a equipe técnica, não obstante que a carência de capacitação técnica, por vezes, faz com que os agentes que atuarão nessa frente tenham que aprender o serviço quando na sua execução, o que pode gerar diversos transtornos, tanto para que realiza o atendimento quanto para quem dele carece.

Ainda nesta esteira, Cordeiro (2017), mencionando a entrevista com Angélica Brandão, apresenta a informação de que a contratação de servidores para atuar na frente policial de defesa da mulher não instiga estímulos, implicando em grande rotatividade e consequentemente no comprometimento dos serviços prestados.

Aguiar, D'Oliveira e Schraiber (2020), avaliando o sistema intersetorial de políticas públicas voltadas à atenção da mulher, realizaram diversas entrevistas com atores destas, como assistentes sociais, delegadas, promotoras, juízas, policiais, em que restou muito claro que a baixa capacitação é um entrave consideravelmente limitante. Nos dizeres de uma assistente psicossocial entrevistada, há obstáculos de articulação com as DDM (Delegacias de Defesa da Mulher), seja pela precariedade de recursos, seja pela falta de interesse ou capacitação dos profissionais.

Já sob a ótica de assistência policial, narrou-se uma condição interna que indica permanecer, dentro da instituição policial, uma discriminação e desvalorização do trabalho dessas delegacias e de seus profissionais (AGUIAR; D'OLIVEIRA; SCHRAIBER, 2020, p. 7). Importante destacar o seguinte relato de uma promotora entrevistada:

> (...) ainda hoje, a DDM é vista como algo menor, uma delegacia sucateada, para onde vão funcionários reabilitados e a pessoa, acho que chega lá, removida, ela chega com raiva. Ela não quer estar ali. Ela foi punida, remetida, enviada para aquela delegacia. Você não vai trabalhar direito, já partindo dessa concepção. Esses profissionais têm que ser voluntários, querer trabalhar nesse lugar. E, para isso, você tem que ter incentivo.

Já para uma delegada:

> (...) eu acho que as pessoas, quando vêm para cá, têm um certo perfil. Porque senão, ou elas pedem para sair, ou elas são retiradas. E mesmo que você não tenha esse treinamento, as que trabalham aqui acabam te ensinando. Porque as coisas funcionam desta forma. Então, a pessoa tem que trabalhar dessa forma, se não trabalhar, ela não está no perfil.

Nesta mesma esteira, Schraiber citada por Batista, Schraiber e D'Oliveira (2018), no que tange à esfera da saúde pública, trazem uma ligação indireta entre a mecânica e o discurso das políticas públicas e as práticas dos profissionais de saúde. Acrescenta-se, ainda a necessidade de mudanças culturais, éticas e políticas para uma visão crítica das desigualdades de gênero nestes cuidados com a saúde, ressaltando a preocupação com o fato de que não há, no exercício desta assistência a incidência de perspectivas de direitos.

No mesmo estudo, ficou constatada uma baixa aproximação entre os profissionais com o tema violência contra a mulher, além de amplo desconhecimento quanto à questão de gênero, direitos humanos e aspectos legais. (BATISTA; SCHRAIBER; D'OLIVEIRA, 2018).

As delegacias são um braço das políticas públicas de proteção à mulher de importância imensurável. De acordo com o Relatório de Violência contra a Mulher do Senado (2019), metade das entrevistadas relatam que procurariam, primeiramente a polícia, 31% uma delegacia da mulher e 9% uma delegacia comum, ou seja, 90% depositam nas forças policiais a confiança para denunciar um caso de abuso doméstico, o que fortalece o entendimento de que estes instrumentos não podem ser enfraquecidos, muito pelo contrário, devem ser, na medida do tempo, fortalecidos e seus servidores capacitados.

Outro ponto que se dará destaque neste estudo, refere-se às políticas públicas de conscientização e desconstrução do ideário hegemônico masculino voltado aos agressores.

Como narrado anteriormente, por anos acreditou-se que os problemas familiares, ainda que gerassem um quadro de violência, deveria ser resolvido internamente, entre quatro paredes, mas com a luta incessante das mulheres tal panorama foi se alterando e hoje se pode vislumbrar melhores possibilidades de solução de tais conflitos.

No estudo de Einhardt e Sampaio (2020), fixou-se que os homens são os principais atores de reprodução da violência doméstica, logo, políticas públicas que partam do problema da hegemonia masculina, se fazem urgentes, com escopo principal de equiparar os gêneros e desfazer a ideia errônea de uma hierarquia do homem sobre a mulher.

Restou evidenciado que as causas que desembocam na violência são quase sempre externas, absolutas e irresistíveis, inclusive outorgando à figura feminina um papel provocativo, o que, para os autores da violência, os torna vítimas de todo o processo. (EINHARDT; SAMPAIO, 2020)

Isto posto, torna-se claro que, diante de um quadro de violência, os agressores responderão por seus atos. Todavia, a prisão por violência conjugal acaba por ensejar aos transgressores da lei alguns transtornos, principalmente em conta do sistema carcerário precário que vigora no Brasil atualmente.

Para Paixão et al (2018), em estudo realizado com homens que respondiam a processos por violência contra a mulher, foram diagnosticados sintomas de injustiça, incutindo um desejo de vingança, pela vivência no cárcere; para outros, a prisão propiciou a busca de apoio na religião, família, amigos e entidades assistenciais, como alcoólicos anônimos; e por fim, alguns depositaram no futuro a esperança de relações amistosas, calcadas no respeito, através de solução pacífica dos problemas, como o diálogo.

Para rever todo esse quadro distorcido da realidade, políticas públicas destinadas à desconstrução, como dito, e de edificação de ideais de igualdade e equidade entre os gêneros.

Outrossim, as agendas públicas de reeducação aos agressores devem atingir a subjetividade e identidade destes, promovendo as ideias de que são os responsáveis pela violência, e não os fatores exógenos mencionados, ressignificando as relações com os gêneros, fazendo-os compreender os papeis de cada um, em pé de igualdade e não de subordinação (MORAES; RIBEIRO, 2012).

A exemplo disso, pode-se mencionar os grupos reflexivos, como o projeto “Tempo de despertar”, promovido pelo Ministério Público de São Paulo, em que o debate sobre violência contra as mulheres, machismo e masculinidade tóxica, virou Lei Estadual tornando-se referência para reduzir a reincidência de violência doméstica. Segundo dados do Núcleo de Combate à Violência Doméstica Contra a Mulher (Gevid) a reincidência pela Lei Maria da Penha passou de 65% para 2% entre 2014 e 2016, uma queda substancial (FERREIRA, 2019).

Para a idealizadora do projeto, Promotora Gabriela Mansur:

> A maior beneficiada pelo projeto ‘Tempo de Despertar’ é a mulher. A aproximação dos agressores com profissionais especializados que compõem a rede protetiva é indispensável para informá-los sobre a desigualdade de gênero, direitos das mulheres e os papéis que mulheres e homens desempenham atualmente na sociedade, numa tentativa de desconstrução do machismo.

Evidentemente que não se pretende justificar em momento algum a postura do agressor, muito pelo contrário. Através da chamada justiça restaurativa, poder-se-á incutir ao autor os motivos do porquê a violência conjugal é errada, e mais, dilapidar toda a construção histórica de dominação, focando na igualdade.

Outro exemplo desta modalidade de política pública foi instaurado no Paraná, precisamente no município de Cianorte, em que o grupo de orientação e sensibilização aos autores da violência doméstica e familiar contra a mulher deu início em suas atividades em setembro de 2016, e até 2019, foram realizados 24 grupos com a participação de 598 homens, ocorrendo apenas quatro casos de reincidência (MPPR, 2020).

Para Thimotie Heeman, citado no sítio eletrônico do MPPR, 2020:

> O homem autor de violência doméstica não é o criminoso típico, filiado a uma organização criminosa, com extensa ficha criminal. Em geral, é pagador de impostos, não destoa dos membros da sua comunidade e não mostra violência na vida cotidiana, apenas em casa, contra a mulher. O objetivo de inseri-lo nos grupos de reflexão é diminuir os índices de violência doméstica, inibir a reincidência e atuar na prevenção. E todos os dados indicam que essa meta é atingida – em termos nacionais, a reincidência gira em torno de 20%. Ou seja, atacar o problema na sua raiz tem sido uma estratégia altamente eficaz.

Neste sentido, é a fala da Vereadora Cristina Vitorino:

> Faltava o complemento das políticas públicas. Se você pegar, por exemplo, o município que tem a patrulha Maria da Penha, que tem trabalho de recuperação com aqueles homens que aceitam ajuda, com o agressor, com programas terapêuticos, que a gente também está discutindo isso dentro da Lei Maria da

Penha, da importância disto, trabalhar com o agressor, também é muito importante, muito, é diferente, o índice na cidade que tem isso da cidade que não tem isso (política de trabalho com o agressor).

Diante de todos os fatores, atos, atores acima aduzidos, considerando os aspectos que patrocinam a violência contra a mulher, e as políticas públicas de proteção e enfrentamento, bem como as de reeducação aos agressores, passar-se-á a fornecer alternativas viáveis, principalmente a nível municipal, mas sem desconsiderar os papeis do Estado e da União nesta luta tão importante e tão severa, que vitima milhares de pessoas todos os anos.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Através de pesquisa exploratória através de busca em livros, revistas científicas e artigos científicos, acerca da temática da violência contra a mulher, sob os mais variados enfoques, quais sejam, saúde, segurança pública, políticas públicas, aspectos legais e jurídicos, humanos, sociológicos e filosóficos.

Entrevista com a vereadora Cristina Vitorino, Procuradora da Mulher em Franca – SP, envolvida com a problemática da violência contra a mulher, discorrendo sobre a realidade local para o enfrentamento e a batalha diária travada contra tamanha mácula social.

Sítios eletrônicos, dados públicos obtidos junto a órgãos oficiais, dados quantitativos que representaram os casos de violência contra a mulher na cidade de Franca – SP, obtidos junto ao CRAM – Centro de Referência e Atendimento à Mulher, dão sustentação às diretrizes traçadas pelo artigo na proposição de políticas públicas para enfrentamento e recuperação de mulheres em situação de violência.

Fundamentou também a presente pesquisa, dados estatísticos elaborados por órgãos temáticos de ordem federal, como o Relatório de Violência contra a Mulher do Senado Federal, Atlas da Violência 2020, a Cartilha da Política Nacional de enfrentamento à Violência contra a Mulher e também o relatório final da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada no Congresso Nacional do ano de 2012.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Como resultados do referencial teórico traçado, será realizada a proposta de algumas alternativas de políticas públicas, nas variadas esferas governamentais, quais sejam, Federal, Estadual e Municipal, com base nas competências e atribuições de cada ente conforme previstos na Constituição Federal e no sistema federativo brasileiro.

Inicialmente, no âmbito Federal, verifica-se que o enfoque deve ser dado a políticas públicas de fortalecimento da condição de agente ativo das mulheres, sem, é claro, descuidar-se das políticas basilares de proteção e repressão à violência.

O que se pretende, portanto, é, com base na teoria de Amartya Sen, de desenvolvimento como liberdade, oferecer insumos e instrumentos aptos a torná-las livres do regime repressivo estabelecido pelos homens.

Citando Amartya Sen, Pirotta (2015) destaca que historicamente houve uma concentração nos aspectos de bem-estar e a condição de agente só agora está finalmente recebendo mais atenção, e que, para o economista, desconsiderar a condição de agente da mulher implicaria em uma visão bastante restritiva da mulher como pessoa.

Realmente não se condena tal modalidade de política, uma vez que por muito tempo, teve-se a ideia de que a proteção primária seria, inicialmente menos fatal.

Para Sen (2010), a posição do homem como “arrimo de família”, responsável financeiro da família, dentre outros fatores, acaba por influenciar o viés antifeminino. Em contrapartida, há evidências robustas de que em casos de mulheres que auferem uma renda fora do ambiente doméstico, há uma melhora na sua posição, principalmente em âmbito familiar.

Tal colocação do economista indiano, vai diametralmente ao encontro dos dados a seguir apresentados acerca dos índices de violência conjugal em casos de mulheres que são dependentes financeiras dos homens.

De acordo com o Relatório de Violência contra a Mulher do Senado Federal (2019), no recorte por renda, aquelas mulheres com renda familiar de até dois salários mínimos, foram as que mais sofreram violência doméstica, com 32%, já a faixa de renda de dois a cinco salários mínimos, 24%,

enquanto as entrevistadas com renda familiar acima dos cinco salários mínimos, 19%. Paralelamente, 43% das mulheres com renda familiar de até dois salários mínimos dependem financeiramente do agressor, para as demais faixas, 20% dependem.

Busca-se, com tais dados, traçar uma diretriz de que, em família com renda mais baixa, a dependência financeira da mulher ao homem, acaba por fomentar aquele mecanismo de retroalimentação mencionado alhures, em que a vítima aceita o abuso, pelo fato de não gozar de uma autonomia, no caso, financeira.

Inclusive, trazendo um recorte da atualidade pandêmica, para Barbosa et al, citados por Campos, Tchalekian e Paiva (2020), o estresse econômico e a perda real dos postos de trabalho, acirrados pela pandemia do Covid-19, pode desestabilizar os homens, potencializando comportamentos violentos no lar. O machismo estrutural, as desigualdades de gênero, raça e renda são acirradas pela pandemia.

Para tanto, faz-se necessário, além da proteção e da tutela das mulheres vitimadas, que o estado forneça alternativas de emancipação e empoderamento, com o escopo de que haja uma libertação das violentas amarras impostas pelo homem.

Oportuno neste momento entender sobre o que se refere esse artigo quando fala de empoderamento, palavra que ao longo do tempo foi banalizada.

Para Berth (2019, p. 23):

> Empoderar, dentro das premissas sugeridas, é, antes de tudo, pensar em caminhos de reconstrução das bases sociopolíticas, rompendo concomitantemente com o que está posto, entendendo ser esta a formação de todas as vertentes opressoras que temos visto ao longo da História. Esse entendimento é um dos escudos mais eficientes no combate à banalização e ao esvaziamento de toda a teoria construída e de sua aplicação como instrumento de transformação social.

Novamente em Sen (2010), dentre os fatores que influenciam no processo de emancipação da liberdade feminina, encontra-se a educação das mulheres, liberdade de propriedade, oportunidades no mercado de trabalho, além das atitudes da família e da sociedade acerca das atividades econômicas.

> Exatamente nessas situações é que se fazem necessárias políticas de justiça distributiva no âmbito econômico e social e, simultaneamente, políticas culturais e educacionais voltadas à mudança de paradigmas valorativos da sociedade em relação a elas. Seria o único modo de alterar substantivamente a formação de subjetividades dominadas, fornecendo-lhes oportunidades de obterem outras visões de si mesmas, libertando-as das estruturas de sentimentos fundadas na interiorização das concepções que sustentam as exclusões e marginalizações múltiplas sofridas por elas (FRASER op. cit. REGO; PINZANI, 2014).

Citando o estudo de Kabeer, Sen aduz que a condição de agente das mulheres é um dos principais mediadores da mudança econômica e social, e sua determinação e suas consequências relacionam-se estreitamente a muitas das características centrais do processo de desenvolvimento.

Nesse sentido, aplaude-se o Programa Bolsa Família, que, segundo Rego e Pinzani, 2014, um programa como este possui um efeito primário de garantir a subsistência dos necessitados, mas também fornece insumos materiais para que os indivíduos se desenvolvam na busca de maior autonomia.

Ainda de acordo com Rego e Pinzani (2014), narrando um dos diversos casos de mulheres beneficiárias do Bolsa Família, precisamente a senhora Madalena, de Inhapi – AL, em que foram realizadas duas entrevistas, uma em 2006, quando ela recebeu os entrevistadores de forma amargurada e lacônica. Já no ano seguinte, revelou aos pesquisadores que no ano anterior ela estava passando por grandes dificuldades, uma vez que queria se separar do marido. Nesta oportunidade disse que havia conseguido separar-se e que a vida havia melhorado muito, graças ao Programa Bolsa Família.

O que se evidencia cabalmente é que a autonomia, neste caso financeira, acaba por fornecer capacidades para as mulheres assumirem a postura de agente ativa tanto de suas vidas quanto de suas famílias, e não apenas sujeitos passivos da violência, assimilando-a e assumindo-a com naturalidade.

Sendo assim e seguindo os moldes apresentados neste trabalho, pugna-se que tais iniciativas, como já ocorrem, seriam mais compatíveis com a atuação do governo em esfera federal.

Já no âmbito estadual, pode-se considerar adequada a atribuição das políticas públicas de capacitação dos agentes públicos que atuam nas frentes da rede intersetorial de proteção à mulher, como nas delegacias de proteção à mulher.

Em âmbito estadual, São Paulo goza de um número considerável de Delegacias de amparo à Mulher, o equivalente a 36% do total de unidades no Brasil, com 9 na capital, 16 na região metropolitana e 108 no litoral e interior.

Todavia, essa realidade é bem diferente e muito mais amarga para os demais estados brasileiros, visto que apenas pouco mais de 8% dos municípios brasileiros dispõe de um aparelho tão importante.

Tal panorama comprova a necessidade de uma política de expansão na instituição de delegacias de proteção à mulher.

Especificamente no caso de São Paulo, outra reclamação recorrente encontra-se nos atendimentos, o que, como dito, não se imputa aos servidores que atuam nessa frente, mas à falta de capacitação ofertada pelo ente público responsável.

Campos, 2015 relata que, segundo o relatório da CPMI da violência contra a mulher, em locais em que há organismos de mulheres, como secretarias e coordenadorias, o repasse de recursos e a execução das políticas ocorrem de forma mais evidente, há o fortalecimento dos investimentos e articulação das políticas estaduais. Acrescenta ainda que a baixa execução orçamentária é um obstáculo para a ampliação da rede e destinação de verbas para Municípios e Estados. Tais aspectos aliados à escassez de recursos e à amplitude geográfica desembocam em uma situação de concentração nas capitais e regiões metropolitanas.

Assim como nos serviços policiais, Costa et al, 2011 constata a necessidade de se discutir a violência contra a mulher diuturnamente também nos serviços de saúde, definir prioridades e capacitar os profissionais, além de formular parcerias com outros segmentos, tendo em vista a necessidade de uma visão mais ampla e intersetorial da violência doméstica. Os profissionais de saúde devem ser vistos como mais uma chance de ajuda para as mulheres em situação de violência, mas para isso necessário se faz uma melhor capacitação e formação dos agentes.

Há que se mencionar que a maioria dos profissionais não se depara com o tema quando em sua formação acadêmica, exceto os assistentes sociais, o que demonstra que a violência conjugal não é vista como um problema profissional e ocupacional dos profissionais de saúde. (BATISTA, SCHRAIBER e D'OLIVEIRA, 2018)

Conforme relata Lucena et al (2017), as práticas profissionais estão mais voltadas para o tratamento físico, excluindo-se as atenções psicológicas e subjetivas, enquanto, que, para as vítimas de violência, a expectativa de buscar atendimento médico é o de ser ouvida e acolhida, o que dificilmente se verificava.

Diante disso, é bem possível compreender a necessidade que a explanação sobre a violência contra a mulher não apenas nos cursos de graduação, mas desde a base de formação do ser humano. Especificamente aos cargos que atuarão na linha de frente das políticas públicas de proteção à vítima da violência, como médicos, assistentes sociais, policiais, escreventes, juízes, promotores, defensores públicos, carecem de uma visão mais ampla deste mal social atualmente instalado na sociedade.

E sendo a formação profissional, geralmente a cargo dos Estados, seja através da capacitação dos servidores da segurança pública, das delegacias e polícias, seja a formação acadêmica, uma vez que as principais universidades paulistas são estaduais, surge a possibilidade de, incluindo o aprimoramento da formação profissional, uma válvula de melhoria das políticas de atenção e proteção.

Especificamente, dá-se destaque à promoção da melhoria na carreira dos agentes públicos, principalmente os de segurança pública. Como descrito no texto, a falta de interesse financeira na manutenção no cargo, a condução de servidores em cumprimento de medidas, a alta rotatividade, todas estas consequências são oriundas de uma causa apenas, a falta de imersão dos agentes na realidade e das necessidades das mulheres em condição de vulnerabilidade.

Não se pode assentir na condição de que pessoas cheguem para trabalhar sem ter as condições básicas, físicas e de capacitação de atender pessoas que chegam necessitando de socorro de um atendimento específico, atencioso e ágil. Perdem as vítimas e perdem os servidores que se sentem perdidos em suas atuações.

Assim, conclui-se essa vertente estadual pela sugestão de políticas de formação, capacitação e aprimoramento dos servidores atuantes na atenção das mulheres em condição de violência doméstica.

Por fim, a última alternativa proposta é a de uma política pública que ficaria à cargo dos Municípios, qual seja, a de atenção para reeducação dos homens que cometem a violência conjugal.

Como já relatado no referencial teórico, os locais que implantaram modalidades de grupos de apoio e ressignificação aos sujeitos ativos da violência conjugal, colheram resultados impressionantes, reduzindo assustadoramente o índice de reincidência.

Estima-se que tal retorno, muito positivo, diga-se de passagem, emerge da demolição de uma figura assustadora da violência inerente às relações, socialmente aceita e que deve ser resolvida ali mesmo, no ambiente doméstico. Essa ideia deve ser removida do ideário de todos, principalmente daqueles que já praticaram atos atentatórios contra suas companheiras, justamente para que não os repita.

Em estudo realizado com beneficiários da suspensão condicional do processo, indiciados pela Lei Maria da Penha por agressão familiar de Gama e Santa Maria - DF, revelou que, aqueles que participaram de grupos reflexivos que reincidiram foi de 2,1%, enquanto para os que não participaram de tais grupos, a taxa de reincidência foi de 9,2%. Inclusive, cumpre ressaltar que alunos de psicologia de uma universidade local que eram responsáveis por conduzir os trabalhos deste grupo reflexivo. (CUNHA et al, 2018)

Pode parecer que voltar as atenções ao agressor signifique um ato leniente, um ato de tentar eximi-lo da responsabilidade por ter provocado a agressão, mas de acordo com Luciana Beco, integrante do serviço prisional de saúde do DF, em debate na Comissão de Direitos Humanos do Senado Federal em 2015, “Cuidar de um agressor é proteger diversas futuras vítimas, não só a vítima em si, a família da vítima, a família do agressor, o próprio agressor, a sociedade como um todo”, e mais “A prática puramente punitiva aplicada pelo Direito Penal brasileiro não tem impacto na diminuição da reincidência da violência e nem tampouco na mudança no comportamento sexual humano”. (SENADO)

Ainda conforme discussão no sítio eletrônico do Senado Federal, para a subsecretária de Políticas Públicas para as Mulheres do Distrito Federal, Lúcia Bessa, o atendimento objetiva o empoderamento e a escuta terapêutica das mulheres e dos seus dependentes, vítimas da violência e, quanto aos agressores, busca a responsabilização pelas violências praticadas em um contexto reflexivo que favorece a construção de alternativas à violência para a resolução dos problemas familiares.

Novamente, pretende-se aclarar que com tais políticas, o objetivo não é relativizar a violência praticada, mas entender que a punição fria da lei não é o bastante para resolver o problema das mulheres que sofrem diariamente, busca-se resolver o mal pela raiz, entendendo que a violência é fruto de um processo histórico de dominação.

Em audiência realizada junto à Comissão de Direitos Humanos do Senado, a promotora de justiça Lindinalva Rodrigues Dalla Costa, do Mato Grosso, revelou aos membros que os detentos que participavam destes grupos reflexivos de reeducação, são pessoas sofridas, viram as mães serem violentadas pelos pais ou padrastos, que eles também sofreram e apanharam na infância e que tiveram que “pegar” mulheres para demonstrar sua masculinidade.

Para Campos, Tchalekian e Paiva (2020), citando Dantas e Méllo, os homens são socializados para usar a agressividade e a violência doméstica como provas de masculinidade, enquanto são convocados a reprimir suas emoções publicamente e estimulados a uma postura destrutiva e autodestrutiva.

Ato contínuo, a instituição de grupos reflexivos deve se dar de forma estruturada, partindo-se da ideia de que são facilitadores, são espaços de fala e de escuta, aprendizado, onde a partir de um ponto de desconstrução de padrões hegemônicos de gênero, possa se contribuir para mudanças no cenário vivido pelos homens e mulheres, em harmonia. (VASCONCELOS; CAVALCANTE, 2019)

Outrossim, essa rede de suporte aos agressores mostra-se uma medida viável a ser tomada, pois o apoio de diversas instâncias é a saída para uma mudança desse cenário negativo. Desde a privação de liberdade, mas com inserção na seara da reflexão e conscientização, ter-se-á um processo de ressocialização mais eficaz e sólido. (PAIXÃO et al, 2018)

Com a conclusão desta linha de pensamento, forma-se a ideia angular do presente artigo, ofertar políticas públicas nas diversas esferas governamentais de amparo, resgate e proteção da mulher, além de reeducação e revisão dos atos violentos dos homens, e mais adiante, de libertação e formação de agente na figura feminina.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A entrevista com a Procuradora da Mulher de Franca, vereadora Cristina Vitorino serviu de apito inicial para que se pudesse entender por dentro da realidade das mulheres vítimas de violência doméstica. Pôde se avaliar a dificuldade que elas enfrentam para realizar uma denúncia, a baixa capacitação dos servidores que desempenha funções preponderantes no tratamento, seja na área

médica, área de segurança, bem como a falta de interlocução entre as instituições e a carência das políticas públicas, seja em fase de criação, execução ou avaliação, tudo isso sob o enfoque do Município de Franca – SP.

Já a partir do referencial teórico, importantes ilações puderam ser traçadas, principalmente a de que a violência conjugal é praticada por companheiros e maridos, dentro da residência do casal, além de que os instintos violentos são plantados e se desenvolvem através da cultura hegemônica machista em que todos são cravejados desde o nascimento.

Avaliando-se portanto diversos exemplos, alguns vitoriosos, outros nem tanto, fica evidente, que, quando houverem políticas públicas de desconstrução da relação de poder e da noção de superioridade masculina sobre as mulheres edificada ao longo do tempo – política ofertada aos homens, de competência municipal, aliada a políticas de empoderamento social, financeiro, educacional das mulheres – política com base no desenvolvimento como liberdade e por fim, em atuação subsidiária para casos específicos, de repressão, investigação e tratamento das vítimas, que, considerando as alternativas anteriores será em menor incidência, de competência dos Estados, pode-se verificar uma agenda pública trina que cerca e arremata todas as pontas soltas na promoção dos direitos da mulher.

Há que se levar em conta que estes movimentos, se maduros, poderiam, inclusive, evitar a acentuação nos casos de violência doméstica percebidos no período de pandemia pelo qual o Mundo atravessa.

Comparado com 2019, 2020 houve um aumento de 22,2% nos casos de feminicídio entre os meses de março e abril, enquanto, simultaneamente, verificou-se uma diminuição de 28,2% nos registros de estupro e estupro de vulneráveis, tendo em vista que as vítimas podem não estar conseguindo denunciar tais violações. (CAMPOS; TCHALEKIAN; PAIVA, 2020)

É bem verdade que o momento conturbado de saúde pública que acaba impondo um regime de isolamento social é um caso de exceção, mas elucida bastante que, caso haja um robustecimento das políticas, tanto de outorgar mais autonomia, poder econômico e social, conhecimento e espaço no mercado de trabalho, aliado a uma política voltada ao agressor com base na sua reeducação e ressocialização, o convívio social tornar-se-á mais pacífico, reduzindo consideravelmente os casos de violência, e se ainda assim houvessem casos residuais, ante uma política de capacitação dos agentes de saúde e segurança pública estariam prontamente aptos a receber, acolher e tratar as vítimas.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Janaina Marques de; D'OLIVEIRA, Ana Flávia Pires Lucas; SCHRAIBER, Lilia Blima. **Mudanças históricas na rede intersetorial de serviços voltados à violência contra a mulher – São Paulo, Brasil**. Interface (Botucatu), Botucatu, v. 24, e190486, 2020.

ATLAS DA VIOLÊNCIA. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/download/24/atlas-da-violencia-2020>. Acessado em 01/10/2020.

BERTH, Joice**. Empoderamento**. São Paulo: Pólen, 2019.

BATISTA, Karina Barros Calife; SCHRAIBER, Lilia Blima; D'OLIVEIRA, Ana Flávia Pires Lucas. **Gestores de saúde e o enfrentamento da violência de gênero contra as mulheres**: as políticas públicas e sua implementação em São Paulo, Brasil. Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, v. 34, n. 8, e00140017, 2018.

CAMPOS, Brisa; TCHALEKIAN, Bruna; PAIVA, Vera. **Violência contra a mulher**: vulnerabilidade programática em tempos de sars-cov-2/covid-19 em São Paulo. Psicol. Soc., Belo Horizonte, v. 32, e020015, 2020.

CAMPOS, Carmen Hein de. **A CPMI da Violência contra a Mulher e a implementação da Lei Maria da Penha**. Rev. Estud. Fem. Florianópolis: v. 23, n. 2, p. 519-531, ago. 2015.

CORDEIRO, Natália. **Ação governamental e direitos das mulheres**: abrigamento para mulheres ameaçadas de morte no Brasil. Rev. Bras. Ciênc. Polít., Brasília, n. 23, p. 259-294, ago. 2017.

COUTO, Márcia Thereza et al. **Concepções de gênero entre homens e mulheres de baixa renda e escolaridade acerca da violência contra a mulher, São Paulo, Brasil**. Ciênc. saúde coletiva, Rio de Janeiro, v. 11, supl. p. 1323-1332, 2006.

CUNHA, Karina Cristina Ribeiro; SALES, Juliana Dias et al. **Índice de reincidência na Lei Maria da Penha após intervenção psicológica no Fórum do Gama – DF**. **Revista Jus Navigandi**, ISSN 1518-4862, Teresina, ano 23, n. 5344, 17 fev. 2018. Disponível em: https://jus.com.br/artigos/63543. Acesso em: 9.out. 2020.

DELEGACIA DA MULER É PORTA DE ENTRADA PARA ACOLHIMENTO MAS ENFRENTA DESAFIOS. Disponível em: <https://ultimosegundo.ig.com.br/brasil/2020-03-09/delegacia-da-mulher-e-porta-de-entrada-para-acolhimento-mas-enfrenta-desafios.html#:~:text=Segundo%20dados%20do%20governo%20do,108%20no%20interior%20e%20litoral>. Acessado em: 13.out. 2020.

EINHARDT, Amália; SAMPAIO, Simone Sobral. **Violência doméstica contra a mulher**: com a fala, eles, os homens autores da violência. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 138, p. 359-378, ago. 2020.

FERREIRA, Yuri. **Projeto que educa homens por violência doméstica diminui reincidência para 2%.** Disponível em: <https://www.hypeness.com.br/2019/12/projeto-que-educa-homens-por-violencia-domestica-diminui-reincidencia-para-2/>. Acesso em 6 de outubro de 2020.

LIMA, Larissa Alves de Araújo et al**. Marcos e dispositivos legais no combate à violência contra a mulher no Brasil**. Rev. Enf. Ref., Coimbra, v. serIV, n. 11, p. 139-146, dez. 2016.

LUCENA, Kerle Dayana Tavares de et al. **Associação entre a violência doméstica e a qualidade de vida das mulheres**. Rev. Latino-Am. Enfermagem, Ribeirão Preto, v. 25, e 2901, 2017.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ. **Grupo de Recuperação de homens agressores reduz violência doméstica**. Disponível em: <http://mppr.mp.br/2020/01/22233,10/Grupo-de-recuperacao-de-homens-agressores-reduz-violencia-domestica.html>. Acesso em 6 de outubro de 2020.

MORAES, Aparecida Fonseca; RIBEIRO, Letícia. **As políticas de combate à violência contra a mulher no Brasil e a "responsabilização" dos "homens autores de violência"**. Sex., Salud Soc. (Rio J.), Rio de Janeiro , n. 11, p. 37-58, ago. 2012.

PAIXAO, Gilvânia Patrícia do Nascimento et al. **A experiência de prisão preventiva por violência conjugal**: o discurso de homens. Texto contexto - enferm., Florianópolis, v. 27, n. 2, e3820016, 2018.

PINTO, Lucielma Salmito Soares et al. **Políticas públicas de proteção à mulher**: avaliação do atendimento em saúde de vítimas de violência sexual. Ciênc. saúde coletiva, Rio de Janeiro, v. 22, n. 5, p. 1501-1508, maio 2017.

PIROTTA, Katia Cibelle Machado. **Gênero, políticas públicas, e o pensamento de Amartya Sen.** Disponível em: <http://www.abep.org.br/publicacoes/index.php/livros/article/view/139>. Acesso em 7 de outubro de 2020.

POLÍTICA NACIONAL DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/institucional/omv/entenda-a-violencia/pdfs/politica-nacional-de-enfrentamento-a-violencia-contra-as-mulheres>. Acesso em: 01/10/2020.

REGO, Walquiria Leão e PINZANI, Alessandro. **Vozes do Bolsa Família**: autonomia, dinheiro e cidadania. 2 ed. – São Paulo: Editora Unesp, 2014.

RELATÓRIO DE VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER. Disponível em:< https://www12.senado.leg.br/institucional/datasenado/arquivos/violencia-contra-a-mulher-agressoes-cometidas-por-2018ex2019-aumentam-quase-3-vezes-em-8-anos-1>. Acesso em 05.out.2020.

RESOLUÇÃO 603, DE 2 DE OUTUBRO DE 2019. Disponível em: <https://franca.sp.leg.br/pt-br/legislacao/resolucao-no-603-de-2-de-outubro-de-2019>. Acessado em 14 de outubro de 2020.

VASCONCELOS, Cristina Silvana da Silva; CAVALCANTE, Lília Iêda Chaves. **Caracterização, reincidência e percepção de homens autores de violência contra a mulher sobre grupos reflexivos**. Psicol. Soc., Belo Horizonte, v. 31, e179960, 2019.

Atribuições dos Agentes Comunitários de Saúde na comunicação nos serviços de saúde
Duties of Community Health Agents in communication in health services

Área 1: Desenvolvimento Regional e Políticas Públicas
1.3 Psicologia, Saúde e Desenvolvimento

LOPES, Ana Paula Ghedini
Uni-Facef
Mestrando do curso de Mestrado em Desenvolvimento Regional
anapaulaghedinilopes@gmail.com.br

SMITH, Marinês Santana Justo
Doutora em Ciência da Informação pela UNESP- Marilia-SP
Docente titular no Centro Universitário Municipal de Franca –Uni-FACEF
marjustosmith@gmail.com

Resumo

Os agentes comunitários de saúde (ACS) são sujeitos estratégicos na complementação dos processos de informação, educação e comunicação, nas ações de promoção da saúde. Portanto, são considerados os integradores entre equipe de saúde e comunidade e indaga-se qual a capacidade e meios de obtenção de informação sobre saúde pelos ACS e suas habilidades no manuseio de fontes de informações. O objetivo principal desse artigo é apontar e discutir as principais fontes e atitudes em busca do uso e compartilhamento de informações sobre saúde utilizadas pelos ACS para cumprir a sua função junto à população. Para tanto, é apresentado uma discussão teórica das atribuições dos agentes de saúde e o seu enlace com a comunidade; da educação como promotora de saúde no contexto dos ACS e por fim do Letramento Funcional em Saúde (LFS) e a Competência em Informação em tempos de evolução das Tecnologias de Comunicação e Informação (TIC) no ambiente dos ACS. O presente artigo se classifica como pesquisa bibliográfica de natureza exploratória. Foi percebida a correlação entre Letramento Funcional em Saúde (LFS) e a Competência em Informação e a relevância de ambos para maior qualidade no trato da informação para aprendizagem e ensino, em tempos de evolução das TICs. Ainda que, diante da escassez de estudos sobre o letramento funcional em saúde e competência informacional no ambiente dos ACS, o que sugere a necessidade no avanço das pesquisas que busquem a associação entre LFS, inclusão digital e qualidade de vida, aspirando o auxílio na promoção da saúde.
Palavras-chave: Agentes Comunitários de Saúde, Letramento Funcional em Saúde, Competência em Informação.

Abstract

Community health agents (CHA) are strategic subjects in complementing the information, education and communication processes in health promotion actions. Therefore, the integrators between the health team and the community are considered and it is asked what the capacity and means of obtaining health information by the CHA and their skills in handling information sources. The main objective of this article is to point out and discuss the main sources and attitudes in search of the use and sharing of health information used by CHA to fulfill their role with the population. To this end, a theoretical discussion of the role of health agents and their link with the community is presented; education as a health promoter in the context of ACS and finally Functional Health Literacy (LFS) and Competence in Information in times of evolution of Communication and Information Technologies (ICT) in the ACS environment. This article is classified as an exploratory bibliographic research. It was noticed the correlation between Functional Health Literacy (LFS) and Competence in Information and the relevance of both for greater quality in the treatment of information for learning and teaching, in times of evolution of ICTs. Even though, given the scarcity of studies on functional health literacy and informational competence in the CHA environment, this suggests the need for advancing research that seeks the association between FHL, digital inclusion and quality of life, aspiring to help promote it. of health.

Keywords: Community Health Agents, Functional Health Literacy, Competence in Information.#

1. INTRODUÇÃO

A Constituição Federal de 1988 garante a saúde como direito universal e garantido pelo Estado através de políticas públicas sociais e econômicas. (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2009). Através da Lei 8.080, de 19 de setembro de 1990, conhecida como a Lei Orgânica da Saúde, dispõe sobre a organização e regulamentação das ações e serviços de saúde em todo território nacional e, formaliza o Sistema Único de Saúde (SUS), cujo os principais princípios estão a universalidade, integridade, igualdade de acesso aos serviços de saúde em todos os níveis de assistência a saúde e participação social, regionalização e participação social.

Em 1991, foi implementado pelo Ministério as Saúde (MS), o Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS), com a finalidade de contribuir para a redução da mortalidade materno-infantil, principalmente nas regiões Norte e Nordeste, através da extensão de cobertura dos serviços de saúde para áreas carentes e desassistidas. A partir de então, o MS reconhece a importância dos Agentes Comunitários de Saúde nos serviços básicos de saúde e inicia em 1994, o Programa Saúde da Família (PSF). Com a finalidade assistencial às famílias de comunidades desassistidas, o Programa Saúde da Família passa a ser uma estratégia que visa atender indivíduo e família de forma integral e contínua, desenvolvendo ações de promoção, proteção e recuperação da saúde. O objetivo geral do PSF é contribuir para a reorientação do modelo assistencial, que até então, era focado no modelo tecnicista/hospitalocêntrico e passa para um exemplo de Atenção Primária à Saúde (APS), objetivando as necessidades básicas de saúde, incluindo ações tradicionais na saúde pública como no saneamento do meio, desenvolvimento nutricional, vacinação, informação em saúde e as demandas clínicas, como prevenção, profilaxia e o tratamento de doenças (ROSA; LABATE, 2005).

A APS corresponde às ações assistenciais de baixa complexidade, mas de alta frequência, alocadas em unidades básicas de saúde, consideradas como porta de entrada para um sistema de saúde hierarquizado de acordo com níveis de complexidade (BARROS *et al*, 2010).

Neste contexto, os Agentes Comunitários de Saúde (ACS) passaram a ter importante papel na comunidade como educadores sociais, uma vez que são sujeitos estratégicos na complementação dos processos de informação, educação e comunicação, nas ações de promoção da saúde, junto aos indivíduos, famílias e comunidades (PAIXÃO, 2011). Espera-se, então, como resultado do trabalho dos ACS, alterações significativas, por meio de projetos e ações de promoção da saúde, na ampliação da capacidade dos indivíduos, famílias e comunidades de cuidarem de forma autônoma de sua saúde (MENDONÇA *et al*, 2009).

Para isso, é fundamental que os ACS possam entender, interpretar e aplicar informações escritas ou faladas sobre saúde, o que caracteriza como Letramento Funcional em Saúde (LFS), uma vez que, uma pessoa com nível de letramento satisfatório teria melhor condição de saúde devido a melhor compreensão da importância das medidas preventivas e menor dificuldade de entender orientações sobre seu estado de saúde (PASSAMANI, 2012).

A educação como promotora de saúde, demanda dos profissionais, novos conhecimentos, habilidades e atitudes que ampliem a capacidade de autonomia dos indivíduos com relação ao cuidar da saúde (MENDONÇA *et al*, 2009).

Portanto, diante da importância da informação em saúde e considerando os ACS como integradores entre equipe de saúde e comunidade, indaga-se qual a capacidade e meios de obtenção de informação sobre saúde pelos Agentes Comunitários de Saúde e suas habilidades no manuseio de fontes de informações necessárias para aprender a se informar e aprender a informar.

O objetivo principal desse artigo é apontar e discutir as principais fontes e atitudes em busca do uso e compartilhamento de informações sobre saúde utilizadas pelos Agentes Comunitários de saúde para cumprir a sua função junto à população.

2. Atribuições dos agentes de saúde e o seu enlace com a comunidade

Dada a importância de suas funções, os ACS que inicialmente não tinham qualificação nem regulamentação profissional e só tiveram sua profissionalização após 11 anos de atuação, em 2002, quando foi oficialmente criada a profissão e, em 2006, regulamentada suas atividades (BARROS *et al*, 2010).

Então, ficou definido pelo Ministério da Saúde e pelas Secretarias Municipais de Saúde, que independentemente do nível de escolaridade, os ACS deveriam cumprir os seguintes requisitos: residir há pelo menos dois anos na comunidade onde atuaria, ter no mínimo de 18 anos, saber ler e escrever e ter disponibilidade de tempo integral para exercer suas atividades. Eles podem estar ligados a uma unidade básica de saúde ainda não organizada na lógica de saúde da família ou

ligados a uma unidade básica de saúde da família como membro da equipe (BRASIL, 2004, p.13).

A principal função dos ACS é desenvolver ações que busquem a integração entre a equipe de saúde e a população. Suas atribuições consistem em estar em contato permanente com as famílias, desenvolvendo ações educativas, visando à promoção da saúde, à prevenção das doenças, e ao acompanhamento das pessoas com problemas de saúde, identificar e cadastrar famílias e indivíduos expostos a situações de risco, realizar visitas domiciliares; promover a educação e a mobilização comunitária com relação às condições sanitárias e orientar as famílias quanto à utilização dos serviços de saúde disponíveis. (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2012).

Os Agentes Comunitários de Saúde (ACS) têm importante papel na comunidade como educadores sociais, uma vez que são sujeitos estratégicos na complementação dos processos de informação, educação e comunicação, nas ações de promoção da saúde, junto aos indivíduos, famílias e comunidades (PAIXÃO, 2011). Para Silva e Dalmaso (2002), identifica-se nos ACS duas dimensões de atuações, uma estritamente técnica e outra política. Na primeira, relacionado com o atendimento aos indivíduos, intervindo para a prevenção de agravos e monitoramento de grupos ou problemas específicos e na segunda, como agente organizador e transformador da comunidade, firmando como apoiador nos processos de auto-cuidado dos indivíduos.

3. Educação como promotora de saúde: o contexto dos Agentes Comunitários de Saúde

O ACS no desempenho de seu papel como mediador, considerado o elo entre objetivos de políticas sociais do Estado e os objetivos próprios ao modo de vida da comunidade, promove os laços entre saúde e outras necessidades das pessoas, estimulando a interconexão do conhecimento popular e o conhecimento científico sobre saúde e o incentivo à capacidade de auto-ajuda da própria comunidade. (BRASIL, 2004, p.21).

Devido a importância do ACS no contexto de mudanças nas práticas de saúde e seu papel social nas comunidades, faz-se necessário a profissionalização desse profissional em nível técnico, que está incluída nas perspectivas delineadas para a educação profissional no Brasil, Lei Federal no 9.394/96, Decreto Federal 5.154/20042, Parecer do Conselho Nacional de Educação/ Câmara de Educação Básica (CNE/CEB) no 16/99.

Pretende-se, através de curso de capacitação do ACS, a elevação da escolaridade e para uma concepção de formação que proporcione compreensão global do processo produtivo, com a apreensão do saber tecnológico, a valorização da cultura do trabalho e a mobilização dos valores necessários à tomada de decisões (BRASIL, 2004, p.9).

O curso técnico de Agente Comunitário de Saúde visa preparar profissionais para atuar como técnicos de nível médio junto às equipes multiprofissionais que desenvolvem ações de cuidado e proteção à saúde de indivíduos e grupos sociais, em domicílios e coletividades, atuando no SUS, no campo da assistência social, educação e meio ambiente, desenvolvendo ações por meio de processos educativos em saúde.

> Espera-se que
> [...] esses profissionais ao final do término do curso, deverão ter potencializadas suas capacidades de aumentar o vínculo entre as equipes de saúde e as famílias/comunidades, de facilitar e acesso dos usuários ao sistema de saúde e de liderança avançando em direção à autonomia dos sujeitos em relação à sua própria saúde e à responsabilização coletiva pela promoção da saúde de indivíduos, grupo e meio ambiente." (BRASIL, 2004, p.17)

Como resultado do trabalho dos ACS, espera-se alterações significativas, por meio de projetos e ações de promoção da saúde, na ampliação da capacidade dos indivíduos, famílias e comunidades de cuidarem de forma autônoma de sua saúde.

Para isso, a informação, visando a educação em saúde, é de responsabilidade de todos que compõem a equipe de saúde e juntamente com a comunidade, busca-se identificar os agravos à saúde e propor ações de enfrentamento do processo saúde-doença. (CARDOSO; NASCIMENTO, 2010).

4. O letramento Funcional em Saúde (LFS) e a Competência em Informação em tempos de evolução das Tecnologias de Comunicação e Informação (TIC) no ambiente dos ACS.

A fim de desempenhar suas funções como educadores de saúde junto a comunidade, é fundamental que os ACS possam entender, interpretar e aplicar informações escritas ou faladas sobre saúde, o que caracteriza como Letramento Funcional em Saúde (LFS), uma vez que, uma pessoa com nível de letramento satisfatório teria melhor condição de saúde devido a melhor

compreensão da importância das medidas preventivas e menor dificuldade de entender orientações sobre seu estado de saúde (PASSAMANI, 2012).

Em uma revisão bibliográfica sobre LFS, Rocha e Lemos (2018) encontraram artigos que abordaram a relação entre o nível de letramento funcional em saúde e a relação com dados sociodemográficos, mostrando baixo letramento em saúde nos entrevistados com baixa escolaridade, idade mais avançada e baixa renda. No entanto, a maioria dos estudos avalia as habilidades de leitura e de compreensão das informações fornecidas, mas não contemplam avaliação da competência no gerenciamento da própria saúde.

A inclusão das Tecnologias de Informação e Comunicação nos processos educacional e profissional entre as ACS, foi tema de estudo do Projeto do Núcleo de Estudos em Saúde Pública de Sergipe, em parceria com a Universidade de Brasília (UnB), que capacitaram ACS com o propósito de habilitá-los para o manuseio de recursos digitais, acesso aos meios de comunicação *on-line* e participação de cursos de educação à distância (PAIXÃO *et al*, 2011). Como resultado, foi identificado que 70% dos ACS pesquisados não possuíam recursos de multimídia e 30% consideraram que a capacitação iria contribuir para seu trabalho. No entanto, Lima *et al*. (2013) consideraram que o objetivo da inclusão digital dos ACS ainda não foi alcançado, uma vez que era alto o índice de analfabetismo digital da maioria dos capacitados, o que dificultou transformá-los em multiplicadores tecnológicos.

O termo letramento se refere ao resultado do processo de aprendizagem da leitura e escrita. Já o letramento funcional indica os conhecimentos e habilidades de leitura e escrita que permitem ao individuo condições de participar das atividades especificas de determinada área (ROCHA; LEMOS, 2018). Portanto, o conceito de letramento funcional em saúde pode ser entendido como a capacidade cognitiva de entender, interpretar e aplicar informações escritas ou faladas acerca da saúde.

Para a Organização Mundial de Saúde (OMS), o letramento funcional de saúde está relacionado com as habilidades cognitivas e sociais que determinam a motivação e a capacidade dos indivíduos de ter acesso, compreender e utilizar a informação como forma de promover e manter a saúde. Portanto, pode-se correlacionar o letramento funcional em saúde e qualidade de vida na perspectiva do autocuidado em saúde.

O uso de Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) para acesso à informação e ao conhecimento são importantes formas de integração social e têm propiciado a interconexão entre pessoas e instituições, permitindo o intercâmbio de saberes e práticas profissionais e sociais, individuais e coletiva de maneira interativa e veloz (PAIXÃO, 2011). No entanto, diante da diversidade de fontes de informações, é preciso ter a capacidade, conhecimento e atitudes que identifiquem a necessidade da informação, a habilidade de localizar e utilizar a informação efetivamente (Evangelista *et al*, 2008). Para Belluzzo (2006, p 83), “é importante também que as pessoas possam conhecer como o conhecimento está organizado, como buscar a informação, como utilizá-la de modo inteligente e como proceder ao processo de comunicação do conhecimento gerado”.

Percebe-se, portanto, uma correlação entre a concepção de letramento funcional de saúde e de competência em informação, tendo em vista o destaque das habilidades necessárias para o enfrentamento da evolução das TICs, que demandam maiores habilidades desde a busca até o uso e compartilhamento da informação para alcance de resultados almejados.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação, como promotora de saúde, demanda dos profissionais, novos conhecimentos, habilidades e atitudes que ampliem a capacidade de autonomia dos indivíduos com relação ao cuidar da saúde. E através da informação em saúde, pretende-se a maior participação do paciente no processo saúde e doença, com relação a sua autonomia e responsabilidade neste processo.

Diante disso, o ACS, considerados o elo entre a comunidade e a equipe de saúde, tem papel fundamental no diálogo com a comunidade e na transmissão de informações que visam o cuidado integral dos usuários do SUS. Por isso, existe necessidade de adoção de processos de aprendizagem com capacitações desses profissionais no âmbito do conhecimento técnico e habilidades e atitudes inerentes a situações concretas de trabalho.

Diante da escassez de estudos sobre o letramento funcional em saúde e competência informacional, é imprescindível a necessidade no avanço das pesquisas que busquem a associação entre LFS, inclusão digital e qualidade de vida, aspirando o auxílio na promoção da saúde.

REFERÊNCIAS

BARROS D.F; et al. **O contexto da formação dos agentes comunitários de saúde no Brasil**. Texto & Contexto – Enfermagem, Florianópolis, v.19, p. 78-84, jan-mar, 2010.

BRASIL. Ministério da Saúde. Fundação Nacional de Saúde. Programa Nacional de Agentes Comunitários de Saúde. **Manual do Agente Comunitário de Saúde**. Brasília, 1991.

BRASIL. Ministério da Saúde, Ministério da Educação. **Referencial curricular para curso técnico de agente comunitário de saúde: área profissional de saúde.** Brasília, 2004.BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Política Nacional de Atenção Básica. Brasília, 2012.

BELLUZZO R.C.B. **O uso de mapas conceituais e mentais como tecnologia de apoio à gestão da informação e da comunicação: uma área interdisciplinar da competência da informação.** Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação, São Paulo, v.2, p.78098, dez, 2006.

CARDOSO A.S; NASCIMENTO M.C. **Comunicação no Programa Saúde da Família: o agente de saúde como elo integrador entre equipe e a comunidade.** Ciências & Saúde Coletiva, v.15, p. 1509-1520, 2010.

ESCOREL S., et al. **O Programa de Saúde da Família e a construção de um novo modelo para a atenção básica no Brasil.** Ver Panam de Saúde Pública, v.21(2), p. 164176, 2007.

EVANGELISTA, R.; et al. **Competência Informacional e medicina baseada em evidências.** Transformação, Campinas, v 20(1), p. 73-81, jan-abr, 2008.

GARBIN H.B.R.; GUILIAM M.C.R.; NETO A.F.P. Internet na promoção de saúde: um instrumento para o desenvolvimento de habilidades pessoais e sociais. Physis Revista de Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v.22 p. 347-363, 2012.

GIOVANELLA L.; et al. **Sistema universal de saúde e cobertura universal: desvendando pressupostos e estratégias**. Ciência e Saúde Coletiva, v. 23 (6), p.1763-1776, 2018.

LIMA J.S.T.; et al. **Avaliação de programa de capacitação para inclusão digital por agentes comunitários de saúde.** Interfaces Científicas Humanas e Sociais, Aracajú,v.1, n.3, p.91-100, jun, 2013.

MENDEZ, D.A.C.; GUTIERRES, E.; SOUZA, M. L. A.; et al. **Tradução, adaptação transcultural e validação do rapid estimate of adult literacy in medicine and dentistry (REALMD-20) para o português**. ***Brazilian Oral Research***[S.l: s.n.]2016.

PAIXÃO P.B.S.; et al. **A Inclusão Digital dos Agentes Comunitários de Saúde de Sergipe-Brasil: um estudo das práticas de Alfabetização em Informação e Comunicação em Saúde**. Revista Tempus Actas de Saúde Coletiva, v.5, n.4, p. 221-239, 2011.

PAIXÃO P.B.S; et al. **A prática de alfabetização em Informação e Comunicação em Saúde: o olhar dos agentes comunitários de Saúde sobre o projeto de Inclusão Digital em Sergipe, Brasil.** Interface Comunicação Saúde Educação, Botucatu, v. 15, n.38, p. 937-946, 2011.

QUEIROZ D.M; SILVA M.R.F; OLIVEIRA, L.C.O. **Educação Permanente com Agentes Comunitários de Saúde: potencialidades de uma formação norteada pelo referencial da Educação Popular e Saúde.** Interface Comunicação, Saúde, Educação, Botucatu, v.18, p. 1199-1210, 2014.

ROCHA L.C; LEMOS S.M.A. **Aspectos conceituais e fatores associados ao letramento funcional em saúde: revisão de literatura**. Rev.CEFAC, v.18(1), p. 214-225 2016, jan-fev, 2016.

ROSA W.A.G; LABATE, R.C. **Programa Saúde da Família: a construção de um modelo de assistência.** Rev. Latino-Am. Enfermagem, Ribeirão Preto, v.13, n.6 nov/dec, 2005.

SILVA J.A.; DALMASO A.S.W. **O agente comunitário de saúde e suas atribuições: os desafios para os processos de formação de recursos humanos em saúde.** Interface-Comunicação, Saúde, Educação, v.6, p.75-96, fev, 2002.

AUDIT ANALYTICS: A ANÁLISE ESTRATÉGICA DE DADOS ELETRÔNICOS NO PROCESSO DE AUDITORIA INTERNA.

AUDIT ANALYTICS: THE STRATEGIC ANALYSIS OF ELECTRONIC DATA IN THE INTERNAL AUDIT PROCESS.

Dinâmicas Territoriais e Desenvolvimento Regional: Tecnologia e Sistemas.

CEZANE, Fernanda Alves
Centro Universitário de Santa Fé do Sul - UNIFUNEC
Graduanda em Administração
fernandacezane@gmail.com

SOUZA, Regina Maria de
Centro Universitário de Santa Fé do Sul - UNIFUNEC
Doutora em Serviço Social
rgeconomia@gmail.com

Resumo

Em um cenário empresarial cada vez mais globalizado e dinâmico, as técnicas de auditoria devem acompanhar essas mudanças e agregar valor cada vez mais. Uma das tendências na área é a utilização de *data analytics* em todos os processos de auditoria interna. Este estudo tem como objetivo demonstrar de que forma a incorporação da tecnologia *data analytics* pode otimizar os processos de auditoria interna e os desafios de implementação, bem como auxiliar no processo de tomada de decisão estratégica. Para sua realização, foram desenvolvidos um levantamento bibliográfico acerca do tema e um estudo de caso com auditores internos de uma determinada empresa, que puderam apresentar quais ferramentas são as mais utilizadas em sua atuação, apontando, ainda, benefícios e desafios na utilização da tecnologia nos processos de auditoria interna, o grau de confiança que depositam nessa tecnologia, além de alguns relatos e contribuições para o estudo de acordo com suas experiências profissionais. Os resultados apresentam pontos de vista diferentes, devido à variação de tempo de experiência profissional, porém, a opinião de todos converge na obtenção de rapidez, geração de insights e aprimoramento da análise dados ao fazer uso de tecnologia. Ainda, ao iniciar a pesquisa, acreditava-se que o custo seria o maior desafio, entretanto, outros aspectos foram apontados como superiores.

Palavras-chave: Auditoria, tecnologia, *data analytics.*

Abstract

In an increasingly globalized and dynamic business scenario, auditing techniques must accompany these changes and add more and more value. One of the trends in this area is the use of data analytics in all internal audit processes. This study aims to demonstrate how the incorporation of data analytics technology can optimize internal audit processes and implementation challenges, as well as assist in the strategic decision making process. A bibliographic survey on the subject and a case study with internal auditors of a certain company were developed in order to make it possible to present which tools are the most used in their performance, also pointing out benefits and challenges in the use of technology in internal audit processes, the degree of trust they place in this technology, in addition to some reports and contributions to the study according to their professional experiences. The results present different points of view, due to the variation of time of professional experience, however, the opinion of all converges in obtaining speed, generation of insights and improvement of the analysis given when making use of technology. Still, when starting the research, it was believed that the cost would be the biggest challenge, however, other aspects were pointed out as superior.

Keywords: Audit, technology, data analytics.

1 INTRODUÇÃO

Este estudo trata da análise estratégica de dados eletrônicos no processo de auditoria interna, denominado por alguns autores como *audit analytics*. Apesar de ser comumente correlacionada à área financeira, somente o processo de auditoria estende-se para as demais operações da empresa. Em maior abrangência, é utilizado para determinar sistematicamente a fidedignidade das informações contábeis, tais quais das demais operações correlacionadas, de forma a verificar e certificar a aderência às normas, legislações, políticas e práticas da organização (IMONIANA, 2019).

Em um cenário empresarial cada vez mais globalizado e dinâmico, as técnicas de auditoria devem acompanhar essas mudanças e agregar valor cada vez mais. Uma das tendências na área é a utilização de *data analytics* em todos os processos de auditoria interna. Apesar da atual valorização da auditoria interna, muitas organizações não conseguem obter os resultados esperados por enfrentarem barreiras de orçamento, tanto para aquisição de novas tecnologias quanto para manutenção, o que pode gerar baixa qualidade na origem dos dados. Partindo dessas considerações, o problema de pesquisa envolve a possibilidade de otimizar os processos de auditoria interna e tomadas de decisões utilizando-se da tecnologia *data analytics* de modo assertivo. Para decisões mais assertivas, é necessário utilizar fontes atualizadas e números reais, analisando-os de forma qualitativa para elaboração de pareceres e relatórios, de forma a detalhar todos os elementos envolvidos no processo e minimizar os riscos iminentes de tal ato (PICOLI, 2017).

Nesse sentido, o trabalho tem como objetivo geral demonstrar de que forma a incorporação da tecnologia *data analytics* pode otimizar os processos de auditoria interna bem como auxiliar no processo de tomada de decisão estratégica, além de abordar os desafios de implementação desse sistema. Para atender a essa proposta, dissertou-se sobre a origem, evolução e desenvolvimento da auditoria, abordando o conceito do *data analytics* e o modo como pode otimizar os processos organizacionais; definindo os aspectos estratégicos e as etapas para um processo de tomada de decisão com base em dados extraídos eletronicamente. Para seu desenvolvimento, foram utilizados o levantamento bibliográfico sobre o tema e, também, a realização de um estudo de caso em uma empresa que faz uso da tecnologia *data analytics* em seus processos de controle interno, aplicando um questionário aos auditores internos da organização.

Dessa forma, pretendeu-se, a partir desta pesquisa, verificar também quais são as contribuições para o profissional de auditoria e benefícios para a organização advindos dessa prática, além do grau de confiança que depositam nessa tecnologia, complementando com alguns relatos e contribuições para o estudo de acordo com suas experiências profissionais.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este estudo foi realizado a partir de uma pesquisa bibliográfica e estudo de caso, sendo a pesquisa bibliográfica definida por Gil (2002, p. 44) como aquela

> [...] desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Embora em quase todos os estudos seja exigido algum tipo de trabalho dessa natureza, há pesquisas desenvolvidas exclusivamente a partir de fontes bibliográficas. Boa parte dos estudos exploratórios pode ser definida como pesquisas bibliográficas.

O estudo de caso, por sua vez, é abordado por Lakatos e Marconi (2017) como uma metodologia qualitativa, que salienta o estudo perspicaz de questões relacionadas a alguma situação específica ou a algum grupo em particular, não podendo ser universalizado.

A partir dessas fundamentações, as informações da pesquisa bibliográfica tiveram como fonte livros, artigos científicos, periódicos, e-books, revistas e outros documentos pertinentes ao tema.

Em relação ao estudo de caso, foi aplicado um questionário a uma equipe de auditores internos de uma empresa, cujo nome não foi divulgado, composta por cinco profissionais, em que somente quatro deles responderam à pesquisa. O contato com os auditores ocorreu por intermédio da rede social *LinkedIn*, em que o critério de seleção foi a atuação de auditores internos em uma mesma empresa. O questionário foi elaborado na plataforma *Google Forms*, com o intuito de identificar ferramentas, experiências e melhorias no processo de auditoria interna. As questões foram formuladas com foco no exercício prático da função de auditor interno, buscando identificar o nível de formação dos respondentes, bem como seu tempo de experiência na área, conforme apresentado no apêndice A. Ainda, as questões pretendiam identificar as ferramentas mais utilizadas no decorrer de sua carreira e os benefícios e desafios que eles visualizavam na utilização da tecnologia *data analytics* nos processos de auditoria interna, além de um espaço em que pudessem relatar alguma experiência ou comentário sobre sua área. O questionário que, de acordo com Matias-Pereira (2019),

pode ser definido como um instrumento de coleta de dados composto por uma sequência sistemática e objetiva de questões que devem ser respondidas por escrito, contém quatro questões fechadas, três questões abertas e três questões mistas, em que o entrevistado pode optar por escolher dentre as opções já elencadas ou mencionar outra opção que julgar cabível, totalizando, assim, dez questões.

Posteriormente, o link do questionário foi enviado aos auditores internos de uma determinada empresa via *LinkedIn*, sendo respondidos sem que lhes fosse solicitado nenhum dado, preservando a identidade dos profissionais bem como da empresa em que atuam.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 O conceito de auditoria e os contrapontos da auditoria interna e externa

Conforme citado por Costa e Dutra (2014), a origem do termo auditoria, em latim, deriva-se de *audire*, que significa "ouvir". Assim sendo, como em todas as ciências, a auditoria consiste em um processo complexo de encontrar respostas acerca de informações registradas e análises realizadas (IMONIANA, 2019).

> Como ponto de partida numa visão global, pode-se dizer que a auditoria significa: examinar, investigar, periciar, comparecer como ouvinte, dar suporte em casos judiciais, ajustar ou balancear as contas. Outro significado é o de apontar as discrepâncias entre ativos e passivos ao apresentar balanços (IMONIANA, 2019, p. 03).

Para Hoog (2007), a auditoria consiste em um método sistemático e científico de análise do patrimônio de uma empresa e das pessoas que o administram, de modo a endossar a credibilidade das informações e reduzir os riscos ao mínimo possível.

Apesar de ser comumente correlacionada à área financeira, somente o processo de auditoria estende-se para as demais operações da empresa. Em maior abrangência, é utilizado para determinar sistematicamente a fidedignidade das informações contábeis, tal como das demais operações correlacionadas, de forma a verificar e certificar a aderência às normas, legislações, políticas e práticas da organização (IMONIANA, 2019).

Assim como reforçam Gramling, Rittenberg e Johnstone (2012), a auditoria é um processo que pode ser utilizado em diversas situações empresariais, não somente na examinação de demonstrativos financeiros. Em uma definição mais ampla, é um método de reunir indícios que comprovem afirmações dos gestores, além de um confronto posterior dessas informações adquiridas com alguns princípios, para que seja emitida uma conclusão às partes interessadas, tanto externas quanto internas à organização.

Há dois tipos de auditoria: interna e externa. Com o crescimento das empresas e, por vezes, expansões até em âmbito internacional, o administrador viu-se impossibilitado de supervisionar, diretamente, todas as atividades concernentes à sua atuação. Apesar da existência do auditor externo, notou-se a necessidade de uma avaliação com maior periodicidade e profundidade, visto que esse era contratado somente por um período e com análises voltadas ao departamento contábil. Para suprir essas lacunas na gestão empresarial, surge, então, o auditor interno. Caracterizado por sua independência, tem como função auditar contábil e operacionalmente, verificando a congruência com as normas e, apesar de ser um colaborador contratado da empresa, não deve estar subordinado àqueles que audita, nem realizar tarefas que possam ser, potencialmente, examinadas por eles (ALMEIDA, 2019).

Em um cenário atual, no qual se busca combater a corrupção e em que as práticas de governança corporativa crescem cada vez mais nas organizações, a auditoria interna pode assumir uma função estratégica e importante nesse movimento, visto que colabora com a agregação de valor e mitigação de riscos. As funções da área de auditoria interna podem ser adaptadas à realidade de cada empresa que a adote, entretanto, em todas, há em comum a conformidade com as normas e leis e a transparência em seus resultados (DELLOITE, 2015).

Para que o auditor interno tenha sucesso em seu trabalho, é importante seguir algumas etapas, que se iniciam com um planejamento e verificação da demanda, visando a uma situação futura com base nas ações do presente. Após esse estágio, deve-se colocar em prática a auditoria, analisando, inspecionando, revisando e examinando todas as informações disponíveis e sua veracidade. Além disso, o controle deve estar presente, concomitantemente e continuamente, nas etapas de auditoria. Por fim, podem-se obter relatórios conclusivos que contribuem para a tomada de decisões (SILVA; VIEIRA, 2015).

3.2 A tecnologia *data analytics* no processo de auditoria interna

De acordo com uma pesquisa da DOMO (2018), os dados criados, diariamente, são inúmeros e complexos de mensurar, chegando a, aproximadamente, 2,5 quintilhões de *bytes* por dia, com uma previsão de crescimento exponencial. A possibilidade de obter esses dados, bem como interpretá-los, é de grande valia para os gestores das organizações, visto que devem estar em constante atualização e antenados às tendências do mercado. Conforme abordado em uma pesquisa do Business-Higher Education Forum - BHEF (2017), possuir *know-how* em análise e interpretação de dados, transformando-os em informações relevantes, possibilitará maior sucesso na atuação dos gestores, contadores e auditores.

A tecnologia *data analytics*, ainda vista como uma tendência, dedica-se ao desenvolvimento de métodos de extração, processamento, organização e controle de um grande volume de dados que supera a capacidade de sistemas tradicionais de tecnologia da informação, que pode, posteriormente, ser exportado em sua totalidade em forma de relatório para análise, otimizando o fluxo de informações (SOARES, 2019).

Uma das funções dos auditores internos consiste na detecção e prevenção de fraudes. Esse procedimento é de extrema importância, visto que além de um problema econômico, pode ser considerado também um problema social. Concomitantemente aos avanços nas tecnologias para descobertas, há o desenvolvimento de novas técnicas para cometer fraudes, o que dificulta o processo. Com o atual crescimento do *compliance* dentro das empresas, faz-se necessária a atuação conjunta das técnicas já existentes com as ferramentas de análise de dados internos e externos (AZEVEDO, 2018).

> O principal objetivo do Big Data Analytics é contribuir para que as empresas tomem melhores decisões de negócio. Ao transpor esse conceito para o contexto do controle, pode-se dizer que a aplicação dos mesmos métodos estatísticos e técnicas analíticas às atividades de auditoria – o que alguns autores denominam Audit Analytics – tem como objetivo contribuir para que os auditores tomem melhores decisões sobre as entidades auditadas. Em termos mais específicos, torna-se possível compreender e quantificar riscos, testar controles e avaliar processos de negócio de forma rápida e eficiente (COSTA; DUTRA, 2014, p. 55).

Algumas das inúmeras vantagens da utilização de *audit analytics* no campo de auditoria interna, abordadas por autores como Marques (2018), decorrem dos benefícios advindos da Indústria 4.0, em que indivíduos e maquinários integram-se em proveito da agilidade e produtividade. Dentre essas vantagens, pode-se destacar a transformação de dados “perdidos” em informações vantajosas; aumentar a efetividade nas tomadas de decisões; correlacionar acontecimentos; constatar padrões de comportamentos; notar insights mercadológicos que não poderiam ser notados por técnicas comuns; e dispor de indicadores que embasem as consultorias e pareceres sobre situações devido à grande variedade de dados.

O *big data analytics* é uma tecnologia com o intuito principal de auxiliar as empresas na assertividade da tomada de decisão, aplicando metodologias estatísticas e analíticas no processo de auditoria das organizações. Com essa utilização, subtrai-se a necessidade de amostragem, pois é possível aplicar as técnicas a todos os dados que serão auditados. Ainda, com o acompanhamento desses dados, é alcançado um tempo mais curto entre a aplicação dos testes, o que acaba constituindo-se como uma auditoria contínua, que consiste na produção de conclusões simultâneas ou com intervalos reduzidos após a ocorrência do fato, além de permitir um monitoramento contínuo desses. O *audit analytics*, assim denominado por alguns autores, envolve três âmbitos de análise: as transações, os resultados e os controles, ou seja, a auditoria analítica acontece quando se auditam tanto os atos quanto os riscos, desempenhos e os métodos de controle empregados pelo gestor, diferente dos métodos tradicionais em que, anualmente, eram realizadas auditorias, baseando-se somente nos riscos e com limitação de dados (COSTA; DUTRA, 2014).

3.3 Desafios da adoção de um sistema baseado na tecnologia data analytics

Conforme a abordagem de Delloite (2016, p. 03), o êxito na utilização da auditoria interna com base em *analytics* “está ligado aos riscos empresariais e aos resultados demonstrados que podem transformar a organização, particularmente quando eles se traduzem em benefícios financeiros.”

De acordo com Reis (2016), há algumas barreiras que impedem a adoção do *analytics* nos processos de auditoria por mais empresas. Os principais obstáculos envolvem a questão do baixo investimento em tecnologia da informação. Diante disso, podem surgir problemas como a ineficiente obtenção de dados, visto que os profissionais de auditoria não têm essa habilidade como principal

para executar sua função. Sobre essa questão, é comum que empresas insiram nos requisitos do cargo de auditor analista conhecimentos de ferramentas de *data analytics*.

O processo de analisar dados pode ser auxiliado com a aplicação de sistemas informatizados para um grande volume de dados, que serão apurados, examinados, analisados e, posteriormente, expostos. Logo, faz-se uso de algumas ferramentas para que esse processo aconteça, continuamente, e permita rapidez na identificação de irregularidades e fraudes. As técnicas de auditoria auxiliadas por computador, também chamado pela sigla CAAT (*Computer-Assisted Audit Tools*), surgiu para colaborar com a automatização do trabalho dos auditores, possibilitando a análise de informações de diversas fontes, garantindo a probidade dos dados e o registro dos procedimentos desenvolvidos. Os softwares são de fácil utilização, desobrigando conhecimentos específicos de linguagens de pesquisa, como exemplo a SQL (*Structured Query Language*). São inúmeros os sistemas de CAAT disponíveis, os principais são: ACL (*Audit Command Language*), *Caseware* IDEA, SAP e Pentana, para análises mais simples (BERNARDINO; PEDROSA; LAUREANO, 2018).

Além das exigências de conhecimentos em ferramentas de CAAT, podem surgir alguns desafios para a auditoria interna na utilização do *data analytics*. O conceito de *big data* aborda 3 Vs: velocidade, variedade e volume, em que velocidade indica a rapidez na geração dos dados, variedade envolve a diversidade dos tipos de dados e volume refere-se ao tamanho do conjunto de dados. Devido ao grande volume de dados ao alcance do profissional, cabe a ele filtrar quais informações serão úteis e, principalmente, fidedignas, de forma a mitigar os riscos de utilização desses dados. Ainda, diante da vastidão de ferramentas disponíveis, é preciso escolher quais serão viáveis para o porte da empresa no processamento dos dados, para que as informações que serão extraídas agreguem valor às operações, sendo oriundas de fontes confiáveis e que possam ser armazenadas de forma segura (NEVES, 2019).

3.4 A importância da utilização de dados estratégicos na tomada de decisão

Derivada do latim, a palavra decisão tem como significado “deixar fluir”. Para que uma decisão precise ser tomada, há uma situação-problema que possua mais de uma opção de solução. Para conduzir corretamente esse processo de tomada de decisão, é preciso analisar as diversas informações organizacionais e ambientais para ter embasamento (GOMES; GOMES, 2014).

De acordo com Secaf (2018), um processo de tomada de decisão segue algumas etapas, a saber: constatar o problema, realizar um diagnóstico do cenário, elencar as possibilidades, efetivar a decisão e avaliar os resultados.

Sabendo disso e diante de um cenário globalizado, é importante ressaltar que a tecnologia se constitui em uma grande ajuda para coletar e transformar dados de forma analítica, além de possibilitar o desenvolvimento de vantagens competitivas nas organizações, superando as expectativas dos clientes. Para decisões mais assertivas, é necessário utilizar fontes atualizadas e números reais, analisando-os de forma qualitativa para elaboração de pareceres e relatórios, de forma a detalhar todos os elementos envolvidos no processo e minimizar os riscos iminentes de tal ato (PICOLI, 2017).

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

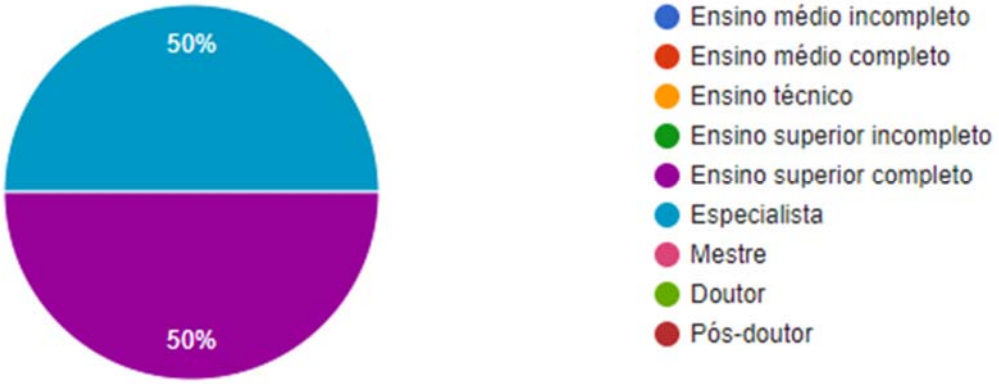
Tendo em vista que o objetivo deste estudo é demonstrar, com base em uma pesquisa bibliográfica e um estudo de caso com auditores internos de uma determinada empresa, de que forma a incorporação da tecnologia *data analytics* pode otimizar os processos de auditoria interna, bem como os desafios de implementação e os benefícios no processo de tomada de decisão estratégica, neste tópico são apresentados os resultados da pesquisa.

Para tal, foi aplicado um questionário a uma equipe de auditores internos de uma empresa, da qual o nome não foi divulgado, composta por cinco profissionais, para que pudessem relatar suas experiências profissionais utilizando a ferramenta *data analytics*. Cabe mencionar que apenas quatro deles responderam ao questionário.

Seguem, na sequência, os gráficos gerados pela ferramenta *Google Forms*, plataforma na qual foi aplicado o questionário, referente às perguntas elaboradas.

O gráfico 1, logo abaixo, refere-se à pergunta relacionada à formação acadêmica dos auditores, dando opções entre ensino médio incompleto/completo, ensino técnico, ensino superior completo/incompleto, especialista, mestre, doutor e pós-doutor.

Gráfico 1 - Formação acadêmica dos profissionais em auditoria.

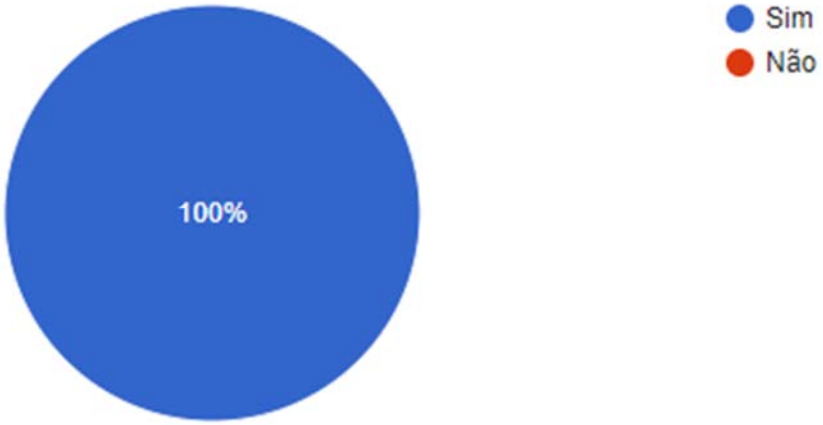


Fonte: Elaborado pelo autor.

Como é possível notar no gráfico acima, dois auditores são especialistas na área, enquanto os outros dois possuem ensino superior completo. A pergunta seguinte buscou identificar quanto tempo os profissionais entrevistados possuem de experiência profissional na área de auditoria interna. As respostas variaram entre 12 anos, 7 anos, 2 anos e 9 anos.

A partir da terceira pergunta, o objetivo consistiu em descobrir a opinião do profissional de auditoria interna, de acordo com a sua experiência. Dessa forma, foi dito que *analytics* pode ser definida como a possibilidade de utilizar dados e análises para atingir um processo de tomada de decisão efetiva, questionando se o auditor já se utilizou de ferramentas para *analytics* em sua carreira. As respostas seguem no gráfico 2, a saber.

Gráfico 2 – A utilização de ferramentas para analytics pelos auditores internos entrevistados.



Fonte: Elaborado pelo autor.

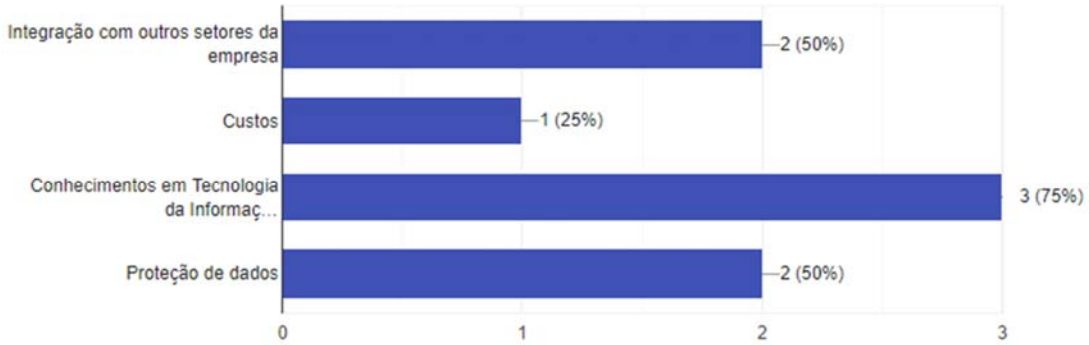
Como observado, todos os auditores internos entrevistados responderam, unanimemente, que já fizeram uso de alguma ferramenta para *analytics* em sua atuação. Em sequência, foram questionadas quais ferramentas poderiam apontar como as mais utilizadas no processo de auditoria interna. O tradicional Excel foi o que recebeu 4 votos, juntamente com os softwares *Systeme*, *Anwendungen und Produkte in der Datenverarbeitung* (SAP) e *Audit Command Language* (ACL). O Access foi mencionado apenas duas vezes, seguido por uma única menção ao *Interactive Data Extraction & Analisys* (IDEA). A última opção de escolha oferecida, o software Pentana, não foi votada por nenhum dos auditores.

As questões 5, 6 e 7 objetivaram identificar os benefícios da utilização da tecnologia *data analytics* nos processos de auditoria interna. Diante disso, foi solicitado que os auditores apontassem quais aspectos consideravam como benefícios dentre os já elencados ou, ainda, citassem outros que julgassem importantes. Assim, a rapidez no processo de auditoria foi mencionada quatro vezes, assim como a geração de *insights* e o aprimoramento da análise de dados. A melhoria na gerência

dos riscos foi escolhida por dois profissionais. Um deles acrescentou, também, o direcionamento dos testes para um cenário específico, citando como exemplo um conjunto de transações que saíram do padrão. A próxima questão indagava aos auditores se, de acordo com suas experiências, acreditavam que o *big data* poderia auxiliar a auditoria interna. Três deles responderam que sim, enquanto um respondeu negativamente. O profissional que respondeu "não" a essa questão possui apenas dois anos de experiência na área, sendo o mais novo dos profissionais entrevistados, o que é passível de interpretar que, provavelmente, ainda não tenha vivenciado nenhum acontecimento notável que o faça acreditar no auxílio dessa tecnologia às suas funções. Os outros profissionais que responderam positivamente justificaram suas respostas dizendo que: auxilia no entendimento do comportamento de determinadas áreas e de como a auditoria pode otimizar seu trabalho, focando em comportamentos que se desviem do padrão esperado; auxilia na assertividade e previsibilidade dos fatos; auxilia na obtenção de dados de mercado como *benchmark* e também no cruzamento de informações, dando como exemplo o parentesco de funcionários com fornecedores/clientes.

A questão 8 abordava quais desafios podem ser indicados como os principais na utilização da tecnologia *data analytics* nos processos de auditoria interna. As respostas estão demonstradas no gráfico 3 abaixo.

Gráfico 3 – Desafios na utilização da tecnologia data analytics nos processos de auditoria interna.



Fonte: Elaborado pelo autor.

Conforme demonstra o gráfico acima exposto, o principal desafio elencado são os conhecimentos em tecnologia da informação para aplicar, efetivamente, a tecnologia *data analytics*, corroborando com a bibliografia descrita no item "3.3 Desafios da adoção de um sistema baseado na tecnologia *data analytics*" deste estudo, que aborda o baixo investimento em tecnologia da informação como uma das principais barreiras que impedem a adoção do *analytics* nos processos de auditoria por mais empresas. Um ponto importante a ser observado são os custos que, inicialmente, era presumido pelo autor desse artigo como um dos principais desafios, devido tanto à aquisição de novas tecnologias quanto à manutenção. Entretanto, foi atribuído pelos auditores como o menor dos desafios.

A nona questão perguntava aos auditores qual o grau de confiança depositado no processamento das informações por intermédio de sistemas digitais, em uma escala de baixo-médio-alto. Apenas um dos profissionais entrevistados optou pelo grau "médio", enquanto os demais selecionaram o grau "alto". O respondente que definiu o grau de confiança como médio, curiosamente, é o profissional com mais tempo de experiência na área que os demais, possuindo doze anos de atuação como auditor interno. Sua resposta pode estar relacionada com algum infortúnio ocorrido durante sua atuação.

Por fim, foi solicitado aos auditores que dissertassem sobre alguma experiência que considerassem importante, alguma curiosidade que pudesse contribuir para esse estudo ou alguma sugestão acerca do tema. Entretanto, por não ser um questionamento definido como obrigatório, somente dois responderam. Um dos auditores disse que "*data analytics* ainda é um tema novo, por mais que se fale nele há alguns anos. Porém, sua execução ainda precisa ser aprimorada. Por exemplo, se utilizam as equipes de *data analytics* apenas para a extração de dados, sendo que essas equipes poderiam estar gerando análises que fariam com que auditores de processo atuem de forma mais assertiva. Entendo como o tema do futuro, mas que ainda é muito subaproveitado nas companhias". O outro profissional que se dispôs a relatar sua experiência informou que "a principal

contribuição de *data analytics* para a auditoria é possibilitar a metodologia de auditoria contínua (*assurance*, direcionando os testes de auditoria) e monitoramento contínuo (*advisory*, acompanhamento dos processos por meio de KRIs), às vezes, considerada como a auditoria do futuro". Diante desses relatos, é notável que, apesar de ser uma tendência na área de auditoria, alcança a otimização na análise dos dados e gera subsídios para a tomada de decisão estratégica devido ao volume e abrangência das informações obtidas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve como proposta demonstrar, com base em uma pesquisa bibliográfica e em um estudo de caso com auditores internos de uma determinada empresa, de que forma a incorporação da tecnologia *data analytics* pode otimizar os processos de auditoria interna, bem como os desafios e benefícios dessa implementação. Para tal, foi aplicado um questionário a uma equipe de auditores internos de uma empresa, da qual o nome não foi divulgado, para que pudessem relatar suas experiências profissionais.

Os resultados demonstram que, a partir dos gráficos e relatos, apesar de ser uma tendência na área de auditoria, proporciona inúmeras vantagens, como rapidez, geração de insights e o aprimoramento na análise de dados devido ao volume e abrangência de informações que podem ser auditadas, o que não seria possível com a utilização de técnicas tradicionais, reduzindo a margem de erro nas análises.

Respondendo ao problema de pesquisa proposto, referente à otimização dos processos de auditoria interna e tomadas de decisões utilizando-se da tecnologia *data analytics* de modo assertivo, torna-se notório que é possível alcançar esses resultados. Diante dos relatos e opiniões dos profissionais, nota-se que é uma tendência na área e fazer uso de ferramentas de *analytics*, até mesmo as mais tradicionais como o Excel, pode ser fundamental para a tomada de decisões efetivas, visto que proporciona a previsibilidade mercadológica e cruzamento de informações já obtidas.

Para pesquisas futuras, sugere-se que a pesquisa seja aprofundada com enfoque em aspectos jurídicos na captação e análise dos dados, bem como ferramentas voltadas para a gestão dos dados, principalmente, no quesito segurança, contribuindo para a propagação de um tema ainda pouco abordado e conhecido.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Marcelo Cavalcanti. **Auditoria**: abordagem moderna e completa. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

AZEVEDO, Caio. **A (r)evolução da auditoria com data analytics.** 2018. Disponível em: <https://www.tiespecialistas.com.br/a-revolucao-da-auditoria-com-data-analytics/>. Acesso em: 15 fev. 2020.

BERNARDINO, Dília; PEDROSA, Isabel; LAUREANO, Raul. **Métodos analíticos para auditoria e deteção de anomalias/fraude**. Caceres: IEEE, 2018.

BUSINESS-HIGHER EDUCATION FORUM. **Investing in America's data science and analytics talent**. 2017. Disponível em: <https://www.bhef.com/sites/default/files/bhef_2017_investing_in_dsa.pdf>. Acesso em 20 fev. 2020.

COSTA, Gledson Pompeu Corrêa da; DUTRA, Tiago Alves de Gouveia Lins. **Auditoria financeira na era do big data:** novas possibilidades para avaliação e resposta a riscos em demonstrações financeiras do governo federal. Revista do TCU, n. 131, p. 54–61, 2014.

DELLOITE. **Analytics na auditoria interna:** Direcionamento inteligente rumo a 2020. 2016. Disponível em: <https://www2.deloitte.com/content/dam/Deloitte/br/Documents/risk/POV_analytics_auditoria_interna.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2020.

DELLOITE. **Auditoria interna no Brasil:** função estratégica para a geração de valor nas organizações. 2015. Disponível em: <https://www2.deloitte.com/content/dam/Deloitte/br/Documents/risk/AuditoriaInternaBrasil2015.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2020.

DOMO. **How much data is generated every minute?** 2018. Disponível em: <https://www.socialmediatoday.com/news/how-much-data-is-generated-every-minute-infographic-1/525692/ >. Acesso em 03 mar. 2020.

GIL, Antonio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GOMES, Luiz Flavio Autran Monteiro; GOMES, Carlos Francisco Simões. **Tomada de decisão gerencial:** enfoque multicritério. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

GRAMLING, Audrey A; RITTENBERG, Larry E.; JOHNSTONE, Karla M. **Auditoria**. 7. ed. Tradução de Antonio Zoratto Sanvicente. São Paulo: Cengage Learning, 2012.

HOOG, Wilson Alberto Zappa**. Filosofia aplicada à Contabilidade**. Paraná: Editora Juruá, 2007.

IMONIANA, Joshua Onome. **Auditoria:** Planejamento, Execução e Reporte. São Paulo: Atlas, 2019.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia científica.** 7. ed. São Paulo: Atlas, 2017

MARQUES, Alessandro Gratão. **Audit Analytics:** primeiros passos da transformação digital na auditoria. 2018. Disponível em: <https://computerworld.com.br/2018/11/29/audit-analytics-primeiros-passos-da-transformacao-digital-na-auditoria/>. Acesso em 05 mar. 2020.

MATIAS-PEREIRA, José. **Manual de metodologia da pesquisa científica**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

NEVES, Maria Sofia Camacho. **A utilização do Big Data na contabilidade.** 2019. Tese (Doutorado). Universidade do Minho, Portugal: Escola de Economia e Gestão, 2019.

PICOLI, Cristian. **Tomada de decisão:** por que utilizar dados na estratégia? 2017. Disponível em: <http://blog.atmdigital.com.br/tomada-de-decisao-por-que-utilizar-dados-na-estrategia/>. Acesso em: 5 mar. 2020.

REIS, Miguel. **Como big data e analytics podem transformar a auditoria.** 2016. Disponível em: <https://www.proof.com.br/blog/como-big-data-e-analytics-podem-transformar-a-auditoria/>. Acesso em: 02 abr. 2020.

SECAF, Vera Maria Stuart. **Etapas do processo decisório:** 5 passos para resolver qualquer problema de forma eficaz. 2018. Disponível em: <https://www.setting.com.br/blog/processos/quais-etapas-processo-decisorio/>. Acesso em: 05 abr. 2020.

SILVA, Manuela Alvares; VIEIRA, Eloir Trindade Vasques. **Auditoria interna:** Uma ferramenta de gestão dentro das organizações. Revista Eletrônica do Departamento de Ciências Contábeis & Departamento de Atuária e Métodos Quantitativos (REDECA), v. 2, n. 2, p. 1-20, 2015.

SOARES, Desirée Ruttul. **Análise de Dados em Processos de Auditoria**. 2019. Tese de Doutorado. Universidade Estadual de Campinas.

APÊNDICE A – Questionário sobre auditoria interna

1. Qual a sua formação?
- Ensino médio incompleto
- Ensino médio completo
- Ensino técnico
- Ensino superior incompleto
- Ensino superior completo
- Especialista
- Mestre
- Doutor
- Pós-doutor

2. Quanto tempo possui de experiência profissional na área de auditoria interna?

3. *Analytics* pode ser definida como a possibilidade de utilizar dados e análises para atingir um processo de tomada de decisão efetivo. Já utilizou de ferramentas para *analytics* em sua carreira profissional como auditor?
- Sim
- Não

4. As tecnologias de informação evoluíram e, com isso, surgiram novas ferramentas para utilização em diversas áreas, bem como na auditoria. Quais ferramentas você aponta como as mais utilizadas no processo de auditoria interna? (SELECIONE QUANTAS OPÇÕES ACHAR NECESSÁRIO)
- *Excel*
- *Access*
- SAP
- *Audit Command Language* (ACL)
- *Interactive Data Extraction & Analisys* (IDEA)
- Pentana
- Outro:

5. Quais benefícios você pode apontar na utilização da tecnologia nos processos de auditoria interna? (SELECIONE QUANTAS OPÇÕES ACHAR NECESSÁRIO)
- Rapidez no processo de auditoria
- Melhor gerência dos riscos
- Gerar *insights*
- Aprimorar a análise de dados
- Outro:

6. *Big Data* pode ser definido como a área do conhecimento que estuda o tratamento, analise e a obtenção de informações de uma grande quantidade de dados. De acordo com a sua experiência, acredita que o *Big Data* pode auxiliar a auditoria interna?
- Sim
- Não

7. Caso tenha respondido SIM na questão anterior, poderia descrever de que forma acredita que o *Big Data* pode auxiliar na auditoria interna?

8. Quais desafios você aponta como os principais na utilização da tecnologia *data analytics* nos processos de auditoria interna? (SELECIONE QUANTAS OPÇÕES ACHAR NECESSÁRIO).
- Integração com outros setores da empresa
- Custos
- Conhecimentos em Tecnologia da Informação
- Proteção de dados
- Outro:

9. Qual o grau de confiança que você, auditor, deposita no processamento das informações através

de sistemas digitais?
- Alto
- Médio
- Baixo

10. Em sua atuação, possui algum relato que considera importante, alguma curiosidade que possa contribuir para esse estudo ou alguma sugestão acerca do tema "*data analytics* na auditoria interna"?

AVANÇOS E RETROCESSOS DO DESENVOLVIMENTO BRASILEIRO

ADVANCES AND RETROCESSES OF BRAZILIAN DEVELOPMENT

Área temática: Desenvolvimento Regional e local.

BRAGA FILHO, Hélio
Uni-Facef
Doutor em Serviço Social
hgp@com4.com.br

ANDRADE, Leonardo H.C.
Unesp
Doutorando em Serviço Social
leo.hca@gmail.com

POUSA, Jonatan
Mestre em Desenvolvimento Regional
Uni-Facef
pousa.jonatan@gmail.com

RAIZ, Helen Barbosa
Doutora em Serviço Social
Unesp
helenaraiz@hotmail.com

Resumo

Até antes da grave crise fiscal que entre os anos de 2015-2016 provocou aguda recessão na economia brasileira, apesar dos avanços, indicadores econômicos apontavam considerável retrocesso da indústria de transformação, enquanto, indicadores sociais revelavam a imperiosa necessidade das políticas públicas continuarem avançando nesta área. O objetivo do artigo é examinar o desenvolvimento do país nas áreas econômica e social nas fases pré e durante a pandemia da COVID-19. A metodologia adotada foi a pesquisa bibliográfica e documental, além de se tratar de uma pesquisa ex-post-facto. Como resultado, a pesquisa revelou que apesar dos avanços, ocorreu um preocupante retrocesso produtivo na indústria de transformação brasileira, o que acarreta sérias consequências para as áreas econômicas e social, além do que, na dimensão social, ainda é preciso avançar muito.

Palavras-chave: crises, indústria de transformação, desenvolvimento econômico e social.

Abstract

Even before the serious fiscal crisis that between the years 2015-2016 caused an acute recession in the Brazilian economy, despite the advances, economic indicators pointed to a considerable setback in the manufacturing industry, while social indicators revealed the imperative need for public policies to continue advancing in this area. . The objective of the article is to examine the country's development in the economic and social areas in the pre- and during the COVID-19 pandemic phases. The methodology adopted was bibliographic and documentary research, in addition to being an ex-post-facto research. As a result, the research revealed that despite the advances, there has been a worrying setback in the Brazilian manufacturing industry, which has serious consequences for the economic and social areas, in addition to which, in the social dimension, much progress is still needed.

Keywords: crises, manufacturing industry, economic and social development.

1. INTRODUÇÃO

Até antes da grave crise fiscal que entre os anos de 2015-2016 provocou aguda recessão na economia brasileira, apesar dos avanços, indicadores econômicos apontavam considerável e retrocesso da indústria de transformação, enquanto, indicadores sociais revelavam a imperiosa necessidade das políticas públicas continuarem avançando nesta área.

Entretanto, após a economia do país iniciar lenta recuperação, deflagrou-se em escala global uma pandemia provocada pela COVID-19, a qual por sua vez, desencadeou em todos os países impacto diferenciado tanto nas suas economias, como, também e, principalmente, na área social.

Assim, no Brasil, o seu desenvolvimento econômico e social seria postergado para a fase pós-pandemia, porém, à amplitude dos problemas econômicos e sociais – para não citar outros em outras áreas – acrescenta-se a débil situação das finanças do governo central.

Diante disto, o objetivo do artigo é examinar o desenvolvimento do país nas áreas econômica e social nas fases pré e durante a pandemia da COVID-19.

A metodologia adotada foi a pesquisa bibliográfica e documental, além de tratar-se de uma pesquisa ex-post-facto, isto é, baseada em fatos que já ocorreram e, que sobre os quais, o pesquisador não exerce nenhum controle das variáveis independentes.

O artigo foi estruturado em cinco seções, as quais, procuraram – a exceção da seção destinada à metodologia – abordar questões do desenvolvimento brasileiro nas dimensões econômica através da indústria de transformação e, na social. A primeira seção examinou os fenômenos do crescimento econômico e do desenvolvimento – em sentido mais amplo – a partir do fluxo circular simples de bens, serviços e renda. Na segunda seção, traçamos através de indicadores selecionados, um breve panorama das áreas econômica e social mais recente do Brasil. Em seguida, a terceira seção explicou os procedimentos metodológicos que foram adotados para a elaboração do artigo. A quarta seção, retratou algumas questões econômicas e sociais resultantes do impacto provocado no país pela pandemia da COVID-19. Finalmente, reservamos a quinta seção para nossas considerações finais.

2. Crescimento econômico e desenvolvimento.

O homem, é um ser social dotado de um variado conjunto de necessidades, as quais, são supridas através da aquisição de bens de consumo, tanto daqueles considerados essenciais como também de outras categorias de bens.

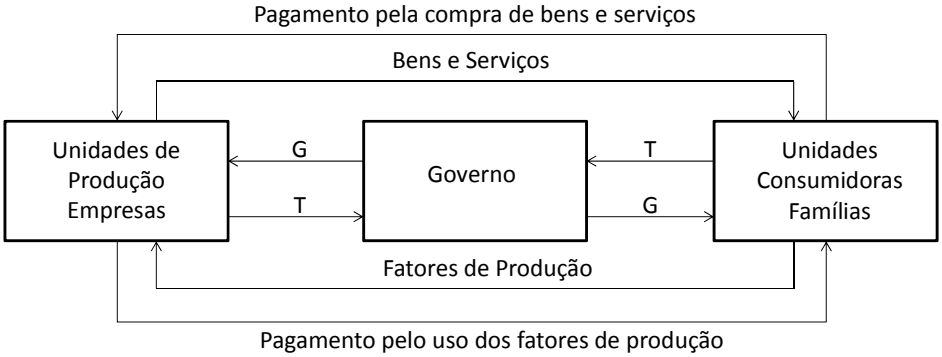
Entre as necessidades humanas podemos destacar: a necessidade de alimentação, de moradia, de vestuário, de higiene pessoal, de transporte, de saúde e de educação. O homem também necessita de serviços relacionados à distribuição de água e de energia elétrica, de esgotamento sanitário e de coleta de lixo e de segurança entre outros.

Assim, para suprir este diversificado conjunto de necessidades, sobretudo numa economia monetizada e de mercado, a sociedade se organiza por meio da mobilização de dois agentes econômicos, a saber: as empresas e as famílias.

> Numa versão simplificada do funcionamento de uma economia de mercado, há que distinguir dois agentes econômicos fundamentais: as unidades produtivas ou empresas e as unidades consumidoras ou proprietários dos fatores de produção (ou famílias). (VICECONTI; NEVES, p.7, 2000).

Entretanto, é importante incluir o governo, pois este agente econômico além de coordenar a economia e outras atividades, capta recursos da sociedade através do recolhimento de impostos e, os devolve à sociedade por meio da prestação de serviços essenciais. Além disto, este mesmo agente econômico é responsável pela formulação e execução das políticas púbicas destinadas a promoverem o crescimento econômico e o desenvolvimento em suas diferentes dimensões.

Figura 1: Fluxo Circular Simplificado de Bens e Serviços e Renda



FONTE: Viceconti; Neves (2000), Adaptado pelos autores.

De acordo com a figura acima, as empresas oferecem bens e serviços às famílias e as empregam como fatores de produção.

As unidades produtivas recebem pagamento pelos bens e serviços adquiridos pelas famílias e estas recebem salários por serem empregadas pelas empresas.

O governo arrecada tanto das empresas como das famílias recursos financeiros sob a forma de tributos (T) e, os aplica sob a modalidade de gastos (G) em diferentes áreas da sociedade, tais como, em infraestrutura, transportes, saúde, educação, ciência e tecnologia, segurança pública, entre outras.

Convém assinalar que a arrecadação fiscal do governo assenta-se nas suas receitas provenientes dos Impostos Indiretos (IPI, ICMS), dos impostos que incidem sobre a renda das pessoas físicas e jurídicas (IRPF, IRPJ), das contribuições à Previdência Social e de outras receitas. (VICECONTI; NEVES, 2000).

O fluxo circular de renda é um fenômeno de natureza macroeconômica que

> (...) trata da formação e distribuição do produto e da renda gerados pela atividade econômica a partir de um fluxo contínuo que se estabelece entre os chamados agentes macroeconômicos: famílias, empresas, governo e setor externo. Esse fluxo (fluxo circular de renda) precisa ser periodicamente quantificado, para se avaliar o desempenho da economia no período. (VASCONCELLOS; GARCIA, 1998, p. 95).

Por esta razão, admitimos que através do fluxo circular de renda podemos vislumbrar outros dois fenômenos, quais sejam: o crescimento econômico e o desenvolvimento em sentido amplo.

> (...), em geral aceita-se que o crescimento econômico esteja englobado no conceito de desenvolvimento. Se o conceito de crescimento procura refletir a ampliação da produção de bens que visam atender às vontades humanas, logicamente, quanto maior a quantidade de bens produzidos, maior a possibilidade de as pessoas satisfazerem suas necessidades, portanto, melhores devem ser as condições de existência destas pessoas. (GREMAUD; [et.al], p. 401-402, 2007).

Entretanto, o desenvolvimento por ser um fenômeno multidimensional, não se limita apenas ao aumento da quantidade de bens e serviços produzidos por um país, visto que, seu conceito engloba outras dimensões além da econômica.

> Se o desenvolvimento econômico de um país é definido pela qualidade de vida de seus habitantes, não se pode examinar apenas o crescimento da produção de bens deste país. Além disso, o conceito de PIB per capita, apesar de já ser um avanço, também precisa ser complementado com outros elementos. Por um lado, temos que analisar os aspectos distributivos da renda neste país; por outro, há que se levar em conta os chamados indicadores sociais deste país. (GREMAUD [et.al], p. 402, 2007).

Assim, além do usual indicador de desenvolvimento que é o PIB per capita, outros indicadores foram incorporados ao conceito de desenvolvimento, como é o caso do Índice de

Desenvolvimento Humano (IDH) que abrange também as dimensões da educação e da saúde em sua composição.

> Uma concepção adequada de desenvolvimento deve ir muito além da acumulação de riqueza e do crescimento do Produto Nacional Bruto e de outras variáveis relacionadas à renda. Sem desconsiderar a importância do crescimento econômico, precisamos enxergar muito além dele. (...). O desenvolvimento tem de estar relacionado sobretudo com a melhora da vida que levamos e das liberdades que desfrutamos. (SEN, p. 29, 2000).

Diante do que foi exposto acerca do conceito de desenvolvimento, constata-se que sua abrangência envolve no mínimo três áreas distintas e interligadas.

> As áreas econômica, política e social estão intrinsecamente ligadas. O que ocorrer em cada uma delas condicionará severamente as outras. A visão puramente economicista do desenvolvimento pode tropeçar, a qualquer momento, em bloqueios muito sérios que surgem das outras áreas, e assim tem acontecido na realidade. (KLIKSBERG, p. 112, 2001).

Além do mais, no Brasil, da década de 1980 em diante, por diferentes razões os planos de desenvolvimento (de longo prazo) foram substituídos preferencialmente pelos planos de estabilização econômica (de curto prazo). Por sua vez, a área econômica passou a ocupar lugar prioritário nas agendas dos governos, o que acabou colocando em plano secundário a área social, comprometendo, por consequência, avanços mais expressivos da mesma. Tanto é que, a quantidade de pessoas em situação de indigência no país aumentou de 16,8 milhões em 1977, para 21,4 milhões de pessoas em 1998. Analogamente, a quantidade de pessoas em situação de pobreza aumentou de 40,7 milhões para 50,1 milhões de pessoas respectivamente. [1]

Outro indicador de desenvolvimento relacionado à distribuição de renda, o Coeficiente de Gini – que mede o grau de desigualdade na distribuição da renda domiciliar per capita entre os indivíduos – revelava acentuada concentração da renda no país, mesmo porque, embora tenha diminuído de 0,623 em 1976, para 0,602 em 1997, seu valor ainda mostrava pronunciada desigualdade social no país. (IPEADATA).

Não seria repetitivo assinalar que as áreas econômica, política e social, constituem verdadeiro campo de forças, quase sempre antagônico.

> As escolhas de políticas econômicas não são feitas por planejadores sociais que vivem apenas entre documentos acadêmicos. A política econômica é, mais precisamente, o resultado de lutas políticas dentro de estruturas institucionais. (KLIKBERG, p.111, 2001).

Ao final da década de 1970, quando então encerrou-se no país o ciclo de crescimento econômico robusto, a economia brasileira ingressou num ciclo de instabilidade macroeconômica provocada, primeiramente pela crise de endividamento externo e, em seguida pela fase de inflação crônica, razão pela qual, a política econômica dedicada a promover a estabilidade de preços de curto prazo, assumiu prioridade em detrimento das políticas de longo prazo.

Mais recentemente, é cabível admitir que a situação retratada pelo catedrático de Ciências Políticas e Sociais da Universidade de Pompeu Fabra em Barcelona (Espanha) Vicenc Navarro (10 de maio de 2013) sobre as consequências antidemocráticas da concentração de riqueza nos dois lados do Atlântico Norte, em alguma medida se aplica ao Brasil.

> Este sistema está em profunda crise. O casamento do poder financeiro – econômico com o poder político é o eixo do descredito das instituições chamadas democráticas, que tem a sua origem (causa e consequência) nas enormes desigualdades. A excessiva proximidade entre a classe política dominante e as classes sociais dominantes (as elites financeiras e empresariais e os sectores afins de rendimentos superiores) mostra-se com toda a clareza na distância existente entre as elites dirigentes e as suas políticas públicas, por um lado, e as classes populares, que constituem a maioria da população, pelo outro. (NAVARRO, 2013).

No caso do Brasil, não é somente o casamento entre o poder econômico com o poder politico que fragiliza e compromete a democracia no país, posto que, outra ordem de fatores também

[1] Segundo Barros, Henriques e Mendonça (2000)

contribuiu para que isto ocorra. Não faz muito tempo que o país transitou do populismo de esquerda para o autoritarismo de direita.

Também não faz muito tempo, que em plena crise econômica, instalou-se no país uma grave crise institucional caracterizada pela conflitante relação entre o Executivo, o Legislativo e o Judiciário.

Outra questão que compromete a democracia e, por conseguinte, o próprio desenvolvimento do país, relaciona-se ao poder de articulação e de influência das oligarquias no país, tanto que conseguiu destituir do cardo a presidenta que fora eleita de forma legítima. Ademais, a instabilidade da economia – gestada por um problema de ordem fiscal - , acabou exercendo impacto sobre o sistema político e, este sobre a economia

> Isto levou a turbulências econômicas e políticas explosivas, com uma profunda recessão, taxas de desemprego e de inflação mais elevadas, uma divisão na coligação política vencedora, e, finalmente, como uma conquista oligárquica suprema, um golpe de Estado e a adoção de um programa neoliberal radical. O golpe está muito próximo de realizar seus objetivos de atacar os direitos políticos e liberdades fundamentais, promover o desmantelamento do Estado, anulando as medidas incipientes de bem estar social e de redistribuição de renda e abolir a educação autônoma e seculat assim como a cultura a ciência e a tecnologia. (MILAN, p.77, 2016)

Assim, como pensar o desenvolvimento do país, se os ”objetivos do golpe” podem contribuir para o agravamento das desigualdades sociais e para aumentar o atraso em que se encontra o país nas áreas de educação, ciência e tecnologia entre outras.

Também compromete o desenvolvimento social, e, por consequência, o econômico, a injusta e desequilibrada transferência de recursos financeiros dos cofres públicos entre a área social e a banca financeira.

A título de informação, no caso do Brasil, entre os anos de 2014 a 2018, segundo os dados do Ministério da Cidadania, o governo federal destinou aos gastos com o Bolsa Família um total acumulado de R$167,91 bilhões, contudo, no mesmo período, transferiu para os detentores de títulos da dívida pública a soma de R$1.617,887 trilhões, ou seja, quase que 10 vezes o valor gasto com o programa social BF. Eis porque a distribuição desigual de recursos financeiros entre as áreas econômica e social tornam ainda mais grave a desigualdade no país, o que acaba colocando em descrédito a própria democracia.

3. Breve panorama econômico e social do Brasil.

Entre os anos de 2003 a 2010, o PIB brasileiro (a preços de mercado) registrou uma taxa média anual real de crescimento de 4,1%, contudo, de 2011 a 2018, sofreu queda pronunciada, tendo então, alcançado uma taxa média anual de apenas 0,6%. [2]

No intervalo compreendido entre os anos de 2008 a 2019, a indústria de transformação (IT) acumulou taxa média anual de crescimento de -0,58%. Além disto, a participação da IT no PIB brasileiro, desde o final da década de 1980 vem sucessivamente registrando queda, tanto que, chegou a alcançar em 1985 o equivalente a 35,9%, entretanto, em 2019 atingiu participação equivalente a 11,0%. [3]

Como se não fosse suficiente, o desempenho da IT também sofreu perda significativa em escala internacional, notadamente em relação à participação brasileira no Valor Adicionado manufatureiro mundial. Ocorre que em 1980 a manufatura brasileira detinha considerável percentual de participação no VA da manufatura mundial, tanto que superava com larga vantagem a participação de países como a China, Índia e Coréia do Sul. Entretanto, enquanto estes mesmo países de 1980 em diante conseguiram aumentar sua participação, na direção contrária, a participação brasileira amargou contínua diminuição.

2 E 3: Dados do IPEADATA

Tabela 1: Países líderes selecionados e participação no VA manufatureiro mundial: 1980 e 2017.

País	Participação no VA mundial (%) [1]	
	1980	2017
Brasil	4,11	1,86
China	1,65	24,19
Coréia do Sul	0,50	2,95
Índia	0,82	3,44

FONTE: Morceiro & Tessarini; (2019), Elaboração dos autores. 1: a preços constantes de 2010.

Para piorar ainda mais, de acordo com a Confederação Nacional da Indústria (CNI) até o ano de 2014, a indústria brasileira que figurava entre as 10 maiores do mundo, passou em 2019 a ocupar a 16° posição. Segundo o documento divulgado em agosto de 2020 "Desempenho da indústria no mundo" pela CNI, a participação da IT brasileira no VA da manufatura mundial teria alcançado 1,19%, conquanto a da Coréia do Sul representava 3,05% e a da China, 29,67%.

Convém lembrar que a indústria desempenha papel fundamental no desenvolvimento.

> A indústria tem muito a contribuir para o desenvolvimento brasileiro. A inovação industrial, ao criar novos bens, processos, tecnologias e equipamentos de produção para o conjunto da economia, promove o aumento da produtividade e da complexidade da estrutura produtiva. É isto que assegura a contínua elevação da renda e do bem-estar do conjunto da população. (IEDI, p. 5, 2019).

Outro aspecto também importante pertinente ao desenvolvimento, relaciona-se ao comércio internacional, sobretudo de manufaturados.

> A presença brasileira no comércio de manufaturados é, atualmente, desproporcional em relação ao peso da indústria do País no mundo. Não obstante, as experiências históricas indicam que é impossível ignorar o papel da ampliação das exportações de manufaturados no processo de desenvolvimento. De fato, não há país em desenvolvimento cuja transformação da estrutura econômica não tenha sido impulsionada por uma política de comércio exterior que alavancasse as exportações de manufaturados. (IEDI, 2019).

Curiosamente, no Brasil as exportações de produtos básicos – como porcentagem do valor total das exportações do país – tiveram em 2019, comparativamente ao ano de 1997, um aumento de mais de 100%, em sentido oposto, as exportações da IT reduziram-se em quase 30%. Além disto, acrescenta-se ainda o fato das exportações de produtos industrializados em porcentagem do total das exportações em 2019, comparativamente, ao ano de 1997 – por intensidade tecnológica, ter diminuído. Assim, constatou-se que:

a) As exportações dos demais produtos (básicos) em porcentagem do total, aumentaram de 21,2% (1997), para 43,3% (2019);
b) As exportações de industrializados de baixa tecnologia caíram de 32,0% para 22,9%;
c) De produtos de média baixa tecnologia passaram de 17,0% para 15,8%;
d) Os industrializados de média alta tecnologia diminuíram de 24,8% para 13,9%;
e) As exportações de industrializados de alta tecnologia encolheram de 4,9% para 4,0%; e
f) As exportações provenientes da indústria de transformação registraram queda de 78,8%, para 56,7%, respectivamente. 4

Assim, acreditamos que ampliar a participação da IT no produto total da economia do país, significa (re) industrializá-lo. Além disto, é fundamentalmente importante e necessário, aumentar e melhorar a competitividade da IT para ampliar a sua participação internacional no comércio de manufaturados. Ora, alcançar tamanho objetivo irá requerer notável esforço tanto do empresariado como do governo federal, mesmo porque, para alcança-lo são necessários investimentos em diferentes áreas como em Ciência & Tecnologia; Pesquisa & Desenvolvimento; educação e saúde; infraestrutura urbana; logística de transporte, e outros.

[4] Segundo dados do IEDI (2020)

Se na área econômica, notadamente em relação à indústria há muito ainda a ser feito, na área social, também, ainda que tenham ocorrido avanços, *o sistema atual ainda está distante de propiciar um alto padrão de bem-estar para a população brasileira*. (CASTRO, p. 192, 2013).

O retrocesso produtivo, sobretudo do setor fabril, além dos aspectos anteriormente citados, exerce considerável impacto no mundo do trabalho. O artigo intitulado "Hora de debater o futuro do trabalho no Brasil" publicado no sítio eletrônico Outras Palavras em 04.09.2020 mostra uma situação preocupante no país.

> A regressão produtiva repercute no empobrecimento do mundo do trabalho. Pela primeira vez, mais da metade da população em idade laboral está desocupada. Dos que têm ocupação, quase 50% caíram na informalidade – perderam os direitos, a perspectiva de futuro profissional e a segurança (Outras Palavras, 2020).

Convém assinalar que para as classes sociais de renda baixa, porcentagem elevada dos seus rendimentos provém do trabalho.

A população residente em domicílios particulares permanentes em aglomerados subnormais, mais precisamente em favelas, somara segundo o Censo Demográfico de 2010 (IBGE) mais de 11 milhões de pessoas.

De acordo com o Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade (IETS), em 2014, haviam no Brasil mais de 27 milhões de pessoas em situação de pobreza, das quais, 2,8 milhões residiam na região Norte, 11,6 milhões no Nordeste, 9,5 milhões na região Sudeste sendo que 5,1 milhões se localizavam no estado de São Paulo e, o restante de 2,9 milhões de pessoas residiam no Sul e Centro – Oeste do país. Segundo ainda a mesma fonte, em 2014, havia no país 6,59 milhões de pessoas em situação de indigência.

A taxa de mortalidade infantil – mortes por 1000 nascidos vivos – reduziu-se de 136,2 (1950-1955) para 13,0 (2015-2020), contudo, assim mesmo é considerada alta, mesmo porque em Cuba a mesma fora de 4,5 (2015-2020), segundo as estatísticas da CEPAL.

De acordo com a mesma fonte, a quantidade de médicos por cada 10.000 habitantes, no Brasil aumentou de 10,8 (1990) para 21,6 (2018), conquanto em Cuba de 36,5, saltou para 84,2, respectivamente.

Constata-se uma acentuada redução do número de domicílios pobres no país, tendo em vista que, de 13,8 milhões em 2003, em 2014 foram registrados 6,4 milhões de domicílios. (IPEADATA).

Do mesmo modo, diminuiu a população residente em favelas (como porcentagem da população total), pois, de acordo com as estatísticas do Banco Mundial, a porcentagem caiu de 36,7% em 1990, para 22,3% em 2014.

Apesar dos avanços, ainda prevalece considerável proporção de pessoas residindo em domicílios com ausência de serviços de coleta de lixo, de abastecimento de água por rede geral e de esgotamento sanitário por rede coletora.

Tabela 2: Proporção de pessoas residindo em domicílios com ausência (em %) – 2018.

Brasil e Grandes Regiões	Coleta direta ou indireta de lixo	Abastecimento de água por rede coletora	Esgotamento sanitário por rede coletora
BRASIL	9,7	15,1	35,7
Norte	21,3	41,8	79,3
Nordeste	18,6	20,7	57,1
Sudeste	3,3	7,7	11,8
Sul	5,7	11,5	33,8
Centro-Oeste	7,2	12,5	45,3

FONTE: IBGE/ PNDA – Síntese de Indicadores Sociais, Elaboração dos autores.

Os piores valores estão localizados nas regiões Norte e Nordeste, as mais carentes do país, porém, em relação ao serviço de esgotamento sanitário por rede coletora, as regiões Sul e Centro-Oeste apresentavam proporção considerável de domicílios com ausência deste tipo de serviço.

Convém salientar que estes três serviços mantém estreita relação com a saúde, logo, com a qualidade de vida.

Ainda segundo os dados da PNAD (Síntese de Indicadores Sociais), no ano de 2017, a proporção de pessoas com renda domiciliar per capita igual ou inferior a meio salário mínimo, era de 42,9% na região Nordeste, 41,0% no Norte, 16,0% no Sudeste, na região Sul 11,7% e, no Centro-

Oeste 15,7%.

Registrou-se também percentual mais alto de pessoas de 18 anos ou mais de idade sem o ensino fundamental completo e em ocupação informal no Nordeste (40,7%) e, no Norte (33,9%) no ano de 2017, conquanto no Sudeste o percentual era de (23,4%), na região Sul (26,1%) e no Centro-Oeste (26,3%).

Outro indicador social preocupante diz respeito à violência no país, pois, de acordo com o "Atlas da Violência" do IPEA:

a) A taxa de homicídios dos negros aumentou de 30,7 em 2000, para 43,1 em 2017;
b) O número de suicídios cresceu de 3.490 (1979) para 12.495 (2017), ou seja, mais que triplicou;
c) As mortes violentas mais que dobraram, passando de 65.253 em 1979, para 158.657 em 2017;
d) Em cinco anos, o número de estupros quase dobrou, de 12.087 em 2011, chegaram a 22.918 em 2016; e
e) A taxa de homicídios entre jovens de 15 a 29 anos de idade aumentou de 3,5 vezes, pois de 19,5 em 1980, alcançou 69,9 no ano de 2017.

Assim, ainda que resumidamente este breve panorama da área econômica – examinado sob a ótica da indústria de transformação – e da área social, permite-nos vislumbrar a amplitude dos problemas a serem enfrentados – que estão diretamente relacionados ao desenvolvimento do país – tanto pelos governos como também pelos empresários. De fato, o desafio é deveras abrangente e complexo, tendo em vista, que as áreas econômica e social mantém entre si estreita interdependência e conexão.

4. METODOLOGIA

O artigo foi elaborado a partir de uma pesquisa bibliográfica acrescida de uma pesquisa documental.

> A pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. (...) A pesquisa documental assemelha-se muito à pesquisa bibliográfica. A única diferença entre ambas está na natureza das fontes. (...). Apenas há que se considerar que o primeiro passo consiste na exploração das fontes documentais, que são em grande número. (GIL, p. 66, 2006).

No caso deste artigo a pesquisa documental baseou-se em documentos classificados de segunda mão *(...), que de alguma forma já foram analisados, tais como: relatórios de pesquisa, relatórios de empresas, tabelas estatísticas, etc.* (GIL, p. 66, 2006).

Convém assinalar também que o artigo pode ser caracterizado como sendo uma pesquisa do tipo ex-post-facto, mesmo porque, além do pesquisador não exercer nenhum controle sobre as variáveis independentes, a mesma se baseia em fatos já ocorridos (GIL, 2006).

"Nesse caso, são feitas inferências sobre a relação entre variáveis sem observação direta a partir da variação concomitante entre as variáveis independentes e dependentes." (GIL, p. 69, 2006).

A primeira seção do artigo procurou através do esquema simplificado do fluxo circular de bens e serviços e de renda, explicar não somente o funcionamento de uma economia de mercado, mas, também, examinar dois fenômenos distintos, quais sejam: o crescimento econômico e o desenvolvimento. Enquanto, o crescimento econômico diz respeito à expansão do produto total da economia, o desenvolvimento em sentido amplo relaciona-se à qualidade de vida da população.

Em seguida, mediante o emprego de indicadores econômicos – examinados sob a perspectiva da indústria de transformação – e, de indicadores sociais, procuramos retratar a situação mais recente das áreas econômica e social do país, as quais, por sua vez, relacionam-se diretamente com o desenvolvimento.

Em resumo, os indicadores examinados revelaram a amplitude dos problemas a serem enfrentados, tanto pelos governantes como pelos empresários industriais, os quais, por sua vez, acabam se convertendo em verdadeiro desafio na rota do desenvolvimento do país.

Na terceira seção do artigo procuramos examinar determinados aspectos da área econômica e social, em virtude da transição que ocorreu da lenta recuperação da economia para uma nova conjuntura de crise provocada pela pandemia da Covid – 19.

5. O impacto da COVID-19 nas áreas econômica e social no Brasil.

Em condições normais, isto é, na ausência de qualquer tipo de perturbação, podemos admitir que o fluxo circular simplificado de bens e serviços, configuraria uma dinâmica, na qual, o nível de emprego dependeria do nível de atividade econômica e dos investimentos, além do que, o nível de atividade dependeria da renda, do consumo, dos investimentos e das exportações.

O crescimento da economia – na ausência de inovações do tipo Schumpeteriana – estaria condicionado ao crescimento da população e da renda.

Todavia, em virtude da manifestação de algum tipo de distúrbio – crises econômicas, acidentes naturais, guerras, etc – há de se esperar que o funcionamento da economia sofra também algum impacto com diferentes gradientes de abrangência e intensidade.

No Brasil, mesmo ainda quando o modelo de crescimento econômico baseado no consumo, já emitia sinais de esgotamento, o governo federal continuou a insistir com uma política fiscal expansionista. Contudo, em 2014, concomitante a uma expansão de apenas 0,50% [5] do PIB e, pela primeira vez em onze anos (2003 a 2013), o resultado fiscal primário do governo central registrou déficit. Por este motivo, colocou-se em curso uma política fiscal mais austera, a qual, por sua vez, provocou uma recessão que custou retração do PIB de – 3,5% em 2015 e de – 3,3% em 2016 [6.] Para agravar ainda mais a situação, de 2014 a 2019, o governo central passou a experimentar sucessivos déficits fiscal primário e nominal, chegando no mesmo período a pagar pelos juros da dívida pública o equivalente a R$1,928 trilhão. [7]

Seria oportuno assinalar que entre os anos de 2014 a 2019, segundo dados do Ministérios da Cidadania, no acumulado daquele período, foram destinados ao Programa Bolsa Família um total de R$199,7 bilhões, o que revela uma face perversa da política de transferência de renda num país já matizado por acentuada desigualdade social.

A partir de 2017, a economia brasileira já dava os primeiros sinais de lenta recuperação e fim da recessão, embora no período de 2017 a 2019, a taxa média de crescimento do PIB tenha alcançado pouco mais de 1% a.a.

Quando tudo parecia normal para a recuperação da economia do país, instalou-se em escala global uma crise sanitária deflagrada pela COVID, cujo impacto afetaria todas as economias do mundo.

> Los datos económicos disponibles em el momento de publicarse los pronósticos del informe WEO de Abril de 2020 indicaban um declive sin precedentes de la actividad mundial debido a la pandemia de COVID- 19. Los datos publicados desde entonces hacen pensar en una desaceleración aún más profunda de lo proyectado anteriormente en el caso de varias economias (IMF, 2020).

Segundo as projeções do FMI para 2020, à exceção da China cuja estimativa era de um crescimento da economia de 1,0%, as demais e as principais economias do mundo desenvolvido sofreriam retração do PIB tanto acima como abaixo da média estimada de – 4,9% para a economia mundial.

Para a América Latina e Caribe estimou-se uma redução de – 9,4% e – 9,1%, respectivamente, enquanto para o Brasil, o relatório de junho de 2020 apontava para uma queda do seu PIB de – 9,1%.

De acordo com as estatísticas oficiais do IBGE – PNAD COVID-19, 11,8 milhões de trabalhadores estavam afastados do trabalho em julho de 2020, sendo o principal motivo: quarentena, isolamento, distanciamento social ou férias coletivas. A mesma pesquisa para o mês de julho de 2020 registrava para o Brasil uma taxa de desocupação de 13,1%; para o Norte 13,1%; Nordeste 14,0%; no Sudeste de 13,7%; no Sul de 10,3% e, na região Centro-Oeste de 12,2%.

5, 6 e 7 De acordo com Dowbor (2020)

Ainda segundo a PNAD COVID-19, não bastasse o aumento do desemprego, a crise econômica provocada pela pandemia empurrou considerável e preocupante porcentagem de trabalhadores para a informalidade, a qual, calculada como uma proxy8, alcançara em julho de 2020:

a) No Brasil 33,6%; b) no Norte 48,2%; c) na região Nordeste 44,1%; d) na Sudeste 29,1% e) no Sul 24,1%; f) na região Centro-Oeste 33,5%.

Em relação à despesa de consumo das famílias – medida pela taxa acumulada em quatro trimestres em relação ao mesmo período do ano anterior em porcentagem – os números do SCN (Sistema de Contas Nacionais Trimestrais) revelavam as seguintes taxas:

2° trim. de 2018 3,00; 2° trim. de 2019 1,60 e, 2° trim. de 2020 – 2,5.

Entre Maio e Julho de 2020, a quantidade de pessoas ocupadas caiu de 84,4 para 81,4 milhões, enquanto o número de pessoas desocupadas aumentou de 10,1 para 12,2 milhões de pessoas, respectivamente. (IBGE)

O desempenho da indústria de transformação também foi comprometido, basta examinar os índices da produção física mensal (PFI/IBGE)

Tabela 3: Brasil e Indústria de Transformação segundo índices da produção física mensal* - diversos anos do mês de julho.

Mês/ ano	Número Índice
Julho 2010	101,6
Julho 2012	100,3
Julho 2014	97,6
Julho 2016	84,1
Julho 2018	87,9
Julho 2020	81,8

FONTE: IBGE/PFI, Elaboração dos autores

*Índice de base fixa com ajuste sazonal (Base: média 2012=100) (Número Índice)

Mal a indústria de transformação começou a recuperar-se da recessão de 2015-2016, veio em 2020 nova onda recessiva causada pela pandemia da COVID-19. Independente da sua recuperação, vale assinalar que a sua situação é deveras preocupante, mesmo porque, desde a década de 1980 que a sua taxa média anual de crescimento caiu expressivamente - mesmo alternando movimentos de expansão e de contração da produção –, além do que, a sua participação no PIB do país caiu drasticamente, bem como a sua participação no valor total das exportações nacionais diminuiu, juntamente com a sua participação no valor Adicionado da manufatura mundial.

Reverter esta situação será sem dúvida um considerável desafio, quer seja para os empresários, quer seja para o governo, mesmo porque, os investimentos necessários para aumentar e melhorar a competitividade da indústria brasileira envolvem diferentes áreas como educação, saúde, as atividades de Ciência e Tecnologia (C&T) e de Pesquisa e Desenvolvimento (P$D), infraestrutura portuária, logística de transporte, etc.

Se este já é um considerável desafio, o que pensar então em se tratando do impacto sanitário, econômico e social provocado pela pandemia da COVID-19.

> La intensidad de esta crisis se ve agravada por el modelo de desarrollo seguido en la región durante decadas. La pandemia ha puesto de manifiesto la fragilidad de este modelo, ha exacerbado sus numerosas desigualdades y ha transformado las dificultades cronicas en una crisis aguda que exige atención de corto plazo, para adaptar un conjunto totalmente nuevo de politicas sanitárias, económicas, sociales e industriales. (CEPAL, p. 6, 2020).

[8] Proxy de informalidade: De acordo com o IBGE refere-se às pessoas classificadas como trabalhadores informais quando eram ocupados como: a) empregado do setor privado sem carteira de trabalho; b) trabalhador doméstico sem carteira de trabalho; c) empregador que não contribui para o INSS; d) trabalhador por conta própria que não contribui para o INSS; e) trabalhador não remunerado em ajuda a morador do domicílio ou parente.

Embora o governo federal tenha adotado um conjunto de medidas emergenciais na fase mais aguda da pandemia, o que poderemos esperar para a fase pós-pandemia quando desde o início da mesma a maior preocupação dele (Presidente da República) foi com a economia e não com a vida humana. Basta lembrar que liberou para os bancos recursos da ordem de R$1 trilhão para socorrer as empresas, contudo queria inicialmente conceder um auxilio emergencial de apenas R$200,00.

Num país marcado por acentuada desigualdade em várias dimensões – de gênero, de raça, de renda, de acesso, etc. – além das desigualdades regionais, acrescenta-se para agravar ainda mais a situação das áreas econômica e social, a incontestável regressão que voltamos a experimentar.

> Na divisão internacional do trabalho, regredimos à condição de produtores primários: agricultura de baixíssimo valor agregado e extração bruta de minérios. A regressão produtiva repercute no empobrecimento do mundo do trabalho. Pela primeira vez, mais da metade da população em idade laboral está desocupada. Dos que têm ocupação, quase 50% caíram na informalidade – perderam os direitos, a perspectiva de futuro profissional e a segurança. (Outras Palavras, Set. 2020).

Não bastasse isto, o Brasil voltou a manifestar outro grave problema social, qual seja, o drama da fome, tanto que, a Pesquisa de Orçamentos familiares (POF/IBGE) de 2017-2018, registrou elevado número de domicílios e de pessoas residentes em domicílios em situação de Insegurança Alimentar (IA).

> Em 2017-2018, dos 68,9 milhões de domicílios no Brasil, 36,7% (o equivalente a 25,3 milhões) estavam com algum grau de Insegurança Alimentar (...). Na população residente, estimada em 207,1 milhões de habitantes, 122 milhões eram moradores em domicílios com SA, enquanto 84,9 milhões habitavam aqueles com alguma IA, (...). (IBGE,2020).

Entre as grandes regiões da federação brasileira, o Norte e o Nordeste registraram os percentuais mais elevados em relação ao total de domicílios particulares permanentes com insegurança alimentar.

Tabela 4: Brasil, grandes regiões e domicílios particulares permanentes com insegurança alimentar (em %) – 2017-2018

Grandes Regiões	Domicílios particulares permanentes com IA (%)
Norte	56,9
Nordeste	50,3
Sudeste	31,1
Sul	20,6
Centro-Oeste	35,1

FONTE: IBGE – POF 2017-2018, Elaboração dos autores.

Convém assinalar que de acordo com o IBGE a IA grave atingiu um total de 3,1 milhões de domicílios, cuja quantidade de pessoas neles residentes somaram 10,3 milhões.9

Para complicar ainda mais a situação, em plena crise sanitária da COVID-19, outro fenômeno que se manifestou impactando diretamente a classe de renda mais baixa, é a elevação dos preços dos alimentos, principalmente do arroz.

Embora a argumentação do Banco Mundial destinava-se aos países de baixa renda, admitimos que a mesma seja válida para a população brasileira pertencente aquela mesma categoria de renda.

> (...) los precios del arroz aumentaron debito a los anúncios de restricciones de políticas por parte de algunos produtores de Asia oriental y la escasez de producción derivada de las condiciones meteorológicas. Los países de ingresso bajo son particularmente vulnerables a lá inseguridad alimentaria, ya que los alimentos representan una proporción mucho maior de su

[9] O nível de Insegurança Alimentar Grave (IA grave) significa que houve ruptura nos padrões de alimentação resultante da falta de alimentos entre todos os moradores, incluindo, quando presentes, as crianças. (IBGE, 2020)

consumo que en otros mercados emergentes y economias em desarrollo. (BAFFES, NAGLE, s/ pág, 2020).

Ademais, em virtude da população detentora de renda muito baixa destinar considerável parcela de seus rendimentos à aquisição de alimentos, a inflação para ela acaba sendo maior do que para outras classes de renda, principalmente para a população de renda média e alta.

Tabela 5: Brasil, inflação por faixa de renda (em %) – ago./ 2020.

Faixa de Renda	Variação acumulada (%)	
	Ano	Em doze meses
Renda muito baixa	1,53	3,20
Renda baixa	1,15	2,87
Renda média-baixa	0,78	2,42
Renda média	0,52	2,25
Renda média alta	0,45	2,06
Renda alta	-0,07	1,54

FONTE: IPEA (Carta de Conjuntura) 3° trim. 2020, adaptada pelos autores.

Não resta dúvida de que o auxílio emergencial de R$600,00 mensais concedido pelo governo federal, contribuiu em boa medida, para mitigar o impacto provocado pela pandemia sobre o emprego e a renda da população alvo daquele mesmo benefício. No entanto, vale lembrar que de acordo com as estatísticas do Dieese referentes ao mês de agosto de 2020: a) o valor da Cesta Básica alcançara R$529,76 no Rio de Janeiro; R$539,95 em São Paulo; R$505,54 em Curitiba; R$528,61 em Porto Alegre e R$530,42 em Florianópolis, e, b) o valor do Salário Mínimo Nominal vigente no país era de R$1.045,00, conquanto o Salário Mínimo Necessário – calculado pelo Dieese para uma família composta por 4 pessoas, 2 adultos e de menores – deveria ser de R$4.536,12.

Considerações Finais

Apesar dos avanços alcançados na área econômica até a década de 1970, sobressaindo o processo de industrialização do país, de 1980 em diante, diversos motivos têm contribuído para a perda de dinamismo e de competitividade da indústria de transformação brasileira.

Do mesmo modo, os avanços mais expressivos obtidos na área social da década de 1990 até por volta de 2010, daí em diante começaram a experimentar apreciável retrocesso.

Acrescenta-se ainda o fato do governo central ingressar em 2014 numa grave crise fiscal, que acabou gestando medidas radicais de contenção de gastos, através da chamada PEC dos gastos.

Para piorar ainda mais, em 2020, o mundo foi assolado por uma pandemia que produziu impacto diferenciado na economia global desencadeando por sua vez, efeitos deletérios na área social.

No Brasil, instalou-se um grave dilema entre as áreas de economia e de saúde, posto que, entre salvar a economia e preservar vidas, o comandante em chefe da nação deu preferência à primeira.

Ainda não temos a exata noção do que ocorreu na área social, mas, muito provavelmente, o quadro pós-pandemia não será nada agradável, notadamente em virtude da sua situação pré-crise.

Da mesma maneira, a situação da indústria de transformação na fase pré-crise sanitária, já inspirava significativa preocupação.

Diante do quadro apresentado ao longo do texto, na fase pré-pandemia, tanto na área econômica – em destaque a indústria de transformação - e a área social, acreditamos que o Brasil ainda terá que avançar muito na direção do desenvolvimento, o que, sem dúvida, dependerá em grande medida da sensibilidade, da vontade política dos governantes, bem como, da qualidade das políticas públicas e da boa gestão dos recursos públicos.

Além disto, conquistar a confiança da área financeira significa que o governo central deve manter severa disciplina fiscal, conquistar a simpatia e a confiança da população mais exposta à situação de vulnerabilidades resulta na manutenção dos programas sociais, e, conquistar a empatia dos empresários industriais torna necessária a adoção de uma política industrial convergente á (re)industrialização e modernização do parque fabril brasileiro. Estes são apenas alguns problemas que podem obstar o desenvolvimento do país.

Acreditamos que enquanto o comando do país estiver sob a tutela tão somente de planos do governo e não de um plano de Estado, e, enquanto as oligarquias continuarem exercendo seu poder de influência sobre o sistema político, muito provavelmente, tanto o desenvolvimento como a própria

democracia podem não avançar de acordo com as aspirações da maioria da sociedade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

VICECONTI, Paulo E.V.; NEVES, Silvério das. Introdução à Economia. – 4° ed. – São Paulo: Frase Editora, 2000.

VASCONCELLOS, Marco Antonio S.; GARCIA Manuel E. Fundamentos de Economia. – São Paulo: Saraiva, 1998.

GREMAUD, Amaury Patrick...[et al.]. Introdução à Economia. – São Paulo: Atlas, 2007.

SEN, Amartya. Desenvolvimento como liberdade. Tradução de Laura Teixeira Motta. – São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

KLIKSBERG, Bernardo Falácias emitos do desenvolvimento social. Tradução de Sandra Trabucco Valenzuela, Silvana Cobucci Leite. – São Paulo: Cortez, Brasília, DF: UNESCO, 2001.

PAES de BARROS, Ricardo; HENRIQUES, Ricardo; MENDONÇA, Rosane. Desigualdade e pobreza no Brasil: retrato de uma estabilidade inaceitável. – São Paulo: Revista Brasileira e Ciências Sociais, vol 15, N° 42, fevereiro 2000.

IPEADATA – Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas/ Banco de Dados Macroeconômico.

NAVARRO, Vicenc. As consequências antidemocráticas da concentração de riqueza. 10 de maio, 2013. http://www.esquerda.net acesso em 27/04/2017.

Governo Federal – Ministério da Cidadania https://www.desenvolvimentosocial.gov.br

UNIDO – United Nations Industrial Development Organization – Statistical Country Briefs. https://www.unido.org/resources-statistics/statistical-country-briefs

MORCEIRO, Paulo Cesar; TESSARINI, Milene. Desenvolvimento industrial em perspectiva internacional comparada. – São Paulo: IEDI, agosto 2019.

IEDI – Instituto de Estudos Desenvolvimento Industrial por uma indústria padrão mundial. – São Paulo, outubro 2019.

CNI – Confederação Nacional da Indústria. Desempenho da indústria no mundo. Brasília, agosto de 2020.

Outras Palavras. Hora de debater o futuro do trabalho no Brasil. (da Redação), 04.09.2020. https://outraspalavras.net

CASTRO, Jorge Abrahão de Política social, distribuição de renda e crescimento econômico. In: Políticas Sociais, Desenvolvimento e Cidadania. Ana Fonseca, Eduardo Fagnani (orgs). – São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2013.

IETS – Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade.

CEPAL – Comissão Econômica para América Latina e Caribe. – Estatísticas.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. – Pesquisa Nacional Amostra de Domicílios/ Síntese de Indicadores Sociais.

IPEA – Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicada: Atlas da Violência, 2017.

GIL, Antonio Carlos. Métodos e Técnicas de Pesquisa Social – 5.ed. – São Paulo: Atlas, 2006.

DOWBOR, Ladislau. Uma farsa chamada “ajuste fiscal”. https://ouraspalabras.net, acesso em 13.05.2020

IMF – International Monetary Found. La crisis de COVID-19: Secuelas económicas mas graves de lo previsto. Actualización de las perspectivas de la economia mundial. junio de 2020.https://www.imf.org

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – Banco de Dados SIDRA.

CEPAL – Informe: El impacto del COVID-19 en América Latina y el Caribe, julio 2020. https://www.un.org/sites/un2.un.org/files/sg_policy_brief.covid

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – Pesquisa de Orçamentos Familiares 2017-2018.

BAFFES, John; NAGLE, Peter. Perspectivas de los mercados de produtos básicos y los efectos del coronavirus. Informe, Edición de abril de 2020, World Bank.

LAMEIRAS, Márcia Andreia Parente. Inflação por faixa de renda. – Brasilia: IPEA, Carta de Conjuntura, N.48, 3° trimestre de 2020.

MILAN, Marcelo. Restauração oligárquica e retomada neoliberal plena: um ensaio sobre a origem das crises gêmeas e do golpe de Estado de 2016 no Brasil. – Porto Alegre: Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais, v.5, n.9, jan./jun.2016/p.76-119.

BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR: POLÍTICA PÚBLICA DE INCLUSÃO DIGITAL DE ESTUDANTES DA EDUCAÇÃO BÁSICA

NATIONAL COMMON CURRICULAR BASE - PUBLIC POLICY DIGITAL INCLUSION OF STUDENTS IN BASIC EDUCATION

Área temática: Educação e Desenvolvimento.

COSTA, Machado Thais
Uni-FACEF
Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional pelo Uni-FACEF
thaisgestaoeducacional@gmail.com

BANDOS, Melissa Franchini Cavalcanti
Uni-FACEF
Doutora em Administração pela FEA-USP
melissafcb@gmail.com

OLIVEIRA, Sheila Fernandes Pimenta
Uni-FACEF
Doutora em Linguística e Língua Portuguesa pela Unesp – Araraquara
sheilafacef@gmail.com

Resumo

Reflexões sobre educação e inclusão digital são primordiais e relevantes, vivemos em mundo globalizado, e a preparação do estudante é uma questão iminente em pauta. É necessário pensar na inclusão digital, para inserir o indivíduo em seu tempo e espaço, e na cultura digital, para uso das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs). O acesso digital é um direito, garantir esse direito, por meio de política pública é essencial. Nesse sentido, é necessário analisar o que a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), a mais recente política pública educacional, apresenta sobre inclusão digital de estudantes da educação básica, ressaltando os processos que envolvem letramento e multiletramento e o domínio de ferramentas digitais. Assim, o objetivo do trabalho é analisar os postulados de inclusão digital de estudantes da educação básica, trazidos na BNCC, por meio das práticas pedagógicas de letramento e multiletramento, a fim de avaliar a referida política pública de educação e os possíveis efeitos sobre os indivíduos. Para alcançar o objetivo, foi realizada uma pesquisa bibliográfica teórica e uma análise da BNCC, buscando oferecer um conjunto de disposições pedagógicas, aos profissionais envolvidos com educação básica, no que se refere à inclusão digital, de forma a permitir a participação das crianças e dos jovens em um mundo cada vez mais global. Verifica-se a necessidade dos profissionais da educação compreenderem a relevância de incluir o aluno em práticas digitais, priorizando a formação de alunos letrados e multiletrados, capazes de atuar com variadas linguagens, principalmente as que constituem as redes e meios digitais.

Palavras-chave: Inclusão Digital, BNCC, Política Pública.

Abstract

Reflections on education and digital inclusion are essential and relevant, because we live in a globalized world, and student preparation is a relevant discussion. It is necessary to think about digital inclusion, to insert the person in his time and space, and digital culture, to the use of Information and Communication Technologies (ICTs). Access to digital is a right, allowing that right through public policy is necessary. In this sense, it is important to analyze what the National Common Curricular Base (BNCC), the most recent public policy in the area of education, presents the digital inclusion of students in basic education, highlighting the processes involving literacy and multiliteracy, and the understanding of digital tools. The aim of this paper is to analyze the postulates of digital inclusion of students on basic education, highlighted in the BNCC, using literacy and multiliteracy practices, to assess the aforementioned public education policy and the possible effects on individuals. To achieve that goal, theoretical bibliographic research and analysis of the BNCC was conducted, which aims to offer a set

of pedagogical provisions to professionals involved in basic education, with regard to digital inclusion, in order to allow the participation of children and young people in an increasingly global world.

Keywords: Digital Inclusion, BNCC, Public Policy.

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo traz algumas reflexões sobre a questão da inclusão digital de estudantes da educação básica, tendo, como subsídio para explanação prática, o documento balizador da qualidade de ensino, a Base Nacional Comum Curricular - BNCC, uma política educacional que visa garantir, aos estudantes, o direito de aprender um conjunto essencial e fundamental de conhecimentos, competências e habilidades.

O trabalho aponta questões do avanço das tecnologias da informação e comunicação, das mudanças na sociedade advindas da globalização e da preparação dos alunos para esta nova realidade. Assim, destaca-se que a educação fundamental é essencial para formação do indivíduo, além do desenvolvimento das suas capacidades.

A educação é apresentada aqui como um direito, e vale destacar a questão da qualidade no ensino, e neste cenário se faz relevante a implementação de políticas públicas educacionais, que contribuam, para que o nosso país caminhe em direção ao desenvolvimento social e econômico com inclusão social e da educação, de forma a promover a inclusão do aluno e sua preparação, para atuar na sociedade. Como exemplo, apresenta-se a BNCC que visa desenvolver habilidades e competências para formação integral do aluno. Dentre estas competências, o artigo apresenta a questão da inclusão digital, ressaltando os processos que envolvem letramento e multiletramento, além do domínio de ferramentas digitais, pois um dos pontos de destaque do documento tem relação com as mudanças socias significativas na sociedade contemporânea, devido às influências da cultura digital e do avanço das tecnologias de informação e comunicação.

O estudo apresenta também pontos fundamentais sobre letramento e multiletramento, como um conjunto de práticas sociais que usam a escrita, em diferentes contextos, ampliando as práticas de linguagem contemporâneas, principalmente, no meio digital, com a utilização das tecnologias da informação e comunicação; assim, a partir deste contexto, é essencial que as escolas e professores reflitam sobre a necessidade de preparar o aluno para uma sociedade cada vez mais digital.

A BNCC, em seu documento, ressalta a questão do letramento e multiletramento, para formação de leitores competentes, críticos e reflexivos, com atuação social através da escrita, além do seu uso nas mais variadas ferramentas e práticas, como nos meios digitais, pois se sabe que, atualmente, o aluno tem maior acesso à informação e conhecimento que se propagam com rapidez e volume, o ponto em questão e como preparar o aluno para esta realidade.

Para atender todas estas questões, o artigo traz um referencial teórico com base em uma pesquisa bibliográfica teórica e acadêmica, visando analisar a BNCC, ao tratar do letramento e multiletramento, articulando com a necessária inclusão digital – uma política pública que atenda ao seu tempo e espaço.

2 DIÁLOGO DA TEORIA COM A BNCC

No item, são apresentados os pressupostos teóricos que tratam da educação formal, correlacionada com os temas inclusão digital, letramento, multiletramento, e políticas públicas. Para tanto, foram consultados livros e artigos científicos impressos e digitais. Assim, para tratar de cultura digital e da inclusão dos indivíduos, foram consultados Lévy (1999) e Castells (1999). Os estudos sobre letramento e multiletramento passam pelos pilares teóricos de Kleiman (2005), Soares (2003, 2018) e Rojo (2012, 2013). As políticas públicas são estudadas com subsídios em Secchi (2014).

Em um segundo momento, são apresentadas aqui as investigações que foram realizadas, na *Base Nacional Comum Curricular* – BNCC – a partir das temáticas letramento e multiletramento e, a partir de então, foram selecionados trechos que permitiram observar os postulados de inclusão digital, e as ações de uma política pública que a garantem.

Questões que envolvem educação e desenvolvimento, atualmente, são muito discutidas na atualidade, principalmente, pela globalização. Dessa forma, a educação vem enfatizando a necessidade de preparar os indivíduos desde cedo, através de propagação de conhecimentos, desenvolvimento de habilidades, atitudes e comportamentos de que necessitam, para formar cidadãos informados, em um contexto de desenvolvimento sustentável, no qual as aprendizagens precisam ser múltiplas.

Corroborando com o exposto acima, Nussbaum (2009) destaca que há certas habilidades fundamentais a serem desenvolvidas nos indivíduos, que estão associadas com as humanidades e as artes, sendo a capacidade de pensar criticamente, a capacidade de refletir sobre problemas mundiais, assumindo a posição de um "cidadão do mundo" e, finalmente, a capacidade de imaginar simpaticamente a situação de outra pessoa. A autora cita que se trata de uma educação para o desenvolvimento humano, um conceito amplo, que inclui muitos tipos de cultivo pertinentes para o autodesenvolvimento pessoal do aluno; está relacionado à formação de cidadãos do mundo dignos, que possam compreender os problemas globais, ou seja, uma educação para o desenvolvimento humano de uma cidadania global, em uma sociedade justa minimamente decente.

Para Sen (2010), a questão do desenvolvimento não está associada apenas a indicadores de renda e econômicos, mas menciona o capital social, que tem relação direta com o capital humano e a educação. O autor apresenta o questionamento de como se constrói o capital social, e define que este passa em primeiro lugar pela cultura e a educação, e quando atua ativamente, sendo colocados em prática, há um fortalecimento dos valores culturais que lhe dão vida, pois a cultura é um dos substratos capitais de maior importância na sociedade.

Corroborando com o exposto, Mattos (2017) ressalta que o sentido da educação está também diretamente relacionada à capacidade humana, ou seja, a educação fundamental é essencial não somente para formação, como também no aproveitamento da capacidades. Neste ponto, Sen (2010) define as capacidades como uma liberdade de realizar combinações, de optar dentre as alternativas que são apresentadas no contexto que determinada pessoa vive.

Destaca-se aqui a função da educação, que é capaz de tornar possível a compreensão do mundo, o que evidencia que a educação é um meio fundamental no desenvolvimento de capacidades, ou seja, as oportunidades sociais como liberdades instrumentalizadas, e são de interesse coletivo da sociedade, sendo, muitas vezes, oferecidas, por meio de políticas públicas, e concretizam necessidades básicas do cidadão, proporcionando qualidade de vida ao considerarmos que são meios para o desenvolvimento das capacidades do indivíduo.

Mattos (2017), em seus estudos, ressalta que a educação é um direito e garantido por lei, e deve visar ao pleno desenvolvimento da pessoa, sendo que a escola exerce um papel fundamental na formação do indivíduo e exercício da cidadania. Neste contexto, ao enfatizar a significância da educação, vale ressaltar as ideias pragmáticas de Sen, que segundo Mattos (2017), tem como um de seus objetos de estudo o acesso à educação de qualidade. Ao mencionar educação de qualidade, o aspecto de inclusão está estritamente relacionado, pois uma educação efetiva não tem exclusões.

Neste contexto, a BNCC é um dos documentos da educação brasileira atual, sendo uma política educacional balizadora da qualidade no ensino, e define o que deve ser ensinado, o que é prioridade em cada etapa do ensino e em cada área de conhecimento. Ou seja, é conceituada em seu próprio texto como “um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica” (BNCC, 2017, p. 7).

Trata-se assim de uma política pública educacional que visa garantir o direito à educação de qualidade para todos os alunos, através do desenvolvimento de competências e habilidades. Neste contexto, o papel primordial das políticas públicas é garantir que as ações do governo tragam bem-estar, no que respeito às decisões do governo relacionadas ao ambiente escolar, enquanto ambiente de ensino-aprendizagem. Secchi (2014) define que a política pública é uma diretriz elaborada para solucionar um problema público relativamente importante, que deve ter uma diretriz intencional, como no caso da BNCC, que se fundamenta na forma de lei, a fim de resolver as desigualdades na qualidade de ensino e contribuir para inclusão de alunos em práticas digitais, priorizando a formação de alunos letrados e multiletrados, para que estes possam atuar nas mais variadas linguagens, principalmente as que constituem os meios digitais.

É importante ressaltar que neste processo de elaboração de políticas públicas o autor aponta sobre o ciclo de políticas públicas, que organiza a vida de uma política pública em fases sequenciais, e são definidas como: 1. identificação do problema, 2. formação da agenda, 3. formulação de alternativas, 4. tomada de decisões, 5. implementação, 6. avaliação, 7. extinção. Este ciclo ajuda a organizar as ideias e contribui, para que toda a complexidade da política pública seja simplificada e mais compreensível. Assim, há um ponto de início e de finalização de uma política pública. Conhecer o que é e como se fundamenta uma política pública contribui para compreender melhor os ideais da BNCC e seus processos.

Para Mello (2020), é fundamental refletir sobre a garantia do direito à educação, a partir das políticas públicas que são direcionadas aos sistemas de ensino, pois mesmo com todos os avanços,

nas últimas décadas, ainda persistem situações de desigualdades educacionais e sociais, fracassos e obstáculos, principalmente a parcela mais carente da população. A autora ainda aponta que vencer a desigualdade social, ou minimizá-la, depende da luta pelos direitos sociais e a busca de um desenvolvimento que seja articulado aos anseios e necessidades do povo. Neste cenário, verifica-se que há um caminho a ser percorrido e, consequentemente, é necessária a existência de políticas públicas, que contribuam para que o país caminhe rumo do desenvolvimento social e econômico com inclusão social e da educação.

> Assim, as políticas públicas em educação devem ter esse compromisso com a dimensão ampla e fundamental do humano, de estabelecer diretrizes para que a contribuição social da escola pública seja efetivada, sem excluir ninguém. Significa garantir o direito à educação como possibilidade de construção da condição humana, da inteligência, de uma existência humanizada e da justiça social (MELLO, 2020, p. 11).

Como destaca Macedo (2019), as políticas públicas se definem como um conjunto de decisões inter-relacionadas, que envolvem a tomadas por um ator ou grupo de atores políticos, essas decisões e ações que permeiam uma política pública podem ser voltadas para as mais diversas áreas da sociedade. Para o autor, quando se fala de políticas públicas educacionais, deve-se pensar em um ensino de qualidade, que demonstre certa preocupação com o futuro da nação, consequentemente, é necessário ter uma visão articulada a projetos que envolvem o Estado e a sociedade, a fim de construir uma educação que seja mais inclusiva e de melhor qualidade. Neste estudo é dada uma atenção especial à BNCC uma política pública educacional, que visa atender a estes anseios de educação inclusiva, cidadã e de qualidade.

Diante das questões, faz-se necessário um olhar atento à educação e ao ensino, no que diz respeito à formação do aluno. Assim, é necessário conhecer melhor a BNCC, sendo este um documento de caráter normativo, que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da educação básica. Dessa forma, a BNCC, ao que parece, contribui, de forma efetiva, para superar a fragmentação das políticas educacionais, e o fortalecimento do regime de colaboração entre as três esferas de governo e seja balizadora da qualidade da educação, e propondo competências gerais, a serem trabalhadas na educação básica. Dentre estas competências, o estudo apresenta a questão da inclusão digital de estudantes da educação básica, ressaltando os processos que envolvem letramento e multiletramento, e o domínio de ferramentas digitais.

A inovação do uso de tecnologias educacionais está presente na BNCC, e este importante documento, determina as diretrizes do ensino da Educação Básica, e coloca a tecnologia como um fator fundamental do processo de ensino. Ou seja, um dos pilares da BNCC é a cultura digital e a forma como deve ser inserida na aprendizagem. A BNCC (2017) apresenta competências gerais da educação básica, e dentre elas, algumas fazem menção à inclusão digital. As aprendizagens essenciais devem concorrer, para assegurar, aos estudantes, o desenvolvimento de dez competências gerais.

O documento define *competência* como a mobilização de conhecimentos, habilidades, atitudes e valores para resolver as demandas da vida cotidiana, e do pleno exercício à cidadania e mundo do trabalho. São competências gerais que envolvem Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio, ou seja, toda a Educação Básica. Dentre algumas competências, destaca-se as relacionadas à inclusão digital, como a Competência 2 que aponta a necessidade de exercitar a curiosidade intelectual a investigação, a reflexão, a análise crítica, imaginação e a criatividade, para investigar causas, testar hipóteses, resolver problemas e criar soluções (inclusive tecnológicas), articulando os conhecimentos das diferentes áreas; e a Competência 5, que destaca a importância de ter o domínio, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação, de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares). O uso dessas TICs envolve aspectos relacionados à comunicação, acesso a informações, produção de conhecimentos, e atuação coletiva na sociedade.

De acordo com a BNCC (2017), é preciso preparar o aluno, com uma educação integral e de qualidade, pois vivemos em uma sociedade contemporânea que impõe um olhar inovador e inclusivo a questões centrais do processo educativo: o que aprender, para que aprender, como ensinar, como promover redes de aprendizagem colaborativa e como avaliar o aprendizado. São questionamentos que devem permear a prática educativa, e incluir os alunos na atual sociedade, ou seja, é o saber produtivo, é muito mais que o acúmulo de informações, requer o desenvolvimento de competências, para aprender a aprender, saber lidar com a informação cada vez mais disponível, atuar com

discernimento e responsabilidade nos contextos das culturas digitais, aplicar conhecimentos, para resolver problemas e buscar soluções. O documento ainda destaca a necessidade de ampliar a relação do indivíduo com múltiplas linguagens, incluindo os usos sociais da escrita, que permite a participação no mundo letrado e a construção de novas aprendizagens, além de estimular o pensamento criativo, lógico e crítico, por meio da construção e do fortalecimento da capacidade de fazer perguntas e de avaliar respostas, de argumentar, de interagir com diversas produções culturais, de fazer uso de tecnologias de informação e comunicação.

A BNCC (2017) ressalta as mudanças socias significativas na sociedade contemporânea, com influência da cultura digital e do avanço e da multiplicação das tecnologias de informação e comunicação, além do crescente acesso a elas, pela maior disponibilidade de computadores, telefones celulares, tablets e afins, sendo relevante salientar que os estudantes estão dinamicamente inseridos nessa cultura, não somente como consumidores, mas também como protagonistas da cultura digital, envolvendo-se diretamente em novas formas de interação multimidiática e multimodal e de atuação social em rede, uma realidade que faz parte da rotina dos alunos nesta nova geração, e as dominam a cada dia com mais agilidade.

Nesse contexto, destaca-se a necessidade de rever o ensino, que precisa repensar o compromisso de estimular a criticidade e análise profunda em relação ao conteúdo e à multiplicidade de ofertas midiáticas e digitais.

Os meios digitais oferecem uma gama de informações e conteúdos ilimitados, e torna-se fundamental formar o aluno para o desenvolvimento de competências de análise crítica. A BNCC (2017) trata das áreas de conhecimento, e ao tratar da área de linguagens, é possível destacar as mais variadas, como a corporal, a visual, a sonora e, contemporaneamente, a digital; e é por meio dessas práticas que as pessoas interagem consigo mesmas e com os outros, constituindo-se como sujeitos sociais. Os alunos, em seu processo de formação, precisam compreender que as linguagens são dinâmicas, e que todos participam desse processo de constante transformação, ao considerar que vivemos em um mundo com inovações e transformações constantes, principalmente relacionados as novas tecnologias.

Ao tratar das novas tecnologias da informação e comunicação, é fundamental refletir sobre a inclusão digital do aluno, e esta inclusão se inicia com aspectos relacionados à alfabetização e também ao letramento, como aponta o documento em seu componente específico de Língua Portuguesa, ressaltando que é importante proporcionar aos estudantes experiências que contribuam para a ampliação dos letramentos, de forma a possibilitar a participação significativa e crítica nas diversas práticas sociais permeadas/constituídas pela oralidade, pela escrita e por outras linguagens, como as digitais.

É necessário que os profissionais que atuam na educação compreendam estes conceitos, a fim de verificar o desenvolvimento da aprendizagem do seu aluno e verificar como atuar. Dessa forma, é fundamental compreender o que a literatura traz sobre a temática e conhecer melhor o que documentos como a BNCC elencam sobre o assunto.

O documento da BNCC (2017) ressalta que, nos dois primeiros anos do Ensino Fundamental, a ação pedagógica deve ter como foco a alfabetização, a fim de garantir oportunidades para que os alunos se apropriem do sistema de escrita alfabética, de modo articulado ao desenvolvimento de outras habilidades de leitura e de escrita e ao seu envolvimento em práticas diversificadas de letramentos. Assim, o documento explana que, nestes dois primeiros anos do Ensino Fundamental, deve-se enfatizar um direcionamento às questões de alfabetização, como garantir o envolvimento das crianças em práticas sociais de letramentos, a fim, de oferecer oportunidades de exercitar a leitura e a escrita de um modo mais significativo, pois a área de linguagens é uma das que permeia todo ensino considerando que aprender a ler e escrever oferece aos estudantes algo novo e surpreendente, amplia seu universo e as possibilidades de construir diferentes conhecimentos.

A BNCC traz uma concepção de alfabetização, em que “aprender a ler e escrever oferece aos estudantes algo novo e surpreendente: amplia suas possibilidades de construir conhecimentos nos diferentes componentes, por sua inserção na cultura letrada, e de participar com maior autonomia e protagonismo na vida social” (2017, p. 63). Ou seja, a aquisição da proficiência em escrita e leitura envolve certas capacidades e habilidades que são obtidas pelo processo da alfabetização, e se iniciam desde a exploração natural da linguagem e passa por um período de conhecimento da mecânica da escrita e leitura. O documento ainda apresenta o letramento como uma forma de designar as novas práticas sociais de linguagem, além dos ‘‘novos letramentos que remetem a um conjunto de práticas específicas da mídia digital que operam a partir de uma nova mentalidade, regida por uma ética diferente’’ (2017, p. 487). E destaca também a relevância de ‘‘proporcionar aos estudantes experiências

que contribuam para a ampliação dos letramentos, de forma a possibilitar a participação significativa e crítica nas diversas práticas sociais permeadas/constituídas pela oralidade, pela escrita e por outras linguagens'' (2017, p. 67).

Dessa forma, a BNCC (2017) destaca que, no Ensino Fundamental – anos iniciais, há um aprofundamento das experiências com a língua oral e escrita, já iniciadas na família e na Educação Infantil, explorando os conhecimentos prévios dos alunos e avançando, a partir do seu contexto. Assim, no decorrer dos anos, vários eixos são trabalhados, como oralidade, análise linguística, leitura e escuta, e produção de texto. Em oralidade, há um aprofundamento no conhecimento e o uso da língua oral, assim como as características de interações discursivas; no eixo análise linguística, sistematiza-se a alfabetização, particularmente nos dois primeiros anos e avança nos anos seguintes; no eixo leitura/escuta, amplia-se o letramento, por meio da progressiva incorporação de estratégias de leitura em textos de nível de complexidade crescente e ampliando o repertório do aluno; e, por fim, no eixo produção de textos, trabalhando as estratégias de produção de textos de diferentes gêneros textuais, a partir dos conhecimentos que o aluno já adquiriu. Além isso, o componente Língua Portuguesa deve proporcionar, aos alunos, experiências que contribuam para a ampliação dos letramentos, para uma participação significativa e crítica nas diversas práticas sociais, além de contemplar os novos letramentos, essencialmente digitais. Ou seja, a BNCC procura contemplar a cultura digital, diferentes linguagens e diferentes letramentos.

Neste contexto, Soares (2018) ressalta que uma criança letrada é aquela que não somente sabe ler e escrever, mas também domina habilidades de leitura e escrita, em seu contexto diário, necessárias para a participação em eventos de letramento tão frequentes na sociedade atual. Leitura, no contexto da BNCC, também tem um sentido mais amplo, e está relacionado não somente ao texto escrito, mas também a imagens estáticas como: foto, pintura, desenho, esquema, gráfico, diagrama; ou em movimento como filmes e vídeos; ao som como a música, além dos muitos gêneros digitais.

Para Kleiman (2005), o conceito de letramento começou a ser usado no meio acadêmico na tentativa de fazer uma distinção entre os estudos sobre alfabetização e o impacto social da escrita. De acordo com Soares (2005), houve a necessidade de reconhecer e nomear práticas sociais de leitura e de escrita mais avançadas e complexas que as práticas do ler e do escrever resultantes da aprendizagem do sistema de escrita. Assim, letramento é um termo com conceito amplo e se difere de alfabetização, por exemplo, ao analisar crianças com vivências e experiências diferentes, algumas podem ser consideradas letradas, no sentido de já possuírem estratégias orais letradas, antes mesmo de serem alfabetizadas, ou seja, sendo a oralidade um dos objetos de estudos sobre letramento, se a criança tem um repertório, argumenta, tem contato com histórias e textos; esta pode ser considerada letrada, mesmo que ainda não saiba ler e escrever.

Ainda falando em letramento, Kleiman (2005), define este como um conjunto de práticas sociais que usam a escrita, em diferentes contextos. De acordo com a mesma autora, letramento explora o mundo da escrita, e muitas vezes, a escola como principal agência de ensino, preocupa-se apenas com um tipo de prática que é a alfabetização em um processo de aquisição de códigos alfabéticos, e posteriormente, em segundo plano preocupam-se com a importância da prática social.

A BNCC (2017) considera que houve transformações significativas das práticas de linguagem ocorridas no atual século, reflexo do desenvolvimento das tecnologias digitais da informação e comunicação (TDIC). O documento ressalta a necessidade de explorar diferentes tecnologias e recursos digitais, sejam eles multimeios, animações, jogos eletrônicos, gravações em áudio e vídeo, fotografia, softwares etc. Além disso, ressalta a importância de trabalhar pontos específico na área da linguagem como "ler, escutar e produzir textos orais, escritos e multissemióticos que circulam em diferentes campos de atuação e mídias, com compreensão, autonomia, fluência e criticidade, de modo a se expressar e partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos, e continuar aprendendo" (BNCC, 2017, p. 80).

Ao pontuar tais questões, que envolvem a área da linguagem, a BNCC apresenta uma competência específica do ensino fundamental, trata-se da Competência 6, que ressalta que o aluno deve compreender e utilizar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, e ética nas diversas práticas sociais e escolares, favorecendo a comunicação, por meio das diferentes linguagens e mídias, a fim de produzir conhecimentos, resolver problemas e desenvolver projetos autorais e coletivos. Ao se tratar então do componente Língua Portuguesa, é necessário proporcionar, aos estudantes, experiências que contribuam para a ampliação dos letramentos, com práticas de linguagem contemporâneas que envolvem novos gêneros e textos cada vez mais multissemióticos e multimidiáticos, além de novas formas de produzir, de configurar, de disponibilizar,

de replicar e de interagir com o conhecimento, através de diferentes ferramentas digitais, proporcionando ao aluno a aproximação com a sua realidade.

Neste cenário de aprendizagem, o professor é o principal observador do desenvolvimento do aluno, a criança inicia essa aprendizagem antes mesmo de entrar na escola, a partir do contexto em que vive e de suas experiências. O professor assume, então, um papel de mediador entre a criança e a escrita e os efeitos a aprendizagem se desenvolvem a cada ação pedagógica. De acordo com Mendonça e Mendonça (2007), citado por Silva e Silva (2018), não são apenas os métodos que alfabetizam e nem mesmo os testes que auxiliam o processo neste período, mas são as crianças que constroem o conhecimento sobre a língua escrita, por meio de hipóteses que as mesmas formulam, para compreenderem o funcionamento desse objeto, durante o qual a criança se desenvolve e faz descobertas diárias, e assim vai conhecer e participar de atividades de produção e interpretação, aperfeiçoando o seu conhecimento.

Um ponto de destaque na aprendizagem significativa está relacionado ao interesse do aluno, o professor pode então buscar explorar o que o motiva, qual sua realidade e quais são as suas dificuldades, no decorrer do processo de ensino, com a leitura e a escrita, este pode ser um fator determinante para o desenvolvimento do educando, pois a leitura constitui-se em fator decisivo de estudo, e é a partir dela que o sujeito tem a oportunidade de ampliar seu conhecimento, e consequentemente, contribui para a descoberta de novos horizontes, enriquecimento do vocabulário e melhor entendimento no convívio social. Assim, é necessário contextualizar as novas práticas de leitura ao uso das mais variadas ferramentas, inclusive as tecnológicas.

Soares (2018) ressalta que saber ler e escrever possibilita, ao indivíduo, o surgimento de seu próprio conhecimento, pois sabendo ler, ele se torna capaz de atuar sobre o acervo de conhecimento acumulado pela humanidade, através da escrita e, desse modo produzir, ele também, seu próprio conhecimento, fazer descobertas e atuar de forma efetiva na sociedade.

Ampliando o estudo, é possível citar também a questão dos letramentos digitais, voltados às ‘‘habilidades individuais e sociais necessárias para interpretar, administrar, compartilhar e criar sentido eficazmente no âmbito crescente dos canais de comunicação digital’’ (DUDENEY et al, 2016, p. 17). Ainda segundo a autora, estamos preparando os alunos para um futuro ainda desconhecido, pois não se sabe, ao certo, quais novos postos de trabalho existirão, ou quais serão as necessidades da sociedade do amanhã. No entanto, aos poucos, ficam evidentes quais as competências necessárias para participar de economias e sociedades pós-industriais digitalmente interconectadas, para as quais é necessário desenvolver habilidades próprias do século XXI, tais como inovação, capacidade de resolução de problemas, pensamento crítico, cooperatividade e trabalho em equipe, flexibilidade, além da capacidade de se envolver com as tecnologias digitais, o que, consequentemente, exige certo domínio dos letramentos digitais necessários para o uso eficaz das novas tecnologias.

Isso nos leva a refletir também acerca dos multiletramentos, que segundo Rojo (2012), é emergente da sociedade contemporânea, em sua grande parte, devido às novas TICs (Tecnologia da Informação e Comunicação), e à grande variedade de culturas, fruto de um mundo globalizado. Compreender o papel da cultura, neste contexto, faz relação com o desenvolvimento sustentável do indivíduo.

Para Sen e Kliksberg (2010), conhecer a cultura amplia a visão da realidade do atual mundo globalizado, assim, define a cultura como formas de viver juntos, molda pensamentos e comportamentos, ou seja, a cultura engloba valores, percepções, formas de expressão e comunicação, e muitos outros aspectos que definem a identidade de um povo e até mesmo uma nação. Trabalhar tais questões são essenciais, para formação global do aluno que precisa desenvolver habilidades, para atuar de forma efetiva na sociedade.

Segundo Rojo (2013), há uma necessidade de diálogos entre as novas linguagens tecnológicas, o que ampliou os processos de ensino e aprendizagem, além de proporcionar uma abertura de espaço para circulação de conhecimento, com práticas mais efetivas, surgem assim novos ambientes educacionais com um olhar ao papel das linguagens, sejam elas verbal, hipertextual ou hipermidiática, além da mudança nos níveis de interação, que se tornam mais colaborativas e flexíveis, o que ocasionalmente propicia os multiletramentos. Assim, ‘‘é preciso que a instituição escolar prepare a população para um funcionamento da sociedade cada vez mais digital e também para buscar no ciberespaço um lugar para se encontrar, de maneira crítica, com diferenças e identidades múltiplas’’ (ROJO, 2013, p. 7).

No âmbito dos multiletramentos, Rojo (2012) destaca que, diferentemente do conceito de letramentos múltiplos, que está associada à multiplicidade e variedade das práticas letradas, o conceito de multiletramentos aponta para dois tipos específicos de multiplicidade presentes na sociedade, sendo

a multiplicidade cultural das populações e a multiplicidade semiótica de constituição de textos, que informam e comunicam das mais variadas formas. Assim, a comunicação no contexto dos multiletramentos requer, cada vez mais, novas ferramentas, além da escrita e impressa, de áudio e vídeo, são requeridas também novas práticas de produção, além de um senso crítico por parte do receptor.

Ainda, segundo Rojo (2012), os multiletramentos são conceituados como interativos e colaborativos, além de híbridos, sendo fronteiriços e mestiços de linguagem, modos, mídias e culturas. A autora aponta também a questão de uma pedagogia dos multiletramentos, na qual é preciso pensar como as novas tecnologias da informação podem transformar os hábitos de ensinar e aprender, além de inserir no ensino novas práticas, em um trabalho colaborativo, formando leitores críticos, que buscam conhecimento. É necessário um ensino integral e que haja a inclusão de diferentes ferramentas no ensino, favorecendo a aprendizagem do aluno, como Rojo destaca ‘‘a introdução da tecnologia e dos materiais didáticos digitais em sala de aula marca a inclusão definitiva e necessária da escola no contexto tecnológico intrínseco à sociedade contemporânea, na qual a informação se propaga de forma rápida, interativa e por meio de textos e designs multimodais’’ (2013, p. 193).

Além dessas questões, é fundamental que os profissionais da educação compreendam tal apontamento, visto que, a cada dia, prioriza-se a formação de alunos letrados e multiletrados, sendo estes leitores competentes, ou seja, indivíduos com capacidade de compreensão, interpretação, análise crítica e atuação social através da escrita e seu uso nas mais variadas ferramentas e práticas. Ou seja, é importante refletir como as escolas devem atuar para atender às demandas atuais e futuras, sabe-se que hoje as escolas não são as únicas que propagam conhecimento, como aponta Gauthier e Tardif (2014). Durante muito tempo, a escola obteve o monopólio do saber, porém essa realidade mudou, e com as novas tecnologias da informação e comunicação, a escola está aberta, e os saberes se propagam em rapidez e volume.

Define-se, assim, que, no contexto atual em que vivemos, as práticas de linguagem contemporâneas não só envolvem novos gêneros e textos, como também novas formas de produzir, de configurar, de disponibilizar, de replicar e de interagir, como por exemplo, a interação com as novas ferramentas da cultura digital. Vivemos em um mundo virtual e é necessário se adequar à realidade, como menciona Castells (1999), a cultura da virtualidade real associada a um sistema multimídia, contribui para transformação do tempo em nossa sociedade, a informação, atualmente, é instantânea, em todo o globo, e isso envolve questões sociais e culturais, além das mudanças na comunicação, que é mediada pelas tecnologias e possibilita o diálogo em tempo real em conversas interativas. Ou seja, neste cenário, novas práticas precisam ser contextualizadas para que atendam a real necessidade dos alunos e consequentemente da sociedade.

A BNCC (2017) destaca, para além da necessária formação do aluno, em toda sua trajetória escolar, a sua preparação para o mercado de trabalho, pois a dinâmica social contemporânea nacional e internacional é marcada pelas rápidas transformações decorrentes do desenvolvimento tecnológico, mudanças estas que impõem desafios ao Ensino Médio, a fim de garantir a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos até o momento. Neste cenário, é fundamental viabilizar, ao aluno, o acesso às bases científicas e tecnológicas dos processos de produção do mundo contemporâneo, relacionando teoria e prática. Estamos vivendo em um mundo marcado por transformações constantes, principalmente por fatores que envolvem desenvolvimento da área da computação e tecnologias digitais de informação e comunicação, e que estão cada vez mais presentes na vida das pessoas. Outro ponto de destaque, no documento, é a forma de armazenamento de informação e conhecimento, que se encontram, cada vez mais, na forma digital, pois o mundo está sendo movido por tecnologias digitais, e o aluno precisa ser inserido neste novo universo, pois estas transformações advindas da tecnologia mudam a forma de trabalho, comunicação e funcionamento da sociedade, como a BNCC destaca:

> É preciso garantir aos jovens aprendizagens para atuar em uma sociedade em constante mudança, prepará-los para profissões que ainda não existem, para usar tecnologias que ainda não foram inventadas e para resolver problemas que ainda não conhecemos. Certamente, grande parte das futuras profissões envolverá, direta ou indiretamente, computação e tecnologias digitais (BNCC, 2017, p. 473).

Pensando assim, Nóvoa (2009) ressalta que é necessária uma mudança por parte dos envolvidos com a educação, assim os professores precisam atuar com um pensamento crítico, uma

atitude de interrogação que não se limite a repetir o que já sabem, mas que procure antecipar os caminhos do futuro presente, refletindo sobre o papel da escola e professores na formação dos alunos nas sociedades do século XXI.

Para Levy (1999), deve haver uma reflexão sobre o futuro dos sistemas de educação e as mutações contemporâneas da relação com o saber, pois as novas formas de acesso à informação são cada vez mais crescentes. Segundo o autor, há uma mudança qualitativa nos processos de aprendizagem, que visam estabelecer novos paradigmas de aquisição dos conhecimentos e de constituição dos saberes. Há uma tendência que busca maior perspectiva da inteligência coletiva no domínio educativo, é a da aprendizagem cooperativa, com a possibilidade de compartilhamento de diversos bancos de dados.

Com estes avanços tecnológicos, Levy (1999) ressalta que os professores e os alunos, quando partilham de recursos materiais e informacionais, aprendem, ao mesmo tempo, sendo que os estudantes atualizam continuamente seus saberes. Para o autor, o uso crescente das tecnologias digitais e redes comunicação interativa contribuem para uma profunda mutação na relação do saber, por exemplo, ao prolongar capacidades humanas como memória e imaginação; outro ponto de destaque são as novas possibilidades de criação coletiva, aprendizagem cooperativa e colaboração em rede oferecidas pelo ciberespaço, que colocam inclusive em questão o funcionamento das instituições e os modos habituais de divisão do trabalho, tanto nas empresas como nas escolas.

Levy (1999) aponta também o seguinte questionamento: Como manter as práticas pedagógicas atualizadas com esses novos processos de transação de conhecimento? A questão é definida da seguinte forma:

> Não se trata aqui de usar as tecnologias a qualquer custo, mas sim de acompanhar consciente e deliberadamente uma mudança de civilização que questiona profundamente as formas institucionais, as mentalidades e a cultura dos sistemas educacionais tradicionais e sobretudo os papéis de professor e de aluno. É a transição de uma educação e uma formação estritamente institucionalizadas, para uma situação de troca generalizada dos saberes, o ensino da sociedade por ela mesma, de reconhecimento autogerenciado, móvel e contextual das competências (LEVY, 1999, p. 173).

É o que Castells (1999), expressa, ao pontuar que as novas tecnologias estão integrando cada vez mais o mundo em redes globais de instrumentalidade. Assim, a comunicação mediada por computadores gera uma gama enorme de comunidades virtuais. Há um processo atual de transformação tecnológicas, que aumenta de forma exponencial, em razão da capacidade de criar uma interface entre tecnologias e a linguagem digital comum na qual a informação é gerada, armazenada, processada e transmitida, pois vivemos em um mundo que se tornou digital. Ou seja, Castells destaca a liberdade dos meios de comunicação que expressam livremente as notícias e as opiniões, ou seja, o acesso à informação é muito vasto.

Para Castells (1999), estamos vivendo a sociedade do conhecimento, e a tecnologia da informação se faz cada vez mais presente. Para enfatizar mais este aspecto, o autor ressalta que a tecnologia de informação está para este novo contexto, como as novas fontes de energia estavam para “as sucessivas revoluções industriais, da máquina a vapor à eletricidade, aos combustíveis fósseis e à energia nuclear” (CASTELLS, 1996, p. 71).

Diante do contexto, é evidente que estamos vivendo em uma nova era, a era do conhecimento, o que proporcionou uma estruturação no ensino médio, para a recriação de uma escola que possa ampliar as condições de inclusão social, acesso à ciência e tecnologia, cultura e trabalho. A BNCC (2017) destaca que a dinâmica social contemporânea marcada pelas rápidas transformações tecnológicas impõem alguns desafios, para garantir a formação geral do aluno, como garantir que o mesmo se aproprie das linguagens das tecnologias digitais e se torne fluente em sua utilização. Nesta modalidade de ensino, há uma reorganização dos componentes curriculares, sobre os quais podemos dar destaque à área de Linguagens e suas Tecnologias.

> No Ensino Médio, o foco da área de Linguagens e suas Tecnologias está na ampliação da autonomia, do protagonismo e da autoria nas práticas de diferentes linguagens; na identificação e na crítica aos diferentes usos das linguagens, explicitando seu poder no estabelecimento de relações; na

> apreciação e na participação em diversas manifestações artísticas e culturais; e no uso criativo das diversas mídias (BNCC, 2017, p. 471)

É importante destacar também a atenção exposta na BNCC (2017), quanto às mudanças sociais, e destaca em seu documento que nossa sociedade é marcada pelo desenvolvimento das tecnologias digitais de informação e comunicação, presente cada dia mais na rotina de todos, nos mais variados ambientes sociais, como por exemplo ambientes escolares, além da facilidade em ter acesso à informação e de armazenamento digital, e essa situação tende a se acentuar fortemente no futuro. Esta preocupação com os impactos das transformações na sociedade está expressa na BNCC e se explicita nas competências gerais para a Educação Básica, na qual é mencionado questões como: pensamento computacional, mundo digital, cultura digital, busca de dados e informações de forma crítica nas mais diferentes mídias, apropriação das linguagens da cultura digital e dos novos letramentos e multiletramentos, o uso de diversas ferramentas de software e aplicativos. Ou seja, são competências a serem desenvolvidas que influenciam diretamente nas mais variadas práticas sociais.

Motta (2019) afirma que a escola precisa urgentemente reafirmar seu papel de formação, para emancipação e no próprio agir socialmente. Assim, a escola e os professores precisam protagonizar o processo de humanização das tecnologias digitais da informação e comunicação, além de repensar o processo de ensino e aprendizagem na atual realidade, pois estamos imersos em uma cultura de redes. De encontro, Oliveira (2019) ressalta que o fato é que a sociedade está a cada dia mais complexa, e o desenvolvimento da Tecnologia da Informação e Comunicação está cada vez mais presente, além disso, com a popularização da internet, o uso dessas tecnologias ficaram ainda mais potencializados, criando novos sistemas de comunicação, formando uma rede.

Assim, faz-se necessário conhecer o que é possível fazer com a tecnologia, no ambiente escolar, para inclusão digital do aluno, considerando que o uso dessas tecnologias na educação é relevante, para inserir o aluno na atual sociedade e sua preparação para o futuro.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para realização do artigo, foi realizado uma pesquisa exploratória, baseada em dados secundários, sobre os temas inclusão digital, letramento, multiletramento, e políticas públicas. Para tanto, foram consultados livros e artigos científicos impressos e digitais. Para tratar da cultura digital e da inclusão dos indivíduos, foram consultados Lévy e Castells. Os estudos sobre letramento e multiletramento passaram pelos pilares teóricos de Kleiman, Soares e Rojo. As políticas públicas tem como subsídio Secchi. Foram realizadas também buscas, na Base Nacional Comum Curricular – BNCC – pelas temáticas letramento e multiletramento e, a partir de então, selecionados trechos que permitem observar os postulados de inclusão digital, por meio da educação, revelando a necessidade da política pública. Assim para alcançar o objetivo, foi realizada uma pesquisa bibliográfica teórica e uma análise da BNCC, que busca oferecer um conjunto de disposições pedagógicas, aos profissionais envolvidos com educação básica, no que se refere à inclusão digital, de forma a permitir a participação das crianças e dos jovens em um mundo cada vez mais global.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Após análise das pesquisas realizadas, a fim de realizar um estudo que engloba pontos como inclusão digital, letramento e multiletramento e uma investigação, na BNCC, é possível constatar que estamos vivendo em uma sociedade do conhecimento, na qual as tecnologias digitais da informação e comunicação estão cada vez mais presentes na vida e rotina dos alunos da educação básica.

Atualmente, o acesso a informações é muito amplo, e a escola não é mais o único monopólio do saber, consequentemente, com o acesso das tecnologias em rede e da internet, houve uma facilidade para obter informações, e consequentemente, com essas mudanças e avanços, se faz necessária uma reestruturação no ensino, pois com esta nova dinâmica social contemporânea, fruto das rápidas transformações tecnológicas, é importante garantir a formação geral do aluno, para que o mesmo aproprie-se das linguagens das tecnologias digitais e se torne fluente em sua utilização.

Para atender à formação integral do aluno, o trabalho apresenta uma política pública educacional, balizadora da educação de qualidade, que visa diminuir as desigualdades na educação básica, contribuindo para o desenvolvimento nesta área. Trata-se aqui da BNCC, que aponta competências e habilidades gerais para a formação do aluno, e dentre estas competências o trabalho destaca a questão da inclusão digital, ressaltando os processos que envolvem letramento e multiletramento, um conjunto de práticas sociais que usam a escrita nos mais diferentes contextos e práticas de linguagem, ressaltando aqui o meio digital, com a utilização de tecnologias da informação

e comunicação para inclusão do aluno da educação básica para seu uso efetivo no meio digital nas mais variadas ferramentas.

Políticas Públicas como a BNCC buscam melhorar a qualidade de ensino, demonstrando preocupação com o futuro da nação, além de estabelecer diretrizes de contribuição social, que sejam efetivadas, a fim de atender a todos, ou seja, ao tratar desta questão a BNCC como um a política que engloba a inclusão digital, visa preparar o aluno para esta nova sociedade contemporânea, na qual o aluno deve dominar o uso das mais variadas ferramentas além de atuar sistematicamente, com uma análise crítica sobre toda gama de informações e conteúdos acessíveis pelas mais variadas redes digitais. Para isso, é necessário ampliar a relação do indivíduo com múltiplas linguagens, sendo fundamental ampliar os letramentos, de forma a possibilitar a participação significativa e crítica nas diversas práticas sociais constituídas pela oralidade, escrita e por outras linguagens como as digitais; além dos multiletramentos, emergentes da sociedade contemporânea, que têm influência em sua grande parte, pelas novas tecnologias da informação e comunicação; fundamentais para desenvolver habilidades e competências próprias do século XXI.

Para tais questões, verifica-se que os profissionais da educação compreendam a necessidade de incluir o aluno cada vez mais em práticas digitais, visto que, a cada dia, prioriza-se a formação de alunos letrados e multiletrados, capazes de atuar nas mais variadas linguagens, principalmente as que constituem as redes e meios digitais.

Verifica-se, com o estudo, a necessidade de articular a aprendizagem das múltiplas linguagens com as práticas de leitura presentes na rotina do aluno, além de garantir o uso das tecnologias da informação e comunicação, para a inserção dessas práticas, promovendo assim a inclusão digital, por meio da compreensão textual no contexto dos letramentos e multiletramentos, presentes na sociedade contemporânea.

A BNCC reconhece as mudanças sociais advindas dos avanços tecnológicos, e apresenta propostas para preparar o aluno para esta nova sociedade, sendo então necessário e urgente repensar o processo de ensino e aprendizagem na atual realidade, pois estamos imersos em uma cultura de redes, inserindo de fato o aluno na atual realidade e repensando sua preparação para o futuro.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Retomando o objetivo geral do estudo que é analisar os postulados de inclusão digital de estudantes da educação básica, trazidos na BNCC, por meio das práticas pedagógicas de letramento e multiletramento, a fim de avaliar a referida política pública de educação e os possíveis efeitos sobre os indivíduos pode-se considerar o que segue.

Entende-se que, no contexto da sociedade atual, torna-se indispensável a disseminação e o acesso à informação, assim, a inclusão digital na educação vem a ser o acesso dos estudantes às tecnologias digitais, possibilitando-lhes a capacidade de estar conectados em rede e, a partir deste ponto, ter acesso à informação e consequentemente produzir conhecimento e resolver problemas que os rodeiam.

Quando a inclusão digital acontece, novas possibilidades são oferecidas aos alunos e é possível avançar no processo de ensino aprendizagem, inserindo o aluno na realidade atual e o preparando para o futuro. Portanto, os professores devem ter formação para atuar com fontes do contexto digital, para formar os estudantes nas multimodalidades e multissemioticidades textuais advindas das tecnologias da informação e comunicação para o ensino aprendizagem, e incentivarem o uso dessas ferramentas no ambiente educacional.

Nos últimos anos, houve, de certa forma, uma generalização do uso de tecnologias em todos os ambientes da vida cotidiana, e todos estão cada vez mais rodeados de tecnologias da informação e comunicação, criando um novo mundo, e estilo de vida; percebe-se que, aos poucos, a escola está sendo inserida neste contexto e que a utilização dos mais variados recursos tecnológicos em sala de aula está provocando mudanças na prática pedagógica.

Outro ponto de destaque ressalta que com a rápida evolução tecnológica em diversos setores da sociedade há de fato uma exigência maior dos profissionais da educação, que precisam estar em uma constante atualização, para que estejam aptos a aplicar e ensinar as práticas educativas associadas às tecnologias, para aprimorar o conhecimento nas aulas e assim e compreender como a utilização da tecnologia irá ajudar no aprendizado dos alunos.

Verifica-se assim que com as políticas públicas como a BNCC, há uma contribuição para que a inclusão digital influencie, de forma significativa no acesso à informação e na produção do conhecimento no contexto da educação escolar, pois estamos vivendo a sociedade do conhecimento,

e a tecnologia da informação se faz cada vez mais presente, ou seja, é importante que a formação do aluno seja integral e para uma atuação efetiva na sociedade.

O trabalho coloca em questão pontos importantes sobre a qualidade no ensino, que contribuam para que o país caminhe em direção ao desenvolvimento em todas as suas esferas, seja social e econômico com inclusão social e da educação. Assim a BNCC destaca, em seu documento, a relevância de desenvolver habilidade e competências, para formação integral do aluno, e dentre estas competências, destaca-se as que envolvem letramento e multiletramento, sendo estas necessárias para interpretar, administrar, compartilhar e criar sentido e uma aprendizagem significativa no âmbito crescente dos canais de comunicação digital, além de proporcionar o domínio de ferramentas digitais, pois o acesso ao digital é um direito, e garantir esse direito, por meio de política pública como a BNCC é essencial.

A BNCC como uma política pública balizadora da qualidade de ensino na educação básica visa desenvolver habilidades e competências próprias que atendam à demanda na sociedade contemporânea, tais como inovação, capacidade de resolução de problemas, pensamento crítico, cooperatividade,e trabalho em equipe, flexibilidade, além da capacidade de se envolver com as tecnologias digitais, seja para apropriação de novos conhecimentos e informação, para interação, comunicação e novos aprendizados, o que consequentemente exige certo domínio dos letramentos digitais necessários para o uso eficaz das novas tecnologias, além de refletir acerca dos multiletramentos emergentes da sociedade contemporânea devido ao crescente desenvolvimento das tecnologias da informação e comunicação.

A escola e os professores precisam protagonizar o processo de ensino das tecnologias digitais da informação e comunicação, além de repensar todo processo de ensino e aprendizagem na atual realidade em que vivemos, pois a sociedade está a cada dia mais complexa e dinâmica, além disso, o desenvolvimento tecnológico avança e se insere a cada vez mais na rotina dos alunos. Torna-se fundamental conhecer o que é possível fazer com a tecnologia no ambiente escolar, para inclusão digital do aluno, pois a preocupação atual é inserir o aluno nesta nova sociedade e o prepará-lo para o presente e também para o futuro.

REFERÊNCIAS

Base Nacional Comum Curricular (2017). Educação é a Base. Brasília, MEC. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/wpcontent/uploads/2018/02/bncc-20dez-site.pdf. Acesso em: 10 set 2020.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

DUDENEY, Gavin; HOCKLY, Nicky; PEGRUM, Mark. **Letramentos digitais.** Tradução de Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola, 2016.

KLEIMAN, Angela B. Preciso ensinar o letramento? Não basta ensinar a ler e escrever?. **Linguagem e Letramento em Foco.** MEC. São Paulo, 2005. Disponível em: https://www.novaconcursos.com.br/arquivos-digitais/erratas/13615/17520/preciso-ensinaro-letramento.pdf. Acesso em: 23 fev. 2020.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo: 1999.

MACEDO, Edilene Nunes. A BNCC como política pública. **Revista do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da UFPE. Espaço Público**, v. 3, p. 64-76, mar. 2019. Disponível em: file:///C:/Users/thais/Downloads/239062-129025-2-PB%20(1).pdf. Acesso em: 25 ago 2020.

MATTOS, I. B. **A educação como condição para o desenvolvimento das capacidades e para o fortalecimento da democracia**. In: ZAMBAM, N.; KUJAWA, H. A. (Orgs.). Estudos sobre Amartya Sen P P envolvimento. Porto Alegre: Fi, 2017.

MELLO, Rachel Costa de Azevedo; MOLL, Jaqueline. **Políticas públicas em educação e a garantia do direito à educação no contexto de desigualdade social no Brasil**. Perspectiva, v. 38, n. 2, p. 1-21, 2020.

MOTTA, Antônio Moacir Nunes. Escola e professor conectados: a tecnologia a serviço da aprendizagem. EaD freiriana, livro eletrônico: artigos e projetos de intervenção. Org PADILHA, Paulo Roberto; ABREU, Janaina; ANTUNES, Ângela Biz. **A Escola dos meus sonhos**. Ministrado por Moacir Gadotti. São Paulo : Instituto Paulo Freire, 2019. Disponível em: file:///C:/Users/thais/Downloads/E-book_A_Escola_dos_meus_sonhos-2018.pdf. Acesso em: 1 set 2020.

NÓVOA, António. **Imagens do futuro presente**. Lisboa: Educa, 2009.

NUSSBAUM, Martha. Educação para o lucro, educação para a liberdade. **Revista Online do GT de Pragmatismo e Filosofia Norte-americana**. ano 1, número 1, 2009.

OLIVEIRA, Christiane Martins. Ressignificar o processo de aprendizagem: tecnologias de informação e comunição na educação. EaD freiriana, livro eletrônico: artigos e projetos de intervenção. Org PADILHA, Paulo Roberto; ABREU, Janaina; ANTUNES, Ângela Biz. **A escola dos meus sonhos**. Ministrado por Moacir Gadotti. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2019. Disponível em: file:///C:/Users/thais/Downloads/E-book_A_Escola_dos_meus_sonhos-2018.pdf. Acesso em: 4 set 2020

ROJO, Roxane, et al. **Escola conectada:** os multiletramentos e as TICs. São Paulo: Parábola, 2013.

ROJO, Roxane; MOURA, Eduardo. **Multiletramentos na escola**. São Paulo: Parábola, 2012.

SECCHI, Leonardo. **Políticas Públicas:** conceitos, esquema de análise, casos práticos. São Paulo: Cengage, 2014.

SEN, Amartya; KLIKSBERG, Bernardo. **As pessoas em primeiro lugar:** a ética do desenvolvimento e os problemas do mundo globalizado. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SILVA, Verônica Erculano; SILVA, Fábio Bernardo da. Alfabetização e letramento nas séries iniciais. **Revista Saberes Docentes.** Juína-MT, Brasil, v.3, n. 5, jan./jul. 2018. Disponível em: http://www.revista.ajes.edu.br/index.php/rsd/article/view/142/110. Acesso em: 1 set 2020

SOARES, Magda. **Alfabetização**: a questão dos métodos. 1. Ed. São Paulo: Contexto, 2018.

SOARES, Magda; BATISTA, Antônio Augusto Gomes. **Alfabetização e Letramento: Caderno do Professor.** Belo Horizonte: Ceale/FaE/UFMG, 2005. 64 p. Coleção Alfabetização e Letramento. Disponível em: http://ceale.fae.ufmg.br/app/webroot/files/uploads/Col.%20Alfabetiza%C3%A7%C3%A3o%20e%20Letramento/Col%20Alf.Let.%2001%20Alfabetizacao_Letramento.pdf. Acesso em: 2 set 2020

TARDIF, Maurice; GAUTHIER, Clermont. **A pedagogia:** teorias e práticas da antiguidade aos nossos dias. Petrópolis: Vozes, 2010.

BIBLIOTECAS PÚBLICAS E NÃO-PÚBLICO: A MEDIAÇÃO PARA ALÉM DOS LIVROS

PUBLIC AND NON-PUBLIC LIBRARIES: MEDIATION BEYOND BOOKS

Área 1: Desenvolvimento Social e Políticas Públicas
1.5 Educação e Desenvolvimento

ALVES, Marcus Rei de Lima
Universidade Estadual Paulista - UNESP
Graduando em Biblioteconomia
marcusreisfx@gmail.com

CARVALHO, Cláudia Pereira de Jesus
Universidade Estadual Paulista - UNESP
Graduanda em Biblioteconomia
claudia.pjc@yahoo.com

ALMEIDA, Carlos Cândido de
Universidade Estadual Paulista - UNESP
Docente do Departamento de Ciência da informação
carlos.c.almeida@unesp.br

Resumo

A Biblioteconomia, apesar das reformulações ao longo da sua história, ainda hoje é caracterizada, acadêmica e socialmente, por seu caráter tecnicista, principalmente pelo fato de, desde sua gênese, trabalhar em métodos e recursos para o aperfeiçoamento frenético de técnicas para organização dos livros e recursos informacionais em geral. A formação curricular contribui para que a maioria dos profissionais atuem considerando o acervo a parte mais importante das bibliotecas, relegando a um plano menor os indivíduos que deveriam ser o centro das preocupações bibliotecárias, o público real e o potencial. Apesar de o campo conhecido como Estudos de usuários existir há aproximadamente um século, desenvolvendo processos e parâmetros para compreender - ou tentar - as distintas necessidades informacionais que um indivíduo, ou um grupo, demanda(m), a concretização dos resultados desses estudos em práticas efetivas no dia-a-dia das bibliotecas é mínima. O setor de referência das bibliotecas possui um papel fundamental quanto à disseminação e mediação da informação. Ainda assim, ao pensar na estrutura da disseminação e da mediação, atualmente, nota-se uma hierarquização das formas de expressão, priorizando-se a cultura letrada, com a consequente omissão e negligência a outras formas de expressão da cultura e da linguagem. Desta forma, por meio de uma pesquisa teórico-bibliográfica, com análise crítica e reflexiva, e considerando as bibliotecas públicas espaços ímpares de manifestação cultural, política e social, este trabalho propõe uma discussão teórica preliminar acerca da mediação da informação direcionada para o não-público/não leitor nesses ambientes.

Palavras-chave: Biblioteca pública, Público e não-público, Mediação da informação.

Abstract

Librarianship, despite the reformulations throughout its history, is still today characterized, academically and socially, by its technicist character, mainly by the fact that, since its genesis, it has worked on methods and resources for the frantic improvement of techniques for organizing books. and information resources in general. Curriculum training contributes to the majority of professionals acting considering the collection as the most important part of libraries, relegating to a smaller level the individuals who should be the center of library concerns, the real public and the potential. Although the field known as User Studies has existed for approximately a century, developing processes and parameters to understand - or try - the different information needs that an individual, or a group, demands, the concretization of the results of these studies in practical day-to-day libraries is minimal. The reference sector of libraries has a fundamental role in the dissemination and mediation of information. Even so, when thinking about the structure of dissemination and mediation, there is

currently a hierarchy of forms of expression, prioritizing literate culture, with the consequent omission and neglect of other forms of expression of culture and language. In this way, by means of a theoretical-bibliographic research, with critical and reflective analysis, and considering public libraries as unique spaces for cultural, political and social manifestation, this work proposes a preliminary theoretical discussion about the mediation of information directed towards the non-public/non-reader in these environments.

Keywords: Public library, Public and non-public, Information mediation.

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho surgiu de algumas reflexões dos autores/estudantes da aula de Disseminação da Informação, do curso de Biblioteconomia, da UNESP - Faculdade de Filosofia e Ciências - Câmpus de Marília - Departamento de Ciência da Informação. Começamos a pensar o quanto as nossas disciplinas, de um modo geral, são voltadas ao cuidado técnico dos livros, e o quão pouco pensamos nos distintos públicos que frequentarão os espaços onde vamos trabalhar; consideramos menos ainda os que poderiam frequentar, mas por inúmeras razões terminam por não fazer. Poucos são os trabalhos/atividades/aulas que abordam essa temática durante a graduação. Quando aprofundamos essa reflexão, a decepção foi tamanha, pois percebemos que não tivemos nenhuma oportunidade para discutir o assunto 'biblioteca pública', 'prestação de serviços para não letrados', 'instruções para lidar com públicos em vulnerabilidade social', e assuntos relacionados; ou seja, uma formação carente de abordagens de temáticas no âmbito social e cultural.

Muitos estudos da Biblioteconomia e da moderna Ciência da Informação voltadas, atualmente, às questões tecnológicas do campo científico, em torno das novas tecnologias de informação e comunicação, e meios para aperfeiçoar as técnicas biblioteconômicas e do processamento técnico, deixaram de lado as discussões que auxiliam e desenvolvem pesquisas marginalizadas da área, como as de âmbito cultural, social e político; consoante, também, aos debates que formam, caracterizam e qualificam o profissional da informação.

Neste sentido, em princípio, há duas compreensões sobre as segmentações das bibliotecas: as tradicionais, que priorizam as técnicas, o tratamento, e a organização das coleções, e que está à espera dos usuários; e as progressistas/sociais, que, quando praticadas de fato e não só idealizadas, voltam- -se para o aprimoramento do processamento técnico, à organização do acervo, e à democratização e socialização da informação e do conhecimento, priorizando questões socioculturais, educativas e de lazer (LIMA, 1999).

Ao discutir o verdadeiro papel social das bibliotecas públicas tradicionais, Flusser (1980) analisa os conceitos de público e o não-público de uma biblioteca, o que pode ser destacado como o primeiro ponto que instigou as discussões suscitadas neste trabalho. Aqui, porém, questões sobre mediação da informação e da leitura foram acrescentadas para problematizar a exclusão de uma parcela da população que não é contemplada pelas tradicionais formas de mediação realizadas nas bibliotecas, em especial as bibliotecas públicas que, em tese, devem atender todo e qualquer tipo de pessoa, elaborando ações que incluam toda a diversidade de segmentos sociais existentes.

É comum demonstrar interesse em traçar o perfil de quem frequenta as bibliotecas, ou seja, o público efetivo. Porém, pouco empenho tem sido manifestado no intuito de saber mais sobre as pessoas que não utilizam os serviços oferecidos - quem são essas pessoas e por que não se apropriam dos espaços das bibliotecas? Elas desconhecem, não se interessam, ou que tipos de barreiras as impedem de se tornarem parte do público?

Antes de se criar demanda, isto é, atrair o não-público, é necessário conhecer as características e necessidades desse segmento social excluído historicamente dos aparelhos culturais. Por razões de ordem histórica, social, política, econômica, educacional, entre outras, não foram dadas condições para que essas pessoas se reconheçam como pertencentes aos espaços culturais e às bibliotecas.

Ao focar uma pesquisa de caráter qualitativa, teórico-bibliográfica, com análise crítica e reflexiva, e considerando as bibliotecas públicas um importante espaço de manifestação cultural, política e social, este trabalho propõe uma discussão teórica acerca da mediação da informação direcionada para o não público/não leitor nesses ambientes.

2 O CONCEITO DE NÃO-PÚBLICO

O filósofo e ativista político francês, Francis Jeanson (1922-2009), ao elaborar uma avaliação sobre o cumprimento das tarefas delegadas ao Ministério da Cultura da França, após uma década da existência do órgão, concretizou a redação da Declaração de Villeurbanne (1968), no qual discutiu o papel das bibliotecas e das casas de cultura, a fim de auxiliar a formação e o progresso da cultura no país. Essa Declaração efetivou uma certeza: as ações de cunho cultural desenvolvidas pelo Ministério não atingiam todos os indivíduos de diferentes classes sociais, pois realizava-se somente algumas "[...] manobras episódicas de ação cultural." (AMADO, 2017, p. 6).

Assim, Francis Jeanson ao compreender que uma grande parcela da sociedade não participava do desenvolvimento da cultura, concretizou o termo "não-público", contrapondo o conceito de "público" (AMADO, 2017)[1].

Como descreve Jeanson (1973 apud AMADO, 2017), o não-público são indivíduos direta e estruturalmente excluídos de todos os meios que proporcionam o acesso à cultura e equipamentos culturais. Aqui, considera-se que o conceito de cultura está implicitamente relacionado à transmissão de um conteúdo pré-existente. Normalmente, tal conteúdo é apresentado a partir de uma cultura letrada, excluindo analfabetos e analfabetos funcionais. Desta forma, Jeanson (1973 apud AMADO, 2017) segmenta o não-público em três categorias: a) uma exclusão educativa, no qual indivíduos que não tiveram uma instrução básica durante a formação escolar não compreendem o conceito de cultura e não a exercem. Assim, muitas vezes não possuem nem acesso aos materiais (livros, por exemplo) e, muito menos, a compreensão de seu papel para o desenvolvimento da cultura local; b) a formação de uma 'pseudo-cultura', impulsionada pela comercialização da cultura e disseminada com maior facilidade e agilidade, dadas as condições impostas pela atual sociedade capitalista, faz com que uma segunda classe de exclusão se desenvolva; e c) normalmente jovens com a capacidade intelectual de discernir sobre sua participação/integração em um sistema social que não é bem-sucedido culturalmente.

Neste sentido, Jeanson (1973 apud AMADO, 2017) assegura que as ações culturais são estritamente politizadas e civilizadas, fazendo com que grande parte dos indivíduos sejam excluídos.

No Brasil, além de Flusser (1980; 1983), Suaiden (2018) também utiliza do termo "não-público"[2] - sem apresentar um tratamento histórico do conceito -, para argumentar a denominação de alguns princípios implícitos à formação dos profissionais bibliotecários mediadores (da informação e da leitura): noções educativas, sociais e psicológicas. Assim, além de afirmar que essas noções estão meramente sendo ignoradas pelos currículos, do mesmo modo o autor expõe que somente tais fundamentos diminuirão a distância do usuário com a biblioteca.

Ao afirmar que "a biblioteca-ação cultural é a transformação estrutural da biblioteca [...]" (FLUSSER, 1983, p. 163), mostra-se ao não-público e aos não leitores as reais condições de acesso que eles possuem nas bibliotecas, e que são, ou deveriam ser, tão amplas e sem distinção de público. Tal concepção requer uma certa reconceituação no que se entende por biblioteca hoje, voltada quase, ou totalmente, ao público leitor.

A partir do momento em que as bibliotecas focam-se apenas nos públicos leitores, restringe-se drasticamente seu diálogo com a sociedade. A tarefa e a missão das bibliotecas é possibilitar a interação dos usuários com a informação, não importando a forma como ela será veiculada (ALMEIDA JÚNIOR, 2009).

3 A FUNÇÃO SOCIAL/CULTURAL DAS BIBLIOTECAS PÚBLICAS

Considerando as diversas modalidades de bibliotecas, a biblioteca pública pode ser apontada como o espaço informacional mais democrático, pois se destina a toda população de uma determinada localidade, sem nenhuma forma de distinção. Uma biblioteca pública deve oferecer variados serviços, produtos e atividades para seu público.

Segundo o Sistema Nacional de bibliotecas públicas (2000, p. 18),

---

[1] Devido a dificuldade em localizar os materiais originais de Francis Jeanson, utilizou-se o artigo "Uma biblioteca verdadeiramente pública", de Victor Flusser (1980), vide referências, e a resenha elaborada por Amado (2017), a obra "Les droits culturels ent tant que droits de l'homme" (publicado pela UNESCO em 1970), em tradução livre, "Direitos culturais como direitos humanos".

[2] Que para o autor, significa: "[...] pessoas que devido ao analfabetismo, desnutrição infantil e outros problemas não faziam parte do seleto grupo de esclarecidos e, portanto, não tinham noção de seus direitos e deveres como cidadãos." (SUAIDEN, 2018, p. 1137, tradução nossa).

> O conceito de biblioteca pública baseia-se na igualdade de acesso para todos, sem restrição de idade, raça, sexo, status social etc. e na disponibilização à comunidade de todo tipo de conhecimento. [...] Além disso, uma biblioteca pública deve constituir-se em um ambiente realmente público, de convivência agradável, onde as pessoas possam se encontrar para conversar, trocar ideias, discutir problemas, auto instruir-se e participar de atividades culturais e de lazer.

Na condição de instituições sociais, as bibliotecas públicas são ainda equipamentos públicos culturais, que devem se orientar pelos princípios de acesso, produção e compartilhamento de informação e conhecimento (MACHADO; ELIAS JUNIOR; ACHILLES, 2014).

A Coordenação Geral do Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas (2010, p. 17-18) salienta que as bibliotecas públicas devem ser instituições democráticas por excelência, sem fins lucrativos e que atendam toda a comunidade, sem distinção, baseando-se no princípio da igualdade de acesso; ressalta ainda que devem oferecer "todos os gêneros de obras que sejam do interesse da comunidade a que pertence, bem como literatura em geral, além de informações básicas sobre a organização do governo, serviços públicos em geral e publicações oficiais".

O principal objetivo da biblioteca pública, de acordo com a IFLA/UNESCO (1994), é fornecer recursos e serviços em diversos suportes, de modo a ir ao encontro das necessidades individuais ou coletivas, no domínio da educação, informação e desenvolvimento pessoal, e também de recreação e lazer.

Milanesi (1983) afirma que as bibliotecas públicas representam uma tentativa de aprimorar a vida cultural da cidade, além de estimular a leitura. O autor explica que no Brasil as bibliotecas públicas, principalmente a partir da década de 1970, assumem o papel que deveria ser das bibliotecas escolares, pelo fato de a maioria dos estabelecimentos de ensino não possuírem esses espaços. Isso impactou no conceito que se tem de biblioteca pública, resultando no que Milanesi (1983, p. 55) nomeia de "escolarização da biblioteca pública".

É função da biblioteca pública, e dos profissionais que nela atuam, trabalhar com o acesso à informação, educação, cultura, lazer, papel cultural e educacional.

As 12 missões da biblioteca pública, segundo o Manifesto da IFLA/UNESCO (1994) são:

1. Criar e fortalecer hábitos de leitura nas crianças desde a mais tenra idade;
2. Apoiar tanto a educação individual e autodidata como a educação formal em todos os níveis;
3. Proporcionar oportunidades para o desenvolvimento criativo pessoal;
4. Estimular a imaginação e criatividade da criança e dos jovens;
5. Promover o conhecimento da herança cultural, apreciação das artes, realizações e inovações científicas;
6. Propiciar acesso às expressões culturais das artes em geral;
7. Fomentar o diálogo intercultural e favorecer a diversidade cultural;
8. Apoiar a tradição oral;
9. Garantir acesso aos cidadãos a todo tipo de informação comunitária;
10. Proporcionar serviços de informação adequados a empresas locais, associações e grupos de interesse;
11. Facilitar o desenvolvimento da informação e da habilidade no uso do computador;
12. Apoiar e participar de atividades e programas de alfabetização para todos os grupos de idade e implantar tais atividades se necessário.

Há sempre uma distância entre o modelo teórico e a realidade, como aponta Milanesi (1983), e no caso das bibliotecas públicas aprimorar as bibliotecas não é aumentar o acervo, "a biblioteca é mais do que livros, é informação, seja de que tipo for" (MILANESI, 1983, p. 49). As bibliotecas públicas devem ser (MILANESI, 1983, p. 90-91):

- núcleo de informação para a coletividade (informações utilitárias, educacionais, profissionais);
- espaço de lazer (atividades culturais, recreativas, de entretenimento, local de encontro, convivência e discussão - informação ao vivo);
- agente de preservação da memória (história da cidade, das pessoas, das tradições).

O conceito de biblioteca pública encontra-se muito próximo ao de biblioteca comunitária. Uma biblioteca comunitária possui objetivos e público semelhantes aos da biblioteca pública, com o

diferencial de ser uma iniciativa de membros da comunidade, sendo o gerenciamento feito, comumente, por voluntários. Segundo o dicionário de Biblioteconomia, a biblioteca comunitária pode ser entendida como uma "biblioteca pública que provê serviços de referência e de empréstimo, aconselhamento e outros serviços a uma comunidade específica, sendo criada e mantida por iniciativa da comunidade, sem intervenção do poder público." (CUNHA; CAVALCANTI, 2008, p. 49).

Na realidade, bibliotecas comunitárias acabam preenchendo lacunas, atendendo parcelas da sociedade que as bibliotecas públicas não conseguem atingir, chegando em lugares onde os órgãos públicos falham, pois se estas existissem em quantidade e qualidade suficientes, isto é, não apenas centralizadas nos municípios, mas ramificadas em seus distintos bairros, conseguiriam atingir um maior número de pessoas e com perfis mais diversificados.

Em relação às ações culturais, conforme orienta o Sistema Nacional De Bibliotecas Públicas (2000, p. 111), "deve abrir-se espaço para a troca de ideias, de informações e discussões sobre temas de interesse de grupos da comunidade.", englobando, dessa maneira, não apenas a população leitora.

Entre as 12 missões da biblioteca pública estabelecidas pela UNESCO no Manifesto de 1994, inclui-se "apoiar a tradição oral" e "garantir acesso aos cidadãos a todo tipo de informação comunitária" (entendo que são as que mais se afastam dos livros e informações escritas)

Consoante constatam diversos autores (MILANESI, 1983; 2003; ALMEIDA JÚNIOR, 1997; FLUSSER, 1980; MUELLER, 1984), infelizmente as bibliotecas públicas brasileiras ainda não conseguiram alcançar uma posição social privilegiada, não há o reconhecimento público das diversas funções que ela pode executar. No Brasil, a biblioteca pública acabou sendo reduzida a um local para leitura e apoio às pesquisas escolares.

Flusser (1982) afirma que a biblioteca pública, que deveria atender a maioria da população, acaba atuando numa parcela mínima da sociedade. Corroborando essa argumentação, Milanesi (1983) e Almeida Júnior (1997) avalia que os estudantes são a maioria esmagadora do público das BPs e o fazem somente para cumprir obrigações escolares impostas a eles, o que acaba resultando numa antipatia por esses espaços. Assim, cumprindo um papel que deveria ser das bibliotecas escolares, as bibliotecas públicas não estão efetivamente vinculadas com as sociedades as quais deveriam atender.

Para Almeida Júnior (2004), a biblioteca ainda é percebida como um acervo documental e não informacional, fazendo com que, apesar de disseminativa o viés conservador/retrógrado seja dominante. Documental e conservador pois muitas vezes os materiais que compõem o acervo são dissociados aos interesses da sociedade, e o conhecimento (adquirido com a leitura, de acordo com a famigerada cultura letrada) gera a ampliação das desigualdades.

Segundo Flusser (1980), uma verdadeira biblioteca pública deve promover a igualdade entre os indivíduos, leitores e não leitores, público e não-público. Para o autor, isso somente será possível quando o profissional bibliotecário compreender que ambos devem falar a mesma linguagem, isto é, o fomento de ações culturais que atendam todos, sem exclusão (FLUSSER, 1980).

Para Suaiden (2018, p. 1139, tradução nossa) um modelo de biblioteca pública, para a atualidade, deve ser embasada pelo desenvolvimento de competência informacional ao usuário, ao considerar suas distintas necessidades informacionais, para torná-los "[...] produtores de informação e não mais usuários dependentes da informação.".

4 MEDIAÇÃO DA INFORMAÇÃO, PÚBLICO/NÃO-PÚBLICO E ATIVIDADES EXTRA-LEITURA

Almeida Júnior (2009, p. 92) define mediação da informação como "toda ação de interferência – realizada pelo profissional da informação –, direta ou indireta; consciente ou inconsciente; singular ou plural; individual ou coletiva; que propicia a apropriação de informação que satisfaça, plena ou parcialmente, uma necessidade informacional." O autor faz ainda uma distinção entre mediação implícita e explícita, sendo que a primeira é feita sem a presença do usuário, em atividades que o possuem como finalidade.

Almeida Júnior (2009) defende que a modificação do objeto da Ciência da informação, deixando de ser apenas a informação para se transformar na mediação da informação.

A informação contida nas atividades culturais é essencialmente efêmera, embora possa, obviamente, se tornar permanente com seu registro em algum tipo de suporte, porém não há essa obrigação, o foco desse tipo de mediação é justamente a interação (ALMEIDA JÚNIOR, 2004; 2009).

Ao abordar a mediação oral da informação e da leitura, Bortolin e Almeida Júnior (2014, p. 211) defendem que "o suporte vocal é primordial na comunicação humana.", e quanto ao

bibliotecário, os autores enfatizam que "também cabe a ele mediar leitura; sendo essa uma responsabilidade ética, social e cultural.".

Considera-se que o usuário é um ser ativo e participativo e que determina, ou não, a existência da informação. Assim, compreende-se que a informação e o valor que se atribui a ela está relacionada à conexão usuário-suporte informacional.

Segundo Jeanson (1973 apud AMADO, 2017), a cultura oficial/dominante, junto aos privilegiados culturais, não utilizam da mesma linguagem para com a cultura popular. Assim, defende-se a concepção de uma mediação social, e não cultural, por serem indivíduos com bases escolares diferentes e com experiências de mundo diferentes.

Defendemos que bibliotecários não devem hierarquizar os diferentes tipos de mediação da informação, valorizando um modelo como mais ou menos importante que outro, pois o único capaz de determinar isso é o público.

Para Almeida Júnior (1997), a partir do momento que os bibliotecários atendem apenas indivíduos alfabetizados, ou seja, que dispõem de serviços e produtos somente para essa camada da população, estão contribuindo diretamente para acentuar e perpetuar a diferença e a desigualdade social, ajudando a manter as estruturas de poder, por meio do letramento.

Aos bibliotecários, é necessário lutar para a extinção do paradigma tecnicista, no qual a população vê uma profissão totalmente instrumentalizada e voltada ao processamento técnico de livros. Barros (2006), ao fazer uma crítica à profissão que muito sabe sobre as técnicas e pouco sobre as leituras e modos de mediá-las, crê em uma função político-cultural-educativa do bibliotecário. Desta forma, a autora trabalha com a noção de um profissional que deve estar à serviço da população, que nem sempre precisa de um livro para sanar necessidades, mas sim, de uma informação, um serviço e relacionados (BARROS, 2006).

Neste sentido, Almeida Júnior (2004) persiste em afirmar que o bibliotecário, em especial nas bibliotecas públicas, não intervém e muito menos media informação, uma vez que só é um entregador de materiais.

Formando bibliotecários que muito entendem sobre os livros-técnicas-acervo e pouco das reais demandas sociais, políticas e culturais, Barros (2006) afirma que o currículo dos cursos de graduação também é um empecilho para a formação e compreensão social do profissional, que identifica e resolve necessidades bibliográficas como nenhum outro qualificado, porém deixa a desejar com atendimentos voltados às carências socioculturais. E complementa:

> [...] ele [bibliotecário] tem atitudes de perplexidade e de impotência quando os apelos pedagógicos, sociais, etc. lhe são feitos… E esses apelos já se tornam frqüentes. Todavia, podemos indagar, sobre as próprias iniciativas de preparo complementar dos bibliotecários para bem exercerem sua função, numa ultrapassagem dos parcos conhecimentos adquiridos na faculdade, generalistas e talvez insuficientes em certas situações (BARROS, 2006, p. 122).

A respeito da relação entre ação cultural e o conceito de não-público cunhado por Jeanson, Amado (2017, p. 10) afirma que "toda a autêntica acção cultural será, assim, uma obra de mediação que fornecerá ao «não-público» instrumentos de contestação e meios de participação, a ele cuja condição se define pela não-participação, pela não integração, enfim, pela sua exclusão da colectividade.".

Portanto, entendemos ser imperativo pensar primeiramente em quem não está sendo contemplado pelos produtos e serviços da biblioteca. Milanesi (1983, p. 97) comenta da necessidade de se variar e criar "novas possibilidades de conhecer, estabelecendo novas formas de organização, permitindo ao público o acesso livre à informação.". Em outro trabalho, Milanesi (2003) defende que os bibliotecários façam menos Biblioteconomia e mais intermediação - atividades mais ativas e interativas com a sociedade. Para o autor, os serviços de informações prestados pelas bibliotecas, segmentam-se em duas categorias:

- serviço de informação passivo: atender demanda - usuários que já sabem exatamente o que querem;
- serviço de informação ativo: criar demanda, o que requer um contínuo diálogo com a comunidade - conhecer mais a coletividade e menos o acervo.

Apesar das inúmeras dificuldades de sobrevivência - principalmente no setor público -, cabem aos bibliotecários integrar-se ao segundo segmento, como demonstra Milanesi (2003). É muito

importante atender as demandas da população local, e apresentar a elas distintas possibilidades do que compete-se a uma biblioteca: um espaço de múltiplas linguagens, as bibliotecas precisam ser entendidas e apropriadas como espaços de discussão, que oportunizam a construção de conhecimentos.

Desta forma, pensar em uma mediação que seja exclusivamente através da leitura e da escrita, segmenta diretamente o público real da biblioteca. Ainda,

> [...] é importante afirmar que entendemos a alfabetização, a leitura e a informação como mecanismos de opressão, como formas que possibilitam a reprodução de uma determinada situação, como elementos ideológicos viabilizadores da exclusão social. [...] Os espaços onde [o bibliotecário] atua são concebidos e estruturados para atender a uma demanda oriunda daqueles que já têm acesso à informação." (ALMEIDA JÚNIOR, 2004, p. 74-75, grifo nosso).

Os eventos de mediação, assim como as atividades e projetos desenvolvidos pelas bibliotecas públicas e comunitárias, não necessariamente precisam acontecer em eventos isolados para atender um público que nem sempre estão presente nas bibliotecas. Os planos periódicos, correntes, com atividades planejadas e executadas ao longo do ano todo são muito mais eficientes e capazes de fidelizar o público e torná-lo usuário fiel da biblioteca; é melhor que haja pequenas atividades e frequentes, do que atividades grandes, mas de maneira esporádica.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não é apenas por meio da leitura que se tem acesso à informação, ela é sim um canal, importantíssimo, mas não o único. Na mesma linha, há uma visão reducionista do que podem ou deveriam ser as bibliotecas.

Ainda vai levar um tempo para que de fato exista uma democratização cultural, e que todos os espaços 'públicos' realmente sejam públicos para todos. Em curtos passos, com o desenvolvimento de um pensamento inclusivo e social, a Biblioteconomia e a Ciência da Informação vão se delimitando cientificamente e mostrando sua importância para a sociedade em prol das políticas públicas, sociais, culturais e afins.

Nota-se que tanto na formação curricular/acadêmica quanto na prática profissional, a relação bibliotecário-livro é muito mais explorada do que a relação bibliotecário-comunidade, assim, privilegia-se o caráter tecnicista das funções bibliotecárias em detrimento das funções sociais e culturais. Neste sentido, este pensamento contribui para a perpetuação do estereótipo profissional estritamente preocupado com o processamento técnico e com o silêncio do ambiente, do que com os próprios usuários e outras necessidades que a sociedade possui. Urge repensar o enfoque dado à formação humanista em contraponto à formação técnica de bibliotecários.

Outra questão é a existência do que podemos chamar de uma espécie de "terceirização da função política/cultural/social do profissional bibliotecário", uma vez que é comum outros profissionais realizando atividades de mediação nas bibliotecas, seja como voluntários, parcerias ou até mesmo contratação.

O não-público muito dificilmente chega a ser cogitado como público em potencial dos trabalhos biblioteconômicos; a inclusão dessa parcela social demanda uma recondução da própria noção de cultura. Nos moldes em que as bibliotecas atuam, é praticamente impossível que obtenham uma melhora no seu reconhecimento social. O fracasso das bibliotecas relaciona-se apenas em parte com o fracasso em desenvolver o hábito da leitura, mas não só com ele.

No imaginário popular, bibliotecas são apenas lugares onde se vai para emprestar livros ou ler em silêncio. Boa parte da população leitora pertence também à parcela com maiores condições econômicas, de comprar aquilo que desejam/precisam ler, o que acaba reduzindo ainda mais o público ativo.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. **Bibliotecas públicas e bibliotecas alternativas**. Londrina: Editora UEL, 1997.

ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. Mediação da informação e múltiplas linguagens. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, v. 2, n. 1, p. 89-103, jan./dez.

2009. Disponível em: http://www.brapci.inf.br/_repositorio/2010/01/pdf_9aa58ba510_0007871.pdf. Acesso em: 08 fev. 2020.

ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. Profissional bibliotecário: um pacto com o excludente. In: BAPTISTA, Sofia Galvão; MUELLER, Suzana Pinheiro Machado (org.). **Profissional da informação**: o espaço de trabalho. Brasília: Thesaurus, 2004. p. 70-86.

AMADO, Casimiro. As Bibliotecas, o(s) seu(s) público(s) e o desafio do «não-público»: Uma reflexão a partir do pensamento de Francis Jeanson. In: **Redes, bibliotecas e literacias**: Atas do Iº Seminário da Rede de Bibliotecas de Évora [online]. Évora: Publicações do Cidehus, 2017. Disponível em: http://books.openedition.org/cidehus/2547. Acesso em: 20 jan. 2020.

BARROS, Maria Helena Toledo Costa de. **Leitura**: mediação e mediadores. São Paulo: FA, 2006.

BORTOLIN, Sueli; ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. Mediação da leitura para leitores-ouvintes. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 19, n. 1, p. 207-226, jan./mar. 2014. Disponível em: http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/1537. Acesso em: 05 fev. 2020.

CUNHA, Murilo Bastos da; CAVALCANTI, Cordelia Robalinho de Oliveira. **Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia**. Brasília : Briquet de Lemos, 2008.

FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DE ASSOCIAÇÕES DE BIBLIOTECÁRIOS E BIBLIOTECAS - IFLA. **Manifesto da IFLA/UNESCO sobre Bibliotecas Públicas**. 1994. Disponível em: https://www.ifla.org/files/assets/public-libraries/publications/PL-manifesto/pl-manifesto-pt.pdf. Acesso em: 26 set. 2019.

FLUSSER, Victor. A biblioteca como um instrumento de ação cultural. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG, Belo Horizonte**, v. 12, n. 2, p. 145-169, set. 1983.

FLUSSER, Victor. O bibliotecário animador: considerações sobre sua formação. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, Belo Horizonte, v. 11, n. 2, p. 230-236, set. 1982.

FLUSSER, Victor. Por uma biblioteca verdadeiramente pública. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, Belo Horizonte, v. 9, n. 2, p. 131-138, set. 1980.

LIMA, Raimundo Martins de. **A construção social da Biblioteconomia brasileira**: a dimensão político-pedagógica do fazer bibliotecário. a dimensão político-pedagógica do fazer bibliotecário. Manaus: Editora da Universidade do Amazonas, 1999.

MACHADO, Elisa Campos; ELIAS JUNIOR, Alberto Calil; ACHILLES, Daniele. A biblioteca pública no espaço público: estratégias de mobilização cultural e atuação sócio-política do bibliotecário. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 19, n. Especial, p. 115-127, 2014. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-99362014000500010&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 04 fev. 2020.

MILANESI, Luís. **A casa da invenção**: biblioteca centro de cultura. Cotia: Ateliê, 2003.

MILANESI, Luís. **O que é biblioteca**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

MUELLER, Suzana. Bibliotecas e Sociedade: evolução da interpretação de funções e papéis da biblioteca. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, Belo Horizonte, v.13, n.1, p.7-54, mar. 1984.

SISTEMA NACIONAL DE BIBLIOTECAS PÚBLICAS. **Biblioteca pública**: princípios e diretrizes. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2000. Disponível em: https://www.bn.gov.br/sites/default/files/documentos/miscelanea/2015/bibliotecapublica_principiosdiretrizes_edicao2.pdf. Acesso em 19 fev. 2020.

SUAIDEN, Emir José. La biblioteca pública y las competencias del siglo XXI. **El Profesional de la Información**, v. 27, n. 5., set./out. 2018. Disponível em: https://recyt.fecyt.es/index.php/EPI/article/view/epi.2018.sep.17/40861. Acesso em: 26 set. 2020.

CENÁRIO DA INFORMAÇÃO EM SAÚDE: A UTILIZAÇÃO DE SISTEMAS HOSPITALARES DO SUS NA GESTÃO HOSPITALAR

HEALTH INFORMATION SCENARIO: THE USE OF SUS HOSPITAL SYSTEMS IN HOSPITAL MANAGEMENT

Área temática: Tecnologias e Sistemas

SILVA, Ana Paula Bernardino
Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas
Graduada em Gestão Hospitalar
ana.bernardino@outlook.com

MENDONÇA, Bárbara Camilla Barbosa de Mendonça
Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas
Graduada em Gestão Hospitalar e Psicologia
barbarmendonca@hotmail.com

PEIXOTO, Marcela Fernandes
Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas
Graduada em Pedagogia e Mestre em Educação pela Universidade Federal de Alagoas
Docente do Curso de Gestão Hospitalar na UNCISAL.
marcela.fpeixoto@gmail.com

Resumo

O Presente estudo buscou elucidar, por meio de levantamento bibliográfico e documental, a respeito dos recursos informatizados do Sistema Único de Saúde (SUS) e sua relevância para gestores hospitalares. As reflexões suscitadas partem da interseção entre saúde e informação, evidenciando os Sistemas de Informação em Saúde (SIS) no cenário da saúde pública brasileira, a partir de reformas que partem de uma dimensão política e também apoiadas por transformações decorrentes dos avanços sociais e tecnológicos. Nesse contexto, apresenta-se os sistemas do Departamento de Informática do SUS – DATASUS, os quais subsidiam o desenvolvimento de um trabalho estruturado, hierarquizado e fidedigno por parte de profissionais de saúde e gestores, diante de uma concepção de cooperação e qualificação das informações. As reflexões finais pretendem destacar o avanço temporal e qualitativo dos serviços na gestão hospitalar, ou seja, na obtenção de melhores resultados e um fluxo de trabalho mais ágil, a partir do direcionamento adequado dos SIS.

Palavras-chave: sistemas de informação, DATASUS, gestão hospitalar.

Abstract

The present study sought to elucidate, through bibliographic and documentary survey, about the computerized resources of the Unified Health System (SUS) and its relevance to hospital managers. The reflections arose from the intersection between health and information, highlighting the Health Information Systems (SIS) in the Brazilian public health scenario. from reforms that start from a political dimension and also supported by transformations resulting from social and technological advances. In this context, we present the systems of the Department of Informatics of SUS - DATASUS, which subsidize the development of a structured work, hierarchical and reliable by health professionals and managers, in view of a conception of cooperation and qualification of information. The final reflections intend to highlight the temporal and qualitative advance of services in hospital management, that is, to obtain better results and a more agile workflow, based on the proper direction of the SIS.

Keywords: information systems, DATASUS, hospital management.

1 INTRODUÇÃO

Não há como pensar em um mundo globalizado sem remeter à importância que a informação possui. O acesso à informação permite avanços nas diversas esferas do conhecimento e, ao longo do tempo, se tornou uma realidade presente nos espaços organizacionais, sendo suporte nas etapas de planejamento e tomadas de decisão.

Tratamos da interseção saúde e informação, considerando que o gerenciamento das informações pelos profissionais desta área dá sustentação à execução de suas ações e serviços. Enfatiza-se a necessidade por canais fidedignos, considerando ser indispensável o alcance correto de informações nas instituições de saúde.

De modo a acompanhar o avanço social no que se refere à crescente evolução das tecnologias, as ações implementadas pelas políticas de saúde no Brasil, ao longo do tempo, demonstram adaptação diante do desenvolvimento e uso de sistemas informatizados. Nesta direção, a utilização da tecnologia tem sido valorizada pelos resultados que ela oferece, se fazendo presente e contribuindo para a consecução das atividades organizacionais.

Foi, principalmente, após a implantação do Sistema Único de Saúde (SUS) que os sistemas de informação foram desenvolvidos visando a integração de dados e a realização de processos de trabalho, no que compete à melhoria da qualidade e produtividade dos serviços em saúde.

Em face das colocações supracitadas, a delimitação do tema ocorreu por meio da necessidade de aprofundar os estudos que evidenciam a pertinência da implantação de sistemas informatizados para instituições de saúde, principalmente para as públicas, partindo da hipótese de que a incorporação de tais instrumentos se torna um diferencial na execução dos serviços hospitalares, seja assistencial ou administrativo.

Para tanto, o presente trabalho objetiva explanar sobre a importância do uso de Sistemas de Informação em Saúde (SIS) voltados ao SUS, para a gestão hospitalar. Os resultados alcançados serão de grande valia para profissionais e pesquisadores que objetivam conhecer mais sobre a utilização dos SIS na gestão estratégica de saúde.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1Política de Saúde no Brasil

A oferta da saúde no Brasil perpassou por diversos momentos históricos até a atualidade e foi berço de lutas e movimentos em prol de redefinir a prestação de serviços voltados para a população. Na historicidade, foi preciso propiciar discussões que fomentassem a criação de uma nova realidade, instaurando no país um sistema que assegurasse o acesso à saúde como um direito social.

Contemplando o cenário histórico, antes da promulgação da Constituição Federal em 1988, a saúde era estabelecida sob a responsabilidade do Ministério da Previdência e Assistência Social. O contexto fornecia auxílio saúde por meio de assistência médica individual e especializada e cabia ao Ministério da saúde, apenas a incumbência de ente normativo, exercendo atividades de caráter preventivo (VIACAVA, *et al*, 2018, p. 1752). Com o surgimento do movimento sanitário e a proposta de reformulação das práticas de saúde, o Estado passa a ter um papel preponderante na promoção, regulação e oferta dos serviços, sendo seu dever garantir mediante as políticas sociais e econômicas, o acesso à saúde como direito fundamental ao povo.

Com o decreto da Constituição Federal e incorporando a política de saúde por meio da lei nº 8.080 de 19 de Setembro de 1990, institui-se o SUS, que tem como pressuposto exercer “um conjunto de ações e serviços públicos de saúde, prestados por órgãos e instituições públicas federais, estaduais e municipais, da Administração direta e indireta e das fundações mantidas pelo poder público” (GIOVANELLA, *et al*. 2012, p. 366).

A Constituição Federal tendo aporte de outras normativas compreende que as atividades prestadas à saúde devem estar organizadas e cada ente federativo deve desempenhar seu papel, atendendo as necessidades nas diversas modalidades de prevenção e de forma integrada (BRASIL, 1988), contando com a participação da sociedade, atuando em conjunto na busca de fazer cumprir as diretrizes do SUS.

Ao longo do tempo foi possível verificar alterações significativas no âmbito da saúde, como ampliação dos serviços assistenciais e incorporação das equipes multiprofissionais, no entanto, verifica-se que problemas de diversas ordens nos campos epidemiológico, demográfico e social, demonstram as fragilidades existentes, que se distanciam dos princípios elencados na consolidação do SUS.

Vale ressaltar que diante das vulnerabilidades apontadas, ainda há de se mencionar sobre as

mudanças políticas que imperam no Brasil e na atualidade diante de um contexto de crise, impulsiona gestores e profissionais da saúde a repensar o modelo praticado, em virtude dessas alterações. Os desafios para manter o direito à saúde no Brasil são imensos e para enfrentá-los, faz-se necessário "analisar criteriosamente a história, o momento presente e as tendências que se anunciam" (SOUZA, *et al*. 2019, p. 2784).

Baseado nessas colocações para se alcançar maior efetividade no sistema público de saúde, é preciso que haja o fortalecimento de estratégias que aprimorem as atividades desenvolvidas no SUS. O modelo de atenção até então praticado deixa muitas lacunas. Para tanto, a adoção de práticas promotoras de saúde, melhoria na qualidade da oferta dos serviços e ampliação das redes de atenção podem ser metodologias eficazes para tornar o SUS, um sistema de melhor qualidade.

É diante do cenário em torno do processo histórico de política e implantação do SUS, que foram impulsionadas reformas de Estado na dimensão política e também pelas transformações decorrentes do avanço tecnológico e das inovações (VIANA; IOZZI, 2019, p. 2). Dessa forma, a conjuntura da saúde esteve e ainda se encontra em constante atualização, seguindo os progressos que surgem, modificando e buscando determinar melhores condições de trabalho a curto e longo prazo.

2.2 A inserção dos Sistemas de Informação como Política de Saúde

Em um mundo cada vez mais tecnológico, a informação passou a ter grande relevância para pessoas e organizações. Sua utilidade pode ser vista por diversos meios, seja na conversão de negócios ou adoção de melhores condições de vida, a informação possibilita a quem tem mais acesso, determinar escolhas oportunas em vários âmbitos.

No campo da saúde, a informação também se apresenta de extrema importância, a considerar que o crescente e acelerado aumento de dados das condições de saúde da população, resultou no desenvolvimento e implantação de recursos voltados para garantir a gestão adequada de informações. Reforçando a presente realidade, Alves*et al*. (2019, p.351) explicita que "a informação em saúde tem a finalidade de identificar problemas individuais e coletivos [...] propiciando elementos para a análise da situação encontrada e subsidiando a busca de possíveis alternativas de encaminhamento".

Tendo em vista a pertinência do uso coerente das informações no campo da saúde, vale destacar que foi por meio da implantação do SUS que surgiu a necessidade de constituir um sistema único de informações assistenciais que norteasse gestores e organizações no que competem ao planejamento, controle e avaliação das ações.

Assim, os SIS surgem como "instrumentos para adquirir, organizar e analisar dados necessários à definição de problemas e riscos para a saúde" (ALVES *et al*., 2019, p. 354). Ou, como nas palavras de Olímpio *et al*. (2018, p.2) os SIS "devem contribuir para a melhoria da qualidade e da produtividade da assistência de saúde, possibilitando a realização de pesquisas e atividades de ensino".

Portanto, o emprego dos SIS visa à ampliação e melhorias nas esferas administrativas e assistenciais, fazendo com que as informações sejam organizadas, armazenadas e auxiliem nas providências a serem tomadas. Serve de aporte também para facilitar a comunicação dentro das instituições por apresentar dados específicos da situação de saúde da população, garantindo dados mais fidedignos e potencializando as ações adotadas.

As atividades desenvolvidas no âmbito do SUS precisam atender aos parâmetros técnicos regulamentados em legislação e organizados de forma hierarquizada. Desta forma, houve a necessidade de criar recursos específicos que atendessem à demanda de saúde, principalmente no que compete à consolidação de dados.

Sendo assim, as políticas de saúde no Brasil que se voltam aos sistemas de informação estão ligadas ao Departamento de Informática do SUS, também conhecido como DATASUS que foi desenvolvido a partir da criação da FUNASA – Fundação Nacional de Saúde, pelo decreto 100 de 16 de abril de 1991. Desde então, sua formalidade possibilitou prover aos órgãos do SUS, sistemas de informação e suporte na área de informática, voltados ao planejamento, controle e operacionalidade.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para a realização deste trabalho, optou-se por aderir à abordagem qualitativa, utilizando o levantamento bibliográfico e documental como procedimentos para coleta de informações.

Buscou-se apresentar achados da literatura que retratam à temática, utilizando artigos científicos disponíveis no Google Acadêmico e na plataforma da *Scientific Eletronic Library Online*

(SciELO). Estas, foram alinhadas com informações viabilizadas no *site* do DATASUS (http://datasus.saude.gov.br/) e do Ministério da Saúde (http://saude.gov.br/).

Partiu-se de três etapas: pré-análise, com a delimitação da intenção de pesquisa e construção do objetivo do trabalho; organização, das fontes bibliográficas e documentais a serem utilizadas e estudadas; e análise, com apresentação dos dados e reflexão sobre o tema proposto.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Apesar dos consideráveis avanços que os sistemas de informação trouxeram para o campo da Saúde, em especial aqueles que foram desenvolvidos para atender as necessidades do SUS, alguns desafios podem ser encontrados que dificultam sua aceitação e em contrapartida sua utilização. A resistência entre os profissionais é notória (SANTOS; MARIN, 2018), sendo um dos principais fator de interferência na implantação dos sistemas informatizados.

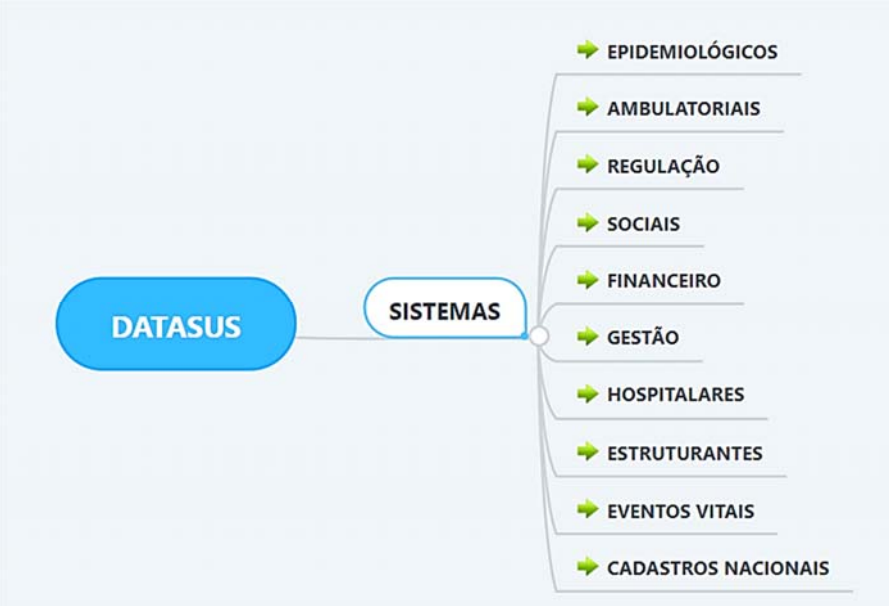
Por esta razão, a estratégia maior que gestores dos sistemas de informação busca utilizar é universalizar os recursos e sistemas e integrá-los, reduzindo o número de subsistemas que são usados e fogem do padrão almejado de uniformidade e consistência nas informações. Portanto, não apenas as atividades assistenciais são relevantes, mas devem andar lado a lado com o bom gerenciamento dos serviços e a organização de seus referidos dados.

Nesta perspectiva, temos"[...] a criação de um departamento onde é possível armazenar grande quantidade de informações e que essas possam embasar as políticas públicas de saúde" (LIMA *et al*., 2015, p.17). Trata-se do Departamento de Informática do SUS – DATASUS, que emergiu com a finalidade de prover informações em saúde e disponibilizar bases que possam subsidiar a tomada de decisão de gestores de saúde, assim como favorecer a elaboração de ações neste segmento.

A ferramenta DATASUS vem complementar o art. 6º da Constituição Federal, que assegura a saúde como um direito social, pois sua utilização propicia a população e seus gestores o acesso às informações, possibilitando o discernimento de quais fatores aquela região "precisa melhorar em relação às medidas realizadas para evitar, por exemplo, a proliferação de doenças" (BERTOCHI, *et al*. 2017, p. 31).

O departamento encontra-se dividido em alguns sistemas, são eles:

Figura 1: Visão geral dos sistemas de gerenciamento da plataforma DATASUS, 2019



FONTE: autoras do estudo

Eles visam estruturar os dados e informações antes criados de forma aleatória. De acordo com a visão estabelecida por Orlandi, Coelho-Junior e Almeida (2016, p.5) sem um sistema unificado

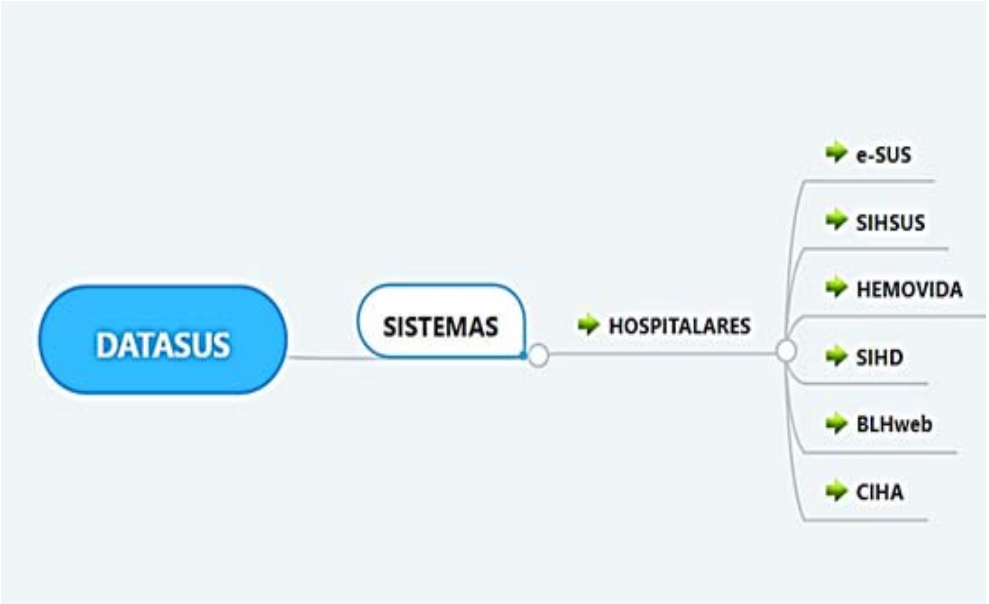
é possível se observar "dados desatualizados em relação ao tratamento clínico, dificuldade de gerar indicadores confiáveis e prontuários com excesso de registros".

Diante dessa realidade, a busca por integralidade tem sido constante, para que as necessidades sejam atendidas por sistemas operantes e que possuam recursos confiáveis e de fácil manuseio, assim como pode ser encontrado no DATASUS. O referido sistema opera dados com descrição sumária e configuração mínima para sua utilização. Pode ser acessado por usuários, gestores e profissionais de saúde, diante de uma concepção de cooperação e qualificação das informações.

Em vista disto, o DATASUS como ferramenta gerencial oferece maior credibilidade na explanação e disponibilização de informação, ao ponto de ser considerado pela Organização Mundial de Saúde (OMS) e pela Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS) como um dos sistemas mais completos do mundo (LIMA *et al*. 2015).

Demonstra-se, por meio da imagem a seguir, o desdobramento desta estrutura, exemplificando com os sistemas hospitalares. Estes, fornecem e auxiliam em dados de caráter diagnóstico, demográfico e geográfico dos atendimentos hospitalares.

Figura 2: Eixos dos Sistemas Hospitalares, DATASUS, 2019



FONTE: autoras do estudo

O sistema e-SUS hospitalar é um software de Gestão Hospitalar, com foco no Hospital Information System (HIS)[1] e no Prontuário Eletrônico do paciente (PEP). Disponibiliza a geração de relatórios, formulários em metadados, painel de indicadores de gestão, sistema de laboratório e ERP[2]. Sua principal finalidade é oferecer atendimento para as demandas ligadas ao Ministério da saúde.

O SIH-SUS abrange o registro de informações das internações do âmbito do SUS em hospitais da rede pública e privada que foram financiadas com recursos deste sistema e para a gestão, favorece o controle dos procedimentos realizados nos hospitais por meio do envio de dados do formulário virtual de autorização hospitalar.

Desenvolvido para bancos de sangue, o HEMOVIDA possui caráter informativo de todo ciclo de doação de sangue, desde a captação à distribuição do material, possuindo controle de cada etapa

[1] HIS- Sistema de Informação Hospitalar, que gerencia informações pertinentes à pessoas e processos de um determinado hospital.
[2]ERP: Refere-se ao termo "*Enterprise Resource Planning",* tendo aplicabilidade como um sistema integrado de Gestão, que consolida todos os dados em um único sistema.

do processo. Sua rede, possibilita aos gestores das três esferas, o acesso à dados primordiais que facilitam a tomada de decisão no que compete à HEMOREDE.

Com o Sistema de Informações Hospitalares Descentralizado – SIHD, é possível gerenciar os atendimentos hospitalares pelas secretarias municipais e estaduais de saúde, para realizar captação, controle e cálculo dos valores brutos de procedimentos hospitalares. A gestão da informação neste sistema oferece autonomia aos administradores de modo que estes possam realizar o processamento em suas unidades. As ações de vigilância sanitária e Epidemiologia também podem se utilizar de dados fornecidos pelo SIHD, auxiliando na execução dos serviços no território.

O BLHWeb foi criado com foco a atender os bancos de leite humano, internalizando procedimentos, diretrizes e normas com o objetivo de dinamizar o planejamento, a gestão e os processos desenvolvidos na rede BLH. Em resposta à demanda da Política Nacional de Aleitamento Materno pelo Ministério da Saúde, as informações prestadas facilitam a compreensão acerca dos produtos e processos relacionados neste sistema de gerenciamento.

Já com a CIHA – Sistema de Comunicação de Informação Hospitalar e Ambulatorial, a utilidade das informações são pertinentes ao Ministério da Saúde e para a ANS (Agência Nacional de Saúde Suplementar), de forma que estes órgãos podem acompanhar e monitorar as internações em todas as unidades que oferecem o procedimento, seja na rede pública ou privada, estando ligados ao SUS ou não.

No geral, as funcionalidades do DATASUS propiciam relevantes ações aos gestores e a abrangência contempla as três esferas de governo. Como um portal de fácil acesso, sua completude permeia por indicadores e suas respectivas metodologias oferecem ao leitor a oportunidade de averiguar como estão sendo desenvolvidos e prestados os serviços, nas mais diversas áreas que o SUS engloba.

Nesse contexto, os gestores que atuam especificamente na área da saúde, tem se defrontado com inúmeras demandas para atender as necessidades da instituição e em contrapartida de seus pacientes. Diante da complexidade do campo, a exigência pela efetividade é crescente e o uso adequado de informações que auxiliem na tomada de decisão é um desafio constante.

Para gerir de forma apropriada, a gestão geralmente se volta para a busca de sistemas de informação que transmitam dados relevantes que possibilite a interação e comunicação entre a realidade e o objeto de trabalho, objetivando assim articular esses dados, otimizar o fluxo das informações, bem como integrar os processos para que os planejamentos contemplem a qualidade no âmbito organizacional. E quando se retratam os hospitais, a necessidade da uniformidade é gritante, para minimizar erros e recorrências que dificultem o bom andamento dos serviços administrativos e assistenciais.

Vale destacar que nesse cenário hospitalar, a administração confronta diariamente com a premência de tomar decisões e isto requer que a análise de dados seja feita rotineiramente, para que com base nas informações consultadas, seja possível que o gestor elenque ações e estratégias para tomada de decisão e resolutividade dos problemas. De acordo com Cavalcante *et al*. o processo de decisão compreende:

> Como um instrumento que permite conhecer a realidade a qual se deseja modificar. No setor saúde, a avaliação dos elementos e a modificação de alternativas de ação se dá pela necessidade de melhorar a situação em saúde. Desse modo, a tomada de decisão é realizada por diversos representantes em diferentes contextos dentro da instituição o que leva ao alcance da meta estipulada por meio da intervenção e da ação necessária (CAVALCANTE *et al*. 2012, p. 74).

Com base na citação, fica explícito que antes de pensar e planejar qualquer intervenção no segmento da saúde, é preciso conhecer de maneira aprofundada a realidade da organização, suas principais deficiências e pontos fortes para a partir daí, estabelecer o caminho a ser percorrido. É possível realçar também que o gestor necessita possuir conhecimento de "legislações do SUS, realidade epidemiológica, assistencial, financeira, para acompanhar, avaliar e talvez modificar o sistema de informação e, consequentemente, as principais decisões para melhora de saúde da população pelo qual é responsável" (SANTOS; PEREIRA; SILVEIRA, 2017, p. 3).

No entanto, o conhecimento não deve estar limitado nem centrado em uma única figura, cabendo ao gestor buscar integrar suas ações à de outros profissionais envolvidos na instituição, por meio da troca de conhecimentos e propiciando a estes trabalhadores, o compartilhamento da

importância do uso adequado para que os sistemas de informação explanem e obtenha dados reais da situação de saúde, evitando problemáticas que acometem frequentemente a administração.

Por sua vez, o trabalho gerencial da saúde ainda está arraigado à métodos tradicionais, sendo preciso que haja modificação nas formas de administrar, que contemplem o apoio efetivo de toda equipe e o gestor em saúde necessita desta percepção. Além disto, sua orientação deve ser voltada para que no espaço informacional, as bases de dados sejam bem utilizadas, não funcionando apenas como um depósito de informações, mas como suporte preciso para alcançar o sucesso nas atividades.

Outra discussão plausível para complementar as ideias anteriormente mencionadas, é sobre a limitação de alguns profissionais para atuar na gestão. É comum, que cargos de supervisão e coordenações na área da saúde sejam ocupados por profissionais que foram indicados e em muitas ocasiões não possuem a formação adequada para direcionar e condicionar as informações para a gestão hospitalar.

Um estudo apontado por Pinheiro, *et al*. (2016, p.5) ressalta que uma análise feita com gestores do SUS, foi destacado como uma fragilidade, o despreparo de alguns profissionais da gerência para tarefas de administração e lentidão na incorporação de novas tecnologias de informação. É discutido por este autor que no Brasil, ainda impera a cultura de que qualquer profissional que possua formação voltada para a saúde pode atuar como gestor e que a administração se aprende na prática.

Esta realidade demonstra que para muitas instituições, não há o compromisso em selecionar profissionais com formação pertinente, ocasionando defasagens no desempenho e na execução das atividades e estes empecilhos fortalecem a desorganização no gerenciamento das ações de saúde e consequentemente na análise das informações, entre outras problemáticas que envolvem os processos de trabalho.

E a exigência pela busca coerente de profissionais capacitados, é considerável, pois, no gerenciamento das informações o gestor não pode se restringir a dados provenientes dos sistemas de informações, mas deve conciliar junto com referências da situação de saúde de seu território, contemplando os aspectos sociais, a cultura do local, as questões econômicas, ambientais e outros indicadores valiosos para determinar a gestão dos serviços e programas de saúde.

Assim sendo, a utilização dos sistemas de informação para o ambiente da saúde torna-se de extrema relevância para respaldo nas decisões a serem tomadas, e oferecem olhar amplo sobre o contexto avaliado. Quando as informações buscadas se apresentam fidedignas, o gestor consegue obter melhores resultados e um fluxo de trabalho mais organizado. No entanto, se o sistema de informação apresentar dados confusos, incompletos ou errôneos, a tendência é que haja subutilização ou até mesmo, as ações gerenciais denotem ao fracasso.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A saúde enquanto política pública deve ser promovida pelo Estado e acompanhada pelo SUS e seus representantes, para assegurar o direito estabelecido em normativas legais. Para fazer do SUS um sistema efetivo e com capacidade de atingir seus objetivos, foram sendo desenvolvidas ferramentas que ao longo do tempo acompanharam os avanços do mundo globalizado. Uma dessas conquistas se refere à inserção dos SIS nas instituições, como forma de reorganizar os serviços, se tornando um elemento indispensável para sua administração.

O DATASUS é um departamento que estimula a crescente construção para fortalecer o que é desenvolvido no SUS e incita mudanças que possam atender às necessidades dos gestores, incorporando novas tecnologias ou realizando alterações positivas nas que já existem. Assim, os seus sistemas foram criados para subsidiar as ações em saúde, ampliando a comunicação concreta entre gestores, sua instituição e seus usuários.

Sobre este cenário, a literatura apontou que o uso dos SIS, apesar de ser considerado um ganho efetivo para profissionais e principalmente gestores, ainda apresenta algumas deficiências, havendo a necessidade de ser repensado e ajustado para que a informação seja manipulada de maneira adequada, sem dar margens a erros e subutilização dos sistemas.

Considera-se, portanto, que as informações disponibilizadas na base de dados dos sistemas (DATASUS) propiciam aos gestores uma melhor condução das atividades, mediante o aspecto de facilidade da operacionalização dos sistemas, bem como a confiabilidade dos dados alcançados e produzidos por eles.

REFERÊNCIAS

ALVES, *et al*. A imprescindibilidade do sistema de informação no âmbito hospitalar: revisão integrativa de literatura. **Rev. Gepnews**. Maceió: a.3, v.2, nº 2, abr.- jun., 2019.

BERTOCHI, *et al*. Tecnologia como ferramenta na divulgação de informações epidemiológicas. **Anais Eletrônicos do Seminário Macrorregional de Saúde Coletiva**. Santa Catarina. Editora Unoesc, 2017.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. **DATASUS**. Departamento de Informática do SUS. Sistemas e Aplicativos. Disponível em: <http://datasus.saude.gov.br/sistemas-e-aplicativos/hospitalares/sihsus>. Acesso em: 05 de nov. 2019.

CAVALCANTE, *et al*. Sistema de Informação Hospitalar: utilização no processo decisório. **Rev. JHI**. Minas Gerais: jul.-set, 2012.

GIOVANELLA, L.; LOBATO, L.; ESCOREL, S.; LOBATO, L, V. C. (Orgs.). **Políticas e sistemas de saúde no Brasil**. 2º ed. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz,2012.

LIMA, *et al*. DATASUS:o uso dos sistemas de informação na saúde pública. **Rev. da Fatec – Análise e desenvolvimento de sistemas.** São Paulo: v.1, nº 3, jan.- jun., 2015.

OLÍMPIO, *et al*. Sistemas de informação em saúde e sua complexidade. **Rev. Adm. Saúde**. São Paulo: v.18, nº 70, jan.- mar., 2018.

ORLANDI, D. P; COELHO-JUNIOR, T. P; ALMEIDA, J. E. F. Sistema de Informações Hospitalares (SIH-SUS): Revisão sobre qualidade da informação e utilização do banco de dados em pesquisas. **IX Congresso CONSAD de Gestão Pública**, Brasília. Modelos de avaliação e Experiências inovadoras em saúde. Consad, 2016.

PINHEIRO, *et al*. Gestão da Saúde: o uso dos sistemas de informação e o compartilhamento de conhecimentos para a tomada de decisão. **Rev. Texto contexto Enferm**, 2016.

SANTOS, M. C; MARIN, H. F. Análise do uso de um sistema informatizado por gestores hospitalares.**Rev. Acta Paulista de Enfermagem.** São Paulo: v.31, nº 1, jan.-fev., 2018.

SANTOS, T. O; PEREIRA, L. P; SILVEIRA, D. T. Implantação de sistemas informatizados na saúde: uma revisão sistemática. **Rev. elétron infinov saúde**. Rio Grande do Sul: jul.-set., 2017.

SOUZA, *et al*. Os desafios atuais da luta pelo direito universal à saúde no Brasil.**Rev. Ciência & Saúde Coletiva.** Rio de Janeiro: v.24, 2019.

VIACAVA, *et al*. SUS: oferta, acesso e utilização de serviços de saúde nos últimos 30 anos. **Rev. Ciência & Saúde Coletiva.** Rio de Janeiro: v.23, 2018.

VIANA, A. L. D; IOZZI, F. L. Enfrentando desigualdades na saúde: impasses e dilemas do processo de regionalização no Brasil. **Rev. Cadernos de Saúde Pública.**. Rio de Janeiro: v. 35, 2019.

COLEÇÕES ESPECIAIS EM BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS: CONSIDERAÇÕES SOBRE PRESERVAÇÃO E ACESSO AO PATRIMÔNIO BIBLIOGRÁFICO

SPECIAL COLLECTIONS IN UNIVERSITY LIBRARIES: CONSIDERATIONS ON PRESERVATION AND ACCESS TO BIBLIOGRAPHIC HERITAGE

Área 1: Desenvolvimento Social e Políticas Públicas
1.5 Educação e Desenvolvimento

CARVALHO, Cláudia Pereira de Jesus
Universidade Estadual Paulista - UNESP
Graduanda em Biblioteconomia
claudia.pjc@yahoo.com

ALMEIDA, Carlos Cândido de
Universidade Estadual Paulista - UNESP
Docente do Departamento de Ciência da informação
carlos.c.almeida@unesp.br

Resumo

O colecionismo, fenômeno vasto e multifacetado, se constitui um prolífero campo de estudos para diversas áreas do conhecimento. Um nicho específico do colecionismo são os livros, a bibliofilia, dando origem às coleções bibliográficas e ao conceito inicial de biblioteca. A história da Biblioteconomia e das bibliotecas se fundamenta basicamente em formar, organizar, preservar e disponibilizar coleções de recursos informacionais. Considerando a Formação e Desenvolvimento de Coleções como uma das principais áreas de estudos e práticas da Biblioteconomia, inclui-se as coleções especiais como uma realidade presente em muitas bibliotecas, muitas vezes desafiadora. As coleções especiais constituem-se valiosas fontes de informação e podem ser consideradas patrimônio bibliográfico com valor de memória social e científica. Almeja-se contribuir para a discussão de pesquisas voltadas para acervos especiais, uma vez que a temática representa um grupo diminuto de estudos na Biblioteconomia e ainda carece de muitos debates para um melhor entendimento dos fatores envolvidos nessa questão.

Palavras-chave: Coleções especiais, Biblioteconomia.

Abstract

Collecting, a vast and multifaceted phenomenon, is a prolific field of study for several areas of knowledge. A specific niche of collecting is books, bibliofilia, giving rise to bibliographic collections and the initial concept of library. The history of Librarianship and libraries is basically based on forming, organizing, preserving and making available collections of information resources. Considering the Formation and Development of Collections as one of the main areas of studies and practices of Librarianship, special collections are included as a reality present in many libraries, often challenging. The special collections are valuable sources of information and can be considered a bibliographic heritage with a social and scientific memory value. It aims to contribute to the discussion of research aimed at special collections, since the theme represents a small group of studies in Library Science and still needs many debates for a better understanding of the factors involved in this issue.

Keywords: Special collections, Librarianship.

1 INTRODUÇÃO

Considerando a Formação e Desenvolvimento de Coleções como uma das principais áreas de estudos e práticas da Biblioteconomia, inclui-se as coleções especiais como uma realidade presente em muitas bibliotecas, muitas vezes desafiadora.

A área da biblioteconomia, que se dedica à formação e ao desenvolvimento de coleções, “possui diretrizes que estabelecem políticas norteadoras desse processo dentro de uma instituição

voltada apenas para questões administrativas e de ordem burocrática." (SANTOS, 2015, p. 112)

Enquanto nas coleções bibliográficas informais o desenvolvimento se pauta por uma lógica fundamentalmente subjetiva, nas coleções formais, para Vergueiro (1989, p. 63) a aquisição para uma coleção institucionalizada é um processo meramente administrativo, destacando-se o lado predominantemente técnico da formação e desenvolvimento de coleções.

No nível particular, existe apenas a relação entre o indivíduo e sua coleção; no momento em que essa mesma coleção passa a pertencer a uma instituição, seja ela museu, biblioteca ou arquivo, novas relações são criadas. Assim, temos a coleção figurando no centro de três classes de relações: coleção/criador, coleção/instituição e coleção/público (SANTOS, 2015, p. 26).

A formação e desenvolvimento de coleções em bibliotecas universitárias se justifica não apenas para fins de ensino e pesquisa, os trabalhos de extensão, os de natureza cultural, recreativa e de lazer também são tão importantes quanto.

Diversas coleções particulares possuem materiais de interesse coletivo, mas oferecem pouco ou nenhum acesso. Levine-Clark (2014) recomenda que todas as bibliotecas construam sua política de coleções especiais, no intuito de identificar, arrecadar e preservar institucionalmente coleções de interesse cultural e científico, tornando-as acessíveis publicamente.

Bibliotecários e pesquisadores levantarem discussões sobre essa necessidade é o primeiro passo; o segundo é analisar experiências nacionais e internacionais nessa temática; para enfim concretizar e praticar a formação desse tipo de coleção, em diferentes modalidades de biblioteca, a nível escolar, universitário (WEITZEL,)

2 BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS

No dicionário de BIblioteconomia, biblioteca universitária é definida como aquela "mantida por uma instituição de ensino superior e que atende às necessidades de informação dos corpos docente, discente e administrativo, tanto para apoiar as atividades de ensino, quanto de pesquisa e extensão. Pode ser uma única biblioteca ou várias organizadas como sistema ou rede." (CUNHA; CAVALCANTI, 2008, p. 53).

A criação das bibliotecas universitárias datam da Idade Média, em conjunto com a criação das universidades, ligadas à Igreja Católica e às Ordens Religiosas.

A principal função das bibliotecas universitárias se encontra em fornecer os materiais bibliográfico, documental e informacional necessários para os alunos e professores dos cursos ofertados em cada faculdade, além de funcionários e possíveis usuários dos serviços, a depender da abertura da universidade para a sociedade (RUSSO, 1998). Assim, as bibliotecas universitárias atuam no atendimento da demanda informacional dos integrantes da universidade, atuando no ensino, pesquisa e extensão.

Ao estudarem o desenvolvimento de coleções em bibliotecas universitárias, Mattos e Dias (2009) atentam para o fato de que essas unidades, antes de qualquer coisa, não podem desconsiderar as necessidades de informação de sua comunidade de usuários, seja pelo conteúdo curricular de cada curso ou por interesses de pesquisa de alunos e professores.

Para Cruz, Mendes e Weitzel (2004, p. 12), "é considerada biblioteca universitária aquela que atua em centros universitários, universidades, faculdades e institutos, entre outras que atuam no ensino superior." Ela complementa os conhecimentos ministrados nas disciplinas dos cursos, oferecendo subsídios para o desenvolvimento das pesquisas científicas. Exige a atualização do acervo, aliás a organização do acervo determina o tipo de biblioteca universitária (CRUZ; MENDES; WEITZEL, 2004).

Outro tipo de caracterização da biblioteca universitária, conforme especificam Cruz, Mendes e Weitzel (2004, p. 12) relaciona-se com sua organização, podendo ser "centralizada – quando possui todo o acervo necessário à universidade – , e descentralizada ou departamentalizada – quando cada unidade de ensino da universidade possui um acervo próprio.".

Portanto, as bibliotecas universitárias ocupam um papel não só educacional, mas também social.

3 FORMAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE COLEÇÕES

A terminologia para denominar a área pode variar ligeiramente, sem que no entanto se modifique seu conceito; desenvolvimento, gestão ou planejamento de coleções podem ser encontrados na literatura. Conforme destaca Weitzel (2012, p. 180), "O processo de formar e

desenvolver coleções sempre esteve presente ao longo da história do livro e das bibliotecas", porém era realizado de modo informal, sem muita atenção à complexidade das decisões.

Considerando que a Biblioteconomia existe há séculos, enquanto área de estudos e práticas biblioteconômicos, a Formação e Desenvolvimento de Coleções é bem recente, com destaque a partir da década de 1960 (VERGUEIRO, 1989; 1993). Antes disso, "a lógica praticada era a de se colecionar praticamente tudo o que existia disponível, uma vez que a produção editorial estava ainda em seu estágio inicial" (Weitzel, 2002, p. 62).

As primeiras coleções bibliográficas eram particulares, geralmente de nobres e religiosos. Não se pensava muito no acesso, o foco era mais na guarda do máximo possível de registros do conhecimento humano. A passagem do particular para o institucional, do pessoal para o público, exige processos e decisões formais, com critérios mais objetivos.

Os critérios foram sendo desenvolvidos ao longo das décadas por diversos bibliotecários e bibliotecas, registrados e compartilhados para servirem de base para as decisões de outras unidades. Armazenamento, controle e acesso também são alguns dos problemas ao se pensar a formação e desenvolvimento de coleções - buscando sempre otimizar recursos financeiros, humanos e verificar o espaço físico disponível.

Ao se definir as prioridades de uma biblioteca, Thompson e Carr (1990) sustentam que as coleções vêm antes dos serviços, instalações, pessoal - as coleções de recursos informacionais, independente de suas características, formatos ou suporte, são o elemento fundador para a existência de qualquer biblioteca, qualquer definição de biblioteca passa, necessariamente, pela existência de uma coleção, sem elas não é possível se falar que haja uma biblioteca. Conforme afirma Pinheiro (2013, p. 37), "As coleções são o ponto central das bibliotecas. Os funcionários e serviços existem para manter e fornecer acesso à coleção, tanto em formato impresso como eletrônico." .

Como o processo de FDC é sistêmico e cíclico, várias outras áreas da Biblioteconomia se relacionam e dão base para a FDC como: Estudos de usuários, Catalogação, Classificação, Indexação, Planejamento e gestão de unidades informacionais; portanto, não tem como ele existir isoladamente, necessita de outros setores e processos da biblioteca e outros campos de estudos biblioteconômicos, além de precisar ser periodicamente avaliado e ajustado.

A partir da inflexão do modelo antigo de biblioteca, que em um primeiro momento, dentro do paradigma físico, colecionava para armazenar e preservar conhecimento registrado, um novo momento, dentro do paradigma social exige uma visão diferenciada do processo, que se colecione para dar acesso às informações e ao conhecimento registrado. Assim, "o desenvolvimento de coleções tornou-se recurso fundamental para se administrarem as coleções de acordo com os interesses e o perfil daqueles que necessitam de informações específicas" (WEITZEL, 2002, p. 63), funcionando então, como um filtro das informações mais pertinentes de acordo com a realidade de cada unidade de informação.

Weitzel (2002) salienta que, grosso modo, todo o processo se baseia em responder o quê, o porquê, o para quê, o como e o para quem colecionar. No entanto, a depender das peculiaridades de cada biblioteca, existirão diferenças conceituais e metodológicas em algumas etapas do processo de formação de coleções.

Para Evans (2000), são seis os elementos componentes do processo de formação e desenvolvimento de coleções: estudo da comunidade, a partir do qual serão elaboradas as políticas de seleção, que darão embasamento para as atividades de seleção, necessárias para realizar a aquisição, a partir disso, periodicamente será feita a avaliação qualitativa e quantitativa da coleção e, se considerado necessário, realizar o descarte, renovando o processo cíclico de gestão de uma coleção e abrindo novos espaços.

O desenvolvimento de coleções se constitui em um processo cíclico e ininterrupto formado pelas seguintes etapas ou fases: estudo da comunidade (perfil da comunidade), políticas de seleção, seleção, aquisição, desbastamento e avaliação (VERGUEIRO, 1989, 1993, 1995; EVANS, 2000; WEITZEL, 2002, 2012). Todas essas fases devem estar especificadas na política de formação e desenvolvimento de coleções e englobadas no planejamento estratégico de crescimento da biblioteca.

A seleção, dentro do processo de FDC, é a "operação que leva à decisão sobre a aquisição de documentos por compra, permuta ou doação" (CUNHA; CAVALCANTI, 2008, p. 330). Cabe decidir que itens são de interesse da biblioteca, tanto no processo de compra, quanto no recebimento de doações.

Evans (2000, p. 293), resume o processo de aquisição como "a localização e a aquisição de

itens identificados como apropriados para a coleção", ou seja, é a concretização do que foi decidido através do processo anterior, a seleção. A aquisição, enfatizam Cunha e Cavalcanti (2008, p. 20), almeja "aumentar, completar ou atualizar as coleções ou acervos de bibliotecas, serviços e sistemas de documentação e de informação", sendo a obtenção realizada através de compra, doação ou permuta; as doações podem ser espontâneas ou solicitadas.

É aconselhável que se "estabeleçam critérios específicos com relação às doações, definindo-se procedimentos padronizados que abranjam as formas de recebimento dos materiais e também os possíveis repasses e descarte dos itens que não serão incorporados ao acervo." (ANDRADE; VERGUEIRO, 1996, p.78).

Andrade e Vergueiro (1996) explicam que nas doações solicitadas geralmente há uma seleção prévia, a biblioteca define o que deseja receber; ao passo que as doações espontâneas são oferecidas sem a interferência da biblioteca, com avaliação e seleção dos materiais feitas após o recebimento. As doações, segundo Evans e Saponaro (2005), aceleram o processo de aquisição, possibilitam economia de recursos, auxiliam a preencher lacunas na coleção e atender melhor às necessidades informacionais da comunidade de usuários.

Desse modo, as doações podem ser preciosas fontes para a formação e desenvolvimento do acervo de muitas bibliotecas. No entanto, os autores alertam para a necessidade de se realizar uma análise criteriosa, com base nas diretrizes estabelecidas na política, antes de aceitar os materiais, para que estes não se tornem um problema futuro.

4 COLEÇÕES ESPECIAIS: PRESERVAÇÃO E MEMÓRIA NO ÂMBITO BIBLIOTECONÔMICO

Em sua etimologia, a palavra coleção deriva do latim collectio + onis, que é o ato de juntar, reunir, compilar, resumir (LAROUSSE, 2007). Entretanto, a despeito do que elementarmente possa parecer, coleções não são apenas o mero acúmulo de objetos, como pode ser visto pelo senso comum, é possível efetuar análises mais profundas do colecionismo sob diferentes perspectivas, como social, cultural, psicológica, econômica, semântica. O universo semântico contido numa coleção pode ser muito rico, pois para o colecionador "a coleção não é um mero amontoado de objetos iguais, mas cada um conta uma história e possui um significado próprio por si" (OLIVEIRA; HOLANDA; MACIEL, 2016, p. 36).

A motivação é uma característica fundamental na diferenciação de coleções públicas e privadas, tanto no seu nível individual, de pessoas físicas, e do seu nível institucional, de pessoas jurídicas. Ou, como define Azevedo (2015, p.14), coleções formais ou informais. Ainda que inicialmente uma coleção tenha sido particular, no momento em que ela passa a estar em poder de uma instituição, as razões de sua existência e manutenção passam a ser outras. Os itens continuam os mesmos, porém mudando a esfera de posse, muda-se também o significado dos mesmos.

No dicionário de Biblioteconomia, Cunha e Cavalcanti (2008, p. 91) definem coleção especial:

> parte do acervo de uma biblioteca que é mantida em separado, em razão de seu formato físico, assunto, data de publicação ou outra característica. P.ex., coleções de estampas, coleções de organismos internacionais, coleções de obras raras, etc. [...] em desenvolvimento de coleções, relativo ao acervo de uma biblioteca onde existem documentos favoráveis e contrários sobre os assuntos contemplados pela biblioteca; coleção equilibrada, coleção imparcial [...] É mantida, geralmente, em setor próprio.

Alves (2015) refere-se às coleções como "aquisições seriadas de um mesmo produto", ou ainda produtos com características semelhantes. A depender das peculiaridades de uma coleção, podem ser consideradas especiais ou raras dentro de unidades informacionais. Comumente, grandes bibliotecas possuem coleções especiais, com algum diferencial, valor histórico, científico ou bibliográfico das obras.

Ao falarmos de coleções especiais, compreende-se um acervo ou setor específico da biblioteca que, em função de suas características físicas, temáticas, importância ou qualquer tipo de diferencial, encontra-se destacado ou até mesmo apartado fisicamente do acervo geral de uma biblioteca (CUNHA; CAVALCANTI, 2008). Deste modo, uma coleção especial pode ser formada por um acervo pessoal, acervo de obras raras, acervo de determinado tema, memória institucional, acervo de multimeios, entre outros exemplos." (ALVES, 2015, p. 46).

Thompson e Carr (1990) afirmam ser muito comum que bibliotecas universitárias tenham uma ou mais coleção denominada especial. Estas coleções costumam ser independentes, separadas de

alguma forma da coleção geral da biblioteca, e frequentemente entraram no acervo em consequência de doações. Outras características comuns deste tipo de coleção é que foram coleções privadas, continuam levando o nome do proprietário original e quase sempre se restringem a ramos específicos do conhecimento.

Diversas vezes, coleções particulares são recebidas como doação e anexadas ao acervo de bibliotecas. Esse processo de institucionalização precisa ser muito cuidadoso, essas coleções apresentam aspectos significativos e informacionais que excedem o conteúdo temático dos materiais, comumente o mais valorizado pelas bibliotecas. Portanto, antes que sejam tomadas decisões quanto à organização, acesso, tratamento descritivo e temático dessas coleções, é necessária um processo de pesquisa e interpretação dos significados ali contidos.

Os significados de uma coleção estarão sempre vinculados a um contexto pessoal vinculado ao histórico, cultural e social. Uma coleção, em especial as coleções particulares que muitas vezes acabam incorporadas ao acervo de diferentes unidades de informação, possui informações e significados que ultrapassam o conteúdo temático dos materiais bibliográficos reunidos. E interpretar os significados de uma coleção é o primeiro passo para realizar os processos de tratamento descritivo e temático, e impactam também nas decisões quanto à organização física e acesso dessas coleções.

Consoante argumenta Souza (2017, p. 2) “o estudo das coleções especiais como parte do processo de formação e desenvolvimento de coleções permite que se desenvolvam ações de valorização e preservação do patrimônio bibliográfico universitário.”.

Alves (2015) aponta o atendimento da tríade acadêmica: apoio ao ensino, a pesquisa e a extensão realizada pelas bibliotecas. Contudo, simultaneamente, a história, a memória e a cultura são trabalhadas também, principalmente com as coleções especiais, conforme a sua temática e relevância para a faculdade.

Conforme apontam Sundström e Bizello (2017, p. 935-936), “Percebe-se que as políticas utilizadas para o desenvolvimento de coleção volta-se para o aspecto textual dos livros, um ponto que merece ser mais explorado na biblioteconomia é a questão da exposição, principalmente, dessas obras oriundas do colecionismo e obras raras e especiais”.

Renault e Araújo (2017, p. 6) defendem a importância dos bibliotecários, enquanto administradores das coleções especiais, de “[...] recuperar os sentidos e usos de constituição das coleções e também de apresentá-las e ressignificá-las para as comunidades presentes e futuras.”.

As coleções ou as obras especiais podem ter uma política própria, o regimento não precisa ser aplicado indiscriminadamente e a política geral deve especificar sobre isso. Assim, é comum que essas coleções não sigam a mesma lógica do restante do acervo, geralmente recebem um tratamento diferenciado quanto à armazenamento, preservação, organização, utilização e publicização.

As coleções, dentro de unidades informacionais e centros de cultura como bibliotecas, museus e arquivos, podem ser consideradas como fontes privilegiadas de informação e memória. A memória, segundo Pollak (1989, p. 9) pode ser definida como uma “operação coletiva dos acontecimentos e das interpretações do passado que se quer salvaguardar”, se revelando “em tentativas mais ou menos conscientes de definir e de reforçar sentimentos de pertencimento e fronteiras sociais entre coletividades”.

Pollak (1992) afirma que a memória é seletiva e construída artificialmente, podendo ter duas dimensões, a individual e a coletiva. Assim, se o conceito de memória envolve seleção, o conceito de esquecimento também está envolvido, escolhemos o que queremos lembrar e o que queremos esquecer. Por exemplo, datas comemorativas, feriados, monumentos, representam escolhas sobre o que queremos lembrar, são determinações sociais sobre o que é importante o suficiente para estar na nossa memória.

Conforme Pinheiro e Granato (2012, p. 31), preservação pode ser entendida como um “instrumento para transmissão [da herança cultural] e consiste em qualquer ação que se relacione à manutenção física desse bem cultural”. Atualmente, acrescente-se também a preservação digital como estratégia fundamental para manutenção do acesso ao patrimônio cultural.

Coleções raras e especiais, dentro das universidades, possuem o potencial de serem utilizadas tanto enquanto fontes de informação, como enquanto objetos de pesquisa científica, como demonstra Araújo (2015, p. 27), “tanto na perspectiva particular quanto institucional, coleções são mantidas para atender demandas informacionais ligadas a pesquisas, trabalhos técnicos e atividades de cunho cultural e científico. Mas é na dinâmica da pesquisa científica que as coleções raras e especiais exercem uma dupla função: fontes e objetos.”.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

É fundamental não acreditar que esse tipo de iniciativa é obrigação apenas de grandes bibliotecas, com muitos recursos. Praticamente toda biblioteca pode ter sua coleção especial, dado que o "especial" só pode ser definido localmente, com base na realidade e objetivos de cada unidade, é uma questão contextual.

Assim, a institucionalização permite a existência, permanência e uso da coleção enquanto um patrimônio bibliográfico. Também é uma forma do nome do colecionador permanecer; ter uma coleção institucionalizada significa, de uma forma simbólica, se tornar eterno, ter sua existência preservada e lembrada através do tempo, pela exposição e utilização da coleção. Essa possibilidade, a de continuar existindo através da coleção, pode ser uma motivação pessoal para muitos colecionadores.

O estudo das coleções especiais só tem sentido e justificativa se inserido dentro do paradigma social - elas estão ali para cumprir uma função social. Santos (2015, p. 112) pondera que "Dentro de uma biblioteca, uma coleção se desenvolve voltada para responder objetivos da instituição, acompanhada de critérios baseados em processos e com etapas voltadas para a necessidade de informação da comunidade a qual atende.". A preservação só faz sentido ao se pensar o uso.

Por si só, a existência de coleções especiais em bibliotecas ou qualquer outro tipo de unidade informacional, possui pouca representatividade; o mais importante é pensar em formas de aprimorar a comunicação com a comunidade de usuários, tanto os reais quanto os potenciais, divulgando os materiais disponíveis com vistas a potencializar o uso, criando ou aumentando a demanda, disseminando as coleções e, por consequente, as informações, o conhecimento, as histórias que as acompanham.

REFERÊNCIAS

ALVES, A. P. M. História e memória por meio de coleções especiais: o caso da Biblioteca da Unesp/FCLAr. *In*: VIEIRA, B. V. G.; ALVES, A. P. M. (Orgs). **Acervos especiais**: memórias e diálogos. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015. p. 45-70.

ARAUJO, Andre Vieira de Freitas. Gestão de coleções raras e especiais no séc. XXI: conceitos, problemas, ações. *In*: VIEIRA, Brunno Vinicius G.; ALVES, Ana Paula Meneses (Orgs). **Acervos especiais**: memórias e diálogos. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015. p. 15-31.

ANDRADE, D.; VERGUEIRO, W. **Aquisição de materiais de informação**. Brasília: Briquet de Lemos / Livros, 1996.

AZEVEDO, R. L. T. **O "Espaço Cassiano Nunes" e o desenvolvimento de coleções da Biblioteca Central da Universidade de Brasília**: a aplicação da política de seleção ao colecionismo. Monografia (Graduação em Biblioteconomia). Brasília: UNB, 2015.

COLEÇÃO. *In*: **Larousse Dicionário enciclopédico ilustrado**. São Paulo: Larousse do Brasil, 2007.

CRUZ, Ana Maria da; MENDES, Maria Tereza Reis; WEITZEL, Simone da Rocha. **A biblioteca**: o técnico e suas tarefas. Niterói: Intertexto, 2004.

CUNHA, M. B.; CAVALCANTI, C. R. O. **Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia.** Brasília, DF : Briquet de Lemos, 2008.

EVANS, G. E.; SAPONARO, M. Z. **Developing library and information center collections**. 5. ed. Connecticut: Libraries Unlimited, 2005.

EVANS, G. E. **Developing library and information center collection**. 4. ed. Englewood: Libraries Unlimited, 2000.

LEVINE-CLARK, Michael. Access to everything: building the future academic library collection. **Libraries and the Academy**, v. 14, n. 3, p. 425-437, 2014.

MATTOS, A. M.; DIAS, E. J. W. Desenvolvimento de coleções em bibliotecas universitárias: uma abordagem quantitativa. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 14, n. 3, p. 38-60, dez., 2009. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-99362009000300004&lng=en&nrm=iso. Acesso: 20 fev. 2020.

OLIVEIRA, D. F. H.; HOLANDA, A. F.; MACIEL, J. C. Coleções e colecionadores: compreendendo o significado de colecionar. **Revista NUFEN**, Belém , v. 8, n. 1, p. 31-54, 2016. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2175-25912016000100004. Acesso em: 24 fev. 2019.

PINHEIRO, L. V. O modelo participativo no desenvolvimento de coleções: o caso do Sistema de Bibliotecas da UFSC. *In*: AMBONI, N. F. (Org.). **Gestão de bibliotecas universitárias**: experiências e projetos da UFSC. Florianópolis, 2013. Disponível em: http://www.bu.ufsc.br/design/gestaobibliotecasuniversitarias_bu_ufsc.pdf. Acesso em 26 jun. 2020.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, jan., 1989. Disponível em: http://www.uel.br/cch/cdph/arqtxt/Memoria_esquecimento_silencio.pdf. Acesso em: 26 dez. 2019.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social.. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-215, jul. 1992. ISSN 2178-1494. Disponível em: http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1941/1080. Acesso em: 02 mar. 2020.

RENAULT, L. V.; ARAUJO, D. M. P. Ainda sobre o ato colecionador: abordagens para estudos de coleções bibliográficas especiais. *In*: Congresso Brasileiro de Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação, 27, 2017, Fortaleza. **Anais [...]** São Paulo: FEBAB, 2017. v. 26.

RUSSO, M. Bibliotecas universitárias brasileiras: diretrizes para o próximo milênio. **Ensaios APB**, n. 53. São Paulo: Associação Paulista de Bibliotecários – APB, 1998. Disponível em: http://abecin.org.br/e-books/ensaios_apb/Ensaios_APB_n_53.pdf. Acesso em 15 fev. 2020.

SANTOS, A S. **A influência do colecionismo na representação da memória social**: análise da coleção Amidicis Tocantins. 2015. Dissertação (Mestrado em Ciência da informação) - UNESP, 2015. Disponível em: http://hdl.handle.net/11449/128131. Acesso em: 07 jan. 2020.

SOUZA, Ingrid Lopes de. **Patrimônio bibliográfico de C&T em universidades**: proposta para formação das coleções especiais da Biblioteca Paulo Geyer. 2017. 116 f. Dissertação (Mestrado Profissional) - Programa de Pós Graduação em Preservação de Acervos de Ciência e Tecnologia, Museu de Astronomia e Ciências Afins, Rio de Janeiro, 2017.

SANTOS, Ana Rosa; WEITZEL, S. R. O livro impresso e o descarte das últimas cópias do século XX. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 26, 2017, Fortaleza. Anais do CBBD. Disponível em: https://portal.febab.org.br/anais/article/download/1993/1994
. Acesso em: 10 abr. 2020.

SUNDSTRÖM, A. S. S.; BIZELLO, M. L. Colecionar livro: um modo de reapropriar o passado. *In*: Colóquio em Organização, Acesso e Apropriação da Informação e do Conhecimento (COAIC), 2, 2017, Londrina. **Anais [...]** Florianópolis: Universidade Estadual de Londrina (UEL), 2017. p. 247-262. Disponível em: http://www.uel.br/eventos/cinf/index.php/coaic2017/coaic2017/paper/viewFile/509/350. Acesso em 10 dez. 2019.

THOMPSON, J; CARR, R. **La biblioteca universitaria**: introducción a su gestión. Madrid: Fundación Germán Sánchez Ruipérez, 1990.

VERGUEIRO, W. Desenvolvimento de coleções: uma nova visão para o planejamento de recursos informacionais. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 22, n. 1, p. 13-21, jan./abr. 1993. Disponível em: https://www.brapci.inf.br/index.php/article/download/9040. Acesso em 01 fev. 2020.

VERGUEIRO, W. **Desenvolvimento de coleções**. São Paulo: Polis: Associação Paulista de Bibliotecários, 1989.

VERGUEIRO, W. **Seleção de materiais de informação**. Brasília: Briquet de Lemos, 1995.

WEITZEL, S. R. Desenvolvimento de coleções: origem dos fundamentos contemporâneos. **Transinformação**, Campinas, v. 24, n. 3, p. 179-190, dez., 2012. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-37862012000300003&lng=pt&nrm=iso. Acesso em 11 dez. 2019.

WEITZEL, S. R. O desenvolvimento de coleções e a organização do conhecimento: suas origens e desafios. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 7, n. 1, p.61-67, jan./jun. 2002. Disponível em: http://www.brapci.inf.br/_repositorio/2010/11/pdf_929fb1f298_0012875.pdf. Acesso em: 30 nov. 2019.

COMO AS ORGANIZAÇÕES PODEM APRENDER A CONSTRUIR CONHECIMENTO VIA ENSINO A DISTÂNCIA: UMA ANÁLISE PRELIMINAR

HOW ORGANIZATIONS CAN LEARN TO BUILD KNOWLEDGE THROUGH DISTANCE EDUCATION: A PRELIMINARY ANALYSIS

Área temática: Educação e desenvolvimento.

Henrique Lacerda Nieddermeyer
Unimar
Coordenador de Pós-graduação EAD
E-mail: henriquenieddermeyer.ead@unimar.br

Kaio Fernandes Batista
Unimar
Acadêmico do curso de administração
E-mail: kaiobatistaofc@gmail.com

Ana Lívia Cazane do Nascimento
Unimar
Coordenadora de curso de gestão
E-mail: analivia.ead@unimar.br

Carlos Francisco Bitencourt Jorge
Unimar
Docente e Pesquisador
E-mail: bitencourt@gmail.com

Resumo

Cada vez mais as organizações buscam a construção de novos conhecimentos, em especial conhecimentos que possibilitem os sujeitos construírem novas competências e habilidades. O cenário atual, de grande competitividade, testemunha também o avanço da Educação a Distância (EAD), que no decorrer dos anos teve um notável e propagação graças as TICs. Portanto, este artigo procura como objetivo iniciar uma discussão sobre as perspectivas e ações da construção e gestão do conhecimento por meio da Educação a Distância como ferramenta estratégica, visando proporcionar a construção de conhecimentos, habilidades e competências, sem, entretanto, esgotar tal discussão. Para atingir esse objetivo, o presente artigo utilizou pesquisas bibliográficas para capturar conceitos e teorias sobre os temas Construção e Gestão do Conhecimento, bem como a Educação a Distância e a Aprendizagem Organizacional. Após o levantamento das informações dos temas supracitados, analisou-se os conceitos e os mesmos relacionados, permitindo assim, a construção de importantes reflexões. Dessa forma, o artigo evidencia que a EaD pode contribuir de maneira estratégica, em especial para o processo de aprendizagem organizacional. A Gestão do Conhecimento (GC) ao se conectar com a aprendizagem organizacional, passa ter a capacidade de identificar necessidades de conhecimento, competências e habilidades, e com isso, ser mais assertivo nas construções que visam atender essas necessidades. Ao considerarmos o EaD como fermenta estratégica nesse contexto, torna-se possível a construção de novos conhecimentos quando relacionados com a GC, enquanto que, ao se relacionar com ao processo de aprendizagem organizacional, auxilia na construção de novas habilidades e competências.

Palavras-chave: Educação a Distância (EAD), Gestão do Conhecimento (GC), Aprendizagem Organizacional.

Abstract

More and more organizations are looking for the construction of new knowledge, especially knowledge that allows people to build new competences and skills. The current scenario, of great competitiveness, also testifies to the advance of Distance Education, which over the years has had a remarkable and spread thanks to Communication and Information Technologies. Therefore, this article seeks to initiate a discussion on the perspectives and actions for the construction and management of knowledge through Distance Education as a strategic tool, aiming to provide the construction of knowledge, skills and competences, without, however, exhausting such discussion. To achieve this goal, this article used bibliographic research to capture concepts and theories on the themes of Construction and Knowledge Management, as well as Distance Education and Organizational Learning. After collecting the information on the aforementioned themes, the concepts and related ones were analyzed, thus allowing the construction of important reflections. Thus, the article shows that Distance Education can contribute strategically, especially to the organizational learning process. Knowledge Management (KM), when connected with organizational learning, has the ability to identify needs for knowledge, competences and skills, and with that, be more assertive in the constructions that aim to meet these needs. When considering e-learning as a strategic ferment in this context, it is possible to build new knowledge when related to KM, while, when related to the organizational learning process, it helps in the construction of new skills and competences.

Keywords: Distance Education**,** Knowledge Management (KM), Organizational Learning.

1 INTRODUÇÃO

No contexto global atual as organizações bem-sucedidas são as que criam novos conhecimentos consistentemente, isso ocorre porque o mercado está em constante transformação, a tecnologia em avanço rápido e a competitividade crescente. Este cenário organizacional, centrado nas novas tecnologias da informação e na globalização dos negócios, é resultado das modernas necessidades dos consumidores e, neste contexto, a Gestão do Conhecimento (GC) ganha destaque passando a ser fundamental.

Destaca-se que este cenário requer inovação constante, o que ocorre por meio de pessoas que criam e disseminam novos conhecimentos, assim, torna-se necessário a GC de maneira plena, afinal o conhecimento é compreendido como um ativo intangível ou imaterial de valor estratégico para as organizações (JORGE, 2013). Dessa forma, cada vez mais as organizações adquirem novas Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) e buscam a construção de novos conhecimentos, em especial conhecimentos que possibilitem os sujeitos construírem novas competências e habilidades.

Em paralelo ao aumento da competitividade organizacional vemos o avanço da Educação a Distância (EAD), que no decorrer dos anos teve um notável e propagação graças as Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) (GOMES, 2011). O último Censo EAD, publicado pela ABED (Associação Brasileira de Educação a Distância), traz dados que reforçam o potencial deste mercado, como por exemplo que o volume total de matrículas em curso EAD saltou de 7.773.828 (em 2017) para 9.374.647 (em 2018). Além disso, no que tange às tecnologias aplicadas na EAD, Oliveira et al (2019) destacam que no momento atual, não há mais educação sem tecnologia, como não há mais vida sem ela, pois vivemos o seu apogeu.

Assim, transpondo a EAD para o contexto organizacional, este artigo procura como objetivo iniciar uma discussão sobre as perspectivas e ações da construção e gestão do conhecimento por meio da Educação a Distância como ferramenta estratégica, visando proporcionar a construção de conhecimentos, habilidades e competências, sem, entretanto, esgotar tal discussão.

Para atingir esse objetivo, o presente artigo utilizou pesquisas bibliográficas para capturar conceitos e teorias sobre os temas Construção e Gestão do Conhecimento, bem como a Educação a Distância e a Aprendizagem Organizacional. Após o levantamento das informações dos temas supracitados, analisou-se os conceitos e os mesmos relacionados, permitindo assim, a construção de importantes reflexões.

O artigo foi estruturado em sete partes, incluindo esta introdução, que contextualiza a ideia a

ser trabalhada de maneira bastante ampla. A lógica do pensamento sugere ao leitor passar primeiramente pelos procedimentos metodológicos e na sequência pelos conceitos de construção e Gestão do Conhecimento. No próximo tópico aborda-se a evolução do ensino a distância e na sequência a aprendizagem organizacional. O sexto tópico discute, então, como as organizações podem aprender a construir conhecimento via EAD. O artigo é encerrado com as considerações parciais, que deixam o tema em aberto para novas contribuições a partir do que foi apresentado e também sugere pesquisas futuras.

2 CONSTRUÇÃO E GESTÃO DO CONHECIMENTO

A Gestão do Conhecimento (GC) é um tema atual que desperta interesse nas organizações e na academia. Com a globalização e a era da tecnologia, as instituições estão cada vez mais cientes que o conhecimento usado como ferramenta pode estrategicamente aumentar a competitividade organizacional.

Portanto, dada a compreensão desta importância para o crescimento organizacional, é relevante buscar na literatura uma forma clara para abordar a Gestão do Conhecimento e, para isso, é necessário evidenciar a informação enquanto propulsora do conhecimento.

De acordo com Choo (1998), a informação é um importante recurso intrínseco de todas as atividades e processos organizacionais. Quando não se compreende a informação dentro dos processos organizacionais, passa a não ser possível perceber as suas transformações que nascem na percepção, passando pelo conhecimento até se tornarem ação, e com isso, as organizações passam a não ser capazes de perceber a importância de suas fontes de informações e consequentemente aplicar de maneira plena as tecnologias de informação.

Além disso, a informação enquanto no contexto das organizações atua como objeto e fenômeno, sendo analisada e utilizada de maneira individual ou como parte de um processo (Valentim, 2007; 2008). Ao compreender a informação enquanto recurso torna-se necessário realizar delimitações entre outros dois componentes que se relacionam, interagem e sofrem transformações na relação com a informação, o dado e o conhecimento.

Para Davenport e Prusak (1998), pode-se definir “dados” como simples observações sobre o estado do mundo, ou seja, são dados registrados com o auxílio de algum suporte; na maioria das vezes, com o auxílio de tecnologias. Fialho et al (2006) definem que o dado pode ser oral, gráfico, gestual ou escrito. Em resumo, os dados são sinais desprovidos de significados ou interpretação.

Por outro lado, a ‘informação’ é definida como dotada de relevância e propósito; ou seja, pode-se afirmar que são os dados compreendidos e contextualizados por um indivíduo. Desse modo, acordo com Davenport e Prusak (1998), a informação refere-se ao conjunto dos dados em um padrão dotado de significado, e, portanto, deve-se pensá-la como sendo dados organizados que fazem a diferença dentro de uma organização.

E, por fim, conhecimento pode ser definido como algo que reside na mente humana, construído na relação do indivíduo com o mundo.

Neste sentido, Ponjuán Dante (2004) destaca que a informação depende de dados que, podem se transformar em informação ao receberem significado, a partir de distintos processos de agregação de valor e de um determinado contexto. Validando essa ideia, Almeida Júnior (2008) conceitua ‘informação’ como algo subjetivo, intangível e dependente do usuário.

De acordo com Almeida Júnior (2009), a informação possui o papel de intermediadora no processo de construção do conhecimento. A informação é um componente que nasce da intermediação entre o sujeito e os dados, sendo utilizada temporariamente no processo de construção de conhecimento. A informação existe apenas no intervalo entre o contato da pessoa com o suporte e a apropriação da informação. Como premissa, entendemos a informação a partir da modificação, da mudança, da reorganização, da reestruturação, enfim, da transformação do conhecimento.

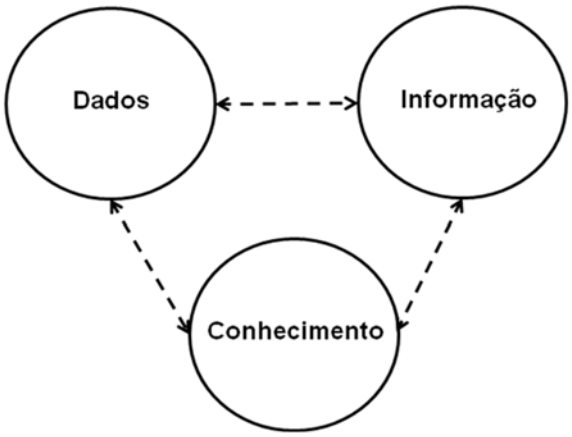
A informação é compreendida como matéria-prima, ou seja, insumo básico de fluxos e processos sociais, a comunicação/telecomunicação como meio de disseminação e as tecnologias da informação como infraestrutura de armazenagem, processamento e acesso (VALENTIM, 2002).

Neste contexto, destaca-se a importância do sujeito no processo de transformação de dados em informação e da informação em conhecimento e evidencia-se a percepção da informação como propulsora do conhecimento.

A relação entre dados, informação e conhecimento é cíclica, ou seja, o sujeito se relaciona

inicialmente com os dados em um determinado contexto e, baseado em sua percepção e compreensão, adiciona significado e os contextualiza, transformando os dados em informação. Esse sujeito, no momento que se apropria da informação utilizando os processos cognitivos, inicia a construção de conhecimento em sua mente. De acordo com Jorge (2013), no ato de externalizar, seja por meio da fala ou no ato de registrar o conhecimento construído sob algum tipo de suporte, o conhecimento volta a ser 'dados', pois estão registrados de diferentes formas, podendo ser resgatados, interpretados e contextualizados por outros sujeitos, gerando, assim, novos conhecimentos (Figura 1).

Figura 1: Relação cíclica entre dados, informação e conhecimento.



Fonte: Jorge (2013).

Neste momento é importante deixar claro que a gestão do conhecimento está relacionada à gestão da informação, e existe dependência entre ambas, porquanto se o conhecimento gerado não é explicitado em suportes informacionais, não há informação para ser gerenciada. Da mesma forma, se não há informação organizada, analisada, armazenada, acessível, não é possível transformá-la em insumo para a criação de conhecimento (VALENTIM, JORGE e CERETTA-SORIA, 2014).

A grande complexidade relacionada à gestão do conhecimento, tão importante para as organizações, está no seu tratamento dado por dois componentes diferentes. De acordo com Nonaka; Takeuchi (1997), a estrutura conceitual básica do conhecimento tem base em duas dimensões – epistemológica e ontológica. Pela dimensão ontológica, em termos restritos, o conhecimento só é criado por indivíduos. Uma organização não pode criar conhecimento sem indivíduos, em que estes, quando criativos, são apoiados ou lhes é proporcionado contextos para a criação do conhecimento.

A dimensão epistemológica baseia-se na distinção entre conhecimento tácito e explícito. Para Takeuchi; Nonaka (2008) o conhecimento é formado por dois componentes que aparentemente são opostos, chamados de conhecimento tácito e conhecimento explícito. É possível que as organizações criem novos conhecimentos por meio da transformação do conhecimento tácito em conhecimento explícito e vice-versa.

Podemos definir o conhecimento explícito como o conhecimento que é expresso em palavras, números ou sons, que pode ser compartilhado na forma de dados, fórmulas, recursos visuais, especificações de produtos ou manuais. Assim, o conhecimento explícito pode ser rapidamente transmitido aos indivíduos (TAKEUCHI; NONAKA, 2008).

Já o conhecimento tácito não é facilmente visível e explicável, tornando sua gestão mais complexa., uma vez que se trata de um conhecimento pessoal, dificultando sua formalização e tornando complexas as atividades de comunicação e compartilhamento. Esse conhecimento normalmente pode ser encontrado em reuniões, eventos, construção individual de conhecimento, valores, crenças e comportamento organizacional, experiências práticas, educação corporativa ou conhecimento de mundo. Destaca-se que, o conhecimento tácito é percebido em ações e nas experiências do indivíduo, sendo então refletidos nos ideais, valores ou emoções que o sujeito incorpora (Wiig, 1993; Valentim, 2004; Takeuchi & Nonaka, 2008).

Neste contexto vale destacar que para que os conhecimentos possam ser compartilhados e construídos é fundamental realizar a sua gestão, sendo necessário compreender as principais

atividades na gestão do conhecimento enquanto processo, em especial no contexto educacional.

Valentim (2008, documento eletrônico não paginado) explica que a GC é uma gestão integrada voltada aos fluxos informais da organização, bem como desenvolve ações direcionadas ao compartilhamento e socialização do conhecimento. A autora destaca dez atividades de GC:

a) Identificar necessidades/demandas de conhecimento;

b)Mapear e reconhecer fluxos informais (redes);

c) Desenvolver a cultura organizacional positiva em relação ao compartilhamento/socialização de conhecimento;

d) Proporcionar a comunicação informacional de forma eficiente, utilizando tecnologias de informação e comunicação;

e) Criar espaços criativos dentro da organização;

f) Desenvolver competências e habilidades voltadas ao negócio da organização;

g) Criar mecanismos de captação e sistematização de conhecimento, gerado por diferentes pessoas da organização;

h) Desenvolver e implantar sistemas de diferentes naturezas, visando o compartilhamento e uso de conhecimento;

i) Elaborar e implantar normatizações visando à sistematização do conhecimento gerado internamente;

j) Retroalimentar o ciclo.

Enquanto recurso organizacional, toda essa GC ocorre no momento em que as organizações de diferentes segmentos e atuações passam a perceber o conhecimento "[...] como uma nova mercadoria e uma moeda potencial para explicar a nova teoria econômica e estimular os motores econômicos de muitas nações" (Sutton, 2007, p.287).

Nesse sentido, atividades das organizações de diferentes segmentos passaram a gerenciar o conhecimento enquanto ativo organizacional capaz de proporcionar diferenciais competitivos e, quando bem gerenciado, esse recurso proporciona ganhos significativos para diversos agentes, principalmente no segmento educacional.

3 EVOLUÇÃO DO ENSINO A DISTÂNCIA

A educação a distância – EAD vem ao longo do tempo, conquistando o seu protagonismo e sendo utilizada maciçamente em todos os segmentos de ensino e também no meio corporativo, por meio de treinamentos e capacitações de colaboradores. Nesse sentido, de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB/1996, a EAD é definida da seguinte forma:

> A Educação a Distância é a modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares ou tempos diversos. Esta definição está presente no Decreto 5.622, de 19.12.2005 (que revoga o Decreto 2.494/98), que regulamenta o Art. 80 da Lei 9.394/96 (LDB).

A Educação a Distância não é algo novo, pois já vem sendo praticada há um certo tempo. Podemos localizar indícios de educação a distância, nas Epístolas de São Paulo (Apóstolo Paulo), ou ainda na invenção da Imprensa no século XV, em que os livros impressos eram lidos e transmitidos aos alunos.

A EAD tem seus registros de existência advindos das Revoluções Industriais e burguesas ocorridas no século XVIII, visto que as sociedades de modo de produção capitalista passaram a exigir a qualificação da mão de obra para que pudessem atingir altos patamares de crescimento econômico. Os primeiros indícios de utilização da Educação a Distância remontam ao século XVIII, quando um curso por correspondência foi divulgado por uma instituição de Boston (EUA). Já em 1728, o professor Caleb Phillips ofereceu um curso de taquigrafia, com materiais enviados semanalmente pelo correio aos alunos (OLIVEIRA et al, 2019).

No entanto, a difusão da EAD só ocorreu, de fato, nos séculos XIX e XX, em vários países europeus, como Suécia, França, Espanha, Inglaterra e também nos Estados Unidos. No Brasil,

porém, são pouco precisos os registros sobre a existência de ensino a distância, mas há relatos de experiências de um curso profissionalizante de datilografia por correspondência no Rio de Janeiro, na segunda metade do século XIX (GOMES, 2011).

Os primeiros indícios da prática dessa modalidade remontam aos cursos realizados por correspondência, avançando para a transmissão de informações por meio de rádio e da televisão e atualmente utilizando em grande escala os meios de informática e internet, transformando esse modelo educativo mais interativo, flexível e acessível.

Frederick Winslow Taylor, considerado o pai da Administração Científica, precursor das principais inovações no sistema produtivo, é um possível exemplo de aluno da modalidade EAD:

> Nessa época (1880) sua vida melhorou e seguiu o Curso de Engenharia do Stevens *Institute*, onde se formou em 1865, completando, pois, sob aspecto teórico, seus conhecimentos de Mecânica, estudando pelas noites adentro e aos domingos. Na sua ânsia de preparar-se, lançava mão de livros, pessoas mais cultas ou dedicava-se a experiências pessoais (TAYLOR, 1995, p. 13).

Se considerarmos que a Midvale Steel Company, empresa na qual Taylor trabalhava como gerente geral, localizava-se na Philadelphia, Pensilvânia, e que os seus estudos no curso de engenharia mecânica era no Steven Institute em New Jersey, ou seja, havia necessidade de se percorrer uma distância diária de pouco mais de 60 milhas, presume-se que o seu curso ocorreu na modalidade EAD.

A EAD continua em fase de franca expansão por ser uma modalidade que busca o atendimento às novas demandas educacionais ocasionadas pelas oscilações na economia global e no mercado de trabalho. As mudanças ocorrem em ritmo acelerado e são perceptíveis face ao crescente avanço das tecnologias da informação e comunicação, agregando qualidade aos cursos ofertados à distância.

Na EAD, a distância significa a separação geográfica entre os atores do processo educacional. As aulas nessa modalidade ocorrem por videoconferência com a utilização de antenas ou internet, contando com materiais de estudo de altíssima qualidade, o que propicia facilidade no entendimento dos conteúdos. Para minimizar o distanciamento ocorrem momentos de interação entre professores e alunos, por meio de chats e fóruns.

Gomes (2011), por meio do Quadro 1, apresenta uma cronologia do desenvolvimento de algumas ações em EAD no mundo:

Quadro 1 – Cronologia do desenvolvimento de algumas ações em EAD no mundo

1829 - Suécia: Instituto Liber Hermodes (150.000 usuários).
1840, Reino Unido: Faculdades Sir Isaac Pitman – primeira escola por correspondência na Europa.
1898, Suécia: Instituto Hermond – curso de línguas por correspondência.
1922, União Soviética: Ensino por correspondência (350.000 usuários).
1938, Canadá: Fundação do Conselho Internacional para Educação por Correspondência.
1946, África do Sul: Unisa – Universidade da África do Sul – primeiros cursos superiores em educação a distância.
1967, Alemanha: Fundação do Instituto Alemão para Estudos a Distância.
1968, Noruega: Fundação da Associação Norueguesa de Educação a Distância (reorganizada em 1984).
1969, Reino Unido: fundação da Universidade Aberta (200 mil alunos).
1972, Espanha: Fundação da Universidade Nacional de Educação a Distância (110 mil alunos).
1974, Canadá: Reconstituição da Universidade de Athabasca.
1982, Irlanda: Implantação do Centro Nacional de Educação a Distância.
1988, Portugal: fundação da Universidade Aberta.
1990: Implantação da Rede Européia de Educação a Distância, baseada na declaração de Budapeste.
1991, Relatório da Comissão sobre Educação Aberta e a Distância na Comunidade Europeia.

Fonte: Gomes (2011, p. 27).

No Brasil, a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em 1996, foi o ponto de partida para o desenvolvimento da EAD. Nesse momento histórico, as IES particulares

enxergaram um nicho de mercado altamente lucrativo e investiram em modelos de educação de qualidade, com preços reduzidos, democratizando o acesso daqueles que até então não tinham oportunidade de ingresso no ensino superior.

No que tange às tecnologias aplicadas nesse novo modelo, Oliveira et al (2019) destacam que no momento atual, não há mais educação sem tecnologia, como não há mais vida sem ela, pois vivemos o seu apogeu. Desta forma, a EAD, além de econômica e flexível, é bastante versátil, haja vista ser possível aplicá-la à margem do modelo tradicional da educação, além de possibilitar a muitos a realização de sonhos e a oportunidade de crescimento pessoal e profissional.

A evolução e o desenvolvimento tecnológico da EAD é incontestável. Nesse aspecto, a evolução da EAD pode ser dividida em 5 gerações, de acordo com as tecnologias utilizadas. Por meio do Quadro 2, Gomes (2011) esclarece:

Quadro 2 – As 5 gerações de desenvolvimento da EAD

Característica	**Tecnologia e mídia utilizaas**	**Objetivos Pedagógicos**	**Métodos Pedagógicos**
1ª geração – 1880	Imprensa e Correios	Atingir alunos desfavorecidos socialmente, especialmente as mulheres	Guias de estudo, auto-avaliação, material entregue nas residências.
2ª geração – 1921	Difusão de rádio e TV	Apresentação de Informações aos alunos, a distância.	Programas teletransmitidos e pacotes didáticos (todo o material referente ao curso e entregue ao aluno pelos correios ou pessoalmente
3ª geração	Universidades Abertas	Oferecer ensino de qualidade com custo reduzido para alunos não universitários.	Orientação face a face, quando ocorrem encontros presenciais.
4 ª geração	Teleconferências por áudio, vídeo e computador.	Direcionado a pessoas que aprendem sozinhas, geralmente estudando em casa.	Interação em tempo real de aluno com aluno e instrutores a distância.
5ª geração	Aulas virtuais baseadas no computador e na internet.	Alunos planejam, organizam e Implementam seus estudos por si mesmos.	Métodos construtivistas de aprendizado em colaboração.

Fonte: Gomes (2011, p. 30-31).

A evolução da EAD no Brasil e no mundo é inquestionável e a tendência é a de que esse processo seja ininterrupto, caminhando de mãos dadas com as novas tecnologias. Não se discute mais sobre a qualidade da EAD, mas sim é discutida a disciplina e a autonomia do aluno dessa modalidade em constante transformação. Nesse sentido, o papel da EAD é importantíssimo, pois promove ao indivíduo, ser competente, autônomo e ativo agente de mudanças.

O último Censo EAD, publicado pela ABED (Associação Brasileira de Educação a Distância), traz dados que reforçam o potencial deste mercado. Como por exemplo que o volume total de matrículas em curso EAD saltou de 7.773.828 no ano de 2017 para 9.374.647 no ano de 2018. Nesse sentido, a tendência para os anos vindouros é a de que a EAD continue em franco crescimento e desenvolvimento de modo a se tornar a mais popular metodologia de ensino, se transformando em uma alternativa não somente para os alunos com dificuldade de acesso ao ensino superior mas também para empreendedores.

4 APRENDIZAGEM ORANIZACIONAL

De forma abrangente, a aprendizagem pode ser caracterizada como um processo comum nas atividades humanas, ao longo da vida. De mesmo modo, ela acontece nas diversas relações e ambientes que uma pessoa está envolvida, como na família, na comunidade, na escola e no trabalho, conforme apontado por Keller (2009).

O termo Aprendizagem Organizacional (AO) começou a ser abordada na década de 1950, cerca de 20 anos mais tarde, novos artigos, tocantes ao tema, começaram a ser postados com maior frequência. De acordo com Bittencourt; Azevedo (2006), destacam o crescente interesse por essa área do conhecimento pela comunidade científica, comprovadamente visível pelas diversas estatísticas, estudos, e publicação de artigos por renomados consultores, pesquisadores, empresários e pela comunidade em geral, que buscam entender sobre os conceitos pertinentes ao significado da AO, assim como os seus princípios, implicações, metodologia e procedimentos.

A Aprendizagem Organizacional constitui as teorias de ação das pessoas e é um fator de suma importância para as empresas que convivem com um cenário incerto e flexível. Nesse sentido, a AO conquista um campo nas organizações. De acordo com Loiola; Bastos (2003), a AO está relacionada ao modo como a organização aprende e como ela destina os resultados desses aprendizados a fim de cooperar com a reflexão das possibilidades reais que a AO tem para ser desenvolvida no contexto onde ela está inserida.

Nesse contexto, Farias; Santos (2018), retratam a AO como a aquisição de conhecimento, por grupos ou indivíduos, com a finalidade de beneficiar as tomadas de decisão e outras atividades da empresa. Bastos et al. (2002), definem como foco de análise da AO o processo, ou seja, como as organizações aprendem.

Já Argyris; Schön (1978) apontam que a AO tem como essência a capacidade de incorporar múltiplos conhecimentos distintos e fazer com que o processo de decisão promova a integração dos conhecimentos advindos da organização, como um todo. Keller et al (2009) acrescentam que a necessidade de extrair o máximo de valor do conhecimento é cada vez maior, e consolidá-los em um processo de aprendizagem faz com que eles sejam transformados em oportunidades de negócio.

Para concluir as informações sobre os conceitos de AO, Dusya; Crossan (2005) caracterizam-na como um processo de alteração de pensamentos e ações dos indivíduos que, de forma consequente, são afetados e passam a vigorar como uma característica da empresa.

Para Argote; Miron-Spektor (2011), a AO provém das experiências adquiridas pelos indivíduos, em termos sociais, alusivas à cognição ou aos comportamentos. Os autores ainda defendem que a adesão desses dois aspectos ocorre por conta dos conhecimentos tácitos e/ou explícitos que os indivíduos detêm, influenciando e transformando a empresa.

Beyene, Shi, & Wu (2016) destacam que um dos elementos mais importantes ao processo de AO pode ser a cultura da organização. Ela, quando voltada ao aprendizado e associada a uma abordagem estratégica que condiz às necessidades de AO, formação das pessoas, tal como o suporte da organização, faz com que haja uma cultura de aprendizagem contínua, que caracteriza-se pela capacidade de inovação, qualidade e competitividade aderida à entidade.

Ainda destacando os elementos geradores da AO, Marques (2017) enfatiza que a AO apresenta-se em diferentes formatos: nas experiências dos profissionais; na aprendizagem cultural da empresa; na aprendizagem com o líder; na aprendizagem com a prática; na aprendizagem sistêmica sobre a empresa; no compartilhamento de informações; no benchmarking.

De acordo com Otonicar; Valentim; Feres (2016), para que a AO aconteça, é necessária a participação dos colaboradores e o compartilhamento de seus conhecimentos e experiências. Esta atitude transmuta o conhecimento tácito em explícito, proporcionando um nivelamento de competências na entidade.

Bitencourt (2001) destaca que a a Aprendizagem Organizacional apresenta três perspectivas que trazem consigo o potencial de contribuição para a gestão de competências:

> 1 – Perspectiva Social – refere-se à questão da formação integral em que experiências vivenciadas ao longo da trajetória pessoal e profissional representam potencial oportunidade para aprender a aprender. Em outras palavras, valendo-se da diversidade de experiências, observa-se a atuação e/ou solução de problemas tendo como base as vivências anteriores.
> 2 – Perspectiva Dinâmica – voltada ao desenvolvimento contínuo, ilustra a importância da visão processual e construção de novas situações que promovem a formação e aplicação de novas competências.

> 3 – Perspectiva Estratégica – resgata a importância em articular as diretrizes da empresa com a visão estratégica da gestão de competências no intuito de sistematização de práticas mais efetivas. (BITENCOURT, 2001, p. 60-61)

De acordo com Simon (1996), podemos inferir que a AO é um meio estratégico de renovação da organização e concerne ao compartilhamento de conhecimento, de modo a influenciar os comportamentos dos indivíduos. O aprendizado, adquirido pelas organizações, encontra-se na incorporação dos aprendizados já existentes nos trabalhadores atuais e nos novos membros contratados. De modo a concretizar a relevância da AO, o mesmo autor ainda afirma que ela resulta em um maior resultado do que a soma das aprendizagens individuais. Tal apontamento evidencia a essencialidade de uma organização ser equilibrada e bem planejada estrategicamente quanto aos seus métodos geradores de AO.

Deve-se salientar que o profissional adquire aperfeiçoamento em seu ambiente de trabalho por meio de um processo individual e coletivo, e que o aprendizado dentro da organização acontece por meio do compartilhamento de dados relacionados aos mais diversos cargos e funções, de acordo com Farias; Santos (2018).

Garvin (2002) cita três fatores que proporcionam melhorias e agilidade na capacidade de aprender: ambiente saudável, infraestrutura adequada e aprimoramento cognitivo e hábil dos indivíduos quanto aos métodos de aprendizagem.

Entretanto, Elizabeth Loiola e Antonio Bastos (2003) afirmam que “aprender pode requerer desaprender.” Assim, entende-se que para haver uma AO de sucesso, é necessário haver a habilidade do indivíduo em aprender e reaprender novos ou antigos fatores positivos e desaprender os negativos. Esse pensamento dinâmico impede um conhecimento estático e uma AO estagnada.

Para as empresas que contam com uma cultura voltada à AO, é necessário o engajamento de trabalhadores que desempenhem múltiplas funções, que operacionalizem, incorporem e efetivem mudanças de forma a agilizar os processos de inovação e a redução de custos no ambiente da organização (FARIAS; SANTOS, 2018).

Loiola; Bastos (2003) esclarecem, com base em dados de pesquisas realizadas, que há uma forte associação entre AO, mudança organizacional, inovação e competitividade. Essas informações associam a importância em aprender a aprender com os benefícios da AO para a empresa, os quais implicam vantagens frente aos concorrentes.

Mediante ao exposto, foi possível abordar e elencar todas as características referentes à AO, como a caracterização dos seus conceitos, a identificação do seu processo de acontecimento e a visão dos benefícios que ela contempla às entidades. Todavia, com os avanços tecnológicos que visam sanar os problemas inerentes ao cotidiano da sociedade, tornou-se notório o novo desenvolvimento necessário - renovação - para manter a AO nas organizações de modo a acompanhar a tecnologia vigente. Isto posto, é possível associar as formas de educação à distância (EAD) com a AO.

De acordo com Keller et al (2009) a EAD é uma modalidade de educação gradualmente mais reconhecida, que visa atender às exigências educacionais requisitadas durante a vida de um indivíduo. É um aprendizado que ocorre em local diferente do local de estudo e baseia-se em técnicas de desenho de curso, instrução, comunicação eletrônica e outros arranjos organizacionais e administrativos. Para favorecer a aprendizagem, a entidade deve eliminar as barreiras existentes à AO.

Uma das alternativas para ampliar as possibilidades seria a EAD, pois, se bem conduzida e estruturada, contribuirá com a organização na mitigação de problemas relacionados à separação geográfica, igualdade de oportunidades, especializações profissionais, custo-benefício, flexibilidade, autonomia, iniciativa, condições de decisão, entre outros itens que ampliam a competitividade da entidade. Keller et al (2009) destacam a importância da EAD para as organizações:

> A educação a distância então surge para as organizações como uma importante estratégia para propiciar a educação continuada dos colaboradores, dotando-o de mais instrumentos para o bom desempenho de suas atribuições. Ressalte-se ainda, que o processo de aprendizagem contínua é requisito para a renovação e adequação das organizações no enfrentamento dos desafios impostos pelas mudanças no ambiente sócio-político-econômico e das exigências e uma sociedade mais consciente e mobilizada. (KELLER et al, 2009, p. 9)

Bitencourt; Azevedo (2006) afirmam que, tanto pela visão de processo latente à lógica,

quanto pela visão de coletividade e de renovação, a AO apresenta ideais semelhantes aos dos novos desafios das organizações. Logo, constata-se que ela não pode ser limitada a um "modelo de gestão", mas subentendida como um conjunto de processos únicos e emergentes das experiências e especificidades adquiridas no decorrer da vida. Ainda de acordo com as autoras, "a aprendizagem organizacional pode ser vista como uma abordagem bastante promissora e condizente com as tendências e novas formas de organização do trabalho", conduzindo as entidades para o alcance de benefícios concretos e, consequentemente, para condições vantajosas quanto à competitividade.

5 COMO AS ORGANIZAÇÕES PODEM APRENDER A CONSTRUIR CONHECIMENTO VIA EAD

Cada vez mais observa-se a importância do conhecimento enquanto recursos estratégicos no contexto das organizações, em especial na aprendizagem organizacional. Destaca-se que uso do conhecimento enquanto recurso nas organizações carece de uma cultura organizacional que valorize esses recursos de maneira estratégica.

Para tanto, torna-se necessário a aquisição de métodos, modelos e estratégias estruturadas para um melhor aproveitamento desse recurso. Dessa maneira, observa-se ensino à distância (EaD) como ferramenta estratégica capaz de auxiliar o processo de a aprendizagem no contexto da sociedade, e com resultado, ocorre o desenvolvimento de habilidades, competências e conhecimentos nos sujeitos que utilizam essa modalidade de ensino.

Ao observamos a evolução do EaD ao decorrer dos anos, observamos um avanço e propagação desse modelo graças as Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) (GOMES, 2011). Em paralelo a essa evolução, cada vez mais as organizações adquirem novas TICs buscam a construção de novos conhecimentos, em especial conhecimentos que possibilitem os sujeitos construírem novas competências e habilidades.

A presente pesquisa busca chamar a atenção das organizações para a aplicação do modelo EaD como ferramenta estratégica que visa proporcionar a construção de conhecimentos, habilidades e competências. Nesse sentido, cabe as organizações transpor o EaD, normalmente direcionado para a formação formal, para uma formação que possibilite o atendimento de suas demandas de conhecimentos, habilidades e competências.

Dessa maneira a GC pode atuar em vários momentos na aprendizagem organizacional. Inicialmente, cabe a GC buscar compreender as lacunas de conhecimento existentes nas organizações, ou seja, analisar os conhecimentos necessários e que são inexistentes no ambiente organizacional e, em um segundo momento, identificar potenciais fontes de conhecimento capazes de suprir as necessidades de conhecimento organizacional.

Observem que esses conhecimentos atuam como importantes insumos na aprendizagem organizacional. Ao relacionarmos o modelo de GC proposto por Valentim (2008) com o processo de aprendizagem organizacional fazendo uso do Ensino a Distância (EaD), observa-se sinergia nas atividades e resultados, conforme pode ser visualizado no quadro 3.

Quadro 3: Gestão do Conhecimento no contexto da aprendizagem organizacional via EaD.

Gestão do Conhecimento	**Aprendizagem Organizacional via EaD**
a) Identificar necessidades/demandas de conhecimento;	1) Compreender quais habilidades e competências estão sendo demandadas;
b)Mapear e reconhecer fluxos informais (redes);	2) Mapear e identificar se existe sujeitos organizacionais que podem suprir a demanda;
c) Desenvolver a cultura organizacional positiva em relação ao compartilhamento/socialização de conhecimento;	3) Construir momentos que permitam que os colaboradores possuidores de habilidades e competências demandadas possam ofertar as mesmas para os demais sujeitos da organização;
d) Proporcionar a comunicação informacional de forma eficiente, utilizando tecnologias de informação e comunicação;	4) Proporcionar meios de registros e comunicação (acessível e disponível para todos os sujeitos organizacionais) via EaD, para que seja possível compartilhar treinamentos que possibilite a construção de habilidades e competências;
e) Criar espaços criativos dentro da organização;	5) Criar espaços que permitam o acesso aos registros de treinamentos voltados para a construção de habilidades e competências (EaD);
f) Desenvolver competências e habilidades voltadas ao negócio da organização;	6) Construir estratégias de avaliação da construção das habilidades e competências após acesso aos registro de treinamentos(EaD);

g) Criar mecanismos de captação e sistematização de conhecimento, gerado por diferentes pessoas da organização;	7) Permitir que os sujeitos avaliem e dê sugestões dos treinamentos ofertados, e assim, construir novas perspectivas;
h) Desenvolver e implantar sistemas de diferentes naturezas, visando o compartilhamento e uso de conhecimento;	8) Gerar estratégias de engajamento para que os sujeitos organizacionais acessem e consumam os treinamentos de construção de novas competências e habilidades (EaD);
i) Elaborar e implantar normatizações visando à sistematização do conhecimento gerado internamente;	9) Criar mensurações dos treinamentos de construção de novas competências e habilidades ofertados via EaD;
j) Retroalimentar o ciclo.	10) Reavaliar quais habilidades e competências estão sendo demandadas.

Fonte: Desenvolvido pelos autores baseado em Valentim (2008).

É importante ressaltar que é necessário desenvolver, ou em alguns casos reforçar nas organizações a cultura voltada para a valorização do conhecimento, bem como o desenvolvimento de novas competências e habilidades, e com isso, criar uma cultura voltada para a aprendizagem organizacional constate. Ao atrelar a GC com a aprendizagem organizacional via EaD, observa-se que na mesma medida que se constrói novas habilidades e competências, é possível construir novos conhecimentos que podem ser utilizados de maneira estratégica pela organização.

É importante observar também que o sujeito ou a área responsável por gerenciar os processos de aprendizagem organizacional trabalham (mesmo que de maneira não estruturada) com o conhecimento enquanto recurso o tempo todo, entretanto, sem o uso estruturado por meio de modelos, processos e ferramentas para gerenciar esse recurso, a organização perde importantes construções realizadas por meio da aprendizagem organizacional. Ao analisar as temáticas, evidencia-se que estas devem ser consideradas de maneira conjunta no contexto organizacional, uma vez que são componentes complementares e necessários para o desenvolvimento de novas habilidades e competências organizacionais, responsáveis por gerar uma maior competitividade organizacional.

6 CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

Cada vez mais, as organizações necessitam adquirir novas habilidades e competências para manter-se competitivas no mercado em que estão inseridas. Ao observarmos a atual dinâmica social, o uso constante das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) para buscar novos conhecimentos.

Enquanto isso, no contexto das organizações, observa-se a aprendizagem organizacional como ferramenta estratégica capaz de atuar conjuntamente com a gestão do conhecimento, e com isso, na mesma medida que se constrói habilidades e competências, constrói-se também novos conhecimentos organizacionais. Compreendendo a atual dinâmica social alinhada a necessidade da realização da aprendizagem organizacional enquanto processo, destaca-se o método de Ensino a Distância (EaD).

Esse método pode atuar como ferramenta estratégica no contexto da aprendizagem organizacional alinhado a GC. Conforme pode ser observado na figura 2, o EaD tem a capacidade de auxiliar a construção de novos conhecimentos, habilidades e competência no contexto organizacional.

Figura 2: Intersecção entre GC, Aprendizagem organizacional e EaD.

Fonte: Desenvolvido pelos autores.

Ao observarmos a figura 2, podemos compreender como o EaD pode contribuir de maneira estratégica, em especial para o processo de aprendizagem organizacional. A Gestão do Conhecimento (GC) ao se conectar com a aprendizagem organizacional, passa ter a capacidade de identificar necessidades de conhecimento, competências e habilidades, e com isso, ser mais assertivo nas construções que visam atender essas necessidades.

Enquanto isso, ao considerarmos o EaD como fermenta estratégica nesse contexto, torna-se possível a construção de novos conhecimentos quando relacionados com a GC, enquanto que, ao se relacionar com ao processo de aprendizagem organizacional, auxilia na construção de novas habilidades e competências. A intersecção da GC, do processo de aprendizagem organizacional e o método EaD possibilita para a organização um aumento de competitividade, uma vez que a organização passa a ter sujeitos com habilidades e competências que supram as necessidades encontradas na intersecção entre o processo de aprendizagem organizacional e o método EaD (Figura 2). Outro importante ganho organizacional consiste na alteração da percepção dos sujeitos quanto ao conhecimento, uma vez que estes passam a ter uma melhor compreensão da importância do conhecimento enquanto recurso, fazendo com que a cultura de valorização do conhecimento ganhe importância no contexto organizacional.

Recomenda-se o aprofundamento das pesquisas no contexto da Gestão do Conhecimento e do processo de aprendizagem organizacional com enfoque no EaD no contexto das organizações. Dessa maneira, poderá ser possível a construção de modelos, ferramenta e métodos voltados para um melhor aproveitamento do EaD como ferramenta estratégica na construção de novas habilidades, competências e conhecimentos.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA JÚNIOR, O. F. D. Mediação da informação: ampliando o conceito de disseminação. Gestão da informação e do conhecimento. São Paulo: Polis, 41-54. 2008.

ALMEIDA JÚNIOR, O. F. Mediação da informação e múltiplas linguagens. Tendências da pesquisa brasileira em ciência da informação. 2009.

ARGOTE, L.; MIRON-SPEKTOR, E. **Organizational Learning**: From Experience to Knowledge. Organization Science, v. 22, n. 5, p. 1123–1137, 2011.

ARGYRIS, C.; SCHÖN, D. Organizational Learning: a Theory of Action Perspective. Reading/Mass: Addison-Wesley, 1978.

BEYENE, K. T.; Shi, C. S.; Wu, W. W. (2016). The impact of innovation strategy on organizational learning and innovation. South African Journal of Industrial Engineering, 27(1), 125-136. http://dx.doi.org/10.7166/27-1-1308.

BITTENCOURT, C. C. **A gestão de competências gerenciais:** a contribuição da aprendizagem organizacional. 2001. Tese (Doutorado em Administração – Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS. Porto Alegre, 2001.

BITTENCOURT, C. C.; AZEVEDO, D. O futuro da aprendizagem organizacional: possibilidades e desafios. **Revista de Administração de Empresas – RAE**., vol. 46, Edição Especial Minas Gerais, 2006.

BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da União. Brasília, 1996.

CHOO, C. W. The knowing organization: How organizations use information to construct meaning, create knowledge and make decisions. New York: Oxford University Press. 425p. 1998.

CORREIA-LIMA, B. C.; LOIOLA, E.; LEOPOLDINO, C. B. Revisão bibliográfica de escalas de aprendizagem organizacional com foco em seus processos e resultados, em seus *enablers* ou em aprendizagem e desempenho. **Revista O&S**, - UFBA, Salvador, v. 24, n. 82, p. 509-536, Jul./Set. 2017.

DAVENPORT, T., & PRUSAK, L. Working knowledge: how organizations manage what they know.Boston: Harvard Business School Press, 203p., 1998.

DUSYA, V. e CROSSAN, M.. Organizational learning and knowledge management: toward an integrative framework. In: EASTERBY-SMITH; LYLES, M. (eds). **Handbook of Organizational Learning and Knowledge Management.** Malden: Blackwell, p. 122-141, 2005.

FARIAS, G.B.; SANTOS, R.N.R. Aprendizagem organizacional: desenvolvendo a competência em informação no ambiente universitário. **Folha de rosto – Revista de Biblioteconomia e Ciência da Informação.** Juazeiro do Norte – CE, v.4, n. 1, p. 66-75, jan./jun., 2018.

FIALHO ET AL. Gestão do conhecimento e aprendizagem: as estratégias competitivas da sociedade pós-industrial. Florianópolis: Visual Books, 2006.

GOMES, S. G. S. Evolução histórica da EAD: E-tec Brasil - Tópicos de Educação a Distância. 2011. Disponível em: <http://proedu.rnp.br/bitstream/handle/123456789/587/Aula_02.pdf?sequence=2&isAllowed=y>. Acesso em: 20 Set. 2020.

JACONOSSI, R. R.; DEMAJOROVIC, J. Fatores determinantes da aprendizagem organizacional para a Inovação ambiental: um estudo multicaso. **Revista de Administração Contemporânea - RAC**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 5, art. 5, pp. 685-709, Setembro/Outubro, 2017.

JORGE, C. F. B. Gestão da informação esportiva no contexto da inteligência competitiva em clubes de futebol: um estudo de caso no Marília Atlético Clube.. Dissertação (Mestrado), Universidade Estadual Paulista, “Júlio de Mesquita Filho”, Marília, SP, Brasil, 2013.

KELLER, J. [*et al*]. EaD e aprendizagem organizacional: uma análise de relação e possibilidades. **XIII Ciclo de Palestras sobre Novas Tecnologias na Educação**, CINTED - Centro Interdisciplinar de Novas Tecnologias na Educação, UFRGS, V. 7 Nº 1, Julho, 2009.

LOIOLA, E.; BASTOS, A. V. B. A Produção acadêmica sobre aprendizagem organizacional no Brasil. **Revista de Administração Contemporânea - RAC,** Rio de Janeiro, v. 7, n. 3, Jul./Set. 2003: 181-201.

MARQUES, J. R. **O que é aprendizagem organizacional**. 2017. Disponível em: <http://www.ibccoaching.com.br/portal/rh-gestao-pessoas/o-que-e-aprendizagem-organizacional>. Acesso em: 16 Set. 2020.

NONAKA, I.; TAKEUCHI, H. Criação de conhecimento na empresa. Rio de Janeiro, Campus, 1997.

NONAKA, I.;TAKEUCHI, H. Gestão do conhecimento. Porto Alegre: Bookman, 2008.

OLIVEIRA, A. F. P. ; QUEIROZ, A. S.; SOUZA JÚNIOR, F. A.; SILVA, M. C. T.; MELO, M. L. V.; OLIVEIRA, P. R. F.. Educação a Distância no mundo e no Brasil. Educação Pública, v. 19, nº 17, 20 de agosto de 2019. Disponível em: https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/19/17/ead-educacao-a-distancia-no-mundo-e-no-brasil. Acesso em: 20 Set. 2020.

OTTONICAR, S. L. C.; VALENTIM, M. L. P.; FERES, G. G. Competência em informação e os contextos educacional, tecnológico, político e organizacional. **Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação**, v. 9 No 1, n. 1, p. 124-142, 2016. DOI: 10.26512/rici.v9.n1.2016. Acesso em: 01 Out. 2020

PONJUÁN DANTE, G. Gestión de información: dimensiones e implementación para el éxito organizacional. Rosario: Nuevo Paradigma, 208p. 2004.

SANTOS, C. E. M.; JORGE, C. F. B. A mediação da informação no contexto da construção do conhecimento nas organizações: a educação corporativa como componente estratégico de mediação no processo de construção do conhecimento organizacional. *In*: II **Encontro de Pesquisa em Informação e Mediação (II EPIM):** anais. Marília: Linha de Pesquisa "Gestão, Mediação e Uso da Informação"; Londrina: Grupo de Pesquisa "Interfaces: Informação e Conhecimento", 2015.

TAYLOR, F. W. Princípios da Administração Científica. São Paulo: Atlas, 1995.

VALENTIM, M. L. P. Inteligência competitiva em organizações: dado, informação e conhecimento. DataGramaZero, Rio de Janeiro, 3(4), 1-13, 2002.

VALENTIM, M. L. P. Gestão da informação e gestão do conhecimento: especificidades e convergências. Londrina: Infohome, 2004.

WIIG, K. Knowledge sense of the organization:Thinking about thinking. How people and organizations create, represent and use knowledge. Arlington, TX: Schema Press, 475p, 1993.
.

COMPORTAMENTO AMBIENTAL DE ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS BRASILEIROS E PORTUGUESES
ENVIRONMENTAL BEHAVIOR OF BRAZILIAN AND PORTUGUESE UNIVERSITY STUDENTS

Área temática: Desenvolvimento Ambiental/Sustentável

SOUZA, Regina Maria
Economista IE/UFU, mestre e doutora em Serviço Social UNESP/Franca, docente do Centro Universitário de Santa Fé do Sul/SP, rgeconomia@gmail.com
PRADO, Ana Paula dos Santos
Bacharel em Direito UNIFEV, mestranda em Educação UEMS/Paranaíba, graduanda em Psicologia Centro Universitário de Santa Fé do Sul/SP, anapaula.educaon@gmail.com

Resumo

O presente trabalho apresenta como objetivo central realizar um estudo comparativo entre os discentes matriculados no primeiro ano do curso de Pedagogia do Centro Universitário de Santa Fé do Sul/Brasil e os discentes também matriculados no primeiro ano do Curso de Licenciatura em Educação Básica do Politécnico de Leiria/Portugal. Os questionários foram aplicados simultaneamente nos dois países, entre os dias 23 e 30 de setembro de 2019, por meio eletrônico, fazendo uso das plataformas digitais das respectivas instituições de ensino superior. A educação ambiental possui grande representatividade no contexto atual, tendo em vista o grau de desorientação do conhecimento, em função da rapidez das evoluções e das mudanças contemporâneas, assim como pela complexidade característica da globalização, em que se manifestam processos muito diversos, no âmbito econômico, político, social, demográfico, ideológico e religioso. Entenda-se que os habitantes do mundo ocidental ou que aderiram à cultura ocidental, se acostumaram a acessar um conhecimento compartimentado, que acaba por fragmentar os problemas fundamentais, que demandam, ao contrário, uma compreensão transdisciplinar dos fenômenos, inclusive das questões ambientais.

Palavras-chave: comportamento ambiental; educação universitária. globalização

Abstract

The present work has as main objective to carry out a comparative study between the students enrolled in the first year of the Pedagogy course at the University Center of Santa Fé do Sul / Brazil and the students also enrolled in the first year of the Basic Education Degree at the Polytechnic of Leiria / Portugal. The questionnaires were applied simultaneously in the two countries, between September 23 and 30, 2019, by electronic means, making use of the digital platforms of the respective higher education institutions. Environmental education has great representativeness in the current context, in view of the degree of disorientation of knowledge, due to the speed of evolution and contemporary changes, as well as the characteristic

complexity of globalization, in which very different processes are manifested in the economic sphere , political, social, demographic, ideological and religious. It is understood that the inhabitants of the western world or who adhered to Western culture, have become accustomed to accessing compartmentalized knowledge, which ends up fragmenting fundamental problems, which demand, on the contrary, a transdisciplinary understanding of phenomena, including environmental issues.

Keywords: environmental behavior; university education. globalization

INTRODUÇÃO

Morin (2013) afirma que desde os anos 1960-1970, cada indivíduo que vive nas regiões do globo, consideradas desenvolvidas, tem acesso a bens e serviços produzidos em diferentes regiões do planeta, em função da estruturação de um circuito de desenvolvimento desenfreado do capitalismo que, por meio do neoliberalismo, se propaga pelos cinco continentes, materializando uma rede de telecomunicações instantâneas, que efetiva a unificação tecnoeconômica do planeta.

Verifica-se a presença, nas periferias empobrecidas da África ou da América do Sul, de uma população miserável, que foi expulsa de seu território de origem pela monocultura industrializada proveniente dos países ricos.

De modo fundamental, a globalização das relações de produção, se constitui no estágio atual da mundialização, que se reflete na necessidade de produzir cada vez mais em menos tempo, desconsiderando as práticas de produção local e a necessidade de manutenção de uma dinâmica sustentável e que garanta a autodeterminação das populações locais, reduza o consumo de produtos industrializados e propicie a preservação dos recursos originais de cada região.

O processo em questão é iniciado em 1989, com o fim das denominadas economias socialistas e englobou o processo de homogeneização e de padronização sob a perspectiva norte-americana, mas também originou um contraprocesso de resistências e reflorescimentos de culturas autóctones (MORIN, 2013).

A lógica de funcionamento do processo de globalização demanda um território que comporte intercomunicações, uma economia mundializada, mas que esteja sob o controle da sociedade em questão, de modo a se constituir na pátria daquele povo, respeitando seus usos, costumes, hábitos, cultura e especificidades de consumo.

> A pseudo-harmonia conquistada resulta pela destruição do polo opositor, há um rito em que se nega ou se assimila a diferença. Ora, nem o mundo absolutizado e fetichizado à custa da reificação do humano pode ser legítimo; nem o humano tem direito a extrair interioridade, alma e consciência do mundo cósmico que se expressa na matéria (PASSOS; SATO, 2012, p. 38).

O que se verifica no âmbito da economia mundializada, é a criação, cada vez mais intensa, de necessidades de consumo, induzindo o cidadão a se tornar dependente das grandes corporações industriais, do agronegócio e dos interesses políticos para garantir emprego e renda para o consumo.

Em certa medida, tal dinâmica tem provocado um conjunto de resistências de

ordem étnica, nacional, cultural, religiosa e de perspectivas de consumo.

Nesse contexto urge discutir o grau de apreensão que os graduandos em cursos de formação de professores, que atuarão na educação básica, possuem sobre o tema ou são capazes de refletir e gerar reflexão em sala de aula sobre as questões ambientais de maior relevância no contexto atual. Buscou-se discutir tal questão sob a perspectiva dos estudantes brasileiros e portugueses, a fim de verificar as diferenças que se colocam entre os mesmos.

A educação ambiental de um povo não pode ser entendida apenas como a eliminação de queimadas, cortes de árvores e contaminação do ar, do solo e das águas. Tais comportamentos são de grande relevância para a sociedade e o ecossistema, mas existem modificações de comportamento que possuem importância fundamental, tais como o consumo sustentável, a economia circular e a substituição de recursos fósseis por novas alternativas que estão sendo testadas em diversos politécnicos de pesquisa e universidades.

É nessa perspectiva que este capítulo questiona sobre a consciência ambiental e preparação dos discentes do curso de formação de professores, para promover em sala de aula, para as séries iniciais, um debate, crítico e que seja direcionado para a modificação de comportamento das crianças, que nas décadas seguintes serão responsáveis pelo destino do planeta.

A relevância da educação ambiental

A educação ambiental representa um processo por meio do qual o aluno inicia o ciclo de aquisição de conhecimento sobre a necessidade de proteger o meio ambiente em que vive, de modo a modificar a sua perspectiva sobre o meio ambiente, convertendo-se em um agente de transformação frente à sociedade de consumo.

Cabe considerar que as questões ambientais estão cada vez mais presentes no cotidiano da sociedade, entretanto, a educação ambiental é elementar em todos os níveis do processo de ensinar, e de modo fundamental, nas séries iniciais da escolarização.

O espaço cotidiano para que a criança estabeleça contato com seu ecossistema, é cada vez mais restrito, assim a incorporação da temática meio ambiente nos sistemas de ensino, como um assunto que faça parte de toda formação escolar do indivíduo, contribui para a construção de um cidadão consciente e apto para decidir e atuar na realidade socioambiental de modo comprometido.

> Não é possível construir uma consciência ecológica divorciada da dramática interação dos contrários e da metamorfose que, vertiginosamente, gera, expressa e circula em todo o universo. Somos parte de uma única totalidade (PASSOS; SATO, 2012, p. 38).

Tendo em vista que a escola é o local em que se tem sequência o processo de socialização da criança, emerge como o ponto central do aprendizado de comportamentos necessários à construção do cidadão, como ocorre com a consciência ambiental. Da educação ambiental devem fazer parte: valores, habilidades, conhecimento específico, responsabilidades e aspectos capazes de promover o progresso das relações éticas entre os indivíduos e os ecossistemas de diferentes regiões do globo terrestre.

Reigota (1998) afirma que a educação ambiental, dentro ou fora da escola, se constitui em uma concepção radical de educação, não porque prefere ser a tendência rebelde do pensamento educacional contemporâneo, mas sim porque o contexto atual, a época, as heranças históricas e ecológicas exigem alternativas radicais, justas e pacíficas.

Lima (2006) destaca que embora a educação ambiental tenha prestado uma contribuição decisiva na difusão dos temas ambientais nas últimas décadas, não se mostrou capaz de atender à crescente complexidade dos problemas socioambientais da vida contemporânea.

O autor entende que seria de grande relevância na contemporaneidade, uma proposta de educação para o desenvolvimento sustentável que deveria superar os limites da educação ambiental que está em prática.

Pode-se afirmar, que em primeira instância, emerge o fato de que as críticas e características da educação ambiental são distintas nos contextos europeus e latino-americanos, de modo fundamental no caso brasileiro. Tais distinções se materializam em vista das características culturais, sociais, educacionais, políticas, ambientais e históricas presentes nos dois continentes.

A diversidade histórica e cultural de cada país, produziu também diversos contextos de formação dos respectivos campos da educação ambiental, materializando-se em práticas educativas com características bastante diferenciadas em diversos aspectos.

Lima (2006) menciona que no caso brasileiro, a educação ambiental emergiu historicamente em um contexto em que estavam presentes um regime politicamente autoritário que gradativamente se flexibilizou diante da redemocratização e do fortalecimento da organização da sociedade civil.

O Brasil é marcado por um contexto social de extremas desigualdades socioeconômicas, assim como de uma educação ambiental muito mais orientada pela perspectiva ecológica do que pelo campo educacional. Assim, estrutura-se uma educação ambiental que, embora não seja homogênea, nem isenta de reducionismos, traz consigo preocupações sócio-políticas, um olhar crítico da crise ambiental, da sociedade e da educação vigentes, apresentando intenções transformadoras.

No que concerne ao caso europeu, em vista de suas diferenças internas, verifica-se uma formação estruturada com base em padrões sociais menos desiguais, em função de uma vinculação mais estreita com as políticas de educação formal e com a tradição do ambientalismo preservacionista resultando em um perfil mais naturalista, comportamentalista e dissociado de injunções políticas e sociais (REIGOTA,1998).

Dessa forma, verificam-se posições distintas, de povos europeus e brasileiros quanto à aceitação da educação ambiental. Os europeus têm mais facilidade em incorporar essas dimensões ausentes de suas práticas.

Em âmbito nacional, desde meados da década de 1980 verifica-se a formação do socioambientalismo através da aproximação dos Movimentos Sociais e Ambientalistas.

Lima (2006) menciona ainda, que o grande número e a amplitude dos problemas sociais brasileiros, não permitiu a formação de debates e de práticas educativas que não se relacionassem também com os problemas sociais. Na mão

oposta, os povos europeus preconizam uma educação para o desenvolvimento sustentável, em vista de suas experiências socioeconômicas e culturais.

Jacobi (2003) destaca que as políticas de educação ambiental materializam um aprendizado social, baseado no diálogo e na interação em constante processo de recriação e reinterpretação de informações, conceitos e significados, que podem se originar do aprendizado em sala de aula ou da experiência pessoal do aluno.

Nessa perspectiva, a escola se transforma em um local em que o aluno terá condições de analisar a natureza em um contexto entrelaçado de práticas sociais, parte componente de uma realidade mais complexa e multifacetada.

O autor menciona que a educação ambiental possui uma relação direta com a cidadania, já que a última se funda na identidade e no ato de pertencer a uma coletividade.

Para Jacobi (2003) a educação ambiental no contexto da formação e exercício de cidadania manifesta-se como uma nova forma de encarar a relação do homem com a natureza, baseada em uma ética inovadora, que pressupõe outros valores morais e uma forma diferente de ver o mundo e os homens. De fato, a educação ambiental deve ser vista como um processo de permanente aprendizagem que valoriza as diversas formas de conhecimento e forma cidadãos com consciência local e planetária.

Diante desta questão, emerge o questionamento sobre as iniciativas empreendidas em prol da educação ambiental.

Jacobi (2003) responde a esta indagação afirmando que a maioria das atividades são feitas dentro de uma modalidade formal. Os temas predominantes são lixo, proteção do verde, uso e degradação dos mananciais, ações para conscientizar a população em relação à poluição do ar. A educação ambiental que tem sido desenvolvida no país é muito diversa, e a presença dos órgãos governamentais como articuladores, coordenadores e promotores de ações é ainda muito restrita.

No contexto atual, o desafio de fortalecer uma educação ambiental convergente e multirreferencial é prioritário para viabilizar uma prática educativa que articule de forma incisiva a necessidade de se enfrentar concomitantemente a degradação ambiental e os problemas sociais (JACOBI, 2003).

Destaque-se que o entendimento sobre os problemas ambientais se dá por uma visão do meio ambiente como um campo de conhecimento e significados socialmente construído, que é perpassado pela diversidade cultural e ideológica e pelos conflitos de interesse. Nesse universo de complexidades precisa ser situado o aluno, cujos repertórios pedagógicos devem ser amplos e interdependentes, visto que a questão ambiental é um problema híbrido, associado a diversas dimensões humanas (JACOBI, 2003).

Os professores (as) devem estar cada vez mais preparados para reelaborar as informações que recebem, e dentre elas, as ambientais, a fim de poderem transmitir e decodificar para os alunos a expressão dos significados sobre o meio ambiente e a ecologia nas suas múltiplas determinações e intersecções.

A ênfase deve ser a capacitação para perceber as relações entre as áreas e como um todo, enfatizando uma formação local/global, buscando marcar a necessidade de enfrentar a lógica da exclusão e das desigualdades.

Análise comparativa dos dados obtidos

A fim de estabelecer a comparação entre os comportamentos individuais e sociais considerados prejudiciais ao meio ambiente, os graduandos do curso de Pedagogia do Centro Universitário de Santa Fé do Sul e os graduandos em Educação Básica do Politécnico de Leiria responderam a um questionário em que deveriam assinalar comportamentos considerados por eles, gravíssimos, de média gravidade e pouco graves.

As opções apresentadas aos estudantes das duas instituições de ensino superior, resguardadas as especificidades linguísticas de cada país, eram basicamente as mesmas e se constituíam das opções:

1. Lançar óleo de cozinhar no esgoto, quando se lava a louça.
2. Os chineses estarem abrindo McDonalds em elevado número.
3. Não fazer a separação seletiva dos resíduos (vidro, papelão).
4. Usar pesticidas na limpeza das ervas que crescem nos passeios das cidades.
5. Lançar os medicamentos fora de prazo no lixo comum.
6. Cortar drasticamente a vegetação das margens dos rios.
7. Jogar esgoto das cidades nos rios (Brasil)/Lançar esgotos de suiniculturas nos solos (Portugal).
8. Ter uma alimentação com grande percentagem de carne.
9. Não desligar a televisão após a usar, deixando-a apenas em *stand-by.*
10. Pescar fora do período permitido (Brasil)/Comer *jaquinzinhos* e *petingas* com menos de 10 cm de comprimento (Portugal).
11. Continuar a utilizar combustíveis fósseis (óleo diesel) nos transportes coletivos.
12. Usar detergentes e sabões ricos em fosfatos.
13. Ter florestas monoespecíficas em larga escala (pinhais e/ou eucaliptais contínuos).
14. Trazer um casal de aves de outro país para o Brasil/ Trazer um casal de aves da Venezuela para Portugal.
15. Matar as corujas porque são aves agourentas.
16. Lançar latas de bebidas (cerveja ou refrigerantes, por exemplo) no lixo comum.
17. Queimar plásticos em fogueiras.
18. Deixar lixo e fezes de animais na praia (Brasil)/Atravessar as dunas a pé, para ir para a praia (Portugal).
19. Não desligar os carregadores de celular ou computador quando não estão em uso.
20. Comprar frutas europeias em sua cidade / Comprar frutas tropicais em Leira. (Portugal).

As aplicações ocorreram por meio do uso de recursos de informática disponibilizados pelas respectivas instituições.

O questionário foi aplicado para 23 discentes no Brasil e 31 em Portugal, sendo que após a aplicação os dados foram tabulados e foi realizada a análise comparativa dos mesmos.

No que concerne aos fatores considerados gravíssimos para a degradação do

meio ambiente pelos universitários:

Quadro 1: Análise comparativa entre estudantes brasileiros e estudantes portugueses: comportamentos considerados gravíssimos

Comportamentos considerados gravíssimos pelos discentes	
Estudantes Brasileiros	**Estudantes Portugueses**
Lançar óleo de cozinhar no esgoto, quando se lava a louça	Lançar óleo de cozinhar no esgoto, quando se lava a louça
Cortar drasticamente a vegetação das margens dos rios	Não fazer a separação seletiva dos resíduos (vidro, papelão)
Jogar esgoto das cidades nos rios	Usar pesticidas na limpeza das ervas que crescem nos passeios das cidades
Continuar a utilizar combustíveis fósseis (óleo diesel) nos transportes coletivos	Usar detergentes e sabões ricos em fosfatos
Queimar plásticos em fogueiras	Matar as corujas porque são aves agourentas
Deixar lixo e fezes de animais na praia	Lançar latas de bebidas (cerveja ou refrigerantes, por exemplo) no lixo comum

Fonte: Dos próprios autores.

A única resposta coincidente entre os estudantes dos dois países foi: lançar óleo de cozinhar no esgoto, quando se lava a louça. As demais respostas apresentam distinções entre estudantes portugueses e brasileiros. Os últimos mencionaram jogar esgoto das cidades nos rios, cortar drasticamente a vegetação das margens dos rios, queimar plásticos em fogueiras, deixar lixo e fezes de animais nas praias e continuar a utilizar combustíveis fósseis (óleo diesel) nos transportes coletivos.

Os estudantes portugueses, por sua vez, destacaram como atitudes cotidianas consideradas gravíssimas: não fazer a separação seletiva dos resíduos (vidro, papelão) usar pesticidas na limpeza das ervas que crescem nos passeios das cidades, usar detergentes e sabões ricos em fosfatos, matar as corujas porque são aves agourentas e lançar latas de bebidas (cerveja ou refrigerantes, por exemplo) no lixo comum.

Os estudantes brasileiros manifestaram preocupação com questões latentes nas diferentes regiões brasileiras e que ainda não foram resolvidas, como a contaminação de rios por esgoto não tratado e a destruição da vegetação, visto que tais problemas fazem parte da realidade concreta da maioria da população brasileira. Outro problema em destaque é a dependência do país quanto aos combustíveis fósseis, que reconhecidamente precisa ser superado em vista do uso de recursos menos poluentes.

Os discentes do Politécnico de Leiria demonstraram possuir alguma sensibilidade ambiental relacionada com a recolha seletiva de resíduos, a qual poderá resultar de mais de duas décadas de iniciativas de educação ambiental levadas a cabo nesse domínio. Destaca-se ainda, a preocupação com a

preservação dos animais que habitam o ecossistema local, tendo em vista a extinção de muitas espécies ao longo de séculos. A preocupação com o uso de pesticidas e fosfatos em excesso, em atividades autárquicas e domésticas, denota a preocupação com a saúde e o bem-estar da população e a adoção de uma dinâmica de vida mais sustentável e mais livre de produtos químicos artificialmente sintetizados.

Quanto aos comportamentos considerados de média gravidade pelos estudantes, o quadro 2 apresenta a comparação das escolhas apontadas por estudantes do curso de Pedagogia do Centro Universitário de Santa Fé do Sul e da Licenciatura em Educação Básica do Politécnico de Leiria:

Quadro 2: Análise comparativa entre estudantes brasileiros e estudantes portugueses: comportamentos considerados de média gravidade

Comportamentos considerados de média gravidade pelos discentes	
Estudantes Brasileiros	**Estudantes portugueses**
Os chineses estarem abrindo McDonalds em elevado número	Os chineses estarem abrindo Mcdonalds em elevado número
Não fazer a separação seletiva dos resíduos (para colocar recipiente correspondente a vidro, papel, plástico e orgânicos)	Lançar os medicamentos fora de prazo no lixo comum
Usar pesticidas na limpeza das ervas que crescem nos passeios das cidades	Não desligar a televisão após a usar, deixando-a apenas em *stand-by*
Não desligar a televisão após usar, deixando-a apenas em stand-by	Comer “jaquinzinhos” e “petingas” com menos de 10 cm de comprimento. (Portugal)
Usar detergentes e sabões ricos em fosfatos	Ter florestas monoespecíficas em larga escala (pinhais e/ou eucaliptais contínuos)
Lançar latas de bebidas (cerveja ou refrigerantes, por exemplo) no lixo comum	Não desligar os carregadores de celular ou computador quando não estão em uso
Não desligar os carregadores de celular ou computador quando não estão em uso	Comprar frutas tropicais em Leiria(Portugal)

Fonte: Dos próprios autores.

São coincidentes nos relatos dos entrevistados dos dois países, os seguintes comportamentos: os chineses estarem abrindo McDonalds em elevado número, não desligar a televisão após usar, deixando-a apenas em *stand-by* e não desligar os carregadores de celular ou computador quando não estão em uso. Os estudantes dos dois países concordam que a expansão de grandes redes afeta a economia local, difundem o consumo de produtos com um grau cada vez maior de industrialização, desestimulando o consumo de produtos naturais produzidos na própria região. O desestímulo ao desenvolvimento local é propulsão da atração de grandes agroindústrias que se dedicam à produção em grande escala de produtos intensivos em insumos químicos e modificação genética.

A demanda global por economia de energia elétrica também é uma preocupação dos entrevistados, visto que os dois países têm enfrentado problemas de escassez desse recurso, o que tem gerado expansão de seus preços e a busca por fontes pouco limpas, como os combustíveis fósseis ou a energia nuclear.

Quanto às diferenças verificadas, os entrevistados brasileiros destacaram como comportamentos considerados de média gravidade: não fazer a separação seletiva dos resíduos (para colocar em recipiente correspondente a vidro, papel, plástico e orgânicos), usar pesticidas na limpeza das ervas que crescem nos passeios das cidades, usar detergentes e sabões ricos em fosfatos, lançar latas de bebidas (cerveja ou refrigerantes, por exemplo) no lixo comum.

As referidas respostas refletem o estágio atual das práticas de educação ambiental desenvolvidas por escolas, entidades governamentais e organizações não governamentais. Têm se procurado incutir, sobretudo em crianças e adolescentes, a noção de um consumismo, muitas vezes desnecessário, e ainda do fraco reaproveitamento do pouco que sobra desse processo de massificação do consumo.

As próprias escolas e as campanhas veiculadas pelas mesmas buscam estimular o consumo consciente, o reuso de água, de embalagens e de diversos materiais originários do consumo da população.

Existem ainda, vários novos negócios, que têm surgido no Brasil, na última década, que preconizam soluções criativas para algumas necessidades de consumo, como os canudos e escovas de dente ecológicas, que fazem uso de materiais alternativos, comprovando haver outras vias para se enfrentarem os grandes desafios ambientais levantados pelo consumo e gestão dos resíduos gerados.

No que concerne aos discentes portugueses, estes mostraram uma preocupação de gravidade mediana com ações como: lançar os medicamentos fora de prazo no lixo comum, pescar fora do período permitido, ter florestas monoespecíficas em larga escala (pinhais e/ou eucaliptais contínuos) e comprar frutas estrangeiras em sua cidade.

Mostram uma consciência de que a questão ambiental também é uma questão econômica e social relevante, pois à medida em que as frutas locais ou da estação são priorizadas, os produtores locais e os negócios locais são preservados, não abrindo espaço para a monocultura extensiva. Também entendem que o reflorestamento para fins de exploração de pinhais e eucaliptos para o uso na produção de papel, na construção civil, na fabricação de móveis, embalagens e artefatos de madeira, é responsável pela degradação do espaço natural, ocorrendo a substituição de um ecossistema natural por uma vegetação pobre, com preocupante perda de biodiversidade e com potencial de degradação do solo e dos recursos hídricos.

A grande maioria da população brasileira joga os medicamentos vencidos no lixo comum, desconhecendo, o que parece já ser do conhecimento dos universitários portugueses, que as substâncias que fazem parte de sua composição possuem um elevado potencial poluente, que no longo prazo, podem inclusive, ocasionar contaminação da água, do solo e modificações genéticas em peixes, por exemplo, com impactes graves ao nível da sua biodiversidade e, naturalmente, da saúde de todos os seus consumidores.

Os jovens portugueses apenas revelam uma relativa preocupação como o

facto de se comerem “jaquinzinhos” e “petingas” (juvenis de carapaus e sardinahas, respetivamente), denotando falta de conhecimento dos impactes desse ato sobre a preservação das espécies a médio e longo prazo.

No Brasil, a pesca é utilizada comouma forma de lazer em algumas regiões ou ainda como uma fonte de renda e alimentação das populações do interior do note e nordeste, de modo que a preocupação com o referido comportamento é menos latente que em Portugal.

Por fim, foram comparados os comportamentos considerados pouco graves pelos universitários dos dois países, o que está expresso no quadro 3, apresentado na sequência:

Quadro 3: Análise comparativa entre estudantes brasileiros e estudantes portugueses: comportamentos considerados pouco graves

Comportamentos considerados de pouca gravidade pelos discentes	
Estudantes Brasileiros	**Estudantes portugueses**
Ter uma alimentação com grande percentagem de carne	Cortar drasticamente a vegetação das margens dos rios
Pescar fora do período permitido	Trazer um casal de aves da Venezuela para Portugal
Ter florestas monoespecíficas em larga escala (pinhais e/ou eucaliptos contínuos)	
Trazer um casal de aves de outro país para o Brasil	
Comprar frutas europeias em sua cidade	

Fonte: Dos próprios autores.

O ponto de reflexão coincidente entre os universitários dos dois países e que é considerado de pouca gravidade é trazer um casal de aves de outro país para o Brasil ou Portugal, respectivamente. Os universitários portugueses ainda destacaram o item: cortar drasticamente a vegetação das margens dos rios, facto que se poderá prender com as preocupações revelados na comunicação social com os contínuos erros praticados eplas entidades responsáveis no tratamento dessa vegetação ribeirinha.

Quanto aos universitários brasileiros foram considerados pouco graves: ter uma alimentação com grande percentagem de carne, pescar fora do período permitido, ter florestas monoespecíficas em larga escala (pinhais e/ou eucaliptos contínuos) e comprar frutas europeias em sua cidade.

Questões como a presença de florestas monoespecíficas, a pesca predatória e o grande consumo de carne, são entendidos pelos universitários brasileiros como de pouca gravidade, assumindo menor relevância na perspectiva da preservação

ambiental no Brasil. Tais dados, indicam os desafios que devem ser enfrentados pela educação no Brasil, havendo necessidade de se fazer uma sensibilização/educação ambiental em que se conheçam os problemas ambientais específicos mas que sejam analisados numa perspetiva holística, a única capaz de tornar a convivência do homem com os recursos naturais, mais racional e equilibrada.

CONCLUSÃO

A adoção de uma metodologia de educação ambiental implica em uma afinada capacidade de interpretar ou de penetrar a realidade cotidiana. Deve-se destacar a importância de se adentrar as relações que constituem os próprios elementos observados.

É fundamental desenvolver um olhar dialético, capaz de perceber o particular e o geral, constituindo um processo de estranhamento, capaz de compreender o todo e suas partes constituintes. A questão ambiental não pode ser separada da realidade concreta dos povos, de sua história e aspectos econômicos e legais.

De modo efetivo, a construção do conhecimento, em um espaço eminentemente ético, precisa abarcar uma sociedade de risco que vem progressivamente incorporando-se de forma impiedosa ao cotidiano.

Na investigação sobre experiências de educação ambiental é possível perceber a existência de indivíduos com extrema dificuldade em se desligar da sua realidade quotidiana, revelando particular dificuldade em questionar a sua própia realidade e seus constrangimentos.

Com efeito, o indivíduo só se pergunta sobre o outro ou sobre a biodiversidade, na medida em que se espelha no estranho e, assim, pode interrogar-se sobre sua própria existência. Desta forma, a prática da educação ambiental imperiosamente torna necessária a participação dos sujeitos, por meio da exposição do seu mundo, que descrevem com seus potenciais, conhecimentos, contradições e conflitos.

Os estudantes entrevistados no curso de Pedagogia do Centro Universitário de Santa Fé do Sul apresentam uma consciência ambiental voltada para aspectos mais comuns e óbvios quanto à degradação ambiental, desconsiderando práticas que também são graves, mas que em função da atuação da mídia, por meio de estratégias agressivas de marketing ou por se materializarem em práticas rotineiras em sua vida cotidiana, são consideradas de baixa ou nenhuma gravidade. O fato de se consumir bastante carne, por exemplo, implica que, com a expansão da população, cada vez mais, as áreas de florestas precisam ceder lugar para as pastagens, ocasionando o desmatamento, com todos os demais impactos ambientais dele resultantes.

A forte presença de florestas monoespecíficas em algumas regiões do Brasil e do mundo, não só indicam a intensificação do desmatamento, como implicam em um plantio de árvores direcionado à exploração comerciais das mesmas, em detrimento de uma política de reflorestamento e recuperação/conservação da biodiversidade, solo e recursos hídricos.

As plantações em larga escala de eucalipto e pinus, no Brasil, são

responsáveis por abastecer as indústrias de papel e celulose, fábricas de móveis e de produtos de madeira, assim como, as siderúrgicas que demandam carvão vegetal a fim de produzir ferro-gusa, utilizado na fabricação do aço.

Nessa perspectiva, o monocultivo[1] dessas duas árvores ganhou força no Brasil, inclusive com apoio do governo dos municípios, estados e governo federal.

É fundamental ressaltar que na perspectiva oposta das propagandas voltadas para práticas de sustentabilidade ambiental promovidas e incentivadas por empresários e integrantes do próprio governo, está a realidade concreta, marcada pela destruição de ecossistemas e por prejuízos irrecuperáveis.

O avanço das áreas de pastagens e o monocultivo comercial, causam impactos de ordem ambiental, mas também social, pois invadem áreas originalmente ocupadas por povos indígenas, quilombolas e populações tradicionais de determinadas regiões, que são responsáveis, por preservar a biodiversidade e os corpos hídricos, nas áreas que mantêm cultivos tradicionais e direcionados para sobrevivência e não para a exploração comercial em larga escala.

Ainda são consideradas práticas de pouca gravidade: trazer um casal de aves de outro país para o Brasil e comprar frutas europeias em sua cidade. As aves de uma determinada região, sobretudo de um país, devem ser preservadas em suas regiões de origem geográfica, não podem ser deslocadas para áreas em que não reconhecem o clima, a vegetação e as possibilidades de alimentação, que lhe mantenham a vida e a saúde. Fundamentalmente não podem ser mantidas, em cativeiro, com o prejuízo de serem extintas e causarem prejuízos[2] em suas regiões de origem, já que possuem ali, funções específicas e importantes. Por outro lado, ao serem introduzidas em outros países/ecossistemas podem proliferar, caso as condições ambientais lhes sejam favoráveis, acabando por impedir que as espécies locais se mantenham.

O consumo de frutas importadas de outros países ou originárias de regiões distantes do país, desestimulam as pequenas propriedades locais, que tendem a desenvolver sua atividade produtiva de modo artesanal e gerando emprego e renda para a população local, além de não implicar nos prejuízos causados pela produção em escala global e fundamentada na utilização de grande quantidade de agrotóxicos, que degradam o ecossistema.

Em Portugal, por sua vez, superadas questões históricas para os brasileiros, como a desigualdade social intensa, o baixo acesso à educação da população brasileira, o universitário compreende que de médio a gravíssimo, a grande maioria dos comportamentos citados são de relevância extrema e desempenham papel central na construção de uma dinâmica preservacionista, capaz de tornar o consumo e a utilização dos recursos naturais mais racionais.

O fato de os universitários portugueses terem participado de atividades voltadas para educação ambiental na educação escolar, ao longo do seu percurso escolar anterior, terem beneficiado de iniciativas/ações de educação ambiental,

[1] Utiliza-se a expressão monocultivo de eucalipto e pinus uma vez que uma floresta abriga grande diversidade de espécies de plantas e animais, o que não ocorre no caso das plantações dessas árvores. A fim de exterminar gramíneas e outras plantas que podem inviabilizar o plantio comercial, ocorre o uso intenso de agrotóxicos. Após período determinado não se verifica nenhum crescimento e o monocultivo de eucalipto e pinus se transforma em um deserto verde.

[2] As aves atuam como dispersoras de sementes, agentes polinizadores e reguladoras de populações de suas presas.

formais e não formais, poderá ter reflexo no seu modo de pensar e representar a realidade, bem como na demanda pela adoção de comportamentos direcionados à preservação ambiental, o que se materializa em uma carência do universitário brasileiro que se prepara para atuar nas séries iniciais e que é alvo desta análise.

É fundamental que se entenda a necessidade de resolução dos problemas ambientais delineados no século XXI, o que se fará de modo conjugado com um amplo processo de educação ambiental, capaz de gerar mobilização, além de mobilizar capacidade crítica, ação subversiva e também mecanismos desconstrutivos da lógica imperante na cultura de maximização do consumo.

A Educação Ambiental, por sua natureza complexa e interdisciplinar, envolve aspectos da vida cotidiana, questiona a qualidade de vida e cobra transformações.

É por meio desta perspectiva educacional que se pode desenvolver de forma plena a Educação Ambiental, justamente por seu caráter coletivo, participativo, investigativo e ativo.

REFERÊNCIAS

GONÇALVES, C. W. P. **Os (des)caminhos do meio ambiente**. São Paulo: Contexto, 1989.

JACOBI. P. Educação ambiental, cidadania e sustentabilidade. **Cadernos de Pesquisa**, n. 118, mar., 2003, p. 189-205. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/cp/n118/16834.pdf. Acesso em: 23 out. 2019.

LIMA, G. F. C. Desenvolvimento, ética e educação ambiental: problematizando a crise ética e as oportunidades de renovação. **Revista de Ciências Sociais: Política & Trabalho,** n. 25, out. 2006, p. 135-164. Disponível em: https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/politicaetrabalho/article/view/6743. Acesso em: 21 out. 2019.

MORIN, E. **A Via Para o Futuro da Humanidade.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

MORIN, E. **Ciência com consciência**. 6. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

MORIN, E. **O Método I:** a natureza da natureza. 3. ed. Porto Alegre: Sulina, 2016.

MORIN, E. **O Método I:** a vida da vida. 5. ed. Porto Alegre: Sulina, 2015.

PASSOS, L. A.; SATO, M. Estética da Carta da Terra pelo prazer de (na tensividade) com-viver com a diversidade! In: RUSCHEINSKY, A. **Educação ambiental**: abordagens múltiplas. 2. ed. Porto Alegre: Penso, 2012.

PIVA. A. A difusão do pensamento de Edgar Morin na pesquisa em educação ambiental no Brasil. In: ENCONTRO DA ANPPAS, 2, 2004, Indaiatuba. **Anais...** Indaiatuba: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade, 2014. Disponível em: http://www.anppas.org.br/encontro_anual/encontro2/GT/GT10/adriana_piva.pdf. Acesso em: 20 out. 2019.

REIGOTA, M. **Meio ambiente e representação social**. São Paulo: Cortez, 1995.

REIGOTA, M. Desafios à educação ambiental escolar. In: JACOBI, P. et al. (Orgs.). **Educação, meio ambiente e cidadania**: reflexões e experiências. São Paulo: SMA, 1998. p.43-50.

VIÉGAS, A. **A educação ambiental nos contextos escolares**: para além da limitação compreensiva e da incapacidade discursiva. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, UFF, Niterói. 2002.

CONSTRUCTION OF SOCIAL KNOWLEDGE IN BRAZIL: STATE OF ART 2005 TO 2017

PESQUISAS SOBRE A CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO SOCIAL NO CONTEXTO BRASILEIRO: ESTADO DA ARTE 2005-2017

Desenvolvimento Social e Políticas Públicas: Educação e Desenvolvimento.

SARAVALI, Eliane Giachetto
Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho"
Doutora e Mestre em Educação pela Universidade Estadual de Campinas
Docente do Departamento de Psicologia da Educação e do
Programa de Pós-Graduação em Educação da
Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho"
eliane.g.saravali@unesp.br

GUIMARÃES, Taislene
Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho"
Doutora e Mestre em Educação pela Universidade Estadual de Campinas
taislene_ped@yahoo.com.br

SILVA, Rafaela Carolina da
Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho"
Doutoranda e Mestra em Ciência da Informação pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Estadual Paulista "Julio de Mesquita Filho".
Especialista em Psicopedagogia Institucional pela Fundação para o Desenvolvimento do Ensino, Pesquisa e Extensão (FUNDEPE). Bacharela em Biblioteconomia - Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho".
rafaela.c.silva@unesp.br

Abstract

It offers a broader review of the research carried out in the Brazilian context, concerning the construction of social knowledge in a Piagetian perspective. The study selected 12 years (2005 to 2017) as period of analysis. The databases consulted were Scientific Electronic Library Online (SciELO), Portal de Periódicos Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), and the digital libraries of the institutions referenced, using the terms social knowledge, Jean Piaget, genetic epistemology, social beliefs and notions, and Juan Delval. There were 74 references, analyzed by vehicle of publication, most productive authors, most quoted authors, origin of the research institutions, age range of the participants, methodological delineations, as well as the topics addressed in these studies. The most explored fields are economic functioning, political order, laws, family, sexual roles, social classes, professions. Far from exhausting the subject, the sequence of the works analysed and the deepening of studies in the area will contribute to the understanding regarding the construction of social knowledge in the pedagogical, psychological, and epistemological areas. It concludes emphasizing the relevance of the works and the actuality of the Piagetian studies, which support the appropriation of social world.

Keywords: Social Knowledge; Genetic Epistemology; State of art.

Resumo

O texto oferece uma ampla revisão das pesquisas realizadas no contexto brasileiro, referentes à construção do conhecimento social na perspectiva piagetiana. O estudo selecionou 12 anos de análise (2005 a 2017) como período de análise. As bases de dados consultadas foram Scientific Electronic Library Online (SciELO), Portal de Periódicos Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES e bibliotecas digitais das instituições referenciadas neste

último, mediante a utilização dos seguintes termos, em busca avançada: conhecimento social, Jean Piaget, epistemologia genética, crenças, noções sociais, Juan Delval e interação social. Foram encontradas 74 referências, analisadas sob os seguintes aspectos: veículo de publicação, autores mais produtivos, autores mais citados, instituições de origem das pesquisas, faixa etária dos participantes, delineamentos metodológicos utilizados e as temáticas abordadas nos estudos. Os campos mais explorados foram funcionamento econômico, ordem política, lei, família, papéis sexuais, classes sociais e profissões. Longe de esgotar o assunto, a sequência dos trabalhos analisados e o aprofundamento dos estudos na área contribuirão para a compreensão quanto à construção do conhecimento social nas áreas pedagógica, psicológica e epistemológica. Conclui-se, entre outros, a respeito da relevância desses trabalhos e da atualidade da obra piagetiana, referencial teórico que sustenta esse tipo de compreensão sobre a apropriação do mundo social.

Keywords: Conhecimento social, Epistemologia Genética, Estado da arte.

1 INTRODUCTION

The present paper aims to systematize aspects of a set of researches developed in the Brazilian context, regarding the construction of social knowledge, under the Piagetian perspective. The study selected 12 years (2005 to 2017) as period of analysis, considering that the researches about this subject began to be published in Brazil from 1996 (GODOY, 1996; TORTELLA, 1996), which is the reason for not being able a detailed analysis of every period within the limits of an article, and that this study was developed in 2017. From this perspective, we opted, at this moment, for dedicating ourselves to its second half.

Firstly, we thought appropriate to present an essential question: delimiting what is meant by “construction of social knowledge under a Piagetian perspective”. In the work of the Swiss master Jean Piaget (1896-1980) it is possible to observe that the social can refer in two different aspects of our life, that are treated in a separated way here for teaching purposes only, once to understand the development it is necessary to have in mind the construction and evolution of an epistemic man and a psychologic man. These aspects refer to the social interaction, development factor, and to the social as knowledge object, characterizing differently of the physical or mathematical objects.

Therefore, the interaction, necessary to the knowledge construction, never referred only to the limits of an individual or an inanimate physical object, but to the social interaction, where the individual can be free of the self-centered thinking. Without the social interaction, we could hardly talk about living together or moral development, for example.

This interaction, which involves the coordination of different perspectives, has a transmission element of what comes from the ancestors, and which is transferred by different means – teaching, television, journals etc. The knowledge build by this information is, in our view, an important part of a broad process of socialization, however, insufficient to elaborate a less apparent and stereotyped idea about the social world.

In considering it, this article intends to contribute to those who dedicate themselves or intend to study the construction of social knowledge, through the presentation of researches developed in the national context and the systematization of this production, still little divulged, and that not only bring us significant contributions of the psychological and pedagogical context of the child development, but also to the understanding of the adult thought of our society.

In this way, we tried to identify, to describe, and to analyze the authors who form the productive elite of this field about their production, content, and citation indexes. For this, we have used the Price’s Law of Elitism, from Bibliometric, which allows, through the analysis of the literature produced on a subject, the identification and description of this elite (ALVARADO, 2009).

We seek, as Lakatos and Marconi (2003) point out, to follow the following steps: the critical appreciation of the material; the decomposition of the essential elements; the classification of what was found, and the final analysis. Therefore, the analysis made it possible to highlight the researchers who, at the time of this research, produced more and were more quoted in the study area (PRICE, 1963).

Thus, we were looking for the works that were developed from a Piagetian perspective, as well as those that deal with social contents under this approach. We aim to concentrate the studies that approach the contents about the functioning of the society in different aspects, and those referring to the institutionalized relations, with their respective social roles (DELVAL, 2007). In a broader perspective, for the author, there are more explored fields, among them are: economic functioning,

political order, laws, family, sexual roles, social classes, professions; these are some recurring themes, too, in our context, as we will see below.

2 BACKGROUND

From a Piagetian perspective, it is necessary to understand that the transmission does not exclude the assimilation that the individual does, because "all assimilation is a restructuring or reinvention" (PIAGET, 1998, p. 48). The social knowledge refers to the knowledge of the society and its action, to the values and beliefs system, as well as to the understanding of the different social papers and the people interaction (ENESCO; DELVAL; LINAZA, 1989). It refers to a: "[...] set of properties that individuals attribute to a portion of reality, which includes the properties of the elements, the relationships between them, the explanations of why they happen, their causal relationships, and many other things". (DELVAL, 2013a, p. 16).

To think about the social knowledge means to consider how the individual appropriates of what is socially constructed and shared in its cultural, family or school environment. To investigate this issue is a more recent investigative action, dated of the 70's last century in the international context, and of the 90's last century in Brazil.

In studies of Delval (DELVAL, 2013b; DELVAL; MURIA, 2008; DELVAL; DEL BARRIO, 1992; DELVAL, 1989; DENEGRI; DELVAL, 2002a; DENEGRI; DELVAL, 2002b), we can perceive the processes used to the construction of this type of knowledge, as well as elaborated notions in respect to the different social issues. Such studies should not be analyzed from an anecdotal point of view or only by the beauty in giving voice to children and adolescents, because the importance of these studies is in the possibility of understanding how the individual appropriates the social world in such a way that the quality and limits of this appropriation will influence its actions and its relation to the world.

As Delval (2007, p. 50) states, "We are convinced, therefore, that studying the genesis of social concepts has a great utility in understanding adult ideas about society, and that it is an indispensable requirement to develop a genetic epistemology for the social sciences".

3 METHODOLOGY

In Brazil, the research on the construction of social knowledge began in 1996 (Godoy, 1996; Tortella, 1996). The amount of research done since there is large from the limits of an article, from this perspective, we presented data from 2005 to 2017, located among March and August 2017.

The databases analyzed were*:* Scielo, CAPES Journal Portal, CAPES Thesis Portal, CAPES Digital Libraries, and the thesis of the institutions which have consolidated group within the thematic, as indicated by Saravali, Mano, and Guimarães (2015). The Annals of some of the main Brazil's events of the Education area were also consulted: *Encontro Nacional de Didática e Práticas de Ensino* (ENDIPE), *Reuniões Anuais da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação* (ANPED), *Encontros Nacionais de Professores do Programa de Educação Infantil e Ensino Fundamental* (PROEPRE); and of the Psychology area, such as the *Colóquio Internacional de Epistemologia e Psicologia Genéticas*, among others.

The keywords used for the searches in these databases were: social knowledge, Jean Piaget, genetic epistemology, social beliefs and notions, and Juan Delval, using the advanced search tool. Another form of search was the analysis of the bibliographical references of each material found, aiming to locate who was quoted and/or if there were other studies possible to be used and that we had no found in the mentioned databases.

This study analyzed the papers' abstracts, theoretical field, objectives, and methodology, emphasizing the reading of the results and of the bibliographical references. In this sense, it presented the results with a focus on six main aspects: vehicle of publication, most productive authors, most quoted authors, original research institutions, age range of the participants, methodological delineations, and the themes addressed in the studies. We believe observing these aspects is essential to understanding and achieving our goal.

4 RESULTS AND DISCUSSIONS

Between the researched material, it was found 74 references or productions. The distribution of the material found, according to its type (article, thesis, etc.), and chosen for the dissemination of this research, can be observed in Table 1, below:

Table 1: Materials founded.

ANNALS	28
ARTICLE	20
MASTER THESIS	17
UNDERGRADUATE THESIS	5
DOCTORATE THESIS	3
BOOK CHAPTER	1

Note: Prepared by authors.

It can be observed that the scientific paper is not the most popular material used for the dissemination of the researches, because it is overcome by the event annals. This is a remarkable characteristic in the Education area, which uses to have its production distributed by books and books chapter, although it was not observed in our survey.

When adding the doctorate thesis, undergraduate thesis, and monographs, we can find 33% of researches not published, that is, they remained in their original formats. It can explain the reason for similar topics in different surveys do not establish a dialogue. This fact emphases the importance of the state of art in the beginning of any search process because it allows researchers to start from what is already known or produced in the area. Added to it we can observe there is no rigor in the use of the keywords, which can difficult the access to the materials.

For the authors productivity analysis, the study used the Price's Law of Elitism, which highlighted the 16 most productive, among the total number of authors, as well as 16 most quoted, among the most productive authors. The Price's principle (1963, p. 46) is

> My approach will be to deal statistically, in a not very mathematical fashion, with general problems of the shape and size of science and the ground rules governing growth and behavior of science-in-the-large. That is to say, I shall not discuss any part of the detail of scientific discoveries, their use and interrelations. I shall not even discuss specific scientists. Rather, treating science as a measurable entity, I shall attempt to develop a calculus of scientific manpower, literature, talent, and expenditure on a national and on an international scale. From such a calculus, I hope to analyze what it is that is essentially new in the present age of Big Science, distinguishing it from the former state of Little Science. (PRICE, 1963, p. 46).

In this context, of the general table of productivity it was separated the authors who most published in the period, either as main author, or as co-author. It was excluded the author who published only once time, considering that for the construction of a Sociogram of Price those authors who have had more than one publication are relevant. This results from the objective of research, which was focused in highlight the largest number of publications and citations in the area. In this way, it was considered the authors who had at least two publications in the period, as shows the Table 2.

Table 2: Most productive authors.

AUTHOR	QUANTITY OF PUBLICATIONS
SARAVALI, E. G.	41
GUIMARÃES, T.	17
MANO, A. de M. P.	9
MONTEIRO, T. A.	9
GUIMARÃES, K. P.	5
MELCHIORI, A. P.	5
OTHMAN, Z. A. S.	5
SILVA, C. F. da	5
STOLTZ, T.	5
ALMEIDA, E. Á. F. de	4
PIECZARKA, T.	3
COOPER, I. S.	2

COSTA, R. R. S.	2
PIRES, L. B.	2
ROCHA, M.	2
SOUZA, E. F. P. de	2

Note: Prepared by authors.

The authors who were most quoted were separated in the Table 3:

Table 3: Most quoted authors.

AUTHOR	QUANTITY OF CITATIONS
PIAJET, J.	284
DELVAL, J.	257
DENEGRI, M.	95
ENESCO, I.	81
STOLTZ, T.	79
SARAVALI, E. G.	72
OTHMAN, Z. A. S.	43
AMAR, J.	42
GUIMARÃES, T.	41
CANTELL, V. C. B.	40
INHELDER, B.	33
NAVARRO, A.	33
PIECZARKA, T.	30
TORTELLA, J. C. B.	30
ARAÚJO, R. M. B. de	24
BAPTISTELLA, E. C. F.	22

Note: Prepared by authors.

The authors' criterion of choice was they have at least two citations or more than one publication, taking account that for the Price's Law of Elitism the total of one publication is inconsiderable. In the Table 3, the four first authors are not Brazilian, such as Amar, J., Inhelder, B., and Navarro, A.

To illustrate the relationship between the most productive authors and the most quoted among them, was constructed a sociogram. In the Figure 1, the red circles are the most productive authors, and the blue squares are the most quoted authors. The line that leaves the red point and reaches the blue point shows that the red author quoted the blue author. The thicker lines show the authors who had the highest number of citations. The duplicated authors, reds and blues, are productive and also quoted.

It is possible to observe a higher relation among the self-citations: Saravali, E. G. quotes herself about 36 times. Delval, J. is one of the most quoted authors, and, for example, he is quoted about 122 times in the publications of Saravali, E. G., and 93 times by Guimarães, T. In the same time, Piaget, J. is quoted 82 and 75 times, respectively, by the same authors. These two largest values represent 50% of the total citations.

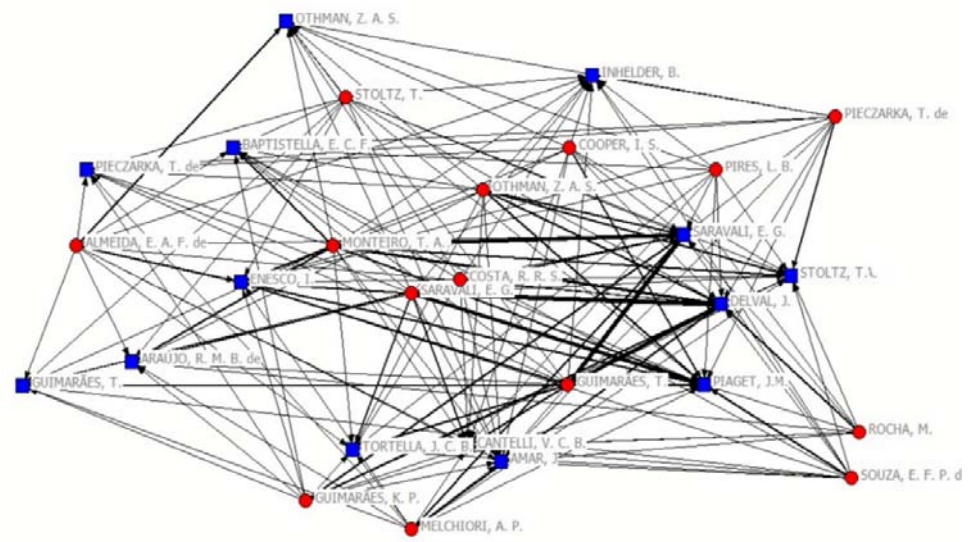
The data showed that Juan Delval is the biggest reference in the Brazilian context, influencing most researches, surpassed only by Piaget, who composes the theoretical foundation of the investigations. This fact occurs, mainly, because of the delimitation of the field of study, realized by Spanish, which allows the subject to understand the peculiarities of the adoption of social knowledge in a Piagetian approach. From this perspective, this study understood that some of the Brazilian researches are replicas of the works developed abroad, based mainly on the instruments (clinical interviews) already used in the international context.

The similarities found in the evolution of the answers, in these different studies and in their contexts, confirm us the importance of theoretical aspects enunciated in the Piagetian work, as well as alert us about the relevance of the continuity of the investigations in the area.

The self-citation can be related to the absence of bibliographical survey in the area, which

generates a less comprehensive view of what has already been studied / published. The lack of publication in databases most accessed is also a difficult to the survey locate. This generates certain endogen on the part of the authors, who refers only their own works and / or the works of the research group in which they are part.

Figure 1: Relations between the most productive authors and the most quoted authors.

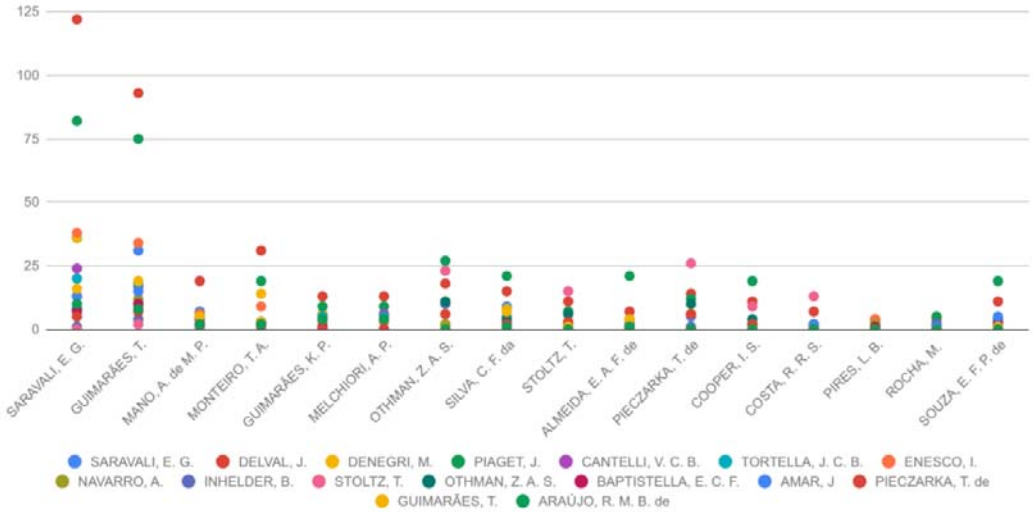


Note: Prepared by authors.

An important self-citation aspect is that the researches about the construction of social knowledge are relatively recent and limited in their thematic, which limit the referencing options for authors. It is emphasized that in citing its own work the author confirms the thesis that it has been exploring in other studies.

The Graphic 1 illustrates the dispersion, this is, the association and the correlation between the most productive authors and most quoted authors, of the citations occurred between all the other authors analyzed.

Graphic 1: Citations among the most productive authors.



Note: Prepared by authors.

The horizontal line of the Graphic 1 shows the 16 most productive authors, and the vertical line shows how much they have been quoted in their own productions, or in the production of other authors. This allows us to observe the Price's Law of Elitism, this is, how much the most productive authors are being quoted, to understand the impact of the same in the elaboration of new academic productions in the area of the study.

For exemplification, Saravali, E. G. quotes yourself, as well as Delval, J., Denegri, M., Piaget, J., Cantelli, V. C. V., Tortella, J. C. B., Enesco, I., Navarro, A., Inhelder, B., Othman, Z. A. S., Baptistella, E. C. F., Amar, J., Pieczarka, T. de, Guimarães T., and Araújo, R. M. B. de. In the same thinking line, Rocha, M. quotes Delval, J., Denegri, M., Piaget, J., Cantelli, V. C. B., Inhelder, B., and Amar, J.

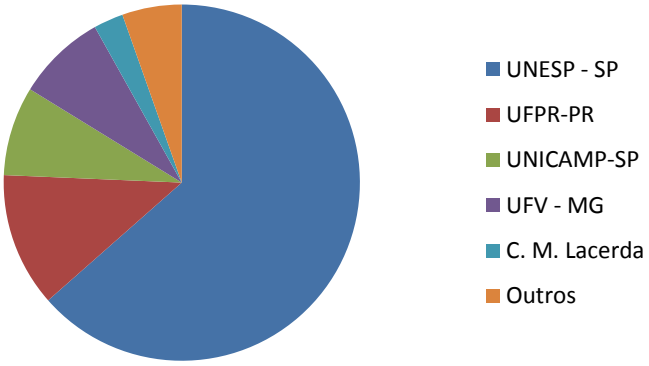
From this perspective, we can understand that Delval, J. and Piaget, J. are highlighted among the most productive authors, while Saravali, E. G. and Guimarães, T. are highlighted as the most productive among the most productive authors.

We analyzed the origin of these works, considering the university where these publications appear, as well as the supervisor mentioned. In the case of the articles, event annals, and books chapter this study considered the authorship and the link to the university or to a research group at the time of publication, in order to facilitate the reader's access to places where the subject of social knowledge is a more consolidated.

In this context, this study collected 47 works linked to *Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho"* (UNESP), *Marília* campus, where studies with interventional designs are concentrated; nine linked to *Universidade Federal do Paraná*, (UFPR) with more specific works on the economic world; six linked to the *Laboratório de Psicologia Genética da* UNICAMP, with varied themes; six linked to *Universidade Federal de Viçosa*, with school related topics, and two linked to the *Centro Universitário Moura Lacerda*. Other four productions were linked to the following institutions, with one work each: UNESP *Araraquara* campus; *Universidade de São Paulo* (USP); *Universidade Federal da Pernambuco* (UFPE), and *Instituto Taquaritinguense de Ensino Superior*.

The Graphic 2 illustrates these datas.

Graphic 2: Original research institutions.



Note: Prepared by authors.

The Table 4 refers to the supervisors, its students, and its research groups, registered in the *Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico* (CNPq) Group Directory, in which these researches are linked.

In all these studies, there are still some important issues, such as that the age of the participants is concentrated in the age group between six to 14 years, which, according to the Piagetian perspective, would cover the preoperative, concrete operative, and formal operative stages. The study of Cooper (2011) was realized with individuals between 20 to 40 years old, that is, the transverse evolutionary study, in which a notion is investigated along its development, through age cuts. This type of delineation, present in more than half of the national production, is also found in the international work.

Table 4: Research groups and supervisors.

INSTITUTIONS	RESEARCHER (SUPERVISED OR CONDUCTED THE RESEARCH)	CNPQ RESEARCH GROUP
UNESP	Eliane Giachetto Saravali	GEADEC – Grupo de Estudos e Pesquisas em Aprendizagem e Desenvolvimento na Perspectiva Construtivista
UFPR	Tania Stoltz	Cognition, Learning, and Human Development
UNICAMP	Orly Zucatto Mantovani de Assis	LPG – Laboratório de Psicologia Genética
UFV	Maria de Lourdes Mattos Barreto	Childhood context, adolescence, youth, and their interrelations in family or society
C. M. LACERDA	Carmen Campoy Scriptori	LPG or GEADEC researchers

Note: Prepared by authors.

However, Delval (2002) relates, in Brazil, a difference in the evolution of the construction of the levels of social knowledge. While international research points to the achievement of more elaborate notions, classified as level III, around the age of 14 years old, in Brazil there is a relative delay, and, even in research with participants of 16 years old, the presence of level III is not observed. This means that more advanced age there is still a predominance of more simplistic and rudimentary ideas in different contents of the social world (COSTA, 2009; PIECZARKA, 2009; COOPER, 2011; SARAVALI; GUIMARÃES; GUIMARÃES; MELCHIORI, 2013).

Some recent work approaches this delay, aiming to explain it through the analysis of cognitive development and the construction of the operative and formal reasoning. These studies (MANO; SARAVALI, 2014; SOUZA; SARAVALI, 2016) presents relationships among the social and the logical-mathematics constructions accompanied by a formal cognitive development. In any case, for social knowledge raising the age bracket for further investigation is an important procedure and can better explain to us how this delay remains or dissipates.

The transverse evolutionary study means the prevalent approach of study and has the advantage of showing us how a notion can present itself at different moments of development. On the one hand, some of these studies investigate the influence of the socioeconomic level on the construction of the social notion (PIRES; ASSIS, 2005), on the other hand, others analyze the construction of social knowledge for social furniture (OTHMAN, 2006), or in different social environments (MONTEIRO, 2013).

For the pedagogical field, to know this evolution, as well as the factors that influence it or not, can help the masters in the selection of activities more in keeping with the real possibilities of their students, respecting their cognitive processes.

In this same line of diagnostic work, we have the case studies, (26% of the researchers found), that promote an analysis from a smaller number of participants with concentration in a certain age group. Among them, we highlight the research of Saravali and Guimarães (2010).

It is interesting to note the small number of interventional designs, especially those aimed at assisting / problematizing the evolution of the notions found. In the works found in this line (SARAVALI, 2005; ARAÚJO, 2007; GUIMARÃES, 2012; ALMEIDA; SARAVALI, 2015; GUIMARÃES, 2017), we observed that is possible to promote the construction of knowledge through the organization of pedagogical interventions directed to the processes of equilibration and to promote an advance in the construction of different notions. The realization of more investigations with this character seems

to us an important necessity of the area of Education.

With regard to the methodological aspects of these studies, we emphasize that the most used instrument, in an absolute majority, is the clinical interview, also called semi-structured interview, which can be motivated (SILVA, 2009; ROCHA, 2009; ALMEIDA, 2015) or not (GRANJA, 2012) by presenting figures/photos based on the Piagetian clinical-critical method (PIAGET, 1967; PIAGET, 1979). From this perspective, the researchers seek to approach the interpretations of the participants through an interview specially developed for the evaluation of spontaneous beliefs, interesting in the eyes of the Piagetian researcher.

The clinical interview is followed by the presentation and analysis of (RAVAGNANI, 2006) or without support material (SOARES, 2012); realization and interpretation of drafts (SARAVALI, 2005; GARCIA; SARAVALI, 2014); and presentation and interpretation of movies (MONTEIRO, 2013). With this type of instrumentation, researchers avoid the direct approach on more complex subjects, especially with smaller subjects.

Delval (2007) explains that the social knowledge has different approaches, or themes, as denominated by us. Each theme explores specific social aspects, which are complex.

> The different fields of the representation of the social world have different characteristics and unequal degrees of difficulty. In some cases, it is simply a matter of understanding simple regulations about certain social uses. In others, it is necessary to understand simple systems, many of which can be understood in a concrete way. This happens, for example, with many strands of the idea of country. On the other hand, there are cases in which it is a question of understanding a very broad system which, in turn, has subsystems that interact with it, as is the case with the economic organization or the political organization of society, which is very complex to understand, and their understanding seems to require formal-type instruments. (DELVAL, 2007, p. 59).

In relation to the subjects researched in the Brazilian investigations, we have a predominance of the works directed to the construction of the economic thought. Among them, we highlight: the notion of profit (Pires and Assis, 2005; Costa, 2009); the notion of social mobility (PIECZARKA, 2009; ARAÚJO; GOMES, 2010); and the consumption (ROCHA; BARRETO; SILVA; CORIA, 2012). This theme was present in 30% of the production analyzed.

After this, we have 20% of the studies turned on teachers in schools (GUIMARÃES; SARAVALI, 2010), to situations of learning and not learning (SARAVALI; GUIMARÃES; GUIMARÃES; MELCHIORI, 2013; GARCIA; SARAVALI, 2014), and to the notion of school (SARAVALI; GUIMARÃES, 2010; COSTA, 2012).

We found four works (11%) focused on environmental issues (FERREIRA, 2008; MELLO, 2008; GUIMARÃES, 2012; GUIMARÃES, 2017), and 2,6% concerning to the violence issues (MONTEIRO; SARAVALI, 2011; MONTEIRO, 2013). Other themes appear isolated: work (SILVA, 2009), school's parties (OLIVEIRA, 2010), ethnicity (ALMEIDA, 2015), origin of Earth and life (MANO; SARAVALI, 2012), and children's rights (SILVA, 2017).

A more careful review of the state of knowledge, prior to the initiation of an investigation, may help the researcher to opt for topics that have not yet been explored in Brazil. There is the possibility of investigating original themes through the creation of new methodological tools, without supporting in international studies. Finally, we observed that the repetition of some themes in different studies does not always bring us unpublished or unknown data.

5 CONCLUSIONS

Our article aims to offer those who wants to study and/or research about social knowledge, from a Piagetian perspective, a detailed overview of what was investigated in Brazil between the years 2005 to 2017. We also intend to offer to the reader an analysis and a systematization of these studies, in order to facilitate access to the productions and their contents to assist the researcher in a further analysis of aspects of publication vehicle, most productive authors, most quoted authors, research origin institutions, age group of the participants, methodological delineations used, and the topics addressed.

After this extensive analysis, we highlight some aspects:

1) The researchers do not quote a lot Brazilian studies when they are outside their own research group. This fact favors the use of international sources, to the detriment of national sources, which allows the performance of similar research, not innovative.

2) There are research groups in Brazil that should be considered as references for the development of new studies.
3) For Education, the intervention, very scarce in studies, can be interesting to researches, scholars, and teachers, with real possibilities of contributing to the improvement of basic education.
4) There is need to increase the age range of the studies conducted with our participants, to verify the construction and evolution of social notions in our context.
5) There are most explored themes and others still unpublished to be researched in Brazil.

We believe that the data presented point to the actuality of the studies on the subject. In this way, it is important to emphasize that our survey occurred until August 2017. Given the current situation, we understand that new research may have been carried out after this period or aggregated in the databases researched.

Therefore, we suggest that the researcher interested in this rigorous update of this study proceed with a new survey of the year of 2017. It should be noted that, at the time of finalizations of this article, we were aware of three new productions: Peralta; Oliveira (2017); Freire (2017); Peralta (2017).

Far from exhausting the subject, the sequence of these works and the deepening of studies in the area will contribute to the understanding regarding the construction of social knowledge in the pedagogical, psychological, and epistemological areas. We stand out the relevance of the Piagetian work, which offers the theoretical support for the specific interpretations about the appropriation of the social world, which are evidenced in the studies presented here.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, E. A. F. **Intervenção pedagógica e construção de noções étnicas por meio da pesquisa escolar**: um estudo piagetiano. 2015. 280f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual Paulista, Marília, 2015.

ALMEIDA, E. A. F.; SARAVALI, E. G. Construção de concepções étnicos-raciais africanas em sala de aula. In: REUNIÃO NACIONAL DA ANPED, 37., 2015, Florianópolis. **Anais**… Florianópolis: ANPED, 2015.

ALVARADO, R. U. Elitismo na literatura sobre a produtividade dos autores. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 38, n. 2, p. 69-79, maio/ago. 2009. Disponível em: http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/1246/1424. Acesso em: 14 dez. 2017.

ARAÚJO, R. M. B. **O desenvolvimento do pensamento econômico em crianças**: avaliação e intervenção em classes de 3ª e 4ª série do Ensino Fundamental. 2007. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de Campinas, Campinas, 2007.

ARAÚJO, A. S.; GOMES, L. R. A noção de mobilidade social em adolescentes. **Educar em Revista**, Curitiba, v. 26, n. 38, set./dez. 2010, p. 193-204. Disponível em: http://revistas.ufpr.br/educar/article/view/12360. Acesso em: 10 jul. 2017.

COOPER, I. S. **Cartão de crédito**: salvação ou perdição? Representações de adultos jovens sobre instituições financeiras e utilização de cartão de crédito. 2012. 268f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2011.

COSTA, B. de A. **Com a voz as crianças**: um estudo sobre as representações de escola na educação infantil. 2012. Dissertação (Mestrado em Economia Doméstica) – Faculdade de Economia, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2012.

COSTA, R. R. S. **O mundo econômico em questão**: como crianças e adolescentes escolarizados entendem o lucro? 2009. 303f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2009.

DELVAL, J. Aspectos de la construcción del conocimiento sobre la sociedad. **Educar em revista**, Curitiba, n. 30, p.45-64, 2007.

DELVAL, J. **El aprendizaje y la enseñanza de las ciencias experimentales y sociales**. México: Siglo XXI Editores, 2013a.

DELVAL, J. **Introdução à prática do método clínico**: descobrindo o pensamento das crianças. Tradução Fátima Murad. Porto Alegre: Artmed, 2002.

DELVAL, J. La representacion infantil del mundo social. In: TURIEL, E., ENESCO, I.; LINAZA, J. (comps.). **El mundo social em la mente del nino***.* Madrid: Alianza, 1989.

DELVAL, J.; DEL BARRIO, C. Las ideas de los niños acerca de la guerra y la paz. MARTÍN, F.; BURILLO, F. (coord.). **La guerra**: realidad y alternativas. Madrid: Editorial Complutense, 1992. p.165-175.

DELVAL, J.; VILA, I. **Los niños y Dios**: ideas infantiles sobre la divinidad, los orígenes y la muerte. México: Siglo Venitiuno Editores, 2008.

DELVAL, J. **Descubrir el pensamiento de los niños**. México: Siglo XXI Editores, 2013b.

DENEGRI, M.; DELVAL, J. Concepciones evolutivas acerca de la fabricación del dinero. Los niveles de comprensión. **Investigación en la Escuela**, v. 1, n. 48, p. 39-54. 2002a.

DENEGRI, M.; DELVAL, J. Concepciones evolutivas acerca de la fabricación del dinero. Los tipos de respuestas. **Investigación en la Escuela**, v. 1, n. 48, p. 55-70. 2002b.

ENESCO; I., DELVAL, J.; LINAZA, J. Conocimiento social y no social. In: TURIEL, E., ENESCO, I.; LINAZA, J. **El mundo social em la mente infantil**. Madrid: Alianza Editorial, 1989.

FERREIRA, L. M. **Concepção de crianças de 4 a 6 anos sobre o consumo de água**: uma abordagem baseada no método clínico.2008. 136 f. Dissertação (Magister Scientiae) - Faculdade de Economia, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2008.

FREIRE, J. F. de C. **Direito de expressão, protesto e greve**: noções sociais construídas por alunos de diferentes níveis de escolaridade e os processos de generalização. 124 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2017.

GARCIA, M. A.; SARAVALI, E. G. Aprender e não aprender por quem não aprende: um estudo evolutivo psicogenético*.* **Linha Mestra**, Campinas, n. 24, jan./jul. 2014, p. 1114-1119. Disponível em: https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/115372/ISSN19809026-2014-24-1114-1119.pdf;sequence=1. Acesso em: 09 fev. 2017.

GRANJA, M. C. L. **O mundo econômico da criança**: uma investigação psicológica sobre o dinheiro. 2012. Dissertação (Mestrado em Psicologia Cognitiva) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2012.

GODOY, E. A. de. **A representação étnica por crianças pré-escolares**: um estudo de caso a luz da teoria piagetiana. 1996. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de Campinas, Campinas, 1996.

GUIMARÃES, T. **A sala de aula sob o olhar piagetiano***:* intervenção pedagógica e construção do conhecimento social. 2017. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2017.

GUIMARÃES, T. **Intervenção pedagógica e noções sobre o meio ambiente**: a construção do conhecimento social à luz da epistemologia genética. 2012. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2012.

GUIMARAES, T.; SARAVALI, E. G. O papel da escola e do professor numa situação de não aprendizagem: o que dizem as crianças. **Educar em Revista** (Impresso), p. 141-158, 2011.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MANO, A. M.; GUIMARÃES, T.; SARAVALI, E. G. Estado da arte (2009-2013) de teses e dissertações sobre o conhecimento social no âmbito brasileiro. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL DE EPISTEMOLOGIA E PSICOLOGIA GENÉTICAS, 3., 2013, João Pessoa. **Anais**...João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, 2013.

MANO, A. M. P.; SARAVALI, E. G. A construção da noção de origem da vida na terra sob o enfoque psicogenético. In: ENCONTRO NACIONAL DE DIDÁTICA E PRÁTICAS DE ENSINO, 16., 2012, Campinas. **Anais**... Campinas: Junqueira & Marin Editores, 2012.

MANO, A. M.; SARAVALI, E. G. As relações entre a construção da abstração reflexionante e o conhecimento social: um estudo psicogenético. **Revista de Educação Pública**, v. 23, p. 759-779, 2014.

MELLO, J. de A. S. **Conhecendo as idéias das crianças sobre produção e destinação do lixo doméstico e** escolar. 2008. 126f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Centro Universitário Moura Lacerda, Ribeirão Preto, 2008. Disponível em: http://mestrado.mouralacerda.edu.br/arquivos/dissertacoes/dissertacao_51.pdf. Acesso em 7 maio 2013.

MONTEIRO, T. A. **A construção da noção de violência em crianças e adolescentes inseridos em diferentes contextos**. 2013. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo. 2013.

MONTEIRO, T. A.; SARAVALI, E. G. Psicogênese da noção de violência: um estudo evolutivo a partir da perspectiva piagetiana. *Educação*: **Revista do Centro de Educação da UFSM**, v. 36, n. 12, maio/ago. 2011, p. 279-296. Disponível em: https://periodicos.ufsm.br/reveducacao/article/view/2361. Acesso em: 18 jan. 2018.

OLIVEIRA, R. M. **Sentidos e significações das festas escolares**: implicações para a construção do conhecimento social e da noção de cidadania. 2010. 99 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Centro Universitário Moura Lacerda, Ribeirão Preto, 2010.

OTHMAN, Z. A. **Compreensão da noção de lucro em crianças e adolescentes vendedores e não vendedores de rua de Curitiba**. 2006. 179f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2006.

PERALTA, T. P. **A relação entre escola e trabalho**: noções sociais e processos de generalização na perspectiva de crianças e adolescentes. 98 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2017.

PERALTA, T.; OLIVEIRA, F.N. A relação entre escola e trabalho: a realidade social na perspectiva de crianças. **Educação em Questão**, Natal, v. 55, n. 45, p. 200-226, jul./set. 2017.

PIAGET, J. **Psicologia e pedagogia**. Rio de Janeiro: Forense universitária, 1998.

PIAGET, J. **A representação do mundo na criança**. Rio de Janeiro: Record, 1979.

PIAGET, J. **O raciocínio na criança**. Rio de Janeiro: Record, 1967.

PIECZARKA, T. **Concepções de desigualdade social e mobilidade socioeconômica de adolescentes de escola pública de Curitiba**. 2009. 255f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2009.

PIRES, L.; ASSIS, O. Z. M. As representações das crianças sobre a noção de lucro: a construção do

conhecimento social numa perspectiva construtivista. In: ENCONTRO NACIONAL DE PROFESSORES DO PROEPRE, 22., 2005, Campinas. **Anais**... Campinas: UNICAMP/FE/LPG, 2005. p. 471.

PRICE, J. D. de S. **Litle science, big science**. New York: Columbia University Press, 1963.

RAVAGNANI, M. C. A. N. **Autoridade autoritarismo e autonomia docente**: representações de professores e alunos. 2006. 257f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2009.

ROCHA, M. **Estudo da representação sobre os recursos monetários e a sua relação com o consumo por crianças e adolescentes, em uma perspectiva piagetiana**. 2009. 267f. Dissertação (Mestrado em Economia Doméstica) – Universidade Federal de Viçosa. 2009.

ROCHA, M.; BARRETO, M. de L. M.; SILVA, N. M. da; DENEGRI CORIA, M. Del C. As representações de crianças e adolescentes sobre a inter-relação entre os recursos monetários e o consumo numa perspectiva. **Revista Brasileira de Economia Doméstica**, Viçosa, v.23, n. 2, 2012, p. 142-162. Disponível em: http://www.seer.ufv.br/seer/oikos/index.php/httpwwwseerufvbrseeroikos/article/view/118/129. Acesso em: 10 set. 2017.

SARAVALI, E. G. Trabalhando os direitos das crianças numa sala de educação infantil. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 28., 2005, Caxambú. **Anais**... Caxambú: ANPED, 2005. p.1-25.

SARAVALI, E. G.; GUIMARÃES,T. Ambientes educativos e conhecimento social: um estudo sobre as representações de escola. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v.26, n.1, 2010.

SARAVALI, E. G.; GUIMARÃES, T.; GUIMARÃES, K. P.; MELCHIORI, A. P. Crenças envolvendo o não aprender: um estudo evolutivo sobre a construção do conhecimento social. **Educação em Revista**, v. 29, n.3, p. 143-176, 2013. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/pdf/edur/v29n03/v29n03a07.pdf. Acesso em: 25 jun. 2014.

SARAVALI, E. G.; MANO, A. de M.; GUIMARÃES, T. As relações entre a construção do conhecimento social e lógico-matemático: o que dizem as pesquisas brasileiras. In: ENCONTRO NACIONAL DE DIDÁTICA E PRÁTICA DE ENSINO, 17., 2015, Fortaleza. **Anais**... Fortaleza: EdUCE, 2015.

SOARES, O. M. de A. **A representação de crianças e adolescentes sobre a inclusão escolar**. 2012. 171f. Dissertação (Mestrado em Economia Doméstica) – Universidade Federal de Viçosa. 2012.

SOUZA, E.; SARAVALI, E. G. As relações entre o raciocínio lógico-matemático e a construção do conhecimento social: um estudo evolutivo. **Cadernos de Educação**, Pelotas, n. 53, p. 101-122, 2016.

SILVA, M. O. da. **Representações de crianças e adolescentes sobre trabalho numa perspectiva piagetiana**. 2009. 283f. Dissertação (Mestrado em Economia Doméstica) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2009.

SILVA, C. F. da. **A construção da noção de direito em alunos do 3º ano do Ensino Fundamental**: uma pesquisa-ação na perspectiva piagetiana. 2017. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2017.

TORTELLA, J. C. B. **Amizade no contexto escolar**. 1996. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de Campinas, Campinas, 1996.

CONTEXTO DE PRODUÇÃO DOCUMENTAL EM MICROEMPRESAS: ESPECIFICIDADES NA IDENTIFICAÇÃO DE FUNÇÕES E ATIVIDADES

CONTEXT OF DOCUMENTARY PRODUCTION IN MICRO ENTERPRISES: SPECIFICITIES IN THE IDENTIFICATION OF FUNCTIONS AND ACTIVITIES

Área temática: Desenvolvimento e Integração Regional - Gestão Organizacional e Empreendedorismo

GENERICH, Thays Gabriely Tokumoto
Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" – UNESP
Graduanda em Arquivologia da Faculdade de Filosofia e Ciências (FFC)
Graduanda em Arquivologia
thays.tokumotogenerich@gmail.com

PAZIN-VITORIANO, Marcia Cristina de Carvalho
Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" – UNESP
Doutora em História Social
marcia.pazin@unesp.br

Resumo

Este trabalho tem por tema a organização de arquivos em microempresas. O foco da pesquisa encontra-se nos procedimentos necessários para realização da identificação das estruturas organizacionais, funções e atividades de empresas da área industrial e comercial. Como objetivo geral realizou-se um estudo sobre o contexto de produção documental de microempresas, considerando as atribuições, funções e atividades desempenhadas por este tipo de organização. Como objetivos específicos foram realizados: a) identificação das estruturas, funções e atividades desempenhadas; b) Descrever e comparar: estruturas, funções e atividades desempenhadas pelas microempresas com o que se encontra na teoria. Esta é uma pesquisa de abordagem qualitativa, de natureza exploratória e descritiva, que usa como método de pesquisa o estudo de caso. Como procedimentos de coleta de dados foram utilizados: a pesquisa bibliográfica, a pesquisa documental, observação direta e entrevistas com gestores das empresas selecionadas. Como resultado obteve-se o levantamento das estruturas, funções e atividades de cada empresa, o que possibilitou a comparação do referencial teórico com a composição de cada microempresa identificando a estrutura organizacional, as principais funções e atividades desempenhadas nos dois ramos de atuação, comercial e industrial.

Palavras-chave: Estrutura organizacional, Contexto de produção, Microempresa.

Abstract

This work as its theme the organization of files in micro enterprise. The focus of the research is on the necessary procedures to carry out the identification of the organizational structures, functions and activities of companies in the industrial and commercial area. As a general objective, a study was carried out on the document production context of micro enterprise, considering the attributions, functions and activities performed by this type of organization. The specific objectives were: a) identification of the structures, functions and activities; b) Describe and compare: structures, functions and activities performed by micro enterprise and what is found in theory. This is qualitative research, exploratory and descriptive in nature, using the case study as a research method. As data collection procedures were used: bibliographic research, documentary research, direct observation and interviews with managers of the selected companies. As a result, a survey of the structures, functions and activities of each company was obtained, which is possible to compare the theoretical framework with the composition of each micro enterprise, identifying the organizational structure, the main functions and activities performed in each branch of activity, commercial and industrial.

Keywords: Organizational structure, Production context, Micro enterprise.

1 INTRODUÇÃO

Na ausência da organização de arquivos em pequenas e microempresas perde-se a possibilidade do melhor aproveitamento da informação para inúmeras áreas da empresa, visto que os documentos organizados oferecem agilidade e eficiência para recuperá-la.

Na área da Arquivologia há um grande déficit de referencial teórico, no que se refere às microempresas. Privilegiam-se análises de empresas públicas e privadas de grande porte, dificultando o desenvolvimento de um referencial teórico específico sobre o tema.

Em geral os planos de gestão de documentos são voltados para médias e grandes empresas e não podem ser utilizados pelas microempresas, porque estas possuem características de gestão e necessidades diferentes, distintas formas de análise, o que implica em produção documental específica.

Toda e qualquer empresa existente possui demandas de recursos para que possa se desenvolver no mercado em que se encontra, não sendo fator de importância sua dimensão, missão ou esfera de atividade para isso.As questões que impulsionaram esta pesquisa são: quais as características da produção documental de micro e pequenas empresas? Quais as funções e atividades desempenhadas por essas empresas e em que são diferentes de grandes empresas?

Para responder a essa questão foi definido como objetivo geral realizar um estudo sobre o contexto de produção documental de micro e pequenas empresas, considerando as atribuições, funções e atividades desempenhadas por esse tipo de organização.

Para cumprir este objetivo geral, temos os seguintes objetivos específicos:

a. identificar as estruturas, funções e atividades desempenhadas por microempresas dos ramos industrial e comercial; e
b. descrever e comparar: estruturas, funções e atividades desempenhadas pelas microempresas do ramo industrial e comercial com o que se encontra na literatura especializada.

Justifica-se a pesquisa porque a mortalidade das microempresas e até mesmo processos judiciais que enfrentam, os quais, em sua maioria vêm a perder por falta de documentação, são situações que poderiam ser evitadas com a implantação da gestão de documentos.

Esta pesquisa tem potencial para se configurar como importante colaboração à gestão administrativa e para o campo da arquivologia, pois com ela será possível avistar a realidade de muitas empresas (microempresas) que não recebem a atenção adequada dos gestores. Afinal, em boa parte das vezes, visa-se a gestão de documentos em grandes empresas por conta do retorno que elas possibilitam.

Justifica-se também este estudo como referência para futuras pesquisas no campo da Arquivologia sobre temáticas relacionadas a microempresas, podendo auxiliar desde o âmbito das pesquisas acadêmicas até ao profissional inserido no mercado de trabalho, principalmente aos que focam assessoria e consultoria.

Destacam-se como principais resultados que a divergência entre as empresas são suas finalidades, as atividades-fim. Afinal, como pode ser observado, as atividades-meio desempenham as mesmas funções. Diferenciando-se do quadro anterior pelas definições de sua atividade-fim, o quadro apresenta definições consistentes entre a definição da empresa e o que se é encontrado na teoria, sendo enquadrada satisfatoriamente dentre o que vem sendo empregado dentro da organização e o que se encontra no referencial.

2 GESTÃO DE DOCUMENTOS

Ao longo das últimas décadas percebe-se que a informação é um recurso muito importante para as organizações.

De acordo com Rousseau e Couture (1998, p. 63), “qualquer organização, independentemente da sua dimensão, missão ou esfera de actividade, tem necessidade de recursos para existir, funcionar adequadamente e se desenvolver.”

Como citado anteriormente, todas possuem fatores indispensáveis para que se consiga seu espaço, para que sobreviva no meio empresarial.

Sendo assim, Rousseau e Couture (1998, p.65) afirmam que:

> A produção de informações orgânicas registradas dá origem aos arquivos do organismo. Sob esta designação são agrupados todos os documentos, seja qual for o seu suporte e idade, produzidos e recebidos pelo organismo no exercício das suas funções.

A informação é a essência de um organismo, ela é a base de toda a estrutura de uma empresa. Para a gestão organizacional é, porém, a informação registrada, na forma de documentos de arquivo, o elemento essencial de prova de memória das ações administrativas. É necessário, portanto, que este documento receba tratamento adequado de gestão. E, por isso, a gestão de documentos influencia e interfere diretamente na eficiência e na eficácia empresarial.

De acordo com o artigo 3º da Lei nº 8.159 (BRASIL, 1991), gestão de documentos "é o conjunto de procedimentos e operações técnicas referentes à sua produção, tramitação, uso, avaliação e arquivamento em fase corrente e intermediária, visando a sua eliminação ou recolhimento para a guarda permanente".

Segundo a literatura especializada, os objetivos e atividades da gestão de documentos são assegurar o direito à cidadania; agilizar o acesso dos arquivos; promover transparência; garantir economia, eficiência e eficácia; agilizar o processo decisório, incentivar o trabalho multidisciplinar e em equipe; controlar o fluxo documental e a organização de arquivos; racionalizar a Produção Documental, normalizar os procedimentos para avaliação, transferência – corrente para o intermediário -, recolhimento – intermediário para o permanente -, guarda e eliminação de documentos, preservar o patrimônio documental considerado de guarda permanente. (MASTROPIERRO; CASANOVA, 2011; GONZÁLEZ PEDRAZA, 2009; SHELLENBERG, 2006).

A gestão de documentos é amparada por um conjunto de princípios arquivísticos, sendo o princípio da proveniência e a teoria do ciclo vital dos documentos a base primária.

O princípio da proveniência é o princípio básico da teoria arquivística. Ele determina que "o arquivo produzido por uma entidade coletiva, pessoa ou família, não deve ser misturado ao de outras entidades produtoras" (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p.136).

Deve, portanto, manter sua individualidade, enquanto conjunto documental de uma mesma origem (CAMARGO; BELLOTTO, 2010). Para que isto ocorra da maneira mais adequada, é necessário que o arquivista realize uma série de etapas de pesquisa e levantamento de dados, sendo a identificação do contexto da produção documental, a primeira delas.

2.1 Contexto de produção documental: competências, funções e atividades

A produção documental é a primeira etapa que constitui a gestão de documentos, que garante às organizações o controle efetivo das informações produzidas/recebidas em cumprimento a sua função. Seu estudo é essencial para todos as etapas seguintes.

Segundo PAZIN- VITORIANO (2012, p. 13), "é importante destacar que para compreender a função dos documentos no momento de sua gênese, há que se compreender o contexto de produção documental, isto é, as funções exercidas pela entidade produtora".

Evidencia-se, assim, o importante papel da realização do estudo da gênese e do trâmite documental de uma organização, algo fundamental para que se possa dar seguimento à análise das suas funções e atividades.

De acordo com Vieira e Neves (2008), competências organizacionais estão relacionadas às funções que a empresa possui, não dependendo somente das pessoas, mas da gestão que utiliza e tecnologia que a suporta. Sendo assim, as competências distintivas deliberam o que a empresa é capaz de realizar com superioridade a seus concorrentes. As atribuições de uma organização colaboram para seu bom funcionamento, de acordo com a atividade-fim desempenhadas por cada empresa. Logo, elas favorecem a consolidação das funções necessárias para cada empresa e a harmonia entre elas.

Toda organização deve realizar funções objetivando cumprir sua atividade-fim. Na organização administrativa, cada função pode dar origem a um departamento, divisão ou seção.

Na visão de Cury (2000) a função corresponde a uma agregação de atividades analógicas interdependentes, que se encadeiam em um único campo especializado de trabalho, devendo, consequentemente, para maior eficácia, ter o desenvolvimento alocado em uma unidade organizacional específica.

O termo "função" também é usado com referência a todas as responsabilidades atribuídas a um órgão a fim de atingir os amplos objetivos para os quais foi criado (SHELLENBERG, 2002, p. 84). As funções correspondem às ações necessárias para o cumprimento das atividades e envolvem a organização, a guarda e uso dos documentos para sua consecução, tendo o princípio da proveniência como base.

A atividade abrange um conjunto de tarefas e ações que se caracteriza pelo consumo de recursos orientado para um objetivo definido, de caráter global. Resumindo, é o conjunto de procedimentos necessários para a execução de uma função. E cada atividade abrange tarefas e

operações para que possa ser concretizada.

Para realizar suas funções básicas, toda organização realiza dois tipos de atividades: atividades-fim (substantivas) e atividades-meio (facilitadoras ou auxiliares).

> As atividades-fim são as que se referem ao trabalho técnico e profissional do órgão, trabalho que o distingue dos demais.
> Chamam-se atividades-meio aquelas que se relacionam com a administração interna da organização, ou seja, atividades auxiliares, comuns a todos os órgãos. São meramente incidentais para a execução das funções básicas. (SHELLENBERG, 2006 p. 85)

Segundo Ohira (2007, p. 10), se conhecermos todas as operações realizadas em uma atividade, temos condições de conhecer a dinâmica da unidade organizacional responsável pelo desenvolvimento dessa atividade. E conhecendo a dinâmica das unidades organizacionais de uma empresa, temos condições de conhecer a própria empresa.

Para realizar esta análise, é necessário estabelecer um conhecimento prévio do organograma da instituição, para que se consiga aplicar adequadamente este princípio; o conhecimento de como se dá a movimentação de um determinado documento dentro da empresa segue a estrutura da instituição. A elaboração do organograma de uma empresa é essencial para que se possa conhecer a estrutura administrativa e, consequentemente, a tramitação documental.

Segundo Mastropierro e Casanovas (2011), os organogramas, ou estruturas organizacionais, representam graficamente a organização e geralmente são acompanhados pelas missões e funções de cada posição; mas como uma organização é um sistema aberto com múltiplas interações com seu contexto, ela pode ser assumida em constante mudança, portanto, o gráfico fica desatualizado rapidamente.

É através da elaboração de um organograma que se identificam os setores que dão base a empresa, subsetores e afins, o que pode contribuir para a identificação as funções desempenhadas. Esse instrumento proporciona uma visão mais ampla da empresa para que se possa estabelecer uma organização que melhor atenda às necessidades, e que se adeque ao organismo.

3 MICROEMPRESAS

Considerando o universo das microempresas, a gestão de documentos torna- se mais importante, devido à ausência de procedimentos específicos para estabelecer uma organização documental mínima.

Em 2006 é instituído o Estatuto Nacional das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (BRASIL, 2006), para regulamentar o disposto na Constituição Brasileira, que prevê o tratamento diferenciado às micro e pequenas empresas. O Estatuto uniformizou o conceito de micro e pequenas empresas ao enquadrá-las com base em sua receita bruta anual.

De acordo com o Art. 3º, I da Lei Complementar Nº 123/2006:

- A *microempresa*
  será a sociedade empresária, a sociedade simples, a empresa individual de responsabilidade limitada e o empresário, devidamente registrados nos órgãos competentes, que aufira em cada ano calendário, a receita bruta igual ou inferior a R$ 360.000,00.
- Com a Lei Geral também se criou o *microempreendedor individual,*
  que é pessoa que trabalha por conta própria e se legaliza como pequeno empresário optante pelo Simples Nacional, com receita bruta anual de até R$ 81.000,00. O microempreendedor pode possuir um único empregado e não pode ser sócio ou titular de outra empresa.

No Brasil é garantido por Lei, consta na Constituição Federal (BRASIL, 1988, art. 170), que qualquer um com espírito empreendedor pode ter o seu próprio negócio, pois “é assegurado a todos o livre exercício de qualquer atividade econômica, independentemente da autorização de órgãos públicos, salvo nos casos previstos em lei.”. A composição empresarial brasileira é majoritariamente composta por micro e pequenas empresas, o que movimenta fortemente a economia nacional.

Os dados disponibilizados pelos SEBRAE (2017): “No Brasil existem 6,4 milhões de estabelecimentos. Desse total, 99% são micro e pequenas empresas (MPE). As MPEs respondem por 52% dos empregos com carteira assinada no setor privado (16,1 milhões).”

De acordo com Panorama dos Pequenos Negócios de 2017 (SEBRAE, 2017) sobre a participação das pequenas e microempresas na economia no Estado de São Paulo, os pequenos negócios tomam conta de 98% das empresas, 49% dos empregos, 37% da folha de salários e 27%

do PIB. A taxa de sobrevivência é de 76,3%, logo, uma em cada cinco empresas registradas no CNPJ, antes mesmo de completar dois anos no mercado, acabam fechando.

Segundo Chaves Junior (2000), no caso da sociedade brasileira, o baixo nível de formação educacional e a pouca ou nenhuma experiência administrativa de micro e pequenos empresários, são causas de elevada taxa de mortalidade das micro e pequenas empresas nos primeiros anos de vida.

Como apresentado anteriormente, a grande porcentagem de empresas no Brasil constituída de micro e pequenas Empresas possui um pequeno conhecimento sobre a função de um arquivista e sobre a prática da gestão de documentos, que ocorre de maneira muito limitada.

Isto causa muitas vezes o acúmulo de massa documental, situação da qual o gestor só se dá conta quando necessita recuperar uma informação e se depara com o problema da localização do documento, ou até mesmo da perda por conta de eliminação indevida, o que poderia ser evitado caso houvesse a aplicação de uma gestão de documentos desde seu início.

3.1 Estruturas organizacionais

Segundo Oliveira (2004, p. 82), “a estrutura organizacional é um instrumento essencial para o desenvolvimento e para a implementação do plano organizacional nas empresas, ela está delineada de acordo com os objetivos e estratégias estabelecidas, ou seja, a estrutura é uma ferramenta básica para alcançar as situações almejadas”.

As estruturas tradicionais, de acordo com Costa, Souza e Fell (2012), são divididas em quatro subcategorias:

- Estrutura linear ou militar
    - A estrutura ressalta a questão da autoridade e liderança como acontece no ambiente militar, com um controle inflexível e totalmente limitado pela autoridade. Sendo rotineiro e previamente estabelecido pela cúpula gerencial.
- Estrutura funcional
    - Separação dos departamentos por funções, com ênfase à especialização. Geralmente aplicado em empresas de pequeno e médio porte por suas definições de tarefas simples nas quais a hierarquia é bem centralizada visando o autocontrole, ou seja, cada departamento, pela natureza de suas funções, deve resolver os seus problemas específicos e gerenciar as atividades diárias.
- Estrutura Staff-and-line
    - Linear, simples e de alta gerência forte e decisória, mas com um órgão diferente que serve de assessoria para facilitar os desfechos das decisões e ajudar a concluir os trabalhos com qualidade e eficiência. Assim, há um novo escalão de autoridade que serve para aconselhar com sugestões, geralmente, de especialistas que são ótimos auxiliares na resolução de problemas.
- Estrutura colegiada tipo comissão
    - Objetiva um bom funcionamento, a direção da estrutura colegiada é plural, isto é, possui vários diretores que têm a mesma autoridade e que por suas decisões serem compartilhadas tudo é tratado com impessoalidade. Neste modelo, pode não haver unanimidade, causando conflito em algumas decisões.

Para desenvolvimento desta pesquisa, a estrutura utilizada como base foi a estrutura organizacional linear, pois as microempresas deste estudo de caso se baseiam nela, principalmente pelo fato de que não demandam de algo extremamente elaborado para se iniciar e manter-se em funcionamento.

3.2 A Estrutura Organizacional Linear

De acordo com Chiavenato (2003), a organização do tipo linear é a forma estrutural mais simples e antiga, pois tem sua origem na organização dos antigos exércitos e na organização eclesiástica dos tempos medievais. As formas mais antigas de organização têm em comum o princípio da autoridade linear, também chamado princípio escalar, que estabelece a hierarquia da autoridade. (CHIAVENATO, 2014, p. 194).

A estrutura organizacional linear é caracterizada através de alguns parâmetros pré-estabelecido, sendo estes:

Quadro 01 - Principais Características – Estrutura Linear

Autoridade linear ou única	Autoridade absoluta do superior sobre seus subordinados, decorrente do princípio da unidade de comando.
Linhas formais de comunicação	Comunicações entre os órgãos ou cargos na organização são feitas unicamente por meio das linhas existentes no organograma.
Centralização das decisões	Desloca e converge toda a autoridade para a cúpula da organização: existe uma autoridade máxima que centraliza todas as decisões e controle da organização.
Aspecto piramidal	Autoridade no topo da organização e da autoridade linear de cada superior em relação aos subordinados, a organização linear apresenta um formato piramidal.

Fonte: Adaptado de Chiavenato, 2014

A estrutura linear possui linhas diretas e únicas de autoridade (direito organizacional de exigência do cumprimento de ordens e execução de tarefas) e responsabilidade (dever de seguir ordens e executar tarefas) entre superior e subordinados.

A estruturação é realizada sob uma única linha de subordinação, estabelecendo a centralização das tomadas de decisões. Com linhas formais de comunicação, de fluxo descendente.

É uma estrutura em linha de operações que estabelece a relação comando-subordinação separando as atividades de execução das de decisão, assim, conduz total autoridade do chefe/diretor sobre os demais.

Logo, é comum em empresas pequenas onde não há diversificação do trabalho. Por haver pouca especialização e trabalhos menos complexos. Com todos os órgãos estruturados sob uma única linha de subordinação, com centralização das decisões, geralmente com fluxo descendente.

A estrutura administrativa terá influência sobre muitos aspectos da gestão organizacional, inclusive sobre a formação de seu arquivo.

3.3 Arquivo Empresarial

Ao cumprir suas funções e atividades, todas as organizações produzem arquivos. Mastropierro e Casanovas (2011) definem arquivo de empresa com o arquivo que reúne os fundos documentais produzidos por uma organização mercantil ou industrial, de caráter público, misto ou privado.

Para González Pedraza (2009 p. 17), o arquivo da empresa é o conjunto de documentos recebidos e gerados no desenvolvimento de suas funções pelas empresas mercantis, necessários para o cumprimento de seus objetivos de produzir, transformar e comercializar materiais, bens e serviços, para a defesa de seus interesses e a configuração de uma imagem de marca corporativa.

De acordo com o autor, suas funções são a organização, custódia e serviço de documentos como no resto dos arquivos. O princípio básico da organização de seus conjuntos documentais é o respeito pelo princípio da origem (GONZÁLEZ PEDRAZA, 2009).

Medeiros, Silva, Alves (2016, p. 289) ressaltam que “as funções de um arquivo empresarial são servir de apoio nas ações administrativas da empresa; guardar e conservar as informações, facilitando o acesso rápido e eficaz.”, sendo a função basal do arquivo a disponibilização da informação contida no acervo documental específico.

As empresas estabelecem o desenvolvimento de suas atividades de acordo com suas atribuições. Os documentos refletem as atividades, sendo diferentes tipos de documentos produzidos e acumulados por cada organização.

Segundo Mastropierro e Casanovas (2011, p. 71-72), a necessidade de qualidade permite relacionar imediatamente a realidade do arquivo da empresa com seus próprios objetivos na instituição. Busca-se, assim, conseguir um melhor aproveitamento da informação na organização e obter ao máximo toda a utilidade que informação tem a oferecer, sem deixar que ela se perca principalmente no momento de recuperação.

A gestão de documentos proporciona a recuperação de informação rápida, sendo assim, tendo em mãos os devidos documentos e sabendo a função de cada um, o empresário possui uma maneira de recorrer às situações as que pode vir a enfrentar, principalmente referente às questões judiciais que possuem prazos para a apresentação de documentos.

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta pesquisa possui abordagem qualitativa e se configura como de natureza exploratória e descritiva. Como procedimento metodológico foi utilizado o Estudo de Caso.

> O estudo de caso é uma modalidade de pesquisa amplamente utilizada nas ciências biomédicas e sociais. Consiste no estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos, de maneira que permita seu amplo e detalhado conhecimento [...] (GIL; 2006. p. 54).

A pesquisa foi realizada por meio dos seguintes procedimentos de coleta dados:

a. Pesquisa bibliográfica sobre arquivos e documentos empresariais dos ramos industrial e comercial;
b. Pesquisa documental, utilizando os documentos levantados nas empresas estudadas;
c. Entrevistas com os gestores das empresas, para coleta de dados complementares; e
d. Observação direta no ambiente da empresa, para coleta de dados.

Segundo Gil (2006), a observação direta é um procedimento para coletar dados, documentar e entender, por meio da observação, pessoas, objetos físicos, eventos, processos, comportamentos, ações e/ou interações que efetivamente ocorrem.

À priori foi desenvolvida a pesquisa e o levantamento bibliográfico, para que fosse possível adquirir informações e noções amplas acerca da temática da pesquisa.

Posteriormente foi realizado o levantamento das funções e atividades desempenhadas e o diagnóstico de produção documental. Todas estas ações caminharam em conjunto com a observação direta no ambiente da empresa, para que assim seja realizada a coleta de dados para o diagnóstico da produção documental.

Para análise dos dados foi realizada a triangulação das fontes de pesquisa, com a análise dos dados coletados, de acordo com a sistematização das etapas.

Como resultados, foram elaboradas a relação das funções e atividades desempenhadas por microempresas dos ramos comercial e industrial e um relatório diagnóstico da produção documental das duas empresas.

4.1 Universo de pesquisa

O universo de pesquisa é composto por duas microempresas (ME's): a primeira, do ramo comercial, denominada Designer e a segunda, do ramo de produção industrial, denominada Lorrame.

A empresa Designer, pertence ao comércio varejista, sendo também prestadora de serviços metalúrgicos. Está localizada no município de Ibirarema/SP e, teve o início de suas atividades em 14 de setembro de 2004.

A empresa Lorrame pertence ao pequeno percentual das microempresas do ramo de produção industrial, sendo especificamente uma indústria metalúrgica, localizada no município de Ourinhos/SP. Surgiu em 17 de janeiro de 2000 e se enquadra no ramo da produção industrial e se enquadra como microempresa (ME).

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Com base nas observações realizadas durante a coleta de informações, pode- se elaborar o relato das atividades realizadas nas empresas de acordo com a sequência em que ocorrem.

1. **Lorrame – empresa de produção**

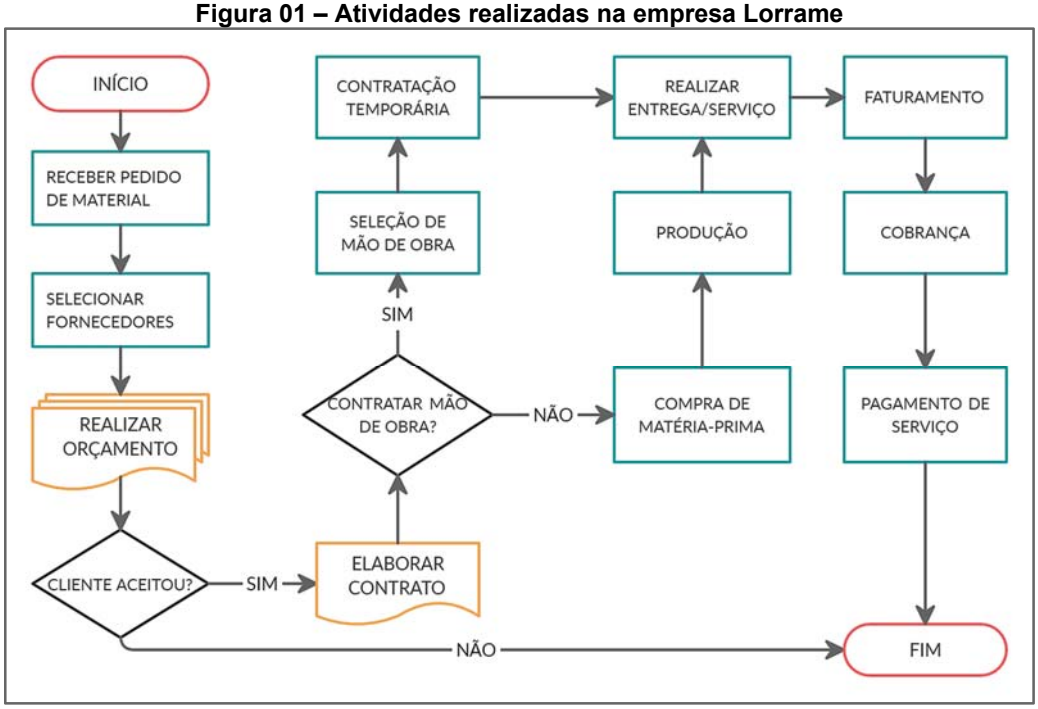
A empresa Lorrame apresentou as seguintes atividades:

1. Receber o pedido;
2. Realizar seleção de fornecedores;
3. Realizar o orçamento;
4. Elaborar contrato;
5. Realizar contratação de mão-de-obra auxiliar (quando necessário, é realizado uma seleção prévia para realizar a contratação temporária);
6. Comprar matéria prima;
7. Realizar a produção;
8. Programar/Proceder a entrega/serviço;
9. Realizar cobrança;

10. Faturamento; e
11. Pagamento de serviços.

Com base nas atividades apresentadas pela empresa Lorrame foi possível a elaboração de um fluxograma para melhor compreensão de como e quando ocorre a ordem das atividades.

Figura 01 – Atividades realizadas na empresa Lorrame



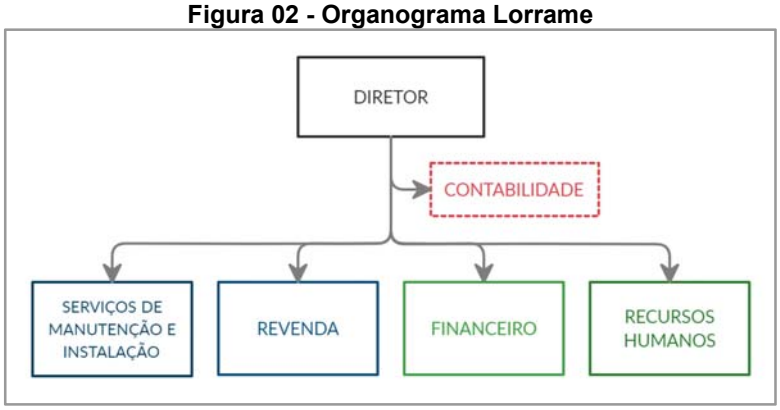
Fonte: Elaborado pela autora, 2020

Cada etapa é essencial para que se obtenha compreensão, controle e clareza referente aos processos necessários desde o início até a conclusão do serviço.

O processo tem início com o pedido de prestação de serviço/produto, passando para a cotação e elaboração dos orçamentos para que se possa repassar o valor do serviço para o cliente. Caso feche contrato, realiza-se contratação de mão-de-obra auxiliar se necessário, seguindo para a produção, realização da entrega/serviço levando à cobrança, faturamento e pagamento de serviços solicitados.

Com base nessa observação direta foi possível realizar o mapeamento das funções existentes. A Empresa Lorrame apresentou as seguintes funções desempenhadas: diretor, contabilidade (terceirizado), recursos humanos, seção de compras, compra de material, e produção final.

Figura 02 - Organograma Lorrame



Fonte: Elaborado pela autora, 2019

As funções listadas contemplam as seguintes atividades:

- o **diretor** desempenha as atividades correspondentes a parte administrativa e desenvolvimento técnico das produções (orçamentos, desenhos técnicos);
- a **contabilidade** é uma função terceirizada, responsável pelo recolhimento dos impostos e declarações contábeis;
- o **recursos humanos** é responsável principalmente pela gestão de funcionários, quando a contratação é necessária;
- o **financeiro** se refere a movimentação financeira da empresa;
- a **seção de compra de matéria-prima** se caracteriza pela atividade de compra e gerenciamento de matéria-prima; e
- **produção** com a atividade de concretização do produto final para comercialização.

A empresa Lorrame apresentou as seis funções que abarcam as atividades realizadas na empresa, o que nem sempre é explícito por se tratar de uma microempresa com concentração da tomada de decisão no diretor.

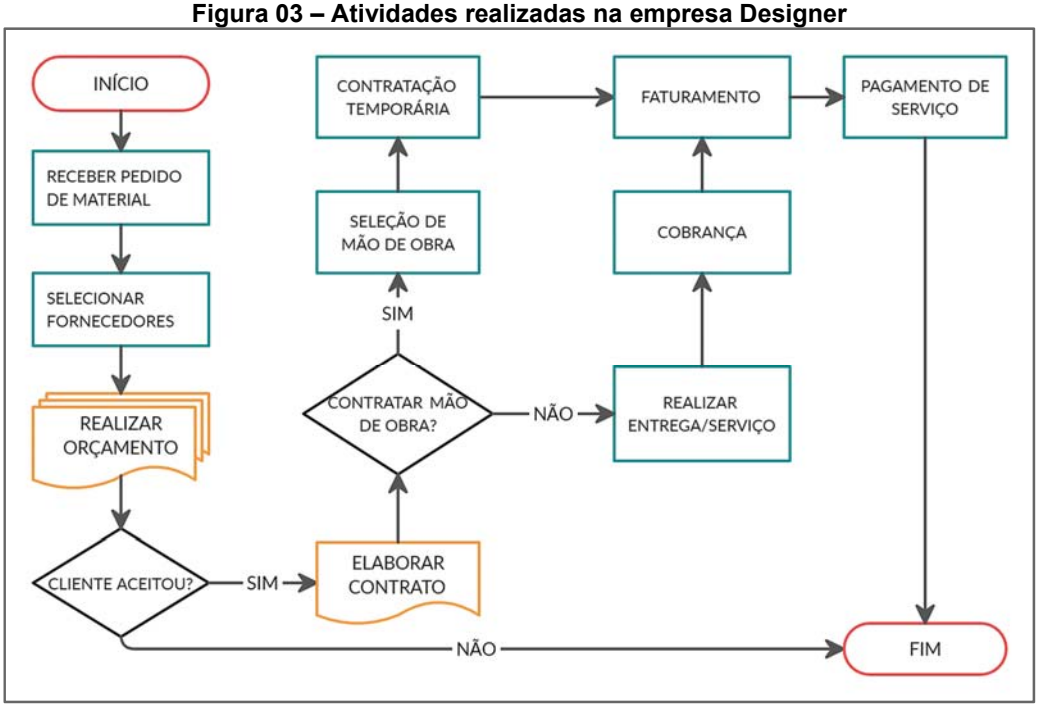
2. Designer – Empresa de prestação de serviços

A empresa Designer apresentou as seguintes atividades:

1. Receber o pedido (serviço/material);
2. Realizar seleção de fornecedores;
3. Realizar o orçamento;
4. Realizar contratação de mão-de-obra auxiliar (quando necessário);
5. Realizar/Proceder entrega/serviço; e
6. Realizar a cobrança
7. Faturamento; e
8. Pagamento de serviços.

Tendo por base as atividades elencadas, obtidas pelo mesmo método de observação direta, foi possível a elaboração do seguinte fluxograma:

Figura 03 – Atividades realizadas na empresa Designer



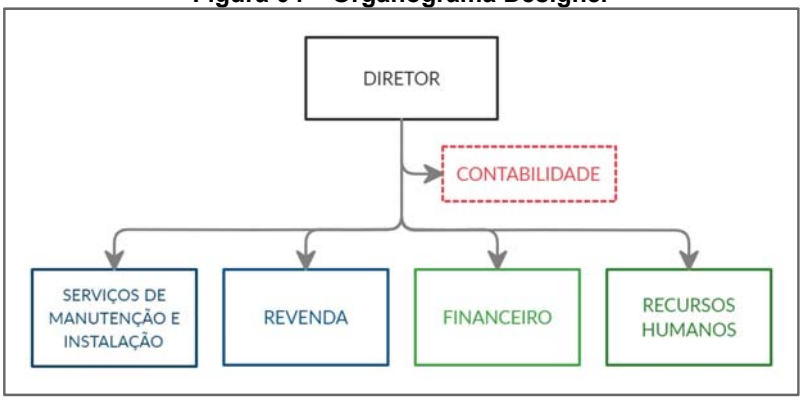
Fonte: elaborado pela autora, 2020.

Como se pode observar, a empresa Designer apresenta campos de atividades semelhantes a Lorrame, de certa forma um pouco mais simplificados.

As atividades que a compõem se iniciam no ato de receber o pedido do serviço/material, levando à seleção de fornecedores para elaboração de orçamentos, pendente da aprovação do cliente para prosseguir para elaboração de contrato, contratação de mão-de-obra, caso haja necessidade, realizar entrega/serviço para enfim cobrar, faturar e pagar serviços requisitados.

A partir do levantamento das atividades, foi possível estabelecer as funções e elaborar o organograma da organização. A empresa Designer apresentou as funções de: diretor, contabilidade (terceirizado), recursos humanos, financeiro, revenda, serviços de manutenção e instalação.

Figura 04 – Organograma Designer



Fonte: Elaborado pela autora – 2019

O desempenho das atividades da empresa Designer ocorre da seguinte maneira, de acordo com cada função:

- o **diretor**, desempenha as atividades correspondentes da parte administrativa;
- a **contabilidade** é uma função terceirizada, responsável pelo recolhimento dos impostos e declarações contábeis;

- o **recursos humanos** é responsável pela gestão de funcionários, quando necessário;
- o **financeiro** se refere a movimentação e gestão dos recursos financeiros da empresa;
- a **revenda** é a comercialização de ferramentas e ferragens por meio de representação (comprar e revender); e
- o **serviço de manutenção e instalação** é a prestação de mão de obra.

A utilização de um funcionograma para cada empresa possibilita estabelecer certas definições. Ferreira (2016) define o funcionograma como um gráfico de organização que tem por objetivo demonstrar detalhadamente as principais atividades desempenhadas em cada órgão do organograma. É como se pudéssemos abrir cada um dos órgãos representados no organograma, visualizando como estão compostos em termos de colaboradores e quais atividades são desenvolvidas em cada um deles.

O funcionograma é um importante instrumento analítico-decisório que engloba organização e racionalização do trabalho, avaliação de desempenho e produtividade assim como o mapeamento de habilidades. Por meio do funcionograma se estabelecem condições para iniciar o processo de análise funcional da empresa, buscando conhecer intimamente a organização, para evidenciar as funções que justificam seus órgãos .

Quadro 02 – Funcionograma Lorrame

Departamentos	**Operações / Funções**	
	Empresa	Referências
Diretor	Responsável por realizar o planejamento estratégico e gestão de tarefas, coordena os demais setores. Tendo poder de tomada de decisão.	[...] é responsabilidade da alta direção definir os rumos e a trajetória institucional da organização. [...]a cumprir as funções necessárias à manutenção de sua existência. (PAZIN, 2012, p. 46)
Contabilidade	Função terceirizada, responsável por realizar o gerenciamento necessário de acordo com a necessidade da organização.	[...] técnica de classificação e registro das transações de uma organização, que possam ser expressas em termos monetários, de acordo com um planejamento definido e sintetizado no plano de contas, especialmente o registro e a análise dos valores pagos, recebidos, devidos e a receber. (LACOMBE, 2009, p. 151 *apud* PAZIN, 2012, p. 74)
Recursos Humanos	Responsável pelo recrutamento de pessoal e gestão de pessoas.	[...] responsável por procurar encontrar, atrair e reter as pessoas que a empresa precisa. A administração de Pessoas abrange desde o recrutamento até a rescisão de contrato, passando pelo treinamento e avaliação de desempenho, dentre outras funções. (TRIGUEIRO; MARQUES, p. 43, 2014)
Financeiro	Administra os recursos da empresa, de acordo com o plano de contas.	[..] proteção e a utilização eficiente dos recursos financeiros da organização, de modo a garantir melhor resultado na aplicação de seus compromissos. Suas atribuições estão divididas entre o planejamento e o controle orçamentário dos recursos disponíveis, além do controle do fluxo de caixa. (PAZIN, 2012, p. 72)

Seção de compra de matéria-prima	Análise de fornecedores, aquisição e armazenamento de matéria-prima.	[...] inicia na aquisição dos insumos e inclui decisões de escolha de fornecedores de forma duradoura, elaboração de contratos de fornecimento, definição de compras centralizadas ou locais e gerar e acompanhar pedidos. (KUIAWINSKI *et al.* 2007, p. 152)
Produção	Administrar o processo de transformação de insumos no produto.	[...] responsável pela transformação dos insumos em produtos finais e suas ações coordenam o uso dos recursos produtivos para atender as demandas de clientes. A produção é considerada a associação de outras duas atividades: operação e manutenção de equipamentos. Durante e após a produção os produtos são inspecionados, para fins de garantia de qualidade, transferindo-os para área de armazenagem. (KUIAWINSKI *et al.* 2007, p. 152)

Fonte: Elaborado pela autora, 2020

Analisando a definição estabelecida na organização e o que se encontra na teoria são semelhantes e condizentes de forma genérica e básica no cumprimento de suas definições. O único departamento que difere é o de contabilidade, afinal a definição pela empresa é estabelecida brevemente por se tratar de uma função terceirizada pela mesma.

Por se tratar de uma microempresa a própria organização demanda que seja algo mais simples, para que se possa realizar todas as funções em conjunto administradas pelo diretor.

Quadro 03 – Funcionograma Designer

Departamentos	**Operações/Funções Operacionais**	
	Empresa	Bibliografia
Diretor	Responsável por realizar o planejamento estratégico e gestão de tarefas, coordena os demais setores. Tendo poder de tomada de decisão.	[...] é responsabilidade da alta direção definir os rumos e a trajetória institucional da organização. [...]a cumprir as funções necessárias à manutenção de sua existência. (PAZIN-VITORIANO, 2012, p. 46)
Contabilidade	Função terceirizada, responsável por realizar o gerenciamento necessário de acordo com a necessidade da organização.	[...] técnica de classificação e registro das transações de uma organização, que possam ser expressas em termos monetários, de acordo com um planejamento definido e sintetizado no plano de contas, especialmente o registro e a análise dos valores pagos, recebidos, devidos e a receber. (LACOMBE, 2009, p. 151 *apud* PAZIN-VITORIANO, 2012, p. 74)
Recursos Humanos	Responsável pelo recrutamento de pessoal e gestão de pessoas.	[...] responsável por procurar encontrar, atrair e reter as pessoas que a empresa precisa. A administração de Pessoas abrange desde o recrutamento até a rescisão de contrato, passando pelo treinamento e avaliação de desempenho, dentre outras funções. (TRIGUEIRO; MARQUES, p. 43, 2014)

Financeiro	Administra os recursos da empresa, de acordo com o plano de contas.	[..] proteção e a utilização eficiente dos recursos financeiros da organização, de modo a garantir melhor resultado na aplicação de seus compromissos. Suas atribuições estão divididas entre o planejamento e o controle orçamentário dos recursos disponíveis, além do controle do fluxo de caixa. (PAZIN-VITORIANO, 2012, p. 72)
Revenda	Aquisição de produtos, tanto o produto final quanto ferramentas e ferragens, para fins de comercialização.	[...] ocorre para atender às previsões de vendas, acontecendo antes que um pedido seja recebido. (BERTAGLIA, 2016, p. 28)
Serviço de manutenção e instalação	Prestação de mão-de-obra para realizar serviço de manutenção e instalação de serralheria e estruturas.	Associado ao movimento de material de um ponto de produção ou armazenagem até o cliente. (BERTAGLIA, 2016, p. 30)

Fonte: Elaborado pela autora – 2020

Diferenciando-se do quadro anterior pelas definições de sua atividade-fim, o quadro apresenta definições consistentes, sendo enquadrada satisfatoriamente dentre o que vem sendo empregado na organização e o que se encontra no referencial teórico, para atividades-fim e atividades-meio.

Pode-se considerar que apesar da formação limitada, o gestor possui conhecimento e compreensão do que cada departamento é destinado.

De acordo com os dados obtidos é possível notar o que diverge entre as empresas são suas finalidades, as atividades-fim. Afinal, como pode ser observado, as atividades-meio correspondem às mesmas funções nas duas empresas as funções operacionais de diretor, contabilidade, recursos humanos e financeiro uma única vez, isolando para análise das funções de seção de compra de matéria-prima, produção, revenda e serviço de manutenção e instalação correspondentes às atividades-fim.

É evidenciado que ambas empresas possuem uma boa noção e entendimento sobre seus departamentos, deixando a desejar apenas na definição de um deles. Por conta de a contabilidade ser uma função terceirizada o gestor não soube apresentá-la detalhadamente, mas ofereceu uma noção básica.

Salienta-se o fato de que ambas empresas se utilizam da estrutura organizacional linear, segundo Chiavenato (2014), o que pode ocasionar a junção de funções em uma única, criando um efeito *bola de neve,* por estar sob a administração de um único indivíduo, que acaba atuando em todos os setores e, por vezes não consegue delimitar e definir o que cada uma necessita e corresponde ou deveria corresponder.

Vê-se que a estrutura organizacional linear pode ser muito bem aproveitada, quando bem aplicada a uma micro ou pequena empresa, por ser simples e de fácil implementar e manter tal modelo. Ao estabelecer a necessidade de cada setor individualmente, sem deixar que tudo vire um único e maçante problema sobre o qual não se tem conhecimento de onde se inicia e onde termina, consiste numa estrutura para uma empresa que demanda algo simplificado, sem que haja grandes problemas de gestão, além de representa as funções desempenhadas de maneira clara e objetivo, algo necessário à gestão de documentos.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa teve como foco estabelecer o contexto de produção documental nas microempresas Designer e Lorrame. Para isso, foi estabelecido o referencial teórico e as funções e atividades desempenhadas por elas, por meio de visita, entrevista e observação direta.

Os objetivos aprofundados são referentes à definição, descrição e análise da estrutura, departamentos, funções desempenhadas, atividades e atribuições dentro das empresas do ramo comercial e industrial.

Foi realizada pesquisa bibliográfica; visita técnica e levantamento de dados, por meio de entrevistas e observação direta; pesquisa documental, separação de fundos e levantamento de funções, atividades e atribuições referentes a cada uma das empresas.

O diagnóstico arquivístico foi a realização de uma criteriosa análise dos aspectos do funcionamento dos arquivos das instituições, que focaliza os arquivos corrente, objetiva identificar erros/lacunas e busca adotar medidas que visem o aumento da eficiência na gestão de arquivos.

Assim, obteve-se a elaboração de quadros dos departamentos para análise da estrutura estabelecida pela empresa em comparação com a teoria encontrada. Percebe-se que atividades-meio coincidiram entre ambas as empresas, diferenciando-se apenas as funções correspondentes às atividades-fim de cada uma, as quais também foram condizentes com a definição teórica.

Com a formulação de fluxogramas para melhor exemplificação das atividades e atribuições referentes a cada uma das empresas, percebeu-se que tanto a do ramo industrial quanto comercial se assemelham principalmente por se tratar de empresas pequenas com estrutura organizacional linear.

Entende-se, portanto, que tendo posse dessas informações, "o arquivista precisa identificar a documentação produzida e os elementos que permitem essa produção, ou seja, elementos de natureza informacionais, documentais e organizacionais." (ALMEIDA; VITORIANO, 2018, p. 75). Pretende-se com a finalização da pesquisa sobre o contexto das funções e atividades das empresas estudadas, que essa seja a próxima etapa a ser realizada, com a realização de um estudo de tipologia documental característica desse tipo de empresa.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. F. I.; VITORIANO, M. C. P. **Diagnóstico de arquivos e mapeamento da informação**: interlocução da gestão documental com a gestão da informação. Em Questão, Porto Alegre, v. 24, n. 3, p. 68-95, set./dez. 2018.

ARQUIVO NACIONAL. **Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

BERTAGLIA, P. R., **Logística e gerenciamento da cadeia de abastecimento.** 3.ed. Rio de Janeiro: Saraiva, 2016.

BRASIL. Constituição (**1988**). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de **1988**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1990.

BRASIL. Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006. Institui o **Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte**; altera dispositivos das Leis nos 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1o de maio de 1943, da Lei no 10.189, de 14 de fevereiro de 2001, da Lei Complementar no 63, de 11 de janeiro de 1990; e revoga as Leis nos 9.317, de 5 de dezembro de 1996, e 9.841, de 5 de outubro de 1999. Diário Oficial da União 31 jan. 2009.

CAMARGO, A. M. A; BELLOTTO, H.L. **Dicionário de terminologia arquivística**. São Paulo: FEUSP/FAPESP, 2010.

CHIAVENATO, I. **Introdução à Teoria Geral da Administração – 9º edição.** Barueri/SP: Editora Manole, 2014.

COSTA, M. C. F. da; SOUZA, B. S. S. de; FELL, A. F. de A., **Um estudo da estrutura organizacional e as mudanças organizacionais: proposta de um novo modelo.** Navus - Revista de Gestão e Tecnologia. Florianópolis, SC, v. 2, n. 1, p. 57 - 74, jan./jun. 2012. Disponível em: <http://navus.sc.senac.br/index.php/navus/article/view/62/40>. Acesso em: 09 jan 2020.

GIL, A.C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4º edição. São Paulo: Atlas, 2006.

GONZÁLEZ PEDRAZA, J. A. **Los archivos de empresas:** qué son y cómo se tratan. Gráficas Ápel. España – Printed in Spain. 2009a

KUIAWINSKI, D. L.; DA LUZ, G. B.; ZONIN, V. J.; SELLITTO, M. A. **Operações de fornecimento, produção e distribuição em uma cadeia de suprimentos do setor agro-alimentar**. ISSN 1808-

7310 Estudos Tecnológicos em Engenharia Vol. 3, n° 3:148-161. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/237487755>. Acesso em: 07 de jan. 2020.

LACOMBE. F. J. M. **Dicionário de negócios.** São Paulo: Saraiva, 2009.

MASTROPIERRO, M. C.; CASANOVAS, I. – **Archivos de empresa**. Buenos Aires: Alfagrama, 2011.

MEDEIROS, P. F.; SILVA, M. A. T.; ALVES, I. N. C. N., **Gestão documental em arquivos empresariais:** análise do centro de documentação da empresa DM têxtil. CONGRESSO NACIONAL DE ARQUIVOLOGIA - CNA, 7., 2016, Fortaleza. Anais eletrônicos... Revista Analisando em Ciência da Informação - RACIn, João Pessoa, v. 4, n. especial, p. 285-304, out. 2016. Disponível em: <http://racin.arquivologiauepb.com.br/edicoes/v4_nesp>. Acesso em: 07 set. 2019.

OHIRA, M. L. B. **Tabela de Temporalidade de Documentos da Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC:** Um sonho realizado. Santa Catarina: Periodicos Udesc. 2007. Disponível em: <http://www.periodicos.udesc.br/index.php/percursos/article/viewFile/1510/1275>. Acesso em: 26 de jan. de 2019.

OLIVEIRA, D. P. R. **Sistemas, organização e métodos:** uma abordagem gerencial. 14. ed. São Paulo: Atlas, 2004. Disponivel em: <https://www.academia.edu/35607785>. Acesso em: 18 dez. 2019.

PAZIN-VITORIANO, M. C. C.. **Obrigação, controle e memória: aspectos legais, técnicos e culturais da produção documental de organizações privadas**. 2012. 355 f. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, 2012.

ROUSSEAU, J.; COUTURE, C. **Os fundamentos da disciplina arquivística**: o lugar da arquivística na gestão da informação. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1998.

TRIGUEIRO, F. M. C; MARQUES, N. De A. **Teorias da Administração I.** 3. ed. rev. ampli. – Florianópolis: Departamento de Ciências da administração / UFSC; Brasília; CAPES: UAB, 2014.

SEBRAE. **Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas** – Site Disponível em: <http://www.sebrae.com.br>. Acesso em: ago. de 2017.

SCHELLENBERG, Theodore Roosevelt. Arquivos modernos: princípios e técnicas. Trad. Nilza Teixeira Soares. 2ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

SHELLENBERG, T.R. Princípios de Classificação. In: **Arquivos Modernos –** Princípios e Técnicas. 6º edição. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

VIEIRA, D. S.; NEVES, M. L. S.; **Mapeamento das competências organizacionais de um hospital universitário e de suas principais unidades**. Brasília/DF, 2008.

CONTOS CHAPEUZINHO VERMELHO E FITA VERDE NO CABELO: análise das obras literárias à luz da psicologia analítica de Carl Gustav Jung

LITTLE RED RIDING HOOD AND FITA VERDE NO CABELO TALES: analysis of literary works in the light of Carl Gustav Jung's analytical psychology

Área temática: Psicologia, Saúde e Desenvolvimento

TOZATI, Camila Aparecida Letro
Universidade de Franca/UNIFRAN
Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito de Franca e graduanda em Psicologia pela Universidade de Franca.
E-mail: camila.tozati@unifran.edu.br

MARCELINO, Daniela
Mestranda em Promoção de Saúde pela Universidade de Franca Bacharel em Fisioterapia pelo Claretiano Centro Universitário de Batatais. Possui título de Especialista em Fisioterapia em Terapia Intensiva Adulto pelo COFFITO/ASSOBRAFIR. Pós-graduada em Terapia Intensiva Adulto; Bases Neuromecânicas e Metodológicas do Ensino; Fisioterapia Pneumológica; Cuidados Paliativos; Fisioterapia Neurológica Adulta e Gestão em Qualidade em Serviços de Saúde e Hospitalar. Possui aprimoramento profissional em Fisioterapia Respiratória e Intensiva no CTI Adulto pela Santa Casa de Franca.
E-mail: danielamarcelino_fisio@hotmail.com

OLIVEIRA, Letícia Natália
Mestranda em Promoção de Saúde pela Universidade de Franca. Bacharel em Psicologia pela Universidade de Franca. Pós-graduada em Educação Especial com Ênfase em Deficiência Intelectual, Física e Psicomotora pela Faculdade de Educação São Luís e MBA Gestão Estratégica de Pessoas pela Universidade Cruzeiro do Sul.
E-mail: oliveiranatalialeticia@gmail.com

GIROLDO, Julio Cesar
Universidade Cidade de São Paulo/UNICID
Graduado em Educação Física Licenciatura - FIRP (Faculdades Integradas de Ribeirão Pires) e Educação Física bacharel - FAETI (Faculdade de Educação e Tecnologia Iracema). Graduando em Fisioterapia pela Universidade Cidade de São Paulo.
E-mail juliogiroldo1@gmail.com

ARAÚJO, Denise Conceição Garcia
Mestranda em Promoção de Saúde pela Universidade de Franca. Graduada em Educação Física-Licenciatura pela Universidade de Franca. Pós-graduada em Educação Física pela mesma instituição de ensino.
E-mail: decgarcia@yahoo.com.br

BULGO, Danilo Cândido
Universidade de Franca/UNIFRAN
Doutorando e Mestre em Promoção de Saúde pela Universidade de Franca. Bacharel em Fisioterapia, licenciado em Educação Física, Pedagogia, Letras com habilitação em Língua Inglesa e Portuguesa e Bacharel em Letras tradutor e intérprete. Pós-graduado em Saúde coletiva; Psicopedagogia; Cuidados Paliativos e Terapia da Dor; Fisioterapia Neurofuncional Pediátrica; Fisioterapia Geriátrica e Gerontológica; Oncologia Multiprofissional com ênfase nos cuidados paliativos; Educação especial com ênfase em deficiência intelectual, física e psicomotora; Tutoria, elaboração de materiais e ambientes virtuais em educação à distância (EaD); Gestão Escolar; Transtornos Globais de Desenvolvimento (TGD) e Altas Habilidades; Ensino Lúdico, Neurociência e Aprendizagem e MBA em Gestão Empresarial.
E-mail: danilobulgo@gmail.com

Resumo

Diversos contos permeiam a história da humanidade, sendo estes marcados por recortes temporais fundamentais para alimentar a imaginação, pensamentos e disseminação da literatura nas mais variadas culturas. Nessa perspectiva dois famosos clássicos da literatura ganham destaque nesse cenário, sendo eles "Chapeuzinho Vermelho", um clássico conto de fadas eternizado pelos Irmãos Grimm e o conto brasileiro "Fita Verde no Cabelo" escrito pelo famoso autor João Guimarães Rosa. Nessa perspectiva, ganha-se destaque diversos teorias interpretativas, dentre elas a psicologia analítica, que busca em sua essência compreender as ocorrências no inconsciente do indivíduo a fim de promover a sua conscientização, analisando assim, por meio do autoconhecimento e pela avaliação das habilidades o desenvolvimento do potencial dos sujeitos. Consoante ao exposto, o presente trabalho objetiva analisar as obras literárias "Chapeuzinho Vermelho" e "Fita Verde no Cabelo" sob à luz da teoria da psicologia analítica de Carl Gustav Jung. A partir dos vários arquétipos recorrentes nas famosas obras que criam a trama das protagonistas, faz-se uma análise do processo de individuação buscado pelas personagens centrais e seu contato com o inconsciente, corporificado na figura das personagens secundárias, a mãe, o Lobo, a avó e os caçadores. Figuras representantes do ego, do animus, da sombra e do herói, em cenário de rica simbologia. Desse modo, a ótica da psicologia analítica enfatiza a relevância da psique individual, da jornada pessoal e da totalidade.

Palavras chave: Análise Junguiana, Contos literários, Psicologia Analítica

Abstract
Several tales permeate the history of mankind, these being marked by fundamental time cuts to feed the imagination, thoughts and dissemination of literature in the most varied cultures. In this perspective, two famous classics of literature stand out in this scenario, being "Little Red Riding Hood", a classic fairy tale immortalized by the Brothers Grimm and the Brazilian tale "Fita Verde no Cabelo" written by the famous author João Guimarães Rosa. In this perspective, several interpretive theories stand out, among them analytical psychology, which seeks in its essence to understand the occurrences in the individual's unconscious in order to promote their awareness, thus analyzing, through self-knowledge and the assessment of skills o development of subjects' potential. Depending on the above, the present work aims to analyze the literary works "Little Red Riding Hood" and "Fita Verde no Cabelo" under the light of Carl Gustav Jung's theory of analytical psychology. Based on the various recurrent archetypes in the famous works that create the plot of the protagonists, an analysis is made of the individuation process sought by the central characters and their contact with the unconscious, embodied in the figure of the secondary characters, the mother, the Wolf, the grandmother and hunters. Representative figures of ego, animus, shadow and hero, in a scenario of rich symbolism. Thus, the perspective of analytical psychology emphasizes the relevance of the individual psyche, the personal journey and the totality.

Keywords: Jungian Analysis, Literary Tales, Analytical Psychology

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalha objetiva a análise dos contos Chapeuzinho Vermelho e Fita Verde no Cabelo, em abordagem intertextual, à luz da teoria junguiana. O enredo do conto tradicional dos irmãos Grimm aproxima-se do texto *Fita Verde no Cabelo*, de Guimarães Rosa, em processo de semelhanças e divergências quanto aos símbolos e quanto às figuras arquetípicas confrontadas pelas protagonistas em seu processo de individuação. No adentrar a floresta do inconsciente, as protagonistas encaram seus arquétipos mais prementes, o animus, na figura do Lobo, o arquétipo da moralidade, na figura da mãe, a sombra, representada pela avó e os caçadores, simbolizando o herói. Também se faz alusão aos tipos psicológicos e ao inconsciente coletivo que, inclusive, possibilita o aparecimento de elementos comuns em histórias, contos e fábulas de qualquer parte do planeta.

Em princípio, realizaremos uma abordagem da história original *Chapeuzinho Vermelho* e algumas de suas variações, diferenças e semelhanças, nos arranjos intertextuais dos autores. Posteriormente, traremos a história de Guimarães Rosa, *Fita Verde no Cabelo* e suas particularidades estilísticas e semânticas.

O trabalho se desenvolve então, no capítulo seguinte, apresentando a análise propriamente dita dos elementos junguianos nos textos em uma possibilidade de leitura polissêmica, abrindo-se vieses para outras abordagens à luz da mesma teoria, considerando-se a característica principal dos textos literários, a multissignificação.

1 *CHAPEUZINHO VERMELHO* E *FITA VERDE NO CABELO* – PRODUÇÕES INTERTEXTUAIS

A história de Chapeuzinho Vermelha tem caráter popular e é de origem europeia. Suas raízes remetem a períodos anteriores ao século XVII, quando o conto adquiriu a forma atualmente conhecida, com a versão dos irmãos Grimm. Coube a Charles Perrault, produzir a primeira impressão de Le Petit Chaperon Rouge (2007), inserida no livro Contos da mamãe Gansa. Nesta versão, uma jovem é enganada pelo Lobo, que devora tanto a avó quanto a própria protagonista, em uma versão sem final feliz do conto. Era claro o objetivo moralizante do conto, ao afirmar que jovens devem manter-se puras para não serem seduzidas pelo "lobo".

Jacob Grimm e seu irmão Wolhelm, no século XIX, ampliaram a versão contada por Perrault e introduziram o caçador, que abre a barriga do lobo e retira a menina e sua avó. Outras vertentes da história apareceram ao longo da história em ampla variação, adição ou diminuição de elementos de acordo com cada autor, seu imaginário e seus arquétipos incorporados. No Brasil é comum relacionar o conto a duas músicas de sucesso do cantor Braguinha, feitas especialmente para a historinha contada para crianças: Pela Estrada afora e Lobo Mau.

Ainda no Brasil, aparte a versão de Chico Buarque de Holanda, Chapeuzinho Amarelo e a de Ivone Assis Bonezinho Vermelho e a internet no século XXI; destaca-se a criação de João Guimarães Rosa, denominada Fita Verde no Cabelo, aqui analisada. O texto de Rosa apresenta uma versão adolescente da história, que aborda o fluxo das fantasias de uma jovem até o momento em que se defronta com a morte de sua avó, sendo obrigada ao enfrentamento de seus medos, angústias e solidão.

O conto de Guimarães Rosa foi publicado pela primeira vez no jornal O Estado de São Paulo, em 08 de fevereiro de 1964. Este período histórico no Brasil foi politicamente muito conturbado e o texto de Rosa provocou estranhamento ao se iniciar com a frase clássica "Era uma vez..." Elucubrações políticas à parte, o texto foi novamente publicado, vinte e oito anos após o aparecimento no jornal, no livro Ave, Palavra, de 1992, pela Editora Nova Fronteira.

Assim, as histórias se cruzam em diversos sentidos, literário, artístico, filosófico, criativo e; neste trabalho, à luz da psicologia analítica de Jung.

1.1 Chapeuzinho Vermelho (Irmãos Grimm)

Era uma vez uma linda e alegre menina que era amada por todos que a olhassem, mas, principalmente, por sua avó. Certa vez ganhou da avó um pequeno chapéu de veludo vermelho, que de tanto que lhe ficara bem, nunca usava nada diferente. Por isso, ficou conhecida como Chapeuzinho vermelho.

Um dia, a mãe da garota lhe disse:

Chapeuzinho Vermelho, aqui tem um pedaço de bolo e uma garrafa de vinho. Leve-os para a sua avó, pois ela está doente e fraca e isto lhe fará bem. Vá antes que fique muito quente, e quando você estiver indo, caminhe suave e gentilmente. Não saia do caminho ou você poderá cair e quebrar a garrafa. e então sua avó. Quando entrar no quarto dela, não se esqueça de dizer Bom dia e não fique espionando por todos os cantos.

"Tomarei muito cuidado" - disse Chapeuzinho para sua mãe, e estendeu a sua mão para se despedir.

A avó vivia no meio da floresta, a meia légua de distância da vila. Assim que Chapeuzinho Vermelho entrou na floresta, um lobo lhe apareceu. Chapeuzinho vermelho não sabia que ele era uma criatura malvada, por isso, não tinha nenhum medo dele.

"Bom dia, Chapeuzinho vermelho!" - disse o Lobo. "Para onde vai tão cedo?"

"Para a casa da minha avó" – Respondeu. E completou:

“Ontem foi dia de fornada então, minha avó pobre e doente terá algo para torná-la mais forte.

“Onde vive a sua avó, Chapeuzinho vermelho?”

“Um bom quarto de légua além da floresta. A casa dela fica debaixo de três grandes carvalhos. Você certamente sabe onde é”. - ela respondeu.

O lobo pensou consigo:

“Que criatura adorável e gentil! Que bocado delicioso e rechonchudo. Seria melhor que eu a comesse ao invés da velhinha. Preciso agir com astúcia para pegar as duas”. - Então ele caminhou durante algum tempo ao lado de Chapeuzinho vermelho e então lhe disse:

“Veja, Chapeuzinho vermelho, como são belas as flores por aqui! Por que você não dá uma olhada? Eu acho, também, que você não percebeu como os passarinhos estão cantando tão docemente. Você anda muito preocupada, como se estivesse indo à escola, ao passo que tudo na floresta é alegria.”

Chapeuzinho vermelho ergueu os olhos e quando viu os raios de sol dançando ali e acolá entre as árvores e as belas flores crescendo por todo o canto; pensou:

"Acho que devo levar um ramalhete de flores para minha avó. Isto irá agradá-la também. Ainda é tão cedo, devo chegar lá bem cedo." - E então ela correu para dentro da floresta para olhar as flores. Sempre que pegava uma, imaginava ter visto outra ainda mais linda à frente e corria atrás dela indo mais e mais floresta adentro.

Enquanto isso o lobo correu diretamente para a casa da vovó e bateu na porta. A avó perguntou:

“Quem está aí?”

“ Chapeuzinho vermelho” - respondeu o lobo. “Trago bolo e vinho. Abra a porta.”

“Levante o trinco” - gritou a avó lá de dentro. “Estou muito fraca e não consigo me levantar”. O lobo levantou o trinco, a porta se abriu e sem dizer uma só palavra devorou a avó. Vestiu suas roupas. Colocou o capuz, deitou-se na cama e puxou as cortinas.

Chapeuzinho, entretanto, estava correndo e pegando flores. Quando percebeu que tinha colhido tantas que não conseguia carregar mais, lembrou-se de sua avó e foi direto para sua casa.

Ficou surpresa ao encontrar a porta da cabana ainda aberta, Quando entrou no quarto, teve um pressentimento estranho e disse para si mesma:

"Oh céus! Como me sinto preocupada hoje. Em outras ocasiões eu gostava tanto de ficar com minha avó." – Ela gritou:

“Bom dia! - mas não recebeu nenhuma resposta. Então se aproximou da cama e puxou as cortinas. Lá estava sua avó com sua touca esticada até o rosto e parecendo muito estranha.

“Oh! Vovó” - ela disse. “Que grandes orelhas você tem!”

“É para melhor ouvi-la, minha criança” - foi a resposta.

“Mas, vovó! Que olhos grandes você tem!”

“Para melhor enxergá-la, minha netinha!”

“Mas, avozinha! Que mãos grandes você tem!”

“Para melhor abraçá-la, minha netinha!”

“Oh! Mas, avozinha, que terrível bocarra você tem!”

“Para melhor comer você!

Após dizer isto o Lobo, com um pulo, estava fora da cama e engoliu a Chapeuzinho vermelho.

Quando o lobo tinha saciado a sua fome, deitou-se novamente na cama, adormeceu e começou a roncar muito alto. O caçador, que por ali passava, pensou consigo:

"Como a velhinha está roncando! Devo saber se ela precisa de alguma coisa." Então entrou no quarto e quando foi até a cama, viu que o lobo lá estava deitado.

"Ei que te encontro aqui, seu pecador de uma figa!” - disse ele. “Há muito que tenho te procurado.” - Então, quando o caçador estava para atirar no lobo, lhe ocorreu que este devia ter devorado a avozinha e que ela ainda podia ser salva. Então ele não atirou. Pegou um par de tesouras e começou a cortar a barriga do lobo que estava dormindo. Quando ele tinha feito dois cortes, viu surgir Chapeuzinho vermelho, e quando fez mais dois cortes, a pequena menina saiu, gritando:

“Ah, como estou assustada! Como é escuro dentro do lobo” - e em seguida a velha avozinha também saiu porém, mal conseguia respirar. Chapeuzinho, todavia, trouxe rapidamente duas grandes pedras com as quais eles encheram o corpo do lobo. Quando ele acordou, quis fugir correndo, mas as pedras eram tão pesadas que caiu morto.

Os três ficaram contentes. O caçador tirou a pele do lobo e a levou para casa, a avozinha comeu o bolo e bebeu o vinho que Chapeuzinho havia trazido e sentiu-se melhor. Chapeuzinho pensou consigo mesma:

"Enquanto eu viver, nunca mais sairei do caminho para correr para dentro da floresta, quando a minha mãe me proibir de fazer isso." (...)

Figura 1: Livro: “Chapeuzinho Vermelho”

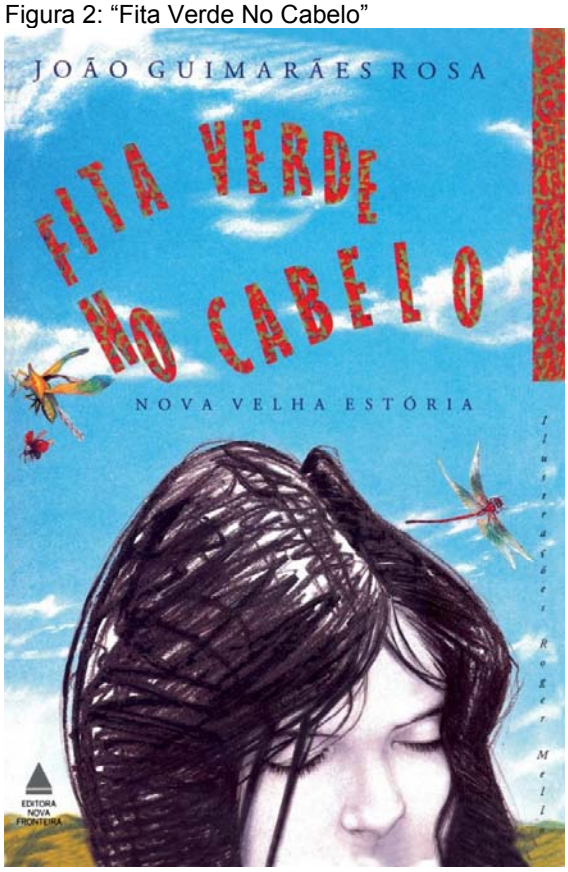
Fonte: *Amazon*
Disponível em: https://images-na.ssl-images-amazon.com/images/I/71vLnPaRsyL.jpg
Acesso em: 22 set 2020

1.2 Fita Verde no Cabelo

Havia uma aldeia em algum lugar, nem maior nem menor, com velhos e velhas que velhavam, homens e mulheres que esperavam, e meninos e meninas que nasciam e cresciam. Todos com juízo, suficientemente, menos uma meninazinha, a que por enquanto. Aquela, um dia, saiu de lá, com uma fita verde inventada no cabelo. Sua mãe mandara-a, com um cesto e um pote, à avó, que a amava, a uma outra e quase igualzinha aldeia. Fita-Verde partiu, sobre logo, ela a linda, tudo era uma vez. O pote continha um doce em calda, e o cesto estava vazio, que para buscar framboesas. Daí, que, indo, no atravessar o bosque, viu só os lenhadores, que por lá lenhavam; mas o lobo nenhum, desconhecido nem peludo. Pois os lenhadores tinham exterminado o lobo. Então, ela, mesma, era quem se dizia: — Vou à vovó, com cesto e pote, e a fita verde no cabelo, o tanto que a mamãe me mandou. A aldeia e a casa esperando-a acolá, depois daquele moinho, que a gente pensa que vê, e das horas, que a gente não vê que não são. E ela mesma resolveu escolher tomar este caminho de cá, louco e longo, e não o outro, encurtoso. Saiu, atrás de suas asas ligeiras, sua sombra também vinha-lhe correndo, em pós. Divertia-se com ver as avelãs do chão não voarem, com inalcançar essas borboletas nunca em buquê nem em botão, e com ignorar se cada uma em seu lugar as plebeiinhas flores, princesinhas e incomuns, quando a gente tanto por elas passa. Vinha sobejamente. Demorou, para dar com a avó em casa, que assim lhe respondeu, quando ela, toque, toque, bateu: — “Quem é?” — “Sou eu…” — e Fita-Verde descansou a voz. — “Sou sua linda netinha, com cesto e pote, com a fita verde no cabelo, que a mamãe me mandou.” Vai, a avó, difícil, disse: — “Puxa o ferrolho de pau da porta, entra e abre. Deus te

abençoe.” Fita-Verde assim fez, e entrou e olhou. A avó estava na cama, rebuçada e só. Devia, para falar agagado e fraco e rouco, assim, de ter apanhado um ruim defluxo. Dizendo: — “Depõe o pote e o cesto na arca, e vem para perto de mim, enquanto é tempo.” Mas agora Fita-Verde se espantava, além de entristecer-se de ver que perdera em caminho sua grande fita verde no cabelo atada; e estava suada, com enorme fome de almoço. Ela perguntou: — “Vovozinha, que braços tão magros, os seus, e que mãos tão trementes!” — “É porque não vou poder nunca mais te abraçar, minha neta…” — a avó murmurou. — “Vovozinha, mas que lábios, aí, tão arroxeados!” — “É porque não vou nunca mais poder te beijar, minha neta…” — a avó suspirou. — “Vovozinha, e que olhos tão fundos e parados, nesse rosto encovado, pálido?” — “É porque já não estou te vendo, nunca mais, minha netinha…” — a avó ainda gemeu. Fita-Verde mais se assustou, como se fosse ter juízo pela primeira vez. Gritou: — “Vovozinha, eu tenho medo do Lobo!…” Mas a avó não estava mais lá, sendo que demasiado ausente, a não ser pelo frio, triste e tão repentino corpo. [Suplemento Literário de O Estado de S. Paulo, 8 de fevereiro de 1964]

Figura 2: “Fita Verde No Cabelo”



Fonte: *Amazon*
Disponível em: https://images-na.ssl-images-amazon.com/images/I/81r42VDJkKL.jpg
Acesso em: 22 set 2020

2. “PELA ESTRADA AFORA”: UMA POSSÍVEL ANÁLISE DOS CONTOS INTERTEXTUAIS *CHAPEUZINHO VERMELHO* E *FITA VERDE NO CABELO* À LUZ DA PSICOLOGIA ANALÍTICA DE C. G. JUNG.

A abordagem do conto *Chapeuzinho Vermelho* e uma de suas tantas variantes *Fita Verde no Cabelo* permite supor uma análise à luz de Jung dos símbolos presentes no conto original e na releitura

de Guimarães Rosa, em que estes símbolos se ampliam e possibilitam uma interpretação diferente para símbolos próximos, senão iguais. Partimos do princípio de que a trajetória da protagonista é uma metáfora para o processo de individuação, como proposto por Jung e explicitado por Fadiman e Frager (p. 106):

> "Individuação é o processo de alcançar completude e de, consequentemente, ir em direção a maior liberdade. O processo inclui o desenvolvimento de um relacionamento dinâmico entre o ego e o self, juntamente com a integração das diversas partes da psique: ego, persona, sombra, anima ou animus e outros arquétipos".

Assim, a aventura pela floresta significa um adentrar o mundo do inconsciente pessoal e coletivo na tentativa de equilibrar os diversos aspectos em um processo de busca de equilíbrio proporcionado pelo self integrado.

Para iniciar, é necessário observar que a história original inspirou diversos autores a recriarem a proposta com nomes diferentes. Podemos citar, como exemplo, a proposta de Chico Buarque de Holanda e sua Chapeuzinho Amarelo. O simbolismo de todas estas variações pode ser encontrado em uma gama de histórias, contos e representações artísticas de figuras arquetípicas tais como a garota ou donzela ingênua, o animal como representação da sombra ou da identificação com o ego em detrimento do caminho evolutivo do self. Isto faz com que pensemos no conceito de inconsciente coletivo proposto por Jung e assim, associar esta busca por arquétipos semelhantes nas diferentes culturas ao redor do mundo. Jung afirma que:

> Os arquétipos não são apenas impregnações de experiências típicas, incessantemente repetidas, mas também se comportam empiricamente como forças ou tendências à repetição das mesmas experiências. Cada vez que um arquétipo aparece em sonho, na fantasia ou na vida, ele traz consigo uma "influência" específica ou uma força que lhe confere um efeito numinoso e fascinante ou impele à ação (Jung, 1942, p. 109).

Chapeuzinho Vermelho, Chapeuzinho Amarelo e Fita Verde no Cabelo são criaturas arquetípicas provindas do inconsciente coletivo e contam a história da ingenuidade da personagem central dentro dos caminhos obscuros do inconsciente pessoal em busca da individuação, representada pelo desvelamento da sombra, personificada na figura da avó, que se revela desconhecida e ameaçadora em Guimarães Rosa e simbioticamente ligada ao Lobo, pois por ele comida, na versão dos irmãos Grimm.

Ambas as histórias começam com a mãe da protagonista apresentando o caminho conhecido que levava à casa da avó. Porém, a atmosfera do conto original apresenta-se mais concreta, próxima à fase infantil, em que os conceitos carecem de materialidade. Já a releitura de Rosa, traz um ambiente quase evanescente, em que a fantasia dos contos de fada se mistura à uma promessa de aventuras dignas de uma heroína adolescente em busca de algo que a desafiasse no mundo dos "velhos que velhavam, homens e mulheres que esperavam e meninos e meninas que nasciam e cresciam. Todos com juízo, suficientemente". A figura da menina ajuizada e obediente e sua antítese, a garota rebelde corporificam o arquétipo da moralidade socialmente requerido das crianças bem comportadas, utilizando personas adequadas ao ambiente social.

O enredo, já em seu princípio, sugere um desfecho em que ambas as protagonistas seriam castigadas por sua desobediência à mãe orientadora. Falta na narrativa a figura do pai das meninas, para que se pudesse compreender o Lobo como a representação do *animus* das meninas em crescimento. Percebe-se que as garotas tomam caminhos desviantes em função da figura sedutora do Lobo, que representa o desconhecido, a possibilidade de aventuras e da descoberta do tão temido pecado. Tal qual a maçã de Eva e Adão, o lobo, escondido entre as folhagens da floresta instiga a curiosidade necessária para se compreender os meandros do inconsciente.

Dentro dos tipos psicológicos de Jung, poderíamos dizer que as protagonistas Chapeuzinho e Fita Verde apresentam a tipologia extroversão/sensação como atitude e função predominantes. Basta observar o caráter desafiador das meninas ao ousar contrariar a orientação da mãe e tomar o "caminho louco e longo" e não o "encurtoso". Também, o desejo de verificar a partir de sua experiência imediata as sensações que poderia entrever no caminho escolhido. O não hesitar em entabular uma conversa com personagens desconhecidos em sua andança inicial rumo à individuação, é também um fator que caracteriza a tipologia aqui sugerida. Já no final dos contos, percebe-se uma possível polarização desta tipologia, uma vez que ao chegar à casa da avó, ambas as protagonista ensaiam um tanto de cautela antes de adentrar a casa, apresentando aspectos intuitivos e sentimentos de estranheza, não suficientes, porém, para impedi-las de entrar e dar de frente com o Lobo ou a *sombra-avó* na releitura de Guimarães Rosa.

O ego das protagonistas, representam sua derrocada e ao mesmo tempo sua fatalidade rumo à individuação. É tarefa do ego reger o comportamento supostamente consciente do indivíduo. Foi este que deu às protagonistas a impressão de escolha acertada nos caminhos escolhidos. O ego aparece assim, como um caminho inevitável rumo à integração proposta pelo self. Escolher é tarefa do ego associado aos processos inconscientes que levam à evolução do ser em busca da individuação. Foram estes processos que permitiram às protagonistas superarem as personas em seus processos de conformidade evidenciados principalmente no texto de Rosa quando fala nos "velhos e velhas que velhavam, homens e mulheres que esperavam e meninos e meninas que nasciam e cresciam, todos com juízo, suficientemente...".

Em uma visão freudiana, as figuras do gorro e do laço vermelhos sob a cabeça de Chapeuzinho denunciariam a entrada na puberdade, sendo representativos da menarca e do consequente interesse sexual. Em Jung, porém, podemos fazer leituras para além das obviedades e associar, por exemplo, a alusão ao sangue na vestimenta de Chapeuzinho Vermelho, à intensidade da batalha que se deve travar rumo aos caminhos de integração do ego e do self. Em Guimarães, este simbolismo vai ainda além. A fita verde no cabelo, poderia representar, por exemplo, a esperança que caminha por entre um caminho de bem-aventuranças e sonho, a colher framboesas e verificar o espanto da naturalidade das coisas, tais como as avelãs que não voavam e a ausência o tão anunciado Lobo. O clima da paisagem proposto no enredo nos dá uma noção exata do inconsciente como uma dimensão atemporal, imprecisa e simbólica, exemplificado no texto de Guimarães, nas passagens em que diz que "A aldeia e a casa esperando-a acolá, depois daquele moinho que a gente pensa que vê, e das horas, que a gente não vê que não são...."

Continuando a análise das personagens, poderíamos dizer que o Lobo, em qualquer uma das duas versões, representa o animus da garota de chapéu vermelho (ou verde). Trata-se de um *animus* traiçoeiro, que seduz, que desafia, que propõem a criatividade de caminhos não traçados, que desafia a realidade ameaçadora da desconhecida floresta e que dá à personagem principal a possibilidade de aprender com a experiência do diálogo, a proteger-se no caminho que a leva à integração dos arquétipos dos inconscientes; uma vez que o Lobo, mesmo podendo de uma vez por todas, devorar Chapeuzinho, aguarda que esta chegue até sua sombra mais escura, representada pela avó que habita um lugar escuro e abriga um animal perigoso disfarçado de afeto. Em Fita Verde, o Lobo não há na floresta do inconsciente. Não é personagem facilmente identificável, o que leva a pressupor que esta figura enigmática, representa um animus que se esconde, negado nas diversas distrações do caminho rumo à casa da avó, o final do processo de individuação. A avó, em Fita Verde é, sem dúvida a corporificação da sombra da morte.

Fita Verde parece não temer o Lobo, mas o caminho é tão longo que ela se perde a buscar framboesas e olhar a paisagem, chegando cansada e "com fome de almoço" à casa da avó. Ao bater, esta lhe recebe imperativa e quase cruel: "Depõe o pote e o cesto na arca e vem para perto de mim, enquanto é tempo". Neste exato momento, Fita Verde se dá conta de ter perdido "a grande fita no cabelo atada", ou seja, a sombra representando o medo primordial da finitude, encontrava-se sem contornos nítidos, mas suficientes para que Fita Verde indagasse à avó e obtivesse respostas que antecipavam sua morte. Neste momento, o enredo perde seu caráter poético e adquire um tom sombrio e macabro. A poética inicial cede lugar à crônica da vida e da morte no encontro de Fita Verde e a avó.

O texto, no momento em que a avó morre e a sombra é desvelada, pressupõe o alcance da consciência do apavoramento de Fita Verde. Não é o Lobo, *animus* regredido (pois em forma de animal), que ameaça a integridade do self de Fita Verde; mas a sombra, representada pela avó e ainda desconhecida pela protagonista, pois esta desloca o sentido de suas percepções inconscientes e diz, como a implorar por socorro: "Vovozinha, eu tenho medo do Lobo!".

Também o mito do herói é perceptível nas histórias. As protagonistas das versões apresentadas não representam típicas heroínas cheias de coragem, ternura, beleza e feminilidade. Não aguardam um príncipe disfarçado de sapo (ou de Lobo). A representatividade do herói aparece na figura dos caçadores e dos lenhadores "que por lá lenhavam" e que, para sua decepção, haviam matado o Lobo de Fita Verde, antes mesmo que esta chegasse à casa da avó. No texto original esta representatividade se apresenta nos caçadores que matam o Lobo e desfazem a simbiose sugerindo, inclusive, que de um animal assustador pode se retirar uma figura acolhedora, como a de uma avó, mesmo que, para isto, seja necessário, sacrificar a fera.

Podemos compreender que quando Chapeuzinho Vermelho descobre sua sombra na figura do Lobo disfarçado de avó, ilumina-se o quarto escuro das fantasias e assim, a protagonista pode ser salva e transformar o Lobo, não em príncipe, mas em fonte de afeto e consideração, na figura da avó retirada de suas próprias entranhas, após períodos de medo e solidão. A consciência de Chapeuzinho Vermelho permite-lhe integrar os aspectos dos arquétipos do inconsciente pessoal: o animus, a sombra, o ego e o self.

A canção *Pela estrada afora*, muito conhecida das crianças brasileiras e supostamente cantada por Chapeuzinho Vermelho em seu caminho pela floresta, merece uma interpretação à parte. Leiamos a letra da canção de autoria de Braguinha:

"Pela estrada afora eu vou tão sozinha
Levar estes doces para a vovozinha.
Ela mora longe e o caminho é deserto
E o lobo mal passeia aqui por perto.
Mas à tardinha, ao sol poente,
Junto à mamãezinha dormirei contente".

O espírito simbólico das histórias acerca da garota adentrando a floresta foi perfeitamente captado pelo autor da canção acima descrita. Vale pensar em uma possível interpretação para alguns elementos constantes do texto; tais como a evidência da "*estrada afora"* como o caminho da individuação buscado pela garotinha. A utilização dos termos "*vou tão sozinha"* e "*o caminho é deserto"* sugerem, por sua vez, que o "caminho" dentro das projeções do inconsciente só pode ser trilhado pelo ego, pela individualidade, embora a ideia do Lobo, como figura arquetípica, traga suas significações a partir do inconsciente coletivo. O fato de dizer que *"ela mora longe"* traduz a ideia de que as interpretações dos símbolos e o enfrentamento das sombras da protagonista são tarefas que demandam tempo e um perscrutar profundo na busca de si.

Outros símbolos se encontram presentes, tais como, os doces sendo levados para a vovozinha. Podemos interpretar que os doces no inconsciente de Chapeuzinho são representações das potencialidades inatas de que pode se lançar mão para sanar a "fome de almoço" expressa por Fita Verde no Cabelo.

A canção termina com uma clara referência à *"tardinha"* e ao *"sol poente"* como o processo final de individuação, de integração no self em situação de realização, de tarefa cumprida, afirmada pela expressão *"dormirei contente". E*stas são algumas possibilidades de interpretação das histórias propostas à luz da teoria de Jung. Obviamente, outras possibilidades existem e necessitam ser desveladas e apresentadas ao público como ilustração de uma teoria complexa e profunda.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A elaboração do presente trabalho possibilita a reflexão sobre a teoria de Carl G. Jung em análise de duas obras famosas no cenário literário, sendo elas "Chapeuzinho Vermelho" e "Fita Verde no Cabelo" que, além de refletir o inconsciente coletivo na criação, permitem compreender os fenômenos inconscientes, como considerados por Jung, e a eterna busca pela indivuação, pela integração dos elementos arquetípicos do consciente pessoal e coletivo (persona, ego e potencialidades inatas) e do inconsciente pessoal e coletivo (animus/anima, sombra e conteúdos reprimidos) no centro da psique, o Self. A análise feita, obviamente, não esgota as possibilidades textuais e dos enredos propostos e sabemos que outras interpretações, leituras e releituras são pertinentes e podem abrir novas portas e janelas para a aprendizagem da Psicologia analítica de Jung. A presente reflexão acerca dos contos supracitados possibilita outras análises, bem como abrir espaços de reflexão e debates, em que a obra

literária, por si só, polissêmica, possa ser subsidiada como um objeto de análise de tão profunda e desafiadora teoria.

REFERÊNCIAS

BARRO, J. **Pela estrada afora (canção).** Disponível em: http://www1.uol.com.br/criancas/report/fn280309.htm Acesso em 15/09/2020

FADIMAN, F.; FRAGER, R. **Personalidade e Crescimento Pessoal**. Tradução de Daniel Bueno. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2004.

JUNG, C. G. **O Homem e Seus Símbolos**. Tradução de Maria Lúcia Pinho. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012.

JUNG, C. G. **Os Arquétipos e o Inconsciente Coletivo.** Tradução de Maria Luíza Appy, Dora Mariana R. Ferreira da Silva. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2000.

JUNG, C. G. **O inconsciente pessoal e o inconsciente coletivo**. 1942.

PERRAULT, C. Chapeuzinho Vermelho (La Petit Chaperon Rouge). 1ed. Rio de Janeiro: Companhia das Letrinhas, 2007.

SILVEIRA, N. da. **Jung: vida e obra**. 9°. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1984 (Coleção Vida e Obra).

ROSA, G. **Fita Verde no Cabelo**. Disponível em: https://rodrigogurgel.com.br/wp-content/uploads/2016/10/Fita-Verde-no-Cabelo-—-G.-Rosa.pdf Acesso em 15/09/2020.

CONTRIBUIÇÕES DO PRONTUÁRIO ELETRÔNICO E DA EQUIPE MULTIPROFISSIONAL NA ALTA RESPONSÁVEL

CONTRIBUTIONS OF THE ELECTRONIC PRONOUNCEMENT AND MULTIPROFESSIONAL TEAM IN HIGH RESPONSIBLE

Área temática: Psicologia, Saúde e Desenvolvimento.

SERAFIM, Patrícia Amanda
Universidade Estadual Paulista (UNESP)
prof.patriciaserafim@gmail

MIRANDA, Cláudia Regina Targa
Universidade Estadual Paulista (UNESP)
claudia.t.miranda@unesp.br

MIRANDA, Nelson Júlio de Oliveira
Universidade de São Paulo (USP)
nelson.miranda@usp.br

Resumo

O impacto das transformações geradas pela difusão das TIC origina uma nova conformação social que ressignifica o papel da informação. No campo da saúde, as TICs vêm consolidando um papel fundamental para prestadores de serviço, gestores e profissionais de saúde. Pensando nisso, e utilizando dessas tecnologias, o HCFAMEMA juntamente com a DRS-IX, desenvolveram um prontuário eletrônico, tendo como base o conceito da Alta Responsável, visando entender e criar estratégias para englobar as comunicações de uma equipe multidisciplinar. Assim, o projeto tem como objetivo analisar as dificuldades dos profissionais da saúde na utilização prontuário eletrônico da Alta Responsável e como se dá a comunicação entre a equipe multiprofissional nesse processo. O método utilizado será o referencial teórico de Foucault. Portanto, acreditamos que a cooperação e co-responsabilização da Alta Hospilar, através do prontuário eletrônico contribuirá não só para o HCFAMEMA, mas também para outros hospitais que já utilizam ou pretendem implantar esse sistema.

Palavras-chave: alta responsável, equipe multiprofissional, alta hospitalar.

Abstract

The impact of the transformations generated by the diffusion of ICT gives rise to a new social conformation that resignifies the role of information. In the health field, ICTs have been consolidating a fundamental role for service providers, managers and health professionals. Thinking about it, and using these technologies, HC-FAMEMA together with DRS-IX, developed an electronic medical record, based on the concept of High Responsible, aiming to understand and create strategies to encompass the communications of a multidisciplinary team. Thus, the project aims to analyze the difficulties of health professionals in the use of electronic records of the High Responsible Person and how communication takes place between the multidisciplinary team in this process. The method used will be Foucault's theoretical framework. Therefore, we believe that Alta Hospilar's cooperation and co-responsibility, through the electronic medical record will contribute not only to HCFAMEMA, but also to other hospitals that already use or intend to implement this system.

Keywords: responsible discharge, multiprofessional team, hospital discharge.

1 INTRODUÇÃO

Nos últimos anos as Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) trouxeram rapidez e praticidade em diversos âmbitos para uma sociedade multifuncional. Quesitos esses necessários e cobrados por várias esferas sociais, dentre elas a hospitalar.

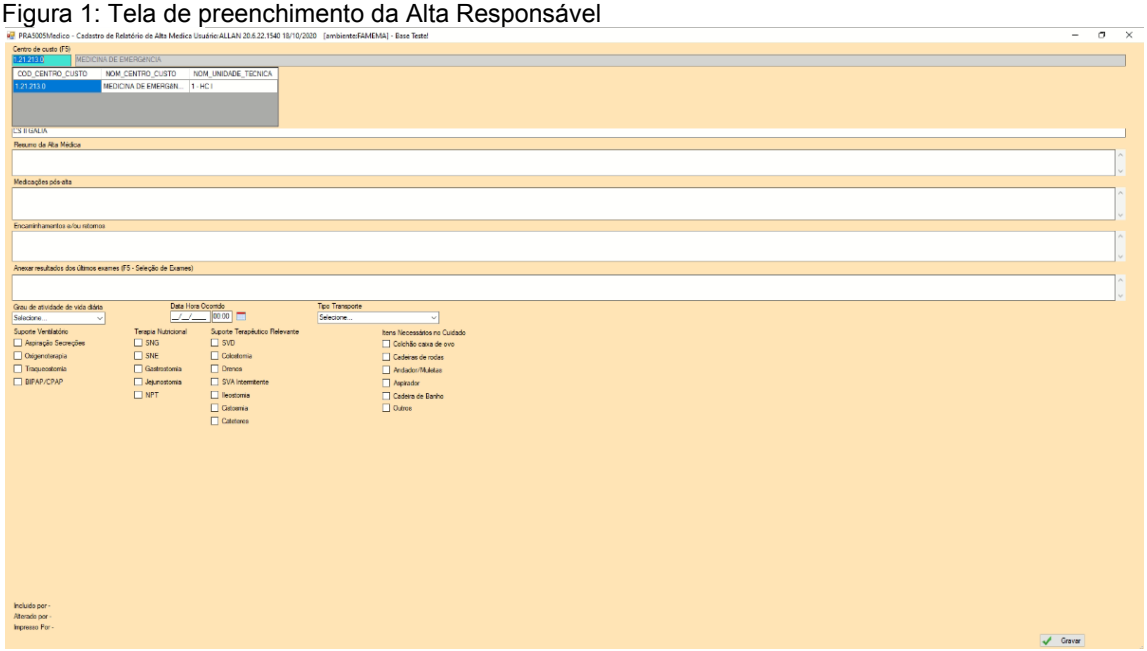
A contribuição da informação e comunicação começou ser reconhecida no âmbito hospitalar devido ao histórico da necessidade de arquivamento de informações de atendimentos no Brasil, em meados de 1943, ano da criação do Serviço de Arquivo Médico e Estatística de Saúde (SAME) no Hospital das Clínicas da Universidade de São Paulo. A obrigatoriedade legal de sua existência, bem como do arquivamento das histórias clínicas dos pacientes no país, inicia em 1952, no estado de São Paulo, com a Lei 1.982 de 1952, que condicionava a transferência de repasses públicos aos hospitais públicos e filantrópicos à existência de prontuários médicos (SÃO PAULO, 1952; CRUZ, 2011).

Nessa perspectiva, o impacto das transformações geradas pela difusão das TIC origina uma nova conformação social que ressignifica o papel da informação (entendida como ato de produção de saber e de conhecimento) e que passa a ser o principal produto do chamado Capitalismo Informacional (PILZ, 2016).

Essas mudanças vêm sendo percebidas em todas as dimensões da nossa vida. No campo da saúde, dado o contato cada vez mais frequente dos indivíduos com Sistemas de Informação em Saúde (SIS), pode-se afirmar que as TIC vêm consolidando um papel fundamental para prestadores de serviço, gestores e seus profissionais de saúde (PANITZ, 2014). Foi pensando nisso, que em Junho de 2018, o Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina de Marilia (HCFAMEMA) juntamente com a Diretoria Regional de Saúde (DRS-IX) desenvolveram um prontuário eletrônico, visando melhorar e otimizar a comunicação com todos os Pontos de Atenção a Saúde e Profissionais da Saúde, tendo como base o conceito da Alta Responsável.

Os profissionais de saúde, quando o desfecho do atendimento, tanto ambulatorial quanto de internação, é uma alta, preenchem um formulário com as principais informações do contato assistencial. Assim como as recomendações necessárias para a continuidade do cuidado (figura 1).

Figura 1: Tela de preenchimento da Alta Responsável



Autor: extraído do Sistema de Informação Hospitalar do HCFAMEMA

Nessa perspectiva, entender e criar estratégias para englobar as comunicações de uma equipe multidisciplinar nesse processo de alta hospitalar é um dos desafios da atualidade. Alta Responsável é uma ferramenta utilizada na organização da linha de cuidado, estabelecendo fluxograma, procedimentos e orientações no período de internação, alta hospitalar e retorno ao domicílio, por meio de referência e contra referência. Esta ferramenta envolve diversas informações, grupos e discursos dentro da instituição hospitalar.

Em perspectivas mais atuais, podemos definir a alta hospitalar como “a transferência do

cuidado ao paciente do hospital para outros contextos de saúde". A portaria Nº 2.809, publicada em 2012, que estabelece a organização dos Cuidados Prolongados para retaguarda à Rede de Atenção às Urgências e Emergências (RUE) e às demais Redes Temáticas de Atenção à Saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), define o objetivo da alta hospitalar responsável, que consiste em preparar o usuário para o retorno ao domicílio com qualidade e segurança para continuidade dos cuidados, promoção da sua autonomia e reintegração familiar e social. Sendo assim, podemos conceituar a alta não como o final de um processo de cuidado, mas sim a manutenção da saúde, prevenção de agravos e possíveis recidivas, de modo que o cuidado permanente é considerado um processo complexo.

Vale enfatizar que tal processo não deveria ser apenas responsabilidade médica, mas de todos os profissionais envolvidos no cuidado ao usuário (tanto os profissionais do hospital quanto dos serviços de saúde de referência para aquele usuário), portanto, o processo de alta hospitalar está imbricado também a responsabilidade compartilhada por todos. A alta hospitalar é um processo que deveria englobar todos os profissionais de saúde, o usuário e sua família e a rede de serviços de saúde, e tal processo deve ser iniciado e construído ao longo da internação envolvendo diversos processos de comunicação e informações. A transferência de cuidado não implica em transferência de responsabilidade. A equipe necessita conduzir esse processo com cooperação e co-responsabilização com a ajuda do sistema.

O setor responsável pela implantação e regulação da Alta Responsável no Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina de Marilia é o Núcleo Interno de Regulação (NIR), que também é responsável por realizar a interface com as Centrais de Regulação; delinear o perfil de complexidade da assistência no âmbito do SUS e disponibilizar consultas ambulatoriais, serviços de apoio diagnóstico e terapêutico, além dos leitos de internação, segundo critérios preestabelecidos e protocolos que deverão ser instituídos pelo NIR. Assim como deve buscar vagas de internação e apoio diagnóstico e terapêutico fora do hospital para os pacientes internados, quando necessário, conforme pactuação com a Rede de Atenção à Saúde (RAS). O NIR é uma Unidade Técnico-Administrativa que possibilita monitoramento do paciente desde a sua chegada à instituição, durante o processo de internação e sua movimentação interna e externa, até a alta hospitalar.

Frente a essa proposta, o HCFAMEMA junto a equipe responsável pela Educação Permanente em Saúde (EPS) do hospital, que é entendida como aprendizagem no trabalho, se apresentam como uma estratégia de transformação das práticas profissionais a partir da problematização e reflexão das situações vivenciadas no cotidiano do trabalho. Foram desenvolvidas 10 oficinas englobando assuntos que abrangem a importância da aplicação do prontuário eletrônico da Alta Responsável, e também descentralizando a alta hospitalar como uma responsabilidade apenas médica e inserindo a equipe multidisciplinar também no processo de alta hospitalar, ou seja, o paciente só terá alta hospitalar com o consentimento de todos os profissionais da saúde que estiverem atuando em seu tratamento. Já que a Alta Hospitalar se trata de um procedimento que requer o consentimento e contribuição de diversos profissionais, o projeto apresenta os seguintes objetivos de pesquisa: Analisar as dificuldades dos profissionais da saúde na utilização prontuário eletrônico da Alta Responsável e também como se dá a comunicação entre a equipe multiprofissional nesse processo; De modo secundário, analisar a percepção da equipe multiprofissional do HCFAMEMA sobre prontuário eletrônico da Alta Responsável, assim como a percepção Médica sobre o processo de cooperação e corresponsabilização da Alta Hospitalar;

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O método utilizado terá como base o referencial teórico de Foucault (1963) para analisar os discursos e elementos de poder envolvidos no processo de avaliação e alta hospitalar.

O referencial teórico proposto pelo estudioso francês Michel Foucault, em especial, aquele vinculado às formações discursivas (2007, edição original publicada em 1969) foi de grande relevância às abordagens de Análise de Discurso (AD), sobretudo na abordagem francesa. São estudos que buscam apresentar o caráter histórico dos textos, contextualizando-os e que foram sendo agregados a outras visões, de forma que não existe uma única forma de se fazer AD, mas várias, em que o elemento comum é basicamente a centralidade no discurso, já que há a possibilidade do uso de teorias diversas (MARTÍNEZ-ÁVILA, 2012). A Ciência da Informação, tal como as ciências humanas e sociais, caracterizadas por Bakhtin (2003) como 'ciências do texto', têm se valido das propostas teóricas e metodológicas da AD para a realização de vários estudos

nacionais e internacionais (FREITAS, 2010), já que a AD possibilita uma visão ampla de 'texto' o que converge para uma melhor compreensão dos objetos informacionais.

Contudo, o objetivo da AD é verificar em que condições se deu o aparecimento de um discurso específico, analisando como determinado sentido foi tomado em detrimento de outro. Em suma, buscar a compreensão dos processos em que o sentido é produzido e a constituição dos sujeitos em suas posições (GONDIM; FISCHER, 2009).

Nessa perspectiva, suas contribuições para o campo da saúde também são diversas e autores como Macedo, Larocca, Chaves e Mazza (2008) a destacam como importante ferramenta para entendimento do processo saúde-doença na medida em que busca uma aproximação do mesmo com a interpretação da linguagem. Segundo os autores, a forma como as palavras são estruturadas podem definir os discursos e, por conseguinte, possibilitar o entendimento tanto dos fenômenos quanto dos conceitos implicados para a compreensão dos processos de subjetivações dos sujeitos em seu itinerário com a doença ou busca por saúde.

Minayo (2004) amplia o escopo de significação da análise no campo da saúde quando esclarece que pela palavra há a exposição das contradições e conflitos presentes em determinada realidade, uma vez que a palavra é construída em meio à ideologia e grupo social em dada época, assim, compreender o discurso, exige que se compreenda as relações sociais expressas por ele.

A saúde e a doença são condições também produzidas na estrutura social, fazendo parte de uma realidade complexa, a qual trabalha simultaneamente com problemas e intervenções, requerendo múltiplos conhecimentos específicos, mas ao mesmo tempo, integrados. Essa realidade em saúde faz com que a pesquisa qualitativa seja muito relevante nessa área. Dentre as variadas possibilidades interpretativas na pesquisa qualitativa (SCHIAVON, OLIVEIRA, ANDRADE & GONÇALVES, 2017).

Para compormos o debate acerca da Alta hospitalar, nos baseamos no modelo proposto por CILLA & COSTA (2015), no qual adaptamos para nosso contexto e com isso foram consideradas três fontes discursivas. Na primeira, a análise é constituída pelo discurso organizacional dos hospitais, que se valem dos documentos oficiais das instituições. A segunda, representado pelos profissionais da saúde, que é feito através de entrevistas e as avaliações das capacitações da Educação Permanente em Saúde. Por fim, a terceira é a classe dos médicos, por meio da qual obtemos informações a partir do procedimento metodológico de Grupo Focal, os discursos de médicos atuantes nessas instituições. Neste caso, foi utilizado um roteiro com dez questões sobre a Proposta da Alta Responsável, no qual: as questões de 1 a 3 referiam-se à concepção da Proposta, as questões 4 e 7 diziam respeito aos materiais da Proposta, as questões 5, 6, 8 e 9 abordavam o processo de implantação da Proposta e, a questão 10, solicitava a opinião geral a respeito da Proposta e de sua continuidade.

Diante das informações obtidas foram formulados temas para o processo de Educação Permanente em Saúde (EPS), e a cada capacitação analisaremos os discursos dos profissionais da saúde a respeito da mesma.

A participação dos médicos na discussão será registrada e transcrita, de modo que será possível sistematizar os discursos dos médicos, e a leitura que alguns médicos fazem da alta hospitalar e da alta responsável.

Em seguida, todo o conjunto de dados empíricos serão convertidos em objetos teóricos, para que, então, a análise possa ser realizada. Esta conversão, etapa essencial do trabalho do analista de discurso, será feita na identificação, nos discursos coletados, de trechos, frases ou palavras que puderem ser entendidos como gestos de interpretação e agrupados em categorias de acordo com as similaridades entre eles.

Assim pretendemos categorizar os gestos de interpretação e levantar o predomínio de certos elementos que compõem os discursos obtidos. Após o estabelecimento das categorias, iremos distribui-las em eixos temáticos e discutir os discursos levantados por eles.

3 RESULTADOS E CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

Nossa hipótese é que o discurso biológico imperante em grande parte dos médicos apresenta conflitos (muitas vezes históricos) e discrepâncias com os discursos de outros profissionais envolvidos no processo de Alta Hospitalar. Estes diferentes discursos e culturas requerem estratégias especificas dentro da instituição para otimizar os processos de comunicação e efetividade do sistema de Alta Hospitalar.

Portanto, acreditamos que a utilização e a comunicação da equipe multiprofissional é de

suma importância na Alta Responsável. Tendo em vista que, a cooperação e co-responsabilização da equipe, trará benefícios tanto para o sistema hospitalar como um todo quanto para a população.

Vale ressaltar, que a temática da Alta Hospitalar é bastante ampla, e necessita de mais estudos, portanto, acreditamos que esse projeto contribuirá não só para HCFAMEMA, mas também para outros hospitais que já utilizam ou pretendem implantar esse sistema.

REFERÊNCIAS

SCHIAVON, I. C. A., OLIVEIRA, E. C., ANDRADE, S. C., GONÇALVES, J. C. Produção Científica sobre Análise do Discurso na Enfermagem e Referenciais Teóricos Utilizados. **HOLOS**, [S.l.], v. 5, p. 329-344, nov. 2017. ISSN 1807-1600. Disponível em: <http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/3940>. Acesso em: 07 mar. 2020.

BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

CILLA, K.C.D.F.; COSTA, L.C.. A análise de discurso como metodologia para o estudo de políticas educacionais: o caso da proposta curricular do estado de São Paulo. **Interacções**, v. 11, n. 39, 2015.

CRUZ, J. A. S. **Prontuário Eletrônico de Pacientes (PEP)**: políticas e requisitos necessários à implantação no HUSM. Santa Maria. Dissertação (Mestrado Profissionalizante em Patrimônio Cultural) – Centro de Ciências Sociais e Humanas da Universidade de Santa Maria, 2011.

FREITAS, L. S. de. A análise do discurso e o campo informacional: usos atuais e alcance epistemológico: uma atualização.InCID: R. Inf. e Doc., Ribeirão Preto, v. 1, n. 1, p. 32-55, 2010. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/>. Acesso em: 15 jan. 2020.

FOUCAULT, M. **O nascimento da clínica**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1980. [Edição original publicada em 1963].

FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. 7. ed. Tradução: Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007. [Edição original publicada em 1969].

GONDIM, S. M. G., FISCHER, T. O discurso, a análise de discurso e a metodologia do discurso do sujeito coletivo. **Cadernos de Gestão Social**, 2(1), 09-26; 2009.

MACEDO, L. C., LAROCCA, L. M., CHAVES, M. M. N., MAZZA, V. A Análise do discurso: uma reflexão para pesquisar em saúde. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**, 12(26), 649-657; 2008.

MARTÍNEZ-ÁVILA, D. "Problems and Characteristics of Foucauldian Discourse Analysis as a Research Method." In: **Cultural Frames of Knowledge**, eds., Richard P. Smiraglia and Hur-Li Lee. Würzburg, Germany: Ergon, 99-110, 2012.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo: Hucitec/Rio de. Janeiro: Abrasco; 2004.

PANITZ, L. M. **Registro eletrônico de saúde e produção de informações da atenção à saúde no SUS**. Rio de Janeiro. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) - Escola Nacional de Saúde Pública, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2014.

PILZ, C. **Desafios e propostas para a informatização da Atenção Primária no Brasil na perspectiva de implantação do Prontuário Eletrônico do e-SUS AB**. (Tese de Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Odontologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul; 2016.

SÃO PAULO. Lei n. 1.982, de 19 de dezembro de 1952. Dispõe sobre a criação do Conselho

Estadual de Assistência Hospitalar, na Secretaria da Saúde Pública e dá providências. Diário Oficial do Estado de São Paulo, 21 de dezembro de 1952, p. 1.

SCHIAVON, I. C. A., OLIVEIRA, E. C., ANDRADE, S. C. & GONÇALVES, J. C. Produção científica sobre análise do discurso na enfermagem e referenciais teóricos utilizados. **HOLOS**, (05), 329-344, 2017.

COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA: FORMAÇÃO CONTINUADA EM EDUCAÇÃO SEXUAL

PEDAGOGICAL COORDINATION: CONTINUING TRAINING IN SEXUAL EDUCATION

Área temática: Educação e Desenvolvimento

SANTOS, Ana Carolina Franco dos
Unesp
Mestranda em Educação Escolar

SILVA, Vanessa Messias da
Unesp
Mestranda em Educação Escolar
vanessa.silva@etec.sp.gov.br

FERNANDES, Maria José da Silva
Unesp Bauru
Doutora em Educação
mj.fernandes@unesp.br

Resumo

Este artigo aborda a relevância da formação continuada sobre educação sexual para os professores do ensino fundamental da rede pública da cidade de Bauru. Consideramos a relevância dessa pesquisa devido a extrema importância de se discutir em ambiente escolar temas como ISTs (Infecções Sexualmente Transmissíveis), organismo masculino e feminino, preservativos, gravidez precoce e questões de gênero. O artigo percorre de forma sucinta o conceito de educação sexual e sua complexidade na abordagem escolar e familiar, já que o referido tema tem sido tratado na maioria das vezes de forma equivocada tanto pela família que ora é deficiente de informação, ora resistente ao assunto, quanto pela escola; que é formada por um conjunto de pessoas que carregam vários fatores individuais como cultura, religião, conhecimento, preconceitos entre outros, os quais influenciam quando as discussões sobre sexualidade são trazidos à tona. Outro fator abordado pela pesquisa, é a relevância da coordenação pedagógica na formação continuada dos professores com relação a educação sexual, tema que possui várias lacunas formativas dos educadores. Para desenvolvimento e análise dessa pesquisa, utilizou-se como metodologia a pesquisa bibliográfica e um estudo de caso por meio de questionário semiestruturado, o qual teve como objetivo permear e apresentar um recorte do que os coordenadores pedagógicos pensam e conhecem acerca do assunto.

Palavras-chave: Coordenação Pedagógica, Sexualidade, Formação.

Abstract

This article addresses the relevance of continuing education on sexuality education for elementary school teachers in public schools in the city of Bauru. We consider the relevance of this research due to the extreme importance of discussing in a school environment themes such as STIs (Sexually Transmitted Infections), male and female organisms, condoms, early pregnancy and gender issues. The article succinctly covers the concept of sexual education and its complexity in the school and family approach, since the referred topic has been treated most often in the wrong way both by the family that is sometimes deficient in information, sometimes resistant to the subject, as for the school; which is formed by a group of people who carry various individual factors such as culture, religion, knowledge, prejudices among others, which influence when discussions about sexuality are brought up. Another factor addressed by the research is the relevance of pedagogical coordination in the continuing education of teachers in relation to sexual education, a theme that has several educational gaps in educators. For the development and analysis of this research, bibliographic research and a case study were used as a methodology through a semi-structured questionnaire, which aimed to permeate and present a snapshot of what the pedagogical coordinators think and know about the subject.

Keywords: Pedagogical Coordination, Sexuality, Training.

1 INTRODUÇÃO

Este artigo pretende identificar como os Coordenadores Pedagógicos da rede pública de ensino pensam sobre a formação continuada em Educação Sexual nas escolas.

Para tanto, aplicou-se um questionário via Google Forms para Coordenadores Pedagógicos da rede pública municipal visando verificar quais dificuldades esses profissionais encontram na formação dos professores quando se trata do tema de sexualidade e o quanto consideram essa temática relevante.

A metodologia escolhida foi o estudo de caso, e como instrumento o questionário semiestruturado. Também se utilizou da pesquisa bibliográfica para a fundamentação teórica abordada ao longo no artigo.

A amostra se resumiu em 10 coordenadores pedagógicos de Ensino Fundamental de Bauru e um coordenador de área (trabalha na formação dos Coordenadores), sendo que a amostra corresponde a mais de 10% dos Coordenadores do município, reforçando a qualidade da amostragem.

A Educação Sexual deve ser compreendida como suporte para questões como gênero e sexualidade que são cotidianamente levantadas no espaço escolar. Compreender mais sobre esses assuntos, é de grande relevância para o educador, no entanto é uma temática que constantemente apresenta-se como polêmica e unicamente responsabilidade da família.

Diante da omissão de muitas famílias de tratar o conteúdo em casa, a escola necessita assumir o papel de conscientização dos profissionais da educação para que tanto na Educação Sexual (conteúdo do currículo em Ciências ou Biologia), tanto nas discussões diárias sobre assuntos convergentes a área, os educadores se sintam aptos à trabalharem de forma profissional e adequada.

Maia (2012) afirma que a de educação sexual formal na escola é fundamental para romper ideias cristalizadas e construídas na sociedade, auxiliando a formar um educando consciente das relações sociais a que está submetido, principalmente na adolescência.

A Educação Sexual no Brasil segundo Figueiró (2001) é cada vez mais reconhecida como relevante dentro do processo de formação educacional do indivíduo e Guimarães (1995) enfatiza o caráter conservador de nossas escolas.

Diante do conservadorismo crescente em nosso país e de uma visão reducionista da temática, Figueiró (2001) aponta os avanços em relação a compreensão de gênero e de sexualidade em uma visão mais ampla da mesma.

Neste artigo traremos a Educação Sexual na escola e sua relevância acadêmica, assim como o papel formador do Coordenador Pedagógico para instrumentalizar o professor acerca dessa temática.

Portanto o objetivo deste artigo é estudar a formação dos coordenadores pedagógicos acerca do tema educação sexual, para que os mesmos possam ser mais preparados diante das situações relacionadas ao referido tema. Para o alcance deste objetivo, os objetivos específicos abaixo foram realizados:

- Levantar via questionário semiestruturado o que os Coordenadores Pedagógicos pensam sobre Educação Sexual;
- Identificar as dificuldades enfrentadas pelos Coordenadores Pedagógicos na formação continuada sobre Educação Sexual na escola.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Educação Sexual

O termo sexualidade segundo Altmann (2001) surgiu no século XIX, marcando algo diferente do que apenas um remanejamento de vocabulário, e sim como o desenvolvimento de campos de conhecimento diversos; “ a instauração de um conjunto de regras e de normas apoiadas em instituições religiosas, judiciárias, pedagógicas e médicas; mudanças no modo pelo qual os indivíduos são levados a dar sentido e valor a sua conduta, desejos, prazeres, sentimento, sensações e sonhos”. (ALTMANN, 2001, p. 577).

A Educação Sexual sempre foi um tema bastante dúbio quando se trata de educação escolar. Dentro da escola há muitos entraves para uma educação que realmente instrumentalize a criança e o adolescente para compreender a própria sexualidade.

Silvares (2002) apud Rodrigues e Wechsler (2014) relata que pesquisas apontam que há evidências de que as crianças não entendem totalmente vários aspectos ligados à sexualidade quando se trata de uma diversidade de condutas sexuais. Diante disso, o autor enfatiza a importância de fornecer informações sexuais para as crianças, tornando-as mais preparadas para realizar decisões responsáveis no que diz a respeito à sua própria conduta sexual.

A sexualidade humana é um fenômeno de complexa amplitude que contempla dimensões históricas e culturais, extrapolando a prevalente associação do termo a sexo. Para Guimarães (1995, p.23),

> Como parte da condição humana, a sexualidade foi sempre objeto de interesse e reflexão do homem, que cada vez mais quis adentrar os significados diversos e profundos de sua natureza sexual. O homem foi elaborando, histórica e culturalmente, um conjunto de posturas em torno do sexo, que fez com que este transcendesse o próprio homem. Surgiram tantas exigências, regras, cerimônias, interdições e permissões que tornaram a atividade sexual um tabu.

Para Maia (2010, s/p) a sexualidade transcende o biológico e não pode mais ser compreendida como um artefato somente natural, pois, os animais fazem sexo instintivamente para a reprodução. Segundo a autora, nós humanos, entretanto vivemos o sexo na nossa sexualidade e, portanto, ele é uma questão também cultural.

Neste sentido, as determinações da sexualidade variam conforme a cultura e o momento histórico. A sexualidade humana incorpora a reflexão e o discurso sobre o sentido e a intencionalidade das práticas, é construída socialmente e implica na relação entre a subjetividade e a atividade corporal, mediadas pela cultura.

Ao considerar a amplitude do fenômeno da sexualidade humana, ressalta-se a importância da reflexão sobre a história social desta, pois é impossível dissociar o biológico da sexualidade de sua dimensão psicossocial e de sua historicidade (FOUCAULT, 1988; NUNES, 1987; RIBEIRO, 1990; apud MAIA, 2010, s/p). O momento histórico cultural não só molda a sexualidade humana, como também dita e normatiza determinados comportamentos sexuais através dos discursos sociais presentes em determinado contexto.

Dessa forma, possibilitar espaço de diálogo sobre sexualidade na escola se faz necessário, considerando que a escola e a família são os contextos em que o processo de educação sexual acontece de forma mais direta, tendo educadores como representantes de um discurso social que deve ser livre de valores e preconceitos para que os direitos a informação e escolha sejam garantidos aos educandos.

> É esperado que a educação sexual nas instituições transmita a sexualidade a partir de um enfoque sociocultural, ampliando, deste modo, a percepção de mundo do aluno, ajudando-o a aprofundar e refletir sobre a forma como a sexualidade se apresenta em sua cultura. Ou seja, o aluno privilegiado com as informações recebidas poderá ter um entendimento melhor sobre o assunto, auxiliando-o na tomada de decisões e na reflexão sobre as questões relacionadas à sexualidade, podendo-se obter um comportamento mais adequado por parte dos estudantes. (RODRIGUES; WECHSLER, 2014, p. 90).

Segundo Silva, Neto (2006) “a Educação Sexual de crianças e de jovens sempre existiu mais pela omissão e repressão do que por intermédio de uma educação dialogal, humanista e libertária”.

> Uma educação sexual de qualidade é aquela que pode originar constantes reflexões sobre temas coletivos ou individuais. A escola deve ter uma visão aberta (ou ampla) sobre as experiências vividas pelos alunos, com a finalidade de desenvolver a busca de informações. (MULLER, 2013 apud RODRIGUES E WECHSLER, 2014).

Ao encontro desse contexto, os parâmetros curriculares nacionais relativos a orientação educacional, ressaltam a importância de o educador estar atento para a necessidade de repetir o

mesmo conteúdo já abordado, pois crianças vivem suas curiosidades e interesses na área da sexualidade em momentos próprios e diferentes umas das outras, ocorrendo muitas vezes estudo e a discussão de um tema com pouca apropriação desse conhecimento para algumas. A retomada é importante e deve ser feita sempre que as questões trazidas pelos alunos apontarem sua pertinência. (BRASIL, 97, p. 98).

Segundo Maistro (2017) muitos educadores não estão preparados e capacitados para desenvolverem em sala de aula os assuntos referentes à sexualidade; sentindo-se receosos e resistentes para enfrentar a temática com tranquilidade, e desta maneira, é melhor "ignorar" que a escola seja um local de construção da sexualidade.

Guimarães (1995) reforça o caráter intimidador da escola ao afirmar que a escola é tradicionalmente conservadora e não está bem resolvida na inserção da sexualidade em seus trabalhos. Diante dessa constatação levanta-se a relevância do trabalho de formação continuada pelo Coordenador Pedagógico para auxiliar este professor a compreender que já que a sexualidade é abordada direta e indiretamente na sala de aula como ela deve ser encaminhada enquanto proposta pedagógica pelo educador.

2.2 Coordenação Pedagógica e Formação Continuada em Educação Sexual

A temática apresenta-se relevante enquanto conteúdo de formação de professores e é apontada como conteúdo transversal desde a criação dos Parâmetros Curriculares Nacionais em 1998 quando a denominada Orientação Sexual surge como conteúdo a ser trabalhado pela escola em diferentes disciplinas.

> O documento introdutório dos PCNs aponta que "a proposta (...) para Orientação Sexual é que a escola trate da sexualidade como algo fundamental na vida das pessoas" (Brasil, 1998, p. 67). A intervenção pedagógica deve ser não-diretiva em relação ao comportamento dos alunos, buscando informar e problematizar questões da sexualidade, ressaltando o trabalho a partir das posturas, das crenças, dos tabus e dos valores a ela associados, o que garante o espaço de formação dos educandos e não apenas a veiculação de informações. Prevê que o professor se prepare para a intervenção prática mediante leituras e discussões e tenha um espaço grupal de supervisão continuada e sistemática que possibilite uma reflexão sobre essa prática e sobre seus próprios valores e limites, o que o ajudará a ampliar sua consciência em relação à sexualidade e à visão de mundo, além de assumir uma postura ética na sua atuação. (SILVA, NETO, 2006, p. 185 e 186)

Segundo Silva (2009) apud Cruz e Silva (2017) os cursos de formação de professores, na sua quase totalidade e por conta de uma tradição "familiar", carecem de discussão sobre este tema, pois reproduzem-se modelos de disciplinamento, censura e conservadorismo pela falta de uma discussão crítica, pautada em bases fidedignas e pela omissão destas instâncias.

Para que o professor seja capaz de problematizar questões da sexualidade possibilitando uma reflexão sobre a temática, este tem que dominar a Educação Sexual minimamente, não reduzindo a sexualidade a sexo e a prevenção de doenças. Para tal fim, o mesmo deve estar informado e instrumentalizado para fazer observações livres de julgamentos, valores religiosos e tabus. Diante desta necessidade aponta-se a relevância do profissional do Coordenador Pedagógico enquanto formador, antenado as necessidades da escola e focado no dia a dia escolar.

> Tais posturas e práticas acabam por levar a uma visão reducionista e simplificadora sobre sexo, privilegiando um enfoque biologicista e higienista, em que predomina o discurso do medo e da doença, sem dar amplitude à questão da sexualidade. Várias pesquisas apontam que os professores/educadores são favoráveis à inclusão da Educação Sexual nos cursos de formação inicial e reconhecem a necessidade de ações e intervenções educativas que lhes possibilite reverem seus conceitos e preconceitos. (SILVA, NETO; 2006, p. 193).

Para que a Educação Sexual aconteça efetivamente na escola, Cruz e Silva (2017) afirmam

que os educadores devem se atentar à forma com que esta é encarada na instituição; para que não seja adotada como sinal de repreensão, deve ser trabalhada de forma ampla, por meio da construção diária de aprendizado e troca de experiências, de modo que todos os professores das diversas áreas falem a mesma língua ao ensinar a importância de conhecer o corpo, tanto físico como psicológico.

O coordenador pedagógico é o profissional que a partir da Lei nº. 5692/1971 surge comprometido com a ação supervisora de ensino. Ele é inicialmente um fiscalizador do trabalho docente, porém com a compreensão da importância de um profissional na escola responsável pelo processo ensino e aprendizagem, o Coordenador pedagógico segundo Placco, Souza, Almeida (2013) assume papel fundamental na gestão dos processos escolares, sobretudo na formação de professores. Em Placco, Souza, Almeida (2013) vemos o percurso deste profissional até a compreensão da sua relevância na função formativa.

> Nos últimos dez anos, nas redes pesquisadas, a coordenação pedagógica foi instituída para todas as escolas. As atribuições desses profissionais, definidas pelas legislações estaduais e/ou municipais, são muitas, envolvendo desde a liderança do projeto político pedagógico até funções administrativas de assessoramento da direção, mas, sobretudo, atividades relativas ao funcionamento pedagógico da escola e de apoio aos professores, tais como: avaliação dos resultados dos alunos, diagnóstico da situação de ensino e aprendizagem, supervisão e organização das ações pedagógicas cotidianas (frequência de alunos e professores), andamento do planejamento de aulas (conteúdos ensinados), planejamento das avaliações, organização de conselhos de classe, organização das avaliações externas, material necessário para as aulas e reuniões pedagógicas, atendimento de pais, etc., além da formação continuada dos professores. (PLACCO, SOUZA, ALMEIDA, 2013, p. 761)

Tendo consolidado o caráter formador do Coordenador Pedagógico, é esse o profissional que se utilizando da formação em serviço pode introduzir a Educação Sexual nas formações docentes instrumentalizando os educadores acerca das temáticas que adentram essa área educacional e preparando os profissionais da educação para auxiliarem os educandos nos assuntos relativos a gênero e sexualidade.

Fernandes (2017) afirma que o coordenador é o profissional que responde pela viabilização, integração e articulação do trabalho pedagógico, sendo diretamente relacionado com diversos aspectos, os quais devem ir de encontro a ação colaborativa. Essa relação se faz necessária na medida em que se compreende que este sujeito não atua sozinho, ele protagoniza com os demais (família, alunos, funcionários, gestão, conselho escolar, professores), propiciando o sentido e a importância do trabalho coletivo e colaborativo.

O coordenador pedagógico pode apoiar os professores para que criem estratégias e momentos que oportunizem o aluno a falar, para que o mesmo possa ter voz ativa, respeitando aos demais, assim ajudando-lhe a crescer no que tange as questões da sexualidade. (CRUZ e SILVA; 2017, p.45)

Existem grandes implicações no que concerne às funções e atribuições do coordenador que necessitam ser discutidas, haja vista que estas se misturam no cotidiano da escola, muitas vezes, devido à falta de conhecimento por parte deste profissional, da escola e da sociedade. No entanto, há consenso teórico enquanto a sua relevância e fundamental atuação para a concretização de um Projeto Político Pedagógico (PPP) que atenda às necessidades da escola e da sociedade como um todo.

Muitas vezes o coordenador pedagógico assume o cargo sem ter a formação adequada para prover o preparo de sua equipe educacional sobre o tema de educação sexual, devendo nestes casos, se aperfeiçoar e estar atento a realidade e situações vivenciadas no seu ambiente escolar, pois; as situações vivenciadas fazem parte do conhecimento e aprendizagem. Muitas vezes há situações que acontecem na escola em que os profissionais por mais capacitados que sejam, aprenderão com a própria prática e enfrentamento dessas situações; e essas experiências devem ser compartilhadas para que os educadores possam realmente colaborar para uma educação sexual orientada da melhor maneira possível.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este artigo procura via pesquisa qualitativa apresentar a relevância da formação continuada em Educação Sexual e a importância do profissional de Coordenação pedagógica para a concretização de uma proposta que realmente considere a Sexualidade como tema de absoluta relevância nos momentos formativos.

A metodologia escolhida para o desenvolvimento deste trabalho foi o estudo de caso, pois traremos um recorte dos pensamentos dos Coordenadores Pedagógicos acerca da formação em sexualidade.

> O estudo de caso tem se tornado a estratégia preferida quando os pesquisadores procuram responder às questões "como" e "por quê" certos fenômenos ocorrem, quando há pouca possibilidade de controle sobre os eventos estudados e quando o foco de interesse é sobre fenômenos atuais, que só poderão ser analisados dentro de algum contexto de vida real. (GODOY, 1995, p. 25b)

O propósito do estudo de caso é analisar intensamente uma dada unidade social que se enquadra perfeitamente em fenômenos contemporâneos como a introdução da Educação Sexual, pois aprofunda a análise mostrando a multiplicidade de dimensões presentes em uma determinada situação, correspondendo a complexidade da realidade. “O estudo de caso se caracteriza como um tipo de pesquisa cujo objeto é uma unidade que se analisa profundamente. Visa ao exame detalhado de um ambiente, de um simples sujeito ou de uma situação em particular.” (Godoy, 1995, p. 25a)

Uma das técnicas fundamentais do estudo de caso é a observação e a entrevista. Nesta pesquisa, optou-se por um questionário semiestruturado destinado a Coordenadores Pedagógicos da prefeitura de Bauru acerca da relevância da formação continuada em Educação Sexual.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Após as questões pessoais onde perguntou-se o nome e e-mail do entrevistado, a primeira questão era relativa a função do profissional questionado. Entre os entrevistados, a pesquisa contou com 10 coordenadores pedagógicos e um coordenador de área, também formador e por isso importante para a análise que se segue.

Tabela 1: Você é Coordenador (a) Pedagógico (a)?

SIM	NÃO
10	1

A segunda questão focou a relevância da temática enquanto assunto a ser abordado nas formações de professores na escola. Entre os 11 profissionais entrevistados somente um afirmou que pensa que a Educação Sexual não deve ser tema a ser trabalhado em ações formativas. No entanto, a baixa adesão ao questionário também indica um distanciamento do assunto e uma resistência ao dissertar sobre o tema.

Tabela 2: Você considera relevante formação continuada em Educação Sexual?

SIM	NÃO
10	1

Alguns coordenadores se recusaram educadamente a responder reforçando essa resistência ao conteúdo.

> Há necessidade de maior sensibilização dos professores/educadores para que se disponham à abordagem com Educação Sexual, uma vez que as características apontadas nos documentos são bastante idealizadas nos

> seus aspectos subjetivos (ser séria, boa, compreensiva, amiga, ter equilíbrio/amadurecimento mental e psicológico) e altamente exigentes nos objetivos (estar preparado/ter conhecimento do assunto, ter interesse em desenvolvê-lo e não passar seus valores). Como por esse perfil idealizado os profissionais sentem-se distantes de grande parte dessas características, acabam não realizando e, mesmo, distanciando-se da abordagem do tema. (SILVA, NETO; 2006, p. 195)

São muitos os aspectos que podem levar um profissional a não considerar a Educação Sexual pertinente na escola. Além das citadas acima, a questão religiosa, política e a influência dos grupos de convivência. Contudo, não se pode deixar de evidenciar o caráter inclusivo da Educação Sexual, que auxilia educandos muitas vezes desprovidos de informação a compreender melhor o próprio corpo e a própria sexualidade. Além do caráter informativo do conteúdo que pode orientar sobre violência sexual, impedindo que ações de cunho agressivo sejam normatizadas pela cultura local.

> O direito dos indivíduos ao acesso à educação sexual formal e à discussão a respeito de saúde e sexualidade não deve se restringir às questões de prevenção e saúde sexual, direcionando "decisões certas" – geralmente relacionadas aos padrões sociais desejáveis. Essa educação, orientada por conhecimentos científicos acerca da temática da sexualidade, deve abranger a ludicidade, o prazer, a liberdade de viver a sexualidade (ainda que com responsabilidade) e voltadas à saúde sexual. Isto é, os conhecimentos científicos sobre a sexualidade deveriam ter caráter crítico sobre o tema, não sendo apenas de caráter biologizante e preventivo (Figueiró, 2006; Maia, 2004; Nunes & Silva, 2000; Ribeiro, 1990). (MAIA, 2012, p. 153)

Na próxima pergunta levantou-se quais temas os coordenadores consideravam relevantes para a formação continuada. Abaixo a Tabela 3 elencou o que cada profissional respondeu:

Tabela 3: Qual temática em Sexualidade vocês consideram relevante para a formação continuada?

Resposta 1	Didática com professores.
Resposta 2	Doenças sexualmente transmissíveis e preconceito.
Resposta 3	Educação Sexual e Violência Sexual.
Resposta 4	Respeito a diversidade, gravidez, doenças sexualmente transmissíveis.
Resposta 5	DST, atualidades sobre doenças e percepções.
Resposta 6	As relações de gênero, abordagem política ou emancipatória da sexualidade e violência sexual e de gênero.
Resposta 7	LGBTfobia e Bullying.
Resposta 8	Gravidez precoce, mulher como objeto sexual, e relacionamentos não héteros.
Resposta 9	Importância do uso do preservativo.

Resposta 10	Nenhuma.
Resposta 11	Doenças sexualmente transmissíveis, gravidez indesejada.

De acordo com as respostas fica evidente que a visão da Educação Sexual ainda se reduz a ISTs (Infecções Sexualmente Transmissíveis), gravidez precoce e métodos contraceptivos.

É consensual a necessidade de discutir essas temáticas como enfatiza Saito e Leal (2000) ao afirmar a relevância do planejamento familiar. "A gravidez em adolescentes constitui, portanto; tema atual de discussão, tornando-se clara a necessidade de haver prevenção dos fatores de risco, surgindo, então, como proposta imediata, a educação sexual". O autor também afirma como fundamental a prevenção de doenças.

> O exercício da sexualidade na adolescência poderá constituir risco de grau variável para comprometimento do projeto de vida e até da própria vida, bastando para isto lembrar consequências como a gravidez precoce, o aborto, AIDS e outras doenças sexualmente transmissíveis. (SAITO, LEAL; 2000, p. 44)

No entanto, a Educação Sexual transcende a questão biológica e higienista, nesse caso poucos formadores ampliaram a compreensão da sexualidade na escola citando as questões de gênero, homofobia, preconceito e violência sexual.

Tais abordagens, segundo Maia (2012), ignoram que ao abordar a sexualidade na escola de uma forma mais ampla, a instituição escolar permite que os jovens possam viver a sexualidade de modo consciente, independente do sexo, inclusive porque o sexo não é a única forma de expressá-la, mas apenas uma delas.

> Uma educação sexual ética e comprometida com a emancipação dos indivíduos deve questionar e debater os padrões de normalidade transmitidos entre as gerações e que contribuem para a naturalização de comportamentos sexuais. É preciso ressaltar que a sexualidade é uma construção social e, como tal, impõe certos padrões de como devemos nos comportar. Exemplos dessa naturalização estão nos padrões de beleza tidos como normais, que envolvem características físicas como cor da pele, do cabelo, altura e principalmente massa corporal. Outro exemplo, segundo Louro (1998), são os padrões heteronormativos que colocam a diversidade sexual como um "desvio", estimulando a discriminação entre os jovens na escola – algo bastante comum hoje em dia. (MAIA, 2012, p. 153)

A tabela 4 abaixo, traz repostas quando perguntado aos entrevistados das dificuldades enfrentadas a respeito da educação sexual.

Tabela 4: Quais dificuldades você encontra ao trabalhar com o tema de Educação Sexual?

Resposta 1	Pais.
Resposta 2	Tabu ao falar sobre educação sexual e inflexibilidade de algumas religiões.
Resposta 3	Desconstrução de ideias preconceituosas e tabus.
Resposta 4	Resistência quanto a valores.
Resposta 5	Abordar.

Resposta 6	Dificuldade na receptividade do tema por parte de alguns docentes e da comunidade escolar.
Resposta 7	No trabalho com essa temática muitas vezes me deparo com ideologias e crenças diversas que são utilizadas como discurso para inviabilizar a reflexão mais aprofundada à luz de materiais relacionados à sexualidade. O extremismo religioso ainda se configura como um grande entrave no que tange à discussão acerca de aspectos sociais e culturais relativos a essa temática.
Resposta 8	Resistência dos professores e das famílias.
Resposta 9	Pais dos alunos.
Resposta 10	Não concordo com a abordagem do tema.
Resposta 11	Resistência da sociedade (pais, comunidade escolar), dificuldade no acesso a informação e conteúdo.

Uma das dificuldades recorrentes no panorama apresentado são os pais e ou familiares, pois muitas vezes estes apenas repassam o conhecimento que receberam sobre o tema, o que na maioria das vezes é um conhecimento muito superficial e equivocado. Além disso muitos pais apresentam resistência quando tomam ciência da abordagem do referido tema no âmbito escolar.

> Muitos pais acreditam que a educação sexual tem o sentido exclusivamente de se sentar e assistir a aulas de anatomia ou realizar discussões que abordam sobre os perigos da sexualidade. Este significado atribuído pelos pais é enganoso, pois a educação sexual acontece desde o nascimento da criança, aonde ela vai absorvendo informações de seu meio. Pode-se dizer que a maioria dos conhecimentos passados pelos pais são indiretos, ou seja, eles não têm conhecimento de que o fazem, e assim o sujeito constrói a sua percepção sobre a sexualidade. (SUPLICY, 1983 apud RODRIGUES E WECHSLER, 2014).

Silva e Neto (2006) apontam que o tema sexualidade na escola desperta medo, sentimentos de despreparo, vergonha e falta de confiança e diante disso, os profissionais da educação são norteados por valores pessoais ao tratar desses assuntos em sala de aula, contribuindo desta forma para obstaculizar a implantação da educação sexual nas escolas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Vivemos em um cenário contemporâneo o qual sofre mudanças todo o tempo; e a escola, fonte infinita de informação tem de se adequar as necessidades que esse cenário exige. O tema de educação sexual fora e ainda é tratado de forma reduzido a assuntos como ISTs (Infecções Sexualmente Transmissíveis), organismo masculino e feminino, preservativos, gravidez precoce, palestras superficiais e outros; enfim, abordagens que se resumem em temas focais e sem continuidade.

Nas leituras e na pesquisa de campo foi possível perceber que a família em sua maioria proporciona uma educação sexual deficiente e/ou equivocada, repassando para os filhos informações superficiais e deturpadas que também receberam em sua infância e adolescência.

Em vista dessa deficiência de educação sexual por parte da família, a escola se torna o principal veículo dessa informação às crianças e adolescentes, os quais por muitas vezes pela falta de informação adequada acabam sofrendo consequências como gravidez precoce, violência sexual,

doenças psicológicas causadas por abuso sexual e muitas outras situações as quais a escola acaba incorporando em seu contexto diário.

Percebe-se que, a escola enquanto instituição reconhece a importância da educação sexual, porém se defronta com o despreparo dos profissionais envolvidos na educação, exercendo muitas vezes o papel de resolver "problemas", ou seja, remediando as deficiências e não as sanando de forma eficiente.

É fato que o professor sai da sua formação acadêmica desprovido de muita informação e cada um com sua bagagem cultural, religiosa, ideológica e portanto; cabe a cada unidade escolar prover o conhecimento necessário para que esses docentes possam promover uma educação sexual pautada na reflexão de temas coletivos e individuais vividas pelos alunos de forma regular e consistente, estimulando a criança e/ou adolescente no desenvolvimento e na busca de informações atreladas ao tema.

É de responsabilidade do coordenador pedagógico a formação continuada dos professores em todos os temas necessários e pertinentes a educação dos alunos. Portanto, o coordenador pedagógico não pode abster-se de se aprofundar e compartilhar em sua unidade de forma dinâmica e participativa assuntos relacionados a educação sexual. O coordenador pedagógico tem papel fundamental na estrutura organizacional da escola; este profissional deve estar atualizado e atento às mudanças de cenário global e da comunidade em que a escola está inserida, deve ter o olhar para a cultura, costumes, condição social, e muitos outros fatores que interferem na educação diária em sala de aula e desta forma; propiciar a formação continuada ao seu corpo docente, de forma que este possa construir e disseminar uma educação sexual pautada na reflexão constante dos diversos temas relacionados a sexualidade de maneira profunda e aberta, para que a reflexão seja sempre priorizada no processo de ensino e aprendizagem.

REFERÊNCIAS

ALTMANN, Helena. **Orientação Sexual Nos Parâmetros Curriculares Nacionais**. Estudos Feministas. 2001. Disponível em: file:///C:/Users/LG/Desktop/sexualidade/_%20Acesso.pdf. Acesso em 9 de jan. 2020.

ALVES, Alda Judith. **A "revisão da bibliografia" em teses e dissertações**: meus tipos inesquecíveis. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, n. 81, p.53-60, maio. 1992.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais**: pluralidade cultural: orientação sexual. 2.ed. Brasília, 2000. v. 10, p. 112-128.

FERNADES, Maria José da Silva. **Atuação profissional do coordenador pedagógico e as implicações no ensino e na aprendizagem**. Revista on-line de Política e Gestão Educacional. v.21, n.3, p. 1405-1422, set./dez. 2017.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I**: a vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

GUIMARÃES, Isaura. **Educação sexual na escola**: mito e realidade. Campinas, SP: Mercado de Letras, 1995.

MAIA, Ana Cláudia Bortolozzi. **Educação sexual na escola a partir da psicologia histórico-cultural**. Psicol Estud. 17(1):151-6. 2012.

MAISTRO, Virginia Iara de Aandrade. **Educação, Sexualidade & Diversidades Políticas públicas educacionais**: avanços ou retrocessos? Londrina: Syntagma Editores, 2017. 682 p.

MAIA, Ana Cláudia Bortolozzi. **Conceito amplo de Sexualidade no processo de Educação Sexual**. Psicopedagogia On Line, v.1, 2010.

RODRIGUES, Cibele Pavani; WECHSLER, Amanda Muglia. **A sexualidade no ambiente escolar**: a visão dos professores de educação infantil. Cadernos de Educação: Ensino e Sociedade, Bebedouro. 1 (1): 89-104. 2014.

SAITO, Maria Ignez**. Educaçao sexual na escola**. Pediatria. 22(1):44-48. 2000.

SILVA, Márcio Magalhães da. **Pedagogia Histórico-Crítica e sexualidade na educação escolar**: considerações a partir da análise do tema "orientação sexual" nos parâmetros curriculares nacionais. In: Germinal: Marxismo e Educação em Debate, v. 7, n. 1, jun. 2005.

SILVA, Regina Célia Pinheiro da; NETO, Jorge Megid. **Formação de professores e educadores para abordagem da educação sexual na escola**: o que mostram as pesquisas. Ciência & Educação, 185-197.2006.

CULTURA E COMPETÊNCIA INFORMACIONAL EM TEMPOS DE FAKE NEWS

CULTURE AND INFORMATIONAL COMPETENCE IN FAKE NEWS TIMES

Pedro Americo Carraro Neto
Mestre em Desenvolvimento Regional (Uni-FACEF)
pcarraroneto@gmail.com

Sâmia de Souza Carvalho
Mestranda em Direito (UNESP)
samia.carvalho@unesp.br

Alan Bazalha Lopes
Mestrando em Desenvolvimento Regional (Uni-FACEF)
alanbazalhalopes@gmail.com

Adnan Kalil Jebailey Junior
Mestrando em Planejamento e Análise de Políticas Públicas (UNESP)
adnankjebaileyjr@gmail.com

RESUMO

O campo de estudo da Cultura Informacional se desenvolveu a partir da década dos anos de 1980. Inúmeras teorias e estudos nasceram ao longo do tempo. Entretanto, nos últimos anos o avanço da tecnologia e a alteração no padrão de comportamento da sociedade pós-moderna fez surgir novos obstáculos nessa área de estudo. Dessa maneira, esse artigo tem como objetivo analisar a relação teórica entre a Cultura Informacional e o surgimento das *Fake News* estudando seu *modus operandi* e como o usuário se comporta diante das notícias falsas. Constatou-se que existe uma relação bastante próxima da proliferação de notícias falsas e a deturpação no recebimento da mensagem pelo usuário o que acaba, consequentemente, gerando um caos informacional no processo de transmissão da informação para o usuário.

Palavras-chave: Cultura Informacional, Fake News, Pós-Moderno.

ABSTRACT

The field of study of Information Culture developed from the decade of the 1980s. Numerous theories and studies were born over time. However, in recent years the advancement of technology and the change in the behavior pattern of postmodern society has created new obstacles in this area of study. In this way, this article aimed to analyze the theoretical relationship between the Information Culture and the emergence of Fake News studying its modus operandi and how the user behaves in the face of false news. It was found that there is a close relationship between the proliferation of false news and the misrepresentation in the receipt of the message by the user, which ends up generating informational chaos in the process of transmitting the information to the user.

Keywords: Informational Culture, Fake News, Post-Modern.

1 INTRODUÇÃO

O campo de estudo da Cultura Informacional se desenvolveu a partir da década dos anos de 1980. Inúmeras teorias e estudos nasceram ao longo do tempo. Entretanto, nos últimos anos o avanço da tecnologia e a alteração no padrão de comportamento da sociedade pós-moderna fez surgir novos obstáculos nessa área de estudo.

Dessa maneira, esse artigo tem como objetivo analisar a relação teórica entre a Cultura Informacional e o surgimento das *Fake News* estudando seu *modus operandi* e como o usuário se comporta diante das noticias falsas. Para tanto o problema de pesquisa se constitui na seguinte indagação: Existe uma relação entre a Cultura Informacional e as *Fake News*?

Para responder ao objetivo e problema de pesquisa esse artigo tem em seu *segundo capítulo* uma abordagem sobre os conceitos de Cultura Informacional analisando ao longo do tempo como se formou essa ciência.

No *terceiro capítulo* aborda-se o conceito de Pós-Verdade e de *Fake News* identificando as diferenças e as similaridades entre os

No *quarto capítulo* a análise se dá em como as *Fake News* impactam a Cultura Informacional através de um estudo sobre o processo de operação das notícias falsas e como os usuários interagem com elas.

No *quinto capítulo* será realizada a conclusão avaliando a relação entre cultura informacional e as *Fake News* norteando possíveis estudos futuros sobre o tema.

2 CULTURA E COMPORTAMENTO INFORMACIONAL

A Cultura informacional está intrinsicamente ligada ao cotidiano das pessoas, na forma em que elas lidam com as informações que recebem e, consequentemente, como repassam essas informações. Para estudar esse processo de comunicação informacional, surge esse campo de estudo homônimo. Segundo aponta Gasque (2008), a Cultura Informacional apresenta os modelos como processos/relações que ocorrem quando os indivíduos buscam e utilizam as informações em determinados contextos, possibilitando a compreensão da questão e a intervenção nesses processos com o objetivo de torná-los mais eficazes a partir de projetos voltados para a construção e o desenvolvimento de competências.

Nessa área de estudo, dois modelos são essenciais para melhor compreensão desse campo de estudo. Conforme aponta Lins e Leite (2011), o primeiro modelo, denominado *Comportamento Informacional*, tem como objetivo descrever as etapas do processo de busca de informação a partir da identificação de necessidades. Já o segundo modelo, conhecido como *Competência em Informação*, está direcionado para as características que qualificam os processos de busca e uso da informação.

Os dois modelos supracitados têm uma correlação positiva em seu estudo. Dessa maneira, apenas mencionou-se nesse artigo a classificação nas temáticas dessa área de estudo, divisão que não será necessária ao analisar a perspectiva histórica da Cultura Informacional. A seguir, serão destacados alguns modelos a fim de dar suporte ao modo de funcionamento do conceito em questão.

A Cultura Informacional ganha força nos anos de 1980 através do modelo de Belkin. Conforme aponta Furtado e Alcará (2015, p. 3), “o modelo *Anomalus State of Knowledge* (ASK), proposto por Belkin, parte da premissa de que uma necessidade de informação surge a partir de uma anomalia reconhecida no estado de conhecimento do usuário, referente a um tópico ou situação”.

No ano de 1983, o destaque fica por conta do modelo de Brenda Dervin:

> O modelo *Sense Making* proposto por Brenda Dervin se propõe avaliar como os usuários percebem, compreendem, interagem com as fontes informacionais e usam a informação e outros recursos neste processo, que tem como foco a "Construção de Sentidos" a partir das experiências sociais, culturais, políticas e econômicas do sujeito. (FURTADO; ALCARÁ, 2015, p. 3).

Ainda nos anos de 1980, dois outros modelos surgem para complementar/inovar o processo de estudo do comportamento informacional. Em 1986 surge o modelo de Taylor, que tem como premissa a abordagem do *Modelo de Valor Agregado,* baseado na criação de um processo capaz de transformar dados sem nenhum significado em informação útil. Já o segundo modelo é o de Ellis (1989), que apresenta um diagrama com uma série de categorias de atividades relacionadas à busca informacional.

Nos anos de 1990, dois autores se destacaram. Kuhlthau (1991) desenvolveu o modelo *Information Search Process* (ISP) fazendo associação entre ações cognitivas relacionadas a sentimentos, pensamentos e atitudes. Além disso, seu modelo correlaciona, junto a essas ações, a fenomenologia. Thomas Wilson (1996) tem uma abordagem mais pragmática, relacionando o comportamento informacional humano em suprimento da necessidade dos usuários.

Já no século XXI, o modelo desenvolvido por Choo (2006) relaciona os principais elementos que influenciam o comportamento das pessoas. A busca e uso pela informação são representados em três estágios: necessidade de informação, busca de informação e uso de informação.

Como forma de facilitar a análise cronológica dos principais autores no estudo da Cultura Informacional, produziu-se o Quadro 1, a seguir.

Quadro 1 – Autores de Cultura Informacional

Autores	Conceitos
Belkin (1980)	O modelo *Anomalus State of Knowledge* (ASK), proposto por Belkin, parte da premissa de que uma necessidade de informação surge a partir de uma anomalia reconhecida no estado de conhecimento do usuário, referente a um tópico ou situação.
Brenda Dervin (1983)	O modelo *Sense Making* proposto por Brenda Dervin se propõe avaliar como os usuários percebem, compreendem, interagem com as fontes informacionais e usam a informação e outros recursos neste processo, que tem como foco a "Construção de Sentidos" a partir das experiências sociais, culturais, políticas e econômicas do

	sujeito.
Taylor (1986)	A premissa da abordagem do Modelo Valor Agregado de Taylor baseia-se na criação de um processo capaz de transformar dados sem nenhum significado em informação útil.
Ellis (1989)	O Modelo de Ellis não apresenta um diagrama, como aos outros modelos, mas uma série de categorias de atividades relacionadas à busca informacional.
Kuhlthau (1991)	Kuhlthau em seu modelo *Information Search Process* (ISP) fez uma associação entre sentimentos, pensamentos e atitudes e mescla características da abordagem fenomenológica com a cognitiva.
Thomas Wilson (1996)	Os modelos de Thomas Wilson, elaborado em 1981 e revisado em 1996, investem nos padrões do comportamento informacional humano, direcionados às necessidades dos usuários.
Choo (2006)	Choo em seu modelo de uso de informação, proposto em 1998 relaciona os principais elementos que influenciam o comportamento do individuo quando busca e usa a informação, apresentando três estágios: a necessidade de informação, a busca de informação e o uso de informação.

Fonte: Furtado e Alcará (2015) – Elaboração Própria.

No próximo capítulo desse artigo será discutido o tema das Fake News e, sobretudo, como essa alteração no padrão da informação influencia no comportamento informacional dos usuários.

3 PÓS-VERDADE, *FAKE NEWS* E (RE)SIGNIFICAÇÃO NO PROCESSO DA CULTURA INFORMACIONAL

Pós-Verdade, *Fake News* e Cultura Informacional compreendem a cunhagem de uma mesma moeda. Não apenas pelas suas afinidades em termos de significação linguística, mas também pelo seu trânsito direto em campos de estudo.

Parte-se do pressuposto em que a Pós-Verdade dita uma nova configuração de "ética" em uma sociedade pós-moderna, que *grosso modo*, começou a se reconfigurar a partir dos anos de 1980, conforme aponta a obra *O Pós-Moderno* de Jean-François Lyotard. O conceito de pós-modernidade avançou na década de 1990 e ganhou o mundo acadêmico no século XXI

através das obras de Zygmunt Bauman. Em suma, o cerne dessas discussões levaram em consideração a liquidez e fugacidade nas relações humanas.

As *Fake News* surge desse modo, como consequência de uma sociedade onde a Pós-Verdade é a "ética" redundante. Pode-se dizer, nessa metonímia que as *Fake News* consistiriam na "moral" da nova sociedade. Toda essa conjuntura acaba influenciando na Cultura Informacional – não se sabe o que recebe e muito menos o que se repassa.

Nesse contexto, o próximo subcapitulo abordará, em forma corrente, a Pós-Verdade, liame principal e *metaparadigma* da discussão desse capítulo.

3.1 PÓS-VERDADE

A "Post-Truth", eleita a palavra do ano de 2016 pelo "Dicionário de Oxford" pode ainda hoje e, agora mais do que nunca, ser considerada uma expressão de força no nosso vocabulário. Em termos didáticos, a "pós-verdade", conforme explica Higgins (2016), em artigo publicado na *Nature*, refere-se a mentiras sendo rotina em toda a sociedade, e isso significa que mentir não é um crime, portanto, não é plausível a condenação de quem conta ou compartilha. (PAULA et. al, 2018, p. 95).

A expressão utilizada por Mario Quintana (1983) – "A mentira é uma verdade que se esqueceu de acontecer" - parece cada vez mais real na conjuntura social do nosso mundo. O que é a mentira? É um ponto de vista?

Alguns autores colocam a pós-verdade em um plano de relativismo epistêmico, no qual a visão do que é verdade pode variar dependendo do contexto. Higgins (2016) explica que um relativista extremo pode sustentar que a verdade varia de pessoa para pessoa, uma posição que não deixa muito espaço para o debate. Contudo, posições mais racionais devem envolver pelo menos um mínimo de relativismo. (PAULA et. al, 2018, p. 95).

Nessa seara, Blocher (2019, p.442) elucida:

> O problema epistemológico da era "pós-verdade" não é simplesmente que algumas pessoas não acreditam mais no valor da verdade, mas que muitos acreditam em falsidades. Quando as pessoas agem em crenças bizarras, mas verdadeiramente creem muitas vezes eles demonstram um forte - mesmo perversamente corajoso - compromisso com o que eles acreditam ser verdades factuais. Um, portanto, não pode combater o fenômeno simplesmente insistindo no valor da verdade. Nem é possível contornar completamente o problema, fazendo da democracia, da autonomia, ou algum outro valor a meta central (...). Essas teorias, também, com frequência dependem, em parte, da função epistêmica da liberdade de expressão. Uma democracia que funcione bem se baseia no conhecimento de especialistas. Mentiras e desinformação podem interferir na autonomia pessoal. (tradução nossa).

Em termos práticos a pós-verdade, conforme aponta Paula et. al. (2018, p. 96), "[...] pode-se afirmar que o principal objetivo da pós-verdade é desorientar o leitor no seu processo de formulação de conhecimento e de formação de opinião". Nesse processo, a informação tem um caráter apelativo a alguns sentimentos intrínsecos não indutivos do receptor da mensagem – "dando a entender..." – ou seja, permite inúmeras interpretações afastando-se do pragmatismo e do prosaico.

No próximo subcapitulo será discutido o tema das *Fake News* e qual sua relação com a pós-verdade.

3.2 FAKE NEWS

Como o próprio nome diz *fake news*, que significa notícias falsas, mormente são produzidas para causar algum efeito tanto nas notícias quanto nos debates. “Nas guerras antigas era muito comum inventar boatos sobre a aproximação do inimigo para provocar pânico, ou anunciar antecipadamente a derrota de um ou outro lado para provocar reações que fossem favoráveis ao autor da notícia.” (NASCIMENTO, 2018, p. 18).

As notícias falsas são produzidas para induzir o leitor, seja através do título ou frases de efeito, normalmente com discursos curtos e sem aprofundamento. Flores (2017), discutindo a relação dos interlocutores com as fake news e a pós-verdade, apresenta um elemento que pode ser considerado o catalisador da pós-verdade. Ele explica que a insinuação pode ser a inferência falseadora na pós-verdade.

Embora, neste artigo, tenha se preferido utilizar o termo Fake News por sua popularidade é preciso mencionar que a expressão Desinformação também tem aparecido na literatura sobre o assunto.[1] Na União Europeia, o Relatório do Grupo de Alto nível sobre noticias falsas e desinformação on line (2018 p.10), apontou que a ameaça é a desinformação e não as noticias falsas. O grupo elucida as duas razões porque evitou o termo Fake News:

> Em primeiro lugar, o termo é inadequado para capturar o complexo problema da desinformação, que envolve o conteúdo que não é verdade ou completamente “falso”, mas informação fabricada misturado com fatos e práticas que vão muito além de qualquer coisa parecida com “notícias” para incluir algumas formas de contas automatizados usado para astroturfing, redes de falsos seguidores, vídeos fabricados ou manipulados, publicidade direcionada,trolls organnizados memes visuais, e muito mais. **Também pode envolver toda uma série de comportamento digital que é mais sobre a circulação de desinformação do que sobre a produção de desinformação**,abrangendo desde postagem,comentarios, compartilhamentos, twittar e re-twittar etc. Em segundo lugar, o termo 'notícias falsas' é ,não só inadequado, mas também enganoso, porque ele tem sido apropriado por alguns políticos e seus partidários, que usam o termo para dispensar a cobertura que eles acham desagradável, e tornou-se assim uma arma com a qual os atores poderosos podem interferir na circulação de informações,atacar e minar meios de comunicação independentes. pesquisa tem mostrado que, em geral, os cidadãos muitas vezes associam o termo ‘notícias falsas’ com debate partidário político e mau jornalismo , ao invés de formas mais perniciosas e precisamente definidas de desinformação. (tradução nossa)

Em resumo, as *Fake News* podem ser consideradas conteúdos que buscam evocar os sentimentos do leitor e com frequência fabricar uma revolta relativa à entidade/pessoa que está sendo deslegitimada. Angelis (2017) explica que em comunidades nas quais o princípio da pós-verdade está estabelecido, a propensão dos indivíduos a serem manipulados e enganados pelas fake news é facilitada, causando um ciclo em que uma pode aumentar os impactos da outra.

Entretanto, salienta-se diferença entre a Pós-Verdade e as *Fake News*. Conforme aponta Paula et. al. (2018, p. 96):

---

[1] Além disso, a expressão “Misinformation” aparece na literatura estrangeira sobre o assunto. Para compreender melhor a expressão https://en.unesco.org/fightfakenews e https://www.dictionary.com/e/misinformation-vs-disinformation-get-informed-on-the-difference/

> [...] mesmo diante de muitas similitudes podemos afirmar que as fake news se diferenciam da pós-verdade em um elemento primordial: a fake news não possui a necessidade de apresentar fatos verídicos em uma notícia, enquanto a pós-verdade busca apelar para aspectos emocionais de uma narrativa realista.

Dentro desse discurso, inúmeras são as variáveis que podem influenciar na cultura informacional, gerando um completo caos de informações. Dessa maneira, no próximo capítulo será abordado o processo de disseminação das *Fake News* e seus efeitos na relação de informação.

4 CAOS INFORMACIONAL - PROCESSO E RETÓRICA DAS *FAKE NEWS* NA CULTURA INFORMACIONAL

Diante de um mundo onde cada vez mais se ramifica as *Fake* News, seus efeitos são sentidos diretamente na cultura informacional, gerando um caos completo na relação de informação. Esse caos pode ser analisado por um *modus operandi* estudo através de três *steps*: Contágio, Epidemia e Cura.

O contágio pelas informações enganosas das *Fake News* tem seu embrião no surgimento do web 2.0, que conforme aponta Primo (2007) permitiu uma maior interatividade e participação dos seus usuários, desenvolvendo ferramentas de publicação e compartilhamento das informações de forma acessível e democrática. Foi à web 2.0 que permitiu a criação, por exemplo, da Wikipédia, blogs e das primeiras redes sociais.

Esse contágio foi sendo cada vez mais forte diante da fusão entre um sistema de informação e transmissão rápido e uma sociedade pós-moderna de discursos curtos. Conforme comenta Leite e Matos (2018, p. 3),

> A decorrência principal da sociedade pós-moderna, inserida em um tempo que, assim como suas conexões de rede, preza pela velocidade e quantidade, pelo aqui e agora, é o fortalecimento do instantâneo. Como Bauman (2001) propõe, a liquidez toma conta da vida e das relações humanas. E essa mesma relação se dá com a informação. Mas nem sempre esta incerteza gera uma atitude de indagação e vigilância. O excesso de vozes, a sobrecarga de oferta de informação, muitas vezes faz as pessoas decaírem para um estado de indiferença ou apatia.

O fácil acesso a tecnologia produziu o segundo *step* do efeito de proliferação – a epidemia. Acesso facilitado a *smartphones*, *tablets*, *notebooks* e outras ferramentas tecnológicas de comunicação possibilitou, então, o desenvolvimento de uma sociedade global conectada o tempo todo. Conforme aponta Baudrillard (1999) "[...] a vida social é crescentemente transferida do espaço físico para o espaço virtual e a nova realidade passa a ser a sua representação imagética, a sua virtualização".

No Brasil, 75% dos usuários de internet utilizam as redes sociais e 74% compartilham textos, imagens ou vídeos, conforme, aponta a TIC DOMICÍLIOS (Pesquisa sobre o Uso das Tecnologias de Informação e Comunicação nos Domicílios Brasileiros, 2018, p.120) realizada pelo CGI (Comitê Gestor da Internet no Brasil) :

> Dentre as atividades na Internet investigadas na TIC Domicílios, as de comunicação seguem sendo as mais realizadas pelos usuários da rede. Assim como nas últimas edições da pesquisa, o destaque ainda é o **envio de mensagens instantâneas**, que passou de 74%, em 2013, **para 92%,** em 2018 (Gráfico 9), proporção que representava 116,5 milhões de brasileiros**. A segunda atividade mais citada entre os usuários de Internet foi o uso de redes sociais (75%), o qual apresenta proporções estáveis há pelo menos cinco anos.(..**.) Entre as

> atividades relacionadas ao compartilhamento e à criação de conteúdo investigadas pela TIC Domicílios, **compartilhar textos, imagens ou vídeos seguiu sendo a mais citada e a única que apresentou uma tendência de crescimento ao longo dos últimos anos, tendo passado de 60%, em 2013, para 74%, em 2018.** Já postar textos, imagens ou vídeos na Internet (39%) e criar ou atualizar blogs, páginas na Internet ou websites (19%) continuam no mesmo patamar há pelo menos três edições da pesquisa. (Grifo nosso)

Essa epidemia é cada vez mais transferida em contagio a outros usuários informacionais. Conforme demonstra Leite e Matos (2018, p. 4).

> O sintoma do compartilhamento de desinformações também é egocêntrico. Recuero (2009) analisa que a decisão por compartilhar algo em uma rede social não diz respeito somente a se o individuo acha a informação relevante. Ele também leva em conta em como os amigos ou sua audiência irão reagir. Um estudo de caso específico (RIPOLL; ARDIGO, 2017) relata que algumas informações compartilhadas pelas pessoas não são nem mesmo lidas por quem compartilhou.

Acerca do compartilhamento desenfreado de textos, vídeos e imagens por meio das redes sociais avulta-se o pensamento de Franks (2018, p.385) segundo o qual: " os mais prejudiciais e difundidos conflitos de mídia social, incluem horríveis vídeos ao vivo do Facebook,, pornografia de vingança, campanhas de assédio on-line, propaganda violenta, teorias de conspiração, e "notícias falsas" ,quase sempre envolvem interações involuntárias.(tradução nossa)

A cura para uma "doença" ainda tão recente se faz praticamente um diagnostico. Aponta Leite e Matos (2018, p. 4),

> No âmbito acadêmico e científico, a competência informacional torna-se um conceito de alta relevância. Além disso, novos questionamentos epistemológicos sobre a informação e seus usos surgem sob a luz de novas áreas do conhecimento, como a própria Ciência da Informação, ou novos paradigmas como a Filosofia da informação, de Luciano Floridi (2002). O conceito de "inteligência coletiva" de Lévy (2007) também se apresenta enquanto proposta para entender e transcender o caos informacional característico do ciberespaço.

Nesse contexto, evidenciamos o pensamento de Barbosa na Introdução da TIC Domicílios (2018, p.24):

> (...) acesso e uso da Internet **não significam necessariamente apropriação das tecnologias digitais** que requerem o desenvolvimento de habilidades digitais mais sofisticadas. Os efeitos assimétricos e não homogêneos na população criam uma **disparidade na capacidade do indivíduo em criar e tratar informações e de transformá-las em conhecimentos que são requeridos por novos paradigmas da economia digital.**

Nesse cenário, de utilização de internet, sobretudo, de mídias sociais, em larga escala, e de incapacidade de tratamento de informações pelos usuários a desinformação multiplicou-se. O usuário se torna central, seja para combate e organização do processo (pelo bem), seja por proliferar o caos no processo de informação (pelo mal). Tornando o usuário centro de estudo, pode-se dizer que existem três gatilhos que impulsionam a ação desse usuário na transmissão de informação.

Quadro 2 – Ação do Usuário no Processo de Informação

Gatilhos	Descrição
1° Gatilho	Essa situação alarmista é o primeiro "gatilho" que exerce influência sobre o comportamento do usuário, já que para ser um membro presente e reconhecido pela comunidade e/ou grupo é necessário estar presente e para conquistar relevância ou *status* é necessário reforçar o aspecto de interatividade de forma constante.
2° Gatilho	A identificação com o conteúdo narrado e difundido, ou seja, uma situação de ameaça, injustiça, denúncia ou prevenção de riscos em potencial.
3° Gatilho	É demonstrado como o mais sensível, ou seja, o ponto determinante que é a atribuição de credibilidade pela origem da transmissão (o contato conhecido) e não pela fonte de informação que está sendo compartilhada nas plataformas e mídias sociais.

Fonte: Sastre e Carvalho (2018, p. 96) – Elaboração Própria.

Dessa forma identificou-se o *modus operandi* das *Fake News* e o principal meio de ação dos usuários no processo de informação, revelando o quão prejudiciais são as notícias falsas na cultura informacional. Dentre os prejuízos, destaca-se a polarização política:

> (...) papel negativo desempenhado pela personalização e a filtragem de conteúdos conduzida pelos algoritmos das grandes plataformas, o chamado efeito "filtro bolha". **O conceito "filtro bolha" propõe que os usuários de Internet são expostos a conteúdos que estimulam uma progressiva confirmação de suas convicções e crenças. Um dos efeitos associados ao filtro bolha é o aumento da polarização política.** (Schiffer, 2019 *apud Relatório Internet, Desinformação e Democracia, 2020, p.15.)*

No próximo capítulo será realizada a conclusão versando sobre a relação entre cultura informação e *Fake News*.

5 CONCLUSÃO

A cultura informacional é um importante mecanismo no estudo e na gestão da eficácia da comunicação entre agentes – sejam eles inseridos no contexto populacional ou em ambientes organizacionais. Ao longo dos últimos 40 anos, inúmeras as teorias e estudos foram desenvolvidos para auxiliar e desenvolver esse ramo de investigação.

Contudo, nos últimos anos o avanço e difusão de tecnologias fez com que houvesse alteração do discurso, tornando-o reduzido e superficial, e avançasse o processo de pós-modernização surgindo conceitos como a Pós-Verdade e as *Fake News*. Essa última, em especial, tornou na prática o que o metaparadigma (Pós-Verdade) ainda trazia em teoria ou poucas práticas. As notícias falsas tornaram-se recorrentes e se proliferaram de forma contumaz.

Os efeitos produzidos nessa conjuntura afetaram diretamente a Cultura Informacional produzindo distorções no discurso e transmissão de informações entre usuários. Pouco se evoluiu no campo de estudo, tanto para identificar, como para moldar a cultura da informação, em um ambiente tão hostil como o que se desenha na atual sociedade.

Dessa forma, nesse artigo realizou-se um esboço do que deve ser aprofundado em relação ao campo de estudo da Cultura Informacional, principalmente buscando formas de conter a interferência de noticias falsas na relação informação – usuário.

6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAUDRILLARD, Jean. **Tela total: mito-ironias da era do virtual e da imagem.** Porto Alegre Ed. Sulina 1999.

BLOCHER, J. Free Speech and Justified True Belief. **Harvard Law Review**, v. 133, n. 2, p. 440–496, 2019. Disponível em: https://harvardlawreview.org/2019/12/free-speech-and-justified-true-belief/

COMITÊ GESTOR DA INTERNET NO BRASIL .**Pesquisa sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação nos domicílios brasileiros** : TIC domicílios 2018.Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR, São Paulo : 2019. Disponível em https://www.cgi.br/media/docs/publicacoes/2/12225320191028-tic_dom_2018_livro_eletronico.pdf.

_____.**Relatório Internet, Desinformação e Democracia** Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR, São Paulo.2020. Disponível em: <https://www.cgi.br/media/docs/publicacoes/4/20200327181716/relatorio_internet_desinformacao_e_democracia.pdf>

FRANKS, Mary Anne **.**Justice Beyond Dispute. **Harvard Law Review**, 374-397. P 385. Disponível em: <https://harvardlawreview.org/wp-content/uploads/2018/03/1374-1397_Franks_Online.pdf>

FLORES, Pablo Jamilk. **Inferências Falseadoras Como Base Para A Pós-Verdade.** Línguas&letras, Cascavel (PR), v. 18, n. 41, p.20-32, 2017. Disponível em: <http://erevista.unioeste.br/index.php/linguaseletras/article/view/18494/pdf>.

FURTADO, R. L. ALCARÁ, A. R. **Modelos de comportamento informacional: uma análise de suas características.** 2015. Disponível em: <https://www.marilia.unesp.br/Home/Eventos/2015/seminariodearquivologiaebiblioteconomia/furtado-r.l..pdf>

GASQUE, K. C. G. D.; COSTA, S. M. de S**. Evolução teórico-metodológica dos estudos de comportamento informacional de usuários**. Ciência da Informação, Brasília, DF, v. 39, n. 1, p. 21-32, 2010.

LEITE, Leonardo Ripoll Tavares. Matos, José Claudio. **Zumbificação da informação: a desinformação e o caos informacional.** 2018. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/918>

LINS, G. S.; LEITE, F. C. L. **O comportamento informacional como aporte teórico para consolidação conceitual de competência informacional no contexto da comunicação científica.** Revista Eduf@tima, v. 2, n. 1, 2011. Disponível em: <http://www.edufatima.inf.br/isf/index.php/es/issue/view/3>.

NASCIMENTO, Milton Meira do. **Fake News, política e opinião pública**. 2018. Disponível em: <http://fapcom.edu.br/revista-paulus/index.php/revista-paulus/article/view/65>

PAULA, Lorena Tavares de. SILVA, Thiago dos Reis Soares da. BLANCO, Yuri Augusto. **Pós-verdade e Fontes de Informação: um estudo sobre fake news**. 2018. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/rca/article/view/16764>

PRIMO, Alex . **O aspecto relacional das interações na Web 2.0**. E- Compós (Brasília), v. 9, p. 1-21, 2007. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/limc/PDFs/web2.pdf>.

SASTRE, Angelo. CARVALHO, Juliano Mauricio de. **O comportamento do usuário no processo de difusão de fake news: reflexões sobre o processo de comunicação nas plataformas digitais.** 2018. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/ci/article/view/54005>

UNIÃO EUROPEIA. **A multi-dimensional approach to disinformation**.Report of the independente High level Group on fake news and online disinformation. Luxembourg: Publications Office of the European Union, 2018. Disponível em: <https://op.europa.eu/en/publication-detail/-/publication/6ef4df8b-4cea-11e8-be1d-01aa75ed71a1>

DESIGUALDADE DE GÊNERO NO MERCADO DE TRABALHO E AS FORMAS DE ENFRENTAMENTO ALICERÇADAS NA OIT

GENDER INEQUALITY IN THE MARKET AND THE WAYS OF COPING WITH THE OIT

Área temática: 1- Desenvolvimento Social e Políticas Públicas, linha de Direito, Trabalho e Serviço Social

JULIÃO, Helena Vicentini
Universidade Estadual Paulista – UNESP – FCHS
Mestranda em Serviço Social; Especialista em Direito das Famílias e Sucessões e Bacharel em Direito; helena.vicentini@unesp.br

DIB, Aline Michelle
Universidade Estadual Paulista – UNESP – FCHS
Mestranda em Planejamento e Análise de Políticas Públicas e Bacharel em Administração; aline.dib@unesp.br

OLIVEIRA, Letícia Trevizolli de.
Universidade Estadual Paulista – UNESP – FCHS
Mestranda em Direito e Bacharel em Direito; leticia.trevizolli@unesp.br

Resumo

Ainda que a promoção da igualdade de gênero seja posta como uma meta mundial, a visão estereotipada do trabalho feminino se mostra determinante de respeito, oportunidades e equidade salarial. Durante o período pandêmico de 2020, as desigualdades de gênero no trabalho foram ainda mais agravadas. Por conta destes fatos, aqui analisamos pressupostos que corroboram a dedutiva dos ambientes organizacionais ainda não oferecerem isonomia de condições de trabalho entre homens e mulheres. Metodologicamente, utilizamos pesquisas documentais - com materiais da Organização Mundial do Trabalho (OIT) - e também pesquisas legislativas e bibliográficas que apresentam dados voltados para o tema. Os resultados evidenciaram a urgência de aplicações de políticas que quebrem os padrões segregacionistas e que conscientizem a sociedade, promovendo uma transformação das culturas sociais e corporativas em todos os setores do mercado.

Palavras-chave: Organização Internacional do Trabalho, Desigualdade de gênero, Isonomia.

Abstract

Although the promotion of gender equality have seen as a global goal, the stereotyped view of women's work show up as determinant of respect, opportunities and equal pay. During the 2020 pandemic period, gender inequalities at work were further worsen. Therefore, here we analyzed assumptions that corroborate the deduction of organizational environments have not offered equal working conditions for men and women. Methodologically, we used documentary research with materials from the World Labor Organization (ILO) – besides legislative and bibliographic research that present data focused on the theme. The results showed the urgency of policy applications that break segregationist standards and that make society aware, promoting a transformation of social and corporate cultures in all market sectors.

Keywords: International Labor Organization, Gender Inequality, Isonomy.

1 INTRODUÇÃO

Desenvolvemos o presente estudo em meio a conjuntura política, social e econômica do Brasil contemporâneo, estruturado pelos pilares do capital, da opressão, da violência e da desigualdade. Somos parte de uma sociedade com histórico de hierarquia e omissão que nega a importância das

discussões relacionadas a diversidade, impõe padrões e estigmatiza sujeitos. São tempos de barbárie, no qual as mais variadas formas de preconceito, opressão e de sobreposição de uma classe sobre a outra são, cada dia mais, legitimadas pela própria ordem social. Neste contexto o fortalecimento das reivindicações, da luta constante por direitos se mostra imprescindível.

Dessa forma, com a crise na sociedade do capital e com a ascensão das forças conservadoras, que se opõe à classe trabalhadora e, também, à diversidade humana, tudo que já fora conquistado até hoje é colocado em xeque. É nesse contexto que desabrocha a problemática do presente estudo, no qual objetivamos analisar as barreiras e as disparidades enfrentadas pelas mulheres no mercado de trabalho, baseadas apenas em questões de gênero, trazendo, nesse sentido, as principais convenções e políticas apresentadas pela Organização Internacional do Trabalho e vinculadas à promoção da igualdade de gênero.

De maneira geral, as sociedades, com base em uma cultura ocidental, consolidaram suas práticas sociais e organizacionais conforme o machismo estrutural preponderante, que além de conceituar uma relação de subalternidade das mulheres, também forma uma barreira de impedimento da sua ascensão nas mais distintas profissões. Essa barreira, que se isenta do discurso democrático de grande parte das organizações, inibe o acesso de mulheres aos cargos mais altos, mantém a segregação vertical, mitiga a representatividade e sucesso femininos, além de reforçar a cultura patriarcal.

Além do mais, o ano de 2020, de maneira atípica decorrente da pandemia vivenciada, as condições de trabalho para as mulheres se tornaram ainda mais precárias, haja vista que tiveram que equilibrar o trabalho remunerado com outras inúmeras tarefas domésticas, não remuneradas, estereotipadas por gênero[1]. Desta forma, a pandemia não só escancara as desigualdades de classe, gênero e raça, que entre tantas outras são estruturais em nossa sociedade, como também destaca o quanto o capitalismo e o neoliberalismo as intensificam.

Assim, observar de maneira crítica o cenário atual, nos leva ao propósito principal do presente estudo, qual seja, refletir, com base nas convenções e políticas da Organização Internacional do Trabalho, sobre os dados que comprovam que, mesmo com uma mudança significativa no mercado de trabalho referente à desigualdade de gênero, há certos padrões estruturais, moldados ao longo dos anos, que permitem certas prerrogativas para indivíduos do sexo masculino.

Historicamente, as mulheres passaram a ocupar espaços imagináveis por conservadores do sistema patriarcal e contribuir em vários setores da economia. No mais, mesmo com um novo discurso social configurado acerca da igualdade de gênero, ainda não há paridade de condições de tratamento no mundo corporativo, levando com que a maior parte das mulheres migrem para trabalhos informalizados, com instabilidade de remuneração e com poucas garantias de direitos. Sobretudo, em nossa sociedade, é imperioso destacar que, para além dos recortes de gêneros, entre as mulheres há classe, há raça, entre outros inúmeros marcadores sociais da diferença.

Tendo em vista a disparidade de gênero e a segregação de mulheres no mercado de trabalho - intensificada pela questão humanitária subjacente que nos assola em âmbito mundial, ocasionada pelo vírus COVID-19 - principalmente quanto à representatividade em cargos de gerência, há a necessidade de um estudo que vise compreender a cultura organizacional que rege tais relações, os estereótipos socialmente impostos que erroneamente as justificam, o posicionamento da Organização Internacional do Trabalho na luta pela equiparação e a colaboração dos países no compromisso de possibilitar, efetivamente, a ascensão feminina.

Desta forma, na primeira parte do trabalho, visamos proporcionar um esteio histórico de como se consolidaram os aspectos culturais regentes da segregação por gênero. Posteriormente, usamos algumas contribuições da literatura da OIT para subsidiar artifícios sobre o machismo nas organizações e, por derradeiro, apresentamos informações a respeito de políticas e medidas ratificadas com intuito

[1] Em pesquisa realizada por Marcelo Neri, da Fundação Getúlio Vargas, cujos números são baseados na Pesquisa por Amostra Domiciliar (Pnad), do IBGE, percebemos que “a taxa de participação no mercado de trabalho foi diferente entre os gêneros, com redução de 10,45% para as mulheres e queda menor entre os homens: 6,93%.” [...] “Os dados mostraram ainda que mulheres tiveram uma redução nas horas trabalhadas no mercado maior que a dos homens (18% versus 12%), enquanto a variação de salário entre o primeiro e o segundo trimestre do ano foi positiva para elas (5,64%) e negativa para eles (-2,13%). Além da carga doméstica, Neri ressalta dois fatores cruciais para explicar os números: o auxílio emergencial e a Medida Provisória 936/20, que prevê a suspensão de contratos de trabalho, com preservação de empregos e redução de salário.” (BRUNO, 2020)

de atenuar essa desigualdade, que é um problema universal, para que possam servir como elemento propulsor de mudanças.

Sobre o percurso metodológico, realizamos um estudo interdisciplinar e, diante a intenção de responder questões particulares, de natureza subjetiva, atrelada diretamente às ciências sociais, adotamos, em todo processo, uma abordagem exclusivamente qualitativa, pelo método dedutivo. Sobre o tipo de pesquisa, nos valemos da bibliográfica, pautada na compreensão crítica e na análise profunda dos significados contidos nos textos e documentos selecionados. Buscamos o caráter interventivo da pesquisa e acreditamos que não basta conhecer a realidade social, é necessário ter o desejo de transformá-la. Refletir e debater sobre temáticas que vão ao encontro das exigências de uma sociedade hegemônica e historicamente estruturada nos pilares do conservadorismo é vital em defesa de nossa luta.

2 AS BARREIRAS DE ACESSO PARA AS MULHERES: (RE)PENSANDO UM PASSADO NÃO TÃO DISTANTE

De início, antes de analisarmos as barreiras para acesso ao Direito do Trabalho pelas mulheres, demonstrando as disparidades no mercado de trabalho e nos cargos de liderança, em uma sociedade repleta de traços conservadores, como a brasileira, se faz necessário trazer ao debate, a fim de proporcionar as bases lógicas para estudar as pluralidades humanas e o preconceito, a história colonial e escravista que nos submerge. É premissa, portanto, compreender que atrás da sombra de uma "aparente ebulição capitalista" ainda há estruturas coloniais fixadas. (FERNANDES, 1976, p. 360) Assim, ao identificarmos as diversas formas de exploração e opressão na atualidade, é mister perceber como elas se conectam com a ordem social escravista-senhoril, de um passado não tão distante.

> A formação da sociedade brasileira foi marcada por desigualdades sociais, étnico raciais e de gênero que permanecem muito presentes. Nos mais de trezentos anos de escravidão, o predomínio de uma elite agrária, proprietária e branca como grupo social dominante produziu profundas violências para as mulheres e especialmente para as mulheres negras e indígenas. O patriarcalismo e a escravidão são constitutivos da sociabilidade burguesa, possuindo expressões especificas em lugares como o Brasil e outros territórios colonizados. (PETRONE, 2018, p.16)

Diante a esse cenário, não há como desprezar a gênese do sistema capitalista, que tem como fator necessário para a produção e reprodução do capital a desigualdade social e a supremacia de uma classe sobre a outra. A vista disso, o próprio sistema, composto por uma estrutura de poder baseada tanto nas ideologias como na violência, transforma as diferenças, que deveriam ser valorizadas em uma sociedade multicultural, em desigualdades, que se apresentam como uma rejeição dos não idênticos. Desta maneira, há uma estanque naturalização das desigualdades; as divisões sociais são, portanto, transformadas em inferioridade natural ou em desvio da norma, assim, como explica Marilena Chaui (2013, p. 226-227), por um conjunto de práticas essa naturalização oculta a "determinação histórica ou material de exploração, da discriminação e da dominação, e que, imaginariamente, estruturam a sociedade sob o signo da nação uma e indivisa, sobreposta como um manto protetor que recobre as divisões reais que a constituem."

Por esse caminho, ao pensar as sociedades capitalistas não basta uma análise meramente economicista, ligada a categoria de classes sociais, é preciso entender como os sistemas de dominação se relacionam, se desdobrando em uma lógica contraditória. Todavia, em cada contexto histórico as contradições podem se estabelecer e se apresentar de maneira distinta, ganhando mais ou menos relevância. É preciso, também, perceber como todas as subestruturas – gênero, classe, raça, entre outras – se relacionam, formando uma sociedade que se rege por um sistema que além de capitalista, é racista e cis-hetero-patriarcal[2].

Tendo em vista o objetivo do presente estudo, diante a todas as mencionadas divisões, é imperioso asseverarmos acerca da divisão do trabalho, a qual submete determinados indivíduos em

[2] Como nos ensina Carla Akotirene (2019, p.19 e .118), tratata-se de um sistema político que "impõe papéis de gênero desde a infância baseados em identidades binárias, informadas pela noção de homem e mulher biológicos, sendo pessoas cisgêneras aquelas cabíveis, necessariamente, nas masculinidades e feminilidades duais e hegemônicas."

determinados ramos profissionais. Dessa forma, entendemos que o trabalho assume um caráter social, "executado na sociedade e através dela", sendo uma característica comum a todas as sociedades, ou seja, não é exclusiva dos sistemas de produção capitalista. Assim, a divisão do trabalho assume diversas formas, não podendo ser reduzida a uma categoria simples e abstrata, haja vista que, na verdade, implica em um processo histórico. (IAMAMOTO, 2013, p.64-65)

Conduzindo a discussão sob essa óptica, é imperioso pensar na divisão sexual do trabalho que, consequentemente, envolve tudo o que vem sendo definido, historicamente, como "trabalho de mulher", "competência de mulher", "lugar de mulher". (BIROLI, 2018, p. 21) Tal divisão opera, em geral, como uma divisão social que destaca a hierarquia do trabalho do homem sobre a mulher e a distinção entre o que é trabalho de homem e o que é trabalho da mulher. Cisne e Santos (2018, p. 62) entendem que como resultado de relações sociais e históricas, a divisão sexual do trabalho, ainda que em todo o tempo preserve os princípios da hierarquia (homem sobre mulher) e da separação (o que é de homem e o que é de mulher), está sujeita a transformações, se adaptando ao contexto cultural, social e econômico de cada época.

Assim, é mister destacarmos que ao falamos em mulheres não podemos generalizá-las ou categorizá-las em uma única classe homogênea, além de ingênuo, seria incoerente e insuficiente para promover um debate crítico e emancipatório, capaz de construir uma sociedade mais justa. É preciso enxergar além do estereótipo de mulher cisgênera, branca, burguesa, mãe, esposa e heterossexual para que seja possível refletir sobre toda a diversidade que permeia a compreensão do que é "ser mulher" e, também, do acesso das mulheres ao mercado de trabalho. Nesse trabalho, portanto, partiremos de uma perspectiva inclusiva e antidiscriminatória para que seja possível lutar pelas necessidades e pelos direitos da maioria – "das mulheres pobres e da classe trabalhadora, das mulheres racializadas e das migrantes, das mulheres queer, das mulheres com deficiência, das mulheres a encorajadas a enxergar a si mesmas como integrantes da "classe média" enquanto o capital as explora". (ARRUZZA; BHATTACHRYA; FRASER, 2019, p.41)

Nas sociedades capitalistas, uma das estratégias da burguesia a fim de se distinguir dos outros estratos sociais e a eles impor valores, foi separação entre as esferas pública, como âmbito da universalidade, e privada, como âmbito da particularidade e dos afetos. Dessa forma, "a distinção entre duas esferas organiza-se em um processo histórico e político no qual as identidades de gênero foram produzidas como papeis e comportamentos limites" (BIROLI, 2018, p. 94), marcados por uma concepção binária, na qual o feminino, em uma condição de subalternidade, complementa o masculino.Isso nos permite dizer que "a alocação de tarefas tem o gênero como eixo" (BIROLI, 2018, p.67) e, as habilidades e pertencimentos atribuídos a uma ou outra pessoa é, em grande escala, consequência da naturalização de comportamentos que segue – em regra – uma ordem binária.

Ainda que a opressão de gênero, tal o como o sexismo, não seja um fenômeno único do capitalismo – e, tampouco, da modernidade – está entranhada em sua estrutura, haja vista que "o seu movimento fundamental foi separar a produção de pessoas da obtenção de lucro, atribuir o primeiro trabalho às mulheres e subordiná-lo ao segundo. Com esse golpe, o capitalismo reinventou a opressão das mulheres e, ao mesmo tempo, virou o mundo de cabeça para baixo." (ARRUZZA; BHATTACHARYRA; FRASER, 2019, p. 51) As materialidades que constituem as relações de gênero garantem o privilégio e dominação dos homens, subalternizando e invisibilizando as mulheres e, consequentemente, tudo que a elas está associado.

É dessa forma que é estruturado o elo que associa trabalho doméstico (remunerado e não remunerado) à figura da mulher e, por consequência, associa ao homem a posição de poder, a tomada de decisões e o trabalho (financeiramente) valorizado. Nesse contexto é possível percebermos que a força de trabalho e as posições de poder, que marcam a esfera do público, se destinam aos homens e, a detrás da figura masculina há, na esfera privada, um outro espaço reservado às mulheres: o doméstico, o cuidado, as famílias. Em todas as sociedades contemporâneas sobre as que se tem estatísticas, as mulheres realizam a maioria das tarefas domésticas, ou seja, o trabalho não remunerado e associado "a definição de mulheres como pessoas cuidadosas, gentis, diligentes, estando sempre prontas para se sacrificarem pelos outros, por exemplo, como 'boas mães'." (CONNELL; PEARSE, 2015, p.33) Sobretudo, não podemos nos olvidar que o trabalho doméstico é, também, atravessado pelas questões de classe e raça.

Nesse óbice, é imprescindível abordar também a questão da maternidade. No entanto, para evitarmos cair em essencialismos, é preciso ir para além do reconhecimento do peso desigual e das concepções naturalizadas pela sociedade de maternidade e de paternidade, para perceber como a ideia de maternidade, difundida social e culturalmente, pressupõe em alguma medida a estabilidade e a homogeneidade das relações familiares, as quais engendram como ideal de referência e que orientam

a organização do sistema capitalista como um todo. É nesse contexto que se constroem mesmo quando possível adentrar ao mercado de trabalho, grande parte das mulheres trabalhará em duplas, triplas jornadas, acumulando o trabalho remunerado com o não remunerado, haja vista além da naturalização que impõe às mulheres o trabalho doméstico, há a naturalização de que os homens não são responsáveis por ele.

Assim, partindo de Silvia Frederici (2019, p. 68), é de grande valor termos consciência que o trabalho doméstico se estende para além de simplesmente limpar a casa. "É servir os assalariados física, emocional e sexualmente, preparando-os para o trabalho dia após dia", logo "por trás de toda fábrica, de toda escola, de todo escritório, de toda mina, há o trabalho oculto de milhões de mulheres". Além disso, quando é possível às mulheres ascenderem ao espaço público, ao trabalho remunerado, a cargos de liderança, não são raras as vezes em que existirão outras mulheres "cuidando" do espaço doméstico. A exploração entre mulheres, seja em razão da raça ou da classe, sempre existiu e, essa também não pode ser ignorada.

Por fim, ao falamos em divisão sexual do trabalho é mister observarmos o sistema binário e excludente em que estamos inseridos, o qual, a priori, considera basicamente a existência apenas de (homens e mulheres) cisgêneros e heterossexuais, tornando invisível todas as outras identidades de gênero e sexualidades. Entretanto, uma visão mais ampla e totalitária é imprescindível para compreendermos que essa divisão é composta por elementos que extrapolam as barreiras da mera concepção binária, englobando tanto a orientação sexual como outras expressões de identidades (CISNE; SANTOS, 2018, p. 66) e, portanto, está vinculada à construção histórica e cultural. É imperioso, em todas as discussões aqui traçadas, nunca esquecermos de como opera também, simultaneamente aos recortes de gênero, a própria divisão de classes sociais e, também, a divisão racial.

3 ASPECTOS DO MACHISMO NO MUNDO CORPORATIVO

A organização dos meios produtivos e do mercado de trabalho é condicionada às transformações sociais e econômicas. Por conta disso, presume-se que a segmentação do trabalho é advinda da pré-história, em que os homens eram encarregados das tarefas arriscadas enquanto às mulheres cuidavam das crianças e faziam trabalhos manuais (LIMA, 1980). Desde então, a sociedade e o sistema capitalista preponderante se constituíram em uma cultura segregacionista e excludente.

Entretanto, esse modelo de produção estabilizado após as revoluções industriais, voltado para o aumento de produção e valorização do capital, fez com que um novo perfil fosse dado a classe trabalhadora: um que também tinha espaço para as mulheres. Ainda assim, a mão de obra feminina era condicionada às baixas condições de pagamento e cargos que não demandavam elevadas habilidades cognitivas (SILVEIRA, 2008).

O fortalecimento de culturas organizacionais machistas é relacionado aos paradigmas socioculturais do lado de fora do mercado de trabalho. Morgan (2007) justifica essa questão ao dizer que os princípios éticos e culturais que os indivíduos carregam com si não são facilmente deixados ao passar pela porta de entrada de seu trabalho- ou não eram nem cobrados para serem até os primórdios do século XXI. Tal questão evidencia que, desde muito tempo, a sociedade vem naturalizando um ambiente organizacional machista por ser habituado nos outros espaços sociais.

O avanço nas legislações é um dos alicerces da igualdade de gênero no mundo corporativo. A OIT teve um papel significativo no desenvolvimento de legislações brasileiras para a busca da garantia de maior equidade salarial, proteção à maternidade e condições de trabalho. As convenções da OIT não só desencadearam avanços legais, mas contribuíram com a conscientização e transformação cultural dos paradigmas segregacionistas (BACHUR; MANSO, 2011, p. 17).

Todavia, a justiça de gênero na prática apresenta uma grande lacuna sobre o que se apresenta nas teorias do seu amparo legal. Cavazzote, Oliveira e Miranda (2010) ressaltam que a diferença salarial e a dificuldade de ascensão profissional são duas questões hodiernas que ainda determinam respeito, oportunidade e, em muitas vezes, o futuro das mulheres afetadas. Nesse sentido, ainda que os meios de comunicação tenham intensificado a conscientização e a percepção a respeito da igualdade tenha se manifestado em uma curva crescente, os ambientes organizacionais continuam propagando costumes que minimizam a capacidade da mulher e a colocam em posições de inferioridade (OIT, 2000; WIRTH, 2001).

Wirth (2001) pontua a segregação ocupacional como uma forte representação do mundo corporativo ainda ser masculinizado. Isso porque a ocupação profissional feminina que deveria ser legitima, é, em muitas vezes, legitimada. Com base em estatísticas da América do Norte, Wirth (2001,

p. 11) delimitou que as mulheres, ainda mais de baixa renda, tendem a se manter por boa parte de suas vidas em profissões como professoras de ensino básico, cabelereiras, enfermeiras e empregadas domésticas. Enquanto homens têm um leque de oportunidades profissionais muito maior para se desenvolverem ao decorrer de sua vida, ainda mais que tendem a ser isentos de possíveis pausas na carreira por conta da paternidade.

No documento da OIT elaborado por Wirth (2001, p. 38), outra questão conexa seria à discriminação por formação profissional. As análises mostram que homens são propensos a terem uma formação em nível educacional maior, assim como apresentarem mais cursos de qualificação profissional setorizados, fato que privilegia à ascensão de cargos nas carreiras enquanto as mulheres são mais propensas a interromperem sua educação ante às demandas familiares.

Apesar da desigualdade salarial ser em menor porcentagem em algumas regiões do mundo, é um problema de caráter universal (ILO, 2015). As propostas salariais direcionadas às mulheres são propensas a serem inferiores do que aos homens e não serem passíveis de negociação, enquanto do outro lado, os salários masculinos tendem a ser ao menos 25% mais elevados Wirth (2001, p. 39).

Com isso, o mundo corporativo se apresenta em um caminho que ainda precisará de muitos anos até oferecer condições igualitárias de trabalho independente do gênero. Nesse sentido, Wirth (2001, p. 44) ressalta que revestir o conceito de desigualdade de gênero em um viés exclusivamente mercadológico é ignorar a responsabilidade individual na busca de igualdade, e não condiz com pressupostos de desenvolvimento humano e sócio espacial.

Durante o ano atípico de 2020, a pandemia intensificou a segregação de gênero no trabalho (ONU, 2020). O gênero feminino foi sobrecarregado por conta do fechamento das escolas e por conta de muitas tarefas de trabalho serem permitidas fazer em casa, uma vez que a cultura machista hegemônica ainda coloca a mulher como maior responsável por atividades domésticas e maternais (IPEA, 2020).

Na soleira desse período de instabilidade e desproteção social, muitos setores que geradores de empregos formais para mulheres reduziram suas atividades de subsistência, ocasionando em demissões em massa seguidas de dificuldade de novas contratações (ONU, 2020, p. 1). Desse modo, a pandemia agravou ainda mais o estigma social das profissões segmentadas por gênero.

A vulnerabilidade em trabalhos relacionados aos cuidados em lares, suspensos por conta das medidas de contenção do contágio do coronavírus, também aumentou riscos associados à violência sexual, assédio moral e precarização das condições do trabalho (IPEA, 2020, p. 8). Assim, ambientes de trabalho ficaram mais distantes de se tornar equitativos de condições e transformaram-se em ambientes de risco. Por isso, evidenciamos a necessidade de implementação de políticas locais que reconheçam e prestem assistência às mulheres que foram- ou podem vir a ser afetadas.

4 A POSIÇÃO DA ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO SOBRE IGUALDADE DE GÊNERO

Embora os debates feministas tenham progredido na sociedade atual, proporcionando maior consciência sobre os problemas havidos e possibilitando, consequentemente, a movimentação das estruturas há muito mantidas, é necessário reconhecer que a problemática da desigualdade material de gênero, principalmente no mercado de trabalho, ainda se faz presente. Todas as barreiras apresentadas são determinantes na trajetória de mulheres, de modo que a equidade é uma meta a ser alcançada.

A Organização Internacional do Trabalho (OIT), criada no ano de 1919, é responsável pela aplicação e formulação de normas internacionais do trabalho, sejam elas recomendações ou convenções ratificadas pelos países, de modo que estes se comprometam a assegurar um padrão justo e digno nas condições de trabalho. (PIOVESAN, 2011, p. 117).

No ano de 1944, a constituição da OIT foi renovada e fortalecida pela Declaração de Filadélfia, que a ela atribuiu uma série de princípios e objetivos a serem seguidos pela organização. Para tanto, conforme o disposto na alínea “a”, título II, do anexo correspondente à declaração, referente aos fins e objetivos da Organização Internacional do Trabalho, a mesma passou a reconhecer expressamente o direito à igualdade e a paridade de oportunidades entre homens e mulheres, de modo que: “todos os seres humanos de qualquer raça, crença ou sexo, têm o direito de assegurar o bem-estar material e o desenvolvimento espiritual dentro da liberdade e da dignidade, da tranquilidade econômica e com as mesmas possibilidades” (DECLARAÇÃO DE FILADÉLFIA, 1944).

Assim, resta evidente que a discriminação de gênero viola princípios e direitos do trabalho, direitos humanos e a própria noção de justiça social. Para tanto, a partir da Declaração de 1944, a

Organização engajou-se na proposta de equiparação e, nos anos seguintes, apresentou uma série de Convenções a serem ratificadas pelos Estados, vinculando a eles o compromisso de suprirem o débito social baseado na desigualdade de gênero.

Dentre as inúmeras convenções havidas, preferimos nos restringir à análise de três, justamente devido a sua relevância e por estarem direcionadas aos temas de paridade de gênero no mercado de trabalho, visando dirimir as controvérsias da segregação e permitir um ambiente mais justo e igualitário.

Primeiramente, temos a Convenção sobre a igualdade de remuneração (n° 100), adotada no ano de 1951. Tal convenção preza, especificamente, pela eliminação da discriminação entre homens e mulheres em termos de remuneração, determinando o pagamento igual para trabalhos de igual valor. Nesse sentido, o termo "remuneração" inclui o salário ou tratamento ordinário e qualquer adicional/vantagem pago pelo empregador que decorra da atividade realizada. (ILO, 1951).

Conforme um estudo realizado pela OIT[3], a disparidade de remuneração entre os sexos é, no geral, variável entre 16 e 22% (a depender de qual medida de análise é utilizada).[4] (ILO, 2018, p. 16). Por meio da análise do estudo, notamos que tal disparidade é resultado de uma problemática estruturada por fatores como a baixa participação de mulheres em cargos assalariados, divergência entre graus de escolaridade, além da própria disparidade entre a remuneração de mulheres de mães e não mães (ILO, 2018, p. 18), o que reforça as barreiras impostas para alcançar a igualdade no mercado de trabalho.

No mesmo sentido, há o que a Organização chama de "fator inexplicável da desigualdade salarial". Isso porque a pesquisa demonstra que, em diversos países as diferenças de características e atributos muitas vezes não são fatores determinantes para a desigualdade salarial, de modo que uma mulher, ainda que equiparada a um homem em todos os aspectos profissionais – incluindo grau de escolaridade, cargo ocupado, atribuições, carga horária, etc. –, continuará sendo prejudicada pelo salário reduzido. (ILO, 2018, p. 18).[5] Como resultado, além de prevermos aspectos voltados a uma estereoripação que coloca mulheres em determinados nichos e impede sua ascensão, fica claro que também existem aspectos relacionados à desvalorização daquelas que alcançam determinada posição hierárquica no mercado, desmerecendo sua atuação por meio da remuneração.

Assim, seguindo a Convenção nº 100, os Estados se comprometem a garantir a aplicação[6] do princípio da igualdade de remuneração entre homens e mulheres para trabalhos de igual valor. A Convenção manifesta sua aplicação por meio de leis nacionais, mecanismos de determinação de salário mínimo, além de acordos entre empregadores e empregados. (ILO; ACTRAV POLICY BRIEF, 2019, p. 06). Desta forma, independentemente dos mecanismos adotados para que haja a equiparação, é essencial que as partes – sejam governos, empregadores e organizações – estejam completamente comprometidas com a meta (WIRTH, 2001, p. 157), buscando uma justiça social de gênero que resguarde o trabalho.

Desta forma, a segunda Convenção escolhida para a análise e que abrange tema de igualdade de gênero é a Convenção de Discriminação em Matéria de Emprego e Ocupação (nº 111), de 1958. Em seu texto, mais especificamente na alínea "a" define discriminação como: "toda distinção, exclusão ou preferência fundada na raça, cor, sexo, religião, opinião política, ascendência nacional ou origem social, que tenha por efeito destruir ou alterar a igualdade de oportunidade ou de tratamento em matéria de emprego ou profissão." (ILO, 1958). Nesse ponto, são tratadas as discriminações positivas, ou seja, pelas barreiras que se materializam pelo tratamento desigual.

---

[3]Relatório Salarial Global 2018/19.

[4]As duas medidas usadas com mais frequência são 1. média de diferença de pagamento por gênero e 2. mediana de diferença de pagamento por gênero. A segunda compara os valores localizados no meio da distribuição de salários femininos com o valor no meio da distribuição de salários masculino. (ILO, 2018, p. 16).

[5]No texto original: "*One part of the answer relates to lower wages paid to women for work of equal value. Providing some perspective on this question, though not a full answer, the report looks at occupational categories and shows that in many countries women are more highly educated than men within the same occupational categories but nonetheless earn lower wages. This illustrates the fact that women tend to have lower wage returns for their education than men, even when they work in the same occupational category*." (ILO, 2018, p. 18).

[6]Se uma convenção for ratificada, os governos deverão informar periodicamente à Organização Internacional do Trabalho como ela está sendo aplicada na prática. (ILO; ACTRAV POLICY BRIEF, 2019, p. 06).

Se a Convenção nº 100, anteriormente mencionada, respaldava a remuneração das mulheres que conseguiram ascender a determinado cargo, a Convenção nº 111, por sua vez, resguarda aspectos de segregação ocupacional baseada em gênero, ou seja, que impede ou dificulta a ascensão/acesso de mulheres a determinados cargos, motivada, principalmente pela estereotipação das atividades dentro de um mercado e uma sociedade que, conforme demonstrado, estão organizados de maneira machista e excludente

Sobre tal aspecto, a mera atitude de "banir" a discriminação, por si só, não é suficiente para acabar com a sua prática, de modo que, conforme a Organização Internacional do Trabalho, há a necessidade de que os governos realizem uma abordagem sistemática em busca da igualdade. Assim, aos Estados que ratificaram a Convenção cabe, nesse sentido, se responsabilizarem pela busca de políticas destinadas a eliminar qualquer forma de discriminação no mercado de trabalho, eliminando leis contraditórias à determinação da OIT, contando com a cooperação das organizações trabalhistas e dos empregadores para a criação de leis e programas educacionais aptos para implementar a política de igualdade no país. (WIRTH, 2001, p. 155).

Por fim, a terceira e última convenção preferida e relacionada ao tema é a Convenção Sobre a Igualdade de Oportunidades e de Tratamento para Homens e Mulheres Trabalhadores: Trabalhadores com Encargos de Família (nº 156), de 1981, que reconhece a necessidade de equiparação de oportunidades para que os trabalhadores e trabalhadoras com encargos de família possam, sem prejuízo, se preparar e ingressar no mercado de trabalho. (ILO, 1981).

Neste ponto, embora a Convenção não disponha diretamente sobre a equiparação entre homens e mulheres, entendemos esta como uma política necessária na luta pela igualdade. Isso porque, conforme já demonstrado, as mulheres ainda são segregadas de acordo com suas responsabilidades e "papéis tradicionais" (como a maternidade), materializadas em barreiras para seu ingresso, ascensão, além de sua manutenção no mercado de trabalho. Assim, a Convenção prega, especificamente, pela proteção aos trabalhadores e trabalhadoras que tenham sob sua responsabilidade filhos e dependentes, condições para que possam ter direito à livre escolha de emprego, promoção de serviços comunitários para atender à infância e à família, além de treinamento profissional para que possa, efetivamente, se integrados, permanecer ou retornar ao mercado de trabalho. (WIRTH, 2001, p. 159).

Por fim, cabe mencionar que, conforme informações do site oficial da Organização Internacional do Trabalho (*International Labour Organization*)[7] as Convenções nº 100, 111 e 156 foram ratificadas, respectivamente, por 173, 175 e 45 países, que se comprometeram a adotar as políticas pertinentes para sua aplicação.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante das perspectivas apresentadas, compreendemos que existem muitos desafios para a promoção de um ambiente de trabalho equitativo ante à cultura patriarcal e machista presente na sociedade. Ainda que tenham mesma capacidade de desenvolver tarefas feitas por homens e que muitas sejam igualmente qualificadas profissionalmente para desempenhá-las, o trabalho das mulheres vem sendo cada vez mais precarizado. Anos de lutas para impor as legislações existentes podem ser retrocedidos senão investirmos em medidas que desmascarem culturas organizacionais segregacionistas.

A pesquisa evidencia que as barreiras que impedem a equidade se manifestam de diversas formas e colocam as mulheres em determinadas posições baseadas em rótulos determinados por suas características físicas e sociais. Os efeitos do isolamento social para o mundo corporativo dificultam que as mulheres se mantenham ativas e com condições de estabilidade para garantirem sua independência financeira. Portanto, concluímos que, mais do que antes, faz-se necessário trazer o tema à tona para apreender as raízes dessa questão que afetam diariamente milhares de mulheres de diferentes áreas de atuação profissional.

No ano de 2019, a Organização Internacional do Trabalho completou seu centenário e, pela análise das políticas e convenções da OIT, percebemos uma antiga preocupação com a equiparação de mulheres e homens dentro do mercado. Para isso, são visíveis os esforços da organização, que

[7]As informações referentes aos países que ratificaram as convenções podem ser obtidas em: https://www.ilo.org/dyn/normlex/en/f?p=1000:12001:::NO:::

apresentou ao longo de sua existência convenções prezando pela igualdade. As principais delas, já apresentadas (nº 100, 111 e 156), simbolizam o reconhecimento internacional da luta pela igualdade de oportunidades.

Entendemos, dessa forma, que a adoção conjunta das convenções – utilizadas como base, – com políticas e propostas criadas pelos Estados – utilizadas como atos – surtiria efeitos positivos na desconstrução da cultura machista, permitindo o acesso de mulheres para cargos de gerência. Para vencermos essa barreira, como o inicio de um longo processo, entendemos que é imperioso a conscientização de líderes empresariais e líderes políticos, para que possam investir, de fato, em medidas e políticas públicas de incentivo a igualdade de gênero no mercado, bem como a conscientização de membros da sociedade civil, para atuarem em conjunto, como mecanismos de articulação de uma estrutura organizativa com aspectos democráticos. Além disso, ao considerar as questões estruturais e inerentes à construção político-social dos indivíduos, portanto, a mudança desse paradigma social tende a ser lenta e depender de uma luta diária. Ao transformar a sociedade em si que repercutiremos sobre as organizações, que precisarão enxergar esse processo de mudança de forma sistêmica.

Para este estudo, as escolhas metodológicas e a base dados, em pluralidade fornecidas pela OIT, foram fundamentais para evidenciar traços genéricos nas organizações que ajudam entender as barreiras invisíveis que impedem que as mulheres ascendam hierarquicamente. Assim, notamos que as abordagens teóricas discutidas desvelam uma incipiência a respeito da desigualdade, reforçadas por meio de manifestações culturais da organização, como tratamento inferiorizado, práticas de autoridade e discrepância de salário, que circunscrevem um espaço para as mulheres que não é condizente com que deveria ser equitativo.

REFERÊNCIAS

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen. 2019

ARRUZZA, Cinzia; FRASER, Nanci. **Feminismo para os 99%:** um manifesto. Tradução Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2019.

BACHUR, Thiago Faggioni; MANSO, Tânia Faggioni Bachur Costa. **Licença Maternidade e Salário Maternidade: na teoria e na prática**. Franca: Lemos e Cruz, 2011.

BIROLI, Flávia. **Gênero e Desigualdades**: os limites da democracia no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2018.

BRUNO, Maria Martha. A mulher se retirou do mercado por causa do seu papel essencial durante a pandemia. **Gênero e Número**. Disponível em: http://www.generonumero.media/mulher-mercado-essencial-pandemia/. Acesso em 16 out 2020.

CATALYST. Pyramid: Women in S&P 500 Companies. **Catalyst**, 2019. Disponível em: https://www.catalyst.org/research/women-in-sp-500-companies/. Acesso em: 20 nov. 2019.

CAVAZZOTE, Flávia de Souza Costa Neves; OLIVEIRA, Lúcia Barbosa; MIRANDA, Liliana Carneiro. Desigualdade de gênero no trabalho: reflexos nas atitudes das mulheres e em sua intenção de deixar a empresa. **Revista de Administração**, São Paulo, v.45, n.1, p.70-83, jan./fev./mar. 2010.

CHARLES, M. Deciphering Sex Segregation: Vertical and Horizontal Inequalities in Ten National Labor Markets. **Acta Sociologica**, San diego, v. 46(4). p. 267-287, 2003.

CHAUI, Marilena. Manifestações Ideológicas do autoritarismo brasileiro; ROCHA, Andre (Org.). Belo Horizonte: Autêntica; São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2013. (Escritos de Marilena Chaui, 2)

CISNE, Mirla; SANTOS, Silvana Mara Morais dos. **Feminismo, diversidade sexual e serviço social**. São Paulo: Cortez, 2018.

CONNELL, Raewyn; PEARSE, Rebecca. **Gênero:** Uma perspectiva Global. Tradução Marília Moschkovich. São Paulo: Nversos. 2015.

CRIVELLI, E. **Direito internacional do trabalho contemporâneo.** São Paulo: LTr, 2010.

DECLARAÇÃO DE FILADÉLFIA. Filadélfia, 1944. Disponível em: https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---americas/---ro-lima/---ilo-brasilia/documents/genericdocument/wcms_336957.pdf. Acesso em: 20 nov. 2019.

EAGLY, A. H.; CARLI, L. L. **Through the Labyrinth:** The truth about how women become leaders. USA: Harvard School Business Publishing Corporation, 2007.

FERNANDES, Florestan. **A sociedade escravista no Brasil**. São Paulo: Expressão popular, 2004.

FUDGE, J. Rungs on the Labour Law Ladder: Using Gender to Challenge Hierarchy. **Saskatchewan Law Review**, Canada, v. 60, p. 237-264, 1966.

GENDER ADVISORY COUNCIL. The leaking pipeline: Where are our female leaders? 79 women share their stories. **PricewaterhouseCoopers,** 2008. Disponível em: https://www.pwc.com/gx/en/women-at-pwc/assets/leaking_pipeline.pdf. Acesso em: 20 nov. 2019.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Renovação e Conservadorismo no Serviço Social.** Ensaios Críticos. 12 ed. São Paulo: Cortez, 2013.

ILO; ACTRAV POLICY BRIEF. **Closing the Gender Pay Gap**: What Role for Trade Unions? Geneva: ILO, 2019.

INTERNATIONAL LABOUR ORGANIZATION (ILO). **Global Wage Report 2018/19.** What lies behind gender pay gaps. Geneva: ILO, 2018. Disponível em: https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---dcomm/---publ/documents/publication/wcms_650553.pdf. Acesso em: 20 nov. 2019.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Vulnerabilidades das Trabalhadoras Domésticas no Contexto da Pandemia de Covid-19 no Brasil**. Brasília: IPEA, 2020.

LIMA, Ricardo. Mercado de trabalho: o capital humano e a teoria da segmentação. **Pesquisa e Planejamento Econômico**. Brasília, v. 10, n. 1, p. 217-272, 1980.

MORGAN, Gareth. **Imagens da Organização.** São Paulo: Atlas, 2007.

OECD; OIT. **Women at Work in G20 countries:** Progress and policy action. Paper prepared under Japan's G20 Presidency, 2019. Disponível em: https://www.oecd.org/g20/summits/osaka/G20-Women-at-Work.pdf. Acesso em: 20 nov. 2019

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT) **Convenção nº100:** Igualdade de Remuneração de Homens e Mulheres Trabalhadores por Trabalho de Igual Valor. Genebra, 1951. Disponível em: https://www.ilo.org/brasilia/convencoes/WCMS_235190/lang--pt/index.htm. Acesso em: 20 nov. 2019.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT) **Convenção nº111:** Discriminação em Matéria de Emprego e Ocupação. Genebra, 1958. Disponível em: https://www.ilo.org/brasilia/convencoes/WCMS_235325/lang--pt/index.htm. Acesso em: 20 nov. 2019.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT) **Convenção nº156:** Sobre a Igualdade de Oportunidades e de Tratamento para Homens e Mulheres Trabalhadores: Trabalhadores com Encargos de Família. Genebra, 1981. Disponível em: https://www.ilo.org/brasilia/convencoes/WCMS_242709/lang--pt/index.htm. Acesso em: 20 nov. 2019.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). **Igualdade de Remuneração de Homens e Mulheres.** Genebra: OIT, 2000.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Brief Gênero e Covid na América Latina e no Caribe**, mar. 2020. Disponível em: http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2020/03/ONU-MULHERES-COVID19_LAC.pdf. Acesso em: 12 out. 2020.

PALHA, Amanda. Transfeminismos e contrução revolucinária. **Margem Esquerda**: Revista da Boitempo n. 33. São Paulo: Boitempo, 2019. p.38 – 44. É revista ou livro?

PETRONE, Talília. Prefácio à Edição brasileira. *In:* ARRUZZA, Cinzia; FRASER, Nanci. **Feminismo para os 99%:** um manifesto. Tradução Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2019.

PIOVESAN, Flávia. **Direitos humanos e o direito constitucional internacional**. 12. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2011.

SILVEIRA, Maria Godoy. Diversidade de gênero – mulheres*. In:* ZENAIDE, M. N. T. et al. (orgs.). **Direitos Humanos: capacitação de educadores.** p. 43-58. João Pessoa: Editora Universitária UFPB, 2008.

WIRTH, Linda. **Breaking through the glass ceiling:** Women in management. Geneva: International Labour Office, 2001.

WULFHORST, Ellen. Woman who coined 'glass ceiling' frustrated by slow progress. **Thomson Reuters**, 2018. Disponível em: https://www.reuters.com/article/us-women-sexualdiscrimination-glassceili/woman-who-coined-glass-ceiling-frustrated-by-slow-progress-idUSKBN1GH0HX. Acesso em: 20 nov. 2019.

DESINFORMAÇÃO E CAOS: A propagação das fake news em meio a pandemia

DISINFORMATION AND CHAOS: The spread of fake news in the midst of the pandemic

Área temática: Desenvolvimento Social e Políticas Públicas, educação e desenvolvimento.

ROCHA, Iara Pinheiro
Faculdade de Direito de Franca
Graduanda no 3° ano do curso de Direito
iaranroch@outlook.com

Resumo

O presente trabalho tem como finalidade a análise sistemática da disseminação das *fake news* frente aos reflexos da pandemia do Coronavírus e seus impactos no corpo social. Com o intuito de assegurar uma contribuição científica sobre o tema, o presente artigo apresenta uma análise crítica no que se refere aos efeitos caóticos que a propagação de notícias irreais pode causar em uma população, que já é vítima de uma das maiores e mais impactantes pandemias estudadas na história do homem. Inicialmente, o trabalho se fragmenta em introdução, a qual trata da influência das informações em uma sociedade globalizada e como os cidadãos podem ser manipulados. Também, nos seguintes tópicos será tratado do arcabouço jurídico disponível para regulamentar tais questões e, ainda, analisar as carências a respeito da falta de proteção estatal com relação às *Fake News.* Por fim, os resultados obtidos indicam que o ordenamento jurídico até então começou a processar mais o tema, e também propõem um debate quanto a real eficiência do jovem, e talvez ainda imaturo, Projeto de Lei aprovado pelo Senado, o PL 2.630/2020, quem em sua teoria tem a intenção de evitar a inobediência aos princípios constitucionais ao agir contra a disseminação das noticias falsas que vêm causando danos estrondosos ao coletivo e à democracia.

Palavras-chave: Fake News. Coronavírus. Brasil.

Abstract

The purpose of this work is the systematic analysis of the dissemination of fake news in the face of the effects of the Coronavirus pandemic and its impacts on the social body. In order to ensure a scientific contribution on the subject, this article presents a critical analysis regarding the chaotic effects that the spread of unreal news can cause in a population, which is already the victim of one of the largest and most impacting pandemics studied in human history. Initially, the work is fragmented into an introduction, which deals with the influence of information in a globalized society and how citizens can be manipulated. The following topics will also address the legal framework available to regulate such issues and also analyze the shortcomings regarding the lack of state protection with respect to Fake News. Finally, the results obtained indicate that the legal system has so far begun to deal more with the issue, and also propose a debate on the real efficiency of the young, and perhaps still immature, bill passed by the Senate, PL 2.630/2020, which in its theory has the intention of avoiding inobedience to constitutional principles by acting against the dissemination of false news that has been causing tremendous damage to the collective and to democracy.

Keywords: Fake News. Coronavirus. Brazil.

1 INTRODUÇÃO

É inegável que a tecnologia proporcionou mudanças admiráveis na forma de comunicação em todo o mundo, ao oferecer maior acesso às informações possibilita a educação e construção do conhecimento de uma população. Em contraponto, com a democratização das tecnologias e a expansão da internet e das mídias sociais, o cidadão comum transformou-se em um *prosumer*, isto representa, ele não apenas absorve o conteúdo da internet como também interage e compartilha com grande alcance, assim, ao mesmo tempo torna-se, consumidor e produtor de conteúdos on-line (VARELA, 2005; KOTLER; KARTAJAYA; SETIAWAN, 2017; SOUSA JÚNIOR; PETROLL; ROCHA, 2019).

Dentro desta discussão, ao nos depararmos com as notícias falsas, temos que estas são uma das grandes questões a serem abordadas na atualidade da era digital, e também na atual conjuntura de extrema instabilidade mundial. Tal fato pode ser observado uma vez que diante a frenética e constante circulação de dados, em especial através das redes sociais como *Whatsapp* e *Facebook*, em conjunto com a falta de preparo da população em receber, filtrar e averiguar a veracidade das informações, a capacidade de propagação das *fake news* é muito maior. Podemos analisar que, ao proposito de atingir o maior número de pessoas possíveis, estes dados são moldados de forma didática especificamente para determinados grupos, o que acaba tornando-as mais difundidas em meio à população carente de sustentação ideológica e consequentemente suscetível a manipulação. Tal problemática se tornou tão significativa que o Fórum Econômico Mundial, em 2013, listou *fake news* como uma das maiores ameaças à civilização moderna (HOWELL, 2013).

A informação é considerada uma ferramenta necessária para a conscientização e funcionamento de uma população e, por este motivo, tê-la significa poder. É possível analisar que este poder vem sendo usado inadequadamente como forma de manobra e manipulação de massas, a título de exemplificação podemos mencionar os impactos que a divulgação de informações adulteradas e o abuso do uso dos dados pessoais causaram nas eleições dos Estados Unidos em 2018, de acordo com o documentário *The Great Hack* (2019). Também, ao analisar a evolução da comunicação ao longo das décadas e a contemporânea facilidade de acesso, divulgação e compartilhamento de informações proporcionadas pelas mídias sociais observa-se que estas começaram a trazer implicações não somente para o ambiente on-line como também para a realidade global. Assim, é considerado significativo o estudo dos efeitos que a disseminação de uma notícia falsa, ou em partes falsa, pode causar a uma população, sobretudo no contexto atual já tão fragilizada e exposta. Muitas informações e notícias são diariamente postadas nas mídias sociais, o que comanda uma cadeia de compartilhamentos, criando uma rede com um conteúdo errôneo e pseudoinformações com potencial letal no atual cenário.

No momento atual, o mundo está desperto à situação e à propagação do novo coronavírus causador da COVID-19, que, apenas no Brasil, infectou mais de 5 milhões de pessoas (na data de 10 de Outubro de 2020). Em conseguinte, o mundo inteiro está comprometido com o desejo de buscar formas de conscientizar a população com finalidade de melhor instruí-la quanto às ações que devem ser tomadas a nível individual e coletivo para o combate desse vírus. Nessa perspectiva, foi possível verificar a proliferação de inúmeras práticas de desinformação em relação à gravidade da situação global e da capacidade letal da então moléstia. Frequentemente, é possível observar a irradiação das notícias falsas nos veículos de comunicação em massa, em especial na internet, por meio das redes sociais. Tal disseminação foi promovida, inclusive, por chefes de Estado, os quais, em seus discursos, minimizaram o impacto da doença, divulgaram informações falsas e adotaram posturas que contrariavam a Organização Mundial de Saúde (OMS).

Evidentemente, de acordo com os argumentos supracitados, as notícias falsas se alastram com facilidade e em uma escala planetária em nossa sociedade, isto é fato, ainda mais levando em conta sua formatação inovadora que utiliza dos dados pessoais dos usuários para assim melhor persuadi-los. Sendo assim, se observa mais do que compreensível pressionar os governantes para editarem leis de enfrentemanto eficaz ao combate desse fenomeno. Em virtude da corrente situação, alguns órgãos de saúde e da imprensa mundial estão dispondo de esforços para desmentir o alto número de informações falsas que vêm sendo criadas e compartilhadas na internet em diversas redes sociais. Além disso, pode-se falar também no papel do legislativo com a criação do Projeto de

Lei número 2.630, recentemente aprovado pelo Senado e em tramitação pela Câmara dos Deputados, sob a ementa de "Lei Brasileira de Liberdade, Responsabilidade e Transparência na Internet", que vem para cobrar o bom uso dos temas tratados e estabelecidos pela Constituição Federal da República.

Inegável apontar que o projeto vem em um momento de extrema necessidade, por ilustração o excessivo ataque às regras constitucionais que tais informações causam no corpo social, a título exemplificativo os abusos que apresentam a aquilo tido como direito fundamental de acesso à informação, altamente intensificado com o contexto da pandemia da COVID-19. Ainda, importa para saber e investigar a hipótese de encaixar as *fake news* no arcabouço jurídico vigente e seu possível enquadramento em uma infração penal. Todavia, é também de máxima importância ponderar os limites do então Projeto de Lei. Uma critica observada é que a proposta apresenta certas medidas que podem vir a ser uma limitação indevida à população, o que pode lhes recusar alguns direitos fundamentais inerentes à personalidade. Inquestionavelmente, duvidas e observações surgem, de modo que se faz necessário um estudo analítico e minucioso sobre o assunto. Trata-se de uma questão urgente e sensível, carece de um debate detalhado a fim de não cometer o risco de trazer vícios à sociedade civil.

Se faz mister a cautela para com o novo projeto, pois seria incabível a vivência em uma sociedade onde tem-se como máxima de que "o preço da liberdade é a eterna vigilância" (Thomas Jefferson). Importante apontar que a lei deve sempre trabalhar a favor dos particulares e nunca o contrário. Compreendendo o cenário em que o Brasil se encontra durante a pandemia e identificando a vulnerabilidade da população, tanto quanto a precariedade sanitária como também a de receber informações, é possível começar a compreender a gravidade da temática. Assim como o vírus da COVID-19, a difusão de notícias incorretas ou obscuras em paralelo tem potencial de gerar prejuízos estrondosos para com a população e também uma desobediência descomunal com os princípios mais básicos da vida humana previstos constitucionalmente.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Um dos direitos fundamentais assegurados ao Estado Democrático de Direito é a necessidade de acesso à informação para o exercício pleno da cidadania. Uma sociedade que não garanta o direito de sua população em se expressar e se informar não pode considerar-se democrática. Vale observar que, na Constituição Federal de 1988, a proteção ao Direito de Acesso à informação para o exercício da cidadania está no art.5°, inciso XIV, que dispõe que é assegurado a todos o acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional (BRASIL, 1988, Art.5°, XVI).

Assim, pode ser constatado o grau de importância da criação uma ferramenta legal para medir a propagação dos mais diversos tipos de desinformação. É também primordial que o combate à circulação de informações falsas seja travado sem danos à democracia, que, se por um lado é ameaçada pela manipulação que a desinformação e as notícias falsas são capazes de impor, pode também se tornar vítima dos excessos cometidos por Estados. A consciência inicial da problemática é a força motriz de uma libertação do controle hegemônico, bem como de uma atuação popular que se beneficie. O conceito de "classe para si", difundido pelo teórico alemão Karl Marx, se enquadraria bem na explanação, pois tem como argumento que as classes sociais sejam organizadas politicamente para defesa consciente de seus interesses, e dessa forma acaba sempre presente na busca ativa do bem coletivo.

Para alcançar a ideia de um estrato organizado e engajado se faz necessário analisar os alicerces da sociedade brasileira. Desde os primórdios da colonização até os dias atuais, é possível observar o descaso governamental com inúmeros preceitos básicos para formação de um corpo social engajado e atuante. No século passado, Paulo Freire já abordava a necessidade de uma ampla conscientização do povo brasileiro, isto através de uma educação que conduzisse a uma "postura de auto-reflexão e de observação sobre seu tempo e seu espaço" (FREIRE, 1967, p.36). Essa "elevação do pensamento das massas", como colocava, junto à politização e à conscientização, transportaria o povo de uma posição de expectadores para membros ativos e integrantes na própria memória.

De acordo com a problemática das *fake news* em conjunto com a catarse global causada pelo novo COVID-19, os argumentos supracitados trabalham como suporte ao entendimento da relevância de uma sociedade preparada. A titulo de comparativo, líderes de alguns países europeus, como a Islândia, logo nos casos iniciais da infecção apresentaram uma postura rigorosa com a gravidade da situação e assim, somado ao fato de se tratar de uma população mais preparada e melhor assistida, hoje são exemplo de como lidar com o vírus. A desinformação é descrita como conteúdos contendo informações falsas ou manipuladas, os quais possuem potencial de causar impactos estrondosos e negativos na vida coletiva. Contudo, em um grupo imunizado do vírus da incipiência as o efeitos da patologia são mínimos.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Objetivando retratar o presente tema de forma clara e objetiva, este trabalho utiliza-se do método dedutivo, e para o desenvolvimento do resumo expandido qualitativo, o método utilizado é a pesquisa bibliográfica, feita com início no levantamento de referências teóricas publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, periódicos, pesquisas institucionais, entre outros. Também, ira se adotar a pesquisa documental, através de analises a fontes jornalísticas, decisões e pareceres e apontamentos sobre o Projeto de Lei número 2.630. Ademais, irá ser observado o contexto da produção dos discursos políticos em uma analise a fatos históricos pertinentes a atual realidade.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Em linhas gerais, está certo que a desinformação e circulação de notícias falsas não são fenômenos recentes, embora tenham assumido proporções inéditas a partir do desenvolvimento do marco da *Internet* e da democratização dos aparelhos móveis de informação e comunicação a ela conectados, os *smartphones*. Ainda que entendidas como prática prejudicial ao ambiente informacional considerou-se que a batalha às *fake news* deve levar em conta os limites de interferência à liberdade de expressão e as pautas constitucionais. Através do presente estudo verificou-se que o cenário de desinformação compactua com o caos deliberado de uma população já tão fragilizada. Também, o contexto não favorece a com as medidas de cuidado e prevenção contra a nova doença, além de fragilizar a integralidade da assistência estatal para com a população.

Esses fatos aludidos são responsáveis por enorme impacto no Direito Constitucional e Direito Civil. Inquestionavelmente, duvidas e observações surgem, de modo que se faz necessário um estudo analítico e minucioso sobre o assunto. Trata-se de uma questão urgente e sensível, carece de um debate detalhado a fim de não cometer o risco de trazer vícios à sociedade civil.

Estudos apontam ser necessário um investimento no desenvolvimento educacional da competência crítica em informação para que os indivíduos da contemporaneidade possam reagir a estes episódios de forma adequada. Paulo Freire afirma que o ponto de partida do nosso povo foi o de ser uma sociedade fechada, comandada por um mercado externo e assim bem maleável, tal fator causa reflexos significantes na sua economia e na sua cultura. Por isso, acaba por ser alienada, com precária vida urbana e alarmantes índices de analfabetismo, portanto, atrasada. Todos esses argumentos apontam para a necessidade de elaboração de medidas em prol da construção e resgate da educação do país. A partir do senso de dúvida despertado pelo pensamento crítico, os indivíduos tendem a desconfiar mais das informações e verificar seu grau de veracidade antes de compartilhar. Esse pensamento crítico pode ser a força inicial para frear substancialmente a proliferação das *fake news* e colocar em xeque o montante de desinformação a que estamos sujeitos**.** A luta passa pela compreensão das diferenças entre as desinformações para lidar adequadamente com cada situação, auxiliando, também, no entendimento de ações legislativas, estatais e empresariais empreendidas contra esses fenômenos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dessa forma, o presente artigo tem como objetivo, para além de uma melhor compreensão acerca do impacto das notícias falsas em um contexto de pandemia devido ao novo Coronavírus no

Brasil, investigar a finalidade e possíveis consequências do novo Projeto de Lei quanto à temática de defender a população brasileira por informações irreais. Evidentemente, o poder legislativo deve ser norteado pelo princípio da proteção do cidadão, no sentido de proteger e sempre assegurar todas as garantias previstas constitucionalmente. Sem duvida, a historia indica a necessidade da intervenção do Estado nas relações sociais e na proteção da vida humana. Merece, também, maior aprofundamento no debate sobre o combate às notícias falsas, que não se resolverá com fórmulas simples e prontas, mas com um conjunto de mecanismos que vão desde recursos técnicos até o investimento em educação e ambientação digital. Sendo assim, restrições legais devem ser elaboradas para combater a desinformação, mas sem perder de vista o desafio de respeitar a liberdade de expressão e sempre analisar os riscos de não lesar os preceitos constitucionais.

Conclui-se também, que o caráter reformador que o desenvolvimento humano traz para o direito é importante para nos esquivarmos de um direito estagnado e inábil. É de vital interesse observar a necessidade da proteção ao bem-estar social e a dignidade da pessoa humana. Dessa forma, se faz necessário harmonizar o desenvolvimento coletivo com as normas que rodeiam o mundo jurídico, com principal destaque aos objetivos constitucionais. A batalha atual para construção de um arcabouço jurídico capaz de amparar de modo sublime sem causar vícios à vida civil se vê em um terreno instável e carente de calma e atenção. O conflito entre o combate às *fake news* e o respeito à liberdade de expressão é ainda mais delicado na atual perspectiva, que apesar de as notícias fabricadas serem um fenómeno antigo, a disseminação das redes sociais online e a falta de cultura digital e senso crítico de partilha abrem margem para que a desinformação atinja um novo patamar fatal na sociedade.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA DO SENADO. Senado aprova projeto de combate a noticias falsas, texto vai à Câmara. Senado noticias, 30 de jun. 2020. Disponível em: https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2020/06/30/aprovado-projeto-decombate-a-noticiasfalsas?utm_source=hpsenado&utm_medium=carousel_0&utm_campaign=carousel. Acesso em: 11 de out. 2020.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. Acesso em: 14 de out. 2020.

BRISOLA, A.; BEZERRA, A. C. Desinformação e Circulação de “Fake News”: distinções, diagnóstico e reação. In: XIX ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB, Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 2018. Anais [...], Londrina, 2018. Acesso em: 16 de out. 2020.

DATAFOLHA, Equipe. Opinião sobre a pandemia coronavírus. [S. l.], 17 abr. 2020. Disponível em: http://media.folha.uol.com.br/datafolha/2020/04/18/2d1a9a8c156556fdfead557dc693 990eag.pdf. Acesso em: 15 de Out. 2020.

FREIRE, P. Educação como prática da liberdade. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1967.

CNN**.** O país onde parece que a Covid-19 nunca aconteceu. Cnnbrasil.com 2020. Disponível em: https://www.cnnbrasil.com.br/viagem/2020/06/19/o-pais-onde-parece-que-a-covid-19-nunca-aconteceu. Acesso em: 17 de Out. 2020.

DIREITO DIFUSO: A POPULAÇÃO TRANSGÊNERO E O PROVIMENTO Nº 073/2018 DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

DIFFUSED LAW: THE TRANSGENDER POPULATION AND PROVIMENTO 073/2018 OF THE NATIONAL COUNCIL OF JUSTICE

Desenvolvimento Social e Políticas Públicas: Direito, Trabalho e Serviço Social

COSTA, Mônica A.
Defensoria Pública de Minas Gerais
Especialista em direito processual e tributário
monica.costa@defensoria.mg.def.br

CALIXTO, Flander de A.
Universidade Federal de Uberlândia
Doutor
flanderac@gmail.com

Resumo
Este trabalho decorre da decisão do Supremo Tribunal Federal que, em março de 2018, determinou que pessoas transgêneros pudessem alterar o prenome e gênero no registro civil, sem a necessidade de realização de cirurgia de redesignação de sexo nem de realização de tratamentos hormonais. Justifica-se a criação da metodologia de intervenção, pelo fato de o movimento social de Ituiutaba, "Associação Cores do Pontal", ter demandado à Defensoria uma alternativa que contemplasse as pessoas hipossuficientes, pois não estavam conseguindo fazer as alterações no registro civil no cartório devido ao alto valor das taxas cobradas. O trabalho é relevante porque cuida da dignidade da pessoa humana e efetivação de direito reconhecido na Magna Carta e corroborado pela Corte Máxima do Estado. O resultado da ação pública foi a constatação de nova marginalização à população transgênero, agora por questões econômicas. Concluiu-se pela necessidade de alterar a legislação mineira prevendo isenção das custas do procedimento no cartório para quem for hipossuficiente, mas enquanto não vier a alteração legislativa, foi criada e implementada nova sistemática para alterar o prenome e gênero da pessoa transgênero sem custo, desenvolvida pela Defensoria Pública-Ituiutaba MG, em parceria com o CEJUSC, de forma vanguardista e que se tornou modelo para outras Comarcas.

Palavras-chave: Transgênero, Defensoria Pública, Cidadania.

Abstract
This work stems from a decision of the Brazilian Federal Supreme Court which, in March, 2018, determined that transgender individuals can alter their first names and genders in the civil registry without having to undergo surgery for sex change or hormonal treatments. The decision resulted from a request made by the 'Associação Cores do Pontal', a social movement in the city of Ituiutaba, Minas Gerais. This association petitioned the local Public Defender for an alternative to the procedure for altering names and genders in the civil registry that contemplated low income people, as they were not able to effect changes due to the high level of fees charged. The work is relevant because it speaks to the dignity of the persons involved and the enforcement of rights recognized in the Magna Carta and corroborated by the Highest Court of the State. The public action was necessary because of the marginalization of the transgender population due to individual economic considerations. It was concluded that there was a need to change the state legislation by providing exemption from the costs of the procedure at the registry office for individuals with low incomes. Until the legislative change is finalized, however, a new system has been created and implemented to alter first names and genders at no cost. This system was developed by the local public defender in partnership with CEJUSC, in an innovative manner which has become a model for other parts of the country.

Keywords: Transgender, Public Defender, Citizenship

1 INTRODUÇÃO

O Supremo Tribunal Federal, no julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 4275, encerrado na sessão plenária realizada em 01/03/2018, decidiu que pessoas transgêneros podem alterar o prenome e gênero no registro civil sem a necessidade de realização de cirurgia de redesignação de sexo, nem de realização de tratamentos hormonais. Decidiu ainda que a alteração poderia ser realizada diretamente em cartório, não necessitando de decisão judicial.

Referida decisão representou grande vitória para a comunidade de cidadãos Transgêneros, pois, anteriormente havia divergência jurisprudencial quanto a necessidade de a pessoa nessa condição humana ter que se submeter a cirurgia de redesignação de sexo, a qual é bastante arriscada e pouquíssimos hospitais realizam pelo SUS, para somente depois, alterar o nome e gênero no registro. Ademais, a alteração somente era possível por meio de ação judicial, num processo burocrático e demorado, no qual se realizava estudo psicossocial, perícia, oitiva de testemunhas. Sobremais, caso o requerente tivesse alguma ação em andamento ou dívida pendente, não poderia fazer a alteração.

Após a decisão da Corte Excelsa, o Conselho Nacional de Justiça editou o provimento nº 73/2018 regulamentando o procedimento e documentação necessários para alteração no cartório de registro civil. Determinou ainda que nenhuma ação em andamento ou dívida pendente seria impedimento para retificação de nome e marcador de gênero no registro civil.

Em levantamento de dados pela Associação Nacional de Registadores de Pessoas Naturais-ARPEN, de 29/08/2019, identificou-se que, desde junho de 2018, mais de 2.550 alterações de prenome e gênero já foram realizadas nas certidões civis de transgêneros diretamente em Cartório de Registro Civil em todo o Brasil. O Estado de São Paulo era o primeiro no ranking dos Estados que já fizeram o procedimento, com um total de 2.082 alterações. O segundo colocado era o Paraná, com 104 procedimentos e em 3º lugar Minas Gerais com 84 casos.

Em novembro de 2019, o movimento social de Ituiutaba “Associação Cores do Pontal”, procurou a Defensoria Pública e informou que as custas do procedimento no cartório eram altas, de forma que as pessoas transgêneros hipossuficientes não tinham condições de pagar e assim não estavam conseguindo efetivar seu direito.

Diante deste contexto, a situação problema do presente trabalho será verificar se a decisão do Supremo Tribunal Federal que determinou que pessoas transgêneros pudessem alterar o prenome e gênero no registro civil diretamente em cartório estava sendo cumprida na Comarca de Ituiutaba-MG, beneficiando a todos os transgêneros, bem como buscar alternativa para resolver a situação caso se constatasse alguma exclusão.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Os debates sociais e a discussão científica contemporânea trazem, com unânimes pesquisas, a constatação que a biologia não é suficiente para definir os papéis e os significados atribuídos ao ser masculino e ao ser feminino. Segundo esse entendimento, a sexualidade humana é composta por dimensões diversas e interconectadas, constituída basicamentepor três elementos: sexo biológico, orientação sexual e identidade de gênero.

Como sexo biológico define-se o conjunto de dados biogenéticos cromossômicos, órgãos genitais, capacidades reprodutivas e fisiológicas que diferenciam machos e fêmeas. No entanto a mesma natureza que criou essa estrutura “bio” também criou variações desse padrão como é próprio a qualquer sistema vivo existente nesse planeta. Nesse sentido, há o que podemos identificar como a intersexualidade, ou seja quando entre os seres humanos ocorre uma variação nas características genéticas e/ou somáticas da pessoa, fazendo com que sua anatomia reprodutiva e sexual não se molde às definições majoritariamente existentes do feminino ou do masculino, e que não quer dizer que estas dominantes, sejam únicas e as demais proscritas. Amplas são as manifestações biológicas humanas e que não podem ser subalternizadas por uma maioria opressora em relação a uma minoria.

O seres humanos identificados como “intersexo” podem nascer com características sexuais de ambos os sexos, ou com ausência de algum atributo biológico necessário à clássica identidade binária de masculino ou feminino. Entretanto já se questiona no movimento social e na pesquisa essa expressão da “binaridade”, que, conforme argumenta Lorber (2011) o problema fica a desejar se observada a divisão das pessoas nestes dois grupos "*mesmo que se encontrem mais diferenças significativas dentro do próprio grupo do que diferenças entre os dois grupos*” além de que estes

termos estão carregados de significados que atendem a interesses "*politicamente contextualizados e construídos*". Depreende daí a complexidade das definições quando trazemos o debate para a situação real que estas pessoas vivem em seu cotidiano (BRASIL, 2017).

Pessoas transgêneros possuem identidade de gênero diferente do sexo que lhes foi designado no momento do seu nascimento e muitas desejam ter seu nome social e gênero legalmente reconhecidos e registrados nos documentos de identidade oficiais. Muitas delas também alteram sua aparência física. Em todas as partes do mundo, pessoas trans estão em maior risco de sofrer violência, assédio e discriminação. Violações de direitos humanos vão de bullying e abuso verbal à negação de assistência médica, educação, trabalho e moradia, à criminalização, prisão e detenção arbitrária e à violência, lesão corporal, tortura, estupro e assassinato. A exposição a esses e a outros abusos correlatos pode ser exarcebada por outros fatores, tais como idade, etnia, ocupação, classe socioeconômica e deficiência, conforme nota informativa das nações unidas.

Nesse sentido reúnem-se os mais nobres motivos para apoio ao movimento dos/das transgêneros e o Estado é convocado a intervir resguardando o direito das populações envolvidas.

O nome civil integra a personalidade do ser humano, exercendo as funções precípuas de individualização e identificação das pessoas nas relações de direitos e obrigações desenvolvidas em sociedade. Nesse sentido essa dimensão da personalidade civil torna-se de fundamental importância na vida social. Por essa razão o Estado tem a urgência de garantir esse direito que categoriza o sujeito frente a seu modo de se sentir pessoa.

Em regimes de exceção o império da lei deixa de existir e predominem os juízos provisórios (HELLER, 1998), geradores de irracionalidade para emergir as crenças da imediaticidade da análise dos fatos. É tão importante o nome para a cidadania do indivíduo que, durante o regime totalitário nazista, um dos primeiros direitos que o prisioneiro perdia nos campos de concentração era o de ser chamado pelo nome (FARIAS, 2020).

Inicia-se o nome com o registro que, em regra, acontece logo após o nascimento, e acompanha a pessoa natural por toda a vida, podendo haver reflexos, inclusive, após sua morte.

Diante disso resta evidente a importância e necessidade da pessoa transgênero alterar seu nome no registro civil, pois aquele recebido dos seus genitores ao nascer já não reflete mais sua personalidade e cidadania, contradizendo com seu aspecto psicológico e até mesmo físico, ocasionando assim constrangimentos e discriminações.

Não obstante, as pessoas transgêneros hipossuficientes e domiciliadas em Ituiutaba-MG estavam encontrando entraves para alterar o prenome e gênero no registro civil diretamente no cartório em virtude das custas cobradas.

Nesse sentido, a DPMG Ituiutaba entrou em contato com o Cartório de Registro Civil de Ituiutaba e propôs realizar um Mutirão para que fosse operacionalizada oficialmente as alterações (prenome e gênero) no registro civil, sem custos para os transgêneros carentes. Depois de reuniões com o Cartório de Registro Civil local, o Sindicato dos Cartórios de Minas Gerais informou que o Provimento nº 73/2018 do CNJ dispôs que as custas cartorárias seriam tratadas por lei estadual. Em Minas Gerais, infelizmente não há lei que possa isentar as pessoas transgêneros dos custos do procedimento de alteração em cartório, ainda que assistidas pela Defensoria Pública. Logo, o cartório não poderia fazer a alteração sem a cobrança das taxas.

3 ANÁLISE

Tendo em vista que as pessoas transgêneros hipossuficientes da Comarca de Ituiutuaba-MG não estavam conseguindo fazer a alteração do prenome e gênero sem custos no Cartório, constatou-se uma nova marginalização, agora entre os próprios transgêneros, pois os que tinham condições financeiras poderiam garantir o direito de mudança do prenome e gênero de forma rápida e extrajudicial, não necessitando ingressar com um demorado processo judicial para tanto. Enquanto os hipossuficientes ficavam na marginalidade desse direito, pois não tinham condições de arcar com os custos em torno de R$ 520,00 (quinhentos e vinte reais).

Nesse panorama de barreira imposta pelo sindicato dos cartórios, ausência de legislação estadual isentando as custas e nova discriminação, para que a alteração fosse realizada de forma célere e sem custos, a Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais, Comarca de Ituiutaba, numa ação vanguardista buscou parceria com o Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania-CEJUSC local, que já era parceiro nas mediações e conciliações de conflitos familiares realizados quinzenalmente na sede da instituição.

4 MÉTODO

A Defensoria traçou uma metodologia de intervenção a partir da argumentação realizada para essa situação de desigualdade, junto ao juiz coordenador do CEJUSC, que de pronto aceitou incorporar-se na causa, buscando alternativas para o problema apenas condicionando a oitiva, de forma rápida e simples, de duas testemunhas para cada interessado.

Foi então estabelecida uma nova sistemática para alteração do prenome e gênero da pessoa transgênero de forma célere e extrajudicial. A alteração não seria feita diretamente no cartório de registro civil nem seria ajuizada demanda judicial, mas por meio de parceria entre DPMG, CEJUSC e Movimento Social de Ituiutaba "As cores do Pontal", garantindo à população transgênero a alteração de prenome e gênero no registro civil, oportunizando-lhes a cidadania de fato e não presumida.

Nesse sentido, a Defensoria Pública seria responsável em realizar o Mutirão para alteração, fazendo a divulgação, inscrições, auxiliando na emissão e organizando a documentação necessária e posteriormente encaminhando-a para o CEJUSC, para que fossem ouvidas duas testemunhas de cada inscrito atestando a condição do requerente.

A DPMG-Ituiutaba em um trabalho de cidadania e compromisso social, pôs a máquina administrativa para apoiar os requerentes a obterem a documentação necessária definida no Provimento nº 073/2018, que são: certidão de nascimento atualizada; certidão de casamento atualizada, se for o caso; cópia do registro geral de identidade (RG); cópia da identificação civil nacional (ICN), se for o caso; cópia do passaporte brasileiro, se for o caso; cópia do cadastro de pessoa física (CPF) no Ministério da Fazenda; cópia do título de eleitor; cópia de carteira de identidade social, se for o caso; comprovante de endereço; certidão do distribuidor cível do local de residência dos últimos cinco anos (estadual/federal); certidão do distribuidor criminal do local de residência dos últimos cinco anos (estadual/federal); certidão de execução criminal do local de residência dos últimos cinco anos(estadual/federal); certidão dos tabelionatos de protestos do local de residência dos últimos cinco anos; certidão da Justiça Eleitoral do local de residência dos últimos cinco anos; certidão da Justiça do Trabalho do local de residência dos últimos cinco anos; certidão da Justiça Militar, se for o caso.

Como se pode observar, apesar de o Provimento nº 73/2018 ter simplificado o procedimento para alteração de prenome e gênero, a lista de documentos é extensa, alguns de difícil obtenção principalmente por pessoas hipossuficientes que não tem acesso as tecnologia de informação, razão pela qual a DPMG, em parceria com a Associação Cores do Pontal (Movimento Social) auxiliou os requerentes a conseguirem reunir toda a documentação e fechar o processo.

Considerando a importância do tratamento interpessoal na comunicação para esta população, a equipe funcional da DPMG juntamente com as extensionistas de Serviço Social realizaram capacitação interna para garantir a comunicação ética dos atendimentos, que a pessoa fosse identificada pelo nome social, bem como, o decoro no diálogo durante o processo, de modo a efetivar a cidadania plena na oralidade e por fim, assegurar na prática os objetivos justos dessa ação pública de garantia de direitos.

O Mutirão foi realizado entre os dias 08/01/2020 a 22/01/2020 e estruturado na DPMG, seguindo o seguinte fluxo:

a) As extensionistas do Serviço Social realizaram o acolhimento dos requerentes, conferindo a documentação previamente orientada pela defensora pública;

b) Esclareceu-se como seriam os procedimentos internos da mudança do prenome e gênero;

c) Os requerentes foram encaminhados internamente a sala de execução do processo;

d) Com o processo finalizado os requerentes já saiam da DPMG com a data e o horário já designado da audiência para ouvir as testemunhas no CEJUSC - todas as audiências foram realizadas nos dias 23/01/2020 e 24/01/2020;

e) A DPMG reuniu e encaminhou a documentação completa para o CEJUSC.

f) No CEJUSC foram realizadas as audiências, ouvindo as testemunhas de forma rápida, e o magistrado prolatou a sentença determinando a alteração do prenome e do gênero dos requerentes no registro civil de forma gratuita.

g) As 13 sentenças foram reencaminhadas a DPMG que, juntamente com requisição administrativa, enviou ao cartório de registro civil requerendo a alteração e expedição de nova certidão civil.

5 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Diante da ausência de legislação estadual que isentasse as pessoas transgêneros hipossuficientes do pagamento das taxas cartorárias para realizar a alteração de prenome e gênero diretamente no cartório, e tendo em vista a demanda de pessoas nesta situação, que aguardava há anos a alteração, coube a Defensoria Pública Mineira buscar alternativa adequada para fazer valer os direitos dos cidadãos trans.

A Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais, Comarca de Ituiutaba, realizou o 1º Mutirão de Alteração de Prenome e Gênero da Pessoa Transgênero totalmente sem custo, adotando nova sistemática, sendo atendidas 13 pessoas hipossuficientes, com faixa etária entre 19 e 52 anos de idade. Assim, pode-se garantir cidadania e dignidade as pessoas transgênero e efetivar a decisão do Supremo Tribunal Federal.

A atuação da Defensoria foi necessária para defender o direito das minorias, que embora concedido na decisão do Supremo Tribunal Federal, estava sendo mitigado agora por questões econômicas. Fez-se valer o princípio da igualdade substancial: tratar igualmente os iguais e desigualmente os desiguais, na medida de sua desigualdade. Ora, os transgêneros que não têm condições de arcar com as custas do procedimento para alteração do prenome e gênero diretamente no cartório, devem receber apoio do Estado para tanto, pois do contrário não terão acesso ao direito garantido pela Corte Suprema.

A Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais pode garantir proteção a um grupo minoritário exposto a situações de vulnerabilidade jurídica, social, econômica e política, já que o Provimento nº 73/2018 foi expedido pelo Conselho Nacional de Justiça em 28/06/2018 e em novembro de 2019, ou seja, mais de um ano depois, ainda não havia lei estadual que garantisse a alteração sem custo à pessoas trans carentes.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Além de realizar a alteração de prenome e gênero da pessoa transgênero hipossificiente totalmente sem custo, de forma rápida e extrajudicial, o Mutirão aproximou a população de transgêneros da Defensoria Pública e dos órgãos do sistema de Justiça, promovendo a educação em direitos não somente dos participantes, mas da sociedade ao dar visibilidade à ação, visto que o Projeto foi divulgado em várias redes e mídias sociais, sempre explicando à sociedade a importância de garantir direitos à pessoa transgênero e as dificuldades por essa população encontrada, buscando assim a redução do preconceito.

Por meio do Mutirão, e agora como prática constante, é garantido o direito de alteração de prenome e gênero da pessoa transgênero hipossuficiente de forma gratuita, aperfeiçoando o funcionamento da justiça, e dando efetividade ao postulado da dignidade da pessoa humana e, claro, à decisão do Supremo Tribunal Federal, de forma a garantir a todos o direito a alteração, fazendo com que a justiça seja realmente para todos.

Durante a realização do Mutirão, pode-se notar o quanto as pessoas transgêneros são marginalizadas pela sociedade e o quanto elas se sentem abandonadas pelas políticas públicas, visto que há pouquíssimas iniciativas voltadas para elas. Assim, após o Mutirão, e em virtude da pandemia, foram realizadas *lives* com o intuito de esclarecer acerca dos Direitos conferidos pelo Supremo Tribunal Federal a população LGBTQ+ nos últimos anos.

A Defensoria Pública continua com o trabalho de garantir às classes hipossuficientes e minorias o acesso à Justiça, dando voz e garantindo igualdade material de direitos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **O Ministério Público e a Igualdade de Direitos para LGBTI** Conceitos e Legislação Brasília : Ministério Público do Estado do Ceará, Brasília, 2017.

BRASIL. Provimento nº 73, de 28 de junho de 2018. Dispõe sobre a averbação da alteração do prenome e do gênero nos assentos de nascimento e casamento de pessoa transgênero no Registro Civil das Pessoas Naturais (RCPN). Disponível em: <https://www.conjur.com.br/dl/cnj-regulamenta-

alteracoes-nome-sexo.pdf/> Acesso em 18 out.2020.

FARIAS, Cristiano Chaves de. **Manual de Direito Civil** - volume único. Cristiano Chaves de Farias, Felipe Braga Netto, Nelson Rosenvald. 5 ed. rev. ampl. e atual. Salvador: Juspodivm, 2020. p.174

HELLER, A. **O cotidiano e a história**. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

LORBER, Judith. **Believing is Seeing: Biology as Ideology**. In *The Gendered Society Reader*. Toronto: Oxford University Press, 2011.

Nações Unidas - **Nota Informativa Pessoas Transgênero**. Disponível em: <https://www.unfe.org/wp-content/uploads/2017/05/Transgender-PT.pdf /> Acesso em 18 out.2020.

Registro Civil. Disponível em: <https://blog.registrocivil.org.br/2019/08/29/cartorios-de-registro-civil-ja-realizaram-mais-de-2-550-alteracoes-de-prenome-e-genero/> Acesso em 15 out.2020.

Supremo Tribunal Federal. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=371085>. Acesso em 14 out.2020.

DIRETRIZES PARA A REPRESENTAÇÃO TERMINOLÓGICA MUSICAL: O USO DO MÉTODO ANÁLISE DE DOMÍNIO

GUIDELINES FOR MUSICAL TERMINOLOGICAL REPRESENTATION: THE USE OF THE DOMAIN ANALYSIS METHOD

Área temática: 1.6 Outras áreas temáticas

PEGORARO NOVAES, Fernanda Carolina
Faculdade de Filosofia e Ciências "Júlio de Mesquita Filho" - UNESP
Doutoranda no Programa de Pós Graduação em Ciência da Informação
Agência financiadora: CNPq
fernanda.pegoraro@unesp.br

MARTÍNEZ-ÁVILA, Daniel
Universidad Carlos III de Madrid, Espanha
Doutor em Documentação pela Universidad Carlos III de Madrid
dmartine@bib.uc3m.es

Resumo

A recuperação da informação musical é um desafio que se tornou um dos mais importantes na história da ciência da informação musical e em que sua bibliografia é difícil de ser classificada pela falta de origem disciplinar de suas referências. Na área da Ciência da Informação verifica-se um crescimento visível do interesse pela investigação em sons e imagens e, mais especificamente, na recuperação da informação musical. Assim, esta pesquisa justifica-se pela importância metodológica e teórica da aplicação do paradigma da análise de domínio para a representação e compreensão da informação na área da música. No caso de uma obra musical, que poder ser simbolizada em vários formatos e expressa por vários gêneros, necessita de discernimento e estudo de seu domínio por meio de especialistas que conheçam as teorias e visões da área. Esta pesquisa é definida como bibliográfica e exploratória por ter como objetivo geral explicitar a importância e eficácia da aplicação da análise de domínio para a descrição e elaboração de linguagens específicas, que no presente caso correspondem ao domínio da música. A escolha da aplicação da análise no domínio da música, considera-se que é relevante, devido ao grande problema informacional que existe principalmente no que diz respeito à informação disponível na Internet. Muitas vezes, esta informação está ausente e existe uma preocupação geral quanto à forma como os conteúdos são organizados e divulgados. Dentre esses problemas, destaca-se a falta de padronização terminológica, aspecto que poderia ser resolvido em parte com a criação de vocabulários controlados.

Palavras-chave: Sistemas de Organização do Conhecimento, Informação musical, Análise de domínio.

Abstract

The recovery of musical information is a challenge that has become one of the most important in the history of music information science and in which its bibliography is difficult to be classified due to the lack of disciplinary origin of its references. In the area of Information Science, there is a visible growth in interest in research into sounds and images and, more specifically, in the recovery of musical information. Thus, this research is justified by the methodological and theoretical importance of applying the domain analysis paradigm for the representation and understanding of information in the area of music. In the case that a musical work can be symbolized in various formats and expressed by various genres, the need for discernment and study of its domain through specialists who know the theories and views of the area. This research is defined as bibliographic and exploratory because its general objective is to explain the importance and effectiveness of the application of domain analysis for the description and elaboration of specific languages, which in the present case

correspond to the domain of music. The choice of the application of analysis in the field of music is considered to be relevant, due to the great information problem that exists mainly with regard to the information available on the Internet. This information is often missing and there is a general concern about how content is organized and disseminated. Among these problems, the lack of terminological standardization stands out, an aspect that could be solved in part with the creation of controlled vocabularies.

Keywords: Knowledge Organization Systems, Musical information, Domain analysis.

1 INTRODUÇÃO

A indexação das informações extraídas da música (letras, partituras e arquivos e entre outros) muitas vezes é realizada pelos usuários de acordo com seus próprios critérios, não utilizando um padrão e integrando as informações no ambiente operacional de acordo com o que se julga correto mentalmente. Esse aspecto pode gerar conflitos entre o sistema e outros usuários em um ambiente social, uma vez que cada indivíduo pode ter uma percepção diferente, não baseada nas teorias e correntes do domínio, dificultando a recuperação. A organização do conhecimento na área da música pode ser realizada e integrada de forma análoga a outros materiais do acervo. Para uma recuperação satisfatória em um sistema de informação (pelo menos no que diz respeito à eficiência e inequívoca) é importante aderir aos instrumentos e procedimentos utilizados na organização do conhecimento para melhor qualidade (LIMA; ALVARES, 2012).

Em um sentido global, entende-se que a recuperação da informação, assim como sua organização, não inclui apenas a representação temática, mas também a representação descritiva, cuja função principal é acessar o conteúdo por meio da catalogação dos aspectos formais. Nesse sentido, Novellino (1996) aborda dois processos de recuperação em um documento: por meio da análise temática, atribuindo-lhe uma expressão linguística e a distribuição de conceitos a ela relacionados. Este autor também apresenta a linguagem documentária como instrumento padronizado de indexação, permitindo a comunicação entre o usuário e o indexador e promovendo a comunicação entre ambos na construção de um vocabulário mais preciso e adequado.

Smiraglia (2001) considera a obra musical como uma entidade de recuperação de informação no campo musical, devido à grande quantidade de informação que possui. Ao se apropriar de conceitos da Musicologia, esse autor relaciona a obra a instâncias. As instâncias seriam conceitos que discutem "tempo", englobado tanto por uma performance quanto por uma manifestação em formato físico como um CD. Desse modo, a entidade documental passa a ser uma instância, pois é a concretização de algo abstrato e possui variáveis representadas tanto em discos sonoros quanto em formatos impressos ou digitais de um documento.

No entanto, para promover a recuperação de informação na área da música (conhecida pelo seu nome e sigla em inglês *Music Information Retrieval* - MIR), é importante estabelecer a diferença entre, por um lado, documentos físicos e, por outro, seu conteúdo musical. Na área da Ciência da Informação verifica-se um crescimento visível do interesse pela investigação em sons e imagens e, mais especificamente, na recuperação de informação musical. Com base em Santini e Souza (2009) podemos afirmar que a recuperação da informação musical é um desafio que se tornou um dos mais importantes na história da ciência da informação musical e em que sua bibliografia é difícil de ser classificada pela falta de origem disciplinar de suas referências. Nesse sentido, os sistemas de recuperação de informação musical falham devido a falta de conhecimento específico sobre o domínio dos organizadores e avaliadores a respeito trabalhos publicados, a pouca relevância nas áreas de conhecimento dos meios em que são publicados e aos problemas de linguagem dos próprios autores (muitas vezes causados pela falta de uma origem disciplinar das publicações para a recuperação da informação musical).

Assim, esta pesquisa justifica-se pela importância metodológica e teórica da aplicação do paradigma da análise de domínio para a representação e compreensão da informação na área da música. No caso de uma obra musical poder ser simbolizada em vários formatos (letra, partitura, música, tese, jogos, entre outros) e expressa por vários gêneros (acadêmico, popular, sinfônico ...), o necessidade de discernimento e estudo de seu domínio por meio de especialistas que conheçam as teorias e visões da área.

Esta pesquisa é definida como bibliográfica e exploratória por ter como objetivo geral explicitar a importância e eficácia da aplicação da análise de domínio para a descrição e elaboração de linguagens específicas, que no presente caso correspondem ao domínio da música.

2 A RECUPERAÇÃO E REPRESENTAÇÃO DA INFORMAÇÃO NO DOMÍNIO DA MÚSICA

Conforme indica Piedade (1983), a indexação engloba tarefas como identificação do documento, determinação do assunto e seleção dos termos a serem usados para representá-lo nos índices. No caso de identificação do documento com o uso de linguagens documentais, o assunto do documento pode ser determinado por indexação por palavras (palavras encontradas no texto ou no título do documento utilizado pelo autor) ou indexação por conceitos (análise conceitual, interpretando conceitos no texto escrito pelo autor e traduzindo-os para o idioma apropriado). Porém, também pode haver a representação do conteúdo informacional de forma não padronizada. Muitos usuários indexam as informações extraídas da música (letra, partitura, arquivo, etc.) de acordo com suas próprias convicções; não usar um padrão e integrar os dados ao ambiente operacional de acordo com o que julguem correto. Esse tipo de representação gera conflitos entre o sistema e os demais usuários, pois cada indivíduo pode ter uma percepção diferente, dificultando a recuperação.

A informação na música é mais discutida pelos usuários e pesquisadores do que o próprio conhecimento musical. A organização da informação musical pode ser feita através da descrição do tema da coleção; com nomes como análise documental, análise temática, análise de assunto, descrição de conteúdo e tratamento temático da informação (CAFÉ; SALES, 2010). Para que haja uma recuperação eficiente e aceitável em um sistema de informação, é essencial aderir aos instrumentos e procedimentos utilizados na organização. Segundo Lima e Alvares (2012, p.35), o objetivo principal da organização da informação é recuperar objetos informativos, que são informações registradas nos mais diversos meios - textos, imagens, registros sonoros, representações cartográficas e páginas *web*, e entre outros.

Quando se trata da recuperação informacional de um conteúdo, entende-se que essa recuperação é possível a partir da análise das principais características observadas, como autor, local, data, entre outras. A representação não substitui completamente o documento, mas possibilita a identificação de seus atributos fundamentais que orientam o usuário na tomada de decisão sobre a necessidade de consultar o documento que deu origem à representação (LIMA; ALVARES, 2012).

Porém, para possibilitar a recuperação da informação na área da música, “é importante estabelecer a diferença entre, por um lado, os documentos físicos e, por outro, o seu conteúdo musical” (SANTINI; SOUZA, 2009). Os autores determinam que tanto a música quanto qualquer outra manifestação cultural permitem tratamento como conteúdo informativo. Na área da Ciência da Informação, verifica-se um visível crescimento do interesse por esta temática, considerando o trabalho como entidade promotora da sua recuperação. No entanto, ainda existem muitos desafios e problemas não resolvidos na recuperação da informação no campo musical. Downie (2003) denomina esses desafios de: “multirrepresentacionais”, “multiculturais”, “multiexperimentais” e “multidisciplinares”.

O desafio “multirrepresentacional” está relacionado às várias interações que a música envolve, desde o tempo até a bibliografia. Por haver uma ampla dimensão de formatos, cada indexador seleciona o melhor método que considera para organizar e introduzir tecnologias na recuperação de informações em um sistema. Diante disso, observam-se variações no uso da música.

Ao lidar com o desafio “multicultural”, o multiculturalismo da música em seus vários gêneros é abraçado. Santini e Souza (2009), categorizam esse tipo de recuperação em música tonal ocidental, erudita e popular; representando-os como canções dos últimos quatro séculos, identificados como prática comum. Segundo os autores citados (p. 215), existem três causas principais de uma prática comum em pesquisa:

> 1. Estilos de música cuja codificação simbólica e de áudio não está disponível, não tem padrão ou está incompleta.
> 2. os desenvolvedores estão mais familiarizados com a música de "prática comum" do que com outros estilos.
> 3. Os desenvolvedores desejam maximizar os recursos dos sistemas com base em seus usuários potenciais.

Esses três fatores refletem problemas relacionados à dificuldade de conservação e armazenamento (considerando aspectos como a falta de tempo para adaptação, transcrição e registro do material e o alto custo envolvido), a barreira para aceitar novos desafios (com base simplesmente no costume, sem grandes atualizações profissionais e com material de fácil obtenção e controle) e a análise de público (SANTINI; SOUZA, 2009).

O desafio "multiexperimental" é aquele que retrata a influência da música no indivíduo, permitindo que uma melodia represente momentos vividos através do resgate de memórias e que provoque e influencie sensações físicas e emocionais. Além disso, aponta duas dificuldades que interferem na recuperação por meio de experiências:

1. Público e usuários - deficiência de integração no banco de dados de análises de necessidades para a identificação de estilos musicais que afetam as sensações de um usuário para atrair sua atenção;

2. Similaridade e relevância - para a inserção da codificação em um sistema, são analisados melodia, ritmo, harmonia e timbre, intervalos ou tempo rítmico musical. Nesse sentido, fragmentos comuns entre as canções são identificados; Os mais semelhantes são os mais relevantes para a avaliação na classificação, pois permitem identificar simultaneamente o *copyright* e o plágio (DOWNIE, 2003).

O último desafio é o "multidisciplinar", responsável por analisar as pesquisas realizadas no campo da recuperação da informação musical. O Quadro 1 mostra a diversidade de comunidades que atuam no tema.

Quadro 1 - Comunidades do Desafio Multidisciplinar (baseado em Santini e Souza 2009, p.218).

Comunidade	Tipo de Instituição	Área de Pesquisa
Computação/Informática, recuperação de informação.	Acadêmica, comercial.	Renderização, indexação, recuperação, aprendizado de máquina, *design* de interface do usuário.
Engenharia de sistemas audiovisuais, processamento digital de sinais.	Acadêmica, comercial.	Compressão, detecção de critério, localização de *pitch*, aprendizado de máquina, classificação, análise de música.
Musicologia, teoria musical.	Acadêmica.	Representação, análise musical.
Ciência da Informação, Biblioteconomia.	Bibliotecas, instituições acadêmicas.	Representação, metadados, estudos de usuário, classificação, direitos de propriedade intelectual, desenho de interface de uso.
Ciência cognitiva, Psicologia, Filosofia.	Acadêmica.	Representação, percepção, estudos de usuário, ontologia.
Direito.	Governamental, profissionais de Direito, acadêmica.	Direitos de propriedade intelectual.

Observando o panorama das áreas de pesquisa que a música abarca, podemos apontar várias facetas utilizadas como instrumento de estudo. Dessa forma, segundo Santini e Souza (2009), a recuperação no desafio "multidisciplinar" torna-se mais complexa devido a problemas como: falta de domínio nas avaliações de trabalhos publicados, problemas de relevância nas áreas do conhecimento e da linguagem utilizada por os autores (baixa comunicação causada pela falta de origem disciplinar da literatura na recuperação da informação musical e por ser difícil de encontrar).

No caso dos domínios de representação terminológica da informação na área da música, a sessão seguinte trata-se da exemplificação para proceder a sua análise.

3 ANÁLISE DE DOMÍNIO

No final do século passado, a Ciência da Informação e a Biblioteconomia abraçaram um novo paradigma de análise de domínio, inaugurado com os trabalhos de Hjørland e Albrechtsen (1995), que enfocou o domínio do conhecimento como comunidades de pensamento. Desta forma, Hjørland (2002), elaborou onze maneiras pelas quais a Ciência da Informação pode abordar um domínio: 1. Produção e avaliação de guias de literatura e portais de assuntos; 2. Produção e avaliação de classificações especiais e tesauros; 3. Pesquisa sobre habilidades de indexação e recuperação de informação em especialidades; 4. Conhecimento de estudos empíricos de usuários em áreas temáticas; 5. Produção e interpretação de estudos bibliométricos; 6. Estudos históricos de estruturas

e serviços de informação em domínios; 7. Estudos de documentos e gêneros nos domínios do conhecimento; 8. Estudos epistemológicos e críticos de diferentes paradigmas, pressupostos e interesses em domínios; 9. Conhecimento de estudos terminológicos, Linguagens para Fins Especiais e análise de discurso em áreas do conhecimento; 10. Estudos de estruturas e instituições de comunicação científica e profissional em um domínio; 11. Conhecimento de métodos e resultados de estudos analíticos de domínio sobre cognição profissional, representação do conhecimento em informática e inteligência artificial. Desse modo, observa-se que tais abordagens se enquadram no âmbito da Organização do Conhecimento e permitem, por meio dos conhecimentos adquiridos, formar especialistas em áreas específicas (HJØRLAND, 2017).

Embora o estudo da análise de domínio em Ciência da Informação tenha surgido no século XX, e mais especificamente em 1995 com os trabalhos de Hjørland e Albrechtsen já citados, seu crescimento e aplicação científica surgiram no início do século XXI (GUIMARÃES et al., 2017). No século atual, várias investigações e melhorias foram propostas por Birger Hjørland que permitiram que a análise de domínio fosse usada tanto como uma teoria quanto como uma aplicação em várias áreas da Ciência da Informação. Dessa forma, de acordo com a narrativa do Tênis (2012), é classificado de duas formas: descritiva (utilizada para investigações simples) e instrumental (aplicada para a criação e desenvolvimento de Sistemas de Organização do Conhecimento); os dois considerados gêneros diferentes. A análise descritiva do domínio seria realizada pelos pesquisadores, relacionando um domínio específico a ser investigado. Nesse sentido, Tennis (2012) afirma que o foco principal de Hjørland, considerado o principal autor em análise de domínio, seria a criação de mapas bibliométricos. Continuando nessa linha, de acordo com Tennis (2012), Hjørland e Albrechtsen (1995) considerariam três tipos de abordagens para realizar a análise descritiva de domínio: 1. seguir os métodos das ciências sociais; 2. através da observação das funções dos atores sociais; 3. em um coletivo externo às posições subjetivistas. Segundo Tennis (2012), o objetivo principal da análise de domínio instrumental seria revisar ou construir um sistema de informação e, portanto, torna-se de especial interesse aquele utilizado por profissionais em Sistemas de Organização do Conhecimento.

No que se refere aos gêneros descritivos e instrumentais, para sua compreensão em um determinado domínio, durante o seu estudo, devem ser medidos aspectos como seu limite, forma de análise, audiência e representação, entre outros. Apesar de Hjørland ter mostrado em várias ocasiões (por exemplo em 2013, e mais recentemente em 2017), os problemas e a não necessidade de definir um domínio a *priori*, Tennis (2003, 2012) defende que é necessário clarificar as definições de um domínio e seus elementos básicos de gêneros por meio de uma seção que descreve além do tipo de análise, sua definição, escopo e finalidade. Nesse sentido, quando se questiona a definição de um domínio, primeiro se indaga qual é o objeto de estudo e qual é o seu significado. Em relação ao escopo, o Tênis aplica conceitos básicos da Filosofia na definição de conceitos para investigar a extensão e a intenção do domínio analisado. Segundo Tennis (2003, 2012), e conforme discutido por Hartel (2003), para especificar o escopo, é essencial delimitar áreas de modulação por meio da determinação de: nome, extensão e intenção. Para a definição do escopo, é necessário estabelecer graus de especialização de domínio, ou seja, observar um domínio sem restrições, considerando critérios comunicados por meio da análise de um sujeito à consciência e fazendo-os compreender o método (TENNIS, 2003, 2012).

Com isto, seguindo a narrativa de Tennis (2012), entende-se que na maior parte da literatura de análise de domínio do século atual (Guimarães et al., 2017) é necessário definir tanto a delimitação do domínio quanto a seus limites, sendo este um trabalho que deve ser realizado antes de sua definição e estudo. Por outro lado, quando se trata da finalidade de um domínio, investiga-se o gênero da análise e, portanto, está relacionado à intencionalidade do tipo de estudo, seja descritivo ou instrumental.

Tennis (2012) permite concluir que é essencial que uma análise de domínio ofereça coerência e eficiência por meio de sua definição, escopo e finalidade, uma vez que os elementos que compõem um domínio devem ser demonstrados de forma clara e objetiva (racionalista e com certeza forma positivista) para seus leitores.

4 ANÁLISES E DISCUSSÕES

Considerando os tipos de desafios propostos por Downie (2003), optou-se pela aplicação do método de análise de domínio para enfrentar o desafio “multidisciplinar” utilizando uma ontologia na área da música como objeto de pesquisa. Mais especificamente, trabalhamos com *Music Ontology* (MO), um projeto criado em dezembro de 2006, com sua última versão revisada em julho de 2013,

que possui um vocabulário com 54 classes, 153 propriedades e 13 indivíduos (MUSIC ONTOLOGY, 2013).

De acordo com Raimond et. al. (2007), a ontologia no domínio da música engloba extensões que inicialmente ramificam-se em palavras-chave e taxonomias utilizadas para instrumentos e gêneros musicais. Esses elementos, em uma rede social, além de fornecerem uma análise de domínio, permitem agregar colaboradores na própria rede, independentemente de sua localização geográfica. Com isso, ressalta-se a importância da aplicação desse tipo de análise para uma melhor descrição e compreensão do domínio.

Desta forma, seguindo o Tênis (2003, 2012), são aplicadas as definições e os elementos de gênero de um domínio em MO, que em resumo seriam os seguintes:

- Objeto de análise: Ontologia Musical.

- Definição: *Music Ontology* fornece um vocabulário para publicar e vincular uma ampla gama de dados relacionados à música na *web*. Os dados de ontologia musical podem ser publicados por qualquer pessoa como parte de um site ou API e vinculados a dados existentes, criando assim uma *web* de dados relacionados à música (MUSIC ONTOLOGY, 2013).

- Escopo: o vocabulário específico é considerado para a compreensão do domínio, com um resumo de termos que abrange 54 classes, 153 propriedades e 13 indivíduos.

- Nome: Web Semântica> Ontologia> Ontologia Musical.
- Extensão: todos os termos descritos no vocabulário, considerando seus tipos e definições.
- Intensão: Não é de interesse retratar a formulação de *namespaces* de ontologias musicais existentes.
- Foco e Especialização: Analisar as representações terminológicas atribuídas às ontologias e estruturá-las utilizando o tesauro como instrumento.

- Objetivo: esta análise de domínio enquadra-se no tipo que Tennis denomina instrumental, uma vez que pretende rever um sistema existente e proporcionar uma linguagem documental que permita uma melhor visualização e compreensão da representação do vocabulário relacionado com os dados presentes.

5 CONCLUSÃO

Quanto a estrutura da análise apresentada, existe a possibilidade de compreender, descrever e delimitar o domínio escolhido como objeto de estudo, com o intuito de demonstrar como o método de análise de domínio permite tanto descrever como definir um domínio científico, auxiliando o pesquisador na investigação, compreensão e melhor visualização do seu objeto de estudo. Este aspecto auxilia não só a comunidade profissional e científica que atua no desenvolvimento teórico do domínio, mas também a comunidade de usuários que faz parte ou utiliza aquele domínio.

Quanto a escolha da aplicação da análise no domínio da música, considera-se que é relevante, devido ao grande problema informacional que existe principalmente no que diz respeito à informação disponível na Internet. Muitas vezes, esta informação está ausente e existe uma preocupação geral quanto à forma como os conteúdos são organizados e divulgados. Dentre esses problemas, destaca-se a falta de padronização terminológica, aspecto que poderia ser resolvido em parte com a criação de vocabulários controlados.

Como conclusão, espera-se que este estudo contribua com a comunidade científica e ofereça elementos interessantes para investigar o domínio em trabalhos futuros, possibilitando um enriquecimento tanto para a Ciência da Informação quanto para o domínio da Música.

REFERÊNCIAS

CAFÉ, L.; SALES, R. D. Organização da informação: conceitos básicos e breve fundamentação teórica. ROBREDO, J.; BRÄSCHER, M. (Orgs.) **Passeios pelo bosque da informação:** estudos sobre representação e organização da informação e do conhecimento. Brasília: IBICT, 2010. p. 115-119.

DOWNIE, J. S. Music information retrieval. **Annual review of information science and technology**, v. 37, n.1, p. 295-340, 2003.

GUIMARÃES, J. A. C.; et al. Análise de domínio em Ciência da Informação: uma análise da produção

científica internacional. **Scire**, v. 23, n. 2, p. 37-43, 2017.

HARTEL, J. Ontological, epistemological and sociological dimensions of domains. **Knowledge Organization**, n. 30, v. 3-4, p. 239-245, 2003.

HJØRLAND, B. Theories of Knowledge Organization - Theories of Knowledge. **Knowledge Organization**, n. 40, v. 3, p. 169-181.

HJØRLAND, B. Domain Analysis. **Knowledge Organization**, n. 44, v.6, p. 436-464, 2017.

HJØRLAND, B.; ALBRECHTSEN, H. Toward a new horizon in information science: Domain-analysis. **Journal of the American society for information science**, n. 46, v.6, p. 400-425, 1995.

LIMA, J. L. O.; ALVARES, L. Organização e representação da informação e do conhecimento. In: ALVARES, L. (Org.) **Organização da informação e do conhecimento**: conceitos, subsídios interdisciplinares e aplicações. São Paulo: B4 Editores, 2012. p. 21-48.

MUSIC ONTOLOGY. **MUSIC ONTOLOGY**. 2013. Disponível em: <http://musicontology.com/>. Acesso em: 10 Mar. 2020.

NOVELLINO, M. S. F. Instrumentos e metodologias de representação da informação. **Informação & Informação**, n. 1, v. 2, p. 37-45, 1996.

PIEDADE, M. A. R. **Introdução à teoria da classificação**. Rio de Janeiro: Interciência, 1983.

RAIMOND, Y. et al. The music ontology. In: **Proceedings of the 7th International Symposium on Music Information Retrieval (ISMIR)**, Vienna, Austria, 2007.

SANTINI, R. M.; SOUZA, R. F. D. Recuperação da informação em música: tendências e desafios de pesquisa paraa ciência da informação. In: BRAGA, G. M.; PINHEIRO, L. V. R. (Orgs.). **Desafios do impresso ao digital:** questões contemporâneas de informação e conhecimento. Brasília: Ibict, 2009.

SMIRAGLIA, R. P. Musical Works as Information Retrieval Entities: Epistemological Perspectives. In: **Proceedings of the 2nd Annual International Symposium on Music Information Retrieval (ISMIR)**, Bloomington, 2001. p. 85-91.

TENNIS, J. Two axes of domains for domain analysis. **Knowledge Organization**, n. 30, v. 3-4,p. 191-195, 2003.

TENNIS, J. What does a domain analysis look like in form, function, and genre?. **Brazilian Journal of Information Science**, n. 6, v.1, p. 3-14, 2012.

DIRETRIZES PARA UMA ONTOLOGIA MUSICAL: OS RECURSOS DA TERMINOLOGIA

GUIDELINES FOR A MUSICAL ONTOLOGY: THE RESOURCES OF TERMINOLOGY

Área temática: 1.6 Outras áreas temáticas

PEGORARO NOVAES, Fernanda Carolina
Faculdade de Filosofia e Ciências "Júlio de Mesquita Filho" - UNESP
Doutoranda no Programa de Pós Graduação em Ciência da Informação
Agência financiadora: CNPq
fernanda.pegoraro@unesp.br

MARTÍNEZ-ÁVILA, Daniel
Universidad Carlos III de Madrid, Espanha
Doutor em Documentação pela Universidad Carlos III de Madrid
dmartine@bib.uc3m.es

Resumo
As ontologias, na qualidade de sistema de organização e representação do conhecimento destinados a explicitar e formalizar conceptualizações compartilhadas em domínios específicos, requerem a utilização de recursos teóricos e metodológicos da terminologia. Neste contexto, esta pesquisa se justifica pelo fato de se considerar a Biblioteconomia e a Ciência da Informação áreas interdisciplinares aplicadas, que desenvolvem e aplicam instrumentos de representação e recuperação da informação em diversos domínios; com isto, permitem relação com a área da Música. A partir destas indagações, este trabalho possui como objetivo geral identificar e descrever os parâmetros necessários para a construção de diretrizes terminológicas aplicadas ao uso de ontologias no campo da música. Para isso, o *Music Ontology* (MO) é tomada como objeto de estudo. A presente pesquisa é considerada descritiva e exploratória e trabalha com as normas terminológicas ISO 704 (*Terminology work - Principles and methods*) e ISO 1087 (*Terminology work - Vocabulary - Part 1: Theory and application*) em três etapas: 1: seleção de termos e identificação de relações semântica, 2: modificação de termos e definição de termos preferenciais e 3: construção de notas de escopo e apresentação do mapa conceitual (utilizando o programa *GoConqr*). Concluiu-se que mesmo havendo tratamento do domínio dos usuários que utilizam a informação musical, a interpretação e utilização dos termos, ainda é insuficiente. Acredita-se que esse conhecimento pode favorecer a identificação de metodologias para a criação de ontologias terminológicas que possam atender aos interesses representacionais relativos à informação musical.

Palavras-chave: Terminologia, Ontologia, Informação musical.

Abstract
Ontologies, as a system of knowledge organization and representation, make explicit and formalize shared conceptualizations in specifics, using the use of theoretical and methodological resources of terminology. In this context, this research is justified by the fact that Librarianship and Information Science are considered applied interdisciplinary areas, which develop and mechanisms for the representation and retrieval of information in several domains; with this, it allows a relationship with the Music area. Based on these questions, this work has the general objective of identifying and defining the basic parameters for the construction of terminological lines applied to the use of ontologies in the field of music. For this, Music Ontology (MO) is taken as an object of study. This research is considered descriptive and exploratory and works with the terminology standards ISO 704 (Terminology work - Principles and methods) and ISO 1087 (Terminology work - Vocabulary - Part 1: Theory and application) in three stages: 1: selection of terms and identification of semantic relations, 2: modification of terms and definition of preferred terms and 3: construction of scope notes and presentation of the concept map (using the GoConqr program). It was concluded that even if there is treatment of the domain of users who use musical information, the interpretation and use of terms is

still insufficient. It is believed that this knowledge can favor the identification of methodologies for the creation of terminological ontologies that meet the representational interests related to musical information.

Keywords: Terminology, Ontology, Musical information.

1 INTRODUÇÃO

As obras musicais podem ser representadas em diferentes formatos e expressas em diferentes gêneros. A expressão de tais formatos e gêneros em sistemas de informação baseados em texto requer uma linguagem verbal e, portanto, necessitam de um tratamento terminológico para a recuperação de informações relacionadas. Na análise da música no nível da organização e representação, e no nível da produção, as discussões teóricas sobre a música registrada e publicada centram-se no que se denomina *Music Information Retrieval* (MIR), termo que se relaciona com a recuperação da informação na área da música em formato digital (SANTINI; SOUZA, 2009).

Para a organização e recuperação da informação musical neste contexto, são utilizados sistemas de organização do conhecimento como as ontologias, que servem para explicitar e formalizar conceptualizações partilhadas em contextos específicos, incluindo também uma interface terminológica. Nesse sentido, o presente trabalho tem como objetivo identificar e descrever os parâmetros necessários para a construção de diretrizes terminológicas aplicadas ao uso de ontologias no campo da música. Para isso, o *Music Ontology* (MO) é tomada como objeto de estudo. O MO é um projeto internacional que descreve conceitualmente a música para a web semântica, utilizando URIs como identificadores e descritores, e que permite a reutilização de dados existentes em um sistema evitando a criação de dados redundantes (MUSIC ONTOLOGY, 2013).

A presente pesquisa é considerada descritiva e exploratória e trabalha com as normas terminológicas ISO 704 (*Terminology work - Principles and methods*) e ISO 1087 (*Terminology work - Vocabulary - Part 1: Theory and application*) em três etapas: 1: seleção de termos e identificação de relações semântica, 2: modificação de termos e definição de termos preferenciais e 3: construção de notas de escopo e apresentação do mapa conceitual (utilizando o programa *GoConqr*). O vocabulário MO possui 54 classes, 153 propriedades e 13 indivíduos, permitindo que cada ontologia seja descrita em três formatos distintos: HTML, JSON-LD e RDF/Turtle.

2 ONTOLOGIAS

A origem da palavra ontologia é derivada do grego, que significa "ser" (*ontos*) e "palavra" (*logos*). Em seu significado filosófico, onde a palavra foi introduzida pela primeira vez, ela está originalmente relacionada ao estudo dos seres vivos. Dessa forma, a realidade é categorizada e organizada em ontologia considerando todas as suas facetas (objetos, propriedades, eventos, processos e relações). A sua primeira materialização deu-se através da classificação de Aristóteles, embora tenha sido melhor estruturada posteriormente por Porfírio, em sua conhecida "Árvore de Porfírio" (BREITMAN, 2005).

A W3C (*World Wide Web Consortium*), organização cuja missão é estabelecer padronização de alta qualidade da WWW (*World Wide Web*), estabelece as seguintes diretrizes necessárias para uma ontologia: classes, relacionamentos e propriedades. Segundo Breitman (2005), as classes são chamadas de “coisas” e abordam diferentes domínios; relacionamentos são os relacionamentos estabelecidos entre "coisas"; e as propriedades são chamadas de atributos obrigatórios de cada classe.

Seguindo uma abordagem semântica, as ontologias podem ser estruturadas de várias maneiras, categorizadas como "leves" (*lightweight*) ou "pesadas" (*heavyweight*). As “leves” incluem vocabulários e catálogos controlados, terminologias e glossários, tesauros e hierarquias (BREITMAN, 2005).

Breitman (2005, p.38-9) denomina conceitos para diferenciar as estruturas de tesauros, taxonomias e ontologias pelo grau de expressividade. As ontologias são indicadas como as mais expressivas, pois possuem as seguintes propriedades:

> • *Estrutura hierárquica de subconceitos*. Cada instância de uma classe deve ser uma instância do nó pai **- hierarquia tipo – de formal.** A organização dos termos de acordo com o tipo de relacionamento (generalização) forma a espinha dorsal da ontologia.
>
> •*Interpretação inequívoca para significados e relacionamentos*. As

> propriedades de cada nó podem ser definidas pelos usuários. Essas propriedades podem ter valores restritos por uma faixa de valores também determinados pelos usuários (restrição de valor). Ontologias mais sofisticadas podem ter relações mais expressivas, como disjunção (macho x fêmea) e **parte-de** (roda-veículo).
> • *Utilização de um vocabulário controlado finito, porém extensível.*

No que diz respeito à classificação, Breitman (2005, p.39) aponta conceitos para distingui-los e relacioná-los de acordo com sua generalidade:

> • Ontologias de nível superior - descrevem conceitos muito genéricos, como espaço, tempo e eventos. Estes seriam, em princípio, independentes de domínio e poderiam ser realizados na criação de novas ontologias. Exemplos de ontologias de alto nível são WordNet e Cyc.
> • Ontologias de domínio - descrevem o vocabulário relacionado a um domínio específico por meio da especialização de conceitos presentes na ontologia de alto nível.
> • Ontologias de tarefas - descrevem o vocabulário relacionado a uma tarefa ou atividade genérica por meio da especialização de conceitos presentes na ontologia de alto nível.
> • Ontologias de aplicação - são ontologias mais específicas. Os conceitos em ontologias de aplicação correspondem, em geral, aos papéis desempenhados por entidades de domínio no desenvolvimento de alguma tarefa.

Há também outros tipos de classificação de ontologias de acordo com o tipo de informação a ser representada, que são: ontologias para representação do conhecimento (representação do conhecimento; classes, subclasses, atributos, valores e axiomas), ontologias gerais e comumente utilizadas (vocabulário relacionado ao senso comum; eventos, espaço, etc.), ontologias de nível superior (conceitos gerais; ontologias superiores), ontologias de domínio (conceitos reutilizados na especificidade), ontologias de tarefa (vocabulário relacionado a uma tarefa), ontologias de domínio - tarefa (reutilizada, mesmo permitindo trabalhar com diferentes domínios), ontologias de métodos (emergência de conceitos e relações) e ontologias de aplicação (informações conceituais para um domínio específico) (BREITMAN, 2005).

Considerando os tipos de classificação, as ontologias também precisam seguir algumas orientações para adequar-se a linguagem da web semântica, conforme indicado pelo W3C. Primeiro, deve haver alguns identificadores exclusivos. Esses identificadores são expressos por meio de um URI (*Uniform Resource Identifier*), promovendo a precisão dos termos e evitando ambiguidades. Desta forma, apesar de cada termo ser diferenciado dos demais, o estabelecimento de relações entre eles (*links*) é necessário para a obtenção de novas classes e propriedades; portanto, a visualização da localização das definições de cada ontologia e do tipo de linguagem (dados e metadados) também é enfatizada.

No que diz respeito a linguagem, ela deve ter mecanismos de comparação e relacionamento, para expressar classes e propriedades de forma compreensível e poder mostrar equivalências. Deve desenvolver mecanismos para compreender identificadores e nomes locais (diferentes identificadores nem sempre representam lugares diferentes) e permitir que os usuários anotem informações adicionais e identifiquem classes como instâncias para que eles determinem conceitos. O idioma deve suportar dados complexos, especificar restrições em certas propriedades, descrever opções de rótulos, suportar diferentes idiomas, bem como codificação de caracteres *Unicode* (caracteres diferentes que parecem idênticos aos olhos dos usuários).

De modo geral, após a análise das classificações e linguagens de uma ontologia, é possível destacar sua missão, que segundo Breitman (2005, p. 43) é "explicitar o vocabulário utilizado e fornecer um padrão para a troca de informações". As ontologias não classificam como a mente humana, dividindo e categorizando o mundo, mas sim distribuem conceitos de acordo com características comuns expostas em um sistema. Para entender a representação de ontologias, é necessário entender sua origem. Ontologias “leves” surgiram em 1967, criadas por William Turncliffe com o objetivo de fornecer uma linguagem de codificação mais genérica. Já em 1989, Tim Berners Lee e Robert Cailau criaram um sistema universal que permitia interoperabilidade e *links* de informações: o WWW. Desse modo, várias linguagens também foram criadas, surgindo como HTML,

que, devido às limitações de sua estrutura, em aspectos como a validação de informações, requer uma nova linguagem, conhecida como padrão XML, para ajudar. Esse novo padrão tornou possível distinguir o conteúdo dos documentos e tornou possível visualizar as informações de um documento sem fazer alterações em seu conteúdo (Breitman, 2005). Desta forma, linguagens como HTML (*Hypertext Markup Language*), XML (*Extensible Markup Language)* e RDF (*Resource Description Framework*) foram utilizadas para, com base na web, distinguir operações em um sistema (linguagens de marcação).

Nessa linha, Tim Berners Lee propôs em 2000 uma arquitetura em camadas para a web semântica conhecida como "bolo de camadas". Em vez de criar uma nova estrutura na *web*, essa arquitetura possibilitou o reaproveitamento e a organização na Internet, utilizando as informações existentes para construir novas segmentações. A primeira camada é composta por HTML e XML, estabelecida para articular o conteúdo informativo e a estrutura e troca de dados. A segunda camada é composta por RDF, cuja função é "[...] fornecer um modelo formal de dados e sintaxe para codificar metadados que podem ser processados por máquinas" (BREITMAN, 2005, p.49). O RDF-Schema, junto com o RDF, consolida a nomenclatura RDFS, necessária para a construção de hierarquias, classes, propriedades, subclasses e subpropriedades.

Desta forma, extensões de linguagem podem ser adicionadas aos RDFS, conhecidas como: SHOE (*Simple HTML Ontology Extension*), Oil (*Ontology Interchange Language*), DAML (*DARPA Agent Markup Language*), DAML + Oil e OWL (*Web Ontology Language*) (BREITMAN, 2005). Neste trabalho, destacamos OWL por ser utilizado, em conjunto com o RDF, no projeto *Music Ontology*.

O OWL foi desenvolvido pelo consórcio W3C para responder às necessidades da *web*. Essa linguagem permite a construção de ontologias e o fornecimento de informações sobre domínios e propriedades. Existem três extensões para OWL: OWL Lite, OWL DL e OWL Full. A estrutura OWL é composta por (Breitman, 2005):

• *Namespace*: t*ags* em formato XML que permitem eliminar as ambiguidades de seus identificadores;

• Cabeçalhos: declarações adicionadas a ontologia, após a formação dos *namespaces*;

• Classes: para diferenciar ou agrupar conjuntos de indivíduos, estabelecendo relações;

• Indivíduos: objetos pertencentes a classes. Eles podem estar relacionados entre si por meio de propriedades;

• Propriedades: descritores gerais de fatos;

• Restrições: estabelecidas para definir os limites dos indivíduos em uma classe.

3 MUSIC ONTOLOGY

A *Music Ontology* (MO) é um importante recurso para a comunidade global que trabalha com a publicação e recuperação de informações musicais. Esta ontologia musical fornece um vocabulário controlado para publicar e vincular uma ampla gama de dados relacionados à música na *web*. A MO é baseada nos princípios da web semântica. Conforme indicado em seu site, os dados podem ser publicados por qualquer pessoa como parte de um site ou API (*Application Programming Interface*) e vinculados aos dados existentes, criando assim um site de dados vinculado sobre música (MUSIC ONTOLOGY, 2013, recuperado de http://musicontology.com/docs/faq.html).

Para permitir a descrição das informações musicais, a MO utiliza diferentes linguagens: HTML (para vincular dados da Internet relacionados à música), JSON-LD e RDF/Turtle (ambas utilizadas para a apresentação de dados recuperados relacionados à música). Para permitir a descrição dos recursos com esses instrumentos, os URIs são utilizados como identificadores e descritores, permitindo a reutilização dos dados existentes e evitando a duplicação e criação de dados redundantes no sistema. A reutilização destes dados previamente criados por outros autores é possível através do vocabulário musical a que pertence e que está ligado à base de dados *Musicbrainz* (a enciclopédia que permite a qualquer utilizador interagir com o sistema e contribuir com recursos musicais de artistas e obras relacionadas) (RAIMOND et. al, 2007).

Com isso, o projeto MO possibilita a estruturação na construção de sites, a vinculação de dados com similaridade, a diversidade de fontes relacionadas à música, uma melhor descrição da informação musical e a projeção de um banco de dados musical (RAIMOND et. al, 2007).

Para criar mecanismos de vinculação de dados por meio de publicação (criada por qualquer pessoa), a OM fornece um vocabulário específico. Nesse sentido, três níveis de expressividade se destacam no sistema:

a) Elaboração de um vocabulário simples: utilizado para canções, artistas, e entre outros;

b) Desenvolvimento de um vocabulário para representar o fluxo de trabalho na criação

musical: utilizado para os processos de composição, gravação e entre outros;

c) Elaboração de um vocabulário para eventos complexos: expressões de performances, questões sobre melodias, e entre outros.

Desta forma, a MO utiliza quatro tipos de ontologias: FOAF (*Friend-of-a-Friend*), *The Event Ontology*, *The Timeline Ontology* e FBR *Ontology* para a descrição de pessoas, organizações, eventos e trabalhos relacionados ao universo do conhecimento da música; que permite a extensão do conteúdo inserido por meio do uso de RDF e APIs (MUSIC ONTOLOGY, 2013; RAIMOND et. al, 2007).

4 RECURSOS TERMINOLÓGICOS PARA A REPRESENTAÇÃO DA MO

Para construir o sistema conceitual de OM, primeiramente, conforme indicado nas normas terminológicas para elaboração das terminologias ISO 704 (*Terminoloy Work - Principles and Methods*) e ISO 1087 (*Terminology Work Vocabulary*), devem ser seguidas as seguintes fases:

1. Seleção de termos: aqui é analisado o tipo de fonte consultada (lista de termos, texto, pessoas, etc.). No nosso caso, é utilizada a lista de termos pertencentes ao resumo da MO. Neste ponto, a garantia dos termos (literário, organizacional, usuário, etc., ver Barité, 2018, ou Martínez-Ávila e Budd, 2017, para uma lista exaustiva de garantias) também deve ser considerada, a fim de estabelecer um correta comunicação entre sistema, organização e usuários para que haja melhor acesso e precisão na busca dos termos.

2. Modificação e criação dos termos: nesta fase é analisada a padronização da forma dos termos, que a princípio se expressam no plural para as coisas concretas (contáveis) e no singular para as coisas abstratas (incontáveis). Para os casos de homografia ou polissemia, ou seja, quando o mesmo termo é utilizado com vários significados, é aconselhável adicionar um adjetivo que ajude na distinção e identificação de cada termo. Por outro lado, a norma também recomenda o uso de termos compostos em vez de uma palavra acompanhada por um qualificador.

3. Definição de termos preferenciais e não preferenciais: neste nível, um termo autorizado, denominado termo preferencial, é selecionado dentre todos os termos existentes que poderiam ser usados para representar o mesmo conceito. Na prática, os termos não preferenciais devem se referir aos termos preferenciais no sistema.

4. Identificação das relações semânticas: classificação dos termos em hierárquicos ou associativos, sendo genéricos (TG), específicos (TE) e relacionados (TR). Apesar de diferentes sistemas de organização do conhecimento apresentarem diferentes tipos de relacionamentos, como apontam Moreira e Martínez-Ávila (2018), existem alguns relacionamentos comuns a todos eles, principalmente ontologias e tesauros, que podem ser considerados.

5. Construção de notas de escopo: incluídas nos casos em que haja necessidade de distinguir termos com significados semelhantes e/ou orientar profissionais e pesquisadores ampliando ou restringindo o escopo de determinado termo.

6. Apresentação do tesauro: nesta última fase, o tesauro estruturado é apresentado alfabética e sistematicamente. Neste trabalho, ao invés de apresentar o sistema conceitual na forma de um tesauro, apresentaremos a relação semântica em um mapa conceitual para melhor visualização.

Para a execução dessas fases, dentre todas as turmas existentes na MO, foi selecionada como modelo norteador a classe *Musical Expression.* A escolha da classe justifica-se pela sua adequação em obter termos genéricos e específicos de forma a possibilitar a relação dos seus termos com outras classes, subclasses e propriedades, proporcionando assim margem na sua extensão terminológica.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A classe *Musical Expression*, de acordo com o resumo da interface MO (presente na especificação), inclui 6 subclasses (*libretto, lyrics, score, signal, signal group* e *sound*) e 1 propriedade (*publicado_as*). Porém, a partir de seu relacionamento com outras classes, subclasses e propriedades, o número de termos é ampliado devido aos diferentes relacionamentos semânticos, conforme mostrado no Quadro 1.

No total, seguindo os termos listados no Quadro 1, foram obtidos 37 termos semanticamente relacionados a *Musical Expression* (6 termos genéricos, 2 termos específicos e 29 termos relacionados). Esta tabela corresponde tanto à fase 1 (seleção de termos) quanto à fase 4 (identificação das relações semânticas) das normas ISO 704 e ISO 1087, sendo também considerada a fase 1 de análise. A modificação e criação de termos e definição de termos preferenciais e não

preferenciais, correspondentes às fases 2 e 3, foi realizada por meio da consulta a descrição de cada termo presente no resumo da MO. Os resultados da segunda etapa da análise são apresentados no Quadro 2.

Quadro 1: *Musical Expression* – etapa 1 da análise: relação semántica

Relação Semântica	Termos	Total de Termos
Términos Generales	*libretto, lyrics, score, signal, signal group* e *sound.*	6
Términos Específicos	*analog signal* e *digital signal*	2
Términos Relacionados	*bitspersample, channels, compilation_of, deriverd_from, djmixed, djmixed_by, encodes, interpreter, ISRC, produced_score, produced_signal, produced_signal_group, produced_sound, publication_of, published_as, PUID, recorded_as, recorded_in, recording_of, records, sample_rate, sampled, sampled_version, sampled_version_of, signal, lyrics, text, time* e *TRMID.*	29

Fonte: autores (2020).

Quadro 2: *Musical Expression* – etapa 2 da análise: termos preferidos

Termos preferidos	Termos não preferidos	Classes
bitspersample	*coding of bits*	*digital signal*
channels	*channel*	*signal*
compilation_of	*compilation*	*signal*
deriverd_from	*derivation*	*signal*
djmixed *djmixed_by*	*mixing*	*signal*
encodes	*encode*	*signal*
interpreter	*interpreter*	*signal*
ISRC	*International recording*	*signal*
produced_score *produced_signal* *produced_signal group* *produced_sound*	*production*	*score* *signal* *signal group* *sound*
publication_of	*publication*	*musical expression*
published_as	*publication and relationship*	*musical expression*
PUID	*associated signal*	*signal*
recorded_as *recorded_in* *recording_of* *records*	*record*	*signal* *sound* *sound* *sound*
sample_rate *sampled* *sampled_version* *sampled_version_of*	*sampling*	*signal* *analog signal* *digital signal*
signal	*signal*	*signal* *signal group*
lyrics	*lyric*	*lyrics*
text	*text*	*lyrics*
time	*time*	*signal*
TRMID	*music identifier*	*signal*

Fonte: autores (2020).

Como os termos da MO após o tratamento terminológico apresentaram termos preferenciais diferentes dos originais, para uma melhor organização da relação semântica optou-se pela elaboração de notas de escopo para todos os termos, iniciando assim a terceira e última etapa do a investigação.

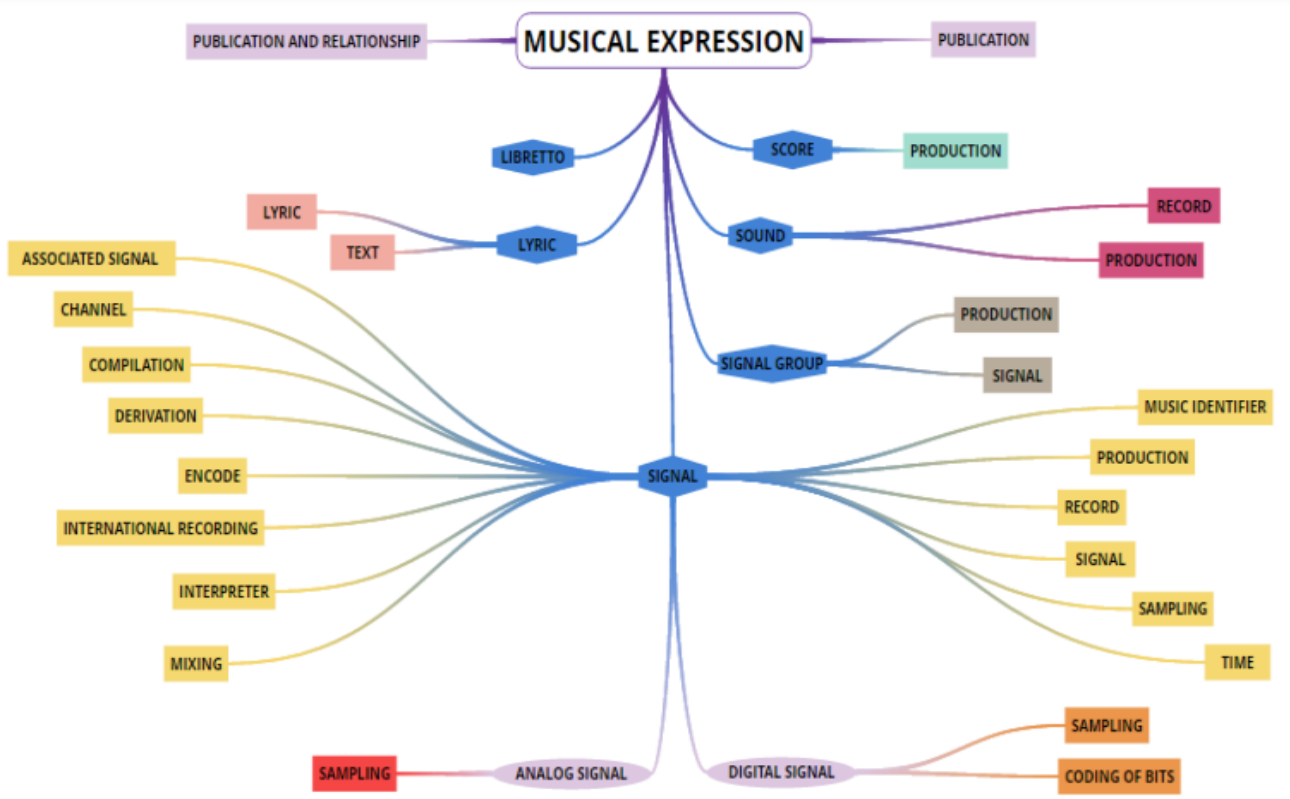
Quadro 3: ***Musical Expression*** – etapa 3 da análise: notas de alcance

Termos preferidos	Descrição do termo
coding of bits	Associa um sinal digital ao número de *bits* usados para codificar uma amostra.
channel	Número de canais que um sinal contém.
compilation	Compilação de vários sinais.
derivation	Um sinal relacionado a partir do qual o sinal descrito é derivado.
mixing	Mix de faixas ou obras digitais.
encode	Um elemento musical (faixa de CD, arquivo de áudio, etc.) está relacionado ao sinal que ele codifica.
interpreter	Intérprete, artista musical.
International recording	Sistema de identificação internacional para gravações de sons musicais.
production	Produção musical.
publication	Publicação.
publication and relationship	Associa um evento de arranjo ou composição a um produto de pontuação (a pontuação aqui não se refere à pontuação publicada, mas a um arranjo abstrato de um trabalho específico).
associated signal	Sistema usado para identificar o sinal de um objeto associado a um arquivo de áudio específico.
record	Gravação, registro.
sampling	Taxa de amostragem.
signal	Associação de um grupo de sinais com outros sinais.
lyric	Letras.
text	Associação de texto com letras de músicas.
time	Associa um sinal a um objeto de tempo.
music identifier	Utilizado para reconhecer uma música e representar a assinatura de áudio de uma peça musical.

Fonte: autores (2020).

A etapa 3 da investigação corresponde as etapas 5 e 6 das normas ISO 704 e ISO 1087, referentes à elaboração das notas de escopo, apresentadas no Quadro 3, e a apresentação do mapa conceitual (Figura 1).

Figura 1 - Mapa conceitual *Music Ontology*



Fonte: autores (2020).

6 CONCLUSÃO

A partir de uma lista do resumo de termos fornecida pela MO, interpretando o significado de cada termo da classe *Musical Expression*, os termos preferenciais são modificados para serem usados tanto para substantivos quanto para frases, atentando-se para sua forma padronizada (singular para coisas abstratas e plurais para coisas concretas). Para os casos de palavras homográficas e para estabelecer a distinção entre termos ambíguos, foram utilizados termos compostos em vez de qualificadores, conforme indicado pela norma.

Percebe-se que o grande problema informacional da música, principalmente no que se refere aos dados disponíveis na *web*, é a falta de preocupação com a forma como os conteúdos são organizados e divulgados. Dentre esses problemas, destaca-se a falta de padronização terminológica. Após a taxonomia da MO, percebe-se a união de uma linguagem natural com um vocabulário específico do ambiente, o que dificulta a acessibilidade de usuários que não conhecem o vocabulário controlado. Portanto, é importante enfatizar a necessidade de ir além de fornecer um simples resumo de termos e descritores e fornecer o significado de toda a terminologia disponível no sistema para introduzir na ontologia. Esse aspecto facilita, além do acesso, o uso informacional dos dados, evitando erros de interpretação da terminologia.

REFERÊNCIAS

BARITÉ, M. Literary warrant. **Knowledge Organization**, v. 45, n. 6, p. 517-536, 2018.

BREITMAN, K. K. **Web semântica**: a internet do futuro. Rio de Janeiro: LTC-Livros Técnicos e

Científicos Editora SA, 2005.

INTERNATIONAL ORGANIZATION FOR STANDARDIZATION. **ISO 1087 (Terminology work - Vocabulary - Part 1: Theory and application.** Geneva: International Organization for Standardization, 2000.

INTERNATIONAL ORGANIZATION FOR STANDARDIZATION. **ISO 704 Terminology work - Principles and methods.** Geneva: International Organization for Standardization, 2009.

LIMA, J. L. O.; ALVARES, L. Organização e representação da informação e do conhecimento. In: ALVARES, L. (Org.). **Organização da informação e do conhecimento:** conceitos, subsídios interdisciplinares e aplicações. São Paulo: B4 Editores, 2012.

MARTÍNEZ-ÁVILA, D.; BUDD, J. M. Epistemic warrant for categorizational activities and the development of controlled vocabularies. **Journal of Documentation**, v. 73, n. 4, p. 700-715, 2017.

MOREIRA, W.; MARTÍNEZ-ÁVILA, D. Concept Relationships in Knowledge Organization Systems: Elements for Analysis and Common Research Among Fields. **Cataloging & Classification Quarterly**, v. 56, n.1, p. 19-39, 2018.

MUSIC ONTOLOGY. **MUSIC ONTOLOGY**. 2013. Disponível em: <http://musicontology.com/>. Acesso em: 10 Mar. 2020.

RAIMOND, Y. et al. The music ontology. In: **Proceedings of the 7th International Symposium on Music Information Retrieval (ISMIR)**, Vienna, Austria, 2007.

SANTINI, R. M.; SOUZA, R. F. D. Recuperação da informaçãoem música: tendências e desafios de pesquisa paraa ciência da informação. In: BRAGA, G. M.; PINHEIRO, L. V. R. (Orgs.). **Desafios do impresso ao digital:** questões contemporâneas de informação e conhecimento. Brasília: Ibict, 2009.

DIVERSIDADE E ENSINO SUPERIOR: UMA INTERPRETAÇÃO NA MEDIAÇÃO DA INFORMAÇÃO

DIVERSITY AND HIGHER EDUCATION: AN INTERPRETATION IN THE MEDIATION OF INFORMATION

Área temática: Desenvolvimento Social e Políticas Públicas
Subárea temática: Educação e Desenvolvimento.

BENEDITO, Beatriz de Oliveira.
Bolsista CAPES
Tecnóloga em Gestão Empresarial – FATEC GARÇA
Mestranda em Ciências da Informação, PPGCI/UNESP
E-mail: b.benedito@unesp.br

RIBEIRO, Marcela Arantes
Técnica em Assuntos Educacionais na UNIR
Doutoranda em Ciência da Informação PPGCI/UNESP
E-mail: mar_arantes@hotmail.com

Resumo

O processo de mediação da informação voltado para diversidade, apresentado nessa pesquisa, perpassa pela compreensão de uma sociedade com relações sociais, com frequência, que perdura a concepção homem e mulher, bem como por aspectos enraizados nas noções de racismo, classismo e patriarcalismo. Nesse sentido, aborda como essência a presença da mulher no Ensino Superior, por compreender que esse é uma possibilidade de ascensão por parte de minorias sociais, a partir dos dados apresentados nos indicadores educacionais apresentados pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). É uma pesquisa de abordagem qualitativa com viés comparativa. Os dados demonstram a presença da mulher na sociedade, o acesso à educação por mulheres e as políticas de ações afirmativas no acesso à educação.

Palavras-chave: Diversidade; Mediação da Informação; Minorias sociais.

Abstract

The process of mediation of information aimed at diversity, presented in this research, goes through the understanding of a society with social relations, which often endures the conception of man and woman, as well as aspects rooted in the notions of racism, classism and patriarchalism. In this sense, the essence of the presence of women in Higher Education is addressed, as it understands that this is a possibility for the rise of social minorities, based on the data presented in the educational indicators presented by the Economic Commission for Latin America and the Caribbean (ECLAC) and Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE). It is a qualitative research with a comparative bias. The data demonstrate the presence of women in society, access to education by black women and affirmative action policies in access to education

Keywords: Diversity; Information Mediation; Social minorities

1 INTRODUÇÃO

A historicidade do Brasil, transversaliza por vários contextos, entre eles, destacam-se movimentos e lutas sociais que contribuíram tanto para o empoderamento de alguns grupos, quanto na formação cultural do país. Hoje, as ações realizadas por mulheres, negros, indígenas e grupos de LGBTQI+ demonstram a diversidade sociocultural que compõe a sociedade brasileira. Entende-se, que, os ambientes laborais e educacionais são, com frequência, demarcados por uma diversificação de indivíduos que partilham de culturas, crenças, valores características, identidades e entre outros aspectos distintos.

É notório que, as discussões inerentes a este quadro apresentam marcas históricas, e claro, culturais que conduzem oportunidades, comportamentos e outras formas de vivencia nos espaços contemporâneos. As múltiplas e profundas facetas que governam os ambientes organizacionais, são mediados pela cultura e informação que cada grupo social está inserido, tornando assim, a sociedade um grande organismo complexo, e particularmente, enriquecedor no que tange a própria diversidade.

Em termos gerais, o termo 'diversidade' trabalha com os aspectos inerentes às diferenças que existem entre os grupos populacionais. Fleury (2000) traz uma importante contribuição ao articular que diversidade possuí um amplo significado, que incluí, as noções socioculturais, socioeconômicas, e claro, relações de poder, e ao mesmo tempo, pode ser investigada dentro dos escopos organizacionais, educacionais, sociais e no próprio nível grupal. No entanto, sabe-se, que as relações sociais, são com frequência, organizadas por espectros que perpetuam pela dualidade de papeis entre homens e mulheres, bem como, por aspectos enraizados nas noções de racismo, classismo e patriarcalismo.

Hoje, é evidente, que, mulheres, negros, indígenas e entre outros grupos, foram subalternizados pela sociedade, e ainda, no acesso aos direitos civis. A própria história do país, é contada através de uma única verdade, a saber: da perspectiva do homem branco. As lutas, movimentos, conquistas de grupos de 'minorias', foram silenciadas e marginalizadas nos livros de história. As relações sociais, ao longo dos anos, se desenvolveram sob a luz de superioridade entre a comunidade, tanto do Brasil, quanto de outros países. Percebe-se, que, temos grupos dominantes, aqueles com maiores índices econômicos e políticos, e ao mesmo tampo, grupos dos dominados que representam a população mais vulneral a sofrerem diversas formas de discriminação.

As consequências desta divisão, já não são novidades. Observa-se, que as interações sociais possuem um comportamento seletivo que confere vantagens e oportunidades para os grupos dominantes, e simultaneamente, desvantagens e empecilhos para a classe dominada, entre eles, aborda-se, mulheres e negros, cujo quais, enfrentam as mais variadas formas de exclusão e opressão, seja no universo social, laboral, político ou educacional. E claro, o racismo, machismo, sexismo e classismo, são elementos problemáticos de primeira grandeza que refletem e compactuam para que tal realidade seja ativa e persistente.

Em suma, diversos espaços são afetados por tais comportamentos discriminatórios, que seguem uma lógica inerente às relações de poder, isso é extremamente eloquente, ainda mais, quando o país apresenta um índice elevado de desigualdade e pobreza. O mercado de trabalho, é perverso e seletivo, a política institucional segue a mesma linha de raciocínio, visto que, o corpo de representantes, no nível municipal, estadual e racional, é composto majoritariamente por homens brancos, de classe média ou burguesa. Soma-se, a este contexto, o sistema educacional do país, em especial, a educação superior, que durante muito tempo apresentou inúmeras desigualdade, incluindo a ínfima participação de negros nos cursos de graduação e pós-graduação (*lacto sensu* e *stricto sensu*).

As discussões que envolvem o quadro educacional, apresentam vários debates importantes sobre a ausência de negros, bem como a concentração de mulheres, em termos gerais, em cursos que requerem características ou posturas delicadas, de sensibilidade, paciência, poder da escuta entre outras características alinhadas ao personagem feminino. Em outras palavras, trata-se basicamente, de estereótipos que utilizam uma retórica padrão calcada na cultura sexista e racista da sociedade. Apesar, da adoção de políticas, cotas e ações afirmativas, e ainda, uma pequena evolução da inserção de mulheres e negros no ensino superior, o Brasil precisa percorrer um extenso percurso para sanar tal realidade que afeta a democracia do país.

Quanto a esse debate, Querino, Lima e Madsen (2011, p. 129) articulam que os estudos que emergem do sistema educacional procuram estabelecer várias questões interdisciplinares ou multidisciplinares. No entanto, na produção das autoras, o foco primordial para a persistência das desigualdades educacionais são os eixos ou fatores que moldam as relações sociais, a saber: gênero, raça e classe. Segundo as autoras "[...] desenvolver análises e a apresentar soluções possíveis para a situação educacional no país hoje não é possível, na percepção dos autores deste capítulo, sem uma leitura capaz de incorporar estas três variáveis". A ideia é além de apresentar o panorama que tais grupos estão imersos, é também, evidenciar as desigualdades intragênero, isto é, as inequidades entre as mulheres brancas e negras.

Vale ressaltar que o caminho para consolidação de uma sociedade voltada para diversidade pode ser vinculado ao processo de mediação da informação, uma vez que possibilita a interferência

de um profissional da informação em todas as relações organizacionais, em qualquer ambiente social que conduza para apropriação da informação sobre a diversidade.

Respaldando em Almeida Júnior (2015) defende-se que um processo de mediação da informação para fins da diversidade resulta em ação por sanar temporariamente as demandas informacionais gerando novas demandas. Compreensão que demonstra a necessidade de lutas constantes por igualdade social.

Desse modo, considerando este contexto, e ainda, realizando um caminho interseccional com a diversidade em conjunto com a mediação da informação, o objetivo desse texto almeja apresentar uma interpretação sobre os dados do perfil do ingressante ao ensino superior, partindo do princípio de que o ensino superior caracteriza o desenvolvimento social, abordando as minorias sociais destacando a presença das mulheres no âmbito da educação superior.

Assim, a pesquisa parte de abordagem qualitativa, com um viés comparativa, para realizar uma leitura dos indicadores educacionais apresentados pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

As análises dos dados demonstram uma leitura sobre a presença da mulher na sociedade, o acesso à educação por mulheres e as políticas de ações afirmativas no acesso à educação. Levando a compreender a importância da apropriação da informação do direito ao ensino por parte dos grupos de minoria social, pela leitura da diversidade pontua-se que o fortalecimento atual da sociedade, logo, das organizações vincula-se a compreensão de uma sociedade múltipla, plural e diversa.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Mediação da informação e diversidade sociocultural

A informação compreendida na concepção social por possibilitar os conflitos que geram novas necessidades, mantendo uma ideia espiral em que o usuário se apropria de uma determinada informação sana sua necessidade momentânea e demanda outras informações, a partir de novas necessidades informacionais. Nesse sentido, a informação interfere de alguma forma na sociedade uma vez que o sujeito faz parte de grupos sociais.

Essa intervenção pode ser consciente ou inconsciente uma vez que é compreendida como ação nas relações sociais em determinado tempo e espaço e vinculada a experiencia de vida e ao meio sociocultural do sujeito.

A informação, nessa discussão, fundamenta-se na construção conceitual proposta por Araújo (2014, p. 8),

> O terceiro é um conceito pragmatista, em que a informação é entendida como algo essencialmente intersubjetivo, em que algo só pode ser identificado como informação a partir de um determinado arranjo de elementos (um regime informacional) e por meio de ações específicas de in-formar (gerar registros de conhecimento) e se in-formar (utilizar esses registros).

Ao apresentar a informação no campo intersubjetivo evidencia a necessidade de relações, seja do sujeito com o outro ou com o meio, bem como a subjetividade envolta da informação que possibilita uma discussão pautada na complexidade social.

Tal situação é possível no momento que se compreende no âmbito global que os arranjo de elementos são diferentes em cada sociedade, em que depende dos regimes informacionais das relações nos grupos sociais para impulsionar a informação possibilitando a apropriação por parte do usuário. Vale destacar que na complexidade para a apropriar-se da informação o usuário está imerso em elementos socioculturais que conduzem sua forma de pensar e agir no meio.

Dessa forma, o ato constante de in-formar perpassa pelos posicionamentos que o sujeito vivencia durante sua vida, nessa mesma lógica o ato de se in-formar perpassa pela ação do sujeito em sociedade pautada nos registros informacionais que acumulou durante sua experiencia de vida.

Nessa lógica, defende-se uma relação espiral ao considerar que a subjetividade é construída pelo ser humano, logo passível de mudanças e de reconstrução social e cultural ao moldar as relações nos grupos sociais e consequentemente na sociedade.

Por isso, a informação "[...] é sempre dependente da ação de sujeitos, do contexto e das relações entre esses e a sociedade na qual se informam e são informados" (GUARALDO, 2013, p.

35). Nota-se que a intersubjetividade da informação está representada nas relações do sujeito, há uma interdependência do sujeito com a informação e da informação com o sujeito em um universo sociocultural.

Ao apresentar a informação voltada para discussão social tem-se na discussão de Frohmann (2006, p. 13) que as "investigações sobre a materialização da informação através da documentação podem identificar os campos de força – institucional, tecnológico, político, econômico e cultural – que configuram características públicas e sociais da informação em nosso tempo". Nota-se que a informação inter-relaciona do individual ao coletivo, quando materializada depende da apropriação do usuário que ao relacionar-se em sociedade dissemina de múltiplas formas a informação.

Há de se pontuar que compreende a informação pautada nas considerações socioculturais, nos contextos históricos-políticos, nas temporalidades, espacialidades e discussões éticas nas ações do usuário na sociedade, por isso, a informação perpassa por múltiplas possibilidades de interpretações independente do tempo de sua disseminação.

Ao apresentar a informação no campo subjetivo das discussões teóricas tem-se que a "informação, assim entendida, passa a ser algo vivo, dinâmico, e, principalmente, passa a ter ligação com uma determinada sociedade, uma determinada época, uma certa cultura" (ARAÚJO, 2018, p. 95).

Novamente evidencia a informação imersa a sociedade em relação direta e dinâmica, uma vez que reconhece essa subjetividade, bem como seu reflexo das relações sociais na informação. Vale destacar que as ações sociais pautadas na informação dependem do processo de apropriação por parte do usuário, assim, a informação como algo vivo e passível de ações vincula-se aos interesses dos sujeitos.

Somando a essa dinâmica retoma a compreensão de Frohmann (2006, p. 07) por pontuar que as "práticas documentárias institucionais lhe dão peso, massa, inércia e estabilidade que materializa a informação de forma tal que ela possa configurar profundamente a vida social". Assim, para mediar uma informação baseada diversidade as instituições a materializa nas ambiências informacionais que atendem a realidade de todos os sujeitos envolvidos, relacionando os elementos institucionais com tecnológico fundamentados no quadro cultural dos grupos envolvidos.

Nesse sentido, a mediação da informação torna-se fundamental para o desenvolvimento de práticas sociais voltadas para a diversidade. Tal compreensão ocorre fundamentada no conceito proposto por Almeida Júnior (2015, p. 25),

> Toda ação de interferência – realizada em um processo, por um profissional da informação e na ambiência de equipamentos informacionais –, direta ou indireta; consciente ou inconsciente; singular ou plural; individual ou coletiva; visando a apropriação de informação que satisfaça, parcialmente e de maneira momentânea, uma necessidade informacional, gerando conflitos e novas necessidades informacionais.

Ao discorrer sobre a mediação da informação evidencia a interferência, o processo, a ambiência, a apropriação da informação e as demandas informacionais por parte do usuário. Mantendo a compreensão de uma relação em espiral da informação na sociedade, uma vez que o usuário ao se informar satisfaz momentaneamente sua demanda gerando novas necessidades informacionais.

Ao destacar a interferência no processo de mediação e direcionando para a necessidade e importância de fortalecer a compreensão de uma sociedade marcada pela diversidade, defende-se uma interferência realizada em um processo considerando o contexto em que a informação da diversidade está inserida. Nessa discussão e com uma visão global da sociedade, a interferência voltada para diversidade torna-se uma responsabilidade de todos os sujeitos sociáveis que consciente ou inconsciente age nas relações coletivas, bem como nas relações com o meio em que vive.

Ao apresentar o processo de mediação com uma informação voltada para a diversidade reconhece, também, a geração de conflitos informacionais e a necessidade constante de novas informações que possam fortalecer e potencializar a compreensão sociocultural no sentido macrossocial dos múltiplos grupos sociais.

Há de se pontuar ainda os equipamentos informacionais que contextualizados nas realidades socioculturais de cada grupo dissemina a informação. Assim, a mediação da informação ao considerar a realidade social vivenciada por cada grupo e as múltiplas possibilidades de linguagens

da informação possibilita a apropriação da informação, nesse caso, a informação voltada para diversidade social.

Dessa forma, e considerando a importância do usuário da informação no processo de mediação, reconhece que "conhecer as necessidades dos usuários é fundamental para que possamos planejar, construir, gerir e avaliar serviços e produtos informacionais" (FADEL et al, 2010, p.16).

Ao pensar a informação para a diversidade voltada para o usuário o processo de mediação da informação inter-relaciona nos apontamentos apresentados por Fadel (2010), que podem ser compreendidos vinculados na ação da interferência que geram produtos informacionais, uma vez socializados, seja no âmbito individual ou coletivo, consciente ou inconsciente, singular ou plural potencializa as possibilidades de apropriação da diversidade social.

Dito isso, parte-se do pressuposto de que a informação deve ser acessível e objetiva a todos os possíveis usuários, em meio à diversidade sociocultural que compõe a sociedade. Para tanto, evidencia que os apontamentos apresentados acima desde o planejamento aos serviços podem estar respaldados nas relações sociocultural de cada grupo social.

O reconhecimento da importância do processo da mediação da informação para a diversidade perpassa pela análise da apropriação social dessa informação, como também a compreensão dos dispositivos que possibilitam a percepção e processamento dessa por parte do usuário. Afinal, conforme a informação perpassa pelas relações sociais possibilita acréscimos e contribuições dos usuários em seus múltiplos grupos sociais e experiência de vida. Nesses termos, a informação e suas releituras são sociais, algo vivo (ARAÚJO, 2018) que está imersa na sociedade.

A partir dessa compreensão é possível apresentar uma reflexão no âmbito da Ciência da Informação por apresentar a possibilidade da construção de uma relação direta da mediação da informação com a diversidade em um determinado meio social, fortalecendo, ainda, a igualdade social como responsabilidade de todos.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O problema apresentado perpassa por questões sociais por abordar grupos de minorias sociais, assim, de forma qualitativa possibilita analisar situações que envolvam as características da presença da mulher e do negro na sociedade a partir da interpretação, sistematização e socialização dos dados apresentado pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) que abordam a instrução educacional das mulheres e negros.

Tal abordagem parte do princípio que a ciência está submersa a concepção de natureza abrangente, pois, "[...] os procedimentos para fazer ciência devem permitir a observação racional do (s) fato (s), a interpretação e a explicação adequada do (s) fenômenos (s), possibilitar a verificação através de técnicas próprias e fundamentar os princípios da generalização" (VALENTIM, 2005, p. 13).

Dessa forma, esta pesquisa de natureza qualitativa apresenta uma interação entre a coleta de dados, a análise interpretativa e as teorias da Ciência da Informação que possibilitam explicar as relações sociais voltadas para a compreensão da diversidade.

Ao observar, interpretar, explicar e possibilitar a visibilidade das mulheres afrodescentes parte-se de uma abordagem micro-social na intenção de demonstrar que nas generalizações há presença da diversidade social, ultrapassando a homogeneização das concepções gerais de sociedade.

Ao abordar os dados do relatório do CEPAL e IBGE compreende que "[...] os leitores podem duvidar do que parece evidente, podem investigar outras possibilidades de compreensão do mundo, podem atribuir sentidos diferentes a partir de suas vivências" (CASTRO FILHO, 2012, p. 27). Nessa pesquisa, apresenta-se possibilidades de compreensão dos dados divulgados somando as considerações relatadas nos materiais divulgados.

Segundo Gil (2008, p. 175) em pesquisa de natureza qualitativa "ao contrário do que ocorre nas pesquisas experimentais e levantamentos em que os procedimentos analíticos podem ser definidos previamente, não há fórmulas ou receitas predefinidas para orientar os pesquisadores". O autor complementa afirmando que a análise dos dados perpassa pela escolha teórica das pesquisadoras (GIL, 2008).

Um outro ponto a se considerar é que,

> quando falamos em análise e interpretação de informações geradas no campo da pesquisa qualitativa, estamos falando de um momento em que o

> pesquisador procura finalizar o seu trabalho, ancorando-se em todo o material coletado e articulando esse material aos propósitos da pesquisa e à sua fundamentação teórica (GOMES, 2016, p. 73)

Portanto, infere-se que os dados divulgados pelos materiais coletados, são analisados e interpretados, nessa pesquisa, pelas concepções da mediação da informação e diversidade sociocultural no sistema educacional superior, considerando, ainda, a sociedade composta por sujeitos que se relacionam a partir da informação gerada e apropriada conforme o contexto sociocultural de cada um.

Tais escolhas ocorreram pelos pontos de análise: a presença da mulher na sociedade, o acesso à educação por mulheres e as políticas de ações afirmativas no acesso à educação. Além da importância de compreender a relação da educação com o empoderamento da mulher, bem como, a visibilidade de negros na sociedade.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Falar sobre a presença de minorias socioculturais no ensino superior é essencialmente articular sobre múltiplas e profundas desigualdades. Trata-se basicamente de um contexto problemático e de primeira grandeza que ultrapassa os limites da democracia liberal do país. Em suma, as reflexões acerca da sociedade contemporânea, demonstram diversas trajetórias distintas, e ao mesmo tempo, desiguais, tanto no acesso à educação básica, quanto superior.

Pode-se dizer que, ainda hoje, tem-se, oportunidades e vantagens para determinados grupos, em particular, aqueles que detém maiores níveis de recursos econômicos e políticos, e simultaneamente, temos dificuldades e desvantagens para indivíduos que sustentam a base da pirâmide social e laboral, resultando assim, em uma ocupação hegemônica de determinado grupo e uma ínfima presença de outros grupos no sistema educacional superior.

É possível, que na conjuntura atual, mulheres, negros, indígenas e LGBTQI+ estejam sub-representados em funções de prestígio e poder. Tal noção evidencia que as condições de acesso ao universo de trabalho não são as mesmas para todos os sujeitos sociais. Deslocando essa realidade para o âmbito educacional, compreende-se que a trajetória da educação perpassa pelas mesmas características e facetas.

Na busca por condições de acesso ao universo de trabalho tem-se, também, o direito ao acesso à educação superior como um caminho que potencializa tal condição. Nesse sentido, o sujeito precisa se apropriar da informação do direito a educação para todos, por isso, compreende-se que “mediar significa, portanto, possibilitar e potencializar a construção do conhecimento pelo mediado” (FERNEDA; LANZI; VIDOTTII, 2015, p. 130).

Considerando a discussão proposta, há de pontuar que através do processo de mediação da informação possibilita a apropriação da informação do direito a educação, seja no sentido individual ou com possibilidade de alcance coletivo. Assim, as minorias sociais ao se apropriarem dessa informação demandaram ações que rompam com as desigualdades de acesso ao ensino superior.

Inter-relacionando o trabalho e a educação, entende-se ainda, que, da mesma forma, que o espaço de trabalho apresenta empecilhos de acesso, bem como, de ascensão profissional, a historicidade da educação, em termos gerais, transversaliza por mecanismos que inviabilizam a inserção dos grupos supracitados.

E claro, não é demais contestar que tais barreiras não são construídas unicamente pelo sistema educacional, afinal, este âmbito não consegue dar conta de explicar as multiplicidades que governam este quadro emblemático. Há, de fato, uma imposição, ou ainda, uma extensão das proezas e irregularidades do universo social, econômico, político e laboral, tal como mostra a figura a seguir:

Figura 1 – síntese das desigualdades de 2018

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2018).

É eloquente que a população preta ou parda se encontram nas profundas inequidades. Temos, a sub-representação em cargos gerenciais, ausência no corpo de representantes políticos, estão imersos abaixo da linha de pobreza, em comparação com a população branca, negros ou pardos, tanto homens, quanto mulheres são as maiores vítimas de violência e entre outros. E claro, as consequências de tais desequilíbrios são sentidos diretamente no acesso à educação, básica e superior, observa-se ainda, que as maiores taxas de analfabetismo estão entre negros e pardos.

Quanto a esse debate, Ribeiro (2019, p. 43 – 44) enfatiza que a presença destas desigualdades perpassa por diversos contextos, entre eles, destaca-se as condições econômicas. A questão que se coloca aqui é que, o acesso à educação, bem como, a formação e trajetória educacional não são as mesmas para todos os sujeitos. Trata-se de realidades distintas e pontos de partidas diferentes, ou seja, nem todos partem do mesmo ponto. Sabe-se, que tal contexto não é inerente apenas a ineficiência do sistema da educação, e sim, das próprias condições que cada grupo está imerso.

Dessa forma, abre-se defende-se que para de fato ocorrer mudanças sociais se faz necessário ter mecanismos diferentes, partindo do princípio que, “tratar diferentes diferentemente e dar oportunidade a todos os brasileiros e brasileiras, respeitando suas limitações e trabalhando por um país mais justo [...]”. (ZIMERMAN, 2013, p. 09).

Apesar, da diversidade sociocultural, tanto em termos de formação e características populacionais, quanto a composição cultural, o Brasil, é ainda, hoje, um país racistas, misógino e sexista. Tais mecanismos são extremamente problemáticos no desenvolvimento e persistência dos desiquilíbrios educacionais.

Ao longo dos anos, a sociedade brasileira, demonstrou um cenário marcado pelo racismo e seus efeitos, para Ribeiro (2019), a perversidade deste fenômeno é eloquente. Em muitos casos, ocorre de forma velada, tal como o racismo estrutural. Seus reflexos, evidenciam a existência de uma hierarquia social, educacional, laboral e política entre pessoas e grupos, cujo a única razão é a cor/raça. Nesse viés, deve-se registrar, que o racismo é um elemento extremamente poderoso na produção e criação de barreiras que colocam os grupos mais vulneráveis à margem da pobreza e desigualdade.

Por sua ampla complexidade, o racismo atua em três níveis, conforme aponta Jones (2002, p. 10): pessoal/internalizado, interpessoal, e especialmente, institucional. Este último, é considerado o mais negligente, afinal, garante a exclusão seletiva dos grupos racialmente subordinados e oprimidos.

As características do racismo institucional se expressam através de barreiras que limitam o acesso de grupos, particularmente, negros e indígenas aos recursos bases dos direitos humanos, e aqueles garantidos constitucionalmente, tais como: saúde, recursos econômicos e políticos, à informação, participação social e laboral, e principalmente, no acesso à educação básica e superior.

Observa-se, que tal contexto moldurado pelo racismo, quebra com as noções de meritocracia, algo que se encontram arraigado no acesso ao ensino superior. Como já pontuado, a trajetória educacional de cada indivíduo é extremamente distinta, sendo que o nem todos partem do mesmo ponto de partida.

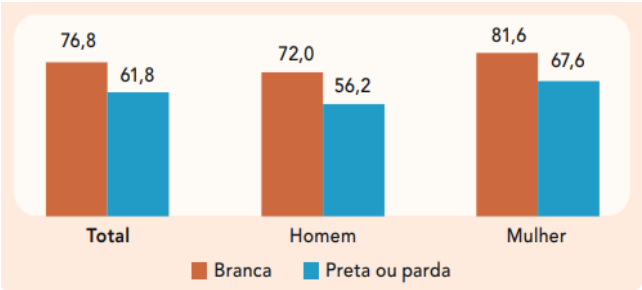
Aqui destaca-se a importância da mediação da informação no que tange a interferência

(ALMEIDA JÚNIOR, 2015) ao possibilitar por várias formas de ambiência informacional concepções que aborda a situações supracitadas, além de gerar novas necessidades informacionais que conduzam para o rompimento dessa estrutura social.

Direcionando a discussão para o percurso educacional, também, impulsionado pelas condições sociais, econômicas e laborais que o sujeito está inserido. Segundo Ribeiro (2019, p. 43) tal contexto é oposto das noções defendidas pela meritocracia, visto que, "não é sobre capacidade, mas sobre oportunidades" e vantagens.

Nesse sentido, considerando o objetivo deste texto, torna-se relevante a seguinte reflexão da contribuição da mediação da informação na minimização destas inequidades educacionais vivenciadas pela população negra, ao considerar ao que está sendo representado na figura a seguir:

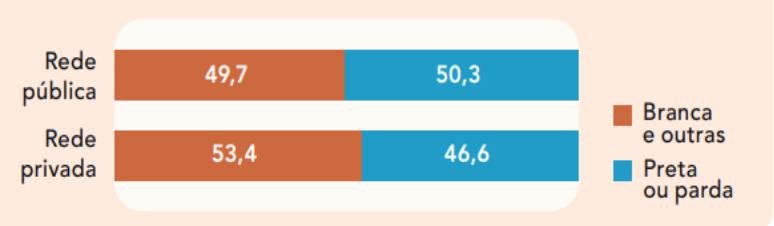
Gráfico 1 – taxa de conclusão do ensino médio



Fonte: IBGE (2018)

Um outro olhar para o perfil dos discentes no ensino perpassa pelo ensino superior, conforme demonstrado no gráfico abaixo:

Gráfico 2 - distribuição das pessoas que frequentam o ensino superior (%)



Fonte: IBGE (2018)

Observa-se um distanciamento entre a presença de negros e brancos no sistema educacional. O Gráfico 1, por exemplo, representa a taxa de conclusão do ensino médio, negros, em termos gerais, apresentam uma porcentagem inferior em comparação aos brancos. No entanto, é possível notar que as mulheres estão dentro de uma posição superior quando se compara com os homens, e claro, que nesse contexto, a população feminina branca representa as melhores condições.

Nessa mesma linha, o Gráfico 2 apresenta a distribuição de pessoas no ensino superior, os dados demonstram uma realidade favorável entre brancos e negros. É notório que os dados representam o ano de 2018, ou seja, sete anos após a implementação da Lei 12.711 de 2012 que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências, conhecida como a lei de cotas, que oportuniza o acesso em qualquer cursos de escolha dos candidatos concluintes integralmente do ensino médio de escolas públicas, subdividindo em renda menor ou igual 1,5 salário mínimo, bem como pretos, pardos, indígenas e pessoas com deficiência.

Em suma, tal quadro pode ser explicado com o desenvolvimento e utilização das ações afirmativas, do sistema de cotas, das políticas públicas entre outros mecanismos que auxiliam no acesso à educação. Contudo, estes instrumentos carecem de uma fiscalização rigorosa e eficaz, isto pode ser estão vulneráveis a alguns tipos de manipulação.

Além disso, apesar de se mostrarem eficientes no acesso à educação da população negra no ensino educacional, é necessário que outras formas ou instrumentos sejam incorporados para que o

acesso seja consolidado de forma igualitário entre todos os indivíduos, nesse contexto atual, que entra em cena a mediação da informação visando a apropriação de informação do direito ao acesso à educação que satisfaça, parcialmente e de maneira momentânea, uma demanda da sociedade gerando novas demandas que posso conduzir para uma sociedade igualitária.

Como já mencionado, a mediação da informação por meio da atuação do profissional da informação, este possuí um papel extremamente ativo e importante na relação entre usuário e a informação. Nesse sentido, deve-se registrar, que a neutralidade, bem como, a passividade não condiz com a postura deste profissional.

Assim, é válido dizer que, que o papel do profissional da informação é extremamente relevante. Quanto a esse debate, articula-se que a mediação da informação caminha em conformidade com o conhecimento, praticamente inseparáveis. A finalidade da mediação da informação é inerente a apropriação da informação, em outras palavras, a atribuição de significação, e consequentemente, da compreensão do que está sendo informado. Isso claramente evidencia que o conhecimento, embora seja individual, é construído sempre na relação. Assim, a mediação da informação se trata de um terceiro olhar, uma nova visão de compreender o mundo (ALMEIDA JÚNIOR, 2015).

No que concerne ao sistema educacional, em particular, ensino superior, a mediação da informação se mostra relevante, pois é a partir do acesso à informação, somada, a apropriação da informação, que as relações das desigualdades serão rompidas.

Entende-se, que não se trata somente da adoção de cotas ou ações afirmativas, mas sobretudo, um conjunto de proezas e irregularidades que se encontram inter-relacionadas. Na sociedade contemporânea, a informação assume uma posição primordial na realização de qualquer atividade, assim, o acesso à informação torna-se um dos principais elementos no desenvolvimento social, laboral, político e educacional.

Nesse viés, deve-se registrar, as condições de acesso à informação por parte das mulheres negras, afinal, elas invariavelmente enfrentam as discriminações cruzadas de gênero, raça e classe. Werneck (2017) expõe que as mulheres negras são alvos de informações manipuladas e em inúmeras situações estão restritas a algumas informações no que concerne a sua saúde, alegando que elas vivenciam a representação discriminatória “sistemática nos meios de comunicação [...] a violação desse direito vai impedir ou dificultar o exercício do direito de mulheres negras à vida saudável e ampliar a vulnerabilidade a diferentes agravos a sua saúde”.

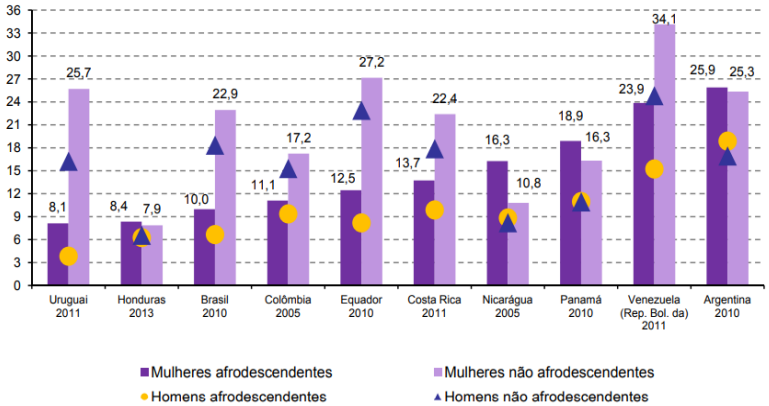
Aliás, muitas mulheres negras morrem, porque a informação não chega até elas. As estatísticas mostram que mais da metade (54,1%) das jovens negras morrem, no caso das jovens negras, as chances de falecer durante a gestação são duas vezes mais que as mulheres brancas, isso ocorre, porque a população feminina negra têm acesso limitado às informações voltadas aos sinais de parto (BRITO, 2018).

Esse grupo populacional tem acesso limitado às informações sobre a saúde reprodutiva, sendo que, as taxas de mortalidade entre as mulheres negras são elevadas, porque a informação não chega até a população mais pobre, e em muitos casos as políticas voltadas para essa população não são de qualidade (OBSERVATÓRIO DO DIRREITO À COMUNICAÇÃO, 2009), as maiores taxas de violência e feminicídio são de mulheres negras (CANOFRE, 2016), falecimentos em função da gravidez ocorrem com mais frequência com as jovens negras (BRITO, 2018).

Caso esse cenário fosse invertido, a população feminina negra teria mais chances de ter uma vida saudável livre de doenças e violência. Segundo o Carter Center (2015, p. 11) quando a informação é de qualidade ou é acessada sem limitações, permite que as mulheres em geral tenham mais conhecimento sobre seus direitos, tenham decisões mais eficazes, maior participação na vida pública, trabalhos decentes com oportunidades de ascensão profissional e principalmente, o acesso igualitário à informação reduziria as lacunas de gênero, empoderando assim, todas as mulheres. Portanto, infere-se que a informação se configura como um recurso de extrema relevância para qualquer indivíduo, especialmente aqueles que estão mergulhados em um cenário de profundas desigualdades.

Assim, ao cruzar este contexto com a situação educacional, o Gráfico 3 apresenta os dados sobre as mulheres negras no ensino superior na América Latina:

Gráfico 3 - América Latina (10 países): presença da população de 18 a 24 anos no ensino superior, segundo a condição étnico-racial e o sexo



Fonte: CEPAL (2014)

As mulheres negras, são vistas como grupo populacional que mais enfrentam discriminações, exclusões e inequidades em todos os aspectos do contexto da vida social. É perceptível na visão de Santos (2006) que essa realidade é resultado de uma abolição deficiente, que não colaborou com a imersão democrática dos negros/as na sociedade, resultado assim, na subalternidade e opressão dessa população.

Somado a isso, pode-se contestar que a ciência também tem uma influência acentuada na situação de inferioridade que negros/as vivenciam atualmente. Segundo, Melo (2019, p. 96) a ciência sem nenhum fundamento ou comprovação científica, construiu e disseminou teorias relacionadas a racialização da espécie humana, ou divisão humana, na qual era baseada nos fundamentos biológicos e antropológicos.

Além disso, o racismo, se desenvolveu e se consolidou em razão das teorias de divisão de raça humana, bem como, pela forte influência europeia (SANTOS, 2006, p 7). De fato, os resultados desse comportamento hierárquico e de divisão já não são novidades.

Em resumo, os indicadores sociais sempre apontaram para a população negra, mas em particular, para as mulheres negras, como sendo aquelas que vivenciam diariamente e continuamente todas as formas de discriminação, opressão, exclusão e violência em todos os aspectos da vida social, política e laboral.

Deve-se destacar que, o percurso da história das mulheres negras é ocultado nos livros de história. Suas lutas, conquistas, resistências e trajetórias são pouco retratadas e disseminadas na produção científica, são percursos históricos na construção da sociedade brasileira, e pouco significativo no âmbito científico.

No contexto educacional, a situação das mulheres negras não é favorável, quando se compara com as mulheres brancas. Posto isto, pode-se dizer que, as relações sociais se apresentam perante um panorama de superioridade entre a população, em que temos grupos separados, que vivenciam realidades distintas. De um lado temos um grupo, cuja trajetória é marcada por inúmeras situações de inferioridade, crenças baseadas em um senso comum que resultaram em preconceitos e discriminações. De outro lado, temos outro grupo, os dominantes com mais oportunidades de ascensão social, labora, e principalmente, educacional.

As desigualdades encontram-se fortemente presentes na vida da população negra, mostrando que essa realidade é algo que está longe de ser resolvido, ainda mais quando a cultura perpassa por questões racistas e sexistas.

Por fim, ressalta-se que estas análises fazem parte de um processo inicial de discussões e compreende-se “para além das informações acumuladas, o processo de trabalho de campo nos leva, frequentemente, à reformulação de hipóteses ou, mesmo, do caminho da pesquisa” (MINAYO, 2016, p. 68). Dessa forma, está aberta a novas contribuições que possam fortalecer as discussões sobre uma sociedade caracterizada pela diversidade.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa ao abordar uma inter-relação da diversidade com a mediação da informação possibilitou uma leitura sobre a presença da mulher na sociedade, o acesso à educação por mulheres e as políticas de ações afirmativas no acesso à educação.

A mulher, bem como todas as minorias sociais, ainda precisa lutar pelo direito a sua presença em todos os ambientes e relações sociais, indiferente da sua condição sociocultural.

Evidenciou, ainda, a necessidade e importância de oportunizar de forma igualitária os iguais para o acesso a educação no contexto sociocultural que caracteriza a sociedade brasileira, abrindo espaços nos futuros ambientes de trabalhos, mantendo as concepções da diversidade.

Ainda foi possível visualizar as sínteses das desigualdades sociais no mercado de trabalho, distribuição de renda e condições de moradia, violência, educação e representação política.

Por fim, o processo de mediação da informação ao potencializar as possibilidades de apropriação da informação do direito a educação com base em uma sociedade pautada na diversidade conduz para relações sociais que oportunizam a todos almejarem quaisquer lugares social na sociedade.

Por se uma pesquisa com uma leitura inicial dessas relações apresenta possibilidades de releituras que possam fortalecer a igualdade social, diante da importância da diversidade para a sociedade brasileira.

REFERÊNCIAS

ARAUJO, C. A. A. **Arquivologia, Biblioteconomia, Museologia e Ciência da Informação:** o diálogo possível. Brasília: Brinquet, 2014.

ARAUJO, C. A. A. **O que é ciência da informação**. Belo Horizonte: KMA, 2018.

BRITO, D. **Maioria de mortes maternas no país ocorre entre mulheres negras jovens:** mulheres negras têm duas vezes mais chances de morrer por gravidez. Disponível em: https://www.google.com.br/amp/agenciabrasil.ebc.com.br/saude/noticia/2018-05/maioria-de-mortes-maternas-no-pais-ocorre-entre-mulhere-negras-jovens%3famp. Acesso em: 17 out. 2020.

CARTER CENTER. **Las mujeres y el derecho de acceso a la información en Guatemala:** estudio de metodología mixta. Disponível em: https://www.cartercenter.org/resources/pdfs/peace/ati/guatemala-ATI.sp.pdf. Acesso em: 01 ago. 2019.

CASTRO FILHO, C. M. de. Roger Chartier e práticas de leitura: uma abordagem para o campo da informação. In: SEGUNDO, J. E. S.; SILVA, M. R. da; MOSTAFA, S. P. (Orgs.). **Os pensadores e a Ciência da Informação.** Rio de Janeiro: E-papers, 2012. 137p. p. 25-36.

ECO, H. **Como se faz uma tese.** Trad. Gilson Cesar Cardoso de Souza. 24. ed. São Paulo: Perspectiva, 2012.

FADEL, B *et al*. Gestão, Mediação e uso da informação. In: VALENTIM, Marta Lígia Pomim (Org.). **Gestão, mediação e uso da informação**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010. 390p.; p.13-32. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/110767>. Acesso em: 09 set. 2020.

FERNEDA, E.; LANZI, L. A. C.; VIDOTTII, S. A. B. G. O uso da voz e dos dispositivos móveis em narrativas orais em bibliotecas escolares. In: BORTOLIN, S.; SANTOS NETO, J. A dos.; SILVA, R. J. da (Orgs.). **Mediação oral da informação e da leitura**. Londrina: ABECIN, 2015. 278p. p.127-152.

FLEURY, M. T. L. Gerenciando a diversidade cultural: experiências de empresas brasileiras. **RAE – Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 40, n. 3, p. 18 – 25, 2000.

FROHMANN, B. O caráter social, material e público da informação. In: **A dimensão epistemológica da Informação e suas interfaces técnicas, políticas e institucionais nos processos de**

produção, acesso e disseminação da informação. Mariângela Spotti Lopes FUJITA, M. S. L.;

GIL, A.C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOMES, R. Análise e interpretação de dados de pesquisa qualitativa. In: MINAYO, M. C. de S. (Org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2016. 95p. p. 72 – 95.

GUARALDO, T. S. B. **Práticas de informação e leitura:** mediação e apropriação da informação nas cartas de leitores de um jornal popular do interior de São Paulo. 2013. 240f. Tese (Doutorado). (Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2013.

IBGE. Desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil. Estudos e Pesquisas. Informação Demográfica e Socioeconômica. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/. Acesso em: 17 out. 2020.

JONES, C. P. **Confronting institutionalized racism**. Phylon, 2002.

MARTELETO, R. M.; LARA, M. L. G. de (Orgs). São Paulo: Cultura Acadêmica; Marília: Fundepe, pp. 19-34. Tradução por Laffayete de Souza Álvares Jr; revisão por Lídia Silva de Freitas e Ricardo Sili da Silva. Disponível em: http://repositorios.questoesemrede.uff.br/repositorios/bitstream/handle/123456789/829/O%20car%c3%a1ter%20social%2c%20material%20e%20p%c3%bablico%20da%20informa%c3%a7%c3%a3o.pdf?sequence=1 Acesso em: 07 out de 2020.

MINAYO, M. C. de S. Trabalho de campo: contexto de observação, interação e descoberta. In: MINAYO, M. C. de S. (Org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2016. 95p. p. 56 – 71.

QUERINO, A. C.; LIMA, C. E. de.; MADSEN, N. Gênero, raça e educação no Brasil contemporâneo: desafios para a igualdade*. In*: **Faces da desigualdade de gênero e raça no Brasil**. BONETTI, A.; ABREU, M. A. (Org). Brasília: Ipea, 2011.

RIBEIRO, D. **Pequeno manual antirracista**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019. 135p.

SANTOS, H. A baixa diversidade étnico-racial no mundo do trabalho. In: **O compromisso das empresas com a promoção da igualdade racial**. Gonçalves, B. S. (org.). São Paulo: Instituto Ethos, 2006.

VALENTIM, M. L. P. Construção do Conhecimento Científico. In: VALENTIM, Marta Lígia Pomim (Org.). **Métodos qualitativos de pesquisa em Ciência da Informação.** São Paulo: Polis: 2005. 175 p.; p. 7-28.

ZIMERMAN, A. (org.). **Ações afirmativas e a educação para pessoas com deficiência**. Santo André: Universidade Federal do ABC, 2013.

FROM ANALYTICS TO CREALITICS MODEL: WHY STRATEGIC INTELLIGENCE SYSTEMS SHOULD EVOLVE INTO SOURCES OF IMAGINATION

DO MODELO ANALÍTICO AO CREALÍTICO: POR QUE OS SISTEMAS DE INTELIGÊNCIA ESTRATÉGICA DEVEM EVOLUIR PARA FONTES DE IMAGINAÇÃO

Área temática: Gestão Organizacional e Empreendedorismo

CARVALHO, Nádia de Castro
Uni-FACEF
Mestre em Administração
nadiacarvalho@facef.br

VERWAAL,Ernst
Katholieke Universiteit Leuven
Doutor em Economia
ernst.verwaal@kuleuven.be

CAMARGO, Aline
Universidade Estadual Paulista (UNESP)
Doutora em Mídia e Tecnologia
aline.c.camargo@unesp.br

SATURI, Evandro
Universidade Estadual de Minas Gerais (UEMG)
Mestre em Administração
evandro.saturi@uemg.br

Resumo

A análise pode ser definida como o uso de dados abrangentes, análises estatísticas e quantitativas, modelos preditivos e gerenciamento baseado em fatos para conduzir decisões e ações estratégicas. Tradicionalmente, a literatura de gestão estratégica ofereceu amplas ferramentas de planejamento e análise que facilitam a análise sistemática do ambiente de negócios interno e externo. Portanto, para ter sucesso, a inteligência organizacional precisa ser baseada em um campo de fatores específicos do contexto e deve cobrir os fatores institucionais, culturais e da indústria que apóiam a posição única da empresa. Nesta contribuição, iremos propor uma reconceituação do modelo de inteligência organizacional e analisar alguns dos dados e barreiras humanas que as organizações precisam enfrentar para implementar a crealítica. Com a crescente disponibilidade de dados, é importante reconhecer que o uso, a interpretação e a análise de dados são possíveis quando guiados por um modelo mental ou conceituação. Assim, as enormes quantidades de dados que se tornaram disponíveis para as empresas, só podem ser absorvidas pelos sistemas de inteligência organizacional se os dados tiverem significado dentro da lógica dominante. O modelo revisado indica que, a fim de criar liberdade de imaginação e reconceituação, as empresas precisam ter acesso a 1) dados em vários níveis de agregação e 2) implantar um processo de aprendizagem organizacional que reconheça o papel positivo da intuição, incerteza e emoção em o incentivo da imaginação. Em outras palavras, uma abordagem de dados não agregados permite flexibilidade completa de relatórios e mineração de dados, adaptados às suas necessidades estratégicas dos negócios.

Palavras-chaves: Modelo Analítico; Modelo Crealítico, Inteligência Estratégica.

Abstract

Analytics can be defined as the use of extensive data, statistical and quantitative analysis, explanatory and predictive models, and fact-based management to drive strategic decisions and

actions. Traditionally, the strategic management literature offered extensive planning and analysis tools which facilitate the systematic analysis of the internal and external business environment.
Therefore, in order to be successful, organizational intelligence need to be based on a rich field of context specific factors and should cover the institutional, cultural, industry factors that support the firm's unique position. In this contribution, we will propose a reconceptualisation of the organizational intelligence model and analyze some of the data and human barriers that organizations need to tackle in order to successfully implement crealitics. With the increasing availability of data it is important to recognize that the use, interpretation and analysis of data is possible when guided by a mental model or conceptualization. Thus, the huge amounts of data that have become available to companies, can only be absorbed by the organizational intelligence systems if the data have meaning within the dominant logic of firms. The revised model indicates that in order to create freedom of imagination and reconceptualisation, firms need to have access to 1) data at various levels of aggregation, and 2) deploy am organizational learning process that acknowledges the positive role of intuition, uncertainty and emotion in the encouragement of imagination. In other words, an unaggregated data approach enables complete flexibility of reporting and data mining, tailored to your strategic or business needs.
Key-words: Analytics; Crealitics; Strategic Intelligence.

1 Introduction

Analytics can be defined as the use of extensive data, statistical and quantitative analysis, explanatory and predictive models, and fact-based management to drive strategic decisions and actions (DAVENPORT; HARRIS, 2007). Analytics is part of the organizational intelligence system (BETTIS; PRAHALAD, 1995). As such it supports the process of enhancing a company's position in the marketplace, ethical decisions, and understanding of the business environment. Organizational intelligence systems gather broad and narrow data and establish a system of active intelligence in the company that generates access to data, analyses and reports that managers can use to take informed decisions.

In the strategic management literature, scholars have intensely debated the value of organizational intelligence. Traditionally, the strategic management literature offered extensive planning and analysis tools which facilitate the systematic analysis of the internal and external business environment. However, this analytical approach is also strongly criticized for suppressing the intuition and creativity that characterizes the decision making of so many successful entrepreneurs (MINTZBERG; WESTLY, 2001). Furthermore, the resource-contingency approach in strategic management posits that ultimately the value of organizational resources is dependent on the context in which it is deployed (VERWAAL et al, 2009).

Therefore, in order to be successful, organizational intelligence need to be based on a rich field of context specific factors and should cover the institutional, cultural, industry specific factors that support the firm's unique position. These inputs come from subjective and tacit experience embedded in these specific contexts rather than from the application of a standardized set of objective rules derived from formal logic. Hence, intelligence systems are most effective when they are able to collect unique, tailored intelligence from tacit human sources that are not easily available to any other company or competitors (SAWKA; FRANCIS; HERRING, 1996).

Michael Porter summarizes the essence of strategic advantage as follows: "differences in needs do not translate into meaningful strategic positions unless the best set of activities to satisfy them also differs. If that were not the case, every competitor could meet those same needs, and there would be nothing unique or valuable about position". (PORTER, 1996, p. 66). Kim and Mauborgne (2005) extended this basic lesson of strategic management and demonstrated that ultimately sustainable competitive advantage is about creating a unique new market space rather than exploiting and improving current market positions. To realize these unique new market positions, imagination is the critical cognitive faculty that determines ultimately the success of companies in the market place. As new market positions can be copied one might even argue that firms need a continuous imaginative capability in order to be effective in the long run.

However, imagination which is not linked to solid analysis may have little meaning. Bonabeau (2003) argues that there is sufficient evidence that decisions that are not based on evidence will produce an equal number of bad choices. He concludes that firms therefore should rather use "evidence" as much as possible to avoid disadvantageous outcomes of unfounded decisions. Therefore, we claim that blending imagination into analytics is one of the most fundamental managerial challenges of our time.

To meet this challenge, organizational intelligence systems need to integrate the (bounded) rational model of analytics with the creative mindset of experience-based intuition and emotion that fosters managerial imagination. In this contribution, we will propose a reconceptualisation of the organizational intelligence model and analyze some of the data and human barriers that organizations need to tackle in order to successfully implement crealitics and use its full potential.

2 Data and dominant logic

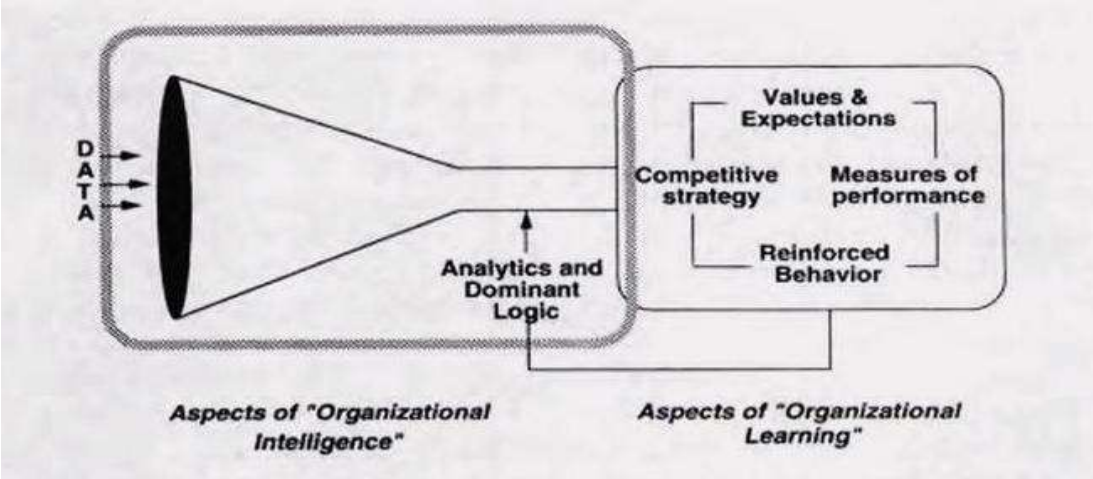


Figure 1: Organizational Intelligence, Analytics and Dominant Logic. (BETTIS; PRAHALAD, 1995).

With the increasing availability of data it is important to recognize that the use, interpretation and analysis of data is only possible when guided by a mental model or conceptualization of the business. As Immanuel Kant (1781) so well explained in his “Critique of pure reason”, sensory or intuitive experience of the environment is impossible without a self-imposed conceptualization of our reality. In the strategic management literature this self-imposed conceptualization of reality is called the dominant logic (PRALAHAD; BETTIS, 1988). Thus, the huge amounts of data that have become available to companies, can only be absorbed by the organizational intelligence systems if the data have meaning within the dominant logic of firms.

Figure 2 shows estimates of the availability and absorption of data by firms in recent years. The results of this study reveal that firms increasingly have access to billions of gigabytes of data, however, at the same time there is an increasing gap between the data that are used and the data that are absorbed by the companies’ intelligence systems. The alarming message of Figure 2 is that modern corporations increasingly fail to use the potential of data resources that is available to them.

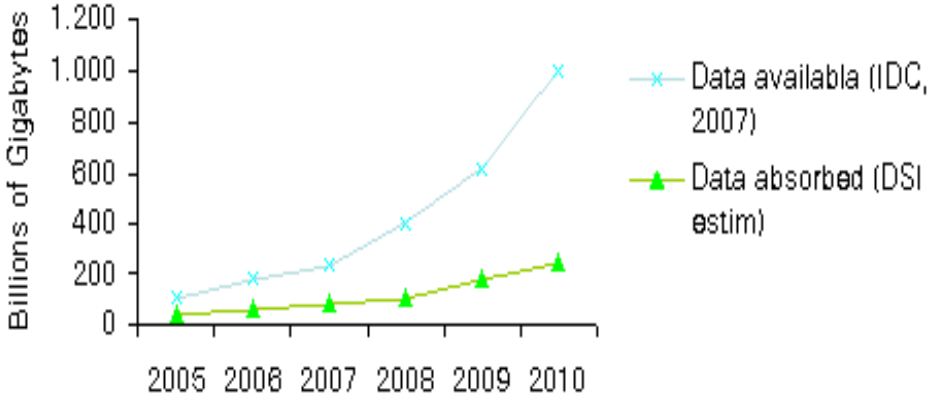


Figure 2: The increasing gap between data available and data absorbed (DAY et al (2009).

There are several good reasons to assume that an important explanation of the underutilization of data resources is that these data are not well aligned with the dominant logic of most firms. For example, most of the new data do not relate to the traditional marketing concepts of average consumers that are classified by industry segments and market niches. No matter how detailed these descriptions are, they try to capture the customer in anonymous averages and classifications whereas much of the new available data are individual data from online sources, customer loyalty programmes, point of sale statistics, supplier information systems, and internal and external sources that provides rich information of single and unique customers.

Most of the richness of these data is lost when they are aggregated or classified as the anonymous averages of mainstream logic marketing models. In order to recognize and appreciate the value of these data, firms need to develop radically new conceptualisations of their business models that serve the needs of single and unique customers rather than the faceless averages of mass marketing models. It would require a fundamental reconceptualisation of the customer as individual stakeholder of the firm rather than an anonymous source of short-term profit. Thus, the much of the data that are available on individual customers is simply not compatible with traditional conceptualizations or dominant logic that managers use in their decisions.

Hence, organizational intelligence systems fail to identify the potential of these data as they do not allow managers to blend imagination and detailed in-depth analysis in their organizational intelligence systems. As a result, companies do not develop the innovative business models that can absorb and utilize the increased availability of data, and managers fail to develop new conceptualizations of business that delivers a unique mix of value to individual customers. The consequences of this managerial failure should not be underestimated. Not only are customers underserved in the sense that they experience less value from their products. For example, in de pharmaceutical and health care sector it is not difficult to envisage the detrimental consequences of this failure for diagnosis and treatment of individual patients.

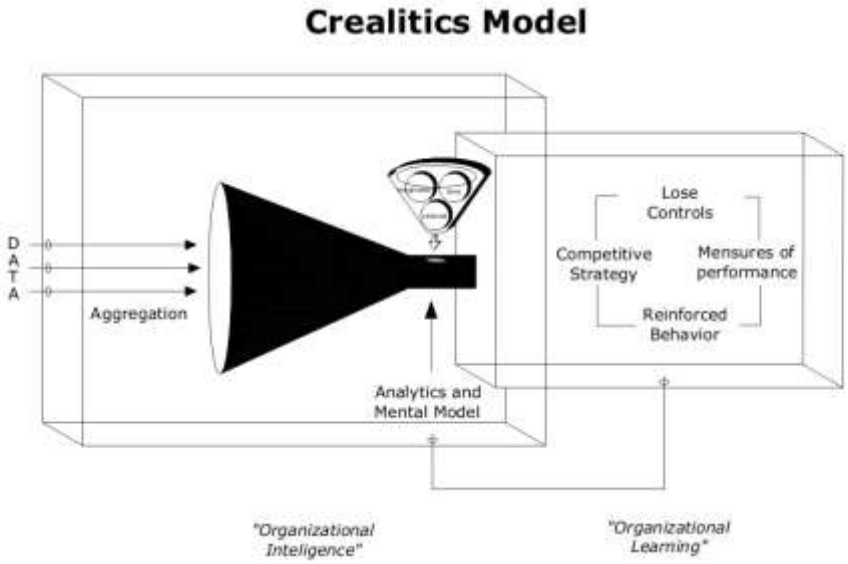


Figure 3: Organizational Intelligente. Analytics and Dominand Logic. (BETTIS; PRAHALAD, 1995). The revised model (VERWAAL et al, 2009).

In Figure 3 we depict a revised model of organizational intelligence. The revised model indicates that in order to create freedom of imagination and reconceptualisation, firms need to have access to 1) data at various levels of aggregation, and 2) deploy am organizational learning process that acknowledges the positive role of intuition, uncertainty and emotion in the encouragement of imagination.

3 Data limitations on imagination

Aggregated data is data combined from several measurements. The data is gathered and expressed in a summary form, for purposes such as statistical analysis or reporting. The data is stored in a data warehouse or data cloud; aggregations can be performed for reporting purposes but usually the warehouse retains the data in its raw form to avoid ambiguities and inaccuracies and to enable data

mining. Unaggregated data enables detailed data mining analyses and can help to align the level of analysis with the level of data at any time. In other words, an unaggregated data approach enables complete flexibility of reporting and data mining, tailored to your strategic or business needs. A common aggregation purpose is to get more information about particular groups based on specific variables such as demographics or specific visitor behavior.

The information about such groups can then be used for web site personalization; to choose content and advertising likely to appeal to an individual belonging to one or more groups for which data has been collected. For example, a site that sells clothes might advertise certain clothing items based on the age of the user and the on-site search for specific clothing on the website. Through aggregation it is possible that important detailed information that improves decision making is lost or simply not visible. Unaggregated data is data that is stored in its raw form. There is no summarization or combining of measurements. The data is drawn from the data sources such as transactions and website visits. The data is stored in a data warehouse or data cloud; aggregations can be performed for reporting purposes but usually the warehouse retains the data in its raw form to avoid ambiguities and inaccuracies and to enable data mining. Data mining is referred to as extracting interesting patterns from raw data.

In other words, an unaggregated data approach enables more flexibility of reporting and analysis which may be required to reconceptualize the business. Analysts can run any request over any period at any time and define their own level of analysis from industry averages to the level of the single individual customer. Many data are aggregated by the companies that make the data accessible or are structured according to the requirements of a few large and influential companies. When companies have no access to the raw data this will limit the degrees of freedom of their imagination and thereby of their organizational intelligence system. An example of how aggregation of data may influence company decisions can be illustrated with Simpson's paradox. Simpsons paradox is named after statistician E. H. Simpson (1951). The paradox shows how one may be misled when a relevant variable in an analysis is overlooked.

A marketing department has launched two e-mail campaigns; campaign (A) and campaign B. The decision about which campaign to continue is based on conversion success rate. The results of both mail campaigns are displayed in the following aggregated overview. In the *Total* column the total number of sent mails is shown. In the *Converted* column the number of conversions and in the *Bounced* column the number of mails that did not lead to conversions.

Mail campaign	**Converted**	**Bounced**	**Total**	**Success rate**
A	21100	900	22000	95,9%
B	6770	230	7000	96,7%
Total	27870	1130	29000	

Based on this aggregated overview, the analyst may conclude that campaign B has outperformed campaign A in success rate and therefore B is the campaign to continue. However how valid is this conclusion? Let's assume that the manager based on industry specific experience intuitively knows that campaigns such as campaign A, usually attract more high ticket value conversions than campaigns similar to campaign B. In that case it is advisable to also perform the campaign conversion analyses based on its underlying values, which is available in the unaggragated or partially aggregated data.

The low ticket value conversion numbers are:

Mail campaign	Converted	Bounced	Total	Success rate
A	6850	150	7000	97,9%
B	5840	160	6000	97,3%
Total	12690	310	13000	

Now it is visible that campaign A scores better than campaign B in terms of low ticket value conversions. If we calculate the numbers for the high ticket value conversions we find:

Mail campaign	Converted	Bounced	Total	Success rate
A	14250	750	15000	95%
B	930	70	1000	93%
Total	15180	820	16000	

The new analysis reveals that campaign A scores better than campaign B in terms of high ticket value conversions. How contradicting this may seem to the first conclusion, the explanation for this finding can be found in the unaggregated data tables. Campaign A generates higher ticket value conversions than campaign B.

Mail campaign	High	Low	Total	High/ low rate
A	15000	7000	22000	68%
B	1000	6000	7000	14%
Total	16000	13000	29000	

So, if the analyst would use all the figures to backwards calculate the success rates, he would find the following results.

Campaign A:

Aggregated **Unaggregated**

$$\frac{21100}{22000} = \frac{14250}{15000} \times \frac{15000}{22000} + \frac{6850}{7000} \times \frac{7000}{22000}$$

Campaign B:

Aggregated **Unaggregated**

$$\frac{6770}{7000} = \frac{930}{1000} \times \frac{1000}{7000} + \frac{5840}{6000} \times \frac{6000}{7000}$$

Thus, campaign A scores better than campaign B in terms of high ticket value conversions (95% against 93%) as well as low ticket value conversions (97,9% against 97,3%). However because A generates a larger number of high ticket value conversions (68%), the overall score (95,9%) in the aggregated table is influenced by its lower volume (95%) in the high ticket value conversions. Campaign B and the same time, is generating less volume in the high ticket value conversions (14%) and therefore the overall aggregated score (96,7%) is dominated by its higher volume in the low ticket value (97,3%) conversions.

So unaggregated data enables users to perform ad hoc analyses at different levels of analysis and provides the intelligence system with greater flexibility. At the same time, it provides the company potentially better insights and more accurate and informed decisions. As the Simpson paradox shows, setting limitation on the aggregation level of data will limit the degrees of freedom of the intelligence system and therefore limit the imagination and reconceptualisation potential of the organizational intelligence system.

4 Organizational and cognitive limitations in imagination

The limit of rationality is not static and depends on the environment in which the points are connected to the company. Organizations can be viewed as political systems with interests, conflicts and power, or as a set of games between the two groups of people (CROZIER, 1959). These statements demonstrate the importance of organizational intelligence reports as a tool to support decision-making basis, but also imposes limits on the variety of routine information processing (BARBIERI, 2001, p. 34).

The application of this system has a priority: the analysis of the advantages of processing, high value benefit, protection, return of the information system. What makes tools used in interpreting the results and knowledge to streamline the entire process of corporate structure. Each step of the process generates a sub-phase of intelligence. The decisions in an organization are a number of issues and feelings looking for situations that are considered seeking answers to questions that can provide the solution (MARCH, 1998; WITZEL, 2005). The implication of technological activities in decision-making can be conceptualized by March and Simon (1998) apud Witzel (2005) by bounded rationality, which involves not only the lack of attention, but also the limitation of human ability to rationalize the information mental and alternatives. Finally, the decision maker can not fully capture everything that happens and confronts the limits of interference. Therefore, it becomes that the decision is the result of interaction between issues, the solutions of the participants and their choices, but each maintains certain independence.

There are gaps that involve decision-making structure and its environment (HARDY; CLEGG, 1996). In this context, the intelligence associated with tacit knowledge, strategically, has the power to handle the company's fate, with the internal approach to achieving goals and objectives effectively. So structuring the organization chart with the specific routes to be followed, highlighting the seasonality of the market. What enables agility and performance successfully. According to Miller (2002), technology organizes the flow of information and help to focus on the main functions of intelligence. Assesses and monitors competitor, business sectors and sociological trends and policies, and supports the strategic planning process. As stated by Kahaner (1996) information permeates all phases of the intelligence cycle management: "[…] Intelligence is information analyzed to the point that can be used as the mainstay of a decision" (MILLER, 2002, p. 206). In this sense, Kahaner (1996) says that intelligence can help companies manage critical elements in almost all stages of methods and technologies, making possible the crossing of data that produces results.

The perception of professional and strategist should be based on actual data, so their decision making can be dynamic and skilled. Dynamic Capacity is a strategy to improve the efficiency and the productivity of companies. According to Teece (2018) this ability is related to intelligence and organizational learning. The same author states that innovation is on the threshold of administrative

routines. In this sense, Zavislak et al (2017) assesses the perspectives of the company's innovative and dynamic capabilities based on four essential capabilities: i) development capabilities, ii) operations, iii) management and iv) transactions. However, the analytical capacity can only be improved through additional capacity, that is, companies start with research in their own domain and are stuck in local research, which hinders dynamic capacity with a focus on research and creativity.

To Lori Rosenkopf (2001), recognizing the company´s tendency towards local research requires exceeding limits, be it organizational or technological. In doing so, a typology of data analysis behavior is created that generates less impacto n the results. At the same time the same time the strength of the company´s dynamic ability helps to shape its proficiency in the design of business models by distinguishing between technology and covering organizational boundaries with the skills and routines necessary to recombine organizational intelligence (TEECE, 2018).

Thus, Kaplan and Norton (2004) characterize the relevance of this work and sheds light on the specifics of business intelligence, when they say the big problem is that the strategies are changing, but the tools for measuring information for decision making are becoming ineffective. Organizations need new types of management systems and thoughts - developed for the management of strategy. So, to understand how different models act, emotion, intuition, the mental system and human perceptions, seeing the events with rapidity of information, disregarding the proposal from limited human rationality. Exploring innovation activities and technology that could change the criteria determining the legitimacy of either the problems or the solutions proposed. The experience helps to highlight the empirical foundations of the process. The proposal is to understand the importance of intuition data analysis. Whereas there is no contradiction in this way of information, even though a variety of options and sources. However, the interaction between these thoughts and the reality on the analysis of ambiguous information can affect the state of emotions.

Therefore, psychological representations define how to understand and act to find solutions, improvise the potential to observe the quality aspects of a process. The extraction of the values of limits must be observed from a great figure, but are not all decision makers who have this skill and precision to escape the limitations of rationality. In their legitimate interests, the majority seeks to address problems that arise from administrative practices, thus enhancing the limits of their motivations. Wind, Crook and Gunther (2005, p. 242) describe as mental model or medset, the process of thought directed to develop ways. They are perceived as creating new situations, models and actions. Mental models directly affect our lives, how information is processed, delicate situations, contexts, organizations, government agencies, power, pride, understanding, tactical knowledge, history and even the feeling and perception that may come from the heart. Sometimes it is important to consider the feelings, experiences, people, give instructions to the inner ear, so that everything occurs in accordance with the guidelines of the administrative process. In this sense, nothing changes in the information processed by business intelligence, but on common sense, in order to observe the parameters of innovation that can be the difference between survival or not the company, regardless their size or sector.

5 Conclusion

Given the importance of recognition of a new vision of processes and capabilities to enhance and maintain a perfect amount of information, and have thorough knowledge of real facts, thus creating internal and external analysis with neutrality. Challenges and to develop new technology and development experiences, highlighting the prospects of images, based on the creation of imaginary values in a competitive situation. The universe of this study consisted of observation, evaluation of documents to show the seriousness of paying attention to intuitions, instincts, and knowledge of the actors involved in the process, checking the context and possibilities. With the ratio of perfect information, synchronized with a system of input data for the company and its profits. It is the human process, its justification addressed to the attention of the business, recognizing the limits of human rationality.

The design process of the correlation between the boundaries of creativity and analysis, drew on the reasoning of how emotions and organizational mechanisms give way to constructive imagination of new business models and thus promote and support the decision making process. However, there are fragments of an illustrative speech, but induce a second study confronting new theories, questioning carefully what would be the limit of human imagination and how we could change the mental model.

So, briefly, in the quest to understand the limits of the human imagination, this path analytic sought to show the relationships between the organization, human rationality and emotions. Also introducing the influence of business and the characteristics of the mental model, verify that there are

two strands in the decision making process: analytical and creative. Note that there is a convergence between the two, with the conservatism and stability factors that hinder the pursuit of innovation through imagination and intuition.

This brainstorming establishing niche markets, positioning and consumption potential in a new era of commercial strategies, based on studies of sociology and social psychology in a multicultural world where the potential purchase is extremely well focused on the symbolic. These specific factors differ, in probability units, being inherent in the statistics that go far beyond the imagination, so it is so important to separate data and flexibility of specific reports that will enable differentiated service strategies and within the predefined goals and planning administration in the medium and long-term undertaking.

For the occurrence of innovation in business there must be an integration of the time, emotions and rationality of the analytical procedures. The investigations of the impacts are followed by benefits, and issues relevant power relations and analysis of information.

The proposed new mental model of operation is a priori be disconnected, because creative people are more effective when they have no regular cognitive aspects of performance, yet it is pertinent that are integrated and coordinated system of cooperation, so the analysis of information characteristics have essential, with absolute knowledge of the administrative process in order to solve the real problem of cooperation. Thus investigate two approaches are different, and even explaining the important process of model Crealitics, where imagination is part of the intelligence system and learning. What is being set here is not only from Analytics to Crealitics, but an analysis using creativity as a potential to break and open up new market rules, making the crossing of the data and their networks.

REFERENCES

ALVES, A. C.; BARBIEUX, D.; REICHERT, F. M.; TELLO-GAMARRA, J.; ZAWISLAK, P. A. Innovation and dynamic capabilities of the firm: Defining an assessment model. **Revista de Administração de Empresas** 57, no. 3, 232-244, 2017.

BARBIERI, C. BI – **Business Intelligence:** Modelagem e Tecnologia. Editora Axcel. Rio de Janeiro. 2.ed. 2001.

BETTIS, A.R.; PRAHALAD, C.K. The dominant logic: Retrospective and extension. **Strategic Management Journal,** 16: 5-14, 1995.

BONABEAU, E. Don't trust your gut. **Harvard Business Review**, 81(5):116-123, 2003.

CROZIER, M. **The bureaucratic phenomenon**. Chicago: Chicago University Press, 1964.

DAVENPORT, T.H.; HARRIS, J.G. **Competing on analytics:** The new science of winning. Boston: Harvard Business School Press, 2007.

DAY, G.S.; SCHOEMAKER, P.J.H.; SNYDER, S. A. Extended Intelligence Networks: Minding and Mining the Periphery. In: GUNTHER, R.E., WIND, Y.J.; KLEINDORFER, P.R. (Eds), **The Network Challenge**: Strategy, profit, and risk in an interlinked World. Upper Saddle River: Wharton School Publishing, 2009.

HARDY, C.; CLEGG, S. R. Alguns ousam chamá-lo de poder. In: Hand book de **Estudos organizacionais.** V.2p. 260. Cap.13, 1996.

KAHANER, L. Competitive Intelligence: how to gather, analyze and use information to move your business to the top. **Touchstone.** New York, 1996.

KAPLAN, R. S.; NORTON, D. P. **Organização orientada para a estratégia:** como as empresas que adotam o *balanced scorecard* prosperam no novo ambiente de negócios. 8. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2004.

KANT, I. **Critique of pure reason.** London: Macmillan, 1781.

KIM, W.C.; MAUBORGNE, R. **Blue ocean strategy:** How to create uncontested market space and make the competition irrelevant. Boston: Harvard Business School Press, 2005.

MARCH, J.; SIMON, H. **Organizations.** Oxford: Blackwell, 1993.

MILLER, J. P. **O milênio da inteligência competitiva.** Porto Alegre: Bookman, 2002.

MINTZBERG, H., WESTLEY, F. Decision-making: It's not what you think. **MIT Sloan Management Review**, 42(3): 89-93, 2001.

PORTER, E.M. **What is strategy?** Harvard Business Review, 1996.

PRAHALAD, C.K. Developing strategic capability: An agenda for top management. **Human Resource Management**, 22(3): 237-254, 1983.

PRAHALAD, C.K.; BETTIS, R. A. The dominant logic: A new linkage between diversity and performance. **Strategic Management Journal,** 7(6): 485-501, 1986.

ROSENKOPF, L.; NERKAR, A. Beyond local search: boundary-spanning, exploration, and impact in the optical disk industry. **Strategic management journal 22**, no. 4: 287-306, 2001.

SAWKA, A.H.; FRANCIS, B.D.; HERRING, J.P. Evaluating business intelligence systems: How does your company rate? **Competitive Intelligence Review,** 7(1): S65-S69, 1996.

SIMPSON, E.H. The Interpretation of Interaction in Contingency Tables. **Journal of the Royal Statistical Society**. Series B (Methodological), 13(2): 238-241, 1951.

TEECE, D. J. Business models and dynamic capabilities. **Long range planning** 51, no. 1: 40-49, 2018.

VERWAAL, E.; COMMANDEUR, H.R.; VERBEKE, W. Value creation and value claiming in strategic outsourcing decisions: A resource-contingency perspective. **Journal of Management**, 35(2): 420-444, 2009.

WIND, J. Y.; CROOK, C.; GUNTHER, R. **The Power of Impossible Thinking**: Transform the business of your life and life of your business. Pearson Education. New Jersey, 2005

WITZEL, M. **50 Grandes Estrategistas em Administração.** São Paulo: Contexto, 2005.

EDUCAÇÃO INFANTIL: COMO GARANTIR O ACESSO UNIVERSAL A ESSA POLÍTICA PÚBLICA?

CHILDHOOD EDUCATION: HOW TO ENSURE UNIVERSAL ACCESS TO THIS PUBLIC POLICY?

Desenvolvimento social e políticas públicas: Educação e Desenvolvimento.

MALTA, Angélica de Oliveira Machado.
UNIFACEF
Graduação em Serviço Social pela UNESP, 2008; Graduação em Pedagogia pela UFSJ, 2016; Especialista em Políticas Públicas e socioeducação pela UnB, 2019; Psicopedagogia pela Metropolitana, 2020; Mestranda pela UNIFACEF, conclusão em 2022.
angelsa266@hotmail.com

OLIVEIRA, Paulo de Tarso.
Docente e Coordenador do Programa de Mestrado
em Desenvolvimento Regional/ Uni-FACEF - Franca-SP.
ptarsoliveira@gmail.com

Resumo

A Educação infantil surge na Europa no século XVIII e no Brasil em meados do século XX. O objetivo primeiro era um espaço para cuidar das crianças enquanto os pais trabalhavam fora, tinha um caráter assistencialista e sanitarista. Com a evolução dos direitos sociais e das concepções de desenvolvimento humano, o acesso ao ensino torna-se um direito de todas as crianças. Na Constituição Federal de 1988, inseri a educação infantil, ou seja, o atendimento das creches e pré-escolas, no rol de deveres do Estado. Mas, apesar da evolução ainda não temos um acesso universalizado. O objetivo desse trabalho foi discutir aspectos da realidade da política da educação infantil no município de Franca, São Paulo, para compreendermos quais são os desafios da sua universalização. Para o desenvolvimento deste trabalho foram implantadas estratégias de investigação como levantamento e análise bibliográfica e documental. Para estruturarmos o trabalho e facilitarmos a compreensão da temática proposta, dividimos o artigo em dois momentos. No primeiro abordamos a política pública da educação, com ênfase na trajetória histórica das instituições de educação infantil, fazendo um levantamento do surgimento, atuação e evolução da legislação e diretrizes. E no segundo momento apresentamos os dados da pesquisa documental realizada no município de Franca, onde consultamos as bases de dados como IBGE, Atlas Brasil, site oficial do município e o Plano Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes do município de Franca, entre outros. Também apresentamos nossa reflexão e discussões sobre a realidade da politica pública de educação infantil na cidade.

Palavras-chave: Educação, desenvolvimento infantil, política pública.

Abstract

Early childhood education emerged in Europe in the 18th century and in Brazil in the mid-20th century. The first objective was a space to take care of the children while the parents worked outside, it had an assistance and sanitary character. With the evolution of social rights and conceptions of human development, access to education becomes a right for all children. In the Federal Constitution of 1988, I inserted early childhood education, that is, the attendance of daycare centers and preschools, in the list of duties of the State. However, despite the evolution, we still do not have universal access. The objective of this work was to discuss aspects of the reality of early childhood education policy in the municipality of Franca, São Paulo, to understand what the challenges of its universalization are. For the development of this work, research strategies such as bibliographic and

documentary survey and analysis were implemented. In order to structure the work and facilitate the understanding of the proposed theme, we divided the article into two moments. In the first, we approach public education policy, with emphasis on the historical trajectory of early childhood education institutions, surveying the emergence, performance and evolution of legislation and guidelines. And in the second moment, we present the data of the documentary research carried out in the municipality of Franca, where we consult the databases such as IBGE, Atlas Brasil, the official website of the municipality and the Ten-Year Plan for the Human Rights of Children and Adolescents in the municipality of Franca, among others. We also presented our reflection and discussions on the reality of public policy on early childhood education in the city.

Keywords: Education, development child, public policy.

1 INTRODUÇÃO

Durante muito tempo as instituições de educação infantil foram vistas como espaços onde as famílias que necessitavam trabalhar ou não tinham condições financeiras para cuidar de seus filhos poderiam contar com esse apoio assistencial. Eram locais dedicados aos cuidados básicos, como higiene e alimentação.

O surgimento dessas instituições deu-se por volta dos séculos XVIII e foi permeada por diversas concepções de infância. Andrade (2010), fala que as instituições de educação infantil só podem ser compreendidas na relação com a história da família e da sociedade. Foram as mudanças nas relações sociais e familiares que impulsionaram a criação desses espaços para cuidados com as crianças pequenas.

Para Bujes (2007) o surgimento das escolas também está relacionado com a ampliação do pensamento pedagógico moderno, que começou a compreender a criança como um ser em desenvolvimento que carecia de cuidados e atenção durante o seu processo de crescimento. Mas, não havia um consenso sobre a oferta de educação para o público infantil.

> Defendiam ideias de que proporcionar educação era, em alguns casos, uma forma de proteger a criança das influências negativas do seu meio e preservar-lhes a inocência, em outros, era preciso afastar a criança da ameaça de exploração, em outros, ainda, a educação dada às crianças tinha por objetivo eliminar suas inclinações para a preguiça, vagabundagem, que eram consideradas "características" das crianças pobres. (BUJES, 2007, p.14)

O que se podia perceber era uma intenção do Estado e das instituições filantrópicas, em auxiliar essas crianças a mudarem os "rumos" de suas vidas, através desse cuidado. A percepção que se tinha é que as famílias empobrecidas não tinham "plenas condições" de arcar com a educação dos filhos e, por isso, era necessário esse suporte institucional.

No Brasil, as instituições surgem no início do século XX. Em 1919, surge Instituto de Proteção à Infância e o Departamento da Criança e em 1927 o Código de Menores, que falava das questões de abandono, punições e ações assistenciais para cuidados com as crianças e adolescentes. Em 1940 foi instituído o Departamento Nacional da Criança que coordenava as ações de proteção à criança e ao adolescente, a atuação era ligada aos ministérios de Educação e Saúde pública. (SOARES, 2003).

Também no país a visão das instituições de educação infantil era de cuidados básicos.

> São marcadas por ações e programas de cunho médico-sanitário, alimentar e assistencial, predominando uma concepção psicológica e patológica de criança, inexistindo um compromisso com o desenvolvimento infantil e com os direitos fundamentais da infância. (ANDRADE, 2010, p.131)

A primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), n° 4.024 de 1961, já começa a falar sobre a educação infantil, que era caracterizada como fase pré-escolar, mas ainda não se estabelecia critérios para a sua execução, que era predominantemente assistencial e sanitarista.

Haddad (1991) fala que nas décadas de 1960 e 1970 começa-se a discutir a finalidade das creches e cria-se um modelo "substituto materno", onde a instituições passam a "complementar" a atenção e cuidados que as famílias não conseguiam ofertar as crianças.

A partir da década de 1980, esse modelo de "substituição" passa a ser de "compartilhamento", onde as instituições começam a partilhar com as famílias os cuidados e ações com as crianças, não mais no sentido de assumir a responsabilidade da família "incapacitada", mas de auxiliar o processo de desenvolvimento de seus filhos. (HADDAD, 1991).

Claro que foi um processo permeado de lutas e contradições, mas com o avanço dos estudos sobre o desenvolvimento infantil e sobre os direitos humanos as concepções sobre o papel das creches foram sendo modificadas.

A Constituição de 1988 consagra essa garantia dos direitos sociais das crianças pequenas, de zero a seis anos, inserindo a educação infantil, ou seja, o atendimento das creches e pré-escolas, no rol de deveres do Estado.

Iniciou-se um processo de aprimoramento do atendimento a esse público, ressaltando os aspectos educacionais das instituições, que não poderiam mais ser vistas somente como um espaço para as crianças passarem o tempo e serem cuidadas, enquanto os responsáveis trabalhavam. (SOARES, 2003).

Apesar das alterações significativas que ocorreram ao longo do século XX, após estabelecer as creches como instituições educacionais e não mais de cunho assistencialista, somente com a lei n° 11.494, de 20 de junho de 2007 é que efetivamente os recursos destinados às creches saíram da Assistência Social e foram para a Educação, inserindo efetivamente as instituições como parte integrante da educação básica no Brasil e rompendo definitivamente com a lacuna que existia em relação a essa política pública.

A história da educação infantil é permeada de lutas e desafios e foi sendo moldada ao longo de várias décadas, mas ainda hoje muitas crianças enfrentam dificuldades de acessar esse direito e o país não conseguiu garantir a universalização de atendimento.

Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) a educação infantil não é obrigatória, assim como o ensino fundamental, porém, ela deve ser gratuita, até os cinco anos de idade, ou seja, todos que quiserem acessar esse direito devem ter sua vaga garantida.

Nesse artigo vamos observar a estrutura da educação infantil na cidade de Franca, São Paulo, verificando como está o acesso a essa política pública e quais são os desafios para que a universalização.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

O acesso à educação e à saúde de qualidade são princípios fundamentais para o desenvolvimento humano, segundo Amartya Sen (2010), economista e filósofo que, com sua teoria, contribuiu para a criação do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) que tem como indicadores a expectativa de vida, renda e educação, que são fundamentais para apontar o desenvolvimento dos povos e comunidades.

Santos (2003) ressalta a importância de discutirmos os direitos humanos na ótica do respeito às diferenças culturais, para buscarmos diálogo e integrações que auxiliam as pessoas a acessarem os direitos, bens e serviços públicos, garantindo uma melhoria na qualidade de vida e a efetivação da cidadania.

A Constituição Federal de 1988 aponta que é um dever da família, do Estado e da sociedade em geral, garantir a proteção integral de todas as crianças, permitindo que tenham acesso à educação e a participação na vida comunitária desde a primeira infância, independentemente das condições de vida que lhes são atribuídas.

É necessário que as pessoas tenham um conjunto capacitário para que possam fazer suas escolhas pautadas em seus interesses e habilidades e não somente nas condições que lhes são "impostas" pelas privações como: pobreza, dificuldade de acesso às políticas públicas, alimentação, saneamento básico, entre outros. (SEN, 2010)

> A liberdade não é apenas a base da avaliação de êxito ou fracasso, mas também um determinante principal da iniciativa individual e eficácia social. Ter mais liberdade melhora o potencial das pessoas para cuidar de si mesmas e para influenciar o mundo, questões centrais para o processo de

> desenvolvimento. (SEN, 2010, p.33)

Tendo como pressuposto que a liberdade é um dos pilares do desenvolvimento humano, pensar no acesso a educação desde os primeiros anos de vida é primordial para a superação das limitações e privações, proporcionando as crianças acesso aos conteúdos pedagógicos, mas também aos cuidados essenciais como higiene, alimentação, afeto, socialização, entre outros.

Secchi (2016) é um grande pesquisador das políticas públicas e ressalta a importância de se compreender efetivamente o problema público para que a política possa ser eficiente e eficaz na sua execução.

Em relação à educação infantil é necessário olhar para o processo histórico das instituições para que possamos evoluir não somente na questão da oferta de vagas, mas para a qualidade dos serviços prestados, garantindo um atendimento de excelência para as crianças e atendendo as demandas das famílias e da sociedade.

Montenegro (2001) fala dos aspectos importantes da educação infantil que são o educar e o cuidar. Não mais entendidos com o caráter assistencialista, de substituir a família que não tem condições de atender as necessidades de seus filhos, mas na perspectiva de garantia de direitos, de acesso a educação e a participação na vida comunitária e na perspectiva do desenvolvimento global da criança, levando em consideração a fase de vida e os processos de crescimento infantil.

Kramer (2003) considera que as políticas de atendimento à Infância, especialmente o acesso à educação infantil, são direitos fundamentais, que permitem que a criança tenha acesso aos serviços essenciais próprios para sua idade.

> A educação da criança pequena é direito social porque significa uma das estratégias de ação (ao lado do direito à saúde e à assistência) no sentido de combater a desigualdade, e é direito humano porque representa uma contribuição, dentre outras, em contextos de violenta socialização urbana como os nossos, que se configura como essencial para que seja possível assegurar uma vida digna a todas as crianças. (KRAMER, 2003, p.56)

A população mais vulnerável deve ter acesso a essa política pública, mas ela não deve ser pensada somente nesse aspecto, senão podemos incorrer no erro de retroceder no pensamento dos séculos passados e entender que as instituições devam ser somente para aqueles que não tenham condições de cuidar de seus filhos ou que precisam de um espaço para deixá-los enquanto trabalham fora de casa.

A educação infantil, preconizada na Constituição Federal, é um direito da criança e a oferta de vaga deve ser garantida pelo Estado para todos que dela quiserem usufruir.

Andrade (2010) fala na importância de se efetivar uma identidade institucional para que a creche seja um espaço de qualidade, com aprendizados significativos, e que seja comprometida com os direitos fundamentais de todas as crianças, garantindo a promoção da cidadania e a participação na vida comunitária.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O objetivo desse trabalho foi discutir aspectos da realidade da política da educação infantil no município de Franca, São Paulo, para compreendermos quais são os desafios da sua universalização.

Para o desenvolvimento deste trabalho foram implantadas estratégias de investigação como levantamento e análise bibliográfica e documental. Para estruturarmos o trabalho e facilitarmos a compreensão da temática proposta, dividimos o artigo em dois momentos.

No primeiro abordamos a política pública da educação, com ênfase na trajetória histórica das instituições de educação infantil, fazendo um levantamento do surgimento, atuação e evolução da legislação e diretrizes.

Utilizamos, como referencial teórico, autores como Sen (2010), Santos (2003) que falam sobre direito sociais e desenvolvimento humano, Secchi (2016) que fala sobre as políticas públicas e Soares (2003), Andrade (2010) Bujes (2007), Montenegro (2001), Kuhlmann Jr. (2000) e Haddad (1991) que falam sobre a trajetória histórica das creches, a atuação, os objetivos e finalidades dessa política pública.

E no segundo momento apresentamos os dados da pesquisa documental realizada no município de Franca, onde consultamos as bases de dados como IBGE, Atlas Brasil, site oficial do município e o Plano Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes do município de Franca, entre outros. Também apresentamos nossa reflexão e discussões sobre a realidade da politica pública de educação infantil na cidade.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados e reflexões desse trabalho foram obtidos após análise documental referente à educação infantil da cidade Franca, São Paulo.

Consultamos os bancos de dados: IBGE, Atlas Brasil, Fundação SEADE, site do Ministério de Desenvolvimento Social (MDS), decretos municipais disponíveis no site oficial do Município em relação às creches e também o Plano Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes do Município de Franca (2016-2026) e o Plano Municipal de Educação (2015-2025).

Segundo dados do IBGE, Franca tem uma estimativa de 355.901 habitantes, neste ano, sendo que 20.966 são crianças menores de quatro anos, ou seja, público para ser atendidas em creches e creches escolas.

O Índice de Desenvolvimento Humano, apontado pelo Atlas Brasil era de 0,780, em 2010, considerado alto, ou seja, o município possui boas características de renda, expectativa de vida e escolaridade. Em 2010, 97% das crianças de cinco e seis anos estavam matriculadas e frequentando as pré-escolas.

O Plano Decenal dos Direitos Humanos aponta que em 2015 havia no município 50 instituições sem fins lucrativos que atendiam 5.233 crianças e mais 29 instituições particulares que eram conveniadas pelo Programa “Mais creches” que atendiam 1.209 crianças totalizando 6.442 crianças de 4 meses a 5 anos e 11 meses.

De acordo com o Plano Municipal de Educação (2015), o município propunha, até o primeiro semestre de 2016, ampliar mais 23 novas unidades de creche, através de reforma das unidades ou construção de novas, totalizando mais 3.175 novas vagas, sendo que dessas 1.973 seriam para creche e 1.202 vagas para pré-escola.

Essas adequações seriam para cumprir a primeira meta das vinte propostas estabelecidas pelo Plano Nacional da Educação (PNE), de 2014 que é:

> Universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches, de forma a atender, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das crianças de até 3 (três) anos até o final da vigência deste PNE. (BRASIL, 2014, p.16).

Segundo dados no site oficial da prefeitura, a cidade conta atualmente com 78 unidades de creches conveniadas, atendendo 10.035 alunos; 16 Escolas Municipais de Educação Infantil (EMEI) e 34 Escolas Municipais de Ensino Fundamental (EMEB), das quais 30 atendem alunos da pré-escola, totalizando 4.810 alunos atendidos.

Podemos avaliar que houve uma significativa ampliação dos atendimentos desde 2016. Outro fator importante que deve ser ressaltado é que a prefeitura assumiu definitivamente o atendimento de todas as crianças, não realizando mais parcerias com escolas particulares para atender suas demandas da educação infantil.

Um aspecto que nos chamou atenção no Plano Decenal dos Direitos Humanos foi a avaliação sobre o público atendido nas creches em 2016.

> Outro aspecto ainda que deve ser levado em conta, são os dados do MDS (2010c), mencionados no PMAS (2014, p. 63), que das 194 crianças de 0 a 3 anos em extrema pobreza existentes em Franca, 184 não frequentam creche, o que significa que 94,8% desta população não tem acesso a este serviço. Entre a faixa etária de 4 a 5 anos, o Plano pontua que há 40 crianças fora da escola, representando 20,4%. Comparando-se os indicadores dos dois ciclos, percebe-se a distorção ainda existente entre serviços de creche e pré-escola, havendo a necessidade de o município

> melhor planejar a ampliação de vagas para a fase de 0 a 3 anos, de forma a possibilitar acesso às crianças dessas faixas etárias. (FRANCA, 2016, p. 216)

Podemos observar que de acordo com os dados do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), pouquíssimas crianças em situação de extrema pobreza tinham acesso à creche, ou seja, a população mais vulnerável não acessava esse serviço tão essencial.

Diante desses apontamentos a prefeitura criou a “central das creches”, que foi uma grande evolução no acesso a essa política pública.

O site da prefeitura de Franca conta com o espaço dedicado a central, nele tem as orientações sobre a inscrição, que pode ser feita em qualquer momento do ano pelo site, em uma das creches municipais ou na sede da central. Conforme o decreto municipal n° 10.385 de 10 de setembro de 2015.

Os artigos quarto e quinto orientam como proceder para se inscrever e qual a documentação necessária, que inclui documentos pessoais dos membros da família, comprovante de endereço e documentação das famílias beneficiárias do Programa “Bolsa Família”.

Houve uma melhoria significativa na questão da inscrição, mas principalmente na tocante à seleção dessas crianças.

Entre os anos de 2007 e 2010 atuei em creches, num primeiro momento como estagiária de Serviço Social e posteriormente como coordenadora de uma unidade e a seleção das crianças era feita por cada unidade.

Muitas vezes os pais iam a diversas unidades, perto ou longe de suas residências, em busca de uma vaga. Com essa sistemática não havia uma visão real do número de crianças na lista de espera, pois, a mesma criança estava em diversas listas.

A seleção também ficava a cargo das unidades e não havia critérios e padronização nas escolhas, somente de priorizar as crianças que residiam na circunvizinhança. Muitas vezes era necessária a intervenção do poder judiciário para garantir a vaga. Mas, como podemos perceber na análise das crianças atendidas, em 2016, muitas que necessitavam da vaga, acabavam ficando de fora.

Com a central de vagas, a Prefeitura Municipal de Franca estabelece critérios específicos e priorizam as famílias com maior necessidade de vaga, através de uma pontuação que é gerada de acordo com renda, número de filhos, tempo de residência no município e participação no Programa Bolsa Família, que são famílias em situação de vulnerabilidade social. (FRANCA, 2015).

Através da consulta no site do Ministério de Desenvolvimento Social, o município possui 7.352 famílias em situação de extrema pobreza, porém, não foi possível localizar o número de crianças abaixo do seis anos atendidas na educação infantil.

Mas, os artigos sétimo e oitavo do Decreto 10.385, de 2015, apresenta as pontuações que são atribuídas e mostra que as famílias em situação de vulnerabilidade e especialmente em situação de extrema pobreza tem prioridade de atendimento, inclusive essas famílias podem ser encaminhadas por órgãos públicos, para que o acesso das crianças em situação de risco e vulnerabilidade seja garantido.

No site também é possível encontrar a relação de lista de espera, como nome da criança, data de nascimento, nome do responsável e data de solicitação. Atualmente existem 2.244 crianças esperando por uma vaga.

Ainda é um número alto, são muitas crianças esperando por uma vaga, porém, devido a pandemia, as atividades das unidades estão suspensas e não houve novas inserções de alunos desde março desse ano.

Podemos concluir que ainda existe necessidade de adequações e ampliação no número de vaga para atender a demanda reprimida, porém, o município tem avançado muito nesse sentindo, atendendo o que preconiza a legislação vigente.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Podemos observar que a educação infantil passou por significativas alterações desde sua criação, por volta do século XVIII até os dias atuais. Evolução em sua concepção de local para passar o tempo das crianças enquanto os pais pudessem sair para trabalhar. Evolução na visão de

substitutos da família e no seu caráter assistencialista e sanitarista, que por vezes diminuía e humilhava as famílias atendidas.

> A educação assistencialista promovia uma pedagogia da submissão, que pretendia preparar os pobres para aceitar a exploração social. O Estado não deveria gerir diretamente as instituições, repassando recursos para as entidades. (KUHLMANN JR, 2000, p.8)

Com as mudanças na legislação e as novas concepções de desenvolvimento infantil, fomos modificando o pensamento do que é a creche e qual a sua importância enquanto política pública.

Constatamos que não é somente o acesso a instituição, a garantia de vaga, mas que é preciso se estabelecer um projeto político pedagógico que favoreça um atendimento de qualidade, com profissionais capacitados e estruturas que atendam as demandas e necessidades das crianças.

A relação com a família deve ser priorizada, garantindo que a parceria com a instituição favoreça aprendizados significativos para as crianças e que encontrem estruturas que garantam seu desenvolvimento biopsicossocial.

Franca ainda não garantiu o acesso universal para todas as crianças que buscam uma vaga, mas com certeza está nesse caminho...

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Lucimary Bernabé Pedrosa de. **Educação infantil:** discurso, legislação e práticas institucionais [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010.

BRASIL. ***Constituição da República Federativa do Brasil.*** Brasília: Congresso Nacional, 1988.

_____. ***Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996.*** Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, 1996.

_____. **Planejando a próxima década.** Conhecendo as 20 metas do Plano nacional de Educação. Ministério da Educação. (MEC/SASE), 2014.

BUJES, Maria Isabel Edelweiss. Escola infantil: pra que te quero. IN: GRAIDY, Carmem Maria; KAERCHER, Elise P. da Silva. **Educação Infantil, pra que te quero?** Porto Alegre: Artmed, 2007.

FRANCA. **Decreto Municipal n° 10.385, de 10 de setembro de 2015.** Diário oficial do município de 12 de setembro, ano 2, nº 358, 2015.

_____. **Plano decenal dos direitos humanos de crianças e adolescentes do município de Franca**, 2016-2026. Disponível em: <http://www.franca.sp.gov.br/index.php?opiton=com_phocadownload&view=category&id=52&Itemid=587> Acesso em 28 set, 2020.

_____. **Plano Municipal de Educação,** 2015-2025. Disponível em: <https://www.franca.sp.gov.br/images/EDUCACAO/1INSTITUCIONAL/PLANO_MUNICIPAL/plano_municipal_da_educaao.pdf> Acesso em 29 set, 2020.

HADDAD, Lenira. **A creche em busca de identidade.** São Paulo: Loyola, 1991.

KRAMER, Sônia. Direitos da criança e projeto político pedagógico de educação infantil. In: BAZILIO, Luiz Cavalieri; KRAMER, Sônia. **Infância, educação e direitos humanos.** São Paulo, Cortez, 2003.

KUHLMANN JR, Moysés. Histórias da educação infantil brasileira. **Revista Brasileira de Educação.** São Paulo, n.14, p.5-18, mai.-ago. 2000.

MOREIRA, Jani Alves da Silva; LARA, Ângela Mara de Barros. **Políticas públicas para a educação infantil no Brasil (1990- 2001)** [online]. Maringá: Eduem, 2012.

MONTENEGRO, Thereza. **O cuidado e a formação moral na educação infantil.** São Paulo: EDUC, 2001.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Reconhecer para libertar:** Os caminhos do cosmopolitismo multicultural. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2003.

SECCHI, Leonardo. **Análise de Políticas Públicas:** Diagnóstico de Problemas, Recomendação de Soluções. São Paulo: Cengage Learning, 2016.

SEN, Amartya. ***Desenvolvimento como liberdade.*** Tradução de Laura Teixeira Mota. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

_____; KLIKSBERG, Bernardo. **As pessoas em primeiro lugar:** a ética do desenvolvimento e os problemas do mundo globalizado. Tradução Bernardo Ajzemberg, Carlos Eduardo Lins da Silva. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SOARES, Nanci. **O Estatuto da Criança e do adolescente e a função educacional da Creche.** Projeto pedagógico do cuidar e educar, sem escolarizar. Franca, 2003. Tese (Doutorado Serviço Social - Faculdade de História, Direito e Serviço Social – UNESP).

EMPREENDEDORAS DO SÉCULO XX: MADAM C.J.WALKER, VIRGÍNIA WOOLF E GABRIELLE CHANEL

20TH CENTURY ENTREPRENEURS: MADAM C.J.WALKER, VIRGÍNIA WOOLF E GABRIELLE CHANEL

Área temática: 2.3 Gestão Organizacional e Empreendedorismo

CINTRA, Soraia Veloso
Universidade Federal de Uberlândia
Doutora em Serviço Social
soraia.veloso@ufu.br

ROSA, Bárbara O.
Universidade Estadual Paulista
Doutoranda em Serviço Social
barbarass@hotmail.com

Resumo

O presente resumo apresenta um ensaio teórico sobre três mulheres nascidas ainda no século XIX – Madam C.J.Walker (1867-1919), Virgínia Woolf (1882-1941) e Gabrielle Chanel (1883-1971) – cujas histórias ultrapassaram o século XX. O ensaio apresenta ponto de vista diferente do que normalmente elas são conhecidas. Percebemos elas como empreendedoras, pois ao avaliar as biografias de cada uma é possível perceber como cada uma reescreveu sua própria história a partir do momento em que empreenderam, que arriscaram e investiram em seus negócios. O conceito de empreendedorismo está diretamente ligado ao novo, à busca de oportunidades, à inovação, ao ser criativo. E as três são a prova que conseguiram alcançar tudo isso.

Palavras-chave: empreendedoras, mulheres, negócios

Abstract

The present summary presents a theoretical essay about three women born in the 19th century – Madam C.J.Walker (1867-1919), Virginia Woolf (1882-1941) and Gabrielle Chanel (1883-1971) – whose stories went beyond the 20th century. The essay presents a different point of view than they are usually known. We perceive them as entrepreneurs, because when evaluating the biographies of each one, it is possible to perceive how each one rewrote their own history from the moment they undertook, who took risks and invested in their businesses. The concept of entrepreneurship is directly linked to the new, to the search for opportunities, to innovation, to being creative. And the three are the proof that they managed to achieve all this.

Keywords: entrepreneurial, women, business

1 INTRODUÇÃO

Madam C.J.Walker (1867-1919), Virgínia Woolf (1882-1941) e Gabrielle Chanel (1883-1971) são três mulheres que têm muita coisa em comum e podem ser consideradas grandes empreendedoras do século XX. Ainda que só encontramos esta referência a Chanel, Walker e Woolf podem receber o título da mesma forma, cada uma em seu tipo de negócio.

Walker foi a primeira mulher negra a ficar milionária nos Estados Unidos, país onde nasceu, com a venda de produtos para os cabelos das mulheres negras. Em 1910, construiu uma fábrica, um salão de cabeleireiro e uma escola de beleza. Sua biografia aponta que em 1919 havia treinado pelo menos 20 mil mulheres para que as mesmas vendessem seus produtos e pudessem ganhar o próprio dinheiro.

Woolf foi do ramo literário. Respeitada e admirada como escritora por diversas gerações, publicou seu primeiro livro em 1915 e, junto com o marido montou uma editora. Lá publicou toda sua obra, além de apoiar diversos outros escritores. Dizia que as mulheres que se aventurassem pela literatura precisariam ter um 'teto todo seu' para que pudessem escrever, além de recursos financeiros para se manter.

Chanel dispensa maiores apresentações, pelo negócio milionário que criou e que permanece até os dias atuais. Nos primeiros anos do século XX com dinheiro emprestado montou seu ateliê no qual criava chapéus e roupas confortáveis para as mulheres. Em 1921, já era uma mulher de sucesso quando lançou sua obra prima, o perfume Chanel nº 5, que vende milhões de litros todos os anos. Em 1940, tinha 4 mil empregados em vários ateliês, a maioria mulheres. Em 2018, a controladora da marca revelou que tiveram lucro próximo de 10 bilhões de dólares no ano anterior.

Mas estas mulheres seriam realmente classificadas como empreendedoras? De acordo com Baggio e Baggio (2014, p.26), "[...] o empreendedorismo pode ser compreendido como a arte de fazer acontecer com criatividade e motivação. Consiste no prazer de realizar com sinergismo e inovação qualquer projeto pessoal ou organizacional, em desafio permanente às oportunidades e riscos". Esta definição se enquadra bem na vida e obra destas mulheres, pois os autores continuam,

> É assumir um comportamento proativo diante de questões que precisam ser resolvidas. O empreendedorismo é o despertar do indivíduo para o aproveitamento integral de suas potencialidades racionais e intuitivas. É a busca do autoconhecimento em processo de aprendizado permanente, em atitude de abertura para novas experiências e novos paradigmas. (BAGGIO E BAGGIO, 2014, p. 26).

O Sebrae (2020) em seu site apresenta a importância da liderança feminina dentro do mercado de negócios.

> Veja o que acontece quando a mulher tem a liberdade para fazer o que quiser: **quando uma mulher empreende e é dona do seu próprio dinheiro, ela vira dona de sua própria história**[1]; quando uma mulher é dona de sua própria história, ela tem mais chance de interromper ciclos de violência contra si e sua família; quando uma mulher empreende, ela reinveste em sua família e, assim, toda a sociedade avança junto. (SEBRAE, 2020, s/p).

Estas mulheres reescreveram suas histórias a partir do momento em que empreenderam, que arriscaram e investiram em seus negócios. O conceito de empreendedorismo está diretamente ligado ao novo, a busca de oportunidades, a inovação, ao ser criativo.

> O economista austríaco Joseph A. Schumpeter, no livro "Capitalismo, socialismo e democracia", publicado em 1942, associa o empreendedor ao desenvolvimento econômico. Segundo ele, o sistema capitalista tem como característica inerente uma força denominada de processo de destruição criativa, fundamentando-se no princípio que reside no desenvolvimento de novos produtos, novos métodos de produção e novos mercados; em síntese, trata-se de destruir o velho para se criar o novo. Pela definição de Schumpeter, o agente básico desse processo de destruição criativa está na figura do que ele considera como o empreendedor. Em uma visão mais simplista, podemos entender como empreendedor aquele que inicia algo novo, que vê o que ninguém vê, enfim, aquele que realiza antes, aquele que sai da área do sonho, do desejo e parte para a ação. (SEBRAE, 2010, s/p).

[1] Grifo nosso.

As três mulheres registradas neste ensaio teórico cabem exatamente dentro deste conceito de 'destruição criativa', tendo em vista que todas viram o que ninguém via em todas as áreas de atuação: beleza, literatura e moda.

2 UM MILHÃO DE DÓLARES PARA UMA AMERICANA

Sarah Breedlove nasceu nos Estados Unidos, no Estado da Louisiana, no dia 23 de dezembro de 1867, mas ficou conhecida como Madam C.J.Walker. Filha caçula de pais escravizados, foi da primeira geração americana nascida sem ser escrava. Ficou órfã aos 07 anos, foi empregada doméstica ainda na infância, e se casou aos 14 anos. Seis anos depois ficou viúva com uma filha. Casou-se mais duas vezes, sendo que do terceiro marido Charles Joseph Walker, adotou o nome com o qual ficou conhecida. A história de Walker chegou ao Brasil em 2020, pela plataforma de *streaming* Netflix, em uma minissérie com quatro capítulos. Foi baseada no livro *On Her Own Ground: The Life and Times of Madam C. J. Walker, de* A'Lelia Bundles (1952), escrito em 2001. A jornalista é guardiã da história de Walker, sendo responsável por outros materiais sobre ela.

A vida de Walker foi marcada pela violência e pelo sofrimento, como todas as mulheres negras nos Estados Unidos. Lavar roupas era uma das atividades que mantinha para sobreviver. Mas mesmo diante das dificuldades acreditava em si mesma. No seu tempo, as mulheres negras usavam diversos produtos e utensílios (como o pente quente) para alisar os cabelos, pois o padrão era ficar o mais próximo possível das mulheres brancas e seus cabelos lisos.

Walker conheceu uma pomada de alisamento para cabelos negros com uma das suas freguesas. Na minissérie, esta freguesa é retratada como vilã, pois teria acusado Walker de roubar sua fórmula. Mas, na verdade, ela seria Annie Malone (1869-1957)[2], também negra e que foi tão importante para a comunidade negra quanto Walker. De qualquer forma, a fórmula era conhecida e utilizada pelas mulheres negras. Ao longo dos anos, Walker tentou melhorar o produto, evitando os efeitos colaterais como queda dos cabelos e queimaduras. Inicialmente, fabricava em casa e testava em si mesma, na filha e nas vizinhas. Posteriormente, em 1910, construiu uma fábrica para aumentar a produção.

Aos poucos, ela criou outros produtos e sua empresa a fez a primeira mulher norte-americana a acumular um milhão de dólares (registrado no *Guiness Book*). Também investia em publicidade e ela própria era a divulgadora do seu negócio, o que a tornou muito conhecida nos Estados Unidos. Era proprietária de um salão de cabeleireiro e uma escola de beleza. Empregava mulheres negras que revendiam seus produtos no sistema porta a porta. Milhares de mulheres podem ter trabalhado para e com Madam Walker. Entre 1911 e 1919, há estimativas que pelo menos 20 mil mulheres tenham se tornado agentes de vendas.

> A *Madam CJ Walker Manufacturing Company*, com sede em Indianápolis, Indiana, da qual Madame Walker era presidente e única proprietária, fornecia emprego para cerca de três mil pessoas. As estimativas do número de pessoas empregadas variam amplamente. Em sua fábrica e escritório, geralmente havia algo entre quinze e trinta funcionários. Sua força de vendas, uma operação de vendas multinível, havia, segundo ela, em 1919, mais de 20.000 agentes. Da noite para o dia, ela se viu no negócio, com assistentes, agentes, escolas e uma empresa de manufatura. A filha de Walker comprou uma casa no Harlem em 1913 e Walker mudou-se para Nova Iorque em 1916. (2006, s/p)[3].

A empreendedora construiu uma mansão e se tornou vizinha de John D. Rockefeller (1839-1937) e em sua casa recebia as mulheres em convenções empresariais. Após sua morte, aos 57 anos, sua filha assumiu os negócios e durante os anos seguintes, os produtos Walker chegaram a Costa Rica, Jamaica, Cuba, Haiti e Panamá.

Uma das roteiristas da minissérie, Elle Johnson, destacou que é muito importante conhecer a história desta mulher e de outras.

---

[2] Annie Malone merece atenção por seu negócio, tanto quando Walker, mas para este artigo, elegemos apenas aquela que está referenciada como a primeira mulher negra a juntar um milhão de dólares.
[3] Tradução nossa.

> [...] A história dela, particularmente, é tão inspiradora que sentimos que era algo que precisava ser levado ao público. Ela foi uma mulher que nasceu alguns anos depois do fim da escravidão e teve que lidar com sexismo e racismo. Ela passou de uma lavadora de roupas de outras pessoas para uma mulher que criou um negócio. Ela queria que o negócio dela tivesse sucesso, mas queria incentivar e levar para o topo outras mulheres negras, as tirando do trabalho doméstico. (IZEL, 2020, 6)

3 **VIGINIA WOOLF - A ESCRITORA E EDITORA BRITÂNICA**

Há muito reconhecimento de Virginia Woolf (1882-1941) como escritora de romance e ensaios, mas para além disso ela trabalhou também como editora de livros com seu marido Leonard Woolf (1889-1969). A autora já naquela época trazia em seus ensaios e romances a questão do feminismo e de uma escrita feminina. O seu trabalho enquanto editora, também é marcado pela publicação de outras mulheres, como Vita Sackville-West (1892-1962).

> Em 1917, Virginia e Leonard montaram a Hogarth Press, pequena editora na qual publicou seus trabalhos. Woolf experimentou diversos estilos de prosa narrativa e se tornou figura-chave do movimento modernista. Ela abordava questões feministas e sociais, como monólogos interiores e diversos pontos de vista para discuti-los (MACCANN [et al.], 2019, p. 107).

A editora que pertenceu a L.Woolf até 1946, chegou a publicar um pouco mais de 500 títulos. Ela continuou a funcionar até 1969.

V.Woolf se tornou uma expoente de sua época, visto as reflexões que fazia naquele momento. Seu ensaio publicado em 1929, constatava que a mulher para escrever precisava de independência financeira, por isso o nome do ensaio “Um teto todo seu”. Assim, o que tem sido negado da mulher é o tempo, o dinheiro e o espaço próprio.

Para a autora o que sempre impediu as mulheres do ato de escrever, era a falta de recursos financeiros, mas também as funções ditas femininas, tais como a obrigação de cuidar dos filhos e a responsabilidade com o lar. “Se as mulheres tivessem espaços para pensar poderiam experimentar mais, e desenvolver uma linguagem feminina até então ausente na literatura” (MACCANN [et al.], 2019, p. 107).

Ela durante o processo de escrita do ensaio foi proibida de entrar na biblioteca da universidade, sendo um espaço dominantemente masculino. Para a realização do livro, Woolf (2004) passa buscar dados e fontes de referência no museu nacional, onde sua entrada foi permitida. Ao se aprofundar sobre o tema, a autora percebe que existe inúmeras teorias de homens falando sobre mulheres, justificando que a falta de escritos femininos é dada há uma inferioridade intelectual das mulheres. Em contrapartida são escassos os trabalhos das mulheres falando de si próprias e sobre sua escrita.

Diante dessa discussão, Woolf (2004) cria Judith, uma irmã imaginária de Shakespeare, mesmo talentosa, seria impossível, ela escrever aquelas peças naquela época, porque ela teria obrigação com o casamento e a maternidade.

> [...] nem pensar que alguma mulher da época de Shakespeare tivesse o gênio de Shakespeare. Isso porque um gênio como o de Shakespeare não nasce entre pessoas trabalhadoras, sem instrução e humildes. Não nasceu na Inglaterra entre os saxões e os bretões. Não nasce hoje nas classes operárias. Como poderia então ter nascido entre mulheres, cujo trabalho começava, de acordo com o professor Trevelyan, quase antes de largarem as bonecas, que eram forçadas a ele por seus pais e presas a ele por todo o poder da lei e dos costumes? (WOOLF, 2004, p. 61).

Nessa passagem a autora traz como crítica, a questão da classe operária e as mulheres, que pelas suas diferentes explorações, eram restringidas de ocupar espaços como a escrita. Assim, a

autora era envolvida não só com discussões feministas, mas também com as expressões da questão social.

> Travando guerra ano após anos, no inverno e entre intempéries, precisando de todas as suas faculdades par manter o teto firme, a despensa cheia, os filhos vestidos e ensinados, os dependentes atendidos, naturalmente nossas ancestrais aparecem nas horas de ócio bastante rudes e calados - como os rapazes que depois de um longo dia ariando a terra, raspam a lama das botas, retesam as costa para distender os músculos enrijecidos e despencam na cama sem nem pensar em livro, caneta ou jornal (WOOLF, 2018, p. 26).

Com isso, vemos a presença da "androginia", conceito em que Virginia caracterizava a multiplicidade de ser mulher. Mostrando que a mulher precisa de tempo e espaço para escrever:

> [...] a totalidade da mente deve estar escancarada, se quisermos ter o sentimento de que o escritor está comunicando sua experiência com perfeita integridade. É preciso haver liberdade e é preciso haver paz. Nenhuma roda deve ranger nenhuma luz piscar. As cortinas devem estar totalmente cerradas (WOOLF, 2004, p. 114).

Woolf (2012), complementa essa questão, no ensaio "Profissões para mulheres", em que fala que temos que matar o anjo da casa, que seria esse fantasma que assombra as mulheres, representado na busca de ser mãe e esposa perfeitas. Esse tipo de representação impede as mulheres de escrever. No romance Orlando, Woolf (2011) faz uma crítica a escassez de tempo para escrever. O protagonista Orlando ao se tornar mulher, passa a não ter mais tempo para poesia, passa a ter que cumprir suas obrigações domésticas.

> Não serei capaz de quebrar a cabeça de um homem, nem dizer-lhe que mente até os dentes, nem desembainhar minha espada e traspassá-lo, nem sentar entre meus pares, nem usar uma coroa, nem andar em procissão, nem condenar um homem à morte, nem comandar um exército, nem exibir-me num corcel pelo Whitehall, nem usar 72 diferentes medalhas no peito. Tudo que posso fazer quando pisar no solo inglês é servir chá e perguntar aos meus senhores como eles o preferem. Com açúcar? Com creme? (WOOLF, 2011, p. 65)

Assim, a escrita feminina cria uma tradição literária de mulheres, buscando a criação de novos mundos, mais do que isso expondo o machismo da sociedade patriarcal que ao longo dos séculos colocou a mulher no papel de não escritora. Woolf foi verdadeiramente uma empreendedora de seu tempo, quando o assunto é literatura.

No ensaio "A arte da biografia", Woolf (2015, p. 120-121) mostra a importância de se pensar as disputas de histórias. "Qualquer um que tenha vivido uma vida, e deixado um registro dessa vida, merece uma biografia – tanto os fracassados como os vitoriosos, tanto os ilustres como os humildes? E o que é grandeza? E o que é pequenez? O biógrafo deve rever nossos padrões de mérito e expor novos heróis à nossa admiração". Reafirmando a importância de contar as histórias de pessoas que são silenciadas, como exemplo as mulheres. A própria história de Walker ficou restrita ao movimento negro americano e um livro sobre ela só foi escrito em 2001 e somente em 2020, sua história foi contada pela grande mídia. Em contrapartida, Coco Chanel, conta com pelo menos 09 biografias a seu respeito.

Na obra "A arte do romance", Woolf (2018, p. 85) mostra como sua escrita e sua vida caminham juntas. A autora afirma que para escrever é preciso viver, o material primordial de sua escrita é a emoção. "O romancista – tal é seu mérito e risco – está tremendamente exposto à vida". A escritora mostra a importância da palavra "[...] as palavras nunca fazem nada de útil, e as palavras são as únicas coisas que dizem a verdade e nada mais do que a verdade" (WOOLF, 2018, p. 117). Complementa:

> A culpa é das palavras. São as coisas mais indômitas, mais livres, mais irresponsáveis, mais intransmissíveis de todas. Claro, podemos pegá-las, classificá-las e coloca-las em ordem alfabética nos dicionários; elas vivem na mente. Se quiserem prova disso, lembrem quantas vezes, em momentos de

> emoção, quando mais precisamos de palavras, não encontramos nenhuma. E no entanto ali está o dicionário; ali estão umas quinhentas mil palavras à nossa disposição, todas em ordem alfabética. Mas podemos usá-las? Não, porque as palavras não vivem nos dicionários; elas vivem na mente (WOOLF, 2018, p. 125).

Além dessas reflexões, de como Virginia encarava a escrita, também temos a questão da editora, Virginia publicava obras de mulheres e seus próprios livros, em defesa da liberdade e da igualdade intelectual, defendendo a memória, a história, a biografia e a vida das mulheres escritoras.

> A Hogarth Press, criada por Virginia e Leonard Woolf em 1917, a princípio como uma gráfica artesanal para imprimir folhetos, tornou-se com o tempo uma editora ativa e importante. Além de livros da própria Virginia, publicou outros autores modernistas, como T. S. Eliot e Katherine Mansfield, lançou as primeiras traduções de Freud na Inglaterra e também jovens poetas que tiveram depois grande projeção, como W. H. Auden, Louis MacNeice e Stephen Spender (WOOLF, 2015, p. 145).

O início da Segunda Guerra afetou profundamente a escritora, como demonstra seu diário. Sendo que "[...] onde funcionava a Hogarth Press, foi atingida pelo bombardeio dessa praça londrina por aviões nazistas, o que obrigou a editora a se mudar às carreiras. Parte da vizinhança familiar de Bloomsbury, a essa altura, já havia sido destruída por bombas" (WOOLF, 2015, p.145). Depois desse episódio, a autora comete suicídio, afogando-se.

Os livros de V.Woolf permanecem como referência em várias áreas. Em 2020, o Brasil comemorou o *Dalloway Day* pela primeira vez, no dia 17 de junho – uma tradição na Inglaterra. A obra da escritora, aliás, está sendo reeditada no Brasil.

4 UMA FRANCESA ETERNA

Gabrielle Bonheur Chanel (1883-1971) criou Coco Chanel. E como uma verdadeira empreendedora do século XX, criou muito mais: ela impôs uma marca. Vestir Chanel é sinônimo de elegância, mas não é para todas, pois os preços de roupas, acessórios, maquiagem não é acessível ao grande público. Apesar disso, toda mulher sabe que ter um pretinho básico no armário é essencial, ainda que ele não seja Chanel.

A história desta mulher empreendedora começa no interior da França. Órfã de mãe, o pai a interna junto com a irmã em um colégio católico. Ali viverá até os 18 anos, recebendo educação e aprendizado na área de costura. Suas ambições a levaram longe. Depois que saiu do colégio foi trabalhar em um ateliê de alta costura. Também foi dançarina e se relacionou com muitos jovens de sua época. Um deles, a levou para seu 'castelo', mas depois de um ano ela se apaixonou justamente por um amigo, Arthur Capel (1881-1919).

Esta informação é relevante na história de Chanel, pois Capel foi seu grande amor e apoiador. Por volta de 1910, ela começa a criar suas próprias peças, sempre prezando pelo conforto. As calças são um exemplo: ela passou a usá-las para poder cavalgar. Ao olhar marinheiros na praia, se apaixonou por suas camisas listradas e as adaptou ao seu gosto. Ainda simplificou o chapéu que as francesas usavam neste mesmo período. Uma amiga levou um modelo para Paris e o sucesso foi imediato.

Capel a ajudou financeiramente a montar o primeiro ateliê para a produção de chapéus. Depois passou as roupas e ao sucesso que marcou o século XX. As revistas de moda se renderam a *Mademoiselle* Chanel e suas coleções, lançadas sempre no dia 05 de maio, o seu número da sorte.

> *Mademoiselle* Chanel não é apenas uma respeitada estilista, é também responsável por criar uma nova era na indumentária feminina, traduzindo um estilo único que transcende a própria marca. Seu grande diferencial foi o fato de trazer para as roupas sua voracidade por ascensão social. Por conta disto, a mulher idealizada por Chanel tinha um ar masculino, dominante, moderno e puramente elegante. (MARTINS, 2012, s/p).

O empreendedorismo de Chanel é tanto que sua história já foi contada e recontada em mais de 09 biografias, e uma delas foi levada ao cinema com o título em português, *Coco, antes de Chanel*.

> Em 1916, Coco já chefiava um exército de trezentos funcionários. Seus folgados vestidos de jérsei, um tecido barato, cujo fornecedor temia não vender para mais ninguém – ao menos, para confeccionar roupas femininas –, eram encomendados às dezenas pela corte de Madri. Custavam 7 mil francos na época, equivalentes a cerca de 2,1 mil dólares de hoje. (HEYMANN, 2018, s/p).

Quando se trata de empreendedorismo, Chanel precisa estar no topo. Um dos grandes trunfos de vendas de sua marca começou como um presente para suas melhores clientes: o perfume Chanel nº 5. A exigente Chanel procurou muito uma 'mistura' que lhe agradasse e fosse marca registrada de sua *Maison* e ela foi desenvolvida pelas mãos habilidosas do perfumista russo Ernest Beaux (1881-1961). A fragrância era a mesma usada pelas mulheres da família imperial russa, intitulada *Bouquet de Catarina*. O perfumista, exilado na França, até apresentou outras possibilidades, mas o frasco nº 5 era o que ela tinha em mente. (MARLY, 2020). Até Marilyn Monroe (1926-1962) disse em entrevista que para dormir usava gotas do Chanel nº 5.

> "Os jornalistas me perguntam 'O que você usa para dormir? A parte de cima de um pijama? A parte de baixo? Uma camisola?' 'Então eu disse 'Chanel Nº5', porque é a verdade. E eu não quis dizer que durmo nua", afirmou Marilyn à Life Magazine, em 1955. (MEIO MENSAGEM, 2013, s/p)[4].

Se as mulheres usam calça devem a Chanel. O mesmo vale para pérolas, vestido preto tubinho (mesmo sem serem viúvas), *tailleurs*. Seu empreendedorismo, ultrapassou a França.

> Em 1935, Coco atingiu o auge profissional, com 4 mil funcionários, na maioria mulheres, trabalhando em seus ateliês e nas lojas. Nesta época ela já havia lançado várias de suas criações mais icônicas, como os *tailleurs de tweed*, o vestidinho preto e o perfume Chanel nº 5, bem como produtos de beleza e joias. Era requisitada por estrelas de Hollywood, e assim foi, um retumbante sucesso, até 1939, quando a Segunda Guerra Mundial atingiu em cheio a França. (HELENA, 2020, s/p).

Após a 2ª Guerra Mundial, a *Maison* ficou fechada. A Europa estava em recuperação e sobre Chanel pairava suspeita de ter sido espiã. Mas, incansável, reabriu sua empresa aos 71 anos. E mais uma vez se reinventava, lançando o *tailleur de tweed*, com saia seca, blazer sem gola, botões dourados e correntinha costurada por dentro da barra (Helena, 2020). Nesta mesma época, lançou outras peças, como sapatos, joias, bolsas. Estas últimas aliás, outro marco do empreendedorismo de Chanel: *matelassê* com corrente dourada (1955), um clássico muito copiado. Algumas das mulheres mais famosas do mundo vestiram Chanel como é o caso de Jacqueline Kennedy (1929-1994).

A estilista continuou seu processo criativo até 1971, quando faleceu de infarto, em seu quarto no Hotel Ritz, onde escolheu viver. Atualmente a marca Chanel fatura mais de 10 bilhões de dólares ao ano.

---

[4] "A empresa Chanel aproveitou a descoberta de uma gravação que esclarece a fala de Marilyn para anunciá-la como embaixadora global da icônica fragrância. [...] Em 2012, Marilyn ficou em sétimo lugar na lista anual das celebridades mortas que mais movimentam dinheiro, publicada pela revista Forbes". (Fonte: https://www.meioemensagem.com.br/home/marketing/2013/10/25/marilyn-monroe-promove-chanel-n-5.html).

CONCLUSÃO

As mulheres na medida que se apropriam do poder econômico também se tornam donas das suas histórias. Madam C.J.Walker (1867-1919), Virgínia Woolf (1882-1941) e Gabrielle Chanel (1883-1971) são três mulheres que têm em comum em suas histórias o empoderamento por meio do empreendedorismo. Elas podem ser consideradas grandes empreendedoras do século XX.

Apesar de diferentes áreas: beleza, literatura e moda, as três passaram por dificuldades para se construírem enquanto empreendedoras; tendo como desafios os próprios preconceitos de gênero que coloca a mulher em um papel submisso e restringe suas possibilidades de vida.

Sendo por muito tempo impossibilitado às mulheres o direito ao trabalho, elas até meados do século XX só podiam ter conta bancária com a autorização do marido ou do pai. Por muito tempo, mulheres foram impossibilitadas do acesso ao direito econômico.

No entanto, as três mulheres pesquisadas para este artigo romperam com tais preceitos machistas e se mostraram atuantes em suas respectivas áreas, mostrando quão importante é a atuação feminina no mundo econômico a fim de transformar a realidade e de se tornarem protagonistas de suas histórias.

Com a pesquisa, percebemos que a história de Madam C.J.Walker é menos conhecida que das outras mulheres. Uma realidade que se constitui principalmente porque além do machismo, ela sofre também com o racismo, presente até os dias atuais. Assim, apesar das diferentes particularidades de cada uma delas, elas mostraram a importância das mulheres ocuparem os espaços econômicos como protagonistas.

REFERÊNCIAS

2006 Madam CJ Walker: **Inventora, Mulher de Negócios**. Disponível em https://web.archive.org/web/20130815195302/https://webfiles.uci.edu/mcbrown/display/walker.html

BAGGIO, Adelar Francisco; BAGGIO, Daniel Knebel. Empreendedorismo: Conceitos e Definições. In: **Rev. de Empreendedorismo, Inovação e Tecnologia**, 1(1): 25-38, 2014. Disponível em file:///C:/Users/Soraia%20Veloso%20Cintra/Downloads/612-2762-2-PB.pdf

BARREIROS, Isabela. **Madam CJ Walker**: cinco curiosidades sobre a primeira milionária negra da história. Aventuras na história. Disponível em https://aventurasnahistoria.uol.com.br/noticias/almanaque/madam-c-j-walker-5-curiosidades-sobre-primeira-milionaria-negra-da-historia.phtml

FLORIANO, Laís E. de França. Empreendedorismo Feminino: motivações, significados e desdobramentos. São Paulo, 2013. (relatório de pesquisa) Disponível em https://pesquisa-eaesp.fgv.br/sites/gvpesquisa.fgv.br/files/publicacoes/pibic_-_lais_franca.pdf

HELENA, Lígia. **A história e as criações icônicas de Coco Chanel**. Disponível em https://elle.com.br/moda/quem-foi-coco-chanel-estilista-moda

HEYMANN, Gisela. **Coco Chanel**, a revolucionária da moda. Disponível em https://super.abril.com.br/historia/coco-chanel-a-revolucionaria-da-moda/

KARBO, Karen. **O Evangelho de Coco Chanel**, lições de vida da mulher mais elegante do mundo. São Paulo: Editora Seoman, 2010.

MARLY, Michele. **Mademoiselle Chanel e o cheiro do amor**. São Paulo: Tordesilhas, 2020.

MARTINS, Carol. **Coco Chanel** – simplicidade e elegância. (2012). Disponível em: https://web.archive.org/web/20120721083014/http://www.fashiongenesis.com.br/genesis/coco_chanel.html .

SEBRAE (2020). **Por que é fundamental estimular o empreendedorismo feminino?** Disponível em: https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/por-que-e-fundamental-estimular-o-empreendedorismo-feminino,ca96df3476959610VgnVCM1000004c00210aRCRD#:~:text=Veja%20o%20que%20acontece%20quando,contra%20si%20e%20sua%20fam%C3%ADlia.

ZAHER, Mônica Abed. **Moda e cultura** – o estilo Chanel na Europa do século XX. (Dissertação). Universidade Presbiteriana Mackenzie. São Paulo, 2017.

WOOLF, Virginia. **Um teto todo seu.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2004.

___. **Profissões para mulheres.** Porto Alegre: L&PM, 2012.

___. **Orlando.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011.

___. **O valor do riso e outros ensaios.** São Paulo: Cosac Naify, 2015.

___. **A arte do romance.** Porto Alegre: L&PM, 2018.

ENGAJAMENTO EM MÍDIAS SOCIAIS NO CONTEXTO ORGANIZACIONAL

ENGAGEMENT IN SOCIAL MEDIA IN THE ORGANIZATIONAL CONTEXT

Área temática: 2.3 Gestão Organizacional e Empreendedorismo

BARBOSA, Everaldo Henrique dos Santos
Universidade Estadual Paulista (UNESP) – Campus de Marília
Mestre em Ciência da Informação
contato.pitu@hotmail.com

MORAES, Cássia Regina Bassan de
Universidade Estadual Paulista (UNESP) – Campus de Marília
Doutora em Ciência da Informação
crbassan@gmail.com

Resumo

Realizar a gestão da informação facilita na otimização de recursos informacionais e, além disso, o engajamento em mídias sociais gera oportunidades estratégicas no alcance de um público maior para a organização. Assim, diante dessas concepções, logo, o problema de pesquisa está vinculado à questão: quais as estratégias de conteúdo mais apropriadas para as mídias sociais? O objetivo geral consistiu gerar direcionadores na utilização das mídias sociais por organizações. Os objetivos específicos se deram em analisar os conceitos sobre a literatura do tema abordado, identificar qual tipo de conteúdo existente nas mídias sociais desperta mais atenção dos clientes, investigar quais tipos de medidas que permitem verificar informações do comportamento do público para identificar os sinais de engajamento. Esta pesquisa se caracteriza como exploratório-descritiva, de natureza qualitativa Gil, 2002, o método se designa na pesquisa bibliográfica de Yin, 2010. Com base na construção de um quadro conceitual da inter-relação dos conceitos de gestão da informação e mídias sociais foi possível gerar indicadores para o manuseio das mídias sociais. Desse modo, a presente pesquisa permitiu identificar fatores relevantes para o aprimoramento do manuseio das mídias sociais por instituições e na promoção de resultados satisfatórios na captação de clientes.

Palavras-chave: Engajamento em mídias, Gestão da informação, Mídias sociais.

Abstract

Performing information management facilitates the optimization of information resources and, in addition, engagement in social media generates strategic opportunities in reaching a larger audience for the organization. So, given these conceptions, therefore, the research problem is linked to the question: what are the most appropriate content strategies for social media? The overall objective was to generate drivers in the use of social media by organizations. The specific objectives were to analyze the concepts on the literature of the topic addressed, to identify what type of content on social media arouses the most attention from customers, to investigate what types of measures allow verifying information on the public's behavior to identify the signs of engagement . This research is characterized as exploratory-descriptive, qualitative in nature Gil, 2002, the method is designated in Yin's bibliographic research, 2010. Based on the construction of a conceptual framework of the interrelation of the concepts of information management and social media, it was possible to generate indicators for the handling of social media. In this way, the present research allowed the identification of relevant factors for the improvement of the handling of social media by institutions and in the promotion of satisfactory results in attracting customers.

Keywords: Engagement in media, Information management, Social media.

1 INTRODUÇÃO

O engajamento em mídias sociais proporciona mais visibilidade e notoriedade para as organizações (BARBOSA, 2020).

A realização da gestão da informação facilita na otimização de recursos informacionais e, além disso, o engajamento em mídias sociais gera oportunidades estratégicas no alcance de um público maior para a organização. Nesse contexto, compreender os fundamentos para a promoção do engajamento em mídias torna-se elementar para melhor desempenho e utilização das mídias sociais. (KHAN, 2015).

Para Santos (2009) Gestão da informação relaciona características voltadas à organização, planejamento, objetivos e estratégias. Ou seja, a gestão pode estabelecer princípios, políticas, planos, desempenhos e atividades objetivando adquirir forças para suprir ideais no âmbito organizacional. Assim, a informação gerenciada, evidentemente, contempla uma organização com mais eficiência e aptidão.

Segundo Kaplan e Haenlein (2010), as mídias sociais podem ser agrupadas em seis categorias: blogs, comunidades de conteúdo, sites de redes sociais, projetos colaborativos, jogos virtuais e ambientes virtuais. Rede social é um tipo de mídia social, por estarem digitalmente inseridas em plataformas on-line e computadorizadas.

Para Perreault e Mosconi (2018) lealdade, participação e interação são empregadas como variáveis dependentes do engajamento. Portanto, as métricas para medir o engajamento dos usuários virtuais podem ser estabelecidas pelas variáveis do gostar, compartilhar, comentar, taxa de cliques e taxa de conversação.

Assim, diante dessas concepções, logo, o problema de pesquisa está vinculado à questão: quais as estratégias de conteúdo mais apropriadas para as mídias sociais?

O objetivo geral consistiu gerar direcionadores na utilização das mídias sociais por organizações. Os objetivos específicos se deram em analisar os conceitos sobre a literatura do tema abordado, identificar qual tipo de conteúdo existente nas mídias sociais desperta mais atenção do público.

Esta pesquisa se caracteriza como exploratório-descritiva, de natureza qualitativa Gil, 2002, o método se designa na pesquisa bibliográfica de Yin, 2010.

Com base na construção de um quadro conceitual da inter-relação dos conceitos de gestão da informação e mídias sociais foi possível gerar indicadores para o manuseio das mídias sociais.

Desse modo, a presente pesquisa permitiu identificar fatores relevantes para o aprimoramento do manuseio das mídias sociais por instituições e na promoção de resultados satisfatórios na captação de clientes.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Gestão da informação

A informação tem sido cada vez mais compreendida como um elemento importante para a construção do conhecimento seja no âmbito social ou profissional, e a Gestão da Informação (GI) torna-se um recurso fundamental para melhores tomadas de decisão em diversos campos do conhecimento (ALMEIDA; VALENTIM; CONTANI, 2005).

Contudo, o grande volume de informação produzido nos ambientes organizacionais desencadeou uma preocupação, tanto nos quesitos de armazenamento quanto de acesso à informação. Essa questão baseou-se pela excessiva quantidade de informação e a falta do acesso a elas, como também, a maneira correta e segura de armazenamento (ARAÚJO, 2010).

Para Araújo (2010, p. 99), “As primeiras reflexões sobre a GI incidiram, pois, sobre sua natureza física: reduzir o excesso, aperfeiçoar a circulação, identificar com precisão as necessárias e descartar as inúteis ou redundantes”. Estudiosos passaram a observar e aplicar pesquisas para identificar algumas características da informação que poderiam ser aprimoradas para melhor utilização e aproveitamento, tanto no ambiente interno quanto externo das organizações, a fim de aplicar critérios fundamentais que contribuíssem melhor com os objetivos, desenvolvimento gerencial e de produtividade profissional (SANTOS, 2009).

> Ao longo dos anos, o entendimento sobre o significado de se estar numa sociedade “pós-industrial” (ou “sociedade da informação” ou ainda “sociedade do conhecimento”) foi se ampliando, de tal forma que foi sendo percebida que a informação que constitui um recurso importante para as organizações não é aquela que existe materialmente, mas aquela que ainda não existe como entidade física, que está na mente das pessoas que pertencem à organização (ARAÚJO, 2010, p.

99).

Nesse panorama, é importante salientar a maneira como a informação é armazenada nos ambientes profissionais. O compartilhamento da informação entre os indivíduos pode promover melhor aproveitamento e absorção conteudística.

2.2 Mídias sociais

As redes sociais digitais estão inseridas em plataformas de funcionam através da internet, sem uma conexão com a Web não é possível obter acesso às redes. Os sites que hospedam informações de perfis sociais como Facebook, Instagram, Twitter, entre outros, são caracterizados por dados informacionais sistematizados através do computador. No entanto, uma rede social pode existir sem mesmo ter relação com a Internet (RECUERO; BASTOS; ZAGO, 2015).

Segundo Kaplan e Haenlein (2010), as mídias sociais podem ser agrupadas em seis categorias: blogs, comunidades de conteúdo, sites de redes sociais, projetos colaborativos, jogos virtuais e ambientes virtuais. Rede social é um tipo de mídia social, por estarem digitalmente inseridas em plataformas on-line e computadorizadas.

Nesse cenário tecnológico, a representação das tecnologias da informação e comunicação desencadeia uma transformação nos meios de relacionamentos da sociedade, como também, um grande fomento na disponibilização de informações que propiciam um fluxo informacional expressamente considerável. A ideologia aplicada nesse sistema permite maior acessibilidade social a elas, despertando interesses de organizações no mundo todo (CURTIS, 2006; SARDELARI, 2017).

2.3 Engajamento em mídias

Quando o assunto é engajamento em mídias sociais trata-se do comportamento dos usuários diante de uma página social de uma instituição, organização ou qualquer outro órgão, podendo ser um perfil social de pessoa comum, inclusive (KHAN, 2015; PERREAULT; MOSCONI, 2018).

Algumas características de engajamento podem ser representadas por demonstrações e sinais de satisfação com a página social, de acordo com o tipo de conteúdo.

As mídias sociais estão cada vez mais presentes no cotidiano das pessoas, uma rotina que acompanha e ganha espaço na vida das pessoas sem prévio aviso, podendo ser na hora de dormir, acordar, comer, caminhar, lazer, entre outros momentos, dessa maneira, as pessoas acabam acompanhando a vida social alheia e tendo acesso a diversos conteúdos que lhe agradam, como também, acabam criando conteúdos para serem compartilhados (KHAN, 2015).

É importante ressaltar que existem diferentes tipos de mídia social e cada plataforma possui funcionalidades peculiares, diferenciando as formas de medir o engajamento e a interação do público (PERRAULT; MOSCONI, 2018).

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O estudo se caracteriza como exploratório-descritivo, de natureza qualitativa, a fim de promover o estudo do engajamento em mídias sociais como estratégia de ação para o engajamento de clientes. O método aplicado é a pesquisa bibliográfica. A operacionalização dos objetivos propostos constitui os procedimentos metodológicos apoiados em conceitos, princípios e técnicas de (GIL, 2002; YIN, 2010 e KHAN, 2015).

Flick (2005) qualifica que o estudo qualitativo é significativo para assuntos relacionados às relações sociais e estudos de campo, atendendo a singularidade do universo da vida. As mudanças na sociedade estão em contínuo processo de adaptação e transformação, tanto nos meios sociais ou profissionais, permitindo “novos contextos sociais e novas perspectivas” (FLICK, 2005, p. 2).

Assim, a pesquisa bibliográfica representa parte desta pesquisa, conforme a seguir.

3.1 Pesquisa bibliográfica

Para Lakatos e Marconi (2005), o objetivo da pesquisa bibliográfica é colocar o pesquisador em contato retilíneo com todo o material e seu conteúdo determinado. De acordo com Gil (2002), a pesquisa bibliográfica abrange trabalhos de pesquisadores de modo geral e, principalmente, livros e artigos científicos de eixo relevante para o desenvolvimento da pesquisa.

Portanto, após a revisão bibliográfica, a pesquisa fundamenta-se pela aplicação da documental, realizando a inter-relação para a realização da análise e discussão dos resultados.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A realização da revisão bibliográfica propiciou uma contribuição à melhor compreensão da inter-relação entre GI e mídias sociais para melhor engajamento dos clientes nas organizações.

A seguir, o Quadro 1 contém as principais abordagens conceituais sobre a GI e mídias sociais que corroboram para melhor aplicabilidade e utilização das mídias sociais (INOMATA; ARAÚJO; VARVAKIS, 2015; KHAN, 2015; PATEL, 2019).

Quadro 1 – Inter-relação de Gestão da Informação e de mídias sociais

Abordagens e Dimensões da Gestão da informação	Mídias sociais	Indicadores a partir da Inter-relação da GI e mídias sociais para o engajamento de clientes nas organizações
Gerenciamento da informação Refere-se a gerenciar a informação, reduzindo o excesso, aperfeiçoar a circulação, aperfeiçoar o fluxo da informação, identificar com precisão as informações necessárias e descartar as inúteis ou redundantes. **Procedimentos da gestão da informação** Conjunto de ações que visa à identificação de necessidades, o mapeamento de fluxos formais (conhecimento explícito) de informações nos diferentes ambientes da instituição, a coleta, análise, organização, armazenagem e disseminação, objetivando apoiar o desenvolvimento das atividades cotidianas e a tomada de decisão. **Objetivo da gestão da informação** Promover o melhor aproveitamento possível dos recursos informacionais existentes em uma organização, conforme as	**Tecnologia comunicacional** Um novo sistema de comunicação que fala cada vez mais uma língua universal digital tanto está promovendo a integração global da produção e distribuição de palavras, sons e imagens de nossa cultura como o personalizando ao gosto das identidades e humores dos indivíduos. **As mídias sociais também são definidas como** Plataformas online em que os usuários conversam, compartilham vídeos e fotos, as organizações criam suas páginas de fãs, seguidores e muito mais.	As mídias sociais são ferramentas tecnológicas da informação que disponibilizam campos digitais para inserção de informações para internautas e usuários. As organizações podem estabelecer contato com o público disponibilizando no perfil social informações sobre produtos e serviços, identificando o melhor horário para publicação. ✓ Designar um profissional responsável para manusear e organizar as informações inseridas e captadas do perfil social da instituição. ✓ As informações devem fornecer dados sobre a história da organização, instituição, marca etc. de modo personalizado. ✓ As informações inseridas na plataforma digital devem ser de acordo com as necessidades do público-alvo. ✓ Identificar os objetivos principais da instituição para fornecer informações precisas e que resultam em retorno satisfatório. O público precisa se simpatizar com as informações publicadas, buscando maior chance de êxito no engajamento do estudante. ✓ Os principais tipos de conteúdo a ser publicado são: textos, vídeos, fotos e links.

atividades são desenvolvidas o crescimento do volume de informação faz com que o profissional determine a melhor forma de gerenciamento. **Identificação das necessidades informacionais** A organização deve tratar as informações de maneira que ela possa ser útil nos processos decisórios. Outra questão muito pertinente para a GI é desenvolver uma ação interna na organização para que todo o tratamento relacionado à informação seja valorizado e tratado como uma matéria prima para futuras ações estratégicas. **Processo de gestão da informação** Identificação de necessidades e requisitos de informações, coleta/entrada de informação, classificação e armazenamento da informação, tratamento e apresentação da informação, desenvolvimento de produtos e serviços de informação, análise e uso da informação. **Gerenciar informação por meio dos processos da GI** Não é necessariamente uma estratégia, mas sim estruturar os processos informacionais da organização, no entanto, atuar de maneira estruturada a coleta ou formação de informação, classificação, armazenamento da informação, tratamento e apresentação da informação.	**Compartilhamento da informação** Congregam a participação de atores individuais e/ou organizacionais nas redes; Podem ser formais – quando os relacionamentos entre atores ocorrem devido à iniciativa organizacional; Podem ser informais – quando os relacionamentos ocorrem e não são planejados; Possibilitam o desenvolvimento de novas ideias e processos, decorrentes da conversação e troca de informações. **A inserção das organizações e instituições de diversos seguimentos nas redes sociais** Proporciona uma série de vantagens, tanto para os sujeitos sociais como corporativos, devido às fortes tendências de utilização desses meios de comunicação desencadeados, principalmente, pelas tecnologias da informação e comunicação.	✓ O texto compartilhado pode ser de conteúdo chamativo e com número limitado de linhas, de acordo com os gostos dos clientes, podendo buscar essas informações por meio de pesquisa de satisfação. ✓ O vídeo compartilhado não pode exceder o tempo de resistência do interceptor. Essa identificação pode ser realizada, também, através de pesquisas aplicadas diretamente com o público. ✓ A foto compartilhada deve conter conteúdo que desperte o interesse e atenção dos usuários. ✓ O link compartilhado pode conter um texto de chamada que desperte interesse do estudante e garantir que a abertura seja leve e rápida. ✓ A informação compartilhada deve ser clara e objetiva para que todos possam entender e interpretar com facilidade. ✓ Abrir espaço para que os usuários possam se expressar, compartilhar sobre dúvidas, *feedback* etc. ✓ Monitorar e analisar os sinais de engajamento dos usuários, buscando sempre aprimorar o fornecimento de informação. ✓ Garantir a qualidade da informação, sempre oferecendo informação que agregue valor e vantagens para os clientes. ✓ Analisar os sinais de engajamento dos usuários nas mídias sociais e construir significado as informações absorvidas, objetivando sanar necessidades informações e futuras ações estratégicas de passar confiabilidade e consistências nos serviços prestados. ✓ O relacionamento com os clientes pode ser dinâmico e cordial, seguindo o perfil dos internautas que buscam garantir satisfação no entretenimento

O fluxo da informação É caracterizada por um conjunto de fatores elementares para que o funcionamento da organização seja consistente, uma vez que os fluxos de informação são variados e permeiam sua relatividade aos fluxos de capital, fluxos de informação, fluxos de tecnologia, fluxos de interação organizacional, fluxos de imagens, sons e símbolos etc. **O fluxo como processo mantido entre as três arenas** Criar significado, construir conhecimento e tomar decisões, de modo que a informação deve agregar valor para ser repassada para o próximo. Os fluxos de informação presentes nas organizações são contínuos e necessitam de muita análise, respeitando cada processo como essencial para a continuidade dos fluxos.	**As mídias sociais podem ser agrupadas em seis categorias** Blogs, comunidades de conteúdo, sites de redes sociais, projetos colaborativos, jogos virtuais e ambientes virtuais. Mídia social é um tipo de mídia social, por estarem digitalmente inseridas em plataformas on-line e computadorizadas. **Algumas características de engajamento** Podem ser representadas por demonstrações e sinais de satisfação com a página social, de acordo com o tipo de conteúdo. Lealdade, participação e interação são empregadas como variáveis dependentes do engajamento.	que as mídias sociais, objetiva oferecer. ✓ Acessar e gerenciar a informação compartilhada, registrando os sinais de engajamento dos clientes para posterior acesso caso necessário. ✓ Oferecer retorno rápido quando solicitado informação por meio de mensagens *online*. ✓ Usar as ferramentas que o site da mídia social oferece para analisar e identificar o perfil do usuário e apontar melhorias na qualidade do conteúdo compartilhado.

Fonte: Adaptado de Barbosa (2020).

De acordo com o Quadro 1 foi possível destacar vários elementos essências que corroboram a aplicabilidade das mídias sociais e sua gestão da informação, de maneira que estimula o engajamento em mídias sociais. Os estudos sobre o engajamento em mídias sociais, não devem ser concentrados apenas em sua força e influência, devem explorar a natureza do comportamento do engajamento e buscar evidências sobre o reflexo do conteúdo em relação aos usuários das mídias sociais.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo geral consistiu gerar direcionadores na utilização das mídias sociais por organizações. Os objetivos específicos se deram em analisar os conceitos sobre a literatura do tema abordado, identificar qual tipo de conteúdo existente nas mídias sociais desperta mais atenção dos clientes, investigar quais tipos de medidas que permitem verificar informações do comportamento do público para identificar os sinais de engajamento. A partir dos pressupostos abordados, foi possível a construção do Quadro 1 contendo elementos essenciais para a promoção ao engajamento em mídias sociais.

Assim, os Indicadores gerados pela Inter-relação da GI e mídias sociais para o engajamento dos clientes das organizações, conforme constam no Quadro 1, oferecem maneiras que corroboram ao aperfeiçoamento da utilização das mídias sociais, considerando que muitas organizações já possuem algum tipo de manual de instrução. No entanto, as que ainda não possuem ou que não há um profissional especializado, poderá ter acesso aos indicadores e realizar melhor aproveitamento da ferramenta midiática.

Diante do cenário atual, onde a maioria das pessoas adere às mídias sociais e cada vez mais as empresas estão descobrindo as vantagens dessas ferramentas midiáticas, sugere-se que as organizações tenham profissionais midiáticos, pois, assim, o entendimento e a utilização estratégica das mídias sociais será muito mais eficaz para a organização.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, C. C.; VALENTIM, M. L. P.; CONTANI, M. L. **Gestão estratégica da informação**: semiótica aplicada ao processo de tomada de decisão. DataGramaZero, Rio de Janeiro, v.6, n.3, jun. 2005. Disponível em: http://www.dgz.org.br/jun05/Art_03.htm. Acesso em: 28 maio 2020.

ARAÚJO, C. A. Á. **O conceito de informação na Ciência da Informação**. **Inf. & Soc**.:Est., João Pessoa, v.20, n.3, p. 95-105, set./dez. 2010. Disponível em: http://www.brapci.inf.br/index.php/article/download/14353. Acesso em: 01 maio 2020.

BARBOSA, E. H. S. **Gestão da informação e mídias sociais para o engajamento dos atuais e futuros estudantes nas universidades**. Marília: Unesp, 2020. 149f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação – Faculdade de Filosofia e Ciências (FFC) – Universidade Estadual Paulista (Unesp) – Câmpus de Marília. Disponível em: https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/193324/barbosa_ehs_me_mar.pdf?sequence=6&isAllowed=y. Acesso em 04 set. 2020.

CURTIS, P. K. Gleaning consumer intelligence from blogs and podcasts. Freepint Newsletter, n. 205, May, 2006. Disponível em: https://web.jinfo.com/go/newsletter/205#tips. Acesso em: 31 ago. 2020.

FLICK, U. **Métodos qualitativos na investigação científica.** Lisboa: Monitor, 2005.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** São Paulo: Atlas, 2002.

INOMATA, D. O. ARAÚJO, W. C. O.; VARVAKIS, G. Fluxos de informação na perspectiva organizacional. **Inf. Inf**., Londrina, v. 20, n. 3, p. 203 - 228, set./dez. 2015. Disponível em: http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao. Acesso em: 03 jun. 2020.

KAPLAN, A. M.; HAENLEIN, M. Users of the world, unite! The challenges and opportunities of Social Media. **Business Horizons**, v. 53, p. 59-68, 2010.

KHAN, G. F. **Seven Layers of social media analytics:** Mining Business Insights from Social Media Text, Actions, Networks, Hyperlinks, Apps, Search Engine, and Location. Lexington: 2015.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Fundamentos de metodologia científica**.
São Paulo: Atlas, 2005.

PATEL, N. As 10 Redes Sociais Mais Usadas no Brasil (e no Mundo) em 2018 e 2019. 2019. Disponível em: <https://neilpatel.com/br/blog/redes-sociais-mais-usadas/>. Acesso em: 02 set. 2019.

PERREAULT, M. C.; MOSCONI, E. P. Social Media Engagement: Content Strategy and Metrics Research Opportunities. **Proceedings of the 51st Hawaii International Conference on System Sciences**, 2018 Disponível em: < https://www.researchgate.net/publication/322239820_Social_Media_Engagement_Content_Strategy_and_Metrics_Research_Opportunities. Acesso em: 05 dez. 2019.

PERREAULT, M. C. **L'engagement des consommateurs envers une marque via les médias sociaux**. Dissertação (Mestrado em Ciências) – Université de Sherbrooke), École de Gestion – UdeS, Sherbrooke, Canadá, 2017. Disponível em: <https://savoirs.usherbrooke.ca/bitstream/handle/11143/11598/Perreault_Marie_Catherine_MSc_2017.pdf?sequence=3&isAllowed=y. Acesso em: 02 jan. 2020.

RECUERO, R. BASTOS, M.; ZAGO, G. **Análise de redes para mídia social**. Porto Alegre: Sulina, 2015.

SANTOS, J. C. S. **Gestão da Informação em Ambiente *Web*:** aplicação da inteligência competitiva para o setor industrial de confecções da região de Londrina/PR. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências – UNESP, Marília, 2009.

SARDELARI. Í. M. T. **Gestão da informação e do relacionamento com o cliente no contexto do facebook:** o caso de uma instituição financeira. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências – UNESP, Marília, 2017. Disponível em: https://www.marilia.unesp.br/Home/Pos-Graduacao/CienciadaInformacao/Dissertacoes/sardelari_imr_me.pdf. Acesso em: 30 ago. 2019.

YIN, R. K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. 4.ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.

ENTRE O AMOR E O ÓDIO: UMA LEITURA DE "O BÚFALO", CLARICE LISPECTOR

BETWEEN THE LOVE AND THE HATE: A READING OF "O BÚFALO", CLARICE LISPECTOR

Área temática: Outras Áreas

SERDEIRA, Brenda Aryane
Universidade Estadual Paulista "Júlio Mesquita Filho" – UNESP FCLAr
Mestranda no Programa de Pós-graduação em Estudos Literários
Brenda.serdeira@unesp.br

IVAN, Maria Eloísa de Souza
Uni-FACEF- Centro Universitário Municipal de Franca
Doutora em Estudos Literários
meloisaivan@gmail.com

Resumo
Nesta pesquisa, apresentamos uma leitura do conto "O búfalo", inserido na coletânea *Laços de família,* 1960, da escritora brasileira Clarice Lispector, tendo em vista a aplicação teórica sobre o conceito de narrativa poética. O objetivo do trabalho é observar e analisar quais são os procedimentos do discurso clariciano, mais especificamente no conto, que remetem a essa teoria, bem como investigar os efeitos de sentido ali materializados. A pesquisa tem caráter bibliográfico, com fundamentação teórica nos estudos de Tadié (1978) e Pires (2006), para discorrer sobre a narrativa poética. Além disso, para o estudo da autora e sua relação com a literatura brasileira, bem como os aspectos distintivos de sua escrita, foram utilizadas as reflexões de Bosi (2017) Candido (1977), Ivan (2015) e outros. Para teoria do conto, utilizamo-nos das reflexões de Bosi (2015) e Gotlib (2004). Dessa forma, acreditamos que esta pesquisa traz uma contribuição histórica, social e acadêmica, uma vez que analisa aspectos relevantes de uma importante escritora, em uma perspectiva voltada para a literatura brasileira.

Palavras-chave: Clarice Lispector, O búfalo, Narrativa poética.

Abstract
In this research we present a reading of the tale "O búfalo", inserted in the selection "Laços de Família", 1960, by the Brazilian writer Clarice Lispector, owing to the theoretical application of the lyrical novel's concept. The objective of this work is to analyse which are the procedures of clarician discourse that refer to this theory, more specifically in the tale, as well as to investigate the meaning effects materialized in this. This research has a bibliographic character with a theoretical foundation in the studies of Tadié (1978) e Pires (2006), to discuss about the lyrical novel. In addition, for the study of the author and her relation with Brazilian literature, as well as the distinctive writing aspects, we used the reflections by Bosi (2017), Candido (1977), Ivan (2015) and others. For the tale theory, we used the studies of Bosi (2015) and Gotlib (2004). Thus, we believe that this research brings a historical, social and academic contribution, since it analyses relevant aspects of an important writer, in a perspective focused on Brazilian literature.

Keywords: Clarice Lispector, O búfalo, Lyrical novel.

1 INTRODUÇÃO

O propósito deste artigo é apresentar uma leitura do conto "O búfalo", da escritora Clarice Lispector, a qual se destacou, no contexto da Literatura Brasileira, pela produção de crônicas, entrevistas, romances e contos, sendo este último o gênero escolhido para realização desta pesquisa. Buscamos observar, nesse seguimento, quais são os procedimentos do conto que remetem à teoria da narrativa poética.

O conto destacado foi publicado em 1960, na obra *Laços de Família*, que reúne treze contos, sendo "O búfalo", nosso corpus, o último entre eles. O interesse para realização desta pesquisa

surgiu após a leitura do conto em uma aula de mestrado na Faculdade de Ciências e Letras/ Unesp Araraquara, da disciplina de Aspectos da Narrativa, em um momento de investigação dos procedimentos da narrativa poética que são visíveis na narrativa clariciana. Dessa forma, motivada pela escrita da autora, buscou-se investigar detidamente como se dá a construção do conto no que concerne aos procedimentos de escrita que remetem aos recursos típicos do poema, bem como o encadeamento de imagens e consequentes sentidos.

Assim, é objetivo da pesquisa estudar os procedimentos da narrativa poética presentes no conto de Clarice Lispector, bem como investigar a construção da personagem e do espaço, além das simbolizações presentes na narrativa e o momento epifânico, típico da narrativa clariciana.

Este trabalho tem, portanto, caráter bibliográfico, fundamentado em leituras de textos teóricos e ensaísticos de estudiosos como Bosi (2017) Candido (1977), Ivan (2005/2015), para discorrer acerca da vida e obra da autora, além de contextualizá-la. Para a teoria do conto, utilizamo-nos das reflexões de Bosi (2015) e Gotlib (2004) e, concernente à narrativa poética, as reflexões de Tadié (1978) e Pires (2006) subsidiaram nossa leitura. Contudo, faz-se necessário dizer que outras fontes foram utilizadas na medida em que iluminavam as discussões propostas na pesquisa.

2.1 Clarice Lispector e a Literatura brasileira

Segundo os estudos de Ivan (2015), Clarice Lispector nasceu em 10 de dezembro de 1920, na cidade de Tchechelnik, na Ucrânia. No país europeu, Clarice era chamada “Haia”, “Chaya”, nome cuja fonética se assemelha à ‘”Clara”, motivo pelo qual seus pais, quando chegam ao Brasil, em março de 1922, após a família fugir da fome e violência ocasionada pela Primeira Guerra Mundial e a Revolução Bolchevique de 1917, chamam-na de Clarice.

A família chega, incialmente, a Maceió, posteriormente se muda para o Recife, e, finalmente, para o Rio de Janeiro, e é na cidade carioca que Clarice, naturalizada brasileira e com o desejo de ser reconhecida como escritora do país, aproxima-se do meio literário e jornalístico, como aponta Lima (2011 apud IVAN, 2015). É também no Rio de Janeiro que ela se forma em Direito e se casa com o colega de turma Maury Gurgel Valente, recém nomeado diplomata, vivendo muitos anos no exterior. Em 1940, Lispector publica, na *Revista Pan*, o primeiro conto: “Triunfo”.

Três anos depois, o seu primeiro romance, *Perto do coração selvagem*, é finalmente publicado; finalizado em 1942, a autora só consegue a publicação no final de 1943. A obra chama a atenção da crítica literária e, nesse sentido, destacam-se as reflexões de Antonio Candido, no ensaio “No raiar de Clarice Lispector”, escrito em 1943 e reunido em *Vários escritos* (1977), em que o crítico afirma o choque que teve ao se deparar com a leitura de uma escritora até então desconhecida por ele. Nas palavras de Candido (1977, p. 127):

> Com efeito, este romance é uma tentativa impressionante para levar a nossa língua canhestra a domínios pouco explorados, forçando-a a adaptar-se a um pensamento cheio de mistério, para o qual sentimos que a ficção não é um exercício ou uma aventura afetiva, mas um instrumento real do espírito, capaz de nos fazer penetrar em alguns dos labirintos mais retorcidos da mente.

O crítico destaca o tom raro daquele romance, e aponta que, no contexto da Literatura brasileira “é *performance* da melhor qualidade” (CANDIDO, 1977, p. 128, grifo do autor). Além disso, destaca as questões de estilo e expressão:

> A autora (ao que parece uma jovem estreante) colocou seriamente o problema do estilo e da expressão. Sobretudo desta. Sentiu que existe uma certa densidade afetiva e intelectual que não é possível exprimir se não procurarmos quebrar os quartos da rotina e criar imagens novas, novos torneios; associações diferentes das comuns e mais fundamentalmente sentidas (CANDIDO, 1977, p. 128).

Além disso, é possível notar a preocupação da escritora com a palavra, a qual perpassará toda a sua produção. Segundo Borelli (1981 apud IVAN, 2015), ela passava até mesmo anos esperando a palavra que pudesse dar forma a sua inspiração. Para Bosi (2017), Clarice se manteria fiel às conquistas formais da primeira obra, destacando o uso da metáfora insólita, o fluxo da

consciência e a ruptura com o enredo factual. Outra característica é a experiência metafisica radical, valendo-se de escolhas linguísticas e construções que "[...] obrigam o leitor a repensar as relações convencionais praticadas pela sua própria linguagem" (BOSI, 2017, p. 454).

Os estudos de Ivan (2005) destacam que esse primeiro romance de Clarice Lispector aparece em um momento em que se liam muito, no país, os romances regionalistas, as quais, em sua maioria, retratam o Nordeste brasileiro, a seca e a relação do homem com o espaço. Nesse sentido, a literatura da época funcionava como espaço social e político de revelação do Brasil. A narrativa clariciana dissemelha-se desta na medida em que privilegia o caráter introspectivo do texto.

Clarice Lispector está, portanto, inserida na terceira geração do Modernismo Brasileiro, movimento literário que surge nas primeiras décadas do século XX e se estende nos anos seguintes. A autora apresenta temática existencialista e de introspecção psicológica, e se utiliza de um discurso altamente poético, ou seja, em sua prosa narrativa há recursos estruturais do gênero lírico, o que leva a crítica a chamar sua produção de "prosa poética", ou narrativa poética.

A fim de contextualizar a produção clariciana, faz-se necessária, ainda que de forma sucinta, uma contextualização da autora no que diz respeito à terceira fase do Modernismo.

Em *História concisa da Literatura Brasileira*, Alfredo Bosi (2017), aponta que o Modernismo está condicionado pela *Semana de Arte Moderna*, que aconteceu durante três dias do mês de fevereiro, em 1922, na cidade de São Paulo, um verdadeiro divisor de águas, resultado da influência que artistas brasileiros, os chamados "revolucionários", tiveram dos artistas europeus, como os futuristas, por exemplo. O Modernismo brasileiro é compreendido em três fases, ou gerações, destacando-se aqui apenas a terceira, a qual Lispector está inserida, chamada também de "Geração de 45", a qual compreende, na poesia, João Cabral de Melo Neto e, na prosa, a própria Clarice e Guimarães Rosa. Dentre as características, enfatiza-se a experimentação estética, ou seja, o fazer artístico, a exploração da palavra em suas potencialidades e também o intimismo.

Outro recurso adotado pela escritora é a epifania, ou seja, um momento de revelação, de iluminação, um contato com a divindade. Nas personagens claricianas, esse momento epifânico se dá quando a personagem tem um contato consigo mesma, resultando em autoconhecimento de algo que, até então, encontrava-se oculto. Segundo reflexões de Moraes (2009), a epifania pode ser entendida tanto como fenômeno religioso, uma aparição divina, na medida em que no calendário cristão há a comemoração da vinda de Jesus ao mundo em uma festa denominada Festa da Epifania, como pode ser entendida em seu caráter literário, como: "relato de uma experiência que a princípio se mostra simples e rotineira, mas que acaba por mostrar toda a força de uma inusitada revelação" (SANT'ANNA, apud MORAES, 2009, p 2). Cabe destacar também que há epifania por parte do leitor. Para completar esse entendimento, utilizamo-nos das palavras de Moisés (2011, p. 344):

> A ficção de Clarice Lispector flui exatamente no hiato em que o drama existencial se delineia: o seu objetivo era o de captar o *in fieri*, registrar em palavras, como um flagrante fotográfico, a fímbria em que o ser se converte em não-ser, o mistério se entreabre sem deslindar-se, a contemplação defronta-se com a fatal iminência da morte. Esse trânsito fugaz e sutil é assinalado por 'momentos privilegiados' em que o 'eu' toma consciência do que ocorre dentro/ fora dele, e descobre-se habitado e circundado pelo mistério, pelo insondável, pelo incompreensível.
> [...] Em síntese: exteriorização do oculto, ou ocultamento do ser, num movimento pendular que se reproduz noutro ou que lhe é simultâneo: consciência/ inconsciência.

Clarice Lispector, em razão de sua escrita distintiva, introspectiva, suas preocupações com a palavra e com as revelações, destacou-se na escrita de romances, de crônicas, de literatura infantil e de contos, sendo deste gênero o corpus escolhido para esta pesquisa: a narrativa "O búfalo". Por essa razão, destacamos, na seção seguinte, algumas características fundamentais do gênero e trataremos, mais especificamente, sobre o conto clariciano.

2.2 A narrativa curta: o conto e o conto clariciano

No que diz respeito ao conto, gênero escolhido para a realização desta pesquisa, sabe-se que ele é popularmente conhecido e caracterizado como uma narrativa breve, sucinta e que, de forma oral ou escrita, narra um acontecimento. Cabe destacar que o gênero, pensando nos estudos

literários, sofreu modificações ao longo do tempo e, nesse sentido, Nádia Gotlib, em *Teoria do conto*, aponta que as modificações não são estruturais, mas sim que há um movimento do enredo, ou seja: "O que caracteriza o conto é o seu movimento enquanto uma narrativa através dos tempos, O que houve na sua 'história' foi uma mudança de técnica, não uma mudança de estrutura: o conto permanece, pois, com a mesma estrutura do conto antigo; o que muda é sua técnica" (GOTLIB, 2004, p. 29). Pensando no mundo moderno, perde-se então o caráter de unidade, abrindo espaço para a fragmentação, o que se dá por meio do fluxo de consciência, por exemplo. Assim, o enredo não é mais linear, mas sim diluído, desdobrado em estados interiores. Nas palavras de Gotlib (2004, p. 30):

> O que era verdade para todos passa ou tende a ser verdade para um só. Neste sentido, evolui-se do enredo que dispõe um acontecimento em ordem linear, para um outro, diluído em feelings, sensações, percepções, revelações ou sugestões íntimas... Pelo próprio caráter deste enredo, sem ação principal, os mil e um estados interiores vão se desdobrando em outros.

Além disso, o conto é, de acordo com a ensaísta, um modo moderno de narrar, que flagra um momento e rompe com a continuidade lógica. Ainda acrescenta que a base diferencial do conto é, pois, a *contração*: o contista condensa a matéria para apresentar os seus melhores momentos com seus aspectos distintivos, tendo em vista tempo, espaço e o flagrante do momento que visa relatar (GOTLIB, 2004).

Ao analisar o conto de Clarice Lispector, Gotlib (2004) destaca que a escritora se utiliza de recursos da tradição, como contar a história em seu começo, meio e fim, assim como apontado por Aristóteles, na Antiguidade Clássica. Nesse sentido, a epifania, recurso já citado nesta pesquisa, é característica de uma literatura moderna, mas destaca que, em Clarice Lispector, não se deve constatar ou pensar somente no momento epifânico, mas sim no conjunto de recursos narrativos que, combinados, tanto em elementos da tradição quanto modernos, são responsáveis pela especificidade da narrativa breve clariciana.

Para completar esse entendimento é importante ressaltar que, segundo o crítico Benedito Nunes (1989), o conto clariciano apresenta as características fundamentais do gênero, como por exemplo, a concentração em um só episódio, o núcleo, que na maioria dos contos da escritora é um momento que o estudioso chama de *tensão conflitiva.* Aponta ainda que "[...] tal momento de crise interior aparece diversamente condicionado e qualificado em função do desenvolvimento que a história recebe" (NUNES, 1989, p.84). Nessa perspectiva, evidencia-se que tal tensão aparece sob diferentes qualificações, como por exemplo, em "Amor" aparece como transe nauseante, em "Feliz aniversário" como acesso de cólera, medo em "Preciosidade" ou até mesmo ódio, como é o caso de "O búfalo", conto corpus desta pesquisa. Ademais, o clímax da narrativa clariciana pode ser condicionado pelo confronto de pessoa a pessoa, entre pessoas ou um objeto ou animal.

Alfredo Bosi, ao discorrer sobre o conto, em *O conto brasileiro contemporâneo* (2015), afirma que o gênero "[...] cumpre, a seu modo o destino da ficção contemporânea" (BOSI, 2015, p. 7), e apresenta uma variedade de formas, além de condensar e potencializar as possibilidades da ficção. Em suma: "[...] o conto não só consegue abraçar a temática toda do romance, como põe em jogo os princípios de composição que regem a escrita moderna em busca do texto sintético e do convívio de tons, gêneros e significados" (BOSI, 2015, p. 7). O crítico ainda trata da temática do conto e, para ele "Quanto à invenção temática, o conto tem exercido, ainda e sempre, o papel de lugar privilegiado em que se dizem situações exemplares vividas pelo homem contemporâneo" (BOSI, 2015, p. 8). No que diz respeito à "situação", faz-se um paralelo entre o romance e o conto, em que este visa intensamente uma situação, ao passo que aquele é um traçado de eventos. Afirma ainda que "o contista explora no discurso ficcional uma hora intensa e aguda da percepção" (BOSI, 2015, p. 9).

Sobre a narrativa clariciana, o crítico destaca a versão existencial, o espírito inquieto, que faz da vida uma perplexidade. Assim, é preciso um caminho que vá do eu narrativo até os objetos, e nesse sentido "Essa pesquisa é o cerne da invenção temática de Clarice, quer fale de desencontros em família, quer fale de crianças ou de animais opacos e encerrados no seu mistério vital" (BOSI, 2015, p. 14). A palavra de Clarice, cabe destacar, é de uma estranheza radical, que espanta, que especula, que quer trazer consciência às coisas:

> A prosa de Clarice faz-se aos poucos, move-se junto com os seus exercícios de percepção, e tacteia, e não pode nem quer evitar o lacunoso,

> ou o difuso, pois o seu projeto de base é trazer as coisas à consciência, a consciência a si mesma. O que resulta em um andamento penoso, ingrato, onde o vagamente banal alterna com revelações súbitas, mas decisivas (BOSI, 2015, p. 20).

O biógrafo de Clarice Lispector, Benjamin Moser, no prefácio da obra *Todos os contos,* afirma que: "Desde o primeiro conto, publicado aos dezenove anos, até o último, encontrado em fragmentos após sua morte, acompanhamos uma vida inteira de experimentação artística através de uma ampla variedade de estilos e experiências" (MOSER, 2016, p. 12).

Dessa forma, tendo em vista a estrutura narrativa do conto, o que propomos, neste trabalho, é uma leitura analítica de "O búfalo", pensando na narrativa clariciana, especialmente nos aspectos estilísticos de sua escrita.

2.3 A narrativa poética

Como já foi dito, a narrativa de Clarice Lispector é chamada de poética, devido aos seus recursos estruturais e sua linguagem. Nesta seção, discorreremos, portanto, sobre a teoria da narrativa poética, a fim de melhor compreender o fazer literário clariciano.

O francês Jean-Yves Tadié, em um estudo de 1978, intitulado *Le récit poétique*, discorre, inicialmente, sobre a importância da noção de "gênero", destacando o caráter híbrido da modernidade, e dessa forma, tece reflexões sobre a narrativa poética, que seria justamente um gênero misto, uma transição entre o romance e o poema, em que "[...] os procedimentos de narração remetem ao poema [...] chama atenção para a própria forma" (TADIÉ, 1978, p. 3). Em outras palavras, há uma narrativa, ou seja, uma relação, um encadeamento de acontecimentos, uma história para ser contada, porém, a forma como esta é estruturada, contada, obriga o leitor a olhar para a forma, pois há um sistema de ecos, de retomadas, de contastes, a presença de figuras de linguagem, por exemplo e a materialização dos estados interiores da personagem. A narrativa poética, portanto, é reconhecida como tal por sua linguagem, pelas imagens que se constroem, por sua musicalidade, por se utilizar de recursos próprios da poesia, mas, ainda assim, está preocupada em narrar uma história.

Antes de avançarmos nesta teoria, destacamos algumas distinções importantes sobre a questão de "poesia" e "prosa", a fim de compreender melhor os conceitos e, consequentemente, a narrativa poética.

Os estudos de Pires (2006) apontam que prosa e poesia não são incomunicáveis, e que desde Aristóteles, em *Poética*, ou seja, desde a Antiguidade Clássica, já se constatava que a poesia não está, necessariamente, no verso, mas sim na modificação das palavras, no uso de figuras de linguagem, por exemplo. Para Pires (2006), a poesia deve ser entendida como criação, uma linguagem intencional, trabalhada, revolucionária, carregada de intencionalidade. Lefebve, em *Estrutura do discurso da poesia e da narrativa* (1980), trata sobre as especificidades do discurso literário, que difere do não literário na medida em que aquele é intencional, ou seja, todas as escolhas feitas no discurso poético denotam de um arranjo intencional, ao contrário deste, que é funcional, um "instrumento", portanto.

Assim, a linguagem literária é aquela que provoca estranhamento, cuja leitura se dá nas "entrelinhas" do texto, o que ele chama de "opacidade". É uma linguagem figurada, que se volta sobre si mesma, que também remete à sua própria autonomia.

Sobre a escrita em versos ou em prosa, observa-se que diz respeito a uma escolha, intencional, do artista, e são os meios, os instrumentos os quais usa para fazer literatura, que engloba ambos os textos: em prosa ou em versos. Para completar o entendimento acerca da prosa poética, Cohen destaca que (1978, apud PIRES, 2006, p. 40): "[...] a mensagem da prosa literária também pode ser poética, uma vez que esta se vale de procedimentos próprios da poesia no trabalho com a linguagem".

Outros conceitos importantes são "ritmo" e "imagem", que são indissociáveis, expressam sentido e fazem revelações, ou seja, "A imagem poética é sempre um discurso sobre o mundo" (PIRES, 2006, p. 48).

Pires (2006) também adota os estudos de Tadié e, nesse sentido, destaca o aspecto do mito, da experiência, da revelação por meio dos símbolos.

Retornando aos estudos do francês, destacamos os capítulos da personagem e do espaço. A personagem da narrativa poética se torna uma "forma", uma ideia, e remete, inclusive, ao mito. Na

narrativa poética a personagem também não tem tanto destaque no sentido de contar a história propriamente dita, pois se torna essa forma. Assim, traçando um paralelo com o romance, em comparação a este, a personagem da narrativa poética tem menos possibilidades de ação e mais de introspecção. Além disso, na narrativa poética, há a celebração de um instante, em que a personagem contempla e descobre algo. Os chamados "heróis deslocados" estão ligados a um devaneio, a um encontro, uma descoberta, na medida em que estão em busca, à espera de algo, de uma experiência de plenitude, o que diz respeito a uma construção importante para o efeito da narrativa poética.

Outro elemento importante a se destacar é o espaço na narrativa poética, já que este ocupa posição importante na medida em que se faz itinerário, também relacionado à busca, ao caminho, ao percurso da personagem. O espaço torna-se, evidentemente, um efeito de representação e pode, inclusive, ser simbólico, um instante neste espaço, mediado pelo "eu", materializa uma função, talvez a principal, de uma revelação. A ressonância do espaço é importante, ou melhor, a forma como envolve, como é ressignificado na narrativa poética.

Relacionando a teoria com a narrativa de Clarice Lispector, destaca-se o que afirma Massaud Moisés (2001, p. 345):

> Essa redução da intriga a um tênue, subterrâneo, esgarçado, e a sua causa motriz – a descida do labirinto do 'eu' – remetem a obra de Clarice Lispector para os territórios da 'arte do implícito' e da poesia: o seu estilo sem par, a atmosfera das narrativas, a permanente e angustiosa interrogação ao Destino, à Vida, ao Mundo, explicam-se pela aliança entre a prosa e a poesia, dando origem à chamada prosa poética.

Desse modo, após a teoria apreendida, tendo em vista o fazer poético de Clarice Lispector, o objetivo da pesquisa apresentada neste encontro é aplicá-la em um dos contos da escritora brasileira, intitulado "O búfalo", a fim de compreender como se dá a construção da personagem do conto, assim como qual é e como se dá a sua busca e consequente revelação, e os efeitos simbólicos do espaço.

2.4 A obra *Laços de Família*

O conto "O búfalo", corpus desta pesquisa, está na obra *Laços de família*, publicada em 1960, após uma década sem que a autora publicasse livros. São, ao todo, treze contos, sendo o estudado por nós o último da obra. Cabe destacar que a década de 60 foi importante para a produção clariciana, pois ela publica, em 1964, *A Legião Estrangeira*, também de contos, além dos romances *A maçã no escuro* (1961), *A paixão segundo G.H.* (1964) e *Uma aprendizagem ou o livro dos prazeres* (1969).

Dentre os contos da obra, ressaltamos, por questões empáticas, "Feliz aniversário" e "Amor", contos que se destacam na medida em que repercutiram na crítica da época e na atualidade. Ambos narram sobre mulheres que, presas em suas rotinas, em suas vidas monótonas, redescobrem-se após um momento epifânico. Aquele apresenta uma senhora, dona Anita, em sua festa de oitenta e nove anos, que percebe que os filhos, os netos e os convidados em geral não estão ali por ela, por consideração, mas somente por uma espécie de "obrigação", enquanto neste temos a história de Ana, uma dona de casa e mãe, presa em sua rotina, sem tempo, ou fugindo do tempo para olhar para si mesma, que após deparar-se com um cego em um bonde tem o momento de revelação, iniciando sua busca interior.

Já em "O búfalo", conto destacado para esta pesquisa, a narrativa apresenta uma mulher, não nomeada, que está em um Jardim Zoológico, observando os animais, que estão em situação harmoniosa e até mesmo em relações amorosas. Entretanto, desde o princípio, percebemos que sua ida ao Jardim Zoológico vai significar ir em busca da vida por meio do sentimento da morte e destruição: "[...] A mulher desviou os olhos da jaula, onde só o cheiro quente lembrava a carnificina que ela viera buscar no Jardim Zoológico. [...]" (LISPECTOR, 2016, p. 248). Parece ser uma mulher solitária, em busca do ódio após uma decepção amorosa, que não é descrita ou apontada pelo narrador, condutor da narrativa, mas descoberta, através de indícios do texto, pelo leitor. A mulher passa uma tarde entre os animais, e as imagens de amor lhe despertam nojo, raiva, até que, finalmente, ao se deparar com um búfalo negro, imóvel no fundo do terreno, e encarar os seus olhos, ela desmaia.

A narrativa se resume basicamente neste encontro da mulher com o búfalo; contudo, a

escritura claricana se constitui pelas entrelinhas do texto e sua poética materializa, conforme dito acima, uma busca: ela vai à procura do seu mundo violento, do ódio e do amor, na direção de sua identidade; pares antagônicos, mas que movem a condição humana; o búfalo a conduz a um mundo brutal, revelador da essência do sujeito em crise, que está a procura, em busca de um sentimento que materialize a sua dor, mas a impossibilidade de encontrar constitui esse sujeito no limiar.

Após contextualizarmos o conto em sua obra de publicação, além de discorrer brevemente sobre a situação narrativa, é objetivo deste trabalho realizar uma leitura interpretativa dos aspectos estruturais e de sentido do conto, os quais serão expostos e discutidos nos resultados desta pesquisa.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Como procedimento metodológico para este trabalho, que se encontra na área de Literatura brasileira, partimos de uma pesquisa bibliográfica crítica, que sustenta nossa investigação no que diz respeito à contextualização da autora e da terceira fase do Modernismo Brasileiro, além dos estudos sobre narrativa poética, tendo em vista uma análise do conto “O búfalo”, da escritora Clarice Lispector.

Nosso embasamento teórico está fundamentado em leituras de textos teóricos e ensaísticos de Bosi (2017) Candido (1977), Ivan (2015), para discorrer sobre a vida e obra da autora, além de contextualiza-la. Para teoria do conto, utilizamo-nos das reflexões de Bosi (2015) e Gotlib (2004) e para narrativa poética, as reflexões de Tadié (1978) e Pires (2006), entre outras fontes.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO: UMA ANÁLISE DO CONTO “O BÚFALO”

Em “O búfalo”, como dito anteriormente, acompanhamos a busca de uma mulher, em um Jardim Zoológico, por um sentimento: o ódio. Assim, há uma personagem feminina que busca materializar, através dos animais, aquilo que, todavia, não consegue sentir e seu drama se constrói na medida em que ela perpassa as jaulas dos animais. É o encontro com um búfalo que dá a ela o momento de revelação, o qual pretendemos investigar.

A abertura do conto chama atenção, pois é uma frase curta, que situa o leitor quanto à estação do ano: “Mas era primavera” (LISPECTOR, 2016, p. 248). É interessante pensar na conjunção adversativa “Mas”, geralmente usada em orações subordinadas, para estabelecer relações, entretanto aqui há somente uma oração principal, que evidencia a adversidade que ela experimentará ao longo do dia, e a estação, que representa o tempo de florescimento, de cor, de rito da vida, do acasalamento dos animais adverte o leitor acerca da penosa travessia da mulher. Em seguida, há os primeiros animais que ela avista: a jaula dos leões, os quais se amavam: “Até o leão lambeu a testa glabra da leoa” (LISPECTOR, 2016, p. 248). No que diz respeito ao reino animal, o leão é conhecido como um dos animais mais ferozes, dominador, mas que aqui, na época da primavera, também ama. Do ponto de vista estrutural, há, nesse trecho, uma aliteração, ou seja, a repetição da consoante “l”, o que sugere inclusive uma onomatopeia, ou seja, a própria “lambida”, o que configura, no campo semântico, uma erotização, pois a lambida é um ato erotizado e do instinto que move o sexo.

Ao deparar-se com os leões em um ato de amor: “A mulher desviou os olhos da jaula, onde só o cheiro quente lembrava a carnificina que ela viera buscar no Jardim Zoológico” (LISPECTOR, 2016, p. 248). O fragmento destacado revela que a isotopia de primavera revelada no texto é contraria ao que a mulher foi buscar, como o próprio narrador aponta, que é uma “carnificina”, ou seja, há um poder evocativo das imagens, do cheiro que exala, da cor, do movimento; há, além da sinestesia, a antítese que, de certa forma, contrasta com as imagens dos animais se amando. Através dessa cena, percebe-se a revolta da mulher, como é apontado pela própria narrativa, e o primeiro indício textual de que o que ela procura é um sentimento de ódio: “’Mas isso é amor, é amor de novo’, revoltou-se a mulher tentando encontrar-se com o próprio ódio mas era primavera e dois leões se tinham amado” (LISPECTOR, 2016, p. 248). O uso reiterado da conjunção adversativa ratifica uma certa forma de conspiração do universo contra a mulher. Assim, é possível notar que ela não quer ver cenas de amor, de alegria, de vida, porque dentro dela o desejo é odiar, ela está morta por dentro. Ela então coloca as mãos no casaco e, olhando a volta, percebe as jaulas: “[...] rodeada pelas jaulas, enjaulada pelas jaulas fechadas. [...] Os olhos estavam tão concentrados na procura que sua vista às vezes se escurecia [...] e então ela se refazia como na frescura de uma cova” (LISPECTOR, 2016, p. 248). É possível perceber, no trecho, o jogo de palavras com “jaula”, “cova”,

que cria o efeito de sentido de que ela mesma está enjaulada nos próprios sentimentos, está presa em si mesma, vive a morte em vida.

A mulher então prossegue na visita e o parágrafo seguinte do conto inicia-se, também, com a conjunção adversativa: "Mas a girafa era uma virgem de tranças recém-cortadas. Com a tola inocência do que é grande e leve e sem culpa" (LISPECTOR, 2016, p. 248). Assim, o sentimento de inocência o qual a girafa transmite também é contraditório ao ódio buscado e, novamente, ela não quer ver a cena:

> A mulher do casaco marrom desviou os olhos, doente, doente. Sem conseguir – diante da aérea girafa pousada, diante daquele silencioso pássaro sem asas – sem conseguir encontrar dentro de si o ponto pior de sua doença, o ponto mais doente, o ponto de ódio, ela que fora ao Jardim Zoológico para adoecer (LISPECTOR, 2016, p. 248).

No trecho supracitado destaca-se a única descrição dada a mulher, a qual não é nomeada, sabe-se somente que estava com um casaco marrom, uma cor mais ligada à estação do inverno e ao sentimento da tristeza, o que, de certa forma, não "combina" com a primavera e as imagens de alegria com as quais ela se depara. Além disso, a repetição de "doente" evidencia o estado interior que ela se encontra, de cólera pelos próprios sentimentos e ressalta, mais uma vez, o que ela fora buscar: o ódio. O animal seguinte é o hipopótamo, e nele também o sentimento é de amor: "[...] Procurou outros animais, tentava aprender com eles a odiar. O hipopótamo, o hipopótamo úmido. O rolo roliço de carne, carne redonda e muda, esperando carne roliça e muda" (LISPECTOR, 2016, p. 248-9). Novamente há uma aliteração e a repetição da consoante "r" sugere a própria "redondeza" evocada. Essas repetições e figuras são, como já foi apontado, típicas da narrativa poética, ou seja, há o uso de recursos estruturais típicos da poesia, mas que aqui, em uma narrativa, constroem as imagens e consequentemente os sentidos.

Os animais seguintes, os macacos, estão felizes, e essa felicidade faz com ela deseje mata-los. A expressão "ela mataria" aparece cinco vezes em um único parágrafo, e há uma quebra desse sentimento quando ela vê os olhos brancos de um dos macacos mais velhos:

> De repente a mulher desviou o rosto: é que os olhos do macaco tinham um véu branco gelatinoso cobrindo a pupila, nos olhos a doçura da doença, era um macaco velho – a mulher desviou o rosto, trancando entre os dentes um sentimento que ela não viera buscar, apressou os passos, ainda voltou a cabeça espantada para o macaco de braços abertos: ele continuava a olhar para a frente. 'Oh, não, não isso', pensou. E enquanto fugia, disse: 'Deus, me ensine somente a odiar' (LISPECTOR, 2016, p. 249).

Cabe analisar, no trecho acima, que ela desvia o rosto e tranca os dentes, ou seja, há uma manifestação fisiológica, ela quer trancar os sentimentos que se encontram dentro dela, pois não é aquilo que ela quer sentir, ela está perdida, e não é aquele sentimento, o de uma espécie de compaixão que ela quer, que ela veio buscar. Nesse sentido, ela não só apressa os passos, como também foge do que não quer ver, ela faz de tudo para evitá-lo, e clama, inclusive, a Deus, implora a uma entidade divina a fim de aprender a odiar, o que revela uma vez mais, nas entrelinhas do texto, o uso da antítese, que materializa os pares dissonantes amor/ódio, a mulher vai de encontro à natureza humana, que é amar. No parágrafo seguinte, é possível entender que esse desejo é de odiar um homem que não a ama mais, ou seja, ela não quer ser rejeitada e não sabe como buscar esse sentimento: "'Eu te odeio', disse ela para um homem cujo crime único era o de não amá-la. 'Eu te odeio', disse muito apressada. Mas não sabia sequer como fazia. Como cavar na terra até encontrar a água negra, como abrir passagem na terra dura e chegar jamais a si mesma?" (LISPECTOR, 2016, p. 249). Ela está ali para adoecer, para odiar, mas ainda não sabe odiar.

Continuando o percurso, nem o elefante e nem o camelo conseguem despertar o sentimento buscado, e a mulher sente-se cansada, pois mal comia. Ao analisar o camelo, ela sente a paciência, palavra que aparece três vezes, além da repetição de "lágrima", que mostra o choro que ela não queria, buscava algo "seco", um ódio seco:

> A paciência, a paciência, a paciência, só isso ela encontrava na primavera ao vento. Lágrimas encheram os olhos da mulher, lágrimas que não

> correram, presas dentro da paciência de sua carne herdada. Somente o cheiro de poeira do camelo vinha de encontro ao que ela viera: ao ódio seco, não a lágrimas (LISPECTOR, 2016, p. 250).

Mais uma vez, é possível analisar que após avistar o camelo, ela clama a Deus novamente, desejando ter um par, ou seja, alguém que a pudesse "completar", mas decide ir sozinha ao parque de diversões do local: "'Oh, Deus, quem será meu par neste mundo'? Então foi sozinha ter a sua violência" (LISPECTOR, 2016, p. 250). Na montanha-russa, ela espera sozinha, deslocada dos demais. Olha para o chão, e novamente se depara com o que não quer:

> Os olhos baixos viam o chão entre os trilhos. O chão onde simplesmente por amor – amor, amor, não o amor! – onde por puro amor nasciam entre os trilhos ervas de um verde leve tão tonto que a fez desviar os olhos em um suplício de tentação. A brisa arrepiou-lhe os cabelos na nuca, ela estremeceu recusando, em tentação recusando, sempre tão mais fácil amar (LISPECTOR, 2016, p. 250-1).

Quando o brinquedo do parque funciona, eis que, de repente, ela se surpreende:

> Mas de repente foi aquele voo de vísceras, aquela parada de um coração que se surpreende no ar, aquele espanto, a fúria vitoriosa com que o banco a precipitava do nada e imediatamente a soerguia como uma boneca de saia levantada, o profundo ressentimento com que ela se tornou mecânica, o corpo automaticamente alegre – o grito das namoradas! – seu olhar ferido pela grande surpresa, a ofensa, 'faziam dela o que queriam', [...] de repente sua candura exposta [...] quisesse ou não quisesse o corpo sacudia-se como o de quem ri, aquela sensação de morte às gargalhadas, morte sem aviso de quem não rasgou antes os papéis da gaveta, não a morte dos outros, a sua, sempre a sua (LISPECTOR, 2016, p. 251).

No trecho supracitado, chama atenção o espanto, um coração que, por alguns segundos, assustado, para, sem entender o que está acontecendo, colocado aqui em uma espécie de metáfora, ou seja, uma figura de linguagem: voo de vísceras, o que cria a imagem de que seus órgãos, seus sentimentos, sua própria vida estava, agora, "voando", em um movimento de vai-volta, que a expõe em um momento de fragilidade. É importante destacar a força que a imagem da montanha-russa evoca, pois o brinquedo deixa as pessoas de cabeça para baixo, ou seja, como tudo dentro dela está ao avesso, seus sentimentos também estão confusos e fora do lugar, e ao ser colocada "ao avesso", ela fica exposta.

Ao sair do brinquedo, pálida, destaca-se a imagem da sua exposição, que é comparada com um momento de deixar a bolsa cair ao chão e os objetos que antes estavam protegidos e escondidos se espalhando pela rua:

> Ajeitou as saias com recato. Não olhava para ninguém. Contrita como no dia em que no meio de todo o mundo tudo o que tinha na bolsa caíra no chão e tudo o que tivera valor enquanto secreto na bolsa, ao ser exposto na poeira da rua, revelara a mesquinharia de uma vida íntima de precauções [...] (LISPECTOR, 2016, p. 251-2).

Sai então do brinquedo, disfarçando ao máximo para que não percebessem como ela estava, tudo rodava, ela deseja, inclusive chorar, mas questiona-se: "Só isso? Só isto. Da violência, só isto" (LISPECTOR, 2016, p. 252). Resolve continuar a busca pelo ódio nos próprios bichos: o quati, e chama atenção a imagem da jaula, que cria, novamente, o efeito de que quem estava "presa" em algo era ela mesma: "A testa estava tão encostada às grades que por um instante lhe pareceu que ela estava enjaulada e que um quati livre a examinava" (LISPECTOR, 2016, p. 252). Ao olhar o quati, ao sentir-se presa, ela tece uma reflexão sobre o próprio sentimento, a vontade de sentir o ódio após a rejeição que sofrera, e o questionamento de como senti-lo, com qual animal, ainda mais em uma época de primavera, em que o que ela via eram animais alegres, amando-se e em harmonia.

> Mas onde, onde encontrar o animal que lhe ensinasse a ter o seu próprio ódio? o ódio que lhe pertencia por direito mas que em dor ela não alcançava? onde aprender a odiar para não morrer de amor? E com quem? O mundo de primavera, o mundo das bestas que na primavera se cristianizam em patas que arranham mas não dói (LISPECTOR, 2016, p. 253).

Continua, mais uma vez, refletindo sobre seu perdão, sobre seu coração cheio de amor, que não consegue, por mais que tente sentir o ódio que busca, então corre, ao que parece, em direção ao seu destino:

> No peito que só sabia resignar-se, que só sabia suportar, só sabia pedir perdão, só sabia perdoar, que só aprendera a ter doçura da infelicidade, e só aprendera a amar, a amar, a amar. Imaginar que talvez nunca experimentasse o ódio de quem sempre fora feito o seu perdão, fez seu coração gemer sem pudor, ela começou a andar tão depressa que parecia ter encontrado um súbito destino (LISPECTOR, 2016, p. 253).

Ainda que cansada, ela continua, mesmo com os pés doídos, até que para no ferro gelado das grades para tentar se recompor da tontura e, finalmente, avista o último animal de sua visita: o búfalo. Um animal negro, grande, erguido. Eis que ela sente certa paz, e se mantém no local, observando até que ele a nota, quando ninguém mais o faz: "E mais uma vez o búfalo pareceu notá-la. Como se ela não tivesse suportado sentir o que sentira, desviou subitamente o rosto e olhou uma árvore. Seu coração não bateu no peito, o coração batia oco entre o estômago e os intestinos" (LISPECTOR, 2016, p. 255).

Ao encarar o animal, a mulher tem uma espécie de transe, alterna momentos de lucidez e de não entender o que sente:

> O búfalo com o torso preto. No entardecer luminoso era um corpo enegrecido de tranquila raiva, a mulher suspirou devagar. Uma coisa branca espalhara-se dentro dela, branca como papel, fraca como papel, intensa como uma brancura. A morte zumbia nos seus ouvidos. Novos passos do búfalo trouxeram-na a si mesma e, em novo longo suspiro, ela voltou à tona. Não sabia onde estivera. Estava de pé, muito débil, emergida daquela coisa branca e remota de onde estivera (LISPECTOR, 2016, p. 255).

É possível notar, nesse trecho, a presença de um paradoxo, na medida em que há tanto a imagem do búfalo, de torso "preto", com o que se espalha por dentro da mulher, algo "branco".

Ela chama o búfalo, exclama, provoca-o, tenta instigá-lo, joga uma pedra na jaula, mas o animal continua imóvel, e cada vez mais a "coisa branca" cresce dentro dela, em um momento de descoberta, de revelação dos sentimentos:

> Ah! disse sacudindo as barras. Aquela coisa branca se espalhava dentro dela, viscosa como uma saliva. O búfalo de costas.
> Ah, disse. Mas dessa vez porque dentro dela escorria enfim um primeiro fio de sangue negro.
> O primeiro instante foi de dor. Como se para que escorresse este sangue tivesse contraído o mundo. Ficou parada, ouvindo pingar como numa grota aquele primeiro óleo amargo, a fêmea desprezada. Sua força ainda estava presa entre barras, mas uma coisa incompreensível e quente, enfim incompreensível, acontecia, uma coisa como uma alegria sentida na boca (LISPECTOR, 2016, p. 256).

O búfalo enfim a encara, e ela, mais uma vez, dirige-se a ele, amando e clamando por ódio, mais uma vez seus sentimentos confusos, paradoxais: "Eu te amo, disse ela com ódio para o homem cujo grande crime impunível era o de não querê-la. Eu te odeio, disse implorando amor ao búfalo" (LISPECTOR, 2016, p. 256). Após esse momento, o búfalo começa a caminhar até ela, até que finalmente eles estão frente a frente, e encaram-se pelos olhos: "Lá estavam o búfalo e a mulher,

frente a frente. Ela não olhou a cara, nem a boca, nem os cornos. Olhou seus olhos" (LISPECTOR, 2016, p. 257).

O último parágrafo do conto chama atenção justamente para esse encontro de olhares entre eles: "E os olhos do búfalo, os olhos olharam seus olhos" (LISPECTOR, 2016, p. 257), e uma sucessão de imagens entre esse encontro é cada vez mais forte, mais intenso, algo que ela não consegue largar:

> Lentamente a mulher meneava a cabeça, espantada com o ódio com que o búfalo, tranquilo de ódio, a olhava. [...] Inocente, curiosa, entrando cada vez mais fundo dentro daqueles olhos que sem pressa a fitavam, ingênua, num suspiro de sono, sem querer nem poder fugir, presa ao mútuo assassinato. Presa como se sua mão se estivesse grudado para sempre ao punhal que ela mesma cravara. Presa, enquanto escorregava enfeitiçada ao longo das grades (LISPECTOR, 2016, p. 257).

No trecho destacado chama atenção, novamente, o paradoxo, pois o búfalo estava tranquilo (sentimento bom, de pureza, de calma) de ódio, além da inocência, do estado que ela se encontra, que mesmo sem saber, está presa, amarrada naquele sentimento e naquele olhar.

Finalmente, antes de desmaiar, o que é até uma espécie de morte, vê o céu, e um búfalo: "Em tão lenta vertigem que antes do corpo baquear macio a mulher viu o céu inteiro e um búfalo" (LISPECTOR, 2016, p. 257).

Dessa forma, é possível perceber que ela precisa morrer para renascer e ser transformada, precisa de uma epifania, que está ligada ao instante.

A fim de compreender melhor alguns sentidos do texto, é importante destacar a simbologia do búfalo, animal responsável pela epifania e pelo título da narrativa. É interessante notar que segundo o *Dicionário de símbolos*, de Chevalier e Gheerbrant (2015), a imagem do búfalo está ligada à bondade, à calma e algo, portanto, pacífico, o que novamente cria o efeito de sentido paradoxal, pois a mulher tenta encontrar o sentimento de ódio com vários animais no zoológico e só o consegue ao se deparar com aquele que na verdade seria símbolo de algo calmo, que não estaria ligado ao sentimento que ela busca. Cabe enfatizar, também, que segundo o *Dicionário*, em algumas culturas, o búfalo possui significação de ordem espiritual e que, em uma delas, o espírito da morte está ligado à cabeça do animal, e nesse sentido, foi justamente uma experiência de quase morte que a mulher teve, pois antes de cair, juntamente ao céu, o que vê é o búfalo.

Pensando na troca de olhares entre a mulher e o animal, e a transformação que se dá neste momento, destacamos o estudo psicanalítico de Fontenele (2010), o qual afirma que a mediação entre amor e ódio se dá através do olhar e cabe salientar que segundo Freud (apud Fontenele 2010), amor e ódio são sentimentos ambivalentes entre os laços humanos. Destacamos ainda que o contrário de "amar" não é necessariamente apenas "odiar", mas sim as relações de indiferença, por exemplo. Na medida em que há vários estudos e reflexões sobre o amor, apenas citaremos algumas discussões relevantes para a constituição do sentido do conto, pois o objetivo deste trabalho é discutir a narrativa clariciana, relacionada à teoria da narrativa poética.

As reflexões de Fontenele (2010), afirmam que a mulher busca, em todo instante, ao olhar os animais, o ódio, mas que eles lhe devolvem aquilo que tem: amor. Para completar o entendimento acerca do olhar, temos as reflexões de Nasio (apud FONTENELE, 2010, p.17):

> É o Outro que me reflete as imagens. Se uma pessoa se aproxima e eu a fito, se trato de fixar os olhos em seu rosto, eu sinto que ela me olha e me sinto acompanhado pelo olhar; é muito importante, para isso, que haja um reflexo brilhante nos olhos. Ou seja, ali a tela não é a pessoa toda, é a superfície corneal do olho. Um olhar do Outro para mim tem valor porque, nos olhos do Outro, reflete-se a luz que vem até mim com um brilho que me capta.

O olhar do búfalo, portanto, transforma-a, e a experiência é diferente de tudo que ela experimentara até então, pois parece ver a si mesma nos traços do búfalo, que a conduzem para um renascimento do seu amor ou até mesmo uma morte efetiva, como também destaca Fontenele (2010).

Nunes (1989) afirma que "O búfalo" é um conto exemplar de Clarice Lispector, cuja tensão

conflitiva e interior da personagem se dão através da fera, pois é diante do olhar do animal que ela vê, refletido, o ódio que sente por um homem. Nesse sentido, Nunes (1989, p. 87) também aponta que: "[...] aparece em 'O búfalo', condicionando a crise em seu ápice, o *confronto pelo olhar*- dessa vez troca de olhares entre a mulher o animal, que mutuamente se refletem, um vendo o outro e se vendo no outro, um espelhando no outro o antagonismo que os une e que os separa".

Ao analisar o conto, Camarani e Marchezan (2006) observam que a narrativa também é construída em torno de personificações, em que o mundo animal é contraposto ao mundo humano e ao estarem presos, olhando a mulher, os bichos revelam suas falhas. O búfalo, por outro lado, despreza-a, e a epifania se dá em uma mescla de homem-animal-amor-ódio-desprezo e, por isso:

> O búfalo desperta-lhe senso de desprezo, ao mesmo tempo em que a mostra, revela-a, desprezível, o que ela sentia (como rejeitada pelo companheiro), porém, sem incorporar o desprezo. O búfalo deu à protagonista última lição de humanidade que ela, paradoxalmente, aprendeu no zoológico (CAMARANI, MARCHEZAN, 2006, p. 198).

Por fim, após a análise do conto, é possível perceber o encadeamento de imagens que constroem a busca da personagem, o que ilustra um sequenciamento e progressão poética. A personagem está, em todo o conto, a espera de algo, nesse caso o sentimento do ódio. Como aponta a teoria de Tadié (1978), já citada nesta pesquisa, a personagem não é descrita, o leitor não sabe quem ela é, seu passado, pois só se sabe que é uma mulher de casaco marrom, a qual busca e espera pelo sentimento e consequente revelação, que se dá no momento final da narrativa. Além disso, a constituição do espaço é importante e simbólica, na medida em que é nele que ela descobre seu sentimento mais profundo, o espaço se faz itinerário e também responsável pela busca. Ademais, como já foi exposto, o conto é construído através de figuras de linguagens, como a metáfora, as aliterações, sinestesia, as antíteses e os paradoxos, o que também é característico da narrativa poética.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, ao analisarmos o conto "O búfalo", de Clarice Lispector, é possível evidenciar os aspectos de uma narrativa chamada de poética, na medida em que a personagem busca, em todo o percurso da narrativa, materializar aquilo que não consegue sentir: o ódio, que por sua vez a leva a um estado de revelação, de epifania. Além disso, pode-se perceber que a história dessa mulher é contada por meio de procedimentos típicos do poema, como o uso de figuras de linguagem, de repetições que dão ritmo ao texto e confere-lhe sentido.

Compreendemos, também, que o conto está rodeado de simbologias, tanto na figura do búfalo, marcado tanto pelo seu aspecto de bondade, o que contrasta com aquilo que a mulher deseja sentir, como também está relacionado à morte. Destacamos também que é uma narrativa curta, que flagra um instante da personagem.

Dessa forma, uma vez realizado nosso estudo, acreditamos ter cumprido com o propósito inicial, de destacar no conto clariciano elementos que remetem ao procedimento da narrativa poética, como também enaltecer as características da escrita da autora que, através da epifania, revela algo tanto para a personagem da narrativa quanto para o leitor do texto.

REFERÊNCIAS

BOSI, Alfredo. *História concisa da Literatura Brasileira***.** 52.ed. São Paulo: Cultrix, 2017.

_____. *O conto brasileiro contemporâneo*. 16. ed. São Paulo: Cultrix, 2015.

CAMARANI, A. L. S. e MARCHEZAN, L. G. O duplo percurso da narrativa de Clarice Lispector. *Itinerários*-Revista de Literatura. Araraquara: Unesp (Unesp. FCLAR). v. 24, p.189, 2006.

CANDIDO, A. No raiar de Clarice Lispector. In: _____. *Vários escritos*. São Paulo: Duas Cidades, 1977.

CHEVALIER, Jean; GHEERBRANT, Alain. *Dicionário de símbolos*: Mitos, sonhos, costumes, gestos,

formas, figuras, cores, números. 28. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2015.

COSTA, Carlos Augusto. ESTRANGEIRIDADE E CONSTITUIÇÃO DO SUJEITO NO CONTO “O BÚFALO”, DE CLARICE LISPECTOR. Miscelânea, Assis, vol.8, jul./dez.2010.

GOTLIB, Nádia B. *Teoria do conto*. 10. ed. São Paulo: Ática, 2004.

FONTENELE, Laéria. O olhar, o amor e o ódio em um conto de Clarice Lispector. *O MARRARE*: Revista da Pós-Graduação em Literatura Portuguesa da UERJ, Rio de Janeiro, n. 12, p. 11-21, jan./2010. Disponível em: http://www.omarrare.uerj.br/numero12/laeria.html. Acesso em: 5 out. 2020.

IVAN, Maria Eloísa de S. Um Narrador se sua criatura: uma leitura do duplo em *Um sopro de vida*, de Clarice Lispector. 2015, 156 f. (Tese de doutorado em Estudos Literários) Universidade Presbiteriana Mackenzie: São Paulo, 2015.

_____. O leitor e o texto: o diálogo possível. *Nucleus*: Revista Científica da Fundação Educacional de Ituverava. Ituverava, v.3, n.2, p.103-111, 2005.

LEFEBVE, M-J. *Estrutura do discurso da poesia e da narrativa*. Tradução: José Carlos Seabra Pereira. Coimbra: Livraria Almedina, 1980.

LISPECTOR, Clarice. *Todos os contos*. Prefácio e Organização de Benjamin Moser. Rio de Janeiro: Rocco, 2016.

MOISÉS, Massaud. História da Literatura Brasileira: Modernismo (1922 - atualidade). 5. ed. São Paulo: Cultrix, 2011.

MORAES, R. M. A. Epifania e “crise”: uma análise comparativa em obras de Clarice Lispector e Marguerite Duras. Revista *Odisseia*. Natal, n. 2, dez. 2008. Disponível em: http://www.cchla.ufrn.br/odisseia/numero2/arquivos/1_Rozania_Maria_Alves_de_Morais.pdf. Acesso em 30 set. 2020.

MOSER, Benjamin. Glamour e Gramática. In: LISPECTOR, Clarice. *Todos os contos*. Prefácio e Organização de Benjamin Moser. Rio de Janeiro: Rocco, 2016.

NUNES, Benedito. *O drama da linguagem*: uma leitura de Clarice Lispector. São Paulo: Ática, 1995.

PIRES, A. D. O concerto dissonante da modernidade: narrativa poética e poesia em prosa. *Itinerários*, Araraquara, São Paulo, v. 24, p. 35-73, 2006.

TADIÉ, Jean-Yves. *Lé récit poétique*. Paris: Presses Universitaries de Frances (PUF), 1978. Trad. Ana Luiza Camarani.

ESTUDOS CULTURAIS DE RECEPÇÃO COMO APORTE TEÓRICO PARA A ALFABETIZAÇÃO MIDIÁTICA: DIÁLOGOS ENTRE A COMUNICAÇÃO E A CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO[1]

CULTURAL RECEPTION STUDIES AS THEORETICAL SUPPORT FOR MEDIA LITERACY: DIALOGUES BETWEEN COMMUNICATION AND INFORMATION SCIENCE

Área 1: Desenvolvimento Social e Políticas Públicas
1.5 Educação e Desenvolvimento

CARVALHO, Cláudia Pereira de Jesus
Universidade Estadual Paulista - UNESP
Graduanda em Biblioteconomia
claudia.pjc@yahoo.com

ALVES, Marcus Rei de Lima
Universidade Estadual Paulista - UNESP
Graduando em Biblioteconomia
marcusreisfx@gmail.com

ALMEIDA, Carlos Cândido de
Universidade Estadual Paulista - UNESP
Docente do Departamento de Ciência da informação
carlos.c.almeida@unesp.br

Resumo

Com a explosão informacional, entra em cena a alfabetização midiática, proposta de educar e auxiliar os indivíduos para a diversidade de mídias e conteúdos nelas veiculados, assim como a necessidade de aprender a identificar e analisar criticamente elementos ideológicos e políticos presentes nas mídias. Considerando os processos comunicacionais que regem a sociedade pós-moderna, a alfabetização midiática é considerada essencial para todo aquele que deseja participar ativamente e equitativamente dessa realidade social. Desta forma, a proposta deste trabalho é, através da pesquisa teórico-bibliográfica, com análise crítica e reflexiva, traçar um paralelo entre os estudos de alfabetização midiática e os estudos culturais de recepção, abordando suas relações com a indústria cultural e a teoria da comunicação, assim como com a Ciência da Informação. Como resultados, evidencia-se que o conceito de alfabetização midiática, apresenta discussões sobre a relação da sociedade com as mídias que encontra ecos nos estudos culturais sobre recepção. Os conceitos abordados auxiliam na compreensão do papel das mídias hodiernamente, e a Ciência da Informação, enquanto campo interdisciplinar, se atenta aos fluxos informacionais, em suas formas de produção, organização, circulação, uso e apropriação. Dado o poder de influência (social, política, econômica e ideológica) dos conteúdos informacionais veiculados no mundo digital, a alfabetização midiática é uma área com necessidades multidisciplinares, que pode obter suporte nos conceitos e discussões elaborados nos estudos culturais de recepção e na Ciência da informação.

Palavras-chave: Alfabetização midiática, Estudos culturais de recepção, Ciência da informação.

Abstract

With the information explosion, media literacy comes into play, a proposal to educate and assist individuals for the diversity of media and content conveyed in them, as well as the need to learn to identify and critically analyze ideological and political elements present in the media. Considering the communicational processes that govern postmodern society, media literacy is considered essential for everyone who wishes to participate actively and equitably in this social reality. Thus, the purpose of this work is, through theoretical and bibliographic research, with critical and reflective

[1] Parte das questões abordadas neste artigo foram apresentadas no VIII Seminário Hispano-Brasileiro de Pesquisa em Informação, Documentação e Sociedade, realizado na Universidade de São Paulo (USP), em 2019.

analysis, to draw a parallel between studies of media literacy and cultural studies of reception, addressing their relations with the cultural industry and the theory of communication , as well as with Information Science. As a result, it is evident that the concept of media literacy, presents discussions about the relationship between society and the media that finds echo in cultural studies on reception. The concepts covered help to understand the role of media today, and Information Science, as an interdisciplinary field, is attentive to informational flows, in their forms of production, organization, circulation, use and appropriation. Given the power of influence (social, political, economic and ideological) of informational content conveyed in the digital world, media literacy is an area with multidisciplinary needs, which can obtain support in the concepts and discussions elaborated in cultural reception studies and in Information Science.

Keywords: Media literacy, Cultural reception studies, Information science.

1 INTRODUÇÃO

A comunicação é um elemento vital de todas as sociedades. Diferentes formas, canais e linguagens foram criadas ao longo da existência da humanidade para cumprir esse propósito. As ferramentas tecnológicas e os ambientes digitais foram inseridos na em grande parte das atividades humanas, o processo comunicacional é um deles. E assim, com diferentes níveis de formalidade e competência, as pessoas os utilizam para obter informações, se comunicar, cumprir obrigações, atender necessidades e desejos, interesses, e/ou para buscar formas de entretenimento.

Deste modo, as mídias digitais são meios de comunicação e ferramentas tecnológicas utilizadas para satisfazer a necessidade humana de se relacionar e se exprimir. Os modos pelos quais acontecem os processos de comunicação são de interesse de diversas áreas do conhecimento, incluindo a Ciência da Informação, campo que emerge na década de 1960, ambicionando compreender os diferentes modos pelos quais a informação se manifesta na sociedade: como ela é produzida, organizada, utilizada, interpretada, representada, preservada, disseminada e compartilhada (ARAÚJO, 2018).

Com tantas atualizações do mundo digital e em constante crescimento, emerge a alfabetização midiática, proposta de educar os indivíduos para a diversidade de mídias e conteúdos nelas veiculados, assim como a necessidade de aprender a identificar e analisar criticamente elementos ideológicos e políticos presentes nas mídias. Em vista disso, considerando os processos comunicacionais que regem a sociedade pós-moderna, extremamente conectada e midiatizada, a alfabetização midiática é considerada essencial para todo aquele que deseja participar ativamente e equitativamente dessa realidade social.

O conceito de alfabetização midiática está diretamente relacionado à conscientização para o consumo crítico dos conteúdos disponíveis nas mais diversas mídias e tecnologias utilizadas na sociedade pós moderna. Na edição de 2019 do Encontro de Pesquisadores, apresentamos sobre a temática, mas com uma visão ainda muito introdutória. Buscamos trazer o conceito de alfabetização midiática, as frentes em que ela pode ser trabalhada, algumas questões sociais, educacionais, políticas e econômicas implicadas na sua aplicação, para assim traçar uma breve reflexão sobre a contribuição da Ciência da informação para os estudos e práticas de alfabetização midiática.

Anterior à Ciência da Informação, o grupo de teóricos da Escola de Frankfurt, desenvolveu os estudos dos fenômenos culturais da comunicação, sendo os estudos de recepção uma de suas ramificações. Estes estudos procuravam compreender como os indivíduos, enquanto receptores ativos dos meios de comunicação de massa, lidavam com os distintos conteúdos transmitidos.

Os meios de comunicação de massa da época em que foi elaborada a teoria crítica sobre recepção eram basicamente o jornal, o rádio e o cinema. Atualmente, com o avanço das novas tecnologias de informação e comunicação, ampliou-se a tipologia de canais, assim como o número de pessoas atingidas, a velocidade e os dispositivos tecnológicos pelos quais acessamos os conteúdos midiáticos.

Partindo do pressuposto de que “os objetos de estudos dos campos da Comunicação e da Informação motivam a busca do desenvolvimento teórico [...]” (GOMES, 2010, documento online), a proposta deste trabalho é, através de pesquisa teórico-bibliográfica, sob uma perspectiva crítica e reflexiva da Ciência da Informação, traçar um paralelo entre os estudos de alfabetização midiática e os estudos culturais de recepção, abordando suas relações com a indústria cultural e a teoria da comunicação.

Assim, neste trabalho, buscamos aprofundar as reflexões sobre as bases teóricas que fundamentam a concepção de alfabetização midiática. Para tanto, consideramos algumas discussões e elaborações teóricas anteriores sobre questões muito próximas, ou seja, os meios de comunicação e sua relação com a sociedade, porém pensadas em outro contexto tecnológico e social. Evidencia-se que, mesmo não sendo discussões contemporâneas à alfabetização midiática, podemos encontrar respaldo para pensarmos questões atuais entender que outras são atemporais, são questões de comunicação social que existirão enquanto houver a convivência humana.

2 CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO E ESTUDOS EM COMUNICAÇÃO

A Ciência da Informação, como definem Smit e Barreto (2002, p. 17-18), se constitui em uma área do conhecimento que se dedica a entender "os princípios e práticas da criação, organização e distribuição da informação, bem como com o estudo dos fluxos da informação desde sua criação até a sua utilização, e sua transmissão ao receptor em uma variedade de formas, por meio de uma variedade de canais.".

A principal característica da Ciência da Informação é sua interdisciplinaridade (PINHEIRO, 1999). Pensar em uma ciência interdisciplinar é compreender que ela possui características comuns com outras disciplinas e que se interrelacionam (JAPIASSÚ; MARCONDES, 2008). Esta relação dialógica entre diferentes campos do saber pode acontecer pela "simples comunicação das ideias até a integração mútua dos conceitos, da epistemologia, da terminologia, da metodologia, dos procedimentos, dos dados e da organização da pesquisa." (JAPIASSÚ; MARCONDES, 2008, p. 150).

Pinheiro (1999) e Saracevic (1970; 1978; 1996; 1999) destacam a natureza interdisciplinar da Ciência da Informação, principalmente ao considerar sua relação intrínseca com a Biblioteconomia, a Ciência da Computação e a própria Comunicação. A informação, objeto de estudo em comum da Ciência da Informação com a Comunicação, para Pinheiro (1999), conclui-se em uma cisão de disciplinas, configurando-se no termo "Infocomunicação".

A Ciência da Informação, compreendendo as práticas biblioteconômicas, arquivísticas e museológicas, carece de novos conceitos para a sua formação e atualização nesse novo milênio. Deste modo, a interdisciplinaridade que a Ciência da Informação busca com determinadas disciplinas e campos do saber, como a Psicologia, a Linguística, a Ciência da Computação, a Comunicação e outras, está diretamente relacionada com o avanço das novas tecnologias de informação e comunicação e das novas abordagens e metodologias (PINHEIRO; LOUREIRO, 1995).

A confluência entre a informação e a comunicação já eram discutidas desde a Grécia Antiga, considerando a impossibilidade de estabelecer uma visão dicotômica entre as mesmas; porém, no século XX, observa-se uma atenção maior à temática (MIÈGE, 2000 apud GOMES, 2010). Justifica-se o foco em tais estudos pelas dissonâncias teóricas e mudanças terminológicas e conceituais necessárias em determinados campos científicos.

Mattelart e Mattelart (2009) relatam a proposta elaborada por Claude Shannon e Warren Weaver durante a Segunda Guerra Mundial, idealizando e desenvolvendo esquemas da teoria da informação, engessada nas teorias da comunicação, no qual defendeu a preocupação com a emissão e a recepção da informação, isto é, uma discussão quanto ao isomorfismo das mensagens (informação), tornando a informação uma unidade representacional do processo de comunicação (GOMES, 2010). A preocupação era única e exclusivamente com a chegada da mensagem, e não com a interpretação que indivíduo faria sobre ela. Assim, como defendido por Saracevic (1978; 1996), a Ciência da Informação é fruto desses estudos evolucionários desenvolvidos durante e após a Guerra.

Nesse processo de emissão e recepção da mensagem, indica-se

> [...] a possibilidade da interferência de ruídos provocados a partir de uma fonte material, como também gerados pelas possíveis distorções do significado da mensagem no momento de sua geração, que corresponderiam às questões semânticas que ocorrem em todo processo de comunicação, quando da passagem da codificação à decodificação (GOMES, 2010, documento online).

O ato de comunicar transformou-se de acordo com a evolução de novas técnicas e tecnologias. E assim, a comunicação e a sociedade tornaram-se 'irmãs' inseparáveis para o desenvolvimento social e dos próprios indivíduos, ao ponto que "não poderia existir comunicação sem sociedade, nem sociedade sem comunicação." (BORDENAVE, 1985, p. 17).

Para compreender o funcionamento de um processo comunicativo, Bordenave (1985) afirma

que precisamos conhecer os elementos e as fases que o compõem. Os elementos básicos comuns a todo processo de comunicação são: uma realidade (contexto, ambiente, situação), pessoas (interlocutores, emissor, receptor), uma mensagem (conteúdo), uma forma (linguagem, sistema sígnico), e um meio (canal).

Pode parecer um processo muito longo e complexo, mas muitas fases ocorrem quase que simultaneamente, são questões internas que acontecem na mente dos sujeitos sociais que necessitam se comunicar o tempo todo, pelos mais diversos motivos e meios. Além dos elementos e das fases, Bordenave (1985) estabelece ainda as funções da comunicação. Para o autor, a comunicação satisfaz uma necessidade humana de expressão e relacionamento.

Nesta exposição foi evidenciado que a Teoria da Comunicação de Shannon e Weaver compreende que o processo da informação é completamente linear, composto por mensagem, fonte, emissor (codificador), canal, receptor (decodificador), destino, ruídos. A preocupação principal era a transmissão da informação e a garantia de que a mensagem chegasse sem erros a um destino, não se preocupando com o recebimento da mensagem e com os resultados do processo comunicativo, no qual a figura do emissor é central, e o receptor apenas um sujeito passivo.

Já para Bordenave (1985, p. 42), a comunicação possui elementos, fases e funções, onde tais componentes "podem se dar em qualquer ordem, ou simultaneamente, e podem até entrar em conflito umas com as outras". Isto é, para Bordenave (1985) não há uma linearidade, uma ordem e/ou uma sequência fixa, da mesma forma que não é possível controlar os limites do processo de comunicação.

3 OS MEIOS DE COMUNICAÇÃO E OS ESTUDOS DE RECEPÇÃO

Os estudos sobre os meios de comunicação de massa, indústria cultural e cultura de massa, foram marcantes durante a década de 1940 a 1960, em especial com os autores da Escola de Frankfurt: Max Horkheimer (1895-1973), Theodor Adorno (1903-1969), e outros teóricos, como Walter Benjamin (1892-1940), Jürgen Habermas (1929), Herbert Marcuse (1898-1979) e Erich Fromm (1900-1980).

O termo Indústria Cultural foi cunhado por Adorno e Horkheimer, no qual analisaram "[...] a produção industrial dos bens culturais como movimento global de produção da cultura como mercadoria" e comércio (MATTELART; MATTELART, 2009, p. 77). Essa produção industrial, que reproduz, serializa e padroniza a cultura, "[...] sela a degradação do papel filosófico-existencial da cultura" (MATTELART; MATTELART, 2009, p. 78), tornando-a um mero instrumento enraizado no senso comum, de lazer e diversão. Essa questão é mais evidente ao analisar países em desenvolvimento, como o Brasil.

No contexto da Indústria Cultural, não entende-se mais cultura como o conjunto de ideias e práticas sociais, um modo de vida, e sim como uma mercadoria, produzida em série, padronizada e com valor monetário. Neste âmbito, compreende-se cultura como puro lazer e entretenimento, como destaca Chaui (2008, p. 60)

> A indústria cultural vende cultura. Para vendê-la deve seduzir e agradar o consumidor. Para seduzi-lo e agradá-lo, não pode chocá-lo, provocá-lo, fazê-lo pensar, trazer-lhe informações, novas que o perturbem, mas deve devolver-lhe, com nova aparência, o que ele já sabe, já viu, já fez. [...] A indústria cultural devolve com cara de coisa nova.

Aos poucos, foi sendo criada toda uma indústria da comunicação, uma indústria cultural, sendo a exploração dos recursos do processo da comunicação para a aquisição de capital (monetário). Fazendo com que os meios de comunicação fossem utilizados como parte do processo educativo, formal e informal, de modo que "O impacto dos meios sobre as ideias, as emoções, o comportamento econômico e político das pessoas, cresceu tanto que se converteu em fator fundamental de poder e de domínio em todos os campos da atividade humana." (BORDENAVE, 1985, p. 33).

Seguindo essa linha crítica da Escola de Frankfurt, desenvolveu-se os estudos culturais de recepção, com o objetivo de entender como os indivíduos, enquanto receptores ativos dos meios de comunicação de massa, lidavam com os distintos conteúdos transmitidos.

Os Estudos culturais absorvem uma diversidade de objetos e objetivos, pois acompanham a própria indefinição de cultura, as definições plurais, multifacetadas e subjetivas, conforme explica Hall

(2008), sociólogo jamaicano e teórico cultural. Sendo assim, o conceito de cultura ainda é muito complexo e concentra uma diversidade de questões sociais: é um local de convergência e debate sobre inúmeros fenômenos, o que resulta em várias ramificações dos estudos culturais.

Isto posto, entende-se que o estudo da cultura não é um campo estruturado limitado conceitualmente, muito pelo contrário, já que a cultura perpassa todas as práticas sociais, e não se limita aos costumes e às culturas populares das distintas sociedades. Para Hall (2008), a análise de uma cultura começa pela identificação de padrões característicos; em sequência, verifica-se as relações entre os padrões. Deste modo, através da análise das interrelações entre as práticas e padrões é possível entender uma estrutura social presente. Dentro dessa estrutura social revelada através da cultura, os meios de comunicação de massa, assim como a mídia, as formas como a informação é veiculada sempre foi um ponto focal tratado nos Estudos culturais.

Jacks e Wottrich (2016), ao analisar as reflexões voltadas ao legado de Stuart Hall no Brasil, expõem a perspectiva positivista do processo comunicativo que engendrou em distintas discussões sobre os estudos culturais e a formação e desenvolvimento nos estudos de recepção. Sua obra principal "Encoding/Decoding", Hall (2008, p. 365) isola o comum paradigma 'emissor/mensagem/receptor', e ressignifica a abordagem do esquema, tornando-o: "produção, circulação, distribuição/consumo, reprodução".

Nos processos comunicacionais o receptor é aquele para o qual a mensagem é direcionada; ao longo do tempo, o conceito de receptor foi se transformando, levando a uma redefinição onde se considera o papel ativo dos receptores, deixando de ser apenas aquele que recebe passivamente a mensagem. Passa-se ao entendimento de que é necessário entender como as pessoas reagem aos diferentes tipos de comunicação, seus pensamentos, sentimentos e ações perante elas.

Jacks e Escosteguy (2005, p. 15) resumem recepção como a "relação das pessoas com meios ou veículos de comunicação, com programas, gêneros, mensagens ou momentos particulares, abarcando a complexa configuração de elementos e fatores que caracterizam o fenômeno como um todo.". É a produção de significados a partir do recebimento de algum conteúdo através da mídia.

> [...] quando tratamos de recepção, estamos tratando também do outro lado: o da emissão. (...) Os estudos de recepção não são um lado novo da comunicação: trata-se apenas de uma nova perspectiva desses estudos, a qual vem se desenvolvendo nas últimas décadas; b) quando se fala em comunicação, não estamos tratando apenas daquela veiculada pelos suportes tecnológicos (chamados meios de comunicação, mídia). (BACCEGA, 1998, p.7)

Sob essa nova abordagem, Hall (2008) estrutura a formulação de uma nova construção sobre a figura do receptor: "[...] um sujeito ativo e aberto a uma miríade de interpretações sobre o discurso midiático." (JACKS; WOTTRICH, 2016, p. 166).

Em nenhum momento pode-se ignorar a forma como a mensagem é transmitida, pois antes que ela possua um determinado efeito e um impacto social e cultural, a mesma deve ser decodificada e o processo de decodificação determinará sua repercussão na sociedade. Assim, parte-se do pressuposto de que a revisão sobre o esquema de comunicação (emissor, receptor), conforme aponta Hall (2008), não deve analisar apenas questões comportamentais, como enfatiza a perspectiva de formação behaviorista das teorias da comunicação, mas sim, estruturas complexas de compreensão das coisas e do mundo, e das trocas de significações.

Atente-se para o fato de que, segundo Biroli (2011, p.),

> A centralidade dos meios de comunicação nas sociedades contemporâneas está relacionada ao fato de que nossa experiência é hoje, em grande parte, mediada por aparatos técnicos que difundem conteúdos de forma massiva. O acesso a informações sobre eventos que não presenciamos e o compartilhamento de referências entre indivíduos que se desconhecem – mas que têm acesso aos mesmos conteúdos midiáticos – estão no centro da experiência social contemporânea.

Outro conceito essencial para se interpretar os processos de recepção e considerar a educação para as mídias é o de "múltiplas mediações", formulado por Orozco Gómez, o qual entende que o mediador, seja ele um professor, um familiar ou outros profissionais, tem um papel fundamental na assimilação, podendo influenciar de diversas formas, levando em conta seus próprios pontos de vista, opiniões, ideologias. Destarte, considerando que diversos atores podem exercer a função de mediador, Orozco Gómez (1991) classifica as mediações em: individual, que abrange a mediação

cognitiva e referencial; situacional; cultural; institucional e vídeo tecnológica, que é a mediação midiática, aquela realizada pelos próprios meios de comunicação. Em suma, a ideia de Orozco é que um único receptor está sujeito à diversas mediações para uma mesma informação, tornando a recepção um processo muito mais complexo.

Para Martín-Barbero (2000) ao analisar o perfil de quem se relaciona com os meios de comunicação, há uma parte individual, única de cada ser humano, mas grande parte é coletivo, fruto de nossas vivências e relações sociais e culturais. Importa entender não apenas o que é veiculado nos meios, mas a forma como as pessoas se relacionam com aquilo.

4 ALFABETIZAÇÃO MIDIÁTICA: CONCEITUAÇÃO E PROBLEMATIZAÇÃO

Distintas terminologias têm sido empregadas para reportar-se ao processo que almeja desenvolver nos cidadãos competências para se relacionar com as diferentes mídias, dispositivos e as informações que circulam na sociedade através deles: alfabetização midiática, educação midiática, letramento midiático, competência midiática, educomunicação são alguns deles. Os termos variam em função dos locais em que são desenvolvidas essas pesquisas e as aplicações práticas e educacionais; a contínua transformação das mídias digitais também interferem na terminologia (CERIGATTO, 2018).

Estados Unidos, Canadá, Portugal, França e Inglaterra destacam-se como precursores na criação de programas de alfabetização midiática.

> O debate sobre conceito de alfabetização midiática e informacional se iniciou primeiramente em países ocidentais como Inglaterra, Canadá e os Estados Unidos, partindo-se da premissa de que a participação individual e coletiva bem-sucedida em uma sociedade democrática presume que os indivíduos tenham conhecimento sobre como a mídia funciona para melhor fundar suas opiniões. (Tebaldi, 2017, p. 197)

O letramento em mídias digitais é oferecido no sistema de educação básica em Portugal desde a década de 1990; na Inglaterra foi criada uma política de educação para as mídias nos anos 2000; na última década, o governo francês desenvolveu políticas públicas que incluem a participação em programas de alfabetização midiática como exigência para receber benefícios governamentais; e embora haja iniciativas no âmbito estadunidense desde 1950, ainda não é uma realidade integrada ao sistema educacional ou público (FAJARDO, 2018; CERIGATTO, 2018).

Sobre o contexto de surgimento da alfabetização midiática, Calil Junior (2017, p. 138) explica que ela é um

> Produto da Sociedade da Informação, o conceito nasce da convergência entre as noções do Information Literacy e do Media Literacy, na medida em que reconhece o papel primordial tanto da mídia, quanto da informação para a vida cotidiana e a relevância da construção de habilidades informacionais nos sujeitos em suas relações com as mídias e com os estoques de informação.

As novas formas de comunicação e de novos dispositivos, influenciados pelas atuais tecnologias e mídias digitais, demonstram o potencial de “promover mudanças sociais, políticas e educacionais efetivas e virtuosas nas sociedades e governos” (DUDZIAK; FERREIRA; FERRARI, 2017, p. 213) através da utilização estratégica desses meios. Sobre o surgimento e a variedade de novos dispositivos, Martín-Barbero (2000, p. 157-158) salienta que “[...] não são só aparelhos, são novas linguagens, novas formas de perceber, novas sensibilidades, novas formas de perceber o espaço, o tempo, a proximidade, as distâncias.”. Tudo isso dá origem à mutações culturais, nas quais a tecnologia tem um peso muito grande.

Dada a crescente importância das mídias no cotidiano, em especial a internet, e sua participação nas transformações sociais, entende-se que “não pode haver cidadania sem apropriação crítica e criativa, por todos os cidadãos, das mídias que o progresso técnico coloca à disposição da sociedade.” (BÉVORT; BELLONI, 2009, p. 1082).

O propósito de aprender e ensinar a avaliar fontes midiáticas é “formar sujeitos com posturas ativas, que saibam identificar problemas éticos, interesses políticos e ideológicos por trás da veiculação dessas informações”, conforme salientam Cerigatto e Casarin (2017, p. 172). Portanto, trabalhar a alfabetização midiática implica na conscientização das proveniências e consequências das informações que circulam na sociedade, formando cidadãos críticos.

O fundamento da alfabetização midiática, conforme frisam Bittencourt, Ferreira e Rocha (2015), é uma educação crítica-social que promova a autonomia do indivíduo. Isso envolve a compreensão de questões culturais, econômicas, políticas, ideológicas, dentre outras que podem ser identificadas nos conteúdos veiculados nas mídias.

Para Cerigatto e Casarin (2017, p. 166), as mídias

> [...] não são necessariamente "recursos" para consulta de informações - elas fazem parte de nossas vidas habitualmente. Ninguém assiste à televisão para "procurar" uma informação específica - no entanto tal meio de comunicação é uma fonte de informação porque está o tempo todo nos fornecendo imagens de mundo, visões, opiniões, dados, notícias, e mesmo o entretenimento que influencia nossa formação .

Deste modo, destaca-se o quão amplo e complexo pode ser pensar e aplicar a Alfabetização Midiática. Entender o papel da informação, os meios e as formas de difundi-las na sociedade, os usos e reusos que podemos fazer das informações que chegam até nós, a seletividade dos locais onde podemos buscá-las, a identificação de propósitos e significados implícitos, são algumas das questões que podem ser trabalhadas pela Alfabetização midiática. Cada um desses vieses de atuação são de interesse da Ciência da Informação.

Considerando que existem noções diferentes sobre o conceito de mídia, Meyrowitz (2001) entende que também há diferentes dimensões da alfabetização midiática. Desse modo, o autor propõe três tipos de alfabetização midiática, que precisam ser pensadas e praticadas em conjunto, pois estão correlacionadas e são complementares:

- mídia como condutor de mensagens - estudar o conteúdo das mensagens, o que está sendo comunicado;
- mídia como linguagem - estudar as variáveis de produção das mensagens, como está sendo comunicado;
- mídia como ambiente - estudar o próprio meio, quem está comunicando.

Quanto ao conteúdo midiático, cabe destacar que o mesmo, por suas próprias características impulsiona a interação, "não cabe ao interlocutor/leitor recebê-lo de forma passiva, já que depois do contato com a informação é preciso que escolha-se como e, se de fato irá usar tal conhecimento, de forma crítica e criativa." (BITTENCOURT; FERREIRA; ROCHA, 2015, p. 9).

Calil Junior (2017) defende que bibliotecas e bibliotecários, em especial as bibliotecas públicas, são atores chaves na efetivação da alfabetização midiática, podendo atuar tanto produzindo quanto disseminando os saberes e práticas relativos - construção de estratégias que envolvam o lado técnico, educacional e social do uso das TICs.

Regimes democráticos que almejam uma sociedade onde haja participação, pluralidade e inclusão precisam "oferecer a todos os cidadãos, principalmente aos jovens, as competências para saber compreender a informação, ter o distanciamento necessário à análise crítica, utilizar e produzir informações e todo tipo de mensagens." (BÉVORT; BELLONI, 2009, p. 1081). As autoras apresentam algumas críticas a características do sistema educacional que dificultam a formação de cidadãos críticos, como o costume de se entregar pacotes prontos de informação, de maneira oposta a proporcionar a reflexão e o questionamento.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sob a perspectiva da Ciência da Informação, ao traçar as possíveis relações entre os estudos culturais de recepção e a alfabetização midiática, percebeu-se que havia uma pequena preocupação sobre o recebimento das mensagens, mas que não era abordado nos estudos. Na atual conjuntura social, e pela compreensão e discussão feita através de Bordenave (1985), verificou-se outros rumos que a Comunicação se atentou com as novas demandas da sociedade: como a atualização de questões ímpares, anteriormente estudadas na literatura.

É possível inferir, a partir das seções apresentadas, as interconexões entre as preocupações dos estudos e práticas da alfabetização midiática, dos estudos culturais de recepção e de alguns eixos da Ciência da Informação: todos trabalham com conceitos em comum: informação, comunicação, mídias, tecnologias, produção, disseminação e uso de conteúdos informacionais registrados em algum tipo de suporte ou transmitidos através de algum canal. A criticidade, seletividade, competência informacional, também são questões norteadoras das discussões.

Dado que a comunicação sempre esteve e sempre estará presente em qualquer

agrupamento humano, compreender as formas como ela ocorre, seus efeitos, interpretações e resultados, continuará sendo uma problemática atual e necessária, podendo contar com a perspectiva de diversos campos do conhecimento e profissionais.

Os meios de comunicação são meios de poder e dominação, mecanismos utilizados para tentar conduzir a sociedade. As mídias digitais são, atualmente, os meios de comunicação mais poderosos, onde circulam informações e desinformações de todo tipo e com os mais variados propósitos. Assim, sempre que um novo canal de transmissão de informação é criado e propagado, têm-se início a especulação sobre seu alcance e as possíveis consequências sociais.

Os teóricos da indústria cultural e dos estudos culturais de recepção trataram de assuntos pertinentes para a compreensão de novos fenômenos sociais e atuais, como: a manipulação da opinião, a padronização, massificação e atomização do público e da cultura. São esforços para tornar o consumidor de comportamentos e atitudes estereotipadas, em cidadãos com capacidade crítica de análise dos meios de comunicação e de todas as [des]informações que lhe é transmitido.

A alfabetização midiática, diante da assimilação dos processos comunicacionais que regem a sociedade pós-moderna, extremamente conectada e midiatizada, considera-se essencial para todo indivíduo que deseja participar ativa e equitativamente dessa realidade social. Nesse contexto, os estudos de mídia representam um excelente aporte teórico.

Evidencia-se, ainda, que o conceito de alfabetização midiática, embora recente, em desenvolvimento e completamente atual, apresenta discussões sobre a relação da sociedade com as mídias que encontra ecos nos estudos culturais sobre recepção desenvolvidos pelos teóricos da comunicação; questões muito similares já foram previstas antes mesmo do advento dos computadores, da internet e dos múltiplos dispositivos que dão acesso a mesma.

A complexidade e os desafios interdisciplinares da alfabetização midiática pode representar tanto um entrave quanto uma oportunidade ao desenvolvimento social, seja a nível local, regional, nacional ou até mesmo mundial, uma vez que abrange questões como cidadania, educação, ética, economia, política, entre outros fatores fundamentais para se pensar o desenvolvimento social humano. O aumento do acesso às tecnologias da informação e comunicação nas últimas décadas traz consigo o desafio de entender como diferentes atores sociais se utilizam das ferramentas comunicativas, a atribuição de significados, a construção de sentido a respeito de fatos cotidianos.

Os conceitos abordados auxiliaram na compreensão do papel das mídias na atual sociedade, e a Ciência da Informação, enquanto campo científico interdisciplinar, se atenta aos fluxos informacionais, em suas mais variadas formas de produção, organização, circulação, uso e apropriação. Dado o poder de influência (social, política, econômica e ideológica) dos conteúdos informacionais veiculados no mundo digital, a alfabetização midiática é uma área com necessidades multidisciplinares, que pode obter suporte nos conceitos e discussões elaborados nos estudos culturais de recepção e na própria Ciência da Informação.

Diante dos conceitos e discussões aqui apresentadas, defendemos a inclusão dos estudos de recepção entre o aporte teórico dos estudos de alfabetização midiática, dada a proximidade das questões abordadas; porém, enquanto os estudos de recepção buscavam entender as formas como se davam a relação das pessoas com os meios de comunicação, os estudos de alfabetização midiática já trabalham com propostas de intervenção, de trabalhar a autonomia, a criticidade e a independência, de incentivar a criação e ampliação do poder analítico da sociedade frente às mídias. Portanto, podemos entender a alfabetização midiática como uma extensão dos estudos culturais, uma continuidade da proposta iniciada pelos teóricos da comunicação de Frankfurt, enfrentando os desafios atuais dos estudos de recepção, a interpretação dos processos de recepção de produtos midiáticos, dos fenômenos socioculturais relacionados à informação.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. **O que é Ciência da informação**. Belo Horizonte: KMA, 2018.

BACCEGA, Maria Aparecida. Recepção: nova perspectiva nos estudos de Comunicação. **Comunicação & Educação**, [S. l.], n. 12, p. 7-16, 1998. Disponível em: http://www.revistas.usp.br/comueduc/article/view/36353. Acesso em: 18 jul. 2020.

BÉVORT, Evelyne; BELLONI, Maria Luiza. Mídia-educação: conceitos, história e perspectivas. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 30, n. 109, p. 1081-1102, set./dez. 2009. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/es/v30n109/v30n109a08.pdf. Acesso em: 29 nov. 2019.

BIROLI, Flávia. Mídia, tipificação e exercícios de poder. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 6, p. 71-98, jul./dez., 2011. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-33522011000200004&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 07 dez. 2019.

BITTENCOURT, Ricardo Luiz de; FERREIRA, Diuliane Aparecida; ROCHA, Andresa Marcos Machado. Letramento midiático: um olhar além da sala de aula. **LENDU - Linguagem, Ensino, Educação,** v. 4, n. 1, 2015. Disponível em: http://periodicos.unesc.net/lendu/article/view/2613. Acesso em: 9 dez. 2019.

BORDENAVE, Juan Enrique Díaz. **O que é comunicação**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

CALIL JUNIOR, Alberto. Bibliotecas públicas como lócus para a alfabetização midiática e informacional. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, v. 13, n. Especial, p. 136-154, 2017. Disponível em: http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/2292. Acesso em: 21 ago. 2020.

JACKS, Nilda; ESCOSTEGUY, Ana Carolina. **Comunicação e recepção**. São Paulo: Hacker Editores, 2005.

CERIGATTO, Mariana Pícaro; CASARIN, Helen de Castro Silva. As mídias como fonte de informação: aspectos para uma avaliação crítica. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**. São Paulo, v. 13, n. especial, p. 155-176, jan./jul. 2017. Disponível em: https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/685. Acesso em: 24 de out. 2019.

CERIGATTO, Mariana Pícaro. **Diálogos possíveis entre competências informacional e midiática**: revisão da literatura e posicionamento de instituições da área. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília, 2018.

CHAUI, Marilena. Cultura e democracia. **Crítica y Emancipación**: Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Buenos Aires, n. 1, p.53-76, jul./dez. 2008.

DUDZIAK, Elisabeth Adriana; FERREIRA, Sueli Mara Soares Pinto; FERRARI, Adriana Cybele. Competência Informacional e Midiática: uma revisão dos principais marcos políticos expressos por declarações e documentos. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**. São Paulo, v. 13, n. especial, p. 213-253, jan./jul. 2017.

FAJARDO, Vanessa. Como o analfabetismo funcional influencia a relação com as redes sociais no Brasil. **BBC News Brasil,** 12 de novembro de 2018. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/brasil-46177957. Acesso em: 13 out. 2019.

GOMES, Henriette Ferreira. A interligação entre Comunicação e Informação. **DataGramaZero**, Paraíba, v. 11, n. 3, documento *online*, não paginado, jun. 2010. Disponível em: http://www.brapci.inf.br/index.php/article/view/0000008925. Acesso em: 01 nov. 2019.

HALL, Stuart. **Da Diáspora**: identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

JACKS, Nilda; WOTTRICH, Laura Hastenpflug. O legado de Stuart Hall para os estudos de recepção no Brasil. **Matrizes**, São Paulo, v. 10, n. 3, p. 159-172, set./dez. 2016. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/matrizes/article/view/124661/121885. Acesso em: 01 nov. 2019.

JAPIASSU, Hilton; MARCONDES, Danilo. **Dicionário básico de filosofia**. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

MARTÍN-BARBERO, Jesús; BARCELOS, Claudia. Comunicação e mediações culturais. **Revista Brasileira de Ciências da comunicação**, v. 23, n. 1, jan./jun., p. 151-163, 2000.

MATTELART, Armand; MATTELART, Michele. **História das teorias da comunicação**. São Paulo: Loyola, 2009.

MEYROWITZ, Joshua. As múltiplas alfabetizações midiáticas. **Revista FAMECOS**. Porto Alegre, n. 15, p. 88-100, ago. 2001.

OROZCO GÓMEZ, Guillermo. Recepción Televisiva - tres aproximaciones y una razón para su estudio. México: Universidad Iberoamericana, 1991. (Cuadernos de Comunicación y Practicas Sociales n 2).

PINHEIRO, Lena Vania Ribeiro. Campo Interdisciplinar da Ciência da Informação: fronteiras remotas e recentes. In: PINHEIRO, Lena Vania Ribeiro (org.). **Ciência da Informação, Ciências Sociais e Interdisciplinaridade**. Brasília ; Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Informação em Ciência da Informação, 1999. Cap. 9. p. 155-182.

PINHEIRO, Lena Vania Ribeiro; LOUREIRO, José Mauro Matheus. Traçados e limites da ciência da informação. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 24, n. 1, documento *online*, 1995. Disponível em: http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/609. Acesso em: 07 dez. 2019.

SARACEVIC, Tefko. Ciência da informação: origem, evolução e relações. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 41-62, jan./jun. 1996. Disponível em: http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/235/22. Acesso em: 06 out. 2019.

SARACEVIC, Tefko. Educação em ciência da informação na década de 1980. **Ciência da Informação**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, p. 3-12, dez. 1978. Disponível em: http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/120. Acesso em: 13 out. 2019.

SARACEVIC, Tefko. Information Science. **Journal of the American Society for Information Science**, Hoboken, p. 1051-1063, out. 1999. Disponível em: https://onlinelibrary.wiley.com/doi/epdf/10.1002/%28SICI%291097-4571%281999%2950%3A12%3C1051%3A%3AAID-ASI2%3E3.0.CO%3B2-Z. Acesso em: 25 nov. 2019.

SARACEVIC, Tefko. **Introduction to information science**. New York: Bowker, 1970.

SMIT, Johanna Wilhelmina; BARRETO, Aldo Albuquerque. Ciência da Informação: base conceitual para a formação do profissional. In: VALENTIM, Marta Lígia Pomim (Org.). **Formação do profissional da informação**. São Paulo: Polis, 2002. p. 9-23.

TEBALDI, Raquel. Contribuições das teorias feministas e dos estudos de gênero para os debates sobre alfabetização midiática e informacional. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, v. 13, n. Especial, p. 196-212, 2017. Disponível em: https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/652. Acesso em: 17 set. 2020.

INDICAÇÃO GEOGRÁFICA DA REGIÃO DA ALTA MOGIANA E A PRODUÇÃO DE CAFÉ ESPECIAL - CONTRIBUIÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

GEOGRAPHICAL INDICATION OF THE ALTA MOGIANA REGION AND SPECIAL COFFEE PRODUCTION - CONTRIBUTIONS TO SUSTAINABLE DEVELOPMENT

Área temática: Desenvolvimento Ambiental/Sustentável

FREITAS, Guilherme Pessoni de
Centro Universitário Municipal de Franca – Uni-FACEF
Mestrando junto ao Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu – Mestrado Interdisciplinar em Desenvolvimento Regional (PPGDR), com graduação em Engenharia Florestal
guipessoni@gmail.com
RIBAS, Luiz César
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – Faculdade de Ciências Agronômicas de Botucatu
Doutor em Engenharia, com graduação em Engenharia Florestal
lcribas@fca.unesp.br
FADEL, Bárbara
Centro Universitário Municipal de Franca – Uni-FACEF
Professora Doutora. Centro Universitário Municipal de Franca – Uni-FACEF
ba.fadel@terra.com.br

Resumo

As transformações no consumo do café na Região da Alta Mogiana promovem um cenário do qual o produtor deve considerar a qualidade, sua origem e a sustentabilidade do processo produtivo. O café especial surge para sanar essa demanda, mas também como uma estratégia produtiva sustentável para os cafeicultores da região. Diante da importância econômica que o setor cafeeiro desempenha, indaga-se se o sistema produtivo está contribuindo para o desenvolvimento sustentável regional. Tem-se como objetivo geral tratar as características e representações que impactam na produção do café especial, a partir de um estudo de caso da AMSC, analisando as principais ações que impactam o desenvolvimento sustentável regional. O objetivo específico busca: identificar as principais ações desempenhadas pela associação nas áreas econômicas, sociais e ambientais que contribuem para o desenvolvimento sustentável da região, pela obtenção do produtor associado do Selo de Indicação Geográfica da Alta Mogiana. Deliniou-se uma pesquisa exploratória e descritiva, de natureza qualitativa, composta pela pesquisa bibliográfica e, de um estudo de caso, analisando as principais ações que impactam seus associados. A certificação sustentável para o café especial na região da Alta Mogiana vem sendo articulada pelos produtores associados à AMSC e demais stakeholders, influenciando do ponto de vista social: no fortalecimento dos vínculos sociais entre os atores da cadeia produtiva, o capital social da região; do econômico: contribuir para estratégias de inovação, diferenciação e competitividade; ambiental: contribuir na adequação ambiental das propriedades rurais, como também, pela qualidade ambiental do café especial.

Palavras-chave: Cafés Especiais, Indicação Geográfica, Região da Alta Mogiana.

Abstract

The transformations in coffee consumption in the Alta Mogiana Region promote a scenario in which the producer must consider the quality, its origin and the sustainability of the production process. Special coffee appears to meet this demand, but also as a sustainable productive strategy for coffee growers in the region. Given the economic importance that the coffee sector plays, it is asked whether the productive system is contributing to regional sustainable development. The general objective is to deal with the characteristics and representations that impact the production of special coffee, based on a case study of AMSC, analyzing the main actions that impact regional sustainable development. The specific objective seeks to: identify the main actions performed by the association in the economic, social and environmental areas that contribute to the sustainable development of the region, by obtaining the associated producer of the Alta Mogiana Geographical Indication Seal. An exploratory and descriptive research, of a qualitative nature, outlined by bibliographic research and, of a case study, outlined the main actions that impact its members. Sustainable certification for specialty

coffee in the Alta Mogiana region has been articulated by producers associated with AMSC and other stakeholders, influencing from a social point of view: in strengthening social bonds between actors in the production chain, the region's social capital; the economic: contribute to strategies for innovation, differentiation and competitiveness; environmental: contribute to the environmental suitability of rural properties, as well as the environmental quality of specialty coffee.

Keywords: Special Coffees, Geographical indication, Alta Mogiana Region.

1 INTRODUÇÃO

Este artigo é resultado de uma dissertação de mestrado que trata das recentes transformações na produção e consumo do café na região da Alta Mogiana. As relações do consumo atual de café proporcionam a demanda de um novo consumidor, do qual possui uma identidade cultural que coloca em perspectiva indagações ao ambiente rural, local de origem do produto, com temáticas associadas à sustentabilidade da produção e o desenvolvimento territorial regional.

Souza et al (2011), neste sentido, indicam que, a partir deste cenário de transformação, constitutivo de forte valorização e idealização do “rural”, devem ser pontuados ao menos dois movimentos distintos em curso: i) observam-se iniciativas que propõem a legitimação de produtos a partir de processos de certificação que privilegiam sua origem, e; ii) ações que propõem a valorização de produtos tradicionais e locais como patrimônio cultural, buscando preservar e reproduzir saberes e fatores historicamente constituídos, em processos que afirmam produtores e regiões enquanto culturas, identidades e modos de vida.

Segundo Giesbrecht *et al.* (2014), há pelo menos três setores no Brasil que se destacam na busca de uma certificação particularmente pautada no reconhecimento de Indicação Geográfica - IG, principalmente em razão de suas especificidades, cadeia produtiva e mercado: vinhos, artesanato e café.

Inserido neste mercado ainda em expansão, do qual os consumidores demandam produtos diferenciados, temos a produção do sistema produtivo de cafés especiais na Região da Alta Mogiana, sendo que um dos atores que participam ativamente neste processo é a Associação de Produtores de Cafés Especiais da Alta Mogiana – AMSC.

Alguns desafios estão postos aqueles que defendem por esta nova forma de se fazer agricultura a partir da utilização de novos formatos tecnológicos que asseguram a harmonia entre os principais objetivos fundamentais da sustentabilidade. É necessária uma formatação produtiva que incorpore os aspectos sociais e ambientais, utilizando-os para benefício da cadeia produtiva, mas também os preservando e potencializando, com ações coordenadas de ganhos para todos os agentes. Para isso devem-se construir mecanismos sustentáveis que permitam tratar as questões técnicas, ambientais e sociais.

O tema do presente trabalho deve, portanto, partir da premissa central de que o desenvolvimento sustentável pauta-se em ações, iniciativas e práticas que considerem além dos aspectos econômico-financeiros, características ambientalmente corretas e socialmente justas, além de propiciarem, o crescimento econômico e a criação de renda, emprego e riqueza.

Portanto, diante deste cenário, onde a cafeicultura detém destacada importância econômica para a região de Franca, surge a seguinte pergunta: o sistema de produção de café do tipo especial, considerando seu modelo de certificação segundo preceitos específicos das Indicações Geográficas da Região da Alta Mogiana, está contribuindo para o desenvolvimento sustentável regional?

Para investigar o problema, o estudo orientou-se pela seguinte hipótese: a certificação de um sistema produtivo de café baseado na sua Indicação Geográfica pode ser considerada um elemento determinante para o desenvolvimento regional sustentável, não somente para os atores diretamente envolvidos, como também, para a região da Alta Mogiana como um todo.

O objetivo central contribuiu sobre as características e as representações que impactam na produção de café especial, a partir de um estudo de caso da Associação de Produtores de Cafés Especiais da Alta Mogiana – AMSC, analisando se as ações desempenhadas por esta evidenciam a sua contribuição através de ações sustentáveis na região da Alta Mogiana.

O objetivo específico deste trabalho é trazer ao leitor as principais ações desempenhadas pela Associação nas áreas econômicas, sociais e ambientais que contribuem para o desenvolvimento sustentável da região, através da entrevista concedida da Associação de Produtores de Cafés Especiais da Alta Mogiana - AMSC ao autor da dissertação de mestrado.

A execução do trabalho está em virtude de fornecer subsídios e entender parte da produção de cafés especiais da região da Alta Mogiana, levando em consideração os limites de atuação da AMSC. Desenvolver análises críticas com base no desenvolvimento sustentável e a sua influencia na região.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

O café produzido no Brasil recebe classificações distintas, levando em consideração aspectos qualitativos do grão para categorizá-los. Este estudo considerou a Metodologia de Avaliação Sensorial SCA (SCAA Cupping Protocols, 2008).

Café Especial, de acordo com esta fonte, é todo aquele que atinge no mínimo 80 pontos na escala de pontuação da metodologia (da qual detém valores máximos de 100 pontos), sendo avaliados os seguintes atributos (aroma, fragrância, uniformidade, ausência de defeitos, doçura, sabor, acidez, corpo, finalização, harmonia, conceito final).

O Café Especial destaca-se nesses atributos, possuindo sabores e aromas que podem ser frutados, herbais, doces como caramelo e chocolate, sendo que sua apreciação pode ser em função da região de cultivo, do cuidado pós-colheita e da torra.

Toda essa diferenciação do produto se traduz em potencialidades estratégicas para o desenvolvimento sustentável da região, visto a complexidade e a necessidade de mão de obra qualificada presente em todos os processos da cadeia produtiva.

As características físicas e a composição química do café que traduzem a sua classificação e respectiva qualidade podem ser explicada, basicamente, pelos seguintes fatores: a) constituição de frutos cerejas sadios e graúdos e que estes ocorrem em ramos vigorosos, constituídos por técnicas de manejo adequadas, b) colheita planejada para a determinação do ponto de maturação correta, atribuindo uniformidade aos frutos, prezando sempre uma porcentagem maior de frutos maduros; c) lavagem e separação, eliminando impurezas e separando o café em lotes distintos para a secagem; d) secagem do fruto, determinando faixas de umidade ideal para o armazenamento, torra e moagem (INCAPER, 2009).

REGIÃO DA ALTA MOGIANA E A AMSC (ASSOCIAÇÃO DE PRODUTORES DE CAFÉS ESPECIAIS DA ALTA MOGIANA)

O município de Franca está inserido na região produtora de café denominada Alta Mogiana, com o cultivo principal da espécie Arábica. A região produz uma bebida encorpada, com aroma frutado e sabor suave adocicado. Considerada uma das regiões produtoras de café mais tradicionais, possuindo cafezais a uma altitude que varia entre os 800 a 1.100 metros de altitude. A temperatura anual média de 20°C é considerada amena, sendo que as variedades Arábica mais cultivadas são o Bourbon Amarelo, Catauí e o Mundo Novo (CUSTÓDIO, F. V et al., 2018).

A região recebeu sua Indicação de Procedência pela formulação da AMCS – Associação de Produtores de Cafés Especiais da Alta Mogiana, sendo que a área conta com uma abrangência de 23 municípios (15 paulistas e 8 mineiros).

Segundo BSCA – Associação Brasileira de Cafés Especiais, as características do café da Alta Mogiana são de uma bebida encorpada, com acidez média e notas que vão de pêssego a chocolate, sendo que os cafés da região já foram listados entre os dez melhores do país por dois anos consecutivos na *Cup of Excelence Brazil*, um dos principais concursos de qualidade do circuito mundial.

Estas características e complexidades podem ser obtidas pelas características edafoclimáticas da região, com propriedades localizadas em altitudes acima de 800 metros e com relação ao manejo correto das etapas de produção, do plantio à secagem, da colheita à torrefação, transformando estas características como valores que serão apropriados na cadeia produtiva do café especial.

DESENVOVLIMENTO REGIONAL DO CAFÉ A PATIR DE MODELOS DE CERTIFICAÇÃO: UM FOCO ESPECIAL NAS INDICAÇÕES GEOGRÁFICAS

As transformações nas relações interpessoais e a velocidade das informações têm tornado consumidores muito mais exigentes quanto ao serviço, produto e ao sistema de produção daquilo que estão adquirindo.

Programas de certificação, dos quais tem a finalidade de incentivar e aumentar o desenvolvimento sustentável da comercialização do café esta se aprimorando e evoluindo expressivamente.

Atualmente, a produção de cafés especiais da Região da Alta Mogiana conta com uma estrutura de certificação estruturada em um selo de Indicação Geográfica.

Neste sentido, uma melhor compreensão do conceito das Indicações Geográficas (IG) pode ser buscada em diversos trabalhos como, por exemplo, Kakuta (2006). O autor constatou que, no momento em que produtores de vinho, comerciantes e consumidores verificaram que determinados produtos apresentavam qualidades e características atribuíveis à sua origem geográfica, passaram a denominá-lo com nome geográfico de sua procedência.

A legislação brasileira, fundamentada na Lei 9.279/1996[1], na Resolução INPI n. 075/2000[2] e na Instrução Normativa INPI n. 25/2013[3], basicamente, divide as Indicações Geográficas em duas modalidades: Indicação de Procedência (IP) e Denominação de Origem (DO).

De maneira objetiva, para contextualização do trabalho, a Indicação de Procedência (IP) exige somente notoriedade do local de origem dos produtos e/ou serviços. A Denominação de Origem (DO) exige a comprovação de produto e/ou serviço, possui qualidade ou característica que se devem essencialmente ao local (meio geográfico) de origem, considerando-se fatores naturais como clima, solo, dentre outros fatores humanos como modo de fazer (BRUCH; VITROLLES; LOCATELLI, 2010; SILVA et al., 2010).

Boisier (1996) considera que o desenvolvimento de uma região pressupõe a existência de um processo de crescimento econômico, que pode caracterizar-se por alguns atributos simultaneamente: (i) crescente processo de autonomia regional, ou seja, a região definindo seu desenvolvimento; (ii) crescente movimento de inclusão social e participação popular; (iii) processo de conscientização em relação a preservação ambiental e manejo racional de recursos; e (iv) uma identificação da população com sua região.

Entende-se que, diante das premissas para o desenvolvimento regional sugeridas no parágrafo anterior, as Indicações Geográficas – IG surgem como estratégias potencialmente promissoras para o fim de subsidiar o desenvolvimento regional.

Até porque, afora o contexto de regionalidade presente nos dois aspectos (IG e desenvolvimento regional) e, embora a dimensão econômica seja força motriz para o sucesso da cadeia produtiva do café especial (a partir da agregação de valor aos produtos, aumento na produção, expansão de mercados, estímulo a atividades complementares), existem outras dimensões que podem ser estimuladas a partir do estudo do produto que detém a IG (PELLIN, 2016).

Em reforço verifica-se que, no âmbito social, conforme reconhece a European Commission (s.d.), a IG promove um fortalecimento dos vínculos sociais entre os atores da cadeia produtiva. Essa dimensão coletiva acaba fortalecendo o capital social da região, elemento importante para a promoção do desenvolvimento regional.

A ferramenta da IG pode ser utilizada especialmente para fins dos agentes agrícolas viabilizarem projetos com cunho sustentável, criando um ambiente competitivo e vantagens em relação às outras empresas do processo produtivo.

PRODUÇÃO DE CAFÉ ESPECIAL NA REGIÃO DA ALTA MOGIANA

A Associação da Alta Mogiana (AMSC) se caracteriza por ser uma entidade sem fins lucrativos, que promove a produção e o consumo de cafés especiais da Alta Mogiana. Um dos papéis da entidade é representar a região em feiras nacionais e internacionais, “mostrando para o mundo que a região possui cafés de altíssima qualidade e com características únicas e especiais” (AMSC, 2020).

---

[1] BRASIL. **Lei n. 9.279, de 14 de maio de 1996.** Regula direitos e obrigações relativos à propriedade intelectual. Disponível em:< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9279.htm >. Acesso: 22.06.2020

[2] INPI. Instituto Nacional de Propriedade Intelectual. **Resolução INPI n. 075, de 28 de novembro de 2000.** Estabelece as condições para o registro das indicações geográficas. Disponível em:< https://www.wipo.int/edocs/lexdocs/laws/pt/br/br070pt.pdf >. Acesso: 22.06.2020

[3] Revogada pela IN INPI n. 095/2018 (INPI. Instituto Nacional de Propriedade Intelectual. **Instrução Normativa n. 095/2018, de 28 de dezembro de 2018.** Estabelece as condições para o registro das Indicações Geográficas. Disponível em:< https://www.gov.br/inpi/pt-br/backup/centrais-de-conteudo/legislacao/IN0952018.pdf >. Acesso: 21.06.2020.

A entidade detém a gestão da IG – Indicação Geográfica, da qual protege os produtores de pirataria através de um certificado de origem e um selo, garantindo a procedência do café comercializado.

O selo de Indicação Geográfica *"garante uma proteção ao produtor contra utilização indevida do nome da Região da Alta Mogiana (...). Além de atestar uma qualidade mínima do produto, garantindo essa qualidade de forma isenta aos produtores"* (AMSC, 2020).

A premissa de se obter o selo é correlacionada: a) aos aspectos locacional da propriedade, sendo necessário estar inserida na Região da Alta Mogiana e com altimetria acima de 800 metros; b) aspectos da bebida obtida pelo processo produtivo da fazenda; c) assinatura do termo de responsabilidade socioambiental.

Atualmente, a associação conta com 90 associados (produtores, exportadores, marcas de café torrado, cooperativas) (AMSC, 2020).

Segundo o site oficial da associação, deste número de associados, 40 são produtores de café especial localizados na Região da Alta Mogiana (*on line*, AMSC 2020).

As ações que a Associação promove com os produtores podem representar melhores condições para o trabalhador, conservação dos recursos naturais, desenvolvimento de práticas sustentáveis, melhor qualidade no café interferindo em melhores pontuações, acesso a novos mercados, melhores condições de negociações, entre outros aspectos que serão objetivo desta pesquisa elencar e discorrer sobre.

Neste sentido, verifica-se que um dos grandes desafios quando se trata da Indicação Geográfica é como desenvolver e aplicar de forma sustentável as práticas concebidas em determinados produtos, incentivando o desenvolvimento regional sem perder de vista as características culturais que dão a diferenciação para o local.

Ao se propor mecanismos de produção que contemplem o desenvolvimento regional e a sustentabilidade devem levar em conta não somente o crescimento econômico concebido pela aferição do lucro, mas também as reais condições do ambiente local e das pessoas que contribuem para o processo produtivo para a sua sustentação e permanência ao longo prazo.

A Indicação Geográfica, dentro de uma primeira leitura, vincula o território e/ou ambiente que um determinado produto é desenvolvido com suas características específicas. Secundariamente, a Indicação Geográfica apresenta-se como uma proposição alternativa de desenvolvimento regional.

Constitui-se, por fim, numa garantia jurídica de uso exclusivo de uma denominação a produtos ou serviços, permitindo resguardar estes, identificados com essa denominação, impedindo que terceiros, não autorizados, usem as referidas denominações, entre outros benefícios relacionados à proteção do conhecimento tradicionais, com o intuito de preservar e transmitir ao longo de gerações.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta sessão envolve uma contextualização sobre a pesquisa e apresenta o roteiro, demonstrando as etapas da coleta de dados, vem como identifica as características e representações que impactam na produção de café especial.

A coleta de dados através da entrevista tem por objetivo correlacionar as ações desempenhadas pela AMSC – Associação de Produtores de Cafés Especiais da Alta Mogiana no âmbito social, ambiental e econômico para os produtores associados que detém o selo de Identificação Geográfica.

Assim, realizou-se a aplicação de questionário por meio de entrevista e a partir da base de dados obtida, desenvolveu-se preliminar de conteúdo, sendo que este método de tratamento e análises de informações, colhidas por meio de técnicas de coleta de dados, consubstanciadas em um documento (CHIZZOTTI, 2001, p. 98).

Para alcançar os objetivos da pesquisa, desenvolveu-se uma pesquisa exploratória e descritiva, inicialmente bibliográfica e documental, em livros, sites, portarias, resoluções, artigos acadêmicos, teses, monografias com dados secundários que abordam o tema.

Foi realizada, posteriormente, a aplicação de questionário por meio de entrevista. A partir da base de dados, foi desenvolvida uma análise preliminar de conteúdo, sendo este um método de tratamento e análise de informações, colhidas por meio de técnicas de coletas de dados, consubstanciadas em um documento (CHIZZOTII, 2001, p. 98).

Efetuou-se ainda, uma pesquisa de campo, através de observação direta e aplicação de questionário por meio de entrevista.

Tratando da forma de abordagem do problema de pesquisa, ela pode ter caráter qualitativo.

A abordagem qualitativa, segundo Minayo (2001) e Chizzotti (2001), realiza uma aproximação fundamental e de intimidade entre sujeito e objeto, uma interdependência viva entre o sujeito e o objeto, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito, uma vez que ambos são da mesma natureza. Ela trabalha com valores, crenças, representações, hábitos, atitudes e opiniões. Utiliza de algumas técnicas que auxiliam na descoberta de fenômenos latentes, tais como a observação participante, história ou relatos de vida, análise de conteúdo, entrevista não diretiva etc.

.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir da realização da entrevista concedida pela AMSC, identificaram-se as principais ações que a associação desempenha dividindo em três áreas: Aspectos Econômicos, Aspectos Ambientais e Aspectos Sociais.

Quadro 1 – Ações desempenhadas pela Associação dos Produtores de Café Especial da Alta Mogiana no âmbito da sustentabilidade, das quais influenciam na região.

ASPECTO ECONÔMICO	INOVAÇÃO	Agriculturas de pequeno porte ou familiar apresentam dificuldade de incorporar inovações, visto a necessidade de aportes e recursos financeiros para adquirir máquinas e equipamentos		Utilização de processamentos no produto agrícola, beneficiando e oferecendo no mercado com um valor agregado maior
	ACESSO A DIVERSOS MERCADOS CONSUMIDORES	Parcerias com cafeterias e torrefações para fornecimento em todos os anos de cafés especiais, com remuneração superior ao mercado de café tradicional	Acesso ao mercado de commodities	Produção consorciada de café especial com *commodity* favorece o custo de produção
	PROMOÇÃO DA MARCA NO TERRITÓRIO DA ALTA MOGIANA	Ofertar o produto para um mercado exclusivo, unindo força de outros produtores para acessar este tipo de consumidor	Utilização do selo de Indicação de Procedência para garantir a origem e qualidade dos cafés	Estratégia de gerenciamento do produto cria significado, dando capacidade ao setor produtivo sobreviver ao mercado competitivo
	RESPONSABILIDADE SOCIAL	Fornecimento e a manutenção dos direitos básicos e essenciais para os colaboradores	Comunicação direta aos consumidores, dialogando e	Organização de eventos, como o FAMCAFÉ,

ASPECTO SOCIAL			proporcionando informações do sistema produtivo	que tem por objetivo posicionar a região como produtora de cafés de alta qualidade
	FORTALECIMENTO DOS VÍNCULOS SOCIAIS	Indicações Geográficas como estratégia de subsidiar o desenvolvimento regional	Fortalecimento do capital social da região	
	QUALIFICAÇÃO DA MÃO DE OBRA	Vinculo direto com a principais Instituições de Ensino e Pesquisa da região (IAC, Uni Octavio, faculdades)	Diferenciação do produto (café especial) se traduz em potencialidades estratégicas para o desenvolvimento da região, visto a complexidade e a necessidade de mão de obra qualificada presente em todos os processos	
ASPECTOS AMBIENTAIS	SERVIÇOS AMBIENTAIS	Propriedades associadas enquadradas legalmente na legislação florestal	Manutenção dos remanescentes florestais através das Áreas de Preservação Permanente, Reserva Legal	Agregação dos serviços ambientais na produção de cafés especiais
	SISTEMAS PRODUTIVOS SUSTENTÁVEIS	Produção do café especial em sistemas produtivos agroflorestais e/ou consorciados	Sistemas produtivos agroflorestais contribuem para mitigação das mudanças climáticas e adaptação dos sistemas agrícolas	Utilização de *cases* de sucesso para disseminar o conhecimento desta prática a outros produtores associados

Fonte: Elaborada pelo autor (2020).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A escolha da Associação dos Produtores de Cafés Especiais da Alta Mogiana (AMSC) deu-se pela sua importância no contexto da pesquisa e pela possibilidade de influenciar, através de ações desempenhadas, benefícios para o proprietário que detém o selo de Indicação Geográfica e nas ações dos atores que impactam na sustentabilidade regional.

Entre os objetivos da AMSC, destacamos o de promover o reconhecimento da região, a congregação de pessoas e empresas atuantes no mercado de cafés especiais, incluindo a produção, beneficiamento, comercialização, industrialização e distribuição. A entidade busca dar condições aos produtores para aumentar o nível da sua produção, melhorando a qualidade do produto, agregando valor ao café.

A construção de um modelo de certificação sustentável para o café especial vem sendo articulada pela agricultura, em termos da respectiva cadeia produtiva, pela Associação de Produtores

de Café Especiais da Alta Mogiana - AMSC, cafeicultores da região e demais stakeholders.

A Indicação Geográfica – IG que vincula a região da Alta Mogiana, onde o café especial é produzido, apresenta-se como uma proposição alternativa de desenvolvimento regional sustentável.

A dinâmica de escala para o sistema produtivo do café especial esta associada à possibilidade do produtor ter condições de produzir o café tradicional – commodity junto ao diferenciado. Como evidenciado na pesquisa e na entrevista, muitas vezes os produtores têm sua estratégia em produzir uma parcela de café especial, junto ao tradicional. Esta combinação, da produção das duas culturas, possibilita ao produtor fazer uma transição nos processos produtivos e adequar-se às exigências do mercado consumidor.

Este processo construtivo vem influenciando o desenvolvimento sustentável regional sob diversas maneiras. Do ponto de vista social, ao influir no fortalecimento do capital social da região, por exemplo. Do ponto de vista econômico, ao contribuir para estratégias de inovação, diferenciação e competitividade da cadeia produtiva.

Por fim, do ponto de vista ambiental, a contribuição ocorre não somente por conta de aspectos da adequação das propriedades rurais em si, como também, pelo aprimoramento da qualidade ambiental do café especial, propriamente dito.

Nesse sentido, a contribuição do setor cafeeiro local, sobretudo considerando o café especial, em termos da respectiva cadeia produtiva, seria determinante, principalmente se viesse a ocorrer não somente por intermédio da implantação de um processo de certificação sustentável, como também, em um momento posterior, via criação/reformulação de um selo de Indicação Geográfica, que condicione os produtores a seguir práticas sustentáveis.

A incorporação dos conceitos da sustentabilidade ao selo da Região da Alta Mogiana garantirá para o consumidor não apenas a qualidade da bebida, mas também que as práticas e processos demandados pela cadeia produtiva do setor estejam em conformidade com os conceitos de sustentabilidade.

Ao se propor mecanismos de produção que contemplem o desenvolvimento regional e a sustentabilidade, os atores envolvidos no processo produtivo de café especial na Região da Alta Mogiana devem levar em conta não somente o crescimento econômico concebido pela aferição do lucro, mas também as reais condições do ambiente local e das pessoas que contribuem para o processo produtivo para a sua sustentação e permanência ao longo prazo.

Em síntese, a pesquisa mostrou no plano teórico-propositivo a diferença entre a produção de café especial com a produção tradicional (*commodity*), a importância da Indicação Geográfica enquanto estratégia diferenciada de concorrência e as possibilidades de atuação da Associação de Produtores de Café Especial da Região da Alta Mogiana. Entretanto, o desenvolvimento nas dimensões econômica, social e ambiental configurou-se mais como hipótese do que algo objetivo.

REFERÊNCIAS

BOISIER, S. *Modernidad y territorio*. Santiago de Chile: ILPES, 1996.

BRUCH, K. L.; VITROLLES, D.; LOCATELLI, L. Estudo de caso: IP Vale dos Vinhedos, IP Paraty e IP Vale do Submédio São Francisco. In: CERDAN, C. M.; BRUCH, K. L.; SILVA, A. L. (Org.). Curso de propriedade intelectual e inovação no agronegócio. Florianópolis, SC: SEaD/UFSC/FAPEU, 2010. Módulo II – Indicação Geográfica. MAPA.

Chizzotti, A. (2001). Pesquisa em ciências humanas e sociais (8a ed.). São Paulo: Cortez.

CUSTÓDIO, F. V.; FEHR, L. C. F de A.; CARDOSO; A. M.; DUARTE. S.L. Análise dos Custos de Produção de Café Arábica nas Regiões Polos do Brasil. In: XXV Congresso Brasileiro de Custos – Vitória, ES, Brasil, 12 a 14 de novembro de 2018.

GIESBRECHT, H. O.; MINAS, R. B. A.; GONÇALVES, M. F. W.; SCHWANKE, F. H. Indicações geográficas brasileiras. Brasília: SEBRAE/INPI, 2014. 264p.

INCAPER – Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural - Técnicas de

Produção de café arábica: renovação e revigoramento das Lavouras no Estado do Espírito Santo / Maria Amélia Gava Ferrão ...[et al.] 3ª ed. – Vitória, ES: Incaper, 2009. 56 p. (Incaper, Circular Técnica, 05-I)

KAKUTA, S. M.; SOUZA, A. I. L.; SCHWANKE, F. H.; GIESBRECHT, H. O. *Indicações geográficas*: guia de respostas. Porto Alegre: SEBRAE/RS, 2006.

MINAYO, M. C. de L. (Org.) Pesquisa social: teoria, método e criatividade. 19. Petrópolis: Vozes, 2001.

PELLIN, V. Indicação geográfica, políticas públicas e desenvolvimento territorial sustentável: uma análise a partir do processo de reconhecimento da IG para chope e cerveja artesanal da região de Blumenau (SC), em sua arena pré-decisional. 2016. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Regional) - Universidade Regional de Blumenau (FURB), Blumenau, SC, 2016.

SCAA CUPPING PROTOCOLS. Protocolo para análise sensorial de café. *Metodologia SCAA* Rev. Dezembro 2008.

SILVA, A. L.; CERDAN, C.; VELLOSO, C. Q.; VITROLLES, D. Delimitação geográfica de área: homem, história e natureza. In: CERDAN, C. M.; BRUCH, K. L.; SILVA, A. L. Curso de propriedade intelectual e inovação no agronegócio. Florianópolis, SC: SEaD/UFSC/FAPEU, 2010. Módulo II – Indicação Geográfica. MAPA.

SOUZA, C. M. M.; THEIS, I. M. *Desenvolvimento regional*: abordagens contemporâneas. Blumenau, SC: Edifurb, 2009.

ÍNDICES DE LIQUIDEZ – FERRAMENTA DE AUXÍLIO PARA A GESTÃO EMPRESARIAL

LIQUIDITY INDICES – AID TOOL FOR BUSINESS MANAGEMENT

Dinâmicas Territoriais e Desenvolvimento Regional: Gestão Organizacional e Empreendedorismo

OLIVEIRA, Edmilson Ribeiro
Faculdade Aldete Maria Alves/FAMA
Graduanda em Ciências Contábeis
edmilsonribeirooliveira3@gmail.com

FERRACINI, Maria José Floriano
Faculdade Aldete Maria Alves/FAMA
Mestre em Ciências Ambientais
coorcontabeisfama@hotmail.com

Resumo

Este trabalho objetiva demonstrar a finalidade da análise dos Índices de Liquidez para a Gestão Empresarial, também mostrar como essas análises auxiliam no processo de tomada de decisões empresariais. Apresenta também grande relevância ao trazer conceitos de Índices, bem como os tipos dos mesmos; assim como conceito de Gestão Empresarial e suas características. Demonstra como são feitos os cálculos dos índices, e qual a finalidade dos mesmos. Evidencia de que forma tais análises são importantes no gerenciamento das atividades de uma entidade. A empresa em questão é a Natura Cosméticos S/A, sendo analisada a pesquisa nos anos de 2017 a 2018 para verificação se a empresa estava tendo lucro.Para se obter essa informação foi realizado tabelas e formulas e assim foi possível obter conhecimentos sobre o balanço patrimonial para certificar se estava obtendo lucro e se os procedimentos realizados pela empresa onde dotaram um sistema de vendas e serviço com mais eficiência, com as revendedoras fazendo compras pelo site ou telefone para mais de 350 mil consultorias. Quando se realiza a análise do balanço tem-se uma visão da estratégia utilizada e também os planos, avaliando seu potencial e a potencialidade das operações. Muitas empresas buscam somente a entender o lucro que a empresa obtém, mas não fazem uma análise geral sobre a situação real da empresa. A Análise foi realizada através de índices de liquidez, onde, através dos resultados obtidos, pode - se observar a saúde empresarial da empresa Natura Cosméticos S/A. A metodologia usada foi a qualitativa com pesquisas em sites e livros. Conclui-se que o desenvolvimento deste trabalho traz um pouco mais de conhecimento sobre tais índices, bem como a análise dos mesmos a quem possa vir se interessar.

Palavras- chave: Análise das demonstrações contábeis. Análise vertical e horizontal. Análise de índice.

Abstract
LIQUIDITY INDICES - AN AID TOOL FOR BUSINESS MANAGEMENT

This work aims to demonstrate the purpose of the analysis of Liquidity Indices for Business Management. And show and how liquidity index analyses help in the business decision-making process. Also bring concepts of Liquidity Indices, as well as the types thereof, as well as business management concept and its characteristics. Demonstrate how liquidity indices are calculated and the purpose of liquidity indices. Also present how such analyses are important in the management of the activities of an entity. The company in question is Natura Cosméticos S/A, where the research was analyzed from 2017 to 2018. It was possible to obtain knowledge about the balance sheet to make sure that it was making a profit and that the procedures performed by the company were correct in order to generate profit. When analyzing the balance sheet, there is a view of the strategy used and

also the plans, evaluating its potential and also the potential of the operations. Many companies seek only to understand the profit that the company obtains, but do not make an overview of the real situation of the company. Analysis was performed through the analysis of financial and economic indices, where, through the results obtained, it can observe the business health of the company Natura Cosméticos S/A. The methodology used was qualitative with research on websites and books. It concludes the development of this will bring a little more knowledge about such indexes, as well as the analysis of the same to whom you may come interested.
Keywords: Analysis of financial statements. Vertical and horizontal analysis. Index analysis.

1.INTRODUÇÃO

Com o alto nível de concorrência das empresas e a busca em mantê-las com lucratividade é preciso ser instaurado um processo de avaliar o seu desempenho nas suas operações. Este trabalho tem como objetivo geral demonstrar a finalidade da análise dos Índices de Liquidez para a Gestão Empresarial e como objetivo específico trazer conceitos de Índices de Liquidez, bem como os tipos dos mesmos, assim como conceito de Gestão Empresarial e suas características. Demonstrar como são feitos os cálculos dos índices de liquidez, bem como a finalidade dos mesmos. Trazer de que forma tais análises são importantes no gerenciamento das atividades de uma entidade.

As análises de balanços são uma das técnicas que realiza a decomposição e demonstrativos financeiros das empresas onde se tem a possibilidade de ter conhecimento dos índices para que se possa fazer verificações que trarão soluções no gerenciamento das atividades de uma entidade.

A finalidade deste trabalho é mostrar a análise dos índices de liquidez para a gestão empresarial, bem como todas as informações necessárias ao bom desenvolvimento e tomada de decisões, pois muitas entidades não tem este conhecimento. Este trabalho tem o objetivo de desenvolver o estudo e a importância dos indicadores financeiros. O mesmo irá trazer conhecimentos aprofundados sobre a saúde da empresa, o que ajudará em seu desenvolvimento e sucesso promissor.

O gestor da empresa necessita ter administração porque qualquer empresa deve produzir informações na tomada de decisões, que vem por meio da Análise de Balanço onde se avalia toda situação, pois através da mesma extrai-se diversos índices e seus indicadores que vão auxiliar na tomada de decisão da empresa. Um dos indicadores são os Índices de liquidez, uma vez que os mesmos têm a importância de viabilizar e avaliar a capacidade de pagamento das empresas para cumprir suas obrigações.

Existem quatro tipos de índices de liquidez e cada um possui sua forma de avaliar usando métodos que são importantes para a gestão financeira da empresa.

No decorrer do trabalho haverá a análise com demonstração da importância de cada índice e também seus conceitos.

A metodologia utilizada neste trabalho foi um referencial teórico em relação ao tema.

2.REFERENCIAL TEÓRICO
PRINCIPAIS ÍNDICES DE LIQUIDEZ

De acordo com Matarazzo (2010, p.81) o índice de liquidez tem por finalidade fazer uma demonstração da capacidade da empresa para cumprir com seus deveres. E para que isso aconteça a mesma precisa saber o quanto ela tem de capital de recursos para pagar suas obrigações.

Na gestão empresarial observa - se um leque com várias funções a serem utilizadas e formas para definir - se uma determinada tarefa na área da empresa. A organização das funções e o ciclo operacional são fatores que determinam uma operação administrativa, buscando o seu melhor desempenho e melhor eficiência dos resultados esperados.

> A competência de pagamento de uma organização é calculada através de um quociente que faz a relação dos valores de seu ativo com os valores de seu passivo. A empresa precisa ter o controle de seus fluxos de caixa e também do ciclo financeiro. Além do mais, é necessário também que o órgão esteja ciente da sua capacidade de gerar lucro e de fazer estratégias de financiamento e de investimento (MATARAZZO, 2010, p.81)

A empresa precisa ter disponível todas as informações necessárias para que o contador responsável tenha condições de realizar os cálculos dos índices de liquidez, porque a saúde da empresa está profundamente conectada a esse índice. E para melhor esclarecimento sobre esse grau de liquidez, é necessário a percepção e clareza, de qual o tipo de atividade está sendo desenvolvida para fazer relações com os outros indicadores.

Por isso "os índices contábeis não podem ser considerados de maneira isolada. Por exemplo, uma indústria que mantém um grande estoque" (SILVA, 2007, p. 109).

A empresa precisa estar ciente que ela precisa cumprir suas metas de vendas, porque se o mesmo não ocorrer, ela pode se endividar. Por isso que todo os valores médios necessitam serem avaliados, sendo possível fazer uma comparação para futuros acertos.

Segundo Marion, (2012, p 131) o Índice de liquidez comum mede a capacidade de pagamento da empresa no curto prazo. O índice de liquidez corrente é calculado dividindo-se o ativo circulante da empresa (seus direitos de curto prazo, como o dinheiro em caixa e os estoques) pelo passivo circulante (as dívidas em curto prazo, como empréstimos, impostos, pagamentos a fornecedores.

Para Bruni (2011, p.122), "Indicadores de liquidez estudam a solvência ou a capacidade de honrar as obrigações assumidas pela entidade [...], a gestão da liquidez nas empresas é um dos maiores desafios da gestão financeira."

O índice de liquidez Geral não faz restrição de prazo: comparam todas as dividas (a curto e longo prazos) com a soma de todos os valores disponíveis e realizáveis em qualquer prazo. (Reis, 2003).

Fórmula

$$\textbf{Liquidez corrente} = \frac{\textbf{Ativo Circulante}}{\textbf{Passivo Circulante}}$$

2.1Índices de Liquidez Seca

Ainda segundo Marion (2012, p. 1530 o índice de liquidez seca é similar ao índice de liquidez corrente. A única diferença é que ele exclui os estoques do ativo circulante da empresa, já que esses direitos são menos realizáveis no curto prazo. Na liquidez seca, os valores são apreciáveis de que a empresa dispõe para pagar suas contas no curto prazo mesmo que não consiga vender nada do que tem estocado.

O índice de liquidez seca subtrai do ativo circulante os valores registrados no estoque. Representa quanto a empresa possui a realizar no curto prazo, sem considerar a venda dos estoques para cada real registrado a pagar. (Bruni, 2011).

Reis (2003, p. 177), assim define:

> O quociente de liquidez seca é importante na hipótese de não termos elementos para calcular a rotação dos estoques e também nos seguintes casos, quando os estoques passam a constituir valores de difícil conversão em moeda: em épocas de retração do mercado consumidor, quando a rotação dos estoques for muito lenta, ou para empresas que tem suas vendas concentradas em determinadas épocas do ano.

Fórmula

Liquidez Seca = Ativo Circulante - Estoques
Passivo Circulante

2.2 Liquidez Imediata

De acordo com Assaf (2012, p. 99), a liquidez adjacente desvenda a porcentagem dos débitos a curto prazo (circulante) onde sua liquidação é realizada prontamente. Esse quociente é geralmente baixo devido à pouca importância das empresas em alimentar recursos monetários em caixa, ativo operacionalmente de reduzido ganho. O índice de liquidez imediata está mais sujeito às variações, pois seus valores disponíveis são aqueles mais fáceis de movimentar.

Iudicibus (2014, p. 93) diz que, “em relação a liquidez imediata, este quociente representa o valor de quando dispõe-se imediatamente para saldar nossas dividas de curto prazo. Ele deixa claro que isso é um índice conservador porque considera apenas caixa, saldos bancários e aplicações financeiras de liquidez imediata para saldar as obrigações.

Fórmula

Liquidez Imediata = Disponível
Passivo Circulante

Ou seja, este indicador exclui todos seus estoques, as contas e valores a receber.

2.3 Liquidez Geral

Segundo Marion (2012, p. 79) o Índice de liquidez Geral “mostra a capacidade de pagamento da empresa a longo prazo, considerando tudo o que ela converterá em dinheiro (a curto e longo prazo), relacionando-se com tudo o que já assumiu como dívida (a curto e longo prazo)”.

É um dos índices que medem a liquidez de uma empresa, ou seja, se a empresa possui mais valores a receber do que valores a pagar, diferente dos demais indicadores de liquidez, a liquidez geral mede o quanto a empresa possui a receber versus o total de dívidas a pagar, considerando a curto prazo como a longo prazo.

No entanto esse indicador mostra se a empresa está ganhando ou perdendo a capacidade de pagamento.

Conforme cita Silva (2007, p. 221) à liquidez geral indica quanto a empresa possui em dinheiro, bens e direitos realizáveis a curto e longo prazo, para fazer em face de suas dividas totais. Quer dizer que esse indicador tem por finalidade demonstrar a capacidade da empresas em liquidar suas dividas de curto e longo prazo.

Fórmula

Liquidez Geral = Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo
Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

Conforme Marion (2012, 80) a competência de pagamento da empresa a Longo Prazo, tudo o que ela se converte em dinheiro (a Curto e Longo Prazo), relacionando com tudo que já assumiu como dívida a Curto e Longo Prazo. Ainda de Acordo com Marion (2012, p. 83) o ARLP compreende

itens como duplicatas a receber de longo prazo, IR a recuperar, aplicações financeiras de longo prazo. Não considera todo o ativo total porque existem itens no ativo que não serão convertidos em dinheiro, nem mesmo em longo prazo, como por exemplo: investimentos, imobilizado e intangível.

> Este quociente serve para detectar a saúde financeira (no que se refere liquidez) de longo prazo do empreendimento. Mais uma vez, o problema dos prazos empobrece o sentido e a utilidade do quociente, a não ser que seja explicitamente levado em sua devida conta. Os prazos de liquidação do passivo e de recebimento do ativo podem ser os mais diferenciados possíveis, ainda mais se considerarmos que temos passivo e ativo em longo prazo **(**IUDÍCIBUS 2014, p.96).

A empresa precisa ser ciente da saúde financeira em relação a sua liquidez de longo prazo, uma vez que está claro que o prazo precisa ser levado em conta e é um problema

3.PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

3.1Análise Vertical

Conforme Matarazzo (2010) as demonstrações contábeis, que podem ser elaboradas através das análises de indicadores econômicos financeiros ou da análises horizontal e vertical, transformam os dados em informações como uma espécie de comunicação para quem recebe, podendo gerar uma reação ou decisão.

Fórmula - AV% = <u>(Valor da Conta ou Grupo) x100</u>
Total do Ativo/Passivo

As análises são ferramentas utilizadas para entender a dinâmica das operações da empresa para verificar a eficiência e a evolução dos resultados do exercício efetuado.

3.2 Análise Horizontal

Com as demonstrações contábeis através dos relatórios, os analistas terão um horizonte para observar o andamento das atividades relativas ao mês ou anual, que poderão ser tomada de decisão ou um resultado desejado (SILVA, 2007).

O objetivo de se fazer uma análise vertical é mostrar como está a participação em relação a cada item no acerto total. Através desta demonstração é possível fazer uma comparação dos valores apresentados de acordo com o percentual.

Segundo Passos (2010, p. 138) com essas análises existe a condição de saber em qual ativo a empresa investiu mais ou comprou mais e quais seus custos para se fazer uma análise em relação as empresas concorrentes. Com isso poderá melhorar seus índices.

"Com a eficiência desse auxílio, haverá demonstração da capacidade do andamento da empresa e observar - se a valorização e a produção de cada conta do ativo em sua atividade e gerar soluções sustentáveis" (PASSOS,2010, p. 97).

De acordo com Padoveze (2000, p. 141) a análise horizontal é o instrumental que calcula a variação percentual ocorrida de um período para outro, buscando evidenciar se houve crescimento ou decrescimento do item analisado.

Ela serve para se fazer uma análise da capacidade e a eficiência das atividades, que podem buscar informações de evolução ou prejuízo decorrente do projeto elaborado conforme o exercício atual.

> Chamada de análise de evolução, ela tem o objetivo de facilitar justamente o exame de evolução histórica dos valores contidos nos demonstrativos contábeis. Sua análise permite ao executivo visualizar de maneira detalhada a evolução de cada item dos demonstrativos contábeis no decorrer do tempo e visualizar tendências futuras, tendo condições de acertar possíveis desvios dos objetivos estabelecidos. Os valores devem ser demonstrados sempre que possível em moeda constante (SILVA, 2007, p. 2010)

Em relação a análise de balanço, ela é importante porque deixa ter uma visão da estratégia e dos planos avaliando seu potencial e também a potencialidade das operações. Muitas empresas buscam somente a entender o lucro que a empresa obtém, mas não fazem uma análise geral sobre a situação real da empresa. Análise esta, realizada através de índices financeiros e econômicos, onde, através dos resultados obtidos, poder-se-á observar a saúde empresarial.

Fórmula

$$\frac{\text{AH\% = (Valor Atual da Conta ou Grupo)}}{\text{Valor Anterior ou Conta ou Grupo}} \text{ - 1x100}$$

4.RESULTADOS E DISCUSSÃO

Na pesquisa foi analisada a empresa a Natura através de informações obtidas no site oficial da empresa, através do Balanço Patrimonial dos anos de 2017 e 2018 que serão apresentados os índices de liquidez, análise vertical e horizontal, após apresentação do quadro dos resultados.

5.EMPRESA NATURA

5.1 História e trajetória da Empresa

De acordo com Indústria e Comércio de Cosméticos Natura Ltda. (2018) ela iniciou em 1969, quando Luiz Seabra inaugurou uma pequena fábrica em São Paulo como um negócio voltado a construção do bem estar das pessoas, que se manifestam na relação de harmonia que estabelece consigo mesmo; ligado entre a natureza, que acreditou no potencial das relações e no poder da cosmética e conseguiram alcançar mais de 100 milhões de consumidores. A gestão de venda é adotada de forma direta para manter contato entre relações. Foram a primeira empresa de cosméticos a lançar produtos na linha masculina entre outros produtos.

Ainda de acordo com a Industria e Comércio de Cosméticos Natura Ltda(2018) foi adotado um sistema de vendas onde economiza e oferece um serviço com mais eficiência, com as revendedoras fazendo compras pelo site ou telefone para mais de 350 mil consultorias. O sistema já verifica se tem o produto disponível no estoque, e começa pelas matérias primas e matérias de embalagem, a carga já vem no palete, lacrado e já com as amostras são analisados com rigoroso controle de qualidade.

Ainda sobrea visão Industria e Comércio de Cosméticos Natura Ltda.(2018). Os fornecedores da Natura já tem um rigoroso processo de qualidade para agilizar o andamento. Os produtos são armazenados na zona vertical, com um sistema de armazém é climatizado, de reabastecimento automático e avisando em produtos com vencimento. A eletromonovias serve para o recebimento e o armazenamento na fábrica e na área de distribuição; este bondinho faz movimentação de palete em menos de 4 metros, com o objetivo de agilidade no recebimento e na distribuição com menos tempo e mais eficiência.

Pela a informação da Industria e Comércio de Cosméticos Natura Ltda. (2018), Natura possui 4 fábricas, a produção é de acordo com a demanda, trabalha no sistema PEPSI (primeiro que entra e primeiro que sai), tem um painel chamado KAMBAN reflete os produtos das consultoras e monstra o que deve ser produzido. As requisições da matéria prima são feitas automaticamente ao almoxarifado da fábrica. Os insumos vão para pesagem e são separados de acordo com o produto; são fabricados e em seguida levados aos tanques reatores, aonde de rádio frequência e com códigos de barra conseguem rastrear no tempo real.

A empresa Industria e Comércio de Cosméticos Natura Ltda.(2018) ainda informa que quando uma consultora faz um pedido que vai diretamente ao setor de faturamento, os pedidos são divididos em lote e enviados na linha de separação de acordo com os horários das linhas dos caminhões das transportadoras, os produtos pedidos irão passar pela esteira e um colaborador irá colocar em uma caixa e lacrar, será feita uma pesagem, na distribuição as consultoras Natura são atendidas pelo sistema de operações logístico que integra materiais, produtos e pessoas.

Tabela 01- Balanço Patrimonial encerrado em 2017 e 2018

ATIVO	2018	2017	PASSIVO	2018	2017
Circulante			Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	1.215.048	1.693.131	Empréstimos, financiamentos e debêntures	1.181.859	4.076.669
Títulos e valores mobiliários	1.215.377	1.977.305	Fornecedores e operações de ´´risco sacado``	1.736.791	1.553.763
Contas a receber de clientes	1.691.581	1.507.921	Fornecedores - partes relacionadas	-	
Contas a receber de clientes- partes relacionadas	-		Salários, participações nos resultados e encargos sociais	574.381	366.028
Estoques	1.364.672	1.243.925	Obrigações tributárias	310.093	269.850
Impostos a recuperar	379.253	210.563	Imposto de renda e contribuição social	183.030	147.942
Imposto de renda e contribuição social	326.803	197.478	Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar	152.979	201.652
Instrumentos financeiros derivativos	-	14.778	Instrumentos financeiros derivativos	69.189	
Outros ativos circulantes	263.025	211.208	Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	20.389	17.357
Total dos ativos circulante	6.455.759	7.056.309	Outros passivos circulantes	338.170	278.744
			Total dos passivos circulantes	4.566.881	6.912.005
NÃO CIRCULANTE					
			NÃO CIRCULANTE		
Impostos a recuperar	368.640	439.139			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	398.400	344.153	Empréstimos, financiamentos e debêntures	7.258.521	5.255.231
Depósitos judiciais	333.577	319.433	Obrigações tributárias	165.326	195.127
Instrumentos financeiros derivativos	584.308		Imposto de renda e contribuição social diferidos	431.534	422.369
Outros ativos não circulante	51.606	46.145	Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	241.418	264.689
Total dos ativos realizável a longo prazo	1.736.531	1.148.870	Outros passivos não circulantes	141.767	273.295
			Total dos passivos não circulantes	8.238.566	6.410.711
Investimentos			PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Imobilizado	2.236.714	2.276.674	Capital social	427.073	427.073
Intangível	4.950.545	4.475.609	Ações em tesouraria	-19.408	-32.544
			Reservas de capital	329.330	155.721
Total dos ativos não circulante	8.923.790	7.901.153	Reservas de lucro	1.437.015	1.123.226
			Deságio em transações de	-92.066	-92.066

			capital		
			Ajustes de avaliação patrimonial	492.158	53.336
			Total do patrimônio líquido	**2.574.102**	**1.634.746**
TOTAL DO ATIVO	**15.379.549**	**14.957.462**	**TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO**	**15.379.549**	**14.957.462**

Fonte: Indústria e Comércio de Cosméticos Natura Ltda. (2018)

5.2Análise de Liquidez da empresa Natura

Com as informações obtidas através do Balando Patrimonial da empresa Natura no ano do exercício 2017 e 2018 foram analisadas a evolução das contas ativas e passivas e foi demonstrada a eficiência da produção da empresa com os cálculos e fórmulas que são utilizadas como um instrumento contábil que gera soluções sustentáveis. Constatou - se que no ano de 2018 obteve - se um avanço nas contas ativas, sendo que a cada R$ 1,00 de dívida a empresa tem a capacidade de saldar os seus pagamentos sem buscar outros recursos, os números são positivos para a empresa que busca o resultado desejado através de análises que encontra falhas e soluções no crescimento do objetivo que a empresa deseja obter.

Tabela 2 – Resultado da Análise por meio de índice de Liquidez

INDICES	**2017**	**2018**	
Liquidez Corrente (LC)	1,02	1,41	
Liquidez Seca (LS)	0,84	1,11	
Liquidez Imediata (LI)	0,24	0,26	
Liquidez Geral (LG)	0,61	0,68	

Fonte: Elaborado pelo Autor

Conforme a tabela 1, pode-se observar que o índice de liquidez corrente no ano de 2017 é de R$ 1,02, indicando que para cada R$ 1,00 de dívida a curto prazo a empresa tem R$ 1,02, conseguindo cumprir com seus compromissos financeiros, sendo positivo para a empresa. Através da tabela pode-se observar que o índice de liquidez corrente no ano de 2018 é de R$ 1,41, indicando que para cada R$ 1,00 de dívida a curto prazo a empresa tem R$ 1,41 conseguindo cumprir com seus compromissos financeiros sendo positivo para a empresa.

Com as informações podemos analisar que o índice liquidez seca no ano de 2017 foi de R$ 0,84 indicando que cada R$ 1,00 de dívida a curto prazo, que a empresa tem R$ 0,84 não possibilita de saldar seus endividamentos, que precisa vender seus estoques para cumprir.

Observa-se na análise que o índice de liquidez seca no ano de 2018 foi de R$ 1,11, indicando que para cada R$ 1,00 de dívida a curto prazo a empresa tem R$1,11 conseguindo cumprir seus compromissos financeiros sem precisar vender seu estoque para saldar.

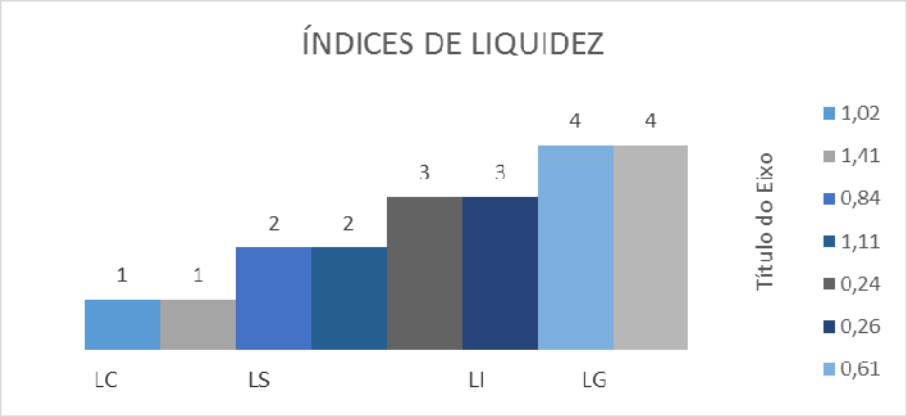
Pode-se encontrar os resultados que o índice de liquidez imediato no ano 2017 foi de R$ 0,24, indicando que a cada R$ 1,00 de dívida a curto prazo a empresa tem R$ 0,24 que não possibilita de cumprir seus endividamentos com valores já disponíveis nas contas pelo fato de vendas a prazo.

As informações que podemos observar no índice de liquidez imediato no ano 2018 foi de R$ 0,26, indicando que a cada R$ 1,00 de dívida a curto prazo a empresa tem R$ 0,26 que não conseguiram saldar seus compromissos com os valores já disponíveis nas contas de vendas a prazo.

Pode - se observar que no índice de liquidez geral no ano 2017 foi de R$ 0,61, indicando que a cada R$ 1,00 de dívida a curto prazo a empresa tem R$ 0,61 que não conseguindo cumprir seus endividamentos, que seus direitos e obrigações não conseguem saldar seus compromissos.

Pelo acompanhamento que foi analisado nos índices de liquidez geral no ano 2018 foi de R$ 0,68, indicando que a cada R$ 1,00 de dívida a curto prazo a empresa tem R$ 0,68, que não conseguindo cumprir seus endividamentos, que nas suas contas de direito e obrigações não conseguem saldar seus compromissos.

Gráfico 1 Dados calculados por meio das fórmulas dos índices de liquidez nos períodos de 2017 e 2018, pela análise do Balanço Patrimonial da empresa em estudo.



Fonte: Elaborado pelo Autor

5.3Análise Vertical e Horizontal da Empresa Natura

Depois de ter conhecimento sobre o balanço patrimonial no ano do exercício 2017 e 2018 fornecida pela empresa Natura Cosméticos S/A, conseguiu-se analisar os índices de liquidez da empresa que buscou-se compreender os resultados de cada conta e as operações da produção, utilizando o instrumento de cálculo dos índices de liquidez para analisar as contas ativas que apresentou resultados positivos. Que mesmo com endividamento na conta conseguem saldar seu compromisso a curto prazo financeiro e também sem interferir no seu estoque. Houve um crescimento positivo de resultados no ano 2018 na produção e nas vendas que buscam um horizonte de seus objetivos.

Com a análise das demonstrações contábeis dos anos de 2017 a 2018 Indústria e Comércio de Cosméticos Natura Ltda. pode-se revelar a situação econômico-financeira da empresa, deixando mais clara as informações para a tomada de decisões.

Como mencionado no referencial teórico, a análise vertical e horizontal dos itens do balanço patrimonial e da empresa permitiram verificar como a empresa vem evoluindo em suas contas, e a participação de cada item no ativo e passivo da companhia.

Com a análise dos índices específicos abordados neste estudo, pode-se ter uma visão da situação da empresa com relação à sua liquidez, endividamento, rentabilidade, atividade e ciclometria

Tabela 3 - Apresentação da Análise Vertical e Horizontal do Ativo

ATIVO	2018	A.V	A.H	2017	A.V	A.H
Circulante						
Caixa e equivalentes de caixa	1.215.048	7,90	100,00	1.693.131	11,32	71,76
Títulos e valores mobiliários	1.215.377	7,90	100,00	1.977.305	13,22	61,47
Contas a receber de clientes	1.691.581	11,00	100,00	1.507.921	10,08	112,18
Contas a receber de clientes-partes relacionadas	-				0,00	
Estoques	1.364.672	8,87	100,00	1.243.925	8,32	109,71
Impostos a recuperar	379.253	2,47	100,00	210.563	1,41	180,11
Imposto de renda e contribuição	326.803			197.478	1,32	165,49

social		2,12	100,00			
Instrumentos financeiros derivativos	-			14.778	0,10	
Outros ativos circulantes	263.025	1,71	100,00	211.208	1,41	124,53
Total dos ativos circulante	6.455.759	41,98	100,00	7.056.309	47,18	91,49
NÃO CIRCULANTE						
Impostos a recuperar	368.640	2,40	100,00	439.139	2,94	83,95
Imposto de renda e contribuição social diferidos	398.400	2,59	100,00	344.153	2,30	115,76
Depósitos judiciais	333.577	2,17	100,00	319.433	2,14	104,43
Instrumentos financeiros derivativos	584.308	3,80	100,00		0,00	
Outros ativos não circulante	51.606	0,34	100,00	46.145	0,31	111,83
Total dos ativos realizável a longo prazo	1.736.531	11,29	100,00	1.148.870	7,68	151,15
Investimentos		-				
Imobilizado	2.236.714	14,54	100,00	2.276.674	15,22	98,24
Intangível	4.950.545	32,19	100,00	4.475.609	29,92	110,61
Total dos Ativos não Circulante	8.923.790	58,02	100,00	7.901.153	52,82	112,94
TOTAL DO ATIVO	**15.379.549**	**100,00**	**100,00**	**14.957.462**	**100**	**102,82**

Fonte: Próprio Autor

Tabela 4 - Apresentação do Análise Vertical e Horizontal do Passivo

PASSIVO	2018	A.V	A.H	2017	A.V	A.H
Circulante						
Empréstimos, financiamentos e debêntures	1.181.859	7,68	100	4.076.669	27,26	28,99
Fornecedores e operações de ´´risco sacado``	1.736.791	11,29	100	1.553.763	10,39	111,78
Fornecedores - partes relacionadas	-				0,00	
Salários, participações nos resultados e encargos sociais	574.381	3,73	100	366.028	2,45	156,92
Obrigações tributárias	310.093	2,02	100	269.850	1,80	114,91
Imposto de renda e contribuição social	183.030	1,19	100	147.942	0,99	123,72
Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar	152.979	0,99	100	201.652	1,35	75,86
Instrumentos financeiros derivativos	69.189	0,45	100		0,00	
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	20.389	0,13	100	17.357	0,12	117,47
Outros passivos circulantes	338.170	2,20	100	278.744	1,86	121,32

Total dos passivos circulantes	4.566.881	29,69	100	6.912.005	46,21	66,07
NÃO CIRCULANTE						
Empréstimos, financiamentos e debêntures	7.258.521	47,20	100	5.255.231	35,13	138,12
Obrigações tributárias	165.326	1,07	100	195.127	1,30	84,73
Imposto de renda e contribuição social diferidos	431.534	2,81	100	422.369	2,82	102,17
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	241.418	1,57	100	264.689	1,77	91,21
Outros passivos não circulantes	141.767	0,92	100	273.295	1,83	51,87
Total dos passivos não circulantes	8.238.566	53,57	100	6.410.711	42,86	128,51
PATRIMÔNIO LÍQUIDO						
Capital social	427.073	2,78	100	427.073	2,86	100,00
Ações em tesouraria	-19.408	-0,13	100	-32.544	-0,22	59,64
Reservas de capital	329.330	2,14	100	155.721	1,04	211,49
Reservas de lucro	1.437.015	9,34	100	1.123.226	7,51	127,94
Deságio em transações de capital	-92.066	-0,60	100	-92.066	-0,62	100,00
Ajustes de avaliação patrimonial	492.158	3,20	100	53.336	0,36	922,75
Total do patrimônio líquido	**2.574.102**	**16,74**	**100**	**1.634.746**	**10,93**	**157,46**
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**15.379.549**	**100**	**100**	**14.957.462**	**100**	**102,82**

Fonte: Próprio Autor

Depois de ter conhecimento sobre o balanço patrimonial no ano do exercício 2017 e 2018 fornecida pela empresa Natura Cosméticos S/A, conseguiu-se analisar os índices de liquidez da empresa que buscou-se compreender os resultados de cada conta e as operações da produção, utilizando o instrumento de cálculo dos índices de liquidez para analisar as contas ativas que apresentou resultados positivos, que mesmo com endividamento na conta conseguem saldar seu compromisso a curto prazo financeiro e também sem interferir no seu estoque. Houve um crescimento positivo de resultados no ano 2018 na produção e nas vendas que buscam um horizonte de seus objetivos.

A empresa superfatura nesses anos tendo um crescimento de 0,39 (trina nove centavos) em relação a R$ 1,00 (um real) tanto no faturamento como na produção.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer do desenvolvimento deste trabalho em foi analisada a capacidade de pagamento da empresa Natura Cosméticos S/A, a mesma teve como norte os Índices de Liquidez que mostram a real capacidade de pagamento em imediato, curto e longo prazo da empresa.

Neste caso esses itens se destacam em Índices de liquidez corrente, Índice de Liquidez Seca, Índice de Liquides Imediato e Índice de Liquidez Geral. Cada um tem o objetivo de fornecer diferentes situações financeiras da empresa. Por isso não se pode fazer o estudo separadamente dos índices, pois o correto é analisar no mínimo dois períodos da empresa. O que foi efetuado neste trabalho nos anos de 2017 e 2018, onde foi levado os índices padrões que oferecem a média. Pode se concluir, que quanto maior a liquides, melhor será a situação da empresa.

Durante o trabalho ficou claro que a empresa em estudo conseguiu ser competitiva e apresentou uma estratégia com diferenciação evidenciada nas análises horizontais e verticais, a

demonstração contábil que tem como objetivo a visualização mais complexa e apresentando maior quantidade de números, dando a possibilidade de analista ter mais clareza sobre a empresa.

Quando se realiza uma análise coerente isso trás informações financeiras de balanço e constituem em importante instrumento para a tomada de decisão de gestores, administradores, clientes, fornecedores, bancos, acionistas, entre outros grupos; porque a análise vertical mostra a composição das contas que se encontram nos demonstrativos financeiros, enquanto que a análise horizontal demonstra a evolução das diversas contas da empresa ao longo dos anos e são utilizadas em conjunto como subsidio a formação de conseguir um diagnóstico da saúde econômico-financeira da empresa.

Com relação a empresa em estudo ficou evidenciado que a análise horizontal se faz presente porque a empresa cresce a cada ano. Não esquecendo que na análise vertical a empresa teve um percentual elevado durante os anos de 2017 e 2018. Essas análises foram utilizadas por serem as mais simples e eficientes para se ter conhecimento sobre a parte financeira da empresa.

REFERÊNCIAS

ASSAF NETO, A. **Estrutura e análise de balanços:** um enfoque econômico-financeiro. 10. Ed. São Paulo: Atlas, 2012.

BRUNI, A. Leal. A **Análise Contábil e Financeira**. Ed. Atlas, 2011;

MARION, J. C. **Análise das Demonstrações Contábeis: contabilidade empresarial**. 7. Ed. São Paulo: Atlas, 2012.

MATARAZZO, D. C. **Análise financeira de balanços: abordagem básica e gerencial.** 6 ed. São Paulo: Atlas, 20010.

IUDÍCIBUS, S. de. **Análise de balanços.** 10. Ed. 6.reimpr. São Paulo: Atlas, 2014

INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE COSMÉTICOS NATURA LTDA Disponível em: https://www.natura.com.br/a-natura/nossa-historia Acesso em 12 de maio de 2020.

PASSOS, Q. C. dos. A **importância da contabilidade no processo de tomada de decisão nas empresas** 2010.
Disponível em:http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/25741/000751647.pdf Acesso em: 15 fev. 2015.

PADOVEZE. C. L. **Contabilidade gerencial: um enfoque em sistema informação contábil**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2000.

REIS, A. Demonstrações Contábeis, Estrutura e Análise. Ed. Saraiva, 2003.

SILVA, J. P. da. **Análise Financeira das Empresas**. 10 ed. São Paulo: Atlas, 2007. Disponívelem:http://sudamerica.edu.br/argumentandum/artigos/argumentandum_volume_2/Texto_2_Analise%20Vertical%20e%20Horizontal.pdf Acesso em 20 de maio de 2020.

INTRODUÇÃO DA TEMÁTICA DIREITOS HUMANOS NO PROGRAMA COMPETÊNCIAS SOCIOEMOCIONAIS E PROJETO DE VIDA DESENVOLVIDO EM UMA ESCOLA DA REGIÃO DE FRANCA

INTRODUCTION OF THE HUMAN RIGHTS THEME IN THE SOCIO-EMOTIONAL SKILLS AND LIFE PROJECT DEVELOPED IN A SCHOOL IN THE REGION OF FRANCA

Área temática: Desenvolvimento social e políticas públicas.

LOPES, Joster Luis
Unifacef
Licenciatura Plena em Matemática
Licenciatura Plena em Química
Licenciatura Plena em Pedagogia
Bacharel em Biomedicina
Pós Graduação Latu Sensu em Didática para a Modernidade
Pós Graduação Latu Sensu em Citologia Esfoliativa
Membro do Grupo de Pesquisas Gepalle – USP Ribeirão Preto
E-mail
josterlopes@gmail.com

Resumo

O artigo traz o relato do desenvolvimento do Programa Competências Socioemocionais e Projeto de Vida implantando e desenvolvido desde o ano de 2017, na cidade de Orlândia região de Franca SP e que hoje já consta como componente curricular, bem como a implantação do tema direitos humanos para o ano letivo de 2021. O objetivo é demonstrar como o Programa está estruturado, os resultados já alcançados, a metodologia empregada, os membros da comunidade escolar envolvidos e relatar a implantação do tema direitos humanos em 2021. Justifica-se este trabalho devido à grande desigualdade social e as lutas constantes para a garantia dos direitos humanos fundamentais, desigualdade que escancarou com a pandemia da COVID-19. Os alunos estão constantemente lendo nos noticiários tais temas, o que aguça a curiosidade e faz-se necessário uma discussão e uma abordagem crítica com eles. O Programa até o momento se mostrou eficaz e exitoso na abordagem de tais temas, porém, percebemos a necessidade de incluir direitos humanos para uma maior completude dele. Conclui-se a importância de termos um momento especial que não seja somente nas aulas de história, filosofia, sociologia ou geopolítica que tais temas sejam abordados. Precisamos de um aprofundamento e o desenvolvimento de uma criticidade, para que os alunos possam construir projeto de vida com maior equidade, responsabilidade e sustentabilidade.

Palavras-chave: Projeto de Vida, Direitos Humanos, Competências Socioemocionais.

Abstract

The article provides an account of the development of the Socioemotional Skills and Life Project Program, implemented and developed since 2017, in the city of Orlândia, region of Franca SP, which is already included as a curricular component, as well as the implementation of the human rights theme the academic year 2021. The objective is to demonstrate how the Program is structured, the results already achieved, the methodology used, the members of the school community involved and report the implementation of the human rights theme in 2021. This work is justified due to the great social inequality and the constant struggles to guarantee fundamental human rights, an inequality that opened up with the pandemic of COVID-19. Students are constantly reading such topics in the news, which piques their curiosity and a discussion and critical approach with them is necessary. The Program has so far proved to be effective and successful in addressing such issues, however, we realize the need to include human rights for greater completeness. We conclude the importance of having a special moment that it is not only in the history, philosophy, sociology or geopolitics classes that such themes are addressed. We need to deepen and develop criticality, so

that students can build a life project with greater equity, responsibility and sustainability.

Keywords: Life Project, Human Rights, Socioemotional Skills.

1 INTRODUÇÃO

O artigo tem como objetivo apresentar o Programa Competências Socioemocionais e Projeto de Vida, desenvolvido desde o ano de 2017 em uma escola da cidade de Orlândia região de Franca SP, e trazer uma proposta que será viabilizada no ano de 2021 da implantação do tema direitos humanos dentro deste programa.

O artigo apresentará a proposta e a estruturação dos temas direitos humanos dentro da programação pedagógica do programa. Inicialmente faremos uma breve introdução teórica acerca das competências, competências socioemocionais, as demandas sociais que levam a necessidade da introdução das competências socioemocionais nas escolas e a definição e a importância da implementação dos estudos dos direitos humanos na sala de aula do ensino fundamental.

O Programa Competências Socioemocionais e Projeto de Vida, tem como propósito subsidiar os alunos desde as séries finais até as séries finais do ensino fundamental, de maneira crítica, ética e sustentável na construção de seu projeto de vida. Compreendendo esse aluno como cidadão, onde suas escolhas presentes e futuras irão impactar de forma positiva ou negativa a sociedade na qual vive e influencia.

Percebemos que o programa somente seria completo se conseguíssemos trazer esse aluno para sua responsabilidade social, desta forma fez-se necessário incluir os direitos humanos para dentro dessa discussão de modo que os alunos entendam o ser humano como um sujeito de deveres e responsabilidades, promovendo a compreensão de forma crítica da responsabilidade que cada um possui na garantia e na preservação dos direitos humanos.

O artigo traz todo proposito desta proposta, bem como a estrutura e a dinâmica dele. O programa trabalha com os professores, as famílias e os alunos.

O artigo trará a organização e as formas de atividades que serão desenvolvidas com cada um desses grupos que compõem a comunidade escolar.

Tal proposta se justifica pela sociedade atual marcada por grandes desigualdades sociais, que ficaram ainda mais escancaradas com a pandemia. Não dá mais para fechar os olhos a essas desigualdades e abster a escola desta abordagem. Não podemos ficar somente nas discussões das aulas de história, sociologia, geopolítica ou filosofia que são muito importantes, porém, sozinhas não dão conta da demanda.

Precisamos de um trabalho que faça com que o aluno possa construir e debater soluções práticas para essas questões sociais como: escolaridade, fome, miséria, desigualdades sociais e raciais.

Os alunos experimentam essas experiencias nos noticiários, nas publicações das redes sociais e nos livros didáticos. Com isso precisamos e temos o dever moral de trazer esses temas para o currículo escolar.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Segundo Mikulic et al 2015 competências socioemocionais são como um conjunto de: capacidades, conhecimentos e atitudes necessárias para compreender, regular e expressar de forma adequada suas emoções.

Toda competência está ligada a uma prática social de certa complexidade, não é um gesto dado, mas sim um conjunto de gestos inscritos na prática que lhes confere sentido e continuidade (Perrenoud, 1999, p.35)

Precisamos estudar, compreender o que são competências socioemocionais e dar formação aos professores e famílias, para que possam mediar a construção das mesmas com os jovens nas escolas e no ambiente familiar.

O ambiente sócio econômico atual apresenta desafios que afetam o futuro das crianças e dos jovens. Embora o acesso à educação tenha melhorado, uma boa formação não é mais o único requisito para garantir um emprego, os jovens têm sido atingidos pelo crescente desemprego pôs-crise econômica. Problemas como obesidade e diminuição do engajamento cívico crescem. O

envelhecimento da população e o panorama ambiental preocupam. As desigualdades sociais e no mercado de trabalho tendem a aumentar. A educação tem enorme potencial para enfrentar esses desafios, melhorando competências. As competências cognitivas e as socioemocionais, como a perseverança, o autocontrole e a resiliência, têm a mesma importância. É preciso incentivar todas as competências para indivíduos e sociedades prosperarem (OCDE, 2015).

Diante desse cenário é importante que a escola possa subsidiar a construção do projeto de vida do aluno pautado na responsabilidade social, para que ele possa responder assertivamente as demandas do mundo atual.

O trabalho com projeto de vida deve vislumbrar a formação do sujeito protagonista, para isso uma ferramenta muito importante são as metodologias ativas.

As metodologias ativas dão ênfase ao papel protagonista do aluno, ao seu envolvimento direto, participativo e reflexivo em todas as etapas do processo, experimentando, criando, desenhando, com a orientação do professor (Moran, José; Bacich Lilian, 2018 p.4)

Projeto de vida vai muito além da escolha de uma carreira, trata-se de um conjunto de atitudes que um indivíduo define como as suas mais nobres e valiosas definições acerca de si e das relações que estabelecerá com a vida nas mais diversas áreas (Fraiman, 2015. p.281)

Partindo desta definição de projeto de vida de Fraiman torna-se mister a relação do projeto de vida com os direitos humanos, já que estamos lidando com atitudes do indivíduo e relações que irão impactar diferentes áreas da sua vida social enquanto cidadão.

Direitos humanos são declarações éticas realmente fortes sobre o que deve ser feito. Elas existem que se reconheçam determinados imperativos e indicam que é preciso alguma coisa para concretizar essas liberdades reconhecidas e identificadas por meio desses direitos (Sen, 2011, p.401)

As vias e as maneiras de defender a ética dos direitos humanos não precisam se restringir a elaboração de novas leis, embora muitas vezes a legislação possa se mostrar o caminho correto para se proceder (Sen, 2011, p.401).

A Declaração Universal dos Direitos Humanos em 1948 inclui não somente direitos políticos básicos, mas também o direito ao trabalho, o direito a educação, a proteção contra o desemprego e a pobreza, o direito de sindicalização, e a uma remuneração justa e favorável (Sen, 2011, p.394)

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O Programa Competências Socioemocionais e Projeto de Vida vem sendo desenvolvido em uma escola da cidade de Orlândia interior de São Paulo desde 2017, o Programa é dividido em três grandes eixos: empreendedorismo pessoal, empreendedorismo social e empreendedorismo.

Para o ano de 2021, serão incorporados nos bimestres que compõem o programa temáticas de discussão sobre direitos humanos.

Na escola onde desenvolvemos desde 2017 o Programa já se tornou um componente curricular reconhecido pela Diretoria de Ensino da região, com duas aulas semanais, ministrada por docente formada e supervisionado pelos profissionais do Programa. Utilizamos a metodologia ativa para todas as atividades desenvolvidas, visando o desenvolvimento do protagonismo nos alunos.

Os demais professores também dentro de suas áreas do conhecimento desenvolvem atividades de maneira interdisciplinar com os alunos.

O Programa desenvolve atividades com toda a comunidade escolar aqui compreendida como: alunos, professores e famílias.

Com os professores o trabalho é realizado por meio de formações divididas em dois encontros distintos: oficinas de apoio a aprendizagem que tem por objetivo instrumentalizar todos os professores para que desenvolvam as temáticas do bimestre de forma interdisciplinar e fóruns onde são partilhadas as experiências desenvolvidas em sala de aula.

Com essa metodologia visa desenvolver a atitude empreendedora, o eixo desenvolvido no primeiro e segundo bimestre do ano letivo versa sobre o autoconhecimento de modo que o aluno possa perceber-se enquanto ser humano que interage com o meio transformando-o. Neste primeiro momento os temas abordados são: autoconhecimento, valores, virtudes, sentimentos, escolhas, relação interpessoal, ética, cidadania e democracia.

Este primeiro módulo tem como objetivo discutir com os alunos a importância das nossas ações e situá-los no coletivo, onde suas atitudes impactam a vida de outras pessoas, mostrando que são responsáveis não somente pela sua qualidade de vida, mas também de toda uma sociedade.

Neste primeiro bimestre os alunos trabalham de maneira lúdica e criativa como as suas escolhas afetam a vida do outro, como podemos ter uma atitude empreendedora que possa intervir de maneira significativa na sociedade garantindo a equidade de direitos.

Para o ano de 2021 serão trabalhadas a questão das políticas públicas como ferramentas para garantir os direitos fundamentais a todos os cidadãos.

Ao final do segundo bimestre o aluno deverá ser capaz de questionar e construir resposta para a indagação "vivemos em uma sociedade de direitos iguais para todos?"

No segundo e terceiro bimestre é trabalhado o empreendedorismo social, aqui compreendido como o ato de empreender em benefícios das pessoas que mais necessitam de nossa ajuda. Trabalhamos temas como: empatia, cooperação, autorresponsabilidade, responsabilidade social, formas de empreender socialmente, exemplos de empreendedores sociais.

Para o ano de 2021 abrangeremos também: como podemos com nossas ações garantir direitos dos cidadãos como: educação de qualidade, alimentação digna, moradia, justiça. Os alunos serão envolvidos nesse momento em ações sociais dentro da sua comunidade. Tais ações sociais já vêm ocorrendo antes mesmo da implantação dos direitos humanos no Programa, mas agora serão intensificadas.

No quarto bimestre os alunos trabalharam com empreendedorismo no sentido de empreender um negócio aqui são desenvolvidos temas como: legado, sustentabilidade, responsabilidade social e sociedade de consumo

No ano de 2021 acrescentaremos temas como: distribuição de renda, globalização, revolução tecnológica e responsabilidade social de uma empresa.

Ao final pretende-se que o aluno possa esboçar o seu projeto de vida pautado em escolhas assertivas, sustentáveis e subsidiadas pelos direitos humanos.

Com as famílias serão trabalhados encontros bimestrais com uma das temáticas de cada bimestre, na forma de palestras. As famílias também serão envolvidas nas atividades desenvolvidas pelos alunos durante os bimestres.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Durante esses três anos que o programa vem sendo desenvolvido com a comunidade dessa escola da cidade de Orlândia, percebemos nos alunos o desenvolvimento do protagonismo e o enfretamento de maneira mais assertiva de seus dilemas e questionamentos.

Percebemos também uma maior interação por parte dos familiares na vida estudantil dos alunos.

Quanto aos professores percebemos uma maior satisfação e motivação para desenvolver suas aulas de maneira ativa e participativa.

Pretendemos com a implantação do tema direitos humanos dentro do componente curricular Competências Socioemocionais e Projeto de Vida, oportunizar aos alunos o desenvolvimento da empatia com as causas sociais ligadas aos direitos fundamentais das pessoas, acreditando ser na escola o momento oportuno para que desde os anos iniciais possamos trazer o tema direitos humanos em sua abordagem, vislumbrando uma sociedade mais humana e menos desigual.

Com os professores pretendemos instrumentalizá-los para que os direitos humanos sejam trabalhados em todas as áreas do conhecimento, de maneira interdisciplinar tornando assim tema integrante do cotidiano escolar.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebemos durante todo o artigo a importância do trabalho com competências e sobretudo competências socioemocionais, cujo trabalho já vem sendo desenvolvido na Escola de Orlândia na região de Franca com resultados positivos.

A sociedade atual necessita trazer para a discussão dentro da escola da questão dos direitos humanos, fazer um trabalho parceiro entre escola e família, de modo que possa contribuir para formação das atitudes éticas, a mitigação das desigualdades sociais e a construção de um novo olhar sobre as relações humanas.

Relações humanas mais solidárias, mais éticas e menos preconceituosas. Essa

responsabilidade deve ser compartilhada com o papel da família e da escola.

Precisamos empoderar esse professor para tenha lugar de fala na abordagem dessas temáticas de maneira interdisciplinar. Empoderar com formação continuada e por meio de debates que promovam a construção de ideias e práticas assertivas a serem desenvolvidas com os alunos.

A sociedade que passa pela pandemia da COVID -19 mostrou de forma clara a sociedade desigual e injusta a qual vivemos, e esse aluno deve ser protagonista nessa sociedade.

Precisamos desenvolver essas habilidades nesse aluno e o Programa contando com o tema dos direitos humanos irá construir esse pensamento crítico e questionador nos alunos.

REFERÊNCIAS

BACICH Lilian, MORAN José Metodologias Ativas Para Uma Educação Inovadora Editora Penso Porto Alegre RS, 2018

FRAIMAN, Leo Como Ensinar Bem A Crianças e Adolescentes de Hoje 1ª edição Metodologia OPEE São Paulo SP, 2015

MIKULIC, Isabel María; Crespi, MELINA; Radusky, Pablo Construcción y Validación del Inventario de Competencias Socioemocionales para Adultos (icse) Interdisciplinaria, Vol. 32, Núm. 2, 2015, Pp. 307-329 Centro Interamericano De Investigaciones Psicológicas Y Ciencias Afines Buenos Aires, Argentina

OCDE Estudos Da OCDE Sobre Competências. Competências Para O Progresso Socia. O Poder Das Competências Socioemocionais. Fundação Santillana, 2015

PERRENOUD, Philippe Construir As Competências Desde a Escola Editora Artmed Porto Alegre RS, 1999

SEN, Amartya A Ideia de Justiça Editora Companhia das Letras São Paulo SP,2011

LETRAMENTO INFORMACIONAL COMO FERRAMENTA DE DESENVOLVIMENTO DA BNCC

INFORMATION LITERACY AS BNCC DEVELOPMENT

Área temática: 1.5 Educação e Desenvolvimento

ALVES[1], Jeniffer Vitorino da Silva
Centro Universitário Municipal de Franca - Uni- FACEF
Mestranda em Desenvolvimento Regional
Jeny_vitorino20@hotmail.com

OLIVEIRA, Sheila Fernandes Pimenta e
Centro Universitário Municipal de Franca - Uni- FACEF
Doutorada em Linguística e Língua Portuguesa
sheilafacef@gmail.com

SMITH, Marinês Santana Justo
Centro Universitário Municipal de Franca - Uni- FACEF
Professora doutora em Ciências da Informação
facef@gmail.com

Resumo

Ensinar e aprender, por meio de competências e habilidades, vem ganhando cada vez mais destaque na educação. Partindo das novas exigências educacionais previstas na Base Nacional Comum Curricular - BNCC, o letramento informacional apresenta-se como a estruturação sistêmica de um conjunto de competências que permite integrar as ações de localizar, selecionar, acessar, organizar, usar informação e gerar conhecimento, objeto da aprendizagem, visando à tomada de decisão e resolução de problemas. Tendo por objetivo geral a discussão do conceito de letramento informacional, a partir da literatura, relacionando a prática pedagógica de se ensinar, por meio de competências e habilidades, e os motivos que tornam a biblioteca escolar espaço fundamental para desenvolvimento de Competência em Informação dos estudantes. A investigação tem subsídios teóricos nas concepções de Espinet (2003), Campello (2009) , Doyle (1992), Gasque (2010), compreende-se também a importância da biblioteca escolar como espaço fundamental de desenvolvimento das competências e habilidades informacionais e da BNCC utiliza-se as concepções da BNCC (2017), Côrte e Bandeira (2011) e Maroto (2012). A metodologia utilizada foi a Análise de conteúdo, em uma pesquisa qualitativa, de cunho bibliográfico e documental conforme Bardin (2011), que considera os valores, as crenças e as vivências consolidadas em uma sociedade, relacionando a dificuldade em mudar a cultura pedagógica, as concepções de ensino-aprendizagem, a organização do currículo e a ausência de infraestrutura adequada de informação. Observa-se que as competências informacionais e as descritas na BNCC se correlacionam por habilidades afins, tendo como espaço potencializador dessas aprendizagens a biblioteca.

Palavras chave: letramento informacional, competência informacional, educação básica, BNCC

Abstract

Teaching and learning, through skills and abilities, is gaining more and more prominence in education. Starting from the new educational requirements foreseen in the National Common Curricular Base - BNCC, information literacy presents itself as the systemic structuring of a set of skills that allows integrating the actions of locating, selecting, accessing, organizing, using information and generating knowledge, object learning, aiming at decision making and problem solving. With the general objective of discussing the concept of information literacy, from the literature, relating the pedagogical practice of teaching, through skills and abilities, and the reasons that make the school library a fundamental space for the development of students' Competence in Information . The investigation has theoretical subsidies in the conceptions of Espinet (2003), Campello (2009), Doyle (1992), Gasque (2010), it is also understood the importance of the school library as a fundamental space for the development of informational skills and abilities and the BNCC the concepts of BNCC (2017), Côrte and Bandeira (2011) and Maroto (2012) are used. The methodology used was Content Analysis, in a qualitative research, of bibliographic and documentary nature according to Bardin (2011), which considers the values, beliefs and consolidated experiences in a society, relating the difficulty in changing the

pedagogical culture, the teaching-learning concepts, the organization of the curriculum and the absence of an adequate information infrastructure. It is observed that the informational competences and those described in the BNCC are correlated by similar skills, with the library as a potentializing space for these learning.

Keywords: informational literacy, informational competence, basic education, BNCC

1 INTRODUÇÃO

Tratar do letramento informacional, atualmente, é investigar o conjunto de habilidades referentes ao universo informacional, denominado de competência informacional, a qual os indivíduos necessitam, para constituir, atitudes, condutas e conhecimentos sobre o universo informacional e resolver problemas do dia a dia. Tal A competência compreende, a definição e a identificação das necessidades informacionais, bem como as de acessar, buscar, utilizar e comunicar a informação, de maneira ética. Os processos informacionais envolvidos são interligados, dependentes da avaliação, da reflexão e do raciocínio crítico, para a concreta utilização da informação. A competência informacional envolve ainda outros princípios, como o aprender a aprender, que possibilita o aprendizado ao longo da vida, um dos preceitos do século XXI, indicado no relatório Delors (1998) e por muitos educadores preocupados com a aprendizagem e desenvolvimento dos indivíduos.

A Ciência da Informação tem uma interface interdisciplinar com a Educação. Ambas possuem objetivos em comum em relação à aprendizagem dos estudantes, a Educação focada em um processo complexo de ensino-aprendizagem e a Ciência da Informação/ Biblioteconomia na aprendizagem do universo informacional. A Educação, especialmente na contemporaneidade, tem como uma de suas atribuições contribuir, para que todos possam selecionar, coletar, ordenar, gerenciar e utilizar informações e servir-se desse recurso para melhorar sua condição social e econômica. Além disso, a Educação, em geral, e o profissional da informação, em particular, no seu papel educacional, necessitam adaptar-se constantemente às mudanças da sociedade (DELORS, 2010), provocadas, sobretudo, pelo desenvolvimento das Tecnologias de Informação (TIC), que modificaram as relações econômicas, sociais, educacionais, culturais e produtivas, provocando, como consequência, a necessidade de adaptação constante e novas habilidades para lidar com essa dinâmica de mudança.

O aprendizado relacionado ao universo informacional visa tornar os estudantes independentes, quanto ao processo de busca e uso da informação, de modo a influenciar no seu desempenho em sala de aula e no desenvolvimento de trabalhos e/ou pesquisas, preparando-os para agregar valor aos conhecimentos adquiridos durante a sua formação através da utilização dos recursos e fontes de informações.

Delors (2010) aponta que, como resposta a esses desafios, a Educação deve organizar-se em torno de quatro conceitos de aprendizagens fundamentais — baseados no Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI. As aprendizagens, nomeadas pelo autor de “os quatro pilares da educação”, envolvem a aquisição de novas atitudes e valores, como a convivência e o trabalho em colaboração, além da capacidade de aprender a conhecer e a enfrentar novos desafios de forma autônoma (DELORS, 2010, p. 31). São elas:

> aprender a conviver (desenvolver o conhecimento a respeito dos outros, gestão inteligente e apaziguadora dos conflitos inevitáveis); aprender a conhecer (adquirir cultura geral, sendo esta o primeiro passo para a educação permanente); aprender a fazer (aquisição de competência que deem condições ao indivíduo a enfrentar diversas situações); aprender a ser (impulsionar a capacidade de autonomia e de discernimento, acompanhada pela consolidação da responsabilidade pessoal na realização de um destino coletivo).

As competências, designadas por Delors (2010) corroboram com as competências referenciadas pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC), aponta para a necessidade de os alunos serem capazes de utilizar os saberes que adquirirem, para dar conta do seu dia a dia, sempre respeitando princípios universais, como a ética, os direitos humanos, a justiça social e a sustentabilidade ambiental. Ela também indica que as escolas promovam não apenas o desenvolvimento cognitivo, mas também o social, o físico, o emocional e o cultural, compreendidos como dimensões fundamentais, para a perspectiva de uma educação integral.

Sendo a Competência em Informação, de acordo com Gasque (2010, p. 83), é "um processo que integra as ações de localizar, selecionar, acessar, organizar, usar informação e gerar conhecimento, visando à tomada de decisão e à resolução de problemas", a biblioteca escolar poderia cumprir o papel de facilitar e contribuir com a escola, professores e alunos na aquisição destas das competências apontadas pela BNCC. Assim sendo, a biblioteca teria papel destacado no projeto pedagógico escolar, no qual as suas ações sejam planejadas também em parceria com os professores.

Diante da problematização exposta, construiu-se o seguinte problema de pesquisa: de que maneira a biblioteca escolar poderia cumprir o papel de facilitar e contribuir com a escola e seus professores no desenvolvimento das competências informacionais, para um aprendizado integral fundamentadas na BNCC? Como hipótese, pode-se considerar que a biblioteca escolar apresenta processos sistemáticos que podem auxiliar a comunidade escolar nas atividades pedagógicas de ensino e aprendizagem.

Assim, delineou-se o objetivo geral que é discutir o conceito de letramento informacional, a partir da literatura, relacionando a prática pedagógica de se ensinar, por meio de competências e habilidades, e os motivos que tornam a biblioteca escolar espaço fundamental para desenvolvimento de Competência em Informação dos estudantes. Assim, correlaciona a significância da biblioteca escolar na educação formal e na formação dos estudantes, tendo em vista as questões relacionadas à informação.

A fim de cumprir o objetivo geral, os procedimentos metodológicos reúnem uma pesquisa bibliográfica e uma pesquisa documental. Quanto à pesquisa bibliográfica, reúnem-se concepções teóricas e acadêmicas que tratam das competências informacional na concepção de Espinet (2003), Campello (2009) e Gasque (2010), que compreende como ferramenta de aprendizado importante ensinando o indivíduo utilizar a informação, de maneira conveniente para resolução de problemas, tomar decisões ou para seu aprendizado; destaca também o letramento informacional nas concepções de Campello (2003; 2009) e Dudziak (2003) desenvolvendo autonomia e responsabilidade nos alunos para que tenham habilidades e técnicas, para manipular as diferentes informações com as quais se deparavam, e a biblioteca escolar para Côrte e Bandeira (2011) e Maroto (2012), é considerado um espaço de aprendizagem nesse processo, espaço lúdico proporciona o contato com o livro, tornando possível o desenvolvimento linguístico, cultural e cognitivo dos educandos, visto que estabelece novos padrões de raciocínio, abrindo outros espaços para que as crianças possam se expressar exercitando a criatividade.

Quanto à pesquisa documental, analisam-se os preceitos da BNCC, que trata da competência informacional, além do lugar da biblioteca escolar nos processos de ensino e aprendizagem. Para a análise do documento, utiliza-se a análise do conteúdo. De acordo com Bardin (2006, p. 38), a análise de conteúdo que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens. A intenção da análise de conteúdo é a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção (ou eventualmente, de recepção), inferência esta que recorre a indicadores (quantitativos ou não). Procedimentos esses que se constituirão na análise de informações sobre o processo de ensino e aprendizagem, por meio de competências e habilidades, em questões informacionais, propostos, tanto pela BNCC.

2 LETRAMENTO INFORMACIONAL COMO PROCESSO DE APRENDIZAGEM

O letramento informacional (LI) pode ser compreendido como processo de aprendizagem para capacitar os aprendizes a buscarem e usarem informação para resolução de problemas, considerando o desenvolvimento progressivo das tecnologias da informação. Nos últimos anos, com a implantação desses programas em várias instituições, mas especificamente em escolas de educação básica (FOGGETT, 2003), ocorre a necessidade de discutir várias questões de aprendizagem, em especial, as curriculares. Assim, podemos refletir sobre o conceito de letramento informacional, envolvendo o conceito em questão informacional, como o acesso, o uso, a avaliação, a disseminação e o aprender a aprender, conforme Delors (2010), e também algumas concepções relacionadas com as fontes e recursos informacionais.

2.1 Histórico

A expressão" information literacy" aparece pela primeira vez no relatório de Paul Zurkowski, intitulado The information servisse environment relationships and priorits, no ano de 1974. Zurkowski era bibliotecário americano e diante da necessidade social em saber utilizar fontes eletrônicas de informação, em seu relatório, então, sugere um movimento nacional, orientando a sociedade ao desenvolvimento do letramento informacional, mediante habilidades e técnicas, para manipular as diferentes informações com as quais se deparavam. A ideia era capacitar a população, para acessar a variedade informacional disponível, com competência, autonomia e responsabilidade sobre as informações disponíveis (CAMPELLO, 2003; 2009; DUDZIAK, 2003).

Nesse sentindo, acreditava-se que os indivíduos precisavam estar preparados para viver na sociedade da informação. O autor tratou das Tecnologias de Informação e Comunicação, as TIC´s, que foram vistas como instrumentos potencializadores de transformação dessa sociedade (CAMPELLO, 2003; 2009).

Não foi apenas um movimento de transformação da sociedade norte americana, mas de outros países também, entre os quais a Inglaterra e o Canadá, a França e a Alemanha. No Brasil, o primeiro programa de orientação bibliográfica foi organizado, em 1955, pela bibliotecária Terezine Arantes Ferraz, da USP, levando o nome de Pesquisa Bibliográfica (PASQUARELLI, 1996).

A competência informacional vem, para preencher as necessidades ocasionadas pelo excesso de informação da sociedade atual, a qual requer que as pessoas saibam lidar com o universo informacional e com seus processos de maneira eficiente, exigência que corrobora ao aprender a aprender e o aprendizado ao longo da vida.

2.2 Conceito e formas de desenvolvimento de competência informacional

A competência informacional passou a ser vista como um instrumento de emancipação, como um meio de desenvolver habilidades referentes ao manuseio da informação, tais como a de localizar e utilizar a informação em função de uma tomada de decisão; ainda, o domínio de técnicas para o uso das ferramentas informacionais voltado à finalidade de resolver problemas em contextos gerais.

Desde a década de 70, a expressão competência informacional passou a designar também a habilidade no manuseio de recursos e fontes informacionais, com a finalidade de localizar e utilizar informações para uma tomada de decisão ou resolução de problemas de cunho social, isto é, relacionados à cidadania e à responsabilidade social num determinado contexto (CAMPELLO, 2003).

Segundo essa outra perspectiva, deveria haver uma integração da competência informacional ao currículo, utilizando a competência informacional, como ferramenta educacional, de modo que este estivesse em harmonia com o universo informacional dos aprendizes e enfatizasse uma formação voltada para a investigação e o amplo acesso aos recursos informacionais através das tecnologias de informação.

Atualmente, encontram-se, na literatura, outros conceitos que associam a competência informacional ao processo de aprendizagem, do qual faz parte. Para Dudziak (2003), no processo de aprendizagem, o indivíduo é capaz de criar hábitos, valores, habilidades e conhecimento indispensáveis, para lidar com o universo informacional em toda a sua dimensão e complexidade. Ou seja, "é um processo de aprendizado contínuo que envolve informação conhecimento e inteligência "(DUDZIAK, 2003, p.29).

Para Espinet (2003) e Campello (2009), competência informacional é definida como um conjunto de habilidades e conhecimento que permite que o indivíduo utilize a informação, de maneira conveniente para resolução de problemas, tomar decisões ou para seu aprendizado.

A competência informacional compreendida, a partir dessas concepções, tem correlações com o letramento informacional, tornando imprescindível aprender a localizar, selecionar, acessar, organizar informações, gerando conhecimento, de acordo com Gasque (2010), assim a Biblioteca Escolar seria o meio facilitador de aprendizagem destas competências , através de uma série de recursos materiais que poderiam dar acesso a diversos tipos de suportes informacionais.

3 O CURRÍCULO NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Parte-se da concepção de currículo, em que que envolvem práticas políticas, sociais, econômicas, de produção de recursos didáticos, de controle e supervisão, gestão, dentre outras, de acordo com Sacristán (2013). O currículo é influenciado por vários elementos, fenômenos e fatos do

contexto escolar, por exemplo, disciplina, motivação, aspectos didáticos, relação professor/aluno, desempenho, dentre outros, compreendendo – o assim como "construção e seleção de conhecimentos e práticas produzidas em contextos concretos e em dinâmicas sociais, políticas e culturais, intelectuais e pedagógicas. Conhecimentos e práticas expostos as novas dinâmicas e reinterpretados em cada contexto histórico." (MOREIRA; CANDAU, 2007, p. 9).

Podendo ainda compreender currículo como "a expressão e a concretização do plano cultural que a instituição escolar torna realidade dentro de determinadas condições que determinam esse projeto" (SACRISTÁN, 2013, p. 10). Isso significa considerar aspectos como: a visão da cultura que ocorre na escola, nas dimensões explícitas e ocultas; em determinado contexto e o processo histórico; o campo de interação entre ideias e práticas possibilitando a intervenção do professor.

O currículo brasileiro constitui-se por uma base comum e uma parte diversificada. A base comum compõe-se do conjunto de conhecimentos, saberes e valores produzidos culturalmente pela sociedade, gerados nos diversos âmbitos: científico-tecnológico, profissional, esportivo, artes e literatura, dentre outros. Como um documento que estrutura e organiza o currículo, a BNCC, apresentando o conjunto de aprendizagens essenciais aos estudantes, o que tange em seu desenvolvimento integral por meio das dez competências gerais. O documento define competências como a soma de conhecimentos (saberes), habilidades (capacidade de aplicar esses saberes na vida cotidiana), atitudes (força interna necessária para utilização desses conhecimentos e habilidades) e valores (aptidão para utilizar esses conhecimentos e habilidades com base em valores universais, como direitos humanos, ética, justiça social e consciência ambiental), (BNCC, 2017, p.7).

A escola do século XXI precisa estar atenta às mudanças e aos novos contextos, que se apresentam, no qual os estudantes deverão ter desenvolvidas, as suas capacidades, habilidades e competências (cognitivas e linguísticas), bem como a sua destreza na utilização dos suportes tecnológicos e digitais desenvolvidos letramentos e suas múltiplas leituras em diversificados meios e formatos. Fazendo -se necessário novas ferramentas para subsidiar o processo de ensino e aprendizagem, como o conceito de letramento e multiletramentos, tendo em vista a multiplicidade de linguagem, mídias e tecnologias, escrita manual e impressa, inseridas no processo de aprendizagem, sendo necessário se apropriar do domínio de áudios, vídeo, entre outros, porque, segundo Rojo (2012, p. 21), "são requeridas novas práticas de leitura, escrita e análise crítica; são necessários novos e multiletramentos".

No contexto escolar, os novos letramentos, também chamados de letramentos múltiplos ou de multiletramentos, já fazem parte de algumas realidades e, em breve, farão parte do PPP, bem como do currículo, o que, na prática, de fato, estará explícito nas matrizes curriculares das escolas, ou seja, nos conteúdos ministrados e trabalhados por meio de atividades e projetos educativos pelos professores em sala de aula, na biblioteca e nos demais ambientes escolares, no qual o aprendiz traz suas experiências de vida e de uso da informação para sala de aula, promovendo uma reflexão sobre o que aprendeu ao longo da vida de acordo com Bruce (2004, p. 10), e o conceito de o letramento informacional, proporcionando a transformação do processo de aprendizagem, capacitando os estudantes e dando-lhes a capacidade de exercer e direcionar a própria aprendizagem, para fora dos muros da escola.

De acordo com Fialho (2009), no atual cenário educacional, a biblioteca escolar (BE), ainda não desempenha um papel educacional e de formação do estudante como pesquisador ou na criação de processos de investigação para solucionar problemas, formulação de perguntas e interpretação de dados e informações de maneira autônoma , qualificada e ética corroborando com as competências essências trazidas pela BNCC. Para Côrte e Bandeira (2011) e Maroto (2012), a BE como um espaço lúdico, um lugar de brincar com os livros e com as letras, lugar do contar e do ouvir histórias, espaço que proporciona o contato com o livro, tornando possível o desenvolvimento linguístico, cultural e cognitivo dos educandos, visto que estabelece novos padrões de raciocínio, abrindo outros espaços para que as crianças possam se expressar exercitando a criatividade.

As Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) apontam a importância das atividades de pesquisa, para o desenvolvimento educacional-ético-social do educando, incluindo a contribuição da pesquisa para a sua participação social "A pesquisa, como princípio pedagógico, pode, assim, propiciar a participação do estudante tanto na prática pedagógica quanto colaborar para o relacionamento entre a escola e a comunidade" (BRASIL, 2013, p. 164).

Os principais conceitos de letramento informacional apontam para o trabalho integrado da comunidade escolar, mas com enfoque na parceria dos bibliotecários e professores, no desenvolvimento das competências informacionais dos estudantes; processo contínuo de amadurecimento durante a educação básica, com metodologias adequadas às etapas da vida

escolar. O currículo deve contemplar o desenvolvimento do letramento informacional, no qual não deve se ater apenas às disciplinas específicas, mas considerar o todo, o conjunto delas, o aprendizado na totalidade, como as competências essências da BNCC , que servem de referência para o currículo, que apontam as aprendizagens a serem priorizadas, apresentando estratégias metodológicas contextualizadas, práticas pedagógicas e especificidades locais. Compreendendo a biblioteca como um espaço dinamizador dessas competências, um lugar onde se "oferece a oportunidade de ter acesso a informações e experiências novas e desafiadoras capazes de provocar transformações e de desencadear processo de desenvolvimento e comportamento" (REGO, 2005, p. 62). Assim, observa-se uma nova forma de aprender, por meio do Letramento Informacional, potencializado pelas bibliotecas escolares, o trabalho então, deve ser centrado no desenvolvimento da capacidade de acessar, recuperar, apreender e gerir a informação. Sendo necessário a integração dos conteúdos de LI ao currículo escolar, suscitando a necessidade de compreender os modelos curriculares vigentes e a análise das possibilidades para tornar efetiva a aprendizagem dos conteúdos.

3.1 A biblioteca como apoio da ação pedagógica

Compreende-se, neste artigo, o aspecto funcional da biblioteca escolar, que assume um importante papel na preparação do estudante para o século XXI, "através da promoção de experiências criativas de uso de informação", aproximando "o aluno de uma realidade que ele vai vivenciar no dia a dia, como profissional e como cidadão" (CAMPELLO, 2002, p. 11).

A gestão de uma biblioteca escolar é recomendada pelos PCNs (BRASIL, 1997, v. 2, p. 58) "como a primeira das condições favoráveis para a formação de bons leitores, conjuntamente com as atividades de leitura e acervo". Além dessas ações, o governo também lançou uma série de recomendações para nortear a gestão desse espaço educativo. Ainda, nos PCNs, a biblioteca é apresentada como um "[...] lugar de aprendizagem permanente, um centro de documentação onde se encontrem informação que irão responder questionamentos levantados dentro das diversas áreas curriculares" (CAMPELLO, 2002, p. 18). Compreende-se assim que a biblioteca escolar pode potencializar as condições para a formação permanente dos estudantes, oferecendo-lhes os primeiros serviços bibliotecários e capacitando-os a utilizar outros individualmente, além de propiciar-lhes o exercício de sua curiosidade, estimulando, assim, seu aprendizado contínuo, seu desenvolvimento intelectual, crítico e social. A Organização dos Estados Americanos (OEA) já considerava a biblioteca escolar, na perspectiva de uma rede de informação, para o ensino-aprendizagem, configura por meio da

> [...] participação direta em todos os aspectos do programa de educação [...] onde os educadores, estudantes e usuários em geral podem redescobrir e ampliar seus conhecimentos, desenvolver pesquisas, desenvolver aptidões para leitura, para opinar, para avaliar, assim como desenvolver meios de comunicação [...] com o objetivo de assegurar uma aprendizagem total (OEA, 1985, p. 21).

Por conseguinte, a biblioteca escolar deve ter condições de proporcionar esse ambiente, por meio da variedade de fontes de informação e de serviços que oferta aos estudantes e a toda a comunidade escolar, proporcionando o acesso às Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs), bem como aos mais variados recursos, digitais e impressos. Desse modo, ela é o local onde são fornecidas as ferramentas tecnológicas e não tecnológicas que capacitam os estudantes, para lidar com a informação que recebem frequentemente. Portanto, esse "espaço ativo de aprendizagem" pode ser enriquecido com a mediação dos bibliotecários nos processos de aprendizagem, visto que, "mais do que organizar a informação, os bibliotecários devem se preocupar em ajudar os usuários a buscá-la e usá-la" (GASQUE, 2012, p. 157).

Segundo Campello (2010), a biblioteca é um espaço de aprendizagem nesse processo. Como educador, o profissional bibliotecário deve propiciar as condições necessárias para a clareza dessa função, pois é nesse espaço, mesmo que informal, que o bibliotecário interage com o aluno, de maneira que a sua orientação e mediação contribuam para transformação qualitativa na formação do educando. Destacando-se aqui a função educativa da biblioteca escolar, entende-se que ela está vinculada à função educativa do bibliotecário escolar, em consonância com essa conceituação das bibliotecas escolares, os objetivos expressos no Modelo Flexível para um Sistema Nacional de Bibliotecas Escolares, da OEA, são os seguintes:

> a) contribuir para o cumprimento dos objetivos formulados pelo sistema educacional e expressos através de políticas nacionais;

> b) contribuir para as metas qualitativas da educação, proporcionando situações estimulantes para a aprendizagem;
> c) oferecer um mecanismo para a democratização da educação oportunizando o desenvolvimento de cada aluno a partir de suas atitudes individuais;
> d) contribuir para que o professor amplie sua percepção oferecendo-lhe a informação que permite tomar decisões que contribuam para sua formação;
> e) contribuir para a caracterização de um currículo ativo, flexível e dinâmico, baseado na aprendizagem;
> f) apoiar a seleção e produção de materiais aos objetivos dos programas de estudo;
> g) orientar os usuários na biblioteca;
> h) contribuir com programas de leitura, disponibilizando materiais que atendam às necessidades dos leitores;
> i) oportunizar experiências que estimulem o gosto pelos livros e o prazer da leitura como lazer, recreação e fonte de informação;
> j) contribuir para a formação de um leitor autônomo em sua capacidade de seleção, crítico e criativo em relação com a leitura;
> k) estimular no aluno a confiança em si mesmo através de experiências exitosas e prazerosas em relação à leitura;
> m) iniciar o usuário nas técnicas e habilidades de busca, análise e criação da informação;
> n) formar e desenvolver no aluno e no professor habilidades de busca e uso da informação que facilitem a aprendizagem permanente estimulando habilidades de comunicação e de expressão;
> o) contribuir para a formação de atitudes críticas e seletivas frente aos meios maciços de comunicação;
> p) apoiar os sistemas de formação e aperfeiçoamento dos recursos humanos da escola nas áreas de promoção da leitura, educação no uso da informação, produção e utilização de materiais educativos;
> q) oportunizar condições de informação tecnológica aos usuários, inclusive com o acesso e utilização das (novas) tecnologias;
> r) desenvolver, em uma concepção ampla da relação escola comunidade, atividades de desenvolvimento cultural;
> s) contribuir para o desenvolvimento de programas de educação de adultos e educação não formal identificando o setor educacional no raio de ação e dinamização da biblioteca (OEA, 1985, p. 20).

Para o cumprimento da missão e finalidade educacional da escola, a biblioteca escolar, necessariamente, precisa obter a completude apregoada por essas premissas. De acordo com Roca (2012, p. 28), a biblioteca escolar deve cumprir com o papel de “catalisadora de demandas educacionais” e “com contexto de aprendizagem e de leitura”. Nesse sentido, a biblioteca fornece apoio ao planejamento, às ações e às metas da escola, bem como aos seus projetos e atividades se apresentando como um centro de aprendizagem. Sua função pedagógica está relacionada a desenvolver o pesquisador, por meio da pesquisa escolar e do trabalho intelectual, que proporcionarão ao educando meios, para melhor desempenhar seus papéis sociais, uma ação em prol da leitura, do incentivo à criação do gosto e do hábito de ler e, por fim, ação cultural, com vistas a favorecer o entendimento da identidade do cidadão no espaço onde vive.

3.1.1 Biblioteca: instrumento facilitador das competências da BNCC

Partindo da função da biblioteca escolar descrita no item anterior, podemos observar a notoriedade desse espaço como dinamizador do ensino e aprendizagem. A seguir, relacionamos o desenvolvimento do trabalho da biblioteca escolar com as competências da BNCC.

A BNCC chega para nortear na formulação dos currículos, dos sistemas e das redes escolares de todo o Brasil, indicando as competências e as habilidades que se espera que todos os estudantes desenvolvam ao longo da escolaridade. Na BNCC, competência é definida como “a mobilização de conhecimentos (conceitos e procedimentos), habilidades (práticas, cognitivas e socioemocionais), atitudes e valores, para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho (BNCC, 2017, p. 7).

As competências informacionais relacionadas com o letramento informacional envolvem várias áreas de aprendizagem como: conhecimento das próprias necessidades informacionais;

conhecimento da natureza e extensão da informação; desenvolvimento de estratégias de localização da informação (recursos tecnológicos, confiabilidade, qualidade e utilidade); capacidade para avaliar de forma crítica a relevância da informação; conhecimento para analisar, organizar e comunicar a informação; conhecimento para fazer uso da informação analisada na resolução de problemas; saber determinar o custo-benefício do acesso à informação; conhecimento das questões econômicas, jurídicas e sociais relacionadas com o uso da informação, e principalmente, usá-la de forma ética e legal (ESPINET, 2003, p. 4).

De acordo com Dudziak (2003, p. 32), afirma que:

> A educação voltada para a information literacy aqui preconizada encontra respaldo em práticas curriculares, como o currículo integrado (baseado na transdiciplinariedade) e o aprendizado baseado em recursos (resource-based learning), tendo como objetivo maior instrumentalizar e interiorizar comportamentos que levem a proficiência investigativa, ao pensamento crítico e ao aprendizado ao longo da vida.

Dada a relevância da escola e do currículo desenvolvido para a formação e organização dos indivíduos em sociedade, é necessário considerar que a escola precisa oferecer aos estudantes espaços educativos dinâmicos e atraentes para aprendizagem e construção de conhecimento.

4 ANÁLISE DAS COMPETÊNCIAS E HABILIDADES DA BNCC E DO LETRAMENTO INFORMACIONAL

As competências gerais descritas na BNCC constituem em propósito final das aprendizagens essenciais que os estudantes irão vivenciar e aprender e desenvolver da Educação Infantil até o Ensino Médio. Isso quer dizer que as escolas brasileiras devem ampliar a capacidade de lidar com pensamento crítico, criatividade, sensibilidade cultural, diversidade, comunicação, tecnologias e cultura digital, projeto de vida, argumentação, autoconhecimento, autocuidado, emoções, empatia, colaboração, autonomia, ética, diversidade, responsabilidade, consciência socioambiental e cidadania, entre outros aspectos importantes para a vida no século XXI.

Para o desenvolvimento de tais competências, faremos uma análise das competências essenciais da BNCC, separando-as em dois macros grupos, o de competências cognitivas (1 ao 5) o outro de socioemocionais (6 ao 10). Para o compreender tais competências faz-se necessário o aprendizado de habilidades que se correlacionam com as habilidades exigidas no letramento informacional as quais o aluno deve aprender de acordo com a BNCC (2017):

1. Conhecimento: construir e incorporar estratégias para reter as informações obtidas e ser capaz de utilizar o conhecimento para solucionar problemas diversos.

2. Pensamento científico, crítico e criativo: e gerar ideias para criar formas novas de atingir objetivos e resolver problemas, fazer conexões dessas ideias (novas e antigas), criar soluções inovadoras, - Interpretar dados e informações de maneira precisa, avaliar e testar opções para colocar ideias em prática, fundamentar os passos ou procedimentos de sua investigação, formular hipóteses, Analisar e explicar como as evidências sustentam argumentos e afirmações e Comparar, agrupar e sintetizar informações de diversas fontes.

3. Repertório cultural: Vivenciar sua identidade, comunidade e cultura e demonstrar sentimento de pertencimento, Expressar sentimentos, ideias, histórias e experiências por meio das artes, desenvolver senso de identidade individual e cultural e explorar novas formas de reconciliar valores e perspectivas culturais diferentes ao abordar desafios em comum.

4. Comunicação: ouvir outras pessoas com atenção, interesse e respeito, expressar ideias, opiniões, emoções e sentimentos com clareza, conectar com as colocações de outras pessoas para buscar o entendimento mútuo, multiletramento se comunicado por meio de diversas linguagens e compartilhar informações e construir coletivamente o conhecimento.

5. Cultura digital: Utilizar recursos tecnológicos para demonstrar conhecimentos e resolver problemas, usar linguagens de programação para solucionar problemas, interpretar e representar dados de diversas maneiras e utilizar tecnologias, mídias e dispositivos de comunicação modernos de maneira ética.

6. Trabalho e projeto de vida: utilizar estratégias para planejar-se e estabelecer metas pessoais e de aprendizagem, tendo em vista projetos de vida, investir na aprendizagem e no desenvolvimento para melhoria constante e buscar apoios para seu crescimento pessoal, escolar e

social, utilizar fortalezas e fragilidades pessoais para superar desafios e alcançar objetivos, ser perseverante mesmo em situações difíceis, autoavaliar seu próprio desenvolvimento,

7. Argumentação: conseguir desenvolver opiniões e argumentos, com base em dados e evidências, de fazer deduções e conclusões pertinentes, explicar seu significado e, quando possível, identificar limitações na argumentação, debater e defender seus pontos de vista com firmeza e respeito, desenvolver conhecimento sobre causas e consequências de questões globais e engajar-se no desenvolvimento de ações positivas para a promoção dos direitos humanos e da sustentabilidade social e ambiental.

8. Autoconhecimento e autocuidado: Conhecer-se, apreciar-se e cuidar de sua saúde física e emocional, compreendendo-se na diversidade humana e reconhecendo suas emoções e as dos outros, com autocrítica e capacidade para lidar com elas.

9. Empatia e cooperação: ser capazes de compreender a emoção dos outros e o impacto de seu comportamento nos demais, exercitar o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza.

10. Responsabilidade e cidadania: conseguir posicionar-se em relação a direitos e responsabilidades, possuir consciência sobre o impacto que suas decisões têm nos grupos e na sociedade, saber refletir sobre situações concretas em que gatilhos emocionais, frustrações e ações das pessoas impactam nas demais e no contexto, buscando formas de aprimoramento, realizar projetos escolares e comunitários, mobilizando pessoas e recursos e Ficar confortável e sentir interesse por lidar com desafios do mundo real que demandam novas abordagens ou soluções.

As competências cognitivas descritas acima (1,2,3,4,5) são as que mais corroboram com a compreensão de competências informacionais, de acordo com os objetivos de Dudziak (2003, p.28-29), a competência informacional forma pessoas que:

> a) Saibam determinar a natureza e a extensão de sua necessidade de informação como suporte a um processo inteligente de decisão;
> b) Conheçam o mundo de informação e sejam capazes de identificar e manusear fontes potenciais de informação de forma efetiva e eficaz;
> c) Avaliem criticamente a informação segundo critérios de relevância, objetividade, pertinência, lógica, ética, incorporando as informações selecionadas ao próprio sistema de valores e conhecimentos, entre outros objetivos.

Os objetivos de Dudziak (2003) não diferem no que foi definido por Doyle (1992), que atribui que para desenvolver competência informacional, são necessárias as seguintes habilidades:

> A) Reconhecer a necessidade de informação;
> B) Reconhecer que informações acuradas e completas são a base para tomada de decisões inteligentes;
> c) Formular questões baseadas na necessidade de informação;
> d) Identificar fontes de informação potenciais;
> e) Desenvolver estratégias de busca adequadas;
> f) Acessar diversas fontes de informação;
> g) Avaliar informações;
> h) Organizar informações para aplicações práticas;
> i) Integrar novas informações ao corpo de conhecimento existente;
> j) Usar informações para pensar criticamente e para solucionar problemas. (DOYLE, 1992, p 4)

Observa-se a ênfase que a BNCC traz um discurso sobre aprender, por meio de competências e habilidades essenciais para pesquisa, para as diferentes linguagens (oral, escrita, cartográfica, estética, técnica etc.). Tornando possível o diálogo, a comunicação e a socialização dos indivíduos, condição necessária tanto para a resolução de conflitos quanto para um convívio equilibrado entre diferentes povos e culturas (BRASIL, 2017, p. 356) , deixando o conceito de letramento informacional implícitos em suas habilidades, ampliando também para os diversos letramentos, sendo necessário "aprender várias linguagens, por meio de seus códigos, símbolos, nomenclaturas e gêneros textuais, é parte do processo de letramento científico necessário a todo cidadão" (BRASIL, 2017, p. 551).

O processo do letramento informacional envolve a pesquisa, oportunizando o aprendiz a aplicar seu conhecimento fazendo conexões entre as informações pertinentes, de maneira autônoma e continua refletindo sobre a metacognição do conhecimento, contextualizando e compartilhando informações, compreendendo e respeitando o contexto sociocultural. Esses saberes específicos, para

lidar com a informação e as tecnologias, estão diretamente ligados à escola e seus parceiros, como nos chamam a atenção Campello (2008); Durban Roca (2012) e Caires (2014), que reconhecem que a educação formal escolar não é de responsabilidade somente de professores: as bibliotecas e seus bibliotecários são importantes auxiliares nesse processo.

Além desta função, na aquisição do hábito de leitura e pesquisa, destaca-se o papel da biblioteca no apoio as habilidades cognitivas da BNCC (1,2,3,4,5), bem como as habilidades informacionais colocadas por Dudziak (2003) e Doyle (1992). A Biblioteca Escolar vem sendo vista como o lugar ideal para estimular a oralidade dos educandos, através do acesso aos mais diversos tipos de suporte e materiais por meio do multiletramento, possibilitando a criação de um ambiente onde o educando pode interligar sua história de vida e ambiente à leitura e pesquisa oferecida, e ainda comparar com outras, chamando este aluno à reflexão. Para Campello (2003), as atividades de incentivo as habilidades informacionais devem ter objetivos amplos e planejamento junto ao corpo docente, pois ações esporádicas não atingem este propósito, criando apenas um hábito superficial. A atuação da BE deve ser dinâmica e viva. O domínio e a capacidade de desenvolver as competências e habilidades informacionais aumentam a capacidade de expressão, de crítica e de pleitear direitos, assim como na BNCC que prevê a valorização e problematização das vivências e experiências individuais e familiares trazidas pelos alunos, por meio do lúdico, de trocas e da escuta, nos diversos ambientes educativos (bibliotecas, pátio, praças, parques, museus, arquivos, entre outros). Essa abordagem privilegia o trabalho de campo, as entrevistas, a observação, o desenvolvimento de análises e de argumentações, de modo a potencializar descobertas e estimular o pensamento criativo e crítico. (BRASIL, 2017, p.355)

Dessa forma, compreende-se que a BE é um espaço significativo de aprendizagem contribuindo significativamente para a formação do pesquisador autônomo, capaz de ter papel ativo no seu processo educacional, assim como previsto nas competências da BNCC. Sua função, enquanto espaço pedagógico na escola é a de dar suporte e auxiliar de forma direta no preparo de novos cidadãos livres e autônomos, sujeitos no seu próprio processo educacional, onde educadores e educandos estão identificados com seu novo papel de pesquisadores, num mundo cada vez mais informacional e informatizado. (PINTO; OLIVEIRA, 2013, p. 217).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Temos como elemento norteador dessa sociedade a informação e as tecnologias de informação, que propiciaram sua produção e disseminação, movimentando altos fluxos informacionais, através de canais eficientes de comunicação.

Assim, faz-se necessário que a educação esteja voltada, para atender às demandas da sociedade, enquanto formação do cidadão. Com isso, o letramento informacional surge no sentido de estabelecer uma interface com a área da educação, bem como com outras áreas, em que a função educativa da biblioteca e do bibliotecário possam ser exercidas.

A partir da análise dos resultados sobre a classificação do conteúdo, nota-se a necessidade do ensino e aprendizagem do Letramento informacional e a transformação que este conceito traz para o meio educacional.

Analisou-se o significado de se pensar num currículo que garanta a aprendizagem e a permanência em um estabelecimento de ensino que priorize práticas educativas que desenvolvam competências nas quais o estudante seja capaz de mobilizar conhecimentos (conceitos e procedimentos), realizar habilidades (práticas, cognitivas e socioemocionais), e agir de acordo com seus valores, para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho. O processo de letramento informacional refere-se a uma outra forma de aprender, centrada no desenvolvimento da capacidade de acessar, recuperar, apreender e gerir a informação.

Diante do novo cenário mundial, a BNCC destaca que é imprescindível que o sujeito se reconheça em seu contexto histórico e cultural, comunique, seja criativo, analítico-crítico, participativo, aberto ao novo, colaborativo, resiliente, produtivo e responsável requer muito mais do que o acúmulo de informações. Requer o desenvolvimento de competências, para aprender a aprender, saber lidar com a informação cada vez mais disponível, atuar com discernimento e responsabilidade nos contextos das culturas digitais, aplicar conhecimentos para resolver problemas, ter autonomia para tomar decisões, ser proativo para identificar os dados de uma situação e buscar soluções, conviver e aprender com as diferenças e as diversidades.

Elucida-se as bibliotecas como um espaço dinamizador e otimizador das competências, para o desenvolvimento do letramento informacional e para as competências propostas na BNCC. A biblioteca escolar, inserida no contexto educacional, está presente em todo esse processo de aprendizagem e de ensino, de formação dos estudantes, contribuindo para despertar o senso crítico dos estudantes. Dessa forma, a biblioteca escolar, vinculada ao universo da informação, é um espaço de aprendizagem e/ou de muitas aprendizagens, ambiente que estimula e favorece a relação do estudante com a leitura, com a escrita, com o livro, com a pesquisa, com a tecnologia e com o letramento. Práticas essas que contribuem para o desenvolvimento de competências essenciais, para que o estudante consiga utilizar a informação em toda a sua potencialidade. Assim, assume o papel de referência no ambiente escolar, como centro facilitador e mediador da diversidade de saberes, potenciando a capacidade dos estudantes de enfrentar os desafios da era da comunicação. Entretanto ao analisar a BNCC encontra-se poucos indícios do uso intencional da Biblioteca escolar para o desenvolvimento das competências e habilidades essências, bem como as competências informacionais, subutilizando o espaço que poderia trazer espaços ricos e produtivos para o desempenho escolar

Portanto, esse "espaço ativo de aprendizagem" pode ser enriquecido com a mediação dos bibliotecários nos processos de aprendizagem e promoção das competências gerais da BNCC. Portanto, o desenvolvimento do letramento informacional valida a implementação de uma educação baseada em competências gerais propostas pela BNCC, tendo em vista que sua função pedagógica está relacionada a desenvolver o pesquisador, por meio da pesquisa escolar e do trabalho intelectual, que proporcionarão, ao educando, meios para melhor desempenhar seus papéis sociais, uma ação em prol da leitura, do incentivo à criação do gosto e do hábito de ler e, por fim, ação cultural, com vistas a favorecer o entendimento da identidade do cidadão no espaço onde vive.

REFERÊNCIAS

BRASIL. *Base Nacional Comum Curricular: educação é a base,* 2016. Disponível: Acesso: 05 ago. 2017.

BRASIL. *Lei de diretrizes e bases da educação: Lei nº 9.394/96 de 20 de dezembro de 1996.* Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm> . Acesso em: 14 novembro 2019.

BRASIL. *Ministério da Educação. IDEB – Resultados e Metas.* Disponível em: <http://ideb.inep.gov.br/resultado/resultado/resultadoBrasil.seam?cid=1540476>. Acesso em: 18 nov.2019

BARDIN, L. *Análise de conteúdo* (L. de A. Rego & A. Pinheiro, Trads.). Lisboa: Edições 70. (Obra original publicada em 1977) (2006)

BRUCE, Christine. *Seven faces of information literacy in higher education.* 1997. Disponível em: <http://www.christinebruce.com.au/informed-learning/seven-faces-ofinformation-literacy-in-higher-education/ >. Acesso em: 13 nov. 2019.

CAIRES, Fernanda Medeiros. *Biblioteca na educação: práticas colaborativas e apropriação cultural*. 2014. 131 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Escola de Comunicação e Artes. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014. Disponível em: . Acesso em: 14 set. 2019.

CAMPELLO, *Bernadete. et al. A internet na pesquisa escolar: um panorama do uso da Web por alunos do ensino fundamental.* In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO, 19., 2002, Porto Alegre. Anais... Porto Alegre: Associação Rio-Grandense de Bibliotecários, 2002.

_____. *A função educativa da biblioteca escolar no Brasil: perspectivas para seu aperfeiçoamento.* In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 5., 2003, Belo Horizonte. Anais... Belo Horizonte, Escola de Ciência da Informação da UFMG, 2003. Disponível em:Acesso em: 10 nov. 2019

_____. *Letramento informacional no Brasil: práticas educativas de bibliotecários em escolas de ensino básico*, 2009

CÔRTE, Adelaide Ramos e; BANDEIRA, Suelena Pinto. *Biblioteca escolar.* Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2011.

DELORS, Jacques. *A educação ou a utopia necessária*. In: _____ et al. Educação: um tesouro a descobrir. Brasília, DF: Faber-Castell, 2010. p. 5-25. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0010/001095/109590por.pdf>. Acesso em: 13 nov. 2019.

DOYLE, C. S. *Information literacy in an Information Society: a concept for the information age*. New York. Syracuse University, 1992.

DUDZIAK, Elisabeth Adriana. *A information literacy e o papel educacional das bibliotecas*. 2001. 173 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) - Escola de Comunicação e Artes. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001. Disponível em: Acesso em: 13 nov. 2019.

DURBAN ROCA, Glória. *Biblioteca escolar hoje: recurso estratégico para a escola*. Tradução: Carlos Henrique Lucas Lima. Porto Alegre: Penso, 2012.

ESPINET, Eva Ortoll. *Competencia informacional para la actividad* traductora. Revista Tradumática, Barcelona, n. 2, p. 1- 5, 2003. Disponível em: <http://www.fti.uab.es/tradumatica/revista/num2/articles/01/art.htm>. Acesso em: 18 nov. 2019.

FIALHO, Janaina Ferreira. *Experiência com estudantes do ensino médio através da pesquisa escolar orientada.* Perspectivas em Ciência da Informação, v. 18, p. 15-25, 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pci/v18n1/03.pdf>. Acesso em: 6 nov. 2019.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da esperança: um reencontro com a Pedagogia do oprimido.* 15. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008, 245 p.

GASQUE, Kelley Cristine G. D. *Letramento informacional: pesquisa, reflexão e aprendizagem*. 1. ed. Brasília: Faculdade de Ciência da Informação, 2012. 178p. Disponível em: < http://repositorio.unb.br/handle/10482/13025>. Acesso em: 9 mar. 2014.

MAROTO, Lucia Helena. *A biblioteca escolar no Brasil hoje*. In: _____. Biblioteca escolar, eis a questão! Do espaço do castigo ao centro do fazer educativo. Belo Horizonte: Autêntica, 2012. p. 57-74.

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS. *Modelo flexível para um sistema nacional de bibliotecas escolares. Brasília*: FEBAB, 1985.

REGO, T. C. *Ensino e constituição do sujeito. Viver mente & cérebro*, São Paulo, v. 2, n. 2, p. 58-67, 2006.

ROCA, G. D. *Biblioteca escolar hoje: recurso estratégico para a escola*. Porto Alegre: Penso, 2012.

SERRA, J. Paulo. *A informação como utopia. Estudos de Comunicação.* Universidade da Beira Interior, 1998. Disponível em: <http://bocc.ubi.pt/pag/serra-paulo-comunicacao-utopia.pdf>. Acesso em: 14 nov. 2019.

LIMITAÇÕES DO DESENVOLVIMENTO LOCAL DO MUNICÍPIO PAULISTA DE FRANCA, DIANTE DA FALTA DE DESCENTRALIZAÇÃO DOS RECURSOS

LIMITATIONS OF LOCAL DEVELOPMENT IN THE CITY OF PAULISTA FROM FRANCA, BEFORE THE LACK OF RESENTRALIZATION OF RESOURCES

Área temática: Desenvolvimento Regional e Local.

FILHO, Hélio Braga
Unifacef
Doutor em Serviço Social - Unesp
hgp@com4.com.br
MORAES, Helieder Rodrigues Carrijo
Unifacef
Mestrando em Desenvolvimento Regional – Unifacef
heliedercarrijo@yahoo.com.br

Resumo

Este estudo tem como objetivo analisar a relação existente entre o pacto federativo brasileiro e o desenvolvimento municipal e entender a relação existente a frente da descentralização e o desenvolvimento local.

Palavras-chave: Pacto Federativo, Desenvolvimento local, Constituição, Empoderamento Municipal.

Abstract

This study aims to analyze the relationship between the Brazilian federative pact and municipal development and understand the relationship between decentralization and local development.

Keywords: Federative Pact, Local development, Constitution, Municipal Empowerment.

1 INTRODUÇÃO

O Brasil passou por profundas transformações em sua estrutura, resultantes de diversos fatores históricos, até se tornar o país que é hoje. Desta feita, um grande marco de suas diversas mudanças foi durante o advento da Constituição Cidadã, ou mais conhecida como a Constituição Federal de 1988.

Sendo que com a referida Constituição o Brasil estabeleceu de maneira discriminada a sua definição do Pacto Federativo, que tinha como principal objetivo promover a descentralização do Estado, dando assim, uma maior autonomia aos municípios.

Desta forma, assim como Coutinho (2014) relata, o Pacto Federativo brasileiro, teve como objetivo a diminuição do poder executivo federal, com a intenção de proporcionar o aumento da autonomia dos estados e municípios, que surgiu com a necessidade de promover o desenvolvimento, considerando as diversidades regionais.

Castor (2008), por sua vez, complementa afirmando que o Pacto Federativo acaba por instituir que todos os entes federativos auxiliem uns aos outros com o fim de atingir um nível de desenvolvimento equânime.

Outrora, quando se fala em desenvolvimento muitas perguntas acabam sendo atribuídas sobre a questão de como realmente gerar o desenvolvimento de um município, estado ou nação, pois em muitas situações considera-se apenas as questões econômicas, sob a hipótese de que o poder econômico é uma condição necessária e suficiente para o desenvolvimento local. Contudo, na prática, não é desta forma que realmente ocorre.

Com relação ao nosso país, que é considerado uma das maiores economias do mundo, e mesmo possuindo esse poder econômico, ainda assim não é considerado um país realmente desenvolvido, afinal, se considerar o ultimo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), o país acaba se encontrando na posição 79º de IDH do mundo.

Ou seja, tais evidências sugerem que não há garantias que o poder econômico gera necessariamente desenvolvimento, assim como Sen (1999) relata, o desenvolvimento acaba não apenas dependendo das questões econômicas, mas também de questões sociais a ele atribuído, complementando com a ideia de Coutinho (2014) de que não há desenvolvimento se não houver a melhoria das condições e qualidade de vida.

Essas questões, que por sua vez, não se diferem se estiver sendo considerado o município, estado ou união, todos acabam ficando atrelado a esta mesma perspectiva. É, portanto, nesse contexto, que se define o problema de pesquisa: qual seria a relação entre o Pacto Federativo Brasileiro e o desenvolvimento de municípios?

Para tanto, é necessário investigar qual seria a relação existente entre o atual pacto federativo brasileiro e o desenvolvimento municipal, buscando aprimorar e criar condições, para assim, buscar o desenvolvimento local do município paulista de Franca.

2. O QUE É FEDERALISMO

Uma das discussões centrais é o “federalismo”, já que esse é o ponto chave. Para Abrucio e Franzese (2007) a definição de federação, pode se basear como uma organização político-territorial, que se baseia no compartilhamento de legitimidade, decisões coletivas e autonomia em mais de um nível de governo, se diferindo do “Estado unitário”, em que se constitui em um governo central que acaba sendo soberano as instancias subnacionais, funcionando em uma lógica propriamente hierárquica. Abrucio e Franzese continuam por definir o federalismo como sendo um acordo meio em que é possível “compatibilizar o princípio de autonomia com o de independência entre as partes, resultando numa divisão de funções e poderes entre os níveis de governo”.

Ainda de acordo com Castor (2008), o conceito de federalismo nasce com a emancipação dos Estados Unidos da América a partir de sua Constituição de 1787, no qual foram constituídas as treze colônias norte-americanas. A criação dessas treze colônias acaba sendo o marco para a coexistência de duas soberanias em uma só nação, a União e suas unidades federadas, no qual, o Estado federal acaba por sobrepor a seus estados componentes.

Para definir melhor a relação em que se instaurava em 1787, o livro Um Esboço da História Americana (2012), relata a forma dessa nova constituição administrativa norte-americana de forma mais clara:

“O Congresso tinha autorizado a Convenção unicamente para preparar emendas aos Artigos da confederação, mas, como Madison mais tarde escreveria, os delegados “imbuídos de uma confiança viril no seu país”, simplesmente deixaram de lado os Artigos e avançaram no sentido de fundar uma forma totalmente nova de governo. Reconheceram que havia a necessidade suprema de conciliar dois poderes distintos – o poder do governo local, que já vinha sendo exercido pelos 13 estados semi independentes, e o poder de um governo central. Eles adotaram o princípio de que as funções e competências do governo nacional, pelo fato de serem novas, gerais e abrangentes, teriam de ser cuidadosamente definidas e explicitadas, enquanto que as demais atribuições permaneceriam implicitamente nas mãos dos estados. Mas, cientes, de que o governo central tinha de ter um poder real, os delegados também aceitaram o fato de que esse governo deveria ser autorizado a, entre outras coisas, emitir moeda, regulamentar o comércio, declarar guerra e assinar tratados de paz (DEPARTAMENTO DE ESTADO DOS ESTADOS UNIDOS. ESCRITÓRIO DE ASSUNTOS PÚBLICOS, 2012, p.79)”

Assim, Abrucio e Franzese (2007) complementam dizendo que as treze colônias norte-americanas possuíam uma frágil relação, e que acabaram abdicando de suas independências para a criação de uma esfera maior de governo, a União, com a proclamação da constituição de 1787. Sendo assim, as treze colônias concluem por se tornarem estados de um ente superior, sem desfazer-se de suas autonomias, estabelecendo relações interdependentes de poder, dando origem ao pacto federativo americano e consequentemente ao surgimento dos Estados Unidos da América.

Desta forma, segundo Santin e Flores (2006) citando Robert e Magalhães (2002), o modelo apresentado pelos Estados Unidos foi a base fundamental para o que se conhece hoje como o federalismo clássico, no qual, o Estado é formado por duas esferas de poder distintas, sendo elas a união e os estados. O objetivo desta relação, era de colocar todas os entes federados, sob um mesmo

nível de poder, estando todos lado a lado para a tomada de decisões, sem se colocar em posições hierárquicas superiores aos outros.

Com a definição de federalismo bem estruturada pós constituição norte-americana, novos países acabam por adotar esse novo modelo, quando, segundo Abrucio e Franzese (2007), há a existência de heterogeneidades em uma determinada nação, relativos a suas diversidades físicas ou grande extensão territorial; diversidades étnicas (relativos a imigrações) e/ou linguísticas; grandes diferenças socioeconômicas; diversidades ideológicas políticas entre as diversas regiões de um país. Desta forma, o federalismo surge como uma forma de cooperação e autonomia a países que possuem características muito dissemelhantes e numerosas, como no caso do país.

3. FEDERALISMO NO BRASIL

No Brasil, a adoção do modelo federalista veio em decorrência do "sucesso" obtido pelo Estados Unidos, entretanto, em decorrência das grandes diferenças entre as duas nações, principalmente dadas a fatores históricos de suas constituições como nação, o Brasil acabou por diferir em alguns aspectos dos propósitos da sua organização territorial de poder, principal- mente pelo fato de que o Brasil nunca havia sido dividido em diversos estados, ao contrário da origem dos Estados Unidos, sempre se caracterizando por meio de uma organização política centralizada de poder (ABRUCIO e FRAN- ZESE, 2007).

O processo histórico do Brasil sempre se baseou em uma forma centralizada de poder, após o seu descobrimento, o país possuía como fonte principal de tomada de decisões a monarquia portuguesa, no qual, Junior e Tavares (2018) acaba por relatar que durante essa época, o Brasil era dividido em Capitanias Hereditárias, sendo que, o Rei de Portugal destinava grandes áreas de terras a certas pessoas de confiança para de certa forma "administrar" aquela região, porem sempre advindo o poder do Rei de Portugal.

Ainda Junior e Tavares (2018, p. 144) citando o professor Boris Fausto em seu livro, descrevem a formação das Capitanias Hereditárias:

"O Brasil foi dividido em quinze quinhões, por uma série de linhas paralelas ao equador que iam do litoral ao meridiano de Tordesilhas, sendo os quinhões entregues aos chamados capitães-donatários.

(...)Os donatários receberam uma doação da Coroa, pela qual se tornavam possuidores mas não proprietários da terra. Isso significava, entre outras coisas, que não podiam vender ou dividir a capitania, cabendo ao rei o direito de modifica-la ou mesmo extingui-la. (...) Do ponto de vista administrativo, eles tinham o monopólio da justiça, autorização para fundar vilas, doar sesmarias, alistar colonos para fins militares e formar milícias sob seu comando.

(...)Os direitos reservados pela Coroa, ao instituir as capitanias hereditárias, não se limitaram a uma espécie de vigilância quanto à manutenção de sua forma. O rei manteve o monopólio das drogas e especiarias, assim como a percepção de uma parte dos tributos. Assegurou ainda o direito de aplicar a justiça, quando se tratasse de morte ou retalhamento de partes do corpo de pessoas de condição nobre. Nomeou, além disso, uma série de funcionários para garantir que as rendas da Coroa fossem colhidas. (apud, FAUSTO, Boris. História do Brasil. 1999. P. 43, 44, 45)"

Com a promulgação da primeira constituição brasileira, no ano de 1824, através do Imperador Pedro I, Junior e Tavares (2018) destacam que após a sua outorgação, o Brasil passou a ser dividido por províncias, que por sua vez, possuíam um certo teor de autonomia, pois detinham de administração e sistema legislativo próprios, contudo, ainda assim eram integralmente subordinadas ao poder central da monarquia brasileira.

Com a proclamação da república brasileira no ano de 1889, e a instituição da primeira constituição republicana brasileira no ano de 1891, que de acordo com Junior e Tavares (2018) o Brasil passou a de fato ser considerado uma nação federalista. Com a descentralização do poder político foi que, as até então províncias, passam a ser consideradas Estados Membros. Nesta constituição, há a definição do estabelecimento do pacto federativo do Brasil em seu 1º Artigo: "A nação brasileira adota como forma de governo, sob o regime representativo, a república federativa, proclamada a 15 de

novembro de 1889, e constitui-se, por união perpétua e indissolúvel das suas antigas Províncias, em Estados Unidos do Brasil" (BRASIL, 1891).

Junior e Tavares (2018) ainda continuam por definir que mesmo o Brasil adotando o modelo federalista, ele muito se diferenciou do modelo norte-americano, isso ocorreu pois, no Brasil, ela surgiu a partir de um estado unitário que se dividiu em vários autônomos, e nos Estados Unidos, foi a partir de vários estados que se uniram, desta forma, as competências e autonomia dos entes federados brasileiros foram relativamente menores do que ocorridos com os norte-americanos.

Com a Revolução de 1930, que acaba por conduzir Getúlio Vargas ao poder, Abrucio e Franzese (2007) relatam que esse período resultou em grandes impactos a respeito do federalismo brasileiro, principalmente por conta da volta de uma forte centralização de poder no Executivo. Com o golpe em 1937, estabeleceu-se o Estado Novo, e foi nesse período em que a centralização do poder foi ainda mais intensificada, com a abolição do federalismo na Constituição, no qual os estados passam a ser governados por meio de indicações do presidente da República. Santin e Flores (2006) relatam que, por conta da centralização de poder nas mãos de Getúlio Vargas, a autonomia dos municípios e estados foram gravemente afetadas.

Após a Constituição de 1946, que o país volta a ter fundamentos federalistas, Abrucio e Franzese (2007) relatam que foi nesta época em surgiu a preocupação com a distribuição horizontal de recursos aos entes federados, desta forma, estados que eram menos desenvolvidos (região norte e nordeste) passam a ser uma preocupação de desenvolvimento, fomentando a preocupação com o cooperativismo e independência – principalmente financeira – aos estados de forma equânime. Meirelles (2006) complementa por dizer que durante esse período, estabeleceu-se uma simetria de poderes, entre os municípios e os outros entes federados, sendo o poder político municipal integrado pelos poderes executivo e legislativo.

Durante a década de 60 a 80, com a instauração do regime militar no Brasil houve novamente um enfraquecimento do federalismo no país. De acordo com Santin e Flores (2006), o Brasil acabou por passar por um período turbulento, uma vez que, o regime autoritário estabelecido pela ditadura militar, serviu como base para a constituição de 1967, ocorrendo nesse período, uma extinção do federalismo no país, através da promulgação do ato institucional nº 5, desta forma, toda a autonomia conquistada pelos municípios acabam por se perder.

Após esse período conturbado para a democracia do país, houve então um processo de redemocratização do país, com o fim do regime militar e a instauração da nova Constituição Federal de 1988, ou mais conhecido como a constituição cidadã.

Esse período foi o marco para o federalismo brasileiro, que acaba por instaurar no Brasil uma nova forma de federalismo, no qual passa a tornar o município como uma terceira esfera de poder da federação, desta forma, assim como Junior e Tavares (2018) relatam, "O município passa a ter então o tripé concernente a autonomia administrativa, qual seja: autogoverno, autoadministração e auto-organização", que perpetua até os dias de hoje.

4. DESENVOLVIMENTO LOCAL

Tal discussão acaba se tornando bem ampla e extensa, uma vez que a sua definição acaba por divergir extensamente de acordo com cada pensador e teórico.

Para Ávila (2003) surgiu na Europa o interesse pelo desenvolvimento local como um mecanismo para as demandas sociais de um determinado local/região, a fim de alcançar um maior bem-estar da sociedade. Desta forma, Ávila (2003) ainda continua por falar que o desenvolvimento social decorre do desenvolvimento econômico, e não o inverso, salientando que os seus objetivos estão focados principalmente pela geração de novos empregos e na melhoria da qualidade de vida dessa população.

Outrora, continuando com essa relação econômica do desenvolvimento local, Azevedo (1995) ainda complementa a ideia, retratando que para os economistas, o desenvolvimento local se trata de um mecanismo de fortalecimento das economias de um determinado local/região.

Senhoras (2007) ainda complementa a ideia, relatando que inicialmente as medidas de desenvolvimento local, eram baseadas em medidas que gerassem o desenvolvimento econômico da região, através da geração de emprego. Contudo, essa ideia se amadureceu ao longo do tempo e ganhou o desta- que sobre a questão do desenvolvimento humano e social.

Senhoras ainda acaba por definir de forma sucinta, o que seria o desenvolvimento local:

O desenvolvimento local baseia-se na execução de políticas de fortalecimento e qualificação das estruturas internas de um território, visando à consolidação de um desenvolvimento genuinamente local e criando condições sociais, políticas e econômicas para a geração e atração de novas atividades produtivas e fortalecimento dos laços orgânicos de solidariedade local. O termo desenvolvimento local indica um conjunto de práticas e perspectivas que permitem evidenciar questões relacionadas com os sentidos atribuídos à noção de crescimento econômico e dos seus atores e espaços de gestão social. Assim, o desenvolvimento é consequência da democracia e da organização social que se instituem pela presença e pelo fornecimento do capital social. (SENHORAS, 2007, p. 8 e 9).

Mas afinal, o porque essa definição do grau de desenvolvimento local acaba se tornando tão importante a ser analisado?

Ckagnazaroff (1989), relatando Oliveira, fala que seria através da análise da estrutura econômica, social e política de um município, que se pode de fato entender a estrutura de um país, uma vez que os municípios são o primeiro grau de contato de uma população com o Estado, definindo Ckagnazaroff como sendo: “espaço político aberto, articulado numa rede de relações sociais, econômicas e políticas que vão constituir a sociedade política nacional"”.

Ckagnazaroff relata Castells (1980) reforçando ainda mais a ideia de município: O município é um dos órgãos e níveis do aparelho do Estado. Como tal, está submetido ao conjunto de processos e contradições característicos deste aparelho em cada sociedade. Mas sua especificidade provém, por um lado, de ser, em geral, o nível inferior a forma mais descentralizada do Estado e, no Estado democrático, a mais diretamente escolhi- da pelos cidadãos. Por outro lado, é o órgão do Estado mais permeável a sua representação política das classes dominadas num Estado constituído historicamente em torno à hegemonia da burguesia e seus aliados (CASTELLS, 1980, p. 169, apud CKAGNAZAROFF, 1989, p. 104).

Para tanto, mesmo que o desenvolvimento local tenha fundamental importância para uma nação, a sua implementação ainda se torna um problema, no caso do Brasil, Costa e Ferreira (2010) comenta que certas iniciativas que possuem como o objetivo o desenvolvimento local, e consequente- mente a geração de mecanismos de participação dos atores sociais e organizações em prol de objetivos comuns, se tornam um grande desafio para a governança, sendo o Brasil, um país em que possuí um amplo histórico de centralismo, autoritarismo e clientelismo.

Desta forma, Costa e Ferreira (2010) ainda reforça que no Brasil, a promoção do desenvolvimento local pela relação dos problemas sociais, acaba ficando intimamente relacionada a apenas medidas assistencialistas e/ou compensatórias, que de fato obtiveram um certo destaque em sua promoção. Contudo, ainda assim, essas medidas acabam se tornando apenas formas emergenciais de resolver o problema, mas que não são capazes de reduzir as mazelas sociais e os problemas relacionados a distribuição de renda.

Senhoras (2007) acaba por complementar que a ideia de Costa e Ferreira, relatando que: observando-se o lado dos Municípios, verifica-se também que as políticas municipais têm sido fragmentadas, individuais e isoladas, sujeitas à instabilidade administrativa, pois existe a cultura de que a continuidade das ações da gestão anterior não representa dividendos eleitorais para a gestão atual, o que cria entraves à eficiente descentralização, como a falta de capacita- ção e de entendimento do que seja o desenvolvimento, o "clientelismo" local, a falta de transparência nas decisões e na alocação dos gastos públicos e a baixa eficiência redistributiva. (SENHORAS, 2007, p. 5 e 6).

Para Filho (1996), existe outra problematização acerca do desenvolvimento local no Brasil, uma vez que os entes federados acabam ficando em uma relação de amplo conflito, por conta da guerra fiscal existente a fim de criar as condições para a captação de investimentos. Esse conflito, se tornou recorrente por conta do estimulo existente “pela necessidade de os governos locais criarem novos postos de emprego no setor privado, quanto pelo forte processo de deslocalização

industrial verificado entre países e regiões industrializadas" (FILHO, 1996, p. 46), reforçando ainda mais a ideia.

5. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A presente pesquisa consistirá, *a priori*, num estudo bibliográfico sobre os temas pertinentes, dentre as matérias aqui discutidas, sendo que a pesquisa qualitativa se faz o uso da interpretação de fenômenos que não podem ser traduzidos em números e são fundamentados em objetivos explicativos.

Deste modo, Marconi e Lakatos (2002) ensinam que os critérios para escolha do tipo de pesquisa a ser realizado variam de acordo com o enfoque que o pesquisador queira demonstrar, obedecendo a interesses, condições e objetivos diferentes.

Ou seja, a pesquisa bibliográfica, consequentemente, tem a finalidade de explorar problemas a partir de pressupostos teóricos sobre a abordagem do tema em pesquisas científicas, de forma que esta referência "não é mera repetição do que já foi dito ou escrito sobre certo assunto, mas propicia o exame de um tema sob novo enfoque ou abordagem, chegando a conclusões inovadoras" (MARCONI e LAKATOS, 2002, p.71).

Em complemento, para Ruiz (2002, p. 50) a pesquisa teórica tem por objetivo ampliar generalizações, definir leis mais amplas, estruturar sistemas e modelos teóricos, relacionar e enfeixar hipóteses de uma visão mais unitária do universo e gerar novas hipóteses por força da dedução lógica. Além disso, supõe grande capacidade de reflexão e de síntese [...].

Não obstante, quando se tiver o enfoque de uma pesquisa mais apurada, especificamente a elaborar a dissertação com a Instituição de Ensino Superior, a par de toda a bibliografia necessária a dar embasamento teórico à pesquisa científica universitária, o tipo de enfoque dado pode exigir outro tipo de exame, qual seja, a coleta de dados, a fim de informar a situação real sobre o assunto abordado, demonstrando, na prática, o problema discutido.

Segundo Marconi e Lakatos (2002), a pesquisa de campo, além de consistir na observação de fatos e fenômenos, tem o objetivo de conseguir informações sobre um problema, anteriormente pesquisado através de bibliografias que estabelece modelo teórico de referência.

Assim é que, a pesquisa de campo "não deve ser confundida com a simples colheita de dados [...], pois exige contar com controles adequados e com objetivos preestabelecidos que discriminam suficientemente o que deve ser coletado" (TRUJILLO apud MARCONI e LAKATOS, 2002, p. 83).

Portanto, os dados a serem coletados de forma sistemática, juntamente com a fundamentação teórica obtida pela bibliografia que aborda o tema, são extremamente importantes a respaldar todo o trabalho científico que se que ira apresentar, com a investigação da realidade e conteúdo específicos.

Em questão do objetivo de pesquisa, este apresenta características explicativas, que segundo Gil (2008), se funda- menta em responder como, de que forma e o porquê certos fenômenos acabam ocorrendo, analisando quais seriam os seus fatores, bem como, analisar a forma com que o pacto federativo está instaurado no Brasil, podendo-se explicar desta forma, quais as suas implicações para o desenvolvimento do município Paulista de Franca.

6. RESULTADO PARCIAL

Como resultado parcial da pesquisa, verificou-se que existem uma quantidade significativa de autores que trabalham ou trabalharam o tema e no que tange ao tema analisado até o presente momento, verifica-se a importância da discussão sobre o assunto, para tanto, é necessário investigar qual seria a relação existente entre o atual pacto federativo brasileiro e o desenvolvimento municipal, buscando aprimorar e criar condições, para assim, buscar o desenvolvimento local do município paulista de Franca.

7. CONSIDERAÇÃO PARCIAL

Nos dias atuais, é perceptível que os municípios brasileiros vivem em um período de grande crise e isso se dá principalmente pela suposta escassez de recursos financeiros, que acabam por comprometer o desenvolvimento dos mesmos, apesar do Brasil ser um dos países com a maior carga tributária no mundo.

Outrora, no que tange ao analisado até o presente momento, verifica-se a importância da discussão sobre a relação existente entre o pacto federativo brasileiro e o desenvolvimento municipal da cidade paulista de Franca, pois, realizada essa análise de forma concreta poder-se-ia entender e aprimorar os conceitos acerca do desenvolvimento local, bem como, buscar uma reforma estrutural dessa relação existente, com o objetivo de constituir novos mecanismos de arrecadações aos mesmos, a fim de se tornarem mais independentes financeiramente, com a finalidade de executar os seus recursos na forma de investimentos sociais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRUCIO, F. L.; FRANZESE, C. Federalismo e Políticas Públicas: o impacto das relações intergovernamen- tais no Brasil. In: Maria Fátima Infante Araújo; Lígia Beira. (Org.). **Tópicos de Economia Paulista para Gestores Públicos**. São Paulo: Edições FUNDAP, 2007, v. 1, pp. 13-31.

AFFONSO, R. de B. A. Descentralização, desenvolvimento local e crise da Federação no Brasil. **Naciones Unidas Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL)**, 2000.

BRASIL, 1891 - BRASIL. Constituição (1891). **Constituição da República Federativa do Brasil**. 1891.

CASTOR, P. C. K. **Autonomia Municipal como fator de desenvolvimento local**. Dissertação de Mestrado apresentada em junho de 2008. UNIFAE, Paraná, 2008.

CKAGNAZAROFF, I. B. A nova constituição-uma nova administração municipal?. **Revista de Administração Pública**, v. 23, n. 4, p. 104-107, 1989.

COSTA, M. da S.; FERREIRA, M. R. de L. Desenvolvimento local e participação popular: A experiência do pacto do Novo Cariri. **Cadernos Gestão Pública e Cidadania**, v. 15, n. 56, 2010.

COUTINHO, C. M. F. **Pacto federativo e desenvolvimento no brasil: considerações a partir do município**. 4º congresso internacional governo, gestão e profissionalização em âmbito local frente aos desafios de nosso tempo. Eixo temático 2: Fortalecimento do governo municipal. 2014.

Departamento de Estado dos Esta- dos unidos e Escritório de assuntos públicos, 2012. **Um esboço da história americana**. Disponível em: <https://photos.state.gov/libraries/amgov/30145/publicationsportuguese/OutlineofUSHistory_Portuguese.pdf>.

DULCI, O. S. Guerra fiscal, desenvolvimento desigual e relações federativas no Brasil. **Revista de Sociologia e Política**, n. 18, 2002.

FILHO, J. do A. **Desenvolvimento regional endógeno em um ambiente federalista. Planejamento e políticas públicas**, n. 14, 1996.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. Editora Atlas SA, 2008.

JUNIOR, R. R. de O.; TAVARES, R. de S. **Pacto Federativo Brasileiro: O impacto no desenvolvimento dos municípios com estudo de caso de Belford Roxo/RJ.** Revista Controle Social e Desenvolvimento Territorial (CSDT), v. 3, n.03, 2018, pp. 139-159.

MARCONI, Maria de Andrade e LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de Pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MEIRELLES, H. L. **Direito Municipal Brasileiro**. 15. ed. atual. São Paulo: Malheiros, 2006.

RUIZ, João Álvaro. **Metodologia Científica: guia para eficiência nos estudos.** 5. ed. São

Paulo: Atlas, 2002.

SANTIN, J. R.; FLORES, D. H. **A evolução histórica do município no federalismo brasileiro, o poder local e o estatuto da cidade.** Revista Justiça Do Direito, v. 20, n.1, pp. 56-69, 2006.

SEN, A. K. **Desenvolvimento como liberdade**. Tradução de Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 1999. Título original: Development as Freedom.

SENHORAS, E. M. Caminhos bifurcados do desenvolvimento local - **As boas práticas de gestão pública das cidades entre a competição e a solidariedade**. Revista brasileira de gestão e desenvolvimento regional, v. 3, n. 2, 2006.

TORRES, S. F. **O Princípio da Subsidiariedade no Direito Público Contemporâneo**. Rio de Janeiro: Renovar, 2001.

MEMÓRIA, APRENDIZAGEM E A CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO: UM ESTUDO A PARTIR DO DESENVOLVIMENTO COGNITIVO EM PIAGET

MEMORY, LEARNING AND THE CONSTRUCTION OF KNOWLEDGE: A STUDY ON COGNITIVE DEVELOPMENT IN PIAGET

Desenvolvimento Social e Políticas Públicas: Educação e Desenvolvimento

ANDRADE, Ofélia Cristina Xavier de
Universidade Estadual Paulista - UNESP
Bacharel em Biblioteconomia
Especialista em Educação Superior
Mestranda em Ciência da Informação (UNESP)
ofeliacrisitna_andrade@outlook.com

MELLO, Mariana Rodrigues Gomes de
Universidade Estadual Paulista – UNESP
Bacharel em Direito
Bacharel e licenciada em Filosofia
Especialista em Direito Público com capacitação para Magistério Superior
Mestre e doutoranda em Ciência da Informação (UNESP)
mariana.rg.mello@unesp.br

Resumo

O presente artigo tem como objetivo ressaltar a importância da memória no processo de Ensino e de Aprendizagem na construção e reconstrução do conhecimento. Metodologicamente, trata-se de pesquisa de cunho bibliográfico, primeiramente para entender como ocorre o desenvolvimento cognitivo e a consequente construção do conhecimento. Numa etapa posterior, explicar o funcionamento do nosso cérebro, levando em consideração todas as estruturas da nossa memória. Através da contribuição dos autores pesquisados, demonstrar que a memória não pode ser explicada como um simples armazenamento de informação, mas como uma memória inteligente. Conclui-se que a aprendizagem precisa ser significativa na formação (acadêmica e profissional) do aprendiz e que o professor tem um papel fundamental nesse processo

Palavras-chave: memória, aprendizagem, construção do conhecimento.

Abstract

This article aims to emphasize the importance of memory in the Teaching and Learning process in the construction and reconstruction of knowledge. Methodologically, it is a bibliographic research, primarily to understand how cognitive development occurs and the consequent construction of knowledge. In a later step, explain the functioning of our brain, taking into account all the structures of our memory. Through the contribution of the researched authors, demonstrate that memory cannot be explained as a simple storage of information, but as an intelligent memory. It is concluded that the learning needs to be significant in the formation (academic and professional) of the apprentice and that the teacher has a fundamental role in this process.

Keywords: memory, cognitive intelligence. teaching and learning

1 INTRODUÇÃO

O intuito desta pesquisa sobre Memória incide em criar um espaço pra reflexão de como é o seu funcionamento, mas para isso, precisamos entender primeiramente, como ocorre o desenvolvimento cognitivo e a consequente construção do conhecimento, elegendo-se o pensamento de Jean Piaget como fio condutor. Para tanto, partimos do seguinte problema de pesquisa: de que forma o aluno poderá estudar para aprender o conteúdo ministrado pelo professor?

Por meio das teorias e ensaios de Jean Piaget (1896-1980) podemos buscar uma possível resposta ao problema suscitado. Biólogo de formação, Piaget se tornou um grande filósofo da Educação, muito estudado por psicólogos e educadores. Um inovador, dedicou suas pesquisas, de uma originalidade e rigor excepcional, à descoberta sistemática da evolução mental da criança até a idade adulta. E através de suas pesquisas vamos buscar compreender como o ser humano concebe o funcionamento da inteligência em situação de aprendizagem, e principalmente, como age em sua memória esse aprendizado.

Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa de cunho bibliográfico (SALVADOR, 1991), de natureza qualitativa, na qual abordaremos teoricamente os conceitos e como ocorrem as fases de desenvolvimento da inteligência em Jean Piaget. Além disso, trataremos dos esquemas cognitivos, a construção do conhecimento e seus desdobramentos, como os conceitos de memória e os tipos existentes dela, tanto no sentido lato quanto no estrito. E por fim, verificaremos a relação entre memória, inteligência e aprendizagem.

2 DESENVOLVIMENTO COGNITIVO NA PERSPECTIVA DE PIAGET

2.1 Desenvolvimento cognitivo (esquemas)

Para compreender e argumentar todo esse funcionamento da memória, inteligência e aprendizagem, empregaremos o referencial teórico baseando-se nas teorias epistemológicas de Jean Piaget.

Em seus estudos, a partir da evolução da criança criou um campo de investigação que denominou epistemologia genética, utilizando-se do método clínico descritivo/crítico, por meio de observações sistemáticas, conversas, entrevistas e provas piagetianas para crianças e adolescentes, acompanhando todo o processo de desenvolvimento de seu pensamento durante as respostas. (DIAS, 2016).

A relação do sujeito com o conhecimento, segundo Piaget nos mostra que a construção do conhecimento ocorre por meio da ação de uma pessoa sobre o meio que vive. Constrói o conhecimento na interação (trocas) do sujeito com o meio, mas para que isso ocorra, surgem as Estruturas mentais e a formação da inteligência (ação motora ou inteligência prática) e Ações mentais. Essas estruturas cognitivas são formas pelas quais os sujeitos intelectualmente se adaptam e organizam o meio. A teoria piagetiana considera a inteligência a adaptação de um sujeito que está em busca de compreender o que acontece ao seu redor, trata-se de uma relação entre os organismos e as coisas. Este desenvolvimento ocorre baseado em processos de comparação, agrupamentos e classificação que o sujeito faz a cada ação (interação) dele no meio, assim é uma característica que está presente em todas as etapas do desenvolvimento. (PIAGET, 2015).

As estruturas cognitivas cada vez mais complexas são chamadas *esquemas,* que são modos de organizar informações sobre o mundo, que controlam a maneira como a criança pensa e se comporta numa determinada situação. Na medida em que a criança adquire mais informações, seus esquemas tornam-se cada vez mais complexos. (PAPALIA; FELDMAN e MARTORELL, 2013).

O desenvolvimento cognitivo é uma adaptação, bem como o desenvolvimento biológico. A adaptação ocorre por intermediário de dois processos complementares: *assimilação,* que é absorver informação nova e incorporá-las às estruturas cognitivas já existentes e *acomodação,* que é ajustar as próprias estruturas cognitivas para encaixar a informação nova. A adaptação é o equilíbrio entre a assimilação e acomodação.

O conhecimento humano é uma construção do próprio homem. O crescimento cognitivo da criança se dá por *assimilação* e *acomodação*. A *assimilação* designa o fato de que a iniciativa na interação do sujeito com o objeto é do organismo (mente). O indivíduo constrói esquemas de assimilação mentais para abordar a realidade.

Para Piaget (2015), todo esquema é construído e toda abordagem à realidade supõe um esquema de assimilação. Quando o organismo (a mente) assimila, ele incorpora a realidade a seus esquemas de ação, impondo-se ao meio.

Quando os esquemas de ação da criança (ou mesmo de um adulto) não conseguem assimilar determinada situação, neste caso, o organismo (mente) desiste ou se modifica. No caso de modificação, ocorre o que Piaget chama de *acomodação.* É por meio das acomodações (que por sua vez, levam à construção de novos esquemas de assimilação) que se dá o desenvolvimento cognitivo. Se o meio não apresentar problemas, dificuldades, a atividade da mente é, apenas, de assimilação,

porém, diante deles, ela se reestrutura (acomodação) e se desenvolve. Incorporando novo esquema mental, assume-se a acomodação, que define um conhecimento aprendido, incorporado, introjetado.

Nesse processo não há acomodação sem assimilação, pois acomodação é restruturação da assimilação. O equilíbrio entre a assimilação e acomodação é a adaptação à situação. Experiências acomodadas dão origem, posteriormente, a novos esquemas de assimilação e um novo estado de equilíbrio é atingido. Novas experiências, não assimiláveis, levarão a novas acomodações e a novos equilíbrios (adaptações) cognitivos. Este processo de equilibração prossegue até o período das operações formais e continua, na idade adulta.

Para Piaget (2015, p. 3)

> O desenvolvimento começa quando nascemos e termina na fase adulta, é comparável ao crescimento orgânico: como este, orienta-se, essencialmente, para o equilíbrio. Da mesma maneira que um corpo está em evolução até atingir um nível relativamente estável – caracterizado pela conclusão do crescimento na direção de uma forma de equilíbrio final, representada pelo espírito adulto. O desenvolvimento, portanto, é uma equilibração progressiva, uma contínua de um estado melhor equilíbrio para um estado de equilíbrio superior. Assim, do ponto de vista da inteligência, é fácil se opor a instabilidade incoerência relativa das ideias infantis à sistematização de raciocínio do adulto. No campo da vida afetiva, notou-se, muitas vezes, quanto o equilíbrio dos sentimentos aumenta com a idade. E, finalmente, também as relações sociais obedecem à mesma lei de estabilização gradual.

O crescimento mental, na perspectiva do ser epistemológico, não se dissocia do crescimento físico. No aspecto da inteligência da criança, o desenvolvimento não ocorre através de atos puramente intelectual ou afetivo, por isso, a inteligência e afeto estão interligados. Piaget (1996) considera a atividade mental como forma de atividade biológica e que a construção da inteligência necessita da relação entre o intelectual e o afetivo, uma vez que pelo aspecto intelectual o questionamento acontece, e pelo afetivo são trabalhados outros aspectos de motivação, vontade e interesse para a ação. Nas palavras de Piaget (2015, p. 7).

> A cada instante, pode-se dizer, a ação é desiquilibrada pelas transformações que aparecem no mundo, exterior ou interior, e cada nova conduta vai funcionar não só para restabelecer o equilíbrio, como também para tender a um equilíbrio mais estável que o do estágio anterior a esta perturbação.

Assim, as relações sociais que promovem o conflito cognitivo para a criança, e estabelecem o processo de desiquilibração para numa etapa posterior, consequentemente alcançar o desenvolvimento. Pode-se dizer que o desenvolvimento é uma equilibração, uma passagem contínua de um estado superior, e, finalmente, as relações sociais obedecem à mesma lei de estabilidade gradual. (CASTRO, 1986).

A partir de situações intelectual, afetiva ou fisiológica que o sujeito questiona, e ao questionar, entra em estado de desequilibração; a ação que carrega em si o interesse é que desencadeia o processo de desiquilíbrio. O indivíduo se organiza e reorganiza para que possa adaptar e modificar o meio. Ou nos termos de Piaget (2015, p. 8).

> Ora, assim os objetos, a ação e o pensamento são compelidos a se acomodarem a estes, isto é, a se reajustarem por ocasião de cada variação exterior. Pode-se chamar 'adaptação' ao equilíbrio destas assimilações e acomodações. Esta é a forma geral de equilíbrio psíquico. O desenvolvimento mental aparecerá, então, em sua organização progressiva como uma adaptação sempre mais precisa a realidade. São etapas desta adaptação.

O desenvolvimento mental é apresentado numa estrutura progressiva, em estágios que devem ocorrer de forma sucessiva. Os estágios pelos quais passam as fases de desenvolvimento da inteligência para o desenvolvimento intelectual da criança comportam quatro fases, veremos a seguir no próximo item deste artigo.

2.2 Períodos de desenvolvimento mental

Na fase do desenvolvimento mental da criança, Piaget descreve como referência os esquemas de assimilação que ela utiliza. Tais esquemas caracterizam o desenvolvimento intelectual

como constituído em quatro períodos distintos: sensório motor; pré-operatório; operatório-concreto e operatório formal. Cada um desses períodos, por sua vez, subdivide-se em estágios ou níveis. O desenvolvimento desses períodos se distingue nesta sequência caracterizando a constituição da inteligência (MOREIRA, 2014).

Para Piaget (2015), a partir do aparecimento da linguagem, ou, mais precisamente, da função simbólica que torna possível sua aquisição (1 a 2 anos), começa um período que estende até perto de quatro anos e vê desenvolver um pensamento simbólico e pré-concentual. Com 4 a 8 anos, aproximadamente, constitui-se, em continuidade íntima com o precedente, um pensamento intuitivo cujas articulações progressivas conduzem ao limiar da operação. Sendo que dos 7 ou 8 até 11 ou 12 anos de idade, organizam-se as operações concretas, isto é, os grupamentos operatórios do pensamento recaindo sobre objetos manipuláveis ou suscetíveis de serem intuídos. Já com 11 a 12 anos e durante a adolescência, elabora-se por fim o pensamento formal, cujos grupamentos caracterizam a inteligência reflexiva acabada.

Na passagem de um período para o outro, não se dá de forma abrupta, cada um tem suas características predominante, mas os indivíduos podem ocasionalmente comportar-se de maneira correspondente a períodos anteriores, como podem estar em período mais avançado, esta situação é um pouco mais difícil de acontecer. Mas, o importante é entender que os períodos são invariáveis e que todos os indivíduos passam sucessivamente por esses períodos até chegar ao pensamento formal, não levando em consideração as idades cronológicas em que isso acontece.

O desenvolvimento cognitivo começa como uma capacidade inata de se adaptar ao ambiente é a interação do sujeito com o objeto. Essa interação é importante para o crescimento cognitivo ocorrer, sendo através dos processos inter-relacionados.

O desenvolvimento cognitivo possui vários estágios, o primeiro *sensório-motor* (do nascimento até 2 anos) o bebê passa por seis subestágios e em seu desenvolvimento cognitivo. Eles aprendem sobre si e sobre o mundo sob o mundo mediante suas atividades sensoriais e motoras. Durante os cinco primeiros subestágios, aprendem a coordenar os dados e a organizar suas atividades em relação ao ambiente. E durante o sexto e último subestágio (mais ou menos 18 a 24 meses) as crianças já podem representar eventos mentalmente, não mais limitadas à tentativa e erro para resolver problemas. O pensamento simbólico permite pensar sobre eventos e antecipar suas consequências sem precisar recorrer sempre à ação. A criança já usa símbolos como gestos e palavras.

A segunda infância de estágio é o *pré-operatório* no desenvolvimento cognitivo (aproximadamente dos 2 aos 7 anos) é caracterizado por uma expansão do uso da linguagem, dos símbolos e imagens mentais. Os avanços no pensamento simbólico são acompanhados por crescente entendimento de espaço, causalidade identidades, cauterização e número. As crianças não precisam estar em contato com um objeto, pessoa ou evento para pensar neles, elas podem imaginar que objetos ou pessoas. Nesta fase, o desenvolvimento mental começa a se organizar, mas não é ainda reversível, isto é, não é capaz de percorrer um caminho cognitivo e após, percorrer mentalmente em sentido inverso, de modo a reencontrar o ponto de partida não modificado. Cai facilmente em contradição, pois suas explicações são dadas em função de suas experiências, podendo, ou não, ser coerentes com a realidade. Papalia; Feldman e Martorell (2013) exemplificam se a criança se defrontar com recipiente alto e fino e outro baixo e largo com a mesma quantidade de água, a criança volta a atenção ora para altura ora pra largura (aspectos mais atraentes), porém não simultaneamente para as duas, compensando-as, ela poderá dizer que o recipiente alto e fino contém menos água porque é mais alto ou contém menos água porque e mais fio. Ao passar-se a água de um recipiente para o outro, ao invés de prestar atenção na transformação (passagem de água), a criança detém em estados momentâneos do sistema, em aspectos atraentes dos objetos. A falta de reversibilidade, a criança, nesse período de desenvolvimento mental, não tem ainda compreensão da transitividade, nem da conservação do todo (forma, quantidade, peso etc) (MOREIRA, 2014).

Por volta dos 7 anos, segundo Piaget, as crianças atingem o estágio *operatório-concreto,* em que elas já fazem o uso das operações mentais para resolver problemas concretos (reais). Neste estágio, as crianças têm um melhor entendimento dos conceitos espaciais, categorização, raciocínio indutivo e dedutivo, conservação e números. A criança em seu conceito espacial tem noção mais clara sobre a distância de um lugar para o outro e quanto tempo é necessário para percorre esta distância, além de também lembrar mais facilmente do caminho e dos pontos de referências ao longo dele. Por isso, uma criança que vai a pé para a escola tem mais familiaridade com seu bairro.

A capacidade de classificar em categorias ajuda a criança a pensar logicamente, compreender habilidades relativamente complexas como seriação, inferência e inclusão em classes. A criança entende a seriação com capacidade de ordenar itens segundo sua dimensão (peso ou cor). Na

compreensão da relação entre dois objetos, conhecendo-se a relação de cada um deles com um terceiro, temos a inferência transitiva que é a capacidade da criança de deduzir uma relação entre esses objetos.

Nesse período, verifica-se uma descentralização progressiva em relação à perspectiva egocêntrica que caracterizava a criança até então. O pensamento da criança, agora mais organizado, possui características de uma lógica de operações reversíveis. (MOREIRA, 2014).

No período das *operações formais* (adolescência – 11 a 12 anos em diante), ocorre a passagem do pensamento concreto para o formal, abstrato, isto é, o adolescente realiza as operações no plano das ideias, sem necessitar de manipulação ou referências concretas. É capaz de lidar com conceitos como liberdade, justiça etc. É possível a capacidade de reflexão espontânea de tirar suas próprias conclusões.

Toda teoria abordada nas fases do desenvolvimento mental e os esquemas cognitivos, são para contextualizar e entender melhor o tema sobre memória. Desta forma, explicaremos a relação que possui a memória e inteligência, assim como a aprendizagem na sequência do texto.

3 MEMÓRIA

3.1 Memória e Inteligência

De acordo com estudos de Piaget (1979), em suas pesquisas experimentais com crianças, atribui-se à memória um papel inteligente e de organização, baseada no completo esquematismo da inteligência. Para ele, a memória é inseparável da inteligência.

Nesse sentido, Piaget (1979) resumi as principais hipóteses formuladas em suas pesquisas sobre memória e inteligência no seguinte trecho:

> A memória é um armazenamento de informações codificadas graças a processos de assimilação perceptiva e conceitual. Mas tais informações são, em partes, relativas ao código utilizado, segundo cuja natureza podem ser, por exemplo, efetivas ou simplesmente redundantes. Ora, as variações da memória durante o desenvolvimento não são somente função das facilidades mais ou menos grandes da codificação e da decodificação: *o próprio código pode se modificar*, e é exatamente o que acontece em relação com a construção do esquematismo operativo do sujeito. Resulta daí que se observa, com a idade, diferentes tipos de organização das lembranças, segundo o nível do código para um sujeito determinado, mas igualmente segundo o modo pelo qual o código se transforma durante a retenção (por exemplo, quando dos progressos de uma lembrança sem nova experiência). Donde aparece igualmente a necessidade de distinguir dois problemas diferentes na conservação específica da memória: de um lado, o problema da retenção mnêmica conduzindo à decodificação e ao 'retrieval' (reconhecimento, reconstituição ou evocação) em função de um código de nível determinado: é o problema da memória no sentido estrito; mas por outro lado, o da conservação do próprio código através de suas possíveis transformações, e eis o problema mais geral da conservação dos esquemas durante o desenvolvimento. (PIAGET, 1979, p.27)

Segundo Piaget (1979), a reação aos elementos imediatos e presentes que não é apenas perceptiva e a própria percepção (que é uma organização dos dados sensoriais) admite muitos planos diferentes de estruturação. A percepção não é apenas um registro, já que é também identificação ou assimilação, o que comporta um esquematismo: quando o sujeito reconhece um objeto já conhecido, anteriormente, este reconhecimento então admite uma lembrança ou uma conservação desses esquemas perceptivos. Toda percepção se estende em interpretações por assimilação a esquemas, ou sensório-motores (esquemas de ações), ou conceituais e representativos, pré-operatórios ou operatórios, e é claro que a memória se refere tanto a essas interpretações ou significações, quanto às próprias percepções anteriores.

A lembrança enquanto organização do passado utilizaria esquemas pré-operatórios ou operatórios, porém em uma direção que lhe é específica: conservar ou reconstituir imagens concretas de acontecimentos particulares, concebidos como tendo ocorrido na realidade (o que é um julgamento análogo aos julgamentos de existência, que são específicos à inteligência).

A relação entre a memória e a inteligência utiliza os sucessivos níveis da esquematização, na memória no sentido estrito e na memória no sentido lato. Piaget (1979, p. 389) descreve que na "memória no sentido lato" [...] é a conservação de tudo que foi adquirido no passado, aí compreendidos diversos sistemas de esquemas de todos os níveis (do hábito aos esquemas operatórios), com a exclusão dos esquemas hereditários, reflexos etc, que não são devidos a uma aprendizagem. Para a "memória no sentido estrito", por outro lado, só compreende os comportamentos que se referem ao passado, do ponto de vista da consciência do sujeito: reconhecimentos, reconstituições e evocações, com as fixações prévias que comportam.

No sentido estrito, entende-se por memorização a conservação dos conteúdos adquiridos que nos possibilita o reconhecimento e a evocação de situações ocorridas no passado.

A inteligência envolvida nos mecanismos de memória como uma inteligência voltada à organização dos fatos passados, reais, acontecidos, enquanto a inteligência na sua definição tradicional estaria mais ligada ao futuro, à construção de possibilidades.

Para Izquierdo (2011), outro pesquisador no campo da memória, a define:

> Memória' significa aquisição, formação, conservação e evocação de informações. A aquisição é também chamada de aprendizado ou aprendizagem: só se 'grava' aquilo que foi aprendido. A evocação é também chamada de recordação, lembrança, recuperação. Só lembramos aquilo que gravamos, aquilo que foi aprendido. (IZQUIERDO, 2011, p. 9)

Ainda Izquierdo (2011) completa que a memória para designar a capacidade geral do cérebro e dos outros sistemas em adquirir, guardar e lembrar informações, o próprio conceito de memória envolve abstrações. Podemos lembrar de maneira vivida o perfume de uma flor, um acontecimento, um rosto, um poema, a partitura de uma sinfonia inteira, como fazia Mozart quando criança, ou um vastíssimo repertório de jogadas possíveis de xadrez, como fazem os grandes mestres desse jogo. Mas a lembrança não é igual à realidade. A memória do perfume da rosa não nos traz a rosa; a dos cabelos da primeira namorada não a traz de volta, a da voz do amigo falecido não o recupera. O cérebro converte a realidade em códigos e a evoca também através de códigos.

Há muitas classificações da memória, de acordo com sua função, o com o tempo que duram e com seu conteúdo: tem a memória sensorial; memória a curta duração; memória de trabalho; e memória de longa duração (IZQUIERDO, 2011, p.22-28).

- Memória sensorial: retém brevemente a impressão de um estímulo depois que este desaparece, ou seja, é o tipo de memória que nos permite continuar "vendo" a página da revista por uma brevíssima fração de tempo, ainda de ter fechado os olhos;
- Memória de curta duração (imediata): permite-nos manter na mente, de forma acessível, uma pequena quantidade de informações recém-adquiridas, esse tipo de memória é para tarefas corriqueiras, como guardar um número de telefone para ligar naquele momento, depois esquece, para ler, dar sequência a episódios e certamente para manter conversas;
- Memória de trabalho: pode ser medida através da memória imediata e, de fato, ambos os termos podem ser considerados sinônimos; também chamada de memória operacional, depende, simplesmente, da atividade elétrica dos neurônios dessas regiões: há neurônios que "disparam" seus potenciais de ação no início; outros, no meio e outros, no fim dos acontecimentos, sejam estes quais forem.
- Memória a longo prazo: memórias de longa duração duram dois ou três dias e outras, semanas, meses ou anos. Há quem estude "para o exame" daqui a dois ou três dias; há quem estude "para toda a vida". De duas pessoas que veem um filme juntas, é comum que uma delas lembre detalhes por poucos dias enquanto a outra lembre do filme por muito tempo.

A memória de trabalho é um tipo de memória completamente diferente das outras. É basicamente online, cumpre uma função gerenciadora de nosso contato com a realidade. Também defini entre tudo aquilo que nos acontece, o que guardaremos e o que não guardaremos na memória declarativa ou procedural valerá a pena evocar em cada caso. Para Bock, Furtado e Teixeira (2014) a memória de trabalho é processada, sobretudo no córtex pré-frontal, decide o que deve ser guardado ou não, isto é, o que é importante guardar porque poderá se útil para tomar uma decisão rápida ou que pode ser descartado porque não vai servir mais.

De acordo com Castro (2005), a memória humana tem a capacidade de adquirir, reter e recuperar informação, mas nem toda a informação que entra na memória permanece, pois esta dispõe de recursos biológicos e cognitivos que garante determinadas restrições, ou seja, não podemos falar de memória sem falar em esquecimento.

O esquecimento não pode ser encarado como uma lacuna na memória, e sim como uma função seletiva, dado que afasta informações que não são úteis ou necessárias, e ocorrem-nos diferentes níveis da memória. O esquecimento é então incapacidade de reter, recordar ou reconhecer uma informação.

3.2 Memória e Aprendizagem

Desde um ponto de vista prático, a memória dos homens e dos animais é o armazenamento e evocação de informação adquirida através de experiências; a aquisição de memórias denomina-se aprendizado.

A memória e a aprendizagem estão intimamente relacionadas, não há aprendizagem sem memória. Quando dizemos que aprendemos ou sabemos algo, acabamos de adquirir na memória, que armazena a informação para uma possível utilização futura (CASTRO, 2005).

A aprendizagem é mediante o qual adquirimos informações, então a palavra memória se refere à persistência dessa informação em um estado tal que possa ser evocada consciente ou inconscientemente no futuro.

Podemos dizer que a aprendizagem é a mudança manifesta do comportamento como resultado de influências práticas ou experienciais. Ela é também o processo mediante o qual interiorizamos uma série de comportamentos e capacidades intelectuais. Duas características são essenciais: a aprendizagem é algo pessoal e o processo de interiorização é fruto de uma influência externa.

A aprendizagem implica num conjunto de desequilíbrios e equilibrações que o sujeito realiza a partir de uma ação no meio. E, este é o processo mais importante dentro da relação de ensino e de aprendizagem, ao provocar perturbações no sujeito, leva-lo à ação; desenvolver a capacidade de organizar, analisar, agrupar, isto é, de raciocinar ou de utilizar a inteligência. Favorecendo o aparecimento do conflito cognitivo, desequilíbrio, necessidades, ação e equilíbrio (DIAS, 2016).

As aprendizagens mais complexas ocorrem através de processos verbais, por isso que *sem memória não existiria linguagem* (grifo nosso). Nos processos de aprendizagem, sem a memória, estariam sempre a iniciar-se, pondo em causa todo o processo de adaptação do ser humano, pois a partir de aprendizagens retidas que se processam novas aprendizagens. A memória é fundamental ao permitir que as aprendizagens se mantenham e possam ser usadas quando necessário.

As memórias são feitas por células nervosas (neurônios), se armazenam em redes de neurônios e são evocadas pelas mesmas redes neuronais ou por outras. São moduladas pelas emoções, pelo nível de consciência e pelos estados de ânimo. Todos sabem como é fácil aprender ou evocar algo quando estamos alerta e de bom ânimo; e como fica difícil aprender qualquer coisa, ou até lembrar o nome de uma pessoa ou de uma canção quando estamos cansados, deprimidos ou muito estressados.

Para Izquierda (2011),

> As possibilidades de que, ante uma situação nova, ocorra ou não um aprendizado, estão determinadas pela memória de trabalho e suas conexões com os demais sistemas mnemônicos. Da mesma forma, para verificar se a informação que está lhe chegando é útil ou prejudicial para o organismo, a memória de trabalho deve indagar, junto aos demais sistemas mnemônicos, através do córtex entorrinal, as possíveis relações da experiência atual com outras semelhantes das quais possa haver registro. (IZQUIERDA, 2011, p.29)

Segundo Lombroso (2004), durante o aprendizado, as células dentro do sistema nervoso central se comunicam entre si, e os neurônios que são responsáveis, permitem o aprendizado e a memória realizarem essa tarefa.

Em considerações à aprendizagem, se assimilaram realmente um conteúdo, a memória de trabalho deverá indagar, junto aos demais sistemas mnemônicos, através do córtex entorrinal, as possíveis relações da experiência atual com outras semelhantes das quais possa haver registro. Desta forma, o conteúdo novo irá assimilar no cérebro e fortalecerá o conhecimento antigo.

Para Lombroso (2004) a memória é dividida em duas grandes formas: a explícita (ou declarativa) e a implícita (ou não-declarativa). A memória explícita são aquelas sobre as quais podemos falar, como o jantar de ontem à noite ou a data de um acontecimento histórico. Tais memórias envolvem o pensamento consciente. Já a memória implícita são normalmente memórias de procedimentos ou associativas em sua natureza e frequentemente são adquiridas de forma inconsciente. Por exemplo, aprender a andar de bicicleta ou tocar um instrumento musical é um conhecimento de procedimento que depende do aprendizado de habilidades motoras específicas e normalmente requerem múltiplas repetições. No entanto, há também aspectos de memórias explícitas

embutidas nesses exemplos. Podemos recordar a primeira bicicleta que tivemos ou a cor do cabelo do professor de música. Esses tipos de memórias explícitas são processados pelo hipocampo.

De acordo com Izquierdo (2011), embora tenham valor descritivo, as classificações das memórias não devem ser tomadas ao pé da letra, pois a maioria se constitui de misturas de memórias de vários tipos, e/ou misturas de memórias antigas com outras que estão sendo adquiridas ou evocadas no momento. Assim, enquanto estamos evocando qualquer experiência, conhecimento ou procedimento, ativa-se a memória de trabalho para verificar se essa informação consta ou não de nossos *arquivos* evocam-se memórias de conteúdo similar ou não e misturam-se todas elas, às vezes formando, no momento, uma nova memória.

A imensa maioria das coisas que aprendemos ao longo de todos os dias de nossa vida se extingue ou se perde. Talvez a mais importante forma de esquecimento seja a extinção: a maioria das memórias que fomos juntando se perde por falta de reforço.

O uso contínuo da memória desacelera ou reduz o déficit funcional da memória que ocorre com a idade. A memória quanto mais se usa, menos se perde. Perde antes a memória um indivíduo que dedica a maior parte de seu tempo a dormir ou a não fazer nada do que outro que se preocupa sempre em aprender, em manter sua mente ativa.

4 PROFESSOR E INTERVENÇÃO PEDAGÓGICA

A escola tem por missão fazer com que o aluno adquira enorme quantidade de conteúdos e que o aluno aprenda, mas o que ocorre na verdade, é que esses conteúdos (conhecimentos) são *esquecidos ou realmente não são aprendidos* (grifo nosso) aos longos anos do período escolar. Como o professor poderá auxiliar seu aluno a reter o conteúdo trabalhado em aula de forma que não seja um decoreba, mas o aprendizado?

Como vimos a memória não é uma caixa apenas para guardar os saberes transmitidos pelos professores, mas faz parte de toda uma estrutura cognitiva e de desenvolvimento mental, por isso o professor deve conhecer como ocorre essa construção do conhecimento, como desenvolve sua estrutura cognitiva, servindo de base para que ele possa favorecer seu aluno na aquisição do conhecimento.

Gaeta e Mazzeto (2013) pressupõe que o professor deve focar no processo centrado na aprendizagem e não no ensino e entender o aluno como o agente de seu próprio processo de aprender. Professores mediadores, com foco a organizar as atividades de aprendizagem de acordo com o perfil dos alunos, planejar objetivos significativos para motivar seus alunos, pois alunos motivados envolvem-se nas discussões e sentem estimulados continuar participando.

O professor deverá ensinar os alunos a organizar e a reter esses conhecimentos trabalhados. Algumas ações do professor são estágios de aprendizagem que podem auxiliar o aluno aprendiz, como por exemplo: avaliar em conjunto com o aprendiz sua necessidade, despertar interesse e mostrar significado; encorajar, renovar a confiança, ajudar a superar, propor alternativas; estimular, orientar e facilitar a aprendizagem; valorizar a superação, relacionar com as demandas da vida real; provocar a aplicabilidade, incentivar a autoavaliação e apontar possibilidades de aperfeiçoamento. Quanto mais o professor planejar atividades centradas no aluno, que permitam que este trabalhe segundo suas condições, tornando-se agente de sua aprendizagem, maior será a eficácia.

Zabala (2010, p. 92-93) coloca um conjunto de relações interativas necessárias para facilitar a aprendizagem, que se deduz das funções do professor, sua didática em sala de aula. Podemos caracterizar essas funções da seguinte maneira:

- Planejar a atuação docente de uma maneira suficientemente flexível para permitir a adaptação às necessidades dos alunos em todo o processo de ensino/aprendizagem;
- Permita determinar os conhecimentos prévios que cada aluno tem em relação aos novos conteúdos de aprendizagem;
- Propor conteúdos de forma que sejam significativos e funcionais para todos;
- Provocar um conflito cognitivo e promova a atividade mental do aluno, necessária para que estabeleça relações entre os novos conteúdos e os conhecimentos prévios;
- Promover uma atitude favorável, motivadoras em relação à aprendizagem para novos conteúdos;
- Estimular a autoestima e o autoconceito em relação a aprendizagem se propõe, que o aluno possa sentir que em certo grau aprendeu, que seu esforço valeu a pena;
- Ajudar o aluno a adquirir habilidades relacionadas com o aprender a aprender, que lhe permita ser cada vez mais autônomo;

- Promover canais de comunicação que regulem os processos de negociação, participação e construção;
- Oferecer ajudas adequadas, no processo de construção do aluno, para os progressos que experimenta e para enfrentar os obstáculos com os quais se depara; e
- Avaliar os alunos conforme suas capacidades e seus esforços, levando em conta o ponto pessoal de partida e o processo através do qual adquirem conhecimento e incentivando a auto avaliação das competências como meio para favorecer as estratégias de controle e regulação da própria atividade.

A maneira de ver o aluno e de avaliá-lo é essencial na manifestação do interesse por aprender. Não se deve esquecer que o melhor incentivo ao interesse é experimentar que se está aprendendo e que pode se aprender. Desta forma, o aluno encontrará segurança para aprender significativamente, num clima em que se valorize o trabalho que se faz, com explicações que estimulem a continuar trabalhando, num marco de relações em que predomine a aceitação e a confiança, num clima que potencializa o interesse por empreender e continuar o processo pessoal de construção do conhecimento (ZABALA, 2010).

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Do que abordamos neste artigo sobre a memória, inteligência e aprendizagem, alguns pontos são importantes a se observar quanto ao papel do aluno em seu próprio desenvolvimento e aprendizagem. O aluno também é responsável por seu próprio aprendizado, por isso precisa fazer a sua parte como estudante e manter uma rotina de estudo. Não deixar para estudar somente na véspera das provas, pois agindo desta forma, memorizará somente o que estudou horas antes, mas não guardará na memória como aprendizado. Aluno que realmente estuda, estuda regularmente de forma ativa.

Quando o aluno estuda somente na véspera da prova, o assunto fica armazenado na memória recente, “esquece” tudo logo após as avaliações, ou seja, cai no esquecimento e não apreendeu. Então, qual a forma correta de estudar?

Na aula o aluno entende a matéria ministrada pelo professor, mas precisa estudar o conteúdo sozinho para compreender melhor o que está aprendendo em aula. E “aprender” significa não esquecer mais, isto é, armazenar de forma permanente.

Para Piazzi (2014), o aluno durante a aula passa a “entender” o conteúdo de acordo com a explicação do professor, e é neste momento que deve esclarecer suas dúvidas. Depois o próprio aluno deve resolver os exercícios (área das exatas) solicitados ou ler textos (área das humanas) indicados pelo professor para realmente “aprender”.

Uma das formas de estudar é escrevendo, e essa atividade aumenta as redes neurais, fixando melhor o conteúdo. É importante que ao ler um texto (livro, artigo, reportagem etc), faça um resumo ou esquemas do que entendeu e/ou do que seja mais importante, fará com que aprenda mais (PIAZZI, 2014).

A leitura é muito importante para toda vida, auxilia a memória a estar sempre ativa. Quem lê muito, consequentemente escreve melhor, tem mais ideias. Na área de cálculo, da mesma forma, o melhor realmente é exercitar o cérebro fazendo muitas atividades e resolvendo os exercícios para treinar o cérebro e adquirir conhecimento.

O ideal é criar o hábito de estudar todos os dias, fazer um cronograma de estudo, e estudar sempre no mesmo horário. Portanto, a aprendizagem exige disciplina, organização e periodicidade.

Isso vem ao encontro do que coloca Freire (2015, p. 102): “ninguém se forma realmente se não assume responsabilidades no ato de forma-se”.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em vista do que foi mencionado, o intuito desta pesquisa de abrir espaço pra reflexão de como se dá o funcionamento da memória por meio da compreensão de como ocorre o desenvolvimento cognitivo foi atingido.

Compreendemos que todo o educando é capaz de aprender. A memória não pode ser explicada apenas como “armazenadora de informação”, mas como fixação, conversação, reconstituição e evocação (do passado) que ocorre através das operações intelectuais que permite sempre reconstruir. O pesquisador Jean Piaget coloca a memória como uma *memória inteligente*, a partir processo da assimilação do sujeito, dos esquemas disponíveis que resultará a fixação, ou não do aprendido.

Partindo da premissa de que a memória e a inteligência caminham juntas, e que ao longo da vida, guardamos experiências e conhecimentos nela, podemos vislumbrar o papel amplo do educador de desenvolver e resgatar memória do educando. As pessoas não são "folhas em branco", todos trazem em sua bagagem, longa ou mais curta, conhecimentos, vivências, que devem ser resgatadas pelo educador no processo de aprendizagem. Para tanto, o professor precisa entender como ocorre a estrutura cognitiva, e assim, compreender melhor com se dá a construção do conhecimento, a fim de fazer as intervenções pedagógicas pertinentes. Por tratar-se de uma pesquisa inicial, recomendamos novos estudos que relacione a temática ao pensamento de Piaget quanto ao desenvolvimento cognitivo.

REFERÊNCIAS

BOCK, A. M. B. FURTADO, O.; TEIXEIRA, M. de L. T. **Psicologias**: uma introdução ao estudo da psicologia. São Paulo: Saraiva, 2014.

CASTRO, A. D. de. **Piaget e a pré-escola**. São Paulo: Pioneira: 1986.

CASTRO, E. **Memória e aprendizagem**: aquisição e retenção de saberes, 2005.

DIAS, C. L. Epistemologia e psicologia genética, 2016. (mimeo)

FREIRE, P. **A importância do ato de ler**: em três artigos que se completam. 22. ed. São Paulo: Cortez, 2015.

IZQUIERDO, I. **Memória**. 2 ed. ver e ampl. Porto Alegre: Artmed, 2011. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788536325682/cfi/0!/4/4@0.00:0.00>. Acesso em: 10 mar. 2016.

GAETA, C.; MASETTO, M. T. **O professor iniciante no ensino superior**: aprender, atuar e inovar. São Paulo: Senac, 2013.

LAMBROSO, P. Aprendizado e memória. **Rev. Bras. Psiquiatria.** São Paulo, v.26, n.3, Set. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-44462004000300011>. Acesso: 23 abr. 2016.

MOREIRA, A. **Teorias da aprendizagem**. 2 ed. São Paulo: E.P.U., 2014.

PAPALIA, D. E.; FELDMAN, R. D.; MARTORELL, G. **Desenvolvimento humano**. 12 ed. Porto Alegre: AMGV, 2013.

PIAGET, J. **Biologia e conhecimento**: ensaio sobre as relações entre as regulações orgânicas e os processos cognoscitivos. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.

PIAGET, J.; INHELDER, B. **Memória e inteligência**. Rio de Janeiro: Artenova, 1979.

PIAGET, J. **Seis estudos de psicologia**. 25 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2015.

PIAZZI, P. **Aprendendo inteligência**: manual de instrução do cérebro para estudante em geral. São Paulo: Aleph, 2014.

SALVADOR, A.D. **Métodos e técnicas de pesquisa bibliográfica.** Porto Alegre: Sulina Editora, 1991.

ZABALA, A. **A prática educativa**: como ensinar. Porto Alegre: Artmed, 2010.

MICROTESAURO SOBRE FEMINISMO: INSTRUMENTO DE APRENDIZADO DENTRO DO AMBIENTE INFORMACIONAL

MICROTESAURO ON FEMINISM: LEARNING INSTRUMENT WITHIN THE INFORMATIONAL ENVIRONMENT

Área temática: 1.6 Outras áreas temáticas

SILVA, Amanda Mendes
Faculdade de Filosofia e Ciências "Júlio de Mesquita Filho" - UNESP
Graduanda do curso Biblioteconomia
amanda.m.silva@unesp.br

PEGORARO NOVAES, Fernanda Carolina
Faculdade de Filosofia e Ciências "Júlio de Mesquita Filho" - UNESP
Doutoranda no Programa de Pós Graduação em Ciência da Informação
Agência financiadora: CNPq
fernanda.pegoraro@unesp.br

OLIVEIRA, Thiago Ferreira de
Faculdade de Filosofia e Ciências "Júlio de Mesquita Filho" - UNESP
Graduando do curso Biblioteconomia
thiago.f.oliveira@unesp.br

MACEDO, Mariana
Faculdade de Filosofia e Ciências "Júlio de Mesquita Filho" - UNESP
Graduanda do curso Biblioteconomia
mariana.macedo@unesp.br

Resumo

. O uso das linguagens documentárias em bases terminológicas, como instrumento de representação/recuperação permite a comunicação entre o documento, a informação e o usuário, uma vez que essa comunicação ocorre através desta linguagem. Entretanto, a informação registrada necessita de uma inter-relação dos conceitos emergentes e a consequente alteração no significado dos conceitos existentes na área e de suas relações com as outras. Como consequência, percebem-se esforços científicos, cada vez maiores, no sentido de padronizar a terminologia usada pelas várias ciências. O tesauro pode ser definido como uma lista estruturada que contém descritores, na qual é organizado pelas ideias de que as palavras se expressam e se conectam por meio de seus significados estabelecendo relações. O tesauro possui três funções: recuperar a informação, indexar e educar. Desse modo, o objetivo geral deste trabalho é desenvolver um tesauro sobre feminismo para reforçar a importância do mesmo para a competência informacional dos usuários e para isso, foram estabelecidos os seguintes objetivos específicos: a. elaborar uma metodologia de construção de tesauro; b. definir uma ficha de descrição de descritores para o tesauro sobre o feminismo. Conclui-se que quando discute-se um domínio como o “feminismo” ou “mulher”, algo multidisciplinar, envolve uma barreira linguística e interpretativa e com isto, se tratando de sistemas informacionais, há a necessidade de um controle terminológico para a precisão da compreensão da linguagem e promulgar a recuperação informacional de modo que tanto o usuário, quanto o profissional que utilizam o próprio sistema obtenham fácil acesso.

Palavras-chave: Linguagem documentária, Tesauro, Feminismo.

Abstract

The use of documentary languages in terminological bases, as an instrument of representation/retrieval allows communication between the document, information and the user, since this communication occurs through this language. However, the recorded information needs an interrelation of the emerging concepts and the consequent change in the meaning of the concepts

existing in the area and their relationships with others. As a consequence, greater and greater scientific efforts are being made to standardize the terminology used by the various sciences. The thesaurus can be defined as a structured list that contains descriptors, in which it is organized by the ideas that words are expressed and connected through their meanings establishing relationships. The thesaurus has three functions: retrieving information, indexing and educating. Thus, the general objective of this work is to develop a thesaurus on feminism to reinforce its importance for the users' informational competence and for that, the following specific objectives were established: a. develop a thesaurus construction methodology; b. define a descriptive description sheet for the thesaurus. It is concluded that when discussing a domain such as "feminism" or "woman", something multidisciplinary, it involves a linguistic and interpretive barrier and with this, in the case of information systems, there is a need for a terminological control for the accuracy of the understanding of the language and promulgating information retrieval so that both the user and the professional who use the system itself have easy access.

Keywords: Documentary language, Thesaurus, Feminism.

1 INTRODUÇÃO

Os Sistemas de Organização do Conhecimento (SOC) são sistemas conceituais semanticamente estruturados que contemplam termos, definições, relacionamentos e propriedades dos conceitos. Na organização e recuperação da informação, os SOC cumprem o objetivo de padronização terminológica para facilitar e orientar a indexação dos usuários.

Carlan (2010), apresenta que os SOC ou esquemas de representação do conhecimento são encontrados na literatura das áreas de Ciência da Informação, Biblioteconomia e Documentação para designar instrumentos que fazem a tradução dos conteúdos dos documentos originais e completos, para um esquema estruturado sistematicamente, que representa esse conteúdo, com a finalidade principal de organizar a informação e o conhecimento e, consequentemente, facilitar a recuperação das informações contidas nos documentos.

Nesse contexto natureza, os SOC são relevantes para o controle de vocabulário. Para além disso, os SOC são instrumentos complexos cujas bases estruturais assentam-se tanto no conjunto de termos que expressam (uma terminologia) quanto no conjunto de relações lógicas que funcionam como elementos que definem ou situam o escopo dos conceitos. Os SOC são recursos que apresentam como a denominação indica, o conhecimento em estruturas conceituais compreensíveis, que podem ser aplicados na organização e recuperação da informação em diversos tipos de unidades de informação (MOREIRA, 2018).

Considerando-se os SOCs existentes, nesse trabalho focamos no Tesauro. Tesauros são vocabulários controlados formados para a indexação de documentos, contendo três funções: recuperar a informação, indexar e educar. O tesauro é organizado pelas ideias que as palavras expressam, assim as palavras estão vinculadas aos seus significados, assim formando a ideia de ligar os termos e suas relações.

Cavalcanti, (1978) explica que tesauro é uma lista estruturada de termos associada empregada por analistas de informação e indexadores, para descrever um documento com a desejada especificidade, em nível de entrada, e para permitir aos pesquisadores a recuperação da informação que procura.

Cada área do conhecimento criou o seu vocabulário facilitando o reconhecimento, a recuperação, e o entendimento dos usuários. O uso das linguagens documentárias, em bases terminológicas, como instrumento de representação/recuperação permite a comunicação entre o documento, a informação e o usuário, uma vez que essa comunicação ocorre através desta linguagem. Entretanto, a informação registrada necessita de uma interrelação dos conceitos emergentes e a conseqüente alteração no significado dos conceitos existentes na área e de suas relações com as outras. Como conseqüência, percebem-se esforços científicos, cada vez maiores, no sentido de padronizar a terminologia usada pelas várias ciências.

Desse modo, o objetivo geral deste trabalho é desenvolver um tesauro sobre feminismo e para isso, foram estabelecidos os seguintes objetivos específicos: a. elaborar uma metodologia de construção de tesauro; b. definir uma ficha de descrição de descritores para o tesauro sobre feminismo.

Para melhor compreensão sobre a estrutura de um tesauro, o próximo capítulo descreverá sobre o mesmo.

2 TESAURO

O tesauro pode ser definido como uma lista estruturada que contém descritores, na qual é organizado pelas ideias que as palavras expressam e se conectam através seus significados formando relações entre si. O tesauro possui três funções: recuperar a informação, indexar e educar.

A recuperação é feita atrás da procura das ligações que o termo pode ter, assim sendo utilizado para indexar e a educação se dá por meio a utilização, quando as pessoas entendem as relações dos termos, e os significados das palavras. Segundo Laan e Ferreira (2010, p.4) "A palavra Tesauro tem sua origem etimológica no latim "thesaurus", que se originou do grego "thesaurós"; tinha o significado de tesouro ou armazém/repositório de palavras".

O tesauro é uma lista de termos, palavras-chave, que tratam sobre uma temática, esses termos uma vez selecionados, irão compor o tesauro submetem-se a uma organização determinada, que pode ser alfabética ou hierárquica, por exemplo. Esses termos segundo Tálamo (1992), seguem a organização aristotélica:

> [...] subdivisões das classes obedecem a uma diferenciação que postula a inclusão ou não-inclusão de uma dada qualidade. O princípio de divisão dicotômica utilizado faz derivar apenas duas classes: A e não-A, tal como ocorre na árvore de Porfírio. Essa organização pressupõe, basicamente, as relações de gênero/espécie e todo/parte e, conseqüentemente, relações de implicitação, em que "os nós baixos da classificação implicam necessariamente os nós altos".

O tesauro utiliza termos específicos sobre a temática escolhida dentro dessas subdivisões que Tálamo (1992) cita, isso é importante pois os termos não seguem a mesma clareza da árvore de Porfírio, eles são conectados várias vezes com outros termos, formando assim uma cadeia de termos maior. Tálamo ainda diz,

> O tesauro é um objeto cultural que registra e representa o conhecimento segundo parâmetros estáveis e previamente determinados. Tais parâmetros, que se materializam sob a forma de redes de relações entre descritores, determinam não só o modo de organização e disseminação da informação, mas também a análise dos textos.

Quando utilizado desta maneira ajuda na formação de novos pensamentos e pontos de vistas, os termos que são designados nos tesauros e como palavras chaves para os indexadores dizem muitos sobre o documento classificado, por tanto, uma pesquisa por esses termos pode mostrar para o usuário de coisas mais básicas para mais abstratas dentro de sua categoria.

Quando assumimos que os tesauros podem ser utilizado em um ambiente organizacional, na representação dos assuntos dos documentos e nas buscas informacionais, podemos associar também aos usuários. Um usuário que consulta os termos escolhidos para classificar o livro que ele procura, acaba aprendendo coisas novas, um novo modo de entender o tema, e até mudar alguns preconceitos.

Esse olhar que o tesauro traz também inclui grupos que são marginalizados, sendo assim, os usuários podem acabar se identificando com certos livros que antes não lhe interessavam por falta de conhecimento do assunto. Os termos precisam ser específicos para gerar esse interesse, por exemplo, quando um livro de feminismo fala sobre igualdade de gênero é preciso especificar e não só colocar o termo mais abrangente.

2.1 Estrutura do tesauro

Um tesauro pode ser desenvolvido para uma classificação bibliográfica (lida com a língua relacionada com a parte conceitual) e para uma lista de cabeçalho de assunto; podendo ser monolíngue ou multilíngue. Um macrotesauro abrange vários domínios de conhecimento e microtesauro, um conhecimento específico (que será desenvolvido neste estudo). O tesauro cobre um domínio de conhecimento, tendo a área canônica (conhecimento padronizado - ex. Ciências Sociais), e a área de missão ou problema (uma área que pode ser interdisciplinar para as demais áreas – ex. Feminismo). E com isso, há divisão por meio de categorias conceituais ao invés de divisão por domínios.

Em se tratando da sua estrutura, contém: termos (descritores), estrutura de relacionamentos, conjunto de remissivas e notas de aplicação. É possível realizar uma pesquisa em um tesauro por meio das buscas: sistemática e alfabética. Possui uma taxonomia classificada que permite navegação e é considerado uma interface no sistema de recuperação da informação.

A estrutura do tesauro está relacionada à relação, conexão e vínculo entre os conceitos representados pelo termo. A relação pode ser diversa, como: hierárquica, ontológica.

As relações hierárquicas aparecem porque resumem conceitos que compartilham características comuns. Estes conceitos têm relações de subordinação, assim como as coordenadas da relação, porque os conceitos de subordinação têm mais características do que o conceito anterior. No sistema de conceitos, o conceito subordinado é chamado, também, de conceito específico e o conceito superordenado, de conceito genérico. Segundo Miranda (1990), os Tesauros apresentam três tipos de relações:

> a) Relação de equivalência: estabelece-se entre termos que representam o mesmo conceito, ou seja, entre termos sinônimos ou equivalentes. Esses termos são incluídos no Tesauro, mas apenas um deles será o descritor, os outros termos serão considerados não-descritores. Essa relação é expressa pelos símbolos, na língua inglesa, USE e UF (usado para).
> b) Relação hierárquica: demonstra os graus de superordenação e subordinação entre os conceitos. O termo superordenado (termo genérico - BT) representa o conceito mais abrangente, do qual o termo subordinado (termo específico - NT) é uma parte ou tipo. Representa-se esta relação através dos símbolos, na língua inglesa, BT e NT.
> c) Relação associativa: ocorre entre termos que não são equivalentes nem formam uma hierarquia, mas são tão associados que se deve tornar esta ligação explícita no tesauro para auxiliar na recuperação da informação. O símbolo RT, na língua inglesa, representa esta relação.

De acordo com Novaes (2018) deve-se entender que no tesauro eles são designados como termos específicos (TE) e termos gerais (TG), respectivamente. As relações de coordenação são derivadas de conceitos que pertencem ao mesmo conceito (ou seja, conceitos de coordenação). Eles são o conceito de "irmãos". A formação de relações de coordenação é determinada por recursos, que podem ser explicados pela divisão de recursos em partes sistemáticas do tesauro. A parte da letra do dicionário de sinônimos não tem codificação de palavra coordenada.

A relação da ontologia ocorre na perspectiva do objeto, portanto, após analisarmos as características e funções do objeto, temos uma relação gramatical e de associação na relação da ontologia. As relações competitivas ocorrem através dos três critérios mutuamente exclusivos de função, homologia e separabilidade. No que diz respeito à função, as partes são limitadas à sua localização espacial ou temporal. Na heterogeneidade, ela se manifesta de duas maneiras: Hermira e Parte têm as mesmas características; não são homólogas, e tudo tem características diferentes quando lá vão; é separável, ou seja, Em outras palavras, ela se manifesta de duas maneiras: a parte pode ser separada do todo ou não.

Quando um objeto leva a outro objeto, ou um processo ou fenômeno desencadeia outro processo ou fenômeno, ocorre uma relação de associação por meio da continuidade do tempo. Um exemplo pode ser dado para ilustrar a relação entre objetos no escritório: lápis e borrachas; conceitualmente, eles não têm atributos comuns, mas estão próximos à mesa, para que possam gerar relacionamentos "multifacetados"

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A natureza da presente pesquisa pode ser identificada como descritiva e bibliográfica e para o desenvolvimento de um microtesauro sobre o feminismo, foi utilizado como base os procedimentos da pesquisa terminológica utilizando as normas: ISO 704 (*Terminology work - Principles and methods*) e ISO 1087 (*Terminology work - Vocabulary - Part 1: Theory and application*).

O desenvolvimento do microtesauro obedeceu às seguintes fases: 1) seleção de termos; 2) modificação e criação de termos; 3) definição de termos preferidos e não-preferidos; 4) identificação das relações semânticas; 5) construção de notas de escopo e 6) construção da apresentação do tesauro com recurso do software TemaTres.

A seleção dos termos é uma das fases mais importantes do tesauro, pois a qualidade dos termos no âmbito do domínio, isto é, sua representatividade, condiciona a qualidade do tesauro como

um todo. Desse modo, com vistas a assegurar a garantia literária nessa fase, o levantamento terminológico foi realizado com base em um conjunto pré-selecionado de termos selecionados da Wikipédia, utilizamos este site por conta da amplitude e alcance de visualização.

A Wikipédia é uma enciclopédia online onde as pessoas podem editar os textos, por isso entendemos que os textos encontrados lá são o reflexo do pensamento os seus usuários, para a garantia de que o domínio estaria contemplado a página que retiramos os termos é uma página protegida. A Wikipédia tem um recurso de proteção de páginas de textos que já foram escritos e revisados pelos administradores, por tanto, o site garante a legitimidade do texto. A *Wikipédia* é um *website* no qual utilizadores elaboram e modificam colaborativamente conteúdos e estruturam diretamente do *web browser*, é um veículo popular, sendo um dos sites mais amplamente vistos no mundo, com a colocação no top dez desde 2007. Sendo assim, entende-se que os textos localizados na plataforma são um reflexo direto de quem contribuiu, quanto à página que retiramos os termos se encontra num aspecto de proteção de páginas, as mesmas foram escritas e revisadas por administradores, portanto, o site garante a legitimidade do texto e das informações atribuídas à essa coleta.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A criação desse tesauro se fez necessária para elucidar as relações de várias fases da vida das mulheres e questões femininas, além de conscientizar os usuários desse tesauro em qual situação usar os termos. Podendo ser utilizado para recuperação de informação levando indexação de trabalhos/livros sobre o assunto.

As estruturas utilizadas foram: alfabética e hierárquica, sendo assim, desenvolvemos um tesauro que mostra o termo é subordinado ou superior a outro termo. Inicialmente tratamos das questões femininas em geral, falando assim de faculdade, trabalho, saúde, entre outros. Mas também tratamos de termos que são considerados tabus na sociedade, como aborto, misoginia, feminismo; passando também pelas questões religiosas como Adão, Eva e Lilitih, que na teoria religiosa seriam a origem do patriarcado, assumindo assim a superioridade do homem.

Cada termo incluso em um vocabulário controlado deve representar um único conceito, frequentemente expresso por um termo de “palavra única”, mas em muitos casos é necessário um termo “multi-palavras” para representar o conceito. Existem regras que regem a escolha de termos de “palavra única” e termos de “multi-palavras”. Para ser aceitável como um termo, um termo composto deve expressar um único conceito ou unidade de pensamento, capaz de ser organizado em um relacionamento gênero-espécie dentro de uma hierarquia ou estrutura de árvore. Por exemplo: Libertação das mulheres e opressão sofrida pelas mulheres que são variáveis da história das mulheres.

A política de atualização do tesauro é anual sendo assim, feita todo mês seis, de todo ano a partir de 2020, levando em consideração todo o conteúdo bibliográfico consultado nesse tempo. A última atualização do tesauro foi dia 15/10/2020, e até essa data o número total de termos deste tesauro é de 54 termos, com 06 termos preferidos e 06 termos não preferidos.

A seguir, segue o microtesauro criado sobre o tema: feminimismo.

INSTRUÇÃO DE LEITURA: Leia o tesauro como se fosse um índice bibliográfico. Para não se perder na leitura, lembre-se de primeiro ler a primeira coluna e depois a segunda, que é a continuação.

LEMBRETE: Para não se esquecer dos tipos de relação em um tesauro na hora da leitura:

- **USE** e **UF** = usado para;
- **BT** = conceito abrangente;
- **NT** = termo específico;
- **TR** = indica relação entre termos;
- **TG** = termo geral;
- **TE** = termo específico.

Aborto
- **TE** Aborto espontâneo
- **TE** Aborto provocado
- **TE** Direito das mulheres
- **TR** Acesso à educação
- **TG** Acesso à contracepção
- **TE** Direito das mulheres
- **TG** Educação Superior

Cultura
- **TE** História das mulheres

TE Misoginia
Esterilidade
TE Direito das mulheres
TE Direitos reprodutivos
Igualdade de gênero
TE Igualdade
Propriedade
TE Acesso à propriedade
TR Direito das mulheres
Símbolos religiosos
TE Adão
TE Eva
TE Lilith
Violência
TE Abuso sexual

Aborto
Nota de escopo: Aborto ou interrupção da gravidez é a interrupção de uma gravidez pela remoção de um feto ou embrião antes de este ter a capacidade de sobreviver fora do útero.
TE: Aborto espontâneo
TE: Aborto provocado
TR: Abuso sexual
TR: Acesso a contracepção
TR: Esterilidade
TR: Filho
TR: Gravidez na adolescência
TR: História das mulheres
TR: Mãe
TR: Teoria feminista

Aborto espontâneo
TT: Aborto
Nota de escopo: Aborto espontâneo ou interrupção involuntária da gravidez é a morte natural do embrião ou feto antes de este ter a capacidade de sobreviver fora do útero.
TG: Aborto
TR: Aborto provocado
TR: Abuso sexual
TR: Acidentes
TR: Esterilidade
TR: Filho
TR: Gravidez na adolescência
TR: Mãe

Aborto provocado
TT: Aborto
Nota de escopo: Um aborto deliberado denomina-se "aborto induzido" ou "interrupção voluntária da gravidez". O termo "aborto", de forma isolada, geralmente refere-se a abortos induzidos. Nos casos em que o feto já é capaz de sobreviver fora do útero, este procedimento denomina-se "interrupção tardia da gravidez".
TG: Aborto
TE: Direito das mulheres
TR: Aborto espontâneo
TR: Abuso sexual
TR: Acesso a contracepção
TR: Esterilidade
TR: Filho
TR: Gravidez na adolescência
TR: História das mulheres
TR: Mãe
TR: Violência
TR: Violência doméstica
TR: Violência sexual

Abuso sexual
TT: Violência
Nota de escopo: Abuso sexual é a atividade sexual não desejada, onde o agressor usa a força, faz ameaças ou exclui vantagens da vítima que se torna incapaz de negar consentimento. O abuso sexual se dá quando alguém em uma posição de poder ou de autoridade se aproveita da confiança e do respeito de uma pessoa para envolvê-la em atividades sexuais não consentidas, por exemplo: uma criança e um adulto, uma criança e uma criança mais velha, um paciente e um médico, um estudante e um professor etc.
TG: Violência
TG: Violência sexual
TR: Aborto
TR: Aborto espontâneo
TR: Aborto provocado
TR: Acesso a contracepção
TR: Assédio sexual
TR: Esposa
TR: Gravidez na adolescência
TR: Mãe
TR: Violência doméstica

Acesso a contracepção
TT: Acesso à educação
Nota de escopo: Contracepção são os métodos ou dispositivos usados para prevenir uma gravidez. A escolha, a disponibilidade e a forma de utilização de contracetivos denomina-se planejamento familiar. Algumas culturas limitam ou desincentivam o acesso a métodos contraceptivos por razões morais, religiosas ou políticas. O preservativo é o único método contraceptivo que oferece também proteção contra infeções sexualmente transmissíveis. A contracepção de emergência são os métodos contraceptivos que podem prevenir uma gravidez quando utilizados nas 72–120 horas seguintes a uma relação sexual sem proteção.
TG: Acesso à educação

TE: Direito das mulheres
TR: Aborto
TR: Aborto provocado
TR: Abuso sexual
TR: Assédio sexual
TR: Ativistas da libertação das mulheres
TR: Feminismo
TR: Gravidez na adolescência
TR: Mãe
TR: Violência sexual

Acesso à educação
Nota de escopo: No centro de um sistema educativo deve situar-se o ser humano a educar, num horizonte de plenitude. A tarefa educativa consiste, na verdade, na capacidade de identificar e de acompanhar está presente inquietação do homem, mantendo vivo o amor pelo saber, despertando o coração e pondo em marcha a sua razão e a sua liberdade, tal liberdade construída pelos tijolos da autonomia do indivíduo.
TE: Acesso a contracepção
TE: Educação Superior
TR: Ativistas da libertação das mulheres
TR: Direito das mulheres
TR: Feminismo
TR: Gravidez na adolescência
TR: História das mulheres
TR: Teoria feminista

Acesso à propriedade
TT: Propriedade
Nota de escopo: Propriedade é o direito natural que permite a uma pessoa (denominada então "proprietário") a posse de uma coisa, em todas as suas relações como indivíduo. É também o direito/faculdade de usar e dispor da coisa, além do direito de reavê-la de quem injustamente a possua ou detenha, e somente pode ser aplicada a algo escasso. Orlando Gomes descreve que é ainda um direito complexo, absoluto, perpétuo e exclusivo.
TG: Propriedade
TE: Direito das mulheres
TR: Ativistas da libertação das mulheres
TR: Feminismo
TR: Igualdade
TR: Igualdade de gênero
TR: Matriarcado
TR: Teoria feminista

Acidentes
Nota de escopo: Um acidente é um evento inesperado e indesejável que causa danos pessoais, materiais (danos ao patrimônio), danos financeiros e que ocorre de modo não intencional. Exemplos físicos incluem colisões e quedas indesejadas, lesões por tocar em algo afiado, quente, elétrico ou ingerir veneno. Exemplos não-físicos são revelar um segredo não intencionalmente, esquecer um compromisso, etc.
TR: Aborto espontâneo

Adão
TT: Símbolos religiosos
Nota de escopo: Adão (do hebraico אדם relacionado tanto a adamá, solo vermelho ou do barro vermelho, quanto a adom, "vermelho", e dam "sangue") é considerado dentro da tradição judaico-cristã e islâmica como o primeiro ser humano, uma nova espécie criada diretamente por Deus. Teria sido criado a partir da terra à imagem e semelhança de Deus para domínio sobre a criação terrestre.
TG: Símbolos religiosos
TR: Eva
TR: Lilith

Adoção
Nota de escopo: Adoção, no Direito Civil, é o ato jurídico no qual um indivíduo é permanentemente assumido como filho por uma pessoa ou por um casal que não são os pais biológicos do adotado.
TR: Direito das mulheres
TR: Esterilidade
TR: Filho
TR: Licença maternidade
TR: Mãe

Assédio sexual
Nota de escopo: Assédio sexual Em sentido estrito, é um tipo de coerção de caráter sexual praticada geralmente por uma pessoa em posição hierárquica superior em relação a um subordinado (embora o contrário também possa acontecer), normalmente em local de trabalho ou ambiente acadêmico. O assédio sexual caracteriza-se por alguma ameaça, insinuação de ameaça ou hostilidade contra o subordinado visando a algum objetivo.
TR: Abuso sexual
TR: Acesso a contracepção
TR: Gravidez na adolescência
TR: Violência
TR: Violência doméstica
TR: Violência sexual

Ativistas da libertação das mulheres
Nota de escopo: Ativismo, no sentido filosófico, pode ser descrito como qualquer doutrina ou argumentação que privilegie a

prática efetiva de transformação da realidade em detrimento da atividade exclusivamente especulativa.

TR: Acesso a contracepção
TR: Acesso à educação
TR: Acesso à propriedade
TR: Autonomia do corpo
TR: Cultura
TR: Direito das mulheres
TR: Direitos reprodutivos
TR: Educação Superior
TR: Esposa
TR: Feminismo
TR: História das mulheres
TR: Igualdade
TR: Igualdade de gênero
TR: Licença maternidade
TR: Lilith
TR: Mãe
TR: Matriarcado
TR: Pré - natal
TR: Propriedade
TR: Sufrágio feminino
TR: Teoria feminista

Autonomia do corpo

Nota de escopo: Na obra Sociologia do Corpo, David Le Breton afirma: "O corpo parece explicar-se a si mesmo, mas nada é mais enganoso. O corpo é socialmente construído, tanto nas suas ações sobre a cena coletiva quanto nas teorias que explicam o seu funcionamento ou nas relações que mantém com o homem que encarna […]. Assim, o corpo não é somente uma coleção de órgãos arranjados segundo leis da anatomia e da fisiologia. É, em primeiro lugar, uma estrutura simbólica, superfície de projeção passível de unir as mais variadas formas culturais".

TR: Ativistas da libertação das mulheres
TR: Direito das mulheres
TR: Feminismo
TR: História das mulheres
TR: Igualdade
TR: Igualdade de gênero
TR: Lilith
TR: Teoria feminista

Cultura

Nota de escopo: Cultura (do latim *cultura*) é um conceito de várias acepções, sendo a mais corrente, especialmente na antropologia, a definição genérica formulada por Edward B. Tylor segundo a qual cultura é "todo aquele complexo que inclui o conhecimento, as crenças, a arte, a moral, a lei, os costumes e todos os outros hábitos e capacidades adquiridos pelo homem como membro da sociedade".

TE: História das mulheres
TE: Misoginia
TR: Ativistas da libertação das mulheres
TR: Direito das mulheres
TR: Educação Superior
TR: Feminismo
TR: Igualdade
TR: Igualdade de gênero
TR: Teoria feminista

Direito das mulheres

TT: Esterilidade

Nota de escopo: O termo "Direitos da Mulher" refere-se aos direitos objetivos e subjetivos reivindicados para mulheres em diversos países. Em alguns lugares, esses direitos são institucionalizados e garantidos pela legislação, pelos costumes e comportamentos, enquanto em outros locais eles são suprimidos ou ignorados.

TG: Aborto provocado
TG: Acesso à contracepção
TG: Acesso à propriedade
TG: Esterilidade
TR: Acesso à educação
TR: Adoção
TR: Ativistas da libertação das mulheres
TR: Autonomia do corpo
TR: Cultura
TR: Educação Superior
TR: Feminismo
TR: Filho
TR: História das mulheres
TR: Igualdade
TR: Igualdade de gênero
TR: Licença maternidade
TR: Lilith
TR: Mãe
TR: Matriarcado
TR: Pré-natal
TR: Propriedade
TR: Sufrágio feminino
TR: Teoria feminista

Direitos reprodutivos

TT: Esterilidade

Nota de escopo: Direitos sexuais e direitos reprodutivos são dois conjuntos de direitos que, de um lado devem ser entendidos de forma separada, por outro estão intimamente ligados e se complementam. Os dois conjuntos de direitos pertencem aos direitos humanos e têm como base os mesmos princípios que são universalidade, indivisibilidade e interdependência.

TG: Esterilidade
TR: Ativistas da libertação das mulheres

TR: Feminismo
TR: História das mulheres
TR: Igualdade
TR: Igualdade de gênero
TR: Teoria feminista

Educação Superior
TT: Acesso à educação
Nota de escopo: O ensino superior, educação superior ou ensino terciário é o nível mais elevado dos sistemas educativos, referindo-se normalmente a uma educação realizada em universidades, faculdades, institutos politécnicos, escolas superiores ou outras instituições que conferem graus acadêmicos ou diplomas profissionais.
TG: Acesso à educação
TR: Ativistas da libertação das mulheres
TR: Cultura
TR: Direito das mulheres
TR: Feminismo
TR: História das mulheres
TR: Igualdade
TR: Igualdade de gênero
TR: Teoria feminista

Esposa
Nota de escopo: Mulher prometida; noiva. Mulher casada, em relação ao seu marido.
TR: Abuso sexual
TR: Ativistas da libertação das mulheres
TR: Feminilidade
TR: Filho
TR: História das mulheres
TR: Licença maternidade
TR: Lilith
TR: Mãe
TR: Violência doméstica
TR: Violência sexual

Esterilidade
Nota de escopo: A infertilidade (do termo em latim *infertilitate*), esterilidade ou infecundidade é a qualidade do que não é fértil. No âmbito da medicina reprodutiva, é o resultado de uma falência orgânica devido à disfunção dos órgãos reprodutores, dos gametas ou do concepto. Um casal é infértil quando não alcança a gravidez desejada ao fim de dois anos de vida sexual contínua sem métodos contraceptivos. A infertilidade pode ser feminina, masculina, feminina e masculina, ou ainda sem causa aparente.
TE: Direito das mulheres
TE: Direitos reprodutivos
TR: Aborto
TR: Aborto espontâneo
TR: Aborto provocado
TR: Adoção
TR: Filho
TR: História das mulheres
TR: Mãe

Eva
TT: Símbolos religiosos
TG: Símbolos religiosos
TR: Adão
TR: Lilith
Expressa sentido de histerismo, birra, ação desnecessária.
USE: Histérica

Feminazi
TT:
UP: Termo pejorativo ao movimento feminista.

Feminilidade
Nota de escopo: Feminilidade é um conjunto de atributos, comportamentos e papéis geralmente associados às meninas e às mulheres. A feminilidade é constituída por ambos os fatores socialmente definidos e biologicamente-criados. Isto faz com que seja distinta da definição biológica do sexo feminino, já que machos e fêmeas podem exibir características femininas.
TR: Esposa
TR: Mãe

Feminismo
Nota de escopo: Feminismo é um conjunto de movimentos políticos, sociais, ideologias e filosofias que têm como objetivo comum: direitos equânimes (iguais) e uma vivência humana por meio do empoderamento feminino e da libertação de padrões patriarcais, baseados em normas de gênero. Envolve diversos movimentos, teorias e filosofias que advogam pela igualdade entre homens e mulheres, além de promover os direitos das mulheres e seus interesses.
TR: Acesso a contracepção
TR: Acesso à educação
TR: Acesso à propriedade
TR: Ativistas da libertação das mulheres
TR: Autonomia do corpo
TR: Cultura
TR: Direito das mulheres
TR: Direitos reprodutivos
TR: Educação Superior
TR: História das mulheres
TR: Igualdade de gênero
TR: Licença maternidade
TR: Lilith
TR: Mãe

TR: Matriarcado
TR: Propriedade
TR: Sufrágio feminino
TR: Teoria feminista
TR: Violência doméstica
TR: Violência sexual
Fere a legitimidade expressiva feminina.
USE: Promíscua

Filho
Nota de escopo: Filho (do latim *filius*) é o nome que se dá aos descendentes em relação aos seus respectivos pai e mãe, muito embora o termo também seja utilizado como vocativo em conversas informais, especialmente entre pessoas com um certo grau de intimidade. Em alguns casos pessoas usam o termo "Filho" com o significado de "querido", "meu bem", etc. apesar de não terem um tipo de ligação como uma mãe ou pai.
TR: Aborto
TR: Aborto espontâneo
TR: Aborto provocado
TR: Adoção
TR: Direito das mulheres
TR: Esposa
TR: Esterilidade
TR: Gravidez na adolescência
TR: História das mulheres
TR: Licença maternidade
TR: Mãe
TR: Pré-natal
TR: Teoria feminista

Gravidez na adolescência
Nota de escopo: A gravidez na adolescência consiste na gravidez de uma adolescente. Apesar de a Organização Mundial de Saúde considerar a adolescência como um período de dez a vinte anos na vida de um indivíduo, cada país especifica a idade em que os seus cidadãos passam a ser considerados adultos. Como fator fundamental para a ocorrência da gravidez, está a ocorrência da menarca, o primeiro período menstrual, que ocorre próximo aos 10, 15 anos, embora este valor varie de acordo com a etnia e o peso. A média de idade da ocorrência da menarca tem diminuído com o passar dos anos.
TR: Aborto
TR: Aborto espontâneo
TR: Aborto provocado
TR: Abuso sexual
TR: Acesso a contracepção
TR: Acesso à educação
TR: Assédio sexual
TR: Filho
TR: História das mulheres
TR: Licença maternidade
TR: Mãe
TR: Pré-natal
TR: Puberdade
TR: Violência doméstica
TR: Violência sexual

Histérica
TT:
UP: Expressa sentido de histerismo, birra, ação desnecessária.

História das mulheres
TT: Cultura
Nota de escopo: A História das mulheres é o estudo do papel que as mulheres têm desempenhado na história e os métodos necessários para fazê-lo, faz parte do estudos de mulheres. Ele inclui o estudo da história do crescimento dos direitos da mulher ao longo da história, o exame de grupos de mulheres de importância histórica individual e o sentido que os acontecimentos históricos tiveram sobre as mulheres. Inerente ao estudo da história das mulheres é a crença de que os arquivos mais tradicionais da história minimizam ou ignoram as contribuições das mulheres e o efeito que tiveram sobre as mulheres como um todo; a este respeito, a história das mulheres é muitas vezes uma forma de revisionismo histórico, buscando desafiar ou ampliar o consenso histórico tradicional.
TG: Cultura
TR: Aborto
TR: Aborto provocado
TR: Acesso à educação
TR: Ativistas da libertação das mulheres
TR: Autonomia do corpo
TR: Direito das mulheres
TR: Direitos reprodutivos
TR: Educação Superior
TR: Esposa
TR: Esterilidade
TR: Feminismo
TR: Filho
TR: Gravidez na adolescência
TR: Igualdade
TR: Igualdade de gênero
TR: Licença maternidade
TR: Mãe
TR: Matriarcado
TR: Misoginia
TR: Propriedade
TR: Puberdade
TR: Sufrágio feminino
TR: Teoria feminista
TR: Violência doméstica
TR: Violência sexual

Igualdade
TT: Igualdade de gênero
Nota de escopo: Igualdade é a inexistência de desvios ou incongruências sob determinado ponto de vista, entre dois ou mais elementos comparados, sejam objetos, indivíduos, ideias, conceitos ou quaisquer coisas que permitam que seja feita uma comparação.
TG: Igualdade de gênero
TR: Acesso à propriedade
TR: Ativistas da libertação das mulheres
TR: Autonomia do corpo
TR: Cultura
TR: Direito das mulheres
TR: Direitos reprodutivos
TR: Educação Superior
TR: História das mulheres
TR: Propriedade
TR: Sufrágio feminino
TR: Teoria feminista

Igualdade de gênero
Nota de escopo: A igualdade de gênero (também chamada de igualdade entre os sexos ou igualdade sexual) é um conceito que define a busca da igualdade entre os membros dos dois gêneros humanos, homens e mulheres, derivado de uma crença numa injustiça, existente em diversas formas, de desigualdade entre os sexos.
TE: Igualdade
TR: Acesso à propriedade
TR: Ativistas da libertação das mulheres
TR: Autonomia do corpo
TR: Cultura
TR: Direito das mulheres
TR: Direitos reprodutivos
TR: Educação Superior
TR: Feminismo
TR: História das mulheres
TR: Lilith
TR: Matriarcado
TR: Propriedade
TR: Sufrágio feminino
TR: Teoria feminista

Libertação das mulheres
TR: Opressão sofrida pelas mulheres

Licença maternidade
Nota de escopo: Licença maternidade ou licença-gestante é um benefício de caráter previdenciário garantido às mães que se afastam do emprego nos estágios finais da gravidez ou logo após darem à luz.
Nota de escopo: Lilith (comumente o angelismo Lilith), em hebraico: לילית ,em antigo árabe: ليليث ,foi uma deusa adorada na Mesopotâmia e na Babilônia, associada com ventos e tempestades, que se imaginavam ser portadores de enfermidades e morte.
TR: Adoção
TR: Ativistas da libertação das mulheres
TR: Direito das mulheres
TR: Esposa
TR: Feminismo
TR: Filho
TR: Gravidez na adolescência
TR: História das mulheres
TR: Mãe
TR: Matriarcado
TR: Pré-natal
TR: Teoria feminista

Lilith
TT: Símbolos religiosos
TG: Símbolos religiosos
TR: Adão
TR: Ativistas da libertação das mulheres
TR: Autonomia do corpo
TR: Direito das mulheres
TR: Esposa
TR: Eva
TR: Feminismo
TR: Igualdade de gênero

Louca
TT:
UP: Qualifica denotação de loucura, cuja ações e palavras não são aceitáveis, descabidas.

Mãe
Nota de escopo: Mãe (também chamada de progenitora ou genitora) é o ser do sexo feminino que gera uma vida em seu útero como consequência de fertilização ou que adota uma criança ou filhote, que por alguma razão não pôde ficar com seus pais. É também o equivalente feminino do pai. A fertilização de óvulos humanos femininos ocorrida in vitro, em laboratórios ou hospitais, na modernidade, estendeu as considerações milenares sobre a maternidade.
TR: Aborto
TR: Aborto espontâneo
TR: Aborto provocado
TR: Abuso sexual
TR: Acesso a contracepção
TR: Adoção
TR: Ativistas da libertação das mulheres
TR: Direito das mulheres
TR: Esposa
TR: Esterilidade
TR: Feminilidade

TR: Feminismo
TR: Filho
TR: Gravidez na adolescência
TR: História das mulheres
TR: Licença maternidade
TR: Matriarcado
TR: Mulheres chefes de família
TR: Pré-natal
TR: Violência doméstica
TR: Violência sexual

Matriarcado
Nota de escopo: Matriarcado (do grego antigo μητέρος, translit. *metéros*: "mãe"; e ἀρχή, translit. *arché*: "origem", ou "regra") seria uma forma de organização social em que a mulher-mãe teria uma posição dominante na família e na comunidade. Há um termo diferente para 'governo ou domínio da mulher' - ginecocracia (em grego, γυναικοκρατία), algumas vezes citado como 'ginocracia'. Em algumas culturas, a mulher seria líder da família, e a transmissão de bens, assim como do poder tribal, se faria através dos membros do sexo feminino do grupo. Na dimensão religiosa, muitas vezes o matriarcado tem sido associado à adoração de divindades femininas da fertilidade e da maternidade (ver Deusa Mãe).
TR: Acesso à propiedade
TR: Ativistas da libertação das mulheres
TR: Direito das mulheres
TR: Feminismo
TR: História das mulheres
TR: Igualdade de gênero
TR: Licença maternidade
TR: Mãe
TR: Pré - natal
TR: Propriedade
TR: Teoria feminista

Misoginia
TT: Cultura
Nota de escopo: Misoginia (do grego μισέω, transl. *miseó*, "ódio"; e γυνὴ, *gyné*, "mulher") é o ódio, desprezo ou preconceito contra mulheres ou meninas. A misoginia pode se manifestar de várias maneiras, incluindo a exclusão social, a discriminação sexual, hostilidade, androcentrismo, o patriarcado, ideias de privilégio masculino, a depreciação das mulheres, violência contra as mulheres e objetificação sexual. A misoginia pode ser encontrada ocasionalmente dentro de textos antigos relativos a várias mitologias. Além disso, vários filósofos e pensadores ocidentais influentes têm sido descritos como misóginos.
TG: Cultura
TR: História das mulheres

Mulheres chefes de família
TR: Mãe

Opressão sofrida pelas mulheres
TR: Libertação das mulheres
TR: Violência
TR: Violência doméstica
TR: Violência sexual

Pré-natal
Nota de escopo: O chamado pré-natal é a assistência na área da enfermagem e da medicina prestado à gestante durante os nove meses de gravidez, visando melhorar e evitar problemas para a mãe e a criança nesse período e no momento do parto. Durante a gravidez, os pais podem escolher fazer o exame pré-natal, ou seja, diagnósticos para verificar se haverá deformações nos genes e nos cromossomos do embrião ou do feto.
TR: Ativistas da libertação das mulheres
TR: Direito das mulheres
TR: Filho
TR: Gravidez na adolescência
TR: Licença maternidade
TR: Mãe
TR: Matriarcado
TR: Teoria feminista
TR: Violência sexual

Promíscua
TT:
UP: Fere a legitimidade expressiva feminina.

Propriedade
Nota de escopo: Propriedade é o direito natural que permite a uma pessoa (denominada então "proprietário") a posse de uma coisa, em todas as suas relações como indivíduo. É também o direito/faculdade de usar e dispor da coisa, além do direito de reavê-la de quem injustamente a possua ou detenha, e somente pode ser aplicada a algo escasso. Orlando Gomes descreve que é ainda um direito complexo, absoluto, perpétuo e exclusivo.
TE: Acesso à propriedade
TR: Ativistas da libertação das mulheres
TR: Direito das mulheres
TR: Feminismo
TR: História das mulheres
TR: Igualdade
TR: Igualdade de gênero
TR: Matriarcado
TR: Teoria feminista

Puberdade
Nota de escopo: A puberdade é um período em que ocorrem mudanças biológicas e fisiológicas. É neste período que o corpo desenvolve-se física e mentalmente tornando-se maduro e o adolescente fica capacitado para gerar filhos. Ela não deve ser confundida como sinônimo da adolescência, visto que a puberdade faz parte da adolescência.
TR: Gravidez na adolescência
TR: História das mulheres
Qualifica denotação de loucura, cuja ações e palavras não são aceitáveis, descabidas.
USE: Louca

Símbolos religiosos
TE: Adão
TE: Eva
TE: Lilith

Sufrágio feminino
Nota de escopo: O movimento pelo sufrágio feminino é um movimento social, político e econômico de reforma, com o objetivo de estender o sufrágio (o direito de votar) às mulheres. Participaram do sufrágio feminino, mulheres e homens, denominados sufragistas.
TR: Ativistas da libertação das mulheres
TR: Direito das mulheres
TR: Feminismo
TR: História das mulheres
TR: Igualdade
TR: Igualdade de gênero
TR: Teoria feminista

Teoria feminista
Nota de escopo: A teoria feminista é a extensão do feminismo no discurso teórico, imaginário ou filosófico. Destina-se a compreender a natureza da desigualdade de gênero. Ele examina o papel social das mulheres, experiência, interesses, tarefas e política feminista em uma variedade de campos, tais como antropologia e sociologia, comunicação, psicanálise, economia doméstica, literatura, educação e filosofia.
TR: Aborto
TR: Acesso à educação
TR: Acesso à propriedade
TR: Ativistas da libertação das mulheres
TR: Autonomia do corpo
TR: Cultura
TR: Direito das mulheres
TR: Direitos reprodutivos
TR: Educação Superior
TR: Feminismo
TR: Filho
TR: História das mulheres
TR: Igualdade
TR: Igualdade de gênero
TR: Licença maternidade
TR: Matriarcado
TR: Pré - natal
TR: Propriedade
TR: Sufrágio feminino
Termo pejorativo ao movimento feminista.
USE: Feminazi

Violência
TE: Abuso sexual
TE: Violência doméstica
TE: Violência sexual
TR: Aborto provocado
TR: Assédio sexual
TR: Opressão sofrida pelas mulheres

Violência doméstica
TT: Violência
Nota de escopo: Violência doméstica é um padrão de comportamento que envolve violência ou outro tipo de abuso por parte de uma pessoa contra outra num contexto doméstico, como no caso de um casamento ou união de facto, ou contra crianças ou idosos. Quando é perpetrada por um cônjuge ou parceiro numa relação íntima contra o outro cônjuge ou parceiro denomina-se violência conjugal, podendo ocorrer tanto entre relações heterossexuais como homossexuais, ou ainda entre antigos parceiros ou cônjuges. A violência doméstica pode assumir diversos tipos, incluindo abusos físicos, verbais, emocionais, econômicos, religiosos, reprodutivos e sexuais.
TG: Violência
TR: Aborto provocado
TR: Abuso sexual
TR: Assédio sexual
TR: Esposa
TR: Feminismo
TR: Gravidez na adolescência
TR: História das mulheres
TR: Mãe
TR: Opressão sofrida pelas mulheres
TR: Violência sexual

Violência sexual
TT: Violência
Nota de escopo: Violência sexual é qualquer ato sexual ou tentativa de obtenção de ato sexual por violência ou coerção, comentários ou investidas sexuais indesejados, atividades como o tráfico humano ou diretamente contra a sexualidade de uma pessoa, independentemente da relação com a vítima. Ocorre tanto em tempos de paz quanto em

situações de conflito armado, é generalizada e considerada como uma das violações dos Direitos humanos mais traumáticas e comuns.

TG: Violência
TE: Abuso sexual
TR: Aborto provocado
TR: Acesso a contracepção
TR: Assédio sexual
TR: Esposa
TR: Feminismo
TR: Gravidez na adolescência
TR: História das mulheres
TR: Mãe
TR: Opressão sofrida pelas mulheres
TR: Pré-natal
TR: Violência doméstica

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando discute-se um domínio como o “feminismo” ou “mulher”, algo multidisciplinar, envolve uma barreira linguística e interpretativa e com isto, se tratando de sistemas informacionais, há a necessidade de um controle terminológico para a precisão da compreensão da linguagem e promulgar a recuperação informacional de modo que tanto o usuário, quanto o profissional que utilizam o próprio sistema obtenham fácil acesso.

Além do controle terminológico, o tesauro é um instrumento de aprendizado dentro do ambiente informacional, ele atinge a ideia do escritor, o entendimento do indexador e o termo de busca do usuário, essa ligação expressa as ideias e valores da unidade de informação, representando pessoas e assuntos, sendo assim é necessário evitar termos preconceituosos, o tesauro corrige e leva ao termo correto, abrindo novos entendimentos e visões mais abrangentes dos assuntos.

REFERÊNCIAS

CARLAN, E. **Sistemas de organização do conhecimento**: uma reflexão no contexto da Ciência da Informação. 195 f. 2010. Dissertação. (Mestrado em Ciência da Informação) - Faculdade de Ciência da Informação, Universidade de Brasília, Brasília, 2010.

CAVALCANTI, Cordelia R. **Indexação & tesauro**: metodologia e técnicas. Brasília: Associação de Bibliotecários do Distrito Federal, 1978. 89 p. (Edição Preliminar).

CINTRA, A. M. M.; et al. **Para entender as linguagens documentárias**. São Paulo: Polis/APB, 1994.

DODEBEI, V. L. D. **Tesauro**: linguagem de representação da memória documentária. Rio de Janeiro: Interciência, 2002.

MIRANDA, L. M. C.; MEDEIROS, M. B.; SUJII, M. K. Elaboração de tesauros utilizando-se o programa de elaboração de tesauros em microcomputador (Tecer). **Bibliotecon**, Brasília, v. 18, n. 2, 1990. Disponível em: https://www.google.com/url?q=https://brapci.inf.br/index.php/res/v/77963&sa=D&ust=1603059350508000&usg=AFQjCNHIPrAmwbbQWIUTSVGJXM6dh8NwWg. Acesso em: 29 maio 2010.

MOREIRA, A.; ALVARENGA, L. D.; OLIVEIRA, A. P. O nível do conhecimento e os instrumentos de representação: tesauros e ontologias. **DataGramaZero**, v. 5, n. 6, p. A01, 2004.

MOREIRA, W. **Sistemas de organização do conhecimento**: aspectos teóricos, conceituais e metodológicos. Tese (Livre-docência em Sistemas de Organização do Conhecimento) – Universidade Estadual Paulista, Marília, 2018.

NOVAES, Fernanda Carolina Pegoraro; et al. A importância do tesauro para a estrutura sistêmica informacional: uma análise comparativa através do Tesauro de. Folclore e Cultura Popular Brasileira .*In*: Encontro de Pesquisadores: Pesquisa Científica e Desenvolvimento, 19., 2018, Franca. **Anais** [...]. Franca: Uni-FACEF, 2018. p. 246-256.

Tálamo, M. F. G. M.; et al. (1992). Análise documentária: definição de sua especificidade no contexto da ECA. **Revista de Comunicações e Artes**. 1992. P. 31-32.

WIKIPEDIA. **Feminismo**. <https://pt.wikipedia.org/wiki/Feminismo>, consultado em 22 de jun. 2018 8:30 hrs. Tesauro de sexualidade e gênero

O CONTROLE JUDICIAL DA REGULAÇÃO TÉCNICA: UM ESTUDO SOBRE A DIMENSÃO INSTITUCIONAL DO EXAME DE PROPORCIONALIDADE

THE JUDICIAL CONTROL OF TECHNICAL REGULATION: A STUDY ON THE INSTITUTIONAL DIMENSION OF THE PROPORTIONALITY TEST

Área temática: 1.4 Direito, Trabalho e Serviço Social

URBAN, Renan Lucas Dutra
Mestre em Direito pela Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP, Campus de Franca)
renanurban@hotmail.com

SANTOS, Isadora Beatriz Magalhães
Mestra em Direito pela Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP, Campus de Franca)
isa_bms@hotmail.com

Resumo

O tema do presente trabalho é o recurso ao exame de proporcionalidade na revisão judicial das normas jurídicas. Está delimitado no estudo da utilização da proporcionalidade, pelo Poder Judiciário, como ferramenta de controle de uma particular categoria de normas: aquelas editadas com base em razões técnicas e científicas. O problema da pesquisa é: têm os órgãos judiciais aptidão para resolver problemas que demandam conhecimentos específicos? Quais os limites a serem observados pelos juízes quando controlam matérias geralmente reservadas a órgãos normativos dotados de legitimidade técnica? Como tese a ser defendida, formulou-se a seguinte: o exame de proporcionalidade, embora seja visto por muitos autores como um instrumento de supremacia e de ativismo judicial, possui uma estrutura que respeita as diferentes capacidades decisórias das instituições para oferecer resposta aos problemas que lhes são submetidos. O recurso ao exame de proporcionalidade no controle de uma norma técnica, assim, pode justificar ou não a atuação do órgão judicial, a depender sobretudo das habilidades e limitações concretas deste em comparação com a do órgão normativo – legislativo ou administrativo – que a expediu.

Palavras-chave: proporcionalidade, regulação técnica, ativismo judicial

Abstract

The theme of the article is the use of the proportionality test in the judicial review of legal rules. It is delimited in the study of the use of proportionality by judges as a tool to control a certain category of rules: those edited based on technical and scientific reasons. The research problem can be stated as follows: do the judicial bodies have the capacity to solve problems that demand specific knowledge? What are the limits to be observed by the judges when controlling matters generally reserved for normative bodies with technical legitimacy? The thesis now defended is that proportionality, although seen by many authors as an instrument of supremacy and judicial activism, has a structure that respects the different decision-making capacities of institutions to offer an answer to the problems that are submitted to them. The use of proportionality for the control of a technical standard, thus, may or may not justify the performance of the judicial body, depending above all on its specific abilities and limitations in comparison with that of the normative body – legislative or administrative – that issued it.

Keywords: proportionality, technical regulation, judicial activism

1 INTRODUÇÃO

A regra da proporcionalidade é frequentemente invocada por juízes e tribunais na realização do controle das normas jurídicas, em geral. Além das objeções que contestam a racionalidade e a objetividade das decisões que nela se baseiam, muitas vezes o recurso a essa categoria é criticado

por concentrar, no Poder Judiciário, a competência decisória atribuída a outros órgãos estatais. Nos termos dessa objeção, a proporcionalidade seria um instrumento de supremacia e de ativismo judicial, e não uma ferramenta vocacionada à deferência e ao diálogo com as demais instituições.

O objeto do presente trabalho é o recurso ao exame de proporcionalidade na revisão judicial das normas jurídicas. Tal tema está aqui delimitado no estudo da utilização da proporcionalidade, pelo Poder Judiciário, como ferramenta de controle de uma particular categoria de normas: aquelas editadas com base em razões técnicas e científicas. O problema da pesquisa é: têm os órgãos judiciais aptidão para resolver problemas que demandam conhecimentos específicos? Quais os limites a serem observados pelos juízes quando controlam matérias geralmente reservadas a órgãos normativos dotados de legitimidade técnica?

Como tese a ser defendida, formulou-se a seguinte: o exame de proporcionalidade, embora seja visto por muitos autores como um instrumento de supremacia e de ativismo judicial, possui uma estrutura que respeita as diferentes capacidades decisórias das instituições para oferecer resposta aos problemas que lhes são submetidos. O recurso ao exame de proporcionalidade no controle de uma norma técnica, assim, pode justificar ou não a atuação do órgão judicial, a depender sobretudo das habilidades e limitações concretas deste em comparação com a do órgão normativo – legislativo ou administrativo – que a expediu.

O percurso expositivo do presente trabalho pode ser resumido da seguinte maneira. Inicialmente, busca-se caracterizar as categorias do sopesamento e da proporcionalidade (em sentido amplo), ressaltando as diferentes finalidades dessas formas de aplicação do Direito, à luz da teoria dos princípios de Robert Alexy. Depois, aborda-se a função das regras no ordenamento jurídico, identificando os problemas decorrentes da superação dessas espécies normativas pelos princípios que com elas colidem. Nesse passo, delimita-se conceitualmente a categoria das normas técnicas, explorando especificamente os problemas relacionados ao seu controle pelo Judiciário. E, por fim, analisa-se a estrutura do exame de proporcionalidade, investigando os fatores institucionais subjacentes às suas sub-regras (adequação, necessidade e proporcionalidade em sentido estrito).

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A pesquisa se referencia na teoria dos princípios, de Robert Alexy.[1] Dentro desse marco teórico, no entanto, é de destacar a importância dos trabalhos desenvolvidos por outros autores, como, por exemplo, Virgílio Afonso da Silva e Martin Borowski, no que diz respeito ao estudo dos pressupostos conceituais e das exigências metodológicas da teoria dos princípios; Laura Clérico e Carlos Bernal Pulido, no que concerne à análise da racionalidade e da estrutura do exame de proporcionalidade; e Rafael Scavone Bellem de Lima e Alan David Patrick Brady, no que se refere à investigação sobre a dimensão institucional dos testes da adequação, da necessidade e da proporcionalidade em sentido estrito.

Evidentemente, as contribuições de autores filiados a outras linhas teóricas, na medida em que relevantes para o desenvolvimento da pesquisa, também serão consideradas. É o caso, por exemplo, da teoria formalista de Frederick Schauer, fontes de importantes argumentos para a fundamentação da tese da maior resistência das regras à superação, e da teoria das capacidades institucionais de Cass Sunstein e Adrian Vermuele, fundamental para a discussão sobre as distintas aptidões e limitações dos órgãos estatais.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

De certa forma, o método de trabalho da pesquisa não foge ao comum das pesquisas realizadas no âmbito das Ciências Sociais Aplicadas, nomeadamente na área da Ciência Jurídica: a leitura e a análise das obras doutrinárias, dos documentos legislativos e dos julgados referentes ao tema. A pesquisa adota, assim, um evidente enfoque bibliográfico, na medida em que se propõe a colher sobretudo nas literaturas filosófica e científica os conceitos, as categorias teóricas, os subsídios doutrinários, enfim, os elementos indispensáveis para a compreensão do tema. Além disso, a pesquisa não desconsidera a importância da dogmática jurídica para a realização de seus objetivos. De resto,

[1] A teoria dos princípios é geograficamente localizada, dizendo respeito à experiência constitucional alemã, em particular. Não obstante isso, os conceitos e categorias jurídicas nela trabalhados podem ser generalizados para o estudo de outros ordenamentos, com a cautela de que as peculiaridades que subjazem a cada um deles sejam devidamente levadas em consideração.

ela mesma assume um caráter eminentemente dogmático, haja vista que se serve das três dimensões desse tipo de abordagem metodológica no decurso da investigação.

A dimensão analítica é importante para o exame dos conceitos e das relações existentes entre os objetos pesquisados. Ela se revela, sobretudo, na análise da distinção estrutural entre regras e princípios, pressuposto fundamental da teoria de Alexy e base para a análise do problema do recurso à proporcionalidade como forma de solução do conflito entre essas espécies normativas. A dimensão empírica, por sua vez, diz respeito à interação (e tensão) existente entre os conceitos jurídicos e a realidade. Nesta pesquisa, ela se revela especialmente na investigação sobre a forma pela qual os juízes costumam decidir problemas técnicos complexos. Por fim, a dimensão normativa busca prescrever soluções para os problemas enfrentados. As considerações acerca de qual deveria ser a postura dos órgãos judiciais diante de questões que demandam conhecimentos específicos evidenciam essa dimensão.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 CONFLITOS NORMATIVOS, PONDERAÇÃO E PROPORCIONALIDADE

O exame de proporcionalidade, enquanto forma de aplicação e de interpretação do Direito, remete à teoria dos princípios, nos moldes como desenvolvida por Robert Alexy e seus adeptos. O pressuposto da teoria de Alexy é uma distinção forte entre regras e princípios. Regras e princípios, segundo esse autor, são normas jurídicas, já que podem ser formulados por meio das expressões deônticas básicas do dever, da permissão e da proibição (ALEXY, 2008, p. 87). Possuem, no entanto, diferentes estruturas lógicas, que implicam a diversa forma de aplicação dessas espécies normativas.

O modelo teórico de Alexy se contrapõe não apenas às teses que rejeitam possibilidade de se estabelecer uma distinção relevante entre as normas jurídicas, mas também às teorias que, baseadas em critérios materiais ou gradualistas – a generalidade e a fundamentalidade, por exemplo –, propõem uma distinção fraca ou débil para regras e princípios (ALEXY, 2008, p. 87). Isso porque, nos termos de sua concepção, a diferença que existe entre essas normas não é de grau, mas de qualidade ou natureza.

Assim é que, para Alexy, as regras veiculam comandos definitivos para a solução do caso concreto, realizando-se sempre por completo, isto é, na total extensão das consequências jurídicas previstas para determinada situação. Já os princípios, definidos como “mandamentos de otimização”, são normas que ordenam que algo seja realizado na maior medida possível, segundo as possibilidades fáticas e jurídicas existentes. À diferença das regras, portanto, os princípios não outorgam direitos definitivos (nem impõem deveres definitivos), mas apenas direitos (e deveres) *prima facie*, que se concretizam em graus variados, de acordo com as circunstâncias do caso concreto (ALEXY, 2008, p. 90-91; SILVA, 2010, p. 44-46).

A definição dos princípios como mandamentos de otimização está reciprocamente implicada com a de proporcionalidade – entendida como máxima ou regra que, como será visto, compreende três regras parciais: adequação, necessidade e proporcionalidade em sentido estrito. Isso significa que as possibilidades fáticas de realização dos princípios estão relacionadas às sub-regras da adequação e da necessidade, ao passo que as possibilidades jurídicas relacionam-se com a sub-regra da proporcionalidade em sentido estrito (ALEXY, 2008, p. 116-120).

As possibilidades jurídicas para a realização de um princípio são determinadas sobretudo pelos princípios colidentes, isto é, pelas normas de mesma natureza que impõem a realização de outro direito ou dever. Se uma norma com estrutura de princípio se contrapõe a outra, é necessário que se realize uma ponderação ou sopesamento, de modo que se determine qual delas deve prevalecer no caso concreto. A ponderação corresponde, assim, à sub-regra da proporcionalidade em sentido estrito, e conduz precisamente à definição do enunciado de preferência condicionada que soluciona a colisão entre princípios (ALEXY, 2008, p. 165).

A ponderação é, dessa maneira, a forma de aplicação por excelência dos princípios jurídicos. Preordena-se, pois, à solução de colisões entre normas dessa natureza. Quando dois ou mais princípios constitucionais colidem entre si, sem que o legislador tenha predefinido uma solução para esse problema normativo, o recurso à ponderação será metodologicamente adequado. Dele resultará, nos termos da lei de colisão, a regra que irá solucionar o problema. O sopesamento não será adequado ou suficiente, porém, quando já houver uma regra infraconstitucional disciplinando essa colisão entre princípios. É que, nesse caso, não haverá um conflito entre princípios, mas, antes, um conflito entre um dos princípios e a regra, a exigir um tratamento metodológico diferenciado.

Uma regra jurídica, quando restringe um princípio jurídico, apenas aparentemente com ele conflita (SILVA, 2010, p. 52 e 141). Isso porque, segundo Alexy (2008, p. 90), as possibilidades jurídicas de realização dos princípios jurídicos, enquanto mandamentos de otimização, são determinadas não apenas pelos princípios colidentes, mas também pelas regras que preveem consequências jurídicas antagônicas para a mesma situação. Ora, regras são sempre satisfeitas ou não satisfeitas, contendo determinações no âmbito do que é fática e juridicamente possível (ALEXY, 2008, p. 91). Dessa maneira, se uma regra e um princípio preveem consequências jurídicas diferentes para uma mesma situação, o problema se resolve com a simples aplicação da regra, por subsunção. A possibilidade de se discutir a validade da regra em face do princípio restringido, por meio de algum dos mecanismos formais de controle de constitucionalidade, não muda esse raciocínio, uma vez que, na hipótese de ser considerada constitucional, ela continuará precedendo o princípio na solução do caso, aplicando-se pelo método "tudo ou nada".

As regras resultam de um sopesamento entre princípios, levado a cabo por órgãos reguladores investidos de legitimidade democrática e/ou dotados de capacidade técnica específica. Elas consubstanciam, nesse sentido, uma decisão preliminar acerca de um conflito de interesses – que, em Estados democráticos, não pode ser livremente substituída por outra decisão, proveniente do Judiciário (ÁVILA, 2007, p. 103 e 119). Em primeiro lugar, portanto, pode-se dizer que a positivação de regras implica uma alocação de competências decisórias, já que, veiculando mandamentos acerca do que é fática e juridicamente possível, limita a liberdade dos juízes para decidir com base em princípios (LIMA, 2012, p. 63-66).

Além disso, pelo fato de que "veiculam efeitos determinados, pretendidos pelo legislador de forma específica" (BARCELLOS, 2005, p. 186), as regras reduzem as incertezas e afastam as arbitrariedades que decorrem da ausência de uma mediação legislativa. Ora, regras são normas que exigem sempre algo que deve ser ou não cumprido. Possuem uma consequência jurídica previamente definida, e aplicam-se independentemente de juízos sobre a importância de sua realização no caso concreto (LIMA, 2012, p. 61). De resto, apresentam, em geral, menor grau de generalidade do que os princípios, relacionando-se diretamente com as possibilidades dos mundos fático e normativo (ALEXY, 2008, p. 108). Assim, no contexto das sociedades plurais e complexas, pode-se dizer tais normas cumprem a importante função de levar alguma segurança, previsibilidade e consistência ao sistema jurídico, estabilizando as expectativas normativas dos destinatários acerca do que é juridicamente devido (LIMA, 2012, p. 61).

Há razões suficientemente fortes, portanto, para se sustentar que regras oferecem uma resistência muito maior à superação do que princípios. Isso significa que, em boa parte dos casos, uma regra válida cujo suporte fático se concretizou não pode ser afastada em favor da satisfação de um princípio que com ela colide. Como afirma Humberto Ávila (2007, p. 103), regras possuem uma "função eficacial de trincheira", dado o fato de que, em comparação com princípios, opõem um obstáculo à superação muito mais difícil de ser transposto. Assim, nas situações concretas em que uma regra e um princípio conflitam, aquela, no mais das vezes, tem precedência sobre este, aplicando-se por subsunção.

Os pressupostos da teoria dos princípios, ao contrário do que geralmente se supõe, não se incompatibilizam com a tese da resistência das regras à superação. A análise de um dos métodos de solução do conflito entre regra e princípio – o exame de proporcionalidade – confirma essa afirmação.

A proporcionalidade, à diferença da ponderação, importa não apenas sopesar os princípios materiais envolvidos, mas também indagar acerca da adequação e da necessidade da medida cuja constitucionalidade é contestada. Em outras palavras, sua aplicação implica, em primeiro lugar, aferir a aptidão da medida para fomentar o fim a que se preordena (teste da aptidão); em segundo lugar, avaliar a existência de outra medida igualmente eficaz e menos restritiva ao princípio constitucional (teste da necessidade); e, por último, comparar a intensidade da restrição ao princípio com a importância da realização do princípio que com ele colide e justifica a adoção da medida restritiva (teste da proporcionalidade em sentido estrito, ou ponderação) (SILVA, 2002, p. 36-42). A este ponto se voltará mais adiante.

4.2 O PROBLEMA DO CONTROLE JUDICIAL DA REGULAÇÃO TÉCNICA

No contexto das sociedades contemporâneas, as normas jurídicas, em geral, frequentemente veiculam questões técnicas complexas, isto é, problemas cuja compreensão e solução exigem o domínio de conhecimentos científicos não triviais. Nesse particular, é frequente a menção às limitações dos órgãos do Poder Judiciário para controlar a atividade normativa técnica, sobretudo quando

emanada de instâncias supostamente dotadas de elevada *expertise*, tais como, no ordenamento jurídico brasileiro, as agências reguladoras. Tais limitações do Poder Judiciário decorreriam não apenas da falta de conhecimento técnico especializado de seus membros para decidir as questões relativas à regulação técnica, mas também da escassez de tempo e de recursos financeiros desses órgãos para buscar e processar as informações necessárias para a tomada de decisão.

Há grande discussão, além disso, acerca do impacto das decisões judiciais sobre a política regulatória. Fala-se, nesse contexto, em elevação do risco de incoerência regulatória, produto de decisões judiciais segmentadas e excessivamente intrusivas. Por exemplo, a interferência dos órgãos judiciais na definição do referencial teórico que orienta as medidas regulatórias alça-os à posição de árbitros de querelas entre teorias e/ou métodos científicos, o que redunda em problemas de déficit de legitimidade tanto do ponto de vista da Ciência como do Direito (SCHUARTZ, 2009, p. 12-13). Porém, mais do que isso, diz-se que tal intervenção prejudica a coerência regulatória, na medida em que incide sobre uma estratégia decisória adotada pela autoridade reguladora como forma de conferir eficiência e racionalidade à sua atuação (JORDÃO, 2016, p. 151-154).

Outra preocupação diz respeito às consequências da atuação judicial para a dinâmica regulatória. As atividades objeto de regulação exigem prestações normativas expeditas, quase imediatas. A lentidão e o formalismo, que tradicionalmente caracterizam os procedimentos judiciais, comprometeriam, dessa maneira, a eficácia das normas regulatórias. Além disso, argumenta-se que a correção ou a redução dos erros associados às decisões normativas das agências reguladoras, por meio da revisão judicial, importa, no limite, a paralisação – ou a "ossificação" – da ação regulatória. Nesse sentido, os ônus impostos por decisões judiciais muito exigentes desencorajariam a produção de normas jurídicas pelas agências, dadas as restrições de tempo e de recursos dessas entidades (BREYER, 1986, p. 391-393; JORDÃO, 2016, p. 158-163).

A expertise técnica da burocracia reguladora atua, dessa maneira, como um argumento em favor da adoção de uma postura de deferência pelos órgãos controladores. Todavia, a ideia de que certas instâncias, como as agências reguladoras, são mais aptas para resolver os problemas relativos à regulação – subentendida, como visto, na defesa da alocação de ampla competência normativa para esses entes – veicula uma questão empírica que pode ser testada. Marcos Paulo Veríssimo (2002, p. 225), por exemplo, observa que "[...] as agências não são propriamente e sempre dirigidas por agentes públicos dotados de especial capacitação técnica para as matérias que se colocam para seu exame". Pelo contrário – prossegue o autor –, os órgãos de direção das agências tendem a ser ocupados por não especialistas nas matérias técnicas atinentes à regulação, até como forma de garantir algum pluralismo no âmbito dessas entidades (VERÍSSIMO, 2002, p. 225).

Em termos gerais, a capacidade de uma instituição para decidir determinada questão é sempre relativa, uma vez que suscetível de ser graduada em função das habilidades e limitações concretas das outras instituições também autorizadas a decidi-la. No contexto específico do controle dos atos normativos regulatórios, é possível que um órgão controlador reúna condições de formular respostas apropriadas para determinado problema atinente à regulação, em comparação com aquelas sob as quais a agência atua. A decisão sobre a intensidade do controle de uma medida regulatória, nesse sentido, implica uma análise institucional comparativa, isto é, a consideração não apenas da capacidade da agência reguladora para resolver as questões técnicas relacionadas à regulação, mas também da capacidade do órgão controlador para resolver as mesmas questões.

Os atos normativos regulatórios, ademais, não possuem o mesmo grau de complexidade, nem decidem apenas problemas técnicos. Como observa Adrian Vermeule (2009, p. 2236), o processo normativo regulatório pressupõe dois estágios, um relacionado a questões sobre fatos e outro relativo a questões sobre valores.

As questões sobre fatos envolvem a determinação de relações de causalidade e a realização de predições (prognósticos). Demandam, assim, o recurso às disciplinas científicas pertinentes, fornecedoras das justificativas que suportam a pretensão de veracidade das proposições teóricas e empíricas relacionadas a tais questões. Já as questões sobre valores envolvem escolhas morais, e decorrem da necessidade de que os agentes reguladores, tendo em vista a realização de determinados fins, procedam a uma ponderação entre os princípios ou interesses concorrentes.

Desse modo, a análise institucional comparativa, que orienta a decisão sobre a intensidade do controle, implica não apenas avaliar a capacidade das instituições envolvidas – agência reguladora e órgão controlador – para lidar com as questões factuais decididas pela norma regulatória, mas também a capacidade dessas instituições para lidar com as questões valorativas solucionados pela norma. Ou seja, ela importa examinar os recursos e os limites concretos das instituições para apreciar tanto os problemas de perícia quanto os de moralidade política subjacentes ao ato controlado.

4.3 PROPORCIONALIDADE E SENSIBILIDADE INSTITUCIONAL

As instituições, desenhadas à luz do ideal de especialização, não desempenham apenas funções distintas, como também possuem diferentes aptidões para oferecer respostas aos problemas que se lhes são submetidos. O exame de proporcionalidade, diferentemente do que afirmam muitos trabalhos teóricos, não ignora essa circunstância. Pelo contrário, suas três sub-regras implicam ônus argumentativos que também se orientam por considerações sobre as diferentes capacidades das instituições para resolver problemas concretos. Em outras palavras, a estrutura do exame de proporcionalidade também conduz a uma avaliação sobre fatores institucionais, como a legitimidade democrática e/ou a expertise técnica do órgão normativo que editou a medida objeto de apreciação.

Ora, a proporcionalidade não é um mero *topos*, uma estratégia argumentativa que possa ser usada retoricamente para sustentar qualquer solução ou tese. Trata-se de um método de interpretação e de aplicação do Direito que, por possuir uma estrutura complexa e bem definida, fornece parâmetros para uma maior racionalidade e objetividade na fundamentação das decisões, garantindo ou aumentando a possibilidade de seu controle intersubjetivo (SILVA, 2011, p. 366-389).

Com efeito, a proporcionalidade possui uma estrutura complexa, compondo-se de três regras parciais ou sub-regras; além disso, possui uma estrutura ordenada, uma vez que essas sub-regras encadeiam-se sucessivamente. O exame da proporcionalidade em sentido estrito não pode anteceder os da necessidade e da adequação, e o teste da necessidade não pode preceder o da adequação. Adequação, necessidade e proporcionalidade em sentido estrito correspondem, respectivamente, à primeira, à segunda e à terceira sub-regras da proporcionalidade, e nessa ordem devem ser aplicadas.

Além disso, na medida em que dirige importantes ônus argumentativos aos órgãos julgadores, a utilização da proporcionalidade, em comparação com outros métodos, tende a redundar num menor grau ingerência judicial sobre a atividade normativa, estabilizando expectativas e permitindo o exercício da competência decisória pelos órgãos estatais.

É possível afirmar, assim, que a proporcionalidade não se afigura uma categoria insensível ao conceito de discricionariedade. Na medida em que opõe obstáculos a que o órgão judicial supere determinada regra, ela cumpre o papel fundamental de preservar, em princípio, a produção normativa das autoridades competentes, delimitando o espaço de atuação legítima da jurisdição constitucional (LIMA, 2012, p. 94-98).

Em situações de assimetria de informação e de incerteza empírica – comuns em matéria de regulação técnica –, o reconhecimento de uma margem de discricionariedade aos órgãos legislativos e administrativos, a partir do exame de proporcionalidade, se traduz na ideia de "competência institucional relativa", segundo a qual o grau de vinculação a uma regra deve ser tanto maior quanto maior for a diferença entre a capacidade técnica do órgão que a editou e a do órgão julgador (BRADY, 2009, p. 132-135).

À guisa de conclusão, cumpre fazer uma ressalva. É que os órgãos julgadores nem sempre se valem da ponderação e da proporcionalidade (em sentido amplo) com o rigor metodológico necessário. O recurso à ponderação como panaceia para a solução de todo e qualquer conflito normativo é, como já apontado, um dos principais problemas da prática jurídico-constitucional brasileira. A ponderação, como visto, possui uma finalidade específica: resolver uma colisão entre princípios na hipótese de inexistência de uma decisão legislativa predefinindo uma solução para esse conflito normativo. Não se confunde, portanto, com as técnicas de argumentação jurídica, em geral, e tampouco com a regra da proporcionalidade (em sentido amplo). A utilização da ponderação no lugar de outras formas de aplicação do Direito – como a subsunção – pode levar a uma banalização das complexas questões referentes a princípios e regras, redundando nos problemas de segurança jurídica e de arranjo institucional analisados anteriormente.

Para além dessa "compulsão ponderadora", alguns trabalhos apontam ainda para um problema de fundamentação das decisões judiciais, decorrente do não enfrentamento, pelos órgãos julgadores, dos ônus argumentativos estabelecidos pelo sopesamento. Nesse sentido, afirma-se haver, em alguns casos, uma invocação meramente retórica da proporcionalidade e, especialmente, da ponderação, como se a simples menção a essas regras fosse, por si só, suficiente para justificar as decisões tomadas.

Essa despreocupação metodológica enseja a produção de decisões voluntaristas, contrariando o objetivo da teoria dos princípios de fixar parâmetros argumentativos para uma maior controlabilidade das decisões que resolvem conflitos normativos. De resto, ela contribui para a consolidação da ideia – evidentemente equivocada para os adeptos da teoria de Alexy – de que a

ponderação e a proporcionalidade são *topoi* dotados de um caráter meramente retórico, podendo ser utilizados para sustentar qualquer solução ou tese.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proporcionalidade, na condição de forma de aplicação do direito, importa não apenas sopesar os princípios materiais envolvidos, mas também indagar acerca da adequação e da necessidade da medida cuja legitimidade é analisada. Em outras palavras, sua aplicação implica, em primeiro lugar, aferir a aptidão da medida para fomentar o fim a que se preordena (teste da aptidão); em segundo lugar, avaliar a existência de outra medida igualmente eficaz e menos restritiva ao princípio constitucional (teste da necessidade); e, por último, comparar a intensidade da restrição ao princípio com a importância da realização do princípio que com ele colide e justifica a adoção da medida restritiva (teste da proporcionalidade em sentido estrito, ou ponderação).

Trata-se, portanto, de uma forma de aplicação e de interpretação do Direito que busca inserir alguma objetividade e racionalidade na fundamentação das deliberações. Não é um método matemático, capaz de conduzir à (única) solução correta para todos os casos. Possui, contudo, uma estrutura complexa e bem definida, que, ao impor ônus de argumentação ao aplicador do Direito, expõe as decisões com base neles proferidas a um controle intersubjetivo comparativamente superior a outros métodos.

Dessa maneira, o exame de proporcionalidade, embora seja visto por muitos autores como um instrumento de supremacia e de ativismo judicial, possui uma estrutura que respeita as diferentes capacidades decisórias das instituições para oferecer resposta aos problemas que lhes são submetidos. O recurso à regra da proporcionalidade no controle de uma norma técnica pode justificar ou não a atuação do órgão judicial, a depender sobretudo das habilidades e limitações concretas deste em comparação com a do órgão normativo – legislativo ou administrativo – que a expediu.

REFERÊNCIAS

ALEXY, Robert. **Teoria dos direitos fundamentais.** Tradução de Virgílio Afonso da Silva. São Paulo: Malheiros, 2008.

ÁVILA, Humberto. **Teoria dos princípios:** da definição à aplicação dos princípios jurídicos. 7. ed. São Paulo: Malheiros, 2007.

BARCELLOS, Ana Paula de. **Ponderação, racionalidade e atividade jurisdicional**. Rio de Janeiro: Renovar, 2005.

BRADY, Alan David Patrick. **A structural, institutionally sensitive model of proportionality and deference under the Human Rights Act 1998**. 325 f. Tese (Doutorado em Filosofia) – London School of Economics and Political Science. Londres, 2009.

BREYER, Stephen. Judicial review of questions of law and policy. **Administrative Law Review**, n. 38, p. 363-398, 1986.

JORDÃO, Eduardo. **Controle judicial de uma administração pública complexa**: a experiência estrangeira na adaptação da intensidade do controle. Malheiros e SBDP: São Paulo, 2016.

LIMA, Rafael Scavone Bellem de. **Otimização de princípios, separação dos poderes e segurança jurídica:** o conflito entre regra e princípio. 157 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2012.

SCHUARTZ, Luis Fernando. **Interdisciplinaridade e adjudicação**: caminhos e descaminhos da ciência do direito. 2009. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/2174>. Acesso em: 18 abr. 2016.

SILVA, Virgílio Afonso da. O proporcional e o razoável. **Revista dos Tribunais**, São Paulo, ano 91, n. 798, p. 23-50, abr. 2002.

_____. **Direitos fundamentais:** conteúdo essencial, restrições, eficácia. 2. ed. São Paulo: Malheiros, 2010.

_____. Ponderação e objetividade na interpretação constitucional. In: MACEDO JUNIOR, Ronaldo Porto; BARBIERI, Catarina Helena Cortada (orgs.). **Direito e interpretação:** racionalidades e instituições. São Paulo: Direito GV/Saraiva, 2011, p. 366-389.

VERÍSSIMO, Marcos Paulo. **Aproximação sistemática ao controle judicial das agências de regulação econômica no Brasil.** 265 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, 2002.

VERMEULE, Adrian. The parliament of the experts. **Duke Law Journal**, n. 8, v. 58, p. 2231-2275, maio 2009.

O LÚDICO COMO FERRAMENTA EDUCACIONAL E OS DESAFIOS PERANTE A PANDEMIA

LUDIC AS AN EDUCATIONAL TOOL AND CHALLENGES BEFORE THE PANDEMIC

Desenvolvimento Social e Políticas Públicas: Educação e Desenvolvimento.

MAZARON, André Eduardo Silveira Mazaron
Uni-FACEF
Mestrando
mazaron@gmail.com

FADEL, Barbara
Uni-FACEF
Doutora
bafadel@facef.br

SILVA, Juliano Aparecido da
Uni-FACEF
Mestrando
juliano.asilva@sp.senac.br

Resumo

O presente trabalho busca mostrar a importância da ludicidade como ferramenta educacional e como ela contribui para a formação do estudante se tornando uma aliada do profissional da educação. Consegue-se verificar que a utilização do lúdico como ferramenta pedagógica pode ser benéfica para os estudantes pois auxiliam no seu processo de compreensão de determinadas disciplinas, promovendo interesse, autonomia, despertando a curiosidade e maior interações sociais. Diante de um novo cenário para os educadores causado pela pandemia do novo coronavírus em 2020, os profissionais da educação tiveram que se adaptar, e então utilizar do meio online para minimizar os impactos causados na educação. Com esta perspectiva em manter a utilização da ludicidade como ferramenta pedagógica em meio ao novo cenário com atividades remotas, questiona-se a sua contribuição através da criação de algumas plataformas que podem contribuir para o educador, neste processo de construção do conhecimento junto aos estudantes. Este trabalho se norteou como objetivo principal, a ludicidade como ferramenta pedagógica e os desafios encontrados durante a pandemia pelos educadores. Utiliza-se de uma pesquisa exploratória em busca das definições e conceituações sobre os temas tratados como ludicidade, educação, e os desafios encontrados pelos educadores durante a pandemia e suas diversas relações. Espera-se contribuir com os profissionais da educação através das sugestões de ferramentas virtuais, em busca de metodologias ativas e gamificação.

Palavras-chave: Ludicidade, Educação, Pandemia

Abstract

The present work seeks to show the importance of playfulness as an educational tool and how it contributes to the formation of the student becoming an ally of the education professional. It is possible to verify that the use of playfulness as a pedagogical tool can be beneficial for students because they help in their process of understanding certain subjects, promoting interest, autonomy, arousing curiosity and greater social interactions. Faced with a new scenario for educators caused by the new coronavirus pandemic in 2020, education professionals had to adapt, and then use the online medium to minimize the impacts on education. With this perspective in maintaining the use of playfulness as a pedagogical tool in the midst of the new scenario with remote activities, its contribution is questioned through the creation of some platforms that can contribute to the educator, in this process of building knowledge with students. This work was guided as the main objective, playfulness as a pedagogical tool and the challenges encountered during the pandemic by educators. An exploratory research is used in search of definitions and conceptualizations on the themes treated

as playfulness, education, and the challenges encountered by educators during the pandemic and its various relationships. It is expected to contribute to education professionals through the suggestions of virtual tools, in search of active methodologies and gamification.

Keywords: Playfulness, Education, Pandemic

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo fazer uma abordagem da utilização da ludicidade como prática pedagógica. Tendo em vista uma grande mudança no comportamento de estudantes, as instituições de ensino estão se adaptando e utilizando de ferramentas, a fim de buscar um melhor desenvolvimento educacional de seus alunos e promover uma maior qualidade no ensino. Estas ferramentas surgem para oferecer uma maior interação na relação entre docente e discente, para que haja um maior interesse e curiosidade dos estudantes.

Delors (2012) em sua obra *Educação: Um tesouro para descobrir*, mostra que um dos principais motores para este mundo cheio de mudanças devem ser a inovação social e econômica, a imaginação e a criatividade.

É importante destacar a educação conforme abordagem na Lei de Diretrizes e Bases (1996), em seu artigo 1° diz que "A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais". Sendo assim, a educação é um processo formativo que ultrapassa apenas as questões pedagógicas, mas interfere no estudante como um todo, em questões sociais e culturais.

Há um grande debate acerca do que se diz escola tradicional, onde o professor tem sua figura como autoritário e detentor do saber. Em contrapartida, novas metodologias surgem para propor uma educação mais humana e voltada ao estudante, onde o conhecimento é uma construção coletiva, sendo o professor apenas um mediador. Conforme Pourtois (1999, p.23) "a educação deve ser uma disciplina que liberta o indivíduo da visão estreita e irracional que lhe impõem a família e suas paixões. Portanto, a escola é um lugar de ruptura com o meio de origem para alcançar o progresso. "

> É importante demarcar que no brincar as crianças vão se constituindo como agentes de sua experiência social, organizando com autonomia suas ações e interações, elaborando planos e formas de ações conjuntas, criando regras de convivência social e de participação nas brincadeiras. (BORBA, 2007, p.41)

A conceituação sobre o termo "lúdico" traz diversos princípios, porém a maioria das definições são relacionadas a jogo. E utilizando desta base, a ludicidade se torna uma ferramenta importante de auxílio ao professor, onde o professor pode utilizar de um jogo ou brincadeira para se chegar ao objetivo principal, a construção do conhecimento. Através de um jogo ou brincadeira o estudante tem uma maior curiosidade sobre determinado tema, sendo então um facilitador no processo educacional. É importante destacar que a partir do lúdico, os estudantes conseguem ter suas interações sociais estimuladas, há um estímulo também da criatividade e autonomia.

Este trabalho se norteou pela ludicidade como ferramenta educacional, e os desafios encontrados na prática do lúdico, durante o período de pandemia, tendo em vista que os profissionais da educação tiveram que se adaptar à um novo cenário em aulas remotas.

Para Soares e D'ávila (2013) os profissionais da educação precisam compreender o valor do brincar e colocá-lo em prática, promovendo todos os tipos de brincadeira, sejam espontâneas, estruturadas, imaginativas e criativas. as autoras ainda apontam que "brincando, a criança assimila a realidade de forma, frequentemente, prazerosa, dá os primeiros passos em direção à socialização através da construção de regras. Por meio dessas atividades, exercita e aprimora suas características pessoais, construindo as bases para um desenvolvimento cada vez mais pleno. " (Soares e D'ávila, 2013, p.97)

2 A LUDICIDADE E O BRINCAR NA EDUCAÇÃO

Para Luckesi (2014), ludicidade não é um termo dicionarizado, e sim sendo inventado à medida que vamos compreendendo seu significado. O autor ainda completa que "usualmente, quando se fala em ludicidade, se compreende, no senso comum cotidiano, que se está fazendo referência às denominadas 'atividades lúdicas', tais como brincadeiras infantis, entretenimentos, atividades de lazer, excursões, viagens de férias, viagens para grupos." (LUCKESI, 2014, p.13)

O termo lúdico vem a partir da palavra em latim "ludus", que quer dizer jogo, e é por isso que quando falamos em lúdico e ludicidade logo nos vem à cabeça jogos e brincadeiras.

> Para a área sociológica, o lúdico é abordado como um processo social, em que o brincar não é uma atividade interna do indivíduo pura e simplesmente, mas uma atividade dotada de uma significação social precisa que facilite o processo de aprendizagem entre os participantes inseridos em um ambiente interativo. [...] Quando o lúdico é abordado na visão filosófica, relaciona-se com o brincar, com a recreação e o jogo em um ambiente espontâneo, livre e de favorecimento de diagnóstico da personalidade infantil; abrange atividades regradas tanto individuais como coletivas de formato prazeroso e alegre. (CABRERA, 2007, p.33)

Propiciar uma educação embasada na ludicidade, provoca um maior interesse por parte dos estudantes, pois há uma relação direta com o prazer e nas relações sociais. Luckesi (2014, p.18) aponta que a "ludicidade é um estado interno, que pode advir das mais simples às mais complexas atividades e experiências humanas. Não necessariamente a ludicidade provém do entretenimento ou das "brincadeiras". Pode advir de qualquer atividade que faça os nossos olhos brilharem." E com esta perspectiva cabe ao educador uma análise sobre quais atividades podem ser utilizadas para o desenvolvimento de estudantes. Kiya (2014) diz que o jogo tem relação direta com a diversão, podendo ser uma ferramenta importante para se tornar um momento divertido e prazeroso, tanto para o aluno quanto para o professor.

> A brincadeira é um lugar de construção de culturas fundado nas interações sociais entre as crianças. É também suporte da sociabilidade. O desejo de brincar com o outro, de estar e fazer coisas com o outro, é a principal razão que leva as crianças a se engajarem em grupos de pares. Para brincar juntas, necessitam construir e manter um espaço interativo de ações coordenadas, o que envolve a partilha de objetos, espaços, valores, conhecimentos e significados e a negociação de conflitos e disputas. Nesse contexto, as crianças estabelecem laços de sociabilidade e constroem sentimentos e atitudes de solidariedade. (BORBA, 2007, p.41)

Huizinga *apud* Santos e Pacheco (2020) dizem que o comportamento lúdico aparece nos mais diferentes grupos humanos. épocas históricas e/ou arranjos sociais. Huizinga (2008) evidencia a existência do *homo ludens* fechando assim a tríade do *homo faber* e *homo sapiens*, sendo para este autor o homem um ser lúdico por natureza. Para ele a brincadeira vem primeiro que a cultura.

A ludicidade acompanha toda a caminhada do ser humano, haja vista que durante determinado período do dia ele se dedica ao trabalho, *faber*, outro ao estudo, *sapien*, seja este formal em escolas regulares ou através de literaturas até mesmo programas jornalísticos, por fim brincadeiras com seus filhos, atividades esportivas com amigos e ainda em festividades realizadas com familiares e ou conhecidos, *ludens*.

Santos (2011, p.12) afirma que:

> A ludicidade é uma necessidade do ser humano em qualquer idade e não pode ser vista apenas como diversão". O desenvolvimento do aspecto lúdico facilita a aprendizagem, o desenvolvimento pessoal, social e cultural [...], facilita os processos de socialização, comunicação, expressão e construção do conhecimento.

Brincadeiras e jogos, lúdico, dinamizam as aulas através de suas mecânicas e regras estimulando a curiosidade do aprendiz para novos conhecimentos, habilidades e atitudes, desenvolvendo nele novas competências tanto para o ambiente escolar como para a sua realidade cotidiana.

> O vivenciar da ludicidade no contexto escolar seja através de jogos, brincadeiras ou

> outra atividade lúdica direcionada qualquer, é importante para a formação do sujeito lúdico e contribui para tornar o processo ensino e aprendizagem mais agradável. (KIYA, 2014, p.18)

Fica evidente o quanto é benéfico a utilização de jogos e brincadeiras no âmbito escolar, propiciando ao estudante uma maior interação social e a busca pelo desenvolvimento educacional. Trabalhar com o lúdico não significa apenas brincar, mas sim, utilizar desta ferramenta para fazer o estudante pensar, interagir, ser curioso, trabalhar o senso crítico, além de passar o conteúdo principal de determinada disciplina.

Compreendendo o lúdico como uma importante ferramenta educacional dentro das escolas, este torna um caminho em busca de uma educação de qualidade, inclusive alinhada ao Desenvolvimento Sustentável. Em 2015, a ONU, elaborou 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, chamado de Agenda 2030. Segundo a ONU (2015), este é um plano de ação para as pessoas, para o Planeta e para a prosperidade, "um mundo com alfabetização universal. Um mundo com o acesso equitativo e universal à educação de qualidade em todos os níveis [...]" (TRANSFORMANDO…, 2015, p.4)

Dentre os 17 objetivos que compõem os ODS (Objetivos de Desenvolvimento Sustentável), o objetivo 4 fala exclusivamente sobre a educação e é intitulado como "Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos."

É importante destaque algumas metas que estão inseridas neste 4° objetivo:

> 4.1 Até 2030, garantir que todas as meninas e meninos completem o ensino primário e secundário livre, equitativo e de qualidade, que conduza a resultados de aprendizagem relevantes e eficazes.
> 4.4 Até 2030, aumentar substancialmente o número de jovens e adultos que tenham habilidades relevantes, inclusive competências técnicas e profissionais, para emprego, trabalho decente e empreendedorismo.
> 4.7 Até 2030, garantir que todos os alunos adquiram conhecimentos e habilidades necessárias para promover o desenvolvimento sustentável, inclusive, entre outros, por meio da educação para o desenvolvimento sustentável e estilos de vida sustentáveis, direitos humanos, igualdade de gênero, promoção de uma cultura de paz e não violência, cidadania global e valorização da diversidade cultural e da contribuição da cultura para o desenvolvimento sustentável. (TRANSFORMANDO…, 2015, p.23)

Compreende-se, então, o lúdico como uma possível ferramenta em busca de uma educação de qualidade, promovendo o desenvolvimento e formação de estudante, em âmbito social e educacional. O brincar promove ao estudante uma visão diferente, sendo um facilitador no processo pedagógico. Faz com que o professor consiga alcançar os objetivos de cada disciplina. "Brincar é uma atividade que facilita o desenvolvimento físico, cognitivo, psicológico, estimula o desenvolvimento intelectual, possibilita as aprendizagens. " (MODESTO E RUBIO, 2014, p.2)

3 A PANDEMIA E OS DESAFIOS

Em março de 2020 a OMS (Organização Mundial de Saúde) decretou como pandemia o surto da doença causado pelo novo coronavírus, a Covid-19. O surto se iniciou na cidade de Wuhan, na China em dezembro de 2019, quando foi identificado diversos casos de pneumonia causados por um tipo de vírus, ainda não constatado em seres humanos. O vírus se espalhou rapidamente por todo o mundo, onde a forma de contágio se dá através do contato direto ou indireto com pessoas contaminadas, através da saliva, secreções ou gotículas respiratórias. Assim, foram confirmados no mundo 37.704.153 casos de COVID-19 e 1.079.029 mortes até 13 de outubro de 2020" (OPAS, 2020).

Como medida preventiva, uma das orientações estipuladas pela OMS e seus líderes foi a de isolamento social, a fim de evitar o contágio. Sendo assim, todo o tipo de contatos e aglomerações foram evitados neste momento, o que impactou no fechamento inclusive de escolas, creches, universidades e demais instituições de ensino.

Neste momento delicado perante ao isolamento social, as escolas e profissionais da educação tiveram que se adaptar a diversas situações, a fim de manter uma educação de qualidade junto aos estudantes. Cordeiro (2020), pontua que "com o intuito de manter as atividades

educacionais durante o período de isolamento social, muitas instituições adotaram o ensino remoto, no qual os educadores tiveram que adaptar seus conteúdos para o formato *online*. ”

A continuidade do ensino de forma remota vem para minimizar os impactos já causados pela pandemia, porém diversos desafios também surgem com esta prática, onde nem todos os lugares estão preparados e munidos com ferramentas tecnológicas capaz de promover um ensino a distância com total qualidade.

Cordeiro (2020) ainda pontua que muitos educadores tiveram que adaptar suas aulas para recursos que pudessem ser utilizados de forma digital, para conseguirem dar aula de forma remota. E aí surge o principal desafio, sobre como manter uma educação de qualidade a fim de minimizar todos os impactos causados pela pandemia, e promover o desenvolvimento educacional dos estudantes.

> é inegável que a presença das tecnologias da informação e da comunicação no cotidiano já havia refletido-se na educação mesmo antes da pandemia, haja visto o uso pedagógico que estava sendo feito de aplicativos de mensagens e de plataformas de comunicação por vídeos. Então, usar tecnologias da informação para manter a interação com os alunos foi umas das opções viáveis neste contexto de pandemia. (SILVA, NETO e SANTOS, 2020, p.32)

Educadores tiveram então que buscar diversas alternativas para manter o foco de seus estudantes, continuando a busca pela construção do conhecimento. Neste sentido, fazendo uma relação com o capítulo anterior, muitos educadores encontraram na tecnologia, ferramentas que tornaram as aulas remotas mais interativas.

> [...] o uso das tecnologias digitais torna-se um meio, uma convocação a participação do professor para potencializar as habilidades de comunicação e, consequentemente, a aprendizagem dos alunos. O ambiente digital é dinâmico, interpretativo e capaz de permitir reconstruções e novas experiências. A tecnologia digital torna-se um meio muito importante capaz de proporcionar a construção do saber por meio da participação ativa. A incorporação desses recursos no contexto escolar pode oportunizar aos alunos uma aula mais instigante e interativa, os envolvendo e proporcionando significado a aprendizagem (DUARTE e SCHEID, 2016, p.120 *apud Farias e Giordano 2020, p.62).*

Para essa interação, nas atividades remotas, os educadores de uma forma hábil e sabedores que todos estavam na mesma tempestade e não no mesmo barco, pois muitos alunos não tinham condições de acessar as TICs (tecnologias da informação e comunicação), fizeram uso de metodologia ativas de aprendizagem. “Metodologias ativas são práticas e ou metodologias pedagógicas onde o aluno se responsabiliza por seu aprendizado, desta forma ele se torna autônomo e participativo”. (SILVA E SILVA, 2019, p. 104)

Para Silva, Neto e Santos (2020) “a junção de metodologias ativas em contextos híbridos tem ampliado a aprendizagem, avançando das situações mais simples às mais complexas, principalmente em meio a atual realidade pandêmica.”

Dentro destas metodologias destaca - se, a gamificação onde, de uma forma simples e lúdica, os alunos foram atraídos para a participação, além de se destacarem de uma forma autônoma neste processo.

Alves *apud*, Karl Kapp (2015) define gamificação como a utilização de mecânica, estética e pensamento baseados em jogos para engajar pessoas, motivar a ação, promover a aprendizagem e resolver problemas.). (KAPP, 2015)

Entre os pensamentos baseados em jogos está a diversão, sinônimo do lúdico, sendo está um grande atrativo para autonomia e a aprendizagem criativa. Diante do cenário vivenciado pela pandemia a criatividade se apresenta como uma das ferramentas para superar as mazelas e ou sequelas inseridas na sociedade pela pandemia.

Kya *apud* Almeida (RAU 2007, p.56) afirma que “o processo de construção do saber através do jogo como recurso pedagógico ocorre porque, ao participar da ação lúdica, a criança inicialmente estabelece metas, constrói estratégias, planeja, utilizando, assim, o raciocínio e o pensamento”. Essas ações são imprescindíveis para que ocorra, de fato, a aprendizagem.

Diante do exposto e conforme proposta deste trabalho, segue abaixo lista de aplicativos de jogos utilizados no processo de ensino aprendizagem que proporcionam o protagonismo dos discentes e docentes diante dos desafios vivenciados no período de pandemia.

TABELA 1: Possibilidades de aplicativos

APLICATIVO	DESCRIÇÃO	GRATUITO OU PAGO	SITE
Efuturo	Rede Social Educativa onde o educador pode criar sem conhecer de progamação, muitos jogos de aprendizagem.	Ambos	https://www.efuturo.com.br/
Games/Comunidade virtual	Comunidade virtual de produção de jogos desenvolvida pela UNEB - Universidade do Estado da Bahia	Gratuito	http://comunidadesvirtuais.pro.br/cv/games/
Google Forms	**Google Forms** é um aplicativo de gerenciamento de pesquisas lançado pelo Google. Os usuários podem usar o Google Forms para pesquisar e coletar informações. Realizar Quizzes	Gratuito	https://docs.google.com/forms/u/0/?tgif=c
Kahoot	plataforma de aprendizado baseada em jogos, usada como tecnologia educacional em escolas e outras instituições de ensino. Seus jogos de aprendizado, "Kahoots", são testes de múltipla escolha que permitem a geração de usuários e podem ser acessados por meio de um navegador da Web ou do aplicativo Kahoot.	Ambos	https://kahoot.com/schools-u/
Mentimeter	aplicativo usado para criar apresentações com feedback em tempo real.	Ambos	https://www.mentimeter.com/

Passatempos Inteligentes	Dividido em quatro categorias, (Jogos de Concentração, Quebra-Cabeças, Jogos de Adivinhação e Jogos de Lógica), Passatempos Inteligentes é um aplicativo de simplicidade estética, e conteúdo estimulante. Seus pontos fortes concentram-se em jogos matemáticos e lógicos, trazendo também jogos clássicos como snake e campo minado. Atualmente o aplicativo conta com 19 jogos educativos e excelentes avaliações dos usuários.	Ambos	*Google Play Store* e *Apple Store*
Quize	é um jogo no qual os jogadores (individualmente ou em equipes) tentam responder corretamente a questões que lhes são colocadas.	Ambos	https://quize.com.br/#/home
Sandiego Inc.	seu objetivo é identificar, localizar e prender o ladrão de artefatos, viajando pelo mundo e seguindo pistas dadas por testemunhas em diversos países. Durante as investigações, você recebe informações históricas e culturais sobre cada país visitado, além de características dos criminosos incluindo seus livros e pintores favoritos.	Ambos	*Google Play Store* e *Apple Store*

Fonte: Elaborado pelos autores

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Através dos conceitos e das diversas relações existentes entre a ludicidade e sua contribuição para a educação, consegue-se compreender a importância dessa ferramenta que visa o desenvolvimento de estudantes em âmbito social e educacional, contribuindo inclusive em prol do desenvolvimento sustentável.

O presente trabalho utiliza-se de uma pesquisa exploratória para levantamento de dados bibliográficos e conceitos acerca dos temas propostos, como educação, ludicidade, jogos e

brincadeiras e suas contribuições para responder ao problema de pesquisa que foi norteada na ludicidade como ferramenta pedagógica e os desafios encontrados durante a pandemia.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nos conceitos apresentados sobre ludicidade, é possível destacar que o brincar é uma ferramenta aliada dos professores quando bem utilizada, estimulando uma maior interação social entre os estudantes, um maior interesse por parte destes, estimulando a criatividade, autonomia e consequentemente a construção do conhecimento. O professor deve buscar situações que motivam e estimulam os estudantes, a fim de promover uma educação de qualidade e participativa.

Em 2020, em meio à pandemia, educadores enfrentaram um enorme desafio, pois foi necessária uma adaptação do ensino presencial, para uma realidade remota, através de plataformas virtuais. Neste cenário, algumas ferramentas continuaram promovendo a gamificação, a fim de contribuir com uma metodologia ativa, onde o estudante é o centro do ensino e estimulando uma aprendizagem criativa e interativa.

Mesmo em um cenário pandêmico, é possível utilizar da ludicidade para a promoção da educação, através do ensino remoto. É importante destacar que cada realidade deve ser analisada pelo educador, pois a utilização da tecnologia pode não ser acessível por parte de alguns estudantes, em alguns contextos sociais.

Um dos principais desafios enfrentados pelos profissionais da educação é a adaptação de um ensino presencial para uma realidade online e continuar provendo qualidade e interesse por parte dos alunos, sendo então a gamificação uma ferramenta importante neste processo educacional. No presente trabalho foi abordado algumas ferramentas que podem auxiliar educadores neste cenário de educação online, a fim de contribuir para a formação dos estudantes de forma relevante e eficaz.

REFERÊNCIAS

ALVES, Flora. **Gamification**: como criar experiências de aprendizagem engajadoras um guia completo: do conceito à prática. 2. ed. São Paulo: Dvs, 2015. 172 p.

BOLER, Sharon; KAPP, Karl. **Jogar para aprender**: tudo o que você precisa saber sobre o design de jogos de aprendizagem eficazes. São Paulo: Dvs, 2018. 207 p.

BORBA, Ângela Meyer. **O brincar como um modo de ser e estar no mundo**. In: BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Ensino Fundamental de nove anos: Orientações para a inclusão de crianças de seis anos de idade. 2. ed. Brasília, 2007.

BRASIL. **Lei de diretrizes e bases da educação nacional**. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acesso em 9 out. 2020

CABRERA, Waldirléia Baragatti. **A ludicidade para o ensino médio na disciplina de biologia: contribuições ao processo de aprendizagem em conformidade com os pressupostos teóricos da aprendizagem significativa**. 2007. Dissertação (Mestrado em Ensino de Ciências e Educação Matemática). Universidade Estadual de Londrina, Paraná, 2007.

CORDEIRO, Karolina Maria de Araújo. **O Impacto da Pandemia na Educação: A Utilização da Tecnologia como Ferramenta de Ensino**. Faculdades IDAAM. Brasil, 2020. Disponível em http://idaam.siteworks.com.br/jspui/handle/prefix/1157 Acesso em 14 out 2020

DELORS, Jacques. **Educação: um tesouro a descobrir**. 7ed. São Paulo: Cortez. Brasília, DF: UNESCO, 2012.

FARIAS, Mirian Zuqueto; GIORDANO, Cassio Cristiano. **Educação em tempos de pandemia de COVID-19: Adaptação ao ensino remoto para crianças e adolescentes.** In: Série Educar, V 44, p.60-71 Tecnologias Organização: Editora Poisson, Belo Horizonte/MG: Poisson, 2020. Disponível

em:https://www.poisson.com.br/livros/serie_educar/volume44/Educar_vol44.pdf?fbclid=IwAR1BSXjdjhuveKpVEM5F2w1hzzFhp6JcoVYCo7ERdiSyTqhnz4pOafikjWA. Acesso em 14 out 2020

HUIZINGA, Johan. **Homo Ludens**: O jogo como elemento da cultura. 5. ed. São Paulo SP: Perspectiva, 2001..

KAHOOT. 2020. Wikipédia. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Kahoot!. Acesso em: 15 out. 2020.

KIYA, Marcia Cristina da Silveira. **O uso de Jogos e de atividades lúdicas como recurso pedagógico facilitador da aprendizagem**. In: PARANÁ, Secretaria de Estado da Educação. Os desafios da escola pública paranaense na perspectiva do Professor PDE: Produção didática pedagógica. Ortigueira/PR, 2014,

LUCKESI, Cipriano. **Ludicidade e formação do educador**. Revista entreideias, Salvador, v. 3, n. 2, p. 13-23, jul./dez. 2014

MODESTO, Monica Cristina; RUBIO, Juliana de Alcântara Silveira. **A Importância da Ludicidade na Construção do Conhecimento.** Revista Eletrônica Saberes da Educação, V. 5, no 1, 2014.

OPAS, **Organização Pan-Americana de Saúde** – 2020. Disponível em: https://www.paho.org/pt/covid19 Acesso em: 14 out 2020

POURTOIS, Jean-Pierre; DESMET, Huguette. **A educação pós moderna**. São Paulo, SP: Loyola, 1999.

SANTOS, Mayara. **5 Melhores Apps de Jogos Educativos**: conheça os melhores aplicativos educativos e aprenda brincando!. Conheça os melhores aplicativos educativos e aprenda brincando!. 2018. Disponível em: https://medium.com/mui-content/5-apps-de-jogos-educativos-e0543e2186a4. Acesso em: 15 out. 2020.

SANTOS, R. F. D; PACHECO, Reinaldo. **Lazeres**: Para fazer melhor é preciso compreender. 1. ed. São Paulo: SENAC, 2020. p. 1-184.

SILVA, Ellery Henrique Barros da; NETO, Jerônimo Gregório da Silva; SANTOS, Marilde Chaves dos. **Pedagogia da Pandemia: reflexões da educação em tempos de isolamento social**. Revista Latino-Americana de Estudos Científicos [online] / Universidade Federal do Espírito Santo, Universidade do Estado da Bahia, Universidade Federal do Vale do São Francisco e Universidade Federal da Bahia. Ano 1, V. 4 (Julho/agosto.2020). p. 29-44 Vitória: UFES; UNEB; UNIVASF; UFBA: 2020. Disponivel em: https://periodicos.ufes.br/ipa/issue/view/1177 acesso em 14 out 2020

SILVA, Juliano Aparecido da; SILVA, Fernanda Ferro da (org.). EDUCAÇÃO E ACOLHIMENTO: utilizando a educação afetiva como forma de transformação social. In: OLIVEIRA, Sheila Fernandes Pimenta e; MARTINO, Vânia de Fátima; FONSECA, Genaro Alvarenga; VIEL, Silvia Regina (org.). **PRÁTICAS PEDAGÓGICAS EM DISCUSSÃO**. Franca: Uni-Facef Centro Universitário Municipal de Franca, 2019. Cap. 8. p. 98-108. (Educação e Educandos). Disponível em: http://eventos.unifacef.com.br/simpedu/2019/files/Livro_05_-_PR%C3%81TICAS_PEDAG%C3%93GICAS_EM_DISCUSS%C3%83O.pdf. Acesso em: 15 out. 2020.

SOARES, Ana Claudia Cunha; D'ÁVILA, Cristina. **O lúdico na educação infantil: um estudo sobre as formas de brincar e seus instrumentos**. In: VII Encontro de Educação e Ludicidade. p.94-102. Salvador, 2013

TRANSFORMANDO Nosso Mundo. **A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**. Nações Unidas Brasil. Rio de Janeiro, 13 out. 2015. Disponível em: https://brasil.un.org/sites/default/files/2020-09/agenda2030-pt-br.pdf . Acesso em: 14 out. 2020.

O PACTO GLOBAL DE MIGRAÇÃO E OS REFUGIADOS SÍRIOS

THE GLOBAL COMPACT FOR SAFE, ORDERLY AND REGULAR MIGRATION AND THE SYRIAN REFUGEES

Área temática: Direito, Trabalho e Serviço Social.

LUCAS, Laura Samenho Nogueira
Faculdade de Direito de Franca
Graduanda no curso de Direito
laurasamenho@hotmail.com

MORAES, Ana Paula Bagaiolo
Faculdade de Direito de Franca
Advogada, professora universitária
e doutora em Direito Político e
Econômico pela Universidade
Presbiteriana Mackenzie
apbagaiolomoraes@gmail.com

Resumo

Com a adaptação da ultrapassada concepção de soberania, tem-se hoje a necessidade de uma atuação conjunta dos países a fim de atingir um mesmo objetivo, no caso, a proteção dos direitos humanos. Com esse propósito, o Pacto Global de Migração visa estabelecer uma mobilidade segura, ordenada e regular, organizando diretrizes para ajustar as migrações, de modo a amplificar seus benefícios e reduzir seus impactos desfavoráveis. Diante deste contexto, o presente trabalho propõe analisar a situação dos refugiados sírios pela perspectiva do Pacto Global pela Migração, discorrendo brevemente sobre a importância do referente pacto e a necessidade de aderência pela comunidade internacional. O artigo objetiva demonstrar a imprescindibilidade de convenções e pactos como o a ser trabalhado, devido a sua relevância em padronizar o direcionamento nas políticas a serem adotadas pelos Estados a respeito dos direitos humanos. Além disso, a situação dos refugiados, que são pessoas que se encontram fora do seu país de origem buscando proteção em outro Estado, por motivo de guerra no caso atual da Síria, precisa ser mitigada e se possível solucionada, tendo em vista a necessidade de acolher essas pessoas e evitar que o tipo de conflito vivenciado pela Síria se perpetue ou se repita. A metodologia utilizada na pesquisa é revisão bibliográfica crítica, de forma que seja abordada a análise do Pacto Global pela Migração e a perspectiva dos refugiados sírios por meio de uma avaliação questionadora, com a pretensão de demonstrar a necessidade de subscrição ao pacto e adesão de uma conduta coerente.

Palavras-chave: Pacto Global de Migração, refugiados, direitos humanos.

Abstract

With the adaptation of the outdated concept of sovereignty, there is now a need for joint action by countries in order to achieve the same objective, in this case, the protection of human rights. To this end, The Global Compact for Safe, Orderly and Regular Migration aims to establish safe, orderly and regular mobility, organizing guidelines to adjust migration, in order to amplify its benefits and reduce its unfavorable impacts. Given this context, the present work proposes to analyze the situation of Syrian refugees from the perspective of The Global Compact agreement, briefly discussing the importance of the referent pact and the need for adherence by the international community. The article aims to demonstrate the indispensability of conventions and pacts such as the one to be worked on, due to their relevance in standardizing the direction in the policies to be adopted by the States regarding human rights. In addition, the situation of refugees, who are people who are outside their country of origin seeking protection in another state, due to war in the current case of Syria, needs to be mitigated and if possible resolved, in view of the necessity to shelter these people and prevent the type of conflict experienced by Syria from being perpetuated or repeated. The

methodology used in the research is a critical bibliographic review, so that the analysis of The Global Compact agreement and the perspective of Syrian refugees is approached through a questioning assessment, with the intention of demonstrating the need to subscribe to the pact and adhere to a coherent conduct.

Keywords: The Global Compact for Safe, Orderly and Regular Migration, refugees, human rights.

1 INTRODUÇÃO

As migrações tem papel fundamental na história e nas culturas de todos os locais e sempre existiu. No entanto, a complexidade dos fluxos migratórios atualmente é ainda mais intensa, considerando que tomou proporções que em períodos anteriores não seria possível, e que hoje, além dos avanços tecnológicos e de comunicação, há países que impõem restrições tanto de capital quanto de pessoas, agindo de maneira protecionista em prol da segurança nacional.

A recepção de imigrantes e refugiados em maior vulnerabilidade é ainda mais desafiadora. Os primeiros mecanismos legislativos utilizados foram se mostrando insuficientes para tratar da matéria de forma abrangente e efetiva. À medida que novos fluxos migratórios foram surgindo no Brasil, novas perspectivas foram observadas acerca do tema e a legislação foi se adaptando. O Estatuto do Estrangeiro (1980), por exemplo, logo se mostrou defasado em muitos pontos.

Ao contrário do imigrante comum, que decide por vontade própria migrar por motivos pessoais e que costuma ter a possibilidade de fazer um planejamento, os refugiados, especificamente, são o grupo de imigrantes que mais se encontram em fragilidade e instabilidade. Por mais que o imigrante que não se enquadra como refugiado possa sofrer com a dificuldade de inserção, recepção e adaptação, no caso do refugiado trata-se de uma mobilidade forçada, causada geralmente por violação de direitos humanos, guerra, crise humanitária. Em linhas gerais, os refugiados tem sua situação configurada como fuga por motivo de sobrevivência. Nesse sentido, Elissa Macedo Fortunato coloca que:

> É certo que determinados cenários político-econômicos compõem situações tão precárias que forçam as pessoas a migrar por uma questão de sobrevivência – não pelos motivos expressos no instituto do refúgio, mas por uma miséria econômica -. Embora a vulnerabilidade nessas situações e a ausência de planejamento prévio ao poder de decisão estejam presentes, esse sujeito imigrante não é enquadrado como refugiado. A migração por si só, independente do motivo principal, já traz certa vulnerabilidade ao indivíduo que deve ainda lidar com outros desafios que aumentam esse estado, a exemplo: das adaptações culturais e linguísticas, da diminuição de direitos no país receptor, da necessidade de estabelecer uma nova relação com as suas origens e da própria situação de fragilidade econômica. Enfim, a condição de extrema vulnerabilidade não é reconhecida dos instrumentos jurídicos, e, portanto, o imigrante econômico não é destinatário das mesmas garantias e proteções previstas aos refugiados. (FORTUNATO, 2019, p. 27).

É justamente por causa da vulnerabilidade dos migrantes que é essencial uma legislação abrangente, que se mostre eficaz em integrar e acolher essas pessoas. Com esse ideal de proteção ao migrante e a necessidade de melhor organizar os fluxos migratórios como diretriz, tem-se o Pacto Global de Migração (Pacto Global da Migração Segura, Ordenada e Regulada) da ONU assinado em dezembro 2018 em Marrakech (Marrocos), a fim de tratar sobre a migração internacional e as crises migratórias. Como objetivo principal, o pacto estabelece princípios e entendimentos a respeito da migração, com a intenção de gerar cooperação internacional acerca do tema, objetivando o desenvolvimento e respeito aos direitos humanos. O propósito é definir diretrizes para nortear migrações para promover uma mobilidade segura, ordenada e regulada, evitando assim os impactos negativos que podem advir de uma migração abrupta, como a falta de inserção e a dificuldade de absorver um grande contingente de pessoas.

O pacto não é obrigatório nem formalmente vinculativo, apenas ajusta diretivas e firma a responsabilidade de manter comunicação contínua entre os signatários para tratar do assunto de maneira pacífica, sendo assim um compromisso politicamente vinculativo.

A questão dos refugiados sírios, de modo geral, tem início na guerra da Síria que começou no contexto da Primavera Árabe em 2011 quando houve uma série de protestos contra o governo de Bashar al-Assad. Por sua vez, o presidente sírio respondeu aos protestos com violência e usou o Exército para se reprimir os manifestantes. Em meio a esses ataques, a oposição começa a se armar e lutar contra as forças de segurança. Entre o conflito instaurado entre o governo e os rebeldes, o Estado Islâmico tenta se beneficiar com a fragilidade do país e aproveita o momento de instabilidade

para se fortalecer e tentar dominar cidades. Atualmente, são 13,2 milhões de solicitantes de refúgio e deslocados internos (ACNUR, 2020), sendo a Turquia o principal destino, com cerca de 3,5 milhões (FOLHA, 2019). No Brasil, foram recebidos quase 12 mil sírios (ACNUR, 2019).

Diante dessa situação, a pobreza e falta de recursos básico assola o país, além das milhões de vidas perdidas durante esses anos de guerra, que ainda não terminou. Calcula-se que 60,2% do território sírio esteja controlado pelo Exército (EXAME, 2018), sendo que o restante é ocupado pelo Estado Islâmico, curdos e as Forças Democráticas Sírias.

Considerando a atual conjuntura da Síria e de outros locais no mundo que se encontram em contexto similar, ou seja, que por algum motivo ''repelem'' seus habitantes, confirma-se a real necessidade de posicionamentos e medidas internacionais para garantir que refugiados e imigrantes sejam considerados sujeitos de direitos, tendo em vista que essa mobilidade internacional se perpetuará, independente do motivo. Em escala nacional, especificamente para países que recebem essas pessoas, é imprescindível o aperfeiçoamento das políticas públicas, notando-se a indispensabilidade de legislação e ações afirmativas juntamente com colaboração da sociedade civil.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

O referencial teórico condutor deste artigo é a dissertação de mestrado de Elissa Macedo Fortunato. A tese em questão tem como tema a ´´Integração de refugiados no Brasil: a construção de políticas públicas e a visão dos refugiados sírios´´ e foi apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Judaicos e Árabes do Departamento de Letras Orientais da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para a obtenção do título de Mestre em Estudos Árabes, com a orientação do Professor Doutor Paulo Daniel Elias Farah, no ano de 2019.

O tema desenvolvido por Elissa Macedo Fortunato, em resumo, trata da crise que a guerra na Síria gerou, provocando reflexos não só na Síria, mas em demais países, como o Brasil, que recebeu um grande contingente de refugiados, principalmente a partir de 2012. O trabalho contextualiza a situação desses refugiados e versa sobre as políticas públicas destinadas a eles. A pesquisa traz ainda relatos dos próprios refugiados acerca de suas experiências, que auxiliam na comprovação de que o Brasil ainda precisa estabelecer diretrizes para receber e integrar melhor os fluxos migratórios. Há dificuldade clara do governo em fornecer acesso aos direitos essenciais e serviços básicos, tornando a inserção dessas pessoas ainda mais onerosa.

Em linhas gerais, autora do texto traz o panorama histórico das migrações, objetivando demonstrar a complexidade dos fluxo migratórios e seus impactos; a significante diferença entre migrante e refugiado, diferença a qual foi de relevante delimitação, já que proporcionou à legislação se adequar melhor à necessidade do escopo de sua proteção; o cenário atual da crise na Síria; a contextualização jurídico-institucional do Brasil em relação a migração; a análise das ações de acolhimento de refugiados pelo Brasil, constando inclusive a visão dos próprios refugiados acerca dessas ações.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A metodologia utilizada na pesquisa é revisão bibliográfica crítica, que busca a análise e síntese de informações a partir de uma produção textual através de uma avaliação questionadora. A bibliografia que é colocada em revisão crítica é a tese de mestrado de Elissa Macedo Fortunato. A partir deste referencial teórico, foi possível analisar a imprescindibilidade da união da comunidade internacional para melhor solução de questões que diz respeito a todos, no caso trazido neste artigo, das migrações, especificamente dos refugiados, que devido ao cenário vulnerável precisam de um respaldo mais especial ainda. Apesar de Fortunato não ter trazido nomeadamente o Pacto Mundial de Migração em seu texto, a autora ressaltou ao longo do seu trabalho quão fundamental é o reconhecimento da necessidade de legislação adequada e que a cooperação para a migração segura e a recepção digna dessas pessoas é de suma importância.

A metodologia adotada se justifica pela adequação a espécie de trabalho realizado, que busca destrinchar uma tese sob uma perspectiva crítica, trazendo ainda outras bibliografias para o enriquecimento de informações e conclusões. Além da já citada tese de mestrado, foram estudados materiais devidamente referenciados que contribuíram para a elaboração deste trabalho.

Já na tese de Elissa Macedo Fortunato, quanto aos procedimentos metodológicos, há uma conciliação entre as fontes oficiais, orais e acadêmicas. Como ela mesma menciona em seu resumo, ''as entrevistas, que dialogam com toda a análise realizada preliminarmente, foram realizadas por meio de técnicas de história oral e análise de discurso'', trazendo grande enriquecimento para a pesquisa.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O constitucionalismo moderno, que é resultado da globalização e que existe também porque atualmente se vê a necessidade de soluções globais para problemas globais, prevê uma proteção multinível dos direitos humanos, proteção a qual prescinde de um ordenamento essencialmente constitucional. O transconstitucionalismo, que é o vínculo de ordens jurídicas distintas acerca de questões de cunho constitucional, é justamente o que demonstra a realidade e necessidade de se desenvolver além das ordens estatais.

No atual cenário de globalização, percebe-se a necessidade da existência e manutenção de uma ordem jurídica transnacional. É de suma importância que, sob a guarda dessa ordem jurídica, a adoção e o cumprimento dos direitos humanos sejam respeitados pelos países, que devem ainda verificar entre si tal cumprimento. Essa necessidade de esforço mútuo a fim de promover os direitos humanos, ao contrário do que se possa pensar, não retira dos Estados a condição de soberania. A grande questão é que há uma cessão por parte dos Estados em prol de um ponto importantíssimo para a vida em sociedade que são os direitos do homem. O fenômeno da globalização estreitou a relação entre os países, e diante da necessidade de desenvolvimento e crescimento da comunidade internacional, a soberania dos Estados foi relativizada, havendo também o fortalecimento das organizações internacionais além do próprio Direito Internacional.

Fala-se em soluções globais porque alguns assuntos antes eram considerados somente do interesse do próprio Estado, e hoje são assuntos da comunidade internacional como um todo. Assim, justifica-se a ideia de estabelecer políticas públicas comum a todos a fim de promover os direitos humanos. A questão que é trazida neste trabalho que é que diz respeito a todos os Estados é a mobilidade internacional, tendo em vista que as migrações ocorrem no mundo todo, a todo tempo, além de que também envolve direitos humanos.

Um dos principais motivos das migrações são as questões econômicas, além de desastres ambientais, guerras, terrorismo, conflitos étnico-religiosos, violência e crime organizado, crise política, falta de acesso a serviços básicos e essenciais como prestações educacionais e de saúde. Considerando as questões econômicas como grandes impulsoras da migração, nota-se que ela representa, dentre outros fatos e indícios, a assimetria das relações econômicas atuais em escala mundial. Hoje existe cerca de 272 milhões de migrantes internacionais segundo a Organização Internacional para Migrações (ONU, 2019), sendo que dois terços deles são assinalados como migrantes de mão de obra. Isso muitas vezes significa a saída de mão de obra qualificada de países emergentes.

Além da assimetria em termos econômicos, há também a assimetria de poder de participação e influência, dois tipos de disparidades que se acompanham. Os Estados mais desenvolvidos acabam desempenhando maior protagonismo que Estados emergentes e subdesenvolvidos. O sentido migratório também segue essa lógica, já a busca por oportunidades e melhores condições financeira muitas vezes move os imigrantes. O que acontece frequentemente nos países receptores de imigrantes é a predominância de uma crença xenofóbica que torna a imagem do imigrante negativa, como algo a se combater e repelir, como um estranho que ‘‘roubará’’ o emprego de um nacional. Exemplo dessa situação é a não adesão dos EUA ao Pacto Global pela Migração, em consonância com a xenofobia expressamente assumida pelo presidente Donald Trump. No entanto, a América, em grande maioria, é composta de descendentes de imigrantes e refugiados que se instalaram em diferentes momentos por todo o continente. O Brasil, a título exemplificativo, se beneficiou enormemente da contribuição de povos que vieram de todos os lugares do mundo, que agregaram diversidade e criatividade ao nosso povo.

Ademais, os movimentos migratórios contribuem também com a fomentação da economia, tendo em vista que as remessas enviadas por imigrantes são muitas vezes produtivas, voltadas a empreendimentos, além das remessas enviadas às suas famílias, que promovem o desenvolvimento local.

Uma das outras razões citadas para a migração e que nesta pesquisa se faz destaque é o refúgio. A ênfase aos refugiados é dada considerando o grau de instabilidade da situação das pessoas que são forçadas a migrarem, e a conjuntura é agravada pela magnitude do problema, já que o contingente de pessoas é grande, muitas vezes inumerável, e frequentemente o país a receber essas pessoas não possui estruturas internas para acolhimento. Se encontra aqui o motivo para o combo legislação e ações afirmativas: os países receptores precisam se adequar para acolher essas pessoas. A migração, seja ela em qual modalidade, não deixará de existir, é um fenômeno humano. Além do mais, se a referência para qualquer Estado democrático de direito é o respeito e

cumprimento aos direitos humanos, há de se criar estruturas para receber essas pessoas e assegurá-las seus direitos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não há como ignorar o fluxo migratório como constante e imperecível. A cooperação entre a comunidade internacional possibilita tratar da questão de forma satisfatória e humanitária a medida que diretrizes em comum permitem a resolução conjunta dessa adversidade de modo que beneficie a todos, tendo em vista que, por exemplo, se o imigrante é bem acolhido e à ele são oferecidas condições de se aprimorar e evoluir profissionalmente, o fruto de seu trabalho é revertido em prol do próprio país que o acolheu, fomentando o seu desenvolvimento. Além disso, como já mencionado anteriormente, o imigrante sempre traz consigo sua cultura, o que é enriquecedor, útil e favorável para a construção de uma sociedade mais justa e menos preconceituosa. Sendo assim,

> ...deve-se aceitar que a imigração é uma consequência natural da globalização, que implica múltiplas oportunidades de crescimento para os países de acolhida e representa uma via para a proteção das faculdades básicas de um sem-número de indivíduos que não encontram em seus próprios países as condições políticas ou econômicas para levar uma existência digna. A atitude frente ao imigrante deve ser de empatia, solidariedade e confiança, ao invés de rechaço e menosprezo. (PULIDO, 2013, p. 325 e 326).

A colaboração entre os Estados é fundamental para que haja respeito aos direitos humanos dos migrantes. Os migrantes são sujeitos de direitos, e o direitos à locomoção é um deles. A Declaração Universal dos Direitos Humanos determina, entre outras deliberações, que:

> **Artigo XIII:** 1. Toda pessoa tem direito à liberdade de locomoção e residência dentro das fronteiras de cada Estado. 2. Toda pessoa tem o direito de deixar qualquer país, inclusive o próprio, e a este regressar.
> **Artigo XIV:** 1. Toda pessoa, vítima de perseguição, tem o direito de procurar e de gozar asilo em outros países.
> **Artigo XV:** 1.Todo homem tem direito a uma nacionalidade. (DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS, 1948).

Os pactos, convenções e demais documentos internacionais permitem o amparo às migrações e outros assuntos que abrangem direitos humanos. Por isso, é de suma importância que haja um incentivo à aplicação do Direito Internacional e ao transconstitucionalismo, que são justamente os meios que permitem que determinações extra estatais sejam aplicadas aos Estados. O Pacto Mundial de Migração, que foi destaque nesta pesquisa, é mais um documento importantíssimo que tem como escopo a promoção da regularização da mobilidade internacional.

Ainda, é essencial que as relações entre Estados sejam pautadas pela diplomacia e boa comunicação, visando sempre a construção de uma comunidade mais pacífica, justa, com respeito à multiculturalidade.

Embora alguns impasses sejam de resolução de ordem interna, em conformidade com a soberania que é atribuída a todos os países, é interessante a participação indireta dos demais Estados como fiscais da ordem e do respeito aos direitos humanos. Não se trata aqui de uma ideia de intervenção abusiva e usurpadora da soberania, mas sim de uma ação convergente que constranja o país que esteja atuando com violência e repressão contra sua população para que este cesse sua autoridade truculenta. Um modo de realizar essa resposta à atuação do Estado agressor são os embargos econômicos. Os Estados devem agir fiscalizando entre si condutas que podem ser extremamente danosas.

O Brasil foi um dos países que mais recebeu refugiados Sírios na América Latina. O conflito ainda segue e outras tensões podem surgir nessa área conflituosa, o que torna perene a recepção dos refugiados sírios no Brasil. A complexidade da situação estimula a formulação e a consolidação de políticas públicas condizentes com esse quadro, já que a demanda migratória pede políticas públicas integrativas.

A tese apresentada por Fortunato se solidifica nas entrevistas com alguns refugiados sírios que convergem seu discurso a medida em que relatam a instabilidade financeira e psicológica causada pela necessidade abrupta de deixar seu país de origem, deixando para trás bens e memórias. Por isso, é importante que haja um levantamento para reconhecer o perfil do fluxo migratório a ser recebido, de modo que o Estado possa articular melhor as políticas públicas a serem adotadas para melhor atender esse contingente de imigrantes.

REFERÊNCIAS

ACNUR. Deslocamento forçado quebra recorde em 2019. 2020. Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/2020/06/18/deslocamento-forcado-quebra-recorde-em-2019/>. Acesso em: 18 de outubro de 2020.

ACNUR. Governo e ACNUR lançam relatório refúgio em números e plataforma interativa sobre reconhecimento da condição de refugiado no brasil. 2019. Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/2019/07/25/governo-e-acnur-lancam-relatorio-refugio-em-numeros-e-plataforma-interativa-sobre-reconhecimento-da-condicao-de-refugiado-no-brasil/>. Acesso em: 18 de outubro de 2020.

BERTONCELLO, Fernando Rodrigues da M.; SANTOS, Isabelle Dias Carneiro. **Os migrantes e refugiados deficientes e o Pacto Global para Migração Segura**. Derecho, gobernanza e innovación: dilemas jurídicos de la contemporaneidad en perspectiva transdisciplinar, p. 333 – 343. Porto: Universidade Portucalense, 2017. ISBN 978-972-9354-46-5

COGO, Denise. **Migrações contemporâneas como movimentos sociais: uma análise desde as mídias como instâncias de emergência da cidadania dos migrantes**. Revista Fronteiras - estudos midiáticos Vol. IX Nº 1: p. 64-73, jan/abr 2007 by Unisinos.

EXAME. Governo Assad controla 60% do território da Síria. 2018. Disponível em: <https://exame.com/mundo/governo-assad-controla-60-do-territorio-da-siria/>. Acesso em: 18 de outubro de 2020.

FELDMAN-BIANCO, Bela. **O Brasil frente ao regime global de controle das migrações: Direitos humanos, securitização e violências**. TRAVESSIA - Revista do Migrante - Ano XXXI, Nº 83 - Maio - Agosto / 2018, Dossiê - migrações e políticas de acolhida: o direito à acolhida e o caráter securitário das leis de migração.

FERREIRA, Lier Pires. **Vivendo nas sombras: a crise humanitária dos refugiados sírios na Jordânia e os limites da soberania**. Cadernos do Centro de Ciências Sociais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. [SYN]THESIS, Rio de Janeiro, v. 10, n. 2, p. 9-14, jul./dez. 2017.

FOLHA DE SÃO PAULO. Zona de segurança levará a retorno em massa de refugiados sírios, diz chanceler turco. 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2019/10/turquia-espera-retorno-em-massa-de-sirios-diz-chanceler.shtml>. Acesso em: 18 de outubro de 2020.

FORTUNATO, Elissa Macedo. **Integração de refugiados no Brasil: a construção de políticas públicas e a visão dos refugiados sírios**. Dissertação (mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas na Universidade de São Paulo. Departamento de Letras Orientais. Área de concentração: Estudos Judaicos e Árabes. Orientador Paulo Daniel Elias Farah. São Paulo, 2019.

LACERDA, Jan Marcel de A. F.; SILVA, Amanda Arruda de S. e; NUNES, Rayanne Vieira G. **O caso dos refugiados sírios no Brasil e a política internacional contemporânea**. Revista de Estudos Internacionais (REI), ISSN 2236-4811, Vol. 6 (2), 2015.

ONU. Número de migrantes internacionais no mundo chega a 272 milhões. 2019.Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2019/11/1696031>. Acesso em: 18 de outubro de 2020.

PULIDO, Carlos Bernal. **A globalização e os direitos fundamentais dos imigrantes**. In: O direito dos direitos: escritos sobre a aplicação dos direitos fundamentais. São Paulo: Marcial Pons, 2013.

SPOSATO, Karyna Batista; LAGE, Renata Carvalho Martins. **A retirada do Brasil do Pacto Global para Migração Segura: um olhar crítico pela ótica do transconstitucionalismo**. Caderno de Relações Internacionais, vol. 11, nº 20, jan-jun. 2020, p. 217 – 245. Recife*, 2020.

O PAPEL DA COMUNICAÇÃO ORGANIZACIONAL NO COMPARTILHAMENTO DE INFORMAÇÕES: UM ESTUDO EM UMA UNIDADE DE ENSINO SUPERIOR PRIVADA

THE ROLE OF ORGANIZATIONAL COMMUNICATION IN SHARING INFORMATION: A STUDY IN A PRIVATE HIGHER EDUCATION UNIT

Gestão Organizacional e Empreendedorismo

LUCCAS, Taciana Maria Lemes de
Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências (UNESP)
Bacharel em Comunicação Social pela UNAERP
Especialista em Administração de Marketing e Propaganda pela UEL
Mestre em Comunicação pela UNIMAR
Doutoranda em Ciência da Informação pela UNESP/FFC
Docente na FATEC ASSIS
tacilemes@terra.com.br

DAMIAN, Ieda Pelógia Martins Damian
Universidade Estadual Paulista – Faculdade de Filosofia e Ciências (UNESP/FFC)
Bacharel em Análise de Sistemas pela PUC CAMPINAS
Especialista em Administração de Empresas pela FAAP
Mestre em Administração de Organizações pela FEA-RP/USP
Doutora em Administração de Organizações pela FEA-RP/USP
Docente da Universidade de São Paulo – FFCLRP – Departamento de Ciência da Informação
iedapm@usp.br

Resumo
A comunicação organizacional é definida como aquela que serve para criar, fazer funcionar e manter as organizações. A informação é um dos bens mais relevantes de uma organização, portanto, é necessário identificar a concentração de grandes quantidades de informações que devem ser compartilhadas para que os objetivos organizacionais possam ser alcançados. Neste sentido, se faz necessário identificar os fluxos de comunicação e fluxos de informação essenciais para a comunicação organizacional e para o compartilhamento de informações. Com o objetivo de analisar o papel da comunicação organizacional no compartilhamento de informações, esta pesquisa apresenta um estudo realizado em unidade de ensino superior privada. Para tanto, são apresentados, de forma teórica, os principais conceitos envolvidos nesta pesquisa, quais sejam comunicação organizacional, fluxos de informação e o compartilhamento de informações, além de uma pesquisa de campo, de natureza qualitativa em uma unidade de ensino superior privada no interior do Estado de São Paulo. Como resultado, foi possível constatar que falhas no sistema de comunicação bloqueiam o compartilhamento das informações no ambiente pesquisado.

Palavras-chave: Comunicação Organizacional, Fluxos de informação, Compartilhamento de Informação.

Abstract
Organizational communication is defined as that which serves to create, operate and maintain organizations. Information is one of the most important assets of an organization, therefore, it is necessary to identify the concentration of large amounts of information that must be shared in order for organizational objectives to be achieved. In this sense, it is necessary to identify the communication flows and information flows that are essential for organizational communication and information sharing. To analyze the role of organizational communication in sharing information, this research presents a

study carried out in a private higher education unit. To do so, the main concepts involved in this research are presented, namely, organizational communication, information flows and information sharing, in addition to a qualitative field research in a private higher education unit in the countryside. of the State of São Paulo. As a result, it was possible to verify that failures in the communication system block the sharing of information in the researched environment.

Keywords: Organizational Communication, Information flows, Information Sharing.

1 INTRODUÇÃO

Para as organizações, comunicação e informação tornam-se estratégicos, pois são fundamentais para o processo decisório e influenciam, de forma significativa, a capacidade de priorizar a imagem da instituição e devem ser entendidos como fatores de sobrevivência no mercado onde atuam (KELLER, 2005).

A informação é um dos bens mais relevantes de uma organização (BORGES, 1996) e deve ser devidamente comunicada para que, de forma hábil e certa, cheguem às pessoas certas, evitando os ruídos no processo de comunicação.

O poder que a comunicação exerce no mundo deveria ser perceptível a todos. A comunicação deve ser considerada não somente como instrumento de divulgação ou transmissão de informações, mas como um fenômeno na sociedade atual (KUNCH, 2014).

A Ciência da Informação (CI) e a área da comunicação estão diretamente relacionadas pois, conforme afirmam Queiroz e Moura (2015), compartilham interesse na comunicação humana, compreendendo a informação com um fenômeno e a comunicação como processo e, por este motivo, as autoras acreditam que devem ser estudadas de forma conjunta para que possam colaborar com práticas profissionais e com interesses comerciais.

Diante deste cenário, se torna imprescindível a compreensão dos fluxos de informação que, para Valentim (2010), são caminhos por onde trafegam dados e informação, de maneira que possam contribuir, no âmbito organizacional, com a construção do conhecimento nas pessoas para que, assim, se concretize em ações.

As pesquisas acerca da comunicação, dos fluxos e do compartilhamento de informação se destacam por contribuir, de modo eficaz, com a geração de conhecimento organizacional e com a criação de vantagem competitiva nas organizações.

O ensino superior privado no Brasil adquiriu uma nova configuração por volta do Século XX, quando tornou-se necessário um “olhar” mais estratégico para educação, relacionado ao progresso nas questões sociais e econômicas do país, dessa forma políticas públicas foram voltadas para expansão do ensino superior que resultou em um surto expansionista do setor, com destaque para ensino superior privado (PORÉM, 2009).

Em sua grande maioria, as instituições de ensino superior privadas se voltaram mais para comunicação ao público externo no sentido de captar mais alunos para sua perpetuação, enquanto a comunicação interna, voltada aos docentes e funcionários perderam um pouco do foco.

A partir dessas contextualizações, apresenta-se o seguinte problema de pesquisa: Qual o papel da comunicação no ambiente interno de uma organização para o compartilhamento de informações?

Para responder a essa questão, o presente trabalho descreve, de forma teórica, comunicação organizacional, fluxos de informação e o compartilhamento de informações, e realiza uma pesquisa de campo, de natureza qualitativa, em uma unidade de ensino superior. A pesquisa justifica-se pela atual mudança no formato de ensino, com mudança de ensino presencial para um grande percentual de ensino a distância e um caminhar para um sistema híbrido de ensino. Por este motivo, entende-se que a comunicação e o compartilhamento de informações são essenciais para se desenvolver um trabalho de excelência e tornar as unidades de ensino e seus profissionais mais capacitados para as mudanças no cenário da educação.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

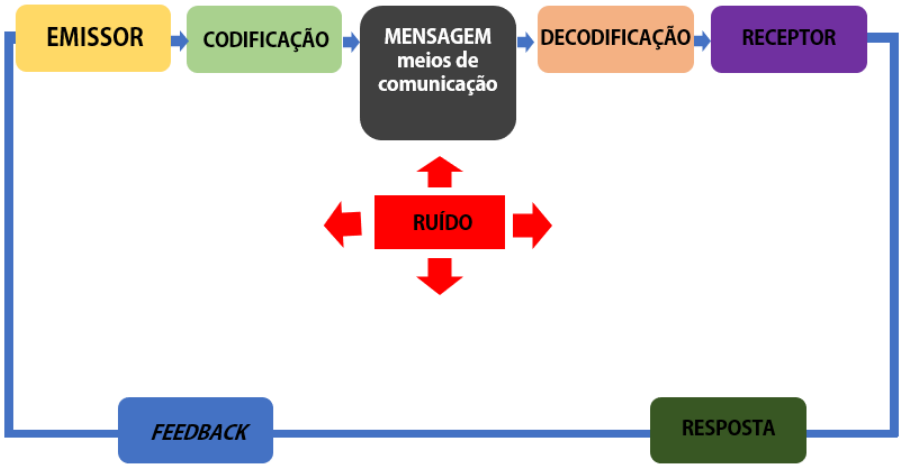
2.1 COMUNICAÇÃO ORGANIZACIONAL

Por comunicação, constata-se a prática de trocar e ou discutir ideias, dialogar e buscar uma consonância entre as pessoas (FERREIRA, 1986). A definição dada pelo autor aponta para a necessidade não somente de troca de informações, mas, também, para a questão de construir sentidos

no processo de comunicação e, dessa forma, fazer com que ela tenha significado. No dicionário Aurélio (1989, p. 251), a comunicação é definida como "processo de emissão, transmissão e recepção de mensagens por meio de métodos e/ou sistemas convencionados". Dessa forma, compreende-se a comunicação como um processo social, constituído a partir de informações e experiências pessoais que propõem construções coletivas, mesmo que as pessoas envolvidas tenham valores e culturas divergentes.

Hohlfeld, Martino e França (2002, p.62) relatam que a comunicação "é um fenômeno social, porque se dá através da linguagem e implica um número maior de elementos [...] a comunicação consiste num processo ubíquo e complexo." Vanoye (1991, p. 15) afirma "que toda comunicação tem por objetivo a transmissão de uma mensagem, e se constitui por um certo número de elementos". Para que o cerne da comunicação se concretize, ou seja, ter êxito no ato de comunicar, são considerados, no processo de comunicação, nove elementos chave, conforme demonstrado na Figura um: emissor, receptor, mensagem, meio, codificação, decodificação, resposta, *feedback* e ruído.

Figura 1 – Processo de comunicação



Fonte: adaptado de Kotler (2000, p.571)

De acordo com Kotler (2000), o emissor e receptor são os elementos principais da comunicação. Sendo que a tarefa do emissor é fazer com a sua mensagem chegue ao receptor e seja compreendida. Ainda de acordo com o autor, tanto a mensagem quanto o meio (que será utilizado para transmissão) são consideradas ferramentas importantes do processo de comunicação. A relevância dessas ferramentas consistem na escolha de meios eficazes para transmitir a mensagem. Os demais elementos que compõe o processo de comunicação tem suas funções essenciais e do mesmo modo cada um com sua importância na influência da comunicação, com destaque no desenvolvimento de canais de *feedback*, de forma que possa ter monitoramento das respostas. O último elemento é o ruído que, de acordo com Vanoye (1991, p. 20), "é o que afeta, em graus diversos, a transmissão de uma mensagem". Para Kotler e Keller (2012), o ruído é tudo o que atrapalha a comunicação e afeta a compreensão da mensagem entre emissor e receptor. Sangatelli *et al.* (2019) detalham que os tipos de ruído são: a) ruído físico, que atrapalha a transmissão da comunicação por causa de volume alto, barulhos em excesso e falta de conexão na internet; b) ruído cultural, que ocorre quando se utiliza termos que podem ter significados diferentes e também pouco comuns que dificultam o entendimento por todos os envolvidos; c) ruído psicossocial, resultante da falta de atenção nas mensagens por causa de problemas pessoais como preocupação, sentimentos e problemas de relacionamento; e d) ruído pessoal, que está relacionado a questão de ser, sentir e agir de cada pessoa, bem como sua capacidade física que podem impedir ou dificultar a comunicação.

A elaboração da mensagem deve ser considerada como uma meta a ser atingida, de forma que o receptor, após recebê-la e interpretá-la, consiga dar uma resposta e um retorno ao emissor,

conforme observa-se na Figura um. Portanto, a mensagem enviada pelo emissor deve ser precisa e levar em consideração o público que deverá ser atingido. A codificação da mensagem se refere a linguagem utilizada e a decodificação é a tradução da mensagem pelo receptor, eliminando todos os possíveis ruídos que possam prejudicar o entendimento por parte do receptor (KOTLER, 2000). Para Almeida (2007), a comunicação deve ter pontos fundamentais, tais como: clareza e coesão no que for comunicado, qualidade de *feedback* e frequência das mensagens.

Para Angeloni (2003), a comunicação é fundamental para as atividades organizacionais, pois é por meio dela que as pessoas adquirem informações e conhecimento para suas ações cotidianas.

Medrano (2010, p.29) discorre que

> A comunicação é um processo natural, ligada a uma arte, a uma tecnologia, a um sistema e a uma ciência social. [...] comunicação é, antes de tudo, interação, diálogo, tornar comum. Não pode ser confundida com uma simples transmissão unilateral de informações.

A comunicação organizacional, segundo o autor supracitado, é definida como aquela que serve para criar, fazer funcionar e manter as organizações sociais.

De acordo com Baptista (2007), a velocidade do mundo contemporâneo impacta diretamente nas pessoas e nas organizações, onde a comunicação organizacional tanto pode ser um instrumento de controle como uma força motriz dentro das organizações. Angeloni (2010, p. 62) complementa que "com a chegada de uma nova era e o aumento do volume de informações e conhecimentos, a comunicação passa a ser considerada, cada vez mais, como essencial para o sucesso dos negócios". Para Chiavenato (2014), é preciso muito gerenciamento da comunicação dentro das organizações, pois a falta desse cuidado pode colocar em risco a imagem da instituição.

> [...] entende-se a comunicação organizacional como aplicativo dos processos da comunicação humana em seu sentido mais amplo, no contexto específico das organizações. Assim sendo, podemos considerar que a comunicação organizacional é um campo da comunicação humana em constante movimento, que dá existência à organização a partir da constituição dinâmica dos processos relacionais e informacionais entre seus membros, deles com a própria organização e com o ambiente que a cerca, produzindo sentidos e significados. (FREIRE, 2009, P.90)

Baseando-se na abordagem do autor supra citado, é possível afirmar que a comunicação organizacional aborda uma esfera muito maior que o ambiente interno das organizações, onde, muitas vezes, a dimensão comunicacional das organizações assume apenas o papel de se comunicar com os funcionários. As organizações devem entender a fundamental importância da relação que deve existir com o ambiente contextual, como um instrumento estratégico nas organizações de forma que possa impactar a execução de todas as suas atividades, sejam interna ou externamente.

Com base em Kunsch (2014, p.37)

> no contexto da comunicação organizacional cabe aos gestores de comunicação sensibilizar os dirigentes de que não basta só gerar empregos, pagar impostos e atingir lucros, mas que se deve ir além, contribuir para uma sociedade melhor. Há que existir uma relação sinérgica, entre o mudo e as organizações. E nesse contexto, é a comunicação que viabiliza todo o processo.

Em sua obra Comunicação e Poder, Castells (2009) discorre sobre o relacionamento entre a estrutura, cultura, organização e as tecnologias de comunicação que torna possível a ocorrência do processo de comunicação. Tal afirmação é base para entender que as organizações são ambientes interacionais, formados por pessoas e em contextos em constante mudança, que deve ter a comunicação como elemento de destaque em suas relações, sejam elas parte da criação da cultura organizacional ou para o fortalecimento desta, de modo que possam envolver seus processos organizacionais e suas dinâmicas nas rotinas de gestão.

Para que as organizações alcancem seus objetivos, entende-se que a comunicação organizacional deve ser planejada. As organizações são, de acordo com Oliveira (2017), espaços de relação e de trocas comunicativas influenciadas pelas dimensões cultural, econômica e social da

globalização. Para a autora, é necessário fazer uma análise dos cenários e, com conhecimento mais bem elaborado, é possível criar estratégias mais adequadas de comunicação.

As estratégias de comunicação organizacional começam com o conhecimento e análise da comunicação interna. Dessa maneira, apresenta-se, a seguir, a comunicação interna como primordial nas organizações e sua associação na comunicação organizacional.

2.1.1 COMUNICAÇÃO INTERNA COMO PARTE FUNDAMENTAL DA COMUNICAÇÃO ORGANIZACIONAL

Como discorre Bahia (1995), a comunicação interna é consequência de uma necessidade de transmissão de informações com mais clareza para os funcionários, de forma que todos tenham mais consciência do papel que exercem e da razão de ser da organização. Clemen (2005) aborda o termo como o processo de transmissão de informações no sentido descendente: da direção para funcionários. O autor ainda complementa que a comunicação interna gera mais motivação, produtividade e resultados, já que as informações sobre missão, visão, valores e objetivos da organização são passados aos funcionários com o foco de transformá-los em aliados do negócio e, assim, criar vantagem competitiva no mercado em que a organização atua.

A relação com o público interno da organização é extremamente importante para que o engajamento em metas e resultados organizacionais aconteça de forma natural. As dimensões humanas que envolvem emoções, atitudes e valores devem ser consideradas em todo processo de comunicação interna de uma organização (ROBBINS, 2009). Para Pimenta (2010), qualquer objetivo só será alcançado quando funcionários puderem expressar seus valores, desejos e até mesmo conflitos, de forma que socialize e confronte com os demais funcionários. É importante que as pessoas conheçam a organização onde trabalham e com quem trabalham.

Kunsch (2016) explana a comunicação interna como um conjunto de esforços que passam por fluxos de redes formais e informais e pelos canais de comunicação que estabelecem um diálogo entre a organização e seus funcionários. Para a autora, a comunicação interna “é um setor planejado, com objetivos bem definidos para viabilizar toda a interação possível entre organização e seus empregados, usando ferramentas da comunicação institucional e até da comunicação mercadológica” (KUNSCH 2016, P. 212).

Já as definições de forma como a comunicação interna decorre em uma organização, tem como base a teoria de Torquato (2002) que apresenta duas formas: formal e informal, sendo que tanto uma como a outra procedem de formas variadas e em situações próprias. A comunicação formal ocorre através de canais efetivos como jornais, boletins periódicos, circuito de TV interno, relatórios administrativos, estratégicos utilizando-se de tecnologia e normativas para informações. A comunicação informal perpassa por boatos e rumores que geram muitas vezes tensões e expectativas desnecessárias. Pimenta (2010) corrobora quando descreve que a comunicação formal circula por mensagens oficiais e legitimadas por canais de comunicação criados pela organização, já a comunicação informal é conhecida como “rádio peão” ou “rádio corredor” com forte relação entre as pessoas, mas que implicam em interpretações de determinados fatos, considerada por alguns administradores como maléfica.

Torquato (2002) destaca que é importante considerar o porte da organização, ter um planejamento de comunicação, considerando a realidade das formas de comunicação nas mesmas.
Para que a comunicação transcorra de forma adequada, é necessário o uso de fluxos e de canais de comunicação. Para Torquato (2002), Robbins (2009) e Walker (2015), as informações podem seguir três tipos de fluxos: a)o fluxo descendente, que acontece quando as decisões partem do nível superior da hierarquia e são acatadas por pessoas do nível hierarquicamente inferior, com o objetivo de preservar a cultura formal e o lucro da organização; b) o fluxo ascendente, que é menos formal e exige um *feedback* dos funcionários aos gestores para aprimorar os processos, a produtividade, a moral, a tomada de decisões e para avaliar a lucratividade e a sustentabilidade da organização; e c) o fluxo horizontal, que se trata da comunicação intra e interdepartamental, que facilita o compartilhamento e a coordenação de práticas para uma melhor qualidade do processo de comunicação.

Entende-se que uma organização é uma instituição social, composta por pessoas e delineada por papéis e relacionamentos. Nesse ambiente, é essencial que exista uma valorização do ser humano, seu bem-estar e que se promova a satisfação de todos nos processos que constituem esses ambientes.

Com as teorias aqui apresentadas é possível compreender a importância da comunicação no aspecto relacionado ao público interno de uma organização, de modo que ele tenha conhecimento das ações decorrentes na mesma, juntamente com a missão, visão e valores organizacionais, e, dessa forma, se possa criar um maior envolvimento das pessoas em seu ambiente de trabalho. A maioria das

organizações se volta para ouvir os consumidores em relação as suas necessidades e desejos, e, por vezes, se esquecem de ouvir as pessoas que nela atuam. A comunicação com os funcionários é fundamental, uma vez que funcionários são ativos valiosos e devem ser tratados como tal.

Kunsch (2016) reforça que a comunicação interna no Século XXI envolve mais do que memorandos, publicações e as respectivas transmissões; é preciso envolver uma cultura corporativa e ter o potencial de motivar a mudança organizacional. A influência da cultura organizacional na comunicação é vasta. É possível identificar as questões que envolvem comunicações totalmente horizontais e verticais. Essa medida só é possível através do entendimento das crenças e valores difundidos nas organizações. A comunicação deve ter uma abordagem estratégica e, para tanto, é necessária uma cultura que permita as pessoas experimentarem e compartilharem informações e conhecimento.

De acordo com Marchiori (2006, p.26), "cultura e comunicação têm relações mais íntimas no mundo do conhecimento. Sendo a cultura a personalidade de uma empresa." A mesma autora sustenta que entender que a comunicação deve produzir conhecimento é um ponto importante, já que leva a organização a um processo de modernização, de forma que possa construir e consolidar o seu futuro.

Assim, procura-se contribuir de forma que as organizações tenham um olhar crítico tanto para a comunicação interna como para os fluxos de informação, já que eles constituem os elementos essenciais para processos de tomadas de decisão nos negócios.

2.2 FLUXOS DE INFORMAÇÃO ORGANIZACIONAIS

Fluxos de informações abarcam o contexto de dados, informação e conhecimento como suporte em tomadas de decisão em um ambiente organizacional. As informações precisam ser consideradas recursos que devem fluir no âmbito organizacional, de forma que sejam manipuladas e interpretadas para serem utilizadas de forma estratégica. Castells (1999, p. 501) denomina fluxos de informação como "sequências intencionais, repetitivas e programáveis de intercâmbio e interação entre posições fisicamente desarticuladas, mantidas por atores sociais nas estruturas econômicas, política e simbólica da sociedade".

Os fluxos de informação devem ser considerados como parte essencial dos ambientes organizacionais, tendo em vista que estão relacionados as pessoas que atuam em práticas cotidianas, independentemente do nível que faça parte. Nesse sentido, utiliza-se a afirmação de Fadel (2010, p. 218) de que os "fluxos informacionais são de vital importância para que as organizações e seus grupos de indivíduos sejam alimentados precisa e tempestivamente por informações alinhadas aos seus objetivos".

Para Araújo, Silva e Varvakis (2017, p. 60),

> o fluxo de informações deve ser entendido como um processo de comunicação dinâmico, que ocorre em diferentes ambientes informacionais, com o objetivo de transmitir informações, com valor agregado, de um emissor para um receptor ou múltiplos receptores, visando responder as mais complexas necessidades informacionais e possibilitando a geração de conhecimento.

As organizações demandam estruturas que permitam um bom fluxo de informações (ROBBINS, 2009). De acordo com Valentim (2010), em uma estrutura organizacional encontram-se dois tipos de fluxos informacionais, identificados por: a) fluxos formais, quando a informação é formalizada da alta direção para os níveis táticos e operacionais, através de relatórios, e-mails, etc.; e b) fluxos informais, quando a informação ocorre entre as pessoas, sem um canal estabelecido pela organização, ou seja, são informações advindas de relações humanas e não formalizadas.

De acordo com Calazans (2006, p. 68), "o fluxo informacional é responsável pela qualidade da informação, sua distribuição e adequação da informação às necessidades do usuário". A qualidade da informação tem sua dependência do fluxo estabelecido, de modo que o fluxo e informação tenha a capacidade de interligar as informações as pessoas que delas necessitam.

Os fluxos informacionais têm como base a comunicação já que, de certa forma, o processo ocorre entre uma fonte emissora (que gera informação) e por uma fonte receptora (que recebe a informação).

Considera-se as pessoas como elemento-chave da dinâmica exercida pelo fluxo de informação (VALENTIM, 2009). Para a autora, são pessoas que compartilham informações e conhecimento em um ambiente organizacional e, desse modo, influenciam esse ambiente da mesma maneira que podem ser influenciadas por todos os aspectos que integram o fluxo de informações.

Os termos fluxos de informação e fluxos de comunicação se entrelaçam para descrever os caminhos da informação nas organizações, afinal eles estão ancorados nos processos de comunicação existente na organização de forma que possibilite o compartilhamento de informações proporcionando a construção do conhecimento tanto por parte das pessoas como da organização.

2.3 COMPARTILHAMENTO DE INFORMAÇÕES

As organizações concentram grandes quantidades de informações que devem ser compartilhadas para que os objetivos organizacionais possam ser alcançados e, de acordo com Cól (2010, p. 85), o "uso da informação está diretamente ligado a sua adaptação ao contexto de utilização/aplicação, e a necessidade do indivíduo ou da equipe".

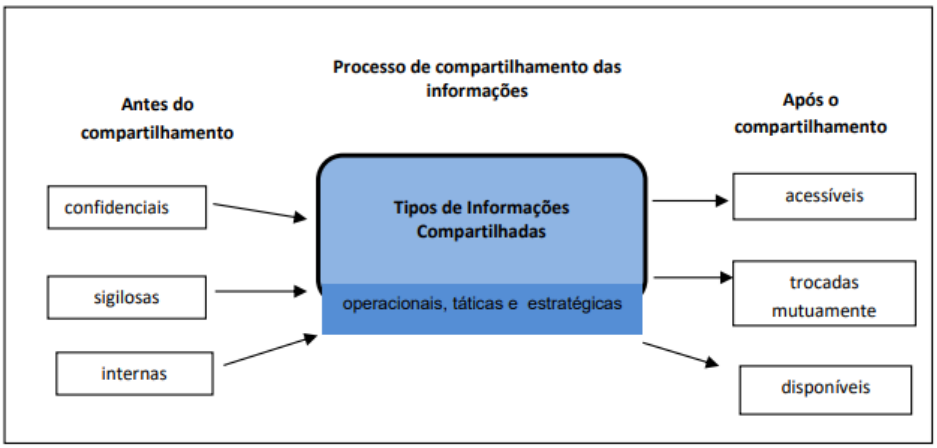
Já Lira *et al.* (2007) apontam a necessidade de uma pessoa buscar informação no momento que se sente diante de uma situação problema e reconhece que seu conhecimento não é suficiente para resolver e, assim, busca novas informações. No contexto organizacional, é possível se apropriar desse conceito e, diante do exposto, destacar a importância do compartilhamento de informações dentro de uma organização. Para Davenport (1998), o compartilhamento de informação é uma forma voluntária de colocar as informações disponíveis para outras pessoas, relacionando a uma questão de vontade própria por parte do emissor.

De acordo com Mahama (2006), para que ocorra o compartilhamento das informações, as pessoas devem atuar de forma conjunta e ordenada para que possam chegar a um resultado comum (objetivos relacionados). Os autores Aguiar Filho e Nassif (2016, p. 295) afirmam que "o compartilhamento de informações se dá por meio das interações dos indivíduos".

Um dos maiores desafios nas organizações é manter uma cultura que permita e faça fluir o compartilhamento das informações de forma interativa, coletiva e integrada. É preciso incentivar a interação das pessoas de modo que sejam estimuladas a compartilharem as informações, utilizando os fluxos informacionais da organização.

Lopes (2017) destaca os atributos das informações compartilhadas, apontados na Figura dois, destacando que as organizações devem conduzir a informações entre as pessoas para decisões gerenciais que envolvam informações estratégicas, táticas e operacionais.

Figura 2 – Atributos das Informações Compartilhadas



Fonte: Lopes (2017, p.34)

Grande parte das informações é advinda de ambientes internos das organizações e, portanto, muitas vezes, é considerada sigilosa e confidencial, que deve ser utilizada apenas internamente, de forma estratégica. Após seu compartilhamento, essas informações começam a ser trabalhadas e rompem as barreiras internas para uma relação com o ambiente externo da organização (LOPES, 2017).

O compartilhamento de informações, de acordo com Araújo, Pereira e Oliveira (2009), é um processo que depende das pessoas da organização, de forma mais específica, da comunicação e da influência na relação entre essas pessoas. Chiara, Alcara e Tomaél (2010) destacam que no compartilhamento de informações, a qualidade do conteúdo não está somente na forma como é expressa e, sim, na capacidade das pessoas de entenderem e avaliarem as informações recebidas, de

forma que aumente a capacidade de produzir mais e melhor suas atividades e tomar decisões mais assertivas.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para atingir os objetivos propostos neste trabalho, foi realizado um estudo descritivo e exploratório, de natureza qualitativa. Essa pesquisa foi desenvolvida em três etapas, sendo a primeira a pesquisa bibliográfica, para descrever o referencial teórico que ampara a discussão desse artigo, baseando-se em literatura relevante como livros, artigos científicos, teses e dissertações. A segunda etapa foi a escolha da organização pesquisada, uma instituição de ensino privada, com mais de 20 *campi* no país, sendo escolhida apenas uma unidade pela proximidade com as pesquisadoras, ou seja, uma escolha por acessibilidade. A instituição de ensino é uma das maiores existente no Brasil, com uma marca expressiva no mercado onde atua. A escolha de uma instituição de ensino ocorreu por ser um ambiente propício para geração de informações e conhecimento e pela importância de uma gestão universitária que contemple a comunicação organizacional.

Foi elaborado um questionário com questões fechadas, enviado por meio de comunicação eletrônica (*e-mail* e *WhatsApp*). Os sujeitos da pesquisa foram os docentes e coordenadores de vários cursos da instituição escolhida. A escolha dos sujeitos de pesquisa foi baseada na relação direta entre público de interesse e pessoas que atuam na organização e auxiliam no processo de comunicação e informações. A aplicação da pesquisa ocorreu no mês de fevereiro de 2020.

Em relação à interpretação dos dados da pesquisa, buscou-se criar um vínculo entre a realidade encontrada nos dados coletados e os conhecimentos que lhe fazem referência (MARCONI; LAKATOS, 2006), visando atingir os objetivos propostos.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

De um total de 150 professores que compõem a instituição pesquisada, 39 responderam o questionário, representando uma taxa de retorno de 26%. O questionário foi composto por 6 perguntas que permitiam coletar dados sobre a comunicação organizacional. O perfil dos 39 respondentes divide-se em 2% com nível de especialização, 78% com nível mestrado e 20% com nível doutorado. Os docentes respondentes fazem parte de cursos diversos da instituição que contempla a área de Saúde, Ciências Sociais Aplicada e Exatas.

Por meio da análise dos dados, verificou-se os meios de comunicação mais utilizados para transmissão de informações, conforme Tabela um. Os respondentes podiam escolher mais de uma opção.

Tabela 1 – Meios de Comunicação

Mensagem de *whatsapp*	89%
E-mail (correio eletrônico)	75%
Contato pessoal (docentes e funcionários)	69%
Reuniões	31%
Telefone	12%
Quadros de aviso / mural	0%

Fonte: desenvolvido pelas autoras

Os resultados justificam a teoria já destacada e defendida por Torquato (2002) e Pimenta (2010) de que a comunicação interna flui em duas vertentes: formal e informal. Alguns canais da instituição fazem parte de uma comunicação formal, delineada pela administração superior e definida como canal obrigatório para troca de mensagens entre docentes e instituição, neste caso o e-mail (definido como e-mail corporativo, o correio eletrônico criado pela própria instituição). Também podem ser consideradas comunicações formais, aquelas que são transmitidas em reuniões entre docentes e coordenação de curso e os quadros de aviso que se encontram em corredores e na sala destinada aos dos professores. A comunicação informal ocorre através do contato pessoal (entre docentes e funcionários) no qual Pimenta (2010) destaca como “rádio peão” ou “rádio corredor”.

A comunicação passa por fluxos internos para gerar e transmitir as informações. Os resultados obtidos na pesquisa identificam forte comunicação descendente e lateral, já que as comunicações de

contato pessoal (fluxo lateral) e mensagens de WhatsApp (fluxo lateral como também pode ter fluxo descendente) tem um percentual destacado nos resultados.

De acordo com os dados analisados, os maiores percentuais apresentados, na Tabela um, concentram-se nos recursos de mídia eletrônica, o que encontra respaldo na afirmação de Kunsh (2014) de que a inserção de meios eletrônicos na comunicação organizacional tem revolucionado a forma de comunicar na sociedade e no modo de vida das pessoas. A autora ainda justifica que é uma convergência midiática e que está presente atualmente com indivíduos em todos os espaços (familiar, trabalho e participação social).

Quando questionados se o sistema de comunicação da instituição estava adequado para o compartilhamento de informações, 88 % responderam de forma negativa, justificando que muitas informações que envolviam crescimento profissional na organização (plano de carreira) não eram claras e que informações relacionadas ao dia a dia de trabalho muitas vezes não chegavam em tempo de uso, ou seja, os docentes, muitas vezes, não dispunham de informações em tempo hábil para colocar em prática suas atividades. As respostas positivas não apresentaram justificativas. As respostas coletadas apontam falhas no quesito comunicação, já que a grande maioria dos respondentes não acredita que o sistema de comunicação funcione de modo adequado.

São poucos os canais formais reconhecidos pela unidade e pelos profissionais pesquisados. Apenas o e-mail corporativo (correio eletrônico) aparece em destaque, sendo que o quadro de aviso não tem consideração alguma pelos respondentes.

Na questão que abordou se as informações recebidas estimulam e motivam o trabalho que desempenham na instituição, 74% das respostas foram negativas, justificando que tanto os canais, como a forma da comunicação (texto das mensagens) tornam o trabalho estressante e desmotivador. 26% que responderam de forma positiva, a respeito de que a comunicação da instituição seja um fator de estimulação e motivação para seu trabalho. Neste caso, se apropria da afirmação de Robbins (2009) de que a comunicação interna tem sido encarada como uma direção para o desenvolvimento de um maior comprometimento organizacional. Para o autor, a comunicação tem quatro funções dentro de uma organização: controle (no comportamento das pessoas, a quem se deve dirigir para se comunicar), motivação (no esclarecimento do que deve ou não ser realizado, como está o desempenho e o que pode ser melhorado) , expressão emocional (interação social que permite comunicar suas frustações ou sentimentos de satisfação), e informação (função final da comunicação, proporcionando subsídios para tomadas de decisão). Nenhuma das funções tem mais importância que a outra, de acordo com Robbins (2009), mas é importante lembrar da importância da comunicação no sentido estratégico, que envolve as pessoas e com isso obtém maior comprometimento organizacional.

A quarta questão abordou a existência de estímulo para compartilhamento de informações no ambiente de trabalho e obteve 82% de respostas negativas. Como justificativas, foram apontados fatores como: sentem-se ameaçados em compartilhar o que sabem (informações) e serem demitidos; sentem-se inseguros com as trocas de informações na instituição, pois uma das maiores informações que recebem é que estão sendo monitorados; existe uma hierarquia muito rígida na instituição, não sendo possível contato com demais níveis hierárquicos sem passar pelo superior imediato; acreditam que não tem canais de comunicação eficientes; não acreditam nas trocas de informações entre os próprios docentes. Em relação aos 18% de repostas positivas, destaca-se a justificativa de que acreditam que os estímulos devem ser pessoais e não da instituição e que os docentes deveriam se unir mais para realizar maiores trocas de informações para crescimento pessoal e da instituição. Os fluxos de informação ocorrem através da interação entre as pessoas, mas, para isso, as pessoas devem ser motivadas a compartilhar informações.

As comunicações realizadas via *e-mail* corporativo podem ser controladas pela sede central da instituição que fica na cidade de São Paulo. Por este motivo, muitos docentes evitavam usar o *e-mail* corporativo como o principal meio de comunicação com os alunos e, até mesmo, com a coordenação imediata, sendo utilizado apenas para questões que podem e devem ser compartilhas e possivelmente "vigiadas".

A quinta questão abordou os respondentes para entender os canais de comunicação que os docentes preferem receber informações, sendo que eles poderiam escolher mais de uma opção. Os resultados são apresentados na Tabela dois.

Tabela 2 – Canais de comunicação escolhidos

Contato pessoal (docentes entre docentes e funcionários da instituição)	47%

Superior direto (contato pessoal)	38%
Publicações Institucionais	10%
Comunicação informal	5%

Fonte: desenvolvido pelas autoras

Percebe-se, na Tabela dois, uma escolha por uma comunicação direta entre as pessoas nas respostas. Para ambientes em constantes mudanças no ambiente organizacional (como é o caso de instituições de ensino privadas), a comunicação direta possibilita maior rapidez e maior confiabilidade. Para Marchiori (2006), a comunicação, quando planejada, estimula o diálogo entre lideranças e funcionários. Kunsch (2014) corrobora com a constatação acima ao afirmar que a integração promovida pela comunicação organizacional mobiliza as pessoas a construírem relacionamentos corporativos. Em menor porcentagem, alguns docentes optaram pela comunicação informal, o que Robbins (2009) considera rede de rumores, porém destaca que, seu caráter informal não diminui sua importância. Em sua obra, o autor ainda relata pesquisas que apontaram que 75% dos trabalhadores tomam conhecimento das notícias por este canal.

Na sexta questão, abordou a avaliação sobre a quantidade de informações recebidas na instituição e as respostas foram as seguintes: 84% insuficientes, 16% suficientes e nenhuma resposta para excessiva. Para Chiavenato (2014) é importante que as organizações tenham maior gerenciamento da comunicação, de maneira que as mensagens alcancem o resultado proposto na emissão, neste caso destacamos a questão sobre informar. Kunsch (2016) fortalece a questão sobre planejamento da comunicação interna, de forma que tenham objetivos definidos para que ocorra uma interação entre a organização e as pessoas que nela atuam. Portanto, é necessário que a instituição estudada busque maior planejamento na comunicação para que mantenha uma comunicação que integre e traga resultados de aproximação e compartilhamento de ideias e informações entre seus membros.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A comunicação organizacional deve ser considerada parte intrínseca de uma organização e de suas estratégias. Em uma era, com volume imenso de informações, que flui em velocidade incalculável em ambientes fortemente competitivos não permite esquecer que a comunicação é fundamental para que o compartilhamento de informações aconteça no ambiente interno de uma organização. Essa pesquisa procurou responder se a comunicação organizacional utilizada em uma unidade de ensino superior é eficiente no compartilhamento das informações. Para tanto, foi realizado um levantamento bibliográfico sobre comunicação, comunicação organizacional, fluxos de informação e compartilhamento de informação. Tais temáticas abordadas são de extremamente relevantes para os dias atuais, bem como a relação da Comunicação com a Ciência da Informação. Foi realizada uma pesquisa com docentes de uma instituição de ensino superior, questionando pontos que alicerçam a questão dos canais de comunicação e informações entre docentes e instituição.

A análise dos resultados permitiu legitimar que a comunicação organizacional, quando trabalhada em comunicações dispersas, ou seja, sem planejamento, não trazem resultados adequados no ambiente de trabalho. Considerando as respostas obtidas, a principal contribuição desse trabalho é mostrar que não existe compartilhamento de informações se não houver planejamento de comunicação que permita e incentive a sua prática. Nesta pesquisa, se evidencia a falta de um planejamento estratégico na comunicação interna da instituição estudada. Os resultados desse estudo trouxeram reflexões para futuras mudanças a fim de que, não somente as instituições de ensino, mas todas as organizações possam valorizar e planejar a comunicação de forma que as informações sejam melhor compartilhadas entre seus membros.

Ainda existe muito a ser trabalhado no âmbito da comunicação organizacional para difusão de informação e conhecimento. O presente estudo não pretende findar o tema e nem poderia, dada a amplitude do mesmo. O que se espera é introduzir ideias que propiciem estudos relacionados a comunicação, em unidades de ensino superior, para difundir possíveis reflexões na evolução de sistemas de comunicação, da produção e compartilhamento de informações e apontar possíveis correlações e estratégias de crescimento e melhoria nesses aspectos.

REFERÊNCIAS

AGUIAR FILHO, A. S.; NASSIF, M. E. Os grupos de apoio como canal de compartilhamento da informação e do conhecimento. **Inf. Inf**., Londrina, v. 21, n. 3, p. 286 – 305, set./dez., 2016.

ALMEIDA, L. **Comunicação interna como instrumento de promoção da qualidade**: estudo de caso em uma empresa global de comunicação. 2007, 105p. Dissertação de mestrado em Engenharia de Produção. Universidade Federal de Itajubá, MG.

ANGELONI, Maria Terezinha (Org). **Organizações do Conhecimento**: infra-estrutura, pessoas e tecnologia. São Paulo: Saraiva, 2005.

_____. **Comunicação nas organizações da era do conhecimento.** São Paulo: Atlas, 2010.

ANGELONI, Maria Terezinha; GROTTO, Daniela. A influência na cultura organizacional no compartilhamento do conhecimento. ***Revista Faces***. Belo Horizonte. V.8, n.2, p. 76-93, abri./jun. 2009.

ARAUJO, W.C.O; SILVA, L. S.; VARVAKIS, G. Fluxos de informação em projetos de inovação: estudo em três organizações. **Perspectiva em Ciência da Informação**, v. 22, n.1, jan/mar. 2017. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-99362017000100057 acesso 20 de março 2020

ARAÚJO, Paula Carina de; PEREIRA, Suzana Zulpo; OLIVEIRA, Maria Emília Pecktor de. Compartilhamento de informação e conhecimento: inserindo práticas de gestão do conhecimento num sistema de bibliotecas universitárias federais. **Revista ACB**, [S.l.], v. 15, n. 1, p. 244-259, dez. 2009. ISSN 1414-0594. Disponível em: <https://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/699>. Acesso em: 21 mar. 2020.

BAHIA, J. B. **Introdução a comunicação empresarial**. Rio de Janeiro: Mauad Consultoria Editorial Ltda, 1995.

BEUREN, I.M. **Gerenciamento da informação**: um recurso estratégico no processo de gestão empresarial. São Paulo: Atlas, 2000

BALDISSERA, R. (2017). **Comunicação Organizacional e imagem-conceito**: sobre gestão de sentidos no ambiente digital. In T. Ruão, R. Neves & J. Zilmar (Eds.), A Comunicação Organizacional e os desafios tecnológicos: estudos sobre a influência tecnológica nos processos de comunicação nas organizações (pp. 71-87). Braga: CECS.

BAPTISTA, R. D. **Involuções corporativas**: perspectivas críticas sobre a gestão de pessoas, comunicação e cultura nas organizações. São Paulo: All Primt Editora, 2007.

BEUREN, I.; M. **Gerenciamento da informação**. São Paulo: Atlas, 2000

BORELLI, F.; TOMAÉL, M. I. Situações que envolvem o compartilhamento de informações por sistema informatizado. **Em Questão**, v. 18, n. 2, p. 71-83, 2012. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/11285>. Acesso em: 20 mar. 2020.

BORGES, M.E.N. A informação como recurso gerencial das organizações na sociedade do conhecimento. **Ciência da Informação**, v.24, n.2, 1996.

BUENO, W. C. **Comunicação Empresarial**. São Paulo: Saraiva, 2009.

CALAZANS, A. L. T. S. Conceitos e uso da informação organizacional e informação estratégica. **Transinformação**, v. 18, n. 1, 2006. Disponível em: <http://basessibi.c3sl.ufpr.br/brapci/v/a/20271>. Acesso em: 02 set. 2020.

CASTELLS, M. **Sociedade em Rede.** São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CASTELLS, M. **Comunicación y Poder**. Madrid: Alianza Editorial, 2009.

CHIAVENATO, I. **Comportamento Organizacional:** a dinâmica do sucesso nas organizações. São Paulo: Manole, 2014

CHIARA, I.G.; ALCARÁ, A.R.; TOMAÉL, M.I. Tipos de compartilhamento de informação e do conhecimento no ambiente de P&D. **Informação & Sociedade**, v.20, n.2, p. 105-118, maio/ ago. 2010.

CLEMEN, P. **Como implantar uma área de comunicação interna**: nós, as pessoas, fazemos a diferença. Mauad Consultoria Editorial Ltda, 2005.

CÓL, Ana Flávia Sipoli. **A comunicação interna em departamentos jornalísticos**: um estudo em emissoras de redes de televisão sob o enfoque da gestão da informação. 2010, 340p. Dissertação de mestrado em Comunicação. Universidade Estadual Paulista – UNESP, Bauru – SP.

CRUZ, Érika Mayumi Kato; SEGATTO, Andréa Paula. Processos de Comunicação em cooperações tecnológicas universidade-empresa: Estudos de caso em universidades federais do Paraná. **RAC**, Curitiba, v. 13, n. 3, 5, p. 430-449, jul./ago. 2009.

DAVENPORT, Thomas H. **Ecologia da informação**: por que só a tecnologia não basta para o sucesso na era da informação. 6. ed. São Paulo: Futura, 1998.

FACHIN, Odília. **Fundamentos da Metodologia**. São Paulo: Saraiva, 2006.

FADEL, Bárbara et al. **Gestão, mediação e uso da informação**. In: VALENTIM, Marta (Org.). Gestão, mediação e uso da informação. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010. p. 13-31.

FERREIRA, A. B. H. **Novo dicionário da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

FREIRE, Otávio Bandeira de Lamônica. **Comunicação, cultura e organização**: um olhar antropológico sobre os modos de comunicação administrativa na perspectiva da comunicação integrada. 2009, 263p. Tese de doutorado em Comunicação. Universidade de São Paulo, USP, São Paulo.

GUTIÉRREZ, Mario Pérez. **Gestión del conocimiento em las organizaciones**. Fundamentos, metodologia y práxis.Gijón: Ediciones Trea, 2008.

HOHLFELD, A.; MARTINO, L.C.; FRANÇA, V.V. (org). **Teorias da comunicação**: conceitos, escolas e tendências. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

QUEIROZ, D.G.C; MOURA, A.M.M. Ciência da informação: histórias, conceitos e características. **Em Questão**, Porto Alegre, v.21, n.3, p.25-42, set/dez. 2015.

KELLER, K. **Comunicação Organizacional, sobrevivência empresarial**. Jundiaí-SP, Literarte, 2005.

KUNSCH, Margarida Maria Krohling (org). **Comunicação organizacional:** linguagem, gestão e perspectivas. São Paulo: Saraiva, 2009.

_____,Margarida Maria Krohling (org). **A comunicação como fator de humanização das organizações**. São Caetano do Sul, SP: Difusão Editora, 2010.

_____, Margarida Maria Krohling (org). **Comunicação organizacional estratégica:** aportes conceituais e aplicados. São Paulo: Summus, 2016.

_____, Margarida Maria Krohling. **Comunicação Organizacional**: contextos, paradigmas e abrangência conceitual. Matrizes, São Paulo, v.8, n.2, p. 35-61, jul./dez. 2014.

KOTLER, P. **Administração de Marketing**. São Paulo: Person, 2000.

PIMENTA, M.A. **Comunicação Empresarial**: conceitos e técnicas para administradores. Campinas-SP: Editora Alínea, 2010.

LIRA, W. S et al. A busca e o uso das informações nas organizações. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Minas Gerais, v. 13, n. 1, p.166-183, 2007.

LOPES, Christianne Calado Vieira de Melo. **Compartilhamento de informações gerenciais no contexto interorganizacional**: estudos de casos múltiplos em cadeias de suprimentos. 2017. 186 f., il. Tese (Doutorado em Ciências Contábeis)—Programa Multi-Institucional e Inter-Regional de Pós-Graduação em Ciências Contábeis, Universidade de Brasília, Universidade Federal da Paraíba, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, João Pessoa, 2017.

MAHAMA, H. Management control systems, cooperation and performance in strategic supply relationships: A survey in the mines. **Management Accounting Research**, v.17, p.315–339, 2006.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de Pesquisa:** planejamento e execução de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados. São Paulo: Atlas, 2006.

MARCHIORI, Marlene Regina. **Cultura e comunicação organizacional**. São Caetano do Sul, SP: Difusão Editora, 2006.

MEDRANO, Jorge Arturo Villena. **Comunicação organizacional integrada**: alicerce intrínseco da economia de comunhão. 2007, 265p. Tese de doutorado em Comunicação. Universidade de São Paulo, USP, São Paulo.

PORÉM, Maria Eugenia; Kerbauy, Maria Teresa Miceli. **Um estudo de caso sobre a importância da comunicação organizacional nas instituições privadas de ensino superior (IPES**). Gestão Universitária, v. 226, p. 1-17, 2010. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/124676>. Acesso em 15 de ago. 2020.

OLIVEIRA, I.L.; PAULA, M.A. Aproximações entre a prática da comunicação organizacional e a produção acadêmica do campo. **Revista Latinoamericana de Ciências**.2017. Disponível em: www.alaic.org › revista. Acesso em 03 de março de 2020.

ROBBINS, S. **Fundamentos do Comportamento Organizacional**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2009.

SANGATELLI, L. (et al). **Comunicação e expressão** (recurso eletrônico). Porto Alegre: SAGAH, 2019.

TORQUATO, G. **Tratado de Comunicação.** Organizacional e Política. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002.

_____. **Cultura, poder, comunicação, crise e imagem**: fundamentos das organizações do século XXI. São Paulo: Cengage Learning, 2012.

VALENTIM, M.L.P. Ambientes y flujos de información em contextos empresariales. **Ibersid**, p 55-60, 2009.

_____. **Informação, conhecimento e inteligência organizacional.** Marília: FUNDEPE Editora, 2007.

_____ (org). **Ambientes e fluxos de informação.** São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010.

_____. Gestão da informação e gestão do conhecimento em ambientes organizacionais: conceitos e compreensões. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, v. 1, n. 1, 2008. Disponível em: <http://www.brapci.inf.br/v/a/16104>. Acesso em: 1 set. 2018.

WALKER, Robyn. **Gerenciamento estratégico de comunicação para líderes**. São Paulo: Cengage Learning, 2015.

O PAPEL DAS ORGANIZAÇÕES NA GESTÃO E DESENVOLVIMENTO DO CAPITAL INTELECTUAL: UM ESTUDO DE CASO EM UMA EMPRESA DE PESCADO DA REGIÃO NOROESTE PAULISTA – SP

THE ROLE OF ORGANIZATIONS IN INTELLECTUAL CAPITAL MANAGEMENT AND DEVELOPMENT: A CASE STUDY IN A FISHING COMPANY IN THE NORTHWEST PAULISTA REGION - SP

Desenvolvimento e Integração Regional: Gestão Organizacional e Empreendedorismo.

COLLA, Gabrielly Penariol
UNIFUNEC – Centro Universitário de Santa Fé do Sul/SP
Graduanda em Administração
gabriellycolla06@gmail.com

NAKAGAWA, Natasha Gabriela
UNIFUNEC – Centro Universitário de Santa Fé do Sul/SP
Graduanda em Administração
natasha_nakagawa@hotmail.com

Resumo

O diferencial competitivo de uma organização acontece pela soma de conhecimentos, habilidades, atitudes e valores de seus colaboradores, sejam características individuais ou coletivos. O capital intelectual ganhou reconhecimento por agregar valor às organizações, seus serviços e produtos. A inteligência e a sabedoria das pessoas geram vantagem competitiva; porém, nem sempre ocorre de maneira independente, tornando-se papel das organizações desenvolver de maneira eficaz o conhecimento que almeja em seus colaboradores. O objetivo desta pesquisa é apresentar, através de um estudo de caso em uma empresa de pescado da região Noroeste Paulista, o papel da organização na gestão e desenvolvimento do capital intelectual. Logo, foi realizada uma revisão bibliográfica e um estudo de caso em uma empresa de pescado que realiza investimentos na gestão e desenvolvimento do capital intelectual de seus colaboradores. O método foi exploratório e o instrumento de coleta de dados um questionário, os dados obtidos foram tabulados e apresentados em forma de tabelas. A empresa compreende perfeitamente seu papel na oferta de treinamentos técnicos e cursos para o desenvolvimento dos colaboradores, e investe na formação e desenvolvimento para valorizar seu capital humano. A maioria dos funcionários são favoráveis às metodologias de aplicação e afirmam que o processo de treinamento e desenvolvimento do capital intelectual lhes proporcionam crescimento e segurança na realização das tarefas. Concluindo-se, assim, que o capital intelectual possui significativa importância para ambos, empresa e colaborador, sendo o papel da empresa indispensável no processo de aprendizado e crescimento profissional através do estímulo e desenvolvimento de seu capital intelectual.

Palavras-chave: Desenvolvimento. Capital Intelectual. Organização.

Abstract

The competitive advantage of an organization is the sum of knowledge, motivations, skills, attitudes and values of its employees, whether individual or collective characteristics. Intellectual capital has gained recognition for adding value to organizations, their services and products. People's intelligence and wisdom generate competitive advantage; however, it does not always occur independently, making it the role of organizations to effectively develop the knowledge that their employees crave. The objective of this research is to present, through a case study in a fish company in the Northwest region of São Paulo, the role of the organization in the management and development of intellectual capital. Next, a bibliographic review and a case study were carried out in a fish company that invests in the management and development of the intellectual capital of its employees. The method was exploratory and the data collection instrument a questionnaire, the data obtained were tabulated and presented in tables. The company fully understands its role in offering technical training and courses for the development of employees, and invests in training and

development to enhance its human capital. Most employees are in favor of application methodologies and claim that the process of training and developing intellectual capital provides them with growth and security in carrying out tasks. In conclusion, therefore, that intellectual capital has significant importance for both the company and the employee, with the role of the company being indispensable in the process of learning and professional growth through the stimulation and development of its intellectual capital.

Keywords: Development. Intellectual capital. Organization.

1 INTRODUÇÃO

A vida em sociedade é constituída de inúmeras interações com outras pessoas e com organizações, devido, principalmente, às limitações individuais dos seres humanos que se tornam obrigados a conviver e cooperar uns com os outros. Para alcançar objetivos, que sozinhos não poderiam, as pessoas passam a formar organizações, e as fazem embasadas pelo fato de que todos precisam de produtos e serviços para viver.

O Capital Intelectual é um instrumento que gera um conhecimento melhor para a empresa, trazendo um privilégio no aumento de produtividade e melhoria para produção e serviço da organização, proporcionando o alcance dos objetivos organizacionais, dando mais reconhecimento para cada colaborador. O capital intelectual faz a junção do capital humano, que é a capacidade de conhecimento e habilidades de cada pessoa. O capital intelectual é toda a infraestrutura da empresa que é o que propicia um diferencial para as organizações nas quais é aplicado.

Dessa forma, observa-se que quando utilizado adequadamente, o capital intelectual pode proporcionar um crescimento para a organização e seus colaboradores, uma vez que traz um diferencial para a empresa.

É inquestionável a necessidade de adaptação às mudanças que ocorrem no mundo. Por isso, lançar mão do capital intelectual torna-se tão importante dentro de uma organização, já que melhora o desempenho da equipe, permite maior flexibilidade e favorece uma convivência mais harmoniosa, pois ele compõe tanto a estrutura organizacional como a estrutura interna.

O objetivo principal desta pesquisa é apresentar, através de um estudo de caso, o papel da organização na gestão e desenvolvimento do capital intelectual em uma empresa de pescado da região Noroeste Paulista. Para isso, traz como objetivos específicos: identificar a importância do desenvolvimento intelectual nas organizações, reconhecer o papel da gestão do capital intelectual e destacar diferentes maneiras nas quais o capital intelectual pode ser desenvolvido.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

No novo cenário das organizações, as pessoas deixam de ser um desafio para as empresas e tornam-se a solução de seus problemas e uma vantagem competitiva, no qual compreende-se como lidar com elas. Dessa forma, as pessoas deixam de ser o recurso mais importante, para serem o parceiro essencial das organizações que lhe oferece inteligência, dinâmica e vigor (CHIAVENATO, 2009).

As organizações são capazes de serem tudo, mas se não houver as pessoas, elas nada serão. Assim, aprofundam-se nas interações humanas a fim de desvendar-lhes para que consigam compreender o meio dos negócios e atuar nele de maneira consequente (VERGARA, 2016).

O mundo dos negócios está continuamente em mudança e ocasiona vários desafios para as gestões organizacionais. Em frente a esse cenário, o potencial humano irá ser capaz de contribuir de maneira imensurável para as empresas, desde que estas entendam que o conhecimento é uma virtude pessoal e um recurso significativo, quando compartilhado na empresa (KANAANE; ORTIGOSO, 2010).

Segundo Chiavenato (2009), as pessoas não são apenas simples recursos humanos organizacionais, mas especialmente como os componentes impulsionadores das empresas e aptos a compô-las de talentos, inteligência e dos conhecimentos fundamentais para sua contínua renovação e competitividade em uma era de desafios e mudanças.

Em uma organização, tudo começa pelas pessoas, desta forma a capacidade da organização aumenta por meio dos conhecimentos das pessoas. O que compõe seu conhecimento, suas técnicas, habilidades e princípios que a empresa necessita para que sejam realizadas suas atividades. Assim, para que a empresa se desenvolva, ela necessita das pessoas, já que a única fonte para gerar qualquer conhecimento é o cérebro humano. Desta forma, o conhecimento amplia a capacidade de

renovação das instituições (TURRA, 2015).

O diferencial entre as organizações não pertence mais às máquinas usadas na produção, e sim, à somatória do conhecimento coletivo constituído e adquirido, às habilidades inovadoras, às atitudes, valores e motivação dos indivíduos que as compõem e o nível de satisfação do consumidor. E são chamados de ativos intangíveis, os conhecimentos explícitos que criam valor econômico para as organizações a qual sua origem está propriamente relacionada aos colaboradores das empresas (REZENDE, 2002).

De acordo com Chiavenato (2010), o desenvolvimento de pessoas é ligado intimamente com a educação, com isso tem uma necessidade de o ser humano mostrar suas capacidades inatas ou adquiridas por meio de uma formação. A habilidade está muito associada com o conhecimento, que acaba passando a ser um dos recursos mais importantes e fundamentais para adquirir o desenvolvimento.

Willerding (2015, p. 23) afirma que a era do conhecimento é a “esfera do conhecimento, do reconhecimento, da compreensão, da experiência, da informação, da interrogativa, submergindo nas descobertas”. E ainda atribui “a um processo de retroalimentação, em que o conhecimento adquirido é refinado, tornando o indivíduo mais inteligente, sutil, sagaz, inquisitivo e intenso”.

A criação do conhecimento dedica-se em como as empresas podem formar conhecimento interiormente delas mesmas, aplicando esse conhecimento para inovar não só nos seus processos e produtos, mas além disso para ter uma inovação no próprio ambiente do qual elas fazem parte (CARVALHO, 2012).

Segundo Sampaio, Reis e Martinho (2019), o conhecimento ocorre com uma combinação de experiências, informação contextualizada, valores e intuição que proporcionam uma forma de análise na mente de cada pessoa que lhe concede avaliar e absorver novas experiências e informações. O conhecimento proporciona a subjetividade que é ligada a cada indivíduo, conforme as suas experiências próprias e aprendizagem, cada pessoa pode enxergar representações diferentes tendo base na mesma informação, isto é, o conhecimento é a consequência mental de atrair informações e com elas alcançar novas descobertas.

De acordo com Rosseti & Morales (2007), a gestão do conhecimento e tecnologia da informação ocorre de maneira complicada, pois tem um envolvimento de vários fatores intangíveis, como pessoas, conhecimento tácito, explícito e estruturais de base tecnológica, a cultura organizacional. Diante dessa diversidade, a área de tecnologia vem se tornando um fator importante e estratégico para manter a empresa competitiva no mercado.

Guthrie (2001) realça que os ativos intelectuais da era do conhecimento são uns dos fundamentos mais significativos para a concorrência das empresas, pois é possível informar que esses ativos intelectuais como conhecimento, ideias, experiência, competências e inovação de pessoas, quando são identificados, geram agregação de valor ao negócio**.**

De acordo com Ferreira (2015), competência é uma possibilidade de movimentar um grupo de recursos que envolve saberes, capacidades, informações entre outros, para resolver devidamente os problemas. Representando uma somatória de conhecimento, habilidade e atitude e uma agregação de valor que devem ser colocados em prática para conseguir conquistar o objetivo desejado.

Fleury e Lacombe (2003) concluíram que o conceito de competência é um conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes que esclarecem um desempenho, acreditando-se que os melhores são baseados na inteligência e na personalidade das pessoas. Portanto, reconhece-se a capacidade como um depósito de recursos que o indivíduo tem. As tarefas do cargo ou a posição ocupada pela pessoa irão explicitar sua competência individual. Com esse raciocínio, a competência pode ser considerada apenas um rótulo mais moderno para administrar uma realidade organizacional ainda fundada nos princípios do Taylorismo e Fordismo.

Na nova era de organizações que usam o conhecimento como elemento de agregar valor, o capital intelectual destaca-se como a razão definitiva de vantagem competitiva. Assim, o capital intelectual é compreendido como a somatória dos ativos intangíveis da organização, sendo criado a começar da troca de diversas dimensões, tais como capital humano, estrutural e relacional (FRAGA et al., 2017).

O capital intelectual integra a matéria intelectual, tal como a propriedade intelectual, informação, conhecimento e experiências que são capazes de criar riqueza. O capital intelectual é o conhecimento existente dentro da organização, e pode ser utilizado para desenvolver uma vantagem competitiva, dando assim chances de a empresa sobreviver e crescer. (SPERAFICO; ENGELMAN; GONÇALVES, 2017).

De acordo com Freire, Souza e Pereira (2015), capital intelectual refere-se ao conjunto de ideias, informações e conhecimentos encontrados nas empresas, sendo capaz de gerar valor aos serviços ou produtos oferecidos, por meio da aplicação da inteligência e sabedoria, não envolvendo o capital financeiro.

Segundo Stefano e Sartori (2016), o capital intelectual é a somatória do conhecimento de todos os indivíduos em uma empresa, garantindo vantagem competitiva, através dos resultados obtidos pelos colaboradores.

O capital intelectual pode ser utilizado por diversos indivíduos simultaneamente, e o oposto dos ativos tangíveis que se desgastam com sua utilização, o capital intelectual não sofre esse desgaste, o próprio se valoriza com seu uso por causa de seu desenvolvimento (SANTOS, 2016).

O capital intelectual tem sua fórmula como: capital intelectual= capital humano + capital estrutural. O capital humano é a capacidade, conhecimento, experiências e habilidades dos funcionários de uma empresa para a realização de suas tarefas, e o capital estrutural é toda a infraestrutura que apoia o capital humano, isto é tudo que fica na organização, quando os colaborados vão para suas casas (VAZ; VIEGAS; MALDONADO, 2016).

O capital humano é um dos recursos para ter uma capacidade de gerar um melhoramento para a empresa, com suas capacidades, conhecimento e a suas habilidades, criatividade, colocando seus valores, trazendo melhorias para a organização (STRAIOTO, 2000).

De acordo com Moreira, Violin e Silva (2014), o capital humano é tratado como um conjunto de habilidades e conhecimentos das pessoas que estão dentro de uma empresa, ele é um capital que proporciona competência suficiente para encontrar uma solução que pode ser oferecida aos clientes.

Para que os funcionários tenham um nível de satisfação e a valorização do capital humano aumente, eles precisam gerar situações para que tenham uma avaliação da contribuição das pessoas com as quais mantenham relações de trabalho e na qual as empresas e as pessoas sejam capazes de agregar suas expectativas de forma dinâmica (CARLOS, 2012).

De acordo com Edvinsson e Malone (1998, p. 32), o capital estrutural é tudo que fica na organização, após os funcionários irem embora, é o conhecimento que se conseguiu adquirir como o banco de dados, os manuais de procedimento; ele tem um desenvolvimento melhor para o capital humano, estabelecendo uma relação de troca de benefícios entre ambos.

A importância do capital estrutural para as organizações é que ele compõe tanto os assuntos associadas ao apoio organizacional, como a estrutura interna da empresa e as bases tecnológicas (POSPICHIL, et al. 2018).

O capital relacional é construído por um conjunto de relações da empresa com o público externo (clientes, empregados, fornecedores ou parceiros), acrescentando no seu valor, gerando conhecimento para a organização como um todo, a empresa e seus clientes conseguem aumentar o capital intelectual, podendo gerar novos clientes (STEWART, 1998).

Carvalho (2011) diz que o capital do cliente é uma junção entre a maior satisfação do cliente e a obtenção de resultados financeiros melhor. Quando as necessidades do cliente são atendidas, ele fica satisfeito e expõe três características sendo elas: lealdade, maior volume de negócios e inconceptibilidade ao poder de persuasão de seus concorrentes.

Oliveira (2014) argumenta que o capital intelectual acrescenta nas organizações a função de relacionar os funcionários, clientes, fornecedores e parceiros em benefício da organização para que tenha um ótimo ambiente entre eles, fazendo com que estejam satisfeitos e orgulhosos do produto que estão inserindo no mercado.

A gestão do capital intelectual tem como finalidade assegurar-se de que os conhecimentos de cada pessoa dentro das instituições estão sendo utilizados de maneira a conduzir vantagens competitivas à organização, e quais os fatores resultem de forma a apropriar esses conhecimentos. Comprova-se, então, que há uma crescente na necessidade do uso do capital intelectual, em todos níveis e procedimentos organizacionais, e confirma-se um grande investimento no desenvolvimento do capital intelectual (FRAGA et al., 2017).

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Inicialmente foi realizada uma pesquisa bibliográfica em livros e artigos de periódicos sobre o tema e na sequência uma empresa da região foi escolhida para a aplicação e desenvolvimento de um estudo de caso.

A pesquisa bibliográfica, ou de fontes secundárias, abrange toda a bibliografia já tornada pública em relação ao tema em estudo, com o objetivo de colocar o pesquisador em contato direto com o que existe sobre determinado assunto (MARCONI E LAKATOS, 2006).

Para Yin (2001), o estudo de caso é um estudo empírico que investiga um fenômeno atual, dentro de seu contexto de realidade, quando as fronteiras entre o fenômeno e o contexto não são claramente definidas e no qual são utilizadas várias fontes de evidência.

O método utilizado foi exploratório e o instrumento de coleta de dados um questionário qualitativo e quantitativo.

A finalidade da pesquisa exploratória é relacionar-se com um tema que ainda é pouco conhecido, pouco explorado. Afirmam Prodanov e Freitas (2013) que a pesquisa exploratória tem como intuito favorecer mais informações sobre o tema a ser estudado, proporcionando seu conceito e seu delineamento, isto é, facilitando a delimitação do assunto da pesquisa.

O questionário consiste em um conjunto de questões, com a finalidade de proporcionar os dados relevantes para se alcançar os objetivos do projeto (PARASURAMAN, 1991). O questionário "[...] refere-se a um meio de obter respostas às questões por uma fórmula que o próprio informante preenche" (CERVO & BERVIAN, 2002, p. 48).

A pesquisa qualitativa é capaz de proporcionar bases para entender processos de gestão e humaniza a pesquisa por realçar as interações humanas (GEPHART, 2004). Já pesquisa quantitativa, de acordo com Richardson (1999), se caracteriza pela utilização da quantificação, bem como nas modalidades de coleta de informações e na análise delas através de métodos estatísticos.

Para o desenvolvimento da pesquisa foi realizado contato telefônico com o setor de ARH de uma empresa e encaminhado, via aplicativo, o questionário para apreciação do proprietário a fim de obter a autorização. É importante ressaltar que o mesmo solicitou apenas para autorização que o nome da empresa fosse mantido em anonimato.

O setor de pessoal fez a distribuição dos questionários por aplicativo de mensagens, via celular, e o resultado do respondente foi encaminhado diretamente às pesquisadoras.

O critério de inclusão foi pertencer ao nível tático da empresa, o que, automaticamente, tornou a não participação nesse nível de atuação um critério de exclusão.

Com finalização da pesquisa com 100% de adesão do público-alvo, os dados obtidos foram tabulados e apresentados em forma de tabela para melhor apreciação e análise dos resultados.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 DIMENSÃO 1 - Perfil dos entrevistados:

Com relação ao perfil dos entrevistados, esta pesquisa destaca informações básicas como: sexo, renda, formação profissional, bem como tempo de atuação na empresa.

Assim, 52,50% dos respondentes são do sexo feminino e 47,50% do sexo masculino.

A remuneração corresponde a: 47,50% dos entrevistados ganham entre R$ 1.600,00 a R$3.200,00; 22,50% ganham de R$ 3.201,00 a R$ 6.300,00; 17,50% correspondem a R$ 6.301,00 a R$ 10.500,00 e 10% dos entrevistados ganham de R$ 10.501,00 a R$ 21.000,00.

Com relação à formação profissional, 2,50% tem o ensino fundamental I, 2,50% possuem o fundamental II completo, 32,50% ensino médio completo 32,50% tem nível superior completo, 27,50% possuem MBA, Pós-graduação ou Especialização e 2,50% possuem Mestrado ou Doutorado.

4.2 DIMENSÃO 2 – Investimento em treinamento e desenvolvimento

Abaixo, segue o quadro 1 elaborado de acordo com as questões acerca do investimento em treinamento e desenvolvimento dos colaboradores.

Ao realizar uma avaliação sobre o investimento em treinamento e desenvolvimento dos respondentes, de acordo com o quadro 1 acima apresentado, fica claro o nível de comprometimento com o capital humano dos colaboradores. Destacando-se alguns pontos, 57,50% dos entrevistados concordam totalmente que a empresa aposta na formação, desenvolvimento e valorização do capital humano, 37,50% concordam em partes e os outros 5% se dividem entre os funcionários que não têm uma opinião sobre o assunto e os que discordam em partes. Ainda, destaca-se o fato de que 37,50% a 52,50% dos entrevistados concordam que é garantido a formação para desenvolverem suas funções e 7,50% discordam dessa afirmaçã

Quadro 1 – Investimento em treinamento e desenvolvimento

	Questões	Concordo totalmente	Concordo em partes	Não tenho uma opinião sobre o assunto	Discordo em partes	Discordo totalmente
1	A empresa aposta na formação como forma de desenvolvimento e valorização do seu capital humano?	57,50%	37,50%	2,50%	2,50%	0%
2	É assegurada a formação necessária para o desenvolvimento de competências associadas à minha função:	52,50%	37,50%	2,50%	7,50%	0%
3	Sinto que a empresa promove a aprendizagem e desenvolvimento técnico e operacional	42,50%	50%	2,50%	5%	0%
4	Sinto que as habilitações e o know-how dos colaboradores são valorizados na empresa:	32,50%	47,50%	15%	5%	0%
5	Sinto que a empresa promove a aprendizagem individual e organizacional dos colaboradores:	46,15%	43,59%	2,56%	5,13%	2,56%
6	Vejo a formação e os workshops disponibilizados pela empresa como um benefício:	67,50%	17,50%	10%	5%	0%

Fonte: Pesquisadores.

o.

Entre os respondentes, 42,50% concordam totalmente e 50% concordam em partes que a empresa promove a aprendizagem e desenvolvimento técnico e operacional e 5% discordam em partes. E quando questionados sobre a valorização de suas habilitações e *know-how* dentro da empresa 47,50% concorda em partes e 15% não têm uma opinião sobre o assunto.

Com relação a proporcionar a aprendizagem individual e organizacional dos colaboradores, 43% a 47% dos entrevistados concordam que a empresa promove essas aprendizagens e 5,13% discordam em partes desta afirmação. Apesar disso, 67,50% dos funcionários concordam totalmente que as formações e workshops oferecidos pela empresa são um benefício.

4.3 DIMENSÃO 3 – Competências pessoais

Podemos observar, no quadro 2, os questionamentos sobre as competências pessoais dos entrevistados.

Quadro 2 – Competências pessoais

QUESTÕES	Concordo totalmente	Concordo em partes	Não tenho uma opinião sobre o assunto	Discordo em partes	Discordo totalmente
1 Compreendo claramente as minhas funções e tenho confiança nas minhas competências para realizá-las:	92,50%	7,50%	0%	0%	0%
2 Sei o que é necessário e o que é esperado de mim no exercício das minhas funções:	75%	20%	5%	0%	0%
3 Reconheço que detenho diversas competências e talentos nas mais variadas áreas da empresa:	50%	42,50%	5%	2,50%	0%

Fonte: Pesquisadores.

Quando questionados sobre as competências pessoais, 92,50% dos colaboradores concordam totalmente que compreendem suas funções e têm confiança para realizá-las. Também se destaca que 75% dos entrevistados concordam totalmente e 20% concordam em partes quanto à afirmação de que “sabe o que é necessário e o que é esperado no exercício de suas funções”.

Ainda sobre as competências pessoais, 50% dos entrevistados concordam totalmente que possuem diversas competências e talentos nas mais variadas áreas da empresa.

4.4 DIMENSÃO 4 – Relacionamento entre pares e hierarquia

As questões acerca dos relacionamentos entre pares e hierarquia dentro da organização, estão listadas no quadro 3.

No tocante ao relacionamento entre pares e hierarquia, 85% dos colaboradores concordam que a empresa valoriza e promove os trabalhos em grupo e 10% não têm uma opinião sobre a afirmação. No entanto, 45% dos entrevistados concordam totalmente que a empresa promove com frequência os trabalhos em equipe e partilha de conhecimento; 37,50% concordam em partes; 7,50% discorda em partes e 5% discordam totalmente dessa afirmação.

Quando questionados sobre a existência do senso de responsabilidade coletiva, 75% concordam que todos estão cientes de que fazem parte da mesma equipe e 7% a 15% discordam dessa afirmação.

Sobre as equipes de direção com quem os colaboradores se relacionam, 32,50% a 52,50% concordam que podem contar com a cooperação e envolvimento dos mesmos; já de 2,50% a 7,50% dos colaboradores discordam com essa afirmação. E também se destaca que 80% dos entrevistados concordam que o nível de confiança entre os diversos níveis hierárquicos promove fortes relações de cooperação; 12,50% não têm uma opinião sobre o assunto e 7,50% discordam em partes.

Quadro 3 – Relacionamento entre pares e hierarquia

	QUESTÕES	Concordo totalmente	Concordo em partes	Não tenho uma opinião sobre o assunto	Discordo em partes	Discordo totalmente
1	A empresa valoriza e promove os trabalhos realizados em grupo:	40%	45%	10%	2,50%	2,50%
2	A empresa promove com frequência o trabalho em equipe e a partilha de conhecimento:	45%	37,50%	5%	7,50%	5,0%
3	Na empresa existe um senso de responsabilidade coletiva / todos sabem que fazem parte da mesma equipe:	37,50%	37,50%	2,50%	15%	7,50%
4	Posso contar com a cooperação e envolvimento das outras direções com quem me relaciono:	52,50%	32,50%	5%	7,50%	2,50%
5	O nível de confiança entre os diversos níveis hierárquicos promove fortes relações de cooperações:	40%	40%	12,50%	7,50%	0%

Fonte: Pesquisadores.

4.5 DIMENSÃO 5 – Desenvolvimento das funções

Subsequentemente, no quadro 4 são apresentadas as questões relacionadas ao desenvolvimento das funções dos entrevistados.

Na questão de desenvolvimento das funções, 60% dos colaboradores alegam que a empresa disponibiliza tudo que é necessário para a execução de suas funções e 2,50% discorda em partes. E 97,50% dos entrevistados têm acesso às informações relevantes para a aplicação de suas funções e responsabilidades; e 2,50% discordam em partes.

A respeito da autonomia adequada dada pela chefia para a execução das funções, 77,50% dos colaboradores concordam totalmente e 5% discordam em partes. Ainda, 95% dos entrevistados concordam que suas ideias e opiniões são ouvidas pela chefia, 2,50% não têm opinião sobre o assunto e 2,50% discordam em partes.

Quadro 4 – Desenvolvimento das funções

	QUESTÕES	Concordo totalmente	Concordo em partes	Não tenho uma opinião sobre o assunto	Discordo em partes	Discordo totalmente
1	A empresa disponibiliza os recursos/meios necessários para o exercício das minhas funções:	60%	37,50%	0%	2,50%	0%
2	Tenho acesso a informação relevante para as minhas funções e responsabilidades:	75%	22,50%	0%	2,50%	0%
3	A minha chefia dá-me a autonomia adequada para a função que exerço:	77,50%	17,50%	0%	5%	0%
4	As minhas ideias e opiniões são ouvidas pela minha chefia:	67,50%	27,50%	2,50%	2,50%	0%

Fonte: Pesquisadores.

4.6 DIMENSÃO 6 – Investimento em Inovação e Tecnologia

Por fim, no quadro 5 estão listadas as questões sobre o investimento em inovação e tecnologia pela a organização.

Em relação ao investimento em inovação e tecnologia, 87,50% dos colaboradores concordam totalmente que a organização procura construir e consolidar a sua marca e reputação como empresa inovadora. Ainda, 95% dos colaboradores concordam que a qualidade do serviço prestado aos clientes é uma condição fundamental da empresa para manter o seu trabalho, 2,50% não têm opinião sobre o assunto e 2,50% discordam em partes.

Com relação à transformação de ideias/sugestões de colaboradores em inovação, 50% dos entrevistados concordam totalmente que a empresa transforma regularmente essas ideias; 37,50% concordam em partes e 12,50% não possuem opinião sobre o assunto. E com isso 90% dos colaboradores concordam que a empresa apoia novos conceitos e ideias, 7,50% não têm opinião sobre o assunto e 2,50% discordam em partes.

E por fim, 62,50% dos colaboradores concordam totalmente que podem realizar trabalhos criativos ou inovadores sem se sentirem ameaçados ou julgados; 25% concordam em partes; 7,50% não possuem opinião formada sobre o assunto e 5% discordam em partes.

Assim percebe-se que existe um *feedback* positivo por parte dos colaboradores na forma como a empresa investe em treinamento e desenvolvimento humano, sendo o resultado deste estudo uma confirmação da importância do papel da organização nesse processo.

Quadro 5 – Investimento em Inovação e Tecnologia

	QUESTÕES	Concordo totalmente	Concordo em partes	Não tenho uma opinião sobre o assunto	Discordo em partes	Discordo totalmente
1	A empresa procura construir e consolidar a sua marca e reputação como empresa inovadora:	87,50%	7,50%	2,50%	2,50%	0%
2	A qualidade do serviço prestado aos clientes é uma condição fundamental da empresa para manter meu trabalho:	90%	5%	2,50%	2,50%	0%
3	A empresa transforma regularmente ideias/sugestões de colaboradores em inovação:	50%	37,50%	12,50%	0%	0%
4	A empresa apoia novos conceitos e ideias:	65%	25%	7,50%	2,50%	0%
5	Sinto que posso realizar trabalhos criativos ou inovadores sem me sentir ameaçado ou julgado:	62,50%	25%	7,50%	5%	0%

Fonte: Pesquisadores.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A empresa utiliza o treinamento técnico e desenvolvimento de cursos e workshops, para expandir o conhecimento de seus colaboradores, ampliando assim o capital intelectual.

Com base no resultado da pesquisa, os colaboradores se sentem satisfeitos em relação ao treinamento e desenvolvimento que a empresa proporciona, apontando que ela oferece maior segurança e também crescimento pessoal; porém, consideram que alguns critérios podem ser melhorados.

É comum a afirmação em estudos que um dos maiores problemas com relação a treinamento e desenvolvimento nas empresas se dá pelo fato de que treinar e desenvolver pessoas é visto apenas como um custo e não um investimento.

Entender que ao desenvolver as pessoas, a empresa automaticamente se desenvolve é permitir o amadurecimento funcional e maior estabilidade no mercado à organização. Este estudo aponta que a empresa foco da realização compreende perfeitamente a necessidade de oferecer treinamentos técnicos e cursos necessários para o desenvolvimento dos colaboradores, apontando, inclusive, que a mesma aposta na formação como forma de desenvolvimento e valorização do seu

capital humano. Também é válido destacar que a maioria dos colaboradores da instituição pesquisada demonstra ser favorável à sua metodologia de aplicação, afirmando que o processo de treinamento e desenvolvimento do capital intelectual lhe proporciona crescimento e, consequentemente, o desenvolvimento organizacional.

Conclui-se, assim, que o capital intelectual possui significativa importância para ambos, empresa e colaborador, sendo o papel da empresa indispensável nesse processo de aprendizado e crescimento profissional através do estímulo ao desenvolvimento do capital intelectual.

REFERÊNCIAS

CARLOS, Caroline Mazon Gomes; BAZON, Sebastião; OLIVEIRA, Wdson de. **A Importância Do Treinamento E Desenvolvimento Nas Empresas De Pequeno Porte Na Cidade De Araras**. 2012. Disponível em: https://www.webartigos.com/artigos/a-importancia-do-capital-humano-nas-organizacoes/145381. Acesso em: 12 abr. 2020.

CARVALHO, Robson. **Capital Intelectual**. 2011. Disponível em: https://administradores.com.br/artigos/capital-intelectual. Acesso em: 12 abr. 2020.

CARVALHO, Fábio. **Gestão do Conhecimento**. São Paulo: Editora Pearson. 2012.

CERVO, A. L. BERVIAN, P. A. **Metodologia científica**. 5.ed. São Paulo: Prentice Hall, 2002.

CHIAVENATO. Idalberto. **Administração de recursos humanos:** fundamentos básicos Idalberto Chiavenato. - 7. ed. rev. e atual. – Barueri, SP: Manole, 2009.

CHIAVENATO, I. ***Gestão de pessoas:*** o novo papel dos recursos humanos nas organizações. 3. ed. Rio de Janeiro: Elsevier. 2010.

EDVINSSON, L.; MALONE, M. S. **Capital intelectual:** descobrindo valor real de sua empresa pela identificação de seus valores internos. São Paulo: Makron Books, 1998.

FERREIRA, Patrícia Itala. **Gestão por competências**. Organização: Andrea Ramal. - 1. ed. - Rio de Janeiro: LTC, 2015.

FLEURY, M.T., LACOMBE, B. **A Gestão por Competências e a Gestão de Pessoas:** um balanço preliminar de resultados de pesquisa no contexto brasileiro. In: Iberoamerican Academy of Management, 2003.

FRAGA, Bruna Devens et al. **Business Intelligence:** métodos e técnicas de gestão do conhecimento e as tendências para avanços do capital intelectual. 2017. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/3504/350454065003.pdf>. Acesso em: 12 de abril 2020.

FREIRE, Herick Jhonny Fernandes; SOUZA, Gerson Martins de; PEREIRA, Alonso Luiz. **O Capital Intelectual Nas Organizações Públicas.** 2015. Disponível em: <http://revista.faculdadeprojecao.edu.br/index.php/Projecao1/article/view/478/422>. Acesso em: 12 abril 2020.

GEPHART, R.. Qualitative research and the Academy of Management **Journal. Academy Of Management Journal. Seattle**, p. 454-461. ago. 2004. Disponível em: <https://journals.aom.org/doi/abs/10.5465/amj.2004.14438580>. Acesso em: 10 maio 2020.

GUTHRIE, J. The management, measurement and the reporting of intellectual capital. **Journal of Intellectual Capital**, v.2, n.1, 2001.

KANAANE, Roberto. ORTIGOSO, Sandra Aparecida Formigari. **Manual de treinamento e desenvolvimento do potencial humano**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MARCONI, M.A.; LAKATOS, E.M. **Fundamentos de metodologia científica**. 6. edição. São Paulo, Atlas, 2006.

MOREIRA, Fabiano Greter; VIOLIN, Fábio Luciano; SILVA, Luciana Codognoto da. Capital intelectual como vantagem competitiva: um estudo bibliográfico. **Revista de Carreiras Pessoais**, São Paulo, v. 4, n. 3, p.296-311, set. 2014. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/ReCaPe/article/view/21839/16084>. Acesso em: 12 abril 2020.

OLIVEIRA, Tatiane Ferreira. **Capital Intelectual: o bem intangível como diferencial no mercado globalizado.** 2014. Disponível em: http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:_E9eqFyjdQsJ:colegioruibarbosaandradina.com.br/editora/index.php/interatividade/article/download/86/136+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br. Acesso em: 12 abr. 2020.

PARASURAMAN, A. **Marketing research**. 2. ed. Addison Wesley Publishing Company, 1991.

POSPICHIL, Bruna; SCHIMDT, Serje; ENGELMAN, Raquel; NODARI, Cristine Hermann. **Capital Intelectual Individual E Coletivo:** Estudo Em Uma Indústria Química. 2018. Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/adm/article/view/2175-8077.2018v20n51p8/pdf. Acesso em: 12 abr. 2020.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. D. **Metodologia do trabalho científico: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico**. 2ª. ed. Novo Hamburgo: Universiade Freevale, 2013.

REZENDE, Yara. **Informação para negócios:** os novos agentes do conhecimento e a gestão do capital intelectual. 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ci/v31n2/12915.pdf>. Acesso em: 12 abril 2020.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

ROSSETI, A. & MORALES, A. **O papel da tecnologia da informação na gestão do conhecimento**. Ciência da Informação, v. 36, n. 1, p. 124-135, 2007.

SAMPAIO, Marta Correia; REIS, Isabel Pinto dos; MARTINHO, Filipa. **O Papel Da Gestão Do Conhecimento Na Estratégia Organizacional**. 2019. Disponível em: https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/30244/1/ecUI%26D-2019.pdf. Acesso em: 12 abr. 2020.

SANTOS, Ariane dos. **Influência Da Aprendizagem Organizacional E Do Capital Intelectual Na Competitividade E Mortalidade Empresarial:** um estudo sobre os participantes do programa bom negócio paraná. 2016. Disponível em: <http://tede.unioeste.br/bitstream/tede/846/1/Ariane.pdf>. Acesso em: 12 de abril 2020.

SPERAFICO, João Henrique; ENGELMAN, Raquel; GONÇALVES, Manuela Albornoz. **Capital Intelectual Organizacional E Inovação Em Micro E Pequenas Empresas De Base Tecnológica.** 2017. Disponível em: <https://repositorio.unp.br/index.php/raunp/article/view/1596>. Acesso em: 12 abril 2020.

STEWART, T. A. **Capital intelectual**: a nova vantagem competitiva das empresas. Rio de Janeiro: Campus, 1998.

STEFANO, Nara Medianeira; SARTORI, Simone. **A Gestão Do Conhecimento E O Capital Intelectual:** Enfoque Teórico Para Discussão. 2016. Disponível em: <http://revistas.ubiobio.cl/index.php/RI/article/view/2783/3201>. Acesso em: 12 abril 2020.

STRAIOTO, D. M.G.T. A contabilidade e os ativos que agregam vantagens superiores e sustentáveis de competitividade – Capital intelectual. **Revista Brasileira de Contabilidade,** n. 124, 2000.

TURRA, Salete et al. **Efeitos Do Capital Intelectual Sobre O Desempenho Financeiro Em Empresas Brasileiras E Chilenas.** 2015. Disponível em: <http://periodicos.ufc.br/contextus/article/view/637>. Acesso em: 12 de abril 2020.

VAZ, Caroline; VIEGAS, Claudia Viviane; MALDONADO, Mauticio Uriona. **Valorização do capital intelectual para as organizações.** 2016. Disponível em: <http://www.inovarse.org/sites/default/files/T16_209_0.pdf>. Acesso em: 12 de abril 2020.

VERGARA, Sylvia Constant. **Gestão de pessoas**. – 16. ed. – São Paulo: Atlas, 2016.

WILLERDING. **Treinamento E Desenvolvimento De Pessoas E Seu Impacto No Atingimento De Metas De Vendas Na Era Do Conhecimento**. 2015. P.23. Disponível em: http://periodicos.unincor.br/index.php/revistaunincor/article/view/3397/pdf_679. Acesso em: 12 abr. 2020.

YIN, R.K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. 3. edição. Porto Alegre: Bookman, 2001.

O PROJETO "BOAS PROVOCAÇÕES MEDIADAS PELAS HISTÓRIAS INFANTIS": SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE FRANCA-SP

THE PROJECT "GOOD PROVOCATIONS MEDIATED BY CHILDREN'S STORIES": MUNICIPAL SECRETARIAT OF EDUCATION IN FRANCA-SP

Área temática: 1.5 Educação e Desenvolvimento.

SOUZA-LOPES, Angélica Vieira de
Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", campus de Rio Claro
Pós-doutoranda, doutora, mestra, bacharela e licenciada em Geografia,
Membra do Observatório de Desigualdades de Franca – UNESP Franca
angelicaviso.geo@gmail.com
KEMP, Ana Clara Paris
Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", campus de Franca
Graduanda em Relações Internacionais e bolsista do Observatório de Desigualdades de Franca
anacpkemp@gmail.com

Resumo

O presente trabalho apresenta parte das reflexões e resultados de investigação científica do Observatório de Desigualdades de Franca da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" – UNESP Franca, tem por objetivo analisar o Projeto "Boas Provocações Mediadas Pelas Histórias Infantis", da Secretaria Municipal de Educação de Franca – SP, adotado pelo município durante a pandemia de COVID-19. Os procedimentos metodológicos consistem em uma pesquisa de caráter qualitativo a partir da observação do Canal no Youtube da Secretaria Municipal de Educação de Franca – SP, intitulado "Leitura aqui de casa" referente à contação de histórias na contribuição da aprendizagem dos alunos. O recorte analítico aqui apresentado baseia-se na relevância do entendimento das propostas do município para o ensino, durante a Pandemia de COVID-19. O objetivo deste trabalho é a análise da utilização do recurso audiovisual, a fim de proporcionar aprendizagem ao aluno por meio lúdico e reflexivo. As histórias infantis podem auxiliar o educando por meio das problemáticas propostas em comparação a situações reais. Portanto, por meio da contação de história, o educando participa de atividades lúdicas, que promovem reflexão sobre valores humanos, hábitos e atitudes exibidas pelos recursos de audiovisual.

Palavras-chave: Franca - SP, Histórias Infantis, Audiovisual.

Abstract

This article presents part of the reflections and results of scientific research from the Inequalities of Franca's Observatory of the São Paulo State University "Júlio de Mesquita Filho" - UNESP Franca, aims to analyze the Project "Good Provocations Mediated by Children's Stories", of the Municipal Secretariat of Education in Franca - SP, adopted by the municipality during the COVID-19 pandemic. The methodological procedures consist of a qualitative research based on the observation of the YouTube Channel of the Municipal Education Department of Franca - SP, entitled "Reading here at home" regarding storytelling in the contribution of students' learning. The analytical framework presented here is based on the relevance of understanding the municipality's proposals for teaching, during the COVID-19 Pandemic. The aim of this work is to analyze the use of the audiovisual resource, in order to provide learning to the student through playful and reflective means. Children's stories can help the student through the proposed problems compared to real situations. Therefore, through storytelling, the student participates in playful activities, which promote reflection on human values, habits and attitudes displayed by audiovisual resources.

Keywords: Franca – SP, Children-s stories, Audiovisual.

1. Introdução

O presente trabalho apresenta parte das reflexões e resultados de investigação científica do Observatório de Desigualdades de Franca da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" – UNESP Franca, tem por objetivo analisar o Projeto "Boas Provocações Mediadas Pelas Histórias Infantis" da Secretaria Municipal de Educação de Franca – SP, adotado pelo município durante a pandemia de COVID-19. A utilização de tecnologia de informação e comunicação para ampliar a divulgação da contação de história pode ser muito importante no incentivo a leitura.

O Projeto "Boas Provocações Mediadas Pelas Histórias Infantis" foi a primeira programação da Secretaria de Educação durante a pandemia de COVID-19, por meio da elaboração de um canal no Youtube, as orientações pedagógicas passaram a ocorrer de modo virtual e o canal no Youtube passou a ser utilizado como uma ferramenta tecnológica de ensino ao exibir os vídeos com contação de histórias para a educação infantil. O objetivo deste trabalho é a análise da utilização do recurso audiovisual, a fim de proporcionar aprendizagem ao aluno por meio do lúdico e da reflexão. As histórias infantis podem auxiliar o educando por meio das problemáticas propostas em comparação a situações reais. Portanto, por meio da contação de história, o educando participa de atividades lúdicas, que promovem reflexão sobre valores humanos, hábitos e atitudes exibidas pelos recursos de audiovisual.

O Youtube foi criado em 15 de fevereiro de 2005, pelos irmãos estadunidenses Chad Hurley e Steve Chen, como uma plataforma de carregamento e compartilhamento de conteúdo audivisual. Com o nome remetendo a palavra tubo em referência a televisão, sendo algo do tipo "você na TV" ou "você no tubo" (CAETANO; FALKEMBACH, 2007, p.1). O Youtube foi adquirido pela Google em 2009, tendo sua criação atrelada aos compartilhamentos de vídeos pessoais, com a possibilidade de compartilhamento para várias pessoas com um único ponto de acesso (BURGESS; GREEN, 2009)

A utilização de vídeos pode colaborar ao proporcionar aos educandos o conhecimento de realidades distintas, aproximando-os do objeto de estudo. Por meio de um vídeo, os alunos podem entender determinado contexto histórico, conhecer paisagens e até visualizar um fenômeno físico-químico (MORAN, 2013). Os conteúdos audiovisuais "desenvolvem formas sofisticadas multidimensionais de comunicação sensorial, emocional, e racional, superpondo linguagens e mensagens que facilitam a interação com o público" (MORAN, 2013, p.50).

De acordo com Kampff (2008), a combinação de imagem, áudio, texto e movimento do audiovisual proporciona um aprendizado aos educandos com estilos cognitivos diferentes, sendo uma ferramenta que pode englobar várias representações. Proporcionando um ensinamento que engloba mais de um sentido, como destaca Moran (2013, p.56) "a linguagem audiovisual desenvolve múltiplas atitudes perceptivas".

> O uso das redes como uma forma de interação no processo educativo, amplia a ação de comunicação entre professores e estudantes e o intercâmbio educacional e cultural. Ensinar com o auxílio da internet derruba as barreiras de sala de aula acelerando a autonomia da aprendizagem dos estudantes em seus próprios ritmos e assim a educação assume um caráter coletivo (RAMOS, 2008, p.6).

A atuação docente, nessa nova configuração com a utilização da tecnologia, deve considerar as necessidades de estímulos dos alunos e também ser adequado às condições sociais de cada aluno (RAMOS, 2008).

2. As histórias infantis e o desenvolvimento da criança

De acordo com Salles e Kovaliczen (2007), as histórias infantis podem ser utilizadas como recursos didáticos para alunos não alfabetizados, por meio de materiais lúdicos. As histórias infantis proporcionam encantamento sobre a criança, permitindo que os sentimentos e as emoções sejam exteriorizados. Conforme Silva, Barros e Nascimento (2012), por meio das histórias infantis, as crianças se divertem, imaginam e constroem cenários.

> A contação de histórias é atividade própria de incentivo à imaginação e o trânsito entre o fictício e o real. Ao preparar uma história para ser contada, tomamos a experiência do narrador e de cada personagem como nossa e ampliamos nossa experiência vivencial por meio da narrativa do autor. Os fatos, as cenas e os contextos são do plano do imaginário, mas os sentimentos e as emoções transcendem a ficção e se materializam na vida real. (RODRIGUES, 2005, p. 4)

Para Tahan (1961, p. 24) "até os nossos dias, todos os povos civilizados ou não, tem usado a história como veículo de verdades eternas, como meio de conservação de suas tradições, ou da difusão de ideias novas". As imagens foram incluídas na contação de histórias, a representação em audiovisual tornou-se um elemento importante ao desvincular apenas a oralidade e a escrita para o ato de contar histórias.

> A criança e o adulto, o rico e o pobre, o sábio e o ignorante, todos, enfim, ouvem com prazer as histórias – uma vez que essas histórias sejam interessantes, tenham vida e possam cativar a atenção. A história narrada, lida, filmada ou dramatizada, circula em todos os meridianos, vive em todos os climas, não existe povo algum que não se orgulhe de suas histórias, de suas lendas e seus contos característicos (TAHAN, 1961, p.16).

As histórias infantis contemplam temas clássicos da literatura infantil, como princesas, príncipes, fadas, heróis, entre outros. As crianças almejam a representação do herói da história, o herói vivencia grandes aventuras e torna-se vencedor por resolver os problemas que surgem no decorrer da história:

> Herói é o personagem que vive grandes aventuras e consegue vencer todos os problemas que surgem à sua volta. Por isso ele é considerando o personagem principal, cujas ações, pensamentos e sentimentos acompanhamos com maior interesse. O herói é também chamado protagonista da história. Nem sempre o herói é um personagem com qualidades positivas. Existem heróis que são atrapalhados, malandros e vivem grandes situações de embaraço, mas continuam sendo protagonistas. Estes são conhecidos como anti-heróis (MACHADO, 1994, p.45).

Para Bettelheim (2007), ao viver o herói, a criança torna-se independente, "Só partindo para o mundo é que o herói dos contos de fada (a criança) pode se encontrar; e fazendo-o, encontrará também o outro com quem será capaz de viver feliz para sempre; isto é, sem nunca mais ter de experimentar a ansiedade de separação". (BETTELHEIM, 2007, p. 19).

A educação está em todos os lugares, todos compartilham momentos da vida com ela, seja na igreja, em casa, de um modo ou de diversos modos, não tem como desviar, aprendendo, ensinando, fazendo, convivendo, todos os dias a vida encadeia-se com a educação (BRANDÃO, 2003). Portanto, com a contação de história infantil, o educando transborda sentimentos e emoções, incorporar personagens e vivências reais por meio de momentos lúdicos, mas de aprendizagem. "Todo aprendizado é necessariamente mediado - e isso torna o papel do educador e do mediador de leitura mais ativo e determinante" (REIS; BORTOLIN, 2012, p.63).

2.1 As histórias infantis e os recursos audiovisuais

A utilização de novas tecnologias no ensino se mostrou, ao longo do século XXI, como uma importante ferramenta na construção de novos conhecimentos. Porém, como aponta Valle (2002), o uso de novas tecnologias no contexto escolar é um desafio para os professores e gestores, sendo que apenas a inserção de tecnologia não resulta em uma melhor qualidade de ensino. Para Coburn et al. (1989), a questão da utilização de novas tecnologias no ensino evidencia a elevada desigualdade social existente nos países pobres "nova pressão sobre as escolas para que estas

ofereçam oportunidades compatíveis com a sociedade onde os computadores parecem aumentar a distância entre ricos e pobres, entre os poderosos e oprimidos" (COBURN et al., 1989, p. 15).

Os instrumentos tecnológicos, como a utilização de um canal no Youtube, como proposta metodológica utilizada pela Secretaria Municipal de Educação de Franca, pode garantir entretenimento aos alunos, mas principalmente, a construção de conhecimento "Educar, ensinar a ler, interpretar, comunicar, relacionar, debater, posicionar - sem dar elementos para opções das mais diversas ordens, tudo isto não se faz apenas com os conteúdos trabalhados, mas também através das formas de educação" (ALMEIDA, 1988 p. 50).

> As novas tecnologias, em especial a Internet, permitem dar voz àqueles que estão isolados pela situação geográfica em que estão inseridos, ou que têm pouca representatividade no sistema educativo, podendo assim transmitir a todos as suas perspectivas e visões únicas do mundo. (KOVEL, 1996 p.12)

A utilização das tecnologias de informação e comunicação (TIC) no ensino, a fim de garantir uma transformação educativa, depende de mudanças na atuação dos professores, gestores e da própria sociedade (IMBÉRNOM, 2010). A utilização de recursos audiovisuais possibilita a criação de perspectivas ausentes do educando, como fatos históricos antigos, lugares distantes e de difícil acesso (MORAN, 2013).

> A educação fundamental é feita pela vida, pela reelaboração mental e emocional das experiências pessoais, pela forma de viver, pelas atitudes básicas da vida e de nós mesmos. Assim, o uso das TIC na escola auxilia na promoção social da cultura, das normas e tradições do grupo, ao mesmo tempo, é desenvolvido um processo pessoal que envolve estilo, aptidão, motivação. A exploração das imagens, sons e movimentos simultâneos ensejam aos alunos e professores oportunidades de interação e produção de saberes (MORAN, 2013, p.13).

O aprendizado, por meio do uso de recursos audiovisuais, torna-se dinâmico sendo um processo de construção de significados. Com a incorporação desses recursos no ensino, estimula-se a construção dinâmica de conhecimentos por meio de uma diversificação de leituras (LOPES, 1995). Os recursos audiovisuais aplicados na educação compreendem várias linguagens e possibilitam uma resposta emocional no aluno (NASCIMENTO, 2006), para Carvalho e Gonçalves (2000, p.16) "as imagens do vídeo causam impacto e falam por si mesmas".

3. Procedimentos metodológicos

Os procedimentos metodológicos consistem em uma pesquisa de caráter qualitativo a partir da observação do Canal no Youtube da Secretaria Municipal de Educação de Franca – SP, intitulado "Leitura Aqui de Casa" referente à contação de histórias. O recorte analítico aqui apresentado baseia-se na relevância, para o Observatório de Desigualdades de Franca, do entendimento das propostas do município para o ensino durante a Pandemia de COVID-19. Os procedimentos metodológicos consistem em levantamento bibliográfico e das histórias contadas no "Leitura aqui de casa". O levantamento bibliográfico consiste no uso de referencial teórico-analítico composto por periódicos, teses, anais de congressos, sites, entre outros, que complementaram a pesquisa e deram subsídios para o entendimento de questões relevantes à temática.

4. Resultado e discussão

O canal na plataforma Youtube criado pela Secretaria Municipal de Educação de Franca no dia 26 de março foi denominado "SME - Leitura aqui de casa" e conta, até o dia 14 de outubro, com 24.740 visualizações, 698 inscrições e 156 vídeos postados. As postagens ocorreram com maior frequência nos meses de março, abril, maio e junho e começaram a ficar mais espaçadas a partir do

mês de julho, chegando a ficar 20 dias sem postagens. Os vídeos contaram com a participação de cerca de trinta professores.

Os vídeos foram divididos, até o momento, em cinco categorias: histórias literárias; faça você mesmo; leitura pelo professor; indicações de leituras para professores e indicações literárias. A categoria "faça você mesmo" apresenta dois vídeos, no primeiro a professora Cíntia Faleiros ensina a fazer os personagens da história "A Jacarezinha que mordia" de autoria de Emília Nunez, no segundo a professora Luciana Trovão ensina a fazer petecas com papelão e folhas de EVA.

Os cinco vídeos da categoria "indicações de leituras para professores", trazem recomendações de livros que abordam a importância da literatura infantil e do ato de contar histórias, entre as indicações estão "A arte de cantar e contar histórias" de autoria de Bia Bedran e "Estão Mortas as fadas?" de autoria de Marly Amarilha. O primeiro livro tem como objetivo auxiliar o professor a "entender processos orais e criativos dentro das narrativas trabalhadas", já o segundo traz a importância da literatura infantil na formação cognitiva, pedagógica e psicológica das crianças.

As "indicações literárias" são direcionadas às crianças, e em quinze vídeos trazem recomendações de contos infantis. Pode-se citar como exemplo a obra "O Pequeno Príncipe" de autoria de Antoine de Saint-Exupéry, que possui "um cunho atemporal, político e filosófico", e também a obra "Felpo Filva" de Eva Furnari, que conta a história de um coelho poeta que certo dia começa a se corresponder com uma fã. Nessa categoria os vídeos são feitos de forma a incitar a curiosidade, é feito uma breve introdução à história e são feitos questionamentos, como por exemplo, no vídeo de indicação de "Felpo Filva" no qual a apresentadora indaga "o que será que eles conversam?".

A categoria "leitura pelo professor"é composta por leituras de diversos gêneros literários, como poemas, contos, mitos, fábulas e crônicas, essa categoria conta com trinta e dois vídeos postados na plataforma. Nos vídeos dessa categoria são apresentados, brevemente, os autores, contando um pouco de sua história, e logo após o professor faz a leitura. Entre os autores lidos estão Stela Barbieri e Fernando Vilela com o livro "Pedro Malasartes" em quadrinhos, a história apresenta um personagem que aparenta ser um homem comum, mas ele é astuto e sagaz, e apronta artimanhas para conseguir aquilo que deseja. Outro autor lido é Abel Sidney com o conto "Conto ou não conto?" que traz a criação de caráter como temática. A diversificação dos gêneros literários e de temáticas das histórias se mostra importante uma vez que "sem o passaporte mágico, dessas narrativas, é difícil conceber viagens, aventuras, temores, medos e receios imaginários fundamentais ao nosso desenvolvimento intelectual e emocional" (CHALITA, 2003, p. 10).

Em "histórias literárias", a categoria com maior número de vídeos postados, os professores interpretam histórias utilizando objetos, figuras, cenários e efeitos visuais, essas histórias abordam diversas temáticas que auxiliam no desenvolvimento da criança, uma vez que:

> [...] a literatura infantil vem sendo criada, sempre atenta ao nível do leitor a que se destina [...] e consciente de que uma das mais fecundas fontes para a formação dos imaturos é a imaginação - espaço ideal da literatura. É pelo imaginário que o eu pode conquistar o verdadeiro conhecimento de si mesmo e do mundo em que lhe cumpre viver (COELHO, 2000, p. 141).

A maioria dos professores inicia os vídeos com músicas para "chamar" a história, tem-se como exemplo a seguinte música cantada pela professora Jaqueline: "lá na montanha tem uma casinha, toda enfeitadinha, cheia de florzinha, lá na casinha em cima da montanha tem muitas crianças que gostam de historinha, quem quiser ouvir o que agora eu vou contar fique bem quietinho". O intuito das músicas é atrair a atenção da criança e a acolher, "a música também pode ser considerada uma forma de linguagem que causa sensações e que pode desenvolver capacidades que serão de suma importância durante o crescimento e desenvolvimento de uma criança" (REIS; REZENDE; RIBEIRO, 2012, p. 2)

Visto que são os professores que leem as histórias compreende-se que:

> Todo professor deveria ser um mediador cultural na medida em que ao ser o mediador do conhecimento ele pode ser a ponte que levará o estudante ao conhecimento de outras culturas, e assim pode contribuir para que a diversidade cultural seja valorizada e respeitada tanto na própria Instituição de Ensino como também na comunidade (SILVA, 2017, p. 18).

Tem em mente a questão da interculturalidade, no décimo quarto vídeo dessa categoria a professora Elisama conta a história "A menina bonita do laço de fita" escrita por Ana Maria Machado. Neste livro é contada a história de uma menina linda, cujos olhos "pareciam duas azeitonas pretas brilhantes"[1] e sua pele "era escura e lustrosa, que nem o pelo da pantera negra na chuva"[2], sua mãe gostava de enfeitar seus cabelos com laços de fitas coloridos combinando com as suas roupas, devido a isso "ela ficava parecendo uma princesa das terras da África, ou uma fada do Reino do Luar"[3].

Ela tinha como vizinho um coelho branco que a achava muito linda e queria ter uma filha tão linda e pretinha que nem ela, então o coelho sempre perguntava a menina qual era o segredo dela para ser tão pretinha, ela, que não sabia a verdadeira razão, sempre inventava algo, chegou a sugerir que a razão era porque comeu muita jabuticaba quando pequena, o coelho querendo ser pretinho que nem a menina testava tudo o que ela falava e não funcionava.

Um dia quando o coelho voltou a perguntar à menina porque ela era tão pretinha, sua mãe estava com ela, e explicou que a menina tinha essa cor de pele devido a sua avó, que também era preta, levando em conta que as pessoas se parecem com os seus familiares o coelho procurou e encontrou uma coelha preta para que assim conseguisse realizasse seu sonho de ter uma filha pretinha.

A exposição dessa história é uma interessante forma de se tratar da questão das diferenças e da diversidade humana, pois em uma sala de aula, mesmo que virtual, há bastante diversidade, devido a variada ascendência dos estudantes. A realização de um vídeo com essa história se mostra importante, uma vez que, é uma maneira de "proporcionar aos estudantes o acesso às histórias com uma temática intercultural pode promover a integração e o respeito pela diversidade cultural e étnica, como também promover a sensibilização para a valorização da cultura do outro e o incentivo à alteridade" (SILVA, 2017, p. 23).

"A semente da verdade" de autoria de Patrícia Engel Secco, também foi interpretado, prporciona ensinamentos às crianças, a história é uma adaptação de um conto folclórico oriental, nesta história o imperador desejava escolher seu sucessor, e a maneira que encontrou para isso foi dar algumas sementes aos jovens que se apresentaram e pediu para eles as cultivassem e quem trouxesse a planta mais bela seria seu sucessor. Dentre esses jovens estava Thaí (nome adaptado para José no vídeo da professora Cristiane) que já possuía o passatempo de cuidar de plantas.

Thaí cultivou com muito carinho as suas plantas, mas mesmo assim suas sementes não brotaram como o esperado. No dia da apresentação ao imperador seus pais o orientaram a apresentar ao imperador assim mesmo, pois ele era honesto e fez tudo o que podia. Thaí foi o último jovem a se apresentar e o único a não conter nada no vaso, ele explicou ao imperador seus esforços e ele ao ver o vaso sem plantas de Thaí pediu para que este não se envergonhasse, pois ele era o único verdadeiro entre os jovens, pois estes receberam sementes queimadas, devido a honestidade do jovem o imperador declarou Thaí seu sucessor.

Ao escolher uma história que valoriza o caráter honestidade, a professora compreende "o objetivo de desenvolver um trabalho voltado para a construção da moralidade infantil, por intermédio, principalmente, da clarificação dos valores sociais e morais que irão permear todo o julgamento das crianças, no que se refere às ações das personagens" (OLIVEIRA, 2007, p. 109).

Ainda na temática de construção dos valores morais, apresenta-se o livro "As estradas de couro" de Sandra Aymone, interpretada em vídeo pela professora Dilma. Este livro conta a história de Carlinhos Terceiro o Rei de Tudo Bem, ele era um menino muito mimado e egoísta que sempre tinha

---

[1] MACHADO, Ana Maria. **Menina bonita do laço de fita**. 9ª ed. São Paulo: Ática, 2011. p. 3.

[2] Ibidem.

[3] Ibidem, p. 4.

ideias para satisfazer as suas vontades, como transformar o fim de semana em cinco dias. Carlinhos não tinha amigos e obrigava seu funcionário Juventino e satisfazer as suas vontades. Neste reino não existiam meios de transportes e sapatos e um dia ao tentar ir para um jogo de futebol Carlinhos machucou seus pés e ordenou que todas as estradas fossem cobertas com couro macio, uma ideia impossível de ser realizada.

Carlinhos trancado em seu quarto mal-humorado por não ter conseguido o que queria, vê de sua janela crianças brincando uma delas era Palito, filho de Juventino, o outro menino acabou de se machucar e Palito o estava auxiliando colocando um pedaço de pano em seu pé, vendo isso Carlinhos admirou a atitude de Palito e desejou ter amigos, até que teve um ideia: mais fácil do que revestir as estradas seria revestir os pés. Com tiras de couro e uma faca Carlinhos inventou os sapatos, e procurou especialistas para o ajudarem a aprimorar sua invenção. Quando pronta ele presenteou Palito e seus amigos com a sua invenção e eles o convidaram para jogar futebol.

A partir de histórias como esta, que apresentam reflexões morais,

> no processo de reflexão sobre as ações das personagens, as crianças enfrentam questões sobre o que acreditam ser “bom” ou “mau”, “certo” ou “errado”, construindo suas próprias opiniões e ouvindo a opinião dos outros,dando inicio, desta forma, no processo de construção de seus valores morais a partir das experiências da vida cotidiana (OLIVEIRA, 2007, p. 110).

Outro gênero bastante comum na literatura infantil são os contos de fadas, representado, entre os vídeos, pelo livro de Arden Druce “Bruxa, bruxa venha à minha festa”, “o conto de fadas é orientado para o futuro e guia a criança – em termos que ela pode entender tanto na sua mente inconsciente quanto consciente – a ao abandonar seus desejos de dependência infantil e conseguir uma existência mais satisfatoriamente independente” (BETTELHEIM, 2007, p. 19).

A história “Bruxa, bruxa venha à minha festa” começa com um convite à bruxa para que ela vá à festa, a bruxa diz que vai se o gato for convidado, a partir disso todo convidado diz que irá se a personagem convidar outro, ao final foram convidados bruxa, gato, espantalho, coruja, árvore, duende, dragão, pirata, tubarão, cobra, unicórnio, fantasma, babuíno, lobo, chapeuzinho vermelho e crianças.

A história não tem um fim, cabe a criança imaginar o fim desta, deste modo, a “literatura infantil é, antes de tudo, literatura; ou melhor, é arte: fenômeno de criatividade que representa o mundo, o homem, a vida, através da palavra. Funde os sonhos e a vida prática, o imaginário e o real, os ideais e sua possível/impossível realização”. (COELHO, 2000, p. 27).

Dentre as histórias interpretadas pelos professores muitas são fábulas, que são geralmente uma “narrativa curta, com personagens animais que agem como seres humanos e ilustram um preceito moral” (ROSAS, 2020, p. 176). Tem-se como exemplos de fábulas contadas “A voz rouca de Lalá” de autoria de Nandika Chand, “Aí tem coisa” de autoria de Graziela Hetzel, “Trrim e Cocoricó” de autoria de Sandra Aymone, entre outros.

“Pode-se afirmar que as fábulas eram contos populares direcionados à moralidade, lição de inteligência, de justiça, de sagacidade, trazida até nós pelo passar dos tempos” (KRUG, 2015, p. 213). Dessa forma, as fábulas estimulam a imaginação e a criatividade, requerem interpretação e participação do leitor, sendo que cada um a absolverá de uma maneira, devido a diversidade de experiências e pensamentos.

Depreende-se pelos contos citados, que há uma diversidade de gêneros literários nos vídeos feitos pelos professores da rede municipal de educação “considerando que a noção de gênero textual supõe famílias de textos que compartilham um feixe de características mais típicas, relacionadas às funções que cumprem na sociedade, comportando, ao mesmo tempo, variações” (ROSAS, 2020, p. 186).

A diversificação dos gêneros literários se faz importante, visto que, a literatura infantil desenvolve a imaginação das crianças e faz com que estas atuem como os personagens das histórias lidas e a partir das lições aprendidas nos livros. Sendo assim, é interessante que as histórias se diversifiquem para que os aprendizados sejam variados, pois “por meio dessas histórias elas vão trabalhando seus próprios conflitos, realizando comparações para busca de soluções, no que os

professores têm um papel de fundamental importância, auxiliando na dissolução desses conflitos e ansiedades" (PEREIRA, 2007, p. 6).

5. Considerações finais

Com a pandemia de COVID-19 e a importância de medidas de isolamento social no enfrentamento ao novo Coronavírus, o sistema de educação precisou se "reinventar". A tecnologia de informação e comunicação já era uma ferramenta utilizada em diferentes etapas do ensino, porém com a pandemia, tornou-se a principal ferramenta no processo de ensino aprendizagem. A utilização de novas tecnologias tornou-se fundamental na contribuição do processo de ensino à distância.Por meio dessa pesquisa procurou-se demonstra a importância da utilização do canal do Youtube da Secretaria Municipal de Educação de Franca-SP no processo de aprendizagem por meio da contação de histórias infantis.

A utilização de histórias infantis no processo de ensino aprendizagem promove o ato de aprender divertido, o educando aprende enquanto se diverte, a aprendizagem acontece com um momento lúdico, de imaginação e de faz de conta. A tecnologia de informação e comunicação está presente no cotidiano das pessoas, utilizá-la na junção do lado artístico das crianças com a literatura promove a criatividade dos educandos e dos professores.

Considera-se importante o reconhecimento de que o envolvimento e conhecimento do professor com a prática pedagógica são suportes fundamentais para o êxito na utilização pedagógica da tecnologia de informação e comunicação como uma ferramenta de aprendizagem. A leitura frequente promove os professores a exímios contadores de histórias, o ato de contar história é diferente de ler uma história, pois na contação de histórias o professor demonstra os sentimentos dos personagens por meio da voz.

Ao analisar as histórias infantis apresentadas no projeto "Boas provocações mediadas pelas histórias infantis", verificou-se que a utilização do canal do Youtube proporcionou de modo positivo a incorporação da tecnologia na contação de histórias infantis, devido à quantidade de visualizações alcançadas pelo canal e a variedade de temática trabalhada pelos profissionais de educação. A socialização é muito importante para as crianças, mas diante do cenário de pandemia de COVID-19, que exige de todos o distanciamento social, a utilização do projeto "Boas provocações mediadas pelas histórias infantis" promoveu aos alunos momentos lúdicos e de aprendizagem. Por meio deste trabalho não foi possível identificar se o projeto atingiu a todos os alunos, se foi garantido o direito de acesso ao ensino para todos os alunos.

6. Referências bibliográficas

ALMEIDA, F. **Educação e Informática os computadores na escola**. São Paulo Ed. Cortez. 1988.

BETTELHEIM, B. **A psicanálise dos Contos de Fadas**. 22 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007.

BRANDÃO, C. **O que é educação**. São Paulo. Ed. Brasiliense, 2003.

BURGESS, J.; GREEN, J. **Youtube e a revolução digital**: como o maior fenômeno da cultura participativa transformou a mídia e a sociedade. São Paulo: Aleph, 2009.

BUSSATO, C. **Contar e encantar – pequenos segredos da narrativa**. Petrópolis: Vozes, 2003.

CAETANO, S. V. N.; FALKEMBACH, G. A. M. Youtube: uma opção para uso do vídeo na EAD.

Renote, v. 5, n. 1, p.1-15. 2007.

CHALITA, G. Pedagogia do Amor. A contribuição das histórias universais para à formação de valores da nova geração. São Paulo: Gente, 2003.

COBURN, C. et al. **Computadores e educação**. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1989.

COELHO, N. N. Literatura infantil: teoria analise didática. 6. ed. São Paulo. Moderna, 2000.

IMBERNÓN, F. **Formação docente e profissional**: formar-se para a mudança e a incerteza. 7. Ed. São Paulo: Cortez, 2010.

KAMPFF, A. J. C. **Tecnologia da Informação e Comunicação na Educação**. Curitiba: IESDE Brasil S.A., 2008.

KOVEL, J**. Os contextos de mudança de ensino superior e quatro futuros para a educação à distância.** 1996. Disponível em: http://sunsite.unc.edu/horizon/issuechalleng / kovel.html Acesso em Outubro de 2020.

KRUG, Flavia S. Contos infantis e fábulas: relevância para a formação do ser criança. **Revista de Literatura, História e Memória - Qualis B2**. Cascavel, vol. 11, nº 17, p. 207-217, 2015.

MACHADO, Ana Maria. **Menina bonita do laço de fita**. 9ª ed. São Paulo: Ática, 2011.

MACHADO, I. A. **Literatura e redação.** São Paulo: Scipione, 1994.

MATEUS, A. N. B. et al. A importância da contação de história como prática educativa na educação infantil. **Pedagogia em Ação.** V 5, n.1 p. 54-69. 2013.

MORAN, J. M. Ensino e aprendizagem inovadores com apoio de novas tecnologias. In: MORAN, J. M.; BEHRENS, M. A.; MASETTO, M. T. **Novas tecnologias e mediação pedagógica**. Campinas: Papirus, 2013.

OLIVEIRA Áurea Maria de. Literatura Infantil: o trabalho com o processo de construção de valores morais, na educação infantil. **Educação: Teoria e Prática**, v. 16, n. 28, 2007, p. 101. Disponível em: http://hdl.handle.net/11449/106819. Acesso em: 16 out. 2020.

PEREIRA, Maria S. A importância da literatura infantil nas séries iniciais. **Revista Eletrônica de Ciências da Educação**. Campo Largo, v. 6, n. 1, p. 1-9, jun 2007. Disponível em: http://www.periodicosibepes.org.br/index.php/reped/article/view/283/189. Acesso em: 17 out. 2020.

RAMOS, M.; COPPOLA, N. C. **O uso do computador e da internet como ferramentas pedagógicas.** 2009. Disponível em: http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/2551-8.pdf. Acesso em: Outubro de 2020.

REIS, Andreia; REZENDE, Ulisses; RIBEIRO, Marianna. A música e o desenvolvimento infantil: o papel da escola e do educador. **Revista Eletrônica da Faculdade Metodista Granbery**, Juiz de Fora, n. 12, p. 1-12, jan/jun 2012. Disponível em: http://re.granbery.edu.br/artigos/NDY3.pdf. Acesso em: 16 out. 2020.

RODRIGUES, E. B. T. **Cultura, arte e contação de histórias**. Goiânia: Gwaya, 2005.

ROSAS, Clarissa. Literatura infantil e o gênero fábula: confluências. **Letras em revista**, [S.l.], v. 10, n. 2, abr. 2020. ISSN 2318-1788. Disponível em: https://ojs.uespi.br/index.php/ler/article/view/222. Acesso em: 17 out. 2020.

SALLES, G. D.; KOVALICZN, R. A. O “mundo” das Ciências no espaço da sala de aula: o ensino como um processo de aproximação. In: NADAL, B. G. (Org.). **Práticas Pedagógicas nos anos iniciais: concepção e ação**. Ponta Grossa: UEPG, p. 91-112, 2007.

SILVA, Elisane A. Kaiser da. **Mediação cultural: literatura infantil e música**. 2017. 74 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Letras - Artes e Mediação Cultural) Instituto Latino-Americano de Arte, Cultura e História da Universidade Federal da Integração Latino Americana, Foz do Iguaçu, 2017.

SILVA, M. A. L.; BARROS, R. B.; NASCIMENTO, T. A. M. **A importância dos contos de fadas na educação infantil**. Campina Grande: Realize, 2012.

SISTO, Celso. **Textos e pretextos sobre a arte de contar histórias**. Chapecó: Argos, 2001.

TAHAN, Malba. **A arte de ler e contar histórias**. 2. ed. Rio de Janeiro: Conquista, 1961.

VALLE, L. R. L. D. **Reinventando a TV na escola: Uma experiência da TV escola com os professores do estado do Paraná**. 94 fls.Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção). Universidade Federal de Santa Catarina. 2002.

O SURGIMENTO DA TELEMEDICINA PARA O ENFRENTAMENTO DA PANDEMIA E AS REFLEXÕES DAS ALTERAÇÕES ADMINISTRATIVAS E LEGISLATIVAS EM FACE A SAÚDE E AOS PLANOS DE SAÚDE

THE EMERGENCE OF TELEMEDICINE TO FACE THE PANDEMIC AND THE REFLECTIONS OF ADMINISTRATIVE AND LEGISLATIVE CHANGES IN FACE TO HEALTH AND HEALTH PLANS

Desenvolvimento Social e Políticas Públicas: Psicologia, Saúde e Desenvolvimento.

SANTOS, Rafael Menguer Bykowski dos
Faculdade de Direito de Franca (FDF)
Bacharelando em Direito pela FDF
rafaelmenguer2001@gmail.com

TEIXEIRA, Ana Tereza Jacintho
Centro Universitário de Franca (Uni-FACEF)
Doutora em Direito pela Universidad Del Museo Social Argentino (UMSA)
anatlanza@hotmail.com

Resumo

A pandemia no Brasil e no mundo fundamentou as mais diversas modificações e alterações, especialmente, as relacionadas a proteção da saúde da população. Sendo a pandemia de caráter global, a mesma fundamentou diversas transformações administrativas, legislativas e executivas, especialmente no que se refere as normas estatais nacionais e internacionais. A relevância do presente estudo se baseia na atualidade dessas modificações e na importância da investigação para a sociedade brasileira contemporânea, bem como, em uma problemática enfrentada hoje pela sociedade brasileira contemporânea, a eficiência do atendimento médico para o cidadão. Dessa forma, justifica-se a relevância da investigação, haja vista o escopo de delimitar o problema dentro do ponto de vista teórico, ou seja, o surgimento da telemedicina para o enfrentamento da pandemia, além dos reflexos administrativos, legislativos e executivos relacionados aos profissionais médicos e aos planos de saúde. O trabalho utiliza uma metodologia dedutiva, bem como dos métodos de pesquisa e análise de conteúdo bibliográfico e documental, especialmente, nos atos e normas relativas ao tema, além de ter como objetivo geral uma análise ampla e pertinente para a solução da questão. Isso posto, o objetivo específico está em identificar quais foram as modificações implementadas, ponderando, também, as vantagens e desvantagens do novel sistema de atendimento eventualmente oferecido.

Palavras-chave: Pandemia, saúde, planos de saúde.

Abstract

The pandemic in Brazil and in the world was the basis for the most diverse modifications and alterations, especially those related to the protection of the population's health. As the pandemic is of a global character, it has underpinned several administrative, legislative and executive transformations, especially with regard to national and international state standards. The relevance of this study is based on the current nature of these changes and the importance of research for contemporary Brazilian society, as well as, in a problem faced today by contemporary Brazilian society, the efficiency of medical care for citizens. Thus, the relevance of the investigation is justified, considering the scope of delimiting the problem from the theoretical point of view, that is, the emergence of telemedicine to face the pandemic, in addition to the administrative, legislative and executive reflexes related to professionals doctors and health plans. The work uses a deductive methodology, as well as methods of research and analysis of bibliographic and documentary content, especially in the acts and norms related to the theme, in addition to a wide and pertinent analysis for

the solution of the question. That said, the specific objective is to identify which modifications were implemented, also considering the advantages and disadvantages of the novel service system that may be offered.

Keywords: Pandemic, health, health plans.

1 INTRODUÇÃO

Modificações legislativas e novas medidas administrativas, são rotineiramente adotadas em decorrência da pandemia da "COVID-19", sendo de grande relevância o estudo para o desenvolvimento regional brasileiro a análise dessas alterações em todos os níveis da administração pública e privada nacional.

A nível estatal, a estrutura atual passa por modificações em face as posturas dos órgãos dirigentes com relação às suas atribuições. Do mesmo modo, novos modelos estruturais são estabelecidos com novas proposições. É fundamental ressaltar que a evolução da pandemia nos levou a considerar a reestruturação administrativa do sistema de saúde e seus procedimentos para o sentido do desenvolvimento econômico e social brasileiro.

Em nível privado, conforme os regulamentos das agências reguladoras, novas formas procedimentais como a telemedicina gradativamente ganharam força e se estabeleceram com as novas diretrizes, com o objetivo de mitigar os efeitos e consequências da pandemia na estrutura de saúde pública e privada em geral.

Por outro lado, a constante divulgação das informações facilita exploração pela metodologia e métodos preconizados para a avaliação dos resultados do estudo, estabelecendo a execução dos pontos preconizados nas novas normas legais e administrativas, para a áreas essenciais abordadas, venham a ressaltar as medidas emergências estabelecidas no campo pátrio.

Este trabalho tem como objetivo uma análise das alterações administrativas, legislativas e executivas em face a incidência da pandemia nas áreas da saúde e dos planos de saúde, sendo que para atingir o escopo da investigação, ou seja, delimitar as modificações e especificar suas vantagens e desvantagens, foi realizada uma extensa pesquisa bibliográfica e documental, bem como utilizado o método dedutivo de análise do material, coadunando tais aspectos a uma exploração das normas executivas e administrativas relacionadas ao problema.

Primeiramente, o estudo aborda as modificações administrativas, legislativas e executivas de do começo da pandemia, no que se refere a suspensão, cancelamento e alterações de atividade relacionadas a saúde pública e privada, da mesma forma que aponta quais entes estabeleceram essas medidas.

Posteriormente, o trabalho aborda e ressalta as modificações e consequências das alterações de nível federal e estadual, tanto pelas agências reguladoras quanto pelos governo federal e estaduais, aos contratos de saúde privada, os pontos de alterações procedimentais relacionados aos aspectos acordados, planos, custos, operações, atendimentos, projetos, entre outros serviços, do mesmo modo que ressalta o surgimento da telemedicina como válvula de escape dos efeitos adversos da pandemia para a área de saúde.

Como referencial teórico, a pesquisa buscou a investigação dessas alterações pela incidência da pandemia que está ocorrendo no Brasil e no mundo, bem como com o progresso de contaminação, fundamentaram modificações executivas, principalmente no gerenciamento e administração das áreas essenciais de saúde preceituadas no estudo. Os aspectos mais relevantes dessas alterações, as vantagens e desvantagens dessas mudanças advindas do estado de calamidade, são ponderados neste trabalho.

Dessa forma, são apresentadas e analisadas as modificações ocorridas pela administração pública e privada, passando pelas áreas da saúde e das operações dos planos, da mesma forma que salienta o surgimento da telemedicina. Nesse prisma, são então abordados a legislação, projetos, resoluções, portarias, processos e os decretos mais relevantes aplicados, com o escopo de perceber e especificar a nova realidade das esferas e seu desenvolvimento diante da pandemia da "COVID-19".

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Como referencial teórico, o estudo contemplou quais foram essas modificações ocorridas tanto na saúde pública quanto na privada, bem como o surgimento da telemedicina como válvula de escape das consequências da pandemia no Brasil.

Ainda, o estudo analisa as reflexões das alterações administrativas e legislativas nos planos de saúde, da mesma forma nos órgãos reguladores federais, que tutelam e protegem os direitos dos consumidores e de acesso a saúde, principalmente num período de calamidade pública como o presente momento.

Por fim, o estudo busca referenciar quais foram as vantagens e desvantagens os novos atos e normas para o desenvolvimento regional nacional com base nas modificações ocorridas nas esferas da Administração Pública Federal e Estadual, inter-relacionando ao ponto teórico do presente estudo.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Como procedimentos metodológicos são utilizados no presente estudo uma metodologia dedutiva, com o fim de solucionar problemas relacionados ao raciocínio-lógico sistemático, partindo de uma premissa maior a uma menor.

Ademais, o trabalho também coaduna a utilização dos métodos de pesquisa e análise de conteúdo bibliográfico e documental, através dos atos normativos, legislativos, judiciais e administrativos das esferas do Poder Estatal federal e estadual, bem como as agências reguladoras relacionadas a saúde.

Dessa forma, o estudo relaciona essas modificações e alterações fundamentadas pela “COVID-19” nas áreas da saúde pública e privada, da mesma forma com o surgimento da telemedicina e da evolução tecnológica como formas de mitigar os presentes impactos da pandemia na nação.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A pandemia fez com que os operadores de planos de saúde, proprietários de apólices em contratos coletivos corporativos e beneficiários observaram atentamente o dispostos nas novas medidas. Como a Resolução Normativa (RN) n.º 453, 13 de março de 2020, que estabeleceu que os exames de “COVID-19” são cobertos para todos os planos de saúde e seus beneficiários, de acordo com os protocolos e diretrizes do Ministério da Saúde (MS).

Dessa forma, com base nesse regulamento, os participantes do setor privado de saúde planejaram e implementaram melhores medidas necessárias para lidar com a situação atual. Curial observar que, que foram oferecidas assistência médica remota para prestação de informações em assuntos relacionados a “COVID-19”, informando sobre as medidas de proteção e cuidados que possam ser adaptadas, e avaliar a possibilidade de consultas médicas remotas em circunstâncias sujeitas aos regulamentos de telemedicina atuais.

É importante monitorar e mitigar o impacto potencial da “COVID-19” relacionado à saúde, os serviços e seus planos coletivos e coorporativos nas empresas. As partes analisaram as medidas que puderam ser tomadas para orientar os beneficiários sobre o uso de seus benefícios frente às incertezas em torno dos desenvolvimentos da pandemia.

Ademais, as notícias de que as operadoras de planos de saúde estavam supostamente negando cobertura para o teste da “COVID-19” estabelecido na lista de procedimentos obrigatórios divulgados pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), não são verdadeiras, afinal recomendou-se novas instruções para os beneficiários e prestadores de serviços sobre os protocolos e diretrizes emitidas pelo MS a respeito à cobertura obrigatória para esses exames, conforme a, já citada, RN n.º 453/2020.

Dessa forma, a ANS instruiu que as consultas médicas, exames ou cirurgias eletivas deveriam ser adiadas. Na mesma linha, o Estado do Santa Catarina ordenou a suspensão de cirurgias e exames gerais, bem como em consultas ambulatoriais, exceto para exames de câncer e

outras cirurgias não evitáveis e procedimentos médicos, os outros entes federativos adotaram as mesmas medidas.

Nessa mesma linha, durante encontro entre MS, ANS, operadores de planos de saúde e o Presidente da Confederação das Santas Casas de Misericórdia, Hospitais e Entidades Filantrópicas (CMB), foi mencionado que tal questão merecia grande cautela, pois poderia ter um impacto negativo sobre receitas dessas instituições. A ANS continuou comprometida em tomar de forma eficaz e ágil as medidas necessárias para manter as regras do setor em conformidade com os desafios da "COVID-19".

De outro bordo, em 20 de março de 2020, a Diretoria Colegiada da ANS (DICOL) realizou reunião e, entre outras providências, ordenou a suspensão ou reescalonamento de diversos prazos para cumprimento das operadoras de planos de saúde, para cumprirem os requisitos da instituição. Ainda nesta reunião, de 20 de março de 2020, a DICOL relaxou a gestão dos recursos para as instituições de saúde.

As discussões sobre assuntos da telemedicina evoluíram rapidamente. Em 19 de março de 2020, o Conselho Federal de Medicina (CFM), encaminhou o Ofício n.º 1.756, de 2020, para o MS. Dessa forma, reconhecendo de forma extraordinária a ética e a viabilidade da prática da telemedicina durante a luta contra a "COVID-19" nas seguintes modalidades: tele orientação para oferecer instruções e tratamento remotos a pacientes isolados, tele monitoramento para verificar remotamente as condições de saúde, e tele compartilhamento (armazenar e encaminhar), que permite aos profissionais de saúde compartilhar e trocar informações para fins diagnósticos terapêuticos.

Além disso, a Portaria n.º 467, de 20 de março de 2020, o MS regulamentou, de forma extraordinária, as ações de telemedicina tendo em vista a viabilização das medidas de contenção da "COVID-19". Tais medidas foram adotadas tanto no Sistema Único de Saúde (SUS) quanto na saúde privada e instância suplementar. As ações em âmbito da telemedicina compreendem serviços de suporte pré-clínico, médico, marcação e acompanhamento de diagnósticos das atividades, sempre com o devido respeito pela integridade, segurança e confidencialidade dos dados.

Nessa perspectiva, em 25 de março de 2020, a DICOL da ANS realizou outra reunião extraordinária e deliberou sobre a aceitação de todas as formas de serviço de telemedicina durante a crise da "COVID-19", e sobre a adequação das redes existentes de operadores de planos de saúde a esta realidade, observado o conteúdo de resoluções do conselho de profissionais de saúde e das portarias do MS.

Em contra partida, a proteção dada a um beneficiário que não pode pagar ou não possui as habilidades necessárias para usar esta ferramenta será dada por meio de questionamento direto ao beneficiário. A ANS sinalizou que nesses caos alguns ajustes deveram ser exigidos em relação ao padrão contratual e interpretações decorrentes das regras de contratação.

Além disso, a ANS também divulgou uma tabela contendo as extensões de tempo excepcionais para médicos, consultas, exames, terapias e cirurgias sem urgência, bem como dada a nova regulamentação sobre telemedicina, foi importante que diretores, operadoras e provedores ficassem atentos aos regulamentos dos Conselhos Regionais de Medicina (CREMEs).

Nessa realidade, em 26 de março de 2020, o Conselhos Regional de Medicina do Estado do Rio de Janeiro (CREMERJ) publicou a Resolução CREMERJ n.º 305, de 2020, que dispõe sobre atendimento médico por telemedicina durante a pandemia da "COVID-19". Na ocasião, o CREMERJ ressaltou que o modo tele consulta só foi autorizado para pacientes que já são atendidos pelo respectivo médico, a primeira consulta médica deve ser necessariamente presencial.

Além disso, a ANS divulgou em seu portal orientações para todos os beneficiários de planos de saúde, reforçando as diretrizes para atendimento remoto e indicando que tal modo deve ser aplicado tanto para pacientes sintomáticos da COVID-19 e para pessoas que podem ficar doentes por outros problemas de saúde que não sejam do vírus, desde que não seja uma situação de emergência.

A ANS não instituiu novas diretrizes ou sobre a limitação da telemedicina apenas para situações que impliquem o primeiro compromisso. Em outra reunião extraordinária da DICOL, em 31 de março de 2020, a ANS apontou a necessidade de ajustar suas regulamentações ao cenário atual, ou seja, autorização temporária da telemedicina.

Na visão do instituto, os indivíduos devem pactuar previamente a prestação dos serviços de telemedicina com os prestadores de serviço, tal acordo poderia ser formalizado por e-mail, mensagens eletrônicas através do portal dos operadores, ou qualquer outra forma de comunicação já

existente entre as partes e permitindo ao menos identificar o tipo de funções permitidas, as taxas de serviço correspondentes e os procedimentos de cobrança.

Este instrumento também deve conter a declaração inequívoca de ambos partes sobre a utilização deste tipo de serviço, esta mudança durará tanto quanto a luta contra a pandemia perdurar. A ANS também incluiu, no rol de procedimentos de coberturas de consultas médicas remotas utilizando as tecnologias que permitem atendimento não presencial, bem como deve ser notado que é apenas uma forma de atendimento não presencial, não um procedimento novo, por isso que não foi necessário atualizar a resolução, afinal não é classificado como atendimento domiciliar, pois o profissional não se desloca até o local onde o beneficiário está localizado.

Dessa forma, operadores de saúde, juntamente com profissionais credenciados, se esforçaram para garantir condições adequadas para serviços remotos. A instituição destacou, porém, que o atendimento presencial continua obrigatório para a assistência aos beneficiários caso os indivíduos não possuam recursos para atendimento remoto ou não possua o habilidades necessárias para o tele serviço.

A ANS também estabeleceu, em 25 de março de 2020, as medidas relacionadas ao RN n.º 259, de 17 de junho de 2011, que durou até 31 de maio de 2020, posteriormente prorrogadas. Nessa realidade, como um esforço para continuar procurando alternativas para ajudar as empresas a lidar com o crise da “COVID-19”, o instituto anunciou medidas que tornaram a gestão de recursos mais flexíveis. As propostas já apresentadas pela ANS referiram-se à flexibilização de exigências para aprovisionamento em 2020 e às regras de capital regulamentar.

Dentre as medidas adotadas para o combate à pandemia, além das citadas, as últimas regulamentações notáveis emitidas pela ANS, como a RN n.º 454, de 12 de março de 2020, alteraram o artigo 19 da RN n.º 85, de 07 de dezembro de 2004, que estabeleceu a obrigação do instituto de fornecer um sistema de atualização de registro de dados em vez dos fluxos estabelecidos na seção principal e no § 1° desse art. 19, tal sistema se tornará obrigatório para manter os dados cadastrais atualizados.

Além disso, a RN n.º 454/2020 estabeleceu que um operador de saúde disposto a atuar no âmbito privado do mercado de saúde deve utilizar o Portal de Serviços do Governo Federal para o preenchimento do requerimento, devidamente comprovado com os documentos listados no Anexo I, e acompanhado de formulário de inscrição disponível no site da ANS. O regulamento também invalidou o § único do art. 17 da RN n.º 195, de 14 de julho de 2009, em resposta ao despacho do Processo nº 0136265-83.2013.4.02.5101. O referido dispositivo da instrução expôs que os contratos de planos de saúde coletivos privados por adesão ou para empresas só podem ser rescindidos sem justa causa após doze meses e mediante aviso prévio dada à outra parte com pelo menos sessenta dias de antecedência.

Nessa mesma linha, em resposta a decisão da 2ª Vara Cível Federal do Distrito Federal (DF) no Processo nº 0074233-60.2015.4.01.3400, a RN n.º 456, de 30 de março de 2020, suspendeu o art. 12, § 2º do RN n.º 363, de 11 de dezembro 2014, e o art. 6º da RN n.º 364, de 11 de dezembro de 2014, ambos referentes à atualização monetária de contratos entre operadoras de saúde e prestadores de serviços, mais um esforço de combate aos efeitos da pandemia.

No Legislativo, Projetos de Lei (PL) foram apresentados para alterar a Lei n.º 9.656, de 03 de junho de 1998, durante o estado de calamidade pública declarado no Brasil em razão da pandemia, como o PL n.º 1.117, de 26 de março 2020, autoria do Deputado Federal Capitão Wagner, que proíbe operadoras de saúde privadas de ajustar as mensalidades para todos os tipos de planos de saúde, incluindo devido à mudança de faixa etária, enquanto o estado de calamidade pública estiver em vigor, e suspender ou rescindir contratos com clientes inadimplentes em parcelas mensais em até 90 dias, estabelecendo também as condições para o pagamento da dívida, atualmente o PL está apensado ao PL n.º 846, de 23 de março de 2020, autoria dos Deputados Federais Acácio Favacho e Capitão Wagner. Nesse descortino, temos o PL n.º 1.720, de 04 de maio de 2020, da Deputada Federal Benedita da Silva, que impede que operadoras privadas ajustem as taxas mensais durante grandes pandemias, atualmente o PL aguarda despacho do Presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia. Essas medidas legislativas têm como objetivo evitar uma inadimplência geral e o cancelamento dos serviços de planos de saúde, fazendo com que a população inadimplente migre para a já sobrecarregado sistema de saúde pública.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo teve como ponto teórico a investigação das alterações e modificações administrativas, legislativas e executivas geradas pela pandemia da "COVID-19" nas áreas da saúde pública e privada no Brasil. A pesquisa fundamentou-se em um método de extensa fonte de referências bibliográficas e documentais, da mesma forma que usou uma metodologia dedutiva.

O trabalho concluiu seu objetivo, ou seja, investigou as modificações procedimentais nas áreas do presente estudo, bem como no gerenciamento desses contratos de saúde, os seus aspectos formais mais relevantes, as consequências aos cronogramas de trabalho, atendimento, orçamento e de serviços anteriormente acordados.

O estudo foi fundamentado em segunda parte, nas normas das agências reguladores, como suas portarias, resoluções e encontros, bem como decretos federais e estaduais no começo da pandemia, e das leis e projetos legislativos relacionadas ao tema do estudo com medidas específicas, da mesma forma ressalva as vantagens e desvantagens do estabelecimento dessas alterações para as respectivas áreas, da mesma forma que relaciona com o desenvolvimento regional brasileiro.

Em tal perspectiva, as ações e normatizações estatais de nível federal e estadual buscaram dar as melhores condições para que os indivíduos e empresas de saúde pudessem resolver seus conflitos de forma eficaz e encontrem novas formas de planejamento, reconhecendo as dificuldades enfrentadas por pessoas físicas e jurídicas em um momento atípico como o estado de calamidade pública, mas sem deixar de respeitar condições específicas associadas as áreas saúde.

Por derradeiro, conclui-se que as alterações normativas e executivas, legislativas e administrativas já realizadas foram necessárias para enfrentar um momento emergencial, ou seja, foram essenciais para administrar todo o estado de calamidade nacional advindo do "coronavírus". Concernente a isso, com o passar do tempo, mais modificações legislativas foram realizadas, certamente deixando a marca da pandemia em toda a legislação nacional, da mesma forma alterando de forma plena toda a área da saúde e instituindo a telemedicina.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Agência Nacional de Saúde Suplementar. **ANS adota medidas para que operadoras priorizem combate à Covid-19**. 25 mar. 2020. Disponível em: http://www.ans.gov.br/aans/noticias-ans/consumidor/5448-ans-adota-medidas-para-que-operadoras-priori. Acesso em: 10 set. 2020.

BRASIL. Agência Nacional de Saúde Suplementar. **ANS altera prazo de obrigações das operadoras. 25 mar. 2020**. Disponível em: http://www.ans.gov.br/planos-de-saude-e-operadoras/espaco-da-operadora/avisos-para-operadoras/5445-a. Acesso em: 10 set. 2020.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Projeto de Lei n.º 846, de 23 de março de 2020. **Inclui, entre os direitos assegurados às pessoas afetadas por medidas adotadas no enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus (COVID-19), a vedação à suspensão ou à rescisão unilateral do contrato individual de Plano Privado de Assistência à Saúde ou dos contratos de produtos de que trata o § 1º do art. 1º da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998.** Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2241742&ord=1. Acesso em: 10 set. 2020.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Projeto de Lei n.º 1.117, de 26 de março de 2020. **Altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde, para estabelecer a vedação de reajuste das mensalidades dos Planos Privados de Assistência à Saúde, enquanto durarem os efeitos do Estado de Calamidade Pública, declarado pelo Decreto Legislativo nº 6, de 2020 decorrente da Pandemia do Coronavírus (Covid-19), e para determinar a vedação temporária da suspensão ou rescisão unilateral dos contratos dos Planos Privados de Assistência à Saúde, pelo prazo de 90 dias.** Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2242188#:~:text=Altera%20a%20Lei%20n%C2%BA%209.656,Decreto%20Legislativo%20n%C2%BA%206%2C%20de. Acesso em: 10 set. 2020.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Projeto de Lei n.º 1.720, de 04 de maio de 2020. **Cria a Cédula de Crédito de Energia nos termos que especifica, altera a Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002 e a Lei nº 10.848 de 15 de março de 2004 durante o período de enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019, a que se refere a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020.** Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2245009. Acesso em: 10 set. 2020.

BRASIL. Conselho Federal de Medicina. **Ofício n.º 1.756, de 19 de março 2020**. Disponível em: https://www.cremeb.org.br/index.php/normas/oficio-cfm-cojur-1-756-2020/. Acesso em: 10 set. 2020.

BRASIL. Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS. **Resolução Normativa n.º 85, de 07 de dezembro de 2004. Dispõe sobre a concessão de Autorização de Funcionamento das Operadoras de Planos de Assistência à Saúde, e dá outras providências**. Disponível em: http://www.ans.gov.br/component/legislacao/?view=legislacao&task=TextoLei&format=raw&id=ODgx. Acesso em: 10 set. 2020.

BRASIL. Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS. **Resolução Normativa n.º 195, de 14 de julho de 2009. Dispõe sobre a classificação e características dos planos privados de assistência à saúde, regulamenta a sua contratação, institui a orientação para contratação de planos privados de assistência à saúde e dá outras providências**. Disponível em: https://www.ans.gov.br/component/legislacao/?view=legislacao&task=TextoLei&format=raw&id=MTQ1OA==. Acesso em: 10 set. 2020.

BRASIL. Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS. **Resolução Normativa n.º 259, de 17 de junho de 2011. Dispõe sobre a garantia de atendimento dos beneficiários de plano privado de assistência à saúde e altera a Instrução Normativa – IN nº 23, de 1º de dezembro de 2009, da Diretoria de Normas e Habilitação dos Produtos – DIPRO**. Disponível em: http://www.ans.gov.br/component/legislacao/?view=legislacao&task=TextoLei&format=raw&id=MTc1OA==#:~:text=RESOLU%C3%87%C3%83O%20NORMATIVA%20%2D%20RN%20N%C2%B0,e%20Habilita%C3%A7%C3%A3o%20dos%20Produtos%20%E2%80%93%20DIPRO. Acesso em: 10 set. 2020.

BRASIL. Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS. **Resolução Normativa n.º 363, de 11 de dezembro 2014. Dispõe sobre as regras para celebração dos contratos escritos firmados entre as operadoras de planos de assistência à saúde e os prestadores de serviços de atenção à saúde e dá outras providências**. Disponível em: http://www.ans.gov.br/component/legislacao/?view=legislacao&task=TextoLei&format=raw&id=Mjg1Nw==. Acesso em: 10 set. 2020.

BRASIL. Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS. **Resolução Normativa n.º 364, de 11 de dezembro de 2014. Dispõe sobre a definição de índice de reajuste pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS - a ser aplicado pelas operadoras de planos de assistência à saúde aos seus prestadores de serviços de atenção à saúde em situações específicas**. Disponível em: http://www.ans.gov.br/component/legislacao/?view=legislacao&task=TextoLei&format=raw&id=Mjg1OA==. Acesso em: 10 set. 2020.

BRASIL. Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS. **Resolução Normativa n.º 453, 13 de março de 2020. Altera a Resolução Normativa - RN nº 428, de 07 de novembro de 2017, que dispõe sobre o Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde no âmbito da Saúde Suplementar, para regulamentar a cobertura obrigatória e a utilização de testes diagnósticos para infecção pelo Coronavírus**. Disponível em:

http://www.ans.gov.br/component/legislacao/?view=legislacao&task=TextoLei&format=raw&id=Mzg2MQ==#:~:text=RESOLU%C3%87%C3%83O%20NORMATIVA%20%2D%20RN%20N%C2%BA%20453%2C%20DE%2012%20DE%20MAR%C3%87O%20DE%202020&text=A%20Diretoria%20Colegiada%20da%20Ag%C3%AAncia,o%20inciso%20III%20do%20art.&text=10%2C%20ambos%20da%20Lei%20n%C2%BA,do%20inciso%20II%20do%20art. Acesso em: 10 set. 2020.

BRASIL. Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS. **Resolução Normativa n.º 454, de 12 de março de 2020. Altera a Resolução Normativa - RN nº 85, de 7 de dezembro de 2004, que dispõe sobre a concessão de Autorização de Funcionamento das operadoras de planos de assistência à saúde**. Disponível em: https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-normativa-rn-n-454-de-12-de-marco-de-2020-248328471. Acesso em: 10 set. 2020.

BRASIL. Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS. **Resolução Normativa n.º 456, de 30 de março de 2020. Dispõe sobre a suspensão dos artigos12, § 2º, da RN nº 363, 11 de dezembro de 2014, e 6º da RN nº 364, de 11 de dezembro de 2014, para fins de cumprimento da decisão judicial proferida pelo Juízo da 2ª Vara Federal Cível da Seção Judiciária do Distrito Federal, nos autos da ação nº 0074233-60.2015.4.01.3400**. Disponível em: http://www.ans.gov.br/component/legislacao/?view=legislacao&task=TextoLei&format=raw&id=Mzg2Ng==. Acesso em: 10 set. 2020.

BRASIL. Lei n.º 9.656, de 03 de junho de 1998. **Dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9656.htm. Acesso em: 10 set. 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria n.º 467, de 20 de março de 2020. **Dispõe, em caráter excepcional e temporário, sobre as ações de Telemedicina, com o objetivo de regulamentar e operacionalizar as medidas de enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional previstas no art. 3º da Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, decorrente da epidemia de COVID-19**. Disponível em: https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-467-de-20-de-marco-de-2020-249312996. Acesso em: 10 set. 2020.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 1ª Região. **Processo nº 74233-60.2015.4.01.3400**. Disponível em: https://www.jusbrasil.com.br/processos/88583474/processo-n-74233-6020154013400-do-trf-1?ref=goto. Acesso em: 10 set. 2020.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 2ª Região. **Processo nº 0136265-83.2013.4.02.5101**. Disponível em: https://www.jusbrasil.com.br/processos/133379269/processo-n-0136265-8320134025101-do-trf-2. Acesso em: 10 set. 2020.

RIO DE JANEIRO (Estado). Resolução CREMERJ n.º 305, de 2020. **Dispõe sobre o atendimento médico por Telemedicina durante a pandemia de SARS-CoV2/COVID-19**. Disponível em: https://www.cremerj.org.br/resolucoes/exibe/resolucao/1435. Acesso em: 10 set. 2020.

O USO DA CLASSIFICAÇÃO PARA A REPRESENTAÇÃO DE DIFERENTES DOMÍNIOS EM BIBLIOTECAS E RECURSOS AUDIOVISUAIS

THE USE OF CLASSIFICATION FOR THE REPRESENTATION OF DIFFERENT DOMAINS IN LIBRARIES AND AUDIOVISUAL RESOURCES

Área temática: 1.6 Outras áreas temáticas

PEGORARO NOVAES, Fernanda Carolina
Faculdade de Filosofia e Ciências "Júlio de Mesquita Filho" - UNESP
Doutoranda no Programa de Pós Graduação em Ciência da Informação
Agência financiadora: CNPq
fernanda.pegoraro@unesp.br

MOREIRA, Walter
Faculdade de Filosofia e Ciências "Júlio de Mesquita Filho" - UNESP
Livre Docente na Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho"
walter.moreira@unesp.br

Resumo

Durante o exercício de classificar é necessário analisar o domínio ao qual o objeto pertence, pois, considerando-se a perspectiva de que a classificação é construída, a identificação específica de um assunto permite desencadear outras identificações importantes para a comunicação de conhecimento. Dessa forma, essa pesquisa justifica-se demonstrando a importância de compreender a necessidade informacional de um determinado domínio específico e desse modo, representá-lo. O domínio elencado para análise de dados e demonstração de tal representação é o de recursos audiovisuais. Tendo em vista a existência de bibliotecas que incorporam materiais audiovisuais em seu acervo, questiona-se o tratamento informacional realizado para a representação dos mesmos. A partir da análise de 10 artigos, de uma seleção de 30 com a temática de recursos audiovisuais direcionadas às bibliotecas, percebeu-se a diversidade de materiais utilizados como recurso educacional. Porém, por mais que os trabalhos discutam sobre como os tipos de materiais audiovisuais se configuram em uma instituição, pouco se detalhou sobre sua organização e classificação no acervo. Concluiu-se, desse modo, que há diversas classificações utilizadas por bibliotecas para a organização de materiais audiovisuais, porém, em muitos casos, não há demonstração específica de seu processo; o que se enfatiza a importância do estudo nesse âmbito.

Palavras-chave: Classificação, Análise de Domínio, Recursos Audiovisuais.

Abstract

During the classifying exercise it is necessary to analyze the domain to which the object belongs, for, considering the perspective that the classification is constructed, the specific identification of a subject allows triggering other important identifications for the communication of knowledge. Thus, this research is justified by demonstrating the importance of understanding the informational need of a specific de-terminated domain and, thus, representing it. The domain listed for data analysis and demonstration of such representation is that of audiovisual resources. Considering the existence of libraries that incorporate audiovisual materials in their collection, the informational treatment carried out for their representation is questioned. From the analysis of 10 articles, from a selection of 30 with the theme of audiovisual re-courses directed to libraries, the diversity of materials used as an educational resource was perceived. However, even though the papers discuss how the types of audiovisual materials are set up in an institution, little is known about their organization and

classification in the collection. It was concluded, therefore, that there are several classifications used by libraries for the organization of audiovisual materials, but in many cases there is no specific demonstration of their process; which emphasizes the importance of the study in this area.

Keywords: Classification, Domain Analysis, Audiovisual Resources.

1 INTRODUÇÃO

Mai (2011) descreve a classificação como uma prática antiga, porém ao mesmo tempo moderna por ser utilizada nos contextos atuais. Ademais, diferentemente da classificação tradicional relacionada a classificação natural de objetos, a vertente moderna agrega a reflexão e investigação sobre como representar mais precisamente a realidade natural; cuja qual cientistas trabalham para propiciar a tradução dos fatos presentes na natureza. Tal exercício de tradução é baseado em mudanças epistemológicas ao longo do espaço e tempo, influenciando o paradigma científico moderno (MAI, 2011).

Isto se relaciona com questões elencadas por Hjørland (2017a), sobre a metafísica da classificação que envolve estruturas realistas e projeções idealistas; em outras palavras, se as classificações são naturais e/ou artificiais. Este pensamento visa compreender se o mundo é dividido e organizado naturalmente ou se através de convenções, há práticas classificatórias exercidas por indivíduos (CHACKRAVARTY, 2011; HJØRLAND, 2017a).

Ao retratar classificação natural, permite-se discuti-la subdividindo-a em: classificação de conceitos naturais e classificação naturalista. Quando se refere a ideia de classificação de conceitos naturais, “reflete a estrutura do mundo natural e não os interesses e ações dos seres humanos” (Hjørland, 2017a, tradução do autor). Desta forma, compreende-se que há uma concepção filosófica da distribuição dos objetos no mundo, porém simultaneamente científica, pois assimila divisões de objetos, formação de grupos, subdivisões dos mesmos e relações com outros grupos estruturados a partir de informações novas e já distribuídas (MILL, 1872; HJØRLAND, 2017a).

Em se tratando da classificação naturalista, de acordo com Hjørland (2017a, tradução do autor), “pode ser entendida como uma abordagem geral da teoria da classificação que estabelece uma conexão estreita entre organização e classificação do conhecimento na ciência empírica e acadêmica”. Compreende-se desta forma, que é baseada em um conceito da epistemologia naturalista das coisas e sua metodologia se opõe à classificação a priori (RYSIEW, 2016; HJØRLAND, 2017A).

De tal modo, há “tentativa de aprender princípios classificatórios estudando como as classificações mais bem-sucedidas foram construídas em diferentes domínios, bem como os discursos e controvérsias sobre classificação e sua filosofia” (HJØRLAND, 2017a, tradução livre).

Já a classificação artificial ignora relações entre objetos e toma como base metodológica características formais, como os nomes destinados para a representação dos objetos. Permite-se descrever o arranjo alfabético como uma classificação artificial e o que a difere da classificação natural são as bases epistemológicas, pois a natural provém de uma teoria substancial (HJØRLAND, 2017a).

Com isto, tendo em vista os tipos de classificações natural e artificial, conforme Mai (2011), profissionais classificadores possuem o papel de investigar a real essência dos objetos e assim representá-los de maneira fidedigna; considerando juntamente a isto, a diversidade humana progressiva e as inúmeras interpretações que um objeto permite exprimir (MAI, 2011).

A partir desta concepção, durante o exercício de classificar, é necessário analisar o domínio no qual o objeto pertence. A análise de domínio é importante para o conhecimento de um determinado assunto, conhecida como *visão do conhecimento do assunto* (Hjørland, 2017b). Com isto, Hjørland (2017b) e Saracevic (1975), afirmam que a visão específica de um assunto é necessária para desencadear outras visões importantes para possibilitar a comunicação de conhecimento. De acordo com Hjørland (2017b, tradução livre), um domínio “[...] é uma especialização na divisão do trabalho cognitivo que é teoricamente coerente ou socialmente institucionalizada. [...] os domínios não são divisões prontas do mundo, mas são dinâmicos, em desenvolvimento e dependentes de teoria”.

Deste modo, a Biblioteconomia e a Ciência da Informação receberam nova abordagem com a análise de domínio através de estudos de Hjørland and Albrechtsen (1995), que enfocaram no domínio de conhecimento como comunidades de pensamento. Hjørland (2002) elaborou onze maneiras que a Ciência da Informação permite abordar um domínio e ao discuti-las, introduziu a importância do desenvolvimento de classificações especiais para a representação de domínios

específicos, o sendo esse principal objeto desse estudo.

Considerando a Biblioteconomia e a Ciência da Informação áreas interdisciplinares e que desenvolvem e aplicam instrumentos de representação e recuperação da informação em diversas áreas, permitem representar diferentes domínios. Dessa forma, essa pesquisa justifica-se demonstrando a importância de compreender a necessidade informacional de um determinado domínio específico e deste modo, representá-lo. O domínio elencado para análise de dados e demonstração de tal representação é o de recursos audiovisuais. Tendo em vista a existência de bibliotecas especializadas em audiovisuais, assim como outros tipos de bibliotecas que incorporam esses materiais, questiona-se o tratamento informacional realizado para a representação.

O objetivo geral desse estudo é explicitar a importância da compreensão de um domínio especial para a organização e classificação de materiais audiovisuais, considerando os diferentes formatos e tecnologias que os mesmos permitem possuir. Para tanto, estabeleceu-se como objetivos específicos: a. analisar, utilizando revisão de literatura, trabalhos relacionados a recursos audiovisuais; b. compreender a terminologia e os tipos de materiais que os recursos audiovisuais abrangem; c. apresentar e discutir estudos que tratam da organização de recursos audiovisuais em bibliotecas.

A presente pesquisa é bibliográfica, exploratória e destaca-se em sua metodologia a utilização da análise de domínio. Deste modo, possui em seu *corpora*: *corpus* documental e *corpus* de análise; utilizados para a seleção de trabalhos, recuperação das pesquisas alinhadas aos objetivos desse estudo e realização da análise.

Foram utilizados 3 suportes brasileiros para a formação do *corpus* de análise, com a composição de distintas formas de publicações, sendo esses:

- duas bases de dados: BDTD - Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (http://bdtd.ibict.br/vufind/), recuperado em 7, dezembro, 2018) e BRAPCI – Base de Dados em Ciência da Informação (http://www.brapci.inf.br/), recuperado em 7, dezembro, 2018) e
- os anais da ISKO Brasil - International Society for Knowledge Organization (http://isko-brasil.org.br/), recuperado em 7, dezembro, 2018) publicados na série “Cadernos de Estudos Avançados em Organização do Conhecimento”.

2 ANÁLISE DE DOMÍNIO

Shapere (1977) e Hjørland e Albrechtsen (1995), salientam que o conceito de uma teoria é importante para a definição de um domínio. Isto se explica considerando a hipótese de que nem sempre a ciência possui competência de esclarecer um assunto unificado, pois não é claro se os objetos de estudo científicos permitem obter ou não univocidade e/ou unidade natural (Hjørland, 2017b). Com isto, um domínio permite ser amplo, devido a quantidade informacional que constitui, como também, restrito, dependendo de áreas específicas abordadas por pesquisadores especialistas; é considerado um fenômeno que possibilita diferentes perspectivas teóricas (SHAPERE, 1977).

Em se tratando de perspectivas teóricas, Hjørland e Hartel (2003) formularam três dimensões que integram um domínio: 1. Teorias e conceitos ontológicos sobre os objetos da atividade humana; 2. Teorias epistemológicas e conceitos sobre o conhecimento e as formas de adquirir conhecimento, implicando princípios metodológicos sobre as formas pelas quais os objetos são investigados; 3. Conceitos sociológicos sobre os grupos de pessoas preocupados com os objetos. De acordo com Hjørland (2017b), tais teorias abordam realismo filosófico, epistemologia social e construtivismo social.

Albrechtsen (2015) possui uma teoria construtivista em que argumenta sobre a possibilidade de criação de um domínio e não apenas de sua descrição, com isto, tal teoria segmenta-se nestes dois principais pontos: descrição e criação. A primeira perspectiva teórica salienta que um indivíduo é inserido em um contexto social construído e organizado e muitas vezes, não possui o poder para modificar as coisas ao seu redor; deste modo, pesquisadores realizam análises e descrições de objetos de estudos. O segundo ponto emprega o domínio como um trabalho do ser humano e como tal, permite contribuições, modificações e diferentes construções; as pessoas possibilitam mudar um domínio específico ou sistemas de domínios. Partindo do ponto de vista metodológico, de acordo com Hjørland (2017b), a aparência de um domínio é totalmente influenciada por a sua metodologia. Isto se explica por, em uma pesquisa, ao realizar um mapeamento de domínios, considera-se a subjetividade do pesquisador perante o objeto de estudo investigado.

De acordo com Tennis (2002), a análise de domínio é classificada de duas maneiras: *descritiva* (utilizada para pesquisas simples) e *instrumental* (aplicada para criação e projeção de Sistemas de Organização do Conhecimento); ambas consideras gêneros distintos.

A *análise de domínio descritiva* é realizada por pesquisadores, elencando um domínio específico para ser investigado. Tennis (2002) menciona que a abordagem de Hjørland, considerada a principal, é a criação de mapas bibliométricos. Em se tratando da *análise de domínio instrumental*, tem como objetivo principal, conforme Tennis (2002), rever ou construir um sistema de informação; com isto, é utilizada por profissionais em Sistemas de Organização do Conhecimento (SOC). Normalmente, os usuários não adquirem interesse ao acesso a esse tipo de análise, apenas ao seu produto final oferecido.

2.1 Classificação em domínios específicos

Quando investiga-se no âmbito da Biblioteconomia e Ciência da Informação, literatura científica referente a classificação especial destinada para um domínio específico, encontram-se discussões limitadas sobre este tipo de abordagem. Em justificativa a essa ocorrência, há hipóteses questionadas, como exemplo, a ausência de conhecimento prático e teórico sobre como organizar e classificar um domínio muito particular. Isso envolve, de certo modo, a atualização de modelos de sistemas de classificações universais (HJØRLAND, 2002).

Além do fato de a classificação tradicional não atentar-se para diferentes *objetos de disciplinas*, ignora também, novas metodologias que poderiam ser empregadas na construção de novos sistemas bibliográficos (a serem aplicados possivelmente não apenas em bibliotecas especiais, mas como também, em banco de dados e literatura de referência) (HJØRLAND, 2002).

A classificação é extremamente importante no campo da Ciência da Informação. Com isso, devido a novos modelos informacionais e tecnológicos, é necessária a ampliação de perspectivas em se tratando de campos de assunto. A produção de classificações especializadas para um domínio específico, apesar de demandarem tempo e exaustão do(s) profissional(ais), obtém alta relevância na atuação prática. Devido a isso, enfatiza-se ainda mais o enfoque científico acadêmico para discussão e tratamento de tal temática (HJØRLAND, 2002).

A classificação especial auxilia não apenas na indexação, como na recuperação de domínios específicos. Como profissionais de bibliotecas especiais sentem falta de conhecimento para organização do acervo, criam um campo de estudo informacional almejando ser mais relevante e aplicável considerando a realidade presente (HJØRLAND, 2002).

3 DOMÍNIO DE RECURSOS AUDIOVISUAIS

Conforme mencionado anteriormente na metodologia, foram utilizados 3 suportes brasileiros (duas bases de dados e uma série de publicação de anais) para a composição de trabalhos do *corpus* documental. O termo utilizado para as buscas foi *audiovisual* e assim, recuperaram-se 34 artigos – com acesso livre e a data de recuperação até outubro de 2020 – que abrangeram o conceito da temática. A partir disso, investigou-se os diferentes tipos de tratamentos terminológicos utilizados para representar audiovisual (38 termos) e os materiais caracterizados como esse recurso (32 termos), observados abaixo:

Tabela 1. Tabela de termos e materiais Audiovisuais

Terminologia audiovisual	audio visuais, audiovisuais, audio visual, audiovisual, audio visual materials, auxiliares audiovisuais, AV, AVM, documento audiovisual, documento especial, documento iconográfico, forma de apresentação não verbal, forma não bibliográfica, generic book, imagens em movimento, livro genérico, materiais ou recursos AV, materiais audiovisuais, materiais especiais, materiais não bibliográficos, materiais não impressos, material audiovisual, média, meios audiovisuais, meios não gráficos, meios, microdocumentos, mídia, multimeios educacionais, multimeios, non book media, non books, nonbooks, nonprint, non print, novos meios, recursos audiovisuais, tecnologia educacional e the graphic record.

Materiais Audiovisuais	aparelho de TV, CAI (*Computer Assisted Instrution*), diafilmes, diapositivos, discos, dispositivos, filmes, fitas gravadas (fita cassete), fitas magnéticas, gráficos, gravador, máquina fotográfica, partituras, filmes em película, vídeo, CD-rom, Mini DV, VHS, DVD, videoarte, mapas, microformas, projetor de filme, projetor de slide, sala de projeção, rádio, slides, toca-discos, transparências e videoteipes (com materiais ilustrativos: detalhes de fotografias, fotografias, legendas e objetos).

Com tais resultados mencionados, para a compreensão da organização de recursos audiovisuais no âmbito da Biblioteca, foram (a partir dos 34 trabalhos recuperados na Tabela 1) selecionadas apenas pesquisas com a temática de recursos audiovisuais direcionadas às bibliotecas para produzirem um novo *corpus* de análise, observadas abaixo.

Tabela 2. Tabela de trabalhos sobre Audiovisuais em bibliotecas

Autores	Título do trabalho	Ano de Publicação
FERREIRA, V. R.	Documentação Oficial Brasileira em forma não-Bibliográfica	1976
MIRANDA, A.	Treinamento do uso das Bibliotecas com Recursos Audiovisuais: revisão de literatura	1976
POLKE, A. M. A.	Os Recurso Audiovisuais na Universidade e suas implicações para a Biblioteca	1977
MCCARTHY, C. M.; TARGINO, M. G.	Materiais Audiovisuais na Sociedade e nas Bibliotecas Brasileiras	1984
EPIFÂNIO, N. M	Interpretação estatística dos processos de evolução e o funcionamento dos arquivos audiovisuais	2012
SILVA, V. L. M; SILVA, M. B.; BRITO, R. Z. L.	O uso dos multimeios no processo de ensino-aprendizagem da Escola General Rodrigo Otávio - EMGRO	2012
EPIFÂNIO, N. M.	Análise da recolha de dados: Interpretação Estatística sobre o processo de evolução e funcionamento dos Arquivos Audiovisuais	2013
CERIGATTO, M. P.; CASARIN, H. C. S.	O audiovisual como fonte de informação na escola: desafios para a *media literacy*	2015
PINHEIRO, A. P. L.; SAMPAIO, D. A.	O Audiovisual como Recurso de Incentivo à Leitura	2017
SANTOS, F. E. P.; FARIAS; M. G. G.; FEITOSA, L. T.	Perfil profissional do bibliotecário em ambientes de Informação Audiovisual	2017
CAVALCANTE; D. G. S. M.	Audiovisual e Web Semântica: estudo de caso na biblioteca da ECA	2018
CARVALHO, C. P. J.; ALMEIDA, C. C.	Coleções de multimeios: reflexões sobre o tratamento temático da informação a partir do conceito de tradução intersemiótica	2019
GONÇALVES, B. M. A. P.	Atlas do Audiovisual Escolar, Territórios da Mostra Geração: Rio de Janeiro, 2000 a 2014. 2019.	2019
OLIVEIRA, L. P.; ROCHA, T. P.	Organização de acervos audiovisuais em estúdios de TV.	2019

Após a análise dos 14 trabalhos acima, verificou-se que, de acordo com Ferreira (1976), houve a necessidade de iniciar-se a discussão da organização de materiais não bibliográficos por muitas bibliotecas e instituições classificarem a *priori* – através da formulação de listas, catálogos e entre outros – tais documentos no acervo; enquanto nos Estados Unidos, tal discussão havia emergido a partir de 1920 na organização de coleções didáticas e culturais (denominadas especiais) em bibliotecas públicas. Enquanto em Londres, estruturavam um banco de dados automático para o reconhecimento de tais recursos a fim de propiciar a normalização, metodologia e produção dos mesmos. Tendo isto, apenas em 1974 foi apresentado por um Grupo de trabalho em Audiovisuais, recomendações para a avaliação deste tipo de material; formulando, inclusive, recomendações à IFLA e UNESCO, incentivo de materiais audiovisuais em âmbito internacional.

Contudo, no Brasil, em 1976, introduziu-se recursos audiovisuais no sistema educacional; visando radiofusão educativa e teleducação. Desta forma, no contexto nacional, tais documentos eram organizados nos acervos através dos seguintes guias, considerados oficiais pra esse tipo de especialidade: guia dos museus do Brasil, bibliografia brasileira de documentação, bibliotecas especializadas brasileiras e guia das bibliotecas brasileiras. Desta forma, entre os códigos universais utilizados por bibliotecas para acervo, neste tipo específico de domínio, muitas bibliotecas não sabiam qual tipo de organização adotar, outras não especificavam o tipo adotado, enquanto as demais admitiam utilizar códigos e classificações especiais (FERREIRA, 1976).

Conforme Miranda (1976), a utilização de recursos audiovisuais emergiram em bibliotecas no intuito de fitas cassetes substituírem visitas guiadas, armazenadas na sala de referência. Neste contexto, valorizou-se mais a produção de materiais audiovisuais para os propósitos da biblioteca enfocados na comunicação entre instuição-usuário, do que sua organização. Deste modo, outros recursos foram integrados como filmes e videoteipes.

Em 1977, Polke considerou recursos audiovisuais como aliados no processo de aprendizagem instituída pela “tecnologia institucional”, refletindo mudanças no cenário educacional. Neste tipo de metodologia, bibliotecas obtinham o importante papel de fornecer tais novos recursos para propiciar maior interação entre aluno-professor; além de beneficiar os alunos através de uma nova abordagem de conhecimento. Com isto, houve a adesão do conceito “biblioteca-escola”.

Mccarthy e Targino (1984) afirmaram que muitas bibliotecas, independentes de serem especializadas ou não, por vezes, não investiram em materiais audiovisuais por escassez de recursos; dos quais em muitas situações não houve incentivo dos profissionais bibliotecários para o investimento neste segmento. Em que se refere da responsabilidade da biblioteca com este tipo de material, ela apenas se destinava a cópias múltiplas na preservação de textos; direcionando ao arquivo, os outros tipos de exemplares. Contudo, neste âmbito salienta o surgimento nas bibliotecas não apenas de materiais, mas como também dispositivos para a projeção dos mesmos; como projetor de slides.

De acordo com Epifânio (2012; 2013), nas bibliotecas portuguesas, os recursos audiovisuais não possuem definição concreta para a organização e nem para sua preservação; há variação de instituição para instituição. Em tais, há a existência de registros sonoros, audiovisuais e fotográficos; sendo que os mesmos apresentam em menor grau tratamentos dos materiais, gestão na classificação e indexação de programas e catalogação do acervo.

Silva, Silva e Brito (2012), consideram os multimeios, materiais ideias para propiciarem crescimento intelectual e cultural em bibliotecas. Porém, afirmam que muitos materiais audiovisuais são provindos de doações e devido a isto, nem sempre profissionais apresentam qualificação e segurança necessários para o tratamento destes.

De acordo com Cerigatto e Casarin (2015), os recursos audiovisuais são considerados fontes de informação valiosas, principalmente em se tratando da educação escolar. De tal modo, enfatiza-se a competência midiática proporcionada pela televisão, através do exercício crítico de conteúdos, assim como o aproveitamento educacional através de fontes de pesquisas e investigação em sala de aula. As bibliotecas nesse âmbito, são extremamente importantes pois inserem esse tipo de material e agregam o ensino aprendizagem de competências.

Em 2017, Pinheiro e Sampaio publicaram sobre a importância das bibliotecas e bibliotecários para propiciarem o incentivo à leitura através de recursos audiovisuais, por serem mediadores de informação. O desenvolvimento de política de leituras são realizados através de diferentes formados, inclusive materiais audiovisuais, onde realizam a absorção de novos tipos de conhecimentos.

Conforme Santos, Faria e Feitosa (2017), o profissional bibliotecário que lida com recursos audiovisuais apresenta um papel de mediador e com isto, em ambientes coorporativos de mídia, como televisivos, apresenta um perfil promissor na organização do acervo. Isto se dá por o

bibliotecário obter experiência em competências técnicas, gerenciais e também habilidades de busca.

Cavalcante (2018), ao propor a organização de dados para recuperar informações sobre textos e arquivos de filmes universitários em trabalhos de conclusão de curso (TCC) do Curso de Audiovisual da Biblioteca da ECA, USP, afirma que a representação temática de materiais audiovisuais são realizados por meio de instrumentos da Ciência da Informação e práticas da web semântica, como os tesauros. Já a representação descritiva, é realizada por meio de normas e padrões da World Wide Web Consortium (W3C). Porém, Cavalcante (2018), menciona que a descrição bibliográfica de recursos audiovisuais precisam de atualização para promover a melhora na cobertura de conteúdo de dados e na criação de catálogos dinâmicos com links externos (utilizando *linked data*).

Carvalho e Almeida (2019), descrevem em seu trabalho que os recursos audiovisuais, por serem materiais não textuais, são um modo de atrair usuários à biblioteca, principalmente aqueles que não tem o hábito de ler. O recurso audiovisual por ser considerado um tipo de material distinto, demanda também um tratamento distinto e para isso, a tradução intersemiótica auxilia na organização desse tipo de material; traduzindo a linguagem não verbal para verbal, para ser utilizada em sistemas de classificação, tesauros e listas de cabeçalho de assunto.

O atlas warburguiano, era uma instalação na Biblioteca de Warburg, Londres (Inglaterra), que reunia painéis e imagens de obras artísticas da história da arte contemporânea. De acordo com Gonçalves (2019), esse tipo de mídia visual permite que usuário interprete a mensagem do autor e perceba as relações entre imagens que despertam questões inconscientes no imaginário coletivo.

Os autores Oliveira e Rocha (2019) desenvolveram uma pesquisa analisando o acervo de cinco estúdios de TV vinculados a universidades brasileiras. Nessa análise, em acervos físicos, a classificação realizada foi por meio das categorias: ano, assunto, curso produtor do conteúdo e título mais tipo de material. Conforme os autores, os resultados da análise demonstraram a falta de recursos no tratamento informacional de materiais audiovisuais.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme Ferreira (1976), muitas bibliotecas com recursos audiovisuais não sabiam qual tipo de organização adotar, outras não especificavam, enquanto as demais admitiam utilizar códigos e classificações especiais. O intuito desta pesquisa foi compreender, através de uma análise exploratória, como as bibliotecas com acervos especializados em recursos audiovisuais organizam a informação e como o profissional se porta perante ao desafio de lidar com documentos de um domínio específico.

Considerando as pesquisas recuperadas, percebeu-se a diversidade de materiais e propósitos do mesmo, sendo utilizado muitas vezes como recurso educacional. Porém, por mais que os trabalhos discutirem sobre os tipos de matérias audiovisuais e como eles se configuram em uma instituição, pouco detalhou-se sobre sua organização e classificação no acervo. Concluiu-se que há uma classificação diferencial explorada por diversas bibliotecas, não há demonstrações específicas de seu processo; o que enfatiza-se a importância do estudo nesse âmbito.

REFERÊNCIAS

ALBRECHTSEN, H. This is not domain analysis. **Knowledge Organization**, v. 42, n. 8, p. 557-561, 2015.

CARVALHO, C. P. J.; ALMEIDA, C. C. Coleções de multimeios: reflexões sobre o tratamento temático da informação a partir do conceito de tradução intersemiótica. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, v. 15, n. 3, p. 183-207, 2019.

CAVALCANTE, D. G. S. M. **Audiovisual e Web Semântica**: Estudo de Caso da Biblioteca da ECA. 2018. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. 2018. 78 p. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão da Informação) – Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

CERIGATTO, M. P.; CASARIN, H. D. C. S. O audiovisual como fonte de informação na escola: desafios para a media literacy. **Biblioteca Escolar em Revista**, v. 3, n.2, 31-32, 2015.

EPIFÂNIO, N. M. Statistical interpretation of the process of evolution and functioning of Audiovisual

Archives. **Biblios**, v. 49, n.14, 2012.

EPIFÂNIO, N. M. Análise da recolha de dados: Interpretação estatística sobre o processo de evolução e funcionamento dos Arquivos Audiovisuais. **Ponto de Acesso**, v. 7, n. 2, p. 158-186, 2013.

FERREIRA, V. R. Documentação oficial brasileira em forma não-bibliográfica. **Revista de Biblioteconomia de Brasília**, v. 4, n. 2, 1976.

GONÇALVES, B. M. A. P. **Atlas do Audiovisual Escolar, Territórios da Mostra Geração**: Rio de Janeiro, 2000 a 2014. 2019. 183 f. Tese de Doutorado. PUC-Rio. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

HJØRLAND, B. Domain analysis in information science: eleven approaches–traditional as well as innovative. **Journal of documentation**, v. 58, n. 4, p. 422-462, 2002.

HJØRLAND, B. Classification. **Knowledge Organization**, v. 44, n. 2, p. 97-128, 2017a.

HJØRLAND, B. Domain analysis. **Knowledge Organization**, v. 44, n. 6, p. 436-464, 2017b.

HJØRLAND, B.; ALBRECHTSEN, H. Toward a new horizon in information science: Domain-analysis. **Journal of the American society for information science**, v. 46, n. 6, p. 400-425, 1995.

MCCARTHY, C. M.; TARGINO, M. D. G. Materiais audiovisuais na sociedade e nas bibliotecas brasileiras. **R. Esc. Bibliotecon. UFMG**, v. 13, n. 2, p. 302-21, 1984.

MAI, J. E. The modernity of classification. **Journal of documentation**, v. 67, n. 4, p. 710-730, 2011.

MIRANDA, A. Treinamento no uso da biblioteca com recursos audiovisuais: revisão da literatura. **R. Esc. Bibliotecon. UFMG**, v. 5, n. 2, p. 145-64, 1976.

OLIVEIRA, L. P.; ROCHA, T. P. Organização de acervos audiovisuais em estúdios de tv. **Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação**, v. 12 No 3, n. 3, p. 744-764, 2019.

PINHEIRO, A. P. L.; SAMPAIO, D. A. O audiovisual como recurso de incentivo à leitura. **Folha de Rosto**, v. 3, n. 2, p. 5-14, 2017.

POLKE, A. M. A. Os recursos audiovisuais na universidade e suas implicações para a biblioteca. **R. Esc. Bibliotecon. UFMG**, v.6, n. 2, 1997.

SANTOS, F. E. P.; FARIAS, M. G. G.; FEITOSA, L. T. Perfil profissional do bibliotecário em ambientes de informação audiovisual. **Biblos**, v. 31, n. 2, p. 147-165, 2017.

SARACEVIC, T. Relevance: A review of and a framework for the thinking on the notion in information science. **Journal of the American Society for information science**, v. 26, n. 6, p. 321-343, 1975.

SILVA, V. L. M., SILVA, M. B.; BRITO, R. Z. L. O uso dos multimeios no processo de ensino-aprendizagem da Escola General Rodrigo Otavio–EMGRO. **Biblioteca Escolar em Revista**, v. 1, n. 2, p. 45-62, 2012.

SHAPERE, D. Scientific theories and their domains. **Reason and the Search for Knowledge**, p. 273-319, 1984.

TENNIS, J. What does a domain analysis look like in form, function, and genre?. **Brazilian Journal of Information Science**, v. 6, n. 1, p. 3-15, 2012.

O USO DA INFORMAÇÃO EXTERNA E DO PROCESSO DE INTELIGÊNCIA COMPETITIVA COMO DIFERENCIAIS COMPETITIVOS NO CONTEXTO DOS AGRONEGÓCIOS

THE USE OF EXTERNAL INFORMATION AND THE COMPETITIVE INTELLIGENCE PROCESS AS COMPETITIVE DIFFERENTIALS IN THE AGRIBUSINESS CONTEXT

Área temática: Cadeias Produtivas e Desenvolvimento

JORGE, Carlos Francisco Bitencourt
Universidade de Marília (Unimar)
Pós-Doutor e Doutor em Ciência da Informação (Unesp)
bitencourt@gmail.com

IPLINSKY, Marília Smorigo
Universidade de Marília (Unimar)
Graduanda em Veterinária (Unimar)
marilia.iplinsky@gmail.com

CAZANE, Ana Lívia
Universidade de Marília (Unimar)
Doutoranda em Ciência da Informação (Unesp)
alcazane@yahoo.com.br

Resumo
O objetivo deste artigo é discutir a informação como recurso estratégico no agronegócio com enfoque na informação externa e na sua transformação em inteligência competitiva. Para atingir esse objetivo, foi realizada pesquisa bibliográfica que possibilitou a captura de informações sobre a informação, inteligência competitiva e o contexto do Agronegócios. Com o levantamento individual das temáticas mencionadas, foi possível analisar e relacionar as temáticas e com isso, construir importantes percepções. Essas percepções possibilitaram novas reflexões sobre a importância da informação externa e do processo de inteligência no contexto da gestão do agronegócio. Cada vez mais observa-se as informações como um importante recurso capaz de proporcionar diferenciais competitivos para as organizações. Nesse sentido, a organização deve considerar a informação registrada e também aquelas informações que não estão sob nenhum suporte. Destaca-se que essas informações estão inseridas tanto no ambiente interno (dentro da organização) por meio dos colaboradores organizacionais com suas atividades, processo e tarefas, quanto no ambiente externo (fora da organização). Nesta perspectiva, considerando um contexto mundial de grande competitividade, observa-se que as informações possuem grande impacto nas organizações que possuem o agronegócio como segmento. Destaca-se o impacto das informações externas, uma vez que estas são responsáveis por impactar toda a cadeia do agronegócio.

Palavras-chave: Informação, Inteligência Competitiva, Agronegócio.

Abstract
The purpose of this article is to discuss information as a resource strategic role in agribusiness with a focus on external information and its transformation into competitive intelligence. In order to achieve this objective, a bibliographic research was carried out that enabled the capture of information about information, competitive intelligence and the context of Agribusiness. With the individual survey of the aforementioned themes, it was possible to analyze and relate the themes and, with that, build important perceptions. These perceptions enabled new reflections on the importance of external information and the intelligence process in the context of agribusiness management. Information is increasingly seen as an important resource capable of providing competitive advantages for organizations. In this sense, the organization must consider the information recorded and also that information that is not under any support. It is noteworthy that this information is inserted both in the internal environment (within the organization) through organizational employees with their activities, process and tasks, and in the external environment (outside the organization). In this perspective, considering a highly competitive world context, it is observed that the information has a great impact

on organizations that have agribusiness as a segment. The impact of external information is noteworthy, since it is responsible for impacting the entire agribusiness chain.

Keywords: Information, Competitive Intelligence, Agribusiness.

1 INTRODUÇÃO

Cada vez mais observa-se as informações como um importante recurso capaz de proporcionar diferenciais competitivos para as organizações. Destaca-se que a informação e o conhecimento enquanto recurso possuem o papel de afetar a dinâmica e atuação organizacional. (SIQUEIRA, 2005; VALENTIM 2008).

No cenário atual, adquirir informações mais precisas dos ambientes organizacionais pode resultar na continuidade da organização no mercado, e em alguns casos, no aumento de competitividade (DALFOVO; LUIZ, 2017). Nesse sentido, a organização deve considerar a informação registrada e também aquelas informações que não estão sob nenhum suporte. Destaca-se que essas informações estão inseridas tanto no ambiente interno (dentro da organização) por meio dos colaboradores organizacionais com suas atividades, processo e tarefas, quanto no ambiente externo (fora da organização).

Ao considerar o uso das informações externas a organização precisa dotar-se de estratégias para que possa auxilia-la a atuar com essas informações enquanto recursos. Neste sentido, emerge a Inteligência Competitiva (IC) como ferramenta estratégica, sendo esta [...] um processo de aprendizado motivado pela competição, fundado sobre a informação, permitindo esta última a otimização da estratégia corporativa em curto e em longo prazo" (TARAPANOFF, 2006, p. 26). A IC possui grande relevância organizacional, proporcionando para as organizações fundamentos atuar de maneira estratégica em ambientes competitivos e inconstantes.

Nesta perspectiva, considerando um contexto mundial de grande competitividade, observa-se que as informações possuem grande impacto nas organizações que possuem o agronegócio como segmento. Destaca-se o impacto das informações externas, uma vez que estas são responsáveis por impactar toda a cadeia do agronegócio.

As organizações que atuam nos agronegócios estão inseridas em ambientes extremamente complexos e inconstantes, e com isso, observa-se a importância das informações, em especial as externas, para as atividades organizacionais. Observa-se que, mesmo que não considerem essas informações externas, essas organizações são impactadas o tempo todo por estas informações, e com isso, ao não considerar as informações externas como recursos, podem perder importantes oportunidades ou não identificar ameaças do universo que estão inseridas.

Além disso, é necessário destacar que o agronegócio é alicerçado por informações em todas as suas etapas. Com isso, torna-se fundamental considerar a informação enquanto recurso capaz de gerar conhecimento e, como consequência, aumentar a competitividade dessas organizações do agronegócio.

Sendo assim, podemos destacar que o objetivo deste artigo é discutir a informação como recurso estratégico no agronegócio com enfoque na informação externa e na sua transformação em inteligência competitiva. Para atingir esse objetivo, foi realizada pesquisa bibliográfica que possibilitou a captura de informações sobre a informação, inteligência competitiva e o contexto do Agronegócios. Com o levantamento individual das temáticas mencionadas, foi possível analisar e relacionar as temáticas e com isso, construir importantes percepções para as temáticas. Essas percepções possibilitaram novas reflexões sobre a importância da informação externa e do processo de inteligência no contexto da gestão do agronegócio.

O artigo foi estruturado em quatro partes, incluindo esta introdução, que contextualiza a ideia a ser trabalhada, de maneira bastante ampla. Na sequência apresenta-se o Referencial Teórico dividido em "Informação enquanto recurso organizacional", "Inteligência Competitiva enquanto recurso voltado para as informações externas", "O agronegócio enquanto mercado" e "A informação como recurso estratégico no agronegócio: Um enfoque na informação externa e na sua transformação em inteligência". O terceiro item é representado pelos procedimentos metodológicos e, por fim, as considerações finais que fecham as discussões e sugere pesquisas futuras.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Informação enquanto recurso organizacional

Os ambientes organizacionais e as suas atividades geram o tempo todo informações, e com isso, acabam ficando submersos no contexto informacional. Esse movimento muitas vezes é imperceptível pelos sujeitos que compõe esses ambientes, entretanto, a informação enquanto recurso atua de maneira decisiva em muitos processos.

Cada vez mais observa-se as informações como um importante recurso capaz de proporcionar diferenciais competitivos para as organizações. A informação é o principal articulado entre transformar um dado em conhecimento, e assim gerar a competitividade. Destaca-se que a informação e o conhecimento enquanto recurso possuem o papel de afetar a dinâmica e atuação organizacional. (SIQUEIRA, 2005; VALENTIM 2008).

Davenport e Prusak (1998), apontam a dificuldade de delimitar os dados, informação e conhecimento, entretanto, os autores mencionam que a informação atua como articuladora entre os dados brutos e conhecimento dos sujeitos. O quadro 1 apresenta os conceitos de dados, informação e conhecimento.

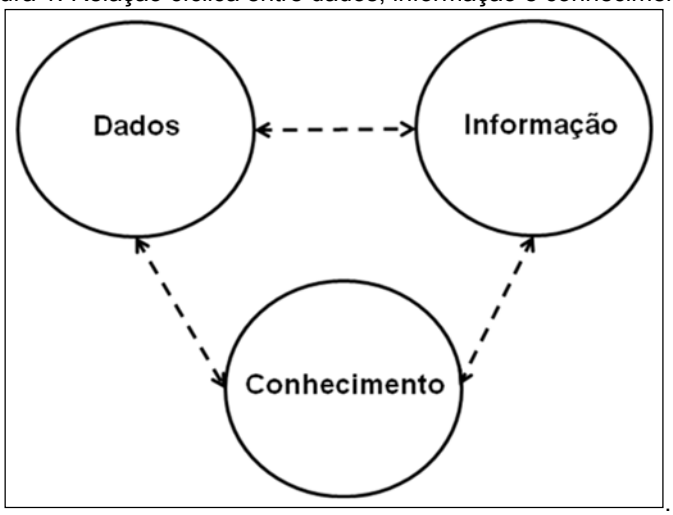
Quadro 1. Conceitos de dados, informação e conhecimento.

Dados	Informação	Conhecimento
Simples observações sobre o estado do mundo	Dados dotados de relevância e propósito	Informações valiosas cuja a origem, é a mente humana. Inclui reflexão, síntese, contexto
• Facilmente estruturado; • Facilmente obtido por máquinas; • Frequentemente quantificado; • Facilmente transferível.	• Requer unidade de análise; • Exige consenso em relação ao significado; • Exige necessariamente a mediação humana.	• De difícil estruturação; difícil de capturar por máquinas; • Frequentemente tácito; • De difícil transferência.

Fonte: adaptado de Davenport e Prusak (1998, p.18).

Jorge (2013) vai ao encontro de Davenport e Prusak (1998) e aponta a relação continua entre dados, informação e conhecimento (Figura 1), mostrando o processo cíclico entre os elementos. Observa-se que a informação atua como componente articulador, afinal, os dados que possuem relevância, precisando possuir significado para o ambiente relacionado, com isso torna-se informação, sendo essa quando apropriadas pelos sujeitos organizacionais e combinadas com outros conhecimentos dos sujeitos transformam-se em conhecimento.

Figura 1. Relação cíclica entre dados, informação e conhecimento.



Fonte: JORGE (2013).

Os processos organizacionais precisam de dados, informações e conhecimento para que estes aconteçam. Adquirir informações mais precisas dos ambientes organizacionais pode resultar na continuidade da organização no mercado, e em alguns casos, no aumento de competitividade (DALFOVO; LUIZ, 2017). Jorge e Valentim (2015, p. 185) apontam duas formas de analisar a informação:

> Ao se analisar essa modalidade de informação é importante delimitá-la sob dois vieses. O primeiro: as informações registradas em algum suporte, como livros, relatórios, periódicos, jornais, entre outros. O segundo: as informações não registradas, ou seja, informações que não possuem registros formalizados em um determinado suporte, em virtude da dinamicidade do ambiente e do esporte, ou até mesmo pela ausência de percepção dos próprios produtores quanto ao valor da informação nesse segmento.

Nesse sentido, a organização deve considerar a informação registrada e também aquelas informações que não estão sob nenhum suporte. Destaca-se que essas informações estão inseridas tanto no ambiente interno (dentro da organização) por meio dos colaboradores organizacionais com suas atividades, processo e tarefas, quanto no ambiente externo (fora da organização).

As informações do ambiente externo são geradas por meio dos movimentos de clientes, fornecedores, governo, concorrentes, ou seja, aqueles ao qual causam impactos as empresas, essas informações proporcionam interferência dentro da organização (Jorge e Valentim, 2015). Nesse sentido, dentro das inúmeras aplicações das informações enquanto recurso, a informação pode atuar como matéria prima para as atividades organizacionais, possibilitando assim, projetar ações e com isso antecipar situações futuras (Santos e Valentim, 2015).

Nessa perspectiva podemos considerar a informação (independentemente de sua origem) como um recurso fundamental para as organizações. Entretanto, a presente pesquisa aborda o uso da informação que possui origem no ambiente externo, nesse sentido, torna-se importante o uso de um processo estruturado que atua nesse contexto.

.

2.2 Inteligência Competitiva enquanto recurso voltado para as informações externas

Ao considerar o uso das informações externas a organização precisa dotar se de estratégias para que possa auxilia-la a atuar com essas informações enquanto recursos. Neste sentido, emerge a Inteligência Competitiva (IC) como ferramenta estratégica, sendo esta [...] um processo de aprendizado motivado pela competição, fundado sobre a informação, permitindo esta última a otimização da estratégia corporativa em curto e em longo prazo" (TARAPANOFF, 2006, p. 26).

A IC enquanto processo constitui-se em uma atividade voltada para o mundo dos negócios,

ou seja, para atuar em ambientes competitivos. O uso da IC enquanto estratégia visa buscar a manutenção ou desenvolvimento de vantagem competitiva em relação aos concorrentes.

Sendo assim, o grande desafio das organizações consiste em aproveitar da melhor maneira essas informações. A IC possui grande relevância organizacional, proporcionando para as organizações fundamentos atuar de maneira estratégica em ambientes competitivos e inconstantes. Maurry (1993, p.138) mostra que a IC é composta por:

- dados selecionados, em função de uma estratégia/objetivo;
- logística de busca, processamento e proteção de informações;
- metodologia de análise para ampliar a capacidade de percepção.

O autor (1993, p.138) ainda complementa que a organização atua com inteligência considerando os três ambientes da empresa, ou seja:

- interno, tradicionalmente privilegiado pelos administradores;
- externo, onde se dá a concorrência e a realização do negócio;
- futuro (interno e externo), onde se constroem e mantêm vantagens competitivas.

Para Queyras e Quoniam (2006, p.78), " [...] a informação, portanto, constitui a base do processo da inteligência competitiva, cujo o escopo consiste na análise das necessidades de informação da empresa e na avaliação de sua disponibilidade". Valentim et al. (2003) apontam que a Inteligência Competitiva atua com o objetivo de proporcionar às organizações uma visão amplificada no contexto de um ambiente globalizado.

Mota (2009) menciona que todas as informações recolhidas e organizadas proporcionam para a organização sabedoria. Observa-se que o processo de IC torna-se responsável pela sua construção, logo é possível compreender melhor os alvos, premissas e competências dos competidores.

Dentre inúmeros objetivos da IC, observa-se que a mesma proporciona produtos de inteligência capazes de auxiliar a organização tomar decisões e consequentemente elaborar estratégias competitivas. Araújo e Castilho Júnior (2014, p.53) apontam aspectos importantes da IC:

> O ciclo de IC representa o processo como um todo e a partir dele são desenvolvidos os sub-processos que subsidiarão a atuação dos especialistas envolvidos na conversão das informações em conhecimento que, após acionado durante a tomada de decisão pelos gestores, será convertido em inteligência para a organização.

Nesse sentido, Teixeira e Valentim (2016, p.7) mencionam a importância da IC no ambiente empresarial,

> A inteligência competitiva proporciona vantagens à organização quando o processo de busca, compartilhamento e uso de informações se tornam uma constante, estabelecendo uma dinâmica em relação à rapidez, tempo, resultado e impacto no mercado, bem como se antecipando as ameaças e aproveitando as oportunidades de maneira eficiente.

Diante da importância das informações enquanto recursos, em especial daquela que estão no ambiente externo, evidencia-se a IC enquanto processo estratégico para um melhor aproveitamento dessas informações. A IC pode contribuir para fortalecer as estratégias organizacionais bem como trazer importantes informações do negócio da organização e com isso, proporcionar diferenciais competitivos dentro do agronegócio.

2.3 O agronegócio enquanto mercado

Heredia, Palmeira e Leite (2010) argumentam que ao associar 'modernidade' e 'agricultura' no Brasil existe uma longa história. Desde a segunda metade do século XIX, surgem propostas de uma 'agricultura' ou mesmo de uma 'indústria rural' moderna ao que seria uma agricultura 'tradicional'

ou 'práticas tradicionais' das empresas agrícolas.

Mas foi, a partir dos anos de 1970, com a política de 'modernização da agricultura' promovida pelo regime militar, que se começou a falar mais explicitamente da existência de uma 'agricultura moderna' ou de uma 'agricultura capitalista' no Brasil. Em 1980 e início da década seguinte, autores com diferentes formações profissionais e com referenciais teóricos e ideológicos os mais variados começam a substituir a expressão 'agricultura (ou agropecuária) moderna' por 'agroindústria' (HEREDIA; PALMEIRA; LEITE, 2010).

Uma proposta nos anos 50 pelos professores Davis e Goldberg (1957), que desenvolveram o conceito de *agribusiness*. Este conceito foi, nos anos seguintes, introduzido no Brasil com a denominação de complexo agroindustrial, negócio agrícola e agronegócio e é definido não apenas em relação ao que ocorre dentro dos limites das propriedades rurais, mas a todos os processos interligados que propiciam a oferta dos produtos da agricultura aos seus consumidores.

Considera-se como agronegócio, em termos dos componentes da balança comercial, os produtos primários vegetais e animais, inclusive pescados e moluscos, bem como as agroindústrias 1 (alimentos, bebidas, fumo, gorduras, óleos e ceras vegetais), agroindústrias 2 (peles, couros, fibras, fios e tecidos naturais), além da borracha natural, madeiras e celulose. Tal composição é a mesma adotada pelo Mapa. (MENEZES; PINHEIRO, 2005)

A importância da agricultura e da pecuária brasileira se dá principalmente devido a questão econômica: os dados revelam que o setor é responsável por alavancar a economia do país. Isso pode ser notado através do relatório PIB do Agronegócio Brasileiro que é uma publicação mensal resultante da parceria entre o Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (CEPEA), da ESALQ/USP, a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) e a Fundação de Estudos Agrários Luiz de Queiroz (FEALQ). O agronegócio é entendido como a soma de quatro segmentos: insumos para a agropecuária, produção agropecuária básica (ou primária), agroindústria (processamento) e agrosserviços.

O Produto Interno Bruto (PIB) do agronegócio brasileiro, representa 21,4% do PIB total brasileiro. Segundo pesquisas do Cepea, a participação do agronegócio no mercado de trabalho brasileiro em 2020, são 19,48%, ou seja, são 17,97 milhões de pessoas. Portanto, o setor é de extrema importância econômica para o país. E a constante exigência por melhoras no campo faz com que o agronegócio invista em tecnologias para que possa expandir sua atuação.

Compreendido por uma cadeia de operações que envolvem desde a fabricação de insumos, a produção nas fazendas, a transformação (industrialização), distribuição e comercialização, chegando ao consumidor final, o agronegócio brasileiro é responsável por cerca de 40% dos valores exportados pelo comércio exterior. Dentro desta lógica, a organização rural constitui apenas mais um elemento importante; entretanto, integrado numa rede de vinculações a outros sistemas: comercial, financeiro, infraestrutura, tecnologia, relações do trabalho e todo o aparato institucional público e privado, configurando o que se convencionou chamar de cadeia produtiva.

As fases do agronegócio são realizadas de maneira sistêmica para construir estratégias para empreender nesse segmento. Existem três fases (i) "antes da porteira", que é a busca de recursos, (ii) "dentro da porteira", que é a produção propriamente dita e, (iii) "pós-porteira", a fase de competitividade no mercado. O Quadro 2 apresenta as três fases e os indicadores de desempenho de cada uma dela (ARAÚJO, 2009).

Quadro 2: Fases do agronegócio

FASES DO AGRONEGÓCIO	ATIVIDADES DESENVOLVIDAS / AGENTES ENVOLVIDOS	INDICADORES DE DESEMPENHO
"ANTES DA PORTEIRA"	•Fornecedores (de insumos, máquinas e equipamentos); • Financiamento; •Mão-de-obra (temporária ou permanente).	-Qualidade e custos envolvidos; -Pontualidade; -Capacitação dos colaboradores; -Capacidade de endividamento.
"DENTRO DA PORTEIRA"	• Produção agrícola; • Produção pecuária; • Prestação de serviços.	-Sequência operacional econômica; -Identificação de gargalos; -Redução de desperdícios -Padronização e normatização;
"PÓS PORTEIRA"	• Cotação de preços; • Comercialização; • Logística.	-Parcerias; -Operações comerciais dentro do princípio "ganha/ganha"; -Credibilidade mercadológica.

Fonte: Adaptado de Araújo (2009).

Esses componentes ou entidades estão relacionados a um ambiente institucional (leis, normas, instituições normativas) e a um ambiente organizacional (instituições de governo, de crédito etc.), que em conjunto, exercem influência sobre os componentes da cadeia e sobre o seu desempenho como um todo. De maneira mais detalhada, essa cadeia produtiva pode ser subdivida como demonstrado no quadro 2. A análise do agronegócio como sistema pode fornecer importantes subsídios para a formulação de macro políticas e de estratégias de desenvolvimento setorial. (Castro, 2001). Nesse sentido, a figura 2 apresenta a cadeia produtiva no contexto dos agronegócios.

No 'antes da porteira', que é a busca por recursos, se encontra os insumos principais, necessários à produção agropecuária em geral, tais como: máquinas, implementos, equipamentos e complementos, água, energia, corretivos de solos, fertilizantes, agroquímicos, compostos orgânicos, materiais genéticos, hormônios, inoculantes, rações, sais minerais e produtos veterinários (ARAUJO, 2007).

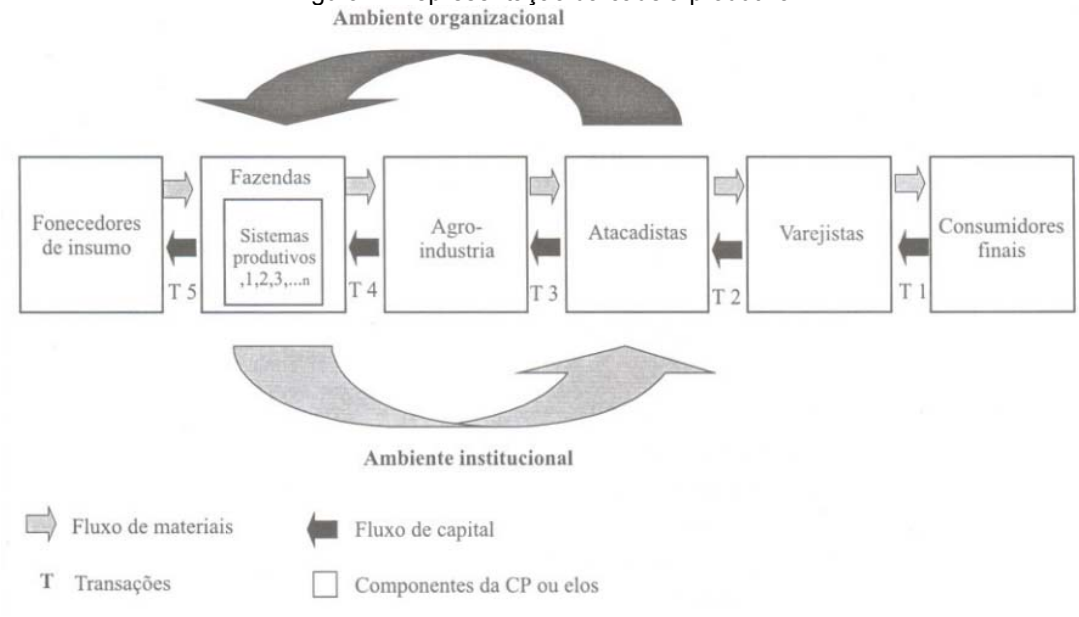
As máquinas mais utilizadas na agropecuária são os tratores, as colheitadeiras e os motores fixos. Cada máquina tem seus implementos e/ou complemento dependendo da atividade a ser desempenhada e do tamanho do serviço a ser designada. Então, são necessárias eficiência e análise de custos dos conjuntos disponíveis para definição do mais viável (ARAUJO, 2007). Também engloba nesta fase a capacidade técnica para explorar o segmento, órgãos governamentais para orientação, como a Embrapa e universidades, financiamentos e a análise da lucratividade de cada unidade de produção (ARAUJO, 2009).

A água à medida que a natureza é alterada pelo homem e que crescem as áreas cultivadas e as cidades, começa a se constituir como um recurso escasso, e falta atenção nesse recurso pois no Brasil a água é vista como infinita. As diferentes fontes alternativas de energia têm sido pouco utilizadas na agropecuária brasileira, permanecendo uma visão muito direcionada à energia hidro ou à termoelétrica, que ficam ambas cada vez mais onerosas e escassas também.

Pensando no agricultor tem os corretivos agrícolas que são produtos utilizados para corrigir deficiências nos solos, visando coloca-los em condições ideais para produção, detectadas por meio de análises laboratoriais. De modo geral, os solos brasileiros são naturalmente deficientes em muitos nutrientes, sobretudo os solos das regiões dos cerrados e dos tabuleiros. Necessitam, portanto, de correções. Ainda pensando no agricultor cita-se os fertilizantes, defensivos agrícolas, compostos orgânicos, sementes e inoculantes.

Para o pecuarista como recurso é a alimentação, sendo a ração que se divide em concentrado e volumoso. Os concentrados são compostos principalmente por sais minerais e vitaminas e podem também conter antibióticos. Os volumosos contêm fibras, energia e proteínas. Adicionado a isso tem medicamentos, probióticos, vacinas, ecto e endoparasiticidas.

Figura 2: Representação da cadeia produtiva



Fonte: Castro et al., 1995.

Os agentes econômicos atuantes no agronegócio "antes da porteira" são formadores de preços e os agropecuaristas são tomadores de preços. Essa relação entre fornecedores e compradores é uma das principais causas da elevação histórica e constante dos preços dos insumos e, consequentemente, dos custos de produção na agropecuária.

Nesse sentido, ‘dentro da porteira’ significa dentro das fazendas, desde as atividades iniciais de preparação para começar a produção até a obtenção dos produtos agropecuários in natura prontos para a comercialização. Os segmentos produtivos que se realizam ‘dentro da porteira’ constituem a produção agropecuária propriamente dita.

A produção agrícola compreende no conjunto de atividades desenvolvidas no campo, que abrange o preparo de solo, tratos culturais, colheita no momento apropriado e estocagem conforma a vida útil de cada produto e acompanhamento de lucratividade de cada unidade de produção (ARAUJO 2009). Adicionados a isso tem-se administração e gestão dentro das unidades produtivas (ARAUJO, 2007).

De maneira mais detalhada da produção agrícola, as atividades que a compõem são: o Ciclo vegetativo, tempo necessário para que as plantas processem suas atividades biológicas; a escolha de Plantas anuais, plantas perenes e plantas semiperenes; Preparo de solo, compreende nas operações necessárias para colocá-la em condições ideais para a etapa de plantio; Plantio; Tratos culturais, que são as operações efetuadas e necessárias para que as plantas cresçam e se reproduzam; Colheita, que é a operação final no campo, cada cultura tem sua produção em ponto específico para ser colhida e exige um tipo diferente de operação; Pós-colheita, o transporte interno, a armazenagem, a classificação e a embalagem efetuados na fazenda revestem-se de operações de suma importância para não ocasionar danos e perdas.

A produção pecuária, que é a criação de animais domesticados envolve a preparação da infraestrutura adequada para cada atividade; os sistemas de criação, existem três tipos básicos de sistemas de condução: intensivo, extensivo e semi-intensivo (ou semi-extensivo); bom Manejo, assegura a regularidade da produção, benefícios para os animais, para o criador e para os trabalhadores, produção economicamente viável e a continuação da atividade. (ARAUJO, 2007; 2009).

Enquanto isso, na fase ‘Pós a porteira’ é constituído basicamente pelas etapas de processamento e distribuição dos produtos agropecuários até atingir os consumidores, envolvendo diferentes tipos de agentes econômicos, como produtores rurais, comércio, agroindústrias, prestadores de serviços, Distribuidores, Atacadistas, governo, exportadores e outros. Nessa fase

compreende no acompanhamento das cotações dos produtos fabricados, o acesso aos canais de comercialização e tendência de preços e uma logística eficaz para escoamento de produção dentro das expectativas do mercado (ARAUJO, 2007).

Por fim, a gestão rural é definida pela união de atividades que promovem a tomada de decisões ao nível de sua unidade de produção, com a finalidade de conseguir o melhor resultado econômico, mantendo a produtividade da terra. Para isso, o conhecimento das condições de mercado e dos recursos oferecem ao produtor rural as informações necessárias para o desenvolvimento de sua atividade econômica (CREPALDI, 1998).

A Administração Rural, para Hoffmann (1987), é o estudo que considera a organização e operação agrícola, visando ao uso mais eficiente dos recursos para conseguir resultados compensadores contínuos. Quando o lucro é baixo, o produtor percebe, porém ele tem dificuldade em identificar os problemas e mensurá-los, dentro do seu processo produtivo. Dado isso, a importância de uma boa gestão administrativa e financeira que auxilie o produtor no controle de seus custos e na tomada de decisões em suas propriedades. Dessa maneira, observa-se a importância da informação externa enquanto recurso estratégico para os agronegócios.

2.4. A informação como recurso estratégico no agronegócio: Um enfoque na informação externa e na sua transformação em inteligência

As informações possuem grande impacto nas organizações que possuem o agronegócio como segmento. Destaca-se o impacto das informações externas, uma vez que estas são responsáveis por impactar toda a cadeia do agronegócio, entretanto, cabe a essas organizações compreenderem de maneira sistematizada essas informações, para então, fazer uso pleno dessas.

Observa-se que, as organizações precisam cada vez mais considerar o mercado em que atuam, e com isso, ampliar suas estratégias quer visam aumentar a competitividade, para isso precisam de informações cada vez mais rápidas para os seus processos, contudo devem suportar a enorme quantidade das informações, para então, conseguir administra-las (NEVES, 2000). Nessa perspectiva a organização precisa dotar-se de modelos, processos e métodos que possibilitem proporcionar suporte para essas atividades, com isso, partimos do pressuposto que a Inteligência Competitiva (IC) pode atuar como elemento essencial no contexto das organizações dos agronegócios.

A Inteligência quando aplicada no contexto das organizações possibilita identificar oportunidades, e auxilia as organizações saírem de dificuldades (MINARELLI, 2009). Assim, as organizações rurais para fazerem uso das informações externas e fazer uso das mesmas como inteligência, precisam se dotar do processo de IC para que possa elaborar estratégias em suas fases do agronegócio.

O Quadro 3 apresenta as três fases do agronegócio, bem como, apresenta possíveis resultados de inteligências considerando as fases desse segmento, ou seja, o “antes”, o “durante” e o “depois” da porteira, gerando informações valiosas, que se trabalhadas podem se tornar inteligência para possíveis ações estratégica para as organizações dos agronegócios, e com isso, gerar uma maior competitividade.

Evidencia-se que adoção da IC pode contribuir de maneira significativa para elaboração de estratégias capazes de minimizar as incertezas do agronegócio. Segundo Queyras e Quoniam (2006, p.78) “[...] deve criar ‘efeitos de surpresa’ nos tomadores de decisão, permitir recolocar as ações no seu contexto e amenizar frustrações diante de interpretações difíceis ou contraditórios de certas informações”.

Observem que, o processo de IC permite as organizações desse segmento compreenderem as características de seu ambiente competitivo e dotar-se delas, podendo assim, monitorar seu cenário, que em muitos momentos se apresentam tão complexos. Ao encontro dessa complexidade mencionada Kay, Edwards e Duffy (2014, p. 27) apontam que “[...] uma característica distinta da agropecuária é a limitação imposta às decisões do gestor pelas leis biológicas e físicas da natureza”.

Sendo assim, o processo de IC pode ser uma importante ferramenta estratégica no agronegócio, pois segundo Valentim (2003), a IC é um procedimento que pesquisa o ambiente ao qual a organização está inserida, com a finalidade de encontrar oportunidades e diminuir as ameaças, e com isso, auxiliar nas elaborações de estratégias de curto, médio e longo prazo.

Dessa maneira, observa-se que o processo de IC pode ser utilizado como ferramenta para o agronegócio, uma vez que podem auxiliar a compreensão de informações do ambiente externo. Em posse dessa compreensão, a organização passa ser capaz de promover ações estratégicas capazes

de aumentar a competitividade dessas organizações que estão inseridas em ambientes inconstantes e complexos, como pode ser observado nas características apresentadas pelo agronegócio.

Quadro 3. Fases do Agronegócio.

Fases do agronegócio	Atividades desenvolvidas / agentes envolvidos	Informações Geradas
"Antes da Porteira"	● Fornecedores (de insumos, máquinas e equipamentos); ● Financiamento; ● Mão-de-obra (temporária ou permanente);	● Qualidade, tempo de resposta e custos envolvidos dos fornecedores; ● Recursos financeiros disponíveis em múltiplas fontes de financiamento; ● Mão de obra disponível no mercado, bem como ausências de competências necessárias.
"Dentro da porteira"	● Produção agrícola; ● Produção pecuária; ● Prestação de serviços;	● Competências ausentes nos processos de produção; ● Tecnologia ausente e necessárias para aumento de produtividade; ● Padronização e normatização frente as demandas do mercado.
"Pós porteira"	● Cotação de preços; ● Comercialização; ● Logística;	● Comportamento do mercado (demanda e oferta) quanto ao que é produzido; ● Análise de potenciais mercados; ● Estratégias de distribuição e parceiros.

Fonte: Adaptado de Araújo (2009).

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A presente pesquisa pode ser classificada como uma pesquisa do tipo exploratória. Para tanto, foi realizada pesquisas bibliográficas que possibilitou a captura de informações sobre a informação, inteligência competitiva e o contexto do Agronegócios. Gil (2002), destaca que, a pesquisa bibliográfica deve ser

> [...] desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Embora em quase todos os estudos seja exigido algum tipo de trabalho dessa natureza, há pesquisas desenvolvidas exclusivamente a partir de fontes bibliográficas.

Com o levantamento individual das temáticas mencionadas, foi possível analisar e relacionar as temáticas e com isso, construir importantes percepções para as temáticas. Essas percepções possibilitaram novas reflexões sobre a importância da informação externa e do processo de inteligência no contexto da gestão do agronegócio.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As organizações que atuam nos agronegócios estão inseridas em ambientes extremamente complexos e inconstantes, e com isso, observa-se a importância das informações, em especial as externas, para as atividades organizacionais. Observa-se que, mesmo que não considerem essas informações externas, essas organizações são impactadas o tempo todo por estas informações, e com isso, ao não considerar as informações externas como recursos, podem perder importantes oportunidades ou não identificar ameaças do universo que estão inseridas.

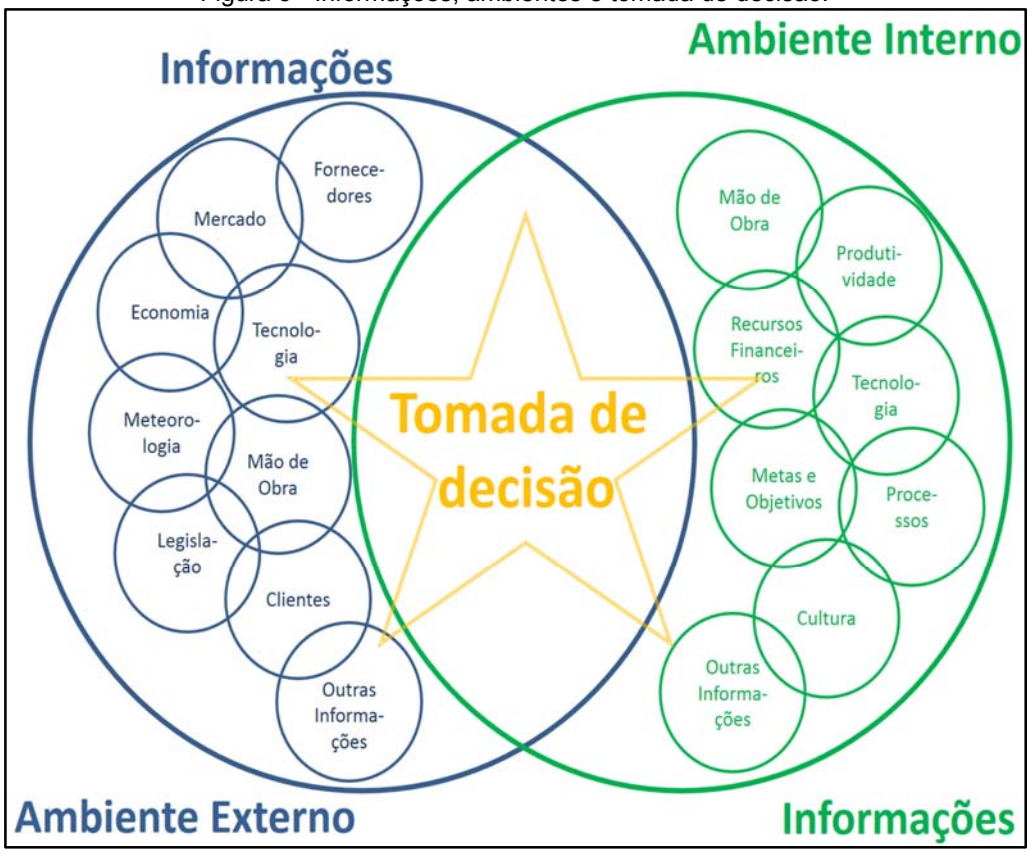
Com isso, torna-se importante considerar as informações que estão nos ambientes internos dessas organizações, bem como o processo de inteligência competitiva como ferramentas estratégicas. Observa-se que, ao se considerar essas informações e o processo de IC as organizações passar ser capazes identificar de maneira mais assertivas as oportunidades e ameaças no universo que estão inseridas.

A presente pesquisa sugere o desenvolvimento de novas pesquisas que avaliem as inúmeras atividades dos agronegócios a fim de integrar estas com as atividades dos modelos de inteligência

competitiva disponíveis. Esse apontamento é importante pois, partimos do pressuposto que o ambiente externo pode proporcionar importantes informações por meio de seus atores que se relacionam de maneira direta e/ou indireta com essas organizações.

É importante mencionar que, devido as inúmeras peculiaridades das múltiplas culturas dos agronegócios, torna-se importante construir modelos específicos para cada cultura, e em um segundo momento, para cada organização, uma vez que organização, bem como sua dinâmica, cultura e componentes podem ser considerados singulares. Nesse sentido, Machado, Jorge e Santos (2017) mencionam que, as informações internas podem possibilitar a compreensão dessa singularidade (figura3).

Figura 3 - Informações, ambientes e tomada de decisão.



Fonte: Adaptado de Machado, Jorge e Santos (2017, p.15).

Os autores ao apresentarem a figura, demonstram que as informações do ambiente interno aliadas com as informações do ambiente externo, podem impactar no processo de tomada de decisão dessas organizações. Nesse momento torna-se importante compreender que as tomadas de decisões apontada por Machado, Jorge e Santos (2017) podem ser consideradas ações voltadas para todos os níveis da organização, e com isso, integradas em todas as atividades organizacionais.

Outro ponto que merece ser destacado consiste na percepção de muitos gestores que estão inseridos nesses tipos de organizações, afinal, para muitos a implantação de uma tecnologia ou um conjunto de tecnologias com a finalidade dinamizar os processos, atividades e tarefas organizacionais, é suficiente para se realizar um melhor uso da informação. Em muitos momentos os gestores desse segmento atribuem para a tecnologias o uso da informação, inclusive nas tomadas de decisões, entretanto é importante destacar que a tecnologia atua como meio, e não como fim no processo de IC.

Recomenda-se o aprofundamento das pesquisas no contexto do uso da informação externa e do processo de IC com enfoque na competitividade contexto das organizações do agronegócio. Com isso, será possível a construção de modelos, ferramenta e métodos voltados para um melhor aproveitamento das informações nesse contexto, em especial, as informações do ambiente externo.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, P. C.; CASTILHO JÚNIOR, N. C. Contribuições da gestão da informação para o subprocesso de coleta do processo de inteligência competitiva. **Perspectivas em Gestão & Conhecimento**: João Pessoa, v.4, n.2, p.50-66, 2014. Disponívelem: <http://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/pgc/article/view/16731/12247>. Acesso em: 05 Abril, 2017.

ARAÚJO, M. **A Administração de produção e operações:** uma abordagem prática. Rio de Janeiro: Brasport, 2009.

ARAÚJO, M. J. **Fundamentos de Agronegócios.** 2 ed., São Paulo: Atlas, 2007.

CASTRO A. M. G. Prospecção de cadeias produtivas e gestão da informação. Transinformação, Campinas, v. 13, n. 2, p. 55-72, 2001. Disponível em: < https://www.scielo.br/pdf/tinf/v13n2/04.pdf > Acesso em: 05 Set, 2020.

CASTRO, A.M.G. de, COBBE, R.V., GOEDERT, W.J. Prospecção de demandas tecnológicas - Manual metodológico para o SNPA. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. Departamento de Pesquisa e Difusão de Tecnologia.Brasilia:EMBRAPA-DPD,março,1995.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA AGRICULTURA. Disponível em: <http://www.cna.org.br>.

CREPALDI, S. A. **Contabilidade Rural:** Uma Abordagem Decisorial. 2. Ed. São Paulo: Atlas, 1998.

DAVENPORT, T.; PRUSAK, L. **Ecologia da informação**: por que só a tecnologia não basta para o sucesso na era da informação. São Paulo: Futura, 1998. 316p.

DALFOVO, O.; LUIZ, J. R. Business Intelligence na gestão de negócio como diferencial competitivo: um estudo de caso na área de serviço de atendimento ao cliente. In: DALFOVO, O.; TAMBORLIN, N. **Business Intelligence**: estudos de casos práticos no uso em gestão de tecnologia da informação como inteligência nos negócios. Blumenau: Clube de autores, p. 19-62, 2017.

DAVIS J. A. & GOLDBERG, R. A. **A concept of agribusiness.** Boston, Harvard University, 1957.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
MACHADO, J.G.C.F; JORGE C.F.B.; SANTOS C.E.M. **A gestão da informação e o processo de inteligência competitiva na produção rural:** uma discussão preliminar. Disponível em:<http://icongresso.itarget.com.br/tra/arquivos/ser.7/1/8390.pdf>. Acesso em: 16 ago. 2020.

GRAZIANO DA SILVA, J. **Complexos agroindustriais e outros complexos**. Reforma Agrária, 21 (3): 5-34, 1991.

GRAZIANO DA SILVA, J. **A industrialização e a urbanização da agricultura brasileira**, in Seade, Brasil em artigos, São Paulo, Seade, 1995.

HEREDIA, B.; PALMEIRA, M.; LEITE, S. Sociedade e economia do agronegócio no Brasil. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 25, n. 74, p. 159-176, 2010. Disponível em :< https://www.redalyc.org/pdf/107/10717455010.pdf >. Acesso em: 16 ago. 2020.

HOFFMANN, R. et al. **Administração da empresa agrícola.** 4. ed. São Paulo: Pioneira, 1984.

JORGE, C.F.B. **Gestão da Informação Esportiva no contexto da Inteligência Competitiva em Clubes de Futebol**: Um estudo de caso no Marília Atlético Clube. 2013. 325f. Dissertação (Mestrado em Ciencia da Informação) – Universidade Estadual Paulista, Marília/SP. 2013.

JORGE. C. F. B.; VALENTIM. M. L. P. Informação e esporte: a informaçãoesportiva e sua relação com clubes de futebol. **Informação &Informação**: Londrina, v. 20, n. 1, p.183 – 208, 2015. Disponível em <http://www.uel.br/revistas/uel/index .php/informacao/article/view/19712/pdf_50> Acesso 5/4/177.

KAGEYAMA, A. **O novo padrão agrícola brasileiro: do complexo rural aos complexos agroindustriais,** in G. DELGADO et al. Agricultura e políticas públicas, Rio de Janeiro, Ipea, 1990.

KAY, R. D.; EDWARDS W. M.; DUFFY, P. A. **Gestão de propriedades rurais**. Porto Alegre: Bookman, 2014.

KAUTSKY, K. **A questão agrária.** São Paulo, Nova Cultural , 1998.

MAURRY, P. Inteligência competitiva e decisão empresarial. **Ciência da Informação**: Brasília, 1993. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/500/500>. Acesso em: 02 setembro, 2016.

MENEZES, A. H.; PINHEIRO, J. C. V. **O potencial do agronegócio para alavancar a economia brasileira.** Revista de Política Agrícola, Brasília, v. 3, n. 3, p. 56-65, 2005. Disponível em: < http://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/2554/1/2005_art_ahmenezes.pdf >. Acesso em: 02 /09, 2020.

MOTA, A. **Estratégia competitiva**. Curitiba: IESDE, 2009.

NEVES, M. F. Marketing no agribusiness. In: (org) ZYBERSZTAJN, D.; NEVES, F. N. (Org). **ECONOMIA E GESTÃO DOS NEGÓCIOS AGROALIMENTARES**. Décio São Paulo: Pioneira, 2000.

MINARELLI, J. A. **A inteligência que gera negócios e oportunidades de trablaho**. São Paulo: Gente, 2009

QUEYRAS, J.; QUONIAM L. Inteligência competitiva. In: (org) TARAPANOFF. K. **Inteligência, Informação e Conhecimento**. Brasilia: UNESCO, 2006, p. 456.

SANTOS, J. C.; VALENTIM, M. L. P. Gestão da informação em ambientes organizacionais: em foco o setor têxtil e de vestuário. Informações e Profissões: Londrina, v. 4, n. 1, p. 56 – 81, 2015. Disponível em <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/infoprof/article/view/23542> Acesso em: 01 maio, 2017.

SIQUEIRA, M. C. **Gestão estratégica da informação**. Rio de Janeiro: Brasport, 2005.

TARAPANOFF, K. Informação, Conhecimento e Inteligência em corporações: relações e complementariedade. In: TARAPANOFF, K. (Org). **Informação, Conhecimento e Inteligência em corporações**. Brasília: IBICT, UNESCO, 2006.

TEIXERA, T. M. C.; VALENTIM. M. L. P. Inteligência competitiva: um estudo teórico. **Perspectivas em Gestão & Conhecimento**: João Pessoa, v. 6, p. 3-15,2016. Disponível em: <http://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/pgc/article/view/27392>. Acesso em: 6 abril 2017.

VALENTIM. M. L. P. Gestão da informação e gestão do conhecimento em ambientes organizacionais: conceitos e compreensões. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, v.1, n.1, 2008. Disponível em: <http://inseer.ibict.br/ancib/index.php/tpbci/article/viewPDFInterstitial/3/14>. Acesso em: 03 mar. 2017.

VALENTIM, M. L. P. et al. O processo de inteligência competitiva em organizações,**DataGramaZero**, Rio de Janeiro, vol.4., n°3, 2003. Disponível em: <http://www.dgz.org.br/jun03/Art_03.htm>. Acesso em: 30 agosto. 2016.

ZYLBERSZTAJN. D. **Políticas agrícolas e comércio mundial**. "Agribusiness": conceito, dimensões e tendências. In: Fagundes. H. H. (org). Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas. Brasília: IPEA, 1994 (Estudos de Política Agrícola nº 28)

O USO DO CONHECIMENTO E DA INTELIGÊNCIA ENQUANTO RECURSOS ESTRATÉGICOS NO CONTEXTO DA GESTÃO DE INOVAÇÃO NAS ORGANIZAÇÕES

THE USE OF KNOWLEDGE AND INTELLIGENCE AS STRATEGIC RESOURCES IN THE CONTEXT OF INNOVATION MANAGEMENT IN ORGANIZATIONS

Área temática: Gestão Organizacional e Empreendedorismo.

JORGE, Carlos Francisco Bitencourt
Universidade de Marília (Unimar)
Pós-Doutor e Doutor em Ciência da Informação (Unesp)
bitencourt@gmail.com

SILVA, Ana Cláudia Rossetto
Universidade de Marília (Unimar)
Doutoranda em Direito (Unimar)
anarossetto@gmail.com

PIRES, Amanda Ramos
Universidade de Marília (Unimar)
Graduanda em Administração (Unimar)
am.arp@hotmail.com

CRUZ, Laissa Pezenato
Universidade de Marília (Unimar)
Graduanda em Administração (Unimar)
pezenattolaissa@gmail.com

CARDOSO, Francisca Miquelle Siqueira
Universidade de Marília (Unimar)
Graduada em Administração (FEESR)
miquelle@gestarget.com.br

DOS SANTOS, Amanda Alves
Universidade de Marília (Unimar)
Graduanda em Administração (Unimar)
santos.amanda.ss16@gmail.com

MARTINS, Rafael Isaias Rodrigues
Universidade de Marília (Unimar)
Graduado em Ciência da Computação (FEESR)
rafael.irrmartins@gmail.com

Resumo

A inovação é um dos assuntos mais discutidos tanto nas organizações quanto no meio acadêmico, onde não há fronteiras, já que todas as áreas estão mais conscientes da importância do uso do conhecimento (capital intelectual), alinhando ao processo inovativo, criando serviços, produtos inéditos ou fazendo uma releitura criativa do que já existe. Qualquer empresa que queira se destacar frente aos seus concorrentes, ganhando maior competitividade está investindo com seriedade nos setores de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação. Embora muitas empresas não possuam um setor exclusivo para pensar, discutir e desenvolver de forma sistemática a inovação, empregam o conhecimento organizacional dos processos e de seus mercados para obterem vantagem competitiva. Logo, surge a questão se apenas o uso de seu *know-how* é suficiente para enfrentar a concorrência mais organizada. Desta forma, o objetivo da pesquisa foi o de verificar se somente o uso do conhecimento e da inteligência competitiva são suficientes para enfrentar uma concorrência mais agressiva e organizada que agregam em seu processo a gestão de inovação. A metodologia

utilizada foi a Pesquisa Bibliográfica, e depois de vasta análise, concluiu-se que que há necessidade de junção das três importantes ferramentas de gestão - inovação, gestão do conhecimento e inteligência competitiva - para gerir de forma eficaz as organizações, sejam elas de qualquer porte.

Palavras-chave: Conhecimento, Inovação, Inteligência.

Abstract

The innovation is one of the most discussed issues both in organizations and in academia, where there are no borders, since all areas are more aware of the importance of using knowledge (intellectual capital), aligning with the innovative process, creating services, new products or doing a creative rereading of what already exists. Any company that wants to stand out from its competitors, gaining greater competitiveness is investing seriously in the Research, Development and Innovation sectors. Although many companies do not have an exclusive sector to systematically think, discuss and develop innovation, they use the organizational knowledge of processes and their markets to obtain competitive advantage. Therefore, the question arises whether the use of their know-how alone is sufficient to face more organized competition. In this way, the objective of the research was to verify if only the use of knowledge and competitive intelligence are sufficient to face a more aggressive and organized competition that add innovation management in its process. The methodology used was Bibliographic Research, which, after extensive analysis, concluded that there is a need to combine the three important management tools - innovation, knowledge management and competitive intelligence - to effectively manage organizations, whether any size.

Keywords: Knowledge, Innovation, Intelligence.

1 INTRODUÇÃO

Atualmente, um dos temas mais relevantes nas discussões organizacionais tem sido como se diferenciar frente aos seus concorrentes no que se refere às inovações implantadas ou criadas para se sobressaírem no mercado cada vez mais competitivo. Embora há interpretações inexatas sobre o conceito de inovação, que se limitam ao campo tecnológico, o assunto é inerente a todas as áreas das empresas. Tais inovações tecnológicas são essenciais e devem ser estimuladas, já que há uma necessidade do país em sair da posição de grande importador de inovações tecnológicas e passar a exportador, não só de *commodities*, mas também de conhecimento tecnológico. Todavia, existem outras formas de inovar, sem a necessidade de desenvolver algo inédito. Também é possível inovar com a melhoria de procedimentos já existentes, melhorando métodos e processos que levarão a empresa a se diferenciar no mercado.

Logo, é indispensável a Gestão de Inovação de forma ordenada, garantindo uma coordenação do fluxo de ideias recebidas, selecionadas e executadas, criando o valor esperado para satisfazer as demandas em tempo ágil. Para isso, torna-se necessário uma Gestão do Conhecimento (GC) eficaz, tornando a GC parte imprescindível da gestão estratégica da organização. O Conhecimento é o grande diferencial na administração de qualquer negócio, no qual os colaboradores passam a compartilhar seu know-how com objetivo de alcançar melhorias, desde a cultura organizacional até a redução de custos nos processos.

No momento atual, as empresas dependem muito pouco do seu campo fabril ou somente da eficiência em realizar serviços, elas precisam cada vez mais do uso da inteligência de seus colaboradores e da visão holística do mercado em que está inserida. A informação será o ponto chave para a diferenciação, competitividade e criação de valor.

Sendo assim, este trabalho de pesquisa teve como objetivo demonstrar a importância da integração da gestão do conhecimento e inteligência competitiva para o melhor desempenho das organizações na criação de produtos ou serviços inovadores, ou até mesmo na melhoria significativa do que já era ofertado. A metodologia utilizada foi a pesquisa exploratória por meio de pesquisas bibliográficas. O presente artigo está dividido em quatro tópicos: (i) inovação e sua gestão; (ii) Gestão do conhecimento organizacional; (iii) Inteligência Competitiva como ferramenta estratégica; e (iv) Gestão do conhecimento e a Inteligência Competitiva como ferramentas estratégicas para a Inovação enquanto processo estruturado.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1. Inovação e sua gestão

A inovação é componente, método e/ou ação cada vez mais presente nos ambientes organizacionais. O Manual de Oslo define inovação como

> […] a implementação de um produto (bem ou serviço) novo ou significativamente melhorado, ou um processo, ou um novo método de marketing, ou um novo método organizacional nas práticas de negócios, na organização do local de trabalho ou nas relações externas (OCDE, 2005, p. 55).

Observa-se a exploração do conceito e importância da inovação para as organizações em diferentes contextos. Dessa forma, a inovação possui sua aplicação ampliada para além do uso de tecnologia.

Com isso, podemos identificar a inovação enquanto componente, método e/ou ação, sendo esta frequentemente mencionada como fator de sucesso, impulsionando o desenvolvimento de novos produtos, serviços e/ou processos, possibilitando assim, uma maior participação no mercado e consequentemente a aquisição de maiores lucros. A inovação também se destaca como uma ferramenta de competitividade, sendo impulsionada pela concorrência, levando as organizações muitas vezes a buscar maior produtividade e melhor qualidade em seus produtos, serviços e/ou processos (TIDD,BESSANT, 2015; DE NEGRI, 2018). Silva (2018) propõe uma análise da atividade inovativa a partir das diferentes perspectivas e definições, direcionando estas em 5 aspectos, conforme demonstrado na tabela 1.

Tabela 1: Dimensões da atividade inovativa.

DIMENSÃO	CARACTERÍSTICA	NORTEADOR
Novidade	Radical ou incremental, de acordo com a natureza e intensidade	Profundidade da inovação
Objeto	Novo produto/serviço, processo, prática organizacional, estratégia de marketing, posição, paradigma	Resultante da inovação
Enfoque	Quem irá utilizar: setor produtivo, social, comunidade científica	Destino da inovação
Abrangência	Território ou setor aplicado, podendo ser local, regional ou global	Alcance da inovação
Desenvolvimento	Âmbito de desenvolvimento, sendo interno, com a colaboração de parceiros ou inovação aberta	Atores da inovação

Fonte: Adaptado de Silva (2018).

Compreendendo a diversidade e extensão da inovação, Tigre (2014) aponta ser imprescindível a adoção de um posicionamento estratégico aliado a inovação. Segundo o autor, é fundamental direcionar as ações no âmbito interno das organizações alinhadas as variáveis do ambiente externo, e com isso, direcionar a resposta às ameaças e oportunidades. O supracitado ainda aponta seis tipos de direcionamentos estratégicos:

- **Ofensiva:** trata-se da estratégia utilizada por organizações que buscam a liderança no segmento que ocupam. Essa estratégia envolve grandes riscos e altos investimentos em pesquisa e desenvolvimento, e pode ter como resultados inovações desconhecidas pelo mercado, novas soluções, atendimento de diferentes nichos ou até mesmo a criação de novos negócios;
- **Defensiva:** Organizações pouco atraídas pelo risco costumam assumir este tipo de estratégia, sendo que, em alguns casos esse comportamento ocorre de forma involuntária, reagindo a competitividade do mercado. Esse tipo de estratégia afasta o pioneirismo, posicionamento adotado por organizações tradicionais. Embora a organização não se posicione de maneira pioneira, precisa responder às inovações disruptivas lançadas no mercado e realizam inovações incrementais;
- **Imitativa:** estratégia marcada pela oferta de produtos análogos aos do seu concorrente. Essa estratégia é adotada por organizações que atuam em mercados onde

não existem lideranças. A tecnologia necessária nesse tipo de estratégia é baixa e de fácil obtenção, porém os produtos resultantes não proporcionam boas margens, por não ter diferenciação a ofertar ao seu cliente;

- **Dependente:** Este tipo de estratégia envolve uma relação hierárquica de subordinação em relação à outras organizações ou clientes, pois as inovações ocorrem somente quando existe a solicitação explícita desses parceiros. Essa situação pode ocorrer em decorrência da exigência de clientes ou parceiros, como é o caso de produções terceirizadas, sistema de franquias ou subsidiárias;
- **Tradicional:** Nessa estratégia, os produtos praticamente não sofrem mudanças e, quando acontece inovações, elas são incrementais. Isso decorre da característica e demandas do mercado em que a organização está inserida ou, pela falta de inovação dos concorrentes. As organizações com estratégia de inovação tradicionais atendem um público sensível ao preço e com grande demanda;
- **Oportunista:** neste tipo de estratégia a organização explora oportunidades temporárias ou nichos específicos de mercado. Com o conhecimento do mercado é possível encontrar oportunidades não exploradas e necessidades não atendidas e se posicionar para criar soluções que atendam essas lacunas.

As diferentes estratégias mencionadas podem ser adotadas de forma intuitiva ou involuntária pelas organizações, sendo que essa adoção está relacionada diretamente com situação da organização e o momento em que se encontra. A proposta das estratégias de inovação apresentadas fornece parâmetros para que as organizações analisem sua situação, e assim, possam ser capazes de escolher a melhor atuação para o momento em que se encontra (TIGRE, 2014).

Aliada a determinação da estratégia de inovação, torna-se imprescindível a gestão da inovação (GI) enquanto processo. Para garantir que a GI ocorra de forma satisfatória, é fundamental a sua implantação sistêmica, favorecendo assim o alcance de resultados mais eficientes e a melhoria da comunicação entre as equipes que precisam interagir para construir inovações. Com isso, facilita-se a coordenação das funções, garante-se o registro de informações e aprendizado e alinha-se inovações aos objetivos da empresa (DAVILA; EPSTEIN; SHELTON, 2007).

Davila, Epstein e Shelton (2007) apontam que a escolha do sistema de GI varia de acordo com as características de cada organização. Entretanto, os autores afirmam ser possível descrever o processo de forma geral como um fluxo, podendo ser representado como um funil, recebendo um grande fluxo de ideias que serão ‘filtradas’, até o momento que estas sejam analisadas e julgadas como as mais apropriadas (dentro dos parâmetros definidos pela empresa) passem para o processo de desenvolvimento e/ou comercialização. A figura 1 ilustra este processo.

Figura 1: Processo de Inovação.

Fonte: Adaptado de Davila, Epstein e Shelton (2007).

Na primeira etapa do processo, recebe-se as ideias de inovação. Tidd e Bessant (2015) consideram que essas ideias não ocorrem de forma aleatória, mas como são reflexo de um processo bem estruturado onde a organização direciona a oferta de ideias de acordo com alguma demanda ou necessidade que possui. Entre as fontes de geração de inovação, encontram-se a pesquisa científica propriamente dita (desenvolvida externamente ou pelo setor de Pesquisa &Desenvolvimento das organizações), a observação das necessidades, mudanças e eventos no mundo, propagandas que ampliam necessidades, fatos inesperados ou inusitados, usuários dos produtos e serviços, recombinação de ideias e aplicações, projeção de cenários futuros, design dos produtos e, por fim, a inspiração. Como ferramenta nessa etapa, pode-se utilizar uma estrutura para exame das fontes de inovação, além de definir diferentes formatos de pesquisa.

No momento em que as ideias avançam, uma parte destas sãos rejeitadas, enquanto outras são selecionadas. Nessa etapa são tomadas decisões relacionadas à financiamento e investimentos, bem como são realizadas análises para verificar a viabilidade de execução das ideias propostas. A seleção de ideias perpassa por um processo de tomada de decisões. Para que o processo de seleção de ideias aproxime-se do êxito, o investimento na compreensão da demanda e/ou necessidade da empresa na fase inicial torna-se fundamental, pois embasa as tomadas de decisões e sua realização de forma mais assertiva (DAVILA; EPSTEIN; SHELTON, 2007; TIDD; BESSANT, 2015).

Na penúltima fase, a execução das ideias, inicia-se o processo de desenvolvimento dos produtos, serviços ou processos selecionados. Essa etapa envolve toda a estruturação dos recursos e equipes para que o projeto seja realizado. No início ainda existem incertezas, porém, conforme o projeto evolui as incertezas se reduzem, tornando-se cada vez mais tangível e conectado com os fluxos futuros de mercado para sua implementação. A existência de um processo estruturado e bem delimitado é essencial para seu sucesso. Ocorre nessa etapa a realização de testes, bem como o lançamento do produto para comercialização (TIDD; BESSANT, 2015).

A etapa final, ou seja, a criação ou captura de valor visualiza a contrapartida que a organização recebe dos seus esforços voltados para a inovação. Por meio da criação de valor o desempenho das inovações implantadas pode ser aferido, portanto, consiste em uma etapa delicada, afinal, os esforços em inovação nem sempre vão se transformar nos resultados esperados e a organização precisa estar preparada para lidar com este cenário (TIDD; BESSANT, 2015).

Destaca-se que, além da implantação do processo de inovação, torna-se crucial a atenção e uso dos conhecimentose informações geradas para o aprendizado da organização. Afinal, nem todo esforço de inovação possui garantia de sucesso, ou seja, analisar os resultados alcançados, exercitar a aprendizagem e adaptação em meio a um ambiente de incertezas torna-se importante para o amadurecimento da organização nas construções de inovações. Observa-se que essas etapas configuram um ciclo de aprendizados, e assim, servem de propulsor para o aperfeiçoamento do trabalho com a inovação (TIDD; BESSANT, 2015).

Identifica-se nesse processo de inovação a necessidade do uso de conhecimento enquanto recurso, capaz de suportar as etapas citadas. Para um melhor aproveitamento, esses conhecimentos precisam ser trabalhados e transformados em ações inovadoras no contexto das organizações, uma vez que o desenvolvimento desse conhecimento propicia uma maior agilidade no processo de inovação.

2.2. Gestão do conhecimento organizacional

A gestão de conhecimento (GC) é um processo que permite um melhor planejamento nas organizações, e com isso, esse método deve estar em sincronia com o ambiente organizacional. A gestão do conhecimento torna-se um processo sistêmico de obter, gerenciar e compartilhar o conhecimento no contexto da organização. A GC é usada como forma de estratégia na organização, uma vez que conhecimento passa a ser um recurso organizacional.

Probst e Romhardt (2002, p. 16) menciona que para uma organização “sobreviver e competir na sociedade do conhecimento, as empresas devem aprender a administrar os seus ativos intelectuais, já que o conhecimento é o único recurso que aumenta com o uso”. Observa-se que as organizações que atuam com o conhecimento enquanto recurso conquistam maior competitividade, e com isso, acabam agregando um conjunto de vantagens na resolução de problemas de forma mais eficiente.

Muitas empresas já perceberam a importância de utilizar o conhecimento como base para

seus processos, serviços e produtos. Nesse sentido, cabe a organização desenvolver vários tipos de estratégias, métodos e processos capazes de aumentar qualidade de desempenho e efeito do conhecimento enquanto recurso. Essa construção torna-se cada vez mais consistente quando se envolve pessoas que estão dentro e fora das organizações.

Com isso, a GC torna-se um importante processo para que a organização obtenha vantagem competitiva. Para atuar com o conhecimento é necessário repensar a estrutura e cultura organizacional, e assim, criar condições para que o conhecimento seja melhor aproveitado, como qualquer outro recurso no contexto da organização.

Em relação ao processo de GC, ele pode ser definido como o esforço em gerenciar, promover e facilitar as atividades de aquisição, armazenamento, compartilhamento e utilização do conhecimento por meio dos indivíduos e grupos que compõem a organização. Nesses esforços o conhecimento ganha forma em dois diferentes tipos, o tácito e o explicito.

O conhecimento tácito é um conhecimento que é construído por meio de relações com os comportamentos, crenças, cultura e estrutura organizacional. Nonaka e Takeuchi (2008), mencionam que conhecimento tácito é difícil de ser formalizado e totalmente pessoal, o que dificulta transmissão e compartilhamentos com outros, além disso o conhecimento tácito é visto nas ações e experiências dos colaboradores.

Na compreensão de Wille et al. (2012, p. 05), o conhecimento tácito “é composto por elementos cognitivos e técnicos. Os elementos cognitivos ajudam o indivíduo a perceber e definir seu mundo por meio de modelos, paradigmas, esquemas, perspectivas, crenças, entre outros”. Esse elemento é uma forma que está relacionada ao processo de aquisição de conhecimento, envolvendo diversos fatores positivos que fazem parte do desenvolvimento intelectual.

Enquanto isso, Nonaka e Takeuchi (2008), apontam o conhecimento explícito como o conhecimento registrado em algum suporte, sendo que este conhecimento se apresenta no formato de informações e dados. Choo (2003) reforça a presença do conhecimento explícito na organização ao mencionar que este conhecimento estáimplícito em todas as atividades e processos organizacionais.

Nonaka e Takeuchi (2008), afirmam que os gestores ocidentais realmente reconhecem o conhecimento como tácito, sendo este, um recurso que precisa ser gerenciado e explorado, entretanto, diferente do conhecimento explícito que é visualizado em processos, atividades e documentos, o conhecimento tácito está inserido nas pessoas que compõem a organização.

A construção de novos conhecimentos ocorre nos processos de conversão de conhecimentos. Nonaka e Takeuchi, (1997), construíram um processo estruturado de conversão de conhecimento, conforme pode ser visualizado na figura 2, que demonstra as conversões de conhecimento tácito para explícito, bem como de explícito para tácito. Observa-se que as construções de novos conhecimentos perpassam pela externalização dos conhecimentos tácitos dos outros sujeitos organizacionais, sendo que o indivíduo ao receber esses conhecimentos tácitos combina (com os seus próprios conhecimentos tácitos) e internaliza já no formato de um novo conhecimento.

Figura 2: Processo de Conversão de conhecimento

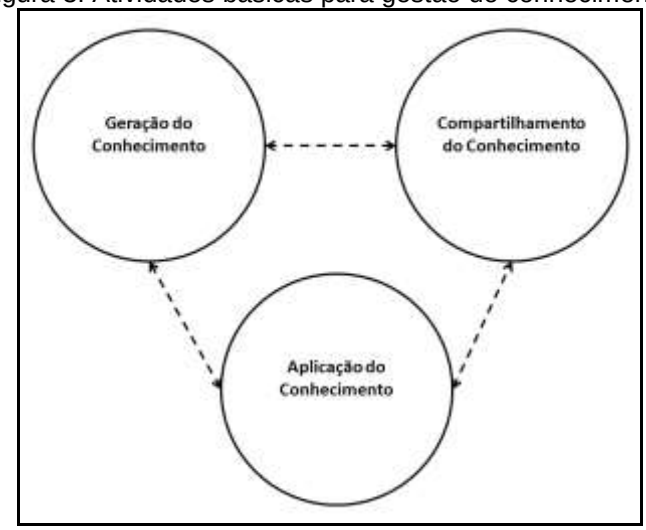
Fonte: Nonaka & Takeuchi (1997, p. 71).

O novo conhecimento passa a ser socializado pelo indivíduo para que os demais indivíduos organizacionais passem a ter a possibilidade de acesso. Dessa forma, cabe a GC desenvolver e fomentar estratégias, métodos e atividades que possa servir como suporte na geração, compartilhamento e uso desses conhecimentos como recursos organizacionais (JORGE, 2017).

Moresi (2001)reforça ao mencionar a GC como um agrupamento de atividades que tem como objetivo controlar e desenvolver todo tipo de conhecimento nas organizações.A GC proporciona às organizações o entrosamento das equipes de trabalho, suporte às tomadas de decisões que, com o passar do tempo, ficam cada vez mais assertivas, trazendo ganhos para a organização como a redução de tempos no processo produtivo, novas percepções sobre o pensamento estratégico, e com isso torna-se possível reduzir custos e aumentaras inovações em vários contextos. Esses ganhos proporcionam maior competitividade e consequentemente um melhor posicionamento de mercado.

Partindo do pressuposto que a GC está diretamente ligada ao capital humano da organização, uma vez que as pessoas partilham informações para a geração de conhecimento e os aplicam nos processos organizacionais, torna-se fundamental adotar modelos norteadores que auxiliem sistematicamente todo o processo de construção e gestão do conhecimento enquanto recurso. Dessa maneira, Jorge (2017) desenvolveu um modelo de GC baseado em 3 atividades básicas (figura 3), sendo estas atividades responsáveis por nortear atividades de construção e gestão de conhecimento nas organizações.

Figura 3: Atividades básicas para gestão do conhecimento.



Fonte: Jorge (2017, p. 60).

Por meio dessas atividades básicas, torna-se possível direcionar as organizações para a geração, compartilhamento e aplicação do conhecimento dentro de seus processos e atividades existentes. Observa-se que, é fundamental que cada organização consideresua área de atuação, cultura, e recursos disponíveis para realizarem a GC, uma vez que estes componentes proporcionam grandes impactos na realização das atividades básicas mencionadas por Jorge (2017). Se por um lado a Gestão do Conhecimento proporciona para a organização a construção de novos conhecimentos, em especial, considerando os atores que possuem relação com a organização, por outro lado, a organização precisa mapear e monitorar informações externas, e com isso, torna-se fundamental o processo de inteligência competitiva.

2.3. Inteligência Competitiva como ferramenta estratégica

Cada vez mais as organizações estão inseridas em ambientes inconsistentes e competitivos. Dessa maneira, além de ter o conhecimento gerenciado, torna-se necessário mapear as informações do ambiente externo.

Com isso, possuir dados e informações e saber transformar essa matéria prima em inteligência e conhecimento é fundamental para que as organizações adquiram consistência para as

eventuais mudanças propostas pelo. Para isso, torna-se importante reconhecer o ambiente externo da organização e fazer uso de maneira estruturadacom o processo de Inteligência Competitiva (IC). Segundo Ribeiro (2008, p.1), a IC consiste em

> [...] um processo de aprendizagem definido pela competição, fundado sobre a informação, que permite a otimização da estratégia corporativa em curto e longo prazo, definindo-se assim como conhecimento adquirido sobre os competidores e o ambiente competitivo. Esse conhecimento permite as organizações habilidade em lidar com a complexidade e sinais da ambiência externa. Torna-se importante dar relevância à necessidade da IC incorporar um programa sistemático e ético de reunir e gerenciar informação externa que pode afetar os planos e decisões das organizações.

Observa-se que o processo de inteligência competitiva possui como objetivo a transformação de dados e informações coletadas referentes aos ambientes em que a organização está inserida e utilizá-los de forma estratégica em múltiplos contextos. Mas para realizar o uso da IC de forma correta, é necessário que tenhamos as informações e conhecimentos mapeados.

Evidencia-se o conhecimento enquanto recurso necessário para a aplicação da IC. O conhecimento possibilita o auxílio na construção e execução da inteligência nas organizações e isso reflete-se em análises e tomadas de decisões mais assertivas, uma vez que na utilização dos conhecimentos adquiridos ocorre a combinação das inteligências com os conhecimentos dos sujeitos dos ambientes internos e externos.

Para que o processo de IC seja desenvolvido nas organizações, torna-se necessário a valorização da informação e do conhecimento enquanto recursos das organizações. Nesse sentido, a IC exige o envolvimento de profissionais competentes, sendo que estes sujeitos precisam estar sempre atualizados, afim de se manterem aptos para construir inteligência que pode ser aplicada nas atividades organizacionais. A IC pode ser utilizada nos ambientes externos e internos de acordo com o seu segmento, para ter uma eficácia significativa.

> [...]uma estratégia competitiva requer informações sobre eventos e condições externos a empresa: não clientes; tecnologias não comumente utilizadas; concorrentes; mercados não atendidos, etc. Somente com essas informações pode uma empresa se preparar para as mudanças e os novos desafios advindos das alterações bruscas da economia mundial (MARCO, 2002, p.95).

Destaca-se que a coletar informações e conhecimentos no ambiente externo deve ser realizada de maneira ética. Por meio dessa coleta é possível agregar novas perspectivas nos processos da organização, levando as organizações a se manterem competitivas. É possível observar que as pessoas das diferentes unidades de trabalho da organização possuem necessidades de dados, informação e conhecimento para o desenvolvimento de suas tarefas, bem para que possam traçar estratégias de atuação (VALENTIM, 2002). Ao observarmos uma organização, nos deparamos com três estruturas básicas:

- **Estrutura da empresa**; onde é separada os setores;
- **Estrutura dos recursos humanos;** relacionado ao capital intelectual, e;
- **Estrutura de informação**; que recebe todos os dados, informações e conhecimentos, ou seja, estes componentes são utilizados como recursos e auxiliam o desenvolvimento da organização.

Ao se evidenciar a importância e benefícios proporcionados pelos processos ligados a IC, parte-se para a construção e aplicações desse processo. Ressalta-se que esse não é um processo com as etapas estáticas, e sim dinâmico, sendo responsável por buscar e tratar a informação e conhecimentos para utilizá-las como apoio às tomadas de decisões. É importante chamar a atenção para algumas etapas que precisam ser trabalhadas de maneira linear, para então, conseguir alcançar bons resultados. A presente pesquisa parte do pressuposto do modelo de Jorge (2017), que apresenta as atividades básicas de inteligência. A figura 4 demonstra o modelo que é composto por 4 atividades responsáveis por gerar inteligência no contexto das organizações.

Figura 4: Atividades básicas para inteligência

Fonte: Jorge (2017, p. 103).

No modelo apresentado por Jorge (2017), a primeira etapa é responsável pelo planejamento para a realização da IC. Nesse sentido, analisa-se as necessidades de inteligência, bem como os recursos disponíveis, fontes de informações e conhecimento e demais aspectos que proporcionam sustentação para o processo de IC. Após definir o planejamento, realiza-se o processo de coleta de informações e conhecimentos, bem como se monitora as fontes coletadas para possíveis atualizações. Nessa etapa, torna-se importante proporcionar a garantia da relevância e confiabilidade das informações, dados ou conhecimentos coletados, afinal, existem diversas formas para obtenção desses componentes. Após a coleta é realiza-se a análise, ou seja, são realizadas tratativas sobre os dados, informações e conhecimentos coletados. Essas análises possuem a finalidade de construir um produto ou serviço de inteligência que visa atender as demandas estipuladas na etapa de planejamento. Destaca-se que os produtos e serviços de inteligência devem construídos de maneira que possam ser disseminados dentro de um suporte acessível para todos da organização (JORGE, 2017).

Ao trabalhar com a IC, passa a ser possível obter uma maior compreensão das situações e processos dos agentes que impactam a competitividade da organização e estão no ambiente externo. Dessa maneira, torna-se possível lidar com situações inesperadas e adversas de forma mais concisa e segura, aumentando a assertividade e otimizando o tempo de execução de tarefas. Com o uso da IC de maneira estruturada, a organização passa a ter um capital intelectual atualizado, além de possibilitar percepção de ameaças e oportunidades para a organização, em especial no contexto da inovação.

2.4. A Gestão do Conhecimento e a Inteligência Competitiva como ferramentas estratégicas para a Inovação enquanto processo estruturado

É possível compreender a importância do conhecimento e da inteligência enquanto recursos estratégicos no contexto das organizações, em especial no processo de inovação.O uso doconhecimento e da inteligência nas organizações necessita de uma cultura organizacional que valorize esses recursos de maneira estratégica. Para isso, torna-se necessário a aquisição de métodos e modelos estruturados para um melhor aproveitamento desses recursos. Nesse sentindo, estimular a cultura na valorização da inteligência e do conhecimento, bem como o uso de ferramentas que trabalhem com esses recursos em *prol* da inovação passa ser estratégico para a construção de inovações mais assertivas.

Dessa maneira, a integração dos modelos de gestão dainovação, gestão do conhecimento (GC) e o processo de inteligência competitiva (IC) propicia uma maior efetividade e valorização quanto ao uso doconhecimento e inteligência enquanto recursos na organização, bem como podem gerar uma maior consistência quanto as estratégias de inovação organizacional. O mapeamento das fontes externas de informações e conhecimentos no contexto em que aorganização está inserida possibilita um resgate rápido desses recursos, para que possam subsidiar a Gestão da Inovação.

Com esse mapeamento é possível potencializar as atividades de Gestão de Inovação, uma

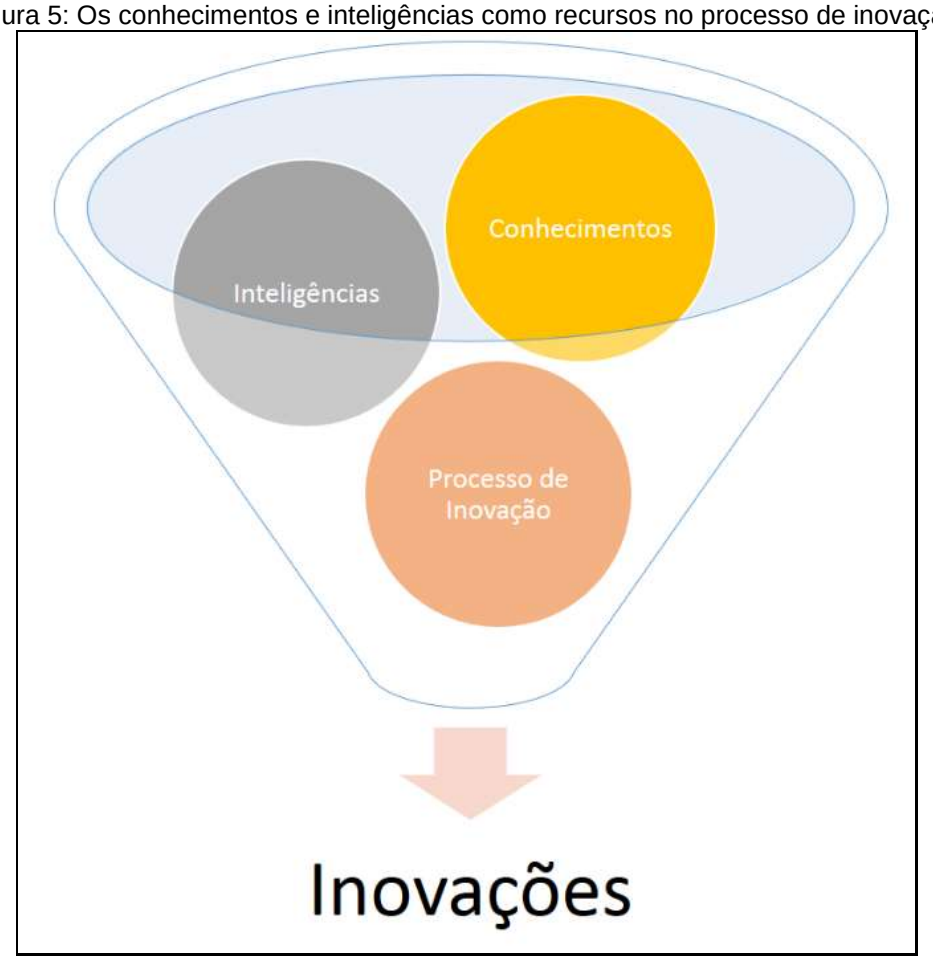
vez que o mapeamento possibilita informações, conhecimentos e inteligências consistentes para possíveis tomadas de decisões. Esse mapeamento informacional faz com que seja possível reconhecer o ambiente externo das organizações e, prover caminhos e ações que dão sustentação para as atividades de inovação.

Além do uso da inteligência, torna-se importante estruturar a gestão do conhecimento organizacional, pois na medida que o processo de IC alimenta as atividades de inovação com inteligências, ouseja, informações externas tratadas e transformadas em inteligência, a GC proporciona o uso intensivo do conhecimento inserido no capital intelectual da organização. É importante mencionar que, em todas as organizações existe o uso dainteligência e do conhecimento nas atividades de inovação, mesmo não havendo os modelos de IC e GC, porém muitas vezes o uso do conhecimento e inteligência ocorre de maneira não estruturada e desintegradas.

Esse processo ocorre, pois, normalmente na cultura das organizações não se considera a inteligência e o conhecimento enquanto recurso estratégico em nenhuma atividade. Como consequência, essas organizações não conseguem extrair ao máximo os resultados de sua gestão de inovação.

O uso da inteligência e do conhecimento, tanto dos processos formais quanto informais da organização, faz com que as atividades de inovação ganhem uma maior dinamicidade, conforme pode ser observado na figura 5. Evidencia-se que essas fontes podem ser pessoas, documentos, base de dados, entre outras, sendo estas capazes de fornecer importantes insumos para o trabalho de gerir as inovações. Após essa localização e mapeamento dos conhecimentos e inteligências, a gestão da inovação pode realizar os seus processos, em especial as tomadas de decisões/filtros de maneira mais consistente.

Figura 5: Os conhecimentos e inteligências como recursos no processo de inovação.



Fonte: Desenvolvida pelos autores.

Com isso, torna-se possível a disseminação e mediação das perspectivas de inovações construídas para que todos os sujeitos organizacionais possam contribuir. Acredita-se que as

integrações dos processos mencionados podem proporcionar um maior dinamicidade e assertividade na construção de inovações.

Ressalta-se que é necessário desenvolver, ou em alguns casos reforçar nas organizações, a cultura voltada para a valorização desses recursos, tornando possível assim uma maior sustentação para todos os processos e modelos utilizados na gestão de inovação.

Nesse sentido observa-se que o sujeito ou a área responsável por gerenciar as inovações trabalham (mesmo que de maneira não estruturada) com informação, inteligência e conhecimento o tempo todo, porém sem o uso estruturado dos modelos, processos, ferramentas e, em muitos casos em uma organização que não valoriza esses recursos. Após análise das temáticas evidencia-se que os mesmos devem ser considerados de maneira conjunta, uma vez que são componentes complementares e necessários para a inovação.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa é do tipo exploratória e utilizou pesquisas bibliográficas para capturar informações sobre a inovação, conhecimento e inteligência enquanto recursos estratégicos para as organizações, bem gestão desses recursos. Gil (2002, p.44), aponta que a pesquisa bibliográfica deve ser

> [...] desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Embora em quase todos os estudos seja exigido algum tipo de trabalho dessa natureza, há pesquisas desenvolvidas exclusivamente a partir de fontes bibliográficas.

Após do levantamento individual das temáticas mencionadas, estas foram analisadas e relacionadas. Com a relação dos temas foi possível realizar reflexões sobre a importância da gestão doconhecimento e do processo de inteligência no contexto da gestão da inovação.

4 CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

As organizações que atuam gerenciando as inovações realizam o processo de inteligência e usam o conhecimento o tempo todo, uma vez que, conforme visto no modelo de gestão de inovação proposto por Davila, Epstein e Shelton (2007), todas as suas etapas são alimentadas por algum tipo de conhecimento e/ou inteligência. Ao observarmos os ambientes ondeocorrem as inovações, é possível identificar nestes ambientes uma propensão à valorização em sua cultura do conhecimento e da inteligência enquanto recursos.

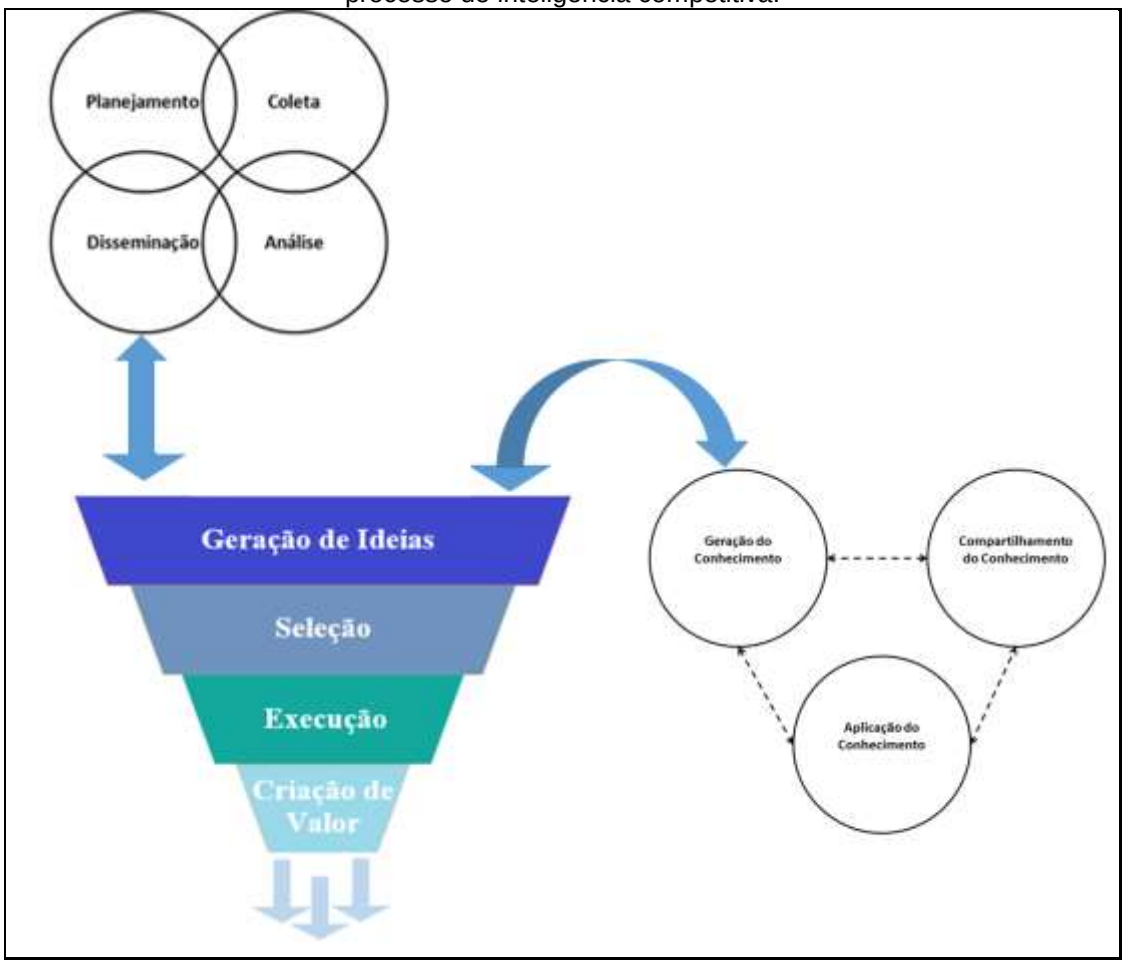
É possível essa afirmação no momento em que são analisados os três modelos juntos e integrados, conforme pode ser visualizado na figura 6. Percebe-se que em todas as etapas do processo de inovação existem momentos onde é possível identificar a prospecção e uso de inteligência e do conhecimento para dar maior consistência na inovação.

A presente pesquisa sugere que as atividades de gestão da inovação sejam integradas com a gestão do conhecimento e inteligência competitiva, conforme pode ser visualizado na figura 6. Nota-se que a gestão do conhecimento pode proporcionar importantes conhecimentos por meio do capital intelectual existente no contexto da organização. Enquanto isso, o processo de inteligência competitiva pode propiciar informações externas no formato de inteligência, fazendo com que as organizações adquiram consistência na realização de suas etapas no processo de inovação.

Todavia, para que esses sujeitos realizem o melhor uso do conhecimento e da inteligência enquanto recurso, devem-se desenvolver uma cultura voltada para a valorização desses componentes estrategicamente, bem como fazer com que as pessoas e a organização se apropriem de métodos, ferramentas e estratégias estruturadas que possibilitem o aproveitamento pleno do conhecimento e da inteligência.

Recomenda-se o aprofundamento das pesquisas no contexto da Gestão do Conhecimento e do processo de Inteligência Competitiva com enfoque na construção e gestão de inovações no contexto das organizações. Dessa maneira, poderá ser possível a construção de modelos, ferramenta e métodos voltados para o desenvolvimento de produtos e serviços (relatórios, planilhas, entre outros) que possuam como insumo base para proporcionar uma maior dinamicidade no contexto da inovação.

Figura 6: Proposta de dinâmica de gestão da inovação com suporte da gestão do conhecimento e do processo de inteligência competitiva.



Fonte: Desenvolvido pelos autores.

REFERÊNCIAS

CHOO, C. W.. **A Organização do Conhecimento:** Como as organizações usam a informação para criar significado, construir conhecimento e tomar decisões. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2003. 425 p.

DAVILA, T.; EPSTEIN, M. J.; SHELTON, R.. **As regras da Inovação.** Porto Alegre: Bookman, 2007. 336 p.

DE NEGRI, F.. **Novos caminhos para a inovação no Brasil.** Washington, DC: Wilson Center, 2018.

GIL, A. C.. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2002. 175 p.

JORGE, C. F. B.. **Análise de fatores críticos na gestão do conhecimento e no processo de Inteligência em organizações complexas:** uma análise teórico prática em múltiplas organizações. 2017. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Programa de Pós Graduação em Ciência da Informação, Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2017. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/152376>. Acesso em 11 ago. 2020.

MARCO. S. L.*Inteligência competitiva: definições e contextualização*. **DataGramaZero**, v.11 n.2, p. 95 -102, 2002. Disponível em: <http://periodicos.puc-

campinas.edu.br/seer/index.php/transinfo/article/viewFile/1553/1526> Acesso em: 28 set. 2020.

MORESI, E. A. D. Inteligência organizacional: um referencial integrado. **Ciência da informação**, 30(2), 35-46. 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0100-19652001000200006&script=sci_arttext>. Acesso em: 28 set. 2020.

NONAKA, I., & TAKEUCHI, H. **Criação de conhecimento na empresa:** como as empresas japonesas geram a dinâmica da inovação. Rio de Janeiro: Campus. 1997.

NONAKA, I., & TAKEUCHI, H. **Gestão do Conhecimento**. Porto Alegre: Bookman, 2008. 319 p.

PROBST, G.; RAUB, S.; ROMHARDT, K. **Gestão do conhecimento:** os elementos construtivos do sucesso. Porto Alegre: Bookman, 2002. 284 p.

OCDE – Organização para Cooperação Econômica e Desenvolvimento (Org.). **Manual de Oslo:** Diretrizes para coleta e interpretação de dados sobre inovação. 3. ed. Paris: Finep, 2005. Disponível em: <http://download.finep.gov.br/imprensa/oslo2.pdf>. Acesso em 26 set. 2020.

SILVA, E. **O conhecimento científico no contexto de sistemas nacionais de inovação:** análise de políticas públicas e indicadores de inovação. 2018. Disponível em: <https://www.marilia.unesp.br/Home/Pos-Graduacao/CienciadaInformacao/Dissertacoes/silva_e_do_mar.pdf> Acesso em: 28 set. 2020.

RIBEIRO. I. **Inteligência competitiva aplicada às micro e pequenas empresas.** SEBRAE, BAHIA, 2008. Disponível em: <https://bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/25B455E05BF6EEE3832576F70056331A/$File/NT00043D52.pdf> Acesso em: 28 set. 2020.

TIDD, J.; BESSANT, J. **Gestão da Inovação.** 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2015. 633 p.

TIGRE, P. B. **Gestão da inovação:** a economia da tecnologia no Brasil. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014. 275 p.

VALENTIM. M. L. P**.** Inteligência competitiva em organizações: dado, informação e conhecimento**. DataGramaZero**, v.3, n.4, 2002. Disponível em: <https://www.brapci.inf.br/_repositorio/2010/01/pdf_f589d25523_0007468.pdf> Acesso em: 28 set. 2020.

WILLE etal. Aproximações entre o processo de adaptação de Piaget e os modos de conversão do conhecimento de Nonaka e Takeuchi. **Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, v. 17, n.1, 2012. Disponível em: < https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/download/1518-2924.2012v17nesp1p24/22721 > Acesso em: 28 set. 2020.

O VAREJO FARMACÊUTICO BRASILEIRO: SUA EVOLUÇÃO ATÉ OS DIAS ATUAIS

BRAZILIAN PHARMACEUTICAL RETAIL: EVOLUTION TO THE CURRENT DAYS

Área temática: Desenvolvimento Social e Políticas Públicas - Desenvolvimento Regional e Local

LUCAS, Cecy de Sousa
Uni-FACEF – Centro Universitário Municipal de Franca
Discente do curso de Mestrado Interdisciplinar de Desenvolvimento Regional do Uni-FACEF
cecy_lucas06@yahoo.com.br

MACHADO NETO, Alfredo José
Uni-FACEF- Centro Universitário Municipal de Franca
Doutor em Administração
alfredo@facef.br

Resumo

O varejo farmacêutico brasileiro originou-se através dos primeiros boticários que vieram das embarcações portuguesas na época da colonização e foram os responsáveis por comercializar os medicamentos à população. Posteriormente, este cenário sofreu algumas mudanças. As boticas, que eram estabelecimentos de venda de medicamentos, passaram a ser chamada de farmácias e passaram por transformações, com o decorrer dos anos, envolvendo o modo como eram produzidos os medicamentos, sendo responsabilidade, agora, das indústrias e laboratórios farmacêuticos. As farmácias e drogarias ficaram, então, apenas com a função de comercializar medicamentos. No século XIX, começam a surgir as primeiras grandes farmácias nas grandes cidades, gerando desconforto para as pequenas, provocando novas mudanças neste cenário, gerando concorrências, alterações de visuais, atendimento ao cliente, entre outros. Baseado nesta contextualização, o objetivo deste artigo é descrever o conceito e a evolução histórica do varejo farmacêutico brasileiro, bem como suas características e o seu crescimento mercadológico no decorrer dos últimos anos. Para alcançar esses objetivos foi realizada uma revisão bibliográfica, através de levantamento teórico sobre o assunto, baseando-se exclusivamente em dados secundários. Estes dados foram obtidos a partir de livros, artigos científicos, através de autores como Carvalho, Nishioka, Andreotti (2009), Alvim (2004); Callegari (2000), entre outros. Em conclusão, pode-se afirmar que o setor farmacêutico é um segmento que vem apresentando uma grande expansão nestes últimos anos, está presente em todo território brasileiro. O estudo alerta, ainda, para a necessidade dos gestores deste segmento observarem, atentamente, algumas novas tendências que estão surgindo e que serão importantes para o setor.

Palavras-chave: varejo farmacêutico, evolução histórica do varejo farmacêutico, tendências do varejo farmacêutico.

Abstract

The Brazilian pharmaceutical retail originated through the first apothecaries that make up Portuguese vessels at the time of colonization and were responsible for selling medicines to the population. Subsequently, this scenario underwent some changes. Apothecaries, which used to sell medicines, came to be called pharmacies and underwent transformations, over the years, involving the way in which medicines were supplied, being now the responsibility of pharmaceutical industries and laboratories. The known pharmacies and drugstores, then, only with the function of commercializing medicines. In the 19th century, start to emerge as the first large pharmacies in large cities, causing discomfort for small ones, causing new changes in this scenario, generating competitions, changes in visuals, customer service, among others. Based on this context, the objective of this article is to describe the concept and the historical evolution of the Brazilian pharmaceutical retail, as well as its characteristics and its market growth over the past few years. To achieve these objectives, a bibliographic review was carried out, through a theoretical survey on the

subject, based exclusively on secondary data. These data were obtained from books, scientific articles, through authors such as Carvalho, Nishioka, Andreotti (2009), Alvim (2004); Callegari (2000), among others. In conclusion, it can be said that the pharmaceutical sector is a segment that has seen a major expansion necessary for years, is present throughout the Brazilian territory. The study also warns of the need for managers in this segment to carefully observe some new trends that are emerging and that will be important for the sector.

Keywords: pharmaceutical retail, historical evolution of pharmaceutical retail, pharmaceutical retail trends.

1 INTRODUÇÃO

O setor farmacêutico é uma área que vem passando por grandes transformações desde o seu surgimento no século XIX, na Europa.

É um setor com uma cadeia produtiva muito ampla, complexa, devido não apenas ao grande número de atores envolvidos, mas também aos diversos papéis desempenhados. É uma das cadeias mais inovadoras entre os setores produtivos. Ela começa com a pesquisa e desenvolvimento, passando pela produção e comercialização, até o consumo e pós-consumo dos medicamentos, envolvendo diversas ações estratégicas (BIAZUS, 2008; HIRATUKA, 2013).

Os primeiros registros históricos, sobre a preocupação do homem com os medicamentos, surgiram nas antigas civilizações. Na Europa, eles datam do início do século X, quando foram criadas as primeiras boticas. No Brasil, os boticários vindos de Portugal, foram os primeiros responsáveis pela comercialização de medicamentos, chás e pomadas para a população indígena e depois também nas grandes cidades (CRF-SP, 2019).

Foi no final do século XIX e início do século XX, em 1870, na capital do Estado de São Paulo, que as boticas passaram a serem chamadas de farmácias, e a partir de então, houve grandes transformações neste setor de varejo farmacêutico até os dias atuais. As farmácias que apresentavam ambientes escuros e balcões de madeiras, agora são ambientes claros, com prateleiras de aço mais modernas, ocorrendo, ainda, a inclusão das novas tecnologias (ALVIM, 2004).

Esse cenário de transformações ocorreu em razão do crescimento da população e, em consequência, das próprias cidades. Além disso, esse segmento de varejo de medicamentos, no Brasil, vem crescendo em um ritmo muito acelerado, devido ao envelhecimento e ao aumento da expectativa de vida da população, além da maior incidência e diagnóstico de doenças crônicas (ALVIM, 2004).

Foi considerado, no ano de 2018, o sétimo maior mercado farmacêutico do mundo, ficando atrás apenas dos Estados Unidos, China, Japão, Alemanha, França e Itália. Neste mesmo ano, o faturamento do setor, no Brasil, foi estimado em U$$ 33,1 bilhões de dólares (GUIA INTERFARMA, 2019, online).

Baseado este contexto, o objetivo do trabalho é descrever o conceito e a evolução histórica do varejo farmacêutico brasileiro, bem como suas características e seu crescimento mercadológico no decorrer dos últimos anos. Para alcançar esses objetivos realizou-se uma revisão bibliográfica, por meio de um levantamento teórico sobre o assunto, baseando-se exclusivamente em dados secundários. Estes dados foram obtidos, entre outras fontes, pela leitura de artigos científicos de autores como Carvalho, Nishioka, Andreotti (2009), Alvim (2004); Callegari (2000).

Em termos de estrutura do trabalho, além desta Introdução, o Capítulo 2 apresenta o referencial teórico sobre o assunto, subdividido nos itens: 2.1, que trata da conceituação e definição de varejo e varejo farmacêutico; 2.2, que apresenta o Varejo farmacêutico; 2.3, em que se analisa a evolução histórica do Varejo Farmacêutico; 2.4 que faz uma análise do Varejo Farmacêutico nos dias atuais, 2.4.1 e 2.4.2 relatam o Varejo Farmacêutico no Estado de São Paulo, bem como na cidade de Franca/SP, e o item 2.5, que descreve as Tendências do Varejo Farmacêutico. No Capítulo 3 é discutida a Metodologia utilizada na elaboração do trabalho. O Capítulo 4 mostra os resultados obtidos nas pesquisas realizadas. Finalmente, no Capítulo 5, são apresentadas as Conclusões e Considerações Finais, seguidas das referências.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Definição de varejo e varejo farmacêutico

As operações de varejo tiveram início no século XIX, nos Estados Unidos e na Inglaterra, com o surgimento das chamadas *general stores*, ou também conhecidas como lojas de mercadorias, local onde comercializavam praticamente todos os tipos de mercadorias. No Brasil, o varejo surgiu no final do século XIX, quando se destacam, como um dos primeiros varejistas, o Visconde de Mauá (LAS CASAS; GARCIA, 2007; PARENTE, 2000).

O termo varejo, segundo o autor Mattar (2011), apresenta diversas definições, entre elas podemos citar que é uma atividade de negócios que envolve a venda de qualquer produto ou prestação de qualquer serviço a consumidores finais, para utilização ou consumo pessoal, familiar ou residencial. Incluem desde alimentos rápidos, divertimentos, lavagens de roupas, serviços de saúde e até móveis, automóveis e residências.

Levy e Weitz (2000, p. 26) definem o varejista como “um negociante que vende produtos e serviços de uso pessoal ou familiar aos consumidores”. Ou seja, é um sujeito que tem como objetivo vender produtos e serviços, para todos os consumidores, para uso pessoal.

Outro ponto a destacar é que este setor de varejo vem sofrendo diversas alterações em seu modo de atuar. Entre as mais importantes, cumpre destacar, o surgimento da internet que proporcionou a realização de vendas exclusivas *online*, bem como em conjunto com outras formas de varejo.

2.2 Sobre o varejo farmacêutico

A cadeia produtiva farmacêutica tem como característica ser ampla e extensa, extremamente complexa, devido ter muitos atores envolvidos e muitos papéis. É uma das cadeias mais inovadoras entre os setores produtivos (BIAZUS, 2008).

Ela tem como objetivo produzir produtos que atendam a demanda da sociedade e do consumidor final, no caso produzir produtos farmacêuticos para a sociedade. Ela tem início com a pesquisa e desenvolvimento, passando pela produção e comercialização, até o consumo e pós-consumo dos medicamentos, envolvendo diversas ações estratégicas (HIRATUKA, 2013).

O comércio varejista é um elo entre a produção e o consumo. Portanto, as farmácias e as drogarias são a ponta final da cadeia farmacêutica e o mais importante canal de distribuição de medicamentos no país, representando 82% do total produzido pelos laboratórios (CALLEGARI, 2000). Além do comércio tradicional de varejo, podemos destacar as vendas de medicamentos e produtos farmacêuticos por meio de comércio eletrônico.

Este segmento de varejo farmacêutico apresenta características diferenciadas dos demais segmentos, com relação aos aspectos legais. É um setor bastante peculiar e exige conhecimento técnico e normativo, em virtude do controle e da fiscalização exercidos pelo poder público (PINHEIRO, 2005).

2.3 Evolução histórica do varejo farmacêutico

Foram nas antigas civilizações que surgiram os primeiros registros históricos sobre a preocupação do homem com os medicamentos. Em países como: Suméria, Babilônia e Assíria, localizados na Mesopotâmia, foi produzido o primeiro compêndio farmacêutico, que continha 30 tipos de diferentes formas farmacêuticas, de diversas origens (animal, mineral e vegetal) (ALVIM, 2004).

Na Europa, foi a partir do século X, com a Espanha e a França como países precursores, que foram criadas as primeiras boticas, que mais tarde se tornariam modelos das atuais Farmácias e Drogarias (CRF-SP, 2019).

No Brasil, segundo relatos históricos, as boticas chegaram com as expedições portuguesas. O primeiro boticário a chegar foi no período colonial, o português Diogo de Castro, em 1549, trazido por Tomé de Souza, Governador Geral da Bahia. Juntamente a ele, desembarcavam cirurgião-barbeiro, jesuítas e aprendizes de boticário, devido à exigência da coroa portuguesa ao decretar que, no Brasil, o acesso ao medicamento só aconteceria se, nas expedições portuguesas, francesas ou espanholas, houvesse algum deles com uma botica portátil cheia de drogas e medicamentos (CRF-MG, 2019). Normalmente eram arcas de madeira que continham certas drogas para socorros imediatos.

Neste período, os boticários ou chegavam ao país com as primeiras expedições colonizadoras já habilitadas na metrópole, ou eram treinados na colônia. Eram eles, os boticários responsáveis por comercializar drogas e medicamentos, nas casas comerciais chamadas “boticas” (MACHADO, 1995).

Além disso, em 1550, os jesuítas desembarcaram no Brasil e passaram a atuar como evangelizadores e como boticários, e usaram muitos dos conhecimentos indígenas para desempenhar suas atividades. Entre eles, temos o padre José de Anchieta, que foi um dos primeiros boticários a se dedicar na cura dos doentes entre o povo da terra *brasilis* (CARVALHO, NISHIOKA, ANDREOTTI, 2009; CFF, 2019).

Somente em 1645, a Coroa Portuguesa autorizou o funcionamento das primeiras boticas no território colônia, melhorando o comércio local de medicamentos. A partir daquele ano, as boticas começam a se multiplicar de norte a sul, pela facilidade de abertura, e muitos praticavam, principalmente, devido à expectativa de bons lucros com o negócio (CARVALHO, NISHIOKA, ANDREOTTI, 2009; MADY, 2009).

As boticas consistiam em casas comerciais ou lojas, onde o público se abastecia de remédios. Eram dirigidas por boticários, que eram profissionais empíricos, às vezes analfabetos, possuindo apenas conhecimento de medicamentos corriqueiros e possuindo uma carta de aprovação do físico-mor de Coimbra. A Botica também era a denominação do compartimento existente nos hospitais, civis e militares, destinado ao preparo e à administração de medicamentos aos doentes internados (PEREIRA; NASCIMENTO, 2011).

No fim do século XVII, as boticas já se apresentavam com mais estrutura. Situadas nas principais ruas, ocupavam dois compartimentos. O boticário e sua família residiam nos fundos. Em um cômodo, ficavam as drogas, dispostas em prateleiras de louça e potes com decoração artística, que armazenavam pomadas, unguentos, xaropes e soluções (BOTICAS & FARMÁCIAS, 2019).

As boticas que funcionavam, nos principais centros urbanos, tornaram-se pontos de assistência médica e farmacêutica, incluindo prescrição e manipulação de medicamentos. No século XVIII, foi outorgado o regimento chamado de Regimento 1744, que proibia a distribuição de drogas e medicamentos por estabelecimentos não habilitados (MADY, 2009).

A transição da botica para a farmácia não foi fácil, por que a população tinha muita confiança nos boticários, tinha dificuldades de trocar chás, pomadas, unguentos e xaropes, por medicamentos aviados e às vezes mais caros. A profissão de farmacêutico somente foi regulamentada pelo Decreto Imperial nº829, de setembro de 1851, que se referia ao boticário como farmacêutico. Foi apenas no ano de 1886 é que o boticário deu espaço para o farmacêutico (CARVALHO, NISHIOKA, ANDREOTTI, 2009).

Portanto, foi no final do século XIX e início do século XX, em 1870, na capital do Estado de São Paulo, que as boticas passaram a serem chamadas de farmácias, ou seja, as boticas passaram por um grande processo de transformação, excluindo de suas atividades artesanais o preparo de substâncias empregadas na arte de curar. A partir deste momento, as farmácias passaram a preparar o medicamento neste local, com seus respectivos princípios ativos e componentes, conforme era exigido na prescrição médica, e comercializar medicamentos industrializados (ALVIM, 2004).

Além disso, foram criadas as drogarias, que deveriam por lei restringir-se à venda de drogas aos farmacêuticos, mas era frequente a venda de medicamentos ao público em geral.

Pode-se mencionar que as primeiras farmácias surgiram no início da segunda metade do XIX, sendo a Pellicano, de São Paulo, a primeira com nome reconhecido. Em seguida surgiram a Botica ao Veado D`Ouro, fundada em 1858 em São Paulo; a Farmácia Stellfeld fundada em Curitiba, em 1857; e, no Rio de Janeiro, a Casa Granada, aberta até os dias atuais (MADY, 2009).

O crescimento da população e o desenvolvimento das atividades, geraram algumas mudanças nas farmácias, entre elas a necessidade de ampliar as instalações para se ter uma maior produção de medicamentos, em maiores escalas (ALVIM, 2004).

Portanto, com o início da industrialização, ocorreu o surgimento de importantes laboratórios nacionais e a chegada de laboratórios estrangeiros no Brasil, gerando uma revolução no setor farmacêutico. Observa – se na década de 30, que os laboratórios industriais de medicamentos foram gradualmente substituindo as farmácias, ficando para as farmácias e drogarias as atividades de manipulação e comercial. Esta nova realidade abriu espaço para outro perfil de farmácia, que passou a trabalhar mais intensamente com a comercialização do que com a manipulação de medicamentos (VAROTTO, 2018).

Começam então a surgir as primeiras redes de farmácias, muitas atuantes até hoje no mercado, como: a Drogasil, que surgiu da fusão da Drogaria Bráulio e da Drogaria Brasil em 1935; a

Droga Raia que inaugurou a sua primeira loja em 1905; a Drogaria São Paulo, que nasceu na Praça da Sé em São Paulo em 1943; a Drogaria Pacheco, que teve sua primeira unidade aberta por José Magalhães Pacheco em 1892, no Rio de Janeiro; e a Pharmacia Onofre (atual Drogaria Onofre) que abriu sua primeira loja em 1925, em Nilópolis, na Baixada Fluminense (VAROTTO, 2018).

Com o passar do tempo, algumas drogarias foram crescendo e seus proprietários fundando novas unidades, que receberam o mesmo nome fantasia, surgindo então as Grandes Redes. Assim, surgiu a constituição tradicional do setor: Grandes Redes (GR) e Drogarias Independentes (DI) (VARISE, 2007).

Diante disso, a drogaria deixa de ser gerenciada como simples depósito de medicamentos à disposição do cliente e começa a descobrir novas estratégias para se contrapor a essa nova situação econômica. Entre essas estratégias estão a transformação do ambiente de loja, que foi alterado profundamente com a remoção dos antigos e grandes armários de madeiras de lei e vidros bisotados, e substituídos pelas gôndolas contemporâneas. Houve um aumento no número de gôndolas que fortalecem o autosserviço, principalmente dos medicamentos isentos de receita médica e pela variedade de itens de beleza e higiene, que passam cada vez mais a fazer parte das farmácias e drogarias, aumentando consideravelmente o público consumidor feminino. (REZENDE, 2015).

Além disso, outras medidas foram adotadas pelas drogarias como: concorrência não mais apenas por preço e prazo; diversidade dos serviços oferecidos pelas drogarias (atenção farmacêutica); testes de glicemia; aferição de pressão (entre outros); atuação em nichos específicos (por exemplo, diabéticos); eliminação do estoque; processo de informatização da empresa; agilidade com check-out; auto-servico; preocupação com a capacitação dos gestores e dos funcionários; retomada da relação com o cliente; e a fidelização (REZENDE, 2015; VAROTTO, 2018).

Assim, pode-se dizer que, nos últimos quarenta anos, o setor varejista de medicamentos no Brasil, sofreu grandes transformações. Uma das mais importantes e em curso atualmente, mostra que este setor de varejo, que ainda era bastante pulverizado, agora começa a trilhar um caminho rumo à concentração. As empresas do setor estão buscando novos modelos de negócios, através de formas associativas: Drogarias em Associativismo; Drogarias em Franquia; como também a fusão de algumas das maiores redes nacionais de farmácias.

2.4 Varejo farmacêutico nos dias atuais

O setor farmacêutico é um segmento que vem tendo grandes expansões nestes últimos anos. É um mercado altamente competitivo, com um grau de complexidade elevada, que envolve a participação de diversos setores econômicos, entre eles, as drogarias e as farmácias, que comercializam medicamentos (MADY, 2009).

Além disso, este mercado movimenta milhões de dólares ao redor do mundo, envolvendo tanto países desenvolvidos como emergentes e outros. Os Estados Unidos continuam sendo o maior mercado farmacêutico do mundo e os países emergentes estão entre os nove dos top 20. O Brasil, no ano de 2018, ocupou a posição de 7º lugar, no ranking mundial, atrás apenas dos Estados Unidos, China, Japão, Alemanha, França, segundo dados do Guia 2019, da Associação da Indústria Farmacêutica de Pesquisa (GUIA 2019, Interfarma, 2019 online). Espera-se que, em 2023, o Brasil venha a ocupar a 5ª posição no mercado internacional.

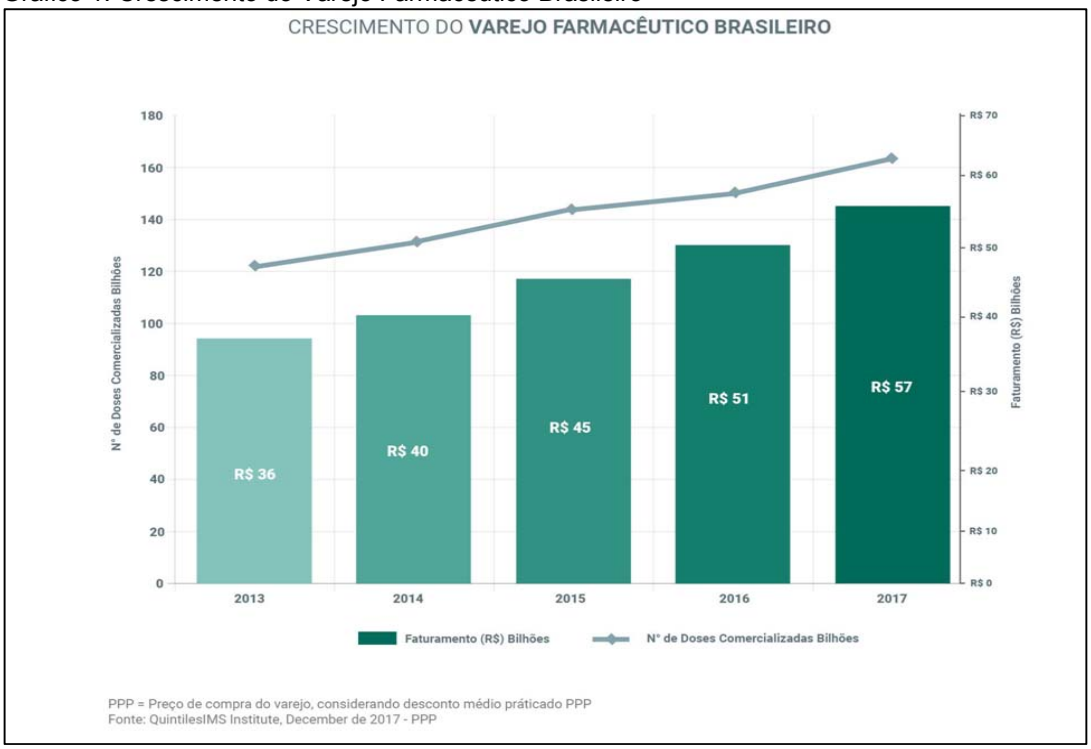
Quando analisamos os gastos com medicamentos e volume de vendas por região, com previsão para 2023, observamos que o Brasil tem uma previsão de gastos de aproximadamente entre 39 a 43 bilhões de dólares e 238 milhões de unidades de medicamentos comercializadas (Guia 2019, Interfarma, 2019 online).

O Brasil, portanto, é um dos países que está entre os maiores consumidores de produtos farmacêuticos. Os principais meios de acesso aos medicamentos são por intermédio das farmácias e drogarias.

Segundo dados do Conselho Federal de Farmácia (CFF), emitido em dezembro de 2018, no Brasil existem um total de 87.794 farmácias e drogarias cadastradas junto aos conselhos regionais de farmácia no Brasil. Estes estabelecimentos são os responsáveis pela comercialização de medicamentos, produtos de higiene pessoal, perfumaria e cosméticos, sendo que 8.373 deles possuem, também, a atividade de manipulação.

Destas, 87.794 drogarias e farmácias privadas, com e sem manipulação, localizadas no Brasil, 37.432 estão localizadas na Região Sudeste, representando 42,64%, sendo que 18.200 estão no estado de São Paulo, que representam 20,73% das existentes no país, e 48,62 % das situadas na região Sudeste.

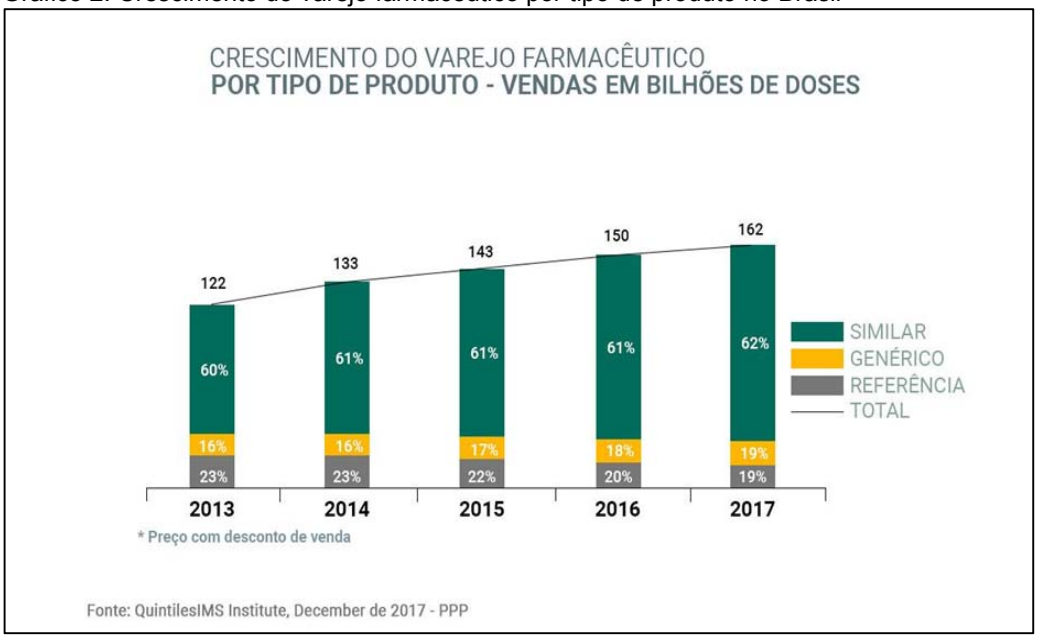
Gráfico 1: Crescimento do Varejo Farmacêutico Brasileiro



Fonte: GUIA 2018, 2019, online.

Quando abordamos o varejo farmacêutico no Brasil, observa-se uma evolução positiva para o mercado farmacêutico. No período de janeiro a novembro de 2017, o varejo cresceu 12,86% em relação ao mesmo período de 2016. Esse crescimento pode ser visto no Gráfico 1, em que no ano de 2017, ocorreu um faturamento aproximado de R$ 57 bilhões, com a comercialização de cerca de 162 bilhões de unidades (GUIA 2018, Interfarma 2019 online).

Gráfico 2: Crescimento do varejo farmacêutico por tipo de produto no Brasil



Fonte: GUIA 2018, 2019, online.

Ao abordar este crescimento do varejo farmacêutico, veremos que os medicamentos "similares" são os mais vendidos, ao longo dos últimos anos, representando um percentual de 62% das vendas, de um total de US$162 bilhões (Guia 2018, Interfarma 2019, online). Já se tratando dos medicamentos genéricos e referencia estão num segundo plano com um resultado de 38% no montante das vendas, conforme pode ser verificado no Gráfico 2.

Pode-se dizer, que é um setor que está presente em todo território brasileiro, segundo dados da ABRAFARMA (Associação Brasileira de Redes de Farmácias e Drogarias), que é composta por 25 redes associadas, que configuram as maiores Redes de farmácias do Brasil e concentram 42% das vendas de medicamentos no País. No final de dezembro de 2018, a Associação estava presente 7.400 mil lojas, em todos estados brasileiros e no Distrito Federal (REVISTA DA FARMÁCIA, 2019, online).

2.4.1 Varejo farmacêutico no Estado de São Paulo

O Estado de São Paulo é considerado o líder nacional do mercado farmacêutico. Ele apresenta a maior concentração de empresas em seu território, sendo composto por indústrias farmacêuticas, drogarias e farmácias privadas. Em 2017, segundo dados da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), a indústria de medicamentos instalada no território paulista alcançou um faturamento de R$ 53,3 bilhões, com a comercialização desses produtos, representando um valor de 76,8% do total de vendas no mercado brasileiro, no mesmo ano (ANVISA, 2018).

Os números do Conselho Regional de Farmácia do estado de São Paulo (CRF - SP) nos mostram que houve um crescimento, nos últimos dez anos, nas drogarias de rede, passando de 9.714 para 14.860 estabelecimentos na região, representando um acréscimo de 53%. Já as farmácias independentes aumentaram apenas 14%, saltando de 9.554 para 10.850 unidades. Com um total de 25.710 drogarias (LAGOS, 2019).

A cidade de São Paulo, atualmente, tem espalhada pelas suas cinco regiões, 3.492 farmácias, o que representa uma drogaria para cada 3.150 paulistanos (BERGAMO, 2019). Dentre essas drogarias, podemos destacar algumas grandes redes, que praticamente dominam a comercialização de medicamentos e que estão presentes na cidade de São Paulo e nas grandes cidades do interior de São Paulo. Entre elas temos: Drogaria São Paulo (atual fusão com Drogaria Pacheco); Droga Raia (grupo RD RaiaDrogasil); Drogão Super e Drogaria Onofre (grupo econômico RaiaDrogasil adquiriu a rede).

2.4.2 Varejo farmacêutico na cidade de Franca/SP

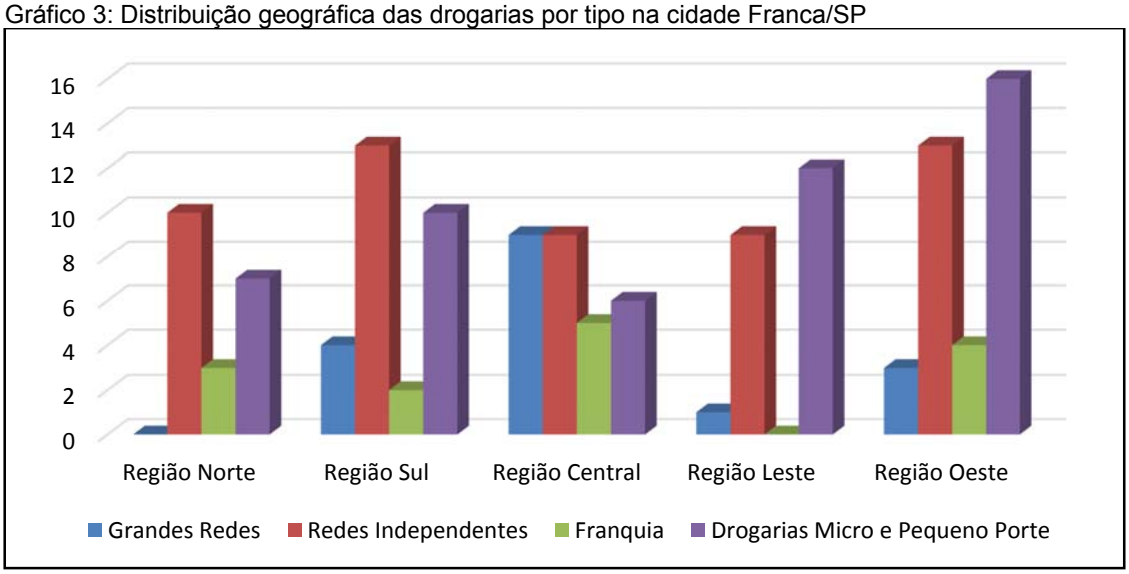
A cidade de Franca está situada na região nordeste do Estado de São Paulo, a 400 km da capital do estado, próxima ao município de Ribeirão Preto. É um dos polos economicamente mais fortes do país no segmento de calçados masculinos, bem como na produção de lingerie, e, no esporte, é considerada a capital nacional do basquete. Atualmente, Franca tem uma população de aproximadamente 350 mil habitantes, segundo dados da Prefeitura de Franca, de 2019.

De acordo com os dados do Conselho Federal de Farmácia (CFF), divulgados no ano de 2018, o estado de São Paulo tinha 18.200 unidades, entre drogarias e farmácias, representando 49% da região Sudeste. Na cidade de Franca existiam, aproximadamente, 185 drogarias e farmácias que, de acordo com o órgão da Vigilância Sanitária de Franca, dados do mês de abril de 2019, representando quase 1% das existentes no Estado de São Paulo.

No levantamento efetuado em abril de 2019, na Vigilância Sanitária e no Conselho Regional de Farmácia de São Paulo, verificou-se que a cidade possuía 136 drogarias, ou seja, comércio varejista de produtos farmacêuticos, sem manipulação de fórmulas e 49 farmácias de manipulação, totalizando 185 unidades de farmácias e drogarias distribuídas por todo o município.

Dentro desta distribuição, temos algumas drogarias e farmácias de pequeno e médio porte que participam de associações, outras que trabalham de maneira isolada, redes independentes, e as grandes redes. Elas estão distribuídas geograficamente por tipo na cidade de Franca/SP conforme Gráfico 3:

Gráfico 3: Distribuição geográfica das drogarias por tipo na cidade Franca/SP



Fonte: Elaborado pela pesquisadora.

O gráfico demonstra a distribuição por tipo de varejo farmacêutico, conforme cada região, sendo elas redes independentes, micro e pequenas empresas, franquias, grandes redes e outras. Destaca-se a Região Oeste com uma grande concentração das micro e pequenas drogarias. Na região Norte não há presença de grandes redes, mas tem um número significativo de redes independentes.

Quando se trata de grandes redes, destaca-se em Franca a presença de Raia Drogasil, Pague Menos, Drogaria São Paulo e Wallmart. Em relação às franquias destacam-se Multidrogas, Rede Total, Poupe Já, Compre Certo e Ultra Popular.

Dentro do município de Franca, observamos que existem 136 unidades de drogarias e farmácias, ou seja, ao considerar a população de Franca, com aproximadamente 350 mil habitantes e dividir pelo número de farmácias, encontraremos uma farmácia para cada 2,5 mil habitantes. Esse número é significativo, uma vez que, de acordo com a OMS (Organização Mundial da Saúde), recomenda a existência de, pelo menos, um estabelecimento para cada 8 mil habitantes.

No município de Franca/SP também surgiu, em 2011, uma rede de drogarias, denominada Rede ACOFARMA, com o intuito de auxiliar as farmácias e drogarias de Franca e região, através de parcerias feitas com empresas e laboratórios de medicamentos e perfumaria, para favorecer no processo de compra (REDE ACOFARMA, 2019).

Mas nem todas as empresas tendem a se associar, algumas vêm tentando sobreviver isoladamente, mantendo-se em uma estrutura de não-redes. Além disso, encontram-se trabalhando de forma isolada, concorrendo entre si, e praticando descontos, sem avaliar a viabilidade dos preços praticados. Outras estão tentando aderir a franquias que vão favorecer nas condições de compra e de desconto para os clientes.

2.5 Tendências do varejo farmacêutico

O varejo vem passando por grandes transformações, e agora, com a evolução da tecnologia, podem-se esperar mudanças cada vez mais rápidas tais como: tecnologias mais desenvolvidas, acessíveis e a um custo menor; informações disponíveis em grande escala e em tempo real; ciclo de vida de produtos menores; clientes mais informados, exigentes e mutantes (BRESCIANI, 2019).

Com isso, as empresas do varejo farmacêutico vêm adotando novas estratégias para superar os obstáculos ao seu desenvolvimento como a diversificação da oferta de serviços e a fidelização.

Segundo Las Casas e Garcia (2007), existem estudos recentes que demonstram alguns pontos que são importantes para acompanhar as novas tendências do setor de varejo: entender o novo consumidor; criar uma proposta de marca diferenciada; explorar novas ferramentas e novas

tecnologias; as limitações internas na orientação para a satisfação do cliente; e as franquias.

Para o Instituto Brasileiro de Executivos de Varejo e Mercado de Consumo (IBEVAR) e o Guia da Farmácia (2019, online) existem 10 tendências da NRF 2019 - *Retail's Big Show* para as farmácias e para o varejo farmacêutico:

- do ponto de venda (PDV) para o ponto de experiência (PDX);
- lojas como ponto de distribuição;
- necessidade rápida de transformação;
- era dos dados;
- aplicação do *omnichannel;*
- valorização dos colaboradores;
- advento dos *marketplaces*;
- adoção de tecnologias;
- tendências de lojas como prestação de serviços;
- marcas próprias; e
- iniciativas das Pequenas Farmácias.

Ao analisar essas novas tendências, observamos que cada uma delas é uma atividade necessária para o empresário moderno, principalmente no setor de varejo.

Com isso, o planejamento se torna uma ferramenta cada vez mais importante, principalmente no Brasil, que nos últimos anos apresentou uma nova realidade para a grande maioria dos consumidores e das empresas, depois da desestabilização econômica (BRESCIANI, 2019).

O ideal é que este processo de planejamento estratégico seja precedido de uma prospecção de cenários, ferramenta que permite o levantamento de diversas probabilidades de futuros possíveis. A partir do conhecimento destes prováveis cenários, é possível planejar o futuro da empresa para cada uma das probabilidades levantadas.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A presente pesquisa, quanto aos fins, é uma pesquisa descritiva com abordagem de descrever um fenômeno social, explicativa (esclarecer os fatos) e exploratória (proporciona maior familiaridade com o problema). Quanto aos meios, é telematizada (uso de computador e de telecomunicações), bibliográfica e de levantamento de dados (VERGARA, 2010).

Para alcançar os objetivos realizou-se uma pesquisa exploratória e descritiva, através do levantamento teórico sobre o assunto, baseando-se exclusivamente em dados secundários. O levantamento de dados secundários e a pesquisa bibliográfica se deram no período de janeiro a setembro de 2019, com os dados secundários sendo obtidos a partir de livros, artigos científicos, principalmente de autores como Carvalho, Nishioka, Andreotti (2009), Alvim (2004); Callegari (2000), entre outros.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

De acordo com os dados secundários coletados nessa pesquisa, observa- se que os primeiros registros históricos sobre a preocupação do homem com os medicamentos surgiram nas antigas civilizações. No Brasil, segundo relatos históricos, as boticas chegaram com as expedições portuguesas, sendo que os boticários eram responsáveis por comercializar drogas e medicamentos, nas casas comerciais chamadas boticas (MACHADO, 1995).

O período de transição da botica para farmácia não foi fácil, por que existia muita confiança por parte da população nos boticários. Foi em 1870, na capital do Estado de São Paulo, que as boticas passaram a serem chamadas de farmácias, ou seja, passando por grande processo de transformação. Essas farmácias passaram agora a preparar o medicamento neste local, com seus respectivos princípios ativos e componentes, conforme era exigido na prescrição médica, e a comercializar medicamentos industrializados (ALVIM, 2004).

Com este cenário, somado ao aumento da população e ao desenvolvimento das atividades, provocaram algumas mudanças nas farmácias, entre elas a necessidade de ampliar as instalações para se ter uma maior produção de medicamentos, em maiores escalas. Esta nova realidade abriu espaço para outro perfil de farmácia, que passou a trabalhar mais intensamente com a comercialização do que com a manipulação de medicamentos. Começam então a surgir as primeiras

redes de farmácias.

Diante disso, a drogaria deixa de ser gerenciada como simples depósito de medicamentos à disposição do cliente e começa a descobrir novas estratégias para se contrapor a essa nova situação econômica.

Atualmente, este mercado vem movimentando milhões de dólares ao redor do mundo, envolvendo tanto países desenvolvidos como emergentes e outros. O Brasil, no ano de 2018, ocupou a posição de 7º lugar, no ranking mundial atrás apenas dos Estados Unidos, China, Japão, Alemanha, França, segundo dados do Guia 2019.

Como já citado, no Brasil, existem um total de 87.794 farmácias e drogarias cadastradas junto aos conselhos regionais de farmácia no Brasil, sendo que, mais de 37 mil estão localizadas na Região Sudeste e cerca de 18 mil no estado de São Paulo (CFF, 2018).

O estudo mostra que o Estado de São Paulo é o líder nacional do mercado farmacêutico, apresentando a maior concentração de empresas em seu território, como indústrias farmacêuticas, drogarias e farmácias privadas. Além disso, nos últimos dez anos houve um crescimento, nas drogarias de rede passando de 9.714 para 14.860 estabelecimentos.

A cidade de Franca que está situada na região nordeste do Estado de São Paulo, também apresenta um número significativo de drogarias e farmácias totalizado, aproximadamente, 185 drogarias e farmácias. Dentro desta distribuição, temos algumas drogarias e farmácias de pequeno e médio porte que participam de associações e outras trabalham de maneira isolada, redes independentes, e as grandes redes.

Pode-se dizer que o varejo farmacêutico, é um mercado que tem tudo para se expandir e apresentar, cada vez mais, mudanças, tanto positivas como negativas, como alta competitividade, concorrência e inovações tecnológicas, entre outras.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O propósito deste trabalho foi descrever o conceito e a evolução histórica do varejo farmacêutico brasileiro, bem como suas características e seu crescimento mercadológico no decorrer dos últimos anos. Para isso, foi efetuada uma revisão bibliográfica com autores como Carvalho, Nishioka, Andreotti (2009), Alvim (2004); Callegari (2000), entre outros. A pesquisa permitiu constatar que o varejo no Brasil surgiu no final do século XIX, sendo que o varejo farmacêutico teve início com as primeiras expedições portuguesas. Os jesuítas vindos de Portugal, com a função de evangelizar a população nativa, atuavam também como boticários, receitando e comercializando medicamentos, chás e pomadas.

Mas este cenário, dos boticários comercializarem medicamentos nas boticas, passou por algumas transformações com o decorrer dos anos, dando espaço para as farmácias. Essas passam, então, a ser as responsáveis pela manipulação e comercialização.

Além disso, com o decorrer dos tempos, o crescimento da população e o desenvolvimento das cidades geraram novas transformações, como a modernização do visual das farmácias, que passaram a apresentar ambientes mais claros, com novos produtos, diversificados, como forma de atrair novos clientes.

O estudo deixou claro a grande expansão do varejo farmacêutico no Brasil, mostrando que, no período de janeiro a novembro de 2017, houve um crescimento de cerca de 13%, com relação ao mesmo período de 2016. O Brasil tem uma previsão de gastos em 2023 de, aproximadamente, US$ 39 bilhões a US$ 43 bilhões de dólares, com a comercialização de cerca de 238 milhões de unidades de medicamentos (Guia Interfarma, 2019, online), números que o colocam como um dos maiores consumidores de produtos farmacêuticos do mundo.

É um setor presente em todo território nacional, passa por grandes transformações, sendo necessário que os seus gestores fiquem atentos às novas e importantes tendências, como: a necessidade do planejamento estratégico; entender os novos hábitos dos consumidores; utilizar o *omnichannel*; explorar novas ferramentas e inovações tecnológicas, entre outros.

REFERÊNCIAS

ALVIM, M. M. *Vigilância sanitária do comércio varejista de medicamentos no município de Barra Mansa, estado do Rio de Janeiro*: licenciamento, autorização de funcionamento, responsabilidade técnica e suficiência dos quadros locais. 110 fls. Dissertação (Pós-Graduação em Vigilância Sanitária). INCQS/FIOCRUZ, Rio de Janeiro, 2004.

ANVISA. Agência Nac. de Vigilância Sanitária. *Anuário estatístico do mercado de medicamentos da Anvisa 2017.* 28 p. Brasília, 2018.

BERGAMO, G.. *Farmácias são avaliadas por VEJA SÃO PAULO*. Disponível em: https://vejasp.abril.com.br/cidades/farmacias-sao-paulo-avaliacao/. Acesso em: 16 jul. 2019.

BIAZÚS, M. A. *Estrutura e Organização da Cadeia de Suprimento de Insumos para Fitoterápicos.* 100 f. Dissertação (Mestrado em Administração). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2008.

BOTICAS & FARMÁCIAS. *História da farmácia no Brasil*: parte I - Os boticários brasílicos. 2011. Disponível em: http://boticasefarmacias.blogspot.com/2011/01/historia-da-farmacia-no-brasil-parte-i.html . Acesso em: 03 jul. 2019.

BRESCIANI, G. *A personalização no mercado farmacêutico brasileiro* - Vencendo as turbulências do varejo farmacêutico. 2015. Disponível em: http://www.digifarma.com.br/noticia/a-personalizacao-no-mercado-farmaceutico-brasileiro#sthash.wksNtV3L.IlsBr6VS.dpbs. Acesso em: 04 jun. 2019.

CALLEGARI, L. Análise Setorial. A indústria farmacêutica. *São Paulo: Gazeta Mercantil,* v. 1, p. 198, maio, 2000.

CARVALHO, A, A. P. de; NISHIOKA, L.Y.; ANDREOTTI, M. R. *Consultoria Administrativa, financeira e contábil no ramo farmacêutico:* Drogaria Boa Vista de Lins Ltda – ME. 185 f. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso em graduação de Ciências Contábeis). Centro Universitário Católico Salesiano *Auxilium* – UNISALESIANO, Lins/SP, 2009.

CFF. Conselho Federal de Farmácia. *Aspectos históricos:* no tempo das boticas. Disponível em: http://www.cff.org.br/50anos/?pg=aspectoshistoricos. Acesso em: 01 jul. 2019.

_____. *Dados 2018.* Disponível em: http://www.cff.org.br/pagina.php?id=801&menu=801&titulo=Dados+2018. Acesso em: 03 jul. 2019 a.

CRF-SP. Conselho Regional de Farmácia do Estado de São Paulo. *Surgimento das boticas.* Disponível em: http://www.crfsp.org.br/historia-da-farmacia-/290-surgimento-das-boticas.html. Acesso em: 22 jun. 2019.

CRF-MG. Conselho Regional de Farmácia do Estado de Minas Gerais. *História da Farmácia.* Disponível em: http://www.crfmg.org.br/externo/institucional/historia_historia.php. Acesso em: 15 jun. 2019.

GUIA DA FARMÁCIA. *Dez insights que ficam para as farmácias pós-NRF*. Disponível em: https://guiadafarmacia.com.br/materia/dez-insights-que-ficam-para-as-farmacias-pos-nrf/ . Acesso em 10 jul. 2019.

GUIA 2018 INTERFARMA. *Dados do Setor*. Disponível em: https://www.interfarma.org.br/guia/guia-2018/dados_do_setor/. Acesso em: 15 jun. 2019.

GUIA 2019 INTERFARMA. *Baixe o Guia 2019.* Disponível em: https://www.interfarma.org.br/guia/guia-2019/. Acesso em: 01 set. 2019.

HIRATUKA, C. (coord.). *Logística Reversa de Medicamentos*. 2013. 138 f. ABID. Agencia Brasileira de Desenvolvimento Industrial. Brasília, 2013. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/260422373_Logistica_reversa_para_o_setor_de_medicamentos. Acesso em: 27 jun. 2019.

LAGOS. R.. *Pequenas farmácias: como sobreviver entre as grandes*. Jornal Negócios SEBRAE. ed. 30, maio, 2019.

LAS CASAS, A. L.; GARCIA, T. M. *Estratégias de Marketing para Varejo.* Inovações e Diferenciações

Estratégicas que Fazem a Diferença no Marketing de Varejo. São Paulo: Novatec, 2007.

LEVY, M.; WEITZ, B. A. *Administração de Varejo*. São Paulo: Atlas, 2000.

MACHADO, M. H. *Profissões de saúde: uma abordagem sociológica*. 193 p. Rio de Janeiro: FioCRUZ, 1995.

MADY, E. B. *A evolução dos conceitos e práticas do marketing de relacionamento*: um estudo de caso no varejo farmacêutico de Curitiba. 212 fls. Dissertação (Mestrado em Administração). Programa de Pós-graduação em Administração - Setor de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Paraná, UFPR. Curitiba: 2009.

MATTAR, F. N.. *Administração de varejo.* Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

PARENTE, J.. *Varejo no Brasil*: gestão e estratégia. São Paulo: Atlas, 2000.

PEREIRA, M. L.; NASCIMENTO, M. M. G. do. Das boticas aos cuidados farmacêuticos: perspectivas do profissional farmacêutico. *Rev. Bras. Farm.* v. 92, n. 4, pp. 245-252, 2011.

PINHEIRO, A. C. M.. Gerenciamento de Estoque Farmacêutico. *Revista eletrônica de Contabilidade*. 15 fls. v.1, n. 3, mar./ mai.2005.

PREFEITURA DE FRANCA. Conheça. Disponível em: https://www.franca.sp.gov.br/turismo/administracao-municipal/administracao-direta/desenvolvimento-adm/conheca. Acesso em: 30 jul. 2019.

Rede ACOFARMA. *Quem somos*. Disponível em: http://www.acofarma.com.br/quem-somos.html. Acesso em: 20 jul. 2019.

REVISTA DA FARMÁCIA. *Abrafarma divulga ranking do varejo farmacêutico*. Disponível em: https://revistadafarmacia.com.br/mercado/ranking-abrafarma-varejo-farmaceutico/. Acesso em: 20 jul. 2019.

REZENDE, I. N. de. Literatura, história e farmácia: um diálogo possível. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 22, n. 3, p. 813-828, jul./ set. 2015.

VARISE, E. M. *Ações conjuntas no varejo farmacêutico*: cenário de Mudanças. Dissertação (Mestrado Profissional). Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Faculdade de Engenharia Mecânica. Campinas, SP, 2007.

VAROTTO, L. F. Varejo no Brasil – resgate histórico e tendências. Brazilian Journal of Marketing – BJM. *Revista Brasileira de Marketing – ReMark*. São Paulo, v. 17, n. 3. 15 pp. jul./set. 2018.

VERGARA, S. C. *Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração*. 10 ed. Ed. Atlas: São Paulo, 2010.

OS POSSÍVEIS CAMINHOS DA GAMIFICAÇÃO PARA A EDUCAÇÃO

THE POSSIBLE PATHS OF GAMIFICATION FOR EDUCATION

Área temática: Educação e Desenvolvimento.

GONÇALVES, Gustavo Henrique
Universidade do Estado de Minas Gerais
Mestre em Saúde e Educação
gustavo.goncalves@uemg.br

CLEMENTE, Guilherme Augusto Bertelli Fernandes
Centro Universitário Municipal de Franca – Uni-FACEF
Doutorando em Ciências
engenheirocivilguilherme@yahoo.com.br

PODEROSO, Rosana Evangelista
Universidade de Campisnas – UNICAMP
Doutora em Ciências da Saúde
roeripoderoso@gmail.com

Resumo

Atualmente, a utilização das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) para fins educacionais tem contribuído para tornar o processo de ensino-aprendizagem mais agradável, acessível e eficaz. Assim, a gamificação que antes já era explorada para o simples entretenimento, passou a ser usada como auxílio nesse processo. Com isso, torna-se relevante discutir as contribuições da gamificação diante da área da educação, através das suas composições, dos projetos pesquisados de aprendizagem, das análises das pesquisas acadêmicas e os modelos de propostas pesquisados para a prática gamificada. O objetivo geral do estudo foi refletir sobre as contribuições da gamificação para a educação. Assim, o presente estudo justifica-se mediante às contribuições da gamificação na área educacional, pois segundo materiais bibliográficos selecionados para esta pesquisa é perceptível a grande interação dos games com o processo de ensino-aprendizagem. A metodologia escolhida foi a pesquisa bibliográfica, por meio da consulta dos trabalhos de autores renomados. Diante dos resultados encontrados nos estudos e das discussões propostas, a gamificação pode ser uma estratégia capaz de promover a motivação para o conhecimento de temas ligadas à história e memória que muitas vezes sofrem rejeição dos estudantes. Dessa forma, referente à gamificação, apesar da crescente atenção que a temática ganhou nos últimos anos, o campo carece de estudos que priorizem aplicações de longa duração, tendo em vista que o estudo realizado e os trabalhos analisados ao longo dessa monografia trazem os efeitos positivos da aplicação da gamificação em situações pontuais de curta ou média duração.

Palavras-chave: Gamificação, Ensino-aprendizagem, Educação.

Abstract

Currently, the use of Information and Communication Technologies (ICT) for educational purposes has contributed to making the teaching-learning process more pleasant, accessible and effective. Thus, gamification that was previously exploited for simple entertainment, started to be used as an aid in this process. With this, it becomes relevant to discuss the contributions of gamification in the field of education, through its compositions, researched learning projects, analysis of academic researches and researched proposal models for gamified practice. The general objective of the study was to reflect on the contributions of gamification to education. Thus, the present study is justified by the contributions of gamification in the educational area, because according to bibliographic materials selected for this research, the great interaction of games with the teaching-learning process is noticeable. The methodology chosen was bibliographic research, by consulting the works of renowned

authors. Given the results found in the studies and the proposed discussions, gamification can be a strategy capable of promoting motivation for the knowledge of themes related to history and memory that often suffer rejection from students. Thus, regarding gamification, despite the growing attention that the theme has gained in recent years, the field lacks studies that prioritize long-term applications, considering that the study carried out and the studies analyzed throughout this monograph bring positive effects application of gamification in specific situations of short or medium duration.

Keywords: Gamification, Teaching-learning, Education.

1 INTRODUÇÃO

Inicialmente, a utilização das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) para fins educacionais tem contribuído para tornar o processo de ensino-aprendizagem mais agradável, acessível e eficaz. Com isso, a gamificação que antes já era explorada para o simples entretenimento, passou a ser usada como auxílio nesse processo.

Assim, os games são interações que podem ser mediados pelo uso da TIC, oportunizando um processo de transformação e de inovações tecnológicas, realizando quebras de paradigmas do ensino tradicional apenas com livros didáticos e um conhecimento engessado (ANJOS, 2017).

A rede mundial de comunicação vem sendo influenciada por meio de computadores interligados, assim a *Internet* é um dos meios que oportuniza a gamificação. Nesse sentido, após modificar radicalmente a maneira como as pessoas comunicam-se, realizam negócios, fazem transações bancárias, entre outras ações cotidianas, a *Internet* possibilita também uma transformação no paradigma pedagógico, isto é, na maneira como as pessoas ensinam e aprendem, dentre os recursos está a gamificação (AUDINO; NASCIMENTO, 2010).

Audino e Nascimento (2010) ainda enfatizam a inclusão das Novas Tecnologias da Informação e Comunicação (NTIC) em quase todos os ambientes na atualidade e a crescente e constante necessidade de aprimoramento profissional e atualização de metodologias nos coloca diante de um momento em que a informática e, sobretudo, a *Internet*, constitui-se numa realidade sem volta, reconfigurando nosso cotidiano com um olhar de que a gamificação pode ajudar na área da educação.

Na educação, esse processo também se efetiva a cada dia e as escolas, tanto no cenário mundial quanto nacional, informatizam-se e aderem de vez à realidade da era do computador e da *Internet.* É com base nessa mudança que, cada vez mais, as instituições de ensino estão apoiando-se e provenientes das NTIC para complementar o processo de ensino-aprendizagem; um desses recursos denomina-se gamificação (ANJOS, 2017).

Para Anjos (2017), as gamificações estão configuradas no contexto atual e da nossa futura sociedade. Assim comparadas, elas ampliam, exteriorizam e alteram muitas funções cognitivas humanas como a memória (bancos de dados e hipertextos), a imaginação (simulações), a percepção (sensores digitais, tele presença e realidades virtuais) e os raciocínios (inteligência artificial), promovendo novas formas de acesso à informação.

Nesse cenário, Anjos (2017) permite uma reflexão sobre as gamificações na vida moderna e nos processos de educação e ensino-aprendizagem. Além disso, identificar os problemas e assinalar soluções para os atuais modelos educacionais, elas apontam uma demanda por novas formas de lidar e de experimentar o conhecimento e a informação, aproveitando a tecnologia de que já dispomos.

O estudo se divide em partes, sendo a primeira sobre o referencial teórico baseado na compreensão de games e educação; em seguida o método escolhido; sucessivamente análise da literatura com os subtítulos: as perspectivas dos jogos digitais, a gamificação diante da educação, as composições dos elementos dos games, os projetos pesquisados de aprendizagem gamificadas, análises das pesquisas acadêmicas sobre gamificação na educação, os modelos de propostas pesquisados para a prática gamificada e a última parte sobre as discussões da gamificação para a educação.

O objetivos geral da pesquisa foi refletir sobre as contribuições da gamificação para a educação. Dentre os objetivos específicos foram: compreender as perspectivas dos jogos digitais, analisar a gamificação diante da educação, reconhecer as composições dos elementos dos games, verificar os projetos pesquisados de aprendizagem gamificada, entender as análises das pesquisas acadêmicas sobre gamificação na educação e, diagnosticar os modelos de propostas pesquisados para a prática gamificada.

Assim, o presente estudo justifica-se mediante às contribuições da gamificação na área educacional, pois segundo materiais bibliográficos selecionados para esta pesquisa é perceptível a grande interação dos games com o processo de ensino-aprendizagem.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Efetivamente, visando a compreensão de games e educação, vivemos na era da mobilidade, ubiquidade (presente em toda a parte), as mídias e dispositivos eletrônicos transformaram o modo de criar, analisar e ressignificar as informações, proporcionando diferentes maneiras de apreender e uma gama variada de meios pelos quais se adquire conhecimento.

Nesse contexto, trouxe uma profunda mudança no papel do educador, não cabe a ele ser apenas um difusor de conhecimento, pois na atualidade a disseminação de informação é mais eficaz por outros meios, como a sua competência que passa incentivar a aprendizagem, incitando as trocas de saberes entre os educandos (ANJOS, 2017).

Não obstante, a interação cotidiana dos sujeitos com os artefatos culturais, fruto do ambiente digital, a escola ainda mostra-se distante desse universo. Essa instituição parece desconsiderar o poder que essas mídias têm, especialmente os jogos, para potencializar diferentes habilidades cognitivas (ALVES *et al.,* 2014). Por isso, a importância desta especialização para incentivar educadores na prática de informática.

Nesse sentido, uma das propostas desse envolvimento ativo dos aprendizes é a que aplica as características de jogos (games) aos objetivos educacionais. De acordo com Stadler *et al.* (2017) essa proposta denominada gamificação procurará os princípios do processo de ensino-aprendizagem ativo, pois envolve e motiva o estudante a estar no centro do controle de seu aprendizado enquanto aceita desafios, participa desenvolvendo estratégias, compete e aprofunda conceitos durante a negociação de sentidos, é premiado e se entretém aprendendo de forma lúdica.

Stadler *et al.* (2017) ainda descrevem que, os jogos e as aulas roteirizadas com a linguagem de jogos estão cada vez mais presentes no cotidiano escolar. Para gerações acostumadas a jogar, desafiar, recompensar, competir e cooperar num direcionamento atraente e de fácil percepção.

Em adição, Stadler *et al.* (2017) comentam que é um game com a necessidade de participação, um game com um sistema dinâmico explorável, mas que ao mesmo tempo, de alguma maneira é também construído pelas escolhas livres do jogador. Nesse contexto destacamos que uma das características de alguns games é permitir que os jogadores tracem seus objetivos determinando assim seu próprio tempo de aprendizagem, o que nos traz uma particularidade das metodologias ativas.

Fardo (2013) menciona como uma aplicação cuidadosa e considerada do pensamento dos games para resolver problemas e encorajar a aprendizagem usando todos os elementos dos games que forem apropriados.

De acordo com Schlemmer (2016), a gamificação se ocupa de analisar os elementos que estão presentes no *design* de games e o tornam divertido, adaptando-os para situações que, normalmente, não são consideradas games, criando, desse modo, uma camada de game em uma situação, processo ou produto, no lugar de ser, na origem, um game.

Schlemmer (2016) ainda afirma que o uso da gamificação no contexto educacional tem crescido no mundo, e tem apresentado o objetivo de fazer com que o ensino seja mais atrativo aos estudantes. Os elementos como pontos, medalhas e tabelas de pontuação, que, à primeira vista, parecem superficiais, num nível mais profundo, servem para reforçar o aprendizado, incentivar a colaboração e permitir aprendizagens significativas.

2.1 As perspectivas da gamificação e dos jogos digitais

Na atualidade, um dos principais interesses sobre os games estão nas tentativas de transpor o seu poder de atração e diversão para as demais parcelas da vida cotidiana (CRUZ JUNIOR, 2017).

Nesse contexto, surge um fenômeno denominado de gamificação, palavra aportuguesada do termo inglês *gamification,* que é definido por Deterding *et. al.* (2011) como o uso de elementos de design de jogos em contextos de não-jogo.

Kapp (2012) detalha melhor o conceito ao afirmar que gamificação é “o uso de mecânicas, estéticas e pensamentos dos games para engajar pessoas, motivar a ação, promover a aprendizagem e resolver problemas” (KAPP, 2012, p. 45).

Schlemmer (2018) explica que a gamificação analisa os elementos que compõem os games

para perceber o que faz deles tão atrativos para os jovens e adultos e, adapta esses elementos para outros campos sociais.

Enquanto a primeira é a utilização de um jogo para melhorar uma experiência de aprendizado específica, a gamificação é uma tentativa de transformar todo o processo em uma experiência mais lúdica, com a introdução de elementos dos games sem, necessariamente, utilizar jogos para isso (SCHLEMMER, 2018).

No pensamento de Schlemmer (2014) menciona que, na vida cotidiana podemos notar o uso da gamificação em diversas situações, como no sistema de pontos de uma empresa de telefonia e no acúmulo de milhagem de uma companhia aérea. Ela é muito utilizada para fidelização de clientes por meio de recompensas. No contexto educacional, a gamificação emerge como uma ferramenta pedagógica voltada para estudantes inseridos na cultura digital.

Na educação esse conceito tem sido apropriado em diferentes experiências, a exemplo do aplicativo para apreender outros idiomas, como o Duolingo, ou da plataforma gamificada Geekgames criada pelo Ministério de Educação para preparar os estudantes para o Exame Nacional para o Ensino Médio (ENEM) (ALVES *et al.,* 2014).

Posteriormente será compreendido o universo dos jogos, apresentando a estratégia da gamificação e seus elementos, o projeto de aprendizagem gamificado e o estado das pesquisas sobre gamificação aplicada na educação.

Inicialmente, o jogo acompanha a história do homem desde o seu surgimento, na qual Tavares (2014) afirma que o jogo é uma das noções mais primitivas e profundamente enraizadas em toda a realidade humana. Todavia, o sucesso dos jogos vem de sua capacidade de transportar o jogador para outro universo, longe do mundo real, onde se pode esquecer de todos os problemas da vida cotidiana.

O autor cunhou o conceito de círculo mágico, uma marcação que separa os jogadores do resto do mundo e, ao atravessá-lo, o jogador aceita a suspensão das regras do mundo real e se submete somente às regras do jogo. Entrar nesse círculo é deixar para trás os problemas e preocupações do cotidiano, mergulhando em um outro mundo.

Tavares (2014) foi pioneiro, na década de 30, em defender a importância de compreender e estudar os jogos.

Assim, no transcorrer do século XX, “O homo *ludens*, que havia sido negligenciado, em prol do homo sapiens e do homo faber, mais produtivos, começa então ressurgir” (TAVARES, 2014, p. 75).

Com a advento da tecnologia, os jogos tornaram-se digitais e são popularmente conhecidos como games. Na contemporaneidade, os games estão entre as principais formas de expressão e divertimento de crianças, jovens e adultos, constituindo-se em uma das maiores indústrias de entretenimento do mundo (ALVES *et al.,* 2014).

Esse intenso contato com tecnologia, em especial com os games, tem criado uma geração que vive imersa em diferentes comunidades de aprendizagem, pois “As experiências mediadas por tecnologias que utilizam a realidade virtual abrem novas janelas nos processos de criação, transformando o modo de ser” (ALVES *et al.,* 2014, p. 23), causando, assim, profundo impacto no modo que essa geração enxerga o mundo, visto que os games modificam a maneira como os indivíduos assimilam e interpretam informações.

Para Tavares (2014) a gamecultura é uma forma de cultura interdisciplinar que aglutina para sua constituição elementos de várias ciências, entre elas a semiótica, a psicologia, as artes e a matemática, apoderando-se de uma coleção de signos conhecidos destas ciências e acrescentando a eles fundamentos próprios como a interatividade e a jogabilidade. Nos últimos anos a grande popularidade tem trazido, para esse fenômeno, uma crescente atenção em diferentes âmbitos sociais.

Cruz Júnior (2017) afirma que vivemos o século lúdico.

> O círculo mágico se rompeu. As fronteiras que demarcam o território do jogo e que o separam do não jogo entraram em colapso. Os códigos de conduta da vida cotidiana cedem cada vez mais espaço aos modos de ação e pensamento oriundos de atividades lúdicas e vice-versa (CRUZ JÚNIOR, 2017, p. 227).

No que concerne ao julgamento sobre o impacto da maciça presença de game no mundo atual, em especial na formação das novas gerações, Cruz Júnior (2017) adverte que não convém

classificá-la de modo maniqueísta, como inerentemente boa ou ruim, já que nela cabe toda a sorte de interesses, usos e apropriações.

2.2 A gamificação diante da educação

A gamificação consegue capturar um pouco da essência que os games possuem, fazendo educadores e educandos pensarem a partir do ponto de vista de um game designer (FARDO, 2013).

Para Fardo (2013), os estudantes de hoje inseridos no contexto de games e tecnologias digitais parecem não manifestar na escola o mesmo entusiasmo que manifestam com essas tecnologias.

Assim, Fardo (2013) afirma que a gamificação mostra-se como uma alternativa de levar para sala de aula o universo em que os indivíduos estão inseridos, como um instrumento que pretende combater a dispersão e falta de interesse dos educandos ao levar a linguagem que os estudantes estão habituados para o ambiente escolar.

Fardo (2013) ainda complementa que a gamificação pode ser mais uma estratégia mediadora do processo de ensino-aprendizagem, somando-se a outras metodologias já consagradas. Uma metodologia ativa que usa diferentes instrumentos semióticos para sua efetivação, permitindo, assim, uma vivência mais profunda de diferentes situações de aprendizagens dentro do contexto escolar.

Schlemmer (2018) salienta que a gamificação pode ser pensada a partir das suas perspectivas (Quadro 1):

Quadro 1 – Perspectivas da gamificação

Gamificação	M&D	Mecanismos Sociocognitivos	Concepção Epistemológica
Persuasão	PBL – *points, badges and leaderboard*	Competição	Empirista
Construção coletiva do conhecimento	Narrativas, missões, enigmas, itens colecionáveis, pistas vivas, pistas online, pistas geográficas, bibliotecas vivas ou bibliotecas humanas, achievements e EXP	Colaboração e cooperação	Interacionista conectiva, reticular

Fonte: adaptado de Schlemmer (2018).

O quadro acima esclarece que uma abordagem gamificada que acrescente um sistema de pontos, recompensas e tabela de líderes torna-se a gamificação uma prática de construção coletiva do conhecimento, na qual precisa da mediação do educador diante do estímulo à mudança de comportamento, através de recompensas e desafios.

Glover (2013) alerta para o fato de que o design do ensino deva vir antes do design de games, ou seja, caso o tema a ser tratado seja simples ou complexo demais, ou percebido como irrelevante para o público-alvo, as camadas de design de games oferecidas pela gamificação necessita de análise para verificação do intuito educativo.

2.3 As composições dos elementos dos games

A gamificação nasceu como fruto da influência e popularização dos games e da cultura digital, mas não necessita obrigatoriamente das tecnologias digitais para ser utilizada (FARDO, 2013).

Existem muitos meios de aplicá-las com os recursos que essas tecnologias oferecem, para isso é imprescindível conhecer os elementos que compõem os games. O conhecimento dos elementos promove uma compreensão maior das possibilidades de utilização da técnica e de como inseri-la no contexto escolar (FARDO, 2013).

Werbach e Hunter (2012) classificam em três categorias os elementos que constituem os games: dinâmicas, mecânicas e componentes. Cada categoria é composta por diversos elementos.

As dinâmicas, representadas no quadro 2 são os elementos que estão no nível mais alto de abstração, necessitam de gerenciamento, mas não estão explícitas no jogo (WERBACH; HUNTER, 2012).

Quadro 2 – As dinâmicas dos games

Dinâmicas	Descrição
Restrições	Limitações forçadas da liberdade dos jogadores dentro do jogo
Emoções	Os diferentes sentimentos criados pelo jogo (curiosidade, competitividade, frustação, felicidade)
Narrativa	Um enredo consistente e contínuo para o jogo
Progressão	O avanço do jogador dentro do jogo
Relacionamentos	Interações sociais que geram sentimentos de camaradagem e adversidade

Fonte: adaptado de Werbach e Hunter (2012).

Acrescentando que, as mecânicas, observadas no quadro 3 são os elementos responsáveis pela ação no jogo. Cada mecânica é uma maneira de alcançar uma ou mais dinâmicas (WERBACH; HUNTER, 2012).

Quadro 3 – As mecânicas dos games

Mecânicas	Descrição
Desafios	Tarefas, definidas pelo jogo, que requerem esforço para resolver
Chance	Elementos de aleatoriedade do jogo
Competição	Um jogador ou grupo vence e outro perde
Feedback	Informações para o jogador ter ciência da sua progressão
Aquisição de Recursos	Coleta de itens pelo jogador para ajudar a atingir os objetivos
Recompensas	Benefício para uma ação ou conquista realizada
Transações	Negociações entre os jogadores
Turno	Cada jogador tem seu próprio tempo para jogar
Estado de vitória	O “estado” que define ganhar o jogo

Fonte: adaptado de Werbach e Hunter (2012).

Ademais, os componentes, mostrados no quadro 4, são aplicações usadas diretamente na interface do jogo e podem ser vistos e utilizados no game (WERBACH; HUNTER, 2012).

Quadro 4 – Os componentes dos games

Componentes	Descrição
Conquistas	Recompensas pela realização de uma atividade
Avatar	Representação visual do personagem de um jogador
Emblemas e medalhas	Representações visuais das conquistas
Coleções	Conjunto de itens ou emblemas para acumular durante o jogo
Conteúdo desbloqueado	Aspectos disponíveis apenas quando os jogadores atingirem determinado objetivo
Presentes	Oportunidade de compartilhar recursos
Quadro de líderes (Ranking)	Visualizações da progressão e realização dos jogadores
Níveis	Etapas definidas para a progressão do jogador
Pontos	Representações numéricas da progressão do jogador
Missões	Atividade pré-definidos com objetivos e recompensas
Gráfico social	Representação da rede amigos dos jogadores
Equipes	Grupo de definidos de jogadores que trabalham por um objetivo comum
Bens virtuais	Ativos do jogo

Fonte: adaptado de Werbach e Hunter (2012).

Somando que, uma análise do contexto vai definir quais elementos dos games, dentre essa variedade de opções, trará resultados mais eficientes para a prática pedagógica empregada (WERBACH; HUNTER, 2012).

Fardo (2013) explica que os elementos dos games são a “caixa de ferramentas” para a aplicação de um processo gamificado, porém sua utilização requer conhecimento e bom senso. Não

há um caminho pronto e assegurado para aplicação da gamificação.

Limitar o processo da aplicação dessa prática apenas à introdução de elementos como pontos, emblemas e recompensas é empobrecer as potencialidades desta metodologia (WERBACH; HUNTER, 2012).

> Assim como existem games com qualidade inferior certamente existem (e existirão) aplicações incipientes da gamificação. Assim como nos games a utilização incorreta desses elementos resulta em uma experiência de entretenimento pouco atrativa e insignificante, da mesma forma usar esses elementos fora do contexto dos games não implica que aquele contexto se torna automaticamente mais atrativo, significativo e enriquecedor (FARDO, 2013, p. 93).

Baseado no conhecimento dos elementos dos games podemos perceber que, diferente do que um primeiro olhar pode concluir, a gamificação não exige para sua aplicação em sala de aula um conhecimento de linguagem de programação para construção de experiências gamificadas.

Claro que existem abordagens gamificadas que fazem uso dessa linguagem, mas esse não é o único caminho. Utilizar processos gamificadas em ambientes educacionais requer um amplo conhecimento dos elementos dos games e criatividade para adaptar os conteúdos às necessidades e particularidades dos estudantes que participarão da experiência em caráter educativo.

2.4 Os projetos pesquisados de aprendizagem gamificada

Diante das pesquisas analisadas não existe consenso de quais elementos de games empregar ou quais processos uma ação gamificada deve ser submetida para trazer resultados satisfatórios dentro do contexto da educação.

No entanto, alguns autores, com o objetivo de facilitar e racionalizar o uso da gamificação na educação criaram modelos detalhados para a elaboração de propostas gamificadas aplicadas na sala de aula.

O quadro 5 evidencia os principais autores e respectivos modelos para a construção de práticas gamificadas no contexto educacional.

Quadro 5 – Modelos para a criação das abordagens gamificadas

Autores	Ano	Síntese do modelo gamificado
Alves, Rios e Calba	2014	O modelo possui 11 etapas para a criação de uma abordagem gamificada, de forma que se alcance uma estratégia educacional envolvente.
Chou	2016	O modelo é composto de 8 núcleos estruturantes, denominado de Octalysis, na qual o foco do processo de gamificação não está nos elementos dos jogos incorporados, mas nas ações que desejamos motivar.
Fardo	2013	O modelo consiste em 8 passos para a elaboração de atividades gamificadas, entre eles destaca-se: incluir ciclos rápidos de feedback; aumentar a dificuldade das tarefas conforme a habilidade; dividir tarefas complexas em outras menores; incorporar a narrativa como contexto dos objetivos; promover a competição e a colaboração.
Schlemmer	2018	O modelo denominado de Projetos de aprendizagem gamificadas, propõe três fases para a elaboração de atividades gamificadas: pré-concepção, concepção e desenvolvimento, acompanhamento e avaliação.

Fonte: elaborado pelo autor (2020).

Dentre os modelos para a aplicação de práticas gamificadas na sala de aula, expressos no Quadro 5, foi escolhido como uma ótima sugestão o projeto de aprendizagem gamificado desenhado por Schlemmer (2018), por entender que esse modelo traz uma abordagem mais completa e detalhada de como utilizar a gamificação como estratégia pedagógica.

De acordo com Schlemmer (2018), a metodologia de projetos de aprendizagem gamificadas

foi construído alicerçado nas vivências com gamificação em diferentes ambientes educacionais, tendo como base: a teoria do projeto de aprendizagem, a metodologia de projetos de aprendizagem baseado em problemas, o método cartográfico de pesquisa e a introdução de elementos dos games.

De acordo com Schelmmer (2018) previamente à construção de um projeto de aprendizagem gamificada é necessário conhecer sobre jogos, vivenciar a experiência que jogar proporciona. São essenciais também conhecer os sujeitos e o ambiente onde a gamificação será aplicada.

Schlemmer (2018) sintetiza que, esse processo inicial é denominado de pré-análise, a partir dele será idealizado o escopo do projeto na fase de concepção. Por fim, tendo como base o escopo, é desenvolvido o projeto gamificado. Essa etapa exige muita criatividade para criação de uma proposta que seja aderente ao público-alvo. Na estratégia criada, é importante que todos os elementos estejam conectados.

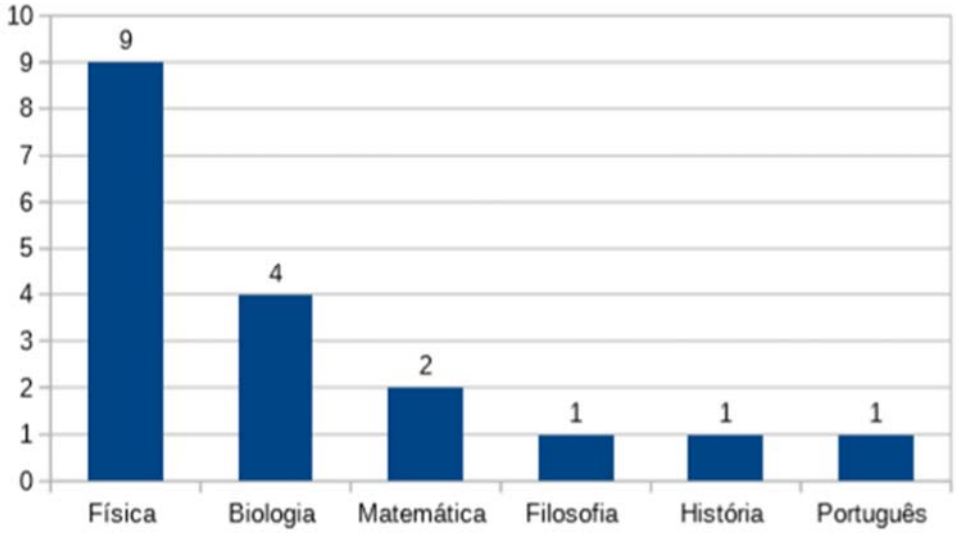
2.5 Análises das pesquisas acadêmicas sobre gamificação na educação com enfoque no ensino médio

Mesmo sendo um fenômeno recente, o uso da gamificação em sala de aula já é uma realidade para muitos profissionais da educação nos diferentes níveis de ensino. Tendo como objetivos compreender como essa estratégia está sendo usada na educação brasileira, foi realizado um levantamento da produção acadêmica (teses e dissertações) sobre a temática nos anos de 2014 até 2019.

Na consulta ao banco de dissertações e teses da CAPES por meio da palavra “gamificação” foram encontrados 281 estudos. A partir de uma leitura do resumo foram selecionadas aproximadamente 96 trabalhos que abordaram a gamificação na educação.

Tendo em vista este estudo e escolhendo o ensino médio diante da Educação Básica na educação foram elegidos para análise os estudos que tinham como escolha esta modalidade de ensino. Uma leitura mais detalhada encontrou 18 (dezoito) dissertações voltadas para a aplicação da gamificação no ensino médio. No gráfico 1 foram elencadas as disciplinas que receberam as experiências gamificadas.

Gráfico 1. Disciplinas do ensino médio onde foram aplicadas as práticas gamificadas



Fonte: autoria própria (2020).

Observa-se no gráfico 1 a grande predominância de práticas gamificadas aplicadas na disciplina de física. Com base nos dados podemos afirmar que as disciplinas ligadas à área de exatas receberam muito mais aplicações do que as ligadas à área das ciências humana. Contudo, a expansão da gamificação no ensino médio fica claro que há uma tendência na área de exatas e com possibilidades de trabalhos interdisciplinares para abrangência de outras áreas também.

2.5.1 Os modelos de propostas pesquisados para a prática gamificada

Uma metodologia bem definida para a construção de práticas gamificadas é um ponto fundamental para o alcance dos objetivos propostos para a atividade. A partir do momento que esse passo não é executado não há como garantir a eficiência da abordagem. Dentre os trabalhos selecionados para ilustrar essa pesquisa, apenas três embasaram a construção da prática didática em um modelo metodológico preexistente.

Zanoni (2016) e Paganini (2018) utilizam o modelo proposto por Alves *et al.* (2014) para a criação de uma abordagem gamificada.

No que se refere ao modelo, Alves *et al.* (2014) afirmam que o caminho composto por 11 etapas visa socializar uma forma organizada de pensar os processos gamificadas e ao mesmo tempo colocar em discussão o que foi construído, subsidiando novas reflexões e práticas gamificadas tendo em vista que "cenários de aprendizagem, especialmente os escolares devem perpassar por uma exaustiva discussão dos referenciais teóricos que vem norteando essas estratégias" (ALVES *et al.,* 2014, p. 93-94).

Steiner (2018) baseou a construção de uma sequência didática gamificada para o ensino da cinemática nos caminhos proposto por Chou (2016).

O modelo de Chou (2016) é diferente quando comparado a de outros autores, pois a prática gamificada é pensada pelo que o autor denomina de Núcleos Direcionantes. Cada um desses núcleos está ligado a uma gama de desejos fundamentais, ao promover uma ação gamificada, deve-se ter em mente as métricas disponíveis e o público-alvo para elaborar a ação por meio dos oito Núcleos Direcionantes.

Portanto, a associação da gamificação com ferramentas informacionais, apesar de não ser obrigatória para que a prática gamificada aconteça, é profundamente benéfica para a gamificação, na medida em que aproxima ainda mais a prática da realidade dos educandos.

Nesse aspecto, os trabalhos de Oliveira (2018) e Doliveira (2015) desenvolveram softwares próprios no formato de um jogo para aplicação no contexto educacional. Galvão (2017) usou uma linguagem de programação livre e de fácil manipulação para que durante as aulas de física, os estudantes produzissem seus próprios jogos.

Portanto, diante dos modelos pesquisados para a prática gamificada é perceptível que auxilia e media o processo de ensino-aprendizagem de maneira qualitativa e significativa. Ao passo que, o elemento competição deve ser olhado com cautela, devido aos cuidados exigidos para que sua ação atenda à todos numa perspectiva inclusiva e cooperativa na experiência da gamificação diante da educação.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Nesse sentido, a metodologia escolhida é a pesquisa bibliográfica, por meio da consulta dos trabalhos de autores renomados, como: Anjos (2017), Chou (2016), Cruz Júnior (2017), Galvão (2017), Oliveira (2018) e Schlemmer (2018); pontuando as contribuições da gamificação para a educação, o que possibilita conhecer uma grande quantidade de material teórico enriquecendo a pesquisa, com o intuito de atingir os objetivos propostos (PÁDUA, 2019).

Ademais, Pádua (2019) diz que a pesquisa bibliográfica é uma das etapas mais importantes de qualquer outro tipo de pesquisa, pois trabalha com a coleta de dados documentais, remetendo-se a consulta de livros, arquivos de bibliotecas, índices ou catálogos bibliográficos, bancos de dissertações e teses, conforme o estudo em questão que buscou em ferramentas como Scielo , Lilacs e outras, desde 2010 aos dias atuais.

Pádua (2019) acrescenta que, esta é uma modalidade de pesquisa que consiste na construção efetiva de uma investigação, com palavras-chave: Gamificação, Jogos digitais, Ensino, Aprendizagem e Educação; após a escolha de um assunto, sendo necessário fazer uma revisão bibliográfica do tema proposto com a finalidade de levantar as contribuições culturais e científicas já existentes sobre o tema, também explorando áreas nas quais auxiliam no levantamento de problemas e as resoluções destes.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Com isso, os resultados pesquisados e as discussões encontradas mostraram que a aplicação da estratégia trouxe resultados positivos para o processo de ensino-aprendizagem. Os fatores motivacionais e o engajamento foram colocados como os principais fatores de sucesso do uso da gamificação no ambiente educacional.

Nos trabalhos analisados não foram encontrados resultados detalhados de como cada elemento de game escolhido contribui para o sucesso da prática gamificada. Os trabalhos evidenciam o potencial dessa metodologia para motivar, engajar e promover a aprendizagem dos estudantes do ensino médio.

No entanto, essas experiências deixam claro, também, que os ganhos oriundos da gamificação não estão apenas na dinamicidade proporcionada pela atenção que essa metodologia desperta nos educandos, mas na eficiência de promover o ensino-aprendizagem.

Diante dos resultados encontrados nos estudos, a gamificação pode ser uma estratégia capaz de promover a motivação para o conhecimento de temas ligados à história e memória que muitas vezes sofrem rejeição dos estudantes.

Evidentemente que, a importância de se gamificar a educação e de como esse processo está deixando se tornar uma tendência e se tornando uma necessidade no processo de ensino-aprendizagem. Assim, a gamificação beneficia o processo de ensino-aprendizagem pela sua interatividade. Quando, em uma dinâmica gamificada em sala de aula, o educando deixa de ser apenas um estudante, pois ele é um jogador, como qualquer outro no processo, assim ele e o educador são peças do jogo. Isso resulta na quebra da barreira entre educador e educando. Ademais, essa interatividade dá voz ativa ao educando. Essa interatividade deixa os educandos muito mais confortáveis e determinados a se expressarem e se comunicarem com os participantes do jogo.

Ademais, a gamificação é a inovação do processo pedagógico. Visto que, é desfragmentar o ensino tradicional não só para a aula, mas também para a escola. Nesse sentido, novos modelos de ensino-aprendizagem geram novas perspectivas de trocas de informações e experiências para os discentes, novas formas de os educandos aprenderem conteúdos que talvez não aprenderiam na forma tradicional.

Portanto, a gamificação alicerçada em objetivos e atividades bem definidos pode, além de despertar o interesse para a temática, contribuir como forma dos educandos alcançarem habilidades tais como: buscar diferentes informações para compreender um fato ou acontecimento do passado; identificar semelhanças e diferenças entre ações atuais e passadas; e, atentar-se às permanências e mudanças que ocorrem à sua volta na instituição.

O estudo se contempla em todos os objetivos determinados, como refletir sobre as contribuições da gamificação para a educação, na qual é notável que o uso das TIC´s e suas contribuições da gamificação para a educação é uma proposta diferenciada e de grande valia no processo de ensino-aprendizagem.

Além disso, compreendeu as perspectivas dos jogos digitais, pois os jogos e as aulas roteirizadas com a linguagem de jogos digitais cada vez estão mais presentes no cotidiano escolar. Visto que, para as gerações acostumadas a jogar, a de desafios, recompensas, de competição e cooperação é atraente e fácil de perceber a motivação e interesse dos educandos.

Todavia, analisou a gamificação diante da educação, porque o uso da gamificação no contexto educacional tem crescido no mundo, e tem apresentado como meta de fazer com que o ensino seja mais atrativo aos estudantes.

Portanto, reconheceu as composições dos elementos dos games, na qual a gamificação se ocupa de analisar os elementos que estão presentes no design de games e o tornam divertido, adaptando-os para situações que, normalmente, não são consideradas games, criando, desse modo, uma camada de game em uma situação, processo ou produto, no lugar de ser, na origem, um game.

Ademais, verificou os projetos pesquisados de aprendizagem gamificadas, pois permitiu a criação de condições que motivaram os estudantes a aprenderem através da competição, negociação, recompensa por pontos e interação ativa durante as atividades. Esses elementos, presentes nas atividades, levaram a uma aprendizagem engajada e prazerosa fornecendo aos estudantes oportunidades de reconhecimento individual e atitudes positivas em relação ao seu aprendizado.

Contudo, entendeu as análises das pesquisas acadêmicas sobre gamificação na educação e diagnosticou os modelos de propostas pesquisados para a prática gamificada; na qual a gamificação

se ocupa de analisar os elementos que estão presentes no design de games e o tornam instigante e interessante, adaptando-os para situações de cunho educativo que auxilia e media no processo de ensino-aprendizagem.

No entanto, cabe ao profissional da educação utilizar este recurso da gamificação, através do interesse gerado pelos estudantes para atividades efetivamente significativas, contribuindo para a construção de novos conhecimentos. Por fim, acredita-se que esta pesquisa seja apenas um passo para a divulgação e valorização da gamificação diante da educação.

Dessa forma, referente à gamificação, apesar da crescente atenção que a temática ganhou nos últimos anos, o campo carece de estudos que priorizem aplicações de longa duração, tendo em vista que o estudo realizado e os trabalhos analisados ao longo dessa monografia trazem os efeitos positivos da aplicação da gamificação em situações pontuais de curta ou média duração.

Com isso, para um futuro pretende-se fazer uma pesquisa de campo utilizando a gamificação como dissertação de outro mestrado ou doutorado. Além disso, recomenda-se que pesquisadores realizem pesquisas de campo para analisar as contribuições da efetivação da gamificação.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo objetivou analisar as contribuições da gamificação para a educação, pois os games institucionais podem contribuir no conhecimento que integra a formação dos estudantes que precisa ser estimulada por meio de intervenções didáticas e pedagógicas.

A partir da análise de diferentes autores, o projeto de aprendizagem gamificada emergiu como o modelo mais apropriado para a construção da prática gamificada. Todavia, a construção de um projeto gamificado para a valorização da memória exige, também, investigar a vivência com jogos e games dos estudantes de maneira integrada.

Nesse sentido, o aluno-jogador emerge como um indivíduo adepto dos games, preferencialmente os desenvolvidos para dispositivos móveis, pois o ato de jogar faz parte do habito diário dele, propenso a dinâmicas que envolvam trabalho em equipe, cooperação e competição.

No tocante dos estudos ratificou-se os achados presentes nas bibliografias consultadas, na qual se evidencia que utilizar a gamificação pautada em objetivos educacionais bem definidos contribuiu substancialmente para promover o interesse dos educandos sobre variadas temáticas no contexto da sala de aula, inclusive da memória institucional.

Ao tratar da relação entre a educação e as NTIC, percebeu-se que as escolas ainda necessitam objetivar o uso das tecnologias e promover o acesso aos educandos e aos educadores. Ponderando a importância das NTIC no processo de ensino–aprendizagem, verificou-se que, ao utilizar as tecnologias como recurso de aprendizagem, aqui proposto pela gamificação, o educador possibilita ao estudante dialogar nas mais distintas linguagens, além de permitir a aproximação entre grupos e conhecimentos diferenciados e efervescer o processo crítico e criativo por meio dos games.

Sendo assim, o educador e a escola, entendendo melhor a sociedade moderna em sua contemporaneidade poderão facilitar conhecimentos aos estudantes, objetivando uma educação desse tempo, apropriando-se das NTIC para remanejar os ambientes educacionais como espaço de busca de conhecimentos e troca de informações, entretenimento, diálogo de diversidades e aceitação constante de maneira colaborativa e significativa com futuras utilizações das práticas gamificadas.

REFERÊNCIAS

ALVES, L.; RIOS, V.; CALBA, T. **Games e aprendizagem.** In: LUCENA, Simone (org.) Cultura digital: jogos eletrônicos e educação. Salvador: EDUFBA, 2014.

ANJOS, Maurício Dantas dos. **Gamificação e games no ensino de mecânica newtoniana:** uma proposta didática utilizando o jogo bunny shooter e o aplicativo socrative. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de Física) -Universidade Federal de Belém, Belém, 2017.

AUDINO, D.; NASCIMENTO, R. Objetos de aprendizagem – diálogos entre conceitos e uma nova proposição aplicada à educação. **Revista Contemporânea de Educação**. Rio de Janeiro, v. 5, p. 128-148. 2010.

CHOU, Yu-kai. **Actionable Gamification:** Beyond Points, Badges, and Leaderboards. Freemont: Learnpub, 2016.

CRUZ JUNIOR, Gilson. Vivendo o jogo ou jogando a vida? notas sobre Jogos (digitais) e educação em meio a cultura ludificada. **Revista Brasileira de Ciência Esporte.** Brasília, v. 39, n. 3, 2017.

DETERDING, Sebastion; DIXON, D, Rilla; NACKE, Lennart. **Gamification:** Toward a Definition. CHI 2011, May 7–12, 2011, Vancouver, BC, Canadá. Disponível em: http://gamification-research.org/wp-content/uploads/2011/04/02-Deterding-KhaledNackeDixo n.pdf. Acesso em: 09 mai. 2020.

DOLIVEIRA, Helio Sylvestre Dias. **Projeto Genus:** uma ferramenta pedagógica para auxiliar no processo ensino-aprendizagem de genética. Dissertação (Mestrado Profissional em Formação Científica, Educacional e Tecnológica) – Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, 2015

FARDO, Marcelo Luis. **A gamificação como estratégia pedagógica:** estudo de elementos dos games aplicados em processos de ensino e aprendizagem. Dissertação (Mestrado) – Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, 2013.

GALVÃO, Antonio de Passos Neto Cronemberger. **Gamificação no scratch como recurso para aprendizagem potencialmente significativo no ensino da física:** lançamento de projetos. Dissertação (Mestrado Profissional de ensino de Física) – Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, Marabá, 2017.

GLOVER, Ian. **Play as you learn:** gamification as a technique for motivating learners. In: HERRINGTON, Jan, COUROS, Alec and IRVINE, Valerie, (eds.) Proceedings of World Conference on Educational Multimedia, Hypermedia and Telecommunications, 2013 Disponível em: http://shura.shu.ac.uk/7172/ Acesso: 18 mai. 2020.

KAPP, K. **The gamification of learning and instruction:** game-based methods and strategies for training and education. Washington, EUA: Pfeiffer & Company, 2012.

OLIVEIRA, Caroline Oenning de. **A gamificação como estratégia para o ensino e aprendizagem de anatomia e fisiologia humana.** Dissertação (Mestrado em Formação Docente Interdisciplinar) - Universidade Estadual do Paraná, Paranavaí, 2018.

PÁDUA, E. **Metodologia da pesquisa:** abordagem teórico-prática. Papirus. 2019.

PAGANINI, Erico Rodrigues. **A máquina:** uma proposta de livro-jogo para o ensino de eletrodinâmica básica. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de Física) - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo, Cariacica, 2018.

SCHLEMMER, Eliane. Gamificação em espaços de convivência híbridos e multimodais: design e cognição em discussão. **Revista da FAEEBA** – Educação e Contemporaneidade, v. 23, n. 42, 2014.

SCHLEMMER, E. Games e gamificação: uma alternativa aos modelos de EaD RIED. **Revista Iberoamericana de Educación a Distância,** v. 19, n. 2, p. 107-124, 2016. Disponível em: http://revistas.uned.es/index.php/ried/article/view/15731/14278. Acesso em: 10 jul. 2020.

SCHLEMMER, E. Projetos de aprendizagem gamificados: uma metodologia inventiva para a educação na cultura híbrida e multimodal. **Momento:** diálogos em educação, Carreiros, RS, v. 27, n. 1, p. 42-69, jan./abril. 2018.

STADLER, P. C., MARTINEZ, C. S. M., CROVADOR, A., MATTAR, J. Gamificação de uma aula de mestrado envolvendo um jogo de tabuleiro. In: MATTAR, João; MEDEIROS, Luciano Frontino de; ALMEIDA, Siderly do Carmo Dahle de (orgs.) **Educação e tecnologias:** refletindo e transformando o cotidiano. São Paulo: Artesanato Educacional, 2017.

STEINER, Max Montagnoli. **Usando a gamificação para discutir a cinemática no ensino médio.** Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de Ciências, Matemática e Tecnologias) - Universidade do Estado de Santa Catarina, Joinville, 2018.

TAVARES, Roger. **Jogo digital:** do design ao marketing em 20 páginas In: LUCENA, Simone (org.) Cultura digital: Jogos eletrônicos e educação. Salvador: EDUFBA, 2014

TEIXEIRA, Thiago Fernandes Maximo. **Gamificação, uma estratégia para promover o ensino e aprendizagem de gravitação no Ensino Médio.** Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de Física) - Universidade Federal do ABC, São Paulo, 2017.

WERBACH, K.; HUNTER, D. **For the win: how game thinking can revolutionize your Business.** Philadelphia: Wharton Digital Press, 2012.

ZANONI, Elton Frias. **Gamificação, aprendizagem e ensino de história:** construção de estratégias didáticas com ferramentas online. Dissertação (Mestrado em Ensino de História) Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2016.

PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO NA GESTÃO DAS FINANÇAS PÚBLICAS

BUDGET PLANNING IN PUBLIC FINANCE MANAGEMENT

Área temática: Desenvolvimento Social e Políticas Públicas.

DE QUEIROZ, Leonardo Tessari
Faculdade Aldete Maria Alves
Graduando em ciências contábeis
leonardotessari@hotmail.com
QUEIROZ, Mateus Marques
Faculdade Aldete Maria Alves
Graduando em ciências contábeis
mateusqueiroz1522@gmail.com
TIOSSI, Fabiano Martin
Faculdade Aldete Maria Alves
Doutor/Contador e Administrador
fmartintiossi@yahoo.com.br

Resumo

Este trabalho tem na sua temática: "Planejamento Orçamentário na Gestão Pública", cujo objetivo principal é apresentar a importância do desenvolvimento de um planejamento estratégico orçamentário para a gestão das finanças públicas. Além disso, são explorados assuntos que envolvem ações do Estado, controle e transparência; buscando também demonstrar acerca do orçamento público. Considera-se que a abordagem do assunto tende a contribuir para maior conhecimento da população acerca da gestão pública. Para seu desenvolvimento, foi utilizada a pesquisa bibliográfica e exploratória qualitativa, visando fundamentar teoricamente, conceitos relevantes de Contabilidade e Gestão.

Palavras-chave: Planejamento, Orçamento, Gestão Pública.

Abstract

This work has as its theme: "Budget Planning in Public Management", whose main objective is to present the importance of developing a strategic budget planning for the management of public finances. In addition, issues involving State actions, control and transparency are explored; also seeking to demonstrate about the public budget. It is considered that the approach to the subject tends to contribute to the population's greater knowledge about public management. For its development, qualitative bibliographic and exploratory research was used, aiming to theoretically base relevant concepts of Accounting and Management.

Keywords: Planning, Budget, Public Management.

1 INTRODUÇÃO

A Contabilidade Pública dispõe a visão de que o Estado, necessita de controle pela sociedade civil. Pode-se compreender que, com a ausência desse controle, acaba fazendo com que se torne de forma inevitável como algo temível de forma social.

Ainda pode-se compreender que, nas democracias ocidentais esse controle é determinado por constituições e do advento do direito internacional público, cujo topo tem a sua iluminação através dos direitos humanos.

No entanto, esse controle tem a sua insuficiência e incapacidade de impor-se em face da falta da razão política que é predominante nas relações de poder regrada pela lógica dos interesses imediatos de grupos econômicos. Estes se alteram nas estruturas estatais, através de grupos econômicos.

Estes tendem a se alternar nas estruturas estatais por meio de mandatários políticos, cujo à missão é manejar estruturas internas para atender aqueles interesses.

Dessa forma, pode-se perceber que o sistema tradicional de freios e contrapesos, demonstra-se ser vulnerável ao assédio da violência de Estado em todas as suas formas, não tendo uma que seja considerada eficiente para fornecer garantias do desenvolvimento humano internamente e externamente.

A justificativa pela escolha do tema, traduz-se pelo fato que a administração pública quanto a sociedade remetem esforços e transformações que visam elevar os níveis de transparência e responsabilização dos administradores públicos, que requerem uma análise detalhada, sobre o assunto.

Neste sentido, o objetivo deste estudo é apresentar a importância do desenvolvimento de um planejamento estratégico orçamentário para a gestão das finanças públicas.

Segundo o autor Satie (2011) afirma que tal sistema apresenta-se a sua vulnerabilidade referente ao assedio que remete a violência de Estado em todas as suas formas que concerne de forma eficaz ao que se refere a garantias que remete ao desenvolvimento humano.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 O Estado, a Sociedade e o Controle.

O Estado Brasileiro tem na sua constituição a forma de república federativa, demonstrada na Constituição 1998, tendo como referência inicial do seu sistema jurídico, como será exposto o seu dispositivo legal no artigo 1ª, que segue abaixo:

> O Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito (Constituição Federal do Brasil, 1988).

A Carta Magna, referenciada, relata as importâncias que remetem do comportamento determinante ao que se refere o âmbito nacional, devendo se pautar na observância para sua vida em sociedade. Dessa forma, vale-se ressaltar, primeiramente, o que pode ser considerado como "Estado":

> O Estado é constituído de três elementos originários e indissociáveis: Povo, território e governo Soberano. Povo é o componente humano do Estado; Território, a sua base física; Governo soberano, o elemento condutor do Estado, que detém e exerce o poder absoluto de autodeterminação e auto organização. (MEIRELLES, 2002, p.59).

E o povo, faz parte integrante do Estado, e cabe a este, o dever da obediência sobre o que se refere à Carta Magna, que detém como sua funcionalidade a organização política e social do Brasil. Em nossa Constituição, no caput do artigo 1º, encontramos a expressão: "Estado Democrático de Direito".

Pode-se compreender que é evidente, a maior participação dos indivíduos pode ser denominada como a integração e participação da pessoa como cidadão nacional, para o desenvolvimento e formação do seu Estado.

Tem como atuação da sua atividade voltada, aos anseios do povo, quanto o governo soberano, possa manter congruência para a ordem do território. E o povo deverá fazer a observação do sistema jurídico, na percepção do governo com a sua potestade, tendo através do "poder estatal" de promover e desenvolver a formação deste ordenamento.

E o embasamento legal das três funções do poder de acordo com a Constituição Federal de 1988, dispõe a sua definição: "São Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário" (Art. 2º Constituição Federal, 1988).

Neste contexto, é possível compreender que a atividade pública, detém a intermediação destes poderes, é embasada por proteção legislativa, e de funções definidas em lei, mas deve ser pautada na observância de atender a vontade do povo, que é o verdadeiro detentor do poder.

Pode-se entender que o exercício da atividade pública não pode ter o seu exercício com a ausência da participação do povo. Assim como também o governo soberano – e todos os seus integrantes, deve prestar contas ao povo:

> Art. 70. (...) Parágrafo único. Prestará contas qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou

> administre dinheiros, bens e valores públicos ou pelos quais a União responda, ou que, em nome desta, assuma obrigações de natureza pecuniária. (Constituição Federal, 1988).

Neste aspecto, pode-se compreender que se fizermos soberanos os princípios, qual estamos a fazê-los perante a normatividade da teoria constitucional, ao conceito de Povo na esfera abstrata das justificações de seu poder. Para o Benavides (2008), essa abordagem que é retrata sobre o contexto em que a soberania constitucional pode ser definida como sinônimo da soberania popular.

O Bonavides (2008) discorre sobre a inauguração, até os dias correntes, do Estado Constitucional, ostentando as três modalidades essenciais, e a primeira trata-se como a denominação de Estado Liberal de Direito.

Assim se qualifica o Estado Constitucional da separação dos poderes e o seu surgimento ocorreu em decorrência do artefato político, social, moral e jurídico de uma rebelião de ideias, foi obra dos filósofos contratualistas inclinados a mudar o mundo e a refazer instituições (BONAVIDES, 2008).

O autor, acima referenciado, afirma que o princípio da separação de poderes, traçava, por indução, raias ao arbítrio voltado aos governantes, com o intuito de gerar a prevenção da concentração de poderes em um só ramo de autoridade pública.

A solene Declaração fundada como o Estado de Direito. Não importa a qualificação ou adjetivo que se acrescente: Liberal, Democrático ou Social. Se não garantir e nem concretizar a liberdade, se não imitar o poder dos governantes, se não fizer da moralidade administrativa artigo de fé e fé pública ou princípio de governo e não elevar os direitos fundamentais ao patamar de conquista inviolável da cidadania, não será considerado como Estado de Direito (BONAVIDES, 2008).

A legitimidade é considerada como direito fundamental e este cabe o princípio Constitucional na sua essência tem no seu embasamento a sua normatividade, ou seja, a legalidade é a sua observância das leis e das regras; a legitimidade, a da observância dos valores e dos princípios.

Ambas se integram na juridicidade e da eficácia do sistema, fazendo-o normativo, sendo tocante essa normatividade, os princípios as regras e as normas (BONAVIDES, 2008). Pode-se compreender que a regra define a conduta a competência, os princípios enaltecem a conduta da definição da justiça, a legitimidade e a igualdade.

2.2 Contabilidade Pública

Segundo os preceitos estabelecidos através da Resolução n° 1.128/08 dispõem sobre a matéria referente a Contabilidade pública:

> A Contabilidade com aplicação voltada a atividade pública é determinada através do setor contábil que integra como elemento inerente o processamento de informações, pertinente aos princípios estabelecidos na ciência contábil de acordo com as normatizações da contabilidade voltadas ao controle do patrimônio, relacionado a atividade pública.

Estes preceitos, detém o objetivo direcionado a obtenção de dados relacionados as informações, correspondentes aos resultados obtidos pelos indivíduos que utilizam estes, ao que se refere as finanças e orçamentos palpáveis do patrimônio físico com as suas modificações do poder público.

Os proventos de uma entidade pública advêm através da arrecadação de impostos, no entanto a administração desses valores, constitui-se em uma formação do agrupamento de obrigatoriedades que estabelecem que essa governabilidade tenha eficiência.

Neste aspecto, o autor Kohama (2014) retrata sobre o que se refere a administração pública, que tem o embasamento respaldado de forma estruturada, regrada através de hierarquia através do poder da gestão, direcionada às diversificações de categorias de acordo a função, voltada para o poder da entidade pública. Devendo sempre buscar o bem comum da sociedade, estabelece a complexidade dessas funcionalidades.

Andrade (2013) refere-se que, nessa diversificação pode ser relacionada as atividades, no qual o governador, busca centralizar as suas funções atribuídas com ênfase social, são estas: educação, engenharia e construção, saúde, entre outras denominadas como administração direta. (ANDRADE, 2013, p.17).

A classificação da administração direta tem como definição pelo fato da sua atribuição, estar interligada na estrutura regrada na organização ao dotador do poder central executivo, que tem na sua constituição dos serviços interligados em prol da administração do chefe do poder do Executivo. (KOHAMA 2014)

2.3 A Utilização do Orçamento Público

A utilização do orçamento público nos tempos antigos detinha na sua atividade de forma especial, o controle da entidade pública. E nos dias de hoje, este deve ser pautado em modernidade, cujo planejamento deve ser fator determinante para a sua elaboração. A sua função é ser ferramenta da administração, a fim de se utilizar planejamento para administração pública em prol do bem comum.

Segundo Andrade (2013) relata sobre a definição do Orçamento Público referente ao aspecto da interligação da funcionalidade, respaldada no planejamento de acordo com as funcionalidades da orbita executiva, objetivando a concretização de metas estabelecidas.

Tendo como atividade determinante a estimação das receitas com a fixação das despesas de acordo com a normatização, através dos preceitos orçamentários, correspondentes as disposições do poder público. Integrando a possibilidade de abertura no que se refere à integração social, com o alicerçasse mento do chefe do estado, que detém papel fundamental no estabelecimento da obtenção da contabilidade revestida pelo planejamento, com determinação legal em obter aprovação na Câmara dos Deputados.

Segundo Leiria (2005) ao que se refere, o orçamento público é preciso que seja estabelecido o planejamento, através do Plano Plurianual, disposto pelo advento da Lei de Diretrizes Orçamentárias e da Lei de Orçamentos Anuais que dispõe sobre os preceitos que devem ser estabelecidos os três Poderes e o Ministério Público, que visa especificar sobre as despesas através da utilização do planejamento em prol do aspecto financeiro e econômico, destes.

O Plano Plurianual constitui de forma pioneira como ferramenta que envolve o planejamento voltado para o poder público, que norteia os preceitos estabelecidos através de metas da contabilidade pública. O autor referenciado, ressalta ainda que o Plano Plurianual se tratando legislação, servirá de respaldo para a constituição da Lei de Diretrizes Orçamentárias e da Lei de Orçamentos Anuais". (QUINTANA, 2011).

Vale ressaltar que, a Lei de Diretrizes Orçamentárias é considerada determinante para o Poder Executivo, devendo buscar pela equidade com relação as receitas e as despesas. Em prol do alcance de objetivos tributários. Assim como também delimitar as despesas de pessoal, dívidas e outras (ANDRADE, 2013)

2.4 Receita Pública

Para o Andrade (2013) relata que a Receita Pública tem a sua representação nos recursos financeiros na entidade pública, em virtude de direito, através de normatização, sob os preceitos estabelecidos em convenção e contratos, com fim especifico. Trata-se de um contexto que contempla a união de ingressos financeiros que tenderão a produzir elevação correspondente ao cofre público. (ANDRADE, 2013).

Nesse contexto, pode-se verificar que, a receita pública tem na sua definição o conjunto de frações financeiras que são pertencentes as entidades públicas, se respaldando através da estima do valor arrecadado atribuído ao orçamento. Estes conjuntos se subdividem na matéria voltada a orçamento que detém na sua propriedade (SCHNEIDER e MIGUEL, 2013).

Para o Quintana (2011) a receita orçamentária pode ser considerada como detentora do orçamento público e dessa forma, tem a função de elevar o valor correspondente financeiro da entidade pública, resultando no patrimônio atribuído a execução que envolve o orçamento.

Os autores Schneider e Miguel (2013) consideram que, a propriedade da entidade pública como atribuídas ao financiamento das despesas direcionadas ao orçamento que são originadas pelos impostos e demais recursos advindos de arrecadação pública, estabelecidas por disposição legal.

O autor Quintana (2001) explica sobre a divisão da receita pública orçamentária que se trata da receita corrente e receita de capital. A receita corrente pode ser considerada como o conjunto de recursos advindos da tributação, assim como também, pode ser considerado como, resultado da disposição de comercialização de serviços e produtos destinados para os consumidores. De acordo com o Andrade (2013) ressalta que essas receitas tendem a financiar as despesas correntes, assim como também as que são voltadas para o capital.

A receita pública liquida não é uma inovação da lei mencionada, esse cálculo já era utilizado por outras Leis Complementares anteriores, tais como: LC 82/95 e LC 96/99. Serão computados no cálculo da Receita Líquida Corrente os valores pagos e recebidos em decorrência da Lei de Kandir (LC 87).

2.5 Lei de Responsabilidade Fiscal

A lei de Responsabilidade Pública (LRF), já havia tratamento na Carta Magna de 1988. E no ano de 2.000 ganhou uma tratativa mais especifica com o intuito de criar preceitos para a delimitação e fiscalização, trazendo transparência no que diz respeito aos gastos atribuídos as entidades públicas, visando criar o regulamento correspondente a parte da tributação e orçamentário. Abaixo será demonstrado a Lei Complementar Nº 101/2000:

> Art. 1o Esta Lei Complementar estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, com amparo no Capítulo II do Título VI da Constituição.
> § 1o A responsabilidade na gestão fiscal pressupõe a ação planejada e transparente, em que se previnem riscos e corrigem desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas, mediante o cumprimento de metas de resultados entre receitas e despesas e a obediência a limites e condições no que tange a renúncia de receita, geração de despesas com pessoal, da seguridade social e outras, dívidas consolidada e mobiliária, operações de crédito, inclusive por antecipação de receita, concessão de garantia e inscrição em Restos a Pagar.
> § 2o As disposições desta Lei Complementar obrigam a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios. (BRASIL, 2016).

A tratativa de regulamentação e controle voltados para as entidades públicas direcionadas a gastos com pessoal foi atribuída de forma anterior com a Lei Camata I - de nº 82/1995 e Camata II - nº 96/1999. De acordo com o art. 169 da Carta Magna, dispõem sobre as limitações correspondentes aos gastos com pessoal, serão estabelecidos, de acordo das leis complementares.

Tratando-se de gastos com pessoal, de acordo com Leiria 2005, *apud* Araújo, (2015) ressalta sobre a Lei de Responsabilidade Fiscal que por sua vez, é estabelecida no art. 18 à 23, referente a matéria destinada a despesa com pessoal e a atribuição do seu controle, podendo-se ressaltar que a referida lei, trouxe maiores abordagens sobre o tema de que as Lei de ordem Constitucional já referenciavam a Lei Camata I e a Lei Camata II, no entanto, o tratamento era mais sutil do que a abordagem atribuída a LRF.

A lei em questão tem aplicação na União, estados e DF, Municípios, extensiva a todos os poderes, autarquias, fundações públicas, empresas públicas, sociedades de economia mista, fundos e entidades estatais dependentes. Teve embasamento em outros países: Nova Zelândia, União Europeia e EUA.

De acordo com o preceito legislativo pode-se ressaltar sobre os objetivos da legislação, que seguem o autor Martinho (2016) discorre:

- Estabelecer normas de finança publica voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal;
- Ação planejada e transparente;
- Prevenção de Risco e correção de desvios que afetam os equilíbrios das contas públicas;
- Garantia de equilíbrio nas contas, via comprimento das metas e resultados entre receitas e despesas, com limite e condições para a renúncia da receita e a geração de despesas com pessoal, seguridade, divida, operações de credito, concessões de garantia e ingressão em restos a pagar;
- Reforçar o papel da atividade de planejamento mais especificamente, na vinculação entre as atividades do planejamento e da execução da gestão pública.

Ainda o autor acima referenciado, relata sobre os princípios correspondentes da Lei de Responsabilidade Fiscal, podem ser definidos:

- Planejamento;
- Participação popular;
- Preservação do Patrimônio Público;
- Transparência;
- Limitação da Despesa;
- Equilíbrio;
- Controle do endividamento público.

A Lei de Responsabilidade Pública não estabelece regramento sobre poupança pública e não tem inclusão de sanções penais em seu texto. As sanções penais que podem ser aplicadas em virtude de descumprimento das regras da LRF foram estabelecidas nas leis de crimes fiscais. No entanto na disposição da Lei de Responsabilidade Fiscal corresponde como sanções (MARTINHO,

2016).

- Institucionais;
- Pessoais;
- Administrativas;
- Fiscais;
- Politicas;
- Sociais.

O preceito legal estabelece no comprimento da gestão fiscal: ação planejada e de transparência, com a prevenção de riscos e correção de desvios que afetem o equilíbrio de contas públicas, garantindo o equilíbrio nas contas, visando o comprimento de metas de resultados entre receitas e despesas com limite e condições para a renúncia da receita e da geração de despesa com pessoal, seguridade, divida, operação de crédito concessão de garantia, entre outras.

Com relação a transparência, pode-se ressaltar que para o seu alcance, a participação popular na discussão e elaboração dos planos e orçamentos; a disponibilidade de contas dos administradores durante o seu curso, para a consulta e apreciação pelos cidadãos e instituições da sociedade, a emi9ssão de relatórios periódicos de gestão fiscal e execução orçamentária, igualmente a acesso público e ampla divulgação (MARTINHO,2016).

2.6 Planejamento e Orçamento Público

Para iniciar o referencial teórico será apresentado os principais conceitos e técnicas utilizadas pelo contador para o planejamento e orçamento público.

Angélico (2009, p. 19) descreve: “Orçamento público é um planejamento de aplicação dos recursos esperados, em programas de custeios, investimentos, inversões e transferências durante um período financeiro”:.

> O planejamento pressupõe estratégias, ou seja, o futuro da empresa, o longo prazo, os objetivos a serem alcançados, o que se pretende atingir. Na entidade pública essa premissa torna-se mais que fundamental, pois, além de ser uma determinação legal, trata-se de bem gerir os recursos públicos, por meio de uma gestão fiscal responsável (QUINTANA et al, 2015, p. 13).

O planejamento deve ser visto como o principal ponto de partida para obtenção de bons resultados dentro de determinado período. Com a criação de estratégias bem elaboradas a entidade conseguirá ter um maior controle e visão de seu patrimônio.

> Orçamento público é um planejamento contínuo e dinâmico que o Estado se utiliza demonstrando planos e programas de trabalho para um determinado período, sedo uma ferramenta de planejamento, execução e posterior monitoramento e controle das finanças públicas (OLIVEIRA, 2018, p. 20).

Facilita a compreender de forma legal, como deve-se progredir o orçamento público, identifica-se também que o gestor não poderá fazer alterações sem antes conseguir a aceitação do poder legislativo.

> A lei que aprova a receita orçamentaria não pode conter matéria estranha ao orçamento; isso significa que a lei orçamentaria não disporá sobre o assunto que não se relacione estritamente com o orçamento. É o princípio da exclusividade, consagrado na Constituição Brasileira (art. 165, 8.º, da constituição de 1988). Pode a Lei Orçamentaria conter autorização ao Poder Executivo para abrir créditos suplementares e para realizar operações de créditos por antecipação de receita. A Lei do orçamento compreendera todas as despesas e todas as receitas do Estado, inclusive as de operações de créditos autorizadas em lei, com exceção das operações de créditos por antecipação de receita, das emissões de papel-moeda e outras entradas compensatórias no ativo e no passivo-financeiros: é o princípio da universalidade (arts. 3.º e 4.º) (ANGÉLICO, 1994, 25-26).

A gestão pública deve respeitar a lei orçamentária de modo em que não exceda os limites determinados, isso significa que qualquer atividade fora do planejado não será aceita pela legislação. Porém existe a possibilidade de se obter créditos suplementares antecipados em caso de precisão para dotação orçamentária, isso claro, com autorização do Poder Executivo.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através do desenvolvimento deste trabalho, cujo tema foi "Planejamento Orçamentário na Gestão de Finanças Públicas", onde foi possível verificar que nos últimos anos à transparência e o controle social tem aumentado consideravelmente sobre a administração pública. Um dos fatores, que pode ser destacado, é a inovação legal, desta forma, passa a contribuir ativamente sobre os processos, tornando-se ferramenta fundamental para a transparência no setor público.

O objetivo deste trabalho foi de apresentar a importância do desenvolvimento de um planejamento estratégico orçamentário para a gestão das finanças públicas. No qual foi respondido através da abordagem ao que se refere sobre o desenvolvimento da sociedade civil, nos últimos tempos, particularmente sobre a capacidade de mobilização e organização dos atores coletivos, a contabilidade tem servido como um grande auxilio na administração pública, através dos gestores públicos. Mas deve ser destacado, que os avanços não são fáceis de serem identificados, sem a devida, qualificação, pois são demonstrados de forma técnica e de difícil compreensão, para um cidadão comum, gerando uma problemática.

Neste sentido, pode ser identificado, nas obras literárias, sobre o assunto, superestimando a contabilidade nas entidades empresariais, deixando uma amplitude de espaço, para que haja práticas distorcidas para a administração pública.

Pode-se concluir que, o planejamento orçamento deve ser visto como o principal ponto de partida para obtenção de bons resultados dentro de determinado período. Com a criação de estratégias bem elaboradas a entidade conseguirá ter um maior controle e visão de seu patrimônio.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Nilton de Aquino. **Contabilidade Pública na Gestão Municipal**. 5 ed.: São Paulo: Atlas, 2013.

ATTIE, William. **Auditoria: Conceitos e aplicações**. 6ª ed. São Paulo: Atlas. 2011, pp. 05-352.

ATTIE, William. **Auditoria Interna**. 1ª ed. 5ª tiragem. São Paulo: Atlas. 1992, pp. 28-29.

BONAVIDES, Paulo. **Teoria do Estado**, 7º Edição. Malheiros, São Paulo, 2004.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em:22/02/2020.

BRASIL. **Decreto Lei nº200/67.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0200.htm. Acesso em: 30/01/2020.

BRASIL. **Lei Complementar nº 101/2000**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp101.htm Acesso em: 30/03/2020.

BRASIL. **Lei Complementar nº 131/2009.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp131.htm Acesso em: 30/03/2020.

BRASIL.Ministério da Fazenda. Secretaria do Tesouro Nacional. Procedimentos contábeis orçamentários. In: BRASIL. Secretaria do Tesouro Nacional. Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público. Parte I. 6 ed. Brasília, 2014. Disponível em:http://www.stn.fazenda.gov.br/documents/10180/390684/cpu_MCASP_6_Edicao/46 29517-5546-49ae-b4e2 308c0c7fa1e8. Acesso em: 30/02/2020.

CASTRO, Domingos Poubel de, Auditoria, **Contabilidade e Controle Interno no setor Público**, 5 ed. São Paulo: Atlas, 2013.

CHIAVENATO, Idalberto, **Administração Geral e Pública .**4ª Edição.
São Paulo: McGRAW-HILL do Brasil LTDA, 1977.

COELHO NETO, Milton**. A transparência e o controle social como paradigmas para gestão**

pública no Estado moderno. In: FIGUEIREDO, Carlos Mauricio, NOBREGA, Marcos (ORG.) Administração Pública: Direito administrativo, financeiro e gestão pública: prática, inovação e polêmicas. São Paulo: Revista dos tribunais, 2002, p. 312.

CREPALDI, Silvio Aparecido. **Auditoria Contábil: teoria e prática**. 10ª ed. São Paulo: Atlas. 2016, pp. 06-294.

CREPALDI, Silvio Aparecido. **Contabilidade gerencial: Teoria e Prática**. 9ª ed. São Paulo: Atlas. 2013, pp. 79-472.

CRUZ, Carla; RIBEIRO, Uirá. **Metodologia científica: teoria e prática**. 2ª ed. Belo Horizonte: Axcel Books. 2004, p. 45.

DEOS, Simone S. de. **Instabilidade Financeira Numa Economia de Mercado de Capitais**. Ensaios FEE, Porto Alegre, v. 19, n.2, p.38-61, 1998.

D'AVILA, Marcos; OLIVEIRA, Marcelo. **Conceitos e Técnicas de Controle Interno de Organizações.** São Paulo. Nobel. 2002, p. 28.

EXAME (2020) Coronavírus: Com ações, rombo nas contas públicas será o maior da história. Disponível em: **https://exame.abril.com.br/economia/coronavirus-com-acoes-rombo-nas-contas-publicas-sera-o-maior-da-historia/. Acesso em; 02/05/2020.**

MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito Administrativo Brasileiro**. 27ª edição. São Paulo: Malheiros, 2002.

MINSKY, H. **Estabilizando uma Economia Instável**. São Paulo. Editora Novo Século, 2010.

SATIE, Luís. **Controle Social : modo de fazer**. Brasília: Ieacd, 2011.

TORRES, Figueiredo de Douglas Marcelo. **Estado, Democracia e Administração Pública.** Rio de Janeiro: FGV, 2004.

POLÍTICA NACIONAL DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA NO SÉCULO XXI: CONTEXTO, PERCURSO HISTÓRICO E DESAFIOS A SEREM SUPERADOS

BRAZILIAN NATIONAL EMERGENCY POLICY IN THE 21st CENTURY: CONTEXT, HISTORICAL PATH AND CHALLENGES TO BE OVERCOME

Área temática: Psicologia, Saúde e Desenvolvimento

SANTOS, Patrícia Reis Alves
Uni-FACEF
Mestrado em Tecnologia e Inovação em Enfermagem
patreisenf@gmail.com

CESARIO, Raquel Rangel
Uni-FACEF
Doutorado em Promoção da Saúde
raquelrangelcesario@gmail.com

ROCHA, Fernanda Ludimilla Rossi
Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto/USP
Doutorado em Enfermagem
ferocha@eerp.usp.br

PEREIRA, Marta Cristiane Alves
Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto/USP
Doutorado em Enfermagem
martacris@eerp.usp.br

Resumo

Como herança histórica do Século XX, as ações e os serviços de saúde têm sido organizados em sistemas fragmentados, com foco no atendimento das condições agudas em unidades de pronto-atendimento, ambulatórios e hospitais. Responder à situação de saúde contemporânea nesta perspectiva e, ao mesmo tempo, esperar melhorias nos indicadores de saúde da população, tem sido comparado a um desastre sanitário e econômico, correspondendo a uma crise mundial. Para contemplar esta problemática, cresceu um movimento em busca da reorganização, articulação e definição de fluxos assistenciais, a fim de garantir a continuidade do cuidado prestado nos diversos serviços de saúde, inserindo a atenção às urgências na Rede de Atenção à Saúde. O objetivo deste trabalho é compilar, sintetizar e informar o percurso histórico da constituição da Rede de Urgência e Emergência no Brasil no Século XXI, bem como ressaltar desafios a serem superados para a implantação plena dessa importante política pública. Utilizou-se Pesquisa Documental e Bibliográfica. São apresentados os documentos normativos que determinaram o percurso histórico da constituição da Política Nacional de Urgência e Emergência no Brasil e artigos teórico-empíricos que ilustram a situação presente e fornecem pistas para superação futura dos desafios colocados. Constatou-se que a atenção às urgências representa uma das áreas mais problemáticas e tem sido objeto de estudo em todo o mundo. A efetiva implementação dos fluxos de atendimentos é necessária e requer mudanças culturais da própria população, bem como a ampliação e o fortalecimento dos serviços da Atenção Primária à Saúde.

Palavras-chave: Serviços Médicos de Emergência, Políticas Públicas de Saúde, Sistema Único de Saúde.

Abstract

As a historical legacy of the 20th century, health actions and services have been organized in fragmented systems, with a focus on acute conditions in emergency care units and hospitals. Responding to the contemporary health situation in this way and, at the same time, expecting improvements in the population's health indicators, has been compared to a health and economic disaster. In order to address this issue, a movement has grown in search of reorganization, articulation and definition of assistance flows, in order to guarantee the continuity of the care provided in the various health services, inserting the attention to urgencies in a Health Care Network model. The aim of this work is to compile, synthesize and inform the historical constitution of the Urgency and Emergency Network in Brazil in the 21st Century, as well as to highlight challenges to be overcome for the full implementation of this important public policy. Documentary and Bibliographic Research was used. The normative documents that determined the historical path of the constitution of the National Policy for Urgency and Emergency in Brazil are presented, as well as theoretical-empirical studies that illustrate the actual situation and provide clues for overcoming the challenges. It was found that emergency care represents one of the most problematic areas and has been the object of study worldwide. Effective implementation of care flows is necessary and requires cultural changes in the population itself, as well as the expansion and strengthening of PHC services.

Keywords: Emergency Medical Services, Public Health Policy, Unified Health System.

1 INTRODUÇÃO

No Brasil, a assistência prestada nos serviços de urgência e emergência tem como objetivo principal atuar no restabelecimento dos parâmetros vitais dos indivíduos que necessitam de atendimento rápido, sejam situações sem risco imediato de morte – caso das urgências; sejam situações com risco iminente de morte – caso das emergências. No entanto, diante de todas as dificuldades enfrentadas nestes cenários, assegurar uma assistência integral, com qualidade adequada e contínua, fica muitas vezes aquém do que se considera desejável (AZEVEDO et al., 2010; OHARA; MELO; LAUS, 2010).

A atenção às urgências, constitui importante componente da Rede de Atenção à Saúde (RAS), sendo que, nas últimas décadas, houve aumento na procura por estes serviços, resultando em uma demanda maior que a oferta, fato que compromete a qualidade do cuidado prestado (BRASIL, 2002; CARTER;POUCH; LARSON, 2014).

Quanto ao modelo de estruturação das ações e serviços para responder de fato às demandas da população, é notório que estamos diante de uma crise contemporânea mundial, reflexo das incongruências do diagnóstico de saúde e da transição epidemiológica (doenças infecciosas, por causas externas e doenças crônicas não transmissíveis), bem como demográfica (envelhecimento populacional), tanto nos países desenvolvidos quanto naqueles em desenvolvimento (MENDES, 2010).

Como herança histórica do Século XX, as ações e os serviços de saúde têm sido organizados em sistemas fragmentados, de forma hierárquica, com foco no atendimento das condições agudas em unidades de pronto-atendimento, ambulatórios e hospitais, como pontos de atenção deste sistema, que atua de forma desarticulada. Responder à situação de saúde contemporânea nesta perspectiva e, ao mesmo tempo, esperar melhorias nos indicadores de saúde da população, tem sido comparado a um desastre sanitário e econômico, evidenciado em uma perspectiva internacional (BRASIL, 2010; MENDES, 2010).

Para contemplar esta problemática, tem ganhado força nos últimos anos um movimento em busca da reorganização, articulação e definição de fluxos assistenciais, a fim de garantir a continuidade do cuidado prestado nos diversos serviços de saúde. Neste contexto, o Ministério da Saúde (MS) criou parâmetros e modelos estratégicos para reorganização da atenção à saúde no Sistema Único de Saúde (SUS), em uma variedade de instrumentos normativos, que por vezes podem dificultar a compreensão do todo por profissionais e acadêmicos que não trabalhem diretamente na área mas desejem conhecer com relativa profundidade o desenvolvimento normativo de organização das Redes de Atenção à Saúde, particularmente a atenção às urgências. Assim, este trabalho tem o objetivo de compilar, sintetizar e informar o percurso histórico da constituição da Rede

de Urgência e Emergência no Brasil no Século XXI, bem como ressaltar desafios a serem superados para a implantação plena dessa importante política pública.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este trabalho, com delineamento descritivo, é fruto de levantamento documental e bibliográfico realizado para pesquisa de mestrado, e compõe a dissertação Ações de Gerenciamento da Segurança do Paciente em um Serviço de Emergência (SANTOS, 2016).

Com relação aos procedimentos de pesquisa, a pesquisa documental é aquela que utiliza como fonte documentos, de forma ampla, que não tiveram um tratamento analítico prévio e, por isso, são considerados dados primários. Neste trabalho, a matéria-prima sobre a qual nos desbruçamos para desenvolver a investigação são documentos oficiais, normativos, do governo federal, sobre o tema estudado - organização do sistema de saúde em Redes de Atenção à Saúde - com recorte específico na rede temática voltada à atenção às urgências. Leis, Portarias e Publicações do Ministério da Saúde serviram como fonte do material pesquisado. Os documentos selecionados passaram então por um procedimento técnico com três passos: leitura aprofundada, organização da informação pertinente ao objetivo do trabalho e elaboração de síntese (FACHIN, 2006).

Para melhor compreensão e contextualização do conteúdo selecionado na Pesquisa Documental, lançamos mão da imprescindível Pesquisa Bibliográfica, que consiste no recolhimento e análise de conhecimentos teóricos e empíricos relativos ao tema de interesse, já desenvolvidos por outros pesquisadores, articulando-os com os nossos resultados. A pesquisa bibliográfica, portanto, forneceu a este trabalho dados secundários, que nos serviram para contextualizar e explicar o desenvolvimento normativo da atenção às urgências no Brasil nas duas últimas décadas, compreender a situação presente e pensar em soluções para o futuro. A fonte para os estudos considerados aqui foram publicações periódicas científicas da área das ciências da saúde, no Brasil e no exterior, nos últimos 20 anos (FACHIN, 2006).

3 O PERCURSO NORMATIVO PARA IMPLANTAÇÃO DAS REDES: o passado

Como estratégia de superação da intensa fragmentação das ações e dos serviços de saúde, e buscando qualificar a gestão do cuidado ao usuário do SUS, em 2010 o Ministério da Saúde (MS) publicou a Portaria n° 4.279, que estabelece diretrizes para a organização e implementação da Rede de Atenção à Saúde (RAS) no âmbito das diretrizes do SUS (BRASIL, 2010).

Na Portaria n° 4.279/2010 a Rede de Atenção à Saúde é definida como arranjos organizativos de ações e serviços de saúde, de distintas densidades tecnológicas, que buscam assegurar a integralidade do cuidado e promover a integração sistêmica de ações e serviços de saúde por meio de cuidados primários, assistência especializada (ambulatorial e hospitalar) e atenção às urgências e emergências (BRASIL, 2010).

Antes disso, porém, com foco específico na Atenção às Urgências, considerando os problemas existentes e o impacto desfavorável à assistência da população, o Ministério da Saúde, em parceria com as Secretarias de Saúde dos Estados, do Distrito Federal e dos municípios, publicou a Portaria 2.048/GM, em novembro de 2002 (BRASIL, 2002). Este documento representa um avanço na busca da reorganização da rede assistencial de urgência e emergência no país, pois estabelece normas e critérios de funcionamento e criação de centrais de regulação de fluxos. Constam ainda dos objetivos desta Portaria normas de estruturação mínima para cada tipo de serviço e critérios específicos de formação e capacitação de recursos humanos para atuação nesta área (BRASIL, 2002).

Em continuidade, em setembro de 2003, instituiu-se, pela Portaria 1.863/GM, a Política Nacional de Atenção às Urgências, assim reafirmando a configuração da assistência às urgências e emergências segundo princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde. Isto possibilitou superar alguns desafios e avançar na qualificação da atenção e da gestão em saúde, na construção de uma assistência com foco nas necessidades reais da população (BRASIL, 2003).

De acordo com a Política Nacional de Atenção às Urgências, atenção às urgências deve ser compreendida como parte desta rede regionalizada e hierarquizada de serviços de diferentes complexidades e densidades tecnológicas que se articulam entre si. A ideia é que o bom funcionamento desta rede permita a prestação de serviços à população de forma resolutiva e integrada.

Em 2011, já com a RAS normatizada, o MS institui também a Rede de Atenção às Urgências, por meio da Portaria de n° 1.600, assim reformulando a Política de Atenção às Urgências. A

organização da assistência às urgências em redes tem como premissa facilitar, ampliar e qualificar o acesso humanizado e integral aos usuários em situação de urgência e emergência nos serviços de saúde, de modo a garantir a continuidade do cuidado nos diferentes pontos de atenção e proporcionar impacto positivo no quadro de saúde individual e coletivo com base na necessidade apresentada (BRASIL, 2011). Dentre as ações e serviços que compõem a Rede de Urgência, esquematizados na Figura 1, estão:

- Promoção, Prevenção e Vigilância em Saúde (violências e acidentes, das lesões e mortes no trânsito e das doenças crônicas não transmissíveis);
- Atenção Básica em Saúde - APS (Unidades Básicas de Saúde e Estratégias de Saúde da Família, consultório na Rua);
- Unidades de Pronto-Atendimento (UPA 24h) e conjunto de serviços de urgência 24 horas;
- Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) e suas Centrais de Regulação Médica das Urgências;
- Sala de Estabilização e Força Nacional de Saúde do SUS;
- Atenção Hospitalar;
- Atenção Domiciliar.

Figura 1 - Rede de urgência

Fonte: http://redehumanizasus.net/94918-regulacao-e-a-efetivacao-do-sus/

4 O COMPONENTE DAS UNIDADES DE PRONTO ATENDIMENTO: o presente

Na lógica da configuração da Rede de Atenção às Urgências (RAU), o componente das Unidades de Pronto Atendimento (UPA) é o conjunto de serviços de urgência conhecidos como “prontos-socorros não hospitalares”.

São pontos de atenção da Rede de Urgência, de complexidade intermediária entre as Unidades Básicas de Saúde/Saúde da Família e a Rede Hospitalar, que devem funcionar 24h por dia, todos os dias da semana.

O intuito da implantação dos serviços não hospitalares de urgência ou das UPA, por meio da Portaria 2.048/2002, foi a descentralização dos atendimentos de urgência de baixa e média complexidade, com o intuito de reduzir a demanda e a sobrecarga dos hospitais de maior porte (RANDOWN et al., 2014).

Essas unidades têm como principais objetivos: prestar atendimento resolutivo e qualificado aos pacientes acometidos por quadros agudos de natureza clínica; prestar o primeiro atendimento aos casos de natureza cirúrgica ou de trauma, estabilizando os pacientes e realizando a investigação diagnóstica inicial, definindo, em todos os casos, a necessidade ou não de encaminhamento a serviços hospitalares de maior complexidade, ou mesmo contra referenciando-os aos demais pontos de atenção (BRASIL, 2011).

A organização do fluxo de atendimento inicial deve ser realizada desde o momento de acolhimento, com avaliação e classificação de risco de todos os pacientes que procuram por atendimento nestas unidades. Deve ser feita por profissional treinado, utilizando-se de protocolos preestabelecidos (BRASIL, 2002).

O acolhimento com avaliação e classificação de risco objetiva avaliar os pacientes por gravidade, de acordo com a queixa apresentada. Não é, portanto, um instrumento de diagnóstico de doença, mas uma forma de hierarquizar o atendimento, nos diferentes serviços de saúde, com vistas a garantir a efetivação de um modelo centrado no usuário e baseado nas suas reais necessidades de saúde (BRASIL, 2009).

A implementação do acolhimento com avaliação e classificação de risco (ACCR) torna-se ação primordial para subsidiar a tomada de decisão dos profissionais na condução dos casos, mediante os recursos necessários e disponíveis, diante da situação de saúde apresentada pelo usuário. Dessa forma, o ACCR revela-se um instrumento reorganizador dos processos de trabalho nestes serviços (BRASIL, 2009).

5 DESAFIOS A SEREM SUPERADOS: o futuro

Apesar de instituído o papel de cada serviço no contexto da Rede de Atenção à Saúde, os fluxos assistenciais ainda não se tornaram realidade e a articulação das UPA com os demais níveis de atenção permanece sendo um desafio (BRASIL, 2010).

Embora a APS esteja estruturada como primeiro contato da população com o sistema de saúde, o que observamos na prática é a procura pelos serviços de urgência como porta de entrada principal e por queixas que poderiam ser resolvidas na APS, o que contribui para a superlotação das UPA (LUDWIG; BONILHA, 2003; RANDOWN et al., 2014).

A busca desordenada por estes serviços (UPA) pode ser atribuída a mudanças no perfil epidemiológico, evidenciado pelo aumento da violência urbana e impacto causado pela morbimortalidade das doenças crônicas não transmissíveis, assim como a aspectos relativos ao sistema de saúde (BRASIL, 2011).

Associam-se também ao desconhecimento da população quanto a resolutividade da APS e a dificuldade de acesso à atenção ambulatorial especializada e hospitalar, aspectos que causam significativo impacto nos serviços de emergência e contribuem para expor as fragilidades do sistema de saúde (BRASIL, 2011; MACHADO; SALVADOR; O'DWYER, 2011;).

Importante destacar que o acolhimento das urgências nos serviços de Atenção Primária à Saúde, composto pelas Estratégias de Saúde da Família e pelas Unidades Básicas de Saúde, diferencia-se do atendimento em uma unidade de pronto-socorro ou pronto-atendimento, pois os profissionais dessas unidades têm conhecimento prévio e vínculo com a população, realizam o acompanhamento longitudinal, possibilitando o retorno com a mesma equipe, o que caracteriza a continuidade do cuidado, e não somente um atendimento pontual (BRASIL, 2013).

Observa-se na prática que o atendimento nos serviços de urgência e emergência tem, como foco central, a queixa momentânea do usuário, segundo a lógica de um modelo de atenção centrado em procedimentos, com predomínio de tecnologias duras e fragilidade no sistema de referência e contrarreferência. Tais situações reafirmam a fragmentação do sistema de saúde, que tem sido incapaz de prestar atenção integral à população (GARCIA; REIS, 2014).

Há ainda a problemática da superlotação nos serviços de emergência (UPAS e Prontos Socorros não hospitalares), presente não só nos serviços públicos ou no contexto brasileiro, mas em todo o mundo, inclusive em países desenvolvidos (CARTER;POUCH; LARSON, 2014; O'DWYER; OLIVEIRA; SETA, 2009).

Atuar em cenários como este tem sido um desafio para os profissionais de saúde, que convivem com a precarização das relações e condições de trabalho, a imprevisibilidade da demanda, a superlotação, a sobrecarga de trabalho, além da deficiência quantitativa e qualitativa de recursos materiais e humanos (O'DWYER; OLIVEIRA; SETA, 2009; OLIVEIRA; CAMARGO; CASSIANI, 2005; SILVA; MATSUDA, 2012; SOUZA; SILVA; NORI, 2007).

Além das questões até aqui apresentadas, importante destacar as situações implícitas, que se evidenciam nas expectativas e nos encontros entre "profissionais e usuários", em uma realidade de profunda fragilização dos vínculos entre ambos os atores. De um lado está a compreensão do usuário, para quem o seu problema é urgente. Do outro, encontra-se o discurso do profissional, que aponta a utilização indevida do serviço pelos usuários, descaracterizando o propósito de sua atuação. Tais situações, muitas vezes, são geradoras de estresse e contribuem para a não valorização da necessidade de saúde apresentada pelo paciente (MARQUES, LIMA, 2007).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, a atenção às urgências representa uma das áreas mais problemáticas e tem sido objeto de estudo em todo o mundo (BRASIL, 2002; 2003; MENDES, 2010).

A efetiva implementação dos fluxos de atendimentos é necessária e requer mudanças culturais da própria população, bem como a ampliação e o fortalecimento dos serviços da APS. Necessário haver também uma definição clara do conceito de urgência e emergência, de modo a reduzir a procura pelas UPA em busca de consultas de rotinas ou mesmo por agudizações de doenças crônicas, que pode evoluir para uma internação por condições sensíveis ao acompanhamento na APS (OHARA; MELO; LAUS, 2010).

Assim, fortalecer a APS para os atendimentos de urgência, como um dos componentes da RAU, é estratégia a ser considerada, e vem ao encontro do seu papel na ampliação do acesso, fortalecimento do vínculo, responsabilização e primeiro cuidado às urgências e emergências, em ambiente adequado, até a transferência/encaminhamento a outros pontos de atenção da RAU, quando necessário e oportuno. No entanto, essas unidades devem estar preparadas por meio de ações de organização de fluxos de atendimento, estruturação física, recursos materiais e humanos, num movimento colaborativo que envolva profissionais, gestores e comunidade na discussão.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, A. L. C. S. et al. Organização de serviços de emergência hospitalar: uma revisão integrativa de pesquisas. **Revista Eletrônica de Enfermagem,** v. 12, n. 4, p. 736-745, dez. 2010.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Política Nacional de atenção às urgências**. Brasília, DF, 2003. 228 p.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria n° 4.279, de 30 de dezembro de 2010. Estabelece diretrizes para a organização da Rede de Atenção à Saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). **Diário Oficial [da] União**, Brasília, DF, 31 dez. 2010.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria n°. 1.600, de 07 de julho de 2011. Reformula a Política Nacional de Atenção às urgências no Sistema Único de Saúde (SUS). **Diário Oficial [da] União,** Brasília, DF, 2011a.

CARTER, E. J.; POUCH, S. M.; LARSON, E. J. J. The relationship between emergency department crowding and patient outcomes: a systematic review. **Journal of Nursing Scholarship**, v. 46, n. 2, p. 106-115, mar, 2013.

FACHIN, O. **Fundamentos de Metodologia. 5**. Ed. rev. São Paulo: Saraiva, 2006.

GARCIA, V. M.; REIS, R. K. Perfil dos usuários atendidos em uma unidade não hospitalar de urgência. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Brasília, v. 67, n. 2, p. 261-267, mar-abr, 2014.

LUDWIG, M. L. M.; BONILHA, A. L. L. O contexto de um serviço de emergência: com a palavra, o usuário. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Brasília, v. 56, n. 1, p. 12-17, fev, 2003.

MACHADO, C. V.; SALVADOR, F. G. F.; O'DWYER, G. Serviço de Atendimento Móvel de Urgência: análise da política brasileira. **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, v. 45, n. 3, p. 519-528, Jun, 2011.

MENDES, E. V. As redes de atenção à saúde. **Ciência e Saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 5, p. 2297-2305, ago. 2010.

O'DWYER, G. O.; OLIVEIRA, S. P; SETA, M. H. Avaliação dos serviços hospitalares de emergência do programa Quali SUS. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 5, p. 1881-1890, dez. 2009

OHARA, R.; MELO, M. R. A. C.; LAUS, A. M. Caracterização do perfil assistencial dos pacientes adultos de um pronto socorro. **Revista Brasileira de enfermagem**, Brasília, v. 63, n. 5, set-out.

2010.

RANDOWN, R. M. V. et al**.** Práticas gerenciais em unidades de pronto atendimento no contexto das redes de atenção à saúde. **Revista de Administração em Saúde**, v. 16, n. 64, jul-set. 2014.

SANTOS, P. R. A. **Ações de Gerenciamento da Segurança do Paciente em um Serviço de Emergência**. Dissertação. Programa de Pós-graduação Mestrado Profissional em Tecnologia e Inovação em Enfermagem. Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, EERP/USP. Ribeirão Preto, 148 p. 2016.

SOUZA, R. B.; SILVA, M. J. P.; NORI, A. Pronto socorro: uma visão sobre a interação entre profissionais de enfermagem e pacientes. **Revista Gaúcha de Enfermagem**, Rio Grande do Sul, v. 28, n. 2, p. 242-249, 2007.

SILVA, L. G.; MATSUDA, L. M. Um olhar para a qualidade no processo de atendimento em um serviço de urgência público. **Ciência, Cuidado e Saúde (online)** Maringá**,** v**.** 11, p.121-128, 2012. Suplemento.

POLÍTICA SOCIAL E O PROGRAMA CRIANÇA FELIZ: regressão no campo do direito

SOCIAL POLICIES AND THE HAPPY CHILD PROGRAMME: a digression in the rights field

Área temática: Direito, Trabalho e Serviço Social

SOUSA, Maria Olímpia de Jesus
Universidade Federal de Uberlândia
Discente do curso de Serviço Social
sousaom@hotmail.com

RAVAGNANI, Carmem Lúcia Cruz
Universidade Federal de Uberlândia
Docente do curso de Serviço Social
carmemlc@ufu.br

Resumo
O trabalho ora apresentado desenvolveu-se a partir do objetivo de compreender como a política social se estrutura na realidade brasileira na atualidade, procurando identificar traços dessas características no Programa Criança Feliz. Desenvolveu-se por meio da pesquisa bibliográfica que contribuiu para apreender a trajetória histórica da política social, qual o impacto da herança histórica brasileira e suas expressões na atualidade. Justifica-se esta análise sobre o tema a partir do entendimento de que essas políticas são necessárias em uma sociedade marcada pela desigualdade e exploração de classe e, portanto, as regulamentações dessa natureza interferem em todas as esferas da vida social de grande parte da população, sendo necessário serem discutidas, planejadas, avaliadas e efetivadas democraticamente, para que possam atender, de fato, as demandas da sociedade. Como resultado, o estudo aponta que as políticas sociais vêm sofrendo forte ofensiva neoliberal que, no Brasil, a partir da década de 1990, orienta-se pela focalização, descentralização e privatização dos serviços públicos. Tais traços podem ser identificados no Programa Criança Feliz que retoma antigos motes de políticas sociais como o assistencialismo, o primeiro-damismo e filantropia, no que deveria ser política social. Há, portanto, um processo de regressão no campo dos direitos sociais estabelecidos a partir da Constituição Federal de 1988, o que pressupõe enfrentamento coletivo no contexto da luta de classes.

Palavras-chave: Política social, regressão, Programa Criança Feliz.

Abstract

The paper, hereby presented, was developed from the aim to understand how the social policy structures itself in the contemporary Brazilian reality, trying to identify traces of these characteristics in the Happy Child Programme. It was developed through bibliographical research, which contributing to the learning about the historical trajectory of social policies, and about what the impact of the historical Brazilian heritage and its expressions currently are. This analysis is justified over the theme by understanding that these policies are necessary in a society marked by inequality and classes exploration. Therefore, regulations as such interfere in all the scopes of the social lives of a vast majority of the population, making it necessary that they are democratically discussed, planned, assessed and actualised, so that they can effectively meet the demands of the society. As a result, this paper highlights that the social policies have been suffering strong neoliberal attacks, which in Brazil, since the 1990's, have been guided by focussing, decentralisation and privatisation of public services. Such traces can be found in the Happy Child Programme, which revives old topics of social policies, such as lip service, first-ladyness and philanthropy, in which social policies should there be. Thus, there is a digression process in the social rights area, which were established within the Federal Constitution of 1988, which assumes collective confrontation in the context of classes struggle.

Keywords: Social policies, digression, Happy Child Programme.

1 INTRODUÇÃO

A política social no Brasil e no mundo carrega em sua gênese o caráter filantrópico que deu origem às suas primeiras protoformas. Dessa forma, possuía destaque a caridade realizada em boa parte do processo histórico de uma sociedade que se constituiu em pilares de desigualdade e exploração de classe, ancorada nos princípios cristãos, sendo essas primeiras políticas marcadas pelo caráter repressor e punitivo e não pela perspectiva do direito.

Para compreender esse processo, torna-se necessário situar que, para Karl Marx (1998, apud BEHRING; BOSCHETTI, 2011), o trabalho é a categoria central na sociabilidade humana, por ser a forma como a sociedade convive e se organiza a partir do trabalho, sendo ele o responsável por conduzir os rumos de toda a sociedade.

> Se o processo de produção articula a valorização do capital ao processo de trabalho, ou seja, se o trabalho é o elemento decisivo que transfere e cria valor, então tal processo se refere sobretudo à produção e reprodução de indivíduos, classes sociais e relações sociais: a política e a luta de classes são elementos internos à lei do valor e à compreensão da questão social. Se sua base material é a produção e o consumo de mercadorias, estamos falando também do trabalho enquanto atividade humana, repleta de subjetividade, de identidade, de costumes e vida. (BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p. 53).

As primeiras regulamentações relativas ao trabalho datam de meados do século XIX, na Europa, quando os trabalhadores começam a reagir à exploração extenuante da força de trabalho, que envolvia crianças, mulheres e idosos sem regulamentação alguma, configurando-se como uma expressão da questão social vivenciada pelos trabalhadores. Foi por meio do movimento operário que as primeiras legislações sociais foram, e continuam sendo criadas em um processo de concessão e conquista que envolve trabalhadores, detentores do capital e Estado (BEHRING; BOSCHETTI, 2011). Evidencia-se que as políticas sociais sempre estiveram permeadas pela luta de classes e pelo conflito de interesses.

Nesse sentido, Behring e Boschetti (2011) afirmam que as políticas sociais e a formação de padrões de proteção social podem ser entendidas como respostas às expressões da questão social decorrentes da exploração do capital sobre o trabalho e, a desigualdade causada por essa exploração, e as respostas a essa desigualdade se expressam na realidade de forma multifacetada, como acontece com as políticas sociais.

Evidencia-se, que as políticas sociais dependem da correlação de forças imbricadas em um determinado período histórico, pois se constituem a partir de um movimento não linear que compreende o processo de concessão e conquista, por envolver interesses da classe hegemônica, do Estado e dos trabalhadores.

> As políticas sociais, apesar de aparecerem como compensações isoladas para cada caso, constituem um sistema político de mediações que visam a articulação de diferentes formas de reprodução das relações de exploração e dominação da força de trabalho entre si, com o processo de acumulação e com as forças políticas em presença. (FALEIROS, 1991, p. 60).

Para Pereira (2009), a política pública engloba a política social, caracterizando-se como políticas públicas as ações do Estado face às demandas e necessidades sociais da sociedade. Segundo a autora, há interpretações que consideram o Estado como produtor exclusivo de política pública, e há as que privilegiam a relação dialeticamente contraditória entre Estado e sociedade. “A política pública não é só do Estado, visto que, para sua existência, a sociedade também exerce papel ativo e decisivo; e o termo público é muito mais abrangente do que o termo estatal.” (PEREIRA, 2009, p. 94).

Dessa forma, a política social pode ser considerada como um pilar para a concretização de direitos de cidadania conquistados pela sociedade. É ela a responsável por consolidar os direitos sociais, por esses direitos terem como base o princípio da igualdade, equidade, justiça social e serem responsáveis por permitir à sociedade exigir atitudes positivas e ativas do Estado para que se efetivem na realidade. “Daí porque, no campo de atuação das políticas públicas, a participação do Estado, seja como regulador, seja como provedor ou garantidor de bens públicos como direito, é considerada fundamental”. (PEREIRA, 2009, p. 102).

O exercício da cidadania relaciona-se com os direitos fundamentais contidos no título II da Constituição Federal de 1988 por ser assegurado ao conjunto da sociedade os direitos individuais,

que são relativos à liberdade individual; os direitos sociais que combinam liberdade e igualdade, para o atendimento das necessidades básicas; os direitos civis que constituem a base de sustentação e de ampliação dos direitos políticos, que referem-se ao direito de participar do governo da sociedade. No tocante à cidadania, os direitos difusos têm garantido o aparecimento de novos sujeitos políticos, como mulheres, idosos e pessoas com deficiência.

Porém, nos países de capitalismo tardio, como o Brasil, o processo de constituição das políticas sociais pode ser considerado como contraditório porque o Estado de bem-estar social nunca se desenvolveu plenamente. O modelo de bem-estar social se fortaleceu após a segunda guerra mundial, sendo melhor visualizado nos países de capitalismo central, como os europeus, com oferta de serviços públicos de qualidade, geração de renda e emprego. Tem como maior expressão o economista britânico John Maynard Keynes, que defendia que o Estado tem papel central na complementação de salários para propiciar níveis satisfatórios de desenvolvimento social e econômico. (BEHRING, 2006). Faleiros (1991), complementa:

> Nos países pobres e periféricos não existe Welfare State nem um pleno keynesianismo em política. Devido à profunda desigualdade de classes, as políticas sociais não são de acesso universal, decorrentes do fato da residência no país ou da cidadania. São políticas "categoriais", isto é, que tem como alvo certas categorias específicas da população. (FALEIROS, 1991, p. 37).

2 POLÍTICA SOCIAL BRASILEIRA: CONQUISTAS E REGRESSÃO

No panorama de surgimento das políticas sociais no Brasil, pontuamos que essas são iniciadas a partir de instituições sociais criadas na década de 1930, sob influência do primeiro-damismo e das obras sociais da igreja católica. Fatores como esses, são responsáveis por relacionarem as políticas sociais, por longos anos, à figura das primeiras-damas, inicialmente com o objetivo de punir a vagabundagem, fruto da marginalização histórica da população negra e pobre e atribuindo às ações do Estado caráter caritativo, de benesse e favor.

Contribui para esse fato, o longo período de escravização, colonização, dependência econômica, que deixou traços que marcaram e permanecem na sociedade brasileira até os dias atuais. A ditadura militar vivenciada pelos brasileiros no período de 1964 a 1985 também é considerada elemento constitutivo desse processo, relevante, que colaborou, e continua colaborando, para que o desenvolvimento social, econômico e político do país fosse retardado por se tratar de um golpe político, apoiado, e sobretudo, conduzido pela autocracia burguesa norte-americana, prolongando sua dominação sobre países como o Brasil.

No período ditatorial, as políticas sociais foram conduzidas como forma de legitimar a ditadura militar, sendo expandidas e modernizadas. Exemplo desse processo foi a unificação, uniformização e centralização da previdência social no Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), em 1966. Porém, o objetivo principal era retirar dos trabalhadores a gestão da previdência social. (BEHRING; BOSCHETTI, 2011). Para as autoras, ao passo que nesse período se impulsionavam as políticas públicas, a saúde, previdência e educação privadas eram estimuladas, o que as configuram como um sistema dual.

É depois de um longo período que as políticas sociais brasileiras vão ser sistematizadas e reconhecidas como um direito com a promulgação da Constituição Federal de 1988, que trouxe em seu Art. 6º a garantia ao acesso a direitos como educação, saúde, alimentação, trabalho, moradia, lazer, segurança, seguridade social, entre outros. (BRASIL, 2020).

As mencionadas garantias são consideradas uma grande conquista no que se refere à seguridade social, por assegurar aos cidadãos brasileiros o acesso ao conjunto de políticas sociais essenciais à promoção do bem-estar e justiça social, contendo a noção de cidadania ampliada por estabelecer que deve haver a participação popular na tomada de decisões, consolidando seu caráter democrático e da perspectiva de controle social. Desenhou-se na Constituição, para essas políticas, princípios de universalização, responsabilidade pública e gestão democrática:

> Daí decorre, por exemplo, a introdução do conceito de seguridade social, articulando as políticas de previdência, saúde e assistência social, e dos direitos a elas vinculados. [...] para se elevar à condição de política pública de seguridade, na perspectiva de superar suas características de território do clientelismo, do aleatório e do improviso. (BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p. 144).

Para regulamentar as projeções contidas na Constituição de 1988, e aqui destacamos o

âmbito da assistência social, em 7 de dezembro de 1993 foi sancionada a Lei 8.742, denominada Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), dispondo sobre o papel da assistência, definida no Art. 1º como direito do cidadão e dever do Estado, se caracterizando por ser política de seguridade social não contributiva, política que "provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas". (BRASIL, 1993).

Pereira (2002) afirma ser necessário repensar esse conceito para que se garanta o exercício da cidadania e se torne possível chegar ao ótimo atendimento das necessidades sociais. Para a autora, mínimo e básico são conceitos distintos, pois a garantia dos mínimos sociais imprime a ideia de menor, de menos e, consequentemente, de desproteção social. Já a garantia de acesso ao básico, coloca as políticas sociais, os direitos e as necessidades a serem atendidas em um patamar de fundamental, primordial. A autora salienta ainda que o Estado precisa garantir o básico, pois os mínimos mantêm o processo de pauperização do trabalhador, que só recebe o suficiente para se manter na condição de explorado, sendo esse processo incompatível com o desejável no que diz respeito à cidadania e o acesso aos serviços de qualidade. Segundo a autora, compreender essa concepção de básico é essencial para a plena efetivação da cidadania:

> Para que a provisão social prevista na LOAS seja compatível com os requerimentos das necessidades que lhe dão origem, ela tem que deixar de ser mínima ou menor, para ser básica, essencial, ou precondição à gradativa otimização da satisfação dessas necessidades. Só então será possível falar em direitos fundamentais, perante aos quais todo cidadão é titular, e cuja concretização se dá por meio de políticas sociais correspondentes. Pois aqueles que não usufruem bens e serviços sociais básicos ou essenciais, sob a forma de direitos, não são capazes de se desenvolverem como cidadãos ativos [...] não são capazes de desfrutar uma vida prolongada e saudável, conhecimento, liberdade política, segurança social, participação cumulativa, direitos humanos garantidos e respeito a si próprio. (PEREIRA, 2002, p. 27).

Com a Constituição de 1988, os cidadãos passam a ser vistos como sujeitos de direitos e a LOAS é responsável por organizar a política de assistência social em todo território nacional, sendo ela a primeira lei sólida que versa sobre essa política. A Política Nacional de Assistência Social (PNAS) foi aprovada em 2004 e busca incorporar as demandas da sociedade e tornar efetivas as diretrizes da LOAS.

A PNAS se pauta no pacto federativo, em que os três poderes têm atribuições e competências que devem ser deliberadas a partir de conferências, conselhos e comissões de gestão partilhada. Ela se estrutura considerando a questão territorial com o objetivo de garantir direitos a partir da aproximação da população a serviços, na perspectiva da descentralização. Possui centralidade na família no que tange à concepção e implementação de benefícios, serviços, programas e projetos, por meio da matricialidade familiar.

Em 2011 foi alterada a Lei 12.435 que versa sobre o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), que é o sistema responsável por gerir a LOAS, estabelecendo que a assistência se organizará, a partir de então, sob a forma de sistema descentralizado e participativo, consolidando-se a gestão compartilhada entre os entes federativos.

Entretanto, mesmo as legislações sociais estabelecendo a garantia do direito do cidadão aos bens e serviços, como na assistência social onde se localiza o Programa Criança Feliz, objeto de nosso estudo, o sistema de proteção social apresenta falhas quanto a capacidade e qualidade dos serviços prestados, além de parte dos próprios usuários das políticas sociais não as (re)conhecem como um direito, condição provocada pelo longo período de denegação e subalternidade. O aspecto clientelístico das protoformas da política social é um fator relevante para compreender essa perspectiva de não reconhecimento e, consequentemente, é funcional, entre outros fatores, para que a população não cobre por seus direitos.

As garantias constitucionais foram formuladas sob a influência do modelo de seguridade social da Alemanha, formulada por Otto von Bismarck, na lógica do seguro privado condicionado ao trabalho, como é o caso da previdência social brasileira; e da Ingraterra, com William Beveridge, na lógica do direito universal, em consonância com o Estado de bem-estar social, como o direito à saúde. Assim, a seguridade social brasileira se caracteriza por ser híbrido pela coexistência desses dois modelos. Behring e Boschetti (2011) abordam a presença de avanços e conservantismos no próprio texto constitucional, resquícios do período ditatorial e influência do modelo de Bismarck,

contribuindo para a não universalização das políticas sociais, e sim, para a ampliação da seletividade nesse âmbito:

> Apesar dos avanços, foram também inscritas no texto constitucional, produto de uma correlação de forças desfavorável, orientações que deram sustentação ao conservantismo no campo da política social. Exemplo disso é a contraditória convivência entre universalização e seletividade, bem como o suporte legal ao setor privado, em que pese a caracterização de dever do Estado para algumas políticas. (BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p. 145).

Esse movimento de avanços e conservantismos pode ser visualizado na previsão constitucional de que a política pública de saúde, o Sistema Único de Saúde (SUS) pode contar, de forma complementar, com serviços privados de saúde, preferencialmente os sem fins lucrativos. (BRASIL, 1988). Para Santos (2015), a prioridade às parcerias sem fins lucrativos remonta aos serviços religiosos ofertados antes das primeiras legislações sociais, em que a assistência à saúde era caritativa.

Segundo Lima (2019), a partir da Lei das Organizações Sociais (OS) criada em 1998, a participação das entidades filantrópicas na saúde foi crescente, pois as OSs também se tornaram parceiras do Estado, em um processo de desresponsabilização do Estado:

> Trata-se da privatização e da terceirização dos serviços públicos, na medida em que o Estado abdica de ser o executor direto desses serviços, mediante repasse de recursos, de equipamento e instalações públicas e de pessoal para entidades de direito privado, permitindo fazer tudo o que o setor privado faz no espaço estatal e quebrando as amarras impostas pelo direito público. (LIMA, 2017 apud LIMA, 2019, p. 6).

A crescente investida neoliberal pelo mundo na década de 1970, após mais uma crise cíclica do sistema capitalista, e no Brasil nos anos 1990, com o governo de Fernando Henrique Cardoso, prejudica o desenvolvimento das políticas sociais brasileiras garantidas como um direito constitucional. Behring (2006), salienta que o neoliberalismo serviu para contradizer os rumos que as legislações propunham, levando para um patamar de privatização e desmonte, aquilo que as legislações asseguravam como direito, podendo ser considerada como uma contrarreforma por estar na contramão da ampliação de direitos.

Boschetti (2009) considera que as contrarreformas marcam uma mudança de rota nas políticas sociais após a década de 1970, redesenhando o papel do Estado após o período de bem-estar social. Tais contrarreformas atingem duramente a seguridade social brasileira a partir de 1980, se desenvolvendo a partir de ajustes estruturais, como “política econômica regressiva, que favorece o capital financeiro em detrimento do capital produtivo, elevadas taxas de juros, aumento da carga tributária sobre os rendimentos oriundos do trabalho e do consumo e menos do capital.” (BOSCHETTI, 2009, p. 183).

O cenário em que se inserem as políticas sociais e que tem reflexo na realidade brasileira remonta à crise da década de 1970 culminou no capitalismo financeirizado e neoliberal a partir do regime de acumulação toyotista que se caracteriza por ser mais enxuto e flexível, necessitando de menor investimento, ao contrário do pacto keynesiano-fordista que possuía como base a produção e consumo em massa. Por se apoiar na terceira revolução tecnológica, o toyotismo apresenta menores riscos de perda de grande capital por não necessitar de altos investimentos por se adaptar às flutuações do mercado, ligando-se ao capital financeiro, o que acarreta a fusão entre capital produtivo e bancário.

Há ainda o investimento para atração de capital estrangeiro e exportação, barateamento da força de trabalho, estímulo ao engajamento dos trabalhadores nas empresas, que passaram a ser denominados como colaboradores. Essa crise tem destaque por mudar toda a sociabilidade e organização social que se reflete até os dias atuais, na criação de várias pequenas empresas, na fase monopolista, devido ao baixo custo de produção e investimento, que acarretam maior precarização do trabalho, como o estímulo ao empreendedorismo personificado no Micro Empreendedor Individual (MEI) e no crescente número de trabalhadores informais.

É nessa fase que o desemprego voltou à realidade mundial pois a tendência de se substituir o trabalho vivo pelo morto acarreta a crescente pauperização da população, expandindo o exército industrial de reserva. O movimento dos trabalhadores passou a sofrer derrotas sucessivas, como a sua desarticulação enquanto classe.

Em decorrência desses fatores, as políticas sociais passam a se caracterizar pela

focalização, privatização e descentralização, aspectos que levaram à redução de investimentos no âmbito social. Behring (2009) descreve que esse trinômio leva a uma conjugação de políticas seletivas e focalizadas, que pode representar um processo de assistencialização das políticas sociais, combinada com a transformação de determinados serviços estatais em mercadoria, pela via da privatização da política social. A descentralização, por sua vez, pode representar o repasse de responsabilidades para os municípios ou uma ênfase maior na responsabilização da sociedade civil, considerado território da virtude, eficácia e da solidariedade, em oposição ao Estado considerado ineficiente, perdulário e paternalista (BEHRING, 2009).

Como consequência, para as políticas sociais, temos a desresponsabilização do Estado como garantidor de direitos, deixando para a sociedade civil, como Organizações Não-Governamentais (ONGs), Organizações Sociais (OS), instituições filantrópicas, entre outros, a responsabilidade de formular e executar programas, projetos e serviços, ao passo que o Estado apenas tem papel gerenciador, o que remonta aos velhos parâmetros de políticas sociais com caráter caritativo e, para além disso, culmina na responsabilização e culpabilização das famílias por sua condição social e principalmente econômica.

Esse processo de desmonte e precarização das políticas sociais assim como do trabalho e de toda a vida social se aprofunda com a crise de 2008, a partir do setor imobiliário norte-americano, por ter como saída dessa crise o aprofundamento da mundialização do capital e disputa pelo fundo público. “Essa crise impulsiona o aprofundamento dos pressupostos neoliberais passando ao que chamamos de ultraneoliberalismo”. (CISLAGHI, 2020, p. 6). O ultraneoliberalismo representa mais uma reinvenção do sistema capitalisma para se manter, sendo que o neoliberalismo não só se mantém, mas como se radicaliza:

> Isso ocorre pois o neoliberalismo se tornou um sistema mundial de poder que se alimenta das próprias crises econômicas e sociais, que gera, porque as respostas a essas crises reforçam e aprofundam indefinidamente sua lógica, bloqueando qualquer alternativa. (DARDOT; LAVAL, 2019 apud CISLAGHI, 2020, p. 6).

Os governos de Luís Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff, entre 2002 e 2015, são considerados de esquerda por serem do Partido dos Trabalhadores e terem se orientado por uma agenda governamental neodesenvolvimentista, que uniu desenvolvimento econômico e social, principalmente no governo Lula, como forma de retirar o Brasil do mapa da fome, por exemplo, por meio de geração de renda e estímulo ao consumo, fatores propiciados principalmente pelo Programa Bolsa Família, criado em 2003. (JUNIOR; BERRINGER, 2013).

Porém, as políticas sociais e a seguridade social, no âmbito do orçamento, revelaram ter sido este um período de estagnação, corrosão e ausência de qualidade da alocação de recursos para as políticas. (BEHRNG; BOSCHETTI, 2011). Cislaghi (2020) considera o período de governos do PT como neoliberalismo de cooptação, por haver a captura da essência da luta de classes e enfraquecer os movimentos sociais e, em decorrência disso, favorecer a reação burguesa, culminando no golpe institucional de 2016. Esse golpe deu lugar ao governo de Michel Temer, que aprofundou o estímulo à privatização e consequente desmonte da seguridade social.

O projeto ultraneoliberal tem se aprofundado na realidade brasileira e com isso as políticas sociais seguem, cada vez mais, o trinômio focalização, privatização e descentralização, em detrimento do seu estabelecimento como um direito. É nesse cenário que se insere a criação e implantação do Programa Criança Feliz, localizado na política de assistência social, e que abordamos a seguir.

3 POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NA CENA CONTEMPORÂNEA: REFLEXÕES SOBRE O PROGRAMA CRIANÇA FELIZ

Salvador (2010) esclarece que o fundo público é tudo aquilo que o governo prevê anualmente que será feito com o orçamento do Estado, inclusive o que deve ser alocado às políticas sociais, que envolve, sobretudo, a correlação de forças existentes no período histórico:

> O fundo público envolve toda a capacidade de mobilização de recursos que o Estado tem para intervir na economia, além do próprio orçamento, as empresas estatais, a política monetária comandada pelo Banco Central para socorrer as instituições financeiras etc. A expressão mais visível do fundo público é o orçamento estatal. No Brasil, os recursos do orçamento do Estado são expressos na Lei Orgânica Anual (LOA) aprovada pelo Congresso Nacional (SALVADOR, 2010, p. 607).

No Estado de bem-estar social presente nos países desenvolvidos, a utilização do fundo público guiava-se pela redistribuição, que no âmbito do financiamento implantou sistemas tributários mais justos com impostos diretos, como o imposto de renda, e progressivos, pois no caso do imposto renda ele incide diretamente sobre a renda da pessoa, sendo proporcional. No âmbito da seguridade social, articulou políticas de seguros sociais, saúde e assistência. (Salvador, 2010). Boschetti (2009) enfatiza que o gasto público não é um fator negativo e gerador de déficits, mas passa a integrar uma política de desenvolvimento que parte da concepção que o gasto social aumenta as demandas por bens e serviços de consumo, e pode gerar pleno emprego.

Porém, cada vez mais o dinheiro público vem sendo utilizado para pagamento de juros e amortização da dívida pública (Salvador, 2010). Há então um processo que destina recursos oriundos de impostos pagos por toda população e que deveriam voltar para a sociedade em forma de políticas públicas e sociais, para o capital financeiro, resultando na precarização dos serviços públicos e desmonte da seguridade social.

> O fundo público sofre pressões e funciona como um elemento fundamental para a reprodução do capital e também para a reprodução da força de trabalho, ou seja, existe uma tensão desigual, pela repartição do financiamento público. Dessa forma, o fundo público reflete as disputas existentes na sociedade de classes, onde a mobilização dos trabalhadores busca garantir o uso da verba pública para o financiamento de suas necessidades, expressas em políticas públicas. Já o capital, com sua força hegemônica, consegue assegurar a participação do Estado em sua reprodução por meio de políticas de subsídios econômicos, de participação no mercado financeiro, com destaque para a rolagem da dívida pública, um elemento central na política econômica e de alocação do orçamento público. (OLIVEIRA, 1998 apud BEHRING, 2009, p. 52).

Assim o orçamento regressivo cobra mais de quem ganha menos, fazendo com que os impostos e contribuições incidam majoritariamente sobre os rendimentos dos trabalhadores, regredindo direitos, provocando contrarreformas e privatizações. A disputa pelo fundo público se torna central, por ser cada vez mais comum o deslocamento de recursos públicos para a esfera privada. Assim, a tributação não gera a redistribuição de renda e riqueza, mas, ao contrário, promove a sua concentração.

A seguridade social, então, mesmo configurando uma conquista na Constituição de 1988, tem caráter regressivo, considerando-se suas fontes de financiamento e, principalmente, por ser paga também pelo próprio trabalhador. Conclui-se que o fundo público tem papel fundamental na reprodução do sistema capitalista por manter e aprofundar a desigualdade. No campo das políticas sociais, a alocação de recursos tende a ser pró-cíclico e regressivo, “o que permite apenas a existência de mecanismos compensatórios que não alteram profundamente a estrutura de desigualdades sociais”. (BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p. 164). Assim, com a redução de investimentos, a qualidade das políticas sociais também é atingida.

Behring (2009) destaca que já na década de 1970, havia a intenção de redimensionar o fundo público como um pressuposto geral de produção e reprodução do capital, diminuindo seu tamanho no que tange a demanda dos trabalhadores, o que implica desproteção e barbarização da vida social.

A Desvinculação das Receitas da União (DRU) é um mecanismo criado em 1994, sendo proposto para desvincular 20% das receitas de impostos e contribuições sociais para alimentar o superávit primário. Esse superávit é o resultado positivo das receitas e despesas do governo que serve para garantir que os juros da dívida pública sejam pagos (BRASIL, 2020). Em relação a DRU, Behring (2009) salienta:

> A incidência da DRU nos recursos da seguridade tem sido nefasta, fazendo com que a mesma transfira recursos crescentes para o mercado financeiro, já que as fontes da seguridade – as contribuições sociais – vêm tendo um desempenho crescente em termos de arrecadação, em especial com a CONFINS, e estão sendo apropriadas para a formação do superávit primário e pagamento de serviços da dívida pública. A DRU também interfere na produção contábil do tão difundido déficit da previdência, política social frequentemente indicada como a grande vilã das contas públicas. (BEHRING, 2009, p. 51).

Ela permite que o governo federal utilize livremente parte de todos os tributos federais vinculados por lei a fundos ou despesas. Como já salientado, o valor inicial era de 20%, mas passou

a ser de 30% no governo de Michel Temer. Desde 2008 a DRU reduziu as contas da Seguridade Social em mais em mais de R$500 bilhões. Em 2016 foram retirados R$92 bilhões. (ANFIP, 2019).

Para além da restrição no âmbito orçamentário, Boschetti (2009, p. 194) salienta as tendências da seguridade social na América Latina e Caribe "de forte ofensiva conservadora, que tende a derruir históricas conquistas da classe trabalhadora". Tal conservadorismo é vivenciado pelos brasileiros, principalmente a partir de 2016, nos governos Michel Temer e Jair Bolsonaro, por se posicionarem alinhados aos valores de orientação neoliberal e conservadores.

A partir de então, recursos da seguridade social são, cada vez mais, apropriados pelo Estado por meio da Desvinculação das Receitas da União (DRU), sendo revertidos, por exemplo, para o pagamento de juros da dívida pública. Realoca-se recursos públicos para interesses privados, como empresas e bancos, fomentando assim a privatização dos serviços públicos. Em consonância com essa tendência, em 2016 foi aprovada a Emenda Constitucional nº 95, que congelou os gastos públicos nas áreas sociais, como saúde, educação, assistência social e previdência social por 20 anos.

Exemplo desse período de retrocesso nos serviços públicos e no âmbito dos direitos é o Programa Criança Feliz, criado em 2016. Este programa está inserido na política de assistência social e é ofertado pela esfera pública, situando-se na proteção social básica. Tem à frente do Programa a então primeira-dama do governo Michel Temer.

> De início, verifica-se o retorno ao primeiro-damismo ao eleger a senhora Marcela Temer como embaixadora do Programa Criança Feliz, este ancorado em elementos sócio-históricos que resgatam práticas conservadoras de forma visceral, implicando diversos reflexos que assolam a classe proletária, tais como o apelo ao voluntarismo e a negação da perspectiva de direito social, fortalecendo a condição de subalternidade da mulher, a desprofissionalização e a precarização das políticas e serviços sociais (ANDRADE; FERREIRA, 2019, p. 7).

O ponto chave para compreender essa desprofissionalização provocada pelo voluntariado é entender que ela é uma tendência que se expressa por meio da desqualificação dos profissionais, além da perda ou transferência de conhecimentos e saberes, processo cada vez mais presente nas políticas sociais na atualidade (RODRIGUES, 2002, p. 71 apud NOMERIANO, 2019, p. 72).

O Programa Criança Feliz é lançado pelo governo federal em outubro de 2016, estabelecido pelo decreto nº 8.869, sob comando da primeira-dama, Marcela Temer. É um programa da Secretaria Nacional de Atenção à Primeira Infância, responsável por formular e implementar políticas e programas para promoção do desenvolvimento humano, principalmente para a primeira infância, compreendida como os primeiros seis anos de vida (BRASIL, 2020).

Ele é desenvolvido no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), um equipamento da Política Nacional de Assistência Social, no âmbito da atenção básica, estando presente em mais de 2.700 cidades do país que atendem os quesitos para elegibilidade: possuir ao menos um CRAS e, no mínimo, 140 pessoas do público ao qual o programa se destina (BRASIL, 2020). Esse público compreende: famílias cadastradas no Programa Bolsa Família, com crianças de 0 a 03 anos de idade, e famílias com crianças de até 06 anos com deficiência que recebam o Benefício de Prestação Continuada (BPC). Além desses, se estende a gestantes e a crianças de até 06 anos afastadas do convívio familiar em razão de aplicação de medida de proteção. Segundo o Ministério da Cidadania a metodologia aplicada ~~ao~~ pelo Programa é

> Por meio de visitas domiciliares às famílias, as equipes do Criança Feliz farão o acompanhamento e darão orientações importantes para fortalecer os vínculos familiares e comunitários e estimular o desenvolvimento infantil. Os visitadores serão capacitados em diversas áreas de conhecimento, como saúde, educação, serviço social, direitos humanos, cultura etc. A troca com as famílias será rica e constante. Assim, novos campeões serão criados e a luta pelo desenvolvimento social será vencida (BRASIL, 2016).

Em 2018 o programa foi alterado pelo decreto 9.579 tendo a "finalidade de promover o desenvolvimento integral das crianças na primeira infância, considerando sua família e seu contexto de vida" (BRASIL, 2018). Esse programa apresenta como objetivos

> I - Promover o desenvolvimento humano a partir do apoio e do acompanhamento do desenvolvimento infantil integral na primeira infância;
>
> II - Apoiar a gestante e a família na preparação para o nascimento e

> nos cuidados perinatais;
> III - Colaborar no exercício da parentalidade, fortalecendo os vínculos e o papel das famílias para o desempenho da função de cuidado, proteção e educação de crianças na faixa etária de até seis anos de idade;
> IV - Mediar o acesso da gestante, das crianças na primeira infância e das suas famílias às políticas e serviços públicos de que necessitem;
> V - Integrar, ampliar e fortalecer ações de políticas públicas voltadas para as gestantes, crianças na primeira infância e suas famílias (BRASIL, 2018).

Para o atendimento das famílias, foram capacitados visitadores sociais, responsáveis pelas visitas semanais para acompanhar e estimular o desenvolvimento de habilidades das crianças (BRASIL, 2020). Cada município que adere ao programa é responsável por formular as diretrizes para o seu desenvolvimento em âmbito municipal, tendo como parâmetro a Portaria Interministerial nº1, de 4 de abril de 2018 que estabelece diretrizes, objetivos e competências para a promoção da intersetorialidade, no âmbito do Programa Criança Feliz (BRASIL, 2018). Essa portaria considera o programa intersetorial, devendo integrar e articular as políticas de assistência social, saúde, educação, cultura, direitos humanos e direitos das crianças e adolescentes, entre outras. Deve-se articular as políticas e ações multisetoriais para que, de forma conjunta, responda às demandas identificadas durante as visitas às famílias acompanhadas pelo Programa. Porém, Sposati (2017) ressalta que

> O PCF parece desconhecer o Sistema de Garantias de Direitos e se apresenta como um programa periférico, gerando expectativas de direitos sem segurança jurídica e metodológica para afiançá-los. Seu conteúdo traz enunciados de política pública sem explicitar os procedimentos concretos de seu desenvolvimento, principalmente num pretenso diálogo intersetorial com as demais políticas públicas (SPOSATI, 2017, p. 533).

Nesse sentido, há uma orientação para a esfera do não direito por meio da filantropia, na perspectiva clientelista e assistencialista tanto da Política de Assistência Social, quanto do SUAS. Dessa forma, o Estado se desresponsabiliza. Tal desresponsabilização pode ser visualizada na medida que em 2017, para o Programa Criança Feliz, foi proposto destinar 314,4 milhões de reais e para a proteção social básica nota-se uma redução de 400 milhões, em relação ao orçamento dessa área de 2016 (CFESS, 2017). Essa diferença se dá pelo fato de que o governo não destina mais recursos para a assistência social, mas ao contrário, retira e precariza a própria política para transferir recursos ao Programa Criança Feliz.

Andrade e Ferreira (2019) destacam que o programa, ao incentivar a participação do terceiro setor, se opõe à LOAS e ao SUAS, que priorizam a participação direta do Estado na oferta de serviços, programas e projetos. O Programa Criança Feliz torna-se, assim, imagem e semelhança das políticas sociais neoliberais pela "precarização, focalização, fragmentação, pontualidade e seletividade, em suma elaboradas na perspectiva de reiteração da pobreza e não do seu combate, politização e erradicação" (ANDRADE; FERREIRA, 2019, p. 9).

Desde sua criação, entidades de representação de serviço social, psicologia e pedagogia têm se posicionado desfavoravelmente ao programa, apontando que sua proposta contem a noção de intersetorialidade, mas a sua elaboração foi feita sem a participação dos conselhos das políticas intersetoriais contempladas no programa. O Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), considera que a criação do programa transforma em filantropia aquilo que deveria ser política social, considerando que o programa "retoma das tumbas o primeiro-damismo com força total" (CFESS, 2016).

No nome do programa é possível perceber a subjetividade e romantização contida, pois, para o desenvolvimento das crianças é preciso pensar em serviços, programas e projetos de qualidade que possibilitem o seu pleno desenvolvimento. Para além dos visitadores e das brincadeiras, é preciso pensar em profissionais qualificados, acesso à saúde, educação, transporte, saneamento básico, emprego, renda, entre outros direitos, que subsidiem o desenvolvimento humano a essas famílias. O CFESS (2017) declara:

> queremos um país com crianças felizes, onde suas condições de vida lhes propiciem a sua felicidade e a de sua família. Não queremos crianças felizes apenas por um momento passageiro, de duração do tempo do visitador,

> enquanto sua família sucumbe à pobreza, à fome, à violência estrutural, ao desemprego, aos salários baixos ou ao não salário, ao não acesso aos serviços de saúde e educação infantil (CFESS, 2017, p. 2).

O programa prevê que os visitadores sociais passarão por capacitação de noções básicas de serviço social e após serão considerados capacitados para realizar os atendimentos presenciais semanalmente às famílias inseridas. O CFESS (2017) questiona qual o significado de "noções básicas de serviço social", qual o conteúdo da capacitação e qual a abordagem da intervenção junto às famílias.

Andrade e Ferreira (2019) alertam que a composição dos profissionais é mais um aspecto conservador do programa, que leva à desprofissionalização das políticas sociais, ao passo que os visitadores possuem nível médio de escolaridade. "Com isso, concorre-se ao equívoco de acreditar que a "boa vontade", o voluntariado e/ou o apelo ao assistencialismo são suficientes para identificar e redimensionar as expressões da questão social postas na realidade concreta." (ANDRADE; FERREIRA, 2019, p. 8). Para além de executar, projetar, implementar e operacionalizar direitos, as políticas sociais exigem profissionais que se baseiem nas dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa e que possuam olhar crítico-analítico propiciado por esse tripé.

Assim, em tempos de desmonte da política social, em que o governo federal desejava reduzir cerca de 50% do orçamento destinado à assistência social em 2019 (BRASIL, 2018), fruto do congelamento dos gastos públicos, cabe indagar se políticas restritas seriam mesmo capazes de proporcionar às crianças e famílias a ideia subjetiva de felicidade trazida pelo nome do programa, pois, na ótica do direito, é fundamental garantir a esses sujeitos o acesso ao conjunto de serviços sociais de qualidade, e aos direitos contidos na Constituição Federal de 1988, na seguridade social e na Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948.

Sposati (2017), pontua claras evidências que ligam o Programa Criança Feliz às primeiras políticas sociais, como o caráter higienista das políticas que procuravam ensinar as mães a cuidarem dos seus filhos, além de submeter as mães ao papel do cuidado, estimulando a busca de expressões do amor materno.

> A ausência de articulações potentes que envolvam responsabilidades públicas na garantia de direitos e proteção integral a crianças e adolescentes poderão trazer marcas paradoxais ao PCF como a de ferramenta de criminalização da pobreza, culpabilização das famílias pelas suas necessidades, subordinação da mulher, e pior, fragilização de direitos à proteção integral de crianças e adolescentes (SPOSATI, 2017, p. 530).

O trabalho com famílias sempre foi central na assistência social, pois é preciso trabalhar em conjunto com elas para que possam superar as situações que originaram as suas demandas sociais e econômicas, mas, é preciso cuidado para que a ação profissional não culmine na responsabilização da família por sua condição, como afirma Mioto, Campos e Carloto (2015)

> O desenvolvimento do processo de responsabilização das famílias nas suas diferentes formas ocorre a partir de determinadas condições que dão sustentabilidade à direção desse processo. Entre essas condições merece destaque a indução desse processo pela conformação da própria política social. Ou seja, a política social na sua postulação e na sua conformação já prevê a incorporação da família no campo da proteção social (MIOTO; CAMPOS; CARLOTO, 2015, p. 152).

Sposati (2017) corrobora com essa perspectiva destacando que o Programa Criança Feliz foca na figura da mulher/mãe como responsável exclusiva pelo cuidado da criança, não mencionando o papel da figura paterna, o que viola o conceito de igualdade e de família extensa, além das dinâmicas das crianças em situação de vulnerabilidade. Para que houvesse avanços significativos para as mulheres/mães, o programa deveria propor creches, escolas em tempo integral, emprego que garanta tempo de amamentação, entre outras políticas públicas capazes de proporcionar sua autonomia.

> É limitado considerar que tudo se resolve no interior da moradia ou que são as pessoas, individualmente, que determinam o cuidado com a gestação e com a criança. Cuidar de pessoas não significa apenas cuidar de crianças, mas também mães, pois, uma mãe que tem na divisão de tarefas e cuidados o Estado como seu aliado, será muito mais feliz e criará filhos felizes (SPOSATI, 2017).

Andrade e Ferreira (2019), atentam para outro aspecto presente no Programa Criança Feliz

que se refere à proposição de que, ao se estimular a criança na primeira infância, favorece a possibilidade de ascensão profissional, que possibilitará a superação de pobreza daquela família. Esse trato da questão social recai na culpabilização do sujeito pela sua condição social por responsabilizá-lo por "promover sua elevação profissional, econômica e social, contribuindo para a naturalização da barbárie social por meio de mecanismos de alienação e coisificação dos indivíduos" (FERREIRA; ANDRADE, 2019, p. 8).

Em consonância com o período de grandes regressões, as eleições presidenciais de 2018 representam uma derrocada do ponto de vista social, pois o governo eleito simboliza o ultraneoliberalismo e para além dele, o conservadorismo que se fortalece ainda mais na sociedade brasileira a partir de então, sendo cada vez maior a ocorrência de perseguições a professores e reitores de universidades, repressão a movimentos sociais (CISLAGHI, 2020), entre outros fatos, que demonstram o caráter opressor desse governo.

> Com isso venceu as eleições um projeto cunhado por Demier (2019) de semibonapartismo ultraneoliberal abertamente reacionário à frente do Estado que, desde então, atua para o aprofundamento do ataque aos direitos sociais (com uma nova e profunda contrarreforma a Previdência Social como ápice até o momento), o cerceamento de liberdades civis e democráticas, tentativas de censura às instituições de ensino e pesquisa, uma ainda maior escalada de violência estatal contra pobres, negros, indígenas e movimentos sociais, o fortalecimento das milícias (CISLAGHI, 2020, p. 07).

Yazbek (2020) pontua que retrocesso, regressão e desmonte são algumas das características da Política de Assistência Social na atualidade, que colocam em risco as bases do Sistema Único de Assistência Social e dos direitos já conquistados. O desfinanciamento da política de assistência social, agravada pela Emenda Constitucional nº 95 desqualifica os direitos e impossibilita os serviços de se manterem. Como reflexo desse período, da consequente falta de investimento nesse âmbito, diminuiu-se o número de trabalhadores da assistência social, o que torna deficitários os serviços, programas e projetos do Sistema Único da Assistência Social (SUAS), sobrecarregando outras políticas públicas que também passam pelo mesmo processo de precarização.

Torna-se importante salientar que, para que o Programa Criança Feliz fosse capaz de promover o desenvolvimento das crianças e famílias em vulnerabilidade social em sua totalidade, seria necessário ampliar a concepção de política social e pensar em enfrentamentos articulados para que crianças, mulheres, deficientes, e vários outros segmentos da sociedade, tenham garantidos os seus direitos sociais, econômicos e políticos.

Considerando nesse estudo essa perspectiva intersetorial, em relação à saúde, Mendes e Carnut (2018) afirmam que a Emenda Constitucional 95/2016 impõe à saúde pública sua desestruturação e privatização crescente, projetando que em 20 anos o SUS perderá R$415 bilhões do seu orçamento.

Estudo da Fundação Owsaldo Cruz (FIOCRUZ, 2019), ressalta que a Emenda Constitucional 95 fere o núcleo de direito à saúde pelo fato de os cortes provocados pela emenda trazer à realidade brasileira, até 2036, danos irreparáveis à saúde das pessoas, ferindo o núcleo de direitos fundamentais, previstos na Constituição, sendo o SUS já é um sistema subfinanciado e insuficiente desde o seu estabelecimento.

> Não há matemática nem lógica que dê conta de desmentir a afirmação de que haverá redução de serviços: "congelado" o piso federal no valor de 15% da receita corrente líquida de 2017, atualizado anualmente tão somente pela variação do IPCA/IBGE, a despesa *per capita* em saúde terá queda em razão da mudança do cálculo do seu piso; a população continuará a crescer e a envelhecer, as tecnologias se renovarão, idem a farmacologia e os materiais e insumos médicos, e certamente haverá disputa entre quem será atendido ou não, como já tem sido frequente nos dias de hoje, onde, diuturnamente, os profissionais de saúde lidam com a questão das escolhas trágicas (FIOCRUZ, 2019).

Em consonância com as crescentes contrarreformas, o Senado Federal aprovou a lei 4.162/2019 que versa sobre a privatização do setor de saneamento básico brasileiro. A proposta prevê que, até 2022, serviços de distribuição de água, coleta e tratamento de esgoto e resíduos possam ser privatizados, transformando a água em mercadoria e propriedade privada. Essa proposta visivelmente aprofunda a desigualdade social, visto que 48% da população brasileira não tem acesso

a coleta de esgoto (Senado, 2019), e esse número deve ser aprofundado se a proposta se concretizar. Essa é uma crescente tendência em tempos de privatização estimulada pelo neoliberalismo.

Além dos dados já apresentados, estudo recente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2020), revela que entre 2017 e 2018, dos 68,9 milhões de domicílios no Brasil, 36,7% (o equivalente a 25,3 milhões) estavam com algum grau de insegurança alimentar, que referisse ao nível de acesso e a disponibilidade de alimentos. Se uma família não tem acesso regular e permanente à alimentação, em quantidade e qualidade adequadas, ela está em situação de insegurança alimentar. Esse estudo revela que os dados relativos à insegurança alimentar estão abaixo dos dados de 2004, o que revela que a agenda implantada a partir de 2015 aprofunda a pobreza, e a miséria é uma condição cada vez mais presente na realidade contemporânea.

Compõe esse cenário de retrocesso, a Política Nacional de Educação Especial (PNEE), que tem como objetivo flexibilizar os sistemas de ensino, na oferta de classes e escolas comuns inclusivas, classes e escolas especiais, classes e escolas bilíngues de surdos, segundo as demandas específicas dos estudantes (BRASIL, 2020). A escolha de qual instituição matricular os filhos fica delegada aos pais.

Essa política fere a Constituição Federal que garante a inclusão das pessoas com deficiência, por retirar a obrigação da escola ser inclusiva, colocando a cargo da família a escolha de onde quer que o filho estude. A luta pela inclusão de pessoas com deficiência decorre de longos anos e sempre foi um desafio para as famílias e educadores, sendo a promoção da condição de igualdade e a educação por meio de um sistema educacional inclusivo já previstas na Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), (BRASIL, 2015).

Assim, evidencia-se que são necessárias políticas que garantam profissionais capacitados, escolas adequadas e acessíveis para que o direito à educação seja garantido. Na contramão, a PNEE contribui para a segregação, outro fator que remonta às velhas políticas sociais e que são estimuladas pelo conservadorismo crescente.

Em conformidade, Yazbek (2018) afirma que as políticas sociais na atualidade têm servido para manter e controlar a pobreza e potencializar a legitimação do Estado. Há assim, uma parcela da população que se encontra apenas no nível da sobrevivência. Como expresso nesse trabalho, na realidade capitalista, visualiza-se a tendência de focalização, descentralização e privatização no âmbito de toda política social, sendo esses traços identificados no Programa Criança Feliz pela retomada do primeiro-damismo, assistencialismo e filantropia.

Ressalta-se que, promover o desenvolvimento humano não é possível a partir apenas de um programa como o Programa Criança Feliz, mas que o fortalecimento da Política de Assistência Social enquanto política pública assegurada como um direito se faz necessário em tempos de regressão do direito, articulada com o fortalecimento das diversas outras políticas, na perspectiva do enfrentamento intersetorial para que as demandas da população, no âmbito dessa sociabilidade, sejam atendidas em sua totalidade, na direção da garantia e ampliação dos direitos.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A compreensão da política social tal qual se encontra na atualidade deve considerar a herança histórica de uma sociedade marcada pela exploração e desigualdade de classe, fatores intrínsecos ao sistema capitalista e a governos ultraneoliberais e conservadores.

A história de constituição do Sistema Único da Assistência Social (SUAS) é permeada pela contradição entre valores e tendências conservadoras e emancipatórias, o que torna fundamental o fortalecimento dessa política e das lutas em sua defesa, do seu caráter de política pública, sob princípios universais dos direitos e da cidadania.

O projeto neoliberal tem aprofundado o processo de focalização, privatização e descentralização, com ênfase maior na responsabilização da sociedade civil, que tem levado à regressão no campo dos direitos sociais já conquistados, além de afetar a qualidade das políticas sociais atuais que remetem aos motes assistencialistas e filantrópicos das protoformas dessas políticas, como os identificados na criação do Programa Criança Feliz. Visualiza-se que o retrocesso, regressão e desmonte são alguns dos ataques sofridos pela Política de Assistência Social na atualidade, que colocam em risco as bases do Sistema Único de Assistência Social.

Considera-se que o Programa Criança Feliz implantado sem as discussões necessárias com as categorias profissionais que fazem parte da intersetorialidade do programa, assim como com a população usuária desses serviços, é reflexo da arbitrariedade e conservadorismo crescente na sociedade brasileira, que acarreta a regressão e destituição, além de afetar a qualidade, o alcance e

a efetividade das políticas públicas e sociais.

O estudo apontou características como romantizar a infância, o assistencialismo, e o não enfrentamento das diversas expressões da questão social vivenciadas por essas famílias, em que diariamente têm direitos negados e negligenciados. O atendimento às necessidades básicas dessas crianças e suas famílias, que garanta seu desenvolvimento e felicidade passa pela garantia de acesso a emprego, remuneração digna, moradia, alimentação adequada, saúde, educação, assistência social, lazer, cultura, segurança, entre outros serviços de qualidade que promovam efetivamente o desenvolvimento humano das famílias.

Dessa forma, cabe ao conjunto da sociedade, vislumbrando uma outra sociabilidade, enfrentar essas tendências coletivamente, para assegurar que suas demandas sociais sejam atendidas, pois as políticas públicas, e consequentemente as sociais, enfim, as condições de existência, se estabelecem a partir da correlação de forças imbricadas em cada período e contexto histórico.

5 REFERÊNCIAS

ANDRADE, Liliane Gomes de Abrantes.; FERREIRA, Vannessa Carla Karla Lima. POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO GOVERNO TEMER: CRIANÇA FELIZ PARA QUEM? Broseguini Bonino, Brasília, 30 de out a 3 de nov 2019. Disponível em: https://broseguini.bonino.com.br/ojs/index.php/CBAS/article/view/1329/1298. Acesso em: 17 set 2020.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS AUDITORES FISCAIS DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL. **Precisamos falar sobre a DRU.** Disponível em: https://www.anfip.org.br/artigo-clipping-e-imprensa/precisamos-falar-sobre-a-dru/. Acesso em: 17 out 2020.

BEHRING, Elaine Rossetti. Acumulação capitalista, fundo público e Política Social. *In:* BOSCHETTI, Ivanete. et al. **Política Social no Capitalismo: Tendências Contemporâneas.** 2. ed. São Paulo: Cortez, 2009. cap. 2, p. 44-63.

_____. **Fundamentos de Política Social.** 2006. Disponível em: http://www.fnepas.org.br/pdf/servico_social_saude/texto1-1.pdf. Acesso em: 10 jan 2020.

BEHRING, Elaine Rossetti.; BOSCHETTI, Ivanete. Política Social: fundamentos e história. **Cortez**, São Paulo, v. 2. 2011.

BOSCHETTI, Ivanete. A seguridade social na América Latina. *In:* BOSCHETTI, Ivanete. et al. **Política Social no Capitalismo: Tendências Contemporâneas.** 2. ed. São Paulo: Cortez, 2009. cap. 8, p. 174-195.

BRASIL. Diário Oficial da União. **Decreto-lei nº 8.869, de 5 de outubro de 2016 institui o Programa Criança Feliz**. Diário Oficial da República Federativa do Brasil**,** Brasília, DF, 5 out. 2016. Seção 1. Disponível em: https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/21292775/do1-2016-10-06-decreto-n-8-869-de-5-de-outubro-de-2016-21292718. Acesso em: 20 jul 2020.

_____. Diário Oficial da União. **Portaria Interministerial nº1, de 4 de abril de 2018.** Disponível em: **https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/9380492/do1-2018-04-06-portaria-interministerial-n-1-de-4-de-abril-de-2018-9380488.** Acesso em: 16 set 2020.

_____. Diário Oficial da União. **Resolução nº 20, de 13 de setembro de 2018.** Brasília, DF, 19 de set 2018. Disponível em: https://maissuas.files.wordpress.com/2018/09/resoluccca7acc83o-nc2ba-20-de-13-de-setembro-de-2018-recomposiccca7acc83o-orccca7amento.pdf. Acesso em: 15 de jan 2020.

_____. Ministério da Cidadania. **O Criança Feliz.** Disponível em: https://www.gov.br/cidadania/pt-br/acoes-e-programas/crianca-feliz#:~:text=O%20Crian%C3%A7a%20Feliz&text=Este%20ano%2C%20o%20programa%20da,domiciliar%20para%20a%20primeira%20inf%C3%A2ncia. Acesso em: 15 set 2020.

_____. Ministério da Cidadania – Secretaria Especial de Atenção à Primeira Infância. **A secretaria.** Disponível em: https://www.gov.br/cidadania/pt-br/composicao/orgaos-especificos/desenvolvimento-

social/SNAPI. Acesso em: 15 set 2020.

_____. Ministério da Cidadania – Secretaria Especial do Desenvolvimento Social. **Criança Feliz.** Disponível em: http://mds.gov.br/assuntos/crianca-feliz/crianca-feliz/conheca-o-programa. Acesso em: 21 jul 2020.

_____. Ministério da Educação. **Governo lança Política Nacional de Educação Especial.** Disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/governo-lanca-politica-nacional-de-educacao-especial. Acesso em: 04 out 2020.

_____. Planalto. **Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993.** Brasília, DF, 1993. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8742.htm. Acesso 09 janeiro 2020.

_____. Planalto. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015.** Brasília DF, 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 04 out 2020.

_____. Senado. **Art.6º**. Disponível em: https://www.senado.leg.br/atividade/ const/con1988/con1988_26.06.2019/art_6_.asp. Acesso em 08 janeiro 2020.

_____. Senado. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF, 1988. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/508200/CF88_EC85.pdf?sequence=1. Acesso em: 10 set 2020.

_____. Senado. **Superávit primário.** Brasília, DF. Disponível em: https://www12.senado.leg.br/noticias/entenda-o-assunto/superavit. Acesso em: 16 set 2020.

_____. Senado. **Art.6º**. Disponível em: https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/con1988_26.06.2019/art_6_.asp. Acesso em 08 janeiro 2020.

_____. Senado. **Brasil tem 48% da população sem coleta de esgoto, diz Instituto Trata Brasil.** Disponível em: https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2019/09/25/brasil-tem-48-da-populacao-sem-coleta-de-esgoto-diz-instituto-trata-brasil. Acesso em: 20 set 2020.

CISLAGHI, Juliana Fiuza. **Parte III: O ultraneoliberalismo e a política dos ressentidos.** 25 jun 2020. Disponível em: https://esquerdaonline.com.br/2020/06/25/parte-iii-o-ultraneoliberalismo-e-a-politica-dos-ressentidos/. Acesso em: 21 jul 2020.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Por que dizer não ao Programa Criança Feliz.** Brasília, DF, 7 de março de 2017. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/2017-NotaPublicaCFESS-NaoAoProgramaCriancaFeliz.pdf. Acesso em: 18 set 2020.

_____. **Primeiro-damismo, voluntariado e a felicidade da burguesia brasileira.** Brasília, DF, 2016. Disponível em: http://www.cfess.org.br/visualizar/noticia/cod/1301. Acesso em: 18 set 2020.

FALEIROS, Vicente de Paula. **O que é política social.** São Paulo: Brasiliense, 2013. 5ª reimpressão da 5ª ed. de 1991.

Fundação Oswaldo Cruz. **Emenda Constitucional 95 fere o núcleo de direito à saúde.** Disponível em: http://www.cee.fiocruz.br/?q=Emenda-Constitucional-95-fere-o-nucleo-essencial-do-direito-a-saude. Acesso em: 12 set 2020.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **POF 2017-2018: proporção de domicílios com segurança alimentar fica abaixo do resultado de 2004.** Disponível em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/28896-pof-2017-2018-proporcao-de-domicilios-com-seguranca-alimentar-fica-abaixo-do-resultado-de-2004. Acesso em: 19 set 2020.

JUNIOR, Armando Boito.; BERRINGER, Tatiana. Brasil: classes sociais, neodesenvolvimentismo e política externa nos governos Lula e Dilma. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, 2013. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S0104-44782013000300004. Acesso em: 17 out 2020.

LIMA, Joseane Barbosa de. As instituições sem fins lucrativos no âmbito do Sistema Único de Saúde: complementaridade invertida e privatização. Broseguini Bonino, Brasília, 30 de out a 3 de nov 2019. Disponível em: https://broseguini.bonino.com.br/ojs/index.php/CBAS/article/view/1631/1593. Acesso em 11 set 2020.

MENDES, Aquilas.; CARNUT, Leonardo. Capitalismo contemporâneo em crise e sua forma política: o subfinanciamento e o gerencialismo na saúde pública brasileira. **Revista Serviço Social e Sociedade,** São Paulo, 2018. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010412902018000401105&tlng=p. Acesso em: 13 set 2020.

MIOTO, Regina Célia Tamaso.; CAMPOS, Marta Silva.; CARLOTO, Cássia Maria. **Familismo direitos e cidadania: contradições da política social.** São Paulo: Cortez, 2015.

NOMERIANO, Aline Soares. **Da profissionalização à desprofissionalização? Desafios e perspectivas do serviço social na contemporaneidade.** Disponível em: https://doi.org/10.22422/temporalis.2019v19n37p65-83. Acesso em: 15 set 2020.

PEREIRA, Potyara Amazoneida Pereira. Discussões conceituais sobre política social como política e direito de cidadania. *In:* BOSCHETTI, Ivanete. et al. **Política Social no Capitalismo: Tendências Contemporâneas.** 2. ed. São Paulo: Cortez, 2009. cap. 4, p. 87-108.

_____. **Necessidades humanas: subsídios à crítica dos mínimos sociais.** São Paulo: Cortez, 2002.

RAICHELIS, Raquel; VICENTE, Damares; ALBUQUERQUE, Valéria. A nova morfologia do trabalho no serviço social. **Cortez,** São Paulo, 2018.

SALVADOR, Evilasio. Fundo público e políticas sociais na crise do capitalismo. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 104, out/dez 2010. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282010000400002&lng=pt&tlng=pt. Acesso em: 21 jul 2020.

SANTOS, Lenir. A natureza jurídica pública dos serviços de saúde e o regime de complementariedade dos serviços privados à rede pública do Sistema Único de Saúde. **Revista Serviço Social e Sociedade,** São Paulo, julho-setembro 2015. Disponível em: https://www.scielosp.org/article/sdeb/2015.v39n106/815-829/. Acesso em: 10 set 2020.

SPOSATI, Aldaíza. Transitoriedade da felicidade da criança brasileira. **Revista Serviço Social e Sociedade,** São Paulo, n. 130, set./dez. 2017. Disponível em: https://www.scielo.br/pdf/sssoc/n130/0101-6628-sssoc-130-0526. Acesso em: 16 jan 2020.

YAZBEK, Maria Carmelita. Entrevista. **Temporalis**, Brasília (DF), ano 20, n. 39, p. 257-266, jan./jun. 2020. Disponível em: 10.22422/temporalis.2020v20n39p257-266. Acesso em: 27 set 2020.

_____. Serviço Social, Questão Social e Políticas Sociais em tempos de degradação do trabalho humano, sob o domínio do capital financeiro. **Revista Serviço Social e Sociedade,** Londrina, jul./dez. 2018. Disponível em: 10.5433/1679-4842.2018v21n1p183. Acesso em: 01 out 2020.

POLÍTICAS PÚBLICAS DE SANEAMENTO – DESAFIOS PARA A UNIVERSALIZAÇÃO DIANTE DO NOVO MARCO LEGAL – LEI 14.026/2020

PUBLIC SANITATION POLICIES - CHALLENGES FOR UNIVERSALIZATION BEFORE THE NEW LEGAL FRAMEWORK - LAW 14.026 / 2020

Área temática: Desenvolvimento Regional

CINTRA JÚNIOR, Welton A.
Uni-facef
Administrador Público, Especialista em Gestão Pública Municipal
weltonacj@sabesp.com.br

COMPARINI, João B.
Uni-Facef
Doutor em Engenharia Civil – Professor Uni-Facef
jcomparini@facef.br

MACHADO NETO, Alfredo José
Uni-Facef
Doutor em Administração – Vice-Reitor Uni-Facef
alfredo@facef.br

Resumo

Este artigo objetiva analisar as políticas públicas de saneamento básico atualmente existentes e/ou vigentes, as dificuldades destas para o atingimento da universalização no setor, a continuidade das mesmas em face da recente aprovação da lei 14.026/2020 que atualiza o marco legal do setor, tendo por base a pesquisa bibliográfica, visando identificar pontos convergentes das mesmas, suas interações e falhas. A premissa do estudo é que por mais diversificadas que sejam estas políticas públicas, na maioria dos casos não conseguem atingir seus objetivos e beneficiar as populações que delas dependem de um modo geral.
PALAVRAS-CHAVE: Saneamento, Políticas Públicas, Universalização, Marco-Legal.

Abstract

This article aims to analyze the public policies of basic sanitation currently existing and / or in force, their difficulties in achieving universalization in the sector, their continuity in the face of the recent approval of Law 14.026 / 2020 that updates the sector's legal framework, having based on bibliographic research, aiming to identify converging points of them, their interactions and failures. The premise of the study is that however diverse these public policies may be, in most cases they are unable to achieve their objectives and benefit the populations that depend on them in general.
KEYWORDS: Sanitation, Public Policies, Universalization, Legal Framework.

1 INTRODUÇÃO

A recente aprovação da Lei 14.026 em 14 de julho de 2020 mantém muitas incertezas para o setor, com o novo modelo de contratação dos serviços de saneamento, onde contratos de programas, convênios ou parcerias são expressamente vedados em seu art. 10º, apesar de garantir o cumprimento dos atuais contratos em vigência.

Uma das preocupações do setor seria a de que pequenas comunidades, cujo retorno financeiro é nulo ou negativo, não atrairiam o interesse da iniciativa privada, comunidades estas que atualmente são beneficiadas pelo chamado “subsídio cruzado” onde as grandes cidades que são superavitárias financeiramente, cobrem os possíveis prejuízos destas pequenas comunidades. Com o propósito de cobrir esta lacuna a Lei 14.026/2020 estabelece mecanismos de prestação regionalizada dos serviços, agrupando os municípios em regiões metropolitanas, unidades de saneamento e blocos de referência.

A questão do saneamento básico no Brasil tem se apresentado como um grande problema,

com grandes déficits de cobertura dos serviços, principalmente nas localidades mais afastadas dos grandes centros e nas periferias das grandes cidades. A busca por Políticas Públicas que consigam mitigar este problema é uma constante em quase todos os governos sejam Municipais, Estaduais ou o Federal. Com as devidas exceções, mesmo na exceção Região Sudeste, o propósito da universalização dos serviços de saneamento, chamados básicos, ainda está longe de ser alcançado.

2 SANEAMENTO BÁSICO NO BRASIL

Os números do saneamento no Brasil, principalmente no tocante a distribuição de água e esgotamento sanitário, são motivo de preocupação dos governantes nas três esferas de poder, Federal, Estadual e Municipal, pois os mesmos, em muitos casos, ainda são bastante insuficientes. Atualmente, segundo dados do Sistema Nacional de Informações dos Saneamento – SNIS, quase 40 milhões de brasileiros não tem acesso á água potável e mais de 100 milhões não tem esgotamento sanitário (vide quadro 1). Estes números levaram a criação da lei 14.026 de 14 de julho de 2020 – conhecida como o Novo Marco Legal do Saneamento, que vem alterar a lei 11.445/07 que regulava o setor.

Tabela 1 – Totais - abastecimento de água e coleta de esgoto

Região	população total estimada em 2018	População total atendida com abastecimento de água	Total de ligações de água	População *sem* abastecimento de água	% da população *sem* abastecimento de água	População total atendida com esgotamento sanitário	Total de ligações de esgoto	População *sem* esgotamento sanitário	% da população *sem* esgotamento sanitário
Brasil	208.494.900	169.085.425	57.167.050	39.409.475	18,90%	107.431.573	32.529.045	101.063.327	48,47%
Região sudeste	87.711.946	79.205.226	23.746.921	8.506.720	9,70%	68.928.444	19.782.374	18.783.502	21,41%
Região Norte	18.182.253	8.827.538	2.237.409	9.354.715	51,45%	1.623.356	426.671	16.558.897	91,07%
Estado de São Paulo	45.538.936	43.547.974	13.505.507	1.990.962	4,37%	40.660.922	12.024.489	4.878.014	10,71%
Franca	350.400	350.400	131.204	0	0%	349.071	129.542	1.329	0,38%

Elaborado pelo autor **Fonte:** SNIS 2018

O princípio da universalidade pressupõe que o saneamento é um direito e que, portanto, todos os brasileiros e todas as brasileiras devem ter acesso aos serviços, sem qualquer distinção de classe, gênero, cor da pele e outras (BRASIL, 2014; PAIM, 2011). Sendo um direito de todos os brasileiros, este princípio é apontado em quase todas as políticas públicas do setor de saneamento e também em quase todos os planos municipais de saneamento, porém, grande parte dos municípios do país não alcançou seus objetivos.

> Não é necessário descrever que existe um candente problema sanitário no país, identificado *ictu oculi*. Basta ver a periferia das grandes cidades brasileiras para se ter a certeza de que o sistema vigente não está conseguindo resolver o problema, que é básico para o desenvolvimento humano (SCAFF 2020, p. 1)

A nova lei 14.026/20 surgiu com o objetivo de solucionar esta equação, segundo BELCHIOR (2020), sendo seu intuito a universalização dos serviços até 31/12/2033, com 99% de cobertura de água e 90% de coleta e tratamento de esgotos (art. 10-B e art.11-B lei 11.445/2007). Seus objetivos, em uma primeira vista, são bastante desafiadores, bastando olhar os números de cobertura atuais, tanto em distribuição de água de qualidade, quanto em coleta e tratamento de esgotos, cujos valores em se tratando de Brasil pouco ultrapassaram o atendimento à metade da população do país. A Região Norte do país, por exemplo, sequer atingiu a metade da população com abastecimento de água, e na questão de esgotamento sanitário menos de 10% da população possui acesso a este serviço. Mas o problema não está presente apenas nas regiões mais pobres do país. Mesmo na Região Sudeste, com exceção do Estado de São Paulo, os demais estados também possuem números preocupantes com relação ao esgotamento sanitário (Espírito Santo 54,91% - Rio de Janeiro 64,75%). A Região Sul, também considerada como rica, possui números baixos neste quesito: Santa Catarina possui apenas 23,62% da população com acesso a esgotamento sanitário; e o Rio Grande do Sul apenas 31,77% (vide quadro 2). Isto demonstra que o problema é estrutural e existe por todo o território nacional. Mesmo em ilhas mais avançadas como o Estado de São Paulo, restam 10,71% (4,87 milhões) da população que ainda não possui acesso a este importante serviço,

cidades como Santana de Parnaíba (136.517 hab.) com 44,03% de coleta, Várzea Grande Paulista (51.702 hab.) 33,49% de coleta e Cotia (244.694 hab.) com 53,01% de coleta, demonstram que o problema de saneamento no país, principalmente no que tange ao esgotamento sanitário, está presente em todas as regiões brasileiras. Segundo o Instituto Trata Brasil diariamente são despejados 5715 piscinas olímpicas de esgoto *in natura* na natureza.

A nova lei altera o modelo de concessões impedindo a utilização de contratos de programas, convênios, termos de parceria ou outros, que até então eram os principais dispositivos utilizados principalmente pelas companhias estaduais, permitindo somente o modelo de licitação conforme art. 175 da constituição (Art. 10-A da lei 11.445/2007). Esta nova e única modalidade traz a iniciativa privada em igualdade de condições, retirando das Companhias estaduais qualquer preferência pela concessão dos serviços. É neste contexto que a Lei nº 14.026/20 pretende prover de recursos o setor de saneamento, que, de acordo com o Instituto Trata Brasil com base no PLANSAB de 2017, previu que seriam necessários investimentos de 304 bilhões de reais no setor e 20 anos para atingirmos a universalização dos serviços. Números mais recentes indicam a necessidade de injeção de 600 bilhões a 700 bilhões de reais para atingir-se a universalização.

Tabela - 2 – População atendida por região

Região	Estado	AG001 - População total atendida com abastecimento de água	ES001 - População total atendida com esgotamento sanitário	POP_TOT - População total do município do ano de referência (Fonte: IBGE):	% Agua	% Esgoto
Norte	Estado do Acre	409.168	82.178	869.265	47,07%	9,45%
	Estado do Amazonas	2.272.355	279.053	4.080.611	55,69%	6,84%
	Estado do Pará	3.292.958	369.398	8.513.497	38,68%	4,34%
	Estado do Amapá	289.541	59.258	829.494	34,91%	7,14%
	Estado de Rondonia	841.296	83.131	1.757.589	47,87%	4,73%
	Estado de Roraima	469.711	297.889	576.568	81,47%	51,67%
	Estado de Tocantins	1.252.509	446.649	1.555.229	80,54%	28,72%
	Região	**8.827.538**	**1.617.556**	**18.182.253**	**48,55%**	**8,90%**
Nordeste	Estdo de Alagoas	2.323.493	664.770	3.322.820	69,93%	20,01%
	Estado da Bahia	11.776.611	5.701.375	14.812.617	79,50%	38,49%
	Estado do Ceará	5.196.441	2.243.743	9.075.649	57,26%	24,72%
	Estado do Maranhão	3.500.498	856.426	7.035.055	49,76%	12,17%
	Estado da Paraíba	2.861.171	1.391.414	3.996.496	71,59%	34,82%
	Estado do Pernanbuco	7.534.869	2.573.030	9.496.294	79,35%	27,10%
	Estado do Piaui	894.222	270.858	968.073	92,37%	27,98%
	Estado do Rio Grande do Norte	2.968.780	813.064	3.479.010	85,33%	23,37%
	Estado de Sergipe	1.978.948	579.971	2.278.308	86,86%	25,46%
	Região	**39.035.033**	**15.094.651**	**54.464.322**	**71,67%**	**27,71%**
Centro-Oeste	Distrito Federal	2.944.955	2.655.814	2.974.703	99,00%	89,28%
	Estado de Goiás	5.892.103	3.193.138	6.921.161	85,13%	46,14%
	Estado do Mato Grosso do Sul	2.359.872	1.353.148	2.748.023	85,88%	49,24%
	Estado do Mato Grosso	2.787.750	1.110.387	3.441.998	80,99%	32,26%
	Região	**13.984.680**	**8.312.487**	**16.085.885**	**86,94%**	**51,68%**
Sudeste	Estado do Espírito Santo	3.227.256	2.181.215	3.972.388	81,24%	54,91%
	Estado de Minas Gerais	17.040.052	14.974.658	21.040.662	80,99%	71,17%
	Estado do Rio de Janeiro	15.389.944	11.111.649	17.159.960	89,69%	64,75%
	Estado de São Paulo	43.547.974	40.660.922	45.538.936	95,63%	89,29%
	Região	**79.205.226**	**68.928.444**	**87.711.946**	**90,30%**	**78,59%**
Sul	Estado do Paraná	10.606.715	8.040.516	11.348.937	93,46%	70,85%
	Estado do Rio Grande do Sul	9.687.438	3.599.097	11.329.605	85,51%	31,77%
	Estado de Santa Catarina	6.285.549	1.671.170	7.075.494	88,84%	23,62%
	Região	**26.579.702**	**13.310.783**	**29.754.036**	**89,33%**	**44,74%**

Elaborado pelo autor – **Fonte** – SNIS 2020

Portanto, o chamado novo marco do saneamento estabelece metas mais ambiciosas do que as previstas em planos anteriores, o que é animador, por um lado, mas, de difícil consecução segundo especialistas do setor. A Lei nº 14.026/20 alterou os artigos 11 e 11-B da Lei nº 11.445/07 que passaram a vigorar com a seguinte redação:

> Art. 11 São condições de validade dos contratos que tenham por objeto a prestação de serviços públicos de saneamento básico:
> [...]
> § 2o Nos casos de serviços prestados mediante contratos de concessão ou de programa, as normas previstas no inciso III do caput deste artigo deverão prever:
> [...]
> IV - as condições de sustentabilidade e equilíbrio econômico-financeiro da prestação dos serviços, em regime de eficiência, incluindo:
> a) o sistema de cobrança e a composição de taxas e tarifas;
> b) a sistemática de reajustes e de revisões de taxas e tarifas;
> c) a política de subsídios;
>
> Art. 11-B Os contratos de prestação dos serviços públicos de saneamento básico deverão definir metas de universalização que garantam o atendimento de 99% (noventa e nove por cento) da população com água potável e de 90% (noventa por cento) da população com coleta e tratamento de esgotos até 31 de dezembro de 2033, assim como metas quantitativas de não intermitência do abastecimento, de redução de perdas e de melhoria dos processos de tratamento.

Em que pese o bom propósito da nova Lei, fica a dúvida da exequibilidade em atingir-se metas tão ousadas quanto às definidas considerando, de um lado, a necessidade do equilíbrio econômico financeiro a prestação dos serviços e, de outro, a baixa capacidade de pagamento de boa parte da população.

2.1 – Agencia Nacional de Águas – ANA

O Novo Marco Legal renomeia a ANA como Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico e lhe confere atribuições regulatórias para o setor de saneamento.

Belchior (2020) afirma que este novo formato regulatório, tem por princípio garantir o cumprimento dos contratos e de suas metas, ainda definir tarifas buscando o equilíbrio contratual e a sua sustentabilidade.

Agências regulatórias como a ARSESP no Estado de São Paulo já existem e têm funções semelhantes às agora atribuídas à ANA, porém, nenhuma com atuação territorial tão ampla, o que pode ser um fator complicador, em virtude das especificidades de cada estado ou região, como é o caso do saneamento.

O Novo Marco Legal institui também o CISB – Comitê interministerial de Saneamento Básico (vide art. 53-A da lei 11.445/2007), órgão competente para coordenar o Plano Nacional de Saneamento Básico e também de promover a observância das normas que porventura serão editadas pela ANA.

A remodelação da ANA com poderes para ditar normas para a regulação do setor, visando garantir serviços dentro dos princípios de continuidade, regularidade, segurança, eficiência, atualidade, generalidade, modicidade tarifária, utilização racional de recursos e, principalmente, a universalização do saneamento, é uma das principais apostas deste novo modelo que se apresenta, passa pelo estabelecimento de novos padrões, pelo cumprimento de metas estabelecidas nos diversos planos de saneamento nas esferas Federal, Estadual e Municipal.

“O objetivo do legislador é estabelecer um ambiente de segurança jurídica e regulatória, com regras claras e uniformes em todo o país, a fim de que possa atrair investimentos para o setor e contribuir com a universalização dos serviços públicos” (ANTUNES e D’OLIVEIRA, 2020, pag. 7). A ausência de normas de referência e o fato de ser uma legislação extremamente recente pode vir a ser um fator complicador para a regulação do setor por parte da ANA.

Para Scaff (2020) a ANA sai fortalecida após a publicação desta lei, pois poderá regular os mais de 700 bilhões de reais esperados de investimento públicos e privados, pelas projeções oficiais, nos próximos 14 anos.

2.2 – Políticas Públicas de Saneamento.

Afirma Belchior (2020), que o Novo Marco do Saneamento traz em seu art. 48 diretrizes de longo prazo, estabelecendo padrões a serem utilizados na formulação de políticas públicas no âmbito do governo Federal, que deverão ser direcionadas para ampliação de investimentos públicos rumo à universalização dos serviços de saneamento.

Nos âmbitos Estadual e Municipal, deve-se ainda aguardar os primeiros passos dessa nova legislação, haja vista que as atuais políticas foram todas elaboradas e pensadas sob a vigência legal do modelo anterior, portanto ainda é muito cedo para qualquer conclusão ou análise de políticas públicas considerando a lei 14.026/20.

Para Belchior (2020) o Novo Marco Legal vai assegurar a possibilidade de controle da sociedade no tocante às políticas públicas e à prestação de serviços, com a participação em audiências públicas realizadas pela ANA, bem como a participação nos órgãos colegiados.

2.3 – Alguns Pontos Relevantes da Lei 14.026/20.

Não obstante as dúvidas de como se comportará o setor de saneamento sob a égide da Lei 14.026/20, alguns dispositivos nela estabelecidos merecem destaque, tais como:

- Previsão nos contratos de metas de expansão dos serviços, de redução de perdas na distribuição de água tratada, de qualidade na prestação dos serviços, de eficiência e de uso racional da água, da energia e de outros recursos naturais, do reuso de efluentes sanitários e do aproveitamento de águas de chuva, em conformidade com os serviços a serem prestados;
- A obrigatoriedade da existência de plano de saneamento básico, da existência de estudo que comprove a viabilidade técnica e econômico-financeira da prestação dos serviços, nos termos estabelecidos no respectivo plano de saneamento básico, a existência de metas e cronograma de universalização dos serviços de saneamento básico, e as condições de sustentabilidade e equilíbrio econômico-financeiro;
- A autoridade ambiental competente assegurará prioridade e estabelecerá procedimentos simplificados de licenciamento para as atividades de saneamento básico;
- A alocação de recursos públicos federais e os financiamentos com recursos da União ou com recursos geridos ou operados por órgãos ou entidades da União serão feitos em conformidade com as diretrizes e objetivos estabelecidos nesta Lei e com os planos de saneamento básico e condicionados: ao alcance de índices mínimos de desempenho na gestão técnica, econômica e financeira dos serviços; eficiência e eficácia na prestação dos serviços públicos de saneamento básico; à observância das normas de referência para a regulação da prestação dos serviços públicos de saneamento básico expedidas pela ANA; a possibilidade de atendimento de núcleos urbanos formais, informais e informais consolidados, passíveis de serem objeto de Regularização Fundiária Urbana.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Fica claro que a promulgação da lei 14.026 de 14 de julho de 2020, o chamado Novo Marco Legal do Saneamento, tenta solucionar ou equacionar o problema do saneamento, ou melhor dizendo o problema da falta de saneamento no país. Scaff (2020, pag. 1) afirma, “Porém o que se identifica no caso do saneamento é que ao longo de várias décadas a trajetória das decisões políticas não tornou efetiva a universalização seja ela via direta do Poder Público ou de suas empresas.” Esta afirmação pode ser aceita como válida para a maior parte do país, porém quando se fala de empresas estaduais, é importante destacar o sucesso de casos como o da Sabesp no Estado de São Paulo. Na quase totalidade dos municípios em que ela atua a universalização é uma realidade. De outro lado, deve ser levado em conta que, na maior parte do país, as empresas estaduais também não conseguiram atingir os índices necessários para a universalização. É neste cenário que surge a nova lei.

Segundo Antunes e D’Oliveira (2020) o legislador teve a clara intenção de resolver de uma vez por todas os problemas do saneamento, mas tudo leva a crer que as metas estabelecidas para o final de 2033 não serão cumpridas, e a própria lei já aponta a possibilidade de dilação deste prazo até o início do ano de 2040.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A promulgação desta nova lei traz muitas incertezas, e ainda será motivo de muitas discussões a sua pretensão de fazer com que os serviços de saneamento no Brasil estejam universalizados até o final do ano de 2033. Tal meta mostra-se um tanto desafiadora, como demonstram os mais diversos estudos sobre o assunto e ainda existem outros problemas que devem ser levados em consideração, principalmente os vetos presidenciais à mesma, mais especificamente quanto ao art. 16 da lei.

> "**Art. 16** – Os contratos de programa vigentes e as situações de fato de prestação dos serviços públicos de saneamento básico por empresa pública ou sociedade de economia mista, assim consideradas aquelas em que tal prestação ocorra sem a assinatura, a qualquer tempo, de contrato de programa, ou cuja vigência esteja expirada, poderão ser reconhecidos como contratos de programa formalizados ou renovados mediante acordo entre as partes, até 31 de março de 2022,
> **Parágrafo único**. Os contratos reconhecidos e os renovados terão prazo máximo de vigência de 30 (trinta) anos e deverão conter, expressamente, sob pena de nulidade, as clausulas essenciais previstas no artigo 10-A e a comprovação no artigo 10-B da lei 11.445, de 5 de janeiro de 2007, sendo absolutamente vedada nova prorrogação ou adição de vigência contratual".

Este artigo foi motivo de intensa negociação entre o Congresso e o Executivo, e, segundo Tojal (2020), este artigo seria uma espécie de regime de transição, principalmente para as empresas estatais que hoje são responsáveis por aproximadamente 70% dos municípios brasileiros.

O veto ao artigo em questão, provocou reação imediata no congresso, haja vista que haviam sido negociados 3 (três) vetos e ao todo ocorreram 11 (onze), e este em questão foi considerado essencial para a aprovação da lei. O veto a este artigo poderá ainda causar um óbice de amortização gradual de investimentos já realizados (nos contratos vigentes) e o consequente pagamento de enormes quantias pelo poder público, complicando sobremaneira a sua situação.

"São esses atropelos inevitavelmente objeto de judicialização mais adiante (caso o veto não seja derrubado), que acabam por gerar enorme insegurança aos investidores privados, os quais agora chamados a participar da tarefa, que não é pequena, de zerar o déficit da cobertura de saneamento." (TOJAL 2020 p.3).

Fica claro que o novo marco legal tem problemas sérios a serem resolvidos, e que muito ainda será discutido e muitas vezes judicializado, até que seja encontrado um equilíbrio para que aqueles a quem mais interessa o assunto, ou seja, a população que ainda não dispõe de serviços de saneamento, seja realmente beneficiada.

Trata-se de um assunto muito recente, sobre o qual pouco foi escrito e discutido, principalmente a respeito de quais os reais benefícios deste Novo Marco Legal do Saneamento.

O que deve se esperar é uma grande busca do judiciário para resolver questões principalmente dos contratos vigentes, seus investimentos e amortizações e de como ficará a situação principalmente das pequenas localidades e ainda mais daquelas que se encontram distantes dos grandes centros, que não deverão ser de interesse principalmente da iniciativa privada.

O que se sabe ou se espera, é que os municípios cujo saneamento encontra-se universalizado e que estão com seus contratos vencidos ou por vencer em breve, com certeza serão objeto de grande disputa, mesmo aqueles cuja universalização ainda não seja uma realidade, mas cujos investimentos para tal não sejam de grande monta, entrarão no rol de interesse de grandes empresas privadas, sejam elas nacionais ou internacionais.

Vale aqui uma pequena lembrança de que grandes cidades, por todo o mundo, que privatizaram estes serviços, tiveram que retomá-los depois de algum tempo. Esperamos que este não seja o caso do Brasil e deste novo Marco Legal do Saneamento.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Paulo de, Breves considerações sobre o novo marco regulatório do saneamento básico – Lei 14.026, de 15 de julho de 2020 – GEN Jurídico – 23 de julho de 2020
http://genjuridico.com.br/2020/07/23/marco-regulatorio-saneamento-basico/
Acesso em out/2020

BELCHIOR, Wilson S. Os Impactos do Novo Marco Legal do Saneamento (2020) Revista Consultor

Jurídico – 19 de agosto de 2020
https://www.conjur.com.br/2020-ago-19/wilson-belchior-impactos-marco-saneamento
Acesso out/2020

BRASIL, Lei nº 14.026 de 15 de julho de 2020. Atualiza o marco legal do saneamento. Legislação Federal (2020)
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2020/Lei/L14026.htm
Acesso em set/2020

BRASIL Lei 11.445, de 05 de janeiro de 2007. Diretrizes Nacionais para o Saneamento Básico. Legislação
Federal. Brasília (2007)
www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/l11445.htm
Acesso em set. 2020

IBGE, Diretoria de Pesquisas, Pesquisa Nacional de Saneamento Básico - Abastecimento de água e Esgotamento sanitário 2017
Pesquisa Nacional de Saneamento Básico
www.ibge.gov.br/cidades.ibge.gov.br/brasil/pesquisa/30/84366
Acesso em set.2020

INSTITUTO TRATA BRASIL – 10 anos da lei do Saneamento Básico
www.tratabrasil.org.br/o-que-e-saneamento
Acesso em out/2020

José, F., Moraes, F. C. C. de, & Hollnagel, H. C. (2018). Políticas Públicas de Saneamento Básico no Estado de São Paulo. Revista Internacional De Debates Da Administração & Públicas - RIDAP, 3(1), 104-121. Recuperado de https://periodicos.unifesp.br/index.php/RIDAP/article/view/1293

MEDEIROS, Vitor, RODRIGUES, Cristiane T.Políticas Públicas Municipais, Universalização e Eficiência no Setor de Saneamento Básico: Uma Análise Para os Municípios Mineiros (2019)
https://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/view/1012
Acesso em set/2020

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, Secretaria Nacional de Saneamento, Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento.
www.mdr.gov.br/serieHistorica/
Acesso em set/2020

PAIM, J.S. (2011) Universalidade, integralidade e equidade: caderno temático nº 1. In: Rezende, S.C. (org.). Cadernos temáticos. In: HELLER, L.; MORAES, L.R.S.; BRITTO, A. L.; BORJA, P.C.; REZENDE, S.C. Panorama do Saneamento Básico no Brasil. Brasília. Ministério das Cidades, v. 7. No prelo. Disponível em: <http://www.cidades.gov.br/plansab> Acesso em: 01 out. de 2011.

SCAFF, Fernando A. Primeiras impressões sobre as alterações na lei do saneamento. Revista Consultor Jurídico – 21 de julho de 2020
https://www.conjur.com.br/2020-jul-21/contas-vista-primeiras-impressoes-alteracoes-lei-saneamento
Acesso out/2020

TOJAL, Sebastião B.B., Começamos mal a experiência do novo marco do saneamento. Revista Consultor Jurídico – 16 de julho de 2020
https://www.conjur.com.br/2020-jul-16/sebastiao-tojal-comecou-mal-marco-saneamento
Acesso out/2020

POLÍTICAS PÚBLICAS E SUA EFETIVIDADE NA PANDEMIA DO CORONAVÍRUS EM 2020

PUBLIC POLICES AND ITS EFFECTIVENESS IN CORONAVIRUS PANDEMIC IN 2020

Área temática: Políticas Públicas e Desenvolvimento Regional.

RAMICELI, Daniela
Uni-FACEF
Mestranda
dramiceli2012@hotmail.com

Resumo

Em dezembro de 2019, surgiu uma nova infecção na China, sendo identificada como Sars-Cov-2, conhecida como coronavírus. Em virtude do caráter pandêmico da doença, os agentes políticos tiveram que implantar e implementar políticas com a meta de coibir a sua disseminação. O objetivo deste estudo é comparar as políticas públicas implementadas na Nova Zelândia, país insular localizado na Oceania, no Chile, país localizado na América do Sul, mas que vivia um momento de incerteza política, Espanha, país Europeu, e Brasil, quinto maior país do mundo, localizado na América Latina, comparando os números de casos com taxa de mortalidade, além de número de testes por caso confirmado, políticas implementadas em cada um dos países citados. Também a adesão da população as ações determinadas pela OMS.

Palavras-chave: políticas públicas, pandemia, ações políticas.

Abstract

In December 2019, a new infection appeared in China, being identified as Sars-Cov-2, known as coronavirus. Due to the pandemic nature of the disease, political agents had to implement and implement policies with the goal of curbing its spread. The objective of this study is to compare public policies implemented in New Zealand, an island country located in Oceania, in Chile, a country located in South America, but which was experiencing a moment of political uncertainty, in Spain, the European country, and Brazil, the fifth largest country in the world and located in Latin America, comparing the number of cases with a mortality rate, in addition to the number of tests per confirmed case, policies implemented in each of this countries mentioned, and also the population's adherence to the actions determined by WHO (World Health Organization).

Keywords: public polices, pandemic, political actions.

1 INTRODUÇÃO

Em dezembro de 2019, surgiram casos de pneumonia, que viriam a se tornar uma pandemia, com grande número de mortos, onerando muito os Estados, tanto do ponto de vista de gastos diretos com o próprio tratamento dos pacientes, como indiretos, pelos dias não trabalhados devido às medidas para contenção da propagação da doença.

Em virtude disso, algumas ações tiveram que ser adotadas, como as medidas clássicas e austeras de saúde pública, como vigilância, detecção, isolamento de pessoas infectadas e quarentena de pessoas expostas. A fim de diminuir a disseminação do Sars-Cov-2, os agentes políticos se colocaram no desafio de criar medidas que minimizassem os efeitos, uma vez que evitá-los é impossível. As políticas públicas tiveram que ser implantadas de modo frenético, em conjunto com as ações sociais e econômicas.

Nesse contexto, o estudo das áreas de ciências políticas é fundamental para entender a pandemia, as ações dos governos e seus sistemas de proteção social, além do papel das instituições, tomando decisões sobre o cotidiano de vida e de morte de pessoas.

Políticas públicas referem-se ao que os governos realizam ou não. A contribuição dessa área de estudo dá suporte ao conhecimento e metodologias (tais como planejamento, monitoramento e avaliação de políticas) que apoiam a produção dos governos e impactam na vida das pessoas.

Países que já possuíam uma rede que envolvia sistemas de saúde, educação, previdência e assistência social com vistas a toda a população, tiveram melhores resultados no enfrentamento da pandemia. Também os países que se organizaram com políticas públicas de enfrentamento inclusivas obtiveram um menor número de mortos e contaminados.

Em contrapartida, países que tinham esses sistemas privatizados estão demonstrando dificuldades em organizar e prover os cuidados necessários à população. Já no Brasil, apesar da universalidade do SUS, implantado a partir de 1988, as formas de gerir e implementar políticas, além do confronto federativo que se tem visto entre governadores e Governo Federal, comprometeram os avanços e limites no nível de estruturação e na capacidade dessas iniciativas lidarem com a saúde coletiva (MADEIRA, *et al*, 2020).

As políticas públicas também são responsáveis por investigar como as ações de Estado implicam em formas de gerir e implementar políticas. Analisa-se se a autonomia local pode garantir provisões mais acertadas, por agir localmente, de acordo com as realidades próximas; ou se é uma coordenação central, a nível federal, que irá justamente inibir que as desigualdades estruturais se sobreponham ao necessário à tomada de decisões e estratégias dos serviços públicos de saúde.

No início do século, a exemplo do que se está vivendo agora, foram implantadas e implementadas políticas públicas na contenção da hanseníase, em que a principal medida era o isolamento compulsório dos doentes (CUNHA, 2005).

Apesar de, como dito anteriormente, ser uma doença nova, as comunidades médicas e científicas rapidamente chegaram em um consenso sobre as medidas que deveriam ser adotadas para coibir a transmissão e o papel das ações de políticas públicas nessa pandemia. Mas essas diretrizes, com relação às políticas públicas, assumem caráter específico, dependendo das condições locais e da governança.

São condições contextuais e relacionam-se com as práticas gerenciais e influenciam o desempenho das ações de políticas públicas: munificência de recursos ambientais e vulnerabilidade social. A respeito da munificência de recursos ambientais, esta seria a disponibilidade de recursos nas redondezas: quanto maiores os meios e capital, melhores ações e maior efetividade na implantação dessas ações.

Mas a realidade brasileira de recursos em saúde, para agir na pandemia, é precária. Acerca da vulnerabilidade social, populações com maiores condições de vulnerabilidade apresentam problemas de saúde pública mais severos, interferindo nas políticas públicas práticas para coibir a propagação do COVID-19.

No tocante às ações de administração pública, uma das primeiras foi a restrição da circulação de pessoas. Com isso, grande parte da população, que exercia atividades de trabalho informal, teve sua fonte de renda exaurida, sendo impraticável o isolamento social, prejudicando a disseminação da doença. Assim, necessárias medidas como programas de auxílio a essas pessoas em condição de maior vulnerabilidade econômica (ITO; PONGELUPPE, 2020).

Para realização de ações na política pública, que permitam governança, deve-se aliar tanto o setor público quanto o privado, para avaliarem estratégias que tragam melhores resultados para o coletivo.

As ações de políticas públicas implementadas em reação a pandemia foram diferentes em vários países. Cada um adotou medidas individuais, de acordo com as orientações da OMS e os gestores locais. Isto posto, o objetivo dessa pesquisa são analisar as políticas públicas e sua efetividade na pandemia do coronavírus em quatro países: Nova Zelândia, Chile, Espanha e Brasil.

As consequências e repercussões de cada ação de política pública, na pandemia, evidenciaram que o ideal seria um caminho de colaboração mútua que envolvesse os setores público e privado, pois, nesse momento, o sistema de saúde encontra-se fragilizado, devido a uma demanda inesperada. Além disso, são necessárias ações públicas que forneçam programas de ajuda através de intensa colaboração dentro da burocracia pública, e estruturar o sistema de saúde para ser mais resolutivo nesse momento de contingência.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Houve uma grande heterogeneidade com relação às ações e à prontidão da implementação dessas ações no combate à disseminação do COVID-19. Em alguns países, isso foi determinante para o curso da doença. Por esse motivo, serão analisadas as ações de políticas públicas com relação à pandemia e à evolução da doença em quatro países: Nova Zelândia, Chile, Espanha e Brasil.

A Nova Zelândia é um país insular, localizada na Oceania, apresentando uma área de 268.021 km², e sua população, em 2018, era de 4,886 milhões, segundo dados do Banco Mundial.

Desde o início da pandemia, vem adotando medidas rigorosas, sendo que o "*lockdown*" foi implementado dia 25 de março de 2020. O governo neozelandês investiu US$ 500 milhões em saúde para conter a propagação da Covid-19, desse montante, US$ 40 milhões foram destinados à saúde pública, com o objetivo de rastrear os contatos e aprimorar a força de trabalho dedicada a essa tarefa. Essas políticas de fechamento das fronteiras e isolamento rigoroso dos habitantes do país, apesar de gerarem opiniões contrárias, não suscitaram oposições políticas e foram acatadas. Também a prontidão na aplicação dessas medidas e a realização de testes por um programa amplo de testagem da população tiveram grande impacto na trajetória da doença.

A Nova Zelândia tem sido muito afortunada no controle do contágio e no número de casos e mortes por COVID 19, levantando-se a possibilidade de isso se dever a sua pequena extensão e sua limitada população. Contudo, ao se comparar com o Brasil, existem estados brasileiros menos populosos que apresentam maior número de casos. Na Nova Zelândia, são testadas, aproximadamente, 1.000 pessoas para cada novo caso confirmado, sugerindo uma melhor monitorização do contágio (RITCHIE, *et al*, 2020).

O Chile é um país localizado no continente americano, cujo território comprido e estreito, que se estende pelo extremo oeste da América do Sul, com mais de 6.000 km de litoral ao longo do Oceano Pacífico, faz fronteira com Peru, Bolívia e Argentina. A população era, em 2018, de 18,73 milhões, segundo dados do Banco Mundial. O cenário político do país no início do ano era de incerteza, pois aguardavam o plebiscito para nova Constituição do Chile. Sua Democracia, do ponto de vista de alguns autores, é pautada por influências do regime autoritário, sendo considerada minimalista (AGGIO; QUIERO, 2000).

No dia 20 de março de 2020, o Chile decretou estado de calamidade por coronavírus e adiou plebiscito constituinte, criando um pacote de medidas para lidar com a pandemia: ampliação de benefícios para desempregados; adiamento da cobrança de impostos; criação de um programa de US$ 1,5 bilhão, voltado a ajudar famílias da classe média por meio de medidas como empréstimos e subsídios a aluguéis; transferência de US$ 635 ao trabalhador que sofreu grande perda de renda durante a crise; distribuição de 2,5 milhões de cestas básicas (VEJA ações de 7 países sul-americanos em resposta à Covid-19, 2020).

A Espanha é um país localizado no continente europeu, situado na península Ibérica, faz fronteira com Portugal e França, com população de 41,31milhões de habitantes, em 2020. Apesar de, economicamente, ter um setor industrial desenvolvido, na agricultura, tem pouca tecnologia se comparada a outros países europeus.

No enfretamento da pandemia, as primeiras medidas foram dos governos regionais. Após 4 mil casos confirmados e 121 mortos, o presidente estabeleceu o Decreto de Alarme, que suspendeu as autonomias regionais e centralizou o poder em Madrid, limitou a circulação de pessoas e conferiu poderes excepcionais ao Estado (como o de intervir e ocupar, temporariamente, bens privados, como fábricas, oficinas, e, sobretudo, hospitais, disponibilizando-os à rede pública) (ARANTES, 2020).

Contudo, cinco dias antes de proclamar o decreto, houve manifestações do dia da mulher, apoiadas pelo Governo, além de comício com a participação em torno de 9.000 pessoas. Também ocorreu lentidão na organização e implementação das medidas anunciadas. Apesar das escolas terem cancelado as aulas, as discotecas, parques, bares e restaurantes continuaram com as atividades normais, o que levou muitos jovens desinformados a considerarem a interrupção das aulas como férias e assumirem comportamento de risco. A medida de restrição foi anunciada na sexta-feira, mas só entrou em vigor a partir da segunda-feira, com isso, grande parte da população aproveitou esse fim de semana para viajar e sem qualquer controle dos órgãos sanitários. Além disso, não houve comunicação eficiente com a população, num primeiro momento, ocorrendo até uma subestimação da gravidade da doença.

O Brasil, país localizado no continente americano, na América do Sul, apresenta 8.516.000 km² de área territorial, é o quinto maior país do planeta, com população de 209,5 milhões, segundo dados do Banco Mundial, em 2018. Contudo, é um país com grandes desigualdades sociais. Exibe uma região Sul e Sudeste mais rica e tecnologicamente mais desenvolvida, enquanto a região nordeste tem grandes contrastes naturais e socioeconômicos entre as áreas litorâneas, mais urbanizadas, industrializadas e desenvolvidas economicamente, e o interior, com predomínio de clima semiárido e grandes problemas sociais, já a região norte é pouco populosa, mas a principal atividade econômica desenvolvida é agropecuária.

No que diz respeito às medidas de políticas públicas no enfretamento da pandemia, tem-se que comentar que, desde o início dos primeiros casos, houve, por parte do Executivo, uma banalização da gravidade da doença e sua capacidade de infecção. Isso gerou vários conflitos dentro da equipe de

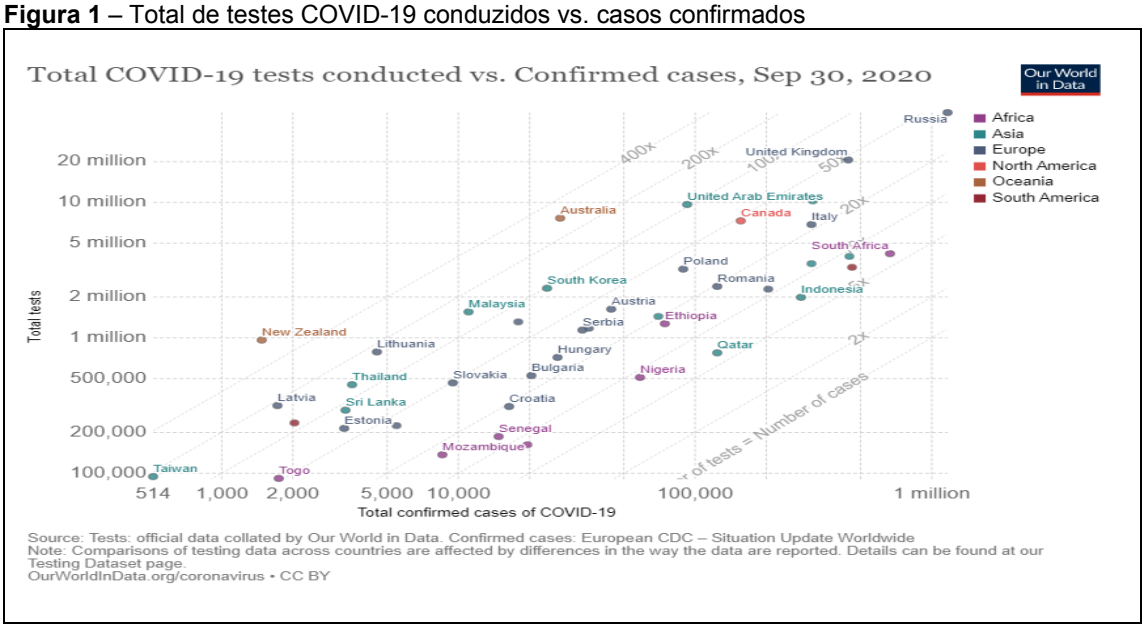
governo, levando a saída de dois Ministros da saúde, que tinham formação na área da saúde, e substituição por outro militar, sem experiência em saúde pública, além de antagonismos entre o governo federal e estadual, ocasionando uma dificuldade na compreensão da população sobre qual seria a conduta a ser adotada, resultando em falhas no isolamento social e prejuízo nas barreiras sanitárias implementadas. No início, a testagem só era indicada para os casos graves internados em terapia intensiva. Outro agravante foi o desemprego e a perda da fonte de renda da população, que já estava economicamente vulnerável, devido à perene crise econômica do país.

Levando-se em conta o que foi colocado anteriormente, agora, serão expostos dados da pandemia nos quatro países.

Iniciando pela Nova Zelândia, o número de casos que ocorreram após a "primeira onda" de infecção por COVID19, por volta do dia 25 de setembro de 2020, foram de 1304 casos, sendo que, o dia em que se registrou maior número de mortes, foram 04 óbitos (OUR World in Data, 2020).

Nenhum país do planeta sabe ao certo qual o número de infectados, mas nos países que realizam poucos testes esse número é muito mais subestimado. Já a Nova Zelândia, desde o início da pandemia, estabeleceu a política de testagem em massa. A OMS havia sugerido que, para cada caso confirmado, fossem realizados de 10 a 30 testes.

Figura 1 – Total de testes COVID-19 conduzidos vs. casos confirmados



Fonte: OUR World in Data, 2020.

Na Nova Zelândia, em 01 de outubro de 2020, havia 1.401 casos confirmados, 24 mortes confirmadas por COVID-19. Em 30 de setembro de 2020, a taxa de letalidade era de 1,7%, sendo que foram realizados 653 testes por caso confirmado (OUR World in Data, 2020).

No Chile, em 30 de setembro de 2020, havia 449.903 casos confirmados,12.298 mortes confirmadas por COVID19, com taxa de letalidade 2,8%. Não foram registrados dados de testes por caso confirmado (OUR World in Data, 2020).

Na Espanha, em 01 de outubro de 2020, havia 778.607 casos confirmados, 31.973 mortes confirmadas por COVID-19, com taxa de letalidade 4,10%, e não foram registrados dados de testes por caso confirmado (OUR World in Data, 2020).

No Brasil, em 30 de setembro de 2020, havia 4,66 milhões de casos confirmados, 137.272 mortes confirmadas por COVID-19, taxa de letalidade 3,0%, e não foram registrados dados de testes por caso confirmado (OUR World in Data, 2020).

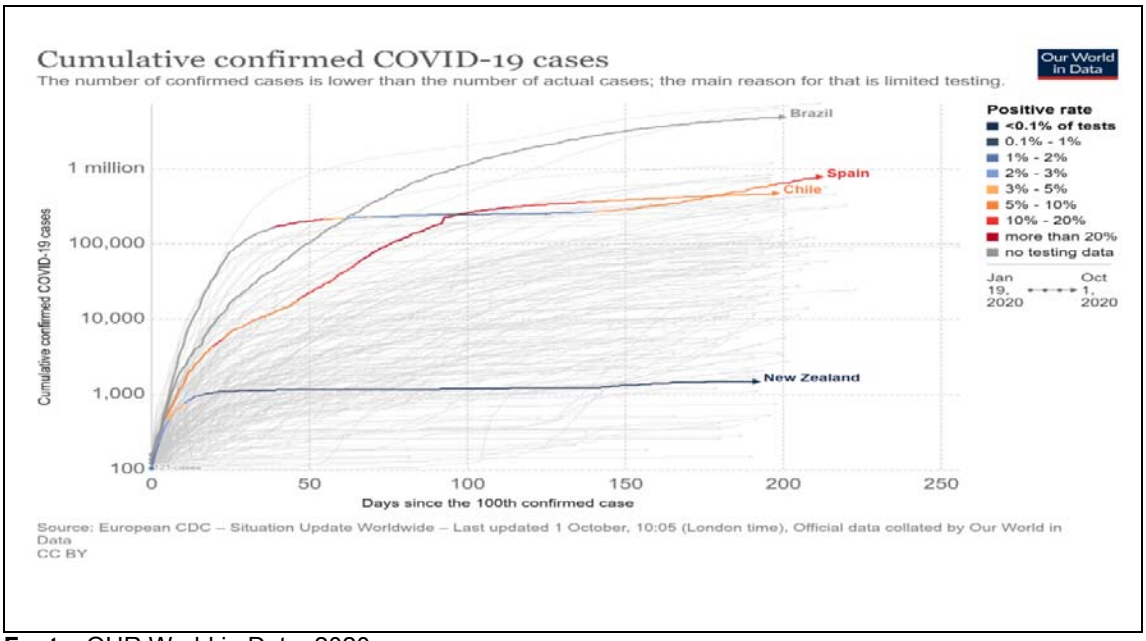
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Trata-se de um estudo retrospectivo, analítico, qualitativo e quantitativo, em que serão analisados textos produzidos no ano de 2020 com relação às estatísticas, associando com número de casos confirmados, número de testes realizados e taxa de letalidade.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Segundo o gráfico número 1, nos primeiros dias, houve um crescimento substancial do número de casos de Covid-19 na Espanha, Chile e Brasil, sugerindo uma associação com a prontidão em que as medidas de enfrentamento foram tomadas. Outro dado que propõe uma relação entre a urgência da implementação das medidas de enfrentamento e o aumento no número de casos é o número de casos reduzidos da Nova Zelândia, nos primeiros dias. Como dito anteriormente, há o argumento de que isso se deve ao tamanho do país e sua população, que são reduzidos.

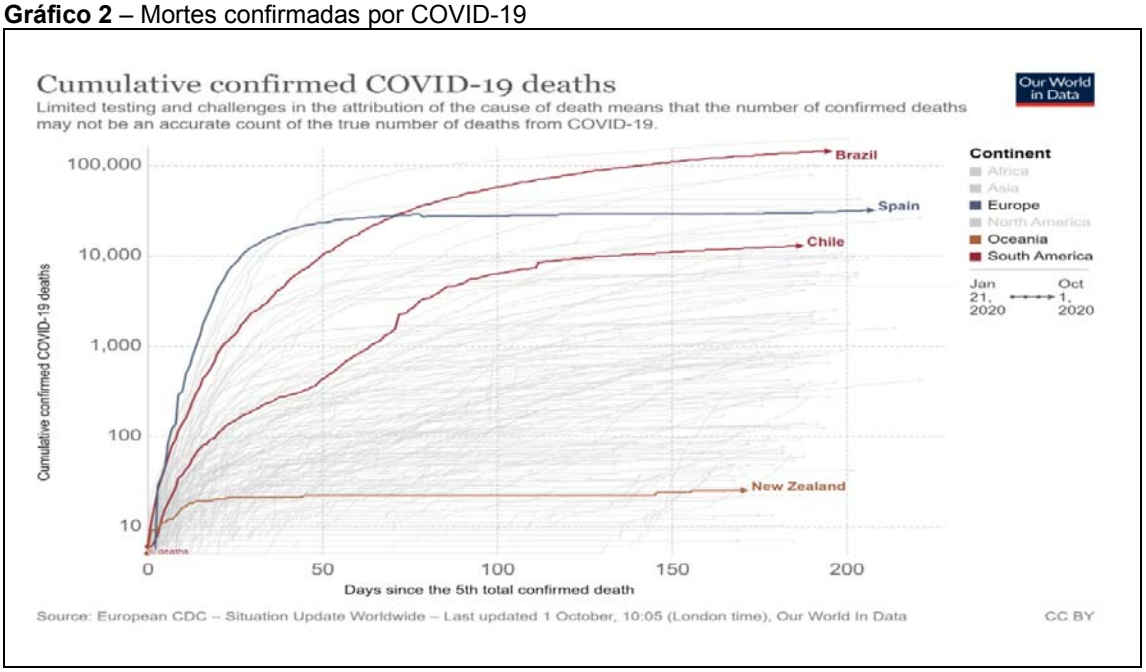
Gráfico 1 – Casos confirmados de COVID-19



Fonte: OUR World in Data, 2020.

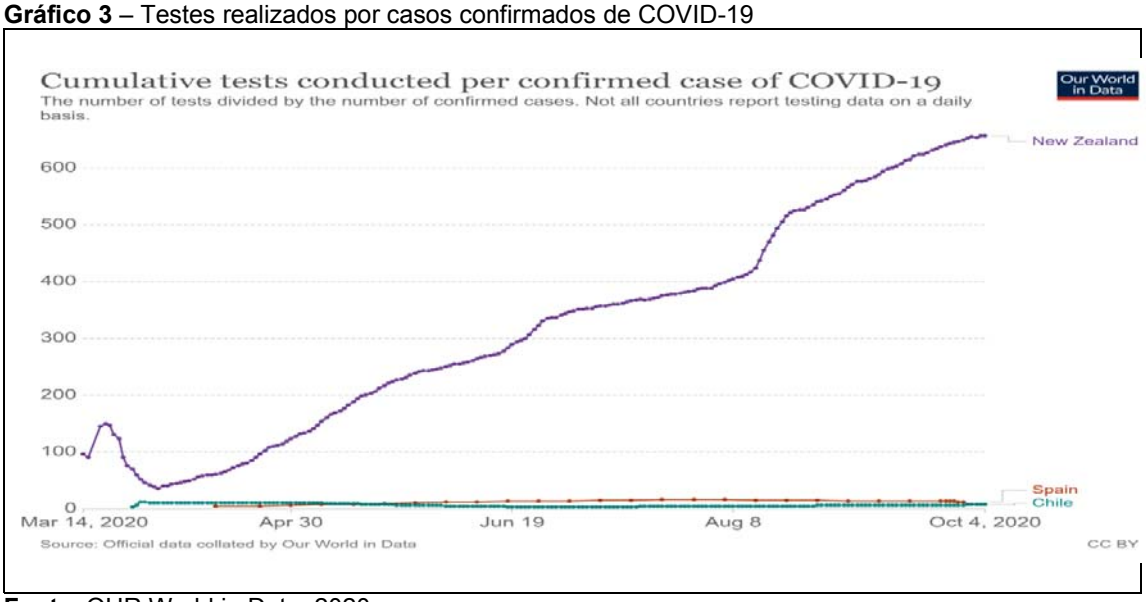
Segundo dados do gráfico 2, a Nova Zelândia foi muito afortunada, pois o número de mortos, acumulados em 200 dias de pandemia, foi bem reduzido, sugerindo que as medidas de controle da infecção e do contágio, prontamente implementadas, foram bem-sucedidas. Já o crescimento de casos muito acentuados no início e que praticamente pararam de crescer na Espanha, a partir de 50 dias, e no Chile, logo depois de 100 dias, sugere que as medidas adotadas para contenção da doença foram exitosas. Já no Brasil, a curva não atingiu o platô, sugerindo que as medidas não têm sido muito eficazes.

Gráfico 2 – Mortes confirmadas por COVID-19



Fonte: OUR World in Data, 2020.

Gráfico 3 – Testes realizados por casos confirmados de COVID-19



Fonte: OUR World in Data, 2020.

Outro dado importante é a testagem por caso confirmado: na Nova Zelândia, para cada caso confirmado, foram realizados 656 testes de COVID 19, no Chile, 07, Espanha, 13, no Brasil não tem essa informação. Quando se sabe o número aproximado de contaminados, mesmo que assintomáticos, melhores e mais efetivas estratégias podem ser implementadas para evitar o contágio, como para se planejar orçamentos, estruturas físicas e mão de obra qualificada para o tratamento da doença em si. Por outro lado, sabendo de forma mais próxima da realidade, mais eficientes e mais rápidas podem ser tomadas medidas político-econômicas, com a finalidade de minimizar esses efeitos tão devastadores para a sociedade como um todo.

Dito isto, fica clara a razão pela qual a Nova Zelândia está sofrendo com menos intensidade as consequências da pandemia e porquê de alguns autores se referiram a Nova Zelândia como sendo um modela de gestão da adversidade gerada pela pandemia.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa pandemia em que se está vivendo não pode ser considerada, exclusivamente, como um problema de saúde. É uma contingência que atinge profundamente a vida das pessoas, suas atividades, suas relações, sua nova forma de relacionar com outras pessoas e com o self, provocando mudanças radicais na sociedade como um todo. Tudo isso influenciado, diretamente, pelas políticas públicas regulamentadas por diversos setores governamentais.

Não entrando no mérito científico da pandemia, nas diversas populações do planeta, que podem sofrer influências tanto genéticas, favorecendo ou impedindo o contágio, como o desenvolvimento de forma leve ou grave, como também as desigualdades sociais que predispõem os mais vulneráveis a uma maior aglomeração, o não cumprimento apropriado das medidas de isolamento social, como sua própria condição orgânica, com aumento das comorbidades que favorecem a um pior prognóstico.

As decisões do Poder Legislativo, como a competência para a implementação das medidas de enfrentamento e a adesão da população são fatores determinantes para efetividade de resultados favoráveis na pandemia.

REFERÊNCIAS

AGGIO, Alberto; QUIERO, Gonzalo Cáceres. Chile: processo político e controvérsias intelectuais. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, n. 49, 2000.

ARANTES, Luísa B. Arantes. Lições da resposta da Espanha: o que não fazer no enfrentamento à Covid-19. *FGV CEPESP*, 3 abr. 2020. Disponível em: http://www.cepesp.io/%EF%BB%BFlicoes-da-resposta-da-espanha-o-que-nao-fazer-no-enfrentamento-a-covid-19/. Acesso em: out. 2020.

CUNHA, Vívian da Silva. *O isolamento compulsório em questão*: políticas de combate à lepra no Brasil (1920-1941). 2005. 124 f. Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde) - Casa de Oswaldo Cruz, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2005.

ITO, Nobuiuki Costa Ito; PONGELUPPE, Leandro Simões. O surto da COVID-19 e as respostas da administração municipal: munificência de recursos, vulnerabilidade social e eficácia de ações públicas. *Revista De Administração Pública*, Rio de Janeiro, n. 54, p. 782-838, jul./ago., 2020.

MADEIRA, Lígia; PAPI, Luciana; GELISKI, Leonardo; ROSA, Taciana. Os estudos de políticas públicas em tempos de pandemia. *Revista de Ciências Sociais Dados*, 17 abr. 2020. Disponível em: http://dados.iesp.uerj.br/os-estudos-de-politicas-publicas-em-tempos-de-pandemia/. Acesso em: set. 2020.

OUR World in Data. Disponível em: https://ourworldindata.org/. Acesso em: out. 2020.

RITCHIE, Hannah; ORTIZ-OSPINA, Esteban; BELTEKIAN, Diana; MATHIEU Edouard; HASELL, Joe; MACDONALD, Bobbie; GIATTINO, Charlie; ROSER Max. New Zealand: Coronavirus Pandemic Country Profile. *Our World in Data*. Disponível em: https://ourworldindata.org/coronavirus/country/new-zealand?country=~NZL#citation. Acesso em: out. 2020.

VEJA ações de 7 países sul-americanos em resposta à Covid-19. *Insper conhecimento*, 24 jul. 2020. Disponível em: https://www.insper.edu.br/conhecimento/politicas-publicas/veja-acoes-de-7-paises-da-america-do-sul-em-resposta-a-covid-19/. Acesso em: out. 2020.

PREVIDÊNCIA PRIVADA: VALE A PENA O INVESTIMENTO?

PRIVATE PENSION: IS THE INVESTMENT WORTH IT?

JORGE, Abner Gabriel
Centro Universitário de Santa Fé do Sul – SP, UNIFUNEC
Bacharel em Administração.
abnergabrieljorge@hotmail.com
PICCININ, Matheus da Silva
Centro Universitário de Santa Fé do Sul – SP, UNIFUNEC
Bacharel em Administração.
matheusbessonnico@gmail.com
TIOSSI, Fabiano Martin
Centro Universitário de Santa Fé do Sul – SP, UNIFUNEC
Docente do Ensino Superior.
fmartintiossi@yahoo.com.br
TERNERO,Ederson Mela
Centro Universitário de Santa Fé do Sul – SP, UNIFUNEC
Docente do Ensino Superior.
edinhoternero@gmail.com

Resumo

O estudo desenvolvido tem por finalidade apresentar a viabilidade de um plano de Previdência Privada. A previdência complementar ou privada é um investimento de médio e longo prazo que possibilita ao contribuinte uma renda futura, sendo ela para complementar a renda da previdência social, para adquirir bens, capital e/ou imóveis. O modelo da previdência complementar é um modelo de capitalização no qual o contribuinte faz aportes mensais até o fim do período de colaboração, após este período o resgate pode ser feito de forma única, por um determinado período de tempo ou de maneira vitalícia. Desta forma, o objetivo de pesquisa consiste em apresentar a viabilidade da previdência privada como investimento em médio e em longo prazo. O trabalho será desenvolvido a partir de pesquisa bibliográfica e uma simulação comparativa entre planos de previdência PGBL e VGBL e a poupança, cuja aplicação é a mais utilizada pelos brasileiros. Os resultados mostram que se o objetivo do investidor for em médio e em logo prazos, a rentabilidade entre os planos de previdência privada pode ser mais benéfica, visto que a previdência privada, quando comparada à poupança, apresenta melhores resultados.

Palavras-chave: Previdência Privada**.** Investimento. Rentabilidade.

Abstract

The purpose of this study is to present the feasibility of a Private Pension plan. Supplementary or private pension is a medium and long-term investment that allows the taxpayer a future income, which is to complement the social security income, to acquire assets, capital and / or real estate. The supplementary pension model is a capitalization model where the taxpayer makes monthly contributions until the end of the collaboration period, after this period the redemption can be made in a unique way, for a certain period of time or for life. Thus, the research objective is to present the viability of private pension as an investment in the medium and long term. The work will be developed from bibliographical research and a comparative simulation between PGBL and VGBL pension plans and the savings that application most used by Brazilians. The results show that if the investor's objective is in the medium and soon term, the profitability among private pension plans can be very interesting, so that private pension, when compared to savings, presents greater results.

Keywords: Private Pension. Investment. Profitability.

1 INTRODUÇÃO

Os planos em previdência privada ou também conhecidos como previdência complementar são investimentos em médio e em longo prazo que têm como principal objetivo complementar a previdência social. Em outras palavras, quando se aposentarem, as pessoas que possuem este investimento irão receber a aposentadoria social que será complementada pela previdência privada.

Segundo Santos (2019), em nosso país existe um limite máximo de valor pago pelos benefícios do INSS-Instituto Nacional do Seguro Social e, desta maneira, aqueles que desejam receber mais do que este limite devem ter outras fontes de renda.

Com as mudanças na previdência social, muitas incertezas se estabeleceram na vida dos brasileiros, pois é um propósito de muitas pessoas ter uma aposentadoria que consiga manter seu padrão de vida sem precisar de ajuda de terceiros ou passar por situações difíceis. No entanto o que poucos sabem é que a previdência social não tem como objetivo manter seu padrão de vida atual.

Imperial (2017) diz que o objetivo real da previdência social é a manutenção das necessidades básicas para a sobrevivência do contribuinte e de sua família, além disso, segundo o INSS, 46% dos aposentados dependem dos parentes, 25% ainda trabalham para sobreviver e apenas 1% são independentes financeiramente.

Assim, a previdência privada, além de complementar a previdência social, pode também se tornar uma opção para o investidor que almeja alcançar uma segurança financeira ou aumentar seu patrimônio e obter ganhos em médio e longo prazo. Este investimento além de fornecer os benefícios já citados, também pode ser utilizado para conseguir diversos outros objetivos e pode se tornar uma ótima oportunidade com o tempo, pois se trata de um investimento de médio/longo prazos que contém diversos planos para todos os tipos de investidores. Além disso, é uma aplicação de fácil acesso que é oferecida pela maioria das instituições financeiras.

Pelo exposto, entende-se que a realização deste estudo é útil por oferecer aos interessados uma breve apresentação sobre fundos de investimentos, tendo como destaque a previdência privada e suas particularidades. Logo, o objetivo deste trabalho é apresentar a previdência privada como uma opção de investimento de médio e longo prazo.

O estudo está dividido em duas etapas: a primeira aborda a revisão bibliográfica do assunto, verificando instrumentos e técnicas a serem aplicadas de acordo com as necessidades e proposta do artigo, além de apresentar os conceitos ligados ao tema para melhor entendimento do trabalho como, investimentos financeiros, fundos de investimentos, Previdência Privada e Previdência Social e os planos de previdência complementar, identificando particularidades de cada um; na segunda etapa, é realizada uma simulação da previdência privada com um investimento tradicional, a poupança, para levantar dados sobre os rendimentos dos planos VGBL E PGBL que são os mais utilizados pelos investidores brasileiros.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Este referencial será constituído por trabalhos, livros, sites cujos autores analisam e discutem questões que envolvam o tema indiretamente e diretamente. Serão apresentados tópicos abordando investimentos, fundos de investimentos, mudanças na previdência social e funda de investimentos em previdência privada com o intuito de aprofundar os estudos.

Para a realização do artigo, também foi estabelecida uma simulação de previdência privada na qual foram utilizados os planos PGBL e VGBL, porque, com base na corretora XP, investimentos são os planos mais procurados atualmente. Também foi aplicada uma simulação na modalidade de poupança visto que esse produto tem a preferência entre a maioria da população brasileira (AMBIMA, 2018) com a finalidade de mostrar para o leitor a diferença significativa entre essas aplicações. Nas duas operações foram usados os mesmos valores de período de contribuição que foram 30 anos, o investimento inicial de ambos foram cem reais e nas duas ocasiões as aplicações mensais seriam também de cem reais. Essas simulações foram calculadas com base nas taxas do mês de julho de 2020.

2.1 Investimentos financeiros

Um investimento é o compromisso de aplicar uma determinada quantia por um determinado tempo com a intenção de recolher os juros que vão render com o passar do tempo e, dessa forma, o investidor conseguirá obter lucro. Os investimentos podem ser feitos por pessoas jurídicas, físicas, por uma entidade governamental, organização e fundos de pensão.

É preciso ter em vista que, para a realização de um investimento financeiro, é preciso identificar alguns objetivos, como o momento econômico atual, qual o investimento está sendo realizado, qual é o risco desse investimento, o tempo em que o capital ficará aplicado, entre outras situações que devem ser analisadas (TORRES, BARROS, 2014).

Os investimentos podem ser classificados em renda fixa e renda variável: na primeira situação, o investidor consegue saber qual vai ser sua rentabilidade, sendo um exemplo dessa modalidade a poupança que pode estipular a rentabilidade; já no segundo caso, não é possível saber qual será a rentabilidade, já que o mercado dessa modalidade é muito flexível, um exemplo dessa renda são as ações que podem ser valorizadas ou desvalorizadas dependendo de algumas situações, como uma crise mundial, um escândalo administrativo ou uma grande descoberta.(TAVORMINA, 2019).

Como existem diferentes categorias de investidores, as instituições financeiras e corretoras criaram uma forma de auxiliar o investidor a descobrir os melhores produtos para aplicar seus recursos, por isso o sistema API-Análise de Perfil do Investidor é utilizado em vários lugares do mundo para ajudar os investidores em suas decisões.

No Brasil, a ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais – possui um código de Regulamentação e Melhores Práticas para Atividade de Distribuição de Produtos de Investimento que permite que as instituições financeiras avaliem o nível de conhecimento do investidor sobre o mercado financeiro e de capitais e seus produtos. A partir da identificação do perfil de investidor, podem oferecer o produto adequado para cada tipo de cliente: perfil conservador; perfil moderado; perfil moderado/agressivo, perfil arrojado/agressivo (GIUDUCCE; ESTENDER, 2017).

Contudo, os mercados financeiros oferecem uma série de instrumentos financeiros com variados níveis de risco e retorno, o que possibilita a adequação das alternativas aos diferentes perfis de risco dos investidores. Assim, o investidor passa a ter grande variedade de linhas de investimentos, que vão de baixo a alto risco, de acordo com o perfil de cada investidor (ASSAF NETO, 2005).

2.2 Fundos de investimentos

Os fundos de investimentos são uma modalidade que se assemelha a uma “pensão” em que há vários investidores que, na ocasião, juntam seus recursos para investir no mercado de capitais e cujos retornos são divididos com base na quantia investida por cada participante.

Essa união de capital que resulta no fundo de investimento é aplicada por uma instituição que pode ser uma corretora de valores ou então por um gestor, entretanto as decisões que serão tomadas por quem gerir esse fundo devem obedecer às políticas e objetivos que já são pré-definidos. Esses fundos podem investir em ativos de diversas áreas como debêntures, moedas, ações, CDB e também realizar investimentos estrangeiros, porém é preciso verificar as leis e regras de cada país. Além disso, existem algumas regras que apresentam como intuito proteger o investidor: os fundos podem investir apenas 20% do patrimônio em ativos emitidos por uma mesma instituição financeira, em casos de empresas com o capital aberto esse limite cai para 10% do patrimônio e para 5% para os demais emissores.

O patrimônio dos fundos de investimentos é partido em cotas; logo, quando um investidor aplica em um fundo, ele, na verdade, está adquirindo partes desse fundo. Quando aplica R$ 10.000,00 em uma carteira que tem cotas valendo R$ 10,00 cada uma, obterá um total de mil cotas. Assim, a rentabilidade que será obtida pelo investidor também é calculada a partir dos valores das cotas, pois as cotas compradas por R$ 10,00, se forem vendidas após um determinado tempo a R$ 15,00, seu retorno será então de 50%.Como o fundo será gerido por uma instituição ou por um profissional, terá um custo; então, ao adquirir um fundo, o investidor deve estar ciente desta taxa, visto que ela terá impacto direto em seu retorno (INFOMONEY, 2019).

2.3 Previdência Privada e Previdência Social

2.3.1 História da previdência

O seguro social estatal foi idealizado em 1833 pelo chanceler alemão Otto von Bismarck, tido como modelo para a maioria dos países ocidentais.

No Brasil, a previdência nasce desde a época do império, com o mecanismo cunho da previdência, porém, apenas a partir do ano de 1923, com a concessão da lei nº 4.682, de 24 de janeiro de 1923, o país aderiu a um marco jurídico para a execução do sistema previdenciário, na época, formado pelas Caixas de Aposentadorias e Pensões - CAPS. Posteriormente, no ano de 1966,unificaram-se todas as seis instituições de aposentadorias e pensões presentes naquela época (IAMP, IAPC, IABP, IAPB, IAPI, IAPETEL IAPTEC), fundando então o Instituto Nacional de Previdência Social – INPS, que passou a cuidar da previdência dos trabalhadores privados, exceto pelos trabalhadores domésticos e rurais.

O Instituto Nacional do Seguro Social – INSS – foi criado apenas em 27 de junho de 1990, por meio do decreto nº 99.350, como resultado da fusão do Instituto de Administração Financeira da Previdência e Assistência Social – IAPAS – junto ao Instituto Nacional de Previdência Social - INPS, como autarquia vinculada ao Ministério da Previdência Social – MPAS – , o atual Ministério da Previdência Social - MPS (INSS, 2017).

2.3.2 Previdência Social

Resumidamente previdência social pode ser definida como um seguro que irá dar auxílio aos segurados em casos de doenças, gravidez, acidentes, velhice e morte, mas para obter esse benefício, é necessária uma série de requisitos imposta pelo governo. Ela tem como objetivo a manutenção das necessidades básicas para a sobrevivência do contribuinte e de sua família e não a continuação do padrão de vida que possuía antes de sua aposentadoria.

No Brasil, é obrigatório que todo brasileiro que esteja trabalhando registrado contribua com a previdência social, porém nela existe um limite máximo pago para cada contribuinte e, por esse motivo, quem quiser receber além desse teto terá que encontrar outros meios de complementar essa renda (SANTOS,2019).

2.3.3 Previdência Privada

As instituições financeiras oferecem os planos de previdência e os eles calculam e buscam por meio do (API) ou de uma série de perguntas saber quanto é necessário o trabalhador poupar por mês para conseguir a quantia desejada por um único aporte ou por aportes mensais por um determinado período.

Essas instituições usam simulações do IBGE para conseguir as estatísticas de vida da população e assim conseguem chegar à mensalidade. Como é um investimento em longo prazo, o tempo de contribuição varia de contrato para contrato, que pode ser de 10, 20 ou até 30 anos. Quando é feita em um banco em que já se possui uma conta, o débito é automático, e para quem não tem disciplina financeira, isso é de grande valia.

Por ser um fundo de investimento, a previdência complementar apresenta taxa de administração e taxa de carregamento, que é descontada de cada aplicação a título de cobrir os custos da empresa que administra a aplicação ou pode ser descontada ao efetuar o resgate. Desta maneira, se esse fundo estiver com uma taxa de 5%, a cada R$ 100 aplicados, serão depositados no fundo apenas R$ 95,00se a taxa for descontada em cada aporte.

A previdência complementar possui uma legislação em que estabelece que o Estado brasileiro promova meios com o objetivo de elaborar a política da previdência complementar, disciplinar, coordenar e supervisionar as atividades reguladas pela Lei Complementar n.º 109/2001 de modo que possa compartilhá-las com as políticas previdenciárias e de desenvolvimento social e econômico-financeiro.

Além disso, o país deverá também ordenar os padrões de segurança com fins específicos de conservar o fluxo, a solvência e o equilíbrio dos planos de direitos em particular e de cada entidade, assegurando ainda aos seus participantes e assistidos o pleno acesso às informações relativas à gestão de seus respectivos planos de benefícios (SANTOS,2019).

2.3.4 Características da previdência social no regime de repartição simples e previdência complementar no regime de capitalização.

A principal diferença dos dois regimes é que no regime de repartição simples (Previdência Social) a cada período arrecada-se apenas o valor necessário para cobrir as despesas acumuladas deste mesmo tempo, sendo assim não se tem acumulações ou reservas. O benefício da geração anterior é custeado por meio dos trabalhadores atuais, é um modelo em que há sensibilidade às alterações demográficas como, por exemplo, taxa de natalidade e até mesmo expectativa de vida, incluindo mudanças eventuais em modelos econômicos (ANFIPE, 2000).

No regime de capitalização (Previdência Complementar), o trabalhador participa de forma que durante o tempo laborativo faz acúmulos que garantem o seu próprio benefício futuro. Este modelo implica a aplicação de reservas técnicas no mercado financeiro ou imobiliário por adicionar valor ao acúmulo matemático que garante o benefício futuro de cada trabalhador participante. O valor da contribuição é calculado para que possa garantir o benefício esperado utilizado nas bases técnicas que se fundam basicamente em tábuas biométricas, capacidade salarial, rotatividade, crescimento salarial e taxa de juros (ANFIPE,2000).

2.4 Planos de previdência privada

2.4.1 Plano tradicional

Os planos tradicionais são fundos de previdência privada aberta, que possuem o teto de renda por sobrevivência designada à aposentadoria do participante, porém também podem exercer no mesmo regulamento a opção da contratação de cobertura de risco para no futuro se assegurar no caso de invalidez ou a sua família no caso de sua morte (SANTOS, 2019).

2.4.2 FGB- Fundo Gerador de Benefício

O Fundo Gerador de Benefício é um programa cujo saldo do contribuinte conta com a garantia da rentabilidade mínima normalmente atrelada a índice de preços acrescidos de taxa de juros. Como plano, garante uma rentabilidade mínima do saldo independente do resultado dos investimentos realizados, porque o participante terá o saldo sempre contabilizado pela junção do índice e dos juros do regulamento.

Outra característica do FGB é que, se o retorno do investidor for superior à atualização assegurada por intermédio da execução do índice acrescentado aos juros, o contribuinte terá a vantagem a um percentual sobre essa rentabilidade (SANTOS,2019).

2.4.3 PGBL- Plano Gerador de Benefício Livre

Plano Gerador de Benefício Livre não apresenta remuneração mínima garantida ao contribuinte durante o período de arrecadação, sendo a gratificação do saldo do participante baseado na rentabilidade da carteira de investimentos do fundo no qual está aplicado o total dos seus recursos sem a garantia de devolução mínima e atualização de valores. Além da contribuição mensal, o investidor também pode fazer aportes adicionais de acordo com suas condições.

O fato de não possuir uma remuneração mínima garantida, não quer dizer que o fundo seja pior ou melhor que outros planos, pois, tendo em vista o FGB, ele possui alguns atrativos, vice e versa e, desta maneira, as vantagens pendem para um ou para outro dependendo da situação (SUSEP,2007).

2.4.4 PRGP- Plano com Remuneração Garantida e Performance

O plano PRGP deve prever que, durante o tempo de diferimento, também haverá a contagem de resultados financeiros, cujo percentual deverá estar previsto no regimento e ser igual ou maior que 50%, além da taxa de juros real e do índice de atualização de valores (SANTOS, 2019).

2.4.5 PRSA- Plano com Remuneração Garantida e Performance Sem Atualização

Plano com Remuneração Garantida e Performance Sem Atualização prevê ao participante

que, no período de diferimento, haja remuneração de suas contribuições por taxas de juros e reversão parcial ou total de resultados financeiros, sendo sempre estruturado na modalidade de contribuição variável.

O PRSA é uma versão do PRGP cuja garantia de renda dada ocorre unicamente pela taxa de juros (SANTOS, 2019).

2.4.6 PAGP- Plano com Atualização Garantida e Performance

O PAGP prevê que o contribuinte, no período de transferência, obtenha atualização do saldo de benefícios a conceder, pelo índice de valores atualizado, além de retorno parcial ou total de resultados financeiros em que o percentual deverá estar previsto no regimento e também superior a 50% (SANTOS, 2019).

2.4.7 PRI- Plano de Renda imediata

Este fundo prevê o reembolso de benefícios por sobrevivência sob a mentira imediata, mediante a contribuição única para o plano. Isto quer dizer que o valor total pago deverá ser suficiente para suportar a remuneração de renda mensal que se pretende receber (SANTOS,2019).

2.4.8 VGBL- Vida Gerador de Benefício livre

O plano Vida Gerador de Benefício Livre é um dos planos mais tradicionais e suas características consistem em um fundo cujo período de diferimento e atualização do saldo são baseados na rentabilidade da carteira em que o fundo está aplicado. É diferente do FGB e igual ao PGBL, mas não possui garantia de remuneração mínima e de atualização de valores, sendo sempre estruturado na modalidade de contribuição variável. É um fundo que assegura pessoas com cláusula de cobertura por sobrevivência, que possui características semelhantes ao PGBL, entretanto há tributação pelo imposto de renda, a diferença básica entre eles.

No plano VGBL, não é possível postergar o pagamento de imposto de renda, porém, enquanto nos planos de previdência incidirá sobre o total resgatado pelo cliente, a base de cálculo no VGBL deve ser deduzida no valor dos aportes realizados que estiver contido no valor solicitado (SUSE, 2007).

2.4.9 FAPI-Fundo de Aposentadoria Programada Individual

O fundo de Aposentadoria Programada Individual foi criado pela Lei n.º 9000/1997 e, com o consenso de especialistas, trata-se mais de uma aplicação financeira do que um benefício da previdência complementar. Este fundo é constituído pela forma de condomínio aberto e o contribuinte pode obter partes deste fundo, além disso, pode ser administrado por instituições financeiras ou por sociedades seguradoras. O seu resgate pode ser realizado de forma parcial ou total e com ou sem a incidência do imposto sobre operações de crédito, câmbio e seguros, ou relativas a valores mobiliários (SANTOS,2019).

2.5 Tabela progressiva e regressiva

Existem dois regimes de tributação que podem ser escolhidos ao fazer um plano de previdência: tabela progressiva e tabela regressiva.

Segundo Ojorpe (2018), na Tabela Regressiva, as alíquotas dependem do período de acumulação das contribuições no Plano de Previdência. Essa tabela foi criada em 2005 com o mérito de encorajar as aplicações de longo prazo.

Funciona da seguinte forma: quanto maior o tempo que a aplicação permanecer no plano, menos se vai pagar de imposto de renda; então a alíquota começa no valor máximo de 35% para os investimentos que são mantidos por menos de dois (2) anos, depois desse período o percentual começa a diminuir até atingir a alíquota de 10%, que será válida para investimentos mantidos por 10 anos ou mais.

No regime progressivo, as taxas do imposto de Renda vão diferenciar conforme o valor que será resgatado, esse regime segue as mesmas taxas que são utilizadas no salário (variam até 27,5%), ou seja, quanto maior a quantia do resgate, maior será a quantia do imposto a ser paga.

Figura 1- Tabela Progressiva e Regressiva

		Tabela Progressiva	Tabela Regressiva	
Perfil		Ideal para quem possui objetivos de curto e médio prazo	Ideal para aplicações de longo prazo	
Tributação	No momento do resgate	Alíquota única de 15% a título de antecipação, com ajuste a maior ou a menor na Declaração do IR, pela Tabela Progressiva	Prazo de permanência de cada contribuição	Alíquota de IR na fonte
			Até 2 anos	35%
			De 2 a 4 anos	30%
			De 4 a 6 anos	25%
			De 6 a 8 anos	20%
			De 8 a 10 anos	15%
			Acima de 10 anos	10%
	No momento do recebimento da renda	Conforme tabela progressiva vigente do Imposto de Renda	Conforme tabela demonstrada acima	

Fonte: Seguros e Previdência, 2018.

3 METODOLOGIA

O estudo foi realizado de acordo com as seguintes etapas:

Etapa 1: levantamento bibliográfico sobre o tema: segundo Gil (2012), essa investigação bibliográfica introdutória pode ser compreendida como um estudo exploratório, posto que tem o objetivo de fornecer a familiaridade do acadêmico com a área de estudo na qual está interessado, bem como sua delimitação. Essa familiaridade é fundamental para que o problema seja formulado de maneira clara e precisa. O assunto da pesquisa, geralmente, é formulado de maneira abundantemente ampla, não favorecendo, portanto, a acepção de um problema em condições de ser pesquisado.

Etapa 2: simulação de previdência privada e poupança: a simulação, segundo Vicente (2004), tem o privilégio de acontecer em uma área controlada e fechada, o autor também indica cinco funções para as simulações: instrumento de pesquisa, instrumento de instrução, método de planejamento, ferramenta de apoio à decisão e meio de seleção de pessoal igualmente à vantagem de conseguir considerar um grande número de variáveis ao mesmo tempo.

Para a realização das simulações de previdência privada, foram escolhidas três (3) instituições financeiras: Santander, Bradesco e Caixa Econômica Federal, pois essas empresas disponibilizam informações de forma acessível ao público em geral por meio de seus sites oficiais. Já para a realização da simulação de caderneta de poupança, foram utilizados a Mobbils e o Simulador de Poupança, disponibilizados ao público em meio digital, visto que as instituições financeiras citadas há pouco não disponibilizam informações desta modalidade abertas ao público, mas somente para correntistas.

4 SIMULAÇÕES: RESULTADOS E DISCUSSÕES

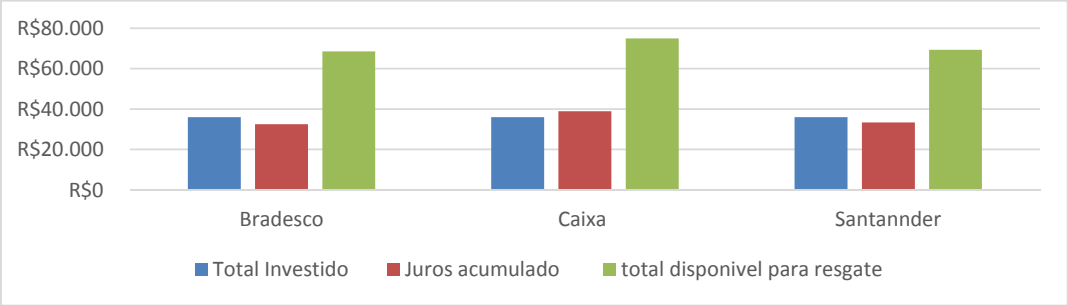
Segundo a AMBIMA, em 2018, apenas 8% da população brasileira fez investimentos e o produto preferido dos brasileiros continua sendo a poupança, com 88% de adeptos a essa modalidade, enquanto a previdência privada vem em segundo lugar, com 6%.Um dos motivos dessa grande diferença de investidores se dá pela alta liquidez da poupança, porém, mesmo com esse diferencial, muitos investidores perdem a oportunidade de fazer seus investimentos renderem mais ao colocá-los na poupança.

Tendo em vista isso, decidimos trazer algumas simulações para que ficasse mais claro de identificar a diferença de rentabilidade desses dois produtos financeiros. Para tanto, utilizamos os planos VGBL E PGBL, pois, segundo a corretora XP investimento, esses são os planos de previdência privada mais procurados. Todas as simulações foram feitas com os mesmos dados para alcançarmos os resultados mais próximos da realidade. Simulamos uma contribuição mensal de R$100,00 no período de trinta anos, realizadas com base nos dados disponíveis nos sites das instituições financeiras: Bradesco, Caixa, Santander, Mobills e Simulador de Poupança.

4.1 Simulações VGBL

Está simulação será mais adequado para as pessoas que fazem a declaração de imposto de renda simplificada, pois a alíquota do IR é cobrada somente sobre a rentabilidade, ou seja, a taxa será cobrada apenas em cima do juro acumulado e não do total investido.

Gráfico I - Simulações dos planos de Previdência Privada na modalidade VGBL



Fonte: Dos próprios autores.

Ao analisar as informações, podemos ver que conforme o perfil do investidor, as variáveis podem mudar ao longo do período de aportes mensais. Na tabela 1, são apresentados resultados de investimento para cada banco no período mencionado.

Tabela I - Dados dos planos de Previdência Privada- VGBL

	BRADESCO	CAIXA	SANTANDER
Aplicações mensais:	100,00	100,00	100,00
Período:	30 anos	30anos	30anos
Rentabilidade Esperada:	4% a.a	4,5% a.a	4% a.a
Total investido:	R$ 36.000	R$ 36.000	R$ 36.000
Total ganho em juros:	R$ 32.527,06	R$ 38.980,94	R$ 32.527,06
Projeção de Valor Total:	R$ 68.527,06	R$ 74.980,94	R$ 68.527,06

Fonte: Dos próprios autores.

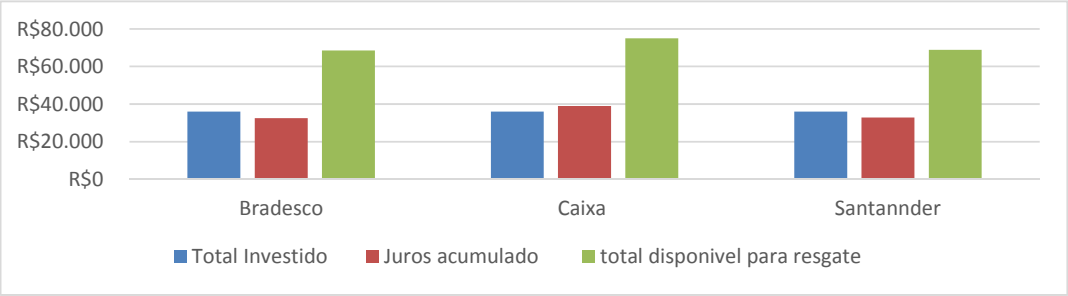
Cada instituição financeira oferece planos de previdência e possui suas próprias taxas de juros, que definirão o rendimento daquele contrato. Quando se contrata uma previdência privada, o administrador do plano faz aplicações em carteiras de renda fixa e variável, de acordo com o perfil do beneficiário. Os perfis de investimento podem variar do mais conservador ao mais agressivo, e as aplicações escolhidas por eles impactarão diretamente no rendimento da previdência privada.

Os rendimentos apresentados nessa simulação são uma estimativa fornecida pelos bancos e não caracterizam cálculo oficial do benefício ou do valor do imposto de renda. Para geração do total acumulado, foi considerada rentabilidade anual e o cálculo da renda estimada (REDAÇÃO ONZE, 2019).

4.2 Simulações PGBL

Essa simulação seria mais adequada para aquelas pessoas que declaram o imposto de renda pelo formulário completo, visto que, nessa modalidade, o investidor pode deduzir seus aportes até o limite de 12% da sua renda anual.

Gráfico II- Simulações Previdência Privada na modalidade PGBL



Fonte: Dos próprios autores.

Nos resultados do gráfico II, são considerados os mesmos dados que do primeiro no qual são levantadas informações sobre previdência privada dos bancos Santander, Bradesco e Caixa.

Tabela II – Dados dos Planos de Previdência Privada- PGBL

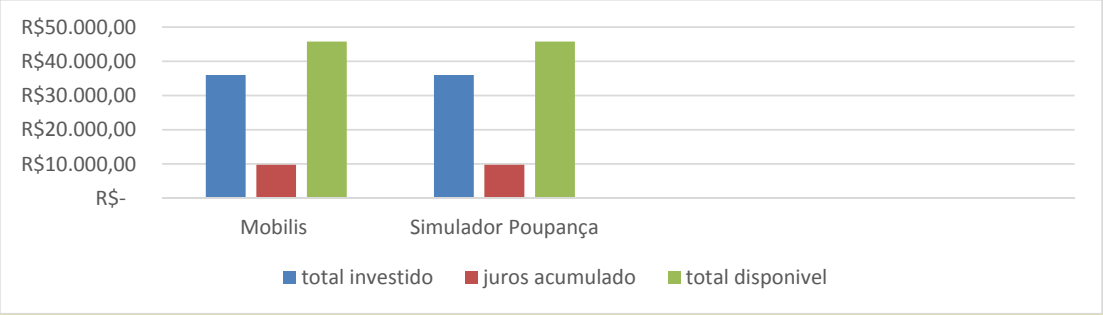
	Bradesco	Caixa	Santander
Aplicações mensais:	100,00	100,00	100,00
Período:	30 anos	30 anos	30 anos
Rentabilidade Esperada:	4% a.a	4,5% a.a	4% a.a
Total investido:	R$ 36.000	R$ 36.000	R$ 36.000
Total ganho em juros:	R$ 32.527,06	R$ 38.980,94	R$ 32,527,06
Projeção de Valor Total:	R$ 68.527,06	R$ 74.980,94	R$ 68.527,06

Fonte: Dos próprios autores.

A rentabilidade deste produto também é uma estimativa fornecida pelos bancos e dependem das aplicações feitas pelo administrador do fundo. Caracterizam cálculo oficial do benefício ou do valor do imposto de renda, uma vez que se trata apenas de uma estimativa calculada pelas instituições.

4.3 Simulações poupança

Gráfico III - Simulação poupança



Fonte: Dos próprios autores.

As aplicações na caderneta de poupança, até setembro de 2017, estavam rendendo 0,5% ao mês mais a Taxa Referencial (TR), no entanto existe uma regra que entrou em vigor em maio de 2012, que altera a forma de **remuneração da poupança** caso a taxa Selic, que é a taxa básica de juros brasileira, fique igual ou menor que 8,5% ao ano. Caso alcance estas condições, a poupança passa a render 70% da Selic mais Taxa Referencial, com taxa Selic em 2,25% ano em 2020, o

rendimento anual da poupança atualmente é de 1,58% ano. (MOBILLS, 2020).

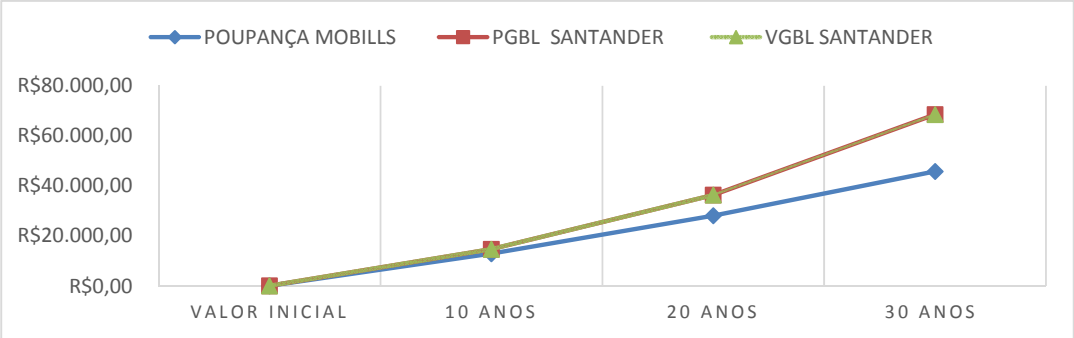
Tabela III- Dados Poupança

	Mobills	Simulador Poupança
Aplicações mensais:	R$ 100,00	R$ 100,00
Período:	30 ANOS	30 ANOS
Rentabilidade Esperada:	1,56% a.a	1,56% a.a
Total investido:	R$ 36.000	R$ 36.000
Total ganho em juros:	R$ 9.785,41	R$ 9.785,41
Projeção de Valor Total:	R$ 45.785,41	R$ 45.785,41

Fonte: Dos próprios autores.

O dado levantado sobre a rentabilidade foi considerado o mês de agosto de 2020, cuja porcentagem mensal calculada era de 0,13% ao mês (NUBANK, 2020). Não foi feito a comparação e simulação entre poupança e previdência nas mesmas instituições visto que carecem de informação, e ela apenas é fornecida para correntistas.

Gráfico IV – Gráfico comparativo entre os planos PGBL, VGBL e Poupança



Fonte: Dos próprios autores.

Com base no gráfico acima, identifica-se que os planos de previdência obtiveram melhor retorno sobre o capital aplicado, tendo em vista as simulações feitas em longo prazo. Ressalta-se, ainda, que a poupança muda sua rentabilidade de acordo com a taxa Selic, que na simulação foi utilizada para dados apenas no mês de agosto de 2020. Mas há que se considerar que, embora estes planos de previdência tenham apresentado melhores resultados, o perfil do investidor deve ser levado em conta, porque cada um apresenta suas particularidades.

5 CONCLUSÃO

Este estudo teve como objetivo apresentar a previdência privada como alternativa de investimento em médio e em longo prazos e, para tal, foi realizada simulação e comparação entre o investimento mais tradicional no Brasil - a poupança - e os planos de previdência complementar PGBL e VGBL, considerando um período de 30 anos.

Os resultados demonstram que os planos de previdência privada tornam-se mais atrativos em relação à poupança em razão de proporcionar resultados financeiros melhores. Isso ocorre em decorrência da maneira que esses dois produtos contabilizam suas rentabilidades. Enquanto os planos de previdência complementar são controlados por um gestor, a poupança segue uma regra de rentabilidade estabelecida pelo governo federal com base na taxa básica de juros. Desta maneira, com a taxa SELIC em queda no ano de 2020, a poupança resulta pouca atrativa para quem busca lucratividade. Já na previdência privada, a rentabilidade vai depender do tipo de investidor que está contratando o plano, pois, assim, o gestor do produto poderá encontrar um plano que mais se adeque ao perfil do investidor. Logo, a previdência é um investimento de médio e longo prazo viável e com rentabilidade relativamente atrativa para aquelas pessoas que desejam complementar renda ou aumentar seu capital.

Recomenda-se que os interessados no conteúdo façam o aprofundamento e levantamento de mais informações ao tema para fortalecer as considerações apresentadas, facilitando assim a compreensão e disseminação do assunto.

REFERÊNCIAS

AMBIMA. **Pesquisa que traça hábitos de poupança mostra que 8% das pessoas aplicaram em produtos financeiros no ano passado**. 2018. Disponível em: <https://www.anbima.com.br/pt_br/noticias/maioria-dos-brasileiros-quer-investir-mas-diz-que-nao-consegue-por-falta-de-dinheiro.htm>. Acesso em: 06 ago. 2020.

ANFIP. **Previdência complementar**. 2000. Disponível em: <http://www2.anfip.org.br/publicacoes/livros/includes/livros/arqspdfs/previdencia_complementar_abril_2000.PDF>. Acesso em: 16 abr. 2020.

ASSAF NETO, A. **Mercado financeiro**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GIUDICC, Thiago Lucas; ESTENDER, Antonio Carlos. **O Processo de Análise de Investimentos Financeiros em Instituições Financeiras**. São Paulo: Caderno de Administração, 2017. v. 1.

INFOMONEY.**Fundos de investimento**: um guia completo para aprender a investir. 2019. Disponível em: <https://www.infomoney.com.br/guias/fundos-de-investimento/>. Acesso em: 14 mar. 2020.

IMPERIAL, Billy. **Como Investir na Previdência Privada**: aprenda a planejar a sua aposentadoria agora para não precisar mais trabalhar daqui a 30 anos ebook kindle. Belém: Ebook Kindle, 2017. 91 p.

INSS. **Nova Previdência:** confira as principais mudanças. 2019. Disponível em: <https://www.inss.gov.br/nova-previdencia-confira-as-principais-mudancas/>. Acesso em: 15 mar. 2020.

MOBBILLS. **Como funciona o rendimento da poupança**. 2020. Disponível em: https://calculadoras.mobills.com.br/simulador-rendimento-poupanca/. Acesso em: 10 jul. 2020.

NUBANK. **Qual o rendimento da poupança em 2020?** 2020. Disponível em: https://blog.nubank.com.br/qual-o-rendimento-da-poupanca-em-2020/. Acesso em: 10 set. 2020

OJOPE, Anderson. **Previdência privada: tabela progressiva ou regressiva?** 2018. Disponível em: <https://seguroseprevidencia.com/previdencia-privada-tabela-progressiva-ou-tabela-regressiva/>. Acesso em: 9 jun. 2020.

REDAÇÃO ONZE**. Qual o rendimento da previdência privada?** 2019. Disponível em: https://www.onze.com.br/blog/rendimento-previdencia-privada/. Acesso em: 10 set. 2020.

SANTOS, Eraldo Oliveira**. Previdência privada**. São Paulo: Editora Senac, 2019.

SUSEP.**Previdência aberta complementar**. 2007. Disponível em: <http://www.susep.gov.br/search?SearchableText=vgbl>. Acesso em: 16 abr. 2020.

TAVORMINA, Luca. **Investimentos financeiros**: o que são e como se classificam. 2019. Disponível em: <https://www.euqueroinvestir.com/investimentos-financeiros-o-que-sao-e-como-se-classificam/>. Acesso em: 14 mar. 2020

TORRES, Inácio Alves; BARROS, Fábio Segatto. **Investimentos financeiros**: uma análise dos alunos investidores de uma Instituição de ensino superior de Brasília – DF,p. 1-15, 12 jun. 2014.Disponível em: <https://www.cienciasaude.uniceub.br/gti/article/view/2804/2401> Acesso em: 10 set. 2020.

VICENTE, Paulo. **O uso de simulação como metodologia de pesquisa em ciências sociais**. 2004. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S1679-39512005000100008>. Acesso em: 06 ago. 2020.

PROMOÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA LEITURA COMO PROBLEMA PÚBLICO NO MUNICÍPIO DE FRANCA-SP: UMA ANÁLISE DE POLÍTICA PÚBLICA

READING PROMOTION AND DEVELOPMENT AS A PUBLIC PROBLEM IN THE MUNICIPALITY OF FRANCA-SP: A POLICY ANALYSIS

Desenvolvimento Social e Políticas Públicas: Educação e Desenvolvimento.

CAMILLO, Everton da Silva
Universidade Estadual Paulista, UNESP
Doutorando e Mestre em Ciência da Informação
everton.camillo@unesp.br

CASTRO FILHO, Claudio Marcondes
Universidade de São Paulo, USP
Universidade Estadual Paulista, UNESP
Livre-docente em Políticas Públicas; Doutor em Ciência da Informação
claudiomarcondes@ffclrp.usp.br

Resumo

Este artigo apresenta um olhar sobre a promoção e o desenvolvimento da leitura para os cidadãos da cidade de Franca. Se teve como objetivo relatar uma análise de política pública que aponte ações para discutir a constituição de uma política pública municipal do livro, leitura e bibliotecas para esse município. Esta é uma pesquisa se baseia nas abordagens exploratória e qualitativa. Metodologicamente, foram utilizadas as etapas da análise de políticas públicas, segundo a literatura de Leonardo Secchi. O resultado da pesquisa consiste na apresentação de cinco ações fundamentais que podem incorrer na estruturação de discussões em Franca sobre um plano municipal do livro, leitura e bibliotecas. Acredita-se que entre os maiores beneficiários de uma política pública dessa natureza e magnitude estão os alunos dos diversos níveis de ensino da cidade. Conclui-se que os munícipes de Franca não podem ser negligenciados quanto ao direito humano que têm de tornarem-se leitores efetivos e produtores de cultura, sobretudo a letrada.

Palavras-chave: Análise de políticas públicas, Promoção da leitura, Política pública municipal do livro, leitura e bibliotecas.

Abstract

This paper presents a glance at the reading promotion and its development to citizens from Franca. Then, this study aimed at reporting on a policy analysis that indicates procedures for discussing the policy making process for a public policy for the books, libraries, and reading promotion in the town of Franca. Thus, this research draws on exploratory and qualitative approaches. Methodologically, the policy analysis steps presented by Leonardo Secchi were used. The findings of the research consist on presenting five fundamental actions that may incur in structuring discussions in the city of Franca on a municipal plan for the books, libraries, and reading promotion. It is believed that among the main beneficiaries of a public policy of this nature and magnitude are students from various levels of education in the city. The paper concludes that the population of Franca cannot be neglected to their human right to become effective readers and producers of literate culture.

Keywords: Policy analysis, Reading promotion, Public policy for the books, libraries, and reading promotion.

1 INTRODUÇÃO

A análise de políticas públicas é um campo teórico que se funda nos Estados Unidos. Foi nesse país que ela teve maior projeção no início do século XX. Dali em diante a análise de políticas

públicas chegou aos demais países do mundo ganhando notoriedade internacional, e foi utilizada durante os procedimentos de tomada de decisão política que se respaldavam no conhecimento científico (SECCHI, 2019).

A expressão *policy analysis* foi introduzida na ciência em 1936 por Harold Lasswell. Ele, junto de Daniel Lerner, publicou um 1951 a obra *The Policy Sciences*, um manuscrito onde são apontados os "[...] métodos utilizados para analisar processos políticos que pudessem contribuir para a ação do governo na sociedade" (CAMILLO, 2020, p. 49). Leonardo Secchi (2019), um estudioso brasileiro do assunto, evidencia que essa obra é a pedra fundamental da área de políticas públicas como campo científico.

Camillo (2020, p. 49) explana que o conceito de análise de políticas públicas surgiu como "[...] forma de conciliar o conhecimento científico com a produção empírica dos governos [...], a fim de promover um diálogo entre cientistas sociais, grupos de interesse e governos". Dessa maneira, compreende-se que a análise de políticas públicas se insere na arena e jogo políticos, pois medeiam a tensão existente entre os estudos e posicionamentos científicos, demandas de grupos de interesse e interesses políticos. Essas nuances podem ser notadas nas distintas argumentações acerca da noção e conceito de análise de políticas públicas.

Para Baimyrzaeva (2013, p. 5, tradução nossa), "[...] a análise de políticas públicas identifica problemas específicos e soluções para eles, levando em consideração os contextos político e econômico e outros relevantes, bem como desafios e oportunidades".

Weimer e Vining (2017, p. 30, tradução nossa) consideram que "[...] a análise de políticas públicas é um conselho orientado ao cliente, relevante para as decisões públicas e informado por valores sociais". O *World Wide Fund* (2018, p. 10), contudo, a vê "[...] como o processo de analisar uma questão ou um problema e sugerir soluções relevantes para os tomadores de decisão para uma decisão". Secchi (2019, p. 1), por outro lado, defende que a "Análise de políticas públicas é a atividade e o campo de conhecimento teórico e metodológico voltado para a geração e a sistematização de conhecimentos aplicados ao enfrentamento de problemas públicos".

Isso posto, se tem como síntese que a análise de políticas públicas consiste na identificação de problemas públicos específicos com o objetivo de solucioná-los, levando-se em conta os contextos econômico, sociocultural, legal e político. Por fim, Secchi (2019, p. 10) esclarece que a finalidade prescritiva de uma análise de política pública é "[...] construir política pública, avaliar questões técnico-políticas e gerar informações para o enfrentamento de problemas públicos".

Com vistas a isso, esta pesquisa se justifica porque apresenta um olhar quiçá inaugural sobre a promoção e desenvolvimento da leitura ao município de Franca, no interior paulista, partindo do entendimento da importância de se construir uma política pública que beneficie os munícipes francanos, sobretudo aqueles em idade escolar, a se emanciparem e tornarem-se cidadãos mais participativos localmente e conscientes dos seus direitos e deveres em sociedade.

Desse modo, este estudo objetivou relatar uma análise de política pública que aponte ações para discutir a constituição de uma política pública municipal do livro, leitura e bibliotecas para o município de Franca.

A pesquisa desenvolvida é de nível exploratório e natureza qualitativa. E metodologicamente lançou-se mão das etapas de análise de políticas públicas segundo a literatura de Leonardo Secchi (2019).

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta pesquisa é de nível exploratório e natureza qualitativa. O pouco conhecimento acumulado de uma área de pesquisa possibilita que novas lacunas sejam identificadas. Dessa forma, quando se tem um novo *gap* científico é possível haver o surgimento de um novo conhecimento. Por essa razão, as pesquisas exploratórias são comuns a esse objetivo, o de pesquisar em áreas com pouco conhecimento acumulado.

Vergara (2000, p. 47) afirma que "[...] a investigação exploratória é realizada em área na qual há pouco conhecimento acumulado e sistematizado". Também é interessante observar a acepção de Gil (2008, p. 27), pois o autor considera que as "[...] pesquisas exploratórias tem como finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias". Dessa forma, este estudo foi considerado exploratório na medida que pretendeu relacionar elementos para solucionar hipóteses que levam às discussões profícuas sobre políticas públicas de promoção dos livros, leitura e bibliotecas para o município de Franca.

As pesquisas qualitativas, ao contrário das quantitativas, não prezam pela produção de

medidas quantificáveis de características ou de comportamentos, mas preocupam-se com a compreensão detalhada dos fenômenos e dos significados (RICHARDSON, 2012). O resultado desta investigação, contudo, dispõe de natureza qualitativa, pois produziu-se compreensões acerca dos fenômenos.

Foi conduzida uma análise de política pública. Secchi (2019) esclarece que ela é feita mediante a aplicação de algumas etapas, a saber: diagnóstico do problema, definição do problema e definição do objetivo.

A etapa de diagnóstico do problema visa analisar a identificação de um problema público, bem como sua amplitude, intensidade, contexto, causas, consequências e potencial para tratamento. Na fase de definição do problema ocorre a sintetização em uma frase simples e direta a essência do problema em análise. Essa fase possibilita homogeneizar o entendimento do problema e suas possíveis soluções pelos atores da constituição da política pública. Por último, a etapa de definição consiste na atribuição do objetivo que se pretende alcançar com a política, no que diz respeito à extinção ou à diminuição de um problema público.

A análise foi realizada com base em documentos, informações, dados e notícias disponíveis na internet. Houve uma tentativa de obtenção via e-mail de documentos relacionados aos projetos educacionais propostos à população francana pela Secretaria de Municipal de Educação de Franca, no entanto não se obteve resposta.

3 DISCUSSÕES

As discussões serão vistas a seguir obedecendo à seguinte ordem: 3.1) Diagnóstico do contexto, 3.2) Caracterização da intervenção, e 3.3) Perspectivas.

3.1 Diagnóstico do problema

O município de Franca, no interior paulista, é a 9ª cidade mais populosa do interior do estado de São Paulo. Segundo dados de 2020 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (2020), a população estimada de Franca é de 355.901 pessoas. É um município que faz limite com as cidades de Batatais, Cristais Paulista, Patrocínio Paulista, Ribeirão Corrente, São José da Bela Vista, Restinga e os municípios mineiros de Claraval e Ibiraci (FRANCA, 2015, p. 11).

No contexto do município, a Secretaria Municipal de Educação se compromete com de entrega de serviços educacionais de qualidade aos munícipes. A missão da Secretaria consiste em "Servir a comunidade e a família garantindo educação de qualidade, assegurando acesso, permanência e sucesso de todos os alunos, promovendo uma cultura para a paz e a justiça, num processo de melhoria contínua" (FRANCA, 2015, p. 37), e a sua visão é "Ser referência pelo modelo de Gestão de Sistema Educacional voltado para à qualidade de aprendizagem e de ensino" (FRANCA, 2015, p. 38).

Ocorreu no município no ano de 2015, por meio da Secretaria Municipal de Educação, a execução de programas, projetos e ações voltados às escolas municipais. Comecemos com o Pensamento Estratégico. Este é um projeto que envolveu jogos didáticos e pedagógicos que favorecem a estimulação de habilidades cognitivas, sociais, emocionais e éticas em crianças da Educação Infantil até do 5º ano.

Um dos programas da rede municipal foi o Educação Ambiental, realizado em parceria com a Secretaria de Serviços e Meio Ambiente. Por meio dele se desenvolveu ações educacionais voltadas ao meio ambiente com a oferta de palestras, atividades e concursos, que viabilizaram a conformidade com o Decreto 10.225, que dispõe sobre as Diretrizes de educação ambiental (FRANCA, 2015).

Musicando foi um programa de educação musical que, diferente dos anteriores, teve apelo cultural-educacional. Esse programa promoveu apresentações de estudantes que participaram das escolas da Prefeitura. Foi um projeto que beneficiou, à época, cerca de 17 mil estudantes da educação básica do município. Ainda nesse segmento, houve também o projeto Semana da Música, cujo objetivo consistiu na oferta de oficinas e apresentações musicais oferecidas pela equipe de educação musical do município (FRANCA, 2015).

O programa Salas de Recursos foi uma iniciativa do Ministério da Educação (MEC) implantada no em Franca. A instituição disponibilizou às escolas públicas de ensino regular do município equipamentos de informática, mobiliários, materiais pedagógicos e de acessibilidade para o atendimento especializado.

Outro programa foi o Atendimento Educacional Especializado (AEE). Esse programa

municipal visou assegurar o direito do aluno com deficiência para frequentar a classe comum. Assim, teve como funções identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminassem as barreiras à participação dos estudantes em classe (FRANCA, 2015).

Um projeto de vertente mais cultural foi o Conhecendo a Cidade. Ele possibilitou que estudantes francanos realizassem passeios culturais na cidade. Assim, os alunos da rede municipal conheceram shoppings, museus, teatros, cinemas, bibliotecas, arquivos históricos, praças, dentre outros monumentos culturais na cidade (FRANCA, 2015).

No campo da saúde, o Programa Saúde Visual Escolar desenvolveu um trabalho preventivo no âmbito das escolas do município. Ocorreram encaminhamentos para atendimento especializado de crianças que apresentavam dificuldades visuais. As que pertenciam a famílias de baixa renda tiveram a concessão de um par de óculos novos.

O último, o projeto Ciência Móvel, visou apresentar experimentos científicos a alunos das escolas municipais de Franca, levando o Museu de Ciências até aqueles no espaço da escola (FRANCA, 2015).

Desse modo, percebe-se que desde meados de 2015 os projetos de cunho sobretudo educacional arrolados à Divisão de Gestão Educacional da Secretaria Municipal de Educação são de toda sorte: de educação ambiental, música, recursos pedagógicos, passando pela saúde dos olhos, passeios culturais e envolvimento a ciência.

Entretanto, não foi percebido no rol de programas/projetos/ações daquele ano atividades exclusivamente alinhadas à promoção dos livros, leitura e bibliotecas da cidade. Esse é um ponto crucial tendo em vista que o incentivo à leitura na sociedade contemporânea destaca-se como elemento primordial para o alcance das competências básicas em educação, uma vez que o acesso à informação na sociedade está calcado na cultura letrada e na letra registrada (FERRAZ; DUMONT, 2018).

3.2 Caracterização da intervenção

3.2.1 Definição do problema

Ausência de medidas e programas municipais efetivos de promoção e desenvolvimento da leitura por meio do uso dos livros e das bibliotecas da cidade à população de Franca, sobretudo aos estudantes matriculados na educação básica.

3.2.2 Definição do objetivo

Formular uma política pública municipal de promoção dos livros, leitura e bibliotecas para o município de Franca.

3.2.3 Análise técnica

A proposta de formular uma política pública municipal de promoção dos livros, leitura e bibliotecas para o município de Franca pode levar em conta, durante seu processo de formulação, o Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL) (BRASIL, 2014) e as 'Diretrizes para formular políticas públicas de promoção do livro, leitura e bibliotecas: foco no ODS 4 da Agenda 2030', publicadas por Camillo (2020).

Manevy (2010) destaca que desde 2006 o PNLL tem sido um projeto que une os Ministérios da Cultura e Educação. Essa é uma parceria que objetiva solidificar uma política que democratize o acesso ao livro e o prazer à leitura.

As diretrizes do PNLL, em linhas gerais, visam o compromisso de formar uma sociedade leitora por meio da inclusão social de toda a população, sobretudo a marginalizada. Desse modo, "O PNLL deverá viabilizar a inclusão de pessoas com deficiência, observadas as condições de acessibilidade e o disposto em acordos, convenções e tratados internacionais que visem a facilitar o acesso de pessoas com deficiência a obras literárias" (BRASIL, 2018, não paginado).

As diretrizes do PNLL estão alocadas em quatro eixos de ação que são: democratização do acesso; fomento à leitura e formação de mediadores; valorização institucional da leitura e o incremento do seu valor simbólico; e desenvolvimento da economia do livro como estímulo à produção intelectual e ao desenvolvimento nacional (BRASIL, 2014).

O eixo *Democratização do acesso* objetiva: a implantação de novas bibliotecas de acesso

público (quer sejam estaduais, municipais e escolares); o fortalecimento da rede atual de bibliotecas, com destaque para o fortalecimento e consolidação do Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas (SNBP); a conquista de novos espaços de leitura (ônibus, vans, táxis, peruas, trens, estações de metrô, aeroportos, parques, estádios de futebol, asilos, praças, penitenciárias, consultórios médicos etc.); a distribuição de livros gratuitos, didáticos e não didáticos, para alunos e professores nas escolas bem como para jovens e adultos noutros contextos e espaços de leitura; a melhoria do acesso ao livro e a outras formas de expressão da leitura, com circuitos nacionais de feiras do livro e coedições de livros em braile e em versões digital e audiolivro; a incorporação e uso de Tecnologias da Informação e da Comunicação (TIC), com o aprimoramento de técnicas que facilitem o acesso à informação e à produção do conhecimento. Essas tecnologias devem ser capazes de auxiliar na produção e desenvolvimento de tecnologias para preservar, ampliar e difundir acervos e bens culturais do país.

O segundo eixo, *Fomento à leitura e formação de mediadores*, tem cinco ações. Por meio desse almeja-se: formar mediadores de leitura por meio de programas de capacitação de educadores, bibliotecários e outros mediadores da leitura, dentre outras ações, como a criação de projetos especiais em parceria com universidades e centros de formação de professores; estabelecer projetos sociais de leitura em escolas e formar clubes de leitura, além de estender tais ações para comunidades tradicionalmente excluídas; realizar estudos e fomento à pesquisa na área do livro e da leitura, ofertando diagnósticos sobre a situação da leitura e do livro, bem como dados sobre hábitos de leitura e consumo de literatura; estabelecer estudos no que se refere a conhecer sistemas de informação nas áreas de bibliotecas, da bibliografia e do mercado editorial com a finalidade de conhecer a realidade das bibliotecas, editoras, livrarias e consumidor de livros no Brasil; estabelecer prêmios e reconhecimento às ações de incentivo e fomento às práticas sociais de leitura por meio de concursos que objetivem reconhecer e premiar experiências inovadoras na promoção da leitura e da literatura.

O eixo *Valorização institucional da leitura e o incremento do seu valor simbólico* visa ações para converter as práticas sociais da leitura em política de Estado. Nesse âmbito, se considera a implementação de programas governamentais de fomento à leitura, a formulação de políticas públicas nacionais, estaduais e municipais para o livro, a leitura, a literatura e as bibliotecas e a realização de fóruns, congressos, seminários e jornadas para estabelecer agendas para essa área.

O último eixo, *Desenvolvimento da economia do livro como estímulo à produção intelectual e ao desenvolvimento nacional*, tem ações voltadas ao desenvolvimento da cadeia produtiva do livro, fomento à distribuição, circulação e consumo de bens de leitura, apoio à cadeia criativa do livro e incentivo à presença no exterior da produção nacional literária científica e cultural editadas.

No caso do desenvolvimento da cadeia do livro, se considera linhas de financiamento para gráficas, editoras, distribuidoras e livrarias para a edição de livros. Também há o estimulo para a concessão de prêmios nas diferentes áreas e para a instituição de bolsas de produção literária para escritores. Assim, pretende-se apoiar a circulação de escritores em escolas, bibliotecas, feiras, dentre outros eventos locais, regionais, nacionais e internacionais.

No que se refere às 'Diretrizes para formular políticas públicas de promoção do livro, leitura e bibliotecas: foco no ODS 4 da Agenda 2030', estas possuem eixos, objetivos e metas. Os eixos somam o total de cinco e vislumbram aspectos temáticos do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 4, de educação de qualidade, da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU). Eles são vistos a seguir:

- Aprendizagem, habilidades e competências das pessoas.
- Qualidade nos processos de ensino-aprendizagem e espaços de aprendizado.
- Promoção do desenvolvimento equitativo das pessoas.
- Condições mínimas para o alcance de uma educação de qualidade.
- Formação profissional para fomentar a educação de qualidade.

Os objetivos das Diretrizes são totalizados em dez. Eles se subordinam aos cinco eixos vistos há pouco. Na perspectiva das Diretrizes, os objetivos revelam as intenções da promoção e desenvolvimento da leitura à população em foco. Eles consistem no seguinte:

- Desenvolver a aprendizagem de formas relevante e eficaz.
- Desenvolver habilidades e competências técnicas nas pessoas para o mundo do trabalho.
- Garantir acesso a um desenvolvimento educativo de qualidade desde a primeira infância e educação pré-escolar.
- Assegurar educação técnica, profissional e superior de qualidade a homens e mulheres.
- Motivar a construção e melhora das instalações físicas para desenvolver a educação com

equidade para todos.

- Eliminar a disparidade de gênero na educação, bem como incluir pessoas vulneráveis, com deficiência e povos indígenas.
- Adquirir conhecimentos e habilidades para a cidadania global, sustentável e com garantia dos direitos humanos e valorização da diversidade cultural.
- Garantir o desenvolvimento da alfabetização e o conhecimento básico de matemática às pessoas.
- Ampliar o acesso às bolsas de estudo e aos programas de formação profissional.
- Aumentar o número de professores qualificados e formação de professores.

Entretanto, para que se possa garantir o alcance dos objetivos das Diretrizes, e por conseguinte a consolidação dos seus eixos, metas foram delineadas a fim de torná-los operacionalizáveis. São 15 metas que visam dar suporte à execução dos dez objetivos. As metas são:

- Elaborar, executar e fixar programas de educação e cultura nas distintas etapas de ensino, do básico ao técnico e superior, com o uso de bibliotecas escolares para os ensinos básico e técnico e bibliotecas universitárias para o ensino superior. Pode haver a extensão de ações e atividades nas bibliotecas públicas.
- Elaborar, executar e fixar programas educacionais e culturais que envolvam a família na construção do leitor, desde a sua idade mais tenra.
- Contar com professores, profissionais de biblioteconomia, agentes de leitura, educação e cultura especializados e preparados nas ambiências que lhes cabem para compor equipes de educação e cultura.
- Elaborar, executar e fixar programas para desenvolver habilidades e competências desejáveis nos cidadãos para o mundo do trabalho, com base nas demandas de habilidades, competências e tendências futuras para as profissões.
- Elaborar, executar e fixar programas que centralizem o trabalho da leitura transformadora e emancipatória nas várias atividades de educação e cultura, do ensino básico ao superior.
- Assegurar a atuação conjunta de professores, profissionais da Biblioteconomia, agentes de leitura, educação e cultura especializados e preparados para garantir acesso à educação de qualidade às pessoas.
- Formular instrumentos para desenvolver, avaliar e expandir as habilidades de leitura de crianças, adolescentes, jovens, adultos e seniores.
- Destinar recursos financeiros às bibliotecas escolares e bibliotecas públicas para que estas se desenvolvam plenamente, com adequados recursos físicos, tecnológicos, humanos e de informação, conectadas em rede, a fim de que respondam às demandas de informação dos usuários da informação.
- Criar novas bibliotecas escolares e bibliotecas públicas, bem como assegurar as já existentes, e garantir que estas objetivem desenvolver a sociedade como um todo, sem distinção de raça, sexo, religião, orientação sexual, idade, nacionalidade, língua e condição social.
- Estimular cooperações entre redes de bibliotecas, focando o acesso dos diferentes usuários da informação a produtos e serviços de informação diversos.
- Elaborar, executar e fixar programas de desenvolvimento de minorias sociais por meio da produção literária, cultural, educacional e informacional.
- Elaborar, executar e fixar projetos de educação e cultura que utilizem os distintos espaços sociais públicos, mas que necessariamente envolvam as escolas, as bibliotecas e os espaços culturais.
- Elaborar, executar e fixar projetos que capacitem usuários da informação a usarem fontes de informação seguras e confiáveis, bem como identificá-las.
- Implementar programas de bolsas de estudos nos âmbitos nacional e internacional, além de premiações para iniciativas individuais ou grupais de educação e cultura na sociedade.
- Implementar programas de mobilidade internacional para fomentar a formação e a capacitação de profissionais da educação e da cultura para trabalharem em ações significativas de promoção do livro, leitura e bibliotecas na sociedade.

3.2.4 Análise jurídico-legal

Em 2015, a Câmara Municipal de Franca sancionou a Lei nº 8.300, de 31 de agosto de 2015,

que institui o Plano Municipal de Educação (PME). As diretrizes do PME são dez e são as mesmas dispostas na Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que institui o Plano Nacional de Educação (PNE).

As diretrizes do PNE e do PME de Franca visam o seguinte: I - erradicação do analfabetismo; II - universalização do atendimento escolar; III - superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação; IV - melhoria da qualidade da educação; V - formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade; VI - promoção do princípio da gestão democrática da educação pública; VII - promoção humanística, científica, cultural e tecnológica do País; VIII - estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do Produto Interno Bruto - PIB, que assegure atendimento às necessidades de expansão, com padrão de qualidade e equidade; IX - valorização dos (as) profissionais da educação; X - promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental (BRASIL, 2014; FRANCA, 2015). Ambos os planos visam atender ao disposto no Artigo 214 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, como visto no seguinte:

> **Art. 214**. A lei estabelecerá o plano nacional de educação, de duração decenal, com o objetivo de articular o sistema nacional de educação em regime de colaboração e definir diretrizes, objetivos, metas e estratégias de implementação para assegurar a manutenção e desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis, etapas e modalidades por meio de ações integradas dos poderes públicos das diferentes esferas federativas que conduzam a: I - erradicação do analfabetismo; II - universalização do atendimento escolar; III - melhoria da qualidade do ensino; IV - formação para o trabalho; V - promoção humanística, científica, tecnológica do País; VI - estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do produto interno bruto (BRASIL, 2016, p. 125, grifo do autor).

O PNE e o PME de Franca, visando atender ao disposto no Artigo 214 da Constituição de 1988, elencam metas e estratégias que vão na direção da promoção e desenvolvimento da leitura. A meta 7 do PNE objetiva “fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem de modo a atingir as [...] médias nacionais para o Ideb” (BRASIL, 2014, não paginado) e a estratégia 33 dessa meta almeja

> promover, com especial ênfase, em consonância com as diretrizes do Plano Nacional do Livro e da Leitura, a formação de leitores e leitoras e a capacitação de professores e professoras, bibliotecários e bibliotecárias e agentes da comunidade para atuar como mediadores e mediadoras da leitura, de acordo com a especificidade das diferentes etapas do desenvolvimento e da aprendizagem (BRASIL, 2014, não paginado).

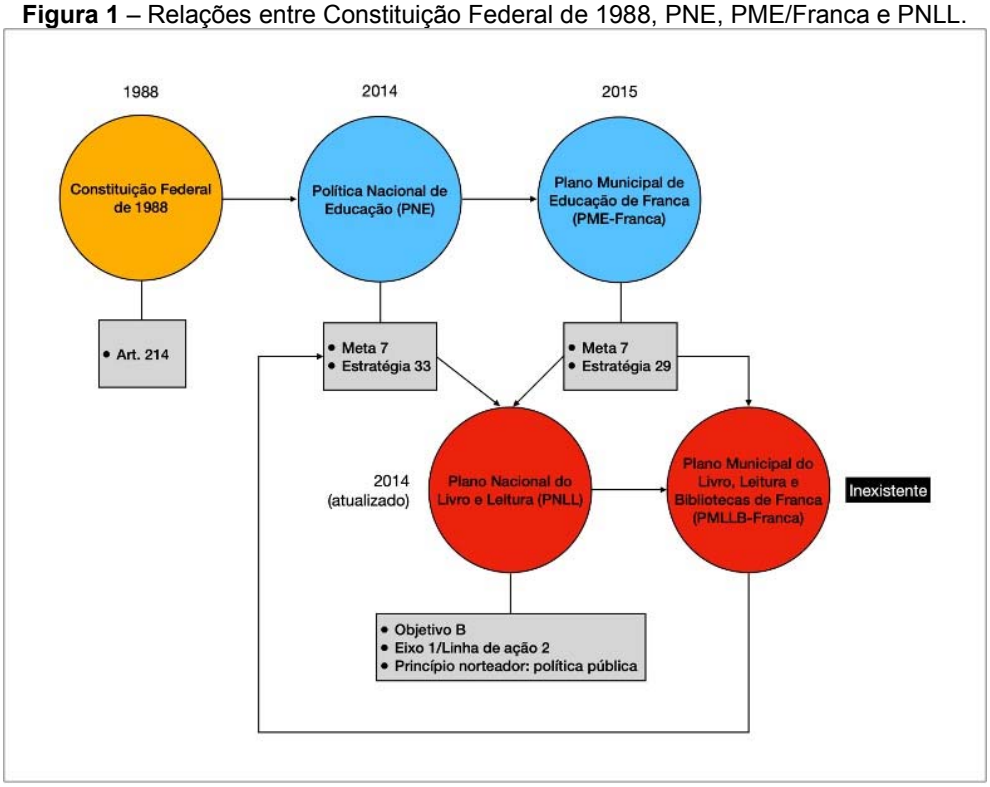
A meta e a estratégia do PME francano vão no mesmo sentido. A meta que abrange a promoção e o desenvolvimento da leitura se refere a mesma vista no PNE. A estratégia, por outro lado, difere sutilmente da daquele documento. Como visto no PME, a estratégia 7.29 objetiva

> Promover, em regime de colaboração com a União e Estado, com especial ênfase, em consonância com as diretrizes do Plano Nacional do Livro e da Leitura [PNLL], a formação de leitores e a capacitação de professores/bibliotecários e agentes da comunidade para atuar como mediadores da leitura, de acordo com a especificidade das diferentes etapas do desenvolvimento e da aprendizagem (FRANCA, 2015, acréscimo nosso).

O PNLL é uma política pública que leva em conta o destaque do desenvolvimento social, da cidadania e as transformações necessárias para a atual sociedade brasileira. Ele consiste numa política pública de Estado que se traduz em amplos programas executáveis no âmbito de governos, com coordenações devidamente articuladas com estados, municípios, empresas e instituições do terceiro setor (BRASIL, 2014).

A relação entre a Constituição Federal de 1988, PNE, PME/Franca e PNLL pode ser vista a seguir, na Figura 1:

Figura 1 – Relações entre Constituição Federal de 1988, PNE, PME/Franca e PNLL.



Fonte: Elaborado pelo autor.

O esquema na figura demonstra que a Constituição Federal de 1988 almeja, por meio do seu artigo 214, a instituição do PNE para a universalização da educação em todo o Brasil. Esse documento, contudo, entende que os municípios devem elaborar as suas próprias diretrizes para assegurar a educação municipal com base nele, o PNE, uma macrodiretriz. E isso foi realizado no município de Franca, que instituiu o PME em 31 de agosto de 2015.

No PNE e no PME/Franca há indicações para que esses documentos estejam em consonância com o PNLL. Esse documento entende que a "[...] elaboração de Planos Estaduais e Municipais do Livro e Leitura articulados com o Plano Nacional se tornam fundamentais" (BRASIL, 2014, p. 20). No entanto, o município de Franca não dispõe de um plano municipal para promover os livros, a leitura e as bibliotecas.

3.2.5 Análise social

O *Programme for International Student Assessment* (PISA) é uma avaliação trienal aplicada a estudantes com 15 anos de idade em todo o mundo e visa avaliar suas habilidades essenciais para a atuação e participação em sociedades modernas. Nesse sentido, o foco da avaliação está sobre as seguintes áreas: ciências, leitura e matemática. Assim, os testes medem o quão estudantes de todo o mundo são capazes de extrapolar o que aprendem no ambiente escolar para aplicar seus conhecimentos em contextos não familiares, dentro e fora da escola (BOS *et al.*, 2016a; ORGANISATION FOR ECONOMIC COOPERATION AND DEVELOPMENT, 2018).

O PISA é o principal teste existente até então para mensurar e comparar o conhecimento e as habilidades de jovens no sistema escolar nas várias nações. Na edição de 2015, 72 países participaram do teste, sendo 10 da América Latina e Caribe. Mas desse total, apenas 6 são da América do Sul, a saber: Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Peru e Uruguai (BOS *et al.*, 2016a; ORGANISATION FOR ECONOMIC COOPERATION AND DEVELOPMENT, 2018).

Embora a Argentina tenha sido mencionada na somatória dos países da América do Sul participantes do PISA 2015, seus resultados não foram computados para o estabelecimento do *ranking*. Molina (2016) refere que a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) resolveu não publicar o resultado argentino por considerar que a amostra não cobria a

população objetivada e que o País, ao contrário, potencialmente omitia escolas do quadro amostral. Em suma, é dizer que a amostra tomada em 2015 não era representativa da realidade escolar argentina nesse ano.

Em virtude disso, ao invés de 6, são apresentados dados do teste em leitura de 5 países da América do Sul: Brasil, Chile, Colômbia, Peru e Uruguai.

No quesito leitura no ranking mundial, o Chile lidera na região sul-americana, no 38º lugar. Após, tem-se: Uruguai, 46º lugar; Colômbia, 54º lugar; Brasil, 59º lugar; Peru, 63º lugar (BOS *et al.*, 2016b; ORGANISATION FOR ECONOMIC COOPERATION AND DEVELOPMENT, 2018).

Embora esses países tenham apresentado melhora em relação aos valores do PISA 2012, todos devem considerar melhorar o desempenho em leitura na população infantil e adolescente em idade escolar para os próximos anos.

Sabe-se que de 2000 a 2015, o Brasil não registrou mudanças significativas no teste de leitura. O Chile, em contrapartida, e ao longo de 15 anos, avançou 3 pontos por ano e a Colômbia, 3,6 pontos. Já o Peru também registrou significativa melhora, sendo 5,1 pontos por ano em 15 anos. E no caso do Uruguai, houve estagnação na pontuação em leitura (BOS *et al.*, 2016d; ORGANISATION FOR ECONOMIC COOPERATION AND DEVELOPMENT, 2018).

Para Bos *et al.* (2016c), a porcentagem de alunos com baixa performance em leitura nos países da América do Sul, naqueles em que houve a aplicação do teste em 2015, corresponde aos seguintes números: Brasil, 51%; Chile, 28%; Colômbia, 43%; Peru, 54%; Uruguai, 39%. Ou seja, mais da metade dos jovens com 15 anos de idade tanto do Brasil quanto do Peru apresentaram baixo desempenho em leitura; o Brasil com 51% e o Peru com 54%. Imediatamente após, estão a Colômbia (43%), o Uruguai (39%) e o Chile (28). O Chile é o único país sul-americano com o menor valor de baixa performance em leitura nos alunos avaliados no PISA 2015.

No Brasil, e mais especificamente em Franca, o número de alunos matriculados é significativo. De acordo com os dados do Censo Escolar realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), disponíveis no portal da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo (SÃO PAULO, 2020), o número de matrículas na educação básica no município de Franca em 2019 pode ser resumido ao seguinte: na Educação Infantil, 7.806 crianças foram matriculadas nas creches e 8.878 na Pré-escola; no Ensino Fundamental, 22.569 estudantes foram matriculados nos anos iniciais (1º ao 5º ano) e 17.733 nos anos finais (6º ao 9º ano); no Ensino Médio, 12.100 foram matriculados no Ensino Médio Propedêutico e com curso técnico integrado, 391; na Educação Profissional, 46 se matricularam em curso de Formação Inicial e Continuada (FIC); na Educação de Jovens e Adultos (EJA), 951 estudantes matricularam-se no Ensino Fundamental e 1.959 no Ensino Médio; por fim, na Educação Especial, 1.070 alunos foram matriculados em Classes Comuns e 501 em Classes Exclusivas. É importante destacar que, segundo consta no Censo, um mesmo aluno pode ter mais de uma matrícula no sistema, e isso pode gerar, em alguns casos, a duplicação de informações numéricas.

Os dados da Secretaria Municipal de Educação de Franca, atualizados em 26 de agosto de 2020 (FRANCA, 2020), revelam o número de alunos matriculados na educação municipal entre a Fase I e 5º ano por região. Na região Norte há 5.749 alunos. Na Sul, 4.237. Na região Leste, 2.924 alunos. Na Oeste existe 3.513 alunos matriculados, enquanto que no Centro há 576. Dessa maneira, estima-se que no município de Franca, no ano de 2019, houve mais de 70 mil estudantes matriculados em todas as etapas do ensino básico, condição que chama à atenção para a execução de medidas educacionais efetivas e de qualidade nos anos porvir.

A promoção da leitura por meio do projeto chamado ‘Pé de livros entre amigos’, desenvolvido pela professora Rita Marta Silva, de 46 anos, que foi uma das ganhadoras do prêmio Educador Nota 10, representou uma oportunidade para que alunos do 5º ano da rede estadual de ensino possam imergir no mundo da literatura e tornarem-se cidadãos mais criativos, críticos, atuantes em sociedade e protagonistas de mudanças locais. Segundo a reportagem veiculada pelo G1,

> Para incentivar os alunos, antes da quarentena, Rita pendurava livros em uma árvore do pátio da escola estadual Adalgisa de São José Gualtiéri e, às terças-feiras, transformava a sala de aula em um clube de leitura, com as portas abertas para a família das crianças participarem dos debates (COM..., 2020).

Silva e Sabbag (2019) destacam em pesquisa, ao parafrasearem o resultado da pesquisa Retratos da Leitura no Brasil de 2015, do Instituto Pró-Livro (2016), que em torno de 56% da população brasileira pode ser considerada leitora, isso caso tenham lido pelo menos um livro nos últimos 3 meses. Os não-leitores somam, então, cerca de 44% da população estudada, o que gera

preocupação, pois, como delineiam as pesquisadoras, "Esse dado aliado a problemas como o analfabetismo funcional e exclusão social, evidencia a necessidade de desenvolver novas ferramentas para engajar a leitura, pensando em formas de se comunicar com os leitores em potencial" (SILVA; SABBAG, 2019, p. 80).

Em sua última versão, a pesquisa Retratos da Leitura (INSTITUTO PRÓ-LIVRO, 2020), demonstra que ao longo dos últimos 12 anos, de 2007 a 2019, percebeu-se haver, sobretudo, queda e estagnação no percentual de leitores por região do Brasil. A região Norte registrou aumento de 2% em relação ao resultado da pesquisa de 2015. Em 2015, 8% da população dessa região foi considerada leitora e em 2019, 10%. A região Nordeste, por outro lado, registrou estagnação. Em 2015 era 25% o número de leitores. Em 2019 esse percentual se manteve. Contudo, o Centro-Oeste brasileiro registrou queda de 1%. Em 2015, 8% dos entrevistados dessa região foram considerados leitores e em 2019, 7%. Também houve queda na região Sudeste. Em 2015, 46% das pessoas dessa região foram consideradas leitoras. Em 2019, 42%. A região Sul, no entanto, registrou aumento. Quando em 2015 apenas 13% dos entrevistados foram considerados leitores, em 2019 o foram 16% deles.

Entende-se, portanto, que o problema da ausência de medidas de promoção e desenvolvimento da leitura é de intensidade absoluta para a cidade de Franca, pois, caso ele não seja solucionado, poderá incorrer na eliminação da possibilidade de emancipação individual e, por conseguinte, coletiva dos munícipes.

3.3 Perspectivas

A promoção e o desenvolvimento da leitura à população francana caracteriza-se, mediante um olhar social, como oportunidade de aproximação dos munícipes às iniciativas educacional-culturais por meio do envolvimento efetivo com os livros e as bibliotecas. Sobretudo os estudantes da educação básica podem obter maior envolvimento com as produções literárias local, regional, nacional e internacional. E com o apoio de professores, agentes de educação e cultura, bibliotecários e demais profissionais, se tornarem leitores e aprendizes ao longo da vida e engajarem-se no caminho rumo ao infindável processo de emancipação.

Formular uma política pública municipal de promoção dos livros, leitura e bibliotecas com base no PNLL e nas 'Diretrizes para formular políticas públicas de promoção do livro, leitura e bibliotecas: foco no ODS 4 da Agenda 2030' pode incorrer, no contexto de Franca, no seguinte:

- desenvolvimento da aprendizagem de formas relevante e eficaz;
- garantia de acesso a um desenvolvimento educativo de qualidade desde a primeira infância e educação pré-escolar;
- asseguração da educação técnica, profissional e superior de qualidade a homens e mulheres;
- desenvolvimento de habilidades e competências técnicas nas pessoas para o mundo do trabalho;
- eliminação da disparidade de gênero na educação, bem como a inclusão de pessoas vulneráveis, com deficiência e povos indígenas;
- garantia do desenvolvimento da alfabetização e o conhecimento básico de matemática às pessoas;
- aquisição de conhecimentos e habilidades para a cidadania global, sustentável e com garantia dos direitos humanos e valorização da diversidade cultural;
- construção e melhoria das instalações físicas para desenvolver a educação com equidade para todos;
- ampliação do acesso às bolsas de estudo e aos programas de formação profissional;
- aumento do número de professores qualificados e formação de professores.

Em vista disso, é urgente que a necessidade de iniciativas de promoção e desenvolvimento da leitura recaiam sobre as agendas da mídia e da política em Franca com a finalidade de que discussões públicas e relevantes entre atores sociais individuais e coletivos municipais sejam efetivadas nos curto, médio e longo prazos com o objetivo de apresentar um plano municipal de promoção dos livros, leitura e bibliotecas que contemple toda a população francana, sobretudo os estudantes das redes municipal e estadual de educação, em todas as etapas e formas de ensino.

3.4 Ações para estruturar discussões sobre uma política pública municipal do livro, leitura e bibliotecas para a cidade de Franca

Baseado em Pinheiro (2016) e Sala (2018), são apresentadas cinco ações fundamentais que podem incorrer na estruturação de discussões no município sobre um plano municipal do livro, leitura e bibliotecas para a cidade de Franca:

1) Compor na cidade um de discussão sobre a importância da leitura. Os grupos podem contar com educadores, professores, bibliotecários, gestores públicos, assistentes sociais, mediadores de leitura, jornalistas e pessoas interessadas em literatura e outros cidadãos interessados.
2) Articular-se com organizações do terceiro setor na cidade a fim de que os grupos de discussão e trabalho tomem corpo e voz a respeito da viabilidade política e social da causa do livro, leitura e bibliotecas.
3) Formalizar debates, reuniões e assembleias públicas sobre a promoção da leitura e uso dos livros e bibliotecas. na agenda política da localidade.
4) Organizar formalmente um grupo de trabalho com os distintos profissionais da Educação, Informação e Cultura (educadores, professores, bibliotecários, gestores públicos, assistentes sociais, mediadores de leitura, jornalistas e pessoas interessadas em literatura) que objetive elaborar um plano municipal do livro, leitura e bibliotecas.
5) Alavancar as discussões por meio de debates, eventos, reuniões e assembleias públicas na localidade sobre a promoção da leitura e uso dos livros e bibliotecas, conferindo a isso caráter formal, de pauta de agendas da mídia e política locais, que envolva o Poder Público, as instituições e os atores governamentais e não governamentais do processo de políticas públicas, e mobilize as categorias profissionais, as instituições dos distintos setores e a sociedade civil local como um todo.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa objetivou relatar uma análise de política pública que aponte ações para discutir a constituição de uma política pública municipal do livro, leitura e bibliotecas para o município de Franca. Considera-se que o objetivo foi atingido.

Durante a análise, não se pôde apresentar considerações relacionadas às análises econômica e política, tampouco formular um mapa de argumentos, tendo em vista a ausência de fontes de informação seguras para se recuperar conteúdos relevantes ou ainda a ausência de conteúdo pertinente e disponível *online*, no portal da Prefeitura Municipal de Franca, à composição daquelas seções.

Ainda, estabelecer contatos presenciais com atores políticos e grupos de interesse francanos não foi possível em decorrência do atual momento de pandemia devido ao novo coronavírus. Esses eventos incidiram, portanto, na não efetivação da seção de recomendações. Sem poder mapear as distintas compreensões e posicionamentos dos atores governamentais e não governamentais do município tornou-se inviável recomendá-las. Essas foram algumas das limitações da pesquisa.

Demonstrou-se por meio do diagnóstico do contexto, da caracterização da intervenção, de perspectivas traçadas e de ações para estruturar um plano de promoção dos livros, leitura e bibliotecas que discussões mais amplas sobre a formulação desse pode ganhar as agendas da mídia e política.

Estima-se que dentre os maiores beneficiados por uma política pública dessa natureza e magnitude estejam os estudantes dos vários níveis de educação, em decorrência da necessidade que eles têm de obterem mais habilidades e desenvolvimento em leitura.

Assim, se tem como consideração final que os munícipes de Franca não podem ser negligenciados quanto ao direito humano que têm de tornarem-se leitores efetivos e produtores de cultura, sobretudo a letrada.

REFERÊNCIAS

BAIMYRZAEVA, M. Policy analysis as a profession in government: who does, what and how. **Occasional paper**, [S.l], n. 2, p. 1-26, 2013. Disponível em: https://www.ucentralasia.org/Content/downloads/UCA-IPPA-OP2-English.pdf. Acesso em: 10 set.

2020.

BOS, M. S. *et al*. **PISA**: Latin America and the Caribbean: basic facts about PISA. [S.l]: IDB; CIMA: 2016a. Disponível em: https://publications.iadb.org/en/publication/17196/latin-america-and-caribbean-pisa-2015-basic-facts-about-pisa. Acesso em: 20 ago. 2020.

BOS, M. S. *et al*. **PISA**: Latin America and the Caribbean: how did the region perform?. [S.l]: IDB; CIMA: 2016b. Disponível em: https://publications.iadb.org/en/publication/17198/latin-america-and-caribbean-pisa-2015-how-much-did-region-improve. Acesso em: 20 ago. 2020.

BOS, M. S. *et al*. **PISA**: Latin America and the Caribbean: how many students are low performers?. [S.l]: IDB; CIMA: 2016c. Disponível em: https://publications.iadb.org/en/publication/17199/latin-america-and-caribbean-pisa-2015-how-many-students-are-low-performers. Acesso em: 20 ago. 2020.

BOS, M. S. *et al*. **PISA**: Latin America and the Caribbean: how much did the region improve?. [S.l]: IDB; CIMA: 2016d. Disponível em: https://publications.iadb.org/en/publication/17198/latin-america-and-caribbean-pisa-2015-how-much-did-region-improve. Acesso em: 20 ago. 2020.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2016.

BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências, 2014. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm. Acesso em: 08 set. 2020.

BRASIL. **Lei nº 13.696, de 12 de julho de 2018**. Institui a Política Nacional do Livro e Escrita, 2018. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015- 2018/2018/Lei/L13696.htm. Acesso em: 05 ago. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Ministério da Cultura. **Plano Nacional do Livro e Leitura**. Brasília, Ministério da Educação; Ministério da Cultura, 2014. Disponível em: http://antigo.cultura.gov.br/documents/10883/1171222/cadernoPNLL_2014ab.pdf/df8f8f20-d613-49aa-94f5-edebf1a7a660. Acesso em: 08 set. 2020.

CAMILLO, E. S. **Diretrizes para formular políticas públicas de promoção do livro, leitura e bibliotecas**: foco no ODS 4 da Agenda 2030. Orientador: Claudio Marcondes de Castro Filho. 2020. 161 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília, 2020. Disponível em: http://hdl.handle.net/11449/191535. Acesso em: 05 fev. 2020.

COM projeto para despertar paixão pela leitura em crianças em crianças, professora de Franca, SP, vence prêmio 'Educador Nota 10'. **G1**, 26 jul. 2020. Disponível em: https://g1.globo.com/sp/ribeirao-preto-franca/noticia/2020/07/26/com-projeto-para-despertar-paixao-pela-leitura-em-criancas-professora-de-franca-sp-vence-premio-educador-nota-10.ghtml. Acesso em: 08 set. 2020.

FERRAZ, M. N.; DUMONT, L. M. M. Dimensões essenciais das bibliotecas públicas. **Ciência da Informação em Revista**, v. 5, n. 1, p. 11-28, jan./abr. 2018. Disponível em: https://www.seer.ufal.br/index.php/cir/article/view/4812. Acesso em: 03 set. 2020.

FRANCA. **Lei nº 8.300, de 31 de agosto de 2015**. Institui o Plano Municipal de Educação, 2015. Disponível em: https://franca.sp.leg.br/pt-br/legislacao/lei-no-8300-de-31-de-agosto-de-2015.

FRANCA. Secretaria Municipal de Educação. **Plano Municipal de Educação**: Franca 2015-2025, 2015. Disponível em: https://www.franca.sp.gov.br/images/EDUCACAO/1-INSTITUCIONAL/PLANO_MUNICIPAL/plano_municipal_da_educaao.pdf

FRANCA. Secretaria Municipal de Educação. **Prefeitura Municipal de Franca**, c2020. Educação em números. Disponível em: https://www.franca.sp.gov.br/educacao-em-numeros/administracao-municipal/administracao-direta/educacao/institucional/educacao-em-numeros. Acesso: 29 ago. 2020.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Cidades e Estados. **Franca**, 2020. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/sp/franca.html?. Acesso em: 09 set. 2020.

INSTITUTO PRÓ-LIVRO. **Retratos da Leitura no Brasil**. 4. ed. [*S. l.*]: [*S. n.*], 2016. 142 slides. Disponível em: http://prolivro2-org-br.umbler.net/wp-content/uploads/2020/07/Pesquisa_Retratos_da_Leitura_no_Brasil_-_2015.pdf. Acesso em: 03 set. 2020.

INSTITUTO PRÓ-LIVRO. **Retratos da Leitura no Brasil**. 5. ed. [*S. l.*]: [*S. n.*], 2020. 152 slides. Disponível em: https://prolivro.org.br/wp-content/uploads/2020/09/5a_edicao_Retratos_da_Leitura_no_Brasil_IPL-compactado.pdf. Acesso em: 24 set. 2020.

MANEVY, A. PNLL: um símbolo de mudança na política cultural. *In*: MARQUES NETO, J. C (org.). **PNLL**: textos e histórias. São Paulo: Cultura Acadêmica Editorial, 2010. p. 137-138.

MOLINA, F. R. Argentina queda fuera del ranking educativo PISA 2015. **El País**, 2016. Disponível em: https://elpais.com/internacional/2016/12/06/argentina/1481025855_604873.html. Acesso em: 22 ago. 2020.

PINHEIRO, R. Q. **Política pública de leitura e participação social**: o processo de construção do PMLLLB de São Paulo. Orientador: Marco Antônio de Almeida. 2016. 209 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade de São Paulo, Escola de Comunicações e Artes, São Paulo, 2016. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27151/tde-10052017-091316/publico/RICARDOQUEIROZPINHEIROVC.pdf. Acesso em: 14 set. 2020.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social**: métodos e técnicas. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

SALA, F. **Políticas públicas do livro, leitura e biblioteca escolar no Brasil**: das iniciativas federais à implementação municipal. Orientador: Silvio César Nunes Militão. 258 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Faculdade de Ciência e Tecnologia, Presidente Prudente, 2018. Disponível em: https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/154102/sala_f_me_prud.pdf?sequence=3&isAllowed=y. Acesso em: 14 set. 2020.

SÃO PAULO. Secretaria da Educação do Estado de São Paulo. **Dados Abertos da Educação**, 2020. Microdados do censo escolar. Disponível em: https://dados.educacao.sp.gov.br/dataset/microdados-do-censo-escolar. Acesso em: 29 ago. 2020.

SECCHI, L. **Análise de políticas públicas**: diagnóstico de problemas, recomendações de soluções. São Paulo: Cengage Learning, 2019.

SILVA, B. D. O.; SABBAG, D. M. A. O tangível e o corpóreo das bibliotecas públicas brasileiras: do ideal ao real. **Informação e Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 29, n. 4, p. 75-102, out./dez. 2019. Disponível em: https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/47447. Acesso em: 03 set. 2020.

VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 3. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2000.

WEIMER, D. L.; VINING, A. R. **Policy analysis**: concepts and practice. 6. ed. New York: Routledge, 2017.

WORLD WIDE FUND (WWF). **Policy analysis and engagement toolkit**: a guide for pacific non-government organizations in the fisheries sector. Suva: WWF, 2018. Disponível em: http://d2ouvy59p0dg6k.cloudfront.net/downloads/cso_policy_analysis_toolkit_1.pdf. Acesso em: 10 set. 2020.

PRÁTICA DO JUDÔ COMO ESTRATÉGIA PARA PROMOÇÃO DA SAÚDE E INCLUSÃO DE PESSOAS COM SÍNDROME DE DOWN: revisão de literatura

JUDO PRACTICE AS A STRATEGY FOR HEALTH PROMOTION AND INCLUSION OF PEOPLE WITH DOWN SYNDROME: literature review

Área temática: Psicologia, Saúde e Desenvolvimento

GIROLDO, Julio Cesar
Universidade Cidade de São Paulo/UNICID
Graduado em Educação Física Licenciatura - FIRP (Faculdades Integradas de Ribeirão Pires) e Educação Física bacharel - FAETI (Faculdade de Educação e Tecnologia Iracema). Graduando em Fisioterapia pela Universidade Cidade de São Paulo.
E-mail juliogiroldo1@gmail.com

ARAÚJO, Denise Conceição Garcia
Mestranda em Promoção de Saúde pela Universidade de Franca. Graduada em Educação Física-Licenciatura pela Universidade de Franca. Pós-graduada em Educação Física Escolar.
E-mail: decgarcia@yahoo.com.br

FERREIRA, Lorrayne Jasmim
Universidade de Franca/UNIFRAN
Graduanda em Fisioterapia pela Universidade de Franca/UNIFRAN.
E-mail: jasmim_loh@hotmail.com

ARANTES, Pâmela Barbosa
Universidade Cruzeiro do Sul/UNICID
Mestra em Ciência e Tecnologia. Bacharel em Fisioterapia e Graduação Tecnológica em Estética e Cosmetologia. Pós-graduada em Gestão e Cosmetologia.
E-mail: pamela.arantes@cruzeirodosul.edu.br

MARCELINO, Daniela
Mestranda em Promoção de Saúde pela Universidade de Franca Bacharel em Fisioterapia pelo Claretiano Centro Universitário de Batatais. Possui título de Especialista em Fisioterapia em Terapia Intensiva Adulto pelo COFFITO/ASSOBRAFIR. Pós-graduada em Terapia Intensiva Adulto; Bases Neuromecânicas e Metodológicas do Ensino; Fisioterapia Pneumológica; Cuidados Paliativos; Fisioterapia Neurológica Adulta e Gestão em Qualidade em Serviços de Saúde e Hospitalar. Possui aprimoramento profissional em Fisioterapia Respiratória e Intensiva no CTI Adulto pela Santa Casa de Franca.
E-mail: danielamarcelino_fisio@hotmail.com

TOZATI, Camila Aparecida Letro
Universidade de Franca/UNIFRAN
Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito de Franca e graduanda em Psicologia pela Universidade de Franca.
E-mail: camilatozati37@gmail.com

BULGO, Danilo Cândido
Universidade de Franca/UNIFRAN
Doutorando e Mestre em Promoção de Saúde. Bacharel em Fisioterapia, licenciado em Educação Física, Pedagogia, Letras com habilitação em Língua Inglesa e Portuguesa e Bacharel em Letras tradutor e intérprete. Pós-graduado em Saúde coletiva; Psicopedagogia; Cuidados Paliativos e Terapia da Dor; Fisioterapia Neurofuncional Pediátrica; Fisioterapia Geriátrica e Gerontológica; Oncologia Multiprofissional com ênfase nos cuidados paliativos; Educação especial com ênfase em deficiência intelectual, física e psicomotora; Tutoria, elaboração de materiais e ambientes virtuais em educação à distância (EaD); Gestão Escolar; Transtornos Globais de Desenvolvimento (TGD) e Altas Habilidades; Ensino Lúdico, Neurociência e Aprendizagem e MBA em Gestão Empresarial.
E-mail: danilobulgo@gmail.com

Resumo

A Síndrome de Down é uma alteração genética em que o indivíduo apresenta um cromossomo a mais no par 21, em todas ou na maior parte das células de seu corpo. Dentre as características físicas mais comuns nesse grupo populacional se destaca a hipotonia, cabeça pequena, microcefalia, dobras epicantais para cima, ponte nasal plana, fissuras palpebrais oblíqua, boca pequena, orelhas pequenas, excesso de pele na nuca e prega palmar transversal única, características estas que podem ser vistas durante o desenvolvimento humano. Sabe-se que a atividade física é um grande aliado para o tratamento destes indivíduos, tendo como finalidade o aumento da qualidade de vida e dos fatores que auxiliam na promoção da saúde destes indivíduos. Pensando na atividade física e na Síndrome de Down, surge o judô, que pode ser um agente potenciador no que tange o desenvolvimento biopsicossocial. O objetivo do presente estudo é identificar na literatura a relevância da prática esportiva inclusiva por meio da prática de judô, como forma de promoção da saúde de pessoas com Síndrome de *Down*. Foi realizada uma busca na literatura em um recorte temporal entre os anos de 2010 a 2020, nos idiomas português e inglês na base de dados Biblioteca Virtual em Saúde. Como principais resultados, a literatura aponta boa relação entre o judô e a promoção da saúde dos indivíduos com SD, porém, ainda é escassa as informações de caráter científico sobre a temática, o que demanda a necessidade de mais estudos que abordem o tema.

Palavras-chave: Síndrome de Down, Judô, Promoção da Saúde

Abstract

Down syndrome is a genetic disorder in which the individual has an extra chromosome in pair 21, in all or most of the cells in his body. Among the most common physical characteristics in this population group, hypotonia, small head, microcephaly, upward epicantal folds, flat nasal bridge, oblique eyelid fissures, small mouth, small ears, excess skin on the nape and single transverse palmar fold, stand out. these that can be seen during human development. It is known that physical activity is a great ally for the treatment of these individuals, with the purpose of increasing the quality of life and the factors that help in promoting the health of these individuals. Thinking about physical activity and Down Syndrome, judo emerges, which can be an enhancing agent with regard to biopsychosocial development. The aim of the present study is to identify in the literature the relevance of inclusive sports through the practice of judo, as a way of promoting the health of people with Down Syndrome. A literature search was carried out in a time frame between the years 2010 to 2020, in Portuguese and English in the Biblioteca Virtual de Saúde database. As main results, the literature points out a good relationship between judo and health promotion of individuals with DS, however, there is still little scientific information on the subject, which demands the need for more studies that address the theme.

Keywords: Down's syndrome, Judo, Health promotion

1 INTRODUÇÃO

Ao abordar a temática acerca da inclusão, esta torna-se um assunto complexo e que demanda uma compreensão ampla quando se trata de indivíduos com algum tipo de deficiência, inclusive as pessoas com Síndrome de Down (SD). Atualmente, a inclusão tem elencado discussões nos mais variados pilares sociais, como na educação, na inserção destes indivíduos nas práticas laborais em organizações, no esporte, dentre outras. Desse modo, faz-se necessário ampliar o olhar com a finalidade de compreender os fatores biopsicossociais que envolvem essa parcela populacional.

A SD é então uma condição cromossômica causada por um cromossomo extra no par 21, conhecida como trissomia do cromossomo 21. O quantitativo normal de cromossomos é cientificamente identificado com 46, sendo estes distribuído em pares, o que totaliza 23 pares. Assim,

os indivíduos que sofrem com essa síndrome apresentam 47 cromossomos, ou seja, existem três copias do cromossomo 21. Essa condição genética se dá então igualmente entre homens e mulheres, ocorrendo também em todas as raças, grupos étnicos, classes sociais, sem distinção. Desse modo, as pessoas com SD possuem características físicas e patologias típicas como face plana, fissuras palpebrais longas e oblíquas, olhos em declive, cílios longos, epicanto, orelhas pequenas, filtro nasolabial liso, palato ogival, língua protrusa, pescoço curto com excesso de pele dorsalmente, hipotonia muscular generalizada, hiper flexibilidade articular, mãos pequenas com braquidactilia e amplo espaçamento entre hálux e segundos artelhos, além de possuir uma suscetibilidade a algumas patologias do sistema respiratório, cardíaco e endócrino, como também refluxo esofágico, otites e apneia do sono (NEPOMUCEMO *et al.,* 2018).

Desse modo, esses indivíduos fazem parte de uma sociedade plural, diversificada e permeada ainda por obstáculos, sejam relacionados a mobilidade humana, acessibilidade a sociedade geral, aos serviços escolares, de saúde, ao preconceito, exclusão social, dentre outros. Assim, como preconizado pelo Estado Brasileiro, bem como Órgãos Oficiais a níveis mundial, a inclusão deve ser respeitada e ampliada a todos os indivíduos, democratizando a inserção social e participativa de toda população.

Nesse sentido, por meio da Lei Nº 13.146, de 6 de julho de 2015, institui-se a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência) como:

> Art. 1º É instituída a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania.

Frente ao avanço dos respaldos legais e das políticas públicas, o Estatuto da Criança e do Adolescente, criado em meados de 1990 e aperfeiçoado com o passar do tempo, garante o atendimento prioritário na área da saúde e atenção educacional especializada ao jovem com deficiência, incluindo os indivíduos com SD. Visto que existem muitas leis nacionais e internacionais que preconizam a atenção as pessoas com deficiência, a Organização das Nações Unidas traçou em 2015 um plano de ação para erradicar alguns aspectos negativos presentes em todo planeta: a pobreza, disseminar as práticas que protejam o planeta garantindo com que as pessoas alcancem a paz e a prosperidade: nessa perspectiva, a Agenda 2030 surge para pensar em estratégias que corroborem para o Desenvolvimento Sustentável do planeta, a qual contém o conjunto de 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

A Agenda 2030 e os ODS apontam que é necessário tomar medidas ousadas e transformadoras para alinhar o planeta em um lugar: com maior equidade e justiça social. Os ODS constituem assim, em uma ambiciosa lista de tarefas para todas as pessoas, em todas as partes, a serem cumpridas até 2030. Pensando nas perspectivas que envolvem o presente artigo, destaca-se os ODS 3 e 10 que em sua essência visam:

ODS 3 – Saúde e Bem-estar: Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades. Bem-estar é a medida que um indivíduo ou grupo é capaz, por um lado, de realizar aspirações e satisfazer necessidades e, por outro, de lidar com o meio ambiente (ONU, 2015).

ODS 10 - Redução da Desigualdades dentro dos países e entre eles:

> "Trata as questões relacionadas às desigualdades, não somente dentro do país em que se vive, mas também entre ele e os demais. Esse objetivo pretende reduzir a distância que separa os mais ricos dos mais pobres. As desigualdades ocorrem por diversos ângulos: diferença de renda; diferença de patrimônio; diferença de tipos e qualidade de moradias; diferença do acesso a serviços básicos como saúde e educação; diferença de acesso à infraestrutura; à justiça; a oportunidades de trabalho; a esporte e lazer; e a oportunidades de participar nas decisões que afetam a todos. Também se manifesta por meio da discriminação, fazendo com que grupos fiquem excluídos social, econômica e politicamente, de acordo com idade (idosos e crianças, por exemplo), deficiência, raça, etnia, origem, religião ou orientação sexual" (BRASIL, 2015 p.82).

Assim, vale destacar que os esportes surgem como estratégias para o empoderamento, bem-estar, inclusão social, engloba diversas áreas importantes para a humanidade, como saúde, educação, além de possuir em sua essência o papel social para o desenvolvimento integral dos sujeitos. Por meio de sua prática desenvolve-se também a aquisição de habilidades físicas e sociais, valores, conhecimentos, atitudes e normas, visto que o esporte é considerado uma maneira de sociabilização e de transmissão de valores. Portanto, a inserção das pessoas com SD nas práticas educacionais e esportivas ganham destaque por serem ferramentas promotoras da saúde desse grupo populacional, visando desse modo o aumento da qualidade de vida e dos fatores que maximizam a promoção e prevenção da saúde nas pessoas com SD.

Ao se retratar os conceitos de qualidade de vida (QV), esse pode ser considerado subjetivo, dinâmico, mudável pelos aspectos da vida do indivíduo, "uma vez que a satisfação com a vida e a sensação de bem-estar podem, muitas vezes, ser sentimentos transitórios". A QV amplia sua conceituação em diferentes aspectos como qualidade de saúde no âmbito individual e coletivo, a satisfação das necessidades basais, moradia, educação, alimentação, trabalho, lazer, relações sociais e aspectos recorrentes ao que tange o andamento da rotina dos indivíduos (ROGENSKI, KURCGANT, 2012).

Visto que o esporte é uma prática que propicia a inclusão social e pode ser capaz de diminuir os efeitos negativos advindos da exclusão social, bem como pode subsidiar lazer e competições para a sociedade em geral, o judô surge como uma estratégia que pode possibilitar benefícios aos indivíduos com SD. Essa prática esportiva se destaca por ter em sua essência a autodefesa, onde o praticante aprimora o equilíbrio corporal, aprende aspectos acerca da disciplina e do respeito nas ações e reações que envolvem essa luta, além de desenvolver a segurança e a autoconfiança. Destaca-se também o processo de saber lidar com as limitações pessoais e o controle das suas emoções. Dentre as diversas vertentes positivas, o relaxamento o prazer permeia o judô. Com a evolução da sua prática tem-se conquistas como concentração e a possibilidade de analisar e conviver com situações de sucesso e fracasso (VILLAMÓN, BROUSSE, 2002). O incentivo à prática regular da atividade física vem ampliando nos mais variados cenários, tendo uma importante ação na área da saúde pública, na forma de programas e campanhas em prol de estilos de vida mais ativos, inserindo assim, pessoas com SD.

Consoante ao exposto, o presente artigo visa identificar na literatura a relevância da prática esportiva inclusiva por meio da prática de judô, como forma de promoção da saúde de pessoas com Síndrome de *Down*.

2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para a elaboração deste trabalho utilizou-se o método de revisão integrativa da literatura, que visa analisar pesquisas realizadas e publicadas no âmbito científico que apresentem potencial que contribuam significativamente em processos de tomada de decisão, visando, dentre outros aspectos, proporcionar melhorias nas práticas laborais (MENDES; SILVEIRA, GALVÃO, 2008).

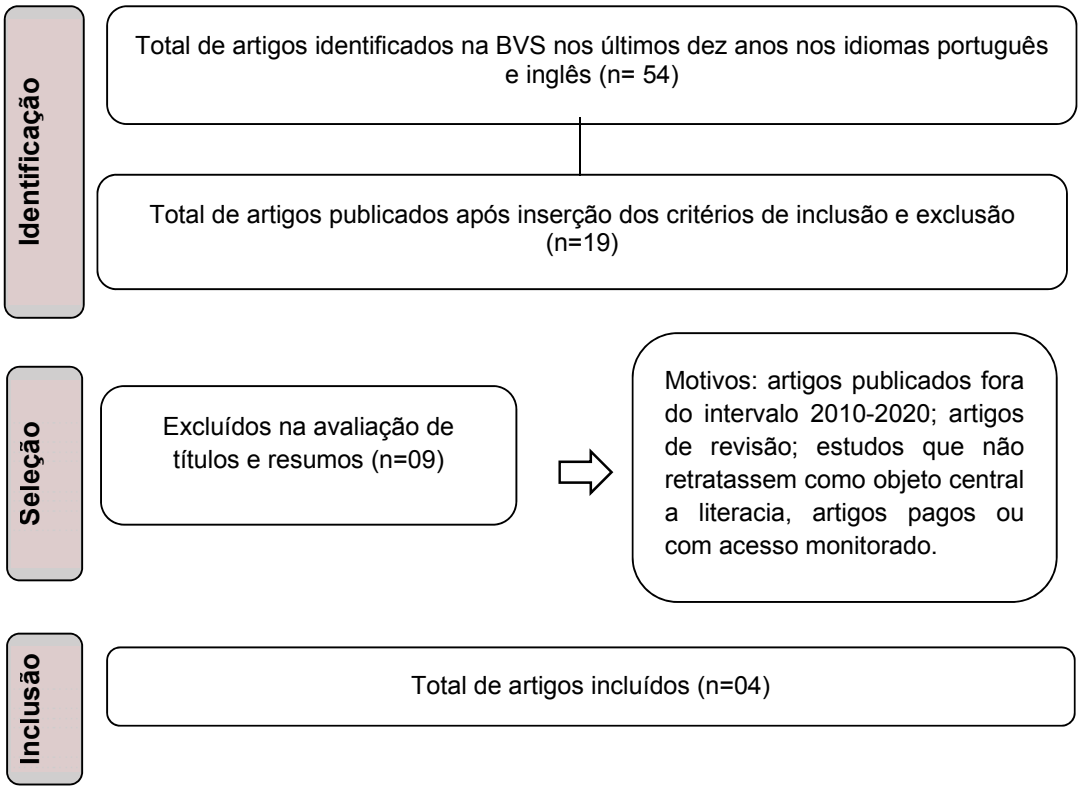
A busca bibliográfica aconteceu nos meses de agosto e setembro de 2020 na base de dados da Biblioteca Virtual em Saúde (BVS). Foi realizada uma busca utilizando descritores no idioma português "Síndrome De Down" e "Judô" e no idioma inglês "Down Syndrome" e "Judo" com a utilização nos campos de busca do termo boleano "AND". Posteriormente a esta busca, foram identificados inicialmente 54 artigos. Porém, para serem incluídos nesta revisão, foi estabelecido que os artigos estivessem disponíveis de forma gratuita e na íntegra para leitura, bem como disponíveis nos idiomas português e inglês, desse modo as obras identificadas deveriam ter sido publicadas em um recorte temporal dos últimos dez anos (2010-2020). Foram excluídos os artigos que abordavam a temática em outras síndromes e patologias, além de monografias, teses, resumos científicos e artigos pagos para serem lidos.

Após aplicação dos critérios na busca de artigos na base de dados previamente citada, foram encontrados 19 artigos. Porém, após realizar a leitura dos títulos e dos resumos, com base nos

critérios de inclusão e exclusão obteve-se 09 artigos para leitura do texto na íntegra. Após a leitura de cunho criterioso dos artigos obtidos na etapa anterior, foi verificado a existência de artigos em duplicidade). Assim, para compor a base de análise para esse trabalho deste trabalho foram selecionados 04 artigos.

O fluxograma a seguir elucida cada etapa realizada na busca de artigos disponíveis na Biblioteca Virtual de Saúde (BVS).

Figura 1. Fluxograma esquemático do detalhamento do processo de triagem e seleção dos artigos.



Fonte: elaborado pelos autores (2020)

RESULTADOS

Após seguir os meios metodológicos de busca, estiveram aptos para compor esta revisão integrativa de literatura 04 artigos, sendo demonstrado no seguinte quadro:

Quadro 1. Caracterização dos artigos selecionados para análise em ordem cronológica (2010-2020), segundo autores (ano), objetivo e principais resultados.

AUTOR/ANO	OBJETIVO	CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mazzoneto; Soares (2012)	Verificar a experiência da prática pedagógica com o judô para pessoas com SD em diferentes faixas etárias.	Deve-se sempre ponderar as atividades físicas propostas de acordo com o público a que ela se destina quanto à intensidade, dificuldade e apelo motivacional. Mais importante do que pensar em atividades que devem ser proibidas, deve-se pensar em como se oferecer práticas diversificadas com segurança aos alunos, ampliando assim o repertório motor dos indivíduos com SD, pois inúmeras vezes essas pessoas surpreendem pela capacidade de superação e de aprendizado, bastando apenas estimulá-las.
Boguszewski et al., (2013)	Verificar a eficácia das sessões de judô como um método terapêutico complementar dedicado a crianças com retardo mental.	O valor terapêutico das aulas de judô destinadas a crianças com deficiência mental ainda não foi reconhecido. No entanto, os resultados alcançados por um grupo de pacientes atendidos indicam claramente sua alta eficácia, que apenas confirma o objetivo principal do judô como forma utilitária de movimento. A avaliação da terapia realizada por os pais indicaram claramente diferenças consideráveis entre os métodos de terapia padrão e não padrão (para o benefício do judô). Isso apenas justifica a necessidade de aplicar formas alternativas de terapia em crianças com deficiência mental.
Smith et al., (2017)	Avaliar o estado nutricional de crianças e adolescentes com Síndrome de Down praticantes do judô.	As crianças e os adolescentes avaliados mantêm habitualmente uma dieta fora do padrão recomendado como saudável, com predominância de alimentos de fácil mastigação e alto valor calórico, o que pode acarretar risco de desenvolver sobrepeso e obesidade. Também ficou evidente que a educação nutricional é importante desde a infância e que, em se tratando de indivíduos com SD, deve ter como foco a família, especialmente os pais que são sujeitos conscientes do valor de uma boa alimentação.
Mircicã *et al.,* (2018)	Avaliar a capacidade de manifestação do equilíbrio dinâmico de atletas praticantes de judô com síndrome de Down, sabendo que eles são caracterizados por má coordenação dos movimentos do segmento corporal e habilidades motoras mal desenvolvidas	No judô, a luta direta com o oponente requer um alto nível de esforço e equilíbrio para lidar com o ritmo imposto pelo adversário, suas ações, mas especialmente para ser capaz de desencadear ações vigorosas ao longo da corrida o que corrobora para habilidade de equilíbrio predominante do judô, que é necessário para alcançar um ótimo desempenho esportivo para atletas com Síndrome de *Down.*

Fonte: elaborada pelos autores (2020)

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para Martinho (2011) a prevalência mundial da SD concerna em uma proporção estimada de 1:1000 nascimentos vivos, sendo a incidência da SD com o aumento da idade materna (após os 35 anos), pais ou filho existente com SD ou outras alterações cromossómicas. Pensando nessas alterações que podem ocorrer no processo do desenvolvimento vital, uma equipe multiprofissional deve acompanhar a evolução destes indivíduos, a fim de aumentar a qualidade de vida e proporcionar ao máximo o desenvolvimento de habilidades para vida, lembrando sempre das especificidades de cada pessoa.

Nesse contexto, a atividade física surge como um importante aspecto a ser utilizado para promoção da saúde e prevenção aos agravos deletérios da SD. Sabe-se que as práticas esportivas são fundamentais para manutenção da saúde humana, incluindo indivíduos com SD e nesse quesito destaca-se o judô, que em sua essência prioriza o bom relacionamento entre os pares combinado com estratégias fundamentadas no conceito da luta baseada na cultura ocidental.

Segundo Roza (2010, p. 34) o judô, possui em sua essência um papel de socializar, além de abordar valores éticos e morais, dessa modo, por meio de sua prática, podem-se trabalhar conceitos e atitudes como o companheirismo, o espírito de equipe, o saber ganhar, perder e também a conceituação respeito pelas normas estabelecidas. Para o mesmo autor as aulas são uma excelente oportunidade para que o professor estimule as crianças a refletir sobre o relacionamento e a preocupação com o próximo, bem como a valorização dos aspectos afetivos e as experiências individuais.

Nessa perspectiva Everaldo (1996) afirma que as qualidades motoras desenvolvidas pela prática do judô, são variadas, destacando a força, velocidade, flexibilidade, lateralidade, ritmo, equilíbrio, noção espaço temporal, resistência anaeróbica e resistência aeróbica. Assim, diversas são as maneiras para estimulação precoce aos indivíduos com SD e por meio de atividades diferenciadas pode-se obter muitos ganhos e o judô pode corroborar para manutenção biopsicossocial e enfrentamento dos efeitos deletérios da SD. O lúdico é fundamental para o aprendizado e desenvolvimento de habilidades para vida e estar em contato com a luta facilita esse processo.

Mazzoneto e Soares (2012) elucidam que a prática do judô pode aumentar a qualidade de vida e abarcar conceitos indispensáveis para as atividades de vida diárias de pessoas com SD, destacando
o desenvolvimento da autoestima; melhoria da autoimagem; estímulo à independência; interação com outros grupos; experiência intensiva com suas possibilidades de limitações, contato com outras pessoas, deficientes ou não; vivência de situações de sucesso; melhoria das condições organo funcionais; aprimoramento das capacidades físicas: resistência, força e velocidade; desenvolvimento das habilidades físicas: coordenação, ritmo e equilíbrio; acesso à prática esportiva como lazer, reabilitação e competição; estímulo das funções do tronco e membros superiores, prevenção de deficiências secundárias; estímulo à superação de frustrações.

Ao abordar a promoção da saúde (PS), esta destaca-se por ser um conceito dado ao processo de capacitação da comunidade para agir na melhora de sua QV e saúde, abarcando uma maior participação no controle deste processo. Para atingir um estado de completo bem-estar físico, mental e social as pessoas e grupos devem saber identificar, satisfazer necessidades e transformar de maneira favorável o meio ambiente. A saúde deve ser vista como uma estratégia para a vida, e não como objetivo de viver. Ademais, a saúde é um conceito positivo, que ressalta os recursos sociais e pessoais, bem como as capacidades físicas. Assim, a PS não é responsabilidade específica do setor saúde, e vai para além de um estilo de vida saudável, na direção de um bem-estar global (CARTA DE OTTAWA, 1986).

Corroborando com as premissas da PS, as pessoas com SD necessitam de empoderamento nos variados ambientes, seja educacional, no mercado de trabalho, nos subsídios a sua saúde, dentre outros e por meio da prática do judô tem-se diversos benefícios que vão de encontro com o preconizado pela ONU, por meio dos ODS, pelas leis inclusivas e a OMS. Embora a própria SD envolva uma condição biológica, de origem genética e que favorece o aparecimento de agravos, os fatores ambientais exercem papel importante no curso do desenvolvimento das pessoas com SD. Assim, Indo de encontro com os conceitos da PS, Boguszewski *et al.,* (2013), realizaram uma avaliação da terapia realizada por os pais indicaram claramente diferenças consideráveis entre os

métodos da prática de judô em crianças com SD, e os achados clínicos se mostraram positivos, fazendo com que os praticantes elevassem sua QV e tivessem maior desenvolvimento neuropsicomotor e social.

Pensando na conceituação de Kurcgant (2012), o estado nutricional é um fator fundamental na PS dos indivíduos, e no estudo de Smith et al., (2017), foi observado que os indivíduos com SD apresentam o desenvolvimento intelectual e cognitivo mais lento e contêm sinais característicos específicos comparado as pessoas sem alterações. Algumas características da SD podem influenciar diretamente em diversos fatores no perfil nutricional desses indivíduos porque compromete a coordenação da mastigação e deglutição. Isso leva tanto a escolhas alimentares limitadas e monótonas quanto ao desenvolvimento de constipação e refluxo gastroesofágico devido à má formação da musculatura digestiva, próprio de deficiências provenientes da SD.

O acompanhamento nutricional deve ser inserido na rotina de saúde de pessoas com SD, pois uma alimentação adequada auxilia na melhoria da QV, além de participar na prevenção de agravos à saúde devido às doenças associadas à síndrome, pois o consumo alimentar está relacionado não somente quanto ao volume, mas também à composição e qualidade da dieta. O empoderamento da pessoa com SD e sua plena participação e inclusão social, são formas de reduzir as desigualdades possivelmente encontras por esses grupos. Os ODS, a proteção legal e os movimentos em prol ao bem-estar, fomentam positivamente com os princípios estipulados pela Carta de Ottawa à luz dos princípios da PS.

Já para Mircicã et al., (2018), por meio do judô, a luta direta com o oponente requer um alto nível de esforço e equilíbrio para lidar com o ritmo imposto pelo adversário, suas ações, mas especialmente para ser capaz de desencadear ações vigorosas ao longo da corrida o que auxilia para habilidade de equilíbrio predominante do judô, que é necessário para alcançar um ótimo desempenho esportivo para atletas com Síndrome de Down. Em meio a essa ótica, a atividade física e o judô, representam uma combinação de importantes ganhos, sendo assim de extrema importância que as pessoas com SD, contribuindo para o desenvolvimento de suas habilidades motoras, da massa magra e auxílio no gasto calórico, visto que é comum o sobrepeso nesses indivíduos.

Nessa conceituação, cerca de 50% dos indivíduos com SD tem algum tipo de doença cardíaca congênita, entretanto mesmo os que não cardiopatas, ao se apresentar com características tais como maior gordura corporal, menor massa muscular e acentuada hipotonia muscular, tendem a exibir disfunção autonômica cardíaca ou incompetência cronotrópica. Ressalta-se, contudo, que este quadro pode ser melhorado por meio do exercício físico aeróbico e pela prática de lutas, como o judô (GIAGKOUDAKI *et al.,* 2010)

Comumente, apresentam atraso global no desenvolvimento acarretado por características físicas, estruturais e cognitivas específicas. Mesmo frente às dificuldades é evidente que quando estimuladas e atendidas adequadamente, têm potencial para responder positivamente aos programas de atividade motora e desenvolver suas aptidões físicas e a saúde como um todo (GIMENEZ, 2007).

Frente os achados, ainda se faz necessário associar à falta de motivação para a realização de exercícios físicos e práticas de lutas. É claro que pessoas com SD se deparam com limitações para a prática de atividade física, estas podem ser de caráter físico (cardiopatias, doenças respiratórias, problemas articulares, hipotonia muscular entre outros), mas existe também as limitações como a discriminação e super proteção dos pais (GUERRA, LLORENS, FERNHALL, 2003).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

São muitos os desafios encontrados pelas pessoas com SD nos mais variados cenários sociais, devido ao estado de saúde, bem como em relação as alterações advindas com a síndrome. Tratamentos baseados na equipe multiprofissional é indispensável para o desenvolvimento de habilidades que corroboram para o aumento da qualidade de vida e promoção da saúde deste grupo populacional. É notório que a prática de atividade física, aliada ao tratamento em consonância com outros profissionais são fundamentais no cotidiano dos indivíduos com SD, tanto para os aspectos físicos, como sociais e mentais. Nessa perspectiva, a prática do Judô se mostrou eficaz e pode elevar e potencializar diversos aspectos que corroboram para a manutenção da saúde de pessoas com SD, assim, esse artigo teve como finalidade auxiliar na condução de boas práticas científicas, visto que ainda são escassos pesquisas que evidenciam os benefícios da prática do judô na promoção da saúde de indivíduos com SD, porém a literatura atual, evidencia diversos conceitos positivos. Desse modo, faz-se necessário mais pesquisas para potencializar ainda mais a temática abordada no presente artigo.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Câmara dos Deputados. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). **Diário Oficial da União**, p. 43, 2015.

BOGUSZEWSKI, D. et al. Judo as a supplementary form of therapy for children with mental retardation. **Arch Budo Sci Martial Art Extreme Sport**, v. 9, p. 85-92, 2013.

CARTA, DE OTTAWA. Carta de Ottawa sobre promoção de Saúde, 1986. 2016.

EVERALDO, E. A. *O Aprendizado lúdico do judô – 7 a 9 anos.* Trabalho de Conclusão de Curso. Piaracicaba. UNIMEP. 1996. 29p.

Giagkoudaki, F. et al. Effects of exercise training on heart-rate-variability indices in individuals with Down Syndrome. Journal of Sport Rehabilitation,v. 19, n. 2, p. 173-183, 2010.

GIMENEZ, R. Atividade motora para indivíduos portadores da Síndrome de Down. Lecturas, Educación Física y Deportes, Buenos Aires, v. 12, n. 113, out. 2007. http://www.efdeportes.com/efd113/atividade-motorasindrome-de-down.htm Acesso em 08 de out 2020.

GUERRA, M.; LLORENS, N.; FERNHALL, B. Chronotropic incompetence in individuals with Down syndrome. Archives of Physical Medicine and Rehabilitation, v. 84, n. 11, p. 1604–1608, nov. 2003.

MARTINHO, L.S.T. (2011). Comunicação e Linguagem na Síndrome de Down. Dissertação de Mestrado. Escola Superior de Educação Almeida Garret, Lisboa.

MIRCICĂ, M. L et al. Study On The Manifestation Of Equilibrium Capacity In Syndrom Down Athletes Practincing Judo. (2018)

NAÇÕES UNIDAS NO BRASIL. ONU BR. A Agenda 2030. Disponível em: https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030. Acesso em: 20 de set de 2020

NEPOMUCENO, I. L et al. Síndrome de Down: é possível viver com as limitações. **Semana de Pesquisa da Universidade Tiradentes-SEMPESq**, n. 18, 2018.

ROGENSKI, N. M. B; KURCGANT, P. Incidência de úlceras por pressão após a implementação de um protocolo de prevenção. Revista Latino-Americana. Enfermagem, Ribeirão pretov. 20, n. 2, p. 07, mar./abr. 2012. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010411692012000200016&script=sci_arttext&tlng=pt Acesso em 06 de out 2020

ROZA, A. F. C. *Judô infantil: uma brincadeira séria.* São Paulo: Phorte, 2010. 120p.

VILLAMÓN, M; BROUSSE, M. (2002). El judo como contenido de la educación física escolar. In J. L. Castarlenas & J. P. Molina (Eds.), El judô en la educación física escolar: unidades didácticas (pp. 11-28). Barcelona: Editorial Hispano Europea.

Qual o papel da empresa para se alcançar uma sociedade justa e com equidade?

What is the role of the company to achieve a fair Society and with equity?

Políticas públicas e desenvolvimento regional

VOLPE, Raquel Souza
Unifacef – Centro Universitário de Franca
Mestranda no Programa de Pós - Graduação stricto sensu - Mestrado em Desenvolvimento Regional do Centro Universitário de Franca-Unifacef, orientanda da professora-doutora

Marinês Santana Justo Smith; graduada em Direito pela Faculdade de Direito de Franca em 1998; Graduada em Ciências Contábeis pelo Centro Universitário de Franca -Unifacef, em 2017; advogada e contadora na cidade de Franca/SP.

E-mail:raquelvolpeadv@gmail.com.

Resumo: O presente estudo, diante dos desequilíbrios e grande crescimento da insatisfação social, objetiva analisar as possibilidades que podem ser adotadas em sociedade, por meio da empresa, para se alcançar a construção de uma sociedade justa, com equidade, em razão da necessidade de estudar como o conhecimento e utilização das ferramentas, existentes à disposição do empresário, pode gerar o bom e saudável desenvolvimento da sociedade. Nesse passo, considerando as modificações quanto aos direitos humanos, haja vista que se trava verdadeira luta para assegurá-los. Nota-se que as políticas públicas, bem concatenadas, podem oferecer caminhos para o desenvolvimento social adequado e justo. Principalmente ao se estudar a função social da empresa e as consequências da aplicação de sua a função. Com o procedimento metodológico aplicado é o de análise bibliográfica da literatura especializada. Ademais, com o presente artigo, almeja-se que a temática apresentada contribua para promover o debate acerca das políticas públicas, a função social da empresa e o caminho para a construção de uma sociedade mais justa, em que se valoriza a contribuição das empresas para o desenvolvimento econômico e social da sociedade. Conclui-se que a política educacional voltada para formação continuada, aprendizado e utilização das ferramentas disponíveis, principalmente no que se refere a nova lei de Recuperação Judicial, de empresários e profissionais que os assessoram pode, por meio do exercício da função social da empresa, propiciar uma sociedade mais justa e equitativa.

Palavras- chaves: Políticas Públicas, Função social da empresa e sociedade justa.

Abstract: The present study in view of the imbalances and great growth of social, aims to analyze the possibilities that can be adopted in society, through the company, to achieve the construction of a fair society, with equity, due to the need to to study how knowledge and use of tools, available to the entrepreneur, can generate the good and healthy development of society. In this step, considering the changes regarding human rights, since there is a real struggle to ensure them. It is noted that public policies, well linked, can offer paths to adequate and fair social development. Especially when studying the social function of the company and the consequences of applying its function. With the methodological procedure applied, it is the bibliographic analysis of the specialized literature. Furthermore, with the present article, it is hoped that the presented theme will contribute to promote the debate about public policies, the social function of the company and the path to the construction of a more just society, in which the contribution of companies to the economic and social development of society. It is concluded that the educational policy aimed at continuing education, Learning and use of the available tools, especially with regard to the new Law of Judicial Recovery, of entrepreneurs and professionals who advise them can, through the exercise of the social function of the company, provide a more just and equitable society.Society.

Keywords: Public Policies, Company social function and just society.

1 INTRODUÇÃO

Amartya Sen esclarece que a Justiça é uma questão de racionalidade[1]. Todavia, completa seu pensamento ao indicar que se faz necessária a motivação, orientada por meio da indignação e revolta em relação à injustiça, para que certos problemas sejam abordados, visando sua modificação.

Hodiernamente, é notório o conhecimento de que todo membro da sociedade se depara com diversas situações de desigualdade em seu cotidiano, vez que salta aos olhos a discrepância instalada ao se medir o acesso à oferta de meios e condições para o desenvolvimento individual.

Assim, nota-se que se faz crescente a insatisfação diante da dantesca diferença de oportunidades que permeia o fluxo da vida humana.

Nesse ponto cabe mencionar que, consoante Chaim Perelman[2], a regra de justiça conduz a previsibilidade e a segurança, permitindo o funcionamento coerente e estável de uma ordem jurídica. Contudo, isso não basta para satisfazer a necessidade de justiça, sendo mister que a própria ordem, comando, realizada seja justa.

Dessa maneira, percebe-se que a sociedade almeja a justiça, bem como que as medidas a serem tomadas devem demonstrar resultados em que se vislumbre à justiça.

Frise-se que diante da realidade, ao se ponderar acerca do caminho a ser traçado para se assegurar os direitos humanos e, consequentemente, uma sociedade justa, esclarece-se - em que cada indivíduo, enquanto sujeito de direitos os possa exercer com igualdade e equidade -, resta evidente que várias transformações devem ainda ser realizadas na forma como as instituições que regem a sociedade se concatenam.

Nesse sentido, vale lembrar a explicação de Daniele Lochak[3] em seu *Les droits de l'homme*, que se refere ao caminho traçado para se alcançar uma sociedade justa, com pleno exercício dos direitos humanos, como um verdadeiro combate, que muda de acordo com os contextos e circunstâncias.

A história do crescimento e constituição dos direitos humanos demonstra que há muito a ser desenvolvido e construído nessa seara, vez que em muitos momentos pode-se deparar com situação de grave discriminação social.

Por outra banda, apesar do longo caminho a ser trilhado pelo homem, na luta para estabelecer uma sociedade justa, desde o Cilindro de Ciro[4], que data de 539 a.c., em que Ciro, O Grande, primeiro rei da antiga Pérsia, libertou os escravos, declarou que todas as pessoas tinham o direito de escolher a sua própria religião, e estabeleceu a igualdade racial, até os dias atuais, pode-se vislumbrar modificações no exercício e garantia dos direitos humanos.

Dessa maneira, existem vários fatos na história que representam verdadeiras conquistas e afirmações acerca da necessidade e valor dos direitos humanos, o que deve servir como exemplos para a sociedade atual.

John Gilissen[5] esclarece que a função de um código civil é, para essa concepção, tutelar os direitos do cidadão, isto é do homem como portador de direitos naturais inatos e intangíveis. Esses direitos individuais naturais são a fonte da atividade jurídica, limitando-se a lei a sancionar a esfera de liberdade que a cada um compete, de acordo com os direitos emanados da sua própria dignidade ou natureza humana.

Sobre o direito à propriedade continua o autor informando que o direito de propriedade é tido como o direito de gozar e dispor dos próprios bens da maneira mais absoluta - como diz o código italiano

---

[1] SEN, Amartya. Fronteiras do Pensamento. Disponível em: <https://youtu.be/34IYJIB4Mms> Acesso em 09/10/2020.

[2] PERELMAN, Chaim. ÉTICA E DIREITO. Editora Marins Fontes. 1996

[3] LOCHAK, Daniela. A internacionalização dos direitos humanos. Disponível em: < https://www.trf3.jus.br/lpbin22/lpext.dll/FolRevistas/Revista/revs.nfo.37f.0.0.0/revs.nfo.380.0.0.0/revs.nfo.382.0.0.0?fn=document-frame-nosync.htm&f=templates&2.0>. Acesso em: 13/10/2020.

[4] Unidos pelos Direitos Humanos, Disponível em: <https://www.unidosparaosdireitoshumanos.com.pt/privacy-notice.html> Acesso em: 09/10/2020.

[5] GILISSEN, John. Introdução histórica ao direito. Segunda edição. Fundação Calouste Gulbenkian 1995

de 1865 artigo 436 -; é um direito inatacável em que está implícita a faculdade de fruir, gerir, e dispor dos bens com inteira liberdade de iniciativa econômica e de acumulação de riqueza.

Ademais, afirma, ainda, o autor que as relações contratuais baseiam-se na liberdade de contratar, sendo que se verifica que é dominante a vontade dos contraentes e, por isso, não merece censura pelo direito, a atitude do contraente que se coloca em posição de superioridade de fato e invoca as estipulações contratuais para exigir do outro prestações.

No entanto, explica o autor que essas são algumas das mais combatidas consequências da doutrina individualista e, por isso defende a necessidade de Existência de um direito social.

Nesse sentido, certas injustiças do individualismo levaram a pensar que é preciso dar aos direitos uma feição social, de sorte que os direitos atribuídos aos indivíduos não possam desconhecer os laços de solidariedade que os prendem aos demais.

Nessa continuidade de pensamento, é possível identificar, atualmente ferramentas que podem auxiliar e promover a modificação social de forma concreta.

Destarte, cabe destacar como instrumento de modificação da sociedade a empresa, pessoa jurídica, instrumento pouco explorado com esse objetivo e, que pode desenvolver grande atuação na modificação da sociedade, visando uma forma mais justa de conviver, vez que sua visão como função social já resta devidamente assegurada em lei.

A responsabilidade social que emana do direito à propriedade, trouxe também o entendimento da responsabilidade social enquanto empresa, sendo evidente os vários subsídios advindos do exercício empresarial, enquanto fonte de recursos, de riqueza e de trabalho.

Dessa maneira, entende-se a empresa como verdadeira fonte de subsídios aptos a assegurar direitos.

Conforme afirma Maria Cláudia Felten[6] as empresas precisam cumprir com suas funções sociais, seja porque são constituídas através de contratos sociais, seja porque são propriedades que devem atentar para sua função social, consoante princípios constitucionais.

Ademais, Rafael Vasconcellos de Araujo Pereira[7] informa que o Novo Código Civil se vale da denominação empresário, cujo conceito consiste em afirmar que este agente social, o dirigente da empresa, exerce sua atividade econômica balizado pelos princípios sociais e individuais, consciente de sua função social.

Nesse mesmo sentido, continua o autor, concluindo que assim, afirma-se que a empresa é um importante agente social, dotado de relevante poder sócio econômico.

Dessa forma, o empreender, na atualidade, deve além de buscar o lucro, por meio de suas atividades, fazer valer sua função social enquanto fonte de emprego e desenvolvimento econômico e social.

Vale lembrar, contudo, que há necessidade de fomentar o conhecimento acerca de como empreender respeitando e valorizando os direitos humanos, com enfoque no crescimento econômico e social direcionado ao bem estar social.

A noção de função social da empresa já está assegurada constitucionalmente, mas a prática e exercício do direito ainda se mostra falho e pouco conhecido.

Nesse sentido, para que as modificações necessárias sejam desenvolvidas e incentivadas, faz-se necessário o aprimoramento dos conceitos e das culturas organizacionais empresariais, por meio de políticas públicas de educação empresarial continuada que objetivem o aperfeiçoamento da instituição enquanto ferramenta de valorização do social, bem como de promoção do crescimento organizado, inteligente e seguro de empresas que almejam, além do lucro, o bem estar da sociedade, com o pleno desenvolvimento do ser humano, sujeito de direitos.

---

[6] FELTEN, Maria Cláudia. A função social da empresa e o princípio da solidariedade social. Disponível em: https://jus.com.br/artigos/66847/a-funcao-social-da-empresa-e-o-principio-da-solidariedade-social. Acesso em 13/10/2020.

[7] PEREIRA, Rafael Vasconcellos de Araujo. Função social da empresa. Disponível em: https://www.direitonet.com.br/artigos/exibir/1988/Funcao-social-da-empresa. Acesso em 12/10/2020.

2 A EMPRESA, SUA FUNÇÃO SOCIAL E A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO CONTINUADA PARA A RIQUEZA E SEGURANÇA DA CULTURA ORGANIZACIONAL E, PORTANTO, DO ALCANCE DA SOCIEDADE MAIS JUSTA.

Considerando a modificação do papel das empresas frente a sociedade, cabe apontar o movimento em prol dos Direitos Humanos, após o término da Segunda Guerra Mundial, fomentado pela importância de se garantir os Direitos Humanos em decorrência das grandes atrocidades cometidas sob a alegação da diferença como motivo para se entender o outro como desprovido de direitos, como, por exemplo, no caso do nazismo.

Destarte, ao se deparar com a crescente preocupação em assegurar os direitos inerentes aos seres humanos, nota-se que, também, a visão direcionada à empresa possui um aspecto diferente, enfocando a sua função social, o que para muitos juristas decorre da determinação constitucional contida no artigo 5º, inciso XXIII, que estabelece a função social da propriedade.

Nesse passo, a autora Flavia Piovesani[8] afirma que a Constituição Federal de 1.988, marco jurídico da transição democrática e da institucionalização dos direitos humanos no Brasil, estabeleceu importantes dispositivos que traduzem a busca da igualdade material.

Dessa forma, a Constituição Federal trouxe garantias e direitos que são demasiadamente valorizados pela sociedade.

Nesse sentido, podemos observar que referida Constituição federal, como princípio fundamental, consagra, entre os objetivos do Brasil, construir uma sociedade livre, justa e solidária, mediante a redução das desigualdades sociais e a promoção do bem de todos, sem quaisquer formas de discriminação, conforme consta do artigo 3º, incisos I, III e IV da carta magna de 1.988.

No mesmo passo, com o escopo de assegurar a prevalência dos direitos humanos, a Constituição Federal de 1.988 promove a justiça social em conformidade com o estabelecido em seu artigo 170.

Com a referida constituição, nota-se, portanto, a existência de implementações no Direito Positivo com o escopo de promover caminhos para se alcançar uma sociedade justa e, em razão disso, a constituição merece estudo aprofundado acerca das garantias que foram e são asseguradas em decorrência de terem sido estabelecidas pela Carta Magna.

Nessa perspectiva, cabe ressaltar que a empresa alcança a função social, quando atende aos princípios constitucionais norteadores da ordem econômica e social para a construção de uma sociedade mais justa.

A modificação do entendimento acerca da função social da empresa, traz aos empresários várias condutas que devem ser seguidas para a promoção da justiça social.

Assim, deve a empresa promover a justiça social, nos termos do artigo 3º, inciso I da Constituição Federal de 1.988, além da redução das desigualdades sociais e a busca do pleno emprego, respectivamente artigo 170, incisos VII e VIII, também da Carta magna.

Cabe, ainda, citar o valor social do trabalho, que é assegurado pelo artigo 88, inciso IV da CF/88.

Impende, ainda, ressaltar a garantia da dignidade da pessoa humana, estabelecida pelo artigo 1º, inciso III, também da Constituição de 1.988.

Ademais, cumpre mencionar que consta da legislação pátria outros artigos em que se verifica presente a função social da empresa, como no caso do artigo 116, parágrafo único, da Lei 6.404 de 1.976, que dispõe acerca da responsabilidade do acionista controlador, o qual deve usar o poder com o fim de fazer a companhia realizar o seu objeto e cumprir sua função social.

Referido dispositivo legal, demonstra a responsabilidade do acionista controlador em promover a função social da empresa.

Dessa forma pode-se verificar que no caso o acionista controlador tem deveres e responsabilidades para com os demais acionistas da empresa, os que nela trabalham e para com a comunidade em que atua, cujos direitos e interesses deve lealmente respeitar às repercussões de sua atividade, dentro e fora da empresa.

---

[8] PIOVESANI, Flavia. Ações Afirmativas no Brasil: desafios e perspectivas. Florianópolis: Rev. Estud. Fem. vol.16, n 3, 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2008000300010> Acesso em 10/10/2020.

Da mesma forma, o artigo 154 da Lei das Sociedades por Ações, Lei 6.404, de 1.976, determina que o administrador deve exercer suas atribuições com o objetivo de alcançar os fins da companhia, mas respeitando as exigências do bem público e da função social da empresa.

Saliente-se, ainda, o posicionamento de Maria Cláudia Felten[9] no sentido de que a Constituição Federal e o Código Civil determinam que a propriedade terá que cumprir com sua função social, ou seja, o empresário tem o direito de constituir uma empresa sem a intervenção do Estado, mas a sua atuação é pautada pelos ditames constitucionais e civilistas.

Assim, salta aos olhos que toda a movimentação social para se assegurar os direitos humanos, bem como no sentido de garantir que situações de verdadeiro horror, como os crimes praticados na segunda guerra, não mais ocorressem, fomentaram a necessidade de se alterar, ampliar a forma como as culturas organizacionais das empresas são promovidas.

Nesse sentido, o viés social da empresa possui caráter decisivo e necessário para se obter o bom desenvolvimento econômico e social.

Nota-se que a sociedade como um todo, seja quando se refere aos trabalhadores, aos consumidores, aos credores e aos empresários, englobando os setores industriais, de comércio e de serviços, precisam se adaptar ao novo conceito, que dita uma empresa com impacto positivo frente aos direitos inerentes ao ser humano.

Nessa senda, cabe notar que a Lei que instituiu a RJ, possuiu desde sua criação, objetivos completamente contrários àqueles do direito romano arcaico, o qual entendia a falência como uma forma punitiva, haja vista que a considerava como um crime contra os credores, criando assim o conhecido brocardo *falliti sunt fraudatores*, que pode ser traduzido como os falidos são traidores.

No Brasil, no código comercial de 1.850, em seu artigo 847, já existia a previsão da concordata, instituo que possibilitava ao devedor a dilação do prazo para honrar com suas obrigações, a qual, ao longo dos anos foi sendo aprimorada, até que em 21 de junho de 1.945 foi assinado o decreto 7.661.

Referido decreto lei estabeleceu a concordata preventiva, que mais tarde veio a ser substituído pela Lei 11.101/05.

Nesse momento, impende considerar as diferenças trazidas com a nova Lei que, haja vista a importância do caráter social da empresa, bem como a insegurança que assola o sistema econômico brasileiro, percebe-se que referida lei foi criada com o escopo de preservar a empresa e sua função social, enquanto fonte de riqueza e empregos.

Nesse passo, o artigo 47, da Lei 11.101/2005, estabelece como objetivo da recuperação judicial, a superação da situação de crise e o soerguimento da empresa, conforme transcrição a seguir:

> "Art 47. A recuperação judicial tem por objetivo viabilizar a superação da situação de crise econômico-financeira do devedor, a fim de permitir a manutenção da fonte produtora, do emprego dos trabalhadores e dos interesses dos credores, promovendo, assim, a preservação da empresa, sua função social e o estímulo à atividade econômica."[10]

Assim, verifica-se que a Lei de Recuperação Judicial, amparada nos princípios de proteção à empresa, corresponde a ferramenta apta a promover uma sociedade justa ao resguardar a função social da empresa.

Dessa maneira, em que pese a cultura organizacional com que as empresas brasileiras estão acostumadas a resolver as questões atinentes aos andamentos empresariais, faz-se necessária a atualização de seus métodos, por meio de uma educação empresarial com escopo de conhecer saber utilizar as novas ferramentas existentes.

---

[9] FELTEN, Maria Cláudia. A função social da empresa e o princípio da solidariedade social. Disponível em: https://jus.com.br/artigos/66847/a-funcao-social-da-empresa-e-o-principio-da-solidariedade-social. Acesso em 13/10/2020.

[10] Presidência da República. Lei das Recuperações Judiciais e Falências nº11.101 de 09 de fevereiro de 2005. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/l11101.htm>. Acesso em 10/10/2020.

Dessa forma nota-se e a necessidade dessa política pública de educação continuada empresarial tendo em vista o quase total desconhecimento por parte da classe empresarial acerca da possibilidade da Recuperação Judicial ser um instrumento de soerguimento empresarial e o respeito dedicado pela Lei 11.101/2005 à função social da empresa.

Assim, há necessidade de desenvolvimento de cursos, divulgando a ferramenta da recuperação judicial, ambas existentes à disposição dos empresários, bem como dos profissionais que os assessoram com o escopo de que haja o bom desenvolvimento econômico e social das empresas.

Ressalte-se que a cultura organizacional de uma empresa deve visar o aperfeiçoamento constante, para alcançar o acesso concreto às ferramentas existentes e, consequentemente, obter o bom desenvolvimento econômico e social da empresa, dentre as ferramentas e instrumentos conhecidos, é importante citar a recuperação judicial.

3 RECUPERAÇÃO JUDICIAL: O CONTEXTO JURÍDICO E SOCIAL NO BRASIL, FERRAMENTA DE SOERGUIMENTO EMPRESARIAL E O RESPEITO A FUNÇÃO SOCIAL DA EMPRESA.

A Lei 11.101/2005, que instituiu a Recuperação Judicial, tem como objetivo assegurar o bom funcionamento da empresa, enquanto fonte de desenvolvimento econômico e social.

Pode-se observar os valores econômico e social, ao se atentar para o fato de que a empresa promove o comércio, a indústria, a prestação e serviços, bem como o emprego, possuindo braços que alcançam os consumidores, os acionistas, os empresários, o fisco e os trabalhadores.

O legislador brasileiro, por meio da Lei 11.101/2005, trouxe grande modificação na forma como se realizava o tratamento para as empresas em crise, extinguindo do ordenamento jurídico a concordata e, estabelecendo um novo sistema que almeja a reestruturação empresarial, enfocando o fato de que a empresa exerce imprescindível função social para o alcance de uma sociedade saudável e com bom desenvolvimento econômico e social.

Assim, devem ser desenvolvidas culturas organizacionais que conheçam o alcance da nova lei, o que necessariamente implica na educação empresarial, haja vista que para saber dos benefícios que uma reestruturação pode propiciar a uma empresa e a sociedade que a abarca, faz-se necessário o estudo, a educação continuada, frente aos movimentos sociais que sempre se modificam.

Nesse sentido é importante entender que também junto ao Direito, verifica-se a presença de constantes mudanças, pois, como ensina Miguel Reale[11] os modelos jurídicos são antes modelagens práticas da experiencia, formas do viver concreto dos homens.

Por esse ângulo, cabe considerar que as constantes modificações sociais resultam em crescimento constante, trazendo modificações e crescimento social.

Dessa forma, cabe citar que a Lei que instituiu a recuperação judicial tem como princípios basilares a preservação da empresa, a proteção aos trabalhadores, bem como os interesses dos credores e, por fim dos consumidores, ao se considerar a sociedade como um todo.

Ressalte-se que ao criar o instituto da recuperação Judicial, objetiva-se viabilizar a superação da situação de crise financeira do devedor, permitindo a manutenção da fonte produtora, dos empregos, visando à preservação da empresa, bem como de sua função social, como estímulo à atividade econômica, conforme previsão do artigo 47, da Lei nº11.101/2005, diploma legal que rege o procedimento dos pedidos de recuperação judicial, extrajudicial e falência.

Fábio Ulhoa Coelho[12], no que concerne a recuperação judicial, ensina que a lei contempla duas medidas judiciais com o objetivo de evitar que a crise na empresa acarrete a falência. Assim, existe de um lado, a recuperação judicial e de outro a homologação judicial de acordo de recuperação extrajudicial. O autor continua a ensinar que os objetivos delas são iguais, ou seja, o saneamento da crise econômico-financeira e patrimonial, a preservação da atividade econômica dos seus postos de trabalho, bem como o

[11] REALE, Miguel. Estrutura e fundamento da ordem jurídica. Revista de Informação Legislativa. Disponível em: < https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/180576/000345167.pdf?sequence=1> Acesso em: 14/10/2020.

[12] COELHO, Fabio Ulhoa. Comentários a Lei de Falências e de Recuperação de Empresas. Revistas dos Tribunais.13ª edição atualizada. 2018.

atendimento aos interesses dos credores. Dessa maneira, recuperada, a empresa poderá cumprir sua função social.

Assim, observa-se a preocupação em proceder com as adequações imperativas para a preservação da fonte produtiva de riqueza, como uma forma de proteger os interesses sociais em benefício da sociedade.

Cumpre informar, ressaltando a importância da educação empresarial continuada, que para realizar o pedido de recuperação judicial, deve-se observar as disposições dos artigos 1º a 4º, da Lei nº 11.101/2.005, que dispõem acerca dos legitimados para tanto.

Assim, podem ingressar com pedido de recuperação judicial, o empresário individual e a sociedade empresária.

Desse modo, a recuperação judicial não se aplica às sociedades simples, empresas públicas, sociedades de economia mista e empresários sujeitos à liquidação extrajudicial, ou seja, instituições financeiras, bancos, seguradoras, entre outros.

Além disso, para utilizar-se do procedimento da recuperação judicial, faz-se indispensável preencher alguns requisitos legais, quais sejam: exercer atividade empresarial regular por mais de dois anos; não ser declarado falido ou se já o foi, as responsabilidades deverão estar declaradas extintas, por sentença transitada em julgado; não ter obtido a concessão da recuperação nos últimos cinco anos; não ter sido condenado por crime falimentar; e não ter obtido concessão da recuperação judicial com fundamento no plano especial dos últimos oito anos, aplicável às Micro Empresas e Empresas de Pequeno Porte.

Dessa maneira, salta aos olhos a necessidade de conhecimento por parte dos empresários e seus assessores, profissionais do direito e da contabilidade, para auxiliar a correta tomada de decisões, caso contrário oportunidades de reestruturação podem ser desperdiçadas em virtude de puro desconhecimento ou ideia errônea acerca das ferramentas legais disponíveis existentes.

Ademais, o pedido de recuperação judicial é realizado por meio de petição judicial, prerrogativa do advogado, sendo que deve conter declarações contábeis com a exposição da situação patrimonial da empresa, bem como apresentando demonstrações contábeis relativas aos últimos três anos. Devendo, ainda, informar a relação nominal de credores, de colaboradores, de ações judiciais, e a de bens dos sócios e administradores.

Vale notar que, os Magistrados antes da decisão acerca do deferimento do processamento da recuperação judicial, costumam solicitar uma perícia prévia para verificar se o devedor possui condições de se reerguer financeiramente, com a finalidade de constatar, por profissional especializado, a viabilidade da recuperação.

Dessarte, com a apresentação do pedido de recuperação judicial, o empresário ou a sociedade empresária irá descrever sua situação financeira, com o escopo de demonstrar a possibilidade de soerguimento da empresa, bem como a viabilidade da recuperação. Frise-se que neste momento deve-se atentar para a apresentação de todos os documentos necessários para o ajuizamento do pedido, sob pena de indeferimento deste.

Nesse ponto, importante destacar que para se utilizar do instituto da recuperação judicial, os empresários devem possuir pleno conhecimento de sua situação patrimonial, dívidas, acervo de clientes, capacidade de produção, reação do mercado, dentre outros fatores.

Dessa maneira, a empresa deve possuir forte conhecimento de sua realidade contábil, fiscal e trabalhista, para assim, desenvolver um forte planejamento tributário e de reestruturação.

Além disso, impende considerar que caso o empresário esteja atento a todas as ferramentas que podem auxiliar o bom desenvolvimento empresarial, por meio de uma educação continuada de excelência, em que se estudam as técnicas e ferramentas existentes para adaptação às novidades do mercado competitivo, aprimorando sua cultura organizacional, este empresário pode já ter adotado medidas previamente e, com isso, solucionar situações que iriam gerar a necessidade de utilizar da recuperação judicial.

Insta salientar, que muito depende da capacidade de atualização e promoção das medidas necessárias de adequação e utilização correta de todas as ferramentas disponibilizadas.

Registre-se que o processo de recuperação judicial possui riscos que podem levar o empresário ou a sociedade empresária à falência, afetando o regular desenvolvimento das atividades empresarias, bem como a possibilidade de atingir-se o patrimônio dos sócios, o que ressalta a importância do

conhecimento acerca da ferramenta da recuperação judicial e, novamente, da educação continuada de empresários e profissionais que atuam na área, sendo cristalina a importância da empresa contar com uma assessoria jurídica especializada e, assim, evitar qualquer prejuízo a empresa ou aos sócios.

4 A IMPORTÂNCIA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NA REALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO CONTINUADA, COM O ESCOPO DE FORTALECER AS EMPRESAS COMO FONTE DE RIQUEZA E EMPREGOS, EXERCENDO ESMERADA FUNÇÃO SOCIAL.

Alcindo Gonçalves no livro Políticas Públicas e a Ciência Política[13], informa que quando são apresentadas definições de políticas públicas, percebe-se que elas tendem a focalizar no Estado como agente central de sua promoção, constituindo-se sistematicamente em ações de governo.

Prossegue o autor ao mencionar que é o caso de Eros grau, que nomeia políticas públicas o conjunto "de todas as situações do Estado, cobrindo todas as formas de intervenção do Poder Público na vida social".

Quando se menciona vida social, espera-se que o Estado, ao desenvolver políticas públicas consiga sanar situações contrárias aos direitos do cidadão.

Da mesma forma o autor menciona Maria Paula Dallari Bucci que enuncia que políticas públicas são "programas de ação governamental voltados à concretização de direitos".

Nesse ponto, salta aos olhos o porquê da insatisfação da sociedade encontrar eco nas críticas contra as políticas públicas que não atingem os resultados em favor da sociedade.

Elie Ghanem[14] entende que a política pública corresponde a composição que articula um conjunto de diretrizes, um quadro técnico e administrativo de recursos orçamentários demandados pelos meios materiais e humanos necessários à sua realização.

Continua a esclarecer acerca da perspectiva dominante da opinião pública no Brasil no que se refere às políticas públicas, que é entendida como prerrogativa dos governantes, dos quais se espera honestidade e competência, sendo que aos governados cabe manifestar as suas necessidades e julgar os governantes por seus feitos.

É dessa forma que se encontram várias críticas contra o Estado, em razão de não realizar as políticas necessárias, muito embora realize propagandas para o convencimento dos eleitores.

Assim, é notória a insatisfação de que padecem os cidadãos brasileiros diante do resultado continuamente negativo das performances dos políticos brasileiros, bem como do saldo das contas públicas.

Vale lembrar ainda que Políticas Públicas, conforme consta do Manual de Políticas Públicas[15], podem ser explicadas como a totalidade de ações, metas e planos que os governos – nacionais, estaduais ou municipais – traçam para alcançar o bem-estar da sociedade e o interesse público.

Contudo, impende considerar que a participação da sociedade, composta de grupo demasiadamente heterogêneo, deve ter espaço na formulação das políticas públicas, haja vista que o formulador das políticas públicas precisa atender as demandas da sociedade e, estas são diversas.

Assim, para assegurar que as demandas necessárias sejam atendidas para o bom desenvolvimento da sociedade, faz-se imperativa a participação da sociedade como garantidora dos direitos inerentes aos seres humanos.

Nesse sentido, cabe mencionar o pensamento de Fernando Alves[16], que conclui: Diante do processo democrático, as ações do Estado tornam-se no mínimo muito mais sensíveis aos movimentos assumidos pelos atores sociais, sobretudo daqueles capazes de aglutinar interesses de cidadãos-eleitores e temáticas de alta relevância eleitoral.

---

[13] GONÇALVES, Alcindo. no livro Políticas Públicas e a Ciência Política.

[14] GHANEM, Elie George Guimaraes. Influir em políticas públicas e provocar mudanças sociais: Experiências a partir da sociedade civil brasileira. São Paulo : Ashoka : Avina : Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2007.

[15] LOPES, Brenner; AMARAL, Jefferson Ney. Políticas Públicas: conceitos e práticas. Belo Horizonte: Sebrae/MG, 2008. Pag 48.

[16] ALVES_In_Ghanem_p.219-228 . A cidadania e as redes sociais.

Prossegue o autor informando que alternativamente, deve-se ressaltar, através de pressões de "grupos de interesse" organizados para se alcançar as ações do Estado especificas.

Nesse aspecto, cabe frisar que diante da insatisfação pode-se criar o caminho novo a ser traçado, almejando às modificações necessárias e aptas para alcançar o objetivo final de uma sociedade mais justa e com equidade.

Considerando as críticas constantemente formuladas pela maioria dos integrantes da sociedade brasileira, nota-se ser o presente momento o de fortalecer as ferramentas que existem para a consecução de uma sociedade em que valores sociais sejam respeitados e fomentados.

Nesse passo, a recuperação judicial enquanto instrumento para se assegurar o respeito aos direitos inerentes ao ser humano, reforçando a função social da empresa, como fonte de recursos, riquezas e empregos, deve ser difundida, ou seja, fazer parte do conhecimento do mundo empresarial e demais membros da sociedade, vez que o desconhecimento gera o medo e a ausência de aproveitamento de tão importante ferramenta de soerguimento empresarial.

Nessa sequência, vale lembrar que o depoimento de Oded Grajew, caracteriza de maneira importante como a ausência de conhecimento acerca de determinado fato pode gerar entraves ao desenvolvimento de políticas saudáveis para o alcance de uma sociedade mais justa. Assim, segue transcrição:

> "Outro aspecto relevante é que a causa ou projeto precisa ter legitimidade, ser importante para o conjunto da sociedade. Só assim ganhamos a credibilidade e a força necessárias para promover impacto na sociedade. Falando especificamente da minha experiência na Fundação Abrinq, penso que a causa em torno da qual a entidade foi construída – a defesa dos direitos das crianças e adolescentes – ganhou força e legitimidade porque quase ninguém pode ser contra os direitos das crianças e jovens. Em 1.990, no entanto, esta causa era inédita e as empresas não se interessavam em contribuir porque não sabiam ao certo o que significava. No entanto, eu apresentei a idéia para um grupo de empresários do setor de brinquedos, pois, na época, eu era presidente da Abrinq – Associação Brasileira dos Fabricantes de Brinquedos. Em seguida, fomos procurar o Unicef para me ajudar a torná-la realidade." [17]

Desse modo, depreende-se que a ausência de conhecimento pode contribuir de maneira nefasta para desacelerar ou até mesmo impedir o desenvolvimento adequado das políticas públicas que possam auxiliar o desenvolvimento justo e harmônico da sociedade. Dificultando o alcance do exercício dos direitos inerentes ao ser humano com igualdade e equidade.

Destarte, ao se deparar com empresas, cuja cultura organizacional está desatualizada, e com empresários que não conhecem as ferramentas financeiras, contábeis e jurídicas disponibilizadas para o estudo e método de crescimento empresarial, novamente se verificam presentes barreiras que impedem o progresso social.

O conceito de como gerir a empresa mudou, temos o enfoque de sua função social como garantia a ser realizada conforme estabelece a Constituição.

Dessa maneira, o desenvolvimento de políticas públicas voltadas à educação empresarial, no sentido de conhecer ferramentas hábeis como a recuperação judicial, a extrajudicial, bem como outros mecanismos como a auditoria, a perícia contábil e o planejamento tributário, instrumentos voltados ao sucesso empresarial que colocam o empresário em contato real com sua situação e possibilidades de crescimento, podem significar a diferença no mercado.

Ademais, a forma de realização da função social da empresa em sua totalidade é objetivo que permeia o exercício da atividade empresarial, pois se almeja a consecução de uma empresa saudável economicamente e socialmente.

---

[17] GHANEM, Elie George Guimaraes. Influir em políticas públicas e provocar mudanças sociais: Experiências a partir da sociedade civil brasileira. São Paulo: Ashoka : Avina : Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2007.Pag 37-41.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme Amartya Sen ensina o caminho para uma sociedade mais justa deve ser traçado com racionalidade, sendo a insatisfação apenas o estopim para a realização das modificações necessárias a fim de se alcançar o objetivo almejado.

Assim, de acordo com as insatisfações existentes na sociedade, em razão das grandes diferenças de oportunidades, nota se a necessidade e possibilidade de adoção de caminhos para alcançar o bem comum.

John Gilissen[18] afirma que direito social não significa necessariamente que não devam ser reconhecidos os direitos aos indivíduos, mesmo porque para o interesse da coletividade pode ser que esses direitos lhe sejam conferidos e, deste modo, terão os direitos individuais também ou, exclusivamente, um fundamento social de onde não pode ser exercidos em oposição ao bem da comunidade.

Ressalte-se que, a partir disso, o autor ainda completa o raciocínio informando que o direito da propriedade ou, o seu exercício, deve coincidir com o interesse geral. Salientando que o motivo, ou um dos motivos, em razão dos quais se mostra reconhecido aos indivíduos é o de se julgar a conveniência social na sua atribuição como meio de estimular a produção e o trabalho.

Assim, os direitos existentes oriundos de obrigação não podem ser exercidos contra o seu fim social, sendo importante assegurar a distribuição equitativa dos bens e o progresso social ou econômico para o alcance deu uma sociedade justa e com equidade.

Desse modo é perceptível a idéia de que o interesse da sociedade deve ser preservado frente ao simples interesse comum ou individual em razão da importância de se assegurar o progresso social.

Nesse sentido é o entendimento de que políticas públicas que assegurem a educação continuada de empresários e profissionais que o assessorem, devem ser desenvolvidas para que a empresa possa exercer sua função social de maneira a assegurar direitos e produzir riquezas.

Desse modo, com o objetivo de promover o bom desenvolvimento econômico e social, os empresários e seus assessores, devem estar atualizados e, portanto, seguros de seu conhecimento quanto às ferramentas existentes para o crescimento empresarial.

Registre-se que, conforme Fábio Ulhoa Coelho[19] ensina, a empresa para merecer a recuperação judicial deve reunir dois atributos, sendo ter potencial econômico para se reerguer e a importância social.

Dessa forma não basta que os especialistas se ponham de acordo quanto a consistência e viabilidade do plano de reorganização sobre o ponto de vista técnico, vez que é necessário que a reestruturação seja importante para a economia local, regional ou nacional.

Nesse sentido, para que aquela empresa se reorganize e volte a funcionar com regularidade, deve-se avaliar se vale a pena para a sociedade brasileira arcar com um ônus associado a qualquer medida de recuperação de empresa.

Assim, percebe-se que a análise acerca da concessão da Recuperação judicial, ou não, bem como o conhecimento acerca de quais empresas podem dessa ferramenta se faze valer, é fonte de pesquisa e adequação a situação concreta da empresa e empresário, bem como para a região em que a empresa está situada.

Registre-se que, não basta acomodar diante do lucro alcançado, é imprescindível que o empresário conheça seu patrimônio, as riquezas que pode ser capaz de gerar, seu capital humano e material, bem como os riscos inerentes à atividade, tudo com o escopo de garantir sucesso em seu empreendimento e, assim, assegurar o pleno desenvolvimento da função social de sua empresa.

Dessarte nota-se que o conhecimento das ferramentas legais existentes à disposição configura capital de conhecimento imprescindível para o sucesso empresarial, inclusive para poder embasar as decisões a serem tomadas pelos empresários, acionistas e demais responsáveis pela tomada de decisões e gestão empresarial.

Consoante Chaim Perelman[20] existem duas virtudes que devem servir de guia para a conduta na regra de justiça e equidade, sendo uma delas a prudência.

---

[18] GILISSEN, John. Introdução histórica ao direito. Segunda edição. Fundação Calouste Gulbenkian 1995
[19] COELHO, Fabio Ulhoa. Comentários a Lei de Falências e de Recuperação de Empresas. Revistas dos Tribunais.13ª edição atualizada. 2018.

Continua o autor esclarecendo que a prudência é a virtude que faz escolher os meios mais seguros e menos onerosos para o alcance dos fins desejados.

Observa-se, portanto, que a prudência aconselha a agir de forma que os atos desenvolvidos sejam os mais úteis e apresentem o máximo de vantagens e o mínimo de inconvenientes. Dessa maneira, a prudência é percebida como característica fundamental para o bom desenvolvimento da empresa.

Pois bem, diante de todo o exposto, percebe-se que a prudência aliada ao conhecimento das ferramentas existentes pode garantir o sucesso almejado pelos empresários, acionistas controladores e demais responsáveis pela gestão empresarial, bem como para a sociedade sob o enfoque da garantia do exercício da função social e, consequentemente, do ganho obtido em decorrência que se caracteriza pela existência de uma sociedade mais justa.

Nesse aspecto, a construção de uma sociedade mais justa, deve ser pautada por meio das ferramentas hoje existentes e, embora desconhecidos da classe empresarial, podem significar mudanças razoáveis e regidas pela prudência.

Nesse sentido, nota-se que velhas ideias e métodos não trazem novos resultados, a construção de uma sociedade justa sem se valorizar as empresas, verdadeiras fontes de riqueza e emprego, não coaduna com o momento atual vivenciado.

Frise-se que no ordenamento jurídico pátrio já se reconhece o papel da empresa enquanto função social e econômica, a educação continuada de empresários, profissionais que secundam as decisões a serem tomadas pelos empresários.

Dessa forma, o emprego de acordo com a legislação aplicável ao caso e, fomentado por políticas públicas que consigam divulgar os resultados positivos e forma de utilização, torna-se medida valiosa para o fomento de uma sociedade mais justa, mais adequada ao reconhecimento dos direitos humanos.

Alfim, cumpre asseverar que existem ferramentas, que o conhecimento está à disposição, basta incentivar as políticas públicas no que se refere à educação empresarial continuada, fomentando a distribuição de conhecimento para o desenvolvimento de condições mais justas dentro da sociedade humana.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Amador Paes de. Curso de falência e recuperação de empresa. 24ª Edição. São Paulo: Saraiva, 2010.

ALVES_In_Ghanem_p.219-228 . A cidadania e as redes sociais.

COELHO, Fabio Ulhoa. Comentários a Lei de Falências e de Recuperação de Empresas. Revistas dos Tribunais.13ª edição atualizada. 2018.

FELTEN, Maria Cláudia. A função social da empresa e o princípio da solidariedade social. Disponível em: https://jus.com.br/artigos/66847/a-funcao-social-da-empresa-e-o-principio-da-solidariedade-social. Acesso em 13/10/2020.

GHANEM, Elie George Guimaraes. Influir em políticas públicas e provocar mudanças sociais: Experiências a partir da sociedade civil brasileira. São Paulo: Ashoka, Avina: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2007.

GILISSEN, John. Introdução histórica ao direito. Segunda edição. Fundação Calouste Gulbenkian 1995

LOCHAK, Daniela. A internacionalização dos direitos humanos. Disponível em: < https://www.trf3.jus.br/lpbin22/lpext.dll/FolRevistas/Revista/revs.nfo.37f.0.0.0/revs.nfo.380.0.0.0/revs.nfo.382.0.0.0?fn=document-frame-nosync.htm&f=templates&2.0>.

[20] PERELMAN, Chaim. ÉTICA E DIREITO. Editora Marins Fontes. 1996.

LOPES, Brenner; AMARAL, Jefferson Ney. Políticas Públicas: conceitos e práticas. Belo Horizonte: Sebrae/MG, 2008.

LUCCHESE, Patricia T.R.. Políticas Públicas em Saúde Pública.Julho de 2004.extraído de http://files.bvs.br/upload/M/2004/Lucchese_Politicas_publicas.pdf. Acesso em 12/10/2020.

MAMEDE, Gladston. Direito empresarial brasileiro: falência e recuperação de empresas, volume 4. 4ª Edição. São Paulo: Atlas, 2010.

NEGRÃO, Ricardo. Direito empresarial: estudo unificado. 3ª Edição. São Paulo: Saraiva, 2011.

PEREIRA, Rafael Vasconcellos de Araujo. Função social da empresa. Disponível em: https://www.direitonet.com.br/artigos/exibir/1988/Funcao-social-da-empresa. Acesso em 12/10/2020.

PERELMAN, Chaim. ÉTICA E DIREITO. Editora Marins Fontes. 1996

PIOVESANI, Flavia. Ações Afirmativas no Brasil: desafios e perspectivas. Florianópolis: Rev. Estud. Fem. vol.16, n 3, 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2008000300010>

Presidência da República. Lei das Recuperações Judiciais e Falências nº 11.101 de 09 de fevereiro de 2005. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/l11101.htm>.

RAWLS, John. A Theory of Justice- Rev. Edition. Harvad University Press. Estado Unidos da America: Harvard University Press, 1971.

REALE, Miguel. Estrutura e fundamento da ordem jurídica. Revista de Informação Legislativa. Disponível em: < https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/180576/000345167.pdf?sequence=1>

SEN, Amartya; KLIKSBERG, Bernardo. As pessoas em primeiro lugar: a ética do desenvolvimento e os problemas do mundo globalizado. São Paulo: Companhia das Letras, 2010

SEN, Amartya. Fronteiras do Pensamento. Disponível em: <https://youtu.be/34IYJIB4Mms>

Unidos pelos Direitos Humanos, Disponível em: <https://www.unidosparaosdireitoshumanos.com.pt/privacy-notice.html>

REDUÇÃO DAS QUESTÕES DE CONTABILIDADE NAS PROVAS ENADE DE ADMINISTRAÇÃO

REDUCTION OF ACCOUNTING ISSUES IN THE ENADE ADMINISTRATION EXAMS

Administração e contabilidade

CARVALHO, Francisco José Pereira de
Professor da Faculdade Barretos
Faculdade Barretos
Mestre em Contabilidade e Finanças pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
fcarvalho100@ig.com.br

LOPES, Juliano de Jesus
Professor da Faculdade Barretos
Faculdade Barretos
Mestre em Administração pela faculdade de Administração de São Paulo
Jujlopes06@gmail.com

Resumo
Este artigo baseia-se na análise das provas ENADE – Exame Nacional de Desempenho de Estudantes aplicadas pelo Ministério da Educação desde o início dessa sistemática de avaliação quando foi criada em 2006 chegando até a última prova aplicada em 2018 para os cursos de Administração, ministrados em instituições de ensino superior de todo o Brasil. Para a presente análise, foram verificadas apenas as questões de múltiplas escolhas dentro da parte de conhecimentos específicos, não sendo realizadas verificações nas questões analítico-expositivas e nem nas denominadas de conteúdo de conhecimentos gerais. A referida analise se concentrou na quantidade de questões abrangendo conhecimentos de Contabilidade e o referido confronto com os percentuais de disciplinas contábeis constantes nas matrizes curriculares dos cursos de Administração de seis diferentes instituições de ensino superior, selecionadas aleatoriamente entre as privadas, públicas federais e públicas estaduais. O resultado do presente trabalho indicou a redução gradativa de perguntas de temas contábeis, apesar do conteúdo de Contabilidade, em média, representar cerca de 10% dos totais das matrizes curriculares das instituições de ensino superior selecionadas, indicando a provável necessidade de revisão por parte do Ministério da Educação quanto a seleção de assuntos que deverão ser incluídos nas futuras provas ENADE para o curso de Administração, para não passar a falsa impressão sobre a necessidade de conhecimentos contábeis para o futuro administrador.

Palavras-chave: Enade, ensino superior, administração.

Abstract
This article is based on the analysis of the ENADE tests - National Examination of Student Performance applied by the Ministry of Education since the beginning of this evaluation system when it was created in 2006, until the last test applied in 2018 for the Administration courses, taught in higher education institutions throughout Brazil. Abstract For the present analysis, only the questions of multiple choices were verified within the specific knowledge part, with no checks being made on the analytical-expository questions or on the so-called general knowledge content. Said analysis focused on the number of questions covering knowledge of Accounting and said confrontation with the percentages of accounting disciplines contained in the curricular matrices of the Administration courses of six different higher education institutions, randomly selected from private, federal public and state public. The result of the present work indicated the gradual reduction of questions on accounting topics, despite the fact that Accounting content, on average, represents about 10% of the total curricular matrices of selected higher education institutions, indicating the probable need for revision by the Ministry of Education regarding the selection of subjects that should be included in future ENADE tests for the Administration course, so as not to give the false impression about the need for accounting knowledge for the future administrator.

Keywords: ENADE, University education, administration.

1 INTRODUÇÃO

O início do ensino regular de Administração no Brasil pode ser atribuído a Escola Superior de Administração de Negócios – ESAN/SP em 1941, inspirado no modelo do curso da Graduate School of Business Administration da Universidade de Harvard. Em 1946 foi criada a Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo - FEA/USP, com cursos de cursos de Ciências Econômicas e de Ciências Contábeis, onde eram apresentadas algumas matérias ligadas à Administração. A evolução dos cursos de Administração no Brasil pode ser entendida através do Quadro I – Evolução do Ensino de Administração no Brasil, a seguir.

Quadro 1 Evolução do Ensino de Administração no Brasil

Ano	Ação
1941	O ensino de Administração ganha identidade com a criação do primeiro curso, na Escola Superior de Administração de Negócios – ESAN/SP, inspirado no modelo do curso *da Graduate School of Business Administration* da Universidade de Harvard.
1946	É criada a Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo - FEA/USP, que ministrava cursos de Ciências Econômicas e de Ciências Contábeis, onde eram apresentadas algumas matérias ligadas à Administração.
1952	É criada a Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas, da Fundação Getúlio Vargas – EBAPE/FGV, no Rio de Janeiro. A primeira turma se formou em 1954.
1954	É criada a Escola Brasileira de Administração de Empresas de São Paulo – EAESP, vinculada à FGV, com a graduação da primeira turma em 1959, surgindo o primeiro currículo especializado em Administração, com o objetivo de formar especialistas em técnicas modernas de Administração. Este currículo foi uma referência para os outros cursos que surgiram no país. A partir da década de 1960 – A FGV passa a ministrar cursos de Pós-Graduação nas áreas de Economia, Administração Pública e de Empresas.
1963	A FEA/USP passa a oferecer os cursos de Administração de Empresas e de Administração Pública.
1965	É regulamentada a profissão de Administrador, com a promulgação da Lei nº 4.769, de 9 de setembro de 1965.

Fonte: Conselho Regional de Administração da Bahia – CRA-BA. Disponível em: http://www.cra-ba.org.br/Pagina/58/Historico-dos-Cursos-de-Administracao-no-Brasil.aspx. Acesso em: 20 ago.2020**.**

De acordo com o Quadro I – Evolução do Ensino de Administração no Brasil, se torna evidente a profunda relação da Administração com a Economia e a Contabilidade, e o presente estudo procurou estabelecer como são avaliados os conteúdos de Contabilidade por parte do Ministério da Educação por meio das 5 avaliações ENADE – Exame Nacional de Desempenho de Estudantes, aplicados nos anos de 2006, 2009, 2012, 2015 e por último em 2018, para os cursos de Administração.

O ensino da Contabilidade nos cursos de Administração visa proporcionar ao administrador, independentemente do porte e finalidade do empreendimento por ele gerido, maneiras de mensurar e organizar os recursos financeiros, patrimoniais, humanos e tecnológicos, entre outros, as informações necessárias para apoiá-lo nas tomadas de decisões e de fazer uso, de forma harmônica, das principais disciplinas, cujas nomenclaturas podem variar de acordo com cada uma das instituições de ensino ofertantes do curso de Administração e são elas:

- ✓ Contabilidade I (básica);
- ✓ Contabilidade II (nível mais avançado);
- ✓ Contabilidade de Custos;
- ✓ Análise das Demonstrações Financeiras e
- ✓ Orçamento Empresarial.

Outras disciplinas com a temática contábil podem ser oferecidas, de acordo com os planos de ensino e projetos pedagógicos de cada uma das faculdades instaladas no território nacional, especialmente em razão do perfil do egresso que cada uma deseja preparar.

No presente trabalho também foram selecionadas de forma aleatória, seis instituições de ensino superior que oferecem o curso de bacharelado em Administração para que se pudesse identificar a participação de conteúdos de Contabilidade dentro das respectivas matrizes curriculares. As instituições são as seguintes:

- FB - Faculdade Barretos;
- UEMG - Universidade Estadual de Minas Gerais (Frutal);

- Universidade Federal de Alagoas – FEAC - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade;
- UTFPR - Universidade Tecnológica Federal do Paraná;
- UNISINOS - Universidade do Vale do Rio dos Sinos;
- FECAP - Fundação Álvares Penteado.

São entidades públicas e privadas instaladas em diferentes regiões do País, cujas disciplinas de Contabilidade serão apresentadas no desenvolvimento do presente trabalho. De acordo com o CRA-BA – Conselho Regional de Administração da Bahia, existem 1.710 instituições de ensino no Brasil ministrando cursos de Administração, conforme demonstrado na Tabela 1 – Resumo da Evolução dos Cursos de Administração no Brasil.

Tabela 1 Resumo da Evolução dos Cursos de Administração no Brasil.

Ano	IES	Matrículas	Concluintes
Antes de 1960	2	N/I	N/I
1960	31	N/I	N/I
1970	164	66.829	5.276
1980	247	134.742	21.746
1990	320	174.330	22.394
2000	821	338.789	35.658
2002	1.158	493.104	54.656
2003	1.710	576.305	64.792

Legenda: N/I – Não há informação.
Fonte: Conselho Regional de Administração da Bahia – **CRA-BA.** Disponível em: http://www.cra-ba.org.br/Pagina/58/Historico-dos-Cursos-de-Administracao-no-Brasil.aspx. Acesso em: 24 ago.2020.

Como se nota pela Tabela 1 - Resumo da Evolução dos Cursos de Administração no Brasil, a quantidade de instituições de ensino que ministram cursos de Administração saltou de 2 em 1960 para 1.710 quarenta e três anos depois.

Segundo levantamento efetuado pelo MEC em 2012, naquele ano o curso de Administração foi o responsável pela maior quantidade de ingressantes (316.641), seguido por Direito com 227.770 alunos que entraram no referido curso.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A presente fundamentação teórica aborda o conteúdo de Contabilidade ministrado nos cursos de graduação em Administração pelas seis instituições de ensino selecionadas aleatoriamente, bem como os critérios aplicados pelo Ministério da Educação para aplicar as provas do ENADE nos anos de 2006, 2009, 2012, 2015 e 2018.

2.1 Ensino da Administração no Brasil

O ensino de Administração no Brasil pode ser dividido em três momentos diferentes, com os conteúdos mínimos sendo aprovados nos anos de 1966 e atualizados 1993. O Quadro 2 - Breve Histórico da Participação do CFA no Processo de Melhoria da Qualidade dos Cursos de Administração no Brasil ilustra o processo de evolução do curso.

Quadro 2 Breve Histórico da Participação do CFA no Processo de Melhoria da Qualidade dos Cursos de Administração no Brasil

Ano	Ação
1966	O Parecer nº 307, de 08/07/1966, do então Conselho Federal de Educação, fixa o primeiro currículo mínimo do curso de Administração no Brasil, tendo como referencial a Lei n. º 4.769, de 09/09/1965, que pouco tempo antes havia regulamentado o exercício da profissão de "Técnico de Administração". Por meio do currículo mínimo do curso de Administração habilitava-se, de fato, o profissional para o exercício da profissão de Técnico de Administração, sendo a denominação da categoria alterada para "Administrador", por meio da Lei nº 7.321, de 13/06/1985.
1993	O Conselho Federal de Educação expede a Resolução nº 2, de 4/10/1993, instituindo o currículo pleno dos cursos de graduação em Administração, preconizando que as instituições poderiam criar habilitações específicas, mediante intensificação de estudos correspondentes às matérias fixadas pela própria Resolução, além de outras que viessem a ser indicadas para serem trabalhadas no currículo pleno.
2003	Em 9 de setembro de 2003, Dia do Administrador, o Ministro da Educação homologa o Parecer CES/CNE nº 134, de 7/06/03, que dispõe sobre as Novas Diretrizes Curriculares para o Curso de Graduação em Administração (DCN). A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei nº 9.394, de 20/12/1996 -, pôs a termo os Currículos Mínimos Profissionalizantes, trazendo nova concepção para o ensino da Administração no País e oportunizou maior autonomia às IESs para criação de projetos pedagógicos que assegurem melhores níveis de qualidade, de legitimidade e de competitividade. Na óptica das Diretrizes Curriculares pode o projeto pedagógico privilegiar ou não Linhas de Formação Específicas no final do curso, que significam um aprofundamento de estudos numa determinada área estratégica da Administração, e que têm por finalidade atender às particularidades regionais e locais, lastro principal que deu ênfase às Diretrizes, conforme se observa no Parecer 134/2003.
2004	A Resolução nº 1, de 2 de fevereiro de 2004, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Administração, Bacharelado, e dá outras providências, foi publicada no Diário Oficial da União no dia 4 de março de 2004.Como resultado das reivindicações do CFA e da ANGRAD, o Conselho Nacional de Educação aprovou o Parecer CES/CNE 023, de 03/02/2005, que trata da retificação da Resolução CNE/CES nº 1, de 02/02/2004, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Administração, Bacharelado. Foi solicitado ao MEC que os cursos de Bacharelado em Administração sejam tão-somente denominados "cursos de Bacharelado em Administração", como forma de conter a descaracterização dos cursos correlatos à ciência da Administração.
2005	O Ministério da Educação, por meio da Resolução nº 4, de 13/07/2005, publicada no Diário Oficial da União de 19/07/2005, revoga a Resolução nº 2/1993 e retifica a Resolução nº 1/2004. Denominações como Administração Agroindustrial, Administração Bancária, Administração de Bares e Restaurantes e outras 248, abrangendo os mais diversos segmentos e áreas especializadas, não poderão ser utilizadas pelas IESs para intitularem os cursos de bacharelado em Administração oferecidos no País. As linhas de formação específica, nas diversas áreas da Administração, não poderão mais constituir uma extensão ao nome do curso, nem se caracterizarem como uma habilitação, devendo apenas constar no projeto pedagógico. Além de definir que o nome do curso deverá ser "Bacharelado em Administração", a expressão Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) também foi alterada para Trabalho de Curso. As modificações deverão ser observadas pelas Instituições de Ensino Superior (IES) na sua organização curricular para o período letivo de 2006. A retificação no texto das DCNs do curso de Administração foi resultado do trabalho do Conselho Federal de Administração (CFA) e da Associação Nacional dos Cursos de Graduação em Administração (ANGRAD) junto ao Ministério da Educação (MEC), no sentido de melhorar a qualidade do ensino de Administração e evitar a descaracterização dos cursos da área oferecidos por 1,7 mil IES no País.

Fonte: Conselho Regional de Administração da Bahia – CRA-BA. Disponível em: http://www.cra-ba.org.br/Pagina/58/Historico-dos-Cursos-de-Administracao-no-Brasil.aspx. Acesso em: 24 set. 2019.

2.2 Posicionamento do MEC sobre os Componentes Curriculares de Contabilidade Dentro do Curso de Administração

De acordo com o Conselho Regional de Educação em sua Resolução no 1 de 2 de fevereiro de 2004, os conteúdos contábeis devem integrar a matriz curricular de um curso de Administração, conforme segue:

> Art. 5º Os cursos de graduação em Administração deverão contemplar, em seus projetos pedagógicos e em sua organização curricular, conteúdos que revelem inter-relações com a realidade nacional e internacional, segundo uma perspectiva histórica e contextualizada de sua aplicabilidade no âmbito das organizações e do meio através da utilização de tecnologias inovadoras e que atendam aos seguintes campos interligados de formação:
> I - Conteúdos de Formação Básica: relacionados com estudos antropológicos, sociológicos, filosóficos, psicológicos, ético-profissionais, políticos, comportamentais, econômicos e contábeis, bem como os relacionados com as tecnologias da comunicação e da informação e das ciências jurídicas (BRASIL, 2004).

Portanto, conforme as Diretrizes Curriculares Nacionais, os estudos contábeis devem fazer parte da grade curricular de um curso de graduação em Administração, sendo considerados como conteúdo de formação básica.

2.3 A Importância da Contabilidade na Administração

A Contabilidade jamais deverá ser vista como um mal necessário dentro da empresa e sim como uma bussola para a tomada assertiva de decisões. Segundo Tasso (2005, p.1): Se existe um lugar onde estão centralizados todos os atos de gestão ele encontra-se na Contabilidade. Na visão de um “mal necessário” talvez se dê pelos aspectos tributários, pois os tributos e demais informações que são de interesse governamental se originam na Contabilidade.

Segundo Marion (2012, p. 25):

> A Contabilidade é o grande instrumento que auxilia a administração a tomar decisões. Na verdade, ela coleta todos os dados econômicos, mensurando-os monetariamente, registrando-os e sumarizando-os em forma de relatórios ou de comunicados, que contribuem sobremaneira para a tomada de decisões.

A Contabilidade dentro do ambiente empresarial pode ser entendida de maneiras diferentes, como por exemplo, a Contabilidade Gerencial que é dirigida especialmente aos usuários internos com o fornecimento de informações, dados e indicadores de natureza administrativa e de desempenho das áreas, produtos, colaboradores etc. e Contabilidade Financeira aos usuários externos como os acionistas, instituições financeiras, fornecedores, governo etc. através das publicações das demonstrações financeiras, por exemplo.

2.4 Componentes dos ENADE de Administração

Na prova do ENADE/2015, por exemplo, consta como referencial os seguintes conteúdos curriculares:

I - Antropologia, Sociologia, Ciência Política, Filosofia e Ética;

II - Psicologia e Comportamento Organizacional;

III - Sistemas e Tecnologias da Informação e Comunicação;

IV - Ciências Jurídicas, Econômicas e Contábeis;

V - Teorias da Administração e das Organizações;

VI - Áreas funcionais da administração: Recursos Humanos, Marketing, Finanças e Operações;

VII - Planejamento e gestão estratégica; Gestão de projetos; Gestão de processos e serviços;

VIII - Gestão da inovação, Gestão do conhecimento, Pesquisa e desenvolvimento, Empreendedorismo e Sustentabilidade;

IX - Métodos quantitativos aplicados à administração: matemática, estatística e pesquisa operacional;

X - Métodos qualitativos aplicados à administração.

Como se nota no item IV - Ciências Jurídicas, Econômicas e Contábeis, a Contabilidade faz parte do conteúdo de avaliação do Ministério da Educação para os cursos de Administração.

2.5 Disciplinas de Contabilidade nas Matrizes Curriculares de Administração

As disciplinas mais comumente encontradas nas grades curriculares das instituições de ensino para os cursos de Administração são: Contabilidade, Contabilidade de Custos, Análise das Demonstrações Financeiras e Orçamento Empresarial. A seguir, se encontram detalhadas as disciplinas e em que períodos são lecionadas dentro das seis instituições de ensino selecionados aleatoriamente.

2.5.1 FB - Faculdade Barretos

A Faculdade Barretos é uma instituição de ensino privada, criada em 2006 na cidade de Barretos/SP e que oferece oito cursos noturnos: Administração, Ciências Contábeis, Direito, Enfermagem, História (Licenciatura), Nutrição, Psicologia e Sistemas de Informação.

O curso de Administração foi instituído pela Faculdade Barretos no mesmo ano de 2006 e nas últimas avaliações realizadas pelo MEC obteve nota 5 (máxima), após as visitas de avaliação e reavaliação do curso. A carga horária total do curso de Administração ministrado pela FB é de 3.676 horas/aulas e as disciplinas de Contabilidade são as seguintes:

Tabela 2 Disciplinas de Contabilidade Integrantes da Matriz Curricular do Curso de Administração da Faculdade Barretos

Período/semestre	Disciplina	Carga Horária
2o	Contabilidade I	80
3o	Contabilidade II	80
4o	Gestão e Contabilidade de Custos	80
6o	Análise das Demonstrações Financeiras	40
8o	Orçamento Empresarial	80
Total H/A		**360**

Fonte: Elaborada pelos Autores

De acordo com a Tabela 2, as disciplinas de Contabilidade totalizam 360 h/a, representando 9,8% da carga horária total do curso de Administração ministrado pela Faculdade Barretos.

2.5.2 UEMG – UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MINAS GERAIS – Unidade Frutal

A Universidade do Estado de Minas Gerais é uma instituição pública estadual (Minas Gerais) criada em 1989, como o primeiro processo seletivo (vestibular) realizado pela Universidade em Frutal ocorrido em 2004, incluindo o curso de Administração que atualmente possui a carga horária de 3.618 h/a.

Tabela 3 Disciplinas de Contabilidade Integrantes da Matriz Curricular do Curso de Administração da Universidade do Estado de Minas Gerais - Frutal

Período/semestre	Disciplina	Carga Horária
3º	Contabilidade Empresarial	72
4º	Análise Econômico Financeira e Contabilidade Gerencial	72
5º	Administração Financeira e Orçamentária I	72
6º	Administração Financeira e Orçamentária II	72
Total H/A		**288**

Fonte: Elaborado pelos Autores

Conforme demonstrado na Tabela 3, a carga horária das disciplinas de Contabilidade soma 288 h/a, representando 8% de toda a carga horária destinada pela Instituição de Ensino para o seu curso de Administração.

2.5.3 UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS - FEAC- FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE

A Universidade Federal de Alagoas foi fundada em 1961 e trata-se de uma instituição de ensino pública federal. O curso de Administração possui uma carga horária de 3.690 h/a.

Na Tabela 4 - Disciplinas de Contabilidade Integrantes da Matriz Curricular do Curso de Administração da Universidade Federal de Alagoas constam as disciplinas de Contabilidade que integram a matriz curricular do curso de Administração.

Tabela 4 Disciplinas de Contabilidade Integrantes da Matriz Curricular do Curso de Administração da Universidade Federal de Alagoas

Período/Semestre	Disciplina	Carga Horária
1º	Contabilidade Básica I	60
2º	Contabilidade Básica II	60
3º	Análises da Demonstrações Contábeis I	60
4º	Análise das Demonstrações Contábeis II	60
6º	Custos	60
7º	Gestão Financeira e Orçamentária I	80
8º	Gestão Financeira e Orçamentária II	80
Total H/A		**460**

Fonte: Elaborada pelos Autores

Conforme a Tabela 4 a carga horária total das disciplinas de Contabilidade somou 460 h/a em razão das disciplinas Gestão Financeira e Orçamentária I e Gestão Financeira e Orçamentária II, onde se somam os conteúdos de Gestão Financeira e de Orçamento Empresarial, sendo que existe a

distinção de conteúdos nas outras instituições de ensino selecionadas no presente trabalho.

Portanto, se consideradas as 460 h/a, a representatividade sobre o total da carga horária oferecida para o curso será de 12,5%.

2.5.4 UTFPR - Universidade Tecnológica Federal do Paraná – Campus Curitiba

A UTFPR é uma instituição pública de ensino e teve origem em 1909 na criação da Escola de Aprendizes Artífices. A carga horária total de seu curso de Administração é de 3.370 h/a e as disciplinas de Contabilidade estão inseridas na Tabela 5 - Disciplinas de Contabilidade Integrantes da Matriz Curricular do Curso de Administração da UTFPR.

Tabela 5 Disciplinas de Contabilidade Integrantes da Matriz Curricular do Curso de Administração da UTFPR.

Período/Semestre	Disciplina	Carga Horária
3º	Contabilidade Empresarial	72
4º	Planejamento Tributário	54
5º	Gestão de Custos	54
6º	Gestão Estratégica Financeira e Orçamento Empresarial	36
6º	Controladoria	36
6º	Contabilidade e Orçamento Público	72
Total H/A		**324**

Fonte: Elaborada pelos Autores

Desta forma, as 324 h/a possuem a representatividade sobre o total da carga horária oferecida para o curso será de 9,6%.

2.5.5 UNISINOS - Universidade do Vale do Rio dos Sinos

A UNISINOS é uma instituição de ensino privada, possuindo 49 anos e sendo mantida pela Associação Antônio Vieira (ASAV). O curso de Administração tem 3.240 h/a e as disciplinas de Contabilidade que integram a grade curricular do curso de Administração são as seguintes:

Tabela 6 Disciplinas de Contabilidade Integrantes da Matriz Curricular do Curso de Administração da UTFPR

Período/Semestre	Disciplina	Carga Horária
2º	Contabilidade para Tomada de Decisão	60
4º	Fundamentos de Gestão e Análise de Custos	60
5º	Orçamento Orientado à Gestão	60
5º	Análise das Demonstrações Contábeis	60
Total H/A		**240**

Fonte: Elaborada pelos Autores

Assim sendo, às 240 h/a, a representatividade sobre o total da carga horária oferecida para o curso será de 7,4%.

2.5.6 FECAP - Fundação Álvares Penteado

A FECAP foi fundada em 1902 e seu curso de Administração possui uma carga horária de 3.200 h/a e as disciplinas de Contabilidade estão elencadas na Tabela 7 - Disciplinas de Contabilidade Integrantes da Matriz Curricular do Curso de Administração da FECAP.

Tabela 7 Disciplinas de Contabilidade Integrantes da Matriz Curricular do Curso de Administração da FECAP

Período/Semestre	Disciplina	Carga Horária
1o	Fundamentos de Contabilidade	80
2o	Contabilidade Financeira	80
5o	Análise das Demonstrações Financeiras	80
6o	Contabilidade Gerencial	80
7o	*Valuation*	80
Total H/A		**400**

Fonte: Elaborada pelos Autores

Se for considerada a disciplina Valuation oferecida no sétimo período do curso, a carga horária de disciplinas de Contabilidade representa 12,5%. Caso a mencionada disciplina seja excluída o percentual cairá para 10%.

2.5.7 Participação Média das Disciplinas de Contabilidade nas Matrizes Curriculares das Seis Instituições de Ensino Superior Selecionadas

As disciplinas de Contabilidade encontradas nas matrizes curriculares das seis instituições de Ensino que foram selecionadas aleatoriamente representaram de 10% de todo o conteúdo de suas cargas horárias, conforme resumido no Quadro 3 – Conteúdos de Contabilidade Dentro dos Cursos de Administração.

Quadro 3 Conteúdos de Contabilidade Dentro dos Cursos de Administração

	A	B	B/A
Instituição	**Carga Horária Total do Curso**	**Carga Horária de Disciplinas Voltas às Ciências Contábeis**	**%**
FB - Faculdade Barretos	3.676	360	9,8%
UEMG - Universidade Estadual de Minas Gerais (Frutal)	3.618	288	8,0%
Universidade Federal de Alagoas – FEAC - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade	3.690	460	12,5 %
UTFPR - Universidade Tecnológica Federal do Paraná (Curitiba)	3.370	324	9,6%
UNISINOS - Universidade do Vale do Rio dos Sinos	3.240	240	7,4%
FECAP - Fundação Álvares Penteado	3.200	400	12,5 %
Totais	**20.794**	**2.072**	**10,0 %**

Fonte: Elaborado pelos Autores

Como se vê, os percentuais que indicam a participação de disciplinas de Contabilidade nos cursos de Administração oscilaram entre 7,4% e 12,5%.

3 AVALIAÇÕES DO ENADE DE 2006 A 2018

O ENADE - Exame Nacional de Desempenho de Estudantes integra o SINAES - Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior, vinculado ao Ministério da Educação e foi instituído pela Lei 10.861, de 14 de abril de 2004 e tem a finalidade de avaliar a qualidade dos cursos de formação superior e o desempenho dos alunos de graduação.

A primeira avaliação ENADE para Administração ocorreu em 2006, juntamente com os cursos e a última antes da realização do presente trabalho em 2018. Portanto, já foram realizadas 5 avaliações.

3.1 ENADE realizado em 2006

Dentro do conteúdo específico para o curso de Administração foram aplicadas 24 questões de múltipla escolha, indo da numeração 11 a 34. A composição está ilustrada na Tabela 8 – Composição do ENADE 2006 de Administração.

Tabela 8 Composição do ENADE 2006 de Administração

Partes	Números das Questões	Números das páginas neste caderno	Peso de cada parte
Formação Geral/Múltipla Escolha	1 a 8	3 a 6	60%
Formação Geral/Discursivas	9 e 10	7 e 8	40%
Componente Específico/Múltipla Escolha	11 a 34	9 a 15	70%
Componente Específico/Discursivas	35 a 40	16 a 19	30%
Percepção sobre a prova	41 a 49	20	–

Fonte: INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Disponível em: http://portal.inep.gov.br/provas-e-gabaritos3. Acesso em: 24 jul.2019.

Entre as 24 perguntas de múltipla escolha, as questões de Contabilidade foram as de números 24, 30, 32, 33 e 35, representando 20,8% (5/24).

3.2 ENADE realizado em 2009

Em 2009, aumentou o número de questões especificas de 24 em 2006 para 27 perguntas, conforme a composição apresentada na Tabela 9 - Composição do ENADE 2009 de Administração.

Tabela 9 Composição do ENADE 2009 de Administração

Partes	Número das questões	Peso das questões	Peso dos componentes
Formação Geral/Múltipla Escolha	01 a 08	60%	25%
Formação Geral/Discursivas	09 e 10	40%	
Componente Específico/Múltipla Escolha	11 a 37	85%	75%
Componente Específico/Discursivas	38 a 40	15%	
Percepção sobre a Prova	01 a 09	–	–

Fonte: INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Disponível em: http://public.inep.gov.br/enade2009/ADMINISTRACAO.pdf. Acesso em: 24 jul. 2019.

As perguntas especificas de Contabilidade foram as 20,21 e 24, representando 11,1% (3/27) do total de 27 questões de múltipla escolha apresentadas dentro do conteúdo específico para os cursos de Administração.

3.3 ENADE realizado em 2012

Em 2012, a exemplo de 2009, as questões de múltipla escolha referentes ao conteúdo específico totalizaram 27 perguntas, conforme a composição apresentada na Tabela 10 - Composição do ENADE 2012 de Administração.

Tabela 10 Composição do ENADE 2012 de Administração

Partes	Número das questões	Peso das questões	Peso dos componentes
Formação Geral/Objetivas	1 a 8	60%	25%
Formação Geral/Discursivas	Discursiva 1 e Discursiva 2	40%	
Componente Específico/Objetivas	9 a 35	85%	75%
Componente Específico/Discursivas	Discursiva 3 a Discursiva 5	15%	
Questionário de Percepção da Prova	1 a 9	-	-

Fonte: INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Disponível em http://download.inep.gov.br/educacao_superior/enade/provas/2012/01_ADMINISTRACAO.pdf. Acesso em: 24 jul. 2019.

As questões 12, 13, 14 e 20 foram as de Contabilidade e representaram o percentual de 14,8% sobre o total das 27 perguntas de múltipla escolha e que integram o conteúdo específico do ENADE 2012.

3.4 ENADE realizado em 2015

A avaliação aplicada em 2015 apresentou a composição descrita na Tabela 11 - Composição do ENADE 2015 de Administração, descrita a seguir:

Tabela 11 Composição do ENADE 2015 de Administração

Partes	Número das questões	Peso das questões no componente	Peso dos componentes no cálculo da nota
Formação Geral/Discursivas	D1 e D2	40%	25%
Formação Geral/Objetivas	1 a 8	60%	
Componente Específico/Discursivas	D3 a D5	15%	75%
Componente Específico/Objetivas	9 a 35	85%	
Questionário de Percepção da Prova	1 a 9	——	——

Fonte: INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Disponível em: http://download.inep.gov.br/educacao_superior/enade/provas/2015/01_administracao.pdf. Acesso em: 24 set. 2019.

As questões 13, 30 e 31 poderiam ser atribuídas à Contabilidade, todavia, indicam outros temas como Logística e Distribuição; Administração de Vendas e Administração de Materiais, conforme, as três figuras abaixo:

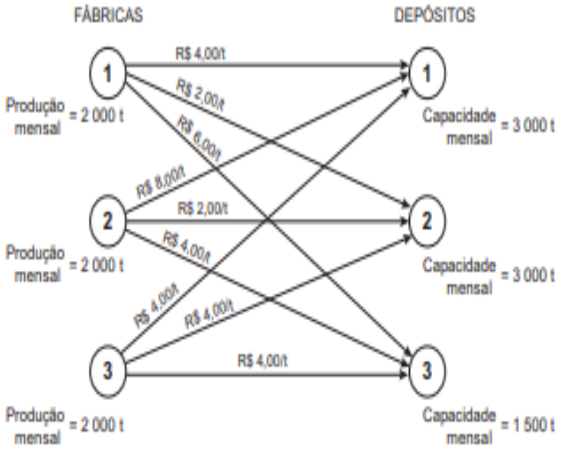
Figura 1 Trecho da Questão 13 do ENADE 2015 de Administração

QUESTÃO 13

Entende-se tomada de decisão como o processo de se identificar um problema ou uma oportunidade e selecionar uma linha de ação para resolvê-lo ou aproveitá-la. O problema de transporte, por exemplo, demanda a determinação do menor custo de transporte de um produto entre diversas fábricas e depósitos.

LACHTERMACHER, G. **Pesquisa operacional na tomada de decisões**: modelagem em Excel. 3 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007 (adaptado).

Devido a custos logísticos elevados no modal rodoviário, uma empresa busca melhorar sua eficiência e reduzir custos. O esquema a seguir representa as fábricas e os depósitos que essa empresa possui, além de custos de transporte, por tonelada, para cada rota entre fábrica e depósito.



Considerando que toda a produção da empresa deverá ser transportada para seus depósitos, avalie as afirmações a seguir.

I. O custo total de transporte será de R$ 18 000,00 quando a empresa optar por transportar 1 000 toneladas da Fábrica 1 para o Depósito 1, 2 000 toneladas da Fábrica 3 para o Depósito 1 e a produção restante for atendida pelo Depósito 2.

II. O custo total de transporte será de R$ 18 000,00 quando a empresa optar por transportar 1 000 toneladas da Fábrica 2 para o Depósito 3, 2 000 toneladas da Fábrica 3 para o Depósito 1 e a produção restante for atendida pelo Depósito 2.

III. O custo total de transporte será de R$ 16 000,00 quando a empresa optar por transportar 1 000 toneladas da Fábrica 2 para o Depósito 3, 2 000 toneladas da Fábrica 3 para o Depósito 1 e a produção restante for atendida pelo Depósito 2.

É correto o que se afirma em

Fonte: INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Disponível em: http://download.inep.gov.br/educacao_superior/enade/provas/2015/01_administracao.pdf. Acesso em: 24 jul. 2019.

Como se vê, a questão 13 se assemelha mais aos conteúdos de Logística e Distribuição e não especificamente de Contabilidade, apesar das menções aos custos.

Na questão 30, embora possa conter aspectos econômicos, foi a única em 2015 que poderia realmente ser classificada como contendo conteúdo de Contabilidade. A questão está apresentada na Figura 2 - Trecho da Questão 30 do ENADE 2015 de Administração.

Figura 2 Trecho da Questão 30 do ENADE 2015 de Administração

QUESTÃO 30

A análise do ponto de equilíbrio da empresa revela o nível de vendas necessário para cobrir as despesas operacionais. Nesse sentido, é possível avaliar a rentabilidade associada aos níveis de vendas da empresa. O ponto de equilíbrio é calculado pela fórmula a seguir.

$$\text{ponto de equilíbrio} = \frac{\text{custo fixo}}{\text{preço de venda unitário} - \text{custo variável unitário}}$$

Utilizando essa fórmula, o gerente financeiro de uma empresa quer verificar qual será o efeito, sobre o ponto de equilíbrio, do aumento ou diminuição, separadamente, do custo operacional fixo, do preço do produto, e do custo variável unitário, bem como de todas as variáveis ao mesmo tempo.

Considerando essa situação, avalie as afirmações a seguir.

I. Se apenas o custo operacional fixo aumentar, o ponto de equilíbrio da firma será reduzido, uma vez que o custo operacional fixo não afeta os meios de produção da empresa.

II. Se apenas o preço do produto da empresa aumentar, o ponto de equilíbrio da firma será reduzido, porque será possível vender quantidade menor de produtos para cobrir as despesas operacionais.

III. Se apenas o custo variável unitário da empresa aumentar, o ponto de equilíbrio da firma aumentará, dado que o gasto com insumos será maior na linha de produção.

IV. Se o custo operacional fixo, o preço do produto e o custo variável unitário da empresa aumentarem, simultaneamente, o ponto de equilíbrio da firma não será alterado.

É correto apenas o que se afirma em

Fonte: INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Disponível em: http://download.inep.gov.br/educacao_superior/enade/provas/2015/01_administracao.pdf. Acesso em: 24 jul. 2019.

Na questão 31, embora possa conter citações de custos, a pergunta aborda assunto ligado à Gestão de Materiais e não especificamente a um tema de Contabilidade conforme apresenta a Figura 3 - Trecho da Questão 31 do ENADE 2015 de Administração.

Figura 3 Trecho da Questão 30 do ENADE 2015 de Administração

QUESTÃO 31

No método da curva ABC, utilizado nos sistemas de controle de estoque, os itens são alocados em grupos e classificados pelas letras A, B e C, segundo seus respectivos valores ou custos.

Ao analisar a configuração dos grupos ao longo da distribuição do valor total acumulado, a empresa deverá ser capaz de identificar quais itens devem ter seu controle intensificado e quais podem ser acompanhados de forma mais simplificada.

Com base no método da curva ABC, assinale a opção correta.

Fonte: INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Disponível em: http://download.inep.gov.br/educacao_superior/enade/provas/2015/01_administracao.pdf. Acesso em: 24 jul. 2019.

Portanto, ao considerar que somente a questão 30 abordou Contabilidade, o percentual foi de 3,7% (1/27).

3.5 ENADE realizado em 2018

Na avaliação aplicada em 2018, foram efetuadas 27 questões de múltipla escolha referentes ao conteúdo específico e a distribuição obedeceu a configuração apresentada na Tabela 12 - Composição do ENADE 2018 de Administração.

Tabela 12 Composição do ENADE 2018 de Administração

Partes	Número das questões	Peso das questões no componente	Peso dos componentes no cálculo da nota
Formação Geral: Discursivas	D1 e D2	40%	25%
Formação Geral: Objetivas	1 a 8	60%	
Componente Específico: Discursivas	D3 a D5	15%	75%
Componente Específico: Objetivas	9 a 35	85%	
Questionário de Percepção da Prova	1 a 9	-	-

Fonte: INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Disponível em: http://download.inep.gov.br/educacao_superior/enade/provas/2018/administracao.pdf. Acesso em: 24 jul. 2019.

Entre as 27 questões elaboradas entre os números 9 a 35, somente a pergunta de número 29 continha o tema Contabilidade.

Figura 4 Trecho da Questão 29 do ENADE 2018 de Administração

QUESTÃO 29

No Balanço Social, procura-se apresentar uma análise condensada do desempenho da empresa nos três pilares da sustentabilidade: econômico, social e ambiental. No que diz respeito ao pilar social, ainda dividem-se os gastos da empresa com funcionários (indicadores sociais internos) e com a comunidade em que está inserida (indicadores sociais externos).

A tabela a seguir apresenta dados de uma versão resumida do Balanço Social anual de 2017 de uma empresa.

Base de cálculo	**Valor (mil R$)**		
Receita Líquida (RL)	R$ 123 484,06		
Resultado Operacional (RO)	R$ 49 984,97		
Folha de Pagamento Bruta (FPB)	R$ 3 362,54		
Indicadores sociais internos	**Valor (mil R$)**	**% sobre FPB**	**% sobre RL**
Total	R$ 2 620,42	77,93%	2,12%
Indicadores sociais externos	**Valor (mil R$)**	**% sobre RO**	**% sobre RL**
Contribuições para a sociedade	R$ 431,03	0,86%	0,35%
Tributos (excluídos encargos sociais)	R$ 22 433,44	44,88%	18,17%
Total	R$ 22 864,47	45,74%	18,52%
Indicadores ambientais	**Valor (mil R$)**	**% sobre RO**	**% sobre RL**
Investimentos em meio ambiente	0	0%	0%

A partir da análise desses dados, conclui-se que a empresa

Fonte: INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Disponível em: http://download.inep.gov.br/educacao_superior/enade/provas/2018/administracao.pdf. Acesso em: 24 jul. 2019.

Portanto a existência de somente uma questão de Contabilidade dentro do ENADE 2018 para o curso de Administração foi de 3,7% igualando ao exame de 2015.

4 RESULTADO DA PESQUISA INDICANDO A REDUÇÃO DA PARTICIPAÇÃO DA CONTABILIDADE DENTRO DOS ENADES DE ADMINISTRAÇÃO

Após as pesquisas e avaliações foi identificado que o conteúdo de disciplinas de Contabilidade dentro das matrizes curriculares dos cursos de Administração, de acordo com as seis instituições de ensino superior selecionadas aleatoriamente, oscilaram entre 7,4% e 12,5%, com uma média de 10%, conforme apresentado no Quadro 3 – Conteúdos de Contabilidade Dentro dos Cursos de Administração. A média ENADE foi de 10,6%, todavia, as médias de 2015 e 2018, foram de 3,7%, isto é, com somente uma questão em cada uma das duas avaliações, conforme a Tabela 13 - Participações das Disciplinas de Contabilidade nas Provas ENADE de 2006 a 2018:

Tabela 13 Participações das Disciplinas de Contabilidade nas Provas ENADE de 2006 a 2018

Ano Do Enade	Sequência De Questões De Conteúdo Específico	Total De Questões Sobre Conteúdo Específico	Número Das Questões De Contabilidade	Total De Questões De Contabilidade	Questões De Contabilidade Sobre O Total - %
2006	11 a 34	24	24, 30, 32, 33, 35	5	20,8%
2009	11 a 37	27	20, 21,24	3	11,1%
2012	9 a 35	27	12, 13, 14, 20	4	14,8%
2015	9 a 35	27	30	1	3,7%
2018	9 a 35	27	29	1	3,7%
Totais		**132**		**14**	**10,6%**

Fonte: Elaborada pelos Autores

De acordo com o que foi demonstrado na tabela acima, existe uma redução das questões de Contabilidade nas avaliações ENADE para os cursos de Administração.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No presente trabalho foram selecionadas seis instituições de ensino de origens e concepções diferentes, como por exemplo, as públicas de natureza federal, uma pública estadual e mais três da iniciativa privada; sendo de estados diferentes como o Rio Grande do Sul, Paraná, São Paulo (Capital e Interior), Minas Gerais e Alagoas. A média apurada das disciplinas de Contabilidade foi de 10%, oscilando entre 7,4% e 12,5%.

A média de questões de Contabilidade nas cinco avaliações ENADE realizadas entre 2006 e 2018, foi de 10,6%, cujo percentual foi distorcido em 2006, quando foram realizadas 5 entre 24 questões, ou seja, 20,8%.

Nos exames de 2015 e 2018 foram realizadas apenas 1 questão de Contabilidade em cada um deles, indicando o percentual de 3,7% conforme foi apresentado na Tabela 13 - Participação das Disciplinas de Contabilidade nas Matrizes Curriculares de Administração.

A queda na quantidade de questões apresentadas nos exames de 2015 e 2018, dos conteúdos de Contabilidade nas avaliações dos cursos de Administração, pode indicar também uma diminuição por parte do Ministério da Educação ou das Comissões de Avaliação que desenvolveram as atividades dos ENADEs.

Outra questão subjacente é se o MEC diminuiu a quantidade de perguntas de Contabilidade as instituições de ensino devem rever as respectivas quantidades de horas aulas nas matrizes curriculares dos cursos de Administração?

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Resolução Nº 1, de 2 De Fevereiro De 2004.** Conselho Nacional de Educação -CNE. Câmara de Educação Superior. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Administração, Bacharelado, e dá outras providências. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rces01_04.pdf. Acesso em: 24 jul. 2019.

CENTRO UNIFICADO DE EDUCAÇÃO FACULDADE BARRETOS. FB. **Curso de Administração.** Disponível em: https://faculdadebarretos.com.br/graduacao-administracao/. Acesso em: 20 set. 2019.

CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DA BAHIA. CRA-BA**. Histórico dos Cursos de Administração No Brasil.** Disponível em: http://www.cra-ba.org.br/Pagina/58/Historico-dos-Cursos-de-Administracao-no-Brasil.aspx. Acesso em: 24 jul. 2019.

FUNDAÇÃO ÁLVARES PENTEADO – FECAP. **Curso de Administração.** Disponível em: https://www.fecap.br/graduacao/cursos/administracao.php. Acesso em: 20 set. 2019.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA – INEP. **Provas e gabaritos**. 2019. Disponível em: http://portal.inep.gov.br/provas-e-gabaritos3. Acesso em: 24 jul. 2019.

_____. Prova de administração. 2009. Disponível em: http://public.inep.gov.br/enade2009/ADMINISTRACAO.pdf. Acesso em: 24 set. 2019.

_____. Questões de administração. 2012. Disponível em: http://download.inep.gov.br/educacao_superior/enade/provas/2012/01_ADMINISTRACAO.pdf. Acesso em: 24 jul. 2019.

_____. Prova ENADE, 2015. Disponível em: http://download.inep.gov.br/educacao_superior/enade/provas/2015/01_administracao.pdf. Acesso em: 24 jul. 2019.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA – INEP. **Provas,** 2018. Disponível em: http://download.inep.gov.br/educacao_superior/enade/provas/2018/administracao.pdf. Acesso em: 24 jul. 2019.

MARION, José Carlos. **Contabilidade empresarial.** 16 ed. São Paulo: Atlas, 2012.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MINAS GERAIS – UEMG. Campus Frutal. **Administração.** Disponível em: http://frutal.uemg.br/administracao2.php. Acesso em: 20 set. 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS – UFAL. **Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade.** Disponível em: http://www.ufal.edu.br/unidadeacademica/feac/graduacao/administracao. Acesso em: 20 set 2019.

UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS BRASIL – UNISINOS. **Graduação**. Disponível em: http://www.unisinos.br/graduacao#cursos. Acesso em: 20 set. 2019.

UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ – UTFPR. Campus Curitiba. **Graduação Bacharelado Administração.** Disponível em: http://portal.utfpr.edu.br/cursos/graduacao/bacharelado/administracao. Acesso em: 20 set 2019.

REFLEXÕES SOBRE AS ALTERAÇÕES ADMINISTRATIVAS E EXECUTIVAS EM FACE A INCIDÊNCIA DA PANDEMIA NAS ÁREAS DA ENGENHARIA, CONSTRUÇÃO E INFRAESTRUTURA

REFLECTIONS ON ADMINISTRATIVE AND EXECUTIVES CHANGES FACING THE INCIDENCE OF PANDEMIA IN THE AREAS OF ENGINEERING, CONSTRUCTION AND INFRASTRUCTURE

Desenvolvimento Social e Políticas Públicas: Desenvolvimento Regional e Local.

SANTOS, Rafael Menguer Bykowski dos
Faculdade de Direito de Franca (FDF)
Bacharelando em Direito pela FDF
rafaelmenguer2001@gmail.com

TEIXEIRA, Ana Tereza Jacintho
Centro Universitário de Franca (Uni-FACEF)
Doutora em Direito pela Universidad Del Museo Social Argentino (UMSA)
anatlanza@hotmail.com

Resumo

As alterações decorrentes da pandemia acarretaram um processo de modificações intensas em toda a Administração Pública nacional. Sendo a pandemia de caráter global, a mesma fundamentou transformações administrativas e executivas intensas para as normas estatais em caráter nacional e internacional. A relevância do estudo se baseia na atualidade dessas modificações, bem como uma problemática enfrentada hoje pela sociedade brasileira contemporânea. Dessa forma, justifica-se a necessidade de estudos sobre a delimitação do problema dentro do ponto de vista teórico do presentes estudo, ou seja, reflexões sobre as alterações administrativas e executivas em face a incidência da pandemia nas áreas de engenharia, construção e infraestrutura. O estudo se baseia numa metodologia dedutiva, coadunando aos métodos de pesquisa bibliográficos e documentais de atos e normas executivas e administrativas de nível federal e estadual. O trabalho teve como objetivo geral uma análise ampla e adequada para a solução da questão, como objetivo geral, identificar quais foram essas modificações. Em especial, abordar as alterações mais relevantes e suas vantagens e desvantagens dentro do paradigma administrativo brasileiro.

Palavras-chave: Pandemia, engenharia, administração pública.

Abstract

The changes resulting from the pandemic led to a process of intense changes in the entire national public administration. Since the pandemic is of a global character, it has given rise to intense administrative and legislative transformations for state norms at national and international levels. The relevance of the study is based on the current nature of these changes, as well as a problem faced today by contemporary Brazilian society. Thus, it is justified the need for studies on the delimitation of the problem within the theoretical point of view of the present study, that is, reflections on administrative changes in view of the incidence of the pandemic in the areas of engineering, construction and infrastructure. The study is based on a deductive methodology, in line with bibliographic and documentary research methods of federal and state level legislative and administrative acts and standards. The work aims at a broad and adequate analysis for the solution of the question, as a general objective, to identify which were these modifications. In particular, address the most relevant changes and their advantages and disadvantages within the Brazilian administrative paradigm.

Keywords: Pandemic, engineering, public administration.

1 INTRODUÇÃO

As modificações executivas e administrativas ocorridas nas esferas federal e estadual em decorrência da pandemia da "COVID-19", ocorrem diariamente, sendo de grande relevância o estudo para o desenvolvimento regional brasileiro a análise dessas alterações em todos os níveis da administração pública nacional.

A nível estatal, a estrutura atual passa por modificações em face as posturas dos órgãos dirigentes com relação às suas atribuições. Do mesmo modo, novos modelos estruturais determinam novas proposições. Acima de tudo, é fundamental ressaltar que a contínua evolução da pandemia nos leva a considerar a reestruturação administrativa para o sentido do desenvolvimento econômico e social brasileiro.

Por outro lado, a constante divulgação das informações facilita exploração pela metodologia e métodos preconizados para a avaliação dos resultados do estudo, estabelecendo a execução dos pontos preconizados nas novas normas legais e administrativas, para a áreas essenciais abordadas, venham a ressaltar as medidas emergências estabelecidas no campo pátrio.

Este trabalho teve como objetivo a analise das alterações administrativas e executivas em face a incidência da pandemia nas áreas da engenharia, construção e infraestrutura, sendo que para atingir o escopo da investigação, ou seja, delimitar as modificações e especificar suas vantagens e desvantagens, foi realizada uma extensa pesquisa bibliográfica e documental, bem como utilizado o método dedutivo de análise do material, coadunando tais aspectos a uma exploração das normas executivas e administrativas relacionadas ao problema.

Primeiramente, o estudo aborda e ressalta as modificações e consequências das alterações de nível federal aos contratos das áreas de engenharia, construção e infraestrutura, como os pontos de alteração e modificação relacionados aos aspectos formais acordados, ou seja, cronograma, orçamento, finanças, materiais de construção, projetos, entre outros.

Posteriormente o estudo aborda de forma copilada as modificações administrativas e executivas de cada um dos estados federativos do começo da pandemia, no que se refere a suspensão ou cancelamento de atividade relacionadas a construção civil, infraestrutura, projetos de construção públicos e privados, da mesma forma que aponta quais entes estabeleceram ou não essas medidas.

Como referencial teórico, a pesquisa buscou a investigação dessas alterações pela incidência da pandemia que está ocorrendo no Brasil e no mundo, bem como, com o progresso de contaminação, fundamentaram modificações executivas, principalmente no gerenciamento e administração das áreas essenciais preceituadas no estudo. Os aspectos mais relevantes dessas alterações, as vantagens e desvantagens dessas mudanças advindas do estado de calamidade, são ponderados neste trabalho.

Dessa forma, são apresentadas e analisadas as modificações ocorridas pela administração pública, passando pelas áreas da engenharia, construção e infraestrutura. Nesse prisma, são então abordados a legislação e os decretos mais relevantes aplicados, com o escopo de perceber e especificar a nova realidade das esferas e seu desenvolvimento diante da pandemia da "COVID-19".

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Como referencial teórico, o estudo busca analisar e preceituar quais foram as alterações e modificações ocorridas nas áreas essenciais da engenharia, construção e infraestrutura, fundamentadas pela "COVID-19", especialmente no que se refere ao cronograma de trabalho, contratos, projetos, entre outros.

Dessa forma, contemplar, no âmbito federal e estadual, as consequências da incidência da pandemia nas áreas de ponto teórico do presente trabalho, bem como referenciar as vantagens e desvantagens dessas medidas suspensivas para o desenvolvimento regional nacional com base nas alterações executivas e administrativas no ponto teórico do presente trabalho.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O estudo como procedimentos metodológicos utilizada o método dedutivo, coadunando aos métodos de pesquisa de análise de conteúdo documental e bibliográfico, através de atos normativos

e administrativos da esfera feral e estadual, relacionados as modificações nas áreas essenciais de engenharia, construção e infraestrutura, fundamentadas pela pandemia da “COVID-19”.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A pandemia da “COVID-19” causou um impacto significativo nos contratos de construção, engenharia e projetos de infraestrutura em geral, incluindo contratos de financiamento classificados com: projetos de finanças, bem como fundamentou o decreto de nível federal de calamidade pública, o Decreto Legislativo n.º 06, de 20 de março de 2020, e da mesma forma a promulgação da Lei n.º 13.979, de 06 de fevereiro de 2020, denominada “Lei do Coronavirus”.

Nessa perspectiva, há impactos diretos e de emergência nessas áreas. O cronograma de trabalho dos funcionários foi severamente prejudicado devido a uma série de elementos que são essenciais para cumprimento dos marcos contratuais intermediários estabelecidos nos cronogramas, bem como cadeias de abastecimento foram interrompidas como resultado das medidas tomadas para controlar o surto de doença, que afetou a disponibilidade do aço e outros materiais essenciais usados na construção, do mesmo modo no fornecimento de materiais e equipamentos importados.

Nessa mesma linha, as normas das esferas federal e estadual determinaram a paralisação ou suspensão de toda ou qualquer parte das obras, serviços e suprimentos. Além disso, medidas como a quarentena, auto isolamento e restrições de transporte tiveram um impacto severo sobre a capacidade dos contratados de concluir seus projetos dentro do limite de tempo e orçamento inicialmente acordados, devido à falta de mão de obra, especialmente em obras públicas em locais onde o estado de calamidade pública foi declarada.

Além de disposições legais específicas, contratos de construção, engenharia e infraestrutura projetos em geral têm cláusulas que tratam especificamente de casos fortuitos e/ou força maior, e com condições excessivamente onerosas, por causa de dificuldades indevidas. Em contratos de financiamento de infraestrutura, os conceitos de "flexibilidade de mercado", "efeito material adverso" ou "mudança material adversa" também foram aplicados, devido ao estado de calamidade pública.

Curial observar que, tais cláusulas tendem a definir o que deve, ou não, ser considerado como casos fortuitos e/ou força maior, condições excessivamente onerosas e estabelecer prazos e procedimentos para no caso de tais eventos.

Portanto, as construtoras e os encarregados que trabalham nessas áreas devem abordar o dever de mitigar os impactos desses eventos e lidar com as consequências dos acontecimentos, possibilidade ou não a suspensão das obras, prorrogação de prazos, ajuste de preço contratual e até mesmo rescisão de contrato, bem como a partir da suspensão das obrigações de pagamento e assim por diante.

De outro bordo, na linha dos estados brasileiros, por seus próprios decretos, suspenderam os serviços e atividades, temos então certas provisões, no começo da pandemia, que afetam especificamente a construção civil, obras públicas e privadas. Dessa forma, se faz necessário observar cada medida estabelecida por cada estado, como abordados preliminarmente as consequências dessas modificações nas perspectivas contratuais, se faz necessário num segundo momento a análise do que fundamentou esses alterações fundadas na pandemia da “COVID-19”, ou seja, os decretos dos governos estaduais do começo do estado de calamidade pública que paralisaram ou não as atividades de engenharia, construção e infraestrutura em suas respectivas regiões.

O Estado do Acre, por meio do Decreto n.º 5.603, de 25 de março de 2020, suspendeu seus serviços e atividades tratando de disposições na área da construção civil por meio de seu art. 2º , §2º, alínea j. O Estado de Alagoas, por meio do Decreto n.º 69.541, de 19 de março de 2020, estendido pelo Decreto n.º 69.577, de 28 de março de 2020, tratando sobre a área de construção em seu art. 1º, inc. I.

De contra partida, o Estado do Amazonas, pelo Decreto n.º 42.106, de 24 de março de 2020, não estabeleceu nenhuma medida especifica nas áreas de construção civil pública ou privada. O Estado do Amapá, por meio do Decreto n.º 1.415, de 22 de março de 2020, estabeleceu medida particular para as construções cíveis em seu art. 2º, §3º, inc. II.

Todavia, o Estado da Bahia pelo Decreto n.º 19.586, de 27 de março de 2020, emendado pelos Decretos n.º 19.598, de 30 de março de 2020, n.º 19.600, de 31 de março de 2020 e n.º 19.603 de 1º de abril de 2020, não estabelecendo em nenhum desses medidas especificas para a suspensão das atividades de construção cível.

O Estado do Ceará, estabeleceu pelo Decreto n.º 33.519, de 19 de março de 2020, estendido pelo Decreto n.º 33.530, de 28 de março de 2020, medidas singulares suspendendo as atividades em seu art. 1º, inc. VIII. O Distrito Federal, suspendeu as atividades por meio do Decreto n.º 40.583, de 1º de abril de 2020, pelo art. 5º. Por outro lado, o Estado do Espírito Santo, não estabeleceu medidas especificas pelo Decreto n.º 4.605-R, de 20 de março de 2020, atualizado pelo Decreto n.º 4.606-R, de 21 de março de 2020 e pelo Decreto n.º 4.607-R, de 22 de março de 2020.

O Estado de Goiás, estabeleceu a suspensão por meio do Decreto n.º 9.633, de 13 de março de 2020, emendado pelo Decreto n.º 9.644, de 26 de março de 2020, pelo seu art. 2º, §3º, inc. IX. O Estado do Maranhão, pelo Decreto n.º 35.677, de 21 de março de 2020, emendado pelo Decreto n.º 35.678, de 22 de março de 2020, estabeleceu a suspensão por meio de seu art. 2º, inc. XIV e art. 3º, §2º. O Estado do Mato Grosso, por meio do Decreto n.º 425, de 25 de março de 2020, estabeleceu medidas suspensivas em seu art. 4º , XIII.

Em contra partida, ao vizinho, o Estado do Mato Grosso do Sul, não estabeleceu nenhuma medida especifica restritiva para a situação das construções cíveis em seu Decreto n.º 15.391, de 16 de março de 2020, emendado pelo Decreto n.º 15.396, de 19 de março de 2020.

O Estado de Minas Gerais estabeleceu medidas restritivas pela Deliberação do Comitê Extraordinário COVID-19 n.º 17, de 22 de março de 2020, alterado pela Deliberação do Comitê Extraordinário COVID-19 n.º 21, de 30 de março de 2020, emitida de acordo com autorização do Decreto n.º 47.886, de 15 de março de 2020, alterado pelo Decreto n.º 47.889, de 16 de março de 2020, em seu art. 1º, § 1º, para as atividades envolvendo construções e projetos.

De outro bordo, o Estado do Paraíba, estabeleceu medidas pelo seu Decreto n.º 40.135, de 21 de março de 2020, alterado pelo Decreto n.º 40.141, de 27 de março de 2020, em seu art. 1º, § 5º. O Estado do Paraná estabeleceu medida restritiva das atividades pelo Decreto n.º 4.317, de 21 de março de 2020, alterado pelo Decreto n.º 4.318, de 22 de março de 2020, e pelo Decreto n.º 4.388, de 30 de março de 2020, em seu art. 2º, § único.

O Estado do Pernambuco, estabeleceu medidas pelo Decreto n.º 48.833, de 20 de março de 2020, alterado pelo Decreto n.º 48.836, de 22 de março de 2020, e pelo Decreto n.º 48.857, de 25 de março de 2020, conforme art. 4º, § único, da norma.

Em contra partida, o Estado do Piauí, pelo Decreto n.º 18.902, de 23 de março de 2020, estendido pelo Decreto n.º 18.913, de 30 de março de 2020, o Estado do Rio de Janeiro, pelo Decreto n.º 47.006, de 27 de março de 2020, alterado pelo Decreto n.º 47.014 de 31 de março de 2020, e o Estado do Rio Grande do Norte, pelo Decreto n.º 29.524, de 17 de março de 2020, alterado pelo Decreto n.º 29.541, de 20 de março de 2020, não fizeram nenhuma medida específica nas atividades de construção cível ou de projetos de infraestrutura.

Já o Estado do Rio Grande do Sul, por meio do Decreto n.º 55.154, de 1º de abril de 2020, estabeleceu medidas suspensivas das atividades em seu art. 5º, § 2º, inc. III e IV, bem como, o Estado de Rondônia, também estabeleceu as especificidades, conforme o Decreto n.º 24.887, de 20 de março de 2020, alterado pelo Decreto n.º 24.891, de 23 de março de 2020, e pelo Decreto n.º 24.911, de 30 de março de 2020, em seu art. 3º, inc. I, alínea f.

Nessa mesma linha, segue o Estado de Roraima, pelo Decreto n.º 28.635 de 22 de março de 2020, alterado pelo Decreto n.º 28.636, de 23 de março de 2020. O Estado de Santa Catarina, estabeleceu medidas restritivas por meio do Decreto n.º 525, de 23 de março de 2020, alterado pelo Decreto n.º 534, de 26 de março de 2020, e pelo Decreto n.º 535, de 30 de março de 2020, em seu art. 8º, § 3º. O Estado de São Paulo, como esperado, estabeleceu medidas restritivas pelo Decreto n.º 64.881, de 22 de março de 2020, e pelas Deliberações do Comitê Administrativo Extraordinário COVID-19 n.º 2, de 23 de março de 2020, e n.º 5, de 27 de março de 2020, pelo art. 3º.

O Estado do Sergipe, suspendeu as atividades, por meio do Decreto n.º 40.567, de 24 de março de 2020, conforme seu art. 3º. Por fim, como último, o Estado de Tocantins não havia em meados do começo da pandemia estabelecido medidas restritivas, conforme o Decreto n.º 6.072, de 21 de março de 2020.

Dessa forma, notável é a mudança na maioria dos estados e seus entes federativos em que cada um estabeleceu as medidas que achou mais necessárias para serem tomadas as devidas providências, portanto, por um lado os estados interromperam no começo da pandemia em grande parte as áreas de engenharia, construção e infraestrutura, bem como seus projetos.

De outro bordo, essas medidas legais e administrativas geraram a adaptação das construtoras e seus funcionários a nova realidade fundada na quarentena, ou seja, por mais que os atos normativos de nível federal e estadual pararam e estabeleceram a suspensão das atividades, com o passar do tempo novas diretrizes e projetos de funcionamento dessas operações foram

estabelecidos através das novas medidas e de um novo olhar para uma metodologia tecnológica e ativa para a continuidade das operações, mesmo que as modificações tenham gerado rescisões de contratos, alterações em projetos de infraestrutura, modificações orçamentárias e de cronograma, foi estabelecido um novo cenário a ser seguido apontado para as direções o desenvolvimento e do progresso.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo teve como ponto teórico a investigação das alterações e modificações administrativas e executivas geradas pela pandemia da "COVID-19" nas áreas de engenharia, construção e infraestrutura no Brasil. A pesquisa fundamentou-se em um método de extensa fonte de referências bibliográficas e documentais, da mesma forma que usou uma metodologia dedutiva.

O trabalho concluiu seu objetivo, ou seja, investigou as modificações e alterações nas áreas de ponto teórico do presente estudo, bem como no gerenciamento desses contratos de infraestrutura, os seus aspectos contratuais formais mais relevantes, as consequências aos cronogramas de trabalho, finanças, orçamentários e de entrega de materiais anteriormente acordados.

O estudo foi fundamentado em segunda parte, nos decretos estaduais de cada um dos entes federativos brasileiros no começo da pandemia, quais estados tiveram maior preocupação em estabelecer ou não medidas específicas suspensivas ou de cancelamento dos projetos de construção civil e infraestrutura, bem como ressalva ao final as vantagens e desvantagens do estabelecimento dessas alterações para as respectivas áreas, da mesma forma que relaciona com o desenvolvimento regional brasileiro.

Em tal perspectiva, as ações e normatizações estatais de nível federal e estadual buscaram dar as melhores condições para que os indivíduos e empresas pudessem resolver seus conflitos de forma eficaz e encontrem novas formas de planejamento, reconhecendo as dificuldades enfrentadas por pessoas físicas e jurídicas em um momento atípico como o estado de calamidade pública, mas sem deixar de respeitar condições específicas associadas as áreas de engenharia, construção e infraestrutura.

Por derradeiro, conclui-se que as alterações normativas e executivas já realizadas foram necessárias para enfrentar um momento emergencial, ou seja, foram essenciais para administrar todo o estado de calamidade nacional advindo do "coronavírus". Concernente a isso, com o passar do tempo, mais modificações legislativas foram realizadas, certamente deixando a marca da pandemia em toda a legislação nacional, da mesma forma alterando de forma plena toda a área da engenharia, construção e infraestrutura.

REFERÊNCIAS

ACRE (Estado). Decreto n.º 5.603, de 25 de março de 2020. **Altera o Decreto nº 5.496, de 20 de março de 2020, que estabelece novas medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente da doença COVID-19, causada pelo coronavírus SARS-CoV-2**. Disponível em: https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=391664. Acesso em: 09 set. 2020.

ALAGOAS (Estado). Decreto n.º 69.541, de 19 de março de 2020. **Declara a situação de emergência no Estado de Alagoas e intensifica as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do COVID - 19 (Coronavírus) no âmbito do Estado de Alagoas, e dá outras providências**. Disponível em: https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=391188. Acesso em: 09 set. 2020.

ALAGOAS (Estado). Decreto n.º 69.577, de 28 de março de 2020. **Dispõe sobre a prorrogação das medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do COVID-19 (Coronavírus) no âmbito do estado de Alagoas, e dá outras providências**. Disponível em: https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=392035. Acesso em: 09 set. 2020.

AMAZONAS (Estado). Decreto n.º 42.106, de 24 de março de 2020. **Dispõe sobre os**

estabelecimentos comercias e serviços considerados essenciais sem suspensão de funcionamento, e dá outras providências. Disponível em: https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=391509. Acesso em: 09 set. 2020.

AMAPÁ (Estado). Decreto n.º 1.415, de 22 de março de 2020. **Altera o Decreto Estadual nº 1.414 de 19 março de 2020, que dispõe sobre restrições de funcionamento para o fim de combater a disseminação do novo Coronavírus (Covid 19) no território do Estado do Amapá**. Disponível em: https://leisestaduais.com.br/ap/decreto-n-1415-2020-amapa-altera-o-decreto-estadual-no-1-414-de-19-marco-de-2020-que-dispoe-sobre-restricoes-de-funcionamento-para-o-fim-de-combater-a-disseminacao-do-novo-coronavirus-covid-19-no-territorio-do-estado-do-amapa. Acesso em: 09 set. 2020.

BAHIA (Estado). Decreto n.º 19.586, de 27 de março de 2020. **Ratifica declaração de Situação de Emergência em todo o território baiano, para fins de prevenção e enfrentamento à COVID-19, e regulamenta, no Estado da Bahia, as medidas temporárias para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus**. Disponível em: http://www.legislabahia.ba.gov.br/documentos/decreto-no-19586-de-27-de-marco-de-2020. Acesso em: 09 set. 2020.

BAHIA (Estado). Decreto n.º 19.598, de 30 de março de 2020. **Altera o Anexo Único do Decreto nº 19.586, de 27 de março de 2020, na forma que indica, e dá outras providências**. Disponível em: http://www.legislabahia.ba.gov.br/documentos/decreto-no-19598-de-30-de-marco-de-2020. Acesso em: 09 set. 2020.

BAHIA (Estado). Decreto n.º 19.600, de 31 de março de 2020. **Altera o Anexo Único do Decreto nº 19.586, de 27 de março de 2020, na forma que indica, e dá outras providências**. Disponível em: http://www.agerba.ba.gov.br/noticias/decreto-no-19600-de-31-de-marco-de-2020. Acesso em: 09 set. 2020.

BAHIA (Estado). Decreto n.º 19.603 de 01 de abril de 2020. **Altera o Anexo Único do Decreto nº 19.586, de 27 de março de 2020, na forma que indica, e dá outras providências**. Disponível em: http://www.legislabahia.ba.gov.br/documentos/decreto-no-19603-de-01-de-abril-de-2020. Acesso em: 09 set. 2020.

BRASIL. Decreto-Legislativo n.º 06, de 20 de março de 2020. **Reconhece, para os fins do art. 65 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a ocorrência do estado de calamidade pública, nos termos da solicitação do Presidente da República encaminhada por meio da Mensagem nº 93, de 18 de março de 2020.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/portaria/DLG6-2020.htm#:~:text=DECRETO%20LEGISLATIVO%20N%C2%BA%206%2C%20DE,18%20de%20mar%C3%A7o%20de%202020. Acesso em: 09 set. 2020.

BRASIL. Lei n.º 13.979, de 06 de fevereiro de 2020. **Dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/l13979.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%2013.979%2C%20DE%206%20DE%20FEVEREIRO%20DE%202020&text=Disp%C3%B5e%20sobre%20as%20medidas%20para,Art. Acesso em: 09 set. 2020.

CEARÁ (Estado). Decreto n.º 33.519, de 19 de março de 2020. **Intensifica as medidas para enfrentamento da infecção humana pelo novo coronavírus**. Disponível em: https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=390941. Acesso em: 09 set. 2020.

DISTRITO FEDERAL. Decreto n.º 40.583, de 1º de abril de 2020. **Dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo coronavírus.** Disponível em: http://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/e1aaf0ba1c0948d1aebcda7454c4a097/Decreto_40583_01_04_2020.html. Acesso em: 09 set. 2020.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Decreto n.º 4.605-R, de 20 de março de 2020. **Dispõe sobre medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do novo coronavírus (COVID-19), e dá outras providências**. Disponível em: https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=391204. Acesso em: 09 set. 2020.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Decreto n.º 4.606-R, de 21 de março de 2020. **Altera os Decretos nºs 4.597-R, de 16 de março de 2020, 4.599-R, de 17 de março de 2020 e 4.605-R, de 20 de março de 2020, e dá outras providências**. Disponível em: https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=391208. Acesso em: 09 set. 2020.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Decreto n.º 4.607-R, de 22 de março de 2020. **Dispõe sobre a infringência as determinações constantes em Decretos e demais atos expedidos por autoridades estaduais que veiculam medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do novo coronavírus (COVID-19), altera o Decreto nº 4.605-R, de 20 de março de 2020, e dá outras providências.** Disponível em: https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=391207#:~:text=Disp%C3%B5e%20sobre%20a%20infring%C3%AAncia%20as,2020%2C%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAncias. Acesso em: 09 set. 2020.

GOIÁS (Estado). Decreto n.º 9.633, de 13 de março de 2020. **Dispõe sobre a decretação de situação de emergência na saúde pública do Estado de Goiás, em razão da disseminação do novo coronavírus (2019-nCoV).** Disponível em: https://legisla.casacivil.go.gov.br/pesquisa_legislacao/103012/decreto-9633. Acesso em: 09 set. 2020.

GOIÁS (Estado). Decreto n.º 9.644, de 26 de março de 2020. **Altera o Decreto nº 9.633, de 13 de março de 2020.** Disponível em: https://legisla.casacivil.go.gov.br/pesquisa_legislacao/103079/decreto-9644. Acesso em: 09 set. 2020.

MARANHÃO (Estado). Decreto n.º 35.677, de 21 de março de 2020. **Estabelece medidas de prevenção do contágio e de combate à propagação da transmissão da COVID-19, infecção humana causada pelo Coronavírus (SARS-CoV-2)**. Disponível em: http://stc.ma.gov.br/legisla-documento/?id=5799. Acesso em: 09 set. 2020.

MARANHÃO (Estado). Decreto n.º 35.678, de 22 de março de 2020. **Altera o Decreto nº 35.677, de 21 de março de 2020, que estabelece medidas de prevenção do contágio e de combate à propagação da transmissão da COVID-19, infecção humana causada pelo Coronavírus (SARS-CoV-2)**. Disponível em: https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=391374. Acesso em: 09 set. 2020.

MATO GROSSO (Estado). Decreto n.º 425, de 25 de março de 2020. **Consolida as medidas temporárias restritivas às atividades privadas para prevenção dos riscos de disseminação do Coronavírus (COVID-19) e dá outras providências**. Disponível em: https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=391758. Acesso em: 09 set. 2020.

MATO GROSSO DO SUL (Estado). Decreto n.º 15.391, de 16 de março de 2020. **Dispõe sobre as medidas temporárias a serem adotadas, no âmbito da Administração Pública do Estado de Mato Grosso do Sul, para a prevenção do contágio da doença COVID-19 e enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (SARS-CoV-2), no território sul-mato-grossense.** Disponível em: https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=391004. Acesso em: 09 set. 2020.

MATO GROSSO DO SUL (Estado). Decreto n.º 15.396, de 19 de março de 2020. **Declara, no âmbito do Estado de Mato Grosso do Sul, situação de emergência em razão da pandemia por Doenças Infecciosas Virais - COVID-19 (COBRADE 1.5.1.1.0), amplia as medidas de prevenção a serem adotadas no território sul-mato-grossense, e dá outras providências.** Disponível em: https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=391002. Acesso em: 09 set. 2020.

MINAS GERAIS (Estado). Decreto n.º 47.886, de 15 de março de 2020. **Dispõe sobre medidas de**

prevenção ao contágio e de enfrentamento e contingenciamento, no âmbito do Poder Executivo, da epidemia de doença infecciosa viral respiratória causada pelo agente Coronavírus (COVID-19), institui o Comitê Gestor do Plano de Prevenção e Contingenciamento em Saúde do COVID-19 – Comitê Extraordinário COVID-19 e dá outras providências. Disponível em: https://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?tipo=DEC&num=47886&comp=&ano=2020. Acesso em: 09 set. 2020.

MINAS GERAIS (Estado). Decreto n.º 47.889, de 16 de março de 2020. **Altera o Decreto nº 47.886, de 15 de março de 2020, que dispõe sobre medidas de prevenção ao contágio e de enfrentamento e contingenciamento, no âmbito do Poder Executivo, da epidemia de doença infecciosa viral respiratória causada pelo agente Coronavírus (COVID-19), institui o Comitê Gestor do Plano de Prevenção e Contingenciamento em Saúde do COVID-19 – Comitê Extraordinário COVID-19 e dá outras providências**. Disponível em: https://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?tipo=DEC&num=47889&comp=&ano=2020. Acesso em: 09 set. 2020.

MINAS GERAIS (Estado). Deliberação do Comitê Extraordinário COVID-19 n.º 17, de 22 de março de 2020. **Dispõe sobre medidas emergenciais de restrição e acessibilidade a determinados serviços e bens públicos e privados cotidianos, enquanto durar o estado de CALAMIDADE PÚBLICA em decorrência da pandemia Coronavírus – COVID-19, em todo o território do Estado**. Disponível em: http://www.fazenda.mg.gov.br/coronavirus/instrumentos-normativos/DELIBERACAO-DO-COMITE-EXTRAORDINARIO-COVID-19-N-17-DE-22-DE-MARCO-DE-2020-2.pdf. Acesso em: 09 set. 2020.

MINAS GERAIS (Estado). Deliberação do Comitê Extraordinário COVID-19 n.º 21, de 30 de março de 2020. **Altera a Deliberação do Comitê Extraordinário COVID-19 nº 17, de 22 de março de 2020, que dispõe sobre medidas emergenciais de restrição e acessibilidade a determinados serviços e bens públicos e privados cotidianos, enquanto durar o estado de CALAMIDADE PÚBLICA em decorrência da pandemia Coronavírus - COVID-19, em todo o território do Estado**. Disponível em: https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=391760. Acesso em: 09 set. 2020.

PARAÍBA (Estado). Decreto n.º 40.135, de 21 de março de 2020. **Dispõe sobre a adoção, no âmbito da Administração Pública direta e indireta, de medidas temporárias e emergenciais de prevenção de contágio pelo COVID-19 (Novo Coronavírus), bem como sobre recomendações aos municípios e ao setor privado estadual**. Disponível em: http://www.pm.pb.gov.br:1919/xmlui/handle/123456789/300. Acesso em: 09 set. 2020.

PARAÍBA (Estado). Decreto n.º 40.141, de 27 de março de 2020. **Dispõe sobre a adoção de novas medidas temporárias e emergenciais de prevenção de contágio pelo Novo Coronavírus (COVID-19)**. Disponível em: https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=391764#:~:text=Disp%C3%B5e%20sobre%20a%20ado%C3%A7%C3%A3o%20de,Coronav%C3%ADrus%20(COVID%2D19). Acesso em: 09 set. 2020.

PARANÁ (Estado). Decreto n.º 4.317, de 21 de março de 2020. **Dispõe sobre as medidas para a iniciativa privada acerca do enfrentamento da emergência de saúde pública de importância decorrente da COVID-19.** Disponível em: https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=391239. Acesso em: 09 set. 2020.

PARANÁ (Estado). Decreto n.º 4.318, de 22 de março de 2020. **Altera o art. 2º do Decreto nº 4.317 , de 21 de março de 2020**. Disponível em: https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=391243. Acesso em: 09 set. 2020.

PARANÁ (Estado). Decreto n.º 4.388, de 30 de março de 2020. **Altera dispositivos do Decreto nº 4.317, de 21 de março de 2020.** Disponível em: https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=392084#:~:text=Altera%20dispositivos%20do%20Decreto%20n%C2%BA,%C3%BAnico%20da%20Constitui%C3%A7%C3%A3o%20Estadual%2C%20e%2C&text=Decreta%3A,Art. Acesso em: 09 set. 2020.

PERNAMBUCO (Estado). Decreto n.º 48.833, de 20 de março de 2020. **Declara situação anormal, caracterizada como "Estado de Calamidade Pública", no âmbito do Estado de Pernambuco, em virtude da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus**. Disponível em: https://legis.alepe.pe.gov.br/texto.aspx?id=49495. Acesso em: 09 set. 2020.

PERNAMBUCO (Estado). Decreto n.º 48.836, de 22 de março de 2020. **Altera o Decreto nº 48.833, de 20 de março de 2020, que define no âmbito socioeconômico medidas restritivas temporárias adicionais para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus**. Disponível em: https://legis.alepe.pe.gov.br/texto.aspx?tiponorma=6&numero=48836&complemento=0&ano=2020&tipo=&url=#:~:text=Altera%20o%20Decreto%20n%C2%BA%2048.834,import%C3%A2ncia%20internacional%20decorrente%20do%20coronav%C3%ADrus. Acesso em: 09 set. 2020.

PERNAMBUCO (Estado). Decreto n.º 48.857, de 25 de março de 2020. **Altera o Decreto nº 48.834, de 20 de março de 2020, que define no âmbito socioeconômico medidas restritivas temporárias adicionais para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus.** Disponível em: https://legis.alepe.pe.gov.br/texto.aspx?tiponorma=6&numero=48857&complemento=0&ano=2020&tipo=&url=. Acesso em: 09 set. 2020.

PIAUÍ (Estado). Decreto n.º 18.902, de 23 de março de 2020. **Determina a suspensão das atividades comerciais e de prestação de serviços, em complemento ao Decreto nº 18.901, de 19 de março de 2020, que determina as medidas excepcionais que especifica, voltadas para o enfrentamento da grave crise de saúde pública decorrente do Covid-19, e dá outras providências**. Disponível em: https://leisestaduais.com.br/pi/decreto-n-18902-2020-piaui-determina-a-suspensao-das-atividades-comerciais-e-de-prestacao-de-servicos-em-complemento-ao-decreto-no-18-901-de-19-de-marco-de-2020-que-determina-as-medidas-excepcionais-que-especifica-voltadas-para-o-enfrentamento-da-grave-crise-de-saude-publica-decorrente-do-covid-19-e-da-outras-providencias. Acesso em: 09 set. 2020.

PIAUÍ (Estado). Decreto n.º 18.913, de 30 de março de 2020. **Prorroga e determina, nas redes pública e privada, a suspensão das aulas, como medida excepcional para enfrentamento ao Covid-19, e dá outras providências**. Disponível em: https://leisestaduais.com.br/pi/decreto-n-18913-2020-piaui-prorroga-e-determina-nas-redes-publica-e-privada-a-suspensao-das-aulas-como-medida-excepcional-para-enfrentamento-ao-covid-19-e-da-outras-providencias. Acesso em: 09 set. 2020.

RIO DE JANEIRO (Estado). Decreto n.º 47.006, de 27 de março de 2020. **Dispõe sobre as medidas de enfrentamento da propagação decorrente do novo Coronavírus (Covid-19), em decorrência da situação de emergência em saúde, e dá outras providências**. Disponível em: https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=391908. Acesso em: 09 set. 2020.

RIO DE JANEIRO (Estado). Decreto n.º 47.014 de 31 de março de 2020. **Dispõe sobre a alteração do Decreto nº 47.006, de 27 de março de 2020**. Disponível em: https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=392223. Acesso em: 09 set. 2020.

RIO GRANDE DO NORTE (Estado). Decreto n.º 29.524, de 17 de março de 2020. **Dispõe sobre medidas temporárias para o enfrentamento da Situação de Emergência em Saúde Pública provocada pelo novo Coronavírus (COVID-19).** Disponível em: http://diariooficial.rn.gov.br/dei/dorn3/docview.aspx?id_jor=00000001&data=20200318&id_doc=677489#:~:text=DECRETO%20N%C2%BA%2029.524%2C%20DE%2017,Coronav%C3%ADrus%20(COVID%2D19). Acesso em: 09 set. 2020.

RIO GRANDE DO NORTE (Estado). Decreto n.º 29.541, de 20 de março de 2020. **Define medidas restritivas temporárias adicionais para o enfrentamento da Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional decorrente do novo coronavírus (COVID-19).** Disponível em: https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=391262. Acesso em: 09 set. 2020.

RIO GRANDE DO SUL (Estado). Decreto n.º 55.154, de 1º de abril de 2020. **Reitera a declaração de estado de calamidade pública em todo o território do Estado do Rio Grande do Sul para fins de prevenção e de enfrentamento à epidemia causada pelo COVID-19 (novo Coronavírus), e dá outras providências.** Disponível em: https://estado.rs.gov.br/upload/arquivos//decreto-55-154-01abr2020.pdf. Acesso em: 09 set. 2020.

RONDÔNIA (Estado). Decreto n.º 24.887, de 20 de março de 2020. **Declara Estado de Calamidade Pública em todo o território do Estado de Rondônia, para fins de prevenção e enfrentamento à pandemia causada pelo novo Coronavírus – COVID-19 e revoga o Decreto n° 24.871, de 16 de março de 2020.** Disponível em: http://www.rondonia.ro.gov.br/publicacao/decreto-no-24-887-de-20-de-marco-de-2020/. Acesso em: 09 set. 2020.

RONDÔNIA (Estado). Decreto n.º 24.891, de 23 de março de 2020. **Altera e acrescenta dispositivos do Decreto n° 24.887, de 20 de março de 2020**. Disponível em: http://www.rondonia.ro.gov.br/publicacao/decreto-n-24-891-de-23-de-marco-de-2020/. Acesso em: 09 set. 2020.

RONDÔNIA (Estado). Decreto n.º 24.911, de 30 de março de 2020. **Altera e acresce dispositivos ao Decreto n° 24.887, de 20 de março de 2020**. Disponível em: http://www.rondonia.ro.gov.br/publicacao/decreto-n-24-911-de-30-de-marco-de-2020-suspensao-das-aulas/. Acesso em: 09 set. 2020.

RORAIMA (Estado). Decreto n.º 28.635 de 22 de março de 2020. **Declara estado de calamidade pública em todo o território do Estado de Roraima para fins de prevenção e de enfrentamento à epidemia causada pelo COVID-19 (Coronavírus), e dá outras providências.** Disponível em: https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=391415. Acesso em: 09 set. 2020.

RORAIMA (Estado). Decreto n.º 28.636, de 23 de março de 2020. **Altera o Decreto nº 28.635-E de 22 de março de 2020, que declara estado de calamidade pública em todo o território do Estado de Roraima para fins de prevenção e de enfrentamento à epidemia causada pelo COVID-19 (Coronavírus), e dá outras providências.** Disponível em: https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=391777. Acesso em: 09 set. 2020.

SANTA CATARINA (Estado). Decreto n.º 525, de 23 de março de 2020. **Dispõe sobre novas medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus e estabelece outras providências**. Disponível em: https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=391524. Acesso em: 09 set. 2020.

SANTA CATARINA (Estado). Decreto n.º 534, de 26 de março de 2020. **Altera o Decreto nº 525, de 23 de março de 2020, que dispõe sobre novas medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus e estabelece outras providências**. Disponível em: https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=391851. Acesso em: 09 set. 2020.

SANTA CATARINA (Estado). Decreto n.º 535, de 30 de março de 2020. **Altera o Decreto nº 525, de 2020, para estabelecer novas regras de enfrentamento da epidemia do coronavírus (COVID-19), e estabelece outras providências**. Disponível em: https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=392022. Acesso em: 09 set. 2020.

SÃO PAULO (Estado). Decreto n.º 64.881, de 22 de março de 2020. **Decreta quarentena no Estado de São Paulo, no contexto da pandemia do COVID-19 (Novo Coronavírus), e dá providências complementares**. Disponível em: https://www.al.sp.gov.br/norma/193361. Acesso em: 09 set. 2020.

SÃO PAULO (Estado). Deliberação do Comitê Administrativo Extraordinário COVID-19 n.º 2, de 23 de março de 2020. **Deliberação 2, de 23-3-2020, do Comitê Administrativo Extraordinário Covid-19, de que trata o art. 3° do Dec. 64.864-2020.** Disponível em: http://www.pge.sp.gov.br/acompanhe/covid/arquivo/Deliberacao2-ComiteCovid-19.pdf. Acesso em: 09

set. 2020.

SÃO PAULO (Estado). Deliberação do Comitê Administrativo Extraordinário COVID-19 n.º 5, de 27 de março de 2020. **Deliberação 5, de 27-3-2020, do Comitê Administrativo Extraordinário Covid-19, de que trata o art. 3° do Dec. 64.881-2020**. Disponível em: http://www.pge.sp.gov.br/acompanhe/covid/arquivo/Deliberacao5-ComiteCovid-19.pdf. Acesso em: 09 set. 2020.

SERGIPE (Estado). Decreto n.º 40.567, de 24 de março de 2020. **Atualiza, consolida e estabelece novas medidas de enfrentamento e prevenção à epidemia causada pelo COVID-19 (novo Coronavírus) no Estado de Sergipe, e dá outras providências**. Disponível em: https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=391536. Acesso em: 09 set. 2020.

TOCANTINS (Estado). Decreto n.º 6.072, de 21 de março de 2020. **Declara estado de calamidade pública em todo o território do Estado do Tocantins afetado pela COVID-19 (novo Coronavírus) - Codificação Brasileira de Desastre 1.5.1.1.0, e adota outras providências**. Disponível em: https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=391289. Acesso em: 09 set. 2020.

REINSERÇÃO SOCIAL DE CONDENADOS: um estudo do Programa de Penas e Medidas Alternativas do TRE/SP

SOCIAL REINSERTION OF CONVICTS: a study of the Program of Penalties and Alternative Measures of TRE/SP

Área temática: Desenvolvimento Social e Políticas Públicas

Queiroz Ferreira, Marcelo
marcelo.queiroz.ipb@gmail.com

Mestrando do Programa de Pós-graduação *Stricto Sensu*, Mestrado em Desenvolvimento Regional e Políticas Públicas no Centro Universitário Municipal de Franca – Uni-FACEF.

Oliveira, Paulo de Tarso
ptarsoliveira@gmail.com

Docente do Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional do Centro Universitário Municipal de Franca – Uni-FACEF.

Resumo

O objeto deste artigo é o estudo da reinserção social de condenados criminais envolvidos no Programa de Penas e Medidas Alternativas do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo. Objetiva-se compreender se a reinserção social dos condenados criminais tem desempenhado seu papel de reconduzi-los à sociedade. Os objetivos do trabalho se vinculam à contribuir para ampliação de conhecimento a respeito da reinserção social no Estado de São Paulo. Objetiva-se, ainda, conhecer o Projeto Começar de Novo e sua participação nas reinserções sociais de condenados criminais. Justifica-se a realização deste estudo devido ao fato de que essas políticas públicas são recentes e pouco conhecidas da população. Trata-se de estudo com objetivos descritivos, de natureza qualitativa. O presente artigo possui relevância acadêmica por estudar e identificar uma conjugação de esforços entre entes públicos visando à melhoria da qualidade de vida de condenados criminais e sua reinserção social.

Palavras-chave: reinserção social, condenados criminais, políticas públicas.

Abstract

The object of this article is the study of the social reintegration of criminal convicts involved in the Alternative Penalties and Measures Program of the Regional Electoral Court of São Paulo. The objective is to understand whether the social reintegration of criminal convicts has played its role of bringing them back to society. The objectives of the work are linked to contribute to the expansion of knowledge regarding social reintegration in the State of São Paulo. It also aims to get to know the Start Again Project and its participation in the social reintegration of criminal convicts. This study is justified due to the fact that these public policies are recent and little known to the population. This is a study with descriptive objectives, of a qualitative nature. This article has academic relevance for studying and identifying a combination of efforts between public entities aimed at improving the quality of life of

criminal convicts and their social reintegration.

Keywords: social reintegration, criminal convicts, public policies.

1 INTRODUÇÃO

Este artigo relata a situação atual de um projeto de pesquisa, em andamento, referente à elaboração de dissertação de mestrado, junto ao Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional do Uni-FACEF.

O tema deste artigo está delimitado à Política Criminal brasileira e ao sistema de Justiça Criminal em relação à reinserção social dos condenados criminais às penas de prestação de serviços à comunidade no Brasil.

O macrodesafio do Poder Judiciário no ano de 2020 é o de garantir os direitos da cidadania. O programa a ser estudado traz ferramentas que identificarão nessa política pública uma conjugação de esforços para que os sujeitos envolvidos tenham na parceria ganhos para a sociedade e para o serviço público federal.

Programas de reinserção social possibilitam o efetivo trabalho e o desenvolvimento da educação, além de serem notadas através da implementação de políticas públicas as garantias constitucionais aos cidadãos.

Neste artigo a abordagem será desenvolvida visando à inclusão de condenados criminais no Programa Integrado de Penas Alternativas da Coordenadoria de Reintegração Social e Cidadania.

Ademais, deve-se conhecer também o Projeto Começar de Novo, do Conselho Nacional de Justiça, campo amplo de estudo para a verificação do desenvolvimento contínuo da democracia, cidadania e reinserção social.

Na letra do Projeto Começar de Novo se verifica a possibilidade de parceria entre a Justiça Eleitoral paulista, o Tribunal de Justiça de São Paulo e a Secretaria da Administração Penitenciária - Coordenadoria de Reintegração Social e Cidadania para que a reinserção social seja colocada em prática nos cartórios eleitorais deste Estado da federação.

Assim, através de legislações correlatas, o Projeto Começar de Novo ganha efetividade através da integração de órgãos do Poder Judiciário e do Governo do Estado de São Paulo.

Esclarece-se que o projeto supramencionado tem como amparo legal a Recomendação nº 21/2008 e Resolução nº 96 de 27 de outubro de 2009, ambas do Conselho Nacional de Justiça.

Assim, verifica-se que o Projeto Começar de Novo abarca e dá identidade ao Programa Integrado de Penas e Medidas Alternativas da Coordenadoria de Reintegração Social e Cidadania, que por sua vez é abraçado pela Justiça Eleitoral paulista que implementou seu Programa de Penas e Medidas Alternativas aos condenados às penas e medidas alternativas consistentes na prestação de serviços à comunidade.

Este artigo pretende estudar a reinserção social de condenados criminais às penas e medidas alternativas consistentes na prestação de serviços à comunidade ou às instituições públicas.

O Programa de Penas e Medidas Alternativas visa à garantia ao direito da cidadania dos condenados criminais.

Essa política pública visa ao oferecimento de vagas nos cartórios eleitorais para beneficiários cumprirem penas de prestação de serviços à comunidade.

Quanto ao objetivo geral, o estudo pode contribuir para ampliar o conhecimento sobre reinserção social dos condenados criminais no Brasil, no contexto da democracia e da cidadania.

Com relação aos objetivos específicos, i) Descrever aspectos do Projeto Começar de Novo e sua aplicação na reinserção social; ii) Identificar as contribuições recíprocas nas relações entre o serviço público e os apenados, beneficiários pelo Programa de Penas e Medidas Alternativas da Justiça Eleitoral; e iii) Descrever os efeitos dessa política pública na dinâmica dos cartórios eleitorais paulistas.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Necessário compreender a relevância das atividades laborais realizadas pelo apenado como uma forma de ressocializá-lo e reinseri-lo em sociedade. Esse entendimento é bastante desconhecido e temido no Brasil por muitos da sociedade que não trabalham diretamente com o Poder Judiciário e

com políticas públicas voltadas à reinserção social de condenados criminais.

Enquanto o apenado desenvolve seu trabalho e exercita atividades em uma entidade pública ou até mesmo presta serviços a uma determinada comunidade, ele está em pleno cumprimento de sentença penal condenatória e a paga pelo crime cometido é dele cobrada na forma de trabalho e serviços.

A reinserção social visa a conceder ao condenado criminal o distanciamento necessário de possíveis novos convites à delinquência e à criminalidade.

Quando ocorre um crime, a sociedade necessita e aguarda o respaldo do Estado para que o cidadão transgressor seja punido, legalmente, e, após o transcurso do cumprimento da pena condenatória, retorne ao convívio social reeducado e reinserido, verdadeiramente.

A reinserção social de um condenado criminal deve ser um compromisso conjunto do Estado e da sociedade.

A Lei de Execução Penal em seu artigo 1º, “caput” diz que:

> A execução penal tem por objetivo efetivar as disposições de sentença ou decisão criminal e proporcionar condições para a harmônica integração social do condenado e do internado (Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984).

A lei de execução penal brasileira proporciona, assim, que o apenado cumpra integralmente sua pena e, também, seja reconduzido ao convívio social.

A reinserção social do condenado criminal deve ser sempre uma preocupação da sociedade e do Estado, pois, estamos todos envolvidos na vida uns dos outros e o que praticamos refletirá na vida de outrem.

Sendo assim, devemos buscar possibilidades para que os apenados não voltem a delinquir.

O jurista Júlio Fabbrini Mirabete (2008) confere que:

> […] Ao determinar que a execução penal “tem por objetivo efetivar as disposições da sentença ou decisão criminal”, o dispositivo registra formalmente o objetivo de realização penal concreta do título executivo constituído por tais decisões. […] “proporcionar condições para a harmônica integração social do condenado e do internado”, instrumentalizada por meio da oferta de meios pelos quais os apenados e os submetidos às medidas de segurança passam a participar construtivamente da comunhão social (MIRABETE, 2008, p. 28).

O autor da reflexão acima invoca o quão relevante é para a sociedade e para o apenado a condição de trabalho concedida a este, seja a entidades públicas, seja à comunidade. Como deveríamos reagir como pessoas sociais diante de determinados crimes? Dispondo aos apenados a possibilidade de recondução e reinserção social.

A aplicação da pena condenatória deve ser efetivada após o julgamento pelo órgão competente. De fato, a efetivação do mandamento legal, ou o cumprimento da sanção penal deve ser algo que visa à reprimenda e prevenção de futuros crimes.

Um dos instrumentos necessários para a prevenção de crimes é a aplicação da sentença penal condenatória. Entretanto, esta pena deve ser humanizada, no sentido de procurar reconduzir e reinserir o condenado em seu meio social.

Por mais árdua que seja a tarefa, e por mais dificuldades que tenha nosso país em fazer essa reinserção social dos presos, esta é uma prática ou uma política pública que deveria ser constantemente buscada através do Poder Público, mas também pela iniciativa privada e sociedade.

Assim, a efetivação de medidas penais deve ser uma realidade, mas também deve servir como instrumento do Estado à reinserção social do condenado criminal.

São duas ferramentas importantes para a harmonização entre sociedade e condenados criminais.

Notório que há crimes mais violentos e mais vis que outros. Todavia, até mesmo seus autores devem ser reconduzidos à sociedade pelo Estado em outras implementações de políticas públicas.

Luísa Rocha Cabral e Juliana Leite Silva (2010, p. 157) nos concedem a informação que "o trabalho começa a integrar o sistema repressivo penal no século XVI".

Veja que é recente o inicio do trabalho do preso no sistema criminal. Embora o trabalho tenha sido uma conquista social para os apenados, ainda era difícil sua aplicação.

Nos apontamentos de Rui Carlos Machado Alvim (1991), tem-se a repetição da ideia do parágrafo acima em sua frase inicial no sentido de que:

> o trabalho começa a integrar o sistema repressivo no século XVI. Porém, a morte e a mutilação ainda predominavam como penas principais, de modo que a utilização do trabalho como castigo da pena era a exceção (ALVIM, 1991, p. 25).

Entretanto, à época o trabalho não visava à reinserção do preso à sociedade, mas a um endurecimento da pena. Visava-se à humilhação do preso, obrigando-o a trabalhos muitas vezes nocivos à sua saúde. Pois o preso não era considerado sujeito de direitos.

Machado Alvim (*op. cit.*), ainda nos traz a informação abaixo:

> No final do século XIX e no início do século XX surgem os direitos sociais, que se referem a uma atuação positiva do Estado no sentido de estabelecer uma sociedade mais justa e igualitária, inclusive no que tange aos direitos trabalhistas. Porém, inicialmente, esses direitos não se aplicam aos presidiários, possivelmente, devido, entre outros fatores, à resistência da sociedade em perceber o presidiário como um cidadão (ALVIM, *op. cit.*, p. 28).

Em nossos dias se pode ver que o trabalho do apenado é entendido e incentivado pela política criminal brasileira como forma de ressocialização e reinserção do cidadão.

Não deve ser outro o caminho, pois, ao não se entender o preso como cidadão, está se negando a ele uma condição básica de produtividade e crescimento enquanto indivíduo. E a consequência de tamanho descuido pode afetar o desenvolvimento de toda uma sociedade.

As autoras de "O trabalho penitenciário e a ressocialização do preso no Brasil", Luísa Rocha Cabral e Juliana Leite Silva argumentam que:

> Para que o trabalho tenha caráter ressocializante, ele deve ser dotado de meios condizentes com essa finalidade, ou seja, capazes de valorizar o preso dentro do mínimo legalmente estabelecido e de respeitar sua pessoa enquanto sujeito de direitos. A censura criminal se limita à privação da liberdade e o trabalho assume, para o condenado, o caráter de direito e dever (CABRAL; SILVA, *op. cit.*, p. 159).

Programas de reinserção social possibilitam o efetivo trabalho e o desenvolvimento da educação, além de serem notadas através da implementação de políticas públicas as garantias constitucionais aos cidadãos.

Políticas públicas de reinserção social têm como objetivo reconduzir os apenados ao convívio em sociedade, promovendo cidadania e buscando a igualdade e oportunidades entre todos.

O trabalho deve visar ao crescimento do beneficiário, concedendo a ele a garantia do exercício da cidadania e da dignidade do ser humano. Por isso, compete aos cartórios eleitorais receber o beneficiário do programa de prestação de serviços à comunidade e não submeter o apenado a atividades diversas das anteriormente citadas e a atividades insalubres e ou perigosas.

Em pesquisa na rede mundial de computadores, podem-se localizar programas voltados à

inserção social de apenados no Brasil.

1) Programa de Ressocialização no Sistema Penitenciário do Paraná da Secretaria da Segurança Pública e Administração Penitenciária – DEPEN.

Este programa visa ao trabalho, profissionalização e educação do preso entre outros benefícios concedidos durante o cumprimento da sentença penal condenatória.

Nesse programa os presos permanecem em contato com o mundo exterior, considerando-se que o Sistema Penitenciário tem garantido aos presos acesso a familiares e amigos. Esses contatos ocorrem através de visitas, cartas, palestrantes e advogados, e o preso não fica excluído da vida da comunidade.

2) Programa de Ressocialização de Sentenciados do Supremo Tribunal Federal. Esse programa foi oficializado em dezembro de 2008, com a celebração de convênio entre o Supremo, o Governo do Distrito Federal e a Vara de Execuções Penais do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios.

O Programa objetiva contribuir com a recuperação social de condenados criminais, envolvendo-os em capacitação profissional com uma contraprestação pecuniária. As vagas são destinadas aos detentos do Centro de Progressão Penitenciária, presídio específico de regime semi-aberto, que oferece cursos profissionalizantes na área administrativa e de informática.

3) Programa "Carpe Diem" da Secretaria da Administração Penitenciária e da Coordenadoria de Reintegração Social e Cidadania do Estado de São Paulo.

Grande parte dos detentos que chegam aos Centros de Detenção Provisória é presa em flagrante delito de baixo potencial ofensivo, por exemplo: furto, receptação, porte irregular de arma de fogo e outros ilícitos sem violência ou grave ameaça a pessoa, além de muitas vezes serem réus primários.

O programa visa à criação de mecanismos para recepção e permanência de presos primários (desde que compatíveis com as regras do projeto) com aplicação de métodos de ressocialização baseados em cursos laborterápicos expressos e atendimento psicológico especializado.

4) Projeto Começar de Novo do Conselho Nacional de Justiça. Resolução CNJ nº 96/2009. Ocorre no âmbito do Poder Judiciário, objetivando-se a promoção de ações de reinserção social de presos, egressos do sistema carcerário e de cumpridores de penas e medidas alternativas.

5) Programa de Penas e Medidas Alternativas do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo. Programa que visa à reinserção social com medidas voltadas à recomposição da força de trabalho dos cartórios eleitorais no Estado de São Paulo.

6) O Projeto de Lei nº 3944, de 13 de setembro de 2019 que propõe alteração na Lei de Execução Penal brasileira visando ao atendimento psicológico ao preso, a assistência ao egresso, a assistência pela defensoria pública na apuração de falta disciplinar, as inspeções do Conselho Penitenciário e as atribuições do Conselho da Comunidade. Determina que os recursos arrecadados com os serviços e produtos oferecidos ao preso serão revertidos ao Fundo Penitenciário Nacional (Funpen).

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa tem objetivos descritivos, de natureza qualitativa, e está delineada como um estudo de caso, com a utilização de técnicas bibliográficas, documentais e de consulta a pessoas.

Através da pesquisa bibliográfica, construir um referencial teórico que possa abranger todos os aspectos relevantes da reinserção social de condenados criminais, no âmbito da democracia e da cidadania, sob pontos de vista sócio-político e jurídico, tanto no panorama internacional, quanto no nacional.

Através da pesquisa documental, estudar as características e a ação do Projeto Começar de Novo do Conselho Nacional de Justiça. Para tanto, será necessária a consulta à Recomendação CNJ nº 21/2008, à Resolução CNJ nº 96/2009, o Planejamento Estratégico do Poder Judiciário para o ano de 2020, destacando-se o Programa de Penas e Medidas Alternativas da Justiça Eleitoral, os documentos referentes ao Programa de Penas e Medidas Alternativas do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo e documentos dele decorrentes.

Prevê-se, também, a consulta a pessoas, como fontes de informação. Para tanto, os procedimentos deverão incluir um questionário a ser respondido pelos responsáveis pelos cartórios eleitorais, no que se refere à aplicação da referida política pública.

Para obtenção de dados da realidade regional, os chefes de cartório eleitoral ou seus substitutos também serão listados como sujeitos participantes, pois, estes são os que, de fato, recebem os beneficiários do programa de prestação de serviços à comunidade. Propõe-se consultar

os chefes cujos cartórios eleitorais participaram do programa e os chefes ou seus substitutos dos cartórios eleitorais localizados na cidade de Franca.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Foram enviados questionários a cartórios eleitorais de São Paulo onde a política pública relacionada ao Programa de Penas e Medidas Alternativas tem sido desenvolvida, mas até o momento não foram feitas análises quanto às respostas aos questionamentos realizados.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Estado tem um relevante papel na tentativa de reeducar o condenado criminal. Através do trabalho o apenado pode procurar reparar sua conduta criminosa. Pode demonstrar à sociedade e ao Poder Público o arrependimento por ter se portado de forma contrária à legislação criminal.

Programas governamentais que propiciem a reintegração de condenados criminais devem ser vistos com louvor pela sociedade, pois, é extremamente penosa a manutenção de cidadãos atrás das grades, penosa à família do condenado, à vida comunitária a ao próprio infrator.

Enquanto ocorre o cumprimento da pena alternativa ou de prestação de serviços à comunidade ou às entidades públicas, o sentenciado é recolocado em convívio social e reorientado, na tentativa de impedir o retorno do apenado à criminalidade.

REFERÊNCIAS

ALVIM, Rui Carlos Machado. *O trabalho penitenciário e os direitos sociais*. São Paulo: Atlas, 1991.

ARISTÓTELES. *Política*. São Paulo: Martin Claret. 2006.

AVENA, Norberto Cláudio Pâncaro. *Execução penal: esquematizado*. – 1. ed. – São Paulo: Forense, 2014.

BARATTA, Alessandro. Ressocialização ou controle social: uma abordagem crítica da reintegração social do sentenciado. Alemanha: Universidade de Saarland, 2007. Disponível em: <http://goo.gl/E4zA8o>. Acesso em: 13 abr. 2020.

BATISTA, Nilo. *Alternativas à prisão no Brasil*. Revista da Escola do Serviço Penitenciário, n. 4, jul.-set. 1990.

BECCARIA, Cesare. *Dos Delitos e das Penas*. Tradução de Paulo M. Oliveira. Rio de Janeiro: Editora Tecnoprint Ltda.

BITENCOURT, C. R. Criminologia crítica e o mito da função ressocializadora da pena. In: BITTAR, W. A criminologia no século XXI. Rio de Janeiro: Lumen Juris e BCCRIM, 2007.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: *www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 28 out. 2019.*

BRASIL. Decreto nº 592, de 6 de julho de 1992. Atos Internacionais. Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos.

BRASIL. Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940. Código Penal. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm. Acesso em 25 fev. 2020.

BRASIL. Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984. Lei de Execução Penal. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7210.htm. Acesso em: 25 fev. 2020.

BRASIL. Normas de Serviço da Corregedoria do Tribunal Regional Eleitoral do Estado de São Paulo.

BRASIL. Recomendação do Conselho Nacional de Justiça nº 21 de 16 de dezembro de 2008.

Brasília: Diário da Justiça do Conselho Nacional de Justiça nº 219, 4 dez. 2015, p. 12 – 13.

BRASIL. Resolução do Conselho Nacional de Justiça nº 70 de 18 de março de 2009. Brasília. Diário Oficial da União, 24 mar. 2009.

BRASIL. Resolução do Conselho Nacional de Justiça nº 96 de 27 de outubro de 2009. Brasília. DOU, 4 nov. 2009.

BULOS, Uadi Lammêgo. *Curso de Direito Constitucional*. 8ª edição. Revista e Atualizada de acordo com a emenda constitucional n. 76/2013. Editora Saraiva. 2014.

CABRAL, Luísa Rocha; SILVA, Juliana Leite. *O trabalho penitenciário e a ressocialização do preso no Brasil*. Revista do CAAP, 2010 (1), Belo Horizonte, jan-jun 2010.

CAETANO, Marcelo. *Direito Constitucional*. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1987. v. 1.

CÂNDIDO, Joel José. *Direito Eleitoral Brasileiro*. Bauru: Edipro, 1994.
CANT, Paul de. O trabalho em benefício da comunidade: uma pena em substituição? Prestação de serviços à comunidade. Porto Alegre: Ajuris – Associação dos Juízes do Rio Grande do Sul, 1985.

CAPEZ. Fernando. *Curso de processo penal*. 13. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2006.

CARVALHO, Salo (Coordenador). *Crítica à Execução Penal*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2007.

DECLARAÇÃO e Programa de Ação de Viena. Conferência Mundial sobre Direitos Humanos. Viena, 14-25 de Junho de 1993. Disponível em: http://www.dhnet.org.br/direitos/anthist/viena/viena.html. Acesso em: 13 abr. 2020.

DECLARAÇÃO dos Direitos do Homem e do Cidadão de 1789. Universidade de São Paulo – USP. Biblioteca Virtual de Direitos Humanos. Disponível em: http://www.direitoshumanos.usp.br. Acesso em: 31 mar. 2020.

DECLARAÇÃO sobre o Direito ao Desenvolvimento. Adotada pela Revolução nº 41/128 da Assembleia Geral das Nações Unidas, de 4 de dezembro de 1986. Universidade de São Paulo – USP. Biblioteca Virtual de Direitos Humanos. Disponível em: http://www.direitoshumanos.usp.br. Acesso em: 31 mar. 2020.

DECLARAÇÃO Universal dos Direitos Humanos. UNIC / Rio / 005 – Agosto 2009.

DIORGIO, Beatriz Di; CAMPILONGO, Celso Fernandes; PIOVESAN, Flávia. *Direito, cidadania e justiça: ensaios sobre lógica, interpretação, teoria, sociologia e filosofia jurídicas.* São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1995.

DUNN, John. *A história da democracia: um ensaio sobra a libertação do povo*. Tradução de Bruno Gambarotto. São Paulo. Editora da Unifesp, 2016.

FERREIRA FILHO. Manoel Gonçalves. *Comentários à Constituição brasileira de 1988*. Editora Saraiva, 1995.

FOUCAULT. Michel. *Em Defesa da Sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

GRAU. Eros. *O direito posto e o direito pressuposto*. 5 ed. rev. e ampl. São Paulo: Malheiros, 2003.

GRECO FILHO, Vicente. *Manual de processo penal*. 5.ed. São Paulo: Saraiva, 1998.

GRECO, Rogério. *Curso de Direito Penal*. 7ª ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2006.

GUSMÃO. Paulo Dourado de. *Introdução ao estudo do direito*. 17. ed. rev. Rio de Janeiro: Forense, 1995.

KELSEN. Hans. *Teoria pura do direito*. 8. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2009.

LAUREANO, Roger Gustavo Manenti. *Democracia: entre a igualdade e o egoísmo*. RBCS, Vol. 33, nº 98/2018: e339815, p. 1-5, 2018.

LENZA, Pedro. *Direito Constitucional Esquematizado*. 10 ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Editora Método, mar./2006.

MACEDO, Sílvio de. *Introdução à filosofia do direito: uma nova metodologia*. 3. ed. rev. ampl. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1993.

MARCÃO, Renato. Execução Penal - Coleção saberes do direito; 9. São Paulo : Saraiva, 2012.

MASSON, Cleber. *Direito Penal esquematizado*: parte geral – vol. 1. 11.ª ed. rev., atual. e ampl. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: MÉTODO, 2017.

MENDONÇA JÚNIOR, Delosmar. *Manual de Direito Eleitoral* – Inclui processo eleitoral. Salvador: *Jus*PODIVM, 2006.

NUCCI, Guilherme de Souza. *Código Penal Comentado*. 15. ed. rev., atual. e ampl. – Rio de Janeiro: Forense. 2015.

PEIXINHO, Manoel Messias (Org.); GUERRA, Isabella Franco (Org.) e FILHO, Firly Nascimento (Org.). *Os Princípios da Constituição de 1988*. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2001.

PLATÃO. A república. Tradução de Maria Helena Pereira. Lisboa. Fundação Calouste Gulbenkian.

PROGRAMA de Ressocialização no Sistema Penitenciário do Paraná. Disponível em: http://www.depen.pr.gov.br/. Acesso em 13 abr. 2020.

PROGRAMA de Ressocialização de Sentenciados do Supremo Tribunal Federal. Disponível em: http://www2.stf.jus.br. Acesso em 14 abr. 2020.

PROGRAMA "Carpe diem" do Governo do Estado de São Paulo. Disponível em http://www.reintegracaosocial.sp.gov.br/carpediem.php. Acesso em 14 abr. 2020.

ROBESPIERRE, M. (1999), Discursos e relatórios na Convenção. Rio de Janeiro, Eduerj/Contraponto.

SHECAIRA, Sérgio Salomão. *Prestação de serviços à comunidade*. São Paulo: Saraiva, 1993.

SILVA, José Afonso da. *Curso de direito constitucional positivo*. 40. ed., rev. e atual. / até a Emenda Constitucional n. 95, de 15.12.2016. - São Paulo : Malheiros, 2017.

SILVA, José Afonso. *Curso de Direito Constitucional Positivo*. Malheiros, 1996.

TOURINHO FILHO. Fernando da Costa. *Processo penal*. 18. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 1997.

TUCÍDIDES. *História da Guerra do Peloponeso*. Tradução de Mário da Gama Kurry. Brasília, Editora da UnB, 2001.

ZAVASCKI. Teori Albino. *Direitos Políticos: perda, suspensão e controle jurisdicional*. Revista de Processo, ano 22, n. 85, p. 181-189, jan./mar. 1997.

RELAÇÃO ENTRE ESTRESSE E RESISTÊNCIA A MUDANÇAS EM EQUIPES DE UNIDADES DE TERAPIA INTENSIVA DE UMA UNIDADE DE SAÚDE NO INTERIOR DE SÃO PAULO

THE RELATION BETWEEN STRESS AND RESISTANCE TO CHANGE IN TEAMS OF INTESIVE THERAPY UNITS OF A HEALTH UNITY IN A CITY IN THE INTERIOR OF SÃO PAULO

Desenvolvimento Social e Políticas Públicas: Psicologia, Saúde e Desenvolvimento

QUEIROZ, Natália Reginatto Pereira
Universidade de Marília- UNIMAR
Graduanda em Psicologia
natalia.reginatto@outlook.com
MARINHO, Vitor de Paula
Graduando em Psicologia
vitormelo_@hotmail.com
Universidade de Marília- UNIMAR
CIRINO, Adriana Aparecida de Oliveira Godoi
Universidade de Marília- UNIMAR
Mestre em Ensino em saúde
adrianagodoicirino@gmail.com

Resumo
Profissionais da área da saúde, em destaque aqueles que estão diretamente ligados à Unidades de Terapias Intensivas (UTIs), interagem constantemente tanto com situações e casos delicados, sejam eles, a manutenção de atividades técnicas quanto à manutenção da vida dos usuários bem como a perda de alguns pacientes. Sendo assim, torna-se fundamental refletir acerca do fator estresse em equipes que compõe esse ambiente, pois é possível que o mesmo em níveis consideráveis, apresente resistências às mudanças e/ou viabilização de resultados e projetos, tanto para colaboradores quanto para pacientes. O objetivo desta pesquisa foi verificar se há sintomas de estresse numa equipe multiprofissional de uma UTI no interior de São Paulo e verificar se este impacta de forma relevante na abertura de novas possibilidades de mudança no setor. O estudo foi realizado através de uma coleta de dados em torno do assunto estresse. Para isso, utilizou-se questionários semiestruturados compostos por perguntas abertas e fechadas. Os voluntários da UTI foram acolhidos e escutados em local reservado para que se pudesse garantir o sigilo das respostas. Ao final da coleta, foi realizado o levantamento de dados estatísticos e os resultados apontaram que a maioria dos voluntários não se reconhecem estressados, entretanto, as estatísticas apontam que grande parte dos entrevistados apresentam sintomas considerados componentes do quadro de estresse. Por fim, as resistências a mudanças não se pontuaram como algo pertinente. Sendo assim, os resultados desse trabalho propõem que, neste caso, a resistência a mudanças não é ocasionada pelo o estresse provocado no ambiente mencionado.

Palavras-chave: Estresse, Unidade de Terapia Intensiva, Saúde.

Abstract
Health professionals, in particular those directly connected to the Intensive Care Units (ICT's), constantly interact with delicate situations and cases, whether they are maintenance of technical activities as well as the maintenance of users' lives and the loss of patients. Therefore, it is essential to reflect about the stress factor in teams that make up this environment, because it is possible that it at considerable levels, present resistance to change and/or enabling results and projects, so much for coworkers as well as for patients. The aim of this research is to verify the possible existence of stress symptoms in a multi-professional ICT unit in a city of São Paulo and verify if this stress relevantly impacts the opening of new possibilities for change in the area. The study was made through a data collection around the subject of stress. Semi structured forms consisting of open and multiple-choice questions were used for such. The ICT volunteers were welcomed and listened to in a reserved location so the secrecy of the answers could be guaranteed. At the end, the statistical data collected and the results indicated that most of the volunteers do not recognize themselves as stressed, however, the statistics point that most part of the interviewed present symptoms considered as components of stress cases. In conclusion, the resistance to change do not punctuate as persistent, therefore, the results of this research propose that, in this case, the resistance to change is not occasioned by the stress surrounding said environment.

Keywords: Stress, Intensive Care Unit, Health.

1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa se propôs a averiguar se existe estresse em uma equipe multiprofissional que compõe a Unidade de Terapia Intensiva- UTI de um hospital-escola do interior paulista e verificar se o estresse impacta de forma relevante na abertura de novas possibilidades de mudanças neste setor.

O interesse por esse tema partiu dos estagiários de psicologia que participavam de reuniões de equipe e perceberam que parecia haver uma indisposição por parte da equipe quando os profissionais propunham alterações nas rotinas de trabalho ou apresentavam proposta de implementação vindas do SUS ou da direção do hospital.

Surgiu então a inquietação frente aos motivos pelos quais as pessoas agiam de tal forma. Foram levantadas algumas hipóteses, sendo elas, não ver sentido para as propostas, defesas do grupo para com figuras de liderança ou a possibilidade dessas pessoas estarem estressadas e sem energia para adaptações a mudanças. Optou-se pela última hipótese, para realizar esse estudo.

Do ponto de vista emocional, identificar se há um sofrimento significativo nas pessoas pode favorecer o cuidado e consequentemente melhorar a qualidade de vida de quem trabalha na área da saúde. Do ponto de vista do trabalho do psicólogo no ambiente hospitalar, as intervenções vão além dos atendimentos aos pacientes, incluindo também o cuidado com quem cuida. Para a comunidade científica os resultados desse estudo podem contribuir para a compreensão de aspectos bio-psico-sociais do trabalho em equipe multidisciplinar. Assim sendo, segue abaixo a leitura que delineou essa pesquisa: estresse, hospital, UTI, trabalho em saúde e sofrimento mental, assim como a metodologia utilizada, os resultados e considerações.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Estresse, da conceituação ao ambiente hospitalar

Conforme Chorousos, Loriaux & Gold (1988), a sobrevivência de organismos vivos é garantida graças à capacidade de manterem um equilíbrio harmonioso e extremamente complexo, denominado homeostasia, sendo que, a mesma está constantemente ameaçada por fatores estressores, sejam eles intrínsecos ou extrínsecos.

Serafino (1994) conceitua o estresse de três formas. A primeira delas é centrada no ambiente, o estresse é considerado como um estímulo externo que gera tensão. Por exemplo, quando a pessoa discorre sobre um emprego que gera estresse. A segunda conceituação encara o estresse como uma resposta ao fator estressor, ou seja, as reações das pessoas frente aos fatores estressores, como irritabilidade ou desânimo. E a terceira, inclui acontecimentos estressores e resposta de tensão; nessa forma de conceituar a relação entre indivíduo e meio está sendo considerada, nela a forma que o meio influencia o indivíduo da mesma forma que este último é influenciado sugerindo o autor, portanto, que o sujeito envolvido é um agente ativo com capacidade de impactar o agente estressor usando estratégias emocionais, comportamentais e cognitivas (SERAFINO, 1994). Para o autor, ainda há um fenômeno psicofisiológico envolvido nas formas de conceituar o estresse. Ou seja, a junção de pensamentos e emoções com o componente fisiológico, sendo este um fator relevante para se observar fisicamente o estresse.

Para Lipp (1998), o estresse é causado por alterações psicofisiológicas que acometem pessoas que se veem forçadas a enfrentar uma situação que a amedrontem, ou as façam infelizes. Segundo a autora, o estresse apresenta algumas reações sutis, e, muitas vezes a pessoa acometida nem as percebem. Representa um fenômeno altamente complexo do organismo, sendo mobilizados desde aspectos bioquímicos aos psicológicos, desencadeados a partir da interpretação que o indivíduo dá aos fatores estressores, culminando num desequilíbrio de homeostase e consequentemente exigindo uma resposta de adaptação desse indivíduo para preservação da integridade e da própria vida (LIPP E MALAGRIS, 2001).

Selye (1956) caracteriza o estresse como uma síndrome geral de adaptação (SGA), e para representa-lo propôs um modelo trifásico, ou seja, dividido entre as fases: de alerta, resistência e exaustão (LIPP E MALAGRIS, 1998). Anos mais tarde, Lipp (2000) propõe um modelo quadrifásico, acrescentando o estágio da quase exaustão. Para a autora, a fase de alerta é uma fase positiva e por isso coloca automaticamente o indivíduo para agir e a principal protagonista é a adrenalina, deixando o indivíduo mais atento e motivado.

A fase de resistência surge em decorrência do prolongamento excessivo da fase de alerta somado ao acúmulo de outros estressores. Nesta fase, devido a homeostase ter ficado comprometida, torna-se o organismo mais vulnerável a doenças.

A fase de quase exaustão inicia-se quando o corpo está próximo do limite da perda do controle, quando a resistência física e mental começa a sofrer sérios impactos; nessa fase, a tomada de decisão fica comprometida, momentos de desfuncionalidades e de total desconforto se intercalam e o indivíduo passa a apresentar oscilações emocionais importantes.

Na fase de exaustão, a pessoa pode encontrar-se consideravelmente desequilibrada, apresentar sinais e sintomas depressivos e dificuldades de concentração e sintomas fisiológicos como gastrite, hipertensão e distúrbios dermatológicos.

Além de descrever o modelo quadrifásico, Lipp (1996) aborda que o estresse é constituído por fontes internas e externas, sendo essas últimas caracterizadas por eventos que ocorrem na vida das pessoas sem que as mesmas possam exercer algum controle. Nas fontes internas têm-se as características individuais da própria pessoa, ou seja, a forma que tal pessoa enxerga o mundo, suas crenças e valores, seu nível de assertividade, além de tudo o que faz parte de seu mundo interno (SANTOS, 2007).

O estresse no ambiente de trabalho, é um fator considerável, uma vez que esse ambiente, na maioria das vezes, exige mais do que o indivíduo pode oferecer. COUTO apud FERRAREZE, FERREIRA, CARVALHO (2006) define que o estresse organizacional é um estado em que o organismo humano apresenta um desgaste anormal e, consequentemente, incapacidade de realizar um bom trabalho, argumentando que, possivelmente, isso deve-se ao fato de o indivíduo tolerar, superar e adaptar-se ao modelo psíquico existente em seu ambiente de trabalho.

No entanto, quando o local envolvido no desenvolvimento do estresse é o ambiente de trabalho hospitalar, a situação tende a ser mais delicada. A constante exposição a fatores que produzam doenças ou sofrimento no trabalho hospitalar, tem origem na própria natureza desse trabalho e da maneira como o mesmo é organizado, salientados por sintomas e sinais orgânicos inespecíficos. As razões principais desse sofrimento estariam no próprio objeto de trabalho, ou seja, a dor, o sofrimento e a morte do outro (PITTA, 1991).

Shimizu & Ciapone (1999), pontuam que a partir do contato com a prática, deve-se iniciar as preocupações em relação ao prazer e sofrimento dos profissionais da enfermagem, uma vez que lidam de uma forma intensa com a morte, dor e sofrimento. Podemos expandir a afirmação das autoras para o ambiente das UTIs, pois, a equipe multiprofissional intensivista também entra em contato diário, com pacientes em estados críticos, que dependem massissamente dos cuidados desses profissionais para a sua melhora, ou seja, a cobrança para a manutenção da vida passa a não ser somente interna, mas também externa.

O ambiente da UTI se apresenta como penoso e de risco ocupacional para trabalhadores, por apresentar cargas de trabalho, situações extremas pode induzir a conflitos ou alto nível de tensão. Além disso, a logística desse tipo de organização exige o regime de turnos e de plantões, resultando em duplos empregos e longas jornadas de trabalho (PITTA, 1994).

Quando o trabalho é desempenhado na Unidade de Terapia Intensiva (UTI), existem alguns fatores importantes relacionados ao sofrimento psíquico, como por exemplo o rígido controle do tempo, a forma como o setor é organizado, a falta de materiais, de equipamentos adequados e de pessoal, o excesso de ruídos na unidade, os conflitos no relacionamento entre os membros da equipe, o estado crítico de saúde do paciente, o sofrimento moral dos trabalhadores principalmente quando o atendimento envolve pacientes em estado terminal, o trabalho nos finais de semana e feriados, a utilização inadequada dos equipamentos de proteção individual e a relação com as famílias dos pacientes (FILHO & ERDMANN et al., 2016).

A primeira vez que se ouviu falar em Unidade de Terapia Intensiva ou no termo UTI foi após a Guerra na Crimeia, entre 1853 a 1856, quando a enfermeira Florence Nightingale expôs a necessidade da criação de uma ala separada para pacientes em recuperação cirúrgica devido as consequências da Guerra. Esta, era classificada de acordo com o grau de dependência, ou seja, quanto maior a gravidade do caso, maior atenção era dirigida a este paciente, assimilando-se ao modo como a UTI funciona nos dias de hoje (SIMMONS, NIGHTINGALE, 2004. apud FONSECA, FONSECA, 2010).

No Brasil, a primeira vez que se falou em UTI foi em 1967 no Rio de Janeiro com a inauguração do Hospital dos Servidores do Estado.

Percebemos então que, historicamente, o conceito de UTI surgiu quando houve necessidade de classificar os pacientes entre aqueles que demandam uma atenção especializada, para aqueles que necessitam do serviço hospitalar, mas não dos serviços e técnicas oferecidas dentro de uma UTI.

Para tanto, a UTI, necessariamente, se caracterizou por um espaço no qual a busca pela manutenção da vida deve ser constante. O atendimento é voltado para pacientes que apresentam chances de sobrevida, mas que requerem monitoramentos constantes e cuidados mais complexos que outros pacientes.

Segundo o Ministério da Saúde a UTI, se caracteriza por ser uma: área crítica destinada à internação de pacientes graves, que requerem atenção profissional especializada de forma contínua, materiais específicos e tecnologias necessárias ao diagnóstico, monitorização e terapia (MINISTÉRIO DA SAÚDE 2010).

A equipe, a priori, deve ser composta por uma rede multidisciplinar. São raros os estudos que definem teoricamente a o conceito de equipe, geralmente, são atribuídas funções técnicas para um conjunto de profissionais (PEDUZZI, 2001). Sendo assim, cada profissional, seja ele, enfermeiro, nutricionista, médico, técnico, psicólogo, exercem atividades diferentes, com foco para área em que possuem especialização. Mas todos em uma rede multidisciplinar, sem exceção, trabalham em conjunto por um mesmo proposito.

Em relação à estrutura, o percentual de leitos de UTIs nos hospitais variam de 7% a 15% dependendo das características de cada hospital. E tem como objetivo básico, recuperar ou dar suporte às funções vitais dos pacientes enquanto eles se recuperam. Para isso, as UTIs são equipadas com aparelhos capazes de reproduzir as funções vitais dos internados.

Atualmente, existem algumas políticas de saúde implantadas pelo Ministério da Saúde dentro das unidades de terapia intensiva, ressaltando a integralidade da atenção à saúde, considerando a necessidade de organização de rede hierarquizada e regionalizada de serviços, conforme se segue:

> Uma política de saúde correta ou mesmo uma administração hospitalar tecnicamente adequada, embora influenciem, não irão determinar a singular relação do doente com quem o cuida. Qualquer atitude generalizadora que não leve em conta o cotidiano do trabalho hospitalar com as cargas de tensão e conflito a mobilizar sujeitos concretos que se situam nos limites geográficos desta atividade humana, correrá risco de passar ao longo das duas determinantes fundamentais, contribuindo pouco para a tripla perspectiva de melhores condições de trabalho, a eficácia de organização e uma melhor resposta ao usuário dos seus serviços (PITTA, 1991, p. 21).

Diante disso, a proposta para a área de terapia intensiva vem sendo construída de forma a responder às dificuldades históricas, a citar a superlotação dos prontos-socorros, a insuficiência de leitos de retaguarda para pós-operatório, a falta de alternativa de internação hospitalar para pacientes semicríticos, a precariedade da regulação de leitos, a carência de recursos humanos qualificados e ainda o processo assistencial (padronização, acompanhamento e avaliação das ações), sem a devida incorporação à prática cotidiana nessas unidades.

A melhoria dos serviços sob a óptica da integralidade do cuidado, preconizado pelo SUS, passa necessariamente pelo cuidado integral do profissional da saúde, do respeito aos seus próprios limites, da identificação das próprias necessidades e na medida do possível do atendimento a elas, desde a formação profissional (CIRINO, HIGA & MORAES, 2017, p. 719).

A maioria dos profissionais das UTIs gostam do trabalho que realizam, porém, diariamente estão expostos a inúmeros fatores estressores. Um deles é o fato de não poderem errar, uma vez que, o erro pode levar a morte (SHIMIZU & CIAMPONE, 1999). Tais profissionais são ensinados e moldados nas universidades e no âmbito profissional, de forma que devam ter conhecimento teórico, prático e recursos psicológicos para lidar com todas as eventualidades. A pergunta que se levanta é: será que esses profissionais recebem algum tipo de amparo psicológico por parte da instituição?

A instituição por si só já causa sofrimento. Moretto & Terzis (2010), definem a mesma como sendo:

> Um conjunto simbólico, pois é constituída por mitos, ritos, rituais simbólicos de iniciação e de passagem relacionados com sua história, fundação, fundadores reais ou imaginários. Esse conjunto simbólico sustenta e fundamenta a ação dos membros da instituição, dando sentido às suas práticas e vida. Ela pode, então, oferecer-se como objeto ideal a ser interiorizado, a qual seus membros devem manifestar lealdade e mesmo se sacrificar. As instituições são também sistemas imaginários; oferecem a ilusão de que nela o sujeito terá todos os seus apelos atendidos, sejam seus desejos, fantasias, angústias, medos,

> sejam pedidos. Capturam o indivíduo nas armadilhas do próprio desejo, garantindo proteção e satisfação (MORETTO & TERZIS, 2010, p. 43).

Assim, a instituição é um local que visa, supostamente, suprir as demandas e sofrimentos que seus profissionais trazem consigo, porém, na prática não é isso que acontece. A equipe da UTI, diariamente, está exposta a essa realidade que é cruel e na maioria das vezes criam uma "fortaleza", uma máscara, pois o papel que assumem é de cuidado e, não, de ser cuidado.

As consequências da "dessensibilização" por parte do profissional pode refletir diretamente na sua forma de trabalho. Amaral; Moraes & Ostermann (2010), pontuam que esse modo de funcionamento produz tensões nas relações interpessoais e desgaste profissional. Assim, potencializam o contato com sentimentos de estresse, emoções e intensifica-se a experiência da inexistência de espaços de cuidado ao cuidador.

No entanto, Cirino, Higa & Moraes (2013) afirmam que o cuidado com a própria saúde é imprescindível para que o cuidado com o outro seja realizado com qualidade, podendo sua ausência trazer reflexos à própria atividade profissional.

Sendo assim, percebemos que a UTI em si, formatada como instituição, conduz e gera fatores estressores para os profissionais que a compõe. Para tanto, é necessário que se volte um olhar de cuidado não só para os pacientes hospitalizados, mas também, para esses profissionais que convivem quase que diariamente com a dor e sofrimento do próximo.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

De forma prévia é importante ressaltar que os procedimentos utilizados nesta pesquisa, obedeceram aos Critérios da Ética nas Pesquisas com Seres Humanos, conforme resolução n. 466/12 do Conselho Nacional de Saúde. De modo, que a mesma foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade de Marília (UNIMAR).

Trata-se de uma análise de dados quali-quantitativos onde os voluntários (trabalhadores da UTI) foram submetidos a uma entrevista semiestruturada, com perguntas abertas e fechadas. Assim, a amostra foi constituída de um recorte da equipe multiprofissional de uma UTI da Associação Beneficente Hospital Unimar.

Foram entrevistados dezessete colaboradores, divididos entre técnicos de enfermagem (70%), enfermeiros (12%), médicos (6%), fisioterapeuta (6%) e auxiliar de enfermagem (6%).

Conforme as Figuras 1, 2 e 3, os dados apontaram a existência de um quadro sintomatológico de estresse na equipe multiprofissional. Demonstraram também que nos últimos três meses que antecederam a coleta, alguns dos sintomas se acentuaram, ficando evidente grande porcentagem de alguns deles nas ultimas vinte e quatro horas, como por exemplo tensão muscular e insônia.

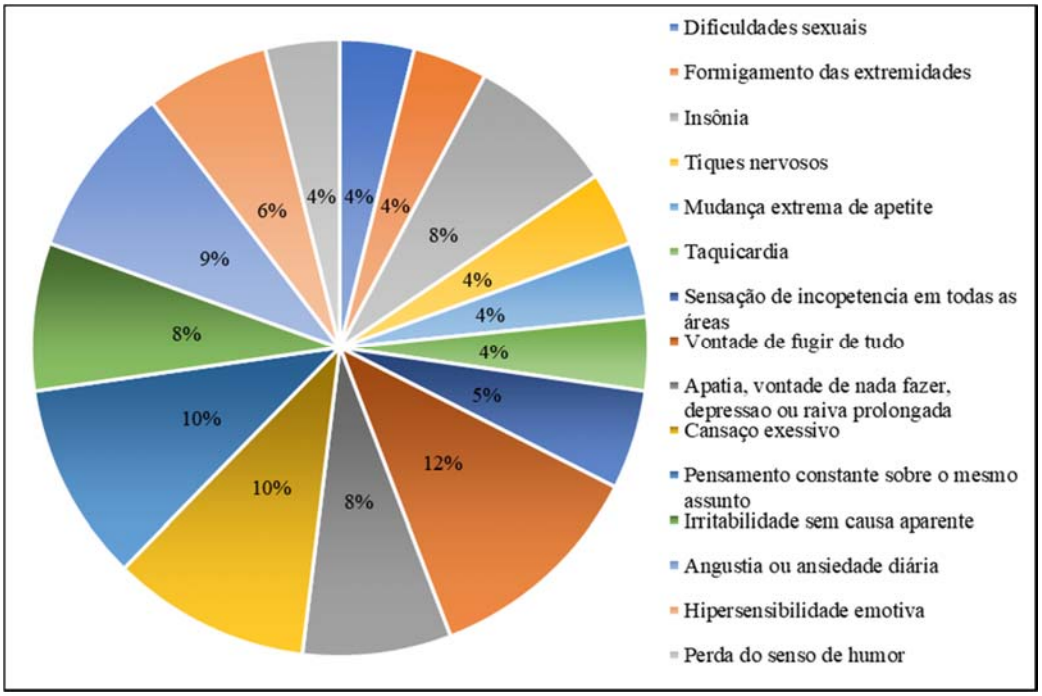


Figura 1. Sintomas apresentados pelos participantes nos últimos 3 meses

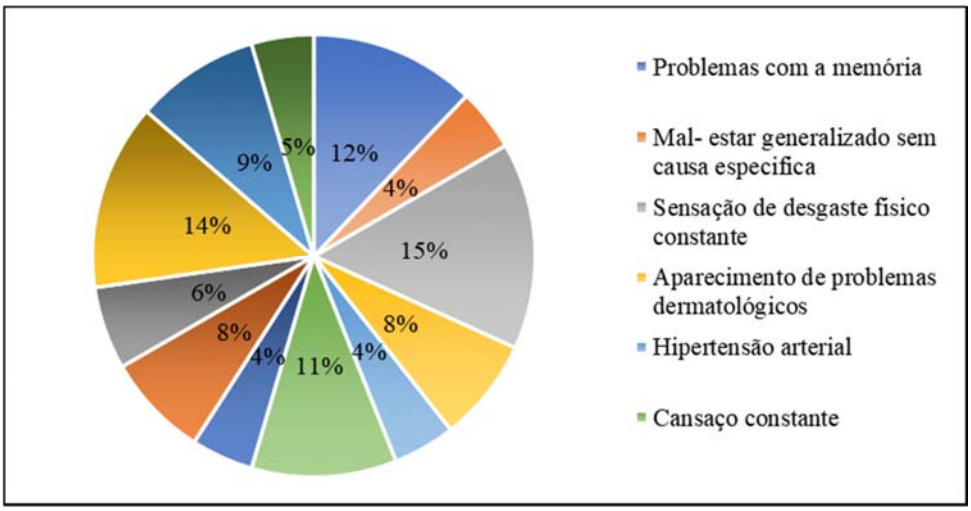


Figura 2. Sintomas apresentados pelos participantes nos últimos 30 dias

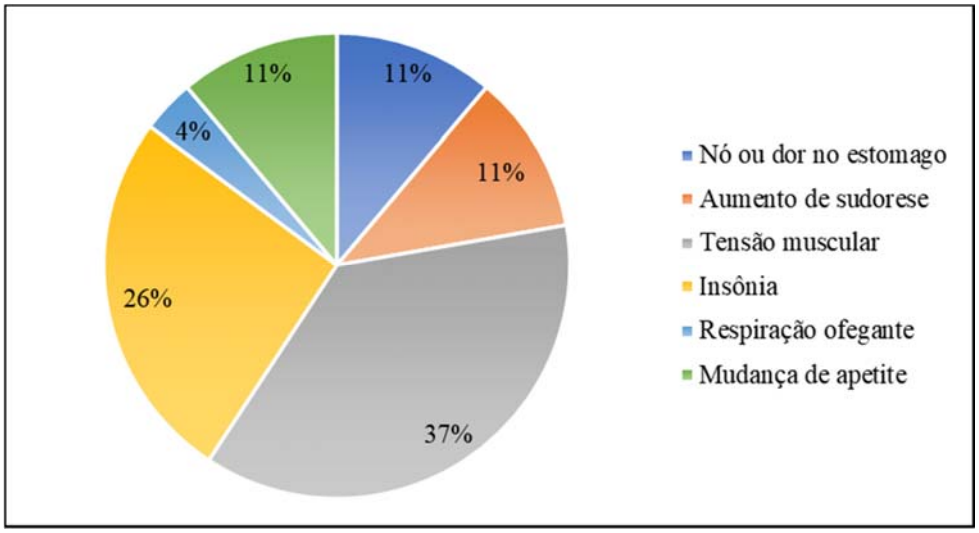


Figura 3. Sintomas apresentados pelos participantes nas últimas 24 horas

Tomando como base Lipp (2000) citada anteriormente, na Figura 1, os participantes enquadram-se na fase de exaustão em função de apresentarem: vontade de fugir de tudo (12%), cansaço excessivo (10%) e pensamento constante sobre um só assunto (10%), configurando sintomatologias físicas e emocionais.

Outro aspecto observado foi que a maioria dos entrevistados vincularam o estresse a sintomas emocionais, tais como raiva, nervoso, falta de paciência, entre outros, conforme Figura 4. No entanto, os dados revelaram que grande parte dos colaboradores que apresentam sintomas relacionados ao estresse, apresentaram em maior parte, sintomas físicos, como por exemplo aumento de sudorese, nó ou dor no estomago e mudança de apetite. Na Figura 2 e Figura 3, observa-se aumento importante na porcentagem de sintomas físicos como tensão muscular, insônia, sensação de desgaste físico constante e aparecimento de problemas dermatológicos, sendo estes apresentados pelos colaboradores em detrimento dos sintomas emocionais.

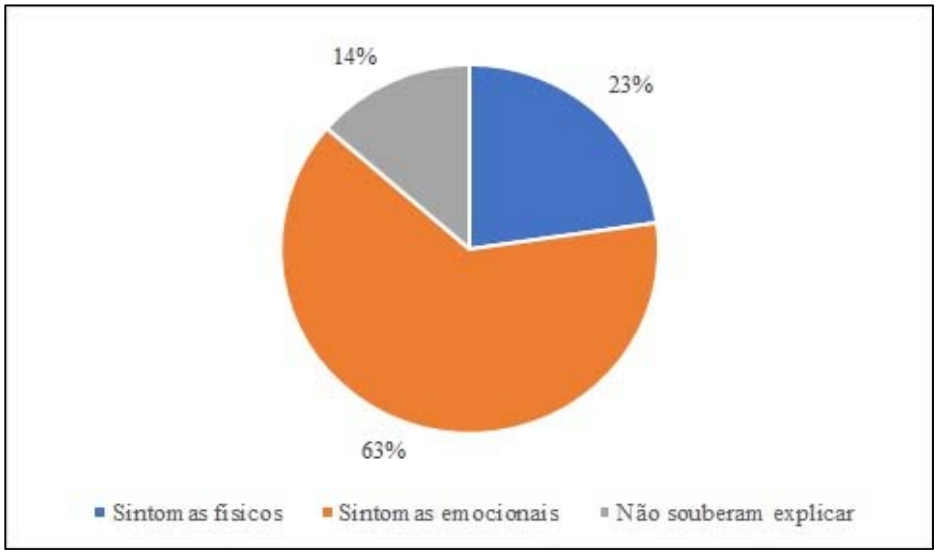


Figura 4. Conceituação de estresse para os participantes.

Os resultados também apontaram que grande parte dos colaboradores ao serem questionados se consideravam-se estressados, 59% declararam-se estressados ou passando por momento de estresse, outros 6% não souberam responder e 35% afirmaram não estarem estressados ou passando por momentos de estresse

(Figura 5). No entanto, a maioria dos colaboradores declararam que consideram sua rotina de trabalho na UTI desgastante (59%), e parcialmente desgastante (23%), conforme Figura 6.

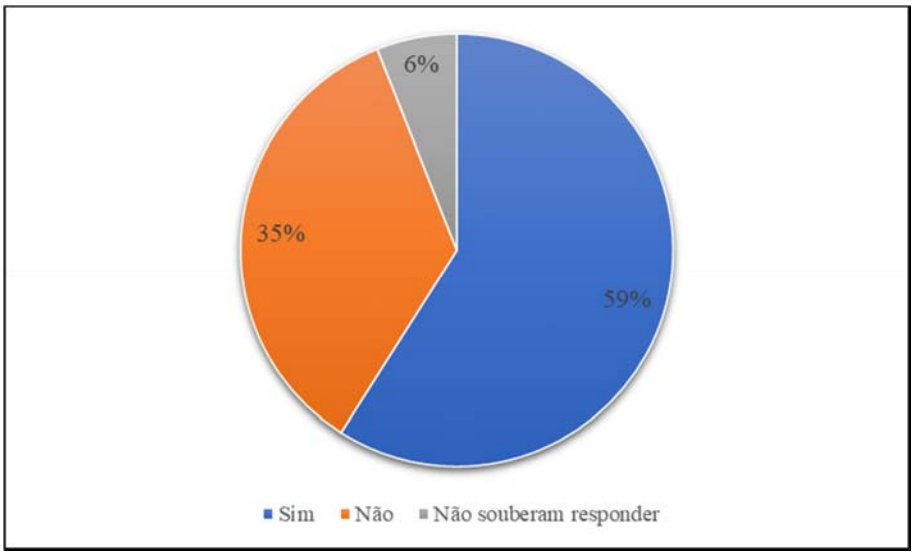


Figura 5. Porcentagem de participantes que se consideram estressados

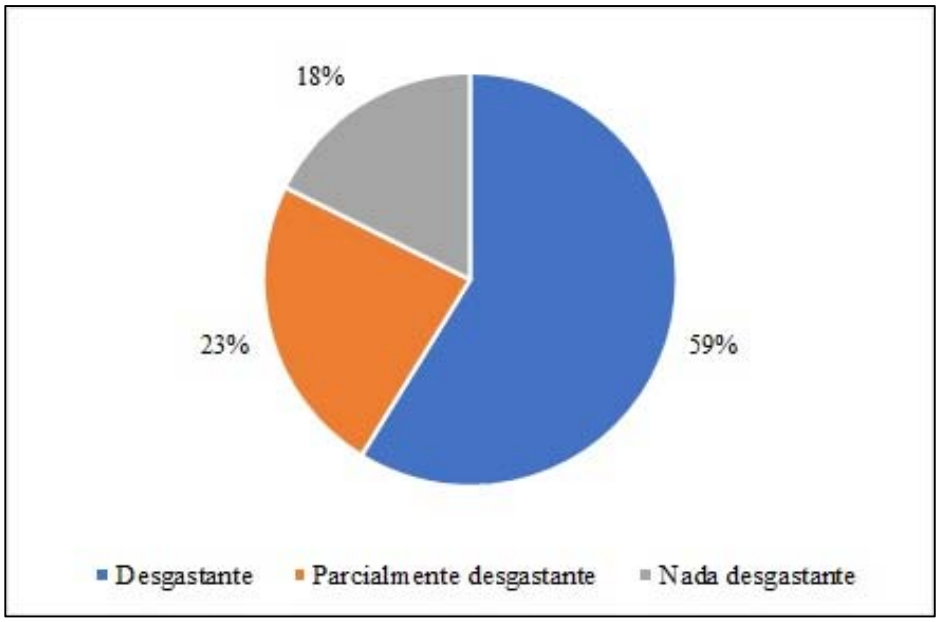


Figura 6. Rotina de trabalho dos participantes

Conforme os dados coletados, mesmo diante da porcentagem de sintomas relacionados ao estresse, os entrevistados em sua grande maioria declaram gostar da profissão que executam e da rotina hospitalar, bem como afirmaram identificarem-se com o perfil de trabalho relacionado ao cuidado com o próximo, esses dados podem ser verificados na Figura 7, que ilustra a porcentagem de respostas dos motivos que os colaboradores encontram para permanecerem na UTI.

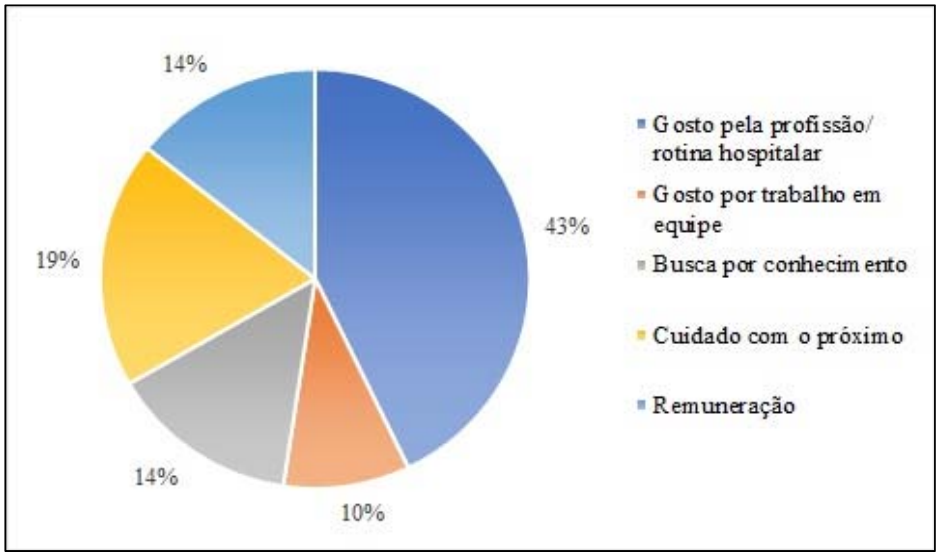


Figura 7. Motivos para permanência do emprego nas Unidades de Terapias Intensivas

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pôde-se constatar considerável aumento no quadro sintomatológico de estresse na equipe no decorrer dos últimos três meses, apontando para algum agente estressor importante.

Verificou-se que grande parte dos profissionais negligenciam os sintomas físicos do estresse embora haja um alto índice dessa qualidade de sintomas que acomete a equipe multiprofissional.

Nas entrevistas, ao serem questionados sobre uma possível relação em estarem estressados e não apresentarem interesse, motivação ou desejo de mudanças no setor, como por exemplo troca de turno, de equipe e setor, bem como de quaisquer outros projetos de trabalho que pudesse beneficiar a equipe e usuários da UTI, a maioria dos profissionais não demonstraram resistência frente a essa possibilidade desde que tais mudanças possam beneficiar a equipe como um todo. Portanto, se eles não se consideram estressados, ou não percebem que estão em fase de exaustão, não se pode relacionar o estresse a resistência a mudanças.

Sendo assim, percebe-se a necessidade de pensar em espaços que possibilitem o diálogo a respeito do estresse e sua relevância na vida do profissional e sua repercussão na vida do paciente e das relações no trabalho. Priorizar a reflexão sobre qualidade de vida e alternativas para a diminuição dos agentes estressores e manejo dos sintomas de estresse em busca de aprimorar sempre a qualidade do trabalho oferecido pela equipe e aproveitar o potencial apreço pela profissão que escolheram.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Raquel Aires do; MORAES, Charolote Wagner; OSTERMANN, Germana Tagliaro. *Cuidando do cuidador: grupo de funcionários no Hospital Geral.* Revista da Sociedade Brasileira de Psicologia Hospitalar. Rio de Janeiro, v. 13, nº 2, p. 270-281, 2010.

CIRINO, Adriana A. O. Godoi; HIGA, Elza F. Ribeiro. MORAES, Magali Aparecida. *Cuidado integral com a própria saúde: concepções dos estudantes de medicina.* Dissertação de Mestrado, Marília, 2013. Disponível em: http://www.famema.br/famema/ensino/metrado_prof/docs/ADRIANA%20APARECIDA%20DE%20OLIVEIRA%20GODOI%20CIRINO.pdf

CIRINO, Adriana A. O. Godoi; HIGA, Elza F. Ribeiro. MORAES, Magali Aparecida. *Cuidado integral na formação médica: percursos e desafios. Revista da universidade vale do rio verde.* v. 15, p. 711-720, 2017.

CHROUSOS, George; LORIAUX, D; GOLD, Philip. Mecanisms of physical and emotional stress. New York: Plenum Press, 1988.

FERRAREZE, Maria Verônica Guilherme; FERREIRA, Viviane e CARVALHO, Ana Maria Pimenta. *Percepção do estresse entre enfermeiros que atuam em Terapia Intensiva.* Acta Paulista de Enfermagem. São Paulo, v. 19, nº 3, p. 310-315, 2006.

LIPP, Marilda Emmanuel Novaes. *Pesquisas sobre stress no Brasil*. Campinas: Papirus, 1996.

LIPP, Marilda Emmanuel Novaes e MALAGRIS, Lucia Emmanuel Novaes. *Manejo de estresse*. In: B., Rangé (Org.). Psicoterapia comportamental e cognitiva. São Paulo: Psy, 1998.

LIPP, Marilda Emmanuel Novaes. *Manual do inventário de sintomas de stress para adultos (ISSL)*. 3. ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2000.

LIPP, Marilda Emmanuel Novaes. *Estresse emocional: A contribuição de estressores internos e externos.* Revista de Psiquiatria Clínica, v. 28, nº 6, p. 347-349. 2001.

MINISTERIO DA SAÚDE. Resolução n. 7 de 24 de fevereiro de 2010. Dispõe sobre os requisitos mínimos para funcionamento de Unidades de Terapia Intensiva e dá outras providencias. Relator: Dirceu Raposo de Mello. Diário Oficial da União, Brasília, 22 de fev. 2010.

MINISTERIO DA PREVIDENCIA SOCIAL. Brasília, 2018. Saúde do trabalhador: dor nas costas for a doença que mais afastou trabalhadores em 2017.

MORETTO, Cybele Carolina e TERZIS, Antonios. *O sofrimento nas instituições e possibilidades de intervenção grupal.* Arquivos Brasileiros de Psicologia. Rio de Janeiro, v. 62, nº 3, p. 42-47, 2010.

PEDUZZI, Marina. *Equipe multiprofissional de saúde: conceito e tipologia.* Revista Saúde Pública. São Paulo, v. 35, p. 103- 109, 2001.

PEREIRA, Maria Elizabeth Roza e BUENO, Sônia Maria Villela*. Lazer- um caminho para aliviar as tensões no ambiente de trabalho em UTI: uma concepção da equipe de enfermagem.* Revista Latino Americana de Enfermagem. São Paulo, v. 5, nº 4, p. 75-83, 1997.

PITTA, Ana Maria. *Hospital: dor e morte como ofício.* 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1991.
SANTOS, Flávia Urbini dos. *Relação entre eventos estressores e urgência hipertensiva em mulheres.* Campinas, 2007. (Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia do Centro de Ciências da Vida da Pontifícia Universidade Católica- Campinas, para obtenção do título de Mestre em Psicologia).

SERAFINO, Edward. *Health psychology: Biopsychosocial interactions*. 2. ed. New York: Wiley, 1994.

SHIMIZU, Helena Eri e CIAMPONE, Maria Helena Trench. *Sofrimento e prazer no trabalho vivenciado pelas enfermeiras que trabalham em unidade de terapia intensiva em um hospital escola*. Revista da Escola de Enfermagem da USP, v. 33, nº 1, p. 95-106, jun./ago. 1999.

RELEVÂNCIA DA FISIOTERAPIA EM PACIENTES DIAGNOSTICADOS COM MIELOMENINGOCELE: revisão de literatura

RELEVANCE OF PHYSIOTHERAPY IN PATIENTS DIAGNOSED WITH MYELOMENINGOCELE: literature review

Área temática: 1.3

FERREIRA, Lorrayne Jasmim
Universidade de Franca/UNIFRAN
Graduanda em Fisioterapia pela Universidade de Franca/UNIFRAN.
E-mail:Jasmim_loh@hotmail.com

SILVA, Ana Carolina da
Universidade de Franca/UNIFRAN
Graduanda em Fisioterapia pela Universidade de Franca/UNIFRAN.
E-mail:ncarolina57@gmail.com

NALDI, Flávia Caetano Rodrigues Tavares
Universidade de Franca/UNIFRAN
Mestra em Promoção de Saúde. Fisioterapeuta. Docente do curso de Fisioterapia na Universidade de Franca
Email: flavia.naldi@unifran.edu.br

GIROLDO, Julio Cesar
Universidade Cidade de São Paulo/UNICID
Graduado em Educação Física Licenciatura - FIRP (Faculdades Integradas de Ribeirão Pires) e Educação Física bacharel - FAETI (Faculdade de Educação e Tecnologia Iracema). Graduando em Fisioterapia pela Universidade Cidade de São Paulo.
E-mail juliogiroldo1@gmail.com

MARCELINO, Daniela
Mestranda em Promoção de Saúde pela Universidade de Franca Bacharel em Fisioterapia pelo Claretiano Centro Universitário de Batatais. Possui título de Especialista em Fisioterapia em Terapia Intensiva Adulto pelo COFFITO/ASSOBRAFIR. Pós-graduada em Terapia Intensiva Adulto; Bases Neuromecânicas e Metodológicas do Ensino; Fisioterapia Pneumológica; Cuidados Paliativos; Fisioterapia Neurológica Adulta e Gestão em Qualidade em Serviços de Saúde e Hospitalar. Possui aprimoramento profissional em Fisioterapia Respiratória e Intensiva no CTI Adulto pela Santa Casa de Franca.
E-mail: danielamarcelino_fisio@hotmail.com

BULGO, Danilo Cândido
Universidade de Franca/UNIFRAN
Doutorando e Mestre em Promoção de Saúde. Bacharel em Fisioterapia, licenciado em Educação Física, Pedagogia, Letras com habilitação em Língua Inglesa e Portuguesa e Bacharel em Letras tradutor e intérprete. Pós-graduado em Saúde coletiva; Psicopedagogia; Cuidados Paliativos e Terapia da Dor; Fisioterapia Neurofuncional Pediátrica; Fisioterapia Geriátrica e Gerontológica; Oncologia Multiprofissional com ênfase nos cuidados paliativos; Educação especial com ênfase em deficiência intelectual, física e psicomotora; Tutoria, elaboração de materiais e ambientes virtuais em educação à distância (EaD); Gestão Escolar; Transtornos Globais de Desenvolvimento (TGD) e Altas Habilidades; Ensino Lúdico, Neurociência e Aprendizagem e MBA em Gestão Empresarial.
E-mail:danilobulgo@gmail.com

Resumo

A Mielomeningocele é caracterizada como o tipo mais grave de espinha bífida, deletério de um defeito na formação do tubo neural e que se manifesta como uma falha na fusão total dos arcos vertebrais da coluna vertebral, caracterizando em crescimento diplásico da medula e das meninges. Desse modo, faz-se necessário uma atuação multiprofissional para minimizar tais alterações, e nessa perspectiva a fisioterapia surge como um modelo de tratamento que pode auxiliar no manejo da patologia, bem como no aumento da qualidade de vida dos indivíduos diagnosticados com mielomeningocele. O objetivo do presente estudo foi identificar por meio de uma revisão de literatura a relevância da fisioterapia em pacientes com Mielomeningocele. Os procedimentos metodológicos se baseiam na busca de artigosnas bases de dados Biblioteca Virtual em Saúde, *Lilacs* e *PubMed*, disponíveis em um recorte temporal de 2010 a 2020, nos idiomas português e inglês e que abordassem a atuação fisioterapêutica em pacientes com mielomeningocele. Os resultados se mostraram positivo, visto que a fisioterapia possui um arsenal de recursos, estratégias e habilidades que visam o aumento da promoção da saúde e prevenção de agravos típicos da mielomeningocele. Faz-se necessárias novas pesquisas com a finalidade de aumentar as evidências e novas técnicas fisioterapêuticas a serem utilizadas em prol da saúde dos indivíduos diagnosticados com a presente patologia pesquisada no estudo.

Palavras-chave: Mielomeningocele, Fisioterapia, Qualidade de vida.

Abstract

Myelomeningocele is characterized as the most severe type of spina bifida, deleterious of a defect in the formation of the neural tube and which manifests itself as a failure in the total fusion of the vertebral arches of the spine, characterizing in diplomatic growth of the spinal cord and meninges. Thus, a multidisciplinary approach is necessary to minimize such changes, and in this perspective, physiotherapy appears as a treatment model that can assist in the management of the pathology, as well as in increasing the quality of life of individuals diagnosed with myelomeningocele. The aim of the present study was to identify, through a literature review, the relevance of physical therapy in patients with myelomeningocele. The methodological procedures are based on the search for articles in the Virtual Health Library, Lilacs and PubMed databases, available in a time frame from 2010 to 2020, in Portuguese and English and addressing physical therapy in patients with myelomeningocele. The results were shown to be positive, since physiotherapy has an arsenal of resources, strategies and skills aimed at increasing health promotion and preventing diseases typical of myelomeningocele. Further research is necessary in order to increase the evidence and new physiotherapeutic techniques to be used for the health of individuals diagnosed with the present pathology studied in the study.

Keywords: Myelomeningocele, Physiotherapy,Quality of life

1 INTRODUÇÃO

A Mielomeningocele (MMC) é caracterizada pelo acometimento com maior porcentagem e severidade dentre as espinhas bífidas que são consequências do defeito no fechamento do tubo neural. Ela é caracterizada pela protrusão da medula espinhal, meninges e raízes nervosas pelos ossos da coluna que apresentam ausência dos processos espinhosos e com isso o alargamento do canal vertebral (FERNANDES, 2019). A incidência desta doença congênita no Brasil é de 2,28 para cada 1.000 nascidos vivos, fazendo com que seja a segunda causa no comprometimento do aparelho locomotor em crianças (FERREIRA *et al.,* 2018).

A formação do sistema nervoso humano se dá por meio do folheto embrionário, onde o folheto externo chamado de ectorderma é responsável pelo desenvolvimento do tubo neural, processo esse que surge por volta do décimo oitavo dia após a fecundação. O responsável pela formação na coluna vertebral é um cordão localizado na parte posterior chamado de notocorda (FERNANDES, 2019).

A má formação congênita acontece nesse período onde o tubo neural realiza um fechamento incompleto ou incorreto. A MMC possui diversas etiologias, podendo ser integrativas ou isoladas, como diabetes mellitus, obesidade, anormalidade cromossômicas ou uso de drogas, porém, o

principal fator de risco é a falta de ácido fólico no organismo durante a gestação (MACHADO, GERZSON & ALMEIDA, 2019).

Ao se desta patologia, a mesma pode variar o nível lesionado em cada paciente, podendo ser a nível torácico, lombar alto, lombar baixo e sacral, onde o local afetado terá acometimento referente à área, e é diagnosticada intraútero (FERREIRA *et al.,* 2018). Levando em consideração a sequência acima, os comprometimentos podem ser, ausência de contração muscular ativa de membros inferiores, músculos quadríceps adutores de quadril e psoas apresentam funcionalidade, mais a baixo os flexores mediais, tibial ou glúteo médio também podem apresentar qualidade funcional, e no último nível a musculatura responsável pela flexão plantar exibe desempenho (BRAGA, GOUVÊA & WERNECK, 2019).

O grau de severidade e a capacidade desse paciente são determinados pela localização da lesão neurológica e outros fatores como a hidrocefalia, doença que pode estar acompanhada a MMC. Após o nascimento que é feito através da cesariana já que diminui o risco de rotura e diminui muito as chances de infecção, são realizados exames de imagens para completar o diagnóstico (FERREIRA *et al*., 2018).

Os pacientes com MMC, apresentam deformidades musculoesqueléticas como, escoliose, sendo presente em 85% das crianças, o que compromete a sua função respiratória e o seu equilíbrio. Já a lordose pode estar presente, provocando alterações na marcha e provocando dores, e a cifose pode alterar a estabilidade do tronco e também o mecanismo de respiração (PEREIRA et al., 2016). Outras alterações presentes são a hipotonia muscular, diminuição de força, hipotrofia muscular, e deficiências no aparelho locomotor (CAPELINI *et al.,* 2014).

O tratamento deve ser acompanhado por uma equipe multidisciplinar, tendo seu início de maneira precoce, pois possivelmente será um processo contínuo de tratamentos. Nessa perspectiva, a fisioterapia surge como uma grande aliada no tratamento da MMC, pois segundo o Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional (2016) atuação fisioterapêutica se destaca por ser:

> "Uma ciência da saúde que estuda, previne e trata os distúrbios cinéticos funcionais intercorrentes em órgãos e sistemas do corpo humano, gerados por alterações genéticas, por traumas e por doenças adquiridas, na atenção básica, média complexidade e alta complexidade. Fundamenta suas ações em mecanismos terapêuticos próprios, sistematizados pelos estudos da biologia, das ciências morfológicas, das ciências fisiológicas, das patologias, da bioquímica, da biofísica, da biomecânica, da cinesia, da sinergia funcional, e da cinesia patológica de órgãos e sistemas do corpo humano e as disciplinas comportamentais e sociais".

Desta maneira, existe a necessidade de cuidados constantes em pacientes diagnosticados com essa patologia e a fisioterapia possui um rol de recursos em prol da promoção da saúde destes indivíduos,proporcionando uma locomoção mais independente e funcional, além de prescrever a utilização de órteses e próteses, ajustes posturais, aprendizado da função motora, autonomia, bem-estar dentre outras especificidades, o que pode corroborar para um aumento da qualidade de vida dos indivíduos (MACIEL *et al.,* 2018).

Consoante ao exposto, o objetivo do trabalho é identificar na literatura a relevância do tratamento fisioterapêutico em pacientes diagnosticados com MMC.

2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para a elaboração deste trabalho utilizou-se o método de revisão integrativa da literatura, que visa analisar pesquisas realizadas e publicadas no âmbito científico. Para Silva; Menezes (2001, p. 37) "A revisão de literatura resultará do processo de levantamento e análise do que já foi publicado sobre o tema e o problema de pesquisa escolhidos. Permitirá um mapeamento de quem já escreveu e o que já foi escrito sobre o tema e/ou problema da pesquisa".

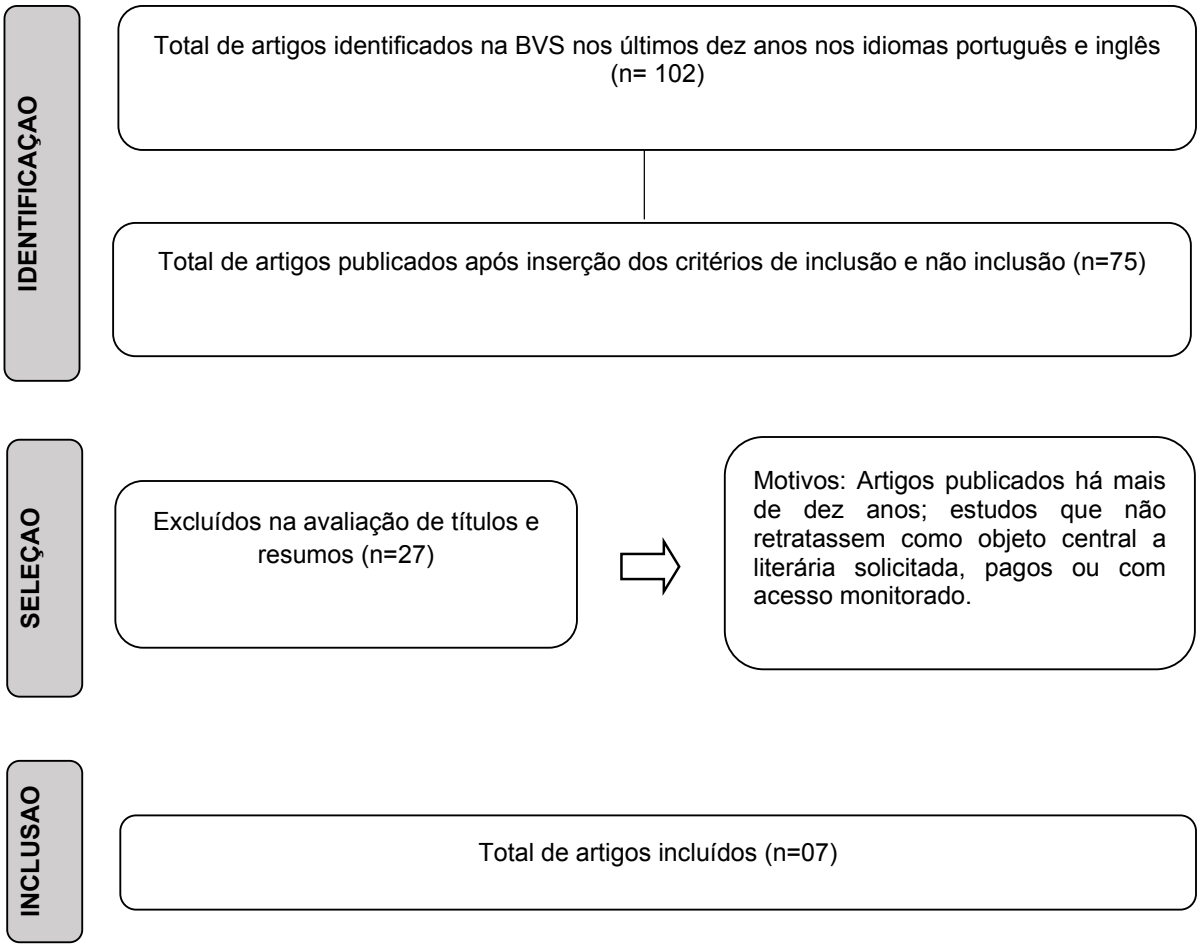
Assim, a Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), PUBMED e LILACS foram escolhidas para realização da coleta das informações acerca do assunto objeto de estudo. A busca bibliográfica foi realizada no mês de setembro de 2020, sendo utilizados os descritores "Fisioterapia" AND "mielomeningocele" e "*Physicaltherapy*" AND "*Myelomeningocele*" intercalado com o operador *booleano AND.*Para serem incluídos nesta revisão, foi estabelecido que *o*s critérios de inclusão fossem artigos disponíveis na íntegra e gratuitos para leitura, em um recorte temporal de

2010 a 2020 e nos idiomas português e inglês. Foram excluídos resumos, dissertações e teses, bem como artigos que retratassem a fisioterapia em outras patologias e obras pagas para serem lidas.

3. RESULTADOS

Após aplicar os procedimentos metodológicos, foram identificados inicialmente 102 estudos com os descritores mencionados anteriormente. Posteriormente, após realizar a inserção dos critérios de inclusão e exclusão, foram excluídas 75 obras, por apresentarem títulos e resumos fora do escopo para inserção frente a temática proposta. Desse modo, 27 artigos foram selecionados para uma leitura de cunho mais criteriosa a fim de estabelecer consonância com os critérios de inclusão. Assim, após essa leitura foram elegíveis 07 artigos que tinham total relação entre a relevância da fisioterapia e seus recursos no que tange pacientes acometidos pela MMC.

O fluxograma a seguir elucida cada etapa realizada na busca de artigos disponíveis na Biblioteca Virtual de Saúde (BVS).



Fonte: elaborado pelos autores (2020)

Os artigos selecionados para compor a presente pesquisa serão apresentados a seguir, preconizando a compreensão da relevância da fisioterapia em pacientes diagnosticados comMMC. Deste modo, para possibilitar um maior aproveitamento da leitura e entendimento dos resultados provenientes de cada elemento inserido, foi estabelecida a utilização da Tabela 1, que demonstra os

dados advindos da busca, outrora selecionados para elaboração desta revisão sistemática, especificando em do ano de publicação, o objetivo geral e posteriormente elucidando os principais resultados encontrados nas obras.

Tabela 1: Relação dos artigos encontrados para elaboração da revisão

AUTOR/ ANO	OBJETIVO	RESULTADOS
SÁ et al., (2010)	Traçar o perfil epidemiológico dos recém-nascidos portadores de (MMC) no IFF/FIOCRUZ, encaminhados ao setor de Fisioterapia Motora	Predomínio do sexo masculino. A maioria dos pacientes apresentou alterações ortopédicas, sendo a mais frequente o pé torto congênito. Os maiores problemas estão relacionados com a possibilidade de levantar, deambular e controlar voluntariamente os sistemas vesical e intestinal. O tratamento de crianças com MMC requer intervenção clínica e cirúrgica precoces, além de tratamento reabilitativo.
SANTOS (2010)	Elucidar a fisioterapia no tratamento de pacientes pediátricos que possuam MMC.	A MMC permite às crianças atingir a fase adulta, logo, é de extrema valia uma equipe multidisciplinar, destacando a fisioterapia para proporcionar qualidade de vida e amenizar os danos a que estão suscetíveis durante o ciclo vital.
FABRIN *et al.,* (2014)	Avaliar os tipos de órteses mais utilizados no auxílio a marcha em crianças portadoras de MMC com faixa etária de 6 e 12 anos	Os tipos de órteses mais utilizadas em crianças com MM são as *KAFOs* e *AFOs* de acordo com a literatura cientifica brasileira. A contribuição destas informações, possibilitam através de estudos futuros correlacionar os níveis de lesão com os acometimentos causados pela MMC, com base nos tipos de órteses utilizadas
GOMES, HASSUNUNA, SILVA (2014)	Avaliar oganho de força muscular e medida de independência funcional de uma praticante do sexo feminino com MMC e hidrocefaliarealizando equoterapia	Baseado na constatação de melhora na condição muscular e funcional da praticante estudada sugere-se a realização de futuras pesquisas que contribuam para estabelecer definitivamente a equoterapiacomo método terapêuticona MM.
LEITE *et. al.,* (2016)	Verificar a atuação fisioterapêutica no desenvolvimento neuropsicomotor infantil para melhorar as habilidades funcionais de uma criança com MMC associada à hidrocefalia.	OConceito NeuroevolutivoBobath e as técnicas fisioterapêuticas,mostraram-seeficazcomo abordagem fisioterapêutica no tratamento da criançaportadora de MMC.
SCONTRI, WERNECK GOUVÊA (2019)	Identificar se os objetivos funcionais realizados em ambiente aquático estavam de acordo com a CIF e com o esperado para o nível da lesãopara o tratamento da MMC.	Verificou-se que os aspectos funcionais propostos para pacientes com MMC, atendidos por meio da fisioterapia aquática, estão de acordo com o comprometimento neurológico e segundo a Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde.

ARAÚJO et al., (2020)	Investigar de maneira específica, os benefícios da utilização do método Pilates em alterações posturais de crianças acometidas pela MMC, descrevendo sobre patologia, bem como suas causas e sintomatologia.	O método Pilates tem grande aplicabilidade na promoção, prevenção e recuperação da saúde, bem como na reabilitação das diferentes disfunções, entre elas a má postura, o método conta com diversas possibilidades na execução dos exercícios, seja nos aparelhos ou solo, que poderão ser empregados no alongamento, fortalecimento e alinhamento, afim de educar a consciência corporal das musculaturas responsáveis por estabilizar e dar dinâmica ao corpo, promovendo assim, o ajuste postural da criança com MMC.

Fonte: elaborado pelos autores (2020)

4. DISCUSSÃO

Os defeitos ocorridos durante a formação do tubo neural são responsáveis pela maioria das anomalias congênitas do sistema nervoso central. Dentre essas malformações, a MMC ocorre entre a terceira e quarta semanas de desenvolvimento embrionário, e sua ocorrência é relativamente baixa, estimando que uma em cada 800 crianças brasileiras nascidas vivas poderá apresentar a MMC (FILGUERIAS; DYTZ, 2006). Os autores destacam ainda que sua etiologia é multifatorial, envolvendo fatores genéticos e ambientais.

No estudo realizado por Sá *et al.,*(2010), 16 pacientes com MMCmostraram possuir desvios que influenciaram diretamente na postura, o que é uma alteração comumente encontrada em indivíduos com MMC, pois as malformações são típicas da patologia. As alterações foram observadas por meio dos prontuários médicos que continham informações referentes ao acometimento medular. Das crianças incluídas na pesquisa, duas apresentaram péssimo prognóstico para marcha devido ao comprometimento em nível torácico, onze possuíam complicações na região lombar e as outras três expuseram lesões de categoria sacral. Na avaliação das fichas de avaliação, foi verificado que quatorze (93,3%) dos pacientes exteriorizaram desajustes biomecânicos tendo como mais comum o pé torto congênito. Vale ressaltar que o tratamento fisioterapêutico esteve presente durante o processo de evolução dos pacientes.

Já nos achados de Santos (2010), a fisioterapia ganha evidencia no que tange o tratamento da MMC, sendo estes considerados suma relevância na recuperação dos sintomas deletérios da MMC, priorizando tratamento voltado para promoção da independência funcional, prevenção de deformidades primárias e secundárias, prevenir úlceras de decúbito por posturas corriqueiras, prevenir deficiências cognitivas secundárias, estabilizar e corrigir deformidades, desenvolver ações que preconizem a evolução cognitiva e do aprendizado das habilidades motoras, ajustes posturais, deambulação de maneira autônoma e também facilitar a utilização de órteses, dispositivos de marcha e locomoção, bem como realizar treinamento do uso de cadeira de rodas, fortalecimento muscular de membros inferiores e superiores e enfatizar a promoção da saúde e da qualidade de vida durante as fases de desenvolvimento dos pacientes com MMC.

A prática clínica aponta a utilização de órteses em indivíduos com MMC, o que surge como um facilitador para proporcionar maior independência funcional, assim nos estudos de Fabrin*et al.,* (2014), evidenciando que a tipologia de órteses dependem do nível da função motora da criança, são destinadas a promover o ortostatismo e o quanto antes prescritas melhor o desempenho e adaptação, as órteses KAFOs e AFOs são as mais utilizadas em indivíduos com MMC. A contribuição destas órteses auxilia na imobilização de uma articulação ou segmento do corpo, restringindo o movimento numa certa direção, além de controlar a motricidade, auxiliar o movimento ou reduzir as forças de sustentação de peso.

Corroborando com as evidências trazidas pelos autores supracitados, Werner (1994), aponta que diversas crianças com MMC possuem incapacitações que atingem a região abaixo da cintura e apesar da deficiência ou da malformação causada, é fundamental que elas aprendam a desenvolver habilidades corporais, mentais, e senso de participação social. O nível da lesão é também é outro achado clínico importante que merece destaque no quadro de complicações em órgãos e sistemas, e por apresentar capacidade intelectual preservada as crianças podem ter dificuldades para lidar com a

vida social, de formar que certas órteses podem ser empregadas para o auxílio de suas habilidades, favorecendo uma menor defasagem da evolução das fases do desenvolvimento em comparação com crianças não comprometidas.

Assim, Gomes, Hassununae Silva (2014), utilizaram um recurso bastante explorado no cenário fisioterapêutico que é a equoterapia, tradicionalmente inserida para tratar diversas patologias, incluindo a MMC. Os autores realizaram um estudo que baseava identificar a relevância dos benefícios advindos da equoterapia em uma paciente com MMC e hidrocefalia, sendo esta, observada durante seis meses, assim os achados clínicos foram positivos, mostrando que os benefícios adquiridos por meio da equoterapia foram ganhos de força muscular, tanto nos membros superiores quanto inferiores, melhora significativa no equilíbrio, coordenação, interação social e independência funcional. Foi notado que a paciente alvo do estudo obteve ganhos na questão do padrão funcional, refletindo significativamente na sua qualidade de vida e seus familiares.

Leite *et al.,* (2016), pesquisaram as condutas fisioterapêuticas em um paciente com MMC que apresentava dificuldade na coordenação motora de tronco e membros superiores, posturas anormais, ausência de equilíbrio de tronco, adotava postura sentada com quadril abduzido, joelhos fletidos e com o tronco fletido sobre os membros inferiores que apresentam paraplegia. Foi utilizado uma metodologia que tem como grande disseminação prática laboral os profissionais de fisioterapia, sendo o Método *Bobath*, um recurso em que o paciente aprende a sensação do movimento, e não o movimento em si e em sua essência visa a diminuição da espasticidade muscular, inserção de movimentos automáticos e voluntários a fim de preparar o paciente para os movimentos funcionais, onde o tônus anormal pode ser inibido e os movimentos mais normais, facilitados.

Diversos são os equipamentos a serem utilizados neste conceito, como bola terapêutica, o rolo, o espelho, entre outros o que pode evidenciar uma possível proporcionar a melhora do desenvolvimento motor e da capacidade funcional da criança. Os achados dos autores mostraram que o Conceito Neuroevolutivo *Bobath*, elucidou pontos positivos na abordagem fisioterapêutica notratamento da MMC. Porém,faz-se necessário que a estimulação precoce seja inserida o mais cedo possível, pois tem-se maior a probabilidadeda criança desenvolver um potencial para as habilidadesnormais, reduzindo os padrões demovimentos anormaise dificuldades posturais.

Frente aos benefícios fisioterapêuticos identificados, Scontri, Werneck e Gouvêa (2019), enfatizam que a estimulação dodesenvolvimento neuropsicomotor pode aumentar índices damelhoria da qualidade de vida, dafunção física e a prevenção decomplicações secundárias típicas da MMC comodeformidades ortopédicas, por exemplo e devem ser osprincipais objetivos da recuperação dafuncionalidade de crianças comMMC. A estimulação do desenvolvimento neuropsicomotor surge como uma relevante estratégia no que concerna os ganhos motores como a aquisição e/ou aprimoramento do controle cervical e de tronco permitindoassim a aquisição e evolução de etapas motoras basais como o rolar, transferência para sentado e a deambulação que irá depender do nível funcional de lesão e presença ou não de complicações secundárias.

Os autores ainda destacam que a fisioterapia aquática possui inúmeros benefícios para o tratamento da MMC, sendo o modelo da CIF norteador aos profissionais no processo de avaliação, a elaborar os objetivos e o plano de tratamento e a fundamentar a escolha dos indicadores de evolução.Já no que se refere ao uso da fisioterapia aquática na MMC, a literatura científica ainda é escassa, porém os resultados previamente encontrados demonstram os benefícios como relaxamento muscular, maior ganho de amplitude de movimento, melhora no sistema cardiovascular e respiratório, além de reduzir dores e sintomas deletérios da MMC.

Nessa perspectiva Araújo et al., (2020), buscaram evidenciar técnicas já estabelecidas na rotina fisioterapêutica utilizando o pilates e seus benefícios aos pacientes com MMC. A técnica inserida no tratamento de indivíduos com MMC possui grande fundamentação na promoção, prevenção e recuperação da saúde, bem como na reabilitação das diferentes disfunções, e mais comumente está a relação da má postura, podendo ser utilizadas diversas possibilidades na realização dos exercícios, seja nos aparelhos ou no ambiente de solo, realizando alongamentos, fortalecimento e alinhamento postural, tendo como finalidade a educação da consciência corporal das musculaturas responsáveis por estabilizar e dar dinâmica ao corpo, promovendo assim, o ajuste postural dos indivíduos com MMC.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados encontrados, evidenciaram que a fisioterapia surge como uma profissão que pode beneficiar de maneira positiva os indivíduos diagnosticados com mielomeningocele, tanto nos aspectos físicos quanto emocionais. Técnicas como bobath, equoterapia, fisioterapia aquática, bem como as evidências cinesioterapêuticas podem corroborar para a minimização dos efeitos deletérios típicos da patologia, como deformidades, fraqueza muscular, déficit sensorial e atrasos no desenvolvimento. Por meio da fisioterapia, pode-se ter aumento significativo na qualidade de vida dos indivíduos e dos seus familiares, sendo necessária a atuação voltada para promoção, prevenção e manutenção da saúde, enfatizado atendimento baseado no modelo biopsicossocial que abarca de maneira global as necessidades deste grupo populacional. Faz-se necessário novas pesquisas para evidenciar ainda mais o potencial da fisioterapia no tratamento de indivíduos com mielomeningocele.

REFERÊNCIAS

CAPELINI, C. M. Intervenção fisioterápica em pessoas com mielomeningocele. **Fisioterapia Brasil**, v. 15, n. 4, p. 298-303, 2016.

DE FISIOTERAPIA, COFFITO–Conselho Federal; OCUPACIONAL, Terapia. Fisioterapia. Disponível em: http://www. coffito. gov. br/nsite/? page_id= 2344. **Acesso em**: 12 out 2020.

FABRIN, S. et al. Tipos de órteses utilizados no auxílio a marcha em crianças com mielomeningocele: revisão literária

FERNANDES,B.Y.C. TRATAMENTO FISIOTERAPÊUTICO NAS DEFORMIDADES ORTOPÉDICAS DO QUADRIL DA CRIANÇA COM MIELOMENINGOCELE. Monografia apresentada para obtenção do título de bacharelado em Fisioterapia. FAEMA, 2019.

FERREIRA, F. R. et al. Independencia funcional de niños de un a cuatroañoscon mielomeningocele. **Fisioterapia e Pesquisa**, v. 25, n. 2, p. 196-201, 2018.

FILGUEIRAS, M. G; DYTZ, J. L. Avaliação do perfil de recém-nascidos portadores de defeitos do tubo neural. **Brasília méd**, p. 17-24, 2006.

GOMES, T. T; HASSUNUMA, R. M; DA SILVA, L. M. Equoterapia como recurso terapêutico na mielomeningocele. **Revista Neurociências**, v. 22, n. 3, p. 458-463, 2014.

LEITE, E. P. et al. Aquisição de habilidades funcionais em uma criança com mielomeningocele-estudo de caso. **Revista HealthFIB**, v. 3, n. 3, 2016.

MACHADO, F. Z; GERZSON, L. R; DE ALMEIDA, C. S. INÍCIO DA MARCHA NA MIELOMENINGOCELE: UMA REVISÃO INTEGRATIVA. **Revista de Atenção à Saúde**, v. 17, n. 61, 2019.

PEREIRA, E. et al. Qualidade de vida de crianças com mielomeningocele atendidas no Hospital Estadual de Sumaré. 2016.

SÁ, M. R. C. et al. Perfil de crianças com mielomeningocele em hospital de referência-Rio de Janeiro. 2010.

SCONTRI, C. M. C. B et al. Associação entre objetivo funcional e nível de lesão na Mielomeningocele. **Revista CIF Brasil**, v. 11, n. 1, p. 17-31, 2019.

WERNER,D. Guia de Deficiências e Reabilitação Simplificada: para crianças e jovens portadores de deficiência, famílias, comunidades, técnicos de reabilitação e agentescomunitários de saúde. 1ª. ed. Brasília: Corde, 1994.

SAÚDE E POLÍTICAS PÚBLICAS: ESTUDOS SOBRE A CIDADE DE FRANCA/SP.

HEALTH AND PUBLIC POLICIES: STUDIES ON THE CITY OF FRANCA / SP.

Área temática: Desenvolvimento Social e Políticas Públicas –
1.3 Psicologia, Saúde e Desenvolvimento

CUNHA, Adriel Júnior Domingues da
Mestrando em Desenvolvimento Regional
pelo Centro Universitário de Franca – Uni-FACEF
Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito de Franca
e-mail: adriel-cunha@hotmail.com

CAVALCANTI-BANDOS, Melissa Franchini Cavalcanti
Docente do Programa de Pós-Graduação em
Desenvolvimento Regional no Uni-FACEF
Mestre e Doutora em Administração pela FEA-USP
e-mail: melissa@facef.br

Resumo

É o objetivo deste artigo realizar uma análise das políticas públicas em saúde na cidade de Franca/SP implementadas desde de 2014 e apresentar uma reflexão crítica acerca do contexto encontrado. A fundamentação teórica tem apoio em Dias e Matos (2017), Gonçalves (2006) e Perez (2006) no que se refere a políticas públicas, na Lei nº8.080/1990 e na Lei nº8.142/1990 no que concerne aos parâmetros para o desenvolvimento de políticas públicas em saúde no Brasil e a importância da participação social. Trata-se de uma pesquisa exploratória e documental onde foram analisados dados contidos nos Planos Nacionais de Saúde a partir de 2012, Planos Plurianuais Municipais 2014/2017 e 2018/2021 e apontamentos oriundos do Fórum Franca 2040. O estudo permitiu verificar que as políticas públicas na cidade de Franca atende de certo modo as premissas legais, balizados pela participação social. Acredita-se, nesse contexto, que o artigo trará importante contribuição para a administração pública.

Palavras-chave: Políticas públicas, Participação social, Saúde pública, Fórum Franca 2040.

Abstract

The purpose of this article is to carry out an analysis of public health policies in the city of Franca/SP implemented since 2014 and to present a critical reflection on the context found. The theoretical foundation is supported by Dias and Matos (2017), Gonçalves (2006) and Perez (2006) with regard to public policies, Law nº 8,080/1990 and Law nº 8,142/1990 regarding parameters for the development of public health policies in Brazil and the importance of social participation. This is an exploratory and documentary research that analyzed data contained in the National Health Plans from 2012, Municipal Multi-Year Plans 2014/2017 and 2018/2021 and notes from the Forum Franca 2040. The study allowed to verify that public policies in the city of Franca it meets the legal premises, guided by social participation. It is believed, in this context, that the article will make an important contribution to public administration.

Keywords: Public policies, Social participation, Public health, Fórum Franca 2040.

1 INTRODUÇÃO

As discussões acerca do tema saúde tem tido grande destaque no ano de 2020 em razão do contexto global, tendo em vista a complexidade que a pandemia do novo corona vírus expôs a humanidade, mostrando em parte a fragilidade do sistema de saúde mundial.

A crise gerada enfatiza, mais do que nunca, a importância da efetivação de políticas públicas bem estruturadas no âmbito local, pois ainda que não fosse possível se evitar uma crise global como esta, seus efeitos poderiam ser absorvidos de forma mais amena, caso houvesse um contexto local bem estruturado por políticas públicas resultantes de planejamento adequado.

A dificuldade de acesso à saúde, esse direito social que figura entre as principais preocupações de qualquer gestor da administração pública, tem deflagrado questionamentos sobre a efetividade das políticas públicas na área. Assim, entender o processo de formulação e de implementação das políticas públicas é condição essencial para averiguação dos possíveis equívocos que levam a ineficiência da administração pública.

Desse modo, é o objetivo deste artigo de realizar uma análise das políticas públicas em saúde na cidade de Franca/SP implementadas desde de 2014 e apresentar uma reflexão crítica acerca do contexto encontrado. Assim, por meio de uma pesquisa exploratória e documental, inicialmente, foi relizado um levantamento teórico baseado em Dias e Matos (2017), Gonçalves (2006) e Perez (2006) no que se refere a políticas públicas, posteriormente, na Lei nº8.080/1990 e na Lei nº8.142/1990 no que concerne aos parâmetros para o desenvolvimento de políticas públicas em saúde no Brasil e na importância da participação social. Foram analisados, na sequência, os dados contidos nos Planos Nacionais de Saúde a partir de 2012, pois o foco da análise municipal estava nos Planos Plurianuais Municipais 2014/2017 e 2018/2021, além de apontamentos do Fórum Franca 2040.

Nesse contexto, esclarece-se que a pesquisa foi motivada, pois um dos autores atua há 15 anos no meio político, com experiência na Administração Pública junto ao Poder Executivo e desenvolve pesquisa acadêmica em torno da temática de políticas públicas e do Fórum Franca 2040 realizado na cidade de Franca/SP.

Com essa proposta, o artigo encontra-se dividido por essa introdução, na sequencia um referencial teórico que aborda os conceitos de políticas públicas e participação social, bem como os aspectos legais na área da saúde. Após, são apresentados os conceitos e discussões em torno do Plano Nacional de Saúde (PNS) e do Plano Plurianual (PPA), para na sequência apresentar as análises práticas dos Planos Plurianuais Municipais e dos registros oriundos do Fórum Franca 2040. Finaliza-se o artigo com as considerações finais e as referências.

2 POLÍTICAS PÚBLICAS E PARTICIPAÇÃO SOCIAL

2.1 ASPECTOS GERAIS

Para tratar das políticas públicas de saúde na cidade de Franca/SP, optou-se, em um primeiro momento, por apresentar aspectos teóricos em torno das políticas públicas e da participação social.

Tendo em vista o contexto, nota-se que o enfoque de Dias e Matos (2017, p.136) ao afirmar que *"políticas públicas tratam da gestão de grandes áreas de problemas ou demandas sociais, com a adoção de critérios de racionalidade na utilização de recursos, planejamento e o estabelecimento de prioridades, objetivos e metas",* apesar de apresentar uma definiçao de cunho mais operacionalizante e objetivo, resume o aspecto prático das políticas públicas.

Sob a ótica dos efeitos decorrentes, concorda-se com Arzabe (apud GONÇALVES, 2006, p.75) ao afirmar que:

> [...] políticas públicas podem ser colocadas, sempre sob o ângulo da atividade, como conjuntos de programas de ação governamental estáveis no tempo, racionalmente moldadas, implantadas e avaliadas, dirigidas à realização de direitos e redistribuição de bens e posições que concretizem oportunidades para cada pessoa viver com dignidade e exercer seus direitos, assegurando-lhes recursos e condições para a ação, assim como a liberdade de escolha para fazerem uso desses recursos (ARZABE apud GONÇALVES, 2006, p.75).

Verifica-se, portanto, que as políticas públicas estão alicerçadas em resolver demandas sociais, por meio de ações planejadas visando a otimização no uso dos recursos de modo a garantir à população o exercícios de seus direitos.

Além da efetivação de direitos, Bucci (apud GONÇALVES, 2006) concorda com Arzabe no que concerne na responsabilização do Estado como agente ativo na efetivação das políticas públicas. De fato, a atuação ativa do Estado é inegável e concretizada a partir de sua normatização legal.

A concretização por meio de legislação também se aplica a participação da sociedade no processo de elaboração, implementação e fiscalização, a qual está assegurada na legislação brasileira, como enfatizado por Perez (2006). Nesse contexto, deve-se fazer referência à Constituição Federal de 1988, com importantes parâmetros para o delineamento dessa participação social, como por exemplo no tocante à área da saúde, como no Art.198 inciso III:

> **Art. 198.** As ações e serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único, organizado de acordo com as seguintes diretrizes:
> **III** - participação da comunidade (BRASIL, 1988)

As especificidades da participação social passam a ser determinadas a partir da criação de novos atos oficiais, como leis, decretos, resoluções, etc; fortalecendo sua garantia e importância (PEREZ, 2006).

Para Perez (2006), a participação social traz eficiência e legitimidade às políticas públicas, demonstrando como essa interação entre a sociedade e administração pública enriquece o processo uma vez que *"legitimidade e eficiência são, portanto, finalidades que se alimentam reciprocamente, isto é, mais legitimidade importa em maior eficiência da atuação da Administração Pública e mais eficiência importa em maior legitimidade"* (PEREZ, 2006, p.168).

Assim, uma vez destacada a relevância da contribuição social nos processos relacionados às políticas públicas, verificar-se-á no próximo tópico, como as normas legais influenciam nesses processos, de maneira específica na área da saúde.

2.2 ASPECTOS LEGAIS NA ÁREA DE SAÚDE.

> O dever do Estado de garantir a saúde consiste na formulação e execução de políticas econômicas e sociais que visem à redução de riscos de doenças e de outros agravos e no estabelecimento de condições que assegurem acesso universal e igualitário às ações e aos serviços para a sua promoção, proteção e recuperação (BRASIL, 1990).

O parágrafo 1º do Art. 2º da Lei nº8.080, de 19 de setembro de 1990, em epígrafe, apresenta, por meio do estabelecimento do dever do Estado, o entendimento norteador para o desenvolvimento e concretização de políticas públicas que assegurem o direito à saúde.

A Lei nº8.080/1990 é a principal legislação para o desenvolvimento de políticas públicas em saúde, uma vez que "*regula, em todo o território nacional, as ações e serviços de saúde, executados isolada ou conjuntamente, em caráter permanente ou eventual, por pessoas naturais ou jurídicas de direito Público ou privado*" (BRASIL, 1990).

Além da Lei nº8.080/1990 que estabelece delineamentos mais amplos, sendo regulamentada pelo Decreto nº7.508, de 28 de junho de 2011 no que concerne mais especificamente ao planejamento e organização dos serviços de saúde (BRASIL, 2011), a Lei nº8.142, de 28 de dezembro de 1990 tem grande importância, em especial para discussão deste estudo, por dispor "*sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde – SUS e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências*" (BRASIL, 1990).

O estabelecimento de contornos mais concretos por meio de legislação, fortalece a operacionalização da participação da comunidade no processo de construção de políticas públicas.

Desse modo, é relevante destacar o Art. 36 da Lei nº8.080/1990, uma vez que além de determinar a oitiva de "órgãos deliberativos", estabelece que o fluxo do processo de formulação das políticas públicas se inicia no nível local.

> Art.36. O processo de planejamento e orçamento do Sistema Único de Saúde (SUS) será ascendente, do nível local até o federal, ouvidos seus órgãos deliberativos, compatibilizando-se as necessidades da política de saúde com a disponibilidade de recursos em planos de saúde dos Municípios, dos Estados, do Distrito Federal e da União (BRASIL, 1990).

A partir deste delineamento fica estabelecido, com base na Lei nº8.142/1990, que cada esfera de governo deverá ser composta por duas instâncias colegiadas: a Conferência de Saúde e o Conselho de Saúde.

O Art.1 §1º da Lei nº8.142/1990 esclarece que a conferência de saúde, enquanto instância colegiada, deverá se reunir a cada quatro anos com o objetivo de "avaliar a situação de saúde e propor as diretrizes para a formulação da política de saúde nos níveis correspondentes" (Art.1 §1º). Já o conselho de saúde terá caráter permanente e deliberativo, sendo composto por representantes do poder público local, profissionais de saúde, prestadores de serviços e usuários. Seu objetivo está focado na *"formulação de estratégias e no controle da execução da política de saúde na instância correspondente, inclusive nos aspectos econômicos e financeiros, cujas decisões serão homologadas pelo chefe do poder legalmente constituído em cada esfera"* (Art.1 §2º).

Com relação aos conselhos de saúde existentes hoje em cada esfera de governo, conforme definido no Art.1 §2º, deve-se mencionar: o Conselho Nacional de Saúde – CNS que representa a instância federal, o Conselho Nacional de Secretários de Saúde – CONASS que é o órgão deliberativo dos Estados, e o Conselho Nacional de Secretários Municipais – CONASEMS, que atua na esfera municipal.

A Lei nº8.142/1990 prevê que a representação dos usuários será paritária tanto nos Conselhos quanto nas Conferências e que tanto o CONASS quanto o CONASEMS tenham representações no Conselho Nacional de Saúde.

Ficam estabelecidas assim, as Comissões Intergestores Tripartite, previstas no Art.14-A da Lei nº8.080/1990, as quais tem como objetivo:

> I - decidir sobre os aspectos operacionais, financeiros e administrativos da gestão compartilhada do SUS, em conformidade com a definição da política consubstanciada em planos de saúde, aprovados pelos conselhos de saúde;
> II - definir diretrizes, de âmbito nacional, regional e intermunicipal, a respeito da organização das redes de ações e serviços de saúde, principalmente no tocante à sua governança institucional e à integração das ações e serviços dos entes federados;
> III - fixar diretrizes sobre as regiões de saúde, distrito sanitário, integração de territórios, referência e contrarreferência e demais aspectos vinculados à integração das ações e serviços de saúde entre os entes federados (BRASIL, 1990).

Tendo em vista o exposto, verifica-se a abrangência da influencia dos Conselhos, uma vez que está entre suas atribuições deliberar sobre aspectos operacionais, financeiros e administrativos do SUS.

Passa-se, desta forma, no próximo tópico, ao detalhamento dos principais mecanismos produzidos na esfera federal e municipal.

3 O PLANO NACIONAL DE SAÚDE (PNS) e PLANO PLURIANUAL (PPA) MUNICIPAL

O Plano Nacional de Saúde (PNS) é documento oficial publicado pelo Ministério da Saúde, debatido e aprovado no CNS, por meio do qual são apresentadas as diretrizes nacionais para a saúde, para um quadriênio.

A participação social na elaboração do PNS é garantida por intermédio do CNS, cuja aprovação é condição *sine qua non* para sua validade e legitimidade.

Em consonância com o entendimento de Dias e Matos (2017, p.137) no que concerne às três macro etapas da formulação de políticas públicas – diagnóstico, planejamento e avaliação – o PNS resulta da análise situacional, no geral, centralizada em três eixos principais (BRASIL, 2011 e 2016):

a) Condições de saúde: de modo geral, se concentra na análise de dados relativos a Morbidade e Mortalidade;

b) Determinantes e condicionantes de saúde: normalmente, se concentra em dados relacionados aos aspectos socioeconômicos, hábitos da população e outras variáveis relativas ao ambiente em que os indivíduos estão inseridos; e

c) Acesso aos serviços de saúde: geralmente, se concentra em dados verificados subdivisão própria dos tipos de serviços de saúde como Atenção básica, Atenção especializada, Transplantes; Atenção às urgências, Assinstência farmacêutica, Saúde mental, entre outros.

O PNS apresenta diretrizes que devem contribuir para o *"aprimoramento do SUS, visando o acesso universal, de qualidade, em tempo oportuno, contribuindo para a melhoria das condições de saúde, para a redução das iniquidades e para a promoção da qualidade de vida dos brasileiros"*(BRASIL, 2011, p.06).

As bases de dados utilizadas na análise situacional são as institucionais como DATASUS, IBGE, OMS, dos Ministérios, FUNASA, ONU, Conselhos de Classe, além de estudo acadêmicos recentes, à época (BRASIL, 2011 e 2016).

Após a apresentação da análise situacional, o PNS estabelecem diretrizes, subdivididas em metas, que em consonância com o Art.13 da Lei nº8.080/1990 se concentram em:

> I - alimentação e nutrição;
> II - saneamento e meio ambiente;
> III - vigilância sanitária e farmacoepidemiologia;
> IV - recursos humanos;
> V - ciência e tecnologia; e
> VI - saúde do trabalhador.

No que tange às leis de diretrizes e orçamentárias, neste estudo mais especificamente ao Plano Plurianual (PPA), sua instituição ocorre por meio da Constituição Federal de 1988, Seção II, Dos Orçamentos, Art. 165 a 169 (BRASIL, 1988).

De acordo com o determinado na Carta Magna, o PPA deve apresenta diretrizes, objetivos e metas das administrações públicas em cada esfera de governo para quatro anos, sendo instituido através de lei sancionada pelo Poder Executivo da instância a que se refere (BRASIL, 1988).

As diretrizes orçamentárias relativas ao cumprimento do PPA também são estabelecidas por meio de leis denominadas Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e Lei de Orçamentos Anuais – LOA (BRASIL, 1988).

No PPA também são verificadas informações orçamentárias, no entanto, o maior detalhamento das diretrizes para despesas de capital ficam estabelecidas na LDO e LOA (BRASIL, 1988).

Em sua composição, o PPA apresenta a descrição dos programas governamentais subdivididos em metas, para as quais são informadas previsões de evolução ao longo dos quatro anos a que se refere a vigência do Plano, podendo ser mensurada por unidade ou porcentagem (MUNICÍPIO DE FRANCA, 2013 e 2017).

O PPA também apresenta os custos totais por programa governamental e trata de modo mais específico as metas, demonstrando tanto a previsão de evolução anual das metas físicas quanto das metas financeiras (MUNICÍPIO DE FRANCA, 2013 e 2017).

A participação social é garantida por meio de audiências públicas e também pela página oficial do Município de Franca na internet, encontrada no site www.franca.sp.gov.br .

Com o objetivo de realizar uma análise das políticas públicas em saúde na cidade de Franca/SP implementadas desde de 2014 e apresentar uma reflexão crítica acerca do contexto encontrado, no próximo tópico são apresentados os resultados da pesquisa documental realizada a partir das diretrizes contidas nos Planos Nacionais de Saúde – PNS de 2012/2015 e 2016/2019, Planos Plurianuais Municipais 2014/2017 e 2018/2021 e registros do Fórum Franca 2040.

4 RESULTADOS

Para este estudo foi realizada pesquisa exploratória e documental através do levantamento das diretrizes contidas nos Planos Nacionais de Saúde – PNS de 2012/2015 e 2016/2019, as quais subsidiam o desenvolvimento de políticas públicas em saúde no âmbito municipal.

A partir deste levantamento foram realizadas análises dos Planos Plurianuais Municipais 2014/2017 e 2018/2021 e apontamentos oriundos do Fórum Franca 2040, analisando as políticas públicas locais.

No âmbito municipal, optou-se por analisar o PPA por se tratar de um instrumento que apresenta maior proximidade da operacionalização das ações, podendo assim apresentar indicadores focados da concretização das políticas públicas.

O PNS 2012/2015 apresentou como resultado 14 diretrizes específicas de saúde conforme se vê no quadro 1, a seguir, e mais outra duas diretrizes consideradas transversais, uma vez que, apesar de não estarem diretamente relacionadas a área, tem grande influência nos condicionantes de saúde.

Quadro 1 – As 14 Diretrizes do PNS 2012/2015

Diretriz 1 – Garantia do acesso da população a serviços de qualidade, com equidade e em tempo adequado ao atendimento das necessidades de saúde, mediante aprimoramento da política de atenção básica e da atenção especializada.
Diretriz 2 – Aprimoramento da Rede de Atenção às Urgências, com expansão e adequação de Unidades de Pronto Atendimento (UPA), de Serviços de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU), de prontos-socorros e centrais de regulação, articulada às outras redes de atenção.
Diretriz 3 – Promoção da atenção integral à saúde da mulher e da criança e implementação da “Rede Cegonha”, com ênfase nas áreas e populações de maior vulnerabilidade.
Diretriz 4 – Fortalecimento da rede de saúde mental, com ênfase no enfrentamento da dependência de crack e outras drogas.
Diretriz 5 – Garantia da atenção integral à saúde da pessoa idosa e dos portadores de doenças crônicas, com estímulo ao envelhecimento ativo e fortalecimento das ações de promoção e prevenção.

Diretriz 6 – Implementação do subsistema de atenção à saúde indígena, articulado com o SUS, baseado no cuidado integral, com observância às práticas de saúde e às medicinas tradicionais, com controle social, e garantia do respeito às especificidades culturais. Diretriz 7 – Redução dos riscos e agravos à saúde da população, por meio das ações de promoção e vigilância em saúde. Diretriz 8 – Garantia da assistência farmacêutica no âmbito do SUS. Diretriz 9 – Aprimoramento da regulação e da fiscalização da saúde suplementar, com articulação da relação público-privado, geração de maior racionalidade e qualidade no setor saúde. Diretriz 10 – Fortalecimento do complexo produtivo e de ciência, tecnologia e inovação em saúde como vetor estruturante da agenda nacional de desenvolvimento econômico, social e sustentável, com redução da vulnerabilidade do acesso à saúde. Diretriz 11 – Contribuição à adequada formação, alocação, qualificação, valorização e democratização das relações de trabalho dos trabalhadores do SUS. Diretriz 12 – Implementação de novo modelo de gestão e instrumentos de relação federativa, com centralidade na garantia do acesso, gestão participativa com foco em resultados, participação social e financiamento estável. Diretriz 13 – Qualificação de instrumentos de execução direta, com geração de ganhos de produtividade e eficiência para o SUS. Diretriz 14 – Promoção internacional dos interesses brasileiros no campo da saúde, bem como compartilhamento das experiências e saberes do SUS com outros países, em conformidade com as diretrizes da Política Externa Brasileira.

Fonte: BRASIL, 2011.

Incorpora-se nesse contexto, duas diretrizes transversais que fazem interface com o PNS. São elas:

> a) Implementar ações de saneamento básico e saúde ambiental, de forma sustentável, para a promoção da saúde e redução das desigualdades sociais, com ênfase no Programa de Aceleração do Crescimento.
> b) Contribuir para erradicar a extrema pobreza no País (BRASIL, 2011).

Verifica-se que o PNS 2012/2015 atende as seis áreas de concentração estipuladas pelo Art.13 da Lei nº8.080/1990, possibilitado pela adição das duas diretrizes transversais. Observa-se ainda que a área de concentração “saúde do trabalhador” fica restrita os trabalhadores do SUS.

Verifica-se que as 14 diretrizes apresentam metas e notou-se que há maior concentração de ação destinadas as diretrizes 1, 2 e 3, uma vez que focam essencialmente nos serviços de atendimento.

No ano de 2013 o Chefe do Poder Executivo Municipal de Franca sancionou a Lei nº7.931, de 24 de setembro de 2013 – Plano Plurianual 2014/2017.

O PPA 2014/2017 de Franca está subdividido em 13 Programas Governamentais conforme é apresentado no quadro 2:

Quadro 2 – Os 13 Programas Governamentais do PPA 2014/2017

ADMINISTRAÇÃO DA REDE BÁSICA DE SAÚDE Desenvolver os programas e ações de administração da rede básica a fim de promover, proteger e recuperar a saúde da população. REDE DE ATENÇÃO ÀS URGÊNCIAS E SERVIÇOS ESPECIALIZADOS Desenvolver os programas e ações de atenção às urgências e serviços especializados a fim de promover, proteger e recuperar a saúde da população. SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO Desenvolver os programas e ações do suporte profilático e terapêutico a fim de promover, proteger e recuperar a saúde da população. INCREMENTAÇÃO E INTEGRAÇÃO DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA MUNICIPAL Desenvolver os programas e ações de incremento e integração da vigilância sanitária municipal a fim de promover, proteger e recuperar a saúde da população. VERIFICAÇÃO DE ÓBITO Desenvolver os programas e ações de verificação de óbito no município.

ATENÇÃO BÁSICA - SUS Manter os serviços da rede básica de saúde com recursos de transferências SUS e contrapartidas necessárias. ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL - SUS Manter os serviços de assistência hospitalar e ambulatorial, ampliar o atendimento da Saúde Mental, com recursos de transferências SUS e contrapartidas necessárias. SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO - SUS Manter os serviços do suporte profilático e terapêutico com recursos de transferências SUS e contrapartidas necessárias. VIGILÂNCIA SANITÁRIA - SUS Implantar e incrementar as ações de vigilância sanitária com recursos do SUS e contrapartidas necessárias. VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA - SUS Implantar e incrementar as ações de vigilância epidemiológica com recursos do SUS e contrapartidas necessárias. ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO – SUS Fortalecer e aperfeiçoar a gestão com políticas de promoção a saúde, educação permanente, regulação, auditoria, ouvidoria e outros, e custeio de novos serviços e ações específicas com recursos de transferências SUS e contrapartidas necessárias. ENCARGOS ESPECIAIS - SAÚDE Cumprir com a obrigação de recolhimento do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP), e outros encargos especiais, dos recursos próprios do Município vinculados à aplicação obrigatória na Saúde. ENCARGOS ESPECIAIS - SAÚDE - TRANSFERÊNCIAS UNIÃO E ESTADO Cumprir com a obrigação de recolhimento do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP), e outros encargos especiais, sobre as transferências da União e Estado para a Saúde.

Fonte: Elaborado pelos autores, 2020 (baseado no PPA 2014/2017).

Consta-se que os Programas Governamentais são subdivididos em metas e ao realizar a análise verifica-se que o principal foco está no atendimento ao usuário e manutenção dos serviços correntes.

Nota-se ainda que o programa de maior custo é o de “rede de atenção às urgências e serviços especializados” e ao observar suas metas, percebe-se que estão relacionadas a serviços a serem prestados por Organizações da Sociedade Civil – OSC, Santa Casa ou hospitais terceirizados. Uma vez que há quantidade significativa de metas relacionadas a reforma, ampliação e construção de equipamentos de saúde em outros programas, acredita-se haver um insuficiência na rede própria para atendimento da população.

Com relação as seis áreas de concentração estipuladas pelo Art.13 da Lei nº8.080/1990, o PPA 2014/2017 apresenta poucas metas nas áreas referentes a recursos humanos, ciência e tecnologia e saúde do trabalhador.

Em uma análise das diretrizes propostas pelo PNS 2012/2015 em comparação ao PPA 2014/2017, verifica-se que deixa de atender a Diretriz 6 por não possuir população indígena; não apresenta significativo esforço em relação a Diretriz 10; e não faz menção às Diretrizes 11 a 14.

Ao realizar análise do PNS 2016/2019, percebe-se que este passa a adotar o termo “Objetivo” ao invés de “Diretriz” e como o anterior apresenta subdivisões em metas. Apesar da redução no número de objetivos para 13, este PNS demonstra características com enfoque generalizado e sua concentração de metas está nos itens 1, 2 e 4, a exemplo do anterior, focalizado em serviços de atendimento e saúde, porém demonstrando maior preocupação com a prevenção.

Por meio da análise das metas de cada objetivo, foi possível confirmar que todas as áreas de concentração foram contempladas pelo PNS, conforme é apresentado no quadro 3.

Quadro 3 – Os 13 Objetivos do PNS 2016/2019

Objetivo 01. Ampliar e qualificar o acesso aos serviços de saúde, em tempo adequado, com ênfase na humanização, equidade e no atendimento das necessidades de saúde, aprimorando a política de atenção básica e especializada, ambulatorial e hospitalar. Objetivo 02. Aprimorar e implantar as Redes de Atenção à Saúde nas regiões de saúde, com ênfase na articulação da Rede de Urgência e Emergência, Rede Cegonha, Rede de Atenção Psicossocial, Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência, e da Rede de Atenção à Saúde das Pessoas com Doenças Crônicas. Objetivo 03. Promover o cuidado integral às pessoas nos ciclos de vida (criança, adolescente, jovem, adulto e idoso), considerando as questões de gênero, orientação sexual, raça/etnia, situações de vulnerabilidade, as especificidades e a diversidade na atenção básica, nas redes temáticas e nas redes de atenção à saúde. Objetivo 04. Reduzir e prevenir riscos e agravos à saúde da população, considerando os determinantes sociais, por meio das ações de vigilância, promoção e proteção, com foco na prevenção de doenças crônicas não transmissíveis, acidentes e violências, no controle das doenças transmissíveis e na promoção do envelhecimento saudável. Objetivo 05. Promover a atenção à saúde dos povos indígenas, aprimorando as ações de atenção básica e de saneamento básico nas aldeias, observando as práticas de saúde e os saberes tradicionais, e articulando com os demais gestores do SUS para prover ações complementares e especializadas, com controle social. Objetivo 06. Ampliar o acesso da população a medicamentos, promover o uso racional e qualificar a assistência farmacêutica no âmbito do SUS. Objetivo 07. Promover a produção e a disseminação do conhecimento científico e tecnológico, análises de situação de saúde, inovação em saúde e a expansão da produção nacional de tecnologias estratégicas para o SUS. Objetivo 08. Aprimorar o marco regulatório e as ações de vigilância sanitária, para assegurar a proteção à saúde e o desenvolvimento sustentável do setor. Objetivo 09. Aprimorar o marco regulatório da Saúde Suplementar, estimulando soluções inovadoras de fiscalização e gestão, voltadas para a eficiência, acesso e qualidade na atenção à saúde, considerando o desenvolvimento sustentável do setor. Objetivo 10. Promover, para as necessidades do SUS, a formação, a educação permanente, a qualificação, a valorização dos trabalhadores, a desprecarização e a democratização das relações de trabalho. Objetivo 11. Fortalecer as instâncias do controle social e os canais de interação com o usuário, com garantia de transparência e participação cidadã. Objetivo 12. Aprimorar a relação interfederativa e a atuação do Ministério da Saúde como gestor federal do SUS. Objetivo 13. Melhorar o padrão de gasto, qualificar o financiamento tripartite e os processos de transferência de recursos, na perspectiva do financiamento estável e sustentável do SUS.

Fonte: Brasil, 2016.

A partir dos objetivos propostos no PNS 2016/2019, verifica-se que a Lei nº8.585, de 23 de setembro de 2017 – Plano Plurianual 2018/2021 de Franca traz uma distribuição de Programas Governamentais com a adição de três novos programas, demonstrados no quadro 4.

Quadro 4 – Os 16 Programas Governamentais do PPA 2018/2020

ADMINISTRAÇÃO DA REDE BÁSICA DE SAÚDE Desenvolver os programas e ações de administração da rede básica a fim de promover, proteger e recuperar a saúde da população REDE DE ATENÇÃO ÀS URGÊNCIAS E SERVIÇOS ESPECIALIZADOS Desenvolver os programas e ações de atenção às urgências e serviços especializados a fim de promover, proteger e recuperar a saúde da população. SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO Desenvolver os programas e ações do suporte profilático e terapêutico a fim de promover, proteger e recuperar a saúde da população.

INCREMENTAÇÃO E INTEGRAÇÃO DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA MUNICIPAL Desenvolver os programas e ações de incremento e integração da vigilância sanitária municipal a fim de promover, proteger e recuperar a saúde da população. VERIFICAÇÃO DE ÓBITO Desenvolver os programas e ações de verificação de óbito no município. ENCARGOS ESPECIAIS - SAÚDE Cumprir com a obrigação de recolhimento do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP), e outros encargos especiais, dos recursos próprios do Município vinculados à aplicação obrigatória na Saúde. ATENÇÃO BÁSICA - SUS Manter os serviços da rede básica de saúde com recursos de transferências SUS e contrapartidas necessárias. ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL - SUS Manter os serviços de assistência hospitalar e ambulatorial, ampliar o atendimento da Saúde Mental, com recursos de transferências SUS e contrapartidas necessárias. SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO - SUS Manter os serviços do suporte profilático e terapêutico com recursos de transferências SUS e contrapartidas necessárias. VIGILÂNCIA SANITÁRIA - SUS Implantar e incrementar as ações de vigilância sanitária com recursos do SUS e contrapartidas necessárias. INCREMENTAÇÃO E INTEGRAÇÃO DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA MUNICIPAL - SUS Desenvolver os programas e ações de incremento e integração da vigilância sanitária municipal a fim de promover, proteger e recuperar a saúde da população. VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA - SUS Implantar e incrementar as ações de vigilância epidemiológica com recursos do SUS e contrapartidas necessárias. ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO – SUS Fortalecer e aperfeiçoar a gestão com políticas de promoção a saúde, educação permanente, regulação, auditoria, ouvidoria e outros, e custeio de novos serviços e ações específicas com recursos de transferências SUS e contrapartidas necessárias. ENCARGOS ESPECIAIS - SAÚDE - TRANSFERÊNCIAS UNIÃO E ESTADO Cumprir com a obrigação de recolhimento do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP), e outros encargos especiais, sobre as transferências da União e Estado para a Saúde. GESTÃO DO FUNDO DE PROTEÇÃO AOS ANIMAIS Realizar os projetos do Fundo de Proteção dos Animais. GESTÃO DA POLÍTICA MUNICIPAL SOBRE DROGAS Desenvolver atividades de apoio à prevenção, atenção e reinserção social de usuários de crack, álcool e outras drogas.

Fonte: Elaborado pelos autores, 2020 (baseado no PPA 2018/2021).

As metas dos programas demonstram alinhamento com o proposto pelo PNS 2016/2019, pois distribuem grande parte dos indicadores em ações focalizadas na prevenção. Verifica-se também que há atenção ao fortalecimento da equipe de saúde, preocupação com a manutenção dos recursos tecnológicos e mais de uma meta voltada a participação social.

Ao buscar informações no Portal de Transparência da Prefeitura Municipal de Franca constatou-se que há dois arquivos para o mesmo anexo do PPA, sendo um texto classificado como publicado pelo legislativo e outro apenas com sua nomeclatura habitual. Ao analisar ambos, no que tange a saúde, notou-se que o texto publicado pelo legislativo apresenta metas relativas as transferências para as OSCs, enquanto o texto de executivo tem essas metas vetadas.

Pela análise documental, entende-se que houve divergência entre o executivo e o legislativo no consenso do uso do orçamento público.

Em comparação como os objetivos do PNS 2016/2019, o PPA 2018/2021 deixa de cumprir o estabelecido no Objetivo 05 pela ausência de população indígena, com relação ao Objetivo 07 não há uma meta que demonstre perfil ativo no desenvolvimento científico propriamente, mas há metas que propiciam a criação de um ambiente inovador.

Como mencionado anteriormente, em razão da compreensão da importância da participação

social, houve um esforço adicional para sua concretização por meio do evento Fórum Franca 2040, do qual resultaram 32 apontamentos na área da saúde.

O Fórum Franca 2040 foi realizado em 2019 com o intuito de trazer ao debate popular o planejamento da cidade para os próximos 20 anos, tornando viável o registro do desejo da população como diretrizes para a elaboração das políticas públicas.

A seguir, são destacados no quadro 5 os 32 apontamentos na área da saúde no Fórum Franca 2040.

Quadro 5 – Apontamentos da Área da Saúde – Fórum Franca 2040

1. Garantir acesso aos recursos federais e estaduais, para fortalecimento da Atenção Básica, com expansão da Estratégia Saúde da Família (ESF) e implantação do Núcleo de Apoio à Saúde da Família (Nasf).
2. Ampliar o número de equipes e territórios atendidos, bem como a capacitação frequente da equipe ESF, visando a informar e orientar a população sobre saúde e uso racional do serviço, fortalecendo as linhas de cuidado e o vínculo com o usuário e sua corresponsabilidade, garantindo a eficiência do sistema de referência e contrarreferência.
3. Fortalecer as ações de promoção e prevenção em saúde, com aprimoramento dos serviços de vigilância.
4. Operacionalizar o Serviço de Atendimento Domiciliar, fortalecendo a integração com a Atenção Básica.
5. Promover a educação e a capacitação continuadas dos servidores, com foco no atendimento humanizado, objetivo e efetivo dos munícipes que utilizem o serviço da Secretaria de Saúde.
6. Garantir o bom funcionamento da rede informatizada nos serviços de saúde e implantação de Núcleo de Planejamento em Saúde, utilizando os indicadores de saúde.
7. Garantir a integralidade no atendimento da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) e o funcionamento do Grupo Condutor.
8. Ampliar a cobertura dos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) no município, e implantar o CAPSi – Atendimento a Crianças e Adolescentes, para transtornos mentais graves e persistentes, inclusive pelo uso de substâncias psicoativas, de acordo com a legislação vigente.
9. Manter e ampliar o Centro de Reabilitação – CER II para CER IV (auditiva, física, intelectual e visual), em consonância com a Portaria Ministerial no 1.303, de 28 de junho de 2013.
10. Ampliar a rede de atenção às pessoas com deficiência por meio da implantação da Rede de Reabilitação Lucy Montoro, conforme Decreto Estadual no 61.003, de 19 de dezembro de 2014.
11. Ampliar e organizar o Serviço de Nutrição, visando à promoção e proteção da saúde, prevenção, diagnóstico e tratamento de agravos, com a implantação de protocolos de cuidados relativos à Alimentação Saudável e a Nutrição Enteral (NE) de acordo com a legislação vigente.
12. Adequar e garantir a manutenção física dos equipamentos de saúde, ampliando o acesso da comunidade.
13. Implantar o Centro de Especialidades Odontológicas (CEO), com viabilização de convênios entre os Centros de Especialidades Odontológicas e a Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência, conforme diretrizes do Ministério da Saúde, Portaria no 599/GM – 23/03/2006.
14. Ampliar, organizar e fortalecer a Saúde Bucal na Atenção Básica, com a implantação da equipe de Saúde Bucal na ESF (eSB).
15. Implantar o Laboratório Regional de Prótese Dentária (LRPD).
16. Efetivar a implantação das diretrizes do Programa Cidade Amiga do Idoso, conforme as orientações da Organização Mundial da Saúde (OMS), abordando oito aspectos gerais da vida urbana (espaços abertos e prédios; transporte; moradia; participação social; respeito e inclusão; participação cívica e emprego; comunicação e informação; apoio comunitários e serviços de saúde), conforme os Planos Municipais de Saúde e Assistência Social.
17. Promover campanhas educativas mais incisivas nas escolas do município, com objetivo de sensibilizar os alunos e seus familiares sobre os riscos do uso de álcool e outras drogas.
18. Fortalecer e ampliar os programas regionais em parceria com a DRS-VIII.
19. Ampliar as parcerias com o governo federal, visando a ações de Controle de Zoonoses.
20. Ampliar e fortalecer o Centro de Referência em Saúde do Trabalhador (Cerest).
21. Desenvolver, intersetorialmente, campanhas que estimulam o modo de vida saudável, com o objetivo de prevenção e redução dos fatores de risco para as doenças transmissíveis e não transmissíveis.

22. Fortalecer o Conselho Municipal de Saúde, por meio de ações de educação permanente, oficinas e conferências, que ampliem a participação efetiva deste órgão nas ações da Secretaria Municipal de Saúde. 23. Fomentar as lideranças dos bairros e movimentos sociais locais, realizando parcerias para atuação conjunta no território da unidade e fortalecimento de vínculos, como grupos da unidade, sala de espera, entre outros, para divulgar e convidar os usuários a participarem dos Conselhos Gestores locais, Conselho Municipal de Saúde e demais fóruns de participação popular. 24. Ampliar a parceria das universidades com a rede pública de saúde, objetivando a prática clínica e o conhecimento, promovendo a expansão qualitativa da rede de atenção à saúde. 25. Expandir a adequação de prédios públicos e ampliar a capacitação de profissionais para melhor acolhimento dos usuários com algum tipo de limitação e ou pessoa com deficiência. 26. Fortalecer o SUS como política pública do Estado e otimizar o direcionamento do financiamento e o investimento na Atenção Básica para prevenir o adoecimento e a morte precoce da população. 27. Promover a revisão na forma do financiamento, garantindo o repasse integral dos recursos vigentes do SUS, visando ao melhor atendimento dos usuários e considerando a transição demográfica pela qual o país vem passando. 28. Garantia da efetiva implantação das políticas de assistência farmacêutica com a qualificação do "cuidado farmacêutico". 29. Buscar caminhos concretos, bem abalizados e fundamentados para implantação do plano de carreira do servidor da Secretaria de Saúde. 30. Estudos avançados para elaboração de mecanismos que possam auxiliar a Secretaria de Saúde em sua auditoria interna. 31. Fortalecimento da Atenção Especializada com a qualificação do servidores da área técnica e administrativa, bem como a instituição de protocolos de regulação que possam efetivar a referência e contrarreferência. 32. Garantir e aperfeiçoar o funcionamento da Comissão Interdiciplinar para ações judiciais.

Fonte: MUNICÍPIO DE FRANCA, 2019.

No que se refere à área da saúde, detecta-se grande proximidade entre o PNS 2016/2019, o PPA 2018/2021 e os 32 apontamentos, sendo possível destacar as preocupações da população com saúde preventiva, saúde bucal, saúde mental, humanização do atendimento, valorização do profissional, fortalecimentos de mecanismos de controle dos gastos públicos e da participação social na tomada de decisões.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio da análise foi possível verificar que as teorias de Dias e Matos (2017), Gonçalves (2006) e Perez (2006), no que se refere aos aspectos gerais das políticas públicas e seu processo de formulação alicerçado na participação da sociedade, são uma prática real e fundamental para o desenvolvimento de políticas públicas efetivas.

Essa realidade se concretiza, na áera da saúde, por meio de legislações específicas como a Lei nº8.080/1990, que regulamenta o sistema de saúde em todo território nacional e institui o Plano Nacional de Saúde; e da Lei nº8.142/1990, que dispõe sobre a participação social na formulação das diretrizes na saúde. Mas seu marco inicial e fundamental nasce na Constituição Federal de 1988, que neste estudo foi analisada no que tange a participação social em amplo aspecto e a instituição do Plano Plurianual como importante lei de gestão para a adminstração pública.

Quanto ao Plano Nacional de Saúde e o Plano Plurianual foi possível compreender neste estudo sua fundamental importância como instrumentos balizadores do planejamento na gestão da administração pública capazes de possibilitar a efetivação das políticas públicas, bem como auxiliar a sociedade na fiscalização das ações governamentais.

Enquanto resultados desse artigo, verifica-se que a partir da análise dos documentos apresentada é possível perceber uma tendência crescente de maior consciência quanto a importância da saúde preventiva e da necessidade de fortalecimento da base, isto é, dos profissionais de saúde.

Verifica-se também que a população entende seu papel na tomada de decisão e almeja por mais conhecimento e voz.

Os dados levantados trazem um alerta quanto a insuficiência dos espaços de saúde por meio dos apontamentos relativos a reforma, adequação, expansão de prédios públicos, o que denota ainda a possibilidade de escassez de profissionais na rede municipal.

A destinação de parte significativa do orçamento para utilização dos serviços das OSCs, o que percebe-se não ter sido consenso em 2017, reforça essa percepção das possíveis limitações enfrentadas pelo sistema de saúde municipal.

A detecção de proximidade entre o PNS 2016/2019, PPA 2018/2021 e os 32 apontamentos do Fórum Franca 2040 podem ser interpretadas como uma constatação de que as políticas públicas estão alinhadas, mas principalmente enfatizam que apesar da população estar participando e saber o que quer, deve-se ampliar essa participação.

Conclui-se, desse modo, que no que tange ao processo de formulação das políticas públicas em saúde, a cidade de Franca tem atendido as premissas legais no que concerne ao acesso ao direito social à saúde e também quanto a participação popular.

Deve-se esclarecer como limitações do trabalho o uso exclusivo de dados secundários e pesquisa documental, contudo, propõe-se como estudos futuros sejam realizados junto aos usuários, profissionais do sistema municipal de saúde, Conselho Municipal de Saúde e gestores da administração pública, visando analisar a vivência dos indivíduos na realidade decorrente das políticas públicas na saúde.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria-Executiva. Subsecretaria de Planejamento e Orçamento. Plano Nacional de Saúde – PNS: 2012-2015, Brasília: Ministério da Saúde, 2011. Série B. Textos Básicos de Saúde. Disponível em: <https://conselho.saude.gov.br/biblioteca/Relatorios/plano_nacional_saude_2012_2015.pdf>. Acesso em: 02 de set. de 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. Plano Nacional de Saúde – PNS: 2016-2019, Brasília: Ministério da Saúde, 2016. Disponível em: < https://www.saude.gov.br/images/pdf/2019/dezembro/02/Plano-Nacional-de-Saude---PNS--2016-2019-.pdf>. Acesso em: 02 de set. de 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. Plano Nacional de Saúde: 2020-2023, Brasília: Ministério da Saúde, 2020. Disponível em: < https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/plano_nacional_saude_2020_2023.pdf>. Acesso em: 02 de set. de 2020.

BRASIL. Presidência da República. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília: Casa Civil, 1988. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 06 de out. de 2020.

BRASIL. Presidência da República. Decreto n°7.508, de 28 de junho de 2011. Brasília: Casa Civil, 2011. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7508.htm>. Acesso em: 06 de out. de 2020.

BRASIL. Presidência da República. Lei n°8.080, de 19 de setembro de 1990. Brasília: Casa Civil, 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8080.htm>. Acesso em: 06 de out. de 2020.

BRASIL. Presidência da República. Lei n°8.142, de 28 de dezembro de 1990. Brasília: Casa Civil, 1990. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8142.htm>. Acesso em: 06 de out. de 2020.

DIAS, Reinaldo; MATOS, Fernanda. Políticas Públicas – Princípio, Propósitos e Processos. São Paulo: Atlas, 2017.

GONÇALVEZ, Alcindo. Políticas Públicas e Ciência Política. In: BUCCI, Maria Paula Dallari (org). Políticas Públicas Reflexões sobre o conceito. São Paulo: Saraiva, 2006. pp.75-96.

MUNICÍPIO DE FRANCA. Secretaria de Assuntos Estratégicos. Fórum Franca 2040: construindo juntos os próximos 20 anos. Franca: Prefeitura Municipal de Franca. 2019.

MUNICÍPIO DE FRANCA. Lei nº7.931, de 24 de setembro de 2013 – Plano Plurianual 2014/2017 – Anexo II – Planejamento Orçamentário – PPA. Franca: 2013. Disponível em:< http://www.franca.sp.gov.br:8084/online2003/contabil/novo_portal_transparencia/ppa/2014-2017/lei/04%20Anexo%20III%20-%20Anexo%20II%20do%20TCESP%20-%20Programas.pdf>. Acesso em: 02 de set. de 2020.

MUNICÍPIO DE FRANCA. Lei nº7.931, de 24 de setembro de 2013 – Plano Plurianual 2014/2017 – Anexo III – Planejamento Orçamentário – PPA. Franca: 2013. Disponível em:< http://www.franca.sp.gov.br:8084/online2003/contabil/novo_portal_transparencia/ppa/2014-2017/lei/05%20Anexo%20IV%20-%20Anexo%20III%20do%20TCESP%20-%20A%C3%A7%C3%B5es.pdf>. Acesso em: 02 de set. de 2020.

MUNICÍPIO DE FRANCA. Lei nº8.585, de 23 de setembro de 2017 – Plano Plurianual 2018/2021 – Anexo II – Planejamento Orçamentário – PPA. Franca: 2017. Disponível em:< http://www.franca.sp.gov.br:8084/online2003/contabil/novo_portal_transparencia/ppa/2018-2021/lei/04.Anexo%20III%20-%20Anexo%20II%20do%20TCESP%20-%20Programas.pdf>. Acesso em: 02 de set. de 2020.

MUNICÍPIO DE FRANCA. Lei nº8.585, de 23 de setembro de 2017 – Plano Plurianual 2018/2021 – Anexo III – Planejamento Orçamentário – PPA. Franca: 2017. Disponível em:< http://www.franca.sp.gov.br:8084/online2003/contabil/novo_portal_transparencia/ppa/2018-2021/lei/05.Anexo%20IV%20-%20Anexo%20III%20do%20TCESP%20-%20A%C3%A7%C3%B5es.pdf>. Acesso em: 02 de set. de 2020.

PEREZ, Marcos Augusto. A participação da sociedade na formulação, decisão e execução das políticas públicas. In: BUCCI, Maria Paula Dallari (org). Políticas Públicas Reflexões sobre o conceito. São Paulo: Saraiva, 2006. pp.163-176.

SEGURANÇA DO PACIENTE: FATORES CONTRIBUINTES PARA OS INCIDENTES EM UM SERVIÇO DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA

PATIENT SAFETY: CONTRIBUTING FACTORS FOR INCIDENTS IN AN EMERGENCY SERVICE.

Área temática: Área temática: Psicologia, Saúde e Desenvolvimento

SANTOS, Patricia Reis Alves dos
Uni-FACEF
Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto/USP
Mestra em Tecnologia e Inovação em Saúde e Enfermagem
patreisenf@gmail.com

ROCHA, Fernanda Ludimilla Rossi
Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto/USP
Doutorado em Enfermagem
ferocha@eerp.usp.br

TAVARES, Helena Vilela Rosa Fadel
Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto/USP
Mestranda em Tecnologia e Inovação em Saúde e Enfermagem
helenavilelaenf3@gmail.com

Resumo
No contexto do cuidado em saúde podemos vivenciar situações concretas de erros e vários são os fatores que permeiam essas ocorrências. Compreender os fatores que podem elevar o potencial para a ocorrência de incidentes é vital para a implementação de estratégias de melhorias. Faz-se necessário quebrar a lógica tradicional de atribuir os erros exclusivamente a falha humana e, consequentemente, ao profissional da “ponta do cuidado”. Assim, esse artigo tem como objetivo apresentar e discutir os fatores contribuintes para erros no cuidado em saúde, na percepção da equipe de enfermagem, de um serviço não hospitalar de urgência e emergência. Como procedimentos metodológicos foi utilizada a pesquisa qualitativa, do tipo pesquisa-ação. A coleta de dados foi por meio de grupo focal e entrevistas semiestruturadas. Participaram deste estudo 33 profissionais. Os dados foram interpretados por meio da técnica de Análise de Conteúdo, na modalidade temática. O estudo possibilitou conhecer a percepção dos trabalhadores quanto aos fatores contribuintes para os erros, mais especificamente, nos cenários de urgência e emergência. Foi possível elencar influências determinantes, das quais as de maior relevância relacionam-se ao contexto externo e interno à instituição, fatores humanos individuais, da equipe e aqueles inerentes ao paciente e acompanhante, reafirmando que os erros nos serviços de urgência e emergência podem estar presentes e suas causas são multifatoriais. Ressaltamos a importância da compreensão e análise dos fatores contribuintes como elementos essenciais para uma gestão de risco efetiva, contribuindo sobremaneira para a implementação de ações de melhorias para a segurança do paciente.

Palavras-chave: Segurança do Paciente, Serviço de emergência, Fatores contribuintes

Abstract
In the context of health care, we can experience concrete situations of errors and several factors permeate these occurrences. Understanding the factors that can raise the potential for incidents to occur is vital for implementing improvement strategies. It is necessary to break the traditional logic of attributing errors exclusively to human error and, consequently, to the “tip of care” professional. Thus, this article aims to present and discuss the contributing factors for errors in health care, in the perception of the nursing team, of a non-hospital service of urgency and emergency. As methodological procedures, qualitative research, of the action-research type, was used. Data

collection was carried out through a focus group and semi-structured interviews. 33 nursing workers participated in this study. The data were interpreted using the Content Analysis technique, in the thematic modality. The study made it possible to know the perception of workers regarding the contributing factors for errors, more specifically, in the urgency and emergency scenarios. It was possible to list determinant influences, of which the most relevant are related to the external and internal context of the institution, individual human factors, the team and those inherent to the patient and companion, reaffirming that errors in urgent and emergency services may be present and its causes are multifactorial. We emphasize the importance of understanding and analyzing the contributing factors as essential elements for effective risk management, greatly contributing to the implementation of improvement actions for patient safety.

Descriptors: Patient Safety, Emergency Service, Hospital, Contributing factors

1 INTRODUÇÃO

Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), a segurança do paciente compreende ações de redução dos riscos de danos desnecessários associados aos cuidados em saúde a um nível que possa ser aceito (WHO, 2009).

Os incidentes estão entre os principais conceitos relacionados à segurança do paciente e são descritos como eventos ou circunstâncias que poderiam ter resultado, ou resultaram, em dano desnecessário à saúde, e podem ser classificados como: circunstâncias notificáveis, quase erros, incidentes sem danos e eventos adversos (incidente que resultou em dano ao paciente) (WHO, 2009).

As discussões com foco nessa temática ganharam força e destaque mundial nas últimas décadas, após a publicação do documento intitulado “Errar é humano: construindo um sistema de saúde mais seguro” (*To err is Human: building a safer health system*), em 1999. Esta publicação chamou à atenção para as milhares de vidas perdidas em decorrência de erros associados aos cuidados em saúde (KOHN, 2000).

Neste movimento, no Brasil, em 2013, foi instituído o Programa Nacional de Segurança do Paciente (PNSP), representando um avanço enquanto política pública, na medida em que reconheceu a magnitude dos eventos adversos no país, e a necessidade urgente de envolvimento dos gestores, profissionais e usuários, em prol da ampliação de estratégias para promoção de ações para mitigação de dos riscos e erros nos serviços de saúde (BRASIL, 2013)

Com a criação do PNSP, também vieram iniciativas na construção e implementação de protocolos para a segurança do paciente, com foco em: Identificar corretamente o paciente; Melhorar a comunicação entre profissionais de saúde; Melhorar a segurança na prescrição, no uso e na administração de medicamentos; Assegurar cirurgia em local de intervenção, procedimentos e paciente corretos; Higienizar as mãos para evitar infecção; Reduzir o risco de quedas e úlceras por pressão. Tem-se investido na divulgação de tais protocolos, por meio de publicações e da sensibilização para a adesão das instituições de saúde públicas ou privadas.

Mesmo diante de todas as iniciativas adotadas nos últimos anos, contextualizar Segurança do Paciente no cenário das instituições de saúde é um constante desafio, pois a assistência à saúde sempre envolverá riscos, em virtude dos avanços tecnológicos, da diversidade de processos organizacionais e de uma demanda cada dia mais ascendente.

Quando as barreiras de prevenção são ultrapassadas, vivenciamos situações concretas de erros e vários são os fatores que permeiam essas ocorrências. Compreender os fatores que podem estar associados é vital para a implementação de estratégias de melhorias.

Segundo a OMS os fatores contribuintes são categorizados com base em experiências mundiais, sendo eles: do pessoal (individual e equipe), do paciente, relacionados ao trabalho e ambiente, e aqueles organizacionais, internos e externos à instituição de saúde.

Faz-se necessário quebrar a lógica tradicional de atribuir os erros exclusivamente a falha humana e, consequentemente, ao profissional da “ponta do cuidado”. Prosseguir com tal abordagem desconsidera o fato de que alguns desses erros são cometidos muitas vezes por profissionais treinados e experientes, os quais são responsabilizados por não terem sido capazes de preveni-los, em detrimento a outros diversos fatores que podem estar envolvidos.

Neste sentido, conhecer os fatores que podem elevar o potencial para a ocorrência de incidentes, analisá-los e implementar barreiras para minimizá-los são atitudes que poderão contribuir

para a segurança no cuidado.

Assim, esse artigo tem como objetivo apresentar e discutir os fatores contribuintes para erros no cuidado em saúde, na percepção da equipe de enfermagem, de um serviço não hospitalar de urgência e emergência do interior de São Paulo.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este artigo, aborda o recorte de uma pesquisa qualitativa, na modalidade pesquisa-ação, realizada no contexto de pós-graduação, nível mestrado, pela Escola de Enfermagem de Ribeirão/Universidade de São Paulo (SANTOS, 2016).

Como percurso metodológico, foi seguido um ciclo de fases contínuas e inter-relacionadas (fase exploratória, fase de aprofundamento da temática, fase de ação e avaliação e divulgação dos resultados), as quais sob a perspectiva de Thiollent (2009) devem percorrer o caminho entre a pesquisa e a ação de forma flexível e simultânea.

O cenário deste estudo foi um serviço não hospitalar de urgência e emergência, localizada no interior do Estado de São Paulo, o qual é referência municipal e regional, atendendo cerca de mil pacientes diariamente, usuários do Sistema Único de Saúde (SUS), maiores de 12 de anos, provenientes de demanda espontânea ou encaminhados por serviços de Atendimento Pré-hospitalar móvel e Unidades Básicas de Saúde.

Os serviços não hospitalares de urgência e emergência compreendem pontos de atenção da Rede de Urgência, intermediários a atenção primária e aos serviços hospitalares, recebendo pacientes com condições agudas, clínicas e traumáticas, realizando encaminhamentos responsáveis quando necessário (BRASIL, 2011).

Os participantes deste estudo foram os trabalhadores de enfermagem, de ambos os sexos, no total, 33 aceitaram participar do estudo. A coleta dos dados foi realizada no período de junho de 2015 a abril de 2016, sendo adotadas as técnicas da entrevista semiestruturada e do Grupo Focal (GF). Estratégias de coleta realizadas na própria unidade de saúde, em sala reservada, sendo encerradas quando os depoimentos e discussões apontavam saturação dos dados diante dos objetivos propostos para o estudo (MINAYO, 2014).

Para as entrevistas semiestruturadas foi utilizado um roteiro norteador, construído pelo pesquisador, pautando-se em questionamentos que buscavam explorar possíveis situações de riscos e incidentes vivenciados pelos trabalhadores, bem como fatores contribuintes e ações adotadas pela equipe diante destas ocorrências.

Para as discussões coletivas, foram oportunizados dois GF. Utilizou-se como elemento disparador para a condução dos GF um vídeo de domínio público que abordava a situação real de uma ocorrência de erro. Dessa forma, foi possível problematizar e contextualizar esta vivência e correlacioná-la às ocorrências identificadas pelos trabalhadores em seu local de trabalho.

A interpretação dos dados foi realizada por meio da técnica de Análise de Conteúdo, na modalidade temática proposta por Minayo (2014), emergindo os núcleos de sentido das falas e o significado das mensagens expressas tanto pela comunicação verbal quanto pela não verbal.

Os dados construídos com base nas entrevistas e discussões coletivas possibilitou a construção de um diagnóstico situacional, o qual subsidiou posteriormente a elaboração de um Plano de Ação Coletivo (SANTOS; ROCHA; SAMPAIO, 2019).

No diagnóstico situacional foram elencados quatros eixos temáticos norteadores, com suas respectivas categorias e subcategorias, a saber:

- Percepção e vivência dos trabalhadores diante dos riscos e incidentes no contexto do trabalho em urgência e emergência;
- Fatores que contribuem para os riscos e para a ocorrência de incidentes;
- Conduzindo as ocorrências;
- Impacto dos incidentes.

As falas dos participantes serão apresentadas para exemplificar a construção realizada ao longo desta pesquisa-ação. Buscando garantir o anonimato, foram utilizadas letras “E” para identificar as entrevistas e “GF” para os grupos focais, seguidas do número referente à ordem de participação dos trabalhadores.

Esta investigação iniciou-se após a aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa (CAAE39982414.1.0000.5393), encontrando-se em conformidade com todos os preceitos éticos recomendados pela Resolução 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1 Breve caracterização dos participantes da pesquisa

Em relação aos participantes (33 trabalhadores de enfermagem), seis (18,2%) eram enfermeiros, 22 (66,7%) técnicos de enfermagem e cinco (15,1%) auxiliares de enfermagem. Quanto à idade e sexo, 24 (72,7%) possuíam entre 26 e 45 anos, sendo 26 (78,8%) mulheres, evidenciando uma equipe predominantemente jovem e feminina. No que se refere à formação profissional, a maioria (63,7%) possuía mais de 11 anos de formados, sendo possível inferir tratar-se de uma equipe com vivência e habilidades para a atuação na enfermagem.

3.2 Diagnóstico situacional: Fatores que contribuem para os riscos e para a ocorrência de incidentes

Neste artigo, optamos por apresentar e discutir um dos eixos temáticos desta pesquisa, os "Fatores que contribuem para os riscos e para a ocorrência de incidentes"**,** que submergiram no diagnóstico situacional", conforme apresenta-se no quadro 1:

Quadro 1: Eixo temático: fatores contribuintes para a ocorrências de incidentes

DIAGNÓSTICO SITUACIONAL	
Eixo: Fatores que contribuem para os riscos e para a ocorrência de incidentes	
Categorias	**Subcategorias**
✓ Contexto Institucional: fatores internos e externos à Instituição de Saúde ✓ Pessoas: individual e equipe ✓ Paciente e família	Recursos materiais e humanos, protocolos assistenciais; formação e capacitação profissional para atuação em urgência e em segurança do paciente; demanda excessiva; fluxo de atendimento, relações no trabalho entre equipes; comunicação verbal e comunicação escrita; desconhecimento pelos pacientes acerca dos processos de trabalho do serviço de urgência; falta de confiança na equipe; agressão verbal e física aos trabalhadores pelos pacientes e acompanhantes; mídia como influência no contexto interno.
	Fadiga, estresse, duplos vínculos empregatícios, interferências de fatores externos ao trabalho, experiência, motivação e compromisso para com o trabalho.
	Barreiras na comunicação, fatores relacionados ao paciente e acompanhante tais como: sociais e culturais, idade, estresse, condição clínica, medo, apoio familiar.

Fonte: Elaborado pelos autores.

Dentre os principais fatores que contribuem para os erros envolvem: estrutura organizacional e administrativa; fatores humanos individuais; ambiente de trabalho; uso de tecnologias e interface homem-máquina; aspectos inerentes ao paciente, como a condição clínica e fatores sociais; comunicação entre as equipes e entre equipes e pacientes, assim como fatores externos (HARADA et al., 2006; WACHTER, 2013).

A seguir, abordaremos os principais fatores evidenciados pela equipe de saúde relacionadas ao Contexto Institucional: fatores internos e externos à Instituição de Saúde; referente aos profissionais, seja individual ou equipe; ao paciente e família, assim como, as implicações desses fatores para a segurança do paciente.

3.2.1 Contexto institucional: fatores internos e externos à instituição de saúde

Todas as organizações, são passíveis de influências relacionadas a fatores internos e externos, que por vezes, podem comprometer o alcance dos objetivos por elas propostos. Neste estudo, foi possível identificar pontos-chaves de fatores internos, e também acerca de fatores externos (sobre os quais a instituição não possui governabilidade), um deles é a influência da mídia no ambiente de trabalho, o que segundo a equipe de saúde pode contribuir para aumento de riscos e ocorrência de erros, conforme a fala a seguir:

> *"É chato quando a gente escuta, principalmente lá na rua da minha casa, todo mundo já sabe que eu trabalho no pronto-socorro, eles já falam vou lá ao matadouro (...) a última pessoa que morreu e que saiu na mídia eu fiquei a semana inteira ouvindo o povo falar que a mataram lá, que matou o quê? Aqui não mata ninguém, muito pelo contrário, aqui procuramos fazer com que a pessoa saia bem, infelizmente é um estigma que o pronto-socorro vai carregar" (E18).*

A fala supracitada destaca a influência dos meios de comunicação que, segundo eles, contribui para divulgação de notícias que depreciam os serviços de urgência e emergência. Observa-se que a influência da mídia na construção de valores negativos no imaginário popular tem causado impacto considerável no contexto organizacional interno e, consequentemente, no ambiente e nas relações de trabalho. Com frequência, usuários chegam ao serviço com medo, agressivos, reivindicando atendimento de forma não democrática.

> *"Muitas vezes o paciente vem ao pronto-socorro com medo, estigma, é eu vou lá para aquele pronto-socorro, se eles me tratarem mal, eu quebro tudo, eu arrebento, eu faço isso; aí o paciente chega, já vem com esse pensamento negativo" (E18).*

Observou-se que a veiculação de notícias que envolvem os serviços de emergência decorre da maior audiência, "ibope", visto que estes assuntos estão ligados a procedimentos complexos e emergenciais, causando maior impacto e visibilidade (MENEGOM, 2008).

A maior visibilidade de notícias com foco em serviços intermediários, tais como os de urgência e emergência, e de maior complexidade, como os hospitais, traduz a percepção da mídia e talvez da própria população de maior importância destes serviços (MENEGOM, 2008). Assim, pode-se inferir que as ações de promoção de saúde e prevenção de doenças ainda não fazem parte do cotidiano da população.

Neste contexto, os serviços de emergência, não raras vezes, são culpabilizados e colocados em posição central na resolução das necessidades da população. Esta influência da imprensa leva a uma interpretação depreciativa dos serviços ofertados, o que também tem sido observado no contexto deste estudo.

As situações adversas presentes nos serviços de emergência podem desencadear episódios conflituosos que culminam em agressões aos trabalhadores, por parte de usuários e acompanhantes (LANCMAN; GONÇALVES; MÂNGIA, 2012; VASCONCELLOS; ABREU; MAIA, 2012).

Nos depoimentos, foi possível identificar a ocorrência de agressões verbais e físicas, assim como sentimento de insegurança no desempenho de suas funções. Tais situações podem representar não somente riscos aos servidores, mas também aos pacientes em atendimento.

> *"Tem as situações de pessoas que agridem a gente, agridem a gente verbalmente e até fisicamente, a falta de segurança que nós temos aqui" (E4).*

> *"... porque tem uma fila lá fora esperando, porque tem um reclamando e brigando e fazendo pressão"(E20).*

A equipe também expressou preocupação quanto aos riscos ao paciente, diante dessas situações:

> *"... tivemos um fato aqui do pai de uma criança que jogou uma cadeira pra acertar um trabalhador, podia ter acertado outro paciente"(E4).*

Dados semelhantes foram evidenciados por estudo realizado em serviço de pronto-atendimento hospitalar, no qual se identificou que a maioria (76,7%) dos trabalhadores de enfermagem foi vítima de violência ocupacional, sendo a agressão verbal por parte de pacientes e acompanhantes a mais comum (VASCONCELLOS; ABREU; MAIA, 2012).

Corroborando os dados, estudo de Cezar e Marziale (2006), em um serviço de urgência hospitalar, aponta que 100% dos enfermeiros e 88,2% dos técnicos em enfermagem foram vítimas de violência ocupacional por parte de pacientes e acompanhantes, havendo predomínio (93,35%) de

agressão verbal. Segundo os autores, na opinião da maioria dos trabalhadores, as agressões são motivadas por condições de trabalho precárias, com reflexos no atendimento aos usuários, assim como em decorrência de desigualdades sociais.

Ainda segundo os autores supracitados, a exposição à violência no ambiente de trabalho pode trazer consequências ao trabalhador, expressas por sintomas emocionais como raiva, tristeza, irritação, ansiedade e humilhação. Tais sentimentos, por sua vez, interferem diretamente na sua saúde e qualidade da assistência prestada.

Nesse sentido, estudo internacional realizado em 30 hospitais na Irlanda evidenciou que o ambiente de trabalho pode interferir significativamente nos resultados relacionados à segurança do paciente (KIRWAN; MATTHEWS; SCOTT, 2013).

Dados de pesquisa recente, de representatividade nacional acerca do perfil da enfermagem, evidenciaram resultados preocupantes quanto às condições de trabalho: 61,9% dos profissionais expressam sentimento de insegurança, 47,2% sentem-se desrespeitados e mal tratados pelos usuários e 65,9% consideram desgastante a atividade profissional (MACHADO et al., 2016).

Este clima de insegurança e violência no ambiente de trabalho corrobora os resultados em discussão, e acredita-se que possa contribuir para baixos índices de motivação e desempenho dos profissionais, com reflexo no aumento dos riscos e consequente comprometimento da segurança de todos os envolvidos.

Uma vez que a imprensa transmite informações para a sociedade e participa da construção de diversos conhecimentos, desempenha papel importante na constituição das concepções dos serviços de saúde, sendo capaz de influenciar, positiva ou negativamente, a população (MAIA, 2013).

A utilização da comunicação midiática para divulgação a respeito do funcionamento dos serviços de urgência e emergência, buscando a sensibilização quanto ao uso destes espaços, foi uma estratégia elencada pela equipe, neste estudo, como forma de envolver e esclarecer a comunidade. Segundo eles, tal estratégia pode contribuir para solução de algumas problemáticas apresentadas, sobretudo o uso inadequado dos serviços de urgência e emergência.

No entanto, questiona-se se a mídia tem sido capaz de contribuir para a discussão de fatores relacionados às dificuldades de forma abrangente, e não meramente política, nem propor soluções para melhorias nos serviços de saúde (CESARIO; RUBIM; RAMOS, 2014; VILLELA; NATAL, 2014).

Para além da influência da mídia, outro fator destacado na percepção da equipe foi a procura desordenada da população pelo atendimento de emergência.

Inúmeros foram os relatos sobre a insatisfação com a demanda excessiva e o papel da superlotação nas relações entre trabalhadores e pacientes, o que contribui para um ambiente de hostilidade, por vezes de violência, como supracitado. Isto também repercute na qualidade da assistência, tal como evidenciaram as falas a seguir:

> *"Eu acredito que acontece por sobrecarga de trabalho, tumulto (...) igual foi esse último caso, estava tudo ocupado e precisou do leito, acabamos tirando o paciente que na verdade nem era pra estar de alta, nem era pra gente ter colocado ele sentado, na hora do tumulto acabamos colocando"(E20).*

> *"... porque é uma área que é uma bomba" (E1).*

Para os trabalhadores a busca pelos serviços de pronto atendimento em detrimento aos serviços de atenção primária, como exemplo às Unidades Básicas de Saúde (UBS) e as Estratégias de Saúde da Família (ESF), capazes de resolver a maioria dos problemas mais comuns da população (MENDES, 2010), fatores considerados cruciais para superlotação e gastos adicionais ao sistema de saúde.

Dados do sistema de gestão da saúde do município possibilitou identificar que, no período de um ano o número de atendimentos realizados no serviço de emergência foi aproximadamente ao número total de habitantes do município, no mesmo período. Alguns relatos abordaram algumas possíveis explicações para esta situação:

> *"Eu acho que a população não sabe usar o pronto-socorro, coisas que na unidade básica poderiam ser resolvidas. E vem para cá, é falta de informação, eu acho que seria" (GF2-P1).*

> *"Porque tem pessoa que vem, mesmo sendo informada que aqui é urgência e emergência. Depois a pessoa tem que ir à UBS (unidade básica de saúde) marcar uma consulta e procurar um especialista; muitas vezes, a pessoa se acomoda e vem muito no pronto-socorro" (E15).*

> *"... muitas vezes a gente vê que eles tomam medicação só pra ganhar um atestado, isso também, assim, tinha que mudar, ele tem que ver que aquela medicação que ele vai tomar à toa pode prejudicá-lo, mas é conscientização" (E15).*

Essa problemática não é específica da realidade estudada, Garcia e Reis (2014), em seu estudo em uma unidade não hospitalar de urgência no interior de São Paulo, evidenciou que a maioria dos atendimentos realizados nestas unidades compreende casos agudos e de baixa complexidade, o que revela uma utilização indevida desses serviços. Acresce-se que 97,7% dos pacientes procuram por atendimento de forma espontânea, sendo atendidos sem restrições, independentemente da gravidade dos casos.

Ademais, esta situação é agravada também pelo desconhecimento da população sobre os processos de trabalho instituídos no serviço de emergência, como o acolhimento, que envolve avaliação e classificação de risco a partir da necessidade apresentada pelo paciente. Além disso, a falta de informação dos pacientes a respeito do contexto de atendimento nestas unidades muitas vezes gera transtornos à equipe e aos demais pacientes em atendimento, tal como é possível observar na fala a seguir:

> *"É, há os casos das pessoas que chegam agressivas, não entendem como funciona no caso da triagem da prioridade do paciente. É que existem as prioridades, mas ele não entende que tem prioridade, e agride a gente" (E4).*

A dificuldade de compreensão do modelo de atendimento por grau de risco e não por ordem de chegada, proposto pelo Acolhimento com Avaliação e Classificação de Risco (AACR), gera inúmeros conflitos e agressões verbais e físicas entre pacientes e trabalhadores. Constitui a base do processo e dos fluxos assistenciais de toda Rede de Atenção às Urgências. É um instrumento reorganizador dos processos de trabalho buscando atender a todos que procuram a unidade de urgência, de forma humanizada e individualizada, direcionando o paciente ao setor pertinente, dotado de recursos adequados para atender suas necessidades, assim fortalecendo os princípios e diretrizes do SUS (BRASIL, 2002; 2011).

A importância da efetiva implementação do AACR nos serviços de urgência e emergência justifica investimentos das instituições de saúde em capacitações aos profissionais envolvidos, bem como ações de sensibilização da população quanto à importância do instrumento para a agilidade e resolutividade no atendimento.

Quanto aos fatores internos relacionados à Instituição de Saúde, os recursos materiais e a estrutura física foram citados como instrumentos que podem facilitar ou dificultar o desenvolvimento do trabalho em saúde e contribuir, ou não, para aumento dos riscos ao paciente, conforme observado nas falas a seguir:

> *"É o material de trabalho, aqui no pronto-socorro é muito bom, assim é bem, você tem tudo que precisa, tanto é escalpe adequado, abocath (dispositivos para punção venosa), é tudo. Então, já não oferece tanto risco não" (E15).*

> *"Pelo fato de não ter macas com grade pra deitar, alguns pacientes, na hora da medicação, caem da cadeira, paciente cai da maca"(E6).*

> *"... então, eu acho que é manutenção, se quebra uma torneira, se faz uma coisa assim, demora muito para ser consertado e acaba prejudicando muito o serviço" (E6).*

A estrutura física interfere, por exemplo, na gestão de risco de quedas, em especial os sistemas de iluminação, a escolha e manutenção dos pisos e mobiliários. Na prática, observa-se que as recomendações, conforme legislações vigentes, de adequações às necessidades dos pacientes

não são atendidas em sua totalidade (ROSA; MENEZES, 2015). A falta de camas com grades e travas, por exemplo, foi associada à maior frequência de quedas em ambiente hospitalar (PAIVA et al., 2010).

Tal preocupação tem sido constante em unidades de emergência. Diante da falta de leitos para acomodar os pacientes, enfermeiros deparam-se com a angústia de decidir quais serão acomodados nas macas disponíveis, ou mesmo com a necessidade de transferir alguns de macas para cadeiras, situações de grande sofrimento no trabalho destes profissionais (SANTOS; LIMA, 2011).

O enfermeiro, além de participar diretamente do cuidado ao paciente crítico, tem como atribuição disponibilizar e alocar adequadamente recursos materiais e humanos, de modo a equilibrar a demanda de atendimento e os recursos necessários (COELHO et al., 2010). Trata-se de uma difícil tarefa, quando o contexto são as unidades de urgência e emergência.

Quanto aos fatores relacionados aos recursos humanos, estes têm sido considerados responsáveis por boa parcela da ocorrência dos incidentes e eventos adversos.

A desproporção entre o número de profissionais e a demanda de atendimento, refletindo em sobrecarga de trabalho, tem sido um dos grandes desafios nas instituições de saúde de todo o mundo. Número insuficiente de trabalhadores para a demanda da unidade também foi mencionado em algumas falas:

> *"... também porque, às vezes, a gente não tem um número de servidor, de trabalhador que condiz com a realidade"(E2).*

> *"Precisava ter mais funcionários e supervisor pra enxergar algumas coisas que acontecem que, por conta de nós sermos poucos enfermeiros no plantão, tem coisa que acontece que a gente não vê" (E20).*

Os relatos corroboram com estudos baseados na percepção dos profissionais de saúde de nível técnico que mostraram, dentre os fatores de maior contribuição para a ocorrência de incidentes e eventos adversos, estão a sobrecarga de trabalho e a dificuldade no uso de tecnologias no cuidado em saúde (CORBELLINI et al., 2011; CORREA et al., 2012).

A sobrecarga de trabalho e o aumento da ocorrência de incidentes com desfechos desfavoráveis têm sido discutidos em estudos nacionais e internacionais (DUARTE et al., 2015; GONÇALVES et al., 2012; VAN BOGAERT et al., 2014). Pesquisa realizada em dois hospitais universitários no Brasil possibilitou correlacionar a carga excessiva de trabalho à ocorrência de eventos adversos e ao aumento do risco de mortalidade em unidades de terapia intensiva (NOVARETTI et al., 2014).

Outros estudos também demonstraram a relação direta entre o ambiente de trabalho e a qualidade do cuidado prestado. Nesse sentido, um ambiente positivo, com número adequado de profissionais, é capaz de diminuir a insatisfação com o trabalho, os índices de adoecimento entre os trabalhadores e aumentar a segurança do paciente (AIKEN et al., 2011; SPENCE; LEITER, 2006).

Assim, a preocupação com o ambiente e as condições de trabalho, assim como o dimensionamento do quantitativo de profissionais de enfermagem, são ações que devem ser vistas com atenção pelos gestores em prol da qualificação do cuidado.

No que se refere aos serviços de urgência e emergência, esta problemática assume proporções ainda maiores quando consideradas a dinâmica de atendimento, a complexidade das ações desenvolvidas e a rotatividade de pacientes aliadas à escassez de parâmetros, o que dificulta dimensionar o quantitativo necessário de pessoal (GARCIA; FUGULIN, 2010).

No setor público, a situação se agrava, em virtude da Lei de Responsabilidade Fiscal, usada como justificativa pelos gestores para a não reposição do quadro de pessoal, acrescido da falta de estabelecimento de políticas e práticas em recursos humanos nas instituições públicas tem trazido impacto na atividade assistencial, principalmente diante das dificuldades para a contratação de forma ágil de mão de obra qualificada (MORICI; BARBOSA, 2013).

Para além do número insuficiente de profissionais, acresce-se a dificuldade de capacitação destes profissionais para o trabalho em emergência. Os participantes apontaram a necessidade de maior treinamento no serviço para atualização profissional.

> *"Então, essas medidas que eu penso seriam o treinamento, mas a gente vive batendo nessa tecla, principalmente aqui eu não vejo esses treinamentos" (E9).*

> *"Eu acho que deveria assim, até no local de trabalho, sabe, tirar um tempo, nem que fosse uma vez por mês, tirar um tempo e passar essas novidades que estão chegando no serviço (E9).*

> *"... é capacitação mesmo, a gente não tem profissionais que vêm para dar capacitação, para dar treinamentos (...) eu acho que deveria ter educação continuada, mas a gente não consegue, pelo número reduzido de funcionários" (GF2-P2).*

A capacitação dos profissionais que atuam nos serviços de emergência é considerada premissa básica para o cuidado seguro. Qualificar a assistência e garantir treinamento contínuo às equipes que atuam na atenção às urgências são elementos primordiais para a organização e qualificação dos serviços de urgência e emergência em todo o território nacional (BRASIL, 2002).

A demanda de capacitação da equipe de profissionais para o atendimento em emergência não é preocupação recente. No entanto, na prática, há inúmeras dificuldades para a viabilização dos programas de ações educativas nos serviços de saúde**.**

Entre os desafios descritos pelos trabalhadores, podemos destacar a abordagem de conteúdos e métodos não condizentes com a real necessidade da equipe. Como estratégia de superação diante da realidade apresentada, elencou-se a necessidade de organização de ações educativas, com base em temas evidenciados pelos trabalhadores, e a utilização de casos reais vivenciados como subsídio às discussões sobre o tema.

Importante destaque merece ser conferido às estratégias apontadas para ações educativas, com ênfase na utilização de recursos como a problematização baseada em situações reais ocorridas no cotidiano de trabalho, ao incentivo à participação dos próprios trabalhadores como facilitadores e a momentos que permitam a troca de experiências e de conhecimentos, elementos essenciais para uma aprendizagem significativa.

> *"... é muito legal quando a chefe fala: olha vamos fazer um treinamento disso, você tem competência para isso (GF2-P1)".*

> *"Isso naturalmente, no dia a dia, a gente acaba fazendo isso, aprendendo, a gente aprende muito um com o outro, acho que sistematizar isso (GF2-P4)".*

Embora os trabalhadores recorram à expressão "treinamentos" para abordar a temática das ações educativas no contexto de trabalho, os discursos para efetivação destas ações contêm pressupostos da educação permanente, que prioriza o aprendizado com base nas necessidades identificadas, discutidas, problematizadas e deliberadas pelas próprias equipes, em seus espaços coletivos, com a participação de todos os trabalhadores (BRASIL, 2005; 2009).

O enfoque da educação permanente representa importante mudança nas práticas de capacitação dos trabalhadores em serviço, uma vez que incorpora o aprendizado à vida cotidiana, problematizando o próprio fazer e valorizando os sujeitos como atores reflexivos e construtores do conhecimento e a equipe como estrutura de interação (BRASIL, 2009).

Por fim, no contexto institucional, a ausência de protocolos assistenciais também foi descrita como barreira a ser enfrentada na busca pela segurança, visto que dificulta a comunicação efetiva entre as equipes.

> *"Mas não tem, assim, um protocolo ainda falando oh, esse paciente, ele pode ir por conta disso, então aí dificulta; às vezes, o paciente dá entrada nesse setor, porque você tem que conversar com o médico e discutir o caso e, às vezes, não é aceito, expõe o paciente ao risco" (E10).*

Correa e colaboradores (2012) assinalam que a implantação de protocolos é uma importante ferramenta gerencial em prol da melhoria da qualidade dos serviços de saúde e possibilita que todos os profissionais envolvidos na assistência saibam "o que e como" devem ser realizadas as ações durante o atendimento ao paciente (HARADA et al., 2006).

3.2.2 Fatores humanos: individuais e equipes

O trabalho em saúde é, essencialmente, coletivo, pois envolve diversos profissionais com um objetivo comum: a assistência à saúde com qualidade. Para tanto, é necessário o verdadeiro compromisso de cada profissional e do conjunto de trabalhadores (SOUZA et al., 2010).

No contexto do trabalho em emergência, na perspectiva dos trabalhadores, os fatores humanos são relevantes para aumento dos riscos e da ocorrência de incidentes– tanto aqueles inerentes ao profissional quanto à equipe de trabalho. Como fatores individuais, destacaram os físicos e psicológicos, bem como o conhecimento, a habilidade e atitude para o trabalho.

Especificamente sobre os fatores da equipe, ressaltaram a comunicação e interação entre os membros, e no que se refere aos fatores fisiológicos que podem contribuir para a ocorrência de erros, a fadiga, o sono, sobrecarga de trabalho, doenças, entre outros. Quanto aos fatores psicológicos, tédio, frustração, ansiedade e estresse. Todos esses fatores, em conjunto, são capazes de afetar de alguma maneira os processos cognitivos dos profissionais e, portanto, comprometer a segurança do paciente (HARADA et al., 2006).

No presente estudo, os trabalhadores retrataram uma realidade presente no cotidiano da enfermagem que muito tem sido discutida, atualmente.

> *"Eu acho que é, por exemplo, uma pessoa que trabalha a noite inteira, tem pessoas que trabalham em 2 em 3, tudo bem, mas tem pessoas que, às vezes, o filho se acidentou, às vezes, a pessoa não está preparada" (E10).*
>
> *"E você vê que a pessoa já está no limite, eu acho que isso talvez possa prejudicar muito a enfermagem. Acho que está acontecendo isso sim, tem pessoas que você vê que estão sobrecarregadas, entendeu?"(E1).*

Observa-se, nas falas, profissionais que trabalham em duplas jornadas, em rotatividade de turnos, além de problemas particulares que interferem na execução das tarefas. Apontam situações envolvendo não somente sobrecarga física, mas também psicológica, fato que contribui para que adoeçam.

> *"... não sabe os problemas que essa pessoa tem e falta suporte psicológico, até do serviço de forma geral; não existe uma visão do profissional de enfermagem, se pensa no profissional de enfermagem como um número" (E24).*
>
> *"Então, eu acho que a enfermagem sempre precisa de uma ajuda, porque não é fácil cuidar dos outros, a gente tem que cuidar da gente primeiro. Às vezes, a pessoa não está preparada para cuidar do próximo" (E1).*

O profissional de saúde, em destaque o de enfermagem, está entre aqueles com maior risco de adoecimento. Dados de pesquisa sobre o perfil da enfermagem evidenciam que 56,1% dos profissionais declararam necessidade de tratamento médico nos últimos 12 meses, o que representa um milhão de trabalhadores. Além disso, 65,9% consideram a atividade desgastante, sobretudo os enfermeiros (71,7%), que se queixam de desgaste profissional (MACHADO et al., 2016b).

Nos serviços de emergência, a imprevisibilidade da demanda como parte do processo de trabalho e a necessidade de estar sempre em estado de alerta podem ser componentes desencadeadores de estresse. Acresce-se a exposição a situações de sofrimento e grande tensão, o que ocasiona sobrecarga psíquica para dar conta destas demandas (SOUZA; SILVA; NORI, 2007).

Diante deste cenário, os trabalhadores alertam para o papel da equipe na prevenção de falhas e defendem ser preciso atuar de forma decisiva, bem como ter conhecimento e experiência para assumir esta responsabilidade:

> *"... a gente tem que ter conhecimento, porque você tem que contestar uma coisa que você tem certeza que está errada" (E22).*

A necessidade de maior comprometimento individual com o trabalho também esteve entre as temáticas elencadas, pontuando os inúmeros aparatos tecnológicos como ponto negativo e

determinante para a ocorrência de erros. Segundo alguns entrevistados, esses dispositivos podem levar a interrupções e distrações no ambiente de trabalho.

> *"... centrar, focar no trabalho, deixar de brincadeiras, é hoje tem muito o negócio de whatsapp, então esquecer os problemas externos, vir centrado, focado para o trabalho, porque se você foca, tem menos erro, menos possibilidade de errar, eu penso por aí" (E5)*.

Sobre os fatores da equipe, pode-se destacar a sua capacidade de interação e comunicação em prol de um objetivo comum: a prestação do cuidado. Um dos participantes abordou a importância da comunicação para o bom desenvolvimento do trabalho.

> *"Olha, eu acho assim, que o trabalho da enfermagem precisa de comunicação, de empenho".*

O estabelecimento de vínculo entre as equipes pode contribuir para melhorias no processo de comunicação.

> *"Quando existe vínculo bom com esta equipe, se eu trabalho com aquele médico, com aquele enfermeiro, com aquela equipe, e eles me conhecem profissionalmente, eu falo alguma coisa, aquilo tem uma relevância maior" (GF2-P4).*

Os problemas no processo de comunicação nas instituições de saúde, a baixa qualidade das informações contidas no prontuário e as falhas na transmissão das informações entre equipes têm contribuído para a ocorrência de incidentes e eventos adversos (PAVÃO et al., 2011; VAN NOORD et al., 2014).

Em virtude da complexidade do cuidado em saúde, faz-se necessário que a instituição de saúde, juntamente com a equipe, desenvolva estratégias de melhorias no processo de comunicação, de modo a favorecer o efetivo diálogo entre os seus membros e beneficiar o processo do cuidado (LEONARD; GRAHAM; BONACUM, 2004).

3.2.3 Fatores relacionados ao paciente e família

As características dos pacientes que procuram os serviços de urgência e emergência contribuem para uma parcela dos riscos e ocorrência dos incidentes. Esta caracterização inclui dados demográficos (idade, nível de escolaridade), motivo pela procura ao serviço, condição clínica principal e tratamento estabelecido (WHO, 2009).

Nesse sentido, os trabalhadores citaram fatores de riscos relacionados a características dos pacientes e acompanhantes que, segundo eles, podem contribuir para a ocorrência de incidentes.

> *"... porque cada pessoa é de um jeito, idoso, entende, às vezes não escuta, às vezes não sabe ler (...) a cultura do paciente tem muito a ver" (E1.)*

> *"Tem paciente também que não sabe ler, não assina, como que ele vai saber que o nome está errado, ele está vendo a ficha, mas não sabe ler também" (E23).*

A falta de escolaridade e as perdas auditivas também foram apontadas como barreiras a serem superadas para a adoção de práticas seguras na etapa de identificação do paciente.

No contexto de urgência e emergência, não é incomum admitir pacientes com nível de consciência alterado, desacompanhados, situações que, na perspectiva dos participantes, contribuem para aumento dos riscos e ocorrência de incidentes.

> *"Pacientes ficam às vezes confusos, eles não têm noção do que está acontecendo, pode acontecer alguma queda" (E3).*

> *"... paciente chegou ao pronto-socorro alcoolizado" (E7).*

> *"... paciente pode estar desacompanhado e, às vezes, se levanta sozinho, pode ter uma queda" (E5).*

Outros aspectos observados foram o uso de medicamentos, a idade avançada e a falta de colaboração dos acompanhantes para a vigilância do paciente no momento do atendimento, todos considerados contribuintes para ocorrência de quedas, conforme relatos:

> *"... às vezes, tomam alguns medicamentos psicotrópicos e acham que têm condições de ir até o banheiro, e se levantam sozinhos, aí pode ter uma queda" (E5).*

> *"... ele estava hipertenso, idoso, 85 anos, tomou medicamento e aí ele ficou sozinho, a filha foi embora, ele foi se levantar e caiu" (E16).*

Tais relatos reforçam os dados encontrados na literatura, os quais permitem pontuar, como fatores que potencializam o risco de quedas inerentes ao paciente, aqueles relacionados com idade avançada (maior que 60 anos), condição clínica, dificuldade de marcha e terapia medicamentosa. Ressalta-se que, sob essas condições, o paciente encontra-se mais vulnerável (CORREA et al., 2012; PAIVA et al., 2010).

O paciente e acompanhante podes representar a última barreira de prevenção de um erro no cuidado e, portanto, é imprescindível orientá-los, para que se envolvam em todas as etapas do atendimento. Ambos devem ser encorajados a questionar sobre os procedimentos a serem realizados (BRASIL, 2013; SILVA et al., 2007).

Diante dos inúmeros fatores supracitados, que podem ser relacionados a erros no contexto da urgência e emergência, na percepção da equipe de enfermagem, fica evidente que as estratégias de gestão de segurança e melhorias da qualidade nestas unidades devem ser viabilizadas por meio de ações de organização de fluxos de atendimento, estruturação física, recursos materiais e humanos, bem como devem envolver profissionais, gestores, comunidade e meios de comunicação em virtude da complexidade que permeia o contexto externo e interno destas instituições.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste estudo, por meio da análise e discussão do eixo temático: Fatores que contribuem para os riscos e para a ocorrência de incidentes, foi possível elencar fatores potenciais e influências determinantes para os riscos e erros no contexto de urgência, dos quais os de maior relevância relacionam-se ao contexto externo e interno à instituição, assim como fatores humanos individuais e da equipe e aqueles inerentes ao paciente e familia, reafirmando que os erros nos serviços de urgência e emergência podem estar presentes e suas causas são multifatoriais.

Quanto aos fatores externos à instituição, ênfase foi atribuída à utilização do serviço de forma inadequada por diversos motivos, sobretudo questões culturais que envolvem a procura dos pacientes pelo serviço diante de uma necessidade percebida como urgência e emergência, fato que contribui para a superlotação e queda na qualidade do cuidado. Tais situações apresentam reflexos diretos no contexto interno, de modo que a oferta de recursos não consegue atender a demanda, gerando um ambiente de conflitos, violência e estresse, tanto para os trabalhadores quanto pacientes e acompanhantes.

Alguns aspectos apontados merecem reflexões, por exemplo, os relatos da equipe sobre a influência depreciativa da mídia local para com o serviço, com consequências nas relações entre paciente e trabalhadores e impacto negativo no ambiente de trabalho, no entanto reconhecem que os meios de comunicação poderiam ser ferramenta importante de informação para a comunidade.

Diante do exposto, ressaltamos a importância do levantamento dos riscos e a compreensão e análise dos fatores contribuintes como elementos essenciais para uma gestão de risco efetiva contribuindo sobremaneira para a implementação de ações de melhorias que reduzam a possibilidade de erros.

Ademais, elaboração e implantação de protocolos é necessária, e mais do que implantá-los, é necessário que estejam inseridos na política institucional e sejam utilizados em virtude de sua importância como ação de melhoria da qualidade do cuidado.

Envolver trabalhadores, pacientes e acompanhantes, assim como os meios de comunicação, são estratégias primordiais e possíveis para implementação de ações, bem como alcance de resultados positivos no gerenciamento da segurança do paciente em um serviço de urgência e emergência.

Quanto ao percurso metodológico utilizado neste estudo, destaca-se que a pesquisa-ação possibilitou suscitar a discussão de trabalhadores acerca das percepções diante da complexidade de erros no cuidado, bem como dos fatores contribuintes, mostrando uma lacuna passível de ser preenchida por meio de pesquisas qualitativas, oportunizando discutir e proporcionar ações para um cuidado mais seguro ao paciente.

REFERÊNCIAS

AIKEN, L. H. et al. Importance of work environments on hospital outcomes in nine countries. **International Journal for Quality in Health Care**. v.23, n. 4, p. 357-64, aug. 2011. Disponível em:< http://intqhc.oxfordjournals.org/content/23/4/357.long>. Acesso em: 31 mar. 2016.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Política nacional de atenção às urgências**. Brasília, DF, 2003. 228 p.

BRASIL. Ministério da Saúde/ FIOCRUZ. Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde. Departamento de Gestão da Educação em Saúde. **Curso de formação de facilitadores de Educação Permanente em Saúde:** unidade de aprendizagem. Brasília, DF, 2005. 62p.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde. **Política Nacional de Educação Permanente em Saúde**. Brasília, DF, 2009.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria n°. 1.600, de 07 de julho de 2011. Reformula a Política Nacional de Atenção às urgências no Sistema Único de Saúde (SUS). **Diário Oficial [da] União,** Brasília, DF, 2011.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 529, de 1º de abril de 2013. Institui o Programa Nacional de Segurança do Paciente (PNSP). **Diário Oficial [da] União, Brasília,** DF**,** 2013. Seção. I, pág. 80.

CESARIO, R. R; RUBIM, L; RAMOS, M. Contribuição da mídia local à crise no sistema municipal de saúde de franca**.** In: **Seminário Internacional de pesquisa em Políticas Públicas e Desenvolvimento Social**, Unesp, 2014, Franca. Anais. Disponível:< http://www.franca.unesp.br/Home/Pos-graduacao/-planejamentoeanalisedepoliticaspublicas/isippedes/raquel-rangel-cesario.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2016.

CEZAR, E. S.; MARZIALE, M. H. P. Problemas de violência ocupacional em um serviço de urgência hospitalar da Cidade de Londrina, Paraná, Brasil. **Caderno de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 1, p. 217-221, Jan. 2006.

COELHO, M. F. et al. Análise dos aspectos organizacionais de um serviço de urgências clínicas: estudo em um hospital geral do município de Ribeirão Preto, SP, Brasil. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, Ribeirão Preto, v. 18, n. 4, p. 770-777, ago. 2010.

CORBELLINI, V. L. et al. Eventos adversos relacionados a medicamentos: percepção de técnicos e auxiliares de enfermagem. **Revista Brasileira de Enfermagem,** Brasília, v. 64, n. 2, p.241-247, abr. 2011.

CORREA, A. D. et al. Implantação de um protocolo para gerenciamento de quedas em hospital: resultados de quatro anos de seguimento. **Revista Escola Enfermagem USP**, São Paulo, v. 46, n. 1, fev. 2012.

DUARTE, S. C. M. et al. Eventos adversos e segurança na assistência de enfermagem. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Brasília, v. 68, n. 1, p. 144-154, fev. 2015 .

GARCIA, E. A.; FUGULIN, F. M. T. Distribuição do tempo de trabalho das enfermeiras em Unidade de Emergência. **Revista Escola de Enfermagem USP**, São Paulo, v. 44, n. 4, p. 1032-1038, dez. 2010.

GARCIA, V. M.; REIS, R. K. Perfil dos usuários atendidos em uma unidade não hospitalar de urgência. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Brasília, v. 67, n. 2, p. 261-267, mar-abr. 2014.

GONÇALVES, L. A. et al. Alocação da equipe de enfermagem e ocorrência de eventos adversos/incidentes em unidade de terapia intensiva. **Revista Escola de Enfermagem USP**, São Paulo, v. 46, p. 71-77, out. 2012. Suplemento 1.

HARADA, M. J. C. S. (Org.). **O erro humano e a segurança do paciente**. 2. ed. São Paulo: Atheneu, 2006.

KIRWAN, M.; MATTHEWS, A.; SCOTT, P.A. The impact of the work environment of nurses on patient safety outcomes: a multi-level modelling approach. **International Journal of Nursing Studies**, v. 50, n.2, p.253-263, feb.2013. Disponível em: < http://www.journalofnursingstudies.com/article/S0020-7489(12)00302-1/pdf>. Acesso em: 20 maio.2016.

KOHN, L.T.; CORRIGAN, J. M.; DONALDSON, M. S. (Editors). **To Err is Human:** building a Safer Health System. 3.ed. Washington: National Academy of Institute of sciences, 2000. 287p.

LANCMAN, S.; GONÇALVES, R. M. Abreu.; MÂNGIA, E. F. Organização do trabalho, conflitos e agressões em uma emergência hospitalar na cidade de São Paulo, Brasil. **Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo**, Brasil, v. 23, n. 3, p. 199-207, jun. 2012.

MACHADO, M. H. et al. Condições de trabalho da enfermagem. **Enfermagem em Foco**, v. 7, p.63-76, 2016b. Número especial.

MAIA, Laura Pereira da. **A influência da mídia impressa no imaginário coletivo sobre os serviços de saúde: o exemplo das emergências públicas de Porto Alegre**. 2013. 27 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Saúde Coletiva)- Escola de Enfermagem, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

MENDES, E. V. As redes de atenção à saúde. **Ciência e Saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 5, p. 2297-2305, ago. 2010.

MENEGON, V. S. M. Crise dos serviços de saúde no cotidiano da mídia impressa. **Psicologia e Sociedade**, Porto Alegre, v. 20, p. 32-40, 2008. Suplemento 1.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde.** 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2014. 407p.

MORICI, M. C; BARBOSA, A. C. Q. A gestão de recursos humanos em hospitais do Sistema Único de Saúde (SUS) e sua relação ao modelo de assistência: um estudo em hospitais de Belo Horizonte. **Revista de Administração Pública,** Minas Gerais, v. 47, n. 1, p. 205-225, fev. 2013.

NOVARETTI, M. C. Z. et al. Sobrecarga de trabalho da Enfermagem e incidentes e eventos adversos em pacientes internados em UTI. **Revista Brasileira de Enfermagem,** v. 67, n. 5, p. 692-699**,** set-out. 2014.

PAIVA, M. C. M. S. et al. Caracterização das quedas de pacientes segundo notificação em boletins de eventos adversos. **Revista Escola Enfermagem USP**, São Paulo, v. 44, n. 1, mar. 2010.

PAVÃO, A. L. B. et al. Estudo de incidência de eventos adversos hospitalares, Rio de Janeiro, Brasil: avaliação da qualidade do prontuário do paciente. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 4, p. 651-661, dez. 2011.

ROSA, C. D. P da.; MENEZES, M. A. J. Avaliação da Influência da Estrutura Física das Unidades de Internação de Clínica Médica e Cirúrgica de um Hospital Público do Município de São Paulo: Proposta para o Gerenciamento de Risco de Quedas. **Revista de Gestão em Sistemas de Saúde**, v. 4, n. 1, p. 55-70, jun. 2015. Suplemento

SANTOS, J. L. G dos.; LIMA, M. A. D. S. Gerenciamento do cuidado: ações dos enfermeiros em um serviço hospitalar de emergência. **Revista Gaúcha de Enfermagem**, Porto Alegre , v. 32, n. 4, p. 695-702, dez. 2011.

SANTOS, P. R. A. **Ações de Gerenciamento da Segurança do Paciente em um Serviço de Emergência**. Dissertação. Programa de Pós-graduação Mestrado Profissional em Tecnologia e Inovação em Enfermagem. Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, EERP/USP. Ribeirão Preto, 148 p. 2016.

SANTOS, P. R. A; ROCHA, F. L. R.; SAMPAIO, C. S. J. C. Ações para segurança na prescrição, uso e administração de medicamentos em unidades de pronto atendimento. **Rev. Gaúcha Enferm.**, Porto Alegre , v. 40, n. spe, e20180347, 2019 .

SILVA, A. E. B. C. et al. Problemas na comunicação: uma possível causa de erros de medicação. **Acta Paulista de Enfermagem.** São Paulo, v. 20, n. 3, p.272-276, set. 2007.

SOUZA, R. B.; SILVA, M. J. P.; NORI, A. Pronto socorro: uma visão sobre a interação entre profissionais de enfermagem e pacientes. **Revista Gaúcha de Enfermagem**, Rio Grande do Sul, v. 28, n. 2, p. 242-249, 2007.

SOUZA, S. S. et al. Reflexões de profissionais de saúde acerca do seu processo de trabalho. Revista Eletrônica de Enfermagem, v. 12, n.3, p. 449-55, 2010. Disponível em:< https://www.fen.ufg.br/fen_revista/v12/n3/v12n3a05.htm>. Acesso em: 15 jul. 2014.

SPENCE, L. H. K.; LEITER, M. P . The impact of nursing work environments on patient safety outcomes: the mediating role of burnout/engagement. **Journal of Nursing administration**, v. 36, n. 5, p. 259-267, mai. 2006.

THIOLLENT, M. **Metodologia da pesquisa-ação**. 19. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

VAN NOORD, I. V. et al. Is culture associated with patient safety in the emergency department? A study of staff perspectives. **International Journal for Quality in Health Care**, v. 26, n. 1, p. 64-70, 2014. Disponível em:<http://intqhc.oxfordjournals.org/content/early/2013/12/10/intqhc.mzt087>. Acesso em 20 jun. 2015.

VASCONCELLOS, I. R. R.; ABREU, A. M. M.; MAIA, E. L. Violência ocupacional sofrida pelos profissionais de enfermagem do serviço de pronto atendimento hospitalar. **Revista Gaúcha de Enfermagem**, Porto Alegre (RS), v. 33, n. 2, p. 167-175, jun. 2012.

WACHTER, R. M. **Compreendendo a Segurança do Paciente**. 2. Ed. Artmed, Porto Alegre, RS. 2013.478p.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **The Conceptual Framework for the International Classification for Patient Safety**. 2009a. Disponível em:< http://www.who.int/patientsafety/implementation/taxonomy/publications/en/**>**.Acesso em: 01 jul. 2014.

TECNOLOGIA EDUCACIONAL WEBQUEST NO ENSINO DA ENFERMAGEM: REVISÃO INTEGRATIVA

THE WEBQUEST EDUCATIONAL TECHNOLOGY IN NURSING EDUCATION: AN INTEGRATIVE REVIEW.

Área temática: Educação e Desenvolvimento.

SANTOS, Patricia Reis Alves dos
Uni-FACEF e Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto/USP
Mestra em Tecnologia e Inovação em Saúde e Enfermagem
patreisenf@gmail.com

CASTRO, Aline de Melo
Mestra em Tecnologia e Inovação em Saúde e Enfermagem
Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto/USP
alinemelocastro81@gmail.com

SANTOS, Jealison Rogerio dos
Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto/USP
Mestre em Ciências
jealisonsantos@usp.br

TAVARES, Helena Vilela Rosa Fadel
Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto/USP
Mestranda em Tecnologia e Inovação em Saúde e Enfermagem
helenavilelaenf3@gmail.com

PEREIRA, Marta Cristiane Alves
Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto/USP
Doutora em Enfermagem
martacris@eerp.usp.

COSTA, Simone de Godoy
Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto-EERP/USP
Doutora em Enfermagem
sig@eerp.usp.br

Resumo

A tecnologia educacional *WebQuest* é uma estratégia de ensino com a capacidade de trabalhar competências necessárias à formação do profissional de enfermagem, por fomentar a aprendizagem significativa e a autonomia para a tomada de decisões. **Objetivo:** Identificar produções científicas sobre o uso da tecnologia educacional *WebQuest* no ensino da enfermagem. **Procedimentos metodológicos:** Revisão integrativa da literatura, sendo asbuscas realizadas em janeiro de 2019, nas bases de dados. Utilizou-se para a triagem inicial o software Rayyan. **Resultados**: Identificados 55 estudos primários, dos quais 9 foram elegíveis para a análise na íntegra e 7 selecionados. A maioria dos estudos foi publicada nos últimos 5 anos no Brasil.Observou-se heterogeneidade entre os estudos em relação às temáticas abordadas. **Considerações finais:** Os estudos foram unânimes em considerar a *WebQuest* uma importante estratégia para a prática docente mediadora, uma vez que integra conhecimentos, habilidades e atitudes para a construção do aprendizado significativo e inovador.

Palavras-chave: WebQuest, Ensino em enfermagem, Tecnologias educacionais digitais.

Abstract

The WebQuest educational technology is a teaching strategy enabled to work the necessary skills for the training of nursing professionals, as it promotes a meaningful learning and autonomy for making decision. Objective: to identify scientific productions on the use of WebQuest educational technology in the nursing education. Method: integrative literature review, with the searches conducted in the 2019 January, on the databases. For the initial screening, the Rayyan software was used. Findings: a 55 primary studies were identified, which nine were eligible for complete analysis, and seven were selected. The most studies has been published in the last 5 years in Brazil. There was observed heterogeneity between the studies concerned to the approached topics. Conclusion: the studies were unanimous to considering WebQuest as an important strategy for mediating teaching practice, since it integrates knowledge, skills and attitudes to build meaningful and innovative learning.

Keywords: WebQuest, teaching in nursing, digital technologies educational.

1 INTRODUÇÃO

As modificações observadas na sociedade nos últimos anos provenientes da maior disponibilidade de fontes de informação, da globalização e do uso da tecnologia favoreceram a reflexão sobre a dinâmica do ensino e da aprendizagem e fomentaram a necessidade de um novo olhar para a formação de estudantes da área da saúde. Atualmente, almeja-se a formação de profissionais com pensamento crítico, habilidades de comunicação e gestão, capazes de resolver problemas e trabalhar em equipe, atuar de forma inovadora e assegurar o olhar integral para o cuidado em saúde (COSTA et al., 2018).

Neste contexto de modificações e necessidades, o uso da tecnologia de informação e a inserção de recursos digitais são considerados estratégias que permitem uma nova configuração do processo de ensino-aprendizagem na área da saúde, tanto de forma individual como coletiva (CHAVES, 2013).

A inclusão das Tecnologias Educacionais Digitais (TED) facilita a interação entre educador-estudante, pois os educadores deixam de ser os mestres que retêm todo o conhecimento e os materiais pedagógicos excedem os livros/textos, para se tornarem programas e projetos mais extensos PESSONI; GOULART, 2015).

Por favorecerem e colaborarem nas atividades por meio de recursos como simuladores de alta fidelidade, simulador em ambiente virtual, vídeos, jogos educativos, aplicativos para telefonia móvel e hipertexto, as TED estão sendo cada vez mais utilizadas na formação e capacitação em enfermagem. Trata-se de uma alternativa que também permite a oferta de cursos mais completos, com mais de um recurso digital agregado (SILVEIRA; COGO, 2017).

As TED possuem como vantagens a facilidade para a compreensão de conteúdos teóricos e o respeito ao tempo de assimilação e aprendizado de cada aluno, favorecendo a reflexão e o desenvolvimento do pensamento crítico e da autonomia na tomada de decisões (SILVEIRA; COGO, 2017; JAHROMI; MOSALANEJAD; REZAEE, 2016). A metodologia aplicada em sala de aula deve intencionar que o aluno atue como um sujeito ativo e contribuir para o seu autoaprendizado por meio de experimentações e levantamentos de problemas potenciais ou reais, o que lhe permitirá desenvolver estratégias interativas e participativas para solucioná-los (GÓES et al., 2014).

Inserida nessas possibilidades de TED, a *WebQuest* é uma estratégia de ensino com a capacidade de aproveitar a imensa riqueza de informações do mundo virtual para criação de conhecimento, estruturação e síntese das informações previamente consultadas, além de estimular o bom uso da internet como fonte de conhecimento e pesquisa e o desenvolvimento de atividades que exigem elevado nível de pensamento. Não é, portanto, restrita a resumos, mas engloba o senso crítico, a síntese, a análise e a resolução de problemas reais ou potenciais utilizando a criatividade (CZERWINSKI; COGO, 2018).

O conceito de *WebQuest* surgiu em fevereiro de 1995, na Universidade de San Diego na Califórnia, nos Estados Unidos da América (EUA). Foi proposta pelo professor Bernard Dodge e seu colaborador Thomas March, que inseriram em uma disciplina a proposta de incorporar *links* para acesso do aluno ao plano de aula na internet, criando um cenário para o desenvolvimento de uma tarefa, projeto e/ou solução de problema. Atualmente, já estão disponíveis mais de dez mil páginas na

Web, com propostas de educadores de diversas partes do mundo (EUA, Canadá, Islândia, Austrália, Portugal, Brasil, Holanda, entre outros) (DODGE, 2017).

Trata-se de uma estratégia que envolve os estudantes na realização de projetos que possuem como característica principal a autenticidade, no sentido de verdadeiro e real, não devendo ser de natureza abstrata e artificial, mas sim uma tarefa a ser realizada por alguém na vida real. Pode ser no formato de apresentações simples, porém com qualidade de conteúdo(DODGE, 2007a; ABAR; BARBOSA, 2008).

Dodge (1998) definiu dois tipos de *WebQuest*: de curto e longo prazo, com duração de um a três dias. O objetivo de uma *WebQuest* de curto prazo é a aquisição e integração de uma quantidade significativa de novas informações. A *WebQuest* de longo prazo tem duração de uma a quatro semanas e espera-se que, ao concluí-la, o aluno tenha adquirido um conjunto de conhecimentos, integrando-os e demonstrando um entendimento do conteúdo estudado.

A construção de uma estratégia de ensino exige que algumas etapas sejam percorridas. No processo de construção de uma *WebQuest*, são preconizadas as seguintes fases: **planejamento, desenvolvimento e implementação.**

O planejamento é o aspecto pedagógico de elaboração e deve contemplar: definição do tema, seleção das fontes de informação, delineamento da tarefa, estruturação do processo, redação da introdução e conclusão, inserção do conteúdo em um gabarito especial com campos para cada seção da *WebQuest*, realização dos acertos finais e publicação da tecnologia construída.

A *WebQuest* é um projeto a ser desenvolvido e, como tal, deve incluir os seguintes componentes estruturantes: introdução, tarefa, processo, avaliação, conclusão e créditos, elementos que devem estar presentes na etapa de desenvolvimento, a qual inclui o processo editorial de elaboração de cada componente e a conclusão do acabamento. A última etapa consiste na implementação da *WebQuest* em plataforma educacional e permite que a intervenção educativa seja realizada pelos alunos (PEREIRA, 2009).

Tecnologia que se mostra cada vez mais presente no cenário do ensino superior, com potencial de contribuir para a autonomia na tomada de decisões e resolução de problemas. Estudos relatam resultados positivos também no que se refere à aquisição das habilidades desejadas e ao alcance dos objetivos de aprendizado propostos a graduandos de Terapia Ocupacional, Fisioterapia e Medicina mediante a utilização desta ferramenta (JAHROMI; MOSALANEJADL, 2015; BARNARD-ASHTON et al., 2018).

O uso de metodologias ativas na qualificação profissional em enfermagem tem como foco primordial a melhoria das práticas assistenciais, a fim de aumentar a segurança do paciente e favorecer a prevenção, recuperação e reabilitação. A utilização de metodologia ativa como atividade de aprendizado fundamentada na educação reflexiva oportuniza aos futuros profissionais de enfermagem o aprendizado sobre como investigar e condensar informações essenciais, além de flexibilidade de horário, por permitir o acesso ao conteúdo em casa ou no trabalho, a qualquer momento (SANFORD, 2010).

O processo de ensino-aprendizagem deve ser capaz de transcender a mera transmissão de informações teóricas e integrar um processo participativo, uma vez que o aprendizado só se consolida se o estudante desempenhar um papel ativo na construção do próprio conhecimento (BERBEL, 2011; BARBOSA; MOURA, 2013).

Diante do exposto e partindo do pressuposto de que a *WebQuest* é uma estratégia que, aliada ao processo educacional, possibilita trabalhar diversas competências necessárias à formação do profissional da enfermagem, o objetivo desta revisão foi identificar produções científicas sobre o uso da tecnologia educacional *WebQuest* no ensino de estudantes de enfermagem, possibilitando a divulgação dessa tecnologia enquanto estratégia inovadora a ser incorporada nesse contexto de formação.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este estudo utilizou o método de pesquisa Revisão Integrativa da literatura, em busca de apreender o conhecimento produzido sobre o uso da tecnologia educacional *WebQuest* no ensino da enfermagem. A Revisão Integrativa é um método de pesquisa que possibilita a busca, a avaliação crítica e a síntese do conhecimento produzido acerca de determinado tema, contribuindo para a atualização e identificação de lacunas, subsidiando futuros estudos.

Conforme recomendações de Mendes, Silveira e Galvão (2008), no desenvolvimento deste

estudo foram percorridas as seguintes etapas:

1) elaboração da questão de pesquisa;
2) seleção das palavras-chave;
3) busca de estudos nas bases de dados;
4) extração de dados para o *software* Rayyan;
5) avaliação dos estudos primários;
6) análise e síntese dos resultados e apresentação da revisão integrativa de forma clara e objetiva, destacando evidências/dados encontrados.

A elaboração da questão de pesquisa fundamentou-se na estratégia PICO (STONE, 2002), conforme quadro 1 a seguir:

Quadro 1: Elaboração da questão da pesquisa-Estratégia PICO (2019).

P- População do estudo	Estudantes de enfermagem
I- Intervenção aplicada	Uso da tecnologia *WebQuest*
C- Comparação com outra intervenção	Não se aplica por não ser objetivo deste estudo
O- Desfecho de interesse	Conhecimento produzido sobre a TED

Fonte: Elaborado pelos autores.

Dessa forma, a questão norteadora da presente revisão foi: **"Qual o conhecimento produzido acerca do uso da tecnologia educacional digital *WebQuest* no ensino de estudantes de enfermagem?".**

As palavras-chave utilizadas nas buscas foram escolhidas com base nos termos preestabelecidos na estratégia PICO, sendo: "estudantes de enfermagem", "WebQuest" e "ensino".

Por se tratar de uma busca por meio de palavras-chave, optou-se por utilizar a palavra "enfermagem", com o intuito de ampliá-la.

A busca inicial dos estudos primários ocorreu no mês de janeiro de 2019 e foi realizada por dois pesquisadores independentes, por meio da internet. Foram consultadas as seguintes bases de dados: MEDLINE via PubMed da National Library of Medicine, Cumulative Index to Nursing and Allied Health Literature, (CINAHL), SciVerse SCOPUS da Elsevier, EMBASE, SciELO–Scientific Electronic Library Online e Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), além da busca manual nas referências dos estudos primários selecionados. As estratégias de busca utilizadas foram: (*WebQuest* AND Teaching AND Nursing), nas bases de dados MEDLINE, SCOPUS, EMBASE, CINAHL, e (*WebQuest*) AND (Ensino) AND (Enfermagem), na SciELO e na LILACS.

Constituíram critérios de seleção e elegibilidade: artigos disponíveis na íntegra, nos idiomas inglês, espanhol e português, que descrevessem o uso da *WebQuest* no ensino de estudantes de enfermagem. Foram excluídos os artigos que não relacionaram o uso da *WebQuest* na formação de estudantes de enfermagem e artigos de revisão, atualização, comentários, resumos, carta ao editor e editoriais. Inicialmente, foram identificados 55 estudos.

Nesta etapa, o pesquisador principal utilizou-se do *software* Rayyan para a extração dos dados dos artigos. O Rayyan é um aplicativo habilitado para *web* que ajuda os autores de revisões sistemáticas a agilizar a triagem inicial de resumos e títulos usando um processo de semiautomação (OUZZANI et al., 2016). Os autores carregam uma lista de estudos obtidos por meio de pesquisas em diferentes bases de dados e começam a classificá-los para inclusão e exclusão.

Além do pesquisador principal, outros três integrantes tiveram acesso ao Rayyan para realizar a triagem inicial. Dos 55 artigos primários identificados, 35 foram sinalizados como duplicados pelo *software.* Posteriormente, com base no objetivo do presente estudo, fez-se a seleção dos artigos por meio da leitura dos respectivos títulos e resumos.

Os artigos que apresentaram conflito de elegibilidade entre três pesquisadores passaram pela

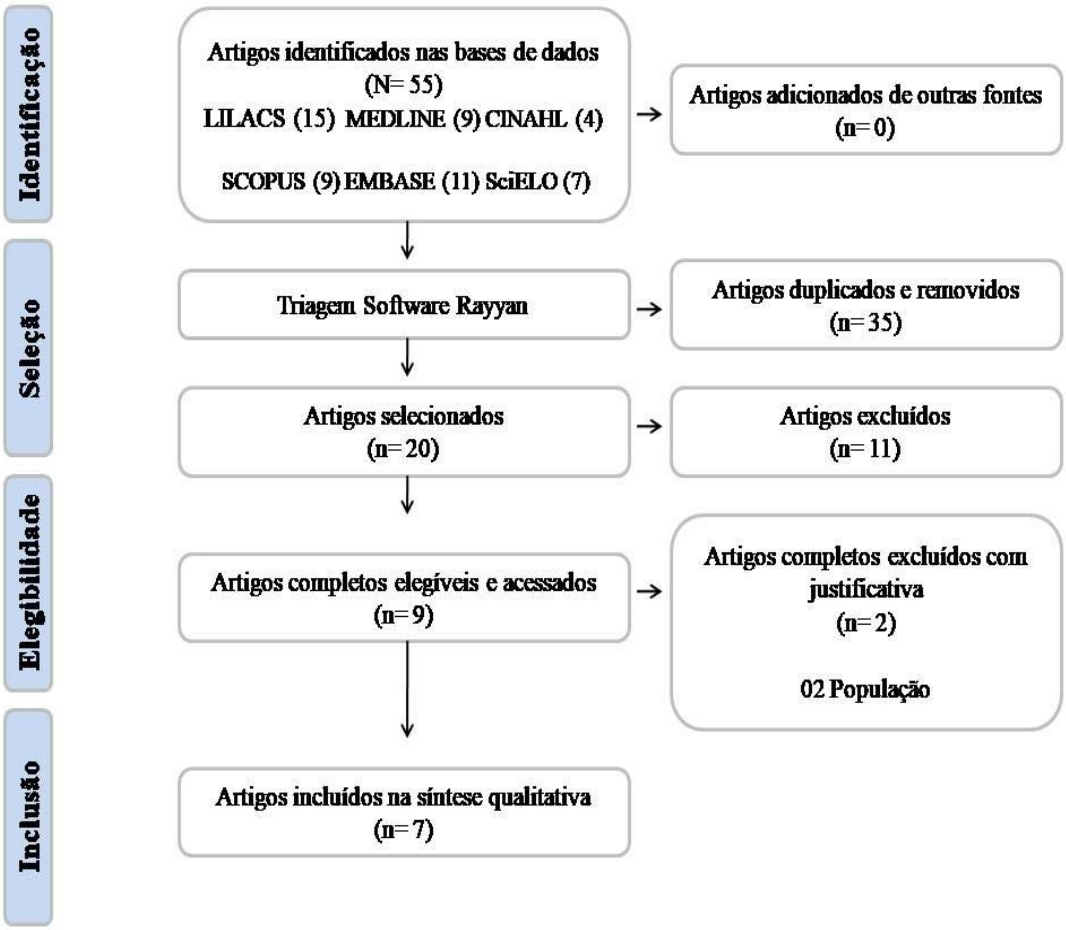
análise e elegibilidade do quinto pesquisador. Com base nesta pré-seleção, foram elencados 11 artigos para serem avaliados na íntegra, dos quais sete foram considerados elegíveis, por atenderam aos critérios do estudo.

Nesta etapa utilizou-se o instrumento elaborado e validado por Ursi (2005), o qual contempla aspectos relacionados à identificação do artigo, às características metodológicas e à avaliação do rigor metodológico dos estudos. Em seguida, elaborou-se uma planilha para síntese dos dados coletados.

Para a avaliação do delineamento dos artigos quanto ao nível de evidência foi empregada a classificação proposta por Melnyk; Fineout-Overholt (2011), composta de sete níveis: nível I – evidências oriundas de revisões sistemáticas ou meta-análise de relevantes ensaios clínicos; nível II – evidências derivadas de pelo menos um ensaio clínico randomizado controlado bem delineado; nível III – ensaios clínicos bem delineados, sem randomização; nível IV – estudos de coorte e de caso-controle bem delineados; nível V – revisão sistemática de estudos descritivos e qualitativos; nível VI – evidências derivadas de um único estudo descritivo ou qualitativo; e nível VII – opinião de autoridades ou relatório de comitês de especialistas.

Apresenta-se, no fluxograma a seguir (Figura 1), o processo de identificação, seleção, elegibilidade e inclusão dos estudos primários conduzido de acordo com o recomendado pelo grupo *Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses* (PRISMA) (Figura 1) (MOHER et al., 2009).

Figura 1 – Adaptação do fluxograma do processo de seleção dos estudos de acordo com o grupo PRISMA, Ribeirão Preto – SP, Brasil, 2019.



Fonte: Adaptado de MOHER et al., (2009).

3 RESULTADOS

Do total de artigos encontrados, sete constituíram a amostra para a síntese qualitativa, após aplicação dos critérios de inclusão. Apresentam-se, a seguir, os estudos analisados segundo autor, país, periódico, ano, objetivos e delineamento (Quadro 2).

Quadro 2 – Caracterização dos estudos segundo autor, país, periódico, ano, objetivos e delineamento. 2019.

Artigo	Autor\País\Periódico\Ano	Objetivos\ Delineamento
A	TIBES et al\Brasil\Bra Rev enferm UFPE on line\2017	Objetivos: Desenvolver recursos educacionais utilizando a metodologia *WebQuest* para auxiliar no processo de ensino- aprendizagem de estudantes e profissionais de Enfermagem. Delineamento: Descritivo
B	FREGUIA et al\Brasil\CuidArte Enfermagem\2016	Objetivos: Descrever a avaliação de uma *WebQuest* na temática Assistência de Enfermagem ao Acidente de Trabalho com Material Biológico no ambiente hospitalar por graduandos em Enfermagem de uma instituição privada de ensino superior do noroeste paulista. Delineamento: Descritivo
C	JAHROMI et al\Canadá\J Adv Med Educ Prof\2016	Objetivos: Determinar os efeitos dos métodos de aprendizagem cooperativa usando as abordagens *WebQues*t e TBL. Delineamento: Coorte
D	MARUXO et al\Brasil\RevEscEnferm USP\2015	Objetivos: Descrever o processo de construção e implementação da *WebQuest* como estratégia pedagógica orientadora do estudo sobre as "Concepções Pedagógicas", utilizando História em Quadrinhos (HQ), na formação inicial de professores de enfermagem. Delineamento: Descritivo
E	PEREIRA et al\Brasil\Rev. Eletr. Enf. [Internet]\ 2014	Objetivos: Descrever a construção e a avaliação de um ambiente virtual de aprendizagem sobre gerenciamento de custos de curativos em úlcera por pressão, aplicados à Enfermagem Hospitalar. Delineamento: Descritivo
F	PEREIRA et al\Brasil\RevLat-Americ de Enferm\2010	Objetivos: Descrever a avaliação de uma *WebQuest* na temática gerenciamento de recursos materiais em enfermagem por alunos do curso de graduação. Delineamento: Descritivo
G	DROZD, O'DONOGHUE\ Estados Unidos\Teach and Learn in Nursi\2007	Objetivos: Desenvolver, avaliar e implementar uma *WebQuest* para apoiar a aprendizagem independente para enfermeiros de graduação Delineamento: Descritivo

Fonte: Elaborado pelos autores.

Dos artigos incluídos nesta revisão, a maioria (5/71,4%) foi desenvolvida no Brasil, 1 (14,2%) nos Estados Unidos e 1 (14,2%) no Canadá.

Quanto ao ano de publicação, 1 (14,2%) artigo foi publicado em 2017, 2 (28,4%) em 2016, 1 (14,2%) em 2015, 1 (14,2%) em 2014, 1 (14,2%) em 2010 e 1 (14,2%) em 2007.

Sobre o delineamento utilizado, 6 (85,7%) artigos realizaram estudos descritivos e 1 (14,2%) de coorte, classificados com nível de evidência VI e IV, respectivamente.

O Quadro 3, a seguir, apresenta a síntese dos estudos segundo temática e etapas desenvolvidas nas *WebQuest*.

Quadro 3 – Caracterização dos estudos por temáticas e etapas contempladas. 2019.

Artigo	Título	Temática abordada	Etapas descritas
A	Desenvolvimento de recursos educacionais digitais para o ensino em enfermagem	Saúde da criança, segurança do adulto, gerenciamento de serviços de saúde.	Desenvolvimento
B	Acidente de trabalho com material biológico no contexto de um ambiente virtual de aprendizagem	Assistência de enfermagem ao acidente de trabalho com material biológico no ambiente hospitalar.	Implementação
C	O efeito do *WebQuest* da aprendizagem em equipe na auto-regulação dos estudantes	Saúde mental e distúrbios psiquiátricos.	Implementação
D	*Webquest* e história em quadrinhos na formação de recursos humanos em Enfermagem	Concepções pedagógicas: Tradicionalista, Construtivista, Socioconstrutivista, Behaviorismo e Humanismo.	Planejamento Desenvolvimento Implementação
E	Ambiente de aprendizagem virtual para gerenciar custos de curativos de úlceras por pressão	Gerenciamento de custos de materiais em enfermagem.	Planejamento Desenvolvimento
F	Avaliação de um questionamento sobre o tema "gestão de recursos materiais em enfermagem" por estudantes de graduação	Gerenciamento de recursos materiais em enfermagem.	Planejamento Desenvolvimento Implementação
G	O uso de um *WebQuest* para apoiar enfermeiros de graduação	Quedas e osteoporose.	Implementação

Fonte: Elaborado pelos autores

Quanto às etapas percorridas para construção das *WebQuest,* constatou-se que 2 (28,4%)

estudos apresentaram as três etapas preconizadas e 1 (14,2%) duas etapas: planejamento e desenvolvimento. Do restante (4 estudos), 3 (42,8%), conduziram apenas a implementação da estratégia educativa e 1 (14,2%) o desenvolvimento. Assim, do total de artigos analisados, 5 (71,4%) implementaram a *WebQuest* no processo de ensino-aprendizagem de estudantes de enfermagem.

Com relação aos processos de avaliação, foi possível identificar avaliações do conteúdo e da usabilidade da *WebQuest* conduzidas por alunos, pesquisadores e especialistas. Ademais, alguns estudos conduziram autoavaliações do nível de satisfação, avaliação da participação dos estudantes nas atividades propostas e do aprendizado após a implementação da estratégia.

WebQuest de curto e longo prazo foram encontradas: 3 (33,3%) de longo prazo e 2 (22,2%) de curto prazo. No entanto, 4 estudos não relataram o tipo de *WebQuest* utilizada.

Quanto ao tempo determinado para os estudantes concluírem a estratégia educativa, houve uma variação considerável. No estudo de Drozd e O'Donoghue (2007), o prazo foi menor que uma semana e Maruxo e colaboradores (2015) concederam15 dias para que os estudantes enviassem ao professor, via e-mail, a atividade realizada.

4 DISCUSSÃO

A realização desta revisão evidenciou que o uso da tecnologia educacional *WebQuest* na área de enfermagem tem sido recentemente estudado e adotado no Brasil e no cenário internacional, o que evidencia um avanço, embora ainda seja um movimento tímido se comparado ouso dessa tecnologia em outras áreas.

Estudo publicado em 2008 analisou 483 *WebQuest* em língua portuguesa disponíveis on-line e constatou que a maioria foi desenvolvida nas áreas de Matemática, Ciências, Física, Química e História (BOTTENTUIT; COUTINHO, 2008).

Em uma busca simples, realizada em junho de 2019, utilizando o termo "*WebQuest*" no motor de pesquisa do Google, foi possível encontrar aproximadamente 9.610.000 resultados. Apenas na biblioteca virtual da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), identificou-se um total de 2.168 estudos e, mesmo quando limitada a artigos, a busca resultou em um significativo número de publicações (1.968) nos últimos anos, em uma clara demonstração da importância da temática investigada.

No entanto, o número de estudos a respeito da aplicação desta estratégia especificamente no campo de ensino da enfermagem ainda é restrito, e isso se evidencia pelo número de pesquisas incluídas nesta revisão, sendo evidente a necessidade de ampliar a investigação e aplicação dessa estratégia neste campo, considerando suas diversas potencialidades. Para além de ampliar o uso dessa estratégia no cenário educacional da enfermagem, atenção deve ser conferida à construção da tecnologia, a fim de favorecer a aprendizagem significativa e contextualizada, na qual os alunos são desafiados a assumir um papel criativo e inovador.

Na presente revisão, observou-se que alguns estudos não mencionaram todas as etapas preconizadas para construção de uma *WebQuest,* o que suscita dúvidas quanto à observância dessas diretrizes e pode comprometer o desenvolvimento do processo cognitivo, tal como proposto pela ferramenta, ou até mesmo dificultar o conhecimento de educadores que queiram buscar experiências exitosas para subsidiar futuras construções e aplicações desta tecnologia.

Nessa perspectiva, as *WebQuests* devem ser concebidas e estruturadas para que o estudante possa transformar a informação em conhecimento nos níveis de domínio cognitivo mais avançados como análise, síntese, avaliação e criação, propostos pela taxonomia de Bloom (DODGE, 2007b; PAIVA; PADILHA, 2012; CHURCHESE, 2009).

A Taxonomia de Bloom classifica os objetivos da aprendizagem no domínio cognitivo do nível mais simples (conhecimento) ao mais complexo (avaliação, criação). Foi revisitada em 2009 pelo educador neozelandês Andrew Churchese, que incluiu objetivos como filmar, animar, blogear, considerando os novos comportamentos e oportunidades de aprendizagem proporcionados peloavanço das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) (PAIVA; PADILHA, 2012; CHURCHESE, 2009).

Os objetivos de aprendizagem a serem alcançados com essa estratégia, conforme supracitado, constituem um aspecto essencial do planejamento, pois devem direcionar o desenvolvimento da *WebQuest* e auxiliar na avaliação do processo ensino-aprendizagem (CHAVES, 2013).

Alguns autores demonstraram preocupação com a etapa de **planejamento**, abordando os

aspectos pedagógicos de elaboração e definição do conteúdo, de acordo com os passos propostos pela metodologia *WebQuest.* Um dos estudos apenas citou que o planejamento fez parte das etapas realizadas, mas não o detalhou.

Quanto ao **desenvolvimento**, os artigos que abordaram essa etapa descreveram a organização do conteúdo, definição da tarefa, seleção e inclusão de recursos, conclusão e acabamento da tecnologia educacional. Diversos recursos foram empregados, incluindo a utilização de imagens e animações disponíveis na *Web*, *links*, uso do aplicativo Powerpoint® para construção de roteiro ou com a finalidadede acabamento, assim como ambiente de hospedagem em Google Sites® (MARUXO et al., 2015; PEREIRA et al., 2010).

A tarefa é o componente mais importante de uma *WebQuest*. Ao desenvolvê-la, deve-se propor a elaboração de um produto criativo, que abranja o domínio cognitivo e exija dos alunos habilidades como compreensão, aplicação, análise, síntese, avaliação e produção. Na sequência, deverá ser desenvolvido o processo, que orientar á o aluno para alcance do objetivo principal. Nessa etapa, será exigido também que ele identifique e utilize as informações necessárias para a execução das tarefas. As informações podem ser localizadas na internet, por meio de indicações denominadas *links* ou *hiperlinks*. Na etapa do processo, os alunos deverão se organizar para desenvolver as atividades em grupo, de forma colaborativa, ou individualmente (ABAR; BARBOSA, 2008).

Para propor uma *WebQuest*, não é necessário que o professor seja um especialista em usabilidade (experiência do usuário com o software), mas deve dispor de conhecimentos básicos sobre cores, contraste figura/fundo e organização dos elementos no *layout,*para que o produto se torne mais atraente e comunicativo (BOTTENTUIT; COUTINHO, 2011). O ideal de uma interface para a inclusão do usuário está na possibilidade de que este deve ser capaz de operar o equipamento ou software com a menor habilidade e conhecimento prévio possível, garantindo uma experiência positiva com a tecnologia (CARVALHO; 2003).

No que se refere à **avaliação da tecnologia**, os estudos analisados abordaram esse aspecto e elencaram os diferentes tipos de avaliação existentes para validar o uso da tecnologia por estudantes ou especialistas ou para avaliar seu impacto na aquisição de competências no decorrer do processo de aprendizado.

Os estudos descreveram avaliações das *WebQuest* baseadas em: números de participantes envolvidos, tempo para o desenvolvimento das avaliações das *WebQuests*, uso de questionários/formulários, critérios avaliativos, críticas e sugestões dos participantes. Entretanto, não abordaram integralmente as etapas de avaliação propostas por Bernie Dodge, idealizador da ferramenta, antes de sua disponibilização e implementação (DODGE, 1998).

O estudo de Drozd E O'Donoghue (2007), por exemplo, avaliou positivamente a tecnologia, com base em um questionário preenchido por estudantes que completaram a *WebQuest.* Foram destacadas as seguintes vantagens: flexibilidade, *feedback* imediato, incentivo às relações de reciprocidade e cooperação entre alunos e professores, respeito aos diversos talentos e possibilidade de inovação nos modos de aprender e ensinar.

Corroborando o estudo de Freguia e colaboradores (2016), no qual a avaliação demonstrou a participação ativa dos estudantes nas etapas da *WebQuest*, assim como o de Pereira e colaboradores[28- 29], que destacou a importância da ferramenta para a aproximação do estudante à realidade do trabalho dos enfermeiros, considera-se a metodologia *WebQuest* válida e inovadora para o processo ensino-aprendizagem.

Freguia e colaboradores (2016) avaliaram critérios como comprometimento, dedicação, envolvimento, cooperação, exatidão e correção em termos de excelência e qualidade na avaliação de desempenho e supervisão do trabalho. Esses aspectos foram observados por meio da realização das atividades propostas, tais como leitura, formulação de perguntas com clareza, preenchimento dos quadros e planilhas propostos em atividades coletivas. Nesse momento, para facilitar a avaliação, utilizou-se a plataforma educacional Moodle da instituição.

Pereira e colaboradores (2010) também investigaram a avaliação dos estudantes em relação à ferramenta construída, utilizando-se de rubricas publicadas na *web.* Essa avaliação foi realizada em duas fases: os alunos avaliaram a proposta desenvolvida e, após, registraram suas autoavaliações e do grupo de trabalho. A primeira fase foi constituída por perguntas sobre a metodologia utilizada e o ambiente virtual de aprendizagem; na segunda, o aluno respondeu a perguntas sobre seu desempenho individual e do grupo responsável pelo cumprimento da tarefa, atribuindo um valor conforme uma escala composta das seguintes variáveis: insatisfatório (1), razoável (2), satisfatório (3) e excelente (4). Ao final, solicitou-se aos alunos a apresentação descritiva dos motivos das avaliações insatisfatórias ou razoáveis e que utilizassem rubricas para registrar a avaliação.

Para além da avaliação pelos estudantes, a *WebQuest* pode e deve ser avaliada por especialistas em educação e até mesmo em desenvolvimento de tecnologias. No entanto, apenas o estudo de Pereira e colaboradores (2014) relatou a experiência quanto a esse tipo de avaliação. Neste caso, a escolha dos avaliadores levou em consideração a experiência no desenvolvimento de tecnologias educacionais, publicações na temática abordada e tempo de atuação docente igual ou superior a cinco anos na área. Para os avaliadores não docentes, foram consideradas as atividades expressivas na área temática do estudo, tais como especialistas em informática. Utilizou-se um instrumento de coleta de dados com questões que contemplaram alguns aspectos pedagógicos, a saber: Conteúdo; as Atividades propostas e a Interação Aluno-aluno, Aluno-máquina, Aluno-grupo, Aluno-professor, Grupo-professor, além de aspectos técnicos relacionados ao Tempo de Resposta e Qualidade da Interface.

Além da avaliação por docentes e especialistas, o estudo supracitado também abordou a avaliação da tecnologia por acadêmicos. Os demais estudos abordados nesta revisão pontuaram a importância da ferramenta para a aproximação do aluno à realidade de trabalho dos enfermeiros e a satisfação pelo cumprimento da atividade com êxito, assim permitindo considerá-la válida e inovadora para o processo ensino-aprendizagem.

O estudo de Maruxo e colaboradores (2015) evidenciou a disponibilização da ferramenta na plataforma Moodle e a avaliação da tecnologia desenvolvida. Na etapa de avaliação, foram analisados o *software* utilizado, a concepção pedagógica adotada, os cenários e a presença dos elementos que compunham a ferramenta: resgate histórico, objetivo, papel do professor e do estudante na concepção e autores vinculados. A avaliação da atividade proposta objetivou incentivar a reflexão crítica e a discussão do uso da estratégia, confirmando-se a importância das tecnologias da informática e informação como instrumentos para a prática docente mediadora, por integrarem conhecimentos válidos e a complexa e dinâmica realidade dos serviços de saúde.

As lacunas encontradas referentes às etapas preconizadas para elaboração de *WebQuests* não envolvem apenas publicações com ênfase na formação de profissionais de enfermagem. Análises sobre *WebQuest* em diferentes áreas evidenciaram fragilidades em outros componentes, tais como tarefas que não incentivam a criação de grupos ou equipes de trabalho, recursos que são escassos ou não estão operacionais (*links* inativos), além de foco no desenvolvimento de domínios cognitivos mais simples, contrariando a proposta dessa tecnologia ((BOTTENTUIT; COUTINHO, 2008; PAIVA; PADILHA, 2012).

Sabe-se que o desenvolvimento de uma *WebQuest* pode ser demorado e exige do educador boa compreensão do conhecimento prévio do aluno, bem como do conteúdo que será abordado, a competência tecnológica para desenvolvê-la parece ser um dos fatores limitantes (MAXWELL, 2009; LAHAIE, 2008). No entanto, do ponto de vista tecnológico, trata-se de algo simples, já que atualmente diversos sites e ambiente oferecem programações para elaboração e implementação on-line da ferramenta (PEREIRA, et al., 2010).

Quanto aos aspectos pedagógicos, importante ressaltar que o uso de estratégias inovadoras, a exemplo das tecnologias digitais, demanda quebra de paradigmas do “ser professor”, uma vez que este é desafiado a transcender sua visão predominante na exposição de conteúdo, enraizada no processo vertical de ensino-aprendizagem. Além disso, utilizar essas estratégias permite mudanças na dinâmica da aula, uma vez que mobilizam a participação dos alunos e os conduzem de uma posição passiva para a construção coletiva do aprendizado (ANASTASIOU; ALVES, 2015).

O impacto do uso da tecnologia educacional *WebQuest* para o processo de ensino-aprendizagem da enfermagem é um aspecto a ser discutido. Assim como ocorre com qualquer estratégia educacional, faz-se necessário avaliar se ela, de fato, contribui para a aquisição de competências. No entanto, nesta revisão essa avaliação ficou prejudicada, pois a maioria dos estudos encontrados possuía delineamento descritivo, com foco na tecnologia em si, explorando as etapas de desenvolvimento, os possíveis cenários de implementação e a avaliação, tanto de estudantes quanto de especialistas, a respeito da ferramenta, com foco no ambiente educacional e nos objetivos propostos.

Esses resultados evidenciam uma lacuna a ser preenchida no que se refere ao impacto dessa estratégia no processo de aprendizagem de estudantes de enfermagem. Reafirma-se, portanto, a necessidade de desenvolvimento de estudos no contexto brasileiro que possibilitem comparar a *WebQuest* com as demais estratégias tradicionais de ensino, a fim de fortalecer seu uso como importante ferramenta para a aquisição de competências fundamentais à atuação do enfermeiro.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo identificou que as publicações a respeito do uso da *WebQuest* no ensino da Enfermagem ainda são tímidas, embora estejam em expansão.

A maioria dos estudos limitou-se a descrever a tecnologia em si, detalhando as etapas de desenvolvimento, os possíveis cenários de implementação e a avaliação da ferramenta, com foco no ambiente educacional e nos objetivos propostos.

Há lacunas a serem exploradas referentes ao impacto dessa tecnologia educacional na aquisição de conhecimento, habilidades e atitudes, no ensino da Enfermagem, na comparação com as estratégias tradicionais. No entanto, os estudos foram unânimes em reafirmar a *WebQuest* como importante instrumento para a prática docente mediadora, por possibilitar a integração de conhecimentos e habilidades em contextos virtuais de atuação profissional, o que favorece o aprendizado de forma significativa e inovadora.

REFERÊNCIAS

ABAR, C.A.A.P.; BARBOSA, L.M. WebQuest: um desafio para o professor. São Paulo: Avercamp, 2008.

ANASTASIOU, L. G. C; ALVES, L. P. Estratégias de ensinagem. In: ANASTASIOU, L. G. C; PESSATE, L (Orgs.). Processos de ensinagem na universidade. Pressupostos para as estratégias de trabalho em aula. 10ª ed. Joinville: Univille; 2015.

BARBOSA, E. F; MOURA, D. G de. Metodologias ativas de aprendizagem na educação profissional e tecnológica. B. Tec. Senac, Rio de Janeiro, v. 39, n. 2, p.48-67, maio-ago, 2013.

BARNARD-ASHTON, P.; VAN DER LINDE, J.; ROTHBERG, A.; MCINERNEY, P. First-year students' experience of a WebQuest to explore the University's online resources and virtual learning environment. **South African Journal of Occupational Therapy**, v.48, n. 2, p. 3-11, 2018.

BERBEL, N. A. N. "As metodologias ativas e a promoção da autonomia de estudantes" In: Semina: Ciências Sociais e Humanas, Londrina, v. 32, n. 1, p. 25-40, jan-jun, 2011.

BOTTENTUIT JUNIOR, J. B.; COUTINHO, C. P. Análise das componentes e a usabilidade das WebQuests em língua portuguesa disponíveis na web: um estudo exploratório. **JISTEM J.Inf.Syst. Technol. Manag. (Online)**, São Paulo, v. 5, n. 3, p. 453-468, 2008.

BOTTENTUIT JUNIOR, J. B.; COUTINHO, C. P. Recomendações de qualidade para o processo de avaliação de WebQuests. **EDUSER:** Revista de Educação, Bragança, Portugal, v. 3, n. 2, p.45-59, 2011.

CARVALHO, J. O. F de. O papel da interação humano-computador na inclusão digital. **Transinformação**, Campinas, v. 15, n. spe, p. 75-89, dez, 2003.

CHAVES, L.D. **O uso de ambientes virtuais de aprendizagem, como estratégia de ensino, por meio da metodologia WebQuest em cursos de graduação em enfermagem.** 152 f Tese (Doutorado) - Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto. Universidade de São Paulo, 2013.

CHURCHESE, A. **Bloom's Digital Taxonomy. 2009**. Disponível em http://edorigami.wikispaces.com/file/view/bloom's+Digital+taxonomy+v3.01.pdf. Acesso em 15 de maio de 2019.

COSTA, D.A.S.; SILVA, R.F.; LIMA, V.V.; RIBEIRO, E.C.O. National curriculum guidelines for health professions 2001-2004: an analysis according to curriculum development theories. **Interface** (Botucatu), v. 22, n. 67, p.1183-1195, 2018.

CZERWINSKI, G. P. V.; COGO, A.L. P. WebQuest y blog como estrategias educativas en salud escolar. **Rev. Gaúcha Enferm.** Porto Alegre, v. 39, e2017-0054, 2018.

DODGE, B. 1998. **Some Thoughts About WebQuests.** Disponível em: http://webquest.sdsu.edu/about_webquests.html. Acesso em: 21 de maio. 2019.

DODGE, B. **What is a WebQuest? 2007a**. Disponível em: http://webquest.org/index.php. Acesso em: 21 de Maio de 2019.

DODGE, B. **Creating WebQuests. 2007b.** Disponível em: http://webquest.org/indexcreate.php. Acesso em: 21 de Maio de 2019.

DODGE, B. **WebQuest.org. 2017**. Disponível em: <http://webquest.org/index.php>. Acesso em 21 de maio de 2019.

DROZD, M.; O'DONOGHUE, J. The use of a WebQuest to support undergraduate nurses. **Teaching and Learning in Nursing,** v. 2, p.63 – 67, 2007.

FREGUIA, A.F.S.; BRAGA, M.R.; MORENO, A.H.;PARRO, M.C. Acidente de trabalho com material biológico no contexto de um ambiente virtual de aprendizagem. **CuidArte,** v. 10, n.2, p. 102-108, 2016.

GÓES, F.S.N.**;** CAMARGO, R.A.A.; HARA, C.Y.N.; FONSECA, L.M.M. Tecnologias educacionais digitais para educação profissional de nível médio em enfermagem. **Revista Eletrônica de Enfermagem**, v. 16, n. 2, p. 453-61, 2014.

JAHROMI, Z.B., MOSALANEJAD, L., REZAEE, R. The effect of web quest and team- based learning on students' self-regulation. **Journal of advances in medical education & professionalism**, v. 4, n. 2, p. 80, 2016.

JAHROMI, Z.B.; MOSALANEJAD, L. Integrated Method of Teaching in Web Quest Activity and Its Impact on Undergraduate Students' Cognition and Learning Behaviors: A Future Trend in Medical Education. **Global Journal of Health Science,** v. 7, n. 4, p. 249-259, 2015.

LAHAIE, U.D. Is nursing ready for WebQuests?. **Journal of Nursing Education**, v. 47, n. 12, p. 567-570, 2008.

MARUXO, H.B.; PRADO, C.; ALMEIDA, D.M.; TOBASE, L.; GROSSI, M.G.;VAZ, D.R. Webquest e história em quadrinhos na formação de recursos humanos em Enfermagem. **Revista da escola de enfermagem da USP [online],** v.49, n. 2, p.68-74, 2015.

MAXWELL, S.M. A viable solution to meeting the continuing professional education needs of home health care nurses. **Home Health Care Management & Practice**, v.21, n.3, p. 171-76, 2009.

MELNYK, B.M; FINEOUT-OVERHOLT, E. Evidence-based-Practice in nursing and healthcare. In: Making the case for evidence-based practice and culticating a spirit of inquiry. A guide to best practice. Philadelphia: Lippincott, Williams & amp; Wilkins, 2011.

MENDES, K.D.S.; SILVEIRA, R.C.C.P.; GALVÃO, C.M. Revisão integrativa: método de pesquisa para a incorporação de evidências na saúde e na enfermagem.**Texto Contexto Enferm**, v.17, n. 4, p. 758-64, 2008.

MOHER, D.; LIBERATI, A.; TETZLAFF, J.; ALTMAN, D.G. The PRISMA Group (2009) Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta Analyses: The PRISMA Statement. **PLoS Med**, v. 6, n.7, 2009.

OUZZANI, M.; HAMMADY, H.; FEDOROWICZ, Z.; ELMAGARMID, A. Rayyan — a web and mobile app for systematic reviews. **Systematic Reviews**, v. 5, p. 210, 2016.

PAIVA, R. A; PADILHA, M. A. A WebQuest e a Taxonomia Digital de Bloom como uma nova coreografia didática para a educação online. **R. B. E. C. T.** v. 5, n 1, p. 81-100. 2012.

PEREIRA, M.C.A. **Proposta didático-pedagógica para a disciplina Administração dos Serviços de Enfermagem Hospitalar: desenvolvimento e implementação da metodologia WebQuest**, 2009. 144f. Tese (Doutorado) - Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2009.

PEREIRA, M.C.A, MELO, M.; SILVA, A.; ÉVORA, Y.D.M. Avaliação da WebQuest gerenciamento de recursos materiais em enfermagem por alunos do curso de graduação. **Revista Latino-Americana De Enfermagem**, v. 18, n. 6, p.1107-1114, 2010.

PEREIRA, M.C.A.; ÉVORA, Y.D.M.; CAMARGO, R.A.A.; TEIXEIRA, C.RS.; CRUZ, A.C.A.; CIAVATTA, H. Ambiente virtual de aprendizagem sobre gerenciamento de custos de curativos em úlceras por pressão. **Revista Eletrônica de Enfermagem [Internet].** v. 16, n.2, p. 321-9, 2014.

PESSONI, A.; GOULART, E. Tecnologias e o ensino na área da Saúde. **ABCS Health Sci.** 2015; v.40, n.3, p.270-275

SILVEIRA, M.S.; COGO, A. L. P. Contribuições das tecnologias educacionais digitais no ensino de habilidades de enfermagem: revisão integrativa. **Revista gaúcha de enfermagem. Porto Alegre,** v.38, n. 2, p. 204, 2017.

STONE, P.W. Popping the (PICO) question in research and evidence-based practice. **Applied Nursing Research**, Philadelphia, v.15, n.3, p. 197-198, 2002.

TIBES, C.M.; DIAS, J.D.; WESTIN, U.M.; DOMINGUES, N.A.; ZEM-MASCARENHAS, S.H.; ÉVORA, Y.D.M. Desenvolvimento de recursos educacionais digitais para o ensino em enfermagem. **Revista de enfermagem UFPE on line,** v.11, (Supl. 3), p. 1326-34, 2017.

URSI, E. S. Prevenção de lesões de pele no perioperatório: revisão integrativa da literatura. Dissertação (Mestrado) – Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2005.

TRABALHO INTERDISCIPLINAR (SERVIÇO SOCIAL E PSICOLOGIA) NA EDUCAÇÃO INFANTIL: um estudo, em andamento, de contribuições para o desenvolvimento social na cidade de Franca-SP.

INTERDISCIPLINARY WORK (SOCIAL SERVICE AND PSYCHOLOGY) IN CHILDHOOD EDUCATION: an ongoing study of contributions to social development in the city of Franca-SP.

Desenvolvimento social e políticas públicas: Educação e Desenvolvimento.

MALTA, Angélica de Oliveira Machado.
UNIFACEF
Graduação em Serviço Social pela UNESP, 2008; Graduação em Pedagogia pela UFSJ, 2016; Especialista em Políticas Públicas e socioeducação pela UnB, 2019; Psicopedagogia pela Metropolitana, 2020; Mestranda pela UNIFACEF, conclusão em 2022.
angelsa266@hotmail.com

OLIVEIRA, Paulo de Tarso.
Docente e Coordenador do Programa de Mestrado
em Desenvolvimento Regional/ Uni-FACEF - Franca-SP.
ptarsoliveira@gmail.com

Resumo

A temática da interdisciplinaridade está em pauta nas diversas políticas públicas, principalmente, nas áreas de Assistência Social e Saúde, porém, na Educação ainda está um pouco distante. A interdisciplinaridade que tratamos neste projeto é a importância do diálogo de diferentes profissionais no ambiente acadêmico, favorecendo o atendimento dos alunos e suas famílias, através do olhar múltiplo dos diversos atores. (FAZENDA, 1995). A presença de diferentes profissionais permite que as crianças e suas famílias sejam atendidas de forma efetiva, garantindo um acompanhamento não só pedagógico, mas social e psicológico, permitindo o desenvolvimento global das crianças. O objetivo central deste trabalho é conhecer a realidade das unidades educacionais no município de Franca, SP, que possuam equipes interdisciplinares, observando a atuação das mesmas e as vantagens de se trabalhar nessa sistemática, ressaltando os aspectos que favoreçam o desenvolvimento local. Para estruturarmos o trabalho e facilitarmos a compreensão da temática proposta, dividiremos o mesmo em quatro capítulos. No primeiro trataremos da política pública da educação, com ênfase na trajetória histórica das instituições, fazendo um levantamento do surgimento, atuação e evolução da legislação e diretrizes. No segundo trataremos da relação entre o desenvolvimento e a cidadania para a construção de políticas públicas eficazes e eficientes. No terceiro apresentaremos a importância do trabalho interdisciplinar para o desenvolvimento local, apresentando o papel de cada profissional (assistente social, psicólogo e pedagogo) nessa equipe. E no último faremos a apresentação dos resultados da pesquisa, realizando a análise dos dados apresentado.

Palavras-chave: Educação Infantil, interdisciplinaridade, desenvolvimento.

Abstract

The theme of interdisciplinarity is on the agenda in various public policies, mainly in the areas of Social Assistance and Health, however, in Education it is still a little distant. The interdisciplinarity that we deal with in this project is the importance of the dialogue of different professionals in the academic environment, favoring the service of students and their families, through the multiple view of the various actors. (FAZENDA, 1995). The presence of different professionals allows children and their families to be served effectively, ensuring not only pedagogical, but social and psychological accompaniment, allowing the overall development of children. The main objective of this work is to know the reality of the educational units in the city of Franca, SP, which have interdisciplinary teams, observing their performance and the advantages of working in this system, highlighting the aspects that favor local development. To structure the work and facilitate the understanding of the proposed theme, we will divide it into four chapters. In the first, we will deal with public education policy, with emphasis on the historical trajectory of institutions, making a survey of the emergence, performance and evolution of legislation and guidelines. In the second, we will deal with the relationship between development and citizenship for the construction of effective public policies. In the third, we will present the importance of interdisciplinary work for local development, presenting the role of each professional (social worker, psychologist and pedagogue) in this team. And in the last one, we will present the research results, carrying out the analysis of the data presented.

Keywords: Child Education, interdisciplinarity, development.

1 INTRODUÇÃO

A Educação Infantil teve início na França, em 1770. As instituições surgiram para abrigar crianças pequenas para que suas mães pudessem sair para trabalhar, elas tinham um caráter assistencialista, destinado para as classes mais empobrecidas. (MELLO, 1999).

No Brasil, surgiu por volta do século XX com as mesmas características. O intuito das instituições era “guardar” as crianças para que as famílias pudessem buscar o seu sustento. Não havia a preocupação com a construção do conhecimento, era um espaço para vigiar e ofertar cuidados básicos como alimentação e higiene. (OLIVEIRA E ROSSETI-FERREIRA, 1989)

Na Constituição Federal de 1988, a Educação Infantil já está contemplada como direito da criança à Política Pública da Educação, porém, por muitos anos ainda permaneceu com características assistencialistas. O Estatuto da Criança e do Adolescente, de 1990, reforçou o direito de acesso, mas a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, de 1996 que definiu a forma de atendimento das unidades e a obrigatoriedade do Estado tanto no financiamento como a estruturação dos equipamentos.

Com isso tivemos um grande avanço, não só no valor do repasse para as instituições, mas também no avanço de ruptura do paradigma de caridade, passando de um espaço para “guardar” crianças de famílias carentes, enquanto as mães trabalham, para uma instituição de desenvolvimento biopsicossocial, de direito universal das crianças e suas famílias.

Apesar da obrigatoriedade do Estado na execução dessa política, ainda hoje temos muitas instituições sem fins lucrativos que possuem parceria com as Prefeituras Municipais e assumem a administração das creches, porém, seguindo as normativas e orientações nacionais.

Segundo informações do site da Prefeitura Municipal, a cidade de Franca possui atualmente sessenta e oito escolas de educação infantil, que serão o público alvo da nossa pesquisa.

Buscaremos compreender a atuação dessas unidades educacionais e a importância das equipes interdisciplinares para o desenvolvimento local e a qualidade de atendimento das famílias.

A temática da interdisciplinaridade está em pauta nas diversas políticas públicas, principalmente nas áreas de Assistência Social e Saúde, porém, na Educação ainda está um pouco distante.

A interdisciplinaridade na Educação pauta-se na integração das disciplinas, ou seja, a articulação das temáticas trabalhadas pelos diversos professores. “De modo geral, a interdisciplinaridade, esforça os professores em integrar os conteúdos (...) os programas de todas as disciplinas e atividades que compõem o currículo de determinado nível de ensino” (BOCHNIAK, 1992, p.21). Mas, não aborda a importância da presença de diferentes profissionais como assistentes sociais, psicólogos, entre outros, que em muito podem contribuir com a dinâmica de atendimento aos

alunos e suas famílias.

A lei federal n° 13.935 de 12 de dezembro de 2019, garante a inserção desses profissionais na educação básica, mas ainda estamos num processo de efetivação dessa lei, tornando a temática da interdisciplinaridade na educação tão necessária e atual.

A interdisciplinaridade que tratamos neste projeto é a importância do diálogo de diferentes profissionais no ambiente acadêmico, favorecendo o atendimento dos alunos e suas famílias, através do olhar múltiplo dos diversos atores. (FAZENDA, 1995).

A presença de diferentes profissionais na Educação Infantil permite que as crianças e suas famílias sejam atendidas de forma efetiva, garantindo um acompanhamento não só pedagógico, mas social e psicológico, permitindo o desenvolvimento global (biopsicossocial) dos alunos atendidos.

O assistente social é o profissional que atua na questão social, "um dos maiores desafios (...) é desenvolver sua capacidade de decifrar a realidade e construir propostas de trabalho criativas e capazes de preservar e efetivar direitos, a partir das demandas emergentes no cotidiano". (IAMAMOTO, 2000, p.20).

Em outras palavras, é aquele profissional que busca, através do materialismo histórico, a compreensão da realidade atual, favorecendo o acesso aos direitos sociais, inerentes aos cidadãos e auxiliando na efetivação das políticas públicas.

O psicólogo atua no estudo da mente humana, observando os comportamentos e interações sociais. No ambiente acadêmico ele trabalha analisando as possíveis dificuldades de aprendizagem e também prestando orientação para as famílias e os educadores. Compondo a equipe interdisciplinar, auxilia na formulação de propostas para solução de problemáticas encontradas no cotidiano escolar e social.

A atuação dos profissionais na Política Pública da Educação precisa se dar em rede, proporcionando um atendimento pleno, linear e de qualidade para o seu público alvo, garantindo não só o atendimento das necessidades emergentes, como a vaga na creche, por exemplo, mas o acesso aos bens, serviços e direitos sociais existentes.

O atendimento deve ser pautado no intuito de empoderamento dos indivíduos, permitindo que se desenvolvam enquanto seres humanos plenos de direitos e sujeitos ativos da vida comunitária.

Segundo Vieira e Santos (2012) o desenvolvimento tem que ser entendido em seus vários aspectos, ele deve ser compreendido através dos valores atribuídos por cada sociedade.

> A definição do significado do conceito de desenvolvimento depende dos valores historicamente construídos de cada sociedade embora conserve em seu cerne a conquista de padrões de vida mais elevados acessíveis à maioria da população. Sob esse prisma o conceito de desenvolvimento pode até ser oposto à ideia de progresso econômico, pois seu objetivo é mais do que a oferta de bens e serviços resultantes do aumento de produtividade (VIEIRA; SANTOS, 2012, p. 348).

O homem precisa se formar enquanto cidadão e desde a primeira infância precisa ser preparado para protagonista de sua própria história. As questões econômicas são importantes em nossa sociedade, mas também é necessário que se tenha o desenvolvimento humano, para que cada um possa ter liberdade e realizar suas escolhas e participar ativamente da vida coletiva.

> Se a existência humana não é garantida pela natureza, não é uma dádiva natural, mas tem de ser produzida pelos próprios homens, sendo, pois, um produto do trabalho, isso significa que o homem não nasce homem. Ele forma-se homem. Ele não nasce sabendo produzir-se como homem. Ele necessita aprender a ser homem, precisa aprender a produzir sua própria existência. Portanto, a produção do homem é, ao mesmo tempo, a formação do homem, isto é, um processo educativo. A origem da educação coincide, então, com a origem do homem mesmo. (SAVIANI, 2007, 153)

A atuação da equipe interdisciplinar na Educação Infantil tem a função de formar, desde a infância, os cidadãos para uma vida efetiva, onde os mesmos possam fazer suas escolhas e serem membros ativos da sociedade, não apenas reproduzindo aquilo que está posto, mas buscando alternativas e formulando suas próprias escolhas de vida.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Para esse trabalho buscaremos compreender os princípios de desenvolvimento e liberdade de Amartya Sen (2010) para embasar a discussão da qualidade de atendimento ofertado pelas instituições, no sentido de valorizar o desenvolvimento biopsicossocial das crianças.

É preciso proporcionar condições para que as crianças, desde a primeira infância tenham aprendizados significativos e articulados com o seu cotidiano, sendo respeitadas e valorizadas suas particularidades e cultura. (SAVIANI, 2007)

Não é somente ter acesso a essa política pública, mas garantir que seja um efetivo exercício de cidadania, tanto para que as crianças tenham acesso aos conteúdos pedagógicos, mas também tenham acesso espaços de cuidado e de socialização. (SECCHI, 2016).

Para falar sobre os aspectos fundamentais das creches, que são o educar e o cuidar, vamos utilizar com referencial teórico: Soares (2003), Andrade (2010) Bujes (2007), Montenegro (2001), Kuhlmann Jr. (2000) e Haddad (1991) que falam sobre a trajetória histórica das creches, a atuação, os objetivos e finalidades dessa política pública.

Também buscaremos ressaltar a importância do trabalho interdisciplinar, apontando as características de cada profissional (assistente social, pedagogo e psicólogo) e como essa articulação de diferentes áreas de conhecimento podem contribuir para o aprimoramento do atendimento das crianças e suas famílias.

> Penso a interdisciplinaridade, inicialmente, como postura profissional que se permite por transitar o “espaço da diferença” com sentido de busca, de desenvolvimento da pluralidade de ângulos que um determinado objeto investigado é capaz de proporcionar, que uma determinada realidade é capaz de gerar, que diferentes formas de abordar o real podem trazer. (RODRIGUES, 1998, p. 156)

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este trabalho seguirá a linha da pesquisa qualitativa com uma série de questões que não se preocupam exclusivamente com o valor numérico, mas com a intensidade de compreensão de um determinado grupo social, de uma organização, de uma instituição, etc., porém, para conhecer a realidade de todas as instituições, que se disponibilizarem a participar, faremos uma entrevista fechada para tabular as informações fornecidas.

Martinelli apresenta três considerações importantes sobre a pesquisa qualitativa:

> A primeira é quanto o seu caráter inovador, como pesquisa que se insere na busca de significados atribuídos pelos sujeitos às suas experiências sociais; A segunda é quanto à dimensão política desse tipo de pesquisa que, como construção coletiva, parte da realidade dos sujeitos e a eles retorna de forma crítica e criativa; A terceira é que exatamente por ser um exercício político, uma construção coletiva, não se coloca como algo excludente ou hermético, é uma pesquisa que se realiza pela via da complementaridade, não da exclusão. (MARTINELLI, 1999, p.27).

O objetivo central deste trabalho é conhecer a realidade das unidades educacionais que possuam equipes interdisciplinares, observando a atuação das mesmas e as vantagens de se trabalhar nessa sistemática, observando os aspectos que favorecem o desenvolvimento local.

Optamos pela pesquisa qualitativa, pois, somente aqueles que participam ativamente de um grupo ou vivenciam uma determinada realidade é que podem fornecer informações concretas sobre a mesma.

> Na qualidade não vale o maior, mas o melhor; não o extenso, mas o intenso; não o violento, mas o envolvente; não a pressão, mas a impregnação. Qualidade é estilo cultural, mais que o tecnológico; artístico, mais que o produtivo; lúdico, mais que eficiente; sábio, mais que científico. (DEMO, 1985, p.24).

Quando tivermos delimitado o nosso foco de pesquisa, que são as instituições que possuem assistentes sociais e psicólogos em suas equipes, iniciaremos as entrevistas abertas, para conhecermos a importância da interdisciplinaridade neste seguimento, que é a educação infantil.

Esta pesquisa utilizará os seguintes instrumentais: pesquisa bibliográfica, visita institucional e entrevista.

Pesquisa bibliográfica, que é a utilização de referências bibliográficas, textos na íntegra ou fragmentos, sobre determinado assunto (no nosso caso são textos referentes à interdisciplinaridade, Serviço Social, Psicologia e Educação Infantil), que podem ser consultados em livros, artigos ou periódicos, teses, normas técnicas, anais de eventos, legislação ou outros documentos bibliográficos, através do acesso a catálogos on-line e bases de dados nacionais e estrangeiras. (TRIVIÑOS, 1987).

Visita institucional, que é um dos recursos utilizados para se ter um contato mais intenso com o público alvo da pesquisa. O objetivo dessa visita é conhecer a realidade das instituições participantes, para observarmos na prática, a atuação das equipes interdisciplinares.

Entrevista, que é uma das maneiras mais eficazes para a coleta de dados na pesquisa qualitativa, pois, através dela tem-se contato com os indivíduos que fazem parte de nosso estudo. A entrevista semiestruturada, que será utilizada nesta pesquisa, é compreendida por Augusto N. Triviños como:

> Aquela que parte de certos questionamentos básicos, apoiados em teorias e hipóteses, que interessam à pesquisa, e que, em seguida, oferecem amplo campo de interrogativas, fruto de novas hipóteses que vão surgindo à medida que se recebem as respostas do informante. Desta maneira, o informante, seguindo espontaneamente a linha de seu pensamento e de suas experiências dentro do foco principal colocado pelo investigador, começa a participar da elaboração do conteúdo da pesquisa. (1987, p.146).

Este tipo de entrevista norteia o entrevistado, para que não fuja do foco central da pesquisa, mas por serem questões subjetivas, ele tem a liberdade de acrescentar outras falas que nas pesquisas dirigidas ou padronizadas, que são compostas de questões fechadas, não poderia.

Esses instrumentos serão utilizados para que haja uma melhor compreensão da realidade do público alvo da pesquisa e para que possamos verificar se existe a interdisciplinaridade nas unidades e qual as vantagens e desafios de se manter diferentes profissionais nas equipes de trabalho e os impactos no atendimento às crianças e suas famílias.

Para estruturarmos o trabalho e facilitarmos a compreensão da temática proposta, dividiremos o mesmo em quatro capítulos.

No primeiro capítulo trataremos da política pública da educação, com ênfase na trajetória histórica das instituições de educação infantil, fazendo um levantamento do surgimento, atuação e evolução da legislação e diretrizes.

No segundo capítulo trataremos da relação entre o desenvolvimento e a cidadania para a construção de políticas públicas eficazes e eficientes.

No terceiro capítulo apresentaremos a importância do trabalho interdisciplinar para o desenvolvimento local, apresentando o papel de cada profissional (assistente social, psicólogo e pedagogo) nessa equipe.

No quarto capítulo faremos a apresentação dos resultados da pesquisa vislumbrando as visitas institucionais e as entrevistas com os profissionais e dirigentes das unidades que possuam assistentes sociais e psicólogos em suas equipes de trabalho, realizando a análise dos dados apresentado.

4 RESULTADOS ESPERADOS

O principal resultado esperado é apresentar a importância de diferentes profissionais na equipe de trabalho, valorizando não somente a presença do Serviço Social e Psicologia na política pública da Educação, mas confirmando o que já é observado em outras politicas como a Assistência Social e Saúde, que uma equipe interdisciplinar tem um olhar diferenciado para os problemas existentes, podendo ter soluções mais efetivas e criativas para as necessidades do cotidiano, proporcionando um atendimento de qualidade para a população usuária do serviço.

O caderno “Orientações técnicas: Centro de Referência de Assistência Social (CRAS)”, trás um trecho que explica a importância da atuação das equipes interdisciplinares.

> (...) o principal objeto de ação da política de assistência social – as vulnerabilidades e riscos sociais – não são fatos homogêneos e simples, mas complexos e multifacetados, que exigem respostas diversificadas alcançadas por meio de ações contextualizadas e para as quais concorrem contribuições construídas coletivamente e não apenas por intermédio do envolvimento individualizado de técnicos com diferentes formações. (2009, p.64)

Ou seja, a presença de diversos profissionais atuando de forma conjunta garante à efetivação do atendimento e evita a fragmentação de atuação, permitindo uma sistematização das ações, favorecendo a compreensão do todo e não apenas das particularidades.

A interdisciplinaridade é a interação dos diferentes atores que compõe as equipes, ”favorecendo o alargamento e a flexibilização no âmbito do conhecimento, que pode significar uma instigante disposição para os horizontes do saber”. (Rodrigues, 1998, p. 156).

Na interdisciplinaridade é necessário que as profissões compreendam que não podem atuar de forma isolada, porque a questão social e as interações humanas são campo de atuação de todos os profissionais que compõe as equipes da Educação Infantil: pedagogos, assistentes sociais, psicólogos, entre outros.

Marilda Iamamoto, no livro “O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional”, fala sobre a importância da atuação profissional integrada:

> O desafio é redescobrir alternativas e possibilidades para o trabalho profissional no cenário atual; traçar horizontes para formulação de propostas que façam frente a questão social e que sejam solidárias com a vida daqueles que vivenciam, não só como vitimas, mas como sujeitos que lutam pela preservação e conquista de sua vida, da sua humanidade. (IAMAMOTO, 2000, p.75).

Diante disso, pensamos que os resultados dessa pesquisa mostrarão como a presença de diferentes profissionais garante um trabalho mais efetivo e significativo, favorecendo um atendimento pleno e global do público alvo da Educação Infantil, crianças e suas famílias, e também o desenvolvimento da política pública no município de Franca, São Paulo.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse trabalho tem uma temática relevante e bastante atual, devido a lei federal n° 13.935 de 12 de dezembro de 2019.

A presença de equipes interdisciplinares em diversas políticas públicas já é uma realidade, que mostra que diferentes visões e formações são importantes para um atendimento de qualidade, mais significativo e global. (FAZENDA, 1995).

Esperamos com essa dissertação, contribuir, através da pesquisa bibliográfica e análise dos dados do município de Franca, SP, com as discussões acerca do trabalho interdisciplinar nas escolas de educação infantil.

REFERÊNCIAS

BOCHNIAK, Regina. **Questionar o conhecimento-Interdisciplinaridade na escola.** São Paulo: Loyola, 1992.

BRASIL. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME (MDS). **Orientações Técnicas:** Centro de Referência de Assistência Social – CRAS. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2009.

BRASIL. Senado Federal. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional:** n°9394/96. Brasília: 1996.

CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/civil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm> Acesso em 25 de out. 2015

DEMO, Pedro. **Avaliação qualitativa**. Campinas: Autores Associados, 1994.

_____. **Participação é conquista** – noções de política social participativa. Fortaleza: UFCE, 1985.

ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1994.

FAZENDA, Ivani Catarina. **Interdisciplinaridade, um projeto de parceria.** 3. ed. São Paulo, Loyola, 1995.

GOLDENBERG, Mirian. **A arte de pesquisar:** como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais. Rio de Janeiro: Record, 1999.

HADDAD, Lenira. **A creche em busca de identidade.** 2. ed. São Paulo: Loyola, 1993.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social na Contemporaneidade:** trabalho e formação profissional. São Paulo: Cortez, 2000.

MARTINELLI, Maria Lúcia. **Serviço Social:** identidade e alienação. 5 ed. São Paulo: Cortez,1999.

_____. **Pesquisa qualitativa** – um instigante desafio. São Paulo: Veras, 1999.

MELLO, Ana Maria de Araújo. **História da carochinha:** uma experiência para a educação de crianças abaixo de 3 anos em creche. Ribeirão Preto, 1999. Dissertação (Mestrado em Psicologia. Faculdade de Filosofia Ciências e Letras. Universidade de São Paulo).

OLIVEIRA, Z. M. R., ROSSETTI-FERREIRA, M. C. **Proposta para o atendimento em creches no Município de São Paulo.** Histórico de uma realidade. IN; ROSEMBERG, F. (Org.) *Creche.* São Paulo: Cortez, 1989. p. 28-29.

REFERENCIAL CURRICULAR NACIONAL PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL. Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. Brasília-DF: MEC/SEF, v. 1, 2, 3. 1988.

RELAÇÃO DE CRECHES NO MUNICÍPIO DE FRANCA-SP. Disponível em <file:///C:/Users/Ricardo/Downloads/listagem%20das%20creches%20completa%20e%20atualizada%20(1).pdf > Acesso em 05 de out, 2020.

RODRIGUES, Maria Lucia. O Serviço Social e a perspectiva interdisciplinar. in Martinelli, M. L. e outros(org.). **O Uno e o múltiplo nas relações entre as áreas do saber.** São Paulo: Cortez/ Educ, 1998.

SANTOS, Boaventura Souza. **Reconhecer para libertar:** os caminhos do cosmopolitismo multicultural. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013. pp. 13-68

SAVIANI, Dermeval. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 34, 2007.

SECCHI, Leonardo. **Análise de políticas públicas:** diagnóstico de problemas e recomendação de soluções. São Paulo: Cengage Learning. 2016. pp.05-29

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade.** São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SOARES, Nanci. **O Estatuto da Criança e do adolescente e a função educacional da Creche.**

Projeto pedagógico do cuidar e educar, sem escolarizar. Franca, 2003. Tese (Doutorado Serviço Social - Faculdade de História, Direito e Serviço Social – UNESP).

TRIVIÑOS, Augusto N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais:** a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Athas, 1987. p. 116 – 175

VIEIRA, Edson Trajano; SANTOS, Moacir José dos. Desenvolvimento econômico regional: uma revisão histórica e teórica. –Taubaté, SP: **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional (G &DR)**, v.8, n.2, mai-ago/2012, pp.344-369.

TRANSGRESSÃO E RUPTURA: iluminação e encontro na construção do herói

TRANSGRESSION AND RUPTURE: illumination and encounter in the construction of the hero

Outras áreas temáticas: Letras e Literatura

CARVALHO, Eduardo Vieira
Uni-FACEF Centro Universitário Municipal de Franca
Graduando em Letras/Português
eduardovieiradecarvalho@gmail.com

LOPES, Gabriel Pedro
Uni-FACEF Centro Universitário Municipal de Franca
Graduando em Letras/Português
gabrielpedrogp51@gmail.com

ALVARENGA, Mariana Martins de
Uni-FACEF Centro Universitário Municipal de Franca
Graduanda em Letras/Espanhol
marianamartinsm@yahoo.com

IVAN, Maria Eloísa de Souza
Uni-FACEF Centro Universitário Municipal de Franca
Doutora em Estudos Literários – Uni-FACEF
meloisaivan@gmail.com

Resumo

O presente trabalho tem como objetivo analisar o discurso lispectoriano presente no romance *A maçã no escuro* (1961), de modo a identificar como ele se engendra enquanto narrativa poética, quais os recursos estilísticos utilizados por Lispector e quais os efeitos de sentido advindos da narrativa. Para tanto, tecem-se, em um primeiro momento, considerações gerais sobre a biografia da autora com base em Gotlib (2008), bem como do contexto literário ao qual ela é contemporânea. Enfatiza-se, nessa parte, as impressões de Candido (1977) e Lins (1946). Em um segundo momento, tecem-se reflexões sobre o gênero da narrativa poética, fundamentando-se, sobretudo, nas reflexões de Tadié (1994). A parte teórica encerra-se com uma sucinta abordagem do conceito de epifania em Lispector, com base nos estudos de Sá (1979) e Nunes (1969). A última seção desta pesquisa dedica-se à leitura analítica de *A maçã no escuro* (1961), privilegiando o itinerário de Martim enquanto uma busca por uma identidade autêntica e por uma linguagem que seja capaz de exprimir sua nova existência. Consulta-se, sobretudo, nesse momento, os estudos de Sá (1979; 2004) e Nunes (1969; 1995). A reflexão proposta no artigo, além de manifestar como o romance se constrói enquanto narrativa poética, evidencia as questões ligadas à linguagem plasmadas no discurso narrativo e tece relações sobre a epifania vivida pelo protagonista e o seu processo de autoconhecimento.

Palavras-chave: *A maçã no escuro*, narrativa poética, epifania.

Abstract

The present work aims to analyze the lispectorian discourse present in the novel *A maçã no escuro* (1961), in order to identify how it is engendered as a poetic narrative, what stylistic resources are used by Lispector and what are the sense effects arised from the narrative. To do so, at first, general considerations about the author's biography based on Gotlib (2008) are made, as well as the literary context to which Lispector is contemporary. In this part, the impressions of Candido (1977) and Lins (1946) are emphasized. In a second point, reflections on the genre of the poetic narrative are made, based mainly on the reflections of Tadié (1994). The theoretical part ends with a succinct

approach of the concept of epiphany in Lispector, based on the studies of Sá (1979) and Nunes (1969). The last section of this research is dedicated to the analytical reading of *A maçã no escuro* (1961), privileging Martim's itinerary as a search for an authentic identity and a language that is capable of expressing his new existence. At that moment, the studies by Sá (1979; 2004) and Nunes (1969; 1995) are consulted. The reflection proposed in the article, in addition to showing how the novel is constructed as a poetic narrative, highlights the issues related to language expressed in the narrative discourse and weaves relationships about the epiphany experienced by the protagonist and his self-knowledge process.

Keywords: *A maçã no escuro*, poetic narrative, epiphany.

1 INTRODUÇÃO

No ano em que se comemoram os cem anos de nascimento da autora Clarice Lispector, falar sobre uma das obras menos discutidas e considerada pela própria escritora como seu livro mais "bem estruturado" "[...] eu me lembrava do...do prazer que eu tinha em escrever *A maçã no escuro*. Todas as manhãs. [...]" (LISPECTOR, apud GOTLIB, 1995, p. 336), além de ser o único que escreveu tantas vezes " [...] Eu copiei onze vezes pra saber o que é que eu estava querendo dizer. [...] Copiando eu vou...vou me entendendo [...]" (idem, ibidem), torna-se propósito desafiador e ao mesmo tempo instigante. Tarefa de fôlego e reverência por um dos mais fascinantes e complexos trabalhos da escrita clariciana, *A maçã no escuro* (1961) foi a obra escolhida para compor o corpus desta pesquisa.

Elaborado em um longo projeto, que, possivelmente teve suas primeiras anotações feitas entre os anos de 1950-51, enquanto a escritora ainda morava na Inglaterra, o romance foi escrito ao longo de três anos, quando Lispector já morava nos Estados Unidos. Concluído em 1956, o livro só vem a público cinco anos mais tarde, graças ao empenho de amigos brasileiros. A obra compõe, junto com *O lustre* (1946) e *A cidade sitiada* (1949) o "ciclo do exílio"; todavia, faz-se necessário ressaltar que Lispector não relaciona as obras feitas no exterior ao seu exílio voluntário, até mesmo porque em nenhum desses romances a voz do eu aparece como a própria voz da autora, além das personagens viverem em um universo ficcional bem distante da vida de Lispector (NINA, 2003).

Assim, esta pesquisa tem como objetivo analisar o discurso lispectoriano presente no romance *A maçã no escuro* (1961), de modo a identificar como ele se engendra enquanto narrativa poética, quais os recursos estilísticos utilizados por Lispector e quais os efeitos de sentido advindos dessa narrativa, já que, embora a autora se utilize da estrutura narrativa (o romance), sua obra está permeada de traços líricos, como concepções, reflexões e materializações de estados de alma, os quais são intensamente vividos e experimentados por Martim, o herói do romance.

A fim de se alcançar o objetivo proposto, tecem-se, em um primeiro momento, considerações gerais sobre a biografia da autora com base em Gotlib (2008) e outros estudiosos da obra clariciana, bem como sobre o contexto literário ao qual ela é contemporânea e a recepção crítica à sua obra. Enfatiza-se, nessa parte, as impressões de Candido (1977) e Lins (1946). Em um segundo momento, realizam-se considerações sobre o gênero da narrativa poética, fundamentando-se, sobretudo, nas reflexões de Tadié (1994). A parte teórica encerra-se com uma sucinta abordagem acerca do conceito de epifania em Lispector, feita com base nos estudos de Sá (1979) e Nunes (1969).

A última seção desta pesquisa dedica-se à leitura analítica de *A maçã no escuro* (1961), privilegiando o itinerário de Martim enquanto uma busca por uma identidade autêntica e por uma linguagem que seja capaz de exprimir sua nova existência. Consulta-se sobretudo, nesse momento, os apontamentos feitos por Sá (1979; 2004) e Nunes (1969; 1995). A reflexão proposta no artigo, além de manifestar como o romance se constrói enquanto narrativa poética, evidencia as questões ligadas à linguagem plasmadas no discurso narrativo e tece relações sobre a epifania vivida pelo protagonista e o seu processo de autoconhecimento.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 LISPECTOR: vida e contexto histórico estético literário

Filha de Pinkouss e Mania, posteriormente Pedro e Maria, Chaya Pinkhasovna Lispector, após, registrada no Brasil, por iniciativa do pai, como Clarice Lispector, nasceu em 10 de dezembro de 1920, em Tchechelnik, na região da Ucrânia – na época pertencente à Rússia. Seu nascimento

dá-se em um contexto de fuga pela sobrevivência: a família, de origem judaica, partia da Rússia, marcada por intensos conflitos políticos e constantes perseguições aos judeus, rumo à América. Após a longa viagem, tendo embarcado em 1921 e chegado ao Brasil somente em março 1922, a família desembarca em Maceió. Em 1925, mudaram-se para Recife, local em que a referida autora passou sua infância e descobriu sua paixão pela literatura (GOTLIB, 2008) e, finalmente, para o Rio de Janeiro. Contando o início de sua própria trajetória, Lispector narra:

> E a história é a seguinte: nasci na Ucrânia, terra de meus pais. Nasci numa aldeia chamada Tchechelnik, que não figura no mapa de tão pequena e insignificante. Quando minha mãe estava grávida de mim, meus pais já estavam se encaminhando para os Estados Unidos ou Brasil, ainda não haviam decidido: pararam em Tchechelnik para eu nascer, e prosseguiram viagem (LISPECTOR, apud GOTLIB, 2008, p.34-43).

Em 1939, a autora inicia o curso de bacharelado em Direito – ofício que, de fato, nunca exerceu. Poucos anos depois, em 1943, casa-se com seu colega de turma, Maury Gurgel Valente; dá-se, nesse contexto, um fato marcante em sua trajetória: Lispector passa a acompanhar o marido, nomeado diplomata, por diversos países, nos quais conhece culturas distintas (GOTLIB, 2008). Do período de quinze anos em que viveu no exterior, importa, sobretudo, destacar a temporada que vai de 1953 a 1956: nesse espaço de tempo, no qual o casal vive em Washington, Lispector escreve a obra *A maçã no escuro* (1961), corpus desta pesquisa, que teve como título preliminar *A veia no pulso*.

O romance passou ainda pela revisão do escritor Fernando Sabino, amigo de Lispector, o qual realizou um total de duzentos e quatro anotações a respeito da obra – sugerindo, inclusive, a mudança do título, como acima destacado. Em 1961, a mencionada obra foi publicada pela editora Francisco Alves. Antes desse acontecimento, porém, a escritora obteve frustrantes tentativas ao apresentá-lo a outras editoras, tais como Agir, José Olympio e Civilização Brasileira. Em 1962, reconhecendo a grandiosidade do exemplar, Lispector foi contemplada com o Prêmio Carmem Dolores Barbosa de melhor livro (GOTLIB, 2008).

Dentre as inúmeras obras publicadas por Lispector, destacam-se, entre seus romances: *Perto do coração selvagem* (1943), *O lustre* (1946); *A cidade sitiada* (1949); *A paixão segundo G.H.* (1964); *Uma aprendizagem ou livro dos prazeres* (1969); *Água viva* (1973); *A hora da estrela* (1977); *Um sopro de vida*, este último publicado postumamente, em 1978, além do próprio romance corpus desta pesquisa, *A maçã no escuro* (1961).[1]

A recepção crítica da produção clariciana, iniciada efetivamente em 1943, com *Perto do coração selvagem*, foi marcada por contrastes. Com efeito, a escrita literária de Lispector, por apresentar aspectos distintos em relação à produção vigente à época, foi recebida com fascínio e encantamento por alguns e estranheza e desconfiança por outros. De fato, a escrita da autora distinguia-se da vertente modernista prevalecente na época, o regionalismo. Nesse sentido, enquanto a literatura regionalista, de cunho descritivo, é marcada pela utilização da palavra enquanto arma de combate estético-social, isto é, uma forma de denúncia da desigual e injusta sociedade brasileira, o discurso lispectoriano é caracterizado, sobretudo, pela manipulação da palavra, não de modo a (re)criar o mundo empírico, denunciando-o, mas sim de modo a ensejar a introspecção psicológica das personagens em intenso contato com o mundo, provocando, assim, o coser interior, em busca de si mesmo, de um Eu cheio de mistérios, angústias, sensações, memórias e pensamentos. É justamente essa mudança trazida pela autora ao contexto literário brasileiro da época que promove recepções tão significativas e contrastantes.

---

[1] Além de romances, Lispector escreveu também contos. Sobre eles, destaca Nunes (1989, p.83): "o conto de Clarice Lispector respeita as características fundamentais do gênero, concentrando num só episódio, que lhe serve de núcleo, e que corresponde a determinado momento da experiência interior, as possibilidades da narrativa. Os contos da autora enfeixados nas suas três coletâneas, *Laços de família*, *A legião estrangeira* e *Felicidade clandestina*, seguem o mesmo eixo mimético dos romances, assente na consciência individual como limiar originário do relacionamento entre o sujeito-narrador e a realidade. Mas também no domínio do conto certas diferenciações específicas quanto à história, propriamente dita, e ao esquema do discurso narrativo, resultam, como no romance, do ponto de vista assumido pelo sujeito-narrador em relação ao personagem".

Uma dessas impressões, e talvez uma das mais marcantes, foi dada por Álvaro Lins (1946). O crítico literário, embora tenha reconhecido a inovação estilística de Lispector no Brasil e tenha comparado sua escrita com a de Joyce e Woolf, apresentou falhas em seu romance inaugural, *Perto do coração selvagem* (1943), tecendo sobre este um julgamento negativo. Lins, com efeito, tomando rigorosamente o cânone tradicional romanesco, ou seja, a estrutura convencional, típica do romance, alegou que a obra clariciana era incompleta, descontínua, fragmentada. A autora, para ele, tendo falhado em entretecer um tecido tipicamente romanesco, apelou excessivamente para o lirismo, ou, por outra forma, para o conjunto de recursos típicos da poesia, próprios do gênero lírico. O estudioso situa a produção de Lispector na esfera da "literatura feminina", marcada pelo lirismo excessivo juntamente pela projeção, na obra, da personalidade narcísica da autora.

Diametralmente distinta foi a impressão de Antonio Candido (1977), o qual, em seu ensaio intitulado "No raiar de Clarice Lispector", publicado em 1943, em que saúda a autora, reconhece que foi capaz de aprofundar a expressão literária, realizando uma verdadeira síntese, por meio de sua inteligência, entre afetividade e observação, levando, desse modo, "o domínio da palavra sobre regiões mais complexas e mais inexprimíveis" (CANDIDO,1977, p.126). Candido, com efeito, constata que Lispector, optando pelo risco do ineditismo às facilidades e comodidades do ordinário rotineiro, presenteou a literatura brasileira com um romance de matizes de raridade e perenidade. Para o crítico literário, *Perto do coração selvagem* (1943), primeiro romance publicado pela autora,

> [...] é uma tentativa impressionante para levar a nossa língua canhestra a domínios pouco explorados, forçando-a a adaptar-se a um pensamento cheio de mistério, para o qual sentimos que a ficção não é um exercício ou uma aventura afetiva, mas um instrumento real do espírito, capaz de nos fazer penetrar em alguns dos labirintos mais retorcidos da mente (CANDIDO, 1977, p.126).

Para o crítico (1977), Lispector, de fato, foi capaz de notar que a expressão da densidade e da complexidade afetiva e mental exigia uma atitude de insurgência, de oposição ao que é dado de maneira rotineira e monótona. É precisamente nesse sentido que a autora coloca em pauta o problema do estilo e, sobretudo, da expressão literária, insurgindo-se autêntica e corajosamente em face dos quadros da habitualidade e cotidianidade, além de elaborando ideias, imagens e representações literárias até então não conhecidas pela literatura brasileira. Nesse sentido, destaca o ensaísta acerca do seu romance inaugural:

> O seu ritmo é um ritmo de procura, de penetração que permite uma tensão psicológica poucas vezes alcançada em nossa literatura contemporânea. Os vocábulos são obrigados a perder o seu sentido corrente, para se amoldarem às necessidades de uma expressão sutil e tensa, de tal modo que a língua adquire o mesmo caráter dramático que o entrecho (CANDIDO, 1977, p. 129).

Ivan (2015), evidenciando a dessemelhança entre a produção clariciana e a vertente modernista predominante à época – o regionalismo – observa que a prosa de Lispector se diferencia, sobretudo, em razão de seu caráter manifestadamente introspectivo de análise psicológica e existencial. Nesse sentido, sua escrita, subvertendo a estruturação tradicional dos gêneros literários, transformando a própria estrutura do romance ao alterar a configuração típica do espaço, de modo a ensejar um intenso diálogo entre esse e as personagens e também por desmontar a ordem cronológica dos acontecimentos, balizando-os pelo fluxo de consciência, engendrando a compreensão psíquica das personagens, apresentou uma verdadeira inovação estilística no cenário literário brasileiro. A estudiosa salienta, ainda, o intenso uso, por parte de Lispector, de recursos típicos da poesia, como imagens, metáforas, metonímias, antíteses, paradoxos sobre os quais se comenta mais profundamente adiante nesta pesquisa.

Por fim, destaca-se, nesse contexto de inovação e contraste produzidos por Lispector, que os recursos estéticos utilizados, em especial a não linearidade da escrita e o monólogo interior, estão em sua literatura intimamente ligados com a própria quebra do Logos da linguagem, da ordem racional do discurso. Nessa perspectiva, na qual a escritora coloca em jogo a própria linguagem, utilizando-se das potencialidades da palavra até o paradoxal ápice da indizibilidade, ressalta-se a autorreflexão da artista:

> Eu tenho à medida que designo - e este é esplendor de se ter uma linguagem. Mas eu tenho muito mais à medida que não consigo designar. A realidade é a matéria-prima, a linguagem é o modo como vou buscá-la - e como não acho. Mas é do buscar e não achar que nasce o que eu não conhecia, e que instantaneamente reconheço. A linguagem é o meu esforço humano. Por destino tenho que ir buscar e por destino volto com as mãos vazias. Mas - volto com o indizível. O indizível só me poderá ser dado através do fracasso da minha linguagem. Só quando falha a construção, é que obtenho o que ela não conseguiu (LISPECTOR, apud NUNES, 1969, p. 139).

Clarice Lispector faleceu no dia 09 de dezembro de 1977, no Rio de Janeiro, um dia antes de completar seus cinquenta e sete anos, sendo vítima de câncer no ovário. Depois de sua morte, a amiga Olga Borelli reuniu os escritos do último romance clariciano, intitulado *Um sopro de vida*, o qual foi publicado pela editora Nova Fronteira em 1978. Em 1984, é publicada a coletânea de crônicas *A descoberta do mundo*, uma compilação das crônicas publicadas no Jornal do Brasil entre os anos de 1967 a 1973. Em 1979, é publicado o livro de contos *A bela e a fera*, que consiste em um conjunto de seis contos escritos entre os anos de 1940 e 1941 e dois escritos em 1977, pouco antes da morte da autora. Em 1987, é publicado *Doze lendas brasileiras: como nasceram as estrelas* – esse último pertencente à literatura infantil.

Uma vez feita essa breve contextualização sobre a vida da autora, seu contexto histórico estético e tendo-se em vista que o corpus da pesquisa consiste no romance *A maçã no escuro* (1961), passa-se, a seguir, às reflexões sobre a natureza da narrativa poética.

2.2 Da Narrativa Poética

Podendo ser considerada como um fenômeno de transição entre o romance e a poesia, Jean-Yves Tadié (1994) conceitua a narrativa poética como uma espécie de narrativa em prosa que se compõe e se engendra utilizando-se dos artifícios típicos do poema, bem como dos seus efeitos literários, de modo a existir nesta uma tensa e contínua relação entre as funções referencial (com típica função de anunciar, representar, informar) e a função poética (a qual evidencia a própria forma da mensagem, focando em sua própria estrutura composicional).

Nessa continuidade, destaca Tadié (1994) que, na medida em que a narrativa poética combina deliberadamente aspectos estruturais do romance, como personagem, espaço e tempo com os meios de expressão e atuação da poesia, a análise dessa forma narrativa deve levar em consideração, concomitantemente, tanto as técnicas de definição e explicação do romance, quanto as de descrição do poema. Configura-se, desse modo, a narrativa poética como um fenômeno de transição entre o romance e a poesia, uma forma narrativa "que é um tipo de romance que leva ao paroxismo a aproximação com a poesia lírica, ao mesmo tempo em que borra os elementos constituintes fundamentais da própria narrativa" (PIRES, 2006, p. 69-70).

No que diz respeito às ideias de herói, narrador e ambiente sob a perspectiva da narrativa poética, Tadié (1994) explica que o primeiro deve ser entendido como uma forma que desempenha uma função no enredo em razão de sua natureza, de modo que o esmaecimento do modelo referencial realista, bem como da psicologia, é circunstância que possibilita a associação e a inclusão das personagens na narrativa poética. Os personagens, sob essa perspectiva, acabam suprimidos (quando em comparação ao romance clássico) pela própria lógica interna do enredo.

No tocante às categorias do espaço, Tadié observa que:

> O que é domínio do conteúdo, de certa forma, dita a própria forma da narrativa. Por ser narrativa, escapa à contemplação imóvel, que tem preferencialmente seu lugar no poema – ou no quadro. Toda narrativa poética, para durar no seio da Natureza, deve fazer-se itinerário (1994, p.3).

Porém, diferentemente do romance tradicional, reside justamente na concepção de natureza na qual se perfaz o itinerário pelos personagens ao longo do enredo a distinção marcante no tocante a esse ponto pela narrativa poética. Tadié, sob esse prisma, explicita que em virtude do espaço dessa forma narrativa estar sempre "alhures, ou além, porque é o de uma viagem orientada e

simbólica" (1994, p.3), o ambiente na narrativa poética desliza, resvala e transcorre em um movimento de superposição vertical, ao passo que, horizontalmente, seu movimento é de fuga.

Destaca o autor, nessa continuidade, que a utilização dos recursos imagéticos potencializa esse movimento, vez que, em razão dele, cada frase se transpõe de uma esfera para a outra: metáfora e metonímia, ambas figuras da linguagem fundamentais para a narrativa poética, afastam ou aproximam as significações. O espaço do mundo representado pela obra, assim, está liberto do papel subordinado de cenário que possui no romance clássico, vez que, sob a perspectiva da narrativa poética, está em harmônico concerto com o universo linguístico que as figuras simbolizam. Deve ser lido e entendido, assim, como personagem, posto que tem sua própria linguagem, sua própria atividade e desempenho no enredo. Como evidencia o autor, talvez caiba a ele a função primordial da narrativa poética, vez que, sob "sua casca abriga a revelação" (TADIÉ, 1994, p.3).

No que diz respeito à categoria do tempo, explicita o estudioso francês (1994) que ocorre uma modificação similar à que se dá na forma do espaço. Com efeito, não sendo a narrativa poética a lenta relação de vivências e descrições, ela é colocada na missão de buscar momentos e instantes únicos, os quais, sendo de natureza singular, apresentam-se como extraordinários, privilegiados. O tempo do enredo – não obedecendo a padrões cronológicos, vez que se distende ou se encurta conforme o relevo de significação poética do que se narra – desliza por intermédio das escolhas do autor entre historicidade e atemporalidade; continuidade e descontinuidade; acontecimento único e repetido.

É justamente nessa continuação que Tadié destaca que, sendo o ritmo o constituinte temporal da narrativa poética, assume ela uma forma espiralada. Em suas palavras:

> O desenvolvimento fragmentado da narrativa poética tira sua força da utilização dos poderes da repetição, hábito do tempo, desde as palavras ou frases-chave até às imagens e aos acontecimentos, o desenvolvimento da narração é uma espiral (TADIÉ, 1994, p.4).

Ivan (2015), ao discorrer sobre a ideia de tempo na perspectiva de narrativa poética proposta por Tadié, evidencia que esse é constituído pelo ritmo, assim como o próprio desenvolvimento estilhaçado da narrativa poética se principia e se conserva por intermédio do uso dos potenciais da repetição, de modo a se desenvolver de uma maneira espiralada. Dessarte, a figura que se desenha ao se pensar nesse tipo de narrativa é a de uma espiral, vez que, ocorrendo uma dialética do mesmo e do outro, no qual um trecho idêntico, ou um momento idêntico se dão sempre distintamente – posto que inseridos em lugares distintos da obra –, toda a carga literária avança em suave e leve harmonia, carregando tudo que a precede – e que nela está contido poeticamente. É justamente nesse sentido que Tadié propõe "a leitura das narrativas poéticas como livros-caracóis, cuja concha se enrola sobre si mesma ao mesmo tempo que eles avançam suavemente" (1994, p. 4).

Em relação à recusa à História, enxergada linearmente, e a aproximação da narrativa poética com os mitos, destaca Tadié (1994, p.4) que

> o compromisso com a Natureza e o intemporal tem como consequência que a narrativa poética se aproxima dos mitos. Um sentido obscuro, polivalente e, como todos os níveis de expressão desse gênero literário, submisso ao princípio da ambiguidade, entrega-se e esquiva-se ao mesmo tempo no desfecho. É quase tão somente, ao longo do desenvolvimento da narração, a história de uma experiência e de uma revelação. [...] sua linguagem é secreta e para ser compreendida ou, antes, sentida deve ser sempre repetida. A dupla natureza desses livros tem como consequência que, no momento de conhecer se não nosso mundo, ao menos um mundo imaginário, o sentido se constitui em uma linguagem tirânica, e no momento de usufruir dessa linguagem coloca-se novamente o enigma das significações: tal é o lugar da troca entre a narrativa e o poema.

À Guisa de fechamento do presente raciocínio, faz-se a ressalva que o problema da narrativa poética foi tratado sintética e panoramicamente na presente seção. Partindo-se da conceituação aqui realizada, e com fulcro em suas categorias idiossincráticas, passa-se a estudar, a seguir, o conceito de epifania, o qual é considerado como fundamental para a compreensão da produção clariciana.

2.3 A epifania em Lispector

Conquanto inexista qualquer alusão ou referência ao termo epifania ou ao processo epifânico em Lispector, é manifesta a existência, em sua literatura, de uma ideia de poética do instante, de um momento existencialmente privilegiado no qual descortina-se uma realidade determinante, reveladora, um instante de plena luminosidade, resplandecência, nos quais o ser humano (des)cortina o próprio âmago das coisas e, assim, também a si próprio (MOISÉS, apud SÁ, 1979). Em momentos-chave dos enredos que compõem as obras claricianas, suas personagens, em intenso e vivo contato com o espaço no qual se encontram – praticamente amalgamados a ele –, sentem, em um breve e repentino rompante existencial, os véus da vida se lhe desvelarem, como se o próprio tecido da existência se rasgasse e, assim, possibilita-se "uma súbita revelação interior que dura um segundo fugaz como a iluminação instantânea de um farol nas trevas" (MOISÉS, apud SÁ, 1979).

Na medida em que uma nova realidade existencial vai se desvelando para a personagem, ocorre um manifesto descolamento entre o tempo do relógio, *chronos*, e o tempo psicológico, *kairos*, vez que, embora durem poucos segundos a súbita iluminação, a experiência psicologicamente vivida pela personagem se dilata no tempo, esgarçando seu próprio tecido e entendimento comum. Nessa continuidade, a experiência existencial advinda desse encontro privilegiado com o mundo, apesar de breve, não é fugaz. O que por um instante se revela fica para toda a eternidade revelado. O momento privilegiado das personagens e as profundas vivências pelas quais passam ganham, assim, uma importância intrínseca, vez que possuem sua própria realidade e valor. Tornam-se um fim em si mesmas, ferindo o indivíduo para sempre nos olhos (SÁ, 1979).

As epifanias claricianas, todavia, dão-se em duas direções distintas, de modo que há, ao lado dessas epifanias de beleza e de visão, nas quais ocorre a transfiguração de um momento banal em sublime por intermédio de um descortinar silencioso e revelador, as epifanias críticas, que dão origem às sensações de enjoo, náusea. Nelas, "a transfiguração não é radiosa, mas se faz no sentido do mole, do engordurado e demoníaco" (SÁ, 1979, p.199).

Com fulcro nas reflexões de Nunes (1969) no tocante ao fato da concepção-de-mundo presente na obra clariciana ser a existencialista, pode-se considerar que essa última sorte de epifania lança a personagem num estado de náusea tipicamente existencial, na qual ela, sentindo a consciência da própria liberdade e destituída da segurança oferecida pelas formas habituais do cotidiano e pela crosta das palavras, isto é, pela linguagem comum, experiencia não só o absoluto da existência, mas o próprio fato dessa ser contingente, gratuita, desprovida de fundamento preliminar – isto é, de causa final.

As epifanias desse gênero, que ensejam uma situação de descolamento do indivíduo dos modos-de-ser impessoais da existência, que o retiram da ordem habitual e cotidiana da vida e rompem seu próprio privilégio de sentir-se unido ao mundo pelo mágico poder das palavras, manifesta-se física e materialmente no discurso clariciano como uma espécie de revelação da existência apresentada como sendo algo pulsante e que possui uma presença não só saturada, mas saturante, a qual, "associada à capacidade de proliferação indefinida do orgânico, engurgita a consciência, forçando-a a experimentar-se não como consciência situada no corpo, mas como floração carnal" (NUNES, 1969, p.97).

Embora mereça um trabalho científico à parte, o conceito de epifania foi o objeto das reflexões das linhas antecedentes, de modo que se buscou delinear seu tratamento na modernidade por Lispector. Feitas essas considerações de ordem teórica, passa-se, agora, à análise da obra de Lispector intitulada *A maçã no escuro*.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para a confecção deste trabalho, adotou-se, como procedimentos metodológicos, uma pesquisa bibliográfica sobre a vida e obra de Lispector, em especial com base nas considerações de Gotlib (2008), Candido (1977), Lins (1956) e Ivan (2015), buscando situá-la em seu contexto histórico-estético; sobre a narrativa poética, foram pesquisadas especialmente as reflexões de Tadié (1994); a respeito da ideia de epifania, consultou-se as considerações de Sá (1979) e Nunes (1969). Em sede de análise do corpus, buscou-se compreender o discurso poético lispectoriano presente na obra *A maçã no escuro* (1961) com fulcro nas reflexões de Sá (1979; 2005) e Nunes (1969;1995), evidenciando como ela se perfaz enquanto narrativa poética, como a questão da linguagem é trabalhada na obra e qual a importância do processo epifânico no desenvolvimento do enredo.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO: A difícil jornada de Martim entre a transgressão e a ruptura

Obra literária que mais fôlego exigiu de Lispector, e pela própria autora considerada como mais bem estruturada entre todas as demais (SÁ, 1979), *A maçã no escuro* (1961) traz aos leitores, no plano da fábula, a história de Martim, um engenheiro, suposto criminoso, que foge do crime que cometeu. A história inicia-se já durante a fuga, no hotel semideserto em que se encontra. Após desconfiar de que seria denunciado por quem lá trabalhava, foge. Passando por um longo descampado, chega à fazenda, em que se desenvolve quase toda a narrativa. Nesse local, estabelece relações sobretudo com Ermelinda e Vitória. Após certo tempo, é denunciado por esta última e levado pela polícia.

O enredo fabular simples, em certa medida até mesmo rudimentar, somente serve de estrutura narrativa sobre a qual a verdadeira história, a trama da obra, se erige e se desenvolve. Nesse sentido, o enredo romanesco, em termos canônicos, isto é, enquanto um conjunto de acontecimentos concatenados e sistematizados, importa e presta-se na qualidade de suporte para o desenvolvimento do romance, cujo verdadeiro núcleo consiste não na fuga realizada por Martim de seu suposto crime, mas sim em sua experiência psicológica e existencial realizada ao longo de seu itinerário, conferindo ao texto clariciano um outro traço de modernidade: enredo simples e personagem complexa.

Desse modo, alerta-se que *A maçã no escuro* (1961), na esteira das outras obras de Lispector, enquanto uma narração singular, deve ser lida de modo específico: o leitor, com efeito, deve procurar o sentido da enunciação não nos fatos em si, mas na repercussão ensejada por esses às personagens da história, o que enseja a noção de que, na narrativa clariciana, como destaca Sá (1979), importa, sobretudo, o sussurro dos fatos, ou, em outras palavras, como eles ressoam, quais ressonâncias psicológicas e existenciais provocam. Ainda de acordo com a estudiosa, evidencia-se o fato de que a escrita de Lispector deve ser não propriamente entendida racionalmente, mas sentida, compreendida sensivelmente "com o corpo, pois com ele escreve" (SÁ, 1979, p. 328). Observa a pesquisadora que a literatura lispectoriana, sendo consolidada no núcleo da sensibilidade, possui uma natureza sensorial, instintiva, que se deixa apreender não dedutivamente, mas intuitivamente.

Conforme dito acima, *A maçã no escuro* inicia-se já na fuga de Martim. No hotel semideserto, primeiro local referenciado na história, no qual se refugia, encontramo-lo "sob o signo da noite e de seus fantasmas: a lua, o jardim emaranhado, o canto dos grilos, a tessitura das aranhas" (SÁ, 2004, p.70). As concepções de tempo e espaço, fundamentais e organicamente interligadas, expressam as ideias de imutabilidade das coisas e a consequente tranquilidade de Martim. Estava, por enquanto, salvo:

> Esta história começa numa noite de março tão escura quanto é a noite enquanto se dorme. O modo como, tranquilo, o tempo decorria era lua altíssima passando pelo céu. Até que mais profundamente tarde também a lua desapareceu.
> [...]
> Foi nesse momento que uma lua desfalecida perpassou uma nuvem em grande silêncio, em silêncio derramou-se sobre pedras calmas, desaparecendo em silêncio na escuridão (LISPECTOR, 1999, p.13 e 17).

Ao ouvir o ruído do carro que se desenraizara do chão, acordar e perceber que de fato ele não mais estava lá, Martim, como se tivesse deixado a própria espécie cuidar dele, com instintivo raciocínio, foge do hotel no qual em segredo se refugiara. A partir de então, toda a sua fuga se perfaz, dialeticamente, em busca: todo o caminho que percorre, todo o itinerário que traça fugindo de seu crime se revela, no plano da trama, enquanto busca pela sua identidade, pela sua individualidade. De fato, como depois se demonstra, Martim foge não propriamente da punição de seu crime; foge, sim, da sociedade, do modo-de-ser inautêntico e impessoal, da vida pela imitação e da linguagem alheia, feita das palavras dos outros. Sua busca, portanto, se dá pelo avesso de sua fuga: Martim anseia por um modo de viver mais próprio, consubstanciado, sobretudo, pela liberdade e pela autenticidade.

No descampado para o qual foge, iniciando propriamente sua jornada em busca de si mesmo, Martim realiza seu sermão para as pedras, seu mudo auditório. O ermo, vazio, árido e pedregoso espaço no qual se encontra, com efeito, consiste na "primeira camada do real: o reino inorgânico e mineral" (SÁ, 2004, p.71). Contatando com essa dimensão primária do real, Martim enseja a criação

de um mundo mítico: a um espaço ainda sem vida, corresponde um tempo ainda não iniciado, no qual o protagonista existe sozinho.

> Mas a verdade é que o descampado tinha uma existência limpa e estrangeira. Cada coisa estava no seu lugar. Como um homem que fecha a porta e sai, e é domingo. Além do mais, domingo era o primeiro dia de um homem. Nem a mulher fora criada. Domingo era o descampado de um homem. E a sede, libertando-o, dava-lhe um poder de escolha que o inebriou: hoje é domingo! determinou categórico.
> [...]
> Nada o impedia de transformar a fuga numa grande viagem, e estava disposto a fruí-la (LISPECTOR, 1999, p. 27).

O principiar do tempo por Martim, conferindo-lhe mediatamente uma nova existência, marcada, sobretudo, pelos sentidos advindos da imagem do descampado pedregoso, acompanha sua reflexão a respeito da sociedade em que vivia e de si próprio. Com efeito, seu crime é um ato de rompimento e de rebeldia contra o mundo humano, contra a impessoalidade, contra a vida imitativa e abstrata vivida pelas pessoas – e até então, também por si mesmo.

> Na verdade, concluiu então muito interessado, apenas imitara a inteligência, com aquela falta essencial de respeito que faz com que uma pessoa imite. E com ele, milhões de homens que copiavam com enorme esforço a ideia que se fazia de um homem, ao lado de milhares de mulheres que copiavam atentas a ideia que se fazia de mulher e milhares de pessoas de boa vontade copiavam com esforço sobre-humano a própria cara e a ideia de existir; sem falar na concentração angustiada com que imitavam atos de bondade ou de maldade – com uma cautela diária em não escorregar para um ato verdadeiro, e portanto incomparável, e portanto inimitável, e portanto desconcertante [...] Porque mesmo a compreensão, a pessoa imitava. A compreensão que nunca fora feita senão da linguagem alheia e de palavras. Mas restava a desobediência (LISPECTOR, 1999, p. 34).

O trecho do sermão para as pedras, embora não compreenda nenhuma epifania, é um dos mais belos e importantes da obra. Nele, com efeito, Martim, definitivamente desprendido e despojado de sua vida anterior, abre mão da linguagem dos outros, do modo de ser dos outros, e em uma manobra perspectívica, passa a denominar seu crime de “o grande pulo”, com o qual fora capaz de matar um mundo abstrato, dando-lhe sangue e tornando-o objetivo (LISPECTOR, 1999).

Tendo se tornado um homem afásico, desprovido da linguagem convencional, e rompido com os hábitos e costumes da vida irrefletida da sociedade, Martim prossegue seu itinerário, chegando, posteriormente, à fazenda de Vitória, onde essa mora com sua sobrinha, Ermelinda; Francisco, funcionário da fazenda; e com a mulata cozinheira e sua filha. Toda essa primeira parte, intitulada “Como se faz um homem”, será marcada, por um lado, pelas dificultosas e reticentes tentativas de comunicação de Martim com Vitória e Ermelinda, e, por outro lado, pelo intenso processo de sair de um estado de abstração e tornar-se concreto, objetivo, processo esse ensejado pelo epifânico contato de Martim com as camadas do real presentes na fazenda.

A primeira das camadas do real que nesse lugar Martim contata consiste no reino vegetal. Depois de conhecer o terreno baldio que ficava atrás do depósito em que dormia, o herói começa, dia após dia, a visitar esse marcante espaço.

> Naquele porão vegetal, que a luz mal nimbava, o homem se refugiava calado e bruto como se somente no princípio mais grosseiro do mundo aquela coisa que ele era coubesse: no terreno rastejante a harmonia feita de poucos elementos não o ultrapassava nem ao seu silêncio. O silêncio das plantas estava no seu próprio diapasão: ele grunhia aprovando. Ele que não tinha uma palavra a dizer. E que não queria falar nunca mais. Ele que em greve deixara de ser uma pessoa. No seu terreno, ali sentado, ficava gozando o vasto vazio de si mesmo. Esse modo de não entender era o primeiro mistério de que ele fazia parte inextrincável.

> [...]
> Assim é que, aos poucos, a força de Martim foi se reconstituindo (LISPECTOR, 1999, p. 82-83).

O destacado trecho que compreende a primeira visão epifânica de Martim, referida pela própria obra como "descortinar", traduz a sua identificação com o modo de ser obstinado, silencioso e delicado das plantas. O herói, em profundo silêncio, tal qual as plantas do terreno terciário, estava em "uma meditação quase metafísica sobre o próprio corpo" (LISPECTOR, 1999, p. 84). Desse modo, as sensações ensejadas pelo terreno terciário, marcado por uma dimensão de vida ainda primeva, colocam Martim em contato com uma forma de existência fundamental, pautada pela natureza elementar e silenciosa das plantas, a qual pelo protagonista é imitada.

A segunda fase de marcante crescimento existencial de Martim, seu segundo passo rumo a uma forma mais complexa de vida, dá-se no capítulo em que ele visita o curral. Sua experiência com as vacas, mais complexas que as plantas, é penosa. Martim hesita, pensa em desistir, em abrir mão de seu processo de objetivação, de concretização:

> Bastar-lhe-ia um passo para trás.
> Ele então deu um passo à frente. E, ofuscado, estacou. No começo nada viu, como quando se entra numa grota. Mas as vacas habituadas à obscuridade haviam percebido o estranho. E ele sentiu no corpo todo que seu corpo estava sendo experimentado pelas vacas: estas começaram a mugir devagar e moviam as patas sem ao menos olhá-lo – com aquela falta de necessidade de ver para saber que os animais têm, como se já tivessem atravessado a infinita extensão da própria subjetividade a ponto de alcançarem o outro lado: a perfeita objetividade que não precisa mais ser demonstrada. [...]
> Foi um grande esforço, o do homem. Nunca, até então, ele se tornara tanto uma presença. Materializar-se para as vacas foi um grande trabalho íntimo de concretização.
> [...] Martim suspirou cansado com enorme esforço: acabara de "descortinar" (LISPECTOR, 1999, p. 96-98).

Nunes (1969, p. 99), ao comentar sobre a experiência vivida por Martim no curral, observa ser esse um momento existencialmente privilegiado que lhe enseja a identificação assimilativa com os "elementos sensíveis, brutos, penumbrosos, proliferantes e fortes da vida". O curral, dessa forma, conduzindo a consciência de Martim para além dos calmos e silenciosos limites das plantas do terreno terciário, leva-o a experimentar as sensações da vida ativa, orgânica e pulsante que corre pelas grossas veias das vacas – as quais são, como outros animais na produção poética clariciana, símbolos sensíveis da realidade primeva do ser.

Tendo contatado com o reino inorgânico das pedras no descampado, no qual despojou-se da identidade humana impessoal e da linguagem, tendo se conectado com o silêncio e a impassibilidade das plantas, manifestações do reino vegetal, e, posteriormente, tendo assimilado o modo de ser pulsante da vida ativa no curral das vacas de grossas veias, Martim alcança o estágio do reino humano em sua experiência existencial epifânica ao final da primeira parte, intitulada "Como se faz um homem".

Ao inspecionar a fazenda, junto com Vitória, do alto da colina (de onde viera do descampado), Martim, montado em seu cavalo, em luminosa fulguração, sentiu o brilho vindo do campo, a sensação de liberdade trazida no vento que lhe batia, e, estonteado, em ânsia, sentiu-se um homem, sentiu-se tornar-se uma pessoa. Ao dar conta de si, reconhecendo-se único, decidindo ser ele mesmo, isto é, definindo para si uma existência autêntica, Martim descobre nele próprio seu sentido.

> E a coisa se fez de um modo tão impossível – que na impossibilidade estava a dura garra da beleza. São momentos que não se narram, acontecem entre trens que passam ou no ar que desperta nosso rosto e nos dá o nosso final tamanho, e então por um instante somos a quarta dimensão do que existe, são momentos que não contam (LISPECTOR, 1999, p. 116).

O desfecho da primeira parte, com efeito, compreende uma epifania de beleza e de visão. Montado no cavalo, no cimo da montanha, em um fulgor de esplêndido mistério, vislumbrando a extensão do campo e sentindo o balançar do vento que lhe trazia a aspiração da liberdade, o protagonista, em um rompante existencial, realiza a última passagem de sua travessia rumo à sua reconstrução enquanto ser humano. Ao descortinar, vendo a existência se lhe desvelar, Martim concebe-se como demiurgo de si: passando por todas as instâncias do real ensejadas pela natureza, faz-se um homem.

A respeito dessa primeira parte, que possui como núcleos narrativos os momentos os quais, ainda que brevemente, foram aqui descritos e abordados, Nunes (1995) observa que as fases do itinerário de Martim após se divorciar de seu passado e do modo de ser impessoal, abstrato e inautêntico em busca de sua própria identidade, em busca de si mesmo, consistem em uma fase de plena solitude, um verdadeiro insulamento em face do mundo humano. É justamente esse exílio humano combinado com os rudes ofícios do campo que ensejam, ao final do capítulo, o reconhecimento de sua singularidade existencial.

Destaca Nunes (1995) que Martim esboça, sobretudo, um estilo de vida asceta, o qual transmuta radicalmente sua existência: abre mão da fala, torna-se mudo; dispensa o pensamento abstrato e passa a entrar em contato com o mundo pela percepção, pelas suas sensações. Em vez de estabelecer relações intersubjetivas com Ermelinda e Vitória, Martim dedica-se a entrar em comunhão existencial com a vida natural. Toda a sua dimensão intelectual, abstrata, sua cognição e raciocínio, características de sua vida passada, da qual foge, cedem espaço à sensibilidade, à apreensão direta e espontânea da natureza. Irrompe, sobretudo, nessa primeira parte, seu propósito existencial de transcendência por intermédio do radical isolamento humano conjugado com o intenso contato com as dimensões do real ensejadas pela natureza. Nesse sentido:

> O desligamento com a sociedade assinala, para Martim, o começo da experiência que deverá levá-lo ao fundo de si mesmo. Rompendo com a sociedade, ele rompeu igualmente com o mundo das palavras. E foi mais longe. Aderiu ao silêncio, procurou identificar-se com a quietude, a placidez, a firmeza das coisas naturais: pássaros, rochas, deserto. Suprimindo os vocábulos que qualificam de criminosa a ação que cometera, ele vê desaparecer o próprio mundo e, juntamente com este, o seu passado. Viverá no instante, no agora, esforçando-se para viver no presente, na sensação pura, com o fim de eliminar até o pensamento, inseparável das palavras (NUNES ,1969, p. 134-135).

Com efeito, toda a primeira parte, intitulada “Como se faz um homem”, é notadamente pintada com os matizes românticos da rebeldia, por um comportamento contumaz e obstinado de Martim em busca de si mesmo por intermédio da atitude de exílio face ao mundo – o que enseja uma sensação de não pertencimento à humanidade – e uma correspondente disposição de se unir, de se agregar às instâncias do real ensejadas pela natureza. Dessa forma, essa primeira parte da obra engendra-se enquanto um contínuo processo de despersonalização de Martim, a qual reflete-se, sobretudo, na perda da linguagem enquanto código humano representativo de nominar o mundo.

Realizada esse primeira parte da travessia de Martim, marcada paradoxalmente pela busca da identidade pessoal no completo despojamento do eu, a segunda parte do romance, intitulada “O nascimento do herói”, narra o intento prometeico de Martim de construir-lhe um novo mundo mediante o uso de uma linguagem própria, a qual, ao mesmo tempo que estabeleça sua mediação com a realidade, conserve seu divórcio, mantendo sua ruptura em face da sociedade humana e de seu modo-de-ser impessoal e abstrato (NUNES, 1995). Sob essa perspectiva, evidencia-se, também aqui nesse segundo momento da travessia de Martim, a intrínseca relação entre a expressividade e a existência, entre linguagem e mundo: a tentativa do protagonista de reconstruir a sua vida passa, necessariamente, pela comunicação.

Nesse sentido, o teor epifânico e as sensações advindas das relações de Martim com a natureza cedem espaço na narrativa às reflexões do protagonista sobre seu ato, o modo de nominá-lo, suas consequências, sua inocência ou culpabilidade, bem como sobre a reconstrução do mundo por ele buscada:

> Até que nessa tarde na encosta Martim começou a se justificar. Chegara o duro tempo da explicação.

> Ali, antes de prosseguir, ele devia ser inocente ou culpado.
> [...] Com um suspiro, abordou-se em termos claros e pensou assim:
> Que não cometera um crime vulgar.
> Pensou que com esse crime executara o seu primeiro ato de homem. Sim. Corajosamente fizera o que todo homem tinha que fazer uma vez na sua vida: destruí-la.
> Para reconstruí-la em seus próprios termos.
> "Fora isso então o que ele quisera com o crime?" Seu coração bateu pesado, irredutível, iluminado de paz. Sim, para reconstruí-la em seus próprios termos.
> E se não conseguisse reconstruí-la? Pois na sua cólera ele quebrara o que existia em pedaços pequenos demais (LISPECTOR, 1999, p. 129-130).

O trecho da travessia realizada por Martim nesse segundo momento da narrativa, sob esse prisma, transcende os limites do silêncio em harmonioso contato com a natureza, ultrapassando o deliberado mutismo do protagonista em vista de sua busca identitária. Irrompe, dessa forma, a íntima ligação do herói e de seu mundo; Martim, nesse momento, depara-se com a liberdade e a angústia ensejadas pelo seu ato, seu grande pulo: uma vez sua vida e seu passado destruídos por seu "crime", uma vez o mundo arrasado, Martim tinha a possibilidade de reconstruí-lo de sua própria maneira. Enfatiza-se, nesse momento, o primado do desejo e da vontade do herói: mesmo que com seu ato tenha destruído o mundo em pedaços pequenos demais, isto é, mesmo que com seu ato ele tivesse arrasado suas próprias possibilidades, isso pouco importava. O que realmente contava era sua bravura de arriscar tudo.

Umbilicalmente ligada à sua tarefa de reconstruir o mundo está a questão da linguagem. Com efeito, todo o processo de indagação de Martim a respeito do que fizera e do mundo que busca reconstruir está permeado por reflexões sobre a palavra. Nessa senda, instaura-se, mais uma vez, as consequências ético-existenciais a respeito do uso da linguagem alheia:

> Sua obscura tarefa seria facilitada se ele se concedesse o uso das palavras já criadas. Mas sua reconstrução tinha de começar pelas próprias palavras, pois palavras eram a voz de um homem
> [...] do momento em que admitisse as palavras alheias, automaticamente estaria admitindo a palavra "crime" – e ele se tornaria apenas um criminoso vulgar em fuga (LISPECTOR, 1999, p.131).

Dessa forma, observa-se a íntima correlação existente, na produção clariciana – e em especial na presente obra – entre a linguagem e a realidade, entre a palavra e a vida, entre o dizer e o ser. A palavra, na poética de Lispector, está consubstanciada em lastros éticos e existenciais. Ela não só se refere ao mundo; antes, cria-o, forma-o, dá-lhe vida.

De acordo com Nunes (1995), o ser de Martim, nesse momento de sua passagem em busca de si mesmo, une-se com o dizer, com a palavra que decifra e expressa o mundo. Identificam-se, dessarte, as funções do ser e do dizer: só se é porque se diz; só se diz porque se é. Nessa lógica equalizadora, o intento de Martim somente seria legítimo caso ele nominasse seu ato por outro nome que não "crime". Sua persistência e seus propósitos existenciais dependem, fundamentalmente, do emprego de uma linguagem singular que, denominando e designando sua atitude como uma "ruptura", e não como um "crime", mantenha seu divórcio, princípio de sua identidade. Assim, nessa lógica, na qual sua linguagem deve ser coerente ao mundo que busca construir, consolida-se a dimensão poética do herói, a qual compreende a relação intrínseca entre dizer e ser.

Suas reflexões existenciais e linguísticas culminam, ao final da segunda parte, com sua tentativa de escrever. Tendo colocado seus óculos, acendido a lamparina, pegado uma folha de papel e um lápis, Martim, uma vez tendo compreendido o que buscava, tentou escrever seus pensamentos e materializar suas reflexões a respeito de sua experiência. Erra, porém, ao tentar aplicar o raciocínio de outrora ao ato de escrita: o herói, acostumado a calcular com números, ao escrever, decidiu calcular com palavras. Diante da folha em branco, Martim se mostra incapaz de escrever. Tendo principiado por calcular com as palavras e esquecido da diferença constitutiva entre elas e os números, o herói não consegue nem mesmo rabiscar.

> Tinha a impressão defensiva de que, mal escrevesse a primeira, e seria

> tarde demais. Tão desleal era a potência da mais simples palavra sobre o mais vasto dos pensamentos.
> [...] tudo o que lhe parecera pronto a ser dito evaporara-se, agora que queria dizê-lo. Aquilo que enchera com realidade os seus dias reduzia-se a nada diante do ultimato de dizer [...] Mas para escrever estava nu como se não lhe tivesse sido permitir levar nada consigo. Nem mesmo a própria experiência. E aquele homem de óculos de repente se sentiu singelamente acanhado diante do papel branco como se sua tarefa não fosse apenas a de anotar o que já existia mas a de criar algo a existir (LISPECTOR, 1999, p. 171-172).

No referido trecho, pode-se perceber, plasmadas no próprio fluxo de consciência de Martim, profundas reflexões de Lispector sobre a linguagem. Com efeito, a leitura atenta do trecho enseja a percepção entre a não identificação entre a palavra, o pensamento, entre a palavra que nomina e a coisa que é nominada; a impossibilidade de se relatar apropriadamente o que se vive, de tal modo que o vivível mostra-se, afinal, não perfeitamente relatável; o poder de criação da linguagem, a qual não se restringe somente a descrever o que já existe, mas também origina e inventa algo que ganha vida própria, para além do mundo empírico; a relação íntima e fundamental entre a distância da palavra e a distância de si mesmo, de modo que viver e escrever entrelaçam-se inseparavelmente.

A própria impossibilidade de escrever, tomando as dimensões da Proibição, todavia, revela-se para Martim como um presente de natureza tranquila e angustiante. Paradoxalmente, ela, a Proibição, a impossibilidade de escrever, havia o levado ao extremo da busca, da fome pela palavra. Martim, alcançando a Proibição, vislumbrando a rosa proibida do jardim, de natureza absurda, que coagula amor e sofrimento, fundindo em um só o imperativo da busca com a impossibilidade do alcance, desiste de colocar no papel suas impressões a respeito do que vivera. Não se sente fracassado, porém: “tinha passado pelo mistério do querer. Como se tivesse tocado no pulso da vida” (LISPECTOR, 1999, p. 175).

A última parte do romance concentra as indagações e reflexões de Martim a respeito de sua recriação, da inauguração de uma nova forma de viver e de uma linguagem que lhe seja consentânea, adensando as cogitações ensejadas pelos sussurros que são ouvidos ao longo do romance. Homônima do título da obra, a última parte da travessia de Martim, a qual narra os últimos momentos de sua decisiva odisseia em busca de si mesmo e de uma nova forma de linguagem, leva ao ápice da indizibilidade a paradoxal relação entre ser e dizer, entre realidade e expressão.

Martim, tendo a consciência de que se fez um homem e que se inaugurou, reflexão que lhe ocorre no belo capítulo da fogueira, chega à sua conclusão sobre sua vida e a linguagem que lhe seria correspondente:

> A palavra que ele esperara não lhe viera, pois, em forma de palavra. Ele a realizara com a inocência da força. Simplesmente assim: ele a realizara. E então, com a fatuidade necessária para criar, renascia-lhe o tempo inteiro, e ele sabia que tinha força de recomeçar.
> [...] Como se agora, estendendo a mão no escuro e pegando uma maçã, ele reconhecesse nos dedos tão desajeitados pelo amor uma maçã. Martim já não pedia mais o nome das coisas. Bastava-lhe reconhecê-las no escuro.
> E rejubilar-se, desajeitado (LISPECTOR, 1999, p. 295-296).

À sua nova forma de ser-no-mundo, à sua nova existência, Martim compreende que não há palavras capazes de nomear fielmente as coisas. Percebe que, de fato, a linguagem não alcança o verdadeiro ser. Peregrino da palavra, o herói descobre que, em realidade, ela não existe enquanto tal. Tendo a consciência de que não pode alcançá-la, Martim compreende todo o fracasso e toda a glória da linguagem, as quais se lhe revelam isomórficas. Adere ao absurdo, admitindo a contradição existente entre expressividade e realidade, entre palavra e mundo: não há um verdadeiro nome para chamar as coisas; essas existem, com efeito, para além das palavras. Irrompe, no bojo da experiência de Martim, o entendimento de que a linguagem possui, no silêncio, a sua aurora e o seu ocaso, seu princípio e finalidade. É justamente em razão de sua busca, na linguagem e pela linguagem, que ele descobre suas impossibilidades e contradições constitutivas, as quais, símbolo do fracasso, levam-no ao esplendor de conhecer as coisas para além de seus falsos nomes, pressentindo-as com suas mãos.

Como dispõe Sá (2004), o desejo de Martim superara a instância da nominação; ele descobrira o modo de conhecer as coisas no escuro, em seu âmago, para além da claridade da linguagem habitual e cotidiana. Nessa senda, haja vista Martim ter desenvolvido um conhecimento sensorial que lhe permite tocar e sentir as coisas do mundo no escuro, ele já não tem mais motivos para se preocupar com a crosta inautêntica da linguagem cotidiana. Tendo alcançado por intermédio de suas mãos a verdadeira realidade das coisas, ele se tornara um sábio que não se deixaria aprisionar pelo Logos da linguagem.

Ao final do romance, ao ser levado pelos policiais, suas palavras são representativas e simbólicas de sua travessia: "em nome de Deus, espero que vocês saibam o que estão fazendo. Porque eu, meu filho, eu só tenho fome. E esse modo instável de pegar no escuro uma maçã – sem que ela caia" (LISPECTOR, 1999, p. 335). Martim alcança a palavra (maçã) aquém e além dela mesma. No escuro (íntimo) toca-a, pega-a. Não obstante ela não caia (seja dita), já não importa: sua fome (busca) levou a conhecê-la, "como um homem que dormiu com uma mulher" (LISPECTOR, 1999, p. 296). Do entrelaçar dos tecidos da linguagem e da realidade forma-se a própria trama do absurdo com o qual Lispector cobre Martim, peregrino do dizer – até os limites do indizível.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscou-se analisar, no presente artigo, como se perfaz o tecido lírico-poético da narrativa clariciana presente no romance *A maçã no escuro* (1961). Com efeito, como se pôde ver, Lispector entretece seu romance com os fios da poesia, de modo que a composição da obra, embora se dê em uma estrutura narrativa, é carregada dos meios de atuação e expressão do gênero lírico. Nessa senda, os próprios constituintes típicos da narrativa, em especial o espaço e o tempo, recebem um tratamento singular: enquanto o primeiro é desenhado em harmonioso concerto com o universo linguístico que as figuras simbolizam – evidenciando-se, sob essa perspectiva, a importância dos recursos imagéticos –, o segundo é concebido conforme a tessitura poética dos momentos narrados, distendendo-se ou encurtando-se de acordo com a significação lírica dos momentos. Conjugado intimamente com as concepções de tempo e espaço encontram-se também o enredo, de natureza fabular simples; os personagens, e em especial Martim, protagonista da obra que vive uma intensa e genuína epifania ao longo da trama; e o narrador, cujo foco teleológico, designado intuitivamente, reside não propriamente na enunciação dos fatos em si, mas em suas reverberações psicológicas, existenciais. Ressalta-se, sob esse prisma, a própria rarefação fabular da obra em prol de uma literatura epifânica, a qual, entretecendo os fios narrativos em uma malha lírica, perfaz um tecido densamente poético, repleto de materializações de estados de alma e reflexões.

Com efeito, a leitura analítica realizada sobre a obra feita por meio do prisma oportunizado pelas reflexões de Tadié (1994) sobre a narrativa poética permite compreender a trajetória de Martim não propriamente como fuga de seu crime, mas como uma busca por uma identidade autêntica. Nesse sentido, todo o caminho percorrido pelo protagonista deve ser entendido simbolicamente como uma passagem em busca de si mesmo, em busca de uma existência distinta daquela que até então vivia. Desse modo, como se viu ao longo da análise, o personagem Martim, experienciando uma trajetória epifânica – que possui como pontos altos o seu despojamento identitário antigo no árido descampado, a assimilação da existência vegetal das plantas no terreno baldio, a compreensão sensorial da vida pulsante das vacas de grossas veias no curral, e, por fim, sua prometeica inauguração como novo homem feita cavalgando no alto da montanha, junto com Vitória – se reconstrói, abrindo mão do modo de ser impessoal, abstrato e inautêntico em prol de uma existência singular, genuína.

Observa-se, ainda, em especial na segunda e na terceira partes da obra, profundas reflexões sobre a linguagem. De fato, como demonstrado, a palavra, na poética clariciana, está lastreada em quadrantes éticos e existenciais, de modo que o dizer e o ser entrelaçam-se intimamente. Nessa senda, refletindo-se sobre a experiência de Martim sob essa perspectiva, nota-se que sua nova identidade passa, necessariamente, pela criação de uma nova linguagem, uma linguagem que não traia o ser das coisas, que consiga alcançar o mundo em seu íntimo, em seu âmago. Martim, demiurgo de si mesmo, ao final do romance, alcança-a em seu íntimo mais recôndito, aquele que não enseja a sua expressão verbal; mas já não importa: alcança a maçã; no escuro toca-a; e embora ela não caia, ele não se incomoda: sua fome levou a conhecê-la, "como um homem que dormiu com uma mulher" (LISPECTOR, 1999, p. 296)

REFERÊNCIAS

CANDIDO, Antonio. No raiar de Clarice Lispector. In: *Vários escritos*. 2. ed. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1977.

GOTLIB, Nádia Battella. *Clarice Fotobiografia*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2008.

IVAN, Maria Eloísa de Souza. *Um narrador e sua criatura*: uma leitura do duplo em *Um sopro de vida*, de Clarice Lispector. 2015. 156 f. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo.

LINS, Álvaro. Romance Lírico. In: *Jornal de crítica*, 11 fev. 1944. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1946. 4ª série.

LISPECTOR, Clarice. *A maçã no escuro*. Rio de Janeiro: Rocco, 1999.

NINA, Cláudia. *A palavra usurpada*: exílio e nomadismo na obra de Clarice Lispector. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003. (Coleção Memória das Letras, 15).

NUNES, Benedito. *O dorso do tigre*: ensaios. São Paulo: Editora Perspectiva, 1969.

_____. *O drama da linguagem*: uma leitura de Clarice Lispector. São Paulo: Ática, 1995.

PIRES, Antônio Donizeti. O concerto dissonante da Modernidade: narrativa poética e poesia em prosa. *Itinerários*: Revista de Literatura, n.24, 2006.

SÁ, Olga de. *A escritura de Clarice Lispector*. Petrópolis: Vozes, 1979.

_____. *Clarice Lispector*: a travessia do oposto. 3. ed. São Paulo: Annablume, 2004.

TADIÉ, J. -Y. *Le récit poétique*. Tradução de Ana Luiza Camarani. Paris: Gallimard, 1994.

UMA ANÁLISE JURÍDICA DA INFLUÊNCIA DAS FALSAS MEMÓRIAS NO PROCESSO PENAL BRASILEIRO: NOS CRIMES CONTRA A DIGNIDADE SEXUAL

A JURIDICAL ANALYSIS OF THE INFLUENCE OF FALSE MEMORIES IN THE BRAZILIAN CRIMINAL: PROCESS IN CRIMES AGAINST SEXUAL DIGNITY

Área temática: Direito, trabalho e serviço social

Gracioli, Sofia Muniz Alves
Possui graduação em PSICOLOGIA pelo Centro Universitário de Franca (2009) e Mestrado em Saúde Mental pela Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto - USP (2013) e Doutorado pela Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Ribeirão Preto - USP (2018). Professora concursada pela Instituto Municipal de Ensino Superior de Bebedouro Victório Cardassi e pelo Centro Universitário de Franca (Uni-FACEF), além de ser professora na Faculdade Francisco Maeda FAFRAM e professora dos cursos de Pós Graduação SENAC. Atualmente foi aceita para ingressar como aluna de Pós Doutorado em Educação na Universidade Federal do Triangulo Mineiro (UFTM). E-mail: sofiagracioli@yahoo.com.br

Palumbo, Lívia Pelli
Doutoranda em Direito pelo Centro Universitário de Bauru. Mestre em Sistema Constitucional de Garantias de Direitos pela Instituição Toledo de Ensino. Especialista em Jurisdição Constitucional e Tutela Internacional de Direitos Humanos pela Universidade de Pisà, Itália. Especialista em Direito Penal e Processual Penal pela Universidade Gama Filho. Professora concursada no Curso de Direito do IMESB - Bebedouro. Professora do Centro Universitário de Bauru e da Faculdade Iteana de Botucatu. E-mail: livia.ppalumbo@gmail.com

Alves, Carolina Fernanda
Bacharel em direito. Email: carolina-aalves@hotmail.com

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo abordar o fenômeno das falsas memórias e a suas possíveis consequências no processo penal, além disso, analisar a partir da percepção de um caso como o processo foi influenciado pelas falsas memórias no reconhecimento pessoal. Entende-se que, as falsas memórias consistem em recordações de situações que na verdade nunca ocorreram ou ocorreram de maneira diversa de como o lembrado pela vítima/testemunha. As memórias humanas são formadas, armazenadas e evocadas pelos neurônios, sendo moduláveis pelas emoções a curto e longo prazo. A memória é adaptável, seletiva e modificável. Nesse sentido as provas no processo penal que dependem da memória podem ser afetadas, demonstrando a importância em se tratar do assunto uma vez que em decorrência da prova oral contaminada, injustiças podem ser cometidas A metodologia do presente estudo baseia-se, em uma revisão bibliográfica crítica. Busca-se, ao final, técnicas para a redução de danos ocasionados por influencias externas na oitiva da suposta vítima. A necessidade de abordar de maneira crítica se dá pela complexidade das provas testemunhais pautadas na memória, principalmente em se tratando de crimes sexuais, tendo em vista o caráter repulsivo do delito. Por fim, identificou-se algumas medidas podem ser tomadas para reduzir os vícios no processo, sendo elas, um prazo razoável para a oitiva do depoimento, entrevista cognitiva e a inutilização de prova contaminada.

Palavras-chave: Falsas Memórias; Influência; Prova.

ABSTRACT

The present work aims to address the phenomenon of false memories and their possible consequences in the criminal process, in addition, analyze from the perception of a case how the process was influenced by false memories in personal recognition. It is understood that false memories consist of memories of situations that never actually occurred or occurred in a manner different from what the victim / witness remembered. The human memories are formed, stored and evoked by the neurons, being modulated by the emotions in the short and long term. Memory is adaptable, selective and modifiable. In this sense, the evidence in the criminal process that depends on the memory can be affected, demonstrating the importance in dealing with the subject since, due to the contaminated oral test, injustices can be committed. The methodology of the present study is based, in a bibliographical review critical In the end, we seek techniques to reduce damages caused by external influences in the alleged victim's hearing. In the end, techniques are sought to reduce damage caused by external influences on the alleged victim's hearing. The need to approach it critically is due to the complexity of the testimony evidence based on memory, especially in the case of sexual crimes, in view of the repulsive nature of the crime. Finally, some measures can be taken to reduce addictions in process, being, they a reasonable time for the testimony hearing, cognitive interview and the destruction of contaminated evidence.

Keywords: False Memories; Influence; Proof.

1. INTRODUÇÃO

No âmbito jurídico, especificamente no Direito Penal, a visão acerca das falsas memórias possui importância singular, ao passo que para que haja a efetiva condenação do acusado impõe certeza sobre a materialidade e autoria do fato delitivo, já que as falsas memórias poderão induzir o judiciário a condenar um inocente.

As consequências decorrentes do abuso sexual podem variar em todos os aspectos da condição humana – físicas, psíquicas, sexuais, sociais, entre outros – que podem dar condições para distorção das memórias.

Todavia, a prova testemunhal é um meio probatório extremamente complexo e que demanda uma série de cuidados. Ao depender da narrativa da testemunha sobre o fato ocorrido ou pelo reconhecimento do suspeito, deposita-se toda segurança jurídica na capacidade de memorização e interpretação da vítima sobre o ocorrido. Ocorre, entretanto, que a memória não é infalível.

A memória caracteriza-se por um conjunto de informações adquiridas e concretizadas pela experiência constituindo representações, mas não a realidade dos acontecimentos, sendo deste modo possível a criação de falsas memórias comprometendo a fidedignidade das lembranças e, colocando em dúvida a credibilidade da prova testemunhal e do resultado do processo.

A metodologia utilizada foi a revisão bibliográfica através de livros, artigos científicos e matéria jornalística. Por essa razão realizou-se um estudo sobre os diversos aspectos que circundam o fenômeno das Falsas Memórias, constatando a falibilidade do testemunho e a necessidade de medidas de redução de danos processuais.

No primeiro tópico foi discutido o abuso sexual e seus impactos nas diversas fases da vida, analisando a dificuldade de cada fase em expor a ocorrência do crime devido aos traumas e o sofrimento causado pela violação.

O segundo tópico define as falsas memórias, explica em síntese as teorias explicativas para tal fenômeno, bem como a relevância de compreender alguns princípios processuais penais e sua influência na formação da prova oral, no momento da oitiva das vítimas/testemunhas que por muitas vezes estão cercadas pelo trauma do que de fato ocorreu, o que pode criar condições para ocasionar as falsas memórias.

No terceiro tópico foi ponderado a importância do estudo das falsas memórias para o processo, tendo esta interferência direta nas sentenças.

No quarto tópico foi realizada uma análise de caso onde foi demonstrada a ingerência das

falsas memórias no reconhecimento pessoal feito sem a observação das normas impostas pelo ordenamento jurídico. Também foram apresentados entendimentos pacíficos sobre a matéria pelos tribunais de justiça.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.Abuso sexual: Infância, adolescência e fase adulta

Para entender os impactos jurídicos causados pelas falsas memórias advindas de abuso sexual, importante se faz compreender o conceito e as fases que caracterizam o mesmo.

A violência sexual, segundo a OMS (Organização Mundial da Saúde), "é qualquer ato ou tentativa de ato sexual, investidas ou comentários indesejáveis, ou atos para traficar a sexualidade de uma pessoa, utilizando repressão, ameaças ou força física, praticados por qualquer pessoa independente de suas relações com a vítima, qualquer cenário, incluindo, mas não limitado ao do lar ou do trabalho".

Sua intenção é estimulá-la sexualmente ou utilizá-la para obter satisfação sexual. Apresenta-se sob a forma de práticas eróticas e sexuais impostas pela violência física, ameaças ou indução de sua vontade.

Esse episódio pode variar desde atos sem conjunção carnal sexual (exibicionismo, produção de fotos), até os que envolvem contato sexual com ou sem penetração. Engloba também a situação de exploração sexual visando lucros como é o caso da prostituição e da pornografia. (GONÇALVES H. S., BRANDÃO, E. P., 2004)

Refere-se, portanto, o abuso sexual como um acontecimento que pode atingir a toda e qualquer pessoa, independente de idade, religião ou classe social que causa danos (muitas vezes irreparáveis) físicos, sexuais e principalmente psicológicos.

Isto posto, faz-se necessário explanar, quais os efeitos que tais abusos causam nas diferentes fases da vida, começando na infância, passando pela adolescência até chegar à fase adulta.

A experiência de traumas sofridos na infância, na maioria das vezes, causa prejuízo não só no desenvolvimento infanto-juvenil bem como na vida adulta acarretando repercussões emocionais, sociais e muitas vezes comportamentais.

Um dos descobrimentos mais significativos e, por sua vez, mais controversos de Sigmund Freud foi o reconhecimento de que os seres humanos possuem pulsões sexuais desde o nascimento. A psicanálise afirma que as crianças têm fantasias, desejos e expressões sexuais. Mas a sexualidade infantil é muito diferente da sexualidade adulta. Isso é bastante óbvio, devido à imaturidade física, emocional e intelectual das crianças.

Ocorre que, é na infância que a criança se desenvolve e ainda não possui uma noção completa de "certo e errado", por isso, ao se deparar com o incidente do abuso, acaba se fechando, construindo barreiras e tentando ao máximo não falar sobre o assunto, é como se estivesse se trancado em um mundo particular, dificultando ainda mais a percepção do ocorrido pelos pais.

O abusador, em geral, convence que se a criança relatar os abusos será desacreditada, ou a confunde, uma vez que ela experimentou a excitação, que ela quer que os abusos aconteçam ou que ela é tão responsável quanto o próprio abusador.

Em se tratando do depoimento infantil é necessária atenção redobrada na colheita da prova oral. Visando oferecer um depoimento de maneira diferenciada aos menores, o denominado "depoimento sem dano", tem o objetivo de reduzir os danos provocados aos infantes na inquirição.

Considerando sua condição peculiar de pessoa em desenvolvimento, tendo em vista a imaturidade moral e psicológica, a imaginação, surge o questionamento sobre o testemunho infantil como parâmetro para decisões judiciais e como fundamentador probatório, uma vez em que a vítima se encontra vulnerável e fragilizada.

No Brasil, em termos legais a adolescência se inicia aos 12 anos de idade e termina aos 18 anos, pois em uma análise cientifica, a idade foi estabelecida em consonância com o completo desenvolvimento psíquico do indivíduo.

Na adolescência, que compreende o período de transição entre a infância e a idade adulta, é um momento de caracterizado por inúmeras alterações físicas, mentais e também comportamentais.

Os jovens que sofrem com a violência sexual podem recorrer ao uso de álcool e drogas, se tornar mais agressivos, e também desenvolver um apetite sexual exagerado para a idade, contudo todas essas consequências dependerão tanto de circunstâncias atenuantes como agravantes, a depender do caso concreto.

Pesquisas internacionais já apontaram que as consequências do abuso sexual pode se manifestar tanto a longo como em curto prazo, mas alguns sinais são perceptíveis na adolescência, tais como: confusão quanto aos valores sexuais, comportamentos agressivos, alterações de humor, confusão a respeito da identidade sexual, ansiedade e ainda, problemas relacionados com sono. (ROMARO; CAPITÃO,2007).

Em longo prazo, as consequências são mais graves, pois o abuso deixa marcas difíceis de serem apagadas, portanto a vítima pode desenvolver aversão a qualquer tipo de relacionamento amoroso, dificuldades de estabelecer confiança nas pessoas e também apresentar comportamentos promíscuos altamente perigosos, além de possuir uma pré disposição a esquizofrenia.

O medo de serem considerados culpados, ou de que os familiares não acreditem em seus relatos fazem com que esses adolescentes guardem consigo a violência sofrida com receio de externalizar sua dor.

Logo, uma pessoa abusada sexualmente na adolescência levará consigo (a depender do caso concreto) todos esses traumas, ora expostos, para a idade adulta, onde o mesmo terá seu desenvolvimento psíquico completo, porém lesionado de experiências negativas do passado, fazendo com que isso o torne um adulto com sérios problemas psicológicos a serem tratados.

Já na fase adulta, as vítimas da violência sexual, além de sentirem vergonha, sentem culpa pelos traumas sofridos, acreditando que tudo ocorreu por que ela própria permitiu, ou se sentem acuadas em enfrentar um processo e “não dar em nada” e a soma desses fatores gera um bloqueio emocional fazendo com que o indivíduo não consiga falar sobre os abusos sofridos.

Outros problemas, também relatados em pesquisas feitas por especialistas, apontam que na idade adulta as consequências são ainda mais graves, já que o adulto, com a personalidade já formada (o que dificulta ainda mais o tratamento psicológico pós traumático) pode apresentar dificuldades em se relacionar com outras pessoas, sentir-se “sujo” ficando obcecado em lavar o próprio corpo, como uma forma de limpar tudo aquilo que já passou, pode ainda sentir raiva de seu próprio corpo.

A problemática do abuso sexual tornou-se tão grave com o decorrer do tempo que, atualmente o Ministério da Saúde classificou como sendo considerado um problema de saúde pública em virtude da elevada incidência epidemiológica, dos graves danos provocados nas vítimas e da violação aos direitos humanos.

Sob o ponto de vista clínico, uma das mais graves e constrangedoras consequências para os abusos são as doenças sexualmente transmissíveis, infecções no aparelho reprodutivo e ainda o risco de gravidez indesejada no caso das vítimas mulheres.

Destarte, após a elucidação das consequências do abuso sexual em todas as fases da vida, conclui-se que independente da fase em que ocorra a violação, as consequências são desastrosas (principalmente quando não são devidamente tratadas) e, exigir da vítima, a responsabilidade pela produção da prova da violência sofrida por meio do depoimento, é extremamente delicado, uma vez que o acontecimento negativo é capaz de gerar um trauma.

O trabalho do psicólogo e as técnicas utilizadas por essas profissionais têm contribuído de maneira gradativa e positivamente de modo a contribuir com a atuação na área jurídica, já que são casos extremamente complexos e carecem de atenção especial tanto pelos psicólogos como pelo judiciário, ou seja, é necessária a cooperação mútua entre os envolvidos para que o caso seja resolvido objetivando o melhor interesse para aquele que sofreu o abuso.

3.Falsas memórias: Do psicológico ao jurídico

No mesmo sentido, destaca-se a relevância de compreender o funcionamento da memória humana, bem como o processo de formação das falsas memórias e sua influencia no mundo jurídico a partir de testemunhos pautados nelas.

No desenvolvimento gradativo da reconstrução de um fato criminoso ocorrido, as provas que dependem da memória podem ser comprometidas e distorcidas através da instigação dos entrevistadores, da mídia ou interpretação equivocada de um acontecimento. Estas são as chamadas Falsas Memórias, e podem ser agravadas pela técnica empregada no âmbito criminal de repetição de perguntas.

As memórias humanas são formadas, armazenadas e evocadas pelos neurônios, sendo moduláveis pelas emoções a curto e longo prazo. A memória é maleável, seletiva e mutável. Segundo Izquierdo, o conjunto dessas memórias é que faz de cada um de nós diferentes uns dos outros. (IZQUIERDO, 2011, p. 11).

Nesse passo, Paulina Cymrot, coloca que:

a memória não é só produto do registro do fato com isenção e objetividade, e a fantasia não

é só imagem. Nelas intervêm as sensações, a qualidade e a intensidade dos afetos, as angústias e suas defesas, as fantasias e as alucinações que constituem os pensamentos, os mitos pessoais, o grau de desenvolvimento emocional, a história das relações do sujeito com ele mesmo, com outros, com o mundo à sua volta e a história das identificações deste sujeito com outros, que lhe conferem forma e sentido. (2010, pp. 37-38)

Como a memória provém das experiências, é mais prudente falar que existem memórias e não simplesmente uma única memória. Temos memórias sobre eventos subjetivos e sobre fatos históricos.

Para Lopes Junior, as falsas memórias aparecem quando existe alguma falha no sistema de armazenamento ou de resgate na memória humana ocasionando o erro do agente, portanto há o funcionamento normal da memória, mas são produzidas lembranças de eventos específicos, que na realidade não ocorreram. Desta forma, o conteúdo da memória é o que resta quando nós esquecemos, e sem esse esquecimento não há memória. (LOPES JUNIOR; DI GESU, 2006, p.62)

São memórias que vão além da experiência direta e que incluem interpretações ou interferências ou, até mesmo contradizem a própria experiência (REYNA; LLOYD,1997)

Entende-se, portanto, que, as falsas memórias consistem em recordações de situações que na verdade nunca ocorreram ou ocorreram de maneira diversa de como o lembrado pela vítima/testemunha.

Conforme explica Cristina Di Gesu dispõe que:

As falsas memórias não giram apenas em torno de um processo inconsciente ou involuntário de “inflação da imaginação” sobre um determinado evento. Há tanto a possibilidade de as pessoas expostas à desinformação alterarem a memória de maneira previsível ou espetacular, de forma dirigida, quanto espontaneamente, ou seja, sem que haja sugestionabilidade externa. (2014, p.128).

Ao contrário do que possa parecer, falsas memórias são frutos de um funcionamento absolutamente normal do cérebro, não se confundindo com a mentira que é algo deliberado e consciente.

Ainda nessa mesma linha de raciocínio há de salientar a diferença entre as falsas memórias e a mentira, porque nas primeiras o indivíduo crê piamente que está relatando os fatos, o que na verdade, nada mais é do que um convencimento inconsciente, pois são lembranças que não ocorreram verdadeiramente, enquanto a mentira trata-se de um ato consciente em que a pessoa deseja apenas manipular determinadas situações.

Em apertada síntese, três teorias se destacam em elucidar os mecanismos responsáveis pela criação das falsas memórias. São elas: Teoria do Paradigma Construtivista, Teoria do Monitoramento da Fonte e Teoria do Traço Difuso.

Para a Teoria do Paradigma Construtivista, a memória é construída a partir da interpretação que o ser humano faz dos acontecimentos ao longo da vida e cada nova informação é compreendida e reescrita com base em experiências prévias e as falsas memórias seriam em decorrência de uma falha no processo de interpretação da informação colhida.

A partir de diversos estudos de Loftus e Hoffman (1989) eles concluíram que a memória das pessoas não é somente a lembrança daquilo que eles fizeram, mas é combinação de tudo que pensam, acreditam e recebem do meio externo.

Para os construtivistas, o ser humano se recorda do que eles entendem ser a interpretação do fato, e não necessariamente dele em si, e isto pode gerar lembranças de informações incorretas.

Já para a Teoria do Monitoramento da fonte, as falsas memórias são um julgamento equivocado da fonte da informação lembrada.

Por essa razão, ressaltasse que:

A possibilidade de discriminar a fonte da informação lembrada também é suscetível à interferência da sugestão de falsa informação, tanto acidental quanto deliberada. Nesses casos, a recuperação precisa da informação é influenciada por informações geradas antes, durante ou após este evento. A recuperação errônea da fonte de informação está vinculada à incorporação de múltiplas fontes [...] que distorcem e atualizam a memória para a informação original (NEUFELD; BRUST; STEIN, 2010, p. 32)

Ou seja, no momento de monitorar e especificar o que é memória verdadeira e o que não é a pessoa pode acabar sendo influenciada e construindo uma falsa memória, confundindo e misturando com as memórias reais.

Por fim para a Teoria do Traço Difuso compreende que a memória é um sistema de variados traços, e não unitária, onde os erros estariam vinculados a falha na recuperação de

memorias precisas, traduzindo somente a essência dos acontecimentos.

A memória literal tem a função de armazenar detalhes específicos e superficiais sobre algum acontecimento, já a memória de essência registra a compreensão do que significou algum evento (DI GESU, 2014, p.140)

Deste modo, compreende-se que a falsa memória espontânea tem sua "fonte" na memória de essência, e as falsas memórias sugeridas, na memória literal, mas não sendo exatamente a regra.

Para o direito penal, que ainda se baseia muito na prova testemunhal, ou seja, na memória das pessoas, o estudo é particularmente relevante, na medida em que se exige certeza absoluta para a condenação de um acusado, na identificação de suspeitos e reconstituição de fatos, sobretudo quando não é possível a produção de uma prova cientifica para os processos judiciais.

3.1. Falsas memórias e a prova testemunhal

No processo penal não são raras, as vezes que são impostas sanções penais privativas de liberdade fundamentadas exclusivamente no que foi dito durante a colheita da prova testemunhal, em razão disso, fundamental se faz a análise da prova oral, haja vista a sua ampla e tradicional utilização como meio probatório.

Em sentido técnico-processual, provar é o mesmo que recolher elementos capazes de apontar para a veracidade do que é alegado pelas partes, buscando exercer influência na convicção do julgador. As provas surgem como instrumentos capazes de permitir a reconstrução de um determinado fato passado para que se possa alcançar a dita verdade processual.

A atividade de provar está relacionada com a busca da verdade, ocorre porém que pela própria natureza da prova testemunhal, que está intimamente ligada ao processo de recordação das memórias, sujeitas a interferências, alcançar a verdade real é tarefa impossível.

A prova geralmente é formada na fase judicial, pois permite a manifestação da outra parte, respeitando assim o princípio do contraditório e da ampla defesa, direito de ser julgado de acordo com as provas produzidas, em contraditório e diante de um juiz competente, com todas as garantias. Aqui, o denunciado toma conhecimento da existência de um processo crime em seu desfavor e tem a partir deste momento a possibilidade de contestar as provas produzidas pela outra parte.

Conforme dispõe (BRASIL, Constituição 1988, Constituição Federal) o art. 5º, LVII da Constituição Federal, o acusado é presumido inocente – "ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória". Respeitando o princípio do In dubio pro reo, em princípio, o juiz não pode condenar sem que haja sido provada a culpabilidade.

O princípio do *Nemo Tenetur Se Detegere,* é o preceito da não autoincriminação que foi reconhecido no ordenamento jurídico brasileiro pelo Decreto de nº 678, em 6 de novembro de 1992.

Esse princípio advém dos princípios do direito ao silêncio e da presunção de inocência, instituindo que o acusado não é obrigado a produzir prova contra si mesmo, no qual, é garantido a defesa por seu advogado competente.

O princípio do direito ao silêncio é um dos mais pertinentes, no qual, permite que o acusado ou a pessoa suspeita, permaneça calado, pois é um direito inerente a ele. Já para a testemunha, o direito ao silêncio não tem a mesma aplicabilidade, pois ela tem a obrigação de anunciar a verdade, somente pode haver a esquiva, quando a resposta resultar em autoincriminação.

Se por um lado é inegável a importância que a prova oral exerce na reconstrução de um fato criminoso, por outro é, ao mesmo tempo, o mais perigoso e manipulável meio de prova admitido no processo penal, sendo propícia a contaminação pela ocorrência do fenômeno da falsificação de memórias.

O ato de reconhecimento é um dos meios de prova mais utilizados na fase pré-processual ou processual e está previsto em nosso ordenamento jurídico no artigo 226 do Código de Processo Penal. Ser reconhecido como autor do delito investigado seja pela vítima, seja pela testemunha ocular é muitas vezes suficiente para formar a certeza da autoria para o magistrado.

Existem muitas lacunas e falhas no modo como é conduzido pelas autoridades na prática, de forma que são na maioria dos casos desconsideradas variáveis como as próprias falsas memórias, lapso temporal etc., ainda que estejam a todo instante interferindo nesse processo.

No processo de reconhecimento, a testemunha é levada a reparar alguma coisa, imagem esta que acaba sendo comparada com o que havia realmente percebido, nota-se que a assimilação humana é o fator-chave ao se reconhecer o agente.

Nesta circunstância, salienta Di Gesu que várias assimilações são confirmadas justamente devido à convicção das pessoas de que a polícia apenas procede um reconhecimento quando tem

um bom suspeito.

Como a percepção humana se aprimora por meio da repetição, uma imagem se torna mais nítida proporcionalmente ao número de vezes que é rememorada em um certo período de tempo. Portanto, no processo de reconhecimento é necessário cuidado para que a imagem do suspeito fornecida pelas autoridades não seja exposta à vítima de forma a se sobrepor a imagem do real agressor.

A certeza da testemunha sobre quem está reconhecendo não necessariamente está ligada com a verdade, mas sim, com a percepção que foi se tornando mais precisa pelas evocações continuas da imagem do possível suspeito, tratando-se, muitas vezes, de um inocente que, em decorrência de alguma sugestão no processo de reconhecimento fez com que a testemunha confundisse sua imagem com a do verdadeiro criminoso, e passasse a recordá-la no lugar deste, até se tornar uma certeza. A lembrança de uma face está muito ligada a impressões visuais, que se perdem facilmente na memória.

Outro ponto fundamental quando se estudam falsas memórias no contexto jurídico é o tempo do processo. É indispensável que os requisitos subjetivos, como o lapso temporal, e os requisitos legais estabelecidos pelos artigos 226 e seguintes do Código de Processo Penal sejam obedecidos.

É garantida constitucionalmente, a razoável duração do processo, que no artigo 5º, LXXVIII, determina: “a todos no âmbito judicial e administrativo, são assegurados a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação”. Essa garantia se refere ao cuidado quanto à demora jurisdicional e a todos os problemas decorrentes da falta de rapidez na tramitação; e a proteção dos direitos e das garantias das partes, que poderia se perder em decorrência de um processo muito célere.

Quando se trata da prova testemunhal, não se pode esquecer de que o fator temporal influencia, diretamente, a forma como os fatos são lembrados, bem como na repetição de entrevistas, onde cada vez que elas são recuperadas podem ser modificadas. A prova testemunhal relaciona-se ao transcurso do tempo do processo, afetando diretamente, a qualidade técnica desse meio probatório favorecendo o esquecimento.

Portanto, conclui-se que, é por meio da prova testemunhal que se obtém o convencimento do magistrado, restando clara a natureza imprescindível da mesma para o processo penal, especificamente nos casos de abuso sexual.

4. Do testemunho à Sentença

No presente tópico, far-se-á uma análise da repercussão que esse fenômeno pode ter no âmbito processual penal.

Para a psicologia, o tema das falsas memórias possui um viés científico, enquanto que para a ciência jurídica, tal fenômeno influencia diretamente nos processos judiciais, especialmente nos casos de crimes contra a dignidade sexual.

Em consonância com o que foi dito anteriormente e restando claro sobre a importância da oitiva nos casos de crimes sexuais, abordaremos a relevância no meio jurídico em evitar que haja condenação de indivíduos inocentes com base em situações distorcidas ou até mesmo nunca vivenciadas pela vítima.

Nos casos de abuso sexual, o processamento da ação deve ser realizado de forma minuciosa e com a observância dos princípios constitucionais para que não haja nulidade processual, por esse motivo, a importância da prova testemunhal nos crimes sexuais é, sem dúvidas, indiscutível, pois como mencionado ao longo do presente artigo, na maioria dos casos não há nenhum outro tipo de prova a não serem os relatos da própria vítima, e ainda que a doutrina e jurisprudência estabeleçam que o processo não possa basear somente em tais provas, devendo existir também análise de outras além do depoimento, se não for possível a identificação de outros meios probatórios, não resta alternativa ao magistrado a não ser levar em consideração somente a prova oral.

Contudo, as decisões judiciais são baseadas no princípio do livre convencimento motivado, ou seja, o magistrado atribui “valor” ao depoimento de acordo com a análise do caso concreto.

Perante a dificuldade de se reconstruir a cena do crime perfeita exclusivamente com os dizeres da testemunha, cabe ao juiz assimilar tudo aquilo que foi realizado ao longo do processo e formar a sua própria convicção em consonância com as verdades processuais apresentadas a ele.

Ocorre que, a convicção do magistrado é manifestada por meio da sentença, ato que põe fim ao processo, e sobre tal assunto, Thompson considera que as sentenças são frutos da opinião do

julgador, uma vez que com o material probatório sobre o qual trabalha não lhe permite atingir um estágio de certeza (THOMPSON,2007,p.89-90).

Sendo assim, não se pode atribuir um valor certo ao depoimento, a certeza reside na importância e indispensabilidade da prova testemunhal para a resolução do caso, mas o valor probatório em si, é atribuído pelo magistrado em consonância com os indícios do processo.

Salienta-se que, para cumprir seu papel de garantidor dos direitos fundamentais, o juiz deve manter-se imparcial perante as partes, entretanto é por meio da sentença *(origem no verbo sentire*) que o juiz expressa uma emoção: ele sente e declara seu sentir, de forma que é ilusório pensar que as sentenças proferidas pelo magistrado estão dissociadas dos valores sociais, de paradigmas históricos, filosóficos e psicológicos vivenciados pelo mesmo. (GIACOMOLLI e DI GESU, 2008, p. 4349)

Marcio Ferreira Rodrigues Pereira examina algum dos resultados caso o juiz se limite apenas a evidencia oral é que o mesmo deixa de ser imparcial e passa a ser “contaminado” assim, pela oitiva da vítima e, com isso, acaba por lesar todo o processo, correndo ainda, o risco de proferir a condenação de um inocente.

Logo, não há como desmembrar a função de julgar com seus pensamentos, costumes e tradições do julgador, ou seja, ainda que haja a ocorrência das falsas memórias e o evento narrado pela vítima não tenha ocorrido de fato, a sentença sempre será prolatada com fundamento no conjunto probatório apresentado e sob a luz do princípio do livre convencimento motivo.

Cabe ressaltar os ensinamentos do jurista Aury Lopes Junior que explica com aptidão e de maneira clara tudo que fora até aqui abordado, para o escritor a sentença nada mais é do que um ato de crença e o juiz, ao proferi-la constrói sua própria versão do delito, elencando aquilo que sob sua concepção parece válido, ou seja, o resultado final nada mais é do que o resultado do seu convencimento. (LOPES JUNIOR, 2007,p.62).

A psicologia vem, ao longo dos anos, estudando as chamadas técnicas de redução de danos, que consiste em obter uma melhor reprodução da verdade e a testemunha (vítima) consiga buscar somente as lembranças de memórias que realmente aconteceram, proporcionando baixa probabilidade de danos no processo penal e aumentar o grau de confiabilidade do testemunho.

Na análise das falsas memórias, a psicologia é voltada para o estudo da memória humana, de como se dá tal fenômeno e como isso pode influenciar não só na vida das pessoas, como também em julgamentos criminais.

Os profissionais dessa área atuam de modo a preparar a mente/psicológico, assim digamos, para que no momento do depoimento haja relatos de acontecimentos verdadeiros

Para a psicologia, o tema das falsas memórias possui um viés científico, enquanto que para a ciência jurídica, tal fenômeno influencia diretamente nas sentenças judiciais, especialmente nos casos de crimes contra a dignidade sexual.

5. ANÁLISE CASO MANÍACO DO UNO VERMELHO

O caso a ser analisado, ocorreu em 2015 na cidade de Itaquaquecetuba, onde um homem com emprego de arma de fogo teria forçado algumas vítimas com idade entre 14 e 25 anos a entrarem num carro da marca Fiat, modelo Uno, cor vinho, com uma cadeirinha de criança no banco traseiro, vindo a obrigá-las a prática de conjunção carnal.

Anselmo Duarte, aos 38 anos, casado e pai de três filhos foi considerado suspeito por apresentar características em comum com as que foram relatadas pelas vítimas: Uno vermelho e cadeirinha, criança no banco de traz.

Ao ser realizado o reconhecimento pessoal do suposto autor do crime, não se cumpriu os requisitos legais do artigo 226 inciso II e artigo 228 do Código de Processo Penal que expressam:

Art. 226. Quando houver necessidade de fazer-se o reconhecimento de pessoa, proceder-se-á pela seguinte forma:

II - a pessoa, cujo reconhecimento se pretender, será colocada, se possível, ao lado de outras que com ela tiverem qualquer semelhança, convidando-se quem tiver de fazer o reconhecimento a apontá-la;

Art. 228. Se várias forem as pessoas chamadas a efetuar o reconhecimento de pessoa ou de objeto, cada uma fará a prova em separado, evitando-se qualquer comunicação entre elas.(BRASIL, 1941 artigo 226,I e 228 caput)

A inobservância desses requisitos, provocou assim as falsas memórias acerca da autoria. Os policiais passaram com as vítimas dentro da viatura, enquanto o suspeito estava na rua, e ao ser questionada pelos policiais uma das vítimas o reconheceu como autor do crime, o que induziu assim

as outras vítimas que estavam presentes.

Anselmo, foi preso por estupro, e só depois de um tempo já preso foi realizado o exame pericial onde o material genético coletado do corpo de duas vítimas não era compatível com o seu. Neste tempo o verdadeiro estuprador foi encontrado, com as mesmas características de Anselmo.

No caso exposto, o erro pode ser comprovado por ter restado ainda outras provas materiais como o exame de DNA, no entanto, em que pese a realidade vivenciada na atividade forense, principalmente nos crimes contra a dignidade sexual, nem sempre se é possível obter outros meios probatórios.

Anselmo não foi o único a ser preso em razão das falsas memórias. Segundo estudos, nos Estados Unidos, a cada 40 acusados analisados, 36 deles, tinham sido presos pela identificação errada realizada pelas testemunhas no ato de reconhecimento, e cerca de ¾ destes se devem as falsas memórias.

Portanto todos os profissionais que envolvem o testemunho ou reconhecimento pessoal devem agir com máxima cautela visando construir uma base sólida para o prosseguimento da ação, como mínimo possível de interferência do fenômeno das falsas memórias para se chegar a um resultado justo.

No Brasil, já é pacificada nos tribunais de justiça por meio de jurisprudência, a consideração da alegação de falsas memórias, conforme o demonstrado abaixo, no qual houve provimento no recurso de absolvição.

APELAÇÃO CRIMINAL. ESTUPRO DE VULNERÁVEL. No caso, a prova judicial é carecedora de certeza e segurança quanto ao réu ter praticado os atos libidinosos com a vítima. Há dúvida sobre quando, onde e como teriam ocorrido os fatos denunciados, pois a vítima, que contava 04 anos de idade na época em que ouvida na Polícia, relata que ela e os demais coleguinhas eram abusados sexualmente pelo réu, esposo da proprietária da creche que todos frequentavam, sendo mais reticente em Juízo, quando já contava 10 anos de idade. Ademais, nenhuma das outras crianças confirma os fatos. De resto, a menina também relata que fotografias e vídeos eram feitos das crianças nuas, nada tendo sido localizado nos computadores e demais dispositivos apreendidos na residência do réu. Por fim, as testemunhas inquiridas, dentre elas, funcionárias da escolinha, negam que o réu mantivesse contato prolongado com as crianças. Possibilidade de ocorrência do fenômeno conhecido como falsas memórias. No processo criminal, o ônus da prova sobre os fatos imputados ao réu é incumbência exclusiva do órgão acusador, âmbito em que, remanescendo dúvida probatória sobre a própria ocorrência dos fatos denunciados, o veredicto absolutório mostra-se impositivo, com força no princípio humanitário in dubio pro reo. Sentença condenatória reformada. Réu absolvido com base no art. 386, VII, do C.P.P. APELO PROVIDO. M/AC 6.803 - S 06.10.2016 - P 43 (Apelação Crime Nº 70070846084, Sexta Câmara Criminal, Tribunal de Justiça do... RS, Relator: Aymoré Roque Pottes de Mello, Julgado em 06/10/2016).

Conforme decisão acima, o Poder Judiciário já vem adotando (a depender do caso concreto) o fenômeno das falsas memórias e com isso, podendo chegar a consequência jurídica de absolvição do réu, caso seja demonstrado que o fato narrado pela vítima não ocorreu verdadeiramente e, ainda que tenha ocorrido, fora de maneira diversa da descrita pela testemunha, sendo assim, a dúvida favorece o réu com fundamento no princípio do *in dúbio pro reo*, conforme aplicado pela Sexta Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul.

Ainda realizando a análise de casos concretos. Nesse sentido, o Tribunal de Justiça do Estado de Goiás decidiu:

ESTUPRO DE VULNERÁVEL. INSUFICIÊNCIA DA PROVA PARA CONDENAÇÃO. Nos crimes contra a liberdade sexual, a palavra da vítima é importante elemento de convicção, na medida em que esses crimes são cometidos, frequentemente, em lugares ermos, sem testemunhas e, por muitas vezes, não deixam quaisquer vestígios, devendo, todavia, guardar consonância com as demais provas coligidas nos autos. No caso, não se pode afastar a possibilidade de falsas memórias. RECURSO PROVIDO. PARECER DESACOLHIDO. (TJ-GO - APR: 02722560320148090175, Relator: DES. EDISON MIGUEL DA SILVA JUNIOR, Data de Julgamento: 21/06/2018, 2A CAMARA CRIMINAL, Data de Publicação: DJ 2546 de 16/07/2018)

Ou seja, conforme o caso descrito acima ainda que o testemunho da vítima seja de suma importância, o fenômeno das falsas memórias não poderá ser afastado integralmente, principalmente nos crimes contra a dignidade sexual que, não possuem outras testemunhas (na maioria das vezes) a não ser a própria vítima, ocasionando, por conseguinte, influência no depoimento da mesma, pelo fato desta ter sofrido traumas capazes de impedir que se identifique a ocorrência verdadeira do fato delituoso.

Por fim, uma última e não menos importante análise de jurisprudência proferida pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, no sentido de enfatizar a importância do reconhecimento da possibilidade de ocorrência na prova testemunhal, quer seja:

APELAÇÃO. CRIME CONTRA A DIGNIDADE SEXUAL. ESTUPRO DE VULNERÁVEL. Embora seja plenamente possível que a vítima tenha sido submetida a abusos sexuais praticados por seu avô materno e, também, pelo réu, a manifesta violência psicológica, praticada por seus parentes maternos para tentar buscar a impunidade do avô, fragiliza a palavra da ofendida, tanto é assim, que conseguiram fazer com que mentisse, em juízo, para que dissesse que o réu a teria obrigada a acusar falsamente o avô. Essa circunstância faz com que a palavra da vítima não seja suficiente para, isoladamente, sem perícia psicológica que refute a possibilidade concreta de falsas memórias, não tenha força suficiente para dar sustentação ao veredicto condenatório. Absolvição com fundamento no art. 386, inciso VII, do CPP. Observo que também há elementos de informação de que a vítima teria sido abusada por um primo adolescente e por uma outra pessoa cuja identidade não revelou à psicóloga que a atendera. APELO PROVIDO. UNÂNIME. (Apelação Crime Nº 70079480471, Sexta Câmara Criminal, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Bernadete Coutinho Friedrich, Julgado em 28/03/2019).(TJ-RS - ACR: 70079480471 RS, Relator: Bernadete Coutinho Friedrich, Data de Julgamento: 28/03/2019, Sexta Câmara Criminal, Data de Publicação: Diário da Justiça do dia 03/04/2019)

Assim sendo, a apelação fora provida no sentido de absolver o réu em virtude de clara possibilidade de ocorrência das falsas memórias, trazendo como consequência a impossibilidade de validar a condenação sem que haja convincentes elementos probatórios do cometimento do crime.

Portanto, sem a certeza da autoria e materialidade do crime, e baseando-se apenas na exposição oral dos fatos, a falibilidade da memória deve ser levada em consideração, uma vez que o risco do magistrado condenar um inocente é altíssimo.

Conforme demonstrado acima, os tribunais brasileiros têm reconhecido a possibilidade da ocorrência das falsas memórias, e adotado também o princípio do *indubio pro reo* e a ausência de provas concretas para evitar decisões errôneas e para que a justiça seja realizada de maneira efetiva para ambas as partes.

Por conseguinte, tendo em vista que as falsas memórias podem se formar por um estimulo externo, como a indução, nota-se a necessidade de aplicar as chamadas técnica de redução de danos, método ainda é muito novo no ramo do direito.

O método tradicional de inquirição é formado por perguntas fechadas, possíveis de serem respondidas de forma objetiva, e que geralmente são feitas de maneira tendenciosas por parte do entrevistador.

A maneira de inquirir tem intensa repercussão na fidedignidade do testemunho, por essa razão os psicólogos americanos Ronald P. Fisher e R. Edward Geiselman desenvolveram uma estrutura que tenta aproximar com a forma como o cérebro recupera as memorias. Suas etapas levam em consideração o ambiente onde acontecera a entrevista, controle de forma harmoniosa da ansiedade da vítima, a recriação mental do contexto a fim de que se recupere o maior número de informações, inclusive as irrelevantes, e por fim, a repetição do testemunho por parte do entrevistador.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo do presente trabalho conduziu-se em revisar a implicação das Falsas Memórias no Processo Penal no contexto dos crimes contra a dignidade sexual, uma vez que, a maioria dos casos não apresentam materialidade a não serem os relatos da própria vítima, e ainda que a doutrina e a jurisprudência estabeleçam que o processo não pode basear somente em tais provas, devendo existir também analise de outras provas além do depoimento, se não for possível a identificação de outros meios probatórios, não resta outra alternativa ao magistrado.

Considerando o processo da falibilidade da memória, entende-se que as falsas memórias são lembranças de fatos que foram distorcidos ou nunca ocorreram, podendo se dar de forma espontânea ou sugestiva, sendo para a vítima/testemunha semelhantes as memórias verdadeiras.

Essa contaminação da memória não são frutos de patologia, mas sim um processo normal e natural do cérebro humano.

Para tentar explicar melhor, foi feito uma breve síntese explicativa a respeito das principais teorias que cercam o fenômeno das Falsas Memórias, sendo elas a teoria construtivista, a teoria do monitoramento da fonte e a teoria do traço difuso.

O estudo acerca das Falsas Memórias foi dificultoso pois a bibliografia é bastante escassa, o tema ainda é pouco explorado no âmbito jurídico, não encontrando leis que amparem especificamente este instituto.

A necessidade de abordar de maneira crítica se dá pela complexidade das provas testemunhais pautadas na memória, principalmente em se tratando de crimes sexuais, tendo em vista o caráter repulsivo do delito.

Por fim identificou-se algumas medidas podem ser tomadas para reduzir os vícios no processo, sendo elas, um prazo razoável para a oitiva do depoimento, entrevista cognitiva e a inutilização de prova contaminada.

A importância de redobrar os cuidados na colheita de tais provas, é para que se alcance uma efetiva prestação jurisdicional. O episódio das falsas memórias pode impactar de várias maneiras um processo penal, por exemplo com a condenação de um inocente, o punindo também em outras áreas de sua vida, como a emocional, profissional, familiar e social, o fazendo perder a fé no sistema legal, da mesma forma, pode também deixar o verdadeiro criminoso nas ruas facilitando assim a ocorrência de novos crimes.

REFERÊNCIAS

APELAÇÃO CRIME Nº 70070846084, Sexta Câmara Criminal, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Aymoré Roque Pottes de Mello, Julgado em 06 out. 2016

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. 1990.

____. **Constituição Federal de 1988**.

____. Decreto-Lei n. 3.689, de 03 de outubro de 1941**. Código de Processo Penal.**

_____. Decreto-Lei n. 2.848, de 07 de dezembro de 1940**. Código Penal**.

BAÍA, Paulo; VELOSO, Marcio Mario; MAGALHÃES, Cristiano Moraes.; DELL'AGLIO, Denilson. Caracterização da revelação do abuso sexual de crianças e adolescentes: negação, retratação e fatores associados. **Temas em Psicologia,** 21(1):193-202, 2013.

CUNHA, E. P.; SILVA, E. M.; GIOVANETTI, A. C. Enfrentamento à violência sexual infanto-juvenil: expansão do PAIR em Minas Gerais. Belo Horizonte: UFMG, 2008.

CYMROT, Paulina. **Nossas lembranças: guardam intimidade com as ficções e são sempre fontes suspeitas?** In: ZIMERMAN, David; COLTRO, Antônio Carlos Mathias (Org.). Aspectos psicológicos na prática jurídica. 3. ed. Campinas, SP: Millennium, 2010.

COGO, Karine Suély. **Consequências psicológicas do abuso sexual infantil.** Unoesc & Ciência – ACHS, Joaçaba, 2011.

DI GESU, Cristina. **Prova penal e falsas memórias.** 2. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2014.

FLECH, Larissa Civardi. Falsas memórias no processo penal. Disponível em: www.lume.ufrgs.br. Acesso em: 03, junho de 2019.

GIACOMOLLI, Nereu José; DI GESU, Carla Cristina. **As falsas memórias na reconstrução dos fatos pelas testemunhas no processo penal**. Trabalho publicado nos Anais do XVII Encontro Nacional do CONPEDI. Brasília, nov. 2008.

IZQUIERDO, I. **Memória.** 2ª Ed. Porto Alegre: Artmed, 2011.

PECHORRO, P. S. **Caracterização psicológica de uma amostra forense de abusadores sexuais.** Análise Psicológica. Lisboa, vol. 26, out. 2008.

QUEIJO, Maria Elizabeth. **O direito de não produzir prova contra si mesmo.** 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

LOFTUS, Eduard; HOFFMAN, Halley. Misinformation and memory: The creations of new memories. **Journal of Experimental Psychology**: General, 118, 100-104, 1989

LOPES JÚNIOR, Aury. **Direito processual penal.** 10. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

NEUFELD, Carmem Beatriz; BRUST, Priscila Goergen; STEIN, Lilian Milnitsky. **Compreendendo o fenômeno das falsas memórias.** In: STEIN, Lilian Milnitsky (Org.) et. al. Falsas memórias: fundamentos científicos e suas aplicações clínicas e jurídicas. Porto Alegre: Artmed, 2010.

PFEIFFER, Luci; SALVAGNI, Edila Pizzato. Visão atual do abuso sexual na infância e adolescência. Rio de Janeiro: Jornal de Pediatria, 2005. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/jped/v81n5s0/v81n5Sa10.pdf. Acesso em: 23 mai. 2019.

ROMARO, R. A; CAPITÃO, C. G. As faces da violência: aproximações, pesquisas, reflexões. São Paulo: Vetor, 2007.

RECURSO PROVIDO. PARECER DESACOLHIDO. (TJ-GO - APR: 02722560320148090175, Relator: des. Edison Miguel da Silva Junior, data de julgamento: 21/06/2018, 2a Câmara Criminal, data de publicação: 16 jul. 2018

SANTOS, Marcus Renan Palácio de M.C. dos. **Princípio *nemo tenetur se detegere* e os limites a um suposto direito de mentir**. Disponível em: <http://www.mpce.mp.br/esmp/publicacoes/ed12010/artigos/3Prnicipiopionemotenetur.pdf>. Aceso em: 11 mai 2019.

SCHMICKLER, Catarina Maria. **O protagonista do abuso sexual**: sua lógica e estratégias. Chapecó: Argos, 2006.

SILVA, Justino Adriano Farias da; SILVA, Agathe Elsa Schmidt da. O problema perceptivo no testemunho judicial. **Estudos Jurídicos**, São Leopoldo, v. 31, n. 82. 1998.

STEIN, Lilian Milsnitsky et. al. Falsas memórias: fundamentos científicos e suas aplicações clínicas e jurídicas. Porto Alegre: Artes Médicas, 2010.

THOMPSON, Augusto. Quem são os criminosos?. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Lumen juris, 2007.

UMA ANÁLISE DA PRODUÇÃO ACADÊMICO-CIENTÍFICA BRASILEIRA SOBRE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA EM 2017

AN ANALYSIS OF THE BRAZILIAN ACADEMIC-SCIENTIFIC PRODUCTION ON DISTANCE EDUCATION 2017

Área temática 1: Desenvolvimento Social e Políticas Públicas. 1.5 Educação e Desenvolvimento

OLIVEIRA, Anelise Martinelli Borges
Universidade Federal do Triângulo Mineiro
Doutora em Educação UNESP/Marília-SP
anelisemartinelli@hotmail.com

Resumo

O presente trabalho tem como objetivo analisar a produção acadêmico-científica brasileira sobre Educação a Distância no ano de 2017. A escolha pelo ano de 2017 ocorreu por ser uma periodização recente, e assim proporcionar um mapeamento bibliográfico do que foi publicado em relação ao assunto. A metodologia utilizada foi de caráter quali-quantitativo, a partir da análise dos artigos que estão contidos no Portal de Periódicos Capes/MEC. Foram identificados 35 artigos, divididos nas categorias temáticas: práticas pedagógicas, tutoria, ensino técnico/profissionalizante, formação de professores, perfil do alunado, levantamento bibliográfico e outras temáticas. Os resultados indicam a relevância do tema nas discussões do campo educacional na atualidade, tendo em vista a própria situação de pandemia da Covid-19 verificada no ano de 2020, onde as atividades presenciais de ensino-aprendizagem deram lugar ao ensino remoto, como forma de se evitar o contágio do Novo Coronavírus. Conclui-se que o trabalho se faz importante pois permite conhecer as tendências da produção sobre Educação a Distância, contribuindo assim para avanços no campo de conhecimento em que se insere.

Palavras-chave: Educação a distância, Produção acadêmico-científica brasileira, 2017.

Abstract

This work aims to analyze the Brazilian academic-scientific production on Distance Education. The choice for the year 2017 occurred because it is a recent periodization, and thus provide a current bibliographic mapping of what was published in relation to the subject. The methodology used was qualitative and quantitative, based on the analysis of the articles that are contained in the Capes / MEC Periodicals Portal. 35 articles were identified, divided into thematic categories: pedagogical practices, tutoring, technical / vocational education, teacher training, student profile, bibliographic survey and other topics. The results indicate the relevance of the topic in discussions in the educational field today, in view of the Covid-19 pandemic situation verified in 2020, where the teaching-learning activities gave way to remote teaching, as a way of prevent the spread of the New Coronavirus. It is concluded that the work is important because it allows to know the production trends on Distance Education, thus contributing to advances in the field of knowledge in which it is inserted.

Keywords: Distance education, Bibliographical survey, 2017.

INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, a temática da educação a distância (EaD) vêm constituindo uma área de investigação bastante abordada nas pesquisas acadêmico-científicas do Brasil. O considerável aumento dos trabalhos acadêmicos pode ser observado em decorrência do aumento do uso das tecnologias da informação em todas as etapas de ensino (educação básica, ensino técnico, ensino superior etc.), bem como da expansão de cursos (superiores, técnicos etc.) que utilizam tal

modalidade. Esse aumento é verificado ainda com maior ênfase neste ano de 2020, tendo em vista a situação de pandemia da Covid-19, onde as atividades presenciais de ensino-aprendizagem deram lugar ao ensino remoto, como forma de se evitar o contágio do Novo Coronavírus.

A EaD pode ser compreendida como uma modalidade de ensino/aprendizagem na qual os atores envolvidos – professor e aluno – estão em ambientes físicos diferentes. Não obstante se encontram em ambientes físicos distintos, ambos os sujeitos estão unidos por um objetivo comum. Segundo Garcia Aretio (2001, p. 39) a educação a distância constitui:

> [...] um sistema tecnológico de comunicação bidirecional (multidirecional) que pode ser massivo, baseado na ação sistemática e conjunta de recursos didáticos e com o apoio de uma organização e tutoria que, separados fisicamente dos estudantes, propiciam a eles uma aprendizagem independente (cooperativa).

O Decreto Lei 5.622 de 19 de dezembro de 2005 pontua que a Educação a Distância representa uma: "[...] modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e de aprendizagem ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares ou tempos diversos" (BRASIL, 2005, p.5).

Ao abordar a questão da expansão da EaD no campo educacional brasileiro, o Ministério da Educação (MEC), observa que, no que diz respeito à educação superior, houve um aumento considerável de instituições de ensino superior (IES), sobretudo privadas, que ofertaram cursos a distância nos anos de 2002 e 2012, uma vez que o número deu um salto de 25 para 150 IES, respectivamente (BRASIL, 2015). Essa expansão se faz presente em todo cenário mundial, a qual pode ser explicada pela flexibilidade temporal e espacial, por meio do acesso facilitado de estudantes universitários, que muitas vezes não conseguiriam ter acesso ao ensino tradicional bem como pela variedade de cursos ofertados nas diversas áreas do conhecimento.

A utilização das novas tecnologias da informação e comunicação não se restringem ao ensino superior, uma vez que a educação básica também se insere no contexto da interação digital, como salienta Muller (2005, p. 19) ao afirmar que a escola:

> [...] está inserida em uma sociedade em que a tecnologia avança rapidamente e a distância entre os que têm e os que não têm acesso ao computador, com conexão à rede mundial, cresce a cada dia. No mundo contemporâneo, onde as tecnologias de informação e comunicação ainda não chegam à maior parte da população do planeta, em que pese o ritmo veloz de sua disseminação, precisamos diminuir essa distância, entre os mais e os menos favorecidos economicamente. Esse é um dos papéis da escola, que tem como objetivo/meta, no seu Projeto Político Pedagógico, a formação de cidadãos pensantes, críticos e criativos.

A partir da concepção de que a educação a distância é uma realidade cada vez mais presente na mediação didático-pedagógica do processo ensino/aprendizagem, levando-se em consideração que a pandemia do Novo Coronavírus no ano de 2020 foi responsável por paralisar as atividades de ensino presenciais (BRASIL, 2020), o presente trabalho tem como objetivo analisar a produção acadêmico-científica brasileira sobre a EaD em 2017. O procedimento metodológico aqui utilizado é de caráter quantitativo e qualitativo, por se acreditar que ambas as abordagens estão intimamente ligadas, podendo, assim, estar presentes em uma mesma pesquisa, como esclarece André: "As perguntas que eu faço no meu instrumento estão marcadas por minha postura teórica, meus valores, minha visão de mundo. Ao reconhecer essas marcas da subjetividade na pesquisa, eu me distancio da postura positivista, muito embora esteja tratando com dados quantitativos (2012, p. 4).

Tendo em vista compreender como a temática da EaD aparece nas publicações em periódicos, foi feita uma análise dos artigos existentes no Portal de Periódicos Capes/MEC. Privilegiou-se o ano de 2017 por ser uma periodização considerada recente, e assim proporcionar um mapeamento bibliográfico do que foi publicado no referido ano em relação ao assunto. Teve-se como objeto de análise as modalidades do ensino técnico-profissionalizante e do ensino superior (graduação e pós-graduação).

Conforme consta na página online, o Portal de Periódicos da Capes "[...] é uma biblioteca virtual que reúne e disponibiliza a instituições de ensino e pesquisa no Brasil o melhor da produção científica internacional", contando "[...] com um acervo de mais de 38 mil títulos com texto completo,

134 bases referenciais, 11 bases dedicadas exclusivamente a patentes, além de livros, enciclopédias e obras de referência, normas técnicas, estatísticas e conteúdo audiovisual". O acervo possui os periódicos de maior relevância no cenário científico brasileiro, os quais estão classificados no Qualis-Periódicos com os melhores indicativos em termos de qualidade. Segundo informações presentes na Plataforma Sucupira: "A classificação de periódicos é realizada pelas áreas de avaliação e passa por processo anual de atualização. Esses veículos são enquadrados em estratos indicativos da qualidade - A1, o mais elevado; A2; B1; B2; B3; B4; B5; C - com peso zero."[1]

Para realizar a pesquisa, foi utilizada a expressão de busca, "educação a distância" no campo descritor de assunto. Com o objetivo de se refinar a busca, foram selecionados o tipo de recurso "artigos", a palavra exata "educação a distância", o idioma "português" e o ano "2017". Em um primeiro momento, foram identificados 58 artigos. Uma nova triagem foi feita, a partir da seleção de artigos que tinham a temática "educação à distância" no título ou resumo. Assim, publicações que continham aquela expressão somente no corpo do texto foram descartadas. Nesta nova seleção, obteve-se um novo número, 35. Com a finalidade de fazer um levantamento acerca dos assuntos contemplados, os 35 artigos foram divididos em 7 eixos: *Práticas Pedagógicas,* com 17 publicações; *Tutoria*, com 5; *Ensino Técnico/Profissionalizante*, com 3; *Formação de Professores*, com 3; *Perfil do Alunado*, com 2; Levantamento *Bibliográfico*, com 2, e *Outras Temáticas*, com 3 textos.

MAPEAMENTO DA PRODUÇÃO ACADÊMICO-CIENTÍFICA SOBRE A EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA NO ANO DE 2017: ALGUMAS DISCUSSÕES

No que tange ao eixo temático com maior número de publicações, *Práticas Pedagógicas* (17), é verificado que a maior parte dos trabalhos trata do processo ensino/aprendizagem na EaD. Os conteúdos mais abordados estão vinculados à utilização de tecnologias da informação e comunicação na construção do conhecimento, afim de se propiciar aulas dinâmicas e promover interatividade e habilidades interpessoais. Os textos versam sobre diversas ferramentas como por exemplo os Ambientes Virtuais de Aprendizagem (AVA), o Núcleo de Aprendizagem Virtual (NAVI), perpassando vídeos, fóruns, *e-learning*, *chat's*, *Moodle*, *Webaula*, etc., além de abordar a questão da interação social, o uso de materiais didáticos e a Aprendizagem Baseada em Problemas (ABP).

Dentre os artigos que abordam a temática *Práticas Pedagógicas* destaca-se a produção de Carla Pires e Daniel Arsand, intitulada "Análise da utilização das tecnologias da informação e comunicação na educação a distância (EaD)", na qual os autores fazem um estudo sobre a EaD no Brasil levando-se em conta a importância das Tecnologias de Informação (TICs). A crescente presença das novas tecnologias no campo educacional traz como desafio saber "[...] lidar com o grande volume de informações e como selecionar o que é importante no processo de aprendizagem, tendo em vista a grande variedade de possibilidades disponíveis" (PIRES; ARSAND, 2017, p. 193). Segundo os autores, apesar da EaD constituir um importante recurso de democratização do ensino, é importante refletir sobre algumas problemáticas, a citar: "[...] a qualidade dos cursos oferecidos, uma vez que esta modalidade tem sido explorada muitas vezes com o único objetivo de diminuir custos. Para que a exploração financeira neste modelo seja evitada, se faz necessária avaliação eficaz para garantir qualidade do ensino dos cursos oferecidos". (PIRES; ARSAND, 2017, p. 185).

Para Pires e Arsand (2017, p. 194), a utilização da EaD pressupõe mudanças nas práticas pedagógicas:

> [...] apesar da EaD constituir um recurso importante para superar as carências tecnológica e educativa daqueles que não têm acesso às instituições de ensino, é necessário redimensionar as suas práticas de ensino, possibilitando que esta modalidade de ensino assuma sua real função social no cenário da redução brasileira.

Também pode-se citar o artigo "A percepção do outro no ambiente virtual de aprendizagem: presença social e suas implicações para Educação a Distância" de Willyans Coelho e Patricia Tedesco, onde são apresentados os desafios para a promoção da aprendizagem colaborativa bem como a interação em ambientes virtuais. O texto faz uso dos preceitos da psicologia para explicar de

[1] Disponível em: http://capes.gov.br/avaliacao/instrumentos-de-apoio/qualis-periodicos-e-classificacao-de-producao-intelectual Acesso em: 11 jun. 2020.

que modo a interação acontece, entre os indivíduos, uma vez que o ser humano é essencialmente social. Para os autores, existe uma crença de que quando se fala em interação social para a aprendizagem, tem-se a ideia do "[...] estar fisicamente no mesmo ambiente que a outra pessoa" (COELHO; TEDESCO, 2017, p. 614).

A comunicação humana é determinada por um conjunto de sinais verbais e não verbais, os quais são constantemente construídos pelo indivíduo ao longo da sua existência. Tais sinais são coordenados de modo "[...] a constituir pistas de contextualização, transmitindo com maior clareza aquilo que se deseja expressar na comunicação face a face. Portanto, a riqueza da comunicação oral não está apenas no que se fala, mas, especialmente, na forma como se fala" (Idem, 2017, p. 614).

Quando a interação deixa de ser face a face, passando a ser mediada por ferramentas tecnológicas, como por exemplo o computador, alguns dos sinais verbais e não verbais são perdidos. Apesar disso, ainda é possível a interação entre as pessoas; a essa interação os autores denominam presença social.

Ao utilizar os estudos de Short Williams e Christie (1976), os autores conceituam presença social como "[...] o grau de relevância da outra pessoa na interação e a consequente relevância do relacionamento interpessoal, ou seja, nossa capacidade de perceber a significância do outro na interação." (Idem, 2017, p. 615). Assim, a existência da presença social está diretamente relacionada com a socialização da aprendizagem no ambiente virtual, pois, quanto mais houver interação entre os indivíduos que utilizam o AVA, maior será a aprendizagem.

O texto "Tecnologias da informação e comunicação com inovação no ensino superior presencial: uma análise das variáveis que influenciam na sua adoção", de Ketter Caliari et al constitui igualmente um importante exemplo de como assunto *Práticas Pedagógicas* vem sendo abordado no levantamento bibliográfico do ano de 2017. Conforme consta no próprio título, o artigo busca compreender as variáveis que influenciam a adoção das inovações tecnológicas por parte dos alunos, buscando assim identificar como a relação existente entre tais variáveis contribui para a criação de estratégias de ensino mais eficazes.

A pesquisa partiu de um viés qualitativo ao realizar um estudo com 122 alunos de dois cursos presenciais de graduação de uma instituição de ensino superior privada no estado do Espírito Santo, em que são utilizados o AVA/Webaula. O estudo coleta dados por meio de um questionário com 25 perguntas fechadas que abordam as principais características percebidas pelos usuários/alunos de inovações tecnológicas e que interferem no processo de sua adoção.

Os autores destacam que, para além da transposição de princípios e paradigmas da pedagogia tradicional aplicados a um ambiente virtual de aprendizagem (AVA), a compreensão acerca das inovações tecnológicas na educação visa promover melhorias efetivas na sociedade por meio do processo formativo dos alunos.

O questionário adota uma escala numérica de 10 pontos para sua avaliação, onde os números 1 e 10 indicam, respectivamente, o menor e o maior grau de importância. A metodologia do questionário se embasa em oito hipóteses, as quais podem afetar significativamente a adoção da Webaula, caracterizando a existência de uma relação positiva ou negativa, entre essas variáveis. As hipóteses são: facilidade de uso, experimentação, vantagem relativa, visibilidade, uso voluntário, imagem, compatibilidade e demonstração de resultados.

Os dados do questionário aplicado aos 122 alunos indicam que os alunos percebem alguma vantagem ao usar a inovação AVA/Webaula e compreendem "[...] essa inovação como compatível com seus valores, suas experiências passadas e com a necessidade de serem adotantes potenciais desse tipo de inovação". (CALIARI et al, 2017, p. 254). Além disso, os resultados mostram que os discentes "[...] percebem a importância da inovação usada para melhorar sua imagem ou seu estado social e também reconhecem os resultados entregues pelo AVA/Webaula como o mais relevante quando se trata da adoção do sistema". (Idem, 2017, p. 254).

Os dados evidenciam duas variáveis com resultados negativos: a facilidade de uso e a visibilidade (os docentes não percebem essa inovação como fácil de ser utilizada e a mesma não se faz visível para eles). Tais dados "[...] indicam a necessidade de se intensificar os treinamentos ofertados no início dos semestres letivos e aprimorar as monitorias ofertadas aos alunos, além da promoção do ambiente como um suporte facilitador aos estudos." (Idem, 2017 p. 254).

O segundo eixo temático com maior número de publicações, *Tutoria* (5), trata da função do tutor na EaD. Dentre os artigos selecionados, destaca-se "O uso das ferramentas virtuais na Educação à Distância: o papel do tutor", de Francisca Dias, cujo objetivo é analisar o sistema de tutoria na EaD a partir da compreensão da importância do tutor. O texto traz uma perspectiva histórica sobre o desenvolvimento da EaD no Brasil desde a década de 1970, com destaque para as

inovações tecnológicas de cada época.

Segundo a autora, a tutoria é uma atividade de interação pedagógica, na qual o tutor supervisiona e orienta o aluno. No âmbito da EaD, aquele profissional "[...] auxilia no processo de ensino e aprendizagem, esclarecendo dúvidas de conteúdo e dúvidas administrativas, colabora no reforço da aprendizagem, além de ser responsável por estar sempre motivando os alunos, evitando assim, a evasão no decorrer do curso". (DIAS, 2017, p. 161-162). Dentre as atribuições do tutor, destaca-se:

> Mediar a comunicação de conteúdos entre o professor e os cursistas; acompanhar as atividades discentes, conforme o cronograma do curso; apoiar o professor da disciplina no desenvolvimento das atividades docentes; manter regularidade de acesso ao AVA e dar retorno às solicitações do cursista no prazo máximo de 24 horas; estabelecer contato permanente com os alunos e mediar as atividades discentes; colaborar com a coordenação do curso na avaliação dos estudantes [...] (Idem, 2017, p. 162).

Dias (2017, p. 162) também traz a concepção de tutor como o indivíduo "[...] que exerce a proteção, a tutela, defesa ou salvaguarda de uma pessoa menor ou necessitada, em sua primeira concepção". Nesse sentido, "[...] auxilia o estudante em todos os momentos do curso e que envolvem a aprendizagem. É a pessoa chave no curso; que tem a preocupação de tornar o seu estudo mais agradável e completo, ou seja, é a pessoa que lhe incentiva" (Idem, 2017, p. 162).

A ocorrência de uma tutoria eficaz pressupõe o desenvolvimento de certas habilidades. Configuram-se como características fundamentais do profissional que atua na EaD: autenticidade e honradez; maturidade emocional; inteligência e rapidez mental; capacidade de escuta; capacidade de comunicação; organização e controle; segurança (Idem, 2017, p. 163). Aliado a essas características, o pleno exercício de suas tarefas deve abranger uma perspectiva dialógica, a partir da interação entre os sujeitos.

O trabalho do tutor ocorre mediante a utilização de ferramentas interativas, as quais podem ser divididas em ferramentas assíncronas e síncronas. As ferramentas assíncronas não dependem de tempo e lugar, sendo utilizadas no processo de interação entre professor e aluno. Como exemplo, pode-se citar o e-mail, o fórum/lista de discussão e o blog. As ferramentas síncronas exigem a participação do professor e do aluno em eventos marcados, com horários determinados, e ocorrem em tempo real (online). São exemplos o chat (sala de bate-papo) e a videoconferência (Idem, 2017).

Com relação ao eixo temático *Ensino Técnico/Profissionalizante* (3), destaca-se o artigo "Ensino técnico na modalidade a distância: um retrato do atendimento e das políticas públicas para a educação profissional paulista", dos autores Paulo Constantino e Márcia Poletine. O referido periódico objetiva apresentar a situação do ensino técnico a distância das escolas técnicas estaduais paulistas, tendo como recorte temporal de 2010 a 2016.

O artigo tem como objeto de análise o Centro Paula Souza (CPS), uma instituição autárquica do governo do estado de São Paulo que mantém, no estado paulista, 220 escolas técnicas e 66 faculdades de tecnologia, contando com aproximadamente 290 mil alunos em cursos técnicos e superiores.

Os cursos técnicos na modalidade a distância foram introduzidos no Centro Paula Souza sob o nome de Telecurso TEC, sendo suas atividades iniciadas em 2007, com atividades semipresenciais. No ano de 2010 o CPS adotou de forma definitiva o programa de ensino técnico EaD nas escolas técnicas estaduais, e no primeiro semestre de 2017 as mesmas já ofereciam as seguintes habilitações técnicas: Comércio, Informática, Técnico em Administração, Guia de Turismo, Secretariado e Eletrônica. Tais cursos são ofertados em três formatos de ensino técnico: semipresencial (é disponibilizado ao aluno aulas presenciais e a distância, bem como um professor orientador presencial e o AVA); online (as turmas possuem um tutor como suporte e toda informação ocorre por meio da Internet, com o uso do AVA. O exame para certificação é presencial); aberto (os alunos participam totalmente a distância e individualmente dos cursos, além de acompanharem as atividades propostas nas videoaulas, livros didáticos e plataforma de aprendizagem. Neste formato o aluno faz um exame presencial para fins de certificação semestral) (CONSTANTINO; POLETINE, 2017, p. 1237).

O artigo traz um gráfico comparativo acerca do número de matrículas nos cursos de Comércio, Informática, Técnico em Administração, Guia de Turismo, Secretariado e Eletrônica, utilizando como periodização os anos de 2010 e 2016. Foi considerado com marco inicial o primeiro semestre de 2010 em decorrência de ser o período no qual foi implantada de forma definitiva a

modalidade a distância nas escolas técnicas estaduais.

Os resultados apontam que houve uma crescente elevação do número de alunos matriculados nos cursos EaD, o qual pode ser explicado pelo aumento de investimentos específicos nestes cursos e consequente expansão de turmas nos polos. Constituem igualmente elementos facilitadores do aumento de matrículas o baixo custo de implantação dos referidos cursos e a alta procura dos estudantes pelo eixo tecnológico de gestão e negócios, eixo que integra os cursos citados (Idem, 2017, p. 1238).

No que tange ao quarto eixo com mais publicações, *Formação de Professores* (3), destaca-se o artigo de Breynner Oliveira et al (2017), intitulado "Interação no ciberespaço e formação de professores: análise da Sala de Interação Virtual do Programa Nacional Escola de Gestores na Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP)".

O artigo objetiva avaliar como os saberes docentes da equipe de formadores do Programa Nacional Escola de Gestores (PNEG) são mobilizados e se contribuem para a formação de um saber polidocente. Para tanto, foram entrevistados 26 profissionais da equipe, os quais atuaram no referido programa no período de 2013 a 2015.

O PNEG integra o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), que desenvolve políticas públicas de melhoria da qualidade da escola pública brasileira. No que diz respeito ao PNEG, foi instituído em 2004. Seu público alvo são os profissionais da equipe dirigente das escolas públicas (direção e coordenação pedagógica), e possui como objetivo a formação continuada dos gestores escolares. Desde o início da implantação do programa, o governo federal firmou convênio com universidades públicas, dentre elas, a UFOP, a partir de 2011, quando esta passou a formar especialistas em Gestão Escolar a nível de pós-graduação lato sensu. Entre 2012 e 2017 cerca de 1200 gestores foram certificados.

Na UFOP, a equipe de formação do curso de Gestão Escolar integra os seguintes profissionais:

> [...] coordenação geral e vice, responsáveis pela gestão institucional do(s) curso(s); professores coordenadores de sala-ambiente, dedicados à seleção e preparação dos conteúdos de cada disciplina; supervisão geral e supervisão pedagógica, responsáveis pela articulação do trabalho pedagógico; professores de turma e assistentes de turma, que realizam a gestão acadêmica e a mediação dos conteúdos; suporte administrativo, que se dedica às atividades de secretaria e suporte tecnológico, responsável pela gestão do AVA. (OLIVEIRA et al, 2017, p. 1449).

O trabalho proposto pela equipe de formação, que inclui, dentre outros, "[...] a organização das disciplinas e conteúdos, o gerenciamento da equipe, a supervisão e a orientação virtual e presencial dos alunos, a adequação dos conteúdos ao desenho instrucional do curso", é compreendido pelos autores como uma polidocência, a qual se caracteriza "[...] pelo coletivo de profissionais que contribuem para o fazer docente na EaD, compartilhando e distribuindo a responsabilidade pelas atividades propostas". (Idem, 2017, p. 1450).

Nesse contexto, entre 2013 e 2015 foram realizadas 26 entrevistas com a equipe polidocente: 10 professores de turma, 8 assistentes de turma, 3 professores coordenadores de sala ambiente, 3 supervisores pedagógicos e 2 membros da equipe de suporte administrativo e tecnológico. As entrevistas tiveram como principal foco a Sala de Interação Virtual do Programa Nacional Escola de Gestores. Segundo os autores, a Sala de Interação foi criada dentro da plataforma Moodle, e consiste de:

> [...] um ambiente que pretende promover a relação entre supervisão, coordenação e equipe pedagógica; fortalecer os vínculos próprios da polidocência; disseminar as informações associadas às rotinas e processos; alinhar as expectativas, tensões, ações e estratégias; criar oportunidades de trocas e apoios relacionais; compartilhar angústias, experiências e soluções; fomentar a circulação dos saberes entre a equipe e estimular a autonomia (Idem, 2017, p. 1453).

Neste espaço, a equipe polidocente possui acesso aos documentos/tutoriais do curso, propõem fóruns de interação sobre as temáticas relacionadas à gestão escolar. Também são apresentadas sugestões de leituras, filmes e eventos acadêmico-científicos. A análise das entrevistas revela que os profissionais formadores reconhecem a importância da Sala de Interação, uma vez que evidenciam seu papel para o atingimento dos objetivos do curso de Gestão Escolar.

Os resultados mostram que a Sala de Interação promove o diálogo, além de indicar que a

equipe se utiliza "[...] deste ambiente para partilhar seus saberes uns com os outros através dos "macetes", dos modos de fazer e dos modos de organizar a rotina, além de trocarem informações sobre os alunos, dividindo, uns com os outros, um saber prático sobre sua atuação". (Idem, 2017, p. 1454-1455). A equipe polidocente considera a Sala de Interação como um importante espaço que subsidia o processo de ensino e aprendizagem, bem como o fazer pedagógico, uma vez que possibilita a troca de conhecimento no sentido de fomentar o trabalho colaborativo daqueles profissionais. Além disso, contribui para "[...] desvelar a realidade dos cursistas, suas dificuldades, dilemas, problemas e demandas, fomentando e reordenando o planejamento das estratégias de formação, na perspectiva da avaliação continuada [...]". (Idem, 2017, p. 1457).

No que concerne ao eixo *Perfil do alunado* (2), pode-se destacar o texto "Quem são os diplomados a distância em regiões não-metropolitanas do Brasil? Um estudo de caso do curso de administração a distância da Universidade Federal de Santa Catarina", dos autores Karin Silva et al.

Como o próprio título sugere, o artigo procura analisar o perfil dos diplomados do curso de administração a distância da Universidade Aberta do Brasil (UAB)/Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) nas cidades interioranas do Rio Grande Sul e de Santa Catarina. Para tanto, fez-se um levantamento dos discentes diplomados entre os anos de 2010 e 2014. Tais alunos foram contatados a partir de dados informados pela secretaria do curso de administração. De um universo de 132 egressos, 63 se propuseram a contribuir com a pesquisa, respondendo a um questionário da plataforma Google Forms, que registra os dados em planilhas virtuais.

A análise dos dados mostra que a maioria dos egressos encontra-se na faixa etária de 30 a 40 anos (48,3%). Dos 63 alunos, 51% são do sexo feminino e 49% do sexo masculino, sendo que a maior parte possui união estável. Com relação à escolaridade, 54% declarou que, no momento de ingresso no curso de administração, possuía apenas o ensino médio. Ao se analisar a ocupação durante o curso, 93,7% dos egressos trabalhavam em tempo integral, e as atividades profissionais abrangiam, principalmente, serviços administrativos, técnicos de nível médio, comércio e serviços. Analisando a experiência no ensino superior antes da realização da graduação em administração, 46% dos respondentes disseram nunca ter frequentado o ensino superior.

Os dados analisados indicam que "[...] a educação a distância cumpre, neste contexto, a função de atender um público que, por diferentes motivos, não consegue aceder ao ensino superior presencial, e pode, desta forma, contribuir para o desenvolvimento de regiões interioranas do país". (SILVA et al, 2017, p. 81). Os resultados revelam que os estudantes do curso de administração a distância da UAB/USFC possuem um perfil distinto dos alunos de cursos presenciais com relação à caracterização pessoal, profissional e acadêmica.

No que diz respeito ao eixo *Levantamento Bibliográfico* (2), cita-se a publicação de Dulcegleika Sartori et al, "Estudo analítico de publicações na educação especial como ferramenta pedagógica". O artigo realiza um estudo e levantamento bibliográfico acerca da educação a distância no Brasil e seu uso na educação especial como inclusão escolar. São analisados artigos de bases de dados nacionais, os quais tiveram sua publicação no período de 2002 a 2017. Para tanto, são utilizados como filtros de busca as palavras-chave EaD, Inclusão Escolar, TICs (Tecnologias de Informação e Comunicação) e Educação Especial. Os textos selecionados "[...] foram analisados quanto as possibilidades da EaD na educação especial, a formação do sujeito e a inclusão dos sujeitos com alguma deficiência na educação escolar mediada pelas TICs". (SARTORI et al, 2017, p. 866).

O artigo apresenta o desenvolvimento da EaD no Brasil e a relevância da Educação Especial com relação àquela modalidade de ensino, apontando, com citações indiretas e diretas, discussões acerca dos seguintes temas: educação à distância no Brasil, tecnologia nas escolas, educação especial no Brasil e educação à distância na educação especial.

O levantamento bibliográfico constata que a EaD no Brasil bem como a utilização das novas tecnologias nas escolas estão em constante crescimento. A análise das produções científicas mostra que o processo de inclusão dos sujeitos com algum tipo de deficiência ainda está acontecendo, sendo necessária uma maior participação dos governos por meio da implantação de políticas públicas que viabilizem o acesso e a permanência desses sujeitos nas escolas.

> Para que a educação especial e a inclusão escolar aconteçam de forma efetiva, se faz necessário que o professor possa permanecer na formação continuada, e, com isso, atender o deficiente nos processos de ensino e aprendizagem, ou seja, o professor educador deve estar em constante aprendizado. A educação à distância tem se mostrado uma alternativa com bons resultados na formação do professor da educação especial. (SARTORI et al, 2017, p. 868).

Também é observado que as publicações não trazem relatos do uso da EaD como possibilidade, na educação especial, para a inclusão dos alunos com deficiência. Evidenciam-se textos que abordam a importância da EaD formação inicial e continuada do professor no que concerne ao desenvolvimento de competências para atuar na educação especial (Idem, 2017).

Com relação ao sétimo e último eixo, *Outras Temáticas* (3), destaca-se o artigo de Alexandre Marinho Pimenta, "A EaD como renovação do mercado educacional brasileiro do nível superior". O referido texto objetiva fazer uma análise do atual papel da EaD no sistema educacional superior brasileiro, a partir da problemática da mercadorização e financeirização no mercado econômico capitalista. Segundo o autor, o campo da educação não está alheio à disputas políticas, sendo um espaço de acumulação de capital que "[...] tende a se tornar uma mercadoria-serviço a ser vendida no mercado. E, claro, acompanhando o crescimento da esfera financeira, ser objeto de crédito e/ou geração de valor fictício". (PIMENTA, 2017, p. 310).

De acordo com o mesmo, a educação brasileira tem sido palco de um crescimento no setor privado de caráter comercial e lucrativo, com destaque, nos últimos anos, para a modalidade EaD. O nível superior é percebido pelas empresas educacionais e suas consultorias como um mercado em expansão devido a fatores como as exigências do mercado de trabalho, a maior disponibilidade de financiamento estudantil, os baixos índices históricos de entrada ao ensino superior, o aumento da população jovem adulta e do número de concluintes no ensino médio (Idem, 2017, p. 315).

Como forma de exemplificar a expansão e massificação do mercado educacional na modalidade EaD, Pimenta (2017, p. 317) traz informações sobre a maior empresa educacional do país e do mundo, a Kroton, que no ano de 2016 possuía mais de um milhão de alunos, dentre os quais mais da metade estava matriculada nos cursos de graduação e pós graduação a distância.

Nesse sentido, o campo educacional de ensino superior (e em especial a EaD) se mostra um espaço de valorização e acumulação de capital extremamente atrativo do ponto de vista econômico, reforçando as tendências de mercantilização e financeirização (Idem, 2017, p. 318).

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

A Educação a Distância é uma modalidade de ensino cada vez mais presente no campo educacional brasileiro. A significativa publicação de artigos sobre o tema no ano de 2017, um total de 35, mostra como a EaD vem sendo privilegiada no âmbito acadêmico-científico brasileiro na atualidade. O levantamento bibliográfico acerca dos assuntos contemplados mostra que a categoria temática *Práticas Pedagógicas* foi a mais comtemplada, com 17 publicações, seguida da categoria *Tutoria*, com 5; *Ensino Técnico/Profissionalizante*, com 3; *Formação de Professores*, com 3; *Perfil do Alunado*, com 2; *Levantamento Bibliográfico*, também com 2, e *Outras Temáticas*, com 3 textos.

A análise dos 35 artigos evidencia diversos tipos de enfoques, os quais perpassam muitos assuntos – os principais motivos da preferência de um aluno de graduação ao escolher estudar na modalidade à distância, as mudanças que as TICs trouxeram na prática de ensino, o processo de interação na EaD, o perfil de alunos egressos de cursos de graduação e pós graduação, o papel do tutor, o nível de presença social nos ambientes virtuais de aprendizagem, a trajetória histórica da ensino à distância no Brasil, a função social da universidade frente à EaD –, para citar apenas alguns.

Assim, os resultados indicam a relevância do tema nas discussões do campo educacional na atualidade, uma vez que, em um contexto mais amplo, o debate teórico traz discussões sobre o próprio processo educativo a nível de Brasil no ano de 2020, onde as novas tecnologias de comunicação e informação se fazem cada vez mais presentes, devido em grande parte à situação de isolamento social provocada pela pandemia do Novo Coronavírus, em que o ensino presencial é substituído pelo ensino remoto.

REFERÊNCIAS

ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso. *Etnografia da prática escolar.* 18. ed. Campinas: Papirus, 2012.

BRASIL. Ministério da Educação. Decreto Federal n°. 5.622, de 20.12.2005. *Regulamenta o art. 80 da Lei n°. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.* Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 15 jun. 2020.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. Resolução CNE/CES 564/2015. *Institui Diretrizes e Normas Nacionais para a oferta de Programas e Cursos de Educação Superior na Modalidade a Distância.* Disponível em: http://portal.mec.gov.br/docman/marco-2016-pdf/35541-res-cne-ces-001-14032016-pdf/file. Acesso em: 10 jun. 2020.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO/CAPES. *Plataforma Sucupira.*
Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/#. Acesso em: 8 jun. 2020.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO/CAPES. *Portal de periódicos.*
Disponível em: https://www.periodicos.capes.gov.br/. Acesso em: 8 jun. 2020.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. *Portaria nº 343, de 17 de março de 2020.* Dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais enquanto durar a situação de pandemia do Novo Coronavírus - COVID-19. Disponível em: https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-343-de-17-de-marco-de-2020-248564376 Acesso em: 8 set. 2020.

CALIARI, Ketter Valeria et al. Tecnologias da informação e comunicação como inovação no ensino superior presencial. *Revista de Gestão,* São Paulo, v. 24, p. 247-255, 2017. Disponível em: https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S1809227617301169 Acesso em: 7 jun. 2020.

COELHO, Willyans; TEDESCO, Patrícia. A percepção do outro no ambiente virtual de aprendizagem. *Revista Brasileira de Educação,* Rio de Janeiro, v. 22 n. 70, p. 609-624, jul.-set. 2017. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-24782017000300609&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 7 jun. 2020.

CONSTANTINO, Paulo; POLITINE, Márcia Regina de Oliveira. Ensino técnico na modalidade a distância: um retrato do atendimento e das políticas públicas para a educação profissional paulista. *Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação,* Araraquara, v.12, n. 2, p. 1234-1242, ago./2017. Disponível em: https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/10292 Acesso em: 7 jun. 2020.

DIAS, Francisca Auderlânia Oliveira. O uso das ferramentas virtuais na educação a distância: o papel do tutor. *Revista Expressão Católica*, Quixadá, n. 5, v.1, p. 159-169, 2017. Disponível em: https://idonline.emnuvens.com.br/id/article/view/373 Acesso em: 7. Jun. 2020.

GARCIA ARETIO, Lorenzo. *La educación a distancia: de la teoría a la práctica.* Barcelona: Ariel, 2001.

MULLER, Sílvia Ambrósio Pereira. *Inclusão digital e escola pública:* uma análise da ação pedagógica e da informática na educação. 2005, 112f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

OLIVEIRA, Breynner et al. Interação no ciberespaço e formação de professores: análise da sala de interação virtual do programa escola de gestores na universidade federal de ouro preto. *Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação*, Araraquara, v. 12, n. 2, p. 1441-1461, ago./2017. Disponível em: https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/10078 Acesso em: 7 jun. 2020.

PIMENTA, Alexandre Marinho. A EaD como renovação do mercado educacional brasileiro no nível superior. *Revista Internacional de Educação Superior,* Campinas, v. 3, n. 2, p. 308-321, jul. 2017. Disponível em: https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/riesup/article/view/8650606/16819
Acesso em: 10 jun. 2020.

PIRES, Carla; ANSARD, Daniel. Análise da utilização das tecnologias da informação e comunicação na educação a distância (EaD). *Revista Thema,* Pelotas, v. 14, n. 1, p. 182-198, 2017. Disponível em: http://revistathema.ifsul.edu.br/index.php/thema/article/view/352/290. Acesso em: 9 jun. 2020.

SARTORI, Dulcegleika Villas Boas et al. Estudo analítico de publicações sobre EaD na educação especial como ferramenta pedagógica. *Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação,* Araraquara, v. 12, n. 2, p. 862-883, 2017. Disponível em: https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/9825 Acesso em: 7 jun. 2020.

SILVA, Karin Vieira et al. Quem são os diplomados a distância em regiões não-metropolitanas do Brasil? Um estudo de caso do curso de administração a distância da Universidade Federal de Santa Catarina. *Semina,* Londrina, v. 38, n. 1, p. 81-92, jan./jun. 2017. Disponível em: http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/seminasoc/article/view/28184 Acesso em: 7 jun. 2020.

REFERÊNCIAS DOS ARTIGOS CONSULTADOS

ALMEIDA, Siderly; SANTOS, Andreia. Gestão do conhecimento na educação a distância: propondo competências para o nível operacional. *Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação*, Araraquara, 2017, p. 334-349.
Disponível em: https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/8282. Acesso em: 10 jun. 2020.

ALMEIDA, Cláudia et al. Educação popular e aprendizagem baseada em problemas na EaD: uma aplicação no curso de ciências sociais UNIMONTES. *Revista Multitexto,* Montes Claros, v. 4, n. 2, 2017, p. 20-26. Disponível em: http://www.ead.unimontes.br/index.php/volume-4. Acesso em: 11 jun. 2020.

ANTUNES, Juliana; BATISTA, Vitor do Carmo. A educação a distância (EaD) e os desafios de interação entre os seus participantes. *Revista Multitexto*, Montes Claros, v. 4, n. 2, p. 37-42. Disponível em: https://www.ingentaconnect.com/content/doaj. Acesso em: 10 jun. 2020.

ARAÚJO, Maircon Rasley; COTA, Leide. Interação e interatividade como requisito para aprendizagem no ambiente virtual de aprendizagem do curso de ciências biológicas da UAB/UNIMONTES. *Revista Multitexto*, Montes Claros, v. 5, n. 1, p. 67-77, 2017. Disponível em: http://www.ead.unimontes.br/index.php/volume-5. Acesso em: 12 jun. 2020.

AVELINO, Ana Carolina Costa et al. Avaliação do ensino-aprendizagem sobre a CIPE utilizando o AVA. *Revista Brasileira de Enfermagem,* Ribeirão Preto, v. 70, n. 3, p. 602-609, 2017. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/reben/v70n3/pt_0034-7167-reben-70-03-0602.pdf. Acesso em: 12 jun. 2020.

CALIARI, Ketter Valeria et al. Tecnologias da informação e comunicação como inovação no ensino superior presencial. *Revista de Gestão,* São Paulo, v. 24, p. 247-255, 2017. Disponível em: https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S1809227617301169. Acesso em: 7 jun. 2020.

CALDEIRA, Joana Matos. Modelos de suporte utilizados no âmbito da formação a distância de magistrados no contexto internacional. *Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação,* Araraquara, v. 12, p. 1391-1407. Disponível em: https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/10076. Acesso em: 13 jun. 2020.

COELHO, Willyans; TEDESCO, Patrícia. A percepção do outro no ambiente virtual de aprendizagem. *Revista Brasileira de Educação,* Rio de Janeiro, v. 22 n. 70, p. 609-624, jul.-set. 2017. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-24782017000300609&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 7 jun. 2020.

CONSTANTINO, Paulo; POLITINE, Márcia Regina de Oliveira. Ensino técnico na modalidade a distância: um retrato do atendimento e das políticas públicas para a educação profissional paulista. *Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação,* Araraquara, v.12, n. 2, p. 1234-1242, ago./2017. Disponível em: https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/10292. Acesso em: 12 jun. 2020.

DIAS, Francisca Auderlânia. O uso das ferramentas virtuais na educação a distância: o papel do tutor.

Expressão Católica, Quixadá, n. 5, v.1, p. 159-169, 2017. Disponível em: https://idonline.emnuvens.com.br/id/article/view/373. Acesso em: 7. Jun. 2020.

FORMIGA, Girlene et al. O cenário de EaD institucionalizada: uma análise do curso de licenciatura em Letras do Instituto Federal da Paraíba. *Revista Principia,* João Pessoa, v. 1, n. 36, p. 132-140. Disponível em: http://revistathema.ifsul.edu.br/index.php/thema/article/view/352/290. Acesso em: 11 jun. 2020

FREITAS, Rodrigo Augusto et al. A contribuição da educação a distância para o desenvolvimento profissional. *Revista Brasileira Multidisciplinar,* Araraquara, v. 20, n. 1, p. 6-19, 2017. Disponível em: http://www.revistarebram.com/index.php/revistauniara/article/view/481. Acesso em: 8 jun. 2020.

KANASHIRO, Kawamoto et al. Percepções de professores em formação inicial na modalidade a distância sobre alguns materiais didáticos do curso de Letras. *Caracol,* São Paulo, n. 13, p. 136-161. Disponível em: http://www.revistas.usp.br/caracol/article/view/122693. Acesso em: 8 jun. 2020.

HEREDIA, Jimena de Mello et al. Produção científica sobre Recursos Educacionais Abertos. *Transinformação,* Campinas, v. 29, n. 1, p. 101-113, 2017.
Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/tinf/v29n1/0103-3786-tinf-29-01-00101.pdf. Acesso em: 9 jun. 2020.

LOEBLER, Lilianna et al. O curso técnico a distância em agricultura e o desenvolvimento rural dos municípios de Canguçu e de São Lourenço do Sul – Rio Grande do Sul. *Reflexão e Ação,* Santa Cruz do Sul, v. 25, n. 1, p. 58-79, 2017.
Disponível em: https://online.unisc.br/seer/index.php/reflex/article/view/7684. Acesso em: 11 jun. 2020.

LOPES, Isabel. Cultura política democrática e educação superior à distância: uma experiência com o curso de pedagogia UENF. *Revista Multitexto,* Montes Claros, v. 4, n. 2, p. 9-13. Disponível em: http://www.ead.unimontes.br/multitexto/index.php/rmcead/article/view/193. Acesso em: 12 jun. 2020.

MACHADO, Erica Esch et al. Concepção do primeiro curso online de pedagogia em uma perspectiva bilíngue Libras-Português. *Revista Brasileira de Educação Especial,* Marília, v. 23, n. 1, p. 21-36. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/rbee/v23n1/1413-6538-rbee-23-01-0021.pdf. Acesso em: 10 jun. 2020.

MORÉS, Andréia. A universidade e sua função social: os avanços da EaD e suas contribuições nos processos de ensino e aprendizagem. *Reflexão e Ação,* Santa Cruz do Sul, v. 25, n. 1, p. 141-159. Disponível em: https://online.unisc.br/seer/index.php/reflex/article/view/8123. Acesso em: 11 jun. 2020.

NUNES, Marcela; DANIEL, Guerrini. A seleção de tutores como mecanismo de tradução de demandas governamentais à lógica do ensino superior público brasileiro. *Mediações,* Londrina, v. 22, n. 2, p. 510-535, 2017.
Disponível em: http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/32265. Acesso em: 9 jun. 2020.

NASCIMENTO, Gracileide; OLIVEIRA, Elizângela. Identificando fragilidades e potencialidades: um breve panorama da disciplina "Geografia aplicada ao turismo" na EaD/IFRN. *Holos,* Natal, v. 33, n. 5, p. 250-262. Disponível em: http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/2494. Acesso em: 6 jun. 2020.

SANTOS, Ralph José. O tutor presencial na educação à distância: teoria versus prática no fazer docente nas instituições de ensino superior em Pirapora-MG. *Revista Multitexto,* Montes Claros, v. 5, n. 1, p. 87-96. Disponível em: http://www.ead.unimontes.br/index.php/volume-5. Acesso em: 11 jun. 2020.

SILVA, Karin Vieira et al. Quem são os diplomados a distância em regiões não-metropolitanas do

Brasil? Um estudo de caso do curso de administração a distância da Universidade Federal de Santa Catarina. *Semina,* Londrina, v. 38, n. 1, p. 81-92, jan./jun. 2017. Disponível em: http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/seminasoc/article/view/28184 Acesso em: 7 jun. 2020.

SILVA, Rivaldo José. Análise do rendimento dos alunos com o uso do AVA Moodle como ferramenta de apoio na disciplina Música Brasileira. *Revista Internacional de Educação Superior,* Campinas, v. 3, n. 1, p. 134-149.
Disponível em: https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/riesup/article/view/8650579. Acesso em: 8 jun. 2020.

SCHRÖEDER, Christine; KLERING, Luis Roque. Educação a distância como estratégia educacional e organizacional: o caso de uma escola de Administração de uma universidade pública brasileira. *Sinergia: Revista do Instituto de Ciências Econômicas,* v. 16, n. 1, pp.43-52, 2017. Disponível em: https://periodicos.furg.br/sinergia/issue/view/598. Acesso em: 7 jun. 2020.

OLIVEIRA, Breynner et al. Interação no ciberespaço e formação de professores: análise da sala de interação virtual do programa escola de gestores na universidade federal de ouro preto. *Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação,* Araraquara, v. 12, n. 2, p. 1441-1461, ago./2017. Disponível em: https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/10078. Acesso em: 7 jun. 2020.

PIMENTA, Alexandre Marinho. A EaD como renovação do mercado educacional brasileiro no nível superior. *Revista Internacional de Educação Superior,* Campinas, v. 3, n. 2, p. 308-321, jul. 2017. Disponível em: https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/riesup/article/view/8650606/16819 Acesso em: 10 jun. 2020.

PIRES, Carla; ANSARD, Daniel. Análise da utilização das tecnologias da informação e comunicação na educação a distância (EaD). *Revista Thema,* Pelotas, v. 14, n. 1, p. 182-198, 2017. Disponível em: http://revistathema.ifsul.edu.br/index.php/thema/article/view/352/290. Acesso em: 9 jun. 2020.

ROSA, Milton; OREY, Daniel. Uma fundamentação teórica para as coreografias didáticas no ambiente virtual de aprendizagem. *Educação Matemática Pesquisa,* São Paulo, v. 19, n. 2, p. 99-118, 2017. Disponível em: https://revistas.pucsp.br/index.php/emp/article/view/33994. Acesso em: 9 jun. 2020.

SANTOS, Júlio. O impacto do material didático impresso nos processos de retenção ou evasão do aluno na modalidade a distância. *Revista Multitexto,* Montes Claros, v. 5, n. 1, p. 45-56, 2017. Disponível em: http://www.ead.unimontes.br/multitexto/index.php/rmcead/article/view/211. Acesso em: 6 jun. 2020.

SARTORI, Dulcegleika Villas Boas et al. Estudo analítico de publicações sobre EaD na educação especial como ferramenta pedagógica. *Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação*, Araraquara, v. 12, n. 2, p. 862-883, 2017.
Disponível em: https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/9825. Acesso em: 7 jun. 2020.

SILVA, Andréa. Validação de conteúdo e aparência de um curso online para a vigilância da influenza. *Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação:* Araraquara, v. 12, p. 1408-1420, 2017. Disponível em: https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/10065. Acesso em: 12 jun. 2020.

SILVA JUNIOR, Adonias Soares et al. Repensando a evasão escolar: uma análise sobre o direito à educação no contexto amazônico. *Holos*, Natal, v. 33, n. 2, p. 199-213, 2017. Disponível em: http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/5667/pdf. Acesso em: 9 jun. 2020.

TEODORO, Renata. A comunicação na EaD: um diálogo de aprendizagem. *Revista Multitexto*, Montes Claros, v. 4, n. 2, p. 27-31, 2017.
Disponível em: http://www.ead.unimontes.br/multitexto/index.php/rmcead/article/view/184. Acesso em:

12 jun. 2020.

SILVA, Jeferson Cardoso et al. Formação de professores da EaD para uso das TIC's na região amazônica: tutor presencial. *Holos*, Natal, v. 33, n. 2, p. 214-227, 2017. Disponível em: http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/5626. Acesso em: 6 jun. 2020.

TOBASE, Lucia et al. Suporte básico de vida: avaliação da aprendizagem com uso de simulação e dispositivos de feedback imediato. *Revista Latino-Americana de Enfermagem:* Ribeirão Preto, v. 25, p. 1-8, 2017. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/rlae/v25/pt_0104-1169-rlae-25-e2942.pdf. Acesso em: 11 jun. 2020.

Wikifavelas - Dicionário de Favelas Marielle Franco: um modelo de sistematização Wiki na organização e representação da informação

Wikifavelas - Dictionary of shanty town Marielle Franco: a model of Wiki systematization in the organization and representation of information

Área temática: 1.6 Outras áreas temáticas

OLIVEIRA, Thiago Ferreira de
Faculdade de Filosofia e Ciências "Júlio de Mesquita Filho" - UNESP
Graduando do curso Biblioteconomia
thiago.f.oliveira@unesp.br

SILVA, Amanda Mendes
Faculdade de Filosofia e Ciências "Júlio de Mesquita Filho" - UNESP
Graduanda do curso Biblioteconomia
amanda.m.silva@unesp.br

MACEDO, Mariana
Faculdade de Filosofia e Ciências "Júlio de Mesquita Filho" - UNESP
Graduanda do curso Biblioteconomia
mariana.macedo@unesp.br

PEGORARO NOVAES, Fernanda Carolina
Faculdade de Filosofia e Ciências "Júlio de Mesquita Filho" - UNESP
Doutoranda no Programa de Pós Graduação em Ciência da Informação
Agência financiadora: CNPq
fernanda.pegoraro@unesp.br

Resumo

Os sistemas wikis são plataformas que visam facilitar o acesso informacional de forma rápida e com aspectos bem estruturados, com isso, uma análise dos elementos bibliográficos e conceituais sobre a perspectiva da Organização, Representação da Informação e do Conhecimento se faz necessário. O Dicionário de Favelas Marielle Franco - Wikifavelas, é uma plataforma virtual e colaborativa, criada para a veiculação, preservação e produção de informações, documentos representações de conhecimentos acerca das periferias e favelas do Brasil. Nota-se que a Ciência da Informação bem como a Biblioteconomia podem contribuir efetivamente para o melhoramento da recuperação, preservação e elaboração de métodos facilitadores para este sistema. Uma parametrização com a Organização do Conhecimento (OC) e os Sistemas de Organização do Conhecimento contribuem para um direcionamento profícuo acerca do assunto abordado.

Palavras-chave: Terminologia, Wiki, Favelas.

Abstract

Wikis systems are platforms that aim to facilitate access to information quickly and with well-structured aspects, thus, an analysis of the bibliographic and conceptual elements from the perspective of the Organization, Information and Knowledge Representation is necessary. The Marielle Franco Slum Dictionary - Wikifavelas, is a virtual and collaborative platform, created for the transmission, preservation and production of information, documents representing knowledge about the peripheries and slums of Brazil. It is noted that Information Science as well as Librarianship can effectively contribute to improving recovery, preservation and elaboration of methods that facilitate this system. Parameterization with the Knowledge Organization (OC) and the Knowledge

Organization Systems contribute to a fruitful direction on the subject addressed.
Keywords: Terminology, Wiki, Shanty Town.

1 INTRODUÇÃO

De modo conceitual, uma análise dos elementos abordados relacionam os aspectos da organização, representação da informação e do conhecimento em uma plataforma virtual, o Dicionário de Favelas Marielle Franco - WikiFavelas. O Dicionário em questão, é uma plataforma virtual de acesso livre para a veiculação, preservação e produção de informações, documentos, representações e conhecimentos sobre as favelas e periferias. Essa construção ocorre por meio de colaboração coletiva, a partir de parcerias articuladas que pertencem a universidades e coletivos que permeiam os territórios. O nome atribuído envolve à luta de diversas lideranças comunitárias, bem como o nome da vereadora Marielle Franco, estabelecendo repúdio aos preconceitos e exclusões sociais, com o intuito de estabelecer caminhos e preservar a memória dessas populações.

As contribuições da organização e representação da informação nesse ambiente são fundamentais para o seu pleno funcionamento, seja para a recuperação ou interpretação das realidades culturais. Pois, uma das principais características da representação da informação, de acordo com Novellino (1996, p.38) tem como: "a substituição de uma entidade linguística longa e complexa - o texto do documento - por sua descrição abreviada", sendo assim, reforça-se a identidade da plataforma como essencial para uma representação temática das informações atribuídas no contexto colaborativo. Para que este processo ocorra de forma sistêmica, há dois passos atribuídos por Novellino, (1996) que são: "(I) análise de assunto de um documento e a colocação do resultado dessa análise numa expressão linguística; (II) atribuição de conceitos ao documento analisado). O Dicionário de Favelas Marielle Franco traz essas informações a partir da estruturação de seus eixos temáticos, onde para além de uma análise conceitual há também uma definição operacional, dada através das classificações.

Um dos processos que ocorre nessa plataforma, é o consumo documental, ou seja, é uma fonte de trabalho para os profissionais da informação, Alvares (2012) explicita que: "um documento possibilita ao profissional da informação a extração das informações documentárias", onde "esses registros são feitos por intermédio da linguagem natural (por exemplo, o resumo) e das linguagens documentárias, que são o elo entre a informação (e o respectivo documento) e o usuário que dela necessita". Todo esse diálogo, traz também uma parametrização com o processo de indexação, na qual Guinchat e Menou (1994) referido por Café e Sales (2010, p. 118), caracteriza-se "a operação pela qual se escolhem os termos mais apropriados para descrever o conteúdo de um documento e da pergunta do usuário." Conforme apresentado pelos autores (p.118), "as representações da informação resultante são as palavras-chave ou descritores que reunidos podem formar índices."

De acordo com as informações elencadas e disponibilizadas no Dicionário de Favelas Marielle Franco, a estruturação lógica para a compreensão e disposição dos termos se faz através dos verbetes, na qual constituem manifestações de cunho autoral sobre as periferias e favelas e são a coluna principal da Wikifavelas. São diversos, mas a ordenação e organização ficam agrupadas de acordo com os Eixos de análise do Dicionário e são dispostas através do sistema Wiki, na qual segundo Ramalho e Tsunoda (2007), os wikis são acrescidos de diversas funcionalidades, na utilização como web sites dinamizados, como uma ferramenta para gestão de documentos e projetos e sobretudo, bases de conhecimentos com potencial de adaptabilidade para funcionar em diversos ambientes: empresas, escolas, universidades, organizações da sociedade civil e a própria web. Com isso, justifica-se que a Wikifavelas é uma plataforma que visa estimular a aprendizagem colaborativa e a construção social do conhecimento, armazenando, preservando, tratando e disseminando as informações históricas temporais dessas comunidades.

Este trabalho tem por objetivo geral, analisar de modo conceitual o modelo sistêmico disponibilizado na plataforma do Dicionário de Favelas Marielle Franco - Wikifavelas, através de seus verbetes elaborados por sua gama de colaboradores, a fim de contribuir com um possível modelo de sistematização a partir de parâmetros do campo da ciência da informação e da biblioteconomia. O objetivo específico é contribuir com reflexões e discussões teóricas a partir de bibliografias dos temas pautados neste artigo. Justifica-se que há uma necessidade de atuação especializada para ampliar as possibilidades e construções envolvendo melhorias para a plataforma, visando atender de forma profícua, resoluções que atendam o público usuário e toda a

sua estrutura que está disponibilizada. Faz-se valer que todas as informações disponíveis na plataforma estão relacionadas aos seus eixos temáticos, com termos que dão significados sobre diversas realidades e condições sociais, culturais e sociológicas na contemporaneidade. Reforça-se que a memória de um povo precisa ser resguardada, preservada, recuperada, disseminada e por fim, com garantias de acesso que tornem o conhecimento em questão evidente e registrado.

2. ORGANIZAÇÃO E REPRESENTAÇÃO DO CONHECIMENTO

O conhecimento, de acordo com Lima e Alvares (2012) e Wilson (2006), relaciona-se com a experiência de cada indivíduo; processos cognitivos de compreensão, interpretação e aprendizado que ocorrem na mente humana. Dessa forma, compreende-se que o conhecimento é assimilado de acordo com a percepção individual.

O conhecimento apesar de ser um processo que ocorre nos indivíduos, não é apenas individual, mas sim social; pois é relacionado às culturas, valores e princípios. Sendo assim, quando fatores sociais interferem na visão de mundo de um ser humano, o conhecimento será subjetivo (inerente ao objeto) e quando essa pessoa interage com um novo conhecimento, se torna social. Entende-se que o processo do conhecimento é percebido de acordo: conhecimento como processo cognitivo e individual e conhecimento (conjunto dos saberes) acumulado ao longo do tempo por um indivíduo e socializado (em uma ciência ou atividade humana) (LIMA; ALVARES, 2012; CURRÁS, 2010).

A Organização do Conhecimento (OC) é internacionalmente conhecida como *Knowledge Organization* (KO), sendo considerada um campo de pesquisa, ensino e prática. O campo de OC visa sistematizar e organizar o conhecimento para recuperar a informação, com isso, os sistemas de organização do conhecimento (SOC) são instrumentos utilizados para o controle de vocabulário, representação da informação e vai de encontro à necessidade de informação dos usuários para buscar informações.

O conhecimento tem significação no processo individual e social, entende-se que o conhecimento é desenvolvido, documentado e socializado em um domínio (CAPURRO, 2003). É necessário compreender em qual domínio ele se aplica para poder organizar e representar. Para isso, utiliza-se de ferramentas do SOC.

Brascher e Carlan (2010, p. 150), entendem a OC como: “um processo de modelagem que visa construir representações do conhecimento”. Lima e Alvares (2012, p. 27-8) descrevem as atuações da OC: “[...] como se representa o conhecimento; se as áreas do conhecimento são representadas da mesma maneira; o que pode ser representado; e se tudo pode ser representado”.

Dahlberg (2006, p.12, tradução livre) define a OC como: “[...] a ciência que estrutura e organiza sistematicamente unidades do conhecimento (conceitos) segundo seus elementos de conhecimento (características) inerentes e a aplicação desses conceitos e classes de conceitos ordenados a objetos/assuntos. A organização do conhecimento existe para alcançar um objetivo em comum de determinado grupo, sendo necessário desenvolver a representação para posterior organização de acordo com as metas e valores dos usuários aos quais o sistema se destina (HJØRLAND, 2008).

Partindo-se do pressuposto de que o conhecimento precisa ser organizado para que possa ser alcançado com mais facilidade e eficácia no acesso, na recuperação, e para a geração de novos conhecimentos, é necessário analisar a organização do conhecimento socializado e compreender também a função das ferramentas que oferecem suporte à organização do conhecimento, sendo elas os sistemas de organização do conhecimento, onde os SOC são instrumentos que dão suporte para realizar a sistematização da organização do conhecimento para sua recuperação.

Os SOC compõem o objeto de estudo da ciência da informação, pois, segundo Brascher e Carlan (2010), visa-se padronizar a terminologia adotada para a organização e recuperação de informações ao delimitar o uso de termos e definir conceitos e suas relações em alguma área do conhecimento, de forma compartilhada e consensual. Segundo Dahlberg (2006), os SOC são aplicados para mapear objetos informacionais, ou seja, para representar os assuntos dos documentos num sistema de informação. Desse modo, são utilizados tanto no contexto da classificação quando na indexação, tanto pelo classificador e pelo indexador quanto pelo usuário da informação.

Os sistemas para organização do conhecimento contêm uma variedade de sistemas que

organizam, gerenciam e recuperam a informação. Esses sistemas compreendem classificação, tesauros, ontologias, glossários, dicionários específicos de cada área. Suas características, diferenças e funções específicas dependem do contexto no qual se inserem (MAZZOCCHI, 2018). Na maioria das vezes são relacionados a bibliotecas e organizações de gerenciamento da informação objetivando organizar, recuperar e disseminar a informação.

Os sistemas de classificação bibliográfica hierarquizam o conhecimento e são utilizados na classificação de documentos em seus mais diversos suportes. Nesse sentido, classificar um documento equivale a identificar e descrever seu conteúdo e agrupá-lo ao conjunto de documentos que possuem assuntos comuns ou correlatos. Segundo Bliss (1952, apud Brascher e Carlan, 2010), uma classificação de material bibliográfico é uma classificação de assuntos que se constitui numa organização estrutural do conhecimento e do pensamento e que atende a objetivos funcionais de organização do conhecimento.

Na abordagem facetada os documentos podem ser classificados de modo menos rígido do que nos sistemas hierárquicos, pois um mesmo documento pode ser classificado em diferentes eixos, como será demonstrado e exemplificado posteriormente na apresentação da estrutura do sistema em questão, observando-se as diferentes facetas pelas quais pode ser observado. A faceta permite revelar o ponto de vista pelo qual o documento é analisado e descrito. Um anel, por exemplo, pode ser visto tanto pelo ponto de vista dos costumes religiosos, como um sinal de união, quanto pelo ponto de vista de um designer de jóias, como uma peça de arte.

Para estabelecer bases para a construção dos SOC nos deparamos com diferentes visões, abordagens e paradigmas. A organização do conhecimento precisa lidar com essas diferenças, alguns dos SOC, segundo Carlan (2010), são mais flexíveis e de fácil adaptação, porém outros têm uma visão parcial e tendenciosa. A autora pontua que essa visão parcial na estrutura dos SOC é natural, pois reflete os interesses e as considerações de uma coleção, dos usuários e de suas prioridades. Para a construção dos SOCs, os profissionais, devem ser capazes de perceber essas tendências o que é possível quando o profissional já tem um conhecimento sobre o domínio. A perspectiva é usada em colaboração entre os especialistas em organização do conhecimento e os especialistas da área de domínio a ser representado.

2.1 Wikifavelas – "favela"

Nesse sentido, considerando o Dicionário de Favelas Marielle Franco como objeto desse estudo, de acordo com Gargano (2019), "a Wikifavelas é uma plataforma virtual para produção coletiva e busca suprir uma lacuna do conhecimento transdisciplinar que é o estudo de favelas, reunindo o conhecimento produzido em vários eixos temáticos", objetivando que há uma falta nos aspectos informacionais e de preservação da memória das favelas. Desse modo, torna-se uma ferramenta de comunicação, informação e educação muito importante, principalmente por meio da linguagem utilizada nas representações e de seus significados e símbolos acerca do sistema elaborado, representar um assunto de forma profícua e assim disseminar colaborativamente, como produzir novos conhecimentos para os seus respectivos espectadores.

Mediante todas as contribuições, afinal, o que pode ser classificado como "favelas"? Conceitualizar um termo amplo de modo generalizado, por tratar-se de diversas realidades distintas, não é a melhor alternativa. A definição encontrada através do Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa - Michaelis (online), a palavra tem a definição: "área de povoamento urbano, formada por moradias populares, onde predominam pessoas socialmente desfavorecidas. Essa comunidade é o resultado de um processo histórico de exclusão social e de um modelo de má distribuição de renda", na qual complementa: "em geral carece de saneamento básico. Muitas favelas já contam com urbanização. Existem nesse espaço urbano, assim como nos bairros das periferias, elevadas taxas de pobreza e desemprego". Para Burgos (2012) há uma polissemia no termo favela, na qual explicita: " a polissemia do termo favela reflete sua condição de categoria social central na disputa pelo significado da idéia de cidade. Ou seja, o sentido da palavra favela está umbilicalmente ligado à noção de cidade, a qual, por seu turno, varia conforme a posição social de quem a define". De modo a ampliar as definições, um conceito histórico fora abordado por Burgos (2012):

> Historicamente, favela é uma representação social construída por intérpretes autorizados - entre os quais cronistas, jornalistas, engenheiros e médicos -, como antítese de um certo ideal de cidade. Não por acaso, a cristalização desta representação ocorre no mesmo momento em que, no Rio de Janeiro, figura-se a cidade segundo um ideal de civilização europeizado,

> construído - lá também - a partir do processo de expulsão da classe operária dos centros urbanos. É nesse momento - início do XX - que se realiza, especialmente no Rio - capital da República - a transformação do nome próprio Favela, empregado para designar um lugar específico, em um substantivo comum, que designa certo tipo de habitação popular. Tipo esse que não se definia tanto pela forma de construção da casa (encontrava-se desde o início nas chamadas favelas certa diversidade de construção, de madeira, de estuque ou até de alvenaria), nem pela relação com o solo (não raro chamava-se favela um aglomerado de casas alugadas). O que sim parece ter sido central para a definição desse tipo de habitação popular é a sua forma de relação com a cidade. Com efeito, que deixa de fora um amplo segmento da população urbana, boa parte dela oriunda de famílias de escravos. (Burgos, 2012).

De acordo com o Observatório de Favelas, em uma declaração própria da instituição feita com o objetivo de contribuir para a conceitualização da mesma que contemple as variáveis complexas deste assunto, sobre os territórios periféricos e favelados, pontuado por Silva (2009), destacam-se quatro considerações baseando-se em quatro perfis, sendo eles: 1) perfil sociopolítico, 2) perfil socioeconômico, 3) perfil sócio - urbanístico e 4) perfil sociocultural. Explana-se cada um deles de acordo com as citações abaixo:

> 1) Perfil sociopolítico: a favela é um território onde a incompletude de políticas e de ações do Estado se fazem historicamente recorrentes, em termos da dotação de serviços de infra-estrutura urbana (rede de água e esgoto, coleta de lixo, iluminação pública e limpeza de ruas) e de equipamentos coletivos (educacionais, culturais, de saúde, de esporte e de lazer) em quantidade e qualidade para as famílias ali residentes, na promoção da moradia digna para seus habitantes, na regularização fundiária e urbanística adequada às formas de ocupação do solo, na criação de legalidades afeiçoadas às práticas sociais e, em especial, na garantia da segurança cidadã, devido ao seu baixo grau da soberania quando comparado ao conjunto da cidade. Portanto, as favelas são, de modo geral, territórios sem garantias de efetivação de direitos sociais, fato que vem implicando a baixa expectativa desses mesmos direitos por parte de seus moradores. (Silva, 2009)
>
> 2) Perfil socioeconômico: a favela é um território onde investimentos do mercado formal são precários, principalmente o imobiliário, o financeiro e o de serviços. Predominam as relações informais de geração de trabalho e renda, com elevadas taxas de subemprego e desemprego, quando comparadas aos demais bairros da cidade. Os baixos indicadores econômicos das favelas são acompanhados pelos indicadores de educação, de saúde e de acesso às tecnologias quando comparados à média do conjunto da cidade. Há, portanto, distâncias socioeconômicas consideráveis quando se trata da qualificação do tempo/espaço particular às favelas e o das condições presentes na cidade como um todo. (Silva, 2009)
>
> 3) Perfil sócio-urbanístico: a favela é um território de edificações predominantemente caracterizadas pela autoconstrução, sem obediência aos padrões urbanos normativos do Estado. A apropriação social do território é configurada especialmente para fins de moradia, destacando-se a alta densidade de habitações das suas áreas ocupadas e de sua localização em sítios urbanos marcados por alto grau de vulnerabilidade ambiental. A favela significa uma morada urbana que resume as condições desiguais da urbanização brasileira e, ao mesmo tempo, a luta de cidadãos pelo legítimo direito de habitar a cidade. (Silva, 2009)
>
> 4) Perfil sociocultural: a favela é um território de expressiva presença de negros (pardos e pretos) e descendentes de indígenas, de acordo com região brasileira, configurando identidades plurais no plano da existência material e simbólica. As diferentes manifestações culturais, artísticas e de lazer na favela possuem um forte caráter de convivência social, com acentuado uso de espaços comuns, definindo uma experiência de sociabilidade diversa do conjunto da cidade. Superando os estigmas de territórios violentos e miseráveis, a favela se

> apresenta com riqueza da sua pluralidade de convivências de sujeitos sociais em suas diferenças culturais, simbólicas e humanas. (Silva, 2009)

Com as contribuições introdutórias para conceituar favela, o sistema de informação elaborada para a difusão informacional desses territórios e acréscimos culturais, o Dicionário de Favelas - Wikifavelas, por meio de aprovação de seu conselho editorial, visa-se elencar, organizar e disponibilizar as informações e conhecimentos produzidos nesses âmbitos por meio de verbetes e terminologias, dadas como manifestações autorais, com os diferentes tipos: textos, poemas, imagens, vídeos, filmes e etc., e para colaborar com a construção da plataforma o usuário deverá pertencer ao cadastro para ser um colaborador autenticado e registrado, desde que colabore com a temática geral e de assuntos relacionados às favelas e periferias, conforme parametrizado nos princípios do Dicionário.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta pesquisa tem natureza qualitativa, descritiva e possui levantamento bibliográfico, na qual para sua análise propõe utilizar uma leitura sistemática das bibliografias utilizadas na área da Ciência da Informação e outras complementares ao estudo. A análise bibliográfica, de acordo com Quintella e Bogado (2004), envolve a temática abordada por esta pesquisa, no caso da discussão sobre os verbetes atribuídos à plataforma Wikifavelas, suas terminologias e seus eixos de análises, dados por: Sociabilidade e Cultura; Estado e Mercado; Associativismo e Memória e Coronavírus nas Favelas; e para cada eixo há uma lista de categorias temáticas subdividindo as relações. De tal modo, há uma comparação com a bibliografia de análise facetada, tornando este estudo também comparativo. A análise é conceitual e visa explanar os principais objetivos e demandas da plataforma. Nesse sentido, essa análise possibilita verificar a teoria que melhor satisfaz um resultado de pesquisa eficiente, atendendo à demanda informacional dos usuários potenciais.

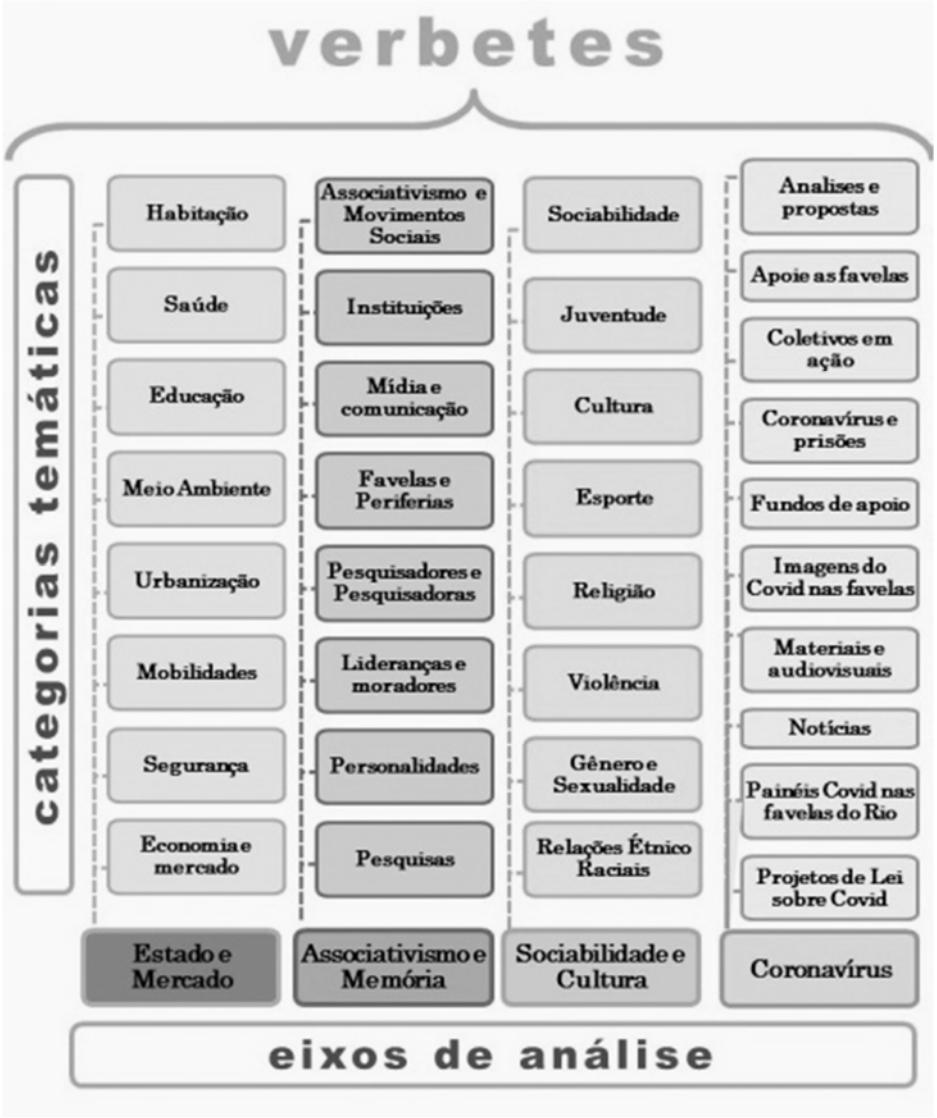
A pesquisa utiliza o método da pesquisa terminológica (CERVANTES; FUJITA; NARDI, 2003) a da análise facetada (BROUGHTON, 2006). A análise da plataforma disponibilizada na Web, de acordo com a sua última atualização datada em 18 de julho de 2020, até a data de submissão deste artigo. No parâmetro das análises textuais e discussões sobre as possibilidades de melhorias no objeto de pesquisa, pretende-se elaborar uma estrutura conceitual e metodológica para uma melhor análise documentária, análise temática, de assunto, descrição de conteúdo e tratamento temático relacionado à informação disponibilizada, contudo, ampliar as colaborações para uma melhor recuperação e tratamento informacional. Nota-se que a plataforma necessita de uma participação especializada para que as informações acrescentadas de modo colaborativo sigam uma classificação e organização dada pela organização e representação da informação e do conhecimento, baseando-se em princípios conceituais estruturados pela ciência da informação e parâmetros da biblioteconomia.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A plataforma Wikifavelas dispõe em sua plataforma virtual, através de seus verbetes, alguns eixos temáticos para organização, representação e conceitualização do dicionário, sendo eles: Sociabilidade e Cultura; Estado e Mercado; Associativismo e Memória e Coronavírus nas Favelas. Os verbetes constituem manifestações autorais sobre favelas e periferias e são a base do Dicionário, garantindo uma estruturação dos conceitos. Cada tema é subdividido em Categorias Temáticas.

O eixo de análise Sociabilidade e Cultura, traz as denominações sobre os modos de vida, experiências do cotidiano e sobre as relações existentes nas periferias e favelas. Quanto à sua lista de categorias temáticas, encontramos os seguintes termos: “Sociabilidade”, “Juventude”, “Cultura”, “Esporte”, “Religião”, “Violência”, “Gênero e Sexualidade” e “Relações Étnico Raciais”. Sobre Estado e Mercado, dispõe-se manifestações e expressões dos autores que abordam os relacionamentos entre atores políticos, ações e programas que envolvam a esfera governamental direcionados ao público populacional e territorial das favelas. Em sua lista de categorias temáticas, discorre-se sobre os seguintes termos: “Habitação”, “Saúde”, “Educação”, “Meio Ambiente”, “Urbanização”, “Mobilidades”, “Segurança” e “Economia e Mercado”. Referente ao eixo de Associativismo e Memória, o mesmo visa conceituar os diversos formatos de organizações

políticas geradas ao longo da história por habitantes de periferias e favelas. Como lista de categorias temáticas, temos: “Associativismo e Movimentos Sociais”, “Instituições”, “Mídia e Comunicação”, “Favelas e Periferias”, “Pesquisadores e Pesquisadoras”, “Lideranças” e “Pesquisas”. Encerrando o ciclo de análises sobre os eixos temáticos, temos: “Coronavírus”, um termo atual e essencial para a disponibilização de informações acerca do assunto. Visa, de modo informativo, disseminar informações sobre o vírus entre ativistas sociais do território, líderes comunitários, grupos de pesquisa e pesquisadores atuantes, movimentos sociais e instituições pertencentes ao espaço; com o propósito de amenizar os impactos mediante a realidade espacial. Lista de categorias temáticas: “Análises e Propostas”, “Apoie as favelas”, “Coletivos em ação”, “Coronavírus e prisões”, “Fundos de apoio”, “Imagens do Covid nas favelas”, “Materiais e



audiovisuais”, “Notícias”, “Painéis Covid nas favelas do Rio”, “Projetos de Lei sobre Covid”.

Imagem: Eixos de Análise e Categorias Temáticas do Dicionário de Favelas - disponibilizado no *web site*.

Por meio de todas as categorizações citadas, a representação temática das informações se faz necessária nos ambientes colaborativos, pois, segundo Nonaka & Takeuchi (2003), novos conhecimentos são criados quando ocorre a interação social entre os conhecimentos de cada indivíduo (tácito e explícito) e entre indivíduos. O Dicionário, por meio de seus termos elaborados por meio colaborativo, adota uma linguagem a partir disso parte de uma língua determinante, Saussure (1975) pontua, "Linguagem é um fenômeno; é o exercício de uma faculdade que existe no homem. A língua é o conjunto de formas concordantes que esse fenômeno assume numa coletividade de indivíduos e numa época determinada.'" (SAUSSURE, 1975, p.115).

Todo conhecimento registrado, necessita de uma linguagem documentária bem estruturada e por conseguinte um vocabulário controlado, na qual Alvares (2012, p. 53) nos apresenta que: "um dos objetivos fundamentais da ciência da informação é representar o conteúdo de documentos com a menor perda de informação possível. Esse procedimento visa organizar a forma de armazenar e recuperar as informações neles contidas". E ainda assim, complementa que: "para tanto, utilizam-se linguagens convencionais que traduzem os conceitos-chave dos documentos para linguagens reconhecidas por sistemas de informação ou de bibliotecas, conhecidas como linguagens documentárias ou linguagens de indexação (Alvares, 2012)". Currás (1995) traduz a linguagem documentária é uma linguagem controlada - normalizada - utilizada para fins classificatórios, no sentido amplo da palavra. Para que se compreenda o sentido das linguagens documentárias, se faz necessário entender o que é a linguagem natural, como Alvares (2012) colabora: "a linguagem natural é adaptada às formas de comunicação oral e escrita, que pressupõem sutileza e riqueza de detalhes que nos permitem expressar valores, emoções, associação de ideias, enfim, comunicar efetivamente", na Plataforma Wikifavelas usa-se como construção conceitual os verbetes, as construções são abordadas como uma linguagem natural para facilitar as interpretações dos usuários do sistema.

Analisando as questões elaboradas e os contextos teóricos acerca do assunto, Colomb (2002) introduz que os vocabulários controlados são uma coleção de termos que possibilitam descrever um documento com maior precisão. E neste sentido, trazendo o debate sobre os aspectos da SOC, tem-se o intuito de prover a descrição mais objetiva, facilitando a recuperação referente aos conteúdos que integram o sistema SOC. De acordo com SCHIESSL, M; SHINTAKU, M. (2012), "a característica da linguagem documentária é a tradução da linguagem natural para uma linguagem padronizada e estável. No ambiente da ciência da informação, a busca pela melhoria e efetividade dos sistemas de gestão da informação é um objetivo primordial", na qual configura, que: segundo a ANSI/NISO Z39.19:2005, a necessidade de controle o vocabulário emerge-se a partir de duas características básicas da língua natural:

- duas ou mais palavras podem ser utilizadas para representar o mesmo conceito;
- duas ou mais palavras com a mesma escrita representam conceitos diferentes.

Schiessl, M; & Shintaku, M. (2012) complementam que, é de cunho fundamental alcançar consistência na descrição dos documentos que estão armazenados nos sistemas de informação, esse é o objetivo primário no controle de vocabulário. Por meio da linguagem documental, a plataforma Wiki em questão, traz uma carga documental elaborada e que resguarda informações essenciais para a memória e fonte de pesquisas na atualidade, a fim de facilitar a recuperação das informações disponibilizadas, se faz necessário a contribuição e a possível elaboração de um Tesauro. De modo conceitual, para Cavalcanti (1978), tesauro é uma lista estruturada de termos relacionados, utilizada por profissionais da informação para descrever um documento com a especificidade desejada e permitir aos usuários a recuperação da informação pretendida. De acordo com essa explanação, demonstra-se uma preocupação direcionada pelo autor a fim de estabelecer o usuário - indexador e consulente - como protagonista na elaboração e uso dos tesauros. Currás (1995) estabelece que "tesauro é uma linguagem especializada, normalizada,

pós-coordenada, usada com fins documentários, na qual os elementos linguísticos que a compõem- termos, simples ou compostos - encontram-se relacionados entre si sintática e semanticamente." (CURRÁS, 1995, p. 88).

Com isso, a partir de reflexões e análises sobre os conteúdos em questão relacionadas ao Dicionário, apropria-se a real necessidade de elaboração de um tesauro. Para que ocorra a afirmação seguinte, atribuída por Tálamo (1992),

> O tesauro é um objeto cultural que registra e representa o conhecimento segundo parâmetros estáveis e previamente determinados. Tais parâmetros, que se materializam sob a forma de redes de relações entre descritores, determinam não só o modo de organização e disseminação da informação, mas também a análise dos textos. (Tálamo, 1992)

A partir de toda estrutura construída pelo corpo editorial do Dicionário de Favelas Marielle Franco, de seus eixos temáticos e subáreas, há uma grande possibilidade de elaborar um Tesauro acerca dos conteúdos elaborados pelas populações das favelas e de participantes que fazem parte do mesmo intuito. Este ato reforçaria as construções e novas possibilidades de conhecimentos e diálogos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após as diversas formas de diálogos e conhecimentos relacionados, a organização, representação da informação e do conhecimento é latente nas amplitudes relacionadas ao Dicionário de Favelas Marielle Franco, o Wikifavelas. Que traz à prova, por meio de uma plataforma virtual uma missão importantíssima de veicular informações e conhecimentos elaborados por toda uma comunidade segregada e que sofre com falta de preservação e veiculação de construções de memórias e aspectos intelectuais sobre os seus assuntos formulados.

Nota-se que as populações periféricas e de favelas são limitadas em seus impactos nas políticas públicas, sobretudo quando se trata de preservação informacional acerca das construções de saberes desses espaços, pois encontram dificuldades em localizar informações relevantes para promover seus projetos e efetuar mudanças em seu universo. Sendo assim, este estudo visa ser um facilitador para a promoção de possibilidade de melhorias, acesso, preservação e disseminação das informações e conhecimentos produzidos por essas comunidades. Relacionando bibliografias e conceitos da ciência da informação e biblioteconomia condizentes com as realidades e necessidades do veículo em questão, rompendo com a não possibilidade de melhoramentos e difusão de conhecimentos.

.

REFERÊNCIAS

ALVARES, Lillian (Org). **Organização da Informação e do Conhecimento**: conceitos, subsídios interdisciplinares e aplicações. São Paulo: B4, 2012. 248 p.

ALVEAR, C. A. S. **Tecnologia e Participação**: Sistemas de Informação e a construção de propostas coletivas para movimentos sociais e processos de desenvolvimento local (Tese), 2004. <http://www.producao.ufrj.br/index.php/br/informacoess-academicas/teses-e-dissertacoes/doutorado/2014-1/50--43/file>.

ANSI/NISO Z39.19:2005: guidelines for the construction, format and management of monolingual controlled vocabularies. **Bethesda: NISO**, 2005. 172 p. Disponível em:

<https://www.niso.org/publications/ansiniso-z3919-2005-r2010>. Acesso em: 21 set. 2019

BRASCHER, Marisa; CARLAN, Eliana. Sistemas de organização do conhecimento: antigas e novas linguagens. *In*: ROBREDO, Jaime; BRASCHER, Marisa (Orgs.). **Passeios pelo bosque da informação**: estudos sobre representação e organização da informação e do conhecimento. Brasília: IBICT, 2010. p. 147-176. Brasília: Thesaurus, 2010.

BROUGHTON, Vanda. **Essential thesaurus construction**. London: Facet, 2006.

Burgos, M. B. F. Favela e luta pela cidade: esboço de um argumento. *In:* (ORG) SILVA, Jailson de Souza e**. O que é favela, afinal?**:. Rio de Janeiro**:** Observatório de Favelas do Rio de Janeiro, 2009.

CAFÉ, Lígia; SALES, Rodrigo de. Organização da informação: conceitos básicos e breve fundamentação teórica. *In*: ROBREDO, Jaime; BRASCHER, Marisa (Orgs.). **Passeios pelo bosque da informação**: estudos sobre representação e organização da informação e do conhecimento. Brasília: IBICT, 2010. cap. 6.

CAPURRO, R. Epistemologia e Ciência da Informação. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO - ENANCIB, 5., 2003, Belo Horizonte. **Anais** [...]. Belo Horizonte: Programa de Pós - graduação da Escola de Ciência da Informação da UFMG, 2003. CR-ROM.

CARLAN, E. **Sistemas de organização do conhecimento**: uma reflexão no contexto da Ciência da Informação. 195 f. 2010. Dissertação. (Mestrado em Ciência da 120 Informação) - Faculdade de Ciência da Informação, Universidade de Brasília, Brasília, 2010.

CAVALCANTI, Cordelia R. **Indexação & tesauro**: metodologia e técnicas. Brasília: Associação de Bibliotecários do Distrito Federal, 1978. 89 p. (Edição Preliminar).

CERVANTES, Brígida Maria N.; FUJITA, Mariângela S. L.; NARDI, Maria Isabel A. Pesquisa terminológica para a elaboração de linguagem documentária. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO (ENANCIB), Belo Horizonte. **Anais** [...] Belo Horizonte: UFMG, 2003.

CURRAS, E. **Ontologias, taxonomia e tesauros em teoria de sistemas e sistemática**.

CURRÁS, Emília**. Tesauros, linguagens terminológicas**. Brasília: IBICT, 1995.

DAHLBERG, I. Knowledge organization: a new science?. **Knowledge Organization**, v. 33, n. 4, p. 11-19, 2006.

DICIONÁRIO de favelas Marielle Franco. **Wikifavelas**, 2020. Disponível em: <https://wikifavelas.com.br/>. Acesso em: 17 de setembro de 2020.

FERREIRA, Jaider Andrade**. Wikis semânticos**: da web para a web semântica, 2014. 131 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em Ciência da Informação, Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Filosofia e Ciências, Campus de Marília., Marília, 2014.

GARGANO, Leonardo; FORNAZIN, Marcelo. Wikifavelas: uma ferramenta Colaborativa para organizações sociais. *In*: ANAIS PRINCIPAIS DO SIMPÓSIO BRASILEIRO DE SISTEMAS

COLABORATIVOS (SBSC), 1. , 2019, Rio de Janeiro. **Anais** [...]. Porto Alegre: Sociedade Brasileira de Computação, set. 2019. p. 74-79.

GUINCHAT, C.; MENOU, M. Introdução geral às ciências e técnicas da informação e documentação. 2.ed. **rev. aum**. Brasília: Ibict;CNPq, 1994. 540 p.

HJØRLAND, B. Deliberate bias in knowledge organization. **Advances in Knowledge Organization**, v. 11, p. 256-261, 2008.

LIMA, J. L. O.; ALVARES, L. Organização e representação da informação e do conhecimento. *In*: ALVARES, L. (Org.). **Organização da informação e do conhecimento: conceitos, subsídios interdisciplinares e aplicações**. São Paulo: B4 Editores, 2012. 248 p. Capítulo 1, p. 21-48.

MAZZOCCHI, F. Knowledge organization systems (KOS): an introductory critical account. **Knowledge Organization**, v. 45, n. 1, p. 54-78, 2018.

NONAKA, Ikujiro; TAKEUCHI, Hirotaka. **Criação de conhecimento na empresa**: como empresas japonesas geram o conhecimento na empresa. 7. Ed. Rio de Janeiro: Campus, 1997. 358 p.

NOVELLINO, M.S.F. Instrumentos e metodologias de representação de informação. **Informação&Informação**, Londrina, v.1, n.2, p.37-45, jul/dez. 1998

QUINTELLA, H.M.; BOGADO, S.D.C. Análise bibliográfica e mapeamento da produção de um grupo de pesquisa sobre o uso competitivo da tecnologia de informação. **Engevista**, v.6, n.2, p. 36-47, 2004

RAMALHO, L. e Tsunoda, D. F. . Collaborative Building of Knowledge from use of Wiki Tools. *In*: **Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação** - ENANCIB, 8., 2007. Brasil.

SCHIESSL, M; SHINTAKU, M. Sistemas de Organização do Conhecimento. In: ALVARES, L. (Org.). **Organização da Informação e do Conhecimento: conceitos, subsídios interdisciplinares e aplicações**. São Paulo: B4 Editores, 2012. 248p. Capítulo 2, p. 49/110

SILVA, Jailson de Souza e**. O que é favela, afinal?** Rio de Janeiro**:** Observatório de Favelas do Rio de Janeiro, 2009.

SAUSSURE, F. ***Cours de linguistique générale*.** Edition critique par Tullio de Mauro. Paris: Payot & Rivages. 1995.

WILSON, T. A problemática da gestão do conhecimento. *In*: TARAPANOFF, K. (Org.). **Inteligência, informação e conhecimento**. Brasília: IBICT, UNESCO, 2006. p. 37-55.

Lista de autores

ABRÃO, Maurício Crivelenti, 103
ALMEIDA, Carlos Cândido de, 375, 392, 590
ALVARENGA, Mariana Martins de, 992
ALVES, Jeniffer Vitorino da Silva, 626
ALVES, João Vítor Dantas, 136
ALVES, Marcus Rei de Lima, 375, 590
Ana Carolina Franco dos Santos, 472
ANDRADE, Erica Fernanda Pereira de, 708
ANDRADE, Leonardo Henrique Cardoso de, 348
ANDRADE, Ofelia Cristina Xavier de, 646
ARAUJO, Denise Conceição Garcia, 456, 866
AZEVEDO, Mateus Lemos de, 103
BANDOS, Melissa Franchini Cavalcanti, 362
BARBOSA, Agnaldo de Souza, 136
BARBOSA, Everaldo Henrique dos Santos, 569
BENEDITO, Beatriz de Oliveira, 531
BORGES, Donaldo de Assis, 175, 317
BRAGA FILHO, Helio, 348
BULGO, Danilo Cândido, 456, 866, 935
CALIXTO, Flander de Almeida, 509
CÂMARA, NaiáSadi, 143, 204
CAMARGO, Aline Cristina, 543
CAMILLO, Everton da Silva, 853
CANALLE, Sâmia Roma, 221
CARDOSO, Francisca Miquelle Siqueira, 759
CARDOSO, João Marcus Roque, 103
CARRARO NETO, Pedro Americo, 483
CARVALHO NETO, Silvio, 290
CARVALHO, Carolina Goulart de, 32
CARVALHO, Cláudia Pereira de Jesus, 375, 392, 590
CARVALHO, Eduardo Vieira de, 992
CARVALHO, Francisco José Pereira de, 888
CARVALHO, Nádia de Castro, 543
CARVALHO, Sâmia Souza, 483
CASTRO FILHO, Claudio Marcondes de, 853
CASTRO, Aline de Melo, 971
CAVALCANTI-BANDOS, Melissa Franchini, 88, 317, 943
CAZANE, Ana Lívia, 746
CESARIO, Raquel Rangel, 805
CEZANE, Fernanda Alves, 337
CINTRA JUNIOR, Welton de Araujo, 56, 827
CINTRA, Liane Ney Machado, 45, 67
CINTRA, Núbia de Souza, 56
CINTRA, Soraia Veloso, 111, 561
CIRINO, Adriana Aparecida de Oliveira Godoi, 925
CLEMENTE, Guilherme Augusto Bertelli Fernandes, 784
CLEMENTE, Kalebe Camargo Lourenço, 268
COLLA, GabriellyPenariol, 708
COMPARINI, Camila Trevisan Carvalho, 56
COMPARINI, João Baptista, 827
COSTA, Mônica Alves da, 509
COSTA, Simone de Godoy, 971
COSTA, Thais Machado, 362
CREMONINI, Adriana, 45, 67
CRUZ, LaissaPezenato, 759
CUNHA, Adriel Junior Domingues da, 943
DAMIAN, Ieda Pelógia Martins, 694
DIB, Aline Michelle, 493
DUARTE, Renan Gustavo Vilalva, 187
ENGLER., Helen Barbosa Raiz, 348
FADEL, Bárbara, 600, 679
FELIPE, Naiara Aparecida, 111
FERRACINI, Maria José Floriano, 213, 609
FERREIRA, Danilo Malta, 246
FERREIRA, Lorrayne Jasmim, 866, 935
FERREIRA, Marcelo Queiroz, 917
FERREIRA, Maria Regina, 235
FONTES, Andréa Regina Martins, 221
FREITAS, Fabiana Alvarenga Cunha, 88
FREITAS, Guilherme Pessoni de, 600
GARCIA, Ricardo Alexandre Rodrigues, 170
GENERICH, ThaysGabriely Tokumoto, 441
GIROLDO, Julio Cesar, 456, 866, 935
GOMES, Wellington Bertocco, 235
GONÇALVES, Gustavo Henrique, 784
GRACIOLI, Sofia Muniz Alves, 103, 1007
GUILHEN, Diego Ribeiro, 187
GUIMARÃES, Taislene, 428
IPLINSKY, Marília Smorigo, 746
IVAN, Maria Eloísa de Souza, 577, 992
JEBAILEY JUNIOR, Adnan Kalil, 483
JESUS, Samantha Augusta dos Santos de, 277
JESUS, Victória Aurélio de, 32
JORGE, Abner Gabriel, 841
JORGE, Carlos Francisco Bitencourt, 746, 759
JULIÃO, Helena Vicentini, 493
KEMP, Ana Clara Paris, 721
LEAL, Andreia Cristina de Britto, 143
LOPES, Alan Bazalha, 483
LOPES, Ana Paula Ghedini, 332
LOPES, Angelica Vieira de Souza, 721
LOPES, Gabriel Pedro, 992
LOPES, JosterLuis, 621
LOPES, Juliano de Jesus, 888
LOPES, Livia Maria, 56
LUCAS, Cecy de Sousa, 772
LUCAS, Laura Samenho Nogueira, 688
LUCCAS, Taciana Maria Lemes de, 694
MACEDO, Mariana, 656, 1032
MACHADO NETO, Alfredo José, 88, 772, 827
MALTA, Angélica de Oliveira Machado, 553, 984

MARCELINO, Daniela, 456, 866, 935
MARINHO, Vitor de Paula, 925
MARTÍNEZ-ÁVILA, Daniel, 515, 522
MARTINS, Rafael Isaias Rodrigues, 759
MAZARON, André Eduardo Silveira, 679
MELLO, Mariana Rodrigues Gomes de, 646
MENDONÇA, Bárbara Camilla Barbosa de, 384
MIRANDA, Cláudia Regina Targa, 466
MIRANDA, Nelson Júlio de Oliveira, 466
MORAES, Ana Paula Bagaiolo, 504, 688
MORAES, Cassia Regina Bassan de, 569
MORAES, Helieder Rodrigues Carrijo de, 638
MOREIRA, Fernando Mazzotta, 175
MOREIRA, Walter, 738
NAKAGAWA, Natasha Gabriela, 708
NALDI, Flavia Caetano Rodrigues Tavares, 935
NEPUMOCENO, Nádia Eduarda Martins, 235
NIEDDERMEYER, Henrique Lacerda, 400
NOVAES, Fernanda Carolina Pegoraro, 277, 515, 522, 656, 738, 1032
NUNES, Lucio Lombardi Teixeira, 187
OLIVEIRA, Anelise Martinelli Borges, 1019
OLIVEIRA, Edmilson Ribeiro de, 609
OLIVEIRA, Letícia Natália de, 456
OLIVEIRA, Letícia Trevizolli de, 493
OLIVEIRA, Paulo de Tarso, 553, 984
OLIVEIRA, Rubens Adriano Costa de, 213
OLIVEIRA, Sheila Fernandes Pimenta e, 362, 626
OLIVEIRA, Thiago Ferreira de, 656, 1032
PALUMBO, LiviaPelli, 1007
PAULA, Ana Cristina Alves de, 8, 156
PEIXOTO, Isabela Granero, 290
PEREIRA, Marta Cristiane Alves, 805, 971
PICCININ, Matheus da Silva, 841
PIRES, Amanda Ramos, 759
PIRES, Daniel Facciolo, 834
PODEROSO, Rosana Evangelista, 784
POUSA, Jonatan, 348
PRADO, Ana Paula dos Santos, 170, 197, 414
QUEIROZ, Leonardo Tessari de, 797
QUEIROZ, Mateus Marques, 797
QUEIROZ, Natália Reginatto Pereira de, 925
RAMICELI, Daniela, 834
RAVAGNANI, Carmem Lúcia Cruz, 812
REIS, Leila Beatriz Costa, 301
RIBAS, Luiz César, 600
RIBEIRO, Daniela de Figueiredo, 45, 56, 67
RIBEIRO, Marcela Arantes, 531
ROCHA, Fernanda Ludimilla Rossi, 805, 956
ROCHA, Iara Pinheiro, 504
RODRIGUES, Ana Lucia de Castro, 56
ROSA, Bárbara Oliveira, 561
ROSA, João Pedro Cucolicchio, 317
SANCHES, Katia Müller, 119
SANTANA, Fernanda Lacerda, 277
SANTOS, Amanda Alves dos, 759
SANTOS, Ana Carolina Franco dos, 472
SANTOS, IaniFassa dos, 261
SANTOS, Isadora Beatriz Magalhães, 671
SANTOS, Jealison Rogério dos, 971
SANTOS, Patrícia Reis Alves dos, 805, 956, 971
SANTOS, Rafael MenguerBykowski dos, 80, 730, 906
SARAVALI, Eliane Giachetto, 428
SATURI, Evandro Morales, 543
SERAFIM, Patricia Amanda, 261, 466
SERDEIRA, Brenda Aryane, 22, 577
SILVA, Amanda Mendes da, 277, 656, 1032
SILVA, Ana Carolina da, 935
SILVA, Ana Cláudia Rossetto, 759
SILVA, Juliano Aparecido da, 679
SILVA, Lucas Froner de Oliveira, 204
SILVA, Rafaela Carolina da, 428
SILVA, Vanessa Messias da, 472
SMITH, Marinês Santana Justo, 332, 626, 876
SOUSA, Maria Olímpia de Jesus, 812
SOUZA, Lorena Gabriela Gonçalves, 213
SOUZA, Regina Maria de, 170, 197, 268, 337, 414
SQUILANTE, Débora Luz, 45, 67
TAVARES, Helena Vilela Rosa Fadel, 956, 971
TEIXEIRA, Ana Tereza Jacinto, 80, 730, 906
TERNERO, Ederson Mella, 32, 170, 841
TIOSSI, Fabiano Martin, 32, 797, 841
TOZATI, Camila Aparecida Letro, 456, 866
URBAN, Renan Lucas Dutra, 671
VERWAAL, Ernst, 543
VIEIRA, Marina Helena Pereira, 221
VITORIANO, Marcia Cristina de Carvalho Pazin, 441
VOLPE, Raquel Souza, 876

© 2020

Uni-FACEF - Centro Universitário Municipal de Franca

Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-graduação

Uni-FACEF

Centro Universitário Municipal de Franca

GEDE

GRUPO DE ESTUDOS DE DESENVOLVIMENTO

PÓS GRADUAÇÃO

Uni-FACEF

Uni-FACEF

Centro Universitário Municipal de Franca

www.unifacef.com.br